RICARDO MOREIRA REBELLO

MACHADO

VOLUME I

HISTÓRIA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA ATÉ A INSTALAÇÃO DO MUNICÍPIO

ÍNDICE

Prefácio.....pág. 1
Cap. I – Introdução.....pág.6
Cap. II – As primeiras referências oficiais á região do Machado, Autoridades para ela nomeadas até 1.831.....pág.14
Cap. III – As sesmarias.....pág.25
Cap. IV – Surgimento do Arraial do Douradinho; sua Capela.....pág.34
Cap. V – Surgimento do Arraial do Machado; sua Capela.....pág. 40
Cap. VI – Curato e Freguesia do Douradinho.....pág. 53
Cap. VII – Curato e Freguesia do Machado.....pág. 62
Cap. VIII – Os primeiros moradores da região do Machado.....pág.66
Cap. IX – Os registros de Terras.....pág. 75
Cap. X – Os nomes de nossos Distritos.....pág. 99
Cap. XI – Funcionários Executivos e Eleitores dos Distritos até a Instalação do Município.....pág. 113
Cap. XII – A Guarda Nacional.....pág.122
Cap. XIII – Freguesias e Municípios a que pertenceu o território machadense.....pág. 133
Cap. XIV – A criação do Município do Machado.....pág. 139
Cap. XV – A instalação do Município do Machado.....pág. 146

PREFÁCIO

Relegado por muito tempo a plano inferior nos meios acadêmicos, o estudo da história regional e local, ou da micro-história, tem, ultimamente, despertado mais interesse, sobretudo em cursos de especialização. Como salienta Vera Alice Cardoso Silva ("*República em Migalhas*", adiante citada, pág. 43),

> *"O estudo da História deve admitir diferentes modos de abordagem, sob pena de se perder parte da riqueza de aspectos de convivência humana, que variam de lugar para lugar, de época para época. O regionalismo justifica-se como uma entre outras perspectivas possíveis de análise da economia, da sociedade e da política. Não exclui e nem se opõe a outros enfoques de estudo. Nem é melhor ou pior que outros métodos de abordagem da História. O importante é ter clara a diferença do regionalismo como método de investigação e como concepção interpretativa."*.

O mestre José Honório Rodrigues (*op. cit.*, págs. 146 e 151), embora reconhecendo que seus adeptos correm o perigo de ser fragmentários ou difusos, de amesquinhar a vida histórica pela visão estreitamente reduzida, assevera:

> *"Uma história detalhada do desenvolvimento de uma comunidade representa a mais legítima contribuição à história nacional. A história de uma nação é incompleta se deixa de tratar dos interesses e atividades dos homens comuns, e a história local cuida como nenhuma outra dos acontecimentos diários do homem comum, promovendo, deste modo, um conhecimento mais seguro e amplo da vida nacional que o historiador tenta reconstruir."*.

O enfoque regionalista não pode restringir-se às minúcias, à coleta de dados, ao relato linear e cronológico. Há de ser seletivo e crítico, de tentar a interpretação. Cumpre ter em mente que o real objetivo da

História é compreender e explicar os fatos, descobrir-lhes a origem, estabelecer a ligação entre eles e avaliar seus efeitos. Como acentua Alfredo Ellis Júnior (obra adiante referida, pág. 18),

> *"É preciso enunciar e analisar as causas que determinaram em maior ou menor grau ou simplesmente possibilitaram o acontecimento que se visa reconstituir, depois estudar e criticar esse acontecimento. Este não pode ser unicamente exposto, mas deve ser interpretado com inteligência e com argúcia. A seguir a isso, se faz mister um meticuloso estudo sobre as conseqüências projetadas desse acontecimento. Só depois disso, pode-se afirmar que o fato histórico está restaurado."*.

Aqui está a maior deficiência da história local. Os que a ela se dedicam são, muitas vezes, simples curiosos, sem formação universitária específica. Entre estes me incluo e me penitencio: meu interesse por ela é antes manifestação de apego bairrista que ocupação científica. Venho há anos coligindo e sistematizando informações; o que escrevo é só um banco de dados, um "almanaque", como se dizia antigamente. Faltam-me credenciais para dar ao material reunido o tratamento que exige, para analisá-lo e tirar conclusões.

Antes que obra de História, esta é uma história de amor. Levado ainda menino à cidade grande para estudos, passei a interessar-me por tudo o que se referia à terra natal. A ela repito frase atribuída a Baudelaire: "*longe de ti, meu coração aprendeu esse estranho amor da ausência*". Pesquisando seus fastos, reunindo documentos e discorrendo sobre eles, posso, com Homero Costa, desmentir Saramago, quando diz que "*a história é de quem cá ficou e não dos que se foram embora*". Confortei-me no correr dos anos com a tarefa que me impus, tendo presente a lição de Laranjo Coelho:

> *"De todos os sentimentos humanos nenhum é mais natural, mais enraízado no nosso ser do que o amor que nos liga à terra onde nascemos, célula componente do grande organismo que constitue a pátria. Êste sentimento, tão vivo no coração do homem, em todos os tempos, em todos os lugares, em todos os graus da civilização, encontra o seu mais legítimo significado, a sua melhor e mais expressiva tradução no estudo da terra e do povo dessa pátria, nas modalidades e sucessos da sua história política, administrativa, económica, religiosa e artística, nas tendências e aspirações da sua raça, emfim, no estudo das mais complexas e completas manifestações do seu viver social."*.

Não resisto, agora, a citar também outro grande historiador português, Alexandre Herculano:

"Ha neste falar das recordações de avós o que quer que é saudoso e sancto, porque a historia patria é como uma destas conversações d'ao pé do lar em que a familia, quando se acha só, recorda as memorias do pae e mãe que já não são, de antepassados e parentes que mal conheceu. Mais saboroso pasto d'espirito que esse não ha talvez, porque em taes lembranças alarga-se o ambito dos nossos affectos; com ellas povoamos a casa de mais entes para amarmos; explicamos pelos caracteres e inclinações dos mortos, os caracteres e inclinações dos que vivem; os habitos actuaes pelos habitos e costumes dos nossos velhos. Se, abastados e engrandecidos, viemos de humildes e pobres, pretendemos muitas vezes fazer esquecer ao mundo o nosso berço; mas no abrigo familiar, deixada tão viciosa vergonha, abrimos o larario domestico e tiramos delle os deuses da meninice, grosseiros simulacros das imagens paternas, e folgamos de os contemplar, e de recontar ou de ouvir a sua historia, que temos recontado e ouvido mil vezes, que todos os da casa bem sabem, mas que sempre narramos ou escutamos com attenção e deleite, e talvez com enthusiasmo. As recordações da terra da patria não são, porém, mais que as memorias de uma numerosa familia.".

A análise de acontecimentos próximos acarreta, muitas vezes, melindres e incompreensões. Isso é inevitável, em face de juízos críticos a que, com freqüência, não é alheia certa dose de paixão. "*A história é feita tanto de razão quanto de paixão*", afirmava Alain Besançon (em Arruda, no final citada). José Van Den Besselaar bem expôs o problema:

"A nenhuma obra de síntese histórica pode faltar um julgamento implícito: todo e qualquer historiador tem que fazer uma opção na seleção dos dados, e seguir uma determinada linha na exposição dos mesmos, dando realce a alguns, relegando outros para o segundo plano, e silenciando outros. Esta seleção e esta exposição são impossíveis sem um certo padrão de valôres "pré-científicos". E depois: o homem é espírito encarnado; é-lhe impossível uma atitude completamente neutra perante os valôres que, como homem, julga afirmados ou negados no passado. Até podemos dizer que uma certa simpatia ou, talvez melhor, uma certa "afinidade" entre o historiador e seu assunto (principalmente, numa biografia) é condição imprescindível para se obter um resultado humanamente interessante.".

Mesmo correndo o risco de desagrado, não procurei o caminho fácil dos elogios, não fugi das verdades incômodas, nem recorri ao ufa-

nismo e ao entusiasmo barato. Tive em conta as palavras do ilustre arcebispo D. Silvério Pimenta, lembradas por Vidigal:

> *"As leis da história não sofrem composição com o amor, nem com o respeito, nem com a classe; ou havemos de ser-lhes fiéis tanto em não omitir as virtudes como em não dissimular os vícios ou abrir mão do trabalho.".*

Outros dirão se consegui alcançar meu propósito. De qualquer modo, espero que me relevem as falhas, pois, como dizia Guimarães Rosa,

> *"Contar é muito, muito dificultoso. Não pelos anos que se já passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas - de fazer balancê, de se remexerem dos lugares. O que eu falei foi exato? Foi. Mas teria sido? Agora, acho que nem não. São tantas horas de pessoas, tantas coisas em tantos tempos, tudo miúdo recruzado.".*

Terminei o trabalho - não posso negar - sem o entusiasmo inicial, decepcionado por inúmeras recusas de acesso a documentos e informações, que o deixaram muito distante do projeto. Com ninguém, todavia, divido os seus defeitos, submetendo o resultado possível à benevolência dos conterrâneos.

****

<u>Fontes de consulta</u>.

1 - Alexandre Herculano - "Opusculos" - tomo V: "Controversias e Estudos Historicos" - 3ª edição, antiga Casa Bertrand, José Bastos & Cia. Livraria Editora, Lisboa, 1.907, págs. 34/35;
2 - Alfredo Ellis Júnior - prefácio do livro "O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII", de Mafalda P. Zemella - Hucitec-Edusp, São Paulo, 1.990, pág. 18;
3 - João Guimarães Rosa - "Grande Sertão: Veredas" - 7ª edição, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1.970, pág. 142;
4 - José Saramago - "Levantado do Chão" - 3ª edição, Editora Bertrand Brasil S/A, Rio de Janeiro, 1.989, pág. 150;
5 - José Van Den Besselaar - "Introdução aos Estudos Históricos" - 3ª edição, Editora Pedagógica e Universitária Ltda., São Paulo, 1.973, pág. 319;
6 - Maria A. do Nascimento Arruda - "Mitologia da Mineiridade" - Editora Brasiliense, São Paulo, 1.990, pág. 258;
7 - Marcos A. da Silva (coordenador) - "República em Migalhas - História Regional e Local" - Editora Marco Zero, São Paulo, 1.990;
8 - P. M. Laranjo Coelho - "As Monografias Locais na Literatura Histórica Portuguesa" - Academia das Ciências de Lisboa, Biblioteca de Altos Estudos, Lisboa,

1.935, pág. 6;
9 - Pedro Maciel Vidigal - “Os Antepassados”, vol. I - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.979, pág. 17;
10 - Raphael Samuel - “História Local e História Oral” - tradução de Zena Winoma Eisenberg - “in” Revista Brasileira de História, nº 19, ANPUH-Marco Zero, São Paulo, 1.989/1.990, págs. 219/241..

INTRODUÇÃO

1 - Antecedentes.
2 - Os primórdios da região sul-mineira.
   A - Indígenas que a habitaram.
   B - As primeiras expedições.
3 - O Sul de Minas no século XVIII.

****

1 - **Antecedentes**.

A colonização efetiva do Brasil, iniciada com a expedição de Martim Afonso de Souza em 1.532, só se consolidou pela adoção do sistema das capitanias hereditárias. Resolvido a explorar e povoar a terra sem maiores despesas para a Coroa empobrecida, o Rei D. João III dividiu-a em quinze porções. Eram faixas paralelas, mais ou menos largas, com limites estabelecidos a partir de acidentes da costa, avançando interior a dentro até o ponto demarcado pelo meridiano de Tordesilhas. Foram doadas a doze fidalgos do Reino.

As terras em que hoje se localiza o Município do Machado faziam parte, teoricamente, da Capitania de São Tomé, mais tarde também conhecida como Paraíba do Sul. Seu donatário foi Pero de Góis, que já viera ao Brasil na armada de Martim Afonso, tendo sido o autor do diário de Pero Lopes. A carta de doação foi expedida em 28 de janeiro de 1.536, apesar de o respectivo alvará datar de 10 de março de 1.534. São Tomé, que tinha trinta léguas de costa, confinava ao sul com a Capitania de São Vicente, doada a Martim Afonso de Souza. O limite entre as duas foi estabelecido a treze léguas ao norte do Cabo Frio, próximo da foz do Rio Macaé. É o que se vê no foral de São Vicente ("*in*" Pedro Taques, obra abaixo citada, pág. 155):

"...cincoenta e cinco leguas que começaráõ de treze leguas

> *ao norte de Cabo Frio e acabaráõ no rio de Curupacé, e do dito Cabo Frio começaráõ as ditas treze leguas ao longo da costa para a banda do norte, e no cabo d'ellas se porá um padrão das minhas armas...".*

Pelo norte, a donataria de Pero de Góis vizinhava com a do Espírito Santo, confiada a Vasco Fernandes Coutinho. Seu termo, ali, era o baixo dos Pargos, junto ao Rio Itapemirim.

Na realidade, a tentativa de centralizar a administração colonial e o desbravamento do interior modificaram o esquema inicial das capitanias. Seu paralelismo geométrico, decorrente do desconhecimento da terra, foi alterado. Assim, como acentua Nélson de Senna ("*Chorographia de Minas Geraes*", pág. 163),

> *"a região correspondente á actual Matta Mineira (valles do Pomba e outros rios da bacia do Parahyba do Sul) estava encravada na Capitania fluminense de São Thomé; e toda a região meridional do Estado (através da Mantiqueira e bacia do Rio Grande ou Paraná, com parte das terras de extremo Oeste, que constituem o Triangulo Mineiro) eram domínios paulistanos da Capitania de São Vicente.".*

À medida que se desenvolvia a Colônia, iam sendo criadas, a par das hereditárias, capitanias reais, fosse através de desmembramento das primeiras, fosse por meio de compra, ou, simplesmente, de confisco. Contudo, as capitanias hereditárias só foram extintas, em definitivo, no reinado de D. José I, sob o governo do Marquês de Pombal.

Enquanto isso, na região da futura Capitania das Minas Gerais dava-se um fato que lhe mudaria por completo os destinos: a descoberta do ouro. Os bandeirantes paulistas, descobridores das minas, dominaram de início a zona, sem contestação. Tão logo, porém, se espalhou a notícia, para lá acorreram gentes de toda parte, que se opuseram ao mando daqueles, originando-se daí a chamada "Guerra dos Emboabas". O Governador do Rio de Janeiro, D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro, a quem estava afeta a administração da zona, não logrou debelar o sangrento conflito. Esta missão coube a seu sucessor, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho.

Ante a grande importância assumida pela região após tal descobrimento, e para facilitar a sua administração, resolveu-se desligá-la do governo do Rio de Janeiro, sendo criada, por carta régia de 9 de novembro de 1.709, a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Foi seu primeiro governador o próprio Antônio de Albuquerque, que fundou Ribeirão do Carmo, Vila Rica de Albuquerque e Nossa Senhora da Conceição do Sabará. Sucedeu-lhe, em 31 de agosto de 1.713, D. Brás Baltazar da Silveira, criador das vilas do Serro, Caeté e

São João del Rei. O terceiro governador foi D. Pedro de Almeida, depois Conde de Assumar, nomeado em 1.716.

Instalando-se o governo em Vila Rica, a zona de São Paulo ficava no abandono. Por isso, em 1.720 a Capitania foi repartida em duas (Minas Gerais, e São Paulo e Minas de sua Repartição), sendo nomeado primeiro governador daquela, em 6 de abril de 1.721, D. Lourenço de Almeida. A demarcação dos seus limites só foi feita no governo de Gomes Freire de Andrada.

2 - **Os primórdios da região sul-mineira**.

A - **Indígenas que a habitaram**.

Ensina Diogo de Vasconcellos, na "*História Antiga das Minas Geraes*", que dominava o Sul de Minas, antes do seu descobrimento, a nação dos **Cataguá**. Era também conhecida por Catauá, Katauá ou Catu-auá - "a gente boa". Originou-se dos Teremembé, que viviam às margens do Rio Jaguaribe, e depois se dividiram em duas hordas: uma deslocou-se para as nascentes do São Francisco, e outra, para a embocadura do Rio Paranaíba. Entraram em choque junto ao Rio Grande, na barra do Sapucaí. A vencida retirou-se para a zona de Taubaté, e a vencedora se assenhoreou da região, até que foi batida por Félix Jacques e Lourenço Castanho.

Nélson de Senna, nas obras adiante referidas, arrola outras tribos que também habitaram a zona meridional mineira:
- os **Abatinguara**, ferozes, antropófagos e de pequena estatura. Viviam em cavernas, só saíam à noite e se estabeleceram nas margens dos rios Sapucaí e Grande.
- os **Goanhã** ou **Guanaã**, moradores nos vales dos rios Guanhães, Correntes e Santo Antônio, no Nordeste de Minas, também eram encontrados no Sul, na região de Aiuruoca.
- os **Mandimbóia**, cujo nome significa "cobra enroscada", eram agressivos e traiçoeiros. Ocupavam as margens dos rios Sapucaí e Verde. Segundo se diz, estendiam seus domínios até as terras de nosso atual município.
- os **Mirapaks** ("o povo esperto") viviam entre os rios Sapucaí e Jaguari.

B - **As primeiras expedições**.

Os exploradores que por primeiro adentraram nas Gerais, em busca das minas, não chegaram ao Sul. Foram eles Francisco Bruza de Espinhoza e Padre Aspilcueta Navarro (1.554); Dom Vasco Rodrigues Caldas (1.561); Martim Carvalho (1.567 ou 1.568); e Sebastião Fernandes Tourinho (1.573). Partindo, quase todos, de Porto Seguro, viajaram pelas margens dos rios Jequitinhonha, Pardo, Araçuaí, Doce, Paraguaçu, e outros.

Já em 1.597, Affonso Sardinha, acompanhado do naturalista alemão Glimmer, descobriu as minas de Jaguamimbaba e chegou à região do Sapucaí. Nesse mesmo ano, a bandeira organizada por Martim Correia de Sá, saindo do Rio de Janeiro, alcançou as cabeceiras dos rios Verde e Sapucaí.

No século XVII, vindas de São Paulo, várias expedições chegaram, pelo sul, às terras mineiras. Entre elas, lembremos:
- a de D. Francisco de Souza, em 1.601 e 1.602, que partiu pelo vale do Paraíba, atravessou a Mantiqueira e alcançou o Rio Grande;
- a de Nicolau Barreto e André de Leão, em 1.602, que foi dar à região do Rio das Velhas;
- a de Antônio Pedroso de Alvarenga, que em 1.617 esteve na bacia do Rio Verde;
- a de Félix Jacques, que em 1.646, de Guaratinguetá, dobrou a Mantiqueira e chegou ao Rio Verde;
- a de João Correia, entre 1.660 e 1.664;
- a famosa bandeira de Fernão Dias Pais Leme, de que tomaram parte Garcia Rodrigues e Borba Gato, iniciada em 1.674, e que atingiu a região do Sumidouro, após fundar vários núcleos de povoação no Sul de Minas;
- a de Diogo Gonçalves Laço e Francisco Proença, que, seguindo os rios Araraquara e Moji, atingiu o Sapucaí, de onde passou ao Rio Grande;
- a de Lourenço Castanho, em 1.675, que, transpondo a Serra da Mantiqueira, chegou às regiões de Araxá e Paracatu;
- finalmente, a expedição militar de Rodrigo de Castel-Branco, que, em 1.681, seguiu, mais ou menos, o roteiro traçado por Fernão Dias.

Das expedições mais importantes, como a do "Caçador de Esmeraldas", cuja caminhada pôde ser com bastante segurança reconstituída, não obstante divergências dos historiadores, cabe afirmar que não pisaram as terras do atual Município do Machado. Quanto às demais, ignoramos se por cá passaram. São poucos os seus roteiros que se conservam (Capistrano, "*apud*" Valladão, obra abaixo citada, pág. 45), e, geralmente, vagos e imprecisos. Registre-se porém a asserção (transcrita no "*Guia do Sul de Minas*", de José Matzner, pág. 141) de que Martim de Sá, acima referido, esteve nas terras hoje pertencentes a Paraguaçu, em companhia dos ingleses Henry Barraway e Anthony Knivet.

3 - **O Sul de Minas no século XVIII**.

Embora se possa, com maior ou menor exatidão, enumerar as primeiras expedições que penetraram na região, mencionar o seu trajeto e os povoados que fundaram, mais difícil se torna - se não mesmo impossível - reconstituir as condições do povoamento e citar os primitivos habitantes. Atesta-o Diogo de Vasconcellos, na "*Historia Media de Minas Geraes*" (adiante referida, pág. 182):

> *"Como sóe acontecer, onde se descortinam terras, não é possível guardar-se a lista dos desbravadores, tão pouco as datas, e nem ainda o local das antigas moradias."*.

Já salientou A. Leite (obra abaixo citada, págs. 47/48) que, afora raras exceções,

> *"A formação dos arraiais, naqueles velhos tempos, constituiu sempre obra casual, lenta, anônima, indeterminada."*.

A procura do ouro foi, de início, o maior atrativo para a penetração na zona. Alfredo Valladão, na "*Campanha da Princeza*" (vol. I, págs. 46/47), citando Antônio Olintho, diz ser inconteste o conhecimento, entre 1.692 e 1.693, de minas auríferas no alto Sapucaí e alto Rio Verde, descobertas pelo Padre João de Faria Fialho. Sua produção, entretanto, jamais se destacou. Segundo Aureliano Leite (obra adiante citada, pág. 24),

> *"ofereciam pouco ouro a troca de esfalfante trabalho. Por isso, rumaram para lá, escassamente, sertanistas dispersos, anônimos, menos ousados ou menos ambiciosos."*.

Tal pobreza, ofuscada pelas minas mais ao norte, na região da futura Vila Rica, facilitou aos seus exploradores pesquisar em silêncio, clandestinamente, passando ignorados às autoridades, preocupadas quase que só com a arrecadação.

Numa etapa seguinte, a agricultura e o pastoreio é que fizeram expandir-se demograficamente o Sul de Minas. No apogeu da mineração tinham sido subsidiárias dela: o solo árido e a topografia da zona garimpeira não eram propícios ao plantio nem à pecuária, além de que seus moradores se dedicavam com quase exclusividade à labuta nas lavras. Depois, com a exaustão destas, houve um refluxo populacional para as regiões periféricas, e então aquelas atividades substituíram a mineradora como propulsor econômico das Gerais.

Toda a região pertenceu, a partir de 1.713, ao termo da Vila de São João del Rei, fundada naquele ano, como vimos, pelo Governador D. Brás Baltazar da Silveira. Anteriormente haviam sido providas na Capitania três comarcas: Vila Rica, Rio das Velhas e Rio das Mortes. A última estendia sua jurisdição sobre o Sul de Minas inteiro, tendo como limite meridional a Serra da Mantiqueira.

Em 1.737, o então ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, Cypriano José da Rocha, por ordem do governador interino, Martinho de Mendonça, partiu para as Minas do Rio Verde, a fim de desbravar o território e sobre ele exercer o poderio real, fiscalizando as jazidas e arrecadando a parte da Coroa. Lá chegando, fundou o Arraial de São Cypriano, pouco tempo depois elevado a freguesia, com o nome de Santo Antônio do Valle da Piedade da Campanha do Rio Verde.

Nos anos que se seguiram foram criados vários outros arraiais, graças à iniciativa de duas figuras, principalmente: Francisco Martins Lustosa e Veríssimo João de Carvalho. O primeiro foi o fundador de Sant'Anna do Sapucaí e de São Francisco de Paula do Ouro Fino, e teve importante papel na questão de limites entre as capitanias de São Paulo e Minas.

Essa discórdia iniciou-se em 1.743, quando o Governador de São Paulo, D. Luiz Mascarenhas, nomeou Bartholomeu Corrêa Bueno para tomar posse das minas do Sapucaí, que julgava pertencerem a sua capitania. Fazendo frente a tal investida, o governador mineiro, Gomes Freire de Andrada, intimou o representante paulista a retirar-se, e fez lavrar auto de retificação de posse na Campanha e nos povoados de Santa Catarina, São Gonçalo e Rio Sapucaí. Três anos mais tarde, contudo, recomeçou o conflito, motivado pela disputa da margem esquerda do Sapucaí. O já referido Martins Lustosa foi nomeado pelo governador de São Paulo guarda-mor de Sant'Anna do Sapucaí. Os mineiros, através da Câmara de São João del Rei, movimentaram-se a fim de manter a sua posse, mas foram enfrentados por Lustosa que, armado, os obrigou à retirada e dominou a região por dois anos.

Gomes Freire representou nesse meio-tempo à Metrópole, fazendo ver os inconvenientes que acarretaria a administração, por dois governos, de cada uma das margens do Sapucaí, sobretudo dificultando a fiscalização das lavras. Em resposta, provisão régia de 30 de abril de 1.747 confirmou o domínio mineiro sobre ambas. No ano seguinte, anexada a Capitania de São Paulo à do Rio de Janeiro, foi Gomes Freire nomeado governador também delas, e encarregado de estabelecer as confrontações entre Minas e São Paulo. Designou ele para a demarcação o Dr. Thomaz Rubim de Barros Barreto. Este se dirigiu a Sant'Anna do Sapucaí, não encontrando resistência de Martins Lustosa, que se retirou para Ouro Fino. Naquele lugar foi então lavrado, em 19 de setembro de 1.749, auto de demarcação, pelo qual se confirmou a posse mineira sobre as duas margens do rio. Estabeleceu-se a divisa pelo cume da Serra da Mantiqueira, até o Morro do Lopo, passando pelo Morro de Mogiaçu, e daí ao Rio Grande (Rodolfo Garcia, notas a Varnhagen, obra abaixo citada, tomo IV, pág. 27, nota 74).

Merece, aqui, referência a viagem empreendida através do Sul de Minas, em 1.764, pelo Governador da Capitania, Luiz Diogo Lobo da Silva. Esteve ele, com grande comitiva, em Piumhy, na barra do Sapucaí e nas cercanias de Jacuí. Seguindo após pelo Mandu, visitou Sant'Anna do Sapucaí, Campanha, Baependi, Pouso Alto e Capivari. Em cada uma dessas localidades nomeou vários funcionários, organizando a administração. Além disso, tomou medidas a fim de obstar ao desvio do ouro e determinou a abertura de importantes estradas.

No fim do século, outro fato de importância para a região demanda registro: em 20 de outubro de 1.798 alvará real determinou

a criação da Vila da Campanha da Princesa. A demarcação dos limites do seu termo com o de São João del Rei foi feita em 1.800. À nova Vila passou a pertencer considerável parte do território sul-mineiro, inclusive a região que hoje constitui o Município do Machado.

****

Fontes de consulta.

1 - Alfredo Valladão - "Campanha da Princeza" - vol. I, ed. Leuzinger S. A., Rio de Janeiro, 1.937;
2 - Augusto de Lima Júnior - "A Capitania das Minas Gerais (Origens e Formação)" - 3ª ed., Instituto de História, Letras e Arte, Belo Horizonte, 1.965;
3 - Augusto de Lima Júnior - "As Primeiras Vilas do Ouro" - edição do Autor, Estabelecimentos Gráficos Santa Maria S. A., Belo Horizonte, 1.962;
4 - Aureliano Leite - "São Francisco de Paula de Ouro Fino nas Minas-Gerais" - Gráfica Sauer, Rio de Janeiro, 1.940;
5 - Caio Prado Júnior - "Formação do Brasil Contemporâneo" - 12ª ed., Editora Brasiliense, São Paulo, 1.972, págs. 55 a 79;
6 - Diogo de Vasconcellos - "Historia Antiga das Minas Geraes" - Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1.904;
7 - Diogo de Vasconcellos - "Historia Media de Minas Geraes" - Imprensa Official de Minas, Belo Horizonte, 1.918;
8 - Francisco Adolfo de Varnhagen - "História Geral do Brasil", tomos I a IV, Editora Melhoramentos, São Paulo, 1.956;
9 - Hélio Vianna - "História do Brasil" - vol. I, 6ª ed., Editora Melhoramentos, São Paulo, 1.967;
10 - João Capistrano de Abreu - "Os primeiros descobridores de Minas" - "*in*" "Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil", ed. da Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1.930, págs. 147 a 170, e "*in*" Revista do Archivo Publico Mineiro (1.901), Imprensa Official de Minas Gerais, Belo Horizonte, págs. 365 a 377;
11 - Joaquim Ribeiro Costa - "Estudo Histórico da Divisão Administrativa de Minas Gerais" - "*in*" Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, volume X, 1.963, págs. 67 a 92;
12 - José Alberto Pelúcio - "Baependi" - Ed. Gráfica Paulista, São Paulo, 1.942;
13 - José Matzner - "Guia do Sul de Minas" - Oficinas Gráficas Folha de Minas, Belo Horizonte, pág. 141;
14 - Nélson de Senna - "A Terra Mineira" - tomo II, Imprensa Official de Minas Geraes, Bello Horizonte, 1.926, págs 51 e seguintes;
15 - Nélson de Senna - "Chorographia de Minas Geraes" - "*in*" "Geographia do Brasil", ed. da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro comemorativa do 1º Centenário da Independência, vol. X, Typ. Pimenta de Mello & C., Rio de Janeiro, 1.922;
16 - Oiliam José - "Indígenas de Minas Gerais" - Edições Movimento-Perspecti-

va, Belo Horizonte, 1.965;
17 - Orville A. Derby - “Auctoridades coloniaes na raia de São Paulo e Minas Geraes durante o seculo XVIII” - “*in*” Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo, volume 5, 1.899-1.900, Typographia do Diario Official, São Paulo, 1.901, págs. 221 e seguintes;
18 - Pedro Calmon - “História do Brasil” - vols. I a IV, Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1.961;
19 - Pedro Taques - “História da Capitania de São Vicente” - Editora Melhoramentos, São Paulo;
20 - “Memorias da Camara de Campanha” - “*in*” Revista do Archivo Publico Mineiro, ano I, 1.896, Belo Horizonte, págs. 457 a 647.

AS PRIMEIRAS REFERÊNCIAS OFICIAIS À REGIÃO DO MACHADO. AUTORIDADES PARA ELA NOMEADAS ATÉ 1.831.

1 - Noção sobre o cargo de Guarda-Mor Geral das Terras e Águas Minerais.
2 - Noção sobre a organização militar da Capitania de Minas Gerais no fim do período colonial.
3 - Os Distritos de Ordenanças.
4 - Guardas-mores substitutos nomeados para a região do Machado.
5 - Autoridades militares nomeadas para a região do Machado.

****

1 - **Noção sobre o cargo de Guarda-Mor Geral das Terras e Águas Minerais**.

O cargo em estudo foi criado no ano de 1.679. Com o aumento das lavras, tornou-se impossível a presença do Administrador Geral das Minas em todos os locais de descobertos. Teve ele, por isso, que delegar funções a pessoas de sua confiança. Ao Guarda-Mor Geral cabia, dentre outras atribuições:
- conceder licenças para pesquisa e exploração de minas;
- fazer a medição das lavras e reparti-las em datas;
- julgar devolutas as datas não exploradas;
- colocar em pregão as minas pertencentes à Fazenda Real e dirigir a arrematação delas;
- evitar a saída de ouro em pó do distrito mineiro sem pagamento do quinto;
- conceder uso das águas correntes;
- fazer cumprir os regimentos, arbitrar dúvidas entre os mineiros e lavrar autos de desobediência;
- nomear guardas-mores substitutos e escrivães para servir nas partes mais distantes da Província; deferir-lhes juramento e dar-lhes posse.

Na sua "*Instrucção para o Governo da Capitania de Minas Geraes*", datada de 1.780, o Desembargador José João Teixeira Coelho faz

severas críticas ao abuso nas concessões de terras e águas minerais, concluindo:

> *" Não ha cousa mais inutil do que o emprego de guarda-mór geral: elle nunca está em Minas, e só vai a ellas para fazer nomeações de substitutos por avultadas quantias de ouro, vendendo-as publicamente. Que justiça se póde administrar, uma vez que os empregos publicos se fazem o objecto de um commercio sordido!" (pág. 380)*.

Com o tempo, dada a sistemática ausência do Guarda-Mor Geral, a nomeação de substitutos e escrivães ficou devolvida ao Governador da Capitania, "*em face do grave prejuízo ao Real Erário e detrimento aos mineiros*". Na segunda metade do século XVIII era titular do cargo Pedro Dias Paes Leme, já falecido em 1.783. Sucedeu-lhe Fernando Dias Paes Leme da Câmara, também sempre distante das Minas.

2 - **Noção sobre a organização militar da Capitania de Minas Gerais no fim do período colonial**.

Adverte Oliveira Torres (obra adiante citada, pág. 233) que, para compreender a organização militar de Minas no período colonial, cumpre atentar a que

> *"não existia propriamente a diferença que hoje conhecemos entre o Exército e a Polícia Militar, e, muito menos, entre a força pública nacional e a força pública local."*.

O sistema defensivo da Capitania baseava-se na tropa paga ou de primeira linha e nas tropas auxiliares, que compreendiam as Milícias (segunda linha) e os Corpos de Ordenança (terceira linha).

Para o nosso estudo interessam os últimos, que se formavam em cada um dos termos, subdividindo-se em companhias, com sede nos distritos. Era compulsório o alistamento, de que só se excluíam os menores de 18 e maiores de 60 anos, os eclesiásticos e fidalgos. A princípio as companhias eram formadas por 250 homens, divididos em 10 esquadras; mais tarde se reduziram a 60 integrantes. Quando não havia na localidade alistados em número bastante à organização de todos em companhias, formavam-se, com as chamadas sobras, esquadras autônomas.

Eram as Ordenanças comandadas pelo capitão-mor. As Companhias o eram pelo capitão, tendo por oficiais um alferes, um sargento e os cabos-de-esquadra necessários. Não eram remunerados, mas gozavam "*de todas as honras, graças, privilégios, liberdades, isenções e franquezas*" que em razão dos cargos lhes pertencessem. De início o provimento destes ocorria através de eleição pelas Câmaras, por um período de três anos; depois passou a ser feito pelos governadores, em caráter vitalício.

As Ordenanças fortaleciam o poder dos senhores de terras, que se utilizavam da força para impor a ordem e resguardar seu domínio. A escolha dos capitães-mores se fazia entre os moradores do lugar que fossem "*da melhor nobreza, cristandade e desinteresse*". O cargo, como acentua Diogo de Vasconcellos (trabalho no final referido, pág. 122), conferia grande prestígio e autoridade:

> *"Era, pois, o Capitão-Mór quem regia a localidade, obrigado a mantel-a em paz, prevenindo os crimes ou prendendo os criminosos. Podia mandar e tinha de ser obedecido em tudo quanto lhe parecia ou constava ser util a ordem publica, e ao socego da população. Podia prender correcionalmente os perturbadores, expellir da terra os vagabundos e forasteiros suspeitos, prohibir as reuniões em publico, permittir ou negar licença para divertimentos e festas de rua. Si o Capitão se limitasse a esses e outros deveres do officio quanto mais energico e austero, tanto mais era estimado. Valia em summa um autocrata, que só ao Capitão General dava contas."*.

Tanto as Ordenanças como as Milícias foram extintas em 1.831, com a criação da Guarda Nacional.

3 - **Os Distritos de Ordenanças**.

Cabe ressaltar, de início, que a expressão "*distrito*" não indicava naquela época, como agora, uma subdivisão do município. Seu sentido, conforme W. Almeida Barbosa, era bastante vago, designando qualquer região ou zona povoada. Era sinônima de "*paragem*" e "*continente*" - como também se costumava dizer.

É muito difícil discorrer sistematicamente sobre o assunto em exame, ante a imprecisão dos textos oficiais que o regularam. Os distritos de ordenanças eram criados com limites vagos, ou mesmo sem nenhuma descrição de limites. Em curto período se dividiam, e por vezes as autoridades militares neles sediadas passavam à nova companhia que se formava, sem que isso ficasse claro nos documentos. Ademais, a nomenclatura deles não se mantinha invariável nas cartas-patentes, o que gera hoje perplexidade em quem as examina e procura acompanhar seus desdobramentos e a seqüência de nomeações dos oficiais.

Cumpre ter em mente que nem todos os distritos cujos nomes continham as palavras "Machado" e "Douradinho" ficavam em terras de nosso atual Município. Feu de Carvalho, adiante referido, transcreveu interessante plano de reorganização civil da Província de Minas Gerais, apresentado em 1.826 pelo Secretário do Governo Luiz Maria da Silva Pinto. Nele se descreveram

os distritos de ordenanças existentes em 1.823, separados por comarcas, termos e freguesias, com sua população e número de fogos. Reproduzo dele (págs. 87/88) a parte que nos diz respeito:

- **Termo da Campanha da Princeza** (42.000 habitantes)

A - ***Freguesia de Sapucahy*** (Santana do Sapucaí, correspondente à atual Silvianópolis) - 3.572 habitantes. Distritos de ordenanças:

a) - **Sapucahy** - 122 fogos e 613 habitantes;
b) - **Coroado** - 113 fogos e 660 habitantes;
c) - **Água Limpa** - 130 fogos e 750 habitantes;
d) - **Dourado e Machado** - 105 fogos e 668 habitantes;
e) - **Dourado** - 153 fogos e 881 habitantes.

B - ***Freguesia do Douradinho*** - 2.635 habitantes. Distritos de ordenanças:

a) - **S. João do Douradinho** - 107 fogos e 1.077 habitantes;
b) - **S. João Baptista** - 173 fogos e 474 habitantes;
c) - **Rio Machado e Douradinho** - 66 fogos e 437 habitantes;
d) - **Espírito Santo** - 137 fogos e 1.075 habitantes.

- **Termo de Jacuhy** (15.236 habitantes)

A - ***Freguesia de Cabo Verde*** - 6.736 habitantes. Distritos de ordenanças:

a) - **Cabo Verde** - 340 fogos e 1.972 habitantes;
b) - **Mosambo** - 273 fogos e 1.378 habitantes;
c) - **Pinhal** - 88 fogos e 612 habitantes;
d) - **Machado Sacra Família** - 98 fogos e 986 habitantes;
e) - **S. José, e Dores** - 169 fogos e 935 habitantes;
f) - **Pedra Branca** - 131 fogos e 853 habitantes.

4 - **Guardas-mores substitutos nomeados para a região do Machado**.

João de Almeida da Fonseca foi nomeado em 17 de abril de 1.775 para o cargo de guarda-mor substituto das terras e águas minerais do distrito da freguesia de Santa Ana do Sapucaí, desmembrado de Cabo Verde (A.P.M. - S.C. - códice 185, pág. 92). Posteriormente, ele desistiu do "*destrito do Rio Machado*" - até então integrante do seu - "*em razão da grande distancia que dista da dita Freguezia, onde se lhe dificulta o providenciar aos Mineiros dele*". Foi então nomeado **João Paulo Carneiro** guarda-mor substituto das terras e águas minerais do distrito do Rio Machado, em 2 de agosto de 1.783 (A.P.M. - S.C. - códice 185, pág. 264). Esta é a primeira referência oficial à nossa região, em contrário do que supôs o ilustre Guerino Casassanta, num artigo publicado em "*O Machadense*" de outubro de 1.961 (no final referido).

É provável que Carneiro não tenha tomado posse do cargo, pois em 8 de março de 1.787 se nomeou **Francisco da Costa Soutto** guarda-mor substituto do Geral das terras e águas minerais do distrito dos rios Dourado e Machado (A.P.M. - S.C. - códice 246, págs. 73v./74v.). A respectiva provisão, que não menciona a anterior, repete respeitar à desistência feita por Fonseca

e à "*Grande Longetude, em que se acha, do refferido Destrito, que se faz encompativel o poder providenciar com a devida prontidão, os ditos dous Ribeiroens*".

Costa Soutto permaneceu no cargo até o falecimento. Em 15 de julho de 1.808 foi sucedido por **Alexandre do Amaral Coutinho** (A.P.M. - S.C. - códice 306, págs. 112v./113). A provisão deste, mostrando como era imprecisa a terminologia da época, fala só em "*Distrº e Fregª do Machado*", sem referir-se ao Rio Dourado.

5 - **<u>Autoridades militares nomeadas para a região do Machado</u>**.

Em 6 de março de 1.788 **Bernardo José Simões** foi nomeado capitão da Companhia de Ordenança de pé do "*Destrito Sapucahy, Dourado, e Machado*" (A.P.M. - S.C. - códice 249, págs. 282/283). Sua patente assinalava compor-se a Companhia de setenta soldados, com os respectivos oficiais. A provisão está também transcrita no A.P.M. - D.F. - códice (1)459, págs. 60v./61. **Bernardino Teixeira de Toledo**, na mesma data, recebeu o posto de alferes da dita Companhia (A.P.M. - S.C. - códice 249, págs. 283/283v.).

Em razão do falecimento de Simões, o Governador da Capitania nomeou em 23 de março de 1.798 **Manuel Marques de Oliveira** capitão da Companhia da Ordenança do "*Destrº de Sapucahi e Machado*" (A.P.M. - S.C. - códice 282, págs. 18/18v.). Essa provisão foi confirmada por carta-patente régia de 23 de maio de 1.801 (A.P.M. - S.C. - códice 273, págs. 67v./68). Carta de 31 de julho de 1.805 noticiou estar vago o posto de capitão do "*Destrito dos Campos*", por se haver ausentado Marques de Oliveira para diferente capitania. Nomeou então para ele **Domingos Antônio Soares** (A.P.M. - D.F. - códice (1)614, págs. 126/126v.).

Carta-patente de 8 (?) de julho de 1.800, atendendo a estar vago o posto de alferes da Companhia da Ordenança do Distrito de Santa Anna de Sapucahy e Machado, nomeou para ele **Silvestre da Costa Lima** (A.P.M. - S.C. - códice 291, págs. 52v./53). Este posteriormente ausentou-se do distrito, deixando vago o posto. Por isso, carta-patente de 7 de novembro de 1.808 substituiu-o por **João Antônio Soares** (A.P.M. - S.C. - códice 332, págs. 13v./14; e D.F. - códice (1)648, págs. 60v./61). Vale notar que tal documento se refere à região como "*Destrito dos Campos do Machado*".

No dia 30 de setembro de 1.800 foi criada nova Companhia, com as sobras da do Capitão Manuel Marques de Oliveira, no "*Destrito entre o Rio Dourado, e o Rio do Maxado*". Compunha-se de setenta soldados, com seus oficiais. Ao posto de capitão dela alçou-se **Bernardino Teixeira de Toledo**, que, como vimos, já fora alferes da outra (A.P.M. - S.C. - códice 291, págs. 127v./128). A provisão acha-se também no A.P.M. - D.F. - códice (1)566, págs. 146v./

147. Em 3 de janeiro de 1.801, **Bento Ferreira de Toledo** foi provido como seu alferes (A.P.M. - D.F. - códice (1)566, págs. 184/184v.).

Ausente Bernardino, foi nomeado capitão da dita Companhia o Alferes **Bento Ferreira de Toledo**. Isso se deu por carta-patente de 21 de janeiro de 1.815 (A.P.M. - S.C. - códice 361, págs. 191/192; e D.F. - códice (1)709, pág. 56. Vagando por tal motivo o posto de alferes, a ele guindou-se o sargento das mesmas Ordenanças **Antônio Francisco de Salles Ferreira de Toledo**. Sua provisão data de 23 de novembro de 1.816 (A.P.M. - S.C. - códice 371, págs. 85/85v.). Ela foi também transcrita no A.P.M. - D.F. - códice (1)733, pág. 25.

Carta-patente do Governador Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, datada de 14 de julho de 1.808, dava conta de estar vago o posto de alferes da Companhia da Ordenança do Distrito do Rio Machado, por ausência de **Antônio Manoel da Palma**, "*que o era*". Em vista disso, nomeou para o seu lugar **Antônio José da Freiria** (A.P.M. - S.C. - códice 312, pág. 234; e D.F. - códice (1)648, pág. 51). Ressalte-se que Palma havia sido nomeado em 23 de janeiro de 1.805, mas para o posto de alferes da Companhia da Ordenança criada no Distrito do Espírito Santo (A.P.M. - S.C. - códice 301, págs. 239/240; e D.F. - códice (1)614, pág. 87). Casassanta informa que **Manuel Francisco César** foi nomeado alferes do Distrito do Espírito Santo em 17 de agosto de 1.809, substituindo a Antônio Manoel da Palma. Não localizei a provisão por ele referida.

Estranhamente, carta de 6 de maio de 1.815 menciona que Antônio José da Freiria, por ausência, deixara vago o posto de alferes da Companhia da Ordenança do Distrito do Espírito Santo, da Freguesia do Douradinho. Foi então nomeado para o seu lugar **José Gonçalves de Barros** (A.P.M. - S.C. - códice 361, págs. 208v./209; e D.F. - códice (1)709, pág. 59). A referida Companhia fora criada por carta-patente de 7 de janeiro de 1.803, que nomeou **Manoel Ferreira do Prado** seu capitão (A.P.M. - D.F. - códice (1)588, págs. 179/179v.).

****

Não encontrei a provisão que criou a Companhia da Ordenança do Distrito de Santa Bárbara do Dourado e Sapucaí (ou do Dourado e Santa Bárbara do Sapucaí). Ela se compunha de sessenta soldados, com os respectivos oficiais. Ausente seu capitão **Domingos Pires**, carta-patente de 25 de novembro de 1.801 nomeou para o posto **Antônio de Morais Pessoa** (A.P.M. - S.C. - códice 297, págs. 102v./103). Este também ausentou-se do distrito, dando causa a que fosse nomeado capitão dele **Felisberto Cândido Roiz. do Prado**, em 20 de maio de 1.808 (A.P.M. - D.F. - códice (1)648, págs. 11/11v.). **Manoel da Costa Gouvea** foi provido como alferes da Companhia em questão por carta-patente de 30 de abril de 1.803 (A.P.M. - D.F. - códice (1)588, págs. 219/219v.). **Francisco José de Mello** foi nomeado sargento do número da Companhia do

"*Destrº de S. João do Doiradinho e Santa Barbara*", por provisão de 2 de janeiro de 1.809 (A.P.M. - S.C. - códice 371, pág. 54).

Estando mais uma vez vago o posto de capitão da Companhia da Ordenança do Distrito do Dourado, e Santa Bárbara do Sapucahi, "*por ausência do que o era*", nomeou-se para ele o Alferes **Manoel da Costa Gouvea**, em 13 de março de 1.810 (A.P.M. - S.C. - códice 333, págs. 12v./13; e D.F. - códice (1)648, págs. 155v./156v.). Ao lugar deste foi alçado, em 14 de janeiro do ano seguinte, **Miguel Lopes da Silva e Araújo** (A.P.M. - S.C. - códice 333, págs. 44v./45). Em substituição ao último, que também se ausentou do Distrito, foi nomeado alferes **Salvador Mendes de Oliveira**, por carta-patente de 7 de outubro de 1.812 (A.P.M. - S.C. - códice 357, págs. 28/28v.; e D.F. - códice (1) 698, pág. 28v.).

Como observa Guerino Casassanta, a Companhia do Distrito do Dourado e Santa Bárbara do Sapucaí parece ter sido dividida. Com efeito, carta-patente de 1º de setembro de 1.815 criou uma nova Companhia de Ordenança no Distrito de "*Santa Barbara do Douradinho*", com a denominação de Douradinho, composta de sessenta soldados, com os seus oficiais. Para o posto de capitão dela nomeou **Bento Ferreira de Macedo** (A.P.M. - S.C. - códice 361, págs. 275v./276v.; e D.F. - códice (1)709, pág. 85v.). Com o óbito deste, designou-se para substituí-lo o Sargento **João Ferreira de Tolledo**, através de carta-patente expedida em 10 de março de 1.828 (A.P.M. - S.P. - códice 58, págs. 16/17).

Provavelmente por força da divisão a que se aludiu no parágrafo anterior, carta-patente de 19 de dezembro de 1.818 noticiou estar vago o posto de capitão da Companhia da Ordenança do Distrito do Douradinho, por falecimento de Manuel da Costa Gouvea. Para substituí-lo nomeou-se o Furriel **Antônio Alves Negrão** (A.P.M. - S.C. - códice 371, págs. 268v./269; e D.F. - códice (1)733, pág. 182). Outrossim, no lugar de Salvador Mendes de Oliveira, que estava ausente, o Sargento **José Álvares de Gouveia** foi nomeado alferes da Companhia da Ordenança do Distrito do Douradinho, em 23 de dezembro do mesmo ano (A.P.M. - S.C. - códice 371, pág. 270v.; e D.F. - códice (1)733, pág. 183). Finalmente, por ausência de Gouveia elevou-se ao posto de alferes da Companhia de Ordenanças do "*Destrito de São João do Douradinho*" o Sargento do Número **Antônio Gonçalves da Cunha**, em 14 de maio de 1.822 (A.P.M. - S.P. - códice 11, págs. 61v./62).

****

Em 1º de fevereiro de 1.812 mais uma Companhia se criou, no distrito chamado apenas "*do Machado*", com sobras do de São José e Nossa Senhora das Dores. Composta de sessenta soldados, com seus oficiais, teve por capitão **Antônio Joaquim Pereira de Magalhães** (A.P.M. - S.C. - códice 333, págs. 213/213v.; e D.F. - códice (1)690, pág. 148). Ele ainda se achava no exercício do cargo em 18 de fevereiro de 1.828, segundo informação prestada pelo

Presidente da Província (A.P.M. - S.P. - códice 53, pág. 135).

O Primeiro-Sargento **Bernardino Ferreira de Carvalho** foi promovido a alferes da Companhia da Ordenança do Distrito de Santo Antônio do Machado, por carta-patente de 3 de novembro de 1.814 (A.P.M. - S.C. - códice 361, pág. 47v.; e D.F. - códice (1)698, pág. 186). Ao posto que até então ocupava nomeou-se o Segundo-Sargento **Francisco Leite de Abreu**, em 3 de outubro do ano seguinte (A.P.M. - S.C. - códice 361, pág. 308v.). Em razão da ausência de Bernardino, foi nomeado alferes da dita Companhia **José Antônio da Fonseca**, por carta-patente de 17 de julho de 1.817 (A.P.M. - S.C. - códice 371, pág. 169; e D.F. - códice (1)733, pág. 92).

Determinou-se por carta-patente de 27 de novembro de 1.816 a divisão do Distrito do Machado,

> *"desde a Ponte do Rio Dourado, pela Estrada q'. segue pª a Freg.a do Cabo Verde athe o Alto da Serra e por este athe a embocadura do Rio Machado, que segue entrando pella matta athe o Destrº do Esp.to Santo".*

O novo Distrito recebeu a denominação de "*Dourado*", e nomeou-se seu capitão o Tenente de Milícias **Antônio Luiz Pinto** (A.P.M. - S.C. - códice 371, pág. 95v.; e D.F. - códice (1)733, pág. 29v.). Em 14 de maio de 1.822 foi promovido a alferes da Companhia de Ordenanças do Distrito do Dourado o Sargento do Número **Anastácio Tavares Paes** (A.P.M. - S.P. - códice 11, págs. 61/61v.).

****

Casassanta, no artigo já lembrado, incluiu entre as companhias de ordenanças que ficavam na nossa região a do Distrito do Cascalho, criada em sobras do de São José e N. S. das Dores, por carta-patente de 24 de fevereiro de 1.812. Todavia, pela descrição de seus limites, nela feita, sou levado a concluir que se localizava fora do atual Município do Machado:

> *"divizando da Barra do Lambari, Sapucahy abaixo, athe a barra do Cabo Verde, e p.r este acima até o Serrote, e deste até as Cabeceiras do dº Lambari".*

Foi nomeado seu capitão **José Antônio Ferreira**, no comando de cinqüenta soldados com os respectivos oficiais (A.P.M. - S.C. - códice 333, págs. 227v./228). No dia 28 de setembro de 1.816 **Francisco Martins Alfena** foi provido no posto de alferes dele (A.P.M. - D.F. - códice (1)709, pág. 191v.).

O preclaro historiador arrolou ainda a Companhia da Ordenança do Distrito do Coroado, desanexada do Distrito de Santa Ana do Sapucaí. Seus limites não foram fixados na carta-patente de 24 de abril de 1.815,

que a criou. Nomeou-se para o posto de capitão dela **Manoel Joaquim do Espírito Santo** (A.P.M. - S.C. - códice 361, págs. 197v./198; e D.F. - códice (1)709, pág. 56v.). Em 9 de dezembro do mesmo ano foi nomeado seu alferes **Manoel Joaquim de Faria** (A.P.M. - S.C. - códice 361, pág. 307v.; e D.F. - códice (1)709, pág. 107).

******

Fontes de consulta.

A - **primárias - Arquivo Público Mineiro**

1 - Seção Colonial - códice 185, págs. 92 e 264;
2 - " " " 246, " 73v./74v.;
3 - " " " 249, " 282/283v.;
4 - " " " 273, " 67v./68;
5 - " " " 282, " 18/18v.;
6 - " " " 291, " 52v/53 e 127v/128;
7 - " " " 297, " 102v./103;
8 - " " " 301, " 239/240;
9 - " " " 306, " 112v./113;
10 - " " " 312, " 234;
11 - " " " 332, " 13v./14;
12 - " " " 333, " 12v/13 e 44v./45;
213/213v 227v/228;
13 - " " " 357, " 28/28v.;
14 - " " " 361, " 47v. e 191/192;
197v/198 208v/209;
275v./276v.;
307v. e 308v.;
15 - " " " 371, " 54, 85/85v, 95v,
169, 268v/269, 270v.;
16 - Seção Provincial - códice 11, págs. 61/62;
17 - " " " 53, " 135;
18 - " " " 58, " 16/17;
19 - Del. Fiscal - cod. (1)459, p. 60v./61;
20 - " " " (1)566, " 146v/147 e 184/184v;
21 - " " " (1)588, " 179/179v e 219/219v;
22 - " " " (1)614, " 87 e 126/126v;
23 - " " " (1)648, " 11/11v, 51, 60v/61 e
155v/156v;
24 - " " " (1)690, " 148;
25 - " " " (1)698, " 28v e 186:
26 - " " " (1)709, " 56/56v, 59, 85v, 107
e 191v;
27 - " " " (1)733, " 25, 29v, 92 e 182/183.

B - **secundárias**

1 - Dario Cardoso Vale - “Memória Histórica de Prados” - Belo Horizonte, 1.985, págs. 46 e 50;
2 - Diogo de Vasconcellos - “Linhas Geraes da Administração Colonial” - “*in*” Revista do Archivo Publico Mineiro, ano XIX, 1.921, págs. 103/125 - Imprensa Official de Minas Geraes, Bello Horizonte, 1.921;
3 - Geraldo Tito Silveira - “Crônica da Polícia Militar de Minas” - sem indicação de editora, Belo Horizonte, 1.966, págs. 25/42;
4 - Graça Salgado e outros - “Fiscais e Meirinhos - A Administração no Brasil Colonial” - Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1.985, págs. 97/112 e 283/285;
5 - Guerino Casassanta - “A Cidade do Machado” - artigo publicado em “O Machadense”, ns. 850 a 853, de 8 a 29 de outubro de 1.961;
6 - João Camilo de Oliveira Torres - “História de Minas Gerais” - vol. I, 3ª ed., Editora Lemi S/A, Belo Horizonte, 1.980, págs. 233/243;
7 - José do Patrocínio Lefort, Monsenhor - “Cidade da Campanha” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.972, págs. 43/46;
8 - José João Teixeira Coelho - “Instrucção para o Governo da Capitania de Minas Geraes” - “*in*” Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil, 3º trimestre de 1.852, tomo XV, 2ª ed., págs 255/481 - Typographia Universal de Laemmert, Rio de Janeiro, 1.888;
9 - Manoel José Pires da Silva Pontes - “Manual do Guarda Mor” - “*in*” Revista do Archivo Publico Mineiro, ano VII, fascículos I e II, janeiro a junho de 1.902, págs. 357/370 - Imprensa Official de Minas Geraes, Bello Horizonte, 1.902;
10 - Oliveira Viana - “Populações Meridionais do Brasil” - Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1.973, págs. 142 e 143;
11 - Theophilo Feu de Carvalho - “Comarcas e Termos” - Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, Bello Horizonte, 1.922, págs. 71 a 96;
12 - Víctor Nunes Leal - “Coronelismo, Enxada e Voto” - 2ª ed., Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1.975, págs. 211 a 213;
13 - Waldemar de Almeida Barbosa - “História de Minas” - vol. 3, Editora Comunicação, Belo Horizonte, 1.979, pág. 568.

****

AS SESMARIAS

1 - Rudimentos da organização sesmarial.
2 - A concessão de sesmarias na região do Machado.
3 - Relação das cartas de sesmaria relativas à região do Machado encontradas no Arquivo Público Mineiro.

****

1 - **Rudimentos da organização sesmarial**.

Conforme a definição sempre repetida das Ordenações Filipinas,

> *"sesmarias são propriamente as dadas de terras, casas, ou pardieiros, que forão, ou são de alguns senhorios, e que já em outro tempo forão lavradas e aproveitadas, e agora o não são".*

José João Teixeira Coelho, na página 449 da obra adiante referida, assim as conceituava:

> *"As sesmarias são as porções das terras ou matos maninhos e bravos pertencentes a S. Magestade, que nunca foram lavrados, nem aproveitados, e que se concedem a sesmeiros que os rompam e semêem, para que haja abundancia de mantimentos.".*

O sistema sesmarial português, transplantado para o Brasil, disciplinou-se por lei de 1.375, pelas Ordenações e por sucessivas cartas régias, resoluções e forais. Os donatários das Capitanias foram autorizados a distribuir terras aos colonos, que se obrigavam a cultivá-las em certo prazo. Tomé de

Souza e os governadores-gerais que lhe sucederam também fizeram fartas concessões de sesmarias, incentivando o povoamento e a exploração da Colônia. Muitos abusos houve que desvirtuaram a instituição, concentrando áreas enormes e inaproveitadas em mãos de poucas famílias.

As primeiras outorgas de sesmaria em Minas Gerais ocorreram por volta de 1.711. Na nossa região, via de regra, era concedida meia légua de terra em quadra. Segundo informa W. A. Barbosa, a légua de sesmaria tinha 6,6 quilômetros. Assim, embora diminuta em comparação com os latifúndios distribuídos alhures, sua área ainda era considerável: 43,56 km2., ou seja, mais da metade do município de Carvalhópolis. As respectivas cartas impunham as seguintes condições (nem sempre atendidas) ao sesmeiro:

- que não tivesse outra sesmaria, e que a concedida não se localizasse no todo ou parcialmente em áreas proibidas;
- que nela não houvesse interpolação de outras terras, ainda que inúteis;
- que a área não compreendesse a situação e logradouro de algum arraial, ou capela em que se administrassem ao povo sacramentos com licença do Ordinário, até a distância de um quarto de légua;
- que também não compreendesse as margens de algum rio navegável, ficando nesse caso, de uma e outra, terra bastante para o uso de passageiros, além de se deixar livre de uma das bandas meia légua de terra para comodidade pública e de quem arrendasse a passagem;
- que reservasse os sítios dos confinantes, suas vertentes e logradouros;
- que, dividindo as terras por mato virgem com outra sesmaria, deixasse em tal extremidade uma faixa de duzentos palmos;
- que conservasse a décima parte dos seus matos virgens, sendo a metade junto dos córregos ou rios, para a criação e conservação das madeiras necessárias ao uso público;
- que a mercê não impedisse a repartição dos descobrimentos de terras minerais, nem os caminhos e serventias públicas que na área existissem ou parecesse conveniente abrir;
- que a sesmaria fosse demarcada judicialmente dentro de um ano;
- que fosse povoada e cultivada, no todo ou em parte, dentro de dois anos;
- que fosse requerida a Sua Majestade confirmação do benefício dentro de quatro anos;
- que na área não sucedessem religiões, igrejas ou eclesiásticos por nenhum título, mas que, vindo estes a possuí-la, fosse com o encargo de pagar dízimos como quaisquer seculares.

Resolução de 17 de julho de 1.822 pôs termo ao regime de sesmarias no Brasil. Por certo período a questão fundiária ficou pendente de regulamentação, até que a lei 601, de 18 de setembro de 1.850, disciplinou a aquisição de terras, instituiu o seu registro e legalizou as posses existentes. Dela se cuidará noutro local.

2 - **A concessão de sesmarias na região do Machado**.

Em vários códices do Arquivo Público Mineiro estão registradas as cartas de concessão de sesmarias em nosso Estado. Encontram-se poucas relativas à região do Machado, e a tal respeito cumpre fazer duas observações. Por primeiro, a vagueza na descrição das áreas outorgadas torna difícil identificá-las e localizá-las. É possível, assim, que algumas referentes a este Município não tenham sido citadas, e que outras, incluídas no rol adiante, sejam de lugares diversos. O ponto mais seguro de referência foi o Rio Machado, já conhecido por tal nome nas últimas décadas do século XVIII. Então, cuidei de enumerar as em que ele é mencionado, conquanto ignore se suas áreas estão de fato dentro dos nossos atuais limites. Em segundo lugar, deve-se ter em mente que nem toda propriedade imóvel foi adquirida através de sesmarias. Com freqüência, ocorria a ocupação de terras sem que se cuidasse de legalizar a posse. Atesta-o Ruy Cirne Lima no livro adiante citado, página 37:

> *"Assenhorear-se de um pedaço de terra e cultivá-lo, além de tudo, devia, para os nossos colonizadores, ser preferível a correr a hierarquia da administração até ao governador e, depois, até ao rei, a fim de obter uma concessão de sesmaria.*
> *As concessões de sesmarias, na maioria dos casos, restringiam-se, portanto, aos candidatos a latifúndios, que, afeitos ao poder, ou ávidos de domínios territoriais, jamais, no entanto, poderiam apoderar-se materialmente das terras que desejavam para si."*.

No mesmo sentido é a lição de W. A. Barbosa em "*A Decadência das Minas e a Fuga da Mineração*", página 143:

> *"Havia ainda os que, não possuindo condições de requerer a sesmaria, simplesmente se estabeleciam, nas sobras de terras, delas se apossavam, criavam suas fazendas, e, mais tarde, vendiam-nas ou as deixavam a seus herdeiros. Isso era mais comum do que se pode imaginar."*.

Registre-se, por fim, a afirmativa de Daisy de Lacerda Abreu (página 67 da obra referida no final):

> *"em primeiro lugar, havia a ocupação da terra e aproveitamento e depois é que surgia a preocupação com a legalização da propriedade. Esse era o momento em que a sesmaria era solicitada."*.

Sem citar sua fonte de informação, Oscar Ferreira Prado (obra adiante mencionada, páginas 188 e 189) noticia a concessão de duas

sesmarias, por volta de 1.790, em terras que hoje formam o Município de Paraguaçu. Afirma que a primeira delas, dada ao Capitão Manoel Luiz Ferreira do Prado, media três léguas em quadra, com as seguintes confrontações:

> *"iniciadas na confluência do Rio Dourado com o Sapucaí, sobe por aquele, até proximidades do Rio Machado; desce por este até o Ribeirão do Macuco; sobe por este, até as nascentes do Ribeirão do Carmo, atravessando a Serra da Bela Vista; pelo ribeirão abaixo, até sua foz no Rio Sapucaí; por este acima até o ponto onde teve começo e finda esta demarcação."*.

Diz também que a segunda, com a mesma dimensão, doada ao português Agostinho Fernandes de Lima Barata,

> *"tinha início na foz do Ribeirão do Carmo; descendo pelo Sapucaí, até a foz do Rio Machado; subindo por este, até a foz do Ribeirão Macuco; e seguindo por este até o ponto inicial desta confrontação, em divisas com terras cedidas a Manoel Ferreira."*.

Homero Costa, nosso historiador, sustenta no trabalho adiante referido, página 6, que

> *"as primeiras atividades agrárias, desbravadoras da terra machadense, de que surgiram mais tarde, as principais fazendas, responsáveis, de par com outras que se foram formando, pelo seu desenvolvimento agro-pecuário, através do tempo - derivaram, inicialmente, de sesmarias concedidas a dois grupos de famílias: - o do Capitão-mor Custódio José Dias, propriamente, tendo por sede inicial a fazenda da "Cachoeira", residência do mesmo; e o que resultou de dois ramos de sobrinhos seus, casados, quase todos, com primas, sendo, os do primeiro ramo, filhos de sua irmã - Quitéria da Silva - casada com o português Antônio Moreira Baeta; e os do segundo ramo, filhos de sua outra irmã - Ana Josefa da Silva - casada com o Alferes Marcos de Sousa Magalhães."*.

E acrescenta:

> *"A sesmaria concedida ao Capitão-mor localizou-se em área territorial que, tendo começo cerca de alguns quilômetros ao norte da futura cidade de Machado, estendia-se, ainda, para o lado norte, abrangendo, em grande parte, terras pertencentes aos atuais municípios de Alfenas e Fama, talvez em maior quantidade." (ibidem).*

Também ele não declinou a origem de seu conhecimento. Pesquisando no Arquivo Público Mineiro e no Arquivo Nacional, não logrei encontrar concessões de sesmarias a tais pessoas.

João Honorato de Carvalho Filho, em artigo publicado na "*Folha Machadense*" de 6 de setembro de 1.981, afirma, sem mencionar a fonte de sua informação:

> *"O primeiro sesmeiro na região de Machado, do lado de lá do rio, foi o Capitão-mor Caetano José Lourenço de Carvalho, casado com Ana Margarida Josefa de Macedo"*.

Observe-se que ao menos as terras doadas à Capela da Sacra Família e as vendidas ao Padre Martins haviam sido adquiridas por compra de Maria Antônia do Espírito Santo, que, de sua vez, as houve "*por posses que seu fallecido marido lançou nellas*".

3 - **Relação das cartas de sesmaria relativas à região do Machado encontradas no Arquivo Público Mineiro**.

Tive por roteiro, aqui, o artigo "*A Cidade do Machado*", de Guerino Casassanta, que o jornal "*O Machadense*" publicou em quatro edições, no mês de outubro de 1.961. Há algumas divergências na numeração de códices e páginas por causa de mudanças feitas no A.P.M. após a pesquisa do ilustre escritor.

A - **Francisco de Salles Xavier de Toledo** e **José Ferraz de Araújo** (Seção Colonial, códice 140, páginas 110v. a 111v.) - Ambos, moradores na freguesia da Campanha do Rio Verde, receberam três léguas de comprido e uma de largo, ou três de largo e uma de comprido, ou légua e meia em quadra, para criação de gado vacum e cavalar. É a mais antiga sesmaria em nossa região de que se tem notícia, concedida em 16 de abril de 1.765. A carta localiza-a apenas

> *"no rio Sapucahy abaixo na passagem de sertão chamada o Ouvidor"*.

Concluo que Cassassanta a situou no Machado pela menção ao bairro rural.

B - **Bernardo José Simões** (Seção Colonial, códice 265, páginas 55v. a 57) - Morador em Santa Ana do Sapucaí, recebeu por carta de 22 de maio de 1.795 meia légua de terra em quadra "*na paragem denominada a Boa Vista no Caminho que vai do Arraial de Santa Anna para Cabo Verde*". Suas confrontações foram assim indicadas:

> *"pela parte do Sul com as do falescido Jozê Vieira da Fonceca pelo alto do morro da Boa Vista, e pelo Poente com Antonio da Costa Gonzaga, pelo Norte com Antonio Salgado de Lima, e pelo Nascente com Cipriano Coelho de Souza, e o Ribeirão do Machado"*.

Segundo noticiam os autores da obra "*Família Franco*", adiante citada, esta sesmaria era conhecida pelo nome de "Barreiro", e abrangia

> *"a totalidade do território do Município de Ipuiúna, parte dos de Santa Rita de Caldas, de Congonhal, Senador José Bento, Espírito Santo do Dourado" (pág. 12)*.

Entretanto, tendo a área acima citada, ela não podia compreender toda a região descrita. Informam também aqueles autores que Simões era português, natural de São Miguel da Cerveira, no Arcebispado de Braga. Casou-se com Maria Ferreira e teve os filhos Maria de Paula, Benta Francisca, Bernardo José Simões, Domingos Pires Eustáquio e Ana Justina. Foi assassinado nos Campos de Caldas em 1.797, com 58 anos de idade.

C - **Antônio Salgado de Lima** (Seção Colonial, códice 265, páginas 57v. a 59) - Habitante de Santa Ana do Sapucaí, recebeu meia légua de terra em quadra "*no Caminho que vai do dito Arraial para o Cabo verde*", dentro das seguintes divisas:

> *"pelo Sul com Terras do Capitão Bernardo Jozê Simoens, e com a Fazenda que foi do falescido Lucas Borges de Carvalho, pelo Poente com Antonio da Costa Glz.', e pelo Nascente com Cipriano Coelho de Souza"*.

Sua carta também é de 22 de maio de 1.795. Casassanta citou-a com data e localização incorretas.

D - **Francisco Moreira de Piza Barreto** (Seção Colonial, códice 275, páginas 46 a 48) - Ganhou meia légua de terra em quadra "*na paragem chamada a Caxoeira do Rio do Machado*", nestes limites:

> *"da beira do Rio Maxado pelo Corgo do Papagaio com os herdeiros do Sargento Manoel Xavier the ponte alta, e dahy pelo Corgo fundo, ou do esmeril the suas cabeceiras, e atravessando por hum Campo the a cabeceira do Corgo do Macuco com a Sismaria do Tenente Coronel Francisco de Sallez e dahy pelo macuco abaixo com Francisco Rabello"*.

A concessão ocorreu em 14 de novembro de 1.797.

E - **Ângela Bernarda de Toledo** (Seção Colonial, códice 286, páginas 95 a 96v.) -

Por carta de sesmaria passada em 18 de outubro de 1.798, recebeu meia légua de terra em quadra "*na paragem chamada a Caxoeira do Rio do Maxado*", dentro das confrontações seguintes:

> *"pela parte do Sul com as Sesmarias de Francisco Moreira de Piza Barreto, pela parte do Nascente com as de Francisco Rabello, pelo Corgo do Macuco the a Barra do mesmo, Rio Machado"*.

F - **Ângela Maria de Jesus** (Seção Colonial, códice 286, páginas 250v. a 252) - Foi-lhe concedida meia légua de terra em quadra "*na paragem chamada o Corrego de Cracuatá Corrego do minhoqueiro, e furado, vertentes ao Rio do Machado*", dentro destes limites:

> *"pela parte do Nascente com as de Fran.co de Sales pelo corrego do Papagaio the a ponte alta, e dahi pelo m.mo Papagaio abaixo com a Sesmaria de Fran.co Moreira de Piza Barreto, athe a Beira do Rio do Machado, e por este assima, the a vertente chamada o furado, e dahi pela parte do Sul com os herdeiros de Manoel Xavier, a sahir direito a hum alto do Espigão de Campo onde mora Joze de S. Payo Ramos cortando direito a hum Pau de massaranduba, q'. esta no alto do Espigão do Campo descendo direito ao dito corrego Papagaio"*.

A carta de sesmaria data de 10 de outubro de 1.799.

G - **Antônio Manoel Xavier de Toledo** (Seção Colonial, códice 286, páginas 259 a 260) - Recebeu "*na paragem chamada a Ponte Alta*" meia légua em quadra das terras que dividiam

> *"pello Corgo chamado do Papagaio com as de Franco de Sales, e p.r outro corgo com as do falescido José Per[a]"*

Era morador na Campanha do Rio Verde, e sua carta de sesmaria foi expedida em 18 de janeiro de 1.800.

H - **Ignácio Xavier Rangel** (Seção Colonial, códice 289, páginas 97v. a 99) - Foi-lhe concedida meia légua em quadra das terras devolutas situadas "*na paragem chamada a Fazenda Velha*", Distrito de Santa Ana do Sapucaí, que confrontavam

> *"com as de Joaquim Xavier da S[a] de Toledo, com as de M.el Alves de Lima, e com as de Antonio Manoel Xavier de Toledo"*.

A carta de sesmaria data de 21 de janeiro de 1.800.

I - **Joaquim Xavier da Silva de Toledo** (Seção Colonial, códice 289, páginas 102 a 103) - Recebeu na mesma paragem chamada "*a Fazenda Velha*" meia légua em quadra das terras devolutas que dividiam "*de huma banda com o Corgo do Papagaio*". Sua carta, que não contém outros dados identificadores, é de 24 de janeiro de 1.800.

J - **Joaquim Bello de Macedo** (Seção Colonial, códice 289, páginas 131 a 132) - Ganhou meia légua de terra em quadra nas cabeceiras do Macuco, dentro deste perímetro:

> *"pella parte do Nascente com as de José Ribeiro e com as de Fran.co de Sales Xavier de Tolledo, pella parte do Sul com o mesmo Fran.co de Sales X.er de Tolledo, pello Poente com as de Fran.co Morª de Piza Barretto e com as de D. Angela Bernarda de Toledo".*

A carta de sesmaria foi expedida em 18 de abril de 1.800.

L - **Branca Marcelina da Trindade** (Seção Colonial, códice 293, páginas 36 a 37) - Sua sesmaria ficava na paragem do Ribeirão de S. José, Freguesia do Cabo Verde. Foi-lhe concedida meia légua em quadra das terras devolutas que se limitavam

> *"pela parte de baixo com as de Luiz Antonio da Cunha, e pela parte do Sul com as de Joaquim Roiz, e pelo Poente com hum pedaço de Certão inculto, e pelo Nasc.e com as de M.ª Glz. de Szª, pelo R.º Mach.do".*

A carta data de 21 de fevereiro de 1.801.

M - **Joaquim Xavier da Silva Toledo** (Seção Colonial, códice 377, páginas 248 e 248v.) - É certamente o mesmo mencionado no item I. Recebeu meia légua de terra em quadra "*no Lugar denominado o Ribr.º de S. Thome*", Freguesia de Cabo Verde, sem indicação dos confrontantes. A outorga ocorreu em 25 de janeiro de 1.819.

N - **José Álvares Paredes** (Seção Colonial, códice 377, páginas 333 e 333v.) - Recebeu por sesmaria em 13 de novembro de 1.819 uma légua, "*no Sertão do Ribeirão da Assumpção vertente ao Rio Maxadinho*", das terras devolutas que confinavam

> *"pelo Nascente com os herdr.os de Pedro de Sz.ª, pelo Poente com os herdr.os de José Rabello, pelo Sul com os herd.os de Manoel Gomes, e pelo Norte com Antonio da S.ª, e Jozé Prz'. de Godois".*

O - **Thomé Antônio de Oliveira, Francisco Gonçalves Lima, José Gonçalves Lima** e **Antônio Pinheiro d'Oliveira** (Seção Colonial, códice 384, página 99) - Receberam no lugar apelidado de Lagoa, Freguesia de S. Ana do Sapucaí, meia légua em quadra das terras devolutas que confrontavam

"de hum lado com terras do S. M.r J.e Ant.º d'Almd.ª, de outro com o Cap.m Ant.º Alz'. Negrão, e M.el J.e Glz'.".

A carta de sesmaria foi passada em 24 de julho de 1.821.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - A.P.M. - S.C. - códice 140, págs. 110v. a 111v.;
2 - " " " 265, " 55v. a 59;
3 - " " " 275, " 46 a 48;
4 - " " " 286, " 95/96v.; 250v./252; e 259 a 260;
5 - " " " 289, " 97v./99; 102/103; e 131 a 132;
6 - " " " 293, " 36 a 37;
7 - " " " 377, " 248/248v; 333/333v;
8 - " " " 384, " 99.

B - **secundárias**

1 - Costa Porto - "O Sistema Sesmarial no Brasil" - Editora Universidade de Brasília, sem data;

2 - Daisy Bizzocchi de Lacerda Abreu - "A Terra e a Lei" - co-edição da Secretaria de Cultura e Comissão de Geografia e História de São Paulo, Roswitha Kempf Editores, São Paulo, 1.983;

3 - Gabriel Junqueira Franco e Luiz Alberto Franco Junqueira - "Família Franco - Genealogia e História" - Oficinas da Escola Profissional Dom Bosco, Poços de Caldas, 1.983, págs. 12, 258, 294, 299, 300, 571, 587, 589 e 594;

4 - Guerino Casassanta - "A Cidade do Machado" - artigo publicado em "O Machadense", ns. 850 a 853, de 8 a 29 de outubro de 1.961;

5 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - edição do Serviço de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Machado, Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem data;

6 - João Honorato de Carvalho Filho - "Centenário de emancipação Política do Machado" - artigo publicado na "Folha Machadense" nº 368, de 6 de setembro de 1.981, página 40;

7 - José João Teixeira Coelho - "Instrucção para o Governo da Capitania de Minas Geraes" - "*in*" Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil, 3ª série, nº 7, 3º trimestre de 1.852; tomo XV, 2ª ed., Typographia Universal de Laemmert, Rio de Janeiro, 1.888, págs. 449 a 452;

8 - Marina Camargos Tymburib - "Da Posse e da Propriedade nas Minas Gerais" - "*in*" Boletim da Biblioteca Pública de Minas Gerais "Prof. Luís de Bessa", nº 2,

Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.971, págs. 31 a 40;
9 - Oscar Ferreira Prado - “O Sertão dos Mandibóias” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.981, págs. 188 e 189;
10 - Paulo Carneiro Maia - “Sesmarias” - separata da Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, nº CXLVIII, 1.952, págs. 143 a 154;
11 - Ruy Cirne Lima - “Pequena História Territorial do Brasil - Sesmarias e Terras Devolutas” - 2ª ed., Livraria Sulina Editora, Porto Alegre, 1.954;
12 - Waldemar de Almeida Barbosa - “A Decadência das Minas e a Fuga da Mineração” - edição do Centro de Estudos Mineiros, Imprensa da UFMG, Belo Horizonte, 1.971, págs. 56 e 143;
13 - Waldemar de Almeida Barbosa - “Dicionário da Terra e da Gente de Minas” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 171 e 172;
14 - Waldemar de Almeida Barbosa - “História de Minas” - vol. I, Editora Comunicação, Belo Horizonte, 1.979, págs. 231 a 250.

****

SURGIMENTO DO ARRAIAL DO DOURADINHO: SUA CAPELA.

1 - A importância da Igreja Católica no Brasil Colonial e na fundação de povoados.
2 - Escassas informações recolhidas sobre a origem do Arraial do Douradinho, as primeiras capelas e seu patrimônio.

****

1 - **A importância da Igreja Católica no Brasil Colonial e na fundação de povoados**.

Durante todo o período colonial - e mesmo posteriormente - esteve a Igreja Católica intimamente ligada ao Poder Público, por força do direito de padroado. Este consistia na jurisdição espiritual, outorgada pela Santa Sé à Ordem de Cristo, sobre as terras ultramarinas, conquistadas e por conquistar, que não pertencessem a nenhuma diocese. Em 1.522 o Papa Adriano VI conferiu ao Rei de Portugal D. João III o grão-mestrado da Ordem, depois transmitido a seus sucessores. Com isso, os monarcas lusitanos passaram a ter grande ingerência nos assuntos eclesiásticos, exercendo ao mesmo tempo o governo civil e o religioso. Cabia-lhes cobrar e administrar os dízimos, apresentar nomes para o provimento de dioceses, paróquias e outros cargos eclesiais; construir e manter locais de culto, remunerar o clero e expandir a fé cristã.

Sendo o Catolicismo a religião oficial, também na vida privada dos cidadãos se mostrava onipresente a Igreja. Conforme ressalta Caio Prado Júnior, as necessidades espirituais se colocavam no mesmo plano que as exigências civis, e sobre umas e outras o poder eclesiástico ditava normas. Só com o decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1.890, se operou a separação entre Igreja e Estado. Ele consagrou a plena liberdade de cultos e extinguiu o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas.

Na formação dos povoados o sentimento religioso teve papel preponderante. Waldemar de Almeida Barbosa informa que 90% das cidades mineiras surgiram em torno de uma capela, construída dentro do patrimônio doado por fazendeiros. Assim também sucedeu com as sedes de nossos distritos. Por isso, embora dedicando parte da obra especificamente à história religiosa, cuido neste e nos capítulos seguintes de temas pertinentes à Igreja e a seus ministros.

2 - **Escassas informações recolhidas sobre a origem do Arraial do Douradinho, as primeiras capelas e seu patrimônio**.

A constituição de patrimônio aos templos, necessária para que fossem sagrados, dependia de provisão da autoridade eclesiástica. Para isso instaurava-se processo na sede do bispado, cujos autos são hoje o mais importante, se não único, documento histórico da origem de muitas vilas e cidades. Não se encontram, infelizmente, os da Capela de São João Batista do Douradinho. É provável tenham sido destruídos num incêndio que atingiu parte do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Por tal motivo, da fundação do Arraial só se conhecem relatos imprecisos, esgarçados pela fantasia e pela pátina dos anos.

Bernardo Saturnino da Veiga, nas páginas 162 e 163 do "*Almanach Sul-Mineiro para 1874*", transmite a versão que recolheu acerca do tema:

> *"Refere uma tradição, geralmente aceita, que os primitivos fundadores desta antiga povoação forão Maria Leite e seus irmãos, que, tendo visto morrer seu pai, Silvestre Leite, afogado no rio Sapucahy, o mandarão enterrar exactamente no lugar em que está hoje edificada a egreja matriz, assignalando-o com uma cruz. - Em seguida forão em derredor erguendo suas habitações, e, mais tarde, planejada a povoação, derão para o patrimonio os terrenos precisos.*
> *Em que anno, porém, isto ocorreu, não o diz a tradição nem nos informarão aquelles á quem consultamos, como os mais conhecedores da origem e historia do lugar.*
> *Parece entretanto que é esse successo do fim do ultimo ou começo do presente seculo, pois que por Alvará de 19 de Outubro de 1813 foi o lugar instituido em curato, sob a invocação de S. João Baptista do Douradinho."*.

Em artigo não assinado, que sobre o Distrito do Douradinho publicou "*O Machadense*" nº 104, de 2 de junho de 1.934, página 25, consta que a doação do patrimônio teria sido feita pelo próprio Silvestre Leite, e não por seus filhos. Lá se diz também que era de quarenta alqueires a área cedida, repetindo informação do "*Almanak Sul-Mineiro para 1884*".

No livro "*Diocese de Pouso Alegre*", organizado pelo Cônego João Aristides de Oliveira, há informações mais seguras, colhidas nos arquivos do Bispado e das paróquias que o compõem:

> *"A mais antiga referência que se conhece sobre Douradinho é do ano de 1792, quando habitantes desse bairro, então pertencente à Paróquia de Santana do Sapucaí, levaram seus filhos a batismo na séde da sua freguesia. O bairro prosperou rapidamente, pois, em 1803, já havia ali uma capela dedicada a S. João Batista. Nesse ano, durante as festas do padroeiro, no mês de Junho, realizaram-se diversos casamentos na referida capela. No ano de 1804 já existia ali um cemitério, e funcionava como capelão o Pe. Joaquim Borges (depois coadjutor em Santana)." (página 112).*

Por volta de 1.806 o Padre Luiz Gomes de Oliveira lá construiu nova capela, de que foi cura durante vários anos. É o que se vê em documento existente no Arquivo Nacional sobre a criação da Freguesia, cujo exame se fará noutro capítulo (caixa 286, pacote 4, nº 48, páginas 1 e 2). Em 6 de junho de 1.808 foi passada provisão para benzê-la, conforme noticia o seguinte documento, que o Cônego Oliveira (*op. cit., ibidem*) transcreveu do livro de tombo da Matriz de Silvianópolis:

> *"Joaquim José Mariano, Conego Prevendado da Cathedral desta Cidade de São Paulo; nella, e todo Seu Bispado interinamente Provisor, Vigario Geral e Juiz de Genere, casamentos e residu-o; por Sua Excelencia Reverendissima. Faço saber que attendendo ao que por sua petição representarão a Sua Excelencia Reverendissima os moradores do Bairro do Doiradinho da Freguezia de Sapucahy, que a Capella de São João Baptista erecta no dito Bairro se achava concluida, preparada, e paramentada; e sendo remetida por Sua Excelencia, mandei proceder a vistoria, e achando-se adita Capella decentemente ornada, paramentada, e patrimoniada, Hei por bem conceder faculdade para nella se celebrar o Santo Sacrificio da Missa, e Divinos Officios, em quanto se não mandar ocontrario; salvos os Direitos Paroquiaes, sendo primeiramente benta na forma do Ritual Romano; bem como o seo competente Adro, pelo Reverendo Luiz Gomes de Oliveira, aquem dou commissão para esse effeito, de que passará certidão nas costas desta, que será registada no Livro do Tombo da Freguezia, para atodo tempo constar. Dado em São Paulo sob Sello das Armas de Sua Excelencia Reverendissima, e meo signal aos seis de Junho de mil oitocentos e oito. Eu Padre Fernando Lopes de Camargo Escrivam ajudante da Camara Episcopal a*

escrevi. - Joaquim José Mariano - Lugar do Sello - Cerqueira - Registado no livro terceiro a folhas cento e treze. São Paulo, seis de Junho de mil oitocentos e oito - Cerqueira - Provisão para se poder celebrar o Santo Sacrificio da Missa, e Divinos Officios, na Capella de São João Baptista do Douradinho da Freguesia de Sapucahy; e para ser benta pelo Reverendo Luiz Gomes de Oliveira". Seguia-se a certidão do seguinte teor: "Certifico que no dia quatorze do mez de Junho benzi a Capella, e Adro desta applicação de São João Baptista do Douradinho; tudo conforme o Ritual Romano; o referido he verdade, e sendo necessario o juro aos Santos Evangelhos. Doiradinho desassete de Junho de mil oitocentos e oito. - O Capelão Luiz Gomes de Oliveira.".

Infelizmente, os primeiros livros de tombo das paróquias de Silvianópolis e Douradinho estão hoje extraviados, motivo por que não foi possível conferir a transcrição e obter outros dados sobre o assunto.

Em 1.818 a igreja, já matriz da Freguesia, necessitava de reformas "*para o seu acrescentamento enella se acomodar o pôvo*". Antônio José Rodrigues e José Gonçalves da Costa, procuradores das obras, pediram então licença para vender as terras que faziam parte do seu patrimônio, alegando também que haviam sido invadidas por terceiros. O requerimento se encontra no Arquivo Nacional (caixa 281, pacote 3, documento nº 115), e informa que o patrimônio fora constituído pelo aplicado José Alvez Paredes "*em huma porção de terras de matto de cultura*", e julgado por sentença sem oposição de pessoa alguma. Por sua importância, transcrevo-o na íntegra:

"Dizem Antonio Jozé Rodriguez, e Jozé Gonçalves da Costa, Procuradores das obras da Igreja Matriz de S. João Baptista, do Doiradinho Termo da Villa da Campanha da Princeza, Comarca do Rio das Mórtes, pertencente porem ao Bispado de Sam Paulo, que estando esta Freguezia, que hoje he em de Capella Filial de Sancta Anna de Sapucahi, se lhe fez Patrimonio por hum seu Applicado Jozé Alvez Paredes, em huma porção de terras de matto de cultura, cujo Patrimonio se julgou por Sentença sem opposição de pessoa alguma; ecomtudo vendo alguns malevolos que reduzida esta Capella á Igreja Matriz, eque tinha porisso cessado o Patrimonio, ficando Livre aqual quer do Povo lançar mão delle para oseu uzo, com effeito ahi se forão introduzir Jozé de Souza, homem branco da terra com outros similhantes, que nada tem de seu, e apenas as suas Espingardas com que atemorizão as pessoas que lhe fazem amais leve oppozição, e como esta Igreja, hoje Matriz necessita de obras para o seu acrescentamento enella se acomodar o

pôvo da Freguezia sendo precizo vender-se aquella porção de terras ligadas ao Patrimonio, eao mesmo tempo lancar-se fora dellas osintruzos injustos possuidores, p.ª tudo isto se fazer P. a V. Magestade, sedigne mandar passar Provizão com Licença p.ª se vender odito Patrimonio, sendo primeiro lançados fora os injustos intruzos, cometendo-se a diligencia ao Dez.or Provedor do Termo para os ouvir breve esumariamente, edecidir deplano sabida averdade, por não terem tt.º algum mais legal e antigo doque o do Patrimonio.".

Nele se proferiu o seguinte parecer:

"O patrimonio feito á Capella de S. João não perdeu asua qualid.e por se elevar a m.ma Capella a de Igreja Parochial; e por isso deve continuar no seu destino originario, sem se permittir avenda delle. Sobre o facto da usurpação das terras pelo povo tão indevidam.te, me parece necessario, q se expessam as mais circunstanciadas Ordens ao Compet.e Min.º do Termo para lhe dar o remedio, fazendo entrega-las ao Paroco, e Fabriqueiro da Igreja Matriz.".

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, caixa 281, pacote 3, documento nº 115;
2 - Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, caixa 286, pacote 4, documento nº 48.

B - **secundárias**
1 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanach Sul-Mineiro para 1874" - Typographia do Monitor Sul-Mineiro, Campanha, 1.874, págs. 162 e 163;
2 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanak Sul-Mineiro para 1884" - Typographia do Monitor Sul-Mineiro, Campanha, 1.884, página 243;
3 - Caio Prado Júnior - "Formação do Brasil Contemporâneo" - 12ª ed., Editora Brasiliense, São Paulo, 1.972, págs. 328 a 333;
4 - Cônego João Aristides de Oliveira - "Diocese de Pouso Alegre - 1.950 - Ano Jubilar" - sem menção de autor, editora e data; págs. 112 a 114;
5 - Eduardo Hoornaert e outros - "História da Igreja no Brasil" - tomo II/1, 3ª ed., Paulinas e Vozes, Petrópolis, 1.983, págs. 160 a 168;
6 - Graça Salgado e outros - "Fiscais e Meirinhos - A Administração no Brasil

Colonial" - Ed. Nova Fronteira em convênio com o Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1.985, págs. 113 a 115;
7 - "O Machadense" nº 104, ano 3, 2 de junho de 1.934, pág. 25;
8 - Padre Manoel Barbosa - "A Igreja no Brasil (Notas para a sua História)" - Editora e Obras Gráficas A Noite, Rio de Janeiro, sem data, págs. 317 e 318;
9 - Waldemar de Almeida Barbosa - "Dicionário da Terra e da Gente de Minas" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 48 e 140 a 142;
10 - Waldemar de Almeida Barbosa - "História de Minas" - vol. I, Editora Comunicação, Belo Horizonte, 1.979, págs. 224 a 230.

****

SURGIMENTO DO ARRAIAL DO MACHADO: SUA CAPELA.

1 - A data da fundação do Arraial.
2 - A construção da Capela da Sacra Família.
3 - A doação de patrimônio à Capela.
4 - Os autos de patrimônio do Padre Antônio José Martins.

****

1 - **A data da fundação do Arraial**.

É certo que Machado cresceu em torno da Capela da Sacra Família. Discute-se, porém, se surgiu antes ou depois da sua ereção. O tema parece insolúvel; não se pode estabelecer a data precisa em que teve início o Povoado. Bernardo Saturnino da Veiga fixou-a no final de 1.816, em seu segundo Almanaque. No primeiro afirmara o seguinte (página 144):

> *"Foi no fim do anno de 1816 á principios de 1817 que, por deliberação e legitima influencia do tenente Antonio Moreira de Souza e de Joaquim José dos Santos, deu-se começo á esta povoação, cujo terreno para o patrimonio foi doado por D. Anna Margarida Josepha de Macedo".*

Todos os nossos historiadores cuidaram da matéria. Carlos Legnani, equivocado quanto à data de doação do patrimônio, assim se manifestou no trabalho adiante referido, págs. 3/4:

> *"A realidade porém, é que quando em 1.816, D. Ana Margarida doou os 9 alqueires, o povoado já existia.*
> *Absolutamente não se concebe que uma criatura por mais ignorante que fôsse, escolhesse, deliberadamente, tal local*

para fundação de um povoado. Como aconteceu com a maioria da cidade do "hinterland" brasileiro, Machado nasceu por obra do acaso.".

João Rodrigues de Carvalho expressou opiniões diversas na mesma obra "*História de Machado*". De início, tratando do inventário dos bens deixados pela esposa do Capitão-Mor Custódio José Dias, disse (página 16):

> *"Entretanto, curioso é notar-se que, no Inventário, assim redigido "Lançamento dos bens avaliados (sic) por falescimento de minha consorte D.ª Mariana de Almeida e Silva", encontra-se referência a "casas na Capela", outras vezes, "casas no arraial", o que nos leva a crer na fundação do povoado, no início de 1800, ou mesmo antes.".*

Contudo, na página 27 indicou o ano de 1.818 como sendo o da fundação do Arraial. Homero Costa preferiu seguir o escritor campanhense:

> *"A nosso juízo, em face dos dados históricos disponíveis, a fundação da cidade, com a doação de uma área inicial para formar seu patrimônio urbano, deve ser efetivamente situada nas alturas de 1.816 ou 1.817, segundo é referido no "Almanaque Sul-Mineiro" para o ano de 1.874, de Bernardo Saturnino da Veiga, ps. 144. É, quando menos, o dado documental mais positivo de que dispomos para formar um juízo, senão rigorosamente exato, de relativa segurança, emitido que foi a pouco mais de cinquenta anos do evento." (op. cit., pág. 3).*

E logo adiante esclareceu:

> *"Nossa afirmação sôbre a fundação em 1.816/817 tem em vista, não contrariar o alvitre do Snr. João Rodrigues, de situar-se como época da fundação o ano de 1.800 "ou, mesmo, antes"; sim, o propósito de adotar uma versão que nos pareça mais conforme com a realidade. O argumento extraído do livro de "inventário de bens" do Capitão-mor Custódio José Dias, baseado em referências a "casas na capela" ou a "casas no arraial", feitas nêsses assentamentos, afigura-se-nos frágil por nos parecer mais verossímil que tais referências sejam alusivas à, hoje, cidade de Alfenas. Isto porque conforme está à ps. 133 do já mencionado "Almanaque Sul-Mineiro", se a época de fundação de Alfenas é dada, ali, como ignorada, ali também se afirma, que já em escritura pública de 1.805, era mencionada a doação feita para a capela local, edificada por esforços dos irmãos João e José Alfenas.*

Ora, sabendo achar-se o Capitão-mor mais vinculado, na época, por vivência social, com a Alfenas de então, do que com a nascente povoação de Machado, embora estando a sede de sua fazenda - Cachoeira - mais próxima desta localidade - é mais plausível que as referências fossem feitas a "casas na Capela", em Alfenas, bem como a "casas no arraial" de Alfenas.".

Apesar da dúvida, uma conclusão é inexorável: cogitou-se de construir a igrejinha porque já havia nos arredores pessoas bastantes para freqüentá-la. Eis como retrata W. A. Barbosa o nascimento de um arraial:

"Quando em determinado lugar, o povoamento se achava mais intensificado, com numerosos fazendeiros estabelecidos, surgia a idéia de uma capela, onde um padre, periodicamente, viesse celebrar missa e distribuir os sacramentos.
(...)
Levantada a capela, iam surgindo casas, ao seu redor, construídas dentro do patrimônio, geralmente pelos próprios fazendeiros, casas que se mantinham fechadas durante a semana inteira, abrindo-se aos domingos. Depois, aparecia uma venda, surgia um pouso, outras casas eram construídas, e estava formado o povoado.".

Como tantas outras cidades, Machado não surgiu num momento exato, predeterminado. Não é fruto da ação isolada de uma pessoa, mas resulta do esforço contínuo e anônimo de muitas. Entretanto, quiçá pela capacidade de liderança e empreendimento, o Tenente Antônio Moreira de Souza Ribeiro e Joaquim José dos Santos são tradicionalmente considerados os seus fundadores, ao lado de Ana Margarida Josefa de Macedo, doadora das terras à Capela.

2 - **A construção da Capela da Sacra Família**.

A edificação da Capela da Sacra Família foi precedida de requerimento dos moradores da região à autoridade eclesiástica. Ele não mais existe, ao que se saiba. João Honorato de Carvalho Filho afirma que foi feito por volta de 1.814, mas ignoro em que se baseou para tanto. Outrossim, reputo não fundamentada a assertiva, por Wanderley dos Santos, de que o Tenente Antônio Moreira de Souza e Joaquim José dos Santos foram os seus subscritores, em nome dos demais habitantes de Jacutinga.

Bernardo da Veiga, no primeiro Almanaque, informou que a licença foi concedida por um visitador, vigário da Freguesia de Cutia, do Bispado de São Paulo, que então percorria estes lugares, com faculdade do Ordinário, D. Matheus de Abreu Pereira. João Honorato e Wanderley dos Santos, seguidos por José Vítor da Silva, afirmaram que ela data de dezembro de 1.816. Conforme o último,

> *"A Provisão diz textualmente: "Concede-se a faculdade para que sem prejuízo dos direitos paroquiais da freguesia de Cabo Verde, possam fundar, erigir e edificar uma Capela, contanto que seja em lugar decente, alto e livre de humildades (sic), desviado o quanto possível de lugares imundos e sordidos e de casas particulares, não sendo porém em lugares ermos e despovoados e com âmbito suficiente em roda para poderem andar provisões (sic), de sorte que fique com capacidade para pelo tempo futuro servir de Matriz, o qual lugar será assinalado pelo Reverendo Pároco Padre Inácio Ribeiro do Prado da mencionada Freguesia."*.

A informação, porém, é inexata. Assim como a petição dos moradores, o documento autorizador da construção da Capela desapareceu. Ao que presumo, o editor da "*Folha Machadense*" utilizou, como se transcrevesse texto original, o que é apenas adaptação feita por Wanderley dos Santos de provisões semelhantes (segundo esclarecimento verbal por este a mim prestado).

Os mesmos três autores noticiaram que a primeira missa na Capela foi celebrada pelo Padre Antônio José Martins, em 9 de dezembro de 1.819.

3 - **A doação de patrimônio à Capela**.

Construída a Capela, cumpria dotá-la de patrimônio, conforme exigência da legislação eclesiástica. A fazendeira Ana Margarida Josefa de Macedo deu-lhe então "*huma sorte de terras de mattos virgens e capoeiras*", no valor de cem mil réis. A escritura, de 31 de julho de 1.820, não mencionou sua área, que segundo a tradição era de nove alqueires. Registre-se porém que o Padre José Antônio Martins, em ofício de 31-12-1.859, dirigido ao Vigário da Vara de Alfenas, informou ser o terreno constitutivo do patrimônio calculado em dez alqueires. Tal documento está na pasta de avulsos sobre Machado do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

Supõe-se que com o tempo os aplicados foram edificando casas dentro do patrimônio e se apossando dele aos poucos, pois não há notícia de sua venda, doação ou aforamento. Bernardo Saturnino da Veiga em 1.884 informou que ele ainda não estava extinto. A apropriação de terras doadas às capelas não era incomum, como explica Murillo Marx (*op. cit.*, pág. 44):

> *"...terreiro que talvez fosse encolhendo não apenas com o crescimento da massa construída da igreja, se próspera a localidade, porém com o próprio crescimento desta, feito às suas custas, ou seja, às custas do patrimônio religioso do qual constituía se não a área nuclear, a principal.*

Esse crescimento às custas do patrimônio religioso era o próprio mecanismo físico da expansão da localidade e, muito antes, o próprio instrumento social de obtenção de um lugar para morar, de uma possibilidade de coabitar.".

Os autos de patrimônio datam de 1.825 e encontram-se no livro II de "*Autos de Erecções e Patrimonios de Capellas*" do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. São, sem dúvida, o mais importante documento de nossa história antiga. Neles se acham a escritura de doação, o auto de posse, o auto de vistoria, os depoimentos da Doadora e testemunhas, o despacho final do Vigário Capitular e outras peças. Elas contêm preciosos informes sobre as terras doadas, os primitivos moradores da região e as autoridades civis e eclesiásticas que ali atuavam. Faço, a seguir, um resumo de seu conteúdo.

O Tenente Antônio Moreira de Souza Ribeiro, qualificado como zelador e protetor da Capela, encabeçou o pedido de constituição do patrimônio. A escritura de doação, juntada a seguir, merece transcrita na íntegra:

"Digo eu Anna Margarida Jozefa de Macedo que entre mais bens, q. possuo hé bem assim huma Sorte de terras de Mattos virgens e capoeiras Sitas no lugar em que Seacha a Capella da Sacra Familia q. dividem no alto do espigão athe fechar na tronqueira, q. Seacha no alto da vertente Com terras de Joaq.m Jozé dos S.tos e pela tronqueira abaixo athe o veio do Corrego, e por este abaicho athe fazer barra do Ribeirão da Jacutinga, e por este abaicho athe abaicho do Assude de fronte ao pâu marmelleiro dividem Com terras do Padre Antonio Jozé Martins, e do pâu marmelleiro a rumo didereto ao espigão e por este adiante athe intestar Com as referidas terras de Joaq.m Jozé dos S.tos dividem com terras de Albino Jozé da S.ª Ribr.º as quaes terras em Vallor de Cem mil reis de m.ª livre vontade, e Sem constrangim.º dôo, e já doado tenho a Capella da Sacra Familia p.ª nellas Se constituir o Seu Patrimonio, e p.ª q. as possua Como Suas q. ficão Sendo desde agora p.ª Sempre as hei por impossadas a q.m de direito pertencer Sem q. em tempo algum p.r mim, ou p.r meos erdeiros haja de Ser contrariada, anullada, ou irritada esta m.ª doação, e por verdade passo a prezente por mim Som.e asignada.
Machado 31 de Julho de 1820 Anna Margarida Jozefa de Macedo
Como tt.ª prez.e Joaq.m Antonio dos Santoz
Como tt.ª q. esta vi fazer e asinar Joze Frr.ª de Carvalho
Como testemunho Bernardino Frr.ª de Carvalho
Como tt.ª q. este fez O Padre Antonio Jozé Martins".

Em prosseguimento encontra-se o auto, lavrado em 19 de julho de 1.822, pelo qual o procurador da Capela, Tenente Antônio Moreira de Souza Ribeiro, tomou posse das terras doadas.

Autuados a petição e os dois documentos acima referidos, abriu-se vista ao Cônego Promotor, que requereu diligências. Foi expedido edital e remeteu-se carta de comissão ao Vigário da Vara da Comarca de Cabo Verde, para avaliação do patrimônio e oitiva da Doadora e testemunhas. A conclusão dos peritos consta do auto seguinte:

> *"Auto de Vistoria do Patrimonio da Capella da Sacra Famillia e Santo Antonio do Machado da Freguezia de Cabo Verde*
> *Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oito centos, e vinte cinco aos seis dias do mes de Agosto do ditto anno nesta Capella da Sacra Famillia, e Santo Antonio do Machado, Freguezia de Cabo Verde, Bispado de Sam Paullo, em virtude do Mandado do Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor Doutor Vigario Capitular Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade onde Se achava o Muito Reverendo Vigario da Vara Ignacio Ribeiro do Prado Siqueira, e os Louvados por helle nomiados Joze Joaquim dos Santos e Joaquim Antonio dos Santos pelo mesmo Reverendo Ministro Comissario foi diffirido o juramento dos Santos Evangelhos, em hum livro delles, e lhes incarregou dicessem em suas consciencias, quanto vallem as terras de cultura do Patrimonio, e por helles lhe foi ditto vallerem mais de cento e vinte mil reis, e que podem render Seis mil reis anualmente, de que fiz este Auto, em que Se asignão com o Reverendo Ministro, e eu o Padre Joaquim Joze Ferreira, Escrivão elleito que o escrevi*
> *Ignacio Ribr.º do Prado Siqr.".*

A Doadora assinou termo "*de non repetendo*", no qual prometeu "*não procurar a si o dominio ou uzofruto das terras doadas*". Em depoimento esclareceu que as houve por compra feita a Maria Antônia do Espírito Santo. Inquiriram-se também as testemunhas Joaquim José dos Santos, Albino da Silva Ribeiro e João José dos Santos. Todas sustentaram que as terras doadas valiam mais de cento e vinte mil réis e podiam render anualmente seis mil réis, deduzidas as despesas; que eram livres do vínculo de capela ou morgado; que eram isentas de foro, censo ou encargo; que não estavam hipotecadas, penhoradas nem obrigadas a rendas, dotes ou fianças; e que na doação não houve dolo, simulação ou pacto.

Devolvida a carta de comissão e obtido o parecer favorável do Promotor, os autos foram conclusos ao Vigário Capitular Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, que em 12 de dezembro de 1.825 julgou firme e valioso o patrimônio, "*em q.to judicialm.te se não mostrar o contrario*".

4 - **Os autos de patrimônio do Padre Antônio José Martins**.

Outro documento relevante para o estudo dos primórdios da nossa história é o processo de habilitação "*de genere et moribus*" do Padre Antônio José Martins, primeiro pároco a servir no Machado. Acha-se no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, e contém os autos de patrimônio daquele, iniciados na mesma data dos da Capela da Sacra Família: 6 de maio de 1.825.

Assim como os templos, deviam os sacerdotes formar seu patrimônio, conforme as leis da Igreja. Em obediência a elas, o Padre Martins comprou de Ana Margarida Josefa de Macedo e seu filho, o Alferes Bernardino Ferreira de Carvalho, terras, casa de morada e benfeitorias, pelo preço total de quatrocentos e cinco mil réis. A escritura data de 20 de junho de 1.820 e foi transcrita nos autos. Seu conteúdo é o seguinte:

> *"Digo eu Dona Anna Margarida Jozefa de Macedo, que entre mais bens livres, e desembargados Sou Senhora, e possuidora de huma Sorte de terras de Cultura de matos Virgens, e Capoeiras Sitas na Freguezia de Cabo Verde, termo da Villa de São Carlos de Jacuhy vertentes ao Ribeirão Jacutinga vizinhas a nova Capella da Sacra Familia, e Santo Antonio da Jacutinga do Machado, as quais dividem no Ribeirão Jacutinga pouco abaixo do assude, que fez o Capitão Manuel de Paiva com terras que forão do mesmo, e passando ao lado direito do dito Ribeirão Seguindo ao rumo de hum pao Marmeleiro hum Espigão, que devide a vertente do Corgo chamado João Francisco e Seguindo este Espigão the frentear Com a barra do Corrego do monjolo do Alferes Bernardino, e descendo direito a dita barra, e Seguindo pelo veio do dito Corrego, partindo Com terras tambem minhas, e passando hum assude do dito monjolo por hum braço pequeno, que está no lado direito, e Seguindo por este ao Espigão alto, e Seguindo por este a esquerda the Confrontar com terras de Joaquim Joze dos Santos, e Seguindo o mesmo Espigão, e deviza the huma tronqueira, que Se acha no rumo da Cabeceira do Corrego vizinho a Capella, e pelo veio deste abaixo the a barra na Jacutinga, e por esta abaixo the frentear com o pau Marmeleiro, onde principiou a dita deviza da qual Sorte demarcada bem Como de huma Caza de morada, que dentro pertencente ao Alferes Bernardino Ferreira de Carvalho meo Filho eu, e elle de nossas Livres vontades sem Constrangimento fazemos venda ao Muito Reverendo Senhor Antonio Joze Martins pela quantia, em que forão avaliadas trezentos, e dez mil reis, e assim mais o dito meo Filho lhe faz venda dos Vallos, rego, monjolo, paiol, e mais pertences, e arvoredos pela*

quantia noventa, e Cinco mil reis, o que tudo recebemos ao fazer deste, e para que Livremente, e Sem Contradição possua as ditas terras, e mais pertences, Como Suas, que ficão Sendo de hoje em diante lhe Cedemos todo o direito, posse, e dominio, e a todo o tempo nos obrigamos a fazer esta venda boa, firme, e valioza, e para Clareza do referido passamos este por nos Somente assignado. Jacutinga Vinte de Junho de mil, oitto Centos, e vinte = Anna Margarida Jozefa = Bernardino Ferreira de Carvalho = Antonio Ferreira de Carvalho = Como testemunha, que este escrevi, e prezenciei as assignaturas = Custodio Joze Dias = Joze Joaquim dos Santos = Joaquim Antonio dos Santos.".

Os autos de patrimônio, abertos pelo requerimento do Constituinte, contêm ainda auto de posse, lavrado em 9 de julho de 1.822; manifestações do Cônego Promotor; edital; carta de comissão; auto de vistoria; termos "*de non alienando*" e "*de non repetendo*"; depoimentos do Adquirente, dos Vendedores e das testemunhas Joaquim José dos Santos, Albino da Silva Ribeiro e João José dos Santos; e despacho final do Vigário Capitular. Sua peça mais interessante é uma certidão do escrivão de órfãos de São Carlos de Jacuí, extraída dos autos de embargos opostos por Antônio Ferreira e outros no inventário de José Ferreira de Carvalho. Ela noticia "*o teor do papel de venda de huas posses de terras de cultura sitas em vertentes de Jacutinga freguezia de Cabo Verde q. fez M.ª Ant.ª a D. Anna Margarida de Macedo*". A vendedora Maria Antônia do Espírito Santo, viúva de Joaquim Rodrigues de Souza, declarou possuir uma sorte de terras de cultura, sitas no ribeirão chamado Jacutinga, "*por posses que nellas lançou o fallecido meu marido*". Dividiam pela parte do rio acima com outras já pertencentes a Ana Margarida, e para baixo, com Bento Pires Monte. O negócio realizou-se pelo preço de vinte oitavas de ouro. Sendo analfabeta a alienante, a seu rogo o Capitão Germano José da Silva Freire assinou a escritura, lavrada em Monte Alegre no dia 19 de agosto de 1.799. Infelizmente a certidão está ilegível em parte, pelo que só posso citá-la truncada:

"Camillo Lourenço da Silva Lopes Escrivam de Orfãos nesta Villa e Seu Termo etc
Certefico que em meu poder e Cartorio Se achão huns Autos de Inventario a que se procedeo por fallecimento de Joze Ferreira de Carvalho De quem he Inventariante a Viuva Sua mulher Dona Miquelina Alexandrina de Jezus em que Se opuzerão Com Embargos de terceiros Senhores prejudicados sobre a Fazenda da Jacutinga Donna Ana Margarida Jozefa de Macedo, e Seus filhos Antonio Ferreira de Carvalho e Mathias Ferreira de Carvalho, e revendo os auttos a folhas - doze se acha o papel de que trata a Peticam retro e for digo do theor e forma seguinte # Digo eu abaixo assignada Maria Antonia do Espirito Santo viuva de Joa-

quim Rodrigues de Souza que entre os mais bens que possuo, he bem assim huma Sorte de terras de cultura por posses que nellas lançou o fallecido meu marido as quais sam cetas no Ribeiram Chamado a Jacutinga que desagoa no Rio Machado as quais se dividem por a parte do Rio acima com terras da Fazenda de Donna Anna Margarida Jozefa de Macedo, e para baixo com Bento Pires Monte em cuja vertente da Jacutinga (que possuo sam quatro posses ?)( ) dos Confinantes acima declarados as quais vendo de hoje para todo Sempre a dita Senhora Anna Margarida por preço e quantia de vinte oitavas de Ouro a Conta das quais desde ja lhe dou plena quitação de quatorze oitavas que recebi ( ) cedo e traspasso todo o dominio juz acção e posse que nas detas terras tenho e as possuhirá por si e seus herdeiros desfrutando-as como suas que ficam Sendo sem que eu (mesmo ?) e meus herdeiros (ponhamos embaraço ?) algum a esta venda que faço ( ) de minha livre vontade sem Constrangimento de pessoa alguma, e me obrigo a fazer-lhe boa a todo tempo que alguem requeira por alguma duvida e por assim estarmos justos, e contratados e eu não saber ler nem escrever pedi a Germano Joze da Freiria que este por mim escrevesse, e como testemunha assignasse, e a meu rogo se assignou por mim o Capitam Germano Joze da Silva Freire. Monte Alegre dezenove de Agosto de mil Sette centos noventa e nove annos = Asigno a rogo da vendedora Maria Antonia do Espirito Santo e como testemunha Germano Joze da Silva Freire = Como testemunha que este escreveu a rogo da vendedora Germano Joze da Freiria = Francisco Martins (Queiros ?) = Numero oito centos e onze = Pagou oetenta reis de Sello = Santa Anna = Silva = Nada mais se Continha e declarava em o dito papel de venda e ( ) do sello que Se acha no dito Inventario de onde extrahi a prezente certidam em observancia do Despacho proferido na peticão retro pelo Capitam Joze de Almeida Coelho Juiz de Orfaos nesta Villa e seu Termo. E por esta haver conferido com os proprios Autos a que me reporto e em tudo achar Conforme ao Seu ogir digo ao Seu original a que me reporto sem Cauza que duvida faça o escrevo e asigno nesta Sobredeta Villa de Sam Carlos de Jacuhy Minas e Comarca do Rio das Mortes aos cinco dias do mes de Janeiro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oito centos e vinte quatro segundo da Independencia e do Imperio Eu Camillo Lourenço da Silva Lopes Escrivam de Orfaos o escrevi e assigno. Camillo Lour.ço da S.ª Lopes".

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - livro II de "Autos de Erecções e Patrimonios de Capellas", págs. 52 a 68v.;
2 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - pasta de documentos avulsos sobre Machado;
3 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - autos do processo de habilitação "*de genere et moribus*" do Padre Antônio José Martins, págs. 32 a 53v.;

B - **secundárias**

1 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanach Sul-Mineiro para 1874" - Typographia do Monitor Sul-Mineiro, Campanha, 1.874, página 144;
2 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanak Sul-Mineiro para 1884" - Typographia do Monitor Sul-Mineiro, Campanha, 1.884, página 229;
3 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História" - "*in*" Revista do 1º Centenário de Machado, vol. I, fevereiro de 1.957, págs. 3 e 4;
4 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - edição do Serviço de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Machado, Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem data, págs 3 a 5;
5 - João Honorato de Carvalho Filho - "Centenário de emancipação Política do Machado" - artigo na "Folha Machadense" nº 368, de 6 de setembro de 1.981, página 40;
6 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 16, 24, 27 e 33;
7 - José Vítor da Silva - "Paróquia da Sagrada Família e Santo Antônio do Machado" - reportagem na "Folha Machadense" nº 368, de 6 de setembro de 1.981, página 45;
8 - Murillo Marx - "Cidade no Brasil Terra de Quem?" - EDUSP/Nobel, São Paulo, 1.991, pág. 44;
9 - Waldemar de Almeida Barbosa - "História de Minas" - vol. I, Editora Comunicação, Belo Horizonte, 1.979, página 227;
10 - Wanderley dos Santos - "Aspétos Históricos do Município de Machado M. G." - trabalho inédito.

****

CURATO E FREGUESIA DO DOURADINHO

1 - Criação da Freguesia.
2 - Extinção e restauração da Freguesia. O Curato.
3 - Mudança da Matriz para a Fazenda do Alambary.
4 - Reclamação dos moradores do Douradinho contra a criação do Curato do Machado.

****

1 - **Criação da Freguesia**.

Como vimos em capítulo antecedente, no ano de 1.803 já existia a Capela de São João Baptista do Douradinho, nas terras da atual Silvianópolis. Informa o Cônego João Aristides de Oliveira (obra adiante citada, páginas 112/113) que desde 1.809 se cuidava de elevá-la a freguesia, conforme atesta a seguinte carta de ordem, transcrita no livro de tombo da Matriz de Santana do Sapucaí e dirigida a seu pároco:

> *"Sendo Sua Alteza Real servido determinar a Sua Excelencia Reverendissima o informe da necessidade que ha de se crearem novas Paroquias em os territorios de algumas Freguezias deste Bispado, e constando ao mesmo Excelentissimo Senhor, que he conveniente erigir-se hua nova Paroquia na Capella do Doiradinho dessa Freguezia; ordena a Vossa merce, que com apossivel brevidade informe aos itens seguintes. - 1º Que distancia tem a Capella referida da Matriz, e se tem rios que impedem a passagem; 2º Quantos fogos se devem applicar a essa nova Matriz, caso Sua Alteza se digne criála, e quantas pessoas de confissão existem naquelles fogos; e por onde se devem consti-*

tuir os limites; e que distancia fica comprehendendo huma a outra Paroquia. - 3º se convenha nesta divizão por ser do Serviço de Deos, e de Sua Alteza Real - Espera o mesmo Excelentissimo Senhor que eu deponha todo o interesse proprio, e de hua informação capaz de apparecer na Real prezença. Camara Episcopal de São Paulo vinte de Maio de mil oitocentos e nove. - Manoel Joaquim de Ornellas".

Noticia o mesmo historiador pouso-alegrense que em 30 de julho de 1.809 o vigário colado de Santana deu parecer e informações favoráveis à criação da nova freguesia. Não localizei o registro de tal documento. Certo é que em 3 de setembro de 1.811 aquele - Padre João Álvares Botão - representou ao Bispo de São Paulo, D. Matheus de Abreu Pereira, sobre a conveniência da divisão da Paróquia, para comodidade dos fregueses nas precisões espirituais, em face de sua grande dimensão. No ofício se descrevem os confins da Capela do Douradinho:

"Nesta minha Freguezia de Santa Anna de Sapucahy ha huma Capella denominada S. João Bap.ta do Doiradinho, q.' dista desta Matris Sete Legoas, e pelo Rio Sapucahy abaixo, q.' divide com a Freg.ª da Villa da Camp.ª da Princeza, e Frg.ª das Lavras do Funil, na Capella das Tres pontas, do Bispado de Mariana; tem mais oito legoas; que São daqui quinze legoas ao fim da Frg.ª
Devide esta Capella pela outra parte com a Frg.ª de Cabo verde, na Capella dos Alfenas.
Entre a dita Capella, e esta Matris, daqui tres legoas, ha hum Ribeirão chamado o Turvo, q.' s vezes impede a passagem, e hé por onde se devide; e no Sertão do Machadinho, pela casa de Custodio Pr.ª da S.ª".

O Bispo, por sua vez, representou ao Príncipe Regente, endossando o parecer de seu subordinado. Formou-se o respectivo processo, em que opinaram favoravelmente o Procurador Geral das Ordens e o Desembargador Procurador da Coroa e Fazenda. Por fim, foi obtida a anuência do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens pela resolução nº 35, de 23 de agosto de 1.813. (Toda a documentação a esse respeito acha-se no Arquivo Nacional, sob nº 48, no pacote 4 da caixa 286. A resolução está também publicada na "*Collecção das Leis do Brazil*" de 1813.). Expediu-se então, em 19 de outubro do mesmo ano, o alvará régio de criação da Freguesia, com o seguinte teor:

"Eu o Principe Regente de Portugal, e do Mestrado, Cavalleria, e Ordem de Nosso Senhor JESUS Christo
Faço Saber, que representando-Me o Reverendo Bispo de São Paulo do Meu Conselho da urgente necessidade que ha de dividir-se naquelle Bispado a Freguezia de Santa Anna de Sapucahy, evidenciando que era esta devizão exigida pelo

Parocho, e indispensavel para o bem Espiritual dos moradores daquelle territorio, que pelas grandes distancias, asperezas de caminhos, e perigozas passagens de Rios Caudalozos não podem hir a dita Freguezia. E vista Sua reprezentação, e respostas dos Procuradores Geral das Ordens, e da Minha Real Coroa, e Fazenda, que tudo sobio a Minha Real Prezença em Consulta do Meu Tribunal da Meza da Consciencia, e Ordens: Hey por bem Desmembrar da Freguesia de Santa Anna de Sapucahy, e Erigir em nova Freguezia Collada a Capella de São João Baptista do Douradinho, a qual confinará pelos lados com as Freguezias da Campanha da Princeza, e das Trez Pontas, e na de Cabo Verde pela Capella dos Alfenas, ficando dividida da de que he desmembrada pelo Ribeirão chamado Turvo, e no Certão pela Caza de Custodio Pereira da Silva exclusive. Pelo que Mando a todas as Pessoas, a quem o Cumprimento deste Alvara competir o Cumprão, e guardem como nelle se contem, sendo passado pela Chancellaria da Ordem, e registado nos Livros da Camera do Bispado de São Paulo, e das Freguezias Sobreditas. Rio de Janeiro desanove de Outtubro de mil oitto centos, e treze = Principe = ("in" Arquivo da C. Metroplitana, SP, 1-2-39; também no A. Nacional, RJ, cod. 27, vol. 7).

Ainda do livro "*Diocese de Pouso Alegre*" se extrai o informe de que o alvará, em que o Bispo de São Paulo lançou o "cumpra-se" em 6/12/1.813, só foi registrado no livro de tombo de Santana do Sapucaí em 6 de outubro de 1.815. Supõe seu autor que por algum motivo imperioso (talvez a criação da Vila de Jacuí, ao norte do Douradinho) tenha sido adiada a instalação da nova paróquia.

No Arquivo Público Mineiro (PP 1/9, caixa 2, doc. 48) encontra-se ofício, sem data, dirigido por moradores do Douradinho aos deputados mineiros, pedindo a mudança dos limites da Freguesia. São estes os seus termos:

"Il.mos e Ex.mos Senhores
Os abaixo assignados habitantes na Freguezia de S. João do Douradinho submiços fazem chegar ao conhecimento de V. Ex.as o Mappa junto em que mostrão q.' os dois rios q.' desagoão no sapucahi lhes deficulta os recurços pª o sacramento e a saptisfazerem os preceitos da Igreja, por (?) motivo por que pertendem a criação de huma Freguezia no sentro do terreno q.' os rios Dourado, sapucahi, Machado te abarra do ribeirão denominado o Coroado nassente na serra da Pied.e (?) no posso fundo feixa, e bem pode ser a capella do Esp.to Santo, e S.to Antonio q.' vão edeficar no

campo d (?) as vertentes q.' desagoão nos d.tos rios em cujo sitio se achão mais de tres mil Almas. Suplicão p.s a V. Ex.as se dignem proporem afim de q.'na (divisa ?) geral a Augusta e Dignissima Assembléa atenda aos sup.es em tão justa suplica.
*P. a V. Ex.as se dignem tomar em consideração o q. representão." (*seguem-se diversas assinaturas*).*

2 - **Extinção e restauração da Freguesia. O Curato**.

Em 15 de março de 1.840, a resolução nº 168 do Presidente da Província de Minas Gerais transferiu a sede da Freguesia de São João Baptista do Douradinho para a Capela de Nossa Senhora do Carmo do Escaramuça. Seu artigo 2º estabeleceu que os habitantes da Freguesia eram obrigados a dotar a Matriz de ornamentos e alfaias necessários à celebração do culto divino, ou a fazer a sua custa nova Matriz, se a capela que lá existia não fosse reconhecida decente. Antes de se verificarem tais condições não se entenderia transferida a sede, conforme o artigo 3º. Em 8 de maio de 1.841, após receber do Bispo de São Paulo informação sobre a idoneidade da Capela do Escaramuça, o Governo da Província determinou se fizesse a transferência, com expedição das necessárias ordens ao Pároco (Arquivo da C. Metropolitana, SP, 1-2-39, nº 201).

Com isso, nosso atual distrito voltou à condição de simples curato, até que pela lei estadual nº 239, de 30 de novembro de 1.842, foi novamente ereto em freguesia. Embora o artigo 2º, parágrafo 2º, dissesse expressamente que esta ficaria "com os limites que tem o Curato", cumpre ressaltar que não há notícia da provisão eclesiástica que o criou. Possivelmente ela também se perdeu no incêndio do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, já referido.

3 - **Mudança da Matriz para a Fazenda do Alambary.**

Em petição cuja veracidade foi atestada no dia 30 de outubro de 1.851, o Pároco e 65 moradores da Freguesia do Douradinho requereram ao Vigário Capitular de São Paulo a transferência de sua Matriz para o lugar denominado Fazenda do Lambari, ou Alambary. Nela se descreveram o estado ruinoso do templo, os problemas do arraial e de sua população, bem como as conveniências do novo local escolhido:

"Ex.mo e R.mo Snr.~ Vig.º Capitular
Dizzem os moradores do Arraial, e Freguezia de S. João Baptista do Douradinho, e mais habitantes da mesma Freguezia abaixo assignados, que axandoce a Matriz em estado de ruina, a ponto de não se poder dizer Missa na Capella mor, pelo receio de desmoronar-ce huma parede, e

o mesmo vai acontecendo ao fronti expicio, e a tudo mais, q. sendo percizo huma reforma geral, não convem fazer: ponderandoce q.~ sendo criada esta Freguezia a mais de quarenta annos, não foi nunca possivel hir em progresso, pela razão da grande falta d'agua, e mesmo de estradas que pudessem passar o tranzito de tropas, e mais Comercio p.r dentro do Arraial, a ponto de que a maior parte das Cazas se axão dezertas, e muitas já descobertas e largadas ao todo; e em toda a Povoação pouco mais de vinte Cazas habitadas tem; e quazi todos des animados de rezidirem no lugar, que não obistante a localidade ser aprazivel, contudo a experiencia tem mostrado, que a grande falta d'agua e as mais razoens ponderadas tem posto em total decadencia o Arraial.

Acontece porem Ex.mo e R.mo Snr.~ que a Divina Providencia deparou nesta mesma Freguezia no lugar denominado a Fazenda do Lambari, em que alguns socios da mesma fazem doação do terreno para o Patrimonio de S. João Baptista, a fim de ser ahi Colocada a Matris; e em verdade se observa nesse lugar todas as particularidades nessesarias não só para arrumação da Matriz como a bem dos habitantes, pela grande abundancia d'Agua, que sircula, e pode vir ao centro desse lugar, como em razão das muitas estradas que vam cruzar nesse mesmo lugar p.ª diferentes pontos e poder assim augmentarce o Comercio, e o milhoramento do Templo, que pode ser feito com milhor arquitetura, como p.r ficar colocada a Matris quasi no centro da Freguezia, e com mais facilidade ser administrado o Pasto Espiritual, e festividades religiosas, de que a longos annos se não fazem pelas circunstancias referidas. He tal a satisfação geral de todos os habitantes desta Freguezia que só esperão a concessão dada p.r V. Ex.cia p.ª (?) da Matris, e de pronto cuidarem na prontificação da Capela mor, e se rehunirem todos, e fazerem conduzir todo o madeiramento aproveitavel da antiga Matris, e formarem hum Templo, que corresponda a religiozidade desses habitantes, e p.r isso esperão alcançar de V. Ex.cia sua Proteção para hum tão justo e dedicado fim.

*P. a V. Ex.cia seja servido de servir-lhes como suplicão, de q.~ receberá V. Ex.cia do Ente Supremo os devidos agradecimentos, e será p.ª sempre lembrado dos habitantes desta Freguezia pelo que R. I." (*seguem-se as assinaturas - Arquivo da C. Metropolitana, SP - 6-2-27, págs. 192/193*).*

Cumprindo despacho da autoridade eclesiástica, o Vigário Francisco de Paula Fernandes Fialho informou que o lugar designado para a nova Matriz atendia às exigências da Constituição do Bispado. Assim, em 16 de janeiro de 1.852 foi passada provisão autorizadora da mudança, nos seguintes termos:

> *"O D.or Manoel Joaquim Gonsal digo Joaquim Manoel Gonsalves de Andrade Cavalleiro da Ordem de Christo Conego da Cathedral de Sam Paulo e Vigr.º Capitular Interino pelo Ill.mo e Reverendissimo Cabido Sede Vacante etc. etc. etc.*
> *Aos que esta Prov.am virem Saude e pas para sempre em o Senhor.*
> *Faço saber que attendendo ao que por Sua Petição me representarão os moradores, e mais habitantes da Freguesia de Sam João Baptista do Douradinho deste Bispado hey por bem pela presente Conseder-lhes faculdade para mudarem a sua Matris para o lugar denominado Fazenda do Alambary = Contanto que seja em lugar suficiente, alto, livres de humidades afastado o quanto for digo possa ser de Casas particulares, e de lugares immundos, e Sordidos, e que a nova Matris tenha ambito em roda para poderem andar Procissoens, e Logo depois de acabada não se podera Selebrar Missas nem Os Officios divinos sem nova licença para o que precederá informação do lugar alfaias decencia do templo para ser Vizitado, e bento. Isto será registado no Livro do Tombo da Matris para a todo tempo constar. Dada na Camara Capitular de Sam Paulo sob meo Signal, e Sello da Meza Capitular aos 16 de Janeiro de 1852. Eu o Padre Maximino José Correa da Silva Escrivam Ajudante da Camara Capitular a subscrevi = Joaquim Manoel Gonsalves de Andrade". (*A. da Cúria de S. Paulo, 1-2-26, pág. 13v. e 6-2-27, pág. 190*).*

No requerimento dos moradores, como se viu, foi dito que alguns sócios da Fazenda Lambari haviam feito doação do terreno para o patrimônio de São João Batista. Noticia-se porém na obra "*Diocese de Pouso Alegre*", página 114, que a área, correspondente a 40 alqueires, só foi doada em 1.855. Também ali se informa que, segundo o livro de registro de terras do Douradinho, a Fazenda em questão tinha cerca de 600 alqueires e pertencia a Joaquim Antônio Pereira Bueno. Diz-se ainda que

> *"Mais ou menos nessa época (1.855) foi iniciada a edificação de nova Igreja matriz, mas ignora-se se houve a mudança de local".*

João Honorato de Carvalho Filho, no final citado, afirmou que em 1.984 ainda existiam as valas e os marcos para construção da outra igreja. Jesualdo Maciel sustenta que não houve a mudança: só se colocaram pedras no local para a edificação. Esta não ocorreu por causa de demanda movida por uma tal D. Joana, possivelmente coproprietária da terra doada, que não concordou com a doação. A exemplo do que sucedeu com outros documentos relativos a Douradinho, também os autos de constituição do novo patrimônio se perderam.

A Paróquia do Douradinho, infelizmente, esteve por várias vezes acéfala, sendo entregue a vigários encarregados ou posta sob a administração de Santana do Sapucaí, Machado, Carmo do Escaramuça, Retiro, Paredes, Machadinho e Carvalhópolis. Com isso, não só os moradores se viram privados da assistência espiritual, como seu arquivo, entregue à guarda de particulares, em grande parte se extraviou.

4 - **Reclamação dos moradores do Douradinho contra a criação do Curato do Machado**.

Por provisão de 5 de agosto de 1.852 a Capela da Sacra Família foi elevada a Curato. Inconformados com os limites deste, que avançavam sobre Douradinho, seus habitantes representaram ao Bispo de São Paulo, pedindo o retorno ao "*statu quo ante*". O ofício, assinado por mais de quarenta pessoas, acha-se no livro VI, págs. 187/188, dos "*Autos de Ereções e Patrimônio de Capelas*" do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Diz bem das dificuldades da Paróquia, e por isso o cito na íntegra, ignorando a atenção que terá recebido:

> *"Ex.mo, e R.mo Snr.*
> *Os habitantes da Freguesia de S. João Baptista do Douradinho abaixo assignados, vendo satisfeitos os seus votos, e dos habitantes deste Bispado pela acertada escolha de V. Ex.ª R.ma, em quem sobrão talentos, e virtudes p.ª Chefe deste Bispado, vem presurosos felicitar a V. Ex.ª R.ma, e desejando, q.~ V. Ex.ª R.ma acolha os seus humildes votos, vem tãobem pedir a V. Ex.ª R.ma, se digne revogar o acto feito pelo R.do Vigr.º Capitular antes da posse de V. Ex.ª R.ma, q.~ p.ª curar a Capella de S.to Ant.º do Machado, mutillou a Parochia dos abaixo assignados, quasi p.' metade encorporando á dicta Capella curada. Ex.mo, e R.mo S.r, a Freguesia do Douradinho p.r pequena, e pobre custa achar hum Parocho, q.~ administre os Sacramentos, e cumpra com os mais deveres Parochiaes, e q.do algum apparece, esse pela mesquinhez dos rendimentos pouco tempo permanece na Parochia; e tanto isso hé verdade, q.~ o Parocho José Ant.º Miz. foi preciso ser compellido com a pena de suspensão p.ª acceitar, e esse m.mo só apparece na Parochia de 15 em 15 dias, e as vezes tem deixado passar tres semanas sem apparecer; motivo p.r q. os abaixo assignados pedem a V. Ex.ª R.ma hum outro Parocho. Se a Freguesia com os seus limites antigos não podia manter hum Parocho, com m.to mais razão agora, q. se acha reduzida p.' metade. Os habitantes do territorio, q.~ foi annexado, á dicta Capella*

*tem menor distancia a percorrer p.ª a sua antiga Parochia, do q.~ p.ª essa Capella, acrescendo q.~ elles tem p.ª sua antiga Parochia relações e estabelecim.tos, o q.' não acontece p.ª com a dicta Capella, e p.r isso esperão, q.~ V. Ex.ª R.ma restitua a Parochia os antigos limites, e assim parece q.~ serão consultadas as conveniencias do publico e que se lhes dê hum novo Parocho. Os abaixo assignados confiados na Bondade, e illustração de V. Ex.ª R.ma esperão, que lhes será concedida a graça, que submissos implorão. D.s Guarde a V. Ex.ª - Douradinho 10 de Setembro de 1852" (*seguem-se as assinaturas*).*

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - Livro VI de "Autos de Ereções e Patrimônio de Capelas" - páginas 187 e seguintes (localização: 6-2-27);
2 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - livro "Parochias instituidas canonicamente" - folha 167 (localização: 8-2-23);
3 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - "Registro das Provisões e Alvarás Régios referentes á creação do Bispado de São Paulo, e ordens dos Ex.mos Bispos Diocesanos - 1.746 a 1.842" - nº 110, págs. 113v. a 115; nº 201, pág. 165 (localização: 1-2-39);
4 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - "Registro de Provisões e mais papéis da Câmara Episcopal - 1851/1857" - página 13v. (localização: 1-2-26);
5 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - pasta de documentos avulsos sobre Douradinho;
6 - Arquivo Nacional, Rio de Janeiro - caixa 286, pacote 4, documento nº 48;
7 - Arquivo Nacional, Rio de Janeiro - códice 27: "Registro de Cartas e Alvarás Expedidos pela Secretaria do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens" - volume 7: 1813/1815 - páginas 2v. a 3v.;
8 - Arquivo Público Mineiro - Fundo: Presidência da Província - série PP 1 - subsérie PP 1/9: cultos públicos e acatólicos - caixa 2, documento nº 48;
9 - Collecção das Leis do Brazil de 1813 - Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1.890, página 37;
10 - informações pessoais de Jesualdo Maciel;
11 - Livro da Lei Mineira - 1840 - tomo VI, parte 1ª, folha nº 41;
12 - Livro da Lei Mineira - 1842 - tomo VIII, parte 1ª, folha nº 3.

B - **secundárias**

1 - Cônego João Aristides de Oliveira - "Diocese de Pouso Alegre - 1.950 - Ano

Jubilar” - sem menção de autor, editora e data; páginas 112 a 115;
2 - João Honorato de Carvalho Filho - “72º aniversário da fundação de Carvalhópolis” - artigo publicado na “Folha Machadense” nº 501, de 19/5/1.984, página 8;
3 - Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo - “A Igreja na História de São Paulo” - vol. V, págs. 304/305, e vol. VI, págs. 171/172 - Indústria Gráfica José Magalhães Ltda., São Paulo, 1.953.

****

CURATO E FREGUESIA DO MACHADO

1 - A provisão eclesiástica de 1.852.
2 - A lei provincial de 1.857.

****

1 - **A provisão eclesiástica de 1.852**.

A Capela da Sacra Família, posta depois também sob o orago de Santo Antônio, foi desde o início filial da Matriz de Cabo Verde. Em 23 de março de 1.840, a lei mineira nº 171 determinou ficasse pertencendo à Freguesia de São José e Dores dos Alfenas.

Em atendimento a pedido dos moradores da localidade, no dia 5 de agosto de 1.852 a Capela foi elevada a Curato. Isso se deu por provisão do Vigário Colado de Guaratinguetá, Antônio Martiniano d'Oliveira, que então governava o Bispado de São Paulo. Seu texto, a seguir transcrito, encontra-se no livro "*Registro de Provisões e mais papéis da Câmara Episcopal - 1851/1857*", página 42, do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo:

> *"Provisão, porque V. S. há por bem declarar curada a Capella da Sacra Familia do Machado, Termo da Freg.ª de S. José e Dores dos Alfenas =*
> *Antonio Martiniano d'Oliveira, Vigario collado da cid.e de Guaratinguetá, e Governador do Bispado por S. Ex.ca R.ma etc. etc. etc.*
> *Aos que esta Prov.am virem saude, e pas p.ª sempre em o Senhor. Faço saber, que attendendo ao que por sua P.am me representarão os moradores da Capella da Sacra Familia do Machado, Termo da Freg.ª de S. José e Dores dos Alfenas,*

hei por bem pela prez.e declarar curada a d.ª Capella independ.e da Freg.ª de S. José e Dores dos Alfenas, e das mais limitrofes, na conformid.e do requerido e do despacho retro. Esta será registada no L.º do Tombo da d.ª Capella p.ª á todo o tempo constar. Dada em a Cam.ra Episcopal de S. Paulo, sob o sello das Armas de S. Ex.ca R.ma e o meo signal, aos 5 d'Agosto de 1852. Eu o P.e José Carlos da Crus Paula Escrivão da Cam.ª Ecclesiastica a subscrevi = Antonio Martiniano d'Olivr.ª".

Vale observar que a Capela foi declarada independente "*na conformid.e do requerido e do despacho retro*". Infelizmente, não há notícia deste nem da petição dos capelistas. É certo que o novo Curato teve fixados os limites, embora não constem da provisão. Tal se depreende da lei adiante citada e da queixa dos moradores do Douradinho ao Bispo de São Paulo contra sua criação, referida no capítulo anterior. Nesta se disse que o ato impugnado "*mutillou a Parochia dos abaixo assignados, quasi p.' metade encorporando á dicta Capella curada*". Concluo, assim, que os lindes foram estabelecidos no próprio requerimento dos moradores ou no despacho a que a provisão alude.

2 - **A lei provincial de 1.857**.

Pela lei provincial nº 809, de 3 de julho de 1.857, o Curato da Sacra Família do Machado se elevou à categoria de paróquia. Informa José Matzner que, em seguida, provisão de D. Antônio Joaquim de Melo, Bispo de São Paulo, dispôs no mesmo sentido. Não a localizei.

A citada lei ocasionou interpretações divergentes, ao dispor que a nova paróquia teria por limites "*os do mesmo Curato*". Este tivera incluídas em seu perímetro terras dos distritos do Douradinho e Carmo da Escaramuça, pertencentes a Campanha, bem como terras do Distrito de Santana do Sapucaí, pertencentes a Pouso Alegre. Assim, os habitantes dessa demarcação, que até então obedeciam a Campanha e a Pouso Alegre quanto ao civil, após a promulgação da lei passaram a entender-se súditos do Termo de Caldas, tanto no civil como no eclesiástico. Por causa da discrepância no entendimento do texto legal, houve um incidente em outubro de 1.858, quando o aferidor do Município da Campanha esteve na Freguesia do Machado, exigindo que seus habitantes lhe pagassem os impostos. O sub-delegado determinou-lhe que se retirasse, pois os munícipes se reconheciam sujeitos à Vila de Caldas, a cujos exatores já haviam pago. Insatisfeito, o aferidor conseguiu obter mandado de penhora do juiz de paz do Douradinho, e retornou a Machado em companhia do escrivão e do oficial de justiça daquele Distrito, pretendendo executar o cidadão Francisco Theodoro Fernandes. O sub-delegado prendeu os três, que só foram soltos no dia seguinte por intervenção do juiz de direito da Comarca de Sapucahy, mediante compromisso de lá não retornarem com tais intenções até que a questão fosse decidida pela

Presidência da Província. Isso foi feito através do ofício nº 86, de 3 de dezembro do mesmo ano, no qual se assentou que

> *"não devendo ser mais objecto de duvida, que a divisa ecclesiastica não altera a civil, não só em vista do Aviso citado de 31 de Janeiro de 1835, como em attenção as decisões constantes dos de 8 de Fevereiro, e 19 de Maio de 1848 ns. 19 e 65, e sendo evidente que a referida Lei Provincial nº 809 só considera o territorio em questão pelo lado da jurisdicção ecclesiastica, em nada alterando a divisão civil do Districto de Paz existente, e pela qual tambem se deve regular a dos Municipios, com attenção ao disposto nas Leis Provinciaes ns. 134 de 16 de Março de 1839 artigo 1º parágrafo 4º, nº 472 de 31 de Maio de 1850 artigo 14, nº 533 de 10 de Outubro de 1851 artigo 12 - nº 558 de 11 do mesmo mez e anno, art. 10, segue-se que irregular tem sido o procedimento das Autoridades do Municipio de Caldas, e não o do Aferidor, e Juiz Municipal da Campanha, que em todo este negocio tem marchado de accordo com a Lei, e bem entendido a explicação desta Presidencia."*.

Para pôr cabo de vez às confusões, a lei nº 994, de 27 de junho de 1.859, fixou as seguintes divisas do Distrito de Santo Antônio do Machado:

> *"da Cachoeira do Poço fundo no rio Machado rumo do nascente ao espigão mais alto até a Serra, sempre aguas vertentes, e desta Serra que divide os Campos da matta, ao corrego da Bocaina, e por este até a sua barra no rio Machadinho, e atravessando este rumo direito ao espigão, e deste seguindo o lado do norte, a uma serra denominada do Bairro-alto, e desta sempre aguas vertentes ao mais alto da Serra da fazenda intitulada do Espirito Santo e que divide a fazenda de Marcos Aurelio de Souza da dos Tolledos, e deste alto, ainda rumo do norte pelo espigão mais alto, aguas vertentes ao ribeirão Ouvidor até o rumo de leste acima da morada de Francisco José Ferreira, e por este ribeirão abaixo até á actual estrada que vem da Cidade da Campanha para a Freguezia de Alfenas, e por esta estrada á esquerda até o ribeirão - Papagaio - e por esta (sic) abaixo até sua barra no Machado e por este acima até a barra do corrego Santa Rita, e deste pelas divisas actuaes do Districto até onde começou esta demarcação, ficando todo o territorio comprehendido d'entro della pertencendo ao Municipio de Caldas."*.

O parágrafo 3º do artigo 1º esclareceu que a Freguesia da Sacra Família do Machado teria por limites os mesmos demarcados para o respectivo distrito.

Registre-se, por fim, que, conforme Waldemar de Almeida Barbosa, o termo "*freguesia*" equivale a "*paróquia*". Aquele era antigamente mais usado; todavia, o sentido de ambos é absolutamente o mesmo.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - Livro VI de "Autos de Ereções e Patrimônio de Capelas" - páginas 187 e 188 (localização: 6-2-27);
2 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - "Registro de Provisões e mais papéis da Câmara Episcopal - 1851/1857" - página 42 (localização: 1-2-26);
3 - Livro da Lei Mineira - 1840 - tomo VI - parte 1ª - folha nº 41;
4 - Livro da Lei Mineira - 1857 - tomo XXIII - parte 1ª - folha nº 1.
5 - Livro da Lei Mineira - 1858 - tomo XXIV - parte 3ª
6 - Livro da Lei Mineira - 1859 - tomo XXV - parte 1ª - folha nº 9.

B - **secundárias**

1 - José Matzner - "Guia do Sul de Minas" - Oficinas Gráficas da S/A Folha de Minas, Belo Horizonte, sem data, página 162;
2 - Waldemar de Almeida Barbosa - "Dicionário da Terra e da Gente de Minas" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, página 97;
3 - Wanderley dos Santos - "Aspétos Históricos do Município de Machado M. G." - trabalho inédito.

****

OS PRIMEIROS MORADORES DA REGIÃO DO MACHADO

1 - Considerações prévias.
2 - Povoadores do vale do Rio Machado.
3 - Primeiros moradores do distrito da Vila.
4 - Primeiros moradores do distrito da Sede.

****

1 - **Considerações prévias**.

Conforme ressaltado na introdução, é árdua tarefa reconstituir as condições de povoamento e citar os primitivos habitantes da zona que hoje compreende o Município do Machado. Não pretende este capítulo vencer a dificuldade. Ele apenas mencionará alguns nomes que a história registrou, reconhecendo porém que a maioria dos desbravadores permanecerá para sempre anônima e ignorada.

Falou-se atrás dos sesmeiros - mas eles constituíram pequena parte dos ocupantes da terra. Falou-se dos guardas-mores substitutos e autoridades militares nomeadas para a região - mas não se conhece a identidade dos seus subordinados. Para evitar repetições a tal respeito, remeto o leitor aos capítulos segundo e terceiro. Deixo também de enumerar os padres que por primeiro aqui serviram, pois isso será feito noutra parte do trabalho.

2 - **Povoadores do vale do Rio Machado**.

Reynaldo de Oliveira Pimenta, na obra adiante citada, estudou minuciosamente a ocupação do planalto da Pedra Branca (Caldas e região). Registro aqui sua relação dos povoadores do vale do Rio Machado, res-

salvando que moraram fora de nossas atuais divisas:
Lucas Borges de Carvalho, vindo em 1.772, proprietário da Fazenda do Pouso Alegre, "com posses na curva do rio Machado, além do Tripuí";
Mateus Álvares Martins, com fazenda "no caminho do Cabo Verde";
Pedro José Muniz, morador já em 1.779 nos "campos do Cabo Verde";
Bartolomeu da Silva, que em 1.777 morava para os lados de Silvianópolis;
Cipriano Coelho de Souza, fixado em 1.790 no Ribeirão do Machadinho;
Antônio José Machado, morador "na estrada do Cabo Verde" nos fins do século 18;
Manuel Inácio Franco, o velho, assentado em 1.792 perto do Tripuí;
Alferes José Rabelo de Carvalho, possuidor da Fazenda do Jardim, que depois pertenceu a Lourenço Westin;
Manuel de Souza Ramos, fazendeiro na Boa Vista, perto do Tripuí;
Capitão Manuel José Ribeiro, chegado em 1.800, com terras no Córrego do Ouro, "além da curva do Rio Machado".

Adílson de Carvalho, no erudito trabalho "*A Freguesia de Nossa Senhora da Assumpção do Cabo Verde e sua História*", afirma que o livro de assentos de casamentos daquela localidade, em 1.787, já registrava moradores do "Caminho do Machado", o qual, saindo de lá, e passando pelo Palmital, Porto e Divisa Nova, chegava às paragens do futuro Arraial da Sacra Família. Dentre eles, cita **Antônio Barbosa Raposos**, **Catarina Leite**, **Manoel Costa Homem**, **Pedro Leme do Prado**, **Daniel de Sousa Pimentel**, **Antônia Maria de Jesus**, **João de Sousa Pimentel** e **Jertrudes Francisca**. E acrescenta:

> *"A partir de 1765 quando Antônio Simões Gomes, morador em Cabo Verde, recebeu do governador a incumbência de construir o caminho que iria de Cabo Verde a Santana do Sapucahy a região paralela a este começou a ser povoada. Outros ganharam a região de Alfenas e Machado através da capela de Bom Jesus dos Aflitos (Itaci), sempre subindo os rios e córregos.".*

3 - **<u>Primeiros moradores do distrito da Vila</u>**.

Seguindo indicação do Cônego João Aristides de Oliveira (ver capítulo quarto), localizei no livro nº 1 de assentos de batizados da Matriz de Santana do Sapucaí o relativo ao menor **José**, filho legítimo de **Joaquim** e **Maria de Tal**, moradores no Douradinho. Ele se tornou cristão em 31 de outubro de 1.792.

Fez-se referência, nos capítulos quarto e sexto, a alguns pioneiros do Douradinho: **Silvestre Leite** e sua filha **Maria Leite**, tidos pela tradição como fundadores do Arraial; **José Alves Paredes**, doador do primeiro patrimônio à Capela; **José de Souza**, invasor desse patrimônio; **Custódio Pereira da Silva**, morador nas divisas com o sertão do Machadinho em 1.811;

Antônio José Rodrigues e **José Gonçalves da Costa**, procuradores das obras da Matriz em 1.818.

No início de 1.833 moradores da Freguesia requereram ao Bispo de São Paulo que lá provesse determinado padre. Sua petição encontra-se na pasta de documentos avulsos sobre Douradinho do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, e tem as seguintes assinaturas: João Ferreira de Tolledo, Manoel Jacinto Pereira, Ignácio Manoel Ribeiro, Joaquim Francisco de Almeida, Joaquim Ferreira de Tolledo, Joaquim Poncianno de Carvalho, Ignácio Pinheiro da Silva, Agostinho Evanjelista de Oliveira, Francisco Maria Guimarães, Lourenço (?) Domingues da Silva, João Anacleto da Cruz, João Martins Campanha, João Francisco da Fonseca, Manoel Francisco de Coito, Silvestre Silvério da Costa Bastos, Albino José da Silva Ribeiro, Jacinto José Xavier, Antônio (?) Silvério do Prado, Francisco Rodrigues da Silva, Antônio Pedro de Pádua, João Moreira de Souza, Francisco Ferreira de Toledo (?), Francisco Cassimiro Machado, Custódio Cacimiro Machado, José de Morais Machado, José da Cunha Castro, José da Costa de (?), Thomé Carvalho da Silva, Balthazar do Rego Pais, Joaquim Bernardes, José Lopes de Carvalho, Marianno Frz.e Maciel, Emerencianno Pereira da Silva, João Dorn.es da Silva, Manoel Querino de Carvalho, Joaquim José de Carvalho, Domingos Alz. Ferreira, Demétrio Tavares dos Anjos, Manoel Tavares dos Anjos e Francisco Thomás de Aquino.

Em agosto de 1.835, o juiz de paz do Douradinho enviou à Presidência da Província relação de 227 varões da Freguesia, de idade entre 18 e 60 anos, que não pertenciam à Guarda Nacional, mas estavam em condições de prestar outros serviços ao Governo. O documento encontra-se no Arquivo Público Mineiro (Fundo: Presidência da Província - PP 1/10, caixa 7, doc. 13).

No livro VI de Autos de Ereções e Patrimônio de Capelas do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo há três requerimentos à autoridade eclesiástica, que contêm nomes de habitantes do Douradinho em meados do século XIX. A má qualidade da escrita dificulta a identificação de várias assinaturas, que marquei com pontos interrogativos.

.....

A - Em outubro de 1.851 pediram licença para transferência da Matriz à Fazenda Lambari os seguintes moradores: Balbino José de Carvalho, Manoel (?) dos Anjos, José da Costa de Jesus, José Lourenço da Silva, José dos Reis Fernandes, Fermianno (?) da Silva, Cândido da Costa Gouveia, Antônio Luís Ferreira, Joaquim Vicente da Silva, Manoel Pires dos Santos, Jerleão (?) Theodoro Alfinis, Joaquim Alves da Silva, Joaquim Bernardes da Silva, Vicente Ferreira da Silva, Antônio Ticianno da Costa, José Francisco Domingues, Antônio Luís da Silva, Joaquim de Azevedo Xavier (?), João Domingues Pinto, João Baptista da Silva, Francisco Antônio Vilas Boas, José Felipe de (?), Manoel Fernandes Correia, José Neves (?) de Carvalho, Joaquim de Morais Gouveia, Fernando Correia Guimarães, José Cordeiro da (?), Manoel José de Olivar (?), João Cachita Clementino, Joaquim Lopes de Carvalho, Antônio Izidoro Pereira, Ignácio Rodrigues Ferreira,

José Joaquim de Santa Anna, Lourenço Domingues da Silva, José Venâncio de Azevedo, João Vicente da Silva, Francisco Carvalho da Silva, João Fernandes Correia, Vicente Pereira da Silva, Custódio Cacimiro Machado, José de Souza Darves, João Theodoro de Carvalho, Baltazar do Rego Pais, José Joaquim de Lima, Joaquim Curcino Rodrigues, Domingos Alves Paredes, Vicente Jacinto Ferreira, Manoel Antônio Umbelino, José de Macedo, João Matias Pinto, José Francisco Villas Boas, Camilo Mrz. de Araújo, Manoel Domingues da Silva, Francisco Antônio Xavier, João Tavares Pereira, Justino Pereira da Silva, José dos Reis de Jesus, Francisco Cassimiro Machado, Francisco José Pereira, João Cândido da Costa, Antônio Alves Ferreira, José Jacinto Ferreira, Joaquim Vicente Pereira, Joaquim Affonso Pereira e Manoel Jacintho Pereira.

.....

B - Em julho de 1.852 foram arrolados estes fregueses do Douradinho, que com suas famílias somavam 823 pessoas: João da Costa Guimarães, José da Costa Guimarães, Maria José, Manoel Silvério, Agostinho Fernandes, Manoel Francisco de Mattos, Joaquim Antônio de Souza, José Pinheiro Filho, José Gomes Pinto, Joaquim Gomes Pinto, Galdino Pinheiro, Antônio da Costa, João Batista, João José Sobral, Diogo José Sobral, Francisco Pinheiro da Silva, João Rosa, Joaquim Rosa da Silva, Francisco Thomás de Assis, Rita da Silva, Manoel Antônio Barbosa, Francisco Antônio do Divino, Lusia Maria, Vicente Peixoto da Silva, Antônio Gordianno, Marianno Rodrigues, José Rodrigues, Joaquim Rodrigues, Antônio da Silva, Adão Fernandes, João Fernandes, João Gordeanno, Manoel Thomás de Aquino, Francisco José Vieira, José Vieira, José Antônio Ferreira, Carlos José Alves, Bento Barbosa da Silva, Miguel Barbosa, Manoel de Sousa, José Luís, Pedro José Vieira, Anna Vitória, José Antônio Pereira, Custódio Fernandes, José Caetano, José Fernandes de Mello, Caetano Bernardes, Pedro José Alves, José Fernandes, Manoel Luís, Joaquim Ferreira, Francisco José da Varginha, Joaquim Alves da Silva, Francisco de Souza, José de Sousa Dinis, José de Abelcia (?), Joanna de Almeida, Domingos de Almeida, Albino José Ribeiro, Francisco de Almeida, Zifirino José Ferreira, José Luís, João Vieira, Antônia Theodora, Custódio Rodrigues da Silva, Custódio Pereira da Silva, Ignácio da Silva Breio, Joaquim Marianno, Francisco da Silva Breio, Joaquim Soares, Ignácio Pinheiro, Antônio Pinheiro, Thomé Ferreira de Jesus, Luís Mariano Gomes, João Francisco, Elena Joaquina, Francisco Bernardes, Quirino Antônio, Guilherme Jacinto, Antônio Thomé, José Bento, Lionel José, Luís de Paiva, Delfino de Paiva, Lucidoro José de Paiva, Domingos Pereira, Valério de Paiva, Maximianno Bactista Boeno, Bernardo José Francisco, Zifirino Bactista Campos, Francisco Neves Ramos, Amaro Aurélio (?) de Sousa, José Marques da Silva, Manoel Custódio, Maria Theresa, Maria Ignácia, Manoel Jacintho dos Santos, Manoel (?) Moreira, Simão de Almeida, José Fernandes de Mello, Manoel Gonçalves, Custódio Fernandes, José Caetano, Pedro Carlos, Joaquim Barbosa, Rita da Silva, Manoel Pereira, Domincianno Xavier, José Sabino, José Fernandes e Anna Vitória.

.....

C - Em setembro de 1.852 reclamaram contra a criação do Curato do Machado os habitantes do Douradinho que se enumeram: Manoel Jacintho Pereira, João Antônio de Lemos, Paulo Alves de Araújo, José Alves Lima, Joaquim de Morais

Gouveia (?), Francisco (?) Machado, Manoel Cacimiro Machado, João Cazemiro Machado, Joaquim Cacimiro (?) de Morais, Simão Vieira da Silva, José Pereira Guimarães, Joaquim Pereira Capela, Manoel Tavares dos Anjos, José de Arimathéa Morais, Vicente Pereira Caixeta, José Francisco Villasboas, Joaquim José de Azevedo, Generoso Policarpo Freire, Manoel Rodrigues da Silva, José Joaquim de Lima (?), João Ribeiro Soares, Vicente José (?), Porfírio José de Azevedo, Joaquim Alz.s Ferreira, Joaquim (?) Pereira, Francisco José Pereira, Inocêncio José Teixeira, José de Souza Barros, João Vicente da Silva (?), José Francisco Maris (?), João Baptista da Silva, José da Costa de (?), Balbino José de Carvalho, Francisco Antônio (?), Joaquim Vicente Pereira, João Tavares Pereira, Simão Antônio do Couto, Joaquim de Moraes Machado, Frutuoso de Oliveira Bueno (?), José Lourenço da Silva, João Antônio de Lemos Horta, Lourenço Domingues da Silva e Francisco Leandro da Silva.

4 - **Primeiros moradores do distrito da Sede**.

O mesmo livro de assentos da Matriz de Santana do Sapucaí, atrás referido, dá conta de que em 2 de outubro de 1.792 foi batizado **Tomé**, filho legítimo de **José Joaquim Tavares** e **Joaquina Maria da Conceição**, "*moradores no Maxado*". Teve por padrinhos **Cyprianno Coelho de Souza** e **Maria Perpétua de Tal**. Sendo todos daquela Freguesia, é provável que suas residências ficassem fora dos limites de nosso atual Município.

Os autos do patrimônio do Padre Martins e da Capela da Sacra Família, analisados no capítulo quinto, mencionam nomes de diversos moradores do local em que se iniciou a povoação do Machado: **José Ferreira de Carvalho**, casado com **Miquelina Alexandrina de Jesus**, foi talvez o primeiro proprietário da Fazenda Jacutinga. Nela lançou posses **Joaquim Rodrigues de Souza**, cuja viúva **Maria Antônia do Espírito Santo** vendeu terras posteriormente a **Ana Margarida Josefa de Macedo**. Ainda foram fazendeiros no lugar os filhos desta: **Antônio Ferreira de Carvalho, Mathias Ferreira de Carvalho** e o **Alferes Bernardino Ferreira de Carvalho**. Outro **José Ferreira de Carvalho** (o esposo de Miquelina já falecera) assinou como testemunha a escritura de doação. Supõe-se, pelo nome, que também era parente da matriarca. Confrontavam com as terras em questão **Bento Pires Monte** (ou Mota?) e o **Capitão Manuel de Paiva**, entre outros. Presenciaram a venda de Maria Antônia o **Capitão Germano José da Silva Freire, Germano José da Freiria** e **Francisco Martins Queirós**. Viviam de suas lavouras no local **Joaquim José dos Santos** e **Albino José da Silva Ribeiro**, naturais de São João del Rei, e **João José dos Santos**, natural de Lavras. Em 1.825 o primeiro era viúvo e tinha 70 anos de idade; o segundo era solteiro, com 44 anos; e o terceiro era casado, com 35 anos. **José Joaquim dos Santos**, também vizinho de Ana Margarida, não era o mesmo Joaquim José, em contrário do que imaginou Wanderley dos Santos (repetido pelo autor da "*História de Machado*"). Há nos autos assinaturas de ambos, totalmente diversas. Aparecem ainda como testemunhas da compra feita pelo Padre e dos

autos de posse **Joaquim Antônio dos Santos, Capitão Antônio Joaquim Pereira de Magalhães, Antônio Ferreira da Silva, Inácio Antônio de Oliveira, Capitão-Mor Custódio José Dias** e seu cunhado **Tenente Antônio Moreira de Souza Ribeiro**. Da descendência destes se tratará noutro capítulo. Os autos de posse foram lavrados pelo Escrivão da Vintena **João da Costa Peixoto**; ignora-se porém se ele morava no local. Cabe notar, por fim, que nos limites das terras de Ana Margarida havia um córrego chamado **João Francisco**, pelo que se presume ter vivido ali alguém com tal nome.

Em 1.831 e 1.838 o Juiz de Paz Antônio José Martins elaborou mapas estatísticos do Distrito da Capela da Sacra Família do Machado, com os habitantes divididos por famílias e quarteirões, e discriminação de idade, cor, condição social, estado civil e ocupação. No primeiro foram arrolados 922 moradores, dos quais 487 livres e 435 cativos; no segundo, 1.531, sendo 917 livres e 614 escravos. Os documentos, sob números 3 e 13, encontram-se no Arquivo Público Mineiro, seção Mapas de População, caixa 5.

No livro atrás referido do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo há extensa lista de moradores no Arraial e na Aplicação da Sacra Família do Machado, em julho de 1.852. Ela foi elaborada para instruir requerimento de fregueses de Santana do Sapucaí que pretendiam anexar-se à nossa Capela. Eis os nomes, com a ressalva de que vários, por dificuldade de entendimento, estão assinalados com interrogação:

.....

A - Moradores do Arraial da Sacra Família, que com seus familiares somavam 388 pessoas: Joaquim Dias Rabelo, Alexandre de Sousa Pena, Vicente Soares, Antônio Tavares, Anna Luísa, Florentino Machado de Alvarenga, José Gonçalves de Alvarenga, João Francisco Dalves, Maria Luísa, Luísa Francisca, Rita Maria Bastiana, Daniel Bernardes, Anna Portes (?), Felicidade Maria da Com.ca, Antônio Ferreira, Anna Angélica, João Cubas Vieira, Francisco de Paula, Maria Francisca de Jesus, Gabriel José Rodrigues, Domenciano Rodrigues Alves, Lucinda Cândida de Jesus, José Joaquim de Freitas, João Amaro, Faustina, Manoel Martins, Joaquim José Martins, Antônio da Silva, Joaquim Homem, José Martins, Manoel da Silva, Misael Martins, Joaquim José Ferreira, Antônio Tavares, Francisca Faustina, Lúcia Maria de Queirós, Severianno José Vieira, Cândido Francisco de Sequira, Francisco Antônio Saraiva, Rita Vieira, José Bento Lumue (?), Maria Esméria, Marianna, Joaquim Domingues, Joaquim Ferreira, Antônio de Aguiar (?), Antônia Marcelina, Máximo Francisco, Joaquim de Paula, Eufrásia Maria, Maria Joaquina, Maria Francisca, Antônio Francisco, Joaquim Soares, José Luís Palham (?), Maxemeanno Vieira, José Rafael, João Antônio, Prodencianna Tavares, Marianna Cândida, Francisco Luís, Maria Onória, Joaquim Lemmis, Anna Silvéria, Anna Tavares, Francisco Joaquim, Antônio Joaquim, Carolina Cândida, Januário de Sousa, Anna Maria, Matias Fernandes, Manoel Marques, Vitorianno Roque, João Baptista Buno (?), Maria Cândida, Anna Faustina, José Claudino da Silva, Domingos José Rodrigues, Bibiana Maria de Jesus, Silvério Tavares da Silva, Francisco de Paula Ber.ª Sobrinho, João Antônio Xavier, João Gonçalves Maga-

lhães, Joaquim Ribeiro, Francisco Teodoro e João Evangelista.

.....

B - Moradores da Aplicação da Sacra Família do Machado (exceto os do Arraial), no total de 922 pessoas com suas famílias: Manoel José dos Santos, Damaso José de Sousa, Joaquim Gonçalves Lopes, Manoel José Gonçalves, João Roberto Fernandes, João Gonçalves de Magalhães, João José dos Santos, Joaquim Mafra, João Pedro dos Santos, Joaquim José dos Santos, José Custódio dos Santos, Manoel Pereira da Costa, Ricardo Pinto, Félix de Souza Magalhães, José Ferreira de (?) Coelho, Albino José Cabral, Joaquim José de Aguiar, Joaquim (?) Portes, Manoel Pereira de Carvalho, Francisco (?) Ferreira, João (?) Penha, José Francisco Ferreira, José Gonçalves, Antônio Jacinto de Faria, Manoel Francisco Pereira, Antônio Vital de Siqueira, (?) José Fernandes, José Antônio Ferreira, Prodenciano José Ferreira, Marianno Manoel, João Sancho do Lago, Silvestre Silvério da Cunha Bastos, Francisco Luís do Lago, José Pedro do Lago, José Carlos Alves, Manoel Gonçalves Lopes, Manoel de Sousa Dinis, José Martinianno da Cunha Bastos, José Joaquim da Cunha Bastos, José Correia de Oliveira, João Alves Campos, Jerônimo Pereira do Lago, Lourenço Alves Campos, Vicente Alves Campos, Thomás Pereira, Custódio Pereira, José Coelho, Antônio Januário, Misael de Sousa Magalhães, José Paulino da Costa, Joaquim de Sousa Moreira, Cândido de Sousa Dias, José de Sousa Moreira, Ignácia Maria, Azarias de Sousa Dias, José Gabriel, Francisco Caetano, Manoel José de Abreu Gonçalves, João Rodrigues da Silva, Quintiliano Vital de Siqueira, José Antonis, Antônio Moreira de Sousa, Antônio Gonçalves de Sousa, Antônio da Costa Penha, Antônio Luís Pires, Fidélis da Costa Penha, Ângelo Cor.ª da Paixão, Henimilgildo da Costa, Joaquim Antônio Pereira, Anna Aguida, João Antônio Pereira, Anna Lourença, Francisco Antônio Pereira, Camilo Fortunato, José Marques, Quintiliano Vital de Siqueira, José Gonçalves de Carvalho, João Gonçalves Lopes, Jerônimo de Carvalho, Padre Alexandre Carvalho de Macedo e Joaquim Tavares.

Carlos Legnani, no volume 1º, página 4, da revista adiante citada, afirma que as famílias Camargo, Soares e Bernardes eram as mais antigas desta terra. No volume 4º, página 1, ele assim localiza os primitivos clãs do Machado:

> *"Ao Sul, os Moraes, entre os quais José de Arimatéia, marido de Angélica, irmã de D. Ana Margarida Josefa de Macedo, que, segundo fonte fidedigna mas não documentada, era casada com Joaquim José dos Santos. A Leste, o Capitão Mór, Custódio José Dias. Ao Norte, o Tenente Antonio Moreira de Souza. A Oeste, os Gonçalves, os Rodrigues, cada qual com seus milhares de alqueires de terra, sua "Casa Grande" e seus escravos. Eis como se delineavam geograficamente os senhores absolutos das glebas, nos primórdios do Machado, enquanto no povoado viviam os Soares, os Camargos, os Bressanes, os Bernardes e os adventícios, que não raro apareciam."*.

Homero Costa, nas páginas 6 a 9 de seu livro, indica onde se estabeleceram os descendentes do Capitão-Mor Custódio José Dias, tronco da maior família machadense. Cuidarei noutros capítulos desta matéria e da imigração italiana, pelo que deixo de transcrever aqui suas informações a tal respeito. Quanto a outras famílias, mais recentes, ele assim se expressa a seguir:

> *"Afigura-se-nos de justiça rememorar, senão nas pessoas de seus chefes sucessivos - o que ser-nos-ia impossível - mas, ao menos, pelos nomes das respectivas estirpes, as principais famílias que, além das acima indicadas, tiveram em seus respectivos setores, acentuada atuação, através do tempo, no desenvolvimento de nossa economia agrária, trabalhando a terra.*
> *Assim, começando pelo setor norte da cidade, seguindo de nordeste para noroeste, e sem sair do distrito-sede, é justo lembrar aqui - os Borges, dos "Trezentos"; os Figueiredo e Ferreira, do mesmo bairro; os Alves de Figueiredo, do "Campinho; os Alves Palmeira e Pereira Caixeta, do mesmo bairro, estes, com raiz no "Hortelã" e aqueles, no "Laranjal"; os Franco da "Serra Negra"; os Alves Campos, ainda no "Campinho"; os Alves Ferreira, da grande família conhecida por "Coelhos", do bairro da "Barra"; a grande família dos Gonçalves, distribuída pelos territórios de Poço Fundo e Machado, com grande ramificação no distrito da cidade, com raiz em seu finado chefe, Cel. Misael José Gonçalves. Finalmente, os Pereira Lima, vizinhos da cidade, estendendo-se desde a fazenda "Palestina", pela margem esquerda do rio Machado, até próximo à fronteira do Poço Fundo.". (...)*
> *"- Distribuídas pelo setor que chamamos Sul devem ser lembradas, a começar pelas vizinhanças da cidade, já na margem direita do rio Machado, a grande família dos "Ritas" - Nery Ramos, de que foi chefe, no passado, Francisco Nery Ramos, a qual se estendendo por pequenos sítios, pelo bairro do seu nome, chegava e ainda chega, parece-nos, quase até o bairro do "Papagaio", este nas divisas com o município de "Paraguaçu"; os Domingues Pinto, da "Ponte", os Tavares (Chico Tavares) e Carvalho (Justino do Campo). Finalmente, os Pais (portugueses), já em outro setor, o "Córrego do Rosário", com raiz no velho e austero José Pais; e, ainda, em outro, aproximando do Vale do Dourado, os Carvalhos - um de cujos integrantes, o falecido João Filipe, adquirindo as fazendas da "Palestina" e da "Chácara", após deixar o "Campo Alegre", continuou, aí, o seu trabalho honrado pelo progresso da comuna. E já, agora, caminhando para o Vale do Dourado, em direção ao distri-*

to do Douradinho, até o Rio Sapucaí, em frente ao antigo "Paredes", hoje, Cordislândia, devemos recordar: - Os Pereira Caixeta, que denominaremos do Sul, para os distinguir dos do "Hortelã", com raiz no velho Honório; os Morais Machado, também do Dourado, já em pleno distrito do Douradinho, que tiveram por chefe acatado o velho Flávio de Morais Machado, o qual ainda chegamos a conhecer, dotado daquele dom de autoridade dos antigos; Os Maciéis, de que foi chefe austero, e acatado, Justo Antônio Maciel; os Costa Pereira, que tinham por chefe respeitado, o falecido Joaquim José da Costa Pereira - o "Nhonhô do Tucum" - como era chamado; os Isidoro, que tinham por chefe respeitado, o falecido João Isidoro; os Lopes de Vasconcelos, com raiz no falecido Pedro Lopes de Vasconcelos; e, para encerrar, ainda, os Ferreira, do bairro do Ouvidor, com raiz no falecido Manoel José Ferreira - tratado por "Manequinha do Ouvidor".".

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - livro II de "Autos de Erecções e Patrimônios de Capellas", páginas 52 a 68 verso;

2 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - livro VI de "Autos de Erecções e Patrimônios de Capellas", páginas 178 a 184 verso, 187 a 188 e 192 a 194;

3 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - processo de habilitação "de genere et moribus" do Padre Antônio José Martins, páginas 32 a 53 verso;

4 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - pasta de documentos avulsos sobre Douradinho;

5 - Arquivo da Paróquia de Silvianópolis - livro nº 1 de registros de baptizados da Matriz de Santana do Sapucahy (1766 a 1796) - páginas sem numeração;

6 - Arquivo Público Mineiro - Fundo: Presidência da Província - PP 1/10, caixa 7, documento número 13;

7 - Arquivo Público Mineiro - Seção Mapas de População - caixa 5, documentos números 3 e 13.

B - **secundárias**

1 - Adílson de Carvalho - "A Freguesia de Nossa Senhora da Assumpção do Cabo Verde e sua História" - Gráfica Jundiá Ltda., 1.998, páginas 161/162;

2 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História" - na "Revista do 1º Centenário de Machado", volume primeiro, página 4, e volume terceiro, página 1;

3 - Homero Costa - “Contribuição à História de Machado” - edição do Serviço de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Machado - Oficinas Gráficas da Editora São Vicente, sem data, páginas 6 a 11;
4 - João Rodrigues de Carvalho - “História de Machado” - Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1.985, páginas 29 a 31, 39, 40, 47 e 48;
5 - Reynaldo de Oliveira Pimenta - “O Povoamento do Planalto da Pedra Branca - Caldas e região” - São Paulo, 1.998, págs. 23/24;
6 - Wanderley dos Santos - “Aspétos Históricos do Município de Machado M. G.” - trabalho inédito.

****

OS REGISTROS DE TERRAS

1 - A legislação agrária do Segundo Império.
2 - Os registros paroquiais do Douradinho.
3 - Os registros paroquiais de Alfenas.
4 - Os registros paroquiais de Campestre.

****

1 - **A legislação agrária do Segundo Império**.

Mesmo findo o regime de sesmarias, continuou a apropriação, pela simples posse, das áreas inexploradas que ainda havia em grande quantidade no Brasil de meados do século XIX. O acesso por demais singelo à terra lhe reduzia o valor, e ela não representava riqueza efetiva. De outra parte, as restrições ao tráfico de escravos, decorrentes da pressão inglesa, diminuíram a oferta e elevaram o preço deles, forçando os latifundiários a utilizar mão-de-obra livre, obtida com a imigração. Temia-se que, ante a facilidade de possuir terras, os não-cativos preferissem cultivá-las por conta própria, abandonando o labor assalariado nas fazendas. Assim, esse duplo interesse dos senhores rurais - a valorização da propriedade fundiária e a necessidade de fixar nela os imigrantes como servos em substituição aos escravos - orientou a política agrária do Segundo Império, concretizada na lei nº 601, de 18 de setembro de 1.850. O texto, conhecido como Lei de Terras, teve também por objetivos regularizar as propriedades ilegitimamente adquiridas e estender o controle do Governo ao campo.

O diploma em exame pôs termo à ocupação primária de terras. Definiu as devolutas, distinguindo-as das que se achassem aplicadas a uso público ou no domínio particular por qualquer título legítimo. Exigiu a demarcação das glebas e impôs que os posseiros tirassem os respectivos títulos, sem os quais não poderiam hipotecá-las ou aliená-las. Determinou se organizasse por freguesias o registro das áreas possuídas.

A lei 601 foi regulamentada pelo decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1.854. Ele encarregou os párocos de efetuar os registros de terras, que ficaram por isso conhecidos como registros de vigário ou paroquiais. Eram lavrados em livros próprios, mediante declarações feitas pelos possuidores (ou por alguém a seu rogo) em dois exemplares, contendo: o nome do titular; a designação da freguesia em que se localizava a gleba; o nome particular da "situação", se o tivesse; sua extensão, se conhecida; e seus limites. Impunham-se multas aos que deixassem de apresentar as declarações nos prazos marcados ou as fizessem inexatas. Entretanto, nenhuma prova documental se exigia para verificação de sua autenticidade. Recebendo as duas vias, o vigário as datava e assinava; devolvia uma ao apresentante e guardava outra no arquivo da paróquia. A seguir, por si ou por escreventes, lançava no livro, textualmente, a declaração. Pelo registro cobrava emolumento no valor de dois reais por cada letra do documento transcrito.

Afirma José Murilo de Carvalho ter havido dificuldades na implantação dos registros: os vigários resistiam a promovê-los, deixavam de remeter os livros ao Governo, e sobretudo as declarações eram arbitrárias. Não obstante, eles ainda hoje fazem prova em ações possessórias e constituem preciosa fonte para o estudo da estrutura fundiária imperial.

2 - **Os registros paroquiais do Douradinho**.

3 - **Os registros paroquiais de Alfenas**.

Na época da feitura dos registros ainda não fora criada a Freguesia da Sacra Família do Machado. Por isso, os relativos às terras de nosso então Curato se lavraram na Paróquia de São José e Dores dos Alfenas. O livro que os contém, escrito entre 1.855 e 1.857, está no Arquivo Público Mineiro, seção de Registros Paroquiais, sob o códice nº 4. A vagueza das declarações com freqüência causa dúvida quanto à localização dos imóveis. Transcrevo a seguir os registros que concluí relativos a áreas machadenses, com base na moradia do possuidor, nos limites descritos ou nos nomes dos confrontantes.

registro nº 16 (págs. 9v./10) - **Joaquim Severino da Silva**.
descrição da área: - "hua parte de terras sita na Fasenda dos Boraias, no logar denominado Caxoeira, q.' houve pr herança de meu finado sogro Domingos Fran.co de Mag.es contando mais ou menos cincoenta alqueires, cujas divizas são as seguintes: Tem principio no canto do vallo no alto de m.ª caza, dividindo com Joaq.m Flavio da Costa, seguindo o Espigão agoas-vertentes até as cabeceiras do Passatempo, dividindo com M.el Paulino da Costa, e com João Baptista da Costa até o Corrego das Panellas, onde tem trez páos de Soita-Cavallo, e p.r este abaixo dividindo com as terras da Socied.e até a barra dos Boraias, e p.r este abaixo dividindo com Maria José até a barra do Corrego do Taquaral, e p.r este abaixo dividindo com a m.ma Socied.e até a Tapéra de João dos Reis, e desta seguindo o Espigam mais alto até o vallo, onde teve principio esta demarcação. Assim mais outra parte na m.ma Fazenda tambem havida p.r herança do d.º meu sogro contendo mais ou menos oitenta alqueires de roça, sendo suas divizas as seguintes:

Tem principio no Corrego das Panellas, onde teve hua ponte, seguindo pelo dito Corrego acima até onde tem duas barras, e destas seguindo o Corrego maior até o pontal de dois remanescentes, (?) q.' vertem de duas baixas, e entre estas seguindo o espigam até o alto dividindo com q.m de direito fôr, e voltando á esquerda dividindo com o Cap.m Pio de Souza Dias, e com João Baptista da Costa por agoas vertentes tambem com Maria José até o Corrego onde teve principio esta demarcação. Assim mais outra parte na Fasenda de Sam Thomé, q.' houve p.r compra feita á José Pinto da S.ª Sobrinho, de José da S.ª Gomes, de José Elias de Castilho, e de Manoel Moreira de Castilho, contendo mais ou menos vinte alqueires de cultura, sendo suas divizas as seguintes = Tem principio em Sam Thomé, em hum páu de timbó marcado, e deste á rumo direito á um páu de Pereira, e deste seguindo o Espigam p.r agoas vertentes dividindo com Joaq.m Flavio da Costa até o Espigam mais alto, e voltando á esquerda dividindo com José da S.ª Gomes até o alto de um serrote de pedras, e p.r este abaixo á rumo direito á S. Thomé, e p.r este abaixo dividindo com a Sociedade, até onde teve principio esta demarcação. Assim mais outra parte na Fazenda dos Boraias, cujo numero de alqueires, e suas respectivas divizas não podem ser dados, por estar a Fazenda ainda em comum, sendo ella havida por compra feita á Manoel Mor.ª de Castilho".

registro nº 35 (págs. 19/19v.) - **T.e Cor.el Custodio José de Souza Moreira**.
descrição da área: - "hua Fazenda denominada Campinho - no Corrego da Lagem, contendo mais ou menos dusentos e cincoenta alqueires entre cultura, e campos, e cujas divizas são as seguintes - por hum lado divide com Antonio Alves de Araujo, Manoel Antonio Pereira Lima, Antonio Moreira, Candido de Souza Dias, e com terras minhas na Freguezia do Campestre".

registro nº 40 (págs. 21v./22) - **João Alves Campos**.
descrição da área: - "hua fasenda de cultura nas Cabeceiras de Sam Thomé, que dividem com Candido de Souza Dias por hum Espigão abaixo que faz feixo por baixo do assúde do mesmo, e d'ahi ao Espigão até o alto, e d'aqui dividindo com Mizael sempre por o Espigão até as vertentes para o Machado, e descendo p.r hum Espigão abaixo direito á Caxoeira, subindo p.r outro té huma Cova, descendo p.r hum lagrimal té o Corrego, subindo p.r este acima torna á esquerda por huma agoa pequena até huma Cova, e desta em rumo direito a outra no alto da Serra dividindo com Manoel Gonçalves, e seguindo por este dividindo-se com Francisco Antonio até o alto da Serra, e p.r esta dividindo-se com Estanisláu (?) e dividindo-se com Francisco José, e com os (?) e com Custodio Dias, e com T.e Cor.el Custodio José de Souza".

registro nº 41 (págs. 22/22v.) - **Antonio Alves de Araujo**.
descrição da área: - "hua porção de terras de culturas, e campos sita na Freguezia de Sam José e Dores dos Alfenas; sua extenção será seis centos alqueires mais ou menos, denominada - Pinheiros - dividindo-se com José Alves de Araujo, Joaquim Alves de Araujo, Manoel Antonio Pereira Lima, Antonio Gonçalves de Araujo, Joaquim Ribeiro da Silva e seos filhos, Freire Serra, Antonio Moreira de Souza, e ultimamente com terras minhas, porem em estranha Freguezia".

registro nº 42 (pág. 22v.) - **Manoel Antonio Pereira Lima.**
descrição da área: - "hua porção de terras de cultura, e campos sita na Freguezia de S. José e Dores dos Alfenas: sua extenção será de quatro centos alqueires mais ou menos, se denomina - Pinheiros - dividindo-se com Antonio Gonçalves de Araujo, Sivirino Gonçalves de Araujo, Baptista Gomes, Pedro de Souza e Mello, Francisco de Mello Brandão, Antonio da Silva Freire, e com terras do mesmo dono, porem em extranha Freguezia, e ultimamente com terras minhas".

registro nº 43 (págs. 22v./23) - **Joaquim Antonio Pereira**.
descrição da área: - "hua parte de terras sitas na Fazenda denominada - Mato Dentro, que compõe-se de culturas, cujas divizas são as seguintes: Principia a diviza com João José dos Santos, por feixos, (?) já feitos, e com o Reverendo Padre José Martins, com José Claudino, com Antonio Vital de Siqueira, com Candido de Souza Dias, com o Orphão Joaq.m Alves Pereira, com Joaquim Bartholomeu, com Domingos José Rodrigues, e com José Francisco de Almeida, contendo dita Fazenda quatro centos alqueires mais ou menos".

registro nº 62 (págs. 32/32v.) - **T.e Jacinto José Pereira**.
descrição da área: - "hua fazenda de cultura, Serrados e Campos - denominada = Caxoeira = que houve por herança de meos finados pais, contendo mais ou menos oito centos alqueires, e Cujas divizas são as seguintes: Principia na barra de um corrego que faz diviza com meo mano Pio, por este acima até o valo dividindo com o mesmo, por este adiante té o Corrego do Pinhal, por este acima té a cabeceira á ganhar hum vallo, que diviza com Manoel Jacinto, por este ao Corrego de João Fernandes, por este abaixo á primeira vertente, por esta acima em rumo direito ao Corrego de S. Rita, por este acima ao alto da Serra, por esta adiante tudo quanto verte ao Coroado té um espigão que divide as agoas deste e dos Boraias, por este adiante dividindo com meo mano D.or Roque té a cabeceira do Corrego do Beiçudo, e por este abaixo até um vallo que fas diviza com o mesmo, por este adiante á cabeceira do corrego da Lagôa, d'aqui á um vallo que ainda divide com o mesmo, por este ao corrego do Tejuco Preto, e por este á um vallo que divide com meu mano João Custodio, por este adiante á cabeceira do corrego do Retiro dos Carneiros, por este abaixo ao Coroado, e por este abaixo até a barra do corrego, onde teve começo esta demarcação".

registro nº 99 (págs. 48/48v.) - **José Pinto Gomes**.
descrição da área: - "vinte alqueires de cultura e serrados na Fazenda da Barra do Machado, que houve por compra feita á Joaquim José de Siqueira, e outros, cujas divizas só podem ser dadas de um lado, com José Thomaz de Oliveira, porque pelos outros lados ainda se acha a Fazenda em sociedade com os demais herdeiros".

registro nº 113 (págs. 54/54v.) - **Manoel José dos Santos**.
descrição da área: - "hum Sitio neste Curato do Machado denominado - Corrego da Lagem - parte pertencente á este Curato, e parte a Freguezia do Douradinho, e por esta parte confronta com João José dos Santos, pelo Sul com os herdr.os do

finado Antonio Angelo, pelo Sudeste com Jacinto José Xavier; pelo Nascente Marcos Aurelio de Souza, tambem pelo Nascente Joaquim Gonçalves Lopes, e João José dos Santos pelo Norte, e Francisco Neri Ramos, João Sancho do Lago tambem pelo Norte, e por esta parte com Joaquim Gonçalves Lopes, e Joaquim Antonio Pereira".

registro nº 115 (pág. 55) - **José Claudino da Silva**.
descrição da área: - "huma Chacara neste Curato; as suas confrontações são: com Joaquim Gomes pelo Sul, Joaq.m Ant.º Per.ª pelo Poente, com Alexandre de tal, e Norte com João Antonio Xavier, e ao Nascente com os herdr.os de Luiz Marianno Gomes, e Francisco Theodoro Fernandes".

registro nº 116 (págs. 55/55v.) - **Ignacia Maria de Macêdo**.
descrição da área: - "as suas terras é - situadas nesta Fazenda da Jacutinga, Curato de Santo Antonio do Machado, Municipio da V.ª de Caldas, as duas dividem pelo Nascente com Silvestre Silverio da Cunha Bastos, pelo Norte com Anastacio Quirino da Cunha Bastos, pelo Poente com M.el Franc.º Per.ª, e pelo Sul com Antonio Vital de Siqueira, Mizael de Souza Mag.es, e com os herdeiros (?) de Joaquim Antonio Pereira, e com Joaquim Dias; a sua extenção terá mais ou menos hum quarto de comprimento, e de largura meio quarto".

registro nº 117 (pág. 55v.) - **João Gls.' Lopes**.
descrição da área: - "huma parte de terras, sita neste Curato do Machado, no bairro do Ribeirão de S.ta Anna; esta parte de terras terá pouco mais ou menos quarenta alqueires, e compoem-se de capoeiras; confronta com Fran.co Ant.º Per.ª Lima, e Manoel Gls.' Lopes".

registro nº 118 (págs. 55v./56) - **Vicente Ferreira Caixeta**.
descrição da área: - "as suas terras estão situadas nesta Fazenda da Jacutinga, Curato de S.to Antonio do Machado, Municipio da Villa de Caldas: as suas divizas pelo Nascente com Silverio Silvestre da Cunha Bastos, pelo Norte com Ant.º Alves Ferreira; pelo Poente com o Sarg.to Mor Jacintho José Pereira, e pelo Sul com Anastacio Quirino da Cunha Bastos: a sua extenção seis alqueires mais ou menos".

registro nº 119 (pág. 56) - **Albino José Cabral**.
descrição da área: - "as suas terras estão situadas nesta Fazenda da Jacutinga, Curato de S.to Antonio do Machado, Municipio da V.ª de Caldas; as suas divizas pelo Nascente com Antonio Alves Ferreira, e Antonio Vital de Siqr.ª = pelo Norte com Azarias de Souza Dias até o Poente; pelo Sul com José Correia, e Candido José de Souza Moreira: a sua extenção terá mais ou menos hum quarto em quadra".

registro nº 120 (págs. 56/56v.) - **Anastacio Quirino da Cunha Bastos**.
descrição da área: - as suas terras estão situadas neste Curato de S.to Antonio do Machado, Municipio da Villa de Caldas; suas divizas pelo Norte com Vicente Ferr.ª Caixeta, e o Sarg.to Mor Jacinto José Per.ª; pelo Poente com Azarias de Souza Dias, pelo Sul com D. Ignacia: Outra sorte em socied.e tida nesta Fazenda

da Jacutinga, é a sua extenção mais ou menos um quarto de comprimento e meio quarto de largura".

registro nº 121 (pág. 56v.) - **Silvestre Silverio da Cunha Bastos**.
descrição da área: "as suas terras estão situadas neste Curato de S.to Ant.º do Maxd.º, Municipio da V.ª de Caldas; são suas divizas; pelo Nascente com João Ant.º Xavier, pelo Norte com o Sargento Mor Jacinto José Pereira, e com os herdr.os do finado Fran.co Alves, pelo Poente com Anastacio Quirino da Cunha Bastos, pelo Sul com Ant.º Vital de Siqr.ª até onde teve principio a m.ma diviza".

registro nº 122 (pág. 57) - **Joaquim Glz.' Lopes**.
descrição da área: - "hum sitio nesta Freguezia de Alfenas, suas divizas são as seguintes: Dividem com Manoel José dos Santos, João Sancho do lago, João José dos Santos, Joaquim Ant.º Per.ª, herdeiros de Ant.º Angelo, e alem do Rio Machado com M.el J.e dos Santos, Marcos Aurelio, Quirino Antonio, e João José dos Santos".

registro nº 123 (pág. 57) - **Manoel José Glz.'**
descrição da área: - "huma sorte de terras que possui na Fazenda de S.ta Anna: suas divizas são as seguintes: Pelo Nascente divide com José Paulino da Costa, e Luzia Maria; pelo Poente com João Alves Campos; e pelo Sul com Francisco Antonio, e pelo Norte com Mizael de Souza Mag.es".

registro nº 126 (pág. 58) - **João Custodio Dias**.
descrição da área: "huma Fazenda denominada Tijuco-preto - que houve por compra e herança. Principião suas divizas com meu mano Pio, no Corrego da Lagoa, deste rumo direito ao Coroado, por este acima divisando com meu mano Jacinto até o Corrego do Cemiterio; d'aqui dividindo com meu mano Roque até o vallo, por este vertente abaixo dividindo outra vez com meu mano Pio té a barra do porteira, por este acima até o espigão, d'aqui pelo espigão abaixo vertente p.ª o Machado dividindo com João da Costa Torres até o Rio Machado, e p.r este acima até onde teve principio esta demarcação - contendo do Norte p.ª o Sul legoa e quarto; e do Nascente p.ª o Poente trez quartos mais ou menos".

registro nº 127 (págs. 58/59) - **Pio de Souza Dias**.
descrição da área: - "hua Fazenda denominada - Coroado - que houve p.r herança. Suas divizas são as seguintes: Principião no Corrego da Lagoa dividindo com meo mano João Custodio, por este acima até o Coroado, por este abaixo dividindo com meo mano Jacinto té a primeira vertente, por esta acima até o vallo, deste dividindo com meo mano Manoel Jacinto, pela vertente abaixo té o Rio Machado, por este abaixo té onde teve principio esta demarcação. Assim mais possuo sessenta e cinco alqueires de culturas, que houve por herança nas cabeceiras do ribeirão de Santo Antonio dividindo por hum lado com meo mano Jacinto, por outro com meo Sobrinho Candido, e pelo resto com meo mano Manoel Jacinto. Assim mais tenho huma parte de terras, que houve por herança e compra, no Corrego denominado - Melancias - dividindo por hum lado com meo mano João Custodio té o Corrego da

Porteira; por este acima até o espigão, por este adiante dividindo com João da Costa Torres té o vallo, por este dividindo com José Esteves té o Corrego, voltando p.ª outro lado té o espigão, por este acima dividindo com João José té as divizas com Salvador, e deste com J.e Esteves outra vez, pelo espigão, por este dividindo com a Fazenda de Joaq.m Marques, adiante ao m.mo espigão divido com Joaq.m Sivirino, adiante com Anna da Silva, e adiante com meo mano Roque té onde teve principio esta demarcação".

registro nº 129 (págs. 59v./60) - **Manoel Jacinto de Souza**.
descrição da área: - "huma Fazenda denominada Santa Rita - que houve p.r compra, e herança; suas divizas são as seguintes: Principia na Ponte do Rio Machado, dividindo com meo mano Pio té o vallo, d'aqui seguindo com meo mano Jacinto té o Serrote, d'aqui dividindo outra vez com meo mano Pio té o fim do Serrote, pelo espigão abaixo dividindo com meo Sobr.º Candido té o Rio Machado, p.r este abaixo té onde teve principio esta demarcação".

registro nº 131 (págs. 60/60v.) - **José Paulino da Costa**.
descrição da área: - "huma Fazenda denominada = Piedade - sita neste Curato do Machado as suas divizas, digo, confrontações são: pelo Nascente com José Antonio, e José Fernandes; pelo Poente com Luzia de tal, e M.el Antonio; pelo Norte com Mizael de Souza, e pelo Sul divide-se com a Fazenda minha pertencente á Freguezia de S.ta Anna. Esta Fazenda compõe-se de matas virgens, e Capoeiras".

registro nº 132 (págs. 60v./61) - **José Thomaz de Oliveira**.
descrição da área: - "hua Fazenda denominada Caxoeira do Sapocahy q. houve p.r compra feita á J.e In.º (?) de Jesús; e mais duas partes na m.ma Fazenda q. houve p.r compra feita a Fran.co Martins: suas divizas são as seguintes: Principião no porto na barra do Machado, p.r este acima dividindo com D. Rita e seos herdeiros; pelo Sapocahi abaixo dividindo com José Borges, M.el Marques Vianna p.ª um lado e Bento Diogo de Olivr.ª p.ª outro lado, com Fran.co Borges té onde teve principio. Assim mais tenho na Fasenda da Ponte alta dez alqueires mais ou menos que houve por compra a Antonio Diogo de Oliveira annexa com as terras de Francisco Marques Vianna; suas divizas são as seguintes: Principia p.r um lado com Fran.co Marques Vianna, p.r outro com José Antonio".

registro nº 133 (pág. 61) - **Florentina Candida da Cunha Bastos**.
descrição da área: - "huma Chacara sita ao pé deste Curato do Machado; as suas confrontações são: pelo Nascente com Joaq.m Alves e Damazo José de Souza; pelo Poente com José Claudino da Silva; do Norte p.ª o Sul com João Tavares e Rd.º P.e José Antonio Miz.': terá quinhentos passos de comprimento e tresentos de largura".

registro nº 151 (págs. 66v./67) - **João José dos Santos**.
descrição da área: - "huma parte de terras sitas na Fazenda do Corrego da Lagem, compondo-se de matas, e pasto, que houve por herança, e compra, cujas divizas são as que constam nos Titulos, dividindo p.r hum lado com Joaquim Gls.' Lopes

p.r outro lado com Candido Moreira de Souza, Dom.os José Roiz.', Fran.co Theodoro Fernandes e com a sociedade do P.e José Martins, p.r outro lado com Joaq.m Antonio Pereira. Assim mais tenho no lugar denominado - Taquarussú, dividindo com Joaq.m Gls.' Lopes, p.r hum lado, p.r outro com Joaq.m Ant.º Per.ª, e José Francisco, contando estes circulos cem alqueires mais ou menos".

registro nº 207 (pág. 84v.) - **Antonio Alves Ferreira**.
descrição da área: - "duas partes de terras na Fazenda da Jacutinga, q. houve p.r compra feita á João Per.ª Caixeta, e á Ant.º Vaz; da primeira começa a diviza no Corrego do Taquaral; p.r este acima dividindo com Vicente Ferr.ª Caixeta até o (?), rodeando a direita agoas vertentes divizando com o T.e Jacinto José Per.ª, té a ponta do espigão, p.r este abaixo divisando com M.ª Antonia de Jesús até onde teve principio: da segunda começa a diviza na estrada na passagem do Corrego de Manoel Joaquim, p.r este acima té huma ponte velha, desta á direita em linha recta ao alto, p.r este abaixo té onde teve principio esta demarcação = Contem estas duas partes o numero de dez alqueires".

registro nº 208 (págs. 84v./85) - **Maria Antonia de Jezús**.
descrição da área: - "duas partes de terras na Fasenda da Jacutinga, que houve p.r compra feita á Miguel de Morais Machado e outros, como m.or consta dos titulos. Da prim.ª parte começa a diviza na barra do Corrego do Taquaral pelo espigão acima divisando com Silvestre Silverio da Cunha Bastos, e Ant.º Alves Ferr.ª té o alto, quebrando a direita rodeando toda a vertente divisando com o T.e Jacinto té a cabeceira de huma grotinha funda, p.r esta abaixo a um cedro q.' está na beira do Corrego, p.r este abaixo té onde teve principio esta demarcação = da 2ª parte começa a diviza na ponte da Caza de Silvestre Silvr.º da C.ª Bastos, á rumo direito ao alto, divisando com Antonio Vital de Siqr.ª té hum vallo, p.r este abaixo até o Corrego, p.r este acima até a fronteira de outro vallo, p.r este acima até o Corrego, p.r este abaixo té onde teve principio esta demarcação - Contem estas duas partes doze alqueires".

registro nº 209 (págs. 85/85v.) - **Domingos Ferreira Lopes**.
descrição da área: - "huma sorte de terras de cultura de cem alqueires denominada - o sitio do Silva - e Barreiros na Barra de Santo Antonio do Machado penhoradas e adjudicadas em Praça á Carlos José Alves, como Testamentr.º do finado Miguel Francisco Landim, cujas terras dividem por hum lado com José Fernandes de Godoy, p.r outro com terras da Fazenda dos Paredes, e p.r outro com a Serra dos Campos, e com quem mais tenha de dividir".

registro nº 210 (págs. 85v./86) - **Domingos José Roiz.'**.
descrição da área: - "huma parte de terras na Fazenda da Conceição sita neste Curato, que houve p.r compra de Miguel Fran.co da Silva, e terá trinta alqueires mais ou menos, e compoem-se de matas: as suas divizas sam: pelo Nascente com M.ª Alves do Carmo, pelo Poente com Joaquim Roiz.' Bartholomêo, pelo Norte com Joaquim Antonio Pereira e pelo Sul com Manoel Fernandes de Mello".

registro nº 211 (págs. 86/86v.) - **João da Costa Torres**.
descrição da área: - "huma Fazenda denominada Jurubatuba q.' houve p.r me ter casado com D. Fran.ca viuva q.' ficou p.r falescimento de Simplicio José Pereira, contendo mais ou menos o numero de cento e cincoenta alqueires, cujas divizas são as seguintes: Principia no Rio Machado, pelo espigão acima até o alto, dividindo com José Coelho pelo espigão fora té a baixa na cabeceira de um corguinho, á sahir no vallo, pelo vallo acima té huma porteira na estrada desta Freguezia, dividindo com Jacinto Ribeiro; da estrada pelo espigão té sahir no campo, dividindo com M.ª Barbara, e seos orphãos, d'ahi á esquerda pelo espigão té a estrada no Corrego fundo, dividindo com o Cap.m Pio, d'aqui a esquerda por outro espigão té o vallo do pasto até o brejo, atravessando em rumo direito huma porteira, desta ao Rio, dividindo com o Cap.m João Custodio té onde teve principio esta demarcação".

registro nº 239 (pág. 98) - **Manoel Francisco Pereira**.
descrição da área: - "hua parte de terras na Fazenda da Jacutinga que houve p.r compra de D. Ignacia Maria de Macêdo, contendo quatro alqueires, q.' se compoem de culturas, cujas divizas são as seguintes: Principia na barra do Corrego Manoel Joaquim, divisando com Antonio Alves Ferreira até o oleo arrancado, e deste até o caminho, deste á peroba, e desta á pereira divisando com Ant.º Vital de Siqueira, e desta ao Ribeirão da Jacutinga onde deve preencher os dictos quatro alq.s e p.r este acima té onde teve principio esta demarcação".

registro nº 240 (págs. 98/98v.) - **Damazo José Fernandes**.
descrição da área: - "hua parte de terras na Fazenda da Jacutinga q. houve p.r compra de Miguel de Morais; contendo onze alqueires que se compoem de culturas, cujas divizas são as seguintes: Principia pelo Corrego do Jaboticabal com Ant.º Vital de Siqueira, pelo espigão com Joaquim Antonio Pereira, e pela Serra voltando á direita, descendo em rumo até o Corrego, e deste até o espigão, descendo p.r este abaixo até onde teve principio com o m.mo Ant.º Vital de Siqr.ª".

registro nº 241 (págs. 98v./99) - **João Antônio Xavier**.
descrição da área: - "comprei ao S.r P.e Alexandre de Carvalho Macêdo duas partes de terras sitas na vertente denominada = Corrego de João Francisco = comprehendendo tudo quanto abrangem os dois espigões dividindo com o m.mo vendedor, e com Joaquim Dias e Caixetas - Segundo o Titulo sua diviza é no espigão mais alto fronteiro ao Arraial, e p.r este abaixo ao fundo do vallo q.' se acha entre duas vertentes, e por seguimento á 2ª vertente, e p.r esta abaixo até o Corrego do Assudinho, e p.r este abaixo até a diviza do mesmo".

registro nº 250 (págs. 101v./102) - **Azarias de Souza Dias**.
descrição da área: - "hua Fazenda denominada Assudes - q. houve por compra, e herança, contendo quatro centos alqueires mais ou menos, q.' divide com Joaq.m Mor.ª, Candido de Sz.ª Dias, os herdr.os do finado Ignacio Per.ª, Albino Cabral, Anastacio da Cunha Bastos, Ant.º Ferr.ª, Jacinto José Pereira, e D.or Roque de Souza Dias até onde teve comêço".

registro nº 251 (pág. 102) - **Candido de Souza Dias**.
descrição da área: - "hua Fazenda denominada Sam Thomé - q. houve p.r compra e herança contendo sete centos alqueires mais ou menos, culturas e campos, cujas divizas são as seguintes: com Joaq.m Mor.ª, Ant.º Mor.ª, Custodio Mor.ª, João Alves Campos, Mizael de Sz.ª Mag.es, José Correia, Albino Cabral, e Azarias de Souza Dias".

registro nº 252 (págs. 102/102v.) - **Francisco Antonio Pereira Lima**.
descrição da área: - "hua Fazenda denominada Boa Vista q. houve p.r compra contendo quatro centos alqueires mais ou menos, q. divide com Luzia M.ª de Jesús, M.el J.e Glz.' de Carv.º, João Glz.' Lopes, João Alves Campos, Estanisláu Ant.º Gomes, e seos socios, Lourenço Westin, Ant.º Joaq.m Glz.', J.e Glz.' Lopes, Manoel Antonio Pereira, e Manoel Lopes de Carv.º té onde teve começo".

registro nº 253 (pág. 102v.) - **Antonio Moreira de Souza**.
descrição da área: - "hua Fazenda denominada = S. Thomé - q. houve por compra, e herança, contendo oito centos alq.s pouco mais ou menos, de cultura, e campos, que divide com Candido de Souza Dias, Joaquim Moreira, Ant.º Glz.' de Castilho, Gervazio Glz.', Fran.co Freire, Ant.º Alves de Araujo, Custodio J.e de Souza Mor.ª, té onde teve principio".

registro nº 254 (págs. 102v./103) - **Candido de Souza Dias**.
descrição da área: - "hua parte de terras na Fazenda do Muzambo, contendo sessenta alqueires de cultura, e serrados, q.' obtive por herança, a qual divide com Fran.co de Sz.ª e Mello, Pedro de Sz.ª e Mello, e Baptista Gomes do Nascimento".

registro nº 255 (pág. 103) - **Candido de Souza Dias**.
descrição da área: - "hua Fazenda denominada Conceição - q. houve p.r compra e herança, contendo cento e quarenta alqueires de cultura, e serrados, cujas divizas são as seguintes: com Mizael de Souza Mag.es,, M.el Alves da Costa, Jeronimo Pereira do Lago".

registro nº 256 (págs. 103/103v.) - **Mizael de Souza Mag.es**.
descrição da área: "hua Fazenda denominada - Sam Luiz - q. houve p.r compra, e herança contendo quatro centos alqueires entre pastos e culturas, cujas divizas são as seguintes: com Candido de Souza Dias, João Alves Campos, M.el Glz.' Lopes, com J.e Paulino da Costa, com Jeronimo Per.ª do Lago, com Joaq.m Ant.º Pereira, e Vital Antonio de Siqueira".

registro nº 257 (pág. 103v.) - **Candido José de Souza**.
descrição da área: - "hua Fazenda dinominada - Matto Dentro - que houve p.r herança, contendo seis centos alqueires de cultura, serrados e campos, a qual divide com M.el Jacinto de Souza, Pio de Souza Dias, João Sancho do Lago, e Maxado abaixo até os Justinos, e d'ahi té onde teve comêço a diviza".

registro nº 262 (pág. 105) - **José Fran.co de Almeida**.

descrição da área: - “hum Sitio neste Curato do Maxd.º; e terá pouco mais ou menos cincoenta alqueires, houve p.r herança de meos sogro, e sogra. Este Sitio está em Socied.e com meos filhos. Compoem-se de matas, e capoeiras: as suas Confrontações, são: pelo Nascente com Francisco Theodoro Fernandes até a barra do Ribeirão da Conceição, ao Poente com M.ª Alves da Cosa até o m.mo Ribeirão, ao Norte com Joaq.m Ant.º Pereira, e ao Sul com o m.mo Pereira até o Rio Maxado”.

registro nº 265 (págs. 106/106v.) - **Francisco José Ferr.ª**.
descrição da área: - “hua Fasenda q. tenho no Posso fundo do Machado no Termo de S. J.e de Alfenas, Comarca de Caldas, principiando suas divizas da barra do faisca, p.r ella assima até sua cabeceira, seguindo á rumo direito até a ponta de hum Serrote, pelo espigão mais alto divisando com os Trancas, e pelo outro espigão com os herdr.os do finado Fran.co Glz.’ Lopes, atravessando o Corrego de S. José procurando o alto da Serra, descendo por este abaixo divisando com João Alves Campos, e com os Pretos da Posse até o Maxado, e p.r este assima divisando com a Fasenda q. foi dos m.mos Pretos, e Lourenço Westin até a barra do m.mo Faisca”.

registro nº 268 (pág. 107v.) - **João Roberto Fernandes**.
descrição da área: - “hua parte de terras denominadas Caxoeirinha q. houve por compra, contendo cincoenta alqueires em socied.e de hua e outra parte do Rio Maxd.º cujas divizas de hua parte do Rio com Joaq.m Glz.’ Lopes e com Joaq.m Ant.º Per.ª, e da outra p.e do Rio com a Socied.e”.

registro nº 269 (pág. 108) - **Joaquim José de Aguiar**.
descrição da área: - “hua parte de dois alqueires na Socied.e que houve de D. Ignacia”.

registro nº 270 (pág. 108) - **Antonio Vital de Siqueira**.
descrição da área: - “hua Fazenda denominada Jacutinga, que houve p.r compra, contendo sessenta alq.s entre culturas, e pastos, cujas divizas são as seguintes: com Joaq.m Ant.º Per.ª, J.e Antunes, Alexandre Peixoto, João Ant.º Xavier, Silvestre Silverio da Cunha Bastos, Damazo J.e Fernandes, Mizael de Souza Mag.es, José Cabral, Antonio Ferreira, D. Mª Antonia, D. Ignacia, e Anastacio da Cunha Bastos”.

registro nº 271 (págs. 108/108v.) - **Damazo José de Souza**.
descrição da área: - “hum Pasto na Jacutinga, contendo trez alqueires, cujas divizas são as seguintes: por um lado com João Ant.º Xavier, e José Claudino da Silva, e p.r outro lado com Joaquim Alves da Silva, e a Viuva Florentina, e por outro com o Patrimonio desta m.ma Capella”.

registro nº 272 (pág. 108v.) - **João Tavares da Silva**.
descrição da área: - “huma parte de terras em Pasto, de trez alqueires, divisando este com Joaq.m, P.e Martins, e D. Florentina”.

registro nº 273 (págs. 108v./109) - **orphão Joaquim, representado pelo tutor e irmão Antonio José de Avila Lima**.
descrição da área: - "na Fazenda das Pitangueiras huma parte de terras que houve p.r falescimento de nosso Pai o T.e Ant.º José de Avila, cujo Numero de Alqueires, e suas divizas não posso declarar, p.rq.' a Fazenda ainda se acha em socied.e com os demais herdeiros".

registro nº 274 (pág. 109) - **João Antonio Machado**.
descrição da área: - "humas partes de terras na Fazenda de S. Luiz q. houve por compra feita á João Per.ª da Costa, João Esteves Per.ª, M.el Per.ª da Costa, e João Pedro, contendo ambas o numero de vinte alqueires mais ou menos, cujas divizas são as seguintes: Principia na barra do Corrego de S. Luiz divisando com Candido Mor.ª, p.r elle assima á ponta de um vallo, pelo qual diviza com Anna Caetana até um rasgão, e deste passa o vallo assima em rumo direito á hua Paineira, d'esta em rumo á hua peroba verde no alto do espigão, e deste diviza com Albino Cabral e Azarias de Souza Dias, e pela parte direita com o refferido Candido Mor.ª, e do m.mo espigão á cabeceira do Corrego, e p.r este abaixo até a barra do Corrego, onde começou esta diviza".

registro nº 278 (pág. 110v.) - **Anna Caetana**.
descrição da área: - "hua parte de terras de cultura e logradouro na Fasenda de S. Luiz que houve por herança de meo finado Pai Ignacio Per.ª da Costa, as quais se dividem por hum lado - no logradouro - com Misael de Souza Dias, e Candido de Souza Dias; e na cultura divide com o m.mo Candido, João Antonio Machado, e com Albino Cabral".

registro nº 314 (pág. 123v.) - **Mathias Roiz.' da S.ª**.
descrição da área: - "hua parte de terras de dose alqueires de cultura em sociedade na Fasenda denominada - Matto Dentro - que houve por compra de um herdeiro do finado Venancio Barbosa".

registro nº 315 (págs. 123v./124) - **Virissimo Joaquim do Espirito Santo**.
descrição da área: - "hua parte de terras q. houve p.r herança de meo finado Pai Thomaz Joaq.m do Esp.º Santo, principiando a diviza no Corrego divisando com José Esteves dos Santos até hua Cova q.' está na beira da estrada, e d'esta em rumo direito ao espigão, e por este carregando á esquerda divisando com o Cap.m Pio, e pelo vallo abaixo até o Corrego, e pelo espigão acima até outro espigão, carregando á direita até a porteira da estrada, e descendo p.r esta abaixo até a estrada q.' vem de José Roiz.' e segue p.ª a rossa, e pela estrada fóra divisando com os herdr.os do finado Luis Esteves dos Santos até o corguinho, e por este abaixo divisando com Manoel Joaquim. E assim outra parte q. principia sua diviza na Pedra do Urubú em hua pedra redonda divisando com José Esteves dos Santos agoas vertentes até o Corrego, e p.r este abaixo até um olho d'agoa, e d'este em rumo direito á estrada nova, onde se acha hua Cova, e pelo espigão afora divisando com José Esteves dos Santos até a diviza com o Cap.m Pio, carregando á esquerda pelo espigão até a pedra do Urubú. E assim mais huma parte principian-

do a diviza no espigão da Sambambaia, e descendo em rumo direito em hum toco de jacarandá divisando com o Rd.º P.e Venancio José de Siqueira, até o Corrego p.ª baixo do Assude, e pelo Corrego acima até a barra do Corguinho dos Inhames, e pelo Corrego acima até a frente de hua pereira verde, e p.r esta acima até a beira do Serrado, carregando á esquerda até sahir no Sambambaia onde teve principio esta diviza".

registro nº 325 (pág. 127v.) - **Manoel Fernandes de Mello**.
descrição da área: - "hua Fazenda denominada - Machado - sita n'este Curato do Machado; as suas confrontações são: pelo Nascente com Manoel Alves, pelo Sul com Anna Victoria, e José Antonio; pelo Poente com José Paulino da Costa, e pelo Norte com Joaq.m Bartholomêo, e M.ª Alves. Esta Fazenda compoem-se de mata virgem, e capoeiras".

registro nº 331 (págs. 129v./130) - **menores José, Maria, João, Francisco e Antonio, representados por seu pai João José de Aguilar**.
descrição da área: - "huma sorte de terras na Fazenda do Matto Dentro, que se compoem de culturas, e serrados, havendo-as por legitima de m.ª m.er e mãi dos m.mos sendo as divizas das m.mas terras as seguintes: De hua cova em rumo direito divisando com J.e Ferreira té o alto, e d'ahi carregando á esquerda atravessando duas pontas de matto té o Sambambaial, deste abeirando a capoeira por baixo de um páu de Pereira verde, deste em rumo direito ao Corrego, p.r este acima té a Cova, onde teve principio. Assim mais hua porção de serrado q.' circula a morada de mª residencia, divisando p.r hum lado com José Ferreira deste com José Esteves the o alto dos herdr.os de M.ª Barbara, e destes carregando á esquerda té divizar com J.e Ferr.ª, deste saltando (?) o Ribeirão té o páu de batalha, e deste á José Esteves".

registro nº 332 (pág. 130) - **Manoel Alves da Costa**.
descrição da área: - "hua parte de terras de cultura no Corrego denominado Santo Antonio q.' obtive p.r compra, e conterá quarenta alqueires, a q.l divide com M.el Fernandes, Joaq.m Glz.' Lopes, e José Paulino da Costa até onde teve começo".

registro nº 361 - (pág. 142v.) - **Roque de Souza Dias**.
descrição da área: - "hua Fazenda denominada - Centro - sita nesta Freguezia de Alfenas, que suponho levar para mais de quatro centos alqueires, entre cultura, serrados, e campos, e divide pelo Nascente com o Cap.m João Custodio Dias e Jacinto José Per.ª; pelo Sul com este ultimo, para o Poente com Azarias de Sousa Dias, e Joaq.m de Sz.ª Moreira, e pelo Norte com os herdr.os de Elias Mor.ª de Castilho, Fran.co Mafra, com Joaq.m da S.ª Gomes, e com estes té divizar com o Cap.m João Custodio, cuja fazenda houve por compra, e herança de meos Pais".

registro nº 371 (pág. 146) - **Anna Fran.ca de J.s**.
descrição da área: - "hua Fazenda nesta Freguezia de Alfenas, a qual se acha em comum - sua diviza principia em S. Thomé, em diviza de Fran.co Mor.ª até topar a diviza de José Venancio p.r esta até a diviza de J.e da Silva, por esta até o S.

Thomé em diviza de João Ferr.ª e por esta até a serra, em diviza de Fran.co Mor.ª., e p.r esta té onde teve principio esta diviza".

registro nº 372 (págs. 146/146v.) - **P.e Alexandre Carvalho de Macedo**.
descrição da área: - "hua sorte de terras de cultura sitas nos suburbios do Districto do Machado, que dividem com João Sancho do Lago, Silvestre Silverio da Cunha Bastos e João Antonio Xavier; calculando-a em noventa alqueires pouco mais ou menos".

registro nº 373 (pág. 146v.) - **Maria Alves do Carmo**.
descrição da área: - "hua parte de terras na Fasenda da Conceição sita neste Curato, que houve p.r herança de meo finado Pai Joaq.m Alves da Costa, e Roza M.ª e terá cincoenta alqueires mais ou menos e compoem-se de matas: suas divizas são pelo Nascente com José Fran.co de Almeida, pelo Poente com M.el Fernandes de Mello, pelo Norte com Dom.os José Roiz.' e pelo Sul com Fran.co Theodoro Fernandes, e João Roberto Fernandes".

4 - **Os registros paroquiais de Campestre**.

Alguns registros de terras de Campestre também interessam à história do nosso Município. São os que se referem a áreas limítrofes deste ou a propriedades adquiridas por machadenses naquela Freguesia. Destaquem-se os promovidos por João Luís Dias (Fazenda dos Campos - págs. 3/3v.); por Custódio José da Silva Machado (Fazenda Campinho - pág. 3v.); e por Antônio Alves de Araújo, Manoel Antônio Pereira Lima, José Luís Araújo Dias e João Luís Dias (Fazenda dos Pinheiros - págs. 3v., 7, 14v./15 e 26v./27). O livro em que se encontram foi escrito entre 1.855 e 1.856. Está no Arquivo Público Mineiro, seção de Registros Paroquiais, sob o códice nº 38.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Paróquia de Carvalhópolis - Livro de Registro de Terras da Freguesia de São João Baptista do Douradinho;
2 - Arquivo Público Mineiro - Registros Paroquiais - Códice nº 4 - São José e Dores dos Alfenas - 1855-1857;
3 - Arquivo Público Mineiro - Registros Paroquiais - Códice nº 38 - N. S. do Carmo de Campestre - 1855-1856;
4 - Collecção das Leis do Imperio do Brasil - 1850 - tomo XI, parte 1ª - Typographia

Nacional, Rio de Janeiro, 1.851, págs. 307/313;
5 - Collecção das Leis do Imperio do Brasil - 1854 - tomo XVII, parte 2ª, secção 1ª - Typographia Nacional, Rio de Janeiro, 1.854, págs. 10/28;

B - **secundárias**
1 - Adriano Campanhole - "História da Fundação de Assis" - Editora Gráfica Latina Ltda., São Paulo, 1.985, págs. 146/1148;
2 - Cônego João Aristides de Oliveira - "Diocese de Pouso Alegre - 1950 - Ano Jubilar" - sem menção de autor, ano e editora - págs. 113/114;
3 - Emília Viotti da Costa - "Política de Terras no Brasil e nos Estados Unidos" - em "Da Monarquia à República: Momentos Decisivos" - 4ª ed., Editora Brasiliense, São Paulo, 1.987, págs. 139/161;
4 - José Murilo de Carvalho - "Modernização Frustrada: a Política de Terras no Império" - em "Revista Brasileira de História", São Paulo, março de 1.981, págs. 39/57;
5 - Júlio J. Chiavenato - "O Negro no Brasil" - 3ª ed., Editora Brasiliense, São Paulo, 1.986, pág. 100;
6 - Viviane Tessitore - "Registros de Terras de São Paulo" - volume I, Sé - Arquivo do Estado de São Paulo, 1.986;
7 - Waldemar de Almeida Barbosa - "História de Minas" - volume I - Editora Comunicação, Belo Horizonte, 1.979, págs. 250/251.

O **livro de registro de** terras do Douradinho esteve perdido por vários anos, segundo o Cônego João Aristides de Oliveira. Uma de suas vias encontrava-se no Arquivo da Paróquia de Carvalhópolis, quando de minha consulta. Posteriormente, foi trazida para o Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio de Machado. Os assentos, a seguir enumerados, foram feitos entre fevereiro de 1.855 e junho de 1.856. Em face do grande número deles, deixo de indicar as confrontações e o preço das áreas registradas, bem como os nomes dos alienantes.

Observa-se que, diversamente do que ocorria no Machado, as propriedades rurais do Douradinho já estavam naquela época retalhadas na maior parte, ainda que em quinhões ideais.

O rol segue a ordem cronológica das anotações:
1 - **Antonio Ticianno da Costa** - terras na Fazenda de São João.
2 - **Balthazar do Rego Paes** - terras na Fazenda de São João.
3 - **Balthazar do Rego Paes** - outras terras na mesma Fazenda de São João, no Córrego da Onça.
4 - **Balthazar do Rego Paes** - "*Outra divizão de Logradores Principiando no Assude de João Domingues Pinto, e Francisco Domingues, e deste pello hum vallo assima athe o Espigam, e por elle adiante athe frontiar com minha morada e de Thome Carvalho, e desendo arrumo direito athe o corrigo, e atravesando o dito corrigo arrumo direito athe a estrada e seguindo por ella asima athe o vallo de Antonio Jozé Rodrigues, dividindo a esquerda com Thome Carvalho e*

seguindo pello dito vallo athe o corrego do Pantano, e por este abaixo athe o assude donde principiou".

5 - **Jozé Joaquim de Oliveira** - partes ideais nas fazendas do Ribeiram Palmeira, do Turvo, das Pitangueiras, do Soroca e Maquaco.

6 - **Paulino Jozé Machado** - partes ideais na fazenda denominada Ribeirão de Jozé Dias.

7 - **Silvestre Bezerra Leite** - terras nas fazendas da Bocaina, dos Carvalhos e de São João.

8 - **Inocencio Jozé de Carvalho** - terras nas fazendas dos Carvalhos e de São João.

9 - **João Ribeiro Soares** - partes ideais nas fazendas do Desterro e do Desterro Alegre.

10 - **Jozé Fernandes Mello** - terras nas fazenda do Barreiro e do Palmital, e no Córrego Raso.

11 - **Antonio Marcelino Pereira** - parte ideal na Fazenda do Grão-Mogol.

12 - **Francisco Borges da Silva** - parte ideal na Fazenda de São João.

13 - **Francisca Maria do Nassimento** - terras na Fazenda dos Pires, Santo Antônio do Pinhal.

14 - **Antonio Thavares** - partes ideais na Fazenda do Douradinho.

registro sem número - **Manoel Tavares dos Anjos** - parte ideal na Fazenda do Douradinho.

15 - **Joaquim Ferreira Guimarães Tolledo** - fazenda de cultura e criar denominada S. Bento do Sapucaí; partes ideais na Sociedade dos Paredes e em terras na cidade da Catanduva.

16 - **Manoel Antonio Godos** (?) - terras e parte ideal na Fazenda dos Pires, Santo Antônio do Pinhal.

17 - **Francisco Carvalho da Sª** - partes ideais nas fazendas da Bocaina e da Onça; terras na Fazenda de São João.

18 - **Antonio Rodrigues Vas** - Sítio Turvo, nas margens do Rio Sapucaí.

19 - **João Jozé Sobral** - partes ideais nas fazendas Limeiras, Palmital e Cachoeirinha.

20 - **Jozé Fª da Sª** - parte ideal na Fazenda de Santo Antônio do Pinhal.

21 - **João Antonio de Lemos** - terras na Fazenda do Desterro.

22 - **Mariano Jozé da Costa** - partes ideais nas fazendas de Santo Antônio do Pinhal e de São João.

23 - **Jose Fran.co Boeno** (?) - partes ideais na Fazenda do Desterro.

24 - **João Ferrª de Tolledo** - partes ideais nas fazendas do Desterro e do Ribeirão de Jozé Dias.

25 - **João Martins de Araujo** - fazenda no lugar denominado Lage.

26 - **João Martins de Araujo** - terras na Fazenda Dourado.

27 - **Joaquina Soares** - terras nas fazendas de São João e Mato Dentro.

28 - **Francisco Martins de Araujo** - terras na Fazenda de São João; partes ideais nas fazendas dos Pimentas e do Pinhal.

29 - **João Martins de Araujo** - parte ideal na Fazenda de São João.

30 - **Jozé (?) Macedo** - partes ideais na Fazenda da Onça; terras na Fazenda do Tagio.

31 - **Joaquim Lopes de Carvalho** - partes ideais na Fazenda do Esmeril e na

margem do Rio Dourado.
32 - **Francisco Joze Ferr[a]** - partes ideais nas fazendas do Desterro e do Espírito Santo.
33 - **Jozé Pinto Ferreira** - partes ideais na Fazenda do Desterro.
34 - **Imidio Jozé Mendes Pereira** - partes ideais na Fazenda do Desterro.
35 - **Anna Custodia** - terras na Fazenda de São João.
36 - (**sem nome, filho de Lourenço Domingues da Silva**) - parte ideal na Fazenda de São João.
37 - **Ignacio Soares** - parte ideal na Fazenda de São João.
38 - **João Fernandes Paredes** - parte ideal na Fazenda de São João.
39 - **Thomas Joaquim do Espirito Santo** - partes ideais nas fazendas de São João e do Sapucaí.
40 - **Jozé Alexandre Moreira** - partes ideais nas fazendas do Retiro e do Sapucaí.
41 - **Joaquim Moreira de Araujo** - partes ideais nas fazendas de São João e do Retiro.
42 - **Maria Joanna** - partes ideais na Fazenda de São João.
43 - **Anna Caixeita** - terras na Fazenda de São João; partes ideais nas fazendas do Pinhal e do Turvo.
44 - **João Caixeita Clementino** - partes ideais nas fazendas de São João e do Mato Dentro.
45 - **Manoel Antonio da Costa** - partes ideais na Fazenda de Santo Antônio do Pinhal.
46 - (**sem nome, filho de João Cazemiro Machado**) - partes ideais nas fazendas Pouca Massa e do Desterro.
47 - **Manoel Joaquim Correia** - terras na Fazenda de Santo Antônio do Pinhal.
48 - **Lozia Joaquina** - partes ideais nas fazendas do Desterro, das Mostardas do Alambari, e do Douradinho.
49 - **Joaquim de Morais Machado** - partes ideais nas fazendas do Desterro e do Douradinho.
50 - **Roberto Jozé Pinheiro** - partes ideais na Fazenda do Desterro.
51 - **Maria Thereza do Carmo** - partes ideais na Fazenda do Desterro.
52 - **Manoel Jacintho Pereira** - partes ideais nas fazendas do Douradinho e do Desterro.
53 - **Jozé Antonio Rodrigues** - terras nas fazendas de São João e do Quilombo; parte ideal na Fazenda do Pinhal.
54 - **João Cazemiro Machado** - partes ideais na Fazenda Pouca Massa.
55 - **Jozé de Arimathea Moraes** - partes ideais nas fazendas do Desterro e do Douradinho.
56 - **Maria Barbara de Jezus** - parte ideal na Fazenda do Desterro.
57 - **Antonio Pereira Caixeta** - partes ideais nas fazendas do Douradinho e da Catanduva.
58 - **Manoel Rodrigues da Silva** - partes ideais nas fazendas do Dourado, dos Carvalhos, e Pinhalzinho.
59 - **Frutuozo de Oliveira Boeno** - partes ideais na Fazenda do Desterro.
60 - **Manoel Fernandes Correia** - parte ideal na Fazenda do Desterro.
61 - **Joliam Theodoro Alfenas** - terras na Fazenda de São João.

62 - **Jozé Vicente Martins** - terras na Fazenda Catanduva e no local denominado Mato Dentro.
63 - **Manoel Piris dos Santos** - terras na Fazenda de Santo Antônio do Pinhal.
64 - **Domingos Alves Paredes** - terras na Fazenda do Sapucaí.
65 - **João Vicente da Silva** - terras na Fazenda do Dourado; parte ideal na Fazenda do Mato Dentro.
66 - **João dos Santos Coitinho** - parte ideal na Fazenda Catanduva.
67 - **Joaquim Jozé Alves** - partes ideais na Fazenda de Santo Antônio do Pinhal.
68 - **Joaquim Pereira Cacheta** - parte ideal na Fazenda do Sapucaí.
69 - **Vicente Pereira Caixeta** - partes ideais nas fazendas do Desterro e do Espírito Santo.
70 - **Anna Antonia de Jezus** - partes ideais na Fazenda de Santo Antônio do Pinhal.
71 - **Ignacio Rodrigues Ferreira** - partes ideais na Fazenda do Douradinho.
72 - **Antonio Pinto Vianna** - partes ideais na Fazenda Catanduva.
73 - **Manoel Thavares dos Anjos** - partes ideais na Fazenda Jozé Dias.
74 - **Jozé Vas da Costa** - partes ideais nas fazendas Catanduva e do Sapucaí.
75 - **Fernando Correia** - terras na Fazenda de Santo Antônio do Pinhal.
76 - **Jozé Marianno da Costa** - partes ideais na Fazenda de Santo Antônio do Pinhal.
77 - **Jozé Cazemiro** - parte ideal na Fazenda de Santo Antônio do Pinhal.
78 - **Vicente Ferreira da Silva** - parte ideal de terras de cultura não identificadas; sítio na Fazenda do Dourado.
79 - **Lourenço Domingues da Silva** - partes ideais na Fazenda de São João.
80 - **Jozé Ferreira da Silva** - parte ideal na Fazenda de Santo Antônio do Pinhal.
81 - **João Carvalho da Silva** - terras nas fazendas Limeiras, do Esmeril e da Onça.
82 - **Jozé Duarte Ferreira** - parte ideal na Fazenda Catanduva.
83 - **Jozé Luis Lopes** - parte ideal na Fazenda Catanduva.
84 - **João Luis Lopes** - partes ideais na Fazenda Catanduva.
85 - **Francisco Carvalho da Silva** - terras na Fazenda do Dourado.
86 - **Joaquim Martins de Araujo** - partes ideais nas fazendas do Mato Dentro, das Pitangueiras e do Retiro.
87 - **Thomé Carvalho da Silva** - terras na Fazenda Córrego do Tagio; partes ideais na Fazenda do Lambari.
88 - **Juventino Pereira da Silva** - terras nas fazendas de São João, do Sapucaí, do Esmeril e do Pinhal.
89 - **Jozé do Reis (?) de Jezus** - terras na Fazenda de São João.
90 - **Antonio Jozé Rodrigues** - terras nas fazendas do Esmeril, de São João e do Alambari.
91 - **Fermianno Domingues da Silva** - terras não identificadas, em sociedade com Vicente Ferreira, Antônio Francisco e Antônio Joaquim; parte de terras divisando com João Martins e João Vicente.
92 - **João Fernandes Correia** - parte ideal na Fazenda de São João.
93 - **Jozé Manoel Paredes** - parte ideal na Fazenda de São João.
94 - **João Martins de Araujo** - parte ideal na Fazenda do Mato Dentro.
registro sem número - **Francisco de Paula Ferreira Lopes** - parte ideal na Fazenda do Desterro.
95 - **Estevão Pereira dos Santos** - parte de terras, em sociedade, na Ponte do Pouca Massa.

registro sem número - **Manoel da Silveira Lial** - partes ideais nas fazendas Pouca Massa e do Desterro.
96 - **Quintilianno de Azevedo Chaves** - partes ideais na Fazenda de São João.
97 - **Jozé Alves de Carvalho** - terras na Fazenda da Onça.
98 - **Joaquim Thavares Pereira** - parte ideal na Fazenda Vargem do (Pary - ?).
99 - **Pedro Domingues da Costa** - parte ideal na Fazenda de São João.
100 - **Joaquim Pulcino** - terras na Fazenda do Turvo; parte ideal na Fazenda do Retiro.
101 - **Custodio Cazemiro Machado** - partes ideais na Fazenda Pouca Massa.
102 - **Lino Antonio da Silva** - partes ideais na Fazenda do Desterro.
103 - **Vicente Rodrigues Vas** - terras na Fazenda do Retiro.
104 - **menores Jacinto e Silvéria, representados pelo tutor Joaquim Pulcino** - terras na Fazenda do Turvo.
105 - **Maria Rita Vieira** - partes ideais na Fazenda do Desterro.
106 - **Caegtano Jozé de Carvalho** - parte ideal na Fazenda do Thagio.
107 - **Joaquina Maria do Espírito Santo** - partes ideais nas fazendas do Thagio e do Esmeril.
108 - **menores Jozé, João e Manoel, representados pelo tutor Custodio Cazemiro Machado** - partes ideais na Fazenda Pouca Massa.
109 - **Custodio Cazemiro Machado** - terras na Fazenda de Santo Antonio do Pinhal.
110 - **Jozé Antonio de Lima** - parte ideal na Fazenda do Desterro.
111 - **Anna Francisca (de Mira ?)** - partes ideais nas fazendas do Retiro, do Mato Dentro e do Sororoca.
112 - **Antonio Joaquim da Silva** - parte ideal na Fazenda de São João.
113 - **Joaquim da Paixam** - parte ideal na Fazenda dos Carvalhos.
114 - **Antonia da Conceição** - parte ideal na Fazenda dos Carvalhos.
115 - **Antonio Luis Ferreira** - terras na Fazenda do Dourado; parte ideal na Fazenda de São João.
116 - **Marianna Luiza** - partes ideais nas fazendas do Mato Dentro e de São João.
117 - **Ignacio Fernandes Garcia** - parte ideal na Fazenda de São João.
118 - **Vituriano Francisco Pereira** - parte ideal na Fazenda de São João.
119 - **Domingos Jozé** - parte ideal na Fazenda de São João.
120 - **João Carvalho** - terras na Fazenda Limeira.
121 - **Manoel Joaquim de Santa Anna** - partes ideais na Fazenda do Desterro; terras na Fazenda de Dona Angélica.
122 - **Luis Thavares da Silva** - parte ideal na Fazenda de Santo Antônio do Pinhal.
123 - **Vicente Pereira da Silva** - partes ideais nas fazendas dos Carvalhos e do Sapucaí.
124 - **Francisco Domingues Pinto** - partes ideais nas fazendas da Bocaina e dos Carvalhos.
125 - **Generozo Carvalho da Silva** - terras na Fazenda de São João.
126 - **Silvestre Bezerra Leite** - terras na Fazenda de São João.
127 - **Joaquim Jozé Martins** - parte ideal na Fazenda de São João.
128 - **Elias Carvalho da Silva** - partes ideais nas fazendas da Bocaina, do Córrego da Onça, do Desterro e dos Carvalhos; terras nas fazendas dos Carvalhos e de São João.
129 - **Manoel Moreira Barboza** - parte ideal na Fazenda de São João.
130 - **Jozé Fernandes Correia** - terras e parte ideal na Fazenda de São João.
131 - **João Damasceno Cruz** - partes ideais nas fazendas do Retiro, do Soroca e do

Sapucaí.
132 - **Maria Cleofa de Jezus** - partes ideais nas fazendas do Desterro e do Douradinho.
133 - **Thomé da Silva** - terras e parte ideal na Fazenda de Santo Antônio do Pinhal.
134 - **Joaquim da Silva Gomes** - parte ideal na Fazenda de São João.
135 - **Francisco de Paula** - parte ideal na Fazenda de São João.
136 - **Jozé Francisco Domingues** - parte ideal na Fazenda de São João.
137 - **João Lopes Pereira** - parte ideal na Fazenda de São João.
138 - **Jozé Lopes Pinheiro** - terras e parte ideal na Fazenda de Santo Antônio do Pinhal.
139 - **João Moreira Neves** - terras na Fazenda Ouvidor.
140 - **Manoel de Paiva Silva Boeno** - terras nas fazendas do Retiro, do Mato Dentro, das Pitangueiras, do Soroca e do Pinhal.
141 - **menor Camila, representada pelo tutor Lourenço Domingues da Silva** - parte ideal na Fazenda de São João.
142 - **Joaquim Vicente Pereira** - parte ideal na Fazenda do Desterro.
143 - **Joaquim Alves Ferreira** - parte ideal na Fazenda dos Carvalhos.
144 - **Jozé Domingues da Silva** - terras na Fazenda de Santo Antônio do Pinhal.
145 - **Jozé Domingues Pinto** - terras na Fazenda dos Carvalhos; parte ideal na Fazenda da Bocaina.
146 - **Jozé da Costa Guimarains** - terras nas fazendas Grão-Mogol e das Limeiras.
147 - Jozé da Rocha - partes ideais na Fazenda do Catanduva.
148 - **Manoel Antonio de (Godos ?)** - terras na Fazenda de Santo Antônio do Pinhal; parte ideal na Fazenda de São João.
149 - **Antonio Francisco de Almeida** - terras na Fazenda de São João.
150 - **Thomé Carvalho** - parte ideal no lugar denominado Córrego do Moquim.
151 - **escravo Miguel, representado por Custodio Cazemiro Machado** - parte ideal na Fazenda de Santo Antônio do Pinhal.
152 - **Jozé Antonio Pereira** - terras na Fazenda do Barreiro; partes ideais nas fazendas do Paiolzinho do Grão-Mogol, das Limeiras e do Machadinho.
153 - **Joaquim Gonçalves** - terras na Fazenda Barreiro da Vargem; parte ideal na Fazenda da Vargem.
154 - **Gertrudes Maria de Jezus** - parte ideal na Fazenda do Douradinho.
155 - **Flavio Tavares da Silva** - partes ideais nas fazendas dos Carvalhos e do Douradinho.
156 - **João Domingues Pinto** - parte ideal na Fazenda da Bocaina; terras no Moquim e na Fazenda de São João.
157 - **João Alves Ferreira** - parte ideal no lugar denominado Córrego do Moquim.
158 - **Angelica Maria de Jezus** - terras na Fazenda de Santo Antônio do Pinhal.
159 - **Manoel Carvalho da Silva** - parte ideal na Fazenda do Tagio Esmeril.
160 - **Jozé Alves Ferreira** - parte ideal na Fazenda do Tagio Esmeril.
161 - **João Martins de Araujo** - parte ideal na Fazenda de São João.
162 - **Francisco Jozé Caegtano** - terras e parte ideal na Fazenda de Santo Antônio do Pinhal.
163 - **Joaquim Vicente da Silva** - terras na Fazenda do Dourado.
164 - **Manoel da Costa Silva** - Fazenda do Tucum; parte ideal na Fazenda do Douradinho.
165 - **Manoel Jacintho de Souza** - terras na Fazenda do Bom Retiro do Machado.
166 - **Joaquim Cardozo Dias** - parte ideal na Fazenda do Desterro.
167 - **João José dos Santos** - terras na Fazenda do Pântano.

168 - **João de Souza Dinis** - terras na Fazenda do Corregozinho; partes ideais nas fazendas da Cachoeirinha e da Limeira.
169 - **Antonio Pinheiro da Silva** - partes ideais na Fazenda do Desterro.
170 - **Maria Ignacia** - partes ideais na Fazenda do Desterro.
171 - **Jerimias** - partes ideais na Fazenda do Desterro.
172 - **José Bento de Almeida e filhos** - Sítio Cafundó do Machado.
173 - **Joaquim Pinheiro Caixeta** - parte ideal na Fazenda do Cafundó.
174 - **José Thomas Ferreira** - parte ideal na Fazenda do Cafundó do Machado.
175 - **João Adão de Carvalho** - terras na Fazenda da Vargem do Machado.
176 - **Francisco Antonio do Divino** - terras nas fazendas da Limeira e do Palmital.
177 - **Luiza Maria de Jesus** - parte ideal na Fazenda do Palmital.
178 - **Manoel Paulino Marques** - parte ideal na Fazenda da Limeira.
179 - **Domicianno José Xavier** - parte ideal na Fazenda da Vargem.
180 - **José Francisco de Almeida** - terras na Fazenda Espírito Santo.
181 - **Marcos Aurelio de Souza** - Fazenda Espírito Santo.
182 - **Anna Victorina** - terras na Fazenda do Córrego Raso.
183 - **Francisco Silverio Marques** - terras na Fazenda do Papagaio.
184 - **Francisco Theodoro Fernandes** - terras na Fazenda da Cachoeirinha.
185 - **Custodio Rodrigues da Silva** - partes ideais nas fazendas Cachoeirinha e Limeiras.
186 - **Antonio Maria Meirelles** - terras na Fazenda Cachoeirinha.
187 - **Justino Antonio de Carvalho** - parte ideal na Fazenda do Cafundó.
188 - **Joaquim José de Almeida** - parte ideal na Fazenda do Cafundó.
189 - **Francisco Luis de Almeida** - terras na Fazenda do Pinhal do Machado.
190 - **José Luis Ferreira** - parte ideal na Fazenda do Pinhal.
191 - **Zeferino José Ferreira** - parte ideal na Fazenda do Pinhal.
192 - **Simião Vieira da Silva** - partes ideais nas fazendas do Desterro, do Douradinho e da Catanduva.
193 - **Francisco Thomás de Assis** - parte ideal na Fazenda do Grão-Mogol.
194 - **Ignacio Pinheiro da Silva** - parte ideal na Fazenda do Desterro.
195 - **Manoel Correa Afonço** - terras na Fazenda São João de Douradinho.
196 - **Manoel Correa Afonço** - fazenda na Freguesia do Douradinho, dividindo com Silvestre Bezerra Leite, Francisco Carvalho, Antônio José, Joaquim Antônio do Lambary, Juventino Pereira, Joaquim Caixeta, João Martins de Araújo, José Lourenço e mais sócios, Anna Custódia, Quintilianno de Azevedo, José de Carvalho e mais sócios, José do Beijo e Generozo de Carvalho.
197 - **Joaquim Antonio Pereira Bueno** - seiscentos alqueires de terras, mais ou menos, no lugar denominado Lambary; partes ideais nas fazendas do Douradinho e do Desterro.

****

OS NOMES DE NOSSOS DISTRITOS

"Ora, estando um deles a cortar uma árvore, eis que o seu machado caiu n'água. "Ah, meu senhor!" exclamou ele. Porque o machado era emprestado." (II Reis, 6, 5).

I - DISTRITO DO MACHADO
1 - A versão tradicional.
2 - A parte hagiológica do nome.
3 - A origem da parte leiga do nome.
4 - A nomenclatura oficial.
5 - A origem etimológica do nome "machado".
6 - Os outros Machados.

II - DISTRITO DO DOURADINHO
1 - A origem do nome.
2 - A nomenclatura oficial.
3 - Os outros Douradinhos.

****

I - **DISTRITO DO MACHADO**

1 - **A versão tradicional**.

Conforme a notícia mais comum, difundida pelo

"*Almanach Sul-Mineiro*" de Bernardo Saturnino da Veiga, edições de 1.874 e 1.884, o nome do lugar provém do fato de terem trabalhadores perdido um machado no rio que o banha, ou às suas margens. Carlos Legnani (obra adiante citada, pág. 3) informa haver duas versões sobre a denominação:

> *"A primeira obedecendo à mística religiosa diz que ao cair enfermo um dos filhos de D. Ana Margarida, fez ela uma promessa à Sacra Família que, se o menino sarasse, mandaria construir uma capela na outra margem do rio. A criança sarou, e tempos depois para dar cumprimento à promessa, ordenou a piedosa Senhora aos seus escravos que vadeassem o rio, munidos dos instrumentos necessários para abrirem a clareira na floresta densa. Ao atravessarem o caudal um dos cativos nêle deixou cair um machado, o qual nunca mais foi encontrado.*
> *A segunda versão, mais verossímel e aceitável, afirma que o precioso instrumento fôra perdido por antigos viajantes que naquela época percorriam esta região.".*

Em artigo assinado por Mário Ernani e publicado no extinto "*O Jornal*" do Rio de Janeiro, de 9 de novembro de 1.949, lê-se mesmo que o machado foi perdido no rio pelo "*legendário bandeirante*" Fernão Dias Pais Leme!

Conta-se ainda que os fundadores da Povoação resolveram dar-lhe por orago a Sacra Família. Entretanto, para cumprimento de voto do Capitão de Ordenanças Antônio Joaquim Pereira de Magalhães, foi colocada na igreja local uma imagem de Santo Antônio, antes que se entronizasse a da padroeira, só obtida em 1.833. Por isso, o Arraial ficou conhecido como Sacra Família do Machado, ou Santo Antônio do Machado, ou ainda Sacra Família e Santo Antônio do Machado.

Esse relato tem sido repetido em diversas obras, como "*O Município de Machado*", o "*Álbum dos Municípios do Estado de Minas Gerais*" de Pedro E. Vallim, a "*Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*" do I.B.G.E., sucessivas edições das listas da Empresa Telefônica Machadense Ltda., o "*Guia do Sul de Minas*" de José Matzner e a "*Toponímia de Minas Gerais*" de Joaquim Ribeiro Costa. Como pondera o último autor (*op. cit.*, página 135),

> *"Devemos reconhecer, porém, que a fundamentação histórica nem sempre poderá firmar-se apenas nos monumentos palpáveis ou na documentação escrita. As lendas e tradições, como fatôres de interêsse na imaginação dos povos, formando as suas crenças e impelindo-os em suas inclinações, têm o seu lugar na motivação dos acontecimentos locais, até que conhecimentos de maior valia venham trazer sôbre êles a luz definitiva.".*

Ressalte-se, para arremate, que em outras plagas, e com precedência, também se narrava fantasia semelhante à exposta por nossos cronistas. Conforme Capistrano de Abreu em três passagens dos livros no fim referidos, o Rio da Prata deve o nome a um machado desse metal, encontrado em suas ribeiras por membros da armada de D. Nuno Manuel, no ano de 1.514. Como nas lendas, cada referência do Mestre a tal fato difere das outras num ou noutro pormenor...

2 - **A parte hagiológica do nome**.

Aqui é impossível confirmar ou desmentir a versão corrente. Nenhum documento indica quem, efetivamente, elegeu os padroeiros, nem quais foram os critérios determinantes da escolha.

O sentimento religioso era, ao lado dos acidentes geográficos, o grande inspirador dos povoadores na denominação de arraiais. A proximidade de uma serra, de um rio, de uma fazenda importante; o calendário cristão, o onomástico dos fundadores ou dos antigos habitantes - eis as principais fontes de nossos topônimos. Os representados por nomes de santos correspondiam, em 1.970, a 21% do total de Minas Gerais, entre cidades e vilas, segundo informa Joaquim Ribeiro Costa, que estudou detidamente a matéria (*op. cit.*, pág. 132). E seriam bem mais, não fossem as mudanças ocorridas. Ressalta ele:

> *"Tão elevado número de topônimos assim formados, mais de 800 entre os que foram substituídos e os que ainda permanecem, é um atestado que se mostra até hoje do sentimento religioso daqueles que o trouxeram da mãe-pátria, a terra portuguêsa. E professavam-no com tanto maior fervor quanto maior a ansiedade que os dominava ante os perigos que deviam enfrentar no desbravamento do território para a conquista das minas. Perigos contra os quais invocavam desde logo a proteção das potências celestes nas rústicas e primitivas capelas que foram a origem dos povoados que se transformaram ou ainda se transformam nas vilas e cidades do nosso Estado." (ibidem).*

Dos santos, Antônio - de Lisboa ou de Pádua - era o mais popular entre nós. Pedro Maciel Vidigal, escrevendo sobre Calambau, também posta sob a égide do Taumaturgo, assim descreve o seu culto (livro a final citado, págs. 83/84):

> *"Santo Antônio era e ainda é santo de todo o mundo. Todos tudo lhe pediam como ainda pedem: achar as coisas perdidas e a lembrar das esquecidas; guiar a seu destino as car-*

tas, que se remetem pelo correio nem sempre merecedor de confiança; auxílios em pleitos e demandas e até grandes lucros nos negócios. Os pobres pedem-lhe pão. Os lavradores, boas colheitas. Os doentes, a cura dos males, que os incomodam. As mães, felicidades para os seus filhos. E as moças, bons noivos e maridos certos e corretos. E se os pedidos não mereciam ou não merecem qualquer atenção, os devotos ficavam e ficam zangados. E o santo corria e corre o risco de ver a sua imagem amarrada ao rodízio do moinho ou escaldada em alguma panela de água quente.
Em um sermão, pregado no Maranhão em 1653, o padre Antônio Vieira, na sua linguagem tão pitoresca como tão original e engenhosa disse: Se mandais a encomenda, Santo Antônio; se esperais o retorno, Santo Antônio; se requereis o despacho, Santo Antônio; se aguardais a sentença, Santo Antônio; se perdeis a menor miudeza de vossa casa, Santo Antônio; e talvez se quereis os bens alheios, Santo Antônio.".

Tal devoção, levada ao exagero, chegou a atribuir-lhe patente de oficial, não só em diversas milícias estaduais, como no próprio Exército. Através de decretos recebia "promoções", fazendo jus ao soldo dos postos que lhe eram conferidos. A título de curiosidade transcreve-se um deles:

"Decreto - de 26 de junho de 1814
Eleva Santo Antonio que se venera nesta Côrte ao posto de Tenente-Coronel de Infantaria, percebendo o competente soldo desta patente.
Sendo da minha particular devoção o glorioso Santo Antonio, a quem o Povo desta Côrte, incessantemente, e com a maior fé, dedica os seus votos, e tendo o Céo abençoado os esforços dos meus Exercitos com a paz que se dignou conceder á monarchia Portugueza, crendo eu piamente que a efficaz intercessão do mesmo Santo tem concorrido para tão felizes resultados; hei por bem que se eleve ao posto de Tenente Coronel de Infantaria, e que pela Thesouraria Geral das Tropas desta Côrte se pague o competente soldo desta patente, na conformidade do que se tem praticado com o da patente de Sargento-Mór, concedida por Decreto de 14 de Julho de 1810. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido e faça executar expedindo para este fim os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 26 de Junho de 1814.
Com a rubrica do Principe Regente Nosso Senhor.".

No trabalho da Fundação Dezoito de Março - Fundamar, adiante referido, lê-se

que Santo Antônio, "*padroeiro da cidade de Machado*", recebeu a quantia de 200$000 em doação, nos autos do inventário de D. Marianna Bárbara da Conceição, Baronesa de Varginha, em 1.895.

Tabela elaborada por Joaquim Ribeiro Costa (*op. cit.*, pág. 133) bem evidencia o prestígio do Santo entre os que batizavam arraiais mineiros. Sua invocação era a mais freqüente nos topônimos com expressões religiosas. Confira-se (a primeira coluna corresponde ao total dos nomes e a segunda aos que permaneciam em 1.970):

"N. S. da Conceição	58	22
N. S. do Carmo	15	10
N. S. do Rosário	14	2
N. S. da Piedade	12	4
N. S. das Dores	10	10
N. S. (outras invocações)	91	26
Senhor Bom Jesus (inclusive expressões alusivas)	28	14
Divino Espírito Santo	29	8
Santa Cruz	13	8
Santa Bárbara	5	4
Santana	51	18
Santa Rita	27	12
Santa Rosa	5	3
Santo Antônio	93	22
São Bento	5	2
São Caetano	8	1
São Domingos	11	3
São Francisco	23	5
São Geraldo	6	5
São Gonçalo	19	6
São João	47	21
São Joaquim	5	2
São José	61	17
São Pedro	15	8
São Sebastião	75	21
São Vicente	8	5
Outros nomes do calendário, com menos de 5 cada um, na primeira coluna	105	30
Total	839	289".

A "*Divisão Territorial do Brasil*" do I.B.G.E. para o ano de 1.980 indica que, só em Minas Gerais, Santo Antônio ainda emprestava o nome às seguintes localidades:

a) - **municípios**: - Santo Antônio do Amparo, Santo Antônio do Aventureiro, Santo Antônio do Grama, Santo Antônio do Itambé, Santo Antônio do Jacinto, Santo Antônio do Monte, Santo Antônio do Rio Abaixo;

b) - **distritos**: Santo Antônio da Boa Vista (São João da Ponte), Santo Antônio da

Fortaleza (Ferros), Santo Antônio da Vargem Alegre (Bonfim), Santo Antônio do Boqueirão (Unaí), Santo Antônio do Cruzeiro (Nepomuceno), Santo Antônio do Glória (Vieiras), Santo Antônio do Leite (Ouro Preto), Santo Antônio do Manhuaçu (Caratinga), Santo Antônio do Mucuri (Malacacheta), Santo Antônio do Norte (Conceição do Mato Dentro), Santo Antônio do Pirapetinga (Piranga), Santo Antônio do Porto (Piedade do Rio Grande), Santo Antônio do Retiro (Rio Pardo de Minas), Santo Antônio dos Araújos (São Sebastião do Maranhão), Santo Antônio dos Campos (Divinópolis).

Quanto à Sacra Família, nem mencionada na tabela de Ribeiro Costa, atualmente, em todo o Brasil, nomeia apenas distritos dos municípios de Engenheiro Paulo de Frontin, RJ (Sacra Família do Tinguá), Alfredo Chaves, ES (Sagrada Família), Planalto, PR (Sagrada Família) e Palmeira das Missões, RS (Sagrada Família).

3 - **A origem da parte leiga do nome**.

Foi seguramente o curso d'água que deu nome à Cidade, embora, por evidente equívoco, a ele se tenha referido a lei 869, de 5 de junho de 1.858, como "Rio Santo Antonio do Machado". Com efeito, muitos anos antes da fundação do Povoado, já era aquele conhecido pela denominação atual. É o que se verifica pela "*Carta geographica da Capitania de Minas Geraes, e partes confinantes - Anno de 1767*", reproduzida no final do volume XI dos "*Documentos Interessantes*". É o que se observa, também, pelos atos de provisão de guardas-mores substitutos em nossa zona, de 1.783 e 1.787, referidos no capítulo II, nos quais já se faz referência ao Rio Machado.

Por sua vez, o nome do rio não deriva do instrumento, mas do patronímico de indivíduos que possuíam terras em suas cabeceiras, nos antigos "*Campos de Caldas*", atual município de Ipuiúna. Pelo que me consta, foi João Honorato de Carvalho Filho, em artigo publicado na "*Folha Machadense*" de 6 de setembro de 1.981, quem por primeiro tornou público esse fato:

> *"O nome do rio, que banha a cidade, tem seu nome ligado à família Machado, sesmeiros no planalto caldense, por volta de 1760.*
> *Conseguimos no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte, o nome de dois filhos do primeiro proprietário da Fazenda Machado, ou Bela Vista do Machado, são eles: Antônio Machado, casado com Luíza das Dores e Manuel Machado, casado com Ana de Tal. Com a morte do pai, estes dois herdeiros ficaram órfãos e a Fazenda passou a chamar-se Fazenda dos Órfãos.".*

Não localizei, no Arquivo citado, registro de concessão de sesmarias a tais pessoas. Vale salientar que o patrimônio da Capela do Senhor Bom Jesus de Matosinhos

do Mandu, origem da atual Pouso Alegre, foi doado por Antônio José Machado, seu filho Manoel José Machado e a esposa deste, Leonor Maria de São José, o que confirma ter sido a família Machado proprietária naquela região. Anote-se, todavia, a afirmativa de Oscar Ferreira Prado: o curso d'água anteriormente se denominava Rio Paineiras e, segundo uma lenda, por terem bandeirantes perdido um machado nele, passou a ser chamado pelo nome do instrumento.

Ainda antes da fundação dos arraiais do Machado e Douradinho (e mesmo após), vários "distritos" tiveram, na região, nomes assemelhados aos seus: o do Rio Machado; o dos Rios Dourado e Machado; o do Rio Machado e Douradinho; o de Sapucahy, Dourado e Machado; o de Santa Anna de Sapucahy e Machado; o de Santa Barbara do Sapucahy e Dourado; o de Santa Barbara do Douradinho; o do Espirito Santo do Douradinho; o do Dourado; o de São João Baptista; o de São João do Douradinho; o dos Campos do Machado. São referidos nas diversas provisões de guardas-mores substitutos e militares, de que cuida o capítulo II. Também aludem a eles Cunha Matos e Feu de Carvalho, nos trabalhos adiante referidos. Vale repetir que o termo "distrito", naquela época, não indicava uma subdivisão política do território. Seu sentido era vago e impreciso, designando, conforme W. A. Barbosa, apenas uma região povoada ou que começava a povoar-se.

As terras doadas por Ana Margarida para patrimônio da Capela da Sacra Família faziam parte da fazenda chamada "*Jacutinga*". Por isso, tal nome esteve ligado ao do Arraial, em seus primórdios. Assim, a escritura de venda feita ao Padre Martins se refere à "Capella da Sacra Familia, e Santo Antonio da Jacutinga do Machado". Nos autos pelos quais o Procurador da Capela e o Sacerdote receberam posse de suas terras foi usada a expressão "*Capella da Cacra Familha e Santo Antonio da Jacutinga*" (ver capítulo V).

4 - **A nomenclatura oficial**.

A primeira lei da Província que se referiu ao atual Distrito do Machado foi a de nº 171, de 23 de março de 1.840: determinou que a Capella de Santo Antonio da Sacra Familia ficasse pertencendo à Freguesia de Alfenas. Não houve, a partir daí, critério uniforme na denominação. Ora os textos oficiais aludiam a Santo Antônio do Machado, ora simplesmente a Machado, ora usavam outras expressões. Do derradeiro grupo sirvam como exemplo a lei 809, de 3/7/1.857 (Sacra Familia do Machado); e a lei 1.601, de 30/7/1.868 (arraial de Santo Antonio).

A imprecisão legal era tanta que por várias vezes, no mesmo texto, se usavam dois nomes diferentes. Confiram-se o regulamento 44, de 3/4/1.859 (Santo Antonio da Sacra-familia do Machado e Sacra Familia do Machado); a lei 994, de 27/6/1.859 (Santo Antonio do Machado e Sacra Familia do Machado); as leis 3.356, de 10/10/1.885; 3.385, de 29/6/1.886; 319, de 16/9/1.901; e o decreto 4.531, de 23/2/1.916 (Santo Antonio do Machado e Machado).

No âmbito federal era idêntica a falta de rigor técnico. Embora preponderassem os nomes Santo Antonio do Machado e Machado, também se encontravam Sacra Familia do Machado (dec. 7.351, de 5/7/1.879) e Santo Antonio da Sacra Familia do Machado (dec. 8.117, de 21/5/1.881).

A lei 843, de 7 de setembro de 1.923, alterou os topônimos de diversos municípios e distritos. Seu artigo 4º fez com que Santo Antônio do Machado passasse a chamar-se apenas Machado. Depois dela, porém, registraram-se pelo menos dois "cochilos" legislativos: o decreto estadual 6.375, de 30/10/1.923, continuou a usar "Santo Antonio do Machado"; e o decreto federal 5.145, de 7/1/1.927, referiu-se a "Santo Antonio e Machado".

5 - **A origem etimológica do nome "machado"**.

A palavra machado provém do latim "*marculatus*", derivado de "*marculus*", que é diminutivo de "*marcus*" e significa martelo. Silveira Bueno, no Dicionário ao final referido, lembra também a hipótese de J. Corominas, segundo a qual o vocábulo se teria formado de "*macho*", pronúncia moçárabe de "*maço*".
Na curiosa obra póstuma "*Diccionario Geographico da Provincia de S. Paulo*", João Mendes de Almeida procurou interpretar os nomes dados pelos indígenas tupis às localidades daquela região pátria. Referindo-se à Cachoeira do Machado, no Rio Tietê, entre as cidades de Porto Feliz e Tietê, afirma que seu nome é

> *"corrupção de Haçá-bo, "logar atravessado". De haçá, "atravessar, cousa atravessada", bo (breve), para exprimir logar".*

Quanto ao nome próprio, Antenor Nascentes, no volume II da obra adiante citada (pág. 183), ensina que

> *"Em famílias nobres ocorre pela primeira vez em D. Mendo Muniz, que rompeu com machado as portas de Santarém (Sanches de Baena). Em famílias plebéias, seria o daquele que fabricava ou vendia machados, pondo por ventura como insígnia de sua loja a figura de um machado.".*

6- **Os outros Machados**.

Inspiradas quase sempre nas mesmas fontes (calendário cristão, acidentes geográficos, etc.), era inevitável que as primitivas denominações dos povoados apresentassem semelhanças e, por vezes, se repetissem. A duplicidade de topônimos, aliada a sua freqüente substituição pelos mais diversos motivos, acarretou não poucos transtornos, tanto no âmbito administrativo como

no particular. Impunha-se, por isso, disciplinar o tratamento da matéria. A Convenção Nacional de Estatística, realizada em 1.936, recomendou várias providências nesse sentido, entre as quais a

> *"sistematização da nomenclatura, de maneira a ficar definitivamente suprimida tanto a identidade de designação entre circunscrições da mesma categoria quanto a diversidade de toponímia entre as circunscrições administrativas e judiciárias e as respectivas sedes." (cláusula 13ª, letra "c").*

Em nosso Estado ela foi ratificada pelo decreto 651, de 10 de setembro, que, por sua vez, teve a aprovação da lei 141, de 9 de novembro daquele mesmo ano.

Até então o assunto estava restrito aos estados e municípios. Para uniformizá-lo no território brasileiro, o governo federal baixou o decreto-lei 311, de 2 de março de 1.938, vedando a existência, no mesmo estado, de mais de uma cidade ou vila com igual denominação. Posteriormente tal comando foi ampliado: o decreto-lei 5.901, de 21 de outubro de 1.943, proibiu a repetição de topônimos não só em cada unidade federativa, mas em todo o País. Minas Gerais adaptou-se a essas normas pelos decretos-leis 148, de 17/12/38, e 1.058, de 31/12/43, que efetuaram profundas alterações na toponímia municipal e distrital. Registre-se, por fim, que a lei complementar federal nº 46, de 21 de agosto de 1.984, voltou a cuidar da matéria, fixando regras sobre repetição de nomes de cidades e vilas.

Não existe outro município com o nome de Machado, nem poderá no futuro existir, por força da legislação acima citada. Há, contudo, um distrito homônimo, pertencente a Tucunduva, no Rio Grande do Sul.

Topônimos semelhantes ao nosso não são raros; lembrem-se os dos seguintes municípios: Machados (PE), Machadinho (RS), Riacho dos Machados (MG) e Ji-Paraná (RO), que também tem o seu rio Machado. Integrando nomes próprios, a palavra em questão aparece nos municípios de Álvares Machado (SP), Cruz Machado (PR), Jacinto Machado (SC) e Pinheiro Machado (RS). Encontrâmo-la ainda nos distritos de Costa Machado (Mirante do Paranapanema-SP), Ernesto Machado (São Fidélis-RJ), Pinheiro Machado (São Paulo das Missões-RS) e Vieira Machado (Muniz Freire-ES).

Mesmo simples povoados mineiros receberam o nome de nossa terra. Pelicano Frade, em obra antiga, informava que se chamavam "Machado" os sitos nos municípios de Bom Sucesso, Entre Rios, Campo Belo, Salinas, Minas Novas, Ouro Fino, Sete Lagoas e Itajubá; "Machados", os sitos em Jacutinga, Entre Rios, Guaxupé, São Sebastião do Paraíso, Uberabinha (atual Uberlândia), Perdões, Bonfim, Ouro Fino, Bocaiúva, Bom Despacho e Monte Santo; "Machadinho", os sitos em Muzambinho e Espírito Santo do Dourado; "Machadinhos", o sito em Cláudio; "Machadinho Velho", o sito no atual Poço

Fundo, que também já foi Machadinho e Jimirim. Em trabalho mais recente, Plínio Alvarenga dá notícia, apenas, da existência de uma povoação com o nome "Machado" em Araçuaí, e outra com o nome "Machados" em São Sebastião do Paraíso. O "*Índice dos Topônimos da Carta do Brasil ao Milionésimo*", do I.B.G.E., menciona com o nome "Machado" um lugarejo na Bahia, três povoados em Minas Gerais e dois no Maranhão; com o nome "Machados", um povoado em Minas Gerais e outro em São Paulo; o lugarejo de André Machado (RS); e os povoados de Desvio Machado (RS) e Invernada do Machado (PR). A imprensa tem se referido aos povoados de "Machado" (Alvinópolis, MG, e Balneário Camboriú, SC), "Machado Mineiro" (Águas Vermelhas, MG) e "Patrimônio dos Machados" (José Bonifácio, SP). Lembre-se, por último, que nossos conterrâneos fundaram em Capelinha, MG, o núcleo "Novo Machado".

II - **DISTRITO DO DOURADINHO**

1 - **A origem do nome**.

Não há nenhuma indicação de autores sobre a origem do nome desse Distrito. Parece certo, porém, que se tirou do Rio Dourado, tributário do Sapucaí à margem esquerda, que passa perto de sua sede e era antigamente também chamado de Douradinho. Estendo-me mais sobre tal assunto no capítulo referente à hidrografia.

Segundo o Cônego João Aristides de Oliveira (obra adiante citada, pág. 112), a mais antiga referência que se conhece sobre Douradinho é de 1.792, quando habitantes do local levaram crianças a batismo na sede da freguesia, em Santana do Sapucaí. Era conhecido, a princípio, por São João Baptista do Douradinho, mas nada se sabe sobre a época e a razão da escolha de seu padroeiro. Este, conforme a tabela de Ribeiro Costa, tinha relativa popularidade entre os denominadores de arraiais, ficando atrás de Nossa Senhora, Santo Antônio, São Sebastião, São José e Santana.

Saint-Adolphe, no primeiro volume de seu Dicionário, datado de 1.845, certamente por equívoco, chamou a nossa freguesia de "Douradinhas". Aliás, no segundo ele também errou em relação a Machado, mencionando-o como "Santo-Antonio-da-Sacra-Familia".

2 - **A nomenclatura oficial**.

Em relação a este distrito, desde o primeiro texto oficial que o mencionou (resolução nº 35, de 23 de agosto de 1.813), houve a mesma discrepância terminológica ocorrida com Machado. Leis e decretos tanto se referiam a São João Baptista do Douradinho como a Douradinho. Ressalte-se haver o decreto 1.353, de 17/1/1.900, empregado "S. João Baptista dos Douradinhos", no plural.

A lei estadual 843, de 7 de setembro de 1.923, no artigo 9º, reduziu o nome do distrito para Douradinho, apenas.

3 - **Os outros Douradinhos**.

Mais que o da Sede, o distrito da Vila encontra lugares de nomes assemelhados, por todo o País. É verdade que não existe nenhum outro município ou distrito com denominação igual à dele; todavia, o adjetivo "dourado" é presença comum em vários topônimos. Minas Gerais tem os municípios de Abadia dos Dourados, Cachoeira Dourada, Douradoquara, Espírito Santo do Dourado, Lagoa Dourada e Pedra Dourada, além do distrito de Santa Rosa dos Dourados, pertencente a Coromandel. Noutros estados há os municípios de Douradina (PR), Dourado (SP - antigo São João Batista dos Dourados), Dourados (MS), Eldorado (MS e SP), Glória de Dourados (MS) e Serra Dourada (BA). Há ainda os distritos de América Dourada (Irecê-BA), Barra Dourada (Neves Paulista-SP), Cachoeira Dourada (Itumbiara-GO), Douradina (Dourados-MS), Dourado (Aratiba-RS), Serra dos Dourados (Umuarama-PR), Serra Dourada (Fazenda Nova-GO) e Vila Dourada (Formoso-GO).

Sesmarias foram concedidas "*nas paragens do Douradinho*" em Desemboque, hoje distrito de Sacramento, MG, e no Arraial de N. S. do Desterro, atual Marilândia, MG (A.P.M. - S.C. 377/159 e 384/79 e 80). Pelicano Frade noticiava em 1.917 a existência de povoações com o nome "Douradinho" em Uberabinha (atual Uberlândia) e em Abadia do Bom Sucesso (hoje Tupaciguara); e com os nomes de "Dourado" e "Dourados" (são hoje os municípios de Espírito Santo do Dourado e Pirajuba). Sabe-se também que há o arraial de Douradinho entre Patrocínio e Coromandel, banhado por rio do mesmo nome. O "*Índice dos Topônimos da Carta do Brasil ao Milionésimo*", do I.B.G.E., arrola com o nome "Douradinho" uma vila no Rio Grande do Sul e um lugarejo em Mato Grosso; com o nome "Dourado", três povoados, em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo; com o nome "Dourados", um lugarejo no Rio Grande do Sul e um povoado em Mato Grosso; os povoados de Rio Dourado (RJ) e Serra dos Dourados (PR); e a estação de Douradoquara (MA).

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo Público Mineiro - Seção Colonial - códices 377 (pág. 159) e 384

(págs. 79/80);
2 - Coleção das Leis e Decretos do Brasil - vários anos - Imprensa Nacional, Rio de Janeiro;
3 - Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais - vários anos - Imprensa Oficial, Belo Horizonte;
4 - "Documentos Interessantes para a Historia e Costumes de S. Paulo" - vol. XI - Archivo do Estado de S. Paulo, Typ. A Vap. Espíndola, Siqueira & Comp., São Paulo, 1.896.

B - **secundárias**

1 - Antenor Nascentes - "Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa" - 1º vol., Rio de Janeiro, 1.932, pág. 479;
2 - Antenor Nascentes - "Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa" - 2º vol. (nomes próprios) - Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, Rio de Janeiro, 1.952, pág. 183;
3 - Antônio Geraldo da Cunha - "Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa" - Ed. Nova Fronteira S/A, Rio de Janeiro, 1.982, pág. 486;
4 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanach Sul-Mineiro para 1874" - Typographia do Monitor Sul-Mineiro, Campanha, 1.874, pág. 144;
5 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanak Sul-Mineiro para 1884" - Typographia do Monitor Sul-Mineiro, Campanha, 1.884, pág. 229;
6 - Bíblia Sagrada - Ed. "Ave Maria" Ltda., 7ª ed., São Paulo, 1.965, pág. 409;
7 - Comissão Social da Semana Ruralista e Exposição Regional do Sul de Minas - "O Município de Machado" - Typ. Carlos Meier & Cia. Ltda., Rio de Janeiro, 1.937;
8 - Cônego João Aristides de Oliveira - "Diocese de Pouso Alegre - 1.950 - Ano Jubilar" - sem indicação de autor, data e editora;
9 - Eduardo Amaral de Oliveira - "Revolução na Historia de P. Alegre" - artigo na "Revista Comemorativa do Centenário de Pouso Alegre", de Mílton Reis, sem indicação de editora, 1.948, págs. 4 a 8;
10 - Feu de Carvalho - "Comarcas e Termos" - Imprensa Oficial, Bello Horizonte, 1.922, págs. 87/88;
11 - Francisco da Silveira Bueno - "Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa" - 5º vol., Saraiva, São Paulo, 1.966, pág. 2.246;
12 - Frei Basílio Röwer - "Santo Antônio - Vida, Milagres, Culto" - Ed. Vozes Ltda., Petrópolis, 1.981, págs. 135/146;
13 - Fundação Dezoito de Março - Fundamar - "Fazenda São Diogo (Guaipava - MG) - 1888: Um Estudo de Caso sobre a Alforria de Escravos no Sul de Minas" - trabalho datilografado, Belo Horizonte, 1.989, pág. 18;
14 - Fundação I.B.G.E. - "Divisão Territorial do Brasil" - Rio de Janeiro, 1.980;
15 - Fundação I.B.G.E. - "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros" - vol. XXVI - Rio de Janeiro, 1.959, pág. 12;
16 - Fundação I.B.G.E. - "Índice dos Topônimos da Carta do Brasil ao Milionésimo" - Rio de Janeiro, 1.971;
17 - J. C. R. Milliet de Saint-Adolphe - "Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo, do Imperio do Brazil" - trasladado em portuguez pelo Dr. Caetano

Lopes de Moura - Pariz, J. P. Ailland Editor, 1º vol., 1.845, pág. 339; e 2º vol., 1.863, pág. 517;
18 - João Capistrano de Abreu - "Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil" - 4ª ed., Civilização Brasileira, 1.975, págs. 69 e 151;
19 - João Capistrano de Abreu - "O Descobrimento do Brasil" - 2ª ed., Civilização Brasileira, 1.976, pág. 208;
20 - João Honorato de Carvalho Filho - "Centenário de emancipação Política do Machado" - artigo publicado na "Folha Machadense" nº 368, de 6/9/1.981, pág. 40;
21 - João Mendes de Almeida - "Diccionario Geographico da Provincia de S. Paulo" - Typ. A Vap. Espindola, Siqueira & Comp., São Paulo, 1.902, págs. 83, 84 e 160;
22 - Joaquim Ribeiro Costa - "Toponímia de Minas Gerais" - Imprensa Oficial, B. Horizonte, 1.970, págs. 127/135 e 281;
23 - José Carlos de Macedo Soares - "Santo Antonio de Lisboa Militar no Brasil" - Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1.942;
24 - José Matzner - "Guia do Sul de Minas" - Oficinas Gráficas da Folha de Minas, Belo Horizonte, págs. 161/162;
25 - José Pedro Machado - "Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa" - vol. II, 1ª ed., Editorial Confluência Ltda., Lisboa, Portugal, 1.959, pág. 1.380;
26 - Jozé Franklin da Silva - "Panorama do Sul de Minas" - "*in*" Revista do Instituto Historico e Geographico Brazileiro, tomo 45, 1.882;
27 - listas da Empresa Telefônica Machadense Ltda., correspondentes aos anos de 1.960, 1.961 e 1.968 a 1.978;
28 - Mário Ernani - "Machado, de Grandes Horizontes!" - artigo publicado em "O Jornal", do Rio de Janeiro, de 9/11/1.949;
29 - Oscar Ferreira Prado - "O Sertão dos Mandibóias" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.981, pág. 134;
30 - Pedro E. Vallim - "Álbum dos Municípios do Estado de Minas Gerais" - 1º vol. - editado por "A Orientadora", São Paulo, 1.941, pág. 135;
31 - Pedro Maciel Vidigal - "Os Antepassados" - vol. I, Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.979, págs. 83/89;
32 - Pelicano Frade - "Diccionario Chorographico e Estatistica Chorographica de Distancias do Estado de Minas Geraes" - 2ª ed., Imp. Oficial, Belo Horizonte, 1.917, págs. 28 e 40/41;
33 - Plínio Tostes de Alvarenga - "Roteiro de Minas Gerais" - Esdeva Empresa Gráfica S/A, Juiz de Fora, 1.976, págs. 69 e 108;
34 - Raimundo José da Cunha Matos - "Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)" - vol. I, co-edição da Ed. Itatiaia Ltda. e EDUSP, 1.981, págs. 145 e 147;
35 - Waldemar de Almeida Barbosa - "Dicionário da Terra e da Gente de Minas" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, pág. 82.

****

FUNCIONÁRIOS EXECUTIVOS E ELEITORES DOS DISTRITOS ATÉ A INSTALAÇÃO DO MUNICÍPIO

1 - Funcionários executivos.
2 - Esboço do sistema eleitoral do Império.
3 - Eleitores.

****

1 - **Funcionários executivos**.

Em capítulos específicos procurei enumerar funcionários judiciais, militares, policiais, postais e educacionais de Douradinho e Machado, desde os seus primórdios. Aqui a pesquisa se limitou aos demais do setor executivo. Pobre, porém, foi seu resultado. Enquanto não conquistada a autonomia política, nossos distritos se sujeitavam, como é óbvio, aos agentes dos diversos municípios a que pertenceram. De outro lado, à pequenez e à rudimentar organização dos povoados bastava diminuto número de servidores públicos. Por isso, no período em exame só dou notícia de alguns inspetores e fiscais. Sobre os últimos, que eram nomeados para servir por quatro anos, assim dispunha o artigo 84 do Regimento das Câmaras Municipais do Império (lei de 1/10/1.828):

> *"Quando o termo da cidade, ou villa, comprehender mais de uma freguezia ou tiver capellas curadas, nomeará a Camara para cada uma dellas, sendo necessario, o Fiscal com seu Supplente, ou independente, ou sujeito ao da cidade, ou villa, como julgar mais conveniente."*.

Em petição despachada no dia 2 de março de 1.833, moradores do Douradinho pediram ao Bispo de São Paulo que lá permanecesse

determinado padre. Assinaram-na, entre outros, **Jozé da Cunha Castro**, qualificado como fiscal. Esse documento se encontra na pasta de avulsos sobre o Distrito, do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

Relação dos habitantes da Freguesia do Douradinho, em 1.841 (APM - PP 1/10, 8, 9), indica que nela atuavam como inspetores de quarteirão **Antônio Ferreira de Almeida, Ignacio Jozé de Souza, Jacinto José Xavier, Joaquim de Morais, Joaquim Vicente Pereira, Manoel Joaquim de S.ta Anna, Silvestre Silvério da Cunha Bastos, Vicente Ferreira da Silva** e **Vicente Pereira da Silva.**

Manoel Jacintho Pereira subscreveu, como fiscal da Freguesia do Douradinho, dois abaixo-assinados ao Bispo de São Paulo: um de 30/10/1.851, pedindo a mudança da Matriz para a Fazenda Alambary, e outro de 10/9/1.852, protestando contra a criação do Curato do Machado. O segundo foi também firmado pelo inspetor **Joaquim** (?) **Pereira**. Ambos os documentos integram o livro VI de Autos de Ereções e Patrimônio de Capelas, do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

Noutro requerimento, de 11 de janeiro de 1.863, habitantes do Douradinho pediram à autoridade eclesiástica que lhes enviasse um sacerdote. **Manoel Pavam dos Anjos**, fiscal da Freguesia, foi um dos signatários dele, também arquivado na pasta de avulsos acima referida.

Em outubro de 1.862 **Manoel Domingues de Goveia** era fiscal do Distrito do Machado, como se vê em proposta endereçada à Câmara Municipal da Vila Formosa, para a conservação do rego d'água.

Pela resolução 1.632, de 29 de novembro de 1.869, o Presidente da Província fixou as despesas de algumas câmaras municipais para o exercício financeiro iniciado em 1º de outubro do mesmo ano. A de Alfenas foi autorizada a despender 4:565$, sendo 50$ com o fiscal do Douradinho e a mesma importância com o do Machado.

Em seu "*Almanach*" para 1.874, Bernardo Saturnino da Veiga enumera os seguintes funcionários da Freguesia do Machado:
inspetores de quarteirão - **Antonio Rodrigues da Cunha Bastos, Bernardo José de Souza, Francisco Severianno Vieira, João Pedro dos Santos, Joaquim Alves de Souza, Joaquim Olympio da Costa, Joaquim Teixeira Marques, José Francisco de Lima, José Marcellino Fernandes, José Pedro do Lago, José Severianno Vieira, Justino Antonio de Carvalho, Mizael José Gonçalves** e **Roque de Souza Dias Sobrinho;**
fiscal - **José Soares Moreira**;
alinhador - João Lemes de Souza.
Do Douradinho são citados apenas o fiscal **Antonio Diciano da Costa** e seu suplente, **José Bartholomeu Moraes**.

2 - **Esboço do sistema eleitoral do Império**.

As eleições gerais no Império se realizavam de forma indireta, em duas etapas. Na primeira eram qualificados os eleitores paroquiais, de primeiro grau, os "votantes". Em seguida estes escolhiam os eleitores de província, de segundo grau, que elegiam os deputados e senadores. Os artigos 91 e 92 da Constituição de 1.824 determinavam quem podia votar nas assembléias das paróquias. Impunham, entre outros requisitos, que os eleitores primários tivessem renda líqüida anual de cem mil réis. Dos secundários se exigia renda anual que fosse o dobro da anterior; dos deputados, o quádruplo. Como ressalta Cid Rebelo Horta (obra adiante citada, pág. 51),

> *"Tornava-se óbvio, em face da exigência de rendas progressivas e de outras particularidades do sistema fixado, que as tarefas da representação e da chefia política sòmente poderiam circunscrever-se na área do senhorio rural, dos proprietários de terras e dos ricos comerciantes das cidades, e seus delegados."*.

As eleições de vereadores, juízes de paz e suplentes foram disciplinadas por **lei de 1º de outubro de 1.828**. Realizavam-se de quatro em quatro anos, com participação de quantos tivessem voto na nomeação dos eleitores de paróquia, conforme os artigos já citados da Constituição, e fossem domiciliados por um biênio no termo. Os votantes eram inscritos em lista geral, previamente afixada nas portas de igrejas e capelas. Consideravam-se eleitos os que tivessem maioria relativa de sufrágios.

Várias reformas procuraram aperfeiçoar, sem muito êxito, a legislação eleitoral do período em estudo. A **lei 387, de 19 de agosto de 1.846**, numa tentativa moralizadora, enfrentou o problema das qualificações e aboliu o voto por procuração. Ante o disposto em seu artigo 63, a divisão dos colégios eleitorais de diversas províncias foi alterada pelo **decreto 671, de 13 de setembro de 1.852**. Em Minas Gerais criaram-se sete colégios; o quinto, de São José e Dores de Alfenas, compunha-se dos eleitores das freguesias da sede, Carmo da Escaramuça, São João Baptista do Douradinho e São Joaquim.

A chamada **Lei dos Círculos** (decreto 842, de 19 de setembro de 1.855) dividiu as províncias em tantos distritos quantos fossem os seus deputados na Assembléia Geral e criou a suplência destes. Atendendo às suas disposições, o **decreto federal 1.801, de 7 de agosto de 1.856**, dividiu a Província de Minas em vinte distritos eleitorais. Estabeleceu que o 14º compreendia as freguesias da Campanha, Espírito Santo da Mutuca, Águas Virtuosas, Três Corações do Rio Verde, São Gonçalo, Espírito Santo da Varginha, Santa Catarina, Três Pontas, São João Nepomuceno, Espírito Santo dos Coqueiros, Douradinho, Lavras, Carmo da Escaramuça, Dores da Boa Esperança e São José e Dores d'Alfenas, formando um colégio com local de reunião na Matriz de Campanha.

A **Segunda Lei dos Círculos** (1.082, de 18 de agosto de 1.860) aboliu os suplentes, mandou que se fizesse nova eleição em caso de vaga e aumentou para três os deputados de cada distrito eleitoral. Para sua execução, o **decreto federal 2.636, de 5 de setembro de 1.860**, dividiu nossa Província em sete distritos eleitorais. Determinou que o quinto compreenderia, à exceção das paróquias de Lavras, São João Nepomuceno, Espírito Santo dos Coqueiros, São Caetano da Vargem Grande e São José do Paraíso, todas as outras dos anteriores 11º, 12º e 14º distritos, tendo por sede Campanha.

A lei 2.675, de 20 de outubro de 1.875, conhecida como **Lei do Terço**, buscou garantir a representação das minorias, adotando o voto limitado ou lista incompleta.

A **Lei Saraiva** (3.029, de 9 de janeiro de 1.881) estabeleceu eleições diretas, reduzindo o sufrágio a um só grau. Exigiu porém renda anual mínima de 200$000 para inclusão no alistamento. Restabeleceu os distritos uninominais para a eleição de deputados, tentou assegurar o sigilo do voto, aumentou os casos de inelegibilidades e assegurou direito de voto aos não-católicos, libertos e naturalizados. Cumprindo suas disposições, o **decreto federal 8.117, de 21 de maio de 1.881**, redividiu a Província de Minas em vinte distritos eleitorais. Assentou que o 13º teria por cabeça a Cidade da Campanha, compondo-se, entre outros, do Município de igual nome (com as paróquias de Campanha, Águas Virtuosas, Lambari, Três Corações, Mutuca e São João Baptista do Douradinho) e do Município de Alfenas (com as paróquias de Alfenas, Santo Antônio da Sacra Família do Machado, Machadinho, Carmo da Escaramuça, Areado, São Joaquim da Serra Negra, N. S. da Conceição da Boa Vista e Barranco Alto).

Por fim, a **lei 3.340, de 14 de outubro de 1.887**, cuidou do processo de eleição dos membros das assembléias provinciais e câmaras municipais.

3 - **Eleitores**.

A petição dos moradores do Douradinho, atrás referida, protestando em 1.852 contra a criação do Curato do Machado, foi assinada, entre outros, pelos eleitores Simão Vieira da Silva, Joaquim Pereira Capela (?), Manoel Tavares dos Anjos, Jozé de Arimathea Morais e Vicente Pereira Caixeta.

Em 7 de novembro de 1.852 realizou-se eleição de eleitores especiais, para a legislatura de 1.853 a 1.856 (APM-SG 108). Na Freguesia de São João Baptista do Douradinho votaram 109 pessoas e deixaram de votar 127. Foram eleitos: João Antonio de Lemos, Marcos Aurelio de Sousa, Manoel Jacintho Pereira, Simião Vieira da Silva, Lourenço Domingues da Silva e Manoel Tavares dos Anjos.

Conforme relatórios apresentados à Assembléia pelo Presidente da Província, em 1.854 a Freguesia de Dores de Alfenas tinha 463 votantes e 11 eleitores; a do Douradinho, 236 votantes e 6 eleitores. No ano seguinte o número de votantes do Douradinho subiu para 288, mantido o de eleitores.

No dia 2 de novembro de 1.856 procedeu-se à eleição de eleitores para a eleição de deputados gerais. Foram escolhidos no Douradinho: José Lourenço da Silva, Lourenço Domingues da Silva, Joaquim Pereira Caixeta, José Joaquim de Lima, Manoel Tavares dos Anjos, Joaquim Cassiano de Moraes e João Antônio de Lemos. A eleição de eleitores para a eleição de senadores foi vencida por João Antônio de Lemos, Joaquim Pereira Caixeta, Manoel Tavares dos Anjos, José Joaquim de Lima, Vicente Pereira Caixeta, Joaquim Cassiano de Moraes e José Lourenço da Silva. A esta, de 292 votantes, só compareceram 96 (APM-SG 109).

No códice 909 do A.P.M. (SP) acha-se o resultado da eleição de eleitores para o pleito de deputados gerais, que ocorreu em 30 de dezembro de 1.860. Na Freguesia do Douradinho tiveram êxito os seguintes cidadãos: Joaquim Pereira Caixeta, João Carvalho da Silva, Joaquim Cassiano de Moraes, João Antonio de Lemos, Manoel Tavares dos Anjos, Paulo Alves de Araújo, Francisco Cassimiro Machado e José de Arimathea Moraes. Na Freguesia da Sacra Família do Machado foram sufragados: Vigário José Antonio Martins, Antonio Joaquim Augusto, Asarias de Souza Dias, José Paulino da Costa e Francisco Theodoro Fernandes. Na mesma ocasião foram escolhidos eleitores por Alfenas, entre outros, o Dr. Roque de Souza Dias, o Tenente José Custódio Dias e o Major Jacintho José Pereira.

Em 1.863 (APM-SG 110) foram eleitos os seguintes eleitores gerais: no Douradinho - João Carvalho da Silva, José de Arimathéa Morais, Manoel Tavares dos Anjos, Paulo Alves de Araújo, Joaquim Pereira Caixeta, Vicente Pereira Caixeta, Lourenço Domingues da Silva e Francisco Cassimiro Machado; na Sacra Família - Vigário José Antonio Martins, Antonio Joaquim Augusto, José Paulino da Costa, Joaquim de Souza Moreira e Azarias de Souza Dias. No mesmo ano escolheram-se os eleitores especiais: no Douradinho - Vigário Joaquim Ignacio Xavier, Elias Carvalho da Silva, João Baptista de Carvalho, Vicente Pereira Caixeta, Fructuoso d'Oliveira Bueno, José de Arimathéa Moraes, Innocencio José Teixeira e Balbino José de Carvalho; no Machado - Antonio Joaquim Augusto, Antonio de Sousa Gonçalves, Antonio Candido de Sousa Dias, Joaquim Francisco de Lima e Lino Antonio d'Araujo.

Em 1.867, no Machado, eram eleitores gerais - Ananias de Sousa Dias, Dr. Antonio Candido Teixeira, Antonio Candido de Sousa Dias, Jose Jacintho de Sousa e Marcolino de Sousa Dias; eleitores especiais - Luiz Antonio d'Araujo, Antonio Domingues de Souza, Joaquim José Ferreira Sampaio, Misael de Souza Dias e Gabriel Romão Gonsalves. No Douradinho eram eleito-

res especiais Elias Carvalho da Silva, Manoel Tavares dos Anjos, José Pinto Ferreira, Francisco de Paula Lima, Manoel Domingues da Silva, João Mathias Pinto, Candido Domingues da Silva e Vicente José Ferreira (APM-SG 112).

No período de 1.868 a 1.871 estiveram matriculados os seguintes eleitores gerais: do Douradinho - Antonio de Paula Lima, Fructuoso de Oliveira Bueno, Joaquim Tavares Pereira, Candido Domingues da Silva, José Pinto Ferreira, Vicente José Pereira, Innocencio José Teixeira e Manoel Tavares dos Anjos; do Machado - Lino Antonio de Araujo, Joaquim Pio de Souza Moreira, Antonio Domingues de Souza, Gabriel Romão Gonçalves e Damaso José de Souza (APM-SG 113).

Conforme Antônio de Assis Martins ("*Almanak" de 1.869 para servir em 1.870*), a Freguesia da Sacra Família do Machado deu cinco eleitores nos anos de 1.860, 1.863, 1.866 e 1.869. A do Douradinho, 6 em 1.844, 5 em 1.847, 6 em 1.849 e 1.852, 7 em 1.856, e 8 em 1.860 e 1.863.

Em 1.870 estavam matriculados como eleitores especiais: no Machado - Alferes Francisco Xavier de Salles, Joaquim Severiano Ribeiro, José Francisco Mendes, Antonio Thomaz dos Reis e Joaquim Bernardes de Faria; no Douradinho - José d'Arimathéa Morais, Vicente Pereira Caixeta, Elias Carvalho da Silva, João Carvalho da Silva, José Pereira Caixeta, Estevão Pereira dos Santos, Manoel Pereira Fagundes e Vicente d'Azevedo Chaves (APM-SG 116).

O "*Almanach Sul-Mineiro para 1874*" noticiou que, antes de desmembrado o Machadinho, se qualificavam em Santo Antônio do Machado 410 votantes - "*e não obstante lhe foi dado o numero de cinco eleitores*". E acrescentou: "*hoje dá 300 votantes mais ou menos*". Enumerou os seguintes eleitores gerais da Freguesia: Francisco Xavier de Salles, Felicianno Constantino de Moraes, Gabriel Romão Gonçalves, José Paulino da Costa e José Gonçalves de Lima. Esclareceu ainda que não se procedera à eleição de eleitores especiais em 1.873. Quanto a Douradinho, o mesmo "*Almanach*" informou ter oito eleitores, estando qualificados como votantes 355 cidadãos. Afirmou serem seus eleitores gerais: Tenente José de Arimathéa Moraes, Joaquim Tavares Pereira, João Baptista de Carvalho, Joaquim Custhodio da Silva, Estevão Pereira dos Santos, Francisco de Paula Lima, Saturnino de Moraes Machado e o Alferes Vicente Pereira Caixeta. Enumerou ainda, como eleitores especiais: Manoel Pereira Fagundes, Elias Carvalho da Silva, Flavio de Moraes Machado, Vicente de Azevedo Chaves, Antonio de Paula Lima, José Pinto Ferreira, Joaquim Pereira de Carvalho e José Custhodio Casimiro.

Antônio de Assis Martins, em seu "*Almanak*" para o ano de 1.875, esclareceu que, dos 40 eleitores do colégio de Alfenas, cinco pertenciam a Machado e oito a Douradinho, na legislatura de 1.872 a 1.876. Repetiu os nomes citados por Bernardo da Veiga.

No quatriênio de 1.878 a 1.881 foram eleitores espe-

ciais: no Machado - Major Onofre de Sousa Dias, Feliciano Constantino de Moraes, Antônio Domingos de Sousa, Joaquim Carlos Alves, Annanias de Sousa Dias, Misael de Sousa Dias, Joaquim José Ferreira Sampaio, José de Araújo Brito, Olimpio de Sousa Magalhães e José Paulino da Costa Júnior; no Douradinho - José Custodio Cassemiro, João José de Lima, José Vicente Pereira, Joaquim Cassemiro Corrêa, Joaquim Pereira de Carvalho, João Gonçalves Cassemiro, Vicente de Azevedo Chaves e João Mathias de Faria (APM-SG 125).

Na pasta de documentos avulsos sobre Douradinho do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo há um requerimento à autoridade eclesiástica, com data de 16/5/1.879, para que certo padre recebesse provisão de vigário encomendado da Freguesia. Assinaram-no os seguintes eleitores: Innocencio José Teixeira, Elias Carvalho da Silva, Saturnino de Moraes Machado, Antonio de Paula Lima e Flavio de Moraes Machado.

Em nosso Arquivo Público encontra-se o livro nº 200, de "*Listas de Assinaturas de Eleitores da Parochia de Santo Antonio do Machado - 1881 a 1898*". Nele se vê (páginas 5v. e 6) que participaram da escolha dos primeiros vereadores do Município, e de juízes de paz, em 1º de julho de 1.882, os seguintes eleitores: Antonio Candido de Souza Dias, Antonio Custodio de Souza Morª, Antonio Domingues de Sousa, Antonio Morª de Sza., Candido de Souza Dias, Custodio Antonio Pereira, Gabriel Domingues de Souza, José Fco. de Alm.da (?) Coelho, Olympio de Souza Magalhães, Silvestre de Souza Dias, Flavio Secundo de Salles, Francisco Eugenio Teixeira, Francisco Perª Dias Pinto, Justino Antonio de Carvalho, Marcos de Souza Moreira, Antonio Candido Teixeira, Damaso José de Sousa, Gabriel Romão Ges., Joaquim Carlos Alves, Manoel Antonio Pereira Lima, Astolpho da Silva Guerra, Antº Morª de Sza. Guerra Jr, Antonio Rodrigues de Paiva, Antonio Bernardes Pereira, Emilio Policarpo Ferrª, Gustavo Fulgencio Carneiro, Je. Manoel Bressane, Ildefonso Aurelio de Sza., Pe. João Baptista das Neves, Joaquim José Ferrª Sampaio, Generoso José Messias e Daniel Antonio Xavier.

Na "*Falla*" aos Deputados, em agosto de 1.882, o Presidente da Província informou que Douradinho tinha 34 eleitores e Machado, 56. Saturnino da Veiga, em 1.884, afirmou serem 59 os eleitores do Machado, e 37 os do Douradinho.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Alfenas - pacote nº 51: "Expediente da

Câmara Municipal de Alfenas de 1863 a 1899" (documentos avulsos):
2 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - livro VI de "Autos de Ereções e Patrimonio de Capelas" - págs. 187 e seguintes - (localização: 6-2-27);
3 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - pasta de documentos avulsos sobre Douradinho;
4 - Arquivo Público Machadense - livro nº 200 - "Listas de Assinaturas de Eleitores da Parochia de Santo Antonio do Machado - 1881 a 1898";
5 - Arquivo Público Mineiro - Seção Provincial - códice 909 (Matrículas de eleitores - 1861-1864) - págs. 84v., 85, 90 e 90v.;
6 - Arquivo Público Mineiro - Fundo: Presidência da Província - PP 1/10, caixa 8, documento 9;
7 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 108 (Resultados das eleições de eleitores especiais - 1851/1856) - pág. 156v.;
8 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 109 (Relação nominal dos vereadores, juízes de paz e suplentes eleitos - 1857/1860) - pág. 199;
9 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 110 (Matrícula de eleitores em geral e eleitores especiais dos vários municípios de Minas Gerais - 1863) - págs. 73v., 78v., 161v. e 163v.;
10 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 111 (Matrícula de eleitores da Legislatura Geral - 1864/1868) - pág. 73v.;
11 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 112 (Matrícula de eleitores dos vários municípios de Minas Gerais - 1867) - págs. 75, 79v., 164v. e 166v.;
12 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 113 (Matrícula de eleitores gerais dos vários municípios de Minas Gerais - 1868/1871) - págs. 79, 79v. e 84;
13 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 116 (Matrícula de eleitores especiais - 1870) - págs. 80 e 80v.;
14 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 118 (Matrícula de eleitores dos municípios de Minas Gerais - 1872 a 1876) - págs. 167v. e 168v.;
15 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 119 (Matrícula de eleitores dos vários municípios de Minas Gerais - 1872/1881) - pág. 20v.;
16 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 125 (Matrícula de eleitores especiais - 1878/1881) - págs. 7v., 28v. e 29;
17 - Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1.852, 1.856, 1.860 e 1.861 - Typographia Nacional, Rio de Janeiro;
18 - Falla que o Exm. Sr. Dr. Theophilo Ottoni dirigio á Assemblea Provincial de Minas Geraes, ao installar-se a 1ª sessão da 24ª Legislatura em o 1º de Agosto de 1882 - Typ. de Carlos Andrade, Ouro Preto, 1882, pág. 13;
19 - Leis Provinciaes de Minas Geraes - 1.869 - pág. 61;
20 - Relatorio que á Assemblea Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na Sessão ordinaria de 1854 o Presidente da Provincia Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos - Typ. do Bom Senso, Ouro Preto, 1.854, anexo;
21 - Relatorio que á Assemblea Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na 2ª Sessão ordinaria da 10ª Legislatura de 1855 o Presidente da Provincia Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos - Typ. do Bom Senso, Ouro Preto, 1.855, anexo;

B - **secundárias**

1 - Adriano Campanhole e Hílton Lobo Campanhole - “Constituições do Brasil” - 9ª ed., Editora Atlas S.A., São Paulo, 1.987;

2 - Antônio de Assis Martins - “Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas-Geraes do Anno de 1869 para servir no de 1870” - Typ. do “Diario do Rio de Janeiro”, Rio de Janeiro, 1.870, págs. 516, 543, 544, 545 e anexo;

3 - Antônio de Assis Martins - “Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas Geraes do anno de 1874 para servir no de 1875” - Typographia de J. F. de Paula Castro, Ouro Preto, 1.874, págs. 37 e 564;

4 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanach Sul-Mineiro para 1874” - Typographia do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.874, págs. 44, 46, 146, 147, 164 e 165;

5 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanak Sul-Mineiro para 1884” - Typographia do Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.884, pág. 69;

6 - Brasil Bandecchi - “Elementos de História do Direito Brasileiro” - 2ª ed., Editora Pannartz, São Paulo, 1.984, págs. 35 a 44;

7 - Cid Rebelo Horta - “Famílias Governamentais de Minas Gerais” - “*in*” “Segundo Seminário de Estudos Mineiros”, Imprensa da Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, sem data, págs. 43 a 91;

8 - Víctor Nunes Leal - “Coronelismo, Enxada e Voto” - 2ª ed., Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1.975, págs. 110/114 e 219/224.

****

A GUARDA NACIONAL

1 - Breve histórico.
2 - Batalhões, Corpos e Comando organizados em Douradinho e Machado.
3 - Alguns integrantes da Guarda Nacional de Douradinho e Machado.

****

1 - **Breve histórico**.

A Guarda Nacional foi criada por lei de 18 de agosto de 1.831, em substituição às milícias e ordenanças. Suas finalidades eram defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império; manter a obediência às leis, conservar ou restabelecer a ordem e a tranqüilidade públicas; e auxiliar o Exército de linha na proteção das fronteiras e costas.

Organizada por municípios a partir da lei 602, de 19 de setembro de 1.850, tinha seus membros classificados em duas listas, uma referente ao serviço ativo e outra à reserva. Eram arrolados nela todos os cidadãos que pudessem votar em eleições primárias, de idade entre dezoito e sessenta anos, com as exceções previstas em lei. O acesso aos postos superiores só era permitido aos que tivessem determinada renda anual. De início, os oficiais se elegiam nos seus próprios quadros; depois foram nomeados pelo Governo. No final do século XIX as patentes passaram a ser adquiridas mediante pagamento de taxas ou outorgadas como favor político, o que fez a Corporação perder prestígio. Tornada simplesmente honorífica e decorativa, foi extinta pelo decreto 13.040, de 11 de abril de 1.918.

2 - **Batalhões, Corpos e Comando organizados em Douradinho e Machado**.

Enquanto não conquistada a autonomia política, nossos distritos tiveram batalhões e corpos subordinados aos comandos superiores de outras localidades. Enumero a seguir a legislação federal referente à Guarda, que lhes diz respeito.

O **decreto 1.302, de 28 de dezembro de 1.853**, deu nova organização à Guarda Nacional do Município de Caldas. Nele criou um Comando Superior, composto de um esquadrão de cavalaria, dois batalhões de infantaria do serviço ativo e uma seção de batalhão do serviço da reserva. Estipulou que os Corpos teriam suas paradas nos lugares marcados pelo governo provincial. É certo que já em maio de 1.845 havia em Caldas o batalhão nº 3. Integravam-no duas companhias de guardas nacionais de infantaria sediadas em Alfenas, duas em Areado e uma em Santo Antônio do Machado. Até aquela data nenhum armamento se havia distribuído por ele (A.P.M. - PP1, sub-série PP 1/8, caixa 97, documento nº 30).

O **decreto 3.460, de 28 de abril de 1.865**, desligou de Caldas a Guarda Nacional pertencente à Vila Formosa de Alfenas. Ali criou um Comando Superior, formado de dois batalhões de infantaria do serviço ativo e uma seção de batalhão do serviço da reserva. Estabeleceu também que eles teriam suas paradas nos lugares marcados pela presidência da Província. Líderes locais, como o Vigário José Antônio Martins e Jacintho José Pereira, criticaram, em 1.867, a determinação para que o novo comando só se compusesse do contingente desmembrado de Caldas. Sustentaram que devia abranger todos os guardas nacionais do Município de Alfenas, incluídos os das freguesias de Carmo da Escaramuça, Douradinho e São Joaquim. Afirmaram que por tal motivo ficara difícil organizá-lo: não era feita qualificação havia dois anos, e as companhias estavam quase desprovidas de oficiais.

O **decreto 4.119, de 18 de março de 1.868**, desligou dos comandos superiores de Campanha e Itajubá a Guarda Nacional pertencente às freguesias do Douradinho e Carmo, anexando-a ao da Vila Formosa de Alfenas.

O **decreto 4.396, de 19 de julho de 1.869**, extinguiu o Comando Superior da Guarda Nacional de Alfenas, subordinando os Corpos ali organizados ao Comando de Caldas.

O **decreto 7.351, de 5 de julho de 1.879**, reorganizou a Guarda Nacional da Comarca de Jacuí. Lá criou comando superior formado de um corpo de cavalaria, dois batalhões de infantaria com as designações de 45º e 65º (este do serviço ativo e aquele da reserva) e mais uma seção de batalhão. Estabeleceu que os batalhões de infantaria seriam organizados na Freguesia de S. José e N. S. das Dores e nas de Sacra Família do Machado, S. Sebastião do Areado, S. Joaquim da Serra Negra, N. S. do Carmo da Escaramuça, S. Francisco de Paula do Machadinho, N. S. da Conceição da Boa Vista e Barranco Alto.

Por sua vez, o **decreto 7.357, da mesma data**, reorganizou a Guarda Nacional da Comarca do Rio Verde. Nela criou comando superior formado de um corpo de cavalaria, três batalhões de infantaria com as designações de 39º, 57º e 58º (estes do serviço ativo e aquele da reserva) e uma seção. Determinou que o 39º e o 57º batalhões fossem organizados na Freguesia de Santo Antônio do Vale da Piedade e nas de Águas Virtuosas, Espírito Santo da Mutuca, Bom Jesus do Lambari, Rio Verde e Douradinho.

O **decreto 845, de 3 de junho de 1.892**, criou um comando superior de guardas nacionais na Comarca do Machado, composto de dois batalhões de infantaria do serviço ativo e um do da reserva, com oito companhias cada um e as designações de 104º, 105º e 66º, e de um corpo de cavalaria com quatro esquadrões e a designação de 9º.

O **decreto 891-E, de 24 de junho de 1.892**, criou em nossa Comarca mais um batalhão de infantaria do serviço ativo, com quatro companhias e a designação de 118º, e um regimento de cavalaria, com quatro esquadrões e a designação de 16º.

O **decreto 3.453, de 21 de outubro de 1.899**, criou na Guarda Nacional da Comarca de Santo Antônio do Machado uma brigada de infantaria e uma de cavalaria. Aquela, com a designação de 101ª, constituída por três batalhões do serviço ativo, sob ns. 301, 302 e 303, e por um batalhão do serviço da reserva, sob nº 101. Esta, com a designação de 31ª, constituída por dois regimentos, sob ns. 61 e 62.

O **decreto 4.343, de 15 de fevereiro de 1.902**, criou na mesma comarca uma brigada de artilharia com a designação de 7ª, constituída de um batalhão de artilharia de posição e um regimento de artilharia de campanha, ambos sob nº 7. Criou também mais uma brigada de infantaria com a designação de 147ª, constituída por três batalhões do serviço ativo, sob ns. 439, 440 e 441, e por um do serviço da reserva, sob nº 147. Criou ainda uma brigada de cavalaria com a designação de 67ª, composta por dois regimentos, de ns. 133 e 134.

Por fim, o **decreto 11.258, de 28 de outubro de 1.914**, criou em nossa Comarca mais duas brigadas de infantaria com as designações de 299ª e 300ª, constituídas, cada uma, por três batalhões do serviço ativo (sob ns. 895 a 900) e por um do da reserva (sob ns. 299 e 300).

Todos os decretos mandavam que os Corpos se organizassem com guardas qualificados nos distritos das comarcas a que se referiam.

3 - **<u>Alguns integrantes da Guarda Nacional de Douradinho e Machado</u>**.

Reconheço incompletas as informações que recolhi

sobre os guardas nacionais de nossos distritos. Os Corpos que estes sediavam subordinavam-se, a princípio, aos comandos de outras localidades. Por isso, os atos de nomeação muitas vezes mencionavam apenas os nomes delas e os números dos batalhões e companhias, o que dificulta identificar os referentes a Douradinho e Machado. É certo que em janeiro de 1.832 já havia sido feita a designação das paradas das companhias dos curatos de Alfenas e Santo Antônio do Machado, conforme comunicação da Câmara Municipal de Jacuí ao Presidente da Província (A.P.M. - S.P. - códice 81/285).

Moradores da Freguesia do Douradinho dirigiram ofício ao Bispo de São Paulo, por este despachado em 2 de março de 1.833, pedindo a permanência de um pároco no local. Entre seus subscritores constam Manoel Jacintho Pereira, Joaquim Ferreira de Tolledo e Francisco Ferreira de Toledo, respectivamente capitão, alferes e sargento da 3ª Companhia do 2º Batalhão. Constam também os sargentos Francisco Maria Guimarães e Francisco Thomás de Aquino, além dos seguintes guardas nacionais: Ignácio Pinheiro da Silva, Agostinho Evanjelista de Oliveira, João Anacleto da Cruz, João Martins Campanha, Manoel Francisco de Coito, Silvestre Silvério da Cª Bastos, Albino José da Silva Ribeiro, Jacinto José Xavier, Antônio Silvério do Prado, Francisco Roiz. da Silva, Antônio Pedro de Pádua, João Moreira de Souza, Francisco Cassimiro Machado, Custódio Cacimiro Machado, José de Morais Machado, Joaquim Bernardes, José Lopes de Carvalho, Marianno Frz.e Maciel, Emerenciano Pereira da Silva, João Dorn.es da Silva, Manoel Querino de Carvalho, Demétrio Tavares dos Anjos e Manoel Tavares dos Anjos. Tal documento acha-se na pasta de avulsos sobre Douradinho, do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

Em 1.851, habitantes do Douradinho - entre os quais Manoel Jacintho Pereira, já no posto de tenente-coronel - pediram ao Vigário Capitular do Bispado de São Paulo licença para ereção da Matriz noutro local. No ano seguinte eles requereram à mesma autoridade que restabelecesse os antigos limites da Paróquia. Seu ofício, de 10 de setembro, contém, entre outras, as assinaturas de Manoel Jacintho Pereira e Simão Vieira da Silva, tenente-coronel e alferes-secretário do 3º Batalhão. Veja-se o livro VI de Autos de Ereções e Patrimônio de Capelas da Cúria Metropolitana de São Paulo, páginas 187 a 195.

No Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, encontram-se diversas referências a guardas de nossa região. A Custódio José Dias se passou patente de alferes-secretário do 4º Batalhão da 2ª Legião de guardas nacionais do Município da Campanha, em 23 de setembro de 1.843 (códice 321, página 40v.).

Do 38º Batalhão do Comando Superior da Guarda Nacional dos municípios de Campanha e Itajubá fazia parte a 7ª Companhia, com parada no Arraial do Douradinho. Foram capitães dela Manoel Jacintho Pereira, depois reformado no posto de coronel, e Manoel Tavares dos Anjos (patente de 24-3-1.862). Teve como tenentes Manoel Tavares dos Anjos (1.854) e José de Arimathéa

Moraes (1.862). Foram seus alferes Vicente Pereira Caixeta (1.855), José de Arimathéa Moraes (1.855), Joaquim Pereira Caixeta (1.862) e José Luiz Lopes Vasconcellos (1.867) (A.P.M. - S.G. - códices 227 e 228).

Através de portaria do Governo da Província de 21 de agosto de 1.845 foram exonerados Domingos Vieira da Silva e Bento Xavier de Toledo dos postos de tenente-coronel chefe e de major do 3º Batalhão de guardas nacionais do Município de Caldas. Nomearam-se para subsituí-los, respectivamente, João Custódio de Souza Dias e Jacintho José Pereira (A.P.M. - S.P. - códice 368, página não numerada).

O Vice-Presidente da Província, em portaria de 18 de outubro de 1.854, acolheu proposta do comandante do 1º Batalhão do Município de Caldas e nomeou na 6ª Companhia, composta de 93 guardas e com parada na Capela de Santo Antônio do Machado, os seguintes oficiais: capitão - Francisco Antônio Pereira Lima; tenente - Antônio Moreira de Souza; alferes - João Antônio Xavier (A.P.M. - S.P. - códice 501, página sem numeração). O primeiro e o terceiro não aceitaram as nomeações, que foram consideradas sem efeito. Assim, em 17 de setembro de 1.855, nova portaria promoveu a capitão da 6ª Companhia Antônio Moreira de Souza, e nomeou para os postos de tenente e alferes José Osório de Oliveira e João Evangelista Campos (A.P.M. - S.P. - códice 559, páginas não numeradas). Todavia, o novo capitão não solicitou a patente no prazo previsto. Por isso, em 15 de janeiro de 1.857 José Osório de Oliveira foi alçado ao seu lugar, e João Evangelista Campos, ao deste. Para o posto vago de alferes se nomeou Domingos José Rodrigues (A.P.M. - S.P. - códice 646, página sem numeração).

Na 6ª Companhia do 41º Batalhão do serviço ativo do Comando Superior de Caldas foram tornadas sem efeito, em 6 de maio de 1.858, as nomeações de Pio de Souza Dias e João Umbelino de Souza Dias para os postos de capitão e tenente, por terem deixado de solicitar suas patentes. Proposta que acompanha a respectiva portaria dá conta de que, anteriormente, haviam sido indicados na mesma companhia os seguintes cidadãos: Joaquim Umbellino de Magalhães (tenente e capitão); João Custódio Dias Júnior (alferes, tenente e capitão); Antônio Baptista Gomes (alferes); Custódio José Dias (alferes e tenente); e José Avellino da Silva (alferes) (A.P.M. - S.P. - códice 696, páginas sem numeração).

Portaria de 17 de junho de 1.859 considerou sem efeito a nomeação de João Custódio Dias Júnior para alferes da 6ª Companhia do 41º Batalhão de Caldas. Nela promoveu a capitão o Tenente Francisco de Paula Ferreira Lopes; a tenente, o Alferes Antônio Baptista Gomes; e nomeou para alferes Francisco Antônio de Carvalho.

Em 4 de maio de 1.866 concedeu-se carta-patente de

nomeação de Custódio José Dias major ajudante d'ordens do Comando Superior da Guarda Nacional da Vila Formosa de Alfenas. Idêntica foi passada a Onofre de Souza Dias, na mesma data (A.P.M. - S.P. - códice 1.024, páginas 99/100).

Em fevereiro de 1.867 Jacintho José Pereira era o Comandante Superior de Alfenas. Relatando o estado em que se achava a 3ª Companhia, sediada no Machado, informou que o Capitão José Osório de Oliveira não fazia caso dela, residia no Termo de Caldas, em nada se prestava para a guerra, e devia ser substituído. Quanto ao Tenente João Evangelista Campos, disse ser indigno do posto por suas péssimas qualidades e por aconselhar os subordinados à desobediência. Dois anos depois, o referido Comandante e os tenentes-coronéis Azarias de Souza Dias e Flávio Secundino de Salles foram suspensos por prazo indeterminado, passando o comando ao Major Francisco de Paula Ferreira Lopes Sobrinho. A portaria punitiva, de 12 de julho, afirmava que até aquela data não haviam sido providos todos os postos do Comando, por incúria e desleixo de Pereira, que não apresentara mapa circunstanciado do estado da força sob sua chefia, permitira ausência e mudança de domicílio de oficiais sem prévia licença ou guia, não providenciara reunião dos conselhos de qualificação nem indicara os designados para a guerra. Uma semana depois, como visto atrás, o Comando de Alfenas foi extinto.

Em 1.872, conforme Assis Martins, a 6ª Companhia (com parada na Capela de Santo Antônio do Machado) do 40º Batalhão do Comando Superior de Caldas e Alfenas tinha os seguintes oficiais: capitão - José Osório de Oliveira; tenente - João Evangelista Campos; alferes - Domingos José Rodrigues e Antônio Rodrigues de Paiva. Parece que os denunciados permaneceram em seus postos, sendo afastados o denunciante e os comandantes dos corpos...

O "*Monitor Sul-Mineiro*" nº 679, de 2 de março de 1.884, noticiou terem sido nomeados para o 4º Corpo de Cavalaria da Comarca de Jacuí o Tenente Astolpho de Souza Dias e o Alferes Honório José de Salles, na 2ª Companhia; o Capitão Antônio Cândido de Souza Dias, o Tenente Olympio de Souza Magalhães e o Alferes José Custhódio Dias, na 3ª Companhia; e o Alferes João Baptista da Rocha Sobrinho, na 4ª Companhia.

O mesmo jornal, em 19 de junho de 1.892, publicou a nomeação (ocorrida em 7 daquele mês) do estado-maior do Comando Superior da Guarda Nacional da Comarca do Machado. Ele ficou assim constituído: coronel comandante superior - José Joaquim dos Santos Silva; tenente-coronel chefe do estado-maior - Francisco Álvaro de Moraes Navarro; major secretário-geral - Feliciano Constantino de Morais Júnior; major quartel-mestre - Gustavo Fulgêncio Carneiro; major cirurgião-mor - José Pereira Arantes. Também se nomearam os tenentes-coronéis Francisco de Salles Pereira, Antônio Cândido de Souza Dias, José Cândido da Costa e Joaquim Lucas de Salles; e os majores Joaquim Tibúrcio Pereira, José Luiz Lopes de Vasconcellos, Manoel Alves Pereira e José de

Arimathéa Moraes.

Decreto de 13 de julho de 1.893 reformulou substancialmente as chefias dos corpos da Guarda Nacional da Comarca do Machado. Foram nomeados os seguintes oficiais:

no Comando Superior; major quartel-mestre, Feliciano Constantino de Morais;

no 104º Batalhão de Infantaria: - estado-maior - capitão-ajudante, Antônio Belisário Pereira; tenente-secretário, Sebastião Sérvulo Pereira; tenente quartel-mestre, Antônio Gonçalves Romão Billot; capitão-cirurgião, Fernando Antônio de Carvalho; **1ª companhia** - capitão, João Gonçalves da Costa; tenentes, João Baptista Pereira e José Coutinho Xavier de Rezende; alferes, Olympio de Paiva Grillo, Izaltino Pio da Fonseca Reis e João Cândido Franco; **2ª companhia** - capitão, José Joaquim Gonçalves; tenentes, Carlos Augusto Guimarães e José Faustino Gonçalves: alferes, Miguel Gonçalves Pereira, Antônio Ângelo Fernandes e José Eugênio de Lima; **3ª companhia** - capitão, Manoel Pereira do Lago; tenentes, João Pereira do Lago e Felisberto Pereira da Costa Lima; alferes, José Joaquim Franco, Ananias Cândido Franco e José Custódio de Toledo; **4ª companhia** - capitão, José Joaquim Ferreira; tenentes, Pedro Alves de Araújo e José Norberto Pereira; alferes, Benvindo Antônio de Toledo, Domingos Antônio Fernandes e José Olympio Ferreira;

no 105º Batalhão de Infantaria: - estado-maior - capitão-ajudante, Joaquim Paulino da Costa; tenente-secretário, Anastácio Vieira Machado; tenente quartel-mestre, Onofre Cândido de Souza Dias; capitão-cirurgião, Manoel Francisco Soares; **1ª companhia** - capitão, José Simplício Ferreira; tenentes, Saturnino de Souza Gonçalves e Joaquim Carneiro Xavier; alferes, Francisco Benjamin Paes Rabello, Pio Rodrigues de Paiva e Joaquim Francisco Soares; **2ª companhia** - capitão, Pedro Guidi; tenentes, Miguel de Souza Magalhães e Eloy Mendes da Silva; alferes, Bartholomeu Soares de Camargo, José Soares de Campos Fuim e Melchíades Ferreira da Silva; **3ª companhia** - capitão, Antônio Domingues de Souza; tenentes, José Joaquim de Oliveira e Felippe Santiago Borges; alferes, José Antônio Pereira Lima, Adolpho de Oliveira Funchal e Domingos José Soares; **4ª companhia** - capitão, Olympio de Souza Magalhães; tenentes, Antônio Cândido de Souza Dias Júnior e José Bernardes Pereira; alferes, Jacintho Augusto de Lima, Alfredo de Paula Cândido de Andrade e Gauquério Pinto Verdade;

no 118º Batalhão de Infantaria: - estado-maior - capitão-ajudante, Antônio Cândido Pereira Dias; tenente-secretário, Theodoro de Oliveira; tenente quartel-mestre, Ildefonso Aurélio de Souza; **1ª companhia** - capitão, João Antônio Xavier; tenentes, João Paulino Xavier e Galdino Raphael de Macedo; alferes, Antônio José de Oliveira, Arsênio Maria de Lima e Domingos Augusto de Souza; **2ª companhia** - capitão, José Joaquim Ignácio Pereira; tenentes, Cândido Marinho da Cruz e Marcos Pereira Dias; alferes, Eugênio Pantaleão Pereira, Pedro Augusto Lopes e João Antônio de Moraes; **3ª companhia** - capitão, Flávio de Moraes Machado; tenentes, João Pereira Penha e Benevides Euzébio Pereira; alferes, Pedro Custódio Pereira, Justo Antônio Maciel e Affonso Lopes de Vasconcellos; **4ª companhia** - capitão, Albino Pinto de Britto; tenentes, Antônio Augusto Pereira e Joaquim de Moraes Machado; alferes, José Pinto do Couto, Celestino Caproni e

Sabino José Pereira;
no 9º Regimento de Cavalaria: - estado-maior - capitão-ajudante, José Joaquim dos Santos Silva Filho; tenente-secretário, Pio Antônio da Silva Dias; tenente quartel-mestre, Francisco Tito do Prado; capitão-cirurgião, João Evangelista Campos; **1º esquadrão** - capitão, José Benício de Salles; tenentes, Manoel Antônio de Macedo e Joaquim Leopoldino de Souza Moreira; alferes, Joaquim Bernardes de Souza Jaquita, João de Araújo Macedo e Antônio Paulino de Souza; **2º esquadrão** - capitão, José Paulino da Costa Júnior; tenentes, José Tibúrcio Borges e José Soares de Camargo; alferes, Messias Soares Moreira, Eugênio Antônio Fernandes e João Soares de Camargo; **3º esquadrão** - capitão, Joaquim Luiz do Prado; tenentes, João Baptista de Souza Moreira e Pedro de Araújo Machado; alferes, Hermano Constantino de Moraes, José Osório de Souza e Salvador José Ferreira; **4º esquadrão** - capitão, José Ferraz Leite; tenentes, Jacintho Pereira Dias e Francisco Manoel Bressane; alferes, João Pedro de Lima, Cyríaco Lopes da Silva e Custódio Pereira Vianna;
no 16º Regimento de Cavalaria: - estado-maior - tenente-coronel comandante, Manoel Ferreira do Prado; major-fiscal, José Caetano Ribeiro; capitão-ajudante, Virgílio Pio de Souza Dias; tenente-secretário, Octávio Westin; tenente quartel-mestre, Martiniano Ferreira do Prado; **1º esquadrão** - capitão, João Pedro de Alvarenga; tenentes, José Joaquim Pereira e João Baptista Pereira; alferes, Herculano Pantaleão Pereira, Jonas Boaventura Pereira e Roque Pereira de Carvalho; **2º esquadrão** - capitão, Joaquim Luiz do Prado Sobrinho; tenentes, Joaquim Pereira Lima e Francisco de Oliveira Leite; alferes, Francisco Targino de Oliveira, João Baptista Gonçalves de Oliveira e Vigilato Soares de Camargo; **3º esquadrão** - capitão, Joaquim Pio de Andrade Junqueira; tenentes, Henrique Ferreira do Prado e Francisco Honório de Araújo Macedo; alferes, Alfredo Lins do Prado, Daniel Bruno de Alvarenga e Olympio Gonçalves Guimarães; **4º esquadrão** - capitão, Pio de Souza Dias; tenentes, José da Cruz Alvarenga e Gabriel Domingos de Souza; alferes, Justiniano Oreste Bressane, José Pinto de Andrade Júnior e Misael José Gonçalves;
no 66º Batalhão da Reserva: - estado maior - capitão-ajudante, Adolpho da Silva Guerra; tenente-secretário, José Maria Monte Tabor; tenente quartel-mestre, Daniel Antônio Xavier; capitão-cirurgião, Francisco Theodoro Fernandes; **1ª companhia** - capitão, Antônio Joaquim de Araújo Macedo; tenentes, João Soares Moreira e José Ferreira da Silva; alferes, José Gonçalves de Lima, Antônio Rodrigues da Cunha e José Gonçalves da Costa; **2ª companhia** - capitão, Manoel Antônio Pereira Lima; tenentes, Manoel Antônio de Souza Paiva e Antônio Custódio de Souza Moreira; alferes, Joaquim José dos Reis, João Pinto de Mesquita e Silvestre de Souza Dias; **3ª companhia** - capitão, José Augusto Pereira; tenentes, Francisco Gonçalves Lopes e João Thomaz Pereira; alferes, João Silvério Campos, Messias Francisco Bueno e Estevam da Silva Monteiro; **4ª companhia** - capitão, José Gonçalves Leite; tenentes, Martiniano de Souza Magalhães e José Bento Dias; alferes, José Luiz de Siqueira, José Theodoro de Magalhães e Fernando Jacintho de Carvalho.

Em 17 de agosto de 1.893 foram nomeados para a Guarda

Nacional desta Comarca os seguintes oficiais:
no Comando Superior: - tenente-coronel chefe do estado-maior, o Major Manoel Alves Pereira;
no 118º Batalhão de Infantaria: - tenente-coronel comandante, o Major José Luiz Lopes de Vasconcellos;
no 66º Batalhão de Infantaria: major-fiscal, José Augusto Pereira; 1ª companhia - alferes, José Theodoro de Magalhães; 4ª companhia - alferes, José Luiz de Siqueira;
no 9º Regimento de Cavalaria: - 4º esquadrão - alferes, Flávio de Moraes.

Por fim, decreto de 25 de junho de 1.906 nomeou estes oficiais para a Guarda Nacional em Machado:
no 439º Batalhão de Infantaria: - estado-maior - major-fiscal, Flávio de Moraes Machado; capitão-ajudante, Cornélio Augusto Fernandes; capitão-cirurgião, Archanjo Cruz Mendes; **4ª companhia** - capitão, Antônio Cyrillo Ferreira;
no 133º Regimento de Cavalaria: - estado-maior - tenente-coronel comandante, José Dias de Gouvêa; capitão-ajudante, Leôncio Dias de Gouvêa; **3º esquadrão** - capitão, José Dias Gomes Carnaro.

****

<u>Fontes de consulta</u>.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - livro VI de Autos de Ereções e Patrimônio de Capelas, págs. 187 a 195 - localização: 6-2-27;
2 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - pasta de documentos avulsos sobre Douradinho;
3 - A.P.M. - Seção Provincial - códice 81, pág. 285;
4 - " " " " 321, " 40v;
5 - " " " " 368, " s/n;
6 - " " " " 501, " s/n;
7 - " " " " 559, " s/n;
8 - " " " " 646, " s/n;
9 - " " " " 696, " s/n;
10 - " " " " 749, " s/n;
11 - " " " " 1024, " 99/100;
12 - " Secr. de Governo " 203, " 21v/23;
13 - " " " " 227, " 6 e 23:
14 - " " " " 228, " s/n;
15 - " " " " 230, " s/n;
16 - " " " " 249, " 269v/270;

17 - “ Fundo: Presidência da Província - série PP 1, sub-série PP 1/16, caixa 2, documentos 2 e 3;
18 - “ Fundo: Presidência da Província - série PP 1, sub-série PP 1/18, caixa 97, documento 30;
19 - Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1.850, 1.853, 1.865, 1.868, 1.869 e 1.879 - Typographia Nacional, Rio de Janeiro;
20 - Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1.892, 1.899, 1.902, 1.914 e 1.918 - Imprensa Nacional, Rio de Janeiro;
21 - “Minas Geraes” de 23-7-1.893, pág. 7;
22 - “ “ 23-8-1.893, “ 2;
23 - “ “ 4-7-1.906;
24 - Monitor Sul-Mineiro, nº 679, 2-3-1884, pág. 2;
25 - “ “ “ nº 1118, 19-6-1892, pág. 2.

B - **secundárias**

1 - Adriano Campanhole - “História da Fundação de Assis” - Ed. Gráfica Latina Ltda., São Paulo, 1.985, págs. 66 a 69;
2 - Antônio de Assis Martins - “Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas-Geraes do anno de 1869 para servir no de 1870” - Typographia do Diario do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1.870, pág. 331;
3 - Antônio de Assis Martins - “Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas-Geraes do anno de 1872 para servir no de 1873” - Typographia do Echo de Minas, Ouro Preto, 1.873, pág. 453;
4 - Dario Cardoso Vale - “Memória Histórica de Prados” - Belo Horizonte, 1.985, págs. 52 e 53;
5 - Jeanne Berrance de Castro - “A Milícia Cidadã - a Guarda Nacional de 1831 a 1850” - 2ª ed., Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1.979;
6 - Paulo de Queiroz Duarte - “Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai” - vol. I, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1.981, págs. 175 a 197;
7 - Vânia Carneiro de Carvalho - “Guarda Nacional” - “*in*” Boletim Histórico e Informativo do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 5, nº 2, abril a junho de 1.984, págs. 51/53;
8 - Víctor Nunes Leal - “Coronelismo, Enxada e Voto” - Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1.975, págs. 213 a 217;
9 - Waldemar de Almeida Barbosa - “Dicionário da Terra e da Gente de Minas” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, pág. 70.

****

FREGUESIAS E MUNICÍPIOS A QUE PERTENCEU O TERRITÓRIO MACHADENSE

1 - As subdivisões iniciais do Sul de Minas: Vila Rica, São João del Rei, Campanha da Princesa.
2 - As vilas de São Carlos do Jacuhy e Caldas.
3 - A Vila Formosa de Alfenas.
4 - Alterações territoriais no Douradinho.
5 - Alterações territoriais no Machado. Criação do Distrito de São Francisco de Paula do Machadinho.

****

1 - **As subdivisões iniciais do Sul de Minas: Vila Rica, São João del Rei, Campanha da Princesa**.

Como se disse na Introdução, as três primeiras vilas de Minas Gerais foram a do Ribeirão do Carmo, a Vila Rica de Albuquerque e a de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, criadas em 1.711 pelo Governador Antônio de Albuquerque. Ensina Joaquim Ribeiro Costa ("*Toponímia*", adiante citada, pág. 76) que a primeira abrangia os sertões do Rio Pomba e do Rio Doce até o Cuieté; a segunda compreendia o Centro, o Sul e o Sudoeste; a terceira, o Centro-Norte, o Nordeste e o sertão do São Francisco, desde quase as suas nascentes, aí incluídos o Triângulo e o Noroeste.

Em 1.713, D. Brás Baltazar da Silveira erigiu a Vila de São João del Rei, que abarcou grande parte da primitiva circunscrição territorial de Vila Rica, inclusive todo o atual Sul de Minas. Vale, aqui, repetir a advertência de Joaquim Ribeiro Costa (*op. cit.*, pág. 80):

"*Na criação das primeiras vilas limitavam-se os respecti-*

vos atos oficiais à declaração pela qual eram os antigos arraiais elevados àquela categoria, como sedes de municípios, mas não faziam referência ao território da respectiva jurisdição. A sua delimitação verificava-se na medida em que se estendia, na prática, a ação das autoridades, até onde não entrassem em conflito com a autoridade convizinha.".

Nova subdivisão administrativa da região ocorreu em 20 de outubro de 1.798, através de alvará real que ordenou a criação da Vila da Campanha da Princesa. A demarcação dos limites do seu termo com o da Vila de São João del Rei foi feita em 1.800. Deliberação dos oficiais da Câmara, mais tarde confirmada por carta de aviso real, estabeleceu que

"Portodas estas razoens assima ponderadas, equeforão prezentes aoditto Juis de Fora, eOfficiaes da Camara, deCommum accordo assentarão queademarcação do Termo da Villa da Campanha da Princeza se entenderá feita daparte do Norte, e Leste pelo Rio Grande, desde asua Origem no espigão daSerra da Mantiqueira pellas suas vertentes edescendo por elle abaixo seguir emvolta oditto Rio, athé oseu encontro comoRio Pardo, oufins destaCapitania: E daparte do Sul pellas divizas da mesma fexadas pelos Registos, que defendem os seos limites" ("in" Revista do A.P.M., 1.896, pág. 486).

Assim, ao termo da nova Vila ficou pertencendo vasta parte do território sul-mineiro, em que também se situam as terras do nosso Município.

A Freguesia de Sant'Anna do Sapucahy (hoje Silvianópolis), cuja data de criação ignoro, integrava o termo da Vila da Campanha da Princesa. Nas suas terras foi construída a Capela de São João Baptista do Douradinho, núcleo de incipiente arraial.

2 - **<u>As vilas de São Carlos do Jacuhy e Caldas</u>**.

Alvará régio de 19 de julho de 1.814 criou a Vila de São Carlos do Jacuhy, determinando ficassem pertencendo ao seu termo as freguesias de Jacuhy e Cabo Verde. No auto de levantamento da nova Vila se referem os seus limites:

"... foy S. Alteza Real servido criar em Villa este Arrayal com a denominação de - Villa de São Carlos do Jacuhy - assignando-lhe para extenção do seu termo todo o territorio desta mesma Freguezia, e da de Cabo Verde e as que dellas se tem desmembrado ficando a diviza deste termo, com o da

> *villa da Campanha da Princeza pellos limites das Freguezias que comprehendem o seu termo, e se declarão no Alvará da creação desta Villa; e egualmente com o termo da Villa de São João de El-Rey pella sua diviza antiga, e das Freguezias de que secopõem, qual he o Rio Sapucahy; ebem asim com o da Villa de Tamanduá pello Rio grande nesta Capitania efinalmente com as da Capitania de São Paulo pelos seus limites, elinha divizoria com esta, enaparte que finalizão as Freguezias acima declaradas, enquanto não determinar o contrario..." ("in" Revista do A.P.M., 1.896, págs. 435/437).*

Nessa vasta área, desmembrada da Campanha da Princesa, estavam as terras em que se iniciava a Povoação da Sacra Família, então pertencentes à Freguesia de Cabo Verde. Separavam-se assim, pela primeira vez, os territórios do Machado e do Douradinho. Homero Benedicto Ottoni (obra adiante citada, pág. 74) afirma que o Rio Machado dividia os termos das vilas da Campanha e de Jacuhy.

A lei provincial 134, de 16 de março de 1.839, elevou a vila a Povoação de Caldas, compreendendo no seu município a freguesia do mesmo nome e as de Cabo Verde e São José e Dores dos Alfenas (esta, criada por decreto imperial de 14-7-1.832). Em 1.840, por força do disposto no artigo 7º da lei 171, de 23 de março, a Capela de Santo Antônio da Sacra Família passou a pertencer à Freguesia de S. José e Dores. Com a extinção da Vila de Caldas em 1.846 (lei 290, de 26 de março), sujeitou-se seu território à Vila Nova de Cabo Verde, então criada. A lei 452, de 20 de outubro de 1.849, restaurou a Vila de Caldas, compreendendo seu município as freguesias da sede, do Campestre e de São José dos Alfenas, menos o Curato de São Sebastião do Areado. Assim, deixou Machado de pertencer à Vila de Cabo Verde - extinta depois pela lei 472, de 31 de maio de 1.850.

A divisa entre os municípios de Caldas e da Campanha foi estabelecida no artigo 12 da lei 533, de 10 de outubro de 1.851:

> "fica sendo pelo alto da Serra de D. Anna Justina, até a estrada, que desce para a casa de Antonio Rodriguez de Mello; por esta abaixo até o Rio Machadinho, e por este abaixo até o Machado.".

A lei 558, de 11 de outubro de 1.851, determinou pertencessem ao Município de Caldas as freguesias de Cabo Verde, São José de Alfenas e Campestre. Os limites da última foram alterados pela lei 654, de 17 de junho de 1.853, mas a lei 720, de 16 de maio de 1.855, restaurou os antigos.

3 - **<u>A Vila Formosa de Alfenas</u>**.

Alfenas conquistou sua independência política, com a denominação de Vila Formosa, pela lei 1.090, de 7 de outubro de 1.860. A ela

ficou pertencendo a Freguesia de Santo Antônio do Machado. As divisas entre esta e a da sede foram estabelecidas na lei 1.905, de 19 de julho de 1.872:

> *"á partir da Serra d'Agua Limpa no ponto fronteiro as cabeceiras do corrego do Machado, onde começão as divisas da freguezia da Conceição da Boa Vista, seguiráõ por aquella Serra a direita até a pedra grande descalvada situada em um campestre, e d'ahi em rumo direito a ponte do Ribeirão Bruacas na estrada que da Villa de Cabo Verde conduz a cidade da Campanha, e por esta estrada em diante até a nova, que vai ter a fazenda do Tijuco Preto, e por este até a ponte no Rio Machado nos fundos da fazenda de Francisco dos Santos d'onde serão observadas as antigas divisas."*.

4 - **Alterações territoriais no Douradinho**.

A lei 1.206, de 9 de agosto de 1.864, transferiu Douradinho, do Município da Campanha, para o da Vila Formosa de Alfenas. Como a este pertencia então Santo Antônio do Machado, voltaram a reunir-se, embora por poucos anos, os nossos dois Distritos. Tal lei foi revogada pela de nº 1.665, de 16 de setembro de 1.870.

Em 14 de setembro de 1.870, a lei 1.659 desmembrou do Douradinho a Fazenda São Diogo, pertencente a Joaquim Eloy Mendes, e a incorporou ao Distrito da Mutuca.

A lei 2.084, de 24 de dezembro de 1.874, desmembrou Douradinho do Termo de Alfenas, determinando voltasse a pertencer ao da Campanha. Supõe-se que seja fruto de equívoco, pois já fora revogada a lei 1.206, acima referida.

Ao Distrito se acresceu a Fazenda do Desterro, separada do Município de Alfenas, pela lei 2.151, de 30 de outubro de 1.875. Mais tarde ela foi incorporada à Freguesia do Machado e depois retornou à do Douradinho, como se verá adiante.

5 - **Alterações territoriais no Machado. Criação do Distrito de São Francisco de Paula do Machadinho**.

A lei 1.314, de 5 de novembro de 1.866, desmembrou de nossa Freguesia a fazenda de Francisco Ferreira de Assis, incorporando-a à de Santa Anna do Sapucahy. O texto legal foi, porém, revogado pelo artigo 2º da lei 1.665, de 16 de setembro de 1.870.

Através da lei 1.676, de 21 de setembro de 1.870, criou-se no Município de Alfenas o Distrito de Paz de São Francisco de Paula do Machadinho, com as seguintes divisas:

> *"Principiando no rio Machado, defronte da Barra do rio Machadinho, e subindo á direita ao espigão mais alto, atravessando o corrego da Piedade, e vertentes ao mesmo rio Machado até o alto da Serra do Mamonal, e vertentes á S. Thomé, voltando a esquerda pela Serra vertente ao rio Machado, e corrego de S. José até as cabeceiras do mesmo corrego, e espigão mais alto; deste voltando á esquerda pelo mesmo espigão e vertentes ao referido corrego, e ao das Posses até a cachoeira grande no rio Machado, sempre aguas vertentes; subindo por este acima até a barra do Machadinho do Campo; por este ribeirão acima até a primeira cachoeira, e deste em rumo á pedra do navio, na Serra, desta voltando á esquerda e pela mesma Serra, até um espigão, que divide a fazenda de Manoel Coutinho Xavier de Rezende, e Antonio da Costa Rios, e por este espigão abaixo até o corrego do Machadinho do Matto, deste ao espigão até o alto do Quaimbé; por este abaixo até o rio Dourado: por este abaixo até a ponte de João Carvalho, no mesmo rio Dourado, e deste pela estrada até a fazenda de Marcos Aurélio de Souza, e desta em rumo ao espigão vertente ao corrego da Cachoeirinha, e por este abaixo até o rio Machado, e por este acima até a barra do rio Machadinho, onde começarão as divisas.".*

O citado Distrito alçou-se à condição de freguesia pela lei 1.787, de 22 de setembro de 1.871.

A lei 1.903, de 19 de julho de 1.872, determinou a incorporação à Freguesia e Distrito de Santo Antônio do Machado das fazendas Campinho e Serra Negra, pertencentes a D. Anna Custódia de Souza Moreira, Antônio Custódio de Souza Moreira, Martiniano de Souza Magalhães e Domingos José Rodrigues.

Nova alteração nos limites sucedeu através da lei 2.085, de 24 de dezembro de 1.874. Ela desmembrou da Freguesia do Douradinho, e incorporou à do Machado, as fazendas denominadas dos Carvalhos e Desterro. Foi, contudo, derrogada pela lei 2.405, de 5 de novembro de 1.877.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Coleção das Leis do Brasil - diversos anos - Imprensa Nacional, Rio de Janeiro;
2 - Coleção das Leis e Decretos de Minas Gerais - diversos anos - Imprensa Oficial, Belo Horizonte;
3 - "Memorias da Camara de Campanha" - na Revista do Archivo Público Mineiro, ano I, 1.896, Belo Horizonte, págs. 457 a 647.

B - **secundárias**

1 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanach Sul-Mineiro para 1874" - Typ. do Monitor Sul-Mineiro, Campanha, 1.874, pág. 145;
2 - Homero Benedicto Ottoni - "Poços de Caldas" - Ed. Anhambi S/A, São Paulo, 1.960, pág. 74;
3 - Joaquim Ribeiro Costa - "Estudo Histórico da Divisão Administrativa de Minas Gerais" - na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, vol. X, 1.963 - Imprensa Oficial do Estado, Belo Horizonte, págs. 67 a 92;
4 - Joaquim Ribeiro Costa - "Toponímia de Minas Gerais" - Imprensa Oficial do Estado, Belo Horizonte, 1.970;
5 - Waldemar de Almeida Barbosa - "Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais" - Editora Saterb Ltda., Belo Horizonte, 1.971.

****

A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DO MACHADO

1 - Resistências
   A - do Machadinho
   B - de Alfenas
   C - do Carmo da Escaramuça.
2 - A emancipação.

****

1 - **Resistências**.

Encetados os primeiros contactos políticos para a criação do Município, nossos vizinhos se movimentaram para impedi-la, ou para evitar que dele fizessem parte seus territórios. No Arquivo Público Mineiro encontram-se diversas representações com tal objetivo:

A - **do Machadinho**

Em 13 de setembro de 1.878, 51 moradores da Freguesia de São Francisco de Paula do Machadinho dirigiram à Assembléia Provincial o seguinte ofício:

> *"Os abaixo assignados, residentes na freguesia de S. Fran.co de Paula do Machadinho, termo da cid.e de Alfenas e comarca de Jacuhy; sabendo que se promove a creação de um municipio tendo p.r séde a freguesia de Santo Antonio do Machado, que p.ª isso será elevada a cathegoria de Villa, e que desse municipio deve fazer parte a freguesia em que residem os abaixo assignados, vém respeitosamente protestar contra esta pretenção que não é justificada p.r uma só*

utilidade e de que necessariamente hão de resultar desvantagens p.ª as povoações que se conta terão de constituir o municipio em perspectiva, maxime a de S. Francisco de Paula do Machadinho, incontestavelm.e a m.s rica e m.s importante dessas povoações.

Distando a freguesia do Machado da cidade de Alfenas apenas cinco leguas, de magnifica estrada, não é, p.r certo, Ex.mos Sr.s, a difficuldade ou morosidade na administracção da justiça que aconselha aos partidarios desta medida o desmembramento do termo de Alfenas a que actualm.e pertence a freguesia de Santo Antonio do Machado; em maior distancia da séde do municipio acha-se a freg.ª de S. Francisco de Paula do Machadinho, e embora prosperando de dia a dia (quando o contrario se nota em relação a do Machado), nem p.r isso um só dos abaixo assignados tem em vista pugnar pela elevação á villa do lugar de sua residencia, e isto p.rque reconhecem que não é da multiplicidade de municipios que podem vir beneficios ao paiz, maxime municipios pequenos, cuja creação é promovida principalmente p.los que ambicionão empregos publicos. É esta talvez a principal razão dos esforços empregados p.ª obter-se da Assembléa Provincial de Minas a medida contra a qual ora reclamão os abaixo assignados.

Si p.r excesso de população ou grande extensão do termo de Alfenas houvesse necessid.e de seu fraccionamento, elle não aproveitaria aos pugnadores da pretensa villa do Machado, p.rque é justamente a freg.ª do Machado a que menos dista de Alfenas, e tem com esta cidade além de communicações quasi diarias, uma linha de correio, beneficio de que não gosão os habit.es de S. Francisco de Paula do Machadinho, os da Conceição da Boa Vista e os do Carmo da Escaramuça.

O facto de distar a freg.ª de S. Fran.co de Paula do Machadinho da do Machado apenas duas leguas mostra que motivos de ordem elevada actuão no espirito dos abaixo assignados p.ª representarem contra a creação do municipio que se projecta, p.s a circumstancia de ser tão proxima a séde do termo seria uma vantagem se não se dessem inconvenientes q. tal vantagem fazem desapparecer.

Os abaixo assignados, certos da justiça q. caracterisa os actos de V.as Ex.as esperão que não será levada a effeito a medida contra a qual ora representão.”.

Quase um ano depois, quiçá cientes de que não obstariam à criação de nosso Município, voltaram os habitantes do Machadinho à presença dos Deputados, então para reclamar de divisas:

"Nós abaixo assignados habitantes da Freguezia de S.m Francisco de Paula do Machadinho, Termo da Cidade de Alfenas e Comarca de Jacuhy, vimos perante esta nobre e Illustrada Assembléa - quão energicos quão respeitozos - protestar contra uma renovação de diviza que os nossos vizinhos da Freguezia de S.to Antonio do Machado tentão fazer, e que de maneira alguma ella pode ter lugar porque muito nos prejudica.

A Freguezia de S.m Francisco de Paula do Machadinho, que conta apenas oito annos de existencia, teve sempre por seu territorio tudo o que comprehende: da ponte do Rio Machado e por elle acima até sua velha invocação (?) - do rio Machadinho, que vindo de pouco adiante d'aquelle, banha a Freguezia de seu nome, e por elle acima até a sua primitiva divisa. Ha d'um lado d'elle moradores, desde a sua margem até a distancia de duas leguas, e do outro a que começa a Freguezia estende-se a mesma distancia á diviza d'aquelle. Resumindo a nossa reprezentação, que estamos conscios será tomada em consideração, dir-the-hemos que importa a pretenção d'elles em nos prejudicar em mais de metade de nosso territorio, porque comprehende pelos dois rios mencionados acima, até o fim de suas demarcações - devendo lembrar-lhes que as aguas do Rio Machadinho banhão a Freguezia a que elle deu o seu nome. Separando desta sorte moradores de diversos pontos que distão desta Freguezia apenas uma a 1/2 legua, para ligall-os a Freguezia do Machado, da qual ficão distante quatro e meia a cinco leguas!! e tendo que atravessar por dentro da Freguezia a que sempre pertencerão, e assim tambem os dois rios e um ribeirão. É motivo exuberante para se considerar sem fundamento a pretenção dos nossos visinhos, desde que se saiba que as aguas do rio Machadinho banhão a Freguezia de seu nome, e comprehender por elle acima um dos pontos das divisas que pretendem. A Freguezia do Machadinho que como sabem conta apenas oito annos de existencia, a exforços de seus fundadores - incansaveis em dispender dinheiro e toda a sorte de trabalhos, trilha soberba o caminho do progresso, e sustenta ja cinco mil almas de povos de boa indole e morigerados costumes. Sobre ella porem chovem as odiozidades dos habitantes do Machado, o que prova o que vimos de trazer ao conhecimento deste auditorio, e se lhes forjassem um outro meio mais efficaz para consummação de seus desejos, com certeza que á esta nobre e Illustrada Assembléa não serião levados os seus projectos. Concluindo, contamos que a nossa reprezentação será tomada com a necessaria consideração como justa e leal é ella submettida a este auditorio justiceiro.".

B - **de Alfenas**

Com mais veemência a Câmara de Alfenas verberou a pretensão machadense, buscando embaraçar a divisão de seu Município. Em outubro de 1.879 dirigiu à Assembléia Provincial ofício deste teor:

> *"Á esta Camara constou que alguns habitantes da freguezia de S.to Ant.o do Machado deste Termo, pedem a V.as Ex.as p.a crêarem ali um novo Municipio tendo p.r sede aquella Freguesia, e como tal pretenção seja somente o effeito proprio do entusiasmo de alguns moços que julgão melhorar suas posições, e a do lugar que habitão, pois que, nem tál desejo é acompanhado pelos mais respeitaveis Machadenses e nem convem ao proprio lugar - a Camara como fiel representante de seus Municipes apressa-se em dirigir-se respeitosamente a V.as Ex.as prottestando contra aquella pretenção - que vai se tornando quase que como monomania geral dos residentes das Parochias da Provincia. A Freguesia do Machado distante d'esta cidade pouco mais de 4 leguas de m.to boa estrada, não só p.r isso, como p.r que não tem ainda uma egreja que possa ser apontada - uma cadêa = uma caza p.ª os trabalhos do jury e da Camara e nem para a instrucção publica - não está em condições de ser elevada á Villa só p.r que desejão alguns de seus habitantes, e V.as Ex.as melhor do que esta camara reconhecerão sabiamente a inconveniencia d'essa multiplicidade de creações de Villas sem necessidade real, que alem do augmento da despeza dos cofres publicos - trazem a desharmonia nos lugares que se elevão áquella cathegoria, como se tem visto em todas as novas Villas creadas na Provincia, e sem que os melhoramentos phantasiados venhão a realisar-se!*
> *Esta Camara convicta de que cumpre um dever fasendo subir apresença de V.as Ex.as estas observações, confia m.to que V.as Ex.as lhe darão generosamente a consideração que julgão dever esperar.".*

Duplamente insatisfeita (além do Machado, perdera a Freguesia do Machadinho para São Gonçalo), Alfenas reiterou seu inconformismo aos deputados em junho de 1.881:

> *"Tendo esta Camara uma vez se dirigido a V.as Ex.as como fiel interprete de seus Municipes, reprezentando contra a creação da Villa do Machado deste Termo, teve com magoa de ver que nenhuma consideração mereceu da honrada Assembléa dos illustres reprezentantes da Provincia, que*

creando aquelle novo Termo ainda transferirão por outra lei a Freguesia de S. Francisco de Paula do Machadinho para o Termo de S. Gonçalo do Sapucahy - lugar muito mais distante d'aquella Freguesia do que era ella desta cidade, cortando os rios Sapucahy, Dourado e Turvo que não têm pontes nas estradas que as liga.

Esta Camara ainda como representante fiel de seus Municipes e em satisfação aos mais instantes reclamos da assignalada maioria da população do Machadinho, de novo se dirige a V. Ex.cias pedindo a V.as Ex.cias se dignem de attender que a conservação de semelhante lei que obriga os Machadinhenses pertencerem a S. Gonçalo é para elles umilhante - pois que não pediram tal passagem, não lhes convem e nem podem sugeitar-se que ella seja sustentada

Á V.as Ex.cias se dirigem directamente os habitantes do Machadinho e esta Camara pode assegurar a V.as Ex.cias que a conveniencia e vontade geral é o que pedem - de volta aquella Freguesia para o Termo de Alfenas onde os prende relações amistosas, commerciaes, politicas e toda a sorte de conveniencias. A posse da Villa do Machado - crê esta Camara será adiada, pois confia muito na prudencia e tino do illustre e muito respeitavel Presidente da Provincia - a quem terá chegado a noticia dos disturbios crimes e anarchia que se tem manifestado naquela infeliz povoação que vai de dia a dia tornando-se inabitavel o que prova as mudanças d'alli de pessôas bôas, e numero crescido de casas que se annuncião á venda e que só ellas, ainda prendem alguns habitantes do lugar, onde em verdade nenhum pessoal existe que possa manter os foros de sede de um Termo.

Esta Camara ainda na esperança de merecer alguma attenção de V.as Ex.cias, pois que está convicta de que sem paixão só julga cumprir um dever, espera que V.as Ex.cias saberão douta e justamente legislar o que é de vantagem e em beneficio destes lugares e de seus habitantes.".

C - **<u>do Carmo da Escaramuça</u>**

O "*Monitor Sul-Mineiro*", em 2 de fevereiro de 1.880, publicou este ofício, dirigido por habitantes do Carmo da Escaramuça ao Presidente da Província:

"Antes que tenhamos uma noticia official que nos justifique a elevação de villa a parochia do Machado, nos apressamos em manifestar á V. Ex. que não adherimos á transferencia de nossa freguezia para essa villa. Pois não

são nenhuns Cezares ou Titans, advogados desse desideratum que queirão obrigar um povo á obedecel-os.
É de necessidade, reconhecemos, que a freguezia do Machado se deva tornar-se séde d'um termo, mas que a elle não pertença a nossa freguezia.
As razões apresentaremos em occasião opportuna, e á quem compete: protestando desde já qualquer eventualidade, que, em contrario, appareça. Os carmenses.".

2 - **A emancipação**.

Segundo Carlos Legnani, a criação do Município e a elevação de sua vila a cidade foram obtidas graças ao prestígio político do Dr. Astolpho Pio da Silva Pinto.

Data relevante para nossa história é 30 de novembro de 1.880. Nela, a lei 2.684 criou o Município de Santo Antônio do Machado. Estabeleceu que, além da nova Vila, ele se comporia das paróquias do Carmo da Escaramuça, também desmembrada de Alfenas, e Douradinho, desmembrada da Campanha. Pela lei 2.766, de 13 de setembro de 1.881, a Vila de Santo Antônio do Machado foi elevada à categoria de cidade. Observe-se ter sido aquela, e não esta, que nos assegurou a emancipação política. Não existia, então, norma específica para atribuição aos núcleos populacionais da categoria de cidade ou vila. Só premido pela orientação centralizadora do Estado Novo é que o Governo mineiro, a partir do decreto-lei 148, de 17/12/38, passou a adotar critérios uniformes na divisão administrativa e judiciária. Entre eles, destaca Joaquim Ribeiro Costa (obra adiante citada, pág. 81) o que se refere aos títulos de vila e cidade,

"que passaram a ser atribuídos às sedes distritais e municipais respectivamente, ao contrário do que anteriormente ocorria, quando o título de vila era atribuído inicialmente à sede municipal, para sòmente depois de algum tempo passar aquela à categoria de cidade, mediante ato expresso do poder competente.".

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo Público Mineiro - Fundo: Assembléia Legislativa - AL 1/5, caixa 1, pasta 5 e documento avulso número 22;
2 - Arquivo Público Mineiro - Fundo: Assembléia Legislativa - AL 1/6, caixa 42, documento número 39;

3 - Arquivo Público Mineiro - Fundo: Assembléia Legislativa - AL 1/6, caixa 44, documento número 7;
4 - Livro da Lei Mineira - 1880 - tomo XXXXVII, parte 1ª;
5 - Livro da Lei Mineira - 1881 - tomo XXXXVIII, parte 1ª.

B - **secundárias**
1 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História" - cap. V - "*in*" Revista do 1º Centenário de Machado, nº 5, págs. 3 e 6;
2 - Joaquim Ribeiro Costa - "Estudo Histórico da Divisão Administrativa de Minas Gerais" - "*in*" Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, vol. X, 1.963 - Imprensa Oficial do Estado, Belo Horizonte, págs. 67 a 92.

****

A INSTALAÇÃO DO MUNICÍPIO DO MACHADO

1 - Providências preparatórias.
2 - O ato oficial.

****

1 - **Providências preparatórias**.

Criado o Município, sua instalação se retardou até o atendimento às exigências legais: doação à Província de imóveis para cadeia, casa da Câmara e casa de instrução; e eleição de vereadores.

Dois prédios foram construídos, mediante contribuição popular - um, para servir de paço municipal e presídio; outro, para escola. Encarregou-se das obras o Padre João Baptista das Neves, que em janeiro de 1.882 foi acusado por Manoel Eloy da Silva Passos, através do "*Monitor Sul-Mineiro*", de ter recebido para tanto "*grandes quantias dos povos*", sem apresentar contas que justificassem as despesas enormes. Pelo mesmo jornal, um mês depois, ele esclareceu ter angariado em dinheiro 1:642$000 e gasto, conforme conta-corrente em poder de Antônio Rodrigues de Paiva, 2:149$240. E ameaçou:

> *"prepare-se o destemperado defensor para justificar o que avançou e bem assim algumas taboas conduzidas pelo escravo do Sr. José Simplício Pereira"*.

Em 1º de julho de 1.882, na Igreja do Rosário, sob a presidência de João Pinto Pimentel Sobrinho, 32 eleitores da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio escolheram os primeiros edis machadenses. Não localizei, infelizmente, a ata de apuração.

2 - **O ato oficial**.

Só em 23 de setembro de 1.883 se instalou oficialmente o Município do Machado, com a posse dos cinco primeiros vereadores, do total de nove previsto em lei: Antônio Moreira de Souza Guerra Júnior, Major Custódio José Dias, Gustavo Fulgêncio Carneiro, Capitão João Eustáquio da Costa e Major Onofre de Souza Dias.

O Vice-Presidente da Edilidade de Alfenas abriu a sessão, em que se escolheu a Mesa diretora e se tratou de assuntos administrativos. O ato foi simples, e ignoro se houve festas na Cidade para comemorá-lo.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo Público Machadense - livro nº 168 - "Registro de Atas das Sessões da Camara Municipal de Santo Antonio do Machado - 1.883 a 1.892" - pág. 1 e verso;
2 - Arquivo Público Machadense - livro nº 200 - "Listas de Assinaturas de Eleitores da Parochia de Santo Antonio do Machado - 1.881 a 1.898" - págs. 5v. e 6;
3 - "Falla que o Exm. Sr. Dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio á Assemblea Legislativa Provincial de Minas Geraes na 1ª sessão da 25ª Legislatura em 1 de agosto de 1884" - Ouro Preto, Typ. do Liberal Mineiro, 1.884, pág. 47 e anexo B;
4 - "Monitor Sul-Mineiro", Campanha - nº 550, 8/1/1.882, pág. 3;
5 - "Monitor Sul-Mineiro", Campanha - nº 555, 8/2/1.882, pág. 3;
6 - "Relatorio apresentado em 2/8/1.883 pelo Presidente Antonio Gonçalves Chaves à Assemblea Legislativa Provincial de Minas Geraes" - pág. 9 e anexo A.

****

RICARDO MOREIRA REBELLO

MACHADO

VOLUME II

HISTÓRIA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA APÓS A INSTALAÇÃO DO MUNICÍPIO

ÌNDICE

Cap. I - Alterações territoriais após a emancipação política.....Pág.1
Cap.II - Noções históricas sobre a administração municipal. Notas sobre o sistema eleitoral da Primeira República.....Pág.13
Cap.III - O Governo Municipal de 1.883 a 1.887..... Pág.20
Cap. IV - O Governo Municipal de 1.887 a 1.890.....Pág.24
Cap. V - O Governo Municipal de 1.890 a 1.892..... Pág.31
Cap. VI - O Governo Municipal de 1.892 a 1.894..... Pág.34
Cap. VII - Os Conselhos Distritais.....Pág. 40
Cap. VIII - O Governo Municipal de 1.894 a 1.897.....Pág.48
Cap. IX - O Governo Municipal de 1.898 a 1.900.....Pág.52
Cap. X - O Governo Municipal de 1.901 a 1.904..... Pág.61
Cap. XI - O Governo Municipal de 1.905 a 1.907.....Pág.66
Cap. XII - O Governo Municipal de 1.908 a 1.912.....Pág.70
Cap. XIII - O Governo Municipal de 1.912 a 1.916.....Pág.74
Cap. XIV - O Governo Municipal de 1.916 a 1.918.....Pág.77
Cap. XV - O Governo Municipal de 1.919 a 1.920.....Pág.80
Cap. XVI - O Governo Municipal de 1.920 a 1.922.....Pág.88
Cap. XVII - O Governo Municipal de 1.923 a 1.927.....Pág.91
Cap. XVIII - O Governo Municipal de 1.927 a 1.930.....Pág.94
Cap. XIX - O Governo Municipal de 1.931 a 1.932.....Pág.97
Cap. XX - O Governo Municipal de 1.932 a 1.933.....Pág.101
Cap.XXI - O Governo Municipal de 1.933 a 1.934.....Pág.104
Cap.XXII - O Governo Municipal de 1.934 a 1.936.....Pág.107
Cap.XXIII - O Governo Municipal de 1.936 a 1.946.....Pág.109
Cap.XXIV - O Governo Municipal de 1.947..... Pág.115
Cap.XXV - O Governo Municipal de 1.947 a 1.951..... Pág.117
Cap.XXVI - O Governo Municipal de 1.951 a 1.955.....Pág.121
Cap.XXVII - O Governo Municipal de 1.955 a 1.959.....Pág.129
Cap.XXVIII - O Governo Municipal de 1.959 a 1.963.....Pág.136
Cap.XXIX - O Governo Municipal de 1.963 a 1.967.....Pág.142
Cap.XXX O- Governo Municipal de 1.967 a 1.971.....Pág.147
Cap.XXXI - O Governo Municipal de 1.971 a 1.973.....Pág.152
Cap.XXXII - O Governo Municipal de 1.973 a 1.977.....Pág.156
Cap.XXXIII - O Governo Municipal de 1.977 a 1.983.....Pág.161
Cap.XXXIV - O Governo Municipal de 1.983 a 1.988.....Pág.169
Cap.XXXV - O Governo Municipal de 1.989 a 1.992.....Pág.178
Cap.XXXVI - O Governo Municipal de 1.993 a 1.996.....Pág.192
Cap.XXXVII - Os Partidos políticos até o Estado Novo.....Pág.202

Cap.XXXVIII - Os Partidos políticos após o Estado Novo.....Pág.213
Cap. XXXIX - Machadenses na política fora do Município.....Pág.230
Cap. XL - A legislação municipal.....Pág.242
Cap.XLI - Os símbolos municipais.....Pág.247

ALTERAÇÕES TERRITORIAIS APÓS A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

1) - Os primeiros anos.
2) - A anexação do Machadinho.
3) - A divisão político-administrativa de 1.901.
4) - A divisão político-administrativa de 1.911.
5) - A divisão político-administrativa de 1.923.
6) - A divisão político-administrativa de 1.938.
7) - A divisão político-administrativa de 1.943.
8) - A divisão político-administrativa de 1.953.
9) - A divisão político-administrativa de 1.962.

****

1 - **Os primeiros anos**.

Atendendo a representação da Câmara de Alfenas, a lei 2.686, de 30 de novembro de 1.880, transferiu a Fazenda dos Casimiros (da Freguesia do Douradinho) e a Fazenda do Baguary (da Freguesia da Campanha) para a Freguesia do Carmo da Escaramuça. A segunda, pertencente a D. Anna Josepha e compreendendo os lugares denominados Barra da Mutuca, Ilhas das Graças e Gramma, esteve sempre em mudança: a lei 3.181, de 18/10/1.883, a transferiu para Varginha, mas a lei 3.343, de 8/10/1.885, fez com que retornasse ao Carmo da Escaramuça, Município do Machado.

As divisas do Douradinho com a Freguesia de N. S. da Piedade do Retiro, Município de São Gonçalo do Sapucaí, foram, através da lei 2.848, de 25 de outubro de 1.881, alteradas da seguinte forma:

> *"começarão na barra do Corrego Muquem e irão ao espigão que verte para a fazenda de João Baptista de Carvalho até*

ao alto da Serra do Bugio, e desta, em rumo direito, ao Corrego do Catanduba, e por este abaixo ao Rio Sapucahy".

A povoação denominada Pouca Massa, na Freguesia do Douradinho, foi elevada à categoria de distrito de paz pela lei 3.204, de 23 de setembro de 1.884. A Câmara local foi autorizada a marcar-lhe as divisas, o que fez em fevereiro de 1.885. Elas foram oficializadas pela lei estadual 3.341, de 8 de outubro do mesmo ano:

"começando no Dourado, corrego da Rocinha, divisando com a fazenda do Major Eloy ao corrego da Lagôa, atravessando o corrego do Coimbra a cabeceira do corrego do Burralho até as divisas de D. Vicencia".

Posteriormente, o decreto 31-A, de 26 de março de 1.890, suprimiu o Distrito, anexando seu território ao da Freguesia do Douradinho. Tal ato foi alterado pelo decreto 49, de 30 de abril do mesmo ano, que determinou passasse o território do distrito extinto a pertencer, em suas respectivas partes, às freguesias de que fora desmembrado.

A lei 3.356, de 10 de outubro de 1.885, transferiu da Freguesia do Carmo da Escaramuça para a de Alfenas a Fazenda da Laje, pertencida a Luiz José Prado. Também transferiu da Freguesia do Machadinho para a de Santo Antônio do Machado a fazenda de D. Gabriella Hygina da Silva e filho. A lei 3.489, de 4 de outubro de 1.887, transferiu da Freguesia do Carmo da Escaramuça para a da Mutuca a fazenda denominada Aquenta-sol, pertencente a João Pedro Mendes.

2 - **A anexação do Machadinho**.

Em meados da década de oitenta, lideranças locais e da Freguesia do Machadinho, superando divergências, movimentaram-se para obter a anexação desta ao nosso Município. Em setembro de 1.885 e em 19 de julho de 1.887 a Câmara dirigiu ofícios à Assembléia Legislativa, pedindo sua passagem para Machado. Do último se destaca este trecho:

"Approximidade em que se acha a freguesia do Machadinho a esta Cidade, pois, é a passar de 15 kilometros no maximo; aconstancia de relações socciaes e commerciaes; a facilidade de communicação por boas estradas; o facto de ter sido o territorio do Machadinho parte integrante da antiga freguesia d'esta Cidade e finalmente a aspiração geral da população d'aquella freguesia em passar para este municipio - como tem manifestado em repetidas representações a essa Assembléa são motivos que não podem deixar

de merecer maior attenção e que justificão perfeitamente a annexacção que esta Camara requer.
Além do que fica exposto convem ponderar que a conservação da freguesia do Machadinho no Municipio de São Gonçalo do Sapucahy importa para aquella freguesia e sua população em sacrificio por de mais onerozo visto que dista da séde do municipio 56 kilometros e por caminhos pessimos e m.mo intransitaveis no tempo das aguas por que tem de atravessar tres rios o Dourado, o Turvo e o Sapucahy além de Ribeirão regatos (?) que se tornão envadiaves quando cheios.".

Em 15 de abril de 1.888 eleitores do Machadinho enviaram à Câmara local outro abaixo-assinado, para ser remetido aos deputados, com a mesma finalidade e velada ameaça:

"Mais uma vêz vem os abaixo assignados rezidentes na Freguezia de S. Francisco de Paula do Machadinho, Municipio de S. Gonçalo do Sapucahy sollicitar a desmembração desta Freguezia d'aquelle Municipio, para ser annexada ao vizinho Termo de Santo Antonio do Machado que está distante desta Freguezia quatorse kilometros, ao passo que de S. Gonçalo do Sapucahy está distante cincoenta kilometros, tendo de transpôr os rios = Dourado, Turvo e Sapucahy que em tempo das aguas tornão-se intransitaveis. Alem do exposto que é bastante para VV Ex.as aquilatarem da grande injustiça que os abaixo assignados a cinco annos tem suportado, accresce mais que para o bom desempenho da justiça, quando não é mais favoravel, termos recursos de duas emeia legoas, para hirmos procurar onde infelizmente temos pertencido que dista nove? Com esta são quatro representações que os abaixo assignados tem dirigido a essa Assembléa, ese ainda esta vêz não forem attendidos protestão não mais pertencerem ao Municipio de S. Gonçalo, procurando o Municipio de Santo Antonio do Machado para pagarem os tributos aque estão sujeitos, por ser muito mais perto, e todas as relações serem com aquelle Municipio.".

O pedido foi reforçado pelo prestígio do Barão de Alfenas, que assim escreveu à Câmara Municipal:

"Em resposta ao officio que me foi dirigido em 16 de Abril ultimo, cumpro o dever de cidadão a declinar de minha individualidade a honra que se me fas tendo somente orgulho em dezejar o bem estar do povo que me honra com suas

amizades - portanto com essa Illustrissima Camara como fiel interprete dos nobres sentimentos do povo tão dignamente representado por seu illustre Presidente adhiro à ideia manifestada na Representação que pelos Machadienses foi deregida a essa corporação e que por taes sentimentos manifesto-me a favor em vista dos motivos já expressados mais que uma vez, os quaes reproduzo, para que tenha lugar a anexação desta freguezia a esse Municipio pelas commodidades para os póvos, a destancia entre uma e outra freguezia que são de 15 kilometros ao passo que para a sede do Municipio de São Gonçalo temos 54 kilometros para mais, com caminhos custosos a se transpor em todos os tempos, com tres rios perigosos os quais não offerece garantia a vida do transeunte sendo elles Dourado, Turvo e Sapucahy, este tributado, servindo-se ao passageiro uma barca; em fim cumpre-me solemnemente dizer qualquer que seja a deliberação que essa Illustrissima Camara se dignar a tomar em favor desta freguezia eu por mim e por todos aquelles que me honrão aceito.
É esta a minha resposta, com quanto um pouco demorada creio que mesmo assim satisfas, podendo essa Illustrissima Camara fazer o que entender sobre a anexação.".

Todos esses documentos, e mais um ofício da Câmara, foram encaminhados em 21/5/88 à Assembléia, por intermédio do Deputado Fernando Avelino Corrêa, que, com seu colega Silvestre Ferraz, apoiava a postulação dos machadinhenses.

Obtido parecer favorável da repartição de estatística, o decreto estadual 68, de 12 de maio de 1.890, desmembrou a Freguesia do Machadinho do Município de São Gonçalo do Sapucaí e a anexou ao nosso.

A lei municipal 21-B, de 8 de julho de 1.903, modificou da seguinte maneira as divisas entre os distritos "*da Cidade do Machado e da Freguesia do Machadinho*":

"começando nas antigas divisas, no alto da serra do mamonal, vertente de Sto. Thomé, desce pela serra da piedade até encontrar as divisas de João Gonçalvez da Costa, e por estas até o Rio Machado, seguindo por este abaixo até a barra do corrego do Grão-Mogol, continuando depois por este corrego acima até alcançar as divisas de Manoel Luiz dos Santos com Francisco Antonio do Divino, segue depois a esquerda até alcançar as de Antonio Gonçalvez d'Oliveira e Dr. Antonio Candido Teixeira, continuando, finalmente, por estas até encontrar as antigas divisas.".

Registre-se, de passagem, que em novembro de 1.891 habitantes da Freguesia da Conceição da Boa Vista (atual Divisa Nova) representaram aos deputados, postulando, sem êxito, sua transferência para este Município.

3 - **A divisão político-administrativa de 1.901**.

Grandes modificações no mapa político foram feitas pela lei 319, de 16 de setembro de 1.901. Ela desmembrou do Douradinho e transferiu para o Pontal, Município de Varginha, a Fazenda da Lagoa dos Patos, de propriedade do Barão da Varginha, com as seguintes divisas:

> *"começando na barra do rio Dourado com o rio Sapucahy, por aquelle acima até a barra do corrego do Alto; por este acima até as suas cabeceiras e dahi, por uma linha, até as cabeceiras de um pequeno corrego (lagrimal) e por este até o ribeirão de Lavapés; e por este abaixo até o corrego segundo da Direita; por este até as suas cabeceiras; e dahi, em linha, até o espigão mais alto e, por este, à direita, até as cabeceiras do corrego Fundo e por este até a sua barra no Sapucahy, e por este até a barra do rio Dourado."*.

Além disso, o texto legal alterou parcialmente os limites entre Alfenas e Santo Antônio do Machado:

> *"na barra do corrego do Indrequessé com o rio Machado, seguem as divisas pelo dito corrego acima até suas cabeceiras; destas ao espigão, procurando as cabeceiras do corrego do Brejinho, por este abaixo até o ribeirão dos Porcos, e por este até á barra do corrego das Furnas, por este acima até suas cabeceiras e destas ao espigão do Vagalume; deste á cabeceira do corrego S. José e por este abaixo até o rio Sapucahy."*.

No âmbito municipal, a lei 18, de 17 de outubro de 1.902, desmembrou o Povoado de Pouca Massa do Distrito do Douradinho e o anexou ao do Carmo da Escaramuça. Marcou pela seguinte linha a divisa entre os dois distritos:

> *"Começando na barra do ribeirão Congonhal com o rio sapucahy, subindo pelo dito ribeirão até as suas cabeceiras, e destas, em rumo, ao riacho Ouvidor, no ponto mais proximo daquellas cabeceiras."*.

A resolução da Câmara 91, de 25 de janeiro de 1.904, autorizou o agente executivo municipal a intervir do modo mais conveniente em

questão de limites entre Alfenas e Carmo da Escaramuça,

> *"a fim de salvaguardar os interesses de diversos moradores do districto do Carmo da Escaramuça nas fronteiras do de Alfenas, entre os quaes se achão as fazendas de Olyntho de Oliveira Leite, D. Benvinda Leite e outros."*.

Ignoro qual foi a solução da disputa.

4 - **A divisão político-administrativa de 1.911**.

A lei 556, de 30 de agosto de 1.911, cuidou da divisão administrativa do Estado e, entre outras disposições, criou o Município de Paraguaçu, no Distrito do Carmo da Escaramuça, desmembrado do nosso. Criou também o Distrito do Espírito Santo do Dourado, no Município de Silvianópolis, e, no de Alfenas, os de Fama e Serrania. Para o último estabeleceu as seguintes divisas:

> *"Começam as divisas na barra do corregosinho da Lagoa com o rio Musambo, seguindo por este corregosinho até as suas cabeceiras e destas em rumo ao espigão; volvem a direita descendo o espigão até o corrego da Ponte de Taboas e dessa ponte seguem corrego abaixo até o rio Musambo; descendo por este rio até a barra do corrego do Mutirão e subindo por este corrego até suas cabeceiras e dahi subindo até o alto do espigão do Engenho Velho, atravessando o mesmo espigão até descer na cabeceira do corrego da Cachoeirinha, seguindo por este abaixo até sua barra no ribeirão do Gambá e por este acima até a barra do corregosinho do açude de Lydio da Silva Gomes, subindo pelo dito corregosinho até sua cabeceira e desta ao alto do espigão do Palmital; deste ponto, subindo a esquerda pelo mesmo espigão até as invernadas de Antonio Faustino e descendo pelo mesmo espigão até a cabeceira do corregosinho de Candido Moreira de Castilho, descendo por este corrego até o rio S. Thomé e seguindo por este rio abaixo até a barra do corrego do Barreiro, subindo por este acima até sua cabeceira, subindo no rochedo até o alto do espigão, seguindo pelo mesmo espigão até a Serra, subindo ao alto da mesma, até attingir as antigas divisas entre o municipio de Santo Antonio do Machado e Alfenas e volvendo á direita pelas ditas divisas até frontear o corregosinho da Lagôa, seguindo em rumo a barra do dito corrego com o Musambo, onde teve principio e finda esta demarcação."*.

A lei municipal 45, de 16 de novembro de 1.911, fixou limites entre os municípios de Machado e Paraguaçu, "*de acordo com a legislação em vigor*":

> *"Começam na barra do corrego Andrequicé com o Rio Machado e pelo Machado acima até a barra do ribeirão Ponte Alta, e por este acima até a sua cabiceira; d'ahi a esquerda em linha recta até o riacho Ouvidor, e por este abaixo até a barra do corrego de Azarias Leodino Ferreira, e por este acima até a sua cabeceira; d'ahi em linha recta ao espigão; d'ahi em linha recta á barra do Corrego Coimbra com o ribeirão Congonhal, e por este abaixo até o Sapucahy."*.

5 - **A divisão político-administrativa de 1.923**.

Nova divisão administrativa de Minas Gerais foi operada pela lei 843, de 7 de setembro de 1.923. Ela criou o Município de Gymirim, formado do nosso distrito de Machadinho e de parte do território do Município de Campestre. Suas divisas com Machado assim foram fixadas:

> *"Começam na confluencia do corrego S. João com o Rio Dourado, por este abaixo até a barra do ribeirão Canna do Reino, pelo Canna do Reino acima até suas cabeceiras; dahi pelo divisor de aguas do Rio Ouvidor e do Rio Machado, até as cabeceiras do affluente mais importante da margem direita do Ribeirão Grão-Mogol, cabeceiras essas que ficam entre as fazendas da Limeira e de Pedro Nogueira; por esse affluente abaixo até o referido Ribeirão Grão-Mogol, no qual desagua cerca de um km., abaixo da referida Fazenda da Limeira; desse ponto pelo Grão-Mogol abaixo até o Rio Machado, e, atravessando este, seguem pelo divisor dos corregos Buraco e Piedade e pela Serra da Piedade que separa as aguas dos Rios Machado e S. Thomé, e depois, pelo divisor esquerdo da bacia do ribeirão Campinho até a nascente mais alta do corrego Lagôa."*.

A mesma lei criou o Distrito de Cana do Reino, com sede na povoação de Carvalhos, sob os limites seguintes:

> *"começa no rio Dourado na foz do corrego S. João, confinando com o municipio de S. Gonçalo do Sapucahy, sobe pelo corrego de S. João até suas cabeceiras, destas ao alto da serra do Bugio. Voltando á esquerda pela referida serra até encontrar as nascentes do corrego Caeté. Por este abaixo*

até sua foz com o corrego Lambary e por este até o rio Dourado, continúa por este até a foz do corrego Girau e por este acima até sua nascente, dahi ao alto da serra Arranca Rabo, por esta até a serra da Lagoa, desta á nascente do ribeirão Canna do Reino, por este abaixo até o rio Dourado e por este acima até a foz do corrego S. João, onde teve começo este perímetro.".

Registre-se que os decretos 6.486, de 29 de janeiro de 1.924, e 6.524, de 7 de março do mesmo ano, marcaram datas para eleição de vereador e para instalação do Distrito de Cana do Reino e do Município de Gymirim.

6 - **A divisão político-administrativa de 1.938**.

O decreto-lei 148, de 17 de dezembro de 1.938, efetuou nova divisão territorial, administrativa e judiciária de Minas, para o qüinqüênio seguinte. Seu anexo II descreveu os limites de todos os municípios e distritos do Estado. Eis a parte relativa a Machado:

"a) - DIVISAS MUNICIPAIS
1 - Com o município de Campestre:
Começa na Serra Negra, no ponto de entroncamento dos divisores dos rios Machado, do Peixe e Muzambo; segue pelo divisor destes dois últimos rios, até o alto do Mangueiro, entroncamento do divisor dos ribeirões Campinho e Boa Vista, formadores do rio Muzambo; segue por este último divisor, até defrontar a cabeceira do córrego da Lagoa, no espigão dos Pinheiros.
2 - Com o município de Serrania:
Começa no espigão dos Pinheiros, divisor dos ribeirões Campinho e Boa Vista, no ponto fronteiro a cabeceira do córrego da Lagoa; desce pelo espigão da margem direita do córrego da Lagoa até atingir a foz deste córrego, no ribeirão do Campinho; atravessa este ribeirão e alcança a serra dos Pinheiros; segue pelo alto desta serra, contorna a cabeceira do córrego dos Trezentos, continua pela serra dos Cubas, passando pelo Pico dos Cubas, até a cabeceira do córrego das Perobas; desce por este córrego até sua foz, no ribeirão São Tomé; segue por este até a foz do córrego do Café ou Maribondo; sobe por este até sua cabeceira; alcança o sinal geodésico da Água Santa, no Pico do Cafundó; continua pelo espigão até o Pico dos Alemães; daí continua pelo espigão entre os córregos do Moinho e das Bruacas até a confluência dos dois; desce pelo córrego das Bruacas até a foz do córrego do Cemitério ou da Barra.

3 - Com o município de Alfenas:
Começa na confluência dos córregos do Centro ou das Bruacas e do Cemitério ou da Barra; sobe pelo córrego do Cemitério até a foz do córrego das Ariscas; sobe por este até sua cabeceira; transpõe o divisor entre o ribeirão São Tomé e o rio Machado, atravessando a linha da R.M.V., e desce pelo córrego Mateus Cego, até o córrego do Tejuco Preto; desce por este até o ribeirão do Coroado; por este até o rio Machado; por este até a foz do ribeirão da Ponte Alta.
4 - Com o município de Paraguassú:
Começa no rio Machado, na foz do ribeirão da Ponte Alta; sobe por este até a foz do córrego do Papagaio; por este até sua cabeceira; daí transpõe o divisor entre o rio Machado e o ribeirão Ouvidor e continua pelo espigão entre os córregos Maria Bárbara e Sujo ou do Pio até alcançar o ribeirão Ouvidor; desce por este até a foz do córrego da Pequetita; sobe por este até sua cabeceira; segue pelo espigão, contornando as cabeceiras do córrego Congonhal e entre as águas do córrego Congonhal, de um lado, e córrego José Saturnino e Capetuva, de outro lado, até frontear a cabeceira do córrego da Rocinha; desce por este córrego até o rio Dourado e por este até sua foz, no rio Sapucaí.
5 - Com o município de São Gonçalo do Sapucaí:
Começa no rio Sapucaí, na foz do rio Dourado; sobe pelo rio Sapucaí até a foz do córrego Catanduvas; sobe por este até a foz do seu pequeno afluente junto à fazenda de Francisco Martins; sobe por este afluente até a sua cabeceira, na serra do Bugio; transpõe esta serra e desce pelo córrego do Bugio até sua foz, no córrego das Pedras ou São João; desce por este até sua foz, no rio Dourado; sobe por este até a foz do córrego da Cana do Reino junto à foz do córrego das Lagoas.
6 - Com o município de Gimirim:
Começa no rio Dourado, na foz do córrego Cana do Reino (junto à foz do córrego das Lagoas); sobe pelo pequeno córrego Cana do Reino, até a sua cabeceira; segue pelo espigão e, depois, pelo divisor da vertente da margem esquerda do córrego Quebra Machado, e, depois, contornando as cabeceiras do córrego Tajó, atinge a cabeceira do afluente da margem direita do ribeirão Grão Mogol, que deságua cerca de um quilômetro abaixo da fazenda Grão Mogol; desce por este afluente e pelo ribeirão Grão Mogol até a foz do afluente da margem esquerda deste, logo acima da cachoeira da fazenda da Limeira; sobe a encosta da margem esquerda do ribeirão e continua pelo divisor da vertente da margem esquerda do mesmo até alcançar a sua

foz, no rio Machado; atravessa este rio, sobe o espigão fronteiro e continua pelo divisor da vertente da margem esquerda do córrego do Barreirinho e, depois, pelo divisor da vertente da margem direita do córrego Conceição até alcançar o divisor de águas entre os rios Machado e Muzambo; prossegue por este divisor, constituído em parte pela Serra Negra até o seu entroncamento com o divisor de águas entre os rios Muzambo e do Peixe.

b) - DIVISAS DISTRITAIS
1 - <u>Entre os distritos de Machado e Douradinho</u>:
Começa no ribeirão do Ouvidor, entre as barras dos córregos Sujo ou do Pio e da Maria Bárbara; sobe pelo ribeirão até a foz do córrego do Pinhalzinho; por este até sua cabeceira, na serra do Arranca Rabo.
2 - <u>Entre os distritos de Machado e Cana do Reino</u>:
Começa na serra do Arranca Rabo, defronte a cabeceira do córrego do Pinhalzinho; continua pela serra do Arranca Rabo, no divisor dos rios Machado e Dourado, passando pelo alto do Buracão, até defrontar a cabeceira do afluente do ribeirão Grão Mogol, cuja foz está um quilômetro abaixo da fazenda Grão Mogol.
3 - <u>Entre os distritos de Douradinho e Cana do Reino</u>:
Começa na serra do Arranca Rabo, defronte a cabeceira do córrego do Pinhalzinho; continua pelo divisor de águas dos córregos do Pinhalzinho e dos Anhumas até defrontar a cabeceira do córrego Girau da Onça; desce por este córrego até sua foz, no rio Dourado; sobe por este rio até a foz do córrego do Caeté e por este até a foz do córrego Rancho da Esteira, e ainda por este córrego, até sua cabeceira, na serra do Douradinho; por esta serra até a serra do Bugio.".

Conforme a obra do I.B.G.E. no final referida, esta divisão não alterou o Município do Machado.

Estabelecido na ditadura, o novo quadro territorial entrou em vigor no início de 1.939, em cerimônia disciplinada pelo decreto-lei federal 846/38, com rito uniforme em todas as sedes municipais. O livro 176 do Arquivo Público Machadense contém a ata da ridícula sessão solene inaugural, presidida pelo juiz de direito, com a presença de autoridades e populares, com hinos e discursos. No fim dela,

"três prolongadas salvas de palmas aplaudiram e festejaram o momento em que entrou em vigor o novo quadro territorial, exprimindo ao mesmo tempo a solidariedade ao alto pensamento da fórmula ritual pronunciada.".

A baboseira repetiu-se cinco anos depois...

7 - **A divisão político-administrativa de 1.943**.

A divisão político-administrativa e judiciária do Estado foi mais uma vez alterada pelo decreto-lei 1.058, de 31 de dezembro de 1.943. Seu anexo II também definiu o perímetro de cada município e as divisas distritais. Comparando-o com o do decreto-lei 148/38, verifica-se que houve pequena alteração nestes limites:

a) - *entre os municípios de Machado e Serrania:*

1.938: - "...continua pelo espigão até o Pico dos Alemães; daí continua pelo espigão entre os córregos do Moinho e das Bruacas até a confluência dos dois; desce pelo córrego das Bruacas até a foz do córrego do Cemitério ou da Barra.";

1.943: - "...continua pelo espigão até o Pico dos Alemães; daí alcança a cabeceira do córrego São Mateus, pelo qual desce até o córrego das Bruacas; desce por este até o córrego do Cemitério ou da Barra.".

b) - *entre os municípios de Machado e São Gonçalo do Sapucaí:*

1.938: - "... desce pelo córrego do Bugio até sua foz, no córrego das Pedras ou São João; desce por este até sua foz, no rio Dourado; sobe por este até a foz do córrego da Cana do Reino (junto à foz do córrego das Lagoas).";

1.943: - "... desce pelo córrego do Bugio até sua foz, no rio Dourado: sobe por este até a foz do córrego da Cana do Reino (junto à foz do córrego das Lagoas).".

c) - *entre os municípios de Machado e Gimirim*:

1.938: - "... desce por este afluente e pelo ribeirão Grão Mogol até a foz do afluente da margem esquerda deste, logo acima da cachoeira da fazenda da Limeira; sobe a encosta da margem esquerda do ribeirão e continua pelo divisor da vertente da margem esquerda do mesmo até alcançar a sua foz, no rio Machado...";

1.943: - "...desce por este afluente e pelo ribeirão Grão Mogol até a foz do afluente da margem esquerda deste, logo acima da cachoeira da fazenda da Limeira; sobe a encosta da margem esquerda do mesmo até alcançar a sua foz, no rio Machado...";

d) - *entre os distritos de Douradinho e Cana do Reino*:

1.938: - "... e por este até a foz do córrego Rancho da Estei-

ra, e ainda por este córrego, até sua cabeceira, na serra do Douradinho; por esta serra até a serra do Bugio.";
1.943: - "... e por este até a foz do córrego Rancho da Esteira, e ainda por este córrego, até sua cabeceira, no alto do Douradinho, na serra do Tucum.".

Em mais de um escrito (*Revista "Machado de Ontem e de Hoje" II-4; F.M. 1.092/10*) há referência ao aumento das fronteiras municipais nesse período, pela anexação de terras nas divisas com Poço Fundo e Serrania. Atribui-se ao trabalho de Ernesto Mariano Leite, que aqui exerceu o cargo de agente fiscal do Estado a partir de 1.939, a solução de dúvidas sobre limites entre o nosso e aqueles municípios, propiciando a Machado a recuperação de partes de algumas fazendas, entre as quais a da Limeira. Suponho que ao menos parte das mudanças acima transcritas corresponda à alegada expansão da área machadense. Note-se que já em julho de 1.927 a Câmara local votara projeto de resolução, autorizando se celebrasse acordo com a de Gimirim para retificação de limites junto do Ribeirão Grão-Mogol, permitindo a nomeação de árbitros ou confiando ao Presidente de Minas a decisão do litígio.

8 - **A divisão político-administrativa de 1.953**.

Cana do Reino obteve a independência política em 12 de dezembro de 1.953, através da lei 1.039, que assim descreveu sua divisa com o nosso município:

"Começa na cabeceira do afluente do Ribeirão Grão Mogol, cuja foz está um quilômetro abaixo da fazenda Grão Mogol; segue pelo divisor entre os Rios Machado e Dourado, passando pelo Alto do Buracão e pela serra do Arranca-Rabo, até atingir a cabeceira do Córrego do Pinhalzinho; continua pelo divisor de águas dos Córregos do Pinhalzinho e dos Anhumas, até defrontar a cabeceira do Córrego Girau da Onça; desce por êste córrego até sua foz, no Rio Dourado; sobe por êste rio até a foz do Córrego do Caeté e por este até a foz do Córrego Rancho da Esteira, e ainda por êste córrego, até sua cabeceira, no alto do Douradinho, na Serra do Tucum, por esta Serra até a Serra do Bugio.".

9 - **A divisão político-administrativa de 1.962.**

Por fim, na divisão efetuada pela lei 2.764, de 30 de dezembro de 1.962, criaram-se os municípios de Cordislândia (ex-Paredes do Sapucaí) e Turvolândia (ex-Retiro), desmembrados de São Gonçalo do Sapucaí, com o qual deixamos de confrontar. O linde entre Machado e ambos foi fixado

naquele texto legal:

a - com Cordislândia:

> *"Começa no rio Sapucaí na foz do ribeirão Catanduvas, continua pelo rio Sapucaí até a foz do rio Dourado.";*

b - com Turvolândia:

> *"Começa no ponto fronteiro à cabeceira do córrego do Bugio, na serra do Bugio; segue por esta serra até a cabeceira do pequeno córrego que desagua no córrego Catanduvas, junto à Fazenda de Francisco Martins; desce por êste córrego e pelo córrego Catanduvas até sua foz no rio Sapucaí.".*

****

Fontes de consulta

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - Livro n. 1 de Atas da Câmara Municipal de Machado, págs. 131/132v.;
2 - Arquivo Público Machadense - livro 63: "Leis da Câmara Municipal - 1898 a 1912";
3 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919";
4 - Arquivo Público Machadense - livro 168: "Registro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Santo Antônio do Machado - 1883 a 1892";
5 - Arquivo Público Machadense - livro 176: "Quadro Territorial - 1938";
6 - Arquivo Público Mineiro - Fundo: Assembléia Legislativa (AL) - série AL1, sub-série AL 1/5 - Câmaras - caixa 1, pacote 5;
7 - Arquivo Público Mineiro - Fundo: Assembléia Legislativa (AL) - série AL1, sub-série AL 1/5 - Câmaras - caixa 17, pasta 14, documentos 3, 6 e 9;
8 - Coleção das Leis e Decretos do Brasil - diversos anos - Imprensa Nacional, Rio de Janeiro;
9 - Coleção das Leis e Decretos de Minas Gerais - diversos anos - Imprensa Oficial, Belo Horizonte;
10 - "Folha Machadense" n. 1.092 - 24/2/1.996 - pág. 10;
11 - "Minas Gerais" de 1-11-1.922 - págs. 4 e 5;
" " " 30-12-1.939 - anexo - págs. 1/12;
" " " 4-1-1.940 - anexo - págs. 1/16;
" " " 7-1-1.940 - anexo - págs. 1/16;
" " " 13-1-1.940 - anexo - págs. 1/12;

“ “ “ 14-1-1.940 - anexo - págs. 1/8;
“ “ “ 3-6-1.945 - anexo.

B - **secundárias**
1 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanak Sul-Mineiro para 1884” - Typ. do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.884, pág. 242;
2 - Joaquim Ribeiro Costa - “Estudo Histórico da Divisão Administrativa de Minas Gerais” - na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais”, vol. X, 1.963, Imprensa Oficial do Estado, Belo Horizonte, págs. 67 a 92;
3 - Joaquim Ribeiro Costa - “Toponímia de Minas Gerais” - Imprensa Oficial do Estado, Belo Horizonte, 1.970;
4 - Revista “Machado de Ontem e de Hoje”, II-4;
5 - Waldemar de Almeida Barbosa - “Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais” - Editora Saterb Ltda., Belo Horizonte, 1.971.

****

NOÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. NOTAS SOBRE O SISTEMA ELEITORAL DA PRIMEIRA REPÚBLICA.

1) - A administração municipal no Império.
2) - A administração municipal na Primeira República.
3) - A administração municipal no período de Vargas.
4) - A administração municipal de 1.946 ao final do milênio.
5) - O sistema eleitoral da Primeira República.

****

1 - **A administração municipal no Império**.

A composição e as atribuições dos órgãos político-administrativos municipais têm se alterado muito ao longo dos anos, o que causa certa dificuldade de entendimento a quem inicia o seu estudo. Pareceu-me então conveniente fazer breve retrospecto da matéria, para maior clareza dos capítulos seguintes.

A Constituição de 1.824, nos artigos 167 e 168, assentou competir às câmaras, sob a presidência do vereador mais votado, o governo "econômico e municipal" das cidades e vilas. Relegou sua disciplina a lei ordinária, que foi promulgada em 1º de outubro de 1.828 e vigorou até a República. O diploma regulamentar lhes tirou a autonomia, estabelecendo no artigo 24 que eram corporações meramente administrativas. Submeteu-as a severo controle dos conselhos gerais, dos presidentes de províncias e do governo imperial, em orientação conhecida por doutrina da tutela. Determinou que se comporiam de nove membros nas cidades e de sete nas vilas, eleitos de quatro em quatro anos. Encarregou-as de nomear um secretário, um procurador com funções arrecadadoras e executivas, um porteiro e um ou mais fiscais e seus suplentes. Posteriormente, o Ato Adicional de 12 de agosto de 1.834, criando as assembléias provinciais, ainda mais limitou o poder das câmaras, submetidas àquelas mesmo em questões de exclusivo interesse local.

2 - **A administração municipal na Primeira República**.

Proclamada a República, o Governo Provisório autorizou os estados (pelo decreto 107, de 30/12/1.889) a dissolver as câmaras municipais e a criar em seu lugar conselhos de intendência. Estes se mantiveram em Minas mesmo após a Constituição e a lei de organização municipal subseqüentes, até serem eleitas e empossadas as novas câmaras.

A Constituição de 24 de fevereiro de 1.891, coerente com o sistema federativo estabelecido, não cuidou da administração municipal. Estabeleceu apenas no artigo 68 que

> *"os Estados organizar-se-hão de fórma que fique assegurada a autonomia dos municípios, em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse"*.

Em nosso Estado, a lei orgânica municipal (nº 2, de 14 de setembro de 1.891) levou às últimas conseqüências o princípio da descentralização, dispondo ser o distrito a base da organização administrativa, com governo próprio em tudo quando respeitasse ao seu peculiar interesse. Estabeleceu que em cada município haveria uma câmara, composta de 7 a 15 vereadores, e em cada distrito um conselho, formado por 3 a 5 conselheiros. Determinou que as funções executivas da câmara seriam exercidas por seu presidente, expressamente eleito pelo povo com mandato cumulativo, ou por cidadão estranho a ela, também eleito por via direta. As do conselho distrital o seriam por seu presidente, eleito igualmente com mandato cumulativo. Os executores de tais funções denominavam-se agentes executivos. Segundo Nunes Leal (*op. cit., pág. 117*), a partir de 1.903 a função executiva foi uniformemente confiada ao presidente da câmara, eleito pelos edis por tempo igual ao do mandato destes. Tanto os vereadores como os conselheiros distritais e o agente executivo exerciam suas funções por três anos, permitida a reeleição. A lei em exame criou ainda a assembléia municipal, composta pelos vereadores, conselheiros distritais e cidadãos residentes no município que pagassem maior soma de impostos, em número igual ao dos primeiros. Competia-lhe julgar as contas da câmara e dos conselhos, bem como conhecer das queixas sobre suas leis e decisões.

Os conselhos distritais foram extintos pelo artigo 2º da lei estadual 373, de 17 de setembro de 1.903. Funcionaram, porém, até 31 de dezembro daquele ano.

Em verdade, o liberalismo dos textos examinados não se traduziu em real autonomia dos municípios, que foram dominados pelos governos estaduais. Era a época do coronelismo opressor, das eleições falseadas pelo "*bico-de-pena*" e pela "*degola*", das perseguições e do aniquilamento dos opositores. Os chefetes locais firmavam pactos com o situacionismo de seus estados, recebendo carta-branca no âmbito administrativo em troca de incondicional apoio político. Montavam-se máquinas políticas corruptas e ineficientes, sem

método e orientação de trabalho, com finanças em desordem e dirigidas apenas à mantença do poder.

3 - **A administração municipal no período de Vargas**.

Vitoriosa a Revolução de 1.930, foram dissolvidos o Congresso Nacional, as assembléias legislativas e as câmaras municipais. O Governo Provisório nomeou para cada estado um interventor, e mandou designasse este um prefeito para cada município,

> *"que exercerá aí todas as funções executivas e legislativas, podendo o interventor exonerá-lo quando entenda conveniente, revogar ou modificar qualquer dos seus atos ou resoluções e dar-lhe instruções para o bom desempenho dos cargos respectivos e regularização e eficiência dos serviços municipais." (decreto 19.398, de 11/11/30, art. 11, par. 4º).*

Instituiu ainda conselhos consultivos para assessoria dos prefeitos.

A Constituição de 1.934, no artigo 13, estabeleceu a eletividade do prefeito e vereadores, podendo porém aquele ser eleito por estes. Permitiu que o prefeito fosse nomeado pelo governo do estado nas capitais e nas estâncias hidrominerais. Aumentou a renda tributária dos municípios. Assegurou por princípio a autonomia destes, mas os manteve sob controle ao facultar que os estados criassem um órgão de assistência técnica às administrações locais e de fiscalização de suas finanças (departamento de municipalidades).

Sob o Estado Novo desapareceu praticamente a autonomia municipal. A Carta de 1.937 manteve a escolha dos vereadores por sufrágio direto, mas determinou que os prefeitos fossem livremente nomeados pelos governadores (interventores). Na realidade, como assevera Hely Lopes Meirelles (*op. cit., pág. 12*), nunca se obedeceu ao texto constitucional na parte concernente à composição das câmaras. Tanto isso é certo que o Código das Municipalidades (decreto-lei 1.202, de 8/4/39, alterado pelo decreto-lei 5.511, de 21/5/43) deu aos prefeitos competência legislativa, autorizando-os a expedir decretos-leis, decretos, regulamentos, posturas e instruções, nas condições especificadas e mediante aprovação do órgão hierárquico superior. Ademais, a receita dos municípios foi reduzida e se instituiu o Conselho Administrativo, órgão estadual controlador de toda a atividade daqueles.

Restaurada a democracia, o decreto-lei 8.188, de 20/11/45, afastou de seus cargos, até 3 de dezembro seguinte, todos os prefeitos que eram, no mês anterior, membros de diretórios locais de partidos políticos. Determinou que os juízes de direito vitalícios respondessem pelo expediente das prefeituras nos municípios sede de comarcas ou termos, e indicassem pessoas idôneas

para fazê-lo, sob sua superintendência, nos demais municípios das mesmas comarcas ou termos.

4 - **A administração municipal de 1.946 ao final do milênio**.

A Constituição de 1.946 garantiu a autonomia política, administrativa e financeira dos municípios. Aumentou-lhes a receita e restabeleceu a eleição de prefeitos e vereadores. Ressalvou que os primeiros poderiam ser nomeados nas capitais e nas estâncias hidrominerais beneficiadas pelos estados e pela União.

Os textos constitucionais da ditadura militar, de índole centralizadora, preservaram o auto-governo dos municípios em condições mais restritas. Mantida a eleição direta dos prefeitos e vereadores, a emenda 1/69 tornou obrigatória a nomeação daqueles nas capitais, nas estâncias hidrominerais e nos municípios declarados de interesse da segurança nacional. Tal disposição foi depois revogada pela emenda 25/85.

A Constituição de 1.988 ampliou a autonomia dos municípios, dispondo expressamente que participam da organização político-administrativa da República, com a União, os estados e o Distrito Federal. Deu-lhes competência para elaborar e promulgar sua lei orgânica. Descentralizadora, modificou bastante o regime de distribuição das rendas tributárias, fortalecendo as finanças estaduais e municipais.

5 - **O sistema eleitoral da Primeira República**.

Em matéria de eleições, a República, segundo Nunes Leal (*op. cit., pág. 225*),

> *"partindo do voto direto e suprimindo o censo alto da Lei Saraiva, em tudo o mais, a bem dizer, voltou ao princípio."*.

O **decreto 200-A, de 8 de fevereiro de 1.890**, tratou da qualificação de eleitores. O decreto 511, de 23 de junho do mesmo ano, conhecido por **Regulamento Alvim**, dispôs que a eleição seria feita por maioria relativa, em lista completa, e que a própria mesa eleitoral apuraria os votos, lavraria a ata e queimaria em seguida as cédulas.

A **Constituição de 1.891** estabeleceu serem eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistassem na forma da lei. Excluiu do alistamento os mendigos, os analfabetos, as praças de pré (menos os alunos das escolas militares superiores) e os religiosos sujeitos a votos ou regras que acarretassem renúncia à liberdade individual. As mulheres também eram excluídas, mas

pela lei ordinária. Além disso, facultou aos estados legislar sobre as eleições próprias e municipais.

A **lei federal 35, de 26 de janeiro de 1.892**, instituiu o sistema de lista incompleta em distritos de três deputados. Manteve a apuração pelas mesas eleitorais e determinou que a totalização, baseada nas atas, se fizesse por uma comissão no município sede do distrito eleitoral. Atendendo às suas disposições, o **decreto federal 153, de 3 de agosto de 1.893**, dividiu Minas em doze distritos eleitorais. O sexto, tendo por sede Campanha, foi composto por esse município e pelos de São Gonçalo do Sapucaí, Três Corações, Lavras, Três Pontas, Machado, Varginha, Alfenas, Caldas, Caracol, Pouso Alegre, Bom Sucesso e Poços de Caldas.

A **lei mineira 100, de 23 de julho de 1.894**, dividiu o Estado em seis circunscrições eleitorais, para a eleição de deputados do seu Congresso Legislativo. Determinou que a quinta tivesse por sede Uberaba e se compusesse desse município e dos de Oliveira, Bom Sucesso, Campo Belo, Itapecerica, Piumhy, Formiga, Bambuí, Araxá, Patrocínio, Bagagem, Carmo da Bagagem, Araguari, Prata, Monte Alegre, Frutal, Uberabinha, Sacramento, São Sebastião do Paraíso, Paracatu, Santa Rita de Cássia, Monte Santo, Jacuí, Muzambinho, Passos, Alfenas e Machado. Assentou que cada circunscrição elegeria oito deputados, votando porém o eleitor em cédula ou lista de somente seis nomes.

A chamada **Lei Rosa e Silva** (1.269, de 15 de novembro de 1.904) estendeu o novo processo de alistamento às eleições estaduais e municipais. Elevou a cinco o número de deputados de cada distrito, manteve a lista incompleta e lhe associou o voto cumulativo. Atribuiu aos presidentes das câmaras a totalização das atas de apuração, permanecendo a contagem de votos pelas mesas eleitorais. Para execução do disposto em seu artigo 58, o **decreto federal 1.425, de 27 de novembro de 1.905**, repartiu nosso Estado em sete distritos eleitorais. O quinto teve como sede Pouso Alegre e foi formado por esse município e pelos de Itajubá, Campanha, São Gonçalo do Sapucaí, Santo Antônio do Machado, Caldas e Poços de Caldas, entre outros.

A **lei estadual 649, de 1 de setembro de 1.915**, redividiu Minas em doze circunscrições eleitorais, para a eleição de deputados do nosso Congresso Legislativo. Mandou que a oitava tivesse por sede Campanha, compreendendo esse município e os de Cambuquira, Águas Virtuosas, Alfenas, Vila Gomes, Três Pontas, Campos Gerais, São Gonçalo do Sapucaí, Machado, Paraguaçu, Dores da Boa Esperança, Três Corações, Varginha, Elói Mendes, Aiuruoca, Conceição do Rio Verde, Baependi, Caxambu, Pouso Alto, Passa Quatro, Silvestre Ferraz, Virgínia e Carmo do Rio Claro. Estabeleceu que em cada circunscrição seriam eleitos quatro deputados, votando o eleitor em lista de três nomes.

Em 1.916 mais duas leis cuidaram de reformar o sistema eleitoral. A **3.139, de 2 de agosto**, deu aos estados competência para regular

o alistamento próprio e municipal, anulou o anterior e determinou caber apenas às autoridades judiciárias a qualificação para as eleições federais. A **3.208, de 27 de dezembro**, mandou que a totalização se fizesse nas capitais e não nas sedes dos distritos, além de reorganizar as mesas eleitorais.

A despeito de todas as mudanças e tentativas de aperfeiçoamento, a fraude e a violência correram soltas nos pleitos do período em estudo. O desmoralizado processo eletivo só começou a sanear-se após a Revolução de '30, com a promulgação do Código de 1.932 e a criação da Justiça Eleitoral.

****

Fontes de consulta

A - **primárias**

1 - Collecção das Leis e Decretos da Republica dos Estados Unidos do Brazil - diversos anos - Imprensa Nacional, Rio de Janeiro;
2 - Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes - diversos anos - Imprensa Official, Ouro Preto e Belo Horizonte;
3 - Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1.988 - 3ª ed., Saraiva, São Paulo, 1.989.

B - **secundárias**

1 - A. Machado Paupério - "O Município e seu Regime Jurídico no Brasil" - 2ª ed., Forense, Rio de Janeiro, 1.973;
2 - Adriano Campanhole e Hílton Lobo Campanhole - "Constituições do Brasil" - Editora Atlas S/A, São Paulo, 1.987;
3 - Hely Lopes Meirelles - "Direito Municipal Brasileiro" - 3ª ed., Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1.977, págs. 4 a 18;
4 - Homero Benedicto Ottoni - "Poços de Caldas" - Editora Anhambi, São Paulo, 1.960, págs. 133/134;
5 - João Camilo de Oliveira Tôrres - "História de Minas Gerais" - volume 3 - 3ª ed., Editora Lemi S/A, Belo Horizonte, 1.980, págs. 1.233 a 1.235;
6 - Maria Efigênia Lage de Resende - "Formação da Estrutura de Dominação em Minas Gerais: o Novo PRM - 1899-1906" - UFMG/PROED, Belo Horizonte, 1.982;
7 - Víctor Nunes Leal - "Coronelismo, Enxada e Voto" - 2ª ed., Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1.975.

****

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.883 A 1.887

PRESIDENTE DA CÂMARA: MAJOR ONOFRE DE SOUZA DIAS

1 - Composição e direção da Câmara.
2 - Atividades da Câmara.

****

1 - **Composição e direção da Câmara**.

Como dito no capítulo XV do volume anterior, em 1º de julho de 1.882 realizou-se no distrito da Sede a primeira eleição de vereadores e juízes de paz do Município do Machado. Por certo, na mesma data houve pleitos nos distritos do Douradinho e do Carmo da Escaramuça, mas as respectivas listas de eleitores se perderam. Não encontrei também a ata da apuração, efetuada pela Câmara Municipal de Alfenas, em face do lastimável estado de conservação do seu arquivo. Ignoro, assim, quantos foram os postulantes e qual o número de votos obtidos por cada um.

Dos nove edis previstos em lei, apenas cinco se elegeram no primeiro escrutínio (provavelmente porque os demais candidatos não atingiram o quociente eleitoral). Foram eles: Antônio Moreira de Souza Guerra Júnior, Major Custódio José Dias, Gustavo Fulgêncio Carneiro, Capitão João Eustáquio da Costa e Major Onofre de Souza Dias. Sua posse ocorreu no ato de instalação do Município, em 23 de setembro de 1.883. Na mesma ocasião se escolheu a mesa diretora: *presidente*, Major Onofre de Souza Dias; *vice-presidente*, Major Custódio José Dias. Ela foi reeleita nos três anos seguintes.

Em 14 de outubro de 1.883 realizou-se nova eleição, para preenchimento das vagas na Edilidade, com este resultado:

Gabriel Romão Gonçalves - 15 votos;
Joaquim Lucas de Salles - 15 votos;
Manoel Alves Pereira - 12 votos;
Lino Ferreira do Prado - 8 votos;
Antônio Rodrigues de Paiva - 6 votos;
Antônio Custódio de Souza Moreira - 1 voto.
Elegeram-se os quatro primeiros. Salles empossou-se na própria sessão apuradora, em 22 de outubro; os demais, em 27 de novembro.

Lino Ferreira do Prado, em agosto de 1.884, pediu licença pelo resto do ano, por ter de fazer longa viagem. Deferida, convocou-se para substituí-lo o primeiro suplente, Antônio Rodrigues de Paiva. Em agosto de 1.885 comunicou-se o falecimento de Lino, sendo marcada eleição no dia 21 de setembro para preencher a sua vaga. Nela foram sufragados:
Olympio de Souza Magalhães - 33 votos;
José Jacintho Pereira - 23 votos;
Flávio de Morais Machado - 1 voto.
O vitorioso tomou posse em 8 de outubro.

Em abril de 1.886 Antônio Moreira de Souza Guerra Júnior renunciou ao cargo de vereador, por ter optado pelo de suplente do juiz municipal. Designou-se o dia 15 de maio seguinte para a eleição de seu substituto. Ela não se realizou, todavia, porque adoeceu o 1º juiz de paz do Machado e não se conseguiu formar a mesa eleitoral no Douradinho.

O mandato dos vereadores pioneiros encerrou-se em 7 de janeiro de 1.887, quando tomaram posse os seus sucessores.

2 - **Atividades da Câmara**.

No início de cada ano foram escolhidos os membros das comissões de obras públicas, de justiça e de contas. Organizou-se a administração do Município, sendo nomeados os primeiros funcionários: *secretário da Câmara* - Flávio de Morais; *procurador* - José Francisco Mendes; *fiscal do Machado* - José Jacintho de Souza Lima; *fiscal do Douradinho* - Innocêncio José Teixeira; *fiscal do Carmo* - Agostinho José Ximenes, depois substituído por Fernando Bueno dos Reis; *fiscal do rego d'água* - Misael de Souza Dias; *alinhador* - João de Souza Ribeiro, substituído sucessivamente por Joaquim Carneiro Xavier e João Soares Moreira; *contínuo* - José Geraldo Athanázio.

Nas duas primeiras vereações não houve atividade legislativa propriamente dita. Recém-empossados, os edis adotaram em caráter provisório as posturas da Câmara Municipal de Alfenas; depois, encomendaram a terceiros projeto de código próprio, revisaram-no e o enviaram para sanção à Assembléia Provincial. Esta, através da resolução 3.401, de 22 de julho de 1.886,

aprovou o Código de Posturas da nossa Câmara. Em janeiro de 1.884 foi aprovado regulamento para distribuição de água na Cidade, mas seu texto se perdeu. Na mesma ocasião, também por simples deliberação administrativa, a Câmara criou o imposto do fogão, pelo qual se cobrariam 2$000 por cada casa do Município, exceto as dos mendigos e as dos que, de todo, não pudessem pagá-lo, a juízo do procurador. Três meses depois, a Presidência da Província decidiu que a Edilidade não era competente para tanto.

Em fevereiro de 1.885, autorizados pela Presidência da Província, os edis marcaram as divisas do distrito de paz do Pouca Massa. Em setembro seguinte representaram à Assembléia Legislativa sobre a conveniência de transferir a Freguesia de São Francisco de Paula do Machadinho, então pertencente a São Gonçalo do Sapucaí, para Machado.

A Câmara designou lugares provisórios para abate de gado. Em janeiro de 1.885, lançou a idéia da criação de um matadouro público em Três Corações, para todas as reses da zona criadora sul-mineira destinadas à Corte. Vários municípios aderiram à proposta.

Em 1.886 Joaquim Pio de Souza Moreira deu ao Município terreno no alto da Santa Cruz, para aumento do patrimônio. A Câmara o retalhou e distribuiu lotes a particulares, marcando prazo para edificação neles.

No período em exame foram consertadas uma ponte sobre o Rio Machado, na Fazenda da Piedade, e outra sobre o Rio Dourado, na estrada do Douradinho para o Machadinho. Reparou-se um pontilhão sobre o Córrego Jacutinga. Calçou-se a Rua Dois de Dezembro (atual Joaquim Teófilo), e fizeram-se cordões de pedras em algumas ruas (como a Direita) e becos. Vários destes, como o do Rosário, foram consertados. Nomeou-se comissão para dar nome a ruas. Autorizou-se mudança no leito da estrada para os Caixetas. Reparou-se o rego d'água, e teve início o serviço de encanamento. Foi construído um chafariz, e o prédio da Cadeia recebeu consertos.

A Assembléia encontrou irregularidades nas contas da Câmara relativas aos exercícios de 1.885 e 1.886, e pediu explicações sobre elas. Supõe-se que foram prestadas satisfatoriamente, pois a resolução provincial 3.685, de 1º de setembro de 1.888, as aprovou.

A última tarefa dos edis do período em estudo, após presidir a eleição de seus sucessores, foi dar-lhes posse.

****

Fontes de consulta

A - **primárias**
1 - Arquivo Público Machadense - livro n. 168: “Registro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Santo Antônio do Machado - 1.883 a 1.892”;
2 - Arquivo Público Machadense - livro n. 200: “Listas de Assinaturas de Eleitores da Parochia de Santo Antônio do Machado - 1.881 a 1.898”, págs. 5v. e 6;
3 - Arquivo Público Mineiro - Fundo: Assembléia Legislativa - série AL1, subsérie AL 1/5 - Câmaras - caixa 17, pacote 14;
4 - Livro da Lei Mineira, 1.886, tomo LIII, parte 1ª, págs. 145/173;
5 - Livro da Lei Mineira, 1.888, tomo LVI, parte 1ª, folha n. 23;
6 - Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Manoel do Nascimento Machado Portella, ex-presidente da Provincia, passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Antonio Teixeira de Souza Magalhães 1º Vice-Presidente da mesma Provincia no dia 13 de Abril de 1886 - Typographia do “Vinte de Agosto”, Ouro Preto, 1.886, pág. 28;

B - **secundárias**
1 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanak Sul-Mineiro para 1884” - Typographia do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.884, págs. 233 e 244.

****

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.887 A 1.890

PRESIDENTES DA CÂMARA: DR. ASTOLPHO PIO DA SILVA PINTO e JOÃO PINTO PIMENTEL SOBRINHO

1) - Eleições e incidente na apuração.
2) - A breve presidência de Silva Pinto.
3) - A posse dos demais vereadores. A segunda mesa diretora e outras eleições.
4) - A situação política.
5) - Atividades da Câmara.

****

1 - **Eleições e incidente na apuração**.

No dia 1º de julho de 1.886 realizou-se eleição de vereadores e juízes de paz para o quatriênio 1.887-1.891. A apuração deu este resultado:

Freguesia da Cidade
a - *para vereadores*:
Dr. Astolpho Pio da Silva Pinto.....15 votos;
Francisco Pereira Dias Pinto.....10 votos;
João Moreira de Carvalho.....10 votos;
João Antônio Xavier.....4 votos;
Augusto Lopes de Vasconcellos.....3 votos;
João Pinto Pimentel Sobrinho.....1 voto.

b - *para juízes de paz*:
Marcos de Souza Moreira.....31 votos;
José Simplício Ferreira.....30 votos;

Custódio José Dias.....28 votos;
Gustavo Fulgêncio Carneiro.....28 votos;
Messias Theodoro Fernandes.....11 votos;
João Moreira de Carvalho.....11 votos;
Francisco Rodrigues de Paiva.....11 votos;
Antônio Bernardes Pereira.....10 votos;
José Paulino da Costa Júnior.....5 votos;
Gabriel Romão Gonçalves.....3 votos;
Generoso José Messias.....2 votos;
Antônio Custódio de Souza Moreira.....1 voto;
José Manoel Bressane.....1 voto.

Freguesia do Douradinho
a - *para vereadores*:
Flávio de Morais Machado.....12 votos;
José Jacintho Pereira.....9 votos;
José Luís Lopes de Vasconcellos.....2 votos;
Augusto Lopes de Vasconcellos.....1 voto.

b - *para juízes de paz*:
Saturnino de Morais Machado.....16 votos;
João Mathias de Faria.....16 votos;
Innocêncio José Teixeira.....13 votos;
Manoel Alves Pereira.....13 votos;
Joaquim de Morais Machado.....9 votos;
Luís Pereira de Carvalho.....8 votos;
Joaquim Pereira de Carvalho.....7 votos;
José de Morais Machado.....4 votos;
José Joaquim Pereira.....2 votos;
Flávio de Morais Machado.....2 votos;
Vicente Pereira Caixeta.....2 votos;
José Jacintho Pereira.....1 voto;
José de Arimathéa Morais.....1 voto;
Elias Carvalho da Silva.....1 voto;
José Pinto do Couto.....1 voto.

Freguesia do Carmo da Escaramuça
a - *para vereadores*:
Francisco Tito do Prado.....13 votos;
Thomaz de Aquino Salles.....1 voto.

b - *para juízes de paz*:
João Eustáquio da Costa.....10 votos;
José Caetano Ribeiro.....9 votos;
Joaquim Luís do Prado.....9 votos;
Augusto Lopes de Vasconcellos.....9 votos;

Francisco Gonçalves Leite.....7 votos;
Joaquim Lucas de Salles.....4 votos;
Thomaz de Aquino Salles.....4 votos;
Francisco Tito do Prado.....4 votos.

Finda a contagem, eleitores do Carmo (Augusto Lopes de Vasconcellos, Evaristo Elias Pereira, João Eustáquio da Costa, Joaquim Pio de Andrade Junqueira, José Caetano Ribeiro) e do Machado (Joaquim Pereira da Silva Ramos, José Simplício Ferreira) se insurgiram, com base nos artigos 85 e 86 do decreto 8.213/81, contra o cômputo dos votos dados a Flávio de Morais Machado e José Jacintho Pereira, por serem aquele, 1º subdelegado em exercício, e este, seu suplente. A Câmara, por maioria, acolheu a impugnação, desconsiderando os referidos votos. Os prejudicados apresentaram contraprotesto, que foi reduzido a termo e enviado ao juiz de direito, para decisão.

Em seguida, calculando o quociente eleitoral (seis votos), a Edilidade declarou eleitos vereadores o Dr. Astolpho Pio da Silva Pinto, Francisco Tito do Prado, Francisco Pereira Dias Pinto e João Moreira de Carvalho. Proclamou também a vitória dos quatro candidatos a juiz de paz mais votados em cada freguesia, ficando os demais como suplentes.

Restando cinco vagas a preencher na Câmara, foi designado o dia 9 de agosto para o segundo escrutínio. Nele obtiveram sufrágio:

Freguesia da Cidade
João Antônio Xavier.....24 votos;
José Paulino da Costa Júnior.....23 votos;
João Pinto Pimentel Sobrinho.....9 votos;
José Ferreira de Almeida Coelho.....5 votos.

Freguesia do Douradinho
José Ferreira de Almeida Coelho...25 votos.

Freguesia do Carmo da Escaramuça
José Luís Lopes de Vasconcellos...14 votos.

Os cinco com mais votos foram igualmente reconhecidos eleitos.

2 - **A breve presidência de Silva Pinto**.

Em 7 de janeiro de 1.887 empossaram-se os vereadores Dr. Astolpho Pio da Silva Pinto, Francisco Pereira Dias Pinto, José Paulino da Costa Júnior e João Antônio Xavier. O primeiro, por ser o mais velho, assumiu interinamente a direção e oficiou à Presidência da Província, indagando como proceder em relação aos demais edis, que se recusaram a tomar posse.

Na segunda reunião, em 11 do mesmo mês, presente também Vasconcellos, suplente juramentado, foram eleitos presidente e vice-presidente o Dr. Astolpho Pio da Silva Pinto e Francisco Pereira Dias Pinto.

Mais duas reuniões ocorreram, ainda em janeiro, sob o comando de Silva Pinto. Nelas se comunicou que, anulada a eleição de juízes de paz no Carmo da Escaramuça, fora marcado o dia 31 de março para feitura de outra. Tratou-se da negativa de sepultura aos não-católicos no cemitério da Cidade. Despacharam-se ofícios e requerimentos diversos.

3 - **A posse dos demais vereadores. A segunda mesa diretora e outras eleições**.

Ignoro se a disputa atrás referida teve solução pela via política ou pela via jurídica. Certo é que não prevaleceu a impugnação aos candidatos Flávio de Morais Machado e José Jacintho Pereira. Ambos tomaram posse no dia 15 de março de 1.887, junto com João Moreira de Carvalho, João Pinto Pimentel Sobrinho e José Ferreira de Almeida Coelho, completando o número legal. A sessão foi aberta pelo Major Onofre, já que não se confirmara o Dr. Astolpho Pio como presidente. Isso levou Flávio de Morais a abandonar o cargo de secretário, ocupado por Sabino da Costa Pereira. Conclui-se que ficou anulada a eleição de Francisco Tito do Prado e José Luís Lopes de Vasconcellos. Foram escolhidos na ocasião novos presidente e vice-presidente: João Pinto Pimentel Sobrinho e José Ferreira de Almeida Coelho, reconduzidos aos cargos em 1.888 e 1.889.

Em maio de 1.887 João Antônio Xavier mudou-se para Cabo Verde, abrindo uma vaga de vereador. Dois meses depois ocorreu a eleição de seu substituto. Francisco Tito do Prado, o vencedor, recebeu 32 votos; Joaquim Custódio de Souza, 20.

Realizou-se no dia 17 de setembro do mesmo ano nova eleição de juízes de paz do Carmo da Escaramuça, já que a anterior fora anulada. Elegeram-se Domiciano Moreira de Carvalho (11 votos), Manoel Antônio de Souza Pereira (10), João Baptista da Rocha (10) e Manoel Ferreira do Prado (10). Foram declarados suplentes José Caetano Ribeiro, Joaquim Luís do Prado, João Eustáquio da Costa e Belizário Rodrigues da Cunha, cada qual com 9 votos.

4 - **A situação política**.

Os livros de atas da Câmara são a fonte quase exclusiva de informação sobre os primeiros anos da administração municipal. Eles contêm apenas o registro dos acontecimentos oficiais, silenciando sobre suas causas e conseqüências, sobre a disputa das facções que deles participavam. Transmitem uma visão da vida pública, por assim dizer, desinfetada de toda mácula e, portan-

to, incompleta e irreal. Isso dificulta a exata compreensão dos fatos, e só aqui e ali se pinçam algumas referências, escapadas por descuido ou inevitáveis, que, com escassas notícias da imprensa, permitem reconstituir, embora lacunosamente, a política em sua efervescência e palpitação.

Em 1.887 ocorriam no Machado sérias divergências políticas, envolvendo Santos Silva e o Padre João Baptista das Neves, como se verifica por notícia estampada no "*Monitor Sul-Mineiro*" nº 841:

> *"A distincta redacção do Correio do Machado nos enviou um boletim, que com grande demora recebemos, noticiando-nos que projectavão desaffectos seus, dirigidos pelo Rvm. vigario da freguezia, atacar a casa da typographia e praticar outros desacatos e attentados de igual gravidade.*
> *Felizmente a noticia, ao que parece, foi inexacta, pois nada se deu e é de crer que seja tudo falso, o que é para satisfazer a todos.*
> *As cousas no Machado não estão porém em condições para tranquillisar os que tem interesse na permanencia da ordem publica, mas, por honra da população do lugar, existem alli homens serios, respeitaveis e dignos, que, sem partilhar os odios e paixões de grupos, comprehendem o dever que lhes assiste de intervir em boa hora para restabelecer com o prestígio de seus nomes a ordem e a paz publica.*
> *É assim que soubemos com prazer que os dignos e conceituados cidadãos, Srs. Drs. Antonio Candido Teixeira e Astolpho Pio da Silva Pinto, promoverão uma reunião popular na casa da camara municipal para accordarem nos meios que devião pôr em pratica, para garantir-se o socego das familias."*.

Também no seio da Edilidade os desentendimentos avultavam, pelo que entremostram a impugnação a candidatos, a disputa pelo comando e a anulação parcial de pleitos, de que atrás se cuidou. Alijada da presidência da Casa, a corrente minoritária se tornou pouco assídua às sessões, abertas geralmente com cinco vereadores. Seu líder, o Dr. Silva Pinto, passou a atuar na política estadual e nacional, e em 1.889 participou de apenas uma reunião da Vereança.

Por maioria, os Vereadores rejeitaram apelo em favor da convocação de Assembléia Nacional Constituinte. Por outro lado, proclamada a República, a ela aderiram de imediato, congratulando-se com os membros do Governo Provisório e mudando para Quinze de Novembro o nome da Rua Formosa.

5 - **Atividades da Câmara**.

Diversas mudanças houve no quadro de funcionários,

cujo ordenado teve aumento. Já se falou da troca de secretário. Nomeou-se procurador Francisco Rodrigues de Paiva, que poucos meses depois pediu demissão, sendo substituído por Domingos José Rodrigues. O novo fiscal da Cidade, João Soares Moreira, afastou-se em abril de 1.888, e seu lugar foi ocupado, sucessivamente, por Galdino Raphael de Macedo e Eloy Mendes da Silva. O fiscal do Douradinho, Innocêncio José Teixeira, exonerou-se por ter sido eleito juiz de paz. No Carmo da Escaramuça foi designado para o cargo Luiz da Silva Azevedo.

Em julho de 1.887 os Vereadores voltaram a solicitar da Assembléia Provincial a anexação ao Município da Freguesia de São Francisco de Paula do Machadinho. Mantiveram pendenga com a Câmara da Campanha sobre a cobrança de pedágio na ponte sobre o Rio Sapucaí, em Pouca Massa. Ela foi resolvida pelo Governo Provincial a nosso favor.

Foi aumentado o patrimônio da Cidade, para proteção de mananciais existentes em seus arredores, por causa da falta d'água. Cuidou-se da compra de bomba para tirar água da cisterna pública do Douradinho, mas ignoro se o negócio se completou.

Discutiu-se sobre o sepultamento dos não-católicos, e a Câmara demarcou quadra para isso, fora dos muros do cemitério da Cidade. Contra tal providência o Dr. Astolpho Pio recorreu sem êxito ao Governo Provincial. Retocaram-se os muros do cemitério do Douradinho.

Fizeram-se consertos em diversas ruas e estradas. Abriram-se e alinharam-se ruas. Outras tiveram os nomes mudados. Foi autorizado o calçamento das ruas Direita e do Commercio.

Os Vereadores concederam licença para o exercício de profissões; autorizaram o aviamento de receitas para indigentes e o pagamento de custas judiciais. Despacharam diversos requerimentos sobre assuntos particulares.

Organizaram-se e remeteram-se à Assembléia Mineira propostas de orçamento. As resoluções provinciais 3.542, de 5/10/87, e 3.571, de 28/8/88, orçaram a receita e fixaram a despesa da Edilidade para os exercícios de 1.888 e 1.889. As de números 3.685, de 1/9/88, e 3.763, de 16/8/89, aprovaram as contas municipais relativas aos anos de 1.885 a 1.888. Delas se cuidará no capítulo pertinente à arrecadação tributária.

****

Fontes de consulta

1 - Arquivo Público Machadense - livro n. 168: “Registro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Santo Antônio do Machado - 1.883 a 1.892”;
2 - Livro da Lei Mineira - 1.887, tomo LIV, parte 1ª, folha número 17;
3 - Livro da Lei Mineira - 1.888, tomo LV, parte 1ª, folha número 7;
4 - Livro da Lei Mineira - 1.888, tomo LVI, parte 1ª, folha número 23;
5 - Livro da Lei Mineira - 1.889, tomo LVI, parte 1ª, folha número 17;
6 - “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, nº 841, 27/2/1.887, página 3.

****

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.890 A 1.892

O CONSELHO DE INTENDÊNCIA

1) - Noção sobre o órgão.
2) - A criação do Conselho e seus membros.
3) - Atividades do Conselho.

****

1 - **Noção sobre o órgão**.

Após a proclamação da República, as Câmaras Municipais foram dissolvidas em todo o País. No seu lugar criaram-se os Conselhos de Intendência, compostos aqui por três cidadãos, um dos quais o presidente. Integravam-nos também dois membros adjuntos, para substituir os efetivos nas faltas ou impedimentos. Suas atribuições eram as mesmas fixadas pelo decreto 50-A, de 7/12/1.889, para o Conselho da Capital Federal.

A lei estadual nº 2, de 14/9/1.891, cuidou da organização municipal e assim dispôs no artigo 94:

> *"Enquanto não forem eleitas e não tomarem posse as futuras camaras municipaes, a administração dos municipios continua a cargo dos actuaes conselhos de nomeação do governo, subsistindo os actuaes empregos municipaes até que sobre eles resolvam as respectivas camaras."*.

2 - **A criação do Conselho e seus membros**.

Portaria do Governo do Estado, de 31 de janeiro de

1.890, dissolveu as Câmaras Municipais de Alfenas e Santo Antônio do Machado, e criou, em substituição, Conselhos de Intendência. Para compor o nosso, no mesmo ato foram nomeados o Major Onofre de Souza Dias, Alfredo Pio Westin e Francisco Raphael de Carvalho. Em 8 de fevereiro seguinte, outra portaria nomeou para membros adjuntos do Conselho José Pereira Arantes e José Ferraz Leite.

No dia 14 de fevereiro os titulares tomaram posse, em sessão extraordinária da Câmara. Na mesma ocasião escolheram para seu presidente o Major Onofre de Souza Dias.

José Pereira Arantes não aceitou o cargo, e o Major Onofre pediu demissão em 8 de outubro de 1.890. Portaria de 15 do mesmo mês nomeou, em substituição, o Dr. Astolpho Pio da Silva Pinto para presidente do Conselho, e Pio de Souza Dias para adjunto. Não há registro de posse e exercício deste. Aquele se empossou em 27 seguinte. Todavia, já envolvido na política estadual e nacional, pouco compareceu às sessões, presididas interinamente por Alfredo Pio Westin. Este foi exonerado, a pedido, em portaria de 4 de agosto de 1.891, que nomeou para o seu lugar Eduardo Pio Westin. A presidência interina do órgão (já que Silva Pinto continuava ausente) passou a Francisco Raphael de Carvalho.

Por residir o adjunto José Ferraz Leite fora do distrito da Cidade, a Intendência não funcionou de março a agosto de 1.891. Diante disso, portaria de 3 de setembro daquele ano o substituiu por Damaso José de Souza. Este e o titular Eduardo Westin se empossaram em 16 do mesmo mês. Até o final (7 de março de 1.892), o Conselho funcionou com a presença de Francisco Raphael, Eduardo e Damaso.

3 - **Atividades do Conselho**.

Diversas mudanças ocorreram no funcionalismo durante a Intendência. Carlos Alberto Fernandes foi nomeado secretário, e depois demitido. Ocupou-lhe o lugar Napoleão Constantino de Morais que, adoecendo, foi substituído interinamente por Virgílio Wenceslau Messias. Com a morte do titular, designou-se para o posto Agenor Augusto do Rego Cavalcanti. Cândido Marinho da Cruz e Francisco Herculano Villas Boas da Gama foram nomeados fiscal e coletor da Cidade. Preencheram-se também os cargos de agentes de estatística e de fiscal do Carmo.

Os Intendentes tiveram aumento de encargos com a anexação do Machadinho ao nosso Município, e nomearam para fiscalizá-lo Joaquim Ferreira de Jesus. Realizaram sessão solene para a inauguração da Comarca, e apuraram os votos do pleito para deputados e senadores, no início de 1.891.

O Conselho adquiriu, para aumento do patrimônio municipal, terreno na chácara do Espólio de Bernardes José de Souza. Obteve do

Governo do Estado autorização para cobrar impostos sobre cada carro de fora do Município que cá viesse.

Cuidou-se, no período em estudo, do alinhamento e conserto de ruas; da melhoria das estradas; da reforma e construção de pontes; de retoques na Cadeia; da extinção de formigueiros; da apreensão de animais nas ruas; da limpeza do rego d'água.

Nomeou-se comissão para rever o Código de Posturas, e no final de 1.891, por simples deliberação administrativa, foi aprovada uma alteração a ele, em artigos relativos a impostos e animais soltos no perímetro urbano.

****

Fontes de consulta

1 - Arquivo Público Machadense - livro n. 168: "Registro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Santo Antônio do Machado - 1.883 a 1.892";
2 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - Códice 727 (Portarias do Governador do Estado referentes a Intendências - janeiro/abril de 1.890) - páginas sem numeração;
3 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - Códice 728 (Portarias do Governador do Estado referentes a Intendências - maio/dezembro de 1.890) - páginas sem numeração;
4 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - Códice 729 (Portarias do Governador do Estado referentes a Intendências - 1.891) - páginas sem numeração;
5 - "Collecção das Leis do Estado de Minas Geraes confeccionadas pelo Congresso em sua primeira reunião em 1891" - Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, Ouro Preto, 1.893, págs. 4/28;
6 - "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, números:
995 - 9/2/1.890 - pág. 3;
996 - 16/2/1.890 - pág. 2;
1.075 - 23/8/1.891 - pág. 2;
1.080 - 27/9/1.891 - pág. 3.
7 - Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. José Cesário de Faria Alvim, Presidente do Estado de Minas Gerais, em 13 de junho de 1891, pelo Dr. Antonio Augusto de Lima, ex-governador do mesmo Estado - Typographia de J. F. de Paula Castro, Ouro Preto, 1.892, págs. 55/56.

****

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.892 A 1.894

PRESIDENTES DA CÂMARA E AGENTES EXECUTIVOS MUNICIPAIS: DR. ANTÔNIO CÂNDIDO TEIXEIRA e EDUARDO PIO WESTIN

1) - Eleições, posse, renúncias.
2) - Atividades legislativas da Câmara.
3) - Atividades administrativas da Câmara.

****

1 - **Eleições, posse, renúncias**.

Findo o período de exceção, em 31 de janeiro de 1.892 realizou-se novo pleito municipal. No Machado, antes que se organizasse a mesa eleitoral, houve incidente provocado por José Joaquim dos Santos Silva. De uma das janelas do prédio da Intendência, fez discurso "*revolucionário*", dirigindo impropérios ao Presidente do Estado, proclamando a separação do Sul de Minas e conclamando os eleitores a não votar. Foi acompanhado por José Pereira Arantes. Os mesários, concitados por ambos, retiraram-se. O suplente do juiz de paz João Moreira de Carvalho assumiu a presidência da mesa, nomeou novos mesários e a votação teve seguimento. No seu término, diversos eleitores que se haviam retirado protestaram contra ela, tachando-a de nula porque a mesa não se organizara conforme a lei. No dia seguinte teve lugar a escolha de juízes de paz.

Foram eleitos: *presidente e agente executivo municipal*, Dr. Antônio Cândido Teixeira; *vereador especial do Machado*, João Pinto Pimentel Sobrinho; *vereador especial do Douradinho*, José de Morais Machado; *vereador especial do Carmo da Escaramuça*, Pedro Augusto Leite; *vereador especial do Machadinho*, José Custódio Vieira; *vereadores gerais*, Carlos

Girolamy, Damaso José de Souza, Eduardo Pio Westin e Francisco Vieira da Silva; *presidente e agente executivo do Conselho Distrital do Machado*, João Moreira de Carvalho; *1º e 2º juízes de paz do Machado*, Antônio Moreira de Souza Guerra e Francisco Raphael de Carvalho; *presidente e agente executivo do Conselho Distrital do Douradinho*, Flávio de Morais Machado; *membros do Conselho Distrital do Douradinho*, Francisco de Paula Campos e Antônio Cândido de Carvalho; *1º e 2º juízes de paz do Douradinho*, Luiz Pereira de Carvalho e Joaquim de Morais Machado; *presidente e agente executivo do Conselho Distrital do Carmo da Escaramuça*, Marcos de Souza Dias; *membros do Conselho Distrital do Carmo da Escaramuça*, João Pedro d'Alvarenga e Tenente José Caetano Ribeiro; *1º e 3º juízes de paz do Carmo da Escaramuça*, Aureliano Luiz do Prado e José Ferraz Leite; *presidente e agente executivo do Conselho Distrital do Machadinho*, Barão de Alfenas; *membros do Conselho Disrital do Machadinho*, Archanjo da Cruz Mendes e Aureliano Pereira da Costa; *1º, 2º e 3º juízes de paz do Machadinho*, José Dias de Gouveia, João Baptista Ferreira de Britto e Olyntho José Rodrigues.

Houve apurações parciais em cada seção eleitoral, mas ignoro quem se encarregou da totalização. Suponho que não foi o Conselho de Intendência, pois nada consta no livro de atas da Câmara, no período, a tal respeito. No Arquivo Público Machadense só se encontra a ata da eleição numa das seções da Cidade. Por tal motivo, não sei quantos votos cada candidato obteve. Disputaram sem sucesso o cargo de vereador Gustavo Fulgêncio Carneiro (*especial*), Antônio Cândido de Souza Dias, João Antônio Xavier, Pio de Souza Dias e Virgílio Pio de Souza Dias (*gerais*). Antônio Moreira de Souza Guerra foi também votado para agente executivo municipal. Obtiveram votos para conselheiros do distrito da Cidade, além de João Moreira de Carvalho, acima referido, Gabriel da Silva do Ó, Antônio Rodrigues de Paiva e José Joaquim Monteiro da Silva.

No dia 7 de março instalou-se a nova Câmara, com a posse do presidente e de alguns dos eleitos. Eduardo Pio Westin foi escolhido vice-presidente. Em 15 do mesmo mês empossaram-se outros dos sufragados. Não houve, todavia, referência à posse dos membros do Conselho Distrital do Carmo da Escaramuça, dos demais membros dos Conselhos do Machado e do Machadinho, e dos vereadores José de Morais Machado e Carlos Girolamy. Aquele compareceu normalmente às sessões posteriores. Este nunca se fez presente e, alegando motivo de saúde, renunciou ao mandato em maio seguinte.

Em 30 do mês de maio ocorreu outra eleição de vereadores gerais, para completar o número legal. Receberam votos:
José Ignácio Fernandes - 193;
Carlos Gonçalves da Fonseca - 117;
Jacintho Pereira Dias - 94;
Francisco Álvaro de Morais Navarro - 90;
José Joaquim dos Santos Silva - 74;
José Pereira Arantes - 33;

Francisco Herculano Villas Boas da Gama - 1;
Fernando Jacintho de Carvalho - 1;
Francisco Tavares Paes - 1.
Os três primeiros foram declarados vencedores, tomando posse em sessões de julho e agosto seguintes.

Ainda em agosto, o Presidente da Casa obteve licença por seis meses, tendo reassumido no final do ano.

Em 20 de dezembro de 1.892 houve eleição de conselheiros distritais no Machado e no Douradinho. Naquele, Joaquim Carlos Alves e Francisco Elysio Ferreira Braga receberam 34 votos cada um, e foram declarados eleitos. Neste, João de Deus d'Oliveira elegeu-se com 17 votos, ficando derrotados João Hylario Tavares e Honório Pereira Caixeta, com 1 voto cada.

No dia 31 de janeiro seguinte reuniu-se pela primeira vez a Assembléia Municipal. Nela se noticiou que João Pedro d'Alvarenga havia resignado o cargo de conselheiro distrital do Carmo da Escaramuça.

Em 5 de abril de 1.893, por motivo que desconheço, renunciaram ao mandato o presidente Dr. Antônio Cândido Teixeira, e os vereadores Eduardo Pio Westin, Francisco Vieira da Silva, Jacintho Pereira Dias e Pedro Augusto Leite. O vereador Damaso José de Souza exerceu então interinamente o cargo de agente executivo municipal. Examinadas as contas da Câmara de janeiro a agosto de 1.893, verificou-se que ele havia autorizado pagamentos de dívidas anteriores a diversos fiscais, sem verba no orçamento a isso destinada. A Edilidade não aceitou suas explicações, e determinou que devolvesse ao cofre público as quantias indevidamente pagas, sob pena de ser processado por crime de responsabilidade. Ignoro qual foi o desfecho do caso.

Realizou-se no dia 26 de junho a escolha dos substitutos dos renunciantes e de dois conselheiros distritais do Carmo da Escaramuça. Receberam votos:

para presidente e agente executivo municipal:
Eduardo Pio Westin - 57;
Antônio Rodrigues de Paiva - 1;

para vereadores gerais:
Marcos de Souza Moreira - 48;
Tte. Cel. Antônio Cândido de Souza Dias - 47;
Tte. Cel. Francisco de Salles Pereira - 47;
Capitão José Paulino da Costa Júnior - 5;
Theodoro Soares de Oliveira - 5;
João Nepomuceno Teixeira - 1;
João Antônio Xavier - 1;

para vereador especial do Carmo da Escaramuça:
Agustinho Moreira Coelho Júnior - 22;

para conselheiros distritais do Carmo da Escaramuça:
Pedro Augusto Leite - 13;
Henrique Ferreira do Prado - 6;
Daniel B. de Alvarenga - 4.

O novo presidente, Eduardo, e os vereadores eleitos Marcos, Francisco, Antônio Cândido e Agustinho tomaram posse no dia 8 de agosto seguinte. Pedro Leite preencheu a vaga de conselheiro distrital decorrente da renúncia de Alvarenga.

Registre-se, entre parênteses, que o Dr. Antônio Cândido Teixeira foi eleito senador estadual em 30 de julho do mesmo ano, para o restante da primeira legislatura republicana.

Em 2 de dezembro de 1.893 apurou-se o resultado da eleição para 1º e 3º juízes de paz do Carmo da Escaramuça, ganhando os cargos, respectivamente, Manuel Luiz Ribeiro, com dez votos, e José Maria Monte-Thabor, com nove. Obteve um voto o Capitão José Ferreira Leite.

No início de 1.894 foram escolhidos vice-presidente, 1º e 2º secretários Antônio Cândido de Souza Dias, José Ignácio Fernandes e Francisco de Salles Pereira.

Na eleição federal que ocorreu em 1º de março daquele ano, outro incidente mostra como estava tenso o ambiente político no Machado. O presidente da mesa, Major Marcos de Souza Moreira, desconfiou da qualificação de um eleitor e passou a interrogá-lo. Interveio então o Dr. Antônio Cândido Teixeira, dirigindo-lhe insolências, no que foi repelido pelo mesário Cel. José Joaquim dos Santos Silva. Depois de restabelecida a ordem, a votação continuou.

Em sessão de 5 de abril de 1.894 resignaram os edis João Pinto Pimentel Sobrinho, José Custódio Vieira e José Ignácio Fernandes, "*visto não haver combinação nem harmonia entre os demais vereadores*". Só em agosto, após ouvir uma comissão, o Presidente decidiu aceitar a renúncia, convocando suplentes para ocupar os lugares vagos até o fim do triênio.

2 - **Atividades legislativas da Câmara**.

Só em 1.892 a Edilidade começou efetivamente a legislar. Dentre os textos legais aprovados no período, destacam-se: o que adotou e alterou o antigo Código de Posturas; os que criaram impostos; os que aprovaram o orçamento municipal para os exercícios seguintes; o que disciplinou os serviços públicos dos distritos e os Conselhos Distritais; o que estabeleceu o número de

sessões anuais da Câmara; os que criaram a repartição da Fazenda Municipal e lhe deram regulamento; os que organizaram a secretaria da Câmara; o que aprovou o regulamento escolar municipal; o que elevou de 11 para 12 o número de vereadores, e de 3 para 4 o de conselheiros distritais. Adaptou-se para a nossa o regimento interno da Câmara de Ouro Preto.

Em agosto de 1.892 foi aprovada a cobrança de multa do indivíduo que retirasse camaradas do Município para outro, quando eles ainda estivessem "por conta" de seus patrões.

Em agosto de 1.894, a lei nº 28 separou as funções deliberativas e executivas do Governo Municipal. Dispôs que aquelas continuariam com a Câmara, e que estas ficariam a cargo de um cidadão estranho a ela, expressamente eleito pelo povo.

Como curiosidade, registra-se que Eduardo P. Westin apresentou proposta de extinção dos postes de amarrar animais, devendo os interessados servir-se, para tal fim, das árvores existentes na Cidade, sob pena de multa... Ela foi rejeitada.

3 - **Atividades administrativas da Câmara**.

No setor do funcionalismo, foi nomeado coletor Francisco Herculano Villas Boas da Gama. Pouco depois, ele passou a acumular o cargo de procurador, com a demissão de Christóvão Augusto de Lima. Designaram-se para secretário e amanuense Sabino da Costa Pereira e Agenor do Rego Cavalcanti. Este deixou o cargo seis meses depois; aquele foi substituído por Virgílio Wenceslau Messias. Afastado o fiscal Christino Synfrônio dos Reis, ocupou seu lugar João Bernardes Pereira. A nomeação de Antônio Gonçalves Pereira Lima para zelador d'água ficou sem efeito.

No início de cada ano legislativo foram escolhidos o vice-presidente, o 1º e o 2º secretário, e os membros das diversas comissões da Câmara. Fixou-se ordenado mensal para o agente executivo.

A Câmara, por iniciativa de Santos Silva, repudiou a revolta do Almirante Custódio de Mello, comunicando ao Vice-Presidente do País

> *"que neste reducto da democracia mineira tambem ha corações que pugnão pela integridade da Republica e pelo respeito a nossa Constituição."*.

Posteriormente, voltou a cumprimentá-lo "*pelo triunfo da legalidade*".

O Município foi redividido em seções eleitorais, sen-

do feita em seguida a escolha das comissões de alistamento.

Ao empossar-se, a Câmara recebeu do Conselho de Intendência três contos de réis, que haviam sido enviados pelo Governo do Estado para saneamento da Cidade. Ante o pedido de informações sobre seu emprego, esclareceu que, como fossem insuficientes ao serviço, os depositara no Banco do Brasil, em letra pagável ao portador, até que houvesse mais dinheiro para a feitura dele.

Adquiriu-se pasto de João Baptista Milleo, na Santa Cruz, para urbanização. Criou-se uma escola mista rural de instrução primária em cada distrito do Município. Regularizou-se a escrituração da Câmara, que estava atrasada. Designou-se comissão para orçar as obras do encanamento d'água da Cidade. Fizeram-se consertos em estradas e num pontilhão da Jacutinga.

****

Fontes de consulta

A - **primárias**

1 - Arquivo Público Machadense - livro n. 168: "Registro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Santo Antônio do Machado - l.883 a 1.892";

2 - Arquivo Público Machadense - livro n. 169: "Atas das Sessões da Câmara Municipal - 1.892 a 1.894";

3 - Arquivo Público Machadense - livro n. 198: "Atas de Eleições do Distrito da Cidade - 1.890 a 1.907";

4 - Arquivo Público Machadense - livro n. 202: "Atas das Eleições Federais da 2ª Seção Eleitoral do Distrito do Machado - 1.893 a 1.910";

5 - Arquivo Público Machadense - livro n. 258: "Atas da Assembléia Municipal - 1.893 a 1.908";

6 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria do Interior - Códice 348: "Correspondência recebida pelo Presidente do Estado e pelo Secretário do Interior sobre Câmaras Municipais - 1.892" - pág. sem numeração;

7 - "Monitor Sul-Mineiro", Campanha:
nº 1.118 - 19/6/1.892 - pág. 3;
nº 1.125 - 14/8/1.892 - pág. 3.

B - **secundárias**

1 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", cap. V - na "Revista do 1º Centenário de Machado", nº 5, pág. 4;

2 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 125/126.

OS CONSELHOS DISTRITAIS

1) - A legislação local.
2) - O Conselho Distrital do Carmo da Escaramuça.
3) - O Conselho Distrital do Douradinho.
4) - O Conselho Distrital do Machadinho.
5) - O Conselho Distrital do Machado.

****

1 - **A legislação local**.

Já se aludiu no capítulo segundo à criação dos Conselhos Distritais como fruto da descentralização política efetuada pela Carta Magna de 1.891. Examine-se agora como o legislador machadense os disciplinou.

Deles trataram, quase que com as mesmas palavras, lei de 20 de fevereiro de 1.893 e, posteriormente, o Estatuto Municipal (lei nº 5, de 26 de janeiro de 1.899). Estabeleceram ambos a autonomia dos distritos em tudo quanto respeitasse ao seu peculiar interesse. Tinham leis e orçamentos próprios, e seu patrimônio não podia ser incorporado ao do Município. Sua receita consistia na metade da renda líqüida municipal neles arrecadada, e no produto das taxas especiais que criassem e das multas neles cobradas por infração a leis distritais ou municipais (exceto a lei 6/92).

Consideravam-se serviços inerentes aos distritos a construção e conservação das estradas próprias; a limpeza de suas sedes; o alinhamento, conserto e calçamento de ruas e praças; o abastecimento de água potável; a feitura e conservação da rede de esgotos; a iluminação pública; a manutenção do cemitério, mercado, matadouro e curral do Conselho; o auxílio às escolas de instrução primária; a criação de expostos; o socorro aos indigentes; a extinção de formigueiros.

O governo dos distritos incumbia aos Conselhos Distritais. Competia a estes:
- administrar os bens e as rendas do distrito;
- decidir sobre a construção de obras de interesse público;
- adquirir imóveis para o serviço público ou para utilidade dos moradores do distrito;
- propor à Câmara a alienação de imóveis distritais;
- decidir sobre a aceitação, pelo distrito, de heranças, legados ou doações, com ou sem condições;
- promover ou auxiliar a fundação de escolas de instrução primária, de asilos para indigentes e doentes incuráveis, de recolhimento de expostos e de outros estabelecimentos assistenciais;
- velar pelo cumprimento do Estatuto Municipal e pelo adequado uso dos logradouros públicos;
- conceder licença para extração de madeira, corte de lenha, colheita de frutas, etc.;
- autorizar o agente executivo distrital a propor ações em juízo;
- elaborar o estatuto e as leis distritais, o regulamento do cemitério, do mercado e de outros estabelecimentos, submetendo-os à aprovação da Câmara Municipal;
- deliberar sobre o orçamento da receita e da despesa do distrito;
- instituir e cobrar as taxas necessárias ao serviço distrital;
- criar cargos públicos e provê-los;
- prestar anualmente contas de sua gestão à Assembléia Municipal;
- realizar ao menos três sessões ordinárias anuais, em janeiro, agosto e novembro, além das extraordinárias, que podiam ser convocadas em qualquer tempo.

Eram atribuições do agente executivo distrital:
- presidir o Conselho Distrital, cumprir e fazer cumprir suas leis, regulamentos e deliberações;
- representar o Conselho Distrital nos negócios administrativos e jurídicos;
- propor ao Conselho Distrital o orçamento anual e as providências reputadas convenientes ao distrito;
- propor a nomeação de empregados, suspendê-los, multá-los, demiti-los e promover-lhes a responsabilidade por abuso ou ilegalidade no exercício de suas funções;
- convocar extraordinariamente o Conselho Distrital, quando necessário;
- ter sob sua guarda as rendas distritais;
- auxiliar o coletor municipal;
- prestar contas semestralmente de sua gestão ao Conselho Distrital.

Os Conselhos Distritais deviam ter os seguintes livros: diário, caixa, de atas, de orçamento, de lançamentos, de balancetes, de registro de leis, de registro de ofícios expedidos, de registro de editais, de registro de posse de empregados e de registro de contratos. Infelizmente, a maior parte deles foi perdida, e só se conservam no Arquivo Público Machadense os de números 67, 68, 69, 170 e 172, do Carmo da Escaramuça, e o de número 70, do Machadinho.

2 - **O Conselho Distrital do Carmo da Escaramuça**.

É deste que se têm maiores informações, pelos livros acima referidos. Foi instalado no dia 28 de agosto de 1.892, com os membros eleitos em janeiro: Marcos de Souza Dias (presidente), João Pedro d'Alvarenga e Tenente José Caetano Ribeiro. Na mesma data aprovaram-se as leis ns. 1 e 2, sobre taxas especiais e orçamento. Nomeou-se José Maria do Monte-Thabor para fiscal do Distrito, secretário e procurador do Conselho. Pediu-se à Câmara Municipal verba para despesas mais urgentes.

De janeiro a setembro de 1.893 o Conselho não se reuniu. Por motivo que ignoro, deixou o cargo João Pedro d'Alvarenga. Em junho daquele ano elegeram-se para completar o órgão Pedro Augusto Leite e Henrique Ferreira do Prado, ficando como suplente Daniel B. de Alvarenga. Entre setembro e novembro empossaram-se o primeiro e o último; alterou-se a lei nº 1 e aprovou-se o orçamento para o ano seguinte; fixou-se ordenado ao fiscal e autorizou-se o conserto de um beco.

Em 1.894 houve alterações no quadro de funcionários distritais: nomearam-se para secretário José Christiano do Prado, e para fiscal José Antônio da Silva Miquilino. Autorizaram-se o conserto de ruas, a abertura e o fechamento de becos. Tratou-se da cobrança de impostos, da imigração chinesa, do orçamento para o ano seguinte. Pediu-se auxílio à Câmara para construir a casa de instrução. Foram aprovadas as contas do presidente do órgão.

Entre novembro de 1.894 e setembro de 1.895 o Conselho novamente deixou de reunir-se. Voltou à ativa, já sob a presidência de Pedro Augusto Leite, em sessão de 11/10/95, na qual tomaram posse os conselheiros Francisco Tito do Prado e Joaquim Pio de Andrade Junqueira. Até o final do ano foram aprovados o orçamento para 1.896 e as contas da gestão anterior; nomearam-se para secretário e fiscal Astolpho Pio da Silva Pinto e Luiz da Silva Azevedo; aprovou-se a elevação do imposto sobre vacas de leite; alterou-se a tabela de taxas especiais; fizeram-se consertos urgentes em ruas e estradas; autorizou-se a compra de prédio para casa de instrução; proibiu-se a criação de porcos e cabritos nas ruas; tratou-se da extinção de formigueiros. Sugeriu-se a mudança dos nomes de diversas vias públicas, e do da Freguesia para Carmo do Sapucahy.

Em 1.896 alugou-se casa para cadeia e se mandou fazer cercado provisório para matadouro. O fiscal foi substituído por Fernando Bueno do Prado; o secretário, por J. M. Monte-Thabor. Aprovou-se o orçamento para 1.897. A lei nº 10 autorizou a cobrança de imposto do proprietário rural que não fosse contribuinte municipal.

Em 1.897 renunciou Joaquim Pio de Andrade Junqueira. O fiscal foi demitido, passando o secretário a acumular seu cargo. Aprovaram-se as contas do presidente do Conselho.

Para o triênio de 1.898 a 1.900 foram eleitos: *presidente do Conselho e agente executivo distrital* - José Caetano Ribeiro; *conselheiros* - Luiz Debreix, Francisco Luiz do Prado e Francisco de Oliveira Leite. O Colegiado tomou posse em 1/8/98. Até o final do ano foram estas as atividades principais: nomeação de José Camillo da Costa para secretário, de José Quintino da Fonseca para fiscal, e do Conselheiro Debreix para alinhador; aprovação das contas do antigo Conselho; rejeição de propostas de construção de cadeia, de novo cemitério e de criação de escola mista rural; aprovação da construção de rede de esgotos; abertura e conserto de becos e estradas; construção de uma ponte.

Em fevereiro de 1.899 renunciou Luiz Debreix, sendo eleito em junho seguinte para o posto Amaro José da Cunha Souza, que já o ocupava como 1º suplente. No correr do ano foram aprovadas as contas da gestão anterior; tratou-se da mudança do leito do ribeirão que banha a Freguesia; reformou-se a Casa do Conselho; consertaram-se pontes e estradas; levantou-se a planta da Freguesia; cuidou-se da canalização de água potável; elaborou-se o orçamento para o ano seguinte; aprovou-se o estatuto do Conselho; nomearam-se Marcolino Aurélio Gomes para fiscal e José Vicente Pereira para alinhador.

Só houve uma sessão em 1.900, na qual se cuidou da mudança da estrada para o Pontalete. Aprovou-se o orçamento para o ano seguinte.

No dia 8 de janeiro de 1.901 tomaram posse o novo presidente e agente executivo distrital, Alfredo de Oliveira Leite, e os conselheiros Alferes Belisário Rodrigues da Cunha e José Christiano do Prado. Por razão que ignoro, não se empossou Daniel B. de Alvarenga, também eleito para compor o órgão. Para preencher sua vaga, em 7 de março foi sufragado Olympio da Silva Passos, que tomou posse em maio. Naquele ano foram mantidos os empregados distritais, nomeou-se professora adjunta, aprovaram-se as contas do Conselho anterior, cuidou-se do nivelamento da praça, do alargamento de ruas e da extinção de formigueiros; forneceram-se medicamentos aos pobres; aprovou-se o orçamento para 1.902; repudiou-se a anexação a Alfenas de bairros rurais da Freguesia.

Ocorreram defecções no Conselho, em datas e por motivos que ignoro. Convocou-se de novo para integrá-lo como suplente Amaro José da Cunha Souza, e em janeiro de 1.902 se empossaram os novos conselheiros Aureliano Luiz do Prado Filho e João da Silva Azevedo Júnior. Os problemas que ocuparam o Colegiado naquele ano foram o esgotamento de um ribeirão, a iluminação pública com lampiões, a queda da renda distrital e a votação do orçamento para 1.903.

A resolução da Câmara nº 87, de 24 de janeiro de 1.904, aprovou as contas do agente executivo distrital do Carmo da Escaramuça.

3 - **O Conselho Distrital do Douradinho**.

Aqui as informações são mais escassas, pois todos os livros do Conselho se perderam. Em 31 de janeiro de 1.892 foram eleitos os seus primeiros integrantes, empossados em março: Flávio de Morais Machado (presidente e agente executivo distrital), Antônio Cândido de Carvalho e Francisco de Paula Campos. Em dezembro seguinte elegeu-se mais um conselheiro, João de Deus d'Oliveira.

Naquele ano foram aprovadas as leis distritais números 1 e 2, que trataram de taxas especiais e do orçamento. Seu texto desapareceu, e só encontrei referência a elas em livro de atas da Câmara (nº 168, f. 183). Não tenho notícia de outras votadas pelo Conselho.

Depois, só em 1.895 encontrei outra referência ao Colegiado do Douradinho: a lei municipal nº 11, de 6 de abril, autorizou o agente executivo do Município a auxiliá-lo com a quantia de 1:000$000 para construção de uma ponte sobre o Rio Dourado, no Lambary.

Em janeiro de 1.897 o presidente e agente executivo distrital era Joaquim Antônio Pereira de Lemos.

Para o triênio de 1.898 a 1.900 foram eleitos: *presidente e agente executivo distrital* - Honório Pereira Caixeta; *conselheiros* - Francisco de Paula Campos, João Pereira Penha e Joaquim Ignácio Gomes.

No pleito de 1.901, aprovado pela resolução 59 da Câmara, elegeram-se para compor o Conselho Antero Augusto Maciel, João Clímaco de Carvalho e Pedro Custódio Pereira.

Em 7 de março de 1.902 realizou-se nova eleição no Distrito, por razão que desconheço. A resolução 77 da Câmara a aprovou, proclamando vencedores: *presidente e agente executivo* - Francisco de Paula Campos; *conselheiros* - Francisco Estevam Pereira, Joaquim de Morais Machado e Luís Pereira de Macedo.

A resolução da Câmara nº 88, de 24 de janeiro de 1.904, aprovou as contas do agente executivo distrital do Douradinho.

4 - **O Conselho Distrital do Machadinho**.

Também poucos foram os dados que recolhi sobre este órgão. No pleito de 31 de janeiro de 1.892 o Barão de Alfenas foi escolhido presidente e agente executivo distrital. Elegeram-se membros do Conselho Archanjo da Cruz Mendes e Aureliano Pereira da Costa.

No primeiro ano de atividades, os conselheiros aprovaram as leis 1 e 2, a respeito de taxas especiais e orçamento. Em 1.899 foi sancionada a lei nº 3, que contém o Estatuto Distrital.

Em 1.896 o presidente e agente executivo distrital era Francisco das Chagas Ribeiro; um dos membros, Manoel Caetano Neves.

Lei municipal de 22 de junho de 1.897 autorizou o agente executivo do Município a auxiliar o Conselho do Machadinho com a quantia de 2:400$000, para o calçamento de uma rua.

Para o triênio de 1.898 a 1.900 elegeram-se conselheiros José Caetano Neves, José Theodoro Alves e Roque José Ferreira. A escolha de agente executivo distrital foi anulada porque o vencedor, Padre José Gomes da Conceição, não residia no Município pelo prazo mínimo de dois anos, exigido por lei. A comissão apuradora considerou eleito o que se lhe seguiu em votos, João Baptista Ferreira.

Em 12 de março de 1.899 Antônio Dias de Govêa foi escolhido para preencher uma vaga de conselheiro distrital. A Câmara aprovou o pleito através da resolução nº 41, de 18 de setembro do mesmo ano.

No início de 1.902 era presidente do Conselho Aurélio Lopes Pinheiro.

A resolução da Câmara nº 93, de 9 de abril de 1.904, aprovou as contas do agente executivo distrital do Machadinho.

5 - **O Conselho Distrital do Machado**.

Nenhum dos livros deste foi conservado, o que dificulta sobremaneira o seu estudo. Em 31 de janeiro de 1.892 elegeu-se presidente e agente executivo distrital João Moreira de Carvalho. Não sei quais foram então os outros componentes. No dia 20 de dezembro do mesmo ano houve eleição de conselheiros distritais no Machado, sendo eleitos Francisco Elysio Ferreira Braga e Joaquim Carlos Alves. Os três permaneciam nos cargos em janeiro de 1.894.

No início de 1.896 Ferreira Braga ocupava a presidência do órgão, que tinha ainda como integrantes Octávio de Souza Westin e Pedro de Araújo Macedo. No mesmo ano os dois primeiros renunciaram e o terceiro perdeu o lugar, por razões que desconheço.

Houve nova eleição para o Conselho em 1.896, mas não sei o seu resultado. No ano seguinte, a presidência esteve a cargo do Dr. Flávio de Salles Dias; exerceram-na interinamente Joaquim Antônio Pereira Lima

(de janeiro a 15 de maio) e o Coronel Francisco Álvaro de Morais Navarro (em alguns dias de agosto).

No início de 1.899 já estava extinto o Conselho Distrital do Machado. Ignoro, porém, a data do ato que lhe deu fim.

Só encontrei referência no Arquivo Público local (*livro 168, folha 182v.*) a duas leis aprovadas por este Conselho, ambas de 1.892: a primeira criou duas escolas municipais; a segunda tratou do orçamento distrital.

****

Fontes de consulta

1 - Arquivo Público Machadense - livro n. 61: "Leis e Resoluções da Câmara Municipal - 1892" - folhas 10v a 15;
2 - Arquivo Público Machadense - livro n. 62: "Leis, Decretos e Resoluções da Câmara Municipal - 1895 e 1896" - folhas 6 e l5v;
3 - Arquivo Público Machadense - livro n. 63: "Leis da Câmara Municipal - 1898 a 1912" - folhas 15v e seguintes;
4 - Arquivo Público Machadense - livro n. 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919" - folhas 23v e 29v;
5 - Arquivo Público Machadense - livro n. 67: "Leis do Conselho Distrital do Carmo da Escaramuça - 1899 a 1902";
6 - Arquivo Público Machadense - livro n. 68: "Leis do Distrito do Carmo da Escaramuça - 1892";
7 - Arquivo Público Machadense - livro n. 69: "Registro de Leis e Resoluções do Conselho Distrital do Carmo da Escaramuça depois de aprovadas pela Câmara (1892)";
8 - Arquivo Público Machadense - livro n. 70: "Registro de Leis e Resoluções do Conselho Distrital do Machadinho depois de aprovadas pela Câmara (1892);
9 - Arquivo Público Machadense - livro n. 168: "Registro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Santo Antônio do Machado - 1883 a 1892" - folha 182v;
10 - Arquivo Público Machadense - livro n. 169: "Atas das Sessões da Câmara Municipal - 1892 a 1894" - folha 98 e verso;
11 - Arquivo Público Machadense - livro n. 170: "Atas dos trabalhos do Conselho Distrital do Carmo da Escaramuça - 1892 a 1898";
12 - Arquivo Público Machadense - livro n. 172: "Atas dos trabalhos do Conselho Distrital do Carmo da Escaramuça - 1898 a 1902";
13 - Arquivo Público Machadense - livro n. 258: "Atas da Assembléia Municipal - 1.893 a 1.908".

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.894 A 1.897

PRESIDENTE DA CÂMARA: JOÃO NEPOMUCENO TEIXEIRA

AGENTE EXECUTIVO: ANTÔNIO MOREIRA DE SOUZA GUERRA

1) - Eleições e composição da Câmara.
2) - Irregularidades, política conturbada.
3) - A atuação legislativa e administrativa.

****

1 - **Eleições e composição da Câmara**.

O estudo deste período da nossa história política é muito prejudicado pelo extravio do correspondente livro de atas das sessões da Câmara Municipal.

Recorde-se que, como afirmado no capítulo anterior, a partir da lei 28/94 se separaram as funções deliberativas e executivas do Governo Municipal. O presidente da Câmara deixou de acumular o cargo de agente executivo, que passou a um cidadão estranho a ela, eleito pelo povo.

Em 1.894 começou a atuação do Dr. Flávio de Salles Dias na política local, que liderou por vários lustros. Recém-formado em Direito, de regresso à terra engajou-se no Partido Republicano Constitucional, disputando o pleito de 7 de setembro daquele ano. Foi esta parte da chapa por ele encabeçada:
para agente executivo:
Dr. Flávio de Salles Dias;
para vereadores gerais:
Tenente-Coronel Antônio Cândido de Souza Dias, Tenente-Coronel Francisco de

Salles Pereira, Coronel José Joaquim dos Santos Silva, Capitão João Antônio Xavier, Tenente Jacintho Pereira Dias e Tenente Theodoro Soares de Oliveira;
para vereador especial da Cidade:
Eduardo Pio Westin;
para o Conselho Distrital da Cidade:
presidente - Francisco Elísio Ferreira Braga; membros - Pedro de Araújo Macedo e Octávio de Souza Westin;
para juízes de paz:
Major Marcos de Souza Moreira e Fernando Jacintho de Carvalho.

Tinha ela o apoio do semanário "*Sexto Districto*", redigido por Adolpho Guimarães Corrêa. Venceram os adversários, da chapa moderada, conciliadora, ou católica, segundo o jornal, que pejorativamente chamava seus integrantes de *sebastianistas* - "*porque ainda sonham com D. Sebastião*", ou seja, com a volta do antigo regime. Ignoro os números da porfia.

A nova Câmara foi formada por João Nepomuceno Teixeira (presidente), Alfredo de Oliveira Leite (vereador especial pelo Carmo da Escaramuça), Francisco Tavares Paes Júnior, João Baptista Ferreira de Britto (vereador especial pelo Machadinho), Lourenço Gonçalves Marinho, Luiz Pereira de Carvalho (vereador especial pelo Douradinho), Misael José Gonçalves, Octávio Olyntho Ribeiro e Olympio Theodoro de Araújo, da chapa vencedora; e pelos oposicionistas Eduardo Pio Westin (vereador especial pela Cidade), Jacintho Pereira Dias e João Antônio Xavier.

Em 6 de maio de 1.895 renunciou Olympio Theodoro de Araújo; realizando-se nova eleição, seu lugar coube a Olympio Gonçalves de Magalhães. No mesmo ano Jacintho Pereira Dias e João Antônio Xavier perderam os mandatos, por terem faltado a mais de três reuniões ordinárias consecutivas. No dia 21 de janeiro de 1.896 também Eduardo Pio Westin resignou o cargo. No pleito efetuado para preenchimento dessas vagas foram escolhidos o Dr. Bento Antônio de Barros (vereador especial pela Cidade), Sabino da Costa Pereira e Honório Pereira Caixeta (vereadores gerais). O primeiro não aceitou o mandato; o segundo não pôde assumir a vereança por incompatibilidade com o cargo de delegado de polícia. Em fevereiro de 1.896 renunciou Alfredo de Oliveira Leite. A eleição de seu substituto, no Carmo da Escaramuça, ainda não se havia realizado em janeiro de 1.897, por falta de juiz de paz naquele distrito. Ignoro se ocorreu depois.

Para o Conselho Distrital da Cidade foram eleitos os integrantes da chapa derrotada do Dr. Flávio. As desavenças políticas e a condição de minoritários no Município é que devem ter levado à renúncia, em 1.896, Francisco Elysio Ferreira Braga (presidente) e Octávio de Souza Westin (conselheiro). Na mesma época, por motivo que desconheço, perdeu o lugar o outro membro, Pedro de Araújo Macedo.

2 - **Irregularidades, política conturbada**.

No período em exame Antônio Moreira de Souza Guerra foi agente executivo, havendo notícia de que cometeu irregularidades no uso do dinheiro público. A resolução da Câmara nº 12, de 26/9/98, determinou fosse convidado a repor ao cofre municipal quantia paga em excesso ao professor do Douradinho e percentagem ilegalmente paga ao advogado Olympio Theodoro de Araújo. Mandou também que apresentasse à Edilidade os documentos relativos aos pagamentos e o saldo verificado, para que apurasse se houve ou não desfalque. Parece que de pronto os vereadores concluíram pela prática do ilícito, pois a resolução nº 15, da mesma data, autorizou a remessa ao promotor de justiça de documentos "*relativos ao desfalque*". Ignoro qual foi o desfecho do caso.

A Assembléia Municipal aprovou com ressalvas as contas da Câmara de 1.894. Acentuou terem sido feitas de modo prejudicial ao erário despesas relativas à publicação dos atos legislativos e à gratificação do Secretário. Aquelas, porque nenhum serviço se prestara; estas, por superiores à quantia para isso votada. Houve tumulto durante os debates, com a intervenção exaltada do Dr. Flávio Dias. A sessão teve de ser suspensa, e ele foi convidado a retirar-se. A requerimento da minoria, a resolução sobre as contas foi enviada ao Congresso Estadual para reexame, com efeito suspensivo.

João de Britto, que pretendeu anular o contrato do "*Sexto Districto*" com o ex-agente executivo, Eduardo Pio Westin, para a referida publicação dos trabalhos da Câmara, foi duramente atacado. Outro alvo das diatribes do semanário foi Olympio Theodoro de Araújo, por apelido "*Matinada*" - "*o infecto manipulador de tractantices, o homem negro de todos os partidos*" - acusado de tramar vil e caluniosamente contra os republicanos leais.

Em meados de 1.896 o Paço Municipal foi invadido por algumas pessoas, que queriam afastar os vereadores. Substituíram a fechadura da porta, arrombaram a secretaria e se apoderaram de parte do arquivo da Câmara. A arrecadação de impostos naquele ano foi dificultosa, em face dos boatos de que a Câmara havia sido deposta. Os perturbadores da ordem aconselharam os contribuintes a só fazer pagamentos ao novo governo, que, segundo eles, seria eleito em curto prazo.

3 - **A atuação legislativa e administrativa**.

Das leis sancionadas no período em exame, destacam-se a que impunha multa aos vereadores faltosos; a que disciplinava a locação de serviços e a contratação de empregados; e a que cominava multa aos que vendessem café e outros gêneros sem provar sua procedência.

Anulou-se contrato celebrado com Adolpho Guima-

rães Corrêa, para publicação dos trabalhos da Câmara. Autorizou-se a contratação de advogado para tratar de todos os negócios desta.

Foi criada uma escola distrital no Bairro de São Thomé. Concedeu-se privilégio para construção, uso e gozo de estrada de rodagem entre o Carmo da Escaramuça e o Pontalete. Foi aprovado o projeto de encanamento d'água da Cidade. Construíram-se duas pontes sobre o Rio Dourado, na estrada do Retiro e no Lambary. O Largo da Matriz foi nivelado. Diversas ruas tiveram os nomes substituídos.

Em 1.895-1.896 era secretário da Câmara Agenor do Rego Cavalcanti; no ano seguinte ocupou o cargo Sabino da Costa Pereira.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo Público Machadense - livro 62: "Leis, Decretos e Resoluções da Câmara Municipal - 1895 e 1896";

2 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919";

3 - Arquivo Público Machadense - livro 258: "Atas da Assembléia Municipal - 1.893 a 1.908";

4 - "Sexto Districto" - nº 5 - 5/9/1.894 - pág. 1;
- nº 12 - 5/5/1.895 - págs. 1 e 3.

B - **secundárias**

1 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História" - cap. V - na "Revista do 1º Centenário de Machado", nº 5, pág. 4;

2 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, pág. 125;

3 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje", II-1.

****

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.898 A 1.900

PRESIDENTES DA CÂMARA: MARCOS DE SOUZA DIAS
DR. FLÁVIO DE SALLES DIAS

AGENTES EXECUTIVOS MUNICIPAIS: JOÃO NEPOMUCENO TEIXEIRA
MARCOS DE SOUZA DIAS
MAJOR ONOFRE DE SOUZA DIAS
DR. FLÁVIO DE SALLES DIAS

****

1) - O pleito - uma apuração.
2) - O pleito - outra apuração.
3) - Proclamação e posse dos eleitos por uma das facções.
4) - O relatório do Juiz de Direito.
5) - Os governantes no período.
6) - Eleições complementares.
7) - A atuação legislativa.
8) - As realizações administrativas.

****

1 - **O pleito - uma apuração**.

Realizaram-se tumultuadas eleições municipais em 1º de novembro de 1.897. Por motivos que a precariedade da documentação não permite esclarecer, houve dois pleitos no Carmo da Escaramuça e duas Juntas

Apuradoras no Município, o que levou à duplicidade de Câmaras.

Parte do resultado da apuração feita por uma das Juntas saiu no Diário Oficial um mês depois:

<u>para agente executivo municipal</u>:
João Nepomuceno Teixeira (eleito).....561 votos;
Major Onofre de Souza Dias.....339 votos;

<u>para vereadores gerais</u>:
Gabriel Augusto de Souza Westin.....560 votos;
Pedro de Almeida Nogueira.....559 votos;
João Moreira de Carvalho.....556 votos;
João Octávio Dias.....546 votos;
João Soares Moreira.....539 votos;
Francisco Vieira da Silva.....356 votos;
Joaquim Paulino da Costa.....341 votos;
Jacintho Pereira Dias.....341 votos;

<u>para vereadores especiais</u>:
Flávio de Salles Dias (Cidade).....188 "
Francisco das Chagas Ribeiro (Machadinho)..228 "
Luiz Pereira de Carvalho (Douradinho).....107 "
Theodoro Antônio da Silva Borges (Carmo).....34 "

<u>para juízes de paz da Cidade</u>:
Joaquim Moreira de Souza Guerra.....192 votos;
Francisco Rodrigues de Paiva.....187 votos;
Marcos de Souza Moreira.....187 votos.

2 - **<u>O pleito - outra apuração</u>**.

No livro 171 do Arquivo Público Machadense encontra-se o registro dos trabalhos da outra Junta Apuradora. Ela desconsiderou a eleição havida no Douradinho, por não lhe ter sido apresentada a respectiva ata autêntica. Todavia, a comissão da Câmara encarregada de examinar a atuação da Junta, recebendo a ata, decidiu levar em conta o pleito naquele Distrito. A comissão não tomou conhecimento de um "*simulacro de eleição*" realizado no Carmo da Escaramuça, em casa de Aureliano Luís do Prado e presidida por Manoel Ferreira do Prado, porque, no seu entender, não passara de uma farsa.

Apurou-se então o seguinte resultado no legislativo:

<u>para vereadores gerais</u>:
Francisco Vieira da Silva.....555 votos;
Joaquim Paulino da Costa.....550 votos;

Jacintho Pereira Dias.....540 votos;
Octávio Augusto de Souza Westin.....539 votos;
Francisco de Salles Pereira.....537 votos;
Gabriel Augusto de Souza Westin.....523 votos;
Pedro de Almeida Nogueira.....521 votos;
João Moreira de Carvalho.....519 votos;
João Octávio Dias.....510 votos;
João Soares Moreira.....502 votos;
Francisco Álvaro de Moraes Navarro..340 votos;
Dr. Bento Antônio de Barros.....199 votos.

Houve ainda candidatos menos votados, cujos nomes não constam do livro.

<u>para vereador especial pela Cidade</u>:
Dr. Flávio de Salles Dias.....191 votos;
Anastácio Vieira Machado.....188 votos.

<u>para vereador especial pelo Carmo</u>:
Marcos de Souza Dias.....194 votos;
Pedro Augusto Leite.....1 voto.

<u>para vereador especial pelo Douradinho</u>:
Luiz Pereira de Carvalho.....107 votos;
José Joaquim Ignácio Pereira.....44 votos.

<u>para vereador especial pelo Machadinho</u>:
Francisco das Chagas Ribeiro.....228 votos;
Eugênio Fernandes.....106 votos.

No âmbito do Executivo apurou-se este resultado:

<u>para agente executivo municipal</u>:
Major Onofre de Souza Dias.....538 votos;
João Nepomuceno Teixeira.....522 votos;
Antônio Moreira de Souza Guerra.....1 voto.

<u>para agente executivo distrital do Carmo</u>:
José Caetano Ribeiro.....189 votos;
Francisco de Oliveira Leite.....2 votos;
Alfredo de Oliveira Leite.....1 voto;
Pedro Augusto Leite.....1 voto.

<u>para agente executivo distrital do Douradinho</u>:
Honório Pereira Caixeta.....107 votos;
Antônio Cândido Pereira.....45 votos.

<u>para agente executivo distrital do Machadinho</u>:

Padre José Gomes da Conceição.....227 votos;
João Baptista Fonseca.....107 votos;
João Baptista Ferreira de Britto.....1 voto.

<u>para membros do Conselho Distrital do Carmo</u>:
Luiz Debreix.....166 votos;
Francisco Luiz do Prado.....166 votos;
Francisco de Oliveira Leite.....28 votos;
Amaro José da Cunha e Souza.....16 votos;
Padre Francisco Bath (?).....10 votos.

<u>para membros do Conselho Distrital do Douradinho</u>:
Francisco de Paula Campos.....108 votos;
Joaquim Ignácio Gomes.....108 votos;
João Pereira Penha.....45 votos;
Benevides Eusébio Pereira.....45 votos;
José de Morais Machado.....1 voto.

<u>para membros do Conselho Distrital do Machadinho</u>:
José Caetano Neves.....172 votos;
Roque José Ferreira.....147 votos;
José Theodoro Alves.....138 votos;
José Augusto Pereira.....107 votos;
João Paulino da Costa.....106 votos.

A eleição de juízes de paz teve este resultado:

<u>pelo Distrito da Cidade</u>:
Joaquim Moreira de Souza Guerra.....192 votos;
Francisco Rodrigues de Paiva.....188 votos;
Marcos de Souza Moreira.....187 votos;
José Paulino da Costa Júnior.....182 votos;
Oscar de Souza Fernandes.....3 votos;
Fernando Jacintho de Carvalho.....2 votos.

<u>pelo Distrito do Carmo da Escaramuça</u>:
Alfredo de Oliveira Leite.....176 votos;
Manoel Luiz Ribeiro.....120 votos;
Clemente Gomes da Silva.....46 votos;
José Maria do Monte-Thabor.....24 votos;
Luiz da Silva Azevedo.....18 votos;
Amaro José da Cunha e Souza.....1 voto;
José C. da Costa.....1 voto.

pelo Distrito do Douradinho:
Saturnino de Morais Machado.....60 votos;
Antero Augusto Maciel.....56 votos;
José de Morais Machado.....52 votos;
José Pinto Ribeiro de Souza.....51 votos;
Luciano Antônio Pereira.....44 votos;
José Bonifácio do Couto.....44 votos.

pelo Distrito do Machadinho:
José Dias de Gouveia.....169 votos;
Archanjo da Cruz Mendes.....144 votos;
José Dias Gomes Carneiro.....134 votos;
José Joaquim Ferreira.....106 votos;
Joaquim Tibúrcio Pereira.....106 votos;
Agostinho José Pires.....5 votos;
Eugênio Fernandes.....2 votos.

3 - **Proclamação e posse dos eleitos por uma das facções**.

Conforme atas do livro 171, atrás referido, a comissão da Câmara concluiu haver impedimento entre os candidatos Octávio Augusto de Souza Westin e Gabriel Augusto de Souza Westin, por serem irmãos e sócios da firma comercial "Octavio Westin & Irmãos". Declarou, por isso, nulos os votos recebidos pelo segundo, menos votado, ficando vago um cargo de vereador geral.

Assim, foram proclamados eleitos *vereadores gerais*: Francisco de Salles Pereira, Francisco Vieira da Silva, Jacintho Pereira Dias, João Moreira de Carvalho, Joaquim Paulino da Costa, Octávio Augusto de Souza Westin e Pedro de Almeida Nogueira. Reconheceram-se escolhidos *vereadores especiais*: Dr. Flávio de Salles Dias (Cidade), Marcos de Souza Dias (Carmo da Escaramuça), Luiz Pereira de Carvalho (Douradinho) e Francisco das Chagas Ribeiro (Machadinho).

No âmbito do Executivo, os Edis consideraram nulos os votos dados ao Padre José Gomes da Conceição para agente distrital do Machadinho, porque não tinha residência no Município pelo prazo mínimo de dois anos, como exigido por lei. Declararam eleito o candidato que o seguiu em votos. Foram, então, proclamados eleitos: *agente executivo municipal* - Major Onofre de Souza Dias; *agente executivo distrital do Carmo da Escaramuça* - José Caetano Ribeiro; *agente executivo distrital do Douradinho* - Honório Pereira Caixeta; *agente executivo distrital do Machadinho* - João Baptista Ferreira; *membros do Conselho Distrital do Carmo da Escaramuça* - Luiz Debreix, Francisco Luiz do Prado e Francisco de Oliveira Leite; *membros do Conselho Distrital do Douradinho* - Francisco de Paula Campos, Joaquim Ignácio Gomes e João Pereira Penha; *membros do Conselho Distrital do Machadinho* - José Caetano Neves, Roque José Ferreira e José Theodoro Alves.

Por fim, a comissão de Vereadores anulou a eleição para juízes de paz na Cidade, por irregularidades que indicavam o intento de fraude. Reconheceu escolhidos: *juízes de paz do Carmo da Escaramuça* - Alfredo de Oliveira Leite, Manuel Luiz Ribeiro e Clemente Gomes da Silva; *juízes de paz do Douradinho* - Saturnino de Morais Machado, Antero Augusto Maciel e José de Morais Machado; *juízes de paz do Machadinho* - José Dias de Gouveia, Archanjo da Cruz Mendes e José Dias Gomes Carneiro.

No dia 1º de janeiro de 1.898 instalou-se a nova Câmara, com a posse dos eleitos. A mesa diretora ficou assim composta: presidente - Marcos de Souza Dias; vice-presidente - Dr. Flávio de Salles Dias; secretário - Octávio Augusto de Souza Westin. Em seguida, o Vereador Salles Dias sugeriu

> *"que se suspendesse os trabalhos da Camara e que deixasse de tomar conta da administração do Municipio, até haver decisão do recurso que foi interposto para o Tribunal da Relação, porque estando em litigio a Camara que foi legalmente eleita, visto ter havido duplicata no reconhecimento de poderes, e para que não haja perturbação na administração do Municipio, era prudente que assim se proceda.".*

A proposta foi aceita, mandando o Presidente que se publicasse por edital a deliberação, e se cientificassem por ofício o Agente Executivo Municipal e a Câmara antiga.

4 - **O relatório do Juiz de Direito**.

O Juiz Loreto Ribeiro de Abreu, em relatório enviado ao Tribunal da Relação do Estado, prestou estes informes sobre a repercussão do pleito:

> *"A paixão política foi causa de passageira agitação, nesta cidade, pouco tempo depois das eleições municipaes a qual não teve, felizmente, graves e lamentaveis consequencias.*
> *No districto do Machadinho tornou-se mais forte a agitação, ao serem alli conhecidos os resultados daquellas eleições, chegando a defrontarem um com o outro em uma das ruas da freguezia dous numerosos grupos rivaes e a serem disparadas armas de fogo das quaes foram ouvidos, apenas, estalos de espoletas, factos que deram logar a um inquerito aberto pelo delegado de Policia deste municipio Sabino da Costa Pereira que, com a sua presença e auxiliado pela prudencia de alguns cidadãos, conseguiu, felizmente, acalmar os animos.*
> *Ainda a extremada divergencia dos partidos locaes deu logar á duplicata de eleições no districto do Carmo da Escara-*

muça e á dualidade neste municipio não só de juntas apuradoras como de camaras.
Da eleição de uma dessas camaras foi, felizmente, interposto recurso para o Egregio Tribunal da Relação deste Estado, e, oxalá, consiga este pôr termo ao estado anomalo que a existencia de duas camaras começa a crear para este municipio.
Vê-se, pois, que a população desta comarca, cercada de um meio physico dos mais ricos e que calca aos pés um sólo fertilissimo só preciza, para alicerçar melhor o seu progresso, augmentar o seu patriotismo moral com mais este nobre sentimento - a moderação em politica.".

5 - **Os governantes no período**.

Lamentavelmente também se extraviaram os livros de atas das sessões da Câmara de 1.899 a 1.915. Fica, assim, por demais prejudicado o estudo da administração municipal nesse período. As informações que consegui recolher sobre ele, transcritas neste e em capítulos seguintes, são incompletas e fragmentadas.

De janeiro a julho de 1.898 João Nepomuceno Teixeira exerceu as funções de agente executivo municipal, pois a resolução da Câmara nº 42, de 8/10/1.899, aprovou suas contas em tal período. De 21 de julho a 21 de dezembro de 1.898 o agente executivo municipal foi o Major Onofre de Souza Dias, que teve as contas aprovadas pela resolução nº 35, de 26/1/1.899. No intervalo de poucos dias entre os dois governos, o cargo foi ocupado por Marcos de Souza Dias.

Em 1.899 Marcos de Souza Dias retornou à chefia da administração municipal. A arrecadação e as despesas feitas pelo agente executivo naquele exercício foram aprovadas pela resolução nº 46, de 8 de janeiro do ano seguinte.

Em setembro de 1.899 o agente executivo municipal era de novo o Major Onofre, que permaneceu no cargo até 5 de maio do ano seguinte. Nessa data assumiu-o interinamente o Dr. Flávio, presidente da Câmara, que em 13 de julho se tornou efetivo pela renúncia do titular Onofre. O secretário da Edilidade, na época, foi Virgílio Wenceslau Messias.

6 - **Eleições complementares**.

Em 8 de setembro de 1.898 houve nova eleição para juízes de paz do distrito da Cidade, em face da anulação da anterior. Foram vota-

dos: José Pereira Arantes, Marcos de Souza Moreira, Francisco Raphael de Carvalho, Pio Rodrigues de Paiva, Jeronymo da Silva Passos e Fernando Jacintho de Carvalho. Na mesma data ocorreu o pleito para preenchimento de uma vaga de vereador geral, que coube ao Coronel Francisco Álvaro de Moraes Navarro.

No dia 1º de novembro de 1.898 realizou-se eleição no Machadinho para preenchimento de uma vaga de vereador especial, tendo sido proclamado eleito Olympio Theodoro de Araújo. A Câmara aprovou-a pela resolução nº 29, de 6/1/1.899.

Em 12 de março de 1.899 houve no mesmo distrito escolha de um conselheiro distrital, sendo vencedor Antônio Dias de Gouveia. Sua aprovação se deu pela resolução nº 41, de 18 de setembro daquele ano.

Por motivo que desconheço, surgiram mais quatro vagas de vereadores gerais, uma de 3º juiz de paz do Carmo da Escaramuça e outra de conselheiro do mesmo distrito. Em 8 de junho de 1.899 realizou-se pleito para ocupá-las, aprovado pela resolução nº 40, de 17 de setembro seguinte. Foram proclamados eleitos: *vereadores* - Pedro Augusto Leite, Jeronymo da Silva Passos, Eugênio Fernandes e Luciano Antônio Pereira; *juiz de paz* - Domingos Antônio Marques; *conselheiro* - Amaro José da Cunha e Souza.

7 - **A atuação legislativa**.

Dentre as leis sancionadas no período de que se cuida, ressalte-se a nº 5, que aprovou o Estatuto Municipal. Ela fixou em doze o número de vereadores do Município, sendo quatro especiais e oito gerais. Também foram aprovados os Estatutos Distritais do Carmo da Escaramuça e do Machadinho. Merecem ainda lembrança a lei que organizou a repartição da Fazenda Municipal, a que aprovou o regimento interno da Câmara, a que continha o regulamento do Matadouro, e a que criou o Externato Machadense.

8 - **As realizações administrativas**.

O Município foi dividido em sete seções eleitorais. Transferiu-se a escola distrital de São Thomé para os Trezentos. Foram concedidas subvenções a diversas escolas, e tratou-se da contratação e fiscalização de professores. Mudou-se o curral do Conselho, e foi determinada a construção do Matadouro no fim da Rua Astolpho Pio. Cuidou-se da canalização de água potável para a Cidade. No setor de urbanismo, prolongaram-se as ruas Astolpho Pio e XV de Novembro; construiu-se a pracinha hoje denominada Ana Margarida; aprovaram-se as plantas dos bairros Santa Cruz e Padre Felippe; providenciou-se o escoamento de brejos dos subúrbios da Cidade. Abriu-se nova estrada do Machado ao Carmo da Escaramuça, autorizou-se o fechamento de parte da antiga estra-

da para aquele distrito, e mudou-se parcialmente o trajeto da estrada para Alfenas. Outras estradas foram consertadas. Construíram-se pontes sobre o Rio Machado, e determinou-se o reparo de diversas pontes e pontilhões.

****

Fontes de consulta

A - **primárias**
1 - Arquivo Público Machadense - livro 63: "Leis da Câmara Municipal - 1898 a 1912";
2 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898-1919";
3 - Arquivo Público Machadense - livro 171: "Atas das Sessões da Câmara Municipal - 1897-1898";
4 - Arquivo Público Machadense - livro 198: "Actas de Eleições do Districto da Cidade, 1ª Seção - 1890 a 1907";
5 - Arquivo Público Machadense - livro 202: "Atas das Eleições Federais da 2ª Seção Eleitoral do Distrito do Machado - 1893 a 1910";
6 - Arquivo Público Machadense - livro 258: "Atas da Assembléia Municipal - 1.893 a 1.908";
7 - Arquivo Público Machadense - livro 309: "Documentos Históricos - 1.893 a 1.964";
8 - "Minas-Geraes" de 2/12/1.897 - pág. 5;
9 - "MInas-Geraes" de 6/4/1.898 - pág. 4.

B - **secundárias**
1 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 125/126;
2 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje" - II-1.

****

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.901 A 1.904

PRESIDENTES DA CÂMARA: FRANCISCO ÁLVARO DE MORAIS NAVARRO
FRANCISCO DE SALLES PEREIRA

AGENTE EXECUTIVO MUNICIPAL: DR. FLÁVIO DE SALLES DIAS

1) - O pleito de 1.900.
2) - Eleições complementares.
3) - O Governo Municipal.
4) - Realizações legislativas e administrativas.
5) - A situação política.

****

1 - **O pleito de 1.900**.

O "*Minas Geraes*" publicou o resultado da eleição municipal de 1º de novembro de 1.900, em que os republicanos derrotaram com folga os moderados:

para agente executivo municipal:
Dr. Flávio de Salles Dias (rep.).....704 votos;
Major Onofre de Souza Dias (mod.).....424 votos;

para vereadores gerais:
Major Francisco Vieira da Silva (rep.).....702 votos;
João Antônio Xavier (rep.).....701 votos;
Jerônymo da Silva Passos (rep.).....699 votos;
Cel. Francisco de Salles Pereira (rep.).....698 votos;

Cel. Pio de Souza Dias (rep.).....691 votos;
Cap. José Paulino da Costa Júnior (rep.).....633 votos;
Antônio Cândido Pereira Dias (rep.).....500 votos;
Francisco Elísio Ferreira Braga (mod.).....435 votos;
Pedro de Almeida Nogueira (mod.).....434 votos;
Joaquim Antônio Pereira Lima (mod.).....430 votos;
Pedro Alves Palmeira (mod.).....429 votos;
Olympio Theodoro de Araújo (mod.).....412 votos.
Foram eleitos os oito mais votados, sendo sete republicanos e um moderado.

para vereadores especiais:

Machado:

Cel. Francisco Álvaro de Moraes Navarro (rep.).....373 votos.

Carmo da Escaramuça:

Theodoro Antônio da Silva Borges (rep.).....222 votos;
Pedro Augusto Leite (rep.).....3 votos;

Douradinho:

Antônio Cândido de Carvalho (mod.).....102 votos;
João Pereira Penha (rep.).....38 votos;

Machadinho:

Oscar de Souza Fernandes (mod.).....191 votos;
Eugênio Fernandes (rep.).....164 votos;
Os moderados votaram no candidato republicano na Cidade, e em branco no Carmo da Escaramuça.

para juízes de paz:

Machado:

Major Marcos de Souza Moreira (rep.).....271 votos;
Major José Pereira Arantes (rep.).....252votos;
João Octávio Dias (mod.).....99 votos;
Joaquim Moreira de Souza Guerra (mod.).....97 votos;
Pio Rodrigues de Paiva (rep.).....19 votos;
Virgílio Pio de Souza Dias (rep.).....3 votos;

Carmo da Escaramuça:

Joaquim Luiz do Prado (rep.).....164 votos;
José Quintino da Fonseca (rep.).....132 votos;
José Maria do Monte-Thabor (rep.).....98 votos;
Samuel Tito do Prado (rep.).....42 votos;
Luiz da Silva Azevedo (mod.).....27 votos;
José Benício de Salles (mod.).....22 votos;
Lindolpho Sousa Dias (rep.).....19 votos;

Douradinho:

Flávio de Morais Machado (mod.).....77 votos;
Luiz Pereira de Carvalho (mod.).....68 votos;
Francisco de Paula Campos (mod.).....59 votos;
Sabino José Pereira (rep.).....37 votos;

José Pinto do Couto (rep.).....36 votos;
Ozéas Oscar de Campos (mod.).....33 votos;

Machadinho:

Antônio Dias de Gouvêa (mod.).....195 votos;
Archanjo da Cruz Mendes (mod.).....183 votos;
Joaquim Tibúrcio Pereira (rep.).....159 votos;
José Alfredo Pereira (rep.).....69 votos;
Pedro Alves de Araújo (rep.).....67 votos;
Antônio Leopoldino de Oliveira (rep.).....26 votos;
José Dias Gomes Carneiro (mod.).....19 votos;

2 - **Eleições complementares**.

Em 7 de março de 1.901 houve eleição complementar, aprovada pelas resoluções da Câmara 59 e 60, de 8 do mês seguinte. Elas reconheceram e proclamaram eleitos para o governo em curso: *vereador geral* - Octávio Augusto de Souza Westin; *vereador especial pelo Douradinho* - Honório Pereira Caixeta; *2º juiz de paz da Cidade* - João Augusto de Souza Westin; *3º juiz de paz do Carmo da Escaramuça* - Nestor Eustachio de Andrade; *conselheiro distrital do Carmo da Escaramuça* - Olympio da Silva Passos; *juízes de paz do Douradinho*: Flávio de Morais Machado (1º), Luiz Pereira de Vasconcelos (2º) e José Pinto do Couto (3º); *conselheiros distritais do Douradinho*: - João Clímaco de Carvalho, Antero Augusto Maciel e Pedro Custódio Pereira.

Exatamente um ano depois houve nova eleição de membros do Conselho Distrital do Douradinho, aprovada pela resolução da Câmara nº 77, de 14/4/02. Sagraram-se vencedores: *presidente* - Francisco de Paula Campos; *membros* - Francisco Estevam Pereira, Luís Pereira de Macedo e Joaquim de Morais Machado.

Esses pleitos devem ter sido realizados por anulação parcial do anterior, ou por renúncia ou impedimento de alguns dos eleitos. Infelizmente, a falta do correspondente livro de atas das sessões da Câmara não permite esclarecer a questão.

3 - **O Governo Municipal**.

O cargo de agente executivo, no período de que se cuida, foi ocupado pelo Dr. Flávio de Salles Dias. Só no mandato seguinte passou a aplicar-se a lei que o extinguiu (conforme o artigo 7º da lei estadual 373, de 17/9/03, as funções executivas das Câmaras passaram a ser exercidas por seus presidentes).

Em 1.902 encontrava-se na presidência da Câmara o Coronel Francisco Álvaro de Morais Navarro. Nos dois anos seguintes o posto

coube ao Coronel Francisco de Salles Pereira.

Secretariaram a Câmara na época Hermano de Moraes e Flávio de Moraes.

As contas do agente executivo municipal relativas aos anos de 1.903 e 1.904 foram aprovadas, respectivamente, pelas resoluções da Câmara ns. 86, de 24/1/04, e 105, de 12/1/05.

4 - **Realizações legislativas e administrativas**.

Dentre as leis sancionadas no período em estudo, destaquem-se a 14, que demarcou o perímetro urbano; a 18, que desmembrou o Povoado de Pouca Massa do Distrito do Douradinho e o anexou ao do Carmo da Escaramuça; a 19, que continha o regulamento do Cemitério da Cidade; a 21-B, que fixou as divisas entre o Distrito do Machado e a Freguesia do Machadinho; e a 23, que aprovou o regulamento do Mercado.

A mais importante obra do governo em exame foi a instalação do serviço de água potável na Cidade, com rede para distribuição às moradias. Construíram-se dois reservatórios, chafarizes e bebedouros para animais. Também nos distritos foi melhorado o abastecimento.

A Cidade recebeu iluminação a gás acetileno, que funcionava no período noturno de movimento. Foi aumentado o Cemitério da Rua Quintino Bocaiúva, atual Rio Branco. Edificaram-se o Matadouro, no fim da Astolpho Pio, a Cadeia Pública, na Praça Ana Margarida, e o curral do Conselho. Inaugurou-se o jardim do Largo da Matriz, posteriormente demolido. Construiu-se Mercado provisório nos fundos da Casa da Câmara. Esta recebeu reparos. Fizeram-se pontes sobre o Rio Machado e o Ribeirão São Thomé. Abriram-se e consertaram-se ruas e becos. As estradas municipais foram bem conservadas.

Criaram-se os cargos de zelador d'água e de auxiliar da iluminação pública. Foi concedido auxílio às obras de edificação da Santa Casa. Criou-se uma escola mista em Pouca Massa.

5 - **A situação política**.

Foi renhida a luta partidária local nos últimos anos do século passado e primeiros do presente. Com a ascensão do Dr. Flávio de Salles Dias, afastou-se do cenário político o velho chefe Dr. Antônio Cândido Teixeira, só retornando em 1.907.

Segundo Homero Costa, a vida social passou por fase vegetativa que,

> *"com a interferência nefasta de competições políticas acirradas, separando as famílias, e suprimindo praticamente a convivência social, mais se agravou, comprometendo o progresso local."*.

****

Fontes de consulta

A - **primárias**
1 - Arquivo Público Machadense - livro 63: "Leis da Câmara Municipal - 1898 a 1912";
2 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919";
3 - Arquivo Público Machadense - livro 198: "Atas de Eleições do Distrito da Cidade - 1890 a 1907";
4 - Arquivo Público Machadense - livro 201: "Atas das Eleições Federais - 1893 a 1910";
5 - Arquivo Público Machadense - livro 202: "Atas das Eleições Federais da 2ª Seção Eleitoral do Distrito do Machado - 1893 a 1910";
6 - "A Reforma" - anno IV, n. 2, 12/1/1.902, pág. 3;
7 - "Minas Geraes" de 8/12/1.900, pág. 2.

B - **secundárias**
1 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", cap. V - na "Revista do 1º Centenário de Machado", nº 5, págs. 3 e 5;
2 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado", págs. 21 e 40;
3 - João Rodrigues de Carvalho - "Rua Coronel Flávio" - artigo publicado na "Tribuna Machadense" nº 46, de 7/11/81, pág. 2;
4 - Urbano Rebello - memórias inéditas;
5 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje", II-2.

****

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.905 A 1.907

PRESIDENTE DA CÂMARA: DR. FLÁVIO DE SALLES DIAS

1) - O pleito de 1.904 e eleições complementares.
2) - A situação política.
3) - Atividades legislativas e administrativas.

****

1 - **O pleito de 1.904 e eleições complementares**.

No dia 1º de novembro de 1.904 (por força do decreto 1.680, de 10 de março do mesmo ano) houve eleição de senadores estaduais, vereadores e juízes de paz. Não ocorreu disputa para agente executivo, pois o cargo fora extinto pela lei 373/03, passando suas funções ao presidente da Câmara. Extraviado o livro de atas das sessões desta, como já mencionado, não pude saber o número de votos obtidos por cada candidato. No Arquivo Público local só se encontram atas das apurações parciais da 2ª e 3ª seções eleitorais do Distrito do Machado.

A composição da nova Edilidade foi publicada no "*Minas Geraes*" de 14 e 15 daquele mês: Dr. Flávio de Salles Dias, Coronel Francisco de Salles Pereira, Nestor Eustáchio de Andrade, Major Joaquim Paulino da Costa, Coronel Antônio Cândido de Souza Dias, Dr. Edvar Dias, Major Alfredo Pio Westin, José Camillo da Costa, Capitão Jacintho Pereira Dias, Anastácio Vieira Machado, José Christiano do Prado e Pedro Custódio Pereira.

As atas referidas dão conta de que Jacintho Pereira Dias foi vereador especial pela Cidade. Os sete primeiros da lista supra obtiveram lugares de vereadores gerais; ignoro a que classe pertenciam os outros. Também

disputaram a vereança geral, sem sucesso, Urbano Rebello e Octávio Augusto de Souza Westin. Para juízes de paz da Cidade foram votados: João Augusto de Souza Westin, Astolpho Pio da Silva Pinto, Leônidas da Costa Moreira, Pio Rodrigues de Paiva, Joaquim Francisco Soares, José Augusto da Silva e José Joaquim dos Santos Silva Filho.

A resolução da Câmara nº 113, de 12 de abril de 1.905, reconheceu e proclamou vereador pelo Distrito do Douradinho o Capitão Pedro Custódio Pereira. Não sei quando ocorreu sua escolha, nem o que a motivou.

Em 7 de março de 1.906, juntamente com a eleição de presidente e vice-presidente do Estado, ocorreu a de três vereadores gerais e do 3º juiz de paz da Cidade, por razão que também ignoro. Só encontrei dela a ata da 1ª seção eleitoral do Distrito do Machado, na qual tiveram votos para edis Mizael Cândido de Souza Dias (90), Francisco Elísio Ferreira Braga (88), Antônio Bernardes Pereira Lima (88) - eleitos - e Francisco Vieira da Silva, Olympio Theodoro de Araújo, Benício Luís de Carvalho e Aristides Martins de Souza (l voto cada). Para 3º juiz de paz foram votados o Cel. Marcos de Souza Moreira e Benício Luís de Carvalho. Desconheço quais foram os demais vencedores.

2 - **A situação política**.

Persistiu no mandato em exame o ambiente tenso que dominou o anterior. Homero Costa narra incidente ocorrido no Carnaval de 1.907, por causa de passeata provocadora, que envolveu foliões, o chefe situacionista, o comerciante Jeronymo da Silva Passos e policiais. Acrescenta ter sido o fato explorado por políticos descontentes (sob a liderança de Santos Silva), ligados ao Dr. Antônio Cândido, então no ostracismo. Eles passaram a fazer forte oposição ao Dr. Flávio, culminando por alijá-lo do Executivo.

Também no Machadinho era então violenta a disputa de grupos rivais, liderados por Francisco Pereira e pelo Coronel José Dias de Gouveia.

3 - **Atividades legislativas e administrativas**.

Criaram-se em 1.905 os cargos de fiscais e zeladores d'água do Carmo da Escaramuça e do Machadinho. Pela lei 28/07 foi concedida subvenção a escolas particulares de instrução rural e mista. A lei 29/07 autorizou o presidente da Câmara a mandar fazer o recenseamento da população e a estatística agrícola do Município.

Consertaram-se no período em exame diversas ruas, pontes e estradas. Abriu-se a Rua 21 de Abril e prolongou-se a Major Feliciano. Por solicitação do Governo Municipal, o Estado determinou estudos para constru-

ção do ramal ferroviário de Alfenas a nossa cidade. Eles chegaram a ser aprovados, segundo o "*Machado-Jornal*" nº 16, mas não se tomaram as providências necessárias a sua execução.

Foram reparados os muros dos cemitérios da Cidade e do Douradinho. Aumentou-se o Mercado. Foram concedidos privilégio e auxílio econômico para construção de linha telefônica no Município; aprovaram-se a tabela de preços do serviço e o regulamento da empresa constituída para sua exploração.

Autorizou-se a construção de um teatro na Cidade. Foram também autorizados: os serviços de abastecimento d'água no Machadinho e de esgotos no Carmo da Escaramuça; a construção de cadeias no Carmo e no Machadinho, e de matadouro neste.

O Dr. Flávio participou do Congresso Sul-Mineiro dos Presidentes de Câmaras Municipais, em Itajubá, no mês de abril de 1.907.

Flávio de Moraes foi o secretário da Câmara nesse período.

As contas do Governo Municipal relativas aos exercícios de 1.905 e 1.906 foram aprovadas, respectivamente, pelas resoluções da Câmara ns. 127, de 9/4/06, e 139, de 11/1/07. A resolução 146, de 4/1/08, aprovou as contas de 1.907. A resolução 148, de 2/2/08, aprovou as contas da Câmara referentes aos anos de 1.905, 1.906 e 1.907.

****

Fontes de consulta

A - **primárias**:
1 - Arquivo Público Machadense - livro 63: "Leis da Câmara Municipal - 1898 a 1912";
2 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919";
3 - Arquivo Público Machadense - livro 198: "Atas de Eleições do Distrito da Cidade - 1890 a 1907";
4 - Arquivo Público Machadense - livro 201: "Atas das Eleições Federais - 1893 a 1910";
5 - Arquivo Público Machadense - livro 202: "Atas das Eleições Federais da 2ª Seção Eleitoral do Distrito do Machado - 1893 a 1910";
6 - "Machado-Jornal" nº 16 - 14/4/1.928, págs. 2 e 5;
7 - "Minas Geraes" de 14 e 15 de novembro de 1.904;

8 - “O Machadense” n. 106, de 8/1/1.907;
“ n. 112, de 17/2/1.907;
“ n. 113, de 24/2/1.907;
“ n. 115, de 10/3/1.907;
“ n. 116, de 17/3/1.907;
“ n. 123, de 5/5/1.907;
“ n. 124, de 19/5/1.907.

B - **secundárias**:
1 - Homero Costa - “Contribuição à História de Machado” - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente - sem menção de data e local, páginas 49 e 50;
2 - João Baptista Prado Rossi - “O Velho Rossi (A Integração de uma Família Italiana no Brasil)” - Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1.988, pág. 120;
3 - Urbano Rebello - memórias inéditas;
4 - Revista “Machado de Ontem e de Hoje”, II-2.

****

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.908 A 1.912

PRESIDENTE DA CÂMARA: CORONEL FRANCISCO VIEIRA DA SILVA

1) - As eleições e o governo municipal.
2) - Atividades legislativas e administrativas.

****

1 - **As eleições e o governo municipal**.

Estava tenso o ambiente no Município, às vésperas do pleito de 1º de novembro de 1.907. Os distúrbios do último Carnaval e a exaltação de ânimos dos políticos faziam recear a ocorrência de graves conflitos. Em vista disso, e atendendo a pedido do juiz municipal, o governo do Estado enviou para cá, a fim de garantir a ordem, o delegado militar Alferes João Pereira da Silva. A providência foi acertada e fez com que a eleição transcorresse em calma. Na noite da mesma data populares realizaram manifestação em frente do quartel, agradecendo ao policial pela conduta firme e neutra.

Ignoro o resultado da apuração, efetuada no dia 20 do mesmo mês. Sei apenas que em duas seções eleitorais receberam votos: *para vereadores gerais* - Anastácio Vieira Machado, Antônio Cândido Pereira Dias, Dr. Edvar Dias, Dr. Flávio de Salles Dias, Francisco Vieira da Silva, João Augusto de Souza Westin, João Baptista de Souza Moreira, João Octávio Dias, Joaquim Antônio Pereira Lima, José Christiano do Prado, Leôncio Rios Gouvêa e Dr. Orozimbo Corrêa Netto; *para vereador especial pelo distrito do Machado*: Dr. Antônio Cândido Teixeira e Mizael Cândido de Souza Dias; *para juízes de paz do distrito do Machado*: Astolpho Pio da Silva Pinto, João Ferreira Leite, José Paulino da Costa Júnior, Marcos de Souza Moreira, Oscar de Paiva Westin e Pio Rodrigues de Paiva.

Vários recursos eleitorais foram interpostos, o que mostra como estava acirrada a disputa:
- Antônio Cândido de Carvalho insurgiu-se contra decisão da Câmara, que lhe anulara o diploma de vereador especial pelo Douradinho. O Tribunal da Relação deu provimento ao recurso, reconhecendo-o eleito. Entendeu que as irregularidades apontadas na constituição da mesa e na apuração não se prestavam a anular o processo eleitoral, por falta de prova do concerto fraudulento. O acórdão encontra-se na Revista Forense, vol. IX, págs. 406/407.
- O Dr. Antônio Cândido Teixeira obteve na Justiça a insubsistência do reconhecimento de Antônio Cândido Pereira Dias como vereador geral, e a proclamação da escolha do Dr. Orozimbo Corrêa Netto para o cargo. Afirmou o Tribunal que a cédula para eleição dos edis continha um nome além do legalmente previsto, sendo o do recorrido sempre colocado em último lugar. Declarou, por isso, nulos os votos a ele dados. O respectivo acórdão está na mesma revista acima referida (págs. 414/418).
- Flávio de Morais Machado recorreu da decisão da Junta Apuradora, que deixou de apurar a eleição de juízes de paz do Douradinho.
- O Dr. Flávio de Salles Dias recorreu da decisão da Junta Apuradora, que mandou diplomar os juízes de paz do Distrito da Cidade.
Ignoro o desfecho dos dois últimos.

Os eleitos empossaram-se em 1º de janeiro. A presidência da Edilidade e, conseqüentemente, a chefia da administração couberam ao Coronel Francisco Vieira da Silva. Ressalte-se que em abril de 1.908 entrou no exercício do cargo o vice-presidente, Capitão José Christiano do Prado. Ele voltou a ocupá-lo interinamente em julho do ano seguinte.

Em 10 de janeiro de 1.909 houve nova eleição, para escolha do 3º juiz de paz do Distrito do Machado. Desconheço seu motivo e o resultado final, só sabendo que foram votados Alfredo Moreira de Souza Guerra e Marcos de Souza Moreira.

As contas do presidente da Câmara no período foram aprovadas pelas resoluções 159, de 14/1/09; 167, de 5/1/10; 184, de 30/1/11; e 203, de 22/2/12.

Foi secretário da Câmara na gestão em estudo Benício Luís de Carvalho.

2 - **Atividades legislativas e administrativas**.

Dentre as leis sancionadas no período em exame, lembrem-se a 31, de 4/1/08, que concedeu privilégio para construção de matadouros no Carmo da Escaramuça e no Machadinho; a 32, de 13/6/08, que concedeu privilégio para construção de estrada de ferro; a 34, de 10/10/08, que exigiu a obten-

ção de licença para o exercício da profissão de comerciante.

De acordo com a lei 39, de 8/8/10, assinou-se contrato com a empresa criada por Diogo Cavalcanti de Albuquerque e Ernesto Neves da Silva, para exploração de energia elétrica no Município. O melhoramento foi inaugurado pela administração seguinte.

A lei 41, de 30/1/11, concedeu privilégio a Niccolino Naccaratti e Hentz Coachmann para o estabelecimento de linha de automóveis no Município, tendo sido firmado contrato com ambos. Foi também concedido novo privilégio a outros para construção, uso e gozo de linha telefônica.

A lei 42, também de 30/1/11, autorizou a contratação de empréstimo com o Governo do Estado, para execução de obras de saneamento, de redes de água e esgoto, e para a instalação da força elétrica.

Importa assinalar no período a emancipação político-administrativa de Paraguaçu, determinada pela lei estadual 556, de 30 de agosto de 1.911. Em conseqüência dela, a lei municipal 45, de 16 de novembro seguinte, estabeleceu os limites entre os dois municípios.

A resolução da Câmara 202, de 17 de novembro de 1.911, fixou em treze o número de vereadores para o mandato seguinte, sendo dois especiais para cada distrito (oito no total - o novo município ainda não fora instalado) e cinco gerais.

Tratou-se da construção ou aquisição de prédio para grupo escolar na Cidade, tendo sido autorizada a contratação de empréstimo para isso. Também se permitiu o auxílio para edificação de prédio do grupo escolar do Carmo da Escaramuça. Nesse distrito e no povoado dos Carvalhos foram criadas escolas mistas. Cuidou-se da obtenção de prédios para cadeia e teatro no Machadinho.

Procurou-se aumentar o abastecimento d'água no Carmo, no Machadinho e no Douradinho. Contraiu-se empréstimo para execução do serviço no último distrito, e para indenização ao proprietário do manancial. Foi autorizada a construção de chafarizes na Cidade.

Surgiram na época os primeiros passeios cimentados na Cidade. Calçaram-se algumas ruas, aqui e no Machadinho. Foi aberto um beco na Rua do Ramo. Alteraram-se os trajetos das estradas da Cidade para Água Limpa, e do Machadinho para Santana do Sapucaí. Melhorou-se a estrada de acesso a Douradinho.

Demoliu-se a velha Cadeia, na Rua Lopes Trovão (atual Silviano Brandão).

Embora o Município dependesse de financiamentos para executar os próprios serviços, a Câmara autorizou auxílio à construção do couraçado Riachuelo.

Fontes de consulta

A - **primárias**
1 - Arquivo Público Machadense - livro 63: “Leis da Câmara Municipal - 1898 a 1912”;
2 - Arquivo Público Machadense - livro 64: “Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919”;
3 - Arquivo Público Machadense - livro 201: “Atas das Eleições Federais - 1893 a 1910”;
4 - Arquivo Público Machadense - livro 202: “Atas das Eleições Federais da 2ª Seção Eleitoral do Distrito do Machado - 1893 a 1910”;
5 - “Minas Geraes” de 4/5/1.911 - pág. 3;
6 - “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, nº 515 (nova fase) - 10/5/1.908, pág. 1;
7 - ofícios avulsos do Arquivo Público Mineiro.

B - **secundárias**
1 - Carlos Legnani - “Histórias da Nossa História”, caps. V e VII - na “Revista do 1º Centenário de Machado”, nº 5, págs. 4/5; e nº 7, pág. 3;
2 - Homero Costa - “Contribuição à História de Machado” - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem menção de data e local, pág. 21;
3 - Paulo de Faro Fleury - “Refutação ás Invectivas Calumniosas atiradas contra o Juiz de Direito” - Typ. Commercio - G. Corrêa de Toledo - Alfenas, 1.909;
4 - Revista Forense, vol. IX, Belo Horizonte, 1.908, págs. 406/407 e 414/418;
5 - Revista “Machado de Ontem e de Hoje”, II-1 e 2.

****

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.912 A 1.916

PRESIDENTE DA CÂMARA: DR. ANTÔNIO CÂNDIDO TEIXEIRA

1) - O pleito, a composição e a direção da Câmara.
2) - A situação política.
3) - As realizações administrativas.

****

1 - **O pleito, a composição e a direção da Câmara**.

Realizou-se nova eleição municipal em 31 de março de 1.912. Não consegui obter o seu resultado.

O almanaque "*O Sul de Minas*" informou que em 1.913 nossa Edilidade estava assim constituída: *vereadores gerais*: Dr. Antônio Cândido Teixeira, Francisco Vieira da Silva, Francisco Elysio Ferreira Braga, João Octávio Dias e João Augusto de Souza Westin; *vereadores especiais*: Joaquim Antônio Pereira Lima e Pedro Alves Palmeira (pela Cidade), Feliciano Floriano dos Santos Silva e Antônio Cândido de Carvalho (pelo Douradinho), Leôncio Rios de Gouvêa e José Evangelista de Lima (pelo Machadinho). A presidência cabia ao Dr. A. C. Teixeira. Vieira da Silva, Ferreira Braga e Santos Silva ocupavam, respectivamente, a vice-presidência, a 1ª e a 2ª secretarias da Mesa.

O jornal "*Cidade do Machado*", no ano seguinte, mencionou os mesmos integrantes da Câmara, sem mudança nos postos de direção. Todavia, por motivo que ignoro, omitiu o nome do Vereador João Octávio Dias. Em edital ali estampado há referência a alguns edis e a "*seus imediatos em votos*", Dr. Manoel Joaquim Cavalcanti de Albuquerque, Francisco Januário de Macedo e Alberto Cândido de Barros. Suponho, pois, que estes hajam disputado sem êxito a eleição.

A Secretaria da Câmara, no período em exame, continuou a cargo de Benício Luís de Carvalho.

As contas do Presidente foram aprovadas pelas resoluções 209, de 13/7/12; 224, de 7/2/14; 241, de 16/4/15.

2 - **A situação política**.

O ano de 1.912 assinala o fim da fase tensa da "*política de campanário*", que teve auge em 1.907. Conforme o jornal "*Cidade do Machado*", o Dr. Manoel Joaquim Cavalcanti de Albuquerque foi um dos principais fautores da concórdia honrosa então celebrada, com a aprovação do governo estadual e dos dirigentes do P.R.M..

Em 1.913, membros da recém-fundada Liga Operária Machadense, adeptos do movimento anarquista então em voga, promoveram manifestações contra o voto. O órgão da Confederação Operária Brasileira, "*A Voz do Trabalhador*", de 1º de agosto daquele ano, estampou conclamação do dirigente local João Baptista Lavra, de que se extrai o tópico seguinte:

> *"Camaradas!*
> *Não voteis; o dia que, levados pela eterna prozaica, votardes, ireis concorrer com vossos votos para ser eleito mais um algoz, mais um polvo que vos hade sugar a ultima gota de sangue, para depois escarnecer vossa injenuidade!*
> *Procurai sempre empregar vossos esforços em libertar-vos dessa fraqueza que vos oprime, desse eterno senhorio que vos explora e subjuga.*
> *Procurai afastar de vósso seio essa horda de politiqueiros hipocritas que abuzando de vossa injenuidade interessados em galgar o ultimo degrau de poder, vos recebe hoje com o sorrizo nos labios, com o mais fraternal amplexo, para amanhã, depois de saciadas suas ambições, vos calcar aos pés como se fosses o mais pestilento dos animais!".*

No início de 1.914, comissão de doze membros, sob a presidência do juiz de direito, efetuou a revisão do alistamento eleitoral.

3 - **As realizações administrativas**.

A lei 48, de 20/10/12, autorizou o presidente da Câmara a contratar a construção de uma linha de "*bonds*" no Município. Aprovou-se contrato firmado com Izidoro Honório Doin, para construção de uma linha de automóveis.

Em 1.912, conforme a resolução da Câmara nº 213, demoliu-se o jardim da Praça Municipal, que o Dr. Flávio de Salles Dias construíra poucos anos antes. Ignoro porque isso ocorreu.

Fizeram-se novos passeios, na Cidade e no Machadinho. A Rua Coronel José Paulino foi prolongada. Consertou-se uma ponte sobre o Rio Dourado, no Douradinho. Foi instalado filtro na caixa d'água da Cidade.

Em outubro de 1.913 foi inaugurada a iluminação elétrica na Cidade. Concederam-se auxílio para instalação do Colégio Concepcionista e subvenção para que nele estudassem meninas pobres. Disciplinou-se o funcionamento do comércio nos domingos e feriados. O Município doou terreno à Santa Casa. Foi combatida uma epidemia no Machadinho. Criou-se o cargo de zelador das estradas municipais. Isentou-se do pagamento de impostos a Cooperativa Agrícola e de Laticínios do Machado.

****

Fontes de consulta

A - **primárias**
1 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919";
2 - Arquivo Público Machadense - livro 65: "Leis da Câmara Municipal - 1912 a 1932";
3 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo, códice 361, págs. 124/125;
4 - "A Voz do Trabalhador", Rio de Janeiro, nº 36, 1/8/1.913, pág. 3;
5 - jornal "Cidade do Machado", de 1.914 - incompleto, número e data não precisados - págs. 3, 10 e 11.

2 - **secundárias**
1 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente - sem menção de data e local, pág. 21;
2 - Manoel Francisco Pinto Pereira (organizador) - "O Sul de Minas - Almanach moderno, de propaganda e estatistica dos municípios sul-mineiros" - pág. 15;
3 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje", II-2.

****

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.916 A 1.918

PRESIDENTE DA CÂMARA: DR. GABRIEL TEIXEIRA

1) - O pleito e a composição da Câmara.
2) - Atividades legislativas e administrativas.

****

1 - **O pleito e a composição da Câmara**.

Houve eleição municipal no dia 1º de novembro de 1.915. Ignoro seus números completos, tendo o "*Minas Geraes*" de 8 e 9 daquele mês publicado apenas o resultado da Cidade:

> *"Para vereadores especiaes: Ismael Nogueira, 310; Olympio Domingues Pinto, 310; Augusto P. S. Moreira (opposição), 141; e Francisco Figueiredo (opposição), 141 votos. Para vereadores geraes: coronel Francisco V. da Silva, 309; dr. Gabriel Teixeira, 308; Feliciano F. dos Santos Silva, 308; Waldemar Paulino (opposição), 144; Gabriel O. de Sousa (opposição), 141. Para juízes de paz: José Antonio Pereira Lima, 231; João Luiz Garcia, 229; Ernesto Neves da Silva, 161."*.

A partir de 1.916, felizmente, temos conservadas as atas de sessões da Câmara, o que possibilita o conhecimento da atividade política local. A primeira reunião da primeira sessão ordinária da Edilidade, naquele ano, ocorreu no dia 7 de janeiro, mas a maioria de seus membros tomou posse em data anterior.

Foram estes os vereadores eleitos para o triênio: Américo Rebello, Claudionor Pereira Lima, Feliciano Floriano dos Santos Silva

(geral), Coronel Francisco Vieira da Silva (geral), Dr. Gabriel Teixeira (geral), Ismael Messias Nogueira (especial pela Cidade), João Baptista Ferreira de Britto Júnior, João Honorato de Carvalho, Leôncio Rios de Gouvêa, Olympio Domingues Pinto (especial pela Cidade) e Waldemar Paulino da Costa (geral).

Britto Júnior esteve quase sempre ausente. Como faltasse sem causa justificada a todas as sessões de 1.918, em 16 de outubro daquele ano a Câmara declarou que perdera o cargo. Convocado o imediato em votos, Gabriel Odorico de Souza, na mesma data se empossou.

À presidência da Câmara, no período, foi alçado o Dr. Gabriel Teixeira, que teve como vice o Coronel Francisco Vieira da Silva. No ano inicial da legislatura, a 1ª e a 2ª secretarias couberam, respectivamente, a Claudionor Pereira Lima e Feliciano Floriano dos Santos Silva; nos demais, a Leôncio Rios de Gouvêa e Waldemar Paulino da Costa.

Pela leitura dos debates, percebe-se que a oposição era exercida por Santos Silva, Pereira Lima e Honorato de Carvalho. O primeiro era o mais combativo, criando polêmicas até sobre redação de atas e voto de moções. Crítico pervicaz, freqüentemente censurava a administração municipal pelas estradas intransitáveis, pontes caídas e outras falhas.

Benício Luiz de Carvalho continuou secretário da Câmara na época.

2 - <u>Atividades legislativas e administrativas</u>.

No período em exame iniciou-se serviço de captação de água potável na Cidade, tendo sido contraído empréstimo para isso. Foi autorizado o fornecimento de material para canalização no povoado dos Carvalhos.

A lei 73, de 25/10//17, concedeu privilégio a José Lisboa de Paiva para construção de rede telefônica no Município. Ele também recebeu auxílio para levar a linha até o Machadinho.

Pediu-se ao Governo do Estado e à Rede Sul-Mineira a construção de ramal ferroviário, ligando a Cidade a Alfenas. Foi feita uma ponte de madeira sobre o Ribeirão São Thomé.

Aumentou-se o terreno doado à Santa Casa, que ainda teve ajuda para construção de prédio. Transmitiu-se ao Centro Machadense a propriedade do terreno em que fora edificada a sua sede. O Tiro de Guerra ganhou imóvel na Rua Direita e auxílio pecuniário.

Melhorou-se a iluminação da Praça da Caixa D'Água,

e aumentou-se a do Machadinho.

Foi reconstruído o pontilhão da Rua 21 de Abril. Fizeram-se mais passeios. Tratou-se do alinhamento do Largo da Matriz e da Rua Joaquim Teófilo. Adquiriram-se mudas de palmeira para arborizar aquela. No Machadinho foram construídas sarjetas, e consertaram-se estradas e pontes.

Revogou-se a lei orçamentária para 1.916, sendo adotada naquele exercício a do anterior. No final do governo aprovou-se a resolução 290, fixando em 11 o número de vereadores para o mandato seguinte (5 gerais e 6 especiais, sendo destes 4 para a Cidade, 1 para o Douradinho e 1 para o Machadinho). Ela foi a causa dos graves incidentes políticos de que trata o capítulo posterior.

****

Fontes de consulta

A - **primárias**
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - "Livro n. 1 de Atas da Câmara Municipal de Machado";
2 - Arquivo Público Machadense - Livro n. 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919";
3 - Arquivo Público Machadense - Livro n. 65: "Leis da Câmara Municipal - 1912 a 1932";
4 - "Minas Geraes" de 8 e 9/11/1.915 - pág. 4.

****

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.919 A 1.920

PRESIDENTES DA CÂMARA: DR. FELICIANO VIEIRA DA SILVA
(*tautócrono*)
CORONEL JOSÉ DIAS DE GOUVÊA
(*tautócrono*)
DR. GABRIEL TEIXEIRA

1) - A dualidade de Câmaras.
2) - A atuação simultânea das Câmaras e a posição da imprensa local.
3) - O recurso eleitoral e a intervenção do Estado.
4) - A volta da antiga Câmara.
5) - Atividades administrativas e legislativas.

****

1 - **A dualidade de Câmaras**.

Este foi um dos períodos mais conturbados da nossa história política. Sérias divergências no reconhecimento dos candidatos sufragados na eleição de 1/11/1.918 levaram à dualidade de Câmaras e, depois, à intervenção no Município do Governo Estadual, que reconduziu ao poder os vereadores do triênio imediatamente anterior.

Para entender o que se passou é preciso uma noção do método de apuração na época, quando ainda não existia a Justiça Eleitoral. Cada distrito tinha uma ou mais seções eleitorais, cujos mesários, findo o pleito, contavam os votos, lavravam as atas e as encaminhavam à Junta Apuradora. Após o exame de sua regularidade formal, ela expedia diplomas aos eleitos. Estes, antes da posse, faziam reuniões preparatórias para verificação dos próprios poderes. Subdividiam-se em comissões, que analisavam a situação de cada um e as eventu-

ais impugnações. Votavam em seguida os pareceres individuais, após o que os reconhecidos eleitos estavam aptos ao exercício dos cargos.

A discórdia instalara-se com a resolução 290 da Câmara, referida no capítulo anterior. Quinze dias antes do pleito, ela estabeleceu número desigual de vereadores especiais para os distritos, privilegiando o da Cidade.

Foram diplomados pela Junta Apuradora: Claudionor Pereira Lima, Feliciano Floriano dos Santos Silva, Feliciano Vieira da Silva, José de Campos Lima e José Dias de Gouvêa (*vereadores gerais*); Aristides Pio de Araújo Dias, João Custódio Gonçalves, João Edmundo Ferreira e Waldemar Paulino da Costa (*vereadores especiais pela Cidade*); João Felippe de Carvalho (*vereador especial pelo Douradinho*); e José Caetano Neves (*vereador especial pelo Machadinho*).

Sustentou-se que a Junta diplomara vereadores distritais em número desigual, contra o disposto na lei 110/94, e que, com tal procedimento, a maioria ficou com cinco representantes, e a minoria, com seis. Antes da verificação de poderes pediu-se o parecer do jurista Franzen de Lima, publicado no "*Minas Geraes*" de 16 e 17/12/1.918. Nele foi afirmado que a Junta

> *"praticou um acto illegal, exorbitou de suas legitimas attribuições, attentou contra o direito eleitoral e firmou um precedente tão perigoso que, admittida a sua homologação pelo poder verificador, surgiria um absurdo tão flagrante, que a mais rudimentar intelligencia repelliria.*
> *A elevação desse absurdo á altura da legalidade, seria a apotheose da fraude, a fraude da verdade e a verdade da mais grosseira chicana eleitoral."*.

E acrescentou o Advogado:

> *"A missão unica, com exclusão de qualquer outra, da junta apuradora de eleições, é a somma dos votos (...) É ainda a mesma lei eleitoral que expressamente determina que as cedulas que contiverem numero de nomes "excedentes ao que deveriam conter", deverão ser apuradas, "não se computando, porém, na apuração, os nomes excedentes" (Reg. cit., art. 47). É óbvio, portanto, que, si a junta apuradora em questão prevaricou e computou esses votos excedentes e, mais ainda (res miranda), diplomou esses candidatos illegaes, porque a lei assim os fulmina, é óbvio, repetimos, que o poder verificador não pode, de modo algum, homologar semelhante dislate."*.

Iniciaram-se os trabalhos preparatórios sob a presidência do candidato mais votado, Claudionor Pereira Lima. Em cinco reuniões

foram reconhecidos vereadores, por unanimidade, F. S. Silva, F. V. Silva, J. C. Gonçalves, J. C. Lima, J. C. Neves, J. D. Gouvêa e W. P. Costa. Omitiu-se a votação do parecer relativo ao Presidente, talvez por lapso.

Os desentendimentos começaram na votação do parecer que reconhecia João Edmundo Ferreira eleito vereador especial pela Cidade. José Dias de Gouvêa apresentou-lhe emenda, reconhecendo o candidato contestante José Evangelista dos Anjos (que disputara a vereança especial pelo Machadinho e não fora diplomado). Houve cinco votos a favor do parecer, e cinco contra ele. A seguir, submetida a votação a emenda Gouvêa, ficou do mesmo modo empatada. Em vista disso, o Presidente reconheceu eleito o contestante José Evangelista dos Anjos, por ser mais velho. Convidou-o a tomar assento, e pediu que João Edmundo Ferreira se retirasse do recinto. Os discordantes sustentavam que, não havendo outro candidato a vereador especial pela Cidade que lhe contestasse o diploma, João Edmundo Ferreira devia ser reconhecido. Reputavam absurda a emenda, pois os dois candidatos disputaram a eleição por distritos diferentes.

João Felippe de Carvalho e João Honorato de Carvalho haviam disputado o cargo de vereador especial pelo Douradinho, tendo sido diplomado o primeiro. A comissão verificadora de poderes opinou pelo não-reconhecimento de ambos. Quando se exarou parecer reconhecendo Aristides Pio de Araújo Dias vereador especial pela Cidade, Santos Silva emendou-o, mandando reconhecer o candidato contestante João Honorato de Carvalho. Houve seis votos contra o parecer, pelo que o Presidente reconheceu eleito o contestante, e convidou Araújo Dias a retirar-se. Os dissidentes não se conformaram, pois os dois candidatos haviam disputado cargos diversos. Ademais, entendiam ter havido empate, já que José Evangelista dos Anjos, candidato sem diploma, não poderia ter participado da votação, cumprindo desconsiderar seu sufrágio favorável a Honorato de Carvalho. Sustentavam que, por coerência, em caso de empate teria que ser adotado o mesmo critério do caso anterior, ou seja, prevalência do mais velho (Araújo Dias).

Em seguida, submeteu-se a votação o parecer pelo não-reconhecimento de João Felippe de Carvalho como vereador especial pelo Douradinho, com entendimento contrário de Santos Silva. O parecer foi derrotado por seis a quatro, tendo sido reconhecida a eleição dele.

O Presidente considerou encerrado o processo de verificação de poderes, e convocou para empossar-se, junto com ele, os vereadores reconhecidos Feliciano Floriano dos Santos Silva, Feliciano Vieira da Silva, João Custódio Gonçalves, João Felippe de Carvalho, João Honorato de Carvalho, José Caetano Neves, José de Campos Lima, José Dias de Gouvêa, José Evangelista dos Anjos e Waldemar Paulino da Costa.

Os opositores, porém, entenderam que a fase preparatória ainda não findara, e realizaram derradeira reunião, presidida por Campos

Lima. A ela compareceram Araújo Dias, Custódio Gonçalves, Edmundo Ferreira, Paulino da Costa e Vieira da Silva. Desaprovada a ata da reunião anterior, puseram de novo em votação o caso de João Edmundo Ferreira, sendo aprovado o parecer da comissão e rejeitada a emenda que reconhecia José Evangelista dos Anjos. A seguir, voltaram a examinar a disputa entre Araújo Dias e Honorato de Carvalho, desaprovando a emenda Santos Silva e reconhecendo a eleição do primeiro. Por fim, desacolheram o parecer relativo a Claudionor Pereira Lima, considerado inelegível por estar em débito por impostos com o Município, nos seis meses anteriores ao pleito. De conseqüência, aprovaram emenda apresentada por Paulino da Costa, reconhecendo eleito o Dr. Edvar Dias, votado em sexto lugar para vereador geral. Concluídos os trabalhos, foram chamados à posse os vereadores Aristides Pio de Araújo Dias, Edvar Dias, Feliciano Floriano dos Santos Silva, Feliciano Vieira da Silva, João Custódio Gonçalves, João Edmundo Ferreira, João Felippe de Carvalho, José Caetano Neves, José Campos Lima, José Dias de Gouvêa e Waldemar Paulino da Costa.

Estava assim estabelecido o impasse, com duas Câmaras no Município.

2 - **A atuação simultânea das Câmaras e a posição da imprensa local**.

Apenas uma das facções continuou a usar o livro oficial de atas do Legislativo, no qual ficaram registradas suas atividades. Em 1º de janeiro de 1.920 reuniram-se Araújo Dias, Edvar Dias, Feliciano V. da Silva, João C. Gonçalves, João E. Ferreira, José de Campos Lima e Waldemar Paulino da Costa. Elegeram a mesa diretora da Câmara: *presidente* - Feliciano Vieira da Silva; *vice-presidente* - José de Campos Lima; *primeiro-secretário* - Waldemar Paulino da Costa; *segundo-secretário* - João Edmundo Ferreira. Escolheram também as comissões internas da Edilidade, e convocaram por edital os vereadores faltosos, para posse em sessenta dias. Tinham o apoio do presidente do diretório político, Dr. Antônio Cândido Teixeira, que subscreveu com eles ofício de aplausos ao Governo Estadual. Realizaram mais duas sessões no mesmo mês, tendo recebido, votado e aprovado as contas e o relatório do Dr. Gabriel Teixeira.

O outro grupo também se reuniu, elegendo presidente da Câmara o Coronel José Dias de Gouvêa. Como o rival, apressou-se a hipotecar solidariedade ao Governo do Estado. Othon Dias era o secretário desta Edilidade. Não se conservando o registro de seus atos, nada mais é sabido deles.

O jornal "*A Liberdade*", reaparecido justamente na época do conflito, não mediu palavras para criticar um dos grupos. Assim se referiu a Claudionor Pereira Lima, apelidado de "*Cangú*":

> *"Todo o povo desta cidade conhece o gráo da intelligencia d'este animal!! pois coube-lhe prezidir os trabalhos de re-*

conhecimento dos vereadores municipaes. Como é completamente imbecil, era preciso que o facinora, moleque esperto e phonographo do ex Juiz Paulo Fleury lhe apontasse palavra por palavra, o que devia fazer. Nestas condições, elle negou-se a reconhecer os vereadores diplomados pela junta sob a prezidencia do 1º Magistrado da Comarca! Reconheceu somente os seus comparsas, mas como é muito tapado, deixou de por em votação o seu reconhecimento, ficando assim nullas todas as suas arbitrariedades!

Os vereadores legitimamente eleitos e diplomados, (vendo que nada conseguiriam - ?) de tão estupido animal, resolveram reunir-se e proceder ao reconhecimento para que o nosso municipio não ficasse sem os seus legisladores legalmente empossados e assim ficou a nossa municipalidade representada por uma pleyade de machadenses dignos e não pela meia duzia que ja fazia bocca aos cobres do municipio para pagar os gastos com a compra de votos!".

Sobre a posse das duas Câmaras noticiou o seguinte:

"Devido ao movimento bellico que inesperadamente o sr. José Dias de Gouvêa desenvolveu, apresentando em Machado com (?) capangas para forçar o reconhecimento dos seus Vereadores, mesmo os não eleitos nem diplomados, o generoso povo desta cidade, possuido de legitima indignação, ficou de atalaia pra evitar uma surpreza desagradavel na posse da nova Camara.

Não houve comtudo o menor movimento nem a menor coacção, não se insultou a ninguem apesar dos insultos da Capangada em 28 do passado; porem, o sr. José Dias e seus capangas tinham a certeza que este heroico povo saberia repellir qualquer insulto ou qualquer desrespeito as leis do paiz!

Tudo correu bem, limitando-se o grupo a não querer tomar parte nos trabalhos, fazendo como disseram uma Camara separada isso apenas com 4 Vereadores eleitos e reconhecidos! São uns pandegos os taes da meia duzia!".

3 - **O recurso eleitoral e a intervenção do Estado**.

Claudionor Pereira Lima e José Dias de Gouvêa recorreram da dualidade de Câmaras à Junta de Recursos Eleitorais do Senado Mineiro. Através do decreto 5.155, de 11 de março de 1.919, o Presidente do Estado, tomando conhecimento do recurso, chamou a exercício a Câmara Municipal do triênio findo, até solução definitiva do caso.

A Junta, pela resolução nº 91, de 5 de setembro do mesmo ano, declarou nula a eleição geral realizada no Município. Considerou para isso, entre outros argumentos,

> *"que o augmento ou diminuição do numero de vereadores districtaes, de que trata o art. 12, da lei n. 2, de 1891, só terá logar com egualdade para todos os direitos (Lei n. 110, de 1894, art. 7º)";*
> *(...)*
> *"que, dada ás municipalidades a faculdade de augmentar e diminuir discricionariamente o numero de seus vereadores, as situações dominantes poder-se-iam manter eternamente no poder, bastando para isso que dispuzessem de um só districto apenas, cuja benevolencia saberiam captar";*
> *(...)*
> *"que a lei municipal n. 290, de 16 de outubro de 1918, elevando, na vespera do pleito, o numero de vereadores da cidade de 2 para 4 e reduzindo os dos demais districtos de 2 para 1, é manifestamente contraria á lei estadual n. 110, de 1894;"*
> *(...)*
> *"que a lei n. 290, de 16 de outubro de 1918, é nulla e não pode ser executada porque foi tomada na reunião de outubro, que era extraordinaria, não tendo sido o assumpto declarado no acto da respectiva convocação.".*

Teve em conta ainda irregularidades, que menciona, na eleição e instalação das mesas eleitorais de todos os distritos.

Conhecida a decisão anulatória, e considerando que a administração municipal não podia ficar acéfala, o Governo do Estado, por novo decreto (5.241, de 1/10/1.919), prorrogou o mandato da Câmara do triênio findo, até que se empossasse outra novamente eleita.

4 - **A volta da antiga Câmara**.

No dia 7 de abril de 1.919, por força do decreto 5.155, atrás referido, tornaram a reunir-se, sob a presidência do Dr. Gabriel Teixeira, os vereadores Américo Rebello, Claudionor Pereira Lima, Feliciano Floriano dos Santos Silva, Francisco Vieira da Silva, Gabriel Odorico de Souza, João Honorato de Carvalho, Leôncio Rios de Gouvêa, Olympio Domingues Pinto e Waldemar Paulino da Costa. O reencontro de adversários foi marcado pela recusa de alguns em aprovar a ata de uma das Câmaras extintas, cuja validade não reconheciam, e por protestos contra a convocação do suplente Gabriel Odorico de Souza, já que entendiam necessária nova eleição para preencher a vaga existente.

Dois dias depois, Ismael Messias Nogueira renunciou ao cargo de vereador especial, por se haver mudado do Município. Seu suplente não chegou a empossar-se. Leôncio Rios de Gouvêa informou que ocupara o cargo de 1º juiz de paz do Machadinho e, em seguida, transmitira a jurisdição ao seu imediato. Em vista disso, o Presidente afirmou-lhe que perdera o lugar de vereador e não poderia mais comparecer às sessões da Edilidade. Tal entendimento gerou celeuma na Casa, embora Teixeira ressaltasse que nenhuma decisão havia sido tomada a esse respeito.

O Presidente designou o dia 7 de dezembro do mesmo ano para eleição da nova Câmara, que se instalou em 15 de janeiro seguinte.

5 - **Atividades administrativas e legislativas**.

No curto período em estudo foram aprovados o relatório e as contas da comissão de socorro aos pobres durante a epidemia de gripe. Tratou-se da mudança de trecho da estrada da Cidade para o Machadinho. Aprovaram-se a proposta orçamentária para 1.920 e a concessão de auxílio ao Clube Athletico Machadense.

Concedida licença ao secretário da Câmara, nomeou-se para o seu lugar, naquela legislatura, Dante Annoni.

Revogou-se a malfadada resolução 290, substituída por outra que fixou em 12 o número de vereadores do Município, sendo 9 gerais e 3 especiais (um para cada distrito).

****

Fontes de consulta

A - **primárias**
1 - "A Liberdade", n. 157, de 12/1/1.919, pág. 1;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - "Livro n. 1 de Atas da Câmara Municipal de Machado";
3 - Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes - 1919 - Bello Horizonte, Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1.919, págs. 27 e 92;
4 - Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Dr. Arthur da Silva Bernardes, ao Congresso Mineiro, em sua 1ª sessão ordinaria da 8ª legislatura, no anno de 1919 - pág. 48;

5 - Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Dr. Arthur da Silva Bernardes, ao Congresso Mineiro, em sua 2ª sessão ordinaria da 8ª legislatura, no anno de 1920 - pág. 64;

6 - “Minas Geraes” de 16 e 17/12/1.918 - pág. 5
“ “ “ 8/1/1.919 - págs. 3, 4 e 6;
“ “ “ 26/1/1.919 - págs. 3 e 4;
“ “ “ 12/9/1.919 - págs. 3 e 4.

****

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.920 A 1.922

PRESIDENTE DA CÂMARA: DR. EDVAR DIAS

1) - As eleições e a composição da Câmara.
2) - Os trabalhos administrativos e legislativos.

****

1 - **As eleições e a composição da Câmara**.

Em 7 de dezembro de 1.919 realizou-se eleição, designada pelo próprio presidente da Câmara, para escolha de vereadores que completassem o período de governo até 1.921. Todavia, a lei estadual nº 804, de 22 de setembro de 1.921, prorrogou o mandato dos edis, membros dos conselhos deliberativos e juízes de paz até 31/12/1.922.

Foram reconhecidos eleitos: Gabriel Teixeira (vereador especial pela Cidade); Claudionor Pereira Lima, Edvar Dias, Feliciano Vieira da Silva, Jacintho Pereira Dias, João Edmundo Ferreira, João Luís Garcia, Octávio Augusto de Souza Westin e Waldemar Paulino da Costa (vereadores gerais).

Por motivos não declarados na ata, decretou-se a nulidade da eleição para vereador especial na 1ª seção do Douradinho, invalidou-se o diploma expedido a João Honorato de Carvalho, e proclamou-se eleito o candidato mais votado na 2ª seção, José Honório Pereira Caixeta.

Foi decretada a nulidade da eleição para vereador especial em duas seções do Machadinho, e anulou-se o diploma conferido a João Theodoro Ferreira. Ficou vago o respectivo cargo.

Anulou-se ainda, por incompatibilidade, o diploma de vereador geral expedido a Olavo Westin, por ser filho do candidato mais votado Octávio Augusto de Souza Westin.

No dia 15 de janeiro de 1.920 tomaram posse os eleitos, com exceção de Claudionor Pereira Lima e João Luís Garcia. Decorrido "*in albis*" o prazo de sessenta dias, ambos perderam o mandato.

Na instalação dos trabalhos, o Dr. Feliciano Vieira da Silva foi escolhido presidente da Casa. Declinou, porém, do cargo, por ter o tempo absorvido pela profissão de clínico. Elegeram-se então: *presidente* - Dr. Edvar Dias; *vice-presidente* - Octávio Augusto de Souza Westin; *1º secretário* - Waldemar Paulino da Costa; *2º secretário* - João Edmundo Ferreira.

Conforme o "*Machado-Jornal*", o serviço mais eficiente prestado pelo Dr. Edvar

> *"foi o de conciliar as duas correntes politicas que entre nós se degladiavam. A sua acção como dirigente de nossa municipalidade foi tão efficiente, tão sensata e tão patriotica que fez com que se calassem como que por encanto, todas as divergencias.".*

Em 14 de março houve pleito para preenchimento da vaga de vereador geral deixada por Olavo Westin, sendo vitorioso Augusto Pio de Souza Moreira. Ele tomou posse no dia 11 de junho seguinte.

Em 12 de setembro do mesmo ano ocorreu a eleição para os dois cargos de vereador geral não assumidos. Venceram-na Anastácio Vieira Machado e Gabriel Odorico de Souza, que entraram em exercício no dia 17 de janeiro de 1.921.

A Secretaria da Câmara, neste governo e nos que o seguiram até 1.930, esteve sob a responsabilidade de João Westin Júnior.

2 - **Os trabalhos administrativos e legislativos**.

No final do primeiro ano de gestão, o Presidente enviou relatório a seus pares, falando dos numerosos e importantes problemas a enfrentar. Admitiu, com franqueza, ter-se escoado o período apenas no preparo do terreno e no desbaste das dificuldades. Reconheceu que pouco fizera pela instrução: das três escolas municipais em funcionamento, duas foram fechadas por falta de freqüência. Ressaltou o mau estado dos caminhos, observando que

> *"enquanto consentirmos o transito por estas estradas de*

carros de rodas finas e principalmente dos ferrados a pião e cordão, nunca teremos estradas; elles se incumbem da ingrata tarefa de estragar todo o conserto...".

Afirmou a necessidade de elevar gradualmente o imposto de trânsito para aqueles carros, a fim de forçar sua substituição. Disse precisar o serviço de abastecimento d'água de transformação radical. Notou estar muito deteriorado o canal de pedra e cimento que servia de condutor à Cidade. Asseverou ser imprescindível concluir o processo de captação iniciado por seu antecessor.

No âmbito legislativo, importa destacar a lei 76/20, que modificou o regimento interno da Câmara; a lei 78/21, que autorizou contratação de empréstimo para construção do grupo escolar da Cidade; a lei 80/22, que permitiu cessão de terreno para edificação do grupo escolar do Machadinho; a lei 81/22, que concedeu privilégio para exploração de linha de barcos entre o Município e São Gonçalo do Sapucaí; e a lei 82/22, que doou ao Centro Machadense parte de terreno confinante com o de sua sede.

Fizeram-se entendimentos com a Câmara de Alfenas, para construção de estrada de rodagem ligando a nossa àquela cidade. Foi construída ponte sobre o Rio Machado, nos Ritas, e alterado o leito da estrada de Paraguaçu, a fim de passar por ela. Concedeu-se auxílio à Câmara de São Gonçalo do Sapucaí, para construção de ponte sobre o Rio Dourado. Novos pedidos foram feitos ao Governo do Estado, para feitura de ramal férreo no Município.

Tratou-se de estender a linha telefônica até o Machadinho. Fizeram-se estudos e orçamentos para edificação de uma cadeia no Douradinho. Efetuou-se revisão no lançamento de impostos.

****

<u>Fontes de consulta</u>.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro nº 1 de atas da Câmara Municipal de Machado;
2 - Arquivo Público Machadense - livro nº 65: "Leis da Câmara Municipal - 1912 a 1932";
3 - "Machado-Jornal" de 20/5/1.928 - pág. 1;
4 - Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Dr. Arthur da Silva Bernardes, ao Congresso Mineiro, em sua 4ª sessão ordinaria da 8ª legislatura no anno de 1922. - pág. 35.

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.923 A 1.927

PRESIDENTES DA CÂMARA: DR. EDVAR DIAS
WALDEMAR PAULINO DA COSTA (interino)

1) - As eleições e a composição da Câmara.
2) - A atuação da Câmara.

****

1 - **As eleições e a composição da Câmara**.

A Câmara Municipal foi renovada no pleito de 3 de dezembro de 1.922. O reconhecimento dos eleitos, dessa vez, ocorreu sem divergência: *vereadores gerais* - Edvar Dias (652 votos), Feliciano Vieira da Silva (651 votos), Francisco Elysio Ferreira Braga (96 votos), Gabriel Odorico de Souza (96 votos), Jacintho Pereira Dias (652 votos), João Baptista de Souza Moreira (96 votos), João Edmundo Ferreira (651 votos), João Honorato de Carvalho (645 votos) e Waldemar Paulino da Costa (654 votos); *vereadores especiais* - Antônio Pedro Maciel (Douradinho - 177 votos), Mário Gonçalves da Costa (Machadinho - 113 votos) e Roque Pio de Souza Dias (Cidade - 396 votos).

Na mesma ocasião sufragaram-se os candidatos a juízes de paz:
da Cidade - Dario Vieira Machado (276 votos), Júlio Sanches Diniz Jùnior (220 votos) e Antônio Moreira Guerra Júnior (150 votos);
do Douradinho - Joaquim Saturnino de Moraes (142 votos), José Rodrigues de Carvalho (115 votos) e José Lopes de Vasconcellos (33 votos);
do Machadinho - Archanjo Cruz Mendes (187 votos) e Antônio Cândido de Souza (120 votos).

A posse realizou-se no dia 1º de janeiro seguinte, quando também foi escolhida a mesa diretora da Edilidade: *presidente* - Dr. Edvar Dias (reeleito); *vice-presidente* - Waldemar Paulino da Costa; *primeiro-secretário* - João Edmundo Ferreira; *segundo-secretário* - Francisco Elysio Ferreira Braga.

A lei estadual 843, de 7/9/23, criou o Distrito de Cana do Reino. Por isso, em 2 de março seguinte (conforme o decreto estadual 6.486, de 29/1/24) lá se realizou eleição de vereador especial, ganha por Marcolino Pereira de Carvalho. Ele foi reconhecido e empossado no dia 16 de abril. A mesma lei desmembrou do nosso o Município de Gymirim, o que levou à renúncia o Vereador João Edmundo Ferreira, originário de lá. Seu ato, contudo, foi recusado pela Câmara. O decreto estadual 6.524, de 7/3/24, marcou os dias 21 de abril e 24 de maio do mesmo ano para eleição de vereador do novo município e para sua instalação.

Em 18 de abril de 1.924 morreu o Vereador Jacintho Pereira Dias. Para ocupar sua vaga, foi eleito em 12 de outubro o Coronel José Antônio Pereira Lima, que assumiu no dia 16 de janeiro de 1.925.

Baldado o esforço para que o Governo Estadual construísse o ramal ferroviário de Alfenas a Machado, um grupo de conterrâneos se associou para levar adiante o empreendimento, que examinarei em capítulo próprio. Nele o Dr. Edvar Dias teve destacada atuação, que o obrigou a deixar em segundo plano afazeres particulares e públicos. A partir de abril de 1.925 afastou-se da presidência da Câmara, mesmo sem pedido formal de licença, só voltando, vez ou outra, após agosto do ano seguinte. Na sua ausência, a administração do Município ficou a cargo do vice-presidente, Waldemar Paulino da Costa.

A lei estadual 915, de 10/8/26, determinou que se realizassem novas eleições municipais só no terceiro domingo de abril de 1.927. Prorrogou, até a posse dos escolhidos, o mandato das Câmaras, Conselhos Deliberativos e juízes de paz em exercício.

2 - **A atuação da Câmara**.

Em três setores concentrou-se o trabalho do Governo Municipal neste período: a construção de estradas, a edificação do Grupo Escolar da Cidade e o serviço de abastecimento d'água.

Em janeiro de 1.923 teve início em Alfenas o serviço de terra do ramal ferroviário. A lei 94, de 7/10/25, autorizou vultoso auxílio (quase metade do orçamento anual do Município) ao empreendimento. A estação da Caiana foi inaugurada. Construiu-se estrada de automóveis para Cana do Reino e Douradinho. Foi consertada a estrada de acesso ao Bairro da Cachoeirinha.

Mesmo desaprovado o projeto inicial do Grupo Esco-

lar da Cidade e rescindido o empréstimo com o Estado para a obra, ela foi efetuada. A lei 96, de 23/10/26, permitiu a doação àquele do prédio levantado com sacrifício. Foi também concedido auxílio às Irmãs Concepcionistas para construção do seu colégio.

Em 1.923 foi obtido financiamento para melhora do serviço de abastecimento d'água da Cidade (colocação de dois mil metros de tubos de ferro no encanamento adutor). A lei 95, de 10/8/26, autorizou o presidente da Câmara a contrair novo empréstimo com o Estado, para pagamento de dívida do Município, término da canalização de água potável, feitura da rede de esgotos e outros serviços.

A Rua Coronel Jacintho foi prolongada. Reconstruiu-se ponte sobre o Córrego Lambary, no Machadinho. Aumentou-se a iluminação pública da Cidade, com a colocação de lâmpadas em várias ruas. Foi concedido auxílio à construção de linha telefônica para o Douradinho. Doou-se terreno ao Tabajara Sport Club, do Machadinho.

Leis diversas fixaram o horário de fechamento das barbearias, casas comerciais e farmácias. Foi prorrogado o prazo para pagamento sem multa de impostos dos contribuintes de Cana do Reino. Regularam-se a reforma, a construção e a reconstrução de prédios. Disciplinaram-se o serviço de veículos e o trânsito de carros de bois no perímetro urbano. O Estatuto Municipal foi alterado.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - "Livro n. 1 de Atas da Câmara Municipal de Machado";
2 - Arquivo da Paróquia de Carvalhópolis - "Livro de Tombo da Paróquia de Cana do Reino", pág. 4;
3 - Arquivo Público Machadense - livro n. 65: "Leis da Câmara Municipal - 1912 a 1932";
4 - Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes de 1.924 - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.925, págs. 95 e 111;
5 - Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes de 1.926 - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.927, pág. 10;
6 - "Minas-Geraes" de 10-1-1.923, pág. 3;
7 - "O Município" nº 2 - 15/12/1.922 - pág. 3.

B - **secundárias**

1 - José Augusto Carneiro Dias - “Dr. Edvar Dias” - artigo publicado sob o pseudônimo de “Mr. Degas”, em “O Machadense” n. 73, de 30/7/l.972, pág. 4;
2 - José Augusto Carneiro Dias - “Reconhecimento que tarda” - artigo publicado sob o pseudônimo de “Mr. Degas”, em “O Machadense” n. 129, de 26/8/1.973, pág. 1.

****

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.927 A 1.930

PRESIDENTES DA CÂMARA: DR EDVAR DIAS
DR EDGARD DA VEIGA LION (interino)

1) - O pleito, a composição e a direção da Edilidade.
2) - As realizações do período.

****

1 - **O pleito, a composição e a direção da Edilidade**.

Realizou-se eleição municipal em 17 de abril de 1.927. Um mês depois tomaram posse estes vereadores, reconhecidos sem contestação: *gerais* - Edgard da Veiga Ferreira Lion, Edvar Dias, Homero Paulino da Costa, Izaltino Virgílio Franco, Joaquim Moreira de Souza Guerra, José Antônio Pereira Lima, Josino Xavier, Lindolpho de Souza Dias e Olympio Domingues Pinto; *especiais* - João de Souza Moreira (Cidade), João Honorato de Carvalho (Cana do Reino) e Joaquim Saturnino de Moraes (Douradinho).

A mesa da Câmara ficou assim constituída: *presidente* - Dr. Edvar Dias (reeleito); *vice-presidente* - Dr. Edgard da Veiga Ferreira Lion; *primeiro-secretário* - Dr. João de Souza Moreira; *segundo-secretário* - João Honorato de Carvalho.

Embora estivesse totalmente dedicado à construção da estrada de ferro, o Dr. Edvar quis reeleger-se presidente para depois, com mais facilidade, obter do Governo Estadual a sua encampação. Assim, já em julho passou o cargo ao Dr. Lion, que o exerceu até abril de 1.929. Em novembro seguinte, aprovadas suas contas, este renunciou à vice-presidência. Relatou em discurso os serviços que prestara ao partido dominante a a seu chefe, mostrando mágoa pela

deslealdade e pela desconfiança de membros da Casa e do Presidente. Disse ser vítima de plano diabólico, sem explicar no quê ele consistia. Para o seu posto foi escolhido Lindolpho de Souza Dias.

Após a Revolução de 3 de outubro de 1.930, como já visto no capítulo II, foram dissolvidas as Câmaras. Todavia, por força do disposto no artigo 13 do decreto estadual 9.768, de 24 de novembro seguinte, os responsáveis pela administração dos municípios permaneceram em seus cargos até a posse dos prefeitos nomeados.

2 - **<u>As realizações do período</u>**.

Todos os nossos historiadores ressaltam a fecundidade da gestão do Dr. Edvar Dias, seu empenho e esforço na comunicação com os municípios vizinhos. Atribuem-lhe também a abertura das estradas de rodagem para Serrania, Poço Fundo e Campestre. Em 1.928 foi solenemente inaugurada a Estrada de Ferro Machadense, com a presença do presidente do Estado, Antônio Carlos de Andrada.

O interino, Dr. Edgard Lion, mostrou-se arrojado na urbanização da Cidade. Embora sob protestos, nivelou as ruas do Ramo e Quatorze de Julho (atuais Tiradentes e Aírton Rodrigues Leite), quase intransitáveis, que, conforme J. R. de Carvalho, "*eram mais morros que ruas propriamente ditas*". Afirma este ter sido utilizado o trabalho de presos nas escavações, que chegaram a mais de metro e meio de profundidade em certos lugares. Nivelou também a Rua Cel. Francisco Vieira, e desaterrou a 21 de Abril. Inaugurou a Avenida Arthur Bernardes. Projetou e construiu o jardim da atual Praça Getúlio Vargas. Estendeu a rede d'água à Avenida Santa Cruz e às ruas Quatorze de Julho e Dom Hugo. Fez uma caixa d'água em Douradinho. Foi seu fiscal de obras Augusto Cândido de Oliveira (Augusto do Chicuta).

No âmbito legislativo, merece destaque a resolução 372, de 15/7/27, que doou terreno para construção da Capela de São Benedito, objeto de disputa judicial anos depois. Outra resolução, do mesmo mês, autorizou acordo com a Câmara de Jimirim, para retificação da divisa entre o nosso e aquele município. Em 1.927, a lei 100, de 20 de julho, concedeu privilégio à Santa Casa para exploração do serviço funerário; a lei 106, de 26 de setembro, autorizou o presidente da Câmara a fazer empréstimo à E. F. Machadense. Do ano de 1.928 podem ser lembradas a lei 111, de 20 de janeiro, que regulou os serviços do Matadouro; a 113, de 21 de julho, que concedeu privilégio para exploração do serviço de auto-ônibus entre Machado e Alfenas; a 114, da mesma data, que deu nomes a ruas e praças da Cidade; a 115, de 30 de outubro, que dividiu a Cidade em três zonas; a 116, do mesmo dia, que autorizou a contração de empréstimo para as obras de abastecimento d'água em Cana do Reino. Em 1.930, a lei 120, de 26 de abril, regulou o horário de fechamento das casas comerciais.

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - "Livro n. 1 de Atas da Câmara Municipal de Machado";
2 - Arquivo Público Machadense - livro n. 65: "Leis da Câmara Municipal - 1912 a 1932";
3 - "Folha Machadense" n. 238, 10/12/1.978 - pág. 1;
n. 294, 22/03/1.980 - pág. 12;
n. 368, 06/09.1.981 - pág. 4;
4 - "Machado-Jornal" n. 44 - 28/10/1.928;
n. 45 - 04/11/1.928;
5 - "O Machadense" n. 717, 18/1/1.959 - pág. 3.

B - **secundárias**

1 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", caps. V e VI - na "Revista do 1º Centenário de Machado", n. 5, pág. 6, e n. 6, pág. 7;
2 - Cordélia Vieira Lion - "Edgard da Veiga Lion" - em "Coletânea de Monografias sobre Vultos Machadenses" - Serviço de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Machado - mimeografado, 1.986, págs. 30 a 39;
3 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, Pouso Alegre, pág. 22;
4 - Izolina Souza Dias - "Ingratidão" - crônica na Folha Machadense n. 247, 25/2/1.979, pág. 3;
5 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 86/87;
6 - José Augusto Carneiro Dias - "Ingratidão" - crônica sob o pseudônimo de "Jocadi", na Folha Machadense n. 328, de 22/11/1.980, pág. 3;
7 - José Augusto Carneiro Dias - "Não se fazem mais homens como aqueles..." - crônica sob o pseudônimo de "Jocadi", na Folha Machadense n. 701, de 14/5/1.988, pág. 8;
8 - Olímpio Abrão - "O problema é o Joaquim" - crônica na Folha Machadense n. 939, de 6/2/l.993, pág. 2.

****

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.931 A 1.932

PREFEITO: DR. JOÃO DE SOUZA MOREIRA

1) - As novas regras políticas.
2) - O Prefeito e o exercício do cargo; a política.
3) - O Conselho Consultivo.

****

1 - **<u>As novas regras políticas</u>**.

O movimento armado que levou Getúlio Vargas ao poder impôs profundas mudanças na administração pública. Em Minas, o decreto 9.768, de 24/11/30, estabeleceu impropriamente que as câmaras municipais seriam transformadas em prefeituras, até a reorganização constitucional. Determinou que o presidente do Estado nomeasse livremente um prefeito em cada município, para exercer, como delegado de sua imediata confiança, todas as funções legislativas e executivas. Demissível "*ad nutum*", seus atos poderiam ser modificados ou revogados pelo governo superior.

O mesmo decreto criou em cada prefeitura um conselho consultivo, sem poder decisório. Competia-lhe:
- opinar sobre o relatório trimestral do prefeito;
- opinar sobre o projeto de revisão do quadro do funcionalismo municipal;
- opinar sobre os projetos de revisão dos contratos, leis e posturas municipais;
- representar ao prefeito sobre a conveniência da adoção de medidas administrativas de interesse do município.

Os conselhos consultivos eram compostos pelos dois maiores contribuintes de impostos e taxas municipais, e por três indivíduos de livre escolha do prefeito, todos obrigatoriamente moradores no município.

O decreto 9.847, de 2 de fevereiro de 1.931, reorganizou o governo provisório dos municípios, mantendo, em linhas gerais, as regras acima referidas.

2 - **O Prefeito e o exercício do cargo; a política**.

O Dr. João de Souza Moreira foi nomeado prefeito municipal por ato de 24 de dezembro de 1.930. Assumiu o cargo em 1º de janeiro seguinte, tendo sido exonerado no dia 15 de outubro de 1.932. Transmitiu o poder em 28 do mesmo mês.

Em discurso pronunciado na Câmara Municipal (livro de atas nº 2, sessão de 30/9/37), o Dr. Edgard Lion deu este depoimento sobre os reflexos da Revolução Constitucionalista no Machado:

> *"Após a vitória material do governo federal, a cujo lado se encontrava o governo mineiro, a situação política dominante neste município foi havida por suspeita pelo venerando Presidente Olegário Maciel, que fez substituir, sumariamente, o Prefeito Municipal e o respectivo Conselho."*.

O fato de o novo prefeito ser pessoa estranha ao Município parece corroborar a afirmativa. Tenho, porém, dúvidas sobre sua exatidão. É que menos de um ano depois Souza Moreira foi nomeado para o Conselho Consultivo, e em setembro de 1.934 voltou ao primitivo cargo. Ademais, segundo "*O Machadense*" nº 104, ele prestou inestimáveis serviços ao Governo Estadual durante a Revolução, dispensando o maior carinho às tropas mineiras que por aqui passavam, a caminho de Poços de Caldas.

Afirma Carlos Legnani que, aumentando a arrecadação, João Moreira saneou as finanças da Prefeitura. Em minuciosa prestação de contas ao sucessor, arrolou todos os bens imóveis, móveis e semoventes do Município, no valor total de 701:460$200. O documento indica que, em 1.931, a receita foi de 202:440$944 e a despesa, de 178:456$859. O saldo, somado à receita do exercício seguinte, montou em 208:913$670. Abatida a despesa de 1.932, entregou a Z. Torres a quantia de 21:964$312. As dívidas municipais naquela data totalizavam 104:974$600.

Construiu o coreto da Praça Antônio Carlos, avaliado na época em 5:000$000, com a ajuda de subscrição popular.

Legislou por meio de decretos, dos quais podem ser destacados, em 1.931, o 2 e o 6, de 10 e 30 de janeiro, que concederam abatimen-

tos para cobrança da dívida ativa do Município; o 3, de 12 do mesmo mês, que criou o Conselho Consultivo e nomeou seus membros; o 4, de 27 seguinte, que dispôs sobre os serviços do Matadouro; e o 8, de 9 de julho, que criou o cargo de inspetor de veículos na Cidade. Em 1.932, os decretos 12 e 13, de 19 de julho e 1º de setembro, estabeleceram normas de exceção, decorrentes do estado belicoso: proibiram a saída de gêneros e de gasolina para outros municípios, restringiram as vendas no atacado e fixaram preço para vendas a varejo. O decreto 14, de 15 de setembro, deu o nome de "*Olegário Maciel*" a uma praça da Cidade.

João Westin Júnior continuou à frente da Secretaria da Prefeitura.

Havia, na época, dois partidos políticos rivais na Cidade, o P.P. e o P.L.M., apelidados de "*leiteiros*" e "*caratingas*". O segundo abrigava os comandados de Santos Silva, na oposição. Tinha como cabo eleitoral mais conhecido Evaristo Simão da Silva, cuja casa, no alto da Santa Cruz, era ponto de reuniões.

3 - **O Conselho Consultivo**.

O decreto municipal nº 3, já referido, criou o Conselho Consultivo do Machado, e nomeou para integrá-lo Lindolpho de Souza Dias, Dr. Edvar Dias (os dois maiores contribuintes municipais), Dr. Feliciano Vieira da Silva, João Honorato de Carvalho e José Antônio Pereira Lima (de livre escolha do Prefeito). O Dr. Edvar foi nomeado como imediato do contribuinte Dr. Gabriel Teixeira, impedido de servir no Conselho por morar fora do Município. Eles tomaram posse no dia 20 do mesmo mês, com exceção do Dr. Feliciano, que o fez em 14 de fevereiro.

Posteriormente, o decreto federal 20.348, de 29/8/31, determinou que os membros dos conselhos consultivos fossem nomeados pelos interventores estaduais. Por isso, em 29 de março seguinte o Presidente Olegário Maciel confirmou os mesmos cidadãos nos cargos que ocupavam. Sua nova posse ocorreu em 27 de abril.

As atas do Conselho mostram que seus integrantes tiveram pouca atuação. Nas reuniões mensais (várias não se realizaram por falta de "*quorum*") limitavam-se a ouvir a leitura dos decretos e dos balancetes da Prefeitura, "*sem fazer alusão*". Anuíram à assinatura de contrato com a Santa Casa para exploração do serviço funerário, à proposta de calçamento de alguns trechos de ruas, a um pedido de licença ao Governo Estadual para transferência de verbas, e a outro de auxílio para combate a epidemia de paludismo.

José Antônio Pereira Lima substituiu interinamente o Prefeito duas vezes, por motivo de viagens.

Todos os conselheiros foram exonerados no dia 21 de outubro de 1.932.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - "Livro nº 1 de Atas da Câmara Municipal de Machado";
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - "Livro nº 2 de Atas da Câmara Municipal de Machado";
3 - Arquivo Público Machadense - livro nº 65: "Leis da Câmara Municipal - 1912 a 1932";
4 - Arquivo Público Machadense - livro nº 174: "Atas do Conselho Consultivo do Machado - 1931 a 1935";
5 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria do Interior - códice 351: "Conselhos Consultivos Municipais - Matrícula - 1932", pág. 111;
6 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria do Interior - códice 352: "Conselhos Consultivos Municipais - Registro de Títulos (Nomeações) - 1932/1933", pág. 75v.;
7 - Collecção de Leis e Decretos de 1930 do Estado de Minas Geraes - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.930, págs. 724/726;
8 - Coleção dos Decretos de 1931 do Estado de Minas Gerais - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.932, págs. 34/42;
9 - "Folha Machadense" n. 151 - 27/03/77 - pág. 10;
" " " 368 - 06/09/81 - " 4;
" " " 703 - 28/05/88 - " 11;
10 - "Minas Geraes" ano 39, n. 307, 25/12/30, pág. 1;
" " " 41, " 255, 16/10/32, " 3;
11 - "O Imparcial" n. 76 - 23/3/52 - pág. 1;
12 - "O Machadense" n. 104 - 2/6/1.934 - pág. 3;
13 - "Revista do 1º Centenário de Machado" - nº 4, pág. 5.

B - **secundárias**

1 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", cap. V - na "Revista do 1º Centenário de Machado", nº 5, págs. 5/6.

****

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.932 A 1.933

PREFEITO: DR. ZOROASTRO TORRES

1) - O exercício do cargo pelo Prefeito.
2) - O Conselho Consultivo.
3) - A situação política.

****

1) - **O exercício do cargo pelo Prefeito**.

O Dr. Zoroastro Torres foi nosso primeiro prefeito nomeado sem vínculo anterior com o Município. Nasceu em Sumidouro, RJ, no dia 31 de maio de 1.891, e faleceu na capital mineira, em 24 de junho de 1.968. Formado em Engenharia, trabalhou na Estrada de Ferro Paracatu, na Estrada de Ferro Oeste de Minas e em projetos ferroviários no Espírito Santo. Antes de vir para cá, foi prefeito nomeado de São Manoel do Mutum e de Jacutinga. Posteriormente, prestou serviços na Rede Mineira de Viação e na Secretaria de Viação e de Obras Públicas.

Em 15 de outubro de 1.932 o Dr. Zoroastro Torres foi removido da Prefeitura de Jacutinga para a de Machado, que assumiu no dia 28 do mesmo mês. No curto período em que aqui ficou, obteve quatro licenças, para tratar de negócios e da saúde. Em três vezes foi substituído interinamente por Feliciano Floriano dos Santos Silva; noutra, por João Luiz Garcia. No dia 21 de julho de 1.933 foi exonerado, a pedido.

A brevidade e as interrupções do mandato não permitiram que o Prefeito realizasse obra significativa. Apesar disso, segundo a "*Folha Machadense*" nº 368, procurou melhorar as condições de nossa água potável.

Substituiu a maioria dos funcionários municipais. Seu secretário foi Benevenuto Pimentel.

Dos decretos por ele baixados, lembrem-se, de dezembro de 1.932, o 21, que abriu crédito especial para o serviço de saneamento, e o 23, que organizou o quadro de funcionários da Prefeitura. Em 1.933, o decreto 26, de 24/1, instituiu o regulamento de veículos; o 30, de 17/2, autorizou a contratação de empréstimo para saneamento, abastecimento d'água e rede de esgotos da Cidade e das Vilas, bem como o resgate da dívida passiva do Município; o 32, de 12/7, dispôs sobre o horário de funcionamento do comércio.

2 - **O Conselho Consultivo**.

Em 5 de dezembro de 1.932, o Presidente do Estado nomeou para compor o novo Conselho Consultivo Aristides Pio de Araújo Dias e João Luiz Garcia (selecionados entre os maiores contribuintes), Feliciano Floriano dos Santos Silva (indicado pelo Prefeito), João Baptista de Moura e Marcolino Pereira Carvalho (de sua livre escolha, representantes de Douradinho e Cana do Reino). A posse ocorreu dez dias depois.

Nas poucas reuniões efetuadas, os Conselheiros examinaram a proposta orçamentária, aprovaram moções de solidariedade e se ocuparam de assuntos como empréstimo para o abastecimento d'água, instalação de telégrafo, assistência dentária escolar, construção de ponte sobre o Rio Machado, contrato de iluminação pública e subvenção para o jornal "*O Machadense*".

Com a mudança de prefeito, os três primeiros foram exonerados, a pedido, em 22 de agosto de 1.933.

3 - **A situação política**.

O período em exame foi conturbado por desavença de facções políticas sob a liderança, respectivamente, do sr. Feliciano Floriano dos Santos Silva e dos drs. Edvar Dias e Feliciano Vieira da Silva. Em 15 de março de 1.933, conforme correspondência dirigida a autoridades estaduais por Antônio Bernardes Lima, grupo armado, sob a chefia de "Facinho", Evaristo Simão e funcionários da Prefeitura, tentou invadir o Cartório Eleitoral de Manoel Brandão, ameaçando de morte a este e ao Dr. F. Vieira. O contingente policial foi reforçado, mas o incidente não teve desdobramentos.

O Município esteve ainda em situação de anormalidade porque muitos contribuintes deixaram de pagar os impostos. Foram aconselhados a isso pela chefia do P.L.M., que alegou não merecerem confiança os detentores do poder.

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - "Livro n. 1 de Atas da Câmara Municipal de Machado", pág. 176v.;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - "Livro n. 2 de Atas da Câmara Municipal de Machado", págs. 28/30;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - "Livro n. 3 de Leis e Decretos";
4 - Arquivo Público Machadense - livro 174: "Atas do Conselho Consultivo do Machado - 1931 a 1935";
5 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria do Interior - códice 351: "Conselhos Consultivos Municipais - Matrícula - 1932" - pág. 111;6 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria do Interior - códice 352: "Conselhos Consultivos Municipais - Registro de Títulos (Nomeações) - 1932/1933" - págs. 105/105v.;7 - Arquivo Público Mineiro - cópias de correspondências avulsas;
8 - "Folha Machadense" n. 368 - 6/9/1.981 - pág. 4;
9 - "Minas Gerais", ano 41, n. 255, 16/10/32, pág. 3:
" " " 42, n. 169, 22/07/33, " 2.

****

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.933 A 1.934

PREFEITO: ROBERTO DE SOUZA DIAS

1 - O Prefeito e o exercício do cargo.
2 - Atividades legislativas e administrativas.
3 - O Conselho Consultivo.

****

1 - **O Prefeito e o exercício do cargo**.

O machadense Roberto de Souza Dias trabalhou na demarcação das divisas de Minas Gerais, e exerceu o cargo de prefeito também nos municípios de Aimorés e Jacutinga. Foi diretor-presidente da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira.

Nomeado prefeito de nosso município por ato de 21 de julho de 1.933, assumiu dez dias depois. Já em outubro daquele ano obteve licença para tratar de negócios. No ano seguinte afastou-se novamente de 15 de janeiro a 1º de março, de 16 de abril a 12 de junho, e de 28 de junho a 15 de julho. Em todas as vezes foi substituído por João de Souza Moreira. No dia 25 de agosto passou o cargo a este pela última vez. Foi exonerado, a pedido, por ato de 22 de setembro de 1.934.

2 - **Atividades legislativas e administrativas**.

No segundo semestre de 1.933 foram baixados os decretos 35 a 43, que exoneraram e nomearam funcionários; o 44, de 16/8, que dispôs sobre o horário de funcionamento do comércio; o 46, de 30/8, que tratou da

venda de carne verde; e o 47, da mesma data, que abriu crédito adicional para completar as autorizações de exercício anterior e regularizar a escrita municipal. De 1.934, destaquem-se o 53, de 15/1, que organizou o quadro de funcionários; e o 54, de 1/10, que permitiu a contratação de empréstimo.

O decreto estadual 11.037, de 16 de agosto de 1.933, também autorizou o Prefeito a abrir crédito adicional de 8:456$859, destinado a completar as autorizações do exercício de 1.931 e a regularizar a escrita municipal.

Entre as obras da administração em foco registram-se a reconstrução do Mercado, nos fundos da Prefeitura, o reparo de antiga ponte de madeira sobre o Rio Machado, o orçamento dos serviços de água e rede de esgotos e o início daquele.

Em janeiro de 1.934 o secretário João Westin Júnior licenciou-se por um ano, e Fernando Dias foi nomeado interinamente para seu cargo.

3 - **O Conselho Consultivo**.

Alterado o Governo Municipal, mudou também a composição do Conselho Consultivo. Para o lugar dos que se exoneraram foram nomeados, em 22 de agosto de 1.933, Homero Costa, João de Souza Moreira e Lindolpho de Souza Dias. Tomaram posse em 8 de setembro seguinte, somando-se a João Baptista de Moura e Marcolino Pereira de Carvalho que, por terem sido livremente escolhidos pelo Presidente do Estado, haviam permanecido nos cargos.

Os Conselheiros foram convocados apenas cinco vezes para reuniões, em face das freqüentes viagens do Prefeito. Nelas trataram dos balancetes mensais, da proposta orçamentária, das divisas municipais e distritais, do imposto "pro-lázaro", do alinhamento de prédios na Santa Cruz e de subvenção escolar. Recomendaram à Tesouraria que fizesse a arrecadação dos impostos atrasados. Aprovaram pedido de empréstimo ao Governo do Estado, para obras dos serviços de água e esgotos e para pagamento de juros e amortizações ao Banco Machadense.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro 3 de Leis e Decretos;
2 - Arquivo Público Machadense - livro 174: "Atas do Conselho Consultivo do

Machado - 1.931 a 1.935";
3 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria do Interior - códice 351: "Conselhos Consultivos Municipais - Matrícula - 1932" - pág. 111;
4 - Coleção dos Decretos do Estado de Minas Gerais de 1.933 - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.934, págs. 431/432;
5 - "Folha Machadense" n. 368 - 6/9/1.981 - pág. 4;
6 - "Jornal do Machado" n. 1 - 20/8/1.933;
n. 3 - 4/9/1.933;
n. 4 - 17/9/1.933;
n. 5 - 24/9/1.933;
n. 34 - 22/4/1.934;
7 - "Minas Gerais" - de 18/10/1.932, pág. 3;
de 22/7/1.933, pág. 2;
de 22/9/1.934, pág. 2;
8 - "O Machadense" n. 104 - 2/6/1.934, pág. 3.

****

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.934 A 1.936

PREFEITO: DR. JOÃO DE SOUZA MOREIRA

1) - O Prefeito e suas realizações.
2) - O Conselho Consultivo.

****

1 - **O Prefeito e suas realizações.**

João de Souza Moreira foi de novo nomeado para o cargo de prefeito, que já exercia interinamente, por ato de 22 de setembro de 1.934. Em janeiro de 1.935 licenciou-de durante dezesseis dias, sendo substituído por Marcolino Pereira de Carvalho. Sua gestão findou com a entrada do Município no regime constitucional, em 12 de agosto de 1.936.

Dos decretos que baixou, lembrem-se, em 1.935, o 57, de 6/7, que alterou o horário de funcionamento do comércio; o 58, de 1/9, que ordenou a revisão geral do recenseamento de dados, para o lançamento de impostos; e o 63, de 29/12, que modificou o regime tributário do Município. No ano seguinte, o decreto 66, de 2/4, mudou o nome da Rua Treze de Maio para "Dom Hugo"; e o 67, de 6/4, isentou a Companhia Telephônica Brasileira do pagamento de tributos.

Nesta época foi adquirido imóvel para instalação do Campo Experimental do Café, hoje EPAMIG. O Prefeito pagou as dívidas do Município, e conseguiu a encampação, pelo Estado, das estradas que ligavam Machado a Paraguaçu e Poços de Caldas.

Fernando Dias foi exonerado do cargo de secretário, para o qual se nomeou João Dias Swerts. Este, pouco depois, permutou de posto com o tesoureiro Djalma Costa. Várias professoras foram nomeadas. Suprimiu-se o cargo de fiscal do Matadouro.

2 - **O Conselho Consultivo.**

Efetivado João Moreira como prefeito. seu lugar no Conselho coube a João Pereira Caixeta. Este foi nomeado por ato de 27 de janeiro de 1.935, e tomou posse em 20 de março seguinte. Os demais conselheiros permaneceram no órgão, que se reuniu pela última vez em 10 de agosto de 1.936.

Entre outros temas, foram examinados no período os balancetes mensais, a proposta orçamentária, a divida do Município, o lançamento e a isenção de impostos, o abastecimento d'água, a demolição de prédios para alinhamento de ruas e a jornada de trabalho dos comerciários.

****

Fontes de consulta

A - **primárias**
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado- livro nº 2 de Atas da Câmara Municipal de Machado;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro nº 3 de Leis e Decretos;
3 - Arquivo Público Machadense - livro 174: "Atas do Conselho Consultivo do Machado - 1.931 a 1.935";
4 - **"**Folha Machadense" nº 368 - 6/9/1.981 - pág. 4;
5 - "Minas Gerais" de 22/9/1.934, pág. 2.

B - **secundárias**
1 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", cap. V - na "Revista do 1º Centenário de Machado", nº 5, junho de 1.957, pág. 6.

****

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.936 A 1.946

PREFEITOS: JOÃO VIEIRA DA SILVA
DR. VALDO LEITE DE MAGALHÃES PINTO (interino)

PRESIDENTE DA CÂMARA: JOÃO LUIZ GARCIA

1) - As eleições e a composição da Câmara.
2) - O desempenho da Câmara e as divergências políticas.
3) - As realizações do Prefeito.
4) - A interinidade do Juiz de Direito.

****

1 - **<u>As eleições e a composição da Câmara</u>**.

Com o retorno do País à normalidade institucional, e em obediência ao disposto no artigo 5º, parágrafo 2º, das disposições transitórias da Constituição do Estado de 1.935, realizaram-se eleições municipais no primeiro domingo (7) de junho de 1.936. Não consegui, infelizmente, saber os números da disputa e os nomes dos perdedores.

A Edilidade, reaberta depois de seis anos, ficou assim composta: Edgard da Veiga Ferreira Lion, Euclydes de Souza Dias, Gustavo Carneiro Dias, Hércules Prescildo Nannetti, Homero Paulino da Costa, João Luiz Garcia, Lázaro Cândido Magalhães, Mário Leite da Silveira e Marcolino Pereira de Carvalho. O último assumiu como suplente, na ausência do titular João Baptista de Moura.

Atendendo a convocação do mais votado, Homero Costa, os vereadores instalaram a nova Câmara e se empossaram no dia 12 de agosto. Escolheram na sessão a mesa diretora: *<u>presidente</u>* - João Luiz Garcia; *<u>1º secretá-</u>*

rio - Hércules P. Nannetti; *2º secretário* - Euclydes de Souza Dias.

O cargo de prefeito passara a ser preenchido indiretamente, pelos vereadores. Na eleição realizada a seguir foi eleito para ele João Vieira da Silva, candidato único, com o total dos votos. Tomou posse no mesmo ato.

Em 15 de janeiro de 1.937 empossou-se o Vereador João Baptista de Moura. No mesmo mês Gustavo Carneiro Dias foi eleito para o cargo de vice-presidente da Câmara, criado por lei recente de organização municipal. Depois, ante protesto de Edgard Lion, se reconheceu a ilegalidade da escolha, que só deveria ocorrer no quatriênio seguinte. Diante disso, em julho Gustavo renunciou àquele cargo.

De 19 de janeiro a 10 de fevereiro o Prefeito afastou-se por doença da esposa, e seu cargo foi ocupado interinamente pelo Presidente da Câmara. No lugar deste voltou a assumir o suplente Marcolino Pereira de Carvalho.

Em sessão de 9 de abril o Presidente considerou Edgard Lion impedido de exercer a vereança, por mora no pagamento de impostos. Ele só retornou à Câmara no dia 30 de setembro, por força de mandado de segurança concedido pelo Tribunal Regional Eleitoral. Num longo discurso, explicou os motivos políticos que o levaram a não saldar o débito fiscal desde 1.932, e rebateu as acusações dos adversários.

A resolução 7, de 10/4/37, concedeu a Mário Leite da Silveira licença por seis meses, para tratamento de saúde, ensejando nova convocação do suplente Marcolino Pereira de Carvalho.

A Câmara Municipal foi dissolvida pelo golpe de 10 de novembro de 1.937, que implantou o Estado Novo.

2 - **O desempenho da Câmara e as divergências políticas**.

No curto intervalo de atividades, os Vereadores puseram em vigor o antigo regimento interno da Câmara, que foi alterado. Trataram dos vencimentos do Prefeito e da secretaria da Edilidade. Mais uma vez modificaram o horário de funcionamento das casas comerciais. Foi autorizada a contração de empréstimo para pagamento à Companhia Sul-Mineira de Eletricidade.

Em 1.936, a lei 4, de 16/9, dispôs sobre os cemitérios e permitiu a aquisição de terreno para construção de outro; a 6, de 1/10, tratou da cobrança da dívida ativa municipal; a 8, de 27/12, baixou novo Código Tributário. Em 1.937, a resolução 3, de 19/1, aprovou as contas e o relatório do Prefeito relativos ao período de 13 de agosto a 31 de dezembro do ano anterior.

Já na data da posse se manifestaram duas correntes políticas na Câmara. Edgard Lion discursou em nome das "oposições machadenses", reunidas no Partido Republicano Mineiro, sob a direção de Arthur Bernardes. Homero Costa retrucou pelo situacionismo, propondo moção de apoio ao Governador Valadares, à comissão estadual e ao diretório local do Partido Progressista Mineiro. Ambos discutiram, mostrando divergências que perduraram no curso da legislatura. O primeiro ficou isolado nas críticas, e um mês depois, tendo rejeitadas emendas ao projeto que disciplinava os cemitérios, deixou a comissão de legislação. No ano seguinte novos atritos ocorreram, a propósito da convocação precipitada de um suplente e da eleição de vice-presidente. O clímax da discórdia foi o impedimento de Lion, referido no item anterior.

3 - **<u>As realizações do Prefeito</u>**.

Embora fechada a Edilidade, o Prefeito foi mantido pelo Governo Estadual no cargo, em que permaneceu até exoneração, por ato de 30 de dezembro de 1.946, publicado no dia seguinte.

Dentre suas obras avultam a reforma e a ampliação do sistema de abastecimento d'água, com a captação da fonte de São Pedro. Construiu a caixa d'água da Praça Dr. Roque e consertou a do Douradinho, embora reduzindo-lhe a capacidade. Adquiriu equipamentos para o serviço d'água de Cana do Reino.

Iniciou o calçamento da Cidade com paralelepípedos, beneficiando a Praça Antônio Carlos e as ruas Astolpho Pio, Quinze de Novembro e Silviano Brandão. A Rua Marechal Deodoro foi prolongada. Construiu o jardim da parte inferior da Antônio Carlos. Também ajardinou as praças Ana Margarida, Dr. Antônio Cândido, Joaquim José e Dr. Roque. Em plena ditadura, a Praça Rui Barbosa foi rebatizada de "*Getúlio Vargas*" e, não por acaso, a da Liberdade perdeu o nome, recebendo o do estadista baiano...

Na gestão em exame levantaram-se os prédios da Prefeitura e do Fórum, terminados posteriormente. Construiu-se o Cemitério da Saudade, e foram proibidas inumações no antigo. Comprou-se um carro fúnebre. Foi adquirida a pedreira do Município. Inaugurou-se a ponte "Governador Valadares".

O Prefeito criou as escolas rurais do Buraco, da Caiana e do Córrego do Rosário. Apoiou a instalação do Ginásio São José, da Escola Profissional La Salle, do Abrigo Jesus, Maria, José, da Escola de Iniciação Agrícola e do Campo Experimental. Fundou na Vila Vicentina uma horta-escola para crianças desamparadas e um posto de sericicultura. Ajudou a realização da Semana Ruralista (1.937), do concurso de animais marchadores (1.938), do Congresso Regional Ruralista (1.943), e divulgou nosso café, na Feira de Amostras de Belo Horizonte.

Criou o Diretório Municipal de Geografia. Mandou executar o mapa geográfico do Município, com crédito autorizado pelo decreto estadual 1.513, de 25/10/38. Esforçou-se para obter o alargamento de nossas fronteiras.

Foram organizados os serviços da administração municipal e o quadro de funcionários e extranumerários. Tratou-se da inscrição deles no IPSEMG. Ocorreram diversas nomeações. Os servidores chefes de família receberam abono.

Elevaram-se impostos e taxas. Foi criado o imposto adicional de diversões. Por causa da guerra formou-se uma comissão de racionamento de combustíveis, e se proibiu a saída de diversos gêneros alimentícios do Município.

O Prefeito legislava através de decretos-leis, previamente aprovados pelo Departamento Administrativo do Estado. Recordem-se os principais: 2, de 24/12/37, que continha o regulamento de veículos; 3, 4 e 5, de 3/1/38, que aprovaram diversas posturas; 8, de 10/1/38, que constituiu o regulamento das escolas rurais; 11, de 16/5/38, que dividiu as sedes do Município e dos Distritos em zonas urbanas e suburbanas; e 97, de 31/12/46, que regulou o serviço de esgotos e estabeleceu as respectivas taxas.

Nos poucos dias decorridos entre a saída de João Vieira da Silva e a posse do Dr. Luís Cláudio A. Magalhães respondeu pelo expediente da Prefeitura o seu secretário, por força do decreto estadual 2.371, de 30/12/46.

4 - **A interinidade do Juiz de Direito**.

Buscando assegurar a lisura da eleição presidencial de 2 de dezembro de 1.945, José Linhares baixou, às suas vésperas, dois decretos-leis que levaram juízes de direito a assumir, por breve período, o governo de diversos municípios. O primeiro (8.177, de 16/11) estabeleceu que os magistrados vitalícios poderiam responder cumulativamente pelo expediente das prefeituras, quando os interventores não dessem de vez substituto aos prefeitos que exonerassem ou demitissem. O segundo (8.188, de 20/11), complementando o anterior, afastou automaticamente dos cargos, até 3 de dezembro seguinte, todos os prefeitos que eram, em outubro, membros de diretórios locais de partidos políticos. Determinou que os juízes de direito respondessem pelo expediente das prefeituras nos municípios sede de comarcas ou termos, e indicassem pessoas idôneas para fazê-lo nos demais sob sua jurisdição.

Assim, por decreto publicado em 22 de novembro, o Interventor mineiro designou nosso Juiz de Direito, Dr. Valdo Leite de Magalhães Pinto, para responder pelo expediente das prefeituras de Machado, Campestre e Jimirim, sem prejuízo das funções de seu cargo. João Vieira transferiu-lhe o expediente da Prefeitura em termo lavrado dois dias após, que se encontra na pasta de "*leis, decretos e resoluções*" do Arquivo Público Machadense.

Atendendo ao disposto no artigo 2º do decreto-lei 8.188, o Magistrado pretendeu designar o serventuário da Justiça Osimo Castro para a Prefeitura de Jimirim, mas encontrou resistência local. Talvez por isso, o próprio Governo do Estado, em 24 de novembro, designou para o posto Altino de Oliveira Gonçalves. Para Campestre foi designado Benedito Jorge, cuja exoneração ocorreu em 4 de dezembro.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - "Livro n. 2 de Atas da Câmara Municipal de Machado";
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - "Livro n. 4 de Leis";
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros ns. 3, 4, 5 e 6 de leis e decretos;
4 - Arquivo Público Machadense - pasta de "leis, decretos e resoluções";
5 - Coleção dos Decretos-Leis e Decretos de 1.938 - vol. II, Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.940, págs. 1.025;
6 - "Folha de São Paulo" - 11/4/1.978;
7 - "Folha Machadense" n. 107 - 16/5/1.976, pág. 1;
n. 204 - 2/4/1.978, pág. 7;
n. 368 - 6/9/1.981, pág. 4;
8 - informações pessoais de Dr. Gabriel Barbosa;
9 - "Jornal do Machado" n. 6 - 7/6/1.937, pág. 1;
10 - "Minas Gerais" de 22/11/1.945 - pág. 2;
25/11/1.945 - pág. 5;
29/11/1.945 - pág. 2;
5/12/1.945 - pág. 3;
31/12/1.946 - pág. 2;
11 - "O Machadense" n. 717 - 18/1/1.959, pág. 3:
n. 1010 - 18/9/1.966, pág. 2.

B - **secundárias**

1 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", cap. V - na "Revista do 1º Centenário de Machado", n. 5, pág. 6;
2 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, págs. 21/22;
3 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 111/112 e 120;
4 - Pedro E. Vallim - "Álbum dos Municípios do Estado de Minas Gerais" - 1º vol., "A Orientadora", São Paulo, 1.941, pág. 136.

O GOVERNO MUNICIPAL EM 1.947

PREFEITOS: DR. LUÍS CLÁUDIO DE ALMEIDA MAGALHÃES
DR. GABRIEL BARBOSA
DR. EDGARD DA VEIGA LION

1) - A primeira gestão.
2) - A segunda gestão.
3) - A terceira gestão.

****

1 - **A primeira gestão**.

No final do período de transição para o regime democrático o Município teve três governantes nomeados, que ficaram no cargo por pouco tempo.

O primeiro deles, Dr. Luís Cláudio de Almeida Magalhães, não tinha vínculo anterior com Machado. Natural de Belo Horizonte, acabara de formar-se em Engenharia Civil. Mais tarde ocupou a vice-presidência da CEMIG, a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais e a presidência das Centrais Elétricas de Furnas.

Nomeado prefeito, em comissão, no dia 4 de janeiro de 1.947, esteve no posto apenas de 11 a 31 do mesmo mês. Foi exonerado, a pedido, por ato de 10 de fevereiro seguinte. Deixando a Prefeitura antes da posse do substituto, designou Gentil Vieira da Silva, através de portaria, para responder pelo expediente na sua ausência.

2 - **A segunda gestão**.

O Dr. Gabriel Barbosa foi nomeado em 10 de fevereiro

ro, por indicação do antecessor, e tomou posse no dia 14. Pediu exoneração após a saída do Interventor Alcides Lins, obtendo deferimento por decreto de 30 de março. Transmitiu o cargo em 7 de abril. Deu continuidade à construção dos prédios da Prefeitura e do Fórum.

3 - **A terceira gestão**.

Correligionário do recém-empossado Governador Milton Campos, o Dr. Edgard da Veiga Lion foi por ele reconduzido à Prefeitura em ato de 30 de março, tomando posse no dia 7 seguinte. Permaneceu no cargo até 7 de dezembro do mesmo ano.

Melhorou a estrada de rodagem para São Gonçalo do Sapucaí e concluiu o calçamento de algumas ruas, como a Barão do Rio Branco. Expediu o decreto-lei 98, de 4/11, que anulou dotação do orçamento e abriu créditos suplementares. Nomeou diversos funcionários: chefe do Serviço de Obras, fiscal geral, auxiliar-datilógrafo, guarda sanitário e dois professores. Impôs aos servidores municipais a assinatura diária do livro de ponto.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro 6 de Leis;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro 6 de Leis e Resoluções;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro 6 de Decretos e Portarias;
4 - "Folha Machadense" n. 368 - 6/9/l.981 - pág. 4;
496 - 14/4/1.984 - pág. 1;
518 - 13/9/1.984 - pág. 1;
537 - 9/2/1.985 - pág. 7;
5 - informações pessoais de Dr. Gabriel Barbosa;
6 - "Jornal da Cidade" n. 5 - dez. de 1.984 - pág. 7;
7 - "Minas Gerais" de 4/1/1.947 - pág. 2;
11/2/1.947 - pág. 2;
30/3/1.947 - pág. 2.

B - **secundárias**
1 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História" - cap. V - na "Revista do 1º Centenário de Machado", n. 5, página 6.

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.947 A 1.951

PREFEITOS: JOÃO ANTÔNIO DA COSTA
JOSÉ CÂNDIDO DE SOUZA DIAS (interino)

PRESIDENTE DA CÂMARA: JOÃO VIEIRA DA SILVA

1) - O resultado da eleição.
2) - A posse dos eleitos e o exercício dos cargos.
3) - As realizações do Prefeito.
4) - Principais atos legislativos.

****

1 - **O resultado da eleição**.

A primeira eleição de prefeito e vice-prefeito realizou-se no dia 23 de novembro de 1.947, juntamente com a de vereadores e juízes de paz.

O P.S.D., o P.T.B. e a U.D.N. coligaram-se, formando esta chapa:
para prefeito: João Antônio da Costa;
para vice-prefeito: José Cândido de Souza Dias;
para vereadores: Afonso Tavares Paes, Edmundo Pereira, Euclides de Souza Moreira, Gabriel Barbosa, Hércules Prescildo Nannetti, João Luiz Garcia, João Vieira da Silva, José Emygdio Gonçalves, José Thales Magalhães, Nicolau José Loreto e Ricardo Annoni Filho;
para juiz de paz e suplentes de Machado: Júlio Sanches Diniz Júnior, Octaviano de Paiva Reis e Manoel Mendes;
para juiz de paz e suplentes de Douradinho: Osmar Maciel, Oscar Pereira e José Caproni de Morais;

para juiz de paz e suplentes de Cana do Reino: José Pereira Lima, João Borges de Carvalho e José Macedo de Carvalho.

A chapa opositora, do P.R., foi assim constituída:
para prefeito: Plínio da Silva Dias;
para vice-prefeito: José Joaquim de Carvalho;
para vereadores: Álvaro Ferreira Pinto, Arthur Pereira Caixeta, Clóvis de Araújo Dias, Gauquério Pinto Verdade, Hélio Teixeira Dias, José Jacintho Pereira Dias, José Ricarte Valeriano, José Severiano Caproni, Manoel Alves Campos Sobrinho, Olavo Cândido de Carvalho e Waldemar Soares de Camargo;
para juiz de paz e suplentes de Machado: Aníbal Pereira Dias, Joaquim Rodrigues Filho e Pedro Luiz de Carvalho;
para juiz de paz e suplentes de Douradinho: Antônio Luiz Caproni, Inácio Flávio de Morais e Seabra José de Campos;
para juiz de paz e suplentes de Cana do Reino: Antenor Pereira de Carvalho, José Paulino de Morais e Joaquim Rodrigues de Carvalho.

Ignoro o número de votos obtidos pelos candidatos. Os coligados venceram o pleito majoritário e conseguiram dez das onze cadeiras do Legislativo. A restante coube ao oposicionista José Ricarte Valeriano.

Dois dias após a eleição, o diretório local da U.D.N. reuniu-se para analisar e lamentar o que considerou uma traição do P.S.D. ao seu presidente e candidato à Câmara, João Luiz Garcia, e para solidarizar-se com ele. Não sei o que houve.

2 - **A posse dos eleitos e o exercício dos cargos**.

Em 7 de dezembro de 1.947 instalou-se a nova Câmara Municipal, com a posse dos vereadores Afonso Tavares Paes, Edmundo Pereira, Gabriel Barbosa, Hércules Prescido Nannetti, João Vieira da Silva, José Ricarte Valeriano, José Thales Magalhães, Manoel Alves Campos Sobrinho, Nicolau José Loreto, Olavo Cândido de Carvalho e Ricardo Annoni Filho.

Na mesma ocasião foi escolhida a mesa diretora: *presidente* - João Vieira da Silva: *vice-presidente* - Hércules Prescildo Nannetti; *secretário* - Nicolau José Loreto. A seguir, a Edilidade empossou o prefeito e o vice-prefeito, João Antônio da Costa e José Cândido de Souza Dias.

Em outubro de 1.949 João Vieira da Silva obteve licença por sessenta dias, para tratar de assuntos particulares, tendo sido convocado o suplente José Emygdio Gonçalves.

No início do ano legislativo seguinte foram reeleitos o

presidente e o vice-presidente da Câmara, e escolhido secretário José Thales Magalhães.

No final de março, em virtude de acordo político, o Prefeito licenciou-se por seis meses, passando o cargo ao substituto. Em julho do mesmo ano renunciou José Thales Magalhães, sendo sua vaga ocupada por José Emygdio Gonçalves.

3 - **As realizações do Prefeito**.

Adquiriu terrenos para construção da Cadeia, da Praça de Esportes e da Escola de Iniciação Agrícola, e lutou pela instalação desta. Doou à Santa Casa o terreno do antigo cemitério. Iniciou a construção do Aeroporto. Criou as escolas das fazendas do Engenho de Serra e do Muricy, e as dos bairros Cadóis, Fernandes, Papagaio e Ponte.

Abriu e conservou diversas estradas rurais. Fez pontes sobre o Rio Dourado e o Córrego Ouvidor. Calçou algumas ruas com paralelepípedos, dotando-as de meios-fios e sarjetas. Prolongou a Avenida Santa Cruz e as ruas Olímpio Pereira e Prof. José Cândido; alargou parte da Vinte e Um de Abril. Ampliou a rede de esgotos. Aumentou a capacidade da caixa d'água de Douradinho. Ali, em 1.948, foi instalada a iluminação elétrica, por esforço do Vereador Edmundo Pereira.

Criou os cargos de agente fiscal, almoxarife e arquivista; contratou extranumerários e nomeou diversas professoras. Combateu a engorda de suínos no perímetro urbano; batalhou pela conservação e limpeza da Cidade. Comprou motoniveladora, caminhão, carroça, britador, transformador elétrico, móveis e utensílios para a Prefeitura.

No semestre em que substituiu o titular, o Vice-Prefeito inaugurou o Aeroporto e calçou os jardins da Praça Antônio Carlos.

As contas do Executivo foram aprovadas pelas resoluções 3, de 12/4/48; 5, de 11/3/49; 1, de 18/3/50; e 4, de 18/1/51.

4 - **Principais atos legislativos**.

Nos primeiros dias do mandato o Prefeito baixou ainda decretos-leis; em 1.948 restabeleceu-se a separação dos poderes.

Em 1.947 aprovou-se o novo regimento interno da Câmara, baseado em anteprojeto do Departamento de Assistência aos Municípios.

De 1.948 merecem destaque a lei 19, de 5/11, que dividiu a Cidade e as Vilas em zonas urbanas e suburbanas; a 20, da mesma data,

que autorizou o aumento da ábside da Igreja Matriz da Cidade, em terreno público; a 23 e a 24, de 7 e 12 de novembro, que continham o Código de Posturas e o Estatuto dos Funcionários Públicos, também elaborados com modelos do D.A.M.; a 26, de 5/12, que autorizou a aquisição do patrimônio paroquial de Cana do Reino. Outras leis, no período, aumentaram impostos e regularam o horário de funcionamento dos salões de barbeiros e cabeleireiros, e do Mercado.

Em 1.949, a lei 30, de 11/3, autorizou assinatura de convênio com a Secretaria Estadual da Saúde e Assistência, para instalação de posto de higiene na Cidade. A lei 37, de 31/10, dispôs sobre o Plano Diretor da Cidade e das Vilas; a 50, do mesmo dia, criou o Serviço Especial de Estradas e Caminhos Municipais. Lembre-se ainda, pela repercussão do caso, a resolução 4, de 11/3, que determinou outorga à Paróquia de escritura do terreno da Capela de São Benedito.

De 1.950 ressaltem-se a lei 67, de 19/10, que tratou do plantão das farmácias; e a 79, de 25/11, que autorizou aquisição de bomba hidráulica para abastecimento de Cana do Reino.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro n. 2 de Atas da Câmara Municipal de Machado;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro n. 1 de Resoluções;
3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros ns. 5 e 6 de Leis;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros ns. 6, 7 e 8 de Leis e Resoluções;
5 - Arquivo Público Machadense - "Livro de Atas da União Democrática Nacional";
6 - Cartório Eleitoral da Comarca de Machado - livro "Registro de Candidatos a Cargos Eletivos Municipais".
7 - "Folha Machadense" n. 368 - 6/9/1.981 - pág. 4;
n. 407 - 26/6/1.982 - pág. 1;
8 - informações pessoais de Abel Faleiro, Dr. Gabriel Barbosa e Maurílio Carneiro Dias;
9 - "O Machadense" n. 717 - 18/1/1.959 - pág. 3.

B - **secundárias**
1 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", caps. V e VI - na "Revista do

1º Centenário de Machado" n. 5, pág. 6; e n. 6, pág. 7;
2 - Cônego João Aristides de Oliveira - "Diocese de Pouso Alegre - 1.950 - Ano Jubilar" - sem menção de autor, data e editora - pág. 114;
3 - José Matzner - "Guia do Sul de Minas" - Oficinas Gráficas Folha de Minas, Belo Horizonte, 1.950, págs. 165/166.

****

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.951 A 1.955

PREFEITO: GUSTAVO CARNEIRO DIAS
PRESIDENTE DA CÂMARA: DR. FELICIANO VIEIRA DA SILVA

1) - O resultado da eleição.
2) - A posse dos eleitos e a composição da Câmara.
3) - Querelas políticas e irregularidades administrativas.
4) - Principais atos legislativos.
5) - As realizações do Prefeito.

****

1 - **O resultado da eleição**.

Juntamente com o pleito municipal, no dia 3 de outubro de 1.950 realizaram-se eleições para presidente e vice-presidente da República, governador e vice-governador do Estado, senadores, deputados federais e deputados estaduais. Compareceram às urnas em nosso município 2.971 eleitores. Dois machadenses concorreram sem sucesso à Assembléia Legislativa: Ary Pereira Caixeta (P.S.P.) e Edmundo Prado Moreira (P.S.D.) aqui tiveram, respectivamente, 714 e 564 votos.

Gustavo Carneiro Dias e João Batista Dias Swerts venceram a disputa para prefeito e vice-prefeito como candidatos do P.S.D., situacionista. A eles se opuseram Tirteo Ferdinando Zannon e José Cândido de Souza Dias, apoiados pela coligação P.T.B.-P.R.-U.D.N.. Eis o resultado:

para prefeito:
Gustavo Carneiro Dias.....1.659 votos;
Tirteo Ferdinando Zannon.....1.176 votos;

em branco.....126 votos;
nulos.....10 votos.

para vice-prefeito:
João Batista Dias Swerts.....1.523 votos;
José Cândido de Souza Dias.....1.306 votos;
em branco.....129 votos;
nulos.....13 votos.

A votação para a Câmara Municipal foi a seguinte:

Partido Social Democrático:
Feliciano Vieira da Silva.....648 votos;
Agenor Luiz de Carvalho.....274 votos;
José Bento de Carvalho.....154 votos;
Gabriel Barbosa.....142 votos;
Euclydes de Souza Dias.....109 votos;
José Emygdio Gonçalves.....74 votos;
José Lauro de Souza.....70 votos;
Paulo Costa Dias.....54 votos;
Otaviano de Paiva Reis.....32 votos;
João de Souza Moreira.....29 votos;
Elpídio de Souza Lima.....0 voto.
só para a legenda.....4 votos.

Partido Trabalhista Brasileiro:
Ricardo Annoni Filho.....136 votos;
José Maria Pereira.....112 votos;
Rúbens Vasconcelos.....93 votos;
Carlos Legnani.....68 votos;
José Signoretti.....63 votos;
Sebastião Rodrigues da Silva.....46 votos;
Herculano Pereira.....31 votos;
Luiz de Paula Filho.....22 votos;
José Gonçalves dos Reis Júnior.....14 votos;
só para a legenda.....2 votos.

Partido Republicano:
Edgard da Veiga Lion.....307 votos;
Olavo Cândido de Carvalho.....26 votos;
Manoel Alves Campos Sobrinho.....19 votos;
Waldemar Soares de Camargo.....3 votos;
só para a legenda.....3 votos.

União Democrática Nacional:
Waldemar Caixeta Sobrinho.....91 votos;

Paulo Teixeira.....89 votos;
Nicolau José Loreto.....53 votos;
Clóvis de Araújo Dias.....47 votos;
só para a legenda.....1 voto.

em branco.....109 votos;
nulos.....46 votos.

Foram também registrados pelo P.R. João Rodrigues de Carvalho e José Augusto Maciel, que desistiram da disputa. Os candidatos da U.D.N., com exceção de Rúbens Pinto Garcia, conseguiram registro através de recurso ao Tribunal Regional Eleitoral.

A votação para juízes de paz foi a seguinte:

Distrito de Machado:
juiz de paz: Júlio Sanches Diniz Júnior (PSD).....1.154 votos;
1º suplente: Benício Luiz de Carvalho (PSD).....1.151 votos;
2º suplente: Alencar Domingues Pinto (PSD).....1.148 votos;
Manuel Mendes (PTB-PR-UDN).....971 votos;
José Benedito Souza (PTB-PR-UDN).....971 votos;
Afonso Tavares Paes (PTB-UDN).....928 votos;
em branco.....100 votos;
nulos.....28 votos.

Distrito de Douradinho:
juiz de paz: José Acácio Pereira (PSD).....160 votos;
1º suplente: João Batista de Moura Filho (PSD).....160 votos;
2º suplente: Noé Caproni de Morais (PSD).....160 votos;
João Augusto Ferreira (PR).....49 votos;
em branco.....78 votos.

Distrito de Cana do Reino:
juiz de paz: Cristóvão Pereira Carvalho (PSD).....323 votos;
1º suplente: José Severiano Caproni (PSD).....321 votos;
2º suplente: José Macedo de Carvalho (PSD).....321 votos;
em branco.....108 votos.

Segundo "*O Imparcial*" nº 49, "*a não ser um boletim insidioso e ofensivo, espalhado pela Igreja Católica*", a campanha política municipal naquele ano se fez sem discussões e brigas, "*à altura de um povo democrático e culto*". Ignoro qual era o conteúdo do boletim referido.

2 - **A posse dos eleitos e a composição da Câmara**.

Embora eleitos, os vereadores Edgard da Veiga Lion e

José Emygdio Gonçalves não puderam entrar em exercício, por impedimento decorrente de parentesco com colegas mais votados. Para seus lugares foram convocados os suplentes Olavo Cândido de Carvalho e Paulo Costa Dias.

Assim, a Edilidade instalou-se em 31 de janeiro de 1.951 com esta composição: Agenor Luiz de Carvalho, Euclydes de Souza Dias, Feliciano Vieira da Silva, Gabriel Barbosa, José Bento de Carvalho, José Lauro de Souza e Paulo Costa Dias (P.S.D.); José Maria Pereira e Ricardo Annoni Filho (P.T.B.); Olavo Cândido de Carvalho (P.R.); e Waldemar Caixeta Sobrinho (U.D.N.).

Na mesma data foi escolhida a mesa diretora: *presidente* - Feliciano Vieira da Silva; *vice-presidente* - Agenor Luiz de Carvalho; *secretário* - Paulo Costa Dias.

A posse do Prefeito e do Vice-Prefeito ocorreu em sessão de 11 de fevereiro.

No dia 10 de setembro de 1.951 Paulo Costa Dias obteve licença por seis meses. Foi convocado o suplente Otaviano de Paiva Reis, que se empossou dois dias depois. Em 3 de março do ano seguinte Agenor Luiz de Carvalho comunicou sua mudança para Campestre, em caráter definitivo, o que lhe acarretou a perda do mandato. Foi convocado o suplente João de Souza Moreira, que tomou posse de imediato. Na mesma ocasião, reeleito o presidente da Câmara, foram escolhidos vice-presidente e secretário, respectivamente, João de Souza Moreira e Olavo Cândido de Carvalho. Com o retorno de Paulo Costa Dias, em 30/5/52, foi desconvocado João de Souza Moreira.

Em agosto seguinte Gabriel Barbosa foi acusado pelo Presidente de "*cabalar outros vereadores para o seu ponto-de-vista*". Inconformado, respondeu que vinha tentando servir de anteparo entre a Câmara e o Executivo, lamentou o clima de intranqüilidade e desinteligência constrangedora entre os poderes municipais, e renunciou ao mandato. Um mês depois, o suplente João de Souza Moreira foi convocado para a vaga.

No final de outubro foi deferida licença por seis meses a Waldemar Caixeta Sobrinho. Ela fez cessar o impedimento de José Emygdio Gonçalves, pelo que o suplente João de Souza Moreira se afastou, a fim de que ele assumisse o cargo. Para substituir Waldemar, foi convocado Paulo Teixeira, que, porém, preferiu renunciar ao mandato. Diante disso convocou-se o suplente imediato, Nicolau José Loreto, empossado em novembro. Logo depois, afirmando ter cessado o motivo do afastamento, Caixeta Sobrinho quis reassumir o cargo. Foi impedido de fazê-lo, sob a alegação de que deveria aguardar o decurso do período de licença. Na reunião seguinte o Presidente reconsiderou a decisão, afirmando, sem convencer, que quisera apenas evitar situação de embaraço no momento da posse dos suplentes. Com o retorno daquele, afastaram-se Loreto e Gonçalves, voltando João Moreira. Este, em 23 de dezembro, resignou também o mandato,

por motivos que só referiu particularmente aos edis. Seu lugar foi ocupado em 10 de fevereiro de 1.953 pelo suplente Elpídio de Souza Lima.

Novos membros da mesa diretora foram eleitos naquele mês: *presidente* - Feliciano Vieira da Silva; *vice-presidente* - Waldemar Caixeta Sobrinho; *secretário* - Otaviano de Paiva Reis. Seus mandatos renovaram-se no ano seguinte.

3 - **Querelas políticas e irregularidades administrativas**.

Embora eleito pelo P.S.D., que tinha maioria na Câmara, o Prefeito não se dobrou à chefia política do cunhado Dr. Feliciano Vieira da Silva, o que lhe dificultou a administração. Sem apoio, não conseguiu aprovar aumento de impostos, faltaram-lhe recursos e, mesmo sob cerrada fiscalização, praticou diversas irregularidades para governar a seu modo.

Já no exame das contas de 1.951 foi acentuado que o Executivo não pagara subvenções nem parcelas de empréstimo feito à Caixa Econômica Estadual; realizara obras de vulto sem autorização da Câmara e desrespeitara as boas normas da execução orçamentária. Apesar disso, contra o voto de Euclydes de Souza Dias, elas foram aprovadas pela resolução 6, de 21/3/52.

A partir daí as divergências aumentaram. Censurou-se o deslocamento de funcionária do almoxarifado para o gabinete do Prefeito, sem que existisse legalmente o cargo de secretária. Verberou-se a supérflua construção de fonte luminosa em frente da residência dele, sem lei que a autorizasse, e embora já houvesse outra na mesma praça. O Prefeito foi acusado de desviar para sua fazenda sacos de cimento do Município, e de pagar gratificação a pessoas estranhas ao quadro de funcionários. A tensão chegou a tal ponto que ele enviou carta ao presidente do diretório local do P.S.D., comunicando-lhe a intenção irrevogável de renunciar, e sugerindo uma reunião do órgão para discutir a melhor forma de fazê-lo. Este se reuniu, mas sem a presença do Prefeito, e concordou com o seu propósito. Foi-lhe dada ciência da resolução, mas ele não renunciou...

Posteriormente a Câmara recebeu novos quadros das contas de 1.951, desacompanhados de documentos. Os montantes de receita e despesa não coincidiam com os das contas já aprovadas. O Departamento de Assistência aos Municípios foi consultado, e afirmou que deveria haver reexame daquelas. Assim se fez, e a resolução 7, de 15/8/52, considerou sem efeito a anterior, e as desaprovou.

Rompido com o P.S.D., o Prefeito transferiu-se para o P.T.B., mas não encontrou respaldo suficiente nos vereadores do novo partido, que eram minoritários e deixaram mesmo de comparecer às sessões, comandadas pelos adversários. A crise levou à renúncia os edis Gabriel Barbosa, João de Souza Moreira e o suplente Paulo Teixeira, que nem chegou a assumir.

Novos confrontos surgiram com a derrubada de vetos do Prefeito pela Câmara, que promulgou duas leis (alterando a resolução 4/37 e autorizando doação de imóvel). Vale acentuar que ambos os projetos rejeitados causavam aumento de despesas. Ademais, o Prefeito retirou da Câmara o funcionário Gentil Vieira da Silva, afirmando necessitar dele para elaboração da proposta orçamentária. Em seu lugar, colocou dois outros à disposição do Presidente, que não os aceitou, entendendo ter direito de requisitar quem lhe aprouvesse. A Edilidade suspendeu os trabalhos e impetrou mandado de segurança, que foi denegado. Convidou então Demerval Costa para redigir graciosamente os debates.

O Executivo atrasou por quatro meses o pagamento do funcionalismo, e também deixou de enviar à Câmara no prazo legal o relatório e as contas de 1.952. Ela lhe negou dilação, e nomeou comissão especial para tomá-las. Seu parecer, pela rejeição, apontou muitas irregularidades: contabilidade em atraso, com estornos e lançamentos indevidos; despesas sem autorização da Câmara, sem empenho prévio, classificadas em dotações impróprias ou aumentadas ficticiamente; balancetes imprecisos e desmerecedores de fé, retificados vários meses após o fechamento, sem histórico e sem documentação adequada; pagamentos indevidos, sem quitação ou feitos com cheques de valor maior; desvio de verbas; obras supérfluas, de alto custo e sem previsão orçamentária; movimento bancário sem registro contábil; manutenção de elevadas quantias no caixa da Prefeitura, em desacordo com a lei; aumento excessivo da dívida flutuante. Acolhido o parecer, a Câmara baixou a resolução 9, de 26/3/53, desaprovando as contas de 1.952 e mandando que o Prefeito recolhesse aos cofres públicos, em trinta dias, a importância de Cr$185.034,40.

Em junho seguinte, provocada por seis vereadores, a Comissão de Legislação, Justiça e Finanças opinou pela instauração de processo de cassação do mandato do Prefeito. Salientou que ele figurava ilegalmente como credor da Prefeitura; que desviara verbas, fazendo despesas não autorizadas e estranhas ao serviço público; que utilizara em proveito próprio funcionários, veículos e cimento do Município; que não prestara contas da quota recebida do imposto de renda, relativa ao exercício de 1.951. Deu-se ciência do parecer ao Prefeito, para que o contestasse. Ele respondeu que recorreria se concretizado o ato, e ajuizou processo por calúnia contra os membros da Comissão. Em face da ausência de defesa, foi aprovada a resolução 10, de 9/7/53, que decretou a perda do mandato do Prefeito. Ele recorreu à Justiça e permaneceu no cargo.

O Tribunal de Contas, em acórdão publicado no "*Minas Gerais*" de 24/8/1.954, deu provimento parcial a recurso do Prefeito, para considerar boas as contas referentes a 1.952, exceto quanto aos seguintes tópicos: pagamentos a auxiliares do gabinete, que exerciam cargos não criados por lei; gastos com a Delegacia de Polícia, diligências policiais e transporte de mobília do delegado militar; despesas com a condução de pessoas a um baile em Varginha; gratificação abonada a funcionário do D.A.M., por serviços extraordinários prestados à Prefeitura.

As contas relativas a 1.953 foram enviadas à Câmara, segundo seu Presidente, sem os documentos necessários à conferência. O Prefeito negou-se a entregá-los. Apesar disso, deixou-se de nomear comissão para tomada delas "*ex-officio*", ante a falta de resultado do trabalho da comissão anterior. Foi, não obstante, baixada a resolução 12, de 12/3/54, que desaprovou também as contas daquele exercício.

4 - **Principais atos legislativos**.

Destaquem-se, em 1.951, a lei 87, de 22/9, que concedeu privilégio à Empresa Telefônica Machadense para exploração do serviço telefônico no Município; e a 101, de 12/11, que autorizou a construção de linhas telefônicas para Cana do Reino e Douradinho.

Em 1.952, a lei 109, de 21/3, isentou do pagamento de impostos as indústrias que se instalassem no Município. A 134, de 28/11, concedeu auxílio à construção do Hospital. Derrubando vetos do Prefeito, a Câmara promulgou duas leis, já atrás referidas.

Em 1.953, as leis 144 e 150, de 1 e 2 de dezembro, dispuseram sobre a construção de linhas telefônica e de energia elétrica para Douradinho. A lei 162, de 18/11/1.954, autorizou a compra de terreno para construção do prédio dos Correios e Telégrafos.

A Câmara aprovou, por unanimidade, pedido de autonomia do Distrito de Cana do Reino, conquistada pela lei estadual 1.039, de 12/12/53.

5 - **As realizações do Prefeito**.

Na gestão em estudo se drenou e terraplenou a área em que foi depois construída a Praça de Esportes. Colocou-se rede de esgotos, entre outras, nas ruas Coronel Jacinto e Vinte e Um de Abril. Esta (em parte) e a Avenida Santa Cruz foram alargadas. Embelezou-se a Praça Antônio Carlos, até com a instalação de fonte luminosa, objeto de muita controvérsia, como se viu atrás. Construiu-se passeio na Praça Getúlio Vargas. Foram calçadas diversas vias, como a Praça Ana Margarida e as ruas Coronel Francisco Vieira, Coronel Jacinto, Professor José Cândido, Vinte e Um de Abril e parte da Dom Hugo, num total de 49.000 m2.. Fez-se um pontilhão na Quinze de Novembro. Assentaram-se meios-fios em várias ruas. Alargou-se parte da Rodovia Machado-Alfenas. As estradas rurais foram ampliadas e conservadas. Encascalhou-se o Aeroporto.

Edificou-se o Grupo Escolar "Gabriel Odorico", inaugurado na administração seguinte. Foram construídos os prédios do almoxarifado e das escolas rurais dos bairros Conceição e Sabinos. Dotou-se Douradinho de

melhor iluminação elétrica. Conseguiu-se do Governo do Estado o Posto de Unidade Sanitária. Adquiriram-se móveis e utensílios para as secretarias da Prefeitura e da Câmara, para as escolas rurais e para a ACAR. Foi criado o cargo de fiscal de rendas.

****

Fontes de consulta

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro n. 2 de Atas da Câmara Municipal de Machado;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro n. 7 de Leis;
3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro n. 1 de Resoluções;
4 - Cartório Eleitoral da Comarca de Machado - livro "Registro dos resultados das eleições (1.950-1.988)" - págs. 7v. a 10v.;
5 - Cartório Eleitoral da Comarca de Machado - livro "Registro de candidatos a cargos eletivos municipais";
6 - "Folha Machadense" n. 206 - 16/4/1.978 - pág. 1;
n. 368 - 6/9/1.981 - pág. 4;
n. 376 - 7/11/1.981 - pág. 8;
7 - "Minas Gerais" de 24/8/1.954;
8 - "O Imparcial" n. 49 - 1/10/1.950 - págs. 1 e 3;
n. 117 - 4/4/1.954 - pág. 1;
9 - "Razões do Prefeito Gustavo Carneiro Dias nos recursos interpostos perante o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais contra atos pelos quais a Câmara Municipal, ilegal e arbitrariamente, nega aprovação às contas de sua gestão nos exercícios de 1951 e 1952" - livreto, 1.953, sem menção de editora.

B - **secundárias**

1 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", cap. V - na "Revista do 1º Centenário de Machado", n. 5, pág. 6.

****

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.955 A 1.959

PREFEITOS: DR. LÚCIO DIAS VIEIRA
DÉCIO PAULINO DA COSTA (interino)

PRESIDENTES DA CÂMARA: LUIZ CORRÊA DE TOLEDO JÚNIOR
RÚBENS PINTO GARCIA
FRANCISCO VIEIRA GUERRA

1) - O resultado da eleição.
2) - A composição da Câmara.
3) - A situação política.
4) - Principais atos legislativos.
5) - As realizações do Prefeito.

****

1 - **O resultado da eleição**.

No pleito de 3 de outubro de 1.954 voltou a vencer o P.S.D., que passara à oposição por ter o prefeito anterior mudado de partido. Compareceram às urnas em Machado 3.418 eleitores, e abstiveram-se de fazê-lo 30% dos inscritos. Na mesma ocasião foram escolhidos senadores, deputados federais e deputados estaduais. Lúcio Dias Vieira e seu companheiro de chapa Décio Paulino da Costa ganharam de José Cândido de Souza Dias e Gabriel Barbosa, que se haviam registrado pela coligação P.T.B.-U.D.N.-P.S.P.. Este foi o resultado:

para prefeito:
Lúcio Dias Vieira.....1.883 votos;
José Cândido de Souza Dias.....1.423 votos;
em branco.....87 votos;

nulos.....25 votos.

para vice-prefeito:
Décio Paulino da Costa.....1.826 votos;
Gabriel Barbosa.....1.472 votos;
em branco.....96 votos;
nulos.....24 votos.

A votação para a Câmara Municipal foi a seguinte:

Partido Social Democrático:
Ronald Passos Swerts.....236 votos;
Francisco Vieira Guerra.....217 votos;
Demerval Swerts Costa.....180 votos;
Luiz Corrêa de Toledo Júnior.....168 votos;
Edvar Agripino de Oliveira.....151 votos;
José Emygdio Gonçalves.....149 votos;
José Bento Paes Rabelo.....108 votos;
Agenor Isaltino Ferri.....85 votos;
Nélson Moreira Cavalcanti.....76 votos;
Joaquim Lopes Sobrinho.....69 votos;
Olímpio Abrão.....49 votos;
Américo Signoretti.....46 votos;
Otaviano de Paiva Reis.....45 votos;
Samuel Martins da Fonseca.....22 votos.

Partido Trabalhista Brasileiro:
Gustavo Carneiro Dias.....368 votos;
Abel Faleiro.....147 votos;
José Maria Pereira.....84 votos;
Manuel Mendes.....74 votos;
Carlos Legnani.....68 votos;
José Signoretti.....36 votos.

União Democrática Nacional:
Rúbens Pinto Garcia.....141 votos;
Aldo Ribeiro Borges.....128 votos;
Osmar Maciel.....92 votos;
Paulo Teixeira.....81 votos;
José Inácio Lucas.....81 votos;
José Gregório Domingues.....9 votos.

Partido Republicano:
Wálter Palmeira.....109 votos;
Edgard da Veiga Ferreira Lion.....83 votos;
Josino de Araújo Dias.....36 votos;

Francisco José de Oliveira.....17 votos.

Partido Social Progressista:
Ary Pereira Caixeta.....53 votos;
Álvaro dos Santos.....23 votos;
Gabriel Antônio Ferreira.....18 votos;
José Honorato Pinto.....14 votos;
Rousseau Marzola.....11 votos;
Antônio Américo de Carvalho.....6 votos;
Augusto Vasconcelos Rubião.....6 votos;
Lázaro Pereira de Oliveira.....4 votos;
João Negretti.....3 votos.

em branco.....69 votos;
nulos.....47 votos.

Não chegaram à disputa os candidatos Azélio Cândido Moreira e Graciano Ferreira de Carvalho (registrados pelo P.S.P.) e José dos Santos (registrado pelo P.R.).

A votação para juízes de paz foi a seguinte:

Distrito de Machado:
Júlio Sanches Diniz Júnior (PSD).....1.563 votos;
João Garcia Sobrinho (PSD).....1.561 votos;
Benício Luiz de Carvalho (PSD).....1.502 votos;
José Nery Sobrinho (PSD).....1.486 votos;

Ricardo Annoni Filho (PTB).....1.259 votos;
João Gerônimo Filho (PTB).....1.243 votos;
José da Cruz Silva (PTB).....1.226 votos;

em branco.....108 votos;
nulos.....31 votos.

Distrito de Douradinho:
Belmiro Alves Pereira (PSD).....214 votos;
Eduardo Maciel (PSD).....214 votos;
José Expedito Maciel (PSD).....214 votos;
Oscar Pereira (PSD).....214 votos;

Antônio Pereira Maciel (PTB-UDN).....97 votos;
José Augusto Maciel (PTB-UDN-PR).....97 votos;
Pandiá Pereira Campos (PTB-UDN).....97 votos.

Os eleitos se empossaram em 31 de janeiro do ano seguinte, e seu mandato terminou em 31 de janeiro de 1.959.

2 - **A composição da Câmara**.

Conquanto eleito, Abel Faleiro não entrou em exercício, por impedimento decorrente de parentesco com colega mais votado. No seu lugar assumiu Manuel Mendes.

A Edilidade ficou assim inicialmente constituída: Demerval Swerts Costa, Edvar Agripino de Oliveira, Francisco Vieira Guerra, José Emygdio Gonçalves, Luiz Corrêa de Toledo Júnior e Ronald Passos Swerts (P.S.D.); Gustavo Carneiro Dias, José Maria Pereira e Manuel Mendes (P.T.B.); Aldo Ribeiro Borges e Rúbens Pinto Garcia (U.D.N.).

Na sessão de instalação foi escolhida a mesa diretora: *presidente* - Luiz Corrêa de Toledo Júnior; *vice-presidente* - Manuel Mendes; *secretário* - Demerval Swerts Costa. No ano seguinte os condutores do Legislativo passaram a ser estes: *presidente* - Rúbens Pinto Garcia; *vice-presidente* - Francisco Vieira Guerra; *secretário* - Manuel Mendes. Este, em setembro, renunciou à vereança, dando lugar ao suplente Carlos Legnani. Para a secretaria voltou Demerval Costa.

Em fevereiro de 1.957 a mesa foi renovada: *presidente* - Francisco Vieira Guerra; *vice-presidente* - Carlos Legnani; *secretário* - Demerval Costa. Em abril seguinte, com o licenciamento de Rúbens Garcia e Gustavo Dias, assumiram os suplentes Osmar Maciel e José Signoretti. No mês de agosto Ronald Swerts afastou-se por 180 dias, sendo substituído por José Bento Paes Rabelo. Em outubro Rúbens Garcia resignou o cargo, assumido em definitivo por Osmar Maciel. Doente, Carlos Legnani deixou a vereança em dezembro, falecendo em 11 de julho de 1.958. Voltou à Casa, no seu lugar, José Signoretti.

O Presidente e o Secretário foram reeleitos no início dos trabalhos de 1.958; a vice-presidência coube a José Signoretti. Em maio seguinte Gustavo Dias licenciou-se de novo, e não foi convocado o seu suplente.

3 - **A situação política**.

Sob influência da grave crise política do governo anterior, este começou em clima de desconfiança e hostilidade. O P.S.D., ainda majoritário na Câmara, enfrentou a aliança P.T.B.-U.D.N.. Logo no reinício dos trabalhos legislativos, Aldo Borges, com inabilidade, requereu voto de aplauso ao ex-prefeito Gustavo "*em virtude de sua ótima e profícua administração*". Como era esperável, a proposta foi rejeitada, só servindo para acentuar a divisão de forças.

A desaprovação das contas do Executivo relativas a 1.954 aumentou a divergência. Os oposicionistas procuraram dar o troco, aproveitando-se do atraso no envio à Câmara das contas de 1.955, e conseguiram

nomear comissão especial para tomada delas. Os vereadores do P.S.D. alegaram que o Prefeito as pusera à disposição do Legislativo, através de ofício que ficara esquecido em Douradinho. O Presidente da Edilidade não queria convocar reunião para reexame do ato criador da comissão, mas teve de fazê-lo por força de mandado de segurança. Por fim, decidiu-se extinguir aquela e apreciar as contas tardias. O Prefeito compareceu à Câmara para defendê-las e travou áspero debate com os adversários, o que o levou a retirar-se com sua bancada.

Novo choque ocorreu por causa das contas de Gustavo Dias referentes a janeiro de 1.955. A comissão examinadora emitiu parecer desfavorável a elas, apontando vícios como pagamentos por serviços prestados sem autorização, quitação de juros de dívida estranha ao Município e desapropriações irregulares. O ex-prefeito admitiu serem erradas, alegando porém que não tinha outro modo para tocar as obras, por estar a Câmara em recesso... Na reunião seguinte os vereadores do P.S.D. decidiram alterar o parecer e aprovar as contas, em tentativa de pacificação, ressaltando que a rejeição das anteriores dera em nada, e que a continuidade das divergências só prejudicava o povo e o Município. A partir daí a situação ficou calma, e a maioria dos edis da oposição se desinteressou da atividade legislativa.

4 - **Principais atos legislativos**.

Das leis sancionadas neste governo, lembrem-se, em 1.955, a 163, de 10/2, que dispôs sobre a implantação de linhas telefônicas para o Douradinho e o Ouvidor; a 169, de 18/2, que autorizou o Executivo a assumir encargos previstos na Lei do Serviço Militar e no Regulamento dos Tiros de Guerra; a 179, de 22/8, que tratou da exploração do serviço de energia elétrica no Douradinho; e a 181, do dia seguinte, que continha o Código de Obras.

Em 1.956, a lei 197, de 2/10, autorizou a contração de empréstimo para início dos serviços de abastecimento d'água. Do ano seguinte, destaquem-se a lei 206, de 9/4 (já revogada), que criou o brasão da Cidade; as leis 209 e 214, de 24/4, que trataram da doação de terreno à Fundação da Casa Popular; a 215, de 14/8, e a 230, de 24/12, que permitiram novos empréstimos para o abastecimento d'água; a 225, de 29/10, que concedeu bonificação aos funcionários municipais por qüinqüênio de serviço efetivo; e a 226, da mesma data, que aprovou o Plano Rodoviário Municipal.

Em 1.958, a lei 241, de 2/6, autorizou a doação de imóvel ao Estado para construção da Cadeia; a 257, de 30/10, criou o Horto Municipal.

5 - **As realizações do Prefeito**.

Em face dos problemas da administração antecedente,

esta começou por sanear as finanças públicas. Promoveu auditoria, sendo contratado para isso o Instituto de Organização e Revisão de Contabilidade, do Rio de Janeiro. Preocupou-se com a transparência de seus atos, exercendo rígido controle sobre os pagamentos, expedindo boletins diários de caixa e publicando balancetes mensalmente.

O Prefeito inaugurou o Grupo Escolar "Gabriel Odorico". Construiu os prédios do Posto de Higiene e de cinco escolas rurais, entre elas as da Barra, do Barreiro e do Córrego do Rosário. Terminou e inaugurou o Estádio Municipal. Reformou as praças Antônio Carlos e Getúlio Vargas, o Grupo Escolar "Dom Pedro I", o Mercado, a fonte luminosa da Praça Dr. Roque e as carroças de lixo. Instalou parque infantil na Praça Rui Barbosa. Reconstruiu ponte sobre o Rio Dourado, e fez dois pontilhões sobre o Córrego Jacutinga. Deu continuidade ao serviço de calçamento de ruas e colocação de meios-fios. Criou o Fundo Municipal de Calçamento. Pintou a Prefeitura e a fachada do Fórum. No Douradinho, reformou o motor do serviço de água, arborizou a Praça Belo Horizonte e nela assentou meios-fios.

Adquiriu terreno para sede dos Correios e Telégrafos, placas para sinalização de vias públicas, móveis e utensílios para a ACAR e a Prefeitura. Instalou telefones na pedreira e no Cemitério da Saudade. Efetuou campanha de combate a escorpiões.

Incentivado pelo Padre Ildefonso Sigrist, comemorou em 1.957 o centenário de criação da Freguesia do Machado, promovendo grandes festejos. Na ocasião recebeu a visita do Governador do Estado, do Ministro da Fazenda, e obteve verbas para várias obras, como a Praça de Esportes. Organizou a Segunda Exposição Agropecuária e Industrial, a Concentração de Cafeicultores do Sul de Minas, a Semana do Agricultor e a Primeira Exposição de Artes. Conseguiu a instalação na Cidade do 13º Distrito Florestal (depois transferido) e do escritório regional da ACAR, hoje EMATER. Participou das gestões que culminaram com a criação da agência local do Banco do Brasil.

A partir de 3 de julho de 1.959, o Vice-Prefeito substituiu por três meses o titular, que se licenciara para participar das eleições como candidato a vereador e presidente do diretório municipal do P.S.D.. Continuou suas obras e abriu a Rua Caldas.

As contas do Prefeito foram aprovadas por resoluções da Câmara de 10/11/56 (fev. a dez. de 1.955); de 2/2/58 (1.957); e de 19/3/59 (1.958 e jan. de 1.959).

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro n. 2 de Atas da Câmara Municipal de Machado;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros ns. 7, 8 e 9 de Leis;
3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro n. 1 de Resoluções;
4 - Cartório Eleitoral da Comarca de Machado - livro "Registro dos resultados das eleições (1.950 a 1.988)", págs. 28 a 30v.;
5 - Cartório Eleitoral da Comarca de Machado - livro "Registro de candidatos a cargos eletivos municipais";
6 - "Folha Machadense" n. 84 - 23/11/1.975 - pág. 3;
n. 368 - 6/9/1.981 - pág. 4;
n. 630 - 6/12/1.986 - pág. 7;
n. 905 - 30/5/1.992 - págs. 7 e 8;
n. 1.171 - 13/9/1.997 - c. especial;
7 - "Luminar Machadense" n. 31 - 19/9/1.954 - pág. 4;
n. 32 - 10/10/1.954 - págs. 1 e 4;
n. 33 - 24/10/1.954 - pág. 4;
8 - "O Imparcial" n. 126 - 24/10/1.954 - págs. 1, 2 e 3;
9 - "O Machadense" n. 678 - 23/3/1.958 - págs. 1 e 2;
n. 939 - 2/5/1.965 - pág. 1;
10 - "Revista do 1º Centenário de Machado" - n. 1, fevereiro de 1.957, pág. 9.

B - **secundárias**

1 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", cap. V - na "Revista do 1º Centenário de Machado", n. 5, pág. 6.

****

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.959 A 1.963

PREFEITO: FRANCISCO VIEIRA GUERRA

PRESIDENTE DA CÂMARA: DR. LÚCIO DIAS VIEIRA

1) - O resultado da eleição.
2) - A composição da Câmara.
3) - O desempenho da Câmara.
4) - As realizações do Prefeito.

****

1 - **O resultado da eleição**.

Em 3 de outubro de 1.958 ocorreram eleições municipais e para escolha de senadores, deputados federais e deputados estaduais. Votaram em Machado 3.227 eleitores. Elegeu-se alcaide o candidato situacionista Francisco Vieira Guerra. O cargo de vice-prefeito, porém, coube a José Maria Pereira, da aliança "União Democrática do Centenário de Machado", formada pelo P.T.B., P.R. e P.S.P.. Os eleitos tomaram posse em 31 de janeiro do ano seguinte, e seu mandato findou no mesmo dia de 1..963.

Confiram-se os números:

para prefeito:
Francisco Vieira Guerra (PSD).....1.841 votos;
Plínio da Silva Dias (UDCM).....1.130 votos;
em branco.....172 votos;
nulos.....117 votos.

para vice-prefeito:
José Maria Pereira (UDCM).....1.566 votos;
João Westin Júnior (PSD).....1.369 votos;
em branco.....218 votos;
nulos.....74 votos.

A votação para a Câmara Municipal foi a seguinte:

Partido Social Democrático:
Lúcio Dias Vieira.....444 votos;
Wolney de Araújo Dias.....188 votos;
Waldemar Soares de Camargo.....171 votos;
Américo Signoretti.....143 votos;
Demerval Swerts Costa.....141 votos;
Nicanor Soares.....133 votos;
Joaquim Pereira Caixeta Filho.....106 votos;
Edmundo Pereira.....85 votos;
Otaviano de Paiva Reis.....78 votos;
Mizael Gonçalves de Lima.....68 votos;
João Rodrigues de Carvalho.....49 votos;
só para a legenda.....10 votos.

União Democrática do Centenário de Machado:
Lucas Tavares de Lacerda.....323 votos;
Abel Faleiro.....241 votos;
Geraldo Luiz Costa.....218 votos;
Edgard da Veiga Ferreira Lion.....139 votos;
Wálter Palmeira.....122 votos;
Ricardo Annoni Filho.....120 votos;
José Joaquim de Carvalho.....101 votos;
Osmar Maciel.....70 votos;
José Pedro Corrêa Filho.....47 votos;
Oscar de Souza Dias.....19 votos;
Renato Rangel.....11 votos;
só para a legenda.....10 votos.

em branco.....166 votos;
nulos.....39 votos.

Algumas semanas antes do pleito, Nélson Garcia Júnior, da U.D.C.M., solicitou o cancelamento de sua candidatura.

A votação para juízes de paz foi a seguinte:

Distrito de Machado:
Júlio Sanches Diniz Júnior (PSD).....1.432 votos;

José Signoretti (PSD).....1.306 votos;
João Garcia Sobrinho (PSD).....903 votos;
Edvar Agripino de Oliveira (PSD).....903 votos;

Herculano Pereira (UDCM).....764 votos;
Maurílio Carneiro Dias (UDCM).....702 votos;
Oscar Camargo (UDCM).....606 votos;
José Isolino da Silva (UDCM).....596 votos;

em branco.....768 votos;
nulos.....132 votos.

Distrito de Douradinho:
Oscar Pereira (PSD).....85 votos;
Belmiro Alves Pereira (PSD).....70 votos;
Benedito Maciel (PSD).....67 votos;
João Martins Domingues (PSD).....64 votos;
.....
Vicente Flávio de Morais (UDCM).....69 votos;
José Augusto Maciel (UDCM).....46 votos.
Geraldo Pereira Tavares (UDCM).....37 votos.

2 - **A composição da Câmara**.

No início da legislatura compunham a Câmara os seguintes vereadores: Américo Signoretti, Demerval Swerts Costa, Lúcio Dias Vieira, Nicanor Soares, Waldemar Soares de Camargo e Wolney de Araújo Dias (P.S.D.); Abel Faleiro, Edgard da Veiga Lion, Geraldo Luiz Costa, Lucas Tavares de Lacerda e Wálter Palmeira (U.D.C.M.).

A primeira mesa que se elegeu foi a seguinte: *presidente* - Lúcio Dias Vieira; *vice-presidente* - Lucas Tavares de Lacerda; *secretário* - Demerval Swerts Costa.

Em 3 de novembro de 1.959 Demerval Costa licenciou-se para tratar de negócios pelo prazo de 180 dias, mas, decorrido este, não voltou ao cargo. Seu lugar foi ocupado pelo suplente Joaquim Pereira Caixeta Filho.

No início do ano legislativo de 1.960 reelegeram-se o Presidente e o Vice-Presidente, sendo o Secretário substituído por Américo Signoretti. Todos foram reconduzidos aos mesmos postos em 1.961 e 1.962.

Em 9 de março de 1.961 Abel Faleiro obteve licença por 90 dias, dando oportunidade à convocação do suplente Ricardo Annoni Filho. Retornando em agosto seguinte, comunicou haver sido nomeado inspetor dos Cor-

reios e Telégrafos. Por esse motivo saiu de novo e não mais voltou à Casa, em que permaneceu o substituto até o final do mandato.

Com a renúncia de Geraldo Luiz Costa, em 9 de abril de 1.962 tomou posse o suplente José Joaquim de Carvalho.

3 - **O desempenho da Câmara**.

No campo político, a despeito de pequenos incidentes no início do governo, o clima foi ameno. Maioria e minoria conviveram cortesmente.

A Câmara reuniu-se em caráter extraordinário na ocasião da renúncia de Jânio Quadros. Lançou manifesto ao povo e enviou telegramas a autoridades da República e de Minas, apoiando a legalidade e a posse do Vice-Presidente.

Dentre os debates que se travaram em plenário, cabe ressaltar o relativo ao anteprojeto de lei que autorizava a construção de terminal rodoviário e supermercado. Muitas foram as sugestões e as divergências sobre o local mais adequado para a obra.

Escassearam, no período, textos legais de relevo. Em 1.959, a lei 270, de 20/3, autorizou a venda do prédio do antigo gasômetro. A lei 271, de 2/9, autorizou a doação de imóvel à Escola Técnica de Comércio, na Praça Olegário Maciel; determinou o loteamento da parte restante desta, e a entrega à Santa Casa do produto da venda. A lei 276, de 5/10, concedeu pela primeira vez um título de cidadania honorária, homenageando o Dr. Aprígio Nogueira.

Em 1.962, a lei 383, de 30/11, autorizou a compra de máquinas agrícolas, adubo e equipamento de análise de terra para o serviço de fomento da produção vegetal. A lei 389, da mesma data, criou a gratificação natalina para os funcionários municipais.

4 - **As realizações do Prefeito**.

Na gestão em exame foi iniciada, com apoio do prefeito de Carvalhópolis, a Rodovia Machado-Careaçu. Melhoraram-se as estradas que ligam o Município a Alfenas, Paraguaçu, Paredes (atual Cordislândia) e Poço Fundo. Receberam terraplenagem, bueiros e mata-burros as que conduzem aos bairros da Conceição e da Barra.

A Praça Dr. Antônio Cândido foi totalmente reformada, recebendo calçamento, jardins e iluminação. Efetuou-se serviço de terraplenagem na Praça São Benedito. Remodelou-se a Praça Getúlio Vargas.

Abriram-se a Avenida Comendador Lindolfo de Souza Dias e a Rua Vital Brasil. Foi alargada a Avenida Dr. Ataíde Pereira de Souza, e prolongada a Rua Major Onofre. A Praça Antônio Carlos e a Rua Barão do Rio Branco receberam iluminação fluorescente. Tiveram calçamento 13.194,83 metros de ruas; assentaram-se 2.724,35 metros de meios-fios; construíram-se 2.010,60 metros de rede de esgotos, 73 metros de bueiros e 100 metros de sarjetas.

No setor de ensino foram construídos, mediante convênio com o Ministério da Educação e Cultura, os prédios escolares dos Caixetas e da Caiana. Apenas com recursos do Município edificaram-se os dos bairros Cachoeirinha, Laranjal e Trezentos. Foram reformadas as escolas "Tenente Jacinto", "Professor José Vieira" e as dos bairros Campinho, Conceição e Limeira. Criaram-se escolas rurais nos bairros dos Camargos (Douradinho) e do Grotão. O Município doou ao Estado terreno para construção do Grupo Escolar "Comendador Lindolfo". Também doou áreas para a União levantar os prédios do Posto de Reflorestamento e dos Correios e Telégrafos. Doou uniformes à Corporação Musical União.

A Ponte Preta foi reconstruída e inaugurada no final do governo. Edificou-se ponte sobre o Córrego Grão-Mogol, entre Machado e Poço Fundo. Foi construída uma represa no manancial de São Pedro. Abriu-se outra pedreira pública. No Estádio Municipal foram instaladas 112 poltronas, portões laterais e um balcão para bar. Construíram-se pista de atletismo e linha de transmissão elétrica na Praça de Esportes. Foram feitos novos cômodos para o Mercado, sobre a garagem da Prefeitura. O Município adquiriu três tratores, dois caminhões, diversos móveis e máquinas de escritório. Intensificou-se a captura de animais nas ruas.

A grande obra do período é o prédio da Estação de Tratamento de Água, na Praça João Luiz Garcia. Foi, porém, inaugurado sem condições de funcionamento, por falta de máquinas e filtros. Para construí-lo o Prefeito contraiu empréstimo bancário de quatro milhões de cruzeiros.

A arrecadação municipal subiu de Cr$6.259.360,90 em 1.959 para Cr$22.826.122,60 em 1.962. No término do mandato a contabilidade da Prefeitura acusava um passivo de Cr$8.107.089,40, constituído em maior parte pelo financiamento a que se referiu. As contas do Executivo foram aprovadas por resoluções da Câmara de 17/3/60 (fev. a dez. de 1.959); de 22/3/61 (1.960); de 17/4/62 (1.961); de 29/1/63 (1.962); e de 11/3/63 (jan. de 1.963).

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro n. 2 de Atas da Câmara Municipal de Machado";
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro n. 3 de Atas da Câmara Municipal de Machado";
3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros ns. 9 e 10 de Leis;
4 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro n. 1 de Resoluções;
5 - Cartório Eleitoral da Comarca de Machado - livro "Registro dos resultados das eleições (1.950 a 1.988)" - págs. 45 a 47;
6 - Cartório Eleitoral da Comarca de Machado - livro "Registro de candidatos a cargos eletivos municipais";
7 - "Folha Machadense" n. 368 - 6/9/1.981 - pág. 4;
n. 433 - 16/1/1.983 - pág. 8;
8 - folheto de prestação de contas do Prefeito F. Vieira Guerra;
9 - "O Machadense" n. 698 - 31/8/1.958 - pág. 1;
n. 699 - 7/9/1.958 - pág. 4;
n. 701 - 21/9/1.958 - pág. 2;
n. 703 - 12/10/1.958 - págs. 1 e 4;
n. 704 - 19/10/1.958 - pág. 2;
n. 718 - 25/1/1.959 - pág. 1;
n. 720 - 8/2/1.959 - pág. 1;
n. 857 - 19/11/1.961 - pág. 1;
n. 885 - 3/6/1.962 - pág. 4;
n. 906 - 3/2/1.963 - págs. 1, 4 e 5;
n. 907 - 10/2/1.963 - pág. 7.

B - **secundárias**

1 - Michelle Maria Silva Pereira - "José Maria Pereira" - trabalho integrante da "Coletânea de Monografias sobre Vultos Machadenses" - edição mimeografada da Prefeitura Municipal, 1.986,págs. 4 a 8.

****

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.963 A 1.967

PREFEITO: LUCAS TAVARES DE LACERDA

PRESIDENTE DA CÂMARA: DR. HÍLTON LUIZ MOREIRA DIAS

1) - O resultado da eleição.
2) - A composição da Câmara.
3) - Principais atos legislativos.
4) - A situação política.
5) - As realizações do Prefeito.

****

1 - **<u>O resultado da eleição</u>**.

Realizaram-se eleições municipais no dia 7 de outubro de 1.962. Na mesma ocasião foram escolhidos senadores, deputados federais e deputados estaduais. Votaram em Machado 3.177 eleitores. Para enfrentar o P.S.D. coligaram-se novamente a U.D.N., o P.T.B. e o P.R., indicando aquela o candidato a prefeito, o segundo, o candidato a vice-prefeito, e o terceiro, os candidatos a vereadores. Venceu a oposição, com Lucas Tavares de Lacerda e José Maria Pereira. Os eleitos se empossaram em 31 de janeiro do ano seguinte, e seu mandato findou no mesmo dia de 1.967.

Este foi o resultado:

<u>para prefeito</u>:
Lucas Tavares de Lacerda (UDN).....1.723 votos;
Hércio Swerts Dias (PSD).....1.208 votos;
em branco.....196 votos;
nulos.....50 votos.

para vice-prefeito:
José Maria Pereira (PTB).....1.544 votos;
Lúcio Dias Vieira (PSD).....1.384 votos;
em branco.....195 votos;
nulos.....54 votos.

A votação para a Câmara Municipal foi a seguinte:

Partido Republicano:
Itamar Branquinho.....213 votos;
Hílton Luiz Moreira Dias.....211 votos;
Wálter Palmeira.....208 votos;
Arthur Signoretti.....150 votos;
Vicente Flávio de Morais.....132 votos;
Manuel Mendes.....130 votos;
Manuel Ferreira Juntolli.....123 votos;
Edvar Agripino de Oliveira.....89 votos;
José Cândido de Oliveira.....84 votos;
Edgard da Veiga Lion.....49 votos;
Álvaro Ivo da Silva.....48 votos;
Antônio Lorenzotti.....44 votos;
só para a legenda.....9 votos.

Partido Social Democrático:
João Pedro Nannetti.....400 votos;
Luiz de Mello Campos.....246 votos;
Wolney de Araújo Dias.....224 votos;
Fausto Paulo Werner.....95 votos;
Marcelo Carvalho Vieira.....84 votos;
José Carvalho Lopes.....74 votos;
Thomaz de Carvalho Dias.....72 votos;
Lourenço Gonçalves de Lima.....62 votos;
José Francisco Filho.....51 votos;
Joaquim Moraes.....41 votos;
José Bento Paes Rabelo.....39 votos;
José Bento de Carvalho.....25 votos;
João Garcia Sobrinho.....25 votos;
só para a legenda.....14 votos.

A votação para juízes de paz e suplentes foi a seguinte:

Distrito de Machado - titular:
José Signoretti (PSD).....1.107 votos;
Ricardo Annoni Filho (coligação).....794 votos;
em branco.....1.005 votos;
nulos.....130 votos.

Distrito de Machado - suplentes:
João Honório Pinto (PSD).....650 votos;
Alcírio de Almeida Gonçalves (coligação).....512 votos;
Vivaldi Brandão (coligação).....418 votos;
em branco.....970 votos;
nulos.....65 votos.

Distrito de Douradinho - titular:
Osmar Maciel (coligação).....82 votos;
Oscar Pereira (PSD).....35 votos;
em branco.....20 votos;
nulos.....4 votos.

Distrito de Douradinho - suplentes:
Joel Pereira (coligação).....70 votos;
João Luiz da Silva (coligação).....69 votos;
Belmiro Alves Pereira (PSD).....33 votos;
em branco.....108 votos;
nulos.....2 votos.

A soma de alguns itens não confere, pelo que deve ter havido engano nas anotações do Cartório Eleitoral.

2 - **A composição da Câmara**.

No início da legislatura assim se compunha a Edilidade: Arthur Signoretti, Hílton Luiz Moreira Dias, Itamar Branquinho, Manuel Mendes, Vicente Flávio de Morais e Wálter Palmeira (P.R.); Fausto Paulo Werner, João Pedro Nannetti, Luiz de Mello Campos, Marcelo Carvalho Vieira e Wolney de Araújo dias (P.S.D.).

No dia da posse foi escolhida por unanimidade a seguinte mesa: *presidente* - Hílton Luiz Moreira Dias; *vice-presidente* - João Pedro Nannetti; *secretário* - Manuel Mendes. Ela se reelegeu no ano seguinte.

Em maio de 1.964 Itamar Branquinho obteve licença por seis meses para tratar de assuntos particulares, assumindo então o suplente Manuel Ferreira Juntolli.

No início do ano legislativo de 1.965 foram reeleitos o presidente e o secretário da Edilidade; a vice-presidência coube a Luiz de Mello Campos. Em março daquele ano também Marcelo Vieira afastou-se por um semestre, e seu lugar foi ocupado por José Carvalho Lopes. No vencimento a licença renovou-se por igual período.

Em fevereiro de 1.966 a mesa foi reeleita. Itamar Branquinho licenciou-se por mais dois meses, voltando Manuel Juntolli. Na verdade, este e o outro suplente continuaram em exercício até outubro.

3 - **Principais atos legislativos**.

Enumeram-se, a seguir, as leis mais importantes deste governo. Em 1.963, a 411, de 6/6, autorizou empréstimo para conclusão do serviço de tratamento de água; a 415, do mesmo dia, isentou do pagamento de tributos as construções em terrenos vagos no perímetro urbano; a 446, de 4/12, criou taxa para mantença do serviço de televisão e criou o registro dos aparelhos receptores.

No ano seguinte, as leis 460 e 468, de 12/5 e 6/7, criaram a Biblioteca Pública e o Serviço de Estradas de Rodagem; a 494, de 3/12, filiou os funcionários municipais ao IPSEMG.

Em 1.965, a lei 502, de 26/4, criou a Fundação Educacional. Em 1.966, a 549, de 5/12, criou o SAAE; a 552, de 29/12, instituiu o Código Tributário.

4 - **A situação política**.

Dominou a cautela, após o golpe de 1.964. Nossos edis apressaram-se a aprovar moção de irrestrita solidariedade aos donos do poder.

A dissolução do "Grupo dos Onze", de que se dá notícia no capítulo XXXVIII, foi imposta sem violência física.

5 - **As realizações do Prefeito**.

Cumpre destacar no período em estudo o término da Estação de Tratamento de Água. Para tanto, em 1.963 se obteve financiamento de dez milhões de cruzeiros junto à Caixa Econômica Estadual. Ele foi insuficiente, e dois anos após o Município recebeu nova verba do Estado para complementá-lo.

Foram pagas as dívidas do governo anterior, o que, de início, obrigou tivessem as obras ritmo menos acelerado. O serviço de calçamento prosseguiu em várias vias, como a Rua Santos Silva e as avenidas Santa Cruz e Arthur Bernardes. Inaugurou-se a Avenida Dr. Feliciano Vieira da Silva, com pontilhão sobre o Jacutinga. Foi reconstruída com concreto ponte sobre o Rio Dourado. Fizeram-se novos cômodos no Mercado.

Construíram-se prédios de escolas rurais, como os do

Baixo Ouvidor, Centro e São Luís. Criou-se a escola da Fazenda Santa Rita, e foram transferidas ao Estado as da Limeira e Serrinha. Concedeu-se auxílio ao Rotary e ao Lions para construção de prédios escolares. Adquiriram-se livros para a Biblioteca Municipal e equipamentos para o parque infantil.

Foram produzidas mudas de café para doação aos agricultores. Promoveram-se reunião de prefeitos e campanha contra a verminose. Foram criados os cargos de chefe do serviço d'água e de guarda sanitário.

Dos governos estadual e federal o Prefeito conseguiu vários melhoramentos, como a abertura da Rodovia Machado-Alfenas; a instalação de gabinete dentário anexo ao Posto de Saúde; a reforma do Fórum e do Grupo Escolar "Gabriel Odorico"; a construção da Cadeia, do Grupo Escolar de Douradinho e do Grupo Escolar "Comendador Lindolfo"; a assinatura de convênio com o Ginásio São José e o Colégio Imaculada Conceição; a criação de grupo moto-mecanizado para assistência ao setor agropecuário; a agência da Caixa Econômica Federal.

As contas anuais do Executivo foram aprovadas por resoluções da Câmara de 14/3/64, 19/3/65, 16/3/66 e 2/4/68.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro n. 3 de Atas da Câmara Municipal de Machado;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros ns. 10, 11 e 12 de Leis;
3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro n. 2 de Resoluções;
4 - Cartório Eleitoral da Comarca de Machado - livro "Registro dos resultados das eleições (1.950 a 1.988)" - págs. 51v. a 53;
5 - Cartório Eleitoral da Comarca de Machado - livro "Registro de candidatos a cargos eletivos municipais";
6 - "Folha Machadense" n. 368 - 6/9/1.981 - pág. 4;
n. 1171 - 13/9/1.997, c. especial;
7 - "O Machadense" n. 892 - 16/8/1.962 - págs. 1 e 4;
n. 893 - 2/9/1.962 - pág. 3;
n. 895 - 16/9/1.962 - pág. 7;
n. 899 - 14/10/1.962 - pág. 2;
n. 906 - 3/2/1.963 - págs. 1 e 3;
n. 913 - 18/8/1.963 - pág. 1;
n. 934 - 28/3/1.965 - pág. 2;
n. 946 - 20/6/1.965 - pág. 3.

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.967 A 1.971

PREFEITO: FRANCISCO VIEIRA GUERRA

PRESIDENTES DA CÂMARA: WOLNEY DE ARAÚJO DIAS
WÁLTER PALMEIRA
JOÃO PEDRO NANNETTI

1) - O resultado da eleição.
2) - A composição da Câmara.
3) - As atividades da Câmara.
4) - As obras do Prefeito e a renúncia do Vice-Prefeito.

****

1 - **O resultado da eleição**.

O pleito de 15 de novembro de 1.966 realizou-se sob as novas regras do regime militar. O vice-prefeito passou a ser escolhido com o titular, e não mais em votação separada. Imposto o artificial bipartidarismo, utilizaram-se sublegendas para juntar grupos políticos rivais. Elas foram introduzidas em nosso sistema eleitoral pelo Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1.965. Eram, conforme definição da lei 1.541/77, "*listas autônomas de candidatos concorrendo a um mesmo cargo em eleição, dentro do partido político a que são filiados*". Cada partido podia instituir até três delas na disputa para prefeito, somando-se os votos atribuídos aos respectivos candidatos. Considerava-se eleito o mais votado do partido vencedor. Entre nós, os antigos membros da U.D.N. e do P.R. abrigaram-se na ARENA-1; os representantes do extinto P.S.D., na ARENA-2; os ex-petebistas, no MDB.

Votaram em Machado 3.937 eleitores. Os vitoriosos

tomaram posse em 31 de janeiro de 1.967, e seu mandato findou no mesmo dia de 1.971.

No Executivo, Francisco Vieira Guerra reconquistou o poder, levando como vice o Dr. Lúcio Dias Vieira. Seu adversário foi José Maria Pereira. Estes foram os números da disputa:

para prefeito:
Francisco Vieira Guerra (ARENA-2).....2.265 votos;
José Maria Pereira (MDB).....1.413 votos;
em branco.....161 votos;
nulos.....98 votos.

A votação para a Câmara Municipal foi a seguinte:

Aliança Renovadora Nacional - 1:
Wálter Palmeira.....237 votos;
Amâncio Pereira Caixeta.....203 votos;
Joel Pereira.....143 votos;
Nélson Garcia Júnior.....130 votos;
José Cândido de Souza Dias Filho.....94 votos;
Itamar Branquinho.....90 votos;
Edgard da Veiga Ferreira Lion.....74 votos;
Manuel Mendes.....28 votos;
só para a legenda.....3 votos.

Aliança Renovadora Nacional - 2:
Messias José Gonçalves.....394 votos;
Dolbi de Souza Magalhães.....365 votos;
João Pedro Nannetti.....320 votos;
Wolney de Araújo Dias.....241 votos;
Sebastião Vasconcelos de Andrade.....238 votos;
Celso Macedo Soares.....165 votos;
Luiz de Mello Campos.....147 votos;
Leonel Camargo.....137 votos;
Edvar Agripino de Oliveira.....109 votos;
só para a legenda.....12 votos.

Movimento Democrático Brasileiro:
Wálter Mattos Reis.....220 votos;
José Maria Pereira Filho.....112 votos;
Helvécio Lúcio Brigagão.....68 votos;
Vivaldi Brandão.....49 votos;
Ronaldo Rúbens Ferreira da Silva.....33 votos;
Herculano Pereira.....29 votos;
só para a legenda.....1 voto.

em branco.....191 votos;
nulos.....104 votos.

A votação para juízes de paz foi a seguinte:

Distrito de Machado:
José Signoretti (ARENA-2).....2.387 votos;
João Bueno (MDB).....782 votos;
em branco.....483 votos;
nulos.....113 votos.
O primeiro candidato tinha como suplentes Epitácio Carvalho, João Garcia Sobrinho e João Gerônimo Filho; o segundo, Cláudio Ferreira Braga.

Distrito de Douradinho:
João Luiz da Silva (ARENA-1).....172 votos.
O candidato único tinha como suplente Osmar Maciel.

2 - **A composição da Câmara**.

A Edilidade instalou-se com os vereadores Celso Macedo Soares, Dolbi de Souza Magalhães, João Pedro Nannetti, Luiz de Mello Campos, Messias José Gonçalves, Sebastião Vasconcelos de Andrade e Wolney de Araújo Dias (ARENA-2); Amâncio Pereira Caixeta, Joel Pereira e Wálter Palmeira (ARENA-1); e Wálter Mattos Reis (MDB).

Na primeira reunião foi eleita a mesa diretora: *presidente* - Wolney de Araújo Dias; *vice-presidente* - Wálter Palmeira; *secretário* - Luiz de Mello Campos.

Em outubro de 1.967 Luiz de Mello Campos licenciou-se por sessenta dias, sendo substituído pelo suplente Leonel Camargo.

No início do novo ano legislativo, o Presidente e o Vice-Presidente foram reconduzidos aos cargos; a secretaria coube a Celso Macedo Soares. Todos se reelegeram em 1.969 e em 1.970.

Em maio de 1.968 Sebastião Vasconcelos de Andrade afastou-se por um semestre, voltando Leonel Camargo.

Em junho de 1.970, Wolney de Araújo Dias resignou a presidência da Câmara e a vereança. O Vice-Presidente assumiu a direção, e para seu lugar foi escolhido João Nannetti. Leonel Camargo ocupou a vaga em definitivo. Quatro meses depois, o novo presidente também renunciou aos dois cargos. Indo João Nannetti para a chefia, foi escolhido vice-presidente Dolbi Magalhães. Convocou-se o suplente Nélson Garcia Júnior.

3 - **As atividades da Câmara**.

No auge da ditadura, a calma no Legislativo era absoluta. Não havia divergências políticas, só se tratava de questões administrativas, e faziam-se sessões especiais para comemorar o aniversário da Revolução, a Semana da Pátria e o dia da Polícia Militar...

Dentre os textos legais sancionados no período, ressaltem-se a lei 581, de 23/11/67, que dispôs sobre o horário de abertura e fechamento das casas comerciais; a 584, da mesma data, que autorizou assinatura de convênio com a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, fixando condições para operação do serviço de abastecimento d'água; e a 19, de 24/5/68, que instituiu a correção monetária dos tributos municipais.

4 - **As obras do Prefeito e a renúncia do Vice-Prefeito**.

Nesta gestão foi construída a escola rural do Coroado, e reformadas as do Laranjal e do Ouvidor. Consertaram-se as estradas que ligam a Cidade a Carvalhópolis, ao Douradinho e aos Caixetas. Construiu-se ponte na estrada da Serra Negra. Teve início o prédio do novo Matadouro. Foram calçados trechos das ruas Dom Hugo e Quinze de Novembro.

Doou-se terreno à Fundação Educacional Sul-Mineira. Foi adquirido imóvel na Praça Antônio Carlos, para reconstrução da Igreja Matriz. Comprou-se uma motoniveladora. Foram criados os cargos de bibliotecário, de recepcionista e de sub-chefe do serviço de água.

As contas do Executivo de 1.967 e 1.968 foram aprovadas por resoluções da Câmara de 2/4/68 e 10/4/69. O decreto 95, de 1/12/70, considerou boas as de 1.969, porque não julgadas no prazo legal.

Lúcio Dias Vieira renunciou ao cargo de vice-prefeito em 26 de agosto de 1.969, para pleitear a presidência do Diretório Municipal da ARENA.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros ns. 3 e 4 de Atas da Câmara Municipal de Machado;

2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro n. 12 de Leis;
3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - pasta de Resoluções;
4 - Ato Complementar n. 4, de 20/11/1.965;
5 - Cartório Eleitoral da Comarca de Machado - livro "Registro dos resultados das eleições (1.950 a 1.988)" - págs. 63 a 64v.;
6 - Cartório Eleitoral da Comarca de Machado - livro "Registro de candidatos a cargos eletivos municipais";
7 - Lei federal n. 5.453, de 14/6/1.968;
n. 1.541, de 14/4/1.977;
8 - "O Machadense" n. 1.018 - 27/11/1.966 - pág. 2;
n. 1.024 - dez. 1.967 - pág. 1;
n. 12 - 9/5/1.971 - pág. 3.

B - **secundárias**
1 - Wálter Costa Porto - "O Voto no Brasil" - Gráfica do Senado Federal, Brasília, 1.989, págs. 313/321.

****

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.971 A 1.973

PREFEITO: WÁLTER PALMEIRA

PRESIDENTE DA CÂMARA: AMÂNCIO PEREIRA CAIXETA

1) - O resultado da eleição.
2) - A composição e o desempenho da Câmara.
3) - As realizações do Prefeito.

****

1 - **O resultado da eleição**.

O Ato Institucional nº 11, de 14 de agosto de 1.969 (alterado pelo A.I. nº 15, de 9 de setembro do mesmo ano), estabeleceu a coincidência dos mandatos de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores em todo o território nacional. Para isso, reduziu a dois anos o exercício dos cargos pelos eleitos em 15 de novembro de 1.970: empossados em 31 de janeiro do ano seguinte, neles permaneceram até o mesmo dia de 1.973. Extinguiu também a justiça de paz eletiva, respeitados os mandatos dos ocupantes dos respectivos cargos até o seu término.

Em nosso município, de 6.101 eleitores, 4.755 compareceram às urnas. Elegeram-se prefeito e vice-prefeito, pela A.R.E.N.A., Wálter Palmeira e João Pedro Nannetti, canadidatos únicos, com 3.711 votos. Houve 1.026 votos em branco e 18 nulos.

Na disputa por vaga na Câmara Municipal ocorreram 650 votos em branco e 266 nulos. Os candidatos vitoriosos foram os seguintes:

Aliança Renovadora Nacional:
Messias José Gonçalves.....474 votos;
Dolbi de Souza Magalhães.....420 votos;
Rúbens Pinto Garcia.....360 votos;
Amâncio Pereira Caixeta.....337 votos;
Ernesto Mariano Leite.....192 votos;
Daniel Alves Ferreira.....179 votos;
Ademar Rodrigues dos Santos.....176 votos;
Afonso Azevedo de Paiva Reis.....159 votos;

Movimento Democrático Brasileiro:
José Maria Pereira.....293 votos;
Arnaldo Nannetti Dias.....239 votos;
João Custódio da Silva.....238 votos.

Não conseguiram eleger-se Joel Pereira, Leonel Camargo e Maurício Dias Vieira (A.R.E.N.A.); João Reynaldo Xavier, Luiz José Nery e Wálter Mattos Reis (M.D.B.).

2 - **A composição e o desempenho da Câmara**.

A legislatura começou com os seguintes vereadores: Ademar Rodrigues dos Santos, Afonso Azevedo de Paiva Reis, Amâncio Pereira Caixeta, Daniel Alves Ferreira, Dolbi de Souza Magalhães, Ernesto Mariano Leite, Messias José Gonçalves e Rúbens Pinto Garcia (A.R.E.N.A.); Arnaldo Nannetti Dias, João Custódio da Silva e José Maria Pereira (M.D.B.).

No dia da posse foram eleitos presidente, vice-presidente e secretário: Amâncio Pereira Caixeta, Dolbi de Souza Magalhães e Arnaldo Nannetti Dias.

No dia 1º de abril seguinte licenciou-se Messias José Gonçalves, assumindo a vaga o suplente Maurício Dias Vieira, até dezembro.

Em abril de 1.972 Ademar Rodrigues dos Santos, sempre faltoso, renunciou por mudança do Município. Seu lugar foi ocupado por Maurício Dias Vieira. No mês de setembro foi Arnaldo Nannetti Dias quem resignou o cargo, abrindo espaço ao suplente João Reynaldo Xavier. Escolheu-se, em substituição, Ernesto Mariano Leite para secretário.

Comportam referência, neste governo, os seguintes textos legais: lei 85, de 20//4/71, que criou o Conselho Municipal de Saneamento; lei 95, de 22/10/71, que criou a Fundação Municipal do Ensino Médio; lei 102, de

30/12/71, que aprovou novo Código Tributário; lei 118, de 29/12/72, que concedeu estímulos fiscais; decreto 145, de 17/5/72, que aprovou o estatuto da Fundação acima referida; e resolução da Câmara nº 3, de 16/10/72, que criou a bandeira do Município.

O temor da repressão militar continuou refreando a atividade política e ensejando manifestações de patriotismo grotesco.

3 - **As realizações do Prefeito**.

O que de mais importante sucedeu na curta gestão em exame foi o movimento de renovação cafeeira e de aproveitamento do cerrado. Fiel às origens campesinas, Palmeira levou nosso município a posição de realce no cenário agrícola estadual. Preocuparam-no também os problemas da dívida ativa, da revisão de impostos, da seleção do professorado e do desequilíbrio orçamentário, que não chegou a solucionar.

Foram calçados 3.380 m2. de ruas, e colocados 2.200 metros de meios-fios. Fez-se um paredão de arrimo na Rua Dom Hugo. Foi alargada a Rua Caldas. Instalaram-se bueiros na Rua Coronel Azarias e na Avenida Arthur Bernardes. Construíram-se redes d'água na Vila Centenário e na Avenida Dr. Feliciano Vieira; de esgotos na Comendador Lindolfo e em trecho da Rua Astolfo Pio.

Receberam cascalho a estrada que liga Douradinho a Cordislândia, e as que dão acesso aos bairros Bandeirinha, Conceição e Papagaio, e à Fazenda da Vargem. Pavimentou-se a entrada do Cemitério da Saudade. Edificaram-se uma ponte sobre o Rio Dourado e outra, de concreto, sobre o Córrego Ouvidor. Reconstruíram-se pontes na Bandeirinha e na Barra.

Foram reformadas as escolas rurais dos Açudes, Barra, Ouvidor e Rosental. Tiveram continuidade as obras do Matadouro. Construiu-se cabine para o repetidor de televisão. Foi concretado o piso da oficina mecânica da Prefeitura. Na pedreira municipal efetuaram-se serviços de terraplenagem e reforma do britador. Construiu-se o portão principal e fechou-se com alambrado o terreno da Praça de Esportes. O Município também melhorou próprios do Estado, terminando o alojamento da Polícia Militar, instalando sanitários no Grupo Escolar "Comendador Lindolfo" e reformando sua cantina. Foi conseguido financiamento bancário para construir a Estação Rodoviária. Completou-se o pagamento da motoniveladora. Adquiriram-se um automóvel, uma pá carregadeira e um caminhão.

As contas do Executivo de 1.972 foram aprovadas pela resolução da Câmara nº 95, de 30/10/89.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro n. 4 de Atas da Câmara Municipal de Machado;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros ns. 13 e 14 de Leis;
3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - pasta de Resoluções;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro n. 14 de Decretos;
5 - Cartório Eleitoral da Comarca de Machado - livro "Registro de candidatos a cargos eletivos municipais";
6 - Coordenadoria de Eleições do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais - banco de dados;
7 - "Folha Machadense" n. 368 - 6/9/81 - pág. 4;
n. 1171 - 13/9/97 - cad. especial;
8 - Lex - Legislação Federal - 1.969 - págs. 1.092/1.093;
9 - "O Machadense" n. 5 - 21/3/71 - pág. 4;
n. 8 - 11/4/71 - pág. 1;
n. 47 - 23/1/72 - pág. 4;
n. 64 - 28/5/72 - pág. 4;
n. 119 - 17/6/73 - pág. 3.

B - **secundárias**

1 - Adriano Campanhole e Hílton Lobo Campanhole - "Constituições do Brasil" - 9ª edição - Ed. Atlas S/A, São Paulo, 1.987, págs. 213, 214, 218 e 219.

****

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.973 A 1.977

PREFEITO: DR. JORGE EDUARDO VIEIRA DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DA CÂMARA: CARLOS ALBERTO PEREIRA DIAS

1) - O resultado da eleição.
2) - A composição da Câmara.
3) - O desempenho da Câmara.
4) - As realizações do Prefeito.

****

1 - **O resultado da eleição**.

No pleito de 15 de novembro de 1.972 aqui se utilizaram as sublegendas na disputa do Executivo. Tanto a A.R.E.N.A. como o M.D.B. registraram dois candidatos a prefeito. Embora menos votado que João Nannetti, obteve a vitória Jorge Oliveira, porque sua agremiação, no total, recebeu mais sufrágios.

Os eleitos tomaram posse em 31 de janeiro do ano seguinte, e seu mandato findou no mesmo dia de 1.977. Este foi o resultado:

MDB-1 - Jorge Eduardo Vieira de Oliveira.....1.585 votos;
(vice - Ricardo Ferreira Braga)
MDB-2 - Hércio Swerts Dias.....1.299 votos;
(vice - José Maria Pereira)
total.....2.884 votos;

ARENA-1 - João Pedro Nannetti.....1.649 votos;
(vice - Messias José Gonçalves)

ARENA-2 - Ary Pereira Caixeta.....788 votos;
(vice - Joaquim Carvalho dos Santos)
total.....2.437 votos.

A votação dos vitoriosos na disputa pela Câmara Municipal foi a seguinte:

Movimento Democrático Brasileiro:
Carlos Alberto Pereira Dias.....402 votos;
José Geraldo da Costa.....329 votos;
Francisco Campos Gonçalves.....314 votos;
Irineu Pereira de Carvalho.....249 votos;
João Custódio da Silva.....215 votos;
Luiz Edmundo Dias.....210 votos;

Aliança Renovadora Nacional:
Rúbens Pinto Garcia.....434 votos;
Amâncio Pereira Caixeta.....322 votos;
José Vítor da Silva.....273 votos;
Sebastião Vasconcelos de Andrade.....237 votos;
José Maciel Dias.....228 votos.

Não conseguiram eleger-se Ildeu Pereira Neves, João Reynaldo Xavier, José Isolino da Silva, José Leite da Silva, Luiz José Nery e Rociope Cirino Ferreira (M.D.B.); Afonso Azevedo de Paiva Reis, Célio de Araújo, Fausto Paulo Werner, João Alves da Silva, Marcelo Pereira, Osmar Maciel e Waldemar Soares de Camargo (A.R.E.N.A.).

2 - **A composição da Câmara**.

Foram eleitos os seguintes vereadores: Carlos Alberto Pereira Dias, Francisco Campos Gonçalves, Irineu Pereira de Carvalho, João Custódio da Silva, José Geraldo da Costa e Luiz Edmundo Dias (M.D.B.); Amâncio Pereira Caixeta, José Maciel Dias, José Vítor da Silva, Rúbens Pinto Garcia e Sebastião Vasconcelos de Andrade (A.R.E.N.A.).

Na data da posse escolheu-se esta mesa diretora, reconduzida no ano seguinte: *presidente* - Carlos Alberto Pereira Dias; *vice-presidente* - José Maciel Dias; *secretário* - Luiz Edmundo Dias.

Em 28 de fevereiro de 1.973 João Custódio da Silva licenciou-se por vinte dias, sendo convocado o suplente José Leite da Silva. Decorrido o prazo, este permaneceu na Câmara, substituindo então José Geraldo da Costa, que se afastou por tempo indeterminado.

Em janeiro seguinte licenciaram-se Amâncio Caixeta e Sebastião Vasconcelos de Andrade, tendo assumido os suplentes Afonso Azevedo de Paiva Reis e Osmar Maciel. No mês de dezembro afastou-se Rúbens Garcia, e seu lugar foi ocupado por Marcelo Pereira, que só participou de três reuniões.

Em fevereiro de 1.975 Luiz Edmundo Dias pediu licença por um semestre, ao mudar-se para Poços de Caldas. Foi substituído pelo suplente Rociope Cirino Ferreira. Este recebeu o cargo de secretário na eleição da mesa realizada no mesmo mês, que manteve o presidente e o vice-presidente. Amâncio, doente, prorrogou a licença.

João Custódio da Silva licenciou-se por motivo de saúde em setembro de 1.975, e foi substituído por Ildeu Pereira Neves. No início de 1.976 faleceu Amâncio Caixeta. Em fevereiro foram reeleitos os dirigentes da Casa.

3 - **O desempenho da Câmara**.

Entre as leis mais importantes sancionadas no período, ressaltem-se, no ano de 1.973, a 128, de 30/4, que autorizou a celebração de convênio para fornecimento de gêneros alimentícios aos funcionários públicos; a 136, de 15/5, que dispôs sobre a estrutura administrativa da Prefeitura; e a 144, da mesma data, que disciplinou o serviço de táxis.

Em 1.974, a lei 185, de 5/9, aprovou o Plano Rodoviário; as leis 196 e 197, de 20/11, oficializaram os símbolos municipais. Em 1.975, a lei 211, de 20/3, autorizou assinatura de convênio para implantação do distrito industrial; a 224 e a 225, de 19 e 21 de julho, aprovaram o Código de Posturas e o Código de Obras; a 226, de 19/7, dispôs sobre a exploração do serviço funerário; a 227, de 13/8, autorizou assinatura de convênio para construção de casas populares; e a 244, de 19/11, instituiu o "valor-referência" como unidade de cálculo de tributos e penalidades pecuniárias. Por fim, em 1.976, a lei 258, de 30/3, dispôs sobre loteamentos urbanos.

Também neste período, por razões óbvias, a convivência política, mais que pacífica, foi insossa. Não houve discussões entre as bancadas. Em julho de 1.976 comentou-se que o presidente da Casa estaria censurando as manifestações de seus pares. A sugestão dada para elidir o constrangimento foi que se formasse uma comissão de censura...

4 - **As realizações do Prefeito**.

A administração em exame, das mais proveitosas, destacou-se no setor de urbanização. Foi bastante melhorado o aspecto da Cidade, e

pela primeira vez se asfaltaram ruas e avenidas, como a Arthur Bernardes. Foram abertos dois trechos da Avenida do Contorno, numa extensão de cinco quilômetros. Trocou-se o calçamento da Rua Astolfo Pio, que foi alargada no quarteirão em frente da Praça Getúlio Vargas. Calçaram-se também, entre outras, a Praça Corina Dias, a Rua Professor José Maria e trechos da Coronel Azarias e da Quinze de Novembro. Fizeram-se serviços complementares na Avenida Comendador Lindolfo. A Avenida Dr. Feliciano Vieira foi alargada. Construiu-se um pequeno jardim na Praça Ana Margarida. A Praça Dr. Antônio Cândido foi remodelada. Ampliou-se a rede de esgotos sanitários e pluviais. Colocaram-se meios-fios e sarjetas na Vila Assunta. Melhorou-se a iluminação pública, com o emprego de lâmpadas a vapor de mercúrio; as vilas foram iluminadas. Auxiliou-se a construir a sub-estação da CEMIG. Foi contratada a empresa Proconsult, de São Paulo, para elaborar o Plano Diretor do Município. Assinou-se contrato com a COHAB para construção de cem casas populares no Bairro Santo Amaro.

Foram abertas estradas nos bairros Cachoeirinha, Campinho, Hortelã, Sabinos, Serra Negra e Totós; melhoraram-se outras nos Açudes, Barra, Catanduvas, Conceição e Ritas. Colocaram-se trezentos mata-burros. Fez-se ligação das fazendas do Centro, Rosental e Santa Cruz ao Alto dos Caixetas. A estrada que liga a Caiana a Serrania recebeu bueiros e cascalho, além de ser alargada. Abriu-se uma via entre Douradinho e Carvalhópolis.

Foi construída a escola rural da Cachoeirinha. Reformaram-se o Grupo Escolar do Douradinho e as escolas do Alto Ouvidor, Caixetas, Conceição, Limeira e Trezentos. Para algumas dessas obras firmaram-se convênios com o MEC e a CARPE. Foi aberta uma escola noturna no Ouvidor. O Colégio Municipal obteve grande apoio do Executivo, que nele construiu uma quadra de esportes. As arquibancadas do Estádio Municipal foram cobertas. Aumentou-se o acervo da Biblioteca Pública, transferida para o Salão Paroquial. Reestruturou-se a Fundação Educacional. Foi editado o livro "*Contribuição à História de Machado*", de Homero Costa. Imprimiram-se 20.000 cartões postais da Cidade. A comemoração do aniversário desta foi transferida de julho para 13 de setembro.

Estimulou-se a industrialização, com incentivos fiscais e doação de terrenos para empresas como Fábrica de Móveis Florialves, Malharia Serrana e Tecelagem Guaranésia. Instalou-se aqui a PROEX, que recebeu imóvel com serviço de terraplenagem.

O Executivo adquiriu e montou uma usina de asfalto. Comprou um caminhão, um britador e um compressor para a pedreira pública. Ampliou a fábrica de manilhas da Prefeitura e reorganizou seu almoxarifado. Pôs em funcionamento a primeira linha de ônibus urbano. Criou pequeno posto médico no Douradinho. Lá também ampliou o serviço de captação d'água, e levantou prédios para o Correio e o Centro Social e Cívico. Construiu o Terminal Rodoviário, talvez a sua maior obra. Fez 6.000 metros de rede de esgotos e 9.000 metros de rede d'água. Trabalhou junto dos governos estadual e federal para que se con-

cretizasse o asfaltamento das rodovias que cortam o Município. Ajudou a instalação do Lar Fabiano e do posto da TELEMIG. Montou nova torre de televisão.

Foram criados o Conselho Municipal de Desenvolvimento e o Serviço de Obras Sociais - SOS. Promoveu-se ampla reforma administrativa, através do decreto 295/76. Ele aprovou o regimento interno da Prefeitura, que passou a ter estes setores: Assessoria, Secretaria, Serviço de Fazenda, Serviço de Obras e Viação, Serviço de Saúde e Assistência Social, Serviço de Educação e Cultura, Serviços Urbanos e Subprefeitura de Douradinho.

As contas do Executivo relativas a 1.973 foram aprovadas pela resolução da Câmara nº 96, de 30/10/89. As de 1.975 o foram pela resolução nº 114, de 24/4/91.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros ns. 4, 5 e 6 de Atas da Câmara Municipal de Machado;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros ns. 14, 15, 16 e 17 de Leis;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro n. 15 de Leis e Decretos;
4 - Boletim "I.P.M." da Prefeitura Municipal de Machado - n. 1 - julho de 1.973;
5 - Cartório Eleitoral da Comarca de Machado - livro "Registro de candidatos a cargos eletivos municipais";
6 - Coordenadoria de Eleições do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais - banco de dados;
7 - "Diário de Minas", de Belo Horizonte - 24/6/1.976;
8 - "Folha Machadense" n. 1 - 24/3/74 - págs. 2 e 3;
n. 10 - 26/5/74 - suplemento;
n. 45 - 9/2/75 - pág. 3;
n. 51 - 23/3/75 - págs. 1 e 8;
n. 64 - 3/7/75 - págs. 3 e 11;
n. 76 - 28/8/75 - pág. 7;
n. 79 - 19/10/75 - pág. 1;
n. 84 - 23/11/75 - pág. 1;
n. 92 - 1/2/76 - pág. 3;
n. 93 - 8/2/76 - pág. 1;
n. 110 - 6/6/76 - pág. 3;
n. 125 - 19/9/76 - pág. 8;
n. 127 - 3/10/76 - pág. 1;
n. 143 - 30/1/77 - págs. 1 e 3;

n. 144 - 4/2/77 - pág. 6;
n. 368 - 6/9/81 - pág. 4;

9 - “O Machadense” n. 53 - 12/3/72 - pág. 3;
n. 78 - 3/9/72 - pág. 1;
n. 80 - 17/9/72 - pág. 1;
n. 83 - 8/10/72 - pág. 4;
n. 90 - 26/11/72 - pág. 1;
n. 123 - 15/7/73 - pág. 1;
n. 129 - 26/8/73 - pág. 1.

****

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.977 A 1.983

PREFEITO: CARLOS ALBERTO PEREIRA DIAS

PRESIDENTE DA CÂMARA: CLÊUTON PEREIRA GONÇALVES

1) - O resultado da eleição.
2) - A composição da Câmara.
3) - A prorrogação dos mandatos e o quadro político.
4) - Principais atos legislativos.
5) - As realizações do Prefeito.

****

1 - **O resultado da eleição**.

A chapa situacionista, encabeçada por Carlos Alberto Pereira Dias e Francisco Campos Gonçalves (Chico Viana), obteve expressiva vitória na eleição municipal de 15 de novembro de 1.976, ao derrotar três concorrentes da ARENA em sublegendas. Estes se apresentaram com um só candidato a vice-prefeito, o médico Carlos Roberto de Almeida.

Votaram 8.092 eleitores, de 9.581 inscritos. Os vitoriosos tomaram posse em 31 de janeiro do ano seguinte. Foram estes os números:

MDB - Carlos Alberto Pereira Dias.....3.994 votos;
(vice - Francisco Campos Gonçalves)
ARENA-1 - João Pedro Nannetti.....1.460 votos;
(vice - Carlos Roberto de Almeida)
ARENA-2 - Francisco Vieira Guerra.....968 votos;
(vice - Carlos Roberto de Almeida)

ARENA-3 - Wálter Palmeira.....1.255 votos;
(vice - Carlos Roberto de Almeida)

em branco.....154 votos;
nulos.....261 votos.

A votação para a a Câmara Municipal foi a seguinte:

Movimento Democrático Brasileiro:
Clêuton Pereira Gonçalves.....428 votos;
Horácio Gonçalves de Lima.....406 votos;
José Israel da Silva.....300 votos;
Irineu Pereira de Carvalho.....292 votos;
José Leite da Silva.....276 votos;
Lucilo Manoel Fadini.....274 votos;
João do Lago Gonçalves.....269 votos;
João Theodoro de Lima.....265 votos;
José Maria Pereira.....258 votos;
Itamar Branquinho.....161 votos;
João Reynaldo Xavier.....158 votos;
Tânia Mara Caixeta Lima.....135 votos;
Ângelo Antônio Domingues.....130 votos;
Rociope Cirino Ferreira.....95 votos;
Edvard José Nery.....90 votos;
João de Paiva Grilo.....77 votos;
Wálter José de Lima.....74 votos;
Jurucey Cavalcante.....67 votos;
Ildeu Pereira Neves.....66 votos;
Gil Bueno da Fonseca.....62 votos;
Lúcio Maranesi Annoni.....56 votos.

Aliança Renovadora Nacional:
Evâneo Franco Caixeta.....435 votos;
José Washington Moreira de Carvalho.....277 votos;
João Lopes Filho.....272 votos;
Itamar José Costa.....245 votos;
Édson Luiz de Carvalho.....220 votos;
Dolbi de Souza Magalhães.....205 votos;
Sebastião Vasconcelos de Andrade.....201 votos;
Afonso Azevedo de Paiva Reis.....194 votos;
José Vítor da Silva.....183 votos;
Wanderley Alves Campos.....161 votos;
Leonel Camargo.....136 votos;
Mauro Carvalho Mendes.....113 votos;
José Donato Cunha.....111 votos;
Raimundo Patu da Silva.....94 votos;

João Gerônimo Filho.....82 votos;
José Armando Caliari.....81 votos;
Celso Macedo Soares.....79 votos;
Nílton Salles.....70 votos;
João Garcia Sobrinho.....59 votos;
Miguel Flauzino Domingues.....40 votos.

2 - **A composição da Câmara**.

A legislatura começou com os seguintes vereadores: Clêuton Pereira Gonçalves, Horácio Gonçalves de Lima, Irineu Pereira de Carvalho, José Israel da Silva, José Leite da Silva e Lucilo Manoel Fadini (M.D.B.); Édson Luiz de Carvalho, Evâneo Franco Caixeta, Itamar José Costa, João Lopes Filho e José Washington Moreira de Carvalho (A.R.E.N.A.).

Na abertura dos trabalhos foram escolhidos presidente, vice-presidente e secretário Clêuton Pereira Gonçalves, José Washington Moreira de Carvalho e José Israel da Silva. Todos se reelegeram em 1.978, 1.979 e 1.980. Nos anos de 1.981 e 1.982, mantidos os demais membros da mesa, ocuparam a secretaria, sucessivamente, Evâneo Franco Caixeta e Édson Luiz de Carvalho.

Em fevereiro de 1.977 Édson Carvalho licenciou-se por sessenta dias, abrindo vaga ao suplente Dolbi de Souza Magalhães. No final do ano ele afastou-se de novo, retornando à Câmara o mesmo substituto.

Irineu de Carvalho obteve afastamentos em junho de 1.978, janeiro e dezembro de 1.979 e dezembro de 1.980, dando lugar aos suplentes João do Lago Gonçalves e João Theodoro de Lima.

Nos meses de outubro e novembro de 1.980 João Lopes Filho esteve ausente por doença, sendo substituído por Dolbi Magalhães. Ele voltou a afastar-se em outubro de 1.981 e agosto de 1.982, passando o cargo ao mesmo suplente.

Em fevereiro de 1.981, José Israel da Silva, que se mudara do Município, recebeu licença por prazo indeterminado, e não mais voltou à Casa. João Theodoro de Lima ocupou seu cargo.

3 - **A prorrogação dos mandatos e o quadro político**.

O artigo 209 da Constituição de 1.967, introduzido pela emenda nº 8, de 14/4/77, estabeleceu que os mandatos dos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores eleitos em 1.980 teriam a duração de dois anos. Todavia, a emenda nº 14, de 9/9/80, alterou o dispositivo, estendendo até 31 de janeiro de

1.983 os mandatos municipais em curso, exceto dos prefeitos nomeados. Com isso, a administração Pereira Dias ganhou dois anos e o privilégio de celebrar o centenário da Cidade.

Com o fim do bipartidarismo, o Prefeito trocou o ex-M.D.B. pelo P.D.S.. Mesmo antes, porém, cedendo a pressões políticas, ele havia aderido informalmente à A.R.E.N.A., o que provocou seu rompimento com as lideranças locais do partido a que ainda estava filiado. Em entrevista ao jornal "*Gazeta do Sul*", adiante referido, afirmou que as obras realizadas em seu governo foram devidas a essa opção, acrescentando:

> *"O governador, na época em que foi indicado para o governo de Minas, veio a Machado e me fez uma proposta: se eu conseguisse eleger os deputados majoritários da ARENA, Roberto Junqueira e Sebastião Navarro, ele me daria uma ajuda muito grande para Machado. E foi o que aconteceu.".*

Ao mudar de lado Carlos Alberto levou em sua companhia alguns vereadores, continuando com a maioria da Câmara Municipal.

Por sua vez, para garantir espaço, os emedebistas machadenses se dividiram entre o P.P. e o P.M.D.B., embora, de fato, continuassem unidos. Coube ao vereador José Leite da Silva organizar o diretório deste, encarregando-se Jorge E. V. Oliveira de comandar a formação daquele. Ao mesmo jornal declarou então o ex-prefeito:

> *"nós temos que trabalhar em cima da realidade, e o PP é um Partido que está mais próximo do poder. O senador Tancredo Neves, presidente nacional do PP, deve ser o futuro governador de Minas. Pelo menos, é o que tudo indica.".*

Posteriormente, fundidas as respectivas agremiações, as duas correntes voltaram a reunir-se sob a sigla do P.M.D.B..

4 - **Principais atos legislativos**.

Os delegados e suplentes da Câmara ao Colégio Eleitoral Mineiro, em 1.978, foram os constantes da chapa do M.D.B. (J. Leite, Clêuton, Horácio e Fadini). A A.R.E.N.A. não apresentou candidatos e deixou de comparecer à sessão em que se fez a escolha.

Mencionem-se a seguir as leis mais relevantes deste governo. Em 1.977, a 310, de 3/10, criou o Setor de Educação Física e Desportos, Parques Recreativos e Desportivos. No ano seguinte, a 339, de 1/6, reestruturou o

Serviço de Educação e Cultura; a 343, de 26/6, criou o Serviço de Turismo. Em 1.979, a 361, de 19/1, aprovou o novo perímetro urbano da Cidade. Em 1.981, a 427, de 24/2, autorizou a aquisição de terrenos para construção de casas populares; a 430, de 17/3, dispôs sobre arruamento e loteamento de conjuntos habitacionais, e sobre edificações de interesse social; a 442, de 9/6, autorizou a assinatura de convênio com a Secretaria Estadual da Educação para criar a Unidade de Estudos Supletivos.

Um dos textos mais importantes votados no período em estudo foi a lei 452, de 11/8/81. Ela aprovou a celebração de contratos e convênios com o B.N.H. e seus agentes para execução do chamado Projeto CURA, que compreendia obras de saneamento básico, iluminação, abertura de ruas, calçamento, etc., em toda a periferia da Cidade. Em junho do ano seguinte, por exigência do órgão federal, aprovou-se a alteração do contrato primitivo, para permitir elevação da taxa de juros. Foi das mais polêmicas a sessão em que isso ocorreu, contra o voto da Oposição. O montante dos recursos carreados ao Município pelo Projeto, conforme se noticiou na época, era da ordem de Cr$258.000.000,00. Em setembro de 1.982, também vencidos os oposicionistas, se autorizou o Executivo a contrair empréstimo de dez milhões de cruzeiros para conclusão de suas obras.

Lembrem-se ainda, em 1.982, a lei 463, de 9/3, que dispôs sobre a contagem de tempo da atividade privada para aposentadoria no serviço público municipal; e a 481, de 16/9, que autorizou a contratação de diversas empresas para serviços de terraplenagem das casas populares, dragagem do Jacutinga, aterro do Ginásio Poliesportivo e iluminação do lago artificial.

5 - **As realizações do Prefeito**.

Foram asfaltadas, entre outras, as praças Antônio Carlos e João Luiz Garcia; as avenidas Comendador Lindolfo, Dr. Ataíde Pereira de Souza, Santa Cruz e trechos da do Contorno; as ruas Barão do Rio Branco, Bartolomeu de Camargo, Caldas, Coronel Azarias, Irmão Arnaldo, Irmãs Concepcionistas, Jerônymo de Figueiredo, Júlio Giovanetti, Olímpio Pereira, Pio de Souza Dias, Professor José Maria, Santos Silva, Silviano Brandão e trechos da Major Feliciano e da Quinze de Novembro; o estacionamento da Rodoviária e o acesso ao Machado Esporte Clube. Calçaram-se com paralelepípedos diversas vias no Bom Jesus e na Vila do Céu, além da Rua Alfenas. Inaugurou-se a Praça Tchecoslováquia. Aumentou-se em dois quilômetros a Avenida do Contorno. A Dom Hugo foi prolongada, e abriu-se uma rua entre a Professor José Cândido e a Praça Rui Barbosa. Foi feito um aterro nos fundos do Colégio Imaculada Conceição. Receberam cascalho diversas ruas da Vila Nova e da Vila Centenário. Foram construídos dois escadões na Vila Assunta, um na Vila Hortênsia e outro no Santo Amaro. Fizeram-se galerias pluviais, sarjetas e meios-fios em muitas ruas. Construiu-se rede de esgotos nas vilas Assunta, Centenário, do Céu, Nova e Novo Horizonte. Foi criada a Empresa Municipal de Urbanização. A arborização dos

logradouros públicos teve grande impulso. Para os festejos do Centenário a Praça Antônio Carlos ganhou novo visual, com troca de bancos e piso: foi uma obra supérflua e dispendiosa, orçada em quatro milhões de cruzeiros.

Construíram-se 103 casas populares no Bairro Santo Amaro, cujas ruas receberam meios-fios e sarjetas. No final da gestão foi feita a concorrência para seu asfaltamento. No Bairro Santa Luísa efetuou-se terraplenagem e teve início a edificação de 219 moradias.

Obra de realce foi o Mercado Municipal, construído na Avenida Arthur Bernardes. Implantou-se a feira-livre. No Aeroporto foi feito um hangar e reformada a casa de recepção. Remodelou-se o Estádio. Deu-se início à construção do Parque de Exposições. O Cemitério da Saudade foi reformado e iluminado. Inaugurou-se o lago artificial, embora inacabado. Ampliou-se o serviço de abastecimento d'água em Douradinho. Foi melhorado o sinal de televisão, com a compra de um retransmissor. Concluiu-se o serviço de luz elétrica do Douradinho. Fizeram-se obras para iluminação do Bairro Cachoeirinha e da Vila Conceição. O Prefeito adquiriu uma estátua do Cristo Redentor, de doze metros de altura, mas não terminou o pagamento, motivo pelo qual parte dela deixou de ser entregue. Iniciou o acesso à área em que foi instalada, sem concretizar-lhe a desapropriação.

Mediante convênio com o D.N.O.S. foi feita a dragagem de nove quilômetros do leito do Rio Machado, arcando o Município com 30% do seu custo. Isso permitiu o aterro e a urbanização da várzea. Retificou-se no perímetro urbano o curso do Córrego Jacutinga. Sobre ele foi construída uma ponte de cimento armado, no prolongamento da Rua Astolfo Pio. Aumentou-se a vazão sob a ponte da Avenida Dr. Feliciano Vieira e recuperou-se o aterro da "Governador Valadares". Foi também feita uma ponte sobre o Rio Dourado, no Douradinho.

Compraram-se, entre outros veículos, cinco caminhões, duas kombis, uma máquina de esteira, dois rolos, uma pá carregadeira, uma retroescavadeira e duas motoniveladoras. Estas construíram diversos terreiros de café em propriedades particulares e consertaram estradas rurais. Receberam cascalho estradas do Alto e Baixo Ouvidor, dos Caixetas, do Centro, do Douradinho, e a que leva à torre de televisão.

O Município ajudou a edificar as sedes do IBC e da CAMIG. Doou ao Pastifício Santa Amália área com mais de 12.000 m2., às margens da BR-267, e outra às Confecções Perijo. Também foram aprovadas doações de terrenos às indústrias Incotema (de um grupo de chineses) e Toldos Dias (do pai do Prefeito), que entretanto aqui não se instalaram. Foi conseguida uma agência do Instituto Estadual de Florestas para a Cidade.

No setor de educação e cultura registre-se a reforma do Colégio Municipal, do Grupo Escolar de Douradinho e das escolas rurais dos bairros Cachoeirinha, Caixetas, Córrego do Rosário, Córrego Fundo, Ouvidor, Ritas, Sabinos, Serra e Trezentos. Várias delas receberam redes de abastecimento d'água. Foram construídas escolas no Campinho e na Fazenda Santa Cecília, do Prefeito. Doou-se terreno ao Estado para edificação de um grupo escolar na Rua Coronel Azarias. No início de 1.978 fechou-se a escola municipal do Ouvidor, criada pouco tempo antes. No Bairro Santo Amaro foi instalado um curso pre-primário. Inaugurou-se o Museu Histórico. O Município doou terreno à Casa do Congadeiro e ajudou a levantá-la. Promoveu a edição dos livros "*Machado Pitoresco e Crônicas*", de João Rodrigues de Carvalho; "*Christus*", de Joaquim Tomáz de Paiva; e da antologia "*Sonho de Poeta*". Diversas festas foram realizadas por ocasião do Centenário da Cidade. Iniciou-se a construção, no Machado Esporte Clube, de um ginásio coberto com estrutura metálica desmontável. A obra, que recebeu contribuição de cinco milhões de cruzeiros do Governo do Estado, foi destruída por um vendaval e a seguir abandonada.

Em editorial publicado no dia 12/4/80, a "*Folha Machadense*" registrou a insatisfação popular ante a administração do Município. Disse que muita coisa estava por fazer, e que cresciam as queixas sobre tributação, má conservação das vias públicas, criação de porcos no perímetro urbano, má sinalização de trânsito, excesso de fiscais na Prefeitura e falta de fiscalização nas ruas e no Mercado, obras paralisadas, má distribuição de verbas, etc.. No ano seguinte denunciou-se o aumento ilegal de 40% no salário de seis servidores municipais. Os vereadores reclamavam das constantes ausências do Prefeito e das doações irregulares de terrenos. O Município perdeu crédito na praça e teve algumas duplicatas protestadas. Houve atraso no pagamento de funcionários e aposentados.

As contas do Executivo relativas aos anos de 1.977, l.979, 1.980 e 1.981 foram aprovadas pelas resoluções da Câmara nº 3, de 12/6/78; nº 5, de 30/10/80; nº 6, de 11/5/81; e nº 4, de 6/7/82 (esta depois revogada pela resolução nº 119, de 31/1/92). Grande confusão causou o exame das contas do exercício de 1.982. O Tribunal de Contas do Estado rejeitou parte delas, e a resolução da Câmara nº 58, de 4/8/88, manteve o parecer prévio do órgão fiscalizador. Todavia, já no segundo governo de Pereira Dias, a Edilidade, através da resolução nº 76, de 27/3/89, revogou a 58/88 e aprovou as contas de 1.982, a pretexto de pôr fim às disputas políticas.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros ns. 6, 7 e 8 de Atas da Câmara Municipal de Machado;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros ns. 18 e 19 de Leis;
3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - pasta de Resoluções;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro n. 16 de Leis e Decretos;
5 - Cartório Eleitoral da Comarca de Machado - livro "Registro dos resultados das eleições (1.950 a 1.988)" - págs. 69 a 70;
6 - Cartório Eleitoral da Comarca de Machado - livro "Registro de candidatos a cargos eletivos municipais";
7 - Cartório Eleitoral da Comarca de Machado - pasta de resultado das eleições de 15/11/76, 15/11/78 e 15/11/82;
8 - "Folha Machadense" n. 125 - 19/9/76 - pág. 1;
n. 134 - 21/11/76 - pág. 6;
n. 143 - 30/1/77 - págs. 1 e 5;
n. 144 - 4/2/77 - pág. 6;
n. 145 - 12/2/77 - pág. 1;
n. 176 - 13/9/77 - suplemento;
n. 197 - 12/2/78 - pág. 1;
n. 200 - 5/3/78 - pág. 10;
n. 209 - 7/5/78 - págs. 1 e 7;
n. 213 - 4/6/78 - pág. 1;
n. 226 - 13/9/78 - pág. 5;
n. 239 - 2/12/78 - pág. 7;
n. 245 - 11/2/79 - pág. 8;
n. 248 - 4/3/79 - pág. 1;
n. 275 - 13/9/79 - pág. 1, 10, 11;
n. 289 - 17/2/80 - pág. 8;
n. 291 - 2//3/80 - pág. 8;
n. 297 - 12/4/80 - pág. 5;
n. 304 - 31/5/80 - pág. 1;
n. 318 - 13/9/80 - págs. 11 e 12;
n. 340 - 21/2/81 - pág. 8;
n. 346 - 4/4/81 - pág. 7;
n. 347 - 11/4/81 - pág. 8;
n. 356 - 13/6/81 - pág. 1;
n. 368 - 6/9/81 - págs. 5, 6, 9 e 14;
n. 383 - 10/1/82 - pág. 1;
n. 394 - 27/3/82 - pág. 1;
n. 403 - 29/5/82 - pág. 1;
n. 417 - 13/9/82 - suplemento;
n. 418 - 18/9/82 - pág. 1;
n. 420 - 2/10/82 - pág. 1;
n. 421 - 9/10/82 - pág. 1;

n. 423 - 23/10/82 - pág. 1;
n. 426 - 12/11/82 - pág. 1;
n. 429 - 4/12/82 - pág. 1;
n. 435 - 30/1/83 - pág. 5;
9 - jornal “Gazeta do Sul”, de Poços de Caldas - suplemento especial - setembro de 1.981 - págs. 2 e 3;
10 - “Tribuna Machadense” n. 18 - 13/9/80 - págs. 3 e 4;
n. 53 - 13/3/82 - pág. 5;
n. 57 - 22/5/82 - pág. 1;
n. 58 - 5/6/82 - págs. 1, 3, 4.

B - **secundárias**
1 - Adriano Campanhole e Hílton Lobo Campanhole - “Constituições do Brasil” - 9ª ed., Editora Atlas S/A, São Paulo, 1.987, págs. 99/101 e 109;
2 - Revista “Machado de Ontem e de Hoje”, II, 4.

****

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.983 A 1.988

PREFEITO: DR. JORGE EDUARDO VIEIRA DE OLIVEIRA

PRESIDENTES DA CÂMARA: JOSÉ CAIXETA
HORÁCIO GONÇALVES DE LIMA
ROMEU PEREIRA SANTOS

1) - A campanha eleitoral.
2) - O resultado da eleição.
3) - A composição da Câmara.
4) - O desempenho da Câmara.
5) - As realizações do Prefeito.

****

1 - **A campanha eleitoral**.

No pleito de 15 de novembro de 1.982, juntamente com os mandatários municipais, foram escolhidos o governador e o vice-governador, um senador, deputados federais e deputados estaduais.

Dois fatos devem ser destacados na disputa. O primeiro, de aspecto negativo, colocou Machado no noticiário dos maiores jornais do País. Em campanha para o governo estadual, aqui veio no dia 17 de outubro o Senador Tancredo Neves, com diversos deputados. A comitiva intentava fazer comício na Praça Antônio Carlos, onde já se reuniam muitas pessoas. Entretanto, liderados pelo Prefeito, candidatos e simpatizantes do P.D.S. começaram a circular de carro pelo local, acionando buzinas e provocando os adversários. Um soldado tentou barrar o cortejo e foi ferido na perna. Houve discussão entre o Prefeito, o Vice-Prefeito e populares, tendo sido amassado o veículo do primeiro. Um indi-

víduo, que a imprensa apontou como guarda-costas do Alcaide, efetuou disparos de revólver, ferindo duas ou três pessoas. Os ânimos se exaltaram, o agressor foi espancado, e a Polícia impediu a realização do ato político na Praça. Os visitantes tiveram que deslocar-se para o Clube Recreativo, de cuja porta falaram aos eleitores.

Outro fato de realce foi o debate entre candidatos locais, promovido pelo Diretório Acadêmico "Dr. Lúcio Dias Vieira" no anfiteatro da Fundação Educacional. Dele participaram os postulantes a prefeito pelo P.D.S. e pelo P.M.D.B., o candidato a vice-prefeito pelo P.M.D.B. e o candidato a vereador pelo P.T. Roque Eliseu Gonçalves. Foi a primeira iniciativa do gênero em Machado.

2 - **O resultado da eleição**.

Três partidos foram à luta no âmbito municipal. O vitorioso P.M.D.B. apresentou chapa encabeçada pelo ex-prefeito Jorge Eduardo Vieira de Oliveira. O P.D.S. lançou à chefia do governo o vereador Clêuton Pereira Gonçalves. Sem chances de vitória, o P.T. entrou na disputa para marcar posição, com candidato a prefeito da zona rural, praticamente desconhecido: Édson José de Morais.

Chegando a 12.510 o número de eleitores inscritos, passou a Câmara Municipal a contar com treze edis. Foram às urnas 11.284 pessoas.

Os eleitos tomaram posse em 1º de fevereiro do ano seguinte. Seu mandato, por força da emenda constitucional nº 22, de 5/7/82, só terminou em 31 de dezembro de 1.988.

Eis o resultado para os cargos do Executivo:

PMDB - Jorge Eduardo Vieira de Oliveira.....5.489 votos;
(vice - Roosevelt de Carvalho Dias)
PDS - Clêuton Pereira Gonçalves.....4.894 votos;
(vice - José Washington M. Carvalho)
PT - Édson José de Morais.....84 votos;
(vice - Mauro Teodoro Domingues)

em branco.....533 votos;
nulos.....284 votos.

A votação para a Câmara Municipal foi a seguinte:

Partido do Movimento Democrático Brasileiro:
Horácio Gonçalves de Lima.....487 votos;
José Caixeta.....461 votos;
Afrânio dos Santos Oliveira.....403 votos;

Adair Bianchini de Souza.....391 votos;
Marilda Signoretti Reis.....360 votos;
José Leite da Silva.....320 votos;
Romeu Pereira Santos.....319 votos;
João Theodoro de Lima.....314 votos;
Genyr Paulino.....272 votos;
Lucilo Manoel Fadini.....269 votos;
Francisco Brigagão de Carvalho.....253 votos;
Ary Pereira Caixeta.....250 votos;
José Carlos Alves.....235 votos;
Ricardo Gonçalves de Lima.....189 votos;
Hamílton Irineu de Carvalho.....144 votos;
Tânia Mara Caixeta Lima.....143 votos;
Maurílio Carneiro Dias.....129 votos;
João de Paiva Grillo.....125 votos;
Jair Rodrigues da Luz.....115 votos;
Ottmar Mário Dullius.....85 votos;
Darcilo Passos Swerts.....82 votos;
José de Souza.....78 votos;
Arielce Vítor Campos.....59 votos.

Partido Democrático Social:
Hernani Pereira Neves.....556 votos;
Carlos Pereira Caixeta.....517 votos;
Paulo de Tarso da Costa Leite.....413 votos;
Sebastião Vasconcelos de Andrade.....413 votos
Itamar José Costa.....371 votos;
Nélson Garcia Júnior.....357 votos;
Édson Luiz de Carvalho.....348 votos;
Ademar Morais Caixeta.....292 votos;
Carlos Alberto Gonçalves.....289 votos;
Sebastião Tardiolli.....235 votos;
José Antônio Vieira Dias.....202 votos;
Sílvio Marino de Oliveira.....196 votos;
Arnaldo Pedrasini Botazini.....195 votos;
Paulo Roberto Brigagão Carneiro.....188 votos;
Hélcio Rodrigues da Luz.....116 votos;
José Carlos da Silva.....65 votos;
Maurílio Bianchini de Souza.....55 votos;
Elisa Belkis Rocha de Souza.....2 votos.

Partido dos Trabalhadores:
Roque Eliseu Mendes Gonçalves.....62 votos;
Fábio Couto Brigagão.....26 votos;
Delmário Lopes de Oliveira.....5 votos.

em branco.....510 votos;
nulos.....388 votos.

3 - **A composição da Câmara**.

O veredito das urnas determinou a seguinte formação da Câmara Municipal: Adair Bianchini de Souza, Afrânio dos Santos Oliveira, Horácio Gonçalves de Lima, José Caixeta, José Leite da Silva, Marilda Signoretti Reis e Romeu Pereira Santos (P.M.D.B.); Carlos Pereira Caixeta, Hernani Pereira Neves, Itamar José Costa, Nélson Garcia Júnior, Paulo de Tarso da Costa Leite e Sebastião Vasconcelos de Andrade (P.D.S.).

No início da legislatura foi eleita esta mesa: *presidente* - José Caixeta; *vice-presidente* - Nélson Garcia Júnior; *secretário* - Romeu Pereira Santos. Em 1.985 situação e oposição não chegaram a acordo para distribuição dos cargos diretores, que foram ocupados apenas pelo partido majoritário: *presidente* - Horácio Gonçalves de Lima; *vice-presidente* - Adair Bianchini de Souza; *secretária* - Marilda Signoretti Reis. Por causa do afastamento desta, em agosto de 1.986 foi escolhido secretário João Theodoro de Lima. No biênio 87/88 a mesa foi novamente formada só por vereadores do P.M.D.B.: *presidente* - Romeu Pereira Santos; *vice-presidente* - João Theodoro de Lima; *secretário* - Adair Bianchini de Souza.

Logo após assumir o cargo, Afrânio Oliveira licenciou-se para exercer a função de fiscal geral da Prefeitura. Voltou à Câmara em agosto de 1.983. Nesse período seu lugar foi preenchido pelo suplente João Theodoro de Lima. Em outubro de 1.984 José Leite da Silva afastou-se para tratamento de saúde. Ele faleceu em 8 de junho do ano seguinte. João Theodoro de Lima, que assumira o cargo interinamente, ocupou-o em definitivo. Em março de 1.986 Marilda Signoretti obteve licença por tempo indeterminado, por mudar-se do Município; foi alçado à Câmara o suplente Genyr Paulino.

4 - **O desempenho da Câmara**.

No início da legislatura, em atitude conciliatória, mas irregular, a Edilidade autorizou o pagamento de débitos não contabilizados da gestão anterior. Aprovou permuta de imóvel da Fundação Educacional, para construção do "*campus*" universitário. Após muita polêmica, em dezembro de 1.983 foi concedida isenção de impostos ao Hospital. Em março de 1.985 aprovou-se ajuda a este de trinta milhões de cruzeiros, numa sessão agitada. No ano de 1.987 houve crise entre a Câmara e o Nosocômio, por causa da assistência a pacientes previdenciários.

Todavia, o assunto que mais movimentou o período

em exame foi a apreciação das contas do ex-prefeito Pereira Dias, relativas ao exercício de 1.982, parcialmente impugnadas pelo Tribunal de Contas do Estado. Em sessão secreta, no segundo semestre de 1.988, a Câmara aprovou apenas metade delas. Depois, com base no regimento interno, a Presidência recusou-se a fornecer certidão da respectiva ata ao ex-prefeito. Ele a obteve através de mandado de segurança, com grande repercussão política, às vésperas da eleição.

Enumeram-se, em seguida, algumas das leis mais importantes do período. Em 1.983, a 511, de 16/5, dispôs sobre a obrigatoriedade de rede telefônica nos prédios em construção; a 512, de 24/5, autorizou a anulação de edital relativo ao Projeto CURA, a rescisão do contrato firmado com a Construtora Sul-Minas e a abertura de nova licitação; a 525, de 7/10, permitiu a celebração de convênios para implantação e manutenção do Projeto CIATA; a 532, da mesma data, continha o novo Código Tributário. Registrem-se ainda, daquele ano, o decreto 613, de 11/8, que aprovou o regulamento da Biblioteca Pública; e a resolução 4, de 23/5, que continha o regimento interno da Câmara. Em 1.985, a lei 608, de 29/11, aprovou o novo Código de Posturas. Em 1.986, a lei 629, de 15/4, baixou o Estatuto do Magistério Municipal; a 633, de 10/6, autorizou a participação do Município no programa "Ações Integradas de Saúde". O decreto 777, de 14/7/87, regulamentou a preservação da memória administrativa do Município.

5 - **As realizações do Prefeito**.

O início do governo foi dedicado ao ordenamento administrativo e à recuperação das finanças e do crédito municipais. Cuidou-se de pagar as dívidas de curto prazo (superiores a cem milhões de cruzeiros) e de conter despesas. Houve paralisação de obras, com algumas demissões no setor da construção. Aos poucos se retomaram as inacabadas na gestão anterior, como o lago artificial e a estátua do Cristo Redentor.

Em junho de 1.983, pela resolução nº 310, o Senado autorizou a Prefeitura a contratar operação de crédito no montante de Cr$160.494.131,56, para execução do Projeto de Complementação Urbana (CURA). Substituiu-se a empreiteira que o iniciara irregularmente, e foram feitos vultosos serviços de infra-estrutura e calçamento em diversos bairros da periferia. O calçamento poliédrico, pelo CURA, abrangeu 12.800 m2. de vias públicas. O de paralelelpípedos, executado em parte com recursos do Projeto e em parte com próprios do Município, cobriu 46.000 m2.. Foram beneficiados, entre outros, os bairros Bom Jesus, Bom Recanto, Novo Horizonte, Santa Helena, Santo Antônio, São Geraldo, Vila Centenário e Vila do Céu. Em Douradinho foi calçada a Praça Belo Horizonte. Muitas ruas do centro da Cidade receberam cobertura asfáltica sobre o calçamento. No todo, asfaltaram-se 106.900 m2., com destaque para os bairros Santa Luísa e Santo Amaro. Também foram asfaltadas a Avenida Renato Azeredo e travessas, mas o serviço, de má qualidade, se perdeu e teve que ser refeito noutra gestão. A Praça Corina Dias foi remodelada e ganhou uma quadra esportiva. Cons-

truíram-se a Praça Rotary e duas outras nos bairros Bom Jesus e Santo Amaro.

Juntamente com o SAAE, foram efetuadas obras de ampliação e reforma das redes de água e esgoto. Perfurou-se um poço artesiano no Bairro Santa Luísa. Foi construída nova adutora do Rio Machado. A iluminação pública foi melhorada, com lâmpadas a vapor de mercúrio, em vários logradouros, como as praças Corina Dias, Rotary e São Benedito, a Estação Rodoviária, o lago artificial e o Parque de Exposições. No Douradinho se iluminaram a praça da Vila e o Bairro dos Camargos. Construíram-se central telefônica em Douradinho e posto da TELEMIG na Praça Antônio Carlos.

Foram concluídas as casas populares do Bairro Santa Luísa. Na vizinhança deste a Municipalidade comprou, em 1.987, terreno de 50.000 m2., para edificação de mais 150 moradias. Construiu-se o Parque de Exposições "João Domingues Sobrinho", em que foram realizadas três exposições agropecuárias. As instalações do antigo Mercado sofreram reforma, destinando-se suas salas a repartições públicas. Foi refeita, com estrutura metálica, a ponte da Bandeirinha. Construíram-se duas outras: sobre o Rio Dourado, em Douradinho, e sobre o Córrego Jacutinga. Foram reformadas as pontes "Preta" e "Governador Valadares".

No setor da educação, o ato mais importante foi a compra do prédio dos Lassalistas e sua doação ao Estado, para criação de colégio que absorveu o Municipal. Foram construídas escolas rurais no Campo Alegre, Espírito Santo, Recanto, Ritas, Sabinos, Serra Negra e Trezentos. Edificou-se um prédio escolar no Santa Luísa, cedido ao Estado. Foram conseguidas deste a criação da Escola "Paulina Rigotti", em terreno doado pelo Município, e a reforma do prédio da "Iracema Rodrigues". Tiveram reparos dez edifícios de escolas municipais e alguns da rede estadual. Criou-se a Unidade de Estudos Supletivos. Logo no início do governo foi fechada a escola da Fazenda Santa Cecília, por pequena freqüência.

Ressaltem-se a criação da Casa da Cultura, a reforma e o tombamento do prédio em que foi instalada. Foram também criados o Arquivo Público Municipal e o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico. O acervo da Biblioteca Pública foi acrescido de mais de 8.000 volumes. Editaram-se os livros "*História de Machado*", de João Rodrigues de Carvalho, e "*Tardes de Primavera e Outras Poesias*", de Joaquim Teófilo da Trindade. Fez-se concurso de monografias sobre vultos machadenses, e instituiu-se o "*Prêmio Homero Costa*" para trabalhos de história local. Foram lançados o "*Jornal da Cidade*" (em 1.984) e a revista "*Machado de Ontem e de Hoje*" (no final do governo). Promoveram-se diversas exposições artisticas e apresentações musicais.

Foram construídos o Ginásio Poliesportivo e as praças de esporte de Douradinho (com piscina) e da Caiana. Fizeram-se quadras esportivas junto do lago artificial, na Praça Corina Dias, no "Gabriel Odorico", na escola de Douradinho e no Bairro Santo Amaro. Em 1.983 foi criado o Serviço de Esportes, Turismo e Ação Social. Machado sediou com sucesso, em 1.988, a

primeira fase dos IV Jogos do Interior de Minas Gerais (JIMI). O Município patrocinou e incentivou diversos cursos, campeonatos e torneios, além de contribuir para a compra de materiais esportivos.

Saúde e assistência social foram metas prioritárias da administração em estudo. Ela construiu os Centros Comunitários de Douradinho e dos bairros Santa Luísa e Santo Amaro, com postos de saúde e gabinetes odontológicos. Montou mini-posto de saúde na Cachoeirinha. Criou as creches Vovó Donana, Vovó Iracema e Vovó Luísa. Apoiou a instalação do Lar Fabiano de Cristo. Auxiliou a reforma das creches Sinai e Vovó Guiomar. Adquiriu e pôs em funcionamento uma vaca mecânica, distribuindo gratuitamente leite de soja a crianças carentes. Criou o Serviço Médico e Odontológico e o Voluntariado de Assistência Social. Conseguiu que fossem inauguradas em Machado agências do IPSEMG e do INPS. Comprou uma ambulância para servir ao Hospital. Efetuou campanhas de vacinação e doou medicamentos a pessoas pobres.

Medidas foram tomadas para favorecer a industrialização do Município. Deu-se ao Pastifício Santa Amália imóvel com cerca de 30.000 m2.. Em 1.985 foi adquirida grande área para criação do distrito industrial. Entre outras, receberam terrenos, incentivos fiscais ou auxílio para aqui instalar-se ou expandir-se as empresas Brasfreios, Confecções Suluka, Conservas Alimentícias Palmisur, Estruturas Metálicas Brigagão, Femecap, Florada, Pastifício Palma e Tapeçaria Três Irmãos.

O Prefeito comprou a sede do Clube Recreativo e construiu a da EMATER. Adaptou prédio para quartel da Polícia Militar. Obteve a instalação de escritórios do IESA e do CREA. Conseguiu do Governo Estadual a Rodovia Machado-Carvalhópolis. Criou linha municipal de transporte coletivo, extinta no início da gestão seguinte. Adquiriu quinze veículos. Conforme a "*Folha Machadense*" nº 734, deixou o governo com dívidas no montante de NCz$313.180.173,69.

De 8 de maio a 9 de junho de 1.986 o Município foi governado pelo Vice-Prefeito, porque o titular se licenciou a fim de participar, na Alemanha Ocidental, de curso sobre administração, a convite da AMBASP.

As contas do Executivo de 1.983 foram aprovadas pela resolução da Câmara nº 4, de 19/7/84; as de 1.984, pela resolução nº 15, de 6/5/85. As contas de 1.985 e 1.986 o foram pelas resoluções nº 30, de 2/6/86, nº 37, de 10/4/87, e, posteriormente, pela resolução 127, de 5/11/92. As de 1.987, que já haviam sido consideradas boas pela resolução 52, de 26/4/88, receberam parecer desfavorável do Tribunal de Contas do Estado, por *déficit* na aplicação de 25% no ensino e feitura de despesas sem empenho. Apesar disso, após o depoimento de Jorge Eduardo na Comissão de Finanças, a Edilidade as acolheu pelo decreto legislativo nº 16, de 27/4/95. As contas de 1.988 foram aprovadas pelas resoluções nº 77, de 27/3/89, e nº 120, de 31/1/92 (que revogou aquela).

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros ns. 8, 9, 10 e 16 de Atas da Câmara Municipal de Machado;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros ns. 20 e 21 de Leis;
3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - pasta de Resoluções;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros ns. 16 e 17 de Leis e Decretos;
5 - Cartório Eleitoral da Comarca de Machado - livro "Registro dos resultados das eleições (1.950 a 1.988)" - págs. 74 a 76v.;
6 - Cartório Eleitoral da Comarca de Machado - livro "Registro de candidatos a cargos eletivos municipais";
7 - Cartório Eleitoral da Comarca de Machado - pasta "Resultado das eleições de 15/11/76, 15/11/78 e 15/11.82";
8 - "Diário da Tarde", Belo Horizonte, 18/10/1.982;
9 - "Folha de São Paulo", S. Paulo, 18 e 20/10/1.982;
10 - "Folha Machadense" n. 414 - 14/8/82 - pág. 1;
n. 426 - 12/11/82 - pág. 7;
n. 427 - 20/11/82 - pág. 1;
n. 428 - 27/11/82 - pág. 8;
n. 436 - 6/2/83 - pág. 1;
n. 439 - 26/2/83 - pág. 8;
n. 440 - 6/3/83 - pág. 1;
n. 451 - 31/5/83 - pág. 1;
n. 452 - 28/5/83 - pág. 1;
n. 464 - 20/8/83 - pág. 12;
n. 479 - 3/12/83 - págs. 11 e 12;
n. 480 - 10/12/83 - págs. 1 e 4;
n. 484 - 21/1/84 - pág. 1;
n. 507 - 30/6/84 - pág. 1;
n. 518 - 13/9/84 - pág. 2;
n. 519 - 22/9/84 - pág. 1;
n. 529 - 1/12/84 - pág. 1;
n. 538 - 16/2/85 - pág. 1;
n. 544 - 30/3/85 - págs. 1 e 2;
n. 547 - 20/4/85 - pág. 1;
n. 548 - 27/4/85 - pág. 13;
n. 554 - 8/6/85 - pág. 1;
n. 560 - 20/7/85 - pág. 12;
n. 575 - 2/11/85 - pág. 1;
n. 593 - 22/3/86 - pág. 12;
n. 599 - 3/5/86 - pág. 13;
n. 600 - 10/5/86 - pág. 14;
n. 609 - 12/7/86 - págs. 1 e 12;
n. 611 - 26/7/86 - pág. 6;
n. 617 - 6/9/86 - pág. 1;

n. 626 - 8/11/86 - pág. 13;
n. 627 - 15/11/86 - pág. 9;
n. 638 - 21/2/87 - pág. 13;
n. 686 - 30/1/88 - pág. 1;
n. 707 - 25//6/88 - pág. 6;
n. 714 - 13/8/88 - pág. 1;
n. 718 - 10/9/88 - págs. 1 e 5;
n. 734 - 14/1/89 - págs. 1 e 7;
n. 737 - 4/2/89 - pág. 16;

11 - “Jornal da Cidade” n. 1, junho de 1.984;
12 - “Jornal da Tarde”, São Paulo, 18/10/1.982;
13 - “Jornal do Brasil”, Rio de Janeiro, 18/10/1.982;
14 - “O Estado de São Paulo”, São Paulo, 19/10/1.982;
15 - “O Globo”, Rio de Janeiro, 18/10/1.982;
16 - Revista “Machado de Ontem e de Hoje”, 2ª parte;
17 - Revista “Machado-87” - ano 1, nº 1, março de 1.987 - Editora “Revista do Ano”, Pouso Alegre;
18 - “Tribuna Machadense” n. 62 - 21/8/82 - págs. 1, 2, 6
n. 66 - 23/10/82 - págs. 2 e 3;
n. 67 - 27/11/82 - págs. 1,2, 3
n. 73 - 9/4/83 - págs. 3 e 4;
n. 76 - 21/5/83 - pág. 1;
n. 77 - 11/6/83 - pág. 1;
n. 83 - 13/9/83 - págs. 12 e 14
n. 99 - 27/10/84 - pág. 4;
n. 109 - 13/9/86 - págs. 3 a 7;
n. 110 - 5/2/87 - págs. 4 e 5;
n. 6 - 5/7/87 - pág. 5;
n. 21 - 18/10/87 - pág. 1;
n. 35 - 31/1/88 - págs. 3 a 12;
n. 39 - 6/3/88 - pág. 4;
n. 56 - 3/7/88 - pág. 1;
n. 69 - 7/8/88 - pág. 1;
19 - “Tribuna Sul Mineira”, Poços de Caldas, 19/10/82, p g. 1.

****

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.989 A 1.992

PREFEITO: CARLOS ALBERTO PEREIRA DIAS

PRESIDENTES DA CÂMARA: NÉLSON GARCIA JÚNIOR
FRANCISCO CAMPOS GONÇALVES
LUIZ GONZAGA XAVIER

1) - O resultado da eleição.
2) - A composição da Câmara.
3) - As atividades legislativas.
4) - A administração municipal.
5) - A primeira Comissão Parlamentar de Inquérito.
6) - A segunda Comissão Parlamentar de Inquérito.

****

1 - **O resultado da eleição**.

Dois partidos disputaram os cargos de prefeito e vice-prefeito na eleição de 15 de novembro de 1.988: o P.M.D.B., situacionista, com José Caixeta e Carlos Roberto Pereira; e o P.F.L., de oposição, com Carlos Alberto Pereira Dias e Clêuton Pereira Gonçalves. Três outros (P.C.B., P.D.C. e P.T.B.) lançaram apenas candidatos a vereador, apoiando a chapa executiva oposicionista.

Naquele ano, o número de cadeiras da Câmara foi elevado em dois, por já ter o Município 15.918 eleitores. Destes, 14.863 compareceram às urnas.

A Frente Liberal conseguiu a Prefeitura pela grande simpatia de seu candidato, pela insuficiente comunicação do adversário e pelo

natural desgaste da administração de seis anos que chegava ao fim. Além disso, o P.M.D.B. cometeu falhas na campanha, deixando de explorar convenientemente as mazelas do primeiro governo de seu opositor. Permitiu que passasse por vítima, negando-lhe certidão de ata da Câmara (obtida por mandado de segurança) e fazendo críticas de ordem pessoal e familiar, que tiveram má repercussão.

O P.T.B. trabalhou pelos postulantes do P.F.L. ao Executivo para, em caso de vitória, nomear três fiscais e o chefe do Serviço de Educação e Cultura, além de ter a presidência da Câmara por dois anos. O acordo entre ambos abrangia ainda o pleito de 1.990: o P.T.B. faria campanha pelo candidato a deputado federal do P.F.L., que ajudaria Abel Faleiro a chegar à Assembléia Legislativa. Estabeleceu-se que o ajuste, de caráter sigiloso, só seria dado a conhecimento público se uma das partes o violasse. Faltando-lhe o prometido apoio, Faleiro espalhou pela Cidade cópias do documento, às vésperas da eleição que perdeu.

Os eleitos empossaram-se em 1º de janeiro de 1.989, e seu mandato acabou no dia 31 de dezembro de 1.992.

O resultado da disputa para a Prefeitura foi este:

PFL - Carlos Alberto Pereira Dias.....6.895 votos;
(vice - Clêuton Pereira Gonçalves)
PMDB - José Caixeta.....5.481 votos;
(vice - Carlos Roberto Pereira)

em branco.....2.199 votos;
nulos.....288 votos.

Esta foi a votação para a Câmara Municipal:

Partido do Movimento Democrático Brasileiro:
João Gabriel Negretti.....394 votos;
Afrânio dos Santos Oliveira.....370 votos;
José Martins Maciel.....340 votos;
Francisco Campos Gonçalves.....270 votos;
Izinésio Campos Moreira.....232 votos;
Luiz Gonzaga Xavier.....227 votos;
Dolivar da Silva Félix.....191 votos;
Horácio Gonçalves de Lima.....186 votos;
Romeu Pereira Santos.....185 votos;
João Vítor Domingues.....159 votos;
Sílvio Araújo Dias.....154 votos;
Paulo Newton da Silva.....140 votos;
Márcia Signoretti Godoy.....133 votos;
Mauro Dias Aguiar.....132 votos;
Genyr Paulino.....126 votos;

Evandro Andrade.....116 votos;
Maércio Carvalho Botazini.....113 votos;
Adair Bianchini de Souza.....112 votos;
Darcy Alves Caixeta.....108 votos;
Heron Reis da Silva Lima.....104 votos;
Oriental Pereira de Souza Filho.....98 votos;
Antônio Donizete Ferreira.....98 votos;
Antônio Pereira Caixeta.....90 votos;
Roosevelt dos Reis de Carvalho Dias.....90 votos;
Ary Pereira Caixeta.....84 votos;
Edélzia Garcia Montel.....77 votos;
Rafael Natal de Souza.....73 votos;
Roque Eliseu Mendes Gonçalves.....70 votos;
Walmir Lima Ferri.....68 votos;
Jorge Caetano de Oliveira.....67 votos;
José Alberto Leite.....61 votos;
Adir D'Eleutério Filho.....54 votos;
Adélio Mendes Pereira.....53 votos;
Edvard José Nery.....53 votos;
Décio Gonçalves do Lago.....36 votos;
Clélia Nery Dias.....25 votos;
Sebastião Ribeiro Gonçalves.....20 votos;
José de Souza Lima.....20 votos;
Luiz Messias dos Santos.....18 votos;
Cláudio Bernardes Pereira.....11 votos.

Partido da Frente Liberal:
Ricardo Pereira Nannetti.....361 votos;
Nélson Garcia Júnior.....248 votos;
Lourenço Leal de Almeida.....193 votos;
Ernesto Pereira Neves.....192 votos;
Oswaldo Pereira da Luz.....190 votos;
Cleuber Campos Gonçalves.....168 votos;
Ronaldo Dias de Aguiar.....157 votos;
José dos Passos.....156 votos;
Raul Morais Caixeta.....151 votos;
Hernani Pereira Neves.....148 votos;
Jorge Dennys Vasconcelos.....147 votos;
Osmar Maciel.....127 votos;
Paulo Sérgio Campos Caixeta.....119 votos;
Tarcísio Costa.....103 votos;
João Antônio da Costa Neto.....102 votos;
Vera Lúcia Pereira.....98 votos;
Francisco Eleutério.....89 votos;
Maurício Dias Vieira Júnior.....87 votos;
Joaquim de Souza Lima.....79 votos;

Prescildo Pedro Ramos.....77 votos;
Marcos Aurélio Lopes.....64 votos;
Guálter de Almeida Ávila.....63 votos;
José Luiz do Prado.....61 votos;
José Mílton Vieira.....57 votos;
José Rovílson de Souza Camargo.....57 votos;
Êmerson Gaspar de Almeida.....57 votos;
Odilar Cândido Dias.....46 votos;
Júlio César de Lima.....43 votos;
Rúbens Sérgio Cezarino Ribeiro.....42 votos;
Carlos Alberto Nogueira Amaral.....31 votos;
José Carlos Frazão.....31 votos;
Messias Conti Aguiar.....31 votos;
Maria Aparecida Dias.....30 votos;
Clóvis Caproni de Oliveira.....28 votos;
José Américo da Silva.....23 votos;
Gildo Antônio de Carvalho.....20 votos;
Reinaldo de Almeida.....18 votos;
Hamílton Ferreira de Brito.....14 votos;
Amarildo Alves de Oliveira.....12 votos;
Oswaldo Esteves de Lucena.....9 votos;
Lairdes Morais de Lima Gomes.....8 votos.

Partido Democrata Cristão:
Daniel Bernardes.....250 votos;
Itamar José Costa.....189 votos;
Joaquim Ferreira.....130 votos;
Marlene Signoretti Pereira.....106 votos;
Mírian Westin Garcia Rezende.....106 votos;
Mauro Gonçalves Júnior.....104 votos;
Josué da Silva Lucas.....75 votos;
Fausto Vasconcelos de Andrade.....71 votos;
Elder Carlos Pereira.....56 votos;
Reinaldo de Ávila Alves.....45 votos;
Cleube Antônio Paes Garroni.....42 votos;
José Antônio Teodoro.....39 votos;
Vicente Gonçalves Pereira.....35 votos;
Ismail Donini de Oliveira.....34 votos;
Alfeu de Oliveira.....32 votos;
Edvar Agripino de Oliveira.....31 votos;
Moacir Ferreira da Silva.....28 votos;
Raphael Pio da Silva Pinto.....22 votos;
José Lourenço Domingues.....19 votos;
Ínis Caproni Serafini.....18 votos;
André Roberto Costa Godinho Gomes de Carvalho.....15 votos;
Luiz Roberto de Oliveira.....10 votos;

Santos Tardioli.....9 votos;
Fábio Tadeu Pereira Resende.....7 votos;
João Batista Caproni.....4 votos.

Partido Trabalhista Brasileiro:
João de Paula Pereira.....139 votos;
Josias Aguiar Ribeiro.....132 votos;
Carlos Pereira Caixeta.....122 votos;
Valéria Fernandes de Lima.....112 votos;
Sebastião Monteiro da Silva.....76 votos;
Francismar Lopes.....68 votos;
Josino Magalhães.....58 votos;
João Batista Garcia.....43 votos;
João Luiz Bernardes Pereira.....41 votos;
Bernardino Venerando da Silva.....40 votos;
Wágner Rossetti Annoni.....38 votos;
Edgard Negretti Ferreira.....38 votos;
Geraldo Roberto de Lima.....34 votos;
Sérgio Alexandre Ferreira da Silva.....34 votos;
Moacir Vieira Guerra.....30 votos;
Celemar Euzébio da Silva.....29 votos;
Vilma Dias Braga.....28 votos;
José Henrique dos Santos.....28 votos;
Arnaldo Pedrasini Botazini.....25 votos;
Elizeth Gonçalves do Lago.....24 votos;
Luiz Carlos Manso Filho.....16 votos;
José Sílvio de Oliveira.....15 votos;
Jordany da Silva.....15 votos,
Sílvio Viana.....13 votos;
José Cláudio de Carvalho.....12 votos;
Cláudio Ferreira Braga.....10 votos;
Nehemias Lopes Nogueira.....8 votos;
Antônio da Silva Mezêncio.....7 votos;
Rui Camargo.....4 votos;
Carlos Alberto Lago da Silva.....2 votos.

Partido Comunista Brasileiro:
Joel Tomáz Moreira.....36 votos;
Yoshiyuki Amano.....29 votos;
Irene de Fátima Juntolli de Tolosa.....25 votos;
Alfrânio Eleutério Bernardes de Azevedo.....22 votos;
Amir Pereira da Silva.....13 votos.

em branco.....966 votos;
nulos.....820 votos.

2 - **A composição da Câmara**.

Elegeram-se vereadores Afrânio dos Santos Oliveira, Dolivar da Silva Félix, Francisco Campos Gonçalves, Izinésio Campos Moreira, João Gabriel Negretti, José Martins Maciel e Luiz Gonzaga Xavier (P.M.D.B.); Ernesto Pereira Neves, Lourenço Leal de Almeida, Nélson Garcia Júnior, Oswaldo Pereira da Luz e Ricardo Pereira Nannetti (P.F.L.); Daniel Bernardes e Itamar José Costa (P.D.C.); e João de Paula Pereira (P.T.B.).

Na reunião inicial, a escolha do presidente da Casa teve acirrada disputa. Nélson Garcia Júnior e Itamar José Costa empataram com sete votos, sendo um em branco. O juiz eleitoral fez repetir o sufrágio três vezes, com igual resultado. Só então reconheceu a vitória do primeiro, por ser mais velho. A vice-presidência e a secretaria couberam a Francisco Campos Gonçalves e Luiz Gonzaga Xavier.

No segundo semestre de 1.989 Garcia deixou de comparecer a várias reuniões, por doença. Não houve convocação de suplente.

Em janeiro de 1.991 escolheu-se nova mesa diretora: *presidente* - Francisco Campos Gonçalves; *1º vice-presidente* - Luiz Gonzaga Xavier; *2º vice-presidente* - Dolivar da Silva Félix; *1º secretário* - Itamar José Costa; *2º secretário* - Lourenço Leal de Almeida.

Em março de 1.991 Ricardo Nannetti obteve licença de trinta dias, sendo substituído por Cleuber Campos Gonçalves.

No último ano da legislatura foram estes os dirigentes da Edilidade: *presidente* - Luiz Gonzaga Xavier; *1º vice-presidente* - João Gabriel Negretti; *2º vice-presidente* - Dolivar da Silva Félix; *1º secretário* - Francisco Campos Gonçalves; *2º secretário* - Lourenço Leal de Almeida.

3 - **As atividades legislativas**.

O trabalho mais importante dos vereadores foi, sem dúvida, a elaboração da Lei Orgânica, promulgada em 30 de março de 1.990. Para efetuá-lo aprovou-se regimento interno, em outubro do ano anterior.

Merecem também destaque as seguintes leis: a 698, de 26/1/89, que criou o imposto sobre vendas a varejo de combustíveis; a 724, de 21/12/89, que continha novo Código Tributário; a 832, de 8/4/92, que aprovou o Código de Vigilância Sanitária; a 843, de 4/6/92, que concedeu autonomia financeira e administrativa à Câmara; e a 853, de 10/7/92, que dispôs sobre os direitos da criança e do adolescente. Outro regimento interno da Edilidade foi baixado pela resolução 118, de 5/6/91.

No final de 1.989 a sede da Câmara foi transferida para o prédio do extinto I.B.C., cedido ao Sindicato Rural.

Os vereadores, no período em exame, não foram coerentes em relação aos atos do Executivo. No início da legislatura revogaram resolução que rejeitara as contas de 1.982 do então prefeito Pereira Dias, e as aprovaram. Concederam-lhe também título de cidadania honorária, apesar dos desmandos cometidos. Por outro lado, mostraram independência ao rejeitar o projeto que lhe delegava poderes para firmar acordos, não definidos, com órgãos estatais, e o que autorizava abertura de crédito para construção de novo hospital. Admitiram práticas viciosas, aprovando projetos que apenas buscavam legalizar situações já consumadas. Instauraram inquérito e aprovaram relatório que apontava irregularidades de membros do Executivo, mas negaram-se a enviar cópia ao Ministério Público, para que fossem punidos.

No segundo semestre de 1.992 tentou-se sem êxito alteração da Lei Orgânica, por emenda popular, a fim de reduzir o subsídio dos vereadores. Na mesma época a Câmara rejeitou proposta de diminuição do número deles.

4 - **A administração municipal**.

A Lei Orgânica criou as secretarias municipais, que substituíram os principais departamentos da Prefeitura. A Educação foi entregue ao Vice-Prefeito; a Fazenda, a Édson Luiz de Carvalho; a Saúde, a Antônio Machado Dias; Serviços e Obras Públicas, a Hércio Swerts Dias. Havia ainda no governo pessoas que mandavam sem cargos e interferiam em todos os setores. Em maio de 1.992, com o afastamento do titular, Celina Signoretti Tavares assumiu a Educação. Na mesma época Rúbens Sérgio Cezarino Ribeiro foi nomeado Secretário da Administração.

Em agosto de 1.989 o Prefeito afastou-se por trinta dias, para tratamento de saúde. Em novembro e maio seguintes obteve licenças de quinze dias para viagens ao exterior. Nas ausências assumiu seu substituto.

Mencionam-se a seguir os mais destacados empreendimentos desta gestão. No setor da saúde foi grande a polêmica em torno da criação do Pronto Socorro Municipal. Não vingando as tratativas para sua instalação nas dependências da Santa Casa, ela foi feita em imóvel do Prefeito, no Bairro da Ponte. Depois que começou a funcionar foram fechados os postos de saúde dos bairros. No ano seguinte, apesar da forte oposição de médicos e de outros setores da comunidade, o Executivo deu providências iniciais à construção de um hospital do Pronto Socorro, para o que afirmava ter verba a fundo perdido do Governo Federal. Feita a concorrência, uma das empresas participantes denunciou irregularidades ao Tribunal de Contas. Em vista disso, e para arquivar o processo naquele órgão, o Prefeito anulou a licitação, e depois desistiu do projeto. Em setem-

bro de 1.992 foi inaugurado o Pronto Socorro "Dr. Aprígio Nogueira", no mesmo Bairro da Ponte. Criou-se o Conselho Municipal de Saúde.

Na área da educação e cultura registre-se, de início, a construção do N.E.E.C. (atual Escola Estadual "Rúbens Garcia"). A compra do terreno ocorreu em circunstâncias suspeitas, e o levantamento do prédio serviu a negócios que foram objeto de C.P.I., como se verá adiante. Criou-se a Escola Nucleada "Clóvis de Araújo Dias" na Fazenda São Luís, de propriedade do Prefeito. Sua edificação, em que também os membros da C.P.I. encontraram provas de corrupção, foi concluída no governo seguinte. Tentou-se, sem sucesso, a municipalização da Faculdade de Agronomia, e foi criado o Instituto Superior de Ensino e Pesquisa, de curta duração. Foi concluída a reforma da E.E. "Iracema Rodrigues", e feita a da E.E. "Comendador Lindolfo de Souza Dias". Construíram-se consultórios e sanitários na E.E. "Hilda Nogueira da Gama" (APAE). Edificou-se o que deveria ser o Centro Cultural do Bairro Santo Amaro, depois indevidamente transformado em Igreja de Santos Reis e doado à Paróquia. Esta recebeu ainda substancial auxílio para instalação da Rádio Montanhesa. Também a "*Folha Machadense*", com a qual o Executivo celebrara discutido contrato para publicação de atos oficiais, recebeu polpuda verba. O Município praticamente custeou a reconstrução do prédio da Liga Operária.

Construiu-se arquibancada no Estádio Municipal; ele foi iluminado, e seu gramado passou por reforma. Fizeram-se dez vestiários em campos de futebol na zona rural. As quadras externas do Ginásio Poliesportivo foram reformadas. A Sociedade Esportiva Machadense foi reorganizada pela Prefeitura, mas não teve continuidade.

Aumentou-se a rede de esgotos do Douradinho. Fizeram-se redes pluvial e de esgotos nas adjacências da Avenida Renato Azeredo. Foi construído sistema de abastecimento d'água na Caiana. Limpou-se o Córrego Jacutinga, sobre o qual foi posta uma passarela. Fez-se ponte sobre o Rio Dourado, no Douradinho. Deixou-se inacabada a ponte que deveria dar acesso ao prometido "parque ecológico", também objeto de C.P.I.. Na ilha do lago artificial foi instalada uma fonte luminosa. Iluminou-se a estátua do Cristo Redentor. Foi levantada nova torre repetidora de televisão. Receberam melhoramentos ou reformas a Cadeia, o Cemitério da Saudade, as creches, o Lar Fabiano, o Matadouro e o Quartel da Polícia Militar.

Foi doado terreno à COHAB, às margens da Rodovia BR-267, e firmado convênio com ela para construção de 420 casas populares. A Prefeitura fez terraplenagem e abriu ruas no local, mas aquele órgão não cumpriu a sua parte, deixando de liberar verbas para o empreendimento. Adquiriu-se imóvel de Décio Gonçalves do Lago, destinado a outro conjunto habitacional. Foram doados lotes a moradores da Caiana e do Bairro Santa Luísa II.

A Rua das Rosas foi calçada; a Estrada da Pedreira,

encascalhada. Asfaltaram-se ruas no Bairro da Ponte e no "*campus*" universitário. A Avenida Dr. Feliciano Vieira da Silva recebeu meios-fios e canteiro central. Construiu-se trevo de acesso ao Pastifício Santa Amália. Reiniciou-se o serviço de transporte coletivo urbano. Foram criadas "área azul" na Praça Antônio Carlos e Guarda-Mirim para administrá-la: ambas resistiram por pouco tempo.

O Município firmou contrato por demais oneroso com os Irmãos Miguel, para auxiliá-los a construir um frigorífico na Fazenda Santa Clara. Doou terrenos a muitas empresas, como Palmisur e Sérgio Modas. Fez serviços de terraplenagem para Dínamo Armazéns Gerais e para o Pastifício Santa Amália.

Outro negócio lesivo aos cofres públicos foi a aquisição de vinte apartamentos do Condomínio Edifício "Dr. Feliciano Vieira da Silva". A Prefeitura terminou-os e em seguida os vendeu a particulares, mediante concorrência cercada da desconfiança geral.

No Parque de Exposições o Prefeito fez muitas obras: construiu galpão, rede de esgotos e dois banheiros; ampliou o restaurante; asfaltou vias internas. Aumentou-o, com aquisição de área anexa. O chamado "Fomento Agropecuário Municipal" foi motivo de escândalo e revolta: o Prefeito adquiriu diversos e caros animais reprodutores, em especial um cavalo andaluz, que ficaram na sua fazenda e serviram a um pequeno grupo, sendo leiloados no final da gestão.

Registre-se ainda, no período, a criação do Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio-Ambiente (CODEMA), do Conselho Administrativo Municipal e da Divisão de Processamento de Dados.

Além das enumeradas, outras irregularidades ocorreram nesta administração. Algumas constituíram tema de comissões parlamentares de inquérito, como se verá adiante. O governo terminou de forma melancólica: sem a confiança do povo, sem crédito na praça, sem dinheiro para compras e pagamento de funcionários. O novo alcaide, falando aos vereadores pouco depois de empossado, afirmou estar a Prefeitura em completa desorganização sob os prismas econômico, financeiro e moral. Disse ter sido o orçamento municipal "estourado" em cerca de três bilhões de cruzeiros. A contabilidade estava atrasada, havia vinte ações judiciais contra o Município, títulos protestados, várias dívidas, principalmente com o INSS, FGTS e PIS/PASEP. A frota encontrava-se em descalabro. O Ginásio Poliesportivo estava depredado; a Rodoviária, o Cemitério e o Mercado, em situação de descaso. Era má a conservação das vias urbanas, e insatisfatório o atendimento na área de saúde pública. O funcionalismo achava-se em desordem, com desvio de função e muitas pessoas inabilitadas ou não concursadas.

Seguindo parecer do Tribunal de Contas do Estado, o decreto legislativo 102 (de 29/12/2.000) rejeitou as contas municipais de 1.989, por não ter sido aplicada em educação a percentagem orçamentária mínima exigida

por lei. Os decretos legislativos 101 (de 21/12/2.000) e 78 (de 18/3/1.999) aprovaram, respectivamente, as contas de 1.990 e 1.991.

O mesmo Tribunal emitiu parecer pela rejeição das contas de 1.992, apontando irregularidades como divergência nos saldos bancários, falta de empenho prévio, de licitações e de notas fiscais; pagamento de despesas não autorizadas; quitações indevidas; diferença no balanço financeiro; adiantamento de salários; excesso na remuneração dos agentes políticos. A Câmara o acolheu e, pelo decreto legislativo nº 7, de 25/11/94, desaprovou as contas. O ex-prefeito impetrou mandado de segurança para anulá-lo, que foi denegado. Instruiu-o com declarações falsas de quatro vereadores, que deram origem a processo administrativo, como se verá no capítulo seguinte. Em 1.996, para não ficar inelegível, ajuizou ação declaratória contra a Câmara, atacando o mesmo decreto que rejeitara as contas de 1.992. Foi julgado carecedor dela.

5 - **A primeira Comissão Parlamentar de Inquérito**.

Em 3 de outubro de 1.991 a Câmara criou C.P.I. para apurar irregularidades na administração municipal. Compuseram-na os vereadores Afrânio dos Santos Oliveira (presidente), Luiz Gonzaga Xavier (relator), Itamar José Costa, Izinésio Campos Moreira e Nélson Garcia Júnior.

O trabalho findou em abril do ano seguinte, com a elaboração de relatório que foi publicado em suplemento da "*Folha Machadense*" nº 901, de 2 de maio. Os edis comprovaram a prática dos seguintes delitos, pelos quais responsabilizaram o Prefeito e o Secretário da Administração e encarregado do Setor de Compras:

a - compra de soja industrial, fictícia e por preço superior ao de mercado, de Maciel & Vieira Ltda. - Entre março de 1.990 e maio de 1.991 foram adquiridos 53.130 quilos do produto, mas as quantidades consumidas e estocadas até novembro do último ano somaram apenas 19.930 quilos, não se sabendo do restante. Ademais, os preços pagos foram muito superiores aos vigentes na época, conforme dados da Bolsa de Cereais de São Paulo, tendo havido superfaturamento no valor corrigido de Cr$14.655.667,00.

b - compra de grama, fictícia e por preço excessivo, além de pagamento por plantio que não se realizou. - Em novembro de 1.990 o Município contratou com a firma Rosa Paisagismo o plantio de 15.000 m2. de grama nos taludes do distrito industrial. Em janeiro e maio seguintes o produto foi adquirido de Ricardo Ferreira Braga e Roberto Mady. Comparando o preço pago ao último com o de imóvel adquirido pelo Município na mesma época, os vereadores concluíram que aquele daria para adquirir com sobra a terra na qual a grama fora produzida... Além disso, Rosa Paisagismo recebeu pagamentos antes da licitação e da assinatura do contrato, e vendeu o produto por preço superior ao máximo proposto pelas empre-

sas que perderam a disputa para ela. Recebeu o equivalente ao plantio de 11.844 m2. de grama, embora a área plantada tenha sido só de 2.461 m2., o que acarretou aos cofres públicos prejuízo corrigido de Cr$14.925.369,00.

c - compras exageradas e superfaturadas de cadernos escolares. - Entre janeiro de 1.990 e agosto de 1.991 foram adquiridos de diversas empresas 97.800 cadernos, para distribuição a alunos carentes. A quantidade daria para entregar 16 unidades a cada aluno matriculado no Município, independentemente de seu poder aquisitivo. Outrossim, os preços pagos a vista foram muito superiores aos de mercado, mesmo considerando que as capas estampavam o brasão do Município.

d - reforma de escolas rurais por preços exagerados e superiores aos dos contratos; pagamento de quantias adicionais não justificadas e execução incompleta dos serviços. - Os vereadores observaram que, a título de correção monetária, o Executivo pagou em excesso a uma das contratantes valor que, reajustado, chegava a Cr$10.352.111,00. Pagamentos adicionais irregulares, por contratos já quitados, acarretaram ao Município dano de Cr$15.494.423,00.

e - *compra superfaturada de aparelho de ultra-som*. - Foi pago por ele preço muito superior ao de mercado, arcando o Município com prejuízo de Cr$9.176.544,00. A comissão insinuou que o negócio estaria relacionado à compra de outro aparelho, feita na época pelo Secretário da Saúde, da mesma empresa que vendeu à Prefeitura.

f - compras fictícias e indevidas de cestas básicas. - Entre abril e outubro de 1.990 o Município adquiriu 1.912 cestas básicas, mas apenas 719 foram doadas. Entre agosto e setembro do mesmo ano o Município adquiriu e pagou outras 1.500 cestas básicas, que foram doadas pelo candidato a deputado federal Lael Varela.

g - compra fictícia de pedra britada. - Entre setembro e novembro de 1.990 o Município firmou contratos e aditamentos com a Construtura Silva Galvão Ltda., de Alfenas, para asfaltamento e reparo de vias públicas. Adquiriu e pagou 1.410 m3. de pedra britada para uso no serviço, mas a empresa só recebeu 356 m3. para preparo da massa asfáltica. Assim, os cofres públicos tiveram prejuízo de Cr$20.926.505,00.

A Câmara Municipal, por maioria, aprovou o relatório e seu envio ao Tribunal de Contas. Negou, porém, o encaminhamento de cópia dele ao Ministério Público.

6 - **A segunda Comissão Parlamentar de Inquérito**.

Em 25 de janeiro de 1.993, já findo o mandato de Pereira Dias, nova C.P.I. se instaurou para apurar a prática de corrupção no seu governo. Foi formada pelos vereadores Josias Aguiar Ribeiro (presidente), Antô-

nio Carlos Fernandes (relator), João Otávio Ferreira (substituto de Luiz Gonzaga de Lima), José Carlos Diniz e Ricardo Coutinho Nunes da Silva. O trabalho encerrou-se em dezembro do mesmo ano, com a feitura de relatório, publicado em suplemento do jornal "Siga em Frente" nº 44, de 15 a 18 daquele mês.

Os vereadores demonstraram o cometimento de vários crimes contra a administração pública e de vultoso dano aos cofres municipais. A apuração foi dividida por itens:

a - Pagamentos irregulares por fundações e estrutura metálica de ponte inacabada sobre o Rio Machado. Em fevereiro de 1.992 desapropriou-se imóvel para a obra, mediante pagamento de Cr$200.473,74, sem prévia nota de empenho. Em abril seguinte firmou-se contrato com a CSB Estrutura Metálica Ltda. para fornecer vigas, chumbadores e protetores laterais, e ela recebeu o pagamento desde logo, não obstante o serviço sequer estivesse iniciado. Em outubro contratou-se a Construtora Paula Rodrigues para obras de infra-estrutura e super-estrutura, no total de Cr$8.561.668,90. Embora previsto em duas etapas, o pagamento ocorreu de pronto, sem conclusão daquelas. Foi feito, ademais, a uma terceira empresa, apesar de proibida a sub-empreita, e sem a concordância expressa da contratante. Celebraram-se contratos com a Agrobrás para fornecimento e montagem da estrutura metálica da ponte e, depois, para modificação e alongamento das vigas de aço. O pagamento integral de Cr$4.893.070,35 foi efetuado desde logo, embora o contrato dispusesse de modo contrário e o serviço não tivesse sido concluído. Além disso, com o alongamento, a capacidade de sustentação da ponte caiu de 45 para 24 toneladas. A colocação das vigas ocorreu no último dia do mandato do Prefeito, em época imprópria, de enchentes, e sem a supervisão de engenheiro. Laudo técnico concluiu depois que a ponte não tinha condições de aproveitamento. Abandonada, interditada e irrecuperável, ela custou ao Município Cr$16.619.781,56.

b - Abertura de licitação para obras de eletrificação urbana já feitas e pagas; pagamento à CEM - Constr. Eletr. de Eng. Mineira Ltda. por serviços não realizados.

c - Pagamento integral da construção da Escola Nucleada da Fazenda São Luís, embora ela não estivesse concluída; pagamento por serviços que nela não foram feitos; pagamento pela instalação de tubo na fazenda do ex-prefeito.

d - Pagamento integral de diversos serviços contratados para o NEEC, que não foram terminados; aquisição de cimento em quantidade superior à necessária; vencimento injustificável da licitação por concorrente que propôs preço maior.

e - Serviços de terraplenagem e abertura de estradas durante quatro semanas em terra do filho do ex-prefeito, no local em que seria construída a ponte metálica; feitura de serviços semelhantes em outras propriedades particulares.

f - Utilização de máquinas e funcionários da Prefeitura em propriedades do ex-

prefeito, em benefício dele e de seus amigos.

g - Compra de 13 m3. de madeira jatobá para doações e obras que não foram efetuadas, com prejuízo de Cr$630.235,36 à Municipalidade.

h - Desvio de 32.000 tijolos e 45 sacos de cimento que deveriam ser usados no Cemitério da Saudade.

i - Aquisição e pagamento de 7.000 mudas de árvores, no valor de Cr$278.751,93, sem licitação, e expedição de nota fiscal em nome de outra pessoa, por não ter o vendedor escrita regularizada. Além disso, elas não foram plantadas e secaram ao sol.

j - Feitura de diversas compras pessoalmente pelo ex-prefeito, à revelia do respectivo departamento, e sem licitação.

l - Pagamento indevido a Sebastião Tardiolli, por viagem feita quando já não trabalhava na Prefeitura.

m - Desvio de materiais que deveriam ser destinados à fábrica de manilhas: 150 m3. de brita e 50 m3. de pedra marroada, no valor de Cr$602.330,20; 300 sacos de cimento, no valor de Cr$505.067,23.

n - Pagamento exagerado de Cr$998.531,14 à Construtora Paula Rodrigues, pela colocação de 1,5 metro de azulejos nos sanitários da Praça São Benedito.

o - Pagamento de valores absurdos por rescisões contratuais de funcionários ocupantes de cargos de confiança: Cr$2.603.968,29 a José Oswaldo Brasileiro, procurador do Município; Cr$630.929,49 a Édson Luiz de Carvalho, secretário da Fazenda; Cr$3.064.573,72 a Antônio Machado Dias, médico e secretário da Saúde.

O relatório foi aprovado por dez votos. Rejeitaram-no Eulália Tavares de Lima e José dos Passos. José Pereira Lima Filho absteve-se de votar, e Dolivar da Silva Félix não compareceu à sessão, por alegada doença. Determinou-se o encaminhamento de cópias dele ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público e ao Prefeito (decreto legislativo nº 1, de 13/12/93). Processado por uso indevido de máquinas e mão-de-obra da Prefeitura, em setembro de 1.998 Carlos Dias obteve absolvição unânime da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros ns. 11, 12, 13 e 16 de Atas da Câmara Municipal de Machado;

2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros ns. 21, 22 e 23 de Leis;
3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro n. 4 de Resoluções;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro n. 18 de Decretos;
5 - Cartório Eleitoral da Comarca de Machado - livro "Registro dos resultados das eleições (1.950 a 1.988)" - págs. 77 a 83;
6 - Cartório Eleitoral da Comarca de Machado - livro "Registro de candidatos a cargos eletivos municipais";
7 - "Folha Machadense" n. 710 - 16/7/88 - pág. 1;
n. 714 - 13/8/88 - pág. 14;
n. 717 - 3/9/88 - pág. 13;
n. 724 - 22/10/88 - pág. 6;
n. 726 - 5/11/88 - pág. 13;
n. 728 - 19/11/88 - págs. 1 e 12;
n. 729 - 26/11.88 - pág. 5 e suplemento;
n. 733 - 24/12/88 - pág. 1;
n. 734 - 14/1/89 - págs. 7 e 8;
n. 744 - 25/3/89 - pág. 7;
n. 745 - 1/4/89 - pág. 1;
n. 746 - 8/4/89 - pág. 1;
n. 748 - 22//4/89 - pág. 10;
n. 751 - l3//5/89 - pág. 1 e suplemento;
n. 756 - l7/6/89 - pág. 12;
n. 762 - 29/7/89 - pág. 1;
n. 763 - 5/8/89 - pág. 5;
n. 764 - 12/8/89 - pág. 1;
n. 768 - 9/9/89 - suplemento,
n. 772 - 7/10/89 - págs. 4 e 7;
n. 774 - 21/10/89 - pág. 1;
n. 775 - 28/10/89 - pág. 1;
n. 779 - 25/11/89 - págs. 5 e 9;
n. 783 - 23/12/89 - suplemento;
n. 805 - 9/6/90 - pág. 1;
n. 806 - 16/6/90 - pág. 1;
n. 807 - 23/6/90 - págs. 1 e 7;
n. 809 - 7/7/90 - pág. 7;
n. 810 - 14/7/90 - pág. 1;
n. 812 - 26/7/90 - pág. 7;
n. 817 - 1/9/90 - pág. 1;
n. 819 - 13/9/90 - pág. 1;
n. 822 - 6/10/90 - pág. 7;
n. 827 - 10/11/90 - pág. 7;
n. 829 - 24/11/90 - pág. 1;
n. 834 - 12/1/91 - pág. 7;
n. 835 - 19/1/91 - pág. 1;
n. 882 - 7/12/91 - pág. 9;
n. 883 - 14/12/91 - pág. 9;

n. 884 - 21/12/91 - pág. 1;
n. 900 - 25//4/92 - págs. 1 e 2;
n. 901 - 2/5/92 - suplemento;
n. 904 - 23/5/92 - pág. 7;
n. 905 - 30/5/92 - pág. 7;
n. 923 - 3/10/92 - pág. 1;
n. 930 - 21/11/92 - págs. 1 e 5;
n. 1024 - 22/10/94 - págs. 7 e 8;
n. 1025 - 29/10/94 - págs. 1 e 7;
n. 1030 - 3/12/94 - pág. 7;
n. 1048 - 14/4/95 - pág. 6;
n. 1203 - 1/5/98 - pág. 10;
n. 1222 - 19/9/98 - págs. 1 e 5;
n. 1325 - 16/9/00 - págs. 1 e 6;
n. 1339 - 24/12/00 - pág. 4;
n. 1340 - 30/12/00 - pág. 7;

8 - “Siga em Frente” n. 44 - 15 a 18/12/93 - págs. 1, 3 e suplemento.

****

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.993 A 1.996

PREFEITO: JOSÉ CARLOS VILELA

PRESIDENTES DA CÂMARA: DR. LÚCIO DIAS VIEIRA JÚNIOR
DANIEL CORRÊA VASCONCELOS
PAULO NEWTON DA SILVA
DR. RICARDO COUTINHO NUNES DA SILVA

1) - O resultado da eleição.
2) - A composição da Câmara.
3) - O desempenho da Câmara.
4) - A atuação do Executivo.

****

1 - **O resultado da eleição**.

Desacreditado pelo mau governo, o P.F.L. não lançou candidatos à eleição majoritária de 3 de outubro de 1.992. Ela foi disputada por José Carlos Vilela e Pedro Paulo Pereira, do P.D.T.; por João Emygdio Gonçalves e José Miguel de Oliveira, da coligação "União para o Progresso de Machado" (P.M.D.B.-P.S.D.B.-P.S.D.); por José Caixeta e Lourenço Leal de Almeida, da coligação "Liberal Trabalhista" (P.L.-P.T.B.); por Cylas Paulo Silva e Francisco de Assis Rodrigues, do P.T.; e por João Lelis Rezende e Alfeu de Oliveira, do P.D.C.. Venceram os primeiros, que, com os novos vereadores, se empossaram no dia 1 de janeiro seguinte. Seu mandato findou em 31 de dezembro de 1.996.

Votaram 16.640 eleitores, de 18.566 inscritos, e o resultado da disputa pela Prefeitura foi este:

José Carlos Vilela.....6.008 votos;

João Emygdio Gonçalves.....5.193 votos;
José Caixeta.....2.980 votos;
Cylas Paulo Silva.....219 votos;
João Lelis Rezende.....153 votos;

em branco.....1.400 votos;
nulos.....687 votos.

A votação para a Câmara Municipal foi a seguinte:

Partido da Social Democracia Brasileira:
Lúcio Dias Vieira Júnior.....530 votos;
Ricardo Coutinho Nunes da Silva.....434 votos;
Antônio Carlos Fernandes.....335 votos;
Paulo Newton da Silva.....249 votos;
José Henrique Faria Araújo.....147 votos;
José Jair Coelho.....116 votos;
Lucília Maria Ferreira Serafini.....41 votos;
Ana Beatriz Cavalcante.....40 votos;
Darcilo Castro Swerts.....39 votos.

Partido da Frente Liberal:
José Pereira Lima Filho.....380 votos;
José dos Passos.....372 votos;
Dolivar da Silva Félix.....275 votos;
Jarbas Gonçalves de Lima.....265 votos;
Raul Morais Caixeta.....177 votos;
Maércio Caetano da Silva.....147 votos;
Ricardo Pereira Nannetti.....147 votos;
Cleuber Campos Gonçalves.....134 votos;
Oswaldo Pereira da Luz.....130 votos;
Paulo de Souza Carvalho.....119 votos;
Ernesto Pereira Neves.....110 votos;
Adriano Ávila de Oliveira.....109 votos;
Vassil Botazini Garroni.....95 votos;
Sheila Rocha de Souza.....90 votos;
Wálter Domingues Generoso.....85 votos;
Afadel Soares de Oliveira.....45 votos;
Paulo Alvim Pereira.....29 votos;
Aparecida Martins Gomes.....12 votos.

Partido do Movimento Democrático Brasileiro:
João Otávio Ferreira.....304 votos;
Eulália Tavares de Lima.....267 votos;
Aílton Batista Nery.....220 votos;

Benedito Carvalho Vilela.....196 votos;
Horácio Gonçalves de Lima.....195 votos;
Célio Otávio da Silva.....179 votos;
João Gabriel Negretti.....140 votos;
Luiz Gonzaga Xavier.....140 votos;
Maércio Carvalho Botazini.....138 votos;
Afrânio dos Santos Oliveira.....137 votos;
Elizandro Kennedy Alkmin.....136 votos;
Izinésio Campos Moreira.....123 votos;
Lucilo Manoel Fadini.....122 votos;
Flávio Luiz Rodrigues Caixeta.....121 votos;
Nivaldo Orestes da Silva.....115 votos;
Sílvio Araújo Dias.....115 votos;
Idien Lourenço Gonçalves.....81 votos;
Nélson Garcia Júnior.....80 votos;
Florêncio Alves de Souza.....77 votos;
José Aílton Martins.....56 votos;
João Luiz Bernardes Pereira.....51 votos;
José Fernando Scalco.....49 votos;
Jaime Afonso Maciel.....44 votos;
Nélson de Carvalho.....41 votos;
Wanda Aparecida Pereira Cardoso.....32 votos;
Paulo Luiz Nery.....30 votos;
Sebastião Ribeiro Gonçalves.....26 votos;
Clélia Nery Dias.....24 votos.

Partido Democrático Trabalhista:
Josias Aguiar Ribeiro.....307 votos;
José Carlos Diniz.....155 votos;
Édson Rúbens da Silva Leite.....145 votos;
José Eugênio Vasconcelos.....145 votos;
Nélson Ribeiro de Paiva.....103 votos;
Agnaldo Silvestre Ramos.....99 votos;
Luiz Donizete da Costa.....98 votos;
Ednan Augusto de Souza Júnior.....89 votos;
Sérgio Moreira Dias.....85 votos;
Celso Falconi Aguiar.....83 votos;
Sebastião Martins da Silva.....83 votos;
Ronaldo Dias Aguiar.....71 votos;
Nilza Milani Serafini.....59 votos;
Pedro Niraldo Alves.....55 votos;
Donizete dos Reis da Silva.....50 votos;
Aluísio Bueno Tavares.....48 votos;
Francisco Vítor de Freitas.....48 votos;
José Carlos de Souza.....47 votos;
João Batista Rabelo.....43 votos;

Antônio Júlio Alves Filho.....40 votos;
José Cláudio Dias de Carvalho.....37 votos;
Jorge Bueno da Silva.....36 votos;
Joel Pereira Alves.....35 votos;
José Augusto Codignole.....33 votos;
José Nunes Pereira.....32 votos;
Fábio Joaquim dos Santos.....27 votos;
Cairbar Caproni de Oliveira.....23 votos;
José de Assis de Souza.....19 votos;
Pedro Lima Barroso.....10 votos;
Aginaldo Dias Ferreira.....9 votos;
João José Pereira.....9 votos;
Raimundo Pinheiro Lima.....9 votos;
Gilberto Dias Barbosa.....5 votos;
Sérgio da Silva Reis.....3 votos;
Francisco Tadeu Simões.....2 votos;
Maurício Lacerda Garcia.....2 votos.

Partido Trabalhista Brasileiro:
Daniel Corrêa Vasconcelos.....201 votos;
Sebastião Monteiro da Silva.....127 votos;
Jorge Luiz Pinto.....123 votos;
Guilherme Caixeta Rezende.....112 votos;
Valéria Fernandes de Lima.....101 votos;
Francisco Bianchini de Souza.....91 votos;
Izacar de Andrade.....80 votos;
Joaquim dos Reis Moraes.....80 votos;
Olímpio Batista de Carvalho.....79 votos;
João de Paula Pereira.....76 votos;
Lourenço Emídio.....64 votos;
David Nery de Oliveira.....57 votos;
Francismar Lopes.....55 votos;
José Mauro Fernandes.....51 votos;
José Raimundo de Lima.....45 votos;
Sérgio Alexandre Ferreira da Silva.....44 votos;
Evâneo Carlos Garrone.....42 votos;
Silas Pereira Ferreira.....40 votos;
Gílson Borges de Siqueira.....39 votos;
Acácio Félix Costa.....33 votos;
Maurício Dias Vieira Júnior.....33 votos;
Alceu Pereira da Silva.....21 votos;
Justo Antero Maciel.....20 votos;
Sílvio Viana.....11 votos;
Patrícia Mendes de Carvalho.....6 votos.

Partido Liberal:
Luiz Gonzaga de Lima.....141 votos;
Feliciano Silvério da Silva.....97 votos;
Daniel Alves Brigagão.....59 votos;
Joaquim Ademar Alves.....46 votos;
Ademar de Lima Caixeta.....43 votos;
José Afonso de Moraes.....35 votos;
Hamílton Donizete Caldeira.....33 votos;
Vicente Carlos dos Santos.....33 votos;
Arthur Scalco Neto.....27 votos;
Osmair Vieira.....22 votos;
Clóvis Caproni de Oliveira.....21 votos;
José Graciano Ferraciolli.....16 votos;
Reinaldo D'Eleutério Codignole.....16 votos.

Partido Social Democrático:
Francisco José de Queiroz.....209 votos;
Luiz Carlos da Luz.....97 votos;
José Hernani Conti Neves.....60 votos;
Geraldo Generoso Aguiar.....35 votos;
Lúcia Helena Lima Barros.....23 votos;
Judith Maria Vieira Rosa Magalhães.....6 votos;
Ronaldo Alves da Costa.....1 voto.

Partido Democrata Cristão:
Itamar José Costa.....158 votos;
João Batista Caproni.....98 votos;
Mírian Westin Garcia Rezende.....72 votos;
Prescildo Pedro Ramos.....70 votos;
Messias Ferreira Martins.....33 votos;
Maurício Salvaterra.....22 votos;
Alexandre Ferreira Serafini.....20 votos;
José Carlos Carvalho Mendes.....6 votos.

Partido dos Trabalhadores:
Alípio Beraldo de Souza.....77 votos;
Roque Eliseu Mendes Gonçalves.....58 votos;
Cornélio Lucas Alves.....53 votos;
Paulo Euler Andrade da Silva.....43 votos;
Marisa Annoni de Souza.....41 votos;
Waldiney José Ferreira.....40 votos;
Maurício José da Silva.....39 votos;
Nelma Silvéria Soares.....33 votos;
Jair Ângelo.....29 votos;
Maria Helena de Oliveira.....13 votos.

Abandonaram a porfia os candidatos registrados José Martins Maciel (P.F.L.); Alfrânio Eleutério Bernardes de Azevedo (P.D.T.); Manoel Pedro da Silva Neto (P.T.B.); Carlos Alberto Alexandre Braz e Francisco Elias Delfino (P.T.).

2 - **A composição da Câmara**.

A nova legislatura foi inaugurada com os vereadores Antônio Carlos Fernandes, Lúcio Dias Vieira Júnior, Paulo Newton da Silva e Ricardo Coutinho Nunes da Silva (P.S.D.B.); Dolivar da Silva Félix, José dos Passos e José Pereira Lima Filho (P.F.L.); Aílton Batista Nery, Eulália Tavares de Lima e João Otávio Ferreira (P.M.D.B.); José Carlos Diniz e Josias Aguiar Ribeiro (P.D.T.); Daniel Corrêa Vasconcelos e Sebastião Monteiro da Silva (P.T.B.); e Luiz Gonzaga de Lima (P.L.).

No início dos trabalhos escolheu-se esta mesa diretora: *presidente* - Lúcio Dias Vieira Júnior; *1º vice-presidente* - Antônio Carlos Fernandes; *2º vice-presidente* - Paulo Newton da Silva; *1º secretário* - Daniel Corrêa Vasconcelos; *2º secretário* - Luiz Gonzaga de Lima.

Em setembro seguinte Josias Ribeiro obteve licença por vinte dias, para tratamento de saúde, assumindo o suplente José Eugênio Vasconcelos.

No ano de 1.994 foram estes os dirigentes da Edilidade: *presidente*: Daniel Corrêa Vasconcelos; *1º vice-presidente* - Paulo Newton da Silva; *2º vice-presidente* - Aílton Batista Nery; *1º secretário* - José Carlos Diniz; *2º secretário* - Luiz Gonzaga de Lima.

Em maio de 1.994 Josias Ribeiro foi suspenso do exercício do cargo por sete dias, pelo uso indevido de veículo público.

Eis a mesa diretora escolhida para 1.995: *presidente* - Paulo Newton da Silva; *1º vice-presidente* - Aílton Batista Nery; *2º vice-presidente* - Josias Aguiar Ribeiro; *1º secretário* - Ricardo Coutinho Nunes da Silva; *2º secretário* - Luiz Gonzaga de Lima.

Diniz, Eulália, Lima Filho e Passos afirmaram por escrito que a Câmara negara direito de defesa ao ex-prefeito Pereira Dias, no exame das contas de 1.992. As declarações eram falsas, e foram utilizadas em mandado de segurança. Por isso, Vieira Júnior denunciou os colegas, submetendo-os a processo administrativo. Em maio de 1.995 eles foram afastados preventivamente, e substituídos por Benedito Carvalho Vilela, Jarbas Gonçalves de Lima, José Eugênio Vasconcelos e Raul Morais Caixeta. Em 30 de agosto voltaram os titulares; Diniz e Eulália retrataram-se, e o processo foi arquivado em relação a

eles. Os dois outros apresentaram apenas documento não assinado, afirmando que a denúncia era improcedente. Não quiseram voltar atrás, e por isso foram de novo suspensos em outubro, cedendo o lugar a Jarbas e Raul. No mês seguinte, porém, os denunciados se desdisseram à comissão processante, e o caso foi encerrado.

No último ano da legislatura a direção da Câmara ficou assim composta: *presidente* - Ricardo Coutinho Nunes da Silva; *1º vice-presidente* - Luiz Gonzaga de Lima; *2º vice-presidente* - Antônio Carlos Fernandes; *1º secretário* - Daniel Corrêa Vasconcelos; *2º secretário* - José Carlos Diniz. O Presidente esteve ausente por doença em março e abril, sem que tenha havido convocação de suplente.

3 - **O desempenho da Câmara**.

O trabalho legislativo do período é relembrado nos textos mais expressivos. Em 1.993, a lei 893, de 27 de janeiro, revogou cinco outras que, no ocaso da legislatura passada, haviam feito doações irregulares de terrenos e galpões. A lei 918, de 3 de junho, ampliou mais uma vez o perímetro urbano; a 932, de 6 de setembro, dispôs sobre o Conselho Municipal do Bem-Estar Social e fixou as atribuições da Secretaria de Serviços Públicos.

Em 1.994, a lei 977, de 11 de agosto, autorizou assinatura de convênio com a Arquidiocese de Pouso Alegre, para administração do Cemitério de Douradinho; a 993, de 27 de setembro, cuidou da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, revogando a 853/92. No ano seguinte, a lei 1.018, de 3 de maio, organizou a administração direta da Prefeitura: a 1.030, de 3 de julho, tratou do regime jurídico único dos servidores públicos do Município, das autarquias e fundações municipais; a 1.031, da mesma data, baixou o quadro de cargos e vencimentos dos servidores municipais; a 1.032, ainda da mesma data, estabeleceu a estrutura administrativa e funcional do plano de carreira dos servidores municipais.

Os Vereadores criaram a medalha honorífica "*Dr. Carlos Roberto de Almeida*". Rejeitaram projeto da Associação Comercial que visava a regulamentar a Festa de São Benedito. Opuseram-se também à proposta do Governo do Estado de criar aqui um centro de reabilitação de menores infratores.

No início da legislatura o Sindicato Rural quis impedir que a Câmara continuasse usando o prédio do antigo I.B.C., a ele cedido. A turbação levou à propositura de ação judicial, finda por acordo. Em fevereiro de 1.994 as reuniões foram transferidas para o anfiteatro da Fundação Educacional e, um ano depois, para o salão nobre da E.E. "Iracema Rodrigues". No segundo semestre de 1.995 começou a reforma do imóvel destinado a sede própria da Edilidade, na Rua Coronel Jacintho. Ela se mudou para lá em setembro de 1.996.

4 - **A atuação do Executivo**.

Nos primeiros dias criou-se a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, confiada a Luiz Gonzaga Xavier. Os demais cargos do primeiro escalão foram assim distribuídos: Administração - Pedro Paulo Pereira; Educação, Cultura e Lazer - Maria José Gonçalves; Fazenda - Pedro Carvalho Souza Diniz; Governo - José Miguel de Oliveira (no final substituído por Ieso Magalhães Paes); Saúde e Ação Social - Cláudio de Lima Alves; Serviços Públicos - Ednan Augusto de Souza Júnior. A Secretaria de Planejamento e Coordenação foi criada em 1.995, no bojo da reforma administrativa (lei 1.018), e teve como primeiro ocupante Astrogildo da Silva Dias Neto.

Os primeiros meses do novo governo destinaram-se à organização da máquina administrativa, em péssimo estado. As dívidas do Município chegavam a quatro bilhões e seiscentos milhões de cruzeiros. Estava em atraso o pagamento das contribuições devidas ao INSS, FGTS e PASEP, que foi renegociado. Orçamento "estourado", contabilidade não fechada, títulos protestados, veículos sucateados, tudo se somava para dificultar a gestão. Não havia dinheiro em caixa, e o funcionalismo, desestruturado, não recebera o salário de dezembro e a gratificação natalina. Aos poucos, embora criticado pela morosidade em tomar decisões, o Prefeito pôs ordem na casa e se impôs por um trabalho honesto e transparente, chegando ao final do mandato com aprovação popular superior a 80%. Não escapou por completo de irregularidades, como a perda de quase 3.000 quilos de feijão em depósito no Aeroporto, e o uso de máquinas da Prefeitura por particulares em fins-de-semana, mediante gratificação aos funcionários. Sanadas com presteza, não chegaram a arranhar sua imagem.

O trabalho na área da educação foi prioritário e teve grande destaque. Modernizou-se o método de ensino e implantou-se o programa "Machado Alfabetizado", com cursos básicos de leitura e escrita. Foi firmado convênio com o Estado para municipalização das escolas rurais. Criou-se o Conselho Municipal de Alimentação Escolar, e a merenda dos alunos foi fortalecida. Implantou-se o "Projeto Curumim", para atendimento a menores carentes. Ampliou-se o serviço de transporte dos estudantes da zona rural. Foi concluída a Escola Nucleada da Fazenda São Luís, e construída a da Caiana. Em terreno por ele adquirido, o Município auxiliou a construção do Centro de Apoio Integral à Criança (CAIC). Os prédios das escolas municipais foram reformados.

Mediante convênio com a Santa Casa, foi instalado no prédio desta o Pronto Atendimento Municipal. Ocorreu a municipalização dos serviços de saúde através do SUS, e ampliou-se o posto de saúde do Estado (CESPREN). Reestruturou-se o posto de saúde municipal do Bairro da Ponte (CESAN). Foi criado o Fundo Municipal de Saúde. Adquiriu-se uma ambulância. Foi realizada com sucesso a I Conferência Municipal de Saúde. Construiu-se o Centro Odontológico.

A reforma da Praça Antônio Carlos, supérflua e cara, recebeu críticas generalizadas. Na parte inferior dela foram construídos sanitários públicos (o que gerou muita polêmica), palco coberto e dependências para lanchonetes. Fizeram-se calçadas e plantaram-se árvores nas avenidas Celso S. Gambi e Plínio da Silva Dias; naquela foi também construído um muro de arrimo. Fez-se uma rotatória na esquina da Rio Branco com Santa Cruz. Construíram-se escadões nas ruas João Miguel da Silva e Prata, e nas imediações da Perdizes. Foram calçadas a entrada do NEEC, ruas da Vila Santa Helena e do Jardim Chamonix. Receberam asfalto as ruas Joaquim Teófilo, do Curtume, José Bernardes, e outras na Caiana e no Santa Luísa II. Refez-se a pavimentação da Av. Renato Azeredo. O Jardim Floresta foi asfaltado e iluminado.

Com recursos do Projeto SOMMA foram construídos interceptores de esgotos nos córregos Jacutinga, Soturno e Páscoa. Parte deste foi canalizada. Construíram-se reservatórios de água nos bairros Bom Jesus e Mato Dentro. O SAAE recebeu auxílio para as obras da estação de tratamento de água da Bandeirinha. Foram feitas redes de esgotos na Ponte e na Caiana. Adquiriu-se terreno próximo da Rodovia Machado-Paraguaçu (Aleluia) para depósito de lixo.

Foi reconstruído o prédio do antigo Clube Recreativo, para sede da Câmara. A ponte "Governador Valadares" recebeu reparos; fizeram-se várias pontes de madeira em bairros rurais. Reformaram-se o Cemitério da Saudade, o Matadouro, a Rodoviária. O Cemitério da Fazenda do Centro foi tombado. O Rotary Club recebeu ajuda para construir o Velório Municipal; o SESI, para o Centro de Atendimento ao Trabalhador (CAT). Foi instalada antena parabólica na Serra dos Codignolli, para melhorar o sinal da televisão. Diversas estradas municipais foram reformadas.

Criou-se o Conselho Municipal de Esportes. Reformaram-se o Ginásio Poliesportivo e a quadra da Praça Corina Dias. Foram reorganizados a Liga Esportiva e o campeonato municipal de futebol. Promoveram-se torneios de futebol "*society*", infantil e feminino, de vôlei de areia, de "fut-vôlei", de pesca e de pipas. Em 1.994 o Município sediou a primeira fase dos Jogos do Interior de Minas Gerais (JIMI). Nos anos posteriores, contudo, foi desastrosa a nossa participação neles e noutras competições regionais, como os Jogos da Juventude e o Jojuninho. Este, em 1.996, deveria realizar-se aqui, mas transferiu-se para Poços por falta de alojamento para os atletas; lá, Machado foi desclassificado em todas as modalidades.

O Município auxiliou a instalação e a ampliação de indústrias como a Brasfreios, a Cambuci, a Jovele e a Santa Amália. Informatizou a Delegacia de Polícia. Reformou a frota e adquiriu outros veículos, como duas peruas kombi, um caminhão e uma retroescavadeira.

No setor agrícola, os pequenos produtores tiveram substancial ajuda, com a construção de viveiros de mudas de café, de banana e

frutas cítricas; com a distribuição de fertilizantes, calcário e sementes; com a feitura de análises de solo; e com subsídio para preparo da terra.

Foi criado o Conselho Habitacional. Não se conseguiu da COHAB a construção das prometidas casas populares, em terreno a ela doado na gestão anterior.

O funcionalismo municipal foi reorganizado, em tentativa de eliminar as disparidades de vencimentos e os desvios de função. Criaram-se novos cargos e fizeram-se vários concursos para provê-los. Houve, porém, aumento excessivo de servidores em postos comissionados, ocasionando distorção que levou a conturbada mudança da Lei Orgânica. Em 1.993 realizou-se seminário para examinar o plano de ação e reestruturação da administração; em 1.996, outro, preparatório da criação do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente.

Os decretos legislativos 52 (de 26/5/97), 65 (de 2/12/98), 62 (de 12/6/98), e 94 (de 16/11/99) aprovaram, respectivamente, as contas do Executivo de 1.993, 1.994, 1.995 e 1.996.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros ns. 13, 14, 15, 16 e 17 de Atas da Câmara Municipal de Machado;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro n. 4 de Resoluções;
3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - pastas de decretos legislativos e resoluções;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro n. 20 de Leis;
5 - Arquivo Público Machadense - pastas de leis de 1.993 a 1.996;
6 - Cartório Eleitoral da Comarca de Machado - livro “Registro de candidatos a cargos eletivos municipais”;
7 - “Folha Machadense” n. 936 - 16/1/93 - pág. 1;
n. 938 - 30/1/93 - pág. 1;
n. 940 - 13/2/93 - pág. 1;
n. 941 - 20/2/93 - págs. 1 e 7;
n. 942 - 27/2/93 - pág. 3;
n. 943 - 6/3/93 - pág. 1;
n. 944 - 13/3/93 - págs. 1, 2 e 3;
n. 949 - 17/4/93 - págs. 1 e 3;
n. 950 - 24/4/93 - pág. 3;
n. 951 - 1/5/93 - pág. 1;

n. 957 - 12/6/93 - pág. 3;
n. 967 - 11/9/93 - cad. especial;
n. 978 - 27/11/93 - pág. 1;
n. 979 - 4/12/93 - pág. 1;
n. 983 - 1/1/94 - pág. 1;
n. 999 - 30/4/94 - págs. 1 e 3;
n. 1000 - 7/5/94 - pág. 4;
n. 1001 - 14/5/94 - págs. 1 e 12;
n. 1033 - 24/12/94 - págs. 1 e 3;
n. 1039 - 11/2/95 - pág. 5;
n. 1044 - 18/3/95 - pág. 1;
n. 1047 - 8/4/95 - pág. 7;
n. 1048 - 14/4/95 - pág. 6;
n. 1053 - 20/5/95 - págs. 1 e 3;
n. 1054 - 27/5/95 - págs. 1 e 14;
n. 1055 - 3/6/95 - pág. 3;
n. 1056 - 10/6/95 - pág. 6;
n. 1063 - 29/6/95 - pág. 1;
n. 1065 - 12/8/95 - pág. 7;
n. 1068 - 2/9/95 - pág. 3;
n. 1069 - 9/9/95 - págs. 2 e 7;
n. 1071 - 23/9/95 - pág. 1;
n. 1073 - 7/10/95 - págs. 1 e 2;
n. 1074 - 14/10/95 - pág. 3;
n. 1098 - 6/4/96 - págs. 2 e 16;
n. 1105 - 25/5/96 - págs. 1 e 12;
n. 1114 - 27/7/96, cad. B, p g. 6;
n. 1121 - 13/9/96 - págs. 6 e 7;
n. 1133 - 7/12/96 - págs. 1 e 3;

8 - “Informativo Machadense” n. 1 - agosto de 1.994;
n. 2 - setembro de 1.995;

9 - jornal “Hoje em Dia”, Belo Horizonte - 13/9/96, pág. 3;

10 - revista “Imagem e Conteúdo” n. 1, ago/set. de 1.996, págs. 14 a 17;

11 - revista “Sul de Minas em Revista” - Paraguaçu - n. 7 - jun./jul. de 1.995, pág. 8.

****

OS PARTIDOS POLÍTICOS ATÉ O ESTADO NOVO

1) - Introdução.
2) - Sociedades Defensoras da Liberdade e Independência Nacional.
3) - Partido Liberal.
4) - Partido Conservador.
5) - Partido Republicano.
6) - Partido Constitucional.
7) - Partido Católico, ou Moderado.
8) - Partido Republicano Mineiro.
9) - Legião Liberal Mineira.
10) - Partido Social Nacionalista.
11) - Partido Progressista.
12) - Partido Liberal de Machado.
13) - Partido Nacionalista.
14) - Ação Integralista Brasileira.

****

1 - **Introdução**.

Coincidem os historiadores na afirmativa de que não houve partidos políticos no Primeiro Reinado. Formaram-se na Assembléia Constituinte grupos que apenas refletiam as tendências de fortalecimento ou limitação da Coroa, isto é, governistas e oposicionistas.

A Regência assinala o aparecimento dos dois partidos que comandaram a política sob Pedro II, o Liberal e o Conservador. No final do Império ainda surgiram o Progressista, o Católico e o Republicano.

Celebrizou-se na República Velha a chamada "políti-

ca dos governadores", que dava sustentação ao poder federal. Conseqüência dela foi a criação de partidos locais: cada estado, via de regra, tinha o seu partido republicano, instrumento de controle da máquina pública. Dos mais influentes foi o P.R.M. - Partido Republicano Mineiro. Nesse período ainda se tentou, sem maior sucesso, estruturar agremiações nacionais, como o Partido Republicano Federal, o Partido Republicano Conservador e o Partido Republicano Liberal, nascidos sob inspiração de Glicério, Pinheiro Machado e Rui, respectivamente. Em 1.922 foi fundado o Partido Comunista; em 1.927, o Partido Democrático Nacional; e em 1.929, a Aliança Liberal, que levou Getúlio Vargas ao poder.

Após a Revolução de 1.930, entre diversos partidos de menor importância foram fundados o Autonomista (DF), o Constitucionalista (SP) e a União Democrática Brasileira. São também dessa época a Ação Integralista Brasileira, a Aliança Nacional Libertadora e a Liga Eleitoral Católica.

2 - **Sociedades Defensoras da Liberdade e Independência Nacional**.

Criadas pouco antes da abdicação de Dom Pedro I, não eram propriamente um partido político, mas instrumento de que os moderados se valeram para repudiar a oposição exaltada, favorecer a centralização do poder e apoiar a Regência. Durante alguns anos influíram no governo, apoiadas principalmente na classe dominadora do centro-sul. Ramificaram-se no Sul de Minas, tendo em Evaristo da Veiga grande incentivador. Em abril de 1.831 o jornal "*Aurora Fluminense*" noticiava que se haviam instalado nas freguesias de Caldas, Sapucaí, Ouro Fino, Camanducaia, Douradinho, São Gonçalo, Itajubá, Santa Catarina e Pouso Alegre. Ignoro quem se alistou nelas e como atuaram por aqui.

3 - **Partido Liberal**.

São escassas as notícias sobre facções políticas em Machado, no Império. Quase todas se encontram no "*Monitor Sul-Mineiro*", que em 16/10/76 informou a eleição dos seguintes liberais da Freguesia: Feliciano Constantino de Moraes, Coronel Jacintho José Pereira, José Simplício Ferreira, Joaquim Martins de Souza, Dr. Antônio Cândido Teixeira, Tenente-Coronel Azarias de Souza Dias, Francisco Pereira Dias Pinto, Alferes Manoel Eloy da Silva Passos, Gabriel Romão Gonçalves e José Luiz Campos do Amaral Júnior (*eleitores*); Tenente-Coronel Flávio Secundo de Salles, Antônio Cândido de Souza Dias, Major Custódio José Dias e Capitão José de Araújo Brito (*juízes de paz*); e Onofre de Souza Dias (*vereador em Alfenas*).

O mesmo semanário, em 14/8/80, afirmou haver em Machado, Carmo da Escaramuçaa e Conceição da Boa Vista assinalada maioria do Partido Liberal.

4 - **Partido Conservador**.

O "*Monitor*" e o "*Almanak Sul-Mineiro*" noticiaram o falecimento em Machado, no dia 21 de abril de 1.878, do Capitão Domingos José Rodrigues, identificando-o como prestigioso chefe do Partido Conservador.

Em pleito realizado no ano de 1.878 escolheram-se em Douradinho os seguintes eleitores do Partido Conservador: Elias Carvalho da Silva, Antônio de Paula Lima, Manoel Pereira Fagundes, José de Moraes Machado, Joaquim Custhódio da Silva, Flávio de Moraes Machado, Saturnino de Moraes Machado e Innocêncio José Teixeira.

O semanário campanhense tantas vezes citado estampou, em 2/10/84, a ata de organização do Partido Conservador e eleição do seu diretório em nossa cidade. Transcrevo-a:

> *"Aos vinte e um dias do mez de Setembro de mil oitocentos e oitenta e quatro, nesta cidade de Santo Antonio do Machado, provincia de Minas Geraes, em casa do cidadão Antonio Alexandre de Miranda, reunirão-se os membros do partido conservador da freguezia desta cidade, abaixo assignados, e tomando assento acclamarão presidente interino da reunião o cidadão Joaquim da Silva Pimentel Lustosa e secretario interino o cidadão Francisco Raphael de Carvalho.*
> *Em seguida o cidadão Joaquim da Silva Pimentel Lustoza expoz que no interesse geral da politica do Imperio e no particular deste municipio parecia-lhe de urgente e indeclinavel necessidade organizar-se aqui o partido conservador cuja união não só concorrerá para manter-se a respeitabilidade de todos os direitos em geral, como mesmo para tornar mais garantida a liberdade e o imperio da luz neste mesmo municipio, e assim propunha que se elegesse um directorio, composto de um presidente, um vice-presidente, um secretario, um thesoureiro, um procurador e dois conselheiros, que assumirão a direcção do partido, promettendo todos dar força á directoria, executando sem receio as suas deliberações em tudo que fôr relativo á politica, e á defesa dos direitos dos associados. Esta proposta foi unanimemente approvada.*
> *Procedendo-se em seguida á eleição, forão eleitos: Antonio Moreira de Souza Guerra Junior (presidente com 17 votos) Joaquim da Silva Pimentel Lustoza (vice-presidente com 16 votos) Antonio Alexandre de Miranda (secretario com 6 votos) Francisco Rodrigues de Paiva (thesoureiro com 7 votos) Matheus Gomes de Paiva (procurador com 7 votos)*

Vigario João Baptista das Neves (conselheiro com 18 votos) e Antonio Custodio de Souza Moreira (conselheiro com 15 votos), os quaes aceitarão os lugares e delle se empossarão. Deliberou-se finalmente que se communicasse ao Exmo. Sr. senador conselheiro Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, legitimo e reconhecido chefe do partido nesta provincia, este acontecimento, enviando-lhe uma cópia da presente acta. De tudo para constar, lavro este em que se assignão os mesarios e cidadãos presentes. Eu Francisco Raphael de Carvalho, secretario interino o fiz e assigno.
Antonio Moreira de Souza Guerra Junior, presidente. Joaquim da Silva Pimentel Lustoza, vice-presidente. Antonio Alexandre de Miranda, secretario. Francisco Rodrigues de Paiva, thesoureiro. Matheus Gomes de Paiva, procurador. Vigario João Baptista das Neves, conselheiro. Antonio Custodio de Souza Moreira, conselheiro. Francisco Raphael de Carvalho. Candido Marinho da Cruz. Joaquim Carneiro Xavier. Antonio Barbosa Lima. Pedro Alves Palmeira. José Jacintho de Souza Lima. Carlos Gonçalves da Fonseca. Evaristo Gonçalves Campos. Manoel Alves Campos. Antonio Rodrigues de Paiva. José Pedro Ferreira. Joaquim José de Almeida. João Pinto Pimentel Sobrinho. João Moreira de Carvalho. Miguel José de Souza.".

Por fim, encontra-se no "*Monitor*" de 22/2/85 relação de representantes do eleitorado conservador de Douradinho. Eles protestavam contra alguns chefes do Partido em Lavras, que abandonaram seu candidato em eleição realizada poucos dias antes. Eis os nomes: José de Arimathea Moraes, Flávio de Moraes Machado, Joaquim Pereira de Carvalho, Luiz Pereira de Carvalho, Elias Carvalho da Silva, João Baptista de Carvalho, Vicente de Azevedo Chaves, Frutuoso José de Figueiredo, Antônio de Paula Lima, Joaquim de Moraes Machado, José de Moraes Machado, Vicente José Ferreira, Vicente Pereira Caixeta, Saturnino de Moraes Machado, Joaquim Custodio da Silva, João Tavares da Silva, Joaquim Caetano Mendes, Francisco Honório Pereira, Estevão Pereira dos Santos, José Pinto Ferreira, e a rogo de João Gonçalves Corrêa, o Vigário João Baptista das Neves.

5 - **Partido Republicano**.

Segundo Antero de Magalhães, em 1.875 já era grande o movimento republicano no Sul de Minas, onde se organizaram diversos clubes e se fundaram jornais para difundi-lo. Acrescenta que em 1.888 e em janeiro de 1.889 o Partido Republicano se arregimentara na região, e a propaganda atingia o auge do entusiasmo. Entre os próceres do novo regime ele cita, em nossa cidade, o Dr. Astolpho Pio da Silva Pinto, chefe político e deputado constituinte, e

o jornalista José Joaquim dos Santos Silva. Este, desde a fundação do "*Correio do Machado*", em 1.885, lutava pelo fim da Monarquia, enfrentando acirrada oposição. Ao saudar o fim da escravidão, no número 42 de seu jornal, assim se manifestou:

> *"Não ha negar, a Nação exige a sua independencia politica pela republica federativa como impoz a libertação immediata dos escravos. (...) Cumpre hoje aos democratas sinceros aproveitarem o primeiro ensejo para banir de vez a monarchia, que como a escravidão tem depauperado esta Nação e degradado este povo nascido para grandes emprezas. (...) Assim como se lavou a mancha negra da escravidão, lave-se tambem essa nodoa congenere que humilha este povo escravisado ainda pela monarchia. Ás armas cidadãos, a patria e a nossa honra perigam; ás armas!".*

Outro republicano ardoroso e convicto foi José Pereira Arantes. Natural de Pernambuco, veio ainda moço para cá, onde montou farmácia, constituiu família e viveu pelo resto dos dias. Sua atuação na época foi destacada pelo "*Machado-Jornal*" de 14/4/28:

> *"Por occasião do advento da Republica, tambem era de ver o fogo do patriotismo que ardia no seu peito, traduzido naquella voz de trovão: as palavras jorravam da sua boca sedentas de liberdade, impetuosas, em borbotões. No dia em que os jornaes do Rio trouxeram a noticia da proclamação da Republica, á frente da banda de musica, ao estoirar dos foguetões, ao estrugir do povo delirante - elle era a figura dominante, que com o seu verbo inflammado sacudia, electrisava aquelle auditorio.".*

No início de 1.887 já havia em Machado um clube republicano. É o que se vê de curiosa retratação feita por Vigilato de Souza Moreira em três números do "*Monitor*" de março daquele ano:

> *"O abaixo assignado declara que irreflectidamente assignou-se no club republicano desta cidade e que em tempo declara pertencer ás fileiras liberaes.".*

O mesmo semanário, em janeiro de 1.890, noticiou que o Dr. Antônio Cândido Teixeira e o Major Onofre de Souza Dias pretendiam aqui organizar um clube de republicanos moderados.

6 - **Partido Constitucional**.

Também chamado de Partido Republicano Constituci-

onal, tinha o apoio do "*Sexto Districto*". Sua chapa, encabeçada pelo Dr. Flávio de Salles Dias, disputou e perdeu a eleição de 1.894, enfrentando o Partido Católico, ou Moderado. Em abril de 1.895 findou o mandato do diretório local, que foi reeleito.

7 - **Partido Católico, ou Moderado**.

Denominava-se ainda Partido Conciliador. Venceu a eleição municipal de 7 de setembro de 1.894, com chapa liderada por João Nepomuceno Teixeira. O "*Sexto Districto*" o combateu, apelidando seus membros de "*sebastianistas*" - porque ainda sonhavam com a volta do regime monárquico.

8 - **Partido Republicano Mineiro**.

De 1.889 a 1.930 todas as forças políticas do Estado se agregavam no P.R.M.. Segundo Oliveira Torres (*op. cit.*, pág. 1.295), o sistema, cuja base social era o "*coronelismo*", funcionava do seguinte modo:

> *"um único partido no plano estadual (nenhum no plano federal) e dois em cada município, sobrevivência dos velhos partidos imperiais, mas sem cunho ideológico, e congregando os homens de prestígio local. Estes partidos possuíam nomes pitorescos, geralmente de animais, e de cunho insultuoso."*.

Na verdade, em âmbito local não havia partidos, mas simples grupos adversários. Ensina Orlando M. Carvalho:

> *"A regra, no século XX, é as duas facções digladiarem-se em torno do poder municipal, em lutas memoráveis, mas serem governistas para todos os assuntos exteriores ao município: apoiavam ambas o mesmo governador, com o objetivo prudente de evitar que o Executivo nomeasse autoridades policiais, fiscais, educacionais ou sanitárias destinadas a fortalecer o grupo adversário. Assim, encontramos de novo outra singularidade brasileira: facções inimigas, por vezes irreconciliáveis na eleição local, que se unem nas eleições de nível estadual ou federal." (op. cit., pág. 86).*

É que, conforme então se proclamava, "*fora do PRM não havia salvação*". Em novembro de 1.929, discursando na Câmara, o Dr. Edgard Lion assim se manifestou sobre o Partido:

> *"Nâo passa essa aggremiação de um aglomerado de homens que o destino guindou ás altas posições políticas do*

Estado, a que se reunem as situações políticas de todos os municípios, com as orientações administrativas e sociaes, fundamentalmente as mais díspares, as mais desencontradas. Nos Municípios, quando dois partidos se degladeiam em luctas políticas extremas, cada qual defendendo o seu ponto de vista, será incorporado ao PRM aquelle que conseguir vencer o antagonista, ou que escolher o governo para ser o seu amigo. Não pode, portanto, alicerçar-se em princípios um partido político constituído de elementos heterogêneos.".

É muito difícil reconstituir a história das facções locais porque, para evitar melindres, os historiadores evitaram o tema ou o trataram por alto. As pessoas mais velhas, contemporâneas de brigas e perseguições políticas, no geral desconversavam quando perguntadas a esse respeito. O silêncio e o olvido prevaleceram no correr dos anos, e agora só se tem uma ou outra notícia, vaga e fragmentada. João Rodrigues de Carvalho relata que

"A nossa situação, em matéria política, era mais ou menos assim, com dois partidos políticos: o Partido dos Jacobinos e o Partido dos Jagunços, ou ainda: o "Partido dos a Cavalo" e o "Partido dos a Pé", designações locais populares. Era chefe do primeiro, o Dr. Flávio de Sales Dias e do segundo, o Dr. Antônio Cândido Teixeira." (op. cit., págs. 85/86).

Após o governo do Dr. Flávio Dias voltou o Dr. Antônio Cândido Teixeira à chefia política do Município, comandando até as vésperas da morte, em 1.925, o diretório local do P.R.M.. O jornal "*A Liberdade*" nº 157 noticiou a eleição deste, em 24 de dezembro de 1.918, afirmando-o

"constituido pelos mais distinctos cidadãos do municipio que prestam o seu apoio ao velho chefe e amigo dr. Antonio Candido Teixeira. Não nos occorre bem todos os nomes mas pelos que abaixo publicamos os nossos leitores verão o quanto é digno o novo Directorio. São elles: dr. Antonio Candido Teixeira, dr. Edward Dias, P.co Diogo Cavalcanti de Albuquerque, João Vieira da Silva, cap. Jacintho Pereira Dias, cap. João Paulino da Costa, cel. Francisco de Salles Pereira, cel. Flávio de Moraes Machado e mais um dos melhores elementos do Douradinho, cujo nome não nos occorre.".

Ao congresso do P.R.M. em Belo Horizonte, no ano de 1.931, nosso diretório enviou como representantes o Dr. Feliciano Vieira da Silva, o Dr. Homero Costa e Antônio Bernardes Lima. Entrevistado pelo jornal "*A Batalha*", afirmou o primeiro, já chefe político e "*presidente do situacionismo*" local:

"Não houve uma unica defecção no seio do PRM em Machado. O seu directorio é o mesmo antigo directorio. Nenhum dos seus elementos desceu da sua dignidade para adherir á Legião engendrada pelo sr. Francisco Campos.".

Na verdade, houve, sim, perremistas locais que engrossaram as fileiras da "*Legião*", e o próprio Prefeito João Moreira se declarou, na época, representante dos dois partidos. O apoio a ela do desgastado Presidente Olegário Maciel irritou os perremistas, que passaram a criticar o seu governo. Em agosto de 1.931 este sofreu tentativa de golpe, com a ajuda do P.R.M., que se tornou de vez oposição, sob a chefia de Arthur Bernardes. Reorganizado aqui na fase rebelde, e até a extinção em 1.937, o Partido esteve sob o comando do Dr. Edgard da Veiga Lion, que antes o verberara.

9 - **Legião Liberal Mineira**.

Em fevereiro de 1.931 Francisco Campos, Gustavo Capanema e Amaro Lanari criaram a "*Legião de Outubro*", que, segundo W. A. Barbosa, era uma organização política com características militares, destinada a preservar os ideais da Revolução de 1.930. Impuseram a constituição em cada município de um núcleo dela, que, por sua vez, se encarregaria da formação de uma milícia cívica, uniformizada, composta de legionários de 18 a 35 anos, "*de boa saúde, conduta irrepreensível e alfabetizados*".

Por telegrama, em 7 de março seguinte, o Prefeito João de Souza Moreira agradeceu aos organizadores sua "*designação*" para delegado da Legião no Município, hipotecando-lhes inteiro apoio.

Em 21 de abril do mesmo ano ela deu demonstração de força em Belo Horizonte, promovendo grande desfile cívico, para o qual convocou milicianos de todo o Estado. Nosso Prefeito comunicou o comparecimento de 20 a 30 milicianos machadenses, designando para representá-lo no ato João Honorato de Carvalho e Augusto Tavares Paes. Feliciano Floriano dos Santos Silva ("Facinho") e seu filho Evâneo dos Santos Silva, partícipes da parada, estiveram depois dela em visita à redação do "*Minas-Gerais*".

As notícias da Legião ocupavam diariamente páginas do jornal do Estado, evidenciando seu caráter oficioso e autoritário. Nossos conterrâneos, temerosos, telegrafaram em solidariedade a seus chefes após o desfile, e comprometeram-se a tomar parte na assembléia legionária. Nesta, que se realizou em 1º de julho de 1.931, a "*Legião de Outubro*" ficou politicamente organizada como Legião Liberal Mineira, adotando o programa da Aliança Liberal. João de Souza Moreira compareceu à assembléia como delegado de Machado.

Em abril de 1.932 decidiu-se que a Legião e o P.R.M..

se fundiriam para formar outra agremiação.

10 - **Partido Social Nacionalista**.

Foi fundado em 19 de abril de 1.932, para reunir a Legião Liberal e o P.R.M., que deveriam desaparecer. Seus estatutos e programa foram publicados no "*Minas-Gerais*" do dia seguinte, e subscritos por João de Souza Moreira em nome da Legião e do P.R.M. de Machado. Suponho que teve curta duração, pois já em novembro do mesmo ano a imprensa oficial noticiou que se cuidava da formação de novo partido em Minas, "*sob a inspiração de O. Maciel*".

11 - **Partido Progressista**.

Bandeando-se o P.R.M. para o lado contrário ao governo, o situacionismo se reaglutinou sob a sigla do Partido Progressista. Por volta de 1.932, seus adeptos, entre nós, eram apelidados de "*leiteiros*" e recebiam oposição dos "*caratingas*", pertencentes ao P.L.M..

Em março de 1.935, o jornal "*O Machadense*" apoiava a adesão sem restrições ao Governo Estadual:

> *"A dualidade de partidos estaduaes, não influe de modo algum em Machado, porque o povo machadense, em sua quase totalidade com differença de um reduzido numero, está e estará sempre, como é seu dever precípuo e de interesse do Município, com o governo do Estado!"*.

O diretório local foi presidido pelo Dr. Feliciano Vieira da Silva. Na reabertura dos trabalhos da Câmara, em agosto de 1.936, tinha a maioria, liderada por Homero Costa, e enfrentava a voz solitária de Edgard Lion.

12 - **Partido Liberal de Machado**.

Sua criação no Município, em torno de 1.932, foi assim narrada por Edgard Lion em discurso na Câmara Municipal:

> *"Decretada a lei eleitoral, que devia conduzir o Paiz ao regimen constitucional, os elementos mais graduados do partido que havia sido descido das posições pelo Presidente Olegário trataram de se reorganizar, sob o nome de Partido Liberal de Machado, para concorrer nas urnas contra o governo e contra os elementos que êle prestigiava no*

município. Fui, então, solicitado para fazer parte desse partido, como elemento notório da oposição. Relutei em aceitar o convite, na crença manifesta, logo nas primeiras eleições confirmada, de que o partido não era inspirado pelo ideal da oposição, mas pelo só desejo de reconquista dos postos perdidos. Aceitando, dêle fiz parte até o dia em que tive certeza de que seus membros mais preeminentes tramavam com o governo um acordo, em virtude do qual ficar-lhes-iam asseguradas as posições em troca do apoio eleitoral.".

Os liberais oposicionistas tinham o apelido de "*caratingas*", que, conforme Rodrigues de Carvalho, derivou do batalhão da cidade de Caratinga, aqui acampado durante a Revolução de 1.932. Contrapunham-se aos "*leiteiros*", como acima referido. Seu chefe era Feliciano Floriano dos Santos Silva, o "Facinho". Tinham por cabo eleitoral mais conhecido o comerciante Evaristo Simão da Silva. Recomendavam aos contribuintes que não pagassem impostos, para enfraquecer o governo.

11 - **Partido Nacionalista**.

Instrumento do Governo, foi presidido em Minas por Benedito Valladares. Em junho de 1.937 participaram de sua convenção em Belo Horizonte, como representantes de Machado, o Prefeito João Vieira da Silva, Homero Costa, João Honorato de Carvalho e João Luiz Garcia.

No dia 29 de agosto seguinte houve reunião para organizar o diretório local, que ficou assim composto: Dr. Feliciano Vieira da Silva, João Luiz Garcia, Lindolfo de Souza Dias, Dr. Edvar Dias, Isaltino Virgílio Franco, João Pereira Caixeta, Dr. Hércules Prescildo Nannetti, Dr. João de Souza Moreira, Dr. Homero Costa, João Vieira da Silva e Feliciano Floriano dos Santos Silva.

Em setembro formou-se o diretório distrital de Cana do Reino, em casa de João Honorato de Carvalho.

Teve curta duração, pois no final daquele ano foram extintas todas as agremiações políticas.

14 - **Ação Integralista Brasileira**.

O partido de Plínio Salgado também se organizou entre nós. Informa Rodrigues de Carvalho que seu núcleo, em atividade, estava instalado na atual Rua Prof. José Vieira, em casa de João Carvalho.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro n. 2 de Atas da Câmara Municipal de Machado - págs. 4/6 e 28/30;
2 - "A Batalha", Rio de Janeiro - 29/8/1.931;
3 - "A Liberdade" n. 157 - 12/1/1.919 - pág. 1;
4 - "Aurora Fluminense", Rio de Janeiro - n. 474 - 20/4/1.831 - pág. 2;
5 - "Correio do Machado" n. 42 - 20/5/1.888 - págs. 1 e 2;
6 - "Jornal do Machado" ns. IX - 6/4/1.924 - pág. 3;
9 - 27/6/1.937 - pág. 3;
18 - 29/8/1.937 - pág. 4;
19 - 5/9/1.937 - pág. 4;
21 - 26/9/1.937 - pág. 4;
7 - "Minas-Gerais" de 9 e 10/3/1.931 - pág. 2;
30 e 31/3/1.931 - pág. 1;
19/4/1.931 - pág. 1;
24/4/1.931 - pág. 3;
25/4/1.931 - pág. 2;
10/5/1.931 - pág. 7;
2/7/1.931 - pág. 1;
17/4/1.932 - pág. 10;
20/4/1.932 - págs. 6 a 8;
8 - "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, números:
249 - 16/10/1.876 - pág. 4;
329 - 26/4/1.878 - pág. 4;
347 - 14/8/1.878 - pág. 4;
467 - 14/8/1.880 - pág. 2;
714 - 2/10/1.884 - pág. 3;
736 - 22/2/1.885 - pág. 4;
842 - 6/3/1.887 - pág. 3;
843 - 13/3/1.887 - pág. 3;
844 - 20/3/1.887 - pág. 3;
992 - 19/1/1.890 - pág. 3;
1.036 - 23/11/1.890 - pág. 3;
9 - "Machado-Jornal" n. 16 - 14/4/1.928 - pág. 3;
10 - "O Imparcial" n. 76 - 23/3/1.952 - pág. 1;
11 - "O Machadense" n. 108 - 26/7/1.934 - pág. 1;
n. 139 - 14/3/1.935 - pág. 1;
12 - "Sexto Districto" n. 5 - 5/9/1.894 - págs. 1 e 2;
n. 12 - 5/5/1.895 - pág. 2.

B - **secundárias**

1 - Afonso Arinos de Melo Franco - "História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil" - 3ª ed., Editora Alfa-Ômega, São Paulo, 1.980;
2 - Alcir Lenharo - "As Tropas da Moderação" - Edições Símbolo, São Paulo,

1.979, págs. 122/123;
3 - Antero de Magalhães - “Memória Histórica da Propaganda Republicana no Sul de Minas” - na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, vol. XI, Belo Horizonte, 1.964, págs. 191 e 210;
4 - Augustin Wernet - “O Período Regencial” - 4ª ed., Global Editora, São Paulo, 1.986, págs. 25 a 31;
5 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanack Sul-Mineiro para 1884” - Typographia do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.884, págs. 230/231;
6 - Cordélia Vieira Lion - “Edgard da Veiga Lion” - biografia em “Coletânea de Monografias sobre Vultos Machadenses” - Serviço de Educação e Cultura da P. M. de Machado, mimeografado, 1.986, pág. 36;
7 - David Verge Fleischer (organizador) - “Os Partidos Políticos no Brasil” - 2 volumes, Editora Universidade de Brasília, 1.981;
8 - João Camilo de Oliveira Tôrres - “História de Minas Gerais” - vol. 3, 3ª ed., Editora Lemi S/A, Belo Horizonte, 1.980, págs. 1.293/1.324, 1.374/1.375, 1.474 e 1.478;
9 - João Rodrigues de Carvalho - “História de Machado” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 85/86, 98 e 124;
10 - Maria do Carmo Campello de Souza - “Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)” - Ed. Alfa-Ômega, São Paulo, 1.976;
11 - Orlando M. Carvalho - “A Formação dos Partidos Políticos em Minas Gerais” - trabalho publicado no 2º volume da obra referida no número 7, págs. 67 a 96;
12 - Vamireh Chacon - “História dos Partidos Brasileiros” - 2ª ed., Editora Universidade de Brasília, 1.985;
13 - Waldemar de Almeida Barbosa - “História de Minas” - vol. 3, Editora Comunicação, Belo Horizonte, 1.979, págs. 686 a 693.

****

OS PARTIDOS POLÍTICOS APÓS O ESTADO NOVO

1) - Introdução.
2) - Partido Social Democrático (1).
3) - União Democrática Nacional.
4) - Partido Trabalhista Brasileiro (1).
5) - Partido Republicano.
6) - Partido Social Progressista.
7) - Grupos de Onze.
8) - Aliança Renovadora Nacional.
9) - Movimento Democrático Brasileiro.
10) - Partido Democrático Social.
11) - Partido Popular.
12) - Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
13) - Partido dos Trabalhadores.
14) - Partido Democrático Trabalhista.
15) - Partido da Frente Liberal.
16) - Partido Trabalhista Brasileiro (2).
17) - Partido Democrata Cristão.
18) - Partido Comunista Brasileiro.
19) - Partido da Social Democracia Brasileira.
20) - Partido Liberal.
21) - Partido Social Democrático (2).
22) - Partido da Mobilização Nacional.
23) - Partido Progressista Brasileiro.
24) - Partido Popular Socialista.
25) - Partido da Solidariedade Nacional.
26) - Partido Verde.

****

1 - **Introdução**.

O Estado Novo dissolveu todos os partidos políticos (decreto-lei nº 37, de 2/12/37), e governou sem eles até os estertores. Só em 28 de maio de 1.945 é que o decreto-lei 7.586 voltou a admitir sua formação, exigindo contudo que tivessem âmbito nacional. Nasceram a partir de então as três agremiações dominadoras do cenário político até 1.965: Partido Social Democrático, União Democrática Nacional e Partido Trabalhista Brasileiro. À sua sombra vicejaram diversos micropartidos, entre os quais cumpre destacar o Republicano e o Social Progressista.

O golpe de 1.964 confirmou, mais uma vez, a exatidão da afirmativa de Kelsen de que a democracia é, necessária e inevitavelmente, um Estado de partidos. Como fizera o regime de Vargas, o Ato Institucional nº 2, de 27/10/65, extinguiu todas as agremiações políticas e cancelou os seus registros. Menos de um mês depois, o Ato Complementar nº 4 permitiu o bipartidarismo. Constituíram-se então a A.R.E.N.A., de apoio à ditadura, e o M.D.B., como oposição consentida. Ambos foram extintos pela lei 6.767, de 20/12/79. A seguir, em hábil manobra divisionista do Senador Petrônio Portella, abriu-se o leque partidário. A redemocratização do País levou-o ao exagero, ensejando a proliferação de siglas de aluguel, sem nenhuma representatividade.

2 - **Partido Social Democrático** (1).

Para sua fundação em Minas, no dia 8 de abril de 1.945, o Interventor Benedito Valladares convocou todos os prefeitos nomeados, em companhia de cinco a dez pessoas de influência nos respectivos municípios. Foi, portanto, desde o início, um partido situacionista, formado por chefes políticos. Entre suas características Lúcia Hippolito ressalta a conciliação, o legalismo e a experiência das lideranças, mas também a oligarquização que impedia o renovamento do comando.

Em Machado, ele só deixou o poder nas gestões de Gustavo Carneiro Dias (que fora eleito por sua legenda) e Lucas Tavares de Lacerda. Esteve sob a presidência do Dr. Feliciano Vieira da Silva dos primórdios até 1.958. Em convenção realizada no dia 4 de maio daquele ano o diretório municipal foi reestruturado, passando a ter a seguinte composição: *1º presidente*: Lúcio Dias Vieira; *2º presidente*: João Westin Júnior; *1º vice-presidente*: Euclides de Souza Moreira; *2º vice-presidente*: Hércio Swerts Dias; *1º tesoureiro*: João Batista Dias Swerts; *2º tesoureiro*: Otaviano de Paiva Reis; *1º secretario*: Demerval Swerts Costa; *2º secretário*: José Lauro de Souza; *3º secretário*: Edmundo Pereira.

Lúcio Dias Vieira dirigiu o Partido até a extinção, em outubro de 1.965.

3 - **<u>União Democrática Nacional</u>**.

Existiu na mesma época de seu maior adversário, o P.S.D.. Era, no plano nacional, um partido de elite, bacharelesco, golpista e voltado à direita. Todavia, como ressalta David V. Fleischer (*op. cit., 2º vol., pág. 102*),

> *"No interior mineiro, a filiação à U.D.N. dependia mais das lutas políticas locais, onde os que não apoiavam a situação municipal (ligada ao Interventor e ao PSD) não tinham saída a não ser ingressar na UDN."*.

Assim ocorria em Machado, onde ela não tinha os caracteres acima apontados, e sempre se coligou com o P.T.B. e o P.R. para enfrentar o situacionismo. Chegou ao poder em 1.959, com Lucas Tavares de Lacerda, embora já o tivesse compartilhado nas gestões de João Antônio da Costa e Gustavo Carneiro Dias.

No dia 20 de outubro de 1.946 oficializou-se a fundação do diretório local da U.D.N., em reunião na casa de João Luiz Garcia. Este foi escolhido presidente, e os demais cargos assim se distribuíram: *<u>1º vice-presidente</u>* - Aristides Pio de Araújo Dias; *<u>2º vice-presidente</u>* - José Cândido de Souza Dias; *<u>1º secretário</u>* - Rúbens Pinto Garcia; *<u>2º secretário</u>* - Benedito Fonseca da Silva; *<u>1º tesoureiro</u>* - José Jacinto Pereira Dias; *<u>2º tesoureiro</u>* - Nélson Garcia. Elegeu-se representante trabalhista José Maria Pereira.

Em novembro de 1.947, agastado com o que considerou uma traição do P.S.D. no pleito municipal, Garcia decidiu passar a presidência ao substituto legal.

O diretório foi reeleito em abril de 1.950, com a troca do 2º secretário por Nélson Moreira Cavalcanti.

Quatro anos depois, de novo na presidência do Partido, João Luiz Garcia comandou a reorganização do diretório, que se compôs deste modo: *<u>presidente</u>* - José Cândido de Souza Dias; *<u>1º vice-presidente</u>* - Nélson Garcia; *<u>2º vice-presidente</u>* - João Pereira Caixeta; *<u>3º vice-presidente</u>* - Paulo Teixeira; *<u>1º secretário</u>* - João de Lima; *<u>2º secretário</u>* - Rúbens Pinto Garcia; *<u>1º tesoureiro</u>* - Hélio Pereira Dias; *<u>2º tesoureiro</u>* - Waldemar Caixeta Sobrinho; *<u>3º tesoureiro</u>* - João Lopes Rocha.

Em agosto de 1.958 houve nova estruturação da cúpula partidária: *<u>presidente</u>* - Paulo Teixeira; *<u>1º vice-presidente</u>* - José Cândido de Souza Dias; *<u>2º vice-presidente</u>* - Alfredo Bíscaro; *<u>3º vice-presidente</u>* - Nélson Garcia; *<u>1º secretário</u>* - João de Lima; *<u>2º secretário</u>* - Gylvio Dias Rebello; *<u>1º tesoureiro</u>* - João Lopes Rocha; *<u>2º tesoureiro</u>* - Afrânio de Almeida Nogueira.

Finalmente, em junho de 1.962 o diretório municipal

passou a ser constituído por estes membros: *presidente* - Paulo Teixeira; *1º vice-presidente* - José Cândido de Souza Dias; *2º vice-presidente* - Alfredo Bíscaro; *3º vice-presidente* - Hílton Luiz Moreira Dias; *1º secretário* - João de Lima; *2º secretário* - João Lopes Rocha; *1º tesoureiro* - Hugo Signoretti; *2º tesoureiro* - Manoel Alves Campos Sobrinho.

4 - **Partido Trabalhista Brasileiro** (1).

Afirma Orlando M. Carvalho que o P.T.B., nos municípios mineiros, era um partido que veio de fora para dentro, encontrando os quadros políticos definidos entre duas facções. A partir de 1.950 ele se organizou como elemento de reação contra as elites locais, disputando eleições em todos os níveis.

Aqui foi tradicional aliado da U.D.N. e do P.R.. Participou da coligação que elegeu João Antônio da Costa, em 1.947. Sua legenda abrigou o Prefeito Gustavo Carneiro Dias quando este, rompendo com o cunhado e chefe político Dr. Feliciano Vieira, saiu do P.S.D.. Conseguiu, com José Maria Pereira, o cargo de vice-prefeito nas eleições de 1.958 e 1.962. Teve vereadores em todos os governos, até 1.962.

Em dezembro de 1.947 era entre nós presidido por Paulo Costa Dias, conforme se lê no livro nº 2 de atas da Câmara Municipal.

Em março de 1.958 o diretório municipal petebista foi assim reestruturado: *presidente* - Ricardo Annoni Filho; *1º vice-presidente* - José Maria Pereira; *2º vice-presidente* - Carlos Legnani; *secretário-geral* - Abel Faleiro; *1º secretário* - Geraldo Luís Costa; *2º secretário* - Herculano Pereira; *tesoureiro-geral* - José Cândido de Oliveira; *1º tesoureiro* - Álvaro Ivo da Silva; *2º tesoureiro* - João Bueno de Almeida. Nessa época sua sede ficava na Praça Antônio Carlos, esquina com a Rua Vinte e Um de Abril.

No final de 1.962 o P.T.B. local era dirigido por Abel Faleiro.

5 - **Partido Republicano**.

Nasceu do velho P.R.M. de Arthur Bernardes, unido a outros partidos menores. Seu comandante em Machado foi sempre Edgard da Veiga Lion. Ignoro a composição dos diretórios que constituiu.

Na eleição de 1.947 enfrentou escoteiro a coligação P.S.D.-U.D.N.-P.T.B., e elegeu apenas um edil. Nas seguintes, até a extinção, sempre se uniu à U.D.N. e ao P.T.B.. Em 1.962, por acordo com os aliados, apresentou a chapa completa de vereadores, e conseguiu maioria na Câmara.

6 - **Partido Social Progressista**.

Suas raízes eram paulistas, e abrigava os seguidores de Adhemar de Barros. Aqui teve a liderança de Ary Pereira Caixeta, que por ele disputou sem êxito uma cadeira na Assembléia Legislativa, em 1.950. Coligou-se aos partidos oposicionistas nos pleitos municipais de 1.954 e 1.958.

7 - **Grupos de Onze**.

Merecem lembrança, embora não tenham sido um partido político. Também chamados de "comandos nacionalistas", formaram-se em todo o Brasil, a partir de novembro de 1.963, por proposta do Deputado Leonel Brizola. Eram três seus objetivos fundamentais: defesa das conquistas democráticas do povo brasileiro, reformas de base imediatas e libertação nacional. Através deles se buscava organizar os adeptos de seu criador e aumentar o poder de pressão das massas em favor das mudanças nacionalistas. Como afirma o "*Perfil dos Atingidos*",

> *"Desde o primeiro dia de abril de 1964 a repressão desfechada pelo novo regime se abateu com certa predileção sobre esses agrupamentos, apontando-os indiscriminadamente como comunistas e vinculados ao PCB. Nas mais provincianas cidades do interior foram presos e perseguidos cidadãos que estariam articulando a formação de Grupos de Onze e centenas de inquéritos foram instaurados pela própria polícia local, indiciando esses seguidores de Brizola."*.

O Grupo machadense foi fundado por Américo Signoretti, e dele participaram Acácio Almeida, Antônio Lorenzotti, Benedito de Paula Ferreira, Carlos Egberto Legnani, Geraldo dos Anjos Lima, José Benedito de Souza, José Cássio Nannetti Dias, José William Garcia Annoni, Juvenal Rezende e Maurílio Carneiro Dias.

Segundo as informações obtidas, nem chegou a atuar politicamente. Foi dissolvido pela Polícia, que instaurou inquérito, depois arquivado, para investigação de suas atividades.

8 - **Aliança Renovadora Nacional**.

Imposto o bipartidarismo, os grupos rivais que apoiavam o regime autoritário tiveram de conviver sob esta sigla. Em Machado, os egressos da U.D.N. e do P.R. se acomodaram na A.R.E.N.A.-1; os do P.S.D., na A.R.E.N.A.-2.

O Partido levou à vitória os prefeitos Francisco Vieira Guerra (segunda gestão) e Wálter Palmeira. No pleito municipal seguinte, embora com o candidato mais votado, perdeu para o M.D.B. na soma das sublegendas. Teve maioria na Câmara de 1.967 a 1.973.

Em agosto de 1.969, Lúcio Dias Vieira renunciou ao cargo de vice-prefeito para pleitear o de presidente do diretório municipal da A.R.E.N.A..

Na convenção efetuada em 16 de janeiro de 1.972 renovou-se o diretório, que a seguir elegeu esta comissão executiva: *presidente* - Lúcio Dias Vieira; *vice-presidente* - Rúbens Pinto Garcia; *secretário* - Luiz de Mello Campos; *tesoureiro* - Dolbi de Souza Magalhães. Em agosto do mesmo ano renunciou o Presidente. Seu posto foi assumido pelo Vice, que em 19 de novembro de 1.974 também resignou. A partir daí, e até a convenção, em julho de 1.975, a A.R.E.N.A. local foi dirigida por Wálter Palmeira. Naquela ocasião elegeram-se os membros do diretório, suplentes e a comissão executiva seguinte: *presidente* - Wálter Palmeira; *vice-presidente* - Francisco Vieira Guerra; *secretário* - Marcelo Carvalho Vieira; *tesoureiro* - Dolbi de Souza Magalhães.

9 - **Movimento Democrático Brasileiro**.

Seus livros de atas foram perdidos. Consta que se formou aqui em 1.967, e que o primeiro presidente do diretório local foi Plínio da Silva Dias.

No início de 1.972 elegeu comissão executiva composta, entre outros, pelos seguintes membros: *presidente* - Jorge Eduardo Vieira de Oliveira; *vice-presidente* - José Maria Pereira; *tesoureiro* - Ricardo Ferreira Braga.

Governou o Município de 1.973 a 1.977 e no início da primeira gestão de Pereira Dias, que o trocou informalmente pela A.R.E.N.A. e, depois, se filiou ao P.D.S.. A saída do Prefeito fez com que também perdesse a maioria na Câmara.

10 - **Partido Democrático Social**.

Sucessor da A.R.E.N.A., nasceu em 1.980, formando comissão provisória sob a direção de Clêuton Pereira Gonçalves. Chegou ao poder com a filiação do Prefeito Carlos Alberto Pereira Dias. Perdeu o pleito municipal de 1.982, mas conseguiu eleger bancada minoritária de seis vereadores.

Em convenção, no dia 23 de maio de 1.982, foi eleita esta comissão executiva: *presidente* - Wálter Palmeira; *vice-presidente* - José

Washington Moreira de Carvalho; *secretário* - Paulo de Tarso da Costa Leite; *tesoureiro* - Itamar José Costa.

Seu diretório municipal desativou-se alguns anos depois.

11 - **Partido Popular**.

Este partido, que almejava congregar políticos de centro, teve curta duração. Já em 1.982 incorporou-se ao P.M.D.B., para resistir aos casuísmos do Governo Federal.

Sua organização entre nós, no primeiro semestre de 1.981, foi liderada pelo ex-prefeito Jorge Eduardo Vieira de Oliveira, escolhido presidente da comissão provisória. Chegou a ter cerca de 250 filiados que, na verdade, pertenciam à mesma corrente peemedebista, dividida apenas para ocupar mais espaço.

12 - **Partido do Movimento Democrático Brasileiro**.

Criado em substituição ao M.D.B., assumiu o comando político local de 1.983 a 1.988. Perdeu a Prefeitura no governo seguinte, mas manteve a maioria na Edilidade, com sete vereadores. Voltou a ser derrotado (em coligação com o P.S.D.B. e o P.S.D.) na disputa majoritária de 1.992, e elegeu apenas três edis. No pleito de 1.996, de novo unido ao P.S.D.B., sofreu a terceira derrota consecutiva para o Executivo, e ficou com o mesmo número de vereadores.

Constituiu-se através de comissão provisória presidida por José Maria Pereira. Em 25 de abril de 1.982 foi formado o diretório municipal, cuja chefia coube a Jorge Eduardo Vieira de Oliveira.

Em 3 de julho de 1.983 ocorreu a renovação do diretório, sendo a seguir escolhida esta comissão executiva: *presidente* - José Maria Pereira; *vice-presidente* - José Caixeta; *secretária* - Marilda Signoretti Reis; *tesoureiro* - Mauro Dias de Aguiar. O Presidente morreu no curso do mandato, sendo substituído pelo Vice-Presidente.

No dia 1º de julho do ano seguinte a executiva foi reeleita. Estando vaga a vice-presidência, escolheu-se para ocupá-la José Leite da Silva.

Em 7 de julho de 1.985 renovaram-se os membros do diretório, os delegados à convenção regional e os suplentes. Na comissão executiva apenas mudou o vice-presidente: falecido o anterior, elegeu-se para o cargo Luiz José Nery.

Em julho de 1.987 o diretório municipal era comandado por José Caixeta. No dia 27 de março do ano seguinte houve nova convenção para escolha de dirigentes.

Em março de 1.990 era presidente da comissão executiva José Caixeta, que em 25 daquele mês convocou os correligionários para escolha de novos diretório e comissão executiva. Em abril seguinte ele deixou o Partido.

Em convenção realizada no dia 15 de março de 1.992 foi escolhida esta comissão executiva: *presidente* - José Cândido de Souza Dias Filho (reeleito); *vice-presidente* - Luiz José Nery; *secretário* - Luiz Gonzaga Xavier; *tesoureiro* - Mauro Dias de Aguiar.

Em novembro de 1.995 houve eleição do novo diretório municipal, em convenção convocada pela comissão provisória. O presidente escolhido, José da Cruz Silva, obteve recondução nos anos seguintes.

No dia 15 de novembro de 1.997, por iniciativa do Deputado Jorge Oliveira, o Partido comemorou 30 anos da fundação de seu antecessor, o M.D.B., em festa que reuniu cerca de 300 pessoas no salão da Dismabe. Sua sede ficava então na Rua Major Feliciano, 164.

Nova direção local foi escolhida em 17 de outubro de 1.999: *presidente* - José da Cruz Silva; *vice-presidente* - João Emygdio Gonçalves; *secretária geral* - Vânia Moterani Swerts; *1ª secretária* - Valéria Diniz Rodrigues Gabriel; *2ª secretária* - Clélia Nery Dias; *1º tesoureiro* - Benedito Carvalho Vilela; *2º tesoureiro* - Sebastião Soares de Carvalho. O Partido tinha, na época, cerca de 370 filiados no Município.

Pouco antes do pleito municipal de 2.000, Jorge Eduardo determinou que o Partido apoiasse o candidato do tradicional adversário P.F.L., em troca da ajuda recebida na sua eleição para deputado estadual, dois anos antes. Apesar do desconforto causado e de poucas defecções, a aliança se concretizou, tendo o P.M.D.B. indicado o candidato a vice-prefeito. Mesmo derrotado, levou à Câmara três vereadores.

13 - **Partido dos Trabalhadores**.

Ao realizar aqui a primeira convenção, em 9 de agosto de 1.981, tinha 78 membros. Formado o diretório municipal, elegeu-se esta comissão executiva: *presidente* - Roque Eliseu Mendes Gonçalves; *vice-presidente* - Rafael Ferreira da Silva; *secretário* - Alex Silveira; *tesoureiro* - Noel Carlos Neves; *vogal* - Delmário Lopes de Oliveira.

Sem chance de vitória, disputou o pleito de 1.982 para

marcar posição, lançando candidatos à Prefeitura e à Câmara. O órgão dirigente foi renovado em 18 de dezembro de 1.983: ***presidente*** - Roque Eliseu Mendes Gonçalves; ***vice-presidente*** - Darcy Alves Caixeta; ***secretário*** - Mílton Verdade Costa; ***tesoureira*** - Conceição Almeida Vieira. A seguir entrou em recesso por alguns anos.

Na eleição de 1.988, desestruturado e sem postulantes próprios, apoiou o P.M.D.B.. Em abril de 1.989 publicou o boletim "*Boca no Trombone PT*". Em outubro do mesmo ano realizou encontro na Rádio Difusora, para avaliar o próprio desempenho e a campanha presidencial. No início de 1.990 era dirigido informalmente por Marcos Reis Pereira.

Em reunião de 1º de maio de 1.991 organizou nova comissão provisória: ***presidente*** - Francisco de Assis Rodrigues; ***vice-presidente*** - Roberto Camilo Órfão de Morais; ***tesoureira*** - Margareth Silva; ***secretária*** - Marisa Annoni de Souza.

Em abril de 1.992, já na sede da Rua Marechal Deodoro, 189, sub-solo (a anterior ficava na Major Onofre, Vila Santa Helena), houve encontro municipal e convenção para escolha do diretório. No dia 29 daquele mês elegeu-se esta comissão executiva: ***presidente*** - Francisco de Assis Rodrigues; ***vice-presidente*** - Roque Eliseu Mendes Gonçalves; ***secretário*** - Paulo Sérgio Siqueira; ***tesoureira*** - Marisa Annoni de Souza.

Apresentou, sem sucesso, candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador na eleição de 1.992. Em março de 1.993, com 114 filiados, decidiu, por votação, apoiar o presidencialismo.

Em 29 de maio de 1.994 o diretório reuniu-se, informalmente e sem registro, para preencher os lugares do presidente e do vice-presidente, vagos com a mudança do primeiro e a morte do segundo. Foram ocupados, respectivamente, por Paulo Sérgio Siqueira e Aparecida Vilhena, conforme notícia da imprensa. A secretaria ficou a cargo de João Paulo Domingos Zambaldi.

Em agosto de 1.996 efetuou reunião na E.E. "*Iracema Rodrigues*", para discutir a reorganização partidária e a política local. Com o diretório desativado, não lançou candidatos nem participou da eleição municipal daquele ano.

Simpatizantes movimentaram-se em julho de 1.999 para reerguê-lo. Convenção realizada no dia 5 de setembro seguinte elegeu diretório local, presidido por Paulo Sérgio de Siqueira.

Em 1º de maio de 2.000 inaugurou nova sede, em prédio alugado, na Rua Dom Hugo, 547. Na eleição municipal do mesmo ano apoiou o candidato a prefeito vitorioso, e elegeu seu primeiro vereador.

14 - **Partido Democrático Trabalhista**.

Por iniciativa de Eliseu José Teixeira Filho, começou a organizar-se no Município em meados de 1.985. A convenção para escolha do diretório, marcada para outubro daquele ano, foi adiada por um mês, e ignoro se se efetuou. Em maio de 1.989 a imprensa noticiou a realização do seu primeiro encontro em Machado.

Em 22 de abril de 1.990 elegeu esta comissão executiva: *presidente* - Alex Nogueira Nannetti; *vice-presidente* - José Botazzini; *secretário* - Fábio Couto Brigagão; *tesoureiro* - Argemiro Cândido de Oliveira. Em 22 de novembro de 1.991 ela foi assim renovada: *presidente* - José Botazzini; *vice-presidente* - Agostinho Waldvar Pereira; *secretário* - Fábio Couto Brigagão; *tesoureiro* - Pedro Paulo Pereira. Nova eleição da executiva ocorreu dois anos depois: *presidente* - Ieso Magalhães Paes; *vice-presidente* - Édson Rúbens S. Leite; *secretário* - Fábio Couto Brigagão; *tesoureiro* - Ednaldo Rodrigues de Souza.

Em março de 1.994 o vice-presidente voltou a ser Agostinho W. Pereira. Pleito de 24 de setembro de 1.995 deu a seguinte composição ao órgão de que se cuida: *presidente* - José Botazzini; *vice-presidente* - Ieso Magalhães Paes; *secretário* - Gabriel Silva dos Santos; *tesoureiro* - Gílson Generoso Gonçalves. Com a saída do secretário, em janeiro de 1.996 seu lugar foi ocupado por Lourenço Leal de Almeida. Por fim, em 7 de dezembro de 1.997 elegeu-se esta cúpula partidária: *presidente* - José Botazzini; *vice-presidente* - Pedro Paulo Pereira; *secretário* - Ieso Magalhães Paes; *tesoureiro* - Gílson Generoso Gonçalves.

O P.D.T. participou pela primeira vez de eleição municipal em 1.992, já conquistando a Prefeitura e duas cadeiras na Câmara. No pleito seguinte, em coligação com o P.T.B., manteve-se à frente do Executivo, e elegeu dois vereadores. Em outubro de 1.997 seu maior nome, o ex-prefeito Vilela, deixou-o para disputar por outra legenda futuro pleito.

Foi novamente vitorioso na eleição de 2.000, unido ao P.T.B., P.M.N., P.T.,, P.H.S. e P.L.. Elegeu, além do prefeito, três vereadores.

15 - **Partido da Frente Liberal**.

Sua comissão provisória, formada em janeiro de 1.986, teve a presidência de José Marcos Vieira Dias. O diretório municipal, eleito em agosto seguinte, escolheu após esta comissão executiva: *presidente* - Carlos Alberto Pereira Dias; *vice-presidente* - Paulo de Tarso da Costa Leite; *secretário* - José Vítor da Silva; *tesoureiro* - Clêuton Pereira Gonçalves.

O comando partidário foi renovado em 1º de março de

1.988, com a eleição da executiva que segue: *presidente* - Sebastião Tardiolli; *vice-presidente* - Afonso Azevedo de Paiva Reis; *secretário* - Paulo de Tarso da Costa Leite; *tesoureiro* - Paulo Sérgio Campos Caixeta.

Em 15 de março de 1.992 formou-se nova comissão executiva: *presidente* - Antônio Machado Dias: *vice-presidente* - Joaquim de Souza Lima; *secretário* - Édson Luiz de Carvalho; *tesoureiro* - José Wanderley de Almeida.

Novas convenções, destinadas a renovar o diretório municipal, ocorreram em 22 de maio de 1.994 e 15 de outubro de 1.995. Ignoro o que foi nelas decidido.

Em 1.988 o Partido conquistou a Prefeitura, com Carlos Alberto Pereira Dias, e fez a segunda bancada da Câmara (cinco edis). Não lançou candidatos ao Executivo no pleito municipal seguinte, mas elegeu três vereadores. Derrotado na disputa majoritária em 1.996, obteve porém quatro cadeiras na Edilidade.

José Pereira Lima Filho foi escolhido presidente da comissão executiva do diretório municipal, em convenção que se realizou no dia 6 de março de 1.999.

Aliado ao P.M.D.B., ao P.P.S. e ao P.P.B., o Partido sofreu novo revés na eleição local de 2.000, mas conseguiu eleger três vereadores.

16 - **Partido Trabalhista Brasileiro** (2).

Segundo partido com o mesmo nome, aqui organizou diretório em 19 de janeiro de 1.986. Eis a comissão executiva escolhida: *presidente* - Rúbens Pinto Garcia; *vice-presidente* - Abel Faleiro; *secretário* - Roberto Rodrigues Signoretti; *tesoureiro* - Hernani Pereira Neves.

Enfrentou dificuldades com a saída do Deputado Rúbens Garcia. Em 24 de abril de 1.988 foi reestruturado o diretório municipal, que em seguida escolheu esta comissão executiva: *presidente* - José Henrique dos Santos; *vice-presidente* - Albacyr Pereira Palmeira; *secretário* - Ottmar Mário Dullius; *tesoureiro* - José Cláudio de Carvalho.

Em 25 de abril de 1.990 elegeu novos dirigentes: *presidente* - Lourenço Leal de Almeida; *vice-presidente* - João de Paula Pereira; *secretário* - Ottmar Mário Dullius; *tesoureiro* - José Henrique dos Santos.

Nova convenção para renovar a cúpula partidária realizou-se em 19 de abril de 1.992. Nela foi formada a executiva seguinte: *presidente* - Lourenço Leal de Almeida; *vice-presidente* - Márcio Franco Caixeta; *secretário* - Josué da Silva Lucas; *tesoureiro* - Acácio Félix Costa.

No dia 1º de maio de 1.996 o diretório local constituiu nova comissão executiva: *presidente* - Abel Faleiro; *vice-presidente* - Mário Lúcio da Silva: *2º vice-presidente* - Marco Antônio da Silva; *secretário geral* - Josué da Silva Lucas; *secretária adjunta* - Dulcilene Gonçalves Freitas Oliveira; *tesoureiro* - Hélio D'Andréa.

Os petebistas coligaram-se com o vitorioso P.F.L. na eleição de 1.988, apresentando apenas candidatos a vereador. Um deles chegou ao Legislativo. Unidos ao P.L., perderam o pleito majoritário de 1.992, e elegeram um edil. Em 1.996 juntaram-se ao P.D.T., cujo postulante alcançou a Prefeitura, e fizeram o vice-prefeito e três vereadores. Mantiveram a aliança em 2.000, reelegendo o vice-prefeito e elegendo um vereador.

17 - **Partido Democrata Cristão**.

Foi criado em Minas como força auxiliar do Governador Newton Cardoso. A ele se bandeou no primeiro semestre de 1.988 Rúbens Garcia, ameaçado de expulsão do P.T.B. por contrariar-lhe a linha oposicionista. Cuidou então o Deputado de aqui estruturar sua nova legenda. Comissão provisória chefiada por Itamar José Costa realizou, em 3 de abril daquele ano, convenção para escolha do diretório municipal.

Em 13 de maio de 1.990 realizou-se, sob a presidência de Itamar José Costa, eleição de novos diretório e comissão executiva.

Em 1.988 o Partido disputou apenas o pleito proporcional, e elegeu dois vereadores. Não fez coligações, e a maioria de seus filiados apoiou a chapa majoritária do P.F.L.. Concorreu sem sucesso ao Executivo e ao Legislativo na eleição municipal de 1.992. Não participou da de 1.996, e foi aqui desativado.

18 - **Partido Comunista Brasileiro**.

Já entre 1.930 e 1.945, segundo J. R. de Carvalho (*op. cit., pág. 98*), houve aqui propaganda do Comunismo. Entretanto, o Partido só se organizou entre nós para disputar a eleição de 1.988. Formou comissão diretora municipal provisória, composta por Yoshiyuki Amano (presidente), Alfrânio Eleutério Bernardes de Azevedo, Amir Pereira da Silva, Benedito Wálter de Carvalho, Dora Ney de Souza Carvalho, Joel Tomás Moreira, Márcio Tolosa, Moacir Emídio dos Santos e Tânia Cristina Fagundes. Realizou convenção em 7 de agosto e lançou, sem sucesso, cinco postulantes a vereador. Violando a posição ideológica do P.C.B., o órgão local tentou coligar-se com o P.F.L., sendo repelido. Apesar disso, apoiou informalmente seu candidato a prefeito.

Desativado, não participou dos pleitos municipais de 1.992 e 1.996.

19 - **Partido da Social Democracia Brasileira**.

Formou-se aqui em 1.989, organizando comissão provisória encabeçada por Ângelo José de Oliveira. Em 19 de março daquele ano, com 95 filiados, elegeu o primeiro diretório municipal e, no dia seguinte, esta comissão executiva: *presidente* - Aílton Batista Nery; *vice-presidente* - Geraldo Generoso Aguiar; *secretária* - Márcia Signoretti Godoy; *tesoureiro* - Darcy Alves Caixeta. Em 17 de junho de 1.991 o órgão passou a ter esta composição: *presidenta* - Márcia Signoretti Godoy; *vice-presidente* - Darcilo Castro Swerts; *secretária* - Maria Dagmar Souza Dias Swerts; *tesoureiro* - Horácio Gonçalves de Lima. Ele foi assim renovado em pleito de 3 de outubro de 1.993: *presidenta* - Márcia Signoretti Godoy; *vice-presidente* - Darcy Alves Caixeta: *secretário* - Hamílton Castro Swerts; *tesoureira* - Valéria Almeida Vieira. Tal escolha foi ratificada em abril do ano seguinte, para atender a diligência do T.R.E..

Na eleição de 15 de outubro de 1.995 apenas trocaram de lugar a presidenta e o vice-presidente. Escolheu-se nova executiva em 26 de maio de 1.996: *presidente* - Darcy Alves Caixeta; *vice-presidente* - Ricardo Coutinho Nunes da Silva; *secretário* - Antônio Carlos Fernandes; tesoureiro - Lúcio Dias Vieira Júnior.

O P.S.D.B. disputou o pleito municipal de 1.992 em coligação com o P.M.D.B. e o P.S.D.. Embora derrotado no Executivo, fez a maior bancada da Câmara (4 vereadores). Em 1.996, também unido ao P.M.D.B., voltou a perder a eleição de prefeito, e não lançou candidatos ao Legislativo.

Desativado, não participou da eleição de 2.000. Todavia, no final daquele ano escolheu comissão provisória, assim composta: José Humberto Gonçalves (*presidente*), Fábio Couto Brigagão (*secretário*), Fernando Almeida Leite, Neuza de Freitas Costa e Luiz Fernando da Silva.

20 - **Partido Liberal**.

Comissão provisória chefiada por Joaquim Miguel Nogueira Bastos realizou convenção, em 25 de agosto de 1.991, para escolha do diretório municipal e da executiva. Esta assim se compôs: *presidente* - Joaquim Miguel Nogueira Bastos; *vice-presidente* - José Afonso de Moraes; *secretário* - Otávio Augusto Martins dos Santos; *tesoureiro* - Orleans Campos. Em 12 de novembro de 1.995 foi renovada da seguinte maneira: *presidente* - Estanislau Vítor Lefol; *vice-presidenta* - Regina Maura Rezende Bastos; *secretário* - Francinir Pereira Arantes; *tesoureiro* - Joaquim Miguel Nogueira Bastos.

Coligado ao P.T.B., disputou sem êxito a eleição majoritária de 1.992, mas elegeu um vereador. Sem aliados (não vingou tentativa de união ao P.M.N.) e sem candidatos à Câmara, tornou a concorrer à Prefeitura em

1.996, obtendo inexpressiva votação. Em 2.000, coligado com o P.H.S. e apoiando o situacionismo, elegeu um vereador.

21 - **Partido Social Democrático** (2).

Adotou o nome da extinta agremiação criada por Vargas, em tentativa de aproveitar e reviver o seu sucesso. A diretoria provisória de Machado organizou-se em 2 de fevereiro de 1.992, com esta composição: *presidente* - Marcelo Carvalho Bottazzini; *1º secretário* - João Batista de Souza Moreira Neto; *2º secretário* - José Hernani Conti Neves; *1º tesoureiro* - Ivayr Dieb Farah Júnior; *2º tesoureiro* - Francisco José de Queiroz. Em 31 de maio seguinte realizou convenção para escolha do diretório municipal e da comissão executiva. Esta foi assim formada: *presidente* - Ivayr Dieb Farah Júnior; *vice-presidente* - Nílton Lima Magalhães; *secretário* - Rúbens Dieb Farah; *tesoureiro* - Marcelo Carvalho Bottazzini.

Participou sem sucesso do pleito de 1.992, coligado ao P.S.D.B. e ao P.M.D.B.. Desativado, ficou fora da disputa em 1.996 e 2.000.

22 - **Partido da Mobilização Nacional**.

A comissão provisória, dirigida por Fábio Couto Brigagão, realizou convenção em 3 de dezembro de 1.995, para escolha do diretório municipal e da comissão executiva. Aquele foi eleito presidente, sendo a secretaria e a tesouraria ocupadas por Givaldo Brito da Silva e Giselle Peres de Carvalho.

Participou da eleição de 1.996 apoiando o candidato a prefeito do P.D.T.. Apresentou chapa própria para o Legislativo, e elegeu três vereadoras. Uma delas o trocou pouco depois pelo P.M.D.B.. Em 2.000, ainda presidido por Fábio Couto Brigagão, manteve a aliança com o grupo vitorioso, e elegeu um vereador.

23 - **Partido Progressista Brasileiro**.

Foi aqui organizado por Fabiano Signoretti Leite, Flávio Vasconcelos, Luiz Carlos Maciel, Nélson Signoretti Godoy e Wálter Generoso, que formaram sua comissão provisória em 15 de outubro de 1.996.

Em 2.000, sob a presidência de Altamiro José da Costa, coligou-se com o P.P.S. e apoiou o candidato derrotado do P.F.L. à Prefeitura.

24 - **Partido Popular Socialista**.

Seu núcleo inicial era composto por egressos do Partido Comunista Brasileiro. Organizou-se aqui em 1.996, sob a liderança de Júlio Olivar Benedito. Em 28 de setembro daquele ano realizou encontro regional na E.E. "Iracema Rodrigues".

No dia 24 de março de 1.997 os filiados locais aprovaram o programa e o estatuto partidários, e escolheram esta comissão provisória: Agostinho Waldvar Pereira (presidente), Nildson Campos dos Santos, Acácio Félix Costa e Lucienne da Cunha.

O presidente da comissão convocou os correligionários para congresso em 31 de janeiro de 1.998, a fim de eleger os membros do diretório municipal. Em 2.000 tinha como presidente e secretário, respectivamente, Agostinho Waldvar Pereira e Rogers Botazini Ribeiro. Coligado com o P.P.B., apoiou o candidato derrotado do P.F.L. à Prefeitura, e elegeu dois vereadores.

25 - **Partido da Solidariedade Nacional**.

Surgiu aqui em 1.997, para dar sustentação à candidatura do ex-prefeito Vilela à Assembléia Legislativa. No mesmo ano formou-se esta comissão provisória: Flávio Luiz Rodrigues Caixeta (presidente), Gustavo Santos Caixeta Vilela, Norma Suely Dias, João Batista Campos e Dulce Gonçalves Faleiro.

Em 2.000 teve o nome mudado para *Partido Humanista da Solidariedade*. Na eleição, sob a presidência de José Humberto Gonçalves, coligou-se com o P.L. e fez aliança com o grupo vitorioso.

26- **Partido Verde**.

Organizou-se em Machado nos últimos anos do milênio, sob a liderança de Pedro Lima Barrozo, que foi seu primeiro presidente, secretariado por Marize Prado Pereira.

Na eleição de 2.000 não fez alianças, e lançou candidatos à Prefeitura e à Câmara, tendo obtido pequena votação. Sua sede, na época, ficava na Avenida Renato Azeredo, 507.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros ns. 2 e 4 de Atas da Câmara Municipal de Machado;
2 - Arquivo Público Machadense - livro de Atas da União Democrática Nacional;
3 - "Boca no Trombone PT" - informativo do Partido dos Trabalhadores - abril de 1.989;
4 - "Folha Machadense" ns. 35 - 24/11/74 - pág. 8;
65 - 13/7/75 - pág. 8;
72 - 31/8/75 - pág. 8;
397 - 17/4/82 - pág. 1;
399 - 1/5/82 - pág. 8;
400 - 8/5/82 - pág. 1;
405 - 12/6/82 - pág. 1;
456 - 25/6/83 - pág. 12;
460 - 23/7/83 - pág. 1;
554 - 8/6/85 - pág. 2;
557 - 29/6/85 - pág. 2;
561 - 27/7/85 - pág. 11;
570 - 28/9/85 - pág. 14;
574 - 26/10/85 - pág. 15;
584 - 18/1/86 - págs. 1 e 14;
614 - 16/8/86 - pág. 1;
618 - 13/9/86 - pág. 2;
624 - 25/10/86 - pág. 1;
660 - 18/7/87 - pág. 3;
688 - 13/2/88 - pág. 2;
689 - 20/2/88 - pág. 1;
691 - 5/3/88 - pág. 1;
693 - 19/3/88 - pág. 3;
695 - 2/4/88 - pág. 13;
696 - 9/4/88 - pág. 4;
700 - 7/5/88 - pág. 3;
775 - 28/10/89 - pág. 8;
791 - 3/3/90 - pág. 1;
792 - 10/3/90 - pág. 1;
796 - 7/4/90 - pág. 1;
798 - 21/4/90 - pág. 1;
800 - 5/5/90 - pág. 1;
801 - 12/5/90 - pág. 11;
858 - 22/6/91 - pág. 9;
866 - 17/8/91 - pág. 1;
893 - 7/3/92 - págs. 1, 2, 8;
895 - 21/3/92 - pág. 1;
898 - 11/4/92 - pág. 1;

899 - 18/4/92 - pág. 10;
901 - 2/5/92 - pág. 10;
902 - 9/5/92 - pág. 2;
906 - 6/6/92 - págs. 7 e 8;
907 - 13/6/92 - pág. 2;
941 - 20/2/93 - pág. 6;
969 - 25/9/93 - pág. 4;
975 - 6/11/93 - pág. 6;
1.001 - 14/5/94 - pág. 10;
1.005 - 11/6/94 - pág. 5;
1.072 - 30/9/95 - pág. 3;
1.073 - 7/10/95 - pág. 3;
1.079 - 18/11/95 - pág. 15;
1.080 - 25/11/95 - pág. 6;
1.104 - 18/5/96 - pág. 17;
1.108 - 15/6/96 - pág. 17;
1.109 - 22/6/96 - págs. 5 e 15;
1.128 - 2/11/96 - pág. 8;
1.177 - 18/10/97 - pág. 3;
1.178 - 25/10/97 - pág. 3;
1.181 - 15/11/97 - págs. 12/13;
1.182 - 22/11/97 - pág. 4;
1.247 - 20/3/99 - pág. 6;
1.279 - 23/10/99 - pág. 6;
1.306 - 6/5/00 - pág. 25;
1.310 - 3/6/00 - pág. 8;
1.339 - 24/12/00 - pág. 2;

5 - “Gazeta do Sul”, Poços de Caldas, suplemento especial, setembro de 1.981, págs. 2, 3 e 4;

6 - informações pessoais de Abel Faleiro, Benedito de Paula Ferreira e Maurílio Carneiro Dias;

7 - livros de atas do diretório local de diversos partidos políticos;

8 - “Minas Gerais” de 9-6-1.993 - pág. 85;

9 - “O Imparcial” n. 72 - 27/1/52 - pág. 4;
n. 120 - 6/6/54 - pág. 2;

10 - “O Machadense” ns. 682 - 11/5/58 - pág. 1;
48 - 30/1/72 - pág. 1;
50 - 13/2/72 - pág. 1;
76 - 20/8/72 - pág. 1;
77 - 27/8/72 - pág. 1;

11 - “Rumo Certo” n. 8 - 27/9/97 - pág. 4;
16 - 24/1/98 - pág. 1;

12 - “Siga em Frente” ns. 10 - 27/3/93 - pág. 8;
18 - 23/5/93 - págs. 1 e 5;
4 - 10/5/96 - pág. 6;
7 - 29/10/96 - pág. 4;

13 - “Tribuna Machadense” ns. 36 - 6/6/81 - pág. 1;
41 - 22/8/81 - pág. 1;
80 - 23/7/83 - pág. 1;
96 - ago./84 - pág. 3;
106 - 22/2/86 - pág. 1;
40 - 13/3/88 - pág. 2;
43 - 3/4/88 - pág. 4;
60 - 7/8/88 - pág. 1;
61 - 14/8/88 - pág. 1;
63 - 4/9/88 - pág. 6;
64 - 11/9/88 - pág. 2.

B - **secundárias**

1 - David Verge Fleischer (organizador) - “Os Partidos Políticos no Brasil” - 2 volumes, Editora Universidade de Brasília, 1.981;

2 - João Rodrigues de Carvalho - “História de Machado” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, pág. 98;

3 - Lúcia Hippolito - “PSD de Raposas e Reformistas” - Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1.985;

4 - Luiz Pinto Ferreira - “Manual Prático de Direito Eleitoral” - Saraiva, São Paulo, 1.973, págs. 15 a 24;

5 - Orlando M. Carvalho - “A Formação dos Partidos Políticos em Minas Gerais” - trabalho publicado no 2º volume da obra referida no nº 1, págs. 67 a 96;

6 - “Perfil dos Atingidos” - Ed. Vozes, Petrópolis, 1.988, págs. 109 a 113.

****

MACHADENSES NA POLÍTICA FORA DO MUNICÍPIO

1) - Esclarecimento.
2) - No Congresso Nacional.
3) - No Executivo Mineiro.
4) - No Conselho Geral da Província.
5) - No Senado Mineiro.
6) - Na Assembléia Legislativa Mineira.
7) - Na Assembléia Legislativa de outros Estados.
8) - No Executivo de outros Municípios.
9) - Nas Câmaras de Vereadores de outros Municípios.
10) - Na direção de partidos políticos.
11) - Candidatos que não conseguiram eleger-se.
12) - Candidaturas que não se concretizaram.
13) - Os atingidos pelo Golpe de 1.964.

****

1) - **Esclarecimento**.

Este é, provavelmente, um capítulo incompleto e falho. Por certo alguns conterrâneos se dedicaram (ou ainda se dedicam) à atividade política noutras plagas sem o meu conhecimento, pelo que não são aqui mencionados. Baseei-me, para redigir certos tópicos, em notícias de jornal e em informes pessoais, cuja exatidão não posso assegurar.

De outro lado, ressalvo que arrolei não somente pessoas nascidas no Município, mas também outras, que nele residem ou residiram, e que se ligaram a nós por laços afetivos e econômicos. Afinal, ensina o "*Aurélio*", *machadense* significa:

"Adj. 2 g. 1. De, ou pertencente ou relativo a Machado (MG).
** S. 2 g. 2. Natural ou habitante de Machado."*.

2 - **No Congresso Nacional**.

- *Capitão-Mor Custódio José Dias* - Um dos primeiros moradores da nossa região, em que foi grande proprietário de terras. Residiu na Fazenda da Cachoeira, e é a base do maior tronco familiar machadense. Teve assento na Câmara dos Deputados do Império na primeira legislatura (1.826 a 1.829), como suplente do Visconde de Caeté. Retornou na segunda (1.830 a 1.833), sendo substituído na sessão de 1.833 por Gabriel Mendes dos Santos. Em ambas teve a companhia do irmão, o Padre José Custódio Dias.

- *Dr. Astolpho Pio da Silva Pinto* - Nascido em Caldas, residiu em nosso município, onde foi proprietário da Fazenda dos Açudes. Aqui deixou grande descendência, e a seu prestígio se atribui a emancipação político-administrativa de Machado. Participou da campanha republicana. Foi eleito deputado constituinte na primeira legislatura do Congresso Nacional na República (1.890 a 1.893), tendo sido um dos redatores da Carta Magna de 24 de fevereiro de 1.891. Integrou a dissidência da bancada federal contra o presidente do Estado, Cesário Alvim. Em dezembro de 1.891 foi eleito presidente da Câmara, substituindo Bernardino de Campos, que assumira o Governo de São Paulo. Faleceu no exercício do mandato, em 1.892.

3 - **No Executivo Mineiro**.

- *Capitão-Mor Custódio José Dias* - Foi membro da segunda Junta Governativa da Província de Minas Gerais, eleita em 23 de maio de 1.822.

- *Dr. Roque de Souza Dias* - Morou em Machado, na Fazenda do Centro, e aqui morreu. Membro do Partido Liberal, foi sexto vice-presidente de Minas Gerais em 1.865, nomeado por carta imperial de 5 de abril.

4 - **No Conselho Geral da Província**.

- *Capitão-Mor Custódio José Dias* - Participou do primeiro mandato desse órgão (1.828 a 1.829), que o Ato Adicional de 12 de agosto de 1.834 substituiu pela Assembléia Legislativa.

5 - **No Senado Mineiro**.

- *Dr. Antônio Cândido Teixeira* - Membro do P.R.M., foi eleito senador estadual em 30 de julho de 1.893, para o restante da primeira legislatura republicana (1.891 a 1.895). Ocupou a vaga deixada por Silviano Brandão, nomeado para a Secretaria do Interior.

6 - **Na Assembléia Legislativa Mineira**.

- *Dr. Roque de Souza Dias* - Foi deputado estadual na terceira (1.840 a 1.841), quarta (1.842 a 1.843) e sexta (1.846 a 1.847) legislaturas do Império.

- *José Custódio Dias de Araújo* (*Zeca da Pedra*) - Merece aqui lembrança, embora nascido em Campestre. Em nosso município foi proprietário de terras, que integravam a Fazenda da Pedra. Ligava-se também a Machado por laços familiares e interesses políticos. Pertenceu ao P.R.M. e se elegeu deputado estadual nas legislaturas de 1.911 a 1.914, e 1.915 a 1.918.

- *Dr. João Leão de Faria* - Nascido em Douradinho, mudou-se para Alfenas e posteriormente para o Rio de Janeiro, onde faleceu. Homem de múltiplas atividades, destacou-se como educador, advogado e banqueiro. Pertenceu ao P.R.M. e foi deputado estadual na oitava (1.919 a 1.922), nona (1.923 a 1.926) e décima (1.927 a 1.930) legislaturas da República. Exerceu a presidência da Comissão de Finanças da Assembléia Legislativa e apresentou diversos projetos de leis sobre voto secreto, cheque, turismo, imposto de consumo, etc..

- *Rúbens Pinto Garcia* - Natural de Fama, criou-se em Machado. Foi eleito pelo P.T.B. em 15 de novembro de 1.986, com 9.032 votos, dos quais 4.216 recebidos aqui. Foi o segundo mais votado de seu partido, e o penúltimo entre os eleitos. Transferiu-se depois para o P.D.C.. Foi membro efetivo das comissões Rural e de Minas, Energia e Metalurgia. Participou dos trabalhos preparatórios da Constituinte. Faleceu no exercício do mandato, em 14/6/89.

- *Dr. Jorge Eduardo Vieira de Oliveira* - Disputou o pleito de 3/10/90 pela aliança "*Participação, Renovação e Trabalho*" (PMDB-PTR-PDC-PDS) e obteve 15.453 votos, ficando na segunda suplência. Em agosto de 1.991 foi nomeado assessor político do Governador Hélio Garcia. Assumiu a cadeira de deputado em 17/2/92, na vaga ocorrida pela morte de Raimundo Albergaria. Foi reeleito em 1.994, também pelo P.M.D.B., com 22.818 votos (6.475 em Machado). Obteve novo mandato em 1.998, pelo mesmo partido, com 31.045 votos (8.291 em Machado). Membro das comissões de Saúde, Administração Pública, Agropecuária e Ciência e Tecnologia, presidiu a primeira em 1.997. Representou seus pares no Conselho Estadual de Saúde, e foi o líder do P.M.D.B. na Assembléia em 1.996. Entre os seus projetos, destacam-se o que criava gratificação por trabalho noturno aos servidores estaduais do quadro do magistério; o que dispunha sobre a utilização por entidades da rede do SUS de equipamentos do Cardiominas (*lei 12.486/97*); o que criava o programa de incentivo à produção de novilho precoce (*rejeitado*); o que dispunha sobre medidas para orientação de alunos sobre doenças infecto-contagiosas (*lei 12.623/97*); o que criava a região administrativa de Furnas, com sede em Alfenas (*emenda*); os que declaravam de utilidade pública a Caixa Escolar Fundamar (*lei 12.258/96*), a APAE de Machado (*lei 13.473/00*) e a ASPARMA (*lei 13.749/00*); o que criava a área de proteção ambiental da bacia do Rio Machado (*lei 13.373/99*); o que determinava que áreas urbanas ociosas do

Estado pudessem ser usadas para cultivo de hortas comunitárias (*lei 13.456/00*); o que autorizava a UEMG a receber a ESACMA como unidade associada (*lei 13.719/00*); o que criava o Código Estadual de Meio-Ambiente; o que dispunha sobre a fabricação de medicamentos genéricos pela Fundação Ezequiel Dias; o que tratava do incentivo à comercialização de livros usados; o que proibia o uso de pipas com linha cortante em áreas públicas e comuns; e o que proibia a construção de aterro sanitário em áreas próximas de residências, cursos hídricos e mananciais.

7 - **Na Assembléia Legislativa de outros Estados**.

- *Dr. Altino Alves Moreira* - Médico, residente em Três Rios, RJ. Foi eleito deputado estadual em 15 de novembro de 1.986, pelo P.D.T..

- *Moysés Nery* - Elegeu-se pelo P.L. deputado estadual do Mato Grande do Sul para a 5ª legislatura, de 1/2/95 a 31/1/99.

8 - **No Executivo de outros Municípios**.

- *Eduardo Pio Westin* - Foi agente executivo municipal de Poços de Caldas em 1.903, e presidente de seu Conselho Deliberativo em 1.905.

- *Dr. Roberto de Souza Dias* - Foi prefeito nomeado de Aimorés e de Jacutinga, em nosso Estado. Removeu-se do primeiro para o segundo em 17/10/32.

- *Dr. Glenan Leite Dias* - Fez parte da Junta Governativa de Descalvado, SP, de 1.939 a 1.947, e foi membro de seu Conselho Municipal em 1.938.

- *Dr. Aureliano Nogueira* - Residiu em Paraguaçu, onde exerceu a profissão de médico. No quatriênio de 1.951 a 1.955 foi vice-prefeito daquele município, elegendo-se em chapa única encabeçada por Oscar Ferreira Prado.

- *Dr. Lauro Ferreira Braga* - Foi prefeito de Paraguaçu Paulista por duas vezes. No primeiro período, de 13/7/1.946 a 26/3/1.947, foi nomeado por indicação do diretório local do P.S.D.. Concluiu processo de empréstimo junto à Secretaria da Fazenda para execução do serviço de água encanada; extinguiu as filas de abastecimento de víveres; comprou tecidos populares para venda às classes menos favorecidas; combateu o câmbio negro; pôs em funcionamento o Tiro de Guerra; e adquiriu veículos para o serviço de conservação de estradas. Deixou o cargo porque o novo governador, Adhemar de Barros, afastou todos os prefeitos que vinham da administração anterior. Eleito pelo voto direto, governou novamente o Município de 4/1/1.948 a 31/1/1.951. Instalou a Rádio local e sofreu oposição da imprensa e do P.S.P.. Em fevereiro de 1.949 a Câmara cassou-lhe o mandato, por ter se afastado do cargo por 45 dias, sem licença dela. No mesmo mês o ato do

Legislativo foi declarado nulo pelo juiz de direito, e reassumiu suas funções.

- *Dr. Adnei Pereira de Moraes* - Natural de Douradinho, foi médico em Poços de Caldas. Secretário da Saúde em 1.983/1.985, lá se elegeu prefeito em 15 de novembro de 1.985, pelo P.M.D.B., governando até 1.988. Destacou-se ao denunciar a atuação de intermediários no recebimento de verbas federais. Construiu vários postos de saúde e promoveu o saneamento urbano, canalizando córregos.

- *Gentil Scalco* - Disputou sem êxito o governo de Pérola (PR) na eleição de 1.976. Foi prefeito daquele município nos períodos de 1.983 a 1.988 e l.993 a l.996.

- *Josmar Begalli Figueiredo* - Elegeu-se vice-prefeito de Embu, SP, no pleito de 1.996. Assumiu a Prefeitura por diversas vezes, em afastamentos do titular.

- *Moysés Nery* - Foi prefeito de Camapuã (MS), ao menos no primeiro mandato do século XXI.

9 - **Nas Câmaras de Vereadores de outros Municípios**.

- *Dr. Roque de Souza Dias* - Era vereador da Câmara Municipal de Alfenas em 1.864.

- *Coronel Flávio Secundo de Salles* - Também era membro da Edilidade alfenense em 1.864. Reelegeu-se para o período de 1.865 a 1.868. Presidiu-a no último ano.

- *Coronel Jacintho José Pereira* - Foi vereador da Câmara Municipal de Alfenas de 1.865 a 1.868.

- *Tenente José de Arimathéa Moraes* - Pessoa de destaque na comunidade de Douradinho, onde residia. Era vereador da Câmara Municipal de Alfenas em 1.870. Continuou nela na legislatura de 1.873 a 1.876.

- *Major Onofre de Souza Dias* - Foi eleito vereador da Câmara Municipal de Alfenas pelo Partido Liberal, em 1.876, com 567 votos.

- *Ildefonso Aureliano de Souza* - Foi vereador e chefe político em Poços de Caldas, no primeiro lustro do século XX.

- *Eduardo Pio Westin* - Foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Poços de Caldas, ao menos de 1.902 a 1.904.

- *Custódio Estêvão Pereira* - Foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Paraguaçu no primeiro quartel do século XX.

- *Daniel Costa e Silva* - Foi vereador por várias legislaturas em Paraguaçu.

- *Vicente Antônio Pereira* - Foi duas vezes vereador em Paraguaçu.

- *José Custódio Dias de Araújo* - Segundo Homero B. Ottoni, foi vereador e presidente das Câmaras Municipais de Caldas e de Campestre. Luiz Nassif narra em crônica ("*A República Livre da Fazenda da Pedra*") o episódio de sua revolta contra o governo estadual, que acarretou a ocupação militar de Campestre e sua fuga para o exterior.

- *Claudionor Pereira Lima* - Foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Poço Fundo.

- *Dr. João Leão de Faria* - Foi vereador da Câmara Municipal de Alfenas e membro do Conselho Consultivo de sua Prefeitura.

- *Dr. Glenan Leite Dias* - Foi vereador em Descalvado, SP, de 19/6/1.936 a 10/11/ l.937, e de 1/1/l.948 a 1/1/1.951.

- *Dr. Aureliano Nogueira* - Foi vereador em Paraguaçu.

- *Danilo Romanelli* - Foi vereador em Pedro Leopoldo, MG.

- *Amâncio Pereira Caixeta* - Foi vereador em Poços de Caldas de 1.963 a 1.967, e suplente na legislatura anterior (1.959/1.963).

- *João Soares Júnior* - Foi vereador em Poço Fundo.

- *José Rodrigues Júnior* - Foi vereador em Campestre.

- *Guilherme Dias dos Santos Silva* - Foi vereador em Bom Jesus dos Perdões, SP.

- *Marcos Vinícius Ribeiro Dias* - foi vereador em Paraguaçu no período de 1.973 1.977, e presidente da Câmara.

- *Josmar Begalli Figueiredo* - Foi vereador em três legislaturas (1.983/1.996) e presidente da Câmara Municipal de Embu, SP.

- *Dr. Adnei Pereira de Moraes* - Elegeu-se vereador da Câmara Municipal de Poços de Caldas em 1.982, pelo P.M.D.B..

- *Dr. José Wágner Papini* - Elegeu-se vereador em Moji Mirim, SP, para o quatriênio 1.993/l.996.

- *Sara Maria Caixeta Oliveira Gomes* - Elegeu-se vereadora em Monte Sião, no pleito de 1.996, pelo P.S.D.B..

10 - **Na direção de partidos políticos**.

- *Abel Faleiro* - Membro do diretório regional mineiro do P.T.B., foi reeleito por mais de dez anos.

- *Rúbens Pinto Garcia* - No fim do mandato de deputado, foi vice-presidente estadual do P.D.C. em Minas Gerais.

- *Dr. Jorge Eduardo Vieira de Oliveira* - Em fevereiro de 1.993 foi escolhido membro efetivo do diretório regional mineiro do P.M.D.B..

11 - **Candidatos que não conseguiram eleger-se**.

- *Dr. Astolpho Pio da Silva Pinto* - Informa O. Torres (*op. cit., pág. 1.195*) que não teve sucesso na eleição para senador em outubro de 1.887, conseguindo apenas 254 votos. Era candidato republicano.

- *Dr. Edvar Dias* - Conforme "*O Machadense*" n. 108, foi candidato a deputado pelo Partido Economista na eleição de 1.933, alcançando avultado número de votos.

- *Ary Pereira Caixeta* - Candidato a deputado estadual em Minas Gerais na eleição de 3/10/50, pelo P.S.P., foi o mais votado em nosso município, com 714 sufrágios. Voltou a disputar o mesmo cargo, pelo P.D.C., na eleição de outubro de 1.962.

- *Dr. Edmundo Prado Moreira* - Também candidato a deputado estadual em Minas Gerais na eleição de 3/10/50. Lançou-se pelo P.S.D. e obteve o segundo lugar em Machado, com 564 votos.

- *Capitão Fernando Carvalho da Silva* - Candidato a vereador no Distrito Federal, na eleição de 3/10/50, conforme "*O Imparcial*" nº 49. Não obtive outros dados a seu respeito.

- *José Rodrigues Júnior* - Disputou pelo P.S.D. a Prefeitura de Campestre, no pleito de 3/10/50.

- *Dr. Elysio Prado Moreira* - Candidato a deputado estadual por São Paulo em 3/10/54, pelo P.S.B. Com 555 votos, conseguiu a 43ª suplência.

- *Dr. Lauro Ferreira Braga* - Candidato à Assembléia Legislativa Paulista em 3/10/54, obteve a 13ª suplência, com 1.693 votos. Em 7/10/62 postulou o mesmo cargo, ficando na 111ª suplência, com 16 votos. Nas duas vezes utilizou a legenda do Partido Social Trabalhista.

- *Nélson Moreira Cavalcanti* - Foi candidato a vice-prefeito de Cana do Reino em

1.958, pelo P.T.B..

- *Dr. Jaime Domingues Martins* - Foi candidato a vereador em Campinas, SP, pelo P.D.S., na eleição de 1.982.

- *Wander de Carvalho Dias* - Candidato a deputado estadual em Minas Gerais na eleição de 15/11/86 pelo P.F.L. (coligação M.D.P.). Obteve 6.069 votos, colocando-se na 47ª suplência do bloco.

- *Elizeu José Teixeira Filho* - Disputou pelo P.D.T. uma vaga na Assembléia Legislativa Mineira, na eleição de 15/11/86. Recebeu 948 votos, ficando na 56ª suplência.

- *Dr. Hercílio Ricarte* - Advogado machadense residente em Campinas, foi candidato a deputado federal por São Paulo em 1.986, pelo Partido Municipalista Comunitário (coligação "Aliança Comunitária"). Classificou-se em 58º lugar na legenda, com 215 votos.

- *Gérson Pereira* - foi candidato a prefeito de Poços de Caldas, pelo P.T., em 1.988.

- *Paulo Roberto Nogueira* - Concorreu a uma cadeira na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro em 1.988, pelo P.D.T., e recebeu 1.495 votos.

- *José André dos Santos* (*Brás Pereira*) - Foi candidato a vereador em São Paulo, SP, na eleição de 1.988, pelo P.T.R., e conseguiu 253 votos. Disputou o mesmo cargo no pleito de 1.992, pelo P.D.T., e obteve 284 votos.

- *José Alencar Caproni* - Foi candidato a vereador em Contagem, pelo P.S.D.B., em 1.988.

- *Benedito Mendes Caproni* - Foi candidato a vereador em Taboão da Serra, SP, no pleito de 1.988.

- *Maria Regina Magalhães Swerts* - Foi candidata a vereadora em Varginha, em 1.988.

- *Aprígio Nogueira* - Foi candidato a vereador em Pouso Alegre, em 1.988.

- *Paulo Célio Campos* - Foi candidato a vereador em Paraguaçu, pelo P.T.B., em 1.988.

- *Dr. Adnei Pereira de Moraes* - Foi candidato a deputado federal por Minas Gerais, pela coligação P.S.D.B.-P.D.T., na eleição de 3/10/90. Conseguiu 4.587 votos (227 em nossa zona eleitoral).

- *João Magno Coutinho de Souza Dias* - Disputou uma cadeira na Câmara Federal, pelo nosso Estado, em 1.990, sob a sigla do P.R.N. (que formou, com o P.S.C., a coligação "*Movimento de Reconstrução de Minas"*). Obteve 4.806 votos (816

nesta zona eleitoral).

- *Abel Faleiro* - Candidato à Assembléia Legislativa de Minas Gerais pelo P.T.B., em 1.990, recebeu 2.335 votos.

- *Dr. Altino Alves Moreira* - Voltou a concorrer à Assembléia Legislativa Fluminense no pleito de 1.990, pela "*Aliança Liberal Trabalhista*" (P.F.L.-P.T.B.). Recebeu 3.757 votos.

- *José Luiz Lima de Paiva* - Foi novamente candidato a vereador em Paraguaçu no pleito de 1.992, pela aliança U.P.P..

- *Daniel Corrêa Vasconcelos* - Foi candidato a deputado federal por Minas Gerais, na legenda do P.D.T., em 3/10/94. Recebeu 4.027 votos em Machado.

- *Carlos Alberto Pereira Dias* - Candidatou-se a deputado estadual mineiro pelo P.F.L. na eleição de 3/10/94, e obteve 4.935 votos em Machado.

- *Josias Aguiar Ribeiro* - Concorreu a uma vaga na Assembléia Legislativa Mineira em 3/10/94, pelo P.D.T., e conseguiu 606 votos em Machado.

- *Elzo Aloísio Coelho* - Candidato a deputado federal por Minas Gerais, em 1.998, pelo P.D.T., recebeu 11.659 votos (7.200 em nossa zona eleitoral).

- *Pedro Lima Barrozo* - Disputou o mesmo cargo, no mesmo pleito, pelo P.V., e teve apenas 177 votos (101 em nossa zona eleitoral).

- *José Carlos Vilela* - Postulou um cargo de deputado estadual em 1.998, pelo P.S.N., e conseguiu 6.115 votos (4.733 em nossa zona eleitoral).

- *Tadeu Edgard Swerts Leite* - Foi candidato a vereador em Alfenas, na eleição de 2.000, tendo recebido 118 votos.

12 - **Candidaturas que não se concretizaram**.

- *José Joaquim dos Santos Silva* - O "*Monitor Sul-Mineiro*" nº 1.036, de 23/11/1.890, publicou nota com a assinatura de "*muitos eleitores*", lembrando-lhe o nome para um lugar no Congresso de Minas. Destacou sua condição de antigo propagandista da idéia republicana. Ele foi incluído na chapa oficial, e fez proclamação ao eleitorado através de "*O Patriota*", em janeiro seguinte. Ignoro se chegou à disputa. Em 12 e 21 de novembro de 1.893, no "*Monitor*", Santos Silva declarou que se apresentara como aspirante a uma cadeira de deputado pelo sexto distrito, em cartas dirigidas a amigos e cidadãos de várias localidades. Todavia, recebendo a chapa organizada pelos chefes, sem o seu nome, afirmou não ser mais candidato, dispondo-se a trabalhar por ela.

- *Dr. Edvar Dias* - Segundo "*O Machadense*" nº 104, de 2/6/34, na ocasião da escolha de candidatos para a Constituinte daquele ano foi indicado por dois partidos, tendo desistido "*só para se entregar a trabalhar pelo situacionismo mineiro*".

- *Dr. Edgard da Veiga Lion* - Sua filha Cordélia Vieira Lion, na Coletânea de Monografias adiante referida, informa que o Partido Republicano Mineiro, por ele aqui presidido, o lançou candidato a deputado estadual.

- *Dr. Túlio Vieira da Costa* - Indicado candidato a deputado estadual por Minas Gerais na eleição de 3/10/50 (com apoio do diretório local da U.D.N.), desistiu da disputa, conforme carta publicada em "*O Imparcial*" nº 49. O quinzenário lamentou a chance perdida de termos um representante no Legislativo "*por falta de compreensão e solidariedade*", afirmando que ele não foi apoiado por todas as facções partidárias.

- *Padre Santo Marini* - Noticiou "*O Machadense*" nº 871, de 25/2/62, que por determinação do presidente da U.D.N. mineira, Elias Souza Carmo, o diretório local do partido o procurou para que se candidatasse a deputado federal naquele ano. O Sacerdote deixou a palavra final ao Bispo D. Inácio João Dal Monte, que não lhe deu permissão para a disputa.

- *Dr. Lúcio Dias Vieira* - Em convenção regional do P.S.D., realizada em Alfenas em maio de 1.962, foi escolhido candidato à Assembléia Legislativa mineira na eleição de outubro do mesmo ano. Contudo, em mensagem n'"*O Machadense*" nº 889, de 5 de agosto, retirou-se da disputa, alegando que não podia iniciar uma carreira política com sacrifício do lar.

- *Dr. Hercílio Ricarte* - Pretendeu concorrer à presidência da República em 1.989, pelo Partido Real Trabalhista Comunitário. O registro da candidatura foi indeferido pelo Tribunal Superior Eleitoral, porque o partido estava em situação irregular.

- *Nélson Garcia Júnior* - Em agosto e setembro de 1.989 anunciou pela "*Folha Machadense*" sua candidatura à Assembléia Mineira no ano seguinte. Embora então filiado ao P.F.L., pretendia concorrer pelo P.L..

- *Tadeu Edgard Swerts Leite* - Lançou-se à disputa de um cargo de deputado federal pelo P.R.N. em 1.998, mas teve o registro da candidatura negado pela Justiça Eleitoral.

13 - **Os atingidos pelo Golpe de 1.964**.

Em outubro de 1.964 três machadenses sofreram punições arbitrárias, com base no artigo 7º do Ato Institucional nº 1:

- *Rúbens Vasconcelos*, dirigente da Federação dos Bancários do Estado de São

Paulo, foi demitido do cargo de escriturário do Banco do Brasil. Incurso na Lei de Segurança Nacional e acusado de subversão, foi posteriormente julgado na 1ª Auditoria da Justiça Militar de São Paulo.

- *José Bottazzini* foi demitido do cargo de segundo-sargento, com expulsão das fileiras do Exército.

- *Abel Faleiro* foi demitido do cargo de inspetor de linha (Correios e Telégrafos).

Além deles, *Maurílio Carneiro Dias*, encarregado do armazém local do SAPS, foi aposentado compulsoriamente no início de maio de 1.969 pelo Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, que afastou de uma vez 338 funcionários.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - "A Comarca", de Paraguaçu Paulista:
n. 381 - 7/7/1.946 - pág. 1;
n. 383 - 14/7/1.946 - pág. 1;
n. 492 - 27/3/1.947 - págs. 1 e 4;

2 - "A Tribuna", de Paraguaçu Paulista:
n. 49 - de 4/2/1.949 - pág. 1;
n. 52 - de 26/2/1.949 - pág. 4;

3 - Arquivo Público Mineiro - Seção Provincial - códice 1.275: "Originais de portarias da Directoria Geral de Instrucção Publica - 1868" - página sem numeração;

4 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 122: "Matrícula de vereadores e suplentes da Província - 1873 a 1876" - pág. 27;

5 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 737: "Matrícula de vereadores das Camaras Municipaes - 1865/1868" - págs. 44v./45;

6 - "Diário da Tarde", B.H. - 18/10/1.990 - págs. 6/7;

7 - Diário Oficial do E. de S.Paulo - 23/10/54, págs. 70/72;
- 26/10/62, págs. 60/64;
- 12/8/86, pág. 62;
- 23/11/88, pág. 76;
- 13/9/89, pág. 63;
- 15/10/92, pág. 108;

8 - "Estado de Minas", B.H. - 18/12/86 - págs. 3/5;
- 18/10/90 - pág. 4;

9 - fichário do Tribunal Regional Eleitoral, S. Paulo;
10 - “Folha de São Paulo” de 8/10/1.964, pág. 7;
de 11/10/1.964;
de 3/5/1.969 - pág. 5;
11 - “Folha Machadense” n. 126 - 26/9/76 - pág. 9;
423 - 23/10/82 - pág. 8;
651 - 16/5/87 - pág. 8;
682 - 22/12/87 - pág. 5;
687 - 6/2/88 - pág. 2;
736 - 28/1/89 - pág. 9;
752 - 20/5/89 - págs. 1 e 8;
761 - 22/7/89 - pág. 2;
763 - 5/8/89 - pág. 1;
770 - 23/9/89 - págs. 1 e 10;
771 - 30/9/89 - pág. 1;
789 - 17/2/90 - págs. 1,7 e 8;
814 - 11/8/90 - pág. 3;
816 - 25/8/90 - pág. 12;
817 - 1/9/90 - pág. 1;
824 - 20/10/90 - págs. 1 e 12;
868 - 31/8/91 - pág. 1;
890 - 15/2/92 - pág. 1;
891 - 22/2/92 - pág. 1;
905 - 30/5/92 - pág. 3;
907 - 13/6/92 - pág. 1;
919 - 13/9/92 - cad. II, pág. 6;
932 - 5/12/92 - pág. 3;
936 - 16/1/93 - págs. 7 e 9;
941 - 20/2/93 - pág. 6;
958 - 19/6/93 - pág. 8;
964 - 21/8/93 - pág. 12;
972 - 16/10/93 - pág. 5;
984 - 15/1/94 - pág. 5;
1005 - 11/6/94 - pág. 14;
1023 - 15/10/94 - pág. 1;
1066 - 19/8/95 - pág. 3;
1082 - 9/12/95 - pág. 9;
1092 - 24/2/96 - pág. 8;
1136 - 4/1/97 - pág. 3;
1146 - 15/3/97 - pág. 3;
1188 - 17/1/98 - pág. 12;
1225 - 10/10/98 - págs. 1 e 5 a 10;
1274 - 18/9/99 - pág. 9;
12 - informações pessoais de Abel Faleiro, Gentil Scalco, Luís Carlindo e outros;
13 - “Jornal de Machado” nº 50 - 1/2/2.002 - pág. 4;
14 - “Jornal do Brasil”, RJ - 19/10/94 - pág. 4;

15 - “Minas Gerais” - 18/10/32 - pág. 3;
- 30/10/65 (Diário da Assembléia);
16 - “Monitor Sul-Mineiro” n. 249 - 16/10/1.876 - pág. 4;
1036 - 23/11/1.890 - pág. 3;
1187 - 12/11/1.893 - pág. 3;
1188 - 21/11/1.893;
17 - “O Estado de São Paulo” - 18/8/1.999 - pág. C-1;
18 - “O Globo”, RJ - 19/10/90 - pág. 4;
19 - “O Imparcial” n. 49 - 1/10/50;
120 - 6/6/54 - pág. 3;
20 - “O Machadense” n. 104 - 2/6/34 - págs. 2 e 3;
108 - 26/7/34 - pág. 1;
871 - 25/2/62 - pág. 1;
874 - 23/3/62 - pág. 1;
879 - 13/5/62 - pág. 3;
889 - 5/8/62 - pág. 1;
907 - 10/2/63 - pág. 3;
1 - 7/1/71 - pág. 1;
21 - “O País”, Rio de Janeiro, 28/11/1.988, pág. 5;
22 - “O Patriota” n. 6 - 11/1/1.891 - pág. 3;
23 - “Relatorio que á Assemblea Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da Sessão ordinária de 1865 o Dezembargador Pedro de Alcantara Cerqueira Leite, Presidente da mesma Provincia” - Typ. do “Minas Geraes”, Ouro Preto, 1.865, pág. 39;
24 - “Siga em Frente” - n. 7 - jan./fev. 93, pág. 7;
ed. extra, abr. 1.993, págs. 4 e 8;
25 - “Tribuna Machadense” n. 17 - 20/9/87 - pág. 3;
n. 18 - 27/9/87 - págs. 1 e 3;
n. 46 - 24/4/88 - pág. 2.

B - **secundárias**

1 - Academia Paraguaçuense de Letras (editora) - “Logradouros Públicos de Paraguaçu” - Gráfica Paraíso, sem menção de local, 2.002, págs. 46, 47 e 164;
2 - Alfredo Valladão - “Campanha da Princeza” - vol. II, Leuzinger S/A, Rio de Janeiro, 1.940, págs. 62/63;
3 - Almeida Nogueira - “A Academia de São Paulo - Tradições e Reminiscências” - vol. II, 1.953, pág. 73;
4 - Antonio de Assis Martins e J. Marques de Oliveira - “Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas Geraes para o anno de 1864” - Typographia da Actualidade, Rio de Janeiro, 1.864, pág. 385;
5 - Antonio de Assis Martins - “Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas-Geraes do anno de 1869 para servir no de 1870” - Typographia do Diario do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1.870, pág. 328;
6 - Antonio de Assis Martins - “Almanak Administrativo Civil e Industrial da Provincia de Minas-Geraes do anno de 1872 para servir no de 1873” - Typographia do Echo de Minas, Ouro Preto, 1.873, pág. 458;

7 - Antonio de Assis Martins - "Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas Geraes do anno de 1874 para servir no de 1875" - Typographia de J. F. de Paula Castro, Ouro Preto, 1.874, pág. 515;
8 - Arthur Vieira de Rezende e Silva - "Genealogia Mineira" - 4 volumes, Imprensa Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1.937 a 1.939;
9 - Aurélio Buarque de Holanda Ferreira - "Novo Dicionário da Língua Portuguesa" - 1ª ed., Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, pág. 861;
10 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanach Sul-Mineiro para 1874" - Typographia do Monitor Sul-Mineiro, Campanha, 1.874, págs. 135 e 137;
11 - "Coletânea de Monografias sobre Vultos Machadenses" - Serviço de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Machado, 1.986, pág. 36;
12 - Homero Benedicto Ottoni - "Poços de Caldas" - Editora Anhambi, São Paulo, 1.960, págs. 151, 152, 183 e 252;
13 - Frederico de Barros Brotero - "A Família Monteiro de Barros" - sem indicação de editora, São Paulo, 1.951, pág. 503;
14 - Hércules Thebano - "A situação em Minas - Falta absoluta de garantias - Os crimes de Campestre" - seção de obras d'"O Estado de S. Paulo" - São Paulo, 1.925;
15 - João Camilo de Oliveira Torres - "História de Minas Gerais" - vol. III, 3ª ed., Editora Lemi S/A, Belo Horizonte, 1.980;
16 - José Pedro Xavier da Veiga - "Ephemerides Mineiras" - 4 volumes, Imprensa Oficial do Estado de Minas, Ouro Preto, 1.897;
17 - Luiz Nassif - "O Menino do São Benedito e Outras Crônicas" - Editora Senac, São Paulo, 2.002, págs. 69/71 e 82/84;
18 - Oscar Ferreira Prado - "Fundo de Baú" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 114, 115 e 203;
19 - "Quem é Quem no Brasil - Biografias Contemporâneas" - 2ª ed., Sociedade Brasileira de Expansão Comercial Ltda., São Paulo/Rio, 1.951, pág. 175;
20 - Revista do Archivo Publico Mineiro - 1.896 - Imprensa Official de Minas Geraes, Ouro Preto, 1.896;
21 - Revista do Arquivo Público Mineiro - 1.976 - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.976;
22 - "*site*" na Internet: http://www.almg.gov.br;
23 - "*site*" na Internet: http://www.camarapocos.mg.gov.br.

****

A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

1) - As diversas normas e sua seqüência.
2) - As normas mais importantes.
3) - A localização dos textos.
4) - Impropriedades.

****

1 - **<u>As diversas normas e sua seqüência</u>**.

A - ***<u>leis</u>***

Embora o Município tenha sido instalado em 1.883, seus primeiros textos legais conhecidos datam de 1.892. A lei nº 1, de 19 de abril, orçou a receita e fixou a despesa para aquele mesmo ano.

O registro de leis, inicialmente, se fez com irregularidades e com seriação truncada. Por essa razão o livro respectivo foi encerrado. Abriu-se outro em julho de 1.898, recomeçando a numeração, que seguiu até 1.930.

De 1.931 a 1.935 a Câmara não funcionou, e em conseqüência não se promulgaram leis. Com a frágil reconstitucionalização do País, foi reaberta em 1.936, e votou onze leis, com nova seqüência, naquele e no ano seguinte. O golpe de Vargas, em novembro de 1.937, tornou a fechá-la. Depois, só em 1.948 o Município editou novas leis, cuja numeração foi recomeçada. Com algumas falhas, esta persistiu até 1.967.

Em 1.968 abriu-se outra série, em vigor até o final do período em estudo. Registre-se que em 1.952 a Câmara, após derrubar vetos do Prefeito, promulgou duas leis sem a sua sanção.

B - ***leis distritais***

Tratou-se no capítulo VII dos Conselhos Distritais. Eles tinham competência legislativa, e editaram leis e resoluções, que vigiam depois de aprovadas pela Câmara.

Conservam-se bem as do Carmo da Escaramuça: leis distritais 1 a 11, entre 1.892 e 1.896; leis distritais 1 a 5, entre 1.899 e 1.902; resoluções distritais 1 e 2, de 1.901. Do Machadinho existem em nosso Arquivo Público apenas as leis 1 e 2 de 1.892, e a 3 de 1.899. Perderam-se, infelizmente, todas as leis distritais do Machado e do Douradinho: só encontrei referência a duas de cada qual, do ano de 1.892.

C - ***decretos***

Os decretos começaram a ser baixados em janeiro de 1.931. De então a 1.936 foram o único instrumento normativo (além das portarias), e tiveram numeração contínua. Depois houve mais três séries deles até 1.944, quando sua edição foi interrompida. Voltaram em 1.948 sem numeração, e assim foram baixados até 1.967. De 1.964 a 1.967 a confusão instalou-se, pois houve alguns decretos com número e outros sem ele. Em 1.968, para restabelecer a ordem, foi iniciada nova seqüência, ainda em uso no fim do milênio.

D - ***decretos-leis***

O prefeito legislou através de decretos-leis do final de 1.937 ao final de 1.947: foram baixados 107.

E - ***decretos legislativos***

Em 1.993 a Câmara começou a baixar decretos legislativos, em seriação contínua. Foram 49 até o final de 1.996.

F - ***resoluções da Câmara***

São os atos normativos que mais se perderam. O primeiro livro delas, escrito irregularmente e com numeração falha, foi encerrado e desapareceu. Abriu-se o segundo em julho de 1.898. Daí segue o registro em série uniforme até 1.919. Depois, o sumiço de outro livro criou mais uma lacuna.

Dez resoluções foram registradas entre 1.936 e 1.937. Finda a ditadura, em 1.948 elas voltaram a ser baixadas, com numeração descontínua. De 1.958 em diante, as séries recomeçavam a cada ano; de 1.984 até o fimdo milênio a seqüência foi a mesma.

G - ***portarias***

As portarias do Executivo tiveram início em 1.931. Até 1.944 sua numeração era descontínua. Depois, deixaram de ser numeradas até 1.966. Em 1.968, finalmente, se iniciou uma seqüência uniforme, que continuou até o final do período estudado.

2 - **As normas mais importantes**.

Nos capítulos relativos aos diversos governos municipais foram mencionados os textos mais importantes de cada período. Sua análise, evidentemente, não cabe nos limites deste trabalho. Aqui se faz apenas ligeira referência às normas básicas.

A Lei Orgânica, promulgada em 30 de março de 1.990, é, sem dúvida, o texto legal de maior relevância do Município. Para elaborá-la, a Câmara aprovou regimento interno específico (resolução nº 93, de 25/10/89). Nossos legisladores basearam-se em anteprojeto cuja autoria ignoro, oferecido por deputados, que foi revisto e reestruturado por mim e por Wolney de Araújo Dias Júnior.

Ressalte-se que Machado já teve um Estatuto Municipal - texto de fôlego, com 378 artigos, aprovado pela lei nº 5, de 26 de janeiro de 1.899. Foi elaborado por comissão de três membros, que começou a trabalhar em 1.893. Também nossos distritos do Carmo da Escaramuça e São Francisco de Paula do Machadinho tiveram estatutos, aprovados respectivamente pelas leis distritais nº 1, de 30/6/1.899, e nº 3, de 18/8/1.899. Não foi possível saber se os distritos de Machado e Douradinho tiveram os seus.

Nosso primeiro Código de Posturas foi aprovado pela Assembléia Provincial, através da resolução nº 3.401, de 22 de julho de 1.886. A lei municipal nº 5, de 24 de agosto de 1.892, adotou-o. Posteriormente, os decretos-leis 3 e 4, de 3 de janeiro de 1.938, baixaram posturas sobre temas diversos. Novos Códigos de Posturas vigoraram com as leis nº 23, de 7 de novembro de 1.948; nº 224, de 21 de julho de 1.975; e nº 608, de 29 de novembro de 1.985.

Códigos Tributários tivemos muitos, aprovados, sucessivamente, pelo decreto nº 63, de 29/12/35; pela lei nº 8, de 27/12/36; pela lei nº 552, de 29/12/66; pela lei nº 102, de 30/12/71; pela lei nº 532, de 7/12/83; e pela lei nº 724, de 21/12/89.

O mais antigo Código de Obras foi aprovado pela lei nº 181, de 23/8/55. Depois veio o constante da lei nº 225, de 19/7/75.

O funcionalismo público teve estatuto baixado pela lei nº 24, de 12/11/48. Também o magistério recebeu normas codificadas: lei nº 629, de 15/4/86. Por fim, a lei nº 1.030, de 3/7/95, dispôs sobre o regime jurídico único dos servidores do Município, das autarquias e das fundações municipais.

A lei nº 832, de 8 de abril de 1.992, contém o Código de Vigilância Sanitária.

Apenas a título de curiosidade, registre-se que já tive-

mos também Códigos de Trânsito - ou regulamentos de veículos, como eram chamados. Deram-lhes vigência, sucessivamente, a lei nº 91, de 20/4/24; a lei nº 102, de 26/9/27; o decreto nº 26, de 24/1/33; e o decreto-lei nº 2, de 24/12/37.

3 - **A localização dos textos**.

As leis e resoluções mais antigas da Câmara, assim como as leis distritais, encontram-se no Arquivo Público Machadense. Os livros que as contêm são os de números 61 a 70. Recente e de menor interesse, o livro 517 tem o índice da legislação relativa ao Serviço de Educação e Cultura. Acham-se ainda leis esparsas, orçamentárias e tributárias. A partir de 1.993, todas as leis e alguns decretos municipais são lá guardados.

No arquivo da Prefeitura há diversos livros de leis, decretos, resoluções e portarias, a partir de 1.932.

No arquivo da Câmara encontram-se livros de leis desde 1.892 (cópias encadernadas dos livros do Arquivo Público e da Prefeitura), bem como pastas de resoluções e decretos legislativos.

Existe uma relação cronológica da legislação municipal até 2.000, por mim elaborada, com menção ao local em que se encontram os textos e índice por assunto.

4 - **Impropriedades**.

Os legisladores municipais, geralmente, não têm formação jurídica nem dispõem de assessoria especializada para elaborar ou rever os textos que votam. Assim, as falhas são comuns. Os nossos não fogem à regra, como mostram alguns exemplos.

Muitas vezes não se respeitou a hierarquia das normas, e resoluções alteraram leis ou suspenderam sua vigência (67/01, 229/14, 244/15). Também decretos modificaram leis: s/n de 25/4/49; 485/79.

Ignorando a técnica, algumas leis apresentaram explicações ou justificativas no próprio corpo (art. 2º das leis 223/75 e 280/76). Outras revogaram leis ou decretos já revogados (889/92, 901/93, 1.039/95).

Editaram-se normas iguais a outras em vigor, ou que trataram de matéria já disciplinada da mesma forma: lei 461/64 (lei 459/64); lei 117/72 (lei 81/71); decreto 831/88 (decreto 793/87).

Em alguns textos o legislador mostrou ignorar o as-

sunto tratado: a lei 281/59 fala em "*imposto*" de licença para construção de prédios. O desconhecimento da terminologia tributária revela-se com freqüência. Portaria s/n de 6/5/64 e o decreto 285/75 indicaram insciência do que se comemorava nas datas em que foi decretado ponto facultativo ou feriado.

Outras normas, com palavras vagas, não precisaram seu objetivo e alcance: a lei 150/73 autorizou a aquisição de terrenos "*para fins sociais*"; a lei 207/74 permitiu "*a realização de despesas previstas no orçamento e a concessão de subvenções*"; as leis 934/93 e 935/93 autorizaram assinatura de convênios "*para conseguir benefícios para o Município*". Decreto sem número, de 30/1/56, aposentou professora rural cujo nome não foi mencionado. A portaria 1.271/95 nomeou certa pessoa para cargo não indicado. Vejam-se ainda as leis 261/58 e 309/60.

Por simples portaria (15/44) o legislador criou taxa. A resolução 5/76 aprovou e oficializou uma placa! Através da resolução 1/78 os vereadores pretenderam determinar que todo prédio da Praça Antônio Carlos tivesse no mínimo três pavimentos. Noutra (8/84) quiseram estabelecer nome para um órgão estadual. A lei 112/52 intentou regulamentar um artigo da Constituição mineira.

****

Fontes de consulta.

os livros de legislação mencionados no item 3.

****

OS SÍMBOLOS MUNICIPAIS

1) - Introdução.
2) - As primitivas armas.
3) - A bandeira.
4) - As armas atuais.
5) - O hino.

****

1 - **Introdução**.

Não é possível precisar a época em que surgiram as insígnias e bandeiras, usadas de início como sinalização militar. Os combatentes, irreconhecíveis sob o elmo e o arnês, adotaram emblemas, pintados nos escudos ou em panos hasteados nas lanças, para que suas tropas os distinguissem no tumulto das batalhas. Com o tempo, esses sinais passaram a simbolizar os indivíduos que os levavam e suas famílias. Por fim, também as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, os utilizaram para representação ideal.

São símbolos do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo. Sua forma e apresentação foram estabelecidas pela lei 5.700, de 1/9/1.971, alterada pela lei 5.812, de 13/10/1.972. Aos Municípios, entre nós, sempre se permitiu ter símbolos próprios, exceto na vigência da Carta de 1.937. A tradição foi restaurada com o fim da ditadura de Vargas, e a Constituição em vigor, na esteira das de 1.946 e 1.967, dispõe no artigo 13º, parágrafo 2º, que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter seus símbolos. A anterior Constituição mineira (emenda nº 1, de 1/10/1.970), no artigo 3º, parágrafo único, também permitia, conquanto desnecessariamente, que os Municípios os tivessem. A atual, mais técnica, limita-se a tratar dos símbolos do Estado (artigo 7º). Nossa Lei Orgânica afirma no artigo 4º:

"São símbolos do Município o brasão de armas, a bandeira e o hino, representativos de sua cultura e história.".

Os símbolos nacionais, estaduais ou municipais, sobre serem marcas de autonomia, têm relevante papel de rememoração histórica e integração política. Estimulam o espírito cívico e o culto às tradições. Segundo Ferreira Filho (*op. cit., pág. 53*),

> *"cumprem importante função psicossocial em prol da permanência do Estado. Servem de sinal sensível a solenizar a presença e a dignidade da Pátria. Por isso estimulam os nacionais à dedicação, ao esforço e ao sacrifício. Sua força deriva das tradições a eles associadas. Convém, assim, mantê-los sem mudança através dos tempos."*.

2 - **<u>As primitivas armas</u>**.

Nas comemorações do primeiro centenário tratou-se de criar um brasão que simbolizasse Machado. O então prefeito Dr. Lúcio Dias Vieira, conforme informação que me transmitiu pessoalmente, idealizou-o e escolheu sua divisa. A execução artística do modelo ficou a cargo da empresa Standard Propaganda, de Belo Horizonte (já extinta), na qual trabalhavam o Dr. Aloysio Pereira Caixeta e o desenhista Ziraldo Alves Pinto.

As insígnias foram oficializadas pela lei municipal nº 206, de 9 de abril de 1.957. Seu artigo único assim as descreve:

> *"um escudo cortado, tendo na sua metade superior 3 machados dispostos em roquete, e na metade inferior uma paisagem de um rio ao sopé de uma montanha; o escudo está envolvido à esquerda por um ramo de fumo, e à direita por um ramo de café, e está encimado por uma coroa mural distintivo de cidade; sob o escudo uma legenda "Labor omnia vincit"."*.

Observe-se, de início, que o texto legal nada dispôs sobre o formato do escudo, que é do tipo alemão, conforme o modelo anexo. Também não definiu os esmaltes (cores) e metais do brasão. Alguns tópicos da descrição comportam esclarecimento:
A - É "*cortado*" o escudo que se dividiu ao meio por traço horizontal. Quando a divisão se faz por vertical, em campos iguais, ele se diz "*partido*".
B - A expressão "*em roquete*" significa "*à moda de triângulo*": uma figura em chefe (na parte superior) e duas em ponta. No modelo, todavia, os machados -

volvidos à direita - se dispõem ao contrário (dois em cima e um em baixo), formando um triângulo invertido. Baroni Santos (*op. cit., pág. 88*) chama de "*mal-ordenadas*" as figuras nessa posição.
C - A localização dos apoios (os ramos de fumo e café) foi indicada pelo prisma do leitor. Em linguagem heráldica se usa critério oposto: as referências são feitas à destra e à sinistra do escudo.

A coroa mural é usada como distintivo de capital, cidade e vila, embora Aristides Monteiro (*op. cit., pág. 96*) sustente que no Brasil ela

> *"se interpreta exclusivamente como símbolo de autonomia e não como elemento classificador discriminatório de categorias."*.

Pelas normas da Armaria portuguesa, a coroa mural de urbe é de prata, com oito torres, das quais cinco visíveis. A de nosso antigo brasão tem cinco torres iguais, lavradas, sem ameias, com igual número de poternas (portas falsas), sobre um muro circular confinado por dois aros. Cabe salientar que as coroas são sempre representadas de perfil, exigindo-se em seu desenho o emprego da perspectiva heráldica. Por isso, as torres laterais do modelo deveriam apresentar-se pela metade, entendendo-se que três outras não são visíveis.

A legenda, expressiva e concisa, traduz-se: "*O trabalho tudo vence*". Com pequenas variantes, está também no brasão de outros municípios, como Itaituba (PA), Jaboatão (PE) e Salto (SP). Foi tirada destes versos do poeta latino Virgílio:

> *"Tum variae venere artes; labor omnia vincit*
> *Improbus, et duris urgens in rebus egestas."*
> *("Geórgicas", livro I, 145/146).*

É ele também o autor da divisa dos Inconfidentes, inserta na bandeira de Minas Gerais ("*Bucólicas*", I, 27).

3 - **A bandeira**.

Nosso pavilhão foi criado por Ernesto Mariano Leite, que era secretário da Câmara quando esta o oficializou pela resolução nº 3, de 16 de outubro de 1.972. Seu artigo 3º assim o descreve:

> *"A Bandeira Municipal será constituída por um campo externo em cor azul-vivo, ocupando o centro deste campo, uma faixa triangular em vermelho-vivo, que separa um campo triangular em cor branca. O centro deste campo branco, terá o escudo do "BRASÇO" Oficial, encimado pela Coroa*

Mural de cinco torres, em vermelho-marron. Na parte superior do escudo, que será dividido em duas partes iguais, haverá um campo amarelo, onde estarão estampados três machados, em cor vermelho-encarnado. Na parte inferior do escudo, sobre um campo azul-celeste, estará estampada, em cor marron-vermelho u'a montanha; e, ao seu pé, o esboço de um rio, em cor verde-azulado. Ladeando o escudo, pelo flanco direito, em cor amarelo-ouro, uma pena de ave; pelo flanco esquerdo, um ramo de café, em folhagem verde-escuro, com caule marron e frutos vermelhos-vivos. Na parte inferior do escudo, enlaçando a pena e o ramo de café, uma faixa ornamental em vermelho-encarnado.".

Vê-se que foi posto na bandeira o brasão municipal, mas com modificações. Deram-se cores às várias partes dele, sem emprego da nomenclatura técnica. Desconsiderou-se que em Heráldica não há tonalidades diferentes do mesmo esmalte. O apoio à destra (ramo de fumo) foi substituído por uma pena de ave, em regozijo pela implantação do ensino superior em Machado. Eliminou-se do listel a divisa latina, por entendimento de que bandeiras não devem conter escritos. Tal ponto-de-vista tem adeptos, como Clóvis Ribeiro (*op. cit., pág. 11*):

"...não é de uso a collocação de um lemma na bandeira de uma nação. O lemma tem o seu logar num brazão. Em bandeiras, só é encontrado, e raramente, nas de revoluções, em pavilhões especiaes e em bandeiras regimentaes.".

Cuidou o legislador de explicar, no artigo 4º, o simbolismo das cores e figuras do estandarte:

"As cores azul e branca dos principais campos externo e interno, configuram as cores oficiais do Município de Machado. O triângulo vermelho, representado pela faixa, expressa o nosso Estado de Minas Gerais, através de sua Bandeira. A Coroa Mural, em vermelho-marron, com cinco torres de um castelo ou forte, representa o símbolo oficial dos municípios, traduzindo, ainda, a fortaleza do espírito e vontade férrea do povo machadense. A cor amarela da parte superior do Escudo, representa as riquezas do Município e seus recursos naturais. Os três machados vermelhos-encarnados, representam as três emancipações políticas de nosso Município, ou sejam: Machado-Vila, Machado-Município e Machado-Comarca. A cor vermelha-encarnada dos três machados, simboliza a luta do machadense para alcançar essas três emancipações. O campo azul-celeste, representa o céu e o clima machadense, na exuberância de

seus panoramas e na saúde de seus filhos. O azul-celeste também representa o pano de fundo que emoldura a montanha marron-vermelha e esta, por sua vez, simboliza o relevo do solo fértil e dadivoso do Município de Machado. Ao pé desta montanha serpenteia, em verde-azulado, um rio que banha nossos vales e que deu nome ao nosso Município - Machado. A pena amarela-ouro que ladeia o escudo pelo seu flanco direito, representa a instrução, a cultura e o saber do povo machadense. O ramo de café em folhagem verde-escuro, de caule marron e frutos vermelhos-vivos representa a economia básica de nosso Município, através de milhões de cafeeiros plantados em seu rico e pródigo solo.".

A resolução fixou as dimensões da bandeira pelo sistema métrico, em vez de fazê-lo, como usual, por módulos, que são unidades para estabelecimento de proporção. Dispôs a esse respeito o artigo 5º:

"A Bandeira Municipal de Machado, de formato retangular, obedecerá as medidas seguintes: Proporções normais de todo pavilhão oficial, ou sejam 2 metros por 1,32 metros. A faixa triangular vermelha terá a largura de 5 centímetros, medindo, cada lado, 68 centímetros. O Escudo terá as medidas de 42 centímetros de altura, por 28 centímetros de largura. A pena e o galho de café terão as medidas de 50 centímetros de altura por 04 centímetros de largura. A faixa ornamental que enlaça a pena e o galho de café, terá 40 centímetros de comprimento por 04 centímetros de largura.".

Consta que o primeiro exemplar da bandeira machadense foi confeccionado por D. Neusa Gambi.

4 - **<u>As armas atuais</u>**.

A lei municipal 196, de 20 de novembro de 1.974, revogou a de no 206/57, atrás referida, alterando as insígnias machadenses. De sua justificativa consta o seguinte:

"Uma vez que o Brasão foi modificado dentro da Bandeira, achamos justo e certo, modificá-lo também na sua lei original, acrescentando ainda outras transformações não constantes da Bandeira, como a inserção do nome do Município na parte central da faixa ornamental e as datas de duas emancipações políticas suas, nas extremidades da mesma faixa.".

Pelo novo texto o brasão passou a ser tal como figura

na bandeira, com uma diferença: a faixa contém no centro a palavra "Machado" e, nas extremidades, as datas "1.852" e "1.881". Conforme o modelo a primeira fica à direita e a segunda, à esquerda. Aquela assinala a criação do Curato; esta, a elevação a cidade da vila de Santo Antônio do Machado. Nenhuma das duas, pois, diz respeito a nossa emancipação política.

A descrição das armas e a interpretação dos seus esmaltes, figuras e ornatos exteriores repetem, com a alteração já citada, os termos da resolução 3/72. Não se precisou a cor das letras e algarismos.

5 - **O hino**.

A lei local nº 197, de 20 de novembro de 1.974, oficializou a valsa "*Saudades de Machado*" como hino do Município. Lê-se em sua justificativa que

> *"a escolha recaiu justamente neste hino, por ser o que melhor retrata a nossa terra e mesmo porque desde há muito o povo o escolheu e consagrou".*

O diploma transcreveu-lhe os versos, mas nada dispôs acerca da música e do modo por que deve ser executada.

A composição data de março de 1.951. A música é de D. Yedda Novais Fernandes e a letra, de seu marido, Reverendo Rossine Sales Fernandes. Ambos residiram em nossa cidade de 1.947 a 1.951. No mesmo ano da criação sua partitura, para piano, foi publicada pela Bandeirante Editora Musical Ltda., de São Paulo.

O hino foi gravado em dois discos, com patrocínio do Município. O primeiro, de 78 rotações, data de 1.977 e apresenta versão cantada numa face e orquestrada noutra. Sua prensagem, em apenas cinco exemplares, efetuou-se pela Decson Publicidade Ltda., de Ribeirão Preto. O segundo, compacto simples, foi fabricado em 1.981 por Som Indústria e Comércio S/A, de São Bernardo do Campo. Gravou-se no Estúdio Dó Ré Mi, de São Paulo, pelo Coral Imaculada Conceição, com vozes de Adel Rebelo Dias, Eva dos Santos, José Lourenço Domingues, Madre Nícea Vieira Machado, Maria Annoni Garcia e Rafael Natal de Souza. Os arranjos e a regência estiveram a cargo do Maestro Mário Bruno; a produção executiva foi de Luiz Mocarzel. Traz no lado A "*Machado Centenária*" e no lado B, "*Saudades de Machado*".

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - "Folha Machadense" n. 172 - 14/8/1.977 - pág. 1;
n. 362 - 25/7/1.981 - pág. 1;
2 - informações pessoais de Dr. Aloysio Pereira Caixeta, Ernesto Mariano Leite, Dr. Lúcio Dias Vieira e Reverendo Rossine Sales Fernandes;
3 - legislação federal, estadual e municipal;
4 - "Tribuna Machadense" n. 6 - 5/7/1.987 - pág. 3.

B - **secundárias**

1 - Adriano Campanhole e Hílton Lobo Campanhole - "Constituições do Brasil" - 9ª edição, Editora Atlas S/A, São Paulo, 1.987;
2 - Aristides Monteiro - "Insígnias de Campinas e sua História" - Gráfica Olímpica Editora Ltda., Rio de Janeiro, 1.978:
3 - Armando de Matos - "Evolução Histórica das Armas Nacionais Portuguesas" - F. Machado & Cia. Ltda., Porto, MCMXXXIX;
4 - Clóvis Ribeiro - "A Revolução e os symbolos nacionaes" - São Paulo Editora Ltda., São Paulo, 1.930, pág. 11;
5 - Hely Lopes Meirelles - "Direito Municipal Brasileiro" - 3ª edição, Editora Revista dos Tribunais Ltda., São Paulo, 1.977, págs. 163 a 168;
6 - Hílton Federici - "Símbolos Paulistas (Estudo Histórico-Heráldico)" - Secretaria da Ciência, Cultura e Tecnologia de São Paulo, Imprensa Oficial, São Paulo, 1.981;
7 - Jarbas Sertório de Carvalho - "Brasão de Armas da Cidade e do Município de Ponte Nova (Minas Gerais)" - publicação do Instituto Pontenovense de História, 1.960;
8 - Manoel Gonçalves Ferreira Filho - "Comentários à Constituição Brasileira" - 5ª edição, Saraiva, São Paulo, 1.984, pág. 53;
9 - Paulo Rónai - "Não Perca o Seu Latim" - 5ª edição, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1.990, pág. 99;
10 - Pontes de Miranda - "Comentários à Constituição de 1967 com a Emenda n. 1 de 1969" - tomo I, 2ª edição, Editora Revista dos Tribunais Ltda., São Paulo, 1.973, págs. 497 a 502;
11 - Publius Vergilius Maro - "Les Georgiques" - Librairie Hachette et Cie., Paris, 1.913, págs. 18/19;
12 - René Le Juge de Segrais - "Resumo da Ciência do Brasão" - tradução de Ruy Travassos Valdez, Livraria Bertrand, Lisboa, MCMLI;
13 - Waldemar Baroni Santos - "Tratado de Heráldica" - 5ª edição do autor, São Paulo, 1.978.

****

APENDICE

HONRARIAS DA CÂMARA MUNICIPAL

1) - Títulos de cidadania honorária.
2) - Medalhas de honra ao mérito.
3) - Títulos de cidadania sul-mineira.
4) - Título de honra ao mérito.
5) - Diploma de honra ao mérito.
6) - Alguns machadenses que receberam título de cidadania honorária noutros municípios.

****

1 - **Títulos de cidadania honorária**.

Aprígio Nogueira - lei 276, de 5/10/59
José de Magalhães Pinto - resolução 3, de 2/7/65
Gerardo da Silva Araújo - resolução 5, de 29/10/65
Edgard da Veiga Lion - resolução 6, de 17/11/65
Fausto Paulo Werner - resolução 7, de 17/11/65
Israel Pinheiro da Silva - lei 556, de 1/5/67
Aírton Rodrigues Leite - lei 18, de 24/5/68
João Liberal Filho - lei 64, de 19/6/70
Camilo Nogueira da Gama - lei 82, de 2/3/71
Wálter Maria Pulcinelli - lei 87, de 20/5/71
Madre Sebastiana del Blanco - lei 94, de 7/10/71
Mathilde de Abreu Nogueira - lei 98, de 10/12/71
José Maria Jorge Sebastião - lei 109, de 8/9/72
Yeda Novaes Fernandes - lei 134, de 30/4/73
Rossine Salles Fernandes - lei 134, de 30/4/73
Terezinha Lúcio da Silveira - lei 135, de 30/4/73
José Argemiro da Silveira - lei 135, de 30/4/73

Rondon Pacheco - lei 172, de 5/6/74
Wálter Mattos Reis - lei 173, de 5/6/74
Lucas Tavares de Lacerda - lei 174, de 5/6/74
Mário Pacini - resolução 6, de 15/6/76
Paulina Rigotti de Castro - resolução 8, de 20/7/76
Antônio Aureliano Chaves de Mendonça - resolução 4, de 4/7/77
Mozart Xavier Lopes - resolução 5, de 22/8/77
José Lélio Milani de Moura - resolução 4, de 14/8/78
José Fernandes Gatto - resolução 6, de 4/9/78
Mário Reis de Andrade Santos - resolução 7, de 27/10/78
Miguel Duarte Cialdine - resolução 1, de 21/2/79
Oscar Lamounier Godofredo Júnior - resolução 3, de 16/2/81
João Lopes Rocha - resolução 4, de 23/2/81
José Lourenço Domingues - resolução 5, de 2/4/81
Gabriel Barbosa - resolução 1, de 26/3/84
Abel Faleiro - resolução 3, de 11/6/84
Octávio Elísio Alves de Brito - resolução 18, de 24/6/85
Elzo Aloísio Coelho - resolução 26, de 10/3/86
Madre Natividade Bravo Pascual - resolução 39, de 25/5/87
Madre Lourdes Gomes Vasconcelos - resolução 39, de 25/5/87
Luiz Corrêa de Toledo Júnior - resolução 51, de 4/4/88
Ernesto Mariano Leite - resolução 54, de 16/5/88
Lydia Maria Braga Foresti - resolução 62, de 5/9/88
Manir Elias Donato - resolução 74, de 13/2/89
Miguel Avelino dos Anjos Filho - resolução 82, de 26/6/89
José de Rezende Lara - resolução 102, de 12/3/90
Maria Amélia Pinho (Irmã Silvéria) - resolução 105, de 2/4/90
Carlos Alberto Pereira Dias - resolução 111, de 12/9/90
Pedro de Lima - resolução 115, de 29/4/91
Luiz Gonzaga Xavier - resolução 130, de 3/11/92
Antônio Alkmin da Costa - resolução 135, de 30/12/92
José Barix - resolução 138, de 24/2/93
Adelir Brandelero - resolução 141, de 19/4/93
José Carlos Vilela - resolução 151, de 18/10/93
Isaías Garcia Vieira - resolução 153, de 18/10/93
Tizzira Signoretti Brigagão - decreto legislativo 10, de 5/12/94
Maria Salomé Dias Moreira - decreto legislativo 36, de 17/6/96
Dora Pedroso Caixeta - decreto legislativo 38, de 19/8/96
Maria Teresa Andrade Costa - decreto legislativo 39, de 19/8/96
José Pereira da Luz - decreto legislativo 42, de 4/9/96
Glacy Vieira - decreto legislativo 45, de 14/10/96
Geralda Rezende Braga - decreto legislativo 46, de 21/10/96
Maria da Glória Silva Saraiva (Madre Esperança) - decreto legislativo 47, de 28/10/96
Ivayr Dieb Farah - decreto legislativo 49, de 18/11/96
Carlos Carmo Andrade Melles - decreto legislativo 63, de 13/8/98
Ruth dos Anjos Lima Romanello - decreto legislativo 64, de 9/11/68

Simon Dupont - decreto legislativo 68, de 7/12/98
Regina Sales Carvalho - decreto legislativo 69, de 7/12/98
Julieta Mezzavilla Ferraz - decreto legislativo 71, de 7/12/98
Alvina Ferreira - decreto legislativo 77, de 14/12/98
Renato Antônio Mansur Pires - decreto legislativo 82, de 4/10/99
Osmânio Pereira de Oliveira - decreto legislativo 83, de 11/10/99
José Percílio - decreto legislativo 85, de 18/10/99
Ana Maria Rodrigues Caixeta - decreto legislativo 95, de 6/12/00
Sérgio Gonçalves de Oliveira - decreto legislativo 97, de 7/12/00
José Caixeta - decreto legislativo 100, de 7/12/00

2 - **Medalhas de honra ao mérito**.

Olímpio de Souza Padilha - resolução 144, de 7/6/93
Ernesto Mariano Leite - resolução 150, de 18/10/93
Maria Aparecida dos Santos - resolução 152, de 18/10/93
Osmar Maciel - decreto legislativo 5, de 4/4/94
Maurício Dias Vieira - decreto legislativo 8, de 5/12/94
Lúcio Dias Vieira - decreto legislativo 9, de 5/12/94
Zilda Pereira Lima - decreto legislativo 11, de 14/12/94
Evâneo Pereira - decreto legislativo 12, de 14/12/94
Celina Corrêa Toledo - decreto legislativo 44, de 14/10/96
Túlio Vieira da Costa - decreto legislativo 49, de 18/11/96
Ana Paula Caixeta Bovendorp - decreto legislativo 53, de 21/8/97
Domingos de Souza Dias - decreto legislativo 54, de 21/8/97
Anésia de Souza Ramos - decreto legislativo 55, de 21/8/97
Aurora Maria Mezzavilla Abdelmur - decreto legislativo 56, de 21/8/97
Abel Faleiro - decreto legislativo 57, de 21/8/97
João Nannetti - decreto legislativo 58, de 21/8/97
Marcelo Carvalho Vieira - decreto legislativo 59, de 21/8/97
José de Souza Ribeiro - decreto legislativo 66, de 7/12/98
Magaly Nogueira - decreto legislativo 67, de 7/12/98
Celso Ávila Prado - decreto legislativo 70, de 7/12/98
Antônio Alkmin da Costa - decreto legislativo 72, de 7/12/98
José Vítor da Silva - decreto legislativo 73, de 7/12/98
Olímpio Abrão - decreto legislativo 74, de 7/12/98
Ovídio Ferreira Cardoso - decreto legislativo 75, de 7/12/98
Hernani Pereira Neves - decreto legislativo 76, de 7/12/98
Dálcio Ricardo de Andrade - decreto legislativo 80, de 14/6/99
Adélia Milani Savini - decreto legislativo 81, de 6/9/99
Lucila Maria Ferreira Serafini - decreto legislativo 84, de 18/10/99
José Jair Coelho - decreto legislativo 86, de 18/10/99
José Fernandes de Oliveira - decreto legislativo 87, de 25/10/99
Isaura Scalco Begali - decreto legislativo 88, de 25/10/99
Warner de Paula Lima - decreto legislativo 89, de 3/11/99

Laércio de Souza Ribeiro - decreto legislativo 90, de 3/11/99
Nicíula Rosa Gonçalves - decreto legislativo 91, de 8/11/99
Ludovico Batista - decreto legislativo 92, de 8/11/99
Gentilina Gasparina Conti - decreto legislativo 93, de 8/11/99
Benedito Carvalho Vilela - decreto legislativo 96, de 7/12/00
Judith Aureliana Alves Pereira - decreto legislativo 98, de 7/12/00
Maria Nilza Castro Swerts - decreto legislativo 99, de 7/12/00

3 - **Títulos de cidadania sul-mineira**.

Juscelino Kubitschek de Oliveira - lei 358, de 29/11/61
Humberto de Alencar Castello Branco - lei 480, de 29/9/64

4 - **Título de honra ao mérito**.

Maria Clemência de Jesus - resolução 1, de 9/10/72

5 - **Diploma de honra ao mérito**.

EPAMIG - resolução 6, de 3/9/84

6 - **Alguns machadenses que receberam título de cidadania honorária noutros municípios**.

Ademir Viana - Serrania (ver FM 983/FR-2)
Alceu Cavalcanti de Souza Moreira - Poços de Caldas (ver FM 1036/15)
Amadeu Vieira Guerra - Mococa (ver O Mach. 957/1)
Cleide Muniz Sanches - Santo Ângelo, RS (ver FM 938/11)
Dom Hugo Bressane de Araújo - Garça, SP (dec. leg. 3, de 13/12/67); Adamantina, SP (res. 5, de 12/6/68); Marília, SP (dec. leg. 9, de 21/6/68)
Guilherme Dias dos Santos Silva - Bom Jesus dos Perdões, SP (ver O Mach. 1/1, de 7/1/71)
João de Souza Moreira - Barbacena (ver FM 146/1 e 151/10)
João Lopes Netto - Varginha
Jorge Eduardo Vieira de Oliveira - Fama, Serrania, Alterosa, Campestre, Monte Santo de Minas e Poço Fundo
José Maria Machado de Azevedo - Campinas (ver FM 83/8)
Lígia Braga Westin Romanelli - Poços de Caldas (ver SF 13/6)
Saulo Diniz Swerts - Rio de Janeiro (ver FM 54/1)
Vítor Herculano - Itatiba, SP (ver FM 1043/13)

O GOVERNO MUNICIPAL DE 1.997 A 2.000

PREFEITO: JOSÉ MIGUEL DE OLIVEIRA

PRESIDENTES DA CÂMARA: JOSÉ PEREIRA LIMA FILHO
ITAMAR JOSÉ COSTA
IZINÉSIO CAMPOS MOREIRA
JOSÉ CARLOS DINIZ

1) - A política pré-eleitoral.
2) - O resultado da eleição de 1.996.
3) - A composição da Câmara.
4) - O desempenho da Câmara.
5) - A atuação do Executivo.
6) - O quadro político.
7) - O resultado da eleição de 2.000.

****

1 - **A política pré-eleitoral**.

O pleito de 1.996 foi precedido de muitas negociações e alianças, que tinham em mira também a próxima disputa para o legislativo estadual. Credenciado por bom governo e alto índice de popularidade, o Prefeito despontava como futuro pretendente à Assembléia, o que não convinha ao Deputado Jorge Eduardo. Aquele buscou, sem êxito, consenso que permitisse lançar candidato único à Prefeitura. Temia-se no situacionismo que a divisão de forças beneficiasse o ex-alcaide Pereira Dias. De outra parte, interessava aos adversários boicotar a iniciativa de Vilela, para enfraquecê-lo politicamente.

O P.D.T., no poder, lançou então a candidatura de José

Miguel de Oliveira ao Executivo, coligando-se com o P.T.B.. Este, além de indicar o vice-prefeito, obteve por escrito promessa de duas secretarias e dois cargos comissionados (após a vitória empregou várias outras pessoas). O P.M.N. juntou-se a eles.

Convenção do diretório municipal do P.M.D.B. decidira apoiar José Miguel. Foi, porém, anulada sob pressão. Outra, em seguida, aprovou aliança com o P.S.D.B. Este apresentou apenas o candidato a prefeito, Antônio Carlos Fernandes; aquele, o vice e todos os postulantes à vereança.

O P.F.L. não fez coligações, e foi à porfia com grupo encabeçado por Carlos Alberto Pereira Dias.

Sem chance de vitória, o P.L. lançou candidato a prefeito Estanislau Vítor Lefol. Em convenção, aprovou aliança com o P.M.N., que deveria indicar o vice. Ele, porém, preferiu juntar-se à situação. Por tal motivo, em nova reunião o P.L. escolheu para candidato a vice Joaquim Miguel Nogueira Bastos, que teve o registro indeferido pela Justiça Eleitoral. Foi então substituído por Vicente Carlos dos Santos.

Lefol ofereceu impugnações ao registro das candidaturas de Pereira Dias e de Luís Gonzaga de Lima (este, aspirante à vereança). Do primeiro, disse que tivera rejeitadas as contas municipais de 1.992, e que respondia a processo-crime no Tribunal de Justiça; do segundo, que possuía dupla filiação partidária. Ambas foram julgadas improcedentes.

O jornal "*Folha Machadense*" teve participação importante no pleito. Promoveu em agosto dois debates entre os candidatos a prefeito, aos quais não compareceu Carlos Dias. Também efetuou pesquisa, que apontou o favoritismo de José Miguel.

2 - **O resultado da eleição de 1.996**.

Em 3 de outubro de 1.996 concorreram aos cargos de prefeito e vice-prefeito: José Miguel de Oliveira e Evâneo Franco Caixeta, da coligação PDT-PTB, apoiada também pelo PMN; Carlos Alberto Pereira Dias e Clêuton Pereira Gonçalves, do PFL; Antônio Carlos Fernandes e Aílton Batista Nery, da coligação PSDB-PMDB; Estanislau Vítor Lefol e Vicente Carlos dos Santos, do PL.

Com o voto de 18.090 eleitores, foi este o resultado da disputa pela chefia do Executivo:
José Miguel de Oliveira ..... 7.179 votos;
Carlos Alberto Pereira Dias ..... 6.058 votos;
Antônio Carlos Fernandes ..... 3.408 votos;
Estanislau Vítor Lefol ..... 144 votos;

em branco ..... 292 votos;
nulos ..... 1.009 votos.

A votação para a Câmara Municipal foi a seguinte:

Partido Democrático Trabalhista:
Luiz Gonzaga Xavier ..... 304 votos;
Eli Cardoso ..... 288 votos;
Eulália Tavares de Lima ..... 234 votos;
Luiz Brancher ..... 217 votos;
Lourenço Leal de Almeida ..... 206 votos;
Luiz Donizete da Costa ..... 172 votos;
Iolanda Aparecida Pereira Mercado ..... 139 votos;
Ednaldo Rodrigues de Souza ..... 121 votos;
Mauro Antônio de Moura Gonçalves ..... 118 votos;
Evanir Serafini Meloto ..... 108 votos;
Pedro Paulo Pereira ..... 100 votos;
Altamiro José da Costa ..... 91 votos;
Ednan Augusto de Souza Júnior ..... 83 votos;
Astolfo Batista Campos Júnior ..... 64 votos;
Jorge Bueno da Silva ..... 61 votos;
Celso Falconi Aguiar ..... 39 votos;
Aparecida Martins Bueno ..... 15 votos;
só para a legenda ..... 40 votos.

Partido Trabalhista Brasileiro:
Josias de Aguiar Ribeiro ..... 621 votos;
José Carlos Diniz ..... 436 votos;
Carlos Pereira Caixeta ..... 301 votos;
Dulcilene Gonçalves Freitas Oliveira ..... 271 votos;
Mário Lúcio da Silva ..... 266 votos;
Valéria Fernandes de Lima ..... 257 votos;
Izacar de Andrade ..... 211 votos;
Sebastião Monteiro da Silva ..... 188 votos;
Sérgio Moreira Dias ..... 166 votos;
Luiz Carlos de Oliveira ..... 115 votos;
Aurélio Passos do Lago ..... 57 votos;
Reinaldo Pimentel de Carvalho ..... 55 votos;
Enock Sodré de Lima ..... 51 votos;
Wolney Azevedo ..... 49 votos;
José Maria do Amaral Resende ..... 46 votos;
José dos Santos ..... 33 votos;
só para a legenda ..... 19 votos.

Partido do Movimento Democrático Brasileiro:
João Otávio Ferreira ..... 375 votos;

Izinésio Campos Moreira ..... 339 votos;
Luiz Gonzaga de Lima ..... 280 votos;
Dolivar da Silva Félix ..... 267 votos;
Valéria Diniz Rodrigues Gabriel ..... 267 votos;
Nair Cândida da Silva ..... 259 votos;
Wilmar Conti Moreira ..... 247 votos;
Alencar Tavares de Oliveira ..... 226 votos;
Jaime Afonso Maciel ..... 192 votos;
João Maciel Pereira ..... 190 votos;
Pedro Antônio de Paula ..... 169 votos;
Clélia Nery Dias ..... 84 votos;
Nélson de Carvalho ..... 52 votos;
Carlos Alberto Alexandre Braz ..... 51 votos;
só para a legenda ..... 29 votos.

Partido da Frente Liberal:
José Pereira Lima Filho ..... 547 votos;
Raul Morais Caixeta ..... 422 votos;
José dos Passos ..... 337 votos;
Itamar José Costa ..... 317 votos;
Elzo Aloísio Coelho ..... 289 votos;
Maércio Caetano da Silva ..... 289 votos;
Wálter Domingues Generoso ..... 239 votos;
Celina Signoretti Brigagão ..... 231 votos;
Paulo de Souza Carvalho ..... 199 votos;
Benício do Lago Padilha ..... 190 votos;
Adriano Ávila de Oliveira ..... 181 votos;
Euclydes Moreira Freire ..... 172 votos;
José Wanderley de Almeida ..... 123 votos;
Francisco Eleotério ..... 119 votos;
Alcides Bressane de Andrade Neto ..... 71 votos;
só para a legenda ..... 47 votos.

Partido da Mobilização Nacional:
Maria Aparecida dos Santos ..... 321 votos;
Mírian Westin Garcia Resende ..... 271 votos;
Diva Maria de Lima ..... 270 votos;
Fernando de Almeida Leite ..... 256 votos;
Ayde Pereira de Carvalho ..... 252 votos;
José Eugênio de Vasconcelos ..... 210 votos;
Francisco Bianchini de Souza ..... 181 votos;
José Mauro Fernandes ..... 149 votos;
Donizete dos Reis Silva ..... 147 votos;
Luiz Carlos Maciel ..... 137 votos;
José Luiz Corrêa ..... 107 votos;
Sirlene Augusta de Freitas Viana ..... 96 votos;

Pedro Niraldo Alves ..... 91 votos;
Renato Vilela Gonçalves ..... 88 votos;
Ademar Cláudio Baccoli ..... 85 votos;
José Henrique dos Santos ..... 65 votos;
Vera Martins dos Santos ..... 46 votos;
só para a legenda ..... 16 votos.

Deixaram a disputa os candidatos Fábio Eduardo Leite e Neiva Maria Martins Ribeiro (P.M.N.).

3 - **A composição da Câmara**.

Formaram a nova Câmara os seguintes vereadores: Itamar José Costa, José dos Passos, José Pereira Lima Filho e Raul Morais Caixeta (P.F.L.); Carlos Pereira Caixeta, José Carlos Diniz e Josias de Aguiar Ribeiro (P.T.B.); Izinésio Campos Moreira, João Otávio Ferreira e Luiz Gonzaga de Lima (P.M.D.B.); Diva Maria de Lima, Maria Aparecida dos Santos e Mírian Westin Garcia Resende (P.M.N.); Eli Cardoso e Luiz Gonzaga Xavier (P.D.T.).

Tendo Luiz Gonzaga Xavier assumido a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no início do governo, sua vaga foi ocupada pela suplente Eulália Tavares de Lima.

Embora majoritária, a coligação que elegera o Prefeito cedeu terreno à oposição, e a mesa diretora da Edilidade esteve assim composta no primeiro ano da legislatura: *presidente* - José Pereira Lima Filho; *vice-presidente* - Luiz Gonzaga de Lima; *2ª vice-presidenta* - Mírian Westin Garcia Resende; *secretário* - Itamar José Costa; *2ª secretária* - Diva Maria de Lima.

Em 1.998 o comando continuou com o P.F.L.: *presidente* - Itamar José Costa; *vice-presidente* - Carlos Pereira Caixeta; *2ª vice-presidenta* - Mírian Westin Garcia Resende; *secretária* - Diva Maria de Lima; *2º secretário* - Eli Cardoso.

Foi esta a equipe dirigente no ano de 1.999: *presidente* - Izinésio Campos Moreira; *vice-presidente* - Carlos Pereira Caixeta; *2ª vice-presidenta* - Mírian Westin Garcia Resende; *secretário* - Luiz Gonzaga de Lima; *2º secretário* - Itamar José Costa.

Por fim, em 2.000 o comando coube aos seguintes edis: *presidente* - José Carlos Diniz; *vice-presidente* - Carlos Pereira Caixeta; *2º vice-presidente* - Josias de Aguiar Ribeiro; *secretário* - Luiz Gonzaga de Lima; *2º secretário* - Eli Cardoso.

No início de abril de 2.000 Luiz Gonzaga Xavier

retornou ao Legislativo. Em 30 de novembro seguinte, com a licença de José Pereira Lima Filho para tratamento de saúde, assumiu o suplente Wálter Domingues Generoso.

4 - **O desempenho da Câmara**.

Em 1.997 aprovaram-se duas emendas (ns. 6 e 7) à Lei Orgânica. A primeira, precedida de acalorados debates e mobilização de funcionários, alterou dispositivo que protegia ocupantes de cargos comissionados, os quais, após cinco anos, incorporavam as respectivas vantagens a seu salário. As leis 1.092, de 31/1, e 1.120, de 29/10, autorizaram a municipalização de turmas de pré-escolar e de escolas estaduais. A lei 1.094, de 2/4, autorizou a cessão do Parque de Exposições ao Sindicato Rural, acarretando prejuízos ao Município. As leis 1.091, de 31/1, 1.105, de 1/7, de 1.121, de 30/10, criaram a Secretaria da Cultura, a "área azul" e o Conselho Municipal do Trabalho. A resolução 195, de 9/10, instituiu o Código de Ética e Decoro Parlamentar dos Vereadores. Em fevereiro foi criado o plantão de vereadores, para atendimento à população. No final de abril realizou-se audiência pública, a fim de coletar propostas a serem levadas à audiência regional da Assembléia Legislativa.

Em 1.998, a lei 1.138, de 5/2, autorizou desconto no pagamento do ISS a empresas de representação comercial, para evitar que se inscrevessem em cidades com alíquota menor. No mesmo mês, Luiz Gonzaga de Lima foi escolhido corregedor da Edilidade. A lei 1.173, de 26/8, majorou em 129,17% os subsídios dos vereadores. Ação civil pública ajuizada pela Promotoria obteve a declaração de sua inconstitucionalidade, e a ordem de devolução dos acréscimos que indevidamente mandara pagar. Repercutiu mal a concessão, às pressas e perto de pleito estadual, de título de cidadania honorária ao candidato a deputado Carlos Melles, sem vínculo com o Município (resolução 63, de 13/8).

Em 1.999, a lei 1.213, de 10/3, autorizou assinatura de convênio com o INSS para implantação de posto arrecadador. A lei 1.214, de 18/3, fixou o perímetro urbano de Douradinho. A lei 1.217, de 6/4, permitiu convênio com o SAAE para construção de galeria no Córrego do Curtume. A lei 1.237, de 1/7, dispôs sobre ruídos urbanos e proteção ao bem-estar e sossego públicos. Oitava emenda à Lei Orgânica, de 13/12, revogou parágrafos do artigo 88.

Em 2.000, a lei 1.281, de 31/1, baixou novo plano de cargos, carreiras e remuneração dos servidores municipais. A lei 1.282, do dia seguinte, dispôs sobre a estrutura da administração direta do Município. As leis 1.284 (de 3/2), 1.292 e 1.293 (de 30/3) trataram dos planos de cargos, carreira e remuneração, respectivamente, dos professores, dos servidores do SAAE e dos servidores da Câmara. A polêmica lei 1.309, de 15/6, autorizou, em ano eleitoral, a doação de 304 terrenos a diversas pessoas. Em face de representação do Ministério Público, suspendeu-se, até o fim do período eleitoral, a assinatura de contratos com os donatários, mas ela foi reputada válida. A emenda 9, de 18/8, alterou diversos artigos da Lei Orgânica.

5 - **A atuação do Executivo**.

Iniciado o governo, tomaram posse estes secretários: *Ação Social* - Abel Faleiro; *Administração* - Pedro Paulo Pereira; *Agricultura, Pecuária e Abastecimento* - Luiz Gonzaga Xavier; *Educação* - Maria José Gonçalves; *Fazenda* - Pedro Carvalho de Souza Diniz; *Governo* - Ieso Magalhães Paes; *Obras e Serviços Públicos* - Astrogildo da Silva Dias Neto; *Saúde* - Cláudio de Lima Alves.

A pasta do Planejamento foi confiada em julho seguinte a Ubirajara Goulart de Araújo, que a deixou dois meses depois. Só em julho de 1.998 ganhou nova titular, Matilde Tavares Dias, exonerada em agosto de 2.000.

Para atender a promessas de campanha, criou-se a Secretaria da Cultura, através da lei 1.091, de 31/1/97. Não preenchida, em face de disputas políticas, Maria José Gonçalves passou a responder informalmente por ela. Em 3 de maio de 1.999 foi enfim designada secretária, em caráter interino e cumulativo, pela portaria 2.001. O cargo extinguiu-se com a promulgação da lei 1.282, de 1º de fevereiro de 2.000.

Seis meses após a posse, o Secretário de Governo demitiu-se para assumir emprego em Alfenas. Seu lugar foi ocupado por Ubirajara Goulart de Araújo, deslocado do Planejamento. Em 5 de novembro de 1.998, Lúcio Dias Vieira Júnior tomou posse como novo Secretário da Saúde - o antecessor saiu por não poder acumular o cargo com o de médico do INSS. Luiz Gonzaga Xavier deixou a Agricultura no fim de março de 2.000.

A exemplo do antecessor, o Prefeito administrou com austeridade, controlando os gastos e pagando pontualmente as contas. Manteve em dia o salário do funcionalismo, sem necessidade de demissões.

Iniciou-se o governo com operação tapa-buracos na Cidade e nas principais estradas, em parceria com o D.E.R.. A usina de asfalto foi reativada. Receberam pavimentação asfáltica a Avenida Gustavo C. Dias, a Rua Dr. Carlos R. de Almeida, o acesso à Brasfreios e diversas vias nos bairros Bela Vista, Chamonix, Funcionários, Jardim do Lago, Nova Machado, Novo Horizonte, Ouro Verde, Ponte e Santa Helena, no total de 100.176 m2.. Construíram-se trevo na Rodovia BR-267, perto do Cemitério, e avenida para ligá-lo à Cidade. Abriram-se ruas na Vila Olímpica. Reformaram-se as praças Ana Margarida, Dr. Roque, Getúlio Vargas e Joaquim José. O Córrego Jacutinga, no perímetro urbano, teve as margens gramadas, o leito limpo, e ganhou passarela no prolongamento da Rua Pio de Souza Dias. Mediante financiamento da C.E.F., foram construídas 38 casas populares no Jardim Funcionários, que recebeu iluminação pública, redes de água e esgoto. Conseguiu-se da COHAB a construção de moradias no Jardim Nova Machado. O distrito industrial foi aumentado, e doaram-se terrenos a diversas indústrias.

Com o SAAE, foi feita galeria para escoamento das águas do Córrego do Curtume, e ampliou-se a rede pluvial da Avenida Plínio da Silva Dias, evitando a ocorrência de novas inundações no Bom Recanto. Construíram-se duas adutoras no Jardim das Oliveiras, e instalaram-se reservatórios de água no Jardim Floresta, Jardim Funcionários e Nova Machado. Investiu-se na continuação das obras da Estação de Tratamento de Água e na melhoria da iluminação pública. Foram feitos mais de 15.000 metros de meios-fios e sarjetas. Aumentou-se também a rede pluvial perto do lago. As estradas rurais receberam serviços de manutenção. Diversos veículos foram adquiridos.

No Bairro Santa Luísa reformou-se prédio em desuso para sede do posto policial, que não foi instalado, e construiu-se uma praça ao lado da Igreja de Santa Rita. Na Caiana asfaltaram-se várias ruas, ampliou-se a rede pluvial e remodelou-se a praça.

Em Douradinho foram asfaltadas quase vinte ruas e uma avenida. Fizeram-se meios-fios e sarjetas. Construíram-se 100 metros de rede de esgotos, e mais de 200 de rede pluvial. Foi instalado mais um reservatório d'água. Edificaram-se duas casas e reformou-se outra, para funcionamento de posto policial e residência de soldados. A Praça Belo Horizonte foi reformada e ganhou fonte luminosa.

No campo educacional, lembrem-se a municipalização das escolas estaduais "Carlos Legnani" e "Lindolfo de Souza Dias", e de várias turmas do ensino supletivo. Implantaram-se a suplência municipal e o pré-escolar "Appaloosa". A Creche "Vovó Guiomar" foi reformada e ampliada. Construiu-se e inaugurou-se a Escola Nucleada "Adoniro de Souza Ribeiro", no Pinhalzinho. Edificou-se prédio escolar no Jardim Nova Machado, posto em funcionamento na gestão seguinte. O Executivo continuou a investir no ensino além do que exige a lei, propiciando transporte diário a 3.600 alunos, cerca de 73.000 refeições mensais, e material escolar para as redes públicas municipal e estadual.

No setor de esportes e lazer, merecem registro a construção de novos sanitários no Estádio Municipal, de campo de futebol ao lado do Ginásio Poliesportivo, e a transferência dos festejos carnavalescos para a orla do lago artificial. O Município, no período em exame, não participou dos JIMIs..

Devem realçar-se, na área da saúde, as reformas efetuadas no CESPREN, no CESAN e no mal feito prédio do Centro Odontológico. O Pronto-Atendimento foi ampliado e melhorado. Implantaram-se no Santa Luísa o Programa de Saúde da Família e o Núcleo de Assistência Psico-Social (NAPS). Os bons resultados daquele levaram à criação do Programa de Saúde Rural, com atendimento aos bairros no "expresso-saúde", um ônibus adaptado para consultas e pequenos procedimentos médicos. Comprou-se incinerador de lixo hospitalar, que não chegou a ser utilizado. Teve início a construção de sede para a policlínica e a Secretaria da Saúde. Prosseguiram as campanhas de vacinação, e mais de 700

pessoas foram transportadas mensalmente para tratar-se fora do Município.

A Secretaria de Ação Social distribuiu cestas básicas, roupas, colchões, cobertores e materiais de construção. Pagou exames e consultas não cobertos pelo SUS. Instalaram-se no período em estudo o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal do Trabalho.

A Secretaria da Agricultura promoveu cursos, distribuiu sementes, mudas e adubos. Auxiliou a análise e o preparo de solos, a feitura de tanques e silos, a aquisição de máquinas e implementos. Colocou tratores e retroescavadeira à disposição dos produtores rurais. Apoiou a formação de lavouras comunitárias e o programa de eletrificação rural. O uso do Parque de Exposições pelo Sindicato Rural foi mal sucedido, e a rescisão do contrato se fez com prejuízo para o Município.

O decreto legislativo 79, de 22 de março de 1.999, aprovou as contas municipais de 1.997; o 94, de 18 de maio de 2.000, as de 1.998.

6 - **O quadro político**.

Como o prestígio do antecessor fora decisivo no resultado do pleito, o Alcaide levou algum tempo para firmar a própria liderança. Ademais, eleito por uma coligação, teve de fazer malabarismo para atender aos pedidos dos que o ajudaram na campanha. Prometeu criar duas secretarias desnecessárias, e nomeou assessores apenas para acomodar interesses políticos. Tentando não se indispor com ninguém, ficou neutro nas disputas pela Mesa da Câmara, perdida para a oposição nos dois primeiros anos. Entregou a um vereador a Secretaria da Agricultura, abrindo lugar para suplente que estava com o outro grupo. Permitiu a cessão do Parque de Exposições ao Sindicato Rural, controlado por adversários. Em contrapartida, foi poupado de ataques, contou sempre com o Legislativo e teve tranqüilidade para governar.

No segundo semestre de 1.998, o ex-prefeito Carlos Alberto foi absolvido pelo Tribunal de Justiça em processo-crime por atos praticados na sua última gestão. Fortaleceu-se com isso, e tornou público pacto com o antigo desafeto Jorge Oliveira, que ajudou a reeleger deputado. De outra parte, o ex-prefeito Vilela perdeu vigor no mesmo pleito, ao receber votação quase inexpressiva.

No segundo semestre de 1.999 o P.T. reorganizou-se na Cidade. Nos meses seguintes, as forças políticas intensificaram tratativas, visando ao novo pleito municipal. Retribuindo a ajuda recebida dois anos antes, Jorge Eduardo impôs a seu partido aliança com o P.F.L., para tentar reconduzir Carlos Dias à Prefeitura. A despeito do inconformismo de alguns peemedebistas, a vontade do líder local acabou prevalecendo. Antônio Carlos Fernandes, que passara às hostes do Deputado, aceitou postular o cargo de vice. Sua atitude sur-

preendeu porque, como edil, fora relator de C.P.I. instaurada contra Pereira Dias e apontara seus desmandos.

7 - **O resultado da eleição de 2.000**.

Conquanto este item devesse pertencer ao capítulo seguinte, coloco-o aqui porque meu relato termina no final do milênio.

No pleito de 1º de outubro de 2.000, em que se estreou a urna eletrônica no Município, votaram 20.570 eleitores, de 23.117 inscritos. Três chapas disputaram os cargos majoritários: José Miguel de Oliveira e Evâneo Caixeta Franco, pela frente PDT-PTB-PMN-PT-PHS-PL; Carlos Alberto Pereira Dias e Antônio Carlos Fernandes, pela aliança PFL-PMDB-PPS-PPB; e Pedro Lima Barrozo e José Vítor Pereira, pelo PV.

O resultado da disputa pelo Executivo, que pela primeira vez levou à reeleição de um prefeito, foi o seguinte:
José Miguel de Oliveira ..... 10.410 votos;
Carlos Alberto Pereira Dias ..... 8.406 votos;
Pedro Lima Barrozo ..... 238 votos;

em branco ..... 316 votos;
nulos ..... 1.200 votos.

A votação para a Câmara Municipal foi a seguinte:

Partido Democrático Trabalhista:
Josias de Aguiar Ribeiro ..... 497 votos;
Luiz Gonzaga Xavier ..... 331 votos;
Marlene Monteiro de Oliveira ..... 282 votos;
Jarbas Gonçalves de Lima ..... 201 votos;
Altair Martins da Silva ..... 177 votos;
Paulo Newton da Silva ..... 152 votos;
Benedito Rodrigues da Silva Neto ..... 125 votos;
Eli Cardoso ..... 104 votos;
Francisco Antero Maciel ..... 95 votos;
Roselita M. D'Eleutério Dias Ribeiro ..... 89 votos;
José Amador dos Santos ..... 76 votos;
João Batista Domingues ..... 70 votos;
Antônio Júlio Alves Filho ..... 65 votos;
João Batista Rabelo ..... 56 votos;
Joana D'Arc de Souza Silva ..... 56 votos;
Paulo Afonso da Silva Costa ..... 44 votos;
Evanir Serafini Meloto ..... 35 votos;
Robson Leite ..... 27 votos;

José Funchal ..... 3 votos;

Partido Trabalhista Brasileiro:
José dos Passos ..... 400 votos;
Carlos Pereira Caixeta ..... 245 votos;
Mário Lúcio da Silva ..... 237 votos;
Jorge Luiz Pinto ..... 197 votos;
Arnaldo da Silva ..... 141 votos;
Alencar Tavares de Oliveira ..... 136 votos;
João de Paula Pereira ..... 120 votos;
Valéria Fernandes Lima ..... 115 votos;
Luiz Carlos Issa ..... 106 votos;
Mírian Westin Garcia Resende ..... 92 votos;
Gilberto Ferreira Caixeta ..... 35 votos;
Nehemias Lopes Nogueira ..... 31 votos;
Carlos Alberto Alexandre Ribeiro Braz ..... 18 votos;
José Cláudio de Carvalho ..... 16 votos;
Sílvio Viana ..... 15 votos;
Justo Antero Maciel ..... 13 votos;
Valdelícia Moreira da Silva ..... 12 votos;

Partido do Movimento Democrático Brasileiro:
Lenil Morais de Oliveira ..... 374 votos;
João Otávio Ferreira ..... 371 votos;
Dolivar da Silva Félix ..... 325 votos;
Messias Teodoro de Lima ..... 223 votos;
José da Cruz Silva ..... 191 votos;
Darcy Alves Caixeta ..... 165 votos;
Reinaldo Pimentel de Carvalho ..... 159 votos;
Nair Cândida da Silva ..... 149 votos;
José Luiz do Prado ..... 133 votos;
Clélia Nery Dias ..... 130 votos;
Maria Aparecida dos Santos ..... 113 votos;
Wilmar Conti Moreira ..... 108 votos;
José Américo Cária ..... 100 votos;
Eliane Pimenta Siqueira Souza ..... 98 votos;
Hélcio Rodrigues da Luz ..... 94 votos;
José Cláudio Dias de Carvalho ..... 77 votos;
Ayde Pereira de Carvalho ..... 67 votos;
José Carlos de Oliveira ..... 28 votos;
José dos Santos ..... 25 votos;
Antônio Augusto Nogueira Filho ..... 21 votos;
Maria Helena Costa Mendes ..... 21 votos;
Roselene de Fátima N. Gonçalves ..... 18 votos;
Ovídio Pereira Cardoso ....16 votos;

Partido da Frente Liberal:
Fabiano Signoretti Leite ..... 417 votos;
Raul Moraes Caixeta ..... 327 votos;
Itamar José Costa ..... 318 votos;
José Pereira Lima Filho ..... 240 votos;
Izinésio Campos Moreira ..... 195 votos;
Luiz Antônio Castilho de Oliveira ..... 173 votos;
José Luiz Corrêa ..... 172 votos;
Sebastião Monteiro da Silva ..... 172 votos;
Celina Signoretti Brigagão ..... 143 votos;
Antônio João Avelar Vieira ..... 126 votos;
Paulo de Souza Carvalho ..... 120 votos;
Adriano Ávila de Oliveira ..... 111 votos;
Gildo Antônio de Carvalho ..... 76 votos;
Hélio da Silva ..... 55 votos;
Dirce Soares de Lima ..... 36 votos;

Partido da Mobilização Nacional:
José Carlos Diniz ..... 406 votos;
José Wanderley Begalli ..... 289 votos;
Donizete dos Reis Silva ..... 218 votos;
Diva Maria de Lima ..... 172 votos;
Izacar de Andrade ..... 149 votos;
Aécio Reis Codignoli ..... 113 votos;
José Mauro Fernandes ..... 97 votos;
Sirlene Augusta de Freitas Viana ..... 75 votos;
José Augusto Brigagão ..... 65 votos;
Suze Caixeta Marcovig ..... 58 votos;
Josiley Nery de Carvalho ..... 44 votos;
Vargas Gonçalves da Costa Júnior ..... 31 votos;
Luiz Carlos Alves Domingues ..... 24 votos;
Adílson Luz de Carvalho ..... 10 votos;
Rosely Graciano Caliari ..... 9 votos;

Partido dos Trabalhadores:
Paulo Sérgio de Siqueira ..... 330 votos;
Everton Schmidt Prado ..... 275 votos;
Tereza Cristina Souza Dias e Silva ..... 194 votos;
Jaime Afonso Maciel ..... 173 votos;
Francisco Bianchini de Souza ..... 158 votos;
Iolanda Aparecida Pereira Mercado ..... 138 votos;
Lucilene das Graças Lopes Paulino ..... 137 votos;
Maria Neuza Rosa de Oliveira ..... 124 votos;
Paulo Franklin Pereira da Silva ..... 81 votos;
João Afonso de Carvalho ..... 80 votos;
Nildson Campos dos Santos ..... 78 votos;

Jaci Ferreira Romualdo ..... 55 votos;
Allan Corsini de Oliveira ..... 53 votos;
Cylas Paulo da Silva ..... 47 votos;
Nélson Marques ..... 23 votos;
Rosana Santos Magalhães ..... 12 votos;

Partido Verde:
Marize Prado Pereira ..... 79 votos;
Lúcio Nogueira ..... 40 votos;
Flávio Ferreira de Carvalho ..... 28 votos;
Ricardo Vieira de Carvalho ..... 27 votos;
João Donizete Pereira ..... 24 votos;
Marly Pereira Braga ..... 22 votos;
Carlos Fernandes Perez ..... 10 votos;
Marcos Eduardo Dias Oliveira ..... 8 votos;
Aparecida Martins Gomes ..... 4 votos;
Nélson José Ferreira ..... 3 votos;

Coligação Partido Humanista da Solidariedade/Partido Liberal:
Claudimir Porto Diniz ..... 283 votos;
João Batista de Oliveira ..... 175 votos;
Waldiney José Ferreira ..... 115 votos;
Arnaldo Hilário da Silva ..... 114 votos;
Henrique Garcia de Souza Lima ..... 96 votos;
Luiz Carlos Barbosa ..... 87 votos;
Cristina Maria Lemes da Silva ..... 64 votos;
Celso dos Santos ..... 60 votos;
Salomão Ferreira ..... 57 votos;
Alex Vítor ..... 46 votos;
Ilma Rodrigues Moraes ..... 44 votos;
Juliano Olinto Alves ..... 43 votos;
José Benedito de Paula ..... 37 votos;
Antônio O. Raimundo Oliveira ..... 30 votos;
Luiz Carlos dos Santos Pereira ..... 26 votos;
Wálter Tavares Campos ..... 24 votos;
Claudelúcio Fernandes ..... 22 votos;
Lúcio Antônio Vellani ..... 18 votos;
Josias Araújo Dias ..... 15 votos;
Carlos Alberto Lago da Silva ..... 3 votos;
José Humberto Gonçalves ..... 0 voto;

Coligação Partido Popular Socialista/Partido Progressista Brasileiro:
José Jaime de Carvalho ..... 273 votos;
Elpídio Garroni Alves ..... 267 votos;
Ildo Bernardes Caldeira ..... 187 votos;
Vítor Lima da Silva ..... 169 votos;

Afonso Gonçalves da Silva ..... 163 votos;
Luiz Donizete da Costa ..... 160 votos;
Luiz Carlos de Oliveira ..... 146 votos;
José Antônio Marin ..... 143 votos;
Maércio Caetano da Silva ..... 120 votos;
Luiz Antônio do Lago ..... 113 votos;
Estael das Graças Ribeiro ..... 98 votos;
Genésio Alves Xavier ..... 77 votos;
José Cláudio Gonçalves ..... 76 votos;
Gaspar Cândido Ribeiro ..... 68 votos;
Benedito Marcos de Lima ..... 40 votos;
José Carlos Pacheco ..... 39 votos;
Renato Vicente Pereira ..... 39 votos;
Marcos Roberto Nogueira ..... 33 votos;
Maria Helena Pereira Campos ..... 30 votos;
Vicente Carlos dos Santos ..... 23 votos;
Wandercy Donizete Alves ..... 16 votos;
Jairo Michel de S. Gonçalves ..... 16 votos;
Claudionor de Paiva ..... 11 votos;

em branco ..... 358 votos;
nulos ..... 516 votos.

A nova Câmara foi composta pelos seguintes vereadores: Josias de Aguiar Ribeiro, Luiz Gonzaga Xavier e Marlene Monteiro de Oliveira (PDT); Dolivar da Silva Félix, João Otávio Ferreira e Lenil Morais de Oliveira (PMDB); Fabiano Signoretti Leite, Itamar José Costa e Raul Moraes Caixeta (PFL); Elpídio Garroni Alves e José Jaime de Carvalho (PPS); José Carlos Diniz (PMN); José dos Passos (PTB); Paulo Sérgio de Siqueira (PT); e Claudimir Porto Diniz (PL).

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de atas ns. 18, 19, 20 e 21;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - pasta de decretos legislativos;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de portarias nº 18;
4 - Arquivo do Cartório Eleitoral da Comarca de Machado - pasta “Relatório Geral da Apuração - Eleições de 3-10-96”;
5 - “Compromisso com o Futuro” - número único - 16/9/2.000;
6 - “Folha Machadense” ns. 1111 - 6/7/1.996 - págs. 1 e 7;

1113 - 20/7/1.996 - págs. 1 e 3;
1114 - 27/7/1.996 - pág. 2;
1115 - 3/8/1.996 - págs. 1 e 12;
1116 - 10/8/1.996 - págs. 1 e 3;
1120 - 7/9/1.996 - págs. 1 e 3;
1121 - 13/9/1.996 - pág. 3;
1124 - 5/10/1.996 - pág. 1;
1125 - 12/10/1.996 - pág. 10;
1135 - 21/12/1.996 - pág. 14;
1136 - 4/1/1.997 - págs. 6 e 7;
1139 - 25/1/1.997 - pág. 2;
1143 - 22/2/1.997 - pág. 9;
1148 - 28/3/1.997 - pág. 1;
1153 - 3/5/1.997 - pág. 12;
1162 - 5/7/1.997 - pág. 6;
1186 - 24/12/1.997 - pág. 6;
1194 - 28/2/1.998 - pág. 4;
1220 - 5/9/1.998 - pág. 1;
1222 - 19/9/1.998 - pág. 1;
1225 - 10/10/1.998 - pág. 1;
1227 - 24/10/1.998 - pág. 24;
1230 - 14/11/1.998 - pág. 5;
1249 - 2/4/1.999 - pág. 13;
1263 - 3/7/1.999 - pág. 2;
1287 - 18/12/1.999 - pág. 6;
1302 - 8/4/2.000 - pág. 14;
1310 - 3/6/2.000 - págs. 1 e 8;
1315 - 8/7/2.000 - pág. 27;
1318 - 29/7/2.000 - pág. 15;
1319 - 5/8/2.000 - págs. 6, 18 e 28;
1326 - 23/9/2.000 - pág. 27;
1328 - 2/10/2.000 - págs. 1 e 2;
1332 - 4/11/2.000 - pág. 8;
1336 - 2/12/2.000 - págs. 2 e 9;

7 - livros de atas do P.L. e do P.T.B.;

8 - Revista “Imagem e Conteúdo” ns. 1 - ago./set. de 1.996 - pág. 28;
11 - jul./ago. de 1.998 - págs. 8 a 10;

9 - Revista “Machado em Revista 2.001” - número único;

10 - “Siga em Frente” ns. 3 - 27/8/1.996 - págs. 1 e 3;
13 - 15/1/1.997 - págs. 1, 3 e 5;
ed. esp. - 13/9/1.997 - págs. 4 e 5;
36 - 18/12/1.997 - págs. 1, 4, 5 e 7;

11 - “Transparência” ns. 1 - sem data;
2 - set. de 1.998;
3 - jan./fev./março de 1.999.

RICARDO MOREIRA REBELLO

MACHADO

VOLUME III

HISTÓRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DIVERSOS

ÌNDICE

SERVIÇO PÚBLICO

Cap. I - Esclarecimento.....Pág. 2
Cap. II - As forças Armadas.....Pág. 3
Cap. III - Òrgãos de Previdência Social.....Pág. 10
Cap. IV - Autoridades Policiais Civis I.....Pág. 15
Cap. V - Autoridades Policiais Civis II.....Pág. 26
Cap. VI - Autoridades Policiais Civis III.....Pág. 36
Cap. VII - Autoridades Policiais Civis IV.....Pág. 43
Cap. VIII - A Delegacia de Polícia.....Pág. 48
Cap. IX - Cadeias.....Pág. 52
Cap. X - A Polícia Militar.....Pág. 57
Cap. XI - A Guarda Municipal.....Pág. 66
Cap. XII - A iluminação Artificial.....Pág. 68
Cap. XIII - O Abastecimento d"água em Machado I.....Pág. 82
Cap. XIV - O Abastecimento d"água em Douradinho I.....Pág. 91
Cap. XV - Saneamento e Rede de Esgotos I.....Pág. 95
Cap. XVI - O Serviço Autônomo de Àgua e Esgotos.....Pág. 99
Cap. XVII - O Abastecimento d"água em Machado II.....Pág.102
Cap. XVIII - O Abastecimento d"água em Douradinho II.....Pág. 106
Cap. XIX - Saneamento e Rede de Esgotos II.....Pág. 108
Cap. XX - Cemitérios e Serviços Fúnebres.....Pág. 110
Cap. XXI - A Limpeza Pública.....Pág.124
Cap. XXII - O Matadouro Municipal.....Pág. 131
Cap. XXIII - O Funcionalismo Público Municipal.....Pág. 137

SERVIÇO PÚBLICO

ESCLARECIMENTO

Esta parte da obra é residual: trato nela apenas de serviços e órgãos públicos que, pelas características específicas, não se estudam alhures. O exame dos demais far-se-á nos volumes relativos às matérias que constituem seu objeto.

Assim, na segunda parte do presente volume cuidarei dos órgãos públicos relativos à saúde; na segunda do volume quarto, dos relativos à justiça. O quinto abrigará os referentes à educação; o sexto, os demais pertinentes à cultura. No sétimo, examinarei os relativos aos transportes e outros meios de comunicação. No oitavo, os concernentes à agricultura, à pecuária, ao meio-ambiente, ao trabalho e à arrecadação tributária. O volume nono, por fim, tratará dos ligados à geografia e estatística.

As informações que consegui recolher são incompletas. Em muitas das repartições públicas e escritórios de concessionárias não há preocupação de preservar a memória histórica, e arquivos são periodicamente destruídos. Ademais, nem sempre a pesquisa me foi facilitada, obtive respostas vagas e promessas de auxílio não cumpridas. O resultado do trabalho, por isso, ficou aquém da expectativa.

****

AS FORÇAS ARMADAS

1) - Os Tiros de Guerra.
2) - O Recrutamento Militar.
3) - Participação de machadenses na Guerra do Paraguai.
4) - Participação de machadenses na F. E. B..
5) - Participação de machadenses nas tropas regulares.

****

1 - **Os Tiros de Guerra**.

Nélson de Senna, no tomo I de seu Anuário relativo a 1.918, asseverou estarem organizadas no Estado várias sociedades ou linhas de tiro civil, sujeitas à fiscalização do Ministério da Guerra e incorporadas à Confederação do Tiro Brasileiro. Entre elas, mencionou a Linha de Tiro nº 392, de Machado, fundada em abril de 1.917. Tinha como presidente o Dr. Feliciano Vieira da Silva, como diretor de tiro o Capitão Dr. Sócrates Brasileiro, e como cabo-de-esquadra João Baptista Moura. Estranhamente, no tomo II da mesma obra afirmou contar nossa cidade com linha de tiro desde fins de 1.917.

Atendendo a requerimento da diretoria da Linha de Tiro, a resolução da Câmara 268, de 25 de outubro de 1.917, pôs a sua disposição prédio situado na Rua Direita, esquina com Major Onofre, para servir de quartel.

Em 13 de janeiro de 1.918 foram empossados novos dirigentes da Sociedade: *presidente* - Diogo Cavalcanti de Albuquerque; *vice-presidente* - Dr. José de Campos Lima; *diretor de tiro* - José Augusto Vieira da Silva; *tesoureiro* - Waldemar Paulino da Costa; *secretário* - José Augusto de Lima; *vogais* - Francisco Vieira da Silva Júnior, Ataliba Soares de Camargo, João Soares de Camargo, Antônio Moreira de Souza Guerra Júnior e Dr. Homero Cos-

ta; *comissão de contas* - Oscar de Paiva Westin, Joaquim Pio de Souza Moreira e João Antônio da Costa. Os sócios, na época, estavam fazendo exercícios sob as ordens do atirador reservista Américo Nannetti, até que o comando da região nomeasse o instrutor.

A Câmara Municipal cedeu a Praça da Caixa d'Água para campo de exercício da Linha de Tiro. A pedido desta, baixou a resolução 275, de 2 de abril de 1.918, autorizando a iluminação da referida praça e do quartel. Em 18 de julho do mesmo ano, através da resolução 287, deu-lhe auxílio para construção de linha e "*stand*" de tiro.

No Machadinho havia um Posto de Atiradores, subordinado ao Tiro de Guerra local. A Câmara concedeu-lhe subvenção mensal pela resolução 286, também de 18/7/18.

Em abril de 1.919 fora já iniciada a construção do "*stand*", e o Presidente Diogo solicitou ao Município a liberação da quantia de 500$000 votada para isso. O tesoureiro, então, era Oscar de Paiva Westin.

Ignoro qual foi a duração da Sociedade. Certo é que já não existia em 15 de setembro de 1.922, quando os vereadores aprovaram a doação ao Centro Machadense de faixa de terreno "*do prédio da antiga Linha de Tiro*".

Em 1.937 fundou-se, junto do Centro Machadense, o Tiro de Guerra nº 235. Sua diretoria, de início, foi assim composta: *presidente de honra* - Demerval Frossard; *presidente* - Américo Nannetti; *vice-presidente* - Djalma Costa; *tesoureiro* - José Fernandes Gatto; *1º secretário* - Pedro da Rocha Lopes: *2º secretário* - Marcolino Westin; *conselheiros fiscais* - Múcio da Silva Pinto, Dr. Feliciano Vieira da Silva e Esaú A. Prado: *suplentes* - Oscar de Paiva Westin e João Lopes Rocha. Tinha como instrutor o Sargento Elísio Nunes Melgaço.

No mesmo ano, João Felippe de Carvalho doou terreno ao Ministério da Guerra, no fim da Rua Coronel Azarias, para instalação dele. No início do ano seguinte foi classificado como Escola de Instrução Militar, na categoria de pelotão, sob o nº 272. Subordinava-se à 8ª Circunscrição de Recrutamento, da 1ª Divisão de Infantaria, da 4ª Região Militar.

No dia 8 de março de 1.938, em assembléia a que compareceram 27 sócios, elegeu-se este conselho deliberativo: *presidente* - Esaú A. Prado; *vice-presidente* - José Joaquim de Carvalho; *tesoureiro* - João Lopes Rocha; *secretário* - Alberto Lima. Em novembro do mesmo ano renunciou a diretoria da Escola, que foi anexada em definitivo ao Centro Machadense. Decidiu-se, por aclamação, que os dirigentes dela, no final de 1.938, seriam os mesmos deste: *presidente* - Américo Nannetti; *vice-presidente* - Djalma Costa; *secretário* - Múcio da Silva Pinto; *tesoureiro* - Sinésio Costa. No início de 1.939 a nova diretoria do Centro foi também eleita para gerir a E. I. M.: *presidente* - Múcio da Silva Pinto;

vice-presidente - Feliciano Morais Costa; *secretário* - Maurílio Carneiro Dias; *tesoureiro* - Mozart da Silva Pinto.

A primeira turma, cuja formatura ocorreu em 15/11/38, recebia aulas teóricas no antigo Ginásio Municipal, de Esaú A. Prado, e práticas no terreno da Rua Coronel Azarias. Na pasta "*Tiro de Guerra*" do Arquivo Público Machadense encontram-se as "*folhas de matrículas e alterações*" dos alunos matriculados em 1.938.

Em maio de 1.939 o 1º Sargento Francisco de Paula Azzi foi nomeado instrutor da Escola. Queixou-se de que não tinha salão apropriado para aulas teóricas, campo de esportes e "*stand*"; disse que o terreno doado ao Ministério da Guerra não oferecia segurança para a prática do tiro ao alvo. A diretoria, então, aceitou o empréstimo de um terreno de Joaquim Paulino; autorizou o aluguel de cômodo de Josino Dias, na Rua Major Onofre, para aulas e depósito de armas; e determinou a construção do "*stand*" de tiro e outros móveis. Em reunião de agosto seguinte registrou-se que dois oficiais examinadores tinham vindo à Cidade, e que o "*stand*" fora montado com ajuda da Prefeitura e de João Felippe de Carvalho. Depois não há mais notícia das atividades da Escola, que deixou de existir durante a Segunda Guerra Mundial. O terreno da Coronel Azarias, anos depois, foi devolvido pelo Exército aos herdeiros do doador.

Nas décadas seguintes, por diversas vezes, a comunidade machadense se mobilizou, sem sucesso, para conseguir novamente o tiro de guerra. Em 1.964 afirmou-se que sua criação fora aprovada pelo Comando da 4ª Região Militar e que funcionaria anexo ao Colégio Comercial, dependendo a instalação apenas de uma sede. Em 1.966 estiveram com autoridades militares em Juiz de Fora, para pleitear a recriação, o Prefeito Lucas Tavares de Lacerda, o Presidente do Rotary Club Ítalo Provinciali Filho e Marcelo Carvalho Vieira. Em 1.979, com apoio do Prefeito Pereira Dias, nova e infrutífera reivindicação foi feita através de Marcelo C. Vieira, do Gerente do BEMGE Tito Luciano Arsilo e do Professor Marco Antônio Soares de Oliveira.

2 - **O Recrutamento Militar**.

O "*Monitor Sul-Mineiro*" de 4 de setembro de 1.875 noticiou que a Junta encarregada da conscrição militar em Santo Antônio do Machado reconhecera aptos para o serviço do Exército só três indivíduos. E acrescentou:

> *"mas desses, 2 tem isenção legal, e o terceiro... communicão-nos dessa freguezia que lá ninguem o conhece!"*.

Em 21 de julho de 1.892 foram aqui nomeadas três comissões para, no mês seguinte, alistar os cidadãos aptos ao serviço militar. Eis a sua composição:

Junta Revisora - presidente: Antônio Rodrigues de Paiva; membros: José Pereira Arantes e Christino Symphronio dos Reis;
Junta de Alistamento do Machado - presidente: Francisco Raphael de Carvalho; membros: Fernando Jacintho de Carvalho e Vigilato de Souza Moreira;
Junta de Alistamento do Douradinho - presidente: Innocencio José Teixeira; membros: Francisco da Silva Campos e José Joaquim Ignácio Pereira.

O "*Annuario Estatistico*" mineiro de 1.921 informou o alistamento em Machado de 306 jovens, pertencentes à classe sorteada de 1.899. Desses, foi fornecido um contingente de 36 efetivos e 18 suplementares.

Enquanto prefeito, João Vieira da Silva presidiu a Junta de Alistamento Militar de Machado, subordinada à 8ª Circunscrição de Recrutamento. Ela funcionava então no Cartório de Paz, tendo como secretário o titular deste, Napoleão Augusto de Carvalho. Entre 1.940 e 1.941 era seu delegado o 2º Tenente Ephigênio Xavier.

Não sei quando se criou a 24ª Delegacia de Recrutamento Militar, aqui sediada. Em outubro de 1.952 seu comando cabia ao 2º Tenente Jayme Ferreira Franco. Em abril de 1.955 veio para cá, como novo delegado, o Tenente Bento Furtado de Mendonça. Em 1.961 era delegado o 1º Tenente Cornélio Rodrigues de Carvalho, que em novembro se transferiu para o Rio de Janeiro. A partir de 5 de setembro de 1.962 o cargo foi ocupado pelo 1º Tenente, depois Capitão, Bartholomeu Grecco, que nele permaneceu até março de 1.966. Em setembro de 1.968 exercia-o o 2º Tenente João Leite Sabino. Nas décadas de '50 e '60 trabalharam na secretaria, entre outros, Rosenil Alves da Silva, Lair Antônia Zappia, Fany de Lima Nery e Zilma de Souza Dias.

As leis municipais 130 (de 28/11/52) e 145 (de 1/12/53) concederam gratificação a funcionários da Junta de Alistamento Militar. A lei 169, de 18/2/55, autorizou o Executivo local a assumir encargos estabelecidos pelos artigos 74 da Lei do Serviço Militar e 3º do Regulamento dos Tiros de Guerra.

A partir da década de setenta, as Juntas de Alistamento Militar, nos municípios, passaram a ser presididas pelos prefeitos e secretariadas por funcionários municipais. A nossa, designada como 118ª, subordinou-se à 12ª Delegacia do Serviço Militar, com sede em Poços de Caldas., e mais tarde à 3ª, com sede em Varginha. Esta e outras vinculam-se à 13ª Circunscrição do Serviço Militar, sediada em Três Corações.

A portaria municipal 113-A, de 21 de fevereiro de 1.977, designou Onofre Leite para o cargo de secretário da Junta do Serviço Militar de Machado. A portaria 241, de 1 de junho de 1.982, designou para o mesmo cargo Celso dos Santos, que ainda o ocupava no final do milênio.

Em Machado, a Junta localizou-se, sucessivamente,

em dois pontos da Rua Silviano Brandão (Centro Machadense e casa de Astrogildo da Silva Dias); na Praça Joaquim José, nº 5; na Rua Coronel Jacinto, nº 183; na Rua Santos Silva; na Rua Astolpho Pio; e nos fundos da Prefeitura Municipal.

3 - **Participação de machadenses na Guerra do Paraguai**.

Em nossa província formaram-se, para combater na Guerra do Paraguai, a Brigada Mineira, com cerca de 2.000 homens, e três corpos de "*Voluntários da Pátria*". Pouco se sabe da presença de machadenses nesses contingentes.

Graças a pesquisa de Ramílton Bernardes Pereira, descobriu-se que o jornal "*O Sapucahy*", da Campanha, publicou em 6 de abril de 1.865 a relação dos voluntários daquele município. Eram de Santo Antônio do Machado: Joaquim Izidoro do Espírito Santo, José Cândido (cidadão francês), Manoel Vieira dos Reys, Antônio José Rodrigues, João Silvestre Ferreira, João Martins de Oliveira, Belisário José da Silva, Antônio Cândido de Souza, Francisco Joaquim Dias, Quirino Pereira Dias, João Pedro Marcolino, Nicoláo Paulino de Sant'Anna, Ireno Joaquim Baptista e Pedro Joaquim Baptista. Procediam do Douradinho: Joaquim Antônio Domingues, João Antônio Anastácio, Manoel Germano, Cypriano Rodrigues Pereira, Francisco Carvalho, Manoel Francisco Brandão e Joaquim Prudêncio. Ignoro se foram à frente de batalha.

O "*Monitor Sul-Mineiro*", em maio de 1.877 e de 1.878, noticiou que o Tenente Joaquim Felicíssimo do Rego Barros, morador no Douradinho, lá festejava o aniversário da batalha do Tuiuti, de que participara. O mesmo jornal, ao informar o óbito em Machado do Alferes Francisco Xavier de Salles, relatou ter ele atuado na campanha paraguaia.

4 - **Participação de machadenses na F. E. B.**

Na Segunda Guerra Mundial integraram a Força Expedicionária Brasileira os pracinhas machadenses Armando Cavalcante, Durval Martins Ramos, Euclydes Vieira Guerra, João Evangelista Pinto, Paulo Dias Moreira e Wálter Bartolomeu Dias. Convocados em 1.942, foram à Itália após período de treinamento em São João Del Rei. Na volta receberam calorosa acolhida dos conterrâneos, que erigiram obelisco em sua homenagem, na Praça Antônio Carlos.

A lei municipal 400, de 20 de fevereiro de 1.963, concedeu isenção do imposto de transmissão "*inter-vivos*" aos ex-combatentes. A lei 52, de 14 de outubro de 1.969, isentou de impostos os seus imóveis.

Alguns soldados do Município serviram no Brasil durante o período belicoso, como guardas costeiros, em João Pessoa, Porto Seguro e

outras localidades. João de Almeida, José Vicente Pereira Filho, José Vilhena e Lauro Augusto da Costa receberam tardias homenagens em 1.989 e 1.991, quando a Câmara lhes enviou ofícios de cumprimentos e tiveram os nomes incluídos em nova placa, no monumento atrás referido. Outros, embora tivessem exercido as mesmas funções, foram esquecidos: Benedito Moreira Guerra, João Alberto Castro, José Pereira Lima.

5 - **Participação de machadenses nas tropas regulares**.

Entre os conterrâneos que atuaram ou ainda atuam profissionalmente nas Forças Armadas, e chegaram ao oficialato, lembro:

- *Gilberto Cavalcanti de Souza Moreira* - nascido no Rio de Janeiro, passou à reserva como Coronel da Artilharia do Exército;
- *Élson Marino Ferri* - transferiu-se para a reserva em abril de 1.993, como Capitão do Exército;
- *Ademir Siqueira Viana* - Coronel Aviador, foi chefe de gabinete do Ministro da Aeronáutica e comandante da Base Aérea de Brasília;
- *Pedro Ramalho Neder* - é Tenente-Coronel da Aeronáutica.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - "Annuario Estatistico do Estado de Minas Geraes" - anno I, 1.921, vol. IV, tomo II - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, pág. 192;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros ns. 1 e 2 de atas;
3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros ns. 7, 10 e 12 de leis;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro nº 15 de portarias;
5 - Arquivo Público Machadense - livro nº 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898-1919";
6 - Arquivo Público Machadense - livro nº 235: "Atas do Conselho Deliberativo do Tiro de Guerra";
7 - Arquivo Público Machadense - livro nº 307: "Documentos Históricos";
8 - Arquivo Público Machadense - pasta "Tiro de Guerra";
9 - "Folha Machadense" - ns. 18 - 28/7/1.974 - pág. 4;
231 - 22/10/1.978 - pág. 9;
265 - 1/7/1.979 - pág. 1;
751 - 13/5/1.989 - pág. 9;
782 - 16/12/1.989 - pág. 12;

856 - 15/6/1.991 - pág. 6;
863 - 27/7/1.991 - pág. 10;
915 - 8/8/1.992 - pág. 6;
939 - 6/2/1.993 - pág. 11;
968 - 18/9/1.993 - supl.;
972 - 16/10/1.993 - pág. 1;
1001 - 14/5/1.994 - pág. 11;
10 - informações pessoais de Carlos Caixeta Carvalho, Maria Inês Moreira Del Porto e Oscar Pereira Lima Filho;
11 - "Jornal do Machado" - nº 2 - 9/5/1.937 - pág. 1;
12 - livro de atas dos trabalhos da Junta de Alistamento Militar de Machado, aberto em 30/10/1.940;
13 - "Luminar Machadense" - ns. 34 - 14/11/1.954 - pág. 4;
41 - 30/4/1.955 - pág. 3;
14 - "Minas Geraes" - de 25/7/1.892 - pág. 5;
de 24/1/1.918 - pág. 5;
15 - "Monitor Sul-Mineiro" ns. 191 - 4/9/1.875 - pág. 3;
279 - 27/5/1.877 - pág. 3;
331 - 8/5/1.878 - pág. 3;
334 - 26/5/1.878 - pág. 4;
16 - "O Machadense" ns. 855 - 5/11/1.961 - pág. 6;
895 - 16/9/1.962 - pág. 3;
989 - 24/4/1.966 - pág. 2;
1055 - 10/9/1.968 - pág. 2;
17 - "O Sapucahy", Campanha - 6/4/1.865 - pág. 4;
18 - "Vozes Concepcionistas em Machado" - nº 1 - 30/8/1.964 - pág. 4.

B - **secundárias**

1 - Nélson de Senna - "Annuario de Minas Geraes - 1918" - tomo I - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.918, págs. 167 e 170;
2 - Nélson de Senna - "Annuario de Minas Geraes - 1918" - tomo II - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.918, pág. 912;
3 - Ramílton Bernardes Pereira - "Heróis Machadenses Esquecidos" - artigo inédito, em pasta do Autor, no Arquivo Público Machadense.

****

ÓRGÃOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

1) - O Serviço de Alimentação da Previdência Social(SAPS).
2) - O Instituto Nacional de Seguridade Social(INSS).
3) - O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais(IPSEMG)

****

1 - **O Serviço de Alimentação da Previdência Social(SAPS)**.

Criado por Getúlio Vargas, buscava estabilizar os preços, vendendo por quantias inferiores às de mercado gêneros alimentícios e outros, diretamente aos consumidores. O armazém local, obtido por intermédio do Deputado Camilo Nogueira da Gama, foi inaugurado em 26 de agosto de 1.958. Funcionava na Rua Sete de Setembro, junto da Praça Antônio Carlos, no porão da casa dos herdeiros de João Otávio Dias. O encarregado dele, desde o início, foi Maurílio Carneiro Dias, aposentado compulsoriamente em maio de 1.969, por razões políticas. Substituiu-o a tesoureira Eva Nadir Andrade da Silva, que ficou no cargo por dois anos aproximadamente. Sucedeu-lhe Alfredo Parreira Mendes.

Na segunda metade da década de sessenta, o SAPS teve a denominação alterada para COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos).

Atendendo a pedido do Encarregado, em janeiro de 1.968 o Prefeito Francisco Vieira Guerra adaptou loja do antigo Mercado para funcionamento de uma mercearia da COBAL. Ela foi aberta em maio do mesmo ano. Em julho de 1.974 anunciou-se para breve a instalação de um supermercado. Todavia, o que ocorreu nos anos seguintes foi a diminuição cada vez mais acentuada do seu estoque.

A partir de 2 de junho de 1.978, todos os postos de

abastecimento da COBAL passaram a chamar-se "Supermercado Nacional", e foram entregues à administração privada. O próprio Alfredo Parreira Mendes tornou-se proprietário do de Machado.

Em março de 1.980 o estabelecimento local fechou, por causa do pequeno volume de vendas. Ele sempre deixara a desejar, pela constante falta de mercadorias de primeira necessidade. Reabriu no final de setembro, no mesmo cômodo, com as instalações remodeladas, mas teve curta duração.

2 - **O Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)**.

Nos últimos anos da década de sessenta, o então Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) tinha em Machado apenas um representante, Álvaro Ivo da Silva, com escritório na Rua Sete de Setembro, junto da Praça Antônio Carlos. Ignoro quando ele iniciou suas atividades. Dois médicos cuidavam do atendimento ao público.

Dez anos depois, além dos dois clínicos que pertenciam aos quadros do órgão, três outros e quatro dentistas eram credenciados por ele, trabalhando em regime de "*pro-labore*". Crescia a procura de fichas para tratamento, o que acarretava grandes filas, e falava-se na necessidade de instalar aqui uma UBAM (unidade básica de assistência médica).

Em 1.985 a representação do INPS na Cidade estava a cargo da empresa Representações Aisamas Ltda., que tinha como sócio Paulo Euler Andrade Silva. Sua sede ficava na mesma Rua Sete de Setembro. Mudara a distribuição de fichas, feita em determinados dias, após aviso na Rádio Difusora. A maior parte dos serviços dependia de autorização da agência de Alfenas, o que dificultava o atendimento.

A lei municipal 682, de 22 de junho de 1.988, autorizou o Executivo a firmar convênio com o INPS para instalação de um posto de benefícios na Cidade. Foi inaugurado no dia seguinte, e ficava na Rua Professor José Cândido, 284, ao lado do Abrigo. Nele trabalhavam quatro funcionários e um médico. No primeiro mês esteve sob a supervisão de Carlos Roberto de Souza Oliveira, da agência de Alfenas. Depois a chefia passou a Grace Corsini Oliveira Garroni, que a ocupava até o final do período em estudo.

Em fevereiro de 1.991 o posto transferiu-se para duas salas no fundo da Prefeitura, com espaço menor. Lá tinham atendimento precário os segurados urbanos de Machado, Carvalhópolis e Poço Fundo.

Com a implantação do SUDS (Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde), que incorporou o INAMPS, os previdenciários passaram a ser atendidos nos centros de saúde, por mais médicos, o que diminuiu as filas.

Em julho de 1.992 as agências do I.N.S.S. foram extintas, e ele passou a ter apenas postos de seguro social e postos de arrecadação e fiscalização, vinculados a uma gerência regional. Nosso posto de benefícios passou a ser um posto de seguro social, subordinado à gerência de Varginha. Machado, no final do século, ainda não tinha um posto de arrecadação e fiscalização, e, como Carvalhópolis e Poço Fundo, dependia do de Alfenas para resolver simples questões burocráticas. Nos últimos anos houve esforço político para que ele fosse criado. O acerto de dívida da Fundação Educacional para com o órgão previdenciário retardou a consecução do benefício pleiteado. O Município dispôs-se a fazer-lhe dação em pagamento de imóvel na Praça Danton Magalhães, para instalação do posto, abatendo o respectivo valor do montante do débito. A lei local 1.025, de 28 de junho de 1.995, autorizou a feitura do negócio. Obtido parecer favorável da superintendência de Varginha, a proposta subiu aos escalões superiores. Por exigência deles, a lei acima referida foi substituída pela 1.119, de 23 de outubro de 1.997, que permitiu a cessão em comodato e posterior dação em pagamento do mesmo imóvel ao INSS. Entrementes, a lei 1.213, de 10 de março de 1.999, autorizou o Executivo a celebrar convênio com o órgão previdenciário, para instalação do posto.

Em abril de 1.998 o posto mudou-se da Prefeitura para imóvel locado pelo próprio I.N.S.S., na Rua Coronel Flávio, 146. Nele trabalhavam no final do período em estudo cinco funcionários administrativos, um médico-perito e uma estagiária.

3 - **O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG)**

No final de 1.971 autoridades locais solicitaram, sem êxito, a instalação na Cidade de sub-agência do antigo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado (IPASE).

A criação de um posto de atendimentos do IPSEMG em Machado foi deferida em meados de 1.982. Para montá-lo, reformou-se sala do velho Mercado, nos fundos da Prefeitura. O início das atividades ocorreu em novembro seguinte. Nomeou-se Alberto José de Almeida encarregado dele. Prestava atendimento hospitalar, ambulatorial e odontológico a servidores de Machado e cidades vizinhas, a cargo dos médicos Lúcio Dias Vieira e Antônio Machado Dias, e do dentista Oscar Vieira Guerra. Em janeiro de 1.983 suas instalações foram mudadas para a Rua Astolpho Pio, ao lado da Escola Estadual “Dom Pedro I”.

Em junho de 1.984 o posto de atendimentos foi transformado em agência regional, com o nome de “João Custódio da Silva”. Ela foi instalada nos fundos da Prefeitura, com consultórios médico-odontológicos e seções administrativas. A inauguração ocorreu em 23 de setembro. A lei municipal 561, de 4 de novembro seguinte, aprovou o convênio que se firmara em 14 de setembro com o IPSEMG, para a criação da agência.

Nomeou-se então agente regional Lúcio de Oliveira Gonçalves, que permanecia no cargo até o término do milênio. O atendimento, destinado a oito municípios (Machado, Campestre, Carvalhópolis, Cordislândia, Paraguaçu, Poço Fundo, Serrania e Turvolândia), era então feito por quatro médicos, três dentistas, cinco funcionários administrativos e duas atendentes. A agência local prestava serviços médico-ambulatoriais e previdenciários a todos os contribuintes do IPSEMG e a seus beneficiários.

Em julho de 1.987 a Santa Casa encerrou convênio com o IPSEMG, por causa de constante atraso nos pagamentos. Após negociações, ele foi reativado no final do mesmo ano. Depois foi de novo encerrado.

A lei 727, de 15 de janeiro de 1.990, autorizou o Executivo a renovar o convênio com o IPSEMG, para manutenção da agência regional na Cidade.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 20, 21 e 22;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de portarias nº 15;
3 - "Folha Machadense" ns. 18 - 28/7/1.974 - pág. 1;
75 - 21/9/1.975 - pág. 8;
93 - 8/2/1.976 - pág. 8;
150 - 20/3/1.977 - pág. 3;
153 - 3/4/1.977 - pág. 5;
217 - 2/7/1.978 - pág. 1;
295 - 29/3/1.980 - pág. 1;
323 - 18/10/1.980 - pág. 7;
334 - 10/1/1.981 - pág. 1;
410 - 17/7/1.982 - pág. 1;
424 - 30/10/1.982 - pág. 1;
426 - 12/11/1.982 - pág. 8;
435 - 30/1/1.983 - pág. 1;
460 - 23/7/1.983 - pág. 2;
506 - 23/6/1.984 - pág. 1;
519 - 22/9/1.984 - pág. 1;
520 - 29/9/1.984 - pág. 1;
535 - 26/1/1.985 - pág. 14;
543 - 23/3/1.985 - pág. 1;
545 - 6/4/1.985 - págs. 1 e 12;

546 - 13/4/1.985 - pág. 6;
615 - 23/8/1.986 - pág. 14;
679 - 28/11/1.987 - pág. 15;
682 - 23/12/1.987 - pág. 3;
705 - 11/6/1.988 - pág. 1;
707 - 25/6/1.988 - págs. 1, 2 e 15;
711 - 23/7/1.988 - págs. 11 e 14;
785 - 20/1/1.990 - pág. 5;
839 - 16/2/1.991 - pág. 1;
951 - 1/5/1.993 - pág. 3;
953 - 15/5/1.993 - pág. 3;
971 - 9/10/1.993 - pág. 9;
1062 - 22/7/1.995 - págs. 8 e 10;
1079 - 18/11/1.995 - pág. 7;
1131 - 23/11/1.996 - págs. 1 e 6;
1158 - 7/6/1.997 - págs. 2 e 10;
1179 - 1/11/1.997 - pág. 12;

4 - informações pessoais de Eva Nadir Andrade da Silva, Grace Corsini Oliveira Garroni, Lúcio de Oliveira Gonçalves e Maurílio Carneiro Dias;

5 - "Jornal da Cidade" ns. 1 - jun. de 1.984 - pág. 8;
4 - nov. de 1.984 - págs. 3 e 8;

6 - "O Machadense" ns. 697 - 24/8/1.958 - pág. 4;
698 - 31/8/1.958 - pág. 1;
963 - 17/10/1.965 - pág. 5;
1026 - 21/1/1.968 - pág. 2;
1029 - 18/2/1.968 - pág. 1;
1040 - 19/5/1.968 - pág. 1;
1051 - 11/8/1.968 - pág. 3;
42 - 12/12/1.971 - pág. 2;
44 - 26/12/1.971 - pág. 4;

7 - "Siga em Frente" nº 13 - 17/4/1.993 - págs. 1 e 6;

8 - "Tribuna Machadense" ns. 81 - 6/8/1.983 - pág. 2;
94 - jun. de 1.984 - pág. 4;
12 - 16/8/1.987 - pág. 5;
27 - 29/11/1.987 - pág. 3;
28 - 6/12/1.987 - pág. 4;
29 - 13/12/1.987 - pág. 1;
42 - 27/3/1.988 - pág. 3;
55 - 26/6/1.988 - pág. 1.

****

AUTORIDADES POLICIAIS CIVIS - I
(no Império)

1) - Subdelegados e suplentes do Distrito do Douradinho.
2) - Subdelegados e suplentes do Distrito do Machado.
3) - Delegados de Polícia do Município.

****

1 - **Subdelegados e suplentes do Distrito do Douradinho**.

A mais antiga referência que encontrei a autoridades policiais civis do Douradinho acha-se em requerimento de seus habitantes ao bispo de São Paulo, despachado em 2 de março de 1.833. Nele se pedia o provisionamento de certo pároco na localidade. Assinaram-no, entre outros, **Joaquim Francisco de Almeida, João Francisco da Fonseca, José da Costa de** (*ilegível*) e **Thomé Carvalho da Silva**, que se qualificaram como delegados. Tal documento está na pasta de avulsos sobre Douradinho do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

Com a reforma do Código de Processo Criminal, empreendida pelo Gabinete conservador de 23 de março de 1.841, teve fim o sistema de polícia eletiva. Criaram-se cargos de chefe de polícia nas províncias, designados pelo Ministro da Justiça, e de delegados e subdelegados nas localidades, nomeados pelos presidentes das províncias por indicação de seus chefes de polícia.

No Arquivo Público Mineiro encontram-se registros de diversos atos sobre nomeações e demissões de agentes policiais. Enumero a seguir os que localizei a respeito de nosso distrito.

Em portaria do Presidente da Província de 7 de junho

de 1.842 foram nomeadas as seguintes autoridades:
subdelegado - **João Ferreira de Tolledo**;
1º suplente - **Jozé da Cunha Castro**;
2º suplente - **Manoel Jacintho Pereira**;
3º suplente - **Francisco José Ferreira**;
4º suplente - **Marcos Aurélio de Souza**;
5º suplente - **Joaquim Ferreira de Tolledo**;
6º suplente - **João Baptista Campos**.

Por ato de 20 de agosto de 1.844 foram demitidos o subdelegado e o 1º suplente, e nomeados para os seus lugares, respectivamente, **Antônio Francisco d'Almeida** e **Vicente Domingues**.

Através de portaria baixada em 18 de julho de 1.845, o Vice-Presidente da Província demitiu o 2º, 3º, 4º, 5º e 6º suplentes. E para substituí-los nomeou os seguintes cidadãos:
2º suplente - **Lourenço Domingues da Silva**;
3º suplente - **Jozé Lourenço da Silva**;
4º suplente - **Jozé d'Arimathea Machado**;
5º suplente - **Thomé Carvalho da Silva**;
6º suplente - **Jozé Fernandes de Mello**.
Na vaga do 1º suplente, que se mudara, nomeou **Joaquim de Morais Machado**.

Portaria de 2 de outubro de 1.845 nomeou **Jozé da Cunha Castro** para o cargo de subdelegado, vago por mudança do que o exercia.

Em 17 de janeiro de 1.849 foram demitidos o 1º e o 2º suplentes, e nomeados para seus postos **Marcos Aurélio de Souza** e **Joaquim Ferreira de Tolledo**.

Ato de 12 de fevereiro de 1.851 afirmou que estavam vagos os cargos de subdelegado e seus suplentes no Douradinho, e nomeou para provê-los:
subdelegado - **João Ferreira de Tolledo**;
suplentes - **Manoel Jacintho Pereira, Manoel Tavares dos Anjos, José Lourenço da Silva, Joaquim Pereira Caixeta, Joaquim de Moraes Machado** (que faleceu em exercício) e **Simão Vieira da Silva**. Observa-se que dos anteriores apenas José Lourenço da Silva foi mantido no posto.

Portaria de 11 de junho de 1.853 demitiu o subdelegado João Ferreira de Tolledo, sem indicar o seu substituto.

No dia 31 de janeiro de 1.861 o Presidente da Província nomeou **Manoel Jacintho Pereira** subdelegado e **José de Arimathea Morais** 1º suplente. Ambos foram demitidos em portaria de 11 de agosto de 1.864,

que designou para seus cargos, respectivamente, **João Carvalho de Oliveira** e **Balbino José de Carvalho**.

Ato de 28 de novembro de 1.865 alçou ao posto de subdelegado (vago por falecimento do que o ocupava) o 1º suplente. Para o lugar deste nomeou **Francisco Carvalho de Mattos**. Demitiu o 2º e o 4º suplentes, e designou para substituí-los **Manoel Pereira Fagundes** e **João Carvalho da Silva**.

Em 7 de fevereiro de 1.867, por se ter mudado, Francisco Carvalho de Mattos foi demitido do cargo de 1º suplente. Para o seu lugar nomeou-se na mesma data **Francisco de Paula Vasconcellos**.

Portaria de 6 de julho de 1.868 designou o cidadão **José Luiz Lopes de Vasconcellos** 5º suplente do subdelegado.

Ato de 5 de agosto seguinte demitiu o subdelegado, o 1º e o 2º suplentes, designando em substituição, respectivamente, **Joaquim Eloy Mendes, Innocêncio José Teixeira** e **Tenente José de Arimathéa Moraes**.

O Presidente da Província, em 27 de novembro do mesmo ano, fez diversas alterações na área policial do Douradinho. Demitiu o subdelegado, por mudança, e o 3º, 5º e 6º suplentes. Em seguida nomeou:
subdelegado - **Tenente José d'Arimathea Morais**;
2º suplente - **Vicente Pereira da Costa** (que não aceitou);
3º suplente - **João Baptista de Carvalho**;
5º suplente - **Fructuoso d'Oliveira Bueno**;
6º suplente - **Paulo Alves d'Araújo**.

Em 5 de junho de 1.872 foram demitidos o 4º, 5º e 6º suplentes. No dia 27 de outubro seguinte demitiu-se o 1º suplente, no mesmo ato trocado por **Fernando Antônio de Faria**.

Em 21 de março de 1.873 afastou-se o subdelegado, e obteve nomeação para o cargo **Innocêncio José Teixeira**.

O 1º suplente foi demitido em 23 de maio do mesmo ano, quando se colocou no seu lugar **Flávio de Moraes Machado**. Este passou a subdelegado em 12 de novembro de 1.875, ao se demitir, a pedido, o que o era. Na mesma ocasião o 3º suplente foi elevado a 1º. E, conforme o "*Monitor Sul-Mineiro*" nº 203, foi então designado 3º suplente **Elias Carvalho da Silva**.

O mesmo jornal noticiou em 18/3/1.876 a nomeação de **Manoel Pereira Fagundes** para 2º suplente.

Não tomou posse o **Alferes José Luiz Lopes de Vasconcellos**, que obteve nomeação para subdelegado em 20 de março de 1.878.

Na mesma ocasião, segundo o "*Monitor*" nº 326, designou-se 1º suplente **Daniel Antônio Xavier**.

O **Capitão Manoel Alves Pereira** foi nomeado subdelegado em 10 de julho de 1.878. Em tal data ("*Monitor*" nº 345) foram ainda exonerados o 2º e o 3º suplentes, e nomeados: **Joaquim Cândido Lopes de Vasconcellos, Joaquim Martins de Araújo** e **José Pinto do Couto** - respectivamente 1º, 2º e 3º suplentes.

Novamente nomeado subdelegado, em 1º de outubro de 1.885, de seguida à demissão do anterior, o **Tenente José de Arimathéa Moraes** não aceitou.

Flávio de Moraes Machado voltou a ocupar a subdelegacia por nomeação de 16 de janeiro de 1.886. Com ele, exonerados os titulares, alçaram-se à 1ª, 2ª e 3ª suplências **José Jacintho Pereira, Luiz Pereira de Carvalho** e **Antônio Alves de Carvalho** ("*Monitor*" nº 787).

Quadro sinótico dos subdelegados e suplentes do Douradinho (ao lado as datas de nomeação)

subdelegado:
João Ferreira de Tolledo (7-6-1.842);
Antônio Francisco d'Almeida (20-8-1.844);
Jozé da Cunha Castro (2-10-1.845);
João Ferreira de Tolledo (12-2-1.851);
Manoel Jacintho Pereira (31-1-1.861);
João Carvalho de Oliveira (11-8-1.864);
Balbino José de Carvalho (28-11-1.865);
Joaquim Eloy Mendes (5-8-1.868);
Tenente José d'Arimathéa Moraes (27-11-1.868);
Innocêncio José Teixeira (21-3-1.873);
Flávio de Moraes Machado (12-11-1.875);
Alferes José Luiz Lopes de Vasconcellos (20-3-1.878);
Capitão Manoel Alves Pereira (10-7-1.878);
Tenente José d'Arimathéa Moraes (1-10-1.885);
Flávio de Moraes Machado (16-1-1.886).

1º suplente:
Jozé da Cunha Castro (7-6-1.842);
Vicente Domingues (20-8-1.844);
Joaquim de Moraes Machado (18-7-1.845);
Marcos Aurélio de Souza (17-1-1.849);
Manoel Jacintho Pereira (12-2-1.851);
José d'Arimathéa Moraes (31-1-1.861);
Balbino José de Carvalho (11-8-1.864);

Francisco Carvalho de Mattos (28-11-1.865);
Francisco de Paula Vasconcellos (7-2-1.867);
Innocêncio José Teixeira (5-8-1.868);
Fernando Antônio de Faria (27-10-1.872);
Flávio de Moraes Machado (23-5-1.873);
João Baptista de Carvalho (12-11-1.875);
Daniel Antônio Xavier (1.878);
Joaquim Cândido Lopes de Vasconcellos (10-7-1.878);
José Jacintho Pereira (16-1-1.886).

2º suplente:
Manoel Jacintho Pereira (7-6-1.842);
Lourenço Domingues da Silva (18-7-1.845);
Joaquim Ferreira de Tolledo (17-1-1.849);
Manoel Tavares dos Anjos (12-2-1.851);
Manoel Pereira Fagundes (28-11-1.865);
Tenente José d'Arimathéa Moraes (5-8-1.868);
Vicente Pereira da Costa (27-11-1.868);
Manoel Pereira Fagundes (1.876);
Joaquim Martins de Araújo (10-7-1.878);
Luiz Pereira de Carvalho (16-1-1.886).

3º suplente:
Francisco José Ferreira (7-6-1.842);
José Lourenço da Silva (18-7-1.845);
José Lourenço da Silva, novamente (12-2-1.851);
João Baptista de Carvalho (27-11-1.868);
Elias Carvalho da Silva (1.875);
José Pinto do Couto (10-7-1.878);
Antônio Alves de Carvalho (16-1-1.886).

4º suplente:
Marcos Aurélio de Souza (7-6-1.842);
José d'Arimathéa Machado (18-7-1.845);
Joaquim Pereira Caixeta (12-2-1.851);
João Carvalho da Silva (28-11-1.865).

5º suplente:
Joaquim Ferreira de Tolledo (7-6-1.842);
Thomé Carvalho da Silva (18-7-1.845);
Joaquim de Moraes Machado (12-2-1.851);
José Luiz Lopes de Vasconcellos (6-7-1.868);
Fructuoso d'Oliveira Bueno (27-11-1.868).

6º suplente:
João Baptista Campos (7-6-1.842);

Jozé Fernandes de Mello (18-7-1.845);
Simão Vieira da Silva (12-2-1.851);
Paulo Alves d'Araújo (27-11-1.868).

2 - **Subdelegados e suplentes do Distrito do Machado**.

Datam de 1.842 os primeiros atos cujo registro encontrei no Arquivo Público Mineiro a respeito de agentes policiais civis do Machado. Através de portaria baixada em 6 de junho daquele ano foram reunidos numa só subdelegacia os distritos de Alfenas, Areado e Santo Antônio da Sacra Família. Nomearam-se-lhe na ocasião os seguintes suplentes:
1º - **Domingos Vieira e Silva**;
2º - **João Jozé Olinto**;
3º - **Jozé de Souza Freire**;
4º - **Vicente Ferreira Martins**;
5º - **Joaquim Júlio Pereira Barrozo**;
6º - **Padre Venâncio Jozé de Cerqueira**.
Em 29 de agosto de 1.843 designou-se **Bento Xavier de Toledo** para o cargo de subdelegado dos distritos de Alfenas, Areado e Santo Antônio.

Portaria de 2 de maio de 1.844 desanexou da subdelegacia dos distritos de Alfenas e Areado o de Santo Antônio da Sacra Família, e lhe nomeou os seguintes funcionários:
subdelegado - **Manoel José dos Santos**;
1º suplente - **Antônio Jacintho Fernandes**;
2º suplente - **Miguel de Souza Dias**;
3º suplente - **Joaquim Gonçalves Lopes**;
4º suplente - **Félix de Souza Magalhães**;
5º suplente - **Antônio Moreira de Souza**;
6º suplente - **João José dos Santos**.

Em 26 de julho de 1.844, para preenchimento de vagas, o Presidente da Província expediu portaria nomeando **Félix de Souza Magalhães** e **Jozé Antônio Martins** subdelegado e 1º suplente do distrito do Machado.

Ato de 5 de setembro do mesmo ano designou para ocupar as demais suplências os seguintes cidadãos:
2ª - **Antônio Jacintho Fernandes**;
3ª - **Miguel de Souza Magalhães**;
4ª - **Azarias de Souza Dias**;
5ª - **Joaquim Gonçalves Lopes**;
6ª - **Antônio Moreira de Souza**.

No dia 8 de novembro de 1.849 o Chefe da Província demitiu o subdelegado e os três primeiros suplentes do nosso distrito, e nomeou

para substituí-los:
subdelegado - **João Antônio Xavier**;
1º suplente - **Lourenço Alves Campos**;
2º suplente - **Manoel José dos Santos**;
3º suplente - **Francisco Antônio Pereira Lima**.

Em portaria de 12 de dezembro de 1.851 foram demitidos o 2º e o 4º suplentes do distrito do Machado, e designados para substituí-los **Domingos José Rodrigues** e **Manoel Antônio Pereira**.

Portaria de 25 de junho de 1.855 nomeou subdelegado **Domingos José Rodrigues**.

Por ato de 30 de agosto de 1.855 o 1º, 2º, 3º e 4º suplentes foram demitidos, sendo nomeados para seus postos:
1º suplente - **Manoel Fernandes d'Oliveira**;
2º suplente - **Joaquim Gonçalves Lopes**;
3º suplente - **Francisco Theodoro Fernandes**;
4º suplente - **José Paulino da Costa**.

Através de portaria expedida em 13 de março de 1.858 nomearam-se para a 5ª e 6ª suplências **João Roberto Fernandes** e **Joaquim Francisco de Lima**.

Em 1º de agosto de 1.859 o Vice-Presidente da Província demitiu, a pedido, o 1º suplente Manoel Fernandes d'Oliveira.

Portaria de 3 de setembro de 1.862 demitiu, por conveniência do serviço público, o 2º e o 3º suplentes. Na mesma ocasião foram nomeados:
1º suplente - **Manoel Fernandes d'Oliveira**;
2º suplente - **Lourenço Alves Campos**;
3º suplente - **Joaquim José Pereira**;
5º suplente - **José Bento Rodrigues do Nascimento**.

O Vice-Presidente da Província demitiu do cargo de subdelegado, a pedido, Domingos José Rodrigues em 20 de maio de 1.863, substituindo-o por **Joaquim Gonçalves Lopes**. Observe-se que este, menos de um ano antes, fora demitido da 2ª suplência por interesse do serviço público!

Em portaria de 10 de março de 1.864 foram demitidos o 1º, 2º e 3º suplentes. Nomearam-se para os seus lugares, respectivamente, **Joaquim Francisco** (ou Ferreira?) **de Lima, Bartholomeu Antônio Fernandes** e **Antônio Cândido de Souza Dias**.

Ato de 19 de março de 1.866 demitiu da 5ª suplência

de nosso distrito José Bento Rodrigues do Nascimento, por assim convir ao serviço público. Na mesma data foi nomeado para seu posto **Ananias de Souza Dias**.

Por ato de 5 de agosto de 1.868 foram demitidos o subdelegado, o 1º e o 2º suplentes. Nomearam-se para os seus postos, respectivamente, **Francisco José Ferreira d'Almeida Coelho, Antônio Moreira de Sousa Guerra Júnior** e **José Simplício Ferreira**.

O Presidente da Província, em 27 de novembro de 1.868, demitiu o 3º, o 4º, o 5º e o 6º suplentes do subdelegado, Antônio Cândido de Souza Dias, Jozé Paulino da Costa, Ananias de Souza Dias e Joaquim Francisco de Lima. Para seus lugares nomeou, respectivamente, **Francisco Evaristo dos Reis, Domingos Francisco Ferreira Júnior, Camillo Moreira Neves** e **Manoel Antônio Pereira Lima**.

No dia 31 de agosto de 1.869 foi demitido o subdelegado, subindo a seu posto o 1º suplente **Antônio Moreira de Sousa Guerra Júnior**. Ao lugar deste foi promovido o 2º suplente **José Simplício Ferreira**.

Em 31 de agosto de 1.870 o subdelegado foi substituído por **Francisco Ferreira de Assis**. O 4º, o 5º e o 6º suplentes foram demitidos em 5 de junho de 1.872.

Em data que não sei precisar assumiu a subdelegacia **Custhódio Antônio Pereira**. Estava em exercício quando foi elaborado o "*Almanach Sul-Mineiro para 1874*", que enumerou como seus suplentes **José Simplício Ferreira, Domingos Francisco Ferreira Júnior** e **Manoel Antônio Pereira Lima**.

Exonerando-se a pedido o subdelegado, em 26 de junho de 1.875 foi nomeado para substituí-lo **José Ferreira de Almeida Coelho**. Na mesma oportunidade se designou 2º suplente **Hermógenes Ribeiro da Silva** ("*Monitor*" nº 184).

O subdelegado foi demitido em 14 de agosto do ano seguinte. Substituiu-o no dia 15 de janeiro de 1.877 **José Luiz Campos do Amaral Júnior**, por sua vez exonerado a pedido em 12 de agosto de 1.878.

Quatro dias depois exoneraram-se o 1º, 2º e 3º suplentes, José Simplício Ferreira, Hermógenes Ribeiro da Silva e Francisco Evaristo dos Reis. Na mesma data foram nomeados o **Alferes Manoel Eloy da Silva Passos** (*subdelegado*), **Capitão José de Araújo Brito, Vigilato de Souza Moreira** e **Dr. Antônio Cândido Teixeira** (*1º, 2º e 3º suplentes*).

Com o afastamento a pedido do subdelegado, ascendeu a seu posto em 13 de janeiro de 1.881 **Vigilato de Souza Moreira**. No livro

nº 2 de matrículas de subdelegados de Polícia (*A.P.M. - Secretaria de Governo, códice 471*) consta que o sucessor, **José Francisco Netto Sobrinho**, foi nomeado em 11 de março do mesmo ano. Suponho, todavia, estar errada tal data, porque em agosto de 1.884 Souza Moreira subscreveu ofício ainda como subdelegado ("*Monitor*" nº 710). Para aumentar a confusão, no mesmo ano o segundo almanaque de Saturnino da Veiga registra **Vigilato de Souza Moreira** e **Gustavo Fulgêncio Carneiro** como delegado e subdelegado de nosso distrito. Não encontrei os atos de nomeação.

Netto Sobrinho foi demitido em 1º de outubro de 1.885. Na mesma data voltou a obter nomeação para subdelegado **Custhódio Antônio Pereira**.

Em 15 de maio de 1.889, porque não tomara posse o cidadão antes nomeado, designou-se 1º suplente **Domingos José Dias**. No dia 24 de setembro seguinte ele foi demitido, nomeando-se em substituição **José Ferreira de Almeida Coelho**.

<u>*Quadro sinótico dos subdelegados e suplentes do Machado*</u> (ao lado as datas de nomeação)

<u>*subdelegado*</u>:
Manoel José dos Santos (2-5-1.844);
Félix de Souza Magalhães (26-7-1.844);
João Antônio Xavier (8-11-1.849);
Domingos José Rodrigues (25-6-1.855);
Joaquim Gonçalves Lopes (20-5-1.863);
Francisco José Ferreira d'Almeida Coelho (5-8-1.868);
Antônio Moreira de Sousa Guerra Júnior (31-8-1.869);
Francisco Ferreira de Assis (31-8-1.870);
Custhódio Antônio Pereira (?);
José Ferreira de Almeida Coelho (26-6-1.875);
José Luiz Campos do Amaral Júnior (15-1-1.877);
Alferes Manoel Eloy da Silva Passos (16-8-1.878);
Vigilato de Souza Moreira (13-1-1.881);
José Francisco Netto Sobrinho (11-3-1.881 - ?);
Gustavo Fulgêncio Carneiro (1.884 - ?);
Custhódio Antônio Pereira (1-10-1.885).

<u>*1º suplente*</u>:
Antônio Jacintho Fernandes (2-5-1.844);
José Antônio Martins (26-7-1.844);
Lourenço Alves Campos (8-11-1.849);
Manoel Fernandes d'Oliveira (30-8-1.855);
Manoel Fernandes d'Oliveira, novamente (3-9-1.862);
Joaquim Francisco (ou Ferreira?) de Lima (10-3-1.864);
Antônio Moreira de Sousa Guerra Júnior (5-8-1.868);

José Simplício Ferreira (31-8-1.869);
Capitão José de Araújo Brito (16-8-1.878);
Domingos José Dias (15-5-1.889);
José Ferreira de Almeida Coelho (24-9-1.889).

2º suplente:
Miguel de Souza Dias (2-5-1.844);
Antônio Jacintho Fernandes (5-9-1.844);
Manoel José dos Santos (8-11-1.849);
Domingos José Rodrigues (12-12-1.851);
Joaquim Gonçalves Lopes (30-8-1.855);
Lourenço Alves Campos (3-9-1.862);
Bartholomeu Antônio Fernandes (10-3-1.864);
José Simplício Ferreira (5-8-1.868);
Domingos Francisco Ferreira Júnior (?);
Hermógenes Ribeiro da Silva (26-6-1.875);
Vigilato de Souza Moreira (16-8-1.878).

3º suplente:
Joaquim Gonçalves Lopes (2-5-1.844);
Miguel de Souza Magalhães (5-9-1.844);
Francisco Antônio Pereira Lima (8-11-1.849);
Francisco Theodoro Fernandes (30-8-1.855);
Joaquim José Pereira (3-9-1.862);
Antônio Cândido de Souza Dias (10-3-1.864);
Francisco Evaristo dos Reis (27-11-1.868);
Dr. Antônio Cândido Teixeira (16-8-1.878).

4º suplente:
Félix de Souza Magalhães (2-5-1.844);
Azarias de Souza Dias (5-9-1.844);
Manoel Antônio Pereira (12-12-1.851);
José Paulino da Costa (30-8-1.855);
Domingos Francisco Ferreira Júnior (27-11-1.868).

5º suplente:
Antônio Moreira de Souza (2-5-1.844);
Joaquim Gonçalves Lopes (5-9-1.844);
João Roberto Fernandes (13-3-1.858);
José Bento Rodrigues do Nascimento (3-9-1.862);
Ananias de Souza Dias (19-3-1.866);
Camillo Moreira Neves (27-11-1.868).

6º suplente:
João José dos Santos (2-5-1.844);
Antônio Moreira de Souza (5-9-1.844);

Joaquim Francisco (ou Ferreira?) de Lima (13-3-1.858);
Manoel Antônio Pereira Lima (27-11-1.868).

3 - **Delegados de Polícia do Município**.

Instalado o Município, nele passaram a atuar também delegados de polícia, e não apenas subdelegados e suplentes - dos quais se cuidou até agora.

Como já acentuei, a segunda edição do "*Almanak Sul-Mineiro*", em 1.884, afirmou ser aqui delegado **Vigilato de Souza Moreira**. Não encontrei o respectivo ato de nomeação, e suspeito de que a afirmativa seja incorreta.

Em 21 de agosto de 1.884, na companhia de 20 praças, cá chegou o **Tenente Bibiano José Teixeira Ruas**, nomeado delegado militar do Município "para manter a ordem ultimamente alterada". Ofício de agradecimento, dirigido no mesmo mês por diversos moradores ao Chefe de Polícia, dá conta da apreensão em que viviam:

> *"...de algum tempo a esta parte vexados continuamente pelos constantes disturbios provocados e dirigidos por alguns desordeiros; acostumados a vêr diariamente criminosos de morte hombreando-se com autoridades policiaes e amigos seus, finalmente ameaçados e provocados constantemente por esses desordeiros, sem que a autoridade policial e a força de que dispunha lhes pudessem offerecer garantia alguma..."*.

Acrescentaram ser o militar o único a poder garanti-los "*nas condições anormaes em que se acha este lugar*" ("*Monitor*" nº 710). Curta foi sua permanência na Cidade, que deixou por Ouro Preto em novembro seguinte. O substituto, **Alferes João de Figueiredo Murta**, tomou posse no dia 7 daquele mês.

Em junho de 1.885 o "*Monitor Sul-Mineiro*" publicou a nomeação de **José Simplício Ferreira** para delegado local. Nos dias 13 e 27 de dezembro seguinte informou que **José Ferreira de Almeida Coelho** fora designado para o cargo e exonerado dele. Ponho em dúvida a exatidão dessas notícias, de que não achei registro no Arquivo Público Estadual. Em outubro de 1.887 **Figueiredo Murta** estava de novo no cargo de delegado.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - pasta de documentos avulsos sobre Douradinho;

2 - Arquivo Público Mineiro - Seção Provincial:
- códices 307, 323, 339, 340, 368, 421, 422, 452, 478, 559, 694, 748, 866, 917, 977, 1030, 1032, 1084, 1129, 1175, 1237 e 1241 - páginas não numeradas;
- códice 320 - págs. 35 e v., 36 e v., 62 e 68;
- códice 462 - pág. 38v.;

3 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo:
- códices 453 e 455 - páginas sem numeração;
- códice 467 - págs. 114v./115 e 186v./187;
- códice 471 - págs. 228v./229 e 232v./233;

4 - "Monitor Sul-Mineiro" ns. 184 - 17/7/1.875 - pág. 4;
203 - 27/11/1.875 - pág. 4;
219 - 18/3/1.876 - pág. 4;
326 - 8/4/1.878 - pág. 4;
345 - 2/8/1.878 - pág. 4;
352 - 14/9/1.878 - pág. 4;
709 - 2/9/1.884 - pág. 3;
710 - 8/9/1.884 - pág. 3;
722 - 20/11/1.884 - pág. 3;
754 - 28/6/1.885 - pág. 3;
778 - 13/12/1.885 - pág. 2;
780 - 27/12/1.885 - págs. 2/3;
787 - 14/2/1.886 - pág. 3;
960 - 9/6/1.889 - pág. 2;

5 - "Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Olegario Herculano d'Aquino e Castro passou a administração da Provincia de Minas Geraes ao 1º Vice-Presidente Exm. Sr. Desembargador José Antonio Alves de Brito no dia 13 de Abril de 1885" - Typ. do Liberal Mineiro, Ouro Preto, 1.885, anexo A.

B - **secundárias**

1 - Antônio de Assis Martins - "Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas-Geraes" para os anos de -
1.864 - págs. 257 e 387;
1.870 - págs. 330 e 331;
1.873 - págs. 460 e 461;
1.874 - págs. 517 e 521;
1.875 - págs. 517 e 521;

2 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanak Sul-Mineiro" para: 1.874 - págs. 146 e 164; 1.884 - pág. 234;

3 - João Camilo de Oliveira Torres - "História de Minas Gerais", vol. 2, 3ª ed., Editora Lemi S/A, Belo Horizonte, 1.980, pág. 840.

AUTORIDADES POLICIAIS CIVIS - II
(de 15/11/1.889 a 31/12/1.917)

1) - Subdelegados e suplentes do Distrito do Douradinho.
2) - Subdelegados e suplentes do Distrito do Machado.
3) - Delegados de Polícia e suplentes do Município.

****

1 - **Subdelegados e suplentes do Distrito do Douradinho**.

O Governo do Estado, em 13 de dezembro de 1.889, nomeou subdelegado, 1º e 2º suplentes do distrito da Vila **Manoel Alves Pereira, José Joaquim Pereira** e **João Isidoro Pereira**.

Não sei quem era então o 3º suplente, nem quando foi nomeado. Certo é que o Vice-Governador o exonerou, a pedido, em 19 de fevereiro de 1.891.

Em 5 de março do mesmo ano exonerou-se Antônio Augusto Pereira da 1ª suplência. Na oportunidade nomearam-se:
subdelegado - **Flávio de Moraes Machado**;
1º suplente - **Francisco de Paula Campos**;
3º suplente - **Antônio Alves de Carvalho**.

O "*Monitor*", em janeiro de 1.895, noticiou a nomeação das seguintes autoridades policiais para Douradinho: *subdelegado* - **Pedro Custódio Pereira**; *suplentes* - **Sabino José Pereira, José Bonifácio do Couto** e **João Baptista Pereira**.

Em 10 de agosto do ano seguinte o 1º suplente (chamado de Sabino da Costa Pereira, e não de Sabino José Pereira) foi exonerado a pedi-

do.

Nomearam-se no dia 25 de fevereiro de 1.897 subdelegado, 1º, 2º e 3º suplentes: **Francisco Izidoro de Moraes, José Theodoro de Lima, José Pinto Ribeiro** e **José Wenceslau de Moraes**.

Ato de 21 de junho de 1.897 nomeou **Francisco Theodoro de Moraes** subdelegado.

No dia 26 de janeiro de 1.900 **Benevides Euzébio Pereira** e **Justo Antônio Maciel** receberam designação para subdelegado e 1º suplente.

Em 12 de março do mesmo ano exonerou-se a pedido o 3º suplente, J. W. de Moraes. Na ocasião nomearam-se 2º e 3º suplentes **Delcídio Pinto Ribeiro** e o **Capitão Albino Alves de Brito**.

Ato de 29 de abril de 1.901 nomeou **Eugênio Estevam Pereira** e **José Athanásio de Sousa** subdelegado e 1º suplente.

Por decreto de 9 de outubro do mesmo ano o subdelegado, o 1º e o 2º suplentes passaram a ser **Delcídio Pinto Ribeiro, Júlio Olímpio Xavier** e o **Capitão João Baptista Pereira.**

Em 29 de janeiro de 1.904 foram nomeados subdelegado e 1º suplente **Justo Antônio Maciel** e **João Baptista de Araújo Júnior**.

O "*Minas-Geraes*" de 7 de março de 1.912 publicou a nomeação de **Ozéas Oscar de Campos** para subdelegado.

Quadro sinótico dos subdelegados e suplentes do Douradinho (ao lado as datas de nomeação)

subdelegado:
Manoel Alves Pereira (13-12-1.889);
Flávio de Moraes Machado (5-3-1.891);
Pedro Custódio Pereira (? - 1.895);
Francisco Izidoro de Moraes (25-2-1.897);
Francisco Theodoro de Moraes (21-6-1.897);
Benevides Euzébio Pereira (26-1-1.900);
Eugênio Estevam Pereira (29-4-1.901);
Delcídio Pinto Ribeiro (9-10-1.901);
Justo Antônio Maciel (29-1-1.904);
Ozéas Oscar de Campos (6-3-1.912).

1º suplente:
José Joaquim Pereira (13-12-1.889);
Antônio Augusto Pereira (? - 1.891);

Francisco de Paula Campos (5-3-1.891);
Sabino José Pereira (? - 1.895);
José Theodoro de Lima (25-2-1.897);
Justo Antônio Maciel (26-1-1.900);
José Athanásio de Sousa (29-4-1.901);
Júlio Olímpio Xavier (9-10-1.901);
João Baptista de Araújo Júnior (29-1-1.904).

2º suplente:
João Isidoro Pereira (13-12-1.889);
José Bonifácio do Couto (? - 1.895);
José Pinto Ribeiro (25-2-1.897);
Delcídio Pinto Ribeiro (12-3-1.900);
Capitão João Baptista Pereira (9-10-1.901).

3º suplente:
Antônio Alves de Carvalho (5-3-1.891);
João Baptista Pereira (? - 1.895);
José Wenceslau de Moraes (25-2-1.897);
Capitão Albino Alves de Brito (12-3-1.900).

2 - **Subdelegados e suplentes do Distrito do Machado**.

O Governo do Estado, em 13 de dezembro de 1.889, nomeou subdelegado, 1º, 2º e 3º suplentes do distrito da Cidade **Francisco Raphael de Carvalho, José Manoel Bressane, Manoel Vieira Cortez** e **Saturnino Gonçalves**.

Portaria de 9 de maio do ano seguinte exonerou o subdelegado, o 1º e o 3º suplentes, nomeando para substituí-los **Gabriel Pio Westin, Pio Rodrigues de Paiva** e **José Paulino da Costa Júnior**.

No dia 4 de fevereiro de 1.891 exonerou-se o 1º suplente. Em 18 do mesmo mês exoneraram-se o subdelegado e de novo o 1º suplente, que eram **Saturnino de Souza Gonçalves** e **José Cândido de Souza**.

Em 5 de março do mesmo ano foram nomeados:
subdelegado - **Christino Symphrônio dos Reis**;
1º suplente - **João Soares Moreira**;
2º suplente - **Carlos Gonçalves da Fonseca**;
3º suplente - **José Moreira de Souza**.

Obtiveram nomeação em 22 de dezembro de 1.896: **Galdino Porcino de Almeida** - *subdelegado*; **Ernesto Neves da Silva, Antônio Ferreira de Pádua** e **Joaquim Carlos Alves** - *1º, 2º e 3º suplentes*. O 2º suplen-

te foi exonerado em 31 de maio de 1.897.

No dia 26 de janeiro de 1.900 **Joaquim Carneiro Xavier** e **Antônio Rodrigues Paulino** receberam designação para subdelegado e 1º suplente.

João Soares Moreira alçou-se ao cargo de subdelegado em 13 de novembro de 1.900.

Quadro sinótico dos subdelegados e suplentes do Machado (ao lado as datas de nomeação)

subdelegado:
Francisco Raphael de Carvalho (13-12-1.889);
Gabriel Pio Westin (9-5-1.890);
Saturnino de Souza Gonçalves (? - 1.891);
Christino Symphrônio dos Reis (5-3-1.891);
Galdino Porcino de Almeida (22-12-1.896);
Joaquim Carneiro Xavier (26-1-1.900);
João Soares Moreira (13-11-1.900).

1º suplente:
José Manoel Bressane (13-12-1.889);
Pio Rodrigues de Paiva (9-5-1.890);
José Cândido de Souza (? - 1.891);
João Soares Moreira (5-3-1.891);
Ernesto Neves da Silva (22-12-1.896);
Antônio Rodrigues Paulino (26-1-1.900).

2º suplente:
Manoel Vieira Cortez (13-12-1.889);
Carlos Gonçalves da Fonseca (5-3-1.891);
Antônio Ferreira de Pádua (22-12-1.896).

3º suplente:
Saturnino Gonçalves (13-12-1.889);
José Paulino da Costa Júnior (9-5-1.890);
José Moreira de Souza (5-3-1.891);
Joaquim Carlos Alves (22-12-1.896).

3 - **Delegados de Polícia e suplentes do Município**.

O Governo do Estado, em 13 de dezembro de 1.889, nomeou delegado de polícia, 1º, 2º e 3º suplentes de nosso termo **Antônio Custódio de Souza Moreira, Ildefonso Aurélio de Souza, Antônio Domingues de Souza** e **Generoso José Messias**.

Portaria de 9 de maio do ano seguinte exonerou as autoridades acima referidas e nomeou para substituí-las, respectivamente, **Ildefonso Aurélio de Souza, José Cândido de Souza, Joaquim Paulino da Costa** e **Izidro Gonçalves**.

Em 13 de janeiro de 1.891 afastou-se a pedido o delegado, nomeando-se para o seu lugar **Sabino da Costa Pereira**. No dia 4 de fevereiro exonerou-se o 1º suplente.

Nomearam-se no dia 5 do mês seguinte 1º, 2º e 3º suplentes: **Gabriel Pio Westin, Octávio Pio Westin** e **Cândido d'Oliveira**.

Conforme o "*Monitor*" nº 1.061, de maio de 1.891, foi nomeado 3º suplente **Olympio Gonçalves de Magalhães**.

Em 20 de junho de 1.891 nomeou-se 2º suplente **José Ignácio Fernandes**.

Ato de 23 de junho de 1.892 designou delegado o **Alferes Francisco Mendes da Cruz**. Ele foi declarado sem efeito no dia 9 do mês seguinte, quando o designado, **Pedro Alves Palmeira** e **Custódio Antônio Pereira** obtiveram nomeação para 1º, 2º e 3º suplentes. Todavia, em 8 de outubro do mesmo ano publicou-se a exoneração de Mendes da Cruz da 1ª suplência.

Ignoro quando **Cyrillo de Guimarães Correia** foi nomeado 1º suplente. Sua exoneração, a pedido, ocorreu em 19 de setembro de 1.893. Para o lugar, em 9 de novembro seguinte, foi designado **Virgílio Wenceslau Messias**.

Em agosto de 1.894 o "*Monitor*" noticiou que se nomeara delegado o **Capitão José Paulino da Costa Júnior**.

Portaria de 5 de outubro de 1.895 designou **Pio Rodrigues de Paiva** 3º suplente.

Conforme o livro de atas da Assembléia Municipal, em meados de 1.896 houve invasão do edifício da Câmara. O Governo do Estado, tomando conhecimento do fato, mandou ao delegado **Ramalho Pinto** que restabelecesse a ordem no local.

Em 22 de dezembro do mesmo ano nomearam-se **José Moreira de Souza Guerra, Manoel Ferreira do Lago** e **Francisco Ferreira Bressane** 1º, 2º e 3º suplentes.

Olympio Gonçalves de Magalhães obteve designação para 1º suplente em 7 de junho de 1.897. **Olympio Theodoro de Araújo** e **José Ferreira de Almeida Coelho** foram nomeados 2º e 3º suplentes em 20 de

julho do mesmo ano.

Ato de 4 de janeiro de 1.899 dispensou **Sabino Pereira da Costa** ("*sic*") do cargo de delegado de polícia local, por estar pronunciado em crime de responsabilidade e por assim o ter pedido. Ignoro quando ocorrera sua nomeação. Cinco dias depois o **Tenente Seraphim Moreira da Silva** foi nomeado delegado de polícia especial no Município.

Em 3 de fevereiro seguinte **Olympio Theodoro de Araújo** foi exonerado, por incompatibilidade, da 3ª suplência. Para a 1ª, em 25 de agosto do mesmo ano, nomeou-se o **Tenente José Ignácio Fernandes**.

No dia 26 de janeiro de 1.900 foram designados **Manoel Antônio de Macedo** e **Hermano de Moraes** para 2º e 3º suplentes.

Em 22 de outubro de 1.900 nomeou-se delegado de polícia local o **Capitão Manoel Antônio de Macedo**, conhecido por Maneca Romão. Conforme Homero Costa, seu parente, serviu por mais de vinte anos, e com rara dedicação.

João Bernardes Pereira foi nomeado 2º suplente em 13 de novembro de 1.900.

No início do século, para coibir distúrbios e violências que fugiam do controle das autoridades locais, ou que eram por elas acobertadas, o Governo do Estado designava delegados de polícia especiais, militares, com jurisdição em diversos municípios. Um deles foi o **Tenente Antônio Cândido de Paula**, nomeado para cá em 16 de março de 1.901 e dispensado em 4 de abril seguinte. Nesse período serviu simultaneamente em Três Corações, Varginha, Alfenas e Carmo do Rio Claro.

Ignoro quando se nomeou o **Alferes Francisco de Paula Magalhães** delegado especial no Município. Obteve dispensa em 13 de dezembro de 1.902, data em que se nomeou para substituí-lo o **Major Olympio José Pimenta**. Este respondia também por Passos, e nos meses seguintes foi ainda designado para Alfenas, Varginha e Três Corações. Continuou entre nós pelo menos até junho de 1.903.

Também não descobri quando para cá veio o delegado especial **Alferes Isidoro Corrêa Lima**, igualmente responsável por Alfenas e Varginha. Deixou o cargo em 1º de dezembro de 1.903, quando foi substituído pelo **Tenente Américo Ferreira Lima**, com residência em Alfenas. Este foi dispensado das delegacias local e de Alfenas em 10 de maio seguinte. Todavia, duas semanas depois foi declarado sem efeito o ato que o exonerara de Alfenas, sem que se fizesse referência a Machado.

Portaria de 5 de abril de 1.904 nomeou **Leonidas da**

Costa Moreira 3º suplente do delegado.

O **Alferes Francisco de Paula Magalhães** voltou a ser nomeado delegado de polícia especial dos municípios de Alfenas e Machado em 18 de março de 1.905. Obteve dispensa em 4 de maio seguinte.

Em 3 de dezembro de 1.905 J. B. Pereira foi exonerado a pedido da 2ª suplência, nomeando-se para substituí-lo o **Capitão Antônio Bernardes Pereira Lima**.

Em 6 de julho de 1.906 foi nomeado 1º suplente o **Capitão Joaquim Antônio Pereira Lima**.

Ato de 21 de novembro do mesmo ano designou para a 1ª, 2ª e 3ª suplências **Francisco Campos dos Santos Silva, Adorniro da Costa Moreira** e **João Luiz Garcia**.

Em março e abril de 1.907 ofícios de Manoel Antônio de Macedo fazem referência ao delegado militar **Alferes Egydio da Conceição**, que aqui se encontrava. Ignoro quando foi nomeado e até quando permaneceu no Município.

Não sei quando se designou para cá o delegado especial **Alferes João Pereira da Silva**, que estava no exercício em novembro de 1.907. No mês seguinte sua jurisdição foi ampliada para Varginha e Alfenas.

Em janeiro de 1.908 o "*Monitor Sul-Mineiro*" noticiou terem sido nomeados 1º e 2º suplentes **Diogo Cavalcanti de Albuquerque** e **Manoel Libânio Teixeira**. No mês seguinte, conforme o mesmo jornal, foram designados 3º suplente e delegado especial, respectivamente, **José Bernardes Pereira Júnior** e o **Tenente Francelino Amaro de Jesus**. Este aqui ficou pouco, pois já em 5 de abril o "*Monitor*" informava de sua dispensa.

O semanário acima referido publicou em 17 de setembro de 1.911 a nomeação do **Dr. Cícero de Lemos** para delegado de polícia dos municípios de Campanha e Machado.

Decreto de 14 de novembro de 1.911 nomeou delegado de polícia de Alfenas e Machado o **Bacharel Carlos Salles**.

Em 25 de setembro de 1.914 nomearam-se **Antônio Moreira de Sousa Guerra, Júlio Sanches Diniz, Galdino Porcino de Almeida** e **Júlio Verne Pereira**, respectivamente, delegado, 1º, 2º e 3º suplentes do Município. No início daquele ano, conforme o jornal "*Cidade do Machado*", a 1ª suplência era exercida por **Antônio Moreira de Sousa Guerra**.

Ato de 3 de dezembro de 1.915 nomeou delegado **Júlio Verne Pereira**. Vaga a 3ª suplência, foi designado para ela, em 14 de setembro

do ano seguinte, **João Prudêncio da Silva**.
Quadro sinótico dos delegados e suplentes do Município (ao lado as datas de nomeação)

delegado:
Antônio Custódio de Souza Moreira (13-12-1.889);
Ildefonso Aurélio de Souza (9-5-1.890);
Sabino da Costa Pereira (13-1-1.891);
Alferes Francisco Mendes da Cruz (23-6-1.892);
Capitão José Paulino da Costa Júnior (? - 1.894);
Ramalho Pinto (? - 1.896);
Sabino Pereira da Costa ("*sic*") (? - 1.899);
Tenente Seraphim Moreira da Silva (9-1-1.899);
Capitão Manoel Antônio de Macedo (22-10-1.900);
Tenente Antônio Cândido de Paula (16-3-1.901);
Alferes Francisco de Paula Magalhães (? - 1.902);
Major Olympio José Pimenta (13-12-1.902);
Alferes Isidoro Corrêa Lima (? - 1.903);
Tenente Américo Ferreira Lima (1-12-1.903);
Alferes Francisco de Paula Magalhães (18-3-1.905);
Alferes Egydio da Conceição (? - 1.907);
Alferes João Pereira da Silva (? - 1.907);
Tenente Francelino Amaro de Jesus (? - 1.908);
Dr. Cícero de Lemos (? - 1.911);
Dr. Carlos Salles (14-11-1.911);
Antônio Moreira de Sousa Guerra (25-9-1.914);
Júlio Verne Pereira (3-12-1.915).

1º suplente:
Ildefonso Aurélio de Souza (13-12-1.889);
José Cândido de Souza (9-5-1.890);
Gabriel Pio Westin (5-3-1.891);
Alferes Francisco Mendes da Cruz (9-7-1.892);
Cyrillo de Guimarães Correia (? - 1.893);
Virgílio Wenceslau Messias (9-11-1.893);
José Moreira de Sousa Guerra (22-12-1.896);
Olympio Gonçalves de Magalhães (7-6-1.897);
Tenente José Ignácio Fernandes (25-8-1.899);
Capitão Joaquim Antônio Pereira Lima (6-7-1.906);
Francisco Campos dos Santos Silva (21-11-1.906);
Diogo Cavalcanti de Albuquerque (? - 1.908);
Antônio Moreira de Sousa Guerra (? - 1.914);
Júlio Sanches Diniz (25-9-1.914).

2º suplente:
Antônio Domingues de Souza (13-12-1.889);

Joaquim Paulino da Costa (9-5-1.890);
Octávio Pio Westin (5-3-1.891);
José Ignácio Fernandes (20-6-1.891);
Pedro Alves Palmeira (9-7-1.892);
Manoel Ferreira do Lago (22-12-1.896);
Olympio Theodoro de Araújo (20-7-1.897);
Manoel Antônio de Macedo (26-1-1.900);
João Bernardes Pereira (13-11-1.900);
Capitão Antônio Bernardes Pereira Lima (3-12-1.905);
Adorniro da Costa Moreira (21-11-1.906);
Manoel Libânio Teixeira (? - 1.908);
Galdino Porcino de Almeida (25-9-1.914).

3º suplente:
Generoso José Messias (13-12-1.889);
Izidro Gonçalves (9-5-1.890);
Cândido d'Oliveira (5-3-1.891);
Olympio Gonçalves de Magalhães (? - 1.891);
Custódio Antônio Pereira (9-7-1.892);
Pio Rodrigues de Paiva (5-10-1.895);
Francisco Ferreira Bressane (22-12-1.896);
José Ferreira de Almeida Coelho (20-7-1.897);
Hermano de Moraes (26-1-1.900);
Leonidas da Costa Moreira (5-4-1.904);
João Luiz Garcia (21-11-1.906);
José Bernardes Pereira Júnior (? - 1.908);
Júlio Verne Pereira (25-9-1.914);
João Prudêncio da Silva (14-9-1.916).

Registre-se, por fim, que no período em estudo várias resoluções da Câmara concederam gratificações a delegados e subdelegados: 62, de 8/4/1.901; 142, de 23/5/1.907; 206, de 22/2/1.912; 242, de 16/4/1.915; e 259, de 23/1/1.917.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo Público Machadense - livro n. 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898-1919";
2 - Arquivo Público Machadense - livro n. 258: "Atas da Assembléia Municipal -

1893-1908";
3 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códices 456, 458, 460 e 461 - páginas sem numeração;
4 - "Cidade do Machado" - fragmento de exemplar de 1.914, sem identificação de número e data - pág. 11;
5 - "Minas-Geraes" de 28-6-1.892 - pág. 6;
14-7-1.892 - pág. 8;
8-10-1.892 - pág. 5;
21-9-1.893 - pág. 2;
20-11-1.893 - pág. 1;
8-10-1.895 - pág. 4;
12-8-1.896 - pág. 5;
23-12-1.896 - pág. 3;
24-3-1.897 - pág. 4;
1-6-1.897 - pág. 2;
8-6-1.897 - pág. 4;
22-6-1.897 - pág. 2;
21-7-1.897 - pág. 3;
5-1-1.899 - pág. 1;
10-1-1.899 - pág. 3;
4-2-1.899 - pág. 1;
28-1-1.900 - pág. 1;
13-3-1.900 - pág. 1;
23-10-1.900 - pág. 1;
14-11-1.900 - pág. 1;
17-3-1.901 - pág. 1;
13-4-1.901 - pág. 1;
30-4-1.901 - pág. 1;
10-10-1.901 - pág. 1;
17-12-1.902 - pág. 1;
10-10-1.903 - pág. 1;
2-12-1.903 - pág. 1;
30-1-1.904 - pág. 1;
6-4-1.904 - pág. 1;
11-5-1.904 - pág. 1;
25-5-1.904 - pág. 1;
19-3-1.905 - pág. 1;
5-5-1.905 - pág. 1;
4 e 5-12-1.905 - pág. 1;
7-7-1.906 - pág. 1;
22-11-1.906 - pág. 1;
6-12-1.906 - pág. 1;
6-12-1.907 - pág. 2;
15-11-1.911 - pág. 1;
7-3-1.912 - pág. 1;
26-9-1.914 - pág. 1;

4-12-1.915 - pág. 1;
15-9-1.916 - pág. 3;
6 - “Monitor Sul-Mineiro” ns. 989 - 29-12-1.889 - pág. 3;
1053 - 22-3-1.891 - pág. 1;
1061 - 17-5-1.891 - pág. 3;
1069 - 12-7-1.891 - pág. 2;
1120 - 7-7-1.892 - pág. 3;
1122 - 24-7-1.892 - pág. 3;
1134 - 16-10-1.892 - pág. 2;
1181 - 1-10-1.893 - pág. 3;
1189 - 29-11-1.893 - pág. 2;
1220 - 29-8-1.894 - pág. 3;
1235 - 30-1-1.895 - pág. 2;
1292 - 18-8-1.896 - pág. 2;
500 - 26-1-1.908 - pág. 2;
503 - 16-2-1.908 - pág. 1;
504 - 23-2-1.908 - pág. 2;
510 - 5-4-1.908 - pág. 1;
688 - 17-9-1.911 - pág. 2.

B - **secundária**

1 - Homero Costa - “Contribuição à História de Machado” - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, Pouso Alegre, págs. 28/29.

****

AUTORIDADES POLICIAIS CIVIS - III
(de 1-1-1.918 a 31-12-1.945)

1) - Subdelegados e suplentes do Distrito do Douradinho.
2) - Subdelegados e suplentes do Distrito do Machado.
3) - Delegados de Polícia e suplentes do Município.

****

1 - **Subdelegados e suplentes do Distrito do Douradinho**.

Em 16 de junho de 1.923 foram nomeados subdelegado, 1º, 2º e 3º suplentes **José Antero Maciel, João Pinto da Cunha, Júlio Olympio Xavier** e **Domingos Francisco de Paula**.

No dia 5 de setembro do mesmo ano nomeou-se subdelegado **João Anthero Maciel**. Ele obteve exoneração em 20 de janeiro de 1.926.

Em 15 de março de 1.928 **João Ferreira da Fonseca** e **Flávio Augusto Maciel** foram nomeados 1º e 2º suplentes do subdelegado.

Ato do Chefe de Polícia, em 10 de dezembro de 1.931, nomeou subdelegado, 1º, 2º e 3º suplentes **João Baptista Pereira, Luiz Rodrigues de Souza Júnior, Francisco Nogueira da Silva** e **José Manoel Domingues**.

João Baptista Pereira, novamente, e **Arthur Joaquim de Alvarenga** foram designados subdelegado e 1º suplente no dia 8 de fevereiro de 1.933.

Em 31 de agosto do mesmo ano nomearam-se subdelegado e 1º suplente **José Flávio de Moraes** e **Flávio Augusto Maciel**.

No dia 13 de janeiro de 1.934 designaram-se 1º, 2º e 3º suplentes **Flávio Augusto Maciel** (de novo), **Odil Marcondes** e **João Luciano Pereira**.

O Chefe de Polícia exonerou a pedido, em 16 de novembro de 1.934, o subdelegado Moraes, nomeando para seu lugar **João Baptista Pereira**. Este, por sua vez, foi exonerado em 27 de outubro de 1.936, data na qual se reconduziu ao posto **João Anthero Maciel**.

José Flávio de Moraes voltou a ocupar a subdelegacia por ato de 11 de outubro de 1.940.

Quadro sinótico dos subdelegados e suplentes do Distrito do Douradinho (ao lado as datas de nomeação)

subdelegado:
José Antero Maciel (16-6-1.923);
João Anthero Maciel (5-9-1.923);
João Baptista Pereira (10-12-1.931);
João Baptista Pereira (8-2-1.933);
José Flávio de Moraes (31-8-1.933);
João Baptista Pereira (16-11-1.934);
João Anthero Maciel (27-10-1.936);
José Flávio de Moraes (11-10-1.940).

1º suplente:
João Pinto da Cunha (16-6-1.923);
João Ferreira da Fonseca (15-3-1.928);
Luiz Rodrigues de Souza Júnior (10-12-1.931);
Arthur Joaquim de Alvarenga (8-2-1.933);
Flávio Augusto Maciel (31-8-1.933);
Flávio Augusto Maciel (13-1-1.934).

2º suplente:
Júlio Olympio Xavier (16-6-1.923);
Flávio Augusto Maciel (15-3-1.928);
Francisco Nogueira da Silva (10-12-1.931);
Odil Marcondes (13-1-1.934).

3º suplente:
Domingos Francisco de Paula (16-6-1.923);
José Manoel Domingues (10-12-1.931);
João Luciano Pereira (13-1-1.934).

2 - **Subdelegados e suplentes do Distrito do Machado**.

Em 19 de setembro de 1.928 foram nomeados subdelegado e 1º suplente **Ismael de Almeida Filho** e **José Pereira da Silva**. Aquele continuava no cargo em março do ano seguinte, conforme o "*Machado-Jornal*". Este foi exonerado em 26/11/1.932.

Ato de 11 de novembro de 1.932 nomeou subdelegado **Symphrônio Ferreira Leite**.

Em 20 de junho de 1.933 designou-se para o cargo de subdelegado **João Bernardes Filho**.

O Chefe de Polícia, em 25 de julho do mesmo ano, nomeou 1º, 2º e 3º suplentes **José Papini, Euclydes Baptista Dias** e **Francisco Pinto Verdade**. Elevou-se o último a subdelegado em 10 de agosto de 1.934.

Quadro sinótico dos subdelegados e suplentes do Distrito do Machado (ao lado as datas de nomeação)

subdelegado:
Ismael de Almeida Filho (19-9-1.928);
Symphrônio Ferreira Leite (11-11-1.932);
João Bernardes Filho (20-6-1.933);
Francisco Pinto Verdade (10-8-1.934).

1º suplente:
José Pereira da Silva (19-9-1.928);
José Papini (25-7-1.933).

2º suplente:
Euclydes Baptista Dias (25-7-1.933).

3º suplente:
Francisco Pinto Verdade (25-7-1.933).

3 - **Delegados de Polícia e suplentes do Município**.

Em 8 de janeiro de 1.918 o Governo Estadual nomeou delegado o **Dr. Mário Leite da Silveira**. Ato de 17 de março do mesmo ano designou **Manoel Antônio de Macedo** e **Júlio Sanches Diniz** 1º e 2º suplentes daquele.

Por decreto de 18 de março de 1.919 tornou-se titular da delegacia local o **Bacharel Antônio Leal da Costa**.

Em 3 de junho seguinte nomeou-se delegado o **Dr. Hernani Ferreira Braga**. Por razão que desconheço, no dia 2 de setembro do mesmo ano foi expedido outro decreto com igual finalidade.

Ato do Chefe de Polícia de 3 de setembro de 1.919 designou 2º e 3º suplentes **Zoroastro Luiz de Carvalho** e **Júlio Sanches Diniz Júnior**.

Em 27 de fevereiro de 1.920 o órgão oficial publicou a nomeação de **Raul de Carvalho Dias** para 2º suplente.

Removido para Varginha em 12 de maio seguinte o Dr. Braga, dois dias depois ocupou seu cargo o **Bacharel Macário Gomes de Carvalho**.

Em 20 de março de 1.922 foram nomeados 1º e 2º suplentes **Júlio Sanches Diniz** e **Antônio Moreira de Souza Guerra Júnior**.

No dia 3 seguinte removeram-se, por permuta entre si, o delegado local e o de Caldas, **Bacharel Dario Sylvestre Ferraz**. Este foi exonerado, a pedido, em 4 de abril de 1.923, mesma data em que se nomeou para o cargo o **Bacharel Raphael de Lorenzo**.

Em 16 de junho de 1.923 foram nomeados 2º e 3º suplentes **Joaquim Rodrigues Filho** e **Francisco Augusto de Carvalho**. Este obteve exoneração em 26 de março do ano seguinte.

Em 12 de julho de 1.924 exonerou-se o Delegado Lorenzo, e na mesma data foi nomeado para seu lugar o **Bacharel Álvaro Cunha**.

Em 29 de agosto de 1.925 o **Dr. Camillo José de Carvalho Júnior** tornou-se titular da Delegacia de Polícia local, removido de Teófilo Ottoni. Em 5 de janeiro de 1.926 ele obteve transferência para Caldas, sendo substituído pelo **Bacharel Floriano Lemos Guimarães**. O ato de nomeação deste, todavia, foi declarado sem efeito em 18 de maio seguinte.

Júlio Sanches Diniz e **Ismael de Almeida Filho** obtiveram nomeação para delegado e 1º suplente em 12 de fevereiro de 1.927.

O "*Machado-Jornal*", em abril de 1.928, noticiou que aqui exerciam os cargos de delegado regional e delegado municipal o **Dr. Sebastião de Souza** e **Júlio Sanches Diniz**. Este foi exonerado, a pedido, em 23 de junho de 1.932.

Em 19 de setembro de 1.928 nomeou-se 1º suplente **José Pereira da Silva**.

Eduardo Ferreira Soares alçou-se ao posto de dele-

gado por ato de 11 de novembro de 1.932. Em 9 de janeiro seguinte foram designados 1º, 2º e 3º suplentes **Joaquim Antônio da Cunha, João Antônio de Carvalho** e **Pedro Alves Campos**.

Em 20 de junho de 1.933 **Renato Andrade** foi nomeado delegado de polícia local.

Por volta de 1.933 atuou como delegado especial no Município o **Tenente Reynaldo Montalvão**. Não localizei o ato que o designou para o posto.

Em 25 de julho de 1.933 foram nomeados 1º, 2º e 3º suplentes **José Pereira da Silva, José da Silva Mesquita** e **Alencar Verne Pereira**.

Em julho de 1.934 "*O Machadense*" noticiou que o **Capitão Caetano Rettori**, delegado de polícia de Alfenas, tivera a jurisdição ampliada a outros municípios, entre os quais o nosso, que visitaria semanalmente.

Ato de 10 de agosto de 1.934 nomeou delegado e 1º suplente **João Bernardes Filho** e **Alberto Alves Ribeiro**. Em 27 de dezembro de 1.937 o último foi designado titular.

Oscar Fernandes informa que em 22 de janeiro de 1.939 tomou posse como delegado de polícia especial de Machado o **2º Tenente Nestor Rodrigues de Oliveira**.

Homero Costa lembra ainda, como delegado no período em exame, o **Bacharel Domingos Libonato**; Rodrigues de Carvalho cita o **Dr. Dario de Almeida Magalhães**. Não encontrei os atos que os nomearam.

Quadro sinótico dos delegados e suplentes do Município (ao lado as datas de nomeação)

delegado:
Dr. Mário Leite da Silveira (8-1-1.918);
Dr. Antônio Leal da Costa (18-3-1.919);
Dr. Hernani Ferreira Braga (3-6-1.919);
Dr. Macário Gomes de Carvalho (14-5-1.920);
Dr. Dario Sylvestre Ferraz (3-4-1.922);
Dr. Raphael de Lorenzo (4-4-1.923);
Dr. Álvaro Cunha (12-7-1.924);
Dr. Camillo José de Carvalho Júnior (29-8-1.925);
Júlio Sanches Diniz (12-2-1.927);
Dr. Sebastião de Souza (? - 1.928);
Eduardo Ferreira Soares (11-11-1.932);
Renato Andrade (20-6-1.933);

Tenente Reynaldo Montalvão (? - 1.933);
Capitão Caetano Rettori (? - 1.934);
João Bernardes Filho (10-8-1.934);
Alberto Alves Ribeiro (27-12-1.937);
2º Tenente Nestor Rodrigues de Oliveira (? - 1.939);
Dr. Domingos Libonato (?);
Dr. Dario de Almeida Magalhães (?).

1º suplente:
Manoel Antônio de Macedo (17-3-1.918);
Júlio Sanches Diniz (20-3-1.922);
Ismael de Almeida Filho (12-2-1.927);
José Pereira da Silva (19-9-1.928);
Joaquim Antônio da Cunha (9-1-1.933);
José Pereira da Silva (25-7-1.933);
Alberto Alves Ribeiro (10-8-1.934).

2º suplente:
Júlio Sanches Diniz (17-3-1.918);
Zoroastro Luiz de Carvalho (3-9-1.919);
Raul de Carvalho Dias (27-2-1.920);
Antônio Moreira de Souza Guerra Júnior (20-3-1.922);
Joaquim Rodrigues Filho (16-6-1.923);
João Antônio de Carvalho (9-1-1.933);
José da Silva Mesquita (25-7-1.933).

3º suplente:
Júlio Sanches Diniz Júnior (3-9-1.919);
Francisco Augusto de Carvalho (16-6-1.923);
Pedro Alves Campos (9-1-1.933);
Alencar Verne Pereira (25-7-1.933).

Os decretos-leis municipais 55 (de 4-12-1.942) e 67 (de 31-12-1.943) concederam auxílio mensal ao delegado de polícia.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro nº 1 de atas da Câmara Municipal de Machado;

2 - Arquivo do Fórum da Comarca de Machado - livro nº 2 de “Termos de Juramento, Posse e Exercício (7/7/1.917 a 19/5/1.931)” - Cartório do 1º Ofício;
3 - Arquivo do Fórum da Comarca de Machado - livro nº 3 de “Termos de Juramento, Posse e Exercício (18/7/1.931 a 5/11/1.956)” - Cartório do 1º Ofício;
4 - Arquivo do Fórum da Comarca de Machado - livro nº 2-A de “Termos de Juramento dos Empregados do Foro da Comarca do Machado (1.917)” - Cartório do 2º Ofício;
5 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros ns. 4 e 5 de leis e decretos;
6 - Arquivo Público Machadense - pasta “documentos de Oscar Fernandes”;
7 - “Jornal do Machado” ns. 3 - 4-9-1.933 - pág. 4;
8 - 20-6-1.937 - pág. 4;
8 - “Machado-Jornal” ns. 16 - 14-4-1.928 - pág. 3;
62 - 3-3-1.929 - pág. 2;
9 - “Minas-Geraes” de 18 e 19-3-1.918 - pág. 1;
19-3-1.919 - pág. 1;
4-6-1.919 - pág. 1;
3-9-1.919 - pág. 1;
4-9-1.919 - pág. 1;
27-2-1.920 - pág. 1;
13-5-1.920 - pág. 4;
15-5-1.920 - pág. 1;
20 e 21-3-1.922 - pág. 1;
3 e 4-4-1.922 - pág. 1;
4-4-1.923 - pág. 1;
17-6-1.923 - pág. 1;
6-9-1.923 - pág. 1;
26-3-1.924 - pág. 1;
13-7-1.924 - pág. 1;
30-8-1.925 - pág. 1;
6-1-1.926 - págs. 2 e 3;
21-1-1.926 - pág. 6;
19-5-1.926 - pág. 1;
13-2-1.927 - pág. 2;
16-3-1.928 - pág. 2;
22-9-1.928 - pág. 4;
11-12-1.931 - pág. 2;
24-6-1.932 - pág. 2;
12-11-1.932 - pág. 2;
27-11-1.932 - pág. 2;
11-1-1.933 - pág. 2;
8-2-1.933 - pág. 3;
22-6-1.933 - pág. 3;
26-7-1.933 - pág. 2;
1-9-1.933 - pág. 2;
16-1-1.934 - pág. 2;
11-8-1.934 - pág. 3;

17-11-1.934 - pág. 2;
28-10-1.936 - pág. 2;
28-12-1.937 - pág. 4;
12-10-1.940 - pág. 2;
10 - “O Machadense” ns. 108 - 26-7-1.934 - pág. 2;
821 - 19-3-1.961 - pág. 1;
11 - “O Popular” nº 24 - 7-8-1.927 - pág. 3.

B - **secundárias**
1 - Homero Costa - “Contribuição à História de Machado” - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, Pouso Alegre, págs. 28/29;
2 - João Rodrigues de Carvalho - “História de Machado” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, pág. 63;
3 - José Matzner - “Guia do Sul de Minas” - Oficinas Gráficas da S/A Folha de Minas, Belo Horizonte, pág. 167.

****

AUTORIDADES POLICIAIS CIVIS - IV
(de 1.946 em diante)

1) - Subdelegados e suplentes do Distrito do Douradinho.
2) - Delegados municipais e suplentes.
3) - Delegados de Polícia e suplentes do Município.

****

1 - **Subdelegados e suplentes do Distrito do Douradinho**.

Ato de 1º de setembro de 1.947 nomeou subdelegado **José Augusto Maciel**. Em 25 de junho do ano seguinte sucedeu-lhe **Odilon Batista de Moura**.

Em 15 de dezembro de 1.951 mais uma vez **João Anthero Maciel** se empossou na Subdelegacia. Ignoro quando foi nomeado.

Nézio Pereira tomou posse do cargo em estudo no dia 15 de dezembro de 1.973.

Quadro sinótico dos subdelegados e suplentes do Distrito do Douradinho (ao lado as datas de nomeação)

subdelegado:
José Augusto Maciel (1-9-1.947);
Odilon Batista de Moura (25-6-1.948);
João Anthero Maciel (1.951);
Nézio Pereira (1.973).

2 - **Delegados municipais e suplentes**.

Ato de 25 de outubro de 1.976 nomeou delegado de polícia e suplente do Município **José Moreira Soares** e **Arthur Signoretti**.

A lei municipal 37, de 7 de abril de 1.969, autorizou o pagamento de remuneração ao substituto do delegado da Cidade, **João Garcia Sobrinho**. A lei 368, de 29 de março de 1.979 (alterada pela lei 426/81), concedeu ajuda de custo ao delegado interino.

3 - **Delegados de Polícia e suplentes do Município**.

Decreto de 28 de abril de 1.947 nomeou delegado **Francisco Pinto Verdade** (Chico Gauquério). Ato de 16 de junho do mesmo ano designou suplente **José Pereira da Silva**, que passou a titular por decreto de 4 de agosto de 1.950.

O "*Guia do Sul de Minas*" de José Matzner, publicado entre 1.950 e 1.951, afirmou ser aqui delegado de polícia o **Tenente Lafaiete Pereira da Costa**. Não encontrei o respectivo ato de nomeação.

Em novembro de 1.951, "*O Imparcial*" noticiou a ida para Belo Horizonte do **Capitão Wílson Rodrigues**, que durante alguns meses cá exercera o cargo de delegado de polícia. No mesmo mês tomou posse dele o **Tenente Geraldo Tito da Silveira**, que se notabilizou como escritor.

Por volta de agosto de 1.955, assumiu o cargo de delegado especial da Cidade o **Capitão Agenor José Machado**.

Nomeado suplente em 17 de junho de 1.955, **Maciel Sanches Diniz** ascendeu à condição de titular no dia 27 de março do ano seguinte.

Ato de 20 de janeiro de 1.960 nomeou delegado **Mário Mattos da Silva**, que aqui já atuara como sargento da Polícia Militar.

Em março de 1.961 obteve designação para a Delegacia local o **Dr. Genil Anacleto Rodrigues**.

Em 25 de junho de 1.964 nomearam-se delegado e suplente **Geraldo Fernandes** e **Maciel Sanches Diniz**.

No início de 1.965 comandava a Delegacia o **Bacharel Eurico Lana Marinho**. Em abril daquele ano sucedeu-lhe o **Dr. Rúbens Reis**, que permaneceu entre nós até outubro de 1.968, quando foi transferido para São João Del Rei. Nessa época assumiram o cargo interinamente, por várias vezes, **Geraldo Fernandes** e **João Garcia Sobrinho**.

Em fevereiro de 1.971 tomou posse como delegado especial o **Segundo Tenente PM Roberto Antônio de Andrade**. No ano seguinte o titular já era o **Dr. José Ávila da Silva**, substituído em maio pelo **Dr. Pedro Fernandes Filho**.
Em dezembro de 1.972, portaria do Secretário da Segurança nomeou delegado especial o **Tenente PM Moacyr de Souza Oliveira**, que aqui ficou até setembro de 1.974.

Em outubro de 1.974 assumiu a Delegacia o **Bacharel Valdir Madureira Leão**, acumulando a de Paraguaçu. No mesmo mês para cá retornou o **Tenente Moacyr de Souza Oliveira**, procedente de Belo Horizonte.

Em junho de 1.975 nosso delegado passou a ser o **Dr. José de Almeida**. Transferido em julho de 1.977 para Paracatu, três meses depois voltou à Cidade, e em outubro de 1.979 foi para Alfenas.

No início de 1.982 chefiava a Delegacia o **Dr. Rafael Ferreira do Amaral**, que em junho do ano seguinte foi removido para Andradas.

Nos meados de 1.983 era delegado o **Bacharel Antônio Eduardo Chicarelli Lollobrigida**. Em dezembro seguinte achava-se no cargo o **Dr. Wílton José de Moura**, transferido para Pouso Alegre em 25 de fevereiro de 1.986. Embora elogiado pela imprensa local, vereadores pediram sua saída, queixando-se da atuação do setor de trânsito.

Em maio de 1.986 noticiou-se a chegada do novo delegado, **Dr. Wílson de Souza Correia**, transferido para Santa Rita de Caldas em 15 de fevereiro de 1.990.

Assumiu o posto em 2 de março seguinte **Amador Luís Soares Costa**, que aqui já trabalhara como detetive. Em setembro estava interinamente na chefia da Polícia Civil o **Bacharel Alan Guilherme Pianetti**. No dia 5 de outubro do mesmo ano, vinda de Belo Horizonte, empossou-se a **Dra. Rosely Baeta Neves**.

Em 23 de abril de 1.991, para atuar em conjunto com a colega acima referida, aqui chegou o **Bacharel Rogério Antônio Leal Motta**. No início de julho do mesmo ano ele foi substituído por **Luiz Celso Arruda**. Este se transferiu para Barbacena em abril de 1.992, passando o cargo interinamente a **Fábio Oliveira**. No mesmo mês assumiu novo delegado, o **Bacharel Astrogildo Antônio Soares Valério**. Em julho do ano seguinte ele foi substituído pelo **Dr. Sílvio Marques**.

Por fim, desde 9 de dezembro de 1.993 ao final do período em estudo encontrou-se à frente de nossa Delegacia o **Dr. Celso Ávila Prado**.

Quadro sinótico dos delegados e suplentes (ao lado as datas de nomeação)

delegados:
Francisco Pinto Verdade (28-4-1.947);
José Pereira da Silva (4-8-1.950);
Tenente Lafaiete Pereira da Costa (1.950);
Capitão Wílson Rodrigues (1.951);
Tenente Geraldo Tito da Silveira (1.951);
Capitão Agenor José Machado (1.955);
Maciel Sanches Diniz (27-3-1.956);
Mário Matos da Silva (20-1-1.960);
Dr. Genil Anacleto Rodrigues (1.961);
Geraldo Fernandes (25-6-1.964);
Dr. Eurico Lana Marinho (1.965);
Dr. Rúbens Reis (1.965);
2º Tenente Roberto Antônio de Andrade (1.971);
Dr. José Ávila da Silva (1.972);
Dr. Pedro Fernandes Filho (1.972);
Tenente Moacyr de Souza Oliveira (1.972);
Dr. Valdir Madureira Leão (1.974);
Tenente Moacyr de Souza Oliveira (1.974);
Dr. José de Almeida (1.975);
Dr. José de Almeida (1.977);
Dr. Rafael Ferreira do Amaral (1.982);
Dr. Antônio Eduardo Chicarelli Lollobrigida (1.983);
Dr. Wílton José de Moura (1.983);
Dr. Wílson de Souza Correia (1.986);
Dr. Amador Luís Soares Costa (1.990);
Dr. Alan Guilherme Pianetti (1.990);
Dra. Rosely Baeta Neves (1.990);
Dr. Rogério Antônio Leal Motta (1.991);
Dr. Luiz Celso Arruda (1.991);
Dr. Fábio Oliveira (1.992);
Dr. Astrogildo Antônio Soares Valério (1.992);
Dr. Sílvio Marques (1.993);
Dr. Celso Ávila Prado (1.993).

suplentes:
José Pereira da Silva (16-6-1.947);
Maciel Sanches Diniz (17-6-1.955);
Maciel Sanches Diniz (25-6-1.964).

A lei municipal 810, de 22 de agosto de 1.991, autorizou o pagamento de metade do aluguel de residências para juiz, promotor, delegado e comandante do destacamento militar. A lei 1.005, de 30 de novembro de 1.994, autorizou o Município a celebrar convênio com a Secretaria da Segurança Pública para concessão de moradia ao delegado de polícia local.

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 12, 18, 19 e 22;
2 - Arquivo do Fórum da Comarca de Machado - livro nº 3 de "Termos de Juramento, Posse e Exercício (18/7/1.931 a 5/11/1.956)" - Cartório do 1º Ofício;
3 - Arquivo do Fórum da Comarca de Machado - livro nº 4 de "Termos de Juramento, Posse e Exercício (1/3/1.957 a 11/11/1.980)" - Cartório do 1º Ofício;
4 - "Folha Machadense" ns. 26 - 22-9-1.974 - pág. 1;
29 - 13-10-1.974 - pág. 5;
31 - 27-10-1.974 - pág. 8;
63 - 22-6-1.975 - pág. 8;
66 - 20-7-1.975 - pág. 1;
132 - 7-11-1.976 - pág. 8;
168 - 10-7-1.977 - pág. 1;
182 - 23-10-1.977 - pág. 1;
277 - 18-11-1.979 - pág. 1;
386 - 30-1-1.982 - pág. 1;
455 - 18-6-1.983 - pág. 1;
459 - 16-7-1.983 - pág. 12;
484 - 21-1-1.984 - pág. 1;
591 - 8-3-1.986 - pág. 14;
600 - 10-5-1.986 - pág. 14;
791 - 3-3-1.990 - pág. 12;
792 - 10-3-1.990 - pág. 1;
793 - 17-3-1.990 - pág. 8;
821 - 29-9-1.990 - pág. 1;
823 - 13-10-1.990 - pág. 1;
850 - 4-5-1.991 - pág. 10;
864 - 3-8-1.991 - pág. 10;
867 - 24-8-1.991 - pág. 10;
898 - 11-4-1.992 - pág. 7;
900 - 25-4-1.992 - pág. 1;
960 - 3-7-1.993 - pág. 1, supl.;
981 - 18-12-1.993 - pág. 6;
1.035 - 14-1-1.995 - pág. 7;
5 - "Luminar Machadense" nº 49 - 3-9-1.955 - pág. 4;
6 - "Minas Gerais" de 29-4-1.947 - pág. 1;
17-6-1.947 - pág. 1;
2-9-1.947 - pág. 1;
26-8-1.948 - pág. 1;
5-8-1.950 - pág. 1;
18-6-1.955 - pág. 9;
28-3-1.956 - pág. 1;
21-1-1.960 - pág. 7;
26-6-1.964 - pág. 9;
26-10-1.976 - pág. 6;

25-2-1.986 - pág. 16;
7 - “O Imparcial” ns. 67 - 18-11-1.951 - pág. 4;
68 - 2-12-1.951 - pág. 4;
8 - “O Machadense” ns. 937 - 18-4-1.965 - págs. 4 e 5;
1.061 - 4-11-1.968 - pág. 1;
2 - 28-2-1.971 - págs. 3 e 4;
61 - 7-5-1.972 - pág. 4;
93 - 17-12-1.972 - pág. 4;
9 - “Tribuna Machadense” nº 108 - 17-8-1.986 - pág. 2.

****

A DELEGACIA DE POLÍCIA

1) - O prédio e o serviço.
2) - Os escrivães.
3) - A circunscrição policial.

****

1 - **O prédio e o serviço**.

Segundo João Rodrigues de Carvalho, quando era delegado Júlio Sanches Diniz a Delegacia de Polícia funcionava em casa de seu genro, José Campos, na Rua do Ramo (hoje Tiradentes). No final da década de quarenta ela estava instalada no prédio do Fórum. Ignoro por que período lá permaneceu.

Em março de 1.962 a imprensa noticiou que a repartição fora transferida para prédio da Rua 14 de Julho (atual Aírton Rodrigues Leite), 287, reformado e mobiliado.

Em meados de 1.964 foi iniciada a construção do edifício atual, na Av. Dr. Athayde Pereira de Souza, nº 150. Ela sofreu muitas interrupções, tendo sido inaugurada apenas em 1.976. Nesse meio-tempo viveram no local famílias de indigentes, em promiscuidade e sujeira.

Em 1.975 as dependências da Delegacia foram reformadas e pintadas pelo Município, que também custeou o reparo de duas viaturas mandadas pelo Estado.

Em janeiro de 1.988 a imprensa denunciou o péssimo estado do prédio policial, com goteiras, buracos nas paredes, instalações hidráuli-

cas e pintura estragadas.

Em 1.992, por iniciativa do Delegado Astrogildo Valério, de José Guilherme Barbosa e Marcelo Carvalho Vieira, iniciou-se campanha para aumento e melhora da Delegacia, com arrecadação de fundos no comércio local. As obras foram feitas e concluídas na administração do Dr. Celso Ávila Prado, com ajuda do Município. Este custeou a informatização do órgão, integrando-o ao sistema "*on line*", o que possibilitou a expansão do serviço, com expedição de carteiras de identidade e de habilitação para motoristas, extrato de multas e certidões negativas, consultas ao cadastro de veículos furtados, etc.. A Prefeitura cedeu também funcionários e recursos para operar e manter os computadores.

Em meados de 1.995, com o credenciamento de clínica médica, a Delegacia ficou apta a realizar exames psicotécnicos em motoristas. Naquele ano se criou também o serviço denominado "*disque-drogas*".

Em 1.997 a Prefeitura realizou mais obras no prédio da Polícia Civil: ele ganhou salas para instalação de cartórios, teve alteradas a recepção e a fachada, e recebeu nova pintura.

Diversas leis municipais, no correr dos anos, têm concedido auxílios e subvenções à Delegacia: 9, de 3/11/1.948; 41, de 31/10/1.949; 104, de 12/11/1.951; 116, de 27/11/1.952; 148, de 1/12/1.953; 166, de 18/2/1.955; 824, de 18/12/1.991.

A lei 237, de 2/10/1.975, autorizou o Executivo local a firmar convênio com a Secretaria da Segurança Pública para conservação do prédio e de veículos da Delegacia de Polícia, e para aquisição de material de consumo. Por permissão da lei 677, de 1/3/1.988, novo acordo foi assinado com o mesmo órgão, a fim de tornar mais adequada a manutenção da ordem e da segurança públicas.

A lei 960, de 8/3/1.994, autorizou o Prefeito a celebrar convênio com a Secretaria da Segurança Pública e a Prodemge, para operar e manter o sistema de computadores da Polícia Civil. Depois firmou-se termo aditivo a ele, com licença da lei 1.067, de 28/6/1.996.

Em setembro de 1.999 inauguraram-se diversas obras na Delegacia, feitas com auxílio do Município.

2 - **Os escrivães**.

Entre outros, trabalharam na Delegacia local os seguintes escrivães: Feliciano Constantino de Moraes (1.884); Othon Dias (década de trinta); José Expedito Signoretti (década de quarenta); José Vilhena (década de

cinqüenta); José Maria Magalhães (década de sessenta); Paulo José dos Santos (década de oitenta).

3 - **A circunscrição policial**.

O decreto estadual 2.748, de 26 de janeiro de 1.910, estabeleceu que Machado pertenceria à 5ª circunscrição policial, com sede em Passos. Além do nosso e do município da sede, também a compunham Santa Rita de Cássia, São Sebastião do Paraíso, Monte Santo, Guaranésia, Muzambinho, Vila Nova de Resende, Jacuí, Piumhy, Carmo do Rio Claro, Dores da Boa Esperança, Campos Gerais, Três Pontas, Varginha, Alfenas, Cabo Verde, Campanha, Três Corações e Águas Virtuosas.

O decreto-lei 1.591, de 28 de dezembro de 1.945, classificou as delegacias policiais do Estado em especializadas, de 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª classes. Entre as de 5ª, em número de 90, estavam as de Machado, Andradas, Elói Mendes, Paraguaçu, São Gonçalo do Sapucaí e Três Pontas.

O decreto-lei 1.684, de 23 de fevereiro de 1.946, reorganizou a Polícia Civil do Estado, classificando as delegacias em auxiliares, especializadas, distritais, regionais e municipais. A 26ª Delegacia Regional, localizada em Poços de Caldas, tinha jurisdição sobre os municípios da sede, de Machado, de Parreiras, Botelhos, Andradas, Campestre, Gimirim e Santa Rita de Caldas.

Em 1.950, conforme o "*Guia do Sul de Minas*", Machado se subordinava à 49ª Delegacia Adjunta de Alfenas.

Em 1.976 Machado deixou de pertencer à Delegacia Regional de Alfenas para subordinar-se novamente à de Poços de Caldas. Dizia-se haver vantagem para o Município com isso, por possuir a última mais recursos.

Pela resolução da Secretaria da Segurança Pública 6.018, de 12/2/1.994, nossa Delegacia voltou a pertencer à Regional de Alfenas (19ª), desligando-se da de Poços (25ª).

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 5, 6, 7, 17, 21 e 22;
2 - Arquivo do Fórum da Comarca de Machado - autos de mandado de segurança impetrado por Urias Francisco Nery contra o Delegado de Polícia (1.948);
3 - "Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes - 1.910" - Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, Bello Horizonte, 1.910, pág. 84;
4 - "Coleção dos Decretos-Leis e Decretos de 1.945" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.952, págs. 300/305;
5 - "Coleção dos Decretos-Leis e Decretos de 1.946" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.954, págs. 96/101;
6 - "Folha Machadense" ns. 71 - 24-8-1.975 - pág. 8;
120 - 15-8-1.976 - pág. 10;
136 - 5-12-1.976 - pág. 10;
455 - 18-6-1.983 - pág. 1;
683 - 9-1-1.988 - pág. 1;
959 - 26-6-1.993 - pág. 12;
967 - 11-9-1.993 - pág. 10;
990 - 26-2-1.994 - pág. 12;
992 - 12-3-1.994 - págs. 1 e 3;
993 - 19-3-1.994 - pág. 3;
1013 - 6-8-1.994 - págs. 6 e 12;
1016 - 27-8-1.994 - págs. 1, 7/8;
1054 - 27-5-1.995 - pág. 3;
1060 - 8-7-1.995 - pág. 1;
1073 - 7-10-1.995 - pág. 11;
1171 - 6-9-1.997 - pág. 20-B;
7 - "O Machadense" ns. 874 - 23-3-1.962 - pág. 1;
937 - 18-4-1.965 - pág. 5;
1041 - 26-5-1.968 - pág. 1.

B - **secundárias**

1 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanak Sul-Mineiro para 1884" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.884, pág. 234;
2 - João Rodrigues de Carvalho - "Machado Pitoresco e Crônicas" - Tipolitografia Escola Profissional, Pouso Alegre, pág. 25;
3 - José Matzner - "Guia do Sul de Minas" - Oficinas Gráficas S/A Folha da Manhã, Belo Horizonte, pág. 167.

****

AS CADEIAS

1) - Na Cidade.
2) - Na Vila.
3) - Carcereiros.

****

1 - **Na Cidade**.

Na época da criação do Município diversos cidadãos doaram à Província um prédio para servir de cadeia e paço da Câmara, no Largo da Matriz.

Saturnino da Veiga, na segunda edição de seu "*Almanak*", em 1.884, asseverou dispor nossa cidade de

> "*uma cadeia com accomodações para mais de 20 pessoas*".

Supõe-se que isso não fosse exato, ante os termos da "*Falla*" do Governo à Assembléia Provincial em julho de 1.887:

> *"Santo Antonio do Machado - É fraca e acha-se em máo estado a cadêa d'esta cidade. Tem apenas duas prisões acanhadas e n'ella se achavam 5 criminosos, em 15 de Março. Urge que seja concertada e augmentada com um xadrez, para detentos em custodia".*

A Cadeia recebeu consertos no governo do Major Onofre de Souza Dias. Nos fundos do prédio ficava então o matadouro.

Em época que não sei precisar, ela foi instalada em

imóvel na Rua Lopes Trovão (atual Silviano Brandão), onde se acha hoje o Centro Odontológico.

O juiz de direito Dr. Loreto Ribeiro de Abreu, em relatórios de 1.897 e 1.898 ao Secretário do Interior, acentuou as péssimas condições do presídio local. No primeiro, referindo-se aos melhoramentos necessários à Comarca, pôs em destaque

> *"o da construcção, nesta cidade, de um edificio ou acquisição pelo governo de uma casa particular propria para a cadêa e para as sessões e audiencias das auctoridades estaduaes, porquanto o que aqui temos prestando-se apenas, ao mister de cadêa, não passa de um pardieiro, indigno de comarcas muito mais atrazadas do que esta, de proporções mui acanhadas, sem condições hygienicas, em pessimo estado de conservação e que, nem mesmo, pode-se affirmal-o, poderá prestar-se à reconstrucção."*.

E acrescentou:

> *"Comprehende v. exc. perfeitamente, quanto a falta de uma cadêa em comarca populosa e florescente como esta, na qual tende a augmentar-se o movimento do fôro, pode difficultar a acção das auctoridades na prevenção e repressão dos crimes, obrigando-as a fazerem transportar, com despesas elevadas e muita difficuldade, os criminosos para a cadêa da Campanha, cidade que dista desta mais de oitenta kilometros."*.

No segundo relatório afirmou perdurar a situação descrita no precedente, noticiando que dois engenheiros do Estado, no ano anterior, tinham vindo à Cidade a fim de examinar prédios que pudessem ser adaptados para cadeia. Todavia, esclareceu, nenhuma medida fora encetada depois disso.

A construção do presídio na Praça Ana Margarida começou em 1.901, tendo sido inaugurada no ano seguinte. A resolução da Câmara 66, de 13/7/1.901, autorizou o agente executivo a mandar fazer vários serviços na praça da cadeia nova. O velho prédio da Lopes Trovão foi cedido à Câmara Municipal para fundação de um teatro, conforme autorizara a lei estadual 419, de 27 de setembro de 1.905. Não teve porém tal destinação, sendo demolido no governo de Francisco Vieira da Silva. No início de 1.914 a Edilidade aprovou lei que permitia a venda do terreno em hasta pública. Ele acabou, todavia, doado ao Centro Machadense.

O novo prédio era também modesto, e com freqüência revelava problemas. De sucessivas reformas por que passou dão conta mensagens governamentais em 1.906, 1.914, 1.922, 1.924 e 1.925. Em local totalmente aber-

to, sem muro de proteção, sem vidraças, ficava devassado e inseguro. Desmancharam-no na administração de Lucas Tavares de Lacerda, que o substituiu por pequeno jardim.

Já em meados do século se providenciava a feitura de novo cárcere. A lei municipal 58, de 28 de julho de 1.950, autorizou a aquisição de terreno pertencente a João Batista do Lago, na Avenida Santa Cruz, e sua doação ao Governo do Estado, para construção de cadeia. A lei 59 (alterada pela lei 410/63) também permitiu a doação de terreno para igual finalidade. A lei 60, da mesma data das anteriores, autorizou o contrato de obras do prédio da cadeia com o Executivo mineiro.

Em 2 de junho de 1.958, a lei 241 voltou a permitir se doasse imóvel à Administração Estadual, para nele ser edificada a casa de detenção. A lei 409, de 6 de junho de 1.963, autorizou a compra de imóvel de José Herculano do Lago, na Santa Cruz, a fim de completar a área doada para construção da cadeia. A lei 11, de 22 de maio de 1.968, possibilitou assinatura de convênio com o Estado para conclusão da obra.

A Cadeia atual fica nos fundos da Delegacia de Polícia, na Av. Dr. Athayde Pereira de Souza, nº 150. A construção, iniciada em 1.964, terminou em 1.976, após muitas interrupções. Nesse interregno serviu de abrigo a diversas famílias de indigentes.

A lei municipal 713, de 13 de julho de 1.989, permitiu a celebração de convênio com a Secretaria Estadual de Obras, para reforma do presídio.

No final de 1.991 foram feitos reparos de emergência no prédio, por iniciativa do Delegado Luiz Celso Arruda, com material doado pela comunidade. Eles foram insuficientes, já que em dezembro de 1.993 teve de ser interditado pelo juiz de direito, em face da sua situação precária.

Em 1.997, sob a chefia do Dr. Celso Ávila Prado, fez-se nova reforma, mediante convênio entre o Município e a Secretaria da Segurança Pública. Ela dotou a cadeia de duas celas especiais, para mulheres e para menores, e de sala para o carcereiro.

Inaugurou-se em 10 de setembro de 1.999 a Casa do Albergado, ao lado da Delegacia, que recebeu o nome de "*José Moreira Soares*". Na mesma ocasião foram entregues obras feitas na Cadeia.

2 - **Na Vila**.

Saturnino da Veiga, no "*Almanach Sul-Mineiro para 1874*", informou possuir a Paróquia de Douradinho "*uma pequena e arruinada cadeia*".

Em janeiro de 1.921 foram apresentados na Câmara estudos e orçamento de uma cadeia na Vila, sem resultado.

No início da década de noventa, foi demolida uma pequena cadeia que ficava na Rua Machado. Ignoro a época de sua construção. Embora muito ruim, às vezes era usada.

3 - **Carcereiros**.

Conforme a lei estadual 552, de 18 de agosto de 1.911, eram de 360$000 os vencimentos do carcereiro local.

Entre 1.906 e 1.909 o cargo em exame era exercido por Domingos Ferreira Pedrosa, que voltou a ser nomeado para ele em 18 de agosto de 1.926. Leônidas Souza (Bié) aposentou-se em 1.983. O carcereiro nos últimos anos do milênio era Jorge Luiz Pereira.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro nº 1 de atas - págs. 58v./60;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 6, 9, 10, 12 e 21;
3 - Arquivo Público Machadense - livro nº 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898-1919";
4 - "Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes - 1.905" - Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, Bello Horizonte, 1.905, págs. 43/44;
5 - "Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes - 1.911" - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.911, págs. 4/7;
6 - "Falla que o Exm. Sr. Dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio á Assemblea Legislativa Provincial de Minas Geraes na 1ª sessão da 25ª Legislatura em 1º agosto de 1884" - anexo B - Typ. do Liberal Mineiro, Ouro Preto, 1.884;
7 - "Falla que o Exm. Sr. Dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo dirigio á Assemblea Provincial de Minas Geraes na 2ª sessão da 26ª Legislatura em 5 de Julho de 1887" - annexo 4º - Typ. de J. F. de Paula Castro, Ouro Preto, 1.887;
8 - "Folha Machadense" ns. 788 - 10-2-1.990 - pág. 14;
849 - 27-4-1.991 - pág. 10;
873 - 5-10-1.991 - pág. 9;
974 - 30-10-1.993 - pág. 10;
981 - 18-12-1.993 - pág. 1;

1003 - 28-5-1.994 - pág. 12;
1273 - 11/9/1.999 - supl. esp., pág. 16;
9 - informações pessoais de Jesualdo Maciel;
10 - "Luminar Machadense" nº 99 - 26-6-1.964 - pág. 8;
11 - "Mensagem dirigida pelo Vice-Presidente do Estado Dr. Joaquim Candido da Costa Sena ao Congresso Mineiro em sua 4ª sessão ordinaria da 3ª Legislatura, no anno de 1902" - Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, Bello Horizonte, 1.902, pág. 15;
12 - "Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Francisco Antonio de Salles ao Congresso Mineiro em sua 4ª sessão ordinaria da 4ª legislatura no anno de 1906" - Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, Bello Horizonte, 1.906, pág. 59;
13 - "Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Júlio Bueno Brandão ao Congresso Mineiro em sua 4ª sessão ordinaria da 6ª legislatura no anno de 1914" - Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, Bello Horizonte, 1.914, pág. 68;
14 - "Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Dr. Arthur da Silva Bernardes, ao Congresso Mineiro, em sua 4ª sessão ordinaria da 8ª legislatura no anno de 1922" - pág. 97;
15 - "Mensagem de Raul Soares ao Congresso Mineiro, lida na abertura de sua 2ª sessão ordinaria da 9ª legislatura - 1.924" - pág. 213;
16 - "Mensagem apresentada por Fernando de Mello Vianna, Presidente do Estado de Minas Geraes, ao Congresso Mineiro, na 3ª sessão ordinaria da 9ª legislatura" - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.925, pág. 282;
17 - "Minas Geraes" de 24-3-1.897 - pág. 2;
6-4-1.898 - pág. 4;
20-8-1.926 - pág. 2;
18 - "O Machadense" ns. 926 - 31-3-1.965 - pág. 2;
1.026 - 21-1-1.968 - pág. 1;
19 - "Siga em Frente" nº 30 - 18-9-1.997 - págs. 1 e 3;
20 - "Tribuna Machadense" nº 38 - 28-2-1.988 - pág. 1.

B - **secundárias**

1 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanach Sul-Mineiro para 1874" - Typ. do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.874, pág. 163;
2 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanak Sul-Mineiro para 1884" - Typ. do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.884, pág. 230;
3 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", cap. V - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 5, pág. 1;
4 - Paulo de Faro Fleury - "Refutação ás invectivas calumniosas atiradas contra o Juiz de Direito" - Typ. Commercial - G. Corrêa de Toledo - Alfenas, 1.909, pág. 10.

****

A POLÍCIA MILITAR

1) - O contingente.
2) - O quartel.
3) - Alguns comandantes e praças do Destacamento.
4) - O comando do 4º Pelotão.
5) - Apoio do Município.
6) - Machadenses no oficialato.

****

1 - **O contingente**.

Em julho de 1.887, conforme relatório do presidente da Província à Assembléia Legislativa, a lotação militar em nosso município era de cinco praças, havendo falta de um. No ano seguinte Machado ficou pertencendo à 2ª circunscrição policial, com sede na Campanha, e aquele número foi elevado para seis.

O decreto 997, de 15 de janeiro de 1.897, determinou que o Destacamento local se compusesse de um segundo-sargento e sete soldados.

O contingente foi reduzido pelo decreto 1.356, de 25 de janeiro de 1.900, que reorganizou a Brigada Policial. Machado passou a integrar o 2º Batalhão de Infantaria, com sede em Uberaba, dispondo de um cabo e cinco soldados. Esse número foi conservado no ano seguinte, pela distribuição da Força Pública que fez o decreto 1.444, de 12 de janeiro.

O decreto 1.607, de 2 de junho de 1.903, lotou aqui um segundo-sargento e cinco soldados. Ocorreu diminuição do contingente através do decreto 1.792, de 10 de fevereiro de 1.905, que nos deixou apenas um cabo e três soldados.

Em 9 de dezembro de 1.909, o decreto 2.683 distribuiu a Machado um oficial inferior e cinco soldados. Registre-se que eles integravam o 4º batalhão da Força Pública.

A redivisão do efetivo policial feita pelo decreto 3.406, de 12 de janeiro de 1.912, destinou a nosso município um cabo e cinco soldados. Tal contingente foi mantido pelo decreto 3.877, de 9 de abril de 1.913. Ele estava por certo em desfalque ao editar-se o fascículo segundo do almanaque "*O Sul de Minas*", que informou constar o Destacamento local de três praças, comandados por um cabo.

A título comparativo, menciono a lotação policial-militar em alguns municípios da região, estabelecida pelos decretos 4.485, de 7 de dezembro de 1.915, e 4.692, de 29 de dezembro de 1.916:
Alfenas - um cabo e cinco soldados;
Caldas - um anspeçada e dois soldados;
Poços de Caldas - um cabo e cinco soldados;
Pouso Alegre - um segundo-sargento e oito soldados;
Santo Antônio do Machado - um cabo e cinco soldados;
São Gonçalo do Sapucaí - um cabo e seis soldados;
Varginha - um anspeçada e três soldados.
Conforme o "*Annuario Estatistico*" da Secretaria da Agricultura, em 1.921 Machado possuía a mesma quantidade de praças.

Em 1.926 tínhamos ainda um cabo e cinco soldados, segundo o decreto 7.065, de 26 de dezembro do ano anterior. Tal lotação foi diminuída de um soldado pelo decreto 8.170, de 24 de janeiro de 1.928.

O "*Machado-Jornal*", em março de 1.929, noticiou estar a Polícia local desfalcada de dois elementos, contando com somente três.

Não encontrei dados sobre o assunto em exame nas décadas seguintes.

Em 1.976 o 12º Batalhão Policial (criado em 1.964), com sede em Passos e jurisdição sobre esta zona, subdividiu-se em companhias e pelotões, a fim de interligar seus destacamentos ao comando e facilitar a prestação de serviços. Nosso município, subordinado à 80ª Companhia, de Alfenas, passou a sediar o 4º Pelotão, controlador também de Poço Fundo, Carvalhópolis e Serrania. Seu efetivo, em maio de 1.991, era de 23 elementos; dois anos após, de 32.

Em 24 de abril de 1.995 instalou-se o 24º Batalhão Policial, com sede em Varginha, e a partir daí nosso Pelotão a ele se subordinou, desligado do de Passos.

Em 1.998, o efetivo previsto (mas não completo) do Pelotão era de 1 oficial, 4 sargentos e 27 cabos e soldados. Em agosto do mesmo

ano, por causa de uma política de contenção a que o Governo do Estado submeteu a Polícia Militar, ele deixou de classificar-se como "*especial*", passando a ser comandado por um tenente, e não mais por um capitão.

2 - **O quartel**.

Em 1.893 e 1.894 o Estado alugou, para aquartelar nosso Destacamento Policial, prédio de Rita Labathier (*ou Salatière?*), por 20$000 mensais. Nos dois anos seguintes foi locado imóvel de Cândida Gabriella de Souza Dias, por 25$000 mensais no primeiro período e 35$000 no segundo. Em 1.897 o locador foi João Augusto de Macedo, por 35$000 mensais. No ano seguinte voltou-se ao imóvel de Cândida Gabriella, pelo mesmo preço.

Em 1.899 e 1.900 celebraram-se ajustes de aluguel com a Câmara Municipal e com Onofre de Souza Dias, por 30$000 ao mês. De 1.901 a 1.906 não houve contratos para o fim em exame, mas a Secretaria do Interior requisitou a favor da Câmara o pagamento dos aluguéis, feito ao Dr. Flávio de Salles Dias. Em 1.907 os policiais ocuparam imóvel de Fábio de Paiva; em 1.908 e 1.909 os senhorios foram Antônio Cândido Pereira Dias e Theodoro Soares de Oliveira, por 40$000 mensais. Em 1.911 e 1.912 arrendou-se prédio de Pedro Alves Negrão, a 30$000 por mês. De 1.913 a 1.918 serviu como quartel casa de Messias Soares de Oliveira, por 40$000 mensais nos três primeiros anos e 35$000 nos seguintes. João Nannetti foi o arrendante de 1.919 a 1.921, por 40$000 mensais no primeiro ano, 50$000 no segundo e 60$000 no último. De 1.922 a 1.924 os soldados alojaram-se em imóvel de João Bernardo Pereira, a 60$000 por mês.

Nenhuma referência encontrei aos locais em que se instalou o Destacamento Policial no decênio seguinte. No primeiro trimestre de 1.934 ocupava imóvel alugado de Gauquério Pinto Verdade. Mudou-se depois para casa de Silvério Gomes da Silva. A em que ficou de 1.935 a 1.937 pertencia a Margarida Coutinho Pereira.

Também não localizei informes sobre o tema nos decênios posteriores.

No dia 14 de janeiro de 1.979 inaugurou-se o quartel da Rua Major Onofre, 288, em imóvel alugado de Maria de Lourdes Dias Costa.

Às expensas do Município, em 1.984 reformou-se e adaptou-se o prédio, então desocupado, de grupo escolar que se transferira para outro ponto da Cidade. Sito na Avenida Comendador Lindolpho de Souza Dias, 326, a partir de 3 de dezembro daquele ano ele sedia a tropa policial-militar.

No final de julho de 1.998, o Município entregou à

P.M. cômodos reformados de parte da antiga creche do Bairro Santa Luísa, para servir de posto policial. Ele não funcionou por falta de viatura e equipamentos.

Nos últimos anos do milênio, estavam sendo construídos e reformados pelo Município na Rua Sete de Setembro, em Douradinho, imóveis para posto policial e residência de soldado.

3 - **Alguns comandantes e praças do Destacamento**.

Não encontrei registro de todos os que chefiaram nossa Polícia, nem importa arrolar o conjunto de seus subordinados. Menciono adiante alguns nomes que a história guardou.

O relatório do presidente da Província de 1.886 refere-se ao **Soldado Antônio José Braz**, do Destacamento local, que desertou por não receber as etapas devidas. Seu comandante as gastara, deixando o rancho desprovido. Condenado a seis meses de prisão solitária, ficou indefeso porque suas testemunhas, residentes fora da Capital, não foram ouvidas.

Em setembro de 1.900 o **Alferes Antônio José Barbosa**, que servia em nossa Cidade, foi transferido para Piumhy como delegado de polícia. Na mesma época se achava aqui destacado o miliciano **Pedro Xavier Borba**.

O jornal "*A Vanguarda*", em maio de 1.915, elogiou o **Cabo Conrado Macury**, de nosso Destacamento, que "*não media sacrifícios no cumprimento de seus deveres*".

Requerimento à Câmara em julho de 1.928 mostra que o chefe da Polícia machadense era, então, **José Martins de Carvalho**.

Em setembro de 1.934 era 3º praça da tropa machadense **Geraldo Soares**. Em maio de 1.940 o Destacamento local era chefiado pelo **Cabo Geraldo F. da Silva**.

O **Sargento José Xisto Alves**, que em 1.951 comandava a tropa machadense, foi substituído em dezembro daquele ano pelo **Sargento João Elias**. Em 1.954 aquele estava de novo na chefia, mas ignoro quando a reassumiu.

Em junho de 1.960 o semanário "*O Machadense*" noticiou a transferência para Campestre do **Soldado Geraldo Rocha**, que aqui servira por vinte anos. Disse ser ele modelo de policial, que sabia seu dever e o punha em prática, com trabalho constante e sem alarde.

Cá chegou em março de 1.961, para comandar o Destacamento Policial, o **3º Sargento Nílton Reis Figueiredo**. Em agosto do mesmo

ano foi substituído pelo **Sargento Antônio Lira**. Na ocasião Machado recebeu o **Cabo Valdivino Fortunato da Silva**. Ainda em 1.961, veio a nós, como chefe do Destacamento, o **Sargento Mário Mattos da Silva**, que depois aqui exerceu o cargo de delegado de polícia. Ele conquistou o respeito de todos como profissional correto, enérgico e cumpridor de suas obrigações.

No mês de setembro de 1.963 o **2º Sargento José Pereira de Castro** veio servir nesta Cidade, em que já se encontrava o **Cabo João Batista Neto**.

Em maio de 1.971 chefiava a Polícia local o **2º Sargento Anézio Rezende**. Em outubro do mesmo ano o comandante já era o **2º Sargento Francisco Coelho Ferreira**, que aqui permaneceu até abril de 1.980, quando passou à reserva. Seu lugar foi assumido pelo **2º Sargento José Pereira Ribeiro**, que ficou na chefia até março de 1.981. Em certo período foi substituído interinamente pelo **Cabo Waldir Bianchini de Souza**.

Em 14 de março de 1.981, com a remoção do Sargento Ribeiro para Poços de Caldas, recebeu o comando o **2º Sargento João de Deus Ferreira**.

4 - **<u>O comando do 4º Pelotão</u>**.

Instalado na Cidade o 4º Pelotão, em 30 de novembro de 1.976, assumiu-lhe o comando o **1º Tenente David Martins da Silva**, que acumulava a chefia do sediado em Carmo do Rio Claro. Em sua gestão o Destacamento local teve aumentado o contingente e conseguiu um aparelho de rádio com duas unidades. Através de campanha da Associação Comercial, recebeu um carro e uma motocicleta. Em 27 de agosto de 1.980 a Polícia reprimiu com violência passeata de estudantes dos cursos superiores: um deles foi gravemente ferido por estilhaços de bomba, e quatro outros sofreram lesões leves.

No final de novembro de 1.980, com a transferência do Tenente David para Poços de Caldas, ascendeu interinamente à chefia do Pelotão o comandante do Destacamento local, **2º Sargento José Pereira Ribeiro**. Este foi removido em março seguinte.

Em dezembro de 1.981 recebeu o comando do Pelotão o **2º** (depois 1º) **Tenente Jorge Batista de Araújo Filho**. Ele ficou no posto até setembro do ano seguinte, quando foi transferido para São Sebastião do Paraíso. Conseguiu mais homens para o Destacamento local e melhorou-lhe o equipamento. Sob suas ordens trabalharam os sargentos **João de Deus Ferreira** e **Mauro Teodoro dos Santos**.

No fim de setembro de 1.982 o Pelotão local passou a ser chefiado pelo **2º** (depois 1º) **Tenente José Leon Flor**, que aqui permaneceu

até 25 de maio de 1.984. Em tal data ele transferiu o comando ao **2º Tenente Concesso Vítor Filho**. Poucos meses após o início da gestão deste, o Município celebrou convênio com a Polícia, destinando-lhe subvenção de cinco milhões de cruzeiros e obrigando-se a renová-la anualmente. Nessa época foi reformado para quartel o prédio de antigo Grupo Escolar. Em maio de 1.985 o Destacamento local recebeu outra viatura.

Em 28 de julho de 1.987 assumiu a chefia do Pelotão local o **2º Tenente Antônio Júlio do Couto**. Sob sua administração foi aumentado o efetivo, reaberto o posto policial da Rodoviária, reforçada a segurança da Cadeia no período noturno e reativada a fiscalização do trânsito em pontos estratégicos da Cidade. Transferido para Passos em maio do ano seguinte, ocupou seu posto interinamente o **2º Sargento João Goulart**.

Em 15 de agosto de 1.988 tomou o comando o **2º Tenente Juarez Floresta**. Reformado, em 3 de agosto do ano seguinte passou-o ao **1º Tenente Wílson Chagas Cardoso**. Este ficou pouco tempo no posto, ocupado em 1º de dezembro de 1.989 pelo **2º Tenente Arlindo Aparecido do Nascimento**. Seu auxiliar direto, em 1.990, era o **2º Sargento João Batista Marques**, que passou à reserva em julho de 1.991.

A chefia do Pelotão foi transferida em 4 de maio de 1.991 ao **1º Tenente Benedito Ferreira Metzker**. Este a passou em 25 de março de 1.992 a **Carlos Sandro de Oliveira Aquino**, logo depois promovido a 2º tenente.

Em 10 de fevereiro de 1.993 assumiu o comando o **Sub-Tenente Jaques Caetano de Oliveira**. Ele passou a auxiliar em 7 de outubro seguinte, quando foi alçado à chefia o **1º Tenente Benedito Miquelino**. Com a transferência deste para Varginha, em 20 de janeiro de 1.994 seu lugar coube ao **Capitão Sebastião Honório Siqueira**. Na época a Associação Comercial entregou à Polícia uma viatura, em comodato.

Em 29 de março de 1.995 o Pelotão recebeu novo comandante, o **Capitão Paulino Marinho da Silva**. Ele se aposentou no final do ano, e em 23 de janeiro de 1.996 assumiu o **Capitão Reginaldo Francisco**. Este permaneceu na chefia até 28 de agosto de 1.998, quando a transmitiu ao **1º Tenente Joelmar Lucas de Andrade**.

5 - **Apoio do Município**.

O Município tem sempre colaborado com a Polícia Militar, emprestando e reformando imóveis por ela ocupados, cedendo-lhe funcionários e veículos, ou fornecendo-lhe combustível e materiais de consumo.

Na duas últimas décadas, principalmente, prestou-lhe

por várias vezes ajuda financeira. Atestam-no as leis adiante referidas, que a possibilitaram:
- a **lei 367, de 23/2/79**, autorizou-o a celebrar convênio com o Estado, para cooperação com a Polícia Militar;
- a **lei 553, de 13/8/84**, autorizou a assinatura de convênio com o Governo do Estado, para fornecimento de recursos à Polícia Militar;
- o **decreto 675, de 15/8/84**, abriu crédito especial à Polícia Militar;
- a **lei 726, de 15/1/90**, autorizou-o a firmar convênio com o Estado, para concessão de recursos à Polícia Militar;
- a **lei 775, de 30-10-90**, autorizou a doação de terrenos à Polícia Militar, no Bairro Santa Luísa II;
- a **lei 810, de 22/8/91**, autorizou o pagamento da metade do aluguel de residência para o comandante do Destacamento Policial;
- a **lei 1.133, de 29/12/97**, autorizou a construção e a reforma de imóveis, para cessão em comodato à Polícia Militar.

Nos fins do século se adaptou e se cedeu imóvel para posto policial do Bairro Santa Luísa; foi construída casa para o comandante do Pelotão local; e estavam no término obras em Douradinho, para posto policial e moradia de soldado.

6 - **Machadenses no oficialato**.

Pelas informações obtidas, o único machadense que atingiu o oficialato na Polícia Militar foi o **1º Tenente Evair dos Santos Oliveira**. Ele servia, no final do período em estudo, na 2ª Companhia Independente, em Nova Lima, MG.

****

Fontes de consulta.

1 - "A Vanguarda" - nº 1 - 2/5/1.915 - pág. 3;
2 - "Annuario Estatistico do Estado de Minas Geraes" - Secretaria da Agricultura - anno I, 1.921, volume IV, tomo II - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, pág. 214;
3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro nº 1 de atas - pág. 143v.;
4 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros ns. 18, 20 e 22 de leis;
5 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro nº 17 de decretos;
6 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria do Interior - códice 600: "Matrículas de contratantes de casas para quartéis e cadeia - 1893/1909" - págs. 92v./93;

7 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria do Interior - códice 601: “Contratos de locação de casas para quartéis - 1910/1927” - págs. 131v./132;
8 - “Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes” - anos de 1.897, 1.900, 1.901, 1.903, 1.905, 1.909, 1.912, 1.913, 1.915, 1.916, 1.925 e 1.928;
9 - cópias e minutas de ofícios do Arquivo Público Mineiro;
10 - “Falla que o Exm. Sr. Dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo dirigio á Assemblea Provincial de Minas Geraes na 2ª sessão da 26ª Legislatura em 5 de julho de 1887” - Typ. de J. F. de Paula Castro, Ouro Preto, 1.887, annexo 4º;
11 - “Falla que á Assemblea Provincial de Minas Geraes dirigiu o Exm. Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa Presidente da Provincia ao installar-se a 1ª sessão da 27ª Legislatura em 1º de Junho de 1888” - Typ. de J. F. de Paula Castro, Ouro Preto, 1.888, págs. 40/41;
12 - “Folha Machadense” ns. 46 - 16-2-1.975 - pág. 6;
53 - 13-4-1.975 - pág. 2;
136 - 5-12-1.976 - pág. 10;
227 - 24-9-1.978 - pág. 8;
241 - 14-1-1.979 - pág. 8;
242 - 21-1-1.979 - pág. 8;
285 - 20-1-1.980 - pág. 1;
297 - 12-4-1.980 - pág. 8;
317 - 30-8-1.980 - págs. 8 e 10;
329 - 29-11-1.980 - pág. 1;
330 - 6-12-1.980 - pág. 1;
344 - 21-3-1.981 - pág. 1;
382 - 23-12-1.981 - pág. 25;
423 - 23-10-1.982 - pág. 8;
431 - 18-12-1.982 - pág. 1;
464 - 20-8-1.983 - pág. 1;
502 - 26-5-1.984 - pág. 1;
513 - 11-8-1.984 - pág. 1;
529 - 1-12-1.984 - pág. 1;
551 - 18-5-1.985 - pág. 14;
612 - 2-8-1.986 - pág. 4;
662 - 1-8-1.987 - pág. 1;
702 - 21-5-1.988 - pág. 14;
713 - 7-8-1.988 - pág. 1;
715 - 20-8-1.988 - pág. 14;
735 - 21-1-1.989 - pág. 14;
736 - 28-1-1.989 - pág. 11;
763 - 5-8-1.989 - págs. 1 e 14;
780 - 2-12-1.989 - pág. 12;
785 - 20-1-1.990 - págs. 9 e 12;
799 - 28-4-1.990 - pág. 12;
850 - 4-5-1.991 - pág. 10;
852 - 18-5-1.991 - págs. 1 e 8;

896 - 23-3-1.992 - págs. 1 e 10;
900 - 25-4-1.992 - pág. 1;
941 - 20—2-1.993 - pág. 5;
971 - 9-10-1.993 - págs. 9 e 12;
985 - 22-1-1.994 - págs. 3 e 9;
1045 - 25-3-1.995 - pág. 16;
1048 - 14-4-1.995 - pág. 16;
1087 - 20-1-1.996 - pág. 2;
1088 - 27-1-1.996 - págs. 1 e 16;
1187 - 10-1-1.998 - pág. 16;
1189 - 24-1-1.998 - pág. 6;
1215 - 1-8-1.998 - pág. 10;
1219 - 29-8-1.998 - págs. 1 e 22;

13 - informações pessoais do Capitão Reginaldo Francisco e do 1º Tenente Joelmar Lucas de Andrade;

14 - "Jornal da Cidade" nº 5 - dez. de 1.984 - págs. 2 e 3;

15 - "Luminar Machadense" nº 35 - 28-11-1.954 - pág. 4;

16 - "Machado-Jornal" nº 62 - 3-3-1.929 - pág. 2;

17 - "Minas Geraes" de 14-2-1.894 - pág. 1;
2-2-1.895 - pág. 2;

18 - "O Empresário em Destaque" nº 10 - jul./dez. 1.994 - pág. 20;

19 - "O Imparcial" ns. 67 - 18-11-1.951 - pág. 4;
70 - 30-12-1.951 - pág. 4;

20 - "O Machadense" ns. 605 - 16-5-1.940 - pág. 2;
785 - 5-6-1.940 - pág. 1;
822 - 26-3-1.961 - pág. 1;
842 - 13-8-1.961 - pág. 1;
918 - 22-9-1.963 - pág. 1;
13 - 16-5-1.971 - pág. 3;
36 - 31-10-1.971 - pág. 1;
47 - 23-1-1.972 - pág. 1;
90 - 26-11-1.972 - pág. 1;

21 - "O Sul de Minas - Almanach moderno, de propaganda e estatistica dos municipios sul-mineiros" - organizado por Dr. Manoel F. Pinto Pereira - Centro Sul Mineiro de Propaganda e Estatística - fascículo 2º - (1.913?) - pág. 21;

22 - "Refutação ás invectivas calumniosas atiradas contra o Juiz de Direito" - Paulo de Faro Fleury - Typ. Commercio - G. Corrêa de Toledo - Alfenas, 1.909, págs. 41/42;

23 - "Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Manoel do Nascimento Machado Portela, ex-presidente da Provincia, passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Antonio Teixeira de Souza Magalhães, 1º Vice-Presidente da mesma Provincia no dia 13 de Abril de 1886" - Typ. do "Vinte de Agosto", Ouro Preto, 1.886, págs. 51/52;

24 - "Siga em Frente" ns. 37 - 18 a 22-10-1.993 - págs. 1 e 4;
49 - 26 a 29-1-1.994 - pág. 1;

25 - "Transparência" n. 2 - set. de 1.998 - págs. 2 e 10;

26 - "Tribuna Machadense" ns. 65 - 16-10-1.982 - pág. 2;
94 - jun. 1.984 - pág. 1.

A GUARDA MUNICIPAL

1) - No século XIX.
2) - Na primeira metade do século XX.
3) - Na segunda metade do século XX.

****

1 - No século XIX.

O Estatuto Municipal do Machado (lei 5, de 26 de janeiro de 1.899) dispôs no artigo 24, parágrafo 6º, caber à Câmara organizar e regulamentar a polícia local, que teria o fim de velar pela execução das leis municipais, e garantir a segurança e os cômodos dos habitantes do Município. Conforme o artigo 46, competia ao agente executivo dirigi-la e submeter à aprovação da Edilidade seu plano de organização e regulamento. A previsão legislativa não se tornou realidade.

2 - **Na primeira metade do século XX**.

Em julho de 1.932, por ordem do Secretário do Interior, a Prefeitura contratou guardas municipais, que prestaram serviços de 11 a 27 do mês seguinte. Sua relação encontra-se no livro 307 do Arquivo Público local: João de Carvalho, Antônio Estevão Pereira, Antônio Ferreira Leite, Symphrônio Ferreira Leite, Eduardo Ferreira Soares, João Soares Júnior, Messias Natal Corrêa, Theodoro Soares de Oliveira Sobrinho, Álvaro de Novaes, Lauro Mendes, Presciliano de Assis, Fortunato Ferreira da Silva, Pedro Fernandes da Silva e Serafim Alexandre Donini. Ignoro quais eram as suas atribuições, e porque atuaram em período tão curto.

Segundo o "*Jornal do Machado*", em outubro de 1.937 nosso destacamento recebeu ordem de recolher-se à sede do batalhão, em Lavras. Por tal motivo, o prefeito organizou a Guarda Civil Municipal, a cujo cargo ficaria o policiamento da Cidade.

3 - **Na segunda metade do século XX**.

A lei 136, de 15 de julho de 1.973, e o decreto 295, de 2 de janeiro de 1.976, incluíram a Guarda Municipal entre as unidades de serviço componentes dos Serviços Urbanos. O segundo texto dispôs competir ao encarregado dela: promover a fiscalização dos parques, jardins e outros bens públicos; fazer cumprir as portarias e impor sanções aos infratores; superintender o policiamento noturno e diurno da Cidade; colaborar com as autoridades policiais do Estado; instruir os guardas na prática de bom relacionamento com o público; fazer escalas de serviço, fiscalizar o ponto dos subordinados e manter sua disciplina; zelar pela conservação e uso correto do fardamento e materiais de trabalho.

No primeiro governo Pereira Dias, José dos Passos era o chefe da Guarda Municipal, sem nomeação específica para tanto. A portaria 188, de 25/1/1.980, transferiu José Fernando Scalco (Piolinha) do cargo de encarregado do Cemitério da Saudade para o de encarregado da Guarda Municipal. No segundo governo Pereira Dias, a portaria 622, de 2/1/1.989, contratou José dos Passos para o cargo de encarregado do Serviço de Segurança.

Os guardas, recrutados dentre os auxiliares de serviços gerais, trabalhavam desarmados e identificados apenas por coletes com a palavra "segurança". Nos últimos anos do milênio, sem constância, foram postos alguns para zelar pelo jardim da Praça Antônio Carlos, pela Estação Rodoviária e pelo Mercado.

Em agosto de 1.998 o Vereador José dos Passos requereu ao Prefeito que organizasse a Guarda Municipal nos moldes da de Poços de Caldas, que, no seu entender, funcionava com perfeição.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de leis nº 14;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de decretos nº 15;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de portarias ns. 15 e 16;

4 - Arquivo Público Machadense - livro nº 63: “Leis da Câmara Municipal - 1.898 a 1.912”;
5 - Arquivo Público Machadense - livro nº 307: “Documentos Históricos” - páginas sem numeração;
6 - “Folha Machadense” nº 1.218 - 22-8-1.998 - pág. 5;
7 - “Jornal do Machado” nº 23 - 10/10/1.937 - pág. 3.

****

OS MÉDICOS

1) - No Império.
2) - De 1.890 a 1.915.
3) - De 1.915 a 1.960.
4) - De 1.960 em diante.
5) - Alguns machadenses noutras cidades.

****

1 - **No Império**.

Ao que se sabe, o primeiro médico a trabalhar em Machado foi o francês **Amedée Eugène Swerts**, genro do Capitão Pio de Souza Dias e tronco da numerosa família que lhe herdou o nome. Conforme seu descendente Clóvis Dias Swerts, nasceu em Paris no dia 8 de março de 1.826, filho de Jean Baptiste Swerts e Marie Charlotte Berru. Formou-se na terra natal em torno de 1.849, tendo fugido para o Brasil por motivos políticos, entre 1.851 e 1.852. Aconselhado a fixar-se no interior para não ser preso, travou contato com a tropa do futuro sogro, que o trouxe à Fazenda do Coroado. Daí partiu pouco depois para Caldas, e em seguida fixou-se na vila de Batatais. No início de 1.860 retornou a Machado, onde contraiu núpcias e passou a clinicar. Residiu, segundo a mesma fonte, na atual Rua Professor Francisco Raphael, em prédio mais tarde ocupado pelo Colégio Pedroso. Faleceu no dia 26 de março de 1.862, na cidade de Franca ou a caminho dela.

Em carta datada de 16 de janeiro de 1.868, Flávio Secundo de Salles indicou para delegado da Instrução Pública em Santo Antônio do Machado **Manoel Joaquim Bernardes** e mais três pessoas. Declarou então que ele era médico e aqui residente. Tal documento encontra-se no A.P.M. - S.P. - códice 1.275.

Agradecimento publicado no "*Monitor Sul-Mineiro*" nº 168, de março de 1.875, revela que morava na Freguesia do Machado o médico **Antônio Leopoldino dos Passos**. Entre julho e novembro do mesmo ano ele estava "temporariamente" em Alfenas, conforme diversas propagandas estampadas naquele semanário. Já em janeiro de 1.876 o "*Monitor*" o dava como residindo na vizinha cidade.

Em fevereiro e março de 1.878 o jornal campanhense publicou anúncios do médico e operador **Augusto Lisboa**, residente em Santo Antônio do Machado. Em outubro daquele ano ele ainda estava entre nós (MSM 357).

De São José do Paraíso mudou-se para cá em abril de 1.880 o médico italiano **Sílvio de Gregório**. Residiu de início na casa de Antônio Moreira de Souza Guerra Júnior. Por causa de denúncia atribuída ao subdelegado de polícia (farmacêutico e "médico prático"), as autoridades do Termo o intimaram a exibir a carta de facultativo, a fim de que pudesse continuar clinicando aqui. Isso provocou ressentimentos no recém-chegado, mal-estar na população e atrito entre o suposto denunciante e o vigário (MSM 456). O incidente foi superado, porque em 1.884 ele ainda se encontrava em nossa cidade, conforme o "*Almanak Sul-Mineiro*".

Em janeiro de 1.882 o "*Monitor*" estampou nota do médico e operador **Pedro Bandeira de Gouveia**, que participava aos clientes e amigos ter fixado residência nesta cidade.

O médico **Antônio Nunes de Barros**, formado pela Faculdade do Rio de Janeiro, também comunicou à população, em vários números do "*Monitor*" de abril a julho de 1.884, ter estabelecido moradia em Machado.

Álvaro Teixeira dos Santos Imbassahy anunciou pelo mesmo jornal, nos meses de novembro e dezembro de 1.884, que se achava em Santo Antônio do Machado, onde oferecia os seus serviços médicos ao público.

Em 28 de junho de 1.885 o "*Monitor*" noticiou ter passado pela Campanha com destino a nossa cidade, onde pretendia fixar residência, o médico **Manoel Francisco de Salles Teixeira**.

O sempre citado semanário informou, no dia 3 de abril de 1.887, que o "*distinto e talentoso*" médico **Jaime Silvado** se domiciliara nesta cidade. Acrescentou que ele se recomendava "*pela solida instrucção do seu espirito*".

Finalmente, o "*Monitor*" de 24 de abril de 1.887 publicou nota sobre **Martins Pilar**, "*estimável médico residente no Machado*". Em viagem do Córrego do Ouro para a Divisa ele sofrera desastrosa queda de sua montaria, fraturando a perna.

Cabe registrar que o antigo Código de Posturas da Câmara de S. A. do Machado (resolução estadual 3.401, de 22/7/1.886) continha disposições sobre o exercício da Medicina:

> *"Art. 83 - Ninguem poderá exercer a medicina em qualquer de seus ramos sem documento legal que o habilite, e no qual a camara porá o seu visto: multa de 5$ 30$.";*
> .....
> *Art. 84 - A camara poderá contratar medico de partido, que, alem de outras obrigações contidas nestas posturas, será obrigado a tratar dos doentes pobres dentro da cidade e seus suburbios.".*

2 - **De 1.890 a 1.915**.

Em abril de 1.891 o médico **Felippe Salvador dos Santos Pagano** foi nomeado delegado de higiene do Município. Ignoro por quanto tempo aqui esteve.

Bento Antônio de Barros exerceu a Medicina em Machado durante alguns anos, a partir de 1.892. Em 1.894 foi para a Capital Federal, mas retornou em agosto do ano seguinte. Por volta de 1.902 transferiu-se para Pouso Alegre.

O "*Sexto Districto*", em setembro de 1.894, noticiou a breve mudança para esta cidade do médico **Caetano Junqueira**, vindo da Mutuca. Não sei se efetivamente ele aqui fixou residência e clinicou.

Manoel José Rodrigues também veio para nossa terra no final do século passado, e nela permaneceu aproximadamente quinze anos. Nasceu em Salvador, no dia 15 de agosto de 1.872, e bacharelou-se pela Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia em 1.894. Depois de formado mudou-se para Minas, clinicando sucessivamente em Santa Rita do Sapucaí, Carmo do Rio Claro, Alfenas e Machado. Aqui residiu na Rua Quintino Bocaiúva, esquina com Treze de Maio. Em 1.912, mais ou menos, mudou-se para o Machadinho, de onde era natural sua esposa. Lá faleceu em 2 de janeiro de 1.913. Segundo Homero Costa, era pessoa algo excêntrica, mas de extrema bondade e solicitude.

Em dezembro de 1.900 foi nomeado delegado de higiene e vacinação do Machado **Antônio Marcial Júnior**. Ele retirou-se daqui para Alfenas em novembro de 1.901.

Em meados de 1.903 estabeleceu-se no Machado, trazido por Urbano Rebello, o cirurgião **José Narciso Dias Teixeira de Queiroz**.

Aqui permaneceu por dois ou três anos, indo em seguida para Conselheiro Lafaiete, onde morreu. Consta que protegia o farmacêutico Henrique Silva, e por tal motivo brigou com o colega deste, Francisco E. F. Braga. Isso fez com que deixasse nossa cidade.

Chegou aqui em agosto de 1.905, para clinicar, **José C. de Oliveira Guimarães**. Por antigos relatos familiares que não posso confirmar, soube que também veio a convite de Urbano Rebello, e que tinha ligações com a Maçonaria. Ficou pouco tempo em Machado. Então cá se encontrava **Manoel dos Reis**, operador e parteiro, que atendia no Hotel Fernando.

Em setembro do mesmo ano fixou-se na Cidade, mas por poucos anos, **Orozimbo Corrêa Netto**. Ligou-se em casamento a distinta família local, atuou na política, e depois foi para Poços de Caldas.

Na mesma época veio para Machado o médico **Manoel Joaquim Cavalcanti de Albuquerque**, irmão do farmacêutico Diogo Cavalcanti de Albuquerque. Morou na Rua Barão do Rio Branco. Exerceu aqui sua profissão ao menos até 1.914, quando participou de comissão para construir a Santa Casa. Mudou-se para Passa Quatro em data que ignoro.

O primeiro médico machadense, de acordo com a revista "*Machado de Ontem e de Hoje*", foi **Paulino Augusto de Souza**. Nasceu em 18 de março de 1.885, filho do dentista Ildefonso de Souza e de Josefa de Souza. Formou-se em 1.911 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Clinicou nesta cidade até 1.913. Depois mudou-se para Vargem Grande, SP, onde morreu em 1.918.

José Mendes Velloso manteve clínica em Machado nos anos de 1.913 e 1.914, pelo menos. João Rodrigues de Carvalho cita entre os médicos que aqui trabalharam **Álvaro Tavares Paes**. Nenhuma outra referência a ele encontrei.

3 - **De 1.915 a 1.960**.

Aprígio Theódulo Nogueira nasceu em Tabatinga, Ceará, no dia 3 de maio de 1.886. Bacharelou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1.914. Veio para Machado, a convite do farmacêutico Diogo Cavalcanti, em julho de 1.916. Aqui se radicou e clinicou com êxito e prestígio até as vésperas da morte, em 13 de dezembro de 1.962. Foi o primeiro cidadão honorário machadense.

De **Feliciano Vieira da Silva** já se tratou alhures, como vereador e chefe político. Formado de início em Farmácia, no ano de 1.915 graduou-se em Medicina no Rio de Janeiro. Trabalhou por dois anos em Juiz de Fora. Regressou em seguida à terra natal, onde clinicou durante quase cinqüenta

anos. Defendeu tese sobre "tratamento da tuberculose pulmonar pelo pneumotórax".

O machadense **José de Campos Lima** concluiu em 1.917 ou 1.918 o curso de Medicina. Aqui exerceu a profissão por alguns anos, mudando-se depois para Juiz de Fora.

Outros médicos, vindos de fora, trabalharam em Machado por pouco tempo, na década seguinte. O jornal "*O Popular*", em 1.927, publicou anúncio de **F. Didier**, estabelecido na Rua Coronel José Paulino. Ex-interno de cirurgia geral da Santa Casa do Rio e do serviço ginecológico da Faculdade de Medicina da mesma cidade, era operador e especialista em vias urinárias. Em 1.929, conforme o "*Machado-Jornal*", tinha consultório na Rua Major Feliciano o urologista **Azeredo Passos**. Na mesma época atendia na Praça Antônio Carlos, 52, **Onélio H. de Carvalho**, residente no Hotel Central. Ex-interno da clínica infantil da Faculdade de Medicina do Rio, dedicava-se à pediatria, ao tratamento da sífilis e à clínica geral. Ainda em 1.928 e 1.929, conforme o "*Annuario Santos*", aqui trabalhava o médico **J. Tito Pereira**.

Conforme indicadores do "*Jornal do Machado*", na primeira metade da década de trinta atuaram na Cidade os médicos **Souza Gomes Filho** e **Domingos Cunha**. O primeiro tinha consultório na Rua Coronel José Paulino, e o segundo, na Praça Antônio Carlos.

Também farmacêutico, **Hércules Prescildo Nannetti** concluiu em 1.934 o curso médico, em Niterói. A partir do ano seguinte clinicou em Machado até pouco antes da morte, no dia 5 de abril de 1.969.

Joaquim Albino de Almeida nasceu em Muzambinho, no dia 23 de julho de 1.904. Bacharel pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, trabalhou em Poço Fundo, Serrania e Andradas. Em 1.937 mudou-se para Machado. Faleceu em 27 de outubro de 1.952.

Lúcio Dias Vieira formou-se pela Universidade de São Paulo, em 1.946. Teve destacada atuação como médico, político e educador. Clinicou por mais de cinqüenta anos na Cidade.

Manir Elias Donato, natural de Guaranésia, formou-se em 1.954 pela U.F.M.G., e veio para Machado no ano seguinte. Exerceu a Medicina entre nós até 1.966, quando se mudou para Belo Horizonte. É cidadão honorário machadense.

Hílton Luís Moreira Dias, também formado na capital mineira, trabalhou aqui como clínico e anestesista, desde 1.955 até pouco antes da morte, em 2 de julho de 1.992. Foi vereador e presidente da Câmara Municipal.

4 - **De 1.960 em diante**.

Carlos Roberto de Almeida bacharelou-se pela Faculdade de Medicina de Curitiba em 1.960. Clinicou aqui do ano seguinte até a morte, em 26 de novembro de 1.992. Sua especialidade era a otorrinolaringologia.

O machadense **Jorge Eduardo Vieira de Oliveira** trabalhou por alguns anos em Poço Fundo, antes de vir para cá. Tratou-se em capítulos anteriores de sua atividade como político. Manteve consultório na Cidade até o início da década de noventa, quando se elegeu deputado estadual.

Nosso conterrâneo **João Emygdio Gonçalves** também iniciou aqui o exercício da Medicina na década de sessenta. Estava em atividade no final do período em estudo, com consultório na Rua Astolpho Pio.

Nos anos setenta aumentou na Cidade consideravelmente o número de médicos, cada vez mais especializados. Estrearam então os machadenses **Américo Nannetti Júnior** (radiologista), **Ana Maria Braga Branquinho Silva** (ginecologista e homeopata), **Dinah de Almeida Vieira** (psiquiatra), **Lúcio Dias Vieira Júnior** (cardiologista) e **Nylton Sebastião Neves** (clínico), que aqui continuavam a exercer seu ofício no fim do milênio. Vindos de fora, estabeleceram-se **Eliana Pereira Engel Ayer**, **Emmanuel Engel Ayer** e **Ivan Ayres** (pediatras); **Márcio Tadeu Corrêa Cardoso** (ortopedista) e **Medrado Lima**. Com exceção dos dois últimos, os demais ficaram entre nós.

No início da década de oitenta Machado recebeu o oftalmologista **Thales Vilhena Giacchetta**. Vieram depois os machadenses **Antônio Machado Dias** (e sua esposa, **Emília Nascimento Dias**), **Ciro Caixeta Franco**, **José Wagner Papini** (que algum tempo depois foi para Moji-Mirim), **Zuleika Neves Legnani** (e seu marido, **Ricardo Coutinho Nunes da Silva**), e **Cláudio de Lima Alves**. Por volta de 1.985 trabalhou no Sindicato Rural **José Roberto de Araújo**. Em 1.988 estabeleceu-se o conterrâneo **Sérgio Eduardo Nannetti Caixeta**; no ano seguinte, **Paulo Roberto Cortez**.

Em 1.990 chegaram o neurologista **José Fernando Córdova Cepeda** e sua esposa, a pediatra **Maria Alice Gaspar Córdova**. No mesmo ano, recém-formado, o machadense **Tadeu Henrique Pereira** passou a atender no Pronto Socorro Municipal. Lá também então trabalhavam, entre outros já citados, **Evanildo Ribeiro de Oliveira**, **Ezequiel Silveira**, **João Gualberto Lacerda Filho** e **Otoni José Castro**. Em 1.991 aqui abriu consultório por pouco tempo a cardiologista **Maria Cristina S. V. Morais**. Em 1.993 instalaram-se na Cidade o otorrinolaringologista **Hermes Vilhena Giacchetta**, o oftalmologista **Renato Assalin** e sua esposa, a dermatologista **Ariane Nogueira Barbosa Bueno Assalin**. No ano seguinte iniciaram o exercício médico os machadenses **Carlos Roberto de Almeida Júnior** e **Rodrigo Alves Pereira**. Pouco depois, o conterrâneo **Jorge Dennys Vasconcelos** abriu clínica cardiológica na Rua Dom

Hugo. Portarias de 1/4/96 nomearam **Elmo Guimarães Barreiro** e **Renata Aparecida Gonçalves** médicos do Município. Mais recentes, lembrem-se **Alan Carlos Araújo**, **Fabiana Schmidt de Oliveira** (pediatra), **José Cláudio Nery**, **Marco Aurélio Abrahão Dias** e **Ribelto G. Gomes**. Além dos mencionados, vários clínicos, na maioria de Alfenas, atendiam cá semanalmente, em caráter particular e através do SERPRAM.

A chamada Medicina alternativa aqui se praticou de 1.997 a 1.999 na "*Unidade Holística Expansão Cósmica*", sita na Rua Mozart da Silva Pinto, 61, Jardim Chamonix. Nela, em finais de semana, atendia o médico machadense **Nélson Silvério Soares**, que noutros dias trabalhava em São Paulo. Conforme publicações na imprensa local, a Medicina holística compreende: a conscientização da causa da doença e o ensino ao paciente da autocura, através do próprio discernimento; cirurgias espirituais com bastão de cristal; cromoterapia; uso de complementos energéticos (extratos de plantas, frutos e flores).

5 - **<u>Alguns machadenses noutras cidades</u>**.

Além dos mencionados nos itens anteriores, lembro aqui apenas alguns dentre os muitos conterrâneos que se dedicaram ou se dedicam à arte médica em outras plagas.

Aureliano Nogueira, formado no Rio de Janeiro em 1.918, especializou-se em pediatria e obstetrícia. Em 1.920 iniciou a carreira em Paraguaçu. Ali clinicou a vida toda, foi chefe do Posto de Higiene e Puericultura, vereador e vice-prefeito.

Edmundo Prado Moreira bacharelou-se em 1.925, no Rio. Trabalhou lá de início, transferindo-se depois para Santa Rita do Sapucaí. Seu irmão, **Elyzio Prado Moreira**, fez no mesmo local o curso de Medicina, concluído em 1.928. No ano seguinte foi para a cidade de Pompéia, SP, na qual clinicou durante trinta anos. Transferiu-se depois para Campinas.

Nello de Moura Rangel, aqui nascido em 1.909, filho do escritor e juiz Godofredo Rangel, formou-se em Medicina pela Universidade de São Paulo, em 1.934. Logo depois passou a dedicar-se ao ensino acadêmico.

Recordem-se também **Ascânio de Paiva Reis, Glenan Leite Dias** e **Naro Gonçalves**, já falecidos, que clinicaram, respectivamente, em São Paulo, Descalvado e Poço Fundo; **Aguinaldo Siqueira Viana**, residente em Poços de Caldas; **Altino Alves Moreira**, que trabalhou em Três Rios, RJ; **Amadeu Vieira Guerra**, morador em Mococa, SP; **Édson Verdade**, em Brasília; **Ernesto Maciel** e **Elias Donato** (oftalmologista), em Belo Horizonte; **Adauto Maciel**, ortopedista em Araçatuba, SP; **Marco Antônio Lorenzotti**, anestesista em Varginha.

Na capital de São Paulo exercem com muito sucesso a profissão **Mílton Godoy**, especializado em cardiologia, e o psiquiatra **José Alberto Del Porto**, professor da Escola Paulista de Medicina.

Adnei Pereira de Moraes, médico pela Universidade de Brasília em 1.972, especializou-se em psiquiatria. Autor de trabalhos científicos, exerceu a profissão por vários anos em Poços de Caldas. Foi seu Secretário da Saúde entre 1.983 e 1.985, além de vereador e prefeito. Em 1.994 foi nomeado secretário executivo adjunto do Ministério da Saúde.

João Ribeiro Soares, formado pela Faculdade de Manaus, trabalha desde a década de setenta em Ji-Paraná, Rondônia, sendo sócio e diretor de um hospital.

Na última década bacharelaram-se **Ana Cláudia Swerts de Oliveira**, cardiologista em Pouso Alegre; **Marco Antônio Soares**, clínico em Indaiatuba, SP; **Luiz Eduardo Domingues Lima**, que trabalha em Alfenas. Ainda estavam em fase de residência médica no final do período estudado **Hílton Luís Moreira Dias Júnior** e **Rodrigo Marini de Salles Luz**.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - "A Época" - Pompéia, SP - 4/5/1.991 - pág. 3;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro 17 de portarias;
3 - Arquivo Público Machadense - pasta "documentos de Oscar Fernandes";
4 - Arquivo Público Mineiro - Seção Provincial - códice 1.275 - página sem numeração;
5 - "Estado de Minas" - exemplares de 25/1/1.991 e 20/9/1.994;
6 - "Folha de Alfenas" nº 9 - 30/7/1.905 - págs. 2 e segs.;
7 - "Folha Machadense" ns. 119 - 8/8/1.976 - pág. 2;
196 - 5/2/1.978 - pág. 2;
288 - 10/2/1.980 - pág. 1;
368 - 6/9/1.981 - pág. 18;
591 - 8/3/1.986 - pág. 3 e supl.;
699 - 30/4/1.988 - pág. 15;
755 - 10/6/1.989 - pág. 6;
783 - 23/12/1.989 - pág. 12;
786 - 27/1/1.990 - pág. 3;
789 - 17/2/1.990 - pág. 3;

799 - 25/4/1.990 - pág. 7;
851 - 11/5/1.991 - pág. 3;
937 - 23/1/1.993 - pág. 15;
945 - 20/3/1.993 - pág. 3;
947 - 3/4/1.993 - pág. 11;
964 - 21/8/1.993 - pág. 11;
979 - 4/12/1.993 - pág. 11;
981 - 18/12/1.993 - pág. 11;
1032 - 17/12/1.994 - pág. 17;
1142 - 15/2/1.997 - pág. 7;
1221 - 12/9/1.998 - pág. 21;
1223 - 26/9/1.998 - pág. 9;
8 - Livro da Lei Mineira - 1.886 - tomo LIII, parte 1ª, página 154;
9 - "Machado-Jornal" nº 68 - 14/4/1.929 - págs. 3 e 4;
10 - "Monitor Sul-Mineiro" ns. 168 - 28/3/1.875 - pág. 4;
185 - 24/7/1.875 - pág. 4;
199 - 30/10/1.875 - pág. 4;
213 - 5/2/1.876 - pág. 3;
319 - 26/2/1.878 - pág. 4;
357 - 14/10/1.878 - pág. 4;
448 - 20/4/1.880 - pág. 4;
456 - 8/6/1.880 - págs. 3 e 4;
550 - 8/1/1.882 - pág. 4;
573 - 26/5/1.882 - pág. 3;
581 - 14/7/1.882 - pág. 4;
688 - 26/4/1.884 - pág. 3;
695 - 8/6/1.884 - pág. 3;
723 - 26/11/1.884 - pág. 3;
725 - 8/12/1.884 - pág. 4;
754 - 28/6/1.885 - pág. 3;
846 - 3/4/1.887 - pág. 3;
849 - 24/4/1.887 - pág. 3;
11 - "O Machadense" ns. 38 - 20/8/1.905 - pág. 2;
43 - 24/9/1.905 - págs. 1 e 3;
688 - 22/6/1.958 - págs. 1 e 4;
823 - 2/4/1.961 - pág. 1;
903 - 16/12/1.962 - pág. 1;
12 - "O Município" nº 7 - 29/4/1.923 pág. 4;
13 - "O Popular" nº 27 - 28/8/1.927 - pág. 3;
14 - "Sexto Districto" ns. 5 - 5/9/1.894 - pág. 1;
18 - 22/8/1.895 - pág. 3;
15 - "Siga em Frente" nº 26 - 21 a 24/7/1.993 - pág. 11.

B - **secundárias**

1 - "Annuario Santos" - 1.928/1.929 - sem menção de editora e local;
2 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanak Sul-Mineiro para 1884" - Typographia

do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.884, pág. 235;
3 - Clóvis Dias Swerts - “O Nome Swerts” - trabalho inédito;
4 - Cristiano Prado - “Crônica dos 90 Anos Bem Vividos” - Edições Cuatiara Ltda, Belo Horizonte, 1.993, págs. 61/63;
5 - Homero Costa - “Contribuição à História de Machado” - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem data, págs. 36/37;
6 - João Rodrigues de Carvalho - “História de Machado” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 70 e 106;
7 - Manoel Francisco Pinto Pereira - “O Sul de Minas - Almanach moderno, de propaganda e estatística” - Centro Sul Mineiro de Propaganda e Estatística, Villa S. Ferraz - fascículo II - Estabelecimento Graphico Casa Mayença, Cruzeiro, SP, 1.913, pág. 22;
8 - Oscar Ferreira Prado - “O Sertão dos Mandibóias” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.981, pág. 212;
9 - Revista “Machado de Ontem e de Hoje”.

****

A ILUMINAÇÃO ARTIFICIAL

1) - A fase das trevas.
2) - A iluminação a gás acetileno.
3) - A Companhia Machadense de Electricidade.
4) - A Companhia Brasileira de Tracção, Luz e Força.
5) - A Companhia Mercantil e Industrial Casa Vivaldi.
6) - A Companhia Sul Mineira de Eletricidade.
7) - A iluminação pública na época da Sul Mineira.
8) - A Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.
9) - A iluminação pública da Cidade na época da CEMIG.
10) - A eletrificação rural e de Douradinho sob a CEMIG.

****

1 - **A fase das trevas**.

Até os primeiros anos deste século não possuía o Município nenhum tipo de iluminação pública. Nas casas geralmente se utilizavam lamparinas a querosene. Apesar disso, nosso antigo Código de Posturas, de julho de 1.886, já continha duas disposições sobre o assunto:

> *"artigo 116 - A camara, quando tenha recursos, providenciará sobre a illuminação das ruas e expedirá regulamentos adequados á respeito, os quaes, approvados, farão parte d'estas posturas.";*
> .....
> *artigo 117 - Quando em alguma rua houver desordem, incendio ou qualquer reboliço anormal, que perturbe a ordem publica, á noite, os visinhos são obrigados a illuminar as frentes de suas casas, logo que sejam avisados por qual-*

quer autoridade policial, funccionarios ou empregados da camara: multa de 4$000 a 10$000, aos chefes de familia que não attenderem ao aviso.".

2 - **A iluminação a gás acetileno**.

Foi na administração do Dr. Flávio de Salles Dias, em 1.903, que as principais ruas da Cidade receberam iluminação a gás acetileno. Ele era acondicionado em lampiões, presos à parede externa de residências e postos em atividade nas horas noturnas de movimento.

A resolução da Câmara 80, de 14 de janeiro daquele ano, autorizou o agente executivo municipal a contratar a instalação da iluminação pública da Cidade. O jornal "*A Reforma*", em fevereiro seguinte, noticiou que Adolpho Ignacio Ferreira, representante comercial da sociedade "A. Guimarães & C.", breve passaria a dirigir o serviço, a ser instalado. Ignoro se efetivamente o fez: a resolução 102, de 12/10/04, autorizou o Executivo a colocá-lo em hasta pública.

A lei local 20, de 8/7/03, criou o cargo de auxiliar de iluminação pública, exercido por Domingos Pedrosa. Sua atividade foi descrita por Carlos Legnani no capítulo VII das "*Histórias da Nossa História*":

"Tôdas as noites, o velho Domingos Pedroza, Português baixote, com passos miúdos e apressados, boné á cabeça e archote á mão percorria tôda a cidade ascendendo um a um os lampiões até chegar ao ponto terminal Rua da Máquina, hoje Coronel Azarias e, quando se atrazava por um motivo qualquer já era hora de os apagar, ficando então as Ruas completamente as escuras, á merce das almas penadas dos sacís, das mulas sem cabeça dos lobisomes (credices da época) e das vacas que, deitadas, ruminavam pacientemente, surpreendidas ás vezes pela inesperada cavalgada do poeta Antônio Fleming ou um dos seus comparsas de boemia.".

A iluminação pública a gás durou por um decênio.

O prédio do gasômetro ficava na Rua Santos Silva, próximo da esquina com a Coronel Flávio. Sua venda foi autorizada pela lei 270, de 20 de março de 1.959.

Em ata de visita pastoral feita à Paróquia do Douradinho em 6 de junho de 1.930, o Bispo de Pouso Alegre, D. Octávio Chagas de Miranda, recomendou o conserto do gasômetro. Este viera de Machado, em época que não pude precisar, e ficava em imóvel próximo do atual clube. Todavia, a iluminação a gás da Vila só funcionou na igreja. Havia, então, lampiões na parte

externa das casas, mas neles só se colocavam e acendiam velas.

3 - **A Companhia Machadense de Electricidade**.

A lei municipal 39, de 8 de agosto de 1.910, concedeu a Diogo Cavalcanti de Albuquerque e Ernesto Neves da Silva, ou empresa que organizassem, privilégio por 25 anos para exploração de energia elétrica no Machado. Fixou o prazo de dois meses para assinatura do contrato, de um ano para início das obras e de dois anos para sua conclusão. Deu-lhes direito de desapropriar quedas d'água e terrenos; de fazer canalizações e represas; de assentar postes, fios e condutores subterrâneos. Obrigou-os a instalar e manter no perímetro urbano da Cidade 150 lâmpadas de 30 velas, para funcionar das 18 às 5 horas. Determinou que iluminassem o edifício da Câmara nos dias de festas oficiais e sessões do júri, colocando dois arcos voltaicos na Praça Municipal. Mandou que, dois anos depois de inaugurada a luz na Cidade, colocassem lâmpadas também no perímetro urbano do Machadinho. Impôs que submetessem à aprovação da Câmara a tabela de preços da iluminação particular.

Já em 7 de outubro seguinte a Edilidade, representada pelo Presidente Francisco Vieira da Silva, firmou o ajuste com os concessionários.

A lei local 42, de 30 de janeiro de 1.911, autorizou a contratação de empréstimo com o Governo do Estado, para instalação da força elétrica.

No dia 1º de setembro do mesmo ano foi fundada a sociedade anônima Companhia Machadense de Electricidade, com o capital de quarenta contos de réis. Participaram da assembléia de instalação e subscreveram ações os srs. Dr. Manoel Joaquim Cavalcanti de Albuquerque, José Ignácio Fernandes, Diogo Cavalcanti de Albuquerque, Ernesto Neves da Silva, João Octávio Dias, Benício Luiz de Carvalho, Vidal de Azevedo, Francisco Elysio Ferreira Braga e Fernando Jacintho de Carvalho - este também como procurador de João Moreira de Carvalho e José Caetano de Oliveira. Na ocasião aprovou-se o estatuto social e elegeu-se a diretoria, composta de dois membros: *presidente*, Diogo Cavalcanti de Albuquerque; *secretário*, Vidal de Azevedo. Para o conselho fiscal foram escolhidos João Moreira de Carvalho, Fernando Jacintho de Carvalho e Francisco Elysio Ferreira Braga (*efetivos*); José Ignácio Fernandes, João Octávio Dias e Dr. M. J. Cavalcanti de Albuquerque (*suplentes*).

Os concessionários transferiram seu privilégio à Sociedade, independentemente de indenização, o que foi aprovado pela Câmara no dia seguinte. Para realizar parte do capital, cederam-lhe uma cachoeira no Rio Dourado (avaliada por um conto de réis) e os estudos, orçamentos e projetos para instalação hidrelétrica nela e para distribuição de luz no Machado, Machadinho e Carmo (avaliados por nove contos de réis).

Em 4 de julho de 1.912 a Companhia celebrou contrato com a Câmara de Paraguaçu, para implantação do serviço de energia elétrica naquele município recém-criado. Segundo Nélson de Senna, em 19 de setembro do mesmo ano ela empreitou à Companhia Paulista de Electricidade a iluminação do Machado, Machadinho e Paraguaçu, a ser concluída no prazo de doze meses. Esclareceu o mesmo autor que a rede de transmissão teria 60 quilômetros, com 10 transformadores, e que a iluminação pública do Machado e do Machadinho custaria à Câmara 15:400$000 mensais.

4 - **A Companhia Brasileira de Tracção, Luz e Força**.

Em 1.913, conforme Carlos Legnani, a Companhia Machadense de Electricidade "*transformou-se*" na Companhia Brasileira de Tracção, Luz e Força. Ignoro como e porque isso ocorreu.

No dia 7 de outubro do mesmo ano foi oficialmente inaugurada a luz elétrica no Município. Para as festas, presididas pelo Dr. Antônio Cândido Teixeira, aqui vieram os diretores da Companhia Luiz Dias e Sebastião de Brito.

A lei 56, de 15 de outubro de 1.913, aprovou as tabelas para iluminação elétrica particular do Município. A lei 58, da mesma data, autorizou o presidente da Câmara a rever o contrato de luz elétrica. A resolução da Câmara 232, de 7 de fevereiro do ano seguinte, adiou a discussão e votação da tabela para cobrança de luz a particulares, pela Cia. de Tracção, Luz e Força.

5 - **A Companhia Mercantil e Industrial Casa Vivaldi**.

Em 1.914 a Companhia Brasileira de Tracção, Luz e Força foi absorvida pela Companhia Mercantil e Industrial Casa Vivaldi, com sede no Rio de Janeiro. Esta, que passou a ser a concessionária do serviço de eletricidade no Machado, havia construído em 1.912 a usina geradora da cachoeira dos Pires, no Rio Dourado, em São Gonçalo do Sapucaí. Apresentando queda de 30 metros de altura, com vazão de 5.000 litros por segundo na maior estiagem, a hidrelétrica tinha duas turbinas de 250 CV, com 500 rotações, e 22 geradores de 150 kilowatts cada.

Houve problemas, cujo teor desconheço, na execução do contrato de fornecimento de energia elétrica entre o Município e a Casa Vivaldi. Isso obrigou a Câmara a consultar o jurisconsulto João Mendes de Almeida Júnior e a contratar advogado para dirimir a pendenga, conforme as resoluções 255, de 19/10/16, e 258, de 23/1/17. Ignoro também qual foi o desfecho do caso.

A resolução da Câmara 264, de 25/10/17, autorizou o

aumento da iluminação das ruas do Binho e Harmonia. A 275, de 2/4/18, permitiu a iluminação da Praça da Caixa D'Água e o fornecimento de iluminação ao quartel do Tiro de Guerra. A 289, de 18/7/18, autorizou a feitura de acordo com a Casa Vivaldi, para aumento de lâmpadas no Machadinho. A 291, de 21/10/18, possibilitou o aumento de 11 lâmpadas na iluminação pública da Cidade.

Em 1.921, de acordo com o "*Annuario Estatistico*" da Secretaria da Agricultura, Machado possuía 192 focos de iluminação nas vias públicas e 210 ligações domiciliares.

6 - **A Companhia Sul Mineira de Eletricidade**.

Foi constituída em 11 de agosto de 1.922, e adquiriu a concessão da Casa Vivaldi para exploração de energia elétrica no Município.

O Dr. Gabriel Teixeira foi por vários anos presidente dela e, como tal, doou à Cidade a rede de fios subterrâneos para iluminação do jardim da Praça Antônio Carlos.

A lei municipal 3, de 16/9/36, autorizou o Prefeito a contrair empréstimo para liqüidação de dívida com a Companhia. A resolução 1, de 26/12/36, ajustou, em caráter provisório, as tarifas dos serviços prestados por ela, e conteve outras disposições sobre a respectiva concessão.

Em 1.940, sob a supervisão do Engenheiro Orlando Mendes, a Empresa construiu o prédio e a subestação da Rua Astolpho Pio, 344.

O decreto federal 17.796, de 9 de fevereiro de 1.945, outorgou à Sul Mineira concessão para aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira "Poço Fundo", no Rio Machado, no então município de Jimirim. O decreto federal 23.296, de 8 de julho de 1.947, autorizou a mesma Companhia a construir linha de transmissão em circuito singelo, trifásico, sob a tensão nominal de 44.000 volts e a freqüência de 50 ciclos por segundo, entre a cidade de Machado e a cachoeira. Permitiu-lhe também efetuar as instalações de transformação e de manobras necessárias nos extremos da linha. Para construção desta, o decreto federal 25.348, de 10 de agosto de 1.948, declarou de utilidade pública diversas áreas de terra entre nossa cidade e a cachoeira, possibilitando à Companhia desapropriá-las. Por fim, o decreto federal 26.282, de 28 de janeiro de 1.949, autorizou-a a construir linha de transmissão trifásica, sob a tensão nominal de 44 quilovolts e freqüência de 50 ciclos por segundo, entre as cidades de Machado e Paraguaçu. Deu-lhe também licença para retirar a antiga linha de 11 kv. entre as mesmas cidades, após a construção da nova, e para montar e modificar as instalações de transformação e de manobras necessárias.

Em outubro de 1.949 concluíram-se as obras da Usina

Poço Fundo, no Rio Machado. A rede local interligou-se então aos vários sistemas da Concessionária.

Em 1.927 era gerente local da Sul Mineira Joaquim Soares. Também o foram, em épocas que não consegui precisar, Ari Machado Ferreira, José Vilhena Moura Leite e Vicente Ávila. Em 1.952 o cargo era ocupado por José Alves Penha. Sucedeu-lhe Itamar Branquinho.

A Companhia Sul Mineira de Eletricidade foi encampada pela CEMIG no final da década de sessenta.

7 - **A iluminação pública na época da Sul Mineira**.

Em fevereiro de 1.933 o Conselho Consultivo do Município aprovou a rescisão do contrato de fornecimento de luz e força, explorado pela Companhia Sul Mineira de Eletricidade, que o vinha descumprindo. Não sei o que sucedeu, e suponho que o vínculo não se desfez de pronto, porque em julho seguinte o Prefeito foi autorizado a intimar a Empresa a apresentar tabela de preços, recebida dois meses depois.

A rescisão, todavia, há de ter ocorrido mais tarde, pois os vereadores, em 3/10/37, autorizaram a abertura de concorrência pública para exploração dos serviços de eletricidade no Município (resolução 10). Em portaria de 4/1/39 o Prefeito nomeou comissão para abertura das propostas apresentadas. Não sei como a questão foi resolvida.

No ano de 1.941, conforme o "*Álbum dos Municípios de Minas Gerais*", Machado tinha 402 focos de iluminação pública e 711 prédios servidos de luz elétrica.

O Código de Posturas, baixado pela lei 23, de 7 de novembro de 1.948, dispôs sobre o serviço de eletricidade nos artigos 278 a 340. Estabeleceu normas gerais para sua concessão, tratou da iluminação pública e particular, da força motriz, das instalações e ligações domiciliares, industriais e comerciais. Cuidou ainda da organização dele quando explorado diretamente pelo Município.

Em 1.948, graças ao esforço do Vereador Edmundo Pereira, foi instalada a luz elétrica no Douradinho. Ela obteve melhora na administração de Gustavo Carneiro Dias: a lei 150, de 2/12/53, dispôs sobre a construção de linha energética para o Distrito, e a 179, de 22/8/55, tratou da exploração do serviço de eletricidade lá. Ademais, a lei 182, de 4/11/55, autorizou a realização de obras nas redes elétricas da Vila e da Cidade.

Em 1.952 substituiu-se transformador existente na Rua 14 de Julho, e foi instalado outro na Praça Olegário Maciel.

No ano de 1.955 havia em nosso Município 506 focos de iluminação pública, distribuídos em 55 logradouros, com um consumo de 207.697 kwh.. As ligações domiciliares de luz, em número de 1.392, consumiam 540.100 kwh.. As ligações domiciliares de força eram 66, e apresentavam o gasto de 321.653 kwh..

Ainda em 1.955, a Associação Comercial oficiou ao Departamento de Águas e Energia Elétrica, reclamando do fato de a Sul Mineira não ter reservado nenhuma parcela da energia produzida na cachoeira de Poço Fundo para o desenvolvimento industrial do Município. Pediu fossem fornecidos ao menos 200 HP para movimentar duas fábricas em fase de instalação.

Na primeira administração de Francisco Vieira Guerra (1.959-1.963) foi iluminada a Praça Dr. Antônio Cândido, e receberam lâmpadas fluorescentes a Antônio Carlos e a Rua Rio Branco.

A lei 421, de 19/8/63, autorizou o reajuste das tarifas de iluminação pública.

8 - **A Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG**.

A CEMIG, antes denominada Centrais Elétricas de Minas Gerais, foi criada em 22 de maio de 1.952.

O decreto estadual 13.112, de 6 de novembro de 1.970, declarou de utilidade pública, para efeito de desapropriação, terrenos pertencentes a Roberto Olavo Faria de Oliveira e outros, necessários à construção da subestação de energia elétrica do Sistema CEMIG em nossa cidade. Localizados à margem da rodovia Machado a Poço Fundo, sua aquisição se completou em meados de 1.973. As obras da subestação tiveram início em 1.975. Ela foi inaugurada em junho de 1.977, com a potência de 5.000 KVA, o dobro da que até então nos era fornecida.

Conforme o opúsculo "*Informações Básicas para Investidores*", em 1.976 a CEMIG mantinha em Machado uma subestação abaixadora de 2.500 KVA, com relação de transformação de 44/13,8 KV.

Ainda em 1.976, os decretos estaduais 17.965, de 25 de junho, e 17.977, de 5 de julho, declararam de utilidade pública terrenos e benfeitorias necessários à construção da linha de transmissão de energia elétrica de 69 KV, do Sistema CEMIG, entre as subestações de Poço Fundo e Alfenas, atravessando o nosso município.

Em 1.980 a CEMIG possuía distritos de distribuição em várias cidades do Sul de Minas. O de Alfenas, com 35.000 ligações, com-

preendia os municípios da sede, de Alterosa, Areado, Bandeira do Sul, Boa Esperança, Botelhos, Cabo Verde, Campestre, Campo do Meio, Campos Gerais, Carvalhópolis, Divisa Nova, Fama, Guapé, Ilicínea, Machado, Paraguaçu, Poço Fundo e Serrania.

Itamar Branquinho, que era o encarregado do escritório local da Companhia Sul Mineira de Eletricidade, continuou no cargo após a encampação pela CEMIG, até 1.972. Em 1.975 este era ocupado por Francisco de Souza. Em janeiro de 1.977 foi designado gerente Carlos Egberto Legnani, que se aposentou em 31/12/84. Sucedeu-lhe no dia seguinte Mauro Dias de Aguiar. Após a aposentadoria deste, em 30/6/86, alçou-se ao posto Jorge Marques, vindo de Alfenas. Depois o cargo de gerente foi substituído pelo de técnico de distribuição, no fim do período em estudo ocupado por Noel Carlos Neves.

A lei local 905, de 1/4/93, autorizou a assinatura de convênio com a CEMIG, para estabelecer condições de uso de postes dela pelo Município, para pintura e gravação de informações à população sobre nomes de logradouros públicos.

9 - **A iluminação pública da Cidade na época da CEMIG**.

Em 21 de fevereiro de 1.971 foi inaugurada a iluminação da Praça São Benedito.

Em novembro de 1.973 a CEMIG retirou os velhos postes das calçadas.

A lei 154, de 4/12/73, tratou da taxa de iluminação pública e sua cobrança, alterando o Código Tributário. Voltaram a discipliná-la as leis 719, de 29/11/89, e 812, de 15/10/91. Celebrou-se convênio com a CEMIG para sua arrecadação.

A lei 201, de 12/12/74, cuidou da melhoria da iluminação pública da Cidade, e autorizou a feitura de empréstimo para isso.

Em 1.975 o Município efetuou convênio com a CEMIG, pagando-lhe a quantia de Cr$384.485,00 para iluminação de novas ruas, instalação e troca de postes e luminárias. Receberam lâmpadas a vapor de mercúrio diversos bairros, como Bom Jesus, Novo Horizonte, Vila Centenário e Vila do Céu. Substituíram-se padrões em várias casas. O trabalho, executado pela empreiteira Promig, sofreu atraso por falta de material e ainda prosseguia em dezembro de 1.976.

A lei municipal 345, de 17/8/78, autorizou cooperação com a CEMIG para abastecimento de energia elétrica do Bairro Santo Amaro.

Em fevereiro de 1.980 terminou problema antigo, com a iluminação de parte da Avenida do Contorno e da Vila Conceição. Como os moradores do bairro não tinham condições de pagar os custos da obra à CEMIG, o Município forneceu expressiva quantia para sua execução.

A lei 462, de 9/3/82, autorizou a doação de bens móveis à CEMIG, para conservação da iluminação da Praça Antônio Carlos. Suas lâmpadas foram trocadas por outras, a vapor de sódio. No mesmo ano, as leis 469 (de 20/4) e 491 (de 30/12) permitiram a assinatura de acordos com a Concessionária para feitura de obras de eletrificação no Município. Afirmou-se que elas beneficiariam inúmeras famílias sem condições de levar energia elétrica às suas residências.

Entre 1.983 e 1.988 colocaram-se lâmpadas a vapor de mercúrio na frente da Rodoviária, na Praça Rotary, na Praça São Benedito, na frente do Centro Educacional São José, na Praça Getúlio Vargas, na Praça Dr. Roque, na Praça Corina Dias, no lago artificial e no parque de exposições. Para tanto, diversas leis locais autorizaram a doação de bens móveis à CEMIG: 523, de 4/10/83; 544, de 21/2/84; 554, de 29/8/84; 584, de 26/3/85; 589, de 4/6/85; 618, de 18/12/85; 658, de 29/6/87.

A lei 548, de 29/5/84, permitiu ao Executivo negociar com a CEMIG serviços de eletrificação nos bairros Boa Fé, Ponte Preta, Santa Helena e outros, em valor acima de quatorze milhões de cruzeiros. As leis 556, de 29/9/84, e 597, de 13/8/85, novamente autorizaram o Município a contratar obras de eletrificação com a Concessionária.

Em abril de 1.986 foi concluída negociação entre o Município e a CEMIG, dentro do projeto "Minas-Luz", para ampliação da rede energética na periferia. Pessoas de baixa renda receberam padrão de entrada de força e instalação elétrica em suas casas.

A lei 720, de 29/11/89, autorizou assinatura de contrato com a CEMIG para fornecimento de energia elétrica a prédios municipais e bombas d'água.

Em meados de 1.991 concluíram-se a ligação elétrica do Bairro Santa Luísa II e a iluminação do Estádio Municipal. Na administração Vilela o Jardim Floresta foi iluminado. Em 1.996 a Avenida Santa Cruz ganhou outra iluminação, com lâmpadas a vapor de sódio. No governo de José Miguel de Oliveira distribuíram-se novos pontos de iluminação pela Cidade, trocaram-se as lâmpadas da Praça Danton Magalhães, e cuidou-se da instalação de rede elétrica no Jardim Mato Dentro e no Jardim Funcionários.

10 - **A eletrificação rural e de Douradinho sob a CEMIG**.

Subsidiária da CEMIG, a ERMIG - Eletrificação Ru-

ral de Minas Gerais S/A - foi criada em 1.962, com o objetivo de levar a energia elétrica ao campo. No início de suas atividades, os consumidores eram atendidos através de cooperativas ou por intermédio da CEMIG. No primeiro caso, aquelas obtinham financiamento e auxílio técnico para execução das obras, mas, como proprietárias dos sistemas distributivos da eletricidade, ficavam responsáveis por sua operação e mantença. Entretanto, não possuíam estrutura para suportar esse encargo, e por isso acabaram encampadas pela CEMIG.

Em nossa região atuou a Cooperativa de Eletrificação do Alto Rio Pardo, CERPAR, sediada em Botelhos. Em fins de 1.971 e início de 1.972 foram feitos seus primeiros contatos com os fazendeiros machadenses para colheita de inscrições, através do Dr. Gabriel Barbosa. No final de 1.972 começaram a chegar os equipamentos para a instalação das redes, e em outubro de 1.975 se noticiou que oitenta propriedades rurais já haviam sido eletrificadas. No ano seguinte, não tiveram atendimento os pedidos de novas ligações e de acréscimo de carga. Em março de 1.977 houve reunião entre representantes da CERPAR e agropecuaristas locais, em que se aprovou o contrato a ser firmado pelas partes e se decidiu o reinício do serviço. As ligações só foram feitas bastante tempo depois.

Quanto ao Distrito de Douradinho, houve enorme dificuldade em conseguir a nova iluminação, que substituiu o obsoleto sistema de gerador a óleo. Segundo declarações prestadas à "*Folha Machadense*" pelo gerente da CERPAR, em 1.976 ficara resolvido que ela entregaria suas redes de distribuição de energia em troca de ações da ERMIG, sob a condição de que esta eletrificasse Douradinho, Guaipava (*Paraguaçu*) e São Gonçalo (*Botelhos*).

No que se refere à Vila, a lei municipal 274, de 26/10/76, autorizou a contratação de empréstimo para construir a linha de transmissão elétrica até lá. A lei 275, da mesma data (alterada pela lei 304, de 30/5/77), aprovou a celebração de convênio entre o Município e o Departamento de Água e Energia Elétrica de Minas Gerais, para feitura das linhas internas. A lei 314, de 10/10/77, autorizou o DAEE a eletrificar Douradinho. A concorrência para execução da obra foi aberta em abril de 1.978, chegando em seguida os materiais e postes. Em 30 de junho o DAEE finalmente concluiu a rede de distribuição. Ela foi feita numa só fase, segundo se alegou, em razão de a demanda do Distrito ser pequena, podendo adiante passar a trifásica. Divulgou-se na época que só seria ligada às linhas externas mediante convênio entre a CERPAR e o Município, no valor aproximado de Cr$180.000,00. O Prefeito Pereira Dias, embora afirmando ter havido promessa do DAEE de isenção de qualquer despesa a tal respeito, anunciou que resolvera firmar aquele, para resolver o impasse. Todavia, a conectação à rede da CERPAR foi efetuada pela CEMIG. Em comunicado à imprensa, a Cooperativa desmentiu que tivesse feito acordo com o Município, e afirmou que este não teve nenhum gasto com o serviço. Esclareceu ter autorizado a CEMIG a unir as redes de Douradinho e Guaipava à sua sem compensação financeira, apenas para não entravar o progresso dos distritos. A inauguração oficial ocorreu em festividades do dia 9 de julho seguinte, promovidas pelo diretório municipal da ARENA.

Registre-se, ainda, que a lei 228, de 18/8/75, autorizou a execução de serviços de eletricidade nas escolas rurais dos bairros Córrego do Rosário e Laranjal. A lei 494, de 21/1/83, permitiu a assinatura de acordo com a CEMIG para extensão da rede de distribuição rural de energia elétrica no Município. A ERMIG foi extinta naquele ano. Puseram-se em prática, depois, outros projetos de eletrificação rural: "CEMIG Rural", "Luz de Minas" e "Iluminar".

No final de 1.985 foram colocados na Praça Belo Horizonte, em Douradinho, oito postes, com duas luminárias a vapor de mercúrio em cada qual. A lei 599, de 10 de outubro do mesmo ano, autorizou a doação de bens móveis à CEMIG para isso. Iluminou-se também na época o Bairro dos Camargos.

No final de 1.993, 35 pequenos produtores rurais foram beneficiados com o fornecimento de energia elétrica através do programa "Mutirão", do Governo do Estado. Formaram-se novos grupos para o recebimento da melhoria no ano seguinte. No fim do século, os grupos de eletrificação rural eram organizados pela EMATER ou pela Prefeitura, e a CEMIG só executava o serviço.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - "A Reforma" nº 7 - 15/2/1.903 - pág. 3;
2 - "Annuario Estatistico" da Secretaria da Agricultura de Minas Gerais - anno I, 1.921, vol. IV, tomo I, Imprensa Official, Belo Horizonte, 1.926, págs. 33, 34 e 45;
3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro nº 1 de atas - págs. 10/11, 18v./19 e 110;
4 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 4, 5, 7 a 10 e 14 a 21;
5 - Arquivo da Paróquia de Carvalhópolis - "Livro de Tombo da Paróquia de Douradinho" - págs. 1v. e 8;
6 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de leis e decretos ns. 3 e 4;
7 - Arquivo Público Machadense - livro nº 63: "Leis da Câmara Municipal - 1898 a 1912";
8 - Arquivo Público Machadense - livro nº 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919";
9 - Arquivo Público Machadense - livro nº 65: "Leis da Câmara Municipal - 1912 a 1932";
10 - Arquivo Público Machadense - livro nº 174: "Atas do Conselho Consultivo do Machado - 1931 a 1935";
11 - "Diário Oficial da União" de 22/2/1.945 - pág. 2352;

16/7/1.947 - pág. 9571;
5/2/1.949 - pág. 1;
12 - "Folha Machadense" ns. 65 - 13/7/75 - pág. 8;
79 - 19/10/75 - págs. 1 e 3;
88 - 21/12/75 - pág. 1;
90 - 11/1/76 - págs. 5 e 6;
105 - 2/5/76 - pág. 1;
113 - 27//76 - pág. 3;
133 - 4/11/76 - pág. 5;
153 - 3/4/77 - pág. 1;
155 - 17/4/77 - pág. 1;
166 - 25/6/77 - pág. 1;
191 - 1/1/78 - pág. 1;
203 - 26/3/78 - pág. 8;
205 - 9/4/78 - pág. 3;
213 - 4/6/78 - pág. 10;
216 - 25/6/78 - pág. 1;
217 - 2/7/78 - pág. 1;
218 - 9/7/78 - págs. 1 e 2;
221 - 6/8/78 - pág. 9;
289 - 17/2/80 - pág. 1;
330 - 6/12/80 - pág. 3;
396 - 10/4/82 - pág. 1;
476 - 12/11/83 - pág. 1;
478 - 26/11/83 - pág. 4;
497 - 21/4/84 - pág. 1;
537 - 9/2/85 - pág. 7;
550 - 11/5/85 - pág. 1;
597 - 19/4/86 - pág. 13;
626 - 8/11/86 - pág. 5;
778 - 18/11/89 - pág. 5;
854 - 1/6/91 - pág. 8;
855 - 8/6/91 - pág. 1;
875 - 19/10/91 - pág. 7;
922 - 26/9/92 - pág. 8;
949 - 17/4/93 - pág. 3;
982 - 25/12/93 - pág. 9;
1100 - 20/4/96 - pág. 17;
1206 - 30/5/98 - pág. 22;
1216 - 8/8/98 - pág. 5;
1230 - 14/11/98 - pág. 5;
1236 - 31/12/98 - supl., pág. 8;
13 - informações pessoais de Jesualdo Maciel e Noel Carlos Neves;
14 - "Jornal da Cidade" ns. 1 - jun. de 1.984 - pág. 2;
3 - ago. de 1.984 - pág. 8;

4 - nov. de 1.984 - pág. 8;
7 - nov. de 1.985 - págs. 4 e 5;
15 - Livro da Lei Mineira - 1886 - tomo LIII, parte 1ª, folha 8;
16 - "Luminar Machadense" nº 46 - 9/7/1.955 - pág. 2;
17 - "Minas Gerais" de 18 e 19/9/1.911 - pág. 7;
7/11/1.970 - págs. 6 e 7;
26/6/1.976 - pág. 9;
6/7/1.976 - pág. 6;
18 - "O Imparcial" nº 84 - 10/8/1.952 - pág. 4;
19 - "O Machadense" ns. 400 - 11/4/1.940 - pág. 1;
405 - 16/5/1.940 - pág. 2;
50 - 13/2/1.972 - pág. 4;
62 - 14/5/1.972 - pág. 4;
20 - "O Popular" nº 31 - 25/9/1.927 - pág. 3;
21 - "Transparência" nº 2 - set. de 1.998 - págs. 3 e 9.

B - **secundárias**

1 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", cap. V - na "Revista do 1º Centenário de Machado", nº 5, pág. 5; cap. VII - ib., nº 7, págs. 3, 4 e 21;
2 - Cônego João Aristides de Oliveira - "Diocese de Pouso Alegre - 1950 - Ano Jubilar" - sem menção de autor, data e editora - pág. 114;
3 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - págs. 15 e 21;
4 - Manoel F. Pinto Pereira - "O Sul de Minas - almanach moderno, de propaganda e estatistica dos Municípios Sul-Mineiros" - fascículo II, sem data, pág. 13;
5 - Nélson de Senna - "Annuario de Minas Geraes" - 1.913, Imprensa Official, Bello Horizonte, pág. 522;
6 - Nélson de Senna - "Annuario de Minas Geraes" - 1.918, tomo II, Imprensa Official, Bello Horizonte, pág. 912;
7 - Nélson de Senna - "A Hulha Branca em Minas Geraes" - 2ª edição - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.914;
8 - Pedro E. Vallim - "Álbum dos Municípios de Minas Gerais" - 1º volume, "A Orientadora", São Paulo, 1.941, pág. 136;
9 - "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros" - IBGE - vol. XXVI, Rio de Janeiro, 1.959, pág. 14;
10 - "Machado - Informações Básicas para Investidores" - Prefeitura Municipal de Machado, INDI e CDI-MG - março de 1.976, pág. 18;
11 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje" - II-2 e VII-3.

****

O ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM MACHADO - I
(até a criação do S.A.A.E.)

1) - Na segunda metade do século XIX.
2) - Na primeira metade do século XX.
3) - Na segunda metade do século XX.

****

1 - **Na segunda metade do século XIX**.

O mais antigo documento que encontrei sobre o problema da água no Machado é uma proposta para conservação do rego, feita à Câmara da Vila Formosa, em 4 de outubro de 1.862, pelo fiscal do Distrito, Manoel Domingues de Goveia:

> *"Illm.os Snr.s*
> *O expediente tomado por V.V. S.S. quanto a agua potavel d'este Arraial á requerimento de José Ferreira de Almeida Coelho e outros não produzio o effeito q.' era para desejar-se. De sua execução proveio a falta absoluta da agoa, visto que os donos dos antigos anneis não se querem exclusivam.te prestar a conservação do rego. Pessoas estranhas, mas q.' não se negam ao serviço publico, foram as que de novo concorreram para que continuasse o publico no gozo de tão grande quão nescessario beneficio.*
> *De acordo com algumas pessoas, que se intereção pela conservação da agua, tenho a honra de levar ao conhecimento de V.V. S.S. o seguinte projecto, que sendo aceito, não deixarão de ser proveitoso ao publico.*
> *Dose pessoas, cujos nomes constam da lista junta, obrigam-*

se a conservaçam e limpa do rego, e a sua canalização por emquanto nos lugares mais nescessarios, com a condiçam de possuirem um anel d'agoa, em quanto a servidam publica o exigir, essa Camara não ordenar o contrario. Julgo tão bem conveniente q.' V.V. S.S. d'entre os dose da lista, nomeem um á servir de director, cominando a todos aquelles penas q.' julgarem nescessarias ao melhor cumprim.to de seus deveres. Permitão-me declarar a V.V. S.S. acho ser o melhor para director o M.to R.mo José Antonio Maiz.' m.mo p.rq.' athe hoje e desde seus principio tem sido o zelador e conservador da agoa athe hoje, e quase a sua custa só.
Aproveito tão bem a ocazião á sollicitar de V.V. S.S. uma quota á ajuda de custo do encanamento d'agoa.
D.s Goarde a V.V. S.S. m.ts a.s".

Conforme o "*Almanach Sul-Mineiro*", em 1.874 a povoação de Santo Antônio do Machado possuía três chafarizes de água potável. A captação desta era feita por meio primitivo:

"O rêgo d'agua, que tem a extensão de uma legua pouco mais ou menos, foi tirado ha mais de trinta annos e tem sido conservado pelos possuidores dos anneis, em numero de trinta e dous.".

Dez anos mais tarde, ainda pelo relato de Saturnino da Veiga, a situação pouco mudara:

"Ha tres chafarizes publicos, com muita e excellente agua, estando um collocado no largo da matriz, o segundo atraz da igreja do Rosario e o terceiro no lugar denominado Mucocas, e além desses recursos possue a cidade diversas cisternas e agua encanada para muitas casas.".

Em 15 de janeiro de 1.884 foi aprovado regulamento para conservação e distribuição de água na Cidade, mas seu texto se perdeu. Ainda na primeira administração municipal se reparou o rego, teve início serviço de encanamento e foi construído mais um chafariz.

O nosso vetusto Código de Posturas (anexo D da resolução estadual nº 3.401, de 22 de julho de 1.886) continha, nos artigos 36 a 48, diversas disposições sobre o serviço de água. Atribuía à Câmara a construção e conservação dos chafarizes e dos encanamentos gerais. Determinava que ela, sem prejuízo da serventia pública, distribuísse aos particulares, por anéis, as sobras do líqüido, mediante arrendamento anual obtido em arrematação. Estabelecia que os anéis partissem do tronco geral através de orifício, aberto em pedra ou ferro, com

oito milímetros de diâmetro. Uma chapa corrediça, justaposta a ele, cortaria ou diminuiria o fluxo, em caso de necessidade. Impunha que os encanamentos para derivação dos anéis da rede mestra fossem feitos à custa do arrematante. Eles deviam ficar ao menos três decímetros abaixo da superfície, tendo telhas ou tijolos no fundo, tijolos ao lado, pedras por cima e cobertura de terra. O arrematante era obrigado a conservá-los e a fazer escoar a água de seu quintal, encaminhando-a de modo que não prejudicasse o público. O dono do terreno por onde passasse o encanamento não podia impedir que nele se fizessem os serviços necessários. Por fim, ninguém podia derivar água do rego ou encanamento, sob pena de multa de 30$ e de ter que repor tudo no antigo estado.

No governo seguinte (1.887/1.890) foram aumentados os limites do patrimônio da Cidade, para proteção de mananciais nos arredores, em face do clamor público pela falta d'água de servidão, por terem diversas pessoas fechado as fontes. De 1.888 a 1.892 encontram-se referências a chafarizes também no Buracão e nas ruas da Cadeia, do Meio e Santa Cruz.

Por volta de 1.893 contratou-se o Engenheiro Achilles Canovas para elaborar o projeto de canalização da água potável da Cidade.

A sucessão de normas sobre a matéria bem mostra sua importância e a preocupação que causava à Câmara. A lei 5, de 7/2/1.895, aprovou o projeto de encanamento d'água da Cidade. A lei 9, de 5/3/1.895, autorizou o dispêndio de quantia com a planta, orçamento e fiscalização do serviço. A resolução 7, de 20/8/1.898, permitiu à Comissão de Obras Públicas gastos com estudos e experiências para a canalização. A resolução 24, de 2/11/1.898, mandou fazê-los, com urgência. As resoluções 32, de 6/1/1.899, e 36, de 15/4 seguinte, aprovaram os novos planos elaborados. As resoluções 53, de 29/11/1.900, e 57, de 13/2/1.901, autorizaram a feitura de obras e consertos no encanamento.

Em 1.899 teve início a canalização de água potável para a Cidade. Feita licitação, não houve arrematante, motivo por que a própria Municipalidade tratou de executá-la, sob administração de Theóphilo Pereira Dias. Naquele ano e no começo do seguinte deu-se andamento à primeira seção da obra, em que o fundo e as laterais do rego foram capeados com pedra.

Na primeira administração municipal (1.883 a 1.887) Misael de Souza Dias foi nomeado fiscal do rego d'água. No período de 1.892 a 1.894 ocorreu a designação de Antônio Gonçalves Pereira para zelador d'água, que ficou sem efeito.

2 - **Na primeira metade do século XX**.

Apesar do esforço atrás referido, no início do século era má a qualidade da água em Machado. Segundo Carlos Legnani, não havia

filtros, e se bebia da que era retirada de cisternas ou de minas, em especial da do "Buracão", na Grama (imediações da atual Praça Rui Barbosa). Tal deficiência gerou o comércio do líqüido, conforme Andréia Pereira, que cita entre suas vendedoras as figuras populares de Caetana, Maria Manca e Benedita Cungu.

Logo que assumiu o cargo de agente executivo, o Dr. Flávio de Salles Dias enfrentou o problema da água. Continuou da mesma maneira a canalização começada pelo antecessor, e assentou 400 metros de canos de ferro na grota do Mato-Dentro, ligados ao rego por caixa de tijolos. Concluída a primeira seção, verificou-se defeito por falta de cimento no fundo do canal - a água era toda absorvida ao percorrê-lo. A obra teve de ser reformada, cimentando-se o canal nos lados e no fundo. O Dr. Flávio também ampliou o abastecimento, construindo rede externa distributiva e levando a canalização até o interior das residências. Para isso, a resolução 83, de 6/6/03, autorizou-o a desapropriar benfeitorias de Cândido Pereira de Carvalho, e a 94, de 11/4/04, a colocar um cano-mestre. Instalou duas caixas d'água, alguns chafarizes e três bebedouros públicos para animais.

A resolução 82, de 14/2/03, estabeleceu o modo de arrecadação do imposto de concessão de anel. A 126, de 9/4/06, autorizou o Dr. Edvar Dias a estudar o melhoramento da água potável da Cidade; a 144, de 23/5/07, permitiu a aquisição de manilhas para o serviço. A lei orçamentária 27, de 1/11/06, determinou que, da verba consignada a obras públicas, se reservasse a importância de cinco contos de réis, para ser empregada exclusivamente na melhora da captação da água potável da Cidade. Impôs que igual quantia fosse prevista para o mesmo fim nos orçamentos dos exercícios subseqüentes, até que o serviço "*nada mais deixe a desejar*". A lei 42, de 30/1/11, autorizou o presidente da Câmara a contrair empréstimo com o Governo do Estado para feitura de redes de água e esgoto, e outras obras.

Na administração do Dr. Antônio Cândido Teixeira foi instalado filtro na caixa d'água potável da Cidade. A lei 51, de 20/10/12, autorizou-o a negociar com José Alfredo Alves Ferreira a feitura do serviço. A lei 53, da mesma data, deferiu pagamento a José Bernardes Pereira Júnior por canos empregados na rede urbana de água. A lei 57, de 15/10/13, facultou ao Executivo adquirir terrenos marginais às nascentes da água usada na Cidade.

No Arquivo Público Mineiro encontra-se projeto de abastecimento d'água e feitura da rede de esgotos de nossa cidade, apresentado por Caio Guimarães à Comissão de Melhoramentos Municipaes de Minas, em outubro de 1.913. Escolheu como mananciais os córregos de São Pedro e da Conceição, com descargas aproximadas de 3 e 4 litros por segundo, permitindo a distribuição diária de 500.000 litros, julgada suficiente à Cidade de 3.000 habitantes e 450 casas. Fixou em 1m20 a altura das barragens de captação, adotou reservatório com capacidade para 200.000 litros e previu a distribuição em encanamento de ferro galvanizado, com diâmetro de uma polegada. Estabeleceu para cálculo da

rede a distribuição diária de 33 litros por metro linear de rua, equivalente a 50 litros por habitante. Entendeu dispensável o emprego de clarificadores e filtros, porque as águas cuja captação indicou

> *"estão ha longo tempo experimentadas e reconhecidas como das que melhor satisfazem aos requisitos hygienicos no uso que dellas vem fazendo os habitantes do Machado*".

O serviço foi orçado em 153:714$119, com possível redução se substituídos tubos e manilhas.

O Dr. Gabriel Teixeira iniciou serviço de captação de água potável para a Cidade. A lei 64, de 14/1/16, autorizou-o a contrair empréstimo para tanto.

Em 1.921, conforme o "*Annuario Estatistico*" da Secretaria da Agricultura, havia na Cidade um reservatório com capacidade para 100.000 litros e 22 chafarizes públicos; 281 prédios eram abastecidos de água, e se cobrava pelo serviço a taxa anual de 15$000.

No início de 1.921, em relatório enviado à Câmara, o Dr. Edvar Dias disse que o serviço urbano de abastecimento d'água precisava de transformação radical. Ressaltou estar muito deteriorado o canal de pedra e cimento que servia de condutor à Cidade. Afirmou ser imprescindível concluir as obras de captação começadas em gestão anterior. Em 1.923 (com o aval da lei 84, de 26/2), foi obtido financiamento para colocação de 2.000 metros de tubos de ferro no encanamento adutor. As leis 95, de 10/8/26, e 99, de 20/7/27, autorizaram o presidente da Câmara a contrair novos empréstimos com o Estado, para término da canalização da água potável, feitura de rede de esgotos, etc..

A lei 108, de 26/9/27, fixou em 3$000 o valor da taxa mensal de pena d'água, exceto para hotéis e garagens de aluguel, que deveriam pagar 50$000 anualmente. Isentou dela os próprios federais, estaduais e de associações religiosas, pias, recreativas, literárias, esportivas, de instrução e de classe.

No governo interino do Dr. Edgard Lion foi estendida a rede d'água à Avenida Santa Cruz e às ruas Quatorze de Julho e Dom Hugo. Conforme anotações de Oscar Fernandes, em 1º de abril de 1.928 inaugurou-se caixa d'água de cimento armado junto daquela.

A lei 112, de 21/7/28, dispôs sobre as obrigações dos proprietários de penas d'água.

Na curta administração do Dr. Zoroastro Torres se procurou também melhorar as condições da água potável da Cidade. O Dr. Roberto de Souza Dias, por sua vez, providenciou o orçamento dos serviços da água e da

rede de esgotos, e o início daquele. Os decretos 30, de 17/2/33, e 54, de 1/10/34, autorizaram a contração de novos empréstimos com o Governo do Estado, para as obras de que se cuida.

Nova arrancada para solucionar o problema da água em Machado foi feita no governo de João Vieira da Silva. Não teve licitante a concorrência pública que efetuou para execução das obras, e por isso o decreto estadual 1.703, de 3/1/39, o autorizou a contratá-las com o Engenheiro Luiz de Souza Lima. Permitiu-lhe ainda abrir o crédito especial de 300:000$000 para o financiamento delas, e alienar 404 apólices estaduais de 1:000$ cada, a juros de 7% ao ano, de propriedade do Município, para o mesmo fim. Teve proporções significativas o serviço de ampliação e reforma então realizado. Foi feita a captação de mananciais no lugar denominado São Pedro, com capacidade total de 1.973.600 litros por dia. A linha adutora foi estendida em 7.608 metros, e as linhas distribuidoras urbana e suburbana tiveram acréscimo de 14.068 metros. Construiu-se a caixa d'água da Praça Dr. Roque. O decreto-lei 70, de 31/12/43, autorizou a aquisição de imóvel rural pertencente a José Sátiro Pereira Caixeta, para proteção das fontes de abastecimento d'água da Cidade.

Em 1.941, conforme o "*Álbum dos Municípios do Estado de Minas Gerais*", eram aqui abastecidas de água 700 casas. Oito anos depois, o número elevava-se a 770; 40 logradouros públicos tinham canalização na totalidade e 16, em parte.

O decreto-lei 53, de 12/6/42, subordinou ao Serviço de Patrimônio o Serviço de Água e Esgotos. Deu ao encarregado deste competência para lançar e arrecadar as respectivas taxas; executar as plantas de canalização d'água, rede de esgotos, escoadouro e galerias de águas pluviais da Cidade e das Vilas; efetuar o estudo das nascentes necessárias ao abastecimento dos núcleos urbanos; informar os pedidos de ligação de água e esgotos; fazer novas instalações e consertar as estragadas; lavrar autos de infração relativos aos serviços a seu cargo.

O Código de Posturas de 1.948 dispôs sobre o serviço de abastecimento d'água nos artigos 341 a 373. Tratou dos hidrômetros, do fornecimento do líqüido por penas, dos ramais domiciliares e de sua ligação à rede oficial, das instalações e reservatórios nos prédios, e da taxa de consumo.

O cargo de zelador d'água foi suprimido pela lei orçamentária 17, de 17/10/02, e recriado pela lei 20, de 8/7/03. Em janeiro de 1.911 ele era ocupado por João Diniz de Oliveira, que continuava em exercício em 1.927. Em data que ignoro se nomeou fiscal da água Ramiro Bernardes Pereira, exonerado pelo decreto 35, de 31/7/33. Seu lugar foi preenchido pelo mesmo João Diniz de Oliveira (decreto 40, de 4 do mês seguinte). Ramiro voltou ao posto em dezembro seguinte, e tornou a ser exonerado quatro anos depois (decretos 48 e 49, de 1.933, e 1, de 1.937). O decreto-lei 101, de 12/12/47, autorizou a contratação de extranumerário para encarregado do serviço de água.

Não só aos machadenses a nossa água serviu. Como não houvesse no Município de Alfenas mananciais em condições de aproveitamento para suprir a Cidade, o Governo Estadual interveio na questão. Através do decreto 7.082, de 16 de janeiro de 1.926, desapropriou os existentes em terras de Joaquim Leopoldino de Souza Moreira, sitas no Machado, que fossem necessários para abastecê-la. O ato abrangeu os terrenos circunjacentes reputados indispensáveis à proteção das fontes. A planta deles e o plano de captação da água foram aprovados pelo decreto 7.255, de 11 de junho do mesmo ano.

3 - **Na segunda metade do século XX**.

A lei municipal 110, de 10/6/52, determinou que o excedente da quota do imposto de renda, prevista no orçamento de 1.952, fosse destinado à aquisição de terrenos necessários à ampliação e proteção dos mananciais de abastecimento d'água.

Em 1.954, de acordo com a "*Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*", havia na sede do Município 895 prédios abastecidos d'água, com a respectiva pena. Dos logradouros públicos, estavam totalmente servidos do líqüido 40, e parcialmente, 16.

Na gestão de Lúcio Dias Vieira deram-se os primeiros passos para a feitura da Estação de Tratamento d'Água. As leis 197, de 2/10/56; 215, de 14/8/57; e 230, de 24/12/57, autorizaram a tomada de empréstimos para o serviço de abastecimento do líqüido. A lei 199, de 21/2/57, declarou de utilidade pública, para fim de desapropriação, terreno pertencente a Eurico da Silva Dias e outros, destinado a receber o prédio daquela.

No primeiro governo de Francisco Vieira Guerra se construiu o edifício da E.T.A., na Praça João Luiz Garcia, com planta elaborada pela Fundação de Serviço Especial de Saúde Publica, do Ministério da Saúde. A obra teve início em dezembro de 1.961, e foi executada mediante empréstimo de quatro milhões de cruzeiros, contraído com a Caixa Econômica Estadual. No dia 20 de janeiro de 1.963 se inaugurou apenas o imóvel, já que não haviam sido ainda adquiridas as máquinas e filtros. Foi construída barragem no manancial de São Pedro, para aumentar a reserva de água. Efetuou-se uma derivação do reservatório nº 2 da Avenida Santa Cruz, para abastecimento da Vila do Céu. Em quinze ruas substituíram-se canos usados ou instalaram-se novos ramais, numa extensão de 1.594 metros. Para ligar novas penas d'água foram feitos trabalhos no encanamento de doze ruas, com a colocação de 196 metros de canos novos de 3/4'' e o rebaixamento de 431 metros de canos usados.

Na administração de Lucas Lacerda foi promulgada a lei 411, de 6/6/63, que autorizou a obtenção de empréstimo de dez milhões de cruzeiros junto à Caixa Econômica Estadual, para concluir a Estação. A quantia

não foi suficiente, e em abril de 1.965 o Município recebeu nova verba do Estado, para complementá-la. Em novembro de 1.966 a E.T.A. ainda não dispunha dos aparelhos necessários à cloração da água. Ela estava sendo tratada com sulfato de alumínio e cal reidratada.

Decreto de 19/2/54 nomeou Geraldo Miguel da Silva encarregado do serviço de água, garantidos os seus direitos desde janeiro de 1.948. Dimas Begalli Figueiredo foi designado auxiliar do serviço de água por ato de 15/1/59. Zilma de Souza Dias tornou-se a encarregada do serviço através de decreto do ano seguinte. A lei 402, de 21/2/63, criou o cargo de chefe do serviço de água. Decretos de 1/4/65 nomearam Alberto Mílton Branquinho, Manoel Juntolli Ferreira e Ildeu Pereira Neves encarregado, químico e auxiliar da E.T.A.. A lei 503, de 7/7/65, criou cargos de operadores nela.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - "Annuario Estatistico" da Secretaria da Agricultura de Minas Geraes - anno I, 1.921, volume IV, tomo I - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, págs. 15/16;

2 - Arquivo da Câmara Municipal de Alfenas - pacote n. 51: "Expediente da Câmara Municipal de Alfenas de 1.863 a 1.899" (documentos avulsos);

3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de atas ns. 1 e 2;

4 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 5, 7, 8, 9 e 10;

5 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de leis e decretos ns. 3, 4, 5 e 6;

6 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro 6-A de decretos e portarias;

7 - Arquivo Público Machadense - livro 62: "Leis, Decretos e Resoluções da Câmara Municipal - 1895 e 1896";

8 - Arquivo Público Machadense - livro 63: "Leis da Câmara Municipal - 1898 a 1912";

9 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919";

10 - Arquivo Público Machadense - livro 65: "Leis da Câmara Municipal - 1912 a 1932";

11 - Arquivo Público Machadense - livro 168: "Registro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Santo Antônio do Machado - 1883 a 1892" - págs. 6v. e 69;

12 - Arquivo Público Machadense - livro 174: "Atas do Conselho Consultivo do Machado - 1931 a 1935" - pág. 21;

13 - Arquivo Público Machadense - livro 258: "Atas da Assembléia Municipal - 1893 a 1908" - pág. 25 e verso;

14 - Arquivo Público Machadense - livro 309: "Documentos Históricos" - páginas sem numeração;

15 - Arquivo Público Machadense - pasta “documentos de Oscar Fernandes”;
16 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria da Agricultura - códice 196 - páginas 1 a 6;
17 - “Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes de 1926” - Imprensa Official do Estado, Bello Horizonte, 1.927, págs. 14 e 379;
18 - “Coleção dos Decretos-Leis e Decretos de 1939” - vol. II - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.941;
19 - impresso de prestação de contas da 1ª administração de Francisco Vieira Guerra;
20 - “Livro da Lei Mineira” - 1.886 - tomo LIII, parte 1ª, folha 8;
21 - “O Machadense” ns. 906 - 3/2/1.963 - pág. 5;
915 - 1/9/1.963 - págs. 3 e 4;
935 - 4/4/1.965 - pág. 5;
1.017 - 13/11/1.966 - pág. 3;
22 - “O Popular” nº 4 - 20/3/1.927 - pág. 3.

B - **secundárias**
1 - Andréia Pereira - “História da Escola Estadual Dom Pedro I” - trabalho que concorreu ao “I Prêmio Homero Costa”;
2 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanach Sul-Mineiro para 1874” - Typographia do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.874, pág. 145;
3 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanak Sul-Mineiro para 1884” - Typographia do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.884, pág. 230;
4 - Carlos Legnani - “Histórias da Nossa História”, cap. V - na “Revista do 1º Centenário de Machado”, vol. V, págs. 1, 3, 5 e 6;
5 - Homero Costa - “Contribuição à História de Machado” - pág. 21;
6 - Manoel F. Pinto Pereira - “O Sul de Minas” - almanaque do Centro Sul Mineiro de Propaganda e Estatística - fascículo 2º, sem data, pág. 15;
7 - Pedro E. Vallim - “Álbum dos Municípios do Estado de Minas Gerais” - 1º volume - “A Orientadora”, São Paulo, 1.941, págs. 135/136;
8 - “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros” - IBGE - vol. XXVI - Rio de Janeiro, 1.959, pág. 14;
9 - Revista “Machado de Ontem e de Hoje”.

****

O ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM DOURADINHO - I
(até a criação do S.A.A.E.)

1) - No século XIX.
2) - Na primeira metade do século XX.
3) - Na segunda metade do século XX.

****

1 - **No século XIX**.

No Arquivo Público Mineiro encontra-se certidão de 25 de janeiro de 1.841, passada por João Ferreira de Tolledo, juiz de paz do Douradinho, na qual atesta que o Arraial

> *"he rodiado de corregos, e Ribeiroens, Ja se deu principio a tirar-se a Agua de hum delles q. pode ser levada athé o (?) da propria Matris, cujo rego se acha adiantado..."*.

Ela parece não corresponder de todo à realidade, em face do que se narra a seguir.

A falta d'água foi um dos mais antigos e graves problemas do Douradinho. Em outubro de 1.851, requerimento de seus moradores ao Vigário Capitular de São Paulo apontou-a como principal causa do atraso da Povoação:

> *"sendo criada esta Freguezia a mais de quarenta annos, não foi nunca possivel hir em progresso, pela razão da grande falta d'agua,..."*;
> .....
> *"não obistante a localidade ser aprazivel, contudo a experiencia tem mostrado, que a grande falta d'agua e as*

mais razoens ponderadas tem posto em total decadencia o Arraial.”.

Pretendiam os paroquianos licença para transferir a Matriz ao lugar denominado “Fazenda Lambari”. E, indicando a relevância que davam ao abastecimento do líqüido, destacaram sua fartura no ponto escolhido:

> *“em verdade se observa nesse lugar todas as particularidades nessessarias não só para arrumação da Matris como a bem dos habitantes, pela grande abundancia d’Agua, que sircula, e pode vir ao centro desse lugar,...”.*

No “*Almanach Sul-Mineiro para 1874*”, Saturnino da Veiga também deu ênfase à questão:

> *“Entre as muitas necessidades locaes avulta a do abastecimento de agua potavel á população...”.*

O Padre José Antônio Martins, vigário do Douradinho, em ofício de 6 de outubro de 1.879 aos deputados da Assembléia Provincial pediu que

> *“vos digneis consignar em uma das verbas da lei do orçamento uma quota ao menos de 2:000$000 r’s para a factura de um rego e consecução de agua potavel para este arraial, o que é reconhecido como o primeiro manancial ao bem-estar de seus habitantes, que, já de antemão, intentando conseguir este desideratum, por falta dos precisos meios pecuniarios, com pesar seu virão frustrados os seus passos, inutilisados os serviços, perdidas as quantias despindidas”.*

O Governo Provincial, em mais de uma oportunidade, procurou socorrer a Freguesia na solução da angustiante carência. Assim, a lei 2.720, de 18 de dezembro de 1.880, o autorizou a auxiliar com quinhentos mil réis a canalização de água potável do Douradinho. O artigo 1º, parágrafo 10º, da lei 3.311, de 31 de agosto de 1.885, permitiu o gasto de um conto e quinhentos mil réis com a mesma finalidade. Por fim, a lei 3.475, de 4 de outubro de 1.887, liberou o dispêndio de idêntica quantia com a água potável da Vila. Ignoro se essas verbas efetivamente chegaram ao seu destino.

Em 1.884, Saturnino da Veiga ressaltou ser a Paróquia do Douradinho bastante necessitada de ajuda da Província. Afirmou que esta deveria cooperar ao menos com o abastecimento d’água,

> *“trabalho que com 2:000$ se póde levar a effeito, extinguindo-se assim uma das maiores difficuldades com que luta a população, forçada a utilisar-se da agua de ribeirões que*

estão distantes do lugar e que é trazida em pequenos carros.”.

Em abril de 1.888 havia cisterna pública no Douradinho, pois se tratou na Câmara da compra de bomba para tirar água dela.

2 - **Na primeira metade do século XX**.

A resolução da Câmara 98, de 9/7/04, autorizou o agente executivo a fazer obras para abastecimento de água potável ao Douradinho. A resolução 165, de 12/10/09, aprovou o orçamento da canalização, e a 169, de 8/1/10, permitiu a tomada de empréstimo para executá-la. A resolução 174, de 8/7/10, autorizou o Executivo a indenizar Justo Antônio Maciel, proprietário do manancial de água potável do Distrito.

Conforme o “*Annuario Estatistico*” da Secretaria da Agricultura, em 1.921 havia no Douradinho um chafariz público, um reservatório com capacidade para 5.000 litros e cinco prédios abastecidos de água. Cobrava-se pela prestação do serviço a taxa anual de 15$000.

Em discurso transcrito por “*O Machadense*” nº 717, referiu-se o Vereador Luiz Corrêa de Toledo Júnior a uma caixa d’água construída em Douradinho no governo interino do Dr. Edgard da Veiga Lion. Afirmou que, como ela precisasse de reparos, o Prefeito João Vieira da Silva determinou que outra fosse feita em seu interior, reduzindo-lhe pelo meio a capacidade. Por fim, no mandato de João Antônio da Costa novas obras nela se efetuaram, devolvendo-a ao primitivo estado.

3 - **Na segunda metade do século XX**.

O Dr. Lúcio Dias Vieira reformou o motor do serviço de água do Douradinho. Ainda em seu governo, a lei 188, de 4/11/55, abriu crédito especial para construção de variante da linha adutora do Distrito.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - “Annuario Estatistico” da Secretaria da Agricultura de Minas Gerais - anno I, 1.921, vol. IV, tomo I - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, págs. 15/16;

2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro nº 8 de leis;
3 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - livro VI de "Autos de Ereções e Patrimônio de Capelas" - pág. 192;
4 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919";
5 - Arquivo Público Machadense - livro 168: "Registro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Santo Antônio do Machado - 1883 a 1892";
6 - Arquivo Público Mineiro - fundo: Assembléia Legislativa - série AL-1, sub-série AL 1/6, caixa 44, documento 30;
7 - Arquivo Público Mineiro - fundo: Presidência da Província - 1/18, caixa 101, documento 14;
8 - Livro da Lei Mineira - 1.880, tomo XXXXVII, parte 1ª;
9 - Livro da Lei Mineira - 1.885, tomo LII, parte 1ª, folha número 1;
10 - Livro da Lei Mineira - 1.887, tomo LIV, parte 1ª, folha número 10;
11 - "O Machadense" nº 717 - 18/1/1.959 - pág. 3.

B - **secundárias**
1 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanach Sul-Mineiro para 1874" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.874, pág. 163;
2 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanak Sul-Mineiro para 1884" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.884, pág. 243;
3 - Pedro E. Vallim - "Álbum dos Municípios do Estado de Minas Gerais" - 1º volume, "A Orientadora", São Paulo, 1.941, págs. 135/136.

****

SANEAMENTO E REDE DE ESGOTOS - I
(até a criação do S.A.A.E.)

1) - Na segunda metade do século XIX.
2) - Na primeira metade do século XX.
3) - Na segunda metade do século XX.

****

1 - **Na segunda metade do século XIX**.

O Código de Posturas de 1.886 cuidou da questão em exame nos artigos 66 a 69. Proibiu a estagnação de águas infectas, ou que pudessem tornar-se tais. Estabeleceu que o proprietário do terreno era obrigado a fazer seu escoamento, a menos que não tivesse recursos econômicos para tanto. Nesse caso, e no de terrenos públicos ou devolutos, a Câmara o faria. Vedou lavar roupas ou lançar imundícies nos encanamentos e acima das fontes de água potável, sob pena de multa.

Ao empossar-se em 1.892, a Câmara recebeu do Conselho de Intendência três contos de réis, que o Governo do Estado enviara para saneamento da Cidade. Pedidas informações sobre seu emprego, esclareceu que, como fossem insuficientes ao serviço, os depositara no Banco do Brasil, em letra pagável ao portador, até que houvesse mais dinheiro para a feitura dele.

No governo de 1.898 a 1.900 providenciou-se o escoamento de brejos dos subúrbios da Cidade.

2 - **Na primeira metade do século XX**.

A lei 42, de 30/1/11, autorizou o presidente da Câma-

ra a contrair empréstimo para fazer rede de esgotos e outras obras.

O projeto apresentado à Comissão de Melhoramentos Municipais de Minas em 1.913 (de que já se tratou em capítulo anterior) dispôs que a rede de esgotos deveria despejar-se no Córrego Jacutinga. Entendeu inexeqüível qualquer sistema de depuração, pelo elevado custo. Afirmou que

> *"Como o ponto do despejo é relativamente afastado do centro da cidade, e a carga do corrego é de cerca de 5 metros cubicos, com velocidade superior a dois metros por segundo, o despejo de alguns litros de aguas residuarias e fecaes será facilmente arrastado sem que os seus effeitos nocivos se possam manifestar em escala apreciavel nos primeiros tempos do serviço, pelo menos, antes da polluição dos terrenos marginaes."*.

Acrescentou que

> *"o proprio leito do corrego, cavado fundamente no terreno, facilita a limitação da zona de contacto com as aguas servidas, n'um percurso bastante longo."*.

Aconselhou o emprego de manilhas de quatro polegadas nas galerias, em face do declive acentuado das ruas. Previu a feitura de 21 tanques fluxíveis, 50 poços de inspeção e 45 ventiladores. O serviço foi orçado em 113:070$l00.

Ao que parece, até 1.921, pelo menos, nenhum serviço havia sido feito, pois o "*Annuario Estatistico*" da Secretaria da Agricultura não indicou, no Município, localidades servidas por rede de escoamento, nem prédios esgotados. Conforme a coletânea "*Minas Geraes em 1925*", apenas parte de nossa cidade, naquele ano, tinha rede de esgotos, construída por particulares.

A lei 95, de 10/8/26, e os decretos 30, de 17/2/33, e 54, de 1/10/34, autorizaram a tomada de empréstimos para construção de redes de esgotos. Na administração do Dr. Roberto de Souza Dias foi feito novo orçamento do serviço. O decreto-lei 41, de 24/12/40, criou a taxa de esgotos.

Em 1.941, segundo o "*Álbum dos Municípios do Estado de Minas Gerais*", estava em princípio de construção a rede de esgotos da Cidade, com 1.200 metros lineares. Carlos Legnani informa que ela foi ampliada no governo de João Antônio da Costa.

O decreto-lei 97, de 31/12/46, regulou o serviço de esgotos e estabeleceu as respectivas taxas. Criou o Serviço de Esgotos; tratou das instalações sanitárias nos prédios urbanos e da obrigatoriedade de sua ligação à rede pública coletora. Disciplinou os serviços internos e externos de escoamento,

e a execução das obras a eles relativas. Cominou penas aos infratores de suas normas.

O Código de Posturas de 1.948 dispôs também sobre o serviço de esgotos sanitários e de águas pluviais, nos artigos 374 a 421. Regulou a concessão de ligações; o projeto, execução e fiscalização das redes domiciliares; as instalações internas e o esgotamento das águas.

3 - **Na segunda metade do século XX**.

O Prefeito Gustavo Carneiro Dias instalou rede de esgotos nas ruas Coronel Jacinto e Vinte e Um de Abril, entre outras.

Em 1.954, segundo a "*Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*", no que tange à rede de esgotos da Cidade, 37 logradouros estavam servidos de despejo, e 43, de águas superficiais. Quanto aos prédios, 358 eram esgotados pela rede e 195, por fossas.

Na primeira administração de Francisco Vieira Guerra foram construídos em onze ruas 2.010 metros de rede de esgotos, com a utilização de condutores de seis polegadas.

A lei 518, de 1/12/65, autorizou a desapropriação de imóveis na Cidade para construção de redes de esgotos, abertura e alargamento de ruas. A lei 540, de 2/12/66, deu idêntica permissão, para que fossem estendidos ramais da referida rede.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - "Annuario Estatistico" da Secretaria da Agricultura de Minas Gerais - anno I, 1.921, vol. IV, tomo I - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, págs. 15/16;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros 5 e 11 de leis;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros 3 e 4 de leis e decretos;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro 6 de leis e resoluções;
5 - Arquivo Público Machadense - livro 63: "Leis da Câmara Municipal - 1898 a 1912";
6 - Arquivo Público Machadense - livro 65: "Leis da Câmara Municipal - 1912 a 1932";
7 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria da Agricultura - códice 196, páginas 1 a 6;
8 - impresso de prestação de contas da 1ª administração de Francisco Vieira Guerra;
9 - Livro da Lei Mineira - 1.886 - tomo LIII, parte 1ª, folha 8.

B - **secundárias**

1 - Carlos Legnani - “Histórias da Nossa História”, cap. V - na “Revista do 1º Centenário de Machado”, vol. 5, pág. 6;
2 - Pedro E. Vallim - “Álbum dos Municípios do Estado de Minas Gerais” - 1º volume - “A Orientadora”, São Paulo, 1.941, págs. 135/136;
3 - Víctor Silveira (organizador e editor) - “Minas Geraes em 1925” - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, pág. 951;
4 - “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros” - IBGE - vol. XXVI - Rio de Janeiro, 1.959, pág. 14.

****

O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS

O S.A.A.E. - Serviço Autônomo de Água e Esgotos - é uma autarquia municipal, criada pela lei 549, de 5 de dezembro de 1.966 (alterada pela lei 718/89). Compete-lhe:
- estudar, projetar e executar obras de construção, ampliação ou remodelação dos serviços públicos de água potável e de esgotos sanitários no Município;
- coordenar e fiscalizar a execução de convênios firmados pelo Município para realização de tais obras;
- operar, manter, conservar e explorar os referidos serviços, e exercer outras atividades relacionadas com eles;
- lançar e arrecadar suas taxas e tarifas.

Por força de convênio com o Município, administra-o a Fundação Nacional de Saúde Pública, órgão federal subordinado ao Ministério da Saúde. Ela atua nos Estados através das diretorias regionais de saúde (DRS) e das diretorias regionais de engenharia (DRE). Aquelas operam centros de saúde e hospitais; estas trabalham no projeto, construção e administração de sistemas de abastecimento d'água e esgotos sanitários.

Os SAAEs são fruto do regime centralizador que se instalou no País em 1.964. Da constatação de que poucos serviços de água e esgotos municipais se mantinham em nível operacional satisfatório, por falta de assistência técnica adequada, surgiu a idéia de criar órgãos locais, com autonomia financeira, mas geridos por fundação federal especializada em engenharia sanitária. Essa forma de administração, instituída por convênios, foi com freqüência imposta como condição para que os municípios obtivessem financiamento a longo prazo para construção ou ampliação de seus sistemas de abastecimento d'água e escoamento de esgotos.

O S.A.A.E. é financiado pelas tarifas cobradas. As pequenas e médias obras de expansão são feitas com a colaboração da Prefeitura; as grandes o são com verbas "a fundo perdido" do Governo Federal, liberadas através da F.N.S..

O decreto municipal 24, de 23/12/66 (alterado pelo

decreto 116, de 1/6/71), aprovou o regulamento dos serviços de água e esgotos sanitários do SAAE. A lei 584, de 23/11/67, autorizou a assinatura de convênio entre o Município e a Fundação SESP (antigo nome da F.N.S.), para estabelecer as condições da administração, operação e manutenção do sistema de abastecimento d'água da Cidade. A lei 85, de 20/4/71, criou o Conselho Municipal de Saneamento, integrante da estrutura do SAAE. A lei 187, de 5/9/74, autorizou a Autarquia a isentar das tarifas de água e esgotos as repartições públicas municipais. Os decretos 360, de 1/3/77, e 519, de 29/9/80, cuidaram da reformulação do seu sistema tarifário. A renovação do convênio para administração do SAAE foi autorizada pela lei 634, de 3/7/86.

O regimento interno do órgão foi aprovado pela portaria 558, de 24/11/87. Ele estabelece que seu diretor deve ser engenheiro e funcionário da Administradora (FNS). Cabe-lhe representar o SAAE juridicamente e constituir procurador; submeter à aprovação do Prefeito o orçamento anual dele e, quando necessários, os pedidos de crédito adicionais; enviar ao Prefeito os balancetes mensais, o balanço e o relatório anuais; autorizar despesas e pagamentos; movimentar contas bancárias de arrecadação com o diretor-adjunto; celebrar acordos, contratos e convênios; autorizar licitações; admitir, movimentar, promover e dispensar servidores. Ao diretor-adjunto, nomeado pela Administradora por indicação do diretor, compete substituí-lo em faltas e impedimentos; coordenar o núcleo de planejamento e coordenação; movimentar contas bancárias de arrecadação em conjunto com o diretor. Formam a estrutura do SAAE o *núcleo de planejamento e coordenação*, incumbido de elaborar as atividades de planejamento, coordenação, processamento de dados, recursos humanos e relações públicas; o *setor de operação, manutenção e expansão*, composto da seção de tratamento; da seção de redes, ramais, água e esgotos e elevatórias; e da seção de expansão; e o *setor administrativo e financeiro*, com a seção de material, transporte e patrimônio; a seção de contabilidade; a seção de contas e consumo; e a seção de pessoal e apoio administrativo.

Diversas leis têm autorizado o SAAE a contratar operações de crédito; decretos vários aprovam seu orçamento anual. O decreto 932, de 26/5/89, mudou mais uma vez seu sistema tarifário. A lei 718, de 20/10/89, ampliou a área de atuação dele, possibilitando-lhe trabalhar também fora do perímetro urbano. A lei 776, de 28/11/90, autorizou doação ao SAAE de terreno na Rua Pedro Alves Negrão, para construir sede própria. Todavia, como não houvesse recursos para a obra, o imóvel foi revertido ao Município. A lei 805, de 27/6/91, autorizou-o a conceder redução de tarifas de água e esgotos a grandes consumidores, que comprovem a condição de entidades filantrópicas e de caráter não lucrativo. A lei 1.065, de 14/6/96, deu-lhe plano de organização do pessoal.

O diretor do SAAE não reside na Cidade, e costuma também dirigir autarquias similares. Já passaram pelo cargo os engenheiros Caio Celso Bahia de Castilho, Frederico Carlos Carvalho Soares, Ricardo Paysano Marrocos e Joel Inocêncio Lima Filho. Seu atual ocupante é Fabiano Campos

Scatolino. Criado o órgão, sua gerência foi exercida por Alberto Mílton Branquinho, que até então chefiava o Departamento de Água da Prefeitura. Em novembro de 1.978 assumiu seu lugar, como encarregado, o Engenheiro Eli Cardoso. Em abril de 1.987 este foi substituído pelo Engenheiro Jair Macedo Filho, diretor-adjunto, que ainda permanecia no cargo no final do período em estudo. A supervisão do setor administrativo cabia então a Sônia Pereira Santos.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 11, 12, 13, 20, 21 e 22;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos ns. 14, 15, 16 e 18;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de portarias nº 16;
4 - "Folha de São Paulo" - exemplar de 8/7/1.974;
5 - "Folha Machadense" ns. 235 - 19/11/1.978 - pág. 4;
645 - 4/4/1.987 - pág. 1;
774 - 21/10/1.989 - pág. 1;
812 - 28/7/1.990 - pág. 1;
860 - 6/7/1.991 - pág. 7;
6 - informações pessoais de Jair Macedo Filho;
7 - "O Machadense" ns. 32 - 3/10/1.971 - pág. 2;
118 - 10/6/1.973 - pág. 1;
8 - Relatório Anual de Atividades do SAAE - 1.997.

****

O ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM MACHADO - II
(após a criação do S.A.A.E.)

As leis municipais 10 e 17, de 22/5/68, autorizaram assinatura de convênios com a Fundação SESP, para execução de obras do sistema de abastecimento d'água da Cidade.

A fluoretação da água em Machado teve início no dia 2 de junho de 1.973.

Em 1.974 cogitou-se da duplicação do sistema de captação de água da adutora do Bairro São Pedro para a Estação de Tratamento, que não foi porém realizada. Houve apenas aumento da adutora de recalque do Rio Machado. Substituiu-se em 1.977 a bomba instalada neste, por estar com a capacidade de sucção diminuída.

A lei 415, de 14/10/80, autorizou a assinatura de convênios com a Fundação SESP para ampliação e reforma do sistema de água e esgotos da Cidade e do Douradinho.

Em 22 de maio de 1.983 inaugurou-se a rede de abastecimento d'água de parte do Bairro da Ponte, até então o único da Cidade desprovido de tal benefício.

Construiu-se em 1.987 poço artesiano no Bairro Santa Luísa, que todavia não funciona por insuficiência de água.

No dia 13 de setembro de 1.988 foi inaugurado o novo sistema elevatório (adutora) do Rio Machado, com capacidade de 80 litros por segundo, que custou 25 milhões de cruzados.

Em meados de 1.989 propalou-se que as águas do Rio Machado estariam sujeitas aos efeitos da radioatividade, por causa da exploração de urânio nos campos de Caldas - o que foi desmentido. Elas eram, porém, poluídas por agricultores, que lançavam resíduos de agrotóxicos nas proximidades de

suas nascentes. Meses depois afirmou-se que estavam contaminadas pelo lixo de Poço Fundo, fato negado pelo SAAE.

No início de 1.991 o SAAE instalou sub-adutora no Santa Luísa, e iniciou sua ligação ao reservatório da Praça Dr. Roque. A rede desceu pelas ruas Barão do Rio Branco e Sete de Setembro, causando reclamações generalizadas, pois os passeios ficaram sem conserto por algum tempo. A água chegou ao Bairro em junho seguinte.

Em 14 de dezembro do mesmo ano inaugurou-se o sistema de abastecimento d'água da Caiana, pelo processo de poço tubular, com 80 m. de profundidade e vazão de 3,5 litros por segundo. Construiu-se também reservatório do tipo "taça", com capacidade para 45.000 litros, ao qual a água é levada por uma adutora de 385 m. de comprimento. Tratada com cloro, ela abastece a totalidade da população, sob controle de hidrômetros. O sistema operacional, automatizado, dispensa funcionários.

A lei 1.007, de 6/12/94, autorizou a desapropriação de imóvel pertencente a Luiz Ferracioli Pereira e Alfeu Antônio Milani, no lugar denominado "Nova Delhi" (ao lado da adutora, às margens do Rio Machado), para construção da nova Estação de Tratamento de Água. A obra foi iniciada em janeiro de 1.995. Com capacidade para tratar 150 litros de água por segundo, ainda não estava concluída no final do milênio.

No final de 1.995 e início de 1.996 foi instalado um reservatório metálico, do tipo "taça", com capacidade para l00.000 litros, na Av. Dr. Athayde Pereira de Souza, perto do Cemitério. Ele abastece o Jardim Floresta e adjacências.

Em 1.996 o Município construiu mais dois reservatórios de água: um no Jardim Mato Dentro (com capacidade para 300.000 litros), e outro no Bom Jesus (com capacidade para 500.000 litros).

Surgiram boatos, em meados de 1.997, de que a água de Machado estava causando câncer. O Vereador Josias Aguiar Ribeiro, que divulgou a matéria na Câmara e na imprensa, coletou amostras do líqüido no reservatório de São Pedro, acentuando ser uma lástima seu estado de conservação. Ele apontou a aplicação de agrotóxicos nas lavouras de café como provável fator de contaminação da água. Nada ficou provado, tendo havido desmentidos do Secretário da Saúde.

Iniciou-se em 1.998 nos bairros Ouvidor e Pinhalzinho, em parceria do Município com a EMATER e o SAAE, programa de saneamento rural e melhoria do sistema de captação e tratamento da água. O poder público e sitiantes repartiram o custo de serviços como abertura e desinfecção de poços, proteção de nascentes, captação de minas com manilhas e construção de reserva-

tórios domiciliares. Fizeram-se exames de amostras do líquido e ensinou-se a tratá-lo e a usar corretamente agrotóxicos.

Como a falta d'água causasse problemas nos novos bairros Jardim das Oliveiras e Jardim Mato Dentro, foi lá perfurado um poço, cuja produção se mostrou insuficiente para abastecê-los. Diversas obras foram feitas no local e nas proximidades, com recursos do próprio SAAE e financiamento da Caixa Econômica Federal. Em 12/10/98 foi inaugurada a nova adutora do Jardim das Oliveiras, com 1.907 m. e capacidade de vazão de 40 litros por segundo. Em 3 de dezembro seguinte instalou-se mais um reservatório no Jardim Mato Dentro, para servir sua parte alta. Além disso, estavam em obra no fim do século as adutoras do Bairro da Ponte e do Jardim Mato Dentro, e os reservatórios do Jardim das Oliveiras e do Jardim Funcionários.

Conforme relatório do SAAE, no final de 1.997 a rede de distribuição d'água na Cidade totalizava 74.508 metros, servindo em 7.294 prédios a totalidade da população. Também na Caiana é completo o abastecimento, feito através de rede com 980 metros lineares. Em trinta anos, ou seja, desde o início das atividades da Autarquia, a rede de água local cresceu 278,21%.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 12, 19 e 22;
2 - "Folha Machadense" ns. 17 - 21/7/74 - pág. 1;
104 - 25/4/76 - pág. 3;
149 - 13/3/77 - pág. 3;
452 - 28/5/83 - pág. 1;
499 - 5/5/84 - pág. 11;
645 - 4/4/87 - pág. 1;
718 - 10/9/88 - págs. 1 e 12;
761 - 22/7/89 - págs. 1 e 2;
776 - 4/11/89 - pág. 8;
786 - 27/1/90 - pág. 5;
800 - 5/5/90 - pág. 3;
812 - 28/7/90 - pág. 1;
843 - 16/3/91 - pág. 1;
860 - 6/7/91 - pág. 7;
882 - 7/12/91 - pág. 9;
884 - 21/12/91 - pág. 1;
885 - 11/1/92 - pág. 6;

1035 - 14/10/95 - pág. 8;
1040 - 18/12/95 - págs. 1 e 7;
1112 - 13/7/96 - cad. B, pág. 7;
1212 - 25/7/98 - pág. 11;
1224 - 3/10/98 - págs. 21 e 24;
1226 - 17/10/98 - pág. 14;
1230 - 14/11/98 - pág. 5;
1233 - 5/12/98 - pág. 6;
1236 - 31/12/98 - supl., pág. 7;
3 - informações pessoais de Jair Macedo Filho;
4 - Relatório Anual de Atividades - SAAE - 1.997;
5 - Revista “Imagem e Conteúdo” n. 2 - set./out. 1.996 - pág. 14;
6 - Revista “Imagem e Conteúdo” n. 3 - dez. 96/jan. 97 - pág. 18;
7 - “Siga em Frente” n. 27 - 6/8/1.997 - págs. 1, 2 e 5;
8 - “Transparência” n. 2 - set. de 1.998 - págs. 3, 8, 12.

****

O ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM DOURADINHO - II
(após a criação do S.A.A.E.)

No final de 1.978 decidiu-se construir um poço artesiano na Vila. As obras foram adiadas, iniciadas e sucessivamente interrompidas. Seguiram em ritmo lento e descontínuo, até que ele foi inaugurado em 25 de abril de 1.981. A água foi captada a uma profundidade de 100 metros, tendo vazão de 4,5 litros por segundo. Foram construídos casa de bombas, tanques, estação elevatória, adutoras e reservatório circular com capacidade para 35.000 litros. Foram também instalados sistemas de cloração e fluoretação. Apesar de tudo isso, a água continuou faltando, porque o serviço foi inaugurado sem a necessária mudança da rede de distribuição. Só em março de 1.982 se noticiou que ela estava pronta.

A lei municipal 718, de 20 de outubro de 1.989, ampliou a área de atuação do S.A.A.E., permitindo que passasse a cuidar também da água de Douradinho. Logo a Fundação SESP liberou material para ampliação da rede de abastecimento, que ficou pronta em junho de 1.990. Construíram-se 1.200 metros de adutora, foram substituídas as bombas do poço e recalque, possibilitando o aumento da vazão para 5 litros por segundo.

Conforme relatório do S.A.A.E., no final de 1.997 a rede distributiva totalizava 4.711 metros lineares, servindo a totalidade da população. Seu último aumento ocorreu em outubro de 1.992.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de leis n. 21;
2 - "Folha Machadense" ns. 213 - 4/6/1.978 - págs. 1 e 10;
226 - 13/9/1.978 - pág. 5;

233 - 5/11/1.978 - pág. 1;
349 - 25/4/1.981 - pág. 1;
391 - 6/3/1.982 - pág. 1;
774 - 21/10/1.989 - pág. 1;
776 - 4/11/1.989 - pág. 8;
805 - 9/6/1.990 - pág. 1;
812 - 28/7/1.990 - pág. 1;
886 - 18/1/1.992 - pág. 6;

3 - Relatório Anual de Atividades - S.A.A.E. - 1.997.

****

SANEAMENTO E REDE DE ESGOTOS - II
(após a criação do S.A.A.E.)

Na segunda metade da década de setenta construíram-se vários trechos da rede de esgotos das vilas Assunta, Centenário, do Céu, Hortênsia, Nova e Novo Horizonte.

A lei municipal 415, de 14 de outubro de 1.980, autorizou a assinatura de convênio com a Fundação SESP para ampliação e reforma do sistema de esgotos da Cidade e de Douradinho, entre outros serviços.

As obras de substituição da rede de esgotos de Douradinho, iniciadas na década de oitenta, foram várias vezes interrompidas e se prolongaram até a seguinte. Em 1.992 sua extensão passou de 1.762 para 4.646 metros, e não foi mais ampliada até o final do período em estudo.

A lei 666, de 19 de novembro de 1.987, tornou obrigatória a construção de caixas de decantação em vários estabelecimentos: indústrias, restaurantes, oficinas mecânicas e similares, lavadouros de veículos, frigoríficos, açougues, padarias, auto-elétricas, hotéis e leiterias.

Em setembro de 1.989 noticiou-se ter sido aprovado convênio entre o Município e o Governo Federal para obras de saneamento básico, como a canalização do Jacutinga, iniciada no governo anterior e paralisada.

Na segunda metade de 1.990 foi feita rede de esgotos em parte da Av. Gustavo Carneiro Dias. Em maio de 1.991 a Vila Olímpica recebeu 200 metros da rede em exame.

O Código de Vigilância Sanitária, de 1.992, também cuidou do saneamento, nos artigos 27 a 31. Ressaltou a obrigatoriedade da ligação das construções habitáveis aos coletores públicos de esgotos, bem como da conservação das instalações domiciliares.

A lei municipal 998, de 7 de novembro de 1.994, auto-

rizou o Executivo a contratar operações de crédito com o B.D.M.G., até o montante de R$1.240.000,00, para execução de obras do Projeto de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios (SOMMA), como canalização de córregos e construção de interceptores de esgotos. Celebrado o contrato, canalizou-se o esgoto que desaguava em parte dos córregos Jacutinga, Páscoa e Soturno, para rede paralela que o conduz ao Rio Machado. O serviço foi inaugurado em setembro de 1.996.

Em novembro de 1.996 iniciou-se a feitura da rede de esgotos do Jardim das Oliveiras, com 700 metros de extensão. Dois anos depois instalou-se a rede do Jardim Funcionários. Ainda em 1.998, em parceria com moradores da Rua Olímpio Pereira, o Município instalou nela rede pluvial, utilizando cem metros de manilhas.

Em trinta anos de serviço, a partir de 1.967, o SAAE construiu em Machado 57.761 metros da rede de esgotos, aumentando-a em 362,7%. No final de 1.997 sua extensão era de 73.686 metros. Servindo 6.431 prédios, beneficiava cerca de 90% da população, conforme relatório da Autarquia.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 19, 21 e 22;
2 - "Folha Machadense" ns. 67 - 27/7/1.975 - pág. 8;
104 - 25/4/1.976 - pág. 3;
149 - 13/3/1.977 - pág. 3;
213 - 4/6/1.978 - pág. 10;
226 - 13/9/1.978 - pág. 5;
270 - 5/8/1.979 - pág. 8;
499 - 5/5/1.984 - pág. 11;
771 - 30/9/1.989 - págs. 1 e 7;
812 - 28/7/1.990 - pág. 1;
825 - 27/10/1.990 - pág. 10;
853 - 25/5/1.991 - pág. 8;
1029 - 26/11/1.994 - pág. 9;
1121 - 13/9/1.996 - pág. 6;
1129 - 9/11/1.996 - pág. 4;
1131 - 23/11/1.996 - págs.1 e 6;
1230 - 14/11/1.998 - pág. 5;
1233 - 5/12/1.998 - pág. 6;

1236 - 31/12/1.998 - supl., pág. 7;
3 - informações pessoais de Jair Macedo Filho;
4 - Relatório Anual de Atividades - SAAE - 1.997;
5 - Revista “Imagem e Conteúdo” n. 3 - dez./96 a jan./97 - pág. 18;
6 - “Transparência” n. 2 - set. de 1.998 - págs. 10 e 12.

****

CEMITÉRIOS E SERVIÇOS FÚNEBRES

1) - O Cemitério Eclesiástico.
2) - O Cemitério Municipal.
3) - O Cemitério da Saudade.
4) - O Cemitério de Douradinho.
5) - O Cemitério da Fazenda do Centro.
6) - Necrotérios e Velórios.
7) - Funerárias.

****

1 - **O Cemitério Eclesiástico**.

Tendo sido curada a Capela da Sacra Família, na mesma data (6-8-1.852) o governador do Bispado autorizou se construísse nela um cemitério. Eis a provisão para isso expedida:

> *"Provisão de fundação e erecção e benção de Cimyterio na Capella curada da Sacra Familia do Machado, á favor do R.do José Antonio Miz'.*
> *Antonio Martiniano d'Olivr[a] Vigario Collado da Cid.e de Guaratinguetá, e Gov.or do Bispado por Sua Ex.ca R.ma etc. etc. etc.*
> *Aos que esta Prov.am virem saude e pás para sempre em o Senhor. Faço saber, que attendendo ao que por sua P.am me representou o R.do José Antonio Miz'. Vigr[o] encomendado da Freg[a] do Dourado, e Capellão curado da Sacra Familia do Machado, hei por bem pela pres.e conceder-lhe faculd.e para que possa fundar, erigir um Cimiteryo na d[a] Capella curada, e achando-se conforme o que determina o Ritual*

Romano de S. Paulo o benzerá, observando em tudo as formalid.es prescriptas no m.mo Ritual. Esta será registrada no Lº do Tombo para á todo o tempo constar. Dada em a Cam.ra Episcopal de S. Paulo, sob o Sello das Armas de S. Ex.ca R.ma, e meo signal, aos 6 de Agosto de 1852. Eu o P.e José Carlos da Crus Paula, Escr.am da Cam.ra Ecclesiastica, a subscrevi. Antonio Martiniano d'Olivrª".

Outra provisão, de 26 de março de 1.873, permitiu se benzesse a capela ereta no cemitério paroquial. Era, por certo, a de São Miguel e Almas, referida no "*Almanach Sul-Mineiro para 1874*". Conforme este, o campo-santo podia ser considerado um dos de primeira ordem ao sul da Província.

Em 1.884 Saturnino da Veiga noticiou possuir a Cidade

"um cemiterio fechado e regularmente conservado, tendo diversos tumulos de marmore com gradil de ferro".

Observo que não mais fez referência à igrejinha no seu interior.

Nosso antigo Código de Posturas (resolução estadual 3.401, de 22 de julho de 1.886) continha, nos artigos 50 a 63, diversas normas sobre cemitérios e inumações. Proibia o sepultamento de corpos humanos fora do cemitério público. Impunha que em caso de mudança deste, ou construção de novo, a Câmara ouvisse o pároco ou o médico do Partido. Determinava que, se em alguma povoação não houvesse necrópole, a Câmara a fizesse construir com urgência. Mandava que se reservasse nos cemitérios um quadro não-sagrado, para enterro dos acatólicos. Exigia que as covas fossem abertas com profundidade de 1,7 metro, guardando entre si distância de um metro. Vedava o uso de sepulturas ocupadas havia menos de cinco anos. Impedia a violação delas para qualquer fim, exceto a exumação judicial. Ordenava que a Câmara marcasse lugar para o enterramento de mortos por bexiga ou moléstia epidêmica, obrigando que suas campas, com 2,5 m. de fundura, fossem assinaladas por pedra jamais removida. Estabelecia que nenhum cadáver fosse dado à terra sem apresentar princípio de decomposição, salvo se isso não ocorresse após 24 horas do óbito, ou em caso de doença epidêmica. Permitia que nos sepulcrários não confiados a irmandades a Câmara concedesse jazigos por cinco anos a 20$000 e perpétuos a 100$000. Facultava que qualquer irmandade adquirisse parte dos cemitérios para inumação de seus membros, a 5$000 o metro quadrado, podendo cercá-la e decorá-la.

Recorde-se que na Monarquia Estado e Igreja Católica eram unidos, e que a secularização das necrópoles só ocorreu por decreto de 15/1/1.890. Até então elas eram administradas por padres, que com freqüência negavam seu uso a pessoas de outra confissão. Aqui, segundo Andrade Ferreira, houve incidente por tal motivo, e

"transformou-se em cemitério o quintal de um protestante pioneiro".

Morrera a mãe de Generoso José Messias, um dos precursores do Presbiterianismo em nossa Cidade. O Padre João Baptista das Neves impediu que fosse inumada no sepulcrário. Em vista disso, e mediante requerimento do filho à Câmara Municipal, o enterro se fez no jardinzinho de sua própria casa.

Não encontrei registro do episódio nos livros de atas da Edilidade. O primeiro deles, todavia, indica o recebimento, em janeiro de 1.887, de ofício do Presidente da Província, com memorial que Severo Augusto Pereira dirigira ao Imperador, pedindo reparação da injustiça praticada pelo referido Padre contra os acatólicos da Cidade, ao negar sepultura a seus falecidos. Indagava-se também se a necrópole fora feita a expensas de particulares ou da Província. A Câmara respondeu que constava serem exatos os fatos alegados pelo reclamante, e que a Província em nada concorrera para a construção daquela.

Em 15 de dezembro do mesmo ano a Câmara marcou um quadro para sepultamento dos acatólicos, ao lado do cemitério. Comissão composta pelos vereadores Flávio de Morais Machado e João Moreira de Carvalho entendeu-se com o novo vigário, Francisco de Paula Vocca, e escolheu terreno com 20 palmos de frente por 60 de comprimento, na divisa com o pasto de Joaquim Umbelino de Souza Dias. O Vereador Silva Pinto recorreu do ato ao Governo da Província, por proibir o enterro de todos no interior da necrópole, mas lhe foi negado provimento.

O Estatuto Municipal, de janeiro de 1.899, dispôs nos artigos 204 a 211 sobre cemitérios e enterros. Estabeleceu condições e providências para estes, como a guia do oficial do registro civil. Obrigou os administradores daqueles a registrar em livro o nome, sexo, idade, cor, nacionalidade e, se possível, a "*causa mortis*" dos falecidos. Acentuou que, enquanto a Câmara não mandasse edificar o cemitério municipal, o existente serviria para os sepultamentos, sujeito às normas públicas.

O Cemitério Eclesiástico estava já em desuso em 1.905, quando a resolução 112, de 12 de abril, autorizou o Presidente da Câmara a entrar em acordo com o Bispo Diocesano sobre o patrimônio dele. A resolução 122, de 9/4/06, permitiu que se mandasse consertar os seus muros.

Provisão de D. Ranulpho Farias, em 21 de dezembro de 1.928, determinou ao Padre Cristiano Pilzecker o fechamento imediato da Necrópole, deixando a seu critério deliberar sobre o melhor modo de conservá-la com decência e respeito. Considerou que ela não tinha condições de continuar funcionando, uma vez que 95% dos defuntos se enterravam no Cemitério Municipal; que as despesas com sua manutenção excediam em muito a renda dela proveniente; que os fiéis não satisfaziam os direitos pelos jazigos perpétuos; que havia necessidade de despesas extraordinárias em consertos pesados, reparo de muros, etc.; que ela estava cheia e não dispunha de espaço para novas sepulturas.

O livro de tombo da Paróquia, com o ato supra do Bispo, transcreveu declaração do Dr. Edgard da Veiga Lion, vice-presidente da Câmara, de janeiro do mesmo ano. Segundo ele, não constava do arquivo da Edilidade nenhum ato justificador da posse, pela Paróquia, de um dos cemitérios locais. Por isso, entrara em entendimento com o Vigário e conseguira amigavelmente, naquela data, sua devolução ao Município, sem indenização. Por fim, no mesmo livro o Pároco deixou esta explicação:

> *"o chamado cemitério parochial antigamente pertencia à Câmara Municipal. Pensando talvez em aumentar as rendas da Fábrica da Matriz o então Vigário pediu ao então presidente da Câmara para poder explorar o cemitério, no que foi atendido, sem que se fizesse qualquer documento, por uma concessão entre amigos."*.

Registre-se ainda que a lei municipal nº 4, de 16 de setembro de 1.936, dispôs sobre os dois cemitérios existentes na Cidade, e autorizou o dispêndio de certa importância para conserto de seus muros.

Devo confessar dúvida sobre a localização do Cemitério Eclesiástico. Ele ficava, de início, no Largo da Matriz, de onde já fora mudado no início do século. Os documentos atrás mencionados mostram que ainda existia em 1.936. Como não encontrei registro de sua demolição, suponho que o Cemitério Municipal tenha sido construído ao lado dele, ocorrendo mais tarde a junção de ambos. Já existia no local quadra para acatólicos; além disso, só houve resolução da Câmara, na época, autorizando o aumento do cemitério, e não a construção de novo. O extravio do livro de atas da Câmara correspondente ao período de 1.899 a 1.915 dificulta o esclarecimento da questão.

2 - **O Cemitério Municipal**.

Era assim chamado para distinguir-se do outro. Ficava na Rua Quintino Bocaiúva (hoje Barão do Rio Branco), esquina com a Avenida Santa Cruz. Sua inauguração ocorreu em 1.900 ou 1.901. Segundo Olímpio Abrão,

> *"Foi construído sobre um barranco de aproximadamente 3 metros acima do nível da rua. Todo cercado por muros e na frente um enorme portão de ferro gradeado e uma escada que dava acesso ao seu interior."*.

A resolução da Câmara 74, de 11/1/02, autorizou a aquisição de 300 metros de terreno, pertencente a Justino Antônio de Carvalho, para aumentá-lo, o que foi feito no ano seguinte.

A lei 19, de 14/1/03, estabeleceu o regulamento do

Cemitério. Repetiu disposições do Estatuto Municipal, e impôs que a administração das necrópoles construídas na Cidade ficasse exclusivamente a cargo do governo local. Fixou a metragem das sepulturas de adultos e crianças, determinou que fossem numeradas e registradas em livro próprio. Marcou prazo para abertura delas, e dispôs que cada qual poderia receber apenas um cadáver. Fez exigências para construção de mausoléus, monumentos e catacumbas. Estipulou preços e prazos para concessões, e vedou sua transferência. Tratou da conservação das ossadas, e da guarda dos objetos de valor encontrados nos jazigos. Mandou que as inscrições e epitáfios fossem feitos com correção gramatical, e sem alusões ofensivas à moral, às autoridades, a qualquer corporação ou indivíduo, e à memória do finado. Ordenou que os corpos de vítimas de moléstias contagiosas e epidemias fossem enterrados em lugar conveniente, fora do perímetro urbano. Atribuiu ao contínuo da Câmara a função de administrador do Cemitério, devendo registrar as inumações, cuidar da ordem, do asseio, e exercer o poder de polícia, até com imposição de multas.

Já em 1.929 o "*Machado-Jornal*" alertava sobre a necessidade de mudança ou aumento do Cemitério, para evitar a propagação de epidemias. Afirmava que, por falta de espaço, não se mantinham os corpos sepultados pelo prazo mínimo de cinco anos. Em 1.934 e 1.935 "*O Machadense*" insistiu no tema, salientando que a Necrópole não tinha lugares disponíveis, constituía perigo à saúde pública e um de seus muros estava desmoronando.

A lei 4, de 16/9/36, autorizou o Prefeito a adquirir terreno para o novo cemitério. Dispôs que, após sua inauguração, ficaria definitivamente proibida a inumação na necrópole de que se cuida, e autorizou gasto para reconstrução de seus muros.

O decreto 29, de 21/11/42, proibiu inumações no Cemitério Municipal, e a portaria 13, de 12/10/43, dispôs sobre exumações e traslado de ossos e túmulos dele para o novo. Foi demolido por João Vieira da Silva, que construiu o Cemitério da Saudade. O Município doou o terreno desocupado à Santa Casa, para edificação do Hospital, com licença da lei 57, de 1/6/50. Reservou-se parte dele para construir o Posto de Higiene (lei 66, de 19/10/50).

Em 1.913 era contínuo da Câmara e zelador do Cemitério Miguel Archanjo Athanasio, conforme o almanaque "*O Sul de Minas*". Ignoro por quanto tempo permaneceu no cargo. O decreto 31, de 14/6/33, exonerou dele Antônio de Paula Ferreira - não sei quando fora nomeado.

O decreto 23, de 31/12/32, incumbiu ao porteiro-contínuo da Prefeitura fazer a escrituração do cemitério e zelar pela sua conservação e limpeza. Dez anos depois ele deixou de ter tal função, conforme o decreto-lei 53/42.

O último coveiro do Cemitério Municipal, Joaquim Luiz de Oliveira, conhecido por "*Pisca-Pisca*", foi a primeira pessoa a ser sepultada no da Saudade. O decreto 28, de 10/11/42, doou-lhe túmulo perpétuo.

3 - **O Cemitério da Saudade**.

"Eu vou ficar distante da cidade,
Longe do centro, quase na saída,
Mas é lá que terei felicidade,
O que jamais eu tive nesta vida."
(Plínio Motta)

O decreto 48, de 20/12/41, autorizou a construção de novo cemitério na Cidade, e abriu crédito especial para isso. A obra foi executada pelo Prefeito João Vieira da Silva, que a inaugurou em 2 de novembro de 1.942. No ano seguinte foi lá levantado um cruzeiro.

O decreto-lei 53, de 12/6/42, que organizou os serviços da administração municipal, dispôs que a Necrópole teria o próprio encarregado (com as atribuições enumeradas no artigo 61), um auxiliar e os operários necessários.

O Código de Posturas de 1.948 (lei 23, de 7/11), tratou dos cemitérios públicos nos artigos 210 a 246. Regulou sua administração, as inumações, as construções, a altura dos muros, o tamanho das sepulturas. Dispôs também sobre o abandono das necrópoles antigas.

A portaria 19, de 30/9/46, fixou o valor de taxas do Cemitério. Do mesmo tema cuidaram a lei 99, de 12/11/51; a lei 290, de 24/11/59; portaria de 9/5/60; a lei 406, de 21/2/63; a portaria 61, de 8/7/74; e o decreto 663, de 6/6/84.

Registre-se que, em especial nas décadas de '50 e '60, se fizeram muitas romarias ao túmulo de Maria Isaltina Ribeiro. Surda-muda e paralítica, ela faleceu em 1.952, com 43 anos de idade. É considerada "*santa*" pela população humilde, que lhe atribui a prática de milagres.

Em 1.973 a Necrópole passou por reforma, com construção de rampas gramadas e pequenos jardins. Foram freqüentes, nos anos que se seguiram, as reclamações da imprensa acerca de sua má conservação, do crescimento de mato entre os jazigos, de mau cheiro, de falta de iluminação e da precariedade das condições de segurança para o trabalho de funcionários e legistas. No início de 1.981 sua frente recebeu iluminação. Em 1.983 o necrotério foi reformado e equipado.

O decreto 295, de 2/1/76, que aprovou o regimento interno dos serviços da Prefeitura, fixou no artigo 42 as atribuições do encarregado do Cemitério.

Em setembro de 1.985 a Vereadora Marilda Signoretti chegou a pedir ao Executivo a construção de novo cemitério, sem túmulos. Alegou que o da Saudade estava quase lotado e que a parte baixa, única disponível,

em grande declive, sofria muita erosão pelas chuvas,

> *"o que faz com que seja comum encontrar-se ossos caídos na rodovia que fica logo abaixo"*.

A portaria 397, de 11/11/85, desvinculou o Cemitério da Chefia de Serviços Urbanos, subordinando-o diretamente ao Gabinete do Prefeito. Em 1.990 ele teve o interior iluminado. Em 1.993 passou por reforma e limpeza gerais; a capela e o necrotério foram reparados, e recebeu nova pintura. No ano seguinte algumas ruas internas foram calçadas. Em 1.998 foram nele abertas duas novas quadras.

Cesarino de Freitas foi o encarregado da Necrópole de 2/1/44 até aposentar-se, em 31/7/67. Em tal data nomeou-se para suceder-lhe Olinto Andrade. José Fernando Scalco (Piolinha) ocupou o posto por alguns meses, em 1.979, 1.981 e 1.986. Aposentado Olinto em 15/5/91, no final do mesmo mês foi transferida para a chefia do Cemitério Maria Aparecida dos Santos, filha do primeiro. Dedicada e expansiva, ela se tornou destaque nacional, entrevistada por jornais e televisões de várias partes do País. Elegeu-se vereadora em 1.996. Por muitos anos lá trabalhou como coveiro Elpídio Costa, falecido em 1.986. Também João Batista do Espírito Santo exerceu tal função, na década de oitenta e início da seguinte.

4 - **O Cemitério de Douradinho**.

Segundo Saturnino da Veiga, teria sido um sepultamento o início da povoação de Douradinho. Narra ele que Maria Leite e seus irmãos, tendo visto morrer o pai, Silvestre Leite, afogado no Sapucaí, mandaram enterrá-lo no lugar em que depois se edificou a Matriz. Ao redor da cova, assinalada com uma cruz, surgiram as primeiras habitações da Vila.

Certo é que em 1.804 já existia lá um cemitério, de acordo com a obra "*Diocese de Pouso Alegre*". Não encontrei a provisão eclesiástica que permitiu construí-lo.

Em 12 de março de 1.821 o bispo de São Paulo autorizou o pároco de Douradinho a visitar e benzer cemitério feito na Escaramuça, então pertencente àquela Freguesia.

O "*Almanach Sul-Mineiro para 1874*" limitou-se a registrar que a Paróquia possuía um cemitério público. O de 1.884, lamentando o descaso da Província com Douradinho, ponderou que ela

> *"ao menos podia fornecer-lhe meios de concluir o fecho do cemiterio, que tem muro em tres lados e cêrca de madeira em um"*.

Tais palavras encontraram eco, pois a lei estadual 3.311, de 31 de agosto de 1.885, autorizou o Executivo a despender dois contos de réis, divididos em partes iguais, com obras nos cemitérios de Três Pontas, São Joaquim da Serra Negra, Barranco Alto e Douradinho.

Os muros do Cemitério receberam "retoques" em 1.888, na administração de Pimentel Sobrinho. Em 1.905 estavam de novo estragados, pois a resolução da Câmara 109, de 12 de abril, permitiu a seu presidente mandar consertá-los.

O Cemitério é paroquial, e se localiza em terreno possuído pela Arquidiocese de Pouso Alegre, com 1.569,61 m2..

A lei municipal 977, de 11 de agosto de 1.994, autorizou o Executivo a assinar convênio com a Arquidiocese, para administração dele. Consta de sua justificativa que, até então, era administrado pela Paróquia de Carvalhópolis, a qual não tinha condições de manter funcionário para cuidar dele. Por isso os sepultamentos se faziam de modo improvisado, graças apenas à boa-vontade dos moradores da Vila. Como o Cemitério necessitasse de cuidados permanentes, o pároco solicitou que o Município assumisse o seu controle. O convênio foi assinado na mesma data da lei, por prazo indeterminado, e transferiu a responsabilidade pela administração da Necrópole ao Município. Este passou a arcar com as despesas inerentes ao imóvel e a sua destinação.

Até há pouco tempo, o fabriqueiro da Igreja era responsável pelo Cemitério e pela guarda das ferramentas para abertura das covas. Foram fabriqueiros, entre outros, José Flávio de Morais, Joel Pereira, Osmar Maciel e sua esposa Angelina Martins Maciel. Não havia coveiros, e qualquer morador do Distrito fazia os sepultamentos. A partir de 1.995, a encarregada do Cemitério da Saudade, Maria Aparecida dos Santos, passou também a cuidar dele, sem designação oficial para tanto.

5 - **O Cemitério da Fazenda do Centro**.

É a única necrópole sita na zona rural do Município. Ignora-se quando foi construída. No registro paroquial das terras de João Custódio Dias (em suas imediações) já se faz referência ao "córrego do Cemitério". O livro respectivo foi escrito entre 1.855 e 1.857, o que indica ser aquela de data anterior. O mais remoto sepultamento anotado em suas lápides data de 1.895.

Abriga os restos mortais de membros das velhas famílias machadenses Souza Dias, Teixeira e Westin; de seus vizinhos, empregados e escravos. Fica na Fazenda do Centro, que pertenceu ao Dr. Roque de Souza Dias, à margem da rodovia que liga Machado a Alfenas, próximo da divisa dos dois municípios.

Tem 21m30 na frente e nos fundos, e 21m36 da frente aos fundos. Cerca-a muro de tijolos, pintado de branco e coberto de telhas, com altura em torno de 1m90. Na frente, em feitio de capela, há pequena construção retangular, com telhado e forro, e portão duplo de grade de ferro, sem janelas. No seu interior estão os quatro túmulos principais, encimados por lousas de mármore branco ou material símil. Na extremidade direita da parte frontal, portão de grade de ferro dá acesso a um corredor, em que se acham dois sepulcros. Na área interna, que não tem calçamento, encontram-se mais cinco jazigos.

Atendendo a proposta do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico, o Governo Municipal tombou o Cemitério pelo decreto 1.225, de 30 de novembro de 1.994. Sua guarda e conservação estiveram por vários anos a cargo de Sebastião de Souza Dias, residente em Alfenas. Após o tombamento, passou a zelar também por ele (sem designação oficial) Maria Aparecida dos Santos, encarregada do Cemitério da Saudade.

6 - **Necrotérios e Velórios**.

Apenas como curiosidade, registre-se o que dispunha o artigo 225 do Estatuto Municipal (lei 5, de 26/1/1.899) sobre velórios:

> *"Fica expreçamente prohibido o ajuntamento de gente em casa onde tenha fallecido qualquer pessoa, desde que, sobre pretesto de guardar o defunto, entoem cantos religiosos em voz alta. O dono da casa fica sugeito a multa de 10$000 ou a 68 horas de prisão, quando não possa pagal-a."*.

A necessidade de o Município contar com necrotério e velório adequados foi sempre salientada pela imprensa e pelos vereadores.

Em novembro de 1.980 noticiava-se que o necrotério do Hospital, acanhado e impróprio, vinha servindo de velório. Em junho de 1.981 o Nosocômio iniciou a construção de um velório e de novo necrotério, em área anexa.

O sepulcrário da Cidade possuía necrotério, em que se faziam autópsias. Foi reformado algumas vezes, tendo em 1.983 recebido mesas e pias. A despeito disso, continuou desaparelhado.

Em 1.993 o Rotary Club iniciou a construção do Velório Municipal, ao lado do Cemitério da Saudade, com apoio do Município, que também cedeu o terreno. O Arquiteto Eduardo Camargo Neto e o Engenheiro Joaquim Paulino da Costa Neto foram os responsáveis pela obra, inaugurada em 24 de outubro de 1.995. Durante sua execução desativou-se o velório do Hospital, que estava em más condições, e foi reformado para pronto-socorro.

7 - **Funerárias**.

A lei local 100, de 20 de julho de 1.927, concedeu privilégio à Santa Casa para exploração do serviço funerário. Sua empresa que executava o serviço ainda existia em 1.961: a lei 340, de 19 de agosto, abriu crédito especial para pagar-lhe. Localizava-se na esquina das ruas Barão do Rio Branco e Tenente Antônio Moreira.

O jornal "*O Machadense*", em junho de 1.934, estampou propaganda da oficina mecânica "*Santo Antônio*", de Estevam P. dos Santos, com serviço funerário anexo. O mesmo jornal, em abril e julho de 1.940, publicou anúncio de empresa funerária localizada na Rua Coronel Flávio, 159.

O decreto-lei 61, de 26 de dezembro de 1.942, autorizou a aquisição de carro fúnebre, de Isaltino Gonçalves Mendes. Tinha na carroceria decorações de madeira entalhada, e esteve em atividade até a década seguinte.

O Código de Posturas de 1.948 dispôs sobre o serviço funerário nos artigos 547 a 558. Tratou das condições para a exploração, da obrigatoriedade de desinfecção dos seus utensílios, da ornamentação das salas mortuárias e das taxas devidas à Prefeitura. Fixou prazos para o fornecimento de caixões e para chegada do veículo fúnebre ao velório. Proibiu que os coches, féretros e outros materiais utilizados no serviço fossem mantidos à vista do público, nos depósitos.

A lei 441, de 4 de dezembro de 1.963, autorizou abertura de concorrência para exploração do serviço funerário. Aboliu a exclusividade, facultando a concessão a mais de uma empresa. Foi revogada pela lei 226, de 19 de julho de 1.975, que disciplinou a questão.

Por volta de 1.965 entrou em atividade a **Funerária São Sebastião**, de Graciano Ferreira de Carvalho, depois administrada por seu genro Ernani Pereira Neves. Localizava-se na Rua Arthur Xavier Pedroso e, mais tarde, na Rua Aírton Rodrigues. Funcionou até o final da década de oitenta, ou início da seguinte. Em 1.973 havia na Rua Coronel Francisco Vieira, 132, a **Empresa Funerária "Caminho do Céu"**, de Arcy Ramos, cuja duração ignoro.

O Município, em maio de 1.981, expediu edital para licitação do serviço funerário. A concessão seria pelo prazo de quinze anos, sem exclusividade ou privilégio de qualquer natureza. O concessionário deveria prestar também serviços referentes às cerimônias religiosas e ao registro civil.

Em 1.983 estava em atividade a **Empresa Funerária Machadense**, pertencente a Alair Ramos e Benedito Inácio de Carvalho, localizada na Avenida Santa Cruz, 14. Em dezembro daquele ano passou ao comando de Izinésio Campos Moreira, seu proprietário até hoje.

Em março de 1.991 havia na Cidade apenas uma funerária. Ivan Teixeira Nobre, José Arnaldo Lago Cavalcante e Luiz Antônio de Paula pediram a instalação de outra, denominada "**Bom Jesus**". A lei 842, de 4 de junho do ano seguinte, autorizou abertura de nova concorrência para exploração do serviço. Expediu-se edital para credenciamento das empresas interessadas, que deveriam fornecer gratuitamente no mínimo três caixões para indigentes por mês.

No início de 1.993 estava montada a **Funerária São Benedito**, na Avenida Santa Cruz, 169. Pertencia a Amaury C. Brancaglione, e durou pouco tempo.

Em 1.996 instalou-se aqui filial da **Funerária São Pedro**, com matriz em Alfenas. Localizada a princípio na Rua Tiradentes, 474, no ano seguinte foi para a Barão do Rio Branco, 77, e, em junho de 1.998, para a Arthur X. Pedroso, 636.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de atas ns. 1, 3 e 10;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 4, 5, 6, 7, 9, 10, 17 e 22;
3 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - "Registro de Provisões e outros papéis - 1818/1827" - pág. 53 (localização: 1-2-37);
4 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - "Registro de Provisões e mais papéis da Câmara Episcopal - 1851/1857" - págs. 42v./43 (localização: 1-2-26);
5 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - "Registro de Provisões - 1872/1875" - pág. 93 (localização: 1-2-32);
6 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado - "Segundo Livro de Tombo - 1.916/1.967" - págs. 23/24;
7 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos e portarias ns. 6, 15 e 16;
8 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de leis e decretos ns. 3, 4 e 5;
9 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de leis e resoluções nº 6;
10 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de decretos nº 15;

11 - Arquivo Público Machadense - livro 63: “Leis da Câmara Municipal - 1898 a 1912”;
12 - Arquivo Público Machadense - livro 64: “Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919”;
13 - Arquivo Público Machadense - livro 65: “Leis da Câmara Municipal - 1912 a 1932”;
14 - Arquivo Público Machadense - livro 168: “Registro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Santo Antônio do Machado - 1883 a 1892” - págs. 48v./49, 69v./70v. e 78v.;
15 - Arquivo Público Machadense - proposta de tombamento do Cemitério da Fazenda do Centro;
16 - Arquivo Público Mineiro - Registros Paroquiais - códice nº 4 - “São José e Dores dos Alfenas - 1855/1857” - registro nº 126 - pág. 58;
17 - “Folha Machadense” ns. 58 - 18/5/1.975 - pág. 8;
115 - 11/7/1.976 - pág. 3;
133 - 14/11/1.976 - pág. 5;
141 - 9/1/1.977 - pág. 8;
226 - 13/9/1.978 - pág. 5;
329 - 29/11/1.980 - pág. 8;
352 - 16/5/1.981 - pág. 8;
357 - 20/6/1.981 - pág. 1;
459 - 16/7/1.983 - pág. 12;
480 - 10/12/1.983 - pág. 14;
571 - 5/10/1.985 - pág. 1;
809 - 7/7/1.990 - pág. 7;
843 - 16/3/1.991 - pág. 12;
905 - 30/5/1.992 - pág. 1;
906 - 6/6/1.992 - pág. 5;
916 - 15/8/1.992 - pág. 1;
950 - 24/4/1.993 - pág. 3;
974 - 30/10/1.993 - pág. 12;
1014 - 13/8/1.994 - pág. 6;
1026 - 5/11/1.994 - pág. 14;
1034 - 31/12/1.994 - pág. 8;
1035 - 14/1/1.995 - pág. 7;
1044 - 18/3/1.995 - pág. 16;
1058 - 24/6/1.995 - pág. 8;
1059 - 1/7/1.995 - pág. 7;
1075 - 21/10/1.995 - págs. 1 e 7;
1077 - 4/11/1.995 - pág. 7;
1095 - 16/3/1.996 - pág. 1;
1129 - 9/11/1.996 - pág. 1;
18 - informações pessoais de Izinésio Campos Moreira e Jesualdo Maciel;
19 - Livro da Lei Mineira - 1.885 - tomo LII, parte 1ª, folha nº 1;
20 - Livro da Lei Mineira - 1.886 - tomo LIII, parte 1ª, folha nº 8, págs. 150 a 152;
21 - Livro de Registro de Atas da Assembléia Geral e da Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Santo Antônio do Machado (atas de 1/8/1.940 e 29/1/1.950);

22 - “Machado-Jornal” nº 62 - 3/3/1.929 - pág. 3;
23 - “O Machadense” ns. 104 - 2/6/1.934 - pág. 15;
127 - 20/12/1.934 - pág. 2;
139 - 14/3/1.935 - pág. 1;
400 - 11/4/1.940 - pág. 2;
? - 11/7/1.940 - pág. 4;
925 - 24/1/1.965 - pág. 6;
123 - 15/7/1.973 - pág. 4;
24 - “Siga em Frente” ns. 53 - 23/4/1.994 - pág. 3;
54 - 30/4/1.994 - págs. 1 e 6;
2 - 12/4/1.996 - págs. 1 e 6;
25 - “Transparência” nº 3 - jan./março de 1.999 - pág. 6;
26 - “Tribuna Machadense” ns. 5 - 15/3/1.980 - pág. 3;
6 - 29/3/1.980 - pág. 3;
27 - 24/1/1.981 - pág. 1;
99 - 27/10/1.984 - pág. 1.

B - **secundárias**

1 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanach Sul-Mineiro para 1874” - Typographia do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.874, págs. 145, 162 e 163;
2 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanak Sul-Mineiro para 1884” - Typographia do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.884, págs. 230 e 242;
3 - Carlos Legnani - “Histórias da Nossa História”, caps. II e V - na “Revista do 1º Centenário de Machado”, nº 2, pág. 1, e nº 5, págs. 1, 3 e 6;
4 - Cônego João Aristides de Oliveira - “Diocese de Pouso Alegre - 1950 - Ano Jubilar” - sem menção de autor, data e editora - pág. 112;
5 - J. Andrade Ferreira - “O Apóstolo de Caldas” - edição da Gráfica Renascença, Pedro Guido Pucci, Franca, SP - distribuição da Editora Presbiteriana - sem data, págs. 59/60;
6 - João Rodrigues de Carvalho - “História de Machado” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 28, 37, 39 e 53;
7 - Manoel F. Pinto Pereira - “O Sul de Minas - Almanach moderno, de Propaganda e Estatistica dos Municipios Sul-Mineiros” - fascículo 2º, pág. 15;
8 - Olímpio Abrão - crônicas “A inauguração do Cemitério da Saudade” e “Era o João Tristão” - no livro “Crônicas de Olímpio Abrão” - sem menção de data e editora;
9 - Plínio Motta - “Meu Caixão Funerário” - na “Revista do 1º Centenário de Machado” - nº 5, pág. 19;
10 - Wanderley dos Santos - “Aspétos Históricos do Município de Machado M.G.” - trabalho datilografado inédito, págs. 8/11.

****

A LIMPEZA PÚBLICA

1) - A regulamentação.
2) - O serviço.
3) - Os depósitos de lixo.

****

1 - **A regulamentação**.

O antigo Código de Posturas de 1.886, tantas vezes lembrado, continha, nos artigos 27 e seguintes, diversas normas sobre limpeza pública. Proibia, sob pena de multa, que se lançassem nas ruas animais mortos ou moribundos e quaisquer imundícies, e que se fizessem nelas estrumeiras. Obrigava os moradores a conservar limpas as testadas de suas casas e quintais, bem como (exceto os do subúrbio) a manter rebocadas e caiadas as paredes exteriores das residências e muros "*que enfrentarem com as ruas*", e a renovar a caiação quando estivesse em mau estado. Vedava empachar as ruas com materiais ou entulho, salvo em caso de urgência ou de necessidade pública ou particular, mediante prévia licença. O artigo 64 proibia conservar nas povoações chiqueiros, latrinas descuidadas, curtumes ou outros gêneros de manufaturas ou serviços que incomodassem pelo mau cheiro.

O decreto-lei 3, de 3/1/38, entre outras disposições, cuidou da colocação de lenha, toras de madeira e materiais de construção nas ruas, e vedou a ferragem de animais e carros nelas. O decreto-lei 4, da mesma data, proibiu o lançamento de lixo e detritos nas vias públicas; a instalação de chiqueiros, fábricas de sabão, curtumes e assemelhados no perímetro urbano; a estagnação de águas servidas, pútridas e infectas em quintais, bem como seu escoamento para as ruas ou terrenos vizinhos. Permitiu a instalação de estábulos, cocheiras e estrebarias apenas no perímetro suburbano. Exigiu asseio em terrenos

e dependências das moradias; tratou do enterramento de animais mortos e da higiene das fossas.

O Código de Posturas de 1.948 impôs fosse o lixo das habitações recolhido em vasilhas apropriadas, metálicas, de tipo aprovado pela Saúde Pública do Estado, providas de tampas. Deixou por conta dos particulares a remoção de galhos de árvores e resíduos de fábricas, oficinas, cocheiras ou estábulos. Cuidou do empachamento e da limpeza de vias e logradouros públicos.

A lei 220, de 29/10/57, autorizou a construção de silos para o tratamento do lixo domiciliar.

Os Códigos de Posturas de 1.975 e 1.985 trataram também da limpeza dos passeios, vias e logradouros públicos; dos terrenos, edificações e estabelecimentos particulares.

O Código de Vigilância Sanitária (lei 832, de 8/4/92) e seu regulamento (decreto 1.144, de 27/10/93) cuidaram da coleta e disposição do lixo. Determinaram que se processem sem afetar a estética e sem trazer inconvenientes à saúde e ao bem-estar dos indivíduos. Impediram o uso dele "*in natura*" para alimentação animal; vedaram seu depósito diretamente sobre o solo, sua queima ao ar livre e seu lançamento em águas de superfície. Dispuseram sobre a destinação e o acondicionamento do lixo séptico. Trataram da higiene dos terrenos e quintais.

A lei 1.160, de 25/6/1.998, criou taxa de limpeza de terrenos baldios no perímetro urbano.

2 - **O serviço**.

Não há notícia do modo de execução do serviço em épocas mais remotas.

Em 1.941, conforme o "*Álbum dos Municípios do Estado de Minas Gerais*", eram servidos pela limpeza pública 447 prédios na Cidade.

De início, a coleta e a remoção de lixo se faziam em carroças de tração animal. A aquisição de uma delas foi autorizada por decreto-lei (104, de 12/12/47).

Em março de 1.963 a administração municipal efetuou grande operação-limpeza, para desentupir bueiros e retirar das ruas dejetos e materiais de construção.

Algumas vezes, como em 1.965 e 1.977, o Executivo

e clubes de serviço colocaram na área central da Cidade cestas coletoras de lixo que, danificadas, não tiveram substituição.

Em 1.974 o Município adquiriu para o serviço caminhão com equipamentos especiais. Um ano depois foi aumentada a frota de coletores de lixo. Em 1.979 utilizavam-se caminhões não aparelhados para a coleta, e a lei 366, de 23 de fevereiro, autorizou a compra de veículo compressor, que reduzia o volume do lixo. Ele passou a operar na área central, servindo o outro caminhão na periferia da Cidade.

No final de 1.986 pela primeira vez se utilizaram mulheres no serviço de limpeza pública: passaram a trabalhar na área central Aparecida Fidélis e Francisca Rita Viana. Em 1.989 o Executivo só tinha três elementos para todo o serviço de capina, poda, coleta de lixo e desentupimento de bueiros.

No início de 1.990 a Prefeitura dispunha de três caminhões coletores de lixo, e contratou 25 homens para limpeza urgente das ruas.

Como fruto da preocupação crescente com a ecologia, algumas escolas tentaram, na última década, interessar os alunos e a comunidade em programas de coleta diferenciada e reciclagem de lixo. A APAE, em 1.993, e o Colégio Universitário, em 1.995, realizaram campanhas em caráter experimental, que não tiveram continuidade.

Em 1.998 o Município tentou resolver o problema do lixo hospitalar. Adquiriu um incinerador e, autorizado pela lei 1.169, de 21 de agosto, firmou convênio com a Santa Casa para montá-lo em área dela. A lei 1.170, cinco dias depois, definiu esse tipo de lixo, e tornou obrigatórios seu acondicionamento em sacos plásticos resistentes e sua entrega no local da incineração por hospitais, centros de saúde, consultórios, laboratórios e congêneres. Estabeleceu que as cinzas devem ser coletadas e encaminhadas ao depósito de lixo. Logo depois houve muitas críticas ao local de instalação do equipamento, considerado impróprio pela proximidade de residências, órgãos de saúde, escolas e creche.

No segundo semestre de 1.998 o Município comprou novo caminhão de coleta de lixo.

Em Douradinho, a coleta começou no governo de José Carlos Vilela. Antes, o lixo era jogado em qualquer lugar: terrenos baldios, pastos, beira de estradas. De início, a Prefeitura colocou-o num buracão próximo da Vila, mas, ante a oposição do proprietário, passou a levá-lo para a Cidade. O recolhimento, em caminhão, se fazia uma vez por semana.

3 - **Os depósitos de lixo**.

Nas décadas de 1.950 e 1.960 o lixo da Cidade era

despejado na antiga saída para Alfenas, onde depois se construiu a usina de asfalto. Ao menos entre 1.975 e 1.977 ele foi depositado entre o Cemitério e o Campo Experimental. Em meados de 1.977 o Bairro Bom Jesus não era servido por caminhões coletores, e seus habitantes o estavam despejando na Jacutinga. No final do mesmo ano era também jogado em terreno baldio da Avenida Dr. Feliciano Vieira, e nos fundos da Av. Arthur Bernardes, próximo do Minas Hotel. Faziam-se constantes as reclamações pelo mau cheiro, sujeira e presença de animais naqueles lugares.

Em janeiro de 1.978 anunciou-se que o problema seria solucionado com a cessão ao Município, por Paulo Teixeira, de área localizada no km. 6 da Rodovia Machado-Paraguaçu. Nela deveria concentrar-se todo o lixo da Cidade, com aterro dos depósitos do Cemitério e da antiga Estação. Ignoro se o local chegou a ser utilizado.

De 1.983 a 1.989 o Executivo despejou o lixo logo após a Ponte Preta, na margem esquerda do Rio Machado (Barreiro), perto das casas populares e do Matadouro, o que causou muitas críticas. Em épocas de cheia o local se alagava, e as águas espalhavam dejetos e mau odor.

Em 1.989, mediante compromisso de cessão firmado com Devanil José Nery, o Município passou a utilizar área de 600 m2. no Bairro dos Ritas, a cinco quilômetros da Cidade, como depósito de lixo. Apesar do uso de silos e de cobertura semanal, os problemas lá continuaram, gerando reclamações de vizinhos. Denunciou-se que o cedente criava porcos no "lixão" e vendia sua carne aos açougues, além de liberar gases tóxicos com a queima de detritos. A situação permaneceu inalterada até 1.995.

Em 1.989 e 1.990 tentou-se, sem sucesso, parceria com as prefeituras de Alfenas e Poço Fundo, para implantar usina de processamento que permitisse a transformação do lixo em adubo.

No início da década de noventa funcionou também depósito clandestino na Avenida Renato Azeredo, em local destinado a aterro. Os próprios caminhões da Prefeitura lá despejavam lixo, que era queimado à noite.

A lei 1.016, de 28 de março de 1.995, autorizou a aquisição de imóvel pertencente a Maria da Silva Soares, no lugar denominado "Aleluia", próximo da Rodovia Machado-Paraguaçu, para depósito de lixo. O decreto 1.240, da mesma data, declarou-o de utilidade pública, e a desapropriação foi feita amigavelmente. Trata-se de terreno com 19,36 hectares de mata nativa e cerrado, em que o Município desmatou meio hectare para colocação do lixo. Em julho seguinte começou o uso dele, contra o qual, no mesmo mês, vizinhos pediram providências à Promotoria de Justiça, alegando desmatamento irregular e poluição de nascentes. Instaurou-se inquérito civil, instruído com laudo pericial e relatório da Fundação Estadual do Meio-Ambiente, que apontaram risco de proliferação de doenças e de poluição do ar, do solo e de curso d'água. Com base nele,

o Ministério Público ajuizou contra o Município ação civil pública ambiental (processo 4.078), e pediu liminarmente a interdição do depósito, negada pelo Juiz. A perícia ressaltou que o lixo era depositado a céu aberto, sem cuidado com o meio-ambiente. Disse que a área, de vegetação arbórea, serve de recarga à nascente do ribeirão que fica a 200 metros da parte mais baixa da área desmatada, e que a vegetação existente no local era essencial à mantença do lençol freático. Sustentou a necessidade de impermeabilizar as valas, para evitar a contaminação pelo "chorume" (efluente líqüido da decomposição do lixo), de alta potencialidade poluidora. Acrescentou que elas não recebem cobertura de terra com a periodicidade mínima exigida, nem têm dispositivo que propicie o desvio das águas pluviais. Notou a falta de tubos para facilitar a saída de gases. Apontou até risco à segurança de vôo no aeródromo local, por causa de urubus e outras aves que freqüentam o "lixão". A sentença, em novembro de 1.998, acolheu as conclusões técnicas, notou não ter havido licença da FEAM e do COPAM para o empreendimento, e julgou procedente a ação. Condenou o réu a abster-se de depositar o lixo na área, sob pena do pagamento de multa diária de 20 salários-mínimos; a removê-lo para local adequado e a replantar lá mudas de árvores nativas, de variada espécie e em número suficiente, no prazo de trinta dias, sob a mesma cominação.

Em 1.996 o Município celebrou convênio com a Universidade Federal de Viçosa e o Centro de Ensino de Extensão, a fim de implantar usina de reciclagem e compostagem para tratamento do lixo domiciliar. Ele foi aprovado pelo decreto legislativo 34, de 13 de maio do mesmo ano. Em meados do ano concluiu-se o projeto, a cargo do Professor João Tinoco Pereira. Foi estimado o custo de R$150.000,00 para usina com capacidade de processar quinze toneladas de lixo por dia. O Prefeito anunciou que estava mantendo contato com órgãos públicos para financiá-lo, e no ano seguinte o Município se credenciou para receber recursos do programa "Estado Limpo" do Governo mineiro. Não foi executado por falta de verba.

Nos anos de 1.996 e 1.997 denunciou-se ainda a existência de depósitos clandestinos de lixo nas avenidas Dr. Feliciano Vieira e Oscar de Paiva Westin.

Enquanto isso, o aterro da "Aleluia" continuava funcionando, ainda com mau cheiro e perigo à saúde pública. No final de novembro e início de dezembro de 1.998 espalhou-se nele um incêndio, que, embora de baixa intensidade, não foi contido pela chuva nem por revolvimento de máquina de esteira.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 5, 9, 16, 18, 20 e 22;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - pasta de decretos legislativos;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro nº 6 de leis e resoluções;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro nº 4 de leis e decretos;
5 - Arquivo do Fórum da Comarca de Machado - autos do processo 4.078 - ação civil pública ambiental proposta pelo Ministério Público contra o Município de Machado;
6 - Arquivo Público Machadense - pasta de leis municipais de 1.996;
7 - "Folha Machadense" ns. 13 - 16/6/1.974 - pág. 1;
59 - 25/5/1.975 - pág. 8;
102 - 11/4/1.976 - pág. 10;
167 - 3/7/1.977 - pág. 10;
168 - 10/7/1.977 - pág. 10;
179 - 2/10/1.977 - pág. 10;
190 - 24/12/1.977 - pág. 24;
193 - 16/1/1.978 - pág. 10;
247 - 25/2/1.979 - pág. 8;
257 - 6/5/1.979 - pág. 1;
355 - 5/6/1.981 - pág. 3;
462 - 6/8/1.983 - pág. 12;
628 - 22/11/1.986 - pág. 3;
739 - 18/2/1.989 - pág. 7;
744 - 25/3/1.989 - pág. 12;
784 - 13/1/1.990 - pág. 7;
786 - 27/1/1.990 - págs. 1 e 5;
787 - 3/2/1.990 - pág. 5;
907 - 13/6/1.992 - pág. 8;
915 - 8/8/1.992 - pág. 2;
950 - 24/4/1.993 - pág. 5;
952 - 8/5/1.993 - págs. 1 e 12;
1046 - 1/4/1.995 - pág. 7;
1047 - 8/4/1.995 - pág. 6;
1065 - 12/8/1.995 - pág. 7;
1083 - 16/12/1.995 - pág. 1;
1084 - 23/12/1.995 - pág. 7;
1089 - 3/2/1.996 - págs. 1, 2, 7;
1091 - 17/2/1.996 - pág. 8;
1108 - 15/6/1.996 - págs. 1 e 9;
1219 - 29/8/1.998 - págs. 12, 13;
1224 - 3/10/1.998 - pág. 2;
1226 - 17/10/1.998 - pág. 14;
1230 - 14/11/1.998 - pág. 5;

1233 - 5/12/1.998 - págs. 2 e 25;
1234 - 12/12/1.998 - págs. 13 e 28;
8 - informações pessoais de Jesualdo Maciel;
9 - Livro da Lei Mineira - 1.886 - tomo LIII, parte 1ª, folha nº 8, págs. 147, 148 e 152;
10 - "O Acadêmico" nº 1 - 26/4/1.996 - pág. 5;
11 - "O Machadense" nº 909 - 24/2/1.963 - págs. 1 e 3;
12 - Pedro E. Vallim - "Álbum dos Municípios do Estado de Minas Gerais" - 1º volume - "A Orientadora", São Paulo, 1.941, pág. 136;
13 - "Siga em Frente" ns. 49 - 26 a 29/1/1.994 - págs. 1 e 3;
1 - 29/3/1.996 - págs. 1 e 8;
26 - 24/7/1.997 - págs. 1 e 4;
32 - 15/10/1.997 - págs. 1 e 7;
14 - "Transparência" nº 2 - set. de 1.998 - págs. 5 e 10.

****

O MATADOURO MUNICIPAL

1) - No final do século XIX.
2) - Na primeira metade do século XX.
3) - Na segunda metade do século XX.

****

1 - **No final do século XIX**.

Em abril de 1.884 Joaquim Pio de Souza Moreira requereu à Câmara licença para construir um matadouro público. A Comissão de Obras, porém, entendeu não ser aquela competente para deferir o pedido.

Em outubro do mesmo ano, os vereadores designaram para abate de gado os fundos da casa de Gustavo Fulgêncio Carneiro, junto do engenho de serra, proibindo que fosse feito noutros lugares. Algum tempo depois, o proprietário do terreno não quis mais que lá se executasse o serviço, e em fevereiro de 1.886 ele foi transferido para o pátio da Delegacia de Polícia. Ficou pouco no novo local, por causa da oposição do Delegado.

A Câmara, em janeiro de 1.885, lançou a idéia da criação de um matadouro público em Três Corações, para todas as reses da zona criadora sul-mineira destinadas à Corte. Vários municípios aderiram à proposta.

Nosso primeiro Código de Posturas, de 1.886, previu no artigo 70 a construção pela Câmara, em lugar conveniente à salubridade pública, de curral do Conselho, que servisse ao mesmo tempo de matadouro público,

> *"cercado de muro, contendo um rancho, agua potavel, se for possivel, e quando não, um cocho para agua".*

Determinou que ele se conservaria limpo, que sua chave seria guardada pelo fiscal, e que o carniceiro teria especial cuidado em não amontoar despojos das reses mortas de uns para outros dias, sob pena de multa. Estabeleceu diversas normas para o abate nos artigos 72 a 75, 77 e 93.

A resolução da Câmara 16, de 10 de outubro de 1.898, determinou a construção de um matadouro público no fim da Rua Astolpho Pio, à margem da Jacutinga. Ele só foi concluído em 1.901, na gestão do Dr. Flávio de Salles Dias. A lei 7, de 10/10/1.899, baixou seu regulamento, destinando-o apenas ao gado vacum. Criou o cargo de administrador dele, anexado ao de fiscal da Cidade. Em 17 artigos dispôs sobre a entrada, o registro, o exame e o abate das reses.

Conforme esclareceu Carlos Legnani,

> *"Até então, as rêzes, cuja carne era vendida a quinhentos reis o quilo, eram abatidas presas a um tôco, pelo Tonico Soares e João Bernardes, em um terreno baldio da Rua da Mocóca ou á rua 13 de Maio, hoje D. Hugo."*.

2 - **Na primeira metade do século XX**.

A lei 17, de 17/10/02, suprimiu o cargo de administrador do Matadouro, atribuindo suas funções ao fiscal da Cidade. A lei 44, de 16/11/11, ordenou a feitura do abate só depois de apresentado o talão que provasse o pagamento do respectivo imposto. A lei 50, de 20/10/12, abriu crédito para pôr em execução a lei 7/99, e determinou o arrendamento do Matadouro a quem mais vantagens oferecesse, em benefício do prédio e suas dependências. Previu a construção, em anexo ou no lugar mais conveniente, de um mangueiro, no qual poderia ser conservado o gado suíno, ficando sua alimentação a cargo do proprietário. A resolução 228, de 7/12/14, prorrogou o prazo para execução da lei 50/12, na parte referente ao matadouro de porcos, até que este fosse construído.

Segundo o "*Annuario Estatistico*" da Secretaria da Agricultura, em 1.921 foram abatidos no Matadouro Municipal 130 bovinos, não havendo registro do sacrifício de suínos, ovinos e caprinos. Já em 1.923 se assinalou o abate de 1.080 bovinos, 1.800 suínos e 96 caprinos.

As leis orçamentárias 108, de 26/9/27, e 119, de 30/11/29, contiveram tabelas de preços dos serviços do Matadouro. A lei 111, de 20/1/28, voltou a regular as atividades da repartição em estudo, estabelecendo novas regras para o abate. Impôs que o transporte da carne fosse feito em veículo público. Determinou que trabalhassem no local um magarefe e um administrador, de livre nomeação do presidente da Câmara. O primeiro, encarregado de matar e esfolar, teria o ordenado mensal de trezentos mil réis. O segundo, com as atribuições de zelar pelo prédio, fazer sua limpeza e o registro de entrada dos animais,

receberia a metade do salário daquele.

O "*Machado-Jornal*", em março de 1.929, denunciou a falta de higiene no Matadouro e no Mercado, "*verdadeiros ranchos*" que exigiam remodelação completa. Ressaltou a necessidade da compra de carroção para o transporte de carne verde.

O decreto 4, de 27/1/31, determinou que os serviços do Matadouro fossem postos anualmente em hasta pública, e arrematados por quem mais vantagens oferecesse. Tratou do abate das reses, do transporte da carne e, por atribuir ao arrematante todas as suas funções, suprimiu os cargos de magarefe e administrador.

O Abatedouro não chegou a transferir-se à atividade privada. Fausto Motta foi nomeado fiscal dele em janeiro de 1.933, e exonerado sete meses depois. O cargo, ocupado em seguida por José de Carvalho Leite, foi extinto pelo decreto 59, de 1/8/35, que determinou o acúmulo de suas atribuições pelo fiscal do Mercado.

Em data que ignoro houve concorrência para exploração dos serviços do Matadouro, mas ela foi anulada pelo decreto-lei 1, de 20/12/37, que determinou a abertura de outra. O Código Tributário de 1.936, o decreto 2, de 4/1/38, e a lei 13, de 3 de novembro do mesmo ano, alteraram a tabela de preços da repartição.

Em 15 de janeiro de 1.939 Alcides Augusto de Souza assumiu a administração do Matadouro, que exerceu até aposentar-se, em 31 de março de 1.967. Antônio Soares entrou no exercício do cargo de magarefe em julho de 1.943.

O decreto-lei 53, de 12/6/1.942, lotou no Matadouro dois funcionários: o magarefe, a quem cabia o abate das reses, e o encarregado. Este, entre outras, tinha as atribuições de organizar a estatística do serviço, zelar pela higiene do local, proibir a matança de animais suspeitos de doença, recolher as quantias arrecadadas, fiscalizar o material usado no transporte da carne, e aplicar penalidades aos infratores do regulamento do órgão.

O Código de Posturas de 1.948 dispôs sobre o assunto em exame nos artigos 469 a 513. Disciplinou a localização, a instalação e o funcionamento de matadouros. Cuidou do abate, da inspeção sanitária, do transporte e abastecimento de carne verde.

A lei 35, de 31/10/49, dispôs sobre a reforma do Matadouro.

3 - **Na segunda metade do século XX**.

Leis diversas, nesse período, autorizaram a aquisição de terreno e a construção de novo prédio para o Matadouro (254, de 30/10/58; 283, de 23/11/59; 327, de 29/11/60; 348, de 29/11/61; 433, de 4/12/63; 516, de 1/12/65; 538, de 2/12/66). Outros textos legais reajustaram o valor das taxas de seus serviços (lei 290, de 24/11/59; lei 407, de 21/2/63; lei 431, de 4/12/63; decreto 144, de 17/5/72; portaria 63, de 8/7/74).

No final de 1.963 foi instaurado processo administrativo para apurar a responsabilidade pelo desvio de carne e toucinho do Matadouro.

Em julho de 1.964 foi apresentado à Câmara projeto de desapropriação de terreno de João Domingues Sobrinho, no Bairro da Ponte, para construção de novo matadouro. Os vereadores o rejeitaram, considerando a proximidade do posto da Nestlé, a possível abertura da Rodovia Machado-Careaçu e as enchentes do Rio Machado.

A lei 38, de 30/5/69, abriu crédito especial para pagamento de uma carroceria fechada, que se adquiriu com o fim de distribuir carne aos açougues.

No início da década de setenta foi construído o atual Matadouro na Ponte Preta.

O Código de Posturas de 1.975, nos artigos 542 a 575, cuidou também da localização, instalação e funcionamento de abatedouros; da matança, inspeção sanitária e transporte de carne.

O decreto 295, de 2/1/76, que aprovou o regimento interno dos serviços da Prefeitura, fixou no artigo 41 as atribuições do encarregado do Matadouro. Entre elas inclui-se a repressão ao abate clandestino.

Em julho de 1.980 adaptou-se caminhão da Prefeitura para o transporte de carne, com instalação de carroceria apropriada.

O recebimento e o abate de animais no Matadouro foram disciplinados pelas portarias 388, de 21/8/85; 650, de 5/6/89; e 921, de 24/2/93.

Na segunda administração de Pereira Dias, em 1.989, o Matadouro passou por diversas reformas: construção de curral, colocação de bomba d'água, reparo da serra, pintura, etc.. Nessa época lá trabalhavam seis funcionários.

No início da década de noventa voltou a falar-se na necessidade da construção de novo matadouro. A lei 840, de 5/5/92, autorizou a

assinatura de convênio com a Secretaria Estadual da Agricultura para montá-lo. Em agosto de 1.995 anunciou-se proposta de parceria ao Frigorífico Santa Clara, para que todo o abate municipal se fizesse em suas dependências. Poucos meses depois, técnicos do I.M.A. aqui estiveram, a fim de vistoriar terrenos que a Prefeitura selecionara para edificação do abatedouro.

O Código de Vigilância Sanitária (lei 832, de 8/4/92) e seu regulamento (decreto 1.144, de 27/10/93) trataram também dos matadouros públicos e privados. Dispuseram que sua construção, adaptação e instalação dependem de aprovação da autoridade sanitária municipal. O funcionamento deles deve ser precedido de inspeção e licença.

A lei 940, de 22/10/93, estabeleceu novas normas para matança de bovinos, e para venda de sua carne no Município.

O serviço continuou precário nos anos seguintes, e o prédio do Matadouro recebeu apenas uma pintura em 1.993. Na 1ª Conferência Municipal de Saúde, em maio de 1.996, foi proposta sua interdição. Veterinários ressaltaram que ele não se adequou ao Código de Vigilância Sanitária, que era foco de insalubridade, que não tinha câmara frigorífica e equipamentos satisfatórios. Além disso, abrigava o canil municipal, que podia contribuir para a proliferação de doenças.

O cargo de encarregado do Matadouro, vago desde a aposentadoria de Alcides Souza, foi provido em maio de 1.968, com a contratação de Edvar Agripino de Oliveira. Ignoro até quando o ocupou, e quando foi escolhido seu sucessor, Antônio Soares de Carvalho, aposentado em janeiro de 1.976. Em março seguinte nomeou-se para ele Demerval Domingues da Silva; em maio de 1.980, Ivan Vieira de Mattos - desconheço por quanto tempo ambos o exerceram. Em julho de 1.986 nomeou-se Jorge Donizete Nogueira, substituído em janeiro de 1.989 por Carlos Alberto Nogueira Amaral. Este permaneceu apenas durante o governo Pereira Dias, e em fevereiro de 1.993 retornou Nogueira, que continuava no cargo ao final do período em estudo.

Em Douradinho nunca existiu matadouro. A carne lá consumida vai de Machado, Carvalhópolis, Cordislândia, ou de abates clandestinos no próprio Distrito.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - "Annuario Estatistico" da Secretaria da Agricultura de Minas Geraes - anno I, 1.921, vol. III - Imprensa Official, Belo Horizonte, 1.926, pág. 805;
2 - "Annuario Estatistico" da Secretaria da Agricultura de Minas Geraes - anno II, 1.922/1.925 - Imprensa Official, Belo Horizonte, 1.929, pág. 904;
3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de atas ns. 3 e 14;
4 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 5, 6, 9, 10, 11, 12, 16 e 22;
5 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de leis e decretos ns. 3, 4 e 6;
6 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos ns. 14 e 15;
7 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de portarias ns. 15, 16 e 17;
8 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de decretos e portarias nº 6-A;
9 - Arquivo Público Machadense - livro 63: "Leis da Câmara Municipal - 1898 a 1912";
10 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919";
11 - Arquivo Público Machadense - livro 65: "Leis da Câmara Municipal - 1912 a 1932";
12 - Arquivo Público Machadense - livro 168: "Registro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Santo Antônio do Machado - 1883 a 1892";
13 - "Folha Machadense" ns. 310 - 12/7/1.980 - pág. 1;
763 - 5/8/1.989 - pág. 5;
902 - 9/5/1.992 - págs. 1 e 6;
903 - 16/5/1.992 - pág. 6;
944 - 13/3/1.993 - págs. 1 e 10;
972 - 17/10/93 - pág. 3;
974 - 30/10/93 - pág. 3;
1065 - 12/8/1.995 - pág. 7;
1081 - 2/12/1.995 - pág. 7;
1106 - 1/6/1.996 - pág. 7;
1107 - 8/6/1.996 - pág. 2;
1112 - 13/7/1.996 - pág. 3;
14 - informações pessoais de Jesualdo Maciel;
15 - Livro da Lei Mineira - 1886 - tomo LIII, parte 1ª, folha 8, págs. 153, 154 e 156;
16 - "Machado-Jornal" nº 62 - 3/3/1.929 - pág. 1;
17 - "Siga em Frente" ns. 54 - 30/4/1.994 - págs. 1 e 3;
17 - 19/3/1.997 - pág. 4.

B - **secundárias**

1 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", cap. V - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 5, pág. 5;
2 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje" - II-2.

****

O FUNCIONALISMO PÚBLICO MUNICIPAL

1) - Carreira e cargos.
2) - Vantagens na legislação avulsa.
3) - A cobertura previdenciária.

****

1 - **Carreira e cargos**.

Não se examinará a situação jurídica dos servidores municipais, o que foge dos limites deste trabalho. Seu objetivo é apenas lembrar os fatos e as leis locais mais importantes, a eles relativos.

Nos primeiros tempos, rudimentar a estrutura administrativa do Município e diminuta a arrecadação, era pequeno o número de funcionários. Leis ou resoluções criavam os "lugares" mais importantes, e as nomeações e demissões eram feitas livremente pelo agente executivo ou presidente da Câmara, sem formalidades e garantias. Havia o secretário, o procurador, o coletor, os fiscais da cidade e dos distritos, o fiscal do rego d'água, o alinhador, o contínuo (que também administrava o cemitério), o zelador das estradas, o auxiliar da iluminação pública, o administrador do mercado, as professoras... Trabalhadores braçais eram contratados e despedidos conforme as necessidades momentâneas, e no geral sequer ficava registro da sua prestação de serviços.

O quadro dos funcionários municipais foi organizado, pela primeira vez, através do decreto 23, de 31/12/32. Compunham-no o secretário, o tesoureiro e o fiscal geral; os fiscais da Cidade, do Matadouro, da água, e de obras; os fiscais distritais de Cana do Reino e Douradinho; e o porteiro-contínuo.

O decreto-lei 53, de 12/6/42, reorganizou os serviços

da administração municipal, distribuídos nas seguintes repartições: Gabinete, Secretaria, Serviço de Estatística, Serviço de Fazenda, Serviço de Contabilidade, Serviço do Patrimônio, Serviço de Obras e Serviço de Educação e Cultura. Baixou novo quadro de funcionários, composto por 1 secretário, 2 chefes de serviço, 19 professores rurais, 1 enfermeira, 1 guarda-sanitário, 1 agente de estatística, 1 auxiliar-datilógrafo, 1 porteiro-contínuo, 1 fiscal geral e 3 fiscais distritais. Impôs a extinção, na vacância, dos cargos de inspetor escolar e de auxiliar da escrita. Determinou a contratação de extranumerários como encarregados do Cemitério e do Matadouro, e de operários para execução das obras e serviços públicos. Ressalvou que estes não seriam considerados funcionários. Fixou o vencimento dos servidores.

O Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais foi aprovado pela lei 24, de 12/11/48 (alterada pelas leis 249/58 e 526/66). Permaneceu em vigor até 1.995. Aplicando-se também ao magistério no que coubesse, disciplinou em 278 artigos o provimento, a posse, o exercício e a vacância dos cargos; o tempo de serviço, os direitos, vantagens, deveres e responsabilidades dos servidores; o processo administrativo, as penalidades e os recursos.

A lei 85, de 5/3/51, restabeleceu, criou e suprimiu cargos no quadro da administração municipal.

Em 1.959 era muito baixo o salário dos servidores locais, o que foi ressaltado pela imprensa. Assim que tomou posse como vereador, Abel Faleiro apresentou indicação ao Executivo para elevá-lo. A Câmara a rejeitou por inconstitucional, embora não se confundisse com projeto acarretador de despesas, dando margem a polêmica. O reajuste de proventos dos inativos fazia-se caso a caso, mediante pedido dos interessados, o que gerava disparidades e críticas.

Conforme a lei 136, de 15/5/73, o sistema administrativo da Prefeitura era constituído pelos seguintes órgãos: Assessoria, Secretaria e Serviço de Fazenda (administração geral); Serviços Urbanos, de Obras e Viação, de Educação e Cultura, de Saúde e Assistência Social (administração específica); Subprefeitura de Douradinho; S.A.A.E. (autônomo). De maneira semelhante dispôs o decreto 295, de 2/1/76.

No final de 1.973, contratou-se a empresa Leo Consult para elaborar o plano diretor de desenvolvimento integrado do Município, e oferecer subsídios à reorganização administrativa e à reclassificação de cargos e funções. Falando aos vereadores em maio seguinte, seu técnico enfatizou a necessidade de reestruturar o funcionalismo, em precárias condições. Notou a falta de departamento de pessoal na Prefeitura, e apontou o desvio de funções e as discrepâncias salariais como fatores de desestímulo dos servidores.

A lei 246, de 19/11/75 (alterada pelas leis 357/78, 522/83 e 574/84), tratou da classificação de cargos no quadro da administração muni-

cipal, e da escala de vencimentos.

A lei 675, de 10/2/88, oficializou a escolha de funcionário-padrão e operário-padrão na Prefeitura.

Em 1.989 criticou-se na Câmara o excesso de funcionários municipais, embora estivesse o Executivo em dificuldade para manter em dia a folha de pagamentos. Apresentou-se projeto (depois retirado) para criação de cargos comissionados, sob a justificativa de que as contribuições previdenciárias seriam menos onerosas e o provimento, temporário.

No final da década de oitenta e início da de noventa foram criados a Associação e o Sindicato dos Empregados na Prefeitura, dos quais se tratará noutros capítulos.

A Lei Orgânica tratou dos servidores municipais nos artigos 88 a 94. Relegou a norma complementar o estabelecimento de seus planos de carreira, e regimes jurídico e previdenciário. Assegurou-lhes direito a isonomia, adicionais por qüinqüênio, férias-prêmio e estabilidade após dois anos de efetivo exercício. Dispôs sobre criação de cargos públicos, exercício de mandato eletivo pelos funcionários municipais, perda do cargo e aposentadoria.

Pelas leis 757/90 e 798/91 o Executivo concedeu ao funcionalismo aumento de salário que não pôde suportar. Por isso, elas foram revogadas pela lei 836, de 22/4/92, que não impediu a ocorrência de atraso nos pagamentos.

A lei 909, de 15/4/93 (alterada pela lei 912/93), disciplinou a contratação de pessoal a título precário e por prazo determinado, para atender a necessidades temporárias, urgentes ou excepcionais.

O Prefeito Vilela empreendeu ampla reforma administrativa, precedida de seminário, em maio de 1.993, no qual se discutiram propostas de reestruturação do funcionalismo. Seu objetivo foi corrigir as distorções deixadas pela administração anterior, dar fim aos desvios de função e às contratações irregulares, pôr cada funcionário no devido lugar e restabelecer a correspondência entre cargos e vencimentos. Fizeram-se vários concursos, e os servidores contratados que não se submeteram a eles ou não conseguiram aprovação foram demitidos. O saneamento completou-se pela sanção de três importantes leis, a seguir referidas.

A lei 1.030, de 3/7/95 (alterada pela lei 1.041/95), substituiu o antigo Estatuto dos Funcionários Municipais, de 1.948. Implantou regime jurídico único para os servidores da administração direta, das autarquias e das fundações municipais.

A lei 1.031, da mesma data, baixou o quadro de car-

gos e vencimentos dos servidores do Município.

A lei 1.032, de 31/7/95, "*instituiu a estrutura administrativa e funcional do plano de carreira dos servidores municipais*". Esclareceu ser ele composto pelos quadros anexos de cargos de provimento efetivo (764), e de cargos transitórios, em extinção (72). Criou as comissões de desenvolvimento funcional e de enquadramento, e definiu suas atribuições. Tornou obrigatório o treinamento de servidores, e tratou da lotação das unidades administrativas da Prefeitura. Inscreveu compulsoriamente em concurso público os contratados sob o regime da C.L.T..

A mudança não se forrou às censuras: foi alvo delas o aumento excessivo de cargos de confiança. Além disso, uma brecha contida no artigo 88, parágrafo 3º, da Lei Orgânica permitiu que seus ocupantes, após cinco anos de exercício, continuassem a receber a respectiva remuneração em caso de afastamento ou aposentadoria. Com base nisso, muitos comissionados concorreram a cargos inferiores, de nível elementar, apenas para ingressar no quadro efetivo e garantir direito à incorporação da diferença salarial após o qüinqüênio. Houve reclamações contra o privilégio, e em 1.997 a Câmara derrogou o referido dispositivo, em sessão tumultuada e em meio a ameaças a vereadores. Na época, a Prefeitura gastava com a folha de pagamentos 53,72% do total arrecadado.

2 - **Vantagens na legislação avulsa**.

Aos servidores chefes de família foi concedido abono pelo decreto-lei 64, de 28/9/43 (alterado pela lei 521/65, que foi revogada pela lei 100/71).

A lei 112, de 26/8/52, tratou da concessão de férias-prêmio aos funcionários.

A lei 495, de 3/12/64, isentou do pagamento de tributos os servidores municipais. Do mesmo assunto cuidaram a portaria 271, de 11/3/83, a portaria 383, de 17/7/85, e a lei 609, de 29/11/85 (que revogou a primeira).

A lei 63, de 19/5/70 (alterada pelas leis 66/70 e 146/73), assegurou pensão mensal aos cônjuges de funcionários falecidos.

A lei 128, de 30/4/73, autorizou a celebração de convênio com empresas comerciais, para fornecimento de gêneros alimentícios aos servidores do Município.

A lei 463, de 9/3/82, dispôs sobre a contagem de tempo de serviço na atividade privada, para aposentadoria no serviço público municipal.

A lei 573, de 7/12/84, autorizou o Município a parti-

cipar de contratos de seguro de vida e de acidentes pessoais em grupo, beneficiando em especial funcionários de baixa renda.

O decreto 749, de 7/7/86, dispôs sobre funcionários em dedicação exclusiva, categoria que foi extinta pelo decreto 947, de 27/7/89.

A lei 836, de 22/4/92 (revogada pela lei 1.031/95), autorizou o Executivo a conceder reajuste mensal de vencimentos aos servidores municipais.

3 - **A cobertura previdenciária**.

O decreto-lei 87, de 10/7/46, dispôs sobre a inscrição dos funcionários e operários municipais no IPSEMG. Do mesmo assunto tratou a lei 171, de 10/5/55. Ela foi revogada pela lei 203, de 21/2/57, que determinou a devolução das importâncias descontadas em folha de pagamento e ainda não enviadas ao Instituto.

A lei 494, de 3/12/64, voltou a autorizar a filiação dos funcionários municipais ao IPSEMG.

O decreto 29, de 30/1/67, mandou inscrever diversos operários braçais do Município no Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos.

A lei 474, de 15/7/82, autorizou a assinatura de convênio com o IPSEMG, para assistência social aos servidores públicos.

A lei 490, de 30/12/82, voltou a tratar da inscrição dos funcionários municipais no IPSEMG.

A lei 542, de 21/2/84, dispôs sobre a inscrição dos servidores municipais no INPS.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 6, 7, 8, 11, 13, 14, 17, 19 e 20;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de leis e decretos ns. 3, 4 e 5;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos ns. 17 e 18;

4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de portarias nº 15;
5 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de decretos e portarias nº 6;
6 - Arquivo Público Machadense - livro 64: “Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919”;
7 - Arquivo Público Machadense - livro 168: “Registro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Santo Antônio do Machado - 1883 a 1892”;
8 - Arquivo Público Machadense - pasta de leis de 1.995;
9 - “Folha Machadense” ns. 7 - 5/5/l.974 - pág. 8;
747 - 15/4/1.989 - pág. 7;
749 - 29/4/1.989 - suplemento;
752 - 20/5/1.989 - pág. 5;
830 - 1/12/1.990 - pág. 10;
896 - 28/3/1.992 - pág. 8;
951 - 1/5/1.993 - págs. 3 e 9;
952 - 8/5/1.993 - pág. 3;
954 - 22/5/1.993 - pág. 3;
1010 - 16/7/1.994 - pág. 3;
1038 - 4/2/1.995 - pág. 6;
1064 - 5/8/1.995 - pág. 8;
1065 - 12/8/1.995 - pág. 7;
1146 - 15/3/1.997 - págs. 1 e 12;
1148 - 28//3/1.997 - págs. 1 e 11;
10 - Lei Orgânica Municipal - impresso, 1.990;
11 - “O Machadense” ns. 717 - 18/1/1.959 - pág. 1;
718 - 25/1/1.959 - pág. 1;
722 - 22/2/1.959 - pág. 1;
723 - 1//3/1.959 - pág. 1;
12 - “Siga em Frente” ns. 17 - 19/3/1.997 - págs. 2 e 4;
18 - 2/4/1.997 - pág. 5.

****

RICARDO MOREIRA REBELLO

MACHADO

VOLUME IV

HISTÓRIA DA SAÚDE

A SAÚDE

Cap. XXIV - Os Médicos.....Pág. 144
Cap. XXV - Os Dentistas.....Pág. 154
Cap. XXVI - Clínicas Dentárias em Òrgãos Públicos Assitenciais.....Pág. 159
Cap. XXVII - Os Farmacêuticos e as Farmácias.....Pág. 167
Cap. XXVIII - Outros Profissionais e "Curiosos" Ligados á Saúde.....Pág. 176
Cap. XXIX - Os laboratórios.....Pág. 183
Cap. XXX - A Santa Casa.....Pág. 186
Cap. XXXI - O Pronto-Atendimento Municipal.....Pág. 197
Cap. XXXII - Os Centros de Saúde.....Pág. 201
Cap. XXXIII - Os Postos de Saúde.....Pág. 2 06
Cap. XXXIV - Os Planos de Saúde Locais.....Pág. 210
Cap. XXXVI - Administração Municipal e Saúde.....Pág. 223

OS MÉDICOS

1) - No Império.
2) - De 1.890 a 1.915.
3) - De 1.915 a 1.960.
4) - De 1.960 em diante.
5) - Alguns machadenses noutras cidades.

****

1 - **No Império**.

Ao que se sabe, o primeiro médico a trabalhar em Machado foi o francês **Amedée Eugène Swerts**, genro do Capitão Pio de Souza Dias e tronco da numerosa família que lhe herdou o nome. Conforme seu descendente Clóvis Dias Swerts, nasceu em Paris no dia 8 de março de 1.826, filho de Jean Baptiste Swerts e Marie Charlotte Berru. Formou-se na terra natal em torno de 1.849, tendo fugido para o Brasil por motivos políticos, entre 1.851 e 1.852. Aconselhado a fixar-se no interior para não ser preso, travou contato com a tropa do futuro sogro, que o trouxe à Fazenda do Coroado. Daí partiu pouco depois para Caldas, e em seguida fixou-se na vila de Batatais. No início de 1.860 retornou a Machado, onde contraiu núpcias e passou a clinicar. Residiu, segundo a mesma fonte, na atual Rua Professor Francisco Raphael, em prédio mais tarde ocupado pelo Colégio Pedroso. Faleceu no dia 26 de março de 1.862, na cidade de Franca ou a caminho dela.

Em carta datada de 16 de janeiro de 1.868, Flávio Secundo de Salles indicou para delegado da Instrução Pública em Santo Antônio do Machado **Manoel Joaquim Bernardes** e mais três pessoas. Declarou então que ele era médico e aqui residente. Tal documento encontra-se no A.P.M. - S.P. - códice 1.275.

Agradecimento publicado no "*Monitor Sul-Mineiro*" nº 168, de março de 1.875, revela que morava na Freguesia do Machado o médico **Antônio Leopoldino dos Passos**. Entre julho e novembro do mesmo ano ele estava "temporariamente" em Alfenas, conforme diversas propagandas estampadas naquele semanário. Já em janeiro de 1.876 o "*Monitor*" o dava como residindo na vizinha cidade.

Em fevereiro e março de 1.878 o jornal campanhense publicou anúncios do médico e operador **Augusto Lisboa**, residente em Santo Antônio do Machado. Em outubro daquele ano ele ainda estava entre nós (MSM 357).

De São José do Paraíso mudou-se para cá em abril de 1.880 o médico italiano **Sílvio de Gregório**. Residiu de início na casa de Antônio Moreira de Souza Guerra Júnior. Por causa de denúncia atribuída ao subdelegado de polícia (farmacêutico e "médico prático"), as autoridades do Termo o intimaram a exibir a carta de facultativo, a fim de que pudesse continuar clinicando aqui. Isso provocou ressentimentos no recém-chegado, mal-estar na população e atrito entre o suposto denunciante e o vigário (MSM 456). O incidente foi superado, porque em 1.884 ele ainda se encontrava em nossa cidade, conforme o "*Almanak Sul-Mineiro*".

Em janeiro de 1.882 o "*Monitor*" estampou nota do médico e operador **Pedro Bandeira de Gouveia**, que participava aos clientes e amigos ter fixado residência nesta cidade.

O médico **Antônio Nunes de Barros**, formado pela Faculdade do Rio de Janeiro, também comunicou à população, em vários números do "*Monitor*" de abril a julho de 1.884, ter estabelecido moradia em Machado.

Álvaro Teixeira dos Santos Imbassahy anunciou pelo mesmo jornal, nos meses de novembro e dezembro de 1.884, que se achava em Santo Antônio do Machado, onde oferecia os seus serviços médicos ao público.

Em 28 de junho de 1.885 o "*Monitor*" noticiou ter passado pela Campanha com destino a nossa cidade, onde pretendia fixar residência, o médico **Manoel Francisco de Salles Teixeira**.

O sempre citado semanário informou, no dia 3 de abril de 1.887, que o "*distinto e talentoso*" médico **Jaime Silvado** se domiciliara nesta cidade. Acrescentou que ele se recomendava "*pela solida instrucção do seu espirito*".

Finalmente, o "*Monitor*" de 24 de abril de 1.887 publicou nota sobre **Martins Pilar**, "*estimável médico residente no Machado*". Em viagem do Córrego do Ouro para a Divisa ele sofrera desastrosa queda de sua montaria, fraturando a perna.

Cabe registrar que o antigo Código de Posturas da Câmara de S. A. do Machado (resolução estadual 3.401, de 22/7/1.886) continha disposições sobre o exercício da Medicina:

> *"Art. 83 - Ninguem poderá exercer a medicina em qualquer de seus ramos sem documento legal que o habilite, e no qual a camara porá o seu visto: multa de 5$ 30$.";*
> .....
> *Art. 84 - A camara poderá contratar medico de partido, que, alem de outras obrigações contidas nestas posturas, será obrigado a tratar dos doentes pobres dentro da cidade e seus suburbios.".*

2 - **De 1.890 a 1.915**.

Em abril de 1.891 o médico **Felippe Salvador dos Santos Pagano** foi nomeado delegado de higiene do Município. Ignoro por quanto tempo aqui esteve.

Bento Antônio de Barros exerceu a Medicina em Machado durante alguns anos, a partir de 1.892. Em 1.894 foi para a Capital Federal, mas retornou em agosto do ano seguinte. Por volta de 1.902 transferiu-se para Pouso Alegre.

O "*Sexto Districto*", em setembro de 1.894, noticiou a breve mudança para esta cidade do médico **Caetano Junqueira**, vindo da Mutuca. Não sei se efetivamente ele aqui fixou residência e clinicou.

Manoel José Rodrigues também veio para nossa terra no final do século passado, e nela permaneceu aproximadamente quinze anos. Nasceu em Salvador, no dia 15 de agosto de 1.872, e bacharelou-se pela Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia em 1.894. Depois de formado mudou-se para Minas, clinicando sucessivamente em Santa Rita do Sapucaí, Carmo do Rio Claro, Alfenas e Machado. Aqui residiu na Rua Quintino Bocaiúva, esquina com Treze de Maio. Em 1.912, mais ou menos, mudou-se para o Machadinho, de onde era natural sua esposa. Lá faleceu em 2 de janeiro de 1.913. Segundo Homero Costa, era pessoa algo excêntrica, mas de extrema bondade e solicitude.

Em dezembro de 1.900 foi nomeado delegado de higiene e vacinação do Machado **Antônio Marcial Júnior**. Ele retirou-se daqui para Alfenas em novembro de 1.901.

Em meados de 1.903 estabeleceu-se no Machado, trazido por Urbano Rebello, o cirurgião **José Narciso Dias Teixeira de Queiroz**. Aqui permaneceu por dois ou três anos, indo em seguida para Conselheiro Lafaiete,

onde morreu. Consta que protegia o farmacêutico Henrique Silva, e por tal motivo brigou com o colega deste, Francisco E. F. Braga. Isso fez com que deixasse nossa cidade.

Chegou aqui em agosto de 1.905, para clinicar, **José C. de Oliveira Guimarães**. Por antigos relatos familiares que não posso confirmar, soube que também veio a convite de Urbano Rebello, e que tinha ligações com a Maçonaria. Ficou pouco tempo em Machado. Então cá se encontrava **Manoel dos Reis**, operador e parteiro, que atendia no Hotel Fernando.

Em setembro do mesmo ano fixou-se na Cidade, mas por poucos anos, **Orozimbo Corrêa Netto**. Ligou-se em casamento a distinta família local, atuou na política, e depois foi para Poços de Caldas.

Na mesma época veio para Machado o médico **Manoel Joaquim Cavalcanti de Albuquerque**, irmão do farmacêutico Diogo Cavalcanti de Albuquerque. Morou na Rua Barão do Rio Branco. Exerceu aqui sua profissão ao menos até 1.914, quando participou de comissão para construir a Santa Casa. Mudou-se para Passa Quatro em data que ignoro.

O primeiro médico machadense, de acordo com a revista "*Machado de Ontem e de Hoje*", foi **Paulino Augusto de Souza**. Nasceu em 18 de março de 1.885, filho do dentista Ildefonso de Souza e de Josefa de Souza. Formou-se em 1.911 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Clinicou nesta cidade até 1.913. Depois mudou-se para Vargem Grande, SP, onde morreu em 1.918.

José Mendes Velloso manteve clínica em Machado nos anos de 1.913 e 1.914, pelo menos. João Rodrigues de Carvalho cita entre os médicos que aqui trabalharam **Álvaro Tavares Paes**. Nenhuma outra referência a ele encontrei.

3 - **De 1.915 a 1.960**.

Aprígio Theódulo Nogueira nasceu em Tabatinga, Ceará, no dia 3 de maio de 1.886. Bacharelou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1.914. Veio para Machado, a convite do farmacêutico Diogo Cavalcanti, em julho de 1.916. Aqui se radicou e clinicou com êxito e prestígio até as vésperas da morte, em 13 de dezembro de 1.962. Foi o primeiro cidadão honorário machadense.

De **Feliciano Vieira da Silva** já se tratou alhures, como vereador e chefe político. Formado de início em Farmácia, no ano de 1.915 graduou-se em Medicina no Rio de Janeiro. Trabalhou por dois anos em Juiz de Fora. Regressou em seguida à terra natal, onde clinicou durante quase cinqüenta anos. Defendeu tese sobre "tratamento da tuberculose pulmonar pelo pneumotórax".

O machadense **José de Campos Lima** concluiu em

1.917 ou 1.918 o curso de Medicina. Aqui exerceu a profissão por alguns anos, mudando-se depois para Juiz de Fora.

Outros médicos, vindos de fora, trabalharam em Machado por pouco tempo, na década seguinte. O jornal "*O Popular*", em 1.927, publicou anúncio de **F. Didier**, estabelecido na Rua Coronel José Paulino. Ex-interno de cirurgia geral da Santa Casa do Rio e do serviço ginecológico da Faculdade de Medicina da mesma cidade, era operador e especialista em vias urinárias. Em 1.929, conforme o "*Machado-Jornal*", tinha consultório na Rua Major Feliciano o urologista **Azeredo Passos**. Na mesma época atendia na Praça Antônio Carlos, 52, **Onélio H. de Carvalho**, residente no Hotel Central. Ex-interno da clínica infantil da Faculdade de Medicina do Rio, dedicava-se à pediatria, ao tratamento da sífilis e à clínica geral. Ainda em 1.928 e 1.929, conforme o "*Annuario Santos*", aqui trabalhava o médico **J. Tito Pereira**.

Conforme indicadores do "*Jornal do Machado*", na primeira metade da década de trinta atuaram na Cidade os médicos **Souza Gomes Filho** e **Domingos Cunha**. O primeiro tinha consultório na Rua Coronel José Paulino, e o segundo, na Praça Antônio Carlos.

Também farmacêutico, **Hércules Prescildo Nannetti** concluiu em 1.934 o curso médico, em Niterói. A partir do ano seguinte clinicou em Machado até pouco antes da morte, no dia 5 de abril de 1.969.

Joaquim Albino de Almeida nasceu em Muzambinho, no dia 23 de julho de 1.904. Bacharel pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, trabalhou em Poço Fundo, Serrania e Andradas. Em 1.937 mudou-se para Machado. Faleceu em 27 de outubro de 1.952.

Lúcio Dias Vieira formou-se pela Universidade de São Paulo, em 1.946. Teve destacada atuação como médico, político e educador. Clinicou por mais de cinqüenta anos na Cidade.

Manir Elias Donato, natural de Guaranésia, formou-se em 1.954 pela U.F.M.G., e veio para Machado no ano seguinte. Exerceu a Medicina entre nós até 1.966, quando se mudou para Belo Horizonte. É cidadão honorário machadense.

Hílton Luís Moreira Dias, também formado na capital mineira, trabalhou aqui como clínico e anestesista, desde 1.955 até pouco antes da morte, em 2 de julho de 1.992. Foi vereador e presidente da Câmara Municipal.

4 - **<u>De 1.960 em diante</u>**.

Carlos Roberto de Almeida bacharelou-se pela Fa-

culdade de Medicina de Curitiba em 1.960. Clinicou aqui do ano seguinte até a morte, em 26 de novembro de 1.992. Sua especialidade era a otorrinolaringologia.

O machadense **Jorge Eduardo Vieira de Oliveira** trabalhou por alguns anos em Poço Fundo, antes de vir para cá. Tratou-se em capítulos anteriores de sua atividade como político. Manteve consultório na Cidade até o início da década de noventa, quando se elegeu deputado estadual.

Nosso conterrâneo **João Emygdio Gonçalves** também iniciou aqui o exercício da Medicina na década de sessenta. Estava em atividade no final do período em estudo, com consultório na Rua Astolpho Pio.

Nos anos setenta aumentou na Cidade consideravelmente o número de médicos, cada vez mais especializados. Estrearam então os machadenses **Américo Nannetti Júnior** (radiologista), **Ana Maria Braga Branquinho Silva** (ginecologista e homeopata), **Dinah de Almeida Vieira** (psiquiatra), **Lúcio Dias Vieira Júnior** (cardiologista) e **Nylton Sebastião Neves** (clínico), que aqui continuavam a exercer seu ofício no fim do milênio. Vindos de fora, estabeleceram-se **Eliana Pereira Engel Ayer**, **Emmanuel Engel Ayer** e **Ivan Ayres** (pediatras); **Márcio Tadeu Corrêa Cardoso** (ortopedista) e **Medrado Lima**. Com exceção dos dois últimos, os demais ficaram entre nós.

No início da década de oitenta Machado recebeu o oftalmologista **Thales Vilhena Giacchetta**. Vieram depois os machadenses **Antônio Machado Dias** (e sua esposa, **Emília Nascimento Dias**), **Ciro Caixeta Franco**, **José Wagner Papini** (que algum tempo depois foi para Moji-Mirim), **Zuleika Neves Legnani** (e seu marido, **Ricardo Coutinho Nunes da Silva**), e **Cláudio de Lima Alves**. Por volta de 1.985 trabalhou no Sindicato Rural **José Roberto de Araújo**. Em 1.988 estabeleceu-se o conterrâneo **Sérgio Eduardo Nannetti Caixeta**; no ano seguinte, **Paulo Roberto Cortez**.

Em 1.990 chegaram o neurologista **José Fernando Córdova Cepeda** e sua esposa, a pediatra **Maria Alice Gaspar Córdova**. No mesmo ano, recém-formado, o machadense **Tadeu Henrique Pereira** passou a atender no Pronto Socorro Municipal. Lá também então trabalhavam, entre outros já citados, **Evanildo Ribeiro de Oliveira**, **Ezequiel Silveira**, **João Gualberto Lacerda Filho** e **Otoni José Castro**. Em 1.991 aqui abriu consultório por pouco tempo a cardiologista **Maria Cristina S. V. Morais**. Em 1.993 instalaram-se na Cidade o otorrinolaringologista **Hermes Vilhena Giacchetta**, o oftalmologista **Renato Assalin** e sua esposa, a dermatologista **Ariane Nogueira Barbosa Bueno Assalin**. No ano seguinte iniciaram o exercício médico os machadenses **Carlos Roberto de Almeida Júnior** e **Rodrigo Alves Pereira**. Pouco depois, o conterrâneo **Jorge Dennys Vasconcelos** abriu clínica cardiológica na Rua Dom Hugo. Portarias de 1/4/96 nomearam **Elmo Guimarães Barreiro** e **Renata Aparecida Gonçalves** médicos do Município. Mais recentes, lembrem-se **Alan Carlos Araújo**, **Fabiana Schmidt de Oliveira** (pediatra), **José Cláudio Nery**,

Marco Aurélio Abrahão Dias e **Ribelto G. Gomes**. Além dos mencionados, vários clínicos, na maioria de Alfenas, atendiam cá semanalmente, em caráter particular e através do SERPRAM.

A chamada Medicina alternativa aqui se praticou de 1.997 a 1.999 na "*Unidade Holística Expansão Cósmica*", sita na Rua Mozart da Silva Pinto, 61, Jardim Chamonix. Nela, em finais de semana, atendia o médico machadense **Nélson Silvério Soares**, que noutros dias trabalhava em São Paulo. Conforme publicações na imprensa local, a Medicina holística compreende: a conscientização da causa da doença e o ensino ao paciente da autocura, através do próprio discernimento; cirurgias espirituais com bastão de cristal; cromoterapia; uso de complementos energéticos (extratos de plantas, frutos e flores).

5 - **<u>Alguns machadenses noutras cidades</u>**.

Além dos mencionados nos itens anteriores, lembro aqui apenas alguns dentre os muitos conterrâneos que se dedicaram ou se dedicam à arte médica em outras plagas.

Aureliano Nogueira, formado no Rio de Janeiro em 1.918, especializou-se em pediatria e obstetrícia. Em 1.920 iniciou a carreira em Paraguaçu. Ali clinicou a vida toda, foi chefe do Posto de Higiene e Puericultura, vereador e vice-prefeito.

Edmundo Prado Moreira bacharelou-se em 1.925, no Rio. Trabalhou lá de início, transferindo-se depois para Santa Rita do Sapucaí. Seu irmão, **Elyzio Prado Moreira**, fez no mesmo local o curso de Medicina, concluído em 1.928. No ano seguinte foi para a cidade de Pompéia, SP, na qual clinicou durante trinta anos. Transferiu-se depois para Campinas.

Nello de Moura Rangel, aqui nascido em 1.909, filho do escritor e juiz Godofredo Rangel, formou-se em Medicina pela Universidade de São Paulo, em 1.934. Logo depois passou a dedicar-se ao ensino acadêmico.

Recordem-se também **Ascânio de Paiva Reis, Glenan Leite Dias** e **Naro Gonçalves**, já falecidos, que clinicaram, respectivamente, em São Paulo, Descalvado e Poço Fundo; **Aguinaldo Siqueira Viana**, residente em Poços de Caldas; **Altino Alves Moreira**, que trabalhou em Três Rios, RJ; **Amadeu Vieira Guerra**, morador em Mococa, SP; **Édson Verdade**, em Brasília; **Ernesto Maciel** e **Elias Donato** (oftalmologista), em Belo Horizonte; **Adauto Maciel**, ortopedista em Araçatuba, SP; **Marco Antônio Lorenzotti**, anestesista em Varginha.

Na capital de São Paulo exercem com muito sucesso a profissão **Mílton Godoy**, especializado em cardiologia, e o psiquiatra **José Alberto Del Porto**, professor da Escola Paulista de Medicina.

Adnei Pereira de Moraes, médico pela Universidade de Brasília em 1.972, especializou-se em psiquiatria. Autor de trabalhos científicos, exerceu a profissão por vários anos em Poços de Caldas. Foi seu Secretário da Saúde entre 1.983 e 1.985, além de vereador e prefeito. Em 1.994 foi nomeado secretário executivo adjunto do Ministério da Saúde.

João Ribeiro Soares, formado pela Faculdade de Manaus, trabalha desde a década de setenta em Ji-Paraná, Rondônia, sendo sócio e diretor de um hospital.

Na última década bacharelaram-se **Ana Cláudia Swerts de Oliveira**, cardiologista em Pouso Alegre; **Marco Antônio Soares**, clínico em Indaiatuba, SP; **Luiz Eduardo Domingues Lima**, que trabalha em Alfenas. Ainda estavam em fase de residência médica no final do período estudado **Hílton Luís Moreira Dias Júnior** e **Rodrigo Marini de Salles Luz**.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - "A Época" - Pompéia, SP - 4/5/1.991 - pág. 3;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro 17 de portarias;
3 - Arquivo Público Machadense - pasta "documentos de Oscar Fernandes";
4 - Arquivo Público Mineiro - Seção Provincial - códice 1.275 - página sem numeração;
5 - "Estado de Minas" - exemplares de 25/1/1.991 e 20/9/1.994;
6 - "Folha de Alfenas" nº 9 - 30/7/1.905 - págs. 2 e segs.;
7 - "Folha Machadense" ns. 119 - 8/8/1.976 - pág. 2;
196 - 5/2/1.978 - pág. 2;
288 - 10/2/1.980 - pág. 1;
368 - 6/9/1.981 - pág. 18;
591 - 8/3/1.986 - pág. 3 e supl.;
699 - 30/4/1.988 - pág. 15;
755 - 10/6/1.989 - pág. 6;
783 - 23/12/1.989 - pág. 12;
786 - 27/1/1.990 - pág. 3;
789 - 17/2/1.990 - pág. 3;
799 - 25/4/1.990 - pág. 7;
851 - 11/5/1.991 - pág. 3;
937 - 23/1/1.993 - pág. 15;

945 - 20/3/1.993 - pág. 3;
947 - 3/4/1.993 - pág. 11;
964 - 21/8/1.993 - pág. 11;
979 - 4/12/1.993 - pág. 11;
981 - 18/12/1.993 - pág. 11;
1032 - 17/12/1.994 - pág. 17;
1142 - 15/2/1.997 - pág. 7;
1221 - 12/9/1.998 - pág. 21;
1223 - 26/9/1.998 - pág. 9;
8 - Livro da Lei Mineira - 1.886 - tomo LIII, parte 1ª, página 154;
9 - "Machado-Jornal" nº 68 - 14/4/1.929 - págs. 3 e 4;
10 - "Monitor Sul-Mineiro" ns. 168 - 28/3/1.875 - pág. 4;
185 - 24/7/1.875 - pág. 4;
199 - 30/10/1.875 - pág. 4;
213 - 5/2/1.876 - pág. 3;
319 - 26/2/1.878 - pág. 4;
357 - 14/10/1.878 - pág. 4;
448 - 20/4/1.880 - pág. 4;
456 - 8/6/1.880 - págs. 3 e 4;
550 - 8/1/1.882 - pág. 4;
573 - 26/5/1.882 - pág. 3;
581 - 14/7/1.882 - pág. 4;
688 - 26/4/1.884 - pág. 3;
695 - 8/6/1.884 - pág. 3;
723 - 26/11/1.884 - pág. 3;
725 - 8/12/1.884 - pág. 4;
754 - 28/6/1.885 - pág. 3;
846 - 3/4/1.887 - pág. 3;
849 - 24/4/1.887 - pág. 3;
11 - "O Machadense" ns. 38 - 20/8/1.905 - pág. 2;
43 - 24/9/1.905 - págs. 1 e 3;
688 - 22/6/1.958 - págs. 1 e 4;
823 - 2/4/1.961 - pág. 1;
903 - 16/12/1.962 - pág. 1;
12 - "O Município" nº 7 - 29/4/1.923 pág. 4;
13 - "O Popular" nº 27 - 28/8/1.927 - pág. 3;
14 - "Sexto Districto" ns. 5 - 5/9/1.894 - pág. 1;
18 - 22/8/1.895 - pág. 3;
15 - "Siga em Frente" nº 26 - 21 a 24/7/1.993 - pág. 11.

B - **secundárias**

1 - "Annuario Santos" - 1.928/1.929 - sem menção de editora e local;
2 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanak Sul-Mineiro para 1884" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.884, pág. 235;
3 - Clóvis Dias Swerts - "O Nome Swerts" - trabalho inédito;
4 - Cristiano Prado - "Crônica dos 90 Anos Bem Vividos" - Edições Cuatiara

Ltda, Belo Horizonte, 1.993, págs. 61/63;
5 - Homero Costa - “Contribuição à História de Machado” - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem data, págs. 36/37;
6 - João Rodrigues de Carvalho - “História de Machado” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 70 e 106;
7 - Manoel Francisco Pinto Pereira - “O Sul de Minas - Almanach moderno, de propaganda e estatística” - Centro Sul Mineiro de Propaganda e Estatística, Villa S. Ferraz - fascículo II - Estabelecimento Graphico Casa Mayença, Cruzeiro, SP, 1.913, pág. 22;
8 - Oscar Ferreira Prado - “O Sertão dos Mandibóias” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.981, pág. 212;
9 - Revista “Machado de Ontem e de Hoje”.

****

OS DENTISTAS

1) - Até 1.930.
2) - De 1.930 a 1.960.
3) - De 1.960 a 1.980.
4) - De 1.980 em diante.
5) - Alguns machadenses noutras cidades.

****

1 - **Até 1.930**.

São escassas as informações sobre as pessoas que por primeiro exerceram a Odontologia no Município. O "*Almanach Sul-Mineiro*" noticia que em 1.874 o faziam no Machado **Francisco Ferreira Bressane**, **José Manoel Bressane** e **Paulino de Souza Pereira**. Dez anos depois, ainda conforme a publicação de Saturnino da Veiga, eram aqui dentistas **Ildefonso Aureliano de Souza** e **José Manoel Bressane**.

No início do século, **Oscar de Paiva Westin** - apenas prático, mas muito hábil, conforme H. Costa - montou gabinete dentário na atual Praça Antônio Carlos. A ele associou-se, anos depois, **José Augusto Vieira da Silva**, formado em São Paulo. Este preferiu dedicar-se ao magistério, e aquele deixou o ofício pela direção do Banco Machadense. Pela mesma época, mas por pouco tempo, exerceu a profissão **Lázaro Cândido Magalhães**.

O fascículo segundo do almanaque "*O Sul de Minas*", de 1.914, informa que, além dos dois últimos citados, trabalhavam aqui como dentistas **Pedro Araújo Machado** e **Pedro Alves Negrão**. Afirma ainda que tinham a mesma profissão os machadenses **Julieta Fernandes, Maria Nazareth Fernandes, Ossian Augusto de Souza** e **Salomão de Souza**. Este havia instala-

do gabinete temporariamente na Rua Astolpho Pio, em 1.906.

Em fevereiro de 1.916 o dentista **José Carlos Celeghin** transferiu seu consultório para a Rua Barão do Rio Branco. Segundo narrativas orais, **Marcolina Silva**, amásia do Padre Theodoro Fernandes, praticava a arte dentária. Um de seus filhos, **Henrique Silva**, seguiu-a na profissão. Atendiam no local em que fica hoje a casa 294 da Rua Silviano Brandão.

O "*Jornal do Machado*", em fevereiro de 1.924, estampou anúncio do gabinete dentário de **Othon Dias** e **Sérvulo Pereira**, localizado no Largo da Matriz.

Também dedicaram-se à Odontologia em Machado, nas primeiras décadas deste século: **Aracy Dias, Ernesto Vilela, Fernando Ferreira Braga, Gastão Vieira** (que se mudou para Varginha e depois para o Rio, onde morreu), **João Soares de Oliveira, José Simplício Soares** e **Theodoro Soares de Oliveira**.

José de Oliveira Carneiro, formado em São Paulo, aqui trabalhou, pelo menos, entre os anos de 1.925 e 1.934. Mudou-se posteriormente para a capital paulista. **José Westin** abriu consultório na Rua Quinze de Novembro em 1.927.

2 - **De 1.930 a 1.960**.

Segundo o "*Jornal do Machado*", em 1.933 atuavam na Cidade: **Antônio Cândido de Oliveira** (Largo da Caixa d'Água), **Ernesto Vilela** (Rua Cel. Flávio), **Fernando Ferreira Braga** (Praça A. Carlos), **Henrique Silva** (Rua S. Brandão), **João Soares de Oliveira** e **Theodoro Soares de Oliveira** (Rua B. do Rio Branco), **José de Oliveira Carneiro** (Rua A. Pio), **José Westin** (Rua XV de Novembro) e **Pedro Alves Negrão** (Rua Major Onofre). Naquele ano foi criada a "**Clínica Dentária Popular**", para prestar serviços acessíveis às pessoas de parcos recursos. Comprometeram-se a observar seu estatuto os dentistas A. Oliveira, F. Braga, H. Silva, J. Carneiro, J. Westin e P. Negrão. Os membros deveriam assumi-la uma ou duas vezes por semana, recebendo cartões dos clientes para acerto mensal. Ignoro se efetivamente funcionou.

Dois anos depois estavam também entre nós **Aristides Lobo Pereira** (Rua 21 de Abril) e **Oswaldo de Souza** (Praça A. Carlos).

José Evangelista de Lima, entre 1.937 e 1.948, aproximadamente, exerceu a profissão em Machado e em Douradinho. Na Vila, em épocas que não sei precisar, trabalharam também **Pedro Lopes de Vasconcelos Filho** (Ducho), que morava em Cordislândia, e **João Miguel de Tal**.

Joaquim Francisco Soares não era formado, mas

conhecia bem o ofício, que ele e o irmão, **José Simplício Soares** (prematuramente morto), haviam aprendido com Pedro Negrão. Tinha grande clientela. Trabalhou por muitos anos em casa, na Rua Major Onofre, com ajuda da esposa, **Marieta Baldan Soares**. Caridoso, dedicava-se à assistência social.

Hélio Dias Moreira bacharelou-se em Alfenas, em 1.937. Trabalhou de início em São Paulo. Voltou a Machado em meados da década de quarenta, instalando gabinete na Rua Major Feliciano, 164. Em 1.951 transferiu-o para a Rua Silviano Brandão, 294, onde atuou até as vésperas da morte, em 1.972.

Pela mesma época, ou pouco depois, começaram a trabalhar aqui os irmãos **Ernani de Lima** e **João de Lima**. O primeiro, ainda em atividade no fim do milênio, teve consultório na Rua Coronel José Paulino e na Major Feliciano, entre outros locais. O segundo, já falecido, atendia em casa, na Praça Joaquim José, e, a partir de 1.962, também no Posto de Saúde. Contemporâneo deles foi **Oscar Vieira Guerra**, cujo gabinete ficava na Rua Silviano Brandão, esquina com Coronel Flávio, e que exerceu o ofício também na Escola Agrícola.

Com o marido, o médico Manir Elias Donato, aqui chegou em 1.955 a odontopediatra **Lúcia Junqueira Donato**, que teve consultório na Barão do Rio Branco. Ficou entre nós por onze anos. Também na década de cinqüenta iniciou as atividades dentárias **Manoel Juntolli Ferreira**, com gabinete na Rua Astolpho Pio.

3 - **<u>De 1.960 a 1.980</u>**.

No início de 1.960 eram estes os dentistas na Cidade: Ernani de Lima (Rua Cel. José Paulino), Fernando F. Braga (Praça A. Carlos), Hélio D. Moreira (Rua Silviano Brandão), João de Lima (Praça J. José), Joaquim F. Soares e Marieta B. Soares (Rua M. Onofre), José Westin (Rua XV de Novembro), Lúcia J. Donato (Rua B. Rio Branco), Manoel Juntolli Ferreira (Rua A. Pio) e Oscar V. Guerra (Rua S. Brandão).

Em 1.961 já aqui estava **Ismael Nogueira Rezende**, que teve consultórios na Av. Santa Cruz e na Rua Marechal Floriano Peixoto. Algum tempo depois **José Pereira Caixeta** começou a trabalhar na Rua Barão do Rio Branco, o que fez até aposentar-se, em 1.998. Em janeiro de 1.968 **Dalvo Swerts Dias** instalou gabinete na Rua Silviano Brandão, perto da Coronel Jacinto, mas permaneceu em atividade por poucos anos. Também durante pouco tempo **Anselmo Camões Vieito** manteve consultório em sua residência, na Rua Coronel Francisco Vieira, ao lado da extinta fábrica dos Laticínios Radiante.

Na década de setenta passaram a atender os dentistas **Antônio Eugênio Dias Swerts, Édson Figueiredo Vieira, José Oswaldo Passos** e **Marilda de Fátima Campos Carvalho**, todos ainda na ativa no final do século, com exceção do segundo.

4 - **De 1.980 em diante**.

No começo dos anos oitenta abriram consultório **Conceição de Almeida Vieira** (já falecida), **João de Lima Júnior, Joel Diogo Leite, Jucelino A. Leite** e **Paulo Roberto Duarte Dias**. Em 1.982 passou a atender no Sindicato Rural **Maria Marly Carvalho Cunha**. Em 1.985 foi inaugurada a "**Clínica Dentária Rodoviária**", com preços populares, que durou pouco tempo. Ainda na mesma década montaram gabinete **Carlos Roberto de Almeida, Francisco de Assis Nery, Hélio Pereira Dias Filho, José Reis Lopes, Lígia Marcela Mendes Meloni** e **Robênio Damasceno**, entre outros.

Por fim, no último decênio, além dos já citados, estiveram em atividade **Agnaldo Raiol Gonçalves de Lima**, **André Caroli, Ângela Regina de Souza Ramos Cavalcanti, Antônio Batista Ferreira, Carlos Roberto Vieira Rabelo, Cristiano Delamare Duarte, Diógenes Francisco Caetano, Ediléia Porcaro, Edna A. Aragón S. Cordeiro, Elayne Vieira Dias, Eliane Cristina Camilo, Eugênio Pacelli da Costa Passos, Fábio Batista Ribeiro de Rezende, Fátima Cordeiro, Flávia Gonçalves Moraes, Francisco A. Ceribelli, Heliana Mara da Silva, Hernani Garcia da Silva Júnior, Irla Pereira de Carvalho, Israel Campos Gonçalves Júnior, Jaime Dias, Jair Rodrigues da Luz Júnior, Jeovan da Silva, João Gualberto Camilo, José Arnaldo Assis Miranda, José Carlos Maciel Campos, José Pedro Gonçalves, Josemara Prado de Almeida, Juliana Maria de Melo Westin Garcia, Kemel Gonçalves de Lima, Lúcia de Fátima Ávila Magalhães, Luiz Manoel Salles da Silva, Marcelo de Almeida Pauferro, Marcelo Guimarães Pessoa, Marco Antônio A. Macedo, Meire Luce Costa Melo, Nathália de Souza Costa, Neif Miguel Sarkis Filho, Patrícia de Souza Ruela, Patrícia Regina de Carvalho Silva, Renata França Prado, Roniwan César de Oliveira, Rosiane de Lima Esteves, Rosiane Ribeiro Maciel Campos, Rosilene do Prado, Silvana Macedo Duarte, Solange Barbosa Carneiro Sarkis, Tadeu Evandro Mendes, Vílson José da Silva, Virgílio José Rodrigues Pedreira** e **Wanira M. S. Agostini**. A enumeração não é completa.

Em Douradinho, no fim do milênio, atendiam uma ou duas vezes por semana um dentista de Turvolândia (**Evanil de Morais**) e outro de Cordislândia. Os escolares eram levados ao Centro Odontológico.

5 - **<u>Alguns machadenses noutras cidades</u>**.

Ildefonso Aureliano de Souza foi, conforme Luiz Nassif, o primeiro dentista de Poços de Caldas. Prático, habilitou-se na Faculdade

de Farmácia e Odontologia de São Paulo, em 1.902. Era extremamente fidalgo no trato, e tinha clientela internacional, que ia à vizinha cidade especialmente para tratar-se com ele, de acordo com o mesmo autor. Faleceu em 1.932.

Os irmãos **Alacrino Domingues Pinto** e **Olympio Domingues Pinto Júnior**, formados em Alfenas, trabalharam em Ituiutaba. O primeiro foi depois para Belo Horizonte. O segundo viveu desde 1.936 no Rio de Janeiro, onde montou bem sucedida clínica. Afirma-se que foi dentista particular do Presidente Getúlio Vargas durante dez anos.

Manoel Pereira Barbosa foi dentista em Campinas, que deu seu nome a uma rua. **Gastão Vieira** trabalhou no Rio de Janeiro; **Cláudio José de Paiva**, em São Paulo; **Afrânio Pereira Caixeta**, em Curitiba.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - "A Liberdade" nº 36 - 13/2/1.916 - pág. 3;

2 - "Folha Machadense" ns. 368 - 6/9/1.981 - pág. 17;
629 - 8/11/1.986 - pág. 9;
649 - 2/5/1.987 - pág. 10;
710 - 16/7/1.988 - pág. 13;
842 - 9/3/1.991 - pág. 1;
848 - 20/4/1.991 - pág. 9;
865 - 10/8/1.991 - pág. 1;
866 - 17/8/1.991 - pág. 3;
937 - 23/1/1.993 - pág. 2;
980 - 11/12/1.993 - pág. 11;

3 - informações pessoais de Ernani de Lima, Jesualdo Maciel e Nilcéia Tavares Leal;

4 - "Jornal do Machado" ns. 6 - 24/2/1.924 - pág. 3;
18 - 2/11/1.924 - pág. 3;
3 - 4/9/1.933 - pág. 4;

5 - "O Machadense" ns. 59 - 14/1/1.906 - pág. 4;
104 - 2/6/1.934 - pág. 8;
812 - 25/12/1.960 - pág. 4;
817 - 19/2/1.961 - pág. 3;
895 - 16/9/1.962 - pág. 3;

6 - "O Popular" nº 31 - 25/9/1.927 - pág. 3.

B - **secundárias**

1 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanach Sul-Mineiro para 1874” - Typographia do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.874, pág. 150;
2 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanak Sul-Mineiro para 1884” - Typographia do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.884, pág. 234;
3 - Homero Costa - “Contribuição à História de Machado” - Oficinas Gráficas da Editora São Vicente, sem data, pág. 38;
4 - João Rodrigues de Carvalho - “História de Machado” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, pág. 70;
5 - Luiz Nassif - “O preto velho de Poços” - crônica em “O Menino do São Benedito e Outras Crônicas” - Editora Senac, São Paulo, 2.002, págs. 82/84;
6 - Manoel Francisco Pinto Pereira - “O Sul de Minas - Almanach moderno, de propaganda e estatística” - Centro Sul Mineiro de Propaganda e Estatística, Villa S. Ferraz - fascículo II - Estabelecimento Graphico Casa Mayença, Cruzeiro, SP, pág. 22;
7 - Víctor Silveira (organizador e editor) - “Minas Geraes em 1.925” - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, pág. 951.

****

CLÍNICAS DENTÁRIAS EM ÓRGÃOS PÚBLICOS E ASSISTENCIAIS

1) - O Serviço Odontológico Municipal.
2) - Centro Odontológico Municipal.
3) - Pronto-Atendimento Municipal.
4) - Centro de Saúde “Dr. Prescildo Nannetti”.
5) - Centro de Saúde “Dr. Aprígio Nogueira”.
6) - Centro de Saúde “Dr. Carlos R. de Almeida”.
7) - Posto de Saúde do Douradinho.
8) - Posto de Saúde do Bairro Santo Amaro.
9) - Posto de Saúde do Bairro da Caiana.
10) - Posto de Saúde do Bairro Cachoeirinha.
11) - Escola Estadual “Dom Pedro I”.
12) - Escola Estadual “Gabriel Odorico”.
13) - Escola Estadual “Paulina Rigotti de Castro”.
14) - Escola Estadual “Hilda Nogueira da Gama”.
15) - Escola Municipal “Clóvis de Araújo Dias”.
16) - Escola Agrotécnica Federal.
17) - Sindicato dos Produtores Rurais.
18) - Casa do Congadeiro.
19) - Associação Comercial.
20) - Centro de Apoio ao Trabalhador (CAT).

****

1 - **O Serviço Odontológico Municipal**.

Como já visto, a lei 621, de 30 de janeiro de 1.986, criou o Serviço Médico e Odontológico Municipal.

Em 1.990 surgiu a Secretaria da Saúde, de que faz

parte a Seção Odontológica. Antônio Eugênio Dias Swerts foi nomeado chefe desta pela portaria 1.220, de 25 de agosto de 1.995. Todavia, desde 1.990 já coordenava os serviços afetos a ela. Foi exonerado pela portaria 1.723, de 25 de novembro de 1.997. A portaria 2.082, de 3 de janeiro de 2.000, nomeou para a chefia Josemara Prado de Almeida.

Com a municipalização dos serviços da saúde, o Executivo local passou a administrar também os gabinetes dentários do Governo do Estado, instalados nas escolas e no CESAN.

No final do século, a Seção Odontológica tem sob sua responsabilidade os gabinetes do Centro Odontológico Municipal, do CESAN, das escolas estaduais Gabriel Odorico e Hilda Nogueira da Gama (APAE), de Douradinho, da Caiana e da Escola Nucleada do São Luís ("Clóvis de Araújo Dias"). Neles trabalham seis cirurgiões-dentistas e cinco atendentes do Município; um dentista e uma atendente do Estado (na EE Gabriel Odorico); além de motorista e auxiliar de serviços administrativos. O atendimento concentra-se no Centro Odontológico, ao qual são encaminhados alunos da maioria das escolas públicas, mesmo da zona rural. Isso tornou ociosos vários gabinetes, o que facilita sua deterioração. Há gastos evitáveis e perda de tempo com o transporte de alunos. Além disso, a população não-escolar da Vila e da zona rural ficou sem assistência dentária.

2 - **Centro Odontológico Municipal**.

No governo de José Carlos Vilela construiu-se o Centro Odontológico Municipal, na Rua Silviano Brandão, esquina com Coronel Flávio. Cogitou-se, antes, de edificá-lo na Praça Rui Barbosa.

A lei 1.071, de 29 de agosto de 1.996, deu-lhe o nome de "Hélio Dias Moreira". Sua inauguração ocorreu em 13 de setembro do mesmo ano. Já em 1.997 teve de passar por reformas, em face de defeitos na construção, que acarretaram afundamento de piso e problemas no telhado.

Nele, no término do período estudado, havia quatro gabinetes, em que trabalhavam quatro cirurgiões-dentistas e quatro atendentes. Apenas escolares tinham acesso a seus serviços, prestados das 7 às 11 e das l3 às 17 horas.

Em agosto de 1.999 instauraram-se processos disciplinares para apurar a prática de irregularidades no Centro Odontológico. Em conseqüência disso, Antônio Eugênio Dias Swerts foi demitido do serviço público, mas obteve anulação do ato através de mandado de segurança.

3 - **Pronto-Atendimento Municipal**.

Nos primeiros anos de funcionamento, em 1.989 e

1.990, chegaram a trabalhar nele quatro dentistas, em três turnos. Depois que se transferiu para as dependências da Santa Casa, no início de 1.993, deixou de prestar atendimento odontológico, passado para o CESAN.

4 - **Centro de Saúde "Dr. Prescildo Nannetti"**.

O antigo Posto de Saúde estadual passou a contar com consultório odontológico em setembro de 1.962. Não tinha, porém, gabinete, e usava um emprestado. Por isso, a lei municipal 509, de 8/7/65, autorizou a compra de outro, para cessão a ele em comodato. Foi inaugurado no mesmo mês.

João de Lima foi o primeiro dentista nomeado para servir no Posto, ainda em 1.962. Sucedeu-lhe o filho, João de Lima Júnior. Com a municipalização dos serviços de saúde, não presta mais atendimento odontológico.

5 - **Centro de Saúde "Dr. Aprígio Nogueira"**.

Depois que o Pronto-Atendimento se mudou para o Hospital, no começo de 1.993, seu serviço odontológico permaneceu no CESAN. Para este foi adquirido um gabinete dentário em 1.995. Nele trabalhavam ao final do século, no período matutino, um dentista e uma atendente.

6 - **Centro de Saúde "Dr. Carlos R. de Almeida"**.

No primeiro semestre de 1.990 já havia consultório odontológico no antigo Posto de Saúde do Bairro Santa Luísa, instalado no Centro Comunitário. Em janeiro de 1.993 ele não funcionava por falta de dentista. Foi reativado em agosto de 1.994. O serviço dentário passou a ser, então, o único lá prestado. Também se desativou com a municipalização dos serviços de saúde, e os alunos do CAIC passaram a ser atendidos no Centro Odontológico.

7 - **Posto de Saúde do Douradinho**.

Em dezembro de 1.986 começou a servir nele um gabinete dentário, comprado pela Prefeitura para substituir antigos equipamentos, que ainda não estavam funcionando por falta de material e condições técnicas.

Chegou a dar atendimento odontológico três vezes por semana, mas em 1.996 este foi reduzido a uma vez. Está desativado desde 1.997.

8 - **Posto de Saúde do Bairro Santo Amaro**.

Em janeiro de 1.993 o serviço odontológico nele era prestado precariamente. Em agosto de 1.996 tal serviço era o único lá existente. Também foi fechado.

9 - **Posto de Saúde do Bairro da Caiana**.

Seu gabinete já funcionava em abril de 1.990. Em agosto de 1.996 nele havia atendimento odontológico uma vez por semana. Também está paralisado.

10 - **Posto de Saúde do Bairro Cachoeirinha**.

O antigo gabinete do Sindicato Rural foi doado ao Posto de Saúde da Cachoeirinha em 1.994, alguns meses depois que aquele se mudou para o prédio do I.B.C.. Sua instalação ocorreu no final do mesmo ano. Em agosto de 1.996 nele havia atendimento uma vez por semana. Foi desativado após a inauguração do Centro Odontológico.

11 - **Escola Estadual "Dom Pedro I"**.

A clínica dentária infantil do Grupo Escolar "Dom Pedro I" foi criada em 27 de fevereiro de 1.928, por iniciativa da dentista Aracy Dias. Com donativos, ela adquiriu os equipamentos e material para os primeiros trabalhos. A instalação ocorreu no ano seguinte.

A instituição recebeu o nome do Coronel Azarias Pio de Souza Dias, e sua primeira diretoria ficou assim composta: *presidente* - Olegário Dias Coelho; *secretário* - José Westin; *tesoureira* - Aracy Dias. Em 1.934 o Governo contratou José Westin para o cargo de dentista, que exerceu até aposentar-se.

A clínica, pertencente à Secretaria Estadual da Saúde, subordinou-se ao Posto de Saúde local a partir de 1.949.

Em data que não sei precisar foi desativada. Em 1.987 tratou-se de reativá-la, e a Escola, através de festa, conseguiu importância para construir sala destinada ao gabinete dentário. Este foi reinaugurado no dia 8 de agosto de 1.990. O serviço voltou a paralisar-se após a inauguração do Centro Odontológico, ficando o equipamento sem uso.

12 - **Escola Estadual "Gabriel Odorico"**.

A assistência odontológica teve início em 1.987, em

gabinete doado pelo Governo Estadual. Esteve a cargo, por primeiro, do dentista Marcelo Guimarães Pessoa. Depois se encarregaram dela, no período noturno, estagiários da Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas. Municipalizados os serviços de saúde, em 1.994 Meire Luce Costa Melo passou a atender na Escola. Nos derradeiros anos do milênio, de manhã, quem o fazia era João de Lima Júnior, dentista do Estado.

13 - **Escola Estadual "Paulina Rigotti de Castro"**.

Recebeu gabinete dentário, já usado, que entrou em funcionamento em agosto de 1.988. Foi retirado por volta de 1.995. Nele trabalhou cerca de dois anos João de Lima Júnior.

14 - **Escola Estadual "Hilda Nogueira da Gama"**.

A clínica dentária da APAE começou a funcionar em abril de 1.992, sob a responsabilidade da dentista Lúcia Maria Magalhães. Depois vinculada ao Município, atendia uma vez por mês, sem dentista fixo. O tratamento dos alunos se fazia no Centro Odontológico.

15 - **Escola Municipal "Clóvis de Araújo Dias"**.

Situada na Fazenda São Luís e inaugurada em setembro de 1.994, dispõe de gabinete dentário. Ele também foi desativado depois que se centralizou o atendimento no Centro Odontológico.

16 - **Escola Agrotécnica Federal**.

O primeiro gabinete dentário da antiga Escola de Iniciação Agrícola foi adquirido em dezembro de 1.955. Três meses antes fora autorizada a contratação de dentista, sendo admitido como tal Oscar Vieira Guerra. Ele se tornou servidor público em 1.961, e permaneceu no cargo até aposentar-se, em outubro de 1.982. De então, até 1.994, a assistência odontológica aos alunos da Escola foi dada por estagiários da E.F.O.A.. Só em novembro de 1.994 se permitiu a feitura de concurso para odontólogo, e a vaga foi preenchida por Helena de Souza Gaspar. Ela solicitou exoneração em maio de 1.997, e a partir daí o serviço dentário foi executado por profissionais autônomos terceirizados.

Em dezembro de 1.995 a Escola comprou outro gabinete. O primeiro, obsoleto, foi vendido em 1.997.

17 - **Sindicato dos Produtores Rurais**.

Em outubro de 1.972, João de Souza Moreira, presidente do Sindicato, recebeu em Belo Horizonte gabinete odontológico doado pela FAEMG. O Funrural passou a enviar, mensalmente, quantia para sua manutenção. Foi instalado, em data que não pude precisar, na pequena sede do órgão, na Rua Major Feliciano, 346. Nele trabalharam inicialmente dois dentistas: Antônio Eugênio Dias Swerts e José Pereira Caixeta.

No início de 1.982, o novo presidente, Joaquim Miguel Nogueira Bastos, celebrou convênio com a Secretaria Estadual da Agricultura e o CEASA, quase duplicando a verba para atendimento dentário. Com isso, foi contratada mais uma profissional, Maria Marly Carvalho Cunha.

Em abril de 1.984 o Sindicato transferiu-se para o pavimento superior do prédio sito na esquina das ruas Major Feliciano e Coronel José Paulino. Lá passou a funcionar a assistência odontológica. No mesmo ano, mediante convênio com a Prefeitura de Carvalhópolis, montou gabinete no centro de saúde da vizinha cidade, em que atendia a dentista Marilda de Fátima Campos Carvalho. Em 1.995, só esta (também em Machado) e Maria Marly Cunha continuavam trabalhando no Sindicato. Depois deixou de existir a assistência odontológica em Carvalhópolis.

Em outubro de 1.992 o Sindicato transferiu sua sede para o prédio do extinto I.B.C., e desativou o gabinete dentário, já obsoleto. No ano seguinte ele foi doado ao posto de saúde do Bairro Cachoeirinha. Com isso, a assistência odontológica paralisou-se. Em 1.998, sob a presidência de Sebastião Tardiolli, foi retomada, em novo gabinete que se adquiriu. Este foi cedido à dentista Silvana Macedo Duarte, que prestava o serviço mediante módica remuneração dos associados.

18 - **Casa do Congadeiro**.

Em março de 1.986 a Casa recebeu de Pedro Ribeiro da Silva, em doação, uma cadeira sem equipamentos, uma estufa e um compressor. No mesmo ano obteve da E.F.O.A. um gabinete antigo mas completo, em comodato.

A assistência dentária gratuita, numa só cadeira, foi iniciada em março de 1.987. Esteve a cargo, sucessivamente, de Antônio Eugênio Dias Swerts, José Oswaldo Passos e Carlos Roberto de Almeida. Eles eram pagos pela Associação dos Congadeiros, com ajuda do benfeitor Pedro Ribeiro da Silva. Após a morte deste faltaram recursos para o serviço, que foi paralisado em 1.991 ou 1.992, na gestão de José Vítor da Silva. A cadeira doada permaneceu no local, como peça de museu.

19 - **Associação Comercial**.

Em 22 de junho de 1.993 a Associação Comercial inaugurou na sua sede gabinete dentário, que recebera em doação da FIEMG e do SESI-MG. Os dentistas contratados para trabalhar nele foram Josemara Prado Pereira e Luiz Manoel Salles da Silva. Após a inauguração do CAT, em setembro de 1.995, foi transferido para lá.

20 - **Centro de Apoio ao Trabalhador (CAT)**.

Desde o início de suas atividades, em setembro de 1.995, nele se prestou assistência dentária gratuita aos associados e industriários, no gabinete vindo da Associação Comercial.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 11 e 20;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de portarias ns. 17 e 18;
3 - "Folha Machadense" ns. 67 - 27/7/1.975 - pág. 1;
93 - 8/2/1.976 - pág. 8;
393 - 20/3/1.982 - pág. 1;
633 - 10/1/1.987 - pág. 5;
644 - 28/3/1.987 - pág. 4;
671 - 3/10/1.987 - pág. 1;
713 - 7/8/1.988 - pág. 3;
799 - 28/4/1.990 - págs. 1 e 7;
815 - 18/8/1.990 - pág. 3;
901 - 2/5/1.992 - pág. 3;
927 - 31/10/1.992 - pág. 5;
937 - 23/1/1.993 - págs. 1 e 16;
949 - 17/4/1.993 - pág. 2;
959 - 26/6/1.993 - pág. 1;
1145 - 8/3/1.997 - pág. 9;
1154 - 10/5/1.997 - pág. 7;
1279 - 23/10/1.999 - pág. 14;
1285 - 4/12/1.999 - pág. 2;
1287 - 18/12/1.999 - pág. 14;
1307 - 13/5/2.000 - pág. 10;
4 - informações pessoais de Antônio Eugênio Dias Swerts, Joaquim Miguel No-

gueira Bastos, José Vítor da Silva, Maércio Caetano da Silva, Márcio Moterani Swerts, Margareth Lima Macedo, Maurílio Rodrigues de Gouveia, Nídia Caproni Gonçalves Resende e Sebastião Tardiolli;

5 - "Informativo Machadense" nº 1 - ago./1.994 - pág. 6;

6 - "Machado-Jornal" ns. 16 - 14/4/1.928 - pág. 11;
57 - 27/1/1.929 - pág. 2;
62 - 3/3/1.929 - pág. 2;

7 - "O Empresário em Destaque" ns. 1 - abr./93 - pág. 1;
3 - jun./93 - pág. 1;
5 - ag/set. 93 - pág. 2;

8 - "O Machadense" ns. 139 - 14/3/1.935 - pág. 2;
895 - 16/9/1.962 - pág. 3;
23 - 1/8/1.971 - págs. 1 e 4;
81 - 24/9/1.972 - pág. 3;

9 - "O Raio X" ns. 1 - agosto de 1.995 - pág. 2;
4 - novembro de 1.995 - pág. 2;
6 - janeiro de 1.996 - pág. 1;

10 - Plano Municipal de Saúde;

11 - "Tribuna Machadense" nº 54 - 30/3/1.982 - pág. 6.

****

OS FARMACÊUTICOS E AS FARMÁCIAS

1) - No Império.
2) - De 1.890 a 1.940.
3) - De 1.940 a 1.970.
4) - De 1.970 em diante.
5) - A Associação Farmacêutica Machadense.

****

1 - **No Império**.

Conforme o almanaque de A. Martins e J. Marques de Oliveira, em 1.864 a Freguesia da Sacra Família já tinha um boticário, **Bartholomeu Antônio Fernandes**, também vacinador.

A farmácia de **Manoel Eloy da Silva Passos**, no Machado, é referida nos almanaques de Saturnino da Veiga e Assis Martins para o ano de 1.874.

O "*Monitor Sul-Mineiro*", de 14 de fevereiro de 1.875, informou haver sido concedida licença a **Severo Augusto Pereira** para instalar aqui uma botica.

O mesmo jornal, em 8 de janeiro de 1.882, declarou estar aberta em nossa cidade uma bem montada farmácia, pertencente a **Joaquim de Souza Nogueira**. Ela não teve sucesso: foi posta a venda em anúncios que se publicaram nos meses de abril e maio seguintes.

Em 1.884, segundo o "*Almanak Sul-Mineiro*", existia no Machado a farmácia de José Pereira Arantes. Situava-se na atual Praça Antô-

nio Carlos, e durou vários anos. Em outubro de 1.895, "*O Futuro*" anunciou estar a venda, porque o proprietário necessitava mudar-se da Cidade. Todavia, Homero Costa afirma que ela se mantinha em 1.900.

É interessante notar que nosso antigo Código de Posturas (resolução estadual 3.401, de 22/7/1.886) continha disposições sobre medicamentos e farmácias. Estabelecia o artigo 84 que a Câmara contrataria com quem melhores condições oferecesse o fornecimento de remédios necessários aos doentes pobres. Seu parágrafo primeiro afirmava:

> *"O boticário contratado aviará em vista da receita do médico com a nota seguinte: a doente pobre; e quando não houver médico fornecerá os remédios necessários, de uso inofensivo, ou sejam medicamentos simples, ou compostos com manipulação isenta de qualquer inconveniente."*.

O artigo 85 impunha fossem as boticas (e outros estabelecimentos que menciona) visitadas em cada trimestre pelo fiscal e pelo médico do partido, que fariam auto das infrações encontradas e proporiam os meios de prevenir quaisquer danos.

2 - **De 1.890 a 1.940**.

Em 31 de outubro de 1.890 o Conselho de Intendência local determinou o registro da carta do farmacêutico licenciado **Joaquim Tibúrcio Pereira**. Um mês e meio depois, **Martinho Álvares dos Santos Silva** indagou-lhe se era conveniente e útil para Douradinho o estabelecimento de uma farmácia ali. O Conselho respondeu afirmativamente, ressalvando contudo não poder atestar se a Freguesia tinha necessidade dela. Ignoro se os dois chegaram a exercer a profissão no Município.

O "*Monitor*" de 19 de abril de 1.896 noticiou a licença para transferência, do Douradinho a Ponte Alta, da farmácia de **Cyriaco dos Santos Pagano**. Ignoro quando ela foi instalada em nosso distrito.

Francisco Elysio Ferreira Braga, nascido no município fluminense de Campos, veio para Machado no final do século anterior. Aqui se casou e abriu farmácia na esquina da Praça da Matriz com a Rua Cel. José Paulino. Manteve-a por mais de um qüindênio. No dizer de Homero Costa, prestou inestimáveis serviços à população, exercendo seu mister com escrúpulo e espírito devotado, e dando assistência integral à clientela e aos enfermos.

Em 1.903 ou pouco antes, **Diogo Cavalcante de Albuquerque** instalou farmácia na Rua Santos Silva, posteriormente transferida para a Praça da Matriz. Em 1.905 era citada na imprensa como **Farmácia Liberdade**; em 1.916, como **Farmácia Cavalcante**. Em novembro de 1.920 foi com-

prada pela Santa Casa, por 3:500$000, e o ex-proprietário mudou-se da Cidade.

Trazido por Urbano Rebello, o farmacêutico **Henrique Silva** estabeleceu-se na Rua Santos Silva, nos primeiros lustros do século passado. A preferência que por ele tinha o médico Narcizo de Queiroz foi, ao que consta, um dos motivos da briga entre este e o farmacêutico Braga. Permaneceu pouco tempo entre nós.

Ainda Homero Costa noticia que, a partir de 1.908, **Claudionor Pereira Lima** teve farmácia (montada com estoque adquirido de F. Braga) na esquina da Praça da Matriz com a Rua Coronel Flávio. Era chamada de **Farmácia Popular**. Em 1.924 ele já trabalhava como farmacêutico em Gymirim - não sei quando se mudou para lá. Voltou a Machado em data que também ignoro, instalando na Rua Barão do Rio Branco a **Farmácia Americana**. No final de 1.933 estava associado a **Célio A. de Lima**. Em 1.940 o estabelecimento ainda existia.

Eram bacharéis em Farmácia mas abraçaram outras profissões os machadenses **João Leão de Faria** (1.905) e **Feliciano Vieira da Silva** (1.911). O primeiro chegou a estabelecer-se em Alfenas. Também o era **Albertino Fernandes**, segundo o almanaque "*O Sul de Minas*" de 1.913; ignoro porém se exerceu o ofício.

Formado no Rio de Janeiro, **Waldemar Paulino da Costa** foi o fundador, em 1.910, da **Farmácia Machadense**, ainda existente no fim do milênio, que funcionou em diversos prédios da Praça Antônio Carlos. Em 1.924 juntou-se a **Hércules Prescildo Nannetti**, criando a firma "Costa & Nannetti". Com seu falecimento, em 1.927, o sócio, também farmacêutico, continuou o negócio, e em 1.929 comprou a parte do espólio. Bacharelando-se em Medicina em 1.934, transferiu a farmácia para **João Pedro Nannetti** e Mauro Moreira Guerra. Ambos a mantiveram até dezembro de 1.961, quando foi vendida para Gonçalves & Pereira Ltda., sociedade formada por **José Nílton Gonçalves** e Sebastião Pereira Martins (Zito). Em janeiro de 1.974 José Carlos Ferri adquiriu a parte de Gonçalves. Em abril de 1.978 os sócios venderam o estabelecimento para o bioquímico **Luiz Antônio Castilho de Oliveira** e para Silas Doque da Silva. Pertenceu depois a Feliciano Silvério da Silva. Sua proprietária depois foi a sociedade Costa e Maciel Ltda.. Em 1.997 reuniu-se à Drogamil e à N. S. Aparecida.

Joaquim Pio de Souza Moreira formou-se no Ouro Preto em 1.911. Trabalhou de início em Gymirim, e em 1.914 trouxe seu estabelecimento para esta cidade, instalando-o na Rua Silviano Brandão, atual nº 264. Quatro anos depois mudou-se para Serrania, onde permaneceu até 1.939. Voltando a Machado, manteve a **Farmácia Dom Bosco** na Rua Major Feliciano, 173, até 30 de julho de 1.963, quando a vendeu para **Décio Gonçalves do Lago**. Este a transferiu para a Avenida Santa Cruz, esquina com a Praça Dr. Roque, e a fechou cerca de dois anos depois.

Por informação oral, soube que **João Pendão de Macedo** teve farmácia na Rua Silviano Brandão, esquina com a Coronel Flávio, onde atualmente fica o prédio nº 380. Conforme "*O Município*", em 1.923 **Olavo Westin dos Santos Silva** era aqui farmacêutico - ignoro qual foi o seu estabelecimento.

A farmácia da Santa Casa, que se instalou, como visto, em 1.920, com o estoque de D. Cavalcante, foi reinaugurada em 28 de outubro de 1.928, por razão que desconheço. Ficou paralisada algum tempo por falta de medicamentos. Esteve a cargo de **Arnaud dos Santos Silva** e **Hércules Prescildo Nannetti**. Após a morte deste, os próprios médicos do Hospital responsabilizaram-se por ela. Desde 13 de agosto de 1.992 esteve sob os cuidados da farmacêutica **Esther Pereira da Silva Franco**.

Em 1.925, conforme o trabalho organizado por Víctor Silveira, havia no Machado as farmácias de **Cândido Lino Alves, Costa & José André da Cunha,** e **Francisco M. Rasco**. Anterior a 1.930 era ainda a **Farmácia Santa Philomena**, de **Mário Britto**, situada na atual Praça Antônio Carlos.

Embora já citado de passagem, **José André da Cunha** merece lembrança à parte. Seu estabelecimento, a **Farmácia Cunha**, instalada na Rua Astolpho Pio, foi por muitos anos o mais sortido da Cidade. Em época que não sei precisar ele o transferiu para **José Lauro de Souza**. Antes de mudar-se para Campinas, no início da década de setenta, este o passou a Dolbi de Souza Magalhães, que o mudou para a Rua Prof. Francisco Raphael, 18. Lá permaneceu pouco tempo, fechando em seguida.

A lei municipal 97, de 23/10/1.926, regulou o horário de funcionamento das farmácias. Do mesmo assunto cuidou a portaria 10, de 4/3/1.943. A lei 67, de 19/10/1.950, dispôs sobre os plantões delas.

O "*Machado-Jornal*" de 20 de maio de 1.928 fez referência ao jovem farmacêutico **Altamiro Meirelles Grillo**, jornalista em nossa cidade. Ele foi proprietário da **Farmácia Nossa Senhora Aparecida**, situada na atual Praça Antônio Carlos.

Conforme indicadores do "*Jornal do Machado*", em 1.933 e 1.934 havia aqui as farmácias Americana, Cunha, Machadense e Santa Philomena, já referidas.

No início de 1.935 **Diogo Cavalcante de Albuquerque** voltou a residir em Machado, e abriu na Rua Major Feliciano a **Farmácia São Sebastião**.

Benedito Borini, de Alfenas, teve farmácia por dezoito ou vinte anos no Douradinho, em dois locais, a partir de 1.935, aproximadamente. Na Vila também trabalharam, em época que não sei precisar, os farmacêu-

ticos **Ivo Ramos**, **Josias de Tal**, e **Sílvio de Tal**, este lá falecido.

3 - **De 1.940 a 1.970**.

No expediente da Prefeitura publicado em "*O Machadense*" de 11 de julho de 1.940, refere-se licença concedida a **Joaquim Alves Corrêa** para estabelecer-se com farmácia na Praça Antônio Carlos. Não tenho outras notícias dela.

Na década de quarenta João Nannetti abriu em Douradinho filial de sua farmácia, que durou um ano e pouco. Olímpio de Souza Padilha era o encarregado dela.

Em 1.950, conforme o "*Guia do Sul de Minas*" de José Matzner, havia no Machado as seguintes farmácias: Cunha, Dom Bosco, Machadense, Imaculada Conceição, Santa Isabel e São Sebastião. Da quarta e quinta não tenho mais informes.

O machadense **Carlos Legnani**, formado em Farmácia, exerceu a profissão por pouco tempo em Cana do Reino, no início da década de cinqüenta.

Nicanor Soares foi por alguns anos, nas décadas de cinqüenta e sessenta, proprietário da **Farmácia São José**, que se localizava na Rua Major Feliciano, 549.

Aproximadamente em 1.961 **João Custódio da Silva** instalou na Avenida Santa Cruz a **Farmácia Nossa Senhora da Saúde**. Com ele trabalhou o sobrinho José Israel da Silva. Em dezembro de 1.979 o estabelecimento foi vendido para **Odair Cornélio da Silva**. Depois se transferiu para o prédio da antiga Casa Souza Dias, na Praça Antônio Carlos. Foi então adquirido por José Roberto Siqueira, que construiu prédio na mesma praça, aonde foi transferido em janeiro de 1.993. O proprietário morrera no final do ano anterior, e ele passou a ser administrado pelos herdeiros, sob a responsabilidade do farmacêutico José Nílton Gonçalves.

Na segunda metade da década de sessenta foi fundada na Rua Barão do Rio Branco a **Drogaria São Lucas**, pertencente a José Cândido de Souza Dias Filho. Durou pouco tempo. No mesmo local em que ela funcionava, os irmãos Osny Cornélio da Silva e Oswaldo Cornélio da Silva, naturais de Lambari, abriram em 20 de janeiro de 1.968 a **Farmácia Itamarati**. Dez anos depois, o segundo deixou a sociedade para montar outro estabelecimento, a que se fará referência. A Itamarati teve como primeira farmacêutica responsável **Maria**

Antonieta Vieira Guerra. Também exerceu tal função Nicanor Soares, de quem já se falou. Entre seus funcionários deve ser destacado Olímpio de Souza Padilha, pessoa muito respeitada no ramo, em que atuou desde 1.938. Depois ela esteve filiada à "Droga Rede".

Merece referência o bioquímico machadense **Uriel Zanon**, que se mudou ainda jovem para Varginha. Cientista de renome, já na década de sessenta se destacou pela adoção de novo método de combate à tuberculose.

4 - **De 1.970 em diante**.

A **Drogalvim** foi aberta em abril de 1.973, no prédio da Rua Astolpho Pio, 322, em que funcionara antes a Farmácia Cunha. Seus primeiros proprietários eram o farmacêutico **Wolney Alvim Pereira**, Clóvis Alvim Pereira e Sidney Alvim Pereira. Por pouco tempo manteve filial na Rua Tiradentes, próximo da Avenida Arthur Bernardes. Em setembro de 1.988, já pertencendo a Célio Ribeiro Camargo Filho e Waldemar de Castro Ribeiro Júnior, foi transferida para a Major Feliciano, 190. Passou a chamar-se então **Drogaria Ribeiro**. Em fevereiro de 1.995 os primitivos proprietários abriram outra farmácia, com o mesmo nome de Drogalvim, no antigo endereço da Astolpho Pio.

Em 27 de junho de 1.978 foi inaugurada a **Droganova**, na Rua Major Feliciano, esquina com Astolpho Pio. Eram seus proprietários Oséias Cornélio da Silva, Oswaldo Cornélio da Silva e Marcos Aurélio Lopes. Fechou em meados da década de noventa.

A farmacêutica **Marilda Neder Ferreira**, em fevereiro de 1.980, montou a **Droga Neder** na Rua Barão do Rio Branco, esquina com Tenente Antônio Moreira de Souza. Em maio de 1.991 ela se mudou para o nº 2 da mesma rua, na esquina com a Praça A. Carlos.

Por pouco tempo, em meados da década de oitenta, funcionou na Praça da Rodoviária a **Farmácia Donatília**, de propriedade do farmacêutico **Tadeu Edgard Swerts Leite**.

Hamílton Moreira Guerra e a farmacêutica **Ana Lúcia Guerra** instalaram em novembro de 1.986 a **Farmacenter Guerra**, na Praça Antônio Carlos, 144. Três anos depois ela foi vendida a Luiz Antônio de Carvalho e Kátia F. Carvalho, passando a chamar-se apenas **Farmacenter**. Os novos proprietários, em setembro de 1.993, montaram também a **Droga Nossa**, na Rua Aírton Rodrigues, 86. Ela, em junho de 1.995, foi adquirida por Élio Francisco da Silva e Cristina Marta Lemos da Silva, que a levaram um ano depois para a Praça Antônio Carlos, 6-A, onde funcionara a Farmácia Central. Esta havia sido aberta em maio de 1.991 por Mauro Gonçalves Júnior e Sebastião Donizete Pereira, tendo como farmacêutica responsável **Maria Cristina Bottazzini**. Fechou no pri-

meiro semestre de 1.996. Registre-se que, sob outra direção, desde 1.998 a Farmacenter denominou-se **Drogamil-Centro**.

Em agosto de 1.988 abriu portas na Avenida Santa Cruz a **Drogaria Nossa Senhora Aparecida**. Dez anos depois, sob nova direção, teve o nome mudado para **Disk-Farma**.

A **Farmácia Santa Apolônia**, do dentista Antônio Batista Ferreira, foi inaugurada em 31 de janeiro de 1.991, na Rua Coronel Jacinto, 235. Fechou no mesmo ano.

No segundo semestre de 1.991 foi instalada a **Farmácia Santa Rita** na Rua Barão do Rio Branco, 267, esquina com Tenente A. Moreira. Em outubro de 1.993 ela abriu filial - a **Santa Rita II** - na Praça Antônio Carlos, 257. O estabelecimento da Rio Branco fechou-se no segundo semestre de 1.997.

Duas farmácias de manipulação surgiram aqui em 1.991. Em agosto, a **Gota de Orvalho** foi aberta por Cármen Maria Paes na Major Feliciano, esquina com Silviano Brandão. Em novembro de 1.992 ela a transferiu para Selma Aparecida Dias de Oliveira, que mudou seu nome para **Seiva Bruta**. Foi fechada em março de 1.994. No final de 1.991 inaugurou-se a **Chrisfarm Manipulações**, de **Christiane Brandão de Almeida**, na Rua Barão do Rio Branco, 74-A, ainda em atividade no fim do período estudado, também no ramo da homeopatia. Em julho de 1.999, instalou-se na Rua Arthur Xavier Pedroso, 470, a **Erva Magia**.

A **Farmácia Nippon** foi aberta em março de 1.992, na Avenida Arthur Bernardes, 885. Em 1.996, sob nova direção, teve o nome mudado para **Farmácia Nossa Senhora das Graças**. O farmacêutico responsável por ela era **Josias Domingues de Carvalho**; sua proprietária, a sociedade Bussato & Lorenzini Ltda..

Três novas farmácias apareceram na Cidade, no final de 1.996: a **Drogamil**, na Coronel Jacinto, 232; a **Drogaria Brasil**, na Santa Cruz, 285; e a **Farmácia Avenida**, na Arthur Bernardes, 194. Esta tinha como farmacêutico responsável **Rowilson Rodrigues Scalco**; a penúltima, **Maria A. R. Milan**.

A **Farmácia Luz**, na Rio Branco, esquina com Tenente Antônio Moreira, foi inaugurada em 1 de dezembro de 1.997. Seu proprietário, **Diogo Marini de Salles Luz**, na mesma época abriu laboratório ao lado.

Registre-se, por fim, que no final do século havia no CESPREN distribuição gratuita de medicamentos, adquiridos por doação ou compra. Tencionava-se criar lá uma farmácia comunitária.

5 - **A Associação Farmacêutica Machadense**.

Foi criada no final dos anos oitenta para defender interesses da classe, máxime sobre tabelamento de preços e plantões. Em 1.996 provocou protestos da população, ao limitar o horário noturno destes.

Dirigiram-na, em épocas distintas, Domingos Sávio Labeca e Maurílio de Fátima Domingues. Não era regularmente constituída, não possuía estatuto, e estava acéfala e inativa no final do século. Os plantões, então, eram elaborados apenas por uma comissão de farmacêuticos.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - "A Liberdade" nº 36 - 13/2/1.916 - pág. 4;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro 6 de leis;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro 5 de leis e decretos;
4 - Arquivo Público Machadense - livro 65: "Leis da Câmara Municipal - 1912 a 1932";
5 - Arquivo Público Machadense - livro 168: "Registro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Santo Antônio do Machado - 1883 a 1892" - págs. 123v./ 124 e 126v.;
6 - "Folha de Alfenas" nº 9 - 30/7/1.905 - págs. 2 e segs.;
7 - "Folha Machadense" ns. 207 - 23/4/1.978 - pág. 1;
213 - 4/6/1.978 - pág. 1;
217 - 2/7/1.978 - pág. 1;
280 - 9/12/1.979 - pág. 1;
289 - 17/2/1.980 - pág. 1;
446 - 16/4/1.983 - pág. 1;
626 - 8/11/1.986 - pág. 1;
684 - 16/1/1.988 - pág. 3;
714 - 13/8/1.988 - pág. 1;
722 - 8/10/1.988 - pág. 11;
743 - 18/3/1.989 - pág. 12;
838 - 9/12/1.991 - pág. 1;
854 - 1/6/1.991 - pág. 1;
856 - 15/6/1.991 - pág. 3;
907 - 13/6/1.992 - pág. 1;
919 - 13/9/1.992 - pág. 7;
937 - 23/1/1.993 - págs. 1 e 10;

938 - 30/1/1.993 - pág. 11;
970 - 2/10/1.993 - pág. 10;
980 - 11/12/1.993 - pág. 9;
1043 - 11/3/1.995 - pág. 7;
1095 - 16/3/1.996 - pág. 1;
1097 - 30/3/1.996 - pág. 1;
1109 - 22/6/1.996 - pág. 1;
1130 - 14/11/1.996 - pág. 5;
1232 - 28/11/1.998 - pág. 1;
8 - informações pessoais de Domingos Sávio Labeca, Elza Benedita de Souza Prado, Jesualdo Maciel e Oracy de Souza;
9 - "Jornal do Machado" ns. 6 - 5/12/1.915 - pág. 4;
19 - 23/11/1.924 - pág. 2;
3 - 4/9/1.933 - pág. 4;
10 - Livro da Lei Mineira - 1.886 - tomo LIII, parte 1ª, págs. 154/155;
11 - "Machado-Jornal" de 20/5/1.928 - pág. 2;
4/11/1.928 - pág. 1;
3/2/1.929 - pág. 3;
12 - "Monitor Sul-Mineiro" ns. 162 - 14/2/1.875 - pág. 4;
550 - 8/1/1.882 - pág. 4;
567 - 20/4/1.882 - pág. 4;
1278 - 19/4/1.896 - pág. 2;
13 - "O Futuro" nº 1 - 1/10/1.895 - pág. 4;
14 - "O Machadense" ns. 38 - 20/8/1.905 - pág. 2;
16 - 22/9/1.932 - pág. 4;
139 - 14/3/1.935 - pág. 3;
de 11/7/1.940 - págs. 3 e 4;
863 - 25/12/1.961 - pág. 2;
148 - 8/1/1.974 - pág. 1;
15 - "O Município" nº 16 - 4/9/1.923 - pág. 4;
16 - Plano Municipal de Saúde;
17 - Revista "Machado-87" - ano I, nº 1, pág. 22;
18 - "Siga em Frente" nº 36 - 18/12/1.997 - pág. 10.

B - **secundárias**

1 - Antônio de Assis Martins e J. Marques de Oliveira - "Almanak Administrativo Civil e Industrial da Provincia de Minas Geraes para o anno de 1864" - Typographia da Actualidade, Rio de Janeiro, 1.864, pág. 388;
2 - Antônio de Assis Martins - "Almanach Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas Geraes do anno de 1874 para servir no de 1875" - Typ. de J. F. de Paula Castro, Ouro Preto, 1.874, pág. 517;
3 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanach Sul-Mineiro para 1874" - Typ. do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.874, pág. 150;
4 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanak Sul-Mineiro para 1884" - Typ. do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.884, pág. 236;
5 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da

Editora São Vicente, sem data e local, págs. 37/38;
6 - João Rodrigues de Carvalho - “História de Machado” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 70 e 106;
7 - José Matzner - “Guia do Sul de Minas” - Oficinas Gráficas da S/A Folha de Minas, sem data e local, pág. 168;
8 - Manoel Francisco Pinto Pereira (organizador) - “O Sul de Minas - Almanach moderno, de propaganda e estatística” - Centro Sul Mineiro de Propaganda e Estatística, Villa S. Ferraz - fascículo II - Estabelecimento Graphico Casa Mayença, Cruzeiro, SP, 1.913, pág. 22;
9 - Víctor Silveira (organizador e editor) - “Minas Geraes em 1925” - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, pág. 951.

****

OUTROS PROFISSIONAIS E "CURIOSOS" LIGADOS À SAÚDE

1) - Psicólogos.
2) - Fisioterapeutas.
3) - Terapeutas ocupacionais.
4) - Fonoaudiólogas.
5) - Enfermeiros.
6) - Parteiras.
7) - Curadores e benzedores.

****

1 - **Psicólogos**.

No começo da década de oitenta passou a trabalhar aqui a psicóloga clínica **Maria José Domingues Arantes**. Continuava em atividade no final do milênio, contribuindo para divulgar sua profissão em artigos e entrevistas na imprensa escrita e falada. Com consultório na Rua Alfenas, atuava também na APAE.

Mariângela Moura Santos, também psicóloga clínica, instalou consultório no Edifício "Bias Maciel", no segundo semestre de 1.985, transferindo-o depois para a Rua Coronel Jacinto. Manteve-o por cerca de três anos.

Em 1.988 já aqui trabalhava **Virgínia Zanon Braga Magalhães**, com consultório na Rua Coronel Jacinto. A partir de 1.995 passou a atender no CESAN.

Em outubro de 1.988 a Casa da Cultura sediou encontro de psicólogos sul-mineiros, preparatório da criação de sua associação.

Na primeira metade da década de noventa estrearam na profissão os psicólogos **Márcio Moterani Swerts**, **Cleida de Lima Vital** e **Maria José Salles Dias**. Aquele lecionou na Faculdade de Psicologia da Unifenas. Na mesma época, o machadense **Josias Pereira**, também enfermeiro e pastor metodista, manteve aqui consultório psicológico por alguns meses, retornando depois a São Paulo.

No lustro seguinte teve início a atuação em Machado de **Luciana Signoretti Gambi de Freitas**, que se tornou sócia de clínica médico-psicotécnica para motoristas. No mesmo período começaram a trabalhar as psicólogas **Carla Cavalcante, Cristiane Garcia**, **Eva Elisa Magalhães Barbosa** e **Giseli Ventura**. **Cármen Lúcia Martins de Oliveira**, de Alfenas, atendeu na APAE local desde 1.996.

Formada em 1.990, a machadense **Mariângela Dieb Farah** teve clínica e atuou na APAE em Itajubá.

2 - **Fisioterapeutas**.

Em 1.986 começaram a trabalhar na Cidade os fisioterapeutas **Ilza Maria T. Almeida Ferraz** e **Roberto F. Maestrello**. Este atendeu também na APAE.

A machadense **Aline Cunha Gonçalves** em junho de 1.995 abriu consultório na Rua Professor José Cândido, 177. Continuava o atendimento no final do século, também prestado na APAE.

Também acupunturista, **José Haroldo da Silva** atuava aqui em 1.999.

3 - **Terapeutas ocupacionais**.

Nos últimos anos do século aqui prestou serviços na área de terapia ocupacional **Marilda Lopes R. Maestrello**, que atendia também na APAE e no NAPS.

4 - **Fonoaudiólogas**.

Em 1.989 atendia na APAE a fonoaudióloga **Maria Lúcia Martins Ribeiro**. Saiu de Machado em abril de 1.997.

Na mesma entidade, aqui trabalharam no final do milênio **Gisely Meloto Signoretti** e **Maria Ircília Ramos de Oliveira**.

5 - **Enfermeiros**.

Em 1.928 atuava como enfermeira na Santa Casa **Rosa Juntolli**, que também foi parteira. Lá permaneceu vários anos.

O decreto-lei 53, de 12 de junho de 1.942, incluiu no quadro de funcionários municipais uma enfermeira, e arrolou no artigo 64 suas atribuições. As principais eram: fazer vigilância sanitária em casos de doenças transmissíveis; ministrar educação sanitária nos domicílios; promover higiene pré-natal e infantil, ensinando a mães, gestantes e crianças regras de alimentação, vestuário e asseio corporal; encaminhar mães e gestantes a exames médicos; auxiliar os serviços de higiene escolar; cooperar na profilaxia das doenças venéreas; instruir tuberculosos e pessoas próximas a eles sobre os perigos do contágio e a prática de desinfecções.

Em 1.945 passaram a trabalhar na Santa Casa, como enfermeiras, as Irmãs da Congregação "Filhas de Santana", substituindo as Irmãs Auxiliares de N. S. da Piedade, que lá estiveram pouco tempo.

O decreto 42, de 6 de março de 1.944, nomeou **Milza Moreira Guerra** enfermeira municipal.

Entre outros, além das freiras, trabalharam no Hospital a partir de 1.958 os enfermeiros **Amélia das Chagas Paula, Ana Maria de Lima, Andréia de Lima, Aparecida Cândida Siqueira, Euclides Codignole, Ilma Pereira, Isa Claudete Carimba, Lucília Maria Ferreira Serafini, Luíza Aparecida Nery, Maria Cleuza Firmo Azevedo, Maria Helena Maciel, Maria José Rosa, Maria Maciel Nery, Maria Tereza Silvéria Órfão, Sebastião das Chagas de Souza, Sílvia Campos** e **Tereza Pereira Caixeta**.

Valorizada pelo bom desempenho profissional, a enfermeira **Lucília Maria Ferreira Serafini** candidatou-se a vereadora em 1.988, sem sucesso. O mesmo fez em 1.992 **Nair Cândida da Silva**, operadora de raio-X.

No término do período estudado integravam o quadro de enfermeiras do Município **Márcia Regina de Carvalho Machado Teixeira, Maria Cláudia Robin Nannetti Caixeta, Raquel Vilela de Araújo Dias** e **Rosemeire Vinagre Gavião.**

Entre outras, em atividade na última década do século, citem-se por fim **Helouse da Silva Passos, Maria Goretti Scalco** e **Maria José Amaral Resende**.

6 - **Parteiras**.

Seu ofício, outrora importante, está se extinguindo, pela

ampliação da assistência médica e do acesso aos hospitais, e pela melhora dos meios de comunicação na zona rural.

Em 1.874, o "*Almanach Sul-Mineiro*" informou que eram parteiras no Machado **Anna Maria de Siqueira**, **Luiza Maria de Jesus**, **Maria do Rosário** e **Porcina Maria de Campos**.

O "*Sexto Districto*", em setembro de 1.894, noticiou o falecimento da estimada **Maria Izabel**, que aqui exercera por muitos anos a profissão de parteira.

Do início do século XX, além de **Rosa Juntolli**, atrás referida, merece registro a italiana **Paschoa Saviolli**, que morava no começo da Rua da Máquina.

Homero Costa lembra três delas:

- **Maria Joaquina de Lima**, residente na Rua Coronel Flávio,
"senhora despachadona que quando atendia alta noite, levava sempre um porrete na mão para o que desse e viesse";

- **Clemência Maria de Jesus**, moradora na antiga Rua da Palha,
"que aliava uma consumada perícia ao carinho no assistir às parturientes, à habilidade e jeito especial com que as enchia de ânimo, encorajando-as".

Em reconhecimento a seu trabalho, o Executivo Municipal concedeu-lhe carneiro perpétuo no Cemitério da Saudade, por decreto de 14/12/1.949.

- **Maria Clemência de Jesus**, filha da anterior e "*herdeira de suas virtudes*". Quando completou cem anos de idade, a Câmara, pela resolução nº 1, de 9/10/1.972, lhe outorgou título de honra ao m,rito, entregue em sessão solene. Ressaltou-se então que fizera mais de 1.070 partos. Morreu três anos depois.

No Douradinho, a parteira mais afamada foi **Guilhermina Costa e Silva**, filha de escravos. **Teresa de Barros** (Teresona) morava em Cordislândia, mas também atendia em nosso Distrito. São ainda lá lembradas: **Sinhana Félix, Maria Fuzileira** e **Ana Vitoriana**.

Em janeiro de 1.960 a imprensa divulgou o primeiro curso de treinamento para parteiras da zona rural, sob patrocínio da ACAR e da Prefeitura, programado para o mês seguinte. Ignoro se efetivamente se realizou.

7 - **<u>Curadores e benzedores</u>**.

Justifica-se sua inclusão neste capítulo, pois a atividade

que exercem visa à recuperação da saúde, embora por meios não ortodoxos.

Nosso primeiro Código de Posturas, de 1.886, vedava o curandeirismo:

> *"Art. 90 - É prohibido fingir-se inspirado por potencias invesiveis para predizer cousas extraordinarias, e curar feitiços ou outras molestias, quando disso possa resultar lucro ao impostor ou damno a alguem: multa de 5$ á 20$ e prisão de 2 á 8 dias.*
> .....
> *Art. 91 - É igualmente prohibido vender orações, reliquias, bentinhos e outros quaesquer amuletos em que se concedam vantagens temporaes ou espirituaes: penas, as do artigo antecedente."*.

Olímpio Abrão, numa crônica, narra que em 1.887 vivia aqui o curandeiro **Miguel Sabino**, apelidado de "Miguelão". Era alto, gordo, de muita conversa e semi-analfabeto. Plantava ervas para preparar "*xaropadas*", sem critério na dosagem. Acrescenta que

> *"tinha fama não por méritos de supostas curas, mas pelos boatos da região."*.

"*A Vanguarda*", em 1.915, noticiou incidente policial com a conhecida **Maria Semtempo**, tratando-a desrespeitosamente:

> *"é uma boda velha, gorda e sacudida, que emvez de estar empregada em alguma casa como cosinheira ou apanhando café em qualquer fazenda, leva o seu tempo em tratar de mandingas, feitiçarias, etc., etc."*.

O jornal "*O Machadense*", de 2/6/1.934, prestou homenagem a **Idalina Cândida Westin** (Dona Dalica), afirmando que tinha prática invulgar de medicina caseira, e que se alegrava em mitigar o sofrer dos que a procuravam. À mesma atividade se dedicava **Pedro Alves Negrão**, conhecedor da homeopatia.

José Pereira Dias, o "Juca da Serra", falecido em 1.965, era experto em flora medicinal e preparava com habilidade diversas infusões. Uma delas, à base de casca d'anta, conhecida apenas como "*remédio do Juca*", era muito procurada e consumida até por pessoas de outras cidades.

José Balbino Soares e **João Honório Sobral** faziam curas na Cidade. **Augusto Conti** foi muito respeitado como benzedor. Diga-se o mesmo de **Alexandre Serafini**, que residia na Rua da Máquina: sarava doenças,

afastava maus-olhados e "*cortava o medo*" de crianças que custavam a andar ou a falar.

João Lopes Filho, o popular "João Lopinho", foi também renomado curador. Fazendeiro, edil na década de setenta, morreu em 1.987.

Achava-se ainda entre nós no fim do milênio o apreciado curandeiro **Luiz Carlos Manso Filho**, sempre elegante num terno branco. Candidato a vereador em 1.988, publicou carta aos eleitores, em que afirmava:

> *"há mais de 20 anos, tenho como ocupação principal o atendimento a doentes de Machado e região, anos estes, graças a Deus, que foram de completo sucesso com meus medicamentos de plantas naturais. Tenho a certeza de ter a muitos auxiliado, mesmo os que, sem condições de pagar, me procuraram." (F.M. 727).*

Mencionem-se ainda **Argia Bissolli**, que morava na Rua Coronel Azarias, e **Bilica**, já falecidas; **Antônio Benedito de Azevedo** (Antônio Pararaca), **Iolanda Ferreira** e Maria José Pereira Guimarães, conhecida por **Maria Rosa**, ainda em atividade no final do milênio.

Um dos mais velhos curandeiros de Douradinho tinha o apelido de **Zé Capivara**. Depois dele, lá atuaram **Vicentinho Ferreira** (que se mudou para São Paulo), **José Balbino Soares** (já referido) e **Luís Martins** (residente em Cordislândia).

No livro "*Assim se Benze em Minas Gerais*" estão transcritas várias rezas, para as mais diferentes finalidades, recolhidas em cidades mineiras, entre as quais Machado.

****

<u>Fontes de consulta</u>.

A - **primárias**

1 - "A Vanguarda" nº 1 - 2/5/1.915 - pág. 3;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro 6 de decretos e portarias;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros 4 e 5 de leis e decretos;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro 17 de portarias;
5 - "Folha Machadense" ns. 72 - 31/8/1.975 - pág. 8;
569 - 21/9/1.985 - pág. 1;
593 - 22//3/1.986 - pág. 2;

595 - 5/4/1.986 - pág. 9;
674 - 24/10/1.987 - pág. 16;
722 - 8/9/1.988 - pág. 11;
725 - 29/10/1.988 - pág. 6;
727 - 12/11/1.988 - pág. 14;
734 - 14/1/1.989 - pág. 5;
952 - 8/5/1.993 - pág. 11;
1062 - 22/7/1.995 - págs. 1 e 13;
1224 - 3/10/1.998 - pág. 8;
6 - informações pessoais de Elza Benedita de Souza Prado, Eulália Tavares de Lima, Jesualdo Maciel, Márcio Moterani Swerts, Oneida Meloto e Patrícia Prado Swerts;
7 - Livro da Lei Mineira - 1.886 - tomo LIII, parte 1ª, folha 8, pág. 155;
8 - Livro de Registro de Atas da Assembléia Geral e da Mesa Administrativa da Irmandade da Santa Casa e Misericórdia de Santo Antônio do Machado;
9 - "O Machadense" ns. 104 - 2/6/1.934 - pág. 5;
767 - 24/1/1.960 - pág. 1;
85 - 22/10/1.972 - págs. 2, 3 e 4;
10 - "Sexto Districto" nº 5 - 5/9/1.894 - pág. 3.

B - **secundárias**
1 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanach Sul-Mineiro para 1874" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.874, pág. 150;
2 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da Editora São Vicente, págs. 38/39;
3 - Núbia Pereira de Magalhães Gomes e Edimilson de Almeida Pereira - "Assim se Benze em Minas Gerais" - Editora da Universidade de Juiz de Fora - impresso por Mazza Edições, Belo Horizonte - 1.989, págs. 101, 110, 112, 115, 169, 172 e 263;
4 - Olímpio Abrão - "Crônicas" - sem menção de editora, 1.997, págs. 65/66.

****

OS LABORATÓRIOS

1) - de análises clínicas.
2) - de prótese dentária.

****

1 - **de análises clínicas**.

Na antiga Santa Casa não havia laboratório. Os médicos tinham os próprios microscópios, nos quais faziam exames para seus pacientes.

O **Laboratório de Análises Clínicas do Hospital da Santa Casa** foi criado logo que este se instalou, no final de 1.961. Carlos Roberto de Almeida, que iniciava a carreira médica, foi o primeiro responsável por ele. Nos anos seguintes esteve sob a orientação de sua esposa, Maria Regina Carneiro de Almeida, tendo como funcionário Warney Garvão de Carvalho. Em 1.972 foi chefiado pelo bacteriologista Clêuton Landri Diogo, vindo da cidade de Formiga. Em 1.976 Tadeu Edgard Swerts Leite foi contratado como analista e bioquímico responsável por ele. Posteriormente, Warney Carvalho, que se afastara, tomou a sua direção e nela permaneceu até 1.985, quando o Laboratório deixou de ser explorado pelo próprio Nosocômio.

O jornal "*O Machadense*", em janeiro de 1.974, anunciou a inauguração, no final daquele mês, do **Laboratório "Menino Jesus de Praga"**, pertencente a Rita de Cássia Carvalho e Warney Garvão de Carvalho. Este, porém, me informou ser a notícia inexata.

Em dezembro de 1.974 surgiu o **Laboratório "Carlos Chagas"**, do casal Luiz Antônio Castilho de Oliveira e Cláudia Helena Pereira de Oliveira. Foi instalado provisoriamente na Praça Antônio Carlos, e depois se mudou

para prédio próprio, na Rua Major Feliciano, 178.

Ainda na década de setenta, em data que não pude precisar, Celso Ramalho de Souza e José Abraão Dias fundaram o **Laboratório "Santa Edwiges"**. Warney Garvão de Carvalho tornou-se sócio e mais tarde proprietário dele, adquirindo sucessivamente as partes de ambos. Em 1.995 mudou seu nome para Central Diagnóstica. Funcionou posteriormente na Rua Dom Hugo, 421.

No segundo semestre de 1.985 começou a funcionar no Hospital o **Labor Médica**, pertencente a Clayton Ribeiro Teixeira, de Pouso Alegre. Em outubro do ano seguinte ele mudou-se para a Rua Barão do Rio Branco, 147-A.

No final de 1.986 ou início de 1.987 instalou-se no Hospital o **Laboratório Clinilab**, que pertencia a Luiz Simongini, de Poços de Caldas. Lá permaneceu até 1.989, tendo como funcionário o bioquímico Domingos Sávio Labeca.

Em 1.989 Labeca montou no Hospital o **Laboratório Clinitest**, que nele ficou por cinco anos. Depois mudou-se para a Rua Barão do Rio Branco, 267, e, em 1.997, para a Praça Antônio Carlos, 253.

O **Laboratório Municipal de Análises Clínicas** foi criado na segunda gestão de Pereira Dias, com o Pronto-Socorro, e instalado na sede provisória deste, na Av. Comendador Lindolpho. Esteve, de início, a cargo do biomédico Fernando César Borelli. No final de 1.992 mudou-se para as atuais dependências do CESAN. Por fim, após ampliação e reforma do CESPREN, concluídas em setembro de 1.994, transferiu-se para lá.

Em agosto de 1.991 montou-se na Cidade mais um laboratório de análises clínicas, sob responsabilidade da bioquímica Maria Cristina Bottazzini. Durou pouco tempo.

No final de dezembro do mesmo ano entrou em atividade o **Hemocentro**, na Rua Barão do Rio Branco, 77. Seu proprietário era Édson Luís Silva. Em meados do ano seguinte a bioquímica Eliane Carvalho Freire tornou-se responsável por ele. Também funcionou por certo período no Hospital.

Em 1.995 instalou-se no prédio do Hospital o **Laboratório Sul-Minas Diagnósticos**, de que era sócio Fernando César Borelli.

Em 5 de janeiro de 1.998 entrou em funcionamento o **Laboratório Salles Luz**, situado na Rua Barão do Rio Branco, 267. Seu proprietário é o farmacêutico Diogo Marini de Salles Luz.

2 - **de prótese dentária**.

Antigamente os próprios dentistas faziam o trabalho de prótese, não havendo laboratórios especializados nesse mister. No fim do milênio eram poucos os que, como Ernani de Lima, ainda se dedicavam a ele.

Desde o início de 1.971 funcionou o laboratório de prótese dentária de José Carlos Nery, instalado na Rua Santos Silva. Seu irmão, o também machadense Édson de Lima Nery, é um bem sucedido protético em Pouso Alegre.

Mais recentes, e ainda em atividade ao término deste estudo, eram os laboratórios de Jair S. Corrêa, situado na Rua Arthur Xavier Pedroso, 469, fundos, e de Rosângela Marques Farah, localizado na Rua Major Feliciano, 631.

****

Fontes de consulta.

1 - "Folha Machadense" ns. 368 - 6/9/1.981 - pág. 17;
382 - 23/12/1.981 - supl.;
430 - 11/12/1.982 - pág. 1;
560 - 20/7/1.985 - pág. 1;
621 - 4/10/1.986 - pág. 2;
799 - 28/4/1.990 - págs. 1 e 7;
866 - 17/8/1.991 - pág. 3;
884 - 21/12/1.991 - pág. 2;
905 - 30/5/1.992 - pág. 3;
1045 - 25/3/1.995 - pág. 15;
1164 - 19/7/1.997 - pág. 5;
2 - informações pessoais de Antônio Eugênio Dias Swerts, Domingos Sávio Labeca, Ernani de Lima, Luiz Antônio Castilho de Oliveira, Rúbens Dieb Farah e Warney Garvão de Carvalho;
3 - livro de registro de atas da Assembléia Geral e da Mesa Administrativa da Irmandade da Santa Casa e Misericórdia de Santo Antônio do Machado;
4 - "O Machadense" ns. 928 - 14/2/1.965 - pág. 3;
4 - 14/3/1.971 - pág. 1;
59 - 23/4/1.972 - pág. 1;
148 - 8/1/1.974 - pág. 1;
5 - Plano Municipal de Saúde;
6 - Revista "Imagem e Conteúdo" nº 6, jun./jul. de 1.997, págs. 16/17;
7 - "Siga em Frente" ns. 18 - 2/4/1.997 - pág. 8;
32 - 15/10/1.997 - pág. 3;
36 - 18/12/1.997 - págs. 1 e 10;
8 - "Tribuna Machadense" nº 28 - 6/12/1.987 - pág. 10.

SANTA CASA

1) - Da fundação a 1.938.
2) - De 1.938 a 1.966.
3) - De 1.966 em diante.
4) - Quadro sinótico dos provedores do Hospital.

****

1 - **Da fundação a 1.938**.

Já no início do século XX se planejava construir aqui um hospital. A resolução da Câmara 71, de 14 de outubro de 1.901, chegou a autorizar auxílio de um conto de réis para as obras.

Data de 14 de março de 1.911 o compromisso pelo qual se constituiu a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e Caridade de Santo Antônio do Machado. Ela foi fundada por iniciativa do Dr. Antônio Cândido Teixeira (primeiro provedor), do Coronel Francisco Vieira da Silva e do farmacêutico Diogo Cavalcante de Albuquerque.

O jornal "*Cidade do Machado*", no início de 1.914, noticiou que sua diretoria estava assim composta: *provedor* - Dr. Antônio Cândido Teixeira; *tesoureiro* - Cel. Francisco Vieira da Silva; *secretário interino* - Octávio Westin. Haviam sido organizadas uma comissão para construir o hospital e outra para angariar donativos. Formavam a primeira o médico Dr. Cavalcante de Albuquerque, o farmacêutico Francisco E. F. Braga e o Coronel Francisco V. da Silva. A segunda era integrada pelo médico Dr. Mendes Velloso e pelos fazendeiros Pedro Palmeira e A. Cândido de Carvalho.

A lei local 61, de 22 de outubro de 1.914, doou terre-

no para o nosocômio. Gesualdo Rugani foi contratado para a construção, pela quantia de 47 contos de réis. Conforme a revista "*Machado de Ontem e de Hoje*", ele recebeu ajuda do carpinteiro Virgílio Perini e do oleiro José Tibúrcio. As obras tiveram início em 1.914, e o Município as auxiliou, autorizado pela resolução 251, de 14 de janeiro de 1.916. A lei 70, de 25 de outubro do ano seguinte, aumentou o terreno doado e propôs a desapropriação de outros.

A Santa Casa só entrou em funcionamento no dia 16 de novembro de 1.920, com seis leitos. A inauguração oficial ocorreu em 27 de março de 1.921. A Irmandade adquiriu nessa época a farmácia de Diogo Cavalcante de Albuquerque, por 3:500$000.

O Dr. Antônio Cândido Teixeira ocupou a provedoria até 18 de julho de 1.920, quando foi substituído pelo Padre Achiles Tritsmanns. Na mesma data elegeu-se o tesoureiro Oscar de Paiva Westin e aprovou-se o novo estatuto da Irmandade. Firmaram-no os seguintes confrades: Padre Achiles Tritsmanns, Oscar de Paiva Westin, Dr. Feliciano Vieira, Dr. Antônio Cândido Teixeira, Pedro Alves Negrão, José Vieira da Silva, Francisco Vieira da Silva Júnior, João Augusto Souza Westin, José Augusto Vieira da Silva, Octávio Westin, Dr. Campos Lima, Francisco Pelgri Ferreira Menezes, João Vieira da Silva, João Deambrozzi Fanfulla, Octaviano de Paiva Reis, Waldemar Paulino da Costa, Joaquim M. Aguiar, Marcos Souza Moreira, José Luiz de Carli, Olympio Gonçalves Magalhães, Francisco Augusto de Carvalho, Vital de Azevedo, Francisco Raphael de Carvalho e Theodoro Soares de Oliveira.

O Padre Achiles foi reeleito em julho de 1.922, tendo como tesoureiro o Dr. Feliciano Vieira. Ambos foram reconduzidos no ano seguinte. Em julho de 1.924, quando já eram 81 os membros da Irmandade, o cargo de tesoureiro passou a Waldemar Paulino da Costa. No dia 7 de setembro do mesmo ano, em face da renúncia do Padre Achiles, foi eleito provedor o Dr. Feliciano Vieira. Em julho de 1.925 a provedoria e a tesouraria passaram a ser ocupadas, respectivamente, por Francisco Elysio Ferreira Braga e José André da Cunha, reeleitos no ano seguinte.

De julho de 1.927 ao mesmo mês de 1.929 foram provedor e tesoureiro João Vieira da Silva e Hércules Prescildo Nannetti. Nessa gestão foram inaugurados o aparelho de raios-X (pelo Presidente Antônio Carlos, em 15/4/28), a capela e a nova farmácia (em 28/10/28). Iniciou-se a construção de necrotério, e foi aumentado o número de lâmpadas elétricas no jardim. A lei municipal 100, de 20/7/27, concedeu privilégio à Santa Casa para exploração do serviço funerário.

No dia 14 de julho de 1.929 elegeram-se provedor e tesoureiro João Antônio da Costa e José André da Cunha. Em maio do ano seguinte foi realizada uma quermesse em benefício da Santa Casa, que rendeu 40 contos de réis. Cunha passou à provedoria em julho de 1.930, e nela permaneceu

por três anos. Nesse período foram tesoureiros, sucessivamente, José Antônio Pereira Lima, Astolpho Pio da Silva Pinto e Augusto Tavares Paes.

Em 30 de julho de 1.933 foram escolhidos provedor, secretário e tesoureiro o Padre Marino Pover, Gustavo Carneiro Dias e Oscar de Paiva Westin. Eles se mantiveram nos cargos em eleições no mesmo mês de 1.934, 1.935 e 1.936. Em agosto e setembro do último ano renunciaram o provedor e o secretário, substituídos por José André da Cunha e Moacyr Moreira Dias.

O trabalho "*O Município de Machado*", que se editou na Semana Ruralista de 1.937, assim descreveu a situação da Santa Casa na época:

> *"Tem 1 enfermaria para homens e outra para mulheres, comportando folgadamente cada uma dellas 12 leitos. Além disso, ha 4 quartos particulares, todos confortavelmente installados. Todo o receituario do ambulatorio é aviado gratuitamente na pharmacia do hospital, que está a cargo de um pharmaceutico diplomado. Dotado de magnifica sala de operações, construida em obediencia aos preceitos da cirurgia e da hygiene, nella se teem praticado numerosas operações, com excellentes resultados. Em 1936 foram praticadas 186 operações de pequena e alta cirurgia, dadas 4468 consultas, feitas 2652 injeções, 966 curativos, 412 exames radiologicos, 1269 exames de laboratorio e internados 181 doentes. O hospital tem apparelho de diathermia, que pode servir simultaneamente a 4 doentes, installação de raios X para fins diagnosticos, modelo Heliopon, de fabricação allemã, laboratorio de analyses chimicas e biologicas, apparelho para pneumothorax, serviços de urethroscopia, cystoscopia e catheterismo de ureteres. A media da frequencia diaria ao ambulatorio é de 15 doentes."*.

2 - **<u>De 1.938 a 1.966</u>**.

Novo pleito, em 31 de julho de 1.938, indicou para provedor o Dr. Hércules Prescildo Nannetti, para tesoureiro Oscar de Paiva Westin e para secretário José de Oliveira Carneiro. Naquele ano foi aprovado contrato para entrega da administração interna da Santa Casa às Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade. Em 15 de abril de 1.939 elas aqui chegaram, e permaneceram em atividade ao menos até l.941. Foram embora em data e por motivo que ignoro. Também no ano de 1.939 foram eleitos provedor e tesoureiro, respectivamente, o Padre João Schuur e Oscar de Paiva Westin. Mantido o tesoureiro, a eleição de 14/7/40 reconduziu à provedoria o Dr. Feliciano Vieira da Silva. Em abril de 1.941 lançou-se a pedra fundamental do pavilhão da Maternidade, inaugurado no dia 18 de outubro do ano seguinte. A autoria do projeto foi do engenhei-

ro Celso José Werneck, de Belo Horizonte, que também elaborou o do Ginásio São José.

Em 16 de janeiro de 1.944 foram eleitos provedor e tesoureiro João Vieira da Silva e Oscar de Paiva Westin. A partir de abril do ano seguinte passaram a trabalhar na Santa Casa as freiras da Congregação Filhas de Santana.

Assembléia geral de 21 de dezembro de 1.947 elegeu provedor Euclydes de Souza Dias, mantendo no cargo o tesoureiro. Em maio do ano seguinte inaugurou-se o novo aparelho de raios-X, adquirido através de campanha em que teve destaque Lázaro C. Magalhães.

A diretoria foi reeleita em 29 de janeiro de 1.950. Começou-se então a tratar da construção do novo hospital, em terreno do antigo cemitério, com 7.520 m2., doado à Irmandade pela lei municipal 57, de 1º de julho de 1.950.

Em janeiro de 1.951 o provedor se reelegeu, sendo o tesoureiro substituído por José Fernandes Gatto. Criou-se na oportunidade o cargo de procurador, confiado a Eugênio Dias Swerts. Em 31 de março de 1.952 teve início a construção do hospital, sob a responsabilidade técnica de Waldemar Camargo. A lei municipal 134, de 28/11/52, concedeu auxílio às obras.

Euclydes de Souza Dias renunciou em agosto de 1.953, e em dezembro do mesmo ano a Mesa Administrativa ficou assim constituída: *provedor* - João Vieira da Silva; *tesoureiro* - José F. Gatto; *secretário* - Argemiro Dias. Ela foi reeleita em 23 de dezembro de 1.955.

Novo pleito, em 20 de janeiro de 1.957, alçou à provedoria Hércio Swerts Dias, à tesouraria Josino de Araújo Dias, e à secretaria José Fernandes Gatto. Com a renúncia do provedor, que muito trabalhou pela construção, em 14/8/60 foi escolhido para seu posto o Dr. Lúcio Dias Vieira, e confiaram-se os cargos de tesoureiro e secretário a João Baptista Dias Swerts e Marcolino Dias Westin. A tal equipe (reeleita em 31 de janeiro de 1.963) coube o privilégio de inaugurar o novo hospital, no dia 8 de dezembro de 1.961. Tinha 3.200 m2. de área construída, distribuídos em dois pisos e dois inter-pisos. Registre-se, como curiosidade, que a primeira operação nele efetuada, tendo como paciente o irmão lassalista Basílio Marcos, ocorreu três dias após sua entrada em funcionamento. Atuaram como cirurgião e anestesista o Dr. Manir Elias Donato e o Dr. Hílton Luís Moreira Dias. Assembléia geral de 17/11/63 aprovou a permuta, com a C. N. E. G., do velho prédio da Santa Casa por um terreno.

3 - **<u>De 1.966 em diante</u>**.

Em eleições realizadas nos dias 1/3/66, 28/3/68, 30/3/70 e 18/4/72 foram escolhidos provedores, respectivamente, os médicos Carlos Roberto de Almeida, Hílton Luís Moreira Dias, Jorge Eduardo Vieira de Oliveira

e Lúcio Dias Vieira. A todos auxiliou, como tesoureiro, João B. Dias Swerts. O decreto federal 68.669, de 24 de maio de 1.971, declarou de utilidade pública a Santa Casa.

Em 1.972 e 1.973 reestruturou-se a secretaria e foi implantado novo sistema de contabilidade. Os funcionários passaram a usar livro de ponto. Colocaram-se divisórias nas enfermarias e no bloco cirúrgico; pintou-se a fachada do Hospital. O laboratório foi reformado, houve troca do aparelho de raios-X e encomendou-se projeto de pavilhão para maternidade.

Mantido o tesoureiro, assembléia geral de 6/1/74 levou à provedoria o Dr. João Emygdio Gonçalves. Naquele ano, a lei municipal 166, de 3 de maio, isentou o Hospital do pagamento de imposto sobre serviços e cancelou sua dívida sobre ele até o exercício anterior. Também se continuou a reorganização da contabilidade, e foram comprados arquivo e máquina de lavar. Aumentou-se o número de leitos, pintaram-se dependências internas, e a pediatria mudou de andar. O berçário foi reformado e ampliado. Iniciou-se a substituição do piso da rampa e dos corredores do segundo pavimento. Foi feito abrigo para os carros dos médicos.

No dia 11 de janeiro de 1.976 foi eleita a seguinte Mesa Administrativa: *provedor* - Dr. Carlos Roberto de Almeida; *1º tesoureiro* - João B. Dias Swerts; *2ª tesoureira* - Márcia Signoretti Godoy; *1º secretário* - Mauro Moreira Guerra; *2º secretário* - Dr. Hílton Luís Moreira Dias. Nessa gestão iniciou-se a clausura das freiras, e foi retocada a pintura. Compraram-se persianas e máquina de escrever. O número de funcionários foi aumentado. A lei local 276, de 26 de outubro do mesmo ano, autorizou a celebração de convênio entre o Município e a Santa Casa, para aquisição de mais um aparelho de raios-X.

Assembléia geral de 28 de janeiro de 1.978 conduziu aos cargos de provedor e 2º secretário os médicos Hílton L. M. Dias e João E. Gonçalves, e reelegeu os demais membros da diretoria. Em maio de 1.979 noticiou-se a aquisição de novo aparelho de raios-X.

No dia 25 de março de 1.980 foram reeleitos os integrantes da Mesa Administrativa, à exceção do provedor, substituído pelo Dr. Jorge E. V. de Oliveira. Essa administração começou a construir salas para velório e nova ala para necrotério, isolamento e capela. Também comprou um aparelho de diagnóstico pelo sistema de ultra-som, importado da Holanda.

Ao completar vinte anos de inauguração, tinha o Hospital, conforme a "*Folha Machadense*" nº 381, corpo clínico composto por 14 médicos, 70 funcionários, despesas mensais superiores a dois milhões de cruzeiros e convênios com o INAMPS e o FUNRURAL. Possuía centro cirúrgico com duas salas de cirurgia, uma de assepsia, uma de esterilização e outra de otorrino; bloco de obstetrícia, com duas salas de parto e uma de pre-parto; enfermarias masculina e feminina; seção de pediatria com dois berçários, equipados com estu-

fas para fototerapia; departamento de radiologia; sala de ortopedia, pronto-socorro, farmácia e laboratório; aparelho de ultrassonografia e sistema de ergometria. O pavilhão exclusivo para Maternidade continuava a ser o sonho irrealizado.

Eleição em 26 de março de 1.982 escolheu a seguinte diretoria: *provedor* - Dr. Lúcio Dias Vieira; *vice-provedor* - Dr. Nylton Sebastião Neves; *1º secretário* - Mauro M. Guerra; *2º secretário* - Dr. Carlos R. de Almeida; *1º tesoureiro* - João B. D. Swerts; *2ª tesoureira* - Márcia S. Godoy. Naquele ano, as dívidas contraídas para compra da aparelhagem radiológica e construção da ala nova levaram a Santa Casa a séria crise financeira. A lei municipal 531, de 7/12/83, autorizou o cancelamento de tributos devidos por ela, e a isentou de pagá-los a partir de então.

Assembléia geral de 16 de abril de 1.984 deu nova composição à Mesa Administrativa: *provedor* - Dr. Nylton Sebastião Neves; *vice-provedor* - Dr. Wolney de Araújo Dias Júnior; *1º tesoureiro* - João Dias Swerts; *2º tesoureiro* - Josino de Araújo Dias; *1º secretário* - Ernesto Mariano Leite; *2º secretário* - Dalmo Andrade. Naquele ano o Hospital enfrentou crise sem precedentes. Em maio afastou-se a contadora Márcia S. Godoy, que também cuidava da administração, sendo substituída por Francisco Carlos Araújo. Este, vindo de fora, teve desastrada gestão, que não durou oito meses. Os problemas financeiros agravaram-se, e a dívida chegou a noventa milhões de cruzeiros. Houve atraso no pagamento de salários, de fornecedores e de diversas contas. Em 12 de março de 1.985, após incidente com uma funcionária, o Dr. Nylton Neves renunciou. Sucedeu-lhe o vice-provedor, e na mesma ocasião se pôs em recesso a Mesa Administrativa. Ela foi substituída por uma comissão provisória, composta por Wolney A. Dias Júnior, João Nannetti, Feliciano Dias Vieira e Américo Nannetti Júnior, com a incumbência de sanear as finanças da Santa Casa. Isso se conseguiu mediante contenção de despesas, renegociação e parcelamento de débitos, donativos e convênios com as prefeituras de Machado, Serrania e Carvalhópolis. No dia 31 de julho seguinte a comissão foi dissolvida, e se elegeu o Dr. A. Nannetti Júnior para o cargo de vice-provedor. Em março de 1.986 aprovou-se o regimento interno do Corpo Clínico.

Assembléia geral de 28 de abril de 1.986 assim renovou a Mesa Administrativa: *provedor* - Dr. Américo Nannetti Júnior; *vice-provedor* - João Antônio da Costa Neto; *1º tesoureiro* - Warney Garvão de Carvalho; 2º tesoureiro - Dalmo Andrade; *1º secretário* - Dr. Ciro Caixeta Franco; *2º secretário* - Dr. Wolney A. Dias Júnior. A lei municipal 640, de 14/10/86, autorizou a compra de ambulância para cessão em comodato à Santa Casa; a lei 649, de 22 de dezembro do mesmo ano, permitiu se doasse um fogão a ela.

Em 19 de abril de 1.988 foram reeleitos o provedor e o 1º tesoureiro; escolheram-se, respectivamente, para vice-provedor, 2º tesoureiro, 1º e 2º secretários: Dr. Aloysio P. Caixeta, Warney G. Carvalho, Dalmo M. Costa, Dra. Eliana P. Ayer e Dr. Lúcio D. Vieira Júnior. Nessa gestão instalou-se central

de ar comprimido no centro cirúrgico, foi inaugurado um berçário e adquiriram-se diversos equipamentos. Colocaram-se nove caixas d'água no prédio e algumas dependências receberam pintura. Aprovou-se o novo estatuto da Irmandade. O provedor veio a público várias vezes a fim de rebater críticas, principalmente da Câmara e do Sindicato Rural, ao atendimento de pacientes previdenciários. Realizou-se curso de atendente de enfermagem. Em 1.988 o hospital tinha 79 funcionários e corpo clínico composto de 22 médicos.

Em 23 de abril de 1.990 foi eleito provedor o Dr. Lúcio Dias Vieira Júnior. Criou um Conselho Econômico, a fim de propor alternativas para gerar novas receitas e melhorar a situação econômica da Santa Casa. Fez reformas no prédio, com destaque para a portaria. Instalou mais um consultório, e adquiriu vários equipamentos, como computador, eletrocardiógrafo, monitor eletrocardiógrafo e autoclave horizontal para o bloco cirúrgico. Importou um aparelho de ultrassom. Fez convênio com a Unimed de Varginha, para prestação de assistência médica e hospitalar.

O Dr. Cláudio de Lima Alves foi escolhido provedor em 23/4/1.992. Concluiu as obras de ampliação do pronto-socorro (que recebeu o nome de "Dr. Hílton Luís Moreira Dias"), substituiu alguns de seus equipamentos e o reinaugurou. Deixou o cargo no início de 1.993 para assumir a Secretaria Municipal da Saúde. Seu lugar foi ocupado pelo vice-provedor Geraldo Generoso Aguiar.

A lei municipal 895, de 27/1/93, declarou de utilidade pública a Santa Casa. A 900, de 5 de março seguinte, autorizou assinatura de convênio com ela para uso, pelo Município, das dependências e equipamentos do pronto-socorro. Foi renovado e aditado mediante permissão das leis 1.002, de 28/11/94; 1.021, de 12/6/95; e 1.056, de 21/3/96.

Em novo pleito, no dia 19 de abril de 1.994, Geraldo Generoso Aguiar e Dr. Lúcio Dias Vieira Júnior foram escolhidos provedor e vice-provedor, para o biênio a iniciar no dia 24 seguinte.

Verba conseguida pelo Deputado Jorge Oliveira possibilitou a aquisição, em 1.994, de máquinas para a lavanderia. Com recursos do Ministério da Saúde efetuou-se reforma das redes elétrica, hidráulica e de esgotos, e foi ampliado o pavilhão da pediatria. Em 1.994 foi firmado novo convênio com a Unimed, já de Machado.

Em fevereiro e março de 1.995 teve repercussão nacional a morte de cinco recém-nascidos, por causa de infecção hospitalar. A Secretaria Estadual da Saúde interditou a maternidade, o berçário e a pediatria, liberados oito dias depois com a exigência de receberem diversas reformas. A comunidade solidarizou-se com a Santa Casa, e foram levantados fundos para as obras.

Superada a crise, Geraldo Aguiar renunciou em 9 de

novembro seguinte. Na sua administração houve reforma das áreas interditadas, das enfermarias, do centro cirúrgico, de copas, isolamentos e banheiros. Iniciou-se a reforma da lavanderia, construiu-se rede de esgoto externa e substituiu-se a rede elétrica. Foi adquirido um mamógrafo. Contratou-se uma nutricionista e promoveram-se cursos de auxiliar de enfermagem e de relações humanas. Foram feitos convênios com a Unimed e com o Município (para uso do pronto-socorro).

Com o afastamento de Aguiar, voltou à provedoria o Dr. Lúcio Dias Vieira Júnior, que continuou a reforma da lavanderia e adquiriu equipamentos para o berçário. A Unimed colaborou na pintura e na reforma interna do Hospital, e adiantou dinheiro para pagamento do décimo-terceiro salário aos funcionários.

Em 19 de março de 1.996 o Dr. Lúcio Dias Vieira Júnior e o Dr. Ciro Caixeta Franco elegeram-se provedor e vice-provedor. O último, na eleição de 30 de março de 1.998, foi alçado à provedoria, tendo como vice a Dra. Eliana Pereira Engel Ayer. Ambos tomaram posse no dia 24 seguinte. No mesmo ano a Santa Casa firmou convênio com o Município (de acordo com a lei 1.169, de 21 de agosto) para montagem num seu imóvel de incinerador de lixo hospitalar. Dele se tratou no capítulo referente à limpeza pública.

As dificuldades financeiras da Santa Casa, que não tem rendas alternativas de vulto, decorrem principalmente do atraso no pagamento pelo SUS, que ainda remunera de modo ínfimo os serviços médicos. Ela se equilibra e sobrevive, mas não pode fazer investimentos para acompanhar o progresso científico e tecnológico.

4 - **Quadro sinótico dos provedores do Hospital**.

1 - Dr. Antônio Cândido Teixeira - da fundação a 18/7/20;
2 - Padre Achiles Tritsmanns - de 18/7/20 a 7/9/24;
3 - Dr. Feliciano Vieira da Silva - de 7/9/24 a 5/7/25;
4 - Francisco E. Ferreira Braga - de 5/7/25 a 10/7/27;
5 - João Vieira da Silva - de 10/7/27 a 14/7/29;
6 - João Antônio da Costa - de 14/7/29 a 20/7/30;
7 - José André da Cunha - de 20/7/30 a 30/7/33;
8 - Padre Marino Pover - de 30/7/33 a 30/8/36;
9 - José André da Cunha - de 30/8/36 a 31/7/38;
10 - Dr. H. Prescildo Nannetti - de 31/7/38 a 6/8/39;
11 - Padre João Schuur - de 6/8/39 a 14/7/40;
12 - Dr. Feliciano V. da Silva - de 14/7/40 a 16/1/44;
13 - João Vieira da Silva - de 16/1/44 a 21/12/47;
14 - Euclydes de Souza Dias - de 21/12/47 a 1/8/53;
15 - João Vieira da Silva - de 20/12/53 a 20/1/57;
16 - Hércio Swerts Dias - de 20/1/57 a 14/8/60;
17 - Dr. Lúcio Dias Vieira - de 14/8/60 a 1/3/66;

18 - Dr. Carlos Roberto de Almeida - de 1/3/66 a 28/3/68;
19 - Dr. Hílton Luís Moreira Dias - de 28/3/68 a 30/3/70;
20 - Dr. Jorge E. V. de Oliveira - de 30/3/70 a 18/4/72;
21 - Dr. Lúcio Dias Vieira - de 18/4/72 a 6/1/74;
22 - Dr. João Emygdio Gonçalves - de 6/1/74 a 11/1/76;
23 - Dr. Carlos R. de Almeida - de 11/1/76 a 28/1/78;
24 - Dr. Hílton Luís Moreira Dias - de 28/1/78 a 25/3/80;
25 - Dr. Jorge E. V. de Oliveira - de 25/3/80 a 26/3/82;
26 - Dr. Lúcio Dias Vieira - de 26/3/82 a 16/4/84;
27 - Dr. Nylton Sebastião Neves - de 16/4/84 a 12/3/85;
28 - Dr. Wolney de A. Dias Júnior - de 12/3/85 a 28/4/86;
29 - Dr. Américo Nannetti Júnior - de 28/4/86 a 24/4/90;
30 - Dr. Lúcio Dias Vieira Júnior - de 24/4/90 a 23/4/92;
31 - Dr. Cláudio de Lima Alves - de 23/4/92 a l/1/93;
32 - Geraldo Generoso Aguiar - de 1/1/93 a 9/11/95;
33 - Dr. Lúcio Dias Vieira Júnior - de 9/11/95 a 24/4/98;
34 - Dr. Ciro Caixeta Franco - de 24/4/98 a ...

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 7, 18, 20, 21;
2 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919";
3 - Arquivo Público Machadense - livro 65: "Leis da Câmara Municipal - 1912 a 1932";
4 - Arquivo Público Machadense - pasta de leis de 1.993;
5 - "Cidade do Machado" - exemplar incompleto e rasgado, do início de 1.914, pág. 10;
6 - "Folha Machadense" ns. 260 - 27/5/1.979 - pág. 8;
357 - 20/6/1.981 - pág. 1;
381 - 12/12/1.981 - págs. 1 e 8;
422 - 16/10/1.982 - pág. 1;
509 - 14/6/1.984 - pág. 1;
542 - 16/3/1.985 - pág. 3;
543 - 23/3/1.985 - pág. 1;
544 - 30/3/1.985 - págs. 1 e 2;
546 - 13/4/1.985 - pág. 9;
593 - 22/3/1.986 - pág. 7;
643 - 21/3/1.987 - págs. 1 e 8;
697 - 16/4/1.988 - págs. 8 e 9;
698 - 23/4/1.988 - pág. 1;
699 - 30/4/1.988 - págs. 8 e 9;
748 - 22/4/1.989 - págs. 6 e 7;

798 - 21/4/1.990 - págs. 6 e 7;
801 - 12/5/1.990 - pág. 1;
803 - 26/5/1.990 - pág. 7;
833 - 22/12/1.990 - pág. 1;
835 - 19/1/1.991 - pág. 9;
849 - 27/4/1.991 - págs. 4 e 5;
903 - 16/5/1.992 - pág. 1;
917 - 29/8/1.992 - pág. 8;
938 - 30/1/1.993 - pág. 5;
974 - 30/10/1.993 - pág. 10;
978 - 27/11/1.993 - pág. 10;
998 - 22/4/1.994 - pág. 14;
1034 - 31/12/1.994 - pág. 11;
1041 - 26/2/1.995 - págs. 1 e 9;
1045 - 25/3/1.995 - pág. 1;
1046 - 1/4/1.995 - págs. 1,2,3,9;
1047 - 8/4/1.995 - págs. 1,3,9;
1054 - 27/5/1.995 - pág. 9;
1064 - 5/8/1.995 - pág. 9;
1074 - 14/10/1.995 - págs. 1 e 7;
1075 - 21/10/1.995 - pág. 1;
1079 - 18/11/1.995 - pág. 16;
1080 - 25/11/1.995 - pág. 3;
1082 - 9/12/1.995 - pág. 10;
1088 - 27/1/1.996 - pág. 1;

7 - informações pessoais de Elza Benedita de Souza Prado;
8 - Livro de Registro de Atas da Assembléia Geral e da Mesa Administrativa da Irmandade da Santa Casa e Misericórdia de Santo Antônio do Machado;
9 - Livro de Registro de Atas de Reuniões da Mesa Administrativa da Santa Casa de Caridade de Machado, a partir de 1-10-1.984;
10 - "Luminar Machadense" nº 15 - 10/1/1.954 - pág. 4;
11 - "O Machadense" ns. 790 - 10/7/1.960 - pág. 1;
861 - 8/12/1.961 - págs. 1 e 3;
862 - 17/12/1.961 - pág. 1.

B - **secundárias**

1 - Lúcio Dias Vieira - "70 Anos de Santa Casa" - artigo publicado na "Folha Machadense" ns. 518, de 13/9/84, pág. 16, e 520, de 29/9/84, pág. 8;
2 - "O Município de Machado" - trabalho da Commissão Social da Semana Ruralista e Exposição Regional do Sul de Minas - Typ. Carlos Meier & Cia. Ltda., Rio de Janeiro, 1.937;
3 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje" - VI, 3;
4 - Revista "Roteiro de Minas" - edição especial sobre Machado - Belo Horizonte, 1.976, pág. 30;
5 - Víctor Silveira (organizador e editor) - "Minas Geraes em 1925" - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, pág. 951.

O PRONTO-ATENDIMENTO MUNICIPAL

1) - Governo de Jorge E. V. de Oliveira.
2) - Governo de Carlos A. Pereira Dias.
3) - Governo de José Carlos Vilela.
4) - Governo de José Miguel de Oliveira.

****

1 - **Governo de Jorge E. V. Oliveira**.

No segundo semestre de 1.975 tentou-se criar o órgão, também chamado de pronto-socorro, para servir ininterrupta e gratuitamente a população, nos casos de emergência. Mantiveram-se entendimentos com a Santa Casa, para que funcionasse em suas dependências, e com o I.N.P.S., para estabelecer parceria na manutenção. O projeto não se concretizou.

2 - **Governo de Carlos A. Pereira Dias**.

Quando reassumiu a Prefeitura em 1.989, Pereira Dias anunciou a construção de prédio para pronto-socorro, próximo do Parque de Exposições, com capacidade para 25 leitos. Providenciou a planta, o orçamento, e sancionou as leis 710 e 713, de maio e julho seguintes, que autorizaram assinatura de convênios com o Governo do Estado, para início da obra.

Decidiu que ele, entrementes, seria instalado em caráter provisório numa casa de sua propriedade, cedida em comodato, no final da Avenida Comendador Lindolpho de Souza Dias (antiga Casa Santos). Divulgou o recebimento de verba estadual para compra de equipamentos, e, autorizado pela lei 709, de 17/5/89, firmou convênio com a Secretaria Estadual da Saúde para obten-

ção de ambulância (entregue em janeiro de 1.990).

Parte considerável da classe médica e da comunidade manifestou-se contrária à construção. Censurou-se o gasto desnecessário com ela porque, com muito menos, o Município poderia explorar o pronto-socorro do Hospital. A Irmandade dirigiu-se ao Prefeito em carta aberta, oferecendo suas instalações para abrigar o órgão municipal. Não houve entendimento, porém, já que, para aceitá-las, a Secretaria Municipal da Saúde exigia intervir na direção da Santa Casa.

A inauguração da sede provisória ocorreu no dia 14 de outubro de 1.989. Era, na verdade, apenas um ambulatório, em que oito médicos se revezavam no horário integral. Só eram marcadas previamente as consultas de pediatria, ginecologia e obstetrícia. Dispunha de laboratório e gabinete odontológico. Distribuía medicamentos grátis aos necessitados, e atendia, em média, a mais de cem pessoas por dia. Com seu funcionamento foram desativados os postos de saúde dos bairros Santo Amaro e Santa Luísa.

Em 1.990 avolumaram-se as queixas ao pronto-atendimento. Suas instalações eram inadequadas, e os médicos plantonistas sobrecarregavam-se com o acúmulo de doentes num só local, o que acarretava demora e superficialidade no serviço. A compra de aparelho de ultra-som para o órgão foi objeto de C.P.I., como já visto em capítulo anterior. Questionavam-se os grandes gastos do Município nele, até de modo irregular, pois lhe foram repassadas verbas sem aprovação da Câmara.

Em julho de 1.990 ainda não se iniciara a construção na Avenida Renato Azeredo, e cogitou-se de evitá-la, transferindo o pronto-socorro para edifício desativado da CAMIG, na Praça Danton Magalhães. Embora vinda da Câmara e elogiada pelo Executivo, a sugestão não foi aproveitada.

Anunciou-se que o novo prédio teria área construída de 1.979,21 m2., e capacidade inicial para 40 leitos. Em outubro foi preparado o canteiro de obras da empresa Proencon, de Guaxupé, que vencera a concorrência. No mês seguinte, contudo, uma das vencidas denunciou ao Tribunal de Contas irregularidades no ato. Para evitar investigação, o Executivo anulou-o através da portaria 742, de 16/11/90. Prometeu abrir outra licitação no início do ano, o que não fez.

Em janeiro de 1.991, por dificuldades econômicas, o pronto-atendimento deixou de funcionar à noite. Não obstante, em maio foram adquiridos diversos aparelhos para ele.

No final daquele ano, o Prefeito fez nova tentativa de construir um hospital, mandando à Câmara projeto de lei que autorizava abertura de crédito suplementar para isso. Declarou, então, que 90% do custo da obra, provenientes de "fundo perdido", seriam repassados pelo Ministério da Saúde, através de convênio com o Município, e que o restante viria do excesso de arreca-

dação dos tributos locais. Prudentemente, tendo em conta o descalabro das finanças públicas e a incapacidade da Prefeitura de equipar e manter outro nosocômio, os vereadores rejeitaram o projeto.

Na mesma época, com apenas mais um ano de mandato, o Prefeito declarou necessitar do imóvel que cedera ao pronto-socorro. Para substituí-lo, o Município adquiriu outro, quase em frente daquele. As obras de remodelação foram concluídas em agosto de 1.992, e em 12 de setembro seguinte inaugurou-se a nova sede, que recebeu o nome de "Dr. Aprígio Nogueira".

3 - **Governo de José Carlos Vilela**.

O novo Prefeito preferiu manter o pronto-atendimento em parceria com a Santa Casa. Enviou à Câmara projeto que se converteu na lei 900, de 5/3/93, autorizando-o a firmar convênio com aquela, para tal fim. O Município obrigou-se a contratar médicos e auxiliares, a fornecer ambulância e a comprar materiais para o funcionamento ininterrupto do serviço. A Santa Casa cedeu as instalações, linhas telefônicas, aparelho de raios-X e outros equipamentos, comprometendo-se a manter técnico radiologista, a fornecer alimentação aos plantonistas e a arcar com as despesas de água e luz. Já no início de março ele passou a funcionar no novo local. Com o prazo inicial de seis meses, o contrato foi renovado e aditado, tudo conforme as leis 1.002, de 28/11/94; 1.021, de 12/6/95; e 1.056, de 21/3/96.

O Pronto-Atendimento Municipal conservou o nome do Pronto-Atendimento da Santa Casa: "Dr. Hílton Luís Moreira Dias". Em 11 de setembro de 1.995 inauguraram-se suas novas instalações no lugar do antigo velório, ao lado do Hospital.

A portaria 930, de 1/3/93, nomeou Maria Cláudia Robin chefe da seção de atendimento médico e odontológico do P.A.M.. Por fim, a portaria 1.216, de 25/8/95, nomeou Rosemeire Vinagre Gavião chefe dele.

4 - **Governo de José Miguel de Oliveira**.

A lei 1.140, de 4 de março de 1.998, autorizou o Executivo a reformar o Pronto-Atendimento Municipal. A primeira licitação sofreu várias denúncias de irregularidades, e acabou revogada. O serviço executou-se no segundo semestre de 1.998, ampliando as dependências e adaptando-as às exigências da Vigilância Sanitária.

O P.A.M. no final do século funcionava ininterruptamente, tinha 19 funcionários e estava sob a chefia da enfermeira Maria Cláudia Robin Nannetti Caixeta.

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de leis nº 21;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de portarias ns. 16 e 17;
3 - "Folha Machadense" ns. 82 - 9/11/1.975 - pág. 8;
736 - 28/1/1.989 - pág. 1;
746 - 8/4/1.989 - pág. 1;
748 - 22/4/1.989 - pág. 10;
752 - 20/5/1.989 - pág. 5;
754 - 3/6/1.989 - pág. 9;
755 - 10/6/1.989 - pág. 6;
763 - 5/8/1.989 - pág. 5;
768 - 9/9/1.989 - suplemento;
774 - 21/10/1.989 - págs. 1 e 7;
779 - 25/11/1.989 - págs. 1 e 5;
780 - 2/12/1.989 - pág. 1;
782 - 16/12/1.989 - pág. 7;
784 - 13/1/1.990 - págs. 1 e 7;
799 - 28/4/1.990 - págs. 1 e 7;
805 - 9/6/1.990 - pág. 6;
808 - 30/6/1.990 - págs. 2 e 7;
811 - 21/7/1.990 - págs. 1 e 8;
819 - 13/9/1.990 - pág. 1;
822 - 6/10/1.990 - pág. 7;
825 - 27/10/1.990 - págs. 1 e 10;
829 - 24/11/1.990 - pág. 10;
835 - 19/1/1.991 - pág. 7;
868 - 31/5/1.991 - pág. 5;
882 - 7/12/1.991 - pág. 9;
884 - 21/12/1.991 - págs. 11, 12;
914 - 1/8/1.992 - pág. 9;
917 - 29/8/1.992 - pág. 6;
919 - 12/9/1.992 - pág. 4;
941 - 20/2/1.993 - pág. 7;
943 - 6/3/1.993 - págs. 1 e 3;
946 - 27/3/1.993 - pág. 1;
1034 - 31/12/1.994 - pág. 11;
1069 - 9/9/1.995 - pág. 1;
1070 - 16/9/1.995 - pág. 7;
1101 - 27/4/1.996 - pág. 11;
1193 - 21/2/1.998 - pág. 9;
1194 - 28/2/1.998 - pág. 18;
1196 - 14/3/1.998 - pág. 14;
1197 - 21/3/1.998 - pág. 16;
1212 - 18/7/1.998 - pág. 8;

4 - informações pessoais de Patrícia Prado Swerts;
5 - “Informativo Machadense” nº 2 - set./95 - págs. 3 e 5;
6 - “O Raio X” nº 5 - dezembro de 1.995 - pág. 1;
7 - “Siga em Frente” - setembro de 1.995 - pág. 4.

****

OS CENTROS DE SAÚDE

1) - O C. S. “Dr. Prescildo Nannetti” - CESPREN.
2) - O C. S. “Dr. Aprígio Nogueira” - CESAN.
3) - O C. S. “Dr. Carlos Roberto de Almeida” (CAIC).

****

1 - **O C. S. “Dr. Prescildo Nannetti” - CESPREN**.

Repartição estadual, o Posto de Saúde, também conhecido como Posto de Higiene, foi criado pelo Interventor João Beraldo, em 1.946. Seu nome oficial era Unidade Sanitária.

A instalação ocorreu em 1.949, depois que a lei local 30, de 11 de março daquele ano, autorizou assinatura de convênio com o Estado para tanto. Funcionou, de início, em cômodo adaptado no andar inferior da antiga Maternidade.

A lei municipal 38, de 31/10/49, dispôs sobre a construção de prédio para o Posto de Saúde, e a 66, de 19/10/50, reservou terreno para isso, na área do antigo cemitério, doada à Santa Casa. A sede própria, ao lado do Hospital, só foi inaugurada em 7 de julho de 1.957.

O decreto estadual 7.355, de 2/1/64, classificou as unidades sanitárias em três tipos: “a”, “b” e “c”. Às do primeiro cabia a execução de serviços de assistência médica, controle de doenças transmissíveis, enfermagem, laboratório, educação sanitária, saneamento e bioestatística. Às do segundo, além dos já referidos, os de assistência à maternidade e infância, e de tratamento dentário. Às do terceiro, também a feitura de serviços especiais e de dispensário. No início de 1.965, a Unidade Sanitária de Machado já era enquadrada no tipo “b”. O de-

creto estadual 8.888, de 25/10/65, reclassificou as unidades sanitárias mineiras. Entre outras, colocou no tipo "a" as de Carvalhópolis, Paraguaçu e Poço Fundo; no tipo "b", as de Machado, Campestre, São Gonçalo do Sapucaí e Três Corações; e no tipo "c", as de Alfenas, Poços de Caldas e Varginha. O decreto estadual 11.127, de 22/5/68, elevou a Unidade Sanitária de Machado à categoria "c", correspondente a Centro de Saúde.

Em setembro de 1.962 foi criado o consultório odontológico, de que se trata noutro capítulo.

O Estado não forneceu recursos suficientes ao funcionamento da Unidade Sanitária. O quadro de funcionários jamais foi totalmente preenchido: não se abriam concursos, não se faziam contratações, e os serviços burocráticos só eram executados porque o Município cedia funcionários e meios. Leis locais de 1.974 a 1.982 concederam-lhe subvenções. A lei 506, de 2/5/83, autorizou assinatura de acordo com a Secretaria Estadual da Saúde, a fim de contratar médico e dentista para a repartição.

Noticiava-se em junho de 1.975 que ela estava sem condições de atender à população: de 14 servidores, excetuados os médicos, só tinha um. Dez anos depois, a imprensa veiculava queixas sobre grosseria de funcionários, cobrança de curativos e falta de medicamentos. Em maio de 1.988, a "*Tribuna Machadense*" dizia que ela se tornara "*mero figurante*" no cenário de Machado. E acrescentava:

> *"Os profissionais que fazem o atendimento por lá parecem em férias perenes, não aparecem e certamente devem continuar recebendo seus honorários, enquanto isso, as filas se engrossam..."*.

Os médicos não cumpriam carga horária, atendendo apenas a número certo de pacientes, através do sistema de distribuição de fichas.

Em meados de 1.988, com a implantação em Machado do SUDS (Serviço Unificado e Descentralizado de Saúde), os previdenciários passaram a ser também atendidos no Centro de Saúde. Este foi municipalizado, e absorveu as funções do INAMPS. O Município firmou convênio com o Governo do Estado, dispondo sobre a administração dos serviços da saúde, que lhe foram transferidos.

No primeiro semestre de 1.993 o CESPREN atendia nos setores de clínica geral, pediatria e ginecologia. Ainda havia filas à noite toda, por falta de fichas. Afirmava-se que eram provocadas pela escolha de médicos pelos pacientes, e se entendia inviável o sistema de marcação de consultas.

Em 1.994 as instalações do Centro de Saúde foram reformadas e ampliadas. Após a reinauguração, em setembro, passou a abrigar o

Laboratório Municipal de Análises Clínicas. Em novembro de 1.995 foi lá instalado consultório oftalmológico, transferido para o CESAN em 1.997. Em 1.998 sofreu nova reforma, na qual se criou área adequada para esterilização. Possuía no fim do milênio atendimento médico diário e atendimento ambulatorial de nível médio. Tinha serviços de ultra-sonografia e eletrocardiografia.

O Dr. Hércules Prescildo Nannetti foi médico-chefe da Unidade Sanitária desde o início até a aposentadoria, pouco antes da morte, em 1.969. Para homenageá-lo, a lei estadual 5.581, de 21 de outubro de 1.970, deu àquela seu nome. No primeiro semestre de 1.965 foi nomeado médico o Dr. Hílton Luís Moreira Dias, que esteve na sub-chefia até o afastamento do titular, quando ocupou seu posto. No início de 1.971 o Dr. Jorge Eduardo Vieira de Oliveira obteve também nomeação para o cargo de médico. Em meados de 1.990 o chefe do CESPREN já era o Dr. Ciro Caixeta Franco. A portaria 1.222, de 25/8/1.995, nomeou Maria Cláudia Robin para a chefia. No término do período em estudo com 26 servidores, o CESPREN estava sob a direção da enfermeira Rosemeire Vinagre Gavião.

Dentre os funcionários subalternos que nele trabalharam, lembrem-se Anésia Lapa, Milva Moreira, o fiscal de higiene Maurício Amaral, José Jaime e Stael Ribeiro.

2 - **O C. S. "Dr. Aprígio Nogueira" - CESAN**.

No dia 12 de setembro de 1.992 foi inaugurada na Av. Comendador Lindolpho a nova sede do Pronto Atendimento Municipal, que recebeu o nome de "Dr. Aprígio Nogueira". Em março seguinte, porém, o Pronto Atendimento mudou-se para as dependências do Hospital. O imóvel parcialmente desocupado passou a abrigar um Centro de Saúde, com o mesmo nome.

De início nele se faziam apenas tratamentos odontológicos e exames laboratoriais. Posteriormente, ofereceu também consultas médicas, pelo SUS. Em suas dependências funciona o NAPS (Núcleo de Assistência Psico-Social). Em 1.997 recebeu consultório oftalmológico vindo do CESPREN.

Esteve em obras em dezembro de 1.994. A lei 1.146, de 9 de maio de 1.998, autorizou sua reforma, efetuada no mesmo ano.

A portaria 1.229, de 25 de agosto de 1.995, nomeou chefe do CESAN Márcia Regina Carvalho Machado Teixeira. No final do período estudado ocupava o cargo Raquel Vilela de Araújo Dias, comandando cerca de 20 funcionários.

3 - **O C. S. "Dr. Carlos Roberto de Almeida" (CAIC)**.

Em setembro de 1.996 inaugurou-se o CAIC (Centro

de Apoio Integral à Criança). Desde agosto, porém, nele já estavam funcionando, com a estrutura de Centro de Saúde, o núcleo de proteção à criança e à família, e o núcleo de proteção à saúde da comunidade, dos bairros Santa Luísa I e II. Implantou-se lá o Programa de Saúde da Família.

No segundo trimestre de 1.997 passaram a atender nele a oficina terapêutica e o ambulatório especializado no tratamento de doentes psicóticos e neuróticos graves, com psiquiatra, psicóloga e terapeuta ocupacional.

No final do período estudado tinha 9 funcionários, e estava sob a chefia da enfermeira Márcia Regina Carvalho Machado Teixeira.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 6, 11, 20;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de portarias nº 17;
3 - Coleção das Leis de Minas Gerais de 1.970 - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.977, pág. 202;
4 - "Folha Machadense" ns. 62 - 15/6/1.975 - pág. 4;
139 - 25/12/1.976 - pág. 1;
381 - 12/12/1.981 - pág. 8;
579 - 30/11/1.985 - pág. 14;
636 - 7/2/1.987 - pág. 11;
711 - 23/7/1.988 - págs. 1,2,14;
809 - 7/7/1.990 - pág. 1;
951 - 1/5/1.993 - pág. 1;
1019 - 17/9/1.994 - págs. 1 e 7;
1204 - 9/5/1.998 - pág. 12;
5 - informações pessoais de Patrícia Prado Swerts;
6 - Livro de Registro de Atas da Assembléia Geral e da Mesa Administrativa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santo Antônio do Machado;
7 - "Minas Gerais" de 26/10/1.965 - págs. 2/3;
23/5/1.968 - pág. 5;
8 - "O Machadense" ns. 710 - 30/11/1.958 - pág. 4;
717 - 18/1/1.959 - pág. 4;
733 - 17/5/1.959 - pág. 2;
765 - 10/1/1.960 - pág. 4;
906 - 3/2/1.963 - pág. 7;
934 - 28/3/1.965 - págs. 2 e 5;
940 - 9/5/1.965 - pág. 9;

946 - 20/6/1.965 - pág. 3;
950 - 18/7/1.965 - pág. 4;
967 - 14/11/1.965 - pág. 2;
1042 - 2/6/1.968 - pág. 2;
1046 - 30/6/1.968 - pág. 1;
5 - 21/3/1.971 - pág. 4;

9 - Plano Municipal de Saúde;

10 - Revista “Machado de Ontem e de Hoje” - VI-3;

11 - “Tribuna Machadense” ns. 103 - jun. de 1.995 - pág. 2;
47 - 1/5/1.988 - pág. 5.

****

OS POSTOS DE SAÚDE

1) - O Posto de Saúde de Douradinho.
2) - O Posto de Saúde do Bairro Santo Amaro.
3) - O Posto de Saúde do Bairro Santa Luísa.
4) - O Posto de Saúde do Bairro da Cachoeirinha.
5) - O Posto de Saúde do Bairro da Caiana.
6) - O Posto de Saúde do Bairro da Conceição.
7) - O Posto de Saúde do Bairro do Papagaio.

****

1- **O Posto de Saúde de Douradinho**.

Em 1.975 foram construídas diversas unidades auxiliares, ou mini-postos de saúde, nas comunidades rurais do Sul de Minas. O trabalho, coordenado pela ACAR, visava a dar assistência médica à população do campo, sob os cuidados das orientadoras de saúde. Os casos mais graves eram encaminhados às unidades sanitárias e aos hospitais.

No mês de agosto, já obtido o apoio do Prefeito, a supervisora da ACAR, Cecília Marques, reuniu-se com professoras e moradores de Douradinho, para explicar-lhes a finalidade da iniciativa. A seguir, aquelas e alunos do Ginásio Agrícola fizeram inquérito sanitário com famílias locais.

O prédio do Posto de Saúde acabou de ser construído pelo Município em novembro. Nele foi instalada uma U.A.S. (unidade auxiliar de saúde), sob a responsabilidade da Secretaria Estadual da Saúde. Para dirigi-la escolheu-se esta comissão: *presidente* - Amadeu Maciel; *vice-presidenta* - Celina Corrêa Toledo; *1ª secretária* - Romilda Neves Maciel; *2º secretário* - Benedito Maciel; *tesoureiro* - João Teodoro de Lima; *relações públicas* - Maria Auxiliadora

Maciel. Ela foi a origem da Ação Comunitária de Assistência Social de Douradinho (ACASDO), de que trato na parte relativa à assistência social.

A inauguração do Posto ocorreu em 9 de maio de 1.976. Recebeu o nome de "*Vereador Edmundo Pereira*", e a funcionária encarregada dele, até o final do período estudado, era Nilcéia Tavares Leal. Na ocasião houve uma "jornada de saúde", patrocinada pelo Município, ACAR e Faculdade de Farmácia de Alfenas, com exibição de filmes e ensino de noções de higiene.

No início da década de oitenta o Sindicato Rural patrocinava a assistência médica ambulatorial no Douradinho. Em 1.983 foi obrigado a paralisá-la, por causa da não-liberação do Posto pela Secretaria da Saúde do Estado.

As novas e atuais instalações do Posto foram inauguradas em setembro de 1.992. Nofim do século havia nele atendimento médico uma vez por semana; o atendimento odontológico foi interrompido em 1.997.

2 - **O Posto de Saúde do Bairro Santo Amaro**.

Criado na segunda administração de Jorge Eduardo Vieira de Oliveira, começou a funcionar em 20 de fevereiro de 1.986. Foi oficialmente inaugurado em 13 de setembro seguinte. Instalou-se no então chamado "Centro Comunitário", prédio que abrigava creche e posto de saúde. O atendimento, no início, era feito por um clínico e cinco enfermeiras, de segunda a sexta-feira, em dois turnos.

Foi fechado logo no começo do governo seguinte (1.989), para centralizar o serviço médico municipal no Pronto-Socorro. Reativado na gestão de José Carlos Vilela, em março de 1.993 prestava atendimento laboratorial e médico. Em 1.996 nele só havia atendimento odontológico, também cessado após a inauguração do Centro Odontológico Municipal.

3 - **O Posto de Saúde do Bairro Santa Luísa**.

Também começou a funcionar em 1.986, no Centro Comunitário do Bairro.

Em julho de 1.987 lá trabalhava o médico Dr. João Gualberto Lacerda Filho. Em março de 1.988 contratou-se para atender nele o pediatra de Alfenas Dr. Wágner Tegão. No final de 1.988 seu clínico era o Dr. Ricardo Coutinho N. da Silva, cuja demissão, no ano seguinte, motivou protesto de quase todos os médicos da Cidade.

Foi igualmente fechado no início do segundo governo

de Pereira Dias (1.989), que concentrou no recém-fundado Pronto-Socorro a assistência médica do Município. Permaneceu no local, então, apenas o atendimento odontológico. Com a inauguração do CAIC, foi absorvido pelo Centro de Saúde que nele se instalou.

4 - **O Posto de Saúde do Bairro da Cachoeirinha**.

Foi criado pela lei local 585, de 9 de abril de 1.985. Para instalá-lo, no ano seguinte o Município recuperou prédio de antiga escola. Recebeu o nome de "Moacir Gonçalves Pereira", e a inauguração ocorreu em 8 de fevereiro de 1.987.

Maria Cristina Moreira da Silva era a funcionária encarregada dele. Servia também os bairros rurais da Serra Negra, Mateiro e Mamonal.

Havia nele atendimento médico uma vez por semana. Seu gabinete odontológico foi desativado.

5 - **O Posto de Saúde do Bairro da Caiana**.

O decreto 774, de 6 de abril de 1.987, declarou de utilidade pública, para fim de desapropriação, imóvel pertencente a Dolivar da Silva Félix, na Caiana, para construção de mini-posto de saúde. O decreto 801, de 5 de outubro seguinte, fez o mesmo em relação a imóvel de Messias Cláudio Alves, também na Caiana, para construção de centro comunitário (que deveria abrigar posto de saúde e gabinete odontológico). Na verdade, o Posto sempre funcionou no primeiro.

Ele não tinha servidor e, como só abria uma vez por semana, para atendimento médico, o público era recebido por uma voluntária, graciosamente. Seu gabinete odontológico foi desativado.

6 - **O Posto de Saúde do Bairro da Conceição**.

Em 1.989 teve início a construção de prédio para posto de saúde no Bairro da Conceição. Concluído, não chegou a servir para o fim previsto: o decreto 1.037, de 19 de agosto de 1.991, autorizou seu uso, pela comunidade, como centro esportivo.

7 - **O Posto de Saúde do Bairro do Papagaio**.

Foi criado em 1.990. Funcionava em prédio simples,

construído pela comunidade do Bairro. Havia nele atendimento médico uma vez por semana.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de leis nº 20;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de decretos nº 17;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de portarias nº 17;
4 - "Folha Machadense" ns. 81 - 2/11/1.975 - pág. 8;
82 - 9/11/1.975 - pág. 7;
105 - 2/5/1.976 - pág. 1;
107 - 16/5/1.976 - pág. 10;
457 - 9/7/1.983 - pág. 1;
609 - 12/7/1.986 - pág. 12;
625 - 1/11/1.986 - pág. 5;
627 - 15/11/1.986 - pág. 9;
633 - 10/1/1.987 - pág. 5;
635 - 31/1/1.987 - pág. 7;
636 - 7/2/1.987 - pág. 11;
739 - 15/2/1.989 - págs. 6,7,12;
780 - 2/12/1.989 - pág. 7;
868 - 31/5/1.991 - pág. 5;
1071 - 23/9/1.995 - pág. 10;
1158 - 14/6/1.997 - pág. 10;
5 - informações pessoais de Nilcéia Tavares Leal e Patrícia Prado Swerts;
6 - "Jornal da Cidade" nº 6 - maio de 1.985 - pág. 2;
7 - livro de atas da A.C.A.S.D.O., em poder de Amadeu Maciel;
8 - "O Raio X" nº 13 - agosto de 1.996 - pág. 3;
9 - Plano Municipal de Saúde;
10 - "Tribuna Machadense" ns. 109 - 13/9/1.986 - pág. 3;
110 - 5/2/1.987 - pág. 1;
6 - 5/7/1.987 - pág. 5;
26 - 22/11/1.987 - pág. 9;
39 - 6/3/1.988 - pág. 8.

****

OS PLANOS DE SAÚDE LOCAIS

1) - Introdução.
2) - UNIMED.
3) - SERPRAM.
4) - L. P. Segurança e Medicina do Trabalho.
5) - UNISORRISO.

****

1 - **Introdução**.

O mau atendimento na rede pública de saúde e o alto custo das internações hospitalares e dos serviços médicos e odontológicos em caráter particular causaram, nas últimas décadas do século passado, o grande desenvolvimento dos chamados planos de saúde. As empresas que os lançaram no mercado e os administram faziam, no geral, ligação entre médicos, dentistas e pacientes. A formação de cooperativas foi meio eficaz de os prestadores de serviço eliminarem o intermediário, aumentando ganhos e facilitando o atendimento, por aproximação com os segurados e redução da burocracia.

2 - **UNIMED**.

A UNIMED é uma cooperativa médica fundada em Santos, SP, no final de 1.967, a que se ligaram sociedades semelhantes, de diversas partes do País. Passou a atuar em Machado no segundo semestre de 1.991, através da cooperativa de Varginha. De início, oito médicos daqui atenderam por ela, mediante contratos com empresas locais.

Denunciados os contratos pela conveniante, a Associ-

ação Comercial, uma das conveniadas, em janeiro de 1.994 promoveu reunião com os médicos da Cidade, a fim de criar o núcleo local da UNIMED e evitar o deslocamento dos usuários a Varginha. Em 2 de agosto daquele ano foi constituída a UNIMED Machado Cooperativa de Trabalho Médico Ltda., que começou a funcionar em 10 de outubro. De um conselho administrativo formado por oito médicos escolheu-se esta diretoria: *presidente* - Lúcio Dias Vieira Júnior; *diretor financeiro* - João Emygdio Gonçalves; *diretor administrativo* - Paulo Roberto Cortez. Teve também conselhos ético e fiscal. A inauguração da sede, na Rua Coronel Flávio, 146, ocorreu no dia 12 de novembro seguinte. Moacir Gonçalves Mendes foi contratado como gerente, e permanecia no cargo ao encerrar-se este estudo.

A UNIMED firmou convênio com a Santa Casa, para utilização de suas dependências, que continuava em vigor no fim do século. A diretoria foi renovada em 1.996: mantidos o presidente e o diretor administrativo, elegeu-se diretor financeiro Cláudio de Lima Alves.

Em 1.997 transferiu suas instalações para a Rua Coronel José Paulino, 244.

No final de 1.998 congregava 33 médicos, estendendo seu atendimento aos municípios de Carvalhópolis e Poço Fundo.

3 - **SERPRAM**.

O Instituto de Medicina Especializada de Alfenas - IMESA - é um hospital, criado na vizinha cidade em 1.986, que tem entre seus sócios o machadense Américo Nannetti Júnior. Firmou convênios com várias empresas e aqui inaugurou posto de atendimento, na Rua Irmão Arnaldo Isidoro, 579, em 21 de fevereiro de 1.992. Sete médicos, vindos de fora, nele atendiam de início, a conveniados ou não. As internações e cirurgias eram, como até o fim do período estudado, feitas em Alfenas. No mesmo mês tentou fazer convênio com a Santa Casa local, que não se interessou por sua proposta.

Em 1.988 os sócios do IMESA criaram um plano de saúde, através de empresa distinta: SERPRAM - Serviço de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar Ltda.. Este, posteriormente, assumiu o posto de atendimento daquele em nossa Cidade.

Em novembro de 1.995 o SERPRAM transferiu o posto para a Rua Santos Silva, 208. Seu gerente era Pedro Paulo Sacksida. Em 1.996 ele estendeu a prestação de serviços à área dental, pelo plano denominado SERPRAM-ODONTO.

No final de 1.998 a diretoria do SERPRAM era composta por José Carlos Miranda, Luiz Antônio Baldiviezo Scheny e Paulo Celso

Bastos Bernardes. Nas diversas cidades em que atuava, contava com aproximadamente 250 médicos e 60 dentistas, na maior parte sócios da empresa. O atendimento médico ocorria tanto nos postos como nos consultórios dos profissionais; o odontológico, apenas nos consultórios.

4 - **L. P. Segurança e Medicina do Trabalho**.

A firma individual de Luís Paulo Brigagão atua desde janeiro de 1.996 na área de saúde. Presta assessoria a indústrias da região sobre qualidade, segurança e medicina do trabalho. Dá assistência ambulatorial em sede dotada de consultórios médicos e odontológicos, com aparelhos de raios-X, audiometria e espirometria. Dispunha no fim do século de três médicos e dois dentistas, além de fisioterapeuta, psicóloga e fonoaudióloga, oferecendo planos de saúde a empresas, com contribuição apenas patronal ou também de empregados.

Localizou-se, de início, na Rua Barão do Rio Branco, 215; mudou-se depois para a Av. Arthur Bernardes, 640; em agosto de 1.998 foi para a Praça Dr. Antônio Cândido, 18. Em fevereiro de 1.999 apresentou à Prefeitura projeto para construção de hospital com dois pavimentos e capacidade para 62 leitos, orçada em dois milhões e meio de reais. Pediu, para isso, terreno com 5.000 m2., próximo da Rodovia BR-267.

4 - **UNISORRISO**.

A Unisorriso Ltda. - Assistência Odontológica era uma empresa local, com sede na Rua Francisco Rafael, 19. Surgiu da união dos dentistas Antônio Eugênio Dias Swerts, Édson Figueiredo Vieira, Fátima Vieira Campos, Jaime Dias, José Oswaldo Passos, Juliana Maria de Melo Westin Garcia, Marco Antônio Moraes Macedo e Meire Luce Costa Melo, tendo iniciado as atividades em 1.998. Oferecia plano de prevenção e tratamento odontológicos, e atuava em parceria com a UNIMED. Seus conveniados, mediante o pagamento de uma mensalidade, tinham direito a certos serviços e a desconto em outros.

****

Fontes de consulta.

1 - “Folha Machadense” ns. 861 - 13/7/1.991 - pág. 1;
878 - 9/11/1.991 - pág. 2;
889 - 8/2/1.992 - pág. 1;
890 - 15/2/1.992 - pág. 1;
892 - 29/2/1.992 - págs. 1 e 10;
893 - 7/3/1.992 - pág. 6;
985 - 22/1/1.994 - pág. 4;
986 - 29/1/1.994 - pág. 7;
1015 - 20/8/1.994 - págs. 1 e 5;
1023 - 15/10/1.994 - pág. 5;
1030 - 3/12/1.994 - págs. 1 e 14;
1090 - 10/2/1.996 - pág. 8;
1158 - 14/6/1.997 - pág. 1;
1244 - 27/2/1.999 - pág. 2;
1247 - 20/3/1.999 - pág. 7;
2 - informações pessoais de Édson Figueiredo Vieira, Luís Paulo Brigagão, Moacir Gonçalves Mendes e Paulo Celso Bastos Bernardes;
3 - “Siga em Frente” nº 00 - 17/7/1.996 - pág. 4.

****

PROFILAXIA E CONTROLE DE DOENÇAS

1) - Doenças principais.
2) - Comissários e delegados de higiene e vacinação.
3) - Campanhas de vacinação.
4) - Outras campanhas e convênios na área de saúde.

****

1 - **<u>Doenças principais</u>**.

Respondendo a diversas indagações do Governo Provincial, a Câmara da Campanha, em 17 de março de 1.826, informou serem estas as enfermidades dominantes em seu termo, a que pertenciam as terras de nosso atual município:

> *"Nos Meninos o defluxo pela intemperança da atmosphera. Nos Adultos os Pleurizes, febres malignas e podres q. geralm.e atacão a toda idade e sexo na mudança das Estaçoens, especialm.e nos escr.os que com menos cautella são expostos indiscretam.e as inclamidades do tempo. E nos de maior idade a hydropesia ocazionada pelas molestias primarias como obstruçoens, encalhos hymorroidaes (...), Sarnas recolhidas, pleurizes mal curados, e outras; assim como pelo excessivo uzo da aguard.e de cana."*.

Conforme o "*Monitor Sul-Mineiro*" nº 92, recenseamento efetuado na Paróquia da Sacra Família em 1º de agosto de 1.873 arrolou os seguintes enfermos e deficientes físicos:

> *"cegos 2, cegos de um olho 3, zarolho 1, surdos 7, surdos*

mudos 11, aleijados 25, idiotas 26, monomaniaca 1, dementes 2, epilepticos 1, paralyticos 2, gotoso 1, gago 1, quebrados 2, morpheticos 2".

O "*Almanak Sul-Mineiro para 1884*" atribuiu ao bom clima de nossa cidade os vários exemplos de longevidade freqüentemente notados, citando dois anciãos com mais de cem anos. Disse haver cinco ou seis morféticos na Freguesia do Machado, e dois ou três na de Douradinho.

Nosso velho Código de Posturas (resolução estadual 3.401, de 22 de julho de 1.886) evidenciava, nos artigos 59 e 82, o receio que então se tinha das bexigas. Vedava "*em tempo e sob pretexto algum*" a exumação de cadáveres ou esqueletos de pessoas que tivessem morrido delas ou de qualquer moléstia epidêmica. Proibia a estada de bexiguentos nas povoações, ressalvando que, caso algum aparecesse, o fiscal convidaria o médico ou pessoa habilitada para que o examinasse e removesse.

O Estatuto Municipal, de 1.899, continha também diversas disposições reveladoras do medo que inspiravam as doenças epidêmicas ou contaminadoras (artigos 185, parágrafo 1º, e 218 a 221). Vedava aos portadores de moléstias de pele, contagiosas ou repugnantes ter negócio ou vender gêneros alimentícios de qualquer espécie. Impunha aos moradores de lugar assolado por epidemia que desinfetassem roupas, casas e quintais, conforme instruções do agente executivo. Determinava a este que, aparecendo na cidade ou povoação alguma vítima de doença transmissível, a segregasse e tomasse as providências anti-sépticas aconselháveis. Só permitia que médicos e encarregados do tratamento penetrassem na casa ou lugar em que o enfermo estivesse. Obrigava aqueles, sob pena de multa, a participar imediatamente à autoridade local a ocorrência de qualquer caso das referidas doenças.

Em 1.911 aqui grassou epidemia de varicela. O Chefe de Polícia estadual acionou a Diretoria de Higiene para as providências necessárias, sendo depois informado que, por tratar-se de moléstia "nimiamente benigna", nada havia que fazer.

No último trimestre de 1.918 o Município foi atingido pela temível gripe espanhola, que dizimou grande parte de sua população. Narra Homero Costa ter sido formada, para assistência às vítimas, comissão que se reunia no Centro Machadense, a fim de relatar e discutir suas atividades. Nela se destacaram, segundo o historiador, o Padre Achiles Tritsmanns e os médicos Aprígio Nogueira e Feliciano Vieira da Silva. Aquele, com o coadjutor Padre Humberto Von Austeinde, percorreu a cavalo toda a zona rural, para informar-se de doentes e providenciar-lhes socorros.

João Rodrigues de Carvalho informa que aqui houve surto de varíola, entre 1.890 e 1.930 (ele não precisa a data). Diz que também

causou muitas mortes, embora menos que a "espanhola".

O decreto estadual 10.515, de 16 de setembro de 1.932, autorizou o prefeito de Machado a abrir crédito especial de 10:000$000, destinado ao serviço de saneamento e extinção de focos de paludismo no Município.

Em abril de 1.942 "*O Machadense*" noticiou terem sido registrados vinte casos de malária na Cidade. Atribuiu o fato à deficiência do Serviço de combate à moléstia, que aqui só dispunha de um guarda.

No final de 1.965 aumentaram bastante os casos de febre tifóide no Município. Não chegou a haver surto epidêmico, mas mesmo assim a população foi vacinada. Alertou-se sobre a necessidade de retirar granjas e chiqueiros da Cidade, para prevenir a doença.

No início de 1.972 noticiou-se a descoberta de focos de barbeiro no perímetro urbano. Em meados de 1.979, segundo o jornal "*O Estado de São Paulo*", o mal de Chagas afetava profundamente nossa região, em especial o Município de Serrania. Sob a liderança de Fausto Paulo Werner, organizou-se lá comitê para erradicação dos transmissores e identificação precoce dos portadores da doença.

Em 1.975 anunciou-se o surgimento de vários casos de poliomielite no Município, sendo solicitado pessoal da Secretaria da Saúde para tratar deles.

No início da década de noventa apareceram no País casos de cólera, doença que, felizmente, não se manifestou em Machado. Por precaução, em junho de 1.991 aqui se criou comissão para preveni-la e combatê-la.

As maiores causas de morte no Município, no fim do século, conforme o Plano de Saúde, eram as doenças infecciosas e parasitárias, e as doenças do aparelho circulatório.

2 - **Comissários e delegados de higiene e vacinação**.

Com base no artigo 22 do decreto 828, de 29/9/1.851, o Governo da Província nomeou comissário vacinador da Paróquia de Santo Antônio do Machado, em 17 de novembro de 1.862, **Bartholomeu Antônio Fernandes**. No dia 9 de outubro do ano seguinte foi conduzido ao mesmo cargo o **Vigário José Antônio Martins**.

Os médicos a seguir referidos ocuparam o cargo estadual de delegado de higiene e vacinação, mas não sei quando o deixaram. A enumeração talvez esteja incompleta. Em 11 de abril de 1.891 foi nomeado delegado de higiene do Município o **Dr. Felippe Salvador dos Santos Pagano**. O **Dr.**

Bento Antônio de Barros foi aqui o responsável pela vacinação ao menos entre setembro de 1.892 e janeiro de 1.896. Decreto de 26 de janeiro de 1.900 alçou ao cargo o **Dr. Manoel José Rodrigues**. Sucedeu-lhe em 5 de dezembro seguinte o **Dr. Antônio Marcial Júnior**. Em março de 1.904 nomeou-se para o posto o **Dr. José Narciso Dias Teixeira de Queiroz**. Em 2 de janeiro de 1.906 foi escolhido delegado o Dr. Orozimbo Corrêa Netto. Seu substituto, a partir de 11 de dezembro de 1.907, foi o **Dr. Manoel Joaquim Cavalcante de Albuquerque**. Conforme a revista "*Machado de Ontem e de Hoje*", o **Dr. Feliciano Vieira da Silva** foi nomeado delegado de higiene e vacinação do Município em 15 de fevereiro de 1.921.

3 - **Campanhas de vacinação**.

Nosso primitivo Código de Posturas dispôs sobre vacina nos artigos 78 a 81. Determinou que a Câmara providenciasse os meios de obtê-la, e estabeleceu que na Cidade seria vacinador o médico de partido. Na sua falta, e nas povoações, a função caberia a pessoas comissionadas pela Edilidade. A esta cumpria marcar por editais, com antecedência mínima de uma quinzena, dia, hora e lugar da vacinação. Todo chefe de família que morasse num raio de cinco quilômetros do ponto designado se obrigava a comparecer com os seus, sob pena de multa. Em cada freguesia tinha de haver livro para registro dos vacinados. O médico devia experimentar previamente o pus vacínico, inoculando-o em pessoa apta.

Depois de instalado o Posto de Saúde, em 1.949, a imunização, principalmente de crianças, tornou-se mais assídua. No final da década de cinqüenta era difícil conseguir vacina Salk, contra poliomielite, e só por interferência política se obtiveram 1.300 doses, aplicadas pelo órgão sanitário estadual. Na mesma época este promoveu vacinações contra lepra, tifo e tuberculose.

No começo da década de sessenta o Posto de Saúde começou a aplicar vacina Sabin, contra poliomielite. Desde então realizaram-se a cada ano, no geral em duas fases, campanhas de imunização contra a doença. Nos últimos anos do período estudado, em tais ocasiões se aplicavam também as vacinas tríplice, contra sarampo e contra tétano. Para isso eram convocados voluntários, que se distribuíam em dezenas de postos de atendimento, nas zonas urbana e rural. Aproximou-se de 4.000 o número de crianças vacinadas em cada vez.

No ano de 1.971, em atuação conjunta do Posto de Saúde, Município, ACAR e professores, foram aplicadas mais de 5.000 doses de vacinas contra poliomielite, coqueluche, tétano, difteria e varíola. Realizaram-se também diversas palestras sobre saneamento básico. A Secretaria Estadual da Saúde, com quatro equipes, promoveu em 30 de junho de 1.975 vacinação contra meningite. O Município colaborou para seu sucesso, tornando aquele dia feriado (lei 222). O Posto de Saúde, em dezembro de 1.976, efetuou vacinação de BCG intradérmico. Grande parte da população deixou de ser atendida, pois só havia dois funcionários para o serviço.

A portaria 516, de 22/4/87, tornou obrigatória a apresentação de carteira de vacinação pelos funcionários municipais, para recebimento do salário-família. No primeiro semestre de 1.988 o Município criou o Serviço de Imunização, para oferecimento gratuito, nos postos de saúde, de vacinas contra tuberculose, difteria, tétano, sarampo, coqueluche e poliomielite.

Nos últimos anos do século, além das habituais campanhas de multivacinação, houve outras para evitar rubéola (maio de 1.998), gripe e tétano (abril de 1.999).

4 - **Outras campanhas e convênios na área de saúde**.

Sob patrocínio do Comitê Municipal de Extensão Rural, teve início em 3 de março de 1.963 campanha contra a verminose. Ela foi oficializada e tornada obrigatória em todo o Estado. Por ter o Município tomado a dianteira na matéria, anunciou-se a presença do Governador em seu lançamento. Ele não compareceu, e o ato ficou aquém da expectativa. Em agosto de 1.968 realizou-se outra campanha contra a moléstia, no Bairro da Caiana.

Em maio de 1.975 houve nos bairros Ouvidor e Limeira a Operação-Saúde, empreendimento conjunto da ACAR, Município, Sindicato Rural, CNAE e EFOA. Consistiu no levantamento de problemas da zona rural, vacinações, extrações dentárias, exames diversos e palestras. Em outubro do mesmo ano foi promovida outra Operação-Saúde, tendo como finalidades principais o combate à verminose e a preservação de bons dentes.

A partir de outubro de 1.983, alunos do curso local de Ciências Biológicas, com ajuda do Serviço de Educação e Cultura do Município, desenvolveram o PROIAC - Programa de Integração Aluno-Comunidade. Teve por objetivos o levantamento dos problemas de higiene e saúde nas escolas rurais machadenses. Foram feitas palestras sobre esses temas, sobre prevenção de acidentes com animais peçonhentos e sobre horticultura.

Entre setembro e novembro de 1.984 realizou-se mais uma Operação-Saúde, em duas etapas, nos bairros Centenário, Novo Horizonte e Santo Amaro. Foi levada a cabo por estudantes da Faculdade de Medicina de Pouso Alegre, com auxílio do Serviço de Assistência Social do Município, e sociedades de amigos dos bairros. Distribuíram-se medicamentos, ministraram-se orientações sobre higiene e atenderam-se mais de 600 crianças. A Operação-Saúde foi repetida em 1.985.

A resolução da Câmara 23, de 11/11/85, aprovou convênio entre o Município, a Faculdade de Ciências Médicas de Pouso Alegre e a ESACMA, para prestação conjunta de ações de saúde.

O programa "Ações Integradas de Saúde" (AIS), do

Governo Federal, foi implantado no fim de 1.985, visando a garantir o acesso de todos - previdenciários ou não - ao atendimento ambulatorial e hospitalar. A lei local 633, de l0/6/1.986, autorizou a participação do Município nele. No mês seguinte foi firmado convênio com a Secretaria da Saúde, para sua execução.

Em meados de 1.987, o programa "Saúde Para Todos", do Município, cuidou da assistência médica na Vila Vicentina, com doação de medicamentos e consultas semanais.

A resolução da Câmara 43, de 26/10/87, aprovou convênio celebrado entre o Município e o Ministério da Saúde, para aprimorar a coordenação e a execução dos serviços básicos de saúde.

Em agosto de 1.988 o Executivo firmou convênio com o Hospital Psiquiátrico "Gedor Silveira", de São Sebastião do Paraíso, a fim de internar e tratar pacientes. Ele foi aprovado pela resolução da Câmara 59, de 8 do mesmo mês.

A resolução da Câmara 101, de 16/2/90, aprovou assinatura de convênio entre o Município e a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, para criar condições de atendimento médico-hospitalar. A lei 732, de 27 do mês seguinte, autorizou a celebração de convênio com a EFOA, para aquisição de medicamentos, integração da Universidade com a Comunidade, e aperfeiçoamento dos profissionais da área de saúde.

Na década de noventa o Município efetuou campanhas de prevenção contra a AIDS, em parceira com o CISLAGOS, o Rotaract e o Interact, geralmente às vésperas de festas populares. Distribuíram-se panfletos e preservativos, e foram prestados esclarecimentos pela imprensa.

A lei 1.023, de 26 de junho de 1.995, autorizou o Executivo a participar do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região dos Lagos do Sul de Minas - CISLAGOS. Autorizou-o também a contribuir para ele com 1,5% de sua quota no Fundo de Participação dos Municípios.

A lei 1.042, de 30 de novembro do mesmo ano, permitiu ao Município firmar convênio com o Colegiado de Secretários Municipais da Saúde de Minas Gerais, para cooperação técnica e financeira.

O decreto legislativo 30, de 26 de março de 1.996, aprovou a adesão do Município ao "Programa de Saúde da Família". Ele passou a ser executado no final daquele ano, nos bairros Santa Luísa I e II, com visitas regulares de agentes de saúde às casas, e reuniões com mães e gestantes para ensino de noções de higiene e nutrição.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 15, 20, 22;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de resoluções ns. 3 e 4;
3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - pasta de resoluções;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de portarias nº 16;
5 - Arquivo Público Machadense - livro 63: "Leis da Câmara Municipal - 1898 a 1912";
6 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 313 - página sem numeração;
7 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria do Interior - códice 356: "Registro de títulos para delegados vacinadores - 1892/1893" - pág. 4;
8 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria do Interior - códice 376: "Matrícula dos delegados de higiene e vacinação - 1896/1898" - págs. 88v./89;
9 - Arquivo Público Mineiro - Seção Provincial - códice 917: "Originais de portarias (2º semestre) - 1862" - pág. sem numeração;
10 - Arquivo Público Mineiro - Seção Provincial - códice 978: "Originais de portarias (2º semestre) - 1863" - pág. sem numeração;
11 - Arquivo Público Mineiro - ofício avulso da Directoria de Hygiene, em meu poder;
12 - Coleção dos Decretos de 1.932 do Estado de Minas Gerais - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.933, pág. 677;
13 - "Folha Machadense" ns. 5 - 21/4/1.974 - pág. 1;
51 - 23/3/1.975 - pág. 1;
59 - 25/5/1.975 - pág. 8;
62 - 15/6/1.975 - pág. 1;
63 - 22/6/1.975 - pág. 1;
77 - 5/10/1.975 - pág. 1;
138 - 19/12/1.976 - pág. 10;
139 - 25/12/1.976 - pág. 1;
307 - 21/6/1.980 - pág. 8;
406 - 19/6/1.982 - pág. 1;
453 - 4/6/1.983 - pág. 1;
462 - 6/8/1.983 - pág. 1;
502 - 26/5/1.984 - pág. 1;
511 - 28/7/1.984 - pág. 1;
512 - 4/8/1.984 - pág. 1;
514 - 18/8/1.984 - pág. 1;
517 - 8/9/1.984 - pág. 1;
554 - 8/6/1.985 - pág. 1;
557 - 29/6/1.985 - pág. 3;
563 - 10/8/1.985 - pág. 1;
564 - 17/8/1.985 - pág. 1;
579 - 30/11/1.985 - pág. 14;
604 - 7/6/1.986 - pág. 14;
606 - 21/6/1.986 - pág. 4;

609 - 12/7/1.986 - pág. 12;
650 - 9/5/1.987 - pág. 1;
663 - 8/8/1.987 - pág. 1;
700 - 7/5/1.988 - pág. 10;
711 - 23/7/1.988 - pág. 5;
714 - 13/8/1.988 - pág. 2;
754 - 3/6/1.989 - pág. 14;
758 - 1/7/1.989 - pág. 1;
763 - 5/8/1.989 - pág. 1;
769 - 16/9/1.989 - pág. 4;
809 - 7/7/1.990 - pág. 1;
845 - 30/3/1.991 - pág. 10;
854 - 1/6/1.991 - pág. 8;
856 - 15/6/1.991 - pág. 1;
894 - 14/3/1.992 - pág. 5;
899 - 18/4/1.992 - pág. 1;
916 - 15/8/1.992 - pág. 7;
974 - 30/10/1.993 - pág. 1;
1003 - 28/5/1.994 - pág. 3;
1067 - 26/8/1.995 - pág. 1;
1143 - 22/2/1.987 - págs. 1 e 5;
1176 - 11/10/1.997 - págs. 1 e 6;
1210 - 27/6/1.998 - pág. 13;
1250 - 10/4/1.999 - pág. 15;

14 - "Jornal da Cidade" ns. 1 - jun. de 1.984 - pág. 4;
3 - ago. de 1.984 - pág. 6;
4 - nov. de 1.984 - pág. 6;
7 - nov. de 1.985 - pág. 6;

15 - Livro da Lei Mineira - 1886, tomo LIII, parte 1ª, folha 8, págs. 152 a 154;

16 - "Memorias da Camara de Campanha" - na "Revista do Archivo Publico Mineiro" - anno I, 1.896, pág. 634;

17 - "Minas Gerais" de 18/12/1.892 - pág. 4;
8/11/1.893 - pág. 1;
16/7/1.894 - pág. 3;
19/1/1.896 - pág. 5;
27/1/1.900 - pág. 1;
6/12/1.900 - pág. 1;
28 e 29/3/1.904 - pág. 1;
2 e 3/1/1.906 - pág. 1;
12/12/1.907 - p g. 1;

18 - "Monitor Sul-Mineiro" ns. 92 - 28/9/1.873 - pág. 3;
1131 - 25/9/1.892 - pág. 2;

19 - "O Estado de São Paulo" - exemplares de 23/6/1.979 e 29/7/1.979;

20 - "O Machadense" ns. 63 - 23/4/1.942 - pág. 4;
709 - 23/11/1.958 - pág. 1;
715 - 4/1/1.959 - pág. 1;

723 - 1/3/1.959 - pág. 3;
739 - 29/6/1.959 - pág. 4;
740 - 5/7/1.959 - pág. 4;
769 - 7/2/1.960 - pág. 4;
907 - 10/2/1.963 - pág. 1;
908 - 17/2/1.963 - pág. 1;
970 - 5/12/1.965 - pág. 2;
971 - 12/12/1.965 - pág. 2;
992 - 15/5/1.966 - pág. 4;
1050 - 4/8/1.968 - pág. 1;
1069 - 2//1/1.969 - pág. 1;
37 - 7/11/1.971 - pág. 4;
47 - 23/1/1.972 - pág. 2;
21 - "O Raio X" ns. 1 - ago. de 1.995 - pág. 1;
4 - nov. de 1.995 - pág. 1;
5 - dez. de 1.995 - pág. 1;
12 - jul. de 1.996 - pág. 3;
22 - Plano Municipal de Saúde;
23 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje" - VI-3;
24 - "Transparência" nº 1 - 1.998 - pág. 2;
25 - "Tribuna Machadense" ns. 81 - 6/8/1.983 - pág. 1;
9 - 26/7/1.987 - pág. 1;
13 - 23/8/1.987 - pág. 5;
47 - 1/5/1.988 - pág. 4;
59 - 31/7/1.988 - pág. 1.

B - **secundárias**

1 - A. de Assis Martins e J. Marques de Oliveira - "Almanak Administrativo Civil e Industrial da Provincia de Minas Geraes para o anno de 1864" - Typographia da Actualidade, Rio de Janeiro, 1.864, pág. 387;

2 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanak Sul-Mineiro para 1884" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.884, págs. 231 e 243;

3 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem data, págs. 56/57;

4 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, pág. 69.

****

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E SAÚDE

1) - Órgãos municipais da área de saúde.
2) - A Vigilância Sanitária.
3) - A municipalização dos serviços de saúde.
4) - A I Conferência Municipal de Saúde.

****

1 - **<u>Órgãos municipais da área de saúde</u>**.

O decreto-lei 53, de 12 de junho de 1.942, organizou os serviços da administração municipal e criou o Serviço de Educação e Saúde, cuja superintendência cabia diretamente ao prefeito. Estranha-se que só tenha enumerado as atribuições do órgão relacionadas ao ensino. Sobre saúde limitou-se a tratar das funções de guardas sanitários e enfermeiras.

A lei 136, de 15 de julho de 1.973, dispôs sobre a estrutura administrativa da Prefeitura, formada, entre outros órgãos, pelo **Serviço de Saúde e Assistência Social**. Este, conforme o artigo 10, era

> "encarregado de promover os serviços de assistência médico-social à população do Município; de promover o atendimento dos necessitados que se dirijam à Prefeitura em busca de ajuda; de encaminhar a postos de saúde, hospitais e outros serviços assistenciais as pessoas que necessitam desta providência; de promover o levantamento de recursos da comunidade que possam ser utilizados no socorro e assistência à necessidade; de fiscalizar a aplicação das subvenções consignadas no orçamento para entidades de assistência social; de promover inspeções de saúde dos servidores municipais; e

de realizar os serviços de fiscalização sanitária, de acordo com a legislação respectiva.".

A conceituação foi repetida pelo decreto 295, de 2 de janeiro de 1.976. Ele estabeleceu também as atribuições do chefe do órgão, entre as quais se destacam: prestar assistência médica e dentária à população; elaborar e executar programas anuais de saúde e assistência; promover a cooperação do Município com órgãos federais e estaduais encarregados da defesa sanitária; exercer a polícia sanitária; promover programas de educação sanitária e de assistência a menores necessitados; fixar critérios para concessão de auxílios e subvenções a entidades assistenciais, e fiscalizar sua aplicação; encaminhar pessoas carentes a hospitais, postos de saúde e albergues; estudar as doenças no Município, identificar suas causas e combatê-las; promover inspeções de saúde dos funcionários municipais; prestar assistência funerária aos necessitados.

Nas décadas de setenta e oitenta, contratados ou comissionados, exerceram a chefia do Serviço de Saúde e Assistência Social Nicanor Soares, Ivan Vieira de Mattos, Francisco de Oliveira Melo, Sílvio de Araújo Dias, Alaor Cândido de Oliveira e José de Souza Lima.

A lei 621, de 30 de janeiro de l.986, criou o **Serviço Médico e Odontológico Municipal**. Pela portaria 617, de 2/1/89, o Dr. Antônio Machado Dias foi contratado para a chefia dele.

Em 20 de janeiro de 1.989 instalou-se a **3ª Comissão Inter-Institucional Municipal de Saúde (CIMS)**, coordenada pelo Dr. Lúcio Dias Vieira. Integravam-na o Dr. Antônio Machado Dias, pela Prefeitura; o Dr. Hílton Luís Moreira Dias, pelo Centro de Saúde; a enfermeira Maria Cláudia Robim, pela Santa Casa; Jaime M. Carvalho, pelo INAMPS; Joaquim Miguel N. Bastos, pelo Sindicato Rural; Carlos Caixeta Carvalho, pela COOPAMA; e Ana O. Souza, pelas sociedades de amigos de bairros.

A Lei Orgânica, de março de 1.990, tratou da saúde e assistência social nos artigos 160 a 168. Impôs ao Município promover a formação de consciência sanitária, os serviços hospitalares e dispensários, e o combate às moléstias e às drogas. Determinou-lhe implantar e manter postos de higiene, ambulatórios médicos, depósitos de medicamentos e gabinetes dentários; prestar socorros de urgência a doentes e acidentados; encaminhar para tratamento doentes mentais ou desvalidos; firmar convênios para prestação de serviço médico-hospitalar e de assistência social à população carente. Estabeleceu a gratuidade dos serviços de saúde prestados a esta. Tornou obrigatórias, nos estabelecimentos municipais de ensino, a inspeção médica e a apresentação, na matrícula, de atestado de vacina contra moléstias infecto-contagiosas.

A Lei Orgânica criou também as secretarias municipais. A lei 755, de 25/7/90, complementou-a, dispondo sobre a organização admi-

nistrativa da Prefeitura. Foi revogada pela lei 1.018, de 20/5/95 (alterada pela 1.044, de 12/12/95), segundo a qual a **Secretaria da Saúde** tem por fim coordenar a execução de programas, projetos e atividades, visando a promover a saúde da população, obedecidas as diretrizes do Conselho Municipal de Saúde. Estabeleceu que lhe compete planejar e coordenar o desenvolvimento da ação sanitária do Município; coordenar a execução das próprias atividades administrativas e financeiras, as atividades relacionadas à analise laboratorial e as atividades dos distritos sanitários. A Secretaria ficou composta pela Divisão de Saúde e pela Divisão Administrativa e Financeira. A primeira é formada pelas seguintes seções: de Vigilância Sanitária, Odontológica, do Pronto-Atendimento, e da Unidade de Referência Central - CESPREN (esta com dois setores: CESAN e setor de almoxarifado e patrimônio). A segunda possui três seções: de controle e avaliação de procedimentos relativos à saúde; de compras e tesouraria; de tratamento fora de domicílio e transporte. O primeiro ocupante da Secretaria da Saúde, no restante do segundo mandato de Carlos A. Pereira Dias, foi o Dr. Antônio Machado Dias. No governo seguinte, de José Carlos Vilela, e em quase metade do de José Miguel de Oliveira, exerceu o cargo o Dr. Cláudio de Lima Alves. Este o deixou por não poder mais acumulá-lo com o de médico do INSS. Nomeado pela portaria 1.902, de 3/11/98, tomou posse dois dias depois seu substituto, Dr. Lúcio Dias Vieira Júnior.

Em razão do processo de municipalização dos serviços da saúde, de que se tratará adiante, foi criado o **Conselho Municipal de Saúde** pela lei 796, de 18/4/91. Ela foi revogada pela lei 803, de 6 de junho do mesmo ano, por sua vez alterada pelas leis 839/92, 964/94 e 1.048/95. O órgão, de duração ilimitada, é um colegiado representativo das entidades prestadoras de serviços de saúde, das categorias profissionais ligadas à saúde e dos usuários dos serviços de saúde. Seu estatuto foi aprovado pelo decreto 1.101, de 21/1/1.993. Compete-lhe assessorar o gestor do SUS no estabelecimento de políticas locais de saúde e na aplicação dos recursos destinados ao Fundo Municipal de Saúde; acompanhar, avaliar e fiscalizar a implantação e a atuação do SUS no Município; acompanhar a elaboração do Plano Municipal de Saúde; articular os órgãos prestadores de serviços de saúde no Município; elaborar projetos ligados à saúde e ao meio-ambiente ou emitir parecer sobre eles; promover sindicâncias e inquéritos para apurar irregularidades na implantação do SUS e na prestação de serviços medicos, odontológicos e hospitalares. São seus membros, com mandato de dois anos: o Secretário Municipal da Saúde; dois representantes de associações de bairros; dois representantes de clubes de serviço; um representante sindical, um dos dentistas, um da Santa Casa, um da Cooperativa Agrária, um da Associação Comercial e Industrial, um do sistema público de educação e um do SAAE.

A portaria 929, de 1/3/1.993 (retificada pela portaria 993, de 16/2/1.994), nomeou Paulo Roberto Cortez chefe da Divisão de Saúde, em comissão.

2 - **A Vigilância Sanitária**.

Em 1.941, conforme o "Álbum dos Municípios do Estado de Minas Gerais", já havia em Machado um guarda sanitário municipal.

O decreto-lei 53, de 12/6/1.942, incluiu no quadro de servidores municipais um guarda sanitário, e enumerou no artigo 63 suas atribuições. As principais eram: fazer a inspeção sanitária da cidade, vilas e zona rural, casa por casa; fazer propaganda da construção de latrinas e da melhoria das condições sanitárias dos prédios em geral; divulgar preceitos de higiene e profilaxia; cuidar da vacinação anti-variólica; descobrir e destruir focos de insetos nocivos; velar para que não fosse poluído o solo; comunicar os casos de doenças contagiosas; inspecionar os gêneros alimentícios; lavrar autos de infração relativos ao seu serviço.

O Código de Posturas de 1.948 tratou da polícia e da fiscalização sanitárias do Município nos artigos 42 e 43. A primeira tinha por finalidade prevenir, corrigir e reprimir abusos comprometedores da higiene e saúde públicas; velar pela observância das normas a estas relativas; e cooperar com as autoridades sanitárias estaduais e federais. A segunda visava em especial à higiene e limpeza das vias públicas; das habitações particulares e coletivas; da alimentação; dos estabelecimentos vendedores de gêneros alimentícios; dos hospitais, necrotérios e cemitérios; e das cocheiras, estábulos e pocilgas.

Em 1.971 o Departamento de Saúde Pública da Prefeitura era chefiado pelo veterinário José de Freitas Borges. Cabiam-lhe o controle e a inspeção dos animais abatidos no Matadouro.

Como já visto, a Vigilância Sanitária é uma seção da Divisão de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde. Foi implantada em 1.992. A portaria 915, de 29/1/93, designou Mauro de Paiva Freire para exercer, em comissão, sua chefia. Ele foi nomeado chefe, em caráter efetivo, pela portaria 1.218, de 25/8/95. Entretanto, pela portaria 1.353, de 1/2/96, foi transferido para a Divisão de Agropecuária e Abastecimento da Secretaria Municipal da Agricultura. Desde então a Vigilância Sanitária está sem chefe.

Dispondo apenas de um ou dois fiscais, sem estrutura e meios eficazes para coibir infrações, o trabalho do órgão era deficiente no fim do período estudado. Não teve êxito o projeto de classificação dos estabelecimentos comerciais pelo padrão higiênico-sanitário. Em declarações à imprensa, seu então chefe admitiu constrangedora inoperância em alguns pontos:
- disse ser quase total o descontrole sobre a Festa de São Benedito, em que a maioria dos barraqueiros prepara e vende alimentos sem qualidade e higiene, pondo em risco a saúde da população;
- asseverou que, sendo o problema da Festa "*uma questão de carência educacional*", seria tolice agredir ou punir esta ou aquela pessoa, pois "*se devemos punir*

o comerciante por não saber vender produtos saudáveis, por que não deveríamos punir também o consumidor por não saber comprar produtos saudáveis?";
- relatou que estava sendo permitida a criação de porcos no Bairro Santa Luísa, apenas porque os moradores decidiram não haver problema em que os vizinhos usassem seus quintais para isso...

Não obstante, a Vigilância Sanitária fiscalizava o abate de animais no Matadouro e promovia campanhas de vacinação anti-rábica em cães e gatos.

Na I Conferência Municipal de Saúde, de que se dirá a seguir, uma das oficinas de trabalho cuidou da vigilância sanitária e do controle de zoonoses. Entre suas propostas mais importantes citem-se: instalação de agência do PROCON na Cidade; interdição do Matadouro e construção de outro; assinatura de convênios com entidades municipais para controle da qualidade de alimentos; coleta e depósito diferenciados do lixo hospitalar e farmacêutico; criação de normas que permitam agilidade na imposição e cobrança de multas por infrações sanitárias; apuração de irregularidades ainda que não denunciadas por escrito.

A lei 832, de 8 de abril de 1.992, contém o Código Municipal de Vigilância Sanitária. Em 44 artigos, disciplina a inspeção e a fiscalização sanitárias, a classificação dos estabelcimentos comerciais e prestadores de serviços, a venda de gêneros alimentícios, o saneamento e o controle das zoonoses. Ela foi regulamentada pelo decreto 1.144, de 27 de outubro de 1.993.

A lei 1.099, de 19 de maio de 1.997, autorizou a criação e a instalação do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN, para atendimento aos desnutridos e gestantes de risco nutricional da comunidade.

3 - **A municipalização dos serviços de saúde**.

O processo de municipalização dos serviços de saúde teve início em 1.988, com a substituição do INAMPS pelo SUDS - Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde. Por força de convênios, estados e municípios assumiram os encargos do órgão federal, aumentando, em conseqüência disso, o número de médicos à disposição dos previdenciários.

Em Machado fechou-se o posto do INAMPS, na Rua Sete de Setembro, e os usuários passaram a ser atendidos no Centro de Saúde estadual e nos mini-postos municipais. Melhorou o sistema de distribuição de fichas para consulta, que impunha a formação de fila nas madrugadas, mas o serviço continuou precário por algum tempo.

Em abril de 1.991 adiantou-se o processo com a criação do Conselho Municipal de Saúde, como visto atrás. Atendendo a normas do Ministério da Saúde, ela permitiu o recebimento de recursos sem interferência de órgãos estaduais.

A lei 829, de 10/3/92, autorizou convênio entre o Município e a Secretaria Estadual da Saúde, para descentralização executiva dos serviços da saúde. Ele foi assinado em 20/9/94, e teve por objetivo a transferência de recursos financeiros referentes ao resíduo para cobertura ambulatorial.

Para que Machado cumprisse as exigências do SUS, a fim de enquadrar-se na gestão parcial de saúde, ocorreram também a criação do Fundo Municipal de Saúde e a elaboração do Plano Municipal de Saúde.

O **Fundo Municipal de Saúde** foi criado pela lei 896, de 11 de fevereiro de 1.993, e estabeleceu condições para a gestão dos recursos financeiros destinados à saúde.

Também em 1.993 foi elaborado o **Plano Municipal de Saúde** pela Secretaria respectiva, depois de ampla discussão com o Conselho Municipal de Saúde. Ele é revisto e atualizado periodicamente. Descreve a analisa as condições da saúde em Machado, com quadros estatísticos de nascimentos, óbitos, doenças e internações hospitalares. Trata dos recursos humanos e materiais do setor, da organização administrativa da Secretaria, dos programas básicos de atendimento, dos objetivos a serem alcançados, dos recursos necessários e das fontes de financiamento. Entre os objetivos, no final do século, ressaltem-se a ampliação da rede de serviços, a criação de unidades básicas de saúde nos bairros Santa Helena e Santo Amaro, a construção da sede própria da Secretaria e a aquisição de unidade móvel para atendimento médico e odontológico na zona rural.

4 - **A I Conferência Municipal de Saúde**.

Em 25 e 26 de maio de 1.996 realizou-se na Escola Estadual "Iracema Rodrigues" a I Conferência Municipal de Saúde, disciplinada pelo decreto 1.283, de 19 de abril anterior, e por regimento interno. Teve o objetivo de avaliar a situação e definir os rumos da saúde pública no Município, além de escolher delegados ao correspondente certame estadual.

Constou de palestras e oficinas de trabalho, em que se debateram e se aprovaram propostas sobre assistência à criança e ao adolescente, assistência ambulatorial e hospitalar, saúde bucal e mental, tuberculose e hanseníase, vigilância sanitária e controle de zoonoses. Foi concorrida e auspiciosa, mas não se repetiu, embora prevista sua ocorrência bianual.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 5, 14, 20 e 22;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de leis e decretos ns. 4 e 19;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos ns. 14, 15 e 16;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de portarias ns. 16 e 17;
5 - Arquivo Público Machadense - pastas de leis de 1.993, 1.995 e 1.997;
6 - "Folha Machadense" ns. 709 - 9/7/1.988 - pág. 1;
711 - 23/7/1.988 - págs. 1 e 14;
737 - 4/2/1.989 - págs. 1 e 3;
843 - 16/3/1.991 - pág. 6;
855 - 8/6/1.991 - págs. 9 e 10;
913 - 25/7/1.992 - pág. 7;
937 - 23/1/1.993 - pág. 6;
939 - 6/2/1.993 - págs. 1 e 5;
1001 - 14/5/1.994 - pág. 3;
1053 - 20/5/1.995 - supl.;
1060 - 8/7/1.995 - pág. 9;
1071 - 23/9/1.995 - pág. 10;
1072 - 30/9/1.995 - págs. 1 e 10;
1085 - 30/12/1.995 - pág. 11;
1086 - 13/1/1.996 - supl.;
1104 - 18/5/1.996 - págs. 1, 13;
1106 - 1/6/1.996 - pág. 7;
1151 - 19/4/1.997 - pág. 4;
1226 - 17/10/1.998 - pág. 2;
1229 - 7/11/1.998 - pág. 14;
1230 - 14/11/1.998 - pág. 5;
7 - informações pessoais de Patrícia Prado Swerts;
8 - "Informativo Machadense" nº 1 - ago./1.994 - pág. 6;
9 - Lei Orgânica Municipal, de 30/3/1.990 - opúsculo;
10 - "O Machadense" ns. 12 - 9/5/1.971 - pág. 3;
103 - 25/2/1.973 - pág. 2;
11 - Plano Municipal de Saúde;
12 - "Siga em Frente" ns. 18 - 2/4/1.997 - págs. 1 e 4;
32 - 15/10/1.997 - págs. 1 e 7;
13 - "Tribuna Machadense" nº 9 - 26/7/1.987 - pág. 3.

B - **secundárias**

1 - Mauro de Paiva Freire - "Perigo dos alimentos vendidos na Festa de São Benedito" - em "O Raio X" nº 13, agosto de 1.996, pág. 4;
2 - Mauro de Paiva Freire - "Resultados da Festa de São Benedito" - em "Siga em Frente" nº 6 - 15/10/1.996 - pág. 8;
3 - Pedro E. Vallim - "Álbum dos Municípios do Estado de Minas Gerais" - 1º

vol. - “A Orientadora”, São Paulo, 1.941, pág. 136;
4 - SEBRAE-MG - “Machado - Diagnóstico Municipal” - Belo Horizonte, 1.995, págs. 25/27;
5 - SEBRAE-MG - “Machado - Diagnóstico Municipal” - Belo Horizonte, 1.996, págs. 30/31.

****

RICARDO MOREIRA REBELLO

MACHADO

VOLUME V

HISTÓRIA RELIGIOSA

ÌNDICE

HISTÓRIA RELIGIOSA

O CATOLICISMO

Cap. I – A Circunscrição Eclesiástica.....Pág. 2
Cap. II – Os Padres que Serviram em Douradinho.....Pág. 16
Cap. III – os Padres que Serviram em Machado – I.....Pág. 16
Cap. IV – os Padres que Serviram em Machado – II.....Pág. 16
Cap. V – Bispos e Padres Machadenses.....Pág. 35
Cap. VI – As Ordens Religiosas.....Pág. 42
Cap. VII – As Associações de Leigos – I .....Pág. 49
Cap. VIII – As Associações de Leigos – II.....Pág. 51
Cap. IX – As Associações de Leigos – III.....Pág. 56
Cap. X – As Associações de Leigos – IV.....Pág. 63
Cap. XI – Os Auliliares Leigos do Culto.....Pág. 69
Cap. XII – As Igrejas de Douradinho.....Pág. 73
Cap. XIII – As Igrejas e Oratórios de Machado – I.....Pág. 79
Cap. XIV – As Igrejas e Oratórios de Machado – II.....Pág. 85
Cap. XV – As Igrejas e Oratórios de Machado – III.....Pág. 94
Cap. XVI – As Igrejas e Oratórios de Machado – IV.....Pág. 103
Cap. XVII – Propriedades da Igreja Católica.....Pág. 111

O PROTESTANTISMO

Cap. XVIII – A Primeira Igreja Presbiteriana Independente.....Pág. 114
Cap. XIX – A Segunda Igreja Presbiteriana Independente.....Pág. 122
Cap. XX – Pastores Presbiterianos.....Pág. 125
Cap. XXI – Templos e Outros Prédios Presbiterianos.....Pág. 129
Cap. XXII – Igreja Evangélica Assembléia de Deus.....Pág. 133
Cap. XXIII – Outras Igrejas e Associações Evangélicas.....Pág. 136
Cap. XXIV – O Espiritismo.....Pág. 148
Cap. XXV – A Umbanda.....Pág. 157
Cap. XXVI – A Quimbanda.....Pág. 161

O CATOLICISMO

A CIRCUNSCRIÇÃO ECLESIÁSTICA

1) - As dioceses.
2) - Visitas diocesanas.
3) - A Paróquia de São João Batista do Douradinho.
4) - A Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado.
5) - A Paróquia de São José.
6) - As Paróquias de Poço Fundo e Serrania.

****

1 - **<u>As dioceses</u>**.

Afirma Max Fleiuss:

> *"Descoberto o nosso paiz em 1500, ficaram suas terras consideradas como pertencentes á Ordem de Christo, e sujeitas, no espiritual, ao vigario de Thomar, que, como delegado do papa, tinha jurisdicção episcopal sobre todas as egrejas dessa Ordem".*

Tal assertiva é parcialmente contrariada por Costa Porto, ao sustentar que as terras de ultramar sempre pertenceram ao Estado, "*domínio que nunca transferido à Ordem de Cristo*". E esclarece que elas,

> *"pertencentes "ad republicam", estavam sob a jurisdição espiritual da Ordem de Cristo, praticamente, é certo, da Coroa, mas por força de circunstância especialíssima: desde 1495 D. Manuel reunira, na mesma pessoa, as dignidades de Rei e de Grão-Mestre, situação ocasional e tornada definitiva a partir de 1551, por determinação do Papa Júlio III.".*

Em 12 de junho de 1.514, pela bula "*Pro Excellente*", Leão X criou a Diocese de Funchal, com sede na cidade do mesmo nome, sita na Ilha da Madeira. O Brasil, então, foi a ela incorporado.

Só em 25 de fevereiro de 1.551 é que foi criado pelo Papa Júlio III, através da bula "*Super Specula Militantis Ecclesiae*", o primeiro bispado em nosso país, o da Bahia, feito sufragâneo do Arcebispado de Lisboa. Escolheu-se para ocupá-lo D. Pero Fernandes Sardinha, mais tarde morto e devorado pelos índios caeté.

No ano de 1.576 foi criada uma administração eclesiástica para as capitanias do Sul, cuja regência coube a Bartolomeu Simões Pereira. Em 16 de novembro de 1.676, o Papa Inocêncio XI desmembrou do Bispado da Bahia, então feito arcebispado, as dioceses de Pernambuco e do Rio de Janeiro. A última, instituída pela bula "*Romani Pontifici Pastoralis Solicitudo*", ficou sufragânea da Arquidiocese da Bahia. Teve como primeiro titular D. José de Barros Alarcão, e abrangia a zona centro-sul, com as divisas seguintes:

> *"desde a capitania de Espírito Santo até o Rio da Prata, correndo a costa do mar; nessa correspondência tôda a terra a topar com o domínio espanhol." ("apud"* Smith de Vasconcellos, obra adiante citada, pág. 12).

Coube ao Papa Bento XIV, pela bula "*Candor Lucis Aeternae*", de 6 de dezembro de 1.745, efetuar nova divisão do governo eclesiástico, criando os bispados de Mariana e São Paulo. Para aquele foi nomeado D. Manuel da Cruz, e, para este, D. Bernardo Rodrigues Nogueira. Os limites das dioceses não foram, a princípio, bem definidos, o que causou freqüentes dissenções. A bula determinava que deveriam coincidir com as confrontações das capitanias de São Paulo e Minas Gerais. Por tal motivo, apenas feita a demarcação pelo Desembargador Tomaz Rubim, em 1.749, concedendo aos mineiros ambas as margens do Rio Sapucaí, o vigário da Vara da Campanha, João Bernardo da Costa Estrada, tomou posse, em nome do bispo de Mariana, das igrejas de Sant'Anna do Sapucahy e São Francisco de Paula do Ouro Fino. O segundo bispo de São Paulo, D. Frei Antônio da Madre de Deus Galvão, reclamou do fato ao de Mariana. Em 1.789, este resolve confiar a solução da pendência ao purpurado paulista, que tratou de reaver as igrejas invadidas. Fixou-se então o limite dos bispados, segundo C. Mendes de Almeida,

> *"a partir da grande cachoeira do rio Parahyba, e ponta do Picú, na Serra da Mantiqueira, procurando as nascentes do Sapucahy, e, seguindo sua corrente, athé desaguar no Rio Grande ou Paraná."*.

O mesmo autor ensina que a Diocese de São Paulo compreendia 162 paróquias, das quais pertenciam à Capitania de Minas Gerais as seguintes: N. S. da Soledade

de Itajubá Novo; N. S. da Conceição de Itajubá Velho; Bom Jesus de Pouso Alegre; S. Francisco de Paula do Ouro Fino; Bom Jesus do Campo Mystico; N. S. da Conceição de Jaguary; S. José do Paraíso; N. S. do Carmo de Cambuhy; Sant'Anna de Sapucahy; Santo Antonio da Vargem Grande; S. José e Dores d'Alfenas; S. João Baptista do Douradinho; N. S. do Carmo do Escaramuça; N. S. do Patrocínio de Caldas; N. S. da Assumpção de Cabo Verde; N. S. do Carmo do Rio Claro; S. Joaquim; S. Sebastião da Ventania; Bom Jesus dos Passos; S. Carlos de Jacuhy; S. Francisco de Monte Santo; S. Sebastião do Paraíso; N. S. das Dores do Aterrado; e Sacra Família do Machado.

As dioceses de São Paulo e Mariana, pelo ato de criação, haviam ficado sufragâneas do Arcebispado da Bahia. Contudo, em 27 de abril de 1.892, a bula papal "*Ad Universas Orbis Ecclesias*" dividiu o Brasil em duas províncias eclesiásticas, tendo uma sede em Salvador, e outra, no Rio de Janeiro. Em conseqüência disso, aquelas passaram a sujeitar-se ao Arcebispado do Rio.

Sob o pontificado de Leão XIII, através do decreto consistorial "*Regio Latissime Patens*", de 4 de agosto de 1.900, posto em execução em 21 de setembro do mesmo ano por decreto do internúncio apostólico D. José Macchi, foi criada a Diocese de Pouso Alegre. Seu território, desmembrado das de Mariana e São Paulo, compreendia todo o Sul de Minas. Ela ficou, de início, sob a jurisdição do Arcebispado do Rio de Janeiro. Em 1º de maio de 1.906 passou a ser sufragânea de Mariana, elevada à categoria de arcebispado por Pio X. Seu primeiro bispo foi D. João Baptista Correa Nery. A partir de 1.909 sucedeu-lhe D. Antônio Augusto de Assis, transferido em 1.916 para a recém-criada Diocese de Guaxupé. O terceiro bispo, D. Octávio Chagas de Miranda, tomou posse em 29 de junho desse ano. O quarto, D. José D'Ângelo Neto, foi sagrado em 25 de maio de 1.960. D. João Bergese faleceu no exercício do cargo, em 1.996. Seu sucessor, ainda nele no final do milênio, foi D. Ricardo Pedro Chaves Pinto Filho.

No dia 8 de setembro de 1.907 ocorreu o primeiro desmembramento de Pouso Alegre: foi criada a Diocese da Campanha por decreto consistorial, sob Pio X. Deu-lhe execução o núncio apostólico D. Alexandre Bavona, em 25 de abril do ano seguinte.

Finalmente, em 3 de fevereiro de 1.916, através da bula "*Universalis Ecclesiae Procuratio*", o Papa Bento XV operou a segunda divisão do Bispado de Pouso Alegre, instituindo o de Guaxupé. Este foi formado pela parte setentrional daquele, tendo como últimas paróquias, ao sul, as de Poços de Caldas, Campestre e Machado. Com isso, foi o nosso Município dividido no tocante à circunscrição eclesiástica, pois Douradinho continuou pertencendo a Pouso Alegre. O primeiro titular de Guaxupé, como atrás dito, foi D. Antônio Augusto de Assis. Sucederam-lhe D. Ranulpho da Silva Farias (1.920), D. Hugo Bressane de Araújo (1.940), D. Frei Inácio João Dal Monte (1.952), D. José de Almeida Batista Pereira (1.964), D. José Alberto Lopes de Castro Pinto (1.976) e D. José Geraldo Oliveira do Valle (1.988).

Em 14 de abril de 1.962, pela bula "*Qui Tanquam Petrus*", de João XXIII, Pouso Alegre foi elevada a arquidiocese, tendo como sufragâneos os bispados de Campanha e Guaxupé.

2 - **Visitas diocesanas**.

A - Ao Douradinho

A obra "*Diocese de Pouso Alegre - 1950 - Ano Jubilar*" dá notícia da visita feita ao Douradinho por D. Antônio Joaquim de Melo, bispo de São Paulo, em 31 de outubro de 1.857. Menciona também que lá esteve em 1.903 o bispo de Pouso Alegre, D. João Baptista Correa Nery.

O desaparecimento dos antigos livros de tombo da Paróquia impede se saiba das visitas seguintes. O atual, aberto em 1.930, relata as estadas do bispo de Pouso Alegre, D. Octávio Chagas de Miranda, entre 6 e 9 de junho daquele ano; entre 11 e 14 de setembro de 1.934; entre 10 e 12 de setembro de 1.938; e entre 24 e 27 de abril de 1.944. Informa também que o visitador diocesano, Cônego João Aristides de Oliveira, lá esteve nos dias 2 a 5 de maio de 1.949.

Em agosto de 1.957 D. Oscar de Oliveira, bispo coadjutor e administrador apostólico da Diocese de Pouso Alegre, visitou Douradinho, meses depois tornado filial da Paróquia de Cana do Reino.

B - Ao Machado

O 1º livro de tombo da Paróquia do Machado registra as visitas do bispo de São Paulo, D. Antônio Joaquim de Mello, em 16/11/1.857; do visitador diocesano, Padre José Paulino de Andrade, em 25/12/1.899; e de D. João Baptista Correa Nery, bispo de Pouso Alegre, em 4/4/1.905.

Homero Costa e Rodrigues de Carvalho afirmam que também esteve aqui, em 1.911, D. Antônio Augusto de Assis, bispo de Pouso Alegre.

O visitador diocesano de Guaxupé, Cônego José de Alencar e Souza, veio a Machado em dezembro de 1.916 e em junho de 1.917.

D. Ranulpho da Silva Farias, bispo de Guaxupé, esteve na Cidade várias vezes. A sua primeira visita pastoral ocorreu entre 25 e 28 de agosto de 1.921; a segunda, entre 9 e 13 de outubro de 1.924. A terceira estendeu-se de 24 a 29 de outubro de 1.928; a quarta, de 5 a 9 de maio de 1.933; e a quinta, que coincidiu com a Semana Ruralista, de 4 a 11 de agosto de 1.937.

Nosso conterrâneo D. Hugo Bressane de Araújo, enquanto comandou a Diocese de Guaxupé, veio aqui amiúde, em visitas oficiais e

particulares. Aquelas aconteceram de 17 a 20 de abril de 1.941; de 18 a 24 de agosto de 1.944; e de 3 a 12 de agosto de 1.951.

Em 28 de junho de 1.946 recebemos a visita do cardeal de São Paulo, D. Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, vindo de Paraguaçu. Hospedou-se no Ginásio São José, onde no dia seguinte celebrou missa e deu primeira comunhão a crianças. Percorreu a Cidade, esteve em vários estabelecimentos, e depois do almoço foi para Serrania.

D. Inácio João Dal Monte cá esteve como bispo, pela primeira vez, em dezembro de 1.952. Voltou um ano depois, acompanhando imagem de N. S. de Fátima, com D. Helvécio, bispo de Mariana, e D. Hugo Araújo. Veio ainda em dezembro de 1.958, em maio de 1.961, e em junho de 1.962. Suas visitas oficiais ocorreram de 14 a 23 de outubro de 1.954, de 20 a 23 de abril de 1.956, e de 2 a 19 de junho de 1.959.

Visita pastoral de D. José de Almeida Batista Pereira ocorreu de 8 a 15 de junho de 1.965. Ele cá retornou em outubro de 1.967. Fez-nos outra visita oficial de 4 a 10 de março de 1.968. Em outubro do ano seguinte aqui participou de reunião das Conferências Vicentinas da Diocese. No final de maio e início de junho de 1.971 esteve em Machado para o tríduo preparatório e solenidades de sagração da nova Matriz.

Em 3 de abril de 1.970 visitou-nos D. Antônio Ferreira de Macedo, arcebispo coadjutor de Aparecida, interessando-se pela construção da Matriz. Em 27 de outubro seguinte a Paróquia recebeu D. José D'Ângelo Neto, arcebispo de Pouso Alegre.

Muitas foram as visitas de D. José Alberto Lopes de Castro Pinto: em maio de 1.976, quando inaugurou o carrilhão do Santuário; em dezembro de 1.978; em 13 a 21 de setembro de 1.980; em fevereiro (1º Encontro Diocesano de CEBs.) e junho de 1.984; em dezembro de 1.985 (reunião de vigários da Diocese); em julho de 1.986 (ordenação do Padre Anicéio José de Oliveira).

D. José Geraldo Oliveira do Valle participou das comemorações do jubileu de prata do Cônego Wálter Pulcinelli, em janeiro de 1.990. Na mesma ocasião, trazendo a imagem da Padroeira do Brasil, cá esteve o Arcebispo de Aparecida, D. Geraldo Maria Morais Penido. O mesmo Pastor voltou à Cidade em maio (chegada do Padre Edno T. Oliveira) e outubro de 1.990; em abril de 1.996, acompanhando imagem de N. S. das Dores. Em 1.999 visitou Machado nos meses de maio (morte do Padre José de Souza Ribeiro), agosto (criação da segunda paróquia) e novembro (para crismas).

Em 9 de setembro de 2.000, o Cardeal Dom Aloísio Lorscheider, de Aparecida, esteve aqui para a ordenação do Padre Hélder José da Silva.

3 - **A Paróquia de São João Batista do Douradinho**.

A criação, extinção e restauração da Paróquia de São João Batista do Douradinho, no século passado, foram estudadas no capítulo sexto do volume primeiro. É uma das mais antigas da Arquidiocese de Pouso Alegre. Como já dito, esteve por várias vezes acéfala, sendo entregue a vigários encarregados ou posta sob a administração de Santana do Sapucaí, Machado, Carmo da Escaramuça, Retiro, Paredes e Machadinho.

Em 8 de dezembro de 1.958 a sede paroquial do Douradinho foi transferida para Cana do Reino, e sua igreja feita filial da desta, elevada a matriz. Isso se deu por decreto do bispo coadjutor de Pouso Alegre, transcrito nas páginas 10v. a 12 do livro de tombo da atual Paróquia de Carvalhópolis:

> *"Dom Oscar de Oliveira, por mercê de Deus e da Sta. Sé Apostólica, Bispo Coadjutor do Exmo. Sr. Dom Otávio Chagas de Miranda, e Bispo Coadjutor, digo Administrador Apostólico, sede "plena" da Diocese de Pouso Alegre.*
> *Aos que este Decreto virem, saudação e benção no Senhor. Nossas visitas pastorais por tôda a Diocese, bem como outras sem este caráter nos fizeram conhecer pessoalmente a situação das Paróquias. Quando de nossa estada na séde paroquial do Douradinho, distrito cível do Machado, e, em seguida, na séde municipal de Cana do Reino, que integra a mesma Paróquia de São João Batista de Douradinho, reconhecemos a conveniência de transferir a séde paroquial do Douradinho para a cidade de Cana do Reino, onde bem maior é o núcleo da população e onde mais facilmente o futuro Pároco poderá atender o bem espiritual de tôda a circunscrição paroquial. Aliás, não é esta a primeira vez que se procede à transferência da séde paroquial do Douradinho. Com efeito, criada a paróquia a 19 de outubro de 1813, sua séde fôra transferida para a capela de Nossa Senhora da Escaramuça, hoje Paraguaçú, em 15 de março de 1840, sendo Douradinho elevado novamente à Paróquia a 30 de novembro de 1842. Em nossa aludida visita pastoral a Douradinho, que foi em agosto de 1957, alguns de seus moradores nos manifestaram pessoalmente a impraticabilidade de se manter ali a séde paroquial, reconhecidos que estavam diminuindo em número os fiéis diante de constantes emigrações. Não visando, pois, sinão à comodidade e ao bem espiritual dos fiéis, em geral, propusemos ao colendo Cabido Diocesano, conforme prescreve o cân. 1428, parágrafo 1, nossa intenção de fazer tal transferência, tendo recebido parecer favorável. Destarte, em ple-*

no exercício da nossa jurisdição ordinária, invocados os nomes de Nosso Senhor Jesus Cristo e da Virgem Santíssima, pelo presente Decreto havemos por bem transferir a sede paroquial do Douradinho para a cidade de Cana do Reino, e assim transferida decretamos.
Elevamos à dignidade de Matriz a Igreja de São Sebastião de Cana do Reino, a qual gozará, doravante, de todos os direitos e privilégios que por direito comum lhe competem. O presente Decreto será lido à estação da Missa, em domingo ou dia de guarda, na agora igreja filial de Douradinho e na Igreja matriz de Cana do Reino, devendo ser após registrado nos livros do Tombo de ambas. Queremos que por este documento seja agora e para o futuro eficaz o que nêle se contem, de modo a ser religiosamente observado por aqueles a quem competir, e tenha sua plena força. E nenhuma prescrição contrária, não emanada da Autoridade Diocesana, de qualquer gênero que seja, anulará esta eficácia. Dado e passado nesta Episcopal Cidade de Pouso Alegre, a 8 de Dezembro de 1958, Ano Centenário das Aparições da Virgem Imaculada de Lourdes.
Assinado + Oscar de Oliveira, Bispo Coadjutor e Administrador Apostólico "sede plena" da Diocese de Pouso Alegre.".

No fim de 1.974 e começo de 1.975, a Câmara Municipal tentou conseguir a mudança de Douradinho para a Diocese de Guaxupé. Julgava que, assim, seus habitantes teriam com mais facilidade apoio da Paróquia de Machado. O Cônego Pulcinelli anuiu à iniciativa e, por sugestão sua, formou-se uma comissão de vereadores para tratar do assunto com o Arcebispo de Pouso Alegre. Este afirmou que a transferência dependia de autorização do Vaticano, mas que, independentemente dela, nosso Vigário poderia dar assistência religiosa aos douradinhenses, se se dispusesse a tanto. Por motivo que ignoro, a questão não foi, na época, levada adiante.

Em março de 1.997, porém, após entendimento com o Bispo de Guaxupé, o titular de Pouso Alegre, mediante simples carta, autorizou que o Cônego Pulcinelli pastoreasse Douradinho. Desde então, a Paróquia de São João Batista se considera filial da de Machado, e não mais da de Carvalhópolis.

4 - **A Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado**.

Cuidou-se no capítulo sétimo do volume primeiro da criação da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado.

Provisão do Bispado de São Paulo, em 5 de maio de 1.870, autorizou a fundação da Capela de São Francisco de Paula do Machadinho

na Freguesia do Machado, de cuja Matriz ficou filial. O texto encontra-se no livro "*Registro de Provisões - 1867/1870*", págs. 306v./307, da Cúria Metropolitana de São Paulo:

> *"Provisão de Erecção e Fundação de Capella no districto da Freguesia de Santo Antonio do Machado sob a invocação do Gloriozo São Francisco de Paula. O D.or Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade etc. etc. etc. Aos que esta Provisão virem Saude e pás pª Sempre em o Senhor. Faço Saber que attendendo ao que me representarão diversos moradores entre as Freguesias do Machado, e de Santa Anna do Sapocahy desta Diocese, e a informação dada p.lo M.to Rdº Vigrº da Vara da Comarca de Alfenas; Hei por bem p.la presente Conceder-lhes faculdades pª que no Bairro do Machadinho possão erigir e fundar uma Capella dedicada a São Fran.co de Paula, contanto que seja em Lugar alto livre de humidades, e que tenha ambito em roda pª poder andar procissoens sendo esse lugar designado p.lo M.to Rdº Parocho da dª Freguesia do Machado, de Cuja Matris sera filial na forma da Constituição do Bispado e não se poderá n'ella Selebrar os Officios Divinos, sem nova Provisão pª a qual precederá informação do m.mo Rdo Parocho sobre a decencia e a Capacidade da m.ma Capella e de estar ella provida dos paramentos e o mais necessario pª a referida Celebração de haver-se legalmente Constituido o respectivo Patrimonio Será esta apresentada ao M.to Rdº Parocho que a registrará no Livro do Tombo de sua Matris pª a todo o tempo Constar. Dada na Camara Capitular de São Paulo Sob meo Signal e Sello da Mesa Capitular aos 5 de Maio de 1870. Eu Antonio Augusto de Araujo Munis, Escrivão da Camara Capitular a Subscrevi = Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade - Chancellaria - 12$000".*

Em 30 de março de 1.871, nova provisão do mesmo Bispado (livro "*Registro de Provisões - 1870/1872*", págs. 125/126) curou a referida Capela, desmembrando-a do território da Paróquia de Machado:

> *"Provisão declarando Curada a Capella de São Francisco de Paula do Machadinho da Provincia de Minas*
> *O D.or Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade Cavalleiro da Ordem de Christo Arcediago da Cathedral desta Imperial Cid.e de São Paulo n'ella e em todo o seo Bispado Vigario Cap.ar p.lo Ill.mo e R.mo Cabido Sede Vacante etc.*
> *Aos que esta Provisão virem Saude e pás pª Sempre em o Senhor. Faço Saber que attendendo ao que me reprezentarão diversos moradores da Capella de S. Francisco de Paula*

do Maxadinho, da Camara Eclesiastica de Alfenas desta Diocese e tendo em Concideração a informação dada p.lo M.to Rdº Vigario da Vara respectivo e m.s documentos que instruirão sua petição. Hei p.r bem pela presente declarar Curada a dita Capella de São Francisco de Paula do Machadinho independente da Matris de Santo Antonio do Machado, e das demais limitrophes sendo suas divisas as mesmas das marcadas pelo Poder Civil quando elevou a districto de Pás aquella povoação e que são da maneira seguinte = Principiando no rio Machado defronte da barra do Rio Machadinho e subindo a direita do espigão mais alto atravessando o Corrego da Piedade vertentes vertentes ("sic") do mesmo rio Machado até o alto da Serra do Mamonal vertentes a S. Thomé voltando a esquerda pela Serra vertente ao Rio Machado e Corrego de S. José até as cabeceiras do m.mo Corrego e espigão m.s alto; deste voltando a esquerda p.lo m.mo espigão vertentes ao referido Corrego, e ao das posses até a Caxoeira Grande no Rio Machado, sempre agoas vertentes; sobindo p.r este acima até a barra do maxadinho do Campo; p.r este ribeirão acima até a primeira Caxoeira (?) e no rumo rumo ("sic") (?) na Serra, desta, voltando esquerda p.la m.ma Serra ate hum espigão que divide a Fazenda de Manoel Coitinho Xavier de Resende, e Antonio da Costa Rios, e p.r este espigão abaixo até o Corrego do Machadinho do Matto, deste ao espigão até o alto do (?); p.r este abaixo até o rio dourado; p.r este abaixo até o porto de João Carvalho, no m.mo rio dourado e deste p.la estrada ate a Fazenda de Marcos Aurelio de Sousa, e desta em rumo do espigão vertente ao corrego da Caxoeirinha e por este abaixo até o Rio Machado e p.r este acima até a barra o Rio Machadinho onde começarão as divisas. Será esta registrada nos Livros do Tombo da Matris da Freguezia do Machado da q.l foi esta Capella desmembrada e no do referido Curato pª a todo o tempo Constar. Dada na Camara Capitular desta Imperial Cidade de São Paulo sob meo Signal e Sello da Mesa Capitular aos 30 de Março de 1871. Eu Antonio Augusto de Araujo Munis Escrivão da Camara Capitular a subscrevi - Joaquim M.el Gonçalves de Andrade. - 12$000".

Em 1.915, por falta de sacerdotes seculares, a Paróquia de Machado foi entregue pela Diocese de Pouso Alegre à Congregação dos Missionários do Sagrado Coração, permanecendo sob sua responsabilidade até novembro de 1.958.

5 - **A Paróquia de São José**.

Iniciado o loteamento "*Jardim das Oliveiras*", nos últimos anos da década de noventa, deram-se os passos iniciais para criação de nova paróquia, com sede nele. A divisão da antiga foi motivada pelo surgimento de vários núcleos urbanos além da Rodovia BR-267, distantes da Matriz.

Na parte alta, junto da Avenida Francisco Vieira Guerra, o Vigário comprou três lotes e ganhou outros dois do proprietário Laércio Leite da Silva, para construção da igreja e da casa paroquial. O arquiteto Eduardo Camargo Melo elaborou suas plantas e projetos, e em 1.999 começou o serviço de terraplenagem.

Após a morte do Padre José de Souza Ribeiro, em maio do mesmo ano, o Bispo resolveu apressar a instituição da Paróquia. Missa celebrada por ele em 1º de agosto seguinte, no galpão da Auto Neder, marcou-lhe o nascimento. Na mesma data nomeou-se e empossou-se como administrador paroquial o Padre Messias dos Reis Silveira, diretor da comunidade de estudantes de Teologia da Diocese. Ele passou a trabalhar aqui apenas nos finais de semana, com a ajuda dos seminaristas.

Os limites da nova Paróquia foram estabelecidos em decreto episcopal do seguinte teor:

> *"Ao povo de Deus desta Diocese de Guaxupé, que está em Machado.*
> *Tendo em vista as necessidades pastorais e usando as atribuições que me confere o cânon 515, parágrafo II, do Código de Direito Canônico, erijo, a partir desta data, a nova paróquia na cidade de Machado, Minas Gerais.*
> *A recém-criada paróquia, desmembrada da Paróquia Sagrada Família e Santo Antônio, tem os seguintes limites:*
> *Quando na presente descrição forem citadas vias públicas, o lado direito estará incluído na nova Paróquia, e o esquerdo excluído desta.*
> *A presente descrição tem como ponto inicial o entroncamento na BR 267 da antiga saída para Poços de Caldas, próximo ao Cemitério Municipal.*
> *Do ponto inicial segue pela antiga saída para Poços de Caldas; por esta até a Avenida Doutor Athayde Pereira de Souza; por esta até a Avenida Santa Cruz; por esta até a Rua Marechal Deodoro; por esta até a Praça João Luiz Garcia; por esta, inclusive Estação de Tratamento de Água, até a Rua João Luiz Garcia, divisa entre o Jardim Bela Vista e a Vila Nova; segue por esta rua até a Rua Pelicano, divisa entre o Jardim Bela Vista e a Vila Centenário; por*

esta até a Rua dos Cisnes; por esta, divisa entre a Vila do Céu e a Vila Centenário, segue por esta rua até a Avenida Ricardo Anoni Filho; por esta até a Praça Tchecoslováquia, inclusive jardins; contorna esta e seguindo pela Avenida Comendador Lindolfo de Souza Dias até a Rua João Rodrigues de Carvalho; por esta até seu final, e deste ponto em linha reta até o Rio Machado; sobe por este até divisa entre Vicente de Ávila Ferreira e Aécio Pinto Gonçalves; sobe por esta divisa até a confluência de divisas destes e com José Carlos Ferri; deste ponto segue pela direita nas divisas da zona urbana atravessando a MG 179 e seguindo por esta mesma divisa da zona urbana contorna o espigão da Escola Agrotécnica Federal e chega à MG 453; deste ponto continua pelas divisas da zona urbana que contornam o Bairro Santo Antônio, e atravessando a MG 179 chega ao Rio Machado; sobe por este até a foz de um córrego sem denominação, que passa pela propriedade de Maurício Moreira Rebello; sobe por este córrego até suas nascentes, sempre utilizando as divisas da zona urbana até as divisas entre o Senhor João Batista Gonçalves, inclusive, e Daniel Conti Campos com Grizelda Conti Campos, ambos na zona rural; ultrapassa-se o espigão e segue pelas divisas do Senhor João Gonçalves do Lago, inclusive, com herdeiros de Sildes Swerts Dias até encontrar valo; segue por este valo até o Córrego do Mato Dentro; desce por este até a BR 267; segue por esta até onde teve início esta descrição.
Este Decreto, por mim assinado, passa a ter força de lei, a partir desta data.
Guaxupé, 01 de Agosto de 1999. - D. José Geraldo Oliveira do Valle - CSS - Bispo Diocesano de Guaxupé".

No território desmembrado estão as igrejas de Santo Antônio (Bairro da Ponte), Santos Reis (Bairro Santo Amaro) e Nossa Senhora de Lourdes (Bairro Bom Recanto). Nelas e na casa de orações do Jardim das Oliveiras realizam-se os atos litúrgicos da circunscrição em estudo. Algumas celebrações, nos primeiros meses, ocorreram também no galpão da Auto Neder. Em 16 de outubro de 1.999 foi lançado o primeiro número do informativo paroquial.

Sugeriu-se de início para a nascente paróquia o nome de Nossa Senhora de Fátima, como "*compensação*" pelo fato de o templo desta haver sido transformado em santuário do Menino Jesus de Praga, quando Machado recebeu sua imagem. O Bispo, todavia, propôs aos fiéis escolha através de votação. Assim se fez, em dois turnos. No dia 29 de agosto de 1.999 foram selecionados Nossa Senhora das Graças, Nossa Senhora de Fátima e São José. Em 26 de setembro outro pleito apontou dentre eles o vencedor. Numa clara homenagem ao padre recém-falecido, São José tornou-se o padroeiro, com 285 votos;

seguiram-se-lhe N. S. de Fátima, com 113, e N. S. das Graças, com 57.

6 - **As Paróquias de Poço Fundo e Serrania**.

Conforme visto no capítulo primeiro do volume segundo, pela divisão político-administrativa do Estado, em 1.943, houve mudanças na fronteira entre Machado e Poço Fundo. Elas propiciaram ao nosso Município aumento de área, pela recuperação de partes de algumas fazendas. Não alteraram, porém, a jurisdição eclesiástica. Por isso, as terras que Machado então adquiriu, como parte da Fazenda Limeira, continuaram pertencendo à Paróquia de Poço Fundo.

Pelo mesmo motivo, na divisa com Serrania, algumas fazendas machadenses, como a do Extremo, ainda integravam a paróquia daquela no final do período estudado.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - "Livro nº 5 de atas das reuniões da Câmara Municipal de Machado" - págs. 115v./116, 120v./121, 127 e 151v./152;
2 - Arquivo da Cúria Diocesana de Guaxupé - "Primeiro Livro de Tombo da Paróquia de Machado - 1857/1916";
3 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - livro "Registro de Provisões - 1867/1870" (localização: 1-2-36) - págs. 306v./307;
4 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - livro "Registro de Provisões - 1870/1872" (localização: 1-2-35) - págs. 125/126;
5 - Arquivo da Paróquia de Carvalhópolis - "Livro de Tombo da Paróquia de Douradinho, a partir de 1.930";
6 - Arquivo da Paróquia de Carvalhópolis - "Livro de Tombo da Paróquia de Cana do Reino";
7 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado - Segundo Livro de Tombo - 1.916 a 1.967;
8 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado - Terceiro Livro de Tombo - 1.968 em diante;
9 - "Folha Machadense" ns. 51 - 23/3/1.975 - pág. 8;
99 - 21/3/1.976 - pág. 1;
109 - 30/5/1.976 - pág. 7;
318 - 13/9/1.980 - pág. 1;

488 - 18/2/1.984 - pág. 6;
503 - 2/6/1.984 - pág. 1;
582 - 25/12/1.985 - pág. 4;
612 - 2/8/1.986 - pág. 1;
784 - 13/1/1.990 - pág. 1;
802 - 19/5/1.990 - pág. 1;
822 - 6/10/1.990 - pág. 3;
1.097 - 30/3/1.996 - pág. 13;
1.102 - 4/5/1.996 - pág. 18;
1.152 - 26/4/1.997 - pág. 10;
1.267 - 31/7/1.999 - pág. 9;
1.268 - 7/8/1.999 - pág. 22;
1.270 - 21/8/1.999 - pág. 17;
1.275 - 25/9/1.999 - pág. 17;
1.276 - 2/10/1.999 - pág. 24;

10 - informações pessoais de Cônego Wálter Maria Pulcinelli, Dinah de Almeida Vieira e Maricy Tereza Dias;

11 - "Jornal do Dizimista" ns. 1 - 14/2/1.999 - pág. 1;
6 - 11/7/1.999 - pág. 1;
11 - 14/11/1.999 - pág. 3;

12 - "Jornal do Machado" nº 17 - 19/10/1.924 - págs. 1 e 2;

13 - "Luminar Machadense" ns. 33 - 24/10/1.954 - pág. 1;
90 - 11/4/1.964 - pág. 1;

14 - "Machado-Jornal" nº 45 - 4/11/1.928 - págs. 1 e 2;

15 - "O Machadense" ns. 28 - 30/4/1.905 - págs. 1 e 2;
736 - 7/6/1.959 - pág. 1;
16 - 6/6/1.971 - pág. 1;

16 - "Paróquia São José" - ns. 1 - 16/10/1.999;
10 - 10/9/2.000.

B - **secundárias**

1 - Apolônio Nóbrega - "Dioceses e Bispos do Brasil" - na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 222, janeiro-março de 1.954 - Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1.954;

2 - Aureliano Leite - "São Francisco de Paula de Ouro-Fino nas Minas-Geraes" - Gráfica Sauer, Rio de Janeiro, 1.940;

3 - Cândido Mendes de Almeida - "Direito Civil Ecclesiastico Brazileiro", tomo 1º, 2ª parte - B. L. Garnier Livreiro Editor, Rio de Janeiro, 1.866, págs. 659 e 671/674;

4 - Cônego João Aristides de Oliveira - "Diocese de Pouso Alegre - 1.950 - Ano Jubilar" (sem menção de autor, data e editora);

5 - Costa Porto - "O Sistema Sesmarial no Brasil" - Editora Universidade de Brasília, Brasília, sem data, pág. 41;

6 - Diogo L. A. P. de Vasconcellos - "Historia Media de Minas Geraes" - Imprensa Official de Minas, Bello Horizonte, 1.918;

7 - Furtado de Menezes - "Clero Mineiro" - 2 volumes - Tipografia Americana, Rio de Janeiro, 1.933 e 1.936;

8 - Homero Costa - “Contribuição à História de Machado” - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem data, págs. 57/58;
9 - João Rodrigues de Carvalho - “História de Machado” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, pág. 54;
10 - Manuel de Alvarenga - “O Episcopado Brasileiro - Subsidio para a Historia da Egreja Catholica no Brasil” - A. Campos, São Paulo, 1.915;
11 - Max Fleiuss - “Historia Administrativa do Brasil” (separata do Diccionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil) - Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1.923, pág. 29;
12 - Nélson de Senna - “A Terra Mineira (Chorographia do Estado de Minas Geraes)” - Pimenta de Mello & Comp., Rio de Janeiro, 1.923, págs. 292/295;
13 - Nélson de Senna - “Annuario de Minas Geraes - 1911” - Imprensa Official do Estado, Bello Horizonte, 1.911, págs. 58/59;
14 - Nélson de Senna - “Annuario Historico-Chorographico de Minas Geraes - 1909” - Imprensa Official do Estado, Bello Horizonte, 1.909, págs. 32/35;
15 - Pedro Calmon - “História do Brasil” - vols. I e IV - Livraria José Olímpio Editora, São Paulo, 1.961;
16 - Vasco Joaquim Smith de Vasconcellos - “História da Província Eclesiástica de São Paulo” - Saraiva, São Paulo, 1.957;
17 - Vicente Silveira - “Expansão da Igreja Católica em Minas Gerais” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.983;
18 - Víctor Silveira (organizador e editor) - “Minas Geraes em 1925” - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, págs. 249/250.

****

OS PADRES QUE SERVIRAM EM DOURADINHO

Na obra "*Diocese de Pouso Alegre*", adiante referida, se afirma que em 1.804 atuava como capelão do Douradinho o **Padre Joaquim Borges**, depois coadjutor em Santana. Não encontrei outros registros de sua passagem por lá.

O pároco de Santana do Sapucaí, João Álvares Botão, no ofício de 3/9/1.811 em que pediu se criasse a Freguesia do Douradinho, esclareceu que a Capela de São João Batista fora "*feita e acabada*" pelo **Padre Luiz Gomes de Oliveira**, que estava no local havia cinco anos, "*a contento de todo o povo*". Em 17 do mesmo mês e ano, anuindo à representação, o Bispo de São Paulo solicitou que o citado Sacerdote, "*de costumes exemplaríssimos*", fosse apresentado na nova igreja. Isso ocorreu por carta do Príncipe Regente, de 23/8/1.814. Alvará deste, de 19 de outubro do ano anterior, estabelecera a côngrua mensal de duzentos mil réis ao pároco da Freguesia Colada de São João Batista do Douradinho, e a de vinte e cinco mil réis à fábrica da mesma igreja. Na "*Relação de Clérigos do Bispado de São Paulo no ano de 1.824*" (Arquivo Nacional, códice 535) consta que o Padre Luiz era natural de São Paulo, onde se ordenara, e que tinha 38 anos de idade. Tal informe colide com a solicitação do Bispo, acima citada, que disse ser ele natural da Diocese de Mariana. Certo é que, chegando no início da carreira ao Douradinho - onde foi também vigário da vara - lá permaneceu até a morte, provavelmente ocorrida em 1.826.

O trabalho do Cônego João Aristides de Oliveira assevera que em maio de 1.813 trabalhava no Douradinho o **Padre Domingos Rodrigues de São José**. Foi ele o celebrante de um batizado cujo assento se encontra no livro II, folha 105v., de registro de batismos de Ouro Fino. Noticia também o ilustre historiador que, em 1.822, o Vigário Gomes de Oliveira teve por coadjutor o **Padre João Batista de Alvarenga**. A "*Relação de Clérigos*" atrás mencionada dá conta de que em 1.824 moravam na Freguesia do Douradinho mais dois sacerdotes: - o coadjutor **Christóvão Pinto de Vasconcellos** (de quem se falará adiante), com 42 anos de idade, natural do Viseu e ordenado em São Paulo; e o capelão do Carmo, **Francisco Aires Magro**, com 50 anos, nascido na Ilha Terceira e também ordenado na capital paulista.

Vago o vicariato em exame, propuseram-se a assumi-lo, em 21/6/1.826, os padres **José Pereira de Queiroz** e **Antônio de Oliveira Carvalho**. Coube ao segundo ser apresentado no cargo pelo Imperador, em 8 de novembro do mesmo ano. Entretanto, a lista do livro "*Diocese de Pouso Alegre*" inclui o primeiro como vigário do Douradinho, em 1.826. Ele faleceu em Pouso Alegre, com 36 anos de idade, em 1.834. O Padre Carvalho permaneceu na Freguesia até 1.833, sendo removido para a de Santana do Sapucaí por carta do Presidente da Província de 26 de abril. Em janeiro desse ano, porém, ele já se achava no novo posto.

Ao desamparo do pasto espiritual, os moradores do Douradinho escreveram a seu bispo que chegara à localidade e dissera missa nova o **Reverendo Lourenço Pereira da Silva**. Instado por eles, dispunha-se a ali permanecer, se recebesse a necessária provisão. Dom Gonçalves de Andrade negou-a, confirmando que o Padre devia ser coadjutor na Vila de Taubaté.

Em 3 de dezembro de 1.833 o **Padre Luiz Pereira da Costa** foi provido, pelo prazo de um ano, como vigário da vara do Douradinho. Prestou juramento em 8 de janeiro seguinte, perante o seu colega de Alfenas.

O **Padre Francisco de Paula Carvalho Pinto**, que pastoreara antes a Freguesia de Cabo Verde, recebeu provisões, com o prazo de um ano cada, de vigário da vara e vigário encomendado do Douradinho, em 26/5/1.835, 27/8/1.836 e 18/7/1.837. Talvez por pudicícia elas omitem seu último sobrenome.

Em 24 de março de 1.840, o **Padre Floriano Gomes Lima** recebeu provisão de vigário encomendado da Freguesia, pelo período de um ano. Na "*Diocese de Pouso Alegre*" se lê porém que ele esteve no posto de 1.838 a 1.839.

A lei mineira 168, de 15/3/1.840, transferiu a sede da nossa Freguesia para o Carmo da Escaramuça. Por isso, o capelão curado deste, **Padre José Fortunato da Silva**, passou a administrá-la e recebeu os pertences da Igreja de São João Batista. Em 12 de junho do ano seguinte obteve provisão de vigário encomendado do Douradinho, pelo prazo de doze meses. A Freguesia foi restaurada pela lei 239, de 30/11/1.842.

O **Padre Christóvão Pinto de Vasconcellos** que, como vimos, já fora coadjutor no Douradinho, recebeu provisões de vigário encomendado dele em 9/10/1.843, 6/12/1.844, 6/12/1.845 e 7/12/1.846. Todas tinham validade por um ano.

O **Padre João Prudêncio da Silva Macedo** recebeu idênticas provisões, pelo mesmo prazo, em 13/8/1.847 e 30/9/1.848.

A seguir foi vigário encomendado do Douradinho o **Padre Francisco de Paula Fernandes Fialho**. Ele obteve provisões em 2/12/

1.849 (por dois meses) e em 25/6/1.850 e 31/7/1.851 (por um ano cada). Nessa época se autorizou a mudança da Matriz para a Fazenda Alambari.

Informa Wanderley dos Santos que se designou em 6/8/1.852 o **Padre José Antônio Martins** vigário encomendado da Freguesia do Douradinho, "*sendo provisionado em 26 de janeiro de 1.853 no referido cargo*". Não tive oportunidade de examinar os respectivos documentos. Esse sacerdote, que por longos anos residiu em Machado, não pretendia fixar-se na nova paróquia. É o que se depreende do seguinte trecho de correspondência enviada por moradores dela ao Bispo de São Paulo, em 10/9/1.852:

> *"Ex.mo, e R.mo S.r, a Freguesia do Douradinho, p.r pequena, e pobre custa achar hum Parocho, q'. administre os Sacramentos, e cumpra com os mais deveres Parochiaes, e q.do algum apparece, esse pela mesquinhez dos rendimentos pouco tempo permanece na Parochia; e tanto isso hé verdade, q'. o Parocho José Ant.º Miz. foi preciso ser compellido com a pena de suspensão p.ª acceitar, e esse m.mo só apparece na Parochia de 15 em 15 dias, e as vezes tem deixado passar tres semanas sem apparecer; motivo p.r q. os abaixo assignados pedem a V. Ex.ª R.ma hum outro Parocho."* (A.C.M.S.P., livro VI, pág. 187).

Não localizei as provisões relativas ao período que se segue, e por isso apenas transcrevo os dados sobre ele fornecidos no livro do Cônego Oliveira:

> "***Padre Joaquim José de S. Jerônimo**, 1852 a 1855.*
> ***Padre Tristão Rodrigues da Cunha**, 1856.*
> ***Padre Raimundo Marcolino da Luz Cintra**, interino, 1857, durante a visita diocesana feita por D. Antônio Joaquim de Melo."* (pág. 115).

Foi posteriormente vigário encomendado do Douradinho o **Padre José Falci**. Suas provisões datam de 1/12/1.858 (por três meses) e 28/2/1.859 (por um ano). Tomou posse em 5/12/1.858.

Encontrei provisões de vigário encomendado ao **Padre Joaquim Ignácio Xavier** de 1/7/1.863 (por três meses), de 18/1/1.864, 31/1/1.866 e 9/9/1.873 (por um ano cada). Segundo a relação da "*Diocese de Pouso Alegre*", ele permaneceu no Douradinho de 1.860 até falecer. Contudo, em 30/11/1.862 deixou temporariamente a Freguesia, sem causa alguma conhecida e sem prévia participação ao vigário da vara de Alfenas. Este se viu na contingência de anexá-la ao Carmo da Escaramuça, a cujo vigário entregou a administração da matriz abandonada. Morreu em 1º de agosto de 1.875, tendo sido enterrado no cemitério da localidade. Em falta de outro sacerdote, o do Machado, **José Antô-**

nio Martins, foi designado para responder pela Paróquia acéfala.

Ainda em 1.876, conforme a lista do Cônego Oliveira, exerceu o vicariato de Douradinho o **Padre José Gomes de Souza Conceição**. Ele administrou também a Paróquia de S. Francisco de Paula do Machadinho, de janeiro de 1.883 a junho de 1.886, e de março de 1.897 a 1.900, pelo menos.

Obtendo dispensa do cargo de capelão curado de Monte Sião, o **Padre José Maria Guedes** foi provido como vigário de Douradinho, por um ano, em 20/12/1.876. Recebeu outra provisão, por igual prazo, em 10/12/1.877. Deixou nossa Freguesia em data que ignoro, para ser vigário encomendado de N. S. da Piedade do Retiro.

Decidido a mudar-se do Machado após 31 anos, o **Padre José Antônio Martins** fez permuta com seu colega João Batista das Neves e obteve provisão para vigário do Machadinho, onde tomou posse em 6/7/1.879. Entretanto, conforme noticia o "*Monitor Sul-Mineiro*" nº 420, soube que ali encontraria oposição de uma família, e por isso pediu exoneração e nomeação para o Douradinho. Os habitantes desta Freguesia, em constante esforço por manter no seu seio um pároco - e não obstante já o tivessem censurado em ofício de 1.852, atrás transcrito - solicitaram ao Bispo de São Paulo que o atendesse. Os seguintes trechos de sua correspondência (A.C.M.S.P. - docs. avulsos) dão expressiva mostra da aflição que sentiam:

> *"Acha-se esta freguesia, por falta de Parocho, annexa á freguesia do Retiro, sua limitrofe e deste mesmo Bispado sob a administração do Rev.mo Vigario José Maria Guedes. A estenção destas duas Parochias não permitte ao seu pastor a prontidão e soccorro que em circunstancias excepcionais exigem as necessidades espirituais, mormente da freguesia annexa, que de ordinario se vê forçada a recorrer aos Parochos das freguesias visinhas á administrar-lhes os devidos sacramentos nas angustias e afflições de que são accometidos os respectivos parochianos. Filhos da santa Igreja, e por isso sempre desejosos da recepção de seus sacramentos, e da observancia de seus mandamentos, os abaixo assignados e mais habitantes desta freguesia estão vendo frustrados os seus ardentes desejos por falta de um pastor aqui residente, que á tempo e a hora os soccorra em suas necessidades espirituais, " (...)*
>
> .....
>
> *"E por que, o Rev.º José Antonio Martins, antes Vigr.º da freguesia da Sacra Familia de Santo Antonio do Machado, accordando com o Rev.º Vigario da freguesia de S. Francisco de Paula do Machadinho, em permutarem as freguesias, foi-lhes isto concedido por V. Ex.ª Rev.ma, e aquelle Rev.º*

Martins, por poderosos motivos considera que, contra a sua vontade, não pode aceitar o Parochiato da dita freguesia do Machadinho, e não duvida ser Vigario nesta do Douradinho, os abaixo assignados, conhecendo-o de perto, pois que já tem parochiado esta Freguesia, considerando nos bons serviços que lhes tem de prestar, vem implorar a V. Ex.ª Rev.ma a graça de, dispençando-o do Parochiato da freguesia do Machadinho, mandar passar-lhe Provisão para Vigario encommendado desta do Douradinho.".

A súplica foi acolhida por ato de 4/9/1.879, tendo o Padre Martins tomado posse no dia 28 do mesmo mês. Obteve sucessivas provisões de vigário encomendado em 28/9/1.880, 10/10/1.881 e 24/1/1.883. Faleceu no Douradinho em 14 de setembro de 1.883, e lá o sepultaram. Vaga, a Paróquia foi anexada à de Santo Antônio do Machado por portaria de 19 do mês posterior.

Na falta de dados precisos sobre o período seguinte, transcrevo o final da relação do Cônego Oliveira:

*"**Padre João Batista das Neves** (Vigário de Machado, pro-páraco, 1884.*
***Padre Francisco de Paula Vocca**, de 1887 a 1888.*
***Padre João de Almeida Ferrão**, encarregado, 1892.*
***Padre Francisco Felipe**, 1892.*
***Padre Paulo Emílio Moinhos de Vilhena**, encarregado, de 1893 a 1895.*
***Padre José Luiz de Paiva**, 1895.*
***Padre Paulo Emílio Moinhos de Vilhena**, encarregado, de 1895 a 1896.*
***Padre José Luiz de Paiva**, 1896.*
***Padre Paulo Emílio Moinhos de Vilhena**, encarregado, de 1896 a 1898.*
***Mons. Jerônimo Marty**, assina atos durante a visita pastoral de D. Nery, 1903.*
***Padre Ivo Le Bihan**, de 1903 a 1905.*
***Padre Teodoro Fernandes**, de 1905 a 1906.*
*De 1906 em diante, Douradinho esteve sucessivamente anexada a Machado, Gimirim e Retiro. Atualmente está anexada a Paredes do Sapucaí, sob os cuidados do R. **Cônego Francisco Pedro Ferreira**.".*

A abertura do novo livro de tombo da Paróquia, em 1.930, permite saber de alguns padres que depois lá estiveram. Provisão de 31/12/1.932 nomeou encarregado o **Padre José Oriolo**, que em setembro de 1.934 permanecia no cargo. Em 18/6/1.938, nova provisão, com validade até o final do ano, encarregou dela o **Padre Francisco Maria Simões**.

Em abril de 1.944 era vigário ecônomo do Douradinho o **Padre Lúcio Rennó**. De 21/5/1.944 a 8/4/1.948 o cargo foi ocupado pelo **Padre Francisco Stella**. Provisão de 5 de agosto seguinte designou para ele o **Cônego Francisco Pedro Ferreira**, da Diocese da Campanha, que o mantinha em maio do ano seguinte.

Em dezembro de 1.958 Douradinho tornou-se filial da Paróquia de Carvalhópolis, passando a ser assistida pelos padres desta, ou pelos de Poço Fundo para ela designados. Desde março de 1.997, como visto no capítulo anterior, passou a ser pastoreada pelo **Cônego Wálter Maria Pulcinelli**, da Paróquia de Machado.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - Livro VI de "Autos de Ereções e Patrimônio de Capelas" (localização: 6-2-27) - págs. 187 e 192/195;
2 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - Livro "Registro das Provisões e Alvarás Régios referentes á creação do Bispado de São Paulo, e ordens dos Ex.mos Bispos Diocesanos - 1.746 a 1.842" (localização: 1-2-39) - págs. 150v./151;
3 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - Livro "Parochias instituidas canonicamente" (localização: 8-2-23) - págs. 167 e 179;
4 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - pasta de documentos avulsos sobre Douradinho:
5 - Arquivo da Paróquia de Carvalhópolis - "Livro de Tombo da Paróquia de Douradinho", a partir de 1.930;
6 - Arquivo Nacional - códice 27 - "Registro de Cartas e Alvarás Expedidos pela Secretaria do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens": a) - volume 7 - 1.813/1.815, págs. 3v./4 e 152/152v.; b) - volume 13 - 1.826/1.828, págs. 34v./35;
7 - Arquivo Nacional - códice 193 - "Mesa da Consciência e Ordens - Benefícios - 1.819" - volume 1, págs. 80v./81;
8 - Arquivo Nacional - códice 535 - "Mapa do Bispado de São Paulo com Relação de Clérigos Existentes - ano de 1.824" - págs. 20v./21;
9 - Arquivo Nacional - caixa 286, pacote 4, documento 48;
10 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo:
a) - códice 76, págs. 12v/14, 69v./71 e 182/183v.;
b) - " 78, págs. 8v./9;
c) - " 79, págs. 125/126 e 195v./197;
d) - " 80, págs. 15/15v. e 147v./148v.;
e) - " 82, págs. 157v./160v., 184v./186 e 239/240;

f) - “ 84, págs. 63v./64 e 103/107;
g) - “ 88, págs. 243v./244;
h) - “ 90, pág. 39;
i) - “ 92, págs. 46/47 e 209/209v.;
j) - “ 93, págs. 230/230v. e 252v.;
11 - Arquivo Público Mineiro - Seção Provincial:
a) - códice 104, págs. 5/5v.;
b) - códice 965, págs. 157/158v.;
c) - códice 1.019, págs. 105v./106;
d) - códice 1.392, págs. 134/134v. e 268/269;
12 - “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha:
nº 187 - 7/8/1.875 - pág. 4;
nº 260 - 12/1/1.877 - pág. 3;
nº 419 - 26/10/1.879 - pág. 3;
nº 420 - 2/11/1.879 - pág. 3;
nº 653 - 26/9/1.883 - pág. 2.

B - **secundárias**
1 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanak Sul-Mineiro para 1884” - Typographia do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.884, pág. 243;
2 - Cônego João Aristides de Oliveira - “Diocese de Pouso Alegre - 1.950 - Ano Jubilar” - sem menção de autor, data e editora - págs. 112/115 e 266;
3 - Wanderley dos Santos - “Aspétos Históricos do Município de Machado M. G.” - trabalho inédito, pág. 8.

****

OS PADRES QUE SERVIRAM EM MACHADO - I
(até 1.915)

Foi **Antônio José Martins** o primeiro sacerdote a oficiar na Capela da Sacra Família. Informa Wanderley dos Santos que ele nasceu em São João del Rei, tendo sido batizado em 21 de julho de 1.789. Recebeu ordens em 1.818, e no dia 9 de dezembro do ano seguinte celebrou missa nova naquele templo. No capítulo quinto do livro primeiro se deu notícia da constituição do seu patrimônio. Em 18/9/1.821 - ainda conforme o autor acima referido - foi-lhe renovado o provimento de capelão. Aqui faleceu em 6 de janeiro de 1.839. Cumpre não confundi-lo com o Padre José Antônio Martins, seu sucessor.

José Matzner, no "*Guia do Sul de Minas*", diz que em 1.842 era vigário da capela local o **Padre José Carlos Munhoz**. A afirmativa parece incorreta, pois se reporta ao livro de tombo da Paróquia, que sequer existia naquela época. Além disso, não encontrei menção nas fontes primárias a tal sacerdote.

Em 1.852, segundo lista existente no A.C.M.S.P. (6-2-27, págs. 181/182), morava na aplicação da Sacra Família - isto é, fora do Arraial - o **Padre Alexandre Carvalho de Macedo**. Os familiares ou agregados dele somavam 16 pessoas. Carlos Legnani diz que legou a seus escravos um sítio nas proximidades da Cidade. Foi eleito suplente de juiz de paz em Machado para o quadriênio de 1.857 a 1.860 (A.P.M. - S.G. - cód. 109).

Ao **Padre José Antônio Martins** já se fez referência como pároco do Douradinho. Em correspondência de 1.859, dirigida de Machado ao Cônego José Carlos Martins, de Alfenas, ele disse ter recebido ordem de presbítero em 15 de outubro de 1.848. Desde então, acrescentou,

> *"tenho servido a Igreja como coadjuctor d'essa Parochia, como capellão e cura desta Capella e depois curato, como Vigario da Freg.ª do Douradinho, e ora como Parocho d'esta nova Freg.ª"* (A.C.M.S.P. - docs. avulsos).

Anteriormente (em 23/8/1.849) havia sido designado vigário da Freguesia de Itajubá

Velho. Recusou porém a nomeação, embora intimado a assumir dentro de oito dias, sob pena de ser suspenso. Tal atitude fez com que respondesse a processo por desobediência, cujos autos se encontram na pasta de documentos avulsos do A.C.M.S.P.. Neles declarou, ainda em 1.849, ter 33 anos de idade. Ignoro qual foi o desfecho do caso. Certo é que aqui continuou, acumulando durante certo tempo as funções de capelão curado e as de vigário encomendado do Douradinho. Em 17/2/1.855 recebeu provisão de capelão da Capela da Sacra Família, por um ano. Ela foi renovada, por igual período, em 28/3/1.856 e 13/4/1.857. Obteve depois provisões ânuas de vigário encomendado e de confessor de Santo Antônio do Machado em 20/2/1.859, 1/12/1.859, 3/2/1.862, 19/2/1.863, 18/1/1.864, 30/1/1.865, 9/1/1.866, 16/1/1.867, 23/1/1.868, 26/12/1.868 e 21/12/1.869.

Por motivo que desconheço, o Padre J. C. Martins foi exonerado de nossa Paróquia em 11/4/1.870, a requerimento do Promotor do Juízo eclesiástico. O Vigário da Vara de Alfenas nomeou para seu lugar, interinamente, o italiano **Padre Ângelo Cosenza Calvosa**. Este, que residia em São Joaquim, demorou certo tempo para assumir e o fez a contragosto, por causa das pressões do Padre Martins, que continuava em Machado e interferia no seu trabalho. Chegou a ser provisionado na Paróquia em 5/4/1.870 o **Padre João Baptista das Neves**, do Bispado de Mariana, que entretanto para cá não veio nessa época. Em cartas enviadas ao Vigário Capitular de São Paulo em janeiro de 1.871, o Cônego José Carlos Martins dava notícia dos problemas aqui ocorrentes:

> *"os negocios em Santo Antonio do Machado vão mal; é uma verdadeira anarchia: o Padre Angelo, que lá está servindo por obediencia, além de ser extrangeiro, tem genio aspero, e o povo não se dá com elle: quer á todo transe sahir d'ali, e tomar outro destino. O Padre João Baptista das Neves, do Bispado de Marianna, não veio até agora, e consta que não vem, pois que o Ex.mo Bispo o mandou para hua Freguesia do Bispado. Nestas circunstancias, o povo do Machado soffre, e preciza ser soccorrido, de modo á restabelecer-se a Ordem, e curar as muitas feridas."* (A.C.M.S.P. - docs. avulsos)*;*
>
> .....
>
> *"Primeiro que tudo lembro a V. Ex.ca a necessidade urgente de prover a Igreja de S.to An.to, visto estar ella vaga athe agora, p.r não ter vindo o P.e Neves, como se esperava, e achar-se o P.e Italiano nua posição dubia, e incomoda, com a interinid.e. Elle coitado p.r obediencia, e só por obediencia, he que está servindo; e sinto pela dispensa deste serv.r ua vez que já se tem prestado tanto, e com gr.de sacrificio. Sendo estrangr.º, um pouco arrebatado, e sempre contrariado pelo P.e J.e An.to Martins, está, como desmoralizado, sem a força necessaria, p.ª se poder manter com dignid.e. Na Parochia está havendo a anarchia." (idem);*

.....

"Eu julgo m.to conveniente, e necessario que V. Ex.ca mande o P.e J.e Antonio Miz'. Parochiar alg.ª Freg.ª m.s dist.e, isto debaixo da pena de suspensão, seg.do a praxe; emq.to elle estiver ali não pode haver paz, nem ordem no lugar, fazendo guerra desabrida a todo, e q.lq.r Vigr.º q'. p.ª la for. O P.e Italiano tem soffrido m.to, coitado, e so se queixa delle. A principio cedia-lhe tudo, dava-lhe tudo, quiz tomar tudo, e o excluir; dep.s coarctou-lhe um pouco, diminuio um pouco a generosid.e, zãgou-se, e o persegue, e maltrata. Não ha modo possivel de viver com elle, e por isso nenhu Sacerdote q.r ir p.ª S.to Antonio, e me parece que o P.e Neves m.mo não se deliberou a acceitar o Provim.to de V. Ex.ca, talvez p.r essa razão." (idem).

Em fevereiro de 1.871, por nomeação do Vigário da Vara de Alfenas, veio para Machado o **Padre Evaristo Bruno de Carvalho**. Ela foi confirmada em 9 de março seguinte, através de provisão de vigário encomendado, por um ano, que se renovou em 20/3/1.872. Removido ao Cabo Verde, o Padre Martins continuou porém aqui, criando dificuldades ao colega. Este se queixava de que fazia casamentos e batizados sem licença, além de procurar desmoralizá-lo e indispô-lo com o povo. Noticia Wanderley dos Santos que o Padre Evaristo foi exonerado de nossa Paróquia, a pedido, em março de 1.873.

A despeito de todos os incidentes, o **Padre José Antônio Martins** voltou a ser nomeado vigário da Freguesia em 4/3/1.873. Obteve provisões em 26 do mesmo mês e em 2/4/1.875, por dois anos cada. Aqui permaneceu até 22/4/1.879, quando fez permuta com o Padre Neves, então no Machadinho, conforme visto em capítulo anterior.

O **Padre João Baptista das Neves**, natural da Campanha, obteve provisões de vigário do Machado em 22/4/1.879, 3/6/1.881, 19/6/1.883, 10/7/1.884, 19/3/1.885, 5/10/1.885 e 5/1/1.887. Teve aqui vários desafetos, e foi acusado pela imprensa de comportamento escandaloso, agressão, injúria, malversação de dinheiro público e invasão de domicílio. Promoveu perseguições a protestantes e espíritas, e se indispôs com o Vigário da Vara de Alfenas. Em 4 de agosto de 1.887 pediu dispensa da administração desta Paróquia.

Registre-se que no período descrito no parágrafo anterior a Freguesia esteve sem vigário encomendado ao menos por uma vez. Com efeito, por edital de 15/2/1.882 sua igreja, que se achava vaga, foi posta em concurso pelo prazo de trinta dias. Outrossim, o códice S.G. 90 do A.P.M. arrola como pároco de Machado entre 1.880 e 1.883, sem precisão de datas e sem referência a provisão, o **Padre Antônio Mariano Pereira Pinishitel**.

O **Padre Francisco de Paula Vocca**, brasileiro na-

turalizado, obteve provisões de vigário da nossa Freguesia em 21/9/1.887, 6/10/1.888 e 3/10/1.889. Em 29 de outubro de 1.889 foi removido para Conceição do Jaguary.

Vindo de Campestre, o **Padre Nicolau Bonifácio** foi nomeado por portaria da mesma data da remoção de seu antecessor. Aqui tomou posse em 12 de novembro de 1.889. Conseguiu provisão de vigário encomendado no dia 4 do mês seguinte, por um ano. Foi suspenso do uso de ordens no Bispado por portaria de 18/4/1.890.

O **Padre Francisco Filippo** foi designado para esta Paróquia em 9/4/1.890 e se empossou no dia 25 do mesmo mês, conforme W. dos Santos. Obteve provisões anuais em 5/5/1.890, 2/7/1.891, 5/7/1.892 e 12/7/1.893. A partir de outubro de 1.890 estiveram também a seu cargo as freguesias do Machadinho e Carmo da Escaramuça, anexadas a Machado. Permaneceu aqui até setembro de 1.894.

Ficou sem efeito a portaria de 15 de abril de 1.891, que nomeara vigário do Machado o **Padre Luiz Beltrão Augusto de Oliveira**. Ignoro se chegou a tomar posse.

O **Padre Luiz José de Paiva**, nascido na Campanha, recebeu provisões de vigário encomendado desta Paróquia em 8/10/1.894, 14/9/1.895, 29/9/1.896, 24/8/1.897, 3/10/1.898, 26/10/1.899 e 24/9/1.900. Em 26/12/1.900 foi também nomeado fabriqueiro da Matriz, empossando-se no dia 16 do mês seguinte. Relata a revista "*Machado de Ontem e de Hoje*" que era irmão da professora Ana de Paiva Reis, e possuía um sítio no Bairro dos Caixetas.

Nomeado por portaria de 10/4/1.902, o **Padre Agostinho Martell** tomou posse em 20 de julho seguinte, e aqui serviu até 1.903. Era então, segundo Homero Costa, "*muito moço ainda e bastante impetuoso em seu zelo pelo ministério sagrado*". Aqui fundou e dirigiu o jornal "*O Correio do Martelo*". Deixou a Paróquia, ao que consta, por desavença com membros da Loja Maçônica.

O **Padre Theodoro Fernandes**, espanhol, permaneceu entre nós de 1.903 a 1.911. Bastante moço nessa época, conforme H. Costa, era "*criatura de muito bons sentimentos que conquistava a todos com sua cordura e complacência*". Noticia a revista acima citada que em sítio à direita do Rio Machado cuidava de um parreiral e de um apiário, de onde conseguia cera para fabricação de velas.

O **Cônego Antônio Dutra de Paiva** esteve à frente da Paróquia de agosto de 1.911 a 1.914. Informa Octaviano de Paiva Reis que nasceu no Pouso Alegre, em 13/6/1.882, e se ordenou em 9/6/1.907. Foi ainda vigário de Santa Ana do Capivary, Ouro Fino, Jaguary e Alfenas. Aqui teve por coadjutor, segundo a mesma fonte, o **Padre Bernardo Carboni**. O jornal "*Cidade do Machado*" afirmou em 1.914 que o auxiliava o **Padre J. Cunha**. Em sua

gestão - e graças também ao seu interesse - instalaram-se no Machado as Irmãs Concepcionistas. Fundou o Apostolado da Oração e, conforme a revista já lembrada, dedicou-se ao trabalho catequético, sobretudo com os jovens. Homero Costa descreve-o como "*sacerdote virtuosíssimo, de uma piedade tão extremada que o levava ao mais rígido ascetismo"*.

O **Padre Dr. Eduardo Batista** chefiou a Paróquia entre maio de 1.914 e 1.915. Era, no dizer de H. Costa, "*homem de fina cultura, graduado em direito, notável orador sacro"*.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Cúria Diocesana de Guaxupé - primeiro livro de tombo da Paróquia de Machado - 1.857/1.916;
2 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - livro "Parochias instituidas canonicamente" (localização: 8-2-23) - pág. 178;
3 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - livro VI de "Autos de Ereções e Patrimônio de Capelas" (localização: 6-2-27) - págs. 181/182;
4 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - livro "Registro de Provisões e mais papéis da Câmara Episcopal - 1851/1857" (localização: 1-2-26) - págs. 135v. e 166v.;
5 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - livro "Registro de Provisões - 1857/1860" (localização: 1-2-34) - págs. 13, 104 e 142;
6 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - livro "Registro de Provisões e mais papéis da Câmara Episcopal - 1861/1863" (localização: 1-2-27) - pág. 112v.;
7 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - livro "Registro de Provisões - 1865/1867" (localização: 19-2-2) - págs. 11 e 82;
8 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - livro "Registro de Provisões - 1867/1870" (localização: 1-2-36) - págs. 69v., 159 e 298;
9 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - livro "Registro de Provisões - l870/1872" (localização: 1-2-35) - págs. 51v. e 116v..;
10 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - livro "Registro de Provisões - 1878/1881" (localização: 19-3-7) - págs. 30v. e 31;
11 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - pasta de documentos avulsos sobre Machado;
12 - Arquivo Público Mineiro - Seção Provincial:
a) - códice 965 - págs. 11/11v., 100v./101, 147v./148v.;
b) - códice 1.019 - págs. 40, 100/100v., 162/162v.;
c) - códice 1.226 - págs. 76v./77, 130, 146v.;

13 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo:
a) - códice 86 - págs. 160v./161;
b) - códice 88 - págs. 46, 133v./134, 205v./206;
c) - códice 89 - págs. 116/117;
d) - códice 90 - pág. 4v.;
e) - códice 92 - págs. 147v./148, 279v.;
f) - códice 93 - págs. 263/263v., 274;
g) - códice 95 - págs. 157v./158, 169v.;
h) - códice 96 - págs. 209v., 235;
i) - códice 109 - pág. 61;
14 - "Cidade do Machado" - exemplar incompleto, sem número e data, de 1.914, pág. 10;
15 - "Folha Machadense" nº 368 - 6/9/1.981 - pág. 45;
16 - "Luminar Machadense" nº 55 - 15/12/1.955 - pág. 2;
17 - "Monitor Sul-Mineiro" ns. 458 - 20/6/1.880 - pág. 3;
550 - 8/1/1.882 - pág. 3;
1006 - 27/4/1.890 - pág. 3.

B - **secundárias**
1 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História" - na "Revista do 1º Centenário de Machado", vol. 2, págs. 1/2;
2 - Cornélio Camargo - "Histórico dos Vigários de Machado" - trabalho datilografado, 1.983 - cópia na pasta "Paróquia da Sagrada Família", do Arquivo Público Machadense;
3 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da Editora São Vicente, sem data, pág. 54;
4 - J. Andrade Ferreira - "O Apóstolo de Caldas" - edição da Gráfica Renascença, Franca, SP - distribuição da Editora Presbiteriana - sem data - pág. 60;
5 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 27/28, 34, 36/38 e 71;
6 - José Matzner - "Guia do Sul de Minas" - Oficinas Gráficas da S. A. Folha de Minas, Belo Horizonte, sem data, pág. 162;
7 - Octaviano de Paiva Reis - "Paróquia de Machado" - artigo publicado no jornal "O Jubileu de Ouro" nº 1, 1/11/1.962, págs. 1 e 2;
8 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje" - edição da Prefeitura Municipal de Machado - impressa nas oficinas de Laborgraf Artes Gráficas Ltda., São Paulo, 1.988;
9 - Senador João Florentino Meira de Vasconcellos - "Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes, por occasião de ser installada a mesma Assembléa para a 2ª sessão ordinaria da 23ª Legislatura, em 7 de Agosto de 1881" - Typ. da Actualidade - Ouro Preto, 1.881, págs. 15/16;
10 - Wanderley dos Santos - "Aspétos Históricos do Município de Machado M. G." - trabalho inédito.

****

OS PADRES QUE SERVIRAM EM MACHADO - II
(de 1.915 em diante)

1) - Os Missionários do Sagrado Coração.
2) - O Clero Secular.

****

1 - **Os Missionários do Sagrado Coração**.

Em 1.915, como já visto, a Paróquia de Machado foi entregue aos Missionários do Sagrado Coração, na maioria de origem holandesa. Conforme João Rodrigues de Carvalho, naquele ano aqui atuou o **Padre Francisco Deckers**, sobre o qual não tenho informações.

Em 6 de dezembro de 1.915 foram provisionados como coadjutor e vigário o **Padre Cristiano Pilzecker** (de quem se tratará adiante) e o **Padre Achilles Tritsmans**. Este é tido pelos historiadores como um dos melhores sacerdotes que por cá passaram. Natural da Bélgica, esteve em missão catequética nas Filipinas antes de vir para Machado. Possuía grande capacidade de liderança, temperamento alegre e dinamismo. Demoliu a antiga Matriz e, com a retaguarda de comissão local, edificou nova, em cerca de dois anos. Reorganizou o culto, estimulando com fervor e prédicas a freqüência aos atos religiosos. Fundou diversas associações, como a Pia União das Filhas de Maria, a Liga Católica, a União de Moços Católicos e a Irmandade de São Geraldo. Seu trabalho teve destaque também no campo assistencial. Foi provedor da Santa Casa, e durante a "gripe espanhola" de 1.918 prestou importante socorro às vítimas, mormente da zona rural. Esteve acompanhado nessa tarefa pelo coadjutor **Padre Humberto Von Austeinde**. Interessado pelo esporte, fundou e dirigiu o União Futebol Clube. Foi ainda o criador da banda de música "*Santa Cecília*". Aqui permaneceu até 1.924. Em 1.922, ao menos, foi coadjutor da Paróquia o **Padre Leonardo Hendriks**.

O **Padre Ricardo Franck**, alemão, trabalhou em Machado no início da carreira. Nomeado em 27 de fevereiro de 1.925, tomou posse em 8 de março. Ficou aqui até o começo do ano seguinte. Distinguia-se, conforme o "*Machado-Jornal*", pela bondade e lhaneza do trato. Melhorou a frente da Matriz e levantou por mais alguns metros sua torre.

O **Padre Cristiano Pilzecker**, holandês, que já estivera entre nós, retornou como vigário mediante provisão de 4/2/1.926. Tomou posse dez dias depois, e cá permaneceu até 1.931. Era, segundo Homero Costa, "*de feitio severo, estritamente entregue às atividades do culto e direção da paróquia*". Na sua gestão foi adquirido o prédio da Casa Paroquial (1.929) e se concluiu a Igreja de São Benedito (1.930).

Sucedeu-lhe o **Padre Marino Power**, também natural da Holanda, que permaneceu em Machado de 6/12/1.931 a 16/8/1.936, quando foi para Pedra Branca. Afirma H. Costa que teve grande atuação, dentro e fora da Igreja. Exerceu a provedoria da Santa Casa. Adquiriu bancos e harmônio para a Matriz, fundou a Liga do Menino Jesus, a Conferência de São Vicente de Paulo, a Congregação Mariana e a biblioteca paroquial. Foi seu coadjutor o **Padre Guilherme Böing**, chegado à Paróquia em 23/12/1.931. Em março de 1.933 este foi removido a Alfenas, vindo para substituí-lo o **Padre João Schuur**.

De 16/8/1.936 a 27/2/1.941 dirigiu a Paróquia o holandês **Padre João Schuur**, que foi também provedor da Santa Casa. Em 16/10/1.936 aqui chegou como coadjutor o **Padre Leopoldo von Liempt**. Nomeado vigário de Soledade de Itajubá em junho do ano seguinte, foi substituído pelo **Padre Adolpho Draskovics**. Este transferiu-se para Pirajuí em dezembro de 1.938, tendo como sucessor o **Padre José Afonso Casteligns**, que cá ficou até julho de 1.939. Por essa época passou a ser capelão do Colégio o **Padre João Galiart**. Em agosto e setembro de 1.939 cooperou na Paróquia o **Padre Alexandre Verlam**. Depois sua vaga foi ocupada pelo **Padre José Grimminsck**. Este, em janeiro de 1.942, foi também nomeado capelão do Ginásio. Nesse período chegaram à Cidade os Irmãos Lassalistas, e foram fundadas a Ação Católica, a Legião de Maria e a Cruzada Eucarística. Construiu-se capela no Bairro do Papagaio.

Nosso vigário de 30/1/1.941 a 1.946 foi o **Padre Cornélio Van de Made**. O coadjutor José Grimminsck foi transferido para Paraguaçu em setembro de 1.943. Para o seu lugar veio o **Padre Pedro Schonten**, que também deu assistência ao Ginásio.

Em 16 de julho de 1.946 foi nomeado vigário o **Padre Antônio Maria Vermin**, que se empossou no dia 28 do mesmo mês. Nova provisão, em 5 de agosto seguinte, designou-o também vigário forâneo da comarca eclesiástica de Santo Antônio. Ele reformou a Matriz, aumentando-lhe a sacristia. Em janeiro de 1.947 o Padre Schonten removeu-se para Presidente Alves, ocupando seu lugar o **Padre João Geraldo Böing**. Este e o Padre Galiart foram, no

ano seguinte, substituídos pelos sacerdotes **Alcides Ferreira Leite** e **Ildefonso Sigrist**.

O **Padre Alcides Ferreira Leite**, que havia sido capelão do Colégio, exerceu a vigararia de 27/9/1.949 a 1.950. Em 1.949 o Padre Sigrist foi para Itajubá, vindo substituí-lo o **Padre Pedro Strabelli**. De outubro a dezembro de 1.949 ajudou na Paróquia o **Padre José Vandersnickt**. Em novembro do mesmo ano aqui chegou o coadjutor **Padre Tiago Van Maren**.

De 5 de março de 1.950 a dezembro de 1.954 coube o vicariato ao **Padre Rainério Hettinga**. Em abril de 1.951, para substituir o Padre Van Maren, veio a nós o **Padre Florêncio Bernaerts**. Algum tempo depois passou também a trabalhar na Paróquia o **Padre José dos Passos e Silva**. Nesse lustro se construíram algumas capelas em bairros rurais e foi ampliada a Vila Vicentina.

No período de 9 de janeiro de 1.955 a 1º de dezembro de 1.958 a Paróquia permaneceu sob a direção do **Padre Ildefonso Sigrist**, que aqui já trabalhara. Em 4 de janeiro de 1.956 o Padre Florêncio foi para a Holanda, e ocupou seu lugar o **Padre Luís Battistella**. Em setembro do mesmo ano o Padre José dos Passos e Silva foi removido para São Paulo. De lá, como capelão do Colégio, veio o **Padre Antônio Quirino**. Este mudou-se para Itajubá em dezembro de 1.957. O Vigário Sigrist adquiriu a Rádio Difusora, reconstruiu a Casa Paroquial e demoliu a Igreja de N. S. Aparecida. Com sua saída, os Missionários do Sagrado Coração devolveram a Paróquia ao Bispado de Guaxupé. Daí em diante ela passou a ser administrada por padres seculares.

2 - **<u>O Clero secular</u>**.

Em 7/12/1.958 assumiu o novo vigário, **Padre Cássio Marques Ferreira**, que foi auxiliado pelo **Padre Marcelo Prado Campos**. Ambos deixaram a Cidade em setembro do ano seguinte: aquele foi para Furnas e este, para Carmo do Rio Claro.

Ao lugar dos que se retiravam foram nomeados no mesmo mês o **Padre Aurélio Uiyara Tomagnini** - pároco, vindo de Carmo do Rio Claro, e o **Padre Egídio Marcelo Rosa** - coadjutor. Este em janeiro de 1.960 se transferiu a Areado, e para seu posto chegou, em 12 do mês seguinte, o **Padre Pedro Meloni**. Em junho do mesmo ano o último foi para Poços de Caldas, sendo substituído pelo **Cônego José Maria Luz**. Em janeiro de 1.961 o Vigário e o Auxiliar mudaram-se, respectivamente, para Guaxupé e Poços de Caldas.

Por alguns dias exerceu então interinamente o sacerdócio em nossa Cidade o **Padre Álvaro Alves da Silva**.

Em 24 de janeiro de 1.961 foram nomeados o novo vigário, **Padre Santo Marini**, o cooperador, **Padre Joaquim Sebastião Galvão**

de Andrade, e o capelão do Ginásio, **Padre Dr. Ângelo Rei Camiña**. O primeiro empossou-se no dia 29 do mesmo mês. Um ano depois o Padre Galvão foi para Jacuí, retornando a substituí-lo o **Padre Egídio Marcelo Rosa**. Também nessa época voltou o **Padre Pedro Meloni**, que em agosto seguinte se removeu para Guaxupé. Em janeiro e fevereiro de 1.963, respectivamente, chegaram a Machado o cooperador **Padre João Velani**, recém-ordenado em Poço Fundo, e o **Monsenhor João Milani** - este para atender às capelas do Colégio e do Ginásio. Foi ainda coadjutor dessa gestão, em 1.964, o **Padre Alfredo Silva**. Pessoa de extraordinário carisma, o Padre Santo logo fez sentir os efeitos do seu peculiar estilo de trabalho. Aumentou consideravelmente a freqüência aos atos religiosos e aos sacramentos, promoveu festejos na Cidade e na zona rural - agitou a Paróquia. Celebrou com enorme êxito a novena de N. S. do Perpétuo Socorro, às quartas-feiras. Adquiriu nova aparelhagem para a Rádio Difusora, reformulou sua programação e a levou a níveis de audiência jamais alcançados. Reformou internamente a Matriz, reconstruiu a Igreja de N. S. Aparecida e construiu a de N. S. de Fátima. Seu gênio forte deu causa a muitos desentendimentos, e tanto tinha admiradores ardorosos como adversários acerbos. A ele ninguém ficava indiferente. Foi-se daqui em 19/11/1.964, renunciando ao cargo. Depois, arrependido, pediu a amigos que intercedessem para conseguir sua volta. Uma comissão reuniu-se com o Bispo para esse fim, sem sucesso.

Do dia seguinte até 10 de dezembro respondeu pela Paróquia o **Cônego Wálter Maria Pulcinelli**. A seguir, deixou-a sob a direção do cooperador **Padre Alfredo Silva**.

Em janeiro de 1.965 foram designados para cá o vigário **Cônego Wálter Maria Pulcinelli** e os coadjutores **Antônio Roberto Esaú dos Santos** (que não chegou a assumir) e **Homero Hélio de Oliveira**. No final do mesmo mês saiu o Padre Alfredo Silva. Em 8 de março seguinte chegou o **Padre Romeu José Miranda**, que aqui permaneceu até março de 1.967. Em abril daquele ano retornou o **Padre Egídio Marcelo Rosa**. Em março de 1.968 o Padre Homero transferiu-se para Divisa Nova. O **Padre José Servo**, salesiano de Paraguaçu, auxiliou na Paróquia nos finais de semana, em 1.969. Em outubro daquele ano o Padre Egídio mudou-se para Itamoji. Veio então o **Padre José Carlos Vilela**, que trabalhou principalmente com os seminaristas e jovens. Em dezembro de 1.974 deixou a batina; casou-se e ficou entre nós, atuando como professor, gráfico e político. O machadense **Padre José de Souza Ribeiro** começou a trabalhar em Machado em abril de 1.970, após deixar a Congregação Salvatoriana. Embora aposentado, continuou aqui, em atividade pastoral, até ser morto, em maio de 1.999. Recém-ordenado, o **Padre Edno Tadeu de Oliveira** tomou posse como coadjutor em 16/5/1.990, mas aqui permaneceu só até o ano seguinte. Em 1.998 o **Padre José Hamílton de Castro** trabalhou em Machado nos finais de semana.

Natural de Muzambinho, o Cônego Wálter foi diretor da Faculdade de Filosofia "*Prof. J. A. Vieira*". Construiu a atual Matriz da Cida-

de, a "*Vila Betânia*", as igrejas dos bairros Baixo Ouvidor, Cachoeirinha e Santa Luísa. Reformou as igrejas de Santo Antônio e São Benedito; as dos bairros Alto Ouvidor, Caixetas, Conceição, Papagaio, Ritas e Serra Negra; o Santuário do M. J. de Praga e a Casa Paroquial. Negociou terreno da Paróquia na Rua Barão do Rio Branco, recebendo a estrutura de oito apartamentos com garagens, que concluiu. Reformou a Rádio Difusora: comprou novos transmissores e mesas de som, montou outra torre e aumentou sua potência. Obteve concessão da Rádio FM Montanhesa M. J. de Praga, e a instalou. Criou a "*sopa da Providência*", já extinta, e levantou barracão para servi-la. Promoveu a vinda das Irmãs de Sion, e fez casa para alojá-las. Fundou a banda musical do Bairro Santa Luísa. Adquiriu órgão e carrilhão eletrônicos para a Matriz e o Santuário. Organizou e incentivou movimentos católicos de leigos, como as Comunidades Eclesiais de Base, os Cursilhos de Cristandade, os Encontros de Casais com Cristo, as Pastorais e a Renovação Carismática. É cidadão honorário machadense.

Criada em 1º de agosto de 1.999 a Paróquia de São José, foi nomeado administrador dela o **Padre Messias dos Reis Silveira**, diretor da comunidade de estudantes de Teologia da Diocese. Desde então ele trabalhou aqui nos fins de semana, auxiliado por seminaristas.

****

<u>Fontes de consulta</u>.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Cúria Diocesana de Guaxupé - primeiro livro de tombo da Paróquia de Machado - 1.857/1.916;
2 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado - segundo livro de tombo - 1.916 a 1.967;
3 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado - terceiro livro de tombo - 1.968 em diante;
4 - "Folha Machadense" ns. 318 - 13/9/1.980 - pág 24;
368 - 6/9/1.981 - pág. 45;
495 - 7/4/1.984 - pág. 14;
496 - 14/4/1.984 - pág. 12;
e/e - 10/1/1.990 - págs. 1 a 12;
802 - 19/5/1.990 - pág. 1;
1215 - 1/8/1.998 - pág. 18;
1267 - 31/7/1.999 - pág. 9;
1268 - 7/8/1.999 - pág. 22;
5 - "Jornal do Machado" nº 9 - 27/6/1.927 - pág. 3;
6 - "Luminar Machadense" ns. 37 - 9/1/1.955 - pág. 4;

43 - 14/5/1.955 - pág. 4;
62 - 3/10/1.956 - pág. 3;
86 - 23/3/1.958 - pág. 4;
7 - "Machado-Jornal" nº 16 - 14/4/1.928 - pág. 14;
8 - "Nossa Paróquia" nº 17 - abril de 1.970 - pág. 3;
9 - "O Machadense" ns. 678 - 23/3/1.958 - pág. 2;
711 - 7/12/1.958 - pág. 3;
751 - 27/9/1.959 - pág. 4;
771 - 21/2/1.960 - pág. 1;
786 - 12/6/1.960 - pág. 1;
813 - 22/1/1.961 - pág. 4;
814 - 29/1/1.961 - pág. 4;
815 - 5/2/1.961 - pág. 1;
858 - 26/11/1.961 - pág. 1;
859 - 30/11/1.961 - págs. 1 a 4;
865 - 14/1/1.962 - pág. 1;
868 - 4/2/1.962 - pág. 1;
870 - 11/2/1.962 - pág. 4;
892 - 16/8/1.962 - pág. 1;
906 - 3/2/1.963 - pág. 8;
909 - 24/2/1.963 - pág. 8;
1033 - 17/3/1.968 - pág. 3.

B - **secundárias**

1 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", cap. 2 - na "Revista do 1º Centenário de Machado", vol. 2, pág. 2;

2 - Cornélio Camargo - "Histórico dos Vigários de Machado" - trabalho datilografado, 1.983 - cópia na pasta "Paróquia da Sagrada Família" do Arquivo Público Machadense;

3 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem data, págs. 54/57;

4 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 71, 99 e 126/127;

5 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje".

****

BISPOS E PADRES MACHADENSES

1 - Dom Francisco de Paula e Silva.
2 - Dom Hugo Bressane de Araújo.
3 - Padres.

****

1 - **Dom Francisco de Paula e Silva**.

O ilustre sacerdote machadense é quase desconhecido entre nós. Filho de Custódio Cassemiro Machado e de Maria Paulina Tavares, nasceu no povoado de Santa Isabel do Pouca Massa, então pertencente a Douradinho, em 31 de outubro de 1.866. Esta data é a registrada pela maior parte dos autores adiante referidos; anote-se porém que, segundo Condurú Pacheco, ele veio à luz em 21/10/1.866, e, segundo Raymundo Trindade, em 21/10/1.865. Foram seus irmãos Joaquim Custódio Dias (Vidinha), José Custódio Cassemiro, Manoel Custódio Cassemiro, João Custódio Cassemiro, Ana Custódia e Custódia Maria de Jesus.

Fez os primeiros estudos na Mutuca e no Machadinho. Cursou os preparatórios no Liceu Pousoalegrense, o secundário no Caraça, e esteve por um ano no Seminário de Mariana. Ingressou em 1.888 na Congregação da Missão, dos padres lazaristas. Concluiu na França o aprendizado teológico, em Paris e Dax. Recebeu ordenação na capital gaulesa, em 24 de janeiro de 1.892.

Retornando ao Brasil em 1.895, lecionou no Colégio de Petrópolis e trabalhou na Santa Casa do Rio de Janeiro. De 1.896 a 1.900 foi professor no Seminário Arquiepiscopal da Bahia. Em seguida foi nomeado diretor de noviços da Casa dos lazaristas em Petrópolis.

Em setembro de 1.903 foi escolhido reitor do Colégio

do Caraça. Nos seus 82 anos de existência, o tradicional estabelecimento só fora dirigido, até então, por padres portugueses e franceses. Lá reabriu a Escola Apostólica e restaurou a Capela do Sagrado Coração de Jesus.

O Papa Pio X nomeou-o bispo do Maranhão no dia 18 de abril de 1.907. Sagrado no Rio de Janeiro em 14 de julho, assumiu o cargo em 30 de agosto seguinte. Estimulou as vocações sacerdotais, a catequese e o Apostolado da Oração. Saneou as finanças do seu bispado e colaborou para que se fizesse o mesmo no de Manaus, onde esteve como delegado extraordinário da Santa Sé. Por duas vezes fez visitas pastorais às paróquias da diocese. Numa das viagens contraiu pneumonia e morreu em Parnaíba, no dia 1º de junho de 1.918.

Foi grande orador e conferencista. Traduziu e escreveu diversos livros sobre religião e literatura, além de pastorais, artigos e folhetos. Sua produção intelectual será relacionada no livro quinto. Destacou-se também como jornalista e historiador: noutros capítulos se lhe noticiará a atuação nessas áreas.

Suas armas foram assim descritas por Gardel:

> *"écartelé, au premier de sinople au Sacré-Coeur de Jésus d'or rayonnant du même et sommé d'une croisette de sable; au deuxième d'azur à l'étoile au canton sénestre du chef avec trois rayons d'argent tombant en barre; au troisième d'argent au parchemin déroul, avec une plume d'oie posée en bande, au naturel; au quatrième d'or plein; sur le tout, croix d'argent vuidée de gueules chargée en abime d'un écusson ovale aux armes de la Congrégation de La Mission."*.

Informa Dom Condurú Pacheco que a ponta direita constituía homenagem à Capital do Maranhão, sendo a esquerda preito filial a Douradinho. Tinha por divisa a expressão "*Suavitate et constantia*".

Dom Felipe Condurú Pacheco, bispo de Parnaíba, escreveu-lhe o esboço biográfico, com 107 páginas, editado pela "*Vozes*" em 1.955, sob o título "*Dom Francisco de Paula e Silva - XXIII Bispo do Maranhão*". A seu respeito o Padre J. S. Ramos de Oliveira escreveu o livro "*O Bispo*", e o Professor Alarico da Cunha, a monografia "*As Exéquias de D. Francisco*". Também nosso conterrâneo Ramílton Bernardes Pereira tratou dele em "*Histórias Pouco Contadas*". Por fim, lembrem-se a "*Oração Fúnebre*" proferida em seu enterro pelo Padre José Ferreira Gomes (publicada como apêndice dos "*Apontamentos para a História Eclesiástica do Maranhão*"), e as crônicas de Monsenhor Felício Magaldi (em "*A Palestra*", junho de 1.918) e Frei Pedro Sinzig (em "*Vozes de Petrópolis*", de 16/6/1.918).

Tem o seu nome uma rua de Douradinho.

2 - **Dom Hugo Bressane de Araújo**.

Nasceu em Machado, no dia 4 de setembro de 1.899. Foram seus pais Olympio Theodoro de Araújo e Maria José Bressane de Araújo. Fez os estudos no Seminário da Campanha, onde mais tarde lecionou. Recebeu ordenação sacerdotal naquela cidade, em 11 de fevereiro de 1.923. Foi secretário do Bispado, cura da Catedral de Santo Antônio e promotor de justiça do cabido diocesano. Tornou-se cônego catedrático em março de 1.924, e camareiro secreto de Sua Santidade em novembro de 1.931.

Em 19 de dezembro de 1.935 foi escolhido bispo de Bonfim, na Bahia. Sagrou-se na Campanha em 16 de fevereiro, e tomou posse no dia 3 de maio de 1.936. Fundou Conferências de São Vicente em todas as paróquias da Diocese, e na sua sede construiu o Colégio N. S. do Santíssimo Sacramento.

Transferido para Guaxupé em 19 de setembro de 1.940, empossou-se em novembro do mesmo ano. Iniciou a construção da catedral, terminada por seu sucessor. Reabriu o seminário, edificando novo prédio para abrigá-lo. Dotou de casas para sacerdotes todas as paróquias a seu cargo. Realizou o primeiro sínodo da Diocese, em 1.947; obteve a criação de seu cabido e elaborou o respectivo estatuto, no ano seguinte. Segundo Monsenhor Hilário Pardini,

> *"Dom Hugo era o homem eclesiástico. De cultura sólida, dedicava-se à literatura. Temperamento nervoso, exigente, e de uma operosidade a toda prova. (...) Não perdia a ocasião para cultivar no seu povo o amor à pontualidade, o respeito às autoridades e à ordem constituída, o empenho pelas coisas sérias e elevadas. Não admitia nunca o mais leve desrespeito que parecesse ferir pessoas ou instituições. O culto religioso nas Igrejas mereceu dele o melhor de sua pessoa. Suas palestras e seus sermões transpiravam o grande amor a Deus e à Igreja, sempre dentro de uma linguagem elegante e límpida."*.

Em 8 de setembro de 1.951 foi promovido a arcebispo-titular de Cotrada e coadjutor, com direito à sucessão, do metropolita de Belo Horizonte. Assumiu o novo posto em dezembro do mesmo ano, acumulando as funções de administrador apostólico de Guaxupé. Todavia, conforme narra Cristiano Prado, o então titular da capital mineira, Dom Cabral, não lhe deu nenhum trabalho nem a direção do jornal da Arquidiocese. Por isso renunciou ao cargo.

No dia 21 de março de 1.954 passou a administrar a Diocese de Marília, da qual foi nomeado arcebispo-bispo em 7 de outubro seguinte. Lá construiu o Seminário Menor São Pio X e fundou o Colégio Cristo-Rei. Em 24 de julho de 1.961 foi designado Assistente ao Sólio Pontifício. Resignando o Bispado em 23 de abril de 1.975, continuou em Marília até a morte, ocorrida no

dia 9 de junho de 1.988.

Escreveu diversas pastorais. Dedicou-se à história e à literatura; de sua produção nesses campos tratarei nos capítulos correspondentes. Comendador da Ordem do Santo Sepulcro, foi o seu grão-prior no Brasil. Recebeu títulos de cidadania em Garça, Adamantina e Marília. Em Machado, colaborou para a vinda dos Irmãos Lassalistas e das Filhas de Santana.

Gardel descreve deste modo o seu brasão:

> *"d'argent au sautoir d'azur chargé de cinq besants d'or, que est d'Araújo; chef d'azur aliàs de gueules chargé d'une étoile à six rais d'argent."*.

Usava como lema a frase: "*Qui perseveraverit usque in finem salvus erit*".

O decreto municipal 66, de 2/4/1.936, alterou para "*Dom Hugo*" o nome da Rua "*Treze de Maio*", atendendo a pedido da Associação Comercial. Também se chamava "*Dom Hugo Bressane de Araújo*" a antiga escola rural do Córrego Fundo, hoje desativada (leis locais 238 e 241, de novembro de 1.975). Em 8 de setembro de 1.992 foi inaugurado na Casa da Cultura o Memorial "*Dom Hugo Bressane de Araújo*", com acervo pessoal e documentos do Concílio Vaticano II, doados por seus familiares.

3 - **Padres**.

Conforme o "*Almanach Sul-Mineiro*", em 1.874 era coadjutor no Carmo do Rio Claro o **Padre José Ignácio Rodrigues**, natural do Douradinho.

O **Padre Orlando Gambi**, ordenado em 1.950, pertence à Congregação dos Redentoristas, e foi diretor da Rádio Aparecida. Publicou livros e tem mensagens gravadas em discos e fitas, conforme se verá noutros capítulos.

Também em 1.950 se ordenou o **Padre José de Souza Ribeiro**, nascido no Bairro do Pinhalzinho e irmão do Padre Jorge de Souza Ribeiro, referido a seguir. Pertenceu de início à Congregação Salvatoriana, sob a qual adotou o prenome "Hugo", em homenagem a nosso bispo. Nela esteve por vinte anos. Foi coadjutor em Jundiaí, e trabalhou por algum tempo no Rio de Janeiro (capital), em São Paulo (capital) e em Americana. Deixando a Ordem, voltou a usar o nome civil e veio para Machado, a convite do Cônego Pulcinelli. Aqui, embora aposentado, prestou assistência espiritual até a morte, em maio de 1.999.

O **Padre Wellington dos Santos Silva**, jesuíta, orde-

nou-se também em 1.950. Foi professor no Colégio Loyola, de Belo Horizonte, e residiu na capital mineira até a morte, em 30 de julho de 2.000.

O **Padre Vitório Rossetti de Almeida**, dos Missionários do Sagrado Coração, foi ordenado em São Paulo, no dia 24 de agosto de 1.953. Rezou aqui a primeira missa em 13 de setembro seguinte. Trabalha no interior do Estado paulista.

O **Padre Jorge de Souza Ribeiro** rezou aqui a primeira missa em janeiro de 1.966. Deixou a batina após aproximadamente dez anos de sacerdócio, exercido em paróquias do Rio de Janeiro e de Santo André, SP.

Conhecido nacionalmente como Padre Zezinho, **José Fernandes de Oliveira** faz parte da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus. Completou o curso de Teologia nos Estados Unidos, e especializou-se em psicologia do adolescente, comunicação e dinâmica de grupo. Ordenou-se em 1.966. Realiza palestras e "*shows*". Publicou muitos livros e artigos, gravou discos e vídeos, como se referirá nos capítulos relativos à literatura e à música.

O jornal "*O Estado de São Paulo*" em 29/1/1.969 noticiou que morrera afogado na Praia Grande, SP, o **Padre Lauro Pereira**, de 29 anos de idade, natural de nossa Cidade. Acrescentou que ele residia em Santo André. Não tenho outras informações a seu respeito.

O **Padre Anicéio José de Oliveira** ordenou-se em 25 de julho de 1.986, e aqui celebrou a primeira missa dois dias depois. Exerceu o cargo de pároco de Jacuí até setembro de 1.994. Afastado pela prática de estupro, foi condenado e preso.

Advogado, professor e diácono, o **Padre José Maria Domingues** ordenou-se em São Paulo, no dia 1 de novembro de 1.986, já com 60 anos de idade. Rezou a primeira missa aqui no dia 8 de dezembro seguinte. Foi capelão no Hospital da Beneficência Portuguesa, na capital paulista, onde também atuava nas igrejas da Sé e da Consolação. Faleceu em 10 de junho de 1.996.

A "*Folha Machadense*" noticiou a ordenação, em 5 de julho de 1.992, do **Padre João Inácio Rodrigues**, do Seminário Rogacionista de Passos. Acrescentou que em dezembro seguinte ele passaria a trabalhar na Paróquia de Carmo do Rio Claro.

Em 9 de setembro de 2.000 foi ordenado o **Padre Hélder José da Silva**, redentorista, que já trabalhava na Basílica de Aparecida.

Preparavam-se para o sacerdócio, no final do milênio: Alexandre de Andrade Silva, no Mosteiro de São Bento, em São Paulo, desde março de 1.990; Antônio Admílson Negrão, Carlos Alberto Francisco, Claudionor

de Barros, Diego Duarte, José Natal de Souza, Luís Eduardo Pacheco e Moisés Gonçalves.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de leis nº 17;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de leis e decretos nº 3;
3 - "Folha Machadense" ns. 368 - 6/9/1.981 - pág. 46;
437 - 12/2/1.983 - págs. 1 e 5;
608 - 5/7/1.986 - pág. 12;
612 - 2/8/1.986 - pág. 12;
630 - 6/12/1.986 - supl.;
631 - 13/12/1.986 - pág. 1;
706 - 18/6/1.988 - pág. 14;
909 - 27/6/1.992 - pág. 10;
917 - 23/8/1.992 - pág. 3;
919 - 13/9/1.992 - pág. 5;
1049 - 22/4/1.995 - pág. 16;
1108 - 15/6/1.996 - pág. 7;
e.e. - 12/5/1.999 - págs. 1 a 6;
4 - informações pessoais de Cônego Wálter Maria Pulcinelli e Jônia Nogueira;
5 - "Jornal da Paróquia" nº 20 - 13/8/2.000 - pág. 5;
6 - "Luminar Machadense" ns. 7 - 13/9/1.953 - pág. 4;
17 - 14/2/1.954 - pág. 4;
7 - "O Estado de São Paulo" - 29/1/1.969 - pág. 13;
8 - "O Imparcial" nº 72 - 27/1/1.952 - pág. 4;
9 - "O Machadense" nº 974 - 9/1/1.966 - pág. 6;
10 - "Paróquia São José" ns. 9 - 13/8/2.000 - pág. 3;
10 - 10/9/2.000 - pág. 1;
11 - "Siga em Frente" nº 18 - 2/4/1.997 - págs. 1 e 7;
12 - "Tribuna Machadense" nº 54 - 19/6/1.988 - pág. 7.

B - **secundárias**

1 - Apolônio Nóbrega - "Dioceses e Bispos do Brasil" - na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", vol. 222, janeiro-março de 1.954 - Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1.954, págs. 23/25, 244 e 254/255;
2 - Ary de Oliveira - "Um Centenário!" - artigo publicado em "O Machadense" nº 1.016, de 6/11/1.966, pág. 3;
3 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanach Sul-Mineiro para 1874" -

Typographia do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.874, pág. 163;
4 - Cônego João Aristides de Oliveira - “Diocese de Pouso Alegre - 1.950 - Ano Jubilar” - sem menção de autor, editora e data - págs. 115/117;
5 - Cônego Raymundo Trindade - “Apontamentos Biográficos sobre Bispos Brasileiros Nascidos em Minas Gerais (1770-1961)” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.984, págs. 25/26 e 36;
6 - Cônego Raymundo Trindade - “Arquidiocese de Mariana” - 2ª ed., Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.955 - II vol., págs. 26, 209/210 e 217/218 - III vol., pág. 1.216;
7 - Cristiano Prado - carta publicada no “Estado de Minas” de 23/6/1.988, pág. 2;
8 - Dom Felipe Condurú Pacheco - “Dom Francisco de Paula e Silva - XXIII Bispo do Maranhão - Esboço Biográfico” - Ed. Vozes Ltda., Petrópolis, 1.955;
9 - Dom Felipe Condurú Pacheco - “História Eclesiástica do Maranhão” - Departamento de Cultura do Estado do Maranhão - impresso nas oficinas da Cia. Gráfica Lux, Rio de Janeiro, 1.968, págs. 495 a 532;
10 - Furtado de Menezes - “Clero Mineiro” - vol. II - Oficina Gráfica Renato Americano, Rio de Janeiro, 1.936, págs. 137 e 173;
11 - Ivo Carlos Compagnoni - “História dos Irmãos Lassalistas no Brasil” - Editora La Salle, Canoas, RS, 1.980, págs. 273/275, 281, 285, 303;
12 - Luis D. Gardel - “Les Armoiries Ecclésiastiques au Brésil (1551-1962)” - Cia. Gráfica Lux, Rio de Janeiro, 1.963, págs. 78 e 338/339;
13 - Manuel de Alvarenga - “O Episcopado Brasileiro - Subsidio para a Historia da Egreja Catholica no Brasil” - A. Campos, Propagandista Catholico - São Paulo, 1.913, pág. 120;
14 - “Membros da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil” - Edições Paulinas, São Paulo, 1.984, pág. 187;
15 - Monsenhor Hilário Pardini - “A Diocese de Guaxupé, Seus Bispos e Atividades” - em “Guaxupé - Memória Histórica - A Terra e a Gente” - editado por José Ribeiro do Valle e Geraldo Ribeiro do Valle - Imprensa Metodista, São Bernardo do Campo, SP, 1.984, págs. 83/95 - também na mesma obra: págs. 111 e 152;
16 - Padre Heliodoro Pires - “Temas de História Eclesiástica do Brasil” - São Paulo Editora S/A, São Paulo, 1.946, pág. 491;
17 - Padre José Tobias Zico - “Caraça - Peregrinação, Cultura e Turismo” - Editora São Vicente, Belo Horizonte, 1.976, págs. 70/71;
18 - Ramílton Bernardes Pereira - “Histórias Pouco Contadas” - Brasília, 1.998, págs. 7 a 16;
19 - Sérgio Miceli - “A Elite Eclesiástica Brasileira” - Editora Bertrand Brasil S/A, Rio de Janeiro, 1.988, págs. 36/38, 137 e 147;
20 - Vasco Smith de Vasconcellos - “História da Província Eclesiástica de São Paulo” - Saraiva, São Paulo, 1.957, págs. 213/216;
21 - Vicente Silveira - “Expansão da Igreja Católica em Minas Gerais” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.983, págs. 48 e 89.

****

AS ORDENS RELIGIOSAS

1 - As Irmãs Concepcionistas.
2 - As Irmãs Auxiliares de N. S. da Piedade.
3 - Os Irmãos Lassalistas.
4 - As Filhas de Santana.
5 - As Irmãs de Sion.
6 - Os Irmãos da Sagrada Família.

****

1 - **As Irmãs Concepcionistas**.

A Congregação das Religiosas Concepcionistas Missionárias do Ensino foi fundada em Burgos, Espanha, no dia 15 de outubro de 1.892, por Madre Cármen Salles de Jesus. Machado foi a primeira cidade fora do país de origem a receber suas professas. Elas vieram para cá a pedido do vigário, Cônego Antônio Dutra de Paiva, com apoio do bispo de Pouso Alegre, D. Antônio Augusto de Assis, e do Padre Henrique Monet, da Ordem dos Missionários do Coração de Maria.

Obtida a autorização da Superiora Geral, em 4 de julho de 1.912 zarparam do Velho Continente, no navio "*Laura Trieste*", as sete pioneiras: Madre Caridad Alonso, Madre Maria Hualde, Irmã Mercedes D'Avila, Irmã Manuela Fauste, Irmã Adoración Gastón, Irmã Mariana Cuenca e Irmã Rosário Villalba. No Rio de Janeiro foram recebidas pelo Padre Monet, e em sua companhia aqui chegaram no dia 22 do mesmo mês.

Organizou-se comissão para cuidar de seu alojamento, tendo como membros mais destacados Lindolpho de Souza Dias, Joaquim Pereira Lima, Dr. Gabriel Teixeira e Jerônymo da Silva Passos. O Cônego Dutra

desdobrou-se em assisti-las, promovendo para isso diversas festas.

Fundaram e dirigem em Machado o Colégio Concepcionista, mais tarde Ginásio, Escola Normal e Colégio "*Imaculada Conceição*". Cuidam também do Abrigo "*Jesus, Maria, José*", desde sua criação. Deles se dará notícia noutro volume.

A chefia da comunidade religiosa é distinta da direção dos estabelecimentos acima referidos. Exerceram aquela, com o título de superioras, as seguintes freiras: Madre Maria Hualde (1.912/1.913); Madre Caridad Alonso (1.913/1.918); Madre Maria do Rosário Tegel (1.919/1.932); Madre Maria Augustina Alcubilla Pastor (1.933/1.937); Madre Trinidad Mateo Zurbano (1.938/1.947); Madre Sacrário Nebreda Carazo (1.948/1.950); Madre Augusta Carvalho (1.951/1.953); Madre Natividad Bravo Pascual (1.954/1.959); Madre Glória Martinez (1.960/1.962); Madre Maria Cruz Martin de la Torre (1.963/1.965); Madre Visitación Ruiz (1.966/1.968); Madre Maria Aparecida de Souza Dias (1.969/1.975); Madre Benita Agueda Abad (1.976/1.982); Madre Vera Costa Milani (1.983/1.985); Madre Natividade Lemos (1.986/1.989); Madre Terezinha de Ávila (1.990/1.991); Madre Caridade Antolin González (1.993/1.998); e Madre Durvalina Santos (1.999).

Diversas conterrâneas ingressaram na Congregação Concepcionista. Entre elas, lembrem-se Madre Alice Vital, Madre Aparecida Milan, Madre Consolação Ávila, Madre Dionisi Corsini, Madre Iracema Paes, Madre Luzamir Gonçalves, Madre Maria Aparecida de Souza Dias, Madre Marta Carvalho, Madre Nícea Vieira Machado, Madre Salete de Jesus, Madre Vanilda Rodrigues, Madre Vera Costa Milani, Madre Vera Lúcia Marini e Madre Zaíra Silva.

A lei municipal 479, de 29 de setembro de 1.964, deu o nome de "*Irmãs Concepcionistas*" a uma rua situada na Vila do Céu. Quatro madres são cidadãs honorárias machadenses: Sebastiana del Blanco, Natividad Bravo Pascual, Maria de Lourdes Gomes Vasconcelos e Esperança (Maria da Glória Silva Saraiva).

2 - **<u>As Irmãs Auxiliares de N. S. da Piedade</u>**.

No livro de registro de atas da Irmandade da Santa Casa consta que, em 23 de outubro de 1.938, a Mesa discutiu o projeto (em estudo havia tempo) de entrega da administração interna do Nosocômio às Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade, de Belo Horizonte. Leu-se a minuta de contrato apresentado pela Congregação, que se obrigava a fornecer três irmãs (uma superiora e duas enfermeiras) para aquele serviço, e também para tratar dos doentes, manter o asseio e assistir os médicos nas visitas às enfermarias e nas intervenções cirúrgicas. A Santa Casa, por sua vez, deveria manter capela com confessionário em suas dependências; contratar capelão para o serviço religioso, ou, se não

possível, gratificar o Vigário para prestá-lo; pagar honorários mensais de 350$000 às irmãs e fornecer-lhes moradia independente, sustento, lavagem de roupa, internação hospitalar, médico, remédios e transporte; hospedar gratuitamente outras irmãs em visita; contratar empregados para o serviço do Hospital, demissíveis a critério da superiora.

A Mesa Administrativa concordou com as condições propostas, desde que viesse uma irmã para tomar conta da farmácia. O Vigário, presente à reunião, comprometeu-se a dar a assistência religiosa pedida. Observou-se que a contratação exigia a feitura de novo regimento interno, tendo sido nomeada comissão para isso. Sendo necessário construir pavilhão anexo à Santa Casa para abrigar as irmãs, decidiu-se abrir lista de donativos. O livro mencionado não se referiu mais ao assunto.

Em 15 de abril de 1.939 aqui chegaram as irmãs Letícia (superiora), Clara e Therezinha, para iniciar o trabalho na Santa Casa. Ele foi considerado "*insigne*" em anotação do Vigário no livro de tombo da Paróquia, em novembro seguinte. As freiras continuavam entre nós no ano de 1.941; ignoro quando e por que foram embora.

3 - **Os Irmãos Lassalistas**.

A Congregação dos Irmãos das Escolas Cristãs, também conhecidos por Lassalistas, foi fundada na França, em 1.680, por São João Batista de La Salle. Seus membros vieram para o Brasil em 1.907, instalando-se no Rio Grande do Sul. Machado foi a primeira cidade de Minas Gerais, e a segunda fora do estado gaúcho, a recebê-los. Estiveram entre nós de fevereiro de 1.940 até o final de 1.983, lecionando no Ginásio "*São José*" e na Escola Profissional "*La Salle*". No capítulo relativo a estes se dará maior notícia de sua chegada e de sua atividade magisterial.

Assinale-se que os dirigentes do Ginásio eram, simultaneamente, os responsáveis pela Congregação. Ao todo, por aqui passaram 12 diretores e mais de 80 irmãos.

Entre 1.965 e 1.968 funcionou um juvenato lassalista no Ginásio "*São José*". Além disso, o educandário machadense apadrinhou o juvenato de Adamantina, SP, fornecendo os recursos iniciais para compra de seu prédio.

Na comemoração do cinqüentenário do Ginásio, em 1.990, o ex-lassalista Simon Dupont (Irmão Martiniano Simão) reuniu na Escola Estadual "*Iracema Rodrigues*" bom acervo da memória local da Congregação, depois transferido para a Casa da Cultura.

Dois machadenses integraram a Congregação: Hyldeu

Bressane (Irmão Gabino Agostinho), desde 1.948; e Israel José Nery (Irmão Cornélio Luís), desde 1.957. Outros nela ingressaram, mas não continuaram, como Synval Pereira Dias (Irmão Albano Egeu) e Wellington Vieira de Camargo (Irmão Adalberto João).

Merece destaque a atividade profissional de Israel José Nery. Bacharelou-se em Ciências Religiosas no Instituto "*Jesus Magister*" da Universidade Lateranense, em Roma. Trabalhou no Escolasticado Lassalista de Botucatu, SP, e no Instituto ABEL de Niterói, RJ, tendo sido diretor de seu juvenato. Em 1.978 integrou a Comissão Internacional de Catequese da Congregação, como representante da América Latina, tendo participado de seus encontros em Roma nos três anos seguintes. Coordenou a "*RELAL-Catequesis*" na América Latina. De 1.983 a 1.987 foi assessor da C.N.B.B. para catequese, ensino religioso e pastoral bíblica, e responsável nacional pela "*Campanha da Fraternidade*". Foi superior (provincial) da Província Lassalista de São Paulo de 1.988 a 1.993. Ocupou a vice-presidência da Confederação dos Religiosos da América Latina e da Região Lassalista da América Latina, nos anos de 1.988 a 1.991. Foi diretor da Conferência dos Religiosos do Brasil de 1.992 a 1.995, e da Comunidade de Irmãos no CEL de Brasília, DF, em 1.995 e 1.996. É autor de diversos livros, artigos, discos e vídeos, que serão mencionados noutros capítulos.

4 - **As Filhas de Santana**.

A Congregação das Filhas de Santana foi fundada no ano de 1.866 em Piacenza, Itália, por Madre Rosa Cattorno. Atendendo a pedido de D. Hugo Bressane de Araújo, aqui chegaram em março de 1.945, para cuidar da Santa Casa, as irmãs Ana Pietrina Aguiar (superiora), Ana Maria Lúcia Lucena e Ana Ruth Nascimento.

Ocuparam o cargo de superiora da comunidade local: Irmã Ana Pietrina Aguiar (1.945/1.951); Irmã Ana Constância Araújo (1.951/1.957); Irmã Ana Olga Visigalli (1.957/1.960); Irmã Ana Elena Pastro (1.960/1.966); Irmã Ana Gemma Parma (1.966/1.972); Irmã Ana Lígia Albergaria (1.972/1.974); Irmã Ana Joliva Araújo (1.974/1.977); Irmã Ana São Marcos Araújo (1.977/1.981); Irmã Ana Magdala Araújo (1.981/1.984); Irmã Ana Maria da Graça L. Magalhães (1.984/1.993); Irmã Ana Maria Euna Viana (1.993/1.996); e Irmã Ana Maria José Braga (1.996 em diante).

A lei municipal 368, de 23/5/1.962, concedeu terreno no Cemitério da Saudade para sepultamento de religiosas da Congregação. A lei 1.080, de 20/11/1.996, deu o nome de "*Filhas de Santana*" a uma avenida da Cidade. Irmã Silvéria (Maria Amélia Pinho) é cidadã honorária machadense.

5 - **As Irmãs de Sion**.

As Irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Sion vieram para Machado em 8 de fevereiro de 1.968, a convite do Cônego Wálter Pulcinelli. Instalaram-se provisoriamente na casa do Dr. Manir Elias Donato, na Rua Barão do Rio Branco. Mudaram-se depois para residência que a Paróquia construiu a fim de abrigá-las, ao lado da Igreja de São Benedito. Por insistência delas, o imóvel lhes foi vendido em outubro de 1.975, pelo preço quase simbólico de Cr$80.000,00. Revenderam-no ao deixar a Cidade.

Cuidaram da Vila Vicentina, que pretendiam tornar auto-suficiente. Para isso, fundaram em agosto de 1.971 a fábrica de doces "*Meu Bom José*", deram hospedagem a alunos da Fundação Educacional, organizaram bazares mensais, prepararam e venderam mudas de café e buscaram recursos no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Sob a liderança das irmãs Marta Maria Monteiro de Salles e Elisa Scarpa, aqui permaneceram até fins de 1.982.

A lei municipal 299, de 25 de abril de 1.977, declarou a Congregação de utilidade pública.

6 - **Os Irmãos da Sagrada Família**.

O Instituto dos Irmãos da Sagrada Família passou a ter existência legal em 31 de maio de 1.996, com o registro do estatuto em cartório de São Bernardo do Campo, SP. Seus fundadores foram o machadense Luís Cláudio Viana (que adotou o nome de Irmão Bento Maria de São José), Cláudio Alberto Fernandes (Irmão Pio Maria de Jesus Crucificado) e Carlos Alberto Pintor (Irmão Estevão Maria de Jesus Hóstia). Poucas semanas depois começaram a construir um mosteiro no Bairro dos Caixetas, neste Município, em sítio adquirido de Francisco Campos Gonçalves. O primeiro teve o cargo de prior; o segundo, de ministro; o terceiro, de conselheiro.

O Instituto definia-se como sociedade civil de vida religiosa contemplativa. Não se considerava uma congregação, porque não se subordinava à Diocese local nem tinha permissão desta para funcionar. Seus membros adotavam a regra de São Bento, usavam hábito, faziam votos de pobreza, obediência e castidade, eram católicos tradicionalistas e opunham-se às inovações do Concílio Vaticano II. Já em julho de 1.996 se queixavam de estar sofrendo discriminação na Cidade.

Durou pouco a harmonia entre os irmãos. Um deles (Estevão) foi expulso. Assembléia de validade contestada, em janeiro de 1.997, transferiu a sede do Instituto para Machado. Em outubro seguinte o Irmão Pio

desligou-se dele, e tachou de irregular a admissão de indivíduos como "*oblatos*". Na mesma época, segundo noticiado, visitou o mosteiro o bispo de Nebrasca, EUA, para tratar de sua ereção canônica e ordenar irmãos. A imprensa local divulgou boatos de homossexualismo, corrupção de menores e consumo de drogas no local.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 10, 11 e 18;
2 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado - segundo livro de tombo - 1.916 a 1.967;
3 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado - terceiro livro de tombo - 1.968 em diante;
4 - Arquivo Público Machadense - "curriculum vitae" de Israel José Nery;
5 - "Folha Machadense" ns. 20 - 11/8/1.974 - pág. 3;
33 - 10/11/1.974 - pág. 4;
77 - 5/10/1.975 - pág. 2;
143 - 30/1/1.977 - pág. 9;
178 - 25/9/1.977 - pág. 5;
431 - 18/12/1.982 - pág. 1;
669 - 19/9/1.987 - pág. 7;
692 - 12/3/1.988 - pág. 7;
886 - 18/1/1.992 - pág. 8;
1111 - 6/7/1.996 - págs. 1 e 7;
1177 - 18/10/1.997 - pág. 23;
1179 - 1/11/1.997 - pág. 7;
1180 - 8/11/1.997 - pág. 4;
1181 - 15/11/1.997 - pág. 7;
6 - informações pessoais de Cônego Wálter Maria Pulcinelli, Irmã Ana Maria José Braga e Madre Durvalina Santos;
7 - livro de registro de atas da assembléia geral e da mesa administrativa da Irmandade da Santa Casa de S. A. do Machado, aberto em 18/7/1.920 - págs. 51/53;
8 - "Luminar Machadense" nº 100 - 8/8/1.964 - pág. 1;
9 - "O Ginasiano" nº 4 - jul./ago. de 1.948 - suplemento;
10 - "O Machadense" ns. 800 - 25/9/1.960 - pág. 1;
971 - 12/12/1.965 - pág. 1;
1021 - 18/12/1.966 - págs. 1 e 4;
1029 - 11/2/1.968 - pág. 3;
14 - 23/5/1.971 - pág. 1;
24 - 8/8/1.971 - pág. 1;

11 - Revista “Alegra-te!”;
12 - “Vozes Lassalistas”, Rio de Janeiro - nº 93 - agosto de 1.981 - págs. 7/8.

B - **secundárias**
1 - Carlos Legnani - “Histórias da Nossa História”, cap. VIII - na “Revista do 1º Centenário de Machado”, nº 8, pág. 4;
2 - Ivo Carlos Compagnoni - “História dos Irmãos Lassalistas no Brasil” - Ed. La Salle, Canoas, RS, 1.980, págs. 204, 210/211, 303, 388, 417 e 425;
3 - João Rodrigues de Carvalho - “História de Machado” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, pág. 137;
4 - Madre Maria del Valle, R.C. - “Ginásio e Escola Normal Imaculada Conceição do Machado - Sua Fundação” - artigo publicado na “Revista do 1º Centenário de Machado”, nº 8, págs. 20, 21 e 24;
5 - Octaviano de Paiva Reis - “Paróquia de Machado” - artigo publicado em “O Jubileu de Ouro” nº 1, 1/11/1.962, págs. 1 e 2.

****

AS ASSOCIAÇÕES DE LEIGOS - I

1 - Introdução.
2 - As Ordens Terceiras.

****

1 - **Introdução**.

Até o fim do Império havia, basicamente, dois tipos de associações religiosas leigas, ou confrarias: as irmandades e as ordens terceiras. Estas, conquanto fora do claustro, sem votos, ligavam-se a uma congregação monástica, de que extraíam e adaptavam regras. Aquelas, originárias das antigas corporações de artes e ofícios, tinham ampla autonomia em relação à autoridade eclesiástica. Por seu intermédio, segundo Teixeira de Salles, a Coroa transferia ao povo encargos da construção de templos e cemitérios, e dos cerimoniais do culto. Patrocinaram hospitais e escolas, incentivaram artes e centralizaram em castas a vida social. Já decadentes na fase republicana, foram marginalizadas pelos padres, perdendo o poder político e reduzindo-se a meros grupos rituais.

A Igreja oficial passou então a prestigiar sociedades pias, mais submissas ao clero, trazidas ao Brasil por missionários estrangeiros, como o Apostolado da Oração, a Congregação Mariana e as Filhas de Maria. Conforme Sérgio Miceli, elas

> *"constituíam extensões do poder episcopal que indicava seus dirigentes, ratificava suas decisões e transmitia as senhas do culto, os objetos de devoção, as motivações das campanhas e o estilo completo de atuação religiosa e política."*.

Por sua vez, após o Concílio Vaticano II as associa-

ções pias se enfraqueceram, deixando de ser o principal campo de atuação do laicato católico. Tomaram-lhe a frente novos grupos, mais atuantes e agressivos, com técnicas de persuasão e objetivos precisos. Entre eles citem-se os Cursilhos de Cristandade, as Comunidades Eclesiais de Base, as Pastorais, a Renovação Carismática.

2 - **As Ordens Terceiras**.

Em 1.820 foi instituída na Campanha a Ordem Terceira da Beatíssima Virgem Maria do Monte Carmelo. Alfredo Valladão, apoiado nas "*Notícias Históricas*" de Dom Hugo Bressane de Araújo, informa que entre 1.824 e 1.827 ela admitiu diversos membros, sendo escolhido seu vice-comissário no Douradinho Antônio de Oliveira Carvalho.

****

Fontes de consulta.

1 - Alfredo Valladão - "Campanha da Princeza", vol. II - Leuzinger S/A, Rio de Janeiro, 1.940, pág. 480;
2 - Caio César Boschi - "Os Leigos e o Poder" - Editora Ática, São Paulo, 1.986;
3 - Carlos Rodrigues Brandão - "Memória do Sagrado" - Edições Paulinas, São Paulo, 1.985, pág. 95;
4 - Dom Hugo Bressane de Araújo - "Notícias Históricas", tomo IV - Typ. Colombo, Campanha, pág. 7;
5 - Eduardo Hoornaert (coordenador) - "História da Igreja no Brasil" - tomo II/1, 3ª ed., Paulinas-Vozes, Petrópolis, 1.983, pág. 234;
6 - Fritz Teixeira de Salles - "Associações Religiosas no Ciclo do Ouro" - Imprensa da UFMG, Belo Horizonte, 1.963;
7 - José Ferreira Carrato - "As Minas Gerais e os Primórdios do Caraça" - Cia. Ed. Nacional, São Paulo, 1.963, págs. 72/73;
8 - Sérgio Miceli - "A Elite Eclesiástica Brasileira" - Editora Bertrand Brasil S/A, Rio de Janeiro, 1.988, pág. 142.

****

AS ASSOCIAÇÕES DE LEIGOS - II
(Irmandades)

1 - Generalidades.
2 - A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte.
3 - A Irmandade do Santíssimo Sacramento.
4 - A Irmandade de São Vicente de Paulo.
5 - A Irmandade do Divino Espírito Santo.
6 - A Irmandade da Sagrada Família.
7 - A Irmandade de São Benedito.
8 - A Irmandade de Santa Inês.
9 - A Arquiconfraria dos Adoradores do SS. Sacramento.

****

1 - **Generalidades**.

O Padre José Antônio Martins, em ofício de 31/12/1.859 ao Vigário da Vara de Alfenas, disse não haver no Machado confrarias ou irmandades reguladas ou sujeitas a compromisso. Tal documento encontra-se na pasta de avulsos sobre nossa Paróquia do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

O trabalho do Cônego João Aristides de Oliveira, adiante referido, contém mapa da população e movimento das paróquias da Diocese de Pouso Alegre, em 1.901. Lá se afirma que naquele ano não havia irmandades em Douradinho. Aliás, não tenho notícia de que o nosso Distrito haja fundado alguma confraria.

Anoto que aqui não se cuida da Irmandade da Santa Casa de Caridade de Machado, por ser associação sem fim religioso. Ela é estudada no livro terceiro.

2 - **A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte**.

Foi a primeira a constituir-se em Machado. Recebeu aprovação do Vigário Capitular do Bispado de São Paulo por provisão de 7 de agosto de 1.871:

> *"O D.or Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade, Cavalleiro da Ordem de Christo, Arcediago da Catedral desta Imperial Cidade de São Paulo n'ella e em todo o seo Bispado Vigr.º Capitular pelo Ill.mo e R.mo Cabido Sede Vacante etc. etc. Aos que esta Provizão virem Saude e páz para Sempre em o Senhor. Faço Saber que attendendo ao que me representarão diversos moradores da Parochia da Sacra Familia e Santo Antonio do Machado da Provincia de Minas Gerais, e desta Diocese; Hei por bem pela presente approvar os quinze Capitulos do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, erecta n'aquella Parochia, com a clauzula porem de não poderem augmentar e nem diminuir couza alguma sem expressa licença minha e mando se guarde e Cumpra como n'elles se contem. Dada na Camara Capitular de São Paulo sob meo signal e sello da meza Capitular aos 9 digo 7 de agosto de 1871. E eu Antonio Augusto de Araujo Munis, Escrivão da Camara Capitular a subscrevi = Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade."* (ACMSP, 1-2-35).

Cópia do compromisso encontra-se no fundo "*Secretaria de Governo*", códice 807, do Arquivo Público Mineiro.

Em ata da sessão da Câmara de 3/3/1.890, há menção a pedido de informações de certa autoridade sobre bens das corporações de mão-morta no Município. Respondeu-se nada constar na Intendência sobre terrenos possuídos por elas, sabendo-se porém de um que pertencia a N. S. da Boa Morte, por legado de um devoto.

3 - **A Irmandade do Santíssimo Sacramento**.

Segundo Rodrigues de Carvalho, reunia a elite da Cidade. Seu compromisso, que também se encontra no códice SG-807 do Arquivo Público Mineiro, foi aprovado por provisão eclesiástica de 16 de julho de 1.873, do seguinte teor:

> *"Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho por Merce de Deos e da S.ta Sé Apostolica, Bispo de São Paulo, e do Concelho de S. M. O Imperador.*
> *Aos que esta Nossa Provisão virem Saude e benção em o*

Senhor = Fazemos saber que attendendo ao que por sua petição, Nos representarão diversos membros da Irmandade do S.S. Sacramento erecta na Parochia da Sacra Familia e Santo Antonio do Machado, desta Diocese = Havemos p.r bem pela presente approvar os oitenta e dous artigos de seu Compromisso com a clausula porem de não poderem augmentar nem diminuir cousa alguma sem expressa licença Nossa: e mandamos que o referido compromisso que esta acompanha e que vai numerado e rubricado p.lo Rd.º Secretario de Nossa Camara seja guardado e cumprido como n'elle se contem. Dada na Camara Episcopal de São Paulo sob Nosso Signal e Sello das Nossas Armas aos 16 de Julho de 1873. Eu Antonio Augusto de Araujo Munis Escrivão da Camara Episcopal a subscrevi + Lino Bispo Diocesano".

Tal documento encontra-se no livro "*Registro de Provisões - 1872/1875*", pág. 134v., do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

4 - **A Irmandade de São Vicente de Paulo**.

É mencionada em exemplar do jornal "*Cidade do Machado*", de 1.914, entre as associações do culto católico machadense. Não tenho mais notícias a seu respeito. Observo que não se trata da Conferência de São Vicente de Paulo, fundada somente em 1.935.

5 - **A Irmandade do Divino Espírito Santo**.

É também referida no jornal "*Cidade do Machado*", de 1.914. Não disponho de outros informes sobre ela.

6 - **A Irmandade da Sagrada Família**.

Estava em formação no dia 11 de fevereiro de 1.920, conforme o segundo livro de tombo da Paróquia. Depois, não encontrei outra referência a ela.

7 - **A Irmandade de São Benedito**.

Ignoro a data de sua fundação. Em solenidade no mês de outubro de 1.928 foi representada pelo provedor Dr. Olegário Dias Coelho, pelo vice-provedor João Vieira da Silva, e pelos membros Antenor de Paula Ferreira, Antônio de Paula Ferreira, Ezequiel Ferreira Lúcio, João Baptista Lavras e Sabino Pereira Fagundes.

Diversas associações paroquiais enviaram ofício ao juiz de direito, em julho de 1.954, pedindo "*um cinema mais moral*". Entre seus signatários, pela Irmandade de São Benedito, estavam Antônio Augusto de Carvalho, Maria da Conceição Dias e Oscar de Souza Dias.

Nas cerimônias religiosas seus membros trajavam uma curta capa roxa. Nas décadas de cinqüenta e sessenta era liderada por Paulina Lima, a "Paulina do Ginásio". Cumpre não confundi-la com a Conferência de São Benedito, oriunda de divisão da Conferência de São Vicente de Paulo. Não é mencionada nos livros de tombo da Paróquia.

8 - **A Irmandade de Santa Inês**.

Foi fundada em 1.937, de acordo com anotação na página 108v. do segundo livro de tombo da Paróquia. Nada mais sei sobre ela.

9 - **A Arquiconfraria dos Adoradores do SS. Sacramento**.

O ofício de 1.954 sobre o cinema, a que acima se referiu, foi também subscrito por seus membros José Fernandes Gatto, José Westin, Manoel Augusto Costa e Venézio Luiz Aparecido. Não tenho outras informações a respeito dela.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - livro "Registro de Provisões - 1870/1872", pág. 177v. (localização: 1-2-35);
2 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - livro "Registro de Provisões - 1872/1875", pág. 134v. (localização: 1-2-32);
3 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - pasta de documentos avulsos sobre Machado;
4 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado - segundo livro de tombo - 1.916 a 1.967;
5 - Arquivo Público Machadense - livro 168: "Registro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Santo Antonio do Machado - 1883/1892" - pág. 104v.;
6 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 807 - págs. 154/168 e 175v./180;

7 - “Cidade do Machado” - exemplar incompleto, número e data ignorados, 1.914, pág. 10;
8 - “Luminar Machadense” nº 28 - 1/8/1.954 - pág. 2;
9 - “Machado-Jornal” nº 45 - 4/11/1.928 - pág. 1.

B - **secundárias**
1 - Cônego João Aristides de Oliveira - “Diocese de Pouso Alegre - 1.950 - Ano Jubilar” - sem menção de autor, editora e data - pág. 118;
2 - João Rodrigues de Carvalho - “História de Machado” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 38/39;
3 - Wanderley dos Santos - “Aspétos Históricos do Município de Machado M. G.” - trabalho inédito, datilografado, pág. 10.

****

AS ASSOCIAÇÕES DE LEIGOS - III
(Associações Pias)

1 - Apostolado da Oração.
2 - Pia União das Filhas de Maria.
3 - Damas de Caridade.
4 - Congregação de São Geraldo.
5 - União de Moços Católicos.
6 - Liga Católica Jesus, Maria, José.
7 - Pia Associação dos Santos Anjos.
8 - Confederação do Divino Espírito Santo.
9 - Liga do Menino Jesus.
10 - Congregação Mariana.
11 - Legião de Maria.
12 - Cruzada Eucarística.
13 - Ação Católica.
14 - Associação de Santa Terezinha.
15 - Grêmio São Tarcísio.
16 - Esclarecimento.

****

1 - **Apostolado da Oração**.

A princípio também conhecido por Irmandade do Sagrado Coração, foi fundado em nossa Cidade pelo Cônego Antônio Dutra de Paiva, provavelmente em 1.912. De início abrigava homens; mais tarde passou a compor-se apenas de mulheres; depois voltou a aceitar membros do sexo masculino. Usam fita vermelha no pescoço, mais ou menos larga de acordo com sua categoria (zeladoras ou zeladas).

Em 1.916 criou seções nos bairros dos Ritas e do Bu-

raco. No ano seguinte possuía 23 zeladoras e 170 zeladas; 6 zeladores e 70 zelados. Em 1.919 abriu seção só para homens no Bairro São Thomé. Em 1.921 eram 350 os seus membros, conforme o "*Annuario Estatistico*" adiante referido. Sessenta anos depois estavam inscritas em suas fileiras cerca de 300 senhoras. Existia até o fimdo milênio, com aproximadamente 320 membros.

Presidiram a Associação no correr dos anos, entre outras, Rita de Cássia Moreira Carvalho, Mathilde de Abreu Nogueira, Luísa da Silva Dias, Zilda Pereira Lima, Agostinha Nogueira Amaral, Judith Diniz Almeida, Maria Olímpia Domingues Dias e Aparecida Helena Carvalho Alves. A presidenta quando se concluiu este trabalho, em exercício desde janeiro de 1.996, era Ruth Fadel Annoni.

Douradinho também teve seu Apostolado, que em abril de 1.944 recepcionou o Bispo de Pouso Alegre. Após paralisação de alguns anos, em agosto de 1.963 foi reorganizado, formando esta diretoria: *presidenta* - Angelina Martins Maciel; *vice-presidenta* - Maria Augusta de Morais; *tesoureira* - Tereza Martins Maciel; *secretária* - Ruth Neuza Campos. Dois meses depois tinha 22 zeladoras e 3 zeladas. Era a única associação religiosa lá existente em setembro de 1.968, como declarou o Pároco de Carvalhópolis, mas desorganizada, sem diretoria e sem reuniões. Ele então a reestruturou, deu-lhe nova direção e conseguiu mais adeptas. Isso, porém, não consta do livro de atas, aberto em 1.963, que foi utilizado até agosto de 1.969. Novamente em recesso, ressurgiu por pouco tempo anos depois, até extinguir-se cerca de três décadas após.

A nova Paróquia São José organizou seção do Apostolado, tendo no final do milênio cerca de oitenta membros, sob a direção de Luíza Helena Leite.

Entusiasta do Apostolado foi o machadense D. Francisco de Paula e Silva, que o considerava "*o melhor termômetro para avaliar-se a piedade de uma freguesia*". Em novembro de 1.907 passou a dirigi-lo pessoalmente na Diocese do Maranhão, que possuía 11 centros dele. Até falecer, em 1.918, fundou outros 22. De nosso ilustre antístite cabe também lembrar o alentado estudo que publicou na "*Revista do Archivo Publico Mineiro*", em 1.907, sobre a Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens, da Serra do Caraça. Registre-se, por fim, que D. Hugo Bressane de Araújo publicou uma pastoral sobre o centenário do Apostolado da Oração, em 1.944.

2 - **Pia União das Filhas de Maria**.

Fundou-a em Machado o Padre Achilles Tritsmans, no ano de 1.917, com 20 titulares e 20 aspirantes. Sua primeira diretoria ficou assim composta: *diretora* - Emma Zanon; *presidenta* - Honorata de Moraes; *pri-*

meira secretária - Honestália da Silva; *segunda secretária* - Aurora Soares; *tesoureira* - Maria Augusta da Silva. O cargo de presidenta, ao que parece, era inferior ao de diretora. Em 1.918 a presidência coube a Maria Augusta da Silva; em 1.920, a Eurydice de Souza Dias. Conforme o "*Annuario Estatistico*", tinha 80 sócias em 1.921. Vinte anos depois seus membros eram aproximadamente 120. No Colégio Imaculada Conceição houve uma seção dela, já ativa em 1.927.

Em Douradinho existia a associação em agosto de 1.963, conforme anotação no livro de atas do Apostolado. Em 1.968 já estava extinta. Não encontrei outras referências a ela no Distrito.

Destinava-se apenas a moças solteiras, que usavam uniforme todo branco, com fita azul ou verde, conforme a categoria. Não sobreviveu às mudanças conciliares.

3 - **Damas de Caridade**.

Tal associação foi criada em outubro de 1.917, com cem contribuintes. Presidida pelo Vigário, tinha de início membros visitantes e coletantes (Maria José Bressane, Maria Luísa Vieira, Rita de Cássia Moreira Carvalho), e membros apenas visitantes (Josepha de Magalhães, Zulmira da Silva). Distribuía remédios e mantimentos aos pobres. Não pode ser confundida com outra sociedade, apenas beneficente, que aqui se organizou com o mesmo nome, muitos anos depois.

4 - **Congregação de São Geraldo**.

Era também impropriamente conhecida como Irmandade de São Geraldo, embora não tivesse as características de uma associação desse tipo. Foi criada em 1.918, pelo Padre Achilles Tritsmans, para meninos. Segundo o "*Annuario Estatistico*", em 1.921 tinha 50 sócios, que pagavam contribuição anual de 6$000. Parece ter durado pouco tempo.

5 - **União de Moços Católicos**.

Foi fundada em 1.921 pelo Padre Achilles Tritsmans. Tinha de início, conforme o "*Annuario Estatistico*", 43 sócios, que pagavam contribuição anual de 12$000. Desconheço qual foi sua duração.

6 - **Liga Católica Jesus, Maria, José**.

Outra sociedade nascida do dinamismo do Padre Achilles, em 1.922. Congregando homens, principalmente da zona rural, existia até o fim do século.

Segundo o "*Machado-Jornal*" de 14/4/1.929, havia sido fundado pouco antes o núcleo do Bairro do Ouvidor, com 37 sócios, tendo por prefeito Raul Caixeta. Em 1.930 tinha 227 sócios, em 8 seções; em 1.941, aproximadamente 300, em 15 seções. Em 1.954 representaram-na, na Cidade, Lindolpho de Souza Dias, Oscar de Paiva Westin e Octaviano de Paiva Reis.

Em junho de 1.966 mais de mil liguistas, desta e de cidades vizinhas, fizeram concentração em Machado, presidida pelo orientador geral das Ligas do Brasil, vindo do Rio de Janeiro. Em 1.972 a Liga local tinha em seus quadros 580 pessoas. Arcírio Almeida Gonçalves comemorou então 30 anos como secretário dela. Em julho de 1.974, nova concentração de liguistas, liderada pelo diretor nacional, comemorou o cinqüentenário de fundação da Liga machadense, que tinha então 600 filiados. Em 1.981 ela reunia no Município perto de 800 membros, divididos em 29 seções. Em 1.999 congregava cerca de 400 homens.

7 - **Pia Associação dos Santos Anjos**.

Já existia no Colégio Imaculada Conceição em 1.930, conforme o segundo livro de tombo da Paróquia. Nada mais sei sobre ela.

8 - **Confederação do Divino Espírito Santo**.

Foi fundada em 19 de dezembro de 1.930, quando se lhe nomearam 12 zeladoras.

9 - **Liga do Menino Jesus**.

Destinada a crianças, surgiu em 1.932, sob inspiração do Vigário Marino Power. Tinha de início aproximadamente 50 sócios, dirigidos por 3 zeladoras. Não sei quando deixou de existir.

10 - **Congregação Mariana**.

Foi fundada na Cidade em 1.934, pelo Padre Marino Power, com cerca de 20 sócios. Sua supervisão foi confiada ao Padre João Schuur,

e teve como primeiro presidente Guilherme dos Santos Silva. Em 1.941 tinha mais ou menos 30 membros. Abrigava homens e rapazes, que usavam por insígnia uma fita azul no pescoço. Em 1.954 esteve representada por Dédio Fernandes Melo, Mário Theodoro de Lima e Sílvio Marino de Oliveira na petição ao juiz de direito, já referida. Durou muitos anos, mas extinguiu-se.

No Ginásio São José, em data anterior a 1.949, organizou-se Congregação Mariana para alunos internos maiores. Em junho de 1.950 passou a aceitar também os externos. Ainda funcionava em 1.957, conforme a *Revista do 1º Centenário de Machado*.

11 - **Legião de Maria**.

Surgiu na Irlanda, em 1.921. Foi criada entre nós na segunda metade da década de trinta, sob o vicariato de João Schuur. Conforme informação do Cônego Pulcinelli, a legião local foi a primeira a formar-se no Brasil. Em outubro de 1.951 registrou-se no livro de tombo da Paróquia que havia sido reativada, após paralisação por dois anos aproximadamente. Cessou de vez em 1.972.

Era constituída por duas categorias de membros: os ativos e os auxiliares. Aqueles subdividiam-se em núcleos chamados de "*praesidia*", ou seja, grupos de soldados de Maria. Aqui, na segunda metade dos anos sessenta, havia pelo menos dois núcleos adultos mistos: o "*Praesidium Auxiliorum Christianorum*" e o "*Praesidium Nossa Senhora do Perpétuo Socorro*". Foram seus dirigentes, entre outros, Amélia Paes, Célia Anita Gambi, Délio de Carli, Glória Santos e Joel Maciel Dias. Há notícia da organização de dois outros, na Ponte e no São Benedito, mas ignoro se chegaram a atuar. Existiu também o "*Praesidium Juvenil Maria Imaculada*", que em 1.966 tinha 22 membros.

12 - **Cruzada Eucarística**.

Associação para crianças, criada em 1.937 pelo Padre João Schuur. Quatro moças foram instruídas de início como zeladoras e catequistas. Seus membros tinham por distintivo uma fita amarela com cruz azul, usada em diagonal no peito. Em 1.941 tinha mais ou menos 70 sócios.

Já no primeiro ano de funcionamento do Ginásio São José, os irmãos Arnaldo Isidoro e Ângelo fundaram uma seção dela, que se manteve ao menos até o início da década de sessenta.

Também Douradinho teve a sua Cruzada Eucarística, que em 1.944 recebeu o Bispo da Diocese. Deixou de existir em data que ignoro.

13 - **Ação Católica**.

Fundou-se no Colégio Imaculada Conceição em 1.938, com 12 moças operárias, principalmente dos armazéns de catação de café. O núcleo ficou, de início, sob a direção de Sóror Maria del Valle.

Obtive poucos dados a seu respeito. Compunha-se de diversos grupos. Destes, a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Operária Católica (JOC) já atuavam na Cidade em 1.953. Em setembro daquele ano, organizada pelo Padre Pedro Strabelli, surgiu a Juventude Independente Católica (JIC), para moças, presidida por Gláucia de Almeida e secretariada por Cármen Therezinha Figueiredo.

Também o Ginásio São José teve uma Ação Católica, criada em ano anterior a 1.948. Dela fazia parte a Juventude Estudantil Católica, que promovia círculos de estudo no Centro Interno "*Aldo Marcozzi*". Esteve inativa por certo tempo, e deveria reiniciar atividades em 1.957, segundo a *Revista do 1º Centenário*. Ignoro se o fez.

14 - **Associação de Santa Terezinha**.

Existia no Douradinho em abril de 1.944, quando participou da recepção ao Bispo de Pouso Alegre. Era destinada apenas a moças, e extinguiu-se em data que ignoro.

15 - **Grêmio São Tarcísio**.

Foi fundado no Ginásio São José em 11 de setembro de 1.949, com quinze membros e mais esta diretoria: *presidente* - Ubaldo C. Duarte; *vice-presidente* - Josué Cioffi; *secretário* - Jehovah A. Pereira: *tesoureiro* - Olívio A. Cordeiro; *zelador* - João Bosco do Prado Mendes. Sua principal atividade era acolitar os sacerdotes nas missas.

16 - **Esclarecimento**.

Deixo de cuidar aqui da Conferência de São Vicente de Paulo (e de suas divisões, a Conferência de São Benedito e a Conferência da Sagrada Família) porque o farei no capítulo relativo à Vila Vicentina. Do Círculo Operário Católico tratarei na parte referente às relações de trabalho.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado - dois livros de atas do Apostolado da Oração, de 1.970 a 1.990, e de 1.991 a 1.998;
2 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado - livro de atas da Legião de Maria, de 1.966 a 1.972;
3 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado - segundo livro de tombo - 1.916 a 1.967;
4 - Arquivo da Paróquia de Carvalhópolis - livro de tombo da Paróquia de Douradinho, a partir de 1.930 - pág. 5v.;
5 - Arquivo da Paróquia de Carvalhópolis - livro de tombo da Paróquia de Carvalhópolis - pág. 47;
6 - "Folha Machadense" nº 11 - 2/6/1.974 - pág. 1;
ed. esp. - 10/1/1.990 - pág. 7;
7 - informações pessoais de Cônego Wálter Maria Pulcinelli, Jesualdo Maciel, Jônia Nogueira e Ruth Fadel Annoni;
8 - "Jornal do Dizimista" nº 1 - 14/2/1.999 - pág. 1;
9 - livro de atas do Apostolado da Oração de Douradinho, aberto em agosto de 1.963 - em poder de Paulo Maciel;
10 - "Luminar Machadense" ns. 9 - 11/10/1.953 - pág. 2;
28 - 1/8/1.954 - pág. 2;
30 - 29/8/1.954 - pág. 3;
49 - 3/9/1.955 - pág. 4;
11 - "Machado-Jornal" nº 68 - 14/4/1.929 - pág. 2;
12 - "O Ginasiano" ns. 1 - abr. de 1.948 - pág. 3;
6 - out. de 1.948 - pág. 3;
1 - mar. de 1.949 - pág. 3;
2 - abr. de 1.949 - pág. 3;
7 - out. de 1.949 - pág. 1;
2 - mai. de 1.950 - pág. 6;
3 - jun. de 1.950 - pág. 4;
13 - "O Machadense" ns. 780 - 1/5/1.960 - pág. 6;
1000 - 10/7/1.966 - pág. 2;
51 - 27/2/1.972 - pág. 1;
14 - "Paróquia São José" nº 10 - 10/9/2.000 - pág. 3.

B - **secundárias**

1 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", cap. II - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 2, págs. 2 e 14;
2 - Dom Felipe Condurú Pacheco - "Dom Francisco de Paula e Silva - XXIII Bispo do Maranhão"- Editora Vozes, Petrópolis, 1.955, págs. 21 a 23;
3 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 71, 72 e 99;
4 - Manoel Francisco Pinto Pereira - almanaque "O Sul de Minas", fascículo 2º, pág. 21;

5 - Pedro E. Vallim - “Album dos Municipios do Estado de Minas Gerais”, 1º volume - “A Orientadora”, São Paulo, 1.941, pág. 135;
6 - Revista do 1º Centenário de Machado, nº 2, pág. 3;
7 - Revista “Machado de Ontem e de Hoje”, V-1;
8 - Secretaria da Agricultura de Minas Gerais - “Annuario Estatistico” - anno I, 1.921, vol. IV, tomo I - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, págs. 489 e 501.

****

AS ASSOCIAÇÕES DE LEIGOS - IV
(Grupos Pós-Conciliares)

1 - Cursilhos de Cristandade.
2 - Treinamento de Lideranças Cristãs (TLC).
3 - Movimento de Encontro de Casais com Cristo.
4 - Renovação Carismática Católica.
5 - Néo-Catecumenato.
6 - Campanha de Alimentação para os Pobres (CALIPO).
7 - Movimento de Jovens Católicos.
8 - Comunidades Eclesiais de Base.
9 - Pastorais.
10 - Associação Cultural Lefèbvre.

****

1 - **Cursilhos de Cristandade**.

Movimento de origem espanhola, destinado apenas a adultos, que buscava através de impacto, sob forte pressão emocional, reorientar pessoas à vida cristã. Seus primeiros membros na Cidade, em 1.971, foram Alfredo Fadel, Anselmo Camões Vieito, Laís Ferri e Miguel Dias. Cursilhistas machadenses organizaram em 1.975 a "*sopa da Providência*", distribuindo alimentação diária a necessitados em barracão na Rua Joaquim Teófilo, mais tarde demolido para que se construísse o prédio de apartamentos da Paróquia. Em março e setembro de 1.977 promoveram concorridas reuniões no Colégio I. Conceição e no salão paroquial. Foi ligado ao "*Encontro de Casais com Cristo*", e não existe mais por aqui.

2 - **Treinamento de Lideranças Cristãs (TLC)**.

Movimento contemporâneo dos Cursilhos e com

objetivos semelhantes, mas adaptado e dirigido especificamente a jovens. Em Machado recebeu grande impulso no fim da década de sessenta e início da de setenta, sob a liderança do então padre José Carlos Vilela, tendo por núcleo a residência de seminaristas na Rua Barão do Rio Branco. Em maio, julho e setembro de 1.971 realizaram-se os três primeiros cursos telecistas na Cidade, com orientação de equipes de fora e presença de muitos universitários. Em 1.972 o grupo trabalhou ativamente a fim de angariar dinheiro para construir os prédios da Paróquia no Ouvidor, depois conhecidos por "*Vila Betânia*". Manteve por algum tempo projeto de alfabetização de empregados rurais. Os telecistas subdividiam-se em várias comunidades, como as denominadas Maluca, Pacas, Shalom e Shata. Em agosto de 1.977 houve no Centro Educacional São José o 14º encontro de TLC em Machado. Também este movimento foi extinto aqui.

3 - **Movimento de Encontro de Casais com Cristo**.

Surgido no Brasil em 1.970, começou aqui em 1.976. Realizou seu primeiro encontro em março daquele ano, no Colégio "Imaculada Conceição", orientado por equipe de Poços de Caldas. Seus membros - casais, como o próprio nome indica - reuniam-se semanalmente, a fim de estudar a Bíblia, discutir problemas conjugais e educacionais, trocar experiências e rezar. Em abril de 1.982 efetuou-se o primeiro encontro rural de casais, no Bairro do Ouvidor. Compunha-se no fim do século de vários grupos, como "Bom Pastor", "Caminho da Luz", "Dois Amores", "Espírito Santo", "Jerusalém", "Jesus, Maria, José", "Nossa Senhora", "Nova Vida", "Novo Testamento", "Pentecostes", "Sal da Terra", "Santa Tereza", "Santos Reis", "São Benedito", "São João", "São José", "São Lucas", "São Paulo", "São Sebastião" e "São Tiago". Em 1.998 sua coordenadoria estava a cargo de Jacob de Souza Fernandes e esposa. Responsabiliza-se pela direção do Abrigo "*Jesus, Maria, José*", e promovia almoços na Vila Vicentina, cursos de batismo e de noivos. Em 1.999 tinha cerca de 14 grupos no Município. A Paróquia São José, no fim do milênio, possuía nove casais participantes, sob a coordenação de Paulo S. Carvalho e Nilda Castro R. Carvalho.

4 - **Renovação Carismática Católica**.

Movimento conservador, que divulga o culto ao Espírito Santo. Maria Auxiliadora Brasileiro Lara foi sua primeira dirigente local, e coordenadora geral da Diocese. Seus membros subdividem-se em grupos de oração, e o mais antigo deles foi aqui formado em maio de 1.977. Em 1.999 havia no Município 33 grupos, com cerca de 2.000 participantes. Eis alguns, com seus locais de reunião: Aleluia (Igreja N. S. Aparecida), Arca da Aliança (Limeira), Bom Pastor (Bairro da Conceição), Cenáculo de Maria (Cachoeirinha), Cristo Rei (Fazenda São Luís), Grão de Trigo (Casa do Congadeiro), Imaculada Conceição (Fazenda Jacarandá), Javé Nissi (Ouvidor), Magnificat (Caiana), Maranata (Pinhalzinho), Meu Bom Pastor (Bairro Bom Jesus), Nova Jerusalém (Santa Luísa),

Redentor (Papagaio), Renascer (Igreja N. S. Aparecida), Samaritana (Serra Negra), Shalom (Santuário), Vida Viva (Ouvidor) e Vinhas do Senhor (Escola Com. Lindolfo). Havia também, desde maio de 1.997, a Juventude Carismática, cujo grupo "Jovens Unidos em Cristo" (JUC) se reunia na Igreja N. S. Aparecida. Ela foi a criadora do albergue que depois ficou aos cuidados da "*Fraternidade Toca de Assis*". Os carismáticos festejam Pentecostes, e organizam eventos como "*páscoa dos doentes*", "*experiências de oração*", "*aprofundamentos*", "*retiros*", "*dias de louvor*" e "*missonas*". Os coordenadores no final do período estudado eram Alvina Ferreira, Carlos Donizetti, Claudemir Pinto Diniz e Darlene Mendes, que integravam a "comunidade de aliança". Os grupos da zona rural eram orientados por Waldir Milani. Na Paróquia São José, os carismáticos tinham, no fim do milênio, seis comunidades, sob a coordenação geral de José Aparecido Sampaio.

5 - **Néo-Catecumenato**.

Machado foi a primeira cidade mineira a iniciar, em abril de 1.979, tal movimento, que se caracteriza pelo retorno às práticas da Igreja primitiva. Seu surgimento foi precedido de trabalho orientador do grupo de catequese néo-catecumenal de Caconde, SP. Em 22 de junho de 1.980 formaram-se as duas primeiras comunidades locais, de 44 pessoas cada, dirigidas por Erasto Pereira e Arcírio de Almeida Gonçalves. Desde maio de 1.983 teve catequistas próprios. Em 1.995 já havia aqui cinco comunidades, sob a coordenação do casal João Arnaldo Vieira e Jerusa Bíscaro Vieira. Em setembro daquele ano 18 machadenses do Néo-Catecumenato participaram da XII Jornada Mundial da Juventude, na França.

6 - **Campanha de Alimentação para os Pobres - CALIPO**.

Foi criada em outubro de 1.979, por jovens que se preocupavam com a justiça social e a melhor distribuição da riqueza, sob inspiração dos ensinamentos de Puebla. Realizou diversas promoções assistenciais entre 1.980 e 1.981. Lançou em setembro de 1.980 o jornal "*Calipo Informativo*". Entre seus líderes estavam Roberto Camilo Órfão Morais, que a presidiu, José Gilberto Baccoli e João Marcos Araújo.

7 - **Movimento de Jovens Católicos**.

Entre 27 e 31 de julho de 1.981 o Grupo "*Alicerce*" promoveu o 1º Congresso de Atualização Cristã, reunindo mais de 200 jovens em seminário, ministrado na Fundação Educacional, por frades franciscanos e carmelitas de Belo Horizonte. Extinguiu-se aqui em meados da década de oitenta. Não tenho outros informes a seu respeito.

8 - **Comunidades Eclesiais de Base**.

Constituem o grupo mais politizado da Igreja contemporânea, lutando em especial pelos direitos civis e trabalhistas. Tiveram início aqui por volta de 1.983, como seqüência do trabalho da "*CALIPO*". Seus líderes mais expressivos foram Irmã Pilar Vasconcellos e Roberto C. Órfão Morais. Entre 1.984 e 1.986 a Vila Betânia sediou ao menos três encontros diocesanos de CEBs. Em 1.999 existiam três comunidades no Município.

9 - **Pastorais**.

São ações de religiosos e leigos, em diferentes áreas, com objetivos específicos. Cada uma delas, embora subordinada a um plano de conjunto e a diretrizes gerais, desenvolve trabalho setorizado.

A **Pastoral da Juventude** trabalha junto da mocidade, mesclando evangelização com música, jogos e esportes. Surgiu no final dos anos oitenta, com o trabalho de José Nery de Oliveira, Lucy Mara Oliveira Santos, Maria Helena da Silva, e outros. Promoveu encontros do tipo "*Força Jovem*", "*Tatuagem de Cristo*", "*de Carnaval*", "*de Namorados*", etc., além de campeonatos esportivos e campanhas filantrópicas. Compõe-se de vários grupos, como JACC, Javé Novo, JBC, Judá, Junipaz, Jupam (*do Bairro Santa Luísa*), Myriam, Rei David e Tulipa (*da Escola Agrotécnica*). Uma de suas primeiras líderes foi Rosa Maria Ferreira; em 1.999 era presidida por Reginaldo Duarte Nery.

A **Pastoral da Saúde** iniciou o trabalho na Cidade no início da década de noventa. Dá assistência espiritual e material aos doentes, promovendo a festa do M. J. de Praga, bazares, feiras e quermesses. Sua presidenta no fim do século era Alvina Ferreira.

A **Pastoral dos Coroinhas**, como o nome diz, atua com os meninos que ajudam na celebração das missas. No primeiro semestre de 1.995 arrecadou alimentos e dinheiro para socorrer um garoto acidentado. Era responsável por ela Júlia Juntolli Costa. Na Paróquia São José tinha 42 membros no fim do ano 2.000, sob a coordenação de Paulo Henrique C. de Carvalho.

A **Pastoral da Criança** surgiu aqui em março de 1.995, e dois meses depois promoveu no Ouvidor encontro interdiocesano. Seus membros, liderados por Maria Goretti Scalco, receberam treinamento em Monte Santo de Minas, e se reuniam semanalmente na igreja do Bairro Santa Luísa. A partir de 1.998, a coordenação ficou a cargo de Olívia Matilde Caldeira Cavalcante. Com a Paróquia São José criou-se outra pastoral, coordenada por Nirlene Bernardete. No final do milênio, 20 líderes atendiam a cerca de 200 crianças em seis pontos do Município: Caiana, Centro, Douradinho, Santa Luísa, Santo Antônio e Vila Centenário.

A **Pastoral do Batismo** e a **Pastoral da Crisma** têm por objetivo preparar as pessoas para a recepção dos respectivos sacramentos. Aquela no fim do século era dirigida por Jônia Nogueira. Ambas também se criaram na Paróquia São José: a primeira, coordenada por Sérgio Luiz S. de Almeida e Fabiana Aparecida S. de Almeida; a segunda, por Maria Clara Henrique.

A **Pastoral do Dízimo** foi organizada em 1.999, a fim de arrecadar recursos para manutenção da Paróquia e para obras sociais e missionárias da Igreja. Tinha como presidente e tesoureiro Darcilo Castro Swerts e Ricardo Annoni Farah. Publicava a cada mês o "*Jornal do Dizimista*". Estruturou-se também na Paróquia São José, tendo no fim do milênio cerca de 35 membros, coordenados por Hilda Cândida Siqueira da Silva.

A Paróquia São José criou ainda, no fim do milênio, a **Pastoral da Comunicação** (coordenada por Soniamar de Lima Ferri); a **Pastoral do Acompanhamento** (coordenada por Vera Lúcia Ribeiro da Silva); e a **Pastoral da Liturgia** (orientada pelo seminarista Renato Gabriel).

10 - **Associação Cultural Lefèbvre**.

O machadense Luís Cláudio Viana, que desde meados da década de oitenta defendia na imprensa princípios da Igreja tradicionalista, fundou-a em dezembro de 1.990, com Adílson Soares de Almeida, José Antônio Faria e outros. Tinha ela por objetivos estudar a religião e divulgar o pensamento de Monsenhor Marcel Lefèbvre e D. Antônio de Castro Mayer, prelados que se opunham às inovações do Concílio Vaticano II. Teve efêmera duração.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado - terceiro livro de tombo - 1.968 em diante;
2 - "Calipo Informativo" ns. 1 - set. de 1.980;
2 - out. de 1.980;
3 - "Folha Machadense" ns. 77 - 5/10/1.975 - pág. 8;
84 - 23/11/1.975 - pág. 8;
148 - 6/3/1.977 - pág. 1;
173 - 21/8/1.977 - pág. 10;
179 - 2/10/1.977 - pág. 1;
298 - 19/4/1.980 - pág. 8;

347 - 11/4/1.981 - pág. 1;
362 - 25/7/1.981 - pág. 10;
363 - 1/8/1.981 - pág. 1;
368 - 6/9/1.981 - pág. 46;
378 - 21/11/1.981 - pág. 1;
400 - 8/5/1.982 - pág. 6;
405 - 12/6/1.982 - pág. 8;
488 - 18/2/1.984 - pág. 6;
598 - 26/4/1.986 - pág. 1;
612 - 2/8/1.986 - pág. 3;
614 - 16/8/1.986 - pág. 5;
698 - 23/4/1.988 - pág. 13;
751 - 13/5/1.989 - pág. 14;
752 - 20/5/1.989 - pág. 12;
758 - 1/7/1.989 - pág. 3;
765 - 19/8/1.989 - pág. 1;
ed. esp. - 10/1/1.990 - pág. 7;
805 - 9/6/1.990 - pág. 3;
832 - 15/12/1.990 - pág. 2;
1023 - 15/10/1.994 - pág. 13;
1053 - 20/5/1.995 - pág. 15;
1067 - 26/8/1.995 - pág. 3;
1111 - 6/7/1.996 - pág. 5;
1243 - 20/2/1.999 - pág. 6;
1413 - 1/6/2.002 - pág. 6;

4 - informações pessoais de Alvina Ferreira, Antônio Carlos Fernandes, Esther Savini Diniz, Jônia Nogueira, Madalena Maciel e Waldir Milani;

5 - "Jornal da Paróquia" nº 21 - 10/9/2.000 - pág. 5;

6 - "Jornal do Dizimista" nº 1 - 14/2/1.999 - págs. 2 e 3;

7 - "O Machadense" ns. 1053 - 25/8/1.968 - pág. 1;
14 - 23/5/1.971 - pág. 3;
22 - 25/7/1.971 - pág. 4;
29 - 12/9/1.971 - pág. 1;
53 - 12/3/1.972 - pág. 4;
75 - 13/8/1.972 - pág. 1;
81 - 24/9/1.972 - pág. 4;
'84 - 15/10/1.972 - pág. 6;

8 - "Paróquia São José" ns. 8 - 9/7/2.000 - pág. 1;
10 - 10/9/2.000 - pág. 3;

7 - "Siga em Frente" nº 17 - 15/5/1.993 - pág. 4.

****

OS AUXILIARES LEIGOS DO CULTO

1) - Escrivão da Vara.
2) - Fabriqueiros.
3) - Sacristãos.
4) - Ministros da Eucaristia.
5) - Outros.

****

1 - **Escrivão da Vara**.

A Paróquia de Douradinho chegou a sediar comarca eclesiástica, a cargo de um vigário da vara. Este exercia funções judiciais no âmbito canônico, e para tanto dispunha de funcionário denominado escrivão da vara, ou do eclesiástico.

Em 13 de março de 1.821 **Joaquim Ponciano de Carvalho** foi provido como escrivão da vara da Comarca de Douradinho. É o que consta do livro "*Registro de Provisões e de outros papéis - 1818/1827*", do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Ele se mantinha no cargo em março de 1.833, como se vê em petição que moradores da Freguesia dirigiram ao Bispo de São Paulo, solicitando a permanência no local de certo padre. Tal documento encontra-se na pasta de avulsos sobre Douradinho do Arquivo acima mencionado.

2 - **Fabriqueiros**.

Waldemar de Almeida Barbosa transcreve a seguinte definição de fábrica, extraída de uma carta pastoral:

> *"é o conjunto dos bens patrimoniais ou dos seus rendimentos, destinados à conservação e reparo das igrejas, bem como às despesas de manutenção do culto divino."*.

Por sua vez, fabriqueiro era

> *"o tesoureiro da igreja, o encarregado da guarda e conservação dos bens da Matriz"*.

O requerimento dos habitantes de Douradinho ao Bispo de São Paulo em março de 1.833, a que acima aludi, contém, entre outras, a assinatura do fabriqueiro **Ignacio Manoel Ribeiro**. Ignoro quando foi nomeado e por quanto tempo exerceu a função.

Foram também fabriqueiros em Douradinho, segundo informação de Jesualdo Maciel, **José Flávio de Morais, Joel Pereira** e **Angelina Martins Maciel**.

Olympio Gonsalves de Magalhães foi nomeado fabriqueiro da Matriz do Machado em portaria de 25 de agosto de 1.890. Não sei até quando permaneceu no cargo, que voltou a ser preenchido em 26 de dezembro de 1.900. Portaria de tal data conduziu a ele o **Padre Luiz José de Paiva**, que se empossou em 16 de janeiro seguinte. Estes dados constam do livro "*Parochias instituidas canonicamente*", adiante referido. Conforme Octaviano de Paiva Reis, **Oscar de Paiva Westin** era fabriqueiro no Machado em 1.912.

3 - **Sacristãos**.

Saturnino da Veiga, nos seus almanaques, indica como sacristãos do Machado **José Alves Ferreira** (em 1.874) e **Theodoro Soares Moreira** (em 1.884).

Portaria de 29 de agosto de 1.890 levou ao cargo **José Geraldo Athanasio** (ACMSP, 8-2-23).

Octaviano de Paiva Reis informa que era sacristão no Machado em 1.912 **Paulo de Paiva Patrício**, também organista.

O jornal "*O Machadense*" nº 104, de 1.934, informa ter sido também sacristão **Theodoro Soares de Oliveira**, homem de múltiplas profissões e atividades. Não esclarece quando isso se deu.

Quando a Paróquia esteve aos cuidados dos Missionários do Sagrado Coração, o ofício de que se trata foi, às vezes, exercido por irmãos leigos da Congregação. Assim, em 1.927 era sacristão o **Irmão Francisco**

Steacks; em 1.930, o **Irmão Pedro Maas**.

Em época mais recente, e por vários anos, foi dedicado sacristão **Oscar de Paiva Westin**, que teve como acólitos Arnaldo de Azevedo Reis e Maurício Milani, entre outros.

Na década de noventa esteve no cargo **Juliano Cagliari**. No final do milênio ocupava-o **Lucas Benedito Alves**.

4 - **Ministros da Eucaristia**.

Instituídos depois do Concílio Vaticano II, têm por mais relevante encargo ajudar a distribuir a comunhão. Após curso feito em Guaxupé, em outubro de 1.986, tornaram-se tais **João Arnaldo Vieira, Tarciso Costa, Maria Auxiliadora Brasileiro Lara** e **Paulo Newton da Silva**. Numa segunda etapa, atingiram o ministério **Jônia Nogueira, Márcia Bandeira, Marilena Moreira Costa** e **Oswaldo Gambi**. Por fim, em ocasiões mais recentes foram designados ministros **Adélia Serafini Savini, Alcy Marcos da Silva, Alvina Ferreira, Alzira Scalco, Dilcéia Signoretti Rodrigues, Evetânia Aparecida da Silva, Jair Ângelo, José Aparecido Sampaio, José Mário de Souza, Luzia Teodoro de Carvalho, Marcos Antônio Ramos, Maria Lemes, Nilza Castro Swerts, Paulo Gonçalves, Regina Pacheco, Rosângela da Silva, Sinéria Aparecida da Fonseca** ("leiga consagrada" em 21/6/97 - a única do Município) e **Wanda Lúcia Lima Silva**.

5 - **Outros**.

Embora sem menção pessoal, registrem-se por fim os músicos e cantores, que abrilhantam as solenidades sacras; as catequistas, que ministram instrução religiosa; e os coroinhas, crianças que ajudam na celebração das missas.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - "Registro de Provisões e de outros papéis - 1818/1827" - pág. 53 - (localização: 1-2-37);
2 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - "Parochias instituidas canonicamente" - pág. 178 - (localização: 8-2-23);

3 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - pasta de documentos avulsos sobre Douradinho;
4 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado - Segundo Livro de Tombo - 1.916 a 1.967;
5 - "Folha Machadense" ns. 636 - 7/2/1.987 - pág. 3;
ed. esp. - 10/1/1.990 - pág. 7;
6 - informações pessoais de Jesualdo Maciel e Jônia Nogueira;
7 - "O Machadense" nº 104 - 2/6/1.934 - pág. 4.

B - **secundárias**
1 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanach Sul-Mineiro para 1874" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.874, pág. 147;
2 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanak Sul-Mineiro para 1884" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.884, pág. 234;
3 - Octaviano de Paiva Reis - "Paróquia de Machado" - artigo em "O Jubileu de Ouro" nº 1 - 1/11/1.962 - págs. 1 e 2;
4 - Waldemar de Almeida Barbosa - "Dicionário da Terra e da Gente de Minas" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, pág. 94.

****

AS IGREJAS DE DOURADINHO

1) - As Igrejas de São João Batista.
2) - As Capelas de Nossa Senhora do Rosário.
3) - A Capela do Divino Espírito Santo.
4) - A Capela de Santo Antônio.
5) - A Capela de Maria Padilha.

****

1 - **<u>As Igrejas de São João Batista</u>**.

Nos capítulos quarto e sexto do livro inicial acham-se os poucos informes recolhidos sobre as primitivas capelas do Douradinho, e a transferência da Matriz para a Fazenda Alambary.

Por alvará de 19 de outubro de 1.813, o Príncipe Regente estabeleceu a quantia de 25 mil réis mensais para a fábrica do templo da Povoação.

Ao pé de ofício em que Manoel Jacintho Pereira requereu ao presidente da Província comunicasse à autoridade eclesiástica a restauração da Freguesia, seu vigário encomendado lançou esta certidão, em 23 de janeiro de 1.841:

> *"Attesto e faço serto que esta Matris de S. João Baptista do Douradinho, da qual sou vigrº emcomendado, he de estenção, e comoda suficiente pª os Freguezes; tem boas Sacristias hua das quais denovo seacabou de concluir; eque os Póvos tratão de sua pintura pª o qe fizerão hua sobscrição demais de quinhentos mil reis; tem bons sinos, e Suficientes Ornamentos pª a Selebração dos Officios Divinos, e Festi-*

vidades qe quasi sempre aly se fazem...".

Relatórios que o presidente da Província apresentou à Assembléia Legislativa nos anos de 1.854 e 1.855 contêm as seguintes observações sobre a Freguesia do Douradinho:

> *"Não tem Capellas, nem Ermidas. A Matriz está quasi a desmoronar-se, e precisa de ser feita de novo. Não tem alfaias e nem ornamentos, senão alguns já usados, que servem para as Missas resadas, e não tem recebido auxilio algum dos Cofres publicos.".*

Na visita que fez ao local em 1.857, o bispo de São Paulo, D. Antônio Joaquim de Melo, deixou para reforma da igreja a quarta parte do valor das crismas. Proibiu festas e terços nas ruas enquanto a Matriz não possuísse o necessário para missa cantada e procissão, nem estivessem forrados e assoalhados a sacristia e o lugar da pia batismal. Determinou fosse empregado nas obras todo o dinheiro de leilões e "*caixinhas*". Nomeou zelador daquelas o Tenente-Coronel Manoel Jacintho Pereira, que deveria escolher dois ajudantes.

Diversas leis orçamentárias da Província previram verba para reparos na Matriz do Douradinho:

nº 660, de 20/6/1.853 - 500$000;
" 699, de 31/5/1.854 - 600$000;
" 791, de 20/6/1.856 - 1:000$000;
" 846, de 15/7/1.857 - 500$000;
" 869, de 5/6/1.858 - 400$000;
" 1.741, de 8/10/1.870 - 800$000;
" 2.024, de 1/12/1.873 - 600$000;
" 3.232, de 22/10/1.884 - 250$000;
" 3.311, de 31/8/1.885 - 1:000$000.

A verdade, porém, é que quase sempre os recursos ficavam apenas no papel. Em relatório de 1.857, o vice-presidente da Província, Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, refere que se mandara entregar a quantia de 1:000$000 à Igreja do Douradinho. Suas obras eram dirigidas por João Antônio de Lemos Júnior, Manoel Jacintho Pereira e Simão Vieira da Silva.

Saturnino da Veiga, em seu primeiro "*Almanach*", disse ser a Matriz do Douradinho de tamanho regular, mas carente de grandes reparos. No segundo, informou que ela era a única igreja existente no lugar, e que recebera para obras, dos cofres da Província, 1:000$000, vinte e cinco anos atrás, aproximadamente.

No termo de visita à Paróquia em setembro de 1.934,

o Bispo de Pouso Alegre anotou o mau estado da Matriz, "*que precisa mais tarde ser substituída*". Voltando lá quatro anos depois, organizou comissão de obras para construção de outra e autorizou a demolição da velha, a fim de aproveitar seus materiais. Em abril de 1.944 nada ainda fora feito; ele desejou que o povo não se esquecesse da necessidade de edificar novo templo, e que a comissão angariasse esmolas para isso.

Segundo o livro "*Diocese de Pouso Alegre - 1.950 - Ano Jubilar*",

> *"esta Matriz funcionou até 1.947, tendo sido então demolida para dar lugar, um pouco mais para frente, à atual, em vias de acabamento."*.

Em maio de 1.949 o Visitador Diocesano observou que a nova Matriz já estava em funcionamento, embora ainda não terminada, e que era de construção sólida e aspecto muito agradável.

Já sem a categoria de matriz, foi reformada e recebeu nova pintura em meados da década de sessenta, sob os cuidados de Vicente Flávio de Morais.

Em setembro de 1.968 o Pároco de Carvalhópolis descreveu-a melancolicamente:

> *"Capela fria, quase sem vida espiritual. Panorama desanimador. O desinterêsse pela religião é acentuado. A frequência às missas mensais é diminuta, bem embora tenha feito todo o possível. A capela não recurso nenhum tem. Encontrei a dita capela desprovida de quase tudo, inclusive missal - livro do cânon - ritual para missa - alto-falante - e etc. Mandei fazer altar novo de madeira para as missas "versus populum"*.

Em junho de 1.984 ameaçava ruir, e sua zeladora, Angelina Martins Maciel, promoveu festa e pediu pela imprensa recursos para reconstruí-la. Em agosto seguinte formou-se comissão para a obra, presidida por Amadeu Maciel. No mesmo mês começou a demolição, concluída em novembro. O trabalho seguiu vagarosamente, por falta de dinheiro. Em fevereiro de 1.985 teve início a fundação; em janeiro de 1.987 foi concretado o piso. No final de 1.986 e começo de 1.987 afastaram-se o presidente e outros membros da comissão. A custo, a nova igreja foi levantada, graças ao esforço, principalmente, de Osmar Maciel. Mesmo sem estar pronta passou a ser utilizada. Em meados de 1.997, já sob o comando do Cônego Wálter Pulcinelli, teve o teto forrado; em seguida recebeu nova pintura.

Angelina Martins Maciel continuou zeladora da igre-

ja até a morte, ocorrida em 1.995. Sucedeu-lhe Madalena Maciel, ainda na função no fim do século.

2 - **As Capelas de Nossa Senhora do Rosário**.

Em 15 de março de 1.821, o bispo D. Matheus de Abreu Pereira autorizou os devotos da Freguesia do Douradinho a fundar e erigir capela sob o orago de Nossa Senhora do Rosário. A provisão encontra-se na página 54 e verso do livro "*Registro de Provisões e de outros papéis - 1818/1827*" do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

Na certidão do vigário encomendado de 23 de janeiro de 1.841, a que antes se referiu, consta que a Freguesia tinha então

"hua boa Igreja do Rozario que se acha quazi concluida".

Em setembro de 1.938, como visto, o Bispo de Pouso Alegre concedeu licença para demolir a Igreja de São João Batista. Ao mesmo tempo, autorizou servisse de matriz provisória a Capela do Rosário, que devia ser antes concluída. Jesualdo Maciel sustenta, porém, que ela foi desmanchada antes da conclusão. Esclarece que ficava onde se construiu depois o campo de futebol.

3 - **A Capela do Divino Espírito Santo**.

Provisão de 12 de novembro de 1.829, também do Bispado de São Paulo, concedeu faculdade a Antônio Joaquim Pereira de Magalhães, e outros moradores do Termo da Freguesia do Douradinho, para edificar capela sob a invocação do Divino Espírito Santo. Ressalvou, como de costume:

> *"Comtanto que seja em lugar decente, alto livre de humidades, desviado quanto possa ser de lugares imundos, sordidos, e de casas particulares, não sendo porem em lugares ermos, e despovoados, Com ambito sufficiente em roda para andarem Procissoens de Sorte que fique Com capacidade para pelo tempo futuro Servir de Matris, se for necessario, o qual lugar Sera assignalado pelo M. R. Vigr.º Collado da d.ª Freguesia do Douradinho, a q.m por esta m.ma damos Com.am, e observara o q.' determina a Constituição do Bpdo. E depois de acabada Se não podera nella dizer Missa Sem nova Licença Nossa pª a qual precedera a informação do lugar Capacidade da dª Capella, Sentª de Patrº Comp.te q.' ao menos rendera cada anno seis mil reis pª sua fabrica reparação, e ornam.tos.".*

4 - **A Capela de Santo Antônio**.

Foi construída antes de 1.915 por Ana Margarida Guimarães, nela sepultada. Jesualdo Maciel era o seu zelador até falecer.

Chegando a Douradinho em junho de 1.930, e antes de entrar solenemente na Matriz, o Bispo de Pouso Alegre tomou lá os paramentos. No termo da visita, determinou a transferência para ela de uma das imagens de Santa Terezinha.

5 - **A Capela de Maria Padilha**.

Por volta de 1.950, Maria Padilha, apelidada de "*Maria Pangu*", foi buscar lenha na Chácara "*José Dias*", hoje pertencente a Amadeu Maciel, e caiu num buracão quando tentava tomar água. No lugar em que seu corpo foi encontrado alguns dias depois, um tal "*Biezinho*" levantou pequena igreja, posta sob o orago de Nossa Senhora Aparecida. Atribuíram-se milagres à morta, e a capela passou a ser visitada por devotos. Nela chegaram a celebrar-se algumas missas. Anos depois, contudo, foi abandonada e ruiu. Lá, depois, ficou apenas um cruzeiro.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - livro VI de "Autos de Ereções e Patrimônio de Capelas" - págs. 189/195 (localização: 6-2-27);
2 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - "Registro de Provisões e de outros papéis - 1818/1827" - pág. 54 e verso (localização: 1-2-37);
3 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - "Registro de Provisões - 1828/1835" - págs. 62/63 (localização: 1-2-25);
4 - Arquivo da Paróquia de Carvalhópolis - Livro de Tombo da Paróquia de Douradinho, a partir de 1.930 - págs. 1, 1v., 3, 4v., 5v., 6, 6v., 7v. e 8;
5 - Arquivo da Paróquia de Carvalhópolis - Livro de Tombo da Paróquia de Carvalhópolis - págs. 20, 37, 46v. e 47;
6 - Arquivo Nacional - códice 27: "Registro de Cartas e Alvarás Expedidos pela Secretaria do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens" - vol. 7: 1813/1815 - págs. 3v./4;
7 - Arquivo Nacional - caixa 286, pacote 4, documento 48;
8 - Arquivo Público Mineiro - fundo: Presidência da Província - série PP1, subsérie 1/9: cultos públicos e acatólicos - caixa 3, documento 6;

9 - “Folha Machadense” nº 506 - 23/6/1.984 - pág. 3;
10 - informações pessoais de Amadeu Maciel, Jesualdo Maciel, Madalena Maciel e Paulo Maciel;
11 - “Jornal da Cidade” nº 7 - novembro de 1.985 - pág. 5;
12 - “Livro da Lei Mineira” - 1853 - tomo XIX, parte primeira, folha 8;
13 - “Livro da Lei Mineira” - 1.854 - tomo XX, parte primeira, folha 18;
14 - “Livro da Lei Mineira” - 1.856 - tomo XXII, parte primeira, folha 7;
15 - “Livro da Lei Mineira” - 1.857 - tomo XXIII, parte primeira, folha 10;
16 - “Livro da Lei Mineira” - 1.858 - tomo XXIV, parte primeira, folha 2;
17 - “Livro da Lei Mineira” - 1.870 - tomo XXXVI, parte primeira, folha 10;
18 - “Livro da Lei Mineira” - 1.873 - tomo XXXX, parte primeira, folha 12;
19 - “Livro da Lei Mineira” - 1.884 - tomo LI, parte primeira, folha 13;
20 - “Livro da Lei Mineira” - 1.885 - tomo LIII, parte primeira, folha 1;
21 - livro de atas e festas do Apostolado da Oração de Douradinho, aberto em agosto de 1.963 - em poder de Paulo Maciel;
22 - “Relatorio que á Assemblea Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na Sessão ordinaria de 1854 o Presidente da Provincia Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos” - Typographia do Bom Senso, Ouro Preto, 1.854; anexo, pág. 15;
23 - “Relatorio que á Assemblea Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na 2ª Sessão ordinaria da 10ª Legislatura de 1855 o Presidente da Provincia Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos”- Typ. do Bom Senso, Ouro Preto, 1.855, anexo;
24 - “Relatorio que ao Illm. e Exm. Sr. Conselheiro Carlos Carneiro de Campos apresentou no acto de passar-lhe a Administração da Provincia de Minas Geraes o Vice Presidente Joaquim Delfino Ribeiro da Luz”- Typ. Provincial, Ouro Preto, 1.857, anexo.

2 - **secundárias**
1 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanach Sul-Mineiro para 1874” - Typographia do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.874, pág. 163;
2 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanak Sul-Mineiro para 1884” - Typographia do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.884, pág. 242;
3 - Cônego João Aristides de Oliveira - “Diocese de Pouso Alegre - 1.950 - Ano Jubilar” - sem menção de autor, data e editora - pág. 114.

****

AS IGREJAS E ORATÓRIOS DE MACHADO - I
(Matrizes)

1) - A Capela da Sacra Família.
2) - A Igreja do Rosário.
3) - Período de informações obscuras.
4) - A Matriz de 1.918.
5) - A Matriz de 1.971.

****

1 - **A Capela da Sacra Família**.

Por ter sido o núcleo da povoação do Machado, tratei dela no livro inicial. O capítulo quinto cuidou de sua construção e de seu patrimônio.

Conforme Carlos Legnani, era pequena e tosca, de taipa, e ficava na parte superior da atual Praça Antônio Carlos, no lugar em que depois se instalou a primeira fonte luminosa. Foi posta sob o orago da Sacra Família, cuja imagem os fundadores só obtiveram em 1.833. Entrementes, para cumprir voto, o Capitão de Ordenanças Antônio Joaquim Pereira de Magalhães colocou-lhe no altar uma estatueta de Santo Antônio, o que a fez conhecida pelas duas invocações.

Provisão do Bispado de São Paulo, de 5 de agosto de 1.852, declarou curada a Capela da Sacra Família. Examine-se, a tal respeito, o capítulo sétimo do livro primeiro. No mesmo dia foi concedida faculdade para levantar e conservar nela pia batismal. O documento, expedido em favor do Reverendo José Antônio Martins, encontra-se no livro "*Registro de Provisões e mais Papéis da Câmara Episcopal - 1851/1857*", do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

Ignoro quanto tempo durou a igreja em estudo, tornada matriz com a criação da Freguesia. Certo é que em 1.874 não mais existia, pois era a Igreja do Rosário que estava servindo de matriz, já feitos os alicerces da nova. Saturnino da Veiga, autor dessa informação, mostrou dez anos depois que tudo continuava do mesmo jeito:

> *"tendo sido demolida a matriz por ameaçar ruína, e começando-se a construcção de uma nova, que está ainda em alicerces, conservando-se paradas as obras."*.

Três leis orçamentárias provinciais destinaram verbas para auxílio às obras da Matriz de Santo Antônio do Machado:

nº 1.601 - de 30/7/1.868 - 1:000$000;
nº 2.580 - de 3/1/1.880 - 10:000$000;
nº 3.311 - de 31/8/1.885 - 1:000$000.

2 - **A Igreja do Rosário**.

Foi iniciada em 1.845, conforme Carlos Legnani. Repetindo narrativas de João Soares e Porfírio Camargo, acrescenta que para a construção

> *"foi montada a primeira olaria em Machado no lugar mais tarde denominado "Várzea da Páscoa" cujos tijolos muito maiores do que os atuais, por absoluta falta de transporte, foram trazidos, ladeira acima por uma extensa fila humana, constituída por escravos e populares que os jogavam de um para o outro"*.

As obras paralisaram-se por atrito entre seus patrocinadores e o Padre José Antônio Martins, que, desgostoso, se transferiu para Douradinho. Não sei quando terminaram.

Em 1.874 o templo estava servindo de matriz, segundo Saturnino da Veiga. Aumentado em 1.880 pelo Padre João Baptista das Neves, possuía estilo toscano, com longa escadaria na frente, e era muito vistoso (também no dizer de Legnani). Ainda se refere a ele o "*Almanak Sul-Mineiro para 1884*", e ignoro até quando existiu.

3 - **Período de informações obscuras**.

Em 1.884, como visto atrás, estavam paradas no alicerce as obras da nova matriz. Não encontrei dados precisos sobre sua continuação.

O primeiro livro de tombo da Paróquia registra que em 13 de maio de 1.894, sendo vigário o Padre Francisco Filippo,

> *"diante uma concorrencia immensa de povo collocou a 1ª pedra pelos alicerces do frontespicio que provisoriamente servirá para a Egreja velha, para logo logo continuar-se e acabar-se a Egreja nova.."*.

A redação é confusa, e não permite saber o que realmente ocorreu.

A comissão contratante da feitura da igreja quis dispor das pedras que estavam nas valas e alicerces da antiga matriz. Por isso, em 4 de agosto seguinte, o Vereador Damaso de Souza sugeriu que a Câmara as arrematasse, não só para desentulhar a Praça Sete de Setembro, como para usá-las no calçamento das ruas. Aprovada a proposta, a sessão foi suspensa, e uma comissão avaliou o material em 3:000$000. Na mesma data foi sancionada a lei 27, que autorizou o agente executivo a adquiri-lo.

O jornal "*Sexto Districto*", em setembro daquele ano, noticiou que um grupo de amadores realizara espetáculo teatral em benefício da igreja que se estava fazendo.

No Natal de 1.899 aqui chegou o visitador diocesano, Padre José Paulino de Andrade. No livro de tombo da Paróquia ele fez anotações sobre o mau estado da matriz. Ignoro qual era ela: a que começara apenas poucos anos antes, e de cuja conclusão não há notícia? ou talvez ainda a velha Igreja do Rosário, a servir de matriz?

A resolução da Câmara 51, de 5/5/1.900, relevou de um crédito os membros da comissão de obras da igreja.

4 - **A Matriz de 1.918**.

A demolição da antiga Matriz começou em 2 de abril de 1.917. Deve-se ao dinamismo do Padre Achilles Tritsmans a construção da nova, no mesmo local. Sua primeira pedra foi benta em 13 de junho seguinte. Contratou-se a obra com Jesualdo Rugani, de Campestre, pelo preço de 48:500$000. O construtor foi Valentim Romanelli. Celebrou-se a primeira missa no templo, semi-pronto, em 2 de junho de 1.918. Ele começou a funcionar em agosto, mas só foi bento solenemente em 1º de novembro do mesmo ano. Segundo Oscar Fernandes, o relógio de sua torre foi instalado dois anos depois.

Em 1.925 o Padre Ricardo Franck reformou a fachada da Matriz e levantou-lhe a torre por alguns metros. Em agosto do ano seguinte foi nela colocado novo relógio, reformado em 1.933. No Natal de 1.926 concluíram-

se as obras na fachada, a colocação de ladrilhos internos e a feitura de passeio ao redor dela. Em agosto de 1.929 iniciaram-se trabalhos, empreitados por Tirteo Zanon, de remodelação da torre e da sacristia. Esta, que ficava na parte posterior do templo, foi demolida em maio do ano seguinte, para aumento dele. Em 1.931 adquiriram-se bancos e um harmônio para a Matriz. Em 1.936 e 1.937 o pintor libanês Pedro Zogbi efetuou pinturas artísticas no interior dela. No segundo semestre de 1.937 o telhado sofreu reforma. A lei municipal 20, de 5/11/1.948, autorizou a doação de terreno para aumento de sua abside. A obra foi executada pelo Padre Antônio Maria Vermin. Em julho de 1.949 inauguraram-se os novos bancos dela. Decreto de 5/12/1.951 nomeou comissão para vistoriar seu travamento. No vicariato de Santo Marini, entre 1.961 e 1.964, teve substituídos vitrais e portas, além de receber pintura interna, que destruiu murais. Foi demolida em 1.967.

5 - **A Matriz de 1.971**.

Decidida a feitura de novo templo, entendeu-se que deveria ser maior do que o anterior. O Vigário Pulcinelli então pediu à Câmara troca do local que ele ocupava pelo quarteirão fronteiriço. A lei 548, de 5/12/1.966, autorizou fosse doada à Paróquia área suplementar na Praça Antônio Carlos. Em setembro de 1.967, porém, comissão de autoridades (prefeito, vereadores, juiz, promotor) propôs a construção noutro local, para deixar a Praça livre e mais ampla. Ofereceu, em substituição, o imóvel do Dias & Cia. (esquina com Cel. Flávio), ou o do bar de Octaviano Reis (esquina com Rio Branco). Recusados ambos, posteriormente se optou pela edificação na lateral daquela. Para tanto, com base na lei 582, de 23/11/1.967 (alterada pela lei 13, de 22/5/1.968), o Município adquiriu os imóveis em que ficavam o Banco de Crédito Real e a Churrascaria Cara Suja (a seguir derrubados), além de terreno de Antonieta Costa, e os permutou pela área da antiga igreja. Se se decidisse pela mudança desde o início, teriam sido evitados a demolição da Matriz velha antes de concluir a nova, o levantamento do barracão provisório e a elaboração de nova planta. A mudança contrariou parte dos machadenses, que desejava continuasse a Matriz na cabeceira da Praça. A nova localização encareceu a obra e prejudicou o visual do templo, favorecendo porém o uso de sua parte inferior.

Sob projeto de Olavo Sampaio, os trabalhos iniciaram-se em setembro de 1.968 e foram supervisionados por Hércio Swerts Dias. Atuaram como construtores Waldemar Soares Camargo e Anacleto Romanelli. Benedito Neves encarregou-se da venda de carnês para arrecadação de fundos.

A inauguração ocorreu em 30 de maio de 1.971, com solenidades que se estenderam até o dia 6 seguinte. A Matriz tem 51 metros de comprimento por 16 de largura. Sua torre, em pastilhas e elementos vazados de louça, ergue-se à altura de 42 metros. Possui nas laterais 20 vitrais em vidro belga e alemão, com 6 metros de altura, além de outro, maior, no frontispício. O piso é de mármore cinza, e do teto pendem 10 lustres. Tem uma via-sacra de azulejos

pintados por Fernão Bracher.

Enquanto duraram as obras, serviu de matriz provisória um barracão feito na Praça Getúlio Vargas, adiante da Igreja de Nossa Senhora Aparecida. O relógio da velha Matriz foi colocado num torreão entre a Prefeitura e o Fórum. Lá funcionou precariamente, até que em fins de 1.974 a Paróquia, com ajuda do Município, adquiriu um relógio eletrônico, a seguir instalado na torre da nova Matriz. Em 1.983 ele foi substituído.

Em 24 de julho de 1.976 inauguraram-se os pavimentos inferiores da Matriz. O térreo foi alugado ao Município para a Biblioteca Pública, e mais tarde passou a sediar as rádios da Paróquia. O segundo, com quase 400 m2., sanitários, copa, cozinha, câmara frigorífica e sistema de som, destina-se a reuniões e festas.

No segundo semestre de 1.998 começou a restauração dos vitrais da igreja. No ano seguinte adquiriu-se novo sacrário, reformaram-se o telhado, as calhas, e embutiram-se canaletas condutoras de fios.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de atas nº 2, pág. 38 e verso;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 5, 11 e 12;
3 - Arquivo da Cúria Diocesana de Guaxupé - "Primeiro Livro de Tombo da Paróquia de Machado - 1.857/1.916";
4 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - livro "Registro de Provisões e mais Papéis da Câmara Episcopal" - 1.851/1.857" - págs. 42v./43;
5 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado - "Segundo Livro de Tombo" - 1.916 a 1.967;
6 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado - "Terceiro Livro de Tombo" - 1.968 em diante;
7 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro 6-A de decretos e portarias;
8 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1.898 a 1.919";
9 - Arquivo Público Machadense - livro 169: "Atas das Sessões da Câmara Municipal - 1.892 a 1.894";
10 - Arquivo Público Machadense - pasta "documentos de Oscar Fernandes";
11 - convite para inauguração da Matriz em 1.971;

12 - “Folha Machadense” ns. 23 - 1/9/1.974 - pág. 1;
36 - 1/12/1.974 - pág. 1;
91 - 25/1/1.976 - pág. 1;
117 - 25/7/1.976 - pág. 1;
466 - 4/9/1.983 - pág. 3;
ed. esp. - 10/1/1.990 - pág. 4;
1242 - 13/2/1.999 - pág. 10;
1251 - 17/4/1.999 - pág. 28;
13 - “Jornal do Dizimista” ns. 1 - 14/2/1.999 - pág. 1;
10 - 10/10/1.999 - pág. 2;
14 - “Livro da Lei Mineira” - 1.868 - tomo XXXIV, parte 1ª, folha 4;
15 - “Livro da Lei Mineira” - 1.880 - tomo XXXXVI, parte 1ª, folha 7;
16 - “Livro da Lei Mineira” - 1.885 - tomo LIII, parte 1ª, folha 1;
17 - “Machado-Jornal” nº 16 - 14/4/1.928 - pág. 14;
18 - “O Ginasiano” nº 6 - set. de 1.949 - pág. 4;
19 - “O Machadense” ns. 1024 - dez. de 1.967 - pág. 1;
1025 - 14/1/1.968 - pág. 4;
1029 - 11/2/1.968 - pág. 1;
1029-A - 18/2/1.968 - pág. 1;
8 - 11/4/1.971 - pág. 1;
16 - 6/6/1.971 - pág. 1;
20 - “Sexto Districto” nº 5 - 5/9/1.894 - pág. 3.

B - **secundárias**

1 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanach Sul-Mineiro para 1874” - Typographia do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.874, págs. 144/145;
2 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanak Sul-Mineiro para 1884” - Typographia do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.884, pág. 230;
3 - Carlos Legnani - “Histórias da Nossa História”, cap. II - na “Revista do 1º Centenário de Machado” nº 2, página 1;
4 - Cornélio Camargo - “Histórico dos Vigários de Machado” - trabalho datilografado, 1.983 - cópia na pasta “Paróquia da Sagrada Família”, do Arquivo Público Machadense;
5 - Cornélio Camargo - “Waldemar Soares Camargo” - em “Coletânea de Monografias sobre Vultos Machadenses”, mimeografado, pág. 54;
6 - Homero Costa - “Contribuição à História de Machado” - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem data, pág. 55;
7 - João Rodrigues de Carvalho - “História de Machado” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 70/72 e 145;
8 - José Matzner - “Guia do Sul de Minas” - Oficinas Gráficas da S/A Folha de Minas, 1.951, págs. 161/163;
9 - Revista “Machado de Ontem e de Hoje” - II-4 e V-1.

****

AS IGREJAS E ORATÓRIOS DE MACHADO - II

1 - O Oratório Privado do Capitão-Mor Custódio José Dias.
2 - O Oratório Privado de Jacintho José Pereira.
3 - O Oratório Privado de Azarias de Souza Dias.
4 - A Capela de São Miguel e Almas.
5 - A Ermida de Santa Cruz.
6 - A Igreja de Nossa Senhora Aparecida.
7 - As Capelas das Irmãs Concepcionistas.
8 - A Capelinha da Grama (Praça Rui Barbosa).
9 - A Igreja de Santa Cruz.
10 - As Capelas de Santana.
11 - A Igreja de Santo Antônio.
12 - A Capela da Vila Vicentina.
13 - As Capelas dos Irmãos Lassalistas.
14 - A Capela do Cemitério da Saudade.
15 - O Santuário do Menino Jesus de Praga.
16 - A Gruta de Nossa Senhora de Lourdes.
17 - A Capela de Nossa Senhora Aparecida.
18 - A Igreja de Santa Rita.
19 - A Igreja dos Santos Reis.
20 - A Capela de Nossa Senhora de Lourdes.
21 - A Igreja do Sagrado Coração de Jesus.
22 - A Casa de Oração do Jardim das Oliveiras.

****

1 - **O Oratório Privado do Capitão-Mor Custódio José Dias**.

Não encontrei a respectiva provisão. Adílson de Carvalho menciona dois batismos efetuados nele, entre 1.815 e 1.817. O assento do

segundo está no livro 3 de batismos da Paróquia de Cabo Verde, página 17. Localizava-se na Fazenda da Cachoeira.

2 - **O Oratório Privado de Jacintho José Pereira**.

Data de 2 de maio de 1.853 a provisão concedida pelo Bispo de São Paulo para mantê-lo. Ela se encontra no livro "*Registro de Provisões e mais Papéis da Câmara Episcopal - 1851/1857*", pág. 67v., do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

Um de seus descendentes, Astrogildo da Silva Dias, o doou em 27 de fevereiro de 1.980 ao museu da Basílica Nacional de Aparecida. Lá foi registrado sob número 2.179, em 1.992, com a seguinte descrição:

> *"Madeira do século passado, do ano de 1853, medindo 87 cm de altura por 40 cm de largura e 22 cm de profundidade; possui três faces de vidro sendo o fundo de madeira todo trabalhado em relevo barroco com policromia verde, vermelho e dourado. Na sua parte inferior possui um presépio com sete figuras de santo, dois carneirinhos, o burro e a vaca e um galinho, ornamentados com flores douradas e minúsculos pombos brancos. Na parte superior possui sete imagens de pedra sabão com policromias variadas e resplendores dourados. Também possui um Cristo crucificado e uma miniatura de uma santa indeterminada. Todas as peças são de esteatita ou pedra sabão."* (conforme anotações que gentilmente recebi de Adílson de Carvalho).

3 - **O Oratório Privado de Azarias de Souza Dias**.

Em 7 de julho de 1.853 o Bispado de São Paulo autorizou Azarias de Souza Dias (e não Ananias de Souza Dias, como tem sido erroneamente repetido), morador no Distrito do Machado, a manter oratório privado por doze anos. A respectiva provisão encontra-se no livro acima referido, pág. 77.

4 - **A Capela de São Miguel e Almas**.

Provisão do Bispado de São Paulo, em 26 de março de 1.873, autorizou o Padre José Antônio Martins a benzer a capela ereta dentro do cemitério paroquial. Concedeu também que nela se pudesse celebrar missa,

> *"havendo para este fim paramentos e o mais necessario com a devida decencia"*.

Posta sob a invocação de São Miguel e Almas, ela foi referida no "*Almanach Sul-Mineiro para 1874*". Em nota publicada no "*Monitor*" de 8/1/1.882, Manoel Eloy da Silva Passos acusou o Padre João Baptista das Neves de tê-la demolido sem licença do bispo, e aberto para reconstruí-la subscrição "*de cujas quantias recebidas não há notícias*".

5 - **A Ermida de Santa Cruz**.

Foi mencionada nos almanaques de Saturnino da Veiga para 1.874 e 1.884. Não tenho mais informações a seu respeito.

6 - **A Igreja de Nossa Senhora Aparecida**.

Fica na Praça Getúlio Vargas, e foi edificada em 1.898, segundo Carlos Legnani (ou por volta de 1.901, conforme a revista "*Machado de Ontem e de Hoje*"). Sofreu reforma em 1.930, sob empreita de João Soares Primo. Fizeram-se então a torre, nova escada e passeios; foram fechadas portas laterais e consertaram-se vidraças. O valor da obra (sete contos de réis) foi arrecadado por comissão sob a presidência do Dr. Feliciano Vieira. Nova reforma geral aconteceu em 1.944.

Foi demolida na administração do Padre Ildefonso Sigrist, aproximadamente em 1.958.

Em 1.959 o Executivo enviou à Câmara projeto de lei autorizando se construísse estação rodoviária com supermercado na Praça Getúlio Vargas, ou na Rui Barbosa. Emenda permitia cessão de terreno na Olegário Maciel a fim de levantar o novo templo da Aparecida. Anunciou-se que o Bispo de Guaxupé anuíra à permuta dos imóveis para isso. Houve manifestação contrária de fiéis, da imprensa, do corpo docente do Grupo "*Dom Pedro I*", e a proposta foi rejeitada.

A Igreja foi reconstruída no mesmo local pelo Padre Santo Marini, com auxílio de comissão presidida de início pelo Dr. Edgard da Veiga Lion, em que se destacaram Plínio e Luísa da Silva Dias, Afrânio e Helena Nogueira, João Nannetti e Carlos Pereira Dias. Merece lembrança a ardorosa campanha pela reedificação empreendida por Anésia Ramos, através do semanário "*O Machadense*". As obras, estimadas em Cr$3.500.000,00, duraram oito meses e estiveram a cargo de Alcides Crestani, de São José do Rio Preto. O primeiro tijolo foi assentado em março de 1.961; em setembro seguinte, já coberta, rezou-se nela uma missa. No dia 15 de outubro o Vigário promoveu no local tocante concentração de todas as capelas dos bairros rurais, que levaram em procissões as imagens de seus padroeiros. A inauguração solene teve início às 23h30 do dia 31 de dezembro, quando a estatueta da Santa, trazida em procissão da Matriz, reentrou no altar. Realizaram-se em seguida missa cantada, queima de fogos de artifício e entrega das obras da Praça, também reformada.

7 - **As Capelas das Irmãs Concepcionistas**.

Provisão episcopal de 7 de maio de 1.918, com o prazo de cinco anos, autorizou a celebração de missas na capela das Irmãs, posta sob o orago da Imaculada Conceição. Determinou que o Vigário a benzesse, achando-a em ordem. Foi declarada apta para o culto em 11 do mesmo mês.

A segunda delas, anexa ao prédio do Ginásio Velho, na Rua Coronel Flávio, construída e doada por Joaquim Pereira Lima, foi inaugurada no dia 22 de julho de 1.922. Segundo José Matzner, talvez equivocadamente, tinha por orago São José. Logo que levantado o novo edifício escolar, na Rua Professor José Cândido, fizeram nele uma capela provisória, cuja primeira missa se rezou em 16 de julho de 1.925.

Em 1.934, as Irmãs trocaram seu casarão pelo imóvel do "*Cine Machadense*", na Rua Prof. José Cândido. A parte traseira dele foi adaptada para salas de aula, e na frente se construiu uma capela, com duas sacristias e coro. A inauguração dela ocorreu em 11 de fevereiro de 1.937. Passou por ampla reforma quando as Concepcionistas comemoraram jubileu de ouro no Brasil, tendo sido reinaugurada em 30 de outubro de 1.962.

8 - **A Capelinha da Grama (Praça Rui Barbosa)**.

Segundo João Mileu, em entrevista à "*Folha Machadense*" 672, de 1.987, antes de construir-se a Capela de São Benedito o congo era dançado na Grama, sem regularidade. Acrescenta que os congadeiros chegaram a fazer lá uma capelinha, que ficava mais ou menos onde depois se construiu a Escola "*Chapeuzinho Vermelho*". Nela realizaram a festa um ano só. Isso deve ter ocorrido na década de vinte. Não encontrei outras informações sobre o templo.

9 - **A Igreja de Santa Cruz**.

Ainda conforme João Mileu, passou a sediar as festas de congo, quando deixaram a Grama. Ficava ao lado da avenida homônima, na atual Praça João de Almeida.

Segundo depoimento de Antônio Machado Bellini, precisando do terreno dela, em 1.923 o presidente da Câmara, Dr. Edvar Dias, o trocou pelo que foi doado à Capela de São Benedito, na praça do mesmo nome. Na construção desta se utilizou parte do material daquela.

10 - **As Capelas de Santana**.

A primeira ficava ao lado da antiga Santa Casa. Foi

inaugurada em 28 de outubro de 1.928, pelo Bispo D. Ranulpho da Silva Farias. Em junho de 1.946 seu prédio já estava desocupado. Ele foi posteriormente demolido, e se montou nova capela numa das salas do nosocômio.

No novo hospital também houve reserva de uma sala para capela. Em 28 de abril de 1.995 esta foi transferida para construção ao lado dele.

11 - **A Igreja de Santo Antônio**.

Conforme a "*Folha Machadense*" 649, o terreno para construção da Igreja de Santo Antônio, no Bairro da Ponte, foi doado por Olímpio Domingues Pinto, em 1.932.

Nova capela foi construída naquele bairro em 1.952, pelo Padre Rainério Hettinga. Mesmo antes da conclusão, só com paredes e cobertura de telhas, e sem escadaria, nela foi rezada a primeira missa em 20 de julho daquele ano.

Em abril de 1.967 teve início sua reforma, feita pelo Cônego Pulcinelli. Foi reinaugurada em 22 de outubro daquele ano. Passou por nova reforma no segundo semestre de 1.979.

12 - **A Capela da Vila Vicentina**.

Ignoro quando foi construída. Ficava em cômodo separado do prédio principal, onde se fez depois o jardim. Foi desmanchada pelo menos uma década antes do final do século. Era dedicada a São Vicente de Paulo, cuja imagem ainda se conserva na Vila.

13 - **As Capelas dos Irmãos Lassalistas**.

Foram feitas sob a invocação de São João Batista de La Salle. Conforme o livro de tombo da Paróquia, em 2 de abril de 1.940 se rezou a primeira missa na capela anexa ao Instituto São José, na Rua Coronel Flávio - a que pertencera às Concepcionistas.

Na mais antiga do prédio próprio do Ginásio São José, montada em sala do andar superior, D. Hugo Bressane de Araújo celebrou a primeira missa no dia 1º de dezembro de 1.941.

Em março de 1.975, por iniciativa do Irmão Amadeo Menegat, inaugurou-se outra, no andar térreo. Ela foi desativada em outubro de 1.996, quando o estabelecimento já estava estadualizado.

14 - **A Capela do Cemitério da Saudade**.

Foi inaugurada em 1.942, junto com a Necrópole. Conforme informação da zeladora desta, é dedicada a São Benedito. Em maio de 1.999 sepultou-se nela o corpo do Padre José de Souza Ribeiro.

15 - **O Santuário do Menino Jesus de Praga**.

Imagem de Nossa Senhora de Fátima, doada por Braulina de Souza Dias em 1.953, ficava em pequeno altar nos fundos da penúltima Igreja Matriz, ao lado da pia batismal. O Padre Santo Marini construiu templo para abrigá-lo, na Vila do Céu. As obras tiveram início em 1.962, e foram concluídas em curto tempo.

Em 1.970, Marcelo Carvalho Vieira obteve da Embaixada da Tchecoslováquia promessa de doação à Cidade de uma imagem do Menino Jesus de Praga. Os contatos, iniciados no Rio de Janeiro, prosseguiram em Brasília, por intermédio do Irmão Gabriel Norberto, ficando assentado que em retribuição se daria a uma praça o nome daquele país. Organizou-se comissão para escolha do local do santuário a ser edificado, a fim de receber a estatueta. Estavam em andamento as obras da Rodovia BR-267, e cuidava-se de construir a Estação Rodoviária. Apesar disso, ficou decidido que o templo se ergueria nas proximidades da Av. Comendador Lindolpho e do futuro trevo de acesso àquela estrada. Feita a planta pelo técnico Leonel Camargo, com cálculos do Dr. Maurício Vieira, em outubro de 1.972 começou a construção, a cargo de José Maria Pereira. Para seu custeio efetuaram-se rifas e diversas listas de contribuição. A Paróquia, de início, não se interessou pela iniciativa; depois, vendo que era aceita pelo povo, a adotou. Em meados de 1.973 veio a público a notícia de que o DETRAN e a Prefeitura haviam escolhido o lugar do Santuário para a futura Rodoviária, o que se confirmou. A obra foi demolida, com grande perda de dinheiro, trabalho e tempo. Resolveu-se a seguir que a imagem seria colocada na Igreja de Nossa Senhora de Fátima, arcando o Município com sua reforma e com a pavimentação dos arredores. Ela chegou em 25 de novembro de 1.973, antes do término dos trabalhos, e teve festiva recepção. O templo, a partir daí, passou a ser conhecido por Santuário do Menino Jesus de Praga.

Em 25 de julho de 1.976 foi inaugurado o carrilhão do Santuário, composto de quatro sinos acionados por processo eletrônico, que a Paróquia adquiriu por Cr$77.000,00.

O templo foi reformado em 1.979. No final da década de noventa passou por novas obras, tendo substancialmente ampliada a parte da frente. No lugar da escadaria construíram-se dois pavimentos: no inferior há quatro salas, um auditório, cozinha e outras dependências; no térreo há dois amplos salões.

16 - **A Gruta de Nossa Senhora de Lourdes**.

Situa-se ao lado da atual Rua Dr. Carlos Roberto de Almeida, em terreno cedido à Paróquia por Ângela Carvalho. Foi inaugurada em 22 de maio de 1.966, juntamente com a nova torre e o novo prédio do transmissor da Rádio Difusora.

No segundo semestre de 2.000, o responsável pelo loteamento "*Residencial da Gruta*", Messias Ferreira Martins, cercou-a com muro e grade de ferro. Colocou cruzes em cima dela e do portão; construiu calçada no terreno e ajardinou-o.

17 - **A Capela de Nossa Senhora Aparecida**.

Localiza-se também na atual Rua Dr. Carlos Roberto de Almeida, e pertence aos descendentes de Ernesto Carvalho. Foi construída por este em julho de 1.969, para cumprir promessa de sua esposa, falecida três meses antes. Pequena, tem um só cômodo.

18 - **A Igreja de Santa Rita**.

Localiza-se na Rua Ponte Nova, no Bairro Santa Luísa. A Paróquia conseguiu do Município a doação do terreno e a construção do prédio, com o auxílio de Ademar Morais Caixeta. A construção teve início em setembro de 1.982. Como registrado no terceiro livro de tombo da donatária (pág. 61),

> *"Num relance - era época de eleições e o Prefeito tinha todo interesse em fazer o seu sucessor - as obras foram realizadas, cobrindo-se o prédio."*.

Com a vitória da oposição no pleito, o serviço foi interrompido e entregue ao Vigário, que lhe deu seguimento.

A igreja foi dedicada a Santa Rita porque a área na qual se construíram ela e as casas populares vizinhas pertencia ao Bairro dos Ritas.

19 - **A Igreja dos Santos Reis**.

No início da década de noventa o Município começou a construir no Bairro Santo Amaro o que deveria ser um centro cultural. Depois, mesmo sem autorização legislativa, transformou a obra em Igreja dos Santos Reis e a doou à Paróquia. Sua inauguração ocorreu em 26 de dezembro de 1.992, e a primeira missa foi nela celebrada em 6 de janeiro seguinte. Possui um salão na

parte térrea. No segundo semestre de 1.997 o Deputado Jorge Oliveira doou-lhe os bancos.

20 - **A Capela de Nossa Senhora de Lourdes**.

Localiza-se na Rua Bahia, no Bairro Bom Recanto. Foi feita em 1.995 ou 1.996 pelo grupo de oração "*Anunciamos Jesus e Maria*", da Renovação Carismática, em terreno de Vitória Leite da Silva, cedido por empréstimo. Como a construção é provisória, nela se empregaram tábuas em vez de tijolos. Em 1.998 a Paróquia adquiriu o imóvel.

21 - **A Igreja do Sagrado Coração de Jesus**.

Fica na Rua São Paulo, e foi construída pelo grupo de oração "*Jardim das Oliveiras*". A obra iniciou-se em 20/2/1.995, e foi inaugurada em 22/11/1.997.

22 - **A Casa de Oração do Jardim das Oliveiras**.

Localizava-se em imóvel alugado, na Avenida Francisco Vieira Guerra, 221. Era mantida pelo grupo de oração "*Rainha da Paz*", da Renovação Carismática, e começou a funcionar em 1.999. Nela eram celebradas missas da nova paróquia.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de atas nº 3 - págs. 9v./10 e 11v./16;
2 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - "Registro de Provisões e mais Papéis da Câmara Episcopal - 1851/1857" - págs. 67v. e 77 (localização: 1-2-26);
3 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - "Registro de Provisões - 1872/1875" - págs. 93/93v. (localização: 1-2-32);
4 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado - "Segundo Livro de Tombo - 1.916 a 1.967";
5 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado - "Terceiro Livro de Tombo" - 1.968 em diante;
6 - Arquivo da Secretaria do Fórum da Comarca de Machado - autos da ação de

imissão na posse que Urias Francisco Nery e sua mulher moveram contra Padre Antônio Maria Vermin e outros;
7 - "Folha Machadense" ns. 51 - 23/3/1.975 - pág. 6;
69 - 10/8/1.975 - pág. 3;
108 - 23/5/1.976 - pág. 1;
117 - 25/7/1.976 - pág. 1;
657 - 27/6/1.987 - pág. 5;
672 - 10/10/1.987 - pág. 5;
ed. esp. - 10/1/1.990 - pág. 5;
1241 - 6/2/1.999 - pág. 19;
8 - informações pessoais de Adílson de Carvalho, Cônego Wálter Maria Pulcinelli, Irmã Ana Maria José Braga, Maria Aparecida dos Santos, Nair Carvalho, Olga Maria de Almeida Costa, Vânia Moterani Swerts e Warner de Paula Lima;
9 - "Jornal da Paróquia" nº 23 - 12/11/2.000 - pág. 3;
10 - "Jornal do Dizimista" nº 1 - 14/2/1.999 - pág. 1;
11 - "Monitor Sul-Mineiro" nº 550 - 8/1/1.882 - pág. 3;
12 - "O Machadense" ns. 681 - 4/5/1.958 - pág. 3;
740 - 5/7/1.959 - pág. 1;
756 - 1/11/1.959 - pág. 1;
758 - 15/11/1.959 - pág. 1;
759 - 22/11/1.959 - pág. 1;
773 - 6/3/1.960 - pág. 1;
774 - 13/3/1.960 - pág. 1;
778 - 10/4/1.960 - pág. 1;
787 - 19/6/1.960 - pág. 1;
803 - 23/10/1.960 - pág. 1;
810 - 11/12/1.960 - pág. 1
859 - 30/11/1.961 - págs. 1,2,3;
865 - 14/1/1.962 - pág. 1;
888 - 29/7/1.962 - pág. 1;
4 - 14/3/1.971 - pág. 1;
48 - 30/1/1.972 - pág. 1;
80 - 17/9/1.972 - pág. 4;
85 - 22/10/1.972 - pág. 1;
98 - 21/1/1.973 - pág. 4;
111 - 22/4/1.973 - pág. 1;
113 - 6/5/1.973 - págs. 1 e 4;
117 - 3/6/1.973 - pág. 1;
122 - 8/7/1.973 - pág. 1;
131 - 9/9/1.973 - pág. 1;
132 - 16/9/1.973 - pág. 1;
142 - 25/11/1.973 - pág. 2;
143 - 2/12/1.973 - pág. 1;
13 - "Vozes Lassalistas", Rio de Janeiro - nº 93 - agosto de 1.981 - pág. 8.

B - **secundárias**

1 - Adílson de Carvalho - “A Freguesia de Nossa Senhora da Assumpção do Cabo Verde e sua História” - Gráfica Jundiaí Ltda., 1.998, págs. 180 e 378;
2 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanach Sul-Mineiro para 1874” - Typographia do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.874, pág. 145;
3 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanak Sul-Mineiro para 1884” - Typographia do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.884, pág. 230;
4 - Carlos Legnani - “Histórias da Nossa História”, cap. II - na “Revista do 1º Centenário de Machado”, nº 2, pág. 14;
5 - João Rodrigues de Carvalho - “História de Machado” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 143/144;
6 - José Matzner - “Guia do Sul de Minas” - Oficinas Gráficas da S/A Folha de Minas, Belo Horizonte, 1.951, pág. 164;
7 - Revista “Machado de Ontem e de Hoje”, II-4 e V-1.

****

AS IGREJAS E ORATÓRIOS DE MACHADO - III
(A Igreja de São Benedito)

1 - A construção.
2 - O litígio.
3 - Os processos judiciais.
4 - A normalização.

****

1 - **A construção**.

Trato desta igreja em capítulo separado, porque as questões judiciais originadas da disputa por sua posse e propriedade exigem maior explanação.

Resolvidos a construir a Capela da Santa Cruz e de São Benedito (após a demolição do templo, referido no capítulo anterior, junto ao qual se dançava o congo), devotos realizaram em setembro de 1.923 uma festa, cuja renda foi destinada à obra. Para isso formou-se comissão composta por Antônio de Paula Ferreira, Antônio Machado Bellini, José Nery Sobrinho, Oscar de Paiva Westin, Padre Achilles E. Tritsmans e Porcina Leopoldina de Moraes. Em depoimento judicial, o Vigário disse ter sido ele quem nomeou os demais membros, acrescentando que quando foi embora daqui, no ano seguinte, os alicerces já estavam prontos.

O presidente da Câmara, Dr. Edvar Dias, havia cedido apenas verbalmente o terreno para a edificação. Esta, por falta de recursos, foi demorada e muitas vezes interrompida. No correr do tempo, diversas comissões administradoras se formaram e se dissolveram, sem conseguir levá-la a cabo.

Em julho de 1.927 novo grupo estava composto para

continuá-la: Antônio de Paula Ferreira (*presidente*), Sabino Pereira Fagundes (*vice-presidente*), Urias Francisco Nery (*tesoureiro*), José de Paula Ferreira (*1º secretário*), José Felipe (*2º secretário*), Edmundo Manoel dos Santos e Joaquim Hugo Pereira (*procuradores*), e Benedito Fernandes (*fiscal*). Dele também fez parte, conforme o 1º livro de atas da Câmara, o Dr. Edgard da Veiga Lion. Foi então requerida ao Município, formalmente, a doação do terreno. Obtido parecer favorável da Comissão de Fazenda, em 15 (ou 20) do mesmo mês a Edilidade baixou a resolução 372, cujo artigo 1º dispunha:

> *"Fica destinado o terreno constante de duas posses, situado na Rua 14 de Julho, nesta cidade, conhecida por "Rua do Binho", medindo 26 metros de frente, por 34 de fundo, e dividindo por um lado com Octaviano de Souza Dias, por outro com o patrimonio, e pelos fundos, com o mesmo Octaviano de Souza Dias, - á construcção da capella de São Benedicto, de que se acha incumbida a commissão signataria do referido requerimento.".*

Ela ratificou uma situação de fato preexistente, mas não era instrumento jurídico hábil à transferência do domínio. Por isso mesmo apenas "*destinou*" o imóvel para o fim pretendido.

Nos autos adiante referidos há divergência sobre a primitiva localização da Capela: para algumas testemunhas, ela se concluiu onde começou; para outras, sua fundação foi mudada do alinhamento da Rua Quatorze de Julho para a Praça.

Cumpre atentar a que, na época, o local não estava de todo urbanizado. Havia lá datas do patrimônio municipal e terrenos particulares, vagos e abertos. Não se achavam bem delimitados o Largo do Rosário (*Praça São Benedito*) e as ruas do Binho (*Quatorze de Julho*) e Pontalete (*Santa Cruz*). Tudo isso, somado à imprecisão dos títulos de propriedade imobiliária, contribuiu para a eclosão do litígio de que se tratará em seguida.

A construção se fez sob a responsabilidade de Waldemar Soares de Camargo. Na base trabalharam os pedreiros Messias Teodoro da Silva e seu filho Antônio Teodoro da Silva. Depois, até o travamento, nela atuou João Gavião, com ajuda de populares. Obtiveram-se donativos (dinheiro, material e mão-de-obra) em festas, leilões e listas de arrecadação.

Em 7 de janeiro de 1.930 outra comissão construtora, composta por Antônio de Paula Ferreira, João Vieira da Silva, Oscar de Paiva Westin e Sabino Pereira Fagundes, cedeu a Octaviano de Souza Dias, por instrumento particular, a sobra do terreno da Capela, nos fundos. Deixou faixa de 1m20 para goteiras. O negócio se fez pela quantia de trezentos mil réis, destinada à compra de telhas.

No dia 30 de novembro do mesmo ano ocorreu a inauguração da parte interna da Capela, na qual passaram a celebrar-se os ofícios religiosos. Em 1.935, ainda não concluída a parte externa, ela já precisava de consertos urgentes. Comissão formada pelo Padre Marino Power (*presidente*), Oscar de Paiva Westin (*tesoureiro*), Antônio de Paula Ferreira, Francisco Manoel dos Santos e Sabino Pereira Fagundes (*procuradores*) pediu aos fiéis, através de listas, contribuição para que se terminasse o quanto antes a obra. Em outubro daquele ano teve fim a reforma executada pelo pedreiro José de Paula, que custou um conto e duzentos mil réis. Além de outros serviços externos e internos, colocaram-se caixilhos nas janelas e venezianas na torre. Em julho de 1.937 acabou o serviço feito no forro.

Em dezembro de 1.928, Irineu Machado de Andrade ofereceu à Capela uma imagem de Nossa Senhora do Rosário, com meio metro de altura, adquirida em Aparecida, SP. O "*Machado-Jornal*" publicou agradecimento em nome da provedoria da Irmandade. Em 1.939 Oscar de Paiva Westin e esposa doaram-lhe o altar. Luiz Sabóia e Maria Juntolli ofertaram, respectivamente, um turíbulo e uma campainha. Oscarina Pereira Lima deu um cálice. Em abril de 1.942 o Vigário pediu ao Bispo licença para benzer a imagem de São Benedito, destinada ao culto público.

2 - **<u>O litígio</u>**.

Esclareça-se, de início, que Antônio de Paula Ferreira, membro das diversas comissões construtoras e pivô da questão, foi o zelador da Capela e detentor de sua chave até 1.948. Construiu a própria casa ao lado dela. Tinha prestígio pelo exercício das funções de oficial de justiça, zelador do cemitério, porteiro e contínuo da Câmara. Além disso, fora criado na residência do avô de D. Hugo Bressane de Araújo, de cuja intimidade privava. Na década de quarenta, porém, surgiu desentendimento entre ele e o Vigário, por causa da direção dos festejos e do recebimento de suas rendas.

Para bem entender a origem do litígio relativo à Capela de São Benedito, é preciso notar que se sustentava não ter sido ela construída no terreno que a Câmara lhe destinou pela resolução 372/27, mas noutro, próximo, que Antônio de Paula Ferreira comprara de Octaviano de Souza Dias. Em depoimento prestado nos autos de imissão na posse, o Dr. Edgard da Veiga Lion asseverou:

> *"que como estivesse como Presidente da Camara Municipal visitou a construção ainda em inicio, quando sugeriu á Antonio de Paula que ao invez de se construir a Capela no local em que foi iniciado o serviço, melhor seria que fosse adquirido o terreno proximo, onde está hoje a Capela, fasendo-se do terreno doado em conjunto com outros adja-*

centes a atual Praça de São Benedito; aceitou a sugestão e como o terreno indicado fosse fundo da propriedade de Otaviano de Sousa Dias, deste Antonio de Paula comprou o terreno e nele construiu a atual Capela de São Benedito" (folha 117);

.....

"afim de que fique precisamente esclarecido, o terreno doado pela Camara para a construção da Capela de São Benedito não é o mesmo em que foi ela edificada pois aquele era na Rua 14 de Julho" (folha 118v.);

.....

"que Antonio de Paula abandonou o terreno doado e comprou outro, de que recebeu recibo da parte da importancia" (folha 119 e verso).

Napoleão Augusto de Carvalho depôs de igual modo nos mesmos autos:

"que a primeira iniciativa sobre a construção da Capela de São Benedito foi que se edificasse a mesma na Praça São Benedito, porem de um lado, na parte de baixo em terreno doado pela Camara Municipal; (...) e porque a construção naquele local, entulhasse a praça (...) pequena, resolveram construir a Capela do lado de cima em terreno que foi comprado por Antonio de Paula á Otaviano de Sousa Dias" (folha 123 e verso).

Dois dos peritos louvados na ação ordinária (Waldemar Camargo e Leopoldo Zanon) sustentaram, ante a divergência de metragens e de confrontantes, que o terreno no qual se construíra a Capela não era o mesmo referido na resolução. O terceiro, Ismael M. Leite, adotou entendimento contrário.

O negócio entre Antônio e Octaviano, iniciado em 1.927, só se teria concluído em 1.944, segundo a versão de duas testemunhas:

"que quanto a divergencia de datas, quanto á construção da Capela de São Benedito em mil novecentos e vinte sete e da escritura de venda por Otaviano em mil novecentos e quarenta e quatro esclarece que houve um entendimento sobre a venda, ocasião em que Antonio de Paula pagou parte da importancia da compra, cujo recibo assinado por Otaviano de Sousa Dias foi lavrado pelo próprio depoente" (Dr. Edgard Lion, folha 118v. dos autos da ação de imissão na posse);

.....

"que Antonio de Paula pagou á Otaviano que lhe passou um recibo tendo sido lavrada a escritura mais tarde"

(Napoleão Carvalho, folha 123v. dos mesmos autos).

Em 16 de novembro de 1.944 Antônio recebeu de Octaviano e sua mulher escritura de compra de um terreno na Praça São Benedito, com 811 m2., confrontando com a Praça, com os próprios vendedores, com Francisco Tobias, Hilário de Tal e sucessores de José Bruno. O preço ajustado e pago foi de Cr$500,00. Esclareceu-se que os outorgantes tinham adquirido o bem por compra feita a Laurindo José Gonçalves e sua mulher. Constou do instrumento a seguinte afirmação:

> *"Ainda pelos outorgantes foi dito perante as mesmas testemunhas, que a Igreja de São Benedito está edificada no terreno ora vendido."*.

Inquirido em Juízo anos mais tarde, Octaviano negou que ele e a esposa houvessem pretendido vender a Capela. Disse ter Antônio lhes levado em casa o livro de escrituras, que assinaram sem ler, de boa-fé, na suposição de estar alienando apenas a sobra no fundo daquela (que comprara da comissão construtora) e um terreno ao lado. Acrescentou que o imóvel litigioso pertencera à Câmara, que o tinha concedido a Laurindo José Gonçalves. Este o vendera ao depoente, o qual, atendendo a pedido do Dr. Edvar Dias, o trocou por outro, a fim de que fosse doado pelo Município para construção da Capela. Iniciou então sua casa em terreno fronteiriço, também adquirido de Laurindo. Este não tinha título definitivo, e lhe transferira apenas datas. Como estas já houvessem caducado, para que pudesse continuar a obra teve que pedi-las de novo. No requerimento, de 8 de janeiro de 1.924 (folha 18 dos autos da ação ordinária), ele se refere a

> *"tres datas que se acham devolutas sendo uma na rua Santa Cruz (Pontalete) e as outras duas no Largo do Rosario, confrontando com o requerente, Largo do Rosario <u>e com a igreja que está em construção</u>"*.

Vê-se, portanto, que Octaviano não era mesmo o proprietário do terreno em que se levantou a Capela, e não podia tê-lo vendido a Antônio.

Parece que o negócio ficou em surdina nos anos seguintes, e só veio a público quando se intensificou a discórdia entre o zelador e as autoridades eclesiásticas.

A festa de 1.946 foi organizada sem apoio dos padres. A comissão entrou em conflito com estes, trocando o cofre da parede da Capela. Em 1.948, ante a recusa de Antônio em entregar a chave desta à Paróquia, o Bispo a interditou. Por isso, o Padre Vermin pediu à Polícia que proibisse qualquer ofício religioso nela, bem como a festa programada. Pressionado, e sob ameaça de intervenção do delegado regional de Alfenas, o zelador cedeu, encaminhando a chave à Polícia por intermédio de Urias Francisco Nery. Reteve, porém, alguns

bens móveis. Lavrado termo de entrega "espontânea" no dia 6 de agosto, o Vigário retirou o pedido.

Desgostoso, Antônio de Paula revendeu a Urias, por escritura de 3 de novembro do mesmo ano, sua casa de morada e a Igreja de São Benedito, com área de 811 m2., pelo preço de Cr$50.000,00. Afirmou tê-lo usado para pagar dívidas feitas em benefício desta, e distribuído o restante entre os congadeiros. Em seguida afastou-se dos cargos públicos e foi embora da Cidade. Urias, conforme se disse, comprou o templo "*para o congo dançar*".

A disputa escandalizou a população católica e sacudiu a Cidade. Correu nela moção de repúdio às deploráveis vendas, que, conforme noticiado, obteve mais de 4.500 assinaturas. Lucidez e serenidade por vezes cederam espaço à intolerância, e pessoas respeitáveis, envolvidas no episódio, foram injustamente atacadas.

A Câmara Municipal procurou resolver o problema propiciado pela vagueza dos termos da resolução de 1.927. Para isso, baixou outra (nº 4, de 11 de março de 1.949), interpretando e complementando a anterior. Nela determinou a outorga da escritura do terreno da Capela à Paróquia:

> *"Art. 1º - Tendo em vista que o objetivo da resolução nº 372, de 20 de julho de 1927, era o de doar à Paróquia de Machado o terreno descrito na mesma e destinado à construção da Capela de São Benedito, sem que isso fosse efetivado, deverá o Prefeito Municipal regularizar a situação, outorgando à donatária, Paróquia de Machado, a competente escritura de doação do aludido terreno.*
> *Art. 2º - O Prefeito Municipal garantirá a doação do referido terreno à mesma Paróquia, podendo, para esse fim, agir judicial ou extrajudicial, ativa ou passivamente.".*

3 - **<u>Os processos judiciais</u>**.

Diversos processos se ajuizaram por causa da disputa em exame. Dou a seguir breve notícia de cada um. Antônio de Paula Ferreira e Urias Francisco Nery foram neles representados pelo advogado Guttemberg Fernandes, de Poços de Caldas; a Paróquia, a Diocese e seus titulares, por Wolney de Araújo Dias e Feliciano Floriano dos Santos Silva; o Município, por Gabriel Barbosa.

A - <u>Mandado de segurança</u>.

Urias Francisco Nery impetrou em novembro de 1.948 mandado de segurança contra o Delegado de Polícia local, acusando-o de haver

obtido do anterior proprietário da Capela, por coação, a sua chave. Como sucessor, requereu se compelisse o impetrado a devolver-lhe o objeto e a protegê-lo de esbulho praticado pelo Vigário e acompanhantes, que penetravam no templo contra sua vontade.

Nas informações prestadas, o Delegado negou a prática de ameaças. Disse que a chave lhe foi entregue espontaneamente, conforme declaração que exibiu. Acolhendo parecer do Ministério Público, o Juiz denegou o pedido. Entendeu não haver prova da prática de ato ilegal ou de abuso de autoridade. Não houve recurso da decisão.

B - Ação de imissão na posse.

Em fevereiro de 1.949 Urias Francisco Nery e sua mulher propuseram ação de imissão na posse contra o Padre Antônio Maria Vermin (em caráter pessoal e como representante da Paróquia). Disseram ser proprietários da Igreja de São Benedito e de uma casa anexa, acrescentando que em agosto do ano pretérito seu antecessor, Antônio de Paula Ferreira, fora coagido pela Polícia a entregar a chave daquela ao réu. Sustentaram que este a possuía a título precário, como esbulhador, estando obrigado à restituição.

O réu nomeou à autoria o bispo D. Hugo Bressane de Araújo. Citado, este argüiu a carência da ação, por não ter sido proposta contra alienantes ou terceiros detentores do bem em nome deles. Disse que sua posse era legítima, antiga, e negou a validade do título dos autores.

A sentença conheceu da ação como reivindicatória, e a julgou procedente. Assegurou todavia aos réus direito de retenção do imóvel, até que fossem indenizados pelas benfeitorias necessárias e úteis.

O Tribunal de Justiça do Estado não conheceu da apelação dos autores, por falta de preparo, e deu provimento à dos réus, para julgar aqueles carecedores da demanda. Os vencidos interpuseram recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, que não conheceu dele.

C - Ação ordinária.

O Município, em abril de 1.949, ajuizou ação ordinária contra Urias Francisco Nery, Antônio de Paula Ferreira e suas esposas, para obter a declaração de nulidade das escrituras pelas quais adquiriram o imóvel em que fora edificada a Igreja de São Benedito, bem como o cancelamento dos respectivos registros.

A contestação limitou-se a afirmar que faltava ao autor legitimação para a causa. A sentença julgou a ação procedente, reconhecendo pertencer o imóvel litigioso àquele. O Tribunal de Justiça do Estado confirmou o

decidido, e o Supremo Tribunal Federal não conheceu do recurso extraordinário interposto.

D - Feitos criminais.

No âmbito penal a questão de que se cuida deu causa a dois feitos, cujos autos não cheguei a examinar:
- uma representação de Urias Francisco Nery contra o delegado José Pereira da Silva, acusado de infringir o artigo 119 do Código Penal. Ignoro qual foi o seu desfecho;
- uma ação contra Antônio de Paula Ferreira e Urias Francisco Nery por apropriação indébita de objetos religiosos. Conforme anotações no livro de tombo da Paróquia, eles foram absolvidos em primeira instância e condenados na superior.

4 - **A normalização**.

Terminado o litígio, em agosto de 1.951, durante visita pastoral, Dom Hugo Bressane de Araújo expôs à veneração dos fiéis a relíquia de São Benedito que o Papa ofertara à Paróquia de Machado.

No mesmo mês a Prefeitura outorgou à Paróquia escritura pública de doação de duas posses de terreno, com 884 m2., com frente para a Praça São Benedito, nas quais foram edificadas a Capela de São Benedito e uma casa de morada anexa, em mau estado de conservação.

Fizeram-se em 1.952 algumas reformas no prédio e no altar, ao custo aproximado de Cr$5.500,00.

Em 1.957 a Igreja de São Benedito adquiriu outro aspecto, com grande aumento de suas dependências. Foi totalmente reformada pelo Cônego Wálter Pulcinelli, e reinaugurada em 2 de abril de 1.967. Passou por outra reforma em 1.979. No dia 13 de maio de 1.980 ganhou novo sino. No segundo semestre de 1.996 foi repintada, e substituiu-se a cruz de madeira que fica na sua frente.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro nº 1 de atas - págs. 128/131;
2 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado - segundo livro de tombo - 1.916 a 1.967;
3 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado - terceiro livro de tombo - 1.968 em diante;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro nº 7 de leis e resoluções;
5 - Arquivo do Cartório do Segundo Ofício da Comarca de Machado - livro de notas nº 56, folhas 109 a 111;
6 - Arquivo da Secretaria do Fórum da Comarca de Machado - autos, do Cartório do Primeiro Ofício, do mandado de segurança impetrado por Urias Francisco Nery contra o Delegado de Polícia de Machado;
7 - Arquivo da Secretaria do Fórum da Comarca de Machado - autos, do Cartório do Terceiro Ofício (caixa 90), da ação de imissão na posse movida por Urias Francisco Nery e sua mulher contra o Padre Antônio Maria Vermin e outro;
8 - Arquivo da Secretaria do Fórum da Comarca de Machado - autos, do Cartório do Terceiro Ofício (caixa 85), da ação ordinária movida pela Prefeitura Municipal de Machado contra Urias Francisco Nery e outros;
9 - "Folha Machadense" ns. 301 - 10/5/1.980 - pág. 1;
672 - 10/10/1.987 - pág. 5;
1116 - 10/8/1.996 - pág. 1;
10 - "Luminar Machadense" nº 70 - 15/2/1.957 - pág. 3;
11 - "Machado-Jornal" nº 53 - 30/12/1.928 - pág. 1;
12 - "O Imparcial" nº 87 - 21/9/1.952 - pág. 2;
13 - "O Município" nº 16 - 4/9/1.923 - pág. 3;
14 - "O Popular" nº 31 - 25/9/1.927 - pág. 3;
15 - "Revista Forense", Rio de Janeiro:
nº 581 - nov. de 1.951 - págs. 179/180;
ns. 583/584 - jan./fev. de 1.952 - págs. 302/303;
16 - "Semana Religiosa", de Pouso Alegre - nº 2.158 - 25/2/1.950 - pág. 1.

B - **secundárias**

1 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", cap. II - na "Revista do 1º Centenário de Machado", nº 2, pág. 14;
2 - Ceila Caproni Gonçalves e Marilda Signoretti Reis - "A Festa de São Benedito em Machado - M. G." - sem menção de editora, 1.979, pág. 27;
3 - Cornélio Camargo - "Waldemar Soares Camargo" - em "Coletânea de Monografias sobre Vultos Machadenses", mimeografado, pág. 50;
4 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, pág. 120.

****

AS IGREJAS E ORATÓRIOS DE MACHADO - IV
(alguns bairros rurais)

1 - Igreja da Água Espraiada.
2 - Igreja do Bairro da Bandeirinha.
3 - Igrejas do Bairro Bom Jesus (Cala-Boca).
4 - Igrejas do Bairro da Cachoeirinha.
5 - Igrejas do Bairro da Caiana.
6 - Igreja do Bairro dos Caixetas.
7 - Igrejas do Bairro Campo Alegre.
8 - Igrejas do Bairro da Conceição.
9 - Igrejas do Bairro Córrego Fundo.
10 - Igreja do Bairro Córrego do Rosário.
11 - Igrejas do Bairro da Limeira.
12 - Igreja do Bairro do Mateiro.
13 - Igrejas do Bairro do Ouvidor.
14 - Igreja do Bairro do Papagaio.
15 - Igreja do Bairro Passa-Dois.
16 - Igrejas do Bairro Pinhalzinho.
17 - Igrejas do Bairro dos Ritas.
18 - Igreja do Bairro São Thomé.
19 - Igreja do Bairro Serra da Conceição.
20 - Igrejas do Bairro da Serra Negra.
21 - Igrejas do Bairro dos Trezentos.
22 - Igreja da Fazenda do Extremo.
23 - Igreja da Fazenda Perereca.
24 - Igreja da Fazenda Santa Edwiges.
25 - Igreja da Fazenda São Sebastião do Pinhal.
26 - Outras.

****

1 - **Igreja da Água Espraiada**.

Ficava em terras da Fazenda São Luís, do Dr. Edvar Dias, ao lado da antiga estrada de Machado a Poços de Caldas. Mandou construí-la sua esposa, Alice Magalhães Dias, no local em que, segundo consta, morreram num incêndio escravos que conduziam um carro de bois. Anualmente, na data do sinistro - 24 de agosto - havia lá missa e comemorações. Ignoro a data de sua edificação, anterior a 1.944. Foi demolida para dar lugar à Rodovia BR-267.

2 - **Igreja do Bairro da Bandeirinha**.

Sita próximo da ponte, já existia na década de trinta, conforme informação de vizinhos. É diminuta e sem porta. Guarda altarzinho com pequenas imagens e um cubículo à guisa de confessionário. Não tem zelador, e ignora-se a que santo foi dedicada. Construíram-na para assinalar o local em que se resgatou do rio o corpo de um afogado.

Talvez seja a mesma referida no livro de tombo em 1.949, como pertencente ao Bairro dos Fernandes e a Nossa Senhora Aparecida.

3 - **Igrejas do Bairro Bom Jesus (Cala-Boca)**.

Conforme o segundo livro de tombo da Paróquia, já existia uma capela no Bairro em 1.944. No ano seguinte formou-se comissão para construir outra, mais espaçosa. Presidida pelo Vigário, tinha como membros José Bento Rabelo e Feliciano de Souza Dias. Há referência a ela no mesmo livro em 1.949, com a indicação de que era dedicada a Nossa Senhora Aparecida. Foi demolida provavelmente na década de setenta.

Em 1.984 edificou-se outra capela, em terreno doado por Sebastião Siqueira de Oliveira. Os recursos para a obra arrecadaram-se em festas organizadas por Maria Goretti Gonçalves e Nara Helena do Lago Oliveira. É também consagrada a Nossa Senhora Aparecida. Sua chave ficava, no final do milênio, sob a guarda de Maria José Meloto.

4 - **Igrejas do Bairro da Cachoeirinha**.

Em 8 de setembro de 1.927 foi inaugurada na fazenda de João Custódio Gonçalves, hoje pertencente a seu filho Almiro Campos Gonçalves, a Capela de São João Batista. Tinha ótimo altar, com pertences, e paramento branco. Existia até o final do período estudado.

Por escritura pública de 5/11/1.971, Francisca Cam-

pos Gonçalves doou terreno para construção da nova Igreja de São João Batista na Cachoeirinha. Com a dimensão de 17m x 8m, foi levantada em seis meses, e inaugurada com festas nos dias 23 e 24 de junho de 1.972. Sua zeladora desde o início foi Maria Crispina Moreira. Há junto dela uma pracinha que leva o nome da doadora, na qual se ergueram pequeno coreto e um obelisco com os nomes dos festeiros anuais.

5 - **Igrejas do Bairro da Caiana**.

Existia uma capela no Bairro em 1.944. No ano seguinte formou-se comissão para construir outra, mais espaçosa. Presidida pelo Vigário, tinha como membros João Cândido, Pedro Pereira e Astrogildo da Silva Dias. Em 1.954 menciona-se no livro de tombo que não havia capela na Caiana, e que Astrogildo da Silva Dias prometera doar o terreno para a obra e começá-la. Assim se fez, e não pude precisar a data da inauguração. Dois moradores do local sustentam que ela ocorreu em 1.949, mas suponho estejam enganados, em face da anotação acima referida. É dedicada a São Sebastião. Maria José de Moura tornou-se sua zeladora desde 1.992.

6 - **Igreja do Bairro dos Caixetas**.

No Bairro dos Caixetas, no correr do ano de 1.934, se construiu uma capela, dedicada a Nossa Senhora Aparecida, graças ao esforço de Benjamim Rabelo e Primo Signoretti. Foi inaugurada em 21 de outubro daquele ano. Há referências a ela no livro de tombo da Paróquia em 1.944 e 1.949. Foi reformada pelo Cônego Wálter.

7 - **Igrejas do Bairro Campo Alegre**.

Existe uma minúscula capela ao lado da casa de Rosa Helena de Tal, próxima da antiga Escola Anexa Vicente Honório Caixeta. É dedicada a Nossa Senhora Aparecida e São José. Ignoro a data em que foi construída, mas em 1.949 já havia referência a ela no livro de tombo da Paróquia. Consta que foi feita onde se encontrou morto um leproso.

Há notícia de que no Bairro já existiu outra capela, dedicada ao Divino Espírito Santo, mas não soube quando se edificou e se demoliu.

8 - **Igrejas do Bairro da Conceição**.

A pequena Capela de Nossa Senhora da Conceição data de 1.917, como se lê no seu frontispício. Fica perto da residência de Hermano

Milani, seu zelador. Nela se realiza anualmente a festa de São Pedro, e por isso alguns a designam pelo nome deste.

A Igreja de São Sebastião construiu-se antes da década de trinta. Foi demolida e aumentada pelo menos duas vezes. Em 1.980 passou por outra reforma. Situa-se no centro do povoado, junto da sede do Cruzeiro Esporte Clube. Lá, a cada ano, é celebrada a festa do padroeiro. Seu zelador no final do milênio era Samuel Siqueira da Silva.

9 - **Igrejas do Bairro Córrego Fundo**.

Havia uma capela no Bairro em 1.944, conforme o livro de tombo da Paróquia. Ele voltou a mencioná-la em 1.949, com a indicação de que era dedicada a São Lázaro. Não mais existe, e não consegui melhores informações sobre ela. Soube de outra, também já demolida, consagrada a Santo Onofre, que ficava na fazenda pertencente a Maurício Dias Vieira.

Há atualmente no centro do povoado igreja sob a proteção de Nossa Senhora da Rosa Mística, construída em 1.991.

10 - **Igreja do Bairro Córrego do Rosário**.

Já existia em 1.944. Há referência a ela no livro de tombo em 1.949, com a afirmação de que era dedicada a N. S. Aparecida. Foi desmanchada em época que ignoro.

11 - **Igrejas do Bairro da Limeira**.

Em 9 de março de 1.935 inaugurou-se na fazenda de Lindolpho de Souza Dias a capela dedicada a Nossa Senhora das Dores. Bastante espaçosa e provida de tudo, foi ereta no lugar em que, em 1.934, faleceu repentinamente de ataque cardíaco a esposa de José Maria de Souza Dias, filho do proprietário da fazenda. O viúvo fez promessa de construí-la em memória da falecida. Foi desmanchada em 1.985.

A atual igreja do Bairro, consagrada a Nossa Senhora Aparecida, inaugurou-se em 1.993.

12 - **Igreja do Bairro do Mateiro**.

Já existia no local em 1.949 minúscula capela, dedicada a Nossa Senhora Aparecida. Foi demolida em época que ignoro.

13 - **Igrejas do Bairro do Ouvidor**.

Sob a invocação do Divino Espírito Santo, foi edificada a partir de março de 1.984. A inauguração e bênção ocorreram no dia 22 de outubro do mesmo ano. Seu capelão no término do século era Antônio Pereira Caixeta.

No final do milênio, com o apoio de José Caixeta, J. Morais construiu a Capela de Nossa Senhora Aparecida.

14 - **Igreja do Bairro do Papagaio**.

Em 29 de junho de 1.937 foi benta e inaugurada a capela do Papagaio, posta sob o patrocínio de São José da União. A construção durou apenas 54 dias. Conforme anotações no segundo livro de tombo da Paróquia, possui patrimônio de um alqueire, adquirido, mediante escritura de 8/1/1.938, por compra de Mariana Teodora da Conceição ou de Aureliano Tavares. Foi reformada a partir de julho de 1.980 pelo Cônego Wálter Pulcinelli.

15 - **Igreja do Bairro Passa-Dois**.

Já existia em 1.944, segundo o livro de tombo da Paróquia. Foi construída por Venuto Serafini, e fica em terra de seus descendentes. É dedicada a Nossa Senhora Aparecida, cuja festa lá se celebra anualmente.

16 - **Igrejas do Bairro Pinhalzinho**.

A primeira foi construída em terreno doado por João Domingues Sobrinho, onde está hoje o campo de futebol. Sua inauguração ocorreu em 1.925. Funcionou até 1.951, quando foi demolida. Em seguida construiu-se a atual, do outro lado do Córrego Pinhalzinho, inaugurada em 12 de outubro de 1.952. Tem como padroeiro São Sebastião. Em 1.973 foi usada como sala de aula do curso ginasial recém-instalado no Bairro, até que ficasse pronto o respectivo prédio. Foi reformada pelo Cônego Wálter duas vezes, a última delas em 1.997. Seu zelador desde 1.991 foi Orlando de Morais.

Desde a inauguração, em julho de 1.999, a Escola Municipal "*Adoniro de Souza Ribeiro*" tem sala destinada a capela. Possuía

altar, mas não imagens, na época.

17 - **Igrejas do Bairro dos Ritas**.

A mais antiga capela do Bairro era consagrada a São Lázaro. Não consegui outras informações sobre ela. Posteriormente, Maria Júlia Soares edificou outra, em pagamento de promessa pela cura do filho, picado por cobra. Dedicou-a a Nossa Senhora Aparecida, cuja imagem trouxe em viagem feita a pé ao seu Santuário. Conforme o livro de tombo da Paróquia, já existia em 1.934. Há nele outras referências a ela em 1.944 e 1.949. Ignoro quando foi demolida.

A igreja atual foi construída perto do lugar da anterior, pelos moradores do Bairro em conjunto, e inaugurada no dia 14 de julho de 1.956. Reformou-a o Cônego Wálter Pulcinelli. A cada ano, no mês de julho, realiza-se lá festa em louvor de sua padroeira. Desde 1.984 foi sua zeladora Ambrosina Caixeta de Oliveira.

18 - **Igreja do Bairro São Thomé**.

Foi edificada na propriedade de Ramiro de Souza Dias, e graças ao esforço dele. O construtor foi Messias Theodoro da Silva. A inauguração ocorreu em 21 de outubro de 1.919. Era dedicada a São Sebastião.

19 - **Igreja do Bairro Serra da Conceição**.

Foi construída em terreno doado por Paulo Pegoraro Corsini, que praticamente a levantou. Sua inauguração, com festa, ocorreu em maio de 1.986. É dedicada a Nossa Senhora Aparecida.

20 - **Igrejas do Bairro da Serra Negra**.

Minúscula capela, dedicada a Nossa Senhora Aparecida, foi feita no Bairro em 1.943 ou 1.944, por um grupo de pessoas sob a liderança de José Dias e José Vicente Pereira. Foi demolida em meados da década de cinqüenta. No mesmo local, aproveitando o altar da antiga, José Vicente Pereira Filho edificou outra, maior, também consagrada a Nossa Senhora Aparecida, cuja inauguração ocorreu em 1 de abril de 1.955. Ele até o fim do milênio era seu capelão. Foi doada à Paróquia meia quadra de terreno em redor dela.

Em novembro de 1.999 inaugurou-se, na chamada Serra Negra de Cima, a Igreja da Divina Misericórdia, construída em terreno doado por Carlos Fernandes Franco, na Fazenda Jacarandá, perto da Escola Mu-

nicipal "*Zeferino Domingues da Silva*".

21 - **Igrejas do Bairro dos Trezentos**.

A primeira, construída por Amélia de Souza Figueiredo, já existia em 1.934. Indica o livro de tombo que foi benta em 1.939. Há outra referência a ela no mesmo livro em 1.949. Conta-se que foi danificada seriamente por uma ventania, e caiu tempos depois.

No final da década de cinqüenta Benedito Silvestre Figueiredo edificou no mesmo lugar a atual capela, maior que a primeira. Foi posta sob o orago de São Sebastião, assim como aquela. Seu zelador, José Flávio de Figueiredo, a reformou em 1.991.

22 - **Igreja da Fazenda do Extremo**.

Foi construída em época que não pude precisar, quando a fazenda pertencia a Maurício Teixeira. Era, de início, dedicada a São Judas Tadeu. Depois que Lúcio Dias Vieira adquiriu o imóvel, no início da década de sessenta, foi posta sob o orago de Santa Terezinha.

23 - **Igreja da Fazenda Perereca**.

Em 1.997 ou 1.998 adaptou-se para igreja a antiga escola municipal do lugar, desativada. Posta sob o orago de Santa Terezinha, cuidam dela os proprietários José Luiz de Carli e Virgínia Magalhães de Carli.

24 - **Igreja da Fazenda Santa Edwiges**.

Foi construída por Gabriel de Souza Dias (Belé) há mais de quarenta anos, e é dedicada à santa do mesmo nome. Seu proprietário no final do milênio era Gílson Barbosa Freire, residente em Alfenas.

25 - **Igreja da Fazenda São Sebastião do Pinhal**.

Em 1.954 Francisco Branquinho prometeu ao Vigário construir capela no local. Em junho de 1.955 já havia cumprido a promessa. Colocou-a sob o orago de São Sebastião. Doou o terreno e ficou de passar escritura para a Paróquia. Não chegou a fazê-lo: a capela foi desmanchada quando vendeu a fazenda para Waldemar Caixeta Sobrinho, que mudou seu nome para "*Alvorada*".

26 - **Outras**.

A relação acima não é completa.

O segundo livro de tombo da Paróquia referiu-se ainda à capela do Campinho, já existente em 1.934 e consagrada a N. S. Aparecida. Trata-se, pelo que apurei, da sita em propriedade de Wálter Moreira Figueiredo, no município de Serrania. Mencionou também a igreja do Barreirinho, em 1.944. Pela informação colhida no local, ela fica no município de Poço Fundo.

O mesmo livro fez menção, em 1.944, a duas capelas no Bairro da Serra. Referiu, em 1.949, capelas construídas no Bairro Paineiras (sob a proteção de N. S. Aparecida) e na Fazenda Santa Terezinha (dedicada a esta santa). Não as localizei.

Soube, por fim, que houve capela, já demolida, na Fazenda Santa Rita, e que existem outras nas fazendas do Acá (Trezentos) e Nossa Senhora Aparecida.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado - segundo livro de tombo - 1.916/1.967;
2 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado - terceiro livro de tombo - 1.968 em diante;
3 - "Folha Machadense" ns. 318 - 13/9/1.980 - pág. 24;
649 - 2/5/1.987 - pág. 10;
ed. esp. - 10/1/1.990 - pág. 5;
ed. extra - 12/5/1.999 - pág. 5;
4 - informações pessoais de Alberto Mílton Branquinho, Ambrosina Caixeta de Oliveira, Antônio Pedro Maciel Neto, Dinah de Almeida Vieira, Graci Barbosa Serafini, José Flávio de Figueiredo, José Vicente Pereira Filho, Jovina Freire Dias, Maria Crispina Moreira, Maria Goretti Gonçalves, Maria José de Moura, Nara Helena do Lago Oliveira, Orlando de Morais, Samuel Siqueira da Silva, Virgínia Magalhães de Carli e Waldir Milani;
5 - "Jornal da Paróquia" ns. 20 - 13/8/2.000 - pág. 3;
26 - 11/2/2.001 - pág. 3;
6 - "Jornal do Dizimista" ns. 11 - l4/11/1.999 - pág. 4;
14 - 13/2/2.000 - pág. 4;

7 - “Machado-Jornal” nº 45 - 4/11/1.928 - pág. 1.

B - **secundárias**
1 - João Rodrigues de Carvalho - “História de Machado” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, pág. 99;
2 - Revista “Machado de Ontem e de Hoje” - V-1.

****

PROPRIEDADES DA IGREJA CATÓLICA

1 - Casas paroquiais de Douradinho.
2 - Casas paroquiais de Machado.
3 - O imóvel da Rua Barão do Rio Branco.
4 - A Vila Betânia.
5 - Outros bens.

****

1 - **Casas paroquiais de Douradinho**.

O livro de tombo da Paróquia de Douradinho registra que, nas visitas feitas em 1.930, 1.934, 1.938, 1.944 e 1.949, o bispo e o visitador diocesanos se hospedaram na casa paroquial da Vila. Ignoro quando foi construída.

Em 24 de agosto de 1.961, através de documento particular, a casa paroquial foi vendida a Joel Pereira, pelo preço de dez mil cruzeiros. Situada na praça principal, tinha oito cômodos.

Nova casa paroquial, edificada com ajuda de Osmar Maciel, inaugurou-se em 17 de outubro de 1.966. Foi mobiliada pelas senhoras da comunidade. Era utilizada para fins religiosos e comunitários até a construção do Centro Catequético. Foi reformada e pintada em 1.999. Junto dela há um galpão, onde se planejava montar pequena fábrica.

2 - **Casas paroquiais de Machado**.

No início do século, conforme Maria Rossetti de Almeida ("*Folha Machadense*" 133), a casa paroquial localizava-se na Rua do

Meio, atual Major Onofre. Noutra entrevista ("*Folha Machadense*" 115), Juvenal Carvalho dos Reis disse que também serviu para residência de padres, em época não precisada, prédio sito nos fundos da Praça Antônio Carlos, onde agora se ergue o prédio de apartamentos "*Amâncio Pereira Caixeta*".

Em 30 de abril de 1.921, Lindolpho de Souza Dias e sua mulher venderam aos Missionários do Sagrado Coração, para morada dos padres, imóvel situado na Praça Antônio Carlos, esquina com a atual Rua Professora Maria Justina. Em 7 de fevereiro de 1.929, sob o vicariato de Cristiano Pilzecker, a Congregação revendeu o bem à fábrica da Igreja Matriz da Cidade, por quinze contos de réis.

De maio a novembro de 1.939 a casa paroquial foi reformada, sob a supervisão de Mário Romanelli. Nesse período os padres ocuparam a residência de Eurico de Souza Dias, ao lado direito da Matriz.

Em abril de 1.953 os sacerdotes mudaram-se para o imóvel da Rua Barão do Rio Branco, adiante referido. Demoliu-se a casa paroquial, e no mesmo lugar foi edificada outra, a cargo de Fernando Romanelli. Seu término ocorreu em fevereiro de 1.955, já na gestão do Padre Ildefonso Sigrist.

O Cônego Wálter Pulcinelli fez duas reformas no imóvel: uma, interna, em junho de 1.965; outra, mais ampla, de agosto de 1.976 a fevereiro de 1.977, com o produto da venda às Irmãs de Sion da casa em que moravam.

Criada a Paróquia São José, em 1.999 alugou-se casa na Rua João Alexandre de Moura, 167, no Jardim Chamonix, para servir de secretaria e casa paroquial.

3 - **<u>O imóvel da Rua Barão do Rio Branco</u>**.

Em 19 de junho de 1.947, D. Hugo Bressane de Araújo adquiriu para a Paróquia, de Gustavo Carneiro Dias e sua mulher, imóvel na Rua Barão do Rio Branco, 64, por Cr$50.000,00. Consta que desejava fazer de Machado sede de diocese, e destinou a casa para residência do futuro bispo, gravando-a com cláusula de inalienabilidade. Ela serviu para morada de padres (durante a reconstrução da casa paroquial, na década de cinqüenta), e de seminaristas (na década de setenta). Nos fundos, com entrada pela Rua Joaquim Teófilo, o Cônego Wálter Pulcinelli fez barracão, em que por algum tempo se serviu a "sopa da Providência". Ambos foram demolidos em 1.979 para edificação do prédio de apartamentos.

Na segunda metade da década de setenta, a Paróquia cedeu o terreno aos irmãos Oliveira Dias para construção do Supermercado Alaska. Recebeu em troca a estrutura de oito apartamentos, com garagens, que concluiu em 1.987.

4 - **A Vila Betânia**.

É uma casa para encontros, retiros e outras atividades religiosas, que o Cônego Wálter Pulcinelli construiu no Bairro do Ouvidor, em terreno doado por João Domingues Sobrinho e permutado em parte com Mozart Pereira Lima.

A obra teve início em julho de 1.972. Foi feita em mutirões, sob a supervisão de José Maria Pereira, e tinha de início capacidade para abrigar cerca de 120 pessoas. Em 1.981 lá se construiu casa para zelador. Em 1.985 recebeu o acréscimo de duas alas, graças a ajuda da sociedade católica alemã "*Adveniat*". Foi reformada na segunda metade da década de noventa.

Nela funcionou o Ginásio Rural, de que se dará notícia na parte dedicada à instrução.

5 - **Outros bens**.

Além dos já referidos, a Paróquia possui a Vila Vicentina, duas rádios e as respectivas torres, de que tratarei noutros capítulos.

Teve também casa junto à Igreja de São Benedito, feita pelo Cônego Pulcinelli para morada das Irmãs de Sion. Ela lhes foi alienada em 1.975, e as freiras a revenderam ao deixar a Paróquia.

No primeiro semestre de 1.999 foi construído o Centro Catequético Comunitário de Douradinho, em funcionamento desde meados do ano. Fica em frente da casa paroquial, em terreno doado por Hugo Maciel. É usado para catequese, reuniões religiosas, palestras e atividades sociais.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado - segundo livro de tombo - 1.916 a 1.967;
2 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado - terceiro livro de tombo - 1.968 em diante;
3 - Arquivo da Paróquia de Carvalhópolis - livro de tombo da Paróquia de Douradinho, a partir de 1.930;
4 - Arquivo da Paróquia de Carvalhópolis - livro de tombo da Paróquia de Carvalhópolis, págs. 21, 36v. e 37;

5 - “Folha Machadense” ns. 115 - 11/7/1.976 - pág. 3;
133 - 14/11/1.976 - pág. 5;
318 - 13/9/1.980 - pág. 24;
368 - 6/9/1.981 - pág. 46;
666 - 29/8/1.987 - pág. 8;
ed. esp. - 10/1/1.990 - pág. 5;
6 - informações pessoais de Cônego Wálter Maria Pulcinelli e Madalena Maciel;
7 - “O Machadense” nº 405 - 16/5/1.940 - pág. 2;
8 - “Paróquia São José” nº 1 - 16/10/1.999 - pág. 3;
9 - Revista “Machado de Ontem e de Hoje” - V-1.

****

O PROTESTANTISMO

A PRIMEIRA IGREJA PRESBITERIANA INDEPENDENTE

1 - Introdução.
2 - Instalação no Município.
3 - Perseguições.
4 - Primeiros tempos - Cidade e vilas próximas.
5 - Primeiros tempos - Congregações rurais.
6 - Outras Congregações.
7 - Direção, departamentos e atividades.

****

1 - **Introdução**.

A primeira tentativa de colonização protestante no Brasil ocorreu em 1.555, quando huguenotes comandados por Villegaignon se instalaram no Rio de Janeiro, para fundar a França Antártica. Expulsos a custo, retornaram anos depois, conquistando o Maranhão (1.612) e novamente o Rio (1.711). O mais longo domínio dos reformistas em nosso País se deveu aos holandeses, que ocuparam a Bahia (1.624-1.625) e vários estados do Nordeste (1.630-1.654).

Em tempo de paz, coube a anglicanos e metodistas a primazia do trabalho missionário protestante em terras brasileiras. Os presbiterianos, divulgadores da doutrina calvinista, lançaram sementes no Rio de Janeiro (1.862), em São Paulo e Brotas (1.865). Da última cidade se espalharam pelo Sul de Minas.

Em 1.903 diversos pastores e leigos deixaram a Igreja Presbiteriana Unida e organizaram a Igreja Presbiteriana Independente, primeiro ramo protestante nacional emancipado da tutela estrangeira. A ele se filiam as congregações locais.

Eis, em resumo, a organização dos presbiterianos: toda igreja é administrada por um **Conselho**, composto pelo pastor, que o preside, e por presbíteros (leigos eleitos para mandato de três anos, renovável). O número de presbíteros de cada igreja varia. Igrejas reunidas compõem um **Presbitério** (concílio regional menor). Ao menos três presbitérios formam um **Sínodo** (concílio intermediário). O Presbitério Sul de Minas é integrado atualmente por seis igrejas, e faz parte do Sínodo das Minas Gerais. No topo da hierarquia acha-se o Supremo Concílio, que congrega os sínodos, e se reúne trienalmente.

2 - **Instalação no Município**.

Machado foi a terceira localidade em Minas Gerais a fundar um núcleo presbiteriano. Precederam-na Borda da Mata (1.869) e Caldas (1.872). Andrade Ferreira, na "*História da Igreja Presbiteriana do Brasil*", faz menção a relatório em que Carvalhosa trata do surgimento da Igreja local. Infelizmente não tive acesso a ele. Transcrevo suas palavras:

> *"Quanto a Machado, nada melhor do que voltarmo-nos ao relatório de Carvalhosa.*
> *Diz êle que talvez 7 anos antes Miguel Tôrres havia passado pelo Machado, juntamente com outras pessoas, vendendo Bíblias; efetivamente vendera algumas. O Vigário, que nesse tempo exercia grande influência, exortou o povo a que as queimasse. Resolvido a queimar uma Bíblia que havia comprado, alguém entrou em casa de um amigo e narrou-lhe a exortação do Vigário e o seu projeto de queimar êsse livro falso, como pensava.*
> *O amigo, porém, instou com o tal a que, em lugar de queimar a Bíblia, lha desse. Parece que de todas as Bíblias vendidas nesse lugar só esta escapou da fogueira, assim mesmo esteve ela por muito tempo exposta ao pó. Chegou, porém, o dia da tristeza. A morte levou, ao dono da Bíblia, um filho a quem muito amava. Êle, juntamente com sua família, sentia necessidade de confôrto. Foi então que se lembrou dêsse livro empoeirado. Pediu emprestado ao vigário a Bíblia de Garnier, e tendo conferido com ela a que possuía, achou não haver diferença entre uma e outra. Começou a lê-la à sua família. Foram deixando os erros do romanismo à proporção que se instruíam no livro de Deus."*
> (págs. 134/135).

O convertido que se menciona era Generoso José Messias, alfaiate que transferira residência de Borda da Mata para cá.

Por essa época também se mudaram para Machado o

Professor Severo Augusto Pereira e esposa, membros da Igreja de Caldas. Na casa deles, em maio de 1.874, o licenciado Miguel Gonçalves Torres realizou culto evangélico pioneiro, assistido pela família Messias.

O nascimento da Igreja machadense ocorreu no dia 27 de setembro de 1.874, pelas seis horas da tarde, em casa de Severo Augusto Pereira, situada no Largo da Matriz. O ato foi dirigido pelo Reverendo Modesto Perestrello Barros de Carvalhosa, português residente em Lorena, que fazia viagens missionárias pelo Sul de Minas, e contou também com a presença de Miguel Torres, depois conhecido como "*o Apóstolo de Caldas*". Na ocasião professaram e foram batizados Generoso José Messias e seus familiares.

Themudo Lessa e Andrade Ferreira afirmam que a Igreja de Machado teve início com oito comungantes. Isaías Vieira, porém, enumera dez membros fundadores da novel congregação: Severo Augusto Pereira, Ordália Eulália de Camargo Pereira, Generoso José Messias, Ana Joaquina Messias, Maria Generosa Messias, Ana Isabel Messias, Maria Theodora, Lídia Virgínia da Conceição, Juliana Maria da Conceição e Maria Eufrosina de Nazareth. É provável que aqueles autores não tenham incluído na lista o casal caldense, já antes adepto do Protestantismo.

3 - **<u>Perseguições</u>**.

Mesmo antes de fundada a Igreja Presbiteriana houve aqui perseguições aos não-católicos, como se vê no trecho atrás citado de Andrade Ferreira. As mais violentas foram instigadas pelo Padre João Baptista das Neves, indivíduo agressivo, de muitos inimigos. Proibiu ele se enterrasse no cemitério local a mãe de Generoso Messias, por ser protestante. Teve, então, de ser sepultada no jardim da própria casa. Sua neta deu o seguinte depoimento ao autor de "*O Ap¢stolo de Caldas*":

> *"O padre Neves, não satisfeito, açulou o povinho a ir perseguir os "inimigos".*
> *Havia lá também o sr. Eloi, espírita, de quem o padre não gostava... Foram à casa deste, bem como do sr. Severo, e fizeram desordem. Apedrejaram. Até tiro saiu."* (pág. 60).

No relatório apresentado à Assembléia Legislativa em agosto de 1.881, o presidente da Província, Senador João Florentino Meira de Vasconcellos, dá notícia das arbitrariedades aqui cometidas e das providências que tomou para coibi-las:

> *"Em Santo Antonio do Machado, na noite de 2 de Junho, um grupo de 200 pessoas, mais ou menos, invadirão a casa do Alferes Manoel Eloy da Silva Passos, e depois de arrom-*

barem-na á golpes de machado, desfecharão tiros e commeterão outras violencias, percorrendo todos os compartimentos em procura daquelle cidadão, a quem pretendião assassinar.
Tentaram em seguida assaltar as casas dos acatholicos residentes n'aquelle arraial.
Durante toda a noite perturbaram o socego publico, e tal foi o terror, que algumas familias abandonaram seus domicilios e forão asylar-se na fazenda do Dr. Antonio Candido Teixeira.
Attribue-se esta perseguição contra os acatholicos a conselhos do Vigario da Freguezia.
Ordenei que para aquella localidade se transportasse o capitão Americo Ladislau de Menezes, Delegado de Policia do Carmo do Rio Claro, acompanhado da força que alli se acha sob seu commando, á disposição do Juiz de Direito da comarca, á quem igualmente officiei." (págs. 15/16).

4 - **Primeiros tempos - Cidade e vilas próximas**.

Como se verá a seguir, a evangelização presbiteriana, de início, foi mais forte na zona rural.

De Machado a obra missionária atingiu Campestre, conforme relata o autor da "*História da Igreja Presbiteriana do Brasil*":

> *"Em Campestre, já também estava fundado o trabalho evangélico. O sr. Francisco de Paula Santos, convertido em Campinho, perto de Machado, para ali viera e promovera a vinda do pastor. Notável fora a conversão de Severo Virgílio Franco, chefe de numerosa familia e homem inteligente. Quisera fugir ao pregador, deixando a estrada por onde vinha êste a cavalo. "Atalhando pelo pasto, o Rev. Torres foi cercá-lo..." A conversão do capitão Severo é o início de uma grande série de bênçãos espirituais."* (pág. 241).

Em 1.881 saiu de cá a família Sales, para fundar a Igreja de Areado.

Na nossa Cidade, as perseguições, a inexistência de templo e a falta de pastor inibiram o crescimento da Igreja. A partir de 1.909 ela aqui entrou em decadência, até que se dissolveu em 1.916. No mesmo ano foi organizada outra no então distrito do Machadinho, sendo escolhidos os presbíteros João Cândido Franco e José Alvim Pereira, bem como o diácono João Sales Pereira.

Só mais tarde, em 1.937, após consagrado o templo da Rua Major Feliciano, é que a sede da Igreja voltou à Cidade.

5 - **Primeiros tempos - Congregações rurais**.

O trabalho incipiente dos presbiterianos concentrou-se na zona rural, originando congregações, isto é, grupos organizados mas sem autonomia e personalidade jurídica. Localizaram-se no Campinho, Serra Negra, Hortelã, Barra e Vista Alegre.

À Congregação do Campinho assim se refere Andrade Ferreira:

> *"Campinho é um estribilho nas atas de Miguel Torres. Foi o ponto onde mais se desenvolveu o Evangelho - a morada do admirável Martiniano de Souza Magalhães, que convidado por Severo Pereira para o culto evangélico, fôra, ouvira e crera. Em Campinho hospedava-se Miguel Torres. Ali havia mais calma do que na cidade onde a efervescência política e religiosa redobrava a cada passo. Era a Betânia de Miguel Torres."* (págs. 61/62).

A primeira ceia no local celebrou-se em 29 de junho de 1.879.

Por volta de 1.916 já existia a importante Congregação da Serra Negra. Lá se construiu o primeiro templo machadense, em 1.925. Em 13 de dezembro daquele ano nela foi organizada formalmente a Igreja Presbiteriana Independente de Machado, com 83 membros comungantes e 86 membros menores. Os primeiros oficiais leigos então eleitos foram: os presbíteros Isaltino Virgílio Franco, Zeferino Domingues da Silva, Professor Arthur Xavier Pedroso e Dr. Mário de Oliveira Paes; e os diáconos Joaquim Pereira Caixeta, Ismael Nogueira, Vicente Coutinho de Rezende e João Pereira Caixeta. Em 1.928 organizou-se a Sociedade Auxiliadora de Senhoras, sendo sua primeira presidenta Cornélia Franco. O mesmo ano marca a criação da Escola Bíblica Dominical, tendo como superintendente Isaltino Virgílio Franco. Serra Negra foi a sede do Presbiterianismo no Município até 1.937.

A Congregação do Hortelã organizou-se em terras da família de João Pereira Caixeta, onde foi construído um templo em 1.929. Nela, em dezembro de 1.935, foi aprovado o estatuto da Igreja de Machado. Hoje tais terras fazem parte da Congregação Maanaim, de que se tratará adiante.

A Congregação da Barra foi formada em torno da família Alves Ferreira, a partir de 1.934. Agora ela pertence à Segunda I.P.I., em cujo capítulo será examinada.

A Congregação da Vista Alegre, na fazenda de Joaquim Pereira Caixeta, já tinha uma casa de oração em 1.937. Foi também absorvida pela Congregação Maanaim.

Ainda no Bairro São Thomé houve evangelização presbiteriana, liderada pela família Pereira.

6 - **Outras Congregações**.

A Primeira I.P.I. organizou em 22 de abril de 1.940 a Congregação da Cidade de Alfenas, sediada na Rua Treze de Maio, com 16 membros professos e 32 crianças. Em janeiro de 1.981 ela se desvinculou de Machado, passando a constituir uma nova Igreja.

Na zona rural do Município existe a Congregação Maanaim, organizada em 15 de julho de 1.973, no fim do milênio sob a responsabilidade do Evangelizador Hugo Félix Costa.

Em época mais recente, a 1ª Igreja descentralizou as atividades da sede, na Rua Aírton Rodrigues Leite, formando na Cidade outras Congregações. A do Bairro da Ponte, organizada em 1.974, deu origem à 2ª I.P.I., de que se tratará a seguir. A do Bairro Bom Jesus surgiu em 1.986; a da Vila Centenário, em 1.987. A do Bairro Santa Luísa, a cargo do Evangelizador Adonias de Andrade, começou como ponto de pregação da do Bom Jesus, e foi organizada em 1.990. A do Jardim das Oliveiras, com sede provisória na Rua Amâncio Caixeta, 25, realizou o primeiro culto em 2 de dezembro de 1.998, e começou logo a construir o seu templo. Trabalhava no fim do período estudado o Pastor Laércio de Souza Ribeiro.

Além disso, a Igreja passou a atuar além das fronteiras machadenses, com três Congregações. A de Pouso Alegre (Rua Coronel José Inácio, 290), iniciada em 5 de novembro de 1.977, esteve a cargo, sucessivamente, dos pastores Denis de Almeida Pinto, Clayton Leal da Silva e Daniel Raimundo de Souza. Depois respondeu por ela Eldo Fernando Machado. A de Paraguaçu (Rua José C. da Costa, 477-A), cujo primeiro culto foi realizado em 12 de novembro de 1.998, teve os cuidados do Presbítero Jarbas Franco Caixeta. Em seguida trabalhou nela o Seminarista Artur Scalco Neto. A de Serrania (Rua Coronel Antônio Faustino, 1.382), teve o templo consagrado em 11 de julho de 1.999. Esteve sob a liderança do Evangelizador Geraldo Luciano dos Santos, auxiliado pelo Seminarista Carlos Roberto Pereira Silva.

7 - **Direção, departamentos e atividades**.

A Igreja, desde 1.971, está sob a liderança do Pastor Isaías Garcia Vieira. Além dele, integravam seu Conselho no término do século os

pastores Orlando Braidotti, Laércio de Souza Ribeiro, José Eduardo Bornelli, Rodrigo de Lima Ferreira e Eldo Fernando Machado; os **seminaristas** Carlos Roberto Pereira Silva e Artur Scalco Neto; os **evangelizadores** Hugo Félix Costa, Adonias de Andrade e Geraldo Luciano dos Santos; e os **presbíteros** Anselmo Pereira Caixeta, Antônio Wílson Leite, Célio Ribeiro Camargo Filho, Ciro Caixeta Franco, Elias Leite Generoso, Ezo Alves Ribeiro, Fernando Caixeta Vieira, Ivan Franco Caixeta, Izac de Andrade, Izacar de Andrade, Jaime Berteli, Jarbas Franco Caixeta, João Justino Domingues da Silva, Joel Pereira, José Antônio da Silva Resende, José Cassiano de Paula, Luiz Flávio Ferreira dos Santos, Renato Negretti Pereira, Roberto Maranesi Caixeta, Rossine Maranesi Caixeta, Saulo Alves Brigagão, Sebastião Rosa de Andrade, Sérgio Caixeta Gonçalves e Silas Pereira Ferreira.

Há ainda a **Mesa Diaconal**, com atribuição de cuidar das atividades assistenciais e da administração dos templos, e de auxiliar nos serviços religiosos.

A sede e cada congregação possuem departamentos próprios, com as respectivas diretorias. Existem as Coordenadorias de Adultos, de Jovens, de Adolescentes e da Terceira Idade.

Desde 6 de agosto de 1.978 a Igreja edita o seu boletim semanal.

Na sede cumpre destacar o Coral (de que se cuidará noutro capítulo), e o Grupo Ebenezer, iniciado em agosto de 1.988, que se destina à recreação de pessoas da terceira idade.

No livro quinto se tratará das obras assistenciais da Igreja, como a Casa do Estudante Rural, a Creche Sinai, a Vila Samaritana e a Missão Vida Nova.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Boletim da 1ª I.P.I. de Machado - nº 2 - 16/8/1.988;
2 - “Folha Machadense” ns. 26 - 22/9/1.974 - pág. 3;
843 - 16/3/1.991 - pág. 10;
856 - 15/6/1.991 - pág. 4;
965 - 28/8/1.993 - pág. 11;

3 - informações pessoais dos pastores Galdino Acássio Gomes da Silva e Isaías Garcia Vieira;
4 - “Minas-Geraes” de 6/3/1.936;
5 - “Relatorio que á Assemblea Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou o Exm. Sr. Senador João Florentino Meira de Vasconcellos, por occasião de ser installada a mesma Assemblea para a 2ª sessão ordinaria da 23ª Legislatura, em 7 de Agosto de 1881” - Typ. da Actualidade, Ouro Preto, 1.881, págs. 15/16.

B - **secundárias**

1 - Antônio Gouvêa Mendonça - “O Celeste Porvir - A Inserção do Protestantismo no Brasil” - Edições Paulinas, São Paulo, 1.984;
2 - Gérson Pereira - “Igreja Nonagenária” - artigo em “O Machadense” nº 960, de 26/9/1.965, pág. 3;
3 - Isaías Garcia Vieira - “Igreja Presbiteriana Independente de Machado - Seu Nascimento e Seu Desenvolvimento” - artigo na “Folha Machadense” nº 368, de 6/9/1.981, pág. 44;
4 - J. Andrade Ferreira - “O Apóstolo de Caldas” - edição da Gráfica Renascença, Franca, SP - distribuição da Editora Presbiteriana - sem data - págs. 57 a 62;
5 - Júlio Andrade Ferreira - “História da Igreja Presbiteriana do Brasil” - vol. I - Casa Editora Presbiteriana, São Paulo, 1.959;
6 - Magaly Nogueira - “Igreja Presbiteriana Independente de Machado” - trabalho datilografado, 1.988;
7 - Revista “Machado de Ontem e de Hoje” - V-3;
8 - Roberto Vicente Themudo Lessa - “Presbiteriana faz 81 Anos” - artigo publicado na “Tribuna Machadense” nº 96, agosto de 1.984, págs. 1 e 3;
9 - Vicente Themudo Lessa - “Annaes da 1ª Egreja Presbyteriana de São Paulo (1863-1903) - Subsidios para a historia do Presbyterianismo brasileiro” - edição da 1ª Egreja Presbyteriana Independente de São Paulo, 1.938;
10 - “Apresentação da História da IPI em Machado” - trabalho datilografado, 1.992, elaborado pela Mocidade da 2ª I.P.I. de Machado;
11 - “História do Presbiterianismo em Machado” - trabalho datilografado, sem data, elaborado pela Congregação da Vila Centenário da I.P.I..

****

A SEGUNDA IGREJA PRESBITERIANA INDEPENDENTE

1 - Organização e direção.
2 - Congregação e pontos de pregação.
3 - Departamentos e atividades.

****

1 - **Organização e direção**.

Em julho de 1.968 começaram os trabalhos de evangelização presbiteriana do Bairro da Ponte, com visitas domiciliares, tendo como centro a casa de Ladislau Aureliano Corrêa. Eles foram a semente da Congregação do Bairro da Ponte, da 1ª I.P.I., que surgiu em 1.974, ficando então sob a responsabilidade do Pastor Marcelo Pereira.

Por sua vez, como visto no capítulo anterior, tal Congregação deu origem à 2ª Igreja Presbiteriana Independente. Esta foi organizada em 19 de fevereiro de 1.984. Seu Conselho, eleito por cinco anos naquela oportunidade, tinha a seguinte composição: *presidente* - Pastor Isaías Garcia Vieira; *vice-presidente* - Presbítero Dalmo Andrade; *secretário* - Roberto Domingues; *tesoureiro* - Lourenço Pereira Aguiar; e mais o Presbítero Cláudio Celso Porto Diniz. A Mesa Diaconal ficou assim composta: *presidente* - Diácono Helter Sales de Carvalho; *secretária* - Diaconisa Gladys Caixeta Domingues; *tesoureiro* - Diácono Mauro Sérgio Lopes.

Em 1.988 o presidente do Conselho era o Pastor Itamar Pereira Caixeta. Também integrava-o Hugo Félix Costa. Na Mesa Diaconal a presidência e a tesouraria estavam ocupadas por Ildefonso Camilo Fernandes Filho e Cleire Caixeta de Aguiar. Nos demais cargos continuavam os eleitos em 1.984.

O Conselho da Igreja em 1.999, sob a presidência do Pastor Galdino Acássio Gomes da Silva, era integrado pelos presbíteros Célio Cândido Alves, Ildefonso Camilo Fernandes Filho, João Marques de Lima, João Otávio Ferreira, Mauro Teodoro Domingues, Silas Pereira Caixeta e Wanderson Mendes. A Mesa Diaconal é formada por Carla Patrícia Perez F. de Paula, Elias Magalhães Paes, Evâneo Gonçalves, José Antônio da Silva, Maria Aparecida Domingues de Souza e Neuma Ferreira Alves.

2 - **Congregação e pontos de pregação**.

A Segunda I.P.I. tinha no fim do período estudado a Congregação do Bairro da Barra, sob a responsabilidade do Presbítero João Otávio Ferreira. Ela formou-se em torno da família Alves Ferreira. Sua semente foi reunião de propaganda evangélica dirigida pelo Pastor José Cruz em 24 de abril de 1.934, na casa de Julieta Rodrigues Ferreira.

Em 1.939 já estava organizada e possuía escola dominical. Em 1.943 foi eleita sua primeira oficiala, a Diaconisa Vicentina Alves Ferreira. Em 16 de julho de 1.946 inaugurou-se o seu templo.

Durante muitos anos a Congregação foi ativa, com grande número de membros. Posteriormente, por causa do êxodo rural, o trabalho evangelizador se enfraqueceu, até cessar de todo, com a desativação do templo.

A obra religiosa no local, já sob a direção da 2ª I.P.I., reiniciou-se em 26 de fevereiro de 1.988, com culto em casa de João Otávio Ferreira, presidido pelo Pastor Itamar Pereira Caixeta. Em março de 1.990 começou a construção do novo templo, consagrado em 11 de julho do mesmo ano.

A Segunda Igreja teve ponto de pregação, já desativado, no Bairro Santa Helena, em casa de Acélio Merante. Teve depois dois outros, na Caiana e em Poço Fundo, com cultos domiciliares.

3 - **Departamentos e atividades**.

A 2ª I.P.I. tem as coordenadorias de adultos, de adolescentes e de jovens. Tem também escola bíblica dominical.

No início de 1.998 começou a ser editado o seu boletim, que circulava até o final do milênio.

****

Fontes de consulta.

1 - “Apresentação do Histórico da IPI em Machado” - trabalho datilografado, 1.992, feito pela Mocidade da 2ª I.P.I. de Machado;
2 - “Folha Machadense” nº 490 - 3/3/1.984 - pág. 9;
3 - “Igreja Presbiteriana Independente de Machado” - trabalho datilografado, 1.988, feito por Magaly Nogueira;
4 - informações pessoais do Pastor Galdino Acássio Gomes da Silva;
5 - Revista “Machado de Ontem e de Hoje” - V-3.

****

PASTORES PRESBITERIANOS

1 - Os que serviram na Primeira Igreja.
2 - Os que serviram na Segunda Igreja.
3 - Os machadenses que serviram noutras cidades.

****

1 - **Os que serviram na Primeira Igreja**.

Como já visto, o núcleo presbiteriano local se fundou sob o pastorado de **Modesto Perestrello Barros de Carvalhosa**, português residente em Lorena, que fazia viagens missionárias.

Nos anos seguintes nossa região esteve a cargo do **Pastor Miguel Gonçalves Torres**, que de início aqui pregava como simples licenciado. Residindo em Caldas, teve destacada atuação no Sul de Minas, que percorria três vezes por ano.

Sucedeu-lhe, por volta de 1.892, o discípulo **Pastor Caetano Nogueira Júnior** (Caetaninho). Este casou-se com Maria Generosa Messias, do grupo de fundadores da Igreja do Machado.

A partir daqui há divergências no rol das fontes secundárias que consultei, referidas no final sob números 5 e 7. Não tive acesso a fonte primária, para dirimi-las.

De 1.909 a 1.925, ao que parece, cá se revezaram os pastores **Benedito Ferraz de Campos, Belarmino Ferraz, Orlando Ferraz** e **Alfredo Rangel Teixeira**. Num dos trabalhos há indicação de que atuou também no período o **Pastor Epaminondas Mello do Amaral**. Noutro se menciona o

Pastor Alfredo Borges Teixeira (*terá havido engano no sobrenome?*).

Serviram a seguir: de 1.925 a 1.928, o **Pastor Tomás Pinheiro de Guimarães**; de 1.928 a 1.933, o **Pastor Daniel Damasceno de Moraes**; de 1.933 a 1.934, o **Pastor José Antônio de Campos**.

De 1.934 a 1.943 aqui esteve o **Pastor José Cruz**, que construiu e consagrou o templo da Rua Major Feliciano. De 1.943 a 1.946 os presbiterianos foram assistidos pelo **Pastor João Bernardes e Silva**.

De 1.947 a janeiro de 1.952 trabalhou entre nós o **Pastor Rossine Sales Fernandes**. Em parceria com a esposa compôs o hino oficial do Município, que lhes outorgou título de cidadania honorária.

Em 1.952 a condução dos ofícios religiosos coube ao **Pastor Jorge do Amaral Pinto**; em 1.953, ao **Pastor José Inocêncio de Lima**; em 1.954, aos pastores **Luthero Cintra Damião** e **Rúbens Aversari**; em 1.955, ao **Pastor Erasmo Stutz**. A revista "*Machado de Ontem e de Hoje*" afirma que nessa época voltou a Machado o **Pastor José Cruz**.

Entre 1.956 e março de 1.958 aqui esteve o **Pastor Domingos Bezerra Paes**. Substituiu-o por pouco tempo o **Pastor Silas Silveira**, proveniente de Goiânia. De 1.959 a 1.961 o pastorado coube a **Sinésio Silva**.

O **Pastor Orlando Braidotti** residiu em Machado, de início, entre 1.961 e 1.969. Construiu e consagrou, em 1.963, o templo da Rua Aírton Rodrigues Leite. Iniciou um curso de alfabetização, em 1.965. Deixou a Cidade mas retornou alguns anos depois, e respondeu depois pela Congregação da Vila Centenário.

Entre 1.969 e 1.971 atuaram aqui os pastores **José Eduardo Bornelli** e **David Rose de Carvalho**. Ao primeiro coube construir e inaugurar em 1.970 o prédio de educação religiosa, anexo ao templo da Rua Aírton Rodrigues Leite. Voltou à Cidade em janeiro de 1.999, e deu assistência à Congregação do Bairro Bom Jesus.

De 31 de janeiro de 1.971 até o final do período estudado encontrava-se à frente da Primeira I.P.I. o **Pastor Isaías Garcia Vieira**, também cidadão honorário machadense. Em seu pastorado inauguraram-se os templos da Av. Comendador Lindolfo (1.976), do Bairro Bom Jesus (1.986), da Vila Centenário (1.987) e do Bairro Santa Luísa (1.996); o acampamento Maanaim (1.973), a Creche Sinai (1.974) e a Casa do Estudante Rural, hoje Missão Vida Nova. Adquiriu terreno na esquina das ruas Rio Branco e Aírton Rodrigues. Organizou todas as congregações da Primeira Igreja existentes no fim do milênio.

O machadense **Pastor Marcelo Pereira** começou a

trabalhar aqui em 1.976, indo depois para Alfenas. Retornou em 1.986, encarregando-se por algum tempo da Congregação do Bairro Bom Jesus. Em 1.987 também atuou na Cidade o **Pastor Daniel de Oliveira Corrêa**; em 1.989, os pastores **Clayton Leal da Silva** e **Maurício Ferraz Abade**.

Em 1.987 veio para cá o **Pastor Laércio de Souza Ribeiro**, que cuidou das congregações da Vila Centenário e do Bairro Bom Jesus, e no final do período estudado auxiliava nas 1ª e 2ª Igrejas.

Em 1.991 trabalhou em Machado o **Pastor Francisco Elias Delfino**; em 1.992, o **Pastor Daniel Raimundo de Souza**. Desde 1.998 atuou na 1ª Igreja o **Pastor Rodrigo de Lima Ferreira**.

2 - **Os que serviram na Segunda Igreja**.

Da sua organização até 1.988 a Segunda I.P.I. esteve também sob o pastorado de **Isaías Garcia Vieira**. Depois foi dirigida pelo **Pastor Itamar Pereira Caixeta** até dezembro de 1.997. Em tal época o comando passou ao **Pastor Galdino Acássio Gomes da Silva**, que o exercia até o fim do século, com a assistência do **Pastor Laércio de Souza Ribeiro**.

3 - **Os machadenses que serviram noutras cidades**.

Em 1.977, sob liderança da I.P.I. de Machado, consagrou-se templo em Alfenas. Pastoreou-o nosso conterrâneo **Marcelo Pereira**, que residiu na vizinha cidade até 1.986, quando, de volta, assumiu aqui a Congregação do Bairro Bom Jesus. Mais tarde mudou-se de novo para a vizinha cidade, de onde foi para Alterosa.

O **Pastor Isaías Barbosa Caixeta** foi presidente do Presbitério Sul de Minas em 1.995. Serviu na Congregação de Pouso Alegre, e depois atuou em Campestre.

O **Pastor Itamar Pereira Caixeta**, que serviu na 2ª I.P.I. local, posteriormente o fez em Alfenas. O **Pastor Clayton Leal da Silva** já trabalhou aqui, assumiu a Igreja de Votorantim em 1.991, e esteve depois em Botucatu. Seu irmão, o **Pastor Cleuber Leal da Silva**, atuou em Porangaba, SP. O **Pastor Francisco Elias Delfino**, que também já serviu em Machado, encontrava-se no fim do século em Santo Antônio da Platina, PR. O **Pastor Gérson Pereira** trabalhou em Poços de Caldas; o **Pastor João David Ferreira**, em Campinas; o **Pastor João Batista de Souza**, em Itaberá, SP.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - "Folha Machadense" ns. 151 - 27/3/1.977 - pág. 1;
864 - 3/8/1.991 - pág. 4;
1062 - 22/7/1.995 - pág. 6;
2 - informações pessoais dos pastores Galdino Acássio Gomes da Silva e Isaías Garcia Vieira;
3 - "O Machadense" nº 678 - 23/3/1.958 - pág. 2.

B - **secundárias**

1 - Isaías Garcia Vieira - "Igreja Presbiteriana Independente de Machado - Seu Nascimento e seu Desenvolvimento" - artigo na "Folha Machadense" nº 368, de 6/9/1.981, pág. 44;
2 - J. Andrade Ferreira - "O Apóstolo de Caldas" - edição da Gráfica Renascença, Franca, SP - distribuição da Editora Presbiteriana - sem data - págs. 57 a 62;
3 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, pág. 133;
4 - Magaly Nogueira - "Igreja Presbiteriana Independente de Machado" - trabalho datilografado, 1.988;
5 - "Apresentação da História da IPI em Machado" - trabalho datilografado, 1.992, elaborado pela Mocidade da 2ª I.P.I. de Machado;
6 - "História do Presbiterianismo em Machado" - trabalho datilografado, sem data, elaborado pela Congregação da Vila Centenário da 1ª I.P.I..
7 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje" - V-3.

****

TEMPLOS E OUTROS PRÉDIOS PRESBITERIANOS

1 - O templo da Serra Negra.
2 - O templo da Hortelã.
3 - A casa de oração da Fazenda Vista Alegre.
4 - Os templos da Barra.
5 - O templo da Rua Major Feliciano.
6 - O templo da Rua Aírton Rodrigues Leite, 26.
7 - O templo da Avenida Comendador Lindolfo, 442.
8 - O templo da Rua Maestro Joaquim Leite, 51.
9 - O templo da Rua Bartolomeu Camargo, 171.
10 - O templo da Rua Ituiutaba, 58.
11 - O acampamento evangélico "Maanaim".
12 - Outros prédios.

****

1 - **O templo da Serra Negra**.

Construído numa colina daquele bairro rural em 1.925, foi por diversos anos a sede do movimento presbiteriano machadense. Demoliu-se em 1.990, e o material da obra foi doado à 2ª I.P.I. para edificação de novo templo na Barra.

2 - **O templo da Hortelã**.

Foi feito em 1.929, e era ainda utilizado em 1.936. Ignoro quando se desativou.

3 - **A casa de oração da Fazenda Vista Alegre**.

O "*Jornal do Machado*" nº 24, de 17 de outubro de 1.937, faz referência a ela, outrora denominada Capela de São Sebastião, sita em terras de Joaquim Pereira Caixeta. Foi demolida em época que não pude precisar.

4 - **Os templos da Barra**.

O primeiro deles foi inaugurado em 16 de junho de 1.946. Funcionou por muitos anos, mas, em época que desconheço, foi desativado e transformado em residência particular.

Em março de 1.990 começou a construção do novo templo, com material proveniente da demolição do da Serra Negra. Sua consagração ocorreu em 11 de julho do mesmo ano.

5 - **O templo da Rua Major Feliciano**.

Foi edificado e consagrado em 1.937 pelo Pastor José Cruz. Pronto o da Rua 14 de Julho, atual Aírton Rodrigues Leite, foi desativado, sediando últimos cultos em 24 e 25 de maio de 1.963. Demolido a seguir, em seu lugar construiu-se casa pastoral.

6 - **O templo da Rua Aírton Rodrigues Leite, 26**.

Sua construção se deve ao Pastor Orlando Braidotti. Foi inaugurado em 26 de maio de 1.963. A seu lado o Pastor José Eduardo Bornelli levantou o prédio de instrução religiosa, concluído em 1.970. Nele se ministravam cursos bíblicos, de corte e costura, crochê, tricô, culinária, etc..

7 - **O templo da Avenida Comendador Lindolfo, 442**.

Consagrado em fevereiro de 1.976 para abrigar a Congregação do Bairro da Ponte, em 1.984 tornou-se a sede da Segunda I.P.I. do Município. Numa área construída de 100 m2., possui salão com capacidade para 100 pessoas, sala para reunião de jovens, etc.. O prédio novo, ao lado, começou a ser feito em 1.989, e sua inauguração ocorreu em 1.993.

8 - **O templo da Rua Maestro Joaquim Leite, 51**.

Sedia a Congregação do Bairro Bom Jesus, da Pri-

meira I.P.I.. Foi inaugurado em 13 de setembro de 1.986.

9 - **O templo da Rua Bartolomeu Camargo, 171**.

Abriga a Congregação da Vila Centenário, pertencente à Primeira I.P.I.. Sua consagração ocorreu em 21 de março de 1.987.

10 - **O templo da Rua Ituiutaba, 58**.

Construiu-se em terreno doado pelo Município. com autorização da lei 766. de 19 de setembro de 1.990. Foi consagrado em 9 de março de 1.996. É a sede da Congregação do Bairro Santa Luísa, da Primeira I.P.I..

11 - **O acampamento evangélico "Maanaim"**.

Localiza-se no Bairro do Campinho, em terreno com 30.000 m2., doado por Isaltino Pereira Caixeta e Waldemar Caixeta Sobrinho. Tem área construída de mais de 1.000 m2.. Possui dormitórios e sanitários para homens e mulheres, cozinha, despensa, sala de materiais esportivos, quarto para cozinheiras, cantina, tesouraria, sala de reuniões, apartamento pastoral, apartamento para visitantes, casa de zelador, campo de futebol, quadras esportivas, lago e pequeno bosque. Seu nome bíblico significa "*acampamento do Senhor*". Destina-se a congressos, retiros e reuniões. Tem capacidade para hospedar mais de 300 pessoas. Foi inaugurado em abril de 1.973.

12 - **Outros prédios**.

Além da casa pastoral, a Igreja Presbiteriana Independente possui diversos prédios destinados a obras assistenciais: Creche Sinai, Missão Vida Nova e Vila Samaritana. Delas se cuidará no livro quinto.

****

Fontes de consulta.

1 - "Apresentação da História da IPI em Machado" - trabalho datilografado, 1.992, elaborado pela Mocidade da Segunda I.P.I. de Machado;
2 - "Folha Machadense" ns. 95 - 22/2/1.976 - pág. 1;

618 - 13/9/1.986 - pág. 22;
643 - 21/3/1.987 - pág. 1;
822 - 6/10/1.990 - pág. 7;
3 - informações pessoais dos pastores Galdino Acássio Gomes da Silva e Isaías Garcia Vieira;
4 - “Jornal do Machado” nº 24 - 17/10/1.937 - pág. 1;
5 - “O Machadense” ns. 54 - 19/3/1.972 - pág. 4;
60 - 30/4/1.972 - pág. 1;
91 - 3/12/1.972 - pág. 4.

****

IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS

1 - Ministério de Santos.
2 - Ministério Visão Mundial.
3 - Ministério Jardim dos Ipês.

****

1 - **Ministério de Santos**.

O trabalho desta Igreja na Cidade começou em 1.944, com a chegada da família do Missionário Bernardo Johnson. No dia 14 de maio daquele ano o Pastor Orlando Pereira da Silva efetuou o primeiro batismo, de seis pessoas.

Após os dois acima referidos, foram aqui pastores, sucessivamente: Antônio Sebastião da Silva, Alcísio de Tal, Roberto Barbosa dos Santos, novamente Antônio Sebastião da Silva, Pedro Villas Boas, João Benedito da Silva, Cyrilo Pereira, João Bezerra da Silva, Geraldino Manoel da Silva e Paulo Manoel da Silva (chegado em 1.999).

A sede, de início, ficava na Praça São Benedito. Na década de setenta mudou-se para imóvel alugado na Rua Marechal Deodoro, 126. No dia 18 de julho de 1.987 consagrou templo na Rua das Andorinhas, 103, Vila Centenário, para o qual foi transferida a sede. Em julho de 1.988 lançou a pedra fundamental de mais um, na Rua Contagem, 183, Bairro Santa Luísa, em terreno doado pelo Município, que também lhe forneceu material para construção. Só em 19 de setembro de 1.990, quando a obra já estava concluída, é que a lei municipal 766 regularizou a situação, autorizando o Executivo a doar o imóvel e "*obrigando*" a donatária a construir em dois anos...

A Igreja local esteve por muito tempo vinculada ao

Ministério de Santos, SP. Seu primeiro presidente foi o Missionário Bernardo Johnson, que aqui não residia e dava assistência a diversas cidades. Sucedeu-lhe na direção o Pastor João Alves Corrêa, que morava em Santos. Só na década de oitenta, com Antônio Sebastião da Silva, é que a Igreja obteve autonomia, passando a ser presidida pelo próprio pastor. Em 1.999 ela estava sob o comando do Pastor Paulo Manoel da Silva, tendo por secretária Ezilma Pires Ribeiro, e por tesoureiro Wálter Pires.

Os cultos realizavam-se às terças e quintas-feiras, aos sábados e domingos, das 17h30 às 21 horas. Havia escola dominical no período matutino.

Na década de noventa criaram-se as comunidades rurais. A da Serra Negra estava sob a responsabilidade do Diácono Silas de Tal, e tinha por Cooperador João Felipe Ramos. A do Bairro do Mateiro centralizava as atividades na Fazenda União, e dava assistência também ao Bairro da Cachoeirinha. Tinha como diácono e presbítero, respectivamente, Benedito Paulino e Wálter Pires. Em cada qual foi construído um pequeno templo.

Em 25 de maio de 1.980 a Igreja inaugurou templo em Douradinho, na Rua Padre Francisco de Paula, 65. Atrás dele existia casa para o pastor. Em 1.998 a comunidade do Distrito desligou-se de Machado, e se vinculou diretamente ao Ministério de Santos. Seu último pastor do período estudado, Fábio Bernardo, esteve no cargo desde novembro de 1.999. O antecessor dele, Joel Pires, exerceu o pastorado durante dois anos e sete meses. Lá também se realizavam cultos noturnos às terças-feiras, quintas-feiras, sábados e domingos.

A Igreja de Machado fundou congregação em Cordislândia, que, depois separada, também se subordinou a Santos.

2 - **Ministério Visão Mundial**.

A Igreja foi aqui fundada no dia 9 de fevereiro de 1.992 por uma equipe de pastores e presbíteros, entre os quais se achavam o Pastor José Domingues Jacomette e o Presbítero João Camargo. Aquele ocupou o cargo de presidente até 1.996, pelo menos. Sucedeu-lhe o Pastor Getônio Kind. Após a saída deste, a Igreja ficou aos cuidados de Charles Américo. Por fim, no dia 29 de maio de 1.998 assumiu o Pastor Vanderlei Campos, ainda em exercício no término do milênio. Eram então diáconos: Charles Américo, Edvaldo Ramos, Gilmar D'Eleutério e José Américo.

A sede, de início, ficava na Rua Coronel Francisco Vieira, 11. Seis meses após a fundação foi transferida para a Praça da Rodoviária, 553. Em 1.993 adquiriu-se terreno em que foi construído o templo, na Rua Lourenço Gonçalves de Lima, 18, Jardim Bela Vista.

Existia uma congregação no Bairro Santa Luísa, com sede na Rua Diamantina, 40. Havia ainda ponto de pregação no Jardim das Oliveiras, localizado na Rua José Leite da Silva, 480.

No segundo semestre de 1.999 a Igreja contava, no Jardim Bela Vista, com 42 membros e 10 a 15 congregados; no Santa Luísa, com 5 membros e 5 a 10 congregados; no Jardim das Oliveiras, com 6 membros e cerca de 4 congregados.

4 - **Ministério Jardim dos Ipês**.

Este Ministério tem sede no bairro do mesmo nome, na capital de São Paulo. No mês de agosto de 1.999 fundou igreja em Douradinho, onde já possui templo, na Rua João Augusto Maciel, 167.

O Pastor Manoel Luís, residente em São Paulo, dava assistência religiosa aos fiéis uma vez por mês. Tinha aqui o apoio do Evangelista João Alves e do Diácono Elias Amador da Silva.

Os cultos realizavam-se às quartas, sextas, sábados e domingos, às 19 horas.

****

Fontes de consulta.

1 - "Folha Machadense" ns. 304 - 31/5/1.980 - pág. 8;
368 - 6/9/1.981 - pág. 44;
712 - 30/7/1.988 - pág. 3;
2 - informações pessoais de Benedito Paulino, Elias Amador da Silva, Ezilma Pires Ribeiro, João Felipe Ramos e Vanderlei Campos;
3 - "Minas Gerais" de 31/8/1.979.

****

OUTRAS IGREJAS E ASSOCIAÇÕES EVANGÉLICAS

1 - Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra.
2 - Congregação Cristã no Brasil.
3 - Igreja Adventista do Sétimo Dia.
4 - Igreja Batista.
5 - Igreja do Evangelho Quadrangular.
6 - Igreja Evangélica Água Viva.
7 - Igreja Evangélica Fonte da Bênção.
8 - Igreja Evangélica Pentecostal Missionária.
9 - Igreja Evangélica Pentecostal Unida.
10 - Igreja Evangélica Um Passo para Cristo.
11 - Igreja Metodista do Brasil.
12 - Igreja Pentecostal Deus é Amor.
13 - Igreja Pentecostal Jerusalém Celestial.
14 - Igreja Presbiteriana Conservadora.
15 - Igreja Renascer em Cristo.
16 - Igreja Tabernáculo Evangélico de Jesus.
17 - Igreja Universal da Bênção de Deus (TEJ).
18 - Igreja Universal do Reino de Deus.
19 - Testemunhas de Jeová.
20 - Associações religiosas autônomas.

****

1 - **Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra**.

Foi fundada por um grupo de pastores de Pouso Alegre, do qual participava Eliel Amaral de Souza. Este, desde então, a pastoreou e dirigiu, auxiliado por quatro diáconos.

Sua igreja, localizada na Avenida Arthur Bernardes, 450, inaugurou-se com cultos de diversos pastores de cidades vizinhas, nos dias 18 a 22 de dezembro de 1.996. No primeiro semestre de 2.000 foi transferida para a Avenida Santa Cruz, 515.

Além das atividades normais, promoveu campanhas, como as denominadas "*das alianças*", "*das colheitas*", "*do fortalecimento*", "*derrubando as muralhas*", "*tornando sonhos realidade*" e "*corrente da família*". Manteve programa numa das rádios da Cidade. Realizava cultos às quintas-feiras, sábados e domingos.

2 - **Congregação Cristã no Brasil**.

Foi aqui fundada no dia 12 de dezembro de 1.948 por Benedito Pimenta, João Pedro Azarias e Levindo Anastácio Lopes, entre outros.

O primeiro templo localizou-se na Rua Ângelo Scalco (próximo do atual nº 468), no Bairro da Ponte. Serviu durante vinte anos aproximadamente, e foi demolido. Depois se transferiu a sede para templo construído na Rua Bartolomeu Camargo, 171, Vila Nova (depois pertencente à Igreja Presbiteriana). Em 13 de setembro de 1.986 foi inaugurado o templo da sede, na Avenida Renato Azeredo, 35. Além dele, a Congregação possuía no término do milênio mais três na Cidade, sitos na Rua João Lopes Filho (*antiga Poços de Caldas*), 194, Bairro da Ponte; na Rua Flamingo, 26, Vila Centenário; e na Rua Capelinha, 132, Bairro Santa Luísa. Tinha outro em Douradinho, localizado na Rua do Rosário, 328.

Uma comunidade da Congregação existia na última década do século no bairro rural da Cachoeirinha. Lá os cultos eram feitos em residência particular.

A parte religiosa fica a cargo do *ancião*, que responde por todos os templos do Município e executa os serviços especiais, como batizados e casamentos. Ele é auxiliado por dois *diáconos*, que atendem à Mesa da Piedade, e por um *cooperador* em cada templo, que cuida dos cultos. Todos atuam por prazo indeterminado.

Nos tempos iniciais aqui trabalhou como cooperador João Pedro Azarias. A Congregação local era servida por anciãos que vinham de fora, em determinadas épocas. Só por volta de 1.983 Machado passou a ter seu ancião - João Batista Azarias, ainda no cargo ao término do período estudado. Serviam então como diáconos Joel Azarias Pereira e Maurício Aguiar. O cooperador do templo da Av. Renato Azeredo era Manoel Salvino da Silva; o de Douradinho, Vicente de Tal.

A gestão administrativa, em todo o Município, cabe à

diretoria e ao conselho fiscal. Em 1.976, quando o estatuto foi registrado, seus membros eram os seguintes: *presidente* - João Batista Azarias; *secretário* - Manoel Salvino da Silva; *tesoureiro* - Joel Azarias Pereira; *conselheiros fiscais* - Antônio Miranda Borges, Paulo Acácio da Silva e Raimundo de Souza Freire. No fim do século, seus dirigentes eram estes: *presidente* - Antônio Borges; *secretário* - José Donizetti; *tesoureiro* - Antônio Salvino.

A Congregação realizava então cultos duas ou três vezes por semana, no período noturno. Tinha escola dominical e orquestra.

3 - **Igreja Adventista do Sétimo Dia**.

O grupo que aqui a fundou em 1.984 era composto, entre outros, por Dulce Bueno Caixeta, Geraldo de Júlio e Marcos Antônio de Júlio.

Seu templo esteve instalado em vários locais: de início no Jardim Chamonix (atrás da Cerâmica São Sebastião); na Praça João Luís Garcia; em dois imóveis na Rua Dom Hugo (em 1.995 no nº 748, onde esteve o Centro Espírita "*Estrela do Oriente*"); na Avenida Santa Cruz; na Rua Tiradentes, 407 (em 1.997). Deste mudou-se para a sede própria, construída na Avenida Renato Azeredo, 1.108. Mesmo não concluída, ela começou a funcionar em 1.998.

Seu pastor respondia por várias cidades (no fim do século onze), e não residia entre nós. Por isso, era auxiliado na direção por uma comissão executiva, que se renovava anualmente. Havia ainda vários departamentos, cada qual com um líder.

Atuaram como pastores em Machado, sucessivamente: Lázaro Bueno de Souza, Wílson Gomes, Udolci Zucowski, Darci Braga Viana, Raíldes Nascimento, Areli Barbosa e Paulo Zanh. O derradeiro do século, no cargo desde o início de 1.998, foi Adir Pereira Vasques.

A comissão executiva, em 1.999, era formada pelos anciãos Antônio Garcia da Silva e José Joel Francisco de Souza; pela secretária Cláudia de Souza; e pelo tesoureiro Mauro Rodrigues Scalco.

Os cultos normais realizavam-se aos sábados de manhã, e aos domingos e quartas-feiras às 20 horas.

4 - **Igreja Batista**.

Foi aqui fundada em 1.987 pelo Pastor Sinésio Vilaça. Pouco tempo depois sucedeu-lhe Délio José de Souza. Este foi substituído em 12 de março de 1.988 por Aníbal Norínigo, que ficou no cargo por um ano e alguns

meses. Em seguida a Igreja esteve sem pastor durante dois anos. Em 1.992 assumiu o pastoreio Djalma Garcia do Nascimento, em atividade até o fim do período estudado.

Instalou-se de início na Rua Coronel Jacinto, 222. Em 1.989 foi mudada para a Rua João Antônio da Costa, 147. Lá ficou até 1.992, quando se transferiu para a Rua Major Feliciano, perto da esquina com Coronel José Paulino (ao lado da Papelaria Marajá). Por fim, no início de 1.998 passou a utilizar o templo, ainda em construção, na Avenida Oscar de Paiva Westin, 1.154.

Chamava-se no começo Igreja Batista da Graça, por ser filiada a igreja sita no Bairro da Graça, em Belo Horizonte. Depois separou-se desta, e se ligou à igreja de Varginha. A partir de então denominou-se apenas Igreja Batista.

Sua administração cabe a uma diretoria, sob a presidência do Pastor. Em 1.999 faziam também parte dela: *1º vice-presidente* - Antônio Dedeo; *2º vice-presidente* - Antônio de Pádua; *1º tesoureiro* - Nivaldo Albuquerque; *2ª tesoureira* - Elisabeth de Oliveira; *1º secretário* - Lóide Calixto; *2ª secretária* - Marta Caixeta.

Desde 1.995 possuiu uma congregação no Bairro Santa Luísa, que se reunia em casa particular, na Rua Montes Claros.

Realizava cultos na sede às quartas e sextas-feiras (à noite), e aos domingos (de manhã). Às quintas-feiras orava no Santa Luísa; às terças, em lares de fiéis. Tinha escola bíblica dominical.

5 - **Igreja do Evangelho Quadrangular**.

A Igreja foi fundada nos Estados Unidos, em 1.922, por Aymme Semple. Chegou ao Brasil em 1.950, com o Missionário Harold William, que se instalou em São João da Boa Vista.

Suas atividades em Machado foram iniciadas no dia 16 de fevereiro de 1.979 pelo Pastor Wanderley Zanatelli, que aqui trabalhou por um ano e três meses. Sucedeu-lhe Raul Sereno Júnior, que a pastoreou durante quatro anos e sete meses. Em seguida, cá permaneceu apenas três meses o Pastor Jaime Ieie. Depois dele, ficou entre nós por três anos o Pastor Mércio Rabelo, que em 6/6/85 promoveu no Clube Recreativo o "*I Encontro da Paz com Cristo*", com aproximadamente 400 pessoas. Por fim, desde 17 de abril de 1.988 a Igreja foi dirigida pelo Pastor Nélson Petreca.

O culto, primeiramente, se realizava em prédio alugado, na Avenida Santa Cruz. De lá, algum tempo depois, foi transferido para salão

na Rua Carlos Legnani. Na primeira metade da década de oitenta teve início a construção do templo que se localiza na Rua Bahia, 158, Bairro Bom Recanto. Já em uso no início de 1.985, ele só foi consagrado em cerimônias que se realizaram entre os dias 31 de outubro e 2 de novembro de 1.986.

A Igreja local foi oficializada, isto é, adquiriu autonomia, em 1º de março de 1.983. Seu comando administrativo cabe ao Conselho Diretor, presidido pelo Pastor. No fim do século ele era também integrado por: *vice-presidente* - Laudemir Divino de Lima; *secretário* - Gilcéio Pegoraro Paes; *tesoureira* - Rita de Cássia Alves; *diretor dos diáconos* - Amadeu Francisco Domingues. Havia aqui 22 diáconos e diaconisas.

Além dos cultos públicos, realizados às quartas, sextas e domingos no período noturno, a Igreja promovia diversas outras atividades religiosas.

6 - **Igreja Evangélica Água Viva**.

Tinha sede nacional em Pouso Alegre. Foi aqui fundada em outubro de 1.998 pelos pastores Isaltino Franco Caixeta e sua esposa Vanessa Maria Scalco Caixeta, depois que se desligaram da Igreja Renascer em Cristo.

Funcionou de início na Avenida Renato Azeredo, 473 (barracão da antiga Magel). No fim de 1.999 ou começo de 2.000 mudou-se para a Rua Tiradentes, altura do nº 400. Realizava cultos às quartas, quintas e domingos, às 19h30.

7 - **Igreja Evangélica Fonte da Bênção**.

Foi fundada em 10 de agosto de 1.994 por Vilma Adriana Silva Souza, que era sua pastora. Presidia-a o marido desta, Mílton Lopes de Souza. O templo localiza-se no fim da Rua Coronel Azarias. Realizava cultos às quartas, sextas, sábados e domingos. Prestava assistência domiciliar no Bairro dos Caixetas.

8 - **Igreja Evangélica Pentecostal Missionária**.

Na segunda metade da década de oitenta começou entre nós o trabalho desta Igreja, vinculada ao Ministério de São Paulo. O núcleo machadense era filial do de Carvalhópolis, fundado e presidido pelo Pastor Luís Soares Caproni. Em 1.986 ele passou a compartilhar a direção com o genro, Pastor Germano Gomes de Souza.

Os cultos, aqui, realizavam-se em imóvel situado no começo da Avenida Dr. Athayde Pereira de Souza. Havia também obreiros em

Douradinho, que promoviam reuniões em casas particulares.

Em março de 1.991 a Missionária cessou as atividades na região, porque seus adeptos criaram a Igreja Pentecostal Jerusalém Celestial, de que se tratará a seguir.

9 - **Igreja Evangélica Pentecostal Unida**.

Nos primeiros meses de 1.971 chegaram a Machado, vindos de São Paulo, pastores e missionários dessa seita, liderados por Juvenal Bernardino da Silva. Instalaram-se provisoriamente na Rua Dom Hugo, 808. Em agosto do mesmo ano noticiou-se que estava sendo erguido seu templo, no Bairro Novo Horizonte. Não existe mais entre nós, e não consegui outras informações a seu respeito.

10 - **Igreja Evangélica Um Passo para Cristo**.

É a única criada no Município. Teve início no dia 26 de abril de 1.990, no Bairro da Caiana, onde ficava sua sede. Os fundadores foram os membros da diretoria, no fim do século residentes em Alfenas, que ainda se mantinham nos cargos: *presidente* - Pastor Gerônimo Rocha; *vice-presidente* - Vitório Tavares; *secretário* - Pedro Santos.

O primeiro templo se localizava num barraco da Povoação; depois transferiu-se para cômodo alugado, perto do principal acesso à rodovia. Na Cidade, em 1.998, foi construído pequeno templo na Rua Particular, 377, Bairro da Ponte (perto da AFUP). Nele atuava como evangelista Edvar Batista Leal. Em Douradinho a Igreja tinha outra comunidade, aos cuidados do Pastor João de Tal. Lá estava no fim do período estudado construindo um templo. Também em Alfenas possuía fiéis e local de reuniões.

Os cultos, na sede, realizavam-se aos sábados à noite, às quartas-feiras e domingos à tarde. Na Cidade e na Vila eles ocorriam, geralmente, às sextas-feiras e domingos à noite.

11 - **Igreja Metodista do Brasil**.

A evangelização metodista na zona rural do Município teve início em 1.950, com pregações domiciliares que converteram seis famílias no Bairro Pinhal dos Campos. Em 1.957 organizaram-se congregações lá e na Serra Negra, vinculadas até o fim do período estudado à Paróquia de Campestre.

Conforme relatório do guia leigo Joel Pereira dos San-

tos, em abril de 1.957 Pinhal dos Campos já tinha escola dominical, e reunia para o culto, a cada semana, cerca de 80 pessoas. Em meados daquele ano, o guia leigo passou a ser Pedro de Freitas Pires. Em julho de 1.958 Carlos Leôncio do Lago, José Francisco da Silva, Oscar de Freitas Pires e Pedro de Freitas Pires compuseram comissão para construir o templo do Bairro. Os trabalhos iniciaram-se no dia 18 de março do ano seguinte, em terreno doado por João Batista do Lago e Augusta de Benedita do Lago. No dia 20 de dezembro de 1.959 foram escolhidos oficiais Daniel Alves Campos, João de Benedito do Lago, Laércio Alves Campos, Marcelo Padilha e Oscar de Freitas Pires; a escola dominical ficou a cargo de João Generoso Policarpo. No primeiro semestre de 1.960 inaugurou-se em dependências do templo (provavelmente já pronto) a escola paroquial "*Maria Ferreira*". Na mesma época se tentou introduzir o Metodismo também na Cidade, através de contatos pessoais e reuniões domiciliares.

Em 14 de abril de 1.957 o Pastor Crisanto César ministrou a Santa Ceia na Serra Negra. Naquele ano, a escola dominical do Bairro estava a cargo de Lourdes Nogueira; em 1.960 passou para Maria Célia D. da Silva. De início, os cultos se faziam na residência de Ozorino Domingues da Silva, na Fazenda do Grotão. Em 1.963 ele lá construiu o templo metodista, em uso até hoje. Em 1.960 elegeram-se os seguintes oficiais: Fleuri Fernandes, Olívio Fernandes e Ozorino Domingues da Silva. Na mesma época já existia sociedade de jovens no Bairro.

O responsável pela Paróquia de Campestre dava assistência às Congregações locais ao menos duas vezes por mês. O pastor, em exercício desde 1.997 aproximadamente, era Wandeir Pereira Tavares. Antecederam-no, entre outros, Crisanto César, Argemiro P. Toledo, Sebastião Antero da Silva, Jorge Vicente da Silva e Arlindo R. Rocha. Os antigos guias leigos, que auxiliavam os pastores, foram substituídos pelos evangelistas. No fim do milênio, o evangelista de Pinhal dos Campos era Edir Muniz; o da Serra Negra, Cirlei Pereira Fernandes.

Ressalte-se que é machadense o pastor metodista Josias Pereira, residente em São Paulo.

12 - **<u>Igreja Pentecostal Deus é Amor</u>**.

Criada pelo Pastor David Miranda, tem sede em São Paulo, SP.

A Igreja de Machado era congregação (filial) da de Alfenas, e foi fundada no dia 11 de fevereiro de 1.991 pelo Diácono Isaías Teodoro e pelo Cooperador Geraldo Bernardes da Silva.

Dirigiu-a o Diácono Isaías Teodoro desde a fundação

até 17 de dezembro de 1.992. De então a 28 de março de 1.999 foi pastoreada pelo Cooperador Pedro Reis Santos. Da última data em diante foi chefiada pelo Cooperador João José Bonifácio.

Seu templo, de início, se localizou na Rua Gaivota, 26, Vila Centenário. Em 21 de agosto de 1.995 mudou-se para a Avenida Ricardo Annoni Filho, 430. Em 22 de agosto de 1.988 foi para a Avenida Renato Azeredo, 910. No final de 1.999 ou começo de 2.000 foi transferido para a Avenida Ricardo Annoni Filho, 298.

Realizava cultos diários, a partir das 19 horas.

13 - **Igreja Pentecostal Jerusalém Celestial**.

Esta Igreja foi fundada em Carvalhópolis, no dia 10 de março de 1.991, por ex-fiéis da Igreja Evangélica Pentecostal Missionária (atrás referida), cujo trabalho continuou. Na mesma data elegeram-se estes diretores: *presidente geral* - Luís Soares Caproni; *presidente* - Pastor Germano Gomes de Souza; *vice-presidente* - José Caproni Filho; *1º secretário* - Vicente de Paula Queiroz; *2º secretário* - Pedro Raimundo da Silva Filho; *1º tesoureiro* - José Maria Caproni Nardin; *2ª tesoureira* - Diná Vasconcelos Costa. Todos foram reeleitos em 30 de março de 1.999.

Em Machado, da fundação até aproximadamente 1.998, os obreiros reuniam-se em prédio situado no começo da Avenida Dr. Athayde Pereira de Souza. Depois, passaram a fazê-lo em casas particulares. A Igreja adquiriu terreno no loteamento "Jardim Primavera", perto da Avenida Ricardo Annoni Filho, onde pretendia construir templo. Aqui atuava então como evangelista Pedro Raimundo da Silva Filho.

Em Douradinho, onde também teve seguidores desde a fundação, a Igreja possuía templo na Rua João Augusto Maciel, 330, inaugurado em 1.995. Lá trabalhava como evangelista Vicente de Paula Queiroz. Mantinha ainda outro templo na zona rural do Distrito, na Fazenda Lambari.

Os cultos realizavam-se às quartas-feiras, sábados e domingos.

Ligava-se oficiosamente à Igreja a Associação Comunitária Bhetel, fundada em 1.994 para manter a rádio comunitária Evangélica 102.1, com sede em Machado.

14 - **Igreja Presbiteriana Conservadora**.

Em 18 de outubro de 1.942 organizou-se a Igreja

Presbiteriana Conservadora de Boa Esperança. Era assim chamada por ter sede em fazenda homônima, sita na área do futuro município de São João da Mata. Anos mais tarde, criado este, foi transferida para a zona urbana, cujo nome adotou.

Já na ata de inauguração se arrolaram os seguintes membros, vindos da Congregação Presbiterial de Machado: Minervina Moreira Pinto; Arthur Xavier Pedroso, sua filha Suze Pedroso e a menor Maria Antonieta, filha desta; José Batista Pimenta e sua esposa; Maria Marçal Pereira; Teodora Fernandes; José Antônio da Silva e sua esposa; Dissimira Rosa Vieira e suas filhas Rosária e Maria da Fé; Benjamin Constante Pereira e sua esposa; Amélia Pereira Barbosa; Josefina Vital Siqueira; e Conceição Pereira Oliveira.

Na mesma ocasião homologou-se o orçamento anual da Igreja, assim distribuído: Sede - 2:500$000; Congregação de Machado - 400$000; Congregação de Ipuiuna de Caldas - 200$000.

Poucos anos depois, a Congregação local adquiriu imóvel na Rua Silviano Brandão, atual nº 180, para servir como templo. Foi inaugurado a partir de 1º de novembro de 1.945, com uma série de cinco conferências proferidas pelo Pastor Alfredo Alípio do Vale. No dia 4 do mesmo mês celebrou-se nele a primeira Ceia do Senhor.

Minervina Moreira Pinto foi sempre a zeladora do templo. Seu filho, o Pastor Alceu Moreira Pinto, ocupou a presidência do Conselho da Igreja de 1.949 a 1.951. Machado não teve pastores fixos: além do nosso conterrâneo, acima referido, aqui pregavam outros, vindos de São João da Mata ou de São Paulo.

Em 3 de maio de 1.954, por motivo que ignoro, o Conselho da Igreja, sob a presidência do Pastor Raphael Camacho, reuniu-se em Machado, na casa de José Sales Pereira, situada na Vila do Céu.

Há ainda registro de atos religiosos no templo machadense em junho de 1.956 e maio de 1.957. Depois a Igreja aqui perdeu forças, e no final daquela década seu imóvel foi vendido com a interveniência do Presbítero Clóvis Alvim Pereira, residente entre nós.

A despeito disso, a Congregação local sobreviveu por mais alguns anos, constituída embora por poucos irmãos. Em abril de 1.960 e novembro de 1.962 há as últimas menções de visitas de pastores a seus membros. Então se extinguiu de vez.

O "*Minas Gerais*" de 14 de setembro de 1.946 publicou, para registro, resumo do estatuto da Igreja local, representada por Raphael Camacho. Seu artigo 5º assim dispunha:

"Tem a Igreja a sua sede na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais, e incorpora-se para poder juridicamente adquirir, possuir e administrar o seu patrimônio e neste caráter civil se dirigirá pelos presentes estatutos.".

Suponho por isso que, ao menos durante certo tempo, a Igreja machadense tenha sido autônoma. Posteriormente, quiçá por redução do número de membros, terá voltado a ser simples congregação. Não encontrei, porém, o seu livro de atas na sede de São Paulo, e não existe no da Igreja de São João da Mata nenhuma referência ao fato, que fica sem esclarecimento.

15 - **Igreja Renascer em Cristo**.

Surgiu no Brasil em 1.986, criada por Estevam Hernandes Filho. Distingue-se de outras igrejas néo-pentecostais por maior liberalidade nas formas do culto e nos costumes.

Seu templo local foi inaugurado em 20 de novembro de 1.997, na Avenida Renato Azeredo, 473 (barracão da antiga Magel). Organizaram-no os pastores Isaltino Franco Caixeta e sua esposa Vanessa Maria Scalco Caixeta. Em outubro do ano seguinte foi desativado, por dificuldades administrativas com a direção nacional da Igreja.

16 - **Igreja Tabernáculo Evangélico de Jesus**.

É mais conhecida como "Casa da Bênção". Vinculada à superintendência regional de Perdões, tem sede nacional em Brasília.

Foi aqui fundada por volta de 1.987 pelo Pastor José Teobaldo, que a dirigiu durante três anos. Sucedeu-lhe o Pastor Sebastião Cândido, que ficou no cargo até 1.993. De então até o fim do período estudado seu dirigente foi o Pastor Luís Carlos de Oliveira. No início da década de noventa, também atuou nela o Pastor Israel Domingues de Azevedo.

O trabalho de evangelização, nos tempos iniciais, foi feito em residências particulares. Abriu o primeiro templo em cômodo alugado, na Rua Coronel Azarias. Ele transferiu-se depois para a Rua Alagoas, no Bairro Bom Recanto. Em 1.996 começou a construir o templo atual, na Rua Pedro Alves Negrão (atrás da garagem da Prefeitura). Utilizou-o desde 1.997, embora ainda não concluído.

Realizava cultos todas as noites, exceto às terças-feiras.

17 - **Igreja Universal da Bênção de Deus (TEJ)**.

Entre julho e agosto de 1.987 achava-se instalada na Rua Quinze de Novembro, 267. Naquela época noticiou que o "*apóstolo da fé*" Gérson Silva estaria, em três dias seguidos, "*desfazendo macumbas e feitiços, afastando falta de sorte, olho grande e inveja*". Nada mais sei sobre ela.

18 - **Igreja Universal do Reino de Deus**.

Foi instalada aqui em setembro de 1.998, em imóvel da Rua Coronel Francisco Vieira, esquina com Rua Alfenas, pelo Obreiro Rúbens Júnior. Alguns meses depois este foi substituído na direção da Igreja pelo Pastor José Antônio e pelo Obreiro Jackson dos Anjos Nascimento. No final do milênio, seu templo se transferiu para a Praça São Benedito.

Realizava cultos diários às 8, 15 e 19.30 horas.

19 - **Testemunhas de Jeová**.

Em 1.983 a Congregação local tinha o seu "salão do Reino" na Rua Dom Hugo, 882, e promovia cinco cursos bíblicos semanais. Posteriormente, construiu sede própria, que fica na Rua Tiradentes, 64.

Apesar de insistentes pedidos, o ancião da seita, Leonardo de Tal, não me deu nenhuma informação sobre ela.

20 - **Associações religiosas autônomas**.

A *Associação dos Dirigentes e Homens de Negócio do Evangelho Pleno (ADHONEP)* tem aqui vínculos não oficiais com a Igreja Presbiteriana Independente. Seus membros reuniam-se em imóvel situado nos fundos do Posto Texaco, na Avenida Santa Cruz. O presidente no fim do século era Jarbas Franco Caixeta.

Sob a liderança de Aloísio Alves Ribeiro, desde meados da década de noventa mais ou menos um grupo, ligado à *Associação Árvore da Vida* (editora de obras religiosas), reuniu-se para orar em residências particulares. Não tinha organização jurídica nem nome: preferia identificar-se apenas como "*a Igreja*".

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Igreja Presbiteriana Conservadora de São João da Mata - primeiro livro de atas da Igreja de Boa Esperança;
2 - Arquivo da Paróquia Metodista de Campestre - livro de atas do Concílio Paroquial da Igreja Metodista do Brasil em Campestre (1.956/1.960);
3 - Arquivo do Cartório de Registro de Títulos e Documentos e de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Machado - registros diversos de sociedades religiosas;
4 - "Folha Machadense" ns. 304 - 31/5/1.980 - pág. 8;
329 - 29/11/1.980 - pág. 1;
368 - 6/9/1.981 - pág. 44;
626 - 8/11/1.986 - pág. 16;
659 - 11/7/1.987 - pág. 1;
693 - 19/3/1.988 - pág. 6;
712 - 30/7/1.988 - pág. 3;
820 - 22/9/1.990 - pág. 10;
822 - 6/10/1.990 - pág. 7;
997 - 16/4/1.994 - pág. 11;
1021 - 1/10/1.994 - pág. 4;
1046 - 1/4/1.995 - pág. 16;
1077 - 4/11/1.995 - págs. 1 e 3;
5 - informações pessoais de Adir Pereira Vasques, Aloísio Alves Ribeiro, Antônio Garcia da Silva, Benedito Paulino, Clóvis Alvim Pereira, Djalma Garcia do Nascimento, Edvar Batista Leal, Elias Amador da Silva, Eliel Amaral de Souza, Germano Gomes de Souza, Isac Ferreira da Silva, Isaltino Franco Caixeta, Jackson dos Anjos Nascimento, João Felipe Ramos, João José Bonifácio, Joel Azarias Pereira, Luís Carlos de Oliveira, Madalena Maciel, Nélson Petreca, Vilma Adriana Silva Souza e Wandeir Pereira Tavares;
6 - "Minas Gerais" de 14/9/1.946;
6/11/l.976;
7 - "O Machadense" ns. 11 - 2/5/1.971 - pág. 2;
23 - 1/8/1.971 - pág. 1;
8 - panfletos em meu poder;
9 - "Tribuna Machadense" ns. 102 - mai./1.985 - pág. 4;
103 - jun./1.985 - pág. 1.

B - **secundárias**

1 - Magaly Nogueira - "Congregação Cristã no Brasil" - trabalho datilografado, 1.988;
2 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje" - V-3.

****

O ESPIRITISMO

1 - Primeiros tempos.
2 - Centro Espírita “Paz, União e Caridade”.
3 - Centro Espírita “Segunda Casa de Caridade”.
4 - Centro Espírita “Humberto de Campos”.
5 - Centro Espírita “Estrela do Oriente”.
6 - Grupo Espírita Beneficente “Os Samaritanos”.
7 - Associação Espírita Beneficente “Allan Kardec”.
8 - Centro Espírita Beneficente “Allan Kardec”.
9 - Grupos sem organização jurídica.
10 - Tentativa de integração.

****

1 - **Primeiros tempos**.

São raras as referências ao culto espírita em nosso Município no século passado. A intolerância e o preconceito, por certo, levaram seus adeptos a retrair-se, a fazer reuniões quase clandestinas, em residências particulares e não em associações regularmente constituídas.

Nas décadas de 1.870 e 1.880 houve aqui várias perseguições aos acatólicos, conforme descrito em capítulo anterior. Na mais violenta delas, em 2 de junho de 1.881, o espírita Alferes Manoel Eloy da Silva Passos teve a casa apedrejada, arrombada e invadida por cerca de duzentas pessoas.

Há notícia de que se dedicava ao Espiritismo José Pereira Arantes, farmacêutico, abolicionista e republicano que já residia na Cidade em 1.884.

2 - **Centro Espírita "Paz, União e Caridade"**.

Foi fundado em 24 de junho de 1.905 pelas seguintes pessoas: Américo Rebelo, Antônio Todescato, Arthur Bressane, Calporina Bressane, Catarina Bressane, Delmira Souza, Deocressiano de Souza, Elmira Guerra, Ernesta Rangel, Francisco Targino Cândido de Oliveira, João Pendão de Macedo, Maria Clemência de Jesus, Oscar Fernandes, Pedro Alves Negrão e Walfrido Pimentel. Conforme o "*Machado-Jornal*" nº 16, o grupo começou a reunir-se dois anos antes, em dependência do antigo imóvel da Maçonaria.

Desde 1.906 está instalado em prédio próprio, que construiu na Rua Silviano Brandão, 419. Seu estatuto apenas em 28/12/1.938 foi registrado em cartório.

Soube pouco de seus tempos iniciais. Informaram-me que o antigo livro de atas se perdeu, e só pude consultar o atual, aberto em 1.967.

João Rodrigues de Carvalho e a revista "*Machado de Ontem e de Hoje*" afirmam que a primeira diretoria teve esta composição: *presidente* - Benério Passeri; *vice-presidente* - Pedro Alves Negrão; *1º secretário* - Joaquim Francisco Soares; *2º secretário* - Justiniano Ferreira Leite; *tesoureiro* - João Pendão de Macedo. Tal é inexato, ao menos em relação ao 1º secretário - nem nascido na época.

Por um ano, a partir de 24 de junho de 1.920, a presidência coube a Oscar Fernandes.

Em 1.923 foi começada a biblioteca do Centro. Na presidência de Pedro Alves Negrão, em data que ignoro, fundou-se asilo na Avenida Santa Cruz, de que tratarei na parte correspondente à assistência social.

Escolheu-se em 1.937 esta equipe dirigente: *presidente* - Oscar Fernandes; *vice-presidente* - Aureliano Zanon; *1º secretário* - Octávio M. de Souza; *2º secretário* - Theodoro G. Costa; *tesoureiro* - Augusto T. Paes; *procurador* - Antônio Duque Garcia; *bibliotecária* - Oscarina Fernandes; *zeladora* - Maria Juventina.

A diretoria, no ano de 1.938, estava assim formada: presidente - Aureliano Zanon; *vice-presidente* - Octávio Martins de Souza; *secretário* - Walfrido Pimentel; *tesoureiro* - Oscar Fernandes.

Vinte anos depois, sob a presidência de Manoel Mendes e o secretariado de Maércio Moreira Dias, sócios do Centro criaram a Associação Espírita de Assistência à Criança "*Pedro Alves Negrão*", da qual também se

cuidará noutro capítulo.

Em junho de 1.967 tomou posse esta diretoria: *presidente* - Flávio Baldan (reeleito); *vice-presidente* - José Cândido de Oliveira; *secretário* - Hélio Bellini; *tesoureiro* - Almir Tavares (reeleito).

De junho de 1.968 a junho de 1.969 a Sociedade foi governada por estas pessoas, reeleitas nos dois anos seguintes: *presidente* - José Cândido de Oliveira; *vice-presidente* - Jayro Gonçalves; *secretário* - Hélio Bellini; *1º tesoureiro* - Célio Mendes Mariano; *2º tesoureiro* - João Tavares de Araújo.

Em junho de 1.971 escolheu-se a seguinte diretoria: *presidente* - José Argemiro da Silveira; *vice-presidente* - José Cândido de Oliveira; *secretário* - Jayro Gonçalves; *1º tesoureiro* - Hélio Bellini; *2º tesoureiro* - Célio Mendes Mariano. Em 30 e 31 de março de 1.972 ela patrocinou a VI Confraternização de Mocidade e Centros Espíritas do Sul de Minas.

O presidente, o vice e o 1º tesoureiro foram reeleitos para o mandato subseqüente, em que os demais cargos assim se distribuíram: *1º secretário* - Allan Corsini de Oliveira; *2º secretário* - Célio Mendes Mariano; *2º tesoureiro* - Jayro Gonçalves.

José Cândido de Oliveira chefiou a Sociedade nas duas gestões seguintes, tendo como vices, sucessivamente, Jayro Gonçalves e Maria Lima Paiva. O 1º secretário e o 1º tesoureiro foram mantidos.

Em junho de 1.975 Maria Lima Paiva ascendeu à presidência, tendo por substituto Jayro Gonçalves. Permaneceram o 1º e o 2º secretários, Allan Corsini de Oliveira e Joana d'Arc Corsini de Oliveira. José Cândido de Oliveira ocupou a tesouraria.

Escolheu-se em meados de 1.976 esta diretoria, reeleita em 1.977: *presidente* - Jayro Gonçalves; *vice-presidente* - José Cândido de Oliveira; *1ª secretária* - Joana d'Arc de Oliveira Tavares; *2º secretário* - Allan Corsini de Oliveira; *1º tesoureiro* - Nadir Corsini; *2º tesoureiro* - Diógenes Gomes de Oliveira.

Tomaram posse em maio de 1.978 os seguintes diretores, reconduzidos no período posterior: *presidente* - José Cândido de Oliveira; *vice-presidente* - João Laércio Tavares Paes; *1ª secretária* - Joana d'Arc O. Tavares; *2º secretário* - Eloir Pereira de Oliveira; *1º tesoureiro* - Jayro Gonçalves; *2º tesoureiro* - Nadir Corsini.

Em julho de 1.980 o presidente e o 1º tesoureiro foram mais uma vez reeleitos, passando a ocupar a vice-presidência e a secretaria Joana d'Arc O. Tavares e Roberto Moreira Rebello.

Mantido ainda o presidente, em julho de 1.981 escolheram-se: *vice-presidente* - João Laércio T. Paes; *1ª secretária* - Aparecida de Fátima Bellini; *2ª secretária* - Rossimari C. de Oliveira; *1ª tesoureira* - Sílvia Zanon Braga; *2º tesoureiro* - Sérgio de Lima Dias. Todos foram reconduzidos aos cargos em 1.982.

O Centro foi declarado de utilidade pública pela lei municipal 478, de 17 de agosto de 1.982.

Em agosto de 1.983 a diretoria passou a ter esta composição: *presidenta* - Janete Braga Gonçalves; *vice-presidente* - José Cândido de Oliveira; *1ª secretária* - Aparecida Bellini Pimenta; *2º secretário* - Nadir Corsini; *1ª tesoureira* - Sílvia Zanon Braga; *2º tesoureiro* - Sérgio de Lima Dias.

Um ano depois escolheu-se este grupo diretor: *presidente* - José Cândido de Oliveira; *vice-presidente* - João Laércio T. Paes; *secretária* - Aparecida Bellini Pimenta; *1ª tesoureira* - Sílvia Zanon Braga; *2º tesoureiro* - Sérgio de Lima Dias.

Em julho de 1.985 sufragou-se a seguinte chapa: *presidenta* - Maria Lima Paiva; *vice-presidente* - José Cândido de Oliveira; *secretária* - Aparecida Bellini Pimenta; *1ª tesoureira* - Sílvia Zanon Braga; *2º tesoureiro* - Sérgio de Lima Dias. Ela se manteve no outro ano, com exceção do vice, trocado por Janete Braga Gonçalves.

Elegeram-se em agosto de 1.987: *presidenta* - Maria Lima Paiva; *vice-presidente* - Emanuel Engel Ayer; *1ª secretária* - Aparecida Bellini Pimenta; *2º secretário* - Arnaldo Mateus Domingues; *1ª tesoureira* - Sílvia Zanon Braga; *2ª tesoureira* - Maria Beatriz S. Oliveira. Naquele mês foi aprovado novo estatuto, que aumentou para três anos a duração do mandato da diretoria.

Em agosto de 1.990 foram reeleitos os dirigentes, com exceção da 2ª secretária e da 2ª tesoureira, que passaram a ser Dora Andrade do Lago e Elza Benedita de Souza. O decreto local 1.038, de 22 de agosto de 1.991, autorizou o Centro a usar em caráter precário e para objetivos sociais, até o fim do ano seguinte, o prédio do antigo "*Chapeuzinho Vermelho*", na Praça Rui Barbosa. Entretanto, outras entidades também obtiveram permissão para utilizá-lo, o que ensejou reclamação à Câmara.

No dia 10 de agosto de 1.993 foram eleitas: *presidenta* - Maria Lima Paiva; *vice-presidenta* - Sheila F. Lima Paiva; *1ª secretária* - Dora Andrade do Lago; *2ª secretária* - Maria Helena Baldan (depois substituída por Maria Helena M. dos Santos); *1ª tesoureira* - Sílvia Zanon Braga; *2ª tesoureira* - Maria Auxiliadora Basso Vilela. Nessa gestão houve nova mudança do estatuto e reforma de casa dos fundos. O Centro recebeu da "*Pró-Vida*" diversos equipamentos para cozinha.

Em agosto de 1.996 reelegeram-se os membros da diretoria, exceto a vice-presidenta e a 1ª secretária, substituídas por Emanuel Engel Ayer e Rosa Francisca Leite.

O Centro, por vários anos, cedeu pequenas casas em seu quintal para famílias pobres; promoveu campanhas assistenciais, máxime na época natalina; manteve um bazar de roupas usadas, que recebeu o nome de "*Pedro Alves Negrão*"; distribuiu sopa aos necessitados. Ultimamente, a atividade filantrópica de seus membros passou a ser exercida através do Núcleo Assistencial "*Vida e Esperança*", que será objeto de outro capítulo.

3 - **Centro Espírita "Segunda Casa de Caridade"**.

O "*Minas Gerais*" de 29 de agosto de 1.940 publicou-lhe o resumo do estatuto, no qual se declarava que tinha por finalidade o estudo teórico e prático-experimental da doutrina cristã espírita codificada por Allan Kardec. Ignoro a data de sua fundação. A sede ficava na Rua Dom Hugo, s/n. A diretoria, então, assim se compunha: *presidente* - Messias Natal Correia; *vice-presidente* - Benício Carvalho; *secretário* - Carlos Legnani; *tesoureiro* - José Luiz de Carvalho. Não obtive mais notícias sobre ele.

4 - **Centro Espírita "Humberto de Campos"**.

Cornélio Camargo refere-se a ele, informando que pretendia construir sanatório no terreno que, em 1.949, Waldemar Camargo loteou sob o nome de "*Vila Nova*". Não tenho outras informações a seu respeito.

A "*Folha Machadense*" 775 faz menção à "*Sociedade Espírita Humberto de Campos*", da qual também nada sei.

5 - **Centro Espírita "Estrela do Oriente"**.

Seu estatuto foi aprovado em sessão extraordinária de 30 de setembro de 1.953. Na ocasião a diretoria, com mandato de quatro anos, estava assim composta: *presidente* - José Cassemiro da Silva; *vice-presidente* - Orozimbo de Paiva Grilo; *secretário* - Jacinto Lima; *tesoureira* - Piedade Maria de Jesus; *orador* - Sebastião de Freitas.

Dirigiram-no também, em épocas que ignoro, Domingos de Souza Dias e Antônio Benedito de Azevedo.

Com sede própria na Rua Dom Hugo, 748, teve por muitos anos a liderança de Piedade Maria de Jesus, conhecida como "*Sá Lolota*".

Após sua morte, no dia 18 de dezembro de 1.982, entrou em decadência sob a direção do filho Sebastião de Freitas. Interrompeu as atividades com o falecimento deste, dez anos depois, ou mesmo um pouco antes.

Foi sempre freqüentado por pessoas humildes e, embora tendo por fim o estudo e a prática da doutrina kardecista, afastava-se dela em alguns pontos, como na feitura de casamentos e batizados, e na devoção aos "*cachorros de São Lázaro*".

Poucos meses após a paralisação, o Centro foi reaberto por José Manir de Aguiar e Manoel Roque da Silva na residência do primeiro, situada na Rua Coronel Azarias, 126. Lá continuava até o fim do milênio, sob o comando informal de ambos, sem diretoria eleita. Deixou os ritos heterodoxos, e promovia duas festas anuais para crianças: a de São Cosme e São Damião, em setembro, e a "*mesa dos anjos*", no Natal.

6 - **Grupo Espírita Beneficente "Os Samaritanos"**.

Foi criado sob a liderança de José Cândido de Oliveira, após divergência com membros do C. E. "*Paz, União e Caridade*". Teve sede na residência daquele, na Rua Joaquim Teófilo, 133, mesmo após a sua morte. Funcionou informalmente por algum tempo antes da reunião oficial de fundação, ocorrida em 31 de outubro de 1.991.

Foram sócios fundadores: Allan Corsini de Oliveira, Ana Lúcia Maringoli de Vasconcelos Guerra, Cleonice Caproni de Oliveira, Eliane Leite Alkmin Magalhães, Elisandro Kennedy Alkmin, Eliza Regina Soares Braga, Elza Vilela de Carvalho, Eulália Tavares de Lima, Eva Nadir Andrade da Silva, Evânea Andrade Velano, Geraldo Generoso Aguiar, Grace Corsini de Oliveira Garroni, Iolanda Pereira Lopes, Ione Gabriela da Silva Alkmin, Janete Braga Rocha Gonçalves, José Cândido de Oliveira, Lucíula de Paiva Santos, Luiz Carlos da Silva, Maria Helena Baldan, Maria Regina Carneiro de Almeida, Matilde Nogueira Nannetti, Neuza H. M. Martins, Orlandina Alves Cruz, Patrícia Prado Swerts, Rachel Pimentel Pereira, Regina Lígia Nogueira, Regina Lima de Oliveira, Roberto Moreira Rebello, Rosely Pimentel Lima da Silva, Rossimari Corsini de Oliveira, Sílvia Maria Pascini, Sílvia Soares de Oliveira, Sineide Aparecida Pereira, Tereza Cristina de Barros, Wálter Moreira Soares e Zileida Prado Swerts.

Na primeira reunião, já mencionada, aprovaram-se os estatutos e foi eleita esta diretoria, com mandato de dois anos: *presidenta* - Grace Corsini de Oliveira Garroni; *vice-presidente* - José Cândido de Oliveira; *1ª tesoureira* - Iolanda Pereira Lopes; *2ª tesoureira* - Evânea Andrade Velano; *1º secretário* - Elisandro Kennedy Alkmin; *2º secretário* - Wálter Moreira Soares. Escolheu-se também o conselho fiscal.

Em 20 de outubro de 1.993 renovaram-se a diretoria e o conselho fiscal. Aquela ficou assim composta: *presidenta* - Grace Corsini de Oliveira Garroni; *vice-presidente* - Márcio Lopes; *1ª tesoureira* - Iolanda Pereira Lopes; *2º tesoureiro* - Carlos Roberto Campos: *1ª secretária* - Evânea Andrade Velano; *2ª secretária* - Sílvia Maria Pascini.

Novo pleito só ocorreu em 19 de agosto de 1.996, com este resultado: *presidenta* - Grace Corsini de Oliveira Garroni; *vice-presidente* - Waldemar Paulino da Costa Neto; *1ª tesoureira* - Iolanda Pereira Lopes; *2ª tesoureira* - Cleonice Caproni de Oliveira; *1ª secretária* - Evânea Andrade Velano; *2ª secretária* - Márcia Martins Gonçalves.

O Grupo reunia-se duas ou três vezes por semana. Seus membros fundaram o Núcleo Assistencial "*Francisco de Assis*", do qual se tratará no livro quinto.

7 - **Associação Espírita Beneficente "Allan Kardec"**.

Foi fundada em 15 de fevereiro de 1.977 sob a liderança de José de Souza, o "*Massa Fina*". Teve sede provisória na Associação Comercial (Rua Coronel Jacintho, 391). Entre outros, eram seus objetivos a mantença de cursos de evangelização e de moral e cívica; a fundação de albergue noturno e de clube de engraxates; o auxílio aos alcoólatras, andarilhos, desabrigados e mendigos; o combate ao analfabetismo e à vadiagem.

Seus primeiros dirigentes foram: *presidenta* - Maria Aparecida Pereira; *vice-presidente* - José de Paula; *secretário* - José de Souza; *tesoureiro* - Pedro Augusto Brigagão; *diretora de assistência social* - Maria Lima de Paiva; *conselheiros fiscais* - Dalmo Carvalho, Marcos Gomes de Carvalho e Vicente Reis dos Santos. Eles se mantinham nos cargos em dezembro do ano seguinte. Depois não houve mais notícia da sociedade, que já cessara as atividades no começo da década seguinte.

8 - **Centro Espírita Beneficente "Allan Kardec"**.

Sua fundação, ocorrida em 30 de outubro de 1.983, é fruto de dissidência do C. E. "*Estrela do Oriente*". Naquela data elegeu a primeira administração: presidente - João Batista do Espírito Santo; *secretário* - Celso Falconi Aguiar; *tesoureiro* - Nadir Corsini; *conselheiros fiscais* - José de Paula, Maria Aparecida Pereira e Mílton Cirino Morais. Tinha de início trinta sócios.

Não mais realizou eleições para renovação da diretoria no período estudado. Continuava sob a chefia de João Batista do Espírito Santo, mas com atividade restrita, limitando-se à distribuição de "passes", a raras pales-

tras e a campanhas de arrecadação e distribuição de alimentos e roupas usadas.

Possui sede própria, na Rua do Pelicano, 172, Vila Centenário.

9 - **Grupos sem organização jurídica**.

O Espiritismo, no Município, tem sido também praticado por grupos sem organização jurídica, que se reúnem em casas particulares.

A "*Folha Machadense*" nº 368 lembrou o núcleo dirigido por João Lopes, que funcionava na residência deste, no Bairro da Ponte, ao lado da antiga rodovia Machado-Carvalhópolis. Informou ter sido fundado em época anterior a setembro de 1.951.

Igualmente fazia sessões em sua casa Joaquim Francisco Soares (Rua Major Onofre), entre outros.

No final do século, Antônio Benedito de Azevedo, o "*Antônio Pararaca*", atendia em sua residência, nos fundos do Jardim Bela Vista, para consultas, passes e benzimentos.

10 - **Tentativa de integração**.

No livro de atas dos "*Samaritanos*" consta a comunicação de que em 3 de outubro de 1.993 seria fundada a AME - Aliança Municipal Espírita, para congregar os grupos espíritas da Cidade. Na verdade, ela não chegou a existir.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de leis nº 19;
2 - Arquivo do Cartório de Registro de Títulos e Documentos e de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Machado - registros diversos de associações espíritas;
3 - Arquivo Público Machadense - pasta "Centros Espíritas";
4 - Arquivo Público Machadense - pasta "documentos de Oscar Fernandes";

5 - “Folha Machadense” ns. 198 - 19/2/1.978 - pág. 7;
215 - 18/6/1.978 - pág. 8;
239 - 25/12/1.978 - pág. 3;
368 - 6/9/1.981 - pág. 47;
775 - 28/10/1.989 - pág. 14;
867 - 24/8/1.991 - pág. 8;
868 - 31/8/1.991 - pág. 5;
1036 - 21/1/1.995 - pág. 13;
6 - “Jornal do Machado” nº 10 - 4/7/1.937 - pág. 3;
7 - livros de atas e estatutos dos Centros;
8 - “Minas Gerais” de 29/8/1.940;
9 - “Machado-Jornal” nº 16 - 14/4/1.928 - pág. 17;
10 - “O Machadense” ns. 42 - 12/12/1.971 - pág. 3;
56 - 2/4/1.972 - pág. 3.

B - **secundárias**
1 - Cornélio Camargo - “Waldemar Soares Camargo” - biografia na “Coletânea de Monografias sobre Vultos Machadenses” - Prefeitura Municipal, mimeografado, 1.986, pág. 53;
2 - João Rodrigues de Carvalho - “História de Machado” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, pág. 89;
3 - Revista “Machado de Ontem e de Hoje” - V-4.

****

A UMBANDA

1 - O Centro Espírita “São Jorge”.
2 - O Centro Espírita “Pai Jacob”.
3 - O Centro Espírita de Umbanda “Ogum Yara”.
4 - A Tenda Umbandista “Caboclo Lage Grande”.
5 - A Tenda “São Sebastião”.
6 - O Grupo Ilê Axé Ogum e Oxum.

****

1 - **O Centro Espírita “São Jorge”**.

Foi fundado no dia 6 de novembro de 1.953 por Antônio Eugênio de Paiva (Totonho), que o dirigiu até a morte, ocorrida em 13 de dezembro de 1.990.

Alencar Verne Pereira e sua mulher Julieta Figueiredo Pereira doaram ao Centro, por escritura de 23/4/1.954, o terreno em que construiu a sede, na Rua Durval Martins Ramos, 155, Vila do Céu.

Em 1.991 a diretoria assim se compôs: *presidente* - Adílson Ribeiro de Paiva; *vice-presidente* - Joaquim Pedro da Silva (Joaquim Gominho); *1º secretário* - Osmair Vieira; *2ª secretária* - Ângela Maria de Paiva; *tesoureira* - Maria Helena da Silva; *conselheiros fiscais* - Fausto Paulo Werner, José Adoraci de Paiva e Osmar Cândido de Souza.

O presidente renunciou em maio de 1.992. No mês de julho seguinte os diretores eram estes: *presidente* - Joaquim Pedro da Silva; *vice-presidente* - Luiz Cláudio da Silva; *1º secretário* - Osmair Vieira; *1ª tesoureira* - Maria Helena da Silva; *2º tesoureiro* - Miguel Domingues Flauzino Filho; *conse-*

lheiros fiscais - Fausto Paulo Werner, Gildo Moreira Elíi e José Paulista.

Em janeiro de 1.993 reelegeram-se o presidente, o vice, o 1º secretário e os tesoureiros. A 2ª secretaria coube a Maria Cristina Lima e Silva; ocuparam o conselho fiscal Aparecida Rosa Moreira, Gildo Moreira Elói e Marilene dos Santos Soares.

Nova e derradeira eleição ocorreu em 3 de julho de 1.995, mantendo nos cargos o presidente, o vice e a 1ª tesoureira. Os demais dirigentes escolhidos foram: *1ª secretária* - Maria Cristina Lima e Silva; *2ª secretária* - Isabel Cristina dos Santos; *2º tesoureiro* - Carlos Alberto Pereira; *conselheiros fiscais* - José Roberto Benedito, Miguel Domingues Flauzino Filho e Sebastião Vágner Garcia.

Depois de 1.996 o Centro enfrentou problemas internos, e paralisou as atividades. Em reunião extraordinária realizada no dia 23 de junho de 1.999, a diretoria decidiu doar seu imóvel à Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio, para fins sociais. O ato não foi formalizado.

No primeiro semestre de 2.000, algumas pessoas tentaram reativar a Sociedade, desconsiderando o que se decidira na última reunião. Em 26 de abril elegeram esta diretoria: *presidente* - Carlos Alberto Pereira; *vice-presidente* - Eliandro Antônio de Paula; *1ª secretária* - Débora Alves da Silva Pereira; *2º secretário* - Anderson de Souza Ferreira; *tesoureiro* - Rômulo Roberto Soares Lapa; *conselheiros fiscais* - Antônio Marques de Paula, Sérgio Aparecido Vicente e Maria Edir Souza Ferreira. Manifestaram o intento de obter a posse do imóvel e de imagens que haviam sido entregues a terceiros.

2 - **O Centro Espírita "Pai Jacob"**.

Sua fundação ocorreu em 20 de junho de 1.957, e a primeira diretoria foi assim composta: *presidente* - José Juno Pereira; *vice-presidente* - Renato Rangel; *1º secretário* - Francisco Ferreira Braga; *2º secretário* - Marcial Andrade Dias; *tesoureiro* - Almir Tavares Paes; *bibliotecária* - Cleusa Bernardes Pereira; *procurador* - Coriolano Pereira; *zeladora* - Aparecida Ricardo.

Conforme o estatuto, registrado em abril do ano seguinte, tem por fim o estudo da lei divina, segundo a codificação de Allan Kardec. Sua sede fica no antigo prolongamento da Rua Major Onofre, hoje Rua Professor Jerônymo Emiliano de Figueiredo, 624, na Vila Santa Helena.

O livro de atas se extraviou, e não tem renovado a diretoria social. Entre outros, dirigiram-no, em épocas que não pude precisar, Eugênio Isidoro da Silva, Fausto Paulo Werner, Florestan Cândido de Oliveira, Joaquim Bernardes e Orlando Bernardes. Em 1.981 realizava três sessões sema-

nais noturnas, e era presidido por Octávio de Paula (Tarino). Este, até o final do período estudado, era o seu diretor espiritual e presidente de fato.

3 - **O Centro Espírita de Umbanda "Ogum Yara"**.

Foi fundado no dia 20 de abril de 1.977, em sede provisória na Rua Prof. José Cândido, 81, pelas seguintes pessoas: Afrânio dos Santos Oliveira, Benedita Souza Carvalho, Cleuza Bernardes Pereira, Edimar Bernardes Pereira, Euclides Batista de Paula, Fausto Paulo Werner, Florestan Cândido de Oliveira, Floripes Moreira Bernardes, Francisco Virgolino de Mello Filho, Iolanda Domingues, Ismail Pimentel Leite, João Batista Pereira, José Bernardes Pereira Filho, José Roberto Silva Oliveira, Luci Moreira Bernardes, Odilon de Oliveira Tavares e Yolando Bernardes Pereira.

Na mesma ocasião aprovaram-se os estatutos, e foram eleitos diretoria social, conselho fiscal e comissão de sindicância. Aquela, com mandato de um ano, ficou assim constituída: *presidente* - Afrânio dos Santos Oliveira; *vice-presidente* - Florestan Cândido de Oliveira; *1º secretário* - Odilon de Oliveira Tavares; *2º secretário* - Yolando Bernardes Pereira; *1ª tesoureira* - Cleuza Bernardes Pereira; *procurador* - Francisco Virgolino de Mello Filho; *orador* - Ismail Pimentel Leite. Embora prevista, não se elegeu a diretoria doutrinária, que deveria compor-se de presidente, vice-presidente, secretário e cambono.

Depois, só se voltou a fazer eleição de diretoria, conselho fiscal e comissão de sindicância em 1º de setembro de 1.994. Aquela, cujo principal objetivo era conseguir terreno para construção de sede própria, assim se compôs: *presidente* - Yolando Bernardes Pereira; *vice-presidenta* - Iolanda Domingues Ferreira; *1º secretário* - Pedro Lima Barrozo; *2º secretário* - Odilon de Oliveira Tavares; *1º tesoureiro* - Cleuber Campos Gonçalves; *procuradora* - Valéria Diniz Rodrigues Gabriel; *oradora* - Lúcia Helena Diniz. O ato realizou-se em outra sede provisória, na Avenida Arthur Bernardes, 85.

No término do milênio, expirado o mandato da diretoria, o Centro estava sob a regência informal de Cleuber Campos Gonçalves. Continuava a fazer sessões na sede provisória da Avenida Arthur Bernardes.

4 - **A Tenda Umbandista "Caboclo Lage Grande"**.

Seu estatuto foi publicado no "*Minas Gerais*" de 19 de outubro de 1.978, e arquivado no cartório local dois meses depois. Um de seus dirigentes era Pedro Alves, e tinha sede na Rua Aírton Rodrigues Leite, 158. Já não existe, e nada mais sei a seu respeito.

5 - **A Tenda "São Sebastião"**.

Foi fundada em torno de 1.980 por Amélia Lapa da Silva, sua mãe-de-santo e dirigente até o final do período estudado. Tinha então sede nos fundos da residência dela, na Rua Nélson Garcia, 132. Realizava sessões noturnas às segundas e sextas-feiras. Não havia diretoria eleita.

6 - **O Grupo Ilê Axé Ogum e Oxum**.

Chamava-se, de início, Grupo Ylê Asé Omo Ogum Tayo e Osum Ypondá. Em abril de 1.991, conforme a "*Folha Machadense*", trabalhava para o término da construção de sua sede, em que seria montada uma creche. No dia 13 daquele mês promoveu festa na Liga Operária, para divulgar o culto aos deuses negros. Sua diretoria, então, estava assim composta: *presidente* - Clóvis Ronaldo Silva (*Tayolojoni*); *vice-presidente* - Sebastião Aparecido Pereira (*Omin Ominpondá*); *coordenadora* - Maria Bernardete Moreira (*Omincayá*).

Outras festas foram anunciadas pela imprensa para os dias 22/6/91 e 25/4/92.

No dia 25 de abril de 1.992, a denominação do Grupo alterou-se para a referida em epígrafe. Em tal data, Noemi Pereira dos Santos Almeida (*Oya Decy*) entregou o cargo de babalorisá/aworo e passou o "*deká*" a Clóvis Ronaldo da Silva, a partir de então *Ebamy Clóvis do Ogum*.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo do Cartório de Registro de Títulos e Documentos e de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Machado - registros diversos de associações umbandistas;
2 - "Folha Machadense" ns. 368 - 6/9/1.981 - pág. 47;
847 - 13/4/1.991 - pág. 10;
856 - 15/6/1.991 - pág. 10;
899 - 18/4/1.992 - pág. 3;
902 - 9/5/1.992 - pág. 5;
3 - informações pessoais de Amélia Lapa da Silva e Octávio de Paula;
4 - livros de atas de alguns Centros;
5 - "Minas Gerais" de 19/10/1.978 - seção de publicações de terceiros, pág. 3;
6 - Revista "Imagem e Conteúdo" nº 2 - out./nov. de 1.996, pág. 28.

A QUIMBANDA

1) - A Tenda de Pai João.

****

1 - **A Tenda de Pai João**.

Era, no final do século, o único centro de quimbanda do Município. Foi criada em torno de 1.975 por José William Silva, que até então dirigia os trabalhos espirituais, com ajuda de familiares. Funcionava na residência dele, no local antigamente conhecido por "*colônia do Danton*", na Vila Olímpica. Não tinha estatuto nem diretoria constituída.

****

Fontes de consulta.

1 - informações pessoais de José William Silva;
2 - "Siga em Frente" nº 2 - 12/4/1.996 - pág. 3.

****

RICARDO MOREIRA REBELLO

MACHADO

VOLUME VI

HISTÓRIA JUDICIÁRIA

ÍNDICE

HISTÓRIA JUDICIÁRIA

Cap. XXVII – Notas sobre a Organização Judiciária Nacional .....Pág. 163
Cap. XXVIII – As Diversas Comarcas a que pertenceu o território Machadense.....Pág. 167
Cap. XXIX – Antecedentes da Emancipação Judiciária.....Pág. 174
Cap. XXX – A Comarca de Machado.....Pág. 176
Cap. XXXI – Os Juízes de Direito.....Pág. 182
Cap. XXXII – Os Juízes Municipaos ou Substitutos.....Pág. 188
Cap. XXXIII – Os Juízes de Paz – I.....Pág. 195
Cap. XXXIV – Os Juízes de Paz – II.....Pág. 200
Cap. XXXV – Os Promotores de Justiça.....Pág. 207
Cap. XXXVI – Os Advogados.....Pág. 214
Cap. XXXVII – Machadenses em Carreiras Jurídicas Noutras Comarcas.Pág. 220
Cap. XXXVIII – Os Cartórios Judiciais e Extrajudiciais.....Pág. 224
Cap. XXXIX – Os Auxiliares da Justiça.....Pág. 235
Cap. XL – O Juizado Especial de Pequenas Causas.....Pág. 241
Cap. XLI – O Edifício do Fórum.....Pág. 242

NOTAS SOBRE A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA NACIONAL

O estudo, ainda que setorizado, do Poder Judiciário exige noções da evolução histórica de sua organização, abrangendo a divisão territorial e a distribuição da competência pelos diversos órgãos dele. Não havendo no período colonial nítida separação de poderes, confundiam-se com freqüência num mesmo cargo as atribuições administrativas e políticas com as judiciais e até as eclesiásticas. Além disso, no correr do tempo muitos órgãos judicantes se criaram, se extinguiram, se fundiram; sua denominação se alterou; seu campo de ação se alargou ou diminuiu. Destarte, vale digressionar para melhor entendimento da matéria a seguir abordada, correndo os olhos pela organização judiciária pátria, a partir do início do século XIX.

O território dividia-se em distritos de relação, comarcas e termos. A administração da justiça, nas circunscrições inferiores, era exercida pelos seguintes funcionários:

- *corregedor de comarca*: conhecia, dentro de sua alçada, os recursos das decisões proferidas pelo juiz ordinário ou de fora. Instaurava sindicâncias, fiscalizava os outros magistrados da comarca e os tabeliães, etc.;
- *ouvidor de comarca*: a par de funções administrativas e correcionais, conhecia das suspeições opostas aos juízes da comarca, julgava os feitos em que estes fossem parte, etc.;
- *chanceler de comarca*: substituía o ouvidor em suas faltas, decidia sobre as suspeições opostas ao corregedor e selava as cartas por este assinadas;
- *provedor*: tomava as contas de testamenteiros e tutores, providenciava sobre a fazenda dos defuntos e ausentes, velava pelos interesses das capelas, resíduos, hospitais e confrarias, etc.;
- *juiz ordinário*: eleito para servir por um ano, presidia a Câmara Municipal. Processava e julgava as causas sobre bens de raiz de qualquer valor e sobre bens móveis de valor superior a mil réis. Julgava os feitos criminais em geral e os recursos interpostos das decisões dos almotacés. Substituía o juiz de órfãos, etc.;
- *juiz de fora*: nomeado pelo rei, servia durante três anos. Tinha atribuições semelhantes às do juiz ordinário; com sua chegada cessava a competência deste;
- *juiz de órfãos*: era provido pelo rei, para um período de três anos. Entre outros

encargos, cuidava dos órfãos, de seus bens e rendas, e julgava todos os feitos cíveis em que estivessem envolvidos;
- *juiz da vintena ou pedâneo*: era eleito anualmente pelos vereadores. Funcionava nas aldeias que distassem uma légua ou mais do município ou vila a que pertenciam. Decidia verbal e sumariamente em pequenas causas cíveis, variando sua alçada conforme o número de habitantes da povoação. Conhecia da multa imposta aos que deixavam entrar gado nas terras alheias e dos danos entre os moradores do lugar. O nome "*vintena*" provém do menor número de pessoas sujeitas a sua jurisdição;
- almotacé: eleito pela Câmara, com mandato mensal e funções tanto administrativas como judiciais. Fiscalizava o abastecimento de víveres para a localidade, zelava pela limpeza desta, aferia os pesos e medidas, processava as penas pecuniárias impostas pela Câmara, julgava questões sobre paredes, quintais, etc.;
- *vereadores*: eleitos anualmente pelo povo. Reunidos em Câmara sob a presidência de um juiz, funcionavam como tribunal para pequenos delitos.

Decreto de 18 de junho de 1.822 instituiu o júri, com composição e competência diversas das atuais. Em 15 de outubro de 1.827 criou-se a figura do *juiz de paz*, eleito em cada freguesia e capela curada. Tinha atribuições conciliatórias, administrativas e judiciais. Julgava demandas cíveis de pequeno valor e processos criminais de menor importância, além de apenas preparar outros. Substituiu o extinto juiz da vintena.

Proclamada a Independência, grandes modificações se operaram no Judiciário. Em 1.830 foram extintos os almotacés, cujas atribuições se transferiram para o juiz de paz, e os provedores, cujas funções passaram ao juiz de órfãos. Em 1.832 foi promulgado o Código do Processo Criminal, que aboliu os corregedores e ouvidores de comarca, os juízes de fora e ordinários. Criou, em substituição, os *juízes de direito* para as comarcas, nomeados pelo imperador. Criou também os *juízes municipais*, para os termos. Estes eram nomeados pelos presidentes das províncias, por um período de três anos, entre os formados em direito ou quaisquer pessoas conceituadas e instruídas. Competia-lhes substituir os juízes de direito nos termos, executar as sentenças destes e dos tribunais, exercer cumulativamente atribuições policiais, conceder "*habeas-corpus*", preparar todos os feitos, etc.. Os ouvidores foram, através do estatuto processual penal, substituídos pelos *promotores públicos*. Instituíram-se outrossim as *juntas de paz*, formadas por certo número de juízes de paz (entre cinco e dez), às quais cabia apreciar os recursos de sentenças destes.

A lei 261, de 3 de dezembro de 1.841, introduziu modificações na competência dos diversos juízes e extinguiu as juntas de paz. Em 1.850 as comarcas do Império foram classificadas em primeira, segunda e terceira entrâncias; em 1.871 foram divididas em gerais e especiais.

Com a República, deu-se aos Estados competência para legislar sobre processo e instituiu-se a dualidade da justiça - a comum (estadual)

e a federal. Assim, cabendo a cada unidade federativa organizar-se nesse campo, Minas dividiu-se em comarcas, termos e distritos. Manteve naquelas os juízes de direito; nos termos, os juízes municipais; e nos distritos, os juízes de paz.

A Constituição de 1.934 criou a Justiça Eleitoral e a do Trabalho. Em 1.937 foi abolida a Justiça Federal, que ressurgiu em 1.965. Os termos mineiros tiveram fim pelo Ato Adicional das Disposições Constitucionais Transitórias, de 1.947.

****

Fontes de consulta.

1 - Alberto Deodato M. Barreto Filho - "Estudo sobre a Organização Judiciária em Minas Gerais" - em "Cadernos de Pesquisa", nº 5 - publicação do Instituto de Direito Processual da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, 1.962;
2 - César Trípoli - "História do Direito Brasileiro", vol. II - sem indicação de editora, 1.947;
3 - Graça Salgado e outros - "Fiscais e Meirinhos" - Ed. Nova Fronteira, Rio, 1.985;
4 - Henrique Gerber - "Noções Geographicas e Administrativas da Provincia de Minas Geraes" - Typographia de Georges Leuzinger, Rio, 1.863, págs. 57 e 64/66;
5 - Joaquim Ribeiro da Costa - "Estudo Histórico da Divisão Administrativa de Minas Gerais" - na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, vol. X, 1.963, págs. 67/92;
6 - Justino Magno Araújo - "O Poder Judiciário a partir da Independência" - em Revista "Justitia", vol. 81, 2º trimestre de 1.973 - publicação da Procuradoria Geral da Justiça de São Paulo em convênio com a Associação Paulista do Ministério Público;
7 - Moacyr Lobo da Costa - "Breve Notícia Histórica do Direito Processual Civil Brasileiro e de sua Literatura" - Ed. Revista dos Tribunais e Editora da U.S.P., 1.970;
8 - Pedro Calmon - "Organização Judiciária a) na Colônia b) no Império c) na República" - no "Livro do Centenário dos Cursos Jurídicos", Imprensa Nacional, Rio, 1.928;
9 - Rodolfo Garcia - "Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810)" - Livraria José Olympio Editora, Rio, 1.956;
10 - Theóphilo Feu de Carvalho - "Comarcas e Termos" - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.922;
11 - Waldemar Martins Ferreira - "História do Direito Brasileiro" - vol. I: "As Capitanias Coloniais de Juro e Herdade" - 2ª ed., Saraiva, São Paulo, 1.962.

AS DIVERSAS COMARCAS A QUE PERTENCEU O TERRITÓRIO MACHADENSE

1 - A Comarca do Rio das Mortes.
2 - A Comarca do Rio Sapucaí.
3 - A Comarca do Rio Verde.
4 - A Comarca de Três Pontas.
5 - A Comarca do Sapucaí.
6 - A Comarca do Rio Grande.
7 - A Comarca do Cabo Verde.
8 - A Comarca de Três Pontas.
9 - A Comarca do Rio Verde.
10 - A Comarca de Caldas.
11 - A Comarca de Jacuí.
12 - A Comarca de Alfenas.
13 - A Comarca de Santo Antônio do Machado.
14 - Quadro explicativo referente ao Distrito do Machado.
15 - Quadro explicativo referente ao Distrito de Douradinho.

****

1 - **A Comarca do Rio das Mortes**.

As três primeiras comarcas de Minas Gerais foram as de Vila Rica, do Rio das Velhas e do Rio das Mortes. Ignora-se a data exata de sua criação, sendo certo que em 1.709 ao menos a de Vila Rica já existia. O primeiro ouvidor geral do Rio das Mortes, Desembargador Gonçalo de Freitas Baracho, foi nomeado em 1.711, tomando posse em 28 de dezembro de 1.713. Feu de Carvalho, em estudos adiante citados, mostrou o equívoco de ilustres historiadores que sustentaram ter sido a inicial divisão judiciária da Capitania feita em 6 de abril de 1.714, por D. Braz Balthazar da Silveira. Na verdade, por ato de tal data o Go-

vernador apenas efetuou uma divisão fiscal, como meio para a cobrança dos quintos do Rei.

A Comarca do Rio das Mortes tinha por cabeça a antiga Fortaleza do Rio das Mortes, ou Minas do Rio das Mortes, depois Vila de São João d'El Rey, e incluía em seus limites toda a atual região sul-mineira. Cunha Matos, na "*Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*", pág. 113, assim os descreve:

> *"Confina ao norte com as comarcas do Ouro Preto, Rio das Velhas e Paracatu, ficando separada da primeira pelos Rios Paraíba, Pomba e Pinho, e pelas Serras do Melo e Noruega, ramos da Mantiqueira; Rio Carandaí nos limites do termo de Queluz, até chegar aos da Comarca do Sabará, onde, pela Serra das Empanturradas, corre ao rumo do noroeste até a foz do Rio de Bambuí, que entra no de São Francisco; e segue o álveo do mesmo Bambuí, que é a divisa com a Comarca do Paracatu até a Serra da Marcela, ramo da Serra Geral entre Minas e Goiás.*
> *Pelo lado de oeste, os limites com os Julgados do Araxá e Desemboque, da Comarca do Paracatu, são pelas Serras da Marcela, Parida, Palestina, Confusão, e Talhados, porções da sobredita Serra Geral, até tocar no Rio Grande. Pelo álveo deste, vai ao Ribeirão das Canoas e sertão do Jacuí, cortando o Rio Pardo e dirigindo-se para a Serra da Mantiqueira pelo Morro de Moji-guaçu até ao Morro do Lopo. Fica separada da Província de São Paulo ao sudoeste, assim como continua a separar-se da mesma Província ao sul pela Serra da Mantiqueira até a origem do Rio Preto, onde começam os limites com a Província do Rio de Janeiro, os quais seguem o mesmo Rio Preto até unir-se ao Paraibuna, e continuando por este, passam ao Paraíba, para correrem o seu álveo até a foz do Rio Muriaí (ou Emboié)."*.

Saliente-se que a "*Corografia*", embora datada de 1.837, começou a ser escrita, provavelmente, em 1.831. A parte relativa à organização judiciária, supõe-se, é anterior à resolução de 30 de janeiro de 1.833 (da qual cuidarei em seguida). Assim, informa o Autor a existência de apenas cinco comarcas na Província, acrescentando que a do Rio das Mortes se dividia em oito termos, a saber: os das vilas de São João del-Rei, São José, Barbacena, São Bento de Tamanduá, Campanha da Princesa, Sapucaí, Baependi e São Carlos de Jacuí. Cada um destes, por sua vez, se subdividia em distritos, sobre os quais Cunha Matos fornece interessantes dados, como localização, população e número de fogos. Por questão de sistemática, eles são analisados alhures. Aqui, limito-me a repetir que, segundo noticia, o Termo de Sapucaí se compunha do distrito do mesmo nome e dos de Douradinho, Caldas do Rio Verde, Pouso Alegre, Camanducaia e Ouro Fino. O Distrito de Sapucaí tinha por dependentes os seguintes: Coroado - Água Limpa - Dourado e

Machado - Dourado. Do de Douradinho dependiam estes pequenos distritos: São João Batista - Rio Machado e Dourado - Espírito Santo. Por sua vez, o Termo da Vila de São Carlos de Jacuí era constituído pelos distritos de Jacuí, Cabo Verde, Carmo do Rio Claro e São Sebastião da Ventania. O de Cabo Verde tinha como dependentes os seguintes: Cascalho ou São José e Dores - Pinhal - Pedra Branca - Mozambo - Santo Antônio, Machado ou Sacra Fam¡lia.

2 - **A Comarca do Rio Sapucaí**.

Ainda no período colonial criaram-se nas Minas Gerais: em 1.720 a Comarca do Serro Frio; em 1.815 a de Paracatu (ambas desmembradas da do Rio das Velhas); e, em 1.820, a de São Francisco (desmembrada da do Sertão de Pernambuco).

Por resolução de 30 de janeiro de 1.833, o Presidente da Província a dividiu em nove comarcas: Ouro Preto, Rio Paraibuna, Rio das Mortes (desmembrada, compreendendo agora só os termos das vilas de São João del Rei, São José del Rei, Lavras do Funil e Tamanduá), Rio Sapucaí (na região que nos interessa, abrangendo os termos das vilas da Campanha, Jacuí e Pouso Alegre), Rio das Velhas, Serro, Rio Jequitinhonha, Rio Paracatu e Rio São Francisco.

3 - **A Comarca do Rio Verde**.

A lei 134, de 16 de março de 1.839, criou a Comarca do Rio Verde, abrangendo os municípios da Campanha, Baependi e Aiuruoca. Como Douradinho então pertencia ao primeiro, a partir daí o território que atualmente compreende o Município do Machado passou a repartir-se por duas comarcas. Note-se que o mesmo texto legal criou a Vila de Caldas (da qual Machado fazia parte), dispondo que ela se integraria à Comarca do Rio Sapucaí.

4 - **A Comarca de Três Pontas**.

A lei 464, de 22 de abril de 1.850, alterou novamente a organização judiciária, criando a Comarca de Três Pontas. Ela foi formada pelos municípios de Três Pontas, Jacuí e Cabo Verde. Ao último então pertencia o território da Vila de Caldas (e, conseqüentemente, o do Machado), que fora extinta pela lei 290, de 26 de março de 1.846. Restabelecida pela lei 452, de 20 de outubro de 1.849, Caldas passou a fazer parte da Comarca de Três Pontas pela lei 472, de 31 de maio de 1.850. O decreto imperial 819, de 4 de setembro de 1.851, declarou de primeira entrância a comarca em questão.

5 - **A Comarca do Sapucaí**.

O artigo 3º, parágrafo 3º, da lei 623, de 30 de maio de 1.853, determinou que o Município de Caldas voltasse a pertencer à Comarca do Rio Sapucaí, já então denominada simplesmente Comarca do Sapucaí. A lei 719, de 16 de maio de 1.855, deu nova divisão às comarcas da Província, sem contudo alterar a parte relativa aos territórios do nosso atual Município.

A lei 1.090, de 7 de outubro de 1.860, elevou a vila, com a denominação de Formosa, a Freguesia de S. José de Alfenas. Seu município passou a compreender as freguesias da Vila, de Santo Antônio do Machado, S. Joaquim e Carmo da Escaramuça, pertencendo à Comarca do Sapucaí.

O artigo 3º da lei 1.206, de 9 de agosto de 1.864, transferiu o Distrito do Douradinho da Campanha para a Vila Formosa de Alfenas. Com isso, os territórios que hoje formam o Município do Machado voltaram a unificar-se, na Comarca do Sapucaí.

6 - **A Comarca do Rio Grande**.

O artigo 1º da lei 1.566, de 22 de julho de 1.868, desmembrou os termos de Cabo Verde e da Vila Formosa de Alfenas da Comarca do Sapucaí, incorporando-os à do Rio Grande.

7 - **A Comarca do Cabo Verde**.

Reformulando a organização judiciária provincial, a lei 1.740, de 8 de outubro de 1.870, criou a Comarca do Cabo Verde, composta pelos municípios de Caldas, Cabo Verde e Vila de Alfenas.

8 - **A Comarca de Três Pontas**.

O artigo 1º, parágrafo 5º, da lei 2.002, de 15 de novembro de 1.873, restabeleceu a Comarca de Três Pontas, que fora suprimida pela lei 719, de 16 de maio de 1.855, e pelo decreto imperial 1.642, de 22 de setembro do mesmo ano. Determinou que ela se formasse pelos termos de Três Pontas e Alfenas.

9 - **A Comarca do Rio Verde**.

O artigo 2º da lei 2.084, de 24 de dezembro de 1.874, fez voltar ao Termo da Campanha a Freguesia do Douradinho, desmembrada de

Alfenas. Com isso, mais uma vez se separaram os territórios que hoje integram o Município do Machado. Douradinho retornou à Comarca do Rio Verde, que, abolida pela lei 1.266, de 22 de dezembro de 1.865, havia sido restaurada pela lei 1.666, de 16 de setembro de 1.870.

10 - **A Comarca de Caldas**.

Nova organização judiciária foi elaborada através da lei 2.273, de 8 de julho de 1.876. Dispôs seu artigo 2º, parágrafo 21, que a Comarca de Caldas (antiga Cabo Verde) seria formada com os termos de Caldas e Alfenas.

11 - **A Comarca de Jacuí**.

A lei 2.378, de 25 de setembro de 1.877, determinou se compusesse a Comarca de Jacuí dos termos de Alfenas e Carmo do Rio Claro.

Pela lei 2.684, de 30 de novembro de 1.880, criou-se o Município de Santo Antônio do Machado, ao qual passaram a pertencer as paróquias do Carmo da Escaramuça (desmembrada de Alfenas) e Douradinho (desmembrada da Campanha). Dispôs o artigo 1º, parágrafo 2º:

> *"este municipio, que ficará pertencendo á comarca de Jacuhy, terá todos os officios de justiça creados por lei".*

Assim, e agora definitivamente, operou-se a reunificação de nossa terra sob aquela unidade judiciária.

Com o Município, foi criado também o respectivo Termo, cuja instalação se deu em 23 de setembro de 1.883. Ele foi reunido ao Termo de Alfenas até a criação do cargo de juiz municipal. O foro cível criou-se por ato de 11 de outubro de 1.883.

12 - **A Comarca de Alfenas**.

O artigo 4º da lei 3.276, de 30 de outubro de 1.884, alterou a denominação da Comarca de Jacuí para Comarca de Alfenas.

O decreto federal 61, de 16 de dezembro de 1.889, criou o cargo de juiz municipal e de órfãos em diversos termos, entre os quais o de Santo Antônio do Machado.

13 - **A Comarca de Santo Antônio do Machado**.

O decreto 62, de 10 de maio de 1.890, criou a Comarca

de Santo Antônio do Machado, composta do Município do mesmo nome, desmembrada da de Alfenas.

14 - **Quadro explicativo referente ao Distrito do Machado**.

O território do atual Distrito do Machado pertenceu, sucessivamente, às seguintes comarcas:

A - do Rio das Mortes, de sua criação a 30/1/1.833;
B - do Rio Sapucaí, de 30/1/1.833 a 22/4/1.850;
C - de Três Pontas, de 22/4/1.850 a 30/5/1.853;
D - do Sapucaí, de 30/5/1.853 a 22/7/1.868;
E - do Rio Grande, de 22/7/1.868 a 8/10/1.870;
F - do Cabo Verde, de 8/10/1.870 a 15/11/1.873;
G - de Três Pontas, de 15/11/1.873 a 8/7/1.876;
H - de Caldas, de 8/7/1.876 a 25/9/1.877;
I - de Jacuí, de 25/9/1.877 a 30/10/1.884;
J - de Alfenas, de 30/10/1.884 a 10/5/1.890;
L - de Santo Antônio do Machado, de 10/5/1.890 em diante.

15 - **Quadro explicativo referente ao Distrito de Douradinho**.

O território do atual Distrito de Douradinho pertenceu, sucessivamente, às seguintes comarcas:

A - do Rio das Mortes, de sua criação a 30/1/1.833;
B - do Rio Sapucaí, de 30/1/1.833 a 16/3/1.839;
C - do Rio Verde, de 16/3/1.839 a 9/8/1.864;
D - do Sapucaí, de 9/8/1.864 a 22/7/1.868;
E - do Rio Grande, de 22/7/1.868 a 8/10/1.870;
F - do Cabo Verde, de 8/10/1.870 a 15/11/1.873;
G - de Três Pontas, de 15/11/1.873 a 24/12/1.874;
H - do Rio Verde, de 24/12/1.874 a 30/11/1.880;
I - de Jacuí, de 30/11/1.880 a 30/10/1.884;
J - de Alfenas, de 30/10/1.884 a 10/5/1.890;
L - de Santo Antônio do Machado, de 10/5/1.890 em diante.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 368: “Livro de Matrícula de Suplentes de Juízes Municipais e de Órfãos da Província - 1880/ 1884” - págs. 94v./95;
2 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 371: “Livro de Matrícula de Suplentes de Juízes Municipais - 1884/1888” - págs. 88v./89;
3 - “Monitor Sul-Mineiro” nº 659 - 2/11/1.883 - pág. 2.

B - **secundárias**

1 - “Creação de comarcas nos tempos coloniaes (reprodução de polêmica travada pela imprensa, em 1.920, entre Theophilo Feu de Carvalho e Basílio de Magalhães)” - na Revista do Arquivo Público Mineiro - 1.933 - volume I - págs. 417/436;
2 - Raimundo José da Cunha Matos - “Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)”, vol. I - Editora Itatiaia Ltda./Editora da Universidade de São Paulo - Belo Horizonte, 1.981, págs. 68 e 113/157;
3 - Theophilo Feu de Carvalho - “Comarcas e Termos - Creações, suppressões, restaurações, encorporações e desmembramentos de comarcas e termos, em Minas Geraes (1709 - 1915)” - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.922;
4 - Waldemar de Almeida Barbosa - “História de Minas” - Editora Comunicação, Belo Horizonte, 1.979 - vol I, págs. 115/116 - vol. III, págs. 569/572.

****

ANTECEDENTES DA EMANCIPAÇÃO JUDICIÁRIA

1 - A Comarca de Santa Isabel.
2 - A transferência da sede da Comarca de Alfenas para Machado.

****

1 - **A Comarca de Santa Isabel**.

Em 1.884 o presidente da Província de Minas Gerais, Olegário Herculano d'Aquino e Castro, negou sanção a projetos da Assembléia Legislativa que criavam mais cinco comarcas, entre as quais a de Santa Isabel. Esta deveria compor-se dos termos de Santo Antônio do Machado (então pertencente à Comarca de Jacuí) e de São Gonçalo do Sapucaí (que integrava a Comarca do Rio Verde). Invocou para tanto as difíceis circunstâncias financeiras em que se achava o País, acrescentando que a medida faria avultar a despesa dos cofres públicos, sem vantagem correspondente ao ônus imposto. Lembrou a grande distância entre os referidos termos (96 quilômetros), maior que as de cada qual às cabeças das respectivas comarcas (Machado-Alfenas: 40 km.; e São Gonçalo-Campanha: 34km.). Salientou que em nenhum dos dois havia juiz municipal e promotor público formados; que neles estavam vagos quase todos os ofícios de justiça; que era pouco numerosa sua população, especialmente em Santo Antônio do Machado, e pequeno o movimento dos negócios do foro.

A Comarca de Santa Isabel foi finalmente criada em 27 de julho de 1.889, pela lei estadual 3.702, composta apenas do Termo de São Gonçalo do Sapucaí.

2 - **A transferência da sede da Comarca de Alfenas para Machado**.

Pouco antes da criação de sua comarca, Machado foi

sede da Comarca de Alfenas por causa de uma briga. Nomeado juiz de direito desta por decreto de 24 de dezembro de 1.886, o Dr. José Francisco do Rego Cavalcanti entrou em exercício no dia 21 de fevereiro do ano seguinte. Era lá então juiz municipal o Dr. Eduardo Figueira de Aguiar. Entre os dois magistrados houve graves divergências, que os fizeram inimigos capitais. Cada qual dirigiu representações contra o outro, e o ambiente de trabalho se tornou insustentável. Foi então designado um procurador da Coroa para examinar a questão. Ele entendeu não haver base para denunciar o juiz de direito pelas faltas que se lhe atribuíam, reputando improcedentes as acusações e correto o seu procedimento. Quanto ao juiz municipal, disse que se mostrava indócil às admoestações do seu superior. Sugeriu que se fizesse correição na Comarca e indicou providências para andamento dos processos.

A fim de pôr termo aos desentendimentos, o Governador do Estado, em portaria de 4 de janeiro de 1.890, transferiu a sede da Comarca de Alfenas para a Cidade de Santo Antônio do Machado. O Dr. Cavalcanti mudou-se vinte dias após, recebendo aqui, talvez como desagravo, a calorosa recepção noticiada no "*Monitor Sul-Mineiro*" nº 994. Posteriormente, criada nossa Comarca, removeu-se para ela em 31 de maio do mesmo ano.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 310: "Portarias do Governador referentes à Magistratura e Ofícios de Justiça - janeiro de 1890";
2 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 362: "Livro de Matrícula de Juízes de Direito - 1873/1891" - pág. 4;
3 - "Minas Geraes" de 29/9/1.894 - pág. 3;
4 - "Monitor Sul-Mineiro" ns. 992 - 19/1/1.890 - pág. 3;
994 - 2/2/1.890 - pág. 3;
5 - "Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Olegario Herculano d'Aquino e Castro passou a administração da Provincia de Minas Geraes ao 1º Vice-Presidente Exm. Sr. Desembargador José Antonio Alves de Brito no dia 13 de Abril de 1885" - Typ. do Liberal Mineiro, Ouro Preto, 1.885, pág. 6.

****

A COMARCA DO MACHADO

1 - Criação e instalação.
2 - Extinção e restauração.
3 - Outras alterações.
4 - Perda da jurisdição trabalhista.

****

1 - **Criação e instalação**.

Foi criada, como visto atrás, em 10 de maio de 1.890. Dois dias depois seu território foi aumentado: o decreto 68 desmembrou a Freguesia de São Francisco de Paula do Machadinho do Município de São Gonçalo do Sapucaí, anexando-o ao de S. A. do Machado.

O decreto federal 445, de 31 de maio de 1.890, declarou de primeira entrância a nossa Comarca, e marcou o vencimento do respectivo promotor público (1:600$ por ano).

A instalação da Comarca ocorreu no dia 21 de junho seguinte, na Intendência Municipal, conforme registrado no livro de atas desta:

> *"Sessão solemne para a inauguração da Comarca de S.to Antonio do Machado, aos vinte e um do mez de junho de mil oito centos e noventa, presentes: os cidadãos Major Onofre de Souza Dias, presidente, Alfredo Pio Westin e Francisco Raphael de Carvalho e comigo, secretario interino - Carlos Alberto Fernandes. E achando-se no recinto o D.r José Francisco do, digo, pelo presidente foi declarado que o fim da presente sessão era solemnisar-se o ato da instalação da*

Comarca. E achando-se no recinto o D.r José Francisco do Rego Cavalcante, Juiz de Direito nomeado para esta Comarca, deliberou a Intendencia convidal-o para tomar assento na cadeira que fora-lhe destinada. Tomando pois assento o referido magistrado, o D.r Juiz Municipal do Termo Luciano de Souza Lima e todos os empregados publicos e do fôro e grande numero de assistentes, foi pelo Presidente da Intendencia annunciado achar-se no recinto o D.r Juiz de Direito da Comarca, e acto continuo, convidou-o para apresentar o seu titulo o que fez o illustre magistrado, lavrando-se no referido titulo a nota respectiva. Em seguida, depois de deferido o juramento ao Promotor publico interino - o cidadão Olympio Theodoro de Araujo, foram pelo D.r Juiz Municipal apresentados todos os funcionarios do fôro; o que feito, foi pelo D.r Juiz de Direito em voz alta declarada instalada a Comarca, subindo ao ar muitos foguetes e sendo executado o hymno nacional e erguendo o D.r Juiz de Direito vivas á Republica e ao Generalissimo Deodoro, ao Governador do Estado e á Comarca do Machado. E para constar se lavrou a presente acta que vae assignada pela Intendencia, pelo D.r Juiz de Direito e mais cidadãos presentes, comigo secretario interino que a escrevi e assino." (seguem-se as assinaturas).

A lei 11, de 13 de novembro de 1.891, efetuou a primeira divisão judiciária e administrativa do Estado no período republicano, nada alterando na parte que nos interessa.

2 - **<u>Extinção e restauração</u>**.

Nova reforma judiciária, realizada em momento de aperto financeiro, através da lei 375, de 19 de setembro de 1.903, extinguiu nossa Comarca (e mais 44) e a incorporou à da Campanha. A extinção não chegou a concretizar-se, porém. Estabeleciam os artigos 6 da lei e 435 do seu regulamento (decreto 1.638, de 17 de outubro do mesmo ano) que

"as comarcas não constantes da tabella annexa, lettra A, serão supprimidas á medida que vagarem os respectivos logares de juiz de direito.".

Felizmente isso não ocorreu, e em 18 de setembro de 1.915 o perigo foi afastado. A lei 663, que alterou a divisão judiciária, dispôs o seguinte:

"Art. 1º Ficam restabelecidas as comarcas creadas pela lei n. 11, de 13 de novembro de 1891, e excluidas da tabella A

da de n. 375, de 19 de setembro de 1903.
Art. 2º As comarcas ainda não supprimidas, segundo a disposição do art. 6º da dita lei, continuam a subsistir isentas da condição de suppressão, quando vagarem.".

A mesma lei elevou a termo, pertencente à Comarca de Santo Antônio do Machado, o Município de Paraguaçu (instituído pela lei 556, de 30 de agosto de 1.911), e nele criou o Distrito de Pouca Massa. A instalação do termo foi marcada para 1º de janeiro de 1.918 (decreto 4.876, de 22/9/1.917).

Pelo regulamento da lei 663 (decreto 4.561, de 24/4/1.916), nossa Comarca, classificada em primeira entrância, era composta dos termos de Santo Antônio do Machado e Paraguaçu. Formavam o primeiro os distritos de Santo Antônio do Machado, São Francisco de Paula do Machadinho e São João Batista do Douradinho. Formavam o segundo os de Carmo do Escaramuça e Pouca Massa.

3 - **Outras alterações**.

A lei 843, de 7 de setembro de 1.923, reduziu para "Machado" o nome do Município. Embora não se tenha referido expressamente à Comarca, esta também, desde então, ficou assim denominada. Ela ampliou, mais uma vez, o território comarcão, ao transferir de Alfenas a Paraguaçu o Distrito de Fama. Criou os distritos de Cana do Reino (na povoação de Carvalhos) e de Paramirim (na povoação de Pouca Massa). Observe-se que a lei 879, adiante citada, estabeleceria depois que

"os districtos judiciarios serão os actuaes districtos administrativos, com as mesmas divisas, sedes e denominações.".

A lei 879, de 24 de janeiro de 1.925, elevou a termo o Município de Gimirim (criado pela 843, adiante citada). Outrossim, suprimiu o Termo de Campestre, transferindo seu território para o de Gimirim e integrando-o à Comarca do Machado. Esta, ainda classificada em primeira entrância, na nova organização judiciária (lei 912, de 23/9/1.925), ficou composta dos termos de Machado (*com os distritos de Machado, Douradinho e Cana do Reino*), Gimirim (*com os distritos de Gimirim e Campestre*) e Paraguaçu (*com os distritos de Paraguaçu, Paramirim e Fama*).

A instalação do Termo de Gimirim, de início marcada para 12 de outubro de 1.926 (decreto 7.355, de 6/9/1.926), foi sucessivamente adiada para 10 de janeiro (decreto 7.360, de 14/9/1.926); para data a ser fixada (decreto 7.416-B, de 3/12/1.926); e para 20 de março (decreto 7.511, de 19/2/1.927).

O decreto 7.541, de 4 de março de 1.927, marcou o dia 17 de maio daquele ano para a instalação, entre outros, dos distritos de paz de

Cana do Reino e Paramirim. Foi, porém, declarado sem efeito pelo decreto 7.574, de 12/4/1.927.

A ordem pela qual os juízes municipais dos termos anexos da Comarca de Machado substituiriam o respectivo juiz de direito foi estabelecida pelo decreto 7.629, de 6 de maio de 1.927. Deu tal atribuição, em primeiro lugar, ao de Paraguaçu, e, em segundo, ao de Gimirim.

O Termo de Gimirim foi extinto pela lei 1.048, de 25/9/1.928, que transferiu sua sede para Campestre, estabelecendo que este último termo seria constituído pelo território dos dois municípios. Em 19/10/1.929, porém, a lei 1.116 restabeleceu o Termo de Gimirim, mantendo embora o de Campestre. A data de sua instalação foi fixada pelo decreto 9.290, de 8 de janeiro de 1.930.

O decreto-lei 88, de 30 de março de 1.938, dispôs sobre a divisão administrativa e judiciária do Estado até o dia 30 de junho seguinte, nada alterando na parte que nos respeita. O quadro a ele anexo mostra nossa Comarca composta dos termos e municípios de Machado, Campestre, Gimirim e Paraguaçu; e dos distritos de Machado, Cana do Reino, Douradinho, Campestre, Gimirim, Paraguaçu, Fama e Paramirim.

O decreto-lei 148, de 17 de dezembro do mesmo ano, fixou a divisão territorial de Minas para o qüinqüênio seguinte. Criou a Comarca de Paraguaçu, desmembrada da nossa, com os termos de Paraguaçu, Fama e Paramirim. Criou também, no Termo de Gimirim, o Distrito do Paiolinho, com territórios que se desmembraram dos distritos de Gimirim (*Termo do mesmo nome, Comarca de Machado*), Retiro (*Termo e Comarca de São Gonçalo do Sapucaí*) e Silvianópolis (*Termo e Comarca de Pouso Alegre*).

O decreto 1.961, de 7 de outubro de 1.939, estabeleceu a ordem pela qual os juízes municipais dos termos anexos à Comarca do Machado substituiriam o respectivo juiz de direito: em primeiro lugar, o de Gimirim; em segundo, o de Campestre.

Na nova organização judiciária estadual, estabelecida pelo decreto-lei 667, de 14 de março de 1.940, nossa Comarca foi classificada em segunda entrância. Sua composição não se alterou, sendo repetida no decreto-lei 1.058, de 31 de dezembro de 1.943 (*que fixou a divisão administrativa e judiciária*), e no decreto-lei 1.630, de 15 de janeiro de 1.946 (*que contém a organização judiciária*).

O artigo 25 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, promulgado em 14 de julho de 1.947, extinguiu os termos em Minas Gerais. Elevou os então existentes à categoria de comarcas de entrância inicial, a serem instaladas dentro de sessenta dias. Com isso, Campestre e Gimirim deixaram de pertencer a Machado, no âmbito judiciário.

Em 12 de dezembro de 1.953, a lei 1.039 estabeleceu a divisão administrativa e judiciária do Estado para o qüinqüênio seguinte. Registre-se dela apenas a elevação de Cana do Reino (atual Carvalhópolis) a município. Ele passou a integrar nossa Comarca, situação que perdura até o final do período estudado.

A lei 1.098, de 22 de junho de 1.954, cuidando da organização judiciária, classificou nossa Comarca em terceira entrância, ao lado de, entre outras, Belo Horizonte, Poços de Caldas, Varginha, Pouso Alegre e Alfenas. Tal classificação persistiu na lei 3.344, de 14 de janeiro de 1.965, que tratou da mesma matéria e elevou Belo Horizonte a entrância especial.

A partir de 1.970, a organização judiciária do Estado passou a ser estabelecida pelo próprio Tribunal de Justiça. Sua resolução 46, de 29 de dezembro, suprimiu a Comarca de Poço Fundo e anexou o respectivo território à nossa. Alfenas, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Varginha continuaram em terceira entrância, mas Machado foi rebaixada à segunda.

A resolução 61 do Tribunal de Justiça, de 8 de dezembro de 1.975, restabeleceu a Comarca de Poço Fundo, nada mais alterando na parte em estudo. Ela foi reinstalada em 21 de outubro de 1.978.

A lei estadual 7.655, de 21 de dezembro de 1.979, adaptou a organização e a divisão judiciárias à emenda constitucional nº 7 e à lei complementar federal 35/79, nada mudando aqui.

Conforme o anexo I da lei 9.548, de 4 de janeiro de 1.988, as comarcas do Estado classificaram-se nas seguintes entrâncias: *especial* (Belo Horizonte); *final* (Alfenas, Itajubá, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Varginha, etc.); *intermediária* (Machado, Caldas, Campanha, Guaxupé, Muzambinho, São Gonçalo do Sapucaí, Três Pontas, etc.); e *inicial* (Areado, Campestre, Elói Mendes, Paraguaçu, Poço Fundo, Silvianópolis, etc.). A classificação foi mantida na lei complementar 38, de 13 de fevereiro de 1.995.

4 - **Perda da jurisdição trabalhista**.

A lei federal 6.563, de 19 de setembro de 1.978, cuidou da Justiça do Trabalho. Criou diversas Juntas de Conciliação e Julgamento e definiu, como área de jurisdição da sediada em Poços de Caldas, o respectivo município e os de Andradas, Bandeira do Sul, Botelhos, Cabo Verde, Caldas, Campestre, Carvalhópolis, Divisa Nova, Ibitiura de Minas, Ipuiuna, Machado, Poço Fundo e Santa Rita de Caldas. Com isso, em nossa Comarca deixaram de processar-se os feitos trabalhistas.

Por força da lei 7.729, de 16 de janeiro de 1.989, Machado passou à jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Varginha,

juntamente com o município da sede e outros.

Por fim, a lei 8.432, de 11 de junho de 1.992, criou a Junta de Conciliação e Julgamento de Alfenas. A ela subordinaram-se o município da sede, o de Machado e os de Alterosa, Areado, Campo do Meio, Campos Gerais, Carmo do Rio Claro, Carvalhópolis, Conceição da Aparecida, Cordislândia, Divisa Nova, Fama, Paraguaçu, Poço Fundo, Serrania e Turvolândia. Sua instalação ocorreu em dezembro do mesmo ano.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo Público Machadense - livro 168: "Registro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Santo Antônio do Machado - 1883 a 1892" - págs. 111v./112;
2 - coleções de leis, decretos-leis e decretos federais e estaduais;
3 - "Folha Machadense" nº 230 - 15/10/1.978 - pág. 10;
4 - I.B.G.E. - Departamento Estadual de Estatística - "Divisão Territorial, Administrativa e Judiciária do Estado de Minas Gerais, a vigorar no qüinqüênio l939-1943, de acordo com o decreto-lei n. 148, de 17/12/1938" - Oficinas Gráficas da Estatística, Bello Horizonte, 1.941 - quadros II (pág. 29), III e IV.

****

OS JUÍZES DE DIREITO

O bacharel **José Francisco do Rego Cavalcanti** foi o primeiro a ocupar entre nós o cargo em exame. Havia sido juiz municipal e de órfãos em Piranga e Ponte Nova. Nomeado juiz de direito de Alfenas por decreto de 24 de dezembro de 1.886, entrou em exercício no dia 21 de fevereiro do ano seguinte. Seus graves desentendimentos com o juiz municipal do Termo de Alfenas, Eduardo Figueira de Aguiar, levaram à transferência da sede daquela comarca para Machado, em 4 de janeiro de 1.890. Mudou-se vinte dias após, recebendo aqui a calorosa recepção noticiada pelo "*Monitor Sul-Mineiro*" nº 994. Posteriormente, criada a Comarca de Santo Antônio do Machado, removeu-se para ela em 31 de maio do mesmo ano, e tomou posse no dia 21 do mês seguinte. Em 14 de dezembro de 1.894 obteve remoção à Comarca de Rio Preto. Em agosto de 1.896 foi designado para Pouso Alegre, de onde se promoveu a Cataguases em novembro de 1.903. Parece porém que continuou na comarca anterior, pois foi nela que recebeu aposentadoria, em 22 de dezembro de 1.914.

Seu sucessor foi **Carlos Carneiro Monteiro de Salles**. Nomeado para cá em 24 de maio de 1.895, entrou em exercício no dia 14 do mês seguinte. Sua permanência no Machado assinalou-se por conflitos oriundos de medidas disciplinares e de decisões tomadas em demandas políticas. Instaurou processos de responsabilidade contra o juiz substituto, o promotor de justiça, o delegado de polícia e outros funcionários. De sua parte, em face de denúncias, também respondeu perante o Tribunal da Relação. Em relatório de fevereiro de 1.896 asseverou:

> *"... a minha judicatura não foi isenta de difficuldades, e, ao contrario, tropeços e embaraços de toda ordem me têm sido deparados (...) Desgraçadamente, o despeito causado por actos meus tendentes a fazer cumprir a lei e a extirpar abusos radicados no foro e o desgosto provocado pela convicção de que o actual juiz de direito desta comarca não se presta nem nunca se prestará a ser instrumento de paixões e interesses politicos ou pessoaes levantaram contra mim aggressões visando o duplo fim de difficultar o exercicio do*

meu cargo e ferir a minha susceptibilidade individual, provocando a minha retirada da comarca" ("Minas Geraes" de 7/4/1.896, págs. 2 e 3).

Em 27 de julho de 1.896 removeu-se para a Comarca de Rio Branco. Passou depois a Sant'Anna de Ferros, sendo posto em disponibilidade, a pedido, no dia 15 de outubro de 1.909. Faleceu no ano de 1.914.

Nasceu em Pedralva, no dia 5 de julho de 1.867, nosso terceiro juiz de direito, **Loreto Ribeiro de Abreu**. Foi juiz substituto em Pouso Alto. Nomeado para cá em 11 de agosto de 1.896, assumiu no dia 7 de outubro seguinte. Talvez menos rígido que o antecessor, afirmou em relatório de 1.898:

"a administração da justiça nesta comarca póde fazer-se regularmente sem ao menos despertar desejos de reacção no animo da população, uma vez que as auctoridades só cogitem de cumprir os seus deveres e não se intromettam na apaixonada politica local" ("Minas-Geraes" de 6/4/1.898, pág. 4).

Em 16 de dezembro de 1.903 efetuou permuta de cargo com Paulo de Faro Fleury, então juiz de direito de Monte Alegre. Três dias depois foi removido à Comarca de Ouro Fino. De lá saiu em fevereiro de 1.913 para ocupar o posto de desembargador, em Belo Horizonte. Aposentou-se em 1.926. Seu filho Loreto Moreira de Abreu casou-se em nossa Cidade com Magnólia Bressane de Araújo. Aqui veio à luz um de seus filhos, o engenheiro Bolivar Moreira de Abreu.

Paulo de Faro Fleury foi promotor em Baependi e Pouso Alegre, e juiz substituto na última comarca e em Ouro Fino. Nomeado juiz de direito de Monte Alegre em abril de 1.903, veio para cá através de permuta, conforme referi acima, no dia 16 de dezembro do mesmo ano. Foi removido, porque pediu, para Sabará, em 6 de outubro de 1.917. Posteriormente judicou em Curvelo, de onde se promoveu no ano de 1.936 para a 3ª Vara Cível de Belo Horizonte. Atingiu também o ápice da carreira, como desembargador.

Nossos historiadores distinguem "*inter pares*" **Joaquim Machado de Azevedo**, pelo bom-senso, inflexibilidade, escrúpulo e operosidade. Nasceu em São Gonçalo do Sapucaí no dia 27 de julho de 1.886, e faleceu na capital mineira em 7 de abril de 1.946. Foi promotor público e inspetor escolar em Jaguary, atual Camanducaia. Nomeado titular desta Comarca em 16 de outubro de 1.917, tomou posse perante a Câmara Municipal no dia 1º de dezembro do mesmo ano. Em 24 de setembro de 1.937 promoveu-se a Arassuaí, continuando porém cá. Permaneceu entre nós até 1.941, sendo depois promovido, sucessivamente, para Ouro Fino e Cataguases. Em 1.943 chegou ao Tribunal de Justiça. Sua descendência entrelaçou-se na família machadense, e dois filhos o seguiram na carreira, como adiante se verá.

Waldo Leite de Magalhães Pinto, natural de Juiz de Fora, foi promotor em Jacuí nos anos de 1.930 e 1.931. Atuou como juiz municipal em Araguari e Curvelo, de 1.932 a 1.935. No ano seguinte tornou-se juiz de direito, passando por Monte Azul e Cristina antes de vir para cá. Chefiou nossa Comarca de 1.941 a 1.949. Com o fim do Estado Novo, ocupou interinamente o Executivo Municipal.

Nosso sétimo magistrado foi **Lisipo Gomide**, nascido em Sacramento no dia 22 de janeiro de 1.902. Em 1.937 foi nomeado para a Comarca de Fortaleza. Esteve depois em Pedra Azul, e veio para cá em 22 de abril de 1.949. Tendo sido promovido a Piumhy, em seguida voltou a Machado, por remoção, em 6 de setembro de 1.955. Em 5 de junho de 1.965 foi alçado à 8ª Vara Cível de Belo Horizonte.

Sucedeu-lhe **Homero Brasil**, que fora juiz municipal e juiz de direito de Silvianópolis. Promovido para cá em 16 de março de 1.966, aposentou-se no dia 15 de abril seguinte.

Pedro de Lima, nascido em Poço Fundo no ano de 1.927, pertenceu a família que há muito se fixou em nosso Município, do qual era cidadão honorário. Foi nomeado promotor de Bueno Brandão em 1.956. Ingressando na magistratura em 1.962, atuou nas comarcas de Nova Resende, Botelhos e Paraguaçu, na qual ficou de 21 de novembro de 1.965 a 1º de junho de 1.967. De lá veio para Machado, onde judicou até ser promovido à 3ª Vara Cível de Belo Horizonte, em agosto de 1.979. No dia 21 de novembro de 1.986 ascendeu ao Tribunal de Alçada, empossando-se em 1º de dezembro. Promovido a desembargador, tomou posse no Tribunal de Justiça em 25 de setembro de 1.991. Aposentou-se em outubro do ano seguinte.

O bacharel **Reinaldo Ximenes Carneiro**, natural de Elói Mendes, formou-se no Rio de Janeiro, em 1.966. Advogou em seguida e foi prefeito de sua terra entre 1.973 e 1.977. Em junho desse ano assumiu o cargo de juiz auxiliar, em Varginha. Promovido a nossa Comarca, empossou-se no dia 11 de dezembro de 1.979. Em 24 de setembro do ano seguinte foi guindado à 1ª Vara de Barbacena. Transferiu-se para Belo Horizonte, como 12º juiz substituto, em 27 de abril de 1.983. Assumiu posteriormente a 13ª Vara Cível da Capital. Elevado ao Tribunal de Alçada em 28 de julho de 1.989, presidiu-o em 1.996. Em dezembro do mesmo ano foi promovido a desembargador.

Márcio da Silva Cunha nasceu em Nova Resende. Ingressou na magistratura como auxiliar, em Lavras, no ano de 1.977. Atuou a seguir em Conceição do Rio Verde. Foi promovido a Machado no dia 18 de fevereiro de 1.981, e entrou em exercício dois dias após. Deixou esta Comarca para assumir a 3ª Vara Cível de Poços de Caldas, em 13 de novembro de 1.989.

José Roberto Sterse é filho de Pindorama, SP. Exer-

ceu a advocacia e o jornalismo antes de ingressar na magistratura, em 1.987. Sua primeira comarca foi Bueno Brandão. Promovido a esta, tomou posse no dia 29 de dezembro de 1.989. Em outubro de 1.993 transferiu-se para a 1ª Vara Criminal de Poços de Caldas.

Em 29 de dezembro seguinte assumiu nossa Comarca **Édson de Almeida Campos Júnior**, natural de Belo Horizonte. Judicara antes em Varginha e Porteirinha. Foi promovido para a 1ª Vara Cível de Betim em 28 de junho de 1.996.

O derradeiro juiz do milênio, **Augusto Morais Braga**, nascido em Varginha, chegou a nós em 20 de dezembro de 1.996. Foi promotor de justiça por quase dez anos, no Distrito Federal e em territórios da União. Ingressou ma magistratura mineira em 1.992, foi juiz de direito substituto, e esteve na Comarca de Monte Belo antes de vir para cá.

.....

O Município, nas últimas décadas do século passado, auxiliou no pagamento do aluguel de residências do juiz de direito e outras autoridades da Comarca. Assim, a lei 315, de 21/11/1.977, autorizou a concessão de anistia e isenção dos impostos e taxas incidentes sobre os imóveis destinados a residência do juiz de direito e do promotor de justiça. A lei 473, de 30/6/1.982, permitiu a assinatura de convênio com o Estado, para dar residência ao juiz e ao promotor. A lei 810, de 22/8/1.991, autorizou o pagamento de metade do aluguel de residências para o juiz de direito, promotor de justiça, delegado de polícia e comandante do destacamento policial.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro nº 1 de atas da Câmara Municipal de Machado, pág. 18;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 18, 19 e 22;
3 - Arquivo do Fórum da Comarca de Machado - livros ns. 4 e 5 de termos de juramento, posse e exercício de funcionários;
4 - Arquivo do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - fichas da Diretoria da Magistratura;
5 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 310, páginas sem numeração;

6 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 362, págs. 4, 139v. e 140;
7 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria do Interior - códice 63, págs. 127, 246v. e 257v.;
8 - "Estado de Minas", B. Horizonte, de 2/12/1.986;
4/8/1.989;
26/9/1.991;
9 - "Folha Machadense" ns. 280 - 9/12/1.979 - pág. 1;
281 - 16/12/1.979 - pág. 1;
320 - 27/9/1.980 - pág. 1;
323 - 18/10/1.980 - pág. 8;
340 - 21/2/1.981 - pág. 1;
368 - 6/9/1.981 - pág. 13;
450 - 14/5/1.983 - pág. 9;
629 - 29/11/1.986 - pág. 1;
780 - 2/12/1.989 - pág. 12;
784 - 13/1/1.990 - pág. 5;
976 - 13/11/1.993 - pág. 1;
984 - 15/1/1.994 - pág. 1;
1112 - 6/7/1.996 - pág. 2;
1140 - 1/2/1.997 - pág. 9;
1153 - 3/5/1.997 - págs. 6 e 7;
10 - "Minas-Gerais" de 15/12/1.894 - pág. 2;
18/12/1.894 - pág. 1;
25/5/1.895 - pág. 5;
7/4/1.896 - págs. 2 e 3;
29/7/1.896 - pág. 3;
11/8/1.896 - pág. 3;
13/8/1.896 - pág. 6;
24/3/1.897 - págs. 2 e 3;
6/4/1.898 - pág. 4;
5/11/1.903 - pág. 1;
17/12/1.903 - pág. 2;
20/12/1.903 - pág. 1;
12/2/1.913 - pág. 1;
23/12/1.914 - pág. 1;
7/10/1.917 - pág. 1;
17/10/1.917 - pág. 1;
25/9/1.937 - pág. 1;
7/9/1.955 - pág. 2;
18/2/1.981 - pág. 3;
27/4/1.983 - pág. 4;
21/11/1.986 - pág. 3;
11 - "Monitor Sul-Mineiro" ns. 992 - 19/1/1.890 - pág. 3;
994 - 2/2/1.890 - pág. 3;
1125 - 14/8/1.892 - pág. 3;

1292 - 18/8/1.896 - pág. 2;
12 - “O Diário”, de Belo Horizonte, 8/6/1.965;
13 - “O Machadense” nº 986 - 3/4/1.966 - pág. 3.

B - **secundárias**
1 - Carlos Legnani - “Histórias da Nossa História”, cap. V - na “Revista do 1º Centenário de Machado”, nº 5, págs. 3/4;
2 - Homero Costa - “Contribuição à História de Machado” - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, págs. 25 e 26;
3 - João Rodrigues de Carvalho - “História de Machado” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 50, 61/63, 105 e 124;
4 - Luzia Rennó Moreira - “Traços Biográficos da Família Moreira” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.969, págs. 63/64;
5 - Oscar Ferreira Prado - “O Sertão dos Mandibóias” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.981, pág. 244;
6 - Paulo de Faro Fleury - “Refutação ás invectivas calumniosas atiradas contra o Juiz de Direito” - Typ. Commercio, G. Corrêa de Toledo - Alfenas, 1.909;
7 - Pompeu Rossi - “História de Ouro Fino” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.981, pág. 161;
8 - Salvador de Moya - “Anuário Genealógico Brasileiro, vol. VIII - publicação do Instituto Genealógico Brasileiro - São Paulo, 1.946, págs. 57/58.

****

OS JUÍZES MUNICIPAIS OU SUBSTITUTOS

1 - Os suplentes.
2 - Os efetivos.

****

1 - **Os suplentes**.

Antes de criada a Comarca, nomearam-se vários suplentes de juiz municipal para Machado e Douradinho, geralmente pelo curto período de três meses. Não obtive os nomes de todos eles, sendo por isso falha a relação que apresento.

Para Machado nomeou-se em 1º de março de 1.872 o **Capitão Domingos José Rodrigues**, que tomou posse no dia 10 de abril. Ele perdeu o lugar porque se mudou para Caldas. Foi então nomeado em 20 de julho do mesmo ano **Tristão Luiz do Prado**, que se empossou no dia 9 de setembro seguinte.

Henrique Gomes Teixeira foi nomeado suplente de juiz municipal do Douradinho em 10 de março de 1.874.

Entre janeiro de 1.880 e junho de 1.883 designaram-se estes suplentes para os distritos de Machado, Machadinho, N. S. da Conceição da Boa Vista e Barranco Alto: **José Venâncio de Sousa**, **Tenente-Coronel Francisco Gonçalves Leite**, **José Constâncio Ferreira da Silva** e **Joaquim Cypriano Freire**. No mesmo período, foram designados para Douradinho e Mutuca **Olympio Ribeiro da Luz** e **Francisco Theophilo de Resende**.

Entre outubro de 1.883 e outubro de 1.889 ocuparam

a suplência de juiz municipal no Machado e no Douradinho os seguintes cidadãos: **Joaquim Pio de Souza Moreira**, **Francisco Rodrigues de Paiva**, **Olympio de Souza Magalhães**, **Antônio Moreira de Souza Guerra Júnior**, **Antônio Bernardes Pereira**, **Ananias de Souza Dias** e **João Ignácio Rodrigues**.

Decreto de 31 de outubro de 1.903, publicado no órgão oficial do dia seguinte, nomeou juiz suplente do Termo de Santo Antônio do Machado **Marcos de Souza Moreira**.

2 - **Os efetivos**.

O decreto federal 61, de 16 de dezembro de 1.889, criou o lugar de juiz municipal e de órfãos no Termo de Santo Antônio do Machado. Quem por primeiro o ocupou foi o bacharel **Luciano de Souza Lima**, nomeado em 31 do mesmo mês e ano. Entrou em exercício no dia 22 de janeiro do ano seguinte. Permaneceu no posto até 8 de janeiro de 1.894, quando foi nomeado promotor de justiça de nossa Comarca. Casou-se com a machadense Josephina Souza Lima, irmã do Professor José Cândido de Souza. Em maio de 1.895 foi nomeado juiz de direito do Prata. No ano seguinte removeu-se à Comarca de Monte Santo e, em 1.906, à da Campanha. Foi depois juiz de direito de Cataguases, da Segunda e da Primeira Varas de Belo Horizonte. Promovido a desembargador em fevereiro de 1.927, aposentou-se três anos mais tarde.

O escritor **Emiliano David Pernetta** foi nosso segundo juiz substituto. Nomeado em 23 de janeiro de 1.894, tomou posse no dia 25 do mês seguinte. Esteve aqui até agosto de 1.896. Registrou na crônica "*Outrora*" as más impressões desse período:

> *"Eu sou o primeiro a reconhecer que não tinha a compostura e a gravidade próprias do juiz da roça (...) Passados os primeiros meses, senti que não podia mais viver ali. Eu tinha um desgôsto de tudo e de todos, um tédio, que nem sei. (...) Acostumado ao ar livre, aos horizontes largos, aquelas montanhas pesavam sôbre mim de tal maneira que eu tinha falta de ar.*
> *Mas que pavor! que horror! quando à tardinha, eu via entrar os meus dois escrivães, porta a dentro, um pesadão e outro sutil, em pontinhas dos pés, que, às vêzes, quando entrava no meu quarto, eu não chegava nunca a percebê-lo, senão quando o homem já estava ali em pé diante de mim! - Ai, que susto, seu Lima! E eu pensava: êste por força, ainda há de ser ladrão!".*

Nasceu no Sítio dos Pinhais, perto de Curitiba, em 3 de janeiro de 1.866. Formado na Faculdade de Direito de São Paulo, seu contemporâneo João Pinheiro o no-

meou promotor público de Caldas, em 1.893. De lá transferiu-se para Machado. Deixando nossa Comarca adoentado, voltou ao Paraná, onde exerceu a advocacia, o jornalismo e o magistério. Faleceu solteiro, em Curitiba, no dia 19 de fevereiro de 1.921. Publicou, entre outras obras, "*Músicas*", "*Carta à Condessa d'Eu*", "*Contos*", "*Floriano*", "*Alegoria*", "*Ilusão*", "*Plumas*", "*Poesias Diversas*", "*Sátiros e Dríades*", "*Poesia e Verdade*", "*Pena de Talião*" (teatro), "*Folheto contra Folheto*", "*Vovozinha*" (teatro infantil), "*Papilio Innocentia*", "*Impressões*", "*Discursos*" e "*Arte Paranaense*".

No dia 5 de janeiro de 1.897 designou-se para o cargo **Júlio Bellegarde Freire Mariz**, até então promotor de São Paulo do Muriahé, que tomou posse em 19 de fevereiro. Em 15 ou 17 de janeiro do ano seguinte ele foi nomeado promotor de justiça desta Comarca. Na dedicatória de sua "*Refutação*", no final referida, Paulo de Faro Fleury afirma que faleceu no dia 29 de dezembro de 1.898, em nossa Cidade, "*victima do advogado Flavio de Salles Dias*". Ignoro o que se passou.

Ainda em janeiro de 1.897 se nomeou juiz substituto do Machado o bacharel **Galdino de Siqueira**. Nada mais sei a seu respeito.

Francisco Drummond Furtado de Mendonça judicou em Machado, conforme Homero Costa, pelas alturas de 1.900 a 1.904. Foi também nosso promotor de justiça. Juiz municipal de Três Pontas, em 15 de julho de 1.914 foi removido para igual cargo em Alfenas.

Em 23 de maio de 1.900 chegou à Cidade o juiz substituto **Frederico Augusto da Fontoura Lima Júnior**, que gozou sucessivas licenças até 23 de novembro de 1.902, quando foi exonerado a pedido.

Nessa data removeu-se para cá o juiz substituto de Sacramento, **Francisco Vieira de Oliveira e Silva**. Reconduzido ao cargo em 7 de abril de 1.903, ignoro até quando nele esteve.

Ato de 23 de fevereiro de 1.906 nomeou juiz municipal deste Termo **José Antônio Lopes Ribeiro**. Todavia, no início do mês seguinte ele foi designado para igual cargo em Pouso Alegre, ficando sem efeito o provimento anterior.

Em 20 de abril de 1.906 foi nomeado nosso juiz municipal **Augusto Freire de Andrade**. O ato de investidura renovou-se nos dias 18 de agosto e 19 de dezembro do mesmo ano.

Mário Roberto Duarte foi aqui magistrado de 20 de junho de 1.907 a 30 de outubro de 1.908, quando se removeu para a Campanha. Também atuou nesta Comarca como promotor de justiça.

José Godofredo de Moura Rangel nasceu em Três

Corações no dia 21 de novembro de 1.884 e faleceu em Belo Horizonte, em 4 de agosto de 1.951. Nomeado promotor de justiça de Cambuí em 1.907, não chegou a assumir o cargo. Ingressou na magistratura municipal por nossa Comarca, em 15 de dezembro de 1.908. No dia 20 de maio de 1.913 foi removido, como pediu, para Santa Rita do Sapucaí, onde permaneceu até 1.918. Alçado a juiz de direito, exerceu a nova função em Estrela do Sul, Três Pontas, Passos e Lavras, onde se aposentou. Destacou-se em Machado como mestre e incentivador da fundação da Liga Operária. Foi escritor e tradutor, tendo ocupado a cadeira nº 13 da Academia Mineira de Letras. Publicou os romances "*Vida Ociosa*", "*Falange Gloriosa*" e "*Os Bem Casados*" (os dois primeiros tendo Machado por cenário); a novela "*A Filha*"; os livros de contos "*Andorinhas*" e "*Os Humildes*"; os infantis "*Histórias do Tempo do Onça*" e "*Passeio à Casa do Papai Noel*", além de um "*Estudo Prático de Português*".

Em 20 de maio de 1.913 obteve nomeação para o cargo **Lafayette Corrêa de Araújo**. No dia 15 de julho do ano seguinte ele se removeu para o Termo de Três Pontas. Foi exonerado, a pedido, em maio de 1.915.

A partir de 4 de agosto de 1.914 nosso juiz municipal foi o bacharel **Sócrates Brasileiro**, reconduzido em 3 de setembro de 1.918. Em 25 de abril de 1.922 ele obteve permissão para permutar com o juiz municipal de Paraguaçu, **Francisco de Mendonça**. Não sei até quando este permaneceu entre nós.

O artigo 1º da lei 797, de 25 de setembro de 1.920, suprimiu, à medida que vagassem, os cargos de juiz municipal nas sedes das comarcas. A lei 840, de 29 de setembro de 1.922, os restabeleceu apenas nas sedes das comarcas de segunda e terceira entrâncias.

Fugindo embora dos limites do trabalho, menciono de passagem alguns juízes municipais nomeados para outros termos de nossa Comarca:
Paraguaçu - Waldemar Tavares Paes, José Olynto de Magalhães, Francisco de Mendonça, Sócrates Brasileiro, Adroaldo Lopes da Cruz, Alcindo Nascimento e Mário Caetano da Costa.
Gimirim - José Maria Filgueiras, Aristides Alves Casaes Filho, Paulo Guaraciaba, Octávio de Carvalho Valle, Marcial Paiva e Carlos Laquintinie.
Campestre - Bergmann Borges, Leôncio Gomes da Silva e José Maria Filgueiras.

O decreto estadual 7.629, de 6 de maio de 1.927, estabeleceu a ordem pela qual os juízes municipais dos termos anexos da Comarca de Machado substituíam o respectivo juiz de direito. Sobre a mesma matéria dispôs o decreto 1.961, de 7 de outubro de 1.939. Cabe ressaltar que, por sua vez, os juízes municipais eram substituídos pelos juízes de paz.

A carreira de juiz municipal em Minas foi restabelecida pela lei 1.098, de 22 de junho de 1.954. Seu artigo 84 dispôs que teria duas classes: a primeira, constituída pela Comarca de Belo Horizonte, e a segunda, pelas

do interior. A competência dos magistrados foi regulada nos artigos 88 a 90.

Assim, em 6 de setembro de 1.955 foi nomeado juiz municipal de 2ª classe da Comarca de Machado o bacharel **Francisco Vani Benfica**, que se empossou dois meses depois. Ficou aqui pouquíssimo tempo, e não teve sucessor. Ignoro quando o cargo foi de novo suprimido.

****

Fontes de consulta

A - **primárias**
1 - Arquivo Público Machadense - pasta "documentos de Oscar Fernandes";
2 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 364, pág. 53;
3 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 368, págs. 1v., 2, 13v., 14, 94v. e 95;
4 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 370, págs. 5v. e 6;
5 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 371, págs. 88v. e 89;
6 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 373, págs. 72v. e 73;
7 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria do Interior - códice 41;
8 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria do Interior - códice 63, págs. 48, 81, 86, 114v., 118 e 298v.;
9 - "Coleção dos Decretos-Leis e Decretos de 1.939" - vol. II - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.941, pág. 1.023;
10 - "Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes" - 1.927 - vol. I - Imprensa Official do Estado, Bello Horizonte, 1.928, pág. 376;
11 - "Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil" - 1º fascículo - Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1.890, págs. 255/256;
12 - informações pessoais de Gabriel Barbosa;
13 - "Minas-Gerais" de 12/1/1.894 - pág. 1;
26/1/1.894 - pág. 1;
25/5/1.895 - pág. 5;
9/2/1.896 - pág. 4;
6/1/1.897 - pág. 3;
21/1/1.898 - pág. 2;
5/2/1.898 - pág. 1;
22, 23 e 24/4/1.901 - pág. 1;
27/11/1.901 - pág. 1;
24 e 25/11/1.902 - pág. 1;
8/4/1.903 - pág. 1;
24/2/1.906 - pág. 1;
5 e 6/3/1.906 - pág. 1;

12 e 13/3/1.906 - pág. 1;
21/4/1.906 - pág. 1;
19/8/1.906 - pág. 1;
20/12/1.906 - pág. 1;
21/6/1.907 - pág. 2;
31/10/1.908 - pág. 1;
16/12/1.908 - pág. 1;
11/12/1.912 - pág. 1;
21/5/1.913 - pág. 1;
16/7/1.914 - pág. 1;
5/8/1.914 - pág. 1;
5/5/1.915 - pág. 10;
28/11/1.917 - pág. 1;
4/9/1.918 - pág. 1;
25/12/1.919 - pág. 1;
3/3/1.920 - pág. 1;
17/3/1.920 - pág. 1;
26/4/1.922 - pág. 1;
4/11/1.922 - pág. 1;
1/1/1.927 - pág. 4;
26/2/1.927 - pág. 1;
6/3/1.927 - pág. 1;
1/2/1.930 - pág. 1;
16/2/1.930 - pág. 1;
27/9/1.930 - pág. 4;
6/4/1.931 - pág. 5;
10/6/1.931 - pág. 1;
25/2/1.937 - pág. 2;
28/10/1.942 - pág. 2;
7/9/1.955 - pág. 2;

14 - "Monitor Sul-Mineiro" ns. 661 - 14/11/1.883 - pág. 2;
672 - 20/1/1.884 - pág. 2;
775 - 22/11/1.885 - pág. 3;
892 - 19/2/1.888 - pág. 2;
988 - 22/12/1.889 - pág. 2;
991 - 12/1/1.890 - pág. 2;
994 - 2/2/1.890 - pág. 3;
541 - 8/11/1.908 - pág. 1;
547 - 20/12/1.908 - pág. 2;

15 - "O Estado de São Paulo" de 25/11/1.984;

16 - "O Município" n. 22 - 8/11/1.923 - pág. 4;

17 - "Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Olegario Herculano D'Aquino e Castro passou a administração da Provincia de Minas Geraes ao 1º Vice-Presidente Exm. Sr. Des. José Antonio Alves de Brito no dia 13/4/1885" - Typ. do "Liberal Mineiro", Ouro Preto, 1.885, pág. 11.

B - **secundárias**

1 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanach Sul-Mineiro para 1884” - Typ. do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.884, pág. 233;
2 - Cândido Martins de Oliveira Júnior - “História da Literatura Mineira” - Ed. Itatiaia Ltda., Belo Horizonte, 1.958, pág. 153;
3 - Carlos Legnani - “Histórias da Nossa História” - cap. V - na “Revista do 1º Centenário de Machado”, n. 5, pág. 3;
4 - Emiliano Pernetta - “Poesias Completas” - 2 vols., Livraria Editora Zélio Valverde, Rio, 1.945;
5 - Emiliano Pernetta - “Prosa” (Obras Completas), 1º vol., GERPA, Curitiba, MCMXLV;
6 - Enéas Athanázio - “Godofredo Rangel” - artigo publicado no Suplemento Literário do “Minas Gerais” de 24/11/1.984;
7 - Homero Costa - “Contribuição à História de Machado” - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem data, págs. 25/26 e 31/32;
8 - João Rodrigues de Carvalho - “História de Machado” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 63 e 113;
9 - Paulo de Faro Fleury - “Refutação ás invectivas calumniosas atiradas contra o Juiz de Direito” - Typ. Commercio, G. Corrêa de Toledo - Alfenas, 1.909.

****

OS JUÍZES DE PAZ - I
(no Império)

1 - Titulares e suplentes do Distrito do Douradinho.
2 - Titulares e suplentes do Distrito do Machado.

****

1 - **Titulares e suplentes do Distrito do Douradinho**.

Não encontrei registro dos primeiros cidadãos que exerceram no Douradinho o cargo em estudo. A mais antiga referência que conheço a tal respeito está em ofício dirigido ao presidente da Província, em 6 de julho de 1.831, pelo juiz de paz **João Ferreira de Tolledo** (*APM-PP 1/18, cx. 97, doc. 6*). Ele continuava no posto em agosto de 1.832 (*APM-PP 1/18, cx. 97, doc. 26*); em julho e agosto de 1.833 (*APM-PP 1/18, cx. 98, docs. 18 e 62*); em maio e agosto de 1.836 (*APM-PP 1/18, cx. 99, docs. 31 e 55*); e em janeiro de 1.841 (*APM-PP 1/10, cx. 8, doc. 9, e PP 1/18, cx. 101, doc. 14*).

Também Marcos Aurélio de Souza era juiz de paz no Douradinho em junho de 1.835 e dezembro de 1.836, conforme ofícios encontrados no *APM-PP 1/18, cx. 98, doc. 55*, e *cx. 99, doc. 78*.

Ocupava o mesmo cargo **José da Cunha Castro** em 1.837 (*APM-PP 1/18, cx. 100, docs. 16, 28 e 47*) e em fevereiro de 1.845 (*APM-PP 1/18, cx. 101, doc. 7*). O último documento menciona que nas eleições imediatamente anteriores era juiz de paz na Freguesia **Francisco Cassimiro Machado**.

Ainda de maio e junho de 1.837 encontram-se ofícios assinados pelo suplente de juiz de paz **Thomé Carvalho da Silva** (*APM-PP 1/18, cx. 100, docs. 25 e 30*).

Em outubro de 1.851 moradores do Douradinho pediram ao bispo de São Paulo licença para transferir a Matriz à Fazenda do Lambari. Isso se deu em requerimento firmado, entre outros, pelo 2º juiz de paz **Manoel Jacintho Pereira** (*ACM-SP, 6-2-27*). Ele já ocupava o cargo em outubro de 1.846 (*APM-PP 1/18, cx. 101, doc. 31*).

Por ofício de 10 de setembro de 1.852, habitantes do mesmo Distrito rogaram ao bispo revogasse o ato que criara o Curato do Machado. Entre seus signatários estavam **João Antônio de Lemos, Manoel Jacintho Pereira, José Lourenço da Silva** e **Joaquim Pereira Caixeta**, respectivamente 1º, 2º, 3º e 4º juízes de paz (*ACM-SP, 6-2-27*).

Para o quadriênio de 1.857 a 1.860 elegeram-se no Distrito da Vila como juízes de paz: 1º - **Manoel Jacintho Pereira**; 2º - **José Lourenço da Silva**; 3º - **Joaquim Pereira Caixeta**; 4º - **José de Arimathéa Moraes**. Seus suplentes foram **Lourenço Domingues da Silva, Joaquim Cassiano de Moraes, Vicente Pereira Caixeta** e **João Antônio de Lemos** (*APM-SG, cód. 109*).

Para o quadriênio de 1.861 a 1.864 foram eleitos no Douradinho (*APM-SP, cód. 907*) os seguintes juízes de paz: 1º - **Coronel Manoel Jacintho Pereira** - 207 votos; 2º - **Joaquim Pereira Caixeta** - 153 votos; 3º - **João Carvalho da Silva** - 143 votos; 4º - **Balbino José de Carvalho** - 104 votos.

No período seguinte (1.865 a 1.868) elegeram-se: 1º - **Manoel Jacintho Pereira**; 2º - **José d'Arimatheia de Moraes**; 3º - **Manoel Tavares dos Anjos**; 4º - **Innocêncio José Teixeira**; suplentes - **Joaquim Pereira Caixeta, João Carvalho da Silva, Balbino José de Carvalho** e **João Carvalho d'Oliveira** (*APM-SG, cód. 355*).

Para o quadriênio de 1.873 a 1.876 foram escolhidos (*APM-SG, cód. 361*): 1º - **Fructuoso d'Oliveira Bueno** - 240 votos; 2º - **Tenente José de Arimathea Moraes** - 238 votos; 3º - **Elias de Carvalho e Silva** - 233 votos; 4º - **João Baptista de Carvalho** - 161 votos.

Em maio de 1.879 moradores do Douradinho pediram ao bispo de São Paulo que lá provisionasse um sacerdote como vigário encomendado. O requerimento foi assinado pelo 1º juiz de paz, **José de Arimathea Moraes**, e pelo 2º, **Joaquim Custódio da Silva**.

Em 1 de julho de 1.882 realizou-se a primeira eleição de juízes de paz do Município de Santo Antônio do Machado. Ignoro, porém, qual foi o seu resultado.

Em 1.884, segundo o "*Almanak Sul-Mineiro*", eram

estes os juízes de paz do Distrito da Vila: 1º - **Flávio de Moraes Machado**; 2º - **João Baptista de Carvalho**; 3º - **Joaquim Custódio da Silva**; 4º - **José Jacintho Pereira**.

No pleito de 1º de julho de 1.886, cujo resultado está no capítulo IV do volume segundo, elegeram-se juízes de paz os quatro mais votados: **Saturnino de Moraes Machado, João Mathias de Faria, Innocêncio José Teixeira** e **Manoel Alves Pereira**. Os demais foram considerados suplentes.

A eleição para deputados provinciais, em 28 de dezembro de 1.887, realizou-se sob a presidência do juiz de paz mais votado, **Saturnino de Moraes Machado**. Dela também participaram o 2º, 3º, 5º e 6º juízes de paz, respectivamente **João Mathias de Faria, Innocêncio José Teixeira, Luiz Pereira de Carvalho** e **Joaquim de Moraes Machado**. O escrivão do juiz de paz era naquela oportunidade José Joaquim Ignácio Pereira (*APM-AL 1/4, cx. 17, pasta 4*).

2 - **Titulares e suplentes do Distrito do Machado**.

Também se perderam no tempo os nomes dos primeiros juízes de paz do Distrito da Sede. No *APM-PP 1/18, cx. 99, doc. 45*, encontra-se ofício expedido em 29 de junho de 1.836 pelo juiz de paz da Sacra Família, **Antônio José Martins**. José Matzner, na obra adiante citada, informa que o livro de tombo da Paróquia do Machado faz referência a **Manoel José dos Santos**, que em 1.842 exercia o cargo em questão.

Para o período de 1.857 a 1.860 elegeram-se no Machado estes juízes de paz: 1º - **Joaquim Gonçalves Lopes**; 2º - **Padre José Antônio Martins**; 3º - **Manoel José dos Santos**; 4º - **Joaquim Francisco de Lima**. Seus suplentes foram: **Padre Alexandre Carvalho de Macedo, Antônio Joaquim Augusto, Manoel Fernandes d'Oliveira** e **Domingos José Rodrigues** (*APM-SG, cód. 109*).

Para o quadriênio de 1.865 a 1.868 foram eleitos: 1º - **Joaquim Gonçalves Lopes**; 2º - **Joaquim Francisco de Lima**; 3º - **Bartholomeu Antônio Fernandes**; 4º - **Antônio Cândido de Sousa Dias**; suplentes - **Manoel Fernandes d'Oliveira, Domingos José Rodrigues, Antônio Gonçalves Leite** e **José Bento Rodrigues do Nascimento** (*APM-SG, cód. 355*).

Para o período de 1.873 a 1.876 elegeram-se (*APM-SG, cód. 361*): 1º - **Annanias de Souza Dias** - 87 votos; 2º - **Joaquim Gonçalves Lopes** - 87 votos; 3º - **Dr. Antônio Cândido Teixeira** - 86 votos; 4º - **Alferes Francisco Xavier de Salles** - 80 votos.

Em 1.876, segundo o "*Monitor Sul-Mineiro*" nº 249, foram eleitos juízes de paz no Machado os liberais **Tenente-Coronel Flávio Secundo de Salles, Antônio Cândido de Souza Dias, Major Custhódio José Dias**

e **Capitão José de Araújo Brito**.

Em 3 de fevereiro de 1.882 assinaram representação à Presidência de Minas, entre outros cidadãos machadenses, **Adolpho da Silva Guerra** e **Gabriel Domingues de Souza**, 3º e 4º juízes de paz ("*Monitor*" ns. 558, 559, 560).

Como já disse atrás, desconheço o resultado da primeira eleição de juízes de paz do Município, em 1º de julho de 1.882.

Em 1.884, conforme o "*Almanak Sul-Mineiro*", eram estes os juízes de paz do Distrito da Sede: 1º - **Antônio Cândido de Souza Dias**; 2º - **Marcos de Souza Moreira**; 3º - **Damazo José de Souza**; 4º - **Daniel Antônio Xavier**.

Em 1º de julho de 1.886 houve eleição de juízes de paz para o quadriênio de 1.887 a 1.891. Seu resultado está no capítulo IV do livro segundo. Proclamou-se a vitória dos quatro mais votados: **Marcos de Souza Moreira, José Simplício Ferreira, Custódio José Dias** e **Gustavo Fulgêncio Carneiro**. Os demais ficaram como suplentes.

Presidiu a eleição para deputados provinciais, em 28 de dezembro de 1.887, o juiz de paz mais votado, **Marcos de Souza Moreira**. Ainda participaram dela o 2º e o 3º juízes de paz, **José Simplício Ferreira** e **Gustavo Fulgêncio Carneiro**, bem como o 1º e o 2º imediatos, **João Moreira de Carvalho** e **Messias Theodoro Fernandes**. O escrivão do juiz de paz era então Sabino da Costa Pereira (*APM-AL 1/4, cx. 17, pasta 4*).

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - livro VI de "Autos de Ereções e Patrimônio de Capelas" - folhas 187/188 e 192/194 - localização: 6-2-27;
2 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - pasta de documentos avulsos sobre Douradinho;
3 - Arquivo Público Mineiro - fundo: Assembléia Legislativa - AL 1/4, caixa 17, pasta 4, documento 3;
4 - Arquivo Público Mineiro - fundo: Presidência da Província - PP 1/10, caixa 8, documento 9;
5 - Arquivo Público Mineiro - fundo: Presidência da Província - PP 1/18, caixa

97, documentos 6 e 26;
6 - Arquivo Público Mineiro - fundo: Presidência da Província - PP 1/18, caixa 98, documentos 18, 55 e 62;
7 - Arquivo Público Mineiro - fundo: Presidência da Província - PP 1/18, caixa 99, documentos 31, 45, 55 e 78;
8 - Arquivo Público Mineiro - fundo: Presidência da Província - PP 1.18, caixa 100, documentos 16, 25, 28, 30 e 47;
9 - Arquivo Público Mineiro - fundo: Presidência da Província - PP 1/18, caixa 101, documentos 7, 14 e 31:
10 - Arquivo Público Mineiro - Seção Provincial - códice 81, páginas 118v./119;
11 - Arquivo Público Mineiro - Seção Provincial - códice 807, página não numerada;
12 - Arquivo Público Mineiro - Seção Provincial - códice 907, página 54;
13 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 109, páginas 61 e 67;
14 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 355, páginas 50v./51v.;
15 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 361, páginas 124/125;
16 - "Monitor Sul-Mineiro" ns. 249 - 16/10/1.876 - pág. 4;
558 - 26/2/1.882 - pág. 3;
559 - 2/3/1.882 - pág. 4;
560 - 8/3/1.882 - pág. 3.

B - **secundárias**
1 - Antônio de Assis Martins - "Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas Geraes do anno de 1872 para servir no de 1873" - Typ. do "Echo de Minas", Ouro Preto, 1.873 - págs. 460/461;
2 - Antônio de Assis Martins - "Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas Geraes do anno de 1.874 para servir no de 1.875" - Typ. de J. F. de Paula Castro, Ouro Preto, 1.874 - págs. 517 e 520/521;
3 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanach Sul-Mineiro para 1874"- Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.874, págs. 146 e 164;
4 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanak Sul-Mineiro para 1884" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.884, págs. 233/234 e 244;
5 - José Matzner - "Guia do Sul de Minas" - Oficinas Gráficas da S/A Folha de Minas, Belo Horizonte, pág. 162.

****

OS JUÍZES DE PAZ - II
(na República)

1- Titulares e suplentes do Distrito do Douradinho.
2- Titulares e suplentes do Distrito do Machado.

****

1 - **Titulares e suplentes do Distrito do Douradinho**.

No pleito de 31 de janeiro de 1.892 foram eleitos 1° e 2° juízes de paz **Luiz Pereira de Carvalho** e **Joaquim de Morais Machado**. Ignoro o resultado da escolha feita em 7 de setembro de 1.894.

No capítulo IX do volume segundo se tratou das tumultuadas eleições de 1 de novembro de 1.897. Nelas elegeram-se 1°, 2° e 3° juízes de paz **Saturnino de Morais Machado, Anthero Augusto Maciel** e **José de Morais Machado**.

Foram votados para juízes de paz na eleição municipal de 1° de novembro de 1.900: Flávio de Morais Machado, Luiz Pereira de Carvalho, Francisco de Paula Campos, Sabino José Pereira, José Pinto do Couto e Ozéas Oscar de Campos. Por razão que desconheço, a escolha não prevaleceu, já que em 7 de março do ano seguinte houve eleição complementar, aprovada pelas resoluções da Câmara 59 e 60. Elas reconheceram e proclamaram eleitos para o período em curso, como juízes de paz, **Flávio de Morais Machado** (1º), **Luiz Pereira de Vasconcelos** (2º) e **José Pinto do Couto** (3º).

Ocorreram novas eleições de juiz de paz, cujo desfecho ignoro, em 1/11/1.904, 1/11/1.907, 31/3/1.912 e 1/11/1.915. Por esta, **Joaquim Saturnino de Moraes** tornou-se o primeiro imediato. Prestou juramento

em janeiro de 1.918, uma vez que estavam vagos no Distrito todos os lugares do cargo.

Em 1° de novembro de 1.918 elegeram-se para o triênio seguinte **José Antônio Pereira** e **José Eulálio de Morais**, como 1° e 2° juízes de paz. No dia 7 de dezembro do ano seguinte, por motivo que desconheço, foram escolhidos **José Flávio de Moraes** e **Marcolino Pereira de Carvalho** como 1° e 3° juízes de paz, a fim de completar o período. A lei estadual 804, de 22/9/1.921, prorrogou o mandato dos juízes de paz até o final do outro ano.

Para o quatriênio de 1.923 a 1.926 foram sufragados em 3 de dezembro de 1.922 **Joaquim Saturnino de Morais** e **José Rodrigues de Carvalho** como 1° e 2° juízes de paz. Em 12 de outubro de 1.924 **José Lopes de Vasconcellos** foi eleito 3° juiz de paz. No dia 2 de agosto do ano seguinte o voto popular fez de **José Flávio de Moraes** 2° juiz de paz. Nova prorrogação de mandatos ocorreu pela lei estadual 915, de 10/8/26.

Em 17 de abril de 1.927 elegeram-se 1°, 2°, 3° e 4° juízes de paz, respectivamente, **José Flávio de Moraes, Álvaro Pinto Ribeiro, José Lopes de Vasconcellos** e **Antônio Pedro Maciel**.

Após a Revolução de ’30 os juízes de paz deixaram de ser eletivos. O decreto estadual 9.912, de 17/4/1.931, determinou que os cargos (um de titular e três de suplentes) passassem a ser providos por nomeação do presidente do Estado.

Por ato de 3 de julho de 1.931 foram nomeados: juiz de paz - **José Flávio de Moraes**; 1°, 2° e 3º suplentes - **Álvaro Pinto Ribeiro, José Lopes de Vasconcellos** e **Antônio Pedro Maciel**.

Em 7 de novembro de 1.933 foram nomeados juiz de paz, 1°, 2° e 3° suplentes José Lopes de Vasconcellos, Luiz Rodrigues de Souza Júnior, João Anthero Maciel e José Alves Pereira.

Restabelecida a normalidade institucional, para o quatriênio seguinte voltaram a eleger-se os juízes de paz. Assim, em 7 de junho de 1.936 foram escolhidos 1°, 2°, 3° e 4° juízes de paz **Júlio Olympio Xavier, Raul Pereira Caixeta, José Acácio Pereira** e **Pedro Lopes de Vasconcellos.**

Sob o Estado Novo, em 4 de junho de 1.940 nomearam-se juiz de paz e substituto **Edmundo Alves Pereira** e **João Baptista de Moura Filho**.

No pleito de 23 de novembro de 1.947 elegeram-se 1°, 2° e 3° juízes de paz **Osmar Maciel, Oscar Pereira** e **José Caproni de Morais.**

Na eleição de 3 de outubro de 1.950 foram escolhidos

juiz de paz, 1° e 2° suplentes **José Acácio Pereira, João Baptista de Moura Filho** e **Noé Caproni de Morais.**

Quatro anos depois elegeram-se juiz de paz, 1°, 2° e 3° suplentes **Belmiro Alves Pereira, Eduardo Maciel, José Expedito Maciel** e **Oscar Pereira.**

Em 3 de outubro de 1.958 foram eleitos juiz de paz, 1°, 2° e 3° suplentes **Oscar Pereira, Belmiro Alves Pereira, Vicente Flávio de Morais** e **Benedito Maciel.**

No pleito de 7 de outubro de 1.962 elegeram-se juiz de paz, 1°, 2° e 3° suplentes **Osmar Maciel, Joel Pereira, João Luiz da Silva** e **Belmiro Alves Pereira.**

Em 15 de novembro de 1.966 escolheu-se titular o candidato único **João Luiz da Silva**, tendo por suplente **Osmar Maciel**. Este celebrou casamento pela última vez em setembro de 1.973.

O Ato Institucional nº 11, de 14 de agosto de 1.969, extinguiu a justiça de paz eletiva, respeitados os mandatos dos ocupantes dos respectivos cargos até o término. Determinou a nomeação dos juízes de paz pelos governadores dos Estados, pelo prazo de três anos, permitida a recondução.

Decreto publicado em 8 de dezembro de 1.973 nomeou juíza de paz **Celina Corrêa de Toledo**; 1°, 2° e 3° suplentes **Hugo Maciel, José Flávio Morais Neto** e **Joaquim Teodoro de Lima**. Ela permanecia no cargo no fim do milênio.

As atuais Constituições federal (artigo 98) e estadual (artigo 117) restabeleceram a eleição dos juízes de paz, para mandato de quatro anos. Os dispositivos dependiam ainda de regulamentação quando se concluiu este estudo.

2 - **Titulares e suplentes do Distrito do Machado**.

No pleito de 31/1/1.892 foram eleitos 1° e 2° juízes de paz **Antônio Moreira de Souza Guerra** e **Francisco Raphael de Carvalho.**

Ignoro o resultado da eleição de 7/9/1.894. Sei, todavia, que em março de 1.896 o 1° juiz de paz do Machado era **Fernando Jacintho de Carvalho**.

No capítulo IX do volume segundo se tratou das tumultuadas eleições de 1/11/1.897. Nela foram escolhidos 1°, 2° e 3° juízes de paz

Joaquim Moreira de Souza Guerra, Francisco Rodrigues de Paiva e **Marcos de Souza Moreira**. Tal escolha foi declarada nula por uma das duas Câmaras que então se compuseram. Da decisão da outra, que a considerava válida e reconheceu os eleitos, foi interposto recurso, com efeito apenas devolutivo, para o Tribunal da Relação. Por isso, desde logo tomou posse o 1° juiz sufragado.

Em 8/9/1.898 houve nova eleição para juízes de paz, tendo recebido votos José Pereira Arantes, Marcos de Souza Moreira, Francisco Raphael de Carvalho, Pio Rodrigues de Paiva, Jerônymo da Silva Passos e Fernando Jacintho de Carvalho.

Foram votados para juízes de paz no pleito de 1/11/1.900: Marcos de Souza Moreira, José Pereira Arantes, João Otávio Dias, Joaquim Moreira Guerra, Pio Rodrigues de Paiva e Virgílio Pio de Souza Dias.

Em 7 de março de 1.901 houve eleição complementar, na qual se escolheu, para o período em curso, **João Augusto de Souza Westin** 2° juiz de paz.

Em 1/11/1.904 houve nova eleição, cujo resultado desconheço. Ocorreu pleito em 7/3/1.906 para escolha do 3° juiz de paz, tendo sido votados Marcos de Souza Moreira e Benício Luiz de Carvalho.

Ignoro ainda o resultado da eleição de 1/11/1.907, na qual foram votados para juízes de paz Astolpho Pio da Silva Pinto, João Ferreira Leite, José Paulino da Costa Júnior, Marcos de Souza Moreira, Oscar de Paiva Westin e Pio Rodrigues de Paiva.

Em 10 de janeiro de 1.909 houve nova eleição, para escolha do 3° juiz de paz do Machado. Desconheço seu motivo e o resultado final, só sabendo que foram votados Alfredo Moreira de Souza Guerra e Marcos de Souza Moreira.

Também não consegui obter o resultado da eleição de 31/3/1.912. Nela, conforme relata em memórias inéditas, **Urbano Rebello** foi escolhido 1° juiz de paz.

No pleito de 1/11/1.915 foram votados para juiz de paz José Antônio Pereira Lima, João Luiz Garcia e Ernesto Neves da Silva.

Em fevereiro de 1.918 prestou juramento o primeiro imediato em votos do juiz de paz, **Marcos de Souza Moreira**.

Para o triênio de 1.919 a 1.921 foram eleitos em 1/11/1.918 1° e 2° juízes de paz **João Augusto de Souza Westin** e **Marcos de Souza Moreira**. Em julho de 1.920 prestou compromisso o imediato em votos do 3° juiz

de paz, **Oscavo Augusto de Souza Westin**.

A lei estadual 804, de 22/9/1.921, prorrogou o mandato dos juízes de paz até o final do ano seguinte.

Em 3 de dezembro de 1.922 **Dario Vieira Machado, Júlio Sanches Diniz Júnior** e **Antônio Moreira de Souza Guerra Júnior** foram eleitos 1°, 2° e 3° juízes de paz para o quatriênio de 1.923 a 1.926. **César Paulino da Costa**, 1º suplente, prestou juramento em dezembro de 1.925.

Em 7/3/1.926 foi sufragado como 3° juiz de paz **Altamiro Nicomedes Dias**. Nova prorrogação de mandatos, até o ano seguinte, ocorreu pela lei estadual 915, de 10/8/1.926.

No pleito de 17 de abril de 1.927 foram escolhidos 1°, 2°, 3° e 4° juízes de paz **Júlio Sanches Diniz Júnior, Altamiro Nicomedes Dias, Euclydes de Souza Moreira** e **César Paulino da Costa.**

Como já dito atrás, após a Revolução de '30 os juízes de paz deixaram de ser eletivos. Por ato de 3 de julho de 1.931, o presidente do Estado nomeou juiz de paz, 1°, 2° e 3° suplentes **Júlio Sanches Diniz Júnior, Zoroastro Vasconcellos, Joaquim Saturnino de Moraes** e **José de Oliveira Carneiro**. Todos, com exceção do último (que saiu antes, em data que ignoro), foram exonerados, a pedido, em 16 de dezembro de 1.932.

Decreto de 27 de dezembro de 1.932 designou para os mesmos cargos, respectivamente, **Moacyr Moreira Dias, Manoel Palmeira, Laurindo José Gonçalves** e **Urias Francisco Nery.**

Em 16 de agosto de 1.933 foram nomeados juiz de paz, 1°, 2° e 3° suplentes **Júlio Sanches Diniz Júnior, Zoroastro Vasconcellos, Joaquim Saturnino de Moraes** e **Américo Signoretti.**

Júlio Sanches Diniz Júnior voltou a obter nomeação para juiz de paz em 22 de maio de 1.935.

Restabelecida a escolha popular por curto período, em 7/6/1.936 foram eleitos 1°, 2°, 3° e 4° juízes de paz **Júlio Sanches Diniz Júnior, Zoroastro Vasconcellos, José Pedro Garcia** e **Américo Signoretti.**

Decreto de 4/6/1.940 nomeou juiz de paz e substituto, respectivamente, **Júlio Sanches Diniz Júnior** e **Zoroastro Vasconcellos.**

Em 28/5/1.947 **Aníbal Pereira Dias** e **Mânlio Moreira Pinto** obtiveram nomeação para os cargos de juiz de paz e substituto.

No pleito de 23/11/1.947 elegeram-se 1°, 2° e 3° juízes de paz **Júlio Sanches Diniz Júnior, Octaviano de Paiva Reis** e **Manuel Mendes.**

Na eleição de 3 de outubro de 1.950 foram escolhidos juiz de paz, 1° e 2° suplentes **Júlio Sanches Diniz Júnior, Benício Luiz de Carvalho** e **Alencar Domingues Pinto.**

Quatro anos depois elegeram-se juiz de paz, 1°, 2° e 3° suplentes **Júlio Sanches Diniz Júnior, João Garcia Sobrinho, Benício Luiz de Carvalho** e **José Nery Sobrinho.**

Em 3 de outubro de 1.958 foram eleitos juiz de paz, 1°, 2° e 3° suplentes **Júlio Sanches Diniz Júnior, José Signoretti, João Garcia Sobrinho** e **Edvar Agripino de Oliveira.**

No pleito de 7/10/1.962 elegeram-se juiz de paz e suplente **José Signoretti** e **João Honório Pinto**.

Para o quatriênio seguinte **José Signoretti** reelegeu-se juiz de paz, tendo como suplentes **Epitácio Luiz de Carvalho, João Garcia Sobrinho** e **João Gerônimo Filho.**

Conforme afirmado atrás, a partir do A.I. 11, de 14/8/69, os juízes de paz voltaram a ser nomeados pelo governador do Estado, pelo período de três anos, renovável.

O "*Minas Gerais*" de 8/12/1.973 publicou a nomeação de **Epitácio Luiz de Carvalho** (juiz de paz); **Romeu Leopoldino Pereira, João Sanches Diniz** e **Eloy Paes Rabelo** (1°, 2° e 3° suplentes).

Em 26 de julho de 1.979, reconduzido o titular, designaram-se suplentes **Jurucey Cavalcante, Dúlcio de Souza Magalhães** e **Geraldo Pereira Caixeta.**

Maurílio Carneiro Dias, Amâncio Xavier Caixeta e **Francisco Pereira** foram designados juiz de paz, 1° e 2° suplentes em caráter provisório, empossando-se o titular em 20 de junho de 1.984. Todos tiveram renovada a nomeação em 15/5/1.986. Maurílio deixou o cargo em 5 de abril de 1.993, por ter atingido idade-limite, conforme instrução da Corregedoria Geral da Justiça. Tomou seu lugar o 1° suplente, que ainda o ocupava no fim do século. O 2° faleceu na primeira metade da década de noventa.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arqu1vo do Cartório do Registro Civil de Pessoas Físicas do Douradinho - livros diversos de nascimento e casamento;
2 - Arquivo do Fórum da Comarca do Machado - livros ns. 1, 2, 3, 4 e 5 de termos de juramento, posse e exercício de funcionários;
3 - informações pessoais de Amâncio Xavier Caixeta e Benedito Geraldo Maciel;
4 - "O Imparcial" nº 126 - 24/10/1.954 - pág. 3;
5 - "Minas Gerais" de 17/9/1.893 - pág. 1;
2/12/1.897 - pág. 5;
6/4/1.898 - pág. 4;
8/12/1.900 - pág. 2;
1/11/1.903 - pág. 1;
4/7/1.931 - pág. 2;
17/12/1.932 - pág. 2;
28/12/1.932 - pág. 2;
17/8/1.933 - pág. 2;
8/11/1.933 - pág. 2;
23/5/1.935 - pág. 2;
5/6/1.940 - pág. 2;
29/5/1.947 - pág. 1.

B - **secundárias**

1 - Urbano Rebello - memórias inéditas.

****

OS PROMOTORES DE JUSTIÇA

1 - Titulares.
2 - Adjuntos.

****

1 - **Titulares**.

O primeiro promotor da Comarca foi o bacharel **Martiniano Antônio de Barros**. Nomeado em 3 de junho de 1.890, entrou em exercício no dia 5 do mês seguinte. Foi exonerado, a pedido, em 11 de dezembro daquele ano.

No dia 15 do mesmo mês nomeou-se para o emprego o cidadão **Olympio Theodoro de Araújo**, recomendado pelo Ministro Cesário Alvim. Entretanto, os deputados do Sul acharam "*inconvenientíssimo*" o ato. Diante disso, três dias após, ainda por interferência de Alvim, o Governo mineiro removeu Olympio à Comarca de Santa Catharina, e designou para substituí-lo no Machado **Augusto Maciel**. Supõe-se que aquele não tinha "*padrinhos*" fortes, pois já em 26 de dezembro, agora a pedido de João Pinheiro, foi removido à Comarca de Santa Rita, para que ocupasse seu posto Delfim Ribeiro.

Em 20 de agosto de 1.891 Maciel foi removido de nossa Comarca para a de Palmyra. Tomou-lhe o lugar, por nomeação de 4 de setembro, o **Capitão Francisco Álvaro de Moraes Navarro**. O jogo de influências continuava, todavia... O pai de Augusto, em carta ao chefe do Executivo, pediu sustasse o ato de remoção, explicando que o filho pretendia "*ir para o Paraizo, onde esperava melhorar quanto ao civel, o que não aconteceria em Palmyra*". Assim, em 9 de setembro foram consideradas sem efeito a remoção e a nomeação de ambos.

Olympio Theodoro de Araújo reconquistou o posto por título de 30 de março de 1.892, entrando em exercício no dia 21 do mês posterior. Foi exonerado, a pedido, em 8 de janeiro de 1.894.

Na mesma data nomeou-se promotor de justiça da Comarca o então juiz substituto dela, **Luciano de Souza Lima**, que tomou posse em 24 de fevereiro. Por decreto de 24 de maio de 1.895 foi designado juiz de direito do Prata.

No dia 16 de julho de 1.895 obteve nomeação para a Promotoria local **Antônio da Silveira Xandó Júnior**. Ignoro até quando nela permaneceu.

Decreto de 30 de maio de 1.896 levou ao cargo o bacharel **Optato Nehemias Eustachio Carajuru** (ou Carapirá?). Ele foi declarado sem efeito em 9 de junho seguinte, quando se nomeou em substituição **Wladimir do Nascimento Matta**. Lembrado como implacável acusador por Homero Costa, aqui esteve até ser nomeado juiz de direito de Carmo da Bagagem, no dia 6 de setembro de 1.897. Posteriormente assumiu as comarcas de Abre Campo, Muzambinho, Carangola e Rio Novo, na qual se aposentou.

Em 7 de outubro do mesmo ano designou-se promotor do Machado **Salathiel Albino de Almeida Cyrino**.

Decreto de 15 ou 17 de janeiro de 1.898 nomeou para o cargo **Júlio Bellegarde de Freire Mariz**, até então nosso juiz municipal.

Em 12 de janeiro de 1.899 passou a ocupar o posto **Eustachio da Cunha Peixoto**, depois desembargador.

Por ato de 1º de fevereiro de 1.900 foi removido para cá o promotor de Bom Sucesso, **Paulo dos Passos Teixeira**. Ele havia sido apontado pelo Procurador Geral, em ofício ao Secretário do Interior, como co-autor intelectual de homicídios e agressões a tiros, ocorridos um mês antes naquela comarca, por questões políticas. Não assumiu o posto, que foi declarado vago em decreto de 2 de junho seguinte.

Três dias depois designou-se promotor local o cidadão **José Rezende Alvim**, que em 7 de fevereiro de 1.902 obteve remoção para Santa Rita de Cássia.

Sucedeu-lhe na mesma data o bacharel **Francisco Drummond Furtado de Mendonça**, que aqui também foi juiz municipal.

Decreto de 17 de fevereiro de 1.906 nomeou promotor do Machado **Mário Roberto Duarte**. Ele passou a ser nosso juiz municipal em

20 de junho do ano seguinte, data em que foi substituído no Ministério Público por **Edmundo de Lacerda**. Removido à Campanha em outubro de 1.908, **Mário Roberto Duarte** retornou à Promotoria e a esta Cidade em 14 de dezembro de 1.909, permutando de cargo com Lacerda. Sua exoneração foi aceita em 23 de dezembro de 1.913, data em que se lhe designou sucessor.

Manoel Francisco Pinto Pereira nasceu no dia 27 de maio de 1.889 em Silvestre Ferraz, atual Carmo de Minas. Faleceu em São Paulo, no dia 30 de julho de 1.956. Filho pobre da escrava Laureana Pinto Pereira, fez os primeiros estudos na terra natal. Transferiu-se depois para a capital paulista, bacharelando-se na Escola de Farmácia e Odontologia e na Faculdade de Direito. Foi dentista, professor, jornalista e advogado. Voltando a Minas, ocupou a Promotoria de Machado entre 23/12/1.913 e 1.916. Mudou-se a seguir para Muzambinho, onde atuou como juiz municipal. Submeteu-se a três concursos na Faculdade de Direito de São Paulo, obtendo a livre-docência de Direito Internacional Público e Privado, de Direito Constitucional e de Direito Civil. Foi também procurador da Justiça Militar. Publicou "*A Mulher no Brasil*", "*Soberania das Nações*", "*Do Sujeito de Direito nas Fundações Privadas*", "*Aspectos da Ausência no Direito Civil Pátrio*" e "*Casamento e Divórcio no Direito Civil Internacional*", além de vários ensaios e artigos em revistas jurídicas. Fundou e dirigiu o almanaque "*O Sul de Minas*", cujo fascículo segundo teve Machado por tema exclusivo. Estabeleceu sólidos vínculos com nossa Cidade, onde casou o filho. Foi o primeiro presidente do Centro Machadense.

Após a saída de Manoel Pinto várias pessoas ocuparam interinamente a Promotoria, até que em 8 de janeiro de 1.918 foi nomeado seu titular **Homero Paulino da Costa**. Deste ilustre machadense, que se bacharelou em 1.917 na Academia de Direito de São Paulo, cuido em vários outros capítulos. Permaneceu no cargo até 23 de outubro de 1.923, quando obteve exoneração para dedicar-se à advocacia. Na mesma data removeu-se para Machado o titular de Dores do Indayá, **José Ary de Almeida**. A remoção, todavia, foi declarada sem efeito por decreto de 6 de novembro seguinte.

Três dias depois foi removido para cá o promotor de Monte Alegre, **Daniel de Alvarenga Barrios**. Ele ficou entre nós até 6 de fevereiro de 1.925, quando foi removido para São Francisco.

Cantídio da Silva Trindade - grande orador judiciário, segundo H. Costa - também ocupou por pouco tempo, a partir de 3 de março de 1.925, a Promotoria local. Dela se exonerou por ter sido nomeado, em 5 de janeiro do ano seguinte, juiz municipal de Alfenas, onde foi também delegado de polícia. Mais tarde advogou no Rio de Janeiro.

Sucedeu-lhe **Luiz Silvério da Rocha Lagoa**, removido de Pouso Alto para cá em 20/4/1.926. Exonerou-se pouco tempo depois.

Em 6/2/1.927 foi nomeado promotor de justiça da nossa Comarca **Gastão Soares de Moura**.

Outro promotor que serviu na Comarca, nomeado em 30 de abril de 1.927, foi **Olegário Dias Coelho**. Dedicou-se também à imprensa, tendo sido diretor do "*Machado-Jornal*".

Em 18 de janeiro de 1.930 nomeou-se nosso promotor o bacharel **Rizzio Affonso Peixoto Barandier**. O ato respectivo foi declarado sem efeito no dia 22 do mês seguinte. Designação obtida no mesmo dia, dois meses depois aqui se empossou o promotor **José Ferreira Lopes**. Foi reconduzido ao cargo em 30 de abril de 1.934, e nele permaneceu até a exoneração, em 20 de novembro de 1.944.

Filho, esposo e pai de machadenses, **Mozart Xavier Lopes**, nascido em Botelhos, bacharelou-se em Direito pela Universidade do Brasil. Obteve nomeação para Machado em 20 de novembro de 1.944, entrando em exercício no dia 15 do mês seguinte. Elevada a Comarca a terceira entrância, nela servia, classificado em patamar inferior, quando se promoveu por antigüidade a Paraisópolis, em 17 de abril de 1.956. Na mesma data foi removido para cá. Ato de 8 de maio seguinte declarou sem efeito a remoção. Por motivo que ignoro recusou a promoção, também tornada sem efeito no dia 24 do mesmo mês. Cinco dias depois promoveu-se por merecimento à Comarca de Guanhães, sendo mais uma vez removido para cá. Em 3 de setembro de 1.969 foi promovido à 6ª Promotoria Pública da Capital. Pouco tempo depois foi convocado como substituto de procurador do Estado. Em dezembro de 1.971 tornou-se titular desse cargo. Pelo quinto constitucional ingressou no Tribunal de Alçada em 20 de novembro de 1.975. Era presidente da Corte quando se promoveu a desembargador, tendo tomado posse em 1º de julho de 1.982. Nossa Edilidade distinguiu-o com a cidadania honorária.

José de Rezende Lara, natural de Rezende Costa, formou-se na Universidade do Brasil em 1.951. Ingressou na carreira por Botelhos, onde serviu de 1.952 a 1.958. Promovido a Muzambinho, lá permaneceu até 1.965. Alçado a nossa Comarca, empossou-se no dia 28 de outubro do citado ano. Promoveu-se ao cargo de 39º promotor de justiça de Belo Horizonte em 31 de março de 1.990, e obteve aposentadoria em 6 de abril do mesmo ano. Professor secundário e universitário, dirigiu nossa Faculdade de Administração. Dedicou-se a obras sociais e religiosas, tendo sido presidente da APAE. É também cidadão honorário do Machado.

No dia 20 de setembro de 1.990, vindo de Nova Rezende, aqui tomou posse **José Fernando Marreiros Sarabando**. Em 14 de dezembro seguinte foi promovido à Comarca de Itabira.

Alexandre Jorge Pimenta ingressou na Promotoria como substituto da Comarca de João Pinheiro. Promovido a Poço Fundo, lá ficou até assumir Machado, em 3 de abril de 1.991. Alçou-se a Poços de Caldas em setembro de 1.998.

Aqui iniciou exercício em 29 de outubro de 1.998 o último promotor do milênio, **Ademar Pereira**, removido de Bambuí.

2 - **Adjuntos**.

No primeiro semestre de 1.894 era adjunto de promotor na Comarca o cidadão **Aureliano Pereira da Costa**.

Em 6 de outubro de 1.917 foi nomeado para o cargo, na Vila Paraguaçu, **Ítalo Tomagnini**.

Entre 1.926 e 1.934, pelo menos, foi adjunto de promotor no Machado o **Capitão Theodoro Soares de Oliveira**, que por diversas vezes ocupou interinamente a Promotoria. "*O Machadense*" nº 104, de 1.934, estampou-lhe os traços biográficos, ressaltando a "*férrea perseverança e devotamento pelo trabalho*". Acrescentou:

> *"Pauperrimo quando menino, foi servente de pedreiro, sachristão, etc.. Seguiu para Campanha e diplomou-se com brilho na E. Normal daquella cidade. Foi professor publico nesta e em Douradinho. Estudou advocacia e exerceu-a por muitos anos. Foi photographo, relojoeiro, negociante, fazendeiro, etc. e pratico de dentista. Ultimamente, ja maduro em annos, cursou theoria na E. de Odontologia de Alfenas. Actualmente, é cirurgião dentista, um dos mais peritos, o que comprova s sua grande clientela".*

Em 27 de abril de 1.927 nomeou-se adjunto de promotor no Termo de Gimirim **Américo Brasil Fernandes**. Em 19 de janeiro de 1.930, no de Paraguaçu, **Antônio Bueno**.

Douradinho também teve o seu adjunto, por ato de 2 de agosto de 1.940: **Benedito Borini**.

Em Cana do Reino, atual Carvalhópolis, foram nomeados adjuntos **João Honorato de Carvalho** (1.940), **Antônio Batista de Carvalho** (1.959) e **Celso Leal** (1.983).

Na sede da Comarca, em 1.951 e em 1.954, o cargo foi ocupado, respectivamente, por **Marcelo Carvalho Vieira** e por **Oscar Vieira Guerra**. Em setembro de 1.965 nomeou-se para ele **Aécio Pereira Caixeta**; em junho de 1.967, **Feliciano Dias Vieira**; em setembro de 1.980, **Tânia Mara Dias**.

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Procuradoria Geral da Justiça de Minas Gerais - fichas da Diretoria de Pessoal do Ministério Público;

2 - Arquivo do Fórum da Comarca de Machado - livros ns. 1, 2, 3, 4 e 5 de termos de juramento, posse e exercício de funcionários;

3 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códices 311, 315 e 317 (páginas sem numeração); códice 372 (páginas 140v. e 141); códice 374 (páginas 87v. e 88);

4 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria do Interior - códice 63;

5 - "Folha de São Paulo" - 27/5/1.964;

6 - "Folha Machadense" ns. 43 - 26/1/1.975 - pág. 1;
85 - 30/11/1.975 - pág. 1;
176 - 13/9/1.977 - pág. 1;
368 - 6/9/1.981 - pág. 13;
410 - 17/7/1.982 - pág. 1;
474 - 29/10/1.983 - pág. 1;
802 - 19/5/1.990 - pág. 6;
822 - 6/10/1.990 - pág. 1;
833 - 22/12/1.990 - supl.;
848 - 20/4/1.991 - pág. 1;

7 - "Minas Gerais" de 12/1/1.894 - pág. 1;
10/6/1.894 - pág. 1;
25/5/1.895 - pág. 5;
17/7/1.895 - pág. 10;
31/5/1.896 - pág. 3;
10/6/1.896 - pág. 1;
7/9/1.897 - pág. 2;
9/10/1.897 - pág. 4;
16/10/1.897 - pág. 2;
21/1/1.898 - pág. 2;
5/2/1.898 - pág. 1;
13/1/1.899 - pág. 5;
2/2/1.900 - pág. 1;
3/6/1.900 - pág. 1;
6/6/1.900 - pág. 1;
8/2/1.902 - pág. 1;
12/6/1.902 - pág. 1;
9/6/1.904 - pág. 1;
18/2/1.906 - pág. 1;
8/11/1.906 - pág. 1;
21/6/1.907 - pág. 2;
31/10/1.908 - pág. 1;
15/12/1.909 - pág. 1;
24/12/1.913 - pág. 1;

7/10/1.917 - pág. 1;
9/1/1.918 - pág. 1;
29/1/1.922 - pág. 1;
24/10/1.923 - pág. 1;
7/11/1.923 - pág. 1;
10/11/1.923 - pág. 1;
7/2/1.925 - pág. 1;
4/3/1.925 - pág. 1;
6/1/1.926 - pág. 2;
20/4/1.926 - pág. 18;
28/11/1.926 - pág. 2;
7 e 8/2/1.927 - pág. 1;
19/1/1.930 - pág. 1
20 e 21/1/1.930 - pág. 1;
23/2/1.930 - pág. 1;
4/5/1.934 - pág. 1;
3/8/1.940 - pág. 2;
5/1/1.954 - pág. 1;
18/4/1.956 - pág. 1;
9/5/1.956 - pág. 1;
24/5/1.956 - pág. 1;
30/5/1.956 - pág. 1;
10/1/1.959 - pág. 1;

8 - "Monitor Sul-Mineiro" ns. 1251 - 31/7/1.895 - pág. 2;
1285 - 9/6/1.896 - pág. 2;
1286 - 18/6/1.896 - pág. 2;
599 - 19/12/1.909 - pág. 2;

9 - "O Machadense" ns. 104 - 2/6/1.934 - págs. 4 e 20;
966 - 7/11/1.965 - pág. 3;
43 - 22/12/1.971 - pág. 4;

10 - Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - 1.928 - vol. XXIV - págs. 162/163;

11 - Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - 1.956 - vol. LI - págs. 285/298;

12 - Revista "Imagem e Conteúdo" - nº 3 - dez. 96/jan. 97 - págs. 8/10.

B - **secundárias**

1 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente - págs. 26/27 e 41/42.

****

OS ADVOGADOS

1 - Relação incompleta.
2 - A sub-seção local da O.A.B..
3 - A Defensoria Pública.

****

1 - **Relação incompleta**.

Antes da criação da Comarca residiram no Machado ao menos três bacharéis em Direito pela Academia de São Paulo: **Roque de Souza Dias** (formado em 1.836), **Astolpho Pio da Silva Pinto** (em 1.861) e **Antônio Cândido Teixeira** (em 1.863). Fazendeiros e políticos, não professaram a Advocacia.

O "*Monitor Sul-Mineiro*", em diversos números de junho e julho de 1.887, publicou anúncio do bacharel **Antônio Carlos Carneiro Viriato Catão**, residente em Conceição Aparecida, que declarava advogar nos auditórios de Alfenas, Carmo do Rio Claro e Machado.

O mesmo jornal estampou várias notas e anúncios em 1.892, 1.893, 1.894 e 1.898, que informavam ter escritório de Advocacia em nossa Cidade o **Coronel Francisco Álvaro de Moraes Navarro**. Natural de Cabo Verde, cursou Direito em São Paulo alguns anos, deixando de graduar-se por problemas de saúde. Elegeu-se deputado da Província pelo Partido Liberal. Aqui se casou em segundas núpcias, enviuvou e obteve nomeação para promotor de justiça. Mudou-se posteriormente para a Campanha, onde advogou, foi vereador e membro do diretório político. Lá faleceu em 17 de junho de 1.917.

Ato do presidente do Tribunal da Relação de 24/1/1.893, em cumprimento ao decreto 585 do ano anterior, marcou o número de ad-

vogados e solicitadores precisos em cada comarca. Aqui foram reputados necessários três daqueles e dois destes.

O jornal "*Sexto Districto*", em 1.894 e 1.895, publicou propagandas do advogado **Cyrillo Guimarães Corrêa**, que tinha escritório na Rua Quintino Bocaiúva (atual Rio Branco).

Flávio de Salles Dias concluiu o curso jurídico na Faculdade de São Paulo em 1.893. Segundo H. Costa, "*embora político, advogou intensamente, com inteligência e habilidade*".

O jornal "*A Liberdade*", no início de 1.913, publicou anúncio do advogado **Sebastião Cavalcanti**, estabelecido na Cidade.

Como provisionado, o **Major Olympio Theodoro de Araújo** advogou em nosso foro nos primeiros lustros do século. Exerceu também o cargo de promotor.

Diogo Cavalcanti de Albuquerque obteve em 30 de abril de 1.918 provisão de solicitador, expedida pela presidência do Tribunal da Relação.

Outro que se dedicou à Advocacia sem o curso de Direito foi **Theodoro Soares de Oliveira**. Tinha escritório no Largo da Matriz. Pessoa de múltiplas atividades, trabalhou como servente de pedreiro, sacristão, professor público, fotógrafo, relojoeiro, negociante, fazendeiro, adjunto de promotor e dentista.

O rol dos licenciados se encerra com **Feliciano Floriano dos Santos Silva** (Facinho), que por muitos anos exerceu a Advocacia em nossa Comarca. Foi também combativo político.

Edgard da Veiga Lion, nascido na Campanha, formou-se no Rio de Janeiro em 1.918. Logo após veio para Machado, onde advogou com êxito até as vésperas da morte, em 1.978. Aqui constituiu família e ocupou vários cargos públicos, de que se dá notícia noutros capítulos.

Homero Costa, de cujo trabalho histórico este amiúde se socorre, obteve em São Paulo o grau de bacharel, em 1.917. Do ano seguinte até 1.923 ocupou a Promotoria de Justiça do Machado. Deixando-a, advogou aqui e nas comarcas vizinhas até 1.938, quando transferiu sua banca para Belo Horizonte.

Militaram ainda no foro local **Mário Leite da Silveira**, natural de Elói Mendes, **Mário de Mello e Sousa** e **Macário Gomes de Carvalho**, filho de Passos. Este também advogou em Poço Fundo, de cuja Câmara foi vereador.

Como o permitisse então a lei, advogaram cá, na épo-

ca em que ocuparam a Promotoria, **Francisco Drummond Furtado de Mendonça, Olegário Dias Coelho** e **José Ferreira Lopes.**

O machadense **Lauro Ferreira Braga** atuou nesta Comarca durante pouco tempo, na segunda metade da década de trinta, mudando-se depois para o Estado de São Paulo.

Em 1.938 e 1.940, respectivamente, aqui se iniciaram como advogados **Gabriel Barbosa** e **Wolney de Araújo Dias**, que com cultura e tenacidade serviram a justiça local durante várias décadas. Por volta de 1.950 atuou na Comarca **José Maria Machado de Azevedo**, que depois optou pela profissão de juiz.

A partir de 1.960 montou banca em Machado **Aloysio Pereira Caixeta**, ainda em atividade no fim do século. Seguiram-se-lhe, entre outros, **José Pereira da Luz, Antônio Pereira Gatto, Feliciano Dias Vieira, Josino Magalhães, Miguel de Oliveira Dias, Paulo de Tarso da Costa Leite, Wolney de Araújo Dias Júnior, João Honorato de Carvalho Filho, Luiz de Mello Campos, Antônio Alkmin da Costa, Márcia Signoretti Godoy.**

Dos que cá exerceram a profissão mais recentemente, lembro **Adir D'Eleutério Filho, Allan Corsini de Oliveira, Amâncio Xavier Caixeta, Anelise Caixeta Marcovig, Ângelo José de Oliveira, Antônio M. Pereira, Arnaldo Azevedo Reis, Celso Leal, Elisandro Kennedy Alkmin, Estanislau Vítor Lefol, Euler Sobral, Evâneo Franco Caixeta, Fabiano Signoretti Leite, Fábio Flávio Vasconcelos, Fernando F. de Paula, Flávio Junqueira, Francinir Pereira Arantes, Franklin Vieira de Almeida Vilhena, Geraldo Bottazzini, Hércules Prado de Paiva, Ivan Dieb Farah, Janaína Cavalcante dos Santos, João Carlos Fernandes, José Vítor Pereira, Juliana Cavalcante dos Santos, Larissa Perez de Carvalho Porto, Lauro Ferreira Braga Filho, Luís Carlos Maciel, Maria Aparecida Andrade, Marília Carvalho Vilhena, Mathilde Tavares Dias, Nélson Signoretti Godoy, Nílton Salles, Patrícia Campos Brigagão, Rodrigo Dias de Castro, Rômulo Sólia Rosa Júnior, Rúbens Dieb Farah, Sebastião Garcia de Souza, Wálter Domingues Generoso** e **Wílson Luís Bonalume**.

2 - **A sub-seção local da O.A.B.**.

Sua criação foi aprovada pelo Conselho Consultivo da O.A.B.-MG em 10 de fevereiro de 1.982. Instalou-se em 1º de setembro seguinte, sob número 71, com 42 advogados inscritos, compreendendo as comarcas de Machado e Poço Fundo. Até então nossos causídicos subordinavam-se à subseção de Alfenas, em que tinham por delegado Gabriel Barbosa.

Administrou-a de início comissão formada por Aloysio

Pereira Caixeta, João Honorato de Carvalho Filho e Wolney de Araújo Dias Júnior. Seu primeiro presidente eleito foi Gabriel Barbosa. Em 1º de fevereiro de 1.985 empossou-se nova diretoria, encabeçada por João Honorato de Carvalho Filho. Dois anos depois passou a presidi-la Paulo de Tarso da Costa Leite. Ele foi reeleito em biênios sucessivos até 1º de fevereiro de 1.995, quando passou o comando a Wolney de Araújo Dias Júnior. No pleito seguinte venceu a chapa de oposição, liderada por Wálter Domingues Generoso, que tomou posse no primeiro dia de 1.998.

Em julho de 1.999 criou-se aqui a "OAB Jovem", com a seguinte diretoria: *presidente* - Nélson Signoretti Godoy; *vice-presidenta* - Larissa Perez de Carvalho Porto; *secretário* - Luís Carlos Maciel; *tesoureiro* - Flávio Junqueira.

A sede da Ordem, em sala do Fórum a que se deu o nome de "*Wolney de Araújo Dias*", foi inaugurada no dia 29 de dezembro de 1.983. Em 28 de outubro de 1.998 transferiu-se para imóvel alugado na Praça Antônio Carlos, 91, ao lado da Prefeitura, que recebeu o nome de "*Casa do Advogado*".

3 - **A Defensoria Pública**.

O escritório da Defensoria Pública em nossa Cidade instalou-se em abril de 1.986, no edifício do Fórum. Até o final de 1.996 teve como titular **Antônio Alkmin da Costa**, contratado pela Secretaria da Justiça. Então ficou vago por alguns meses.

Posteriormente celebraram-se convênios entre o Município e a Unifenas, e entre esta e a Secretaria da Justiça, para cooperação tecnológica e científica, prestação de assistência jurídica a hipossuficientes e aprimoramento da prática forense, mediante instalação de escritório em conjunto com o da Defensoria Pública. Por força deles, contratados pela Unifenas, em 19 de junho de 1.997 **Antônio Alkmin da Costa** voltou ao cargo de defensor, e **Anelize Caixeta Marcovig** passou a atuar como coordenadora de estágio. Ambos continuavam em atividade no término do milênio.

Do quadro da Secretaria da Justiça, transferiu-se para cá em 23 de outubro de 1.998 a defensora **Priscilla Angélica do Nascimento**, que só ficou entre nós por um mês e pouco. Sucedeu-lhe por brevíssimo tempo **Júlio César de Castro Martins**. Em 29 de dezembro seguinte assumiu o posto **Cícero Dias Rebelo**, removido de Malacacheta. Ele o deixou em 28 de maio de 1.999, para servir em Itajubá.

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - "A Liberdade" - 27/2/1.913 - fragmento;
2 - "A Reforma" nº 7 - 15/2/1.903 - pág. 3;
3 - "A Voz da Cidade" - Paraguaçu - nº 332 - 10/10/1.971 - págs. 1 e 4;
4 - Arquivo do Fórum da Comarca de Machado - livro nº 2 de termos de juramento, posse e exercício de funcionários;
5 - "Folha Machadense" ns. 388 - 13/2/1.982 - pág. 1;
417 - 13/9/1.982 - pág. 8;
484 - 21/1/1.984 - pág. 1;
485 - 28/1/1.984 - pág. 1;
537 - 9/2/1.985 - pág. 15;
598 - 26/4/1.986 - pág. 1;
637 - 14/2/1.987 - pág. 12;
929 - 14/11/1.992 - pág. 1;
1143 - 22/2/1.997 - pág. 2;
1183 - 29/11/1.997 - pág. 26;
6 - "Gazeta das Geraes" nº 3 - 24/5/1.999 - pág. 2;
7 - informações pessoais de Anelize Caixeta Marcovig, Antônio Alkmin da Costa e Nélson Signoretti Godoy;
8 - "Jornal do Machado" ns. 3 - 4/9/1.933 - pág. 4;
1 - 2/5/1.937 - pág. 3;
9 - livro de atas da 71ª sub-seção da O.A.B.;
10 - "Machado-Jornal" ns. 16 - 14/4/1.928 - pág. 3;
68 - 14/4/1.929 - pág. 4;
11 - "Minas-Geraes" de 28/1/1.893 - pág. 2;
12 - "Monitor Sul-Mineiro" ns. 856 - 12/6/1.887 - pág. 3;
1109 - 19/4/1.892 - pág. 3;
1167 - 28/6/1.893 - pág. 3;
1202 - 18/3/1.894 - pág. 3;
20 - 13/11/1.898 - pág. 3;
985 - 24/6/1.917 - pág. 2;
13 - "O Machadense" nº 104 - 2/6/1.934 - pág. 4;
14 - "Sexto Districto" ns. 5 - 5/9/1.894 - pág. 4;
18 - 22/8/1.895 - pág. 4.

B - **secundárias**

1 - Cordélia Vieira Lion - "Edgard da Veiga Lion" - biografia em "Coletânea de Monografias sobre Vultos Machadenses" - mimeografado - Prefeitura Municipal, 1.986, págs. 30/39;
2 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem data, pág. 27;
3 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 64 e 79;
4 - José Matzner - "Guia do Sul de Minas" - Oficinas Gráficas da S/A Folha de

Minas, Belo Horizonte, pág. 168;
5 - Manoel Francisco Pinto Pereira - “O Sul de Minas - Almanach moderno, de propaganda e estatística dos municípios sul-mineiros” - Centro Sul Mineiro de Propaganda e Estatística, Vila Silvestre Ferraz - Estabelecimento Graphico Casa Mayença, Cruzeiro, SP - fascículo 2º, 1.913, pág. 21;
6 - Manoel Viotti - “Acadêmicos Mineiros na Faculdade de Direito de S. Paulo” - na Revista do Archivo Publico Mineiro, anno II, fascículo III, julho a setembro de 1.897 - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.937, págs. 539 a 560;
7 - Víctor Silveira (organizador e editor) - “Minas Geraes em 1925” - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, pág. 951.

****

MACHADENSES EM CARREIRAS JURÍDICAS NOUTRAS COMARCAS

1 - Juízes.
2 - Promotores.
3 - Advogados.

****

1 - **Juízes**.

Conforme "*O Machadense*" nº 104, em 1.934 **João Leão de Faria** era juiz de direito em disponibilidade. Não consegui confirmar tal informação.

Homero Costa foi juiz temporário, na classe jurista, do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Exerceu o cargo nos períodos de 1.947 a 1.949, e de 1.949 a 1.951. Seu filho **Cláudio Vieira da Costa** também nele atuou, nas mesmas condições, de 1.974 a 1.975 (como suplente), e de 1.982 a 1.987 (como efetivo).

Amynthas Machado de Azevedo iniciou a carreira em nosso Estado. Em 1º de agosto de 1.946 foi nomeado juiz municipal de Ibiá. Oito dias depois removeu-se para Perdões, como substituto. Em 21 do mesmo mês foi promovido a juiz de direito de Andradas. No dia 20 de maio de 1.949 obteve remoção para Jimirim. Em setembro de 1.954 foi para Cabo Verde, por permuta, e em seguida pediu exoneração do cargo. Ingressou na Magistratura paulista em 13/9/1.954, como substituto de Itapetininga. No mesmo mês foi promovido a Cunha (1ª entrância), de onde se removeu para Cajuru em março do ano seguinte. Alçou-se a Ituverava (2ª entrância) em abril de 1.956. Na 1ª Vara de Botucatu chegou à 3ª (outubro de 1.961) e à 4ª entrâncias (abril de 1.964). Aposentou-se em 11/1/1.967.

Seu irmão **José Maria Machado de Azevedo** judicou igualmente em São Paulo. Nomeado substituto de Marília em 6/10/1.953, promoveu-se a Igarapava (1ª entrância) em junho do ano seguinte. Lorena foi a sua comarca de 2ª entrância, de julho de 1.958 a outubro de 1.961. Atuou depois como substituto da Capital (3ª entrância) até junho de 1.965, quando foi promovido à 2ª Vara Criminal de Campinas (4ª entrância). Chegou à entrância especial, na 5ª Vara Cível de São Paulo, em 11/9/1.972, aposentando-se oito dias após.

Também eu servi na Magistratura paulista, começando como juiz substituto de Bebedouro, em 9/2/1.973. Removido para São João da Boa Vista, lá não trabalhei, em face de promoção para Capão Bonito (1ª entrância), em abril de 1.976. Dois anos depois subi à 2ª entrância, em Matão. Em 1.981 torneime auxiliar da Capital (3ª entrância), e no fim de 1.986 fui promovido à 2ª Vara Cível do Foro Regional de Santana (entrância especial). Oito anos mais tarde cheguei ao 1º Tribunal de Alçada Civil, onde obtive aposentadoria em agosto de 1.996.

Antônio Pereira Gatto foi nomeado juiz auxiliar em 5/8/1.977, tendo servido como tal em Poços de Caldas, Unaí e Camanducaia. Promoveu-se a Botelhos em 3/5/1.979, e a Monte Santo de Minas em 14/7/1.981. Desde 28/6/1.984 passou a ocupar a Segunda Vara Cível de Poços de Caldas.

César Augusto Westin iniciou-se na Magistratura mineira em 1.985. Em julho de 1.988 foi promovido de Camanducaia para Paraisópolis. De lá ascendeu à 1ª Vara da Família de Juiz de Fora, em março de 1.991. Seis anos depois foi para Belo Horizonte. Aposentou-se em 13 de fevereiro de 1.998.

Ana Paula Caixeta Bovendorp empossou-se como juíza substituta em novembro de 1.990, tendo cooperado em Mariana, Bonfim, Brumadinho e Sete Lagoas. Em 3 de janeiro de 1.993 foi promovida à 2ª Vara de Diamantina. Em fevereiro de 1.995 alçou-se à 1ª Vara Criminal de Teófilo Otoni, continuando todavia em exercício na comarca anterior. No dia 28 de dezembro do mesmo ano transferiu-se, por permuta, à 4ª Vara Cível de Betim. Em 15 de agosto de 1.998 obteve promoção ao cargo de 10ª juíza auxiliar de Belo Horizonte.

2 - **Promotores**.

Amynthas Machado de Azevedo foi promotor de justiça de Brasópolis de 10 de dezembro de 1.945 a 6 de agosto de 1.946, quando obteve exoneração.

Aécio Pereira Caixeta atuou no Ministério Público mineiro, em Jacutinga, de 31 de dezembro de 1.974 até aposentar-se, em 22 de dezembro de 1.988.

Feliciano Roberto da Silva, nascido nesta Cidade,

criou-se em Poço Fundo. Ingressou no Ministério Público paulista em 22/9/1.976, como 1º promotor público substituto da 8ª circunscrição judiciária (sede em Campinas). Em 13/7/1.978 assumiu a Comarca de Pedregulho (1ª entrância). Dois meses depois foi promovido à 2ª entrância, como promotor público auxiliar do interior, com sede em Osasco. Por decreto de 23 de outubro do mesmo ano alçou-se ao cargo de 3º promotor público de Diadema (3ª entrância). Chegou à entrância especial em 22/3/1.979, como 161º promotor público da Capital. Prestou serviços junto à Secretaria dos Transportes de novembro de 1.979 a fevereiro de 1.981, e em 8/12/1.982 foi removido para a 1ª Curadoria de Registros Públicos. Promoveu-se a Procurador da Justiça em 23/7/1.986. Aposentou-se em 19/5/1.992.

No campo do Direito Eclesiástico, registre-se que **Dom Hugo Bressane de Araújo** foi promotor de justiça do Cabido Diocesano da Campanha.

3 - **Advogados**.

A enumeração é falha, pois pouco sei dos conterrâneos que advogaram alhures. Escuso-me pelas omissões.

No Rio de Janeiro teve banca **João Leão de Faria**, pessoa de múltiplas atividades, relatadas noutros capítulos. Lá (e também em Frutal, MG) exerceu esporadicamente a Advocacia **Clóvis Swerts**. Ainda em atividade no fim do período em exame estava **Wágner Nannetti Dias**.

Homero Costa foi conselheiro, tesoureiro e vice-presidente da seção mineira da O.A.B. nas décadas de quarenta e cinqüenta. Exerceu a presidência de 15/4/1.959 a 3/4/1.961. Foi também tesoureiro do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Em Belo Horizonte destaque-se o seu escritório, com os filhos **Cláudio Vieira da Costa** e **Túlio Vieira da Costa**. Nele trabalhou pouco tempo **Ana Paula Caixeta Bovendorp**. Também na Capital mineira advogaram **Ernesto Juntolli, Mário Figueiredo** e **Haroldo Annoni**. Lá exerceu o cargo de procurador do Estado (na classe especial, ao fim do milênio) **Aurélio Agostinho Verdade Vieito**, professor de Direito.

Em São Paulo, SP, teve escritório **Ivan Carneiro**. O autor destas linhas lá advogou entre 1.969 e 1.973. **Rúbens Vasconcellos**, que só pôde formar-se na U.S.P. depois de aplacada a perseguição da ditadura, dedicou-se à Advocacia trabalhista. **João Oscar Pereira** advogava na Capital paulista até o término do milênio. Recém-formados então, também lá trabalhavam **Christian Garcia Vieira** e **Mária Pereira Martins de Carvalho**.

Lauro Ferreira Braga por vários anos advogou em Paraguaçu Paulista. Em Campinas, no mesmo Estado, exerceram a profissão **Jayme Domingues Martins, Hercílio Ricarte, Feliciano Roberto da Silva** e **João Augusto Dias Costa**. **Maurélio de Almeida** advogava em Bauru, SP. Especi-

alizado na área trabalhista, **Alexandre Vieira dos Anjos Lima** começou a trabalhar na Capital, mudando-se depois para a zona de Ribeirão Preto.

Marcos Vinícius Ribeiro Dias, falecido em 1.999, advogou na vizinha Paraguaçu.

Foi procurador do Distrito Federal **Ramílton Bernardes Pereira**.

****

Fontes de consulta.

1 - "A Voz da Cidade" - Paraguaçu - 10/10/1.971 - págs. 1 e 4;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - pasta de decretos legislativos;
3 - Arquivo da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Minas Gerais, em Belo Horizonte - livros de atas do seu Conselho;
4 - Arquivo da Procuradoria Geral da Justiça de Minas Gerais - fichas da Diretoria de Pessoal do Ministério Público;
5 - Arquivo do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - fichas da Diretoria da Magistratura;
6 - certidões do Tribunal de Justiça e da Procuradoria Geral de Justiça de São Paulo, em meu poder;
7 - "Diário Oficial" do Estado de São Paulo - 24/7/1.986 e 31/1/1.989;
8 - "Estado de Minas" - 14/9/1.975 e 14/11/1.987;
9 - "Folha Machadense" ns. 802 - 19/5/1.990 - pág. 3;
842 - 9/3/1.991 - pág. 3;
1096 - 22/3/1.996 - pág. 10;
10 - informações pessoais de Cláudio Vieira da Costa e Rita Vieira Machado de Azevedo;
11 - "O Machadense" nº 104 - 2/6/1.934 - pág. 20;
12 - "*site*" na Internet: http://www.migalhas.com.br.

****

OS CARTÓRIOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

1 - O Cartório de Órfãos.
2 - O Cartório do Primeiro Ofício.
3 - O Cartório do Segundo Ofício.
4 - O Cartório do Terceiro Ofício.
5 - O Cartório Criminal.
6 - A Secretaria do Juízo.
7 - O Cartório do Partidor, Contador e Distribuidor.
8 - O Cartório de Registro de Imóveis.
9 - O Cartório de Registro de Títulos e Documentos e de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
10 - O Cartório de Registro de Protestos.
11 - O Cartório de Registro Civil de Pessoas Físicas do Machado.
12 - O Cartório de Registro Civil de Pessoas Físicas do Douradinho.
13 - O Cartório Eleitoral.

****

1 - **O Cartório de Órfãos**.

José Joaquim dos Santos Silva foi nomeado escrivão de órfãos em 25 de outubro de 1.883, mas só tomou posse no dia 24 de abril seguinte. Obteve várias licenças, como a de 26/3/1.897, por um ano, para alistar-se nos batalhões formados em defesa da República. Conforme o "*Minas-Geraes*" de 28/1/1.898, com seu provimento no Primeiro Ofício do Judicial e Notas, em 22 daquele mês, ficou

> *"ex-vi do art. 4º, com disposições transitorias da lei n. 18, extincto o officio de orphãos"*.

Observo, porém, que em relatório de 1.894 o juiz de

direito da Comarca afirmou continuar sem decisão a renúncia do escrivão de órfãos, a que já aludira no ano anterior. Ignoro o que realmente ocorreu.

2 - **O Cartório do Primeiro Ofício**.

Feliciano Constantino de Moraes, antes escrivão de paz, abre a lista dos titulares desta Serventia. Nomeado em 27 de outubro de 1.883, recebeu título no dia 26 de janeiro seguinte. Em 1.896 e 1.897, já cansado, velho e doente, conforme relatório do juiz de direito, esteve em gozo de sucessivas licenças. Sua desistência foi aceita por ato de 8 de julho de 1.897. Voltarei a falar dele em capítulo referente à música. Carlos Legnani fez-lhe grande elogio, ressaltando seu espírito liberal, lhano e hospitaleiro, que "*granjeou a amizade e a veneração de quantos o conheceram*".

Nomeado em 22 de janeiro de 1.898, **José Joaquim dos Santos Silva**, ex-escrivão de órfãos, entrou em exercício no dia 22 de abril do mesmo ano. A lei estadual 491, de 9/9/1.909, autorizou o Executivo a conceder-lhe licença de dois anos, em prorrogação, para tratamento de saúde.

Por decreto de 1º de julho de 1.911 foi provido na Escrivania **Joaquim José dos Santos Silva** (Beleleco), filho do antecessor, que se aposentou em 24 de maio de 1.957. Com a sua saída, desmembrou-se do Cartório o registro de títulos e documentos.

Waldemar Swerts de Carvalho foi nomeado serventuário vitalício em 23 de julho de 1.958. Vendeu o Cartório ao sucessor (como então se usava fazer), e sua desistência dele foi aceita por ato de 24 de março de 1.962.

Ernesto Mariano Leite obteve nomeação em 28 de agosto de 1.962. Aposentou-se em 15 de dezembro de 1.983. Sucedeu-lhe a esposa, **Lucy da Costa Leite**, nomeada em caráter efetivo no dia 6 de junho de 1.984.

A Secretaria, instalada em junho de 1.990, absorveu a parte judicial do Cartório, que ficou só com o tabelionato. Desdobrado o cargo da titular, ela se aposentou como escrivã judicial II em julho de 1.992 (após ficar dois anos em disponibilidade remunerada), mantendo a função de tabeliã. Desta se exonerou em novembro de 1.994. Seu filho, **Carlos Kennedy da Costa Leite**, tornou-se tabelião efetivo no mês seguinte, e continuava no cargo no fim do século.

3 - **O Cartório do Segundo Ofício**.

Seu primeiro serventuário vitalício foi **Adolpho da Silva Guerra**, nomeado em 27 de outubro de 1.883 e titulado em 26 de janeiro

seguinte. Faleceu no dia 25 de abril de 1.902. Dele e de Feliciano Moraes disse o "*Machado-Jornal*" terem sido

> *"dois philantropos honestos e despretenciosos, que no seu tempo foram aqui o exemplo vivo da mais bella das virtudes christans, a caridade, porquanto, vivendo só para o bem, apesar de não serem dotados de grandes haveres, sempre souberam repartir do seu pouco com os desprotegidos da sorte"*.

Por decreto de 11 de agosto de 1.902 foi provido no cargo **Theodoro Augusto de Almeida Brandão**. Sua desistência foi aceita pelo Executivo em 18 de março de 1.919.

Ato de 12 de agosto do mesmo ano investiu na Serventia **Manoel Brandão**, filho do antecessor. Ele a chefiou até 24 de setembro de 1.937, quando foi acolhida sua resignação. Na mesma data nomeou-se para suceder-lhe **João Westin Júnior**. A desistência deste do cargo foi aceita por ato de 11 de agosto de 1.955. Com sua saída, desmembrou-se do Cartório o registro de imóveis, do qual ele continuou titular.

Luiz de Mello Campos foi nomeado escrivão interino em 16 de agosto de 1.955, e efetivo em 29 de dezembro seguinte. Aposentou-se em 4 de janeiro de 1.984. Em tal data sua esposa **Marylda Vieira Campos** ocupou o posto interinamente, efetivando-se em 11 de agosto do mesmo ano.

Instalada a Secretaria, ela se exonerou do cargo de tabeliã em 28 de setembro de 1.990. No mesmo dia foi nomeado para ele seu filho, **Marco Antônio Vieira Campos**, que ainda o ocupava no término do milênio. Marylda aposentou-se como escrivã judicial II em julho de 1.992, após ficar dois anos em disponibilidade remunerada.

4 - **O Cartório do Terceiro Ofício**.

Criado várias décadas depois que os demais, teve inicialmente como titular **Osimo Castro**, nomeado em 13 de março de 1.947. Ele se aposentou em 24 de setembro de 1.957.

Por ato de 23 de julho de 1.958 foi provido na Serventia **Osimo Castro Filho**. Instalada a Secretaria do Juízo em junho de 1.990, como já visto, ele a assumiu. Manteve o cargo de tabelião até 28 de setembro seguinte, quando se exonerou. Na mesma data foi nomeado titular dele seu filho, **Osimo Costa Castro**, ainda em exercício ao concluir-se este trabalho.

5 - **O Cartório Criminal**.

Feliciano Constantino de Moraes era escrivão interino do júri em 1.889, como se vê pela resolução estadual 3.736, de 16 de agosto daquele ano. Foi exonerado pelo juiz de direito em 1.895.

Decreto de 13 de novembro de 1.900 nomeou **Flávio Moraes** escrivão privativo dos processos e execuções criminais. Foi declarado sem efeito em 10 de dezembro seguinte, data em que se alçou ao cargo **Christóvão Augusto de Lima**. Este não entrou em exercício no prazo legal.

Por ato de 24 de julho de 1.902 nomeou-se para a Serventia **Benício Luiz de Carvalho**. Não sei quando saiu.

Decreto de 18 de janeiro de 1.916 (repetido, por razão que ignoro, em 9 de maio seguinte) designou escrivão **Affonso Bressane de Araújo**. Ele pouco permaneceu no Ofício, tendo a desistência aceita por ato de 19 de setembro do mesmo ano.

Nomeou-se **Osimo Castro** escrivão privativo dos processos e execuções criminais por ato de 19 de dezembro de 1.916. Foi exonerado, a pedido, em 16 de setembro de 1.930.

Em 17 de abril de 1.931 designou-se para a Serventia **Lauro Alvarenga**. Sua desistência foi aceita por decreto de 2 de maio de 1.939. Quatro dias depois foi provido no cargo **Augusto Tavares Pais** (Tinho), que permaneceu nele até aposentar-se, em 13 de março de 1.959.

Ato de 17 de maio de 1.960 nomeou **Rômulo Sólia Rosa** serventuário vitalício da Escrivania do Crime.

Anexada a esta a Comarca de Poço Fundo, em 8 de maio de 1.971 foi transferido para cá o titular **Josino de Oliveira**, para exercer as mesmas funções como segundo escrivão do crime. Até aposentar-se, em 10 de dezembro de 1.973, ele trabalhou aqui, em conjunto com o titular local, cuidando apenas dos processos poço-fundenses.

Rômulo Sólia Rosa aposentou-se em 14 de agosto de 1.985. Dois dias depois, seu genro **Odair Cornélio da Silva** foi designado para substituí-lo interinamente, e o fez até a extinção da Serventia, em 1.990. Esta, que tinha os anexos de menores, execuções fiscais e acidentes do trabalho, passou depois a ser extra-oficialmente referida apenas como "*Cartório do Judicial*".

6 - **A Secretaria do Juízo**.

A Secretaria foi criada e instalada por ato do Juízo de

25 de junho de 1.990, com base na lei estadual 9.776/89 e na resolução 142/89 do Tribunal de Justiça. Ele extinguiu a parte judicial dos Cartórios do 1º, 2º e 3º Ofícios (que ficaram só com o tabelionato), bem como o Cartório Criminal (com os anexos de menores, execuções fiscais e acidentes do trabalho). Estabeleceu o quadro de funcionários da nova repartição: um escrivão para chefiá-la e quatro escreventes. Estes foram nomeados no mesmo dia: Carlos Kennedy da Costa Leite, Euclides Vieira de Vilhena, Judith Maria Rosa Magalhães e Odair Cornélio da Silva.

Os três titulares das serventias extintas tiveram suas opções deferidas pelo Tribunal, mas como só um podia ocupar o cargo de escrivão judicial II, designou-se para ele **Osimo Castro Filho**, empossado em seguida. As remanescentes foram postas em disponibilidade remunerada. Aquele se afastou em 28 de dezembro de 1.992, ao protocolar pedido de aposentadoria.

Odair Cornélio da Silva assumiu o posto em 4 de janeiro seguinte. Em agosto de 1.996 foi afastado preventivamente, por força da abertura de sindicância pela prática de crimes de corrupção. Comprovados, foi demitido por ato de 6 de março de 1.997. Desde então a Secretaria ficou sob a responsabilidade da escrivã **Seila de Oliveira Vasconcellos**.

7 - **<u>O Cartório do Partidor, Contador e Distribuidor</u>**.

Antônio Joaquim de Araújo Macedo foi nomeado para os ofícios de partidor, distribuidor e contador por atos de 27 de outubro de 1.883, mas não tirou os títulos. Nos anos seguintes eles foram postos em concurso diversas vezes, sem que houvesse o preenchimento.

Em 17 de junho de 1.908 o Governo aceitou a desistência que fez **João Cândido da Silva Nogueira** da serventia vitalícia do ofício de partidor-contador e distribuidor do Termo do Machado. Não descobri em que data ocorrera sua nomeação.

Francisco Januário de Macedo foi provido no cargo por ato de 29 de outubro de 1.908. Conforme Homero Costa, era serventuário exemplar, tendo sido nos últimos anos prejudicado pela cegueira. Aqui permaneceu em exercício até 25 de outubro de 1.943, quando se removeu por permuta com **Raul de Carvalho Dias**, vindo de Campestre, que faleceu na ativa.

Decreto de 9 de novembro de 1.946 nomeou para o cargo **Prudêncio de Almeida Vilhena**, que se aposentou em 26 de abril de 1.983. Sucedeu-lhe o filho, **Franklin Vieira de Almeida Vilhena**, nomeado em caráter efetivo por ato que se publicou em 26 de novembro do mesmo ano. Permaneceu no cargo até seu término, em junho de 1.990, com a criação da Secretaria. Transferiu-se então para o de contador-tesoureiro, que só deixou por aposentadoria, em 15 de março de 1.996. Na mesma data, portaria do Juízo designou para ele Fada

Cristina Gonçalves Corsini da Silva. Ela permanecia na função no fim do século, subordinada à Secretaria, e exercendo também a de partidora. Não há mais distribuidor.

8 - **O Cartório de Registro de Imóveis**.

Chamava-se de início Registro Geral de Hipotecas, e funcionava anexo ao Segundo Ofício do Judicial e Notas.

Adolpho da Silva Guerra foi nomeado oficial por ato de 12 de julho de 1.890. Morreu em 25 de abril de 1.902. Decreto de 21 de novembro do mesmo ano designou para seu lugar **Theodoro Augusto de Almeida Brandão**, resignatário em 18 de março de 1.919.

Em 19 de agosto do mesmo ano nomeou-se **Manoel Brandão** para a Serventia. Sua desistência foi aceita em 24 de setembro de 1.937. Nessa data foi provido como oficial **João Westin Júnior**.

Segundo a lei 1.098, de 22/6/1.954, o Cartório do Registro de Imóveis passou a ser privativo. Com a desistência do 2º Ofício pelo titular, em 1.955, operou-se o desmembramento das serventias. Aquele continuou à frente do Registro de Imóveis até aposentar-se, em 18 de setembro de 1.957.

Ato de 23 de julho de 1.958 nomeou serventuário vitalício **José Barix**. Ele foi aposentado, a pedido, por ato de 6 de agosto de 1.997. Na mesma data designou-se seu filho **Stanley José Barix** oficial, até a concessão de delegação efetiva, por concurso. Estranhamente, em 29 do mesmo mês o Secretário da Justiça "*aceitou a desistência da aposentadoria*" de José Barix. Com isso ele voltou ao cargo, em que permaneceu até a morte, em 1º de outubro de 2.000. No dia seguinte, portaria do Juízo designou seu filho, acima referido, para responder interinamente pela Serventia.

9 - **O Cartório de Registro de Títulos e Documentos e de Registro Civil de Pessoas Jurídicas**.

Ato de 11 de setembro de 1.917 designou o 1º escrivão do judicial e notas, **Joaquim José dos Santos Silva**, oficial do Registro Especial do Termo do Machado. Esta era, ao que parece, a antiga denominação do Registro de Títulos e Documentos, que permaneceu anexo ao Cartório do 1º Ofício até a aposentadoria do titular, em 24/5/1.957. Desmembrou-se então dele, passando a constituir serventia autônoma, em obediência ao disposto no artigo 247, parágrafo 2º, da lei de organização judiciária (1.098, de 22/6/54).

Ato de 23 de julho de 1.958 nomeou serventuária vitalícia **Maria José Moreira Guerra**. Ela se afastou em 17 de março de 1.989,

por motivo de aposentadoria. Na mesma data portaria do Juízo nomeou oficial interina **Cláudia Coelho de Souza**, ainda em tal condição no término do milênio.

10 - **O Cartório de Registro de Protestos**.

Antigamente, todos os escrivães dos ofícios judiciais lavravam protestos. A lei de organização judiciária 1.098, de 22/6/1.954, dispôs que doravante haveria em cada comarca um oficial de registro de protestos. Seu artigo 247, parágrafo 2º, determinou que nas comarcas de 2ª e 3ª entrâncias as funções dele constituíssem cartório privativo.

Quando assumiu o Segundo Ofício, em dezembro de 1.955, **Luiz de Mello Campos** passou a exercer com exclusão dos colegas as funções de oficial de protestos. Desmembrada a sua Serventia, e como assim era então usual, um ano depois desistiu do Cartório de Registro de Protestos, vendendo-o a **Ronaldo Rúbens Ferreira da Silva**.

Este foi designado oficial interinamente, por prazo indeterminado, em 2 de janeiro de 1.967. Foi considerado estável em fevereiro de 1.978. Sua nomeação em caráter efetivo ocorreu por ato de 10 de agosto de 1.984. Permanecia no cargo até a conclusão deste estudo.

11 - **O Cartório de Registro Civil de Pessoas Físicas do Machado**.

Feliciano Constantino de Moraes é referido como escrivão de paz no Machado pelos almanaques de Assis Martins (1.870, 1.873 e 1.874) e Saturnino da Veiga (1.874 e 1.884). Ignoro quando foi nomeado. Deixou o cargo após tornar-se serventuário do 1º Ofício.

Conforme o "*Monitor Sul-Mineiro*" 748, em maio de 1.885 era aqui escrivão de paz **Francisco Bernardino Pereira**.

Na época da judicatura do Dr. Carlos C. Monteiro de Salles (1.895-1.896) foi escrivão de paz **Antônio Gomes Nogueira**.

Ocupou a Serventia a partir do início do século passado **Hermano de Morais**. Sua desistência dela foi aceita por ato de 2 de outubro de 1.928

Napoleão Augusto de Carvalho foi nomeado em 3 de dezembro de 1.928 para o cargo, no qual se aposentou em 17 de novembro de 1.959.

Sucedeu-lhe interinamente o filho **Francisco Rafael Swerts de Carvalho**, nomeado em caráter efetivo um ano depois. Ao aposentar-se, em 20 de outubro de 1.983, ele deixou no lugar a esposa **Laura Augusta Brigagão de Carvalho**.

Esta foi nomeada em caráter efetivo no dia 28 de agosto de 1.984, e aposentou-se em 16 de abril de 1.991. Ocupou-lhe o posto em caráter interino o filho, **Francisco José Brigagão de Carvalho**, depois titular por nomeação de 22 de fevereiro de 1.992.

13 - **O Cartório de Registro Civil de Pessoas Físicas do Douradinho**.

Entre 1.870 e 1.874 seu titular era **Joaquim Tavares Pereira**, conforme os almanaques de Assis Martins e Saturnino da Veiga. Desconheço quando foi nomeado.

Dez anos depois, segundo o "*Almanak Sul-Mineiro*", o escrivão de paz do Distrito era **José Joaquim Pereira**.

Em 1.891 ocupava a Serventia **Manuel Antônio da Silva**; em 1.896, **Antônio Luiz Caproni**.

Em 1.897 e 1.898 o posto estava sendo ocupado interinamente, de acordo com relatórios do juiz de direito.

Decreto de 12 de março de 1.920 aceitou a desistência do Ofício feita por **Antônio Luiz Caproni**. Ignoro quando voltara ao cargo.

Justiniano Ferreira Leite foi nomeado por ato de 13 de julho de 1.920. Entrou em licença no dia 4 de março de 1.922, e parece que não voltou ao cargo, já que em 25 de julho seguinte para ele foi designado **João Ferreira da Fonseca**. A desistência deste foi aceita em decreto de 4 de janeiro de 1.924.

Sucedeu-lhe no mesmo mês **João de Deus e Oliveira**, que permaneceu em exercício até junho de 1.932. Em agosto seguinte o Cartório passou a **Antônio Flávio de Morais Sobrinho**, que nele se manteve até janeiro de 1.947.

Sebastião Tavares Correia empossou-se no cargo, interinamente, em 1º de fevereiro do mesmo ano. Tornou-se estável em 1.969, e foi aposentado por ato de 27 de dezembro de 1.978.

No dia seguinte foi designada escrivã interina **Nilcéia Tavares Leal**. Ela se exonerou em 14 de outubro de 1.983. Na mesma data tomou posse o sucessor, também não efetivo, **Benedito Geraldo Maciel**, que continuava no cargo no fim do milênio.

14 - **O Cartório Eleitoral**.

A Justiça Eleitoral no Brasil foi instituída em 1.932.

Conforme o artigo 33 da lei 4.737/65, nas zonas onde houver mais de uma serventia de justiça, o juiz indicará a que deve ter o anexo da escrivania eleitoral, pelo prazo de dois anos. Assim, os titulares dos demais cartórios revezam-se em responder por este.

Após a criação da Secretaria do Juízo, em 1.990, só à sua titular tem cabido o encargo.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Secretaria da Justiça e de Direitos Humanos de Minas Gerais - fichas da Superintendência do Pessoal da Justiça;
2 - Arquivo do Cartório de Registro Civil de Pessoas Físicas do Douradinho - livros diversos de registro de nascimento e de casamento;
3 - Arquivo do Fórum da Comarca de Machado - livros ns. 1, 2, 3 e 4 de termos de juramento, posse e exercício de funcionários;
4 - Arquivo do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - fichas do Departamento de Pessoal de Primeira Instância;
5 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 1.141: "Matrícula dos Ofícios de Justiça - 1882/1898" - págs. 92v. e 93;
6 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria do Interior - códice 63: "Livro de registro de títulos de nomeações e provimentos de funcionários da administração da Justiça - 1911/1918";
7 - "Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes - 1909" - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.909, págs. 14/15;
8 - "Folha Machadense" ns. 1119 - 31/8/1.996 - pág. 2;
1146 - 15/3/1.997 - págs. 1 e 5;
1330 - 21/10/2.000 - pág. 13;
9 - informações pessoais de Benedito Geraldo Maciel, Francisco José Brigagão de Carvalho, Lucy da Costa Leite, Luiz de Mello Campos e Rômulo Sólia Rosa;
10 - Livro da Lei Mineira - 1.889 - tomo LVI, parte 1ª, folha 10;
11 - "Machado-Jornal" nº 16 - 14/4/1.928 - págs. 14 e 16;
12 - "Minas-Gerais" de 24/9/1.894 - pág. 3;
7/4/1.896 - págs. 2 e 3;
24/3/1.897 - págs. 2 e 3;
10/7/1.897 - pág. 1;
28/1/1.898 - pág. 2;
6/4/1.898 - pág. 4;
14/11/1.900 - pág. 1;
11/12/1.900 - pág. 1;

26/7/1.902 - pág. 1;
12/8/1.902 - pág. 1;
22/11/1.902 - pág. 1;
2/4/1.905 - pág. 1;
18/6/1.908 - pág. 1;
4/11/1.908 - pág. 1;
2/7/1.911 - pág. 3;
19/1/1.916 - pág. 1;
10/5/1.916 - pág. 6;
20/9/1.916 - pág. 3;
20/12/1.916 - pág. 1;
12/9/1.917 - pág. 1;
19/3/1.919 - pág. 1;
13/8/1.919 - pág. 1;
20/8/1.919 - pág. 1;
13/3/1.920 - pág. 1;
14/7/1.920 - pág. 2;
26/7/1.922 - pág. 1;
5/1/1.924 - pág. 1;
3/10/1.928 - pág. 4;
3 e 4/12/1.928 - pág. 1;
17/9/1.930 - pág. 1;
18/4/1.931 - pág. 5;
25/9/1.937 - pág. 2;
3/5/1.939 - pág. 2;
7/5/1.939 - pág. 4;
9/11/1.946 - pág. 2;
14/3/1.947 - pág. 3;
30/12/1.955 - pág. 2;
19/9/1.957 - pág. 2;
25/9/1.957 - pág. 1;
24/7/1.958 - pág. 1;
18/5/1.960 - pág. 1;
29/8/1.962 - pág. 1;
7/8/1.997 - anexo;
8/8/1.997 - pág. 5;
29/8/1.997 - pág. 14;

13 - “Monitor Sul-Mineiro” ns. 661 - 14/11/1.883 - pág. 2;
662 - 20/11/1.883 - pág. 2;
748 - 17/5/1.885 - pág. 4;
808 - 11/7/1.886 - pág. 3;
1019 - 27/7/1.890 - pág. 3;
542 - 15/11/1.908 - pág. 1;
678 - 9/7/1.911 - pág. 2.

B - **secundárias**

1 - Antônio de Assis Martins - “Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas-Geraes do anno de 1869 para servir no de 1870” - Typographia do “Diario do Rio de Janeiro” - Rio de Janeiro, 1.870, pág. 330;

2 - Antônio de Assis Martins - “Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas-Geraes do anno de 1872 para servir no de 1873” - Typographia do “Echo de Minas” - Ouro Preto, 1.873, pág. 460;

3 - Antônio de Assis Martins - “Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas-Geraes do anno de 1874 para servir no de 1875” - Typographia de J. F. de Paula Castro - Ouro Preto, 1.874, págs. 517 e 521;

4 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanach Sul-Mineiro para 1874” - Typographia do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.874, págs. 146 e 164;

5 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanak Sul-Mineiro para 1884” - Typographia do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.884, págs. 233, 234 e 244;

6 - Carlos Legnani - “Histórias da Nossa História”, cap. IV - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 4, págs. 3 e 4;

7 - Homero Costa - “Contribuição à História de Machado” - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, pág. 28;

8 - Manoel Francisco Pinto Pereira - “O Sul de Minas - Almanach moderno, de propaganda e estatística dos Municípios Sul-Mineiros” - Centro Sul Mineiro de Propaganda e Estatística - Villa S. Ferraz - Estabelecimento Graphico Casa Mayença, Cruzeiro, SP - fascículo 2º, pág. 21;

9 - Paulo de Faro Fleury - “Refutação ás invectivas calumniosas atiradas contra o Juiz de Direito” - Typ. Commercio - G. Corrêa de Toledo - Alfenas, 1.909, pág. 50.

****

OS CARTÓRIOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

1 - O Cartório de Órfãos.
2 - O Cartório do Primeiro Ofício.
3 - O Cartório do Segundo Ofício.
4 - O Cartório do Terceiro Ofício.
5 - O Cartório Criminal.
6 - A Secretaria do Juízo.
7 - O Cartório do Partidor, Contador e Distribuidor.
8 - O Cartório de Registro de Imóveis.
9 - O Cartório de Registro de Títulos e Documentos e de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
10 - O Cartório de Registro de Protestos.
11 - O Cartório de Registro Civil de Pessoas Físicas do Machado.
12 - O Cartório de Registro Civil de Pessoas Físicas do Douradinho.
13 - O Cartório Eleitoral.

****

1 - **O Cartório de Órfãos**.

José Joaquim dos Santos Silva foi nomeado escrivão de órfãos em 25 de outubro de 1.883, mas só tomou posse no dia 24 de abril seguinte. Obteve várias licenças, como a de 26/3/1.897, por um ano, para alistar-se nos batalhões formados em defesa da República. Conforme o "*Minas-Geraes*" de 28/1/1.898, com seu provimento no Primeiro Ofício do Judicial e Notas, em 22 daquele mês, ficou

> *"ex-vi do art. 4º, com disposições transitorias da lei n. 18, extincto o officio de orphãos"*.

Observo, porém, que em relatório de 1.894 o juiz de

direito da Comarca afirmou continuar sem decisão a renúncia do escrivão de órfãos, a que já aludira no ano anterior. Ignoro o que realmente ocorreu.

2 - **O Cartório do Primeiro Ofício**.

Feliciano Constantino de Moraes, antes escrivão de paz, abre a lista dos titulares desta Serventia. Nomeado em 27 de outubro de 1.883, recebeu título no dia 26 de janeiro seguinte. Em 1.896 e 1.897, já cansado, velho e doente, conforme relatório do juiz de direito, esteve em gozo de sucessivas licenças. Sua desistência foi aceita por ato de 8 de julho de 1.897. Voltarei a falar dele em capítulo referente à música. Carlos Legnani fez-lhe grande elogio, ressaltando seu espírito liberal, lhano e hospitaleiro, que "*granjeou a amizade e a veneração de quantos o conheceram*".

Nomeado em 22 de janeiro de 1.898, **José Joaquim dos Santos Silva**, ex-escrivão de órfãos, entrou em exercício no dia 22 de abril do mesmo ano. A lei estadual 491, de 9/9/1.909, autorizou o Executivo a conceder-lhe licença de dois anos, em prorrogação, para tratamento de saúde.

Por decreto de 1º de julho de 1.911 foi provido na Escrivania **Joaquim José dos Santos Silva** (Beleleco), filho do antecessor, que se aposentou em 24 de maio de 1.957. Com a sua saída, desmembrou-se do Cartório o registro de títulos e documentos.

Waldemar Swerts de Carvalho foi nomeado serventuário vitalício em 23 de julho de 1.958. Vendeu o Cartório ao sucessor (como então se usava fazer), e sua desistência dele foi aceita por ato de 24 de março de 1.962.

Ernesto Mariano Leite obteve nomeação em 28 de agosto de 1.962. Aposentou-se em 15 de dezembro de 1.983. Sucedeu-lhe a esposa, **Lucy da Costa Leite**, nomeada em caráter efetivo no dia 6 de junho de 1.984.

A Secretaria, instalada em junho de 1.990, absorveu a parte judicial do Cartório, que ficou só com o tabelionato. Desdobrado o cargo da titular, ela se aposentou como escrivã judicial II em julho de 1.992 (após ficar dois anos em disponibilidade remunerada), mantendo a função de tabeliã. Desta se exonerou em novembro de 1.994. Seu filho, **Carlos Kennedy da Costa Leite**, tornou-se tabelião efetivo no mês seguinte, e continuava no cargo no fim do século.

3 - **O Cartório do Segundo Ofício**.

Seu primeiro serventuário vitalício foi **Adolpho da Silva Guerra**, nomeado em 27 de outubro de 1.883 e titulado em 26 de janeiro

seguinte. Faleceu no dia 25 de abril de 1.902. Dele e de Feliciano Moraes disse o "*Machado-Jornal*" terem sido

> *"dois philantropos honestos e despretenciosos, que no seu tempo foram aqui o exemplo vivo da mais bella das virtudes christans, a caridade, porquanto, vivendo só para o bem, apesar de não serem dotados de grandes haveres, sempre souberam repartir do seu pouco com os desprotegidos da sorte".*

Por decreto de 11 de agosto de 1.902 foi provido no cargo **Theodoro Augusto de Almeida Brandão**. Sua desistência foi aceita pelo Executivo em 18 de março de 1.919.

Ato de 12 de agosto do mesmo ano investiu na Serventia **Manoel Brandão**, filho do antecessor. Ele a chefiou até 24 de setembro de 1.937, quando foi acolhida sua resignação. Na mesma data nomeou-se para suceder-lhe **João Westin Júnior**. A desistência deste do cargo foi aceita por ato de 11 de agosto de 1.955. Com sua saída, desmembrou-se do Cartório o registro de imóveis, do qual ele continuou titular.

Luiz de Mello Campos foi nomeado escrivão interino em 16 de agosto de 1.955, e efetivo em 29 de dezembro seguinte. Aposentou-se em 4 de janeiro de 1.984. Em tal data sua esposa **Marylda Vieira Campos** ocupou o posto interinamente, efetivando-se em 11 de agosto do mesmo ano.

Instalada a Secretaria, ela se exonerou do cargo de tabeliã em 28 de setembro de 1.990. No mesmo dia foi nomeado para ele seu filho, **Marco Antônio Vieira Campos**, que ainda o ocupava no término do milênio. Marylda aposentou-se como escrivã judicial II em julho de 1.992, após ficar dois anos em disponibilidade remunerada.

4 - **<u>O Cartório do Terceiro Ofício</u>**.

Criado várias décadas depois que os demais, teve inicialmente como titular **Osimo Castro**, nomeado em 13 de março de 1.947. Ele se aposentou em 24 de setembro de 1.957.

Por ato de 23 de julho de 1.958 foi provido na Serventia **Osimo Castro Filho**. Instalada a Secretaria do Juízo em junho de 1.990, como já visto, ele a assumiu. Manteve o cargo de tabelião até 28 de setembro seguinte, quando se exonerou. Na mesma data foi nomeado titular dele seu filho, **Osimo Costa Castro**, ainda em exercício ao concluir-se este trabalho.

5 - **O Cartório Criminal**.

Feliciano Constantino de Moraes era escrivão interino do júri em 1.889, como se vê pela resolução estadual 3.736, de 16 de agosto daquele ano. Foi exonerado pelo juiz de direito em 1.895.

Decreto de 13 de novembro de 1.900 nomeou **Flávio Moraes** escrivão privativo dos processos e execuções criminais. Foi declarado sem efeito em 10 de dezembro seguinte, data em que se alçou ao cargo **Christóvão Augusto de Lima**. Este não entrou em exercício no prazo legal.

Por ato de 24 de julho de 1.902 nomeou-se para a Serventia **Benício Luiz de Carvalho**. Não sei quando saiu.

Decreto de 18 de janeiro de 1.916 (repetido, por razão que ignoro, em 9 de maio seguinte) designou escrivão **Affonso Bressane de Araújo**. Ele pouco permaneceu no Ofício, tendo a desistência aceita por ato de 19 de setembro do mesmo ano.

Nomeou-se **Osimo Castro** escrivão privativo dos processos e execuções criminais por ato de 19 de dezembro de 1.916. Foi exonerado, a pedido, em 16 de setembro de 1.930.

Em 17 de abril de 1.931 designou-se para a Serventia **Lauro Alvarenga**. Sua desistência foi aceita por decreto de 2 de maio de 1.939. Quatro dias depois foi provido no cargo **Augusto Tavares Pais** (Tinho), que permaneceu nele até aposentar-se, em 13 de março de 1.959.

Ato de 17 de maio de 1.960 nomeou **Rômulo Sólia Rosa** serventuário vitalício da Escrivania do Crime.

Anexada a esta a Comarca de Poço Fundo, em 8 de maio de 1.971 foi transferido para cá o titular **Josino de Oliveira**, para exercer as mesmas funções como segundo escrivão do crime. Até aposentar-se, em 10 de dezembro de 1.973, ele trabalhou aqui, em conjunto com o titular local, cuidando apenas dos processos poço-fundenses.

Rômulo Sólia Rosa aposentou-se em 14 de agosto de 1.985. Dois dias depois, seu genro **Odair Cornélio da Silva** foi designado para substituí-lo interinamente, e o fez até a extinção da Serventia, em 1.990. Esta, que tinha os anexos de menores, execuções fiscais e acidentes do trabalho, passou depois a ser extra-oficialmente referida apenas como "*Cartório do Judicial*".

6 - **A Secretaria do Juízo**.

A Secretaria foi criada e instalada por ato do Juízo de

25 de junho de 1.990, com base na lei estadual 9.776/89 e na resolução 142/89 do Tribunal de Justiça. Ele extinguiu a parte judicial dos Cartórios do 1º, 2º e 3º Ofícios (que ficaram só com o tabelionato), bem como o Cartório Criminal (com os anexos de menores, execuções fiscais e acidentes do trabalho). Estabeleceu o quadro de funcionários da nova repartição: um escrivão para chefiá-la e quatro escreventes. Estes foram nomeados no mesmo dia: Carlos Kennedy da Costa Leite, Euclides Vieira de Vilhena, Judith Maria Rosa Magalhães e Odair Cornélio da Silva.

Os três titulares das serventias extintas tiveram suas opções deferidas pelo Tribunal, mas como só um podia ocupar o cargo de escrivão judicial II, designou-se para ele **Osimo Castro Filho**, empossado em seguida. As remanescentes foram postas em disponibilidade remunerada. Aquele se afastou em 28 de dezembro de 1.992, ao protocolar pedido de aposentadoria.

Odair Cornélio da Silva assumiu o posto em 4 de janeiro seguinte. Em agosto de 1.996 foi afastado preventivamente, por força da abertura de sindicância pela prática de crimes de corrupção. Comprovados, foi demitido por ato de 6 de março de 1.997. Desde então a Secretaria ficou sob a responsabilidade da escrivã **Seila de Oliveira Vasconcellos**.

7 - **<u>O Cartório do Partidor, Contador e Distribuidor</u>**.

Antônio Joaquim de Araújo Macedo foi nomeado para os ofícios de partidor, distribuidor e contador por atos de 27 de outubro de 1.883, mas não tirou os títulos. Nos anos seguintes eles foram postos em concurso diversas vezes, sem que houvesse o preenchimento.

Em 17 de junho de 1.908 o Governo aceitou a desistência que fez **João Cândido da Silva Nogueira** da serventia vitalícia do ofício de partidor-contador e distribuidor do Termo do Machado. Não descobri em que data ocorrera sua nomeação.

Francisco Januário de Macedo foi provido no cargo por ato de 29 de outubro de 1.908. Conforme Homero Costa, era serventuário exemplar, tendo sido nos últimos anos prejudicado pela cegueira. Aqui permaneceu em exercício até 25 de outubro de 1.943, quando se removeu por permuta com **Raul de Carvalho Dias**, vindo de Campestre, que faleceu na ativa.

Decreto de 9 de novembro de 1.946 nomeou para o cargo **Prudêncio de Almeida Vilhena**, que se aposentou em 26 de abril de 1.983. Sucedeu-lhe o filho, **Franklin Vieira de Almeida Vilhena**, nomeado em caráter efetivo por ato que se publicou em 26 de novembro do mesmo ano. Permaneceu no cargo até seu término, em junho de 1.990, com a criação da Secretaria. Transferiu-se então para o de contador-tesoureiro, que só deixou por aposentadoria, em 15 de março de 1.996. Na mesma data, portaria do Juízo designou para ele Fada

Cristina Gonçalves Corsini da Silva. Ela permanecia na função no fim do século, subordinada à Secretaria, e exercendo também a de partidora. Não há mais distribuidor.

8 - **O Cartório de Registro de Imóveis**.

Chamava-se de início Registro Geral de Hipotecas, e funcionava anexo ao Segundo Ofício do Judicial e Notas.

Adolpho da Silva Guerra foi nomeado oficial por ato de 12 de julho de 1.890. Morreu em 25 de abril de 1.902. Decreto de 21 de novembro do mesmo ano designou para seu lugar **Theodoro Augusto de Almeida Brandão**, resignatário em 18 de março de 1.919.

Em 19 de agosto do mesmo ano nomeou-se **Manoel Brandão** para a Serventia. Sua desistência foi aceita em 24 de setembro de 1.937. Nessa data foi provido como oficial **João Westin Júnior**.

Segundo a lei 1.098, de 22/6/1.954, o Cartório do Registro de Imóveis passou a ser privativo. Com a desistência do 2º Ofício pelo titular, em 1.955, operou-se o desmembramento das serventias. Aquele continuou à frente do Registro de Imóveis até aposentar-se, em 18 de setembro de 1.957.

Ato de 23 de julho de 1.958 nomeou serventuário vitalício **José Barix**. Ele foi aposentado, a pedido, por ato de 6 de agosto de 1.997. Na mesma data designou-se seu filho **Stanley José Barix** oficial, até a concessão de delegação efetiva, por concurso. Estranhamente, em 29 do mesmo mês o Secretário da Justiça "*aceitou a desistência da aposentadoria*" de José Barix. Com isso ele voltou ao cargo, em que permaneceu até a morte, em 1º de outubro de 2.000. No dia seguinte, portaria do Juízo designou seu filho, acima referido, para responder interinamente pela Serventia.

9 - **O Cartório de Registro de Títulos e Documentos e de Registro Civil de Pessoas Jurídicas**.

Ato de 11 de setembro de 1.917 designou o 1º escrivão do judicial e notas, **Joaquim José dos Santos Silva**, oficial do Registro Especial do Termo do Machado. Esta era, ao que parece, a antiga denominação do Registro de Títulos e Documentos, que permaneceu anexo ao Cartório do 1º Ofício até a aposentadoria do titular, em 24/5/1.957. Desmembrou-se então dele, passando a constituir serventia autônoma, em obediência ao disposto no artigo 247, parágrafo 2º, da lei de organização judiciária (1.098, de 22/6/54).

Ato de 23 de julho de 1.958 nomeou serventuária vitalícia **Maria José Moreira Guerra**. Ela se afastou em 17 de março de 1.989,

por motivo de aposentadoria. Na mesma data portaria do Juízo nomeou oficial interina **Cláudia Coelho de Souza**, ainda em tal condição no término do milênio.

10 - **O Cartório de Registro de Protestos**.

Antigamente, todos os escrivães dos ofícios judiciais lavravam protestos. A lei de organização judiciária 1.098, de 22/6/1.954, dispôs que doravante haveria em cada comarca um oficial de registro de protestos. Seu artigo 247, parágrafo 2º, determinou que nas comarcas de 2ª e 3ª entrâncias as funções dele constituíssem cartório privativo.

Quando assumiu o Segundo Ofício, em dezembro de 1.955, **Luiz de Mello Campos** passou a exercer com exclusão dos colegas as funções de oficial de protestos. Desmembrada a sua Serventia, e como assim era então usual, um ano depois desistiu do Cartório de Registro de Protestos, vendendo-o a **Ronaldo Rúbens Ferreira da Silva**.

Este foi designado oficial interinamente, por prazo indeterminado, em 2 de janeiro de 1.967. Foi considerado estável em fevereiro de 1.978. Sua nomeação em caráter efetivo ocorreu por ato de 10 de agosto de 1.984. Permanecia no cargo até a conclusão deste estudo.

11 - **O Cartório de Registro Civil de Pessoas Físicas do Machado**.

Feliciano Constantino de Moraes é referido como escrivão de paz no Machado pelos almanaques de Assis Martins (1.870, 1.873 e 1.874) e Saturnino da Veiga (1.874 e 1.884). Ignoro quando foi nomeado. Deixou o cargo após tornar-se serventuário do 1º Ofício.

Conforme o "*Monitor Sul-Mineiro*" 748, em maio de 1.885 era aqui escrivão de paz **Francisco Bernardino Pereira**.

Na época da judicatura do Dr. Carlos C. Monteiro de Salles (1.895-1.896) foi escrivão de paz **Antônio Gomes Nogueira**.

Ocupou a Serventia a partir do início do século passado **Hermano de Morais**. Sua desistência dela foi aceita por ato de 2 de outubro de 1.928

Napoleão Augusto de Carvalho foi nomeado em 3 de dezembro de 1.928 para o cargo, no qual se aposentou em 17 de novembro de 1.959.

Sucedeu-lhe interinamente o filho **Francisco Rafael Swerts de Carvalho**, nomeado em caráter efetivo um ano depois. Ao aposentar-se, em 20 de outubro de 1.983, ele deixou no lugar a esposa **Laura Augusta**

Brigagão de Carvalho.

Esta foi nomeada em caráter efetivo no dia 28 de agosto de 1.984, e aposentou-se em 16 de abril de 1.991. Ocupou-lhe o posto em caráter interino o filho, **Francisco José Brigagão de Carvalho**, depois titular por nomeação de 22 de fevereiro de 1.992.

13 - **O Cartório de Registro Civil de Pessoas Físicas do Douradinho**.

Entre 1.870 e 1.874 seu titular era **Joaquim Tavares Pereira**, conforme os almanaques de Assis Martins e Saturnino da Veiga. Desconheço quando foi nomeado.

Dez anos depois, segundo o "*Almanak Sul-Mineiro*", o escrivão de paz do Distrito era **José Joaquim Pereira**.

Em 1.891 ocupava a Serventia **Manuel Antônio da Silva**; em 1.896, **Antônio Luiz Caproni**.

Em 1.897 e 1.898 o posto estava sendo ocupado interinamente, de acordo com relatórios do juiz de direito.

Decreto de 12 de março de 1.920 aceitou a desistência do Ofício feita por **Antônio Luiz Caproni**. Ignoro quando voltara ao cargo.

Justiniano Ferreira Leite foi nomeado por ato de 13 de julho de 1.920. Entrou em licença no dia 4 de março de 1.922, e parece que não voltou ao cargo, já que em 25 de julho seguinte para ele foi designado **João Ferreira da Fonseca**. A desistência deste foi aceita em decreto de 4 de janeiro de 1.924.

Sucedeu-lhe no mesmo mês **João de Deus e Oliveira**, que permaneceu em exercício até junho de 1.932. Em agosto seguinte o Cartório passou a **Antônio Flávio de Morais Sobrinho**, que nele se manteve até janeiro de 1.947.

Sebastião Tavares Correia empossou-se no cargo, interinamente, em 1º de fevereiro do mesmo ano. Tornou-se estável em 1.969, e foi aposentado por ato de 27 de dezembro de 1.978.

No dia seguinte foi designada escrivã interina **Nilcéia Tavares Leal**. Ela se exonerou em 14 de outubro de 1.983. Na mesma data tomou posse o sucessor, também não efetivo, **Benedito Geraldo Maciel**, que continuava no cargo no fim do milênio.

14 - **O Cartório Eleitoral**.

A Justiça Eleitoral no Brasil foi instituída em 1.932. Conforme o artigo 33 da lei 4.737/65, nas zonas onde houver mais de uma serventia de justiça, o juiz indicará a que deve ter o anexo da escrivania eleitoral, pelo prazo de dois anos. Assim, os titulares dos demais cartórios revezam-se em responder por este.

Após a criação da Secretaria do Juízo, em 1.990, só à sua titular tem cabido o encargo.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Secretaria da Justiça e de Direitos Humanos de Minas Gerais - fichas da Superintendência do Pessoal da Justiça;
2 - Arquivo do Cartório de Registro Civil de Pessoas Físicas do Douradinho - livros diversos de registro de nascimento e de casamento;
3 - Arquivo do Fórum da Comarca de Machado - livros ns. 1, 2, 3 e 4 de termos de juramento, posse e exercício de funcionários;
4 - Arquivo do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - fichas do Departamento de Pessoal de Primeira Instância;
5 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 1.141: "Matrícula dos Ofícios de Justiça - 1882/1898" - págs. 92v. e 93;
6 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria do Interior - códice 63: "Livro de registro de títulos de nomeações e provimentos de funcionários da administração da Justiça - 1911/1918";
7 - "Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes - 1909" - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.909, págs. 14/15;
8 - "Folha Machadense" ns. 1119 - 31/8/1.996 - pág. 2;
1146 - 15/3/1.997 - págs. 1 e 5;
1330 - 21/10/2.000 - pág. 13;
9 - informações pessoais de Benedito Geraldo Maciel, Francisco José Brigagão de Carvalho, Lucy da Costa Leite, Luiz de Mello Campos e Rômulo Sólia Rosa;
10 - Livro da Lei Mineira - 1.889 - tomo LVI, parte 1ª, folha 10;
11 - "Machado-Jornal" nº 16 - 14/4/1.928 - págs. 14 e 16;
12 - "Minas-Gerais" de 24/9/1.894 - pág. 3;
7/4/1.896 - págs. 2 e 3;
24/3/1.897 - págs. 2 e 3;
10/7/1.897 - pág. 1;
28/1/1.898 - pág. 2;

6/4/1.898 - pág. 4;
14/11/1.900 - pág. 1;
11/12/1.900 - pág. 1;
26/7/1.902 - pág. 1;
12/8/1.902 - pág. 1;
22/11/1.902 - pág. 1;
2/4/1.905 - pág. 1;
18/6/1.908 - pág. 1;
4/11/1.908 - pág. 1;
2/7/1.911 - pág. 3;
19/1/1.916 - pág. 1;
10/5/1.916 - pág. 6;
20/9/1.916 - pág. 3;
20/12/1.916 - pág. 1;
12/9/1.917 - pág. 1;
19/3/1.919 - pág. 1;
13/8/1.919 - pág. 1;
20/8/1.919 - pág. 1;
13/3/1.920 - pág. 1;
14/7/1.920 - pág. 2;
26/7/1.922 - pág. 1;
5/1/1.924 - pág. 1;
3/10/1.928 - pág. 4;
3 e 4/12/1.928 - pág. 1;
17/9/1.930 - pág. 1;
18/4/1.931 - pág. 5;
25/9/1.937 - pág. 2;
3/5/1.939 - pág. 2;
7/5/1.939 - pág. 4;
9/11/1.946 - pág. 2;
14/3/1.947 - pág. 3;
30/12/1.955 - pág. 2;
19/9/1.957 - pág. 2;
25/9/1.957 - pág. 1;
24/7/1.958 - pág. 1;
18/5/1.960 - pág. 1;
29/8/1.962 - pág. 1;
7/8/1.997 - anexo;
8/8/1.997 - pág. 5;
29/8/1.997 - pág. 14;

13 - “Monitor Sul-Mineiro” ns. 661 - 14/11/1.883 - pág. 2;
662 - 20/11/1.883 - pág. 2;
748 - 17/5/1.885 - pág. 4;
808 - 11/7/1.886 - pág. 3;
1019 - 27/7/1.890 - pág. 3;
542 - 15/11/1.908 - pág. 1;

B - **secundárias**

1 - Antônio de Assis Martins - “Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas-Geraes do anno de 1869 para servir no de 1870” - Typographia do “Diario do Rio de Janeiro” - Rio de Janeiro, 1.870, pág. 330;
2 - Antônio de Assis Martins - “Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas-Geraes do anno de 1872 para servir no de 1873” - Typographia do “Echo de Minas” - Ouro Preto, 1.873, pág. 460;
3 - Antônio de Assis Martins - “Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas-Geraes do anno de 1874 para servir no de 1875” - Typographia de J. F. de Paula Castro - Ouro Preto, 1.874, págs. 517 e 521;
4 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanach Sul-Mineiro para 1874” - Typographia do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.874, págs. 146 e 164;
5 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanak Sul-Mineiro para 1884” - Typographia do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.884, págs. 233, 234 e 244;
6 - Carlos Legnani - “Histórias da Nossa História”, cap. IV - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 4, págs. 3 e 4;
7 - Homero Costa - “Contribuição à História de Machado” - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, pág. 28;
8 - Manoel Francisco Pinto Pereira - “O Sul de Minas - Almanach moderno, de propaganda e estatística dos Municípios Sul-Mineiros” - Centro Sul Mineiro de Propaganda e Estatística - Villa S. Ferraz - Estabelecimento Graphico Casa Mayença, Cruzeiro, SP - fascículo 2º, pág. 21;
9 - Paulo de Faro Fleury - “Refutação ás invectivas calumniosas atiradas contra o Juiz de Direito” - Typ. Commercio - G. Corrêa de Toledo - Alfenas, 1.909, pág. 50.

****

OS AUXILIARES DA JUSTIÇA

1 - Oficiais de justiça.
2 - Avaliadores.
3 - Depositários públicos.
4 - Comissários de menores.
5 - Porteiros e zeladores.
6 - Preparadores eleitorais.

****

1 - **Oficiais de justiça**.

Conforme o "*Almanach Sul-Mineiro*", em 1.874 eram oficiais de justiça no Machado **João Baptista dos Santos** e **João Damasceno Penha**. Em Douradinho, na mesma época, serviam **Antônio Joaquim da Silva, Joaquim Manoel da Luz, José Bartholomeu Moraes** e **Vicente Pereira da Silva**.

Dez anos depois, Saturnino da Veiga indicou como meirinhos na Cidade ainda João Baptista dos Santos e **José Alves Ferreira**. O último continuava no exercício em 1.890, quando o Conselho de Intendência lhe autorizou o pagamento de custas, e a seu colega **José Luiz da Boa Morte**.

Em relatório de fevereiro de 1.897 o juiz de direito queixou-se de que, havia muitos meses, apenas um oficial de justiça servia a ele e ao juiz substituto, com grande prejuízo para o serviço. Esclareceu ter nomeado outro, que porém solicitara demissão poucos dias depois.

Em 1.914 eram aqui meirinhos, conforme o almanaque "*O Sul de Minas*" e o jornal "*Cidade do Machado*", **José Gregório dos Santos** e **Gabriel Augusto de Lima**.

Entre 1.918 e 1.920 foram nomeados ou renomeados, através de portarias do Juízo, Gabriel Augusto de Lima, **Antônio de Paula Ferreira, João Bernardes Filho, Augusto Cândido de Oliveira** e **José Pereira da Silva**.

Ato do interventor estadual de 29/1/1.946 exonerou, a pedido, Antônio de Paula Ferreira. Há, contudo, em ficha do Departamento de Pessoal do Tribunal de Justiça, anotação de que ele se aposentou em 10/6/1.949. Ignoro o que realmente ocorreu. **Francisco Samuel de Ávila** foi nomeado para o cargo por decreto de 3/3/1.947.

Em 11/6/1.949 o cargo de porteiro-zelador, ocupado por **Jorge José Lopes**, foi transformado no de oficial de justiça. Ele continuava em exercício na década de cinqüenta.

Hélio Terroso, o futebolista "Esquerdinha", obteve nomeação em 27/11/1.959, e morreu no cargo em 22/9/1.974. **Maércio Batista Nery** e **Sílvio Marino de Oliveira**, designados interinamente, tomaram posse em 2/5/1.963. Ambos tornaram-se efetivos em outubro de 1.968. O primeiro foi exonerado, a pedido, em março de 1.970; o segundo aposentou-se em dezembro de 1.983.

José Haílton Dias exerceu o cargo interinamente por alguns meses, a partir de outubro de 1.974. **Francisco Roberto da Silva** ocupou-o na mesma situação, de fevereiro de 1.979 a fevereiro de 1.985, quando se exonerou. **Hélio Nílton Rodrigues Magalhães** assumiu o cargo em dezembro de 1.983, e nele ainda se mantinha no fim do milênio. **Nélson de Carvalho** foi meirinho interino de fevereiro de 1.985 a outubro de 1.986, e de dezembro de 1.988 a dezembro de 1.989. **Rafael Natal de Souza** ingressou na carreira em outubro de 1.986, e exonerou-se em dezembro de 1.988.

Por pouco tempo, após a criação da Secretaria em 1.990, foram oficiais de justiça **Fada Cristina Gonçalves Corsini da Silva** e **João Alberto da Costa Leite**.

Aryovaldo Magalhães D'Andréa, empossado em junho de 1.990, afastou-se em junho de 1.991 e retornou dois meses depois. **Carlos Roberto Campos** assumiu o cargo, em caráter efetivo, no dia 1º de fevereiro de 1.994.

2 - **Avaliadores**.

Atos de 16/4/1.913 nomearam **José Paulino da Costa** e **Godofredo de Araújo Dias** avaliadores de bens em execuções e inventários. O último foi exonerado, a pedido, em 9/3/1.915. Na mesma data designou-se para seu lugar **Júlio Verne Pereira**. A exoneração deste, ocorrida em 11/9/1.917, foi declarada sem efeito no dia 2 de outubro seguinte.

Em 24/4/1.917 foi nomeado avaliador **Walfrido Pimentel**. Decreto de 3/6/1.919 alçou ao posto **Christino Symphrônio dos Reis**. Ambos continuavam em exercício no ano de 1.928.

O Secretário das Finanças, em 13/3/1.933, exonerou Walfrido Pimentel e nomeou **Antônio Moreira de Souza Guerra** avaliador da Fazenda no Termo do Machado.

Em 22/3/1.941 **Herculano Pereira** foi nomeado avaliador judicial.

Sílvio Marino de Oliveira obteve designação para o posto em 23/8/1.950. Nele se empossou interinamente em 14/10/1.963 **Ivan Vieira de Mattos**. Na mesma condição o fizeram **João Alberto da Costa Leite** em 7/3/1.980, e **José Miguel de Oliveira** em 2/8/1.982.

Após a criação da Secretaria, em 1.990, todo oficial de justiça passou a trabalhar também como avaliador.

3 - **Depositários públicos**.

Pedro de Araújo Macedo foi nomeado para o cargo em 26/1/1.900. Ignoro até quando permaneceu nele.

Por ato de 28/3/1.912 o ofício coube a **Alberto Cândido de Barros**.

Em 29/9/1.925 nele se proveu **Francisco Lázaro Pereira**. Sua nomeação, contudo, foi declarada sem efeito em 9 do mês seguinte.

Decreto de 20/10/1.925 alçou ao posto **Octávio Augusto de Souza Westin**. Sua desistência dele foi aceita por decreto de 24/8/1.928.

Em 28 de junho de 1.934 foi provido no cargo **André Vieira Guerra**.

Prudêncio de Almeida Vilhena ocupou o posto interinamente a partir de fevereiro de 1.967. Seu filho **Franklin Vieira de Almeida Vilhena** também o fez, a partir de abril de 1.983.

Não mais existe o cargo em exame.

4 - **Comissários de menores**.

Em 1.957 foram nomeados **Antenor de Holanda**

Cavalcanti, Manoel Mendes e **Napoleão Augusto de Carvalho.**

Na década de sessenta designaram-se para a função **Jorge José Lopes** e **Hélio Terroso** (em 1.961); **Eduardo Santos** (em 1.962); **Sílvio Marino de Oliveira, Deocleciano Ramos Garcia** e **Alair Campos de Lima** (em 1.963); **José Antônio de Paula Carvalho, Benedito Martins dos Santos** e **Geraldo Fernandes** (em 1.964); e **Edvar Agripino de Oliveira** (em 1.965).

Em 21 de junho de 1.967 empossaram-se como comissários **Vicente da Silva Resende** (presidente), **Sílvio Marino de Oliveira, Edvar Agripino de Oliveira, Geraldo Batista, Ronaldo Rúbens Ferreira da Silva, José Antônio de Paula Carvalho Filho, Irmão João Ody** e **Anésia de Souza Ramos**. Em março de 1.968 **Roy Vívian Júnior** também ingressou no Comissariado; dois anos depois foram designados para ele **Orides Batista da Silva** e **Warner de Paula Lima**.

No dia 10/2/1.972 o juiz de direito nomeou ou renomeou para a função as seguintes pessoas: **Vicente da Silva Resende, Edvar Agripino de Oliveira, Sílvio Marino de Oliveira, Warner de Paula Lima, Hernani Pereira Neves, José Cândido de Oliveira** e **Josmar Pereira Gonçalves**. Foram revogadas as nomeações anteriores.

Em julho de 1.977 tornaram-se comissários **Antônio Rodolfo Montel** e **Joel Pereira Mendes**.

Em 1.980 houve nova reformulação do Comissariado. Portaria judicial de 31 de março designou estes cidadãos para vigilância de menores na Comarca: **Antônio Rodolfo Montel, Alfeu de Oliveira, Alaor Cândido de Oliveira, Valdimir Eylson Serafini, Paulo Sérgio do Lago Cavalcanti, Pedro da Silva, João Gabriel Negretti, Osmair Vieira, Nézio Pereira, João Oscar Pereira, Francisco Roberto da Silva, Sílvio Marino de Oliveira, Edvar Agripino de Oliveira, Paulo Roberto Rodrigues, José Cândido de Oliveira, Ronaldo Nazar de Paiva, Francisco Virgolino de Melo Filho, Expedito Vieira de Barros, Cândido Secundino Alves, Rafael Natal de Souza, Warner de Paula Lima, Celso Leal** e **Moacir Dias**.

Após a eleição dos membros do Conselho Tutelar (órgão municipal), no fim de 1.997, o Comissariado de Menores foi desativado.

5 - **Porteiros e zeladores**.

Em abril de 1.928, conforme o "*Machado-Jornal*", era porteiro dos auditórios **Antônio de Paula Ferreira**.

Jorge José Lopes foi nomeado porteiro-zelador do

Fórum por ato do interventor estadual de 3/3/1.947. Seu cargo foi transformado no de oficial de justiça em junho de 1.949.

6 - **Preparadores eleitorais**.

São, conforme o artigo 62 da lei 4.737/65, pessoas nomeadas para auxiliar o alistamento nas sedes de zonas eleitorais vagas; nas de comarcas, termos e municípios que não sediarem zona eleitoral; nas de distritos; e em povoados distantes ou de difícil acesso.

Em novembro de 1.957 e março de 1.958 empossaram-se como preparador eleitoral de Douradinho, respectivamente, **Eduardo Maciel** e **Geraldo Pereira Tavares**.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo do Fórum da Comarca de Machado - livros ns. 1, 2, 3 e 4 de termos de juramento, posse e exercício de funcionários;
2 - Arquivo do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - fichas do Departamento de Pessoal de 1ª Instância;
3 - Arquivo Público Machadense - livro 168: "Registro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Santo Antonio do Machado - 1883/1892" - pág. 127;
4 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 1.141: "Matrícula dos Ofícios de Justiça - 1882/1898" - págs. 92v. e 93;
5 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria do Interior - códice 63: "Livro de registro de títulos de nomeações e provimentos de funcionários da administração da Justiça - 1911/1918";
6 - "Cidade do Machado" - exemplar incompleto, 1.914, sem número e data, pág. 11;
7 - "Folha Machadense" ns. 297 - 12/4/1.980 - pág. 7;
483 - 14/1/1.984 - pág. 4;
8 - "Minas-Gerais" de 24/9/1.984 - pág. 3;
7/4/1.896 - págs. 2 e 3;
24/3/1.897 - págs. 2 e 3;
6/4/1.898 - pág. 4;
27/1/1.900 - pág. 1;
3/4/1.912 - pág. 1;
30/4/1.913 - pág. 1;
10/3/1.915 - pág. 1;

25/4/1.917 - pág. 2;
12/9/1.917 - pág. 1;
3/10/1.917 - pág. 1;
4/6/1.919 - pág. 1;
30/9/1.925 - pág. 1;
10/10/1.925 - pág. 8;
21/10/1.925 - pág. 1;
25/8/1.928 - pág. 1;
1/4/1.933 - pág. 2;
30/6/1.934 - pág. 2;
30/1/1.946 - pág. 3;
4/3/1.947 - pág. 3;
24/8/1.950 - pág. 1;
28/11/1.959 - pág. 1;
9 - "O Machadense" ns. 1032 - 10/3/1.968 - pág. 1;
51 - 27/2/1.972 - pág. 4;
10 - "Tribuna Machadense" ns. 5 - 15/3/1.980 - pág. 2;
7 - 12/4/1.980 - pág. 7.

B - **secundárias**

1 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanach Sul-Mineiro para 1874" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.874, págs. 146 e 164;
2 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanak Sul-Mineiro para 1884" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.884, págs. 233, 234 e 244;
3 - Manoel Francisco Pinto Pereira - "O Sul de Minas - Almanach moderno, de propaganda e estatística dos Municípios Sul-Mineiros" - Centro Sul Mineiro de Propaganda e Estatística - Villa S. Ferraz - Estabelecimento Graphico Casa Mayença, Cruzeiro, SP - fascículo 2º, pág. 21.

****

O JUIZADO ESPECIAL DE PEQENAS CAUSAS

Começou a funcionar em novembro de 1.998, nas áreas cível e criminal, mediante convênio celebrado em 19 de junho daquele ano entre o Tribunal de Justiça e a Universidade de Alfenas.

Portaria do Juízo de 3 de novembro seguinte nomeou conciliadores, pelo prazo de dois anos, **Gilberto Anunciação Vieira de Souza** e **Pauline da Silveira Engel Reis Pereira**, residentes em Alfenas. A segunda, na mesma data, foi empossada como diretora da secretaria. Esta, no término do milênio, ficava no pavimento térreo do edifício do Fórum.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo do Fórum da Comarca do Machado - livro nº 5 de termos de juramento, posse e exercício de funcionários;
2 - "Gazeta das Geraes" nº 0 - 27/3/1.999 - pág. 11;
3 - informações pessoais de Gilberto Anunciação Vieira de Souza.

****

O EDIFÍCIO DO FÓRUM

Em relatório de fevereiro de 1.897, o Juiz Loreto Ribeiro de Abreu destacou, entre os melhoramentos necessários à Comarca,

> *"o da construcção, nesta cidade, de um edificio ou acquisição pelo governo de uma casa particular propria para a cadêa e para as sessões e audiencias das auctoridades estadoaes, porquanto o que aqui temos prestando-se, apenas, ao mister de cadêa, não passa de um pardieiro, indigno de comarcas muito mais atrazadas do que esta."*.

O almanaque "*O Sul de Minas*", em 1.914, informou que as sessões do júri e as audiências desta Comarca se realizavam no prédio da Municipalidade, em sala própria, mobiliada convenientemente. Os cartórios eram instalados nas casas dos respectivos escrivães.

O decreto estadual 8.395, de 14 de abril de 1.928, assinado em Machado durante a visita do Presidente Antônio Carlos, autorizou o Secretário da Agricultura a providenciar a construção do Fórum local. Tudo ficou apenas no papel...

A edificação, juntamente com o prédio da Prefeitura, só começou na gestão do Prefeito João Vieira da Silva. Ele conseguiu recursos do Estado para as obras, concluídas em 1.947.

No início da década de sessenta a parte superior do prédio foi interditada por ameaça de ruína. Em 1.961 as instalações do Fórum se transferiram para a antiga Maternidade, a fim de que o edifício fosse reformado. O serviço, diversas vezes paralisado, arrastou-se até 1.965.

A lei estadual 7.779, de 8 de setembro de 1.980, por que se empenhou o Vereador Evâneo Caixeta, deu a denominação de "*Dr. Edgard da Veiga Lion*" ao Fórum de Machado. Criou-se a associação dos amigos dele, declarada de utilidade pública pela lei local 578, de 5 de março de 1.985. Teve efêmera duração.

Em 1.982 o edifício passou por nova reforma, com ajuda do Município. Trocaram-se portas, janelas, sanitários e piso; ampliaram-se dois cartórios; e algumas salas foram "*acarpetadas*".

A lei municipal 735, de 7 de maio de 1.990, autorizou a cessão em comodato aos cartórios extrajudiciais de imóvel situado nos fundos da Prefeitura. Eles então se mudaram para lá.

Em dezembro do mesmo ano, nas comemorações do centenário da Comarca, inaugurou-se galeria de retratos de ex-juízes, e deu-se o nome de "*Dr. Joaquim Machado de Azevedo*" ao salão do júri.

Com a permissão da lei 811, de 15 de outubro de 1.991, o Município celebrou convênio com o Tribunal de Justiça para outra reforma do Fórum. Foram construídas uma pequena cantina e três banheiros, e refez-se o teto.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 20 e 22;

2 - "A Tribuna Machadense" nº 2 - 24/11/1.963 - pág. 1;

3 - "Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes - 1928" - Imprensa Official de Minas, Bello Horizonte, 1.929, pág. 400;

4 - "Coleção das leis de 1.980 do Estado de Minas Gerais" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.980, págs. 123/124;5 - "Folha Machadense" ns. 400 - 8/5/1.982 - pág. 6;
418 - 18/9/1.982 - pág. 1;
818 - 8/9/1.990 - pág. 3;
831 - 8/12/1.990 - pág. 1;
833 - 22/12/1.990 - supl.;
874 - 12/10/1.991 - pág. 9;
875 - 19/10/1.991 - págs. 1 e 7;

6 - "Luminar Machadense" nº 99 - 26/6/1.964 - pág. 1;

7 - "Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em sua sessão ordinária de 1.948, pelo Governador Mílton Soares Campos" - Imprensa Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1.948, págs. 273/274;

8 - "Minas-Geraes" de 24/3/1.897 - pág. 2;

9 - "O Machadense" ns. 896 - 23/9/1.962 - pág. 1;
910 - 3/3/1.963 - pág. 1;
921 - 13/10/1.963 - pág. 6.

B - **secundárias**
1 - Homero Costa - “Contribuição à História de Machado” - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, pág. 22;
2 - Manoel Francisco Pinto Pereira - “O Sul de Minas - Almanach moderno, de propaganda e estatistica dos Municipios Sul-Mineiros” - Centro Sul Mineiro de Propaganda e Estatistica - Villa S. Ferraz - Estabelecimento Graphico Casa Mayença, Cruzeiro, SP - fascículo segundo, pág. 20.

****

RICARDO MOREIRA REBELLO

MACHADO

VOLUME VII

HISTÓRIA CULTURAL EDUCAÇÃO

ÌNDICE

A – O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

A-O ENSINO PÚBLICO ESTADUAL
Cap. I - O ensino público estadual de primeiras letras em classes isoladas.....pág 1
Cap. II - Escola Estadual Dom Pedro I.....pág 18
Cap. III - Escola Estadual Gabriel Odorico.....pág 27
Cap. IV - Escola Estadual Iracema Rodrigues.....pág 33
Cap. V - Escola Estadual Paulina Rigotti de Castro.....pág 40
Cap. VI - Escola Estadual Hilda Nogueira da Gama.....pág 44
Cap. VII - Escola Estadual Rubens Garcia.....pág 47
Cap. VIII - Centro de Estudos Supletivos Dr. Tancredo de Almeida Neves – Outros cursos estaduais de suplência.....pág 52
Cap. IX - Outras escolas estaduais.....pág 56

B-O ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL

Cap. X - Evolução do ensino público municipal – Principais fatos a ele relativos...pág 61
Cap. XI - Òrgãos administrativos municipais da área educacional.....pág 72
Cap XII - Escola Técnica de Comércio, depois Colégio Comercial, depois Colégio Municipal.....pág 77
Cap. XIII - Escola Municipal Comendador Lindolfo Souza Dias.....pág 86
Cap. XIV- Escola Municipal Carlos Legnani.....pág 91
Cap. XV - Escola Rural Nucleada Clóvis Araújo Dias.....pág 98
Cap. XVI - Escola Rural Nucleada Domingos Sabino de Souza.....pág 107
Cap. XVII - Escola Rural Nucleada Adoniro de Souza Ribeiro.....pág 113
Cap. XVIII - Outras escolas rurais em atividade..... pág 118
Cap. XIX - Outras escolas rurais extintas.....pág 123
Cap. XX - Esducação Infantil.....pág 136
Cap. XXI - Outros cursos e escolas municipais.....pág 143

C- O ENSINO PÚBLICO FEDERAL

Cap. XXII - Escola Agrotécnica Federal de Machado.....pág 147

D- O ENSINO PARTICULAR

Cap. XXIII - Cadeiras isoladas de instrução particular.....pág 156
Cap. XXIV - Escolas particulares diversas I.....pág 159
Cap. XXV - Escolas particulares diversas II.....pág167
Cap. XXVI - Escolas particulares diversas III..... pág 172
Cap. XXVII - Colégio Imaculada Conceição.....pág 180
Cap. XXVIII - Ginásio São José.....pág 187
Cap. XXIX - Escola Profissional La Salle.....pág 193
Cap. XXX - Cursos particulares avulsos.....pág 197

B – O ENSINO SUPERIOR

Cap. XXXI - Fundação Educacional de Machado.....pág 201
Cap XXXII - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Professor
José Augusto Vieira.....pág 211
Cap. XXXIII - Escola Superior de Agricultura e Ciências.....pág 216
Cap. XXXIV - Faculdade de Administração e Finanças.....pág 223

C - ASSOCIAÇÃO ESTUDANTIS

Cap. XXXV - Associações estudantis – I.....pág 225
Cap. XXXVI - Associações estudantis – II.....pág 231

D – O ENSINO ALÉM DAS FRONTEIRAS LOCAIS

Cap. XXXVII – Alguns professores machadenses noutras cidades.....pág 235

A - O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

O ENSINO PÚBLICO ESTADUAL DE PRIMEIRAS LETRAS EM CLASSES ISOLADAS

1) - Introdução.
2) - Primeiras classes urbanas e dados estatísticos.
3) - Primeiras classes rurais.
4) - Professores de Douradinho.
5) - Professores de Machado.
6) - A Casa da Instrução.
7) - Agentes fiscalizadores.

****

1 - **Introdução**.

Segundo Waldemar de Almeida Barbosa, a história da instrução oficial em Minas Gerais tem início com a criação do subsídio literário, em 1.772. Era tributo que recaía sobre a aguardente e o gado, e se destinava ao custeio da educação.

Foi sempre deficiente o ensino primário mineiro, na época imperial. Respondendo aos quesitos que lhe haviam sido remetidos em 1.825 pelo Conselho do Governo, a Câmara da Campanha traçou o perfil dele em nossa região:

> *"Somente na Freguezia desta Villa há Mestre das primeiras letras pago pela Nação. (...) As mais Freguezias carecem de Mestres p.r haver m.to povo rude, e falto de instrucção, p.r q.' ainda que em algumas dellas tenhão tido inconstantem.e alguns Mestres pagos pelos Paes dos meninos..."*.

Cunha Matos informou haver na Província, em 1.831, apenas 46 cadeiras de primeiras letras, cujos professores venciam da Fazenda Nacional entre 150$000 e 200$000 anuais.

A primeira lei organizadora da instrução primária em Minas foi a 13, de 28 de março de 1.835. Classificou as escolas em dois graus, localizando as de primeiro nos arraiais ou povoações, e as de segundo nas cidades ou vilas. Exigiu prova de habilitação dos professores públicos e particulares, e restringiu às crianças livres o acesso às escolas oficiais. Dividiu a Província em círculos literários, cada qual sob a chefia de um delegado, com poderes para suspender professores, nomear substitutos e visitadores. Noticia Corrêa Mourão que pelo ano de 1.839 as localidades mineiras se distribuíam em 15 círculos. Do 11º, com sede na Campanha, fazia parte a Freguesia de São João Batista do Douradinho.

Em 1.848 criou-se a Diretoria Geral da Instrução Pública, para superintender os círculos literários. Em 1.851 havia já na Província 184 cadeiras de instrução primária, das quais 138 do primeiro grau. O regulamento 44, de 3 de abril de 1.859, subdividiu Minas em 20 círculos literários: Machado ficou no llº e Douradinho, no 14º. Ele foi derrogado pela lei 1.064, de 4 de outubro do ano seguinte, que alterou a organização do ensino. Por razões sobretudo políticas, os círculos sofreram sucessivas mutações, que não importa enumerar, quanto aos funcionários e aos limites.

O regulamento 62, de 11 de abril de 1.872 (alterado pelo regulamento 84, de 21 de março de 1.879), tratou da instrução pública provincial. Estabeleceu caberem a direção e a inspecção do ensino público e do particular subvencionado ao presidente da Província, que as exerceria através do inspetor geral, dos membros do conselho diretor, dos inspetores de comarca, dos delegados e membros dos conselhos paroquiais. Estes, compostos por um delegado e dois cidadãos esclarecidos e influentes na localidade, fiscalizavam as escolas, arrolavam as crianças em idade de freqüentá-las, administravam as caixas escolares e davam parecer sobre faltas cometidas pelos professores.

A lei 2.892, de 6 de novembro de 1.882, substituiu os inspetores de círculos literários pelos inspetores municipais. Manteve o conselho diretor e os conselhos paroquiais. Em maio de 1.884 o território mineiro foi repartido em circunscrições literárias, tendo por sede as cidades em que havia escolas normais.

Na República, a primeira reforma do ensino (que tomou o nome de "*Afonso Pena*") realizou-se através da lei 41, de 3 de agosto de 1.892. Em 19 de dezembro de 1.893, pela lei 77, Minas foi dividida em circunscrições escolares, com sede nas cidades em que existiam escolas normais. De acordo com o decreto 676, de 15 de janeiro do ano seguinte, o Município de Machado ficou pertencendo à quinta, sediada na Campanha.

Em obediência ao disposto na lei 221, de 14 de setem-

bro de 1.897, o decreto 1.251, de 31 de janeiro de 1.899, repartiu o Estado em sete circunscrições literárias. A Comarca de Machado localizou-se na quarta.

Nova reforma do ensino (a "*Silviano Brandão*") sobreveio com a lei 281, de 16 de setembro de 1.899. Para executá-la, o decreto 1.357, de 29 de janeiro de 1.900, criou em Minas Gerais cinco circunscrições literárias, localizando na terceira a nossa Comarca.

Finalmente, cabe referir no período em exame a substancial mudança da organização docente empreendida por João Pinheiro. Ela foi feita através da lei 439, de 28 de setembro de 1.906, que declarou o ensino primário gratuito e obrigatório, e introduziu o sistema de grupos escolares.

2 - **Primeiras classes urbanas e dados estatísticos**.

Foi criada pelo Conselho Geral da Província uma cadeira de primeiras letras para meninos no Douradinho, em 1.831 (*Feu de Carvalho, pág. 385*). A resolução respectiva deu origem a outra, da Assembléia, que a Regência mandou executar por decreto de 7 de agosto de 1.832. A cadeira foi suprimida em portaria de 16 de janeiro de 1.845 (*APM-SP, cód. 367*), por não se achar nas circunstâncias da lei 13, de 1.835. O ato, da vice-presidência da Província, se refere ao Carmo da Escaramuça, porque para tal localidade fora transferida, alguns anos antes, a sede da Freguesia do Douradinho.

A seguir, por bastante tempo nossos arraiais ficaram sem nenhuma escola pública. Eles não figuram nas relações de localidades que possuíam cadeiras de instrução primária, constantes de portarias de 1.846 e 1.859 (*APM-SP, códs. 380 e 752*). Outrossim, não são referidos nos quadros das aulas e professores públicos, anexos aos relatórios dos governantes da Província nos anos de 1.850 e 1.853 a 1.856.

Ao que parece, Douradinho só voltou a ter escola oficial em 1º de junho de 1.860. Nessa data, portaria do vice-presidente da Província transferiu para lá a sede da 4ª cadeira da 2ª agência do 14º círculo literário, que ficava na povoação de São Francisco d'Aguapé (*APM-SP, cód. 807*).

Em 20 de setembro de 1.861 foi nomeado regente interino da cadeira de instrução primária do Machado (*APM-SP, cód. 856*).

Conforme relatório apresentado à Assembléia Legislativa pelo vice-presidente da Província em 1.870, Machado tinha um professor primário, e Douradinho, um habilitado na forma do regulamento 56.

O recenseamento da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado, feito em 1º de agosto de 1.873, revelou estes dados sobre a

instrução:
sabem ler e escrever - 612;
sabem ler somente - 4;
analfabetos - 3.345;
meninos e meninas de 6 a 15 anos - 614;
meninos que freqüentam a escola - 87;
meninos que não freqüentam a escola - 218;
meninas que freqüentam a escola - 22;
meninas que não freqüentam a escola - 287.

No mapa anexo ao relatório presidencial de 1.881 era esta a situação do ensino local:
Machado
- 1 aula para sexo masculino, de 2º grau, com professor de provimento efetivo, tendo 37 alunos matriculados, 20 freqüentes e 5 prontos;
- 1 aula para sexo feminino, de 2º grau, com professora normalista de provimento efetivo, sem referência ao número de alunos;
Douradinho
- 1 aula para sexo masculino, de 1º grau, com professor de provimento efetivo, tendo 27 alunos matriculados e 26 freqüentes.

A fala do Governo de 1/8/1.882 contém quadro semelhante, em que se alterou, na parte que nos interessa, apenas a estatística de alunos. A classe para sexo masculino de Machado figura com 34 matriculados e 21 freqüentes; a classe para sexo feminino, com 28 matriculadas e 27 freqüentes. Não foi mencionado o número de alunos do Douradinho. Infelizmente, não localizei os atos de criação das duas cadeiras de Machado referidas nesses relatórios. Um deles, referente à feminina (*APM-IP, cód. 22*), data de 27/9/1.873.

Em 1.883, conforme fala dirigida à Assembléia no ano seguinte pelo Presidente Gonçalves Chaves, nosso Município, recém-instalado, possuía seis cadeiras de instrução primária. Duas delas se localizavam no Carmo da Escaramuça. Machado tinha uma para o sexo masculino, de 2º grau, com 54 alunos matriculados, 16 freqüentes e 1 pronto; e outra para o sexo feminino, do mesmo grau, com 24 matriculadas e 14 freqüentes. Douradinho, por sua vez, possuía uma cadeira para cada sexo, classificadas em 1º grau e vagas.

Com a lei 3.217, de 11 de outubro de 1.884, subiu para sete o número de cadeiras de instrução primária em nosso Município. Ela criou uma mista na povoação de Santa Isabel do Pouca Massa, então pertencente a Machado.

Criou-se a segunda cadeira de instrução primária para o sexo feminino em Machado através do decreto 1.162, de 12 de agosto de 1.898. Seu preâmbulo assinala que havia então na Cidade 168 meninas em faixa etária escolar.

O decreto 1.234, de 27 de dezembro de 1.898, suspen-

deu, por falta de freqüência legal, 137 cadeiras de instrução primária no Estado, dispensando do exercício os respectivos professores. Entre elas se achava a do sexo masculino do Carmo da Escaramuça, que pertencia a nosso Município.

No começo do século, Machado tinha nove cadeiras de instrução primária. Três eram urbanas (uma para o sexo masculino e duas para o feminino) e seis, distritais (uma para cada sexo em Douradinho, Carmo da Escaramuça e Machadinho). A relação consta do decreto 1.353, de 17 de janeiro de 1.900. Em todo o Estado havia 1.410 escolas de instrução primária, sendo 610 para o sexo masculino, 594 para o feminino e 206 mistas. A título de comparação, informo o número de cadeiras possuídas na mesma época por alguns municípios vizinhos: Alfenas - 11; Caldas - 7; Campanha - 8; Poços de Caldas - 4; Pouso Alegre - 13; São Gonçalo do Sapucaí - 10; e Varginha - 9.

O ensino da cadeira do sexo feminino do Douradinho, que fora suprimido em data que ignoro, se restaurou por ato de 7 de maio de 1.904. Em 1.906 voltou a ser suspenso na Vila, por falta de freqüência legal, na cadeira do sexo feminino (ato de 3/10) e na do sexo masculino (ato de 5/11). Aquela tinha então 32 alunas matriculadas, mas só 10 freqüentes: esta, 22 matriculados e também 10 freqüentes. Cada professora recebia o vencimento anual de 1:400$000. A restauração do ensino em ambas, mantidas as mestras, ocorreu por ato de 27 de fevereiro de 1.907.

O decreto 1.996, de 20 de março de 1.907, criou a segunda escola isolada do sexo masculino da Cidade. Em 9 de dezembro do ano seguinte, o decreto 2.315 recriou uma cadeira mista de instrução primária no bairro Pouca Massa, distrito do Carmo da Escaramuça, em nosso Município. Ela foi classificada como rural pelo decreto 3.202, de 27 de junho de 1.911.

O decreto 3.666, de 13 de agosto de 1.912, criou um lugar de adjunto à primeira escola do sexo masculino de Machado. Ele foi, entretanto, suprimido pelo decreto 3.983, de 19 de agosto do ano posterior.

A primeira cadeira mista de instrução primária da Cidade foi criada pelo decreto 3.065, de 10 de janeiro de 1.911. O decreto 4.057, de 6 de dezembro de 1.913, criou uma rural mista em Carvalhos, distrito do Douradinho, e uma mista no Machadinho. A instalação de ambas ficou dependendo da existência de prédios para o funcionamento. A última, porém, foi transferida para o lugar denominado Tupy, na cidade de Rio Novo, por força do decreto 5.185, de 27 de maio de 1.919. Nossa Cidade ganhou mais uma escola mista através do decreto 5.621, de 18 de março de 1.921.

Finalmente, o decreto 6.784, de 30 de janeiro de 1.925, criou um grupo escolar na Cidade do Machado. Supõe-se que questões políticas tenham retardado a criação, pois havia vários anos que dois distritos do Município já tinham seus grupos escolares. Com efeito, o de Carmo da Escaramuça fora

criado em 15 de março de 1.910 (decreto 2.778), e o do Machadinho, em 31 de julho de 1.918 (decreto 5.046). Em virtude da instalação do grupo escolar, o decreto 7.003, de 9 de outubro de 1.925, suprimiu seis escolas singulares urbanas de Machado.

No distrito de Cana do Reino criou-se a 2ª escola mista, através do decreto 7.409, de 27 de novembro de 1.926. Em 7 de fevereiro do ano seguinte, o decreto 7.481 converteu a 1ª mista em masculina, e a 2ª, em feminina.

3 - **Primeiras classes rurais**.

Já mencionei atrás a cadeira mista de Pouca Massa, classificada como rural por decreto de 1.911, e a mista de Carvalhos, criada dois anos depois.

Três escolas rurais, mistas, haviam sido criadas pelo decreto 5.594, de 1º de março de 1.921, nos bairros Caixetas, Campinho e Trezentos, de nosso Município. Seriam instaladas quando se doassem os respectivos prédios ao Estado. A dos Trezentos, contudo, foi transferida para Milagres, em Monte Santo (decreto 6.223, de 11/11/1.922); e a dos Caixetas o foi para a estação Olegário Maciel, em Brasópolis (decreto 6.375, de 30/10/1.923).

O decreto 7.689, de 3 de junho de 1.927, criou uma escola rural, mista, nos Ritas. O decreto 8.188, de 28 de janeiro de 1.928, criou mais três escolas rurais, mistas, no Município: no Ouvidor, na Serra Negra e no São Luís. O decreto 8.257, de 18 de fevereiro de 1.928, criou também três escolas rurais, mistas, nos bairros dos Macacos, Pântano e Sentido (os dois primeiros, de Cana do Reino; o último, de Douradinho). O decreto 8.294, de 5 de março de 1.928, criou uma escola rural mista nos Caixetas e outra no Buraco. O decreto 8.605, de 18 de junho do mesmo ano, criou no Estado onze escolas rurais mistas, uma das quais em Santa Rosa, no nosso Município.

O decreto 11.513, de 4 de setembro de 1.934, criou mais seis escolas rurais, mistas, nos bairros do Tucum, Buraco, Barra, Água Santa, Serra do Buraco e Hortelã. Por fim, o decreto 67, de 29 de maio do ano seguinte, criou uma escola rural, mista, no lugar denominado Córrego da Boa Vista.

4 - **Professores de Douradinho**.

O presidente de Minas, em portaria de 25 de janeiro de 1.836, proveu **Francisco Antônio de Moraes Teixeira** no emprego vitalício de professor público de primeiras letras da Freguesia do Douradinho. Ele parece ter sido o primeiro a ocupar tal cargo, em que permaneceu pouco tempo. Certo é que, já em 14 de novembro do ano seguinte, foi nomeado para substituí-lo **Elias Theodoro de Almeida**. Não se sabe até quando este ficou no posto. Sucedeu-lhe,

como substituto, **José da Costa de Jezus**, que se demitiu em data que ignoro. No seu lugar foi nomeado em 30 de julho de 1.841, também na condição de substituto, **José Joaquim Malheiros**,

> *"pª ensinar na nova Parochia do Carmo do Douradinho para onde foi transferida a sede d'aquella Freguezia" (APM-IP, cód. 4, pág. 115 e v.).*

Em 5 de novembro de 1.844 ordenou-se ao Delegado que ele fosse despedido.

Restaurada a cadeira (que havia sido suprimida em 1.845, como já visto), portaria de 24 de agosto de 1.860 designou para regê-la interinamente **Salvador da Costa Abrêo**. Em 24 de maio de 1.862 marcou-se-lhe o prazo de seis meses para submeter-se a exame na Capital. Portaria de 14 de novembro de 1.866 considerou sem efeito sua nomeação.

José Luiz da Silva Vasconcellos foi nomeado provisoriamente para o cargo em 14 de novembro de 1.866. Entrou em exercício no dia 7 de janeiro. Foi exonerado, a pedido, em 10 de outubro de 1.867.

Francisco Dionízio das Chagas, procedente de Varginha, foi designado titular da cadeira em portaria de 27 de abril de 1.869. Seu pedido de demissão foi aceito por ato de 9 de junho do ano seguinte.

José Anselmo Caldas removeu-se de Três Corações para o Douradinho em 10 de junho de 1.870, entrando em exercício no dia 1º de outubro do mesmo ano. Foi exonerado, a pedido, por portaria de 28 de julho de 1.871.

O "*Almanach Sul-Mineiro para 1874*" mencionou **Antônio Venâncio Cezário de Figueiredo** como professor de primeiras letras no Douradinho. Ele fora nomeado interinamente pela Inspetoria da Comarca em 31 de julho de 1.873, mas o Governador desaprovou o ato em despacho de 24 de janeiro do ano seguinte.

O **Tenente Joaquim Felicíssimo do Rego Barros** foi nomeado para a cadeira do sexo masculino, interinamente, em 27 de janeiro de 1.876. Em agosto de 1.877 tinha mais de trinta alunos, conforme o "*Monitor Sul-Mineiro*". Em junho de 1.878, porém, mudou-se para o Rio de Janeiro, e obteve demissão por ato de 14 de agosto seguinte.

Sucedeu-lhe **Francisco Roberto Ferreira Lopes**, designado em 9 de janeiro de 1.879 como interino, até a nomeação do efetivo.

Affonso Symphrônio Moreira tornou-se titular da cadeira por ato de 26 de março de 1.879. Em 1.880 teve 27 alunos matriculados e 26 freqüentes. Foi demitido por abandono do cargo em 17 de fevereiro de 1.882.

Estranhamente contudo, no quadro anexo ao relatório de agosto do mesmo ano ele ainda figura como titular da cadeira, com a observação de que esta fora "*provida há pouco*". Certo é que em outubro se abriu prazo para inscrição e processo de habilitação dos opositores a ela.

No quadro demonstrativo das escolas de instrução primária de Minas Gerais no ano de 1.883 (anexo ao relatório presidencial de 1.884) vê-se que estavam vagas a cadeira do sexo masculino e a do sexo feminino do Douradinho.

Em 30 de março de 1.885, **Fernando Bernardes de Lemos e Silva** foi nomeado para reger interinamente a cadeira de instrução primária do sexo masculino do Douradinho. No mês de maio seguinte ela foi posta em concurso. A cadeira do sexo feminino continuou vaga em 1.885, pelo menos.

Em 27 de agosto de 1.885 removeu-se, a pedido, o professor **Paulino de Paiva Pedroso** da Freguesia de São João Batista da Glória para a do Douradinho. Em setembro de 1.886 ele obteve licença de três meses, prorrogada por igual período em janeiro seguinte. Exonerou-se, a pedido, em 23 de fevereiro de 1.888.

Em 13 de março de 1.888 ocorreu a nomeação interina para a cadeira em exame de **Theodoro Soares de Oliveira**, que se efetivou em 12 de setembro seguinte. Foi removido para Machado, porque pediu, em 16 de novembro do mesmo ano.

Anna Umbelina Ferreira de Almeida, professora da cadeira do sexo masculino de Conceição dos Ouros, foi removida para a cadeira do mesmo sexo de Douradinho, a pedido, em 27 de fevereiro de 1.889. Entrou em exercício em 28 de março. Não se manteve no cargo, pois em 8 de novembro seguinte foi nomeado para ele **Antônio Luiz Goulart da Silva**. Em 2 de dezembro de 1.890 ocorreu a nomeação interina de **Maria das Dores Goulart**, por ato da inspetoria geral.

Em 1º de maio de 1.891 o professor **José Maria Lopes** foi transferido do Machadinho para Douradinho. Um ano depois, ele se removeu para a cadeira do Espírito Santo de Pontal, município da Varginha.

Em 4 de setembro de 1.894 ocorreu a nomeação de **Maria dos Anjos Xavier de Araújo** para a cadeira masculina do Douradinho. Ocupou-a até 14 de dezembro de 1.915, quando foi exonerada com base em parecer do Conselho Superior de Instrução Pública, após exame de sanidade. Já estava em disponibilidade não remunerada desde novembro de 1.912.

Em 28 de março de 1.910, **Maria Innocência Bueno** foi nomeada substituta da cadeira em exame durante a licença de um ano concedida à titular.

Adília Igreja do Carmo tornou-se professora interina dela por ato de 28 de setembro de 1.912. Efetivou-se em 20 de junho de 1.916, e foi exonerada, a pedido, por decreto de 19 de junho de 1.923.

Em 3 de setembro do mesmo ano **Maria Innocência Bueno** retornou à cátedra, agora como efetiva, removendo-se de Volta Grande (atual Careaçu). Em setembro de 1.925 ela obteve licença de noventa dias para tratamento da saúde.

Na década de trinta, **Luiz Corrêa de Toledo Júnior** regia a cadeira do sexo masculino.

mestras da cadeira do sexo feminino

Ignoro quando **Anna Umbelina Ferreira de Almeida** foi nomeada para a cadeira do sexo feminino de Douradinho. Em agosto de 1.895 ela se removeu, a pedido, para Santa Rita da Extrema.

Em 14 de outubro de 1.899 **Ermelinda Carolina de Moraes Navarro** exonerou-se do cargo, que ocupava provisoriamente. Para ele, em 9 de novembro seguinte, foi nomeada **Abília Maria Rodrigues**. Esta obteve sucessivas licenças em 1.901, e não sei até quando permaneceu em atividade.

Em 7 de maio de 1.904 **Maria José de Azevedo** obteve designação para a cadeira feminina, restaurada na mesma data, mas o ato se declarou sem efeito um mês e pouco depois.

Decreto de 25 de junho do mesmo ano nomeou para o cargo em exame a normalista **Maria Joaquina da Silva**. O ato foi tornado ineficaz em 26 de outubro seguinte, mas em 27 de maio de 1.905 ela de novo foi nomeada para o mesmo lugar.

Em 3 de agosto de 1.907 foi nomeada para o cargo **Luíza Bueno da Costa**. Ela ainda o ocupava em 16 de dezembro de 1.926, quando se declarou sem efeito o ato que a exonerara.

De 1.934 a 1.936, pelo menos, **Jacyra Balbina Pereira** foi a professora da classe feminina.

5 - **Professores de Machado**.

cadeiras do sexo masculino

Em 20 de setembro de 1.861, **Francisco Cândido Bueno dos Reis** foi nomeado para regência interina da cadeira de instrução pri-

mária do sexo masculino de Machado. Ignoro se foi ou não seu primeiro titular. Obteve demissão em portaria de 4 de maio de 1.865. Passou depois a lecionar no Carmo da Escaramuça. Lá fechou a escola por briga, e foi demitido a bem do serviço público.

Joaquim Martins de Souza foi designado professor interino da mesma cadeira em portaria de 28 de agosto de 1.865. A nomeação definitiva ocorreu em 24 de julho de 1.871. Ocupou-a até julho de 1.882, quando faleceu.

Por ato de 22 de agosto do mesmo ano, **Carlos Alberto Ferreira Lopes** foi nomeado interinamente para reger a cátedra em exame. Sua efetivação ocorreu em 11 de janeiro do ano seguinte. Foi removido para Caldas em 27 de outubro de 1.884.

Em 13 de novembro seguinte veio de Cristina para o seu lugar **Oscar José Branco**. Licenciado no início de 1.886, ele se transferiu para São José do Paraíso em 27 de março daquele ano.

O normalista **José Mendes** (mais tarde professor na Faculdade de Direito de São Paulo) também se removeu de Cristina para cá, em 20 de abril de 1.886. Tirou sucessivas licenças, por mais de um ano, a partir de julho seguinte, sendo substituído interinamente por **José Manoel Bressane** e **Sabino da Costa Pereira**.

Em 24 de julho de 1.892, o "*Monitor Sul-Mineiro*" comunicou a remoção para Araxá do professor de Machado, **Theodoro Soares de Oliveira**. Disse ter sido injusta, mal recebida pelo povo e fruto de revoltante perseguição, porque o removido não se curvava aos caprichos de quem queria dominá-lo. Pouco depois, todavia, o ato se considerou sem efeito. Ignoro quando assumiu o cargo e quando o deixou em definitivo.

O professor de Borda da Mata, **Horácio Octaviano Pires**, removeu-se a pedido para a cadeira do sexo masculino de Machado em 19 de abril de 1.893. Estava ainda em exercício em setembro do ano posterior, conforme o "*Sexto Districto*". Entretanto, em 28 do mês seguinte o "*Monitor*" noticiou a remoção para a cadeira do Retiro, município de Lavras, do professor de Machado, **Pedro Baptista de Assis Novaes**. Suponho, por isso, haver no rol erro ou lacuna.

No segundo semestre de 1.900 já regia a cadeira do sexo masculino **José Maria Lopes**. Continuava no exercício em março de 1.904. Conforme biografia, tinha também o sobrenome Figueiredo, omitido nos decretos de nomeação. Homero Costa afirmou tratar-se de "*austero e enérgico disciplinador*". Deu nome à antiga Rua da Palha, e foi pai do mestre a seguir mencionado.

Em 9 de abril de 1.905 nomeou-se professor da primeira cadeira do sexo masculino o normalista **Jerônymo Emiliano de Figueiredo**.

Na década seguinte, em data que desconheço, ele foi transferido para Carmo do Rio Claro, tendo dirigido seu grupo escolar.

Para a segunda cátedra do sexo masculino nomeou-se, em 16 de março de 1.907, **Francisco Raphael de Carvalho**. Lecionou na Casa da Instrução e depois no Grupo Escolar, onde se aposentou em 1.934.

Em dezembro do mesmo ano, por ter mais de 40 alunos freqüentes no semestre, a primeira cadeira do sexo masculino foi declarada com direito a um adjunto. Como tal, em 30 de setembro do ano seguinte, nomeou-se **Feliciano Floriano dos Santos Silva**.

Em 4 de março de 1.913, **Zacarias Valle Monteiro** foi nomeado professor adjunto interino da mesma cadeira. No dia 8 de maio do ano seguinte, nomeou-se **José Augusto Vieira da Silva** mestre interino dela. Ele obteve exoneração em 1º de abril de 1.916.

Sebastião Sérvulo Pereira foi nomeado efetivo da primeira classe masculina em 8 de agosto de 1.916. Exonerou-se em 5 de fevereiro de 1.918. No dia 19 do mesmo mês, **Joaquim Monteiro de Noronha** foi transferido de Paraisópolis para ela.

Já na década de vinte, lecionou numa das cadeiras para o sexo masculino **Eurípedes de Paula Rabelo**.

cadeiras do sexo feminino

O "*Monitor Sul-Mineiro*" de 27 de agosto de 1.876 informou estar em concurso a cadeira de instrução primária, para o sexo feminino, do Machado. Só em 27 de janeiro de 1.879, contudo, é que **Francisca Bueno da Costa Macedo** foi designada para regê-la interinamente. Sua nomeação definitiva ocorreu por ato de 6 de maio seguinte. Em 14 de novembro do mesmo ano, fez permuta com a professora do Cabo Verde, **Umbelina Leopoldina de Mendonça**. Esta, em licença, foi substituída interinamente por Maria Auta de Moraes. Como a titular não entrou em exercício, a cátedra foi declarada vaga.

Em 2 de setembro de 1.880, **Francisca Bueno da Costa Macedo** foi novamente removida para Machado. Obteve exoneração por ato de 22 de janeiro de 1.883. No ano anterior, em face de licença, havia sido substituída por **Emília de Araújo Macedo**.

Ato de 5 de maio de 1.883 removeu de Santana da Vargem para Machado a normalista **Marianna Theophila de Oliveira**. Durante licenças, em 1.886 e 1.887, foi substituída por **Maria José Bressane** e **Anna Cândida de Paiva Reis**. Obteve transferência para Volta Grande, município de São Gonçalo do Sapucaí, em 28 de março de 1.888.

No segundo semestre de 1.900 a professora **Anna Cândida de Paiva Reis** foi designada para auxiliar no recenseamento escolar. Ignoro de quando data seu provimento efetivo. Em outubro de 1.915 obteve licença, sendo substituída por **Maria da Conceição Dias**. Continuou em exercício mesmo após a criação do Grupo Escolar, onde se aposentou em 1.928.

No início de 1.903, era titular da segunda cadeira do sexo feminino **Alice Marianno de Moraes Navarro**. Ignoro quando ocorreram sua nomeação e seu afastamento. Naquele e no começo do ano seguinte ela tirou várias licenças, sendo substituída por **Maria Auta de Moraes Carvalho**.

Em 20 de abril de 1.904 foi nomeada professora da segunda cadeira do sexo feminino **Adília Igreja do Carmo**. Ela obteve exoneração em 22 de maio de 1.906, e na mesma data se nomeou para o seu lugar a irmã, **Dídia Igreja do Carmo**. Esta continuou lecionando mesmo após a criação do Grupo Escolar, onde se aposentou em 1.937.

cadeiras mistas

A cadeira mista de instrução primária, para cuja regência se nomeou **Hortênsia Bressane de Araújo** em 10 de janeiro de 1.911, foi instalada em 9 de fevereiro seguinte. O ato, presidido pelo inspetor Diogo Cavalcanti, teve muitos festejos e discursos, descritos no "*Monitor*" 661-NF. Estavam matriculados 108 alunos, dos quais 90 se fizeram presentes à cerimônia. A residência dos pais da normalista foi adaptada para o funcionamento das aulas. A titular ficou pouco tempo no cargo, pois faleceu no mesmo ano. Em dezembro seguinte **Lucrécia Bressane de Araújo** foi nomeada sua ocupante interina.

Em 23 de janeiro de 1.912, **Paulina Rigotti** foi removida, a pedido, do grupo escolar da Vila de Pedra Branca para a classe mista de que se cuida. Lecionou depois no Grupo Escolar até a aposentadoria, nos primeiros anos da década de quarenta.

Magnólia Bressane de Araújo foi nomeada professora da segunda cadeira mista em 29 de março de 1.921, e exonerada, a pedido, em 28 de janeiro do outro ano. No dia 8 de fevereiro seguinte nomeou-se para o seu lugar **Maria Luísa Braga**.

6 - **A Casa da Instrução**.

A chamada Casa da Instrução compunha-se de apenas duas salas de aula, anexas ao prédio das sessões da Câmara e do júri. Segundo Carlos Legnani, já existia em 1.882, e foi construída mediante subscrição popular, em terreno doado pelo Coronel Joaquim Pio de Souza Moreira.

A lei mineira 3.385, de 29 de junho de 1.886, que aprovou o orçamento da Província para o ano seguinte, permitiu ao Governo despender 600$ com a Casa da Instrução local.

Abrigava, de início, uma classe do sexo masculino e outra do sexo feminino: aquela, regida por **Carlos Alberto Ferreira Lopes**; esta, por **Marianna Theophila de Oliveira**. A sucessora desta, **Anna Cândida de Paiva Reis**, passou a lecionar em sua residência, na atual Rua Barão do Rio Branco, em 1.903, quando foi para a Casa a segunda mestra do sexo feminino, **Adília Igreja do Carmo**. Sua sucessora, **Dídia Igreja do Carmo**, também foi ensinar na própria residência, na Rua Santos Silva, em 1.908, depois que se instalou na Casa a segunda cadeira do sexo masculino, a cargo de **Francisco Raphael de Carvalho**.

A Casa da Instrução funcionou até que se instalasse o Grupo Escolar, em 1.925.

7 - **Agentes fiscalizadores**.

no Douradinho

Portaria expedida em 5 de julho de 1.854 nomeou **Manoel Jacintho Pereira** e **João Antônio de Lemos** visitador e suplente do 12º círculo literário, em Douradinho. Em 1.864 o primeiro ainda se mantinha como inspetor paroquial, consoante o "*Almanak*" de Assis Martins.

O presidente da Província, em 5 de abril de 1.867, nomeou o **Vigário Joaquim Ignácio Xavier** inspetor paroquial do Douradinho, e **Francisco de Paula Vasconcellos** seu suplente. A portaria respectiva baseou-se em proposta que informava ter o inspetor anterior, Manoel J. Pereira, pedido demissão por doença e idade avançada. Informava também estar vago o cargo de suplente.

Em 27 de junho de 1.867, **Francisco de Paula Vasconcellos** obteve nomeação para delegado da Diretoria Geral da Instrução Pública, em Douradinho. Foi exonerado em portaria de 11 de janeiro de 1.869, que nomeou **José d'Arimathéa Morais** para o cargo e **Paulo Alves d'Araújo** para suplente. O primeiro mantinha-se no posto em 1.874, conforme os almanaques de Assis Martins e Saturnino da Veiga, referidos no final.

Em 26 de setembro de 1.879 foram nomeados membros do Conselho Paroquial de Douradinho os padres **Luciano Antônio Pereira** e **José Antônio Martins**; em 22 de março de 1.890, **Manoel Alves Pereira** e **Flávio de Moraes Machado**.

O "Almanak Sul-Mineiro" para 1884 noticiou ser então delegado da Instrução Pública no Douradinho **Manoel Alves Pereira**.

Em dezembro de 1.894 foi nomeado inspetor escolar do Douradinho **Antônio Cândido Pereira**, que obteve exoneração em 20 de fevereiro de 1.896. **Sabino José Pereira** tornou-se suplente do cargo em janeiro de 1.900; em abril de 1.901 passou à condição de titular, ocupando a suplência **José Euzébio Pereira**. Sabino exonerou-se em 4 de fevereiro de 1.905. Seu lugar, em 9 de outubro de 1.907, foi ocupado pelo **Capitão Joaquim Antônio Pereira de Lemos**. Em 11 de novembro de 1.910 a inspetoria do Distrito coube a **Tito Lívio do Prado**, que obteve exoneração em 12 de março de 1.912. Em 13 de agosto de 1.918 foi nomeado inspetor escolar **Antônio Pedro Maciel**, que deixou o cargo em 3 de setembro de 1.920. Em 1º de fevereiro de 1.921 ele foi ocupado por **João Anthero Maciel**. Em 1.933 nomeou-se inspetor **Álvaro Pinto Ribeiro**, que continuava no exercício em fevereiro de 1.935.

no Machado

Em 27 de junho de 1.867, **Joaquim Francisco de Lima** obteve nomeação para delegado da Diretoria Geral da Instrução Pública em Machado. Com o seu falecimento, foi nomeado para o cargo, em 12 de fevereiro de 1868, o **Padre José Antônio Martins**. Este foi exonerado por ato de 11 de janeiro de 1.869, que designou **Domingos José Rodrigues** para substituí-lo e **Antônio Moreira de Sousa Guerra** para suplente. Ambos continuavam nos cargos em 1.874, conforme os almanaques de Assis Martins e Saturnino da Veiga.

O "*Monitor*" de 6 de maio de 1.876 noticiou a nomeação do **Dr. Antônio Cândido Teixeira** para delegado da Diretoria Geral da Instrução Pública em Machado. O mesmo jornal, em 20 de julho de 1.878, informou que o **Major Onofre de Souza Dias** fora nomeado suplente do inspetor escolar da Comarca de Jacuí. E no dia 26 de março de 1.882 comunicou a designação do **Dr. Roque de Souza Dias** para inspetor do 44º círculo literário.

Em 24 de outubro de 1.879 foram nomeados membros do Conselho Paroquial do Machado o **Padre João Baptista das Neves** e o **Tenente-Coronel Flávio Secundo de Salles**; em 22 de março de 1.890, **José Pereira Arantes** e **Francisco Raphael de Carvalho**.

Segundo o "*Almanak Sul-Mineiro*", em 1.884 era delegado da Instrução Pública em nossa Cidade **Antônio Cândido de Souza Dias**.

José Joaquim dos Santos Silva foi nomeado inspetor escolar em 10 de dezembro de 1.884 e exonerado em 28 de novembro de 1.885. Em tal data ocupou seu lugar o **Padre João Baptista das Neves**, por sua vez exonerado em 11 de janeiro de 1.888. No mesmo dia nomeou-se inspetor **João Moreira de Carvalho**.

Em 6 de abril de 1.885 **Francisco Rodrigues de Paiva** foi designado suplente do inspetor escolar de Machado.

O "*Monitor*" de 23 de janeiro de 1.887 comunicou ter sido **Antônio Moreira de Souza Guerra Júnior** nomeado delegado literário de Machado, para substituir o **Tenente-Coronel Flávio Secundo de Salles**, falecido anos atrás.

O cargo de inspetor escolar foi ainda exercido por **Eduardo Pio Westin** (nomeado em 3 de agosto de 1.894); pelo **Dr. Antônio Cândido Teixeira** (nomeado em agosto de 1.897); pelo **Dr. Flávio de Salles Dias**, que teve como suplente Octávio Westin (nomeados em 23 de janeiro de 1.900); pelo **Dr. Manoel José Rodrigues**, que teve como suplente **Anastácio Vieira Machado** (nomeados em 3 de abril de 1.906); novamente pelo **Dr. Flávio de Salles Dias**, tendo como suplente **Diogo Cavalcanti de Albuquerque** (nomeados em 3 de julho de 1.907).

Foram também nomeados inspetores escolares o **Dr. Edmundo de Lacerda** (dezembro de 1.907); o **Dr. Mário Roberto Duarte** (setembro de 1.911); o **Dr. Manoel Francisco Pinto Pereira** (fevereiro de 1.914); **Waldemar Paulino da Costa** (junho de 1.916); o **Dr. Homero Paulino da Costa** (março de 1.918); **Anastácio Vieira Machado**, que teve como suplente **Oscar de Paiva Westin** (março de 1.920); **José Vieira da Silva** (março de 1.921); e o **Dr. Edgard da Veiga Lion** (setembro de 1.921).

Na segunda metade da década de vinte, exerceram o cargo **Pedro Justino de Carvalho**, **Patrício Paes de Carvalho** e o **Dr. Olegário Dias Coelho**. Nos anos trinta, com o título de assistentes técnicos de ensino, atuaram **Luiz de Paula Ducca**, **Aderbal de Alvarenga** e **Mário Francia Pinto**.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da E.E. Dom Pedro I - livro "Termo de Instalação da Escola - Histórico da Escola - Outros Termos e Atas";
2 - Arquivo da Paróquia de Carvalhópolis - "Livro de Tombo da Paróquia de Douradinho" - a partir de 1.930;
3 - Arquivo Público Mineiro - I. P. - códices 4, 5, 9, 11, 12, 22, 29, 34, 44, 53 e 80;
4 - Arquivo Público Mineiro - S. G. - códices 94 e 810;
5 - Arquivo Público Mineiro - S. I. - códices 749, 756, 758, 759, 781, 782, 783, 784, 785 e 786;

6 - Arquivo Público Mineiro - S. P. - códices 129, 164, 367, 380, 543, 752, 807, 856, 1.179, 1.180, 1.181, 1.275 e 1.293;
7 - Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1832 - parte 1ª - Typ. Nacional, Rio de Janeiro, 1.874, págs. 44/45;
8 - Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais dos anos de 1.894, 1.898, 1.899, 1.900, 1.907, 1.908, 1.911, 1.913, 1.927, 1.928, 1.929, 1.934 e 1.935;
9 - Falas e relatórios dos presidentes e vice-presidentes da Província de Minas-Geraes dos anos de 1.850, 1.853, 1.854, 1.855, 1.856, 1.865, l.870, 1.877, 1.881, 1.882, 1.883, 1.884, 1.885, 1.886 e 1.888;
10 - "Jornal do Machado" ns. 10 - 29/10/1.933 - pág. 3;
24 - 4/2/1.934 - pág. 1;
11 - Livro da Lei Mineira - anos de 1.859, 1.860, 1.872, 1.879, 1.884 e 1.886;
12 - "Memorias da Camara da Campanha" - na "Revista do Archivo Publico Mineiro" - anno I, 1.896, pág. 634;
13 - "Minas-Gerais", Belo Horizonte - números diversos;
14 - "Monitor Sul-Mineiro", Campanha - números diversos.
15 - "O Machadense" nº 104 - 2/6/1.934 - pág. 25.

B - **secundárias**
1 - Antônio de Assis Martins - "Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas Geraes" - anos de 1.864, 1.869 e 1.874;
2 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanack Sul-Mineiro" para os anos de 1.874 e 1.884;
3 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História" - caps. V e VIII - na "Revista do 1º Centenário de Machado", nº 5, págs. 1 e 3, e nº 8, pág. 1;
4 - Feu de Carvalho - "Instrucção Publica - Primeiras Aulas e Escolas de Minas-Geraes - 1721-1860" - na "Revista do Archivo Publico Mineiro" - anno XXIV, 1º volume, 1.933 - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.933, págs. 345/391;
5 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem data e local, pág. 34;
6 - Paulo Krüger Corrêa Mourão - "O Ensino em Minas Gerais no Tempo do Império" - edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais - Belo Horizonte, 1.959;
7 - Paulo Krüger Corrêa Mourão - "O Ensino em Minas Gerais no Tempo da República" - edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais - Belo Horizonte, 1.962;
8 - Primitivo Moacyr - "A Instrução e as Províncias" - 3º volume - Cia. Editora Nacional, 1.940, págs. 64 a 227;
9 - Raimundo José da Cunha Matos - "Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)" - 2º volume - co-edição da Ed. Itatiaia e da EDUSP - Belo Horizonte, 1.981, págs. 100/101;
10 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje" - IV-1;
11 - Waldemar de Almeida Barbosa - "Dicionário da Terra e da Gente de Minas" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 173/174.

ESCOLA ESTADUAL DOM PEDRO I

1) - Antecedentes.
2) - A construção do prédio.
3) - Criação, instalação, denominação.
4) - Direção.
5) - Corpos docente e administrativo.
6) - Alunos e classes.
7) - Reformas e empréstimos do prédio.
8) - Atividades e informações diversas.

****

1 - **Antecedentes**.

Já no começo do século XX nossos legisladores se preocupavam em conseguir local que reunisse as classes isoladas de Machado. Assim, a resolução da Câmara 153, de 10 de outubro de 1.908, autorizou seu presidente a construir ou adquirir prédio para um grupo escolar na Cidade. Em 4 de junho do ano seguinte, a resolução 162 autorizou o presidente da Edilidade a comprar imóveis nas ruas Joaquim Teófilo e Harmonia, pertencentes a Francisco Vieira da Silva, para construção do grupo escolar. Na mesma data, a resolução 163 permitiu a contratação de empréstimo que viabilizasse a obra. Chegaram a ser feitos planta e orçamento dela, aprovados pela resolução 166, de 12 de outubro de 1.909. Por motivo que desconheço, os planos se modificaram, e a resolução 188, de 30 de janeiro de 1.911, autorizou a compra da casa que pertencera a Gustavo Fulgêncio Carneiro para servir à finalidade em exame.

Razões políticas, todavia, levaram o governo estadual a retardar a criação do grupo escolar da Cidade. Antes dele, dois se fundaram nos distritos do Município: os do Carmo da Escaramuça (*decreto 2.778, de 15/3/*

1.910) e do Machadinho (*decreto 5.046, de 31/7/1.918*).

2 - **A construção do prédio**.

O prédio da Praça Getúlio Vargas, antiga Rui Barbosa, em que se localiza o "*Dom Pedro I*", foi construído em terreno parcialmente doado por Gabriel Odorico de Souza. Mediante subscrição popular, ele conseguiu ainda a quantia para aquisição do restante da área.

A lei municipal 78, de 28 de maio de 1.921, autorizou o presidente da Câmara a contrair empréstimo para a edificação, feita pela Municipalidade com ajuda do Estado. Este concorreu com metade do custo, orçado em 65:346$160, e em setembro de 1.921 emprestou à Câmara 30:000$000 a prazo de dez anos e juros de 6%. Cumpre ressaltar o esforço e a tenacidade do Dr. Edvar Dias, chefe do governo local, na realização da obra. Mesmo sem esperar a liberação dos recursos oficiais, levou-a adiante, com sacrifício pessoal e mobilização do povo.

3 - **Criação, instalação, denominação**.

Pronto o edifício, o Grupo Escolar foi criado pelo decreto estadual 6.784, de 30 de janeiro de 1.925. A instalação ocorreu no dia 21 de abril seguinte, em sessão solene aberta pelo inspetor municipal, Dr. Edgard da Veiga Lion. Em conseqüência dela, deixaram de funcionar seis classes singulares, que foram extintas pelo decreto 7.003, de 9 de outubro do mesmo ano.

A lei municipal 96, de 23 de outubro de 1.926, autorizou o presidente da Câmara a doar ao Estado prédio e terreno da nova escola.

Em sessão de 19 de abril de 1.923, a Câmara aprovou proposta do Dr. Feliciano Vieira para dar ao estabelecimento o nome de "*Edvar Dias*". Ele não chegou a oficializar-se, mesmo porque faltava ao Município competência para denominar órgão estadual. Não obstante, foi utilizado durante algum tempo (*veja-se assento de 13/2/1.929 no livro "Registo de Proprios Estadoaes", no final referido*).

Por duas décadas o Grupo permaneceu sem nome oficial, até que lhe foi dado o de "*Dom Pedro I*" pelo decreto 2.303, de 11 de outubro de 1.946. Eliane Maria Domingues, em trabalho que concorreu ao "*I Prêmio Homero Costa*", narra se pretendia chamá-lo de "*Dom Pedro II*", a exemplo de uma escola-modelo de Belo Horizonte. Entretanto, por erro na escrita da documentação, recebeu o nome do fundador do Império. A origem deste informe não foi revelada. Em 1.973 passou a chamar-se *Escola Estadual Dom Pedro I*.

4 - **Direção**.

O primeiro diretor do Estabelecimento foi **Arthur Xavier Pedroso**. Aposentado, em 19 de setembro de 1.938 passou a direção à auxiliar **Paulina Rigotti de Castro**. Ela ficou em exercício até 1° de março de 1.939, quando assumiu o cargo **Mário de Lima**, removido do Grupo Escolar de Conquista. Este criou o serviço da sopa escolar. Ao remover-se para o Grupo Escolar de Paraopeba, transmitiu o posto em 3 de maio de 1.947 a **Thereza Rodrigues do Carmo**, também auxiliar, que atuou como diretora em exercício.

Em 10 de março de 1.948 assumiu a diretoria **Iracema Rodrigues**, removida de igual cargo do Grupo Escolar de Poço Fundo. Ela reformou o prédio, construiu a cantina, adquiriu um projetor de filmes e organizou o "*cineminha*" do Grupo. Aposentou-se em 7 de julho de 1.960. Em 18 do mesmo mês entrou em exercício no cargo de diretora a auxiliar **Christina Westin**. Ela se licenciou, antes de aposentar-se, a partir de 1° de março de 1.962. Com sua saída, tornou-se diretora em exercício **Dirce Moreira Rebello**, que ficou no posto até o final de agosto seguinte, deixando-o também para aposentar-se. **Ione Vieira de Vilhena** tornou-se diretora em exercício a partir de 1° de setembro de 1.962, e permaneceu no cargo até novembro de 1.967.

Cléa Figueiredo D'Eleutério foi diretora de 24 de novembro de 1.967 até abril de 1.972, assumindo depois a direção da E.E. Comendador Lindolfo. Em sua gestão a Escola foi acrescida de cinco classes, iniciando-se a educação integrada, que funcionava à noite. Conseguiu verbas para melhora da merenda e para aquisição de uniformes de alunos carentes.

Edwiges de Paiva Barix entrou em exercício no dia 5 de abril de 1.972. Instalou o pré-escolar "*Pluminha Azul*". No seu mandato foram criados o coral, a fanfarra e o banco do livro. O prédio passou por duas reformas, durante as quais a Escola funcionou no Ginásio São José. Deixou o cargo para aposentar-se, em setembro de 1.985.

Maria Aparecida de Andrade mudou os uniformes, adquiriu móveis e utensílios, ampliou a fanfarra, criou concursos de poesias e de reis-mirins, e conseguiu a interdição da via pública em frente da Escola no horário das aulas. Ocupou o cargo em setembro de 1.985, e deixou-o em 8 de agosto de 1.990.

Marilena Ferreira Gonçalves assumiu a direção em seguida, como interina. Foi eleita em 24 de novembro de 1.991, vencendo a candidata Marize Prado Pereira, e tomou posse dois meses depois. Reelegeu-se sem disputa em 5 de dezembro de 1.993. Ganhou novo pleito em 24 de novembro de 1.996, derrotando Maria Célia Brigagão de Carvalho. Construiu a sala de vídeo e conseguiu nova reforma do prédio. Adquiriu vários aparelhos eletrodomésticos, como televisor e video-cassete. No seu período foi municipalizado o curso pré-escolar. Deixou a direção em 1.999.

Em pleito realizado no dia 5 de dezembro de 1.999 alcançou a diretoria **Maria Célia Brigagão de Carvalho**, sem concorrentes.

5 - **Corpos docente e administrativo**.

Na data da instalação, compunham o corpo docente do Grupo Escolar: Anna Cândida de Paiva Reis, Augusta Xavier de Toledo, Corina Amália da Silva Dias, Dídia Igreja do Carmo, Eurípedes de Paula Rabelo, Francisco Raphael de Carvalho, Maria Luíza Braga e Paulina Rigotti.

Seguiram-se-lhes, nos primeiros anos, Aristotelina Prado, Deolinda Tenório de Souza, Jacy Gabriella Dias, Maria Amélia Figueiredo, Maria Augusta Pereira Alvarenga, Maria da Conceição Castro, Maria José Domingues Campos, Maria Nazareth da Silva Legnani, Maria Panaim Vilela e Ordália Pereira Lima.

Começaram a trabalhar no Estabelecimento ainda na primeira metade do século, entre outras, Adelaide Figueiredo Scalco, Alice Cavalcante Pimentel, Amélia Reis Pereira, Ana Martins Souza, Aurora Mezzavilla Abdelmur, Christina Westin, Cléa Figueiredo D'Eleutério, Dirce Moreira Rebello, Dolores Fagundes, Elvira Chagas, Georgina Alves Penha, Hebe Escobar Machado, Ieda Dias Guerra, Ione Vieira de Vilhena, Julieta Mezzavilla Ferraz, Leonina Pereira, Margarida Rossetti de Almeida, Maria Conceição Araújo Dias, Maria Dagmar Pereira, Maria Inês Moreira Del Porto, Maria Salomé Dias Moreira, Matilde Dias Brandão, Mirá Moreira Dias, Ondina Dias, Thereza Rodrigues do Carmo, Thereza Wilhans Fabrise, Vera Dias, Vicentina Ferreira e Zilda Pereira Lima.

Como porteiros ou serventes, ingressaram no Grupo, ainda em sua primeira década, Agripina dos Santos Silva, Joaquim Baptista Ramos, José Pereira da Silva, Maria Dagmar Andrade e Maria Eleaquina Andrade.

No final do milênio, a Escola tinha 30 professores e 45 funcionários.

6 - **Alunos e classes**.

Em 1.925 matricularam-se no Grupo 635 alunos, mas sua freqüência média foi de apenas 314. Em 1.927 eles eram 559, distribuídos em 8 classes. Um ano depois seu número elevava-se a 639, e as cadeiras haviam sido desdobradas.

Em 1.933, para 694 alunos matriculados, havia 16 classes, em dois turnos. Em 1.937 o Estabelecimento possuía 819 alunos, em 19 classes. Segundo o "*Luminar Machadense*", em março de 1.964 ele matriculara 684

estudantes, em 16 classes. No ano de 1.975 aqueles eram 756, repartidos em 21 classes, três das quais no período noturno.

Em 1.981 a Escola tinha 850 alunos, distribuídos em 22 classes. Na década de noventa, o número daqueles oscilou de 600 e poucos a 700, do pré-escolar à 4ª série. No final de 2.000 eram 666 os alunos.

Em 1.947 funcionou um curso de educação de Adultos, no qual lecionaram Elvira Chagas, Maria Amélia Figueiredo e Prudêncio de Almeida Vilhena.

Como já visto, o pré-escolar "*Pluminha Azul*" foi criado na gestão de Edwiges de Paiva Nasser. A lei local 1.092, de 31 de janeiro de 1.997, autorizou a municipalização das turmas de pré-escola de 6 anos da rede estadual de ensino no Município, entre as quais as do "*Dom Pedro I*". Foi firmado convênio com o Estado para isso.

7 - **Reformas e empréstimos do prédio**.

Em sua já longa existência o prédio passou por sucessivas reformas. No ano de 1.942 foi ampliado por Waldemar Soares Camargo. Em 1.949 recebeu reparos diversos. Em 1.956 esteve interditado para obras, funcionando suas classes no Abrigo "*Jesus, Maria, José*" e na Associação Comercial. Em 27 de agosto de 1.957 inaugurou-se a *Cantina* "*Três de Julho*", anexa ao prédio principal, construída sem ônus para o Estado com donativos e promoções. A lei estadual 2.356, de 12 de janeiro de 1.961, abriu crédito para pagamento à Prefeitura, referente a acréscimos verificados com a medição final das obras nele então feitas.

A lei municipal 74, de 1 de outubro de 1.970, autorizou o Executivo a firmar convênio com a CARPE (*Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Escolares*) para reforma do edifício do "*Pedro I*", e a arcar com pouco mais da metade do seu valor. O serviço foi feito em 1.973. O mesmo órgão estadual o ampliou significativamente um decênio depois, construindo novo bloco e convertendo o porão em sala de múltiplo uso. Nessas duas épocas a Escola funcionou em cômodos alugados do Ginásio São José.

Iniciou-se em 1.986 nova reforma, concluída no ano seguinte. Em 1.993, com ajuda do Município fizeram-se obras no piso, no forro, na fachada, e se renovou a pintura.

Nas dependências do "*Dom Pedro I*" já funcionaram a Escola Noturna da Liga Operária e a Escola Técnica de Comércio (década de cinqüenta), o "*Comendador Lindolfo*" (1.961), parte do "*Gabriel Odorico*" (segunda metade da década de sessenta), além do Curso Supletivo. Em 1.998 foi

implantada lá a Suplência Municipal (1ª à 4ª série), no período noturno.

A lei local 1.313, de 27 de junho de 2.000, autorizou o Executivo a firmar convênio com o Estado, para cessão de uso de parte do pátio da Escola, destinada à construção de salas. Na verdade, elas já estavam prontas e abrigavam as turmas de pré-escolar.

8 - **Atividades e informações diversas**.

A Caixa Escolar organizou-se em 13 de maio de 1.925. Teve como primeiro presidente o Dr. Edgard da Veiga Lion. Foi declarada de utilidade pública pela lei municipal 848, de 24 de junho de 1.992.

Em 27 de junho de 1.925 o inspetor escolar Justino de Carvalho fundou a Liga da Bondade "*Dr. Sandoval de Azevedo*". Ignoro quais eram seus fins e até quando existiu.

Em 1.928 funcionava junto ao Estabelecimento uma associação das mães de família, presidida por Maria Luísa de Paiva. Não sei qual foi sua duração. Em 8 de março de 1.939 foi inaugurado o serviço da sopa escolar.

Fundou-se em 17 de fevereiro de 1.940 a "*Associação de Melhoramentos Escolares*", cuja primeira diretoria foi assim composta: *presidenta* - Paulina Rigotti de Castro; *secretária* - Thereza Rodrigues do Carmo; *tesoureira* - Maria Nazareth da Silva Legnani. Ela esteve ativa até 1.955, pelo menos.

Em 16 de junho de 1.978 foi criado o "*Banco do Livro*". Inaugurou-se em 25 de maio de 1.983 o *Centro Cívico "Dr. Aprígio Nogueira*", atualmente desativado.

Desde março de 1.984 professores, pais, serviçais e representantes da comunidade se congregaram no "*Colegiado*".

O serviço odontológico da Escola começou em 1.928. Dados a seu respeito encontram-se no volume terceiro.

O "*Dom Pedro I*" teve duas bibliotecas, uma pedagógica e outra infantil (depois unificadas), de que se tratará noutro capítulo. Já circularam entre os alunos quatro jornais infantis: "*Gazeta Escolar*", "*O Patriota*", "*Mensageiro do D. Pedro*" e "*DP Noticias*" - cuido deles na parte relativa à imprensa.

No setor musical, mencione-se o coral infantil "*Os Pequenos Cantores do Dom Pedro I*", fundado na segunda metade da década de sessenta por Cármen Fadel, já extinto. A Escola criou em 1.979 uma fanfarra, que também não mais existia no final do milênio.

Anualmente, a partir da década de oitenta, promoveram-se festas dos reis-mirins e junina, e concurso de poesias. Havia também a mini-olimpíada, que foi paralisada.

Em 1.999 a Escola desenvolveu dois projetos de realce: a reforma da Praça Getúlio Vargas, em parceria com a Prefeitura e vizinhos; e a edição do livro "*Memórias*" , sobre a história de Machado.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de atas nº 1, pág. 94v., e nº 2, pág. 71v.;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de leis nº 13;
3 - Arquivo da E.E. Dom Pedro I - livro "Associação de Melhoramentos Escolares";
4 - Arquivo da E.E. Dom Pedro I - livro "Atas de Reuniões - 1.938 a 1.940";
5 - Arquivo da E.E. Dom Pedro I - livro "Atas de Reuniões Gerais das Professoras - 1.963 a 1.981";
6 - Arquivo da E.E. Dom Pedro I - livro "Catálogo de Filmes - Cineminha do Grupo";
7 - Arquivo da E.E. Dom Pedro I - livro "Inventário - 1.925 a 1.976";
8 - Arquivo da E.E. Dom Pedro I - livro "Posses e Exercícios - 1.925 a 1.949";
9 - Arquivo da E.E. Dom Pedro I - livro "Posses e Exercícios - 1.960 a 1.974";
10 - Arquivo da E.E. Dom Pedro I - livro "Termo de Instalação da Escola - Histórico da Escola - Outros termos e atas";
11 - Arquivo da E.E. Dom Pedro I - livro "Termos de Posse e Exercício - 1.994 em diante";
12 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898-1919";
13 - Arquivo Público Machadense - livro 65: "Leis da Câmara Municipal - 1912- 932";
14 - Arquivo Público Machadense - livro sem número: "Registo de Proprios Estadoaes", da Secretaria das Finanças - pág. 5;
15 - Arquivo Público Machadense - pasta "Escola Estadual Dom Pedro I";
16 - Arthur da Silva Bernardes - "Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado ao Congresso Mineiro, em sua 4ª sessão ordinária da 8ª legislatura, no anno de 1922", pág. 24;
17 - Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais dos anos de 1.910, 1.918, 1.925, 1.946 e 1.961 - Imprensa Oficial, Belo Horizonte;
18 - "DP Notícias" nº 1 - maio de 1.996 - págs. 1 a 5;
19- "Folha Machadense" ns. 54 - 20/4/1.975 - pág. 3;
368 - 6/9/1.981 - pág. 25;
400 - 8/5/1.982 - pág. 8;

416 - 28/8/1.982 - pág. 1;
490 - 3/3/1.984 - pág. 14;
815 - 18/8/1.990 - pág. 3;
880 - 23/11/1.991 - pág. 1;
887 - 25/1/1.992 - pág. 1;
950 - 14/4/1.993 - pág. 11;
980 - 11/12/1.993 - pág. 4;
1133 - 8/12/1.996 - pág. 4;
1142 - 15/2/1.997 - pág. 4-B;
1282 - 13/11/1.999 - pág. 15;
1286 - 11/12/1.999 - págs. 7,10;
1314 - 1/7/2.000 - pág. 16;
20 - informações pessoais de Maria Célia 8rigagão de Carvalho e Marilena Ferreira Gonçalves;
21 - "Luminar Machadense" nº 89 - 25/3/1.964 - pág. 2;
22 - "Machado-Jornal" nº 16 - 14/4/1.928 - pág. 11;
23 - "Minas Gerais" de 6/2/1.925 - pág. 1;
10/7/1.926 - pág. 1;
28/11/1.926 - pág. 2;
14/4/1.927 - págs. 1 e 2;
4/5/1.928 - pág. 1;
19/7/1.931 - pág. 2;
2/4/1.932 - pág. 29;
24 - "O Machadense" ns. 104 - 2/6/1.934 - pág. 11;
1041- 26/5/1.968 - pág. 1;
25 - "0 Popular" nº 17 - 19/6/1.927 - pág. 1;
26 - "Siga em Frente" nº 15 - 1/5/1.993 - pág. 8;
27 - "Tribuna Machadense" nº 77 - 11/6/1.983 - pág. 1.

B - **secundárias**

1 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", cap. VIII - na "Revista do 1º Centenário de Machado" nº 8, págs. 4 a 24;
2 - Cornélio Camargo - "Waldemar Soares Camargo" - em "Coletânea de Monografias sobre Vultos Machadenses" - Serviço de Educação e Cultura da Prefeitura, mimeografado, 1.986, pág. 52;
3 - Eliane Maria Domingues, sob o pseudônimo de "Chitara" - "E.E. D. Pedro I" - em "Concurso de Monografias "Homero Costa" sobre a História de Machado" - Serviço de Educação e Cultura da Prefeitura, mimeografado, 1.987, págs. 16 a 21;
4 - Flávio Caixeta R. Guerra, sob o pseudônimo de "Lion" - "Histórico da Escola Estadual D. Pedro I" - em "Concurso de Monografias "Homero Costa" sobre a História de Machado" - Serviço de Educação e Cultura da Prefeitura, mimeografado, 1.987, págs. 6 a 15;
5 - "O Município de Machado" - trabalho da Commissão Social da Semana Ruralista e Exposição Regional do Sul de Minas - Typ. Carlos Meier & Cia. Ltda., Rio de Janeiro, 1.937.

ESCOLA ESTADUAL GABRIEL ODORICO

1) - Criação, denominação, instalação.
2) - O Curso Complementar.
3) - Direção.
4) - Corpos docente e administrativo.
5) - Alunos e classes.
6) - O prédio.
7) - Atividades e informações diversas.

****

1 - **Criação, denominação, instalação**.

Em meados do século XX o Governo Federal, por convênio com o Estado de Minas, obrigou-se a construir em seu território três grupos escolares. Um deles - ao que consta, por influência política do Dr. Feliciano Vieira da Silva - se destinou a nossa cidade. Criado pela lei estadual 3.774, de 21 de abril de 1.952, recebeu o nome de "*Gabriel Odorico*", em reconhecimento ao machadense que doara terreno para edificação do "*Dom Pedro I*".

A instalação se deu no dia 10 de março de 1.955, em cerimônia presidida pelo inspetor Djalma Costa.

2 - **O Curso Complementar**.

O Código do Ensino Primário, constante da lei estadual 2.610, de 8/1/62, dispôs no artigo 53 sobre o curso primário complementar. Era constituído de uma ou duas séries (5ª e 6ª), e foi adotado em apenas alguns estabelecimentos, conforme as possibilidades e a conveniência locais. Além das

matérias curriculares, oferecia as de artes industriais, economia doméstica e técnicas comerciais, preparando os alunos para o ensino técnico de grau médio.

Ele foi criado na nossa, e em outras setenta cidades, pelo decreto estadual 9.499, de 27 de janeiro de 1.966. Funcionou no primeiro ano em salas cedidas pelo Ginásio são José. Teve início em 16 de março a classe de cultura, regida provisoriamente por Ruth dos Anjos Lima. No dia 1° de abril a inspetora Julieta de Souza fez a instalação oficial, com 32 alunos matriculados. Dois meses depois, Namyr Magalhães Branquinho assumiu como professora de cultura geral, ficando responsável pelo Curso enquanto durou. Eva dos Santos Silva de Souza Dias lecionou economia doméstica, tendo sido substituída durante alguns meses por Maria de Lourdes Carvalho Dias.

No começo de 1.967, o Complementar esteve dois meses em dependências emprestadas pelo Abrigo Jesus, Maria, José. Transferiu-se a seguir para o Colégio Comercial. Naquele ano passaram a ser dadas aulas de técnicas comerciais (a cargo de Heloísa Helena Branquinho Braga) e de marcenaria (a cargo de Laércio da Silva Fadini).

A portaria 82 da S.E.E., de 3 de abril de 1.968, anexou ao "*Gabriel Odorico*" o Complementar. Para abrigá-lo, o Município construiu galpão com duas salas, utilizado a partir de agosto. No dia 19 de outubro seguinte ocorreu a inauguração festiva, recebendo o Curso o nome de "*Madre Trindade Mateo*". As aulas de cultura, todavia, continuaram a ser ministradas no Colégio Comercial, ao menos até 1.970.

O Curso Complementar manteve-se com verba da Prefeitura, contribuições dos professores e da comunidade, e remuneração do trabalho de marcenaria dos alunos. Estes fabricaram carteiras e reformaram móveis para outros estabelecimentos.

A lei de reforma do ensino (5.692/71) reformulou o currículo, as séries e a carga horária das escolas, acarretando a extinção dos cursos complementares.

O decreto estadual 16.097, de 12 de fevereiro de 1.974, determinou que o Grupo passasse a constituir, com o Complementar, unidade de ensino de primeiro grau, da primeira à oitava séries (até então não tinha a sétima e a oitava). Alterou-lhe a denominação para *Escola Estadual de Primeiro Grau Gabriel Odorico*.

3 - **Direção**.

A primeira diretora foi **Georgina Alves Penha**, que por muitos anos lecionara no "*Dom Pedro I*". Ela se aposentou em 1.963.

Sucedeu-lhe **Ceila Caproni Gonçalves**, que também permaneceu na chefia da Escola até deixar o serviço público, em 1.987.

Norma dos Anjos Weber assumiu a direção em 3 de agosto de 1.987, e ficou até o início de 1.992.

Em 24 de novembro de 1.991 houve a primeira eleição para diretora, ganha por **Nidia Caproni Gonçalves Resende**, que venceu Ana Luísa dos Santos. A posse ocorreu dois meses depois. Ela foi reeleita nos pleitos ocorridos em 5/12/93 e em 24/11/96. No último, derrotou Rosa Maria de Fátima.

Bernardete Oliveira Silva de Souza chegou à diretoria, sem concorrentes, na eleição realizada em 5 de dezembro de 1.999.

4 - **Corpos docente e administrativo**.

Ao ser instalado, o Grupo Escolar tinha as seguintes professoras: Cármen Terezinha Figueiredo, Gelcira Figueiredo, Layza Passos Swerts, Magda Dias, Maria Anícia Pereira e Tereza de Jesus Vieira. Ainda no primeiro lustro juntaram-se a elas Áurea Nogueira Rodrigues, Ceila Caproni Gonçalves, Evangelina Rodrigues de Oliveira, Glória Resende, Maria Nazareth da Silva Legnani, Nilza Cândida Dias, Ruth Fadel Annoni, Vera Moreira Guerra e Vilma Passos Maia.

As primeiras serventes foram Laudelina Cândida de Morais, Lourdes Prado da Silva, Maria Prado da Silva e Regina da Silva Soares.

Na virada do milênio a Escola tinha 1 diretora, 1 vice-diretora, 1 orientadora, 2 supervisoras, 42 professores, 1 secretária, 5 funcionários de secretaria e 13 serviçais.

5 - **Alunos e classes**.

Ao iniciar as atividades, o "*Gabriel Odorico*" tinha 402 alunos matriculados. Em 1.975 possuía 812, da primeira à oitava séries. No ano de 1.980, cerca de 900 freqüentavam suas 22 classes. Em 1.988 abrigava 1.200, distribuídos por 37 classes, em três turnos. No final de 1.993 eles já eram cerca de 1.500.

Em 9 de fevereiro de 1.981 começou a funcionar o pré-primário, com o nome de "*Janelinha do Saber*". A lei local 1.092, de 31 de janeiro de 1.997, autorizou a municipalização das turmas de pré-escola da rede estadual de ensino no Município, entre as quais as do "*Gabriel Odorico*". Estas

deixaram de existir em 1.999.

Pouco após a fundação da *E. E. Paulina Rigotti de Castro*, passaram a funcionar nela turmas de 5ª à 8ª série, vinculadas à "*Gabriel Odorico*". A ligação cessou em 1.990.

No início de 1.998 a Secretaria da Educação promoveu diversas mudanças em classes escolares do Município, passando para a "*Iracema Rodrigues*" os alunos da quinta à oitava séries noturnas do "*Gabriel Odorico*". Uma turma de quarta série foi transferida para a "*Rúbens Garcia*".

Optando pelo sistema de ciclos em 2.000, a Escola passou a oferecer o *intermediário* (4ª, 5ª e 6ª séries) e o *avançado* (7ª e 8ª). Teve também o projeto *Acertando o Passo*, no período noturno, em um ano, para pessoas desejosas de completar o antigo primeiro grau.

No início do novo milênio deixou de funcionar a 4ª série, sendo mantidas 30 turmas da 5ª à 8ª. Freqüentavam-nas cerca de 1.050 alunos.

6 - **O prédio**.

Para construção do "*Gabriel Odorico*", o Município adquiriu terreno na Avenida Santa Cruz, do Espólio de Francisco Teodoro da Silva, por Cr$90.000,00, autorizado pela lei 86, de 25 de abril de 1.951. Doou-o em seguida ao Estado, com permissão da lei 89, de 22 de outubro do mesmo ano. A respectiva escritura. lavrada no 1° Tabelionato local, data de 3 de janeiro de 1.952.

O engenheiro responsável pela obra foi Maurício Dias Vieira, ficando sua chefia a cargo de Antenor de Holanda Cavalcanti e Mozart da Silva Pinto.

O prédio foi reformado nos anos de 1.965 a 1.968, quando se suprimiu a parte residencial, se aumentou a sala da diretoria e se construíram sala de professores, biblioteca, cantina e galpão. Nessa época as aulas foram ministradas no "*Pedro I*" e no Colégio Comercial.

A CARPE nele efetuou novos serviços e ampliações em 1.974. Em agosto de 1.979 foi inaugurada a quadra de esportes, feita com auxílio do Município e da comunidade. No ano de 1.984 voltou a sofrer reparos: modificação de salas, aumento de sanitários, troca de portas, etc.. Em 1.991 concluíram-se novas reformas, como ampliação e azulejamento da cozinha, construção de sanitários para o pré-escolar e pintura.

7 - **Atividades e informações diversas**.

A Caixa Escolar, denominada "*Mathilde de Abreu Nogueira*", fundou-se em 10 de março de 1.956. Foi declarada de utilidade pública pela lei municipal 848, de 24 de junho de 1.992.

O Estabelecimento possuiu Associação de Pais e Mestres, fundada em 1.963, e Centro Cívico, já desativados. Em 1.981 foi criada a Associação "*Amigos da Escola*", tendo como principal objetivo a integração com a comunidade. A partir de 1.984 existiu o "*Colegiado*", composto de professores, pais, alunos, serviçais e outros cidadãos. Manteve-se serviço de orientação educacional.

O "*Gabriel Odorico*" dispõe de biblioteca, e já fez circular os jornais estudantis "*A Verdade*", "*Mensageiro Escolar*", "*Folha de Prata*" e "*UAI Informações*" (este, pertencente ao Centro Cívico). Deles se dará notícia mais pormenorizada no capítulo relativo à imprensa.

No volume terceiro encontram-se informes sobre o serviço odontológico da Escola.

No setor musical, as professoras Dóris Nannetti e Haydée Regina Silva Pinto organizaram em maio de 1.968 o conjunto "*Os Tremendões*". A Escola já possuiu uma fanfarra.

Promoveram-se em vários anos feiras de ciências e concursos de poesias.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
l - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de leis nº 7;
2 - Arquivo da E.E. Gabriel Odorico - cadernos diversos de anotações e recortes;
3 - Arquivo da E.E. Gabriel Odorico - livro "Ata de Instalação do Curso Complementar";
4 - Arquivo da E.E. Gabriel Odorico - livro "Atas do Curso Complementar - 1.966/1.972";
5 - Arquivo Público Machadense - livro 513: "Plano Municipal de Implantação da Reforma do Ensino em Machado";
6 - Arquivo Público Machadense - pasta "Escola Estadual Gabriel Odorico";
7 - Coleção dos Decretos do Estado de Minas Gerais de 1.952 - Imprensa Oficial,

Belo Horizonte, 1.959, pág. 99;
8 - “Folha de Prata” ns. 1 - março de 1.980;
3 - abril de 1.981;
9 - “Folha Machadense” ns. 7 - 5/5/1.974 - pág. 1;
24 - 7/9/1.974 - pág. 8;
82 - 9/11/1.975 - pág. 3;
271 - 12/8/1.979 - pág. 5;
291 - 2/3/1.980 - pág. 1;
368 - 6/9/1.981 - pág. 25;
485 - 28/1/1.984 - pág. 1;
490 - 3/3/1.984 - pág. 14;
558 - 6/7/1.985 - pág. 6;
663 - 8/8/1.987 - pág. 1;
669 - 19/9/1.987 - pág. 13;
843 - 16/3/1.991 - pág. 10;
881 - 30/11/1.991 - pág. 1;
893 - 7/3/1.992 - pág. 3;
980 - 11/12/1.993 - pág. 4;
1132 - 30/11/1.996 - pág. 10;
1142 - 15/2/1.997 - pág. B-4;
1189 - 24/1/1.998 - pág. 8;
1286 - 11/12/1.999 - pág. 7;
1294 - 12/2/2.000 - pág. 6;
10 - informações pessoais de Bernardete Oliveira Silva de Souza;
11 - Lex - Legislação do Estado de Minas Gerais, 1.962 - Lex Editora, São Paulo, págs. 8 a 48;
12 - “Minas Gerais” de 27/1/1.966 - pág. 1;
13/2/1.974 - pág. 5;
13 - “O Machadense” ns. 959 - 19/9/1.965 - pág. 5;
1039 - 12/5/1.968 - pág. 3;
14 - “Tribuna Machadense” ns. 21 - 25/10/1.980 - pág. 1;
87 - 24/12/1.983 - pág. 1;
45 - 17/4/1.988 - pág. 2.

B - **secundárias**

1 - Carlos Legnani - “Histórias da Nossa História”, cap. VIII, na “Revista do 1º Centenário de Machado”, vol. VIII, pág. 24.

****

ESCOLA ESTADUAL IRACEMA RODRIGUES

1) - Criação, denominação, instalação.
2) - A fusão com o "São José" - Criação do segundo grau.
3) - Direção.
4) - Corpos docente e administrativo.
5) - Alunos e classes.
6) - Os prédios.
7) - Atividades e informações diversas.

****

1 - **Criação, denominação, instalação**.

Em agosto de 1.963, mediante convênio do Município com o Estado, o curso primário da Escola Profissional La Salle passou a ser ministrado por professoras públicas. Funcionaram de início duas classes, sob o nome de **Escolas Combinadas Porvir Científico**, ou **Entidade Escolar La Salle**, a cargo de Regina Stela Vieira Garcia e Ivone Macedo. Abriram-se depois duas outras. A coordenadora foi Ruth dos Anjos Lima Romanello.

Para aprovar o funcionamento da Escola de Comércio, o Conselho Federal de Educação exigia que houvesse, anexa a ela, uma escola de primeiro grau. Por isso, e graças ao empenho do Prefeito Lucas Tavares de Lacerda - que escolheu sua patrona - em fevereiro de 1..964 o curso acima referido foi estadualizado, sob o nome de **Escolas Reunidas Iracema Rodrigues**.

O Código do Ensino Primário então em vigor (lei estadual 2.610, de 8/1/62) chamava de escolas reunidas os estabelecimentos de ensino primário constituídos pelo agrupamento de, pelo menos, seis classes, instalados em um só prédio, dirigidos por um dos professores e com a matrícula total mínima de 240 alunos.

As Escolas Reunidas instalaram-se no dia 15 de fevereiro de 1.965, em quatro salas cedidas pela Escola de Comércio, no prédio da Praça Olegário Maciel, 12. O decreto estadual 11.785, de 2 de abril de 1.969, transformou-as em grupo escolar, com a mesma denominação de "*Iracema Rodrigues*". Houve então aumento de turnos.

2 - **A fusão com o "São José" - Criação do segundo grau**.

Em dezembro de 1.983 o Município adquiriu o prédio do Centro Educacional São José. Para lá se transferiu o Colégio Municipal, em convênio com o Estado, que recebeu os alunos daquele.

A "*Iracema Rodrigues*", que mal se acomodava no velho casarão da Santa Casa, também se mudou para o edifício dos lassalistas, e, por sua vez, absorveu o Municipal.

Ato de 9 de março de 1.985, da Secretaria da Educação, autorizou que a Escola Iracema Rodrigues tivesse acréscimo de séries (da 5ª à 8ª). O decreto 24.430, de 22 do mesmo mês, criou nela o ensino de segundo grau, até então inexistente em Machado na rede pública. A portaria 209, de 28 seguinte, autorizou o funcionamento do segundo grau na Escola, com habilitação profissional de técnico em contabilidade.

Em 28 de junho daquele ano o Estado recebeu a escritura do prédio, e deu por inaugurado o novo curso. Com isso a "*Iracema*" se consolidou como escola de segundo grau, substituindo o "*São José*". O desaparecimento do nome deste, tradicional na Cidade, gerou protestos. Marilda Signoretti deu explicações em artigo publicado na "*Folha Machadense*" 562, do qual extraio este trecho:

> *"O Plano de Expansão de Ofertas Educacionais do Estado, em vigor a partir de 84, não previa para Machado a criação de novas unidades escolares - a não ser a "Paulina Rigotti de Castro" - e nem permitia a encampação de escolas municipais, mas sim extensão de séries e criação do 2° Grau, em escola estadual em funcionamento.*
> *Como conseguir então o que pretendíamos?*
> *O "São José" fora extinto e de qualquer forma não seria o caminho indicado, por se tratar de escola particular, portanto, fora do plano do Estado. Pelo Colégio Municipal, igualmente impossível, de vez que não se podia cogitar em encampação.*
> *Pois bem, havia uma terceira alternativa: a Escola Estadual "Iracema Rodrigues", em funcionamento desde 64, com 1° grau de 1ª à 4ª séries, bem instalada e com situação perfei-*

tamente regular, preenchendo todos os quesitos para receber a extensão de séries e concomitante criação do 2º grau. Este foi o caminho e assim foi feito.".

3 - **Direção**.

A instalação das Escolas Reunidas foi dirigida por **Julieta Mezzavilla Ferraz**, na época diretora do *Grupo Escolar Comendador Lindolfo de Souza Dias*. Assumiu em seguida seu lugar **Francisca Silva Vieira**, que logo se afastou para ocupar o cargo de inspetora. Alçou-se então à diretoria **Ruth dos Anjos Lima Romanello**. Por curto período de quatro meses, em época que não pude precisar, substituiu-a a ex-inspetora **Julieta de Souza**, depois removida para Pouso Alegre. Voltando ao cargo, Ruth nele permaneceu até 1.985.

Marilda Miranda Signoretti foi nomeada diretora em caráter transitório, com a incumbência de consolidar a junção das escolas e o funcionamento do segundo grau. Em dezembro de 1.985 ela pediu demissão, por mudar-se da Cidade. No dia 21 do mesmo mês houve eleição para escolha do substituto, vencida por **José Carlos Vilela**, que assumiu o cargo. Em segundo lugar ficou Simon Dupont, e em terceiro, Pedro Ernesto da Cunha.

Em 24 de janeiro de 1.992 tomou posse o novo diretor, **Darcy Caixeta**, eleito dois meses antes, derrotando Nádia Soares de Souza. Ele foi reeleito dois anos depois, em disputa com Neide Pena Cária.

No dia 24 de novembro de 1.996, novo pleito levou à diretoria **Vânia Moterani Swerts**, que venceu Adlr D'Eleutério Fllho.

Candidata da oposição, **Dorotéa Carvalho Fernandes Lima** tornou-se diretora em apertada eleição realizada no dia 5 de dezembro de 1.999, derrotando a ocupante do cargo.

4 - **Corpos docente e administrativo**.

Foram estas as primeiras professoras da Escola: América Passos Maia do Lago, Janete Dias Nannetti, Maria José Gonçalves, Myrian de Oliveira Dias, Rosa Maria Signoretti e Wanda Santos Caixeta. As primeiras serventes foram Sinésia Luíza Martins e Célia de Carvalho Mendes Brígida.

Em 1.981 havia 14 professoras regentes de classe, 1 supervisora pedagógica, 1 assistente escolar, 1 professora de artes, 1 professora de religião, 2 professoras de educação física e 2 professoras à disposição da diretoria.

No início de 1.988 a Escola esteve em crise por força

de decreto estadual que, visando a reorganizar o quadro de pessoal das unidades de ensino, determinou que todos os funcionários voltassem a seus cargos, cessando as designações e comissionamentos. Com isso, a "*Iracema Rodrigues*" perdeu cinco secretárias, três vice-diretores, cinco supervisoras não concursadas, seis professoras contratadas e duas orientadoras.

No final de 1.991 a Escola elaborou Plano Piloto de Autonomia e Descentralização.

5 - **Alunos e classes**.

De início, a Escola teve 300 alunos matriculados. Em 1.977 havia dois turnos diários, com 423 alunos em 12 classes, do pré-primário à 4ª série. Em 1..981 ela já possuía 467 alunos, em 14 classes.

O número de alunos aumentou consideravelmente em 1.985, quando a Escola incorporou o Colégio Municipal, que já recebera os do "*São José*". Além disso, naquele ano houve extensão de séries (da 5ª à 8ª) e criação do ensino de segundo grau.

Em 1.988 a Escola tinha cerca de 1.400 alunos.

Em junho de 1.989 foi autorizado o curso de magistério.

Em 1.991 havia em funcionamento 27 salas de aula em três períodos, do pré ao terceiro colegial.

Em meados de 1.996 o Governo decidiu fechar os cursos profissionalizantes de magistério e de técnico em contabilidade, que foram concentrados em cidades-pólo. Gradativamente, a partir de 1.997, a Escola deixou de aceitar matrícula neles, culminando por encerrá-los em 1.999.

A lei local 1.092, de 31 de janeiro de 1.997, autorizou a municipalização das turmas de pré-escola de 6 anos da rede estadual de ensino no Município, entre as quais a da Escola Iracema Rodrigues, denominada "*Chavinha Mágica*". Isso foi feito já a partir daquele ano.

Em meados de 1.997, a Escola foi selecionada pela Secretaria da Educação para ser sede de um núcleo do programa estadual de informática nas escolas.

No início de 1.998 foi assinado convênio para criação de uma central de língua estrangeira na Escola, que recebeu recursos para manter sala com televisão, vídeo e gravador. No semestre seguinte implantou-se o projeto "*A Caminho da Cidadania*", que oferecia em um ano e meio o ensino médio a

pessoas acima da idade escolar convencional.

O Estado alterou a programação escolar para 1.998, e os alunos de CBA à 4ª série da "*Iracema Rodrigues*" foram transferidos para a "*Rúbens Garcia*". Aquela teve de receber os alunos do noturno da 5ª à 8ª séries das escolas "*Gabriel Odorico*" e "*Paulina Rigotti de Castro*". No final daquele ano, a "*Iracema Rodrigues*" tinha cerca de 3.100 alunos.

6 - **Os prédios**.

Como já afirmado, a Escola começou a funcionar em salas cedidas por empréstimo, utilizadas à noite pelo Colégio Comercial, no prédio da atual Casa da Cultura. Feito para abrigar a antiga Santa Casa, apesar das adaptações ele era de todo inadequado para escola.

Muito se lutou para dotar a "*Iracema Rodrigues*" de edifício próprio. Para construí-lo, o Estado exigia do Município a doação de terreno. Fazia porém muitas exigências quanto a suas especificações, o que tornava difícil encontrar um que servisse.

Após muita procura, o governo local decidiu-se por imóvel situado na Praça Corina Dias. A lei 33, de 26 de dezembro de 1.968, abriu crédito especial para comprá-lo. Em 30 de maio do ano seguinte, a lei 40 autorizou sua doação ao Estado, para construir o novo grupo escolar. Ela foi, todavia, revogada pela lei 139, de 20 de julho de 1.973.

No ano de 1.976 Machado incluiu-se no plano estadual de construção de grupos escolares. Foi contemplado com duas unidades, uma das quais se destinava à "*Iracema Rodrigues*". Engenheiros da Secretaria da Educação tentaram encontrar terrenos nas condições exigidas para as obras, com 5.000 m2. e perto do local em que funcionavam os estabelecimentos. O que o Município ofereceu para a "*Iracema Rodrigues*", na Praça Olegário Maciel, foi recusado pelo excesso de declive. Voltou-se a cogitar então do terreno da Praça Corina Dias. Como não tinha a metragem exigida, haveria necessidade de desapropriar outros para acrescer a ele, e a solução foi mais uma vez descartada.

Por fim, com permissão da lei 344, de 17 de agosto de 1.978, O Município adquiriu terreno de João Marcelino de Carvalho, na Rua Coronel Azarias. A lei 346, de 28 de setembro do mesmo ano, autorizou-o a doá-lo ao Estado, para construção do Grupo Escolar Iracema Rodrigues. Houve, porém, relutância em transferir este para local distante, máxime pela dificuldade de acesso dos alunos que o freqüentavam. Decidiu-se então destinar o terreno ao "*Comendador Lindolfo*", e o artigo da lei 346, que indicava a finalidade da doação, foi derrogado pela lei 375, de 4 de julho de 1.979.

A "*Iracema Rodrigues*", assim, continuou no prédio da Praça Olegário Maciel, mesmo após a saída do Colégio Municipal. Mudou-se depois para o do "*São José*", como visto atrás. Este se achava em más condições, e teve que receber reparos de emergência para abrigar as escolas fundidas e aumentadas com a extensão de séries e a criação do segundo grau.

Em fevereiro de 1.987, com recursos próprios, o Município consertou os sanitários da Escola. Em novembro seguinte o Estado e o Município firmaram convênio para reforma geral do prédio, sob administração do último. Em abril começaram as obras, tendo sido restauradas a fachada e a cobertura. Construíram-se novas salas, transferiram-se a biblioteca e o salão de festas, fez-se mais uma quadra de vôlei e peteca, reformou-se a quadra já existente, e o prédio todo foi repintado.

No segundo semestre de 1.998 foram iniciadas as obras de cobertura da quadra de esportes.

7 - **Atividades e informações diversas**.

A Caixa Escolar das Escolas Reunidas foi fundada em 1° de março de 1.966, quando se elegeu diretoria presidida por João Pedro Nannetti. Em 10 de maio de 1.977 constituiu-se a Caixa da Escola Estadual Iracema Rodrigues, sendo escolhida presidenta a diretora desta. Ela foi declarada de utilidade pública pela lei municipal 950, de 8 de dezembro de 1.993.

Em outubro de 1.982 tomou posse a primeira diretoria do Centro Cívico "*Dr. Joaquim Albino de Almeida*", sob a presidência do aluno Nélson José Ferreira.

Desde 1.984 a Escola elegeu anualmente o seu Colegiado.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado -livros de leis ns. 12, 14 e 18;
2 - Arquivo da E.E. Iracema Rodrigues - livro de atas da Escola;
3 - Arquivo Público Machadense - livro sem número: "Registo de Proprios Estadoaes", da Secretaria das Finanças - pág. 41;
4 - Arquivo Público Machadense - pasta "Escola Estadual Iracema Rodrigues";

5 - “Folha Machadense” ns. 112 - 20/6/1.976 - pág. 8;
145 - 12/2/1.977 - pág. 3;
159 - 7/5/1.977 - pág. 8;
239 - 25/12/1.978 - pág. 7;
368 - 6/9/1.981 - pág. 28;
423 - 23/10/1.982 - pág. 8;
547 - 20/4/1.985 - pág. 1;
559 - 13/7/1.985 - págs. 1 e 3;
582 - 25/12/1.985 - págs. 1 e 3;
639 - 28/2/1.987 - pág. 13;
679 - 28/11/1.987 - pág. 3;
755 - 10/6/1.989 - pág. 1;
849 - 27/4/1.991 - pág. 7;
850 - 4/5/1.991 - pág. 6;
881 - 30/11/1.991 - pág. 1;
883 - 14/12/1.991 - pág. 4;
980 - 11/12/1.993 - pág. 4;
1107 - 8/6/1.996 - pág. 9;
1132 - 30/11/1.996 - pág. 10;
1141 - 8/2/1.997 - pág. 11;
1142 - 15/2/1.997 - pág. 4;
1165 - 26/7/1.997 - pág. 4;
1189 - 24/1/1.998 - pág. 8;
1197 - 21/3/1.998 - pág. 3;
1217 - 15/8/1.998 - pág. 7;
1231 - 21/11/1.998 - pág. 24;
1286 - 11/12/1.999 - pág. 7;
1294 - 12/2/2.000 - pág. 6;
6 - informações pessoais de Dorotéa Carvalho Fernandes Lima e Ruth dos Anjos Lima Romanello;
7 - “Jornal da Cidade” nº 7 - nov. de 1.985 - pág. 5;
8 - “Lex - Legislação do Estado de Minas Gerais” - 1.962 - Lex Editora, São Paulo, págs. 8 a 48;
9 - “Luminar Machadense” nº 91 - 25/4/1.964 - pág. 1;
10 - “Tribuna Machadense” ns. 88 - 14/1/1.984 - pág. 1;
92 - abr. 1.984 - pág. 1;
28 - 6/12/1.987 - pág. 9;
39 - 6/3/1.988 - pág. 3;
44 - 10/4/1.988 - pág. 1.

B - **secundária**
1 - Marilda Miranda Signoretti - “Porque Escola “Iracema Rodrigues” - artigo na “Folha Machadense” 562 - 3/8/1.985 - pág. 6.

****

ESCOLA ESTADUAL PAULINA RIGOTTI DE CASTRO

1) - Criação, denominação, instalação.
2) - Direção.
3) - Corpos docente e administrativo.
4) - Alunos e classes.
5) - O prédio.
6) - Atividades e informações diversas.

****

1 - **Criação, denominação, instalação**.

Foi criada pelo decreto 24.539, de 22 de março de 1.985. Sua inauguração ocorreu no dia 28 de junho do mesmo ano. Localiza-se na Rua Arthur Pereira Caixeta, 235, no Jardim Chamonix.

A Câmara Municipal, pela resolução 8, de 8 de outubro de 1.984, estabeleceu o nome de "*Paulina Rigotti de Castro*" para ser dado à escola ainda em obras. O Estado aceitou a indicação, e a oficializou pelo decreto 24.916, de 9 de setembro de 1.985.

2 - **Direção**.

A primeira diretora foi **Isaura Scalco Begalli**, substituída em 1.989, quando se aposentou, por **Nilce Campos Gonçalves**.

Pleito realizado em 24 de novembro de 1.991 levou à diretoria **Soniamar Lima Ferri**, que derrotou Nilce Campos Gonçalves. A posse

ocorreu dois meses depois. Ela foi reeleita em dezembro de 1.993, sem concorrentes, e em novembro de 1.996, vencendo Cândida Regina Braga Mendes.

Na eleição de 5 de dezembro de 1.999 tornou-se diretora **Luíza Fátima Lopes**, derrotando Gláucia Aparecida Begalli Leite. Ela se empossou no mês seguinte.

3 - **Corpos docente e administrativo**.

De início, Darcília Matilde da Silva e Nilcéia Salles da Silva atuaram como supervisoras; Nilce Campos Gonçalves, como auxiliar de secretaria. As primeiras professoras foram Almerinda Nery, Ana Cristina Nannetti de Carvalho, Ana Luísa dos Santos, Aparecida Helena Ferraz Alves, Celina Signoretti Tavares, Cibele Couto Brigagão, Cleide Andrade Pereira, Cleuza Maria Ferreira de Souza, Deise Lúcia de Carvalho, Elaine Marília Santos Rajão, Ema Zini Dozza da Cunha, Iracema Begalli, Jussara Perdigão da Rocha, Márcia Gonçalves, Maria Antonieta Costa, Maria Elizabeth Begalli Campos, Maria Tereza Garcia Teixeira, Marlene Gonçalves Vieira, Mirtes Barbudo de Carvalho Corsini, Rosângela Aparecida Costa Paes, Roselyse Vieira Guerra de Carvalho, Sônia Maria Barros Gonçalves, Soniamar Lima Ferri e Vera Lúcia Silva Papini.

Em meados de 1.986 a Escola tinha, ao todo, 28 funcionários. No ano seguinte tal número se elevava a 41. No final do milênio, trabalhavam nela 33 professores, 2 supervisoras, 1 auxiliar de biblioteca e 8 serviçais.

4 - **Alunos e classes**.

Na época da fundação a Escola tinha cerca de 350 alunos. Havia, de início, doze classes, do pré-escolar (chamado "*Balão Mágico*") à quarta série. Em 1.986 foi criado o curso de educação integrada, ou de suplência, no período noturno, já extinto. Em 1.987 e nos anos posteriores passaram a funcionar, sucessivamente, classes da quinta à oitava série, vinculadas à "*Gabriel Odorico*". Em 1.990 a Escola teve autorização para manter as próprias turmas dessas séries. O novo estabelecimento criado no Bairro Santa Luisa esteve anexo à "*Pau1ina Rigotti de Castro*" desde a inauguração, em 1.988, até agosto de 1.989.

A lei local 1.092, de 31 de janeiro de 1.997, autorizou a municipalização das turmas de pré-escola de 6 anos da rede estadual de ensino no Município, entre as quais as da "*Paulina Rigotti*".

Em 1.998 o Estado alterou a distribuição de classes nas escolas locais. Para compensar a liberação de vagas no ensino fundamental da "*Iracema Rodrigues*", determinou que ela absorvesse os alunos de quinta a oita-

va série do período noturno da "*Paulina Rigotti de Castro*" e da "*Gabriel Odorico*". No mesmo ano, dando seqüência ao processo de municipalização do ensino, o Governo local assumiu a responsabilidade por sete turmas de suplência da Escola, da primeira à quarta série.

No fim de 2.000 a Escola tinha 623 alunos, distribuídos em 19 classes, da 1ª série do ciclo básico à 2ª do ciclo avançado. Seu prédio acolhia, no período noturno, seis classes anexas ao Centro de Estudos Supletivos.

5 - **O prédio**.

Para construção do prédio da Escola, o Município doou ao Estado terreno de 4.000 m2., comprado de Vicentina Pereira Neves, com autorização da lei 541, de 30 de janeiro de 1.984. As obras iniciaram-se seis meses depois, e duraram um ano.

A resolução da Câmara 22, de 11 de novembro de 1.985, aprovou termo de compromisso entre o Município e o Estado, para construção de local para atividades de educação física na "*Paulina Rigotti de Castro*".

A lei municipal 941, de 26 de outubro de 1.993, aprovou a cessão à Escola, por dez anos, de terreno com 266 m2., na Av. Renato Azeredo, contíguo a ela. Em 2.000 foi construído muro ao seu redor, e colocado som-ambiente nas salas.

6 - **Atividades e informações diversas**.

A Caixa Escolar foi fundada em 2 de julho de 1.985. A lei municipal 848, de 24 de junho de 1.992, declarou-a de utilidade pública.

A biblioteca, que se organizou na época da fundação da Escola, tinha 400 e poucos títulos, mas estava desativada no final do milênio. Saiu em 1.999 o primeiro e único número do jornal "*Folha Infanto-Juvenil*". Em outubro de 2.000 os alunos editaram a "*Folhinha*", em parceria com a "*Folha Machadense*". Funcionavam então o Colegiado e a Associação Amigos da Escola, composta por voluntárias que ensinam às crianças bordado, crochê e tricô. Não havia associação de pais e mestres nem centro cívico.

A Escola promoveu, em anos diversos, feiras de ciências, festivais e concursos de poesias.

Em 1.997 desenvolveu-se projeto de preservação do folclore, e foi organizado um terno de congada infantil. Sua primeira apresentação ocorreu no ano seguinte, com 37 elementos.

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de leis nº 20;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - pasta de resoluções;
3 - Arquivo Público Machadense - pasta "Escola Estadual Paulina Rigotti";
4 - "Folha Machadense" ns. 556 - 22/6/1.985 - págs. 1 e 9;
559 - 13/7/1.985 - pág. 3;
590 - 1/3/1.986 - pág. 11;
610 - 19/7/1.986 - pág. 5;
625 - 1/11/1.986 - pág. 6;
658 - 5/7/1.987 - pág. 5;
682 - 22/12/1.987 - pág. 23;
698 - 23/4/1.988 - pág. 8;
741 - 4/3/1.989 - pág. 1;
744 - 23/5/1.989 - pág. 8;
881 - 30/11/1.991 - pág. 1;
883 - 14/12/1.991 - pág. 4;
972 - 17/10/1.993 - pág. 3;
980 - 11/12/1.993 - pág. 4;
1132 - 30/11/1.996 - pág. 10;
1142 - 15/2/1.997 - pág. B-4;
1178 - 25/10/1.997 - pág. 8;
1194 - 28/2/1.998 - pág. 4;
1262 - 26/6/1.999 - pág. 7;
1281 - 6/11/1.999 - pág. 7;
1286 - 11/12/1.999 - pág. 7;
1330 - 14/10/2.000 - supl.;
1333 - 11/11/2.000 - pág. 16;
5 - informações pessoais de Luíza Fátima Lopes;
6 - "Jornal da Cidade" ns. 5 - dez. de 1.984 - pág. 2;
7 - nov. de 1.985 - pág. 5;
7 - "Minas Gerais" de 23/3/1.985, parte I, pág. 29;
10/9/1.985, parte I, pág. 9.

****

\

ESCOLA ESTADUAL HILDA NOGUEIRA DA GAMA

1) - Antecedentes.
2) - Criação e denominação.
3) - Direção e corpo administrativo.
4) - Alunos e classes.
5) - Atividades e informações diversas.

****

1 - **Antecedentes**.

A A.P.A.E. iniciou as atividades em 1.971, e já no ano seguinte o Município nela manteve uma classe especial, regida por Margareth Marat Dias. Contratada de acordo com os decretos 130/72, 176/73 e 219/74, lecionou lá durante três anos, pelo menos. As leis locais 238 e 241, de 6 e 17 de novembro de 1.975, criaram e denominaram "*oficialmente*" a **Escola Combinada Municipal de Excepcionais da APAE "Cinderela"**.

Em julho de 1.976 a entidade assistencial, o Estado e o Município firmaram convênio para criação, nas dependências daquela, de uma escola especial, para alunos com dificuldade de aprendizagem. Em outubro do ano seguinte o Estado autorizou seu funcionamento. Contrataram-se para trabalhar nela as professoras Mirtes Barbosa de Oliveira e Terezinha Domingues, sob direção da voluntária Maria Salomé Dias Moreira. Esta permaneceu na chefia por dois anos aproximadamente, sendo substituída por Mirtes Barbosa de Oliveira. Ainda na segunda metade da década de setenta lá lecionaram, pagas pelo Município, Delma Rebelo Vieira e Raquel Alves Pereira.

2 - **Criação e denominação**.

Iniciou-se em abril de 1.987 o processo de

estadualização da Escola Especial. Teve desfecho favorável com a resolução 1.074/88 do C.E.E., que aprovou sua transformação na **Escola Estadual de Educação Especial Hilda Nogueira da Gama**, anexa à A.P.A.E.. Ela passou a funcionar como tal em 22 de junho de 1.989.

Manteve o nome do antigo Lactário, cujo prédio fora doado para sede da A.P.A.E.. Tal nome constitui homenagem à esposa do Senador Camilo Nogueira da Gama, patrono e principal financiador daquele.

3 - **Direção e corpo administrativo**.

Mirtes Barbosa de Oliveira, que já ocupava a direção da Escola Especial, permaneceu nela após a estadualização.

O primeiro pleito para diretora, em 24 de novembro de 1.991, foi ganho por **Dinah Maria Gonçalves**, que tomou posse dois meses depois. Em seu mandato a Escola passou a ter regimento interno.

Nova eleição, em 5 de dezembro de 1.993, alçou à chefia **Márcio Moterani Swerts**, que derrotou Lucilene das Graças Paulino, tendo como vice Rosana Aparecida Moura. Sem concorrência, ele foi reeleito em 24 de novembro de 1.996. Implantou o ciclo básico de alfabetização; criou o projeto bolsa de trabalho e o projeto trabalhadores especiais, para inserir alunos da Escola no mercado laborativo.

Por fim, em 5 de dezembro de 1.999 elegeu-se diretora **Marli Soares Oliveira Neves**, tendo como vice Inês de Fátima Rabelo Faria. Ela venceu a chapa de oposição, encabeçada por Rita de Cássia Ribeiro Cortez. Instalou quatro turmas, e firmou convênio com a Cambuci S/A para prestação de serviços por cinco alunos. Construiu, junto com a APAE, barracão para a oficina de acabamento de artes; reestruturou o serviço de estimulação precoce.

No final do milênio a Escola tinha cerca de 67 funcionários.

4 - **Alunos e classes**.

Pouco antes de ser estadualizada, a Escola adotou regime de semi-internato, abrigando das 7 às 16 horas as 100 crianças nela matriculadas.

No início de 1.998, por força de convênio entre Município e Estado, este se obrigou a abrir mais quatro turmas na "*Hilda Nogueira da Gama*". Em contrapartida, aquele assumiu sete turmas de suplência na "*Paulina Rigotti de Castro*". Autorizadas em 1.999, as quatro turmas começaram a funcionar no ano seguinte, a princípio no CAIC. Pouco depois, por questões administra-

tivas, passaram à sede. Ainda em 2.000, foram implantadas mais duas turmas de oficinas pedagógicas.

No término do milênio a Escola tinha 323 alunos, distribuídos em 22 turmas, sendo 3 de estimulação precoce (para crianças de O a 6 anos) e 19 do ciclo básico de formação.

5 - **Atividades e informações diversas**.

A Caixa Escolar, denominada "*Lourdes Loreto Magalhães*", constituiu-se em 9 de outubro de 1.990, quando teve aprovado o estatuto e eleita a primeira diretoria: *presidenta* - Mirtes Barbosa de Oliveira; *secretária* - Maria das Graças Morais Campos; *tesoureira* - Dalva Siqueira de Lima. Foi declarada de utilidade pública pela lei municipal 848, de 24 de junho de 1.992.

A Escola possuiu Colegiado, desde fevereiro de 1.992. Tinha no término do século biblioteca, com cerca de 50 volumes. Promovia feiras de ciências, de artesanato e pedagógica; mostras artístico-culturais e concursos de representação poética. Em 1.997 lançou o jornal escolar "*Flor do Aprender*"; em 2.000, a "*Voz da APAE*".

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de leis nº 17;
2 - Arquivo da Escola Estadual Hilda Nogueira da Gama - livros de atas da Caixa Escolar e do Colegiado;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos ns. 14 e 15;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de portarias nº 15;
5 - "Flor do Aprender" - ano 2, nº 5 - ago./set. de 2000;
6 - "Folha Machadense" ns. 116 - 11/7/1.976 - pág. 3;
129 - 17/10/1.976 - pág. 1;
651 - 16/5/1.987 - pág. 13;
766 - 26/8/1.989 - pág. 1;
881 - 30/11/1.991 - pág. 1;
910 - 4/7/1.992 - pág. 6;
980 - 11/12/1.993 - pág. 4;
1133 - 7/12/1.996 - pág. 4;
1194 - 28/2/1.998 - pág. 4;
1286 - 11/12/1.999 - pág. 7;
7 - informações pessoais de Marli Soares Oliveira Neves;
8 - "0 Machadense" nº 103 - 25/2/1.973 - pág. 2.

ESCOLA ESTADUAL RÚBENS GARCIA

1) - O NEEC - criação, construção e reforma do prédio.
2) - A Escola Anexa ao Colégio Imaculada Conceição.
3) - Direção.
4) - Corpos docente e administrativo.
5) - Alunos e classes.
6) - Atividades e informações diversas.

****

1 - **O NEEC - criação, construção e reforma do prédio**.

O governo de Newton Cardoso destinou a algumas cidades mineiras, entre as quais a nossa (a requerimento do Deputado Rúbens Garcia, em 1.987), estabelecimentos designados pela sigla NEEC - Núcleo de Ensino e Extensão Comunitária. Fruto do que se alardeava ser "*avançado e moderno sistema de escola profissionalizante, em semi-internato*", malograram no nascimento.

O Município teve de adquirir terreno para a obra, e o fez em circunstâncias suspeitas. A lei 477, de 4 de dezembro de 1.990, autorizou se desapropriasse imóvel pertencente a José Marcos Vieira Dias, em local acidentado, entre as avenidas Dr. Athayde Pereira de Souza e Ricardo Annoni Filho (hoje Rua Rubi, 88). O decreto 1.011, do dia seguinte, declarou-o de utilidade pública. Um mês antes, porém, a Prefeitura já fizera sua terraplenagem... O projeto de lei original chegou a fixar o preço do bem; à exigência dos vereadores, foi substituído por outro, que mandou fosse ele apurado pela comissão de licitação.

O terreno era insuficiente para abrigar a Escola. Por isso, a lei 830, de 26 de março de 1.992, teve de autorizar também a desapropriação de outros, pertencentes a José Cláudio Dias Moreira e José Mauro Chiaradia,

necessários à complementação da área e à construção de um complexo esportivo. Para feitura de via de acesso ao NEEC, o decreto 1.053, de 24 de fevereiro do mesmo ano, declarou de utilidade pública outro imóvel pertencente a José Cláudio Dias Moreira.

O relatório da comissão de inquérito da Câmara local, instaurada em 1.993, apontou a prática de diversas irregularidades na edificação do NEEC, tais como: pagamento integral de serviços que não foram terminados; aquisição de cimento em quantidade superior à necessária; vencimento injustificável da licitação por concorrente que propôs preço maior.

O prédio, de estrutura metálica, tem dois pavimentos, dez salas de aula, pátio coberto, quadra de esportes e anexo para refeitório, cozinha e laboratórios. Sua inauguração oficial ocorreu em 12 de setembro de 1.992.

No segundo semestre de 2.000 esteve em obras, para construção de muro, portão e grades de segurança; revisão da parte elétrica; troca de portas e serviços menores.

2 - **A Escola Anexa ao Colégio Imaculada Conceição**.

No dia 1° de março de 1.966 começaram a funcionar as **Escolas Combinadas Imaculada Conceição**, no Colégio das Concepcionistas. Sua instalação foi oficializada em 14 de maio seguinte.

Em 1.976 o estabelecimento recebeu o nome de **Escola Estadual Anexa ao Colégio Imaculada Conceição**. Funcionou nas dependências deste até dezembro de 1.991. Como o projeto do NEEC fracassara, seu prédio foi utilizado, já em fevereiro do ano seguinte, para abrigar a Escola Anexa. Esta, pelo decreto 36.759, de 31 de março de 1.995, passou a denominar-se **Escola Estadual Rúbens Garcia**.

3 - **Direção**.

As Escolas Combinadas estiveram, de início, sob o comando das freiras concepcionistas. Responderam por elas, sucessivamente, Madre Anunciação Veneziani, Madre Natividade Lemos, Madre Almerinda dos Anjos e Madre Maria Aparecida de Souza Dias.

Em 1.974 tornou-se coordenadora **Berenice Maciel Tavares Ferreira**, depois diretora. Ficou no cargo até o final de 1.984, transferindo-se em seguida para a "*Comendador Lindolfo*".

Nilce Clara Juntolli assumiu a direção no início de

1.985. Eleita em 24 de novembro de 1.991, fez a mudança para o prédio do NEEC. Afastou-se um ano depois, no aguardo da aposentadoria. Em 7 de dezembro seguinte ocupou o posto **Elaine Marília Santos Rajão Swerts**, designada pela inspetoria para substituí-la. Nele permaneceu por um ano.

Em 5 de dezembro de 1.993 **Maria Helena Siqueira Gonçalves** foi escolhida diretora. vencendo Maria Célia Brigagão de Carvalho. Ela se reelegeu em 24 de novembro de 1.996, sobrepujando a concorrente Márcia Vasconcelos Frazão.

Pleito de 5 de dezembro de 1.999 alçou à diretoria **Cármen Maria Moreira,** que venceu Wanda Aparecida Cardoso. Tomou posse em 13 de janeiro seguinte.

4 - **Corpos docente e administrativo**.

As primeiras normalistas contratadas em 1.966 para as Escolas Combinadas foram Ana Maria Carvalho, Lídia da Silva Legnani, Maria Aparecida Andrade, Nancy Neves e Wanda dos Santos Caixeta.

No início de 1.992, quando a Escola Anexa se mudou para o NEEC, seu corpo docente era assim composto: Alexsandra de Oliveira Brandão, Ana Maria Carvalho de Oliveira, Cibele Couto Brigagão, Elaine Marília Santos Rajão Swerts, Eliana Aparecida Frazão, Francinéia Rodrigues, Gilsiânia Ávila Costa, Maria Bernardete P. Ribeiro, Maria Célia Brigagão de Carvalho e Norma Sílvia R. de Almeida Gonçalves. Como colaboradoras, Claire Silva e Madre Terezinha de Ávila davam aulas de religião.

Na mesma época, os serviçais eram Elisângela Danielly da Silva, João Batista Rodrigues, Lúcia de Fátima Sabóia Mendes, Maria Aparecida Neves, Maria Izaltina Pereira e Wilma Maria Pinto de Souza.

No último ano do milênio trabalhavam na Escola 27 professores, 2 eventuais, 3 especialistas de educação e 4 auxiliares de educação.

5 - **Alunos e classes**.

As Escolas Combinadas iniciaram as atividades com cinco classes, da 1ª à 5ª série, em um turno.

Ao mudar-se para o prédio do NEEC, a Escola Anexa tinha cerca de 350 alunos, em 12 classes, da primeira à quarta série. De manhã estudavam os novatos; à tarde, os vindos do Colégio. Em 1.994 funcionou com nove turmas das séries iniciais do ensino fundamental, e uma de pré-primário.

A lei local 1.092, de 31 de janeiro de 1.997, autorizou a municipalização das turmas de pré-escola de 6 anos da rede estadual de ensino no Município, entre as quais a da "*Rúbens Garcia*".

O Estado fez diversas mudanças em suas escolas no inicio de 1.998, causando-lhes muitos problemas. Algumas classes da "*Iracema Rodrigues*" foram transferidas para a "*Rúbens Garcia*", que, já com 249 alunos, teve que receber mais 213 do ciclo básico de alfabetização.

No ano 2.000 a Escola tinha 22 turmas, com 708 alunos do 1° ao 4° ano do ciclo inicial, e 90 de pré-escola.

6 - **Atividades e informações diversas**.

A Caixa Escolar Anexa ao CIC constituiu-se em 12 de maio de 1.977. Foi declarada de utilidade pública pela lei municipal 1.017, de 12 de abril de 1.995.

A Escola possui Colegiado e biblioteca. Lançou em outubro de 1.998 o primeiro e único número do jornal "*Crianças em Ação*". No mesmo ano organizou um coral, que teve curta duração.

Tem realizado, em anos diversos, feiras de ciências, festas juninas e festivais de poesia e interpretação.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de leis nº 22;
2 - Arquivo da E.E. Rúbens Garcia - livro "Atas do Colegiado";
3 - Arquivo da E.E. Rúbens Garcia - livro "Histórico da Escola";
4 - Arquivo da E.E. Rúbens Garcia - livro "Ocorrências da Escola Estadual Anexa ao CIC";
5 - Arquivo da E.E. Rúbens Garcia - livro "Termos de Posse e Exercício - 1.966 a 2.000";
6 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de decretos nº 18;
7 - "Folha Machadense" ns. 802 - 19/5/1.990 - págs. 1 e 6;
812 - 28/7/1.990 - pág. 7;
829 - 24/11/1.990 - págs. 1 e 10;
831 - 8/12/1.990 - págs. 1,2 e 10;

840 - 23/2/2.991 - págs. 1 e 5;
879 - 16/11/1.991 - pág. 1;
884 - 21/12/1.991 - pág. 11;
887 - 25/1/1.992 - pág. 1;
905 - 30/5/1.992 - supl.;
924 - 10/10/1.992 - pág. 6;
982 - 25/12/1.993 - pág. 4;
1030 - 3/12/1.994 - supl.;
1047 - 8/4/1.995 - pág. 6;
1051 - 7/5/1.995 - pág. 6;
1133 - 7/12/1.996 - pág. 4;
1142 - 15/2/1.997 - pág. B-4;
1189 - 24/1/1.998 - pág. 8;
1286 - 11/12/1.999 - pág. 7;

8 - informações pessoais de Cármen Maria Moreira;
9 - “Minas Gerais” de 5/4/1.995 - parte I - pág. 6;
10 - “Siga em Frente” nº 44 - 15 a 18/12/1.993 - supl..

****

CENTRO DE ESTUDOS SUPLETIVOS DR. TANCREDO DE ALMEIDA NEVES
OUTROS CURSOS ESTADUAIS DE SUPLÊNCIA

1) - Centro de Apoio de Estudos Supletivos.
2) - Unidade de Estudos Supletivos.
3) - Estadualização da UES e transformação em CESU.
4) - Diretorias eleitas, classes e atividades diversas.
5) - Outros cursos estaduais de suplência.

****

1 - **Centro de Apoio de Estudos Supletivos**.

A lei municipal 360, de 27 de dezembro de 1.978, autorizou a celebração de convênio com o Centro de Estudos Supletivos de Varginha, para instalação de um centro de apoio na Cidade.

A partir do ano seguinte funcionou o curso de primeiro grau, orientado por dois professores pagos pelo Município. Ele era coordenado por **Maria Aparecida da Silva**, e os exames se faziam periodicamente em Varginha. Durou até o início de 1.985.

2 - **Unidade de Estudos Supletivos**.

Já em 1.981 a lei municipal 442, de 9 de junho, autorizara convênio com a Secretaria Estadual da Educação, para implantar Unidade de Estudos Supletivos na Cidade. Sua celebração só ocorreu em 29 de novembro de 1.984.

A Unidade de Estudos Supletivos de Machado foi então criada pela lei municipal 582, de 12 de março de 1.985, que determinou tivesse regimento interno próprio.

Atendendo a estudantes locais e de cidades vizinhas, funcionou de início no prédio que hoje abriga a Casa da Cultura. O mobiliário e o material didático foram fornecidos pelo Estado. Designou-se para coordená-la **Tânia Mara Moterani Dias Braga**, que o fez até janeiro de 1.992. A Prefeitura contratou quatro orientadores de aprendizagem, no 1° e no 2° graus, que foram treinados em Belo Horizonte.

Com a instalação da U.E.S., os exames supletivos, que eram realizados em Varginha, passaram a fazer-se aqui mesmo. Em maio de 1.985 começou a ser reformado, para recebê-la em definitivo, o prédio da antiga Maternidade. Ela se transferiu em seguida para lá, e continuava a ocupá-lo no final do milênio.

No final de 1.986 eram orientadores de aprendizagem Édson da Silva Leite, Elizeth Gonçalves do Lago, Fábio Couto Brigagão, Maria Lúcia Pereira Devaston e Roberto Camilo Morais Órfão. O curso tinha cerca de 130 alunos no primeiro grau, e 50 no segundo. Também lecionaram nos primórdios Dalva Maria Gonçalves de Lima, Luíza Fátima Lopes e Maria José Silva.

3 - **Estadualização da UES e transformação em CESU**.

Até o início de 1.987 a Unidade de Estudos Supletivos era mantida pelo Município, que também pagava os orientadores de aprendizagem, secretária e faxineira. Ao Estado cabia a cessão da coordenadora e de uma professora.

Através de convênio celebrado em 11 de março daquele ano entre o Executivo local e a Secretaria da Educação, o órgão foi estadualizado, passando o Município apenas a ceder as dependências, a manter a secretaria e a arcar com as despesas gerais. Ficaram por conta do Estado a coordenadora, a supervisora pedagógica, 7 orientadores de aprendizagem e 1 faxineiro.

A resolução da Câmara 49, de 10 de fevereiro de 1.988, aprovou o convênio celebrado entre Município e Estado para funcionamento da U.E.S.. Ela recebeu o nome de "*Dr. Tancredo de Almeida Neves*" pelo decreto estadual 31.768, de 31 de agosto de 1.990.

Foi depois transformada em *Centro de Estudos Supletivos (CESU)*, e se autorizou a abertura de dois postos de ensino vinculados a ela, sitos em Poço Fundo e Turvolândia. Apenas o primeiro, denominado "*Padre Afonso Ligório Rosa*", continuava no final do milênio sob a jurisdição do órgão local.

4 - **Diretorias eleitas, classes e atividades diversas**.

Iniciou-se em outubro de 1.988 o curso de auxiliar de enfermagem, que não mais existia no fim do século.

Em 24 de novembro de 1.991 realizou-se pela primeira vez eleição para a diretoria das escolas estaduais. No CESU foi escolhida **Maria Lúcia Pereira Devaston**, que tomou posse dois meses depois. Reeleita em 5 de dezembro de 1.993, voltou a ser nomeada por ato de 29 de janeiro seguinte.

No pleito realizado em 5 de dezembro de 1.996 Marlene Caproni Nogueira alçou-se à diretoria, derrotando a antecessora. Obteve nomeação por ato de 30/1/97. Foi reeleita em 5 de dezembro de 1.999, sem concorrência. Conseguiu ampliação das turmas e do número de alunos; executou projetos de parceria com empresas locais; adquiriu linha telefônica; instalou "*orelhão*" no prédio, e o reformou em 1.999; promoveu no mesmo ano, e no seguinte, festivais de música popular na Praça Antônio Carlos.

Conforme regimento interno de 28 de fevereiro de 2.000, a administração do CESU cabe à diretoria e aos órgãos consultivo-deliberativos: Assembléia Geral, Colegiado e Conselho Pedagógico.

No final do milênio o Estabelecimento tinha 24 funcionários, entre dirigentes, professores e auxiliares. Havia sete classes na sede e seis anexas, no prédio da E. E. Paulina Rigotti de Castro, funcionando no período noturno.

A biblioteca era então equipada com televisão, videocassetes, fitas e antena parabólica. Dispunha de professor para ensinar a usá-la.

A suplência era oferecida mediante regime de matrícula por disciplinas. Seu conteúdo se dividia em módulos (provas, exercícios, pesquisas), ficando a cargo do aluno a determinação do tempo necessário ao término do curso.

5 - **Outros cursos estaduais de suplência**.

O ensino supletivo tem sido ministrado também em outras escolas da rede pública estadual.

Funcionou por primeiro, como curso de educação integrada, na Escola Estadual Gabriel Odorico, separado em duas etapas: alfabetização e educação geral.

Em 1.986, como seqüência do anteriormente referido, implantou-se o curso de suplência na Escola Estadual Paulina Rigotti de Castro,

sob a direção de Isaura Scalco Begalli. Funcionava no horário noturno em 1.988, com quase cem alunos e as professoras Marlene L. Souza (classe de alfabetização) e Maria Helena de Carvalho (2ª à 4ª série). Também a E. E. Carlos Legnani teve classes de suplência, até a municipalização.

Em janeiro de 1.998 o Estado extinguiu o curso de suplência em escolas da rede pública local. Desde então os projetos "*O Caminho da Cidadania*" e "*Acertando o Passo*", que não foram aprovados em avaliações, começaram a ser desativados gradativamente.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 18, 19 e 20;
2 - "Folha Machadense" ns. 247 - 25/2/1.979 - pág. 1;
289 - 17/2/1.980 - pág. 4;
295 - 29/3/1.980 - pág. 6;
368 - 6/9/1.981 - pág. 39;
517 - 8/9/1.984 - pág. 7;
548 - 27/4/1.985 - pág. 13;
558 - 6/7/1.985 - pág. 1;
597 - 19/4/1.986 - pág. 13;
623 - 18/10/1.986 - pág. 4;
635 - 31/7/1.987 - pág. 7;
691 - 5/3/1.988 - pág. 4;
698 - 23/4/1.988 - pág. 8;
726 - 5/11/1.988 - pág. 1;
802 - 19/5/1.990 - pág. 12;
881 - 30/11/1.991 - pág. 1;
1133 - 8/12/1.996 - pág. 4;
1258 - 29/5/1.999 - pág. 14;
1284 - 27/11/1.999 - pág. 5;
1286 - 11/12/1.999 - pág. 7;
1321 - 19/8/2.000 - pág. 6;
3 - informações pessoais de Marlene Caproni Nogueira;
4 - "Jornal da Cidade" ns. 2 - julho de 1.984 - pág. 7;
5 - dez. de 1.984 - pág. 8;
6 - maio de 1.985 - pág. 7;
5 - "Minas Gerais" de 1/9/1.990 - parte I, pág. 1;
6 - regimento interno do CESU.

OUTRAS ESCOLAS ESTADUAIS

1) - Escola Estadual de Douradinho.
2) - Escola Estadual Fundamar.
3) - Iniciativas malogradas.

****

1 - **Escola Estadual de Douradinho**.

O decreto-lei local 35, de 22 de julho de 1.940, autorizou o Município a doar ao Governo do Estado o prédio em que funcionavam, no Douradinho, as classes singulares mantidas pelo donatário. Sua utilização teve início, aproximadamente, em 1.936. A respectiva escritura só foi passada em 29 de novembro de 1.950. A Casa da Escola, com 9m. por 11m., localizava-se em terreno de 274 m2., com frente para o então chamado Largo da Matriz. Era coberta de telhas, forrada com esteiras de taquara e assoalhada. Tinha quatro janelas na frente, três outras e uma porta no lado direito. As aulas eram dadas em dois salões.

As leis municipais 121, de 28/11/52, e 143, de 1/12/53, autorizaram a construção de prédio escolar na Vila. Passaram-se vários anos, porém, sem que ela fosse feita. O terreno para a obra foi doado pela Cúria Diocesana de Pouso Alegre, por escritura de 9 de abril de 1.958. A lei local 247, de 8 de setembro seguinte, permitiu ao Executivo contratar com o Estado a edificação. Abriu-se no mesmo ano concorrência pública, mas o prédio só foi erguido na gestão de Lucas Tavares de Lacerda, em 1.965. A inauguração ocorreu em 17 de outubro de 1.966, tendo o Estabelecimento 527,62 m2., cinco salas de aula, cômodos para diretoria e professores, cozinha e sanitários. Não localizei o ato que lhe deu o nome (sem uso) de **Grupo Escolar Coronel Flávio de Morais Machado**.

Até 1.962 utilizava-se a designação "*Escolas Isola-*

das de Douradinho". Depois, os atos oficiais passaram a referir-se às "*Escolas Reunidas*", que em dezembro de 1.965 realizaram as festas da primeira formatura, quando 18 alunos concluíram o curso primário. A resolução 810/74 da Secretaria da Educação deu ao Estabelecimento o nome de **Escola Estadual do Douradinho de 1° Grau**.

A lei local 137, de 20 de julho de 1.973, autorizou a celebração de convênio com a CARPE para reforma da Escola, feita pouco tempo depois. Ela voltou a receber consertos no governo posterior. Em 1.982, todavia, já eram péssimas as suas condições: nenhum sanitário funcionava e as carteiras estavam todas estragadas. Novo convênio entre a CARPE e o Município, para obras, foi firmado em 1.984. No ano seguinte ela passou por completa reforma, e ganhou uma quadra esportiva. No final do milênio voltou a ser ampliada, para construção de refeitório.

A Caixa Escolar constituiu-se em 29 de novembro de 1.983. Sua primeira diretoria ficou assim composta: *presidenta* - Maria de Fátima Jerônimo Mariano; *secretária* - Maria de Fátima Carvalho; *tesoureira* - Maria Helena de Carvalho. A lei municipal 973, de 14 de junho de 1.994, declarou-a de utilidade pública.

Em 1.986 implantou-se a 5ª série do 1° grau. Nos três anos seguintes funcionaram também, sucessivamente, a 6ª, a 7ª e a 8ª séries, todas vinculadas à Escola Estadual Gabriel Odorico. Depois cessou a ligação, passando o próprio Estabelecimento a manter o primeiro grau completo: a resolução 6.610/90 da Secretaria da Educação permitiu-lhe o funcionamento da 5ª à 8ª série.

A lei local 1.092, de 31 de janeiro de 1.997, autorizou a municipalização das turmas de pré-escola de 6 anos da rede estadual de ensino no Município, entre as quais as da Escola do Douradinho. Em seguida elas foram transferidas para a Educação Infantil Vovó Guiomar.

A Escola tem o Colegiado. Funcionou em seu prédio, desde os últimos anos da década de noventa, a suplência municipal, com pequena freqüência.

Na década de setenta era coordenadora da Escola **Almicy Viana Maciel**, que também lecionava. Exerceu depois a direção **Maria de Fátima Jerônimo Mariano**. Sucedeu-lhe **Marlene Monteiro de Oliveira Pereira**, que esteve na chefia por três mandatos, a partir de 1.992. Em dezembro de 1.999 elegeu-se diretora **Ocimara Martins de Moura Vilela**, empossada no dia 13 do mês seguinte.

Além das referidas, trabalharam no Estabelecimento, entre outras, as seguintes professoras: Emerita de Souza Costa, Maria Florença Dias, Geny Gonçalves, Edir Soares, Elza Maria de Carvalho e Aparecida Maria

Costa Vilhena (*a partir dos anos sessenta*); Nora Tereza Dias, Alda do Prado Aguiar, Maria Auxiliadora Maciel de 0liveira e Delza Maria Ferreira (*a partir dos anos setenta*); Maria Aparecida Maciel, Ângela Maria de Oliveira, Márcia Maria de Azevedo Silvério, Maria Helena de Carvalho, Anice Martins Maciel, Vera Lúcia de Carvalho Dias, Márcia de Paula Ferreira, Egídia Maria Costa, Márcia Gonçalves, Maria das Graças Loiola Flora, Maria Alda Pereira Silva, Creide Maria Gatti, Francisca Eulália de Paula Caproni, Marilda Aparecida Mendes Trindade, Maura dos Reis Azevedo, Mônica Alves, Carolina Borges de Carvalho, Maria Marta Teixeira e Terezinha Maria da Costa (*a partir dos anos oitenta*); Marly de Azevedo, Nilza Pereira Andrade Mendes, Celmair Costa Martins, Maria Lucélia da Silva Santos, Idene de Fátima Mendes, Idilene Aparecida Gonçalves, Luzia de Fátima Ribeiro e Terezinha de Fátima Lifonso (*a partir dos anos noventa*).

No final do milênio a Escola possuía 19 funcionários, entre professores e serviçais, e mais de 200 alunos. Ela já teve fanfarra, e lançou em 1.999 dois números do jornal "*Folha Estudantil*". Desde 1.995 realizou anualmente concurso de poesias. Promovia festas juninas e comemorava as datas cívicas. Não tinha associação de pais e mestres, centro cívico, nem biblioteca no final do século.

2 - **Escola Estadual Fundamar**.

A Fundação Dezoito de Março - FUNDAMAR, com sede em Belo Horizonte, foi criada pelo conterrâneo Túlio Vieira da Costa, em 1.978. Tem estabelecimento na Fazenda Santa Rita, em Paraguaçu, perto da divisa com o nosso Município. Embora não se situe em terras machadenses, merece ser lembrado porque atende também a crianças daqui, e se considera intermunicipal.

Não cogitava a Fundação, no início, de ter em suas terras uma escola estadual. A idéia de criá-la foi lançada em 1.983 pela coordenadora do Projeto Fazenda-Escola, Creusa Prado Ornellas. No ano seguinte o Conselho Curador apresentou proposta em tal sentido à Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social. Aprovada, firmou-se convênio entre as partes, que deu origem ao Estabelecimento. Ele propicia educação integrada ao meio rural dos municípios de Machado e Paraguaçu, atendendo a alunos da educação infantil e do ensino fundamental, bem como a suas famílias.

A lei municipal 1.012, de 6 de março de 1.995, declarou de utilidade pública a Caixa Escolar da Fundamar. Fê-lo também a lei estadual 12.258, de 15 de julho do ano seguinte. Nosso Governo reconhece a assistência por ela prestada à população dos bairros próximos da divisa com Paraguaçu, concedendo-lhe sucessivas subvenções. Ademais, com permissão da lei 1.154, de 2 de junho de 1.998, tem celebrado convênios com ela, obrigando-se a ceder diariamente 50 litros de leite de soja aos alunos, a dar-lhes atendimento médico e odontológico, e a fornecer-lhes material didático, esportivo e de consumo.

No final do milênio a Escola tinha 497 alunos, assim distribuídos em 20 turmas: 136 na pré-escola, 175 no 1° ciclo (1ª à 4ª série) e 186 no 2° ciclo (5ª à 8ª série). Cerca de 30% deles eram do Município de Machado, residentes nos bairros Cadóis, Ouvidor, Papagaio e Pinhalzinho. Na mesma época o Estabelecimento dispunha de 43 funcionários, sob a direção de Altaíde Xavier Junqueira.

Permanecendo oito horas por dia na Escola, no final do período em estudo, os alunos tinham assegurados, além do ensino curricular, transporte, alimentação, música, recreação, esporte, atendimento médico e odontológico, e oficinas pedagógicas (fiação, tecelagem, cerâmica, cestaria, horta, marcenaria, culinária, corte e costura, tricô, crochê, bordado, datilografia e computação). Seus familiares freqüentavam cursos ministrados por professores da EAF e da EFOA, como os de alimentação alternativa, primeiros socorros e saúde.

3 - **Iniciativas malogradas**.

A lei mineira 5.040, de 25 de novembro de 1.968, criou um **colégio estadual** na Cidade. Dispôs que seria instalado e funcionaria mediante convênio com a Prefeitura, sem ônus para o Estado. Não se concretizou.

Em julho de 1.971 noticiou-se que o Governo Estadual destinara a Machado um **ginásio polivalente**. A imprensa o apontou como a melhor experiência brasileira na formação vocacional, propiciador de profissão técnica aos alunos que não fizessem curso superior. Com aulas em período integral, seria dotado de oficinas-modelo de eletrônica, química e artesanato, e ensinaria prática agrícola e veterinária. A lei local 92, de 29 de setembro daquele ano, autorizou a compra de terreno com 20.000 m2., na zona suburbana, para construção de prédio que o abrigasse. Também não vingou.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 7, 9, 13 e 14;
2 - Arquivo da Escola Estadual de Douradinho - “Livro de Atas Administrativas, Pedagógicas e Designações - 1.963 a 1.996”;
3 - Arquivo da Paróquia de Carvalhópolis - “Livro de Tombo da Paróquia de Cana do Reino” - págs. 36 e 36v.;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de leis e decretos nº 4;
5 - Arquivo Público Machadense - livro sem número: “Registo de Proprios Estadoaes”, da Secretaria das Finanças - págs. 20 e 32;

6 - Coleção das Leis de 1.968 do Governo do Estado de Minas Gerais - vol. II - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.979, págs. 590/591;
7 - "Folha Machadense" ns. 441 - 12/3/1.983 - pág. 8;
604 - 7/6/1.986 - pág. 12;
1007 - 25/6/1.994 - pág. 3;
1044 - 18/3/1.995 - pág. 6;
1127 - 26/10/1.996 - pág. B-5;
1134 - 7/12/1.996 - págs. 4 e 11;
1142 - 15/2/1.997 - pág. B-4;
8 - informações pessoais de Altaíde Xavier Junqueira e Ocimara Martins de Moura Vilela;
9 - Informativo Mensal da Fundamar - ano II (1993), nº 8;
10 - "Jornal da Cidade" ns. 1 - junho de 1.984 - pág. 2;
4 - nov. de 1.984 - pág. 2;
6 - maio de 1.985 - pág. 5;
11 - "Luminar Machadense" nº 106 - 22/11/1.964 - pág. 1;
12 - "O Machadense" ns. 696 - 17/8/1.958 - pág. 3;
1002 - 24/7/1.966 - pág. 2;
5 - 21/3/1.971 - pág. 3;
21 - 18/7/1.971 - pág. 1;
13 - "*site*" na Internet: www.fundamar.com.br;
14 - "Tribuna Machadense" nº 57 - 22/5/1.982 - pág. 6.

****

B - O ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL

EVOLUÇÃO DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL
PRINCIPAIS FATOS A ELE RELATIVOS

1) - No século XIX.
2) - Na primeira metade do século XX.
3) - Na segunda metade do século XX.
4) - A municipalização.
5) - A alimentação escolar.

****

1 - **No século XIX**.

Não há, praticamente, registro da atividade educacional do Município em sua primeira década de existência. Ela foi desimportante, já que o Estado e particulares cuidavam do ensino nas sedes urbanas, e limitou-se ao pagamento do salário de um ou outro professor da zona rural.

Data de 18 de setembro de 1.891 a criação da primeira escola pelo Conselho de Intendência, no Bairro dos Fernandes. No ano seguinte, a lei distrital do Machado nº 1 criou duas escolas, sustentadas pelo respectivo Conselho. Ignoro onde se localizaram, pois não encontrei o texto, apenas referido no livro de atas da Câmara. A lei municipal 19, de 24 de outubro de 1.893, criou uma escola mista de instrução rural em cada distrito do Município, mantidas pelos cofres distritais.

Merece realce, no período, a lei 22, de 25 de outubro de 1.893, que aprovou o Regulamento Escolar Municipal. Em 60 artigos, dispôs sobre os deveres dos professores, a competência do inspetor da instrução, a disciplina, a matrícula, a freqüência, os livros escolares, as férias e os exames. Tornou obrigatório e gratuito o ensino para crianças de ambos os sexos, de 6 a 13 anos de

idade. Tratou da localização das escolas. Determinou que as mistas rurais funcionariam por três anos a partir de 1.894, sendo após removidas para outros bairros.

O relatório do Poder Executivo de 1.893 reconheceu que

> *"a instrução primária pelos governos municipal e distrital foi um dos ramos de serviço que mais primou pela irregularidade."*.

Em 1.896 persistiam os problemas da instrução pública, conforme relatório do Governo Municipal:

> *"...é este um dos ramos da administração que mais difficuldades apresenta por ser muito escasso o pessoal habilitado para ensinar. É por essa razão que não tem funccionado regularmente as escolas do Municipio, estando apenas funccionando com professor interino a escola do bairro de S. Thomé."*.

O Estatuto Municipal (lei 5, de 26 de janeiro de 1.899) foi parcimonioso ao tratar da educação. Seu artigo 24 dispôs competir à Câmara:

> *" - criar escolas, provendo-as por meio de concurso, fiscalizando o ensino e fazendo com que nelle sejam empregados os methodos mais aperfeiçoados;*
> *- marcar os vencimentos dos professores, crear e supprimir officinas para o aprendizado das artes liberaes;*
> *- fundar quaesquer outros estabelecimentos de instrucção profissional;*
> *- estabelecer o fundo escolar e os precisos regulamentos, devendo, nos que se referirem a instrucção, consignar a obrigação aos professores municipaes de apresentar mensalmente, aos encarregados da fiscalização do ensino, mappa da frequencia das respectivas escolas"*.

O artigo 59 incumbiu os Conselhos Distritais de

> *"promover e auxiliar, pelos meios ao seu alcance, a fundação de escolas de instrucção primaria, sujeitas a inspecção do seu agente executivo e ao regulamento da Camara Municipal"*.

A resolução 48, de 9 de janeiro de 1.900, concedeu subvenção a escolas de diversos bairros do Município. Estabeleceu que não poderia ser superior a 500$000 para as que tivessem vinte alunos freqüentes, e a 300$000 para as que tivessem menor número deles. A resolução 49, de 8 de abril seguinte, fixou o auxílio às escolas municipais, o modo de contrato com os professores e sua fiscalização.

No relatório apresentado à Câmara em janeiro de 1.901, o agente executivo informou ter subvencionado no ano anterior quatro escolas particulares rurais. Acrescentou que funcionaram regularmente naquele período, com o total de 105 alunos matriculados. Observou que, além delas, havia então no Município três outras escolas auxiliadas pelos Conselhos Distritais: duas no Carmo da Escaramuça e uma no Machadinho.

2 - **Na primeira metade do século XX**.

Nada houve nos primeiros lustros que aqui mereça registro. A lei orçamentária 77, de 20 de setembro de 1.920, criou um cargo de inspetor municipal e dez escolas rurais mistas, distribuídas pelos distritos e bairros mais populosos, a critério do presidente da Câmara. Determinou que cada uma teria no máximo 70 alunos matriculados, só podendo funcionar com freqüência mínima de 20. Estabeleceu o horário das aulas, o período de férias, a competência do inspetor e os salários deste e dos professores.

O relatório do presidente da Câmara referente ao exercício de 1.920 assim tratou do assunto em exame:

> *"pouco se fez quanto à instrucção durante o anno: apenas 3 escolas municipais funcionaram e uma apenas conseguiu funcionar até o fim do anno, vendo-me obrigado a fechar as outras por falta de freqüência."*.

Em 1.938 só funcionavam quatro das escolas municipais, conforme quadro elaborado pelo Inspetor Djalma Costa. Naquele ano, o decreto-lei 8, de 10 de janeiro, baixou o Regulamento das Escolas Rurais Machadenses. Impôs como condição para que funcionassem o mínimo de 25 matrículas e a existência de casa para ensino e residência da professora. Ordenou que as freqüentadas por menos de vinte alunos fossem transferidas para bairros mais populosos. Estabeleceu que as professoras seriam reconduzidas aos cargos anualmente, e que as leigas prestariam concurso para ser nomeadas. Fixou a duração do curso (três anos) e do ano letivo; o horário das aulas e os dias semanais de descanso (domingos e quintas-feiras). Determinou que o ensino primário nelas ministrado obedecesse ao seguinte programa: leitura e escrita; rudimentos de língua pátria; conhecimento das operações aritméticas fundamentais; noções de corografia do Brasil, de história pátria, de educação moral e cívica e de higiene; canto dos hinos nacional e à bandeira.

O Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais foi aprovado pela lei 24, de 12 de novembro de 1.948, e permaneceu em vigor até 1.995. Aplicava-se também ao magistério, no que coubesse.

Em depoimento ao "*Siga em Frente*", a Professora

Tizzira Signoretti Brigagão falou das dificuldades do magistério naquela época:

> *"Até a década de 50, por exemplo, eram comuns as aulas noturnas para as crianças que durante o dia ajudavam os pais nas lavouras. (...) Naquele tempo de pioneirismo não havia cadernos, nem lápis, nem borracha, nem apontador e muito menos livros. As crianças usavam canetas de pena, tinteiros e às vezes lousas em substituição ao caderno."*.

3 - **Na segunda metade do século XX**.

Em 1.957 e 1.958, mediante convênio com a Secretaria da Educação (autorizado pelas leis 218 e 245), a Prefeitura proporcionou curso intensivo de treinamento às suas professoras rurais, de acordo com o projeto CBAR. Ela também concedeu bolsas de estudo nos ginásios locais aos melhores alunos das escolas rurais (lei 221, de 29/10/57).

As leis 289, de 24/11/59, e 356, de 29/11/61, trataram da situação funcional das professoras do Município. Dispuseram sobre classificação em padrões, promoção, vencimentos e criação de cargos.

Minguados os recursos locais, buscava-se então, mediante acertos políticos, transferir ao Governo mineiro a responsabilidade pela mantença das escolas rurais. Na gestão de Lucas Lacerda foram estadualizadas diversas delas.

No início da década de setenta, Machado foi um dos 68 municípios mineiros escolhidos para implantação gradativa da reforma do ensino. Para tratar dela nomeou-se comissão, cujos membros participaram de debates em Belo Horizonte, realizaram censo escolar e apresentaram relatório minucioso sobre a situação do ensino local, com propostas para aperfeiçoá-lo. Ele se encontra no livro 513 do Arquivo Público Machadense.

Na época se mudou o ano letivo nas escolas rurais para adaptá-lo ao ciclo agrícola, em especial à colheita do café. A alteração durou pouco, porque não deu bom resultado: o índice de evasão escolar permaneceu o mesmo e houve problemas na transferência de alunos para outros estabelecimentos.

Em janeiro de 1.976 teve início o projeto "*Coordenação e Assistência Técnica ao Ensino Municipal - Promunicípios*", para ampliação e melhora da rede escolar rural. O Prefeito Jorge Oliveira, em entrevista ao jornal "*O Estado de São Paulo*", tachou de inútil o encontro promovido pela Secretaria da Educação Estadual para divulgá-lo. Disse que, em vez de pedir integração, ela deveria propiciar melhores condições de uso às próprias escolas, acrescentando que aqui tinha de consertá-las, para evitar que quase desabassem

sobre as crianças. Apesar disso, com base nas leis 287/77, 301/77 e 336/78, o Município e o Estado firmaram diversos convênios para execução daquele.

Buscando elevar o nível do ensino, o decreto 476, de l5 de agosto de 1.979, determinou que todos os professores leigos da rede municipal deveriam cursar o supletivo, ou curso equivalente, e depois o normal, sob pena de não mais receber aumento de salário.

Na década de oitenta, cumpre ressaltar a aprovação do Estatuto do Magistério Municipal (lei 629, de 13 de abril de 1.986). Ele buscou incentivar a profissionalização, a atualização e a reciclagem dos professores. Procurou assegurar-lhes remuneração condizente com os níveis de formação e garantiu-lhes promoção segundo o aperfeiçoamento profissional e o tempo de serviço. Dispôs ser o quadro do magistério composto por professores, orientadores educacionais, supervisores pedagógicos, secretários e diretores, enumerando suas atribuições. Tratou da carreira, do horário de trabalho e da administração das escolas. Os decretos locais 779 e 782, de 22 de abril e 4 de maio de 1.987, disciplinaram o enquadramento e a classificação do pessoal do magistério.

No período em exame o Município celebrou diversos convênios com o Estado, visando à ampliação e melhoria do ensino, ao fornecimento de material pedagógico e de consumo para as escolas, à execução de obras em seus prédios.

Adotou-se como meta na zona rural a nucleação: em vez de manter vários prédios escolares pequenos e sem conforto, optou-se pela construção de estabelecimentos maiores, com classes de 1° grau completo em salas separadas, com centro social, esportivo e agrícola. Eles servem a vários bairros e fazendas, cujos alunos são transportados diariamente pelo Município.

A Lei Orgânica Municipal, de 1.990, reservou capítulo à educação e cultura, afirmando no artigo 169 que o ensino local será ministrado com base nos seguintes princípios:

> *"- igualdade de condições para acesso e freqüência à escola;*
> *- liberdade de aprender, ensinar e pesquisar, e de divulgar o pensamento, a arte e o saber;*
> *- pluralismo de idéias e de concepções filosóficas, políticas, estéticas, religiosas e pedagógicas;*
> *- valorização dos profissionais do ensino, garantido plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pelo Município;*
> *- garantia de padrão de qualidade;*
> *- atendimento educacional especializado aos portadores de*

deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- atendimento em creches e pré-escolas às crianças de até seis anos de idade;
- acesso aos níveis mais elevados de ensino, pesquisa e criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do aluno;
- atendimento ao aluno, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático, transporte, alimentação, assistência e saúde.".

Incumbiu ao Município elaborar plano plurianual de educação, e ainda (artigo 171):

"- recensear os alunos no nível fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola;
- manter calendário escolar adequado a sua realidade;
- ministrar em seus cursos fundamentais ensino religioso, de matrícula facultativa, conforme a confissão do aluno;
- orientar e estimular a educação física, que será obrigatória em seus estabelecimentos e nos particulares que dele recebam auxílio;
- incluir em seu currículo escolar noções de educação para o trânsito.".

Estabeleceu a gratuidade do ensino oficial em todos os níveis, tratou da aplicação de recursos na educação, e dos direitos de seus servidores nessa área. Determinou que lei ordinária regulamentasse o Conselho Municipal de Educação.

O governo de J. C. Vilela, iniciado em 1.993, deu prioridade à área educacional. Modernizou o método de ensino; implantou o programa "*Machado Alfabetizado*", com cursos básicos de leitura e escrita, e o programa de transporte escolar. Continuou o processo de nucleação das escolas rurais, criou o Conselho Municipal de Alimentação Escolar e iniciou o "*Programa Curumim*", para menores carentes. Adotou o PROEPRE (programa de educação pré-escolar) nas escolas e creches da rede municipal, com esteio na teoria piagetiana.

Importante não apenas no setor educacional, o decreto 1.259, de 30 de agosto de 1.995, estabeleceu os requisitos para preenchimento dos diversos cargos da administração municipal, bem como as atribuições de seus ocupantes. A lei 1.070, de 29 de agosto do ano seguinte, criou o Conselho-Escola nas unidades de educação municipais.

O último governo do século deu seguimento ao trabalho do antecessor no campo da educação. Impulsionou o transporte escolar, distribuindo passes de ônibus a alunos da zona urbana, e gastando mensalmente mais

de R$91.500,00 em trajetos terceirizados (59) ou feitos por veículos da própria Prefeitura (16). Doou grande quantidade de material escolar, até para alunos carentes de escolas estaduais e particulares. Forneceu merenda balanceada, com cardápio unificado, celebrando convênio com a Escola Agrotécnica Federal para complementá-la.

Registrem-se a lei 1.098, de 5 de maio de 1.997, que criou a caixa escolar nos estabelecimentos escolares do Município; a lei 1.116, de 29 de setembro seguinte, que criou o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Seus membros foram nomeados pelo decreto 1.356, de 17 de dezembro do mesmo ano. A lei 1.233, de 22 de junho de 1.999, instituiu o patrocínio de empresas nos uniformes da rede municipal de ensino. A lei 1.284, de 3 de fevereiro de 2.000, alterada pela lei 1.289/00, estabeleceu o plano de cargos, carreiras e remuneração do magistério municipal.

4 - **A municipalização**.

Nos anos sessenta os municípios buscavam transferir aos estados o custo de manutenção das escolas locais. Nos noventa inverteu-se o processo. Em face da redistribuição das rendas tributárias estabelecidas pela Constituição de 1.988, que fortaleceu as menores unidades federativas, os governos federal e estaduais reagiram, impondo como contrapartida pela perda de receita a municipalização dos serviços. No campo da educação não foi diferente: com base na emenda constitucional 14/96 passou-se a entender que apenas o ensino médio era de responsabilidade prioritária dos estados, cabendo aos municípios arcar com o fundamental e o infantil.

Em 1.995 Minas decidiu excluir de seus estabelecimentos o pré-escolar. Mediante negociação, o Prefeito Vilela conseguiu que ele fosse aqui mantido por mais algum tempo, assumindo em troca o encargo de funcionamento de oito escolas estaduais rurais. Firmou-se convênio para isso, com autorização da lei 1.040, de 20 de novembro daquele ano. Em 31 de janeiro de 1.997, porém, a lei local 1.092 permitiu a municipalização das turmas de pré-escola de 6 anos da rede estadual no Município. Naquele ano isso ocorreu com quinze delas. Depois, o Governo mineiro pretendeu que o machadense assumisse de vez, no ano seguinte, todas as escolas estaduais. O Prefeito resistiu, só aceitando a transferência paulatinamente. Assim se fez, e a lei local 1.120, de 29 de outubro de 1.997, autorizou a municipalização gradativa das escolas estaduais do ensino fundamental. No início de 1.998 o Município assumiu sete turmas de suplência da E. E. "*Hilda Nogueira da Gama*". Em maio seguinte foram municipalizadas as escolas "*Comendador Lindolfo de Souza Dias*" e "*Carlos Legnani*".

Além de onerar demasiadamente o erário local, a municipalização causou transtorno a alunos e professores. Classes foram extintas

em algumas escolas, ou transferidas para outras, dificultando o acesso ao local de instrução e obrigando a Prefeitura, ainda, a arcar com mais despesas de transporte.

5 - **A alimentação escolar**.

Até meados do século XX, a aquisição e distribuição de alimento nos educandários ficava a cargo das respectivas diretorias e caixas escolares. Criou-se depois a *Campanha Nacional da Merenda Escolar*, que atuava com patrocínio do programa "*Aliança para o Progresso*". Em outubro de 1.961, Mathilde Dias Brandão passou a ser supervisora dela no Município. Este se limitava a conceder subvenções anuais ao serviço. Em maio de 1.970 Machado passou a sediar um setor regional da C.N.A.E., de que faziam parte quinze cidades, além da nossa.

Na década seguinte, a Secretaria Estadual da Educação criou o P.E.A.E. (*Programa Estadual de Alimentação Escolar*), encarregando-o do controle da atividade em exame. Em 1.984, pela primeira vez, aqui se distribuiu sopa aos alunos durante as férias. O Município formou então duas hortas comunitárias, para reforçá-la. A Escola Agrotécnica sediou em 1.985 o 1° Encontro Regional de Supervisores de Alimentação Escolar do Sul de Minas, com mais de cem partícipes. Nos anos posteriores, as cantinas escolares foram equipadas pelo P.E.A.E., que cá realizou curso de treinamento para representantes de mais de cinqüenta localidades. A resolução da Câmara 92, de 23/10/89, aprovou convênio celebrado entre o Município e a Secretaria Estadual da Educação, para executar o Programa. As leis 844, de 4/6/92, e 929, de 23/8/93, trataram de novos contratos entre as mesmas partes, a fim de aperfeiçoar o funcionamento do núcleo local.

A lei municipal 1.069, de 29 de agosto de 1.996, criou o Conselho de Alimentação Escolar, órgão de assessoria na execução do programa de assistência e educação alimentar, fixando-lhe as atribuições. Estabeleceu sua composição, a duração do mandato de seus membros e as fontes de recurso do programa de alimentação escolar. O decreto 1.301, de 15 de outubro seguinte, nomeou os membros do Conselho, com mandato até o final daquele ano. Seu regimento interno foi aprovado pelo decreto 1.307, de 29 do mesmo mês. O decreto 1.649, de 21 de agosto de 2.000, nomeou novos membros do Conselho. A lei 1.340, de 10 de dezembro seguinte, substituiu a lei 1.069/96, redisciplinando seu tema. O decreto 1.693, da mesma data, aumentou a composição do Conselho.

Só no primeiro semestre de 2.000, o Município fez gastos de R$110.000,00 com a alimentação escolar. Recebeu para isso R$51.000,00 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, completando o restante.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro nº 1 de atas - págs. 57/58v.;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 9, 10, 14, 18, 20 e 22;
3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de resoluções ns. 3 e 4;
4 - Arquivo da E.E. Dom Pedro I - livro "Posses e Exercícios - 1.960 a 1.974";
5 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de leis e decretos nº 4;
6 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos ns. 16, 17 e 19;
7 - Arquivo da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Lazer - pasta "Processo de Municipalização das Escolas Estaduais Carlos Legnani e Comendador Lindolfo de Souza Dias - 1.998";
8 - Arquivo Público Machadense - livro 61: "Leis e Resoluções da Câmara Municipal - 1892";
9 - Arquivo Público Machadense - livro 62: "Leis, Decretos e Resoluções da Câmara Municipal - 1895 e 1896";
10 - Arquivo Público Machadense - livro 63: "Leis da Câmara Municipal - 1898 a 1912";
11 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal -1898 a 1919";
12 - Arquivo Público Machadense - livro 65: "Leis da Câmara Municipal - 1912 a 1932";
13 - Arquivo Público Machadense - livro 168: "Registro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Santo Antônio do Machado - 1883 a 1892";
14 - Arquivo Público Machadense - livro 169: "Atas das Sessões da Câmara Municipal - 1892 a 1894";
15 - Arquivo Público Machadense - livro 258: "Atas da Assembléia Municipal - 1893 a 1908";
16 - Arquivo Público Machadense - livro 309: "Documentos Históricos (1893 a 1964);
17 - Arquivo Público Machadense - livro 513: "Plano Municipal de Implantação da Reforma do Ensino em Machado";
18 - "Folha Machadense" ns. 11 - 2/6/1.974 - pág. 3;
98 - 14/3/1.976 - pág. 3;
99 - 21/3/1.976 - pág. 7;
134 - 21/11/1.976 - pág. 1;
158 - 1/5/1.977 - pág. 10;
390 - 27/2/1.982 - pág. 4;
481 - 17/12/1.983 - pág. 1;
482 - 24/12/1.983 - pág. 2;
570 - 28/9/1.985 - pág. 1;
599 - 3/5/1.986 - pág. 13;
607 - 28/6/1.986 - pág. 8;
680 - 5/12/1.987 - pág. 1;
772 - 7/10/1.989 - pág. 1;
908 - 20/6/1.992 - pág. 7;
970 - 2/10/1.993 - pág. 3;
1001 - 14/5/1.994 - pág. 3;
1053 - 20/5/1.995 - págs. 1 e 16;

1072 - 30/9/1.995 - pág. 6;
1075 - 21/10/1.995 - pág. 8;
1082 - 9/12/1.995 - pág. 16;
1126 - 19/10/1996 - págs. B-6 e 7;
1131 - 23/11/1.996 - págs. 7 a 9;
1154 - 17/5/1.997 - pág. B-6;
1175 - 4/10/1.997 - pág. 12;
1179 - 1/11/1.997 - pág. 12;
1180 - 8/11/1.997 - pág. 2;
1186 - 24/12/1.997 - pág. 16;
1191 - 7/2/1.998 - pág. 3;
1194 - 28/2/1.998 - pág. 14;
1198 - 14/3/1.998 - pág. 13;
1206 - 30/5/1.998 - pág. 12;
1239 - 23/1/1.999 - pág. 7;
1243 - 20/2/1.999 - pág. 2;
1247 - 20/3/1.999 - pág. 17;
1263 - 3/7/1.999 - pág. 15;
1293 - 5/2/2.000 - supl.;
1300 - 25/3/2.000 - pág. 13;
1321 - 19/8/2.000 - pág. 21;
1322 - 26/8/2.000 - pág. 12;
1336 - 2/12/2.000 - págs. 16 e 20;
19 - “Jornal da Cidade” ns. 2 - julho de 1.984 - pág. 7;
5 - dez. de 1.984 - pág. 6;
20 - Lei Orgânica Municipal - sem menção de editora, 1.990;
21 - “Luminar Machadense” nº 89 - 25/3/1.964 - págs. 2 e 3;
22 - “O Estado de São Paulo” - de 7/12/1.975;
23 - “0 Machadense” ns. 934 - 28/3/1.965 - pág. 2;
954 - 15/8/1.965 - pág. 1;
982 - 6/3/1.966 - pág. 5;
41 - 5/12/1.971 - pág. 4;
62 - 14/5/1.972 - pág. 1;
70 - 9/7/1.972 - pág. 1;
84 - 15/10/1.972 - pág. 6;
24 - “Siga em Frente” nº 22 - 28/5/1.997 - pág. 8;
25 - “Transparência” nº 3 - jan./mar. 1.999 - págs. 1 e 5;
26 - “Tribuna Machadense” ns. 110 - 5/2/1.987 - pág. 6;
9 - 26/7/1.987 - pág. 1.

B - **secundárias**

1 - Homero Costa - “Contribuição à História de Machado - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem data, pág. 35.

****

ÓRGAOS ADMINISTRATIVOS MUNICIPAIS DA ÁREA EDUCACIONAL

1) - Serviço de Educação e Saúde.
2) - Serviço de Educação e Cultura.
3) - Secretaria da Educação, Cultura e Lazer.
4) - Secretaria da Cultura.

****

1 - **Serviço de Educação e Saúde**.

Foi com o decreto-lei 53, de 12 de junho de 1.942, que as obras e serviços da administração municipal passaram a ser afetos, conforme sua natureza, a repartições especificas. Entre outras, criou-se então o Serviço de Educação e Saúde, ao qual cabia, conforme os artigos 61 e 62:

> *"- velar pelo funcionamento regular das escolas municipais, provendo-as do material necessário;*
> *- ter em ordem os dados sobre as localidades em que funcionam e número de alunos matriculados em cada uma;*
> *- dar posse aos professores nomeados pelo prefeito e organizar o registro de assentamentos dos mesmos;*
> *- informar os requerimentos de licença;*
> *- propor ao prefeito a criação e reabertura de escolas, quando tais medidas se fizerem necessárias;*
> *- comunicar ao prefeito o abandono de cargos;*
> *- fazer visitar, sempre que possível, as escolas municipais e representar ao prefeito sobre as medidas de ordem higiênica de que careçam;*
> *- auxiliar o prefeito na execução do programa do ensino primário adotado pelo Estado;*

- velar pelo programa de educação física que for adotado pelo Estado no Município;
- atender a todas as informações e dados que forem solicitados pela Secretaria de Estado;
- manter-se em correspondência com a Inspetoria Técnica do Ensino em cuja circunscrição esteja o Município localizado, auxiliando-a, em direta colaboração, no cumprimento das leis e regulamentos do ensino como das instruções baixadas pela Secretaria.".

O artigo 70 do decreto-lei 53 dispôs que, além das atribuições próprias, o prefeito teria a de superintender diretamente o Serviço de Educação e Saúde.

2 - **Serviço de Educação e Cultura**.

A lei 136, de 15 de maio de 1.973, tratou da estrutura administrativa da Prefeitura, constituída, entre outros órgãos (cada qual com seu chefe), do Serviço de Educação e Cultura. Ele ficou responsável (artigo 11):

"pelas atividades relativas à educação primária, à instalação e manutenção de estabelecimentos municipais de ensino; à elaboração e execução do Plano Municipal de Educação; à manutenção dos programas de alimentação escolar; à manutenção da Biblioteca; à difusão cultural; e à elaboração e execução de programas recreativos e desportivos.".

Subdividia-se em três unidades de serviço: *Setor de Alimentação Escolar, Biblioteca Municipal,* e *Unidades Escolares*. Dissociou-se dele a saúde, que, com a assistência social, foi erigida em Serviço distinto. De maneira semelhante dispôs o decreto 295, de 21 de janeiro de 1.976, que aprovou o regimento interno dos serviços da Prefeitura. As atribuições do chefe do Serviço de Educação e Cultura foram enumeradas por ele no artigo 32.

O decreto 302, de 16 de fevereiro de 1.976, nomeou **Marilda Signoretti Reis** chefe do Serviço de Educação e Cultura.

A lei 339, de 1° de junho de 1.978, reestruturou o Serviço em exame, subdividido nas seguintes seções: *Supervisão Escolar, Assistência ao Educando, Documentação e Informações Educacionais, Apoio Técnico-Administrativo,* e *Biblioteca Pública Municipal*. Enumerou a competência daquele e destas. Manteve os cargos de chefe do Serviço e de supervisor do ensino municipal, além de criar outros.

O decreto 490, de 18 de outubro de 1.979, nomeou

Ana Luísa dos Santos para a chefia do SECUL, em substituição a Marilda S. Reis, mas foi revogado pelo decreto 493, de 5 de novembro seguinte. A última foi destituída do cargo pela portaria 229, de 7 de dezembro de 1.981, que nele proveu interinamente **Ana Luísa dos Santos**. Esta o ocupou em tal condição até 7 de fevereiro de 1.983, quando o decreto 591 contratou **Rosa Maria Signoretti Araújo** para responder pela chefia. Ela pediu demissão em fevereiro de 1.986, e a portaria 456, de 7 de julho seguinte, designou **Eny Ferreira Moreira** para ocupar o posto em caráter interino. Demitindo-se, foi sucedida por **Wellington Vieira de Camargo**, na mesma condição, em 4 de março de 1.987 (portaria 507). A portaria 544, de 9 de setembro seguinte, substituiu-o por **Ângelo José de Oliveira**. Este, por sua vez, cedeu o lugar a **Vânia Moterani Swerts**, contratada pela portaria 581, de 22 de abril de 1.988.

Vale lembrar que no governo de Jorge 0liveira o SECUL editou o "*Jornal da Cidade*", entre junho de 1.984 e novembro de 1.985.

Logo que Pereira Dias retornou à Prefeitura, **Clêuton Pereira Gonçalves** foi nomeado chefe do SECUL (portaria 616, de 2/1/89). Entretanto, a portaria 629, da mesma data, designou para o cargo **Maria Lúcia Conti Neves**. Já em 23 de abril de 1.990, a portaria 717 designou para ocupá-lo interinamente **Silvana de Fátima Carvalho de Souza**.

3 - **Secretaria da Educação, Cultura e Lazer**.

A Lei Orgânica, promulgada em 30 de março de 1.990, criou os secretários municipais como auxiliares diretos do prefeito. A lei 755, de 25 de julho seguinte, dispôs sobre a organização administrativa da Prefeitura, estabelecendo que a Secretaria da Educação, Cultura e Lazer seria formada pela *Divisão de Ensino*, subdividida nas seções de *Supervisão e Orientação* e de *Assistência ao Educando*; e pela *Divisão de Cultura e Lazer*, subdividida nas seções de *Cultura* e de *Lazer*. Enumerou também as suas atribuições especificas.

A Secretaria em exame substituiu o Serviço de Educação e Cultura, e foi ocupada desde o início por **Clêuton Pereira Gonçalves**. Ele obteve exoneração em 15 de maio de 1.992, data na qual **Celina Signoretti Tavares** foi contratada para o cargo (portarias 845 e 847).

Com a mudança do governo o posto coube a **Maria José Gonçalves**, nomeada pela portaria 894, de 2 de janeiro de 1.993. Ela o exerceu durante toda a administração de José Carlos Vilela, sendo mantida na seguinte, de José Miguel de Oliveira.

A lei 1.018, de 3 de maio de 1.995, alterou o organograma da Prefeitura, revogando a 755/90. Deu nova estrutura à Secretaria da Educação, Cultura e Lazer, composta pelas seguintes divisões: *Administrativa*

e Financeira - de Ensino e Orientação Pedagógica - de Esportes e Lazer - de Cultura e Patrimônio Histórico - de Programas Especiais; e pelas seções de: *Suprimento, Manutenção e Conservação - de Educação Infantil - de Transporte Escolar - da Biblioteca Municipal - de Acompanhamento e Execução do Programa Curumim - de Acompanhamento e Execução do Programa de Profissionalização de Jovens*. Cuidou também de suas finalidades e de sua competência.

Por força da lei 1.091/97, mencionada no item posterior, o órgão em estudo ficou por poucos anos desfalcado da parte da cultura, teve extinta a Divisão de Cultura e Patrimônio Histórico, e passou a ser chamado apenas de Secretaria Municipal da Educação e Lazer.

A lei 1.282, de 1 de fevereiro de 2.000, que mais uma vez organizou administrativamente a Prefeitura, restabeleceu a situação anterior. Recriou a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Lazer, com a finalidade de

> *"coordenar a execução das políticas educacional, cultural e do desporto, visando à formação escolar profissional de ensino fundamental e ensino médio do Município, bem como à educação pré-escolar e à assistência em creches, e promovendo a cultura, o esporte, a recreação e o lazer, obedecidas as diretrizes do Conselho Municipal de Educação"*.

Fixou suas competências, estabelecendo que é formada pelos seguintes órgãos:
I - *Diretoria Administrativa e Financeira*;
II - *Diretoria de Suprimento, Manutenção e Conservação*;
III - *Diretoria de Esportes e Lazer*;
IV - *Diretoria de Eventos e Atividades Culturais*;
V - *Gerência da Educação Infantil e da Adolescência*;
VI - *Coordenadoria da Educação Infantil e da Adolescência*;
VII - *Coordenadoria da Vaca Mecânica*;
VIII - *Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Cultural*.

Registre-se, por fim, que o decreto 1.684, de 13 de novembro de 2.000, enumerou as atribuições dos diversos cargos do funcionalismo municipal - entre eles os correspondentes à Secretaria de que se trata.

4 - **Secretaria da Cultura**.

Para atender a promessa da campanha política, José Miguel de Oliveira obteve, logo no começo de seu governo, a aprovação da lei 1.091, de 31 de janeiro de 1.997, que criou a Secretaria Municipal da Cultura, desmembrada da anterior. Ela foi definida como órgão responsável pela implantação, planejamento e coordenação de programas, projetos e atividades que visavam ao desenvolvimento cultural e à preservação do patrimônio histórico e artís-

tico do Município. Compôs-se da *Divisão de Eventos e Atividades Culturais*, e da *Seção de Patrimônio Histórico e Cultural*.

O não-preenchimento da nova repartição evidenciou que foi um erro criá-la. Algumas pessoas foram cogitadas e até se anunciaram como futuras titulares dela, sem fundamento. **Maria José Gonçalves**, da Educação, que desde o inicio respondeu informalmente por ela, foi por fim designada secretária em caráter interino e cumulativo, pela portaria 2.001, de 3 de maio de 1.999.

Extinguiu-se com a promulgação da lei 1.282/00, como visto acima.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 14, 18 e 22;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de leis e decretos nº 4;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos ns. 15, 16 e 19;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de portarias ns. 15 e 16;
5 - "Folha Machadense" ns. 438 - 19/2/1.983 - pág. 1;
590 - 1/3/1.986 - pág. 11;
642 - 14/3/1.987 - pág. 12;
1141 - 8/2/1.997 - supl.;
1145 - 8/3/1.997 - pág. 2;
1152 - 26/4/1.997 - pág. 9;
1167 - 9/8/1.997 - pág. 5;
1168 - 16/8/1.997 - pág. 4;
1206 - 30/5/1.998 - pág. 2;
1254 - 8/5/1.999 - pág. 15;
1293 - 5/2/2.000 - supl.;
1334 - 18/11/2.000 - supl.;
6 - Lei Orgânica do Município - sem menção de editora, 1.990;
7 - "Tribuna Machadense" nº 47 - 1/5/1.988 - pág. 1.

****

ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO, depois COLÉGIO COMERCIAL, depois COLÉGIO MUNICIPAL

1) - A Sociedade Educativa Machadense Ltda..
2) - A venda da Escola a João Bernardes de Souza.
3) - A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.
4) - O Colégio Cenegista e o desligamento da Campanha.
5) - A Fundação Municipal de Ensino Médio.
6) - O Colégio Municipal.
7) - A incorporação do "São José" e a extinção.

****

1 - **A Sociedade Educativa Machadense Ltda**.

No mês de julho de 1.953, em Belo Horizonte, Erasto Pereira disse a José Alves Aguiar que nossa Cidade necessitava de curso médio noturno, dedicado à área contábil. Seu colocutor, no outro dia, o apresentou ao Inspetor Regional do Ensino Comercial, Sílvio de Marco, que lhe deu instruções para fundar uma associação mantenedora de futura escola. De volta a Machado, promoveu para isso reunião em sua casa, com diversas pessoas, sendo criada no dia 18 de agosto seguinte a Sociedade Educativa Machadense Ltda..

Foram vinte os sócios fundadores: Abel Faleiro, Amélia Afonsina Reis Pereira, Américo Signoretti, Aprígio Nogueira, Christina Westin, Dalmo Andrade, Erasto Pereira, Fausto Paulo Werner, Francisco de Carvalho Dias, Gylvio Dias Rebello, Iracema Rodrigues, João Rodrigues de Carvalho, Joaquim Carvalho dos Santos, Magaly Vieira Guerra, Marcos Maciel Dias, Maria Antonieta Vieira Guerra, Miguel Jorge Abdalla, Rúbens Pinto Garcia, Sebastião Rodrigues da Silva e Vicentina Ferreira. Cada um deles subscreveu cota de Cr$2.500,OO para formação do capital social. A primeira diretoria ficou assim

constituída: *presidente* - Joaquim Carvalho dos Santos; *vice-presidente* - Miguel Jorge Abdalla; *secretário* - Erasto Pereira.

Organizou-se a seguir a Escola Técnica de Comércio, que teve Erasto Pereira como secretário executivo até a formação da diretoria. Em duas salas do Grupo Escolar Dom Pedro I, cedidas pela Secretaria da Educação, iniciou-se no dia 1° de setembro o curso de admissão ao básico. Nele ensinaram gratuitamente, por quatro meses, Anésia de Souza Ramos, Christina Westin, Maria Antonieta Vieira Guerra e Vicentina Ferreira. Houve 42 alunos, sendo Édson de Paula e Silva o primeiro matriculado.

No final do ano escolheu-se esta equipe para chefia da Escola: *diretor* - Marcos Maciel Dias; *vice-diretora* - Maria Antonieta Vieira Guerra; *primeiro secretário* - Erasto Pereira; *segundo secretário* - Herculano Pereira dos Santos; *tesoureira* - Amélia Afonsina Reis Pereira. Começaram em 3 de março de 1.954 as aulas do curso básico (com 42 alunos) e do curso técnico comercial (com 22), tendo sido Reginaldo Swerts Costa o primeiro aluno matriculado. Lecionaram no Estabelecimento, em seus primórdios, Américo Signoretti, Anésia de Souza Ramos, Christina Westin, Dalila Luz Mendes Carvalho, Fausto Paulo Werner, Lisipo Gomide, Joaquim Carvalho dos Santos, Magaly Vieira Guerra, Marcos Maciel Dias, Maria Antonieta Vieira Guerra, Miguel Jorge Abdalla, Rúbens Pinto Garcia e Vicentina Ferreira. Designou-se inspetor Antônio Vilela Nunes Bittencourt, residente em Alfenas.

O funcionamento da Escola, que ocorria no período noturno, foi autorizado em 13 de setembro de 1.954 pela portaria 223 da Diretoria de Ensino Comercial.

Em 2 de janeiro de 1.955 a Sociedade elegeu esta diretoria: *presidente* - Fausto Paulo Werner; *vice-presidente* - Marcos Maciel Dias; *tesoureiro* - Rúbens Pinto Garcia; *secretário* - Erasto Pereira. Na mesma data, foram escolhidos Joaquim Carvalho dos Santos, Maria Antonieta Vieira Guerra e Herculano Pereira dos Santos para diretor, vice-diretora e secretário da Escola.

A Sociedade manteve à custa de grande esforço o Estabelecimento nos primeiros anos, com apoio da Associação Comercial. Ignoro, porém, como se deu a atuação desta, pois não tive acesso ao seu livro de atas.

Em 1.956, por causa da reforma do "*Dom Pedro I*", a Escola transferiu-se para o "*Gabriel Odorico*", voltando depois àquele .

2 - **A venda da Escola a João Bernardes de Souza**.

A Sociedade Educativa vendeu a Escola de Comércio ao Professor João Bernardes de Souza, que assumiu sua direção em 22 de outubro

de 1.957. Natural de Santa Rita do Sapucaí, ele trabalhava em Machado como contador. Conforme "*O Machadense*" 711, aumentou o número de matrículas, apurou a disciplina e remunerou melhor os professores. Todavia, acrescenta o mesmo jornal, o negócio não correspondeu "*às suas responsabilidades monetárias*", e teve então de mudar-se para Poços de Caldas. Por isso, no final do ano seguinte, revendeu o Estabelecimento à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos que, havia pouco, criara um Setor na Cidade.

3 - **A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos**.

Era a C.N.E.G. sociedade civil, fundada no Recife em julho de 1.943, com a finalidade de instituir rede de educandários gratuitos no País. Em 1° de dezembro de 1.958 formou-se seu Setor Municipal de Machado, sob a seguinte direção: *presidente* - Lúcio Dias Vieira; *vice-presidente* - Joaquim Carvalho dos Santos; *1° secretário* - Américo Signoretti; *2° secretário* - Fausto Paulo Werner;
1° tesoureiro - João Batista Dias Swerts; *2° tesoureiro* - Manoel Juntolli Ferreira.

Conforme relatado acima, a Campanha adquiriu a Escola Técnica de Comércio, prometendo considerável redução das taxas de matrícula em 1.959 e inteira gratuidade em 1.960. Isso não ocorreu no prazo previsto, e se fez na Cidade trabalho para angariar sócios. Nos primeiros meses de 1.960 o diretor da Escola já era Manoel Rodrigues de Oliveira. Não consegui saber a data precisa em que assumiu o cargo.

Demissionário Lúcio Vieira, em 9 de abril de 1.960 o Setor local escolheu nova diretoria: *presidente* - Francisco Vieira Guerra; *vice-presidente* - Marcelo Diógenes Maia; *primeiro secretário* - Américo Signoretti; *segundo secretário* - Fausto Paulo Werner; *primeiro tesoureiro* - Luciano Vilhena; *segundo tesoureiro* - Manoel Juntolli Ferreira. Ela foi reeleita em 31 de janeiro do ano seguinte. Em 17 de março de 1.962, mantidos os ocupantes dos demais cargos, tornaram-se vice-presidenta, primeiro secretário e segundo tesoureiro, respectivamente, Anésia de Souza Ramos, Manoel Juntolli Ferreira e José Bueno de Almeida.

As leis municipais 271, de 2 de setembro de 1.959, e 339, de 18 de agosto de 1.961, autorizaram o Executivo a doar à C.N.E.G., para construção do prédio da Escola de Comércio, terreno sito na Praça Olegário Maciel, entre o prolongamento das ruas Ana de Paiva Reis e Major Feliciano. Determinaram a reversão do bem ao patrimônio público se, em cinco anos, não fosse utilizado para aquele fim. Em novembro de 1.963 o terreno foi permutado pelo prédio velho da Santa Casa. Em carta publicada no "*Luminar Machadense*" 91, o provedor da Irmandade, Lúcio Dias Vieira, admitiu que o negócio fora vantajoso para a Escola, ressalvando ter a Mesa Administrativa concordado com a sua efetivação "*dada a alta finalidade a que se destinava*".

Ainda em março de 1.962, por exigência da lei de diretrizes e bases, mudou-se o nome do Estabelecimento para "*Colégio Comercial de Machado*". Em sua secretaria, instalada na Rua Major Feliciano, 480, criou-se um curso de datilografia.

No final de 1.963 surgiu como órgão oficial do Colégio o jornalzinho "*A Tribuna Machadense*", que apenas lançou dois números. Em 30 de março de 1.964 foi reeleita a diretoria do Setor Municipal da C.N.E.G.. Fez-se, com ajuda do Município, a reforma do prédio adquirido, cuja inauguração ocorreu em 19 de dezembro do mesmo ano. Doze meses depois, os alunos fundaram o Grêmio Estudantil "*Dr. Lúcio Dias Vieira*".

No dia 19 de março de 1.966 renovou-se assim a diretoria do Setor: *presidente* - Luciano Vilhena; *1° vice-presidente* - Ismael Nogueira Rezende; *2° vice-presidente* - Padre Romeu Miranda; *1° tesoureiro* - Vicente da Silva Rezende; *2° tesoureiro* - Antônio Carvalho; *1° secretário* - Marcelo Pereira; *2° secretário* - João Rodrigues de Carvalho. Em maio de 1.967 renunciou o Presidente, assumindo seu lugar o substituto imediato.

4 - **<u>O Colégio Cenegista e o desligamento da Campanha</u>**.

Faz-se um recuo para assinalar que, no segundo semestre de 1.964, a Campanha pediu aos órgãos estaduais de educação licença para funcionar no Estabelecimento o Curso Científico. A lei local 467, de 6 de julho de 1.964, concedeu-lhe auxílio para compra e montagem do laboratório de química, física e biologia.

Ele foi oficialmente criado em 30 de janeiro seguinte, sob o nome de "*Colégio Cenegista de Machado*", com esta diretoria: *diretor* - Manoel Juntolli Ferreira; *vice-diretor* - Manoel Rodrigues de Oliveira; *secretário* - Luciano Vilhena. Começou a funcionar no mesmo ano.

Em 1.969 o Conselho Estadual da Campanha decidiu não mais ajudar na manutenção do Colégio Cenegista. Propôs que fossem gradativamente suspensas as matrículas nele em 1.970, a partir da 1ª série, uma vez que o reduzido número de alunos não compensava o investimento. Em vista disso, o Setor local deliberou, em assembléia de 31 de dezembro, que o Colégio Comercial e o Colégio Cenegista teriam uma só diretoria, para reduzir gastos. Ambos continuariam a funcionar com regimentos próprios, até que fosse possível sua fusão num estabelecimento que receberia o nome de "*Dr. Feliciano Vieira da Silva*". Escolheu-se para o comando unificado esta equipe: *diretor* - Maurício Dias Vieira; *vice-diretora* - Maria Antonieta Vieira Guerra; *secretário* - Israel

Campos Gonçalves. Os membros do Setor apoiaram a instalação do Colégio Estadual, já criado por lei, e, tendo em conta que o Município não podia manter os estabelecimentos da C.N.E.C., votaram pelo desligamento dela e sugeriram que seu patrimônio fosse doado àquele. Em 1° de janeiro Manoel Juntolli demitiu-se do cargo de diretor do Colégio Cenegista.

A lei 96, de 22 de outubro de 1.971, autorizou o Executivo a receber o acervo local da Campanha Nacional de Educandários da Comunidade (*seu nome fora alterado*), através de doação por escritura pública, sem ônus para o Município. Em 25 de novembro seguinte os Estabelecimentos foram desligados dela e passaram ao controle do Município, extinguindo-se então o Colégio Cenegista.

5 - **A Fundação Municipal de Ensino Médio**.

Ante o afastamento da C. N. E. C., a lei municipal 95, de 22 de outubro de 1.971, criou a Fundação Municipal de Ensino Médio, com a finalidade de manter e administrar o Estabelecimento, a partir daí denominado extra-oficialmente **Colégio Municipal**. Ela era gerida por um presidente, nomeado pelo prefeito dentre os seis membros de seu Conselho de Curadores, escolhidos para um mandato de três anos.

A lei 96/71, acima mencionada, autorizou o Executivo a ceder em comodato ou doar à Fundação de Ensino Médio todos os bens recebidos da Campanha Nacional de Educandários da Comunidade. A lei 107, de 14 de junho do ano seguinte, determinou porém que a ela fosse doado o "*prédio novo*", devendo o "*prédio velho*" ser doado à Fundação Educacional Sul-Mineira, para instalação do Museu do Café.

O decreto 133, de 29 de fevereiro de 1.972, nomeou para o Conselho de Curadores Arnaldo Azevedo Reis, Isaías Garcia Vieira, Ismael Nogueira Rezende, José Carlos Vilela, Madre Almerinda dos Anjos e Ricardo Ferreira Braga, escolhendo o último para presidente da Fundação. Pouco depois ele pediu demissão, tendo o decreto 135, de 3 de abril seguinte, designado para sua vaga Antônio Pereira Gatto, e alçado à presidência Isaías Garcia Vieira.

O estatuto da Fundação foi aprovado pelo decreto 145, de 17 de maio do mesmo ano. O decreto 148, de 25 daquele mês, autorizou-a a usar o prédio e as instalações do Colégio Municipal, para fazer funcionar os seus estabelecimentos de ensino. O decreto 170, de 2 de janeiro de 1.973, reconheceu-a como entidade filantrópica e de utilidade pública.

O decreto 270, de 27 de agosto de 1.975, renovou a composição do Conselho de Curadores: Irmã Elisa Pinto Scarpa, Isaías Garcia Vieira, Marcos Antônio Moreira Guerra, Marijalma Gaspar de Almeida, Matilde

Dias Brandão, Paulo Afonso de Carvalho e Roque Eliseu Mendes Gonçalves. Isaias foi reconduzido à presidência pelo decreto 280, de 29 de outubro seguinte.

Em 30 de abril de 1.979, o decreto 462 nomeou para integrar o Conselho Clêuton Pereira Gonçalves (escolhido presidente), Hélcio Rodrigues da Luz, José Cândido de Souza Dias Filho, Olga dos Santos Vilela, Roosevelt dos Reis de Carvalho Dias e Roque Eliseu Mendes Gonçalves.

A lei 435, de 7 de abril de 1.981, autorizou o Executivo a auxiliar a Fundação com Cr$800.000,00, para reforma de sua sede.

Os derradeiros membros do Conselho de Curadores foram designados pelo decreto 579, de 21 de setembro de 1.982: Clêuton Pereira Gonçalves, Hélcio Rodrigues da Luz, Lúcio Maranesi Annoni, Maria Salomé Dias Moreira, Marlene Verdade Costa e Nadir Corsini (este, alçado à presidência).

6 - **O Colégio Municipal**.

Maurício Vieira, que dirigia o Estabelecimento desde o início de 1.970, pediu demissão em 13 de novembro de 1.972, para assumir a chefia da Faculdade de Administração e Finanças.

Ocupou seu lugar José Roberto Mendes, tendo como vice José Vítor da Silva. Ele conseguiu um escritório-modelo completo, a construção do pátio de estacionamento, cozinha destinada à área de educação para o lar, melhor remuneração de professores e funcionários. Nesse período o Estabelecimento incorporou o Ginásio do Ouvidor, e manteve cursos de técnico em contabilidade, assistente de direção e fundamental da 5ª à 8ª série. Seus 22 professores lecionavam para 320 alunos.

No dia 1º de janeiro de 1.976 Marcelo Pereira passou a dirigir o Colégio. Na sua gestão teve início a construção da quadra de esportes. Permaneceu no cargo apenas um ano, pedindo demissão porque se mudou para Alfenas.

Em 1° de janeiro de 1.977 assumiu o comando Marcos Antônio Moreira Guerra, até então vice-diretor. Ele concluiu e iluminou a quadra de esportes. No dia 1° de fevereiro de 1.980 foi substituído por Roque Eliseu Mendes Gonçalves. Nessa época a Escola tinha cerca de 150 alunos, 17 professores e 6 funcionários. O Município arcava com metade das despesas, sendo o restante coberto por mensalidades, que voltaram a ser cobradas. O prédio, em mau estado, abrigava também a Escola Estadual "*Iracema Rodrigues*". Ele foi reformado em 1.981 pelo Município, que complementou verba recebida do M.E.C.. A partir de setembro daquele ano passou a abrigar o Museu Municipal.

A resolução da Câmara 7, de 17 de agosto de 1.981, e

a lei 489, de 30 de dezembro de 1.982, deram ao Colégio o nome de "*Professor Manoel Rodrigues de Oliveira*".

Em agosto de 1.982 os professores escolheram José Honório Sobral como diretor interino, porque o titular se afastara. Em 15 de setembro seguinte Roque licenciou-se para ser candidato a vereador, e depois ajuizou ação trabalhista contra a Fundação. Em 13 de novembro o Conselho de Curadores resolveu dispensá-lo das funções de diretor, sem prejuízo dos vencimentos, determinando que Sobral continuasse como diretor até o final do mandato. Em 2 de fevereiro de 1.983 Sobral foi escolhido diretor para mais três anos.

7 - **A incorporação do "São José" e a extinção**.

No final de 1.983 o Município adquiriu o prédio do Centro Educacional São José, como visto no capítulo relativo a ele. Para lá, no início de 1.984, se mudou o Colégio Municipal, que recebeu os seus alunos e assumiu o convênio com o Estado. A lei local 543, de 6 de fevereiro de 1.984, de curta duração, chegou a criar o "*Colégio Municipal denominado Centro Educacional São José*".

Marilda Signoretti Reis foi nomeada diretora pela portaria municipal 316, de 19 de janeiro de 1.984. Em abril enfrentou protesto de alunos, por causa da cobrança de anuidades. Em julho seguinte foi iluminada a frente do prédio, com oito postes. Criou-se no mesmo ano o "*Colegiado*".

Passou-se 1.984 sem que fosse conseguida a estadualização do Colégio. Para obtê-la, a lei local 577, de 28 de dezembro daquele ano, autorizou se doasse ao Estado o prédio adquirido dos lassalistas. A Escola "*Iracema Rodrigues*" transferiu-se também para ele, teve acréscimo de séries, passou a ministrar o ensino de segundo grau e absorveu, por sua vez, o Municipal. A escritura de doação foi passada em 28 de junho de 1.985.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - "A Tribuna Machadense" ns. 1 - 17/11/1.963;
2 - 23/11/1.963;
2 - "A Voz da UMAES" nº 2 - 30/5/1.967 - pág. 1;
3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de atas nº 3, pág. 5;

4 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 9, 10, 11, 13, 14, 19 e 20;
5 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - pasta de resoluções;
6 - Arquivo da Escola Estadual Iracema Rodrigues - armário "Colégio Municipal" - livros de atas do Setor de Machado da C.N.E.G.;
7 - Arquivo da Escola Estadual Iracema Rodrigues - armário "Colégio Municipal" - livro de atas do Conselho de Curadores e do Conselho Fiscal da Fundação Municipal do Ensino Médio;
8 - Arquivo da Escola Estadual Iracema Rodrigues - armário "Colégio Municipal" - livro de atas das reuniões dos professores do Colégio Comercial;
9 - Arquivo da Escola Estadual Iracema Rodrigues - armário "Colégio Municipal" - livro de atas das reuniões do corpo docente do Colégio Municipal (1.973/1.983);
10 - Arquivo da Escola Estadual Iracema Rodrigues - armário "Colégio Municipal" - pasta "verificação prévia" da Escola Técnica de Comércio;
11 - Arquivo da Escola Estadual Iracema Rodrigues - armário "Colégio Municipal" - pasta "Registro no CNSS e Histórico da Escola";
12 - Arquivo da Escola Estadual Iracema Rodrigues - armário "Colégio Municipal" - pasta "papéis da Fundação Municipal do Ensino Médio";
13 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos ns. 14 e 16;
14 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de portarias nº 15;
15 - "Folha Machadense" ns. 41 - 12/1/1.975 - pág. 3;
89 - 1/1/1.976 - pág. 10;
113 - 27/6/1.976 - pág. 10;
140 - 31/12/1.976 - pág. 1;
287 - 3/2/1.980 - pág. 8;
331 - 21/12/1.980 - pág. 7;
368 - 6/9/1.981 - págs. 26 e 27;
480 - 10/12/1.983 - pág. 1;
488 - 18/2/1.984 - pág. 12;
497 - 21/4/1.984 - pág. 1;
505 - 16/6/1.984 - pág. 10;
537 - 9/2/1.985 - pág. 1;
847 - 13/4/1.991 - pág. 6;
16 - "Jornal da Cidade" nº 3 - agosto de 1.984 - pág. 8;
17 - livro de atas da Irmandade da Santa Casa de Caridade de Machado - ata da assembléia de 17/11/1.963;
18 - "Luminar Machadense" ns. 7 - 13/9/1.953 - pág. 4;
38 - 23/1/1.955 - pág. 2;
90 - 11/4/1.964 - pág. 1;
91 - 25/4/1.964 - pág. 1;
106 - 7/11/1.964 - pág. 4;
19 - "O Machadense" ns. 694 - 3/8/1.958 - pág. 1;
711 - 7/12/1.958 - pág. 4;
714 - 28/12/1.958 - pág. 2;
782 - 15/5/1.960 - pág. 4;
924 - 17/1/1.965 - pág. 6;

925 - 24/1/1.965 - pág. 4;
1037 - 30/4/1.968 - pág. 1;
30 - 19/7/1.971 - pág. 1;
20 - Revista “Roteiro de Minas”, pág. 20;
21 - “Tribuna Machadense” ns. 23 - 22/11/1.980 - págs. 1 e 4;
80 - 23/7/1.983 - pág. 4;
22 - “Vozes Concepcionistas em Machado” nº 1 - 30/8/1.964 - pág. 4.

B - **secundárias**
1 - Carlos Legnani - “Histórias da Nossa H1stória”, cap. VIII - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 8, pág. 4;
2 - João Rodrigues de Carvalho - “História de Machado” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 8 e 128 a 130;
3 - Revista “Machado de Ontem e de Hoje” - IV-5.

****

ESCOLA MUNICIPAL COMENDADOR LINDOLFO DE SOUZA DIAS

1) - Criação, instalação e prédios.
2) - Direção.
3) - Corpos docente e administrativo.
4) - Alunos e classes. A municipalização.
5) - Atividades e informações diversas.

****

1 - **Criação, instalação e prédios**.

Foi criada, ainda como Grupo Escolar, pelo decreto estadual 6.035, de 6 de dezembro de 1.960. Sem prédio próprio, funcionou, já no ano seguinte, no do "*Pedro I*", desdobrado em três turnos. Em 19 de fevereiro de 1.962 instalou-se provisoriamente na Avenida Arthur Bernardes, 291, no imóvel do antigo Hotel Brasil, pertencente a Euclydes de Souza Dias.

Construiu-se a sede própria na Avenida Comendador Lindolfo de Souza Dias, 326. O terreno, de 2.016 m2., foi adquirido pelo Município de Vicentina Pereira Neves e doado ao Estado, com permissão da lei 338, de 8 de maio de 1.961. A inauguração ocorreu em 5 de fevereiro de 1.965, e o Estabelecimento transferiu-se para lá no início daquele ano letivo. Tinha 4 salas de aula, 1 secretaria, 1 sala para professoras, 7 sanitários e 1 cozinha. Pré-fabricada, de estrutura metálica e coberta com telhas de amianto, era muito quente e de todo inadequada a sua finalidade. Ao invés de reformá-la, como seria mais razoável, optou-se pela feitura de um edifício novo. Não obstante, recebeu alguns reparos em 1.969.

Em 1.976, como já visto, Machado incluiu- se no plano estadual de construção de grupos escolares. Ganhou duas unidades, uma das quais para o "*Comendador Lindolfo*". Foi difícil encontrar terreno nas condições

exigidas para a obra, com 5.000 m2. e perto do local em que já funcionava o Estabelecimento. Ofereceu-se um na Praça Dr. Antônio Cândido, recusado por não ter o tamanho necessário.

Com permissão da lei 344, de 17 de agosto de 1.978, o Município adquirira terreno de João Marcelino de Carvalho, na Rua Coronel Azarias. A lei 346, de 28 de setembro do mesmo ano, autorizou-o a doá-lo ao Estado para construção do Grupo Escolar Iracema Rodrigues. Este porém se achava instalado na Praça Olegário Maciel, e houve relutância em transferi-lo para local distante, máxime pela dificuldade de acesso dos alunos que o freqüentavam. Decidiu-se então destinar o terreno ao "*Comendador Lindolfo*", e o artigo da lei 346, que indicava a finalidade da doação, foi derrogado pela lei 375, de 4 de julho de 1.979. Lavrou-se a escritura em 11 de setembro seguinte.

As obras, iniciadas em 1.982, foram efetuadas mediante convênio entre a Prefeitura e a CARPE. A inauguração efetiva ocorreu no dia 1° de fevereiro de 1.983, e a festiva, em 29 de abril seguinte. O prédio, em dois pavilhões, dispõe de seis salas de aula, salas para diretoria e professores, secretaria, biblioteca, cozinha, cantina e outras dependências. O edifício antigo esteve desocupado por alguns meses, e depois passou a servir de quartel para a Policia Militar.

A resolução da Câmara 85, de 21 de julho de 1.989, aprovou convênio celebrado entre o Município e a Secretaria Estadual da Educação, para conservação e melhoria da Escola. Ela foi ampliada naquele ano e reformada em 1.993.

2 - **Direção**.

A primeira diretora da Escola foi **Julieta Mezzavilla Ferraz**, que deixou o cargo em março de 1.966, para aposentar-se.

A segunda, designada em 5 de março de 1.966, foi **Edwiges de Paiva Nasser Barix**. Ela adquiriu telefone, construiu sala para professores e nova cantina. Esteve à frente do Estabelecimento até maio de 1.972.

Sucedeu-lhe, no mesmo mês, **Cléa Figueiredo D'Eleutério**, que deixou o posto em outubro de 1.979, por motivo de aposentadoria. Ela criou a Caixa Escolar e aumentou o prédio em duas salas.

Filha da precedente, **Rosalba D'Eleutério Froner** obteve nomeação para a diretoria em 6 de outubro de 1.979. Por se haver licenciado, **Isaura Scalco Begalli** entrou em exercício no cargo em 24 de janeiro de 1.984, ocupando-o até 31 de janeiro do ano seguinte.

Berenice Maciel Tavares Ferreira dirigiu a Escola de 1 de fevereiro de 1.985 a 31 de outubro de 1.987. Sucedeu-lhe, no mesmo ano, **Rosa Maria Alvim Maciel**.

Por eleição realizada no dia 24 de novembro de 1.991, alçou-se à chefia **Rosana Vieira Rosa Magalhães**, que tomou posse dois meses depois. Ela foi reeleita, sucessivamente, em dezembro de 1.993 e em novembro de 1.996. Permaneceu no cargo até o final do milênio, tendo conseguido a pintura do prédio, a reforma da parte elétrica, a iluminação externa e a colocação de grades de proteção. Adquiriu antena parabólica, video-cassetes, televisores, aparelhos de som, jogos pedagógicos e camisetas de uniforme para alunos e funcionários. Organizou "cantinhos de leitura", coral infantil, terno-mirim de congada e diversos projetos culturais.

3 - **Corpos docente e administrativo**.

As primeiras professoras da Escola foram Cármen Fadel, Dilma Pereira Swerts, Helena Rebelo, Jane Caixeta Vieira, Janete Dias Nannetti, Léa Dias Pereira, Maria Florença Dias Nannetti, Marice Swerts Costa, Marly Verdade Vieito e Myrian de Araújo Viana Werner.

Em 1.968 integravam o corpo docente, entre outras, Doralice Zanon Passos, Dulcinéia Maciel de Moura, Maria Dirce Cruz, Maria Lúcia Domingues, Marilena Moreira Costa, Marta Maria Domingues, Nilce Campos Gonçalves, Nilza Inácio de Castilho Soares, Regina Lemos, Rosa Maria Signoretti Costa e Sílvia Zanon Braga.

No fim do milênio a Escola dispunha de 1 diretora, 1 supervisora, 1 secretária, 14 professoras e 6 serviçais.

4 - **Alunos e classes. A municipalização**.

A matrícula inicial, em 1.961, foi de 295 alunos. A Escola instalou-se em 1.962 com oito classes. No início de 1.965 tinha 295 alunos. Em 1.981 eles eram 350, distribuídos em dez classes, da primeira à quarta séries.

A transferência para a Rua Coronel Azarias causou problema de locomoção aos alunos. Como a maioria residisse no Bairro da Ponte e imediações, a Prefeitura teve, nos primeiros tempos, de fornecer-lhes transporte em ônibus.

A "*Comendador Lindolfo*" teve, ao menos até o final do período em estudo, o pré-escolar "*Patinhos de Ouro*", criado em 1° de março de 1.983.

A lei local 1.092, de 31 de janeiro de 1.997, autorizou

a municipalização das turmas de pré-escola de 6 anos da rede estadual de ensino no Município, entre as quais a da "*Comendador Lindolfo*". Isso foi feito no mesmo ano, após a celebração de convênio com a Secretaria da Educação.

Com base na lei 1.120/97, que autorizou a municipalização gradativa das escolas estaduais do ensino fundamental em Machado, o poder público local assumiu de vez a Escola. A Secretaria Estadual da Educação permitiu a municipalização através da resolução 8.699, de 4/2/98. Por fim, a lei municipal 1.151, de 25 de maio de 1.998, criou a **Escola Municipal *"Comendador Lindolfo de Souza Dias"***, de ensino fundamental (1ª à 4ª série).

No fim do ano 2.000 o Estabelecimento funcionava em dois turnos, com 320 alunos, distribuídos em 12 turmas, do pré-escolar à 4ª série.

5 - **Atividades e informações diversas**.

Criou-se a Caixa Escolar em 8 de maio de 1.977. Ela foi declarada de utilidade pública pela lei local 848, de 24 de junho de 1.992.

Estava atuante no fim do milênio o Conselho-Escola, que substituiu o Colegiado após a municipalização. O Centro Cívico, de que trato noutro capítulo, se encontra desativado desde o inicio da década de noventa.

A biblioteca foi fundada em 1.980, com o nome de "*Monteiro Lobato*". Possuía cerca de 2.000 livros no final do milênio.

Sob a coordenação de Silvana Carvalho Fernandes surgiram em meados da década de noventa o "*Jornalzinho do Aluno - Clube da Baleia Bacana*", já extinto, e o Coral Infantil "*Anjos do Céu Azul*".

A Escola promoveu na última década do século passado feiras de ciências, mostras culturais, festas da matemática e da primavera, festivais de poesia, concursos de paródia, campeonatos de ortografia, etc..

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de leis nº 10;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de resoluções nº 4;
3 - Arquivo da E.M. Comendador Lindolfo de Souza Dias - livro "Atas de reuni-

ões - 1.961 a 1.978";
4 - Arquivo da E.M. Comendador Lindolfo de Souza Dias - livro "Atas de reuniões - 1.978 a 1.997";
5 - Arquivo da E.M. Comendador Lindolfo de Souza Dias - livro "Atas de reuniões do Colegiado";
6 - Arquivo da E.M. Comendador Lindolfo de Souza Dias - livro "Estatuto e Atas da Caixa Escolar";
7 - Arquivo da E.M. Comendador Lindolfo de Souza Dias - livro "Histórico da Escola";
8 - Arquivo da E.M. Comendador Lindolfo de Souza Dias - livro "Ocorrências";
9 - Arquivo da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Lazer - pasta "processo de municipalização das Escolas Estaduais Carlos Legnani e Comendador Lindolfo de Souza Dias";
10 - Arquivo Público Machadense - pasta "Escola Estadual "Comendador Lindolfo";
11 - "Folha Machadense" ns. 112 - 20/6/1.976 - pág. 8;
159 - 7/5/1.977 - pág. 3;
368 - 6/9/1.981 - pág. 28;
386 - 30/1/1.982 - pág. 1;
448 - 30/4/1.983 - pág. 1;
449 - 7/5/1.983 - pág. 8;
464 - 20/8/1.983 - pág. 1;
744 - 25/3/1.989 - pág. 8;
881 - 30/11/1.991 - pág. 1;
887 - 25/1/1.992 - pág. 1;
980 - 11/12/1.993 - pág. 4;
1133 - 7/12/1.996 - págs. 4 e 11;
1142 - 15/2/1.997 - pág. B-4;
1206 - 30/5/1.998 - pág. 12;
1225 - 10/10/1.998 - pág. 18;
12 - informações pessoais de Rosana Vieira Rosa Magalhães;
13 - "Minas Gerais" de 7/12/1.960 - pág. 3;
14 - "0 Machadense" ns. 813 - 22/1/1.961 - pág. 1;
872 - 4/3/1.962 - pág. 1;
946 - 20/6/1.965 - pág. 3;
15 - "Siga em Frente" nº 38 - 3 a 6/11/1.993 - pág. 8;
16 - "Tribuna Machadense" nº 79 - 9/6/1.983 - pág. 1.

****

ESCOLA MUNICIPAL CARLOS LEGNANI

1) - Criação, instalação, denominação.
2) - Alunos e classes. A municipalização.
3) - Direção.
4) - Corpos docente e administrativo.
5) - O primeiro prédio.
6) - O Centro de Atendimento Integral à Criança - CAIC.
7) - Atividades e informações diversas.
8) - O Programa Curumim.

****

1 - **Criação, instalação, denominação**.

Em 1.987 o Município começou a pleitear à Secretaria Estadual da Educação que criasse uma escola no Bairro Santa Luísa. No dia 11 de maio do ano seguinte foi obtido parecer favorável do Conselho Estadual de Educação (nº 598/88), sendo o ato criativo publicado no "*Minas Gerais*" de 30 de junho. Logo após ela começou a funcionar, de início anexa à Escola Paulina Rigotti de Castro. A autorização de funcionamento autônomo se deu por ato de 18 de março de 1.989.

O nome "*Carlos Legnani*" originou-se de indicação da Câmara Municipal, em homenagem ao historiador e jornalista machadense. Ela a fez pela resolução 61, de 8 de agosto de 1.988. A denominação oficial foi dada por ato que se publicou no "*Minas Gerais*" de 29 de agosto de 1.990.

2 - **Alunos e classes. A municipalização**.

A Escola iniciou as atividades com duas classes pré-

escolares, três primeiras séries, duas segundas séries e uma terceira série, no total de 286 alunos. A partir do ano letivo de 1.989 funcionou com as quatro primeiras séries do primeiro grau. Em 1.990 foi obtida autorização para o curso de suplência, da 1ª à 4ª série. Com este, em três turnos, teve naquele ano 402 alunos iniciais e 279 finais.

A lei local 1.092, de 31 de janeiro de 1.997, autorizou a municipalização das turmas de pré-escola de 6 anos da rede estadual de ensino no Município, entre as quais a da "*Carlos Lsgnani*".

Com base na lei 1.120/97, que autorizara a municipalização gradativa das escolas estaduais do ensino fundamental, o poder público local assumiu de vez o Estabelecimento. A lei 1.152, de 25 de maio de 1.998, criou a **Escola Municipal "Carlos Legnani"**, de ensino fundamental (1ª à 4ª série). Fê-lo autorizada pela resolução 8.699, de 4 de fevereiro daquele ano, da Secretaria Estadual da Educação.

Em meados de 1.998 a Escola tinha 358 alunos, em regime integral. No final do milênio, eles eram cerca de 340.

3 - **Direção**.

Indicada pelo Prefeito Pereira Dias, **Ana Luísa dos Santos** empossou-se como diretora da Escola em 14 de abril de 1.989. Sua nomeação efetiva, todavia, foi obstada por disputa política. Não obstante tivesse o apoio das professoras, expresso em carta publicada na imprensa local, foi preterida por interferência do Deputado Rúbens Garcia. Atendendo a pedido deste, em 29 do mesmo mês o Governador designou para chefiar a Escola **Sônia Regina Alvim Negretti**.

Adotado o sistema de escolha direta, a diretora foi mantida no cargo por eleição realizada em 24 de novembro de 1.991. Ela se reelegeu, sem concorrente, no pleito de 5 de dezembro de 1.993. Pediu exoneração em fevereiro de 1.995, sendo substituída pela vice **Jussara Perdigão de Carvalho**. Candidata única, esta foi escolhida diretora na eleição de 24 de novembro de 1.996. No início do ano letivo de 1.998, **Jomar Caproni** assumiu o posto em caráter suplementar, a título precário, mediante permissão da S.R.E.. Nomeada diretora pela portaria 2.134, de 3 de fevereiro de 2.000, foi, no fim da administração municipal, exonerada pela portaria 2.260, de 29 de dezembro do mesmo ano.

4 - **Corpos docente e administrativo**.

Entre outras, lecionaram na Escola, em seus primórdios, Ana Luísa dos Santos, Ana Morais Silva, Delma Rebelo Vieira, Gláucia Scalco Begalli Leite, Jussara Perdigão de Carvalho, Lúcia Aparecida Rocha Viana, Maria Izabeth Pimenta Lima, Maria Tereza Garcia Teixeira, Silvana Vieira Rosa,

Sônia Regina Alvim Negretti, Telma Rebelo Vieira, Valéria Pinto Linardi e Vânia Moterani Swerts.

No término do milênio, lá trabalhavam uma diretora, uma secretária e quinze professoras. Além delas, cinco recreacionistas, oito funcionários de limpeza e cozinha e seis rondantes atendiam a todos os estabelecimentos escolares do CAIC.

5 - **O primeiro prédio**.

Situado na Rua Ponte Nova, o prédio pré-fabricado foi erguido pelo Município no início de 1.987, e inaugurado em 13 de setembro de 1.988. Tinha quatro salas de aula, diretoria, cozinha, dois sanitários e uma área coberta.

No inicio de 1.990, conforme a imprensa, a Escola estava em situação deplorável: faltavam salas, tendo sido improvisada para aulas até a da diretoria; faltavam professoras; faltavam serventes, sendo falhas a limpeza e a conservação do prédio. Um barranco ao lado dele constantemente desmoronava, levando terra e sujeira ao seu interior. A iluminação era deficiente e os móveis, emprestados. Não havia cadernos e material escolar suficientes. A diretora fez apelo à comunidade para que ajudasse as crianças a estudar, e abriu conta bancária a fim de receber donativos. Em 1.992 e 1.994 construíram-se mais duas salas de aula.

Desativado após a mudança do Estabelecimento para o CAIC, o prédio teve o uso cedido a particulares. Em 1.997 tentou-se, sem sucesso, fazer dele a sede da Casa do Menor, que não foi criada.

6 - **O Centro de Atendimento Integral à Criança - CAIC**.

O Centro de Atendimento Integral à Criança - CAIC - é fruto de um projeto do governo federal, de escolas de educação integral, de primeiro grau, para assistência aos alunos em todas as necessidades básicas (educação, saúde, lazer, esporte) e também a suas famílias e às comunidades vizinhas. Iniciado no período Sarney, o projeto inspirou-se nos CIEPs, construídos no Rio de Janeiro por Leonel Brizola.

Para instalação de uma unidade desse projeto em Machado, o governo municipal, após aprovação de técnicos do M.E.C., adquiriu no Bairro do Barreiro imóvel pertencente a José Ferreira de Paiva, com cerca de 20.000 m2.. Doou-o em seguida à União, autorizado pela lei 948, de 24 de novembro de 1.993.

As obras, orçadas em dois milhões de dólares

estadunidenses, começaram em outubro de 1.994. Utilizaram-se nelas blocos de concreto pré-fabricados e, apesar de uma interrupção no ano seguinte, seguiram em ritmo acelerado, sendo todo o conjunto inaugurado em 13 de setembro de 1.996. Ele é composto por dois prédios e pelo ginásio de esportes.

A lei municipal 1.049, de 27 de dezembro de 1.995, deu ao CAIC o nome de "*Dr. Carlos Roberto de Almeida*".

Em fevereiro de 1.998 transferiu-se para as suas dependências a Escola Carlos Legnani. Além dela, também lá funcionam o Centro de Saúde Dr. Carlos Roberto de Almeida, a Educação Infantil Vovó Luísa e o Programa Curumim.

Quem dirige todo o CAIC é a diretora da Escola, oficiosamente - não há designação formal para isso. Para a comunidade existiam nele, no término do período estudado, cursos de arte culinária, crochê e tricô. Para os alunos, no período vespertino, atividades extra-curriculares, como arte, artesanato, dança, datilografia, esporte e teatro.

7 - **Atividades e informações diversas**.

A Caixa Escolar constituiu-se em 31 de maio de 1.989, e foi declarada de utilidade pública pela lei municipal 848, de 24 de junho de 1.992. Existiu o Colegiado quando o Estabelecimento integrava a rede estadual; municipalizado, organizou-se o Conselho-Escola em 1.998.

Em junho de 1.999 lançou-se o periódico "*Jornal do Bairro*", de circulação interna. A biblioteca escolar possuía no ano 2.000 cerca de 2.149 livros de literatura.

A Escola tem promovido concursos de poesias e mostras culturais. Nos últimos anos do milênio organizou terno de congada mirim e montou peça teatral. Tinha então uma bandinha. Não existiam nela associação de pais e mestres e grêmio estudantil.

8 - **O Programa Curumim**.

Criado pelo Governo Estadual em 1.993, o Programa Curumim iniciou-se com 30 unidades. A lei local 924, de 2 de agosto daquele ano, autorizou a celebração de convênio com a Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo, para sua implantação no Município. Entretanto, este se encontrava em situação incorreta perante aquela, pois a administração anterior recebera em 1.989 verba para construção de quatro quadras esportivas e, não a utilizando totalmente, só devolveu o sobejo três anos depois, sem correção monetária. Foi preciso

então que a lei 925, da mesma data da anterior, permitisse a regularização do contrato, com o pagamento do saldo devedor. Feito isso, o convênio foi firmado em 10 de agosto.

Pretendeu-se iniciar o Curumim, em caráter de experiência, na Casa do Estudante Rural, em novembro seguinte, tendo sido feito acordo entre ela e o Município para tanto. Sua sede foi reformada e adaptada, mas, por motivo que desconheço, a parceria não se concretizou.

O Programa teve começo em abril de 1.994, no Parque de Exposições, com freqüência de 33 crianças no período da manhã. O local foi dotado de chuveiros, e no pátio se improvisou uma quadra esportiva. A lei municipal 1.004, de 29 de novembro do mesmo ano, permitiu se doasse ao Estado terreno no Bairro Santo Antônio, para construção da sede dele. Entretanto, inaugurado o CAIC, transferiu-se para lá.

O Município, nos primeiros meses, teve que arcar com quase todas as despesas, porque o Estado lhe mandou apenas uma vez alimentação e material esportivo. A Associação Comercial doou trinta uniformes às crianças.

A coordenação do Programa, de início, ficou a cargo de Josmar Caproni Gonçalves. Marisa Annoni de Souza foi nomeada chefe da seção de acompanhamento e execução dele pela portaria 1.201, de 25 de agosto de 1.995. Foi exonerada pela portaria 1.308, de 31 de janeiro de 1.996. No dia seguinte transferiu-se para o setor Odete Pereira Fadel, através da portaria 1.352. Ela obteve exoneração pela portaria 1.787, de 11 de fevereiro de 1.998. 8ubstituiu-a Jomar Caproni, nomeada pela portaria 1.835, de 1° de abril seguinte.

O Curumim, no final do milênio, atendia a 158 crianças pobres de 6 a 14 anos, das escolas "*Carlos Legnani*" e "*Hilda Nogueira da Gama*". Em período integral, de segunda a sexta-feira, elas recebiam orientação pedagógica, reforço escolar, recreação, iniciação artística e artesanal, assistência médico-social e acompanhamento esportivo. Tinham quatro refeições diárias, banho, uniformes, material escolar e esportivo. Eram assistidas por recreacionistas e um funcionário conveniado da FADEPE, além de outros do próprio CAIC.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de resoluções nº 4;
2 - Arquivo da Escola Municipal Carlos Legnani - histórico escolar e livros de

atas das reuniões de professores, funcionários, alunos e pais, da Caixa Escolar e do Conselho-Escola;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de portarias ns. 17 e 18;
4 - Arquivo da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Lazer - pasta "Escola Municipal Carlos Legnani";
5 - Arquivo da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Lazer - pasta "processo de municipalização das Escolas Estaduais Carlos Legnani e Comendador Lindolfo de Souza Dias";
6 - "Folha Machadense" ns. 707 - 25/6/1.988 - pág. 1;
715 - 20/8/1.988 - pág. 5;
719 - 17/9/1.988 - pág. 7;
748 - 22/4/1.989 - pág. 1;
750 - 7/5/1.989 - pág. 1;
751 - 13/5/1.989 - pág. 2;
752 - 20/5/1.989 - pág. 1;
790 - 24/2/1.990 - pág. 12;
881 - 30/11/1.991 - pág. 1;
910 - 4/7/1.992 - pág. 6;
960 - 17/7/1.993 - pág. 2;
961 - 24/7/1.993 - pág. 3;
962 - 31/7/1.993 - pág. 3;
963 - 7/8/1.993 - pág. 3;
964 - 21/8/1.993 - pág. 5;
973 - 23/10/1.993 - págs. 1 e 3;
977 - 20/11/1.993 - pág. 3;
980 - 11/12/1.993 - págs. 3 e 4;
997 - 16/4/1.994 - pág. 3;
999 - 30/4/1.994 - págs. 1 e 8;
1007 - 25/6/1.994 - pág. 9;
1010 - 16/7/1.994 - pág. 7;
1013 - 6/8/1.994 - págs. 1 e 7;
1025 - 29/10/1.994 - págs. 1 e 8;
1030 - 3/12/1.994 - págs. 1 e 6;
1034 - 31/12/1.994 - pág. 10;
1043 - 11/3/1.995 - págs. 1 e 6;
1076 - 28/10/1.995 - pág. 9;
1086 - 13/1/1.996 - supl.;
1122 - 21/9/1.996 - págs. 1 e 6;
1133 - 7/12/1.996 - pág. 4;
1142 - 15/2/1.997 - pág. B-4;
1143 - 22/2/1.997 - págs. 1 e 5;
1158 - 14/6/1.997 - pág. B-10;
1179 - 1/11/1.997 - pág. 11;
1186 - 24/12/1.997 - supl.;
1206 - 30/5/1.998 - pág. 12;
1212 - 11/7/1.998 - pág. 11;

1262 - 26/6/1.999 - pág. 17;
7 - informações pessoais de Jomar Caproni;
8 - “Informativo Machadense” nº 1 - agosto de 1.994 - pág. 2;
9 - “O Estado de São Paulo” - 20/2/1.995 - pág. A-10;
10 - “Siga em Frente” ns. 39 - 10 a 13/11/1.993 - pág. 3;
53 - 23/4/1.994 - pág. 6.

****

ESCOLA RURAL NUCLEADA "CLÓVIS ARAÚJO DIAS"

1) - Criação e instalação.
2) - Escolas desativadas.
3) - Corpos administrativo, docente e discente.
4) - Atividades e informações diversas.

****

1 - **Criação e instalação**.

Foi construída numa área de 20.748 m2., desmembrada da Fazenda São Luís, e doada ao Município por Carlos Alberto Pereira Dias, em escritura de 24 de setembro de 1.991.

A lei municipal 872, de 11 de novembro de 1.992, criou-a e deu-lhe o nome de "*Clóvis Araújo Dias*". Este foi o introdutor da televisão em Machado, cafeicultor, comerciante e industrial. Recebeu autorização de funcionamento, com ensino fundamental da 1ª à 4ª série, pela portaria 882 da S.E.E., publicada em 29/7/94.

É a primeira escola nucleada do Município, tendo iniciado as atividades em 26 de maio de 1.994. A inauguração oficial ocorreu em 12 de setembro seguinte. O prédio, ampliado em agosto de 1.995, tem sete salas de aula, quatro banheiros, sala para professoras, salão de reuniões, biblioteca, secretaria, almoxarifado, cozinha e cantina.

2 - **Escolas desativadas**.

O Estabelecimento formou-se, de início, com a junção

das escolas municipais da Cachoeirinha, do Campinho, da Hortelã, da Perereca, do Recanto, da Serra Negra (Sabinos e Fundo do Grotão), do São Pedro e dos Trezentos. Depois anexaram-se a ele também as escolas estaduais municipalizadas da Barra, do São Luís e da Serrinha. Dou a seguir breve noticia histórica de cada uma.

Escolas da Cachoeirinha - Ignoro a época da fundação da primeira escola do Bairro, na qual lecionou de 1.938 a 1.953 Francisca Campos Gonçalves. Em maio de 1.946 se nomeou sua professora Judite Maciel Dias. Posteriormente lá ensinaram, entre outras, Romilda Pereira Dias, Almecy Gonçalves Viana, Alcy Gonçalves Viana, Celina Signoretti Brigagão, Licionéia de Azevedo, Iracema Nascimento, Geralda Campos de Oliveira, Rosalina de Oliveira, Eny Negretti Ferreira, Jane de Souza, Virgínia Rodrigues da Silva, Márcia Vasconcelos Frazão, Tânia Mara Gouveia Cunha e Sônia Regina Alvim Negretti.

Construiu-se prédio escolar no Bairro durante a primeira gestão de Francisco Vieira Guerra (1.959/1.963). A antiga **Escola Combinada Rural Municipal "João Custódio Gonçalves"** foi instalada em 1.960 e funcionou até 1.974. O nome lhe foi dado pela lei 312, de 29 de novembro de 1.960.

Novo estabelecimento surgiu em 1.974. A resolução da Câmara 2, de 1° de outubro daquele ano, deu-lhe o nome de "*Francisca Campos Gonçalves*". Seu prédio foi inaugurado em 16 de agosto do ano seguinte. Três meses depois, a lei local 241 criou-o "*oficialmente*", com o nome de **Escola Combinada Rural Municipal de I Grau "Francisca Campos Gonçalves"**. O imóvel recebeu reforma no início de 1.985. Desocupado após a nucleação, foi cedido em comodato à *Ação Assistencial "Unidos da Cachoeirinha"*, com permissão do decreto 1.247, de 31 de maio de 1.995.

Escolas do Campinho - O decreto estadual 5.594, de 1° de março de 1.921, criou uma escola rural mista no Campinho, a ser instalada quando se doasse o respectivo prédio ao Estado. Portaria municipal de janeiro de 1.949 nomeou Maria José de Freitas sua professora. Sucederam-lhe, entre outras, Eunice Mendes Vilela, Ester de Oliveira Caixeta, Marluce Caixeta de Oliveira, Geni Gonçalves, Cleide Campos Policarpo, Virgínia Rodrigues da Silva, Milva Guimarães, Josí Camilo de Oliveira e Dirce Vieira de Souza.

Em 3 de maio de 1.957 inaugurou-se o prédio escolar, com uma sala de aula e sanitário, construído em terreno doado por Messias José Gonçalves. Ele recebeu o nome do pai deste, Emídio José Gonçalves, pela lei local 207, de 9 do mês anterior. Foi também reformado na gestão 1.959/1.963. A lei 241, de 17 de novembro de 1.975, criou o estabelecimento "*oficialmente*", com o nome de **Escola Singular Rural Municipal de I Grau "Emídio José Gonçalves"**. Em 1.979 construiu-se novo edifício para abrigá-lo. Seu nome foi então mudado para **Escola Municipal "Amâncio Pereira Caixeta"** pela lei 505, de 29 de março de 1.983. Passou por reforma em abril de 1.984. Desativado após

a nucleação, teve o uso cedido a particular pelo decreto 1.268, de 17 de novembro de 1.995.

Escola da Hortelã - O decreto estadual 11.513, de 4 de setembro de 1.934, criou uma escola rural mista no Bairro. Decreto-lei municipal de março de 1.939 designou Ida Maranezzi Caixeta para lecionar nela. Posteriormente fizeram-no, entre outros, Araci Caixeta Barbosa, Júlio Sanches Diniz Júnior, Maria Aparecida Alvarenga, Dirce Pereira Caixeta, Helena Soares, Marta Pereira Caixeta, Maria Pereira Caixeta e Cleide Campos Policarpo.

Na década de setenta funcionou um curso noturno no local. Em 1.989 foi autorizada a instalação de uma turma de 1ª série e outra de 2ª à 4ª série, vinculadas à Escola Municipal do Campinho. Sob a regência das professoras Ana Cristina Caixeta Rezende e Leila Bernardes, tiveram sede no Acampamento Maanaim e, depois, em casa de colono da Fazenda Hortelã.

Escola da Perereca - A portaria 1.712 da Superintendência Educacional, publicada no "*Minas Gerais*" de 26 de maio de 1.987, autorizou o funcionamento de classes da 1ª à 3ª série do 1° grau na Fazenda Perereca. Eram vinculadas à Escola Municipal "*Lázaro Cândido Magalhães*", do Recanto. As aulas eram dadas em casa de colono pertencente aos fazendeiros, que após a nucleação foi transformada em capela.

Escola do Recanto - Começou a funcionar em 1.960. A lei municipal 307, de 29 de novembro daquele ano, deu-lhe o nome de "*Lázaro Cândido Magalhães*", antigo proprietário da Fazenda do Recanto. Esteve paralisada durante certo período porque o prédio, particular, não comportava a quantidade de alunos. Reformado pelos proprietários, voltou a funcionar em 1.974, com duas salas e duas professoras. A lei 241, de 17 de novembro de 1.975, criou-a "*oficialmente*", com o nome de **Escola Singular Rural Municipal de I Grau "Lázaro Cândido Magalhães"**. Recebeu outra reforma em 1.981. Em maio de 1.987 o Município concluiu edifício escolar próprio, com uma sala de aula, cozinha e sanitário, em terreno doado por Josina Josefina Dias. Trabalharam lá, além de outras professoras, Maria Antonieta Prado de Carvalho, Sebastiana Maria Maciel, Maria Aparecida Silva, Cármen Eunice Caldeira, Paulina Aparecida de Souza, Jane de Souza, Irene Juntolli, Geralda Rezende Braga e Adir Dias Conti.

Escolas dos Sabinos (Serra Negra) - O decreto estadual 8.188, de 28 de janeiro de 1.928, criou uma escola rural mista na Serra Negra.

A lei local 155, de 6 de abril de 1.954, autorizou o recebimento em doação de terreno sito no Bairro, pertencente a José Dias Pereira, para construção da escola. Ela foi aberta no mesmo ano. A lei 320, de 29 de novembro de 1.960, deu-lhe o nome de "*Cornélia Fernandes Franco*". Em 17 de novembro de 1.975 a lei 241 "*oficializou*" a sua criação, dando-lhe o nome de **Escola Singular Rural Municipal de I Grau "Cornélia Fernandes Franco"**.

O edifício antigo, reformado em 1.983, deixou de ser

usado por motivo que desconheço, e a escola passou a funcionar precariamente na igreja da Fazenda Serra Negra. Em 1.987 o Município começou a construir outro, em terreno doado por Carlos Fernandes Franco. Sua inauguração ocorreu em 5 de junho do ano seguinte, mantido o nome de "*Cornélia Fernandes Franco*".

Entre outros professores, lecionaram lá, a partir de agosto de 1939: Clarice Franco, Coraly Fernandes Franco, Célia Alves do Lago, Cristina Franco, Alzira Gonçalves Machado, Clélia Rodrigues, Rute Nogueira, Nehemias Lopes Nogueira, Maria Madalena de Oliveira, Maria Lúcia de Melo, Elza Maria Borges, Dircélia Pereira Caixeta, Noemi Cambraia Caixeta, Juracy Ferreira Chagas e Nair Pereira Fernandes.

Escola do Fundo do Grotão (Serra Negra) - Começou a funcionar em março de 1.948, quando foi nomeada sua professora Eni Silva Ferreira. Esteve fechada por período
que não posso precisar, sendo reaberta em 1.959 com a professora Maria Célia Ferreira da Silva, que ficou em exercício até maio de 1.963. Sucederam-lhe Noemi Cambraia da Silva (1.963 a 1.973) e Abigair Ferreira da Silva (a partir de 1.973). Em época que ignoro também lecionou nela Marcos Corrêa de Morais.

A lei local 349, de 29 de novembro de 1.961, criou oficialmente a Escola, com o respectivo cargo de professora. A lei 360, da mesma data, deu-lhe o nome de "**Zeferino Domingues da Silva**". Este, pai do proprietário da Fazenda, Ozorino Domingues da Silva, foi agricultor, líder evangélico, e manteve no local durante certo tempo uma escola particular.

Em 1.961 o Estabelecimento passou a funcionar em imóvel da Igreja Metodista. O prédio escolar, com uma sala de aula, foi construído pelo Município na segunda gestão de Jorge Eduardo Oliveira.

Escola do São Pedro - Foi construída pelo Rotary Club, em terreno cedido por Gabriel Barbosa, na Fazenda São Pedro. A lei municipal 478, de 29 de setembro de 1.964, autorizou a concessão de auxílio para a obra. Sua inauguração ocorreu em 4 de outubro do mesmo ano. Tinha duas salas de aula. Recebeu o nome de "*Gylvio Dias Rebello*", em homenagem a um dos fundadores do Rotary local e da Sociedade Educativa Machadense Ltda., presidente daquele e sócio-gerente da casa comercial "*Dias & Cia*.".

Pertenceu de início à rede estadual de ensino. Fechada por insuficiência de alunos em data que ignoro, foi reaberta em 1.970. As leis municipais 238 e 241, de 6 e 17 de novembro de 1.975, criaram-na e denominaram-na "*oficialmente*", como **Escola Singular Rural Municipal de I Grau "Gylvio Dias Rebello"**. Suas atividades foram novamente paralisadas no final do ano letivo de 1.977, pelo mesmo motivo. Reabriu no inicio de 1.983, quando o Rotary Club a dotou de água, com recursos obtidos em campanha de venda de discos. Com a nucleação, o uso do prédio foi cedido a particulares, conforme os

decretos 1.190 e 1.198, de junho e agosto de 1.994.

Trabalharam na Escola, entre outras, as professoras Neusa Aparecida Gonçalves, Nancy Aprecida Gonçalves, Tereza Gaspar e Maria Auxiliadora de Carvalho.

Escolas dos Trezentos - Iniciou-se em época remota o ensino público nos Trezentos: a resolução da Câmara 13, de 26 de setembro de 1.898, determinou a mudança para lá da escola distrital instalada no Bairro de São Thomé. O professor era Philemon José Messias.

O decreto estadual 5.594, de 1° de março de 1.921, criou no Bairro uma escola rural mista, a ser instalada quando se doasse o respectivo prédio ao Estado. Ela foi, porém, transferida para Milagres, em Monte Santo, pelo decreto 6.223, de 11 de novembro do ano seguinte.

A partir de julho de 1.947 o Município nomeou professoras para o local, sendo as aulas ministradas em imóvel particular.

A lei municipal 280, de 23 de novembro de 1.959, autorizou a construção de prédio escolar nos Trezentos, em terreno doado por Ana Luísa Pires Figueiredo. Ele foi inaugurado em 15 de novembro de 1.961. A escola, com o respectivo cargo de professor, foi oficialmente criada pela lei 297, de 18 de março de 1.960. A lei 370, de 24 de agosto de 1.962, deu-lhe o nome de "*José Martiniano Ferrão*", que foi mudado para "*Antônio Cândido de Figueiredo*" pela lei 453, de 18 de março de 1.964. Por razão que desconheço, a lei 515, de 1° de dezembro de 1.965, deu nova permissão para feitura de edifício escolar no local.

O prédio foi reformado duas vezes, entre 1.973 e 1.983. Em março de 1.985 inaugurou-se outro, em terreno doado por Carlos Roberto de Almeida. Desocupado após a nucleação, teve o uso cedido a particulares, com base no decreto 1.192, de 1° de julho de 1.994.

Em 1.989 foi autorizada a instalação de uma turma de 1ª à 3ª série no Bairro Passa-Dois, vinculada à Escola Municipal Antônio C. de Figueiredo.

Lecionaram nos Trezentos, entre outros, Iria de Sousa Figueiredo, Maria Isabel de Sousa, Rute Isabel de Sousa, Sebastião de Sousa Figueiredo, Leontina Pires Guerra, Rita Maria de Figueiredo, Célia Manoela de Figueiredo, Terezinha Signoretti Brigagão Dias, Hilda Pereira Codignole, Lúcia Mara Prado Ramos e Maria José Silva.

Escolas da Barra - O mais antigo professor municipal da Barra, pelo que pude apurar, foi José Sérgio Corrêa. O ato de sua nomeação, de janeiro de 1.921, foi declarado sem efeito em abril de 1.940, por não ter ele apresentado prova de qui-

tação com o serviço militar. Sucederam-lhe, entre outras, Inês Prado, Maria José Leite Generoso, Cleide Campos Policarpo, Maria Tereza Rodrigues de Carvalho, Maristela Ferreira Rodrigues, Dulcilene Gonçalves de Freitas, Mírian Caixeta Rodrigues, Cármen Maria Moreira e Maria de Fátima Moreira.

O decreto estadual 11.513, de 4 de setembro de 1.934, criou uma escola rural mista na Barra. Em 1.956 construiu-se prédio escolar, que começou a funcionar no ano seguinte. Em junho de 1.959 foi fundado o clube agrícola; dois meses depois começou a distribuição de merenda aos alunos. A lei municipal 277, de 5 de outubro de 1.959, deu à escola o nome de "*Maria Alcina Campos*". No ano seguinte houve lá curso noturno para adultos.

Em 31 de agosto de 1.963 inaugurou-se o grupo escolar estadual, construído com orientação da ACAR, em terreno doado por Noêmia Generoso Ferreira. Tinha duas salas de aula, cozinha, cantina, instalações sanitárias, água encanada e luz elétrica. A instalação oficial ocorreu em março do ano seguinte, com o nome de **Escolas Combinadas do Bairro da Barra**. O prédio foi reformado em julho de 1.971. Nele ensinavam três professoras, nos períodos diurno e noturno. Pela resolução 810, de 6/7/74, recebeu o nome de **Escola Estadual da Barra**. Sua Caixa Escolar, denominada "*José Emídio Gonçalves*", constituiu-se em 5 de julho de 1.992.

Escolas do São Luis - O relatório de 1.901 do agente executivo municipal dá conta de que, no ano anterior, fora subvencionada com 500$000 uma escola particular no São Luís. O decreto estadual 8.188, de 28 de janeiro de 1.928, criou lá uma escola rural mista.

As leis locais 344, de 29/11/61, e 428, de 4/12/63, autorizaram a construção do prédio escolar. Ela foi feita, com duas salas de aula, na gestão de Lucas Lacerda (63/67). Nessa época o estabelecimento usava o nome de **Escolas Combinadas de São Luís "Alice Magalhães Dias"**, que suponho não fosse oficial. Pela resolução 810, de 6/7/74, passou a chamar-se **Escola Estadual da Fazenda São Luís**. A Caixa Escolar "*Sebastião Pereira Dias*" foi constituída em 5 de julho de 1.992.

A primeira professora designada pelo Município para ensinar no Bairro, em julho de 1.936, foi Maria Antonietta do Prado. Sucederam-lhe, entre outras, Natalina Souza Dias, Maricilda Adorno Araújo Dias, Nilce Campos Gonçalves, Cleusa Maria Vieira, Maria Conceição Costa Campos, Nora Tereza Dias, Nadja Caixeta Lima, Rosângela Aparecida Costa Paes e Maria Arléia Morais Carvalho.

Escola da Serrinha - A lei municipal 40, de 31 de outubro de 1.949, criou uma escola no Bairro Engenho de Serra, com o respectivo cargo de professor. Ela se localizou na Fazenda da Serrinha, e a lei 207, de 9 de abril de 1.957, deu-lhe o nome de "*João Batista de Souza Moreira*", seu antigo proprietário.

Na verdade, o Estabelecimento já existia antes do ato oficial de criação, tanto que portaria do prefeito de 22 de junho de 1.947 nomeara Laerte Cândido Dias seu professor. Sucederam-lhe, entre outras, Odete Cândida da Silva, Marieta de Oliveira e Leda Maria Aparecida de Carvalho.

No início da década de sessenta, José de Souza Moreyra e sua mulher doaram o prédio escolar ao Município. A lei local 365, de 23 de abril de 1.962, autorizou que este, por sua vez, o doasse ao Estado. Assim foi feito, e em 15 de fevereiro de 1.964 se instalou o estabelecimento estadualizado, com o nome de **Escola Combinada da Fazenda da Serrinha**.

Pela resolução 810, de 6/7/74, passou a chamar-se **Escola Estadual da Fazenda da Serrinha**. A lei local 1.040, de 20 de novembro de 1.995, autorizou a municipalização de diversas escolas estaduais da zona rural, entre as quais esta. A resolução 7.838 da S.E.E., de 1/2/96, permitiu também o ato.

3 - **Corpos administrativo, docente e discente**.

Zuleika Carvalho Rodrigues Rebelo administrou a Escola de 25 de abril de 1.994 a 9 de fevereiro de 1.996. Sucedeu-lhe, na última data, **Mônica Figueiredo Leite**, que ficou até o final de 1.997. Em 11 de fevereiro de 1.998 a administração foi transferida a **Maria da Glória Alves de Souza**. No dia 17 de agosto seguinte, licenciando-se a titular, passou a ser exercida interinamente por **Renata Alves de Oliveira Barros**. Em 2 de fevereiro de 1.999 nomeou-se administradora **Márcia Lima Romanelli**. Ela foi exonerada no término da gestão municipal, em 29 de dezembro do ano seguinte.

O corpo administrativo e docente, composto pelos servidores das escolas desativadas, tinha de início 2 supervisoras, 10 professoras, 1 eventual, 1 secretária e 5 serviçais. As mestras pioneiras foram Adriana Brigagão, Eliana Aparecida dos Santos, Josí Camilo de Oliveira, Leila Bernardes, Lílian Cássia Signoretti Gonçalves, Luciana Aparecida Reis, Marluce Aparecida Azevedo, Mônica de Cássia Soares, Mônica Figueiredo Leite, Rita de Cássia Silva e Tânia Mara Cunha Gouveia.

No final do milênio havia 1 supervisora, 17 professoras (15 regentes e 2 eventuais) e 7 serventes.

O pré-escolar, denominado "*Branca de Neve*", se implantou em 1.995.

O ensino, da 1ª à 4ª série do primeiro grau, foi ministrado de início a 227 alunos. Com a junção das escolas estaduais, no segundo semestre de 1.994, seu número subiu para 307. Dois anos depois chegou a 347.

No fim de 2.000 era dado a 390 alunos, em 15 classes, sendo 2 de pré-escolar, 3 do primeiro ano do ciclo básico, 4 do segundo ano do ciclo básico, 3 do terceiro ano do ciclo básico e 3 do primeiro ano do ciclo intermediário.

4 - **Atividades e informações diversas**.

A Escola possui regimento interno, de 18/1/94, alterado pela emenda nº 1, de 28 de dezembro do mesmo ano. Tem Conselho-Escola. Não tinha biblioteca nem centro cívico no final do milênio.

Realizava anualmente concursos de poesia. Em outubro de 1.997 lançou o primeiro jornal escolar rural do Município, "*São Luiz é Noticia*", de que se trata no capítulo relativo à imprensa.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 6, 7, 9, 10, 11, 17, 20 e 23;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - pasta de resoluções;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos e portarias ns. 6, 6-A e sem número (1.964/1.967);
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de portarias ns. 15, 17 e 18;
5 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos ns. 14 e 15;
6 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de leis e decretos ns. 3, 4 e 5;
7 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de leis e resoluções nº 12;
8 - Arquivo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer - "Livro de Anotações da Escola Estadual de São Pedro";
9 - Arquivo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer - pastas "E.M. São Luís", "Autorização para funcionamento da E.M. São Luís" e "E.M. Domingos Sabino de Souza";
10 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal -1898 a 1919";
11 - Arquivo Público Machadense - livro 307: "Documentos Históricos (1822 a 1943)";
12 - Arquivo Público Machadense - livro 309: "Documentos Históricos (1893 a 1964)";
13 - Arquivo Público Machadense - livro sem número: "Registo de Proprios Estadoaes", da Secretaria das Finanças, págs. 35 e 40;
14 - "Folha Machadense" ns. 11 - 2/6/1.974 - pág. 3;
70 - 17/8/1.975 - pág. 1;
368 - 6/9/1.981 - pág. 6;

442 - 19/3/1.983 - pág. 1;
444 - 2/4/1.983 - pág. 1;
450 - 14/5/1.983 - pág. 1;
832 - 15/12/1.990 - pág. 1;
873 - 5/10/1.991 - pág. 9;
892 - 29/2/1.992 - pág. 9;
928 - 7/11/1.992 - pág. 7;
991 - 5/3/1.994 - pág. 3;
1006 - 18/6/1.994 - pág. 3;
1082 - 9/12/1.995 - pág. 16;
1176 - 11/10/1.997 - pág. 13;
1282 - 13/11/1.999 - pág. 16;

15 - informações pessoais de Márcia Lima Romanelli e Mônica Figueiredo Leite;

16 - "Informativo Machadense" nº 1 - ago./1.994 - pág. 3;

17 - "Luminar Machadense" ns. 76 - 23/5/1.957 - pág. 3;
106 - 22/11/1.964 - pág. 1;

18 - "0 Machadense" ns. 678 - 23/3/1.958 - pág. 2;
736 - 7/6/1.959 - pág. 1;
750 - 20/9/1.959 - pág. 1;
857 - 19/11/1.961 - pág. 1;
915 - 1/9/1.963 - pág. 1;

19 - "São Luiz é Notícia" nº 1 - 8/10/1.997 - pág. 1;

20 - "Tribuna Machadense" ns. 2 - 7/6/1.987 - pág. 3;
24 - 8/11/1.987 - pág. 1;
52 - 5/6/1.988 - pág. 1.

****

ESCOLA RURAL NUCLEADA "DOMINGOS SABINO DE SOUZA"

1) - Criação e instalação.
2) - Escolas desativadas.
3) - Corpos administrativo, docente e discente.
4) - Atividades e informações diversas.

****

1 - **Criação e instalação**.

O decreto local 1.002, de 27 de setembro de 1.990, declarou de utilidade pública terreno de Marçal Rodrigues Goulart, na Caiana, destinado à construção da Escola. Fez-se a desapropriação amigável por escritura de 16 de outubro seguinte, recebendo o expropriado Cr$250.000,00.

O prédio, com 801,15 m2., foi feito a 300 metros de distância do da escola antiga, e inaugurado em 12 de setembro de 1.995. Tem oito salas de aula, salas de diretoria, de professores e de reuniões, secretaria, cantina, cozinha, despensa, almoxarifado e quatro sanitários.

A Escola recebeu o nome, escolhido pelos moradores do Bairro, de "*Domingos Sabino de Souza*". Este foi filho de escravos, trabalhador rural, querido e respeitado na comunidade. Participaram do pleito, em duas etapas, 133 pessoas maiores de dezoito anos, que deram 49 sufrágios ao vencedor. Foram também votados: Francisco Vieira Guerra (28), Astrogildo da Silva Dias (23), Messias Cláudio Alves (13), Vítor Araújo Dias (12), Pedro Pereira Dias (4) e Selma Dias Moreira (4).

2 - **Escolas desativadas**.

O Estabelecimento formou-se com a união das esco-

las estaduais municipalizadas da Caiana, do Centro e do Córrego do Rosário, e das escolas municipais do Córrego Fundo, Degredo e Alto Ritas. Dou a seguir breve notícia histórica de cada uma.

Escola da Caiana - O decreto-lei municipal 19, de 6 de fevereiro de 1.939, criou a **Escola Rural Mista da Caiana**. Três dias depois foi nomeada sua professora Orminda Costa Dias. Seguiram-se-lhe, entre outras, Ely Gláucia Andrade, Jaci Soares, Nilcéa Swerts Dias, Clélia Rodrigues, Maria Augusta Conti, Selma Swerts Dias, Eunice Mendes Pereira, Terezinha Marques Generoso, Luíza de Paula, Valéria da Silva Pinto Linardi, Leda Nancy Guerra Teixeira, Ana Rita Soares Pratesi Melo, Ângela Morais dos Santos, Juvenil Ferreira Chagas e Inês de Fátima Rabelo Farias.

A lei local 337, de 25 de março de 1.961, autorizou a contratação com o Governo do Estado das obras da Escola. Dois dias depois, Astrogildo da Silva Dias lhe doou terreno, com 10.000 m2., ao lado da antiga estrada de rodagem. O prédio, com 165,04 m2., tinha duas salas de aula, cozinha. despensa e dois sanitários. Foi inaugurado em agosto de 1.962. A lei municipal 370, de 24 do mesmo mês, deu-lhe o nome de "*Pedro Pereira Dias*", que foi fazendeiro no Bairro e pai do doador do imóvel. A instalação ocorreu em maio de 1.963, com a denominação de "**Escolas Combinadas da Caiana**". Só nove anos depois recebeu luz e água. Por volta de 1.970 se fez nela uma cantina, batizada de "*Francisco Vieira Guerra*". Pela resolução SE-810/74 passou a chamar-se "**Escola Estadual do Bairro da Caiana**".

A lei local 848, de 24 de junho de 1.992, declarou de utilidade pública a Caixa Escolar "*Francisco Vieira Guerra*". No governo de José Carlos Vilela foi criado na Escola um curso pré-escolar municipal. A lei machadense 1.040, de 20 de novembro de 1.995, autorizou a municipalização de diversas escolas estaduais rurais, entre elas a da Caiana. A resolução 7.838, de 1/2/96, da Secretaria Estadual da Educação permitiu também o ato.

Escola do Centro - Desconheço a data de sua criação. Sucessivos decretos e portarias municipais designaram para regê-la a partir de 1.941, entre outras, Nilza Cândida Dias, Lina Tamborini Swerts, Odete Cândida de Jesus, Marta de Souza Dias, Conceição Teodora e Leonor Costa Silva. De 1.970 a 1.972 lá ensinou em curso noturno Maria das Graças Gonçalves.

As leis municipais 280, de 23/11/59; 344, de 29/11/61; e 428, de 4/12/63, autorizaram a construção de prédio escolar no Centro. Em 1.964 foi feita uma sala de aula, dentro do Plano Trienal de Educação. Em 1.981, conforme a imprensa local, o prédio estava em lastimável condição: o telhado caíra e as paredes ameaçavam desabar.

Em 1.965, segundo informação insegura, teria recebi-

do o nome de Escola Rural "*Santa Edwiges*". Não encontrei nenhum ato a tal respeito. Pela resolução 810 da Secretaria Estadual da Educação, de 6/7/74, passou a denominar-se "**Escola Estadual da Fazenda do Centro**".

A lei municipal 953, de 14 de dezembro de 1.993, declarou de utilidade pública a Caixa Escolar "*Darci Lino dos Santos*", do estabelecimento em exame. A lei 1.040, de 20 de novembro de 1.995, autorizou a municipalização de várias escolas estaduais rurais, entre elas a do Centro. A resolução 7.838, de 1/2/96, da Secretaria Estadual da Educação permitiu também o ato.

Escola do Córrego do Rosário - O decreto-lei 77, de 18 de dezembro de 1.944, criou a **Escola Rural "Cristiano Machado"** no Córrego do Rosário, com o respectivo cargo de professor. Certamente não foi instalada, já que em 3 de novembro de 1.948 a lei 12 voltou a criar lá uma escola, dessa vez com o nome de "*João Pinheiro*", e também um cargo de professor. Na mesma data, a lei 17 autorizou a construção de prédio escolar no Bairro. Suponho que novamente tudo tenha ficado apenas no papel, pois em 2 de junho de 1.958 a lei 237, pela terceira vez, criou lá uma escola, com outro nome: "*Professor José Augusto Vieira*".

Construído na administração de Lúcio Dias Vieira (1.958), o imóvel foi reformado na seguinte. No segundo semestre de 1.975, após convênio do Município com o MEC, iniciou-se a construção de outro prédio escolar, em terreno doado por Alcides Rizzo. Com 4 salas de aula, diretoria, secretaria, despensa e sanitários, foi inaugurado em 6 de junho do ano seguinte. O estabelecimento era então designado como **Escola Combinada Rural Municipal de I Grau "Professor José Augusto Vieira"**. A lei local 399, de 23 de abril de 1.980, autorizou sua cessão ao Estado. Passou por nova reforma em agosto de 1.983.

Lecionaram na Escola, entre outras, Edir Botazini Gonçalves, Maria Luíza Garroni Nery, Marilene Sales Alvim e Ana Luísa dos Santos.

A portaria 1.139/89 autorizou a instalação de duas turmas de 1ª à 4ª série na Fazenda Santa Clara, vinculadas à Escola do Córrego do Rosário. Elas funcionaram sob a regência da professora Aparecida Codignolli, por tempo que não pude precisar. Na referida fazenda havia sido inaugurado em 18 de janeiro de 1.981 o *Centro Educativo "João Westin Júnior"* - sala com a finalidade de servir ao MOBRAL, ministrar aulas de higiene e corte e costura, além de prestar atendimento médico e dentário a seus moradores.

Escola do Córrego Fundo - Começou a funcionar em 1.944, na casa de João Paulino da Costa. Decreto de maio daquele ano nomeou para ensinar nela Elvira Chagas, exonerada dois anos depois. Sucederam-lhe, entre outras, Isabel Chagas, Aurora Santos de Freitas, Maria Conceição dos Santos, Vera Gonçalves, Maria Luíza Garroni, Dalva Maria Gonçalves, Hilda Pereira Codignole, Ana Maria

Vasconcelos Pereira, Clélia Nery Dias e Mônica de Cássia S. Carvalho.

O prédio escolar foi construído em 1.949, em terreno adquirido de Arthur Scalco. Passou por reformas em julho de 1.971, em março de 1.984 e em 1.987. Com 72,13 m2., tinha uma sala de aula, cozinha e cantina.

As leis locais 238 e 241, de 6 e 17 de novembro de 1.975, criaram e denominaram "*oficialmente*" a **Escola Singular Rural Municipal de I Grau "Dom Hugo Bressane de Araújo"**, do Córrego Fundo. Teve associação de pais e mestres, jornal mural e uma pequena farmácia.

No início de 1.981 o Município obteve licença da D.R.E. de Varginha para fazer funcionar duas classes, de pré-escolar e 1º ano, no galpão da COHAB, situado no Bairro Santo Amaro. A lei 431, de 17 de março daquele ano, autorizou a abertura de unidade escolar naquele local, como classe anexa à Escola do Córrego Fundo.

Desativado o Estabelecimento após a nucleação, o decreto 1.246, de 23 de maio de 1.995, cedeu seu uso a particular.

<u>*Escola do Degredo*</u> - Começou a funcionar em março de 1.968, na garagem da fazenda do mesmo nome. O decreto 5, de 25 daquele mês, nomeou sua professora Geralda Tavares Rezende, substituída anos depois por Irene Ribeiro Braga. Também lecionaram lá, como substitutas, Cândida Regina Rezende Braga e Cibele Rezende Braga. Em dezembro de 1.968 começou a construção do prédio escolar, concluído no mês seguinte, com uma sala, cozinha e sanitário. Foi reformado em julho de 1.977 e repintado em 1.985. As leis locais 238 e 241, de 6 e 17 de novembro de 1.975, criaram e denominaram "*oficialmente*" a **Escola Singular Rural Municipal de I Grau "Jerônimo Emiliano de Figueiredo"**, do Degredo. Ela possuía farmácia, horta, e o Clube de Leitura "*Anésia de Souza Ramos*".

<u>*Escola do Alto Ritas*</u> - Conforme relatório de 1.901 do agente executivo municipal, no ano anterior uma escola particular dos Ritas fora subvencionada com 500$000.

O decreto estadual 7.689, de 3 de junho de 1.927, criou uma escola rural mista nos Ritas. Ela foi instalada em 20 de julho seguinte. Sua professora, desde o início, foi Maria Júlia Soares, que lá se aposentou trinta anos depois. Outras mestras foram: Edir Botazini Soares, Maria de Lourdes de Carvalho Caixeta e Iracema de Castro Reis.

As leis municipais 238 e 241, de 6 e 17 de novembro de 1.975, criaram e denominaram "*oficialmente*" a **Escola Singular Rural Mu-**

nicipal de I Grau "José Balbino Soares", do Alto Ritas. Seu prédio foi reformado na gestão 77/83. Em 10 de agosto de 1.984 inaugurou-se o novo edifício da Escola, construído pelo Município em terreno doado por José Honório Caixeta.

Cumpre não confundir esta Escola com a do Baixo Ritas, ou Barreirinho (denominada "*Plínio Motta*"), absorvida pela da Limeira.

3 - **Corpos administrativo, docente e discente**.

As aulas da Escola Nucleada começaram em fevereiro de 1.996, sob o comando da diretora eleita **Eliana Aparecida dos Santos Costa**. Em licença, substituiu-a de agosto a dezembro de 1.997 **Mônica de Cássia Soares**. A segunda diretora eleita foi **Carla Maciel Pinto**, que exerceu o cargo de 11 de fevereiro de 1.998 a 21 de julho de 2.000, quando obteve exoneração. Na mesma data voltou à chefia **Eliana Aparecida dos Santos Costa**. Sua escolha prescindiu de eleição porque não teve concorrentes, e um abaixo-assinado a indicou para o posto. Ao término da administração municipal foi exonerada pela portaria 2.259, de 29 de dezembro do mesmo ano.

As primeiras professoras foram Carla Maciel Pinto, Eliana Aparecida dos Santos Costa, José Camilo de Oliveira, Luciana Nicodemos, Luciana Reis, Mônica de Cássia Soares e Rejane Ferri Vasconcelos Vieira. No término do milênio a Escola possuía onze professoras, uma supervisora, uma eventual, um inspetor de alunos, seis serviçais e um motorista.

Em meados de 1.996 havia 248 alunos. Tal número manteve-se praticamente invariado: no fim de 2.000 eram 245 os freqüentes.

4 - **Atividades e informações diversas**.

A Escola possuiu desde o inicio o pré-escolar "*Alegria do Saber*", com uma classe. Tem Conselho-Escola e regimento interno; promoveu festas juninas, concursos de poesia e feiras culturais. Poucos livros compunham sua biblioteca, que não dispunha de sala própria no término do período estudado.

****

Fontes de consulta.

1 - anotações pessoais de Íris Westin Pinto Garcia, em poder de sua filha Aldinorah Garcia de Queiroz;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 5, 9, 10, 17 e 19;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de leis e decretos ns. 4 e 5;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos e portarias ns. 6, 6-A e sem número (1.964/1.967);
5 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos ns. 14 e 15;
6 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de leis e resoluções ns. 6 e 12;
7 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de portarias ns. 15 e 16;
8 - Arquivo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer - "Histórico da Escola Rural do Degredo - 1968/1985" - elaborado por Irene Ribeiro Braga;
9 - Arquivo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer - livro de atas da Escola Singular Rural Municipal "Dom Hugo Bressane de Araújo", do Córrego Fundo;
10 - Arquivo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer - pasta "Escola Municipal Domingos Sabino de Souza";
11 - Arquivo Público Machadense - livro 309: "Documentos Históricos (1893 a 1964):
12 - Arquivo Público Machadense - livro sem número: "Registo de Proprios Estadoaes", da Secretaria das Finanças - pág. 34;
13 - "Folha Machadense" ns. 71 - 24/8/1.975 - pág. 1;
110 - 6/6/1.976 - pág. 10;
336 - 24/1/1.981 - pág. 1;
496 - 14/4/1.984 - pág. 14;
506 - 23/6/1.984 - pág. 1;
910 - 4/7/1.992 - pág. 6;
982 - 25/12/1.993 - pág. 11;
1055 - 3/6/1.995 - pág. 6;
1070 - 16/9/1.995 - pág. 2;
1082 - 9/12/1.995 - pág. 16;
1106 - 1/6/1.996 - pág. 6;
14 - informações pessoais de Aldinorah Garcia de Queiroz e Carla Maciel;
15 - "Informativo Machadense" ns. 1 - ago./94 - pág. 3;
2 - set./95 - pág. 2;
16 - "Luminar Machadense" nº 106 - 22/11/1.964 - pág. 1;
17 - "Machado-Jornal" nº 53 - 30/12/1.928 - pág. 1;
18 - "O Machadense" ns. 891 - 19/8/1.962 - pág. 1;
80 - 17/9/1.972 - pág. 1;
19 - "O Popular" ns. 17 - 19/6/1.927 - pág. 1;
22 - 24/7/1.927 - pág. 3;
20 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje" - 2ª parte;
21 - "Tribuna Machadense" nº 36 - 6/6/1.981 - pág. 4.

****

ESCOLA RURAL NUCLEADA "ADONIRO DE SOUZA RIBEIRO"

1) - Criação e instalação.
2) - Escolas desativadas.
3) - Corpos administrativo, docente e discente.
4) - Atividades e informações diversas.

****

1 - **Criação e instalação**.

O decreto local 647, de 17 de fevereiro de 1.984, declarou de utilidade pública, para desapropriação, imóvel pertencente a José Honório Caixeta, no Pinhalzinho, destinado à construção de escola. O estabelecimento nucleado do Bairro ergueu-se, todavia, em terreno adquirido de Mozart Pereira Lima, com autorização do decreto 1.179, de 17 de maio de 1.994. A construção teve início em 1.998, com recursos do Município e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. O projeto do Engenheiro Ednan Augusto de Souza Júnior foi executado pela Construtora Rodrigues & Sobrinhos Ltda.. O prédio, com 806 m2., tem 6 salas de aula, 5 salas administrativas, biblioteca, refeitório, sanitários, capela e poço artesiano. Erro na edificação causou rachaduras nas paredes e outros problemas, atrasando a entrega da obra.

A lei municipal 1.202, de 10 de dezembro de 1.998, deu ao Estabelecimento o nome de "*Adoniro de Souza Ribeiro*", em homenagem ao pai do Padre José de Souza Ribeiro. Este, os patronos das escolas desativadas e pessoas atuantes na comunidade, como Antônio Teodoro de Lima, Jovina de Morais, Orminda Pereira Rodrigues e Raul Pereira Caixeta, deram nome a salas do prédio. As aulas tiveram início em 22 de julho de 1.999, e a inauguração oficial ocorreu em 31 do mesmo mês.

2 - **Escolas desativadas**.

A lei 1.202, atrás referida, autorizou a mudança para o novo prédio das escolas municipais do Campo Alegre, do Ouvidor e do Pinhalzinho, que foram desativadas. No início do ano letivo de 2.000 transferiram-se para lá também os alunos da escola do Espírito Santo. Dou a seguir breve notícia histórica de cada uma.

Escola do Campo Alegre - Iniciou-se aproximadamente em 1.915, sob a regência de Antônio Baptista de Oliveira Fleming. A resolução da Câmara 282, de 18 de julho de 1.918, concedeu-lhe gratificação mensal de 50$000, devendo a Escola ficar sujeita à fiscalização municipal. Em seguida, mas por pouco tempo, lecionou lá a irmã daquele, normalista Alexandrina Fleming. Sucederam-lhe, sucessivamente, os professores José Correia e Maria de Assis. Esta faltava muito às aulas, e por tal motivo os moradores do Bairro fizeram um abaixo-assinado, pedindo que fosse substituída. O Governo Municipal, porém, optou por fechar a Escola, mais ou menos em 1.928. Ela só foi reaberta em 1° de fevereiro de 1.980, como classe anexa à Escola Municipal "*Vicente Honório Caixeta*", com a professora Maristela de Souza Ribeiro, autora do seu histórico. Funcionou então numa casa provisória até 1.983, quando foi construído o prédio escolar em terreno doado por Antônio Teodoro de Lima.

A resolução da Câmara 11, de 31 de outubro de 1.983, estabeleceu o nome de "*José Sólon de Lima*" para ser dado à Escola. Assim não foi feito, porque ela não se tornou autônoma, permanecendo até o fim anexa à escola do Pinhalzinho. Em 1.992 o Executivo chegou a enviar à Câmara um projeto, não convertido em lei, criando a Escola "*Antônio Teodoro de Lima*".

Teve, como as outras, regimento interno de 18/1/94, emendado em dezembro seguinte. Em março de 1.995 obteve autorização para instalar oito turmas de ensino fundamental, da 1ª à 4ª série. Desativada, o decreto 1.676, de 27 de outubro de 2.000, autorizou Sebastião Teodoro de Lima a usar o imóvel em que funcionava.

Escola do Alto Ouvidor (Pinhalzinho) - Maria Honória de Morais doou terreno para construção do prédio. Seu irmão Raul Pereira Caixeta fez adobes e transportou em carro-de-bois todo o material da obra. A Escola, mista, foi criada pelo decreto estadual 8.188, de 28 de janeiro de 1.928. Instalou-se em 3 de maio seguinte, tendo como professora Maria Pereira Lima. Fechou-se algum tempo depois, por desentendimento com pais de alunos. Raul Caixeta, com abaixo-assinado, conseguiu sua reabertura em 1.934. Decreto de setembro de 1.935 nomeou Geraldina Laurentina Caixeta para lecionar lá. Ela se aposentou em setembro de 1.960, sendo sucedida pela filha Regina Pereira de Morais e, mais tarde, por Ângela Morais dos Santos.

Em agosto de 1.958 foi inaugurado o novo prédio da Escola. A lei local 301, de 18 de março de 1.960, deu-lhe o nome de "*Vicente Honório Caixeta*". Ele foi agricultor, capelão e chefe político do Bairro. A lei municipal 241, de 17 de novembro de 1.975, criou "*oficialmente*" a **Escola Singular Rural Municipal de I Grau "Vicente Honório Caixeta"**, do Alto Ouvidor.

A portaria 5/81 da S.E.E. concedeu-lhe autorização de funcionamento, bem como validação dos atos escolares praticados até então. Seu regimento interno foi aprovado em 18/1/94, com emenda em dezembro seguinte. Em meados da década de noventa criou-se nela o curso pré-escolar.

Escola do Baixo Ouvidor - A lei 492, de 3 de dezembro de 1.964, concedeu auxílio ao Lions Clube para construção de escola primária no Ouvidor. Ela foi inaugurada em 12 de setembro de 1.965.

As leis municipais 238 e 241, de 6 e 17 de novembro de 1.975, criaram e denominaram "*oficialmente*" a **Escola Singular Rural Municipal de I Grau "Irmão Albano Constâncio"**, do Baixo Ouvidor. Este, lassalista, de nome civil Alberto Arlindo Flach, foi professor e secretário do Ginásio São José de 1.942 a 1.952, e diretor do mesmo estabelecimento de 1.959 a 1.965.

A portaria 5/81 da S.E.E. autorizou o funcionamento da Escola, e validou os atos nela praticados até então. Seu prédio sofreu reforma em setembro de 1.982. Ela também teve regimento interno aprovado em 18/1/94, e emendado em dezembro seguinte.

Decreto de agosto de 1.967 nomeou Maria Salomé Mendes professora do Bairro, para regularizar sua situação, já que lecionava lá sem ter sido nomeada. Ficou no cargo até julho de 1.969, sendo substituída por Marcília Caixeta Dias, em atividade até 1.980. Sucedeu-lhe Arléia Morais Carvalho.

Escola do Espirito Santo - A lei municipal 12, de 3 de novembro de 1.948, criou uma escola rural na Fazenda do Muricy, com o respectivo cargo de professor, e deu-lhe o nome de "*Antônio Carlos*" (ex-presidente do Estado). Decreto de 25 de abril do ano seguinte, todavia, mudou-o para "*Dr. Antônio Cândido*". Verificado, por certo, que um decreto não pode alterar uma lei, novo texto se promulgou para corrigir a falha: a lei 238, de 6 de novembro de 1.975, denominou-a **Escola Combinada Rural Municipal de I Grau "Dr. Antônio Cândido Teixeira"** (antigo chefe político local, senador estadual, vereador, presidente da Câmara, juiz de paz, capitalista e proprietário da Fazenda Muricy). Esclareceu ser ela a denominação consagrada pelo uso, desde a fundação do Estabelecimento.

Em 1.973 a Escola foi desdobrada em dois turnos. A portaria 5/81 da S.E.E. concedeu-lhe autorização de funcionamento, e validou os

atos praticados até então.

Lecionaram lá, entre outros, Maria Aparecida Moura de Vasconcelos (1.949), João Rodrigues de Carvalho, Zilda Ferreira Vasconcelos (1.952), Elza de Almeida Silva (1.956), Bernardino Venerando da Silva (1.957), Maria de Lourdes de Macedo (1.961), Cármen Eunice Caldeira (1.975) e Lenil Ananias Gonçalves (1.976).

Em fevereiro de 1.988 inaugurou-se prédio escolar na Fazenda Espírito Santo, construído em terreno doado pelo proprietário Arnaldo Nannetti Dias. Para ele transferiu-se então a Escola "*Dr. Antônio Cândido Teixeira*". Ela teve regimento interno, de 18/1/94, com emenda de dezembro seguinte. Funcionou até o início do ano letivo de 2.000, quando seus alunos foram levados para a Escola Nucleada do Pinhalzinho. O decreto 1.615, de 23 de junho do mesmo ano, autorizou Arnaldo Nannetti Dias Júnior a usar o imóvel em que funcionara.

3 - **Corpos administrativo, docente e discente**.

A diretora da Escola, da inauguração ao final do milênio, foi **Márcia Ribeiro de Carvalho**. No término do governo municipal, obteve exoneração pela portaria 2.258, de 29 de dezembro de 2.000.

As primeiras professoras foram: Francisca Sandra Caixeta Caproni (*pré-escolar*), Maria Moraes Guimarães (*1ª série*), Maria das Graças de Souza (*2ª série*), Ivanilda D'Eleutério (*3ª série*) e Silvana D'Eleutério (*4ª série*).

No final do ano 2.000 eram as seguintes: Iracema Begalli (*pré-escolar*), Francisca Sandra Caixeta Caproni (*1ª série*), Maria Moraes Guimarães (*2ª série*), Elenisa R. de Carvalho (*3ª série*), Ivanilda D'Eleutério (*4ª série*) e Mércia Silva (*eventual*).

A Escola tem as classes de 1ª à 4ª série do 1° ciclo do ensino fundamental, e uma classe de pré-escolar. Iniciou as atividades com cerca de 100 alunos, mas tem vagas para 250. No término do milênio possuía 11 funcionários, além de uma supervisora pedagógica e um secretário que lá trabalhavam duas ou três vezes por semana.

4 - **Atividades e informações diversas**.

O Estabelecimento possui Conselho-Escola. Seu regimento interno foi aprovado em maio de 2.000. Lançou em 31 de julho seguinte o primeiro número do "*Jornal Legal*". Tem biblioteca e capela. Promovia anualmente festa junina. Não havia nele grêmio estudantil no término do milênio.

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 11, 17 e 18;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - pasta de resoluções;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de leis e decretos nº 3;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos ns. 14 e 16;
5 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos e portarias nº 6-A e sem número (1.964/1.967);
6 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de portarias nº 15;
7 - Arquivo da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Lazer - pasta "E.M. Adoniro de Souza Ribeiro";
8 - Arquivo da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Lazer - pasta "E.M. Dr. Antônio C. Teixeira";
9 - Arquivo da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Lazer - pasta "E.M. Irmão Albano Constâncio - Ouvidor";
10 - Arquivo da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Lazer - pasta " E.M. Vicente H. Caixeta - Alto Ouvidor";
11 - Arquivo da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Lazer - pasta "E.M. Vinculada à Vicente H. Caixeta - Campo Alegre";
12 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal -1898 a 1919";
13 - Arquivo Público Machadense - livro 520: "Histórico do Bairro Campo Alegre" (elaborado por Maristela de Souza Ribeiro);
14 - "Folha Machadense" ns. 1009 - 9/7/1.994 - pág. 3;
1191 - 7/2/1.998 - pág. 7;
1234 - 12/12/1.998 - pág. 15;
1261 - 19/6/1.999 - pág. 14;
1266 - 17/7/1.999 - pág. 14;
1268 - 7/8/1.999 - pág. 19;
1315 - 8/7/2.000 - supl.;
1332 - 4/11/2.000 - pág. 15;
15 - informações pessoais de Márcia Ribeiro de Carvalho;
16 - "Jornal do Machado" nº 79 - 6/10/1.935 - pág. 3;
17 - "Machado-Jornal" nº 45 - 4/11/1.928 - pág. 1;
18 - "Minas-Geraes" de 14 e 15/5/1.928 - pág. 9;
19 - "O Machadense" ns. 696 - 17/8/1.958 - pág. 1;
776 - 27/3/1.960 - pág. 2;
961 - 3/10/1.965 - pág. 2;
20 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje" - 2ª parte;
21 - "Tribuna Machadense" nº 110 - 5/2/1.987 - pág. 6.

****

OUTRAS ESCOLAS RURAIS EM ATIVIDADE

1) - A redução das escolas rurais.
2) - Escola Rural do Bairro da Conceição.
3) - Escola Rural do Bairro da Limeira.

****

1 - **A redução das escolas rurais**.

No início da década de setenta, quando se elaborou o *Plano Municipal de Implantação da Reforma do Ensino*, havia aqui 11 escolas rurais estaduais: Açudes, Barra, Cadóis, Caiana, Caixetas, Centro, Conceição, Figueira, Limeira, São Luís e Serrinha. Havia também 22 escolas rurais municipais: Alto Ouvidor, Baixo Ouvidor, Barreiro, Cachoeirinha, Caetés, Caixetas, Campinho, Catanduvas, Córrego do Rosário, Córrego Fundo, Degredo, Fernandes, Grotão, Hortelã, Laranjal, Muricy, Recanto, Ritas, Rosental, Sabinos, São Pedro e Trezentos.

Tal número começou a ser substancialmente reduzido a partir da inauguração da primeira escola nucleada, em 1.994. A concentração populacional na Cidade, a melhora das vias vicinais e a montagem pelo poder público de frota eficaz para o transporte diário de estudantes permitiram o sucesso da limitação das escolas rurais aos bairros-pólo, com evidente vantagem para a qualidade do ensino.

Os estabelecimentos estaduais foram municipalizados em 1.995, com permissão da lei 1.040, de 20 de novembro, antes de serem absorvidos pelo processo nuclear. Passaram então ao governo local: Açudes, Caiana, Caixetas, Centro, Conceição, Figueira, Limeira e Serrinha, com 331 alunos e 18 professoras.

Completada a nucleação, permaneceram na zona rural, fora dela, as escolas da Conceição, da Limeira, dos Açudes, dos Caixetas, de Santa Cecília (vinculada à anterior) e do Espírito Santo. Na seqüência fecharam-se as quatro últimas, e só as duas primeiras chegaram ativas ao fim do milênio.

2 - **Escola Rural do Bairro da Conceição**.

Ao que sei, o primeiro professor do Bairro foi Deocleciano Ávila, que em setembro de 1.891 o deixou para lecionar no dos Fernandes. Consta que José Inácio Lucas também lá ensinou durante um ano, em época que não posso precisar.

Não encontrei nenhuma notícia sobre o ensino no local nas décadas posteriores. Os decretos estaduais 8.294, de 5/3/28, e 11.513, de 4/9/34, criaram escolas rurais mistas no Buraco, mas não sei se chegaram a ser instaladas. O decreto-lei municipal 19, de 6 de fevereiro de 1.939, criou a **Escola Rural Mista do Buraco**. Em março do ano seguinte Tizzira Signoretti foi nomeada sua professora. Sucederam-lhe Maria Martins Ramos (1.943) e Teresinha Vital de Siqueira (1.945).

A lei local 70, de 19 de outubro de 1.950, criou uma escola rural no Bairro da Conceição e um cargo de professor. A lei 85, de 25 de abril do ano seguinte, permitiu ao Município lá receber um terreno, com área aproximada de 12.000 m2., para construção do prédio escolar, em convênio com o Governo Estadual. Ele fora adquirido para isso de Assunta Corsini Lucas, pelos moradores do Bairro. A lei 90, de 22 de outubro do mesmo ano, autorizou a doação do terreno ao Estado, o que foi feito por escritura de 4 de janeiro de 1.952. As obras começaram no mesmo ano. O prédio tinha 166,95 m2., com uma sala de aula, residência para professora, área livre e sanitário. O estabelecimento foi instalado em 8 de março de 1.954, com o nome de **Escola Rural Modelo do Bairro da Conceição**. Decreto municipal de 28 de janeiro do ano seguinte deu-lhe o nome de "**Dr. Murilo Braga**". Ignoro quando efetivamente passou a integrar a rede estadual, com o nome de **Escolas Reunidas "Murilo Braga"**. Na década de sessenta era designado como **Escola Combinada do Bairro da Conceição**. Pela resolução 810/74, da Secretaria Estadual de Educação, recebeu o nome de **Escola Estadual do Bairro da Conceição, de Primeiro Grau**.

Na década de cinqüenta ensinaram no local, entre outras, Isaura Scalco Begalli e Maria Julieta de Jesus. Também o fizeram depois Nara Camargo, Nilcéia Salles da Silva, Haydée Caproni Neves, Cármen Maria Moreira, Ivone Alves, Lídia dos Santos e Wanda Pereira Cardoso.

Foram coordenadoras da Escola: **Ivone Alves** (1.966 a 1.973); **Cármen Maria Moreira** (1.987 a 1.988 e 1.993 a 1.995). O cargo ficou vago em seguida por cerca de três anos, e de 1998 ao final do milênio ocu-

pou-o **Lídia dos Santos**.

O prédio foi reformado nas gestões 59/63 e 73/77. Em 1.993 passou por outras obras: colocou-se forro no teto das salas de aula e da cozinha, construiu-se uma mesa de alvenaria, refez-se a instalação elétrica, os sanitários foram melhorados, e recebeu nova pintura.

A lei local 1.040, de 20 de novembro de 1.995, autorizou a assinatura de convênio para municipalização de diversas escolas estaduais rurais, entre elas a de que se cuida. Na seqüência, a resolução da Secretaria Estadual da Educação 7.838, de 1 de fevereiro de 1.996, permitiu também a municipalização da Escola, com o nome, apenas, de **Escola Municipal do Bairro da Conceição**.

Em 5 de julho de 1.992 constituiu-se a Caixa Escolar "*José Inácio Lucas*", desativada em 1.996. Funcionou por pouco tempo uma classe pré-escolar, antes da municipalização. No último ano do milênio havia duas classes de ensino básico (1° ciclo): uma de 1° e 2° anos, a cargo de Wanda Pereira Cardoso; outra de 3° e 4° anos, a cargo de Lídia dos Santos. Eram no total 28 alunos. A Escola tinha também uma supervisora (Patrícia Oliveira Soares), uma serviçal e um motorista.

A Escola tem regimento interno, e promove festas juninas anualmente. Em agosto de 1.999 saiu o primeiro número do "*Jornal Comunitário*", feito em xerox. Publicou em novembro de 2.000 o livro "*Ricordanze*", editado pela Gráfica Folha Machadense, no qual se estudaram a imigração italiana, a história da comunidade e do estabelecimento. Não havia conselho-escola, centro cívico, biblioteca ou coral no fim do milênio.

3 - **Escola Rural do Bairro da Limeira**.

Teve início em 1.940, com Inês Prado, que em março do ano seguinte foi designada para ensinar nela por decreto municipal. Era então chamada de **Lar-Escola da Fazenda da Limeira**, porque funcionava na casa da professora. Ignoro quando foi construído seu primeiro prédio, que o Município reformou na gestão 59/63. Outro se fez entre 1.967 e 1.968, tendo sido melhorado na década seguinte.

O Estabelecimento foi transferido ao Estado, e se integrou à rede de ensino deste a partir de 15 de fevereiro de 1.964.

A primeira mestra permaneceu no cargo até novembro de 1.966. Ocuparam-no também Maria Antonieta Prado de Carvalho, Heloísa Helena Xavier, Janira Dias Ribeiro, Sônia Vilhena e Synara Caixeta Bertelli. A partir de 1.970 lecionaram na Escola, entre outras, Maria Cristina Ribeiro, Maria

Odete Ribeiro, Darcília Matilde da Silva, Isabel Morais, Magaly Pereira da Silva, Maricy Tereza Dias e Maria de Lourdes de Paiva. No final do milênio eram quatro as professoras: Adriana Gonçalves Brigagão, Andréa de Souza Lima Caproni, Elissandra Martins dos Santos e Maria Cristina Lima de Carvalho. Foram coordenadoras: Maria Cristina Ribeiro (até 1.989), Maria Odete Ribeiro (até 1.994) e Elissandra Martins dos Santos (de 1.994 em diante), além de outras, que exerceram a função por pouco tempo.

O decreto municipal 1.179, de 17 de maio de 1.994, declarou de utilidade pública, para desapropriação, imóvel pertencente a Maria Augusta Dias, na Limeira, destinado à construção de escola nucleada. O projeto não foi levado adiante.

A lei local 1.040, de 20 de novembro de 1.995, autorizou a municipalização de diversas escolas estaduais rurais, entre elas a de que se cuida. A resolução 7.838 da Secretaria Estadual da Educação, de 1 de fevereiro de 1.996, permitiu também o ato.

Depois de municipalizado, o Estabelecimento recebeu os alunos da **Escola Singular Rural Municipal "Professor Plínio Motta"**, do Baixo Ritas ou Barreiro, que foi extinta. Ela havia sido criada pela lei local 237, de 2 de junho de 1.958. Seu prédio construiu-se no governo de Lúcio Dias Vieira. Lecionaram nela, entre outras, Cezarina Martins Rodrigues, Edir Botazini Soares, Israelita Santos, Iracema de Castro Reis e Juracy Caixeta de Paiva.

A Caixa Escolar "*Comendador Lindolfo de Souza Dias*" constituiu-se em 22 de maio de 1.977, e foi desativada em 1.996. Com quatro classes da lª à 4ª série, a Escola tinha no fim do milênio 65 alunos e 7 serviçais, além das professoras. Possui regimento interno e promove anualmente festas juninas. Não tinha conselho-escola, grêmio, biblioteca e jornal no fim do milênio.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de atas nº 2, págs. 71v./72;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 6 e 7;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de leis e decretos ns. 4 e 5;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos e portarias ns. 6 e 6-A;
5 - Arquivo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer - livro de atas

da Escola Singular Rural Municipal “Professor Plínio Motta”;
6 - Arquivo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer - pasta “Escola Municipal Domingos Sabino de Souza”;
7 - Arquivo Público Machadense - livro 64: “Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919”;
8 - Arquivo Público Machadense - livro 513: “Plano Municipal de Implantação da Reforma do Ensino em Machado”;
9 - Arquivo Público Machadense - livro sem numeração: “Registo de Proprios Estadoaes”, da Secretaria das Finanças - pág. 28;
10 - “Folha Machadense” ns. 309 - 5/7/1.980 - pág. 8;
495 - 7/4/1.984 - pág. 1;
713 - 7/8/1.988 - pág. 3;
1082 - 9/12/1.995 - pág. 16;
11 - informações pessoais de Elissandra Martins dos Santos, Lídia dos Santos, Maria Cristina Ribeiro e Wanda Pereira Cardoso;
12 - “Ricordanze” - livro escrito pelos alunos da Escola Municipal do Bairro da Conceição - Gráfica e Editora Folha Machadense - 2.000.

****

OUTRAS ESCOLAS RURAIS EXTINTAS

1) - Ressalva.
2) - Escolas do Bairro dos Fernandes.
3) - Escolas do Bairro dos Caixetas.
4) - Escola da Fazenda da Serra.
5) - Escola do Bairro dos Cadóis.
6) - Escola da Fazenda do Rosental.
7) - Escola do Bairro do Laranjal.
8) - Escola da Fazenda dos Açudes.
9) - Lar-Escola da Fazenda da Figueira.
10) - Escola Noturna do Alto Ouvidor.
11) - Escolas do Bairro Caixetão.
12) - Escola da Fazenda do Extremo.
13) - Ginásio Rural do Ouvidor.
14) - Escolas Suburbanas.
15) - Escolas do Distrito de Douradinho.
16) - Escolas diversas.

****

1 - **Ressalva**.

É difícil o estudo das antigas escolas rurais, por causa da desorganização administrativa que havia no setor do ensino. Instalavam-se estabelecimentos sem ato formal de criação; algumas professoras eram nomeadas, outras, só contratadas por período curto; professoras entravam em exercício sem nomeação ou contratação, e só depois sua situação era regularizada; havia professoras leigas e professoras normalistas; o Município tanto provia os cargos de suas escolas, como os das estaduais; professoras do Estado regiam classes municipais. Além disso, o registro dos atos oficiais era falho e lacunoso, e muitos livros de atas se perderam.

2 - **Escolas do Bairro dos Fernandes**.

Em 18 de setembro de 1.891, atendendo a pedido de João Fernandes de Mello, Damaso José de Souza e outros, o Conselho de Intendência criou uma escola no Bairro dos Fernandes. Nomeou para regê-la Deocleciano Ávila, que até então lecionava no Buraco. Um ano depois ele foi removido para Douradinho, "*visto ter-se acabado o tempo do seu exercício no bairro*". Em dezembro seguinte obteve exoneração do cargo.

Nada soube acerca do ensino nos Fernandes, no meio século seguinte. A lei municipal 78, de 24 de novembro de 1.950, lá criou uma escola, com o respectivo cargo de professor, e deu-lhe o nome de "**Barão do Amazonas**". Ele foi alterado para **Escola Singular Rural Municipal de I Grau "Nossa Senhora do Perpétuo Socorro"** pela lei 238, de 6 de novembro de 1.975.

A Escola localizava-se no Município de Poço Fundo, funcionando em regime de convênio entre este e o de Machado, pelo fato de atender a alunos de ambos. Desde o início, esteve sob a jurisdição machadense. A professora, em 1.978, tinha já 17 anos de serviços prestados à Prefeitura local, e como residia no Bairro, à porta da escola, não podia ser removida. Poço Fundo não tinha obrigação de arcar com os encargos trabalhistas dela, e naquela época estava construindo outro prédio para o estabelecimento, que até então funcionava num cedido por particular.

Lecionaram lá, entre outras, Maria Aparecida de Araújo (1.956 a 1.961), Maria de Lourdes Araújo (1.961) e Maria de Lourdes Mariano (1.961 em diante).

3 - **Escolas do Bairro dos Caixetas**.

Em 1.899 José Joaquim dos Santos Silva Filho lecionava nos Caixetas. No ano seguinte, a escola particular do Bairro foi subvencionada com 500$000 pelo agente executivo municipal.

O decreto estadual 5.594, de 1° de março de 1.921, criou lá uma escola rural mista. Há notícia de que começou a funcionar no mesmo ano, mas o decreto 6.375, de 30 de outubro de 1.923, a transferiu para a estação Olegário Maciel, em Brasópolis. O decreto estadual 8.294, de 5 de março de 1.928, voltou a criar no Bairro uma escola mista. Consta que o imóvel no qual se localizava foi adquirido pelo Município em 1.943, de Cândido Carneiro de Carvalho.

Em 12 de março de 1.958, José Bento Paes Rabelo e sua mulher, Maria Gasparina Rabelo, doaram ao Estado terreno de 10.000 m2., para construção de prédio escolar nos Caixetas. A lei local 247, de 8 de setembro do mesmo ano, autorizou o Município a contratar as obras com o donatário; a lei

252, de 30 de outubro seguinte, abriu crédito especial para isso. O edifício de 155,97 m2., com uma sala de aula, cozinha e sanitário, ficou pronto em 1.964. Por motivo que desconheço, a lei municipal 515, de 1° de dezembro de 1.965, voltou a autorizar a construção de escola no Bairro.

O estabelecimento estadual funcionava em regime de convênio com o Município. De 1.969 a 1.972 houve nele um curso noturno para alfabetização de adultos.

As leis municipais 238 e 241, de 6 e 17 de novembro de 1.975, "*criaram e denominaram oficialmente*" a **Escola Combinada Rural Municipal de I Grau "Joaquim Teófilo da Trindade"**, dos Caixetas. Ministrava o ensino fundamental, da 1ª à 4ª série. Constituiu-se em 5 de julho de 1.992 a Caixa Escolar "*Sebastião Siqueira de Oliveira*". O regimento interno da Escola foi aprovado em 18 de janeiro de 1.994.

A lei local 1.040, de 20 de novembro de 1.995, autorizou a municipalização de diversas escolas rurais, entre elas a dos Caixetas. A resolução 7.838 da Secretaria Estadual da Educação, de 1° de fevereiro do ano seguinte, também permitiu o ato.

Desativado o Estabelecimento, em junho de 1.998 cogitou-se de utilizá-lo como sede de futura *Casa do Menor*, que não foi criada. Famílias carentes o ocuparam por certo tempo, e os decretos locais 1.433/99 e 1.617/00 permitiram a Rosalina Serafini e Wálter Martins Alves o uso de salas dele.

Em maio de 1.939 foi nomeada professora do Bairro Maria Carvalho. Sucederam-lhe, entre outras, Adelaide Viana de Oliveira (1.941 a 1.942), Santa Marzola (1.943 a 1.946), Tizzira Signoretti Brigagão (1.946 a 1.963), Neyde Signoretti Brigagão (1.963 a 1.968), Adir Dias Conti (a partir de 1.968), Gessy Conti Siqueira (1.969 a 1.972 - curso noturno), Maria Eugênia de Souza (1.969 a 1.975), Inês Paes Rabelo (1.969 a 1.975), Lúcia Mara Prado Ramos (1.972 a 1.977), Hilda Pereira Codignole (1.973), Dalva Maria Gonçalves (a partir de 1.974), Luísa de Fátima Costa (1.976), Clélia Nery Dias (1.979), Silvana Fátima de Carvalho (1.981) e Janete Conti Serafini (1.981).

4 - **Escola da Fazenda da Serra**.

Mesmo antes de criada a Escola, ensinaram na Serra, entre 1.947 e 1.956, os professores municipais Laerte Cândido Dias e Maria Aparecida Diniz Pereira, e a proprietária Balbina Dias (Binoca). As aulas eram dadas no porão da sede da Fazenda.

Construída em terreno doado por José Pereira Dias (Juca), sua inauguração ocorreu em 21 de abril de 1.957. A lei local 207, de 9 do

mesmo mês, deu-lhe o nome de "**Tenente Jacinto**". Foi reformada na gestão 59/63, e fechada em 31 de março de 1.971, por falta de alunos. Reabriu em janeiro de 1.974, e voltou a fechar no ano seguinte.

A lei municipal 241, de 17 de novembro de 1.975, "*criou-a oficialmente*", com a denominação de **Escola Singular Rural Municipal de I Grau "Tenente Jacinto Dias"**. Passou por outra reforma na administração 77/83. Deixou novamente de funcionar na década de oitenta, em face do reduzido número de alunos.

Entre 1.957 e 1.983 lecionaram nela Edir Botazini Gonçalves, Juracy Azevedo, Licionéia de Azevedo, Hilda Pereira Codignole, Juracy Caixeta de Paiva, Mayre Araújo Carvalho Dias, Maria Cristina Carvalho, Celina Signoretti Tavares, Clélia Nery Dias e Ana Maria Vasconcelos Pereira.

5 - **Escola do Bairro dos Cadóis**.

A lei local 31, de 11 de março de 1.949, autorizou a abertura de escola no Bairro dos Cadóis. A resolução 7, de 18 de março do ano seguinte, permitiu ao Município receber em doação terreno de José Nery Sobrinho, João Ananias Gonçalves e outros, para construí-la. De início, funcionou provisoriamente na casa da professora, cujo nome ignoro.

O prédio, com 165 m2. e uma sala de aula, foi, por escritura de 1° de junho de 1.950, transferido ao Estado, que assumiu o Estabelecimento. Este possuía classes da 1ª à 4ª série. A resolução 810/74 da S. E. E. deu-lhe o nome de **Escola Estadual dos Cadóis**. Na década de sessenta lecionava lá Iolanda Deambrozzi.

6 - **Escola da Fazenda do Rosental**.

Começou a funcionar em 1.957. Seu prédio foi reformado no governo de Wálter Palmeira. As leis municipais 238 e 241, de 6 e 17 de novembro de 1.975, criaram-na e denominaram-na "*oficialmente*", como **Escola Singular Rural Municipal de I Grau "Dr. Edvar Dias"**. Foi fechada em 1.976.

Lecionaram nela as professoras Alice da Silva Westin, Arlete da Silva Bastos, Maria Aparecida Vilela, Ana Luísa dos Santos e Vera Lúcia de Carvalho Dias.

7 - **Escola do Bairro do Laranjal**.

Começou a funcionar em 1.958, mas foi criada ofici-

almente, com o respectivo cargo de professor, pela lei local 297, de 18 de março de 1.960. A lei 359, de 29 de novembro do ano seguinte, deu-lhe o nome de "**Joaquim Pereira Caixeta**", antigo fazendeiro do Bairro. Seu prédio foi construído em 1.962, num terreno de 400 m2. cedido por Alarico José Gonçalves. Passou por reformas na gestão 67/71. No início da década de setenta havia lá um curso noturno; funcionou em dois turnos.

Ensinaram na Escola, entre outras, Marluce Caixeta de Oliveira, Maria Campos Caixeta Barbosa, Messias Braga da Silva, Creusa Firmino, Maria José Silva e Virgínia Rodrigues Silva.

8 - **Escola da Fazenda dos Açudes**.

Foi criada pela lei municipal 461, de 12 de maio de 1.964. Seu prédio construiu-se em terreno doado pela proprietária da Fazenda, Fany Dias Moreira. Foi transferida ao Estado, que a instalou em 5 de janeiro de 1.966, funcionando em convênio com o Município. Consta que deveria receber o nome de "*Marcos de Souza Moreira*", mas ele não foi oficializado. A resolução 810/74 da S. E. E. denominou-a **Escola Estadual da Fazenda dos Açudes de 1° Grau**. O imóvel foi reformado no governo de Wálter Palmeira.

A lei local 1.040, de 20 de novembro de 1.995, autorizou a municipalização de diversas escolas rurais, entre elas a dos Açudes. A resolução 7.838 da S. E. E., de 10 de fevereiro do ano seguinte, permitiu também o ato. Determinou-se, a seguir, que ela e a de Santa Cecília assumiriam em conjunto a escola da Figueira. Por ser pequena a estrutura física de ambas, a 1ª e a 2ª série seriam ministradas nos Açudes; a 3ª e a 4ª, em Santa Cecília. Pouco depois, contudo, suas atividades foram também encerradas.

A primeira professora foi Solange Tardiolli Moreira, nomeada por decreto municipal de agosto de 1.964. Sucederam-lhe, entre outras, Rosalina Maria Almeida Gonçalves e Márcia Annoni (1.967), Maria Helena Tavares (1.968), Dulcinéia de Moura Gonçalves (1.969), Neila Tavares Paes e Lúcia Mara Prado Ramos (1.971), Ivone Vasconcelos Campos (1.972), Regina Stella Mezzavila Abdelmur (1.973), Maria Aparecida de Castilho (1.978), Maria Claret Gonçalves Araújo (1.980), Cleusa Caproni de Oliveira (1.984) e Elizeth Gonçalves do Lago (1.985).

9 - **Lar-Escola da Fazenda da Figueira**.

Ato do Governo estadual instalou, a partir de 15 de fevereiro de 1.966, o **Lar-Escola da Fazenda da Figueira**. Ele deveria receber o nome de "*Deputado Manoel de Almeida*", que não foi oficializado.

A lei local 1.040, de 20 de novembro de 1.995, autorizou a municipalização de diversas escolas estaduais rurais, entre elas a de que se trata. A resolução 7.838 da S. E. E., de 1° de fevereiro do ano seguinte, permitiu também o ato.

Trabalharam na Escola, além de outras, as professoras Angelina Marlene Tibúrcio Moreira (1.966 a 1.975 e 1.982), Alice da Silva Westin (1.978), Maria Aparecida Bastos (1.979) e Maria Aparecida Nogueira Amaral (1.981).

10 - **Escola Noturna do Alto Ouvidor**.

Teve início em 1.967, utilizando no período noturno o prédio escolar do Bairro. As leis municipais 238 e 241, de 6 e 17 de novembro de 1.975, criaram e denominaram "*oficialmente*" a **Escola Combinada Rural Municipal de I Grau "Raul Pereira Caixeta", do Alto Ouvidor**. Seu patrono foi agricultor e chefe político da comunidade, tendo contribuído para a construção e a reabertura de sua escola.

O Estabelecimento encerrou as atividades no final de 1.977, por insuficiência de alunos. Possuía as quatro primeiras séries do 1° grau, distribuídas em três classes. Nos dois últimos anos, contudo, só dispôs de uma professora. Como se verá a seguir, chegou a ser solicitada a extensão de suas séries, em tentativa malograda de manter o Ginásio Rural.

O primeiro mestre, Joaquim Morais, trabalhou lá de maio de 1.967 a dezembro de 1.970, e de abril de 1.973 ao final de 1.974. Foi também auxiliar administrativo da Escola. Ensinaram nela, ainda, Maria Olímpia Dias Barbosa (1.973), Marlene Gonçalves Vieira (a partir de 1.974), Maria Aparecida da Silva e Dalva Maria Gonçalves (a partir de 1.975).

11 - **Escolas do Bairro Caixetão**.

De 1.967 a 1.972 Hebe Dias de Aguiar lecionou na Escola Noturna do Bairro. Ignoro quando ela foi criada, e quando encerrou as atividades.

No final da década de setenta, o Prefeito Pereira Dias construiu escola, com duas salas de aula, na Fazenda Santa Cecília, de sua propriedade, e a pôs em funcionamento. A lei 383, de 17 de outubro de 1.979, deu-lhe o nome de "*Ernestina Dias*", tia daquele, antiga professora e dona de colégio na Cidade. A lei 501, de 21 de janeiro de 1.983, autorizou o Município a receber em doação o terreno para feitura do prédio. Cabe salientar que em tal época ele já estava concluído havia tempo... Foi fechada no mês seguinte, com a mudança da

administração municipal, porque era muito reduzido o número de seus alunos.

Reabriu-se no segundo mandato de Dias, em 1.989, vinculada à Escola Municipal Joaquim Teófilo da Trindade, dos Caixetas. A escritura do imóvel foi passada ao Município em 1.991.

Teve regimento interno de 18/1/94, alterado pela emenda nº 1, de dezembro do mesmo ano. Em março de 1.995 recebeu autorização para instalar oito turmas de ensino fundamental, da 1ª à 4ª série. Após a municipalização de diversas escolas estaduais, no fim daquele ano, determinou-se que ela e a escola dos Açudes assumiriam em conjunto a da Figueira. Por ser pequena a estrutura física de ambas, a 1ª e a 2ª séries seriam ministradas nos Açudes; a 3ª e a 4ª, em Santa Cecília. Foi, porém, definitivamente fechada nos últimos anos da década de noventa.

12 - **Escola da Fazenda do Extremo**.

Desconheço as datas de sua criação e de seu encerramento. Decretos locais de agosto de 1.967 nomearam professoras da Fazenda do Extremo Maria Neusa Pereira e Hebe Dias de Aguiar, que lá trabalhavam informalmente, para regularizar sua situação.

13 - **Ginásio Rural do Ouvidor**.

Foi fundado por iniciativa do Cônego Wálter Maria Pulcinelli, com apoio do Irmão Amadeo Menegat, então diretor do Centro Educacional São José.

A Delegacia Regional de Ensino de Varginha autorizou o funcionamento a título experimental, considerando suas classes anexas ao "*São José*". As aulas, no período noturno, tiveram início em março de 1.973, com 41 alunos matriculados na 5ª série. Foram ministradas na igreja do Bairro Ouvidor (agora conhecido por Pinhalzinho), até que ficasse pronto o prédio paroquial da Vila Betânia, para onde se transferiram.

Os professores eram pagos pelo Estado, por força do convênio que este mantinha com os lassalistas. O Município fornecia veículo para seu transporte diário.

No início de 1.975 não foi renovada a permissão para funcionamento do Ginásio como anexo ao "*São José*", em face de normas da Secretaria da Educação que proibiam as escolas estaduais ou conveniadas de manter classes afastadas da sede.

A solução encontrada foi anexar as três classes do

Ginásio (5ª à 7ª série, então com 114 alunos), ao Colégio Municipal. Com isso, as autoridades educacionais lhe deram uma sobrevida nos anos de 1.975 e 1.976.

No final de 1.976 a Secretaria da Educação negou-se, mais uma vez, a autorizar a seqüência das atividades do Ginásio. O Prefeito conseguiu ainda evitar o fechamento, desmembrando-o do Colégio Municipal e solicitando a extensão das séries da Escola Municipal "*Raul Pereira Caixeta*", do mesmo Bairro do Ouvidor. A providência, que eliminava vínculos com estabelecimento da Cidade, equivalia contudo à criação de novo colégio, acarretando pesado encargo financeiro ao Município. Só com a abertura de crédito especial, autorizada pela lei 292, de 21/3/77, foi possível sua manutenção.

A par das dificuldades burocráticas, a diminuição das matrículas contribuiu para inviabilizar a continuidade da Escola. Em 1.977 matricularam-se, respectivamente, 60 e 56 alunos nas duas etapas do curso fundamental. Em 1.978 o número caiu: 49 e 25. Isso, somado às barreiras impostas pela Delegacia de Ensino, levou ao fechamento da Escola, em fevereiro de 1.978. Os alunos da 1ª à 3ª série foram para a Escola Rural "*Vicente Honório Caixeta*"; os demais tiveram oportunidade de freqüentar o Colégio Municipal, com bolsa de estudo e condução dadas pela Prefeitura.

Os decretos municipais 364 e 365, de 16 de março de 1.977, nomearam Marilda Signoretti Reis e Eny Negretti Ferreira diretora e secretária da Escola. Naquele ano, eram seus professores Ana Luísa dos Santos, Antônio Carlos Fernandes, Darcília Matildes da Silva, Lúcio Maranesi Annoni, Luiz Afonso Cruz, Maria Cristina Reis Pereira, Maria Lúcia Pereira Devaston, 0lívia Matildes Caldeira Cavalcanti e Vanderley Moterani Swerts.

14 - **Escolas Suburbanas**.

Não houve ato formal que criasse a **Escola da Sub-Estação Experimental**. Portarias do prefeito de 30/1/48, 4/2/49 e 15/3/49 nomearam para lecionar nela Heloísa Nannetti de Carvalho, Vera Moreira Guerra e Glória Rezende. Ainda esteve ativa em 1.957, quando decreto de 1° de março ano nomeou Léa Zappia sua professora substituta.

A lei 12, de 3 de novembro de 1.948, criou, com o respectivo cargo de professor, a **Escola Rural do Bairro da Ponte "Governador Valadares"**, e deu-lhe o nome de "**Humberto de Campos**". A lei 17, da mesma data, autorizou a construção de prédio para sediá-la. De 1.950 a 1.958 foram designadas para lecionar nela Marina Annoni, Sidônia Pereira dos Santos, Ivone Vasconcelos Andrade, Bárbara Vasconcelos Andrade e Zilda Pereira Vasconcelos.

A lei 78, de 24 de novembro de 1.950, criou no **Bairro de Santa Cruz** uma escola rural, com o respectivo cargo de professor, e deu-

lhe o nome de "**Capitão Elias**". Ignoro se chegou a funcionar.

15 - **Escolas do Distrito de Douradinho**.

O decreto estadual 8.257, de 18 de fevereiro de 1.928, criou uma escola rural mista no **Bairro do Sentido**. Nada mais sei sobre ela.

A **Escola do Bairro do Tucum**, criada pelo decreto estadual 11.513, de 4 de setembro de 1.934, foi instalada em 1° de fevereiro de 1.935 pelo inspetor distrital Álvaro Pinto Ribeiro. Mista, tinha então 39 alunos, regidos pela professora Mariana Pereira. Em 1.940 nela lecionou interinamente Jacira Barbini Pereira.

As leis 121, de 28/11/52, e 143, de 1/2/53, autorizaram o Município a construir prédio escolar na **Fazenda da Serra**, em terreno a ser doado por José Maciel. Ignoro quando começou a funcionar. Entre 1.956 e 1.965 lá ensinou Rute Neusa Campos.

A **Escola do Bairro Catanduvas** começou a funcionar em 1.954. As leis locais 238 e 241, de 6 e 17 de novembro de 1.975, a criaram e denominaram "*oficialmente*", como **Escola Singular Rural Municipal de I Grau "Fernão Dias Paes Leme"**. Desconheço quais foram suas primeiras mestras. Entre 1.970 e 1.976, ao menos, lecionaram nela Vergília Pereira Caproni Lopes, Maria Aparecida Mendes e Marilda Aparecida Mendes.

A **Escola do Bairro Caetés** foi instalada em 1.956, num imóvel antigo. Construiu-se outro em janeiro de 1.958, reformado em julho de 1.977. Situava-se no Município de Carvalhópolis, funcionando em regime de convênio com o de Machado, por atender a alunos de ambos. A professora era paga pelo erário local, e o número reduzido de alunos não justificava a construção de outro prédio nas imediações, dentro do perímetro machadense. Nossas leis 238 e 241, de 6 e 17 de novembro de 1.975, a criaram e denominaram "*oficialmente*", como **Escola Singular Rural Municipal de I Grau "Nossa Senhora Aparecida"**. Lecionaram nela Rute Neusa Campos (de 1.956 a 1.965) e Vergília Pereira Caproni Lopes (de 1.965 a 1.975, ao menos).

A lei 280, de 23 de novembro de 1.959, autorizou a construção de prédio escolar no **Bairro dos Camargos**. A lei 297, de 18 de março do ano seguinte, lá criou escola rural, com o respectivo cargo de professor. Nada mais sei a seu respeito.

16 - **Escolas diversas**.

A lei local 4, de 7 de fevereiro de 1.895, criou a **Esco-**

la Distrital do Bairro de São Thomé, que iniciou as atividades no mesmo ano. Ela era então a única do Município a funcionar regularmente, embora com professor interino. Em 26 de setembro de 1.898, a resolução 13 da Câmara determinou sua mudança para o Bairro dos Trezentos. Na década seguinte existiu uma escola particular no Bairro de São Thomé, subvencionada com 300$000 pela resolução 136, de 11 de janeiro de 1.907. Nos anos vinte, Gabriel Odorico de Souza também manteve lá uma escola, a cargo do professor José Norberto Pereira Júnior.

Em 1.900 o agente executivo do Município subvencionou com 250$000 a **escola particular do Bairro Chico dos Santos** (hoje pertencente a Paraguaçu).

O decreto estadual 8.605, de 18 de junho de 1.928, criou uma escola rural mista no **Bairro Santa Rosa**, que desconheço.

O decreto estadual 11.513, de 4 de setembro de 1.934, criou escolas rurais mistas nos bairros da **Água Santa** e da **Serra do Buraco**.

O decreto local 60, de 27 de setembro de 1.935, nomeou Emygdia Modestina Nery professora da **Escola Rural do Bairro Córrego da Boa Vista**. Ela era mista, tendo sido criada pelo decreto estadual 67, de 29 de maio daquele ano.

Portarias de 10 de maio e de 13 de junho de 1.946 nomearam para lecionar na **Escola do Bairro das Paineiras** as professoras Rute Nogueira e Natalina Souza Dias. Não tenho outros informes sobre ela.

Portaria de 28 de janeiro de 1.949 nomeou Elza de Araújo Dias professora da **Escola da Fazenda Cafezal da Pedreira**. Ela esteve no cargo ao menos até janeiro de 1.953.

A lei local 31, de 11 de março de 1.949, autorizou a abertura de escola no **Bairro do Papagaio**. A lei 40, de 31 de outubro do mesmo ano, criou-a, com o respectivo cargo de professor. Desconheço se chegou a funcionar.

A lei 78, de 24 de novembro de 1.950, criou no **Bairro de São José** uma escola rural, com o correspondente cargo de professor, e deu-lhe o nome de "**Coronel Jacinto Pereira**". Não obtive outras informações sobre ela.

Decreto de 16 de maio de 1.951 nomeou Maria Aparecida Silva para lecionar, em estágio probatório, na **Escola do Bairro Campo de São Roque**. Nada mais sei a seu respeito.

As leis 121, de 28/11/52, e 143, de 1/12/53, autorizaram a construção de prédio escolar no **Bairro dos Codignolli**. Maria Aparecida Diniz foi nomeada professora do local por decreto de 4/3/53.

As duas leis acima mencionadas permitiram também a feitura de prédio para escola no **Bairro Cala-Boca**.

Em setembro de 1.961 Ivone Maria de Deus foi nomeada para lecionar no **Bairro do Coroado**. A lei 344, de 29 de novembro seguinte, lá autorizou a construção de prédio escolar, que foi feita na gestão 67/71.

As leis 459 e 461, ambas de 12 de maio de 1.964, criaram escola rural na **Fazenda Santa Rita**, e lhe deram o nome de "**Coronel Joaquim Paulino da Costa**".

Nos últimos anos da década de noventa, o *Curso Básico de Leitura e Escrita* e o *Curso de Leitura Continuada* ministraram-se em diversos postos, na zona urbana e na rural. Os desta foram: Acampamento Maanaim, Açudes, Barreirinho, Caiana, Caixetas, Canaã, Centro, Córrego do Rosário, Espírito Santo, Limeira, Muricy, Papagaio, Perereca, Riviera, Santa Rita, São Luís e Serra Negra.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 5, 6, 7, 9, 10, 11, 17, 18 e 19;
2 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado - 3º livro de tombo, 1.968 em diante - págs. 25v., 26v. e 32;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de leis e decretos ns. 3, 4 e 5;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de leis e resoluções ns. 8 e 12;
5 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos ns. 14 e 15;
6 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos e portarias ns. 6, 6-A e s/n (1.964/1.967);
7 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de portarias nº 15;
8 - Arquivo da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Lazer - livro de atas da E. C. R. M. "Joaquim Pereira Caixeta";
9 - Arquivo da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Lazer - livro de atas da E. C. R. M. "Raul Pereira Caixeta";
1O - Arquivo da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Lazer - livro de atas da E. S. R. M. "Dr. Edvar Dias";
11 - Arquivo da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Lazer - livro de ocorrências da E. C. R. M. "Raul Pereira Caixeta";
12 - Arquivo da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Lazer- livro de ocorrências da Escola Estadual da Fazenda dos Açudes;
13 - Arquivo da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Lazer - pasta "Es-

cola Joaquim Teófilo da Trindade - Caixetas";
14 - Arquivo da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Lazer - pasta "Escola Vinculada à Joaquim Teófilo da Trindade - Bairro Santa Cecília";
15 - Arquivo da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Lazer - pasta "Escola Municipal Domingos Sabino de Souza";
16 - Arquivo Público Machadense - livro nº 62: "Leis, Decretos e Resoluções da Câmara Municipal - 1895 e 1896";
17 - Arquivo Público Machadense - livro nº 64: "Resoluções da Câmara Municipal -1898 a 1919";
18 - Arquivo Público Machadense - livro nº 258: "Atas da Assembléia Municipal (1893 -1908)" - pág. 31 e verso;
19 - Arquivo Público Machadense - livro n° 307: "Documentos Históricos (1822 -1943)";
20 - Arquivo Público Machadense - livro nº 309: "Documentos Históricos (1893 -1964)";
21 - Arquivo Público Machadense - livro sem número: "Registo de Proprios Estadoaes", da Secretaria das Finanças - págs. 22 e 25;
22 - "Folha Machadense" ns. 11 - 2/6/1.974 - pág. 8;
42 - 19/1/1.975 - pág. 3;
49 - 9/3/1.975 - pág. 3;
140 - 31/12/1.976 - pág. 1;
144 - 4/2/1.977 - pág. 10;
146 - 20/2/1.977 - pág. 1;
176 - 13/9/1.977 - supl.;
197 - 12/2/1.978 - pág. 1;
198 - 19/2/1.978 - pág. 1;
368 - 6/9/1.981 - págs. 6 e 46;
440 - 6/3/1.983 - pág. 1;
537 - 9/2/1.985 - pág. 6;
741 - 4/3/1.989 - pág. 6;
E.E. - 10/1/1.990 - pág. 3;
873 - 5/10/1.991 - pág. 9;
1082 - 9/12/1.995 - pág. 16;
1256 - 15/5/1.999 - pág. 6;
1315 - 8/7/2.000 - supl.;
23 - informações pessoais de Aldinorah Garcia de Queiroz, Ana Luísa Dias Moreira, Carla Maciel e Edalvo Augusto de Souza;
24 - "Luminar Machadense" nº 76 - 23/5/1.957 - pág. 3;
25 - "O Machadense" ns. 993 - 29/5/1.966 - pág. 1;
103 - 25/2/1.973 - pág. 2;
107 - 25/3/1.973 - pág. 1;
117 - 3/6/1.973 - pág. 1;
26 - Revista do 1º Centenário de Machado, nº 3 - págs. 18 e 19.

B - **secundárias**
1 - Ivo Carlos Compagnoni - História dos Irmãos Lassalistas no Brasil" - Editora La Salle, Canoas, RS, 1.980, pág. 277;
2 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje" - 2ª parte.

EDUCAÇÃO INFANTIL

1) - O pré-escolar na rede municipal de ensino.
2) - Chapeuzinho Vermelho.
3) - Pré-Primário Francisco Vieira Guerra.
4) - Educação Infantil Municipal Vovó Guiomar.
5) - Educação Infantil Municipal Vovó Iracema.
6) - Educação Infantil Municipal Vovó Donana.
7) - Educação Infantil Municipal Vovó Luísa.
8) - Pré-Escolar Balão Mágico.

****

1 - **O pré-escolar na rede municipal de ensino**.

Foi só no final de 1.966, com a inauguração do *Chapeuzinho Vermelho*, que o Município começou a ministrar o ensino pré-escolar. Fê-lo, então, por pouco mais de um lustro, no qual também manteve classe na *Cantina Francisco Vieira Guerra*, da Caiana. Com a criação de três creches, em meados da década de oitenta, deu o primeiro passo para retorno a essa atividade.

Por fim, a lei local 883, de 8 de abril de 1.992, instituiu o ensino pré-primário na rede municipal de ensino. Determinou sua regulamentação pela Secretaria da Educação, no prazo de 180 dias.

Em capítulo anterior se tratou do processo de municipalização das escolas estaduais. Dando seqüência a ele, nossa lei 1.092, de 31 de janeiro de 1.997, permitiu a municipalização das turmas de pré-escola de 6 anos da rede estadual no Município. Já naquele ano passaram a este 15 turmas de pré-escola dos estabelecimentos do Estado.

Em 1.998 passou a funcionar autonomamente o *Pré-Escolar Balão Mágico*, antes pertencente à Escola Paulina Rigotti de Castro. Ficaram a cargo do Município os pré-escolares das creches Vovó Guiomar (que fora municipalizada), Vovó Iracema, Vovó Donana e Vovó Luísa; o *Balão Mágico*, acima referido; e os das escolas Dom Pedro I (*Pluminha Azul*), Gabriel Odorico (*Janelinha do Saber*), Comendador Lindolfo de Souza Dias (*Patinhos de Ouro*), Rúbens Garcia, Clóvis Araújo Dias (*Branca de Neve*), Domingos Sabino de Souza e Adoniro de Souza Ribeiro. Em 1.999 deixou de existir o pré-escolar da Escola Gabriel Odorico.

Nas escolas de educação infantil do Município são atendidas em período integral, no fim do milênio, crianças de O a 6 anos, em classes que vão do berçário ao pré-primário. Suas refeições têm cardápio unificado, feito por nutricionistas, com itens vários e balanceados. Participam de atividades recreativas que lhes desenvolvem a coordenação motora e o convívio social. Recebem introdução ao aprendizado, e noções de higiene e limpeza. Comemoram datas cívicas. Desde 1.999 realizam anualmente, em conjunto, exposição de sucatas.

As vagas oferecidas ainda são insuficientes, havendo necessidade de construir outras creches. A lei 1.295, de 5 de abril de 2.000, autorizou a desapropriação de imóvel na Av. Renato Azeredo, Jardim Chamonix, para essa finalidade. São pleiteados novos estabelecimentos, em especial, no Bairro Santa Helena, no Bairro Santo Antônio, no Jardim Floresta, no Jardim das Oliveiras e no Jardim Nova Machado.

2 - **Chapeuzinho Vermelho**.

Em 19 de março de 1.958 entregou-se ao público na Praça Rui Barbosa um parque infantil, construído pela Prefeitura. Nele, anos mais tarde, foi levantado pequeno prédio, com duas salas de aula, para abrigar o primeiro curso pré-primário municipal, com o nome de "***Chapeuzinho Vermelho***". Tendo por professora Laís Castejón Provinciali, sua inauguração ocorreu em 4 de dezembro de 1.966.

Em época que não pude precisar, o Estabelecimento recebeu o nome de "***Escolas Combinadas Infantis da Sede***". Sendo exíguo seu espaço, em 1.971 duas turmas dele estudavam em salas cedidas pelo Lactário Hilda Nogueira da Gama. Naquele ano, a lei local 80, de 2 de março, autorizou o Executivo a doar ao Estado o imóvel das Escolas Combinadas, com a condição de ser usado para fim educacional. Por motivo que desconheço, a doação não se consumou. Alguns anos após, foi usado pela Escola Pré-Primária Paroquial; no início da década de oitenta, pelo Lions Clube. Em seguida, esteve por bastante tempo abandonado ou em poder de mendigos. O decreto 1.038, de 22 de agosto de 1.991, permitiu ao Centro Espírita Paz, União e Caridade utilizá-lo para fins comunitários até o final do ano seguinte. Suponho que não o tenha feito, pois o

prédio foi demolido nos primeiros meses de 1.992.

3 - **Pré-Primário Francisco Vieira Guerra**.

Funcionou por pouco tempo, na Cantina do mesmo nome, anexa à Escola Estadual da Caiana. Em maio de 1.970 o Município contratou Maria Geisa Pimentel para ensinar nele. No ano seguinte tinha 25 alunos matriculados.

4 - **Educação Infantil Municipal Vovó Guiomar**.

Chamava-se de início ***Creche Vovó Guiomar***. Foi idealizada, financiada, construída e mobiliada por Pedro Ribeiro da Silva, em terreno, no centro de Douradinho (Praça Belo Horizonte, 138), doado por Amadeu Maciel. Coube a Evâneo Pereira a gerência da obra. Seu nome homenageia Guiomar Morais Pereira, sogra do primeiro e viúva do líder político do Distrito, Edmundo Pereira.

Inaugurada em 24 de janeiro de 1.981, começou a funcionar em maio seguinte. Tinha 70 m2. de área construída, parque infantil e piscina. Sua administração foi confiada à Ação Comunitária de Assistência Social de Douradinho (ACASDO), com apoio da EMATER, da Prefeitura e da LBA. Já no primeiro ano atendia a mais de 20 crianças, de 0 a 6 anos, das 7 às 17 horas. Três anos depois esse número havia dobrado.

Seu pátio foi concretado em 1.984; passou por reformas em 1.987. Em 1.988 tinha 72 crianças matriculadas. Entre o final de 1.990 e início de 1.991 esteve fechada, assim como as demais creches, por problemas da administração municipal, sem recurso para mantê-las.

Em 1.992 atendeu a 65 crianças. No ano seguinte, a vereadora e presidenta da ACASDO, Eulália Tavares de Lima, insurgiu-se contra a coordenadora e outras funcionárias da Creche, acusando-as de maus-tratos às crianças, falta de limpeza e inobservância de horários. Por serem pagas pelo Município, ela não tinha autonomia para puni-las ou despedi-las. O caso foi levado à Câmara, que se reuniu com as acusadas e os pais das crianças, a fim de solucionar o problema.

A Creche foi municipalizada em 1.994, vinculando-se à Secretaria da Educação, Cultura e Lazer. Pelo estatuto de 25 de julho de 1.996 passou a chamar-se ***Educação Infantil Municipal Vovó Guiomar***. Seu prédio foi reformado e ampliado em 1.998. Teve regimento interno aprovado pelo decreto 1.627, de 12 de julho de 2.000.

A coordenadora até 1.994 foi Valdelice Moreira da

Silva. Sucedeu-lhe Ione Ramos Maciel. ainda no cargo no final do milênio. Em tal época o Estabelecimento tinha uma supervisora, duas professoras, 11 funcionários e 94 alunos. Estes se distribuíam em seis classes, de pré-escolar, jardim, maternal ou berçário.

5 - **Educação Infantil Municipal Vovó Iracema**.

Instalada no prédio do antigo Posto de Puericultura, em que também já funcionou o Lar Fabiano de Cristo, na Praça Olegário Maciel, 25, sua inauguração ocorreu em 13 de setembro de 1.985. Foi criada pelo Prefeito Jorge Eduardo Vieira de Oliveira, que lhe deu o nome da mãe, Iracema Vieira de Oliveira, com respaldo na resolução da Câmara nº 17, de 24 de junho daquele ano.

Sua organização ficou a cargo do Voluntariado de Ação Social, e já de início teve 38 crianças matriculadas. O primeiro estatuto, de 20/1/86, denominou-a oficialmente ***Creche Iracema Víeíra de Olíveíra***, mas era conhecida como ***Creche Vovó Iracema***. Em 1.988 tinha já 60 alunos. Em 1.991 seu prédio passou por ampla reforma, que lhe aumentou a capacidade de atendimento. Por novo estatuto, de 25 de julho de 1.996, passou a chamar-se ***Educação Infantíl Munícípal Vovó Iracema***. Em outubro de 1.997 tomou posse, para mandato de um biênio, o 1° Conselho de Educação Infantil; em abril de 1.999, o 2°. Teve regimento interno aprovado pelo decreto 1.628, de 12 de julho de 2.000.

A coordenadora até junho de 1.998 foi Maria Tereza da Cunha. Sucedeu-lhe Vilma Aparecida Scalco Siqueira, ainda em exercício no fim do milênio. Em tal época o Estabelecimento dispunha de cinco supervisoras pedagógicas, duas professoras, seis educadoras e quatro profissionais de serviços gerais. Atendia a 88 crianças, distribuídas em seis classes, de berçário, maternal ou pré-escolar.

6 - **Educação Infantil Municipal Vovó Donana**.

Localiza-se no antigo Centro Comunitário do Bairro Santo Amaro, na Av. Ricardo Annoni Filho, 1.368. Também criada pelo Prefeito Jorge Eduardo Vieira de Oliveira, começou a funcionar em março de 1.986, sendo oficialmente inaugurada em 13 de setembro daquele ano. No início, já assistia a mais de 40 crianças. Sua organização também ficou por conta do Voluntariado de Ação Social.

A lei 638, de 16 de setembro de 1.986, deu-lhe o nome de ***Creche Vovó Donana***. Apesar disso, o primeiro estatuto, de agosto de 1.987, denominou-a ***Creche Ana de Souza Pínto***. Sua patrona muito contribuiu para construção e manutenção do Posto de Puericultura, a que também emprestava o nome (atual sede da E. I. Vovó Iracema).

Em meados de 1.987 começaram a funcionar o berçário e uma classe de pré-primário. No ano seguinte já tinha 83 crianças matriculadas. Pelo novo estatuto, de 25 de julho de 1.986, passou a chamar-se **Educação Infantil Municipal Vovó Donana**. Teve regimento interno aprovado pelo decreto 1.629, de 12 de julho de 2.000. No mesmo ano o prédio passou por ampla reforma e foi substancialmente ampliado.

Foram coordenadoras, em seqüência cronológica, Elisabeth Milani, Ângela de Fátima Souza, Renata Maria Silva Campos e Valéria Fernandes Lima. Rosely Barra Mansa da Silva, no cargo desde maio de 1.998, ainda o ocupava no final do milênio. Nessa época o Estabelecimento tinha 2 professoras, 12 funcionários e 84 alunos. Estes se distribuíam em cinco classes, do berçário ao pré-escolar.

7 - **Educação Infantil Municipal Vovó Luísa**.

A antiga ***Creche Vovó Luísa*** localizou-se primeiramente em prédio construído na Rua Pinhal, esquina com Ponte Nova. Foi entregue ao público em julho de 1.986, e inaugurada oficialmente em 13 de setembro seguinte. Recebeu nome da lei local 638, de 16 de setembro do mesmo ano, em homenagem à patrona do Bairro. O antigo estatuto, de junho de 1.987, alterou-o indevidamente para ***Creche Luísa da Silva Dias***.

Como as duas anteriores, foi organizada pelo Voluntariado de Ação Social. Em 1.988 havia 108 crianças matriculadas nela. Em 1.993 suas funcionárias foram acusadas de mau atendimento por mães e pelo Vereador José Pereira Lima Filho, o que provocou polêmica entre a Câmara e a Secretaria da Educação. Passou a chamar-se ***Educação Infantil Municipal Vovó Luísa*** pelo novo estatuto, de 25 de julho de 1.996. No final desse ano foi transferida para o CAIC. Tem Conselho de Educação Infantil. Seu regimento interno foi aprovado pelo decreto 1.626, de 12 de julho de 2.000.

Maria do Carmo Inácio Ribeiro passou a coordenar o Estabelecimento em setembro de 1.998, mas só foi designada oficialmente pela portaria 1.946, de 1° de fevereiro seguinte. Mantinha-se no cargo no término do milênio. A antecessora imediata foi Milva Marini Santos, nomeada pela portaria 1.523, de 12 de agosto de 1.996.

No fim do ano 2.000 a Escola dispunha de 1 supervisora, 2 professoras, 11 educadoras e 6 profissionais de serviços gerais. Seus 155 alunos distribuíam-se em 9 classes, do berçário ao pré-escolar.

8 - **Pré-Escolar Balão Mágico**.

Como já visto, pertencia à Escola Estadual *Paulina*

Rigotti de Castro, tendo sido municipalizado por força da lei 1.092, de 31 de janeiro de 1.997. No ano seguinte passou a funcionar autonomamente, nas dependências do antigo restaurante *Appaloosa*, do Parque de Exposições *João Domingues Sobrinho*. Por tal motivo, é também conhecido como ***Pré-Escolar Appaloosa***.

No fim do milênio tinha duas classes, com cerca de trinta alunos cada, sendo uma matutina e outra, vespertina. Nele trabalhavam uma supervisora, duas professoras e uma profissional de serviços gerais.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 13, 18 e 20;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - pasta de resoluções;
3 - Arquivo da Educação Infantil Municipal Vovó Iracema - livro de atas;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de decretos nº 14;
5 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de portarias ns. 17 e 18;
6 - Arquivo da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Lazer - pastas das escolas de educação infantil;
7 - Arquivo Público Machadense - livro 513: "Plano Municipal de Implantação da Reforma do Ensino em Machado";
8 - Arquivo Público Machadense - pasta nº 2 de biografias;
9 - Coleção das Leis de 1.978 do Estado de Minas Gerais - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.979, pág. 64;
10 - "Folha Machadense" ns. 75 - 21/9/1.975 - pág. 8;
101 - 4/4/1.976 - pág. 3;
210 - 14/5/1.978 - pág. 7;
285 - 20/1/1.980 - pág. 7;
320 - 27/9/1.980 - pág. 4;
330 - 6/12/1.980 - pág. 1;
337 - 31/1/1.981 - pág. 1;
368 - 6/9/1.981 - pág. 12;
382 - 23/12/1.981 - pág. 3;
503 - 2/9/1.984 - pág. 6;
569 - 21/9/1.985 - pág. 1;
593 - 22/3/1.986 - pág. 4;
597 - 19/4/1.986 - pág. 13;
609 - 12/7/1.986 - pág. 12;
618 - 13/9/1.986 - pág. 5;
686 - 30/1/1.988 - pág. 11;
727 - 12/11/1.988 - pág. 14;

826 - 3/11/1.990 - pág. 2;
831 - 8/12/1.990 - pág. 10;
834 - 12/1/1.991 - pág. 1;
859 - 29/6/1.991 - pág. 7;
868 - 31/8/1.991 - pág. 5;
890 - 15/2/1.992 - pág. 5;
891 - 22/2/1.992 - pág. 4;
898 - 11/4/1.992 - pág. 8;
979 - 4/12/1.993 - pág. 10;
980 - 11/12/1.993 - págs. 1 e 12;
1143 - 22/2/1.997 - págs. 1 e 5;
1239 - 23/1/1.999 - pág. 7;
1278 - 16/10/1.999 - pág. 14;
1281 - 6/11/1.999 - pág. 5;
1285 - 4/12/1.999 - pág. 7;
l302 - 8/4/2.000 - pág. 5 e 12;
1316 - 15/7/2.000 - pág. 13;
1330 - 21/10/2.000 - pág. 1;

11 - informações pessoais de Ione Ramos Maciel, Maria do Carmo Inácio Ribeiro, Mônica Carvalho Dias, Rosely Barra Mansa da Silva e Vilma Aparecida Scalco Siqueira;

12 - "Jornal da Cidade" ns. 6 - maio de 1.985 - pág. 6;
7 - nov. de 1.985 - pág. 6;

13 - "Minas Gerais" de 15/7/1.987 - parte III, publicações de terceiros, pág. 2;

14 - "O Machadense" ns. 678 - 23/3/1.958 - pág. 1;
1020 - 11/12/1.966 - pág. 2;
l021 - 18/12/1.966 - pág. 3;
12 - 9/5/1.971 - pág. 4;

15 - "Siga em Frente" nº 18 - 23/5/1.993 - pág. 8;

16 - "Transparência" nº 2 - set. de 1.998 - pág. 4;

17 - "Tribuna Machadense" ns. 28 - 7/2/1.981 - pág. 2;
2 - 7/6/1.987 - pág. 3;
3 - 14/6/1.987 - pág. 3;
55 - 26/6/1.988 - pág. 1.

****

OUTROS CURSOS E ESCOLAS MUNICIPAIS

1) - O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).
2) - Cursos de alfabetização mais recentes.
3) - A Suplência Municipal.
4) - A Escola do Jardim Nova Machado.

****

1 - **O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)**.

Criado pelo regime militar em 1.970, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi praticamente imposto aos municípios, que arcaram com a maior parte do seu custo. Aqui recebeu professores, funcionários administrativos, dependências e subvenções anuais. Esta, a razão pela qual trato dele na parte relativa ao ensino local.

Em Machado, as aulas tiveram início no mês de maio de 1.971, no período noturno, em cerca de dez postos, nas zonas urbana e rural. Eram dirigidas por um comitê, que nos primeiros tempos esteve, informal e sucessivamente, sob a responsabilidade das inspetoras Julieta de Souza e Francisca Silva Vieira.

O decreto local 184, de 30 de abril de 1.973, nomeou os seguintes elementos para a diretoria: *presidenta* - Julieta de Souza; *secretária executiva* - Marilda Miranda Signoretti; *coordenadora* - Edir Soares. Pelo decreto 281, de 31 de outubro de 1.975, foram nomeados, entre outros membros do comitê, Roque Eliseu Mendes Gonçalves (*presidente*) e Gilca Maria de Almeida Costa (*secretária executiva*). Mantida esta, o decreto 359, de 25 de fevereiro de 1.977, alçou à presidência José Moreira Soares. O decreto 392, de 1° de novembro do mesmo ano, renovou o comando, designando Carlos Roberto Pereira para a

presidência e Vicente da Silva Resende para a secretaria executiva.

Machado pertenceu à área controlada por Varginha até março de 1.975. Desmembrou-se então dela, tendo sob sua jurisdição os municípios de Alfenas, Carvalhópolis, Fama, Paraguaçu, Poço Fundo, São João da Mata e Serrania. Para instalar a supervisão local o Município firmou convênio com o MOBRAL, autorizado pela lei 218, de 20 de junho de 1.975. Também contratou como supervisora de nossa área Aparecida Maria Costa Vilhena, de acordo com o decreto 260, de 30 do mês anterior.

Com o passar do tempo o MOBRAL decidiu ampliar as atividades. Em meados de 1.975 implantou o *Programa Diversificado de Ação Comunitária - PRODAC*, coordenado pelo Irmão Amadeo Menegat, através do qual promoveu cursos de bovinocultura e de operador de máquinas agrícolas. Montou também balcão de empregos. Três anos depois lançou o *Programa de Educação Comunitária para a Saúde*, aqui coordenado por Tereza J. Gaspar. Realizou ainda cursos de corte e costura, de culinária e de horticultura; campanhas de registro civil e de atendimento a crianças carentes.

Sem conseguir bons resultados no combate ao analfabetismo e sem atingir os demais objetivos, o MOBRAL chegou ao fim em 1.985, sendo substituído pela Fundação Educar.

2 - **Cursos de alfabetização mais recentes**.

Em abril de 1.991 Machado sediou, na E. E. Iracema Rodrigues, o *I Seminário para Alfabetizadores Novatos*, sob a supervisão da D. R. E. de Varginha. Dele participaram cerca de 350 professores, de 46 municípios.

A lei 920, de 30 de junho de 1.993, criou o *Programa Municipal de Alfabetização de Adultos*.

Em fevereiro de 1.995 teve início o *Programa Machado Alfabetizado*, mediante convênio entre o Município e a Fundação São João Bosco para a Infância, com recursos locais, do Ministério da Educação e do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação. Dele fizeram parte o *Curso Básico de Leitura e Escrita* e o *Curso de Leitura Continuada*. Eram ministrados em módulos de quatro meses, com aulas de duas horas, três vezes por semana, em cerca de trinta postos. Mais de 600 alunos matricularam-se na primeira etapa, porém houve grande evasão, principalmente por causa da colheita de café. Não obstante, os resultados foram satisfatórios, a ponto de o Programa ser apresentado como modelo na III Feira Latino-Americana de Alfabetização, em Brasília. A lei local 1.128, de 15 de dezembro de 1.997, autorizou a assinatura de novo convênio com a Fundação São João Bosco, para continuidade e desenvolvimento dele.

3 - **A Suplência Municipal**.

Como já visto, no começo de 1.998 o Estado extinguiu o curso de suplência nas escolas de sua rede local. Por isso, e para que os alunos que haviam terminado o *Programa Machado Alfabetizado* não precisassem interromper os estudos, o Governo local assumiu o encargo de mantê-lo, criando a Suplência Municipal. Foi autorizado a isso pela lei 1.141, de 16 de março de 1.998, que lhe abriu crédito especial e também permitiu a celebração de convênio com a Fundação São João Bosco para a Infância, a fim de fazê-lo funcionar.

O Curso iniciou-se na mesma data em que a lei foi promulgada. Ministrou-se na Escola Estadual Dom Pedro I, em horário noturno, sob a coordenação de Maria Olímpia Martins e supervisão de Valéria Costa Paiva. Em módulos de cem dias-aula, teve turmas da 1ª à 4ª série do ciclo básico do ensino fundamental. Matricularam-se na etapa inicial cerca de 350 alunos, tendo sido a evasão de apenas 15%.

Os que concluíram a 4ª série pretendiam continuar os estudos no programa estadual *Acertando o Passo*, mas foram frustrados com sua paralisação. Para atendê-los, o Município ativou então as tele-salas, com aulas da 5ª à 8ª série, também divididas em módulos.

4 - **A Escola do Jardim Nova Machado**.

A lei municipal 1.265, de 24 de novembro de 1.999, autorizou abertura de crédito especial no valor de R$200.000,00, para construção de escola no Jardim Nova Machado. Ela fica na esquina da Av. Francisco Vieira Guerra com a Rua Irmão Germano, e destina-se à população dos bairros além da Rodovia BR-267.

As obras tiveram início no mesmo mês. O prédio, em quatro blocos, possui seis salas de aula, salas de professores e de multimídia, diretoria, secretaria, biblioteca, anfiteatro, cozinha, refeitório e sanitários. Tem capacidade para cerca de 200 alunos.

A lei 1.345, de 11 de dezembro de 2.000, deu ao estabelecimento o nome de "**Padre José de Souza Ribeiro**".

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de leis nº 15;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos ns. 14 e 15;
3 - Arquivo da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Lazer - caixa "Contratos Funjobi, Contratos Suplência e Vários Documentos da Suplência Municipal";
4 - "Folha Machadense" ns. 26 - 22/9/1.974 - pág. 8;
49 - 9/3/1.975 - pág. 1;
58 - 18/5/1.975 - pág. 1;
60 - 1/6/1.975 - pág. 1;
69 - 10/8/1.975 - pág. 4;
76 - 28/9/1.975 - pág. 1;
263 - 17/6/1.979 - pág. 4;
347 - 11/4/1.981 - pág. 1;
581 - 14/12/1.985 - pág. 5;
841 - 2/3/1.991 - pág. 1;
849 - 27/4/1.991 - págs. 1, 9 e 10;
959 - 26/6/1.993 - págs. 1 e 3;
1039 - 11/2/1/995 - pág. 5;
1041 - 25/2/1.995 - pág. 7;
1044 - 18/3/1.995 - pág. 6;
1061 - 8/7/1.995 - pág. 7;
1062 - 22/7/1.995 - pág. 7;
1063 - 29/7/1.995 - pág. 7;
1093 - 2/3/1.996 - pág. 7;
1110 - 29/6/1/996 - pág. 6;
1188 - 17/1/1.998 - pág. 13;
1196 - 14/3/1.998 - pág. 22;
1197 - 21/3/1.998 - pág. 13;
1198 - 28/3/1.998 - pág. 13;
1284 - 27/11/1.999 - págs. 14 e 15;
1294 - 12/2/2.000 - pág. 14;
1307 - 13/5/2.000 - pág. 13;
1338 - 16/12/2.000 - pág. 15;
5 - "Jornal da Cidade" nº 2 - julho de 1.984 - pág. 7;
6 - "O Machadense" ns. 13 - 16/5/1.971 - pág. 4;
33 - 10/10/1.971 - pág. 3;
37 - 7/11/1.971 - págs. 1 e 2;
116 - 27/5/1.973 - pág. 4;
7 - "Transparência" nº 2 - setembro de 1.998 - pág. 4.

****

C - O ENSINO PÚBLICO FEDERAL

ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MACHADO

1) - Fundação.
2) - Instalação.
3) - Gestão de Marcelo Diógenes Maia.
4) - Gestão de João Virgílio Maranesi Caixeta.
5) - Gestão de Rêmulo Paulino da Costa.
6) - Gestão de José Antônio Macedo.
7) - Gestão de Renato Ferreira de Oliveira.
8) - Atividades e informações diversas.

****

1 - **Fundação**.

A antigamente chamada **Escola de Iniciação Agrícola de Machado** é fruto da política federal para o magistério no campo, regida, na época de sua criação, pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola (decreto-lei 9.613, de 20/8/1.946). Regulamentou-a o decreto 22.470, de 20 de janeiro seguinte, que fixou a rede de estabelecimentos do setor no território nacional. Ele previu a mantença, pela União, de escolas agrotécnicas, agrícolas e de iniciação agrícola, cuja instalação poderia ocorrer mediante convênio com os poderes estaduais e locais.

Em 22 de outubro de 1.948 - ao que se diz, por indicação dos deputados Israel Pinheiro e Licurgo Leite Filho - celebrou-se acordo entre os governos federal e mineiro, para localizar em nossa Cidade uma escola de iniciação agrícola. Nele foi estipulado que para a instalação contribuiriam a União, com verba anual de Cr$800.000,00, e o Estado, com metade dessa quantia. Seus termos foram aprovados pela lei estadual 330, de 24 de dezembro do mesmo ano, que autorizou abertura de crédito especial para atender às despesas dele decorrentes. As partes o renovaram anualmente até 1.961; a partir daí o Governo Federal

assumiu todos os encargos de manutenção do Estabelecimento.

Também Machado contribuiu para a criação da Escola. A lei local 27, de 8 de dezembro de 1.948, autorizou o Executivo a doar à União, para aquele fim, o imóvel denominado "*Fazenda do Pântano*", com 167 hectares. O ato, concretizado em escritura pública de 10 de fevereiro de 1.949, foi aceito pelo Governo Federal através do decreto 27.423, de 14 de novembro do mesmo ano. Para comprar a fazenda de Pedro Milani, sua mulher e outros, por escritura de 31/12/48, o Município teve de recorrer a empréstimos bancários, autorizados pelas leis locais 28, de 8/12/48, e 33, de 4/4/49.

O Município, posteriormente, doou à União, para uso da Escola, mais uma gleba, de 76.918 m2., aceita pelo decreto 29.882, de 13/8/51. Adquiriu-a em 24/9/49, de José Ananias Gonçalves e sua mulher, e a transferiu à donatária por escritura de 10/6/53.

2 - **Instalação**.

Em 1.948 foi designado executor do acordo atrás referido **Hercílio Wálter Faria**, diretor da Escola Agrícola de Muzambinho. Sob o seu comando adquiriram-se material destinado às construções, máquinas das oficinas de marcenaria e mecânica, um caminhão e uma perua.

A construção do Estabelecimento iniciou-se em 1.949, sob a chefia de **Mílton de Miranda Oliveira**, diretor da Escola Agrícola de Ouro Preto. Ele foi indicado executor de termo aditivo do acordo em portaria de 25 de junho daquele ano, do superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário. No seu governo admitiu-se o pessoal regular da Escola; foi iniciada a construção da sede (parte central, alicerces e paredes); adquiriu-se e assentou-se uma fossa séptica; foi feito pontilhão de concreto na entrada principal; construiu-se linha de transmissão de força elétrica da Cidade à Escola; foram edificadas cabine para transformador (também comprado na ocasião), casa para eletrobomba, caixa d'água e galpão para marcenaria.

Renovado o acordo, a portaria 294 do M.A., de 24 de abril de 1.950, nomeou diretor o machadense **José Thales Magalhães**. Suas principais obras foram a construção das residências do diretor e do agrônomo, e do prédio do almoxarifado, cozinha e refeitório; o travamento e a cobertura do edifício da sede; a instalação da rede distribuidora de água; a feitura de rede telefônica da Cidade à Escola; e a aquisição de 90 camas.

Luiz Mendes Carvalho foi designado para a direção pela portaria 706 do M.A., publicada em 13 de julho de 1.951. Permaneceu nela até março de 1.955, tendo feito os seguintes trabalhos: construção do pavilhão da saúde, do estábulo, do aviário, de avenida em frente da sede e de estrada ligando-

a ao pontilhão; colocação de postes de cimento na avenida e iluminação dela; modificações e acabamentos no edifício da sede; reparos no prédio do almoxarifado; drenagem do terreno em que se captava água para abastecimento da Escola; captação de água para abastecimento do estábulo e adjacências; extensão da linha transmissora de energia elétrica até o estábulo; instalação na oficina de pequena seção de mecânica de automóveis; fabricação na marcenaria de 12 mesas e 240 cadeiras para o refeitório; aquisição de um trator com implementos, de um compressor e de um refrigerador; início da cultura de cereais.

O sucessor **Marcos Eustáchio de Andrade** foi designado pela portaria 208 do M.A. de 3 de março de 1.955, e assumiu o cargo 25 dias depois. Dentre as suas realizações destacam-se: o equipamento do pavilhão da saúde; a reforma dos telhados da casa do agrônomo e do edifício do almoxarifado, cozinha e refeitório; a construção de estrada para a pedreira; a adaptação do aviário para residência de operários; a aquisição de aparelhos e material para a oficina mecânica, e de material para cama, copa e cozinha; a ampliação da cultura de cereais e da área de pastagem; a colocação nesta de cercas e bebedouros. Ministraram-se no período em exame os primeiros cursos da Escola: o curso prático para jovens líderes rurais, com duração de dez semanas, concluído por 32 alunos; e o de treinamento para tratoristas, que teve 16 alunos.

Dispondo de cinco salas de aula, o Estabelecimento tinha capacidade inicial para receber 120 alunos, em regime de internato, semi-internato e externato. Os cursos primário e médio profissional agrícola começaram a ser ministrados em 1° de abril de 1.957. Lecionaram nos tempos iniciais, entre outros, Anésia de Souza Ramos, Athayde Pereira de Souza, Gentil Vieira da Silva, Lisipo Gomide e João Rodrigues de Carvalho.

3 - **Gestão de Marcelo Diógenes Maia**.

Em 30 de abril de 1.957 assumiu a direção Marcelo Diógenes Maia. A inauguração oficial ocorreu no dia 3 de julho seguinte.

A lei municipal 331, de 16 de março de 1.961, autorizou a criação de curso preparatório para os exames de admissão à Escola.

Por força do decreto federal 53.558, de 13 de fevereiro de 1.964, ela passou a denominar-se **Ginásio Agrícola**. No ano seguinte formou-se a primeira turma de técnicos agrícolas. Pela mesma época foi criado um posto de piscicultura, desativado em 1.967.

O Estabelecimento pertencia desde o início ao Ministério da Agricultura, subordinando-se à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário. O decreto 60.731, de 19 de maio de 1.967, transferiu-o para o Ministério da Educação e Cultura, subordinado à Diretoria do Ensino Agrícola. Passou

mais tarde ao Departamento de Ensino Médio, que em outubro de 1.975 se transformou na Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário - COAGRI.

Em 1.976 ocorreram reformas em alguns prédios e o Ginásio foi reequipado, recebendo veículos, implementos agrícolas, móveis e materiais diversos.

4 - **Gestão de João Virgílio Maranesi Caixeta**.

Nomeado diretor no fim de 1.977, João Virgílio M. Caixeta tomou posse em 3 de janeiro de 1.978. Foi desligado do cargo por ato do Ministro da Educação de 25 de julho do ano seguinte.

Dentre suas realizações destacam-se a reestruturação administrativa; a contratação de novos professores e técnicos; a criação da Cooperativa Escolar; a construção de estábulo para produção de leite tipo "B", de bezerreiro, de galpão e casa para fabrico de ração; a instalação de silo metálico para milho; a aquisição de ordenhadeiras mecânicas; a melhoria da rede elétrica.

O Estabelecimento ministrou a partir de 1.978 o curso de técnico em agropecuária (nível médio), extinguindo gradativamente o primeiro grau. Por essa época passou a chamar-se **Colégio Agrícola**.

5 - **Gestão de Rêmulo Paulino da Costa**.

O Professor Paulino da Costa foi designado para a direção em 25 de julho de 1.979, e se empossou no dia 10 de agosto seguinte.

O decreto 83.935, de 4 de setembro do mesmo ano, alterou o nome do Colégio Agrícola para **Escola Agrotécnica Federal de Machado**. Em 10 daquele mês constituiu-se a Cooperativa Escolar e de Trabalho dos Alunos - COETAGRI.

Em maio de 1.980 surgiu o jornal escolar "*Agrovisão*". No fim de 1.982 reativou-se o posto de piscicultura.

Em 1.984 e 1.985 a Escola recebeu recursos do Programa de Melhoramentos do Ensino Técnico Agrícola e Industrial, financiado pelo quarto acordo MEC/BIRD.

No dia 28 de janeiro de 1.985 realizou-se pela primeira vez eleição para formar lista tríplice visando à designação de diretor. Obtendo a maior votação, Rêmulo Costa foi reconduzido ao cargo, para novo mandato de cinco anos. Em 29 de janeiro empossou-se o 1° Conselho Comunitário, composto

por dez pessoas. No dia 10 de maio foi fundada a Associação dos Servidores, a ASSEAF.

No fim daquele ano a Escola recebeu um gabinete dentário da Faculdade de Odontologia de Alfenas. A cobertura metálica de seu ginásio esportivo, ainda em construção, foi destruída por temporal. Em 1.987 fundou-se o grupo teatral "*Arte da Terra*"; em 1.988 foi lançado o boletim informativo "*E.A.F.M. Em foco*".

Da administração em análise, que terminou no dia 2 de março de 1.990, cabe ressaltar as seguintes obras: renovação da lavoura cafeeira da Escola, plantio de novo pomar e erradicação do antigo, estímulo à produção de hortaliças; aquisição de ensiladeira metálica para arroz, de aparelho para irrigação, de ordenhadeira mecânica, de duas caldeiras e de equipamentos para inseminação artificial; melhoria genética do gado e reforma do estábulo; construção de dormitório para 240 alunos, da sede da cooperativa escolar, de rede elétrica de alta tensão, de cinco açudes, um poço artesiano e uma caixa d'água; construção e iluminação de uma quadra poliesportiva e iluminação de outra; construção de duas maternidades para suínos, de três galpões para frangos de corte, de um aviário de postura e de um abatedouro para frangos, suínos e bovinos; asfaltamento da frente do prédio da administração.

6 - **Gestão de José Antônio Macedo**.

Mais votado na eleição que se realizou em 13 de novembro de 1.989 para formação de lista opcional, Macedo obteve nomeação para diretor e tomou posse no dia 2 de março seguinte.

Em 1.990 foi montado na Escola um incubatório de pintos, com capacidade inicial de produzir 1.720 unidades por semana. No mesmo ano se inauguraram as instalações de beneficiamento de café. Em 1.992 realizou-se a primeira feira de ciências.

Em outubro de 1.993 o Diretor teve novamente mais sufrágios na lista eleitoral tríplice, sendo reconduzido ao cargo por portaria de 12 de janeiro seguinte. Implantou-se processo indireto, no qual a comunidade escolhe, antes, um Conselho Técnico-Consultivo, formado por representantes dos corpos docente, discente e administrativo, de ex-alunos, de órgãos ligados à agropecuária e ao Ministério da Educação. É seu membro nato o diretor da Escola. Além de compor o rol para escolha do novo dirigente, cabe ao Conselho apoiar as atividades escolares, e contribuir para o aprimoramento do ensino e das condições sócio-econômicas e culturais da região. Os alunos manifestaram-se em passeata contra o novo sistema de escolha, pedindo eleições diretas.

A lei 8.731, de 16 de novembro de 1.993, transformou as Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias, autônomas até didática e disci-

plinarmente. Determinou que tivessem orçamento e quadro de pessoal próprios, e que suas atividades e organização administrativa fossem definidas em regimento interno.

Inaugurou-se em 10 de janeiro de 1.997 na Escola a primeira estação meteorológica automática de coleta de dados por satélite, integrante da rede do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Em junho seguinte foi realizado o I Fórum de Debates sobre o Desenvolvimento Agropecuário do Sul de Minas. Dois meses depois teve início o novo curso para técnico em processamento de dados.

Das realizações do período em exame, mencionem-se a conclusão do prédio da biblioteca; a construção de novo alojamento para alunos e do ginásio poliesportivo; o asfaltamento de estradas internas; a aquisição de equipamento de informática; a ampliação do laboratório de biologia; o desenvolvimento da seção agroindustrial, com a comercialização de diversos produtos.

7 - **Gestão de Renato Ferreira de Oliveira**.

O novo diretor, que também encabeçou lista tríplice formada pelo Conselho Técnico-Consultivo, assumiu em 19 de janeiro de 1.998.

No segundo semestre do mesmo ano a Escola coordenou o Programa Geracoop, destinado à criação e gerenciamento de cooperativas. Em setembro de 1.999 sediou o Fórum de Debates sobre Educação Ambiental; em março e abril de 2.000, a I Conferência Internacional sobre Mercado Justo e Café Orgânico. Em agosto seguinte iniciou curso para técnico de enfermagem, de nível pós-médio, com duração aproximada de doze meses.

8 - **Atividades e informações diversas**.

Noutros capítulos se cuida da banda de música, da biblioteca, do gabinete dentário e dos jornais da Escola. Ela possui Cooperativa (COETAGRI) e Associação de Servidores (ASSEAF), que também serão estudados alhures.

Por escritura pública de 18 de dezembro de 1.998, retificada em 9 de fevereiro seguinte, a Cooperativa acima referida instituiu a *Fundação de Apoio ao Desenvolvimento, Ensino, Pesquisa e Extensão (FADEPE)*, com o objetivo de promover atividades científicas e culturais, bem como auxiliar órgãos públicos e particulares no desenvolvimento humano e em projetos ligados à área educacional. Sua administração cabe a secretários-executivos, indicados pelo Conselho Deliberativo. Nos primeiros tempos estiveram à frente dela Roberto Camilo Órfão Morais e Wanderley Fajardo Pereira. Foi declarada de utilidade pública pela lei local 1.251, de 7 de outubro de 1.999. Com

recursos do FAT (*Fundo de Amparo ao Trabalhador*), promoveu cursos de qualificação e requalificação profissional. Desenvolveu projetos em diversas cidades mineiras, com destaque para os destinados a integrantes do MST em Campo do Meio, e a indígenas em São João das Missões e Carmésia. Em Machado atuou com o núcleo de congadeiros, com o movimento de consciência negra, com dragueiros e com catadores de lixo reciclável. No início do milênio teve a razão social alterada para *Fundação de Apoio ao Desenvolvimento e Ensino de Machado (FADEMA)*.

A Escola tem o setor agrícola e o setor zootécnico, cada qual subdividido em unidades educativas de produção. O primeiro compõe-se das unidades de olericultura, de culturas anuais, e de culturas perenes; o segundo, das unidades de pequenos animais, de médios animais, e de grandes animais. Existe ainda, vinculada aos dois setores, a unidade de agroindústria.

Além do ensino médio e do curso de técnico em agropecuária, oferecia no final do milênio: curso pós-técnico em zootecnia, curso de técnico especial em processamento de dados, curso de informática, curso de agroecologia e cursos de técnico e de auxiliar de enfermagem. Ministra ainda diversos cursos especiais de curta duração, abertos à comunidade, tais como os de operação com tratores, cafeicultura, prática de eletricidade rural, administração de propriedade rural em regime de economia familiar, alimentação, fabricação caseira de produtos derivados do leite, controle sanitário de rebanhos, ações básicas de saúde e agricultura orgânica.

Nos últimos anos do período estudado a Agrotécnica não se limitou a formar técnicos, tendo assumido posição de liderança nos debates e estudos sobre o setor agropecuário e sobre o desenvolvimento global da região.

****

<u>Fontes de consulta</u>.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 6 e 1O;
2 - Arquivo da Escola Agrotécnica Federal de Machado - pasta “Dados Históricos da Escola de Iniciação Agrícola de Machado, coligidos em 10-5-56”;
3 - Arquivo Público Machadense - pasta “Escola Agrotécnica Federal”;
4 - Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais de 1.948 - vol. I - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.950, pág. 233;
5 - Coleção das Leis do Estado de Minas Gerais de 1.949 - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.957, página 105;

6 - Coleção das Leis do Estado de Minas Gerais de 1.953 - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.961, pág. 185;
7 - Diário Oficial da União, parte I - de 17/11/1.949 e de 7/11/1.993;
8 - "E.A.F.M. Em Foco" - nº 6, ano I, 1.998;
9 - "Folha Machadense" ns. 98 - 14/3/1.976 - pág. 1;
113 - 27/6/1.976 - pág. 1;
121 - 22/8/1.976 - pág. 1;
144 - 4/2/1.977 - pág. 1;
190 - 24/12/1.977 - pág. 1;
191 - 1/1/1.978 - pág. 1;
192 - 8/1/1.978 - pág. 1;
239 - 25/12/1.978 - pág. 22;
270 - 5/8/1.979 - pág. 1;
284 - 13/1/1.980 - pág. 8;
303 - 24/5/1.980 - pág. 4;
368 - 6/9/1.981 - pág. 30;
422 - 16/10/1.982 - pág. 1;
428 - 27/11/1.982 - pág. 1;
514 - 18/8/1.984 - pág. 1;
536 - 2/2/1.985 - pág. 1;
565 - 24/8/1.985 - pág. 5;
580 - 7/12/1.985 - pág. 1;
778 - 18/11/1.989 - pág. 1;
791 - 3/3/1.990 - pág. 1;
794 - 24/3/1.990 - pág. 7;
809 - 7/7/1.990 - pág. 9;
827 - 10/11/1.990 - pág. 8;
896 - 28/3/1.992 - pág. 1;
974 - 30/10/1.993 - pág. 1;
975 - 6/11/1.993 - págs. 1 e 12;
985 - 22/1/1.994 - pág. 1;
1128 - 2/11/1.996 - pág. 4;
1167 - 9/8/1.997 - pág. 4;
1174 - 27/9/1.997 - págs. 1 e 19;
1186 - 24/12/1.997 - pág. 24;
1188 - 17/1/1.998 - pág. 6;
1280 - 30/10/1.999 - pág. 11;
1321 - 19/8/2.000 - pág. 13;
1324 - 9/9/2.000 - pág. 22;
1332 - 4/11/2.000 - pág. 9;
1335 - 25/11/2.000 - pág. 1;
1336 - 2/12/2.000 - pág. 27;
1350 - 10/3/2.001 - pág. 4;
10 - "Lex" - Coletânea de Legislação Federal e Marginália - 1.947 - Lex Editora Ltda., São Paulo, págs. 49/50;
11 - "Luminar Machadense" ns. 40 - 26/3/1.955 - pág. 4;

41 - 30/4/1.955 - pág. 4;
12 - "O Machadense" nº 967 - 14/11/1.965 - pág. 2;
13 - prospectos da Escola Agrotécnica Federal de Machado;
14 - Revista "Imagem e Conteúdo" ns. 2 - out./nov. de 1.996 - pág. 27;
12 - nov./dez. de 1.998 - págs. 4 e 6;
15 - Revista "Roteiro de Minas" - pág. 23.

B - **secundárias**
1 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", cap. VIII - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 8, página 4;
2 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, pág. 130;
3 - José Matzner - "Guia do Sul de Minas" - Oficinas Gráficas da S/A Folha de Minas, Belo Horizonte, 1.951, págs. 167/168;
4 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje" - IV-1.

****

D - O ENSINO PÚBLICO PARTICULAR

CADEIRAS ISOLADAS DE INSTRUÇÃO PARTICULAR

1) - Primeiros mestres.
2) - Classes subvencionadas.

****

1 - **Primeiros mestres**.

São escassas as informações sobre os primeiros mestres particulares de Douradinho e Machado. A eles não faz referência o mapa dos colégios particulares de instrução primária e secundária de Minas, anexo ao relatório de seu presidente em 1.865.

O "*Monitor Sul-Mineiro*" de 16 de junho de 1.872 publicou anúncio de professor residente em Machado, que se oferecia para lecionar leitura. escrita, contas, doutrina e civilidade, e sistema métrico. Seu nome foi omitido.

Era professor **Severo Augusto Pereira**, protestante pioneiro, que se mudou para cá em 1.874 ou pouco antes, vindo de Caldas.

O "*Almanach Sul-Mineiro para 1874*" noticiou a existência em Machado de duas aulas particulares de primeiras letras, para o sexo masculino, freqüentadas por vinte alunos. Os professores eram **José de Araújo Brito** e **Martinianno Severo Romano**.

A edição de 1.884 do mesmo Almanaque, além dos colégios, de que tratarei noutro lugar, citou como professores particulares de Machado **Álvaro Augusto de Faria**, **Feliciano Constantino de Moraes Júnior** e **Francisco Raphael de Carvalho**. Quanto a Douradinho, informou o funcionamento de uma escola particular para meninas, dirigida por **Emerenciana Pereira**.

"*O Machadense*", em setembro de 1.905, estampou anúncio da normalista **Davina Dias de Toledo**, que fixara residência na Rua Quintino Bocaiúva. Ela aceitava alunas para o curso primário, a 5$000 mensais. Também lecionava francês, cobrando o dobro por três lições semanais.

José Augusto Vieira da Silva também ministrou aulas particulares. **Jeronymo Emiliano de Figueiredo** anunciou pela imprensa a instalação na Cidade, em 10 de fevereiro de 1.914, de uma aula noturna gratuita para adultos.

Zeferino Domingues da Silva, em 1.923, abriu escola particular em sua fazenda, na Serra Negra. Trouxe de Poço Fundo, para regê-la, **José Soriano**. Com reduzido número de alunos, durou pouco tempo.

Pela mesma época, Gabriel Odorico de Souza também manteve uma escola em sua fazenda, no Bairro São Thomé. Esteve a cargo do professor **José Norberto Pereira Júnior**.

Segundo biografia existente na Casa da Cultura, **João Rodrigues de Carvalho** fundou uma escola no Douradinho, apoiado por João Batista de Moura, Otaviano Campos e outros. Ignoro quando isso ocorreu e qual foi a sua duração.

2 - **Classes subvencionadas**.

Conforme relatório do agente executivo municipal, em 1.900 a Câmara subvencionou as escolas particulares que funcionavam nos bairros dos Caixetas, São Luís, Ritas e Chico dos Santos, com o total de 105 alunos matriculados. Deu às três primeiras o auxílio de 500$000, e à última, o de 250$000. Naquele ano, três outras escolas particulares do Município foram auxiliadas pelos Conselhos Distritais: duas no Carmo da Escaramuça e uma no Machadinho.

A lei local 28, de 23 de maio de 1.907, subvencionou uma escola particular de instrução rural e mista, não determinada. Estabeleceu regras para auxílio a escolas particulares: só teriam direito a ele as localizadas nos bairros em que não houvesse escola estadual, devendo o professor comprovar a matrícula de mais de 40 alunos, metade dos quais pobres e gratuitos.

A resolução 193, de 30 de janeiro de 1.911, autorizou o presidente da Câmara a gratificar com 300$000 anuais **João Zeferino Soares**, professor de uma escola noturna do sexo masculino na Cidade.

A resolução 262, de 25 de outubro de 1.917, concedeu a **José Mariano Rangel** o auxílio mensal de 30$000, para que lecionasse pelo menos a 25 alunos pobres, na escola que regia na Cidade. Em julho do ano seguinte ele comunicou à Edilidade não poder continuar com ela, por ter sido

nomeado professor em Paraguaçu. Sucedeu-lhe, a partir de 1° de maio daquele ano, **João Baptista Lavras**. A este a resolução da Câmara 285, de 18 de julho de 1.918, concedeu igual auxílio.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de atas nº 1 - págs. 22v./23;
2 - Arquivo da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Lazer - caixas diversas sobre escolas rurais;
3 - Arquivo Público Machadense - livro 63: "Leis da Câmara Municipal - 1898 a 1912";
4 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1912 a 1932";
5 - Arquivo Público Machadense - livro 309: "Documentos Históricos - 1893 a 1964";
6 - Arquivo Público Machadense - pastas de biografias;
7 - "Cidade do Machado" - parte do jornal, de 1.914, sem número e data, pág. 10;
8 - informações pessoais de Edalvo Augusto de Souza;
9 - "Monitor Sul-Mineiro" nº 25 - 16/6/1.872 - pág. 4;
10 - "O Machadense" nº 43 - 21/9/1.905 - pág. 2;
11 - "Relatorio que á Assemblea Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da Sessão Ordinaria de 1865 o Dezembargador Pedro de Alcantara Cerqueira Leite Presidente da mesma Provincia" - Typ. do "Minas Geraes", Ouro Preto, 1.865 - anexo.

secundárias
1 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanach Sul-Mineiro para 1874" - Typ. do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.874, pág. 147;
2 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanak Sul-Mineiro para 1884" - Typ. do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.884, pág. 234.

****

ESCOLAS PARTICULARES DIVERSAS - I

1) - Colégio Lustosa.
2) - Colégio da Professora Maria Justina.
3) - Colégios do Professor Francisco Raphael e esposa.
4) - Colégio Ordem e Progresso.
5) - Externato Municipal Machadense e Colégio Guilherme Dias.
6) - Colégio Pedroso.
7) - Colégio Dias.

****

1 - **Colégio Lustosa**.

Era dirigido por Joaquim da Silva Pimentel Lustosa, que o transferiu de São Gonçalo do Sapucaí, onde funcionara por vários anos. Localizava-se num sobrado da atual Praça Antônio Carlos, em cujo terreno, segundo Carlos Legnani, foi depois construída a residência da família Ferreira Braga (esquina com a Rua Cel. José Paulino, depois edifício do Banco Itaú).

Afirma o "*Almanak Sul-Mineiro para 1884*" que se destinava apenas ao sexo masculino. Na lista de examinados, constante do nº 695 do "*Monitor Sul-Mineiro*", só figuram meninos. Ademais, o "*Almanak*" informa que havia então no Sul de Minas internatos para meninos em Campanha, Pouso Alegre, São Gonçalo, Carmo da Cachoeira, Três Pontas, Machado, Carmo da Escaramuça, Carmo do Rio Verde, Passos e Cambuí. Entretanto, em duas notas publicadas no mesmo jornal (ns. 613 e 642), é referido como colégio de meninos e meninas. Numa delas, não assinada, pessoas que o visitaram, a convite do diretor, disseram ter visto "*lindos e variados trabalhos de agulhas*" e admirado "*o progresso que em pouco tempo tiverão os meninos e meninas*".

O "*Lustosa*" teve início no dia 1° de agosto de 1.882,

e ignoro até quando funcionou. Seu último aviso publicado no "*Monitor*" dava conta de que as aulas seriam reabertas em 1° de agosto de 1.884. Nele se ensinavam primeiras letras, doutrina cristã, português, aritmética, francês, latim, geografia e música.

No comunicado inicial foi dito que as classes seriam regidas pelos professores Carlos Lentz de Araújo e Francisco Raphael de Carvalho. Legnani enumera ainda como mestres do Colégio: Álvaro Augusto de Paiva, Francisco Lentz e Feliciano Constantino de Moraes. Há pequena divergência entre tais nomes e os apontados pelo "*Almanak*" como professores machadenses de instrução particular: neste, além de Francisco Raphael de Carvalho, se citam Álvaro Augusto de *Faria* e Feliciano Constantino de Moraes *Júnior*.

2 - **Colégio da Professora Maria Justina**.

Não se sabe a data de sua fundação. Era porém, conforme Carlos Legnani, contemporâneo do Colégio Lustosa, surgido em 1.882. A ele se refere o "*Almanak Sul-Hineiro para 1884*", embora dando a sua diretora, equivocadamente, o nome de Maria Leopoldina.

Destinava-se apenas ao sexo feminino. Segundo o mesmo "*Almanak*", havia então no sul da Província colégios para meninas em Campanha, São Gonçalo, Três Pontas, Lavras, Machado, Caldas, Aiuruoca e Carmo do Rio Verde.

Carlos Legnani informa que se localizava na Rua da Mococa, atual Joaquim Teófilo, e que durou muitos anos. Nele se ensinavam, segundo Saturnino da Veiga, primeiras letras, doutrina cristã, português, aritmética, geografia, francês, música, piano, trabalhos de agulha, etc..

Perdeu-se no tempo a lembrança das pessoas que dividiam a tarefa docente com a diretora, Maria Justina de Lima. Esta, cujo nome se guarda numa rua da Cidade, foi tronco da estimada família Lima.

3 - **Colégios do Professor Francisco Raphael e esposa**.

Francisco Raphael de Carvalho nasceu em São Gonçalo do Sapucaí, no dia 7 de janeiro de 1.863, e faleceu no Machado, em 27 de maio de 1.935. Afirma Carlos Legnani que ele e Anastácio Vieira Machado montaram em 1.884 um internato e externato, para ambos os sexos. Localizava-se em prédio hoje pertencente aos filhos de João Otávio Dias, na esquina da Rua Barão do Rio Branco com a Praça Antônio Carlos. Acrescenta o saudoso historiador que o estabelecimento foi mais tarde transferido para um sobrado, e teve fim com o incêndio deste, em 1.902. Segundo Homero Costa, o prédio destruído ficava "*à*

esquina da rua Prof. José Cândido com a Joaquim Teófilo". Ele diz mais que, ante o infortúnio, teve o mestre "*Chico Tomé*" de procurar outras atividades, só voltando a lecionar algum tempo após, no setor público.

Em 1.912, conforme Octaviano de Paiva Reis, funcionava na Cidade o externato de Maria Auta de Moraes Carvalho, esposa do Professor Francisco Raphael. Não consegui outras informações sobre ele.

4 - **Colégio Ordem e Progresso**.

Deste tenho conhecimento por reportagem e avisos publicados no "*Monitor Su1-Mineiro*" e no "*Sexto Districto*". Eram seus diretores Gustavo Fulgêncio Carneiro e Francisco Raphael de Carvalho. Foi inaugurado no dia 1° de agosto de 1.895, em concorrida cerimônia. Noticiou-se que dispunha de corpo docente perfeitamente habilitado, funcionava em vasto prédio e ensinava todas as matérias dos cursos primário e secundário.

Ignoro qual foi sua duração. É provável até que apenas correspondesse a uma fase do estabelecimento descrito no item anterior. Com efeito, reputo difícil que Francisco Raphael dirigisse simultaneamente dois colégios em nossa Cidade.

5 - **Externato Municipal Machadense e Colégio Guilherme Dias**.

A lei local 9, de 12 de novembro de 1.900, criou o Externato Municipal Machadense, no qual deveriam ser lecionados português, francês, aritmética, geografia e história. Estabeleceu que o corpo docente seria composto por três professores, nomeados independentemente de concurso, com ordenado mensal de 200$000. A um deles caberia acumular as funções de diretor. Autorizou o agente executivo a utilizar a quantia de 10:000$000 para instalá-lo, bem como a alugar prédio no qual funcionasse provisoriamente. Determinou se expedisse o seu regulamento, em que poderia ser prevista contribuição de até 50$000, a título de matrícula, para cada aluno. Ressalvou que teriam matrícula gratuita os que se distinguissem nos exames finais prestados nas escolas municipais.

A execução da lei supra, todavia, foi suspensa por um ano pela resolução da Câmara 67, de 12 de julho de 1.901. Esta autorizou o pagamento ao Colégio Guilherme Dias da subvenção anual de 3:000$000, em prestações trimestrais, para que admitisse 25 alunos pobres. Com isso, o Externato Municipal não chegou a funcionar autonomamente, sendo assim designada, por algum tempo, apenas a parte do Colégio que o Poder Público sustentava. A lei que criara aquele foi, por fim, revogada pela lei 17, de 17 de outubro de 1.902.

No capítulo dedicado às lojas maçônicas tratarei com

mais vagar do ex-padre, jornalista e educador Guilherme Dias. Entre 1.900 e 1.901 ele aqui fundou, na Rua Santos Silva, um externato para meninos e meninas, de que foi diretor. Segundo informação oral que não pude confirmar, nele lecionava com o filho homônimo e com dois professores de fora que o acompanhavam, Henrique e Fonseca (este, apelidado de "*Perna Seca*"). Também Américo da Paixão foi professor do Colégio.

A lei 12, de 14 de outubro de 1.901, regulamentou a concessão de auxílio ao "*Guilherme Dias*". Dispôs sobre as matrículas, o cancelamento delas e os deveres dos alunos. Exigiu que a direção ministrasse as aulas, seguidamente, de 1° de julho a 15 de maio; que o regimento interno do Colégio fosse submetido à aprovação do agente executivo municipal; que se lecionassem português, francês, latim, aritmética (compreendendo escrituração mercantil, geometria e álgebra), geografia geral, história universal, corografia e história do Brasil, e elementos de física, química e história natural; que os alunos fossem examinados anualmente por comissão com dois membros indicados pelo agente executivo; que houvesse livros de matrícula e de ponto diário; e que se remetessem mensalmente ao governo municipal os mapas de freqüência, comportamento e aproveitamento dos alunos.

Em sessão de 1° de fevereiro de 1.903, a Assembléia Municipal tomou conhecimento da reclamação de 98 contribuintes contra verba orçamentária que concedia subvenção ao Colégio Guilherme Dias. Afirmou que no exercício anterior ela produzira resultado negativo, deixando de concretizar os patrióticos intuitos do legislador. Acrescentou que não conseguira atrair os alunos em condições de se aproveitar do auxílio,

> *"tanto que são bem poucos os do Curso Secundario que actualmente frequentam o Collegio".*

Sustentou ainda que os interesses municipais não podiam suportar tão pesada carga no orçamento, que causava muitos embaraços à realização de melhoramentos imprescindíveis. Pediu por isso a suspensão da verba e o encaminhamento da reclamação ao Congresso do Estado. Por grande maioria, os membros da Assembléia acederam a tais requerimentos. Pela resolução 84, de 8 de julho seguinte, a Câmara ainda autorizou o pagamento a Guilherme Dias da quantia de 250$000, correspondente à subvenção de janeiro daquele ano .

Francisco Burlamacchi, em nota publicada no jornal "*A Reforma*" quinze dias depois, censurou asperamente os que haviam representado contra a subvenção, e deu notícia de providências para suprir sua falta:

> *"Um pequeno Magote de Jesuitas, chefiado por um banido pelo patriotico chicote do benemerito Agnaldo, e que o sr. D. Nery nos enviou para aqui, julgando esta cidade habitada por ineptos, illudindo a bôa fé de alguns cidadãos con-*

ceituados e a de muitos ingenuos a quem faziam assignar de cruz, acaba de reprezentar á Assembléa Municipal para esta tirar a subvenção ao Collegio "Guilherme Dias", julgando que d'esta forma ficariam livres d'este benemerito apostolo da liberdade, permittindo-lhes assentar n'esta cidade que tem primado por ser muitissimo liberal, as suas tendas de jesuitas e vendilhões do Templo!

Como se enganaram!

O acto vil que practicaram, só deu em resultado a demonstração ao Padre Guilherme Dias, o quanto elle é querido e estimado pelo povo livre, por esse povo heroico que não se alimenta com aparas de hostias e nem com o lucro da venda de fitas e berloques... que fazem milagres!

Apenas conhecido o rezultado da Assembléa Municipal, um grupo de cidadãos distinctissimos não só por suas bellas qualidades como tambem pelas posições salientes que occupam na sociedade, promoveu uma subscripção para subsidiar o Collegio "Guilherme Dias", pelo menos com quantia igual ao subsidio da Camara Municipal; essa subscripção attingiu logo a uma cifra avultadissima, que bastará para envergonhar os promotores da retirada do subsidio.

Não foram certamente os bonitos olhos do Padre Guilherme, que moveu este grupo de distinctissimos cidadãos, mas sim o seu patriotismo e o seu amor á instrucção!

Elles não se esqueceram ainda que dos quatro estabelecimentos de ensino que aqui existiam em Dezembro, o unico que aprezentou um resultado satisfatorio foi o Collegio "Guilherme Dias "!

Elles bem sabem que estas escolas de cantarolas poderiam dar muito bom rezultado no seculo atrasado, mas não no presente!

Podem pois, os srs. Jesuitas descançarem; pois, não será ainda d'esta vez que o MORCEGO IMMUNDO virá com suas azas negras apagar a luz da instrucção.

O Padre Guilherme Dias em breve virá assumir a direcção do seu Collegio e n'elle continuará a educar a mocidade; não educal-a para a Sachristia, mas sim, para a Familia, para a Sociedade, enfim, para a Patria!".

O esforço dos adeptos de Guilherme Dias foi, todavia, em vão. No mesmo ano ele regressou ao sul do País, cerrando as portas do Estabelecimento. No lugar dele instalou-se o Colégio Pedroso.

6 - **Colégio Pedroso**.

Seu fundador, Arthur Xavier Pedroso, nasceu no Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1.865. Ignoro quando veio para Machado, onde faleceu em julho de 1.945. Há notícia de que já lecionava aqui em 1.901.

O Colégio iniciou as atividades em 1.903, no prédio em que funcionara o "Guilherme Dias", na Rua Santos Silva. Segundo Carlos Legnani, foi depois sucessivamente transferido para a "*Casa Nova*", na Praça Antônio Carlos, e para a Rua Astolpho Pio. João Rodrigues de Carvalho diz que o freqüentou

> *"num prédio antigo, no lugar onde hoje se encontra a residência da família do Sr. José Garcia, em frente o atual "Hotel Limeira".*

Tinha os cursos primário e secundário, sob os regimes de externato e internato.

Do Professor Pedroso guardaram os contemporâneos grata lembrança. Homero Costa lhe ressalta a extraordinária operosidade e a competência exemplar, acrescentando que sua dedicação tocava a heroísmo. De início, ele próprio lecionava aos meninos e rapazes português, francês, matemática e geografia. Sua mulher, Antonieta Andrade Pedroso, natural de Caldas, encarregava-se de educar as meninas. De 1908 a 1.913 ensinou português e inglês no Estabelecimento o concunhado do proprietário, Godofredo Rangel. Deste diz Homero Costa:

> *"era, como professor, uma criatura fora do comum, quer no saber, quer na arte prodigiosa com que transmitia, quer no estimulo que sabia comunicar a seus alunos."*.

Também lecionaram português Manoel Francisco Pinto Pereira (entre 1.914 e 1.916) e Homero Costa (de 1.923 a 1.925). Ressalta-se ainda a docência de Minervina Moreira Pinto.

Em 1.925 Pedroso assumiu a direção do Grupo Escolar, e por isso deixou a chefia de seu educandário. Ocuparam-na a esposa e as filhas Suze e Mirza até o fechamento, em 1.935 ou 1.940 (não pude precisar a data).

7 - **Colégio Dias**.

Funcionou na Rua Santos Silva, de 1.917 ou 1.918 a 1.923, sob a direção de Ernestina Dias. Afamou-se pela disciplina. Internato e externato para ambos os sexos, chegou a ter mais de oitenta alunos. Findou por incômodos de saúde da Diretora. Além desta, lecionaram nele, entre outros, Homero Costa (português, francês e história geral); José Borges, contratado de fora (matemática, ginástica e música); Donatília Passos (piano); Djalma Costa; e Argemiro Dias.

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - "A Reforma": ano IV - nº 2 - 12/1/1.902 - pág. 3;
ano IV - nº 4 - 26/1/1.902 - pág. 3;
ano V - nº 7 - 15/2/1.903 - pág. 1;
2 - Arquivo Público Machadense - livro 63: "Leis da Câmara Municipal - 1898 a 1912";
3 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919";
4 - Arquivo Público Machadense - livro 258: "Atas da Assembléia Municipal - 1893 a 1908";
5 - informações pessoais de Georgeta Dias Moreira;
6 - "Monitor Sul-Mineiro" ns. 583 - 26/7/1.882 - pág. 4;
592 - 20/9/1.882 - pág. 3;
613 - 26/1/1.883 - pág. 3;
642 - 20/7/1.883 - pág. 3;
669 - 2/1/1.884 - pág. 3;
695 - 8/6/1.884 - pág. 3;
709 - 2/9/1.884 - pág. 3;
1253 - 24/8/1.895 - págs. 2 e 3;
7 - "O Machadense" nº 890 - 12/8/1.962 - pág. 6;
8 - "Sexto Districto" nº 18 - 22/8/1.895 - pág. 3.

B - **secundárias**

1 - Ana Cristina Campos e Luciana Campos - "Professor Artur Xavier Pedroso" - em "Coletânea de Monografias sobre Vultos Machadenses" - edição mimeografada da Prefeitura Municipal de Machado, 1.986, págs. 73/76;
2 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanak Sul-Mineiro para 1884" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.884, págs. 63, 230 e 234;
3 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", caps. V e VIII - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 5, págs. 1 e 3; e nº 8, págs. 2 e 3;
4 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - edição da Prefeitura Municipal de Machado - Oficinas Gráficas da Editora São Vicente, sem indicação de data e local - págs. 30 a 33;
5 - João Rodrigues de Carvalho - "Machado Pitoresco e Crônicas" - Tipolitografia Escola Profissional, Pouso Alegre, pág. 76;
6 - Maurílio Carneiro Dias - "O Colégio Pedroso" - artigo publicado na "Folha Machadense" nº 368, de 6/9/1.981, pág. 25;
7 - Octaviano de Paiva Reis - "Paróquia de Machado" - artigo publicado em "O Jubileu de Ouro" nº 1 - 1/11/1.962, pág. 2;
8 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje".

****

ESCOLAS PARTICULARES DIVERSAS - II

1) - Escolas da Liga Operária Machadense.
2) - Escola do Centro Machadense.
3) - Ginásio Machadense.
4) - Ginásio Municipal.
5) - Ateneu Machadense.
6) - Externato Progresso.

****

1 - **Escolas da Liga Operária Machadense**.

Pouco após sua fundação, a Liga criou uma escola, com cursos diurno e noturno. Conforme o jornal "*A Voz do Trabalhador*", de 15 de janeiro de 1.914, o primeiro tinha freqüência de 30 meninos e 16 meninas, e o segundo, de 37 adultos. Tratava-se, de acordo com o noticioso, de estabelecimento de ensino racional, ministrador de instrução livre, sem o prejuízo de dogmas. Não sei quem eram seus professores, quais as matérias que lecionavam, nem até quando durou. Registro que na administração provisória e na diretoria eleita em dezembro de 1.913 figuravam como encarregados da instrução, respectivamente, Manuel Luiz Ferreira e Luiz P. Monteiro.

Em 30 de maio de 1.927 o Clube voltou a ter uma escola masculina noturna, agora pública, criada pelo decreto estadual 7.676. A nomeação da professora Maria Oliveira Dias Coelho ocorreu em 5 de junho, e a instalação se fez em 20 de julho seguinte. Conforme o "*Machado-Jornal*", foi conseguida pelo Dr. Mário Leite da Silveira, com o auxílio de José Mariano Rangel e Dr. Olegário Dias Coelho. Tinha em 1.928 cerca de 112 alunos matriculados. Lecionaram nela também, entre outros, Arnaud dos Santos Silva, Ione Vieira, Padre João Schuur e Paulina Rigotti de Castro.

Nas três décadas seguintes o governo local nomeou professoras para a escola noturna da Liga: Aurora Maria Mezzavilla (abril de 1.936 a 1.944); Gelcira Figueiredo (fevereiro de 1.944 a março de 1.955); Maria Amélia Figueiredo (fevereiro de 1.949); Eclair Rezende (março de 1.955); Adair Soares Rezende (agosto de 1.955); e Ivone Vasconcelos Campos (janeiro de 1.952 a maio de 1.962). Desconheço, porém, se nesse período o Estabelecimento esteve em atividade ininterrupta. Anote-se que em 1.955 funcionou no prédio do Grupo Escolar Dom Pedro I.

Em 5 de abril de 1.982 inaugurou-se no salão do Colégio Municipal a Escola Noturna "*Liga Operária*", graças ao esforço de Gelcira Figueiredo e Tânia Mara Caixeta de Lima. A primeira foi a professora, e houve 70 matrículas iniciais. Ignoro onde funcionou, e até quando durou.

2 - **Escola do Centro Machadense**.

Em 10 de dezembro de 1.917, José Augusto Vieira da Silva firmou com o Centro Machadense contrato que o autorizava a manter neste um estabelecimento de ensino, pelo prazo de três anos. Estipulou-se que as aulas seriam apenas diurnas e que, deduzidas a paga aos professores e outras despesas, o Clube ficaria com 30% da renda e o Diretor, com o restante.

Segundo Homero Costa, a Escola funcionou nos anos de 1.918 e 1.919, com os cursos primário e secundário. Ignoro se teve outros mestres, além do próprio José Vieira.

3 - **Ginásio Machadense**.

Foi fundado em 13 de novembro de 1.927 por José Augusto Vieira da Silva, que ocupou a diretoria até o início de 1.929. Passou-a então a Plínio Motta, recém chegado à Cidade, ficando com o cargo de vice-diretor, ao lado de Josephina Motta. Olegário Dias Coelho acumulava as funções de secretário e tesoureiro. A administração interna cabia a Aníbal Pereira Dias e sua esposa, Maria da Glória Dias.

Funcionava na antiga sede do Colégio Concepcionista, na Rua Coronel Flávio, esquina com Santos Silva. Já no primeiro ano de atividades tinha cerca de sessenta alunos, entre externos, internos e semi-internos. Seu estatuto foi publicado no "*Machado-Jornal*" de 3/3/29.

Mantinha os cursos primário, ginasial e comercial (este, com o nome de **Academia de Comércio de Machado**). O primeiro esteve a cargo de Augusta Xavier de Toledo e Fausto Motta. No segundo lecionaram J. A. Vieira da Silva, Plínio Motta, Olegário Dias Coelho e Gentil Vieira da Silva. Do

terceiro se incumbiram Alfredo Santos e J. A. Vieira da Silva. Dava também instrução militar.

Em 1.932 José Augusto saiu do Ginásio, mudando-se para Belo Horizonte. Em época que não sei precisar, Plínio Motta também o deixou. Segundo João Rodrigues de Carvalho, a sociedade se desfez por desentendimento entre ambos.

Em 1.934 o "*Machadense*" tinha como diretor Prescildo Nannetti, e como vice-diretor Esaú A. Prado (este, sobrinho de P. Motta). Seu corpo docente era formado por Esaú A. Prado, Gentil Vieira da Silva, José Ferreira Lopes, Padre João Schuur, Padre Marino Power, Roberto de Souza Dias e Vera Dias.

Em agosto de 1.937 a imprensa local publicou anúncio do Estabelecimento, em que foi referido como seu diretor Esaú A. Prado.

O Ginásio Machadense foi vendido a Roque Tamburini, de Alfenas, que o manteve por pouco tempo. Isso deve ter ocorrido a partir do segundo semestre de 1.937, pois dessa época em diante passou a funcionar no mesmo prédio o Ginásio Municipal, de que se tratará a seguir.

4 - **Ginásio Municipal**.

Após a venda referida no item anterior, o Ginásio Machadense passou a denominar-se Ginásio Municipal. Funcionou no mesmo local daquele, de 1.937 a 1.939, conforme Carlos Legnani. Afirma este também que lecionaram nele João Rodrigues de Carvalho, Otávio Martins de Souza, Plínio Motta e Prudêncio Vilhena.

Em 1.937 recebeu matrícula de dez alunos internos e quinze externos. Manteve curso primário de manhã e curso secundário à tarde. Possuía gabinete de física, química e história natural.

A resolução da Câmara 9, de 7 de julho de 1.937, concedeu isenção de impostos sobre o terreno pertencente a Ernestina e Cândida Gabriella Dias, enquanto estivesse ocupado pelo Ginásio Municipal.

5 - **Ateneu Machadense**.

De início, algumas palavras sobre Plínio Sérgio Noronha Motta, seu fundador e primeiro diretor. Nascido em 7 de abril de 1.876 no Carmo de Minas (atual Silvestre Ferraz), morreu em Caxambu no dia 15 de junho de 1.953. Poeta finíssimo e prosador elegante, conforme Martins Oliveira, publicou "*Flores Mineiras*", "*Esmeralda*", "*Frauta Ruda*" e "*Paros*" (poesias);

"*Pena de Talião*" e "*Mes Torpilles et mes Glorifications*" (sátiras). Pertenceu à Academia Mineira de Letras. Viveu em Machado por 16 anos, dedicado ao magistério. Talvez com algum exagero, disse J. R. de Carvalho que

> *"o método moderno e eficiente e ainda, a vastíssima cultura artística, literária e filosófica de Plinio Mota, modificariam, como modificaram, completamente, a nossa paisagem intelectual"*.

O Educandário se localizava numa casa velha da Rua Santos Silva, próximo da Coronel Flávio. Segundo a revista "*Machado de Ontem e de Hoje*", funcionou de 1.937 a 1.939, e teve como professores João Rodrigues de Carvalho e Otávio Martins de Souza. Ela informa que também Esaú A. Prado o dirigiu.

O autor de "*Machado Pitoresco e Crônicas*" sustenta que a fundação do Ateneu foi devida ao desentendimento entre Motta e Veira da Silva. Há qualquer engano aí ou nas datas acima referidas, pois o último se mudara para Belo Horizonte em 1.932.

6 - **Externato Progresso**.

Foi fundado em 1.933 por Oscarina Fernandes, que o dirigiu até o fechamento, em 1.965. Lecionaram nele, entre outros, a Diretora, sua irmã 0luci Fernandes (Lulu) e Otávio Martins de Souza.

Funcionou, de início, em prédio situado na Rua Coronel Flávio, esquina com Silviano Brandão. Em época que não sei precisar, foi transferido para a Rua Coronel José Paulino, 185. Tinha classes do jardim de infância à 5ª série (admissão ao ginásio).

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - "A Voz do Trabalhador", Rio de Janeiro - nº 27, 15/3/1913, pág. 3; nº 47, 15/1/1914, pág. 3; nº 48, 1/2/1914, pág. 8 - coleção fac-similar do jornal da Confederação Operária Brasileira (1908-1915) - Imprensa Oficial, São Paulo, 1.985;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros 3, 4 e 5 de leis e decretos;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros 6 e 6-A de decretos e portarias;
4 - Arquivo Público Machadense - pastas de biografias;

5 - Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes de 1.927, vol. I - Imprensa Official do Estado, Bello Horizonte, l.928, pág. 488;
6 - "Folha Machadense" ns. 396 - 10/4/1.982 - pág. 1;
1321 - 19/8/2.000 - pág. 10;
7 - fragmentos de livro de atas do Centro Machadense, em meu poder;
8 - "Jornal do Machado" nº 34 - 22/4/1.934 - pág. 2;
9 - "Machado-Jornal" ns. 16 - 14/4/1.928 - págs. 9 e 12;
55 - 13/1/l.929 - pág. 1;
57 - 27/1/1.929 - págs. 1 e 2;
62 - 3/3/1.919 - págs. 3 e 4;
10 - "Minas Geraes" de 5/6/1.927 - pág. 1;
11 - "O Machadense" ns. 104 - 2/6/1.934 - pág. 41;
262 - 8/8/1.937 - pág. 4;
939 - 2/5/1.965 - pág. 3;
12 - "O Popular" ns. 22 - 24/7/1.927 - pág. 2;
28 - 4/9/1.927 - pág. 3;
13 - "Tribuna Machadense" ns. 54 - 30/3/1.982 - pág. 2;
55 - 17/4/1.982 - pág. 2.

B - **secundárias**

1 - Cândido Martins de Oliveira Júnior - História da Literatura Mineira" - Ed. Itatiaia Ltda., Belo Horizonte, l.958, págs. l71/172;
2 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História" - cap. VIII - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 8, pág. 3;
3 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - edição da Prefeitura Municipal de Machado, Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem data, pág. 33;
4 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, pág. 67;
5 - João Rodrigues de Carvalho - "Machado Pitoresco e Crônicas" - Tipolitografia Escola Profissional, Pouso Alegre, 1.979, págs. 94/95;
6 - Laene Gonçalves - "Plínio Mota" - artigo publicado em "A Tribuna Machadense" nº 1, de 17/11/1.963, pág. 2;
7 - Rúbens Vasconcellos - "O Externato Progresso" - artigo publicado na "Folha Machadense" nº 809, de 7/7/1.990, pág. 5;
8 - "O Município de Machado" - trabalho da Commissão Social da Semana Ruralista e Exposição Regional do Sul de Minas - Typ. Carlos Meier & Cia. Ltda., Rio de Janeiro, 1.937;
9 - Revista do 1º Centenário de Machado - nº 5, pág. 19;
10 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje".

****

ESCOLAS PARTICULARES DIVERSAS - III

1) - Escola do Abrigo Jesus, Maria, José.
2) - Internato e Externato Machadense.
3) - Creche Sinai.
4) - Escola do Lar Fabiano de Cristo.
5) - Colégio Universitário.
6) - Escola Unimape de Ensino Médio e Profissional.
7) - Escolas pré-primárias.

****

1 - **Escola do Abrigo Jesus, Maria, José**.

Ignoro em que data começou a funcionar. Possuía apenas as três primeiras séries primárias. Depois de cursá-las, as meninas continuavam o estudo no Colégio Imaculada Conceição. Decreto municipal sem número, de 31 de janeiro de 1.952, nomeou Maria Isabel de Souza professora rural, com exercício nela. Ficou no cargo até junho do ano seguinte. Sucederam-lhe, também pagas pela Prefeitura, Aurora Santos de Freitas (1.954 a 1.960), sua sobrinha Maria Conceição dos Santos, Maria Rosa Fernandes da Silva, Maria Aparecida Gonçalves, Haydée Regina da Silva Pinto (1.963 a 1.964), Wanda dos Santos Caixeta (1.964) e Ana Maria de Oliveira Carvalho (1.965).

A Escola esteve paralisada em período que não pude precisar, no qual as internas freqüentaram diversos estabelecimentos da Cidade. Depois voltou à ativa, ainda às expensas da Prefeitura, até meados da década de noventa. Ao que pude apurar, as últimas mestras municipais que nela trabalharam foram Daisy Lúcia de Carvalho e Maria Estela Gonçalves. Nos últimos anos do milênio reabriu-se uma classe, com professora contratada.

2 - **Internato e Externato Machadense**.

Conforme a imprensa local, estava em atividade no ano de 1.965, com os cursos primário e de admissão. Era dirigido por Nilza Dias. Nada mais sei a seu respeito.

3 - **Creche Sinai**.

Foi fundada em 12 de maio de 1.974 por Ana Maria Rodrigues Caixeta e 31 outras senhoras, na maioria da Igreja Presbiteriana, à qual se vincula informalmente. Elas haviam tentado sem êxito, em 1.969, que o Exército da Salvação abrisse aqui um lar para crianças carentes. Seu estatuto registrou-se em julho de 1.974. Começou a funcionar em maio de 1.978, tendo por sede provisória casa pertencente a Evâneo Franco Caixeta, na Rua Aírton Rodrigues Leite.

A lei municipal 234, de 18 de setembro de 1.975, autorizou lhe fosse doado, para construção da sede própria, terreno na Avenida Dr. Athayde Pereira de Souza, 25. No início do ano seguinte formou-se comissão para a obra, só inaugurada em 24 de janeiro de 1.988.

O regimento interno é de 12 de junho de 1.977. A lei local 334, de 24 de abril de 1.978, criou um cargo de professora para prestar serviço na Entidade. Ela foi declarada de utilidade pública pela lei estadual 7.250, de 19 de junho seguinte. De igual modo dispuseram a lei municipal 349, de 28 de setembro do mesmo ano, e decreto federal de 24 de junho de 1.991.

A primeira diretoria, eleita na data da fundação, ficou assim composta: *presidenta* - Ana Maria Rodrigues Caixeta; *vice-presidenta* - Mary Cornélia Franco Andrade; *secretária* - Marlene Julieta Caixeta de Oliveira; *vice-secretária* - Jane Caixeta Vieira; *tesoureira* - Nair Almeida Vieira; *vice-tesoureira* - Neide Alvim Pereira. Em sucessivos pleitos bienais, a presidenta se manteve no cargo até 1.998, quando o transmitiu a Regina Sales Carvalho. A última equipe dirigente do milênio, escolhida em maio de 2.000, teve os seguintes membros: *presidenta* - Regina Sales Carvalho; *vice-presidenta* - Mayza Caixeta Oliveira Gonçalves; *secretária* - Nylce Neves Legnani; *vice-secretária* - Cornélia Franco Caixeta; *tesoureira* - Ana Maria Rodrigues Caixeta; *vice-tesoureira* - Geny Corsini de Sales.

As mais antigas funcionárias foram Maria de Lourdes dos Santos, Maria Helena Costa Mendes, Maria Vanda Pereira e Maria Zaira Pereira. A Creche dispunha, no ano 2.000, de sete servidoras, cedidas pela Prefeitura desde 1.993, e atendia a cerca de 110 crianças. Estas se distribuíam nas classes *berçário* (até 1 ano), *maternal I* (1 a 2 anos), *maternal II* (3 a 4 anos) e *infantil* (5 a 6 anos), que formavam o chamado *Projeto Casulo*. Existia ainda, desde 1.986, o *Projeto Elo*, para crianças de 7 a 14 anos, que estudavam fora mas

recebiam na Creche alimentação, lazer e reforço didático. Criado também em 1.986, o *Projeto Noemi*, de assistência a idosos, não chegou a ser posto em prática. Têm sido promovidos, em épocas diversas, campanhas de saúde, cursos de arte culinária, corte e costura, floricultura e horticultura. Desde março de 1.979 funcionaram os clubes de mães.

4 - **Escola do Lar Fabiano de Cristo**.

Em capítulo sobre a assistência social se estuda a história do Lar na Cidade. As crianças menores, no final do período estudado, permaneciam nele das 8 às 16 horas, recebendo três refeições diárias, atendimento médico-odontológico, remédios, roupas e material escolar. O ensino lhes era ministrado em classes de recreação - CRE, ou de pré-alfabetização, também chamadas de adaptação - CAD. Naquelas, as de 2 e 3 anos desenvolviam a coordenação motora, a percepção auditiva e visual, e trabalhavam com formas e cores. Nestas, as de 4 e 5 anos tinham já tratamento pedagógico, tomando contacto com números e letras. No final do milênio havia lá uma CRE-II (com 15 crianças de 2 anos), uma CRE-III (com 20 crianças de 3 anos), uma CAD-I (com 28 crianças de 4 anos) e uma CAD-II (com 28 crianças de 5 anos). Cerca de 100 crianças maiores, de 6 a 12 anos, ficavam no Lar meio período, em classes de apoio - CAP, para desenvolvimento criativo e apoio escolar.

5 - **Colégio Universitário**.

Em 1.972, por convênio celebrado com a Secretaria Estadual de Educação, criou-se junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras a *Escola de Aplicação*, composta de duas classes primárias de 1ª e 2ª séries, que antes funcionavam no Grupo Escolar Dom Pedro I. Tencionava-se criar duas outras (3ª e 4ª séries) em 1.973 e 1.974. O projeto foi interrompido, até porque faltava espaço para a instalação. Tomou novo alento em 1.988, com a mudança para o "*campus*" do curso de Agronomia, e com a paralisação temporária do Colégio Imaculada Conceição. O diretor da FAFIMA, Clêuton Pereira Gonçalves, fundou então o Colégio Universitário, que já no início do ano letivo de 1.989 funcionou no prédio da Fundação Educacional (Praça Olegário Maciel, 25), onde se encontrava até o fim do século.

Estreou com cerca de 220 alunos, nos cursos pré-escolar (maternal e jardim de infância, 1° grau (5ª à 8ª séries) e 2° grau. Foi chefiado, nos primeiros tempos, pelo próprio diretor da Faculdade, tendo Zélia Batista de Araújo Dias e Rita de Cássia Castro Caixeta por coordenadoras, respectivamente, do 1° e 2° graus e do pré-escolar. Este absorveu o *Jardim Escola Gente Miúda*, tomando depois o nome de *Escola Infantil Corujinha*.

Os primeiros professores, além dos já mencionados,

foram Eva dos Santos Caixeta Nogueira de Souza, Gilca Maria Almeida Costa, José Alencar de Carvalho, Jussara Neves Resende de Almeida, Laura Helena de Araújo, Lauro Jacob Weber, Lucíula de Paiva Santos, Luís Antônio Castilho de Oliveira, Marcelo Leite, Maria José Gonçalves, Pedro Ernesto Cunha, Selma Vieira de Oliveira, Stael Signoretti de Oliveira e Valéria Maranesi Annoni Alves. No último ano do milênio tinha 33 professores e 425 alunos.

Em 1.990 completou-se o ensino de 1° grau, com abertura da 1ª à 4ª série. O 3° colegial passou a ser integrado, através de convênio com o Pré-Vestibular Método, de Belo Horizonte.

Inaugurou-se em fevereiro de 1.991 o parque infantil, em terreno nos fundos do prédio da Fundação. No mesmo ano tornou-se diretora Zélia Batista de Araújo Dias, passando a supervisoras pedagógicas Berenice Maciel Tavares Ferreira (5ª à 8ª série do 1° grau, e 2° grau) e Ruth Fadel Annoni (infantil e 1ª à 4ª série do 1° grau).

A partir de 1.992 foram oferecidas aulas extracurriculares de informática, música, redação, violão, xadrez, e oficinas de teatro. Abriram-se matrículas para curso de processamento de dados, mas não houve procura. Ainda naquele ano foi inaugurada uma quadra poliesportiva.

A escolha de novo diretor, com mandato de quatro anos, realizou-se por eleição, em 1° de dezembro de 1.994. Marcos Reis Pereira alcançou o cargo, vencendo Rita de Cássia Castro Caixeta. Tomou posse dois meses depois, com estes companheiros: *vice-diretora* - Laura Helena de Araújo e Silva; *supervisoras* - Laura Helena Costa Maciel, Renata Hoffert de Castro e Sônia Regina Alvim Negretti. Anunciou-se para 1.995 o curso de magistério, que todavia não funcionou por falta de demanda suficiente.

Em abril de 1.996, após reforma e ampliação, a quadra de esportes e o parque infantil foram reinaugurados com o nome de *Centro Esportivo Zélia Batista de Araújo Dias*. No ano seguinte passaram a ser ensinados filosofia (em todas as séries) e espanhol (a partir da 5ª série). As aulas de informática tornaram-se curriculares, da 1ª à 8ª série.

Teve início em 1.998 a parceria do Universitário com o Sistema Positivo de Ensino, que dava assessoramento pedagógico aos professores. Em novembro daquele ano a diretoria foi reeleita, empossando-se no mês de fevereiro seguinte.

No final do milênio, a presidenta da Fundação demitiu o diretor e três professores do Colégio. O ato gerou protestos, e foi considerado sem justa causa pelo Conselho Diretor, que determinou sua revogação. Os desdobramentos da crise ocorreram em data posterior à fixada como limite deste trabalho, e por isso não os menciono.

O Colégio possuía Grêmio Estudantil e Associação de Pais e Mestres, fundados em 1.989 e 1.990. Tem hino, com letra de Pitágoras Fernandes e música de Simone Picollotti. Seus alunos já editaram alguns jornais de circulação interna: "*Cuca*", "*Cuca Jr.*", "*0 Acadêmico*" e "*0 Corujito*".

São realizados periodicamente concursos de poesias, olimpíadas internas, feiras de ciências, encenações de peças teatrais, mostras de artes plásticas, e mostras culturais e científicas. O Grupo "*Café com Teatro*", de que se trata noutro capítulo, estava inativo no fim do século por causa da interdição do anfiteatro.

6 - **Escola Unimape de Ensino Médio e Profissional**.

A Unimape (União Machadense para a Educação) foi fundada por Édson Rúbens da Silva Leite. Iniciou as atividades em março de 1.997. Sua mantenedora era a Sociedade Educadora Comunitária de Machado Ltda. - Secoma.

O fundador foi seu diretor-geral desde o início. Tinha como supervisora e secretária, também desde a criação, Geralda Claudete Freire Dias e Adriana Ferraciolli Moreira de Carvalho. No ano 2.000 afastou-se o diretor financeiro Nélio Salles, e foi criada a diretoria pedagógica, confiada a Maria Tereza Vieira Dias. Os cargos eram ocupados por prazo indeterminado.

Os primeiros professores foram Alexandre Luís Ferreira Purita, Álvaro Moreira de Carvalho, Davidson Sepini Gonçalves, Dilma Pereira Swerts Dupont, Édson Rúbens da Silva Leite, Eugênio José Gonçalves, Fábio Couto Brigagão, Hamílton Magalhães, Jaíza Dias Bellini, José Marques de Souza, Josmar Caproni Gonçalves, Leda Gonçalves Fernandes, Selma Botazini Pereira, Terezinha de Ávila e Wanderley Fajardo Pereira. No final do milênio a Escola contava com 20 mestres, pertencentes a uma cooperativa de educadores recém-criada.

Funcionou de início na Rua Quinze de Novembro, 379-B (prédio da antiga Codisa). A lei local 1.216, de 31 de março de 1.999, permitiu-lhe o uso gratuito de imóvel do Município, na Praça Danton de Souza Magalhães, 99, pelo prazo de seis anos. Para lá transferiu a sede em 17 de novembro seguinte.

Oferecia no fim do milênio o ensino fundamental (5ª à 8ª série) e o médio, integrados com cursos profissionalizantes para formação de técnicos em processamento de dados e em administração. Dispunha também de curso de inglês, que por pouco tempo manteve filial em Poço Fundo.

Em 1.999 estabeleceu parceria com o Programa Qualidade Soma, que lhe prestava assessoria pedagógica através de informações, encontros de educadores, e repasse de material didático e apostilas. Promovia anual-

mente feiras de informática. Possui biblioteca. Não tinha no fim do século grêmio nem associação de pais e mestres.

7 - **Escolas pré-primárias**.

Começou em 1.972 o **Curso Infantil Sossego da Mamãe**, para crianças de dois a sete anos, com maternal, infantil, pré-primário e primeiro ano. Funcionava no período vespertino, na Rua Professor Francisco Raphael, 12, sob a responsabilidade de Zilda Pereira Lima e Wanderly Palmeira Garcia. Esteve ativo durante dois anos, pelo menos.

O **Curso Infantil Montessori** foi fundado em 1.973 por Maria Auxiliadora Brasileiro Lara. Funcionou, no primeiro ano, no prédio da Fundação Educacional, com as professoras Albany Sales Alvim, Laura Helena Costa Maciel, Vânia Moterani Swerts e Zélia Batista de Araújo Dias. Transferiu-se em 1.974 para o Colégio Imaculada Conceição, e foi absorvido por ele.

A **Escola Pré-Primária Paroquial Hermínia Pulcinelli** foi criada em 1.974 pelo Cônego Wálter Maria Pulcinelli, que para tanto obteve do Município o comodato do prédio em que funcionara o "*Chapeuzinho Vermelho*", na Praça Rui Barbosa. Recebeu no primeiro ano a matrícula de 60 crianças. Nela trabalharam Marta B. Caixeta e Marlene Alves Campos. Seu nome, dado pela Inspetoria Municipal, constituiu homenagem à mãe do fundador. Fechou-se no início de 1.979.

Na primeira metade da década de oitenta aqui existia a **Escola Especializada Castelinho**, na qual lecionavam as proprietárias Adriana Garcia Braga, Gilsiânia Ávila Costa e Rosane Nannetti Carvalho Ribeiro. Funcionou na Rua Cel. Francisco Vieira, junto da Praça Dr. Antônio Cândido, e depois na Rua Coronel Jacinto, altura do nº 500.

O **Jardim Escola Gente Miúda** pertencia a Kátia Salles Carvalho e Ana Marta S. de Oliveira Carvalho. Iniciou as atividades em 1.986 e durou até 1.988, sendo adquirido pelo Colégio Universitário, que começou a funcionar no ano seguinte. Localizava-se na Rua Major Feliciano, 164. Tinha três classes: maternal, jardim 1° período e jardim 2° período. Eram quatro as professoras, que chegaram a cuidar de 65 alunos.

Na segunda metade da década de noventa surgiu a **Escola Infantil Pingo de Gente**, dirigida pela proprietária Hidinan Aparecida Corrêa Andrade, sob a supervisão de Marilene Brancher. Com aulas de inglês e computação, funcionou na Avenida Renato Azeredo, 10. Mudou-se depois para a Avenida Arthur Bernardes, 650. Recebeu do Município terreno no prolongamento da Rua João Alexandre de Moura, no Jardim Chamonix, para construção da sede própria, com licença da lei 1.175, de 26 de agosto de 1.998. Esta foi substituída

pela lei 1.332, de 10 de novembro de 2.000.

A **Escola Infantil Espaço da Criança** foi fundada em 4 de fevereiro de 1.997. Pertencente ao S.E.S.I., no fim do século funcionava em seu Centro de Atividades do Trabalhador, na Rua Zito Paiva, 280. Mônica de Cássia Soares dirigiu-a desde o início. No derradeiro ano do milênio contava com as professoras Cristiane Scalco B. Campos, Juliana Frazão, Lílian dos Santos, Maria Aparecida da Silva e Patrícia Dias Carvalho, e com a monitora Andréia Barbosa Félix. Possuía 160 alunos, de 2 a 6 anos de idade, distribuídos em seis classes, do maternal I ao III período. Utilizava o complexo esportivo do CAT, tinha área coberta para lazer, banheiros padronizados para crianças e brinquedoteca. Oferecia bolsa de estudos parcial aos filhos de industriários.

Com sede na Rua Almirante Saldanha, 62, a **Escola Catatau** foi fundada em novembro de 1.996 por Zuleika Carvalho Rodrigues Rebelo, sua proprietária e diretora. Tinha no término do milênio 6 professoras e 70 alunos, nas classes do maternal à 2ª série do ensino fundamental. Foi reconhecida pelo C.E.E. em 11/3/99, com aprovação para o funcionamento da 1ª à 4ª série do ensino fundamental. Oferecia noções de inglês e informática. Dispunha de 6 salas de aula, piscina, área de recreação, brinquedoteca e videoteca.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 17, 18 e 20;
2 - Arquivo da Creche Sinai - livro de atas e outros documentos;
3 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado - terceiro livro de tombo (1.968 em diante) - págs. 29 e 50;
4 - Arquivo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer - pasta “Creche Sinai”;
5 - Arquivo Público Machadense - livro 513: “Plano Municipal de Implantação da Reforma do Ensino em Machado”;
6 - Arquivo Público Machadense - pasta “Creche Sinai”;
7 - convites de formatura e panfletos de propaganda em meu poder;
8 - “Folha Machadense” ns. 98 - 14/3/1.976 - pág. 3;
715 - 20/8/1.988 - pág. 1;
729 - 26/11/1.988 - pág. 1;
736 - 28/1/1.989 - pág. 1;
741 - 4/3/1.989 - pág. 1;
742 - 11/3/1.989 - pág. 1 e supl.;
752 - 20/5/1.989 - pág. 1;

767 - 2/9/1.989 - pág. 1;
779 - 25/11/1.989 - pág. 1;
783 - 23/12/1.989 - pág. 12;
799 - 28/4/1.990 - pág. 6;
840 - 23/2/1.991 - pág. 1;
841 - 2/3/1.991 - pág. 1;
842 - 9/3/1.991 - pág. 7;
884 - 21/12/1.991 - pág. 1;
890 - 15/2/1.992 - pág. 3;
894 - 14/3/1.992 - pág. 1;
1026 - 5/11/1.994 - pág. 5;
1031 - 10/12/1.994 - pág. 1;
1103 - 11/5/1.996 - pág. 8;
1104 - 18/5/1.996 - pág. 7;
1131 - 23/11/1.996 - pág. B-6;
1132 - 30/11/1.996 - pág. 10;
1133 - 8/12/1.996 - pág. 10;
1135 - 21/12/1.996 - pág. B-3;
1144 - 1/3/1.997 - págs. 1 e 7;
1150 - 12/4/1.997 - pág. B-8;
1169 - 23/8/1.997 - pág. 15;
1184 - 6/12/1.997 - supl.;
1190 - 31/1/1.998 - pág. 16;
1201 - 25/4/1.998 - pág. 8;
1220 - 5/9/1.998 - pág. 12;
1250 - 10/4/1.999 - págs. 14 e 15;
1284 - 27/11/1.999 - pág. 27;
1287 - 18/12/1.999 - pág. 20;
1334 - 18/11/2.000 - pág. 14;

9 - informações pessoais de Ana Maria Rodrigues Caixeta, Aurora Santos de Freitas, Daisy Lúcia de Carvalho, Kátia Salles Carvalho, Marcos Reis Pereira, Magaly Branquinho Dias, Maria Tereza Vieira Dias, Mônica de Cássia Soares e Zuleika Carvalho Rodrigues Rebelo;

10 - “O Machadense” ns. 940 - 9/5/1.965 - pág. 7;
41 - 5/12/1.971 - pág. 1;
87 - 5/11/1.972 - pág. 3;
137 - 21/10/1.973 - pág. 1;
146 - 23/12/1.973 - pág. 1.

****

COLÉGIO IMACULADA CONCEIÇÃO

1) - Primeiros tempos (1.912 a 1.930).
2) - Expansão (1.930 a 1.966).
3) - Convênio com o Estado (1.966 a 1.988).
4) - Novos rumos (1.988 a 2.000).
5) - Observações diversas.

****

1 - **Primeiros tempos (1.912 a 1.930)**.

Como já referido no capítulo VI do volume IV, em 22 de julho de 1.912, vindas da Espanha, chegaram a Machado as sete freiras fundadoras do Colégio Concepcionista: Madre Maria Hualde (superiora), Madre Caridad Alonso, Irmã Mercedes D'Ávila, Irmã Manuela Fauste, Irmã Adoración Gastón, Irmã Mariana Cuenca e Irmã Rosário Villalba.

Instalaram-se no casarão da Rua Coronel Flávio, esquina com Santos Silva, adquirido com recursos do Município. Para isso, a resolução da Câmara 227, de 7 de fevereiro de 1.914, autorizou o auxílio de 3:000$000, ficando o Colégio na obrigação de aceitar, a título gratuito, dez meninas externas pobres. Em 13 de abril seguinte, nova resolução, de nº 237, mandou entregar ao Cônego Antônio Dutra de Paiva 3:000$000, para a mesma finalidade.

Até setembro de 1.912 o Estabelecimento não teve nenhuma aluna. A primeira interna foi Maria Augusta Pereira. Difíceis os tempos iniciais, máxime porque as religiosas não conheciam bem a língua portuguesa nem os costumes do País, a que precisaram antes adaptar-se.

Persistindo o diminuto número de discípulas, em 1.918

a chefia da Congregação determinou o fechamento do Colégio e a mudança das irmãs para Passos e Guaxupé. A comunidade machadense reagiu e, graças à interferência do Padre Achilles Tritsmans e da Madre Caridad Alonso (superiora desde 1.913), a ordem foi revogada. Naquele ano estavam matriculadas 8 internas e 10 externas; no seguinte elas aumentaram para 13 e 20, respectivamente.

Em 1.919 Madre Maria do Rosário Gomez Tegel tornou-se superiora. (Tal cargo, nas duas primeiras décadas, era acumulado com o de diretora do Colégio). No dia 22 de julho de 1.922 inaugurou-se a capela mandada construir ao lado do prédio velho, na Rua Coronel Flávio, por Joaquim Pereira Lima. Em 1.923 foi alugada uma casa para as internas, tantas já eram.

Graças a empréstimos feitos por Lindolpho de Souza Dias e Joaquim Pereira Lima, em 13 de agosto de 1.921 as freiras adquiriram de Olympio Pereira Dias, por 28:000$000, amplo terreno na Rua Professor José Cândido, para construção do novo prédio do Colégio. As obras, financiadas pelos mesmos benfeitores, tiveram início em 10 de fevereiro de 1.924, e custaram quase 150 contos de réis. Foram dirigidas por Valentim Romanelli. A inauguração ocorreu no dia 17 de junho de 1.925, mesmo sem estarem terminadas.

2 - **Expansão (1.930 a 1.965)**.

Até então o Colégio Concepcionista mantivera os cursos primário e complementar. Em 27 de janeiro de 1.931 foi obtida autorização do Governo para funcionamento da Escola Normal, que recebeu o nome de "*Imaculada Conceição*". Começou a ministrar-se o curso de adaptação. A equiparação ocorreu através do decreto estadual 10.542, de 1 de outubro de 1.932, que reconheceu a Escola como de primeiro grau. A primeira turma de normalistas teve apenas três alunas: Christina Westin, Leonila Ferreira e Maria Dagmar Pereira.

De 1.934 a 1.941 Madre Trinidad Mateo Zurbano ocupou a direção do Estabelecimento. Além das religiosas, lecionaram nele, em seus primeiros lustros, vários leigos: Gentil Vieira da Silva, Homero Costa, José Augusto Vieira da Silva, José Ferreira Lopes, Maria Augusta Vieira, Maria José Domingues Campos, Olavina Vieira da Costa e Paulina Rigotti de Castro.

Em 1.934 o velho casarão da Coronel Flávio foi trocado com Valentim Romanelli pelo prédio do Cine Machadense, na Rua Professor José Cândido. Parte deste adaptou-se para salas de aula; noutra parte foi construída a capela, cuja inauguração sucedeu em 11 de fevereiro de 1.937. Nesse ano a Escola mantinha os cursos primário, de adaptação, normal, de pintura, de música e jardim de infância. Possuía gabinete de física e química, pavilhão para ginástica e quadra de voleibol. Estavam matriculadas 110 alunas, 40 das quais internas.

Em 1.945 foi criado o curso ginasial, com 40 meninas.

No ano seguinte teve início a ala do prédio voltada para a Rua Professor Francisco Raphael, que terminou em 1.950. O decreto estadual 2.416, de 15 de fevereiro de 1.947, concedeu mandato à Escola para ministrar o ensino normal de segundo ciclo. Em 1.956 construiu-se um parque infantil. Em 1.957, conforme Carlos Legnani, ela possuía 300 alunas matriculadas. Em 1.962, quando comemorou o jubileu de ouro, foi reinaugurada a Capela, após ampla reforma.

O Município nomeou diversas professoras para exercício no curso primário, ao menos em 1.964 e 1.965.

A direção da Escola de 1.942 a 1.944 coube a Madre Teresa Carvalho Pereira; de 1.945 a 1.952, a Madre Maria de Lourdes Gomes Vasconcelos; de 1.953 a 1.955, a Madre Augusta Carvalho; de 1.956 a 1.957, a Madre Conceição Pinheiro dos Santos; de 1.958 a 1.960, de novo a Madre Teresa Carvalho Pereira; de 1.961 a 1.968, outra vez a Madre Maria de Lourdes Gomes Vasconcelos.

3 - **Convênio com o Estado (1.966 a 1.988)**.

A lei estadual 4.147, de 29 de abril de 1.966, autorizou o Executivo a celebrar convênios com entidades mantenedoras de estabelecimentos particulares de ensino médio nas cidades de Areado, Baependi, Carmo do Rio Claro, Cássia, Machado e Passa Quatro. O Estado, neles, obrigou-se ao pagamento dos professores, conforme o regime de aulas extranumerárias dos colégios oficiais, ficando seu contrato condicionado à habilitação na forma da lei. De outra parte, as escolas concederam gratuidade integral de ensino a todos os alunos. Foi permitida apenas a cobrança de taxa de matrícula dos que tivessem recursos, para manutenção, recuperação e conservação dos prédios, e aquisição de material escolar. Elas cederam também ao Estado o uso das salas de aula, dependências auxiliares de administração e cantina, áreas de acesso, praças de esportes, salas ambientes e oficinas. O prazo de dois anos, previsto no convênio do "*Imaculada Conceição*", foi sucessivamente renovado.

Ainda em 1.966 foi criado no Colégio o curso complementar, correspondente aos 5° e 6° anos primários, com ensino profissional. No mesmo ano começou a funcionar, anexa a ele, uma escola estadual, que mais tarde se transferiu para o N.E.E.C..

A entidade mantenedora da Escola, a Associação Educativa e Assistencial Imaculada Conceição, foi declarada de utilidade pública pelo decreto estadual 11.986, de 28 de julho de 1.969.

Em 1.972 fez sua primeira apresentação a fanfarra do Colégio. No ano seguinte teve início o ensino para ambos os sexos. Em 1.974 criaram-se no segundo grau opções para os cursos de enfermagem, secretariado,

magistério e auxiliar de escritório. Paralelamente passaram a ser ministrados cursos de datilografia e corte e costura. No mesmo ano o Curso Infantil Montessori foi transferido da Fundação Educacional para o Colégio, e absorvido por ele.

A partir de 1.981 o Colégio promoveu anualmente uma semana cultural, com gincanas, jogos, peças teatrais, palestras, etc.. Em 14 de abril de 1.984 foi inaugurada a quadra coberta "*Madre Cármen Salles*", com 4 vestiários e capacidade para abrigar 750 pessoas sentadas.

A direção do Estabelecimento em 1.969 coube a Madre Teresa de Jesus Maestro Dueñas; em 1.970, mais uma vez, a Madre Maria de Lourdes Gomes Vasconcelos. No biênio 1.971/1.972 esteve a cargo de Madre Almerinda dos Anjos. A machadense Madre Maria Aparecida de Souza Dias ocupou a diretoria de 1.973 a 1.976. Fez diversas reformas no prédio: adaptou seus porões para salas de projeção e de cursos, ampliou os laboratórios, construiu salas, tanques e piscina para o pré-primário, aumentou a biblioteca, etc.. Em 1.977 e 1.978 foi diretora Madre Maria Inês Lemos; em 1.979, Madre Benita Agueda Abad. De 1.980 a 1.989 exerceu a direção Madre Natividade de Melo Lemos.

Em junho de 1.987, numa extensa programação, o Colégio comemorou bodas de diamante. Tinha então 30 professores, 10 funcionários administrativos, 12 religiosas, 682 alunos e 170 pré-escolares. Já nessa ocasião sua diretoria se queixava do convênio feito com o Estado, afirmando que tinha todas as obrigações e nenhum direito de uma escola estadual. Reclamava da falta de recursos para suprir as necessidades administrativas, e da impossibilidade de escolher o corpo docente.

4 - **Novos rumos (1.988 a 2.000)**.

Em meados de 1.988 a Cidade foi informada de que o Colégio, a partir do ano seguinte, não mais funcionaria em regime de convênio e limitaria suas atividades. A despeito do protesto dos alunos e de pedidos da população e das autoridades, a direção provincial da Congregação decidiu encerrar o ensino de segundo grau, com exceção do 3° ano do curso de magistério, apenas para não prejudicar a última turma. Manteve o curso infantil (pré-primário) e a Escola Anexa (1ª à 4ª série do 1° grau). A medida, conforme se informou, atingiu 550 dos 800 alunos do Estabelecimento. Ele era então o único a ministrar em Machado o curso de magistério.

Nos três primeiros anos da década de noventa o prédio passou por ampla reforma. Em dezembro de 1.991 mudou-se dele a Escola Anexa. Uma equipe de pedagogos do Rio de Janeiro preparou a reorganização do ensino, em 1.992. No ano seguinte o Colégio retomou paulatinamente as atividades, funcionando com 16 professores e 250 alunos, em 9 turmas (4 pré-escolares e 5 de primeiro grau - 1ª à 5ª série). A partir de 1.994 foi acrescentando uma série a cada

ano, até completar o primeiro grau. Em 1.997 firmou parceria com o Sistema Objetivo de Ensino, para ministrar o curso de segundo grau.

Em 1.990 foi diretora do Colégio Madre Terezinha de Ávila. De 1.993 a 2.000 o cargo esteve em mãos de Madre Caridade Antolin Gonzalez.

5 - **Observações diversas**.

Atuaram como inspetores do Colégio, entre outros, Arthur Xavier Pedroso, Patrício Paes de Carvalho, Plínio Motta, Joaquim Albino de Almeida, Iracema Rodrigues, Christina Westin e Francisca Silva Vieira.

O Estabelecimento já editou os seguintes jornais escolares, dos quais se tratará no capítulo correspondente: "*A Esmeralda*", "*Voz da Aluna Concepcionista*", "*Vozes Concepcionistas em Machado*", "*O Jubileu de Ouro*", "*Juventude Vibrante*", "*O Caçula*" e "*CIC Ligado*".

Mais de um grêmio estudantil se fundou no "*Imaculada Conceição*", como se verá noutro capítulo. Ele possui Associação de Pais e Mestres, e de 1.984 a 1.988 manteve o Colegiado.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1.898 a 1.919";
2 - Arquivo Público Machadense - pasta "Colégio Imaculada Conceição";
3 - "Cidade do Machado" - exemplar incompleto, de 1.914 - dia e mês ignorados -pág. 7;
4 - Coleção dos Decretos do Estado de Minas Gerais de 1.932 - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.933, pág. 691;
5 - Coleção das Leis, Decretos-Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais de 1.947 - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.952, págs. 317 e 318;
6 - "Folha Machadense" ns. 43 - 26/1/1.975 - pág. 3;
52 - 30/3/1.975 - pág. 6;
141 - 9/1/1.977 - pág. 4;
142 - 23/1/1.977 - pág. 6;
282 - 22/12/1979 - pág. 30;
287 - 3/2/1.980 - pág. 8;

360 - 11/7/1.981 - pág. 1;
368 - 6/9/1.981 - pág. 25;
428 - 27/11/1.982 - pág. 1;
444 - 2/4/1.983 - pág. 8;
451 - 21/5/1.983 - págs. 1 e 2;
495 - 7/4/1.984 - pág. 1;
502 - 26/5/1.984 - pág. 1;
525 - 3/11/1.984 - pág. 2;
650 - 9/5/1.987 - pág. 14;
655 - 13/6/1.987 - págs. 1 e 2;
657 - 27/6/1.987 - pág. 5;
705 - 11/6/1.988 - págs. 1 e 14;
706 - 18/6/1.988 - pág. 2;
725 - 29/10/1.988 - pág. 1;
789 - 17/2/1.990 - pág. 1;
837 - 2/2/1.991 - pág. 1;
841 - 2/3/1.991 - pág. 9;
842 - 9/3/1.991 - pág. 7;
879 - 16/11/1.991 - pág. l;
917 - 23/8/1.992 - pág. 8;
982 - 25/12/1.993 - pág. 10;
1182 - 22/11/1.997 - págs. 13 e 25;
1234 - 12/11/1.998 - pág. 27;

7 - informações pessoais de Madre Durvalina Santos;

8 - "Jornal da Cidade" nº 1 - junho de 1.984 - pág. 4;

9 - "Luminar Machadense" nº 4 - julho de 1.953 - pág. 2;

10 - "Machado-Jornal" nº 16 - 14/4/1.928 - pág. 13;

11 - "Minas Gerais" de 30/4/1.966 - pág. 1;
29/7/1.969 - pág. 6;

12 - "0 Machadense" ns. 104 - 2/6/1.934 - pág. 10;
262 - 8/8/1.937 - pág. 7;
333 - 8/12/1.938 - pág. 2;
681 - 4/5/1.958 - pág. 3;
902 - 9/12/1.961 - págs. 1 e 2;
945 - 13/6/1.965 - págs. 1 e 2;
949 - 11/7/1.965 - pág. 4;
974 - 9/1/1.966 - pág. 1;
991 - 8/5/1.966 - pág. 7;
7 - 4/4/1.971 - pág. 2;
70 - 9/7/1.972 - pág. 1;
91 - 3/12/1.972 - pág. 1;
92 - 10/12/1.972 - pág. 1;
100 - 4/2/1.973 - pág. 1;
101 - 11/2/1.973 - pág. 4.

B - **secundárias**

1 - Carlos Legnani - “Histórias da Nossa História”, cap. VIII - na “Revista do 1º Centenário de Machado”, nº 8, pág. 3;
2 - Homero Costa - “Contribuição à História de Machado” - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem data e local, pág. 32;
3 - Madre Maria del Valle, RC - “Ginásio e Escola Normal Imaculada Conceição do Machado - Sua Fundação” - artigo publicado na “Revista do 1º Centenário de Machado”, nº 8, págs. 20, 21 e 24;
4 - Maria José Domingues - “Colégio Imaculada Conceição” - em “Concurso de Monografias “Homero Costa” sobre a História de Machado” - publicação mimeografada do Serviço de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Machado, 1.987, págs. 64/73;
5 - Octaviano de Paiva Reis - “Paróquia de Machado” - artigo publicado em “0 Jubileu de Ouro”, nº 1, de 1/11/1.962, págs. 1 e 2;
6 - “O Município de Machado” - trabalho da Commissão Social da Semana Ruralista e Exposição Regional do Sul de Minas - Typ. Carlos Meier & Cia. Ltda., Rio de Janeiro, 1.937;
7 - Revista “Alegra-te!” - sem menção de editora, local e data.

****

GINÁSIO SÃO JOSÉ

1) - Primeiros tempos (1.940 a 1.948).
2) - Apogeu e crise (1.948 a 1.966).
3) - Convênio e dificuldades (1.966 a 1.972).
4) - Uma gestão profícua (1.972 a 1.978).
5) - Últimos tempos (1.978 a 1.984).
6) - Observações diversas.

****

1 - **Primeiros tempos (1.940 a 1.948)**.

Os Lassalistas vieram para Machado por iniciativa de Dom Hugo Bressane de Araújo, que depois também favoreceu sua instalação em São Sebastião do Paraíso, Guaxupé e Adamantina. Mantidos os contatos iniciais em 1.939, no último de fevereiro do ano seguinte aqui chegaram os fundadores do educandário pioneiro da Congregação em Minas Gerais, a princípio denominado **Instituto São José**: Irmão Arnaldo Isidoro (José Fridolino Schmitz) - diretor; Irmão Ângelo Teodoro (Paulo Nichele); e Irmão Alois (Emmerich Granner).

Ocuparam provisoriamente o prédio do antigo Ginásio Machadense, na Rua Coronel Flávio, e começaram as aulas das quatro séries do curso primário logo no dia 7 de março, com 53 alunos, 10 dos quais internos. Tiveram decisivo apoio da comunidade local, sob a liderança do Comendador Lindolpho de Souza Dias, de Euclydes de Souza Dias, do Prefeito João Vieira da Silva e do Padre João Schuur.

Para construir a nova escola foi adquirida e doada à Congregação uma chácara de seis alqueires. O Município concedeu auxílio à obra, autorizado pelos decretos-leis 37 e 42, de 28 de outubro de 1.940 e 16 de janeiro

seguinte. Lançou-se a pedra fundamental em 18 de abril de 1.941. No final do mesmo ano os Irmãos se mudaram para parte dela, em que, no dia 16 de março de 1.942, iniciaram as aulas da primeira série do curso ginasial. A partir daí o estabelecimento passou a chamar-se **Ginásio São José**. Construído em dois pavimentos (três no bloco central), o edifício tem cem metros de comprimento e duas alas laterais, com quarenta metros cada.

O decreto federal 20.339, de 7 de janeiro de 1.946, concedeu reconhecimento, sob regime de inspeção permanente, ao curso ginasial.

Em 1.941 fundou-se a primeira banda de música; em 1.947, o Grêmio Esportivo.

2 - **Apogeu e crise (1.948 a 1.966)**.

Em 7 de julho de 1.948 o Irmão Arnaldo Isidoro transferiu a direção ao Irmão Gregório Matias (Antônio Campagnolo). Este fez o salão nobre, melhorou as instalações do internato, adquiriu máquina cinematográfica e serviço de alto-falante. Viajando à Itália para curso de aperfeiçoamento, foi substituído em 21 de janeiro de 1.950 pelo Irmão Bernardo Maurício. No dia 14 de maio seguinte foi fundada a Associação Atlética La Salle, de que se cuida noutro capítulo.

No dia 28 de fevereiro de 1.951 assumiu a chefia o Irmão Gabriel Norberto (Giacomo Salvi). Em 1.953 começou a circular o jornal estudantil "*Luminar Machadense*", que substituía "*0 Ginasiano*", mimeografado. De ambos se dá mais notícia na parte relativa à imprensa.

A direção foi passada em 24 de junho de 1.955 ao Irmão Emílio Athanásio (Arno Bonfleur). No ano seguinte ocupou-a interinamente, durante viagem do titular ao exterior, o Irmão Basílio Justo. Criou-se em 1.957 o quinto ano primário (admissão).

Em 26 de maio de 1.959 tornou-se diretor o Irmão Albano Constâncio (Alberto Arlindo Flach). Foi instalada em julho do ano seguinte a biblioteca escolar "*Carlos de Laet*", com mais de mil volumes. No início de 1.962, já carente de religiosos, a Escola contratou pela primeira vez um leigo, para reger o 5° ano: Vicente da Silva Resende. No ano seguinte, três séries do curso primário foram confiadas às professoras Dirce Moreira Rebello, Margarida de Almeida e Zilda Pereira Lima.

Em setembro de 1.963 inaugurou-se uma quadra de basquetebol. No período letivo seguinte as turmas de internos se reduziram de três para duas. Em 22 de agosto de 1.964 foi fundada a Associação de Pais e Mestres.

O ano de 1.965 iniciou-se com novo diretor: Irmão

Belarmino Henrique (Aloísio Antoni). Em julho realizou-se o 1° Congresso Regional de Ex-Alunos Lassalistas. Foi criado então um curso de madureza. Em setembro seguinte o Ginásio passou a pertencer à Associação Brasileira de Educadores Lassalistas - ABEL, sucessora da Sociedade Porvir Científico (nome sob o qual estava registrada a província gaúcha da Congregação).

3 - **Convênio e dificuldades (1.966 a 1.972)**.

A lei estadual 4.147, de 29 de abril de 1.966, autorizou o Executivo a celebrar convênios com as entidades mantenedoras do Ginásio São José e do Colégio Imaculada Conceição, entre outras. Impôs como condições a gratuidade integral de anuidades para todos os alunos e a cessão do uso das salas de aula, dependências auxiliares de administração e cantina, áreas de acesso, laboratórios, praças de esporte, salas ambientes e oficinas. Permitiu porém se cobrasse taxa de matrícula dos alunos que dispusessem de recursos, para manutenção, recuperação e conservação dos prédios, e para aquisição de material escolar. Estabeleceu que o pagamento dos professores ficaria a cargo do Estado e obedeceria ao regime de aulas extranumerárias dos colégios oficiais. Os convênios foram firmados, com o apoio do Prefeito Lucas Tavares de Lacerda, possibilitando certo desafogo às duas escolas, que recebiam em conjunto mais de Cr$5.000,OO mensais para pagamento de professores e funcionários. O do "*São José*" renovou-se bienalmente até o fim da Escola.

Em 1.966, por causa da escassez de Irmãos, o Ginásio contratou mais seis professores da Cidade para integrar o corpo docente. Foi instalado um curso de técnicas agrícolas.

No começo de 1.968 assumiu a diretoria o Irmão Demétrio Sebastião (Benno Pedro Brisch). Findo aquele ano letivo, extinguiu-se o internato. Foi criada a banda marcial.

De 1.968 a agosto de 1.972 o Ginásio cedeu suas dependências à Fundação Educacional. Em 21 de fevereiro de 1.969 foi vendida ao Clube dos Trinta grande área da Escola, abrangendo o campo de futebol, a piscina e o bosque.

O Irmão Gabriel Norberto assumiu pela segunda vez a direção no dia 25 de julho de 1.969. No ano seguinte o Ginásio passou a receber estudantes do sexo feminino.

4 - **Uma gestão profícua (1.972 a 1.978)**.

No início de 1.972 coube a chefia ao Irmão Amadeo Menegat. As aulas passaram a ser ministradas também no período noturno. Em março começou a funcionar o curso colegial, com currículo único para as duas

primeiras séries e opção para técnico em contabilidade na terceira. O Estabelecimento denominou-se então **Colégio São José**. O ensino de segundo grau foi autorizado pela portaria 211, de 8/5/73, do Secretário da Educação.

Em 1.973 e 1.974 o Educandário manteve classes anexas na Vila Betânia, Bairro do Ouvidor. Ainda em 1.973 fundou-se o Grêmio Estudantil La Salle e concluíram-se os trabalhos de ajardinamento do pátio interno. Foi criado o Serviço de Orientação Educacional, que promoveu por três ou quatro anos "*semanas das profissões*", e editou em 1.974 o "*Dicionário de Informação Profissional*", brochura mimeografada. Foi construída e iluminada uma quadra de esportes em 1.974. No ano seguinte entrou em vigor outro regimento escolar, e foi inaugurada nova capela. Adquiriu-se escritório-modelo e mantiveram-se cursos de datilografia e de iniciação à eletrotécnica.

Em 24 de março de 1.977, a portaria 158 da Secretaria da Educação reconheceu o ensino de segundo grau no Colégio, com as habilitações profissionais de técnico em contabilidade e auxiliar de escritório. Estabeleceu também, em decorrência da lei de reforma do ensino (nº 5.692), que ele passaria a chamar-se **Centro Educacional São José**.

5 - **Últimos tempos (1.978 a 1.984)**.

Em 28 de janeiro de 1.978 tornou-se diretor o Irmão Benno Backes. Dois anos depois ele passou o cargo ao Irmão Domingos Zanferari, que já o ocupara interinamente por um quadrimestre, no ano anterior.

Em 1.983 a situação econômica do Educandário era difícil, e o convênio perdera atrativo, máxime em face da mudança de critério para pagamento do salário-educação (bolsas de estudo). Além disso, interessava à Congregação deixar Machado, tanto pela falta de irmãos, como pela intenção de construir um colégio em Manaus com o produto da venda do "*São José*". Sua mantenedora, a Associação Brasileira de Educadores Lassalistas, entrou em negociações com o Município, desejoso de que se instalasse no prédio um colégio do Estado.

A lei local 538, de 20 de dezembro daquele ano, autorizou a aquisição do bem. O decreto 640, de 29 seguinte, chegou a declará-lo de utilidade pública e interesse social, para desapropriação. A compra e venda, contudo, efetuou-se amigavelmente, abrangendo os móveis e materiais de ensino do edifício. Pagou-se por ele o preço de cem milhões de cruzeiros, em prestações corrigidas.

Ainda no final do ano o prédio do "*São José*" foi entregue ao Poder Público. Instalado nele, o Colégio Municipal recebeu seus alunos. A Fundação Municipal do Ensino Médio, mantenedora dele, assumiu o convênio com o Estado. A lei local 543, de 6 de fevereiro de 1.984, de efêmera duração, chegou a criar um *Centro Educacional São José* como órgão público.

6 - **Observações diversas**.

Ainda nos primórdios, a Escola foi fiscalizada por Nazareth Fernandes. Exerceram depois a inspetoria, entre outros, Joaquim Albino de Almeida, Antônio Nunes Bittencourt, Sebastião de Sá e Ana Maria Calheiros.

O Ginásio teve hino, feito na primeira metade da década de cinqüenta. Adaptou-se a música, cujo autor desconheço, letra elaborada pelo Padre Genésio Nogueira Lopes. Era assim a primeira estrofe:

"Brilha o sol nestas terras de Minas,
Fotosfera do céu anilado.
Mais fulgura esta jóia do ensino,
Que La Salle engastou em Machado!".

Na Casa da Cultura existe o **Acervo Lassalista**, incorporado ao Arquivo Público Machadense. Organizou-o com muito esmero o Professor Simon Dupont, que também cuidou de sua conservação. Contém diário, discos, documentos, fotografias, jornais, livros, objetos diversos, revistas e trabalhos escolares que registram a história do Ginásio São José e dos Irmãos das Escolas Cristãs.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de atas nº 9 - pág. 33;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de leis nº 20;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de leis e decretos ns. 4 e 16;
4 - Arquivo Público Machadense - Acervo Lassalista: "Histórico do Ginásio São José" (diário dos Irmãos), em três volumes;
5 - Arquivo Público Machadense - Acervo Lassalista: documentos, fotografias, jornais, livros e objetos vários;
6 - Arquivo Público Machadense - pastas "Acervo Lassalista" e "Ginásio São José";
7 - Diário Oficial da União - 20/4/1.946, parte I, pág. 5.649;
8 - "Folha Machadense" ns. 16 - 14/7/1.974 - pág. 6;
42 - 19/1/1.975 - pág. 3;
51 - 23/3/1.975 - pág. 6;
79 - 19/10/1.975 - pág. 1;
153 - 3/4/1.977 - pág. 1;

195 - 29/1/1.978 - pág. 1;
239 - 25/12/1.978 - pág. 1;
258 - 13/5/1.979 - pág. 1;
286 - 27/1/1.980 - pág. 8;
368 - 6/9/1.981 - pág. 27;
480 - 10/12/1.983 - pág. 1;
481 - 17/12/1.983 - pág. 1;
483 - 14/1/1.984 - pág. 1;
484 - 21/1/1.984 - pág. 1;
647 - 18/4/1.987 - pág. 10;
815 - 18/8/1.990 - pág. 1;
9 - "Luminar Machadense" ns. 32 - 10/10/1.954 - pág. 3;
46 - 9/7/1.955 - pág. 1;
56 - 28/1/1.956 - pág. 4;
10 - "Minas Gerais" de 30/4/1.966 - pág. 1;
11 - "Nosso Elo" - jornal dos juvenatos da Província Lassalista de São Paulo - nov. de 1.964 - págs. 4/5;
12 - "O Ginasiano" ns. 4 - jul./ago. de 1.948 - pág. 1;
1 - abril de 1.950 - pág. 1;
13 - "0 Machadense" ns. 396 - 7/3/1.940 - pág. 1;
925 - 24/1/1.965 - pág. 2;
935 - 11/4/1.965 - pág. 1;
974 - 9/1/1.966 - pág. 1;
985 - 27/3/1.966 - pág. 4;
1016 - 6/11/1.966 - pág. 6;
1029 - 11/2/1.968 - pág. 3;
1057 - 23/9/1.968 - pág. 1;
1058 - 30/9/1.968 - pág. 1;
1066 - 18/11/1.968 - pág. 3;
38 - 14/11/1.971 - pág. 3;
51 - 27/2/1.972 - pág. 3;
14 - Revista do 1º Centenário de Machado, nº 2, pág. 3;
15 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje", IV-1;
16 - Revista "Machado-87" - págs. 4/5;
17 - "Vozes Lassalistas", jornal do Rio de Janeiro, ns.:
31 - maio/junho de 1.965 - págs. 1 e 6;
93 - agosto de 1.981 - págs. 7 e 8.

B - **secundárias**

1 - Ivo Carlos Compagnoni - História dos Irmãos Lassalistas no Brasil" - Editora La Salle - Canoas, RS - 1.980;
2 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 100, 101 e 130;
3 - Simon Dupont - "Os 50 Anos do Ginásio São José" - série de 50 artigos publicados na "Folha Machadense" entre 3/3/1.990 e 5/10/1.991.

ESCOLA PROFISSIONAL LA SALLE

1) - Décadas de quarenta e cinqüenta.
2) - Décadas de sessenta e setenta.

****

1 - **Décadas de quarenta e cinqüenta**.

Já na construção do prédio do "*São José*" os lassalistas deram os primeiros passos para ministrar ensino profissional a crianças pobres. Em abril de 1.941 montou-se oficina de marcenaria, em que foram feitas a estrutura do telhado, portas, janelas e móveis. Nela se admitiram menores aprendizes, orientados pelo Irmão Eduardo.

Aponta-se 15 de março de 1.947 como data oficial de fundação da Escola Profissional La Salle. Com ajuda de Lindolpho de Souza Dias e filhos, comprou-se terreno anexo ao Ginásio, sendo formada comissão para a obra. Destacaram-se nela João Vieira da Silva e Afrânio de Almeida Nogueira, que doou o madeirame. Semi-acabado em 1.949, o prédio, ao lado de um barranco, tinha 50 metros de comprimento e pequena ala lateral, com dois andares na frente e um nos fundos.

Em 8 de agosto daquele ano o Estabelecimento iniciou as atividades, com 12 alunos, sob a direção do Irmão Luís (Benigne Eloi). Em 1.950 tiveram começo as aulas de cartonagem. Com ajuda do Município compraram-se algumas ferramentas para fabricação de brinquedos de madeira.

No ano seguinte, com a chegada do Irmão Martiniano Simão (Simon Dupont), a Escola deixou de dar apenas ensino profissionalizante. Criou-se o curso primário, com 37 alunos nas quatro séries.

No correr de 1.952 o Irmão Luís foi transferido, passando a chefia ao Irmão Martiniano Simão. Com importância doada por Lindolpho de Souza Dias, adquiriu-se em julho de 1.953 uma tipografia, que recebeu o nome dele e teve como mestre Jurandir Castilho, logo substituído por Raimundo de Souza. Naquele ano subia a 135 o número de alunos. Todos passavam pelo curso primário; os maiores recebiam aprendizado de tipografia, sapataria e marcenaria, enquanto os menores tinham noções de horticultura e jardinagem. O serviço de cartonagem foi paralisado.

Organizaram-se em benefício da Escola, no ano seguinte, quermesse e leilão de gado. Com a renda foram adquiridas máquinas para sapataria e marcenaria. Esta, sob a responsabilidade de Alfeu Carvalho, fabricou móveis para vários colégios da Congregação. Aquela foi posta aos cuidados de Domingos Zappia. Ainda na primeira metade da década de cinqüenta o prédio inacabado recebeu portas, janelas e paredes internas.

Em fevereiro de 1.955 o diretor foi substituído pelo Irmão Crisóstomo Vítor (Bernardo Edmundo Damke). Este, na avaliação do antecessor, era

> *"sem experiência no ramo e, principalmente, no trato com esse tipo de garotos a que era também estranho, o que fez que a debandada fosse quase geral."*.

Na sua administração a Escola ficou praticamente estagnada, ainda conforme S. Dupont. Interromperam-se as aulas do curso primário, funcionando somente as oficinas. Um ano depois assumiu a direção o Irmão Amadeu Maria, que instalou uma máquina de beneficiar arroz, vendida poucos anos depois. Ficou no cargo até a volta do Irmão Martiniano Simão.

O Município, que subvencionava a cada ano a Escola, isentou-a do pagamento de impostos pela lei 216, de 14 de agosto de 1.957. Também criou um cargo de professora para exercício nela, através da lei 239, de 2 de junho do ano seguinte.

Em 1.958 foi adquirida uma máquina "*linotype*". A gráfica, que já imprimira "*O Imparcial*" e o "*Luminar Machadense*", passou a editar "*O Machadense*", de Abel Faleiro e outros.

O Irmão Martiniano Simão reassumiu a direção da Escola em 1.959, tendo como auxiliar o Irmão Dionísio Martinho. Reabriu a matrícula do curso primário e adquiriu o jornal acima referido. A sapataria ficou sob a responsabilidade de José de Oliveira.

2 - **Décadas de sessenta e setenta**.

A lei municipal 363, de 19 de março de 1.962, declarou de utilidade pública a Escola Profissional La Salle.

Com a crescente dificuldade de manutenção das oficinas, em 1.962 foi vendida a "*linotype*". No ano seguinte "*O Machadense*" deixou de circular, limitando-se a gráfica a fazer impressos comerciais. A Escola dedicou-se mais à agricultura, e a mantenedora do "*São José*" alugou-lhe sua chácara por Cr$50.000,OO anuais, além de metade da produção de bananas e café.

Em agosto de 1.963, mediante convênio do Município com o Estado, o curso primário da Escola passou a ser ministrado por professoras públicas. Funcionaram de início duas classes, sob o nome de **Entidade Escolar La Salle**, a cargo de Regina Stela Vieira Garcia e Ivone Macedo. A providência foi adotada para contenção de despesas. Nessa época a sapataria já estava parada.

No início de 1.964, em virtude de nova transferência do Irmão Martiniano, coube a direção ao Irmão Aloysio (João Oddy). Graças ao empenho do Prefeito Lacerda, naquele ano o curso primário da Escola foi estadualizado, sob o nome de **Grupo Escolar Iracema Rodrigues**, e transferido para o prédio da antiga Santa Casa, onde já funcionava à noite o Colégio Municipal. A maior parte das máquinas da sapataria e algumas da tipografia foram adquiridas pelo Instituto Agrícola La Salle, de Brasília. Poucos meses depois vendeu-se também a marcenaria, e a Escola parou.

Em meados de 1.966 foi reativada, com apenas cinco alunos, nas atividades de marcenaria e tipografia. As dificuldades econômicas e a decadência persistiam, porém. Em julho de 1.968, com pouco resultado, fez-se festa em benefício do Educandário. A lei estadual 5.387, de 9 de dezembro de 1.969, autorizou o Executivo a doar-lhe diversas máquinas em desuso na Imprensa Oficial. Ignoro se foram aqui recebidas. Na mesma época montaram-se uma oficina de costura, sob a supervisão de Nilza Cândida Dias, e um curso de datilografia.

A Escola, que nos últimos tempos esteve sob a coordenação de Nereu Andrade, encerrou definitivamente as atividades no final de 1.972. O que sobrara da gráfica foi vendido em 1.974 a um grupo de pessoas que fundou a "*Folha Machadense*". O prédio, de inicio alugado para uma equipe de futebol e para operários do D.E.R., foi vendido em setembro de 1.976 ao "*Condomínio Folha Machadense*", e adaptado para apartamentos na parte superior.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 9 e 1O;
2 - Arquivo Público Machadense - Acervo Lassalista - "Histórico do Ginásio São José" (diário dos Irmãos), em três volumes;
3 - Coleção das Leis de 1.969 do Estado de Minas Gerais - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.979, págs. 341/342;
4 - "Folha Machadense" nº 368 - 6/9/1.981 - pág. 27;
5 - informações pessoais de Simon Dupont;
6 - "Luminar Machadense" nº 10 - 25/10/1.953 - pág. 3;
7 - "0 Leão da Montanha" nº 10 - out. de 1.967 - pág. 1;
8 - "0 Machadense" ns. 913 - 18/8/1.963 - pág. 4;
920 - 6/10/1.963 - págs. 1 e 5;
997 - 19/6/1.966 - pág. 5;
9 - "Vozes Lassalistas", Rio de Janeiro, nº 93 - agosto de 1.981 - págs. 7 e 8.

B - **secundárias**
1 - Feliciano Vieira da Sllva - "Escolas Profissionais" - palestra publicada no Boletim do Rotary Club de Machado, ns. 30 e 31 - março e abril de 1.952 - págs. 1 e 4;
2 - Ivo Carlos Compagnoni - "História dos Irmãos Lassalistas no Brasil" - Editora La Salle, Canoas, RS, 1.980;
3 - Simon Dupont - "Escola Profissional La Salle" - trabalho que concorreu ao "I Prêmio Homero Costa";
4 - Simon Dupont - "Os 50 Anos do Ginásio São José" - série de 50 artigos publicados na "Folha Machadense", entre 3/3/1.990 e 5/10/1.991.

****

CURSOS PARTICULARES AVULSOS

1) - Cursos de alfabetização.
2) - Cursos supletivos.
3) - Cursos de idiomas.
4) - Cursos de datilografia e informática.
5) - Outros cursos.

****

1 - **Cursos de alfabetização**.

No inicio de 1.965 a Igreja Presbiteriana Independente inaugurou curso de alfabetização, que prometia deixar o aluno apto em quinze dias.

Um ano depois a A.C.A.R. patrocinou curso rápido de treinadores de alfabetização, ministrado por professora da Junta do Plano-Piloto de Alfabetização de Adultos de São Paulo. Freqüentaram-no cerca de 120 pessoas, que se dispunham, em seguida, a colocar em prática, no Município, os ensinamentos recebidos. Não houve noticia de que o tenham feito.

2 - **Cursos supletivos**.

Em abril de 1.965 iniciou-se com 40 alunos o **Curso de Madureza Henrique Pestalozzi**, fundado e dirigido por Gérson Pereira. Não obtive mais informações sobre ele.

Um curso preparatório para exames de madureza ginasial começou em março de 1.971, ministrado pelos professores Aécio Pinto Gonçalves, Anselmo Camões Vieito, Clêuton Pereira Gonçalves, Marcelo Perei-

ra, Marilda Miranda Signoretti e Padre José Carlos Vilela. Ignoro quanto tempo durou.

Por iniciativa de Ari de 0liveira instalou-se aqui, em março de 1.973, uma filial dos **Cursos Reunidos Isaac Newton**, com matriz em Poços de Caldas. Preparava alunos para exame supletivo de 1° e 2° graus. As aulas, noturnas, foram dadas de inicio no prédio do Colégio Imaculada Conceição, passando depois para o do Municipal. Em 1.974, ainda sob coordenação de Poços de Caldas, foi dirigido por Paulo Carvalho Dias e Romilda Pereira Dias. Em 1.975, ao que parece, desvinculou-se da matriz e abandonou o primitivo nome, ficando sob a regência de Edward José Nery e Maria José Domingues.

3 - **Cursos de idiomas**.

Em 12 de dezembro de 1.960 começaram as aulas do **Clube Cultural Brasil-Estados Unidos**, de Machado, sob a direção do professor Bruno Woczuiski. Era, conforme a imprensa, uma escola norte-americana.

A Fundação Educacional adquiriu a concessão do **Curso de Inglês Fisk**, e o instalou nas suas dependências, em março de 1.989. As aulas eram dadas por Helaine Faria Pinto e Rosângela Nannetti. Desconheço qual foi sua duração.

O **Centro Cultural de Idiomas** - CCI - foi inaugurado no segundo semestre de 1.991 por um grupo de professores, do qual fazia parte Paulo Pereira. Além de francês e inglês, ensinava computação e preparava candidatos ao vestibular. Estava ainda em atividade em outubro de 1.993, na Rua Alfenas, 39.

Em 1.997 instalou-se na Rua Irmão Arnaldo Isidoro, 271-A, o curso de inglês **Easy Way**.

No mesmo ano montou-se filial do **C.C.A.A.,** ainda em atividade no fim de 2.000 na Rua Silviano Brandão, 388, com aulas de inglês e espanhol.

4 - **Cursos de datilografia e informática**.

Na década de sessenta, a professora Christina Westin manteve curso de datilografia em sua residência, na Rua Quinze de Novembro.

Cursos breves de manutenção, montagem, operação ou programação de computadores, patrocinados por entidades várias, realizaram-se no prédio da atual Escola Iracema Rodrigues, em 1.981, 1.984 e 1.988.

A **RS Informática Ltda**., sob a direção de Ricardo

Athayde Rocha de Souza, inaugurou-se no início de 1.992, na Rua Coronel José Paulino, 281. Foi mais tarde transferida para o Edifício Bias Maciel, na Praça Antônio Carlos, onde ainda se encontrava no fim do milênio, oferecendo diversos cursos de computação. No mesmo prédio, em 1.993, a **Megabyte Informática** também ensinava o uso de computadores.

A **Centertel**, empresa de Álvaro Moreira Carvalho, Dúlcio Henrique C. Magalhães e Nílton Lima Magalhães, abriu cursos de computação em 1.995, após mudar-se para a sede própria, na Avenida Comendador Lindolfo de Souza Dias, 205.

Já na década de sessenta o Professor Simon Dupont ensinava datilografia na Escola Profissional La Salle. Em 1.980 assumiu a direção do curso dessa matéria no Centro Educacional São José, e o manteve na "*Iracema Rodrigues*". No final de 1.995 abriu em sua residência, na Rua Major Feliciano, 197, o **Curso São José La Salle**, com aulas de datilografia, digitação e informática, ainda ativo no final do milênio.

A **VVS Informática**, empresa de Vander Verdade Signoretti, ministrou desde 1.997 cursos de computação, na Rua Coronel Jacinto, 183.

Pela mesma época, inaugurou-se na Avenida Arthur Bernardes, 773, a **Datacomp Informática**, com cursos profissionalizantes de computação.

Em 29 de maio de 1.999 inaugurou-se na Praça Antônio Carlos, 193, franquia da **Databit Idiomas & Informática**, com sede em Poços de Caldas. O franqueado local era Sandro A. G. de Souza. No mesmo local, em outubro daquele ano, foi instalada a **Ax Trainer**, pertencente a Caio Ribeiro, com cursos de informática e inglês.

Mariza Lara de Carli iniciou em novembro do mesmo ano, na Rua Professor José Cândido, 290, franquia da multinacional **Computertots**, que possuía cursos de informática para crianças e adolescentes. Oferecia também reforço de matérias escolares, como matemática, português, ciências e inglês.

A **Micro-Chip Informática** instalou-se também na segunda metade da década de noventa. Teve sede, sucessivamente, na Praça Antônio Carlos, 76, 1º andar; na Rua Quinze de Novembro, 265; e, por fim, na Rua Coronel Jacinto, 90.

5 - **Outros cursos**.

Em fevereiro de 1.927 foi fundado na Cidade o **Curso Pratico Commercial**, sob a direção de Alfredo Santos e José Augusto Vieira da

Silva. Ignoro onde tinha sede e quanto tempo durou.

Na década de quarenta funcionou na Vila Vicentina uma horta-escola. O decreto local 22, de 1° de abril de 1.941, nomeou professor dela Júlio Sanches Diniz Júnior.

O **Curso Anglo,** preparatório para vestibulares, instalou-se no Colégio Imaculada Conceição em 1.980. Não sei até quando lá permaneceu.

No segundo semestre de 1.991, Marcos Reis Pereira e Maria Cristina Reis Pereira Carvalho iniciaram na Rua Marechal Floriano Peixoto, esquina com Rua Aírton Rodrigues Leite, o **Curso Telemática**. Nele ensinavam matemática de 1° grau, com ajuda de vídeo. Teve curta duração.

Em 1.996 Mariza Lara de Carli montou aqui unidade do **Kumon Instituto de Educação**, sediada na Rua Professor José Cândido, 290. Com método desenvolvido no Japão, nela ensinava matemática e, desde o segundo semestre de 1.998, também português.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro 4 de leis e decretos;
2 - "Folha Machadense" ns. 742 - 11/3/1.989 - pág. 1;
743 - 18/3/1.989 - pág. 1;
768 - 9/9/1.989 - pág. 12;
849 - 27/4/1.991 - pág. 7;
872 - 28/9/1.991 - pág. 1;
1081 - 2/12/1.995 - pág. 11;
1201 - 25/4/1.998 - pág. 4;
1217 - 15/8/1.998 - pág. 14;
1258 - 29/5/1.999 - pág. 18;
1281 - 6/11/1.999 - pág. 5;
3 - "0 Machadense" ns. 812 - 25/12/1.960 - pág. 1;
927 - 7/2/1.965 - pág. 2;
937 - 18/4/1.965 - pág. 5;
939 - 2/5/1.965 - pág. 3;
940 - 9/5/1.965 - pág. 7;
941 - 16/5/1.965 - pág. 1;
979 - 13/2/1.966 - págs. 1 e 3;
980 - 20/2/1.966 - pág. 5;

982 - 6/3/1.966 - págs. 1, 2 e 3;
4 - 14/3/1.971 - pág. 3;
103 - 25/2/1.973 - pág. 1;
104 - 4/3/1.973 - pág. 2;
107 - 25/3/1.973 - pág. 1;

4 - “0 Popular” ns. 1 - 27/2/1.927 - pág. 2;
27 - 28/8/1.927 - pág. 2;

5 - panfletos de propaganda em meu poder;

6 - “Siga em Frente” ns. 46 - 29 a 31/1.2/1.993 - pág. 3;
14 - 24/1/1.997 - pág. 1.

****

E - O ENSINO SUPERIOR

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE MACHADO

1) - Ressalva.
2) - Criação.
3) - Ingerência do Estado.
4) - De 1.966 a 1.975.
5) - De 1.975 a 1.985.
6) - De 1.985 a 1.993.
7) - De 1.993 a 2.001.

****

1 - **Ressalva**.

Não tive acesso aos livros de atas dos Conselhos da Fundação, nem resposta às perguntas que fiz por escrito. O capítulo ficou incompleto.

2 - **Criação**.

Decidida a fundação da Faculdade de Filosofia, como se vê no capítulo correspondente, tratou-se de organizar entidade que a mantivesse. A lei
municipal 502, de 26 de abril de 1.965, criou então a *Fundação Universitária Sul Mineira*, com dotação de cinco milhões de cruzeiros e 5% da arrecadação municipal.

No mesmo mês foram escolhidos os primeiros dirigentes: *presidente* - Cônego Wálter Maria Pulcinelli; *vice-presidente* - Lucas Tavares de Lacerda; *1° vogal* - Lúcio Dias Vieira; *2° vogal* - Hílton Luís Moreira Dias; *Conselho de Curadores* - Francisco Vieira Guerra, Manoel Mendes, Osimo Cas-

tro Filho, Rômulo Swerts Costa e Wolney de Araújo Dias.

O processo de autorização da Faculdade foi em seguida encaminhado ao Conselho Estadual de Educação. Este concluiu que o exame dele fugia a sua competência, porque inadvertidamente se criara uma fundação de caráter privado. Para tentar corrigir o equívoco, foi sancionada a lei 528, de 25 de abril de 1.966, que alterou a lei 502/65, criando uma Faculdade "*de direito público municipal*". Ela também autorizou o Executivo a criar e manter uma fundação incumbida da "*realização das providências necessárias à organização, funcionamento e direção da referida Faculdade*".

3 - **Ingerência do Estado**.

A lei estadual 3.544, de 11 de novembro de 1.965, tratou da criação no Machado de uma Faculdade de Filosofia, e autorizou o Executivo a organizar fundação para dirigi-la. Dispôs que esta seria presidida por cidadão de reputação ilibada, aqui residente, de livre nomeação do Governo do Estado, e por um conselho de administração, composto de sete membros, indicados pela Municipalidade local e nomeados pelo Governador. A lei 4.281, de 30 de novembro de 1.966, alterou a 3.544, estabelecendo que o patrimônio da fundação seria constituído pela doação de trezentos milhões de cruzeiros em apólices da dívida pública estadual, e por doações e subvenções que lhe viessem a ser concedidas. Nova mudança no texto primitivo ocorreu por intermédío da lei 4.713, de 9 de abril de 1.968, que determinou fosse a fundação administrada e fiscalizada por conselho curador, assembléia geral e conselho fiscal, devendo ainda prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado.

Regulamentando a lei 3.544, o decreto estadual 9.221, de 23 de dezembro de 1.965, instituiu a "*Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Machado*", e aprovou seu estatuto. Em decorrência da lei 4.713, acima referida, o estatuto foi alterado pelo decreto 11.168, de 11 de junho de 1.968, que denominou a entidade mantenedora "*Fundação Educacional Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e de Agronomia de Machado*".

Todas essas leis parecem ter sido fruto de uma tentativa de estadualização de nossas escolas superiores, que não se concretizou.

4 - **De 1.966 a 1.975**.

Como, passados vários meses, não saísse a autorização de funcionamento, em 22 de agosto de 1.966 o Cônego Wálter renunciou à presidência da Fundação. Em 31 do mesmo mês empossou-se nela interinamente o vice Lucas Tavares de Lacerda. O 1° vogal, que assumiu a direção da Faculdade, foi substituído por Marcelo Carvalho Vieíra.

O C.E.E., em setembro, mais uma vez negou a autorização, por persistirem incorreções no texto criador da entidade educacional. A Câmara. em reunião extraordinária, aprovou então a lei 530, de 14 de outubro, que modificava as anteriores.

O decreto 21, de 14 de outubro, instituiu a *Fundação Educacional Sul Mineira*, determinando que se regesse pelo estatuto anexo. Na mesma data, o decreto 22 (retificado pelo dec. 35/67) nomeou os seguintes membros do Conselho de Curadores: Aloysio Pereira Caixeta, Hílton Luís Moreira Dias, Lúcio Dias Vieira, Manoel Juntolli Ferreira, Maurício Dias Vieira e Wolney de Araújo Dias.

Lacerda foi confirmado na presidência em 16 de outubro. Ela passou ao novo prefeito, Francisco Vieira Guerra, em 1° de março do ano seguinte.

Escolheram-se os membros do Conselho Fiscal em 21/10/66: Décio Paulino da Costa, José Pereira Caixeta e Marcelo Carvalho Vieira. Eles foram reeleitos em 22/10/68 e em 25/10/70. Mantido o último, em fevereiro de 1.972 os outros cargos passaram a ser ocupados por Américo Signoretti e Laércio Andrade Pedroso.

A lei 567, de 10 de agosto de 1.967, autorizou se doasse terreno à Fundação, com área mínima de 2.500 m2., destinado à construção da sede e demais dependências necessárias ao seu funcionamento. Em 1.970 iniciou-se o prédio, na Praça Olegário Maciel, 25, no terreno permutado com a Santa Casa. Ele foi inaugurado em 1.972.

O decreto 94, de 1° de dezembro de 1.970, alterou a composição do Conselho de Curadores: Dolbi de Souza Magalhães, Hílton Luís Moreira Dias, Irmã Marta Maria Monteiro Salles, José Carlos Vilela, Lúcio Dias Vieira e Ricardo Ferreira Braga.

Em 5 de fevereiro de 1.971 tornou-se presidente Wálter Palmeira. Em 28 de dezembro de 1.972 seu cargo foi transmitido a Hílton Luís Moreira Dias. *Não pude, porém, confirmar estes dados*.

5 - **De 1.975 a 1.985**.

No dia 13 de fevereiro de 1.975 renovou-se o Conselho de Curadores, nomeado pelo decreto 249, de 30 de dezembro anterior: Antônio Pereira Gatto, Arnaldo Nannetti Dias, Júlio Flávio Neves, Osimo Castro Filho, Ricardo Ferreira Braga e Rociope Cirino Ferreira. Escolheram-se presidente e vice da Fundação Ricardo Ferreira Braga e Osimo Castro Filho.

A lei municipal 253, de 15 de janeiro de 1.976, revo-

gou as de ns. 502/65, 528/66 e 104/72, e alterou a estrutura jurídica da mantenedora. Mudou-lhe o nome para *Fundação Educacional de Machado,* e estabeleceu que seria administrada por um conselho diretor e um conselho de curadores. O texto foi complementado pelo decreto 291, de 19 do mesmo mês, que aprovou o novo estatuto da Fundação.

Novos membros do Conselho Diretor e do Conselho de Curadores foram nomeados pelo decreto 297, de 27 de janeiro seguinte: Antônio Pereira Gatto, Jorge E. Vieira de Oliveira, Osimo Castro Filho, Ricardo Ferreira Braga e Rociope Cirino Ferreira (C.D.); José Cássio Nannetti Dias, Márcia Signoretti Godoy e Pedro de Lima (C.C.).

A lei local 284, de 28 de dezembro de 1.976, declarou de utilidade pública a Fundação.

Em meio de uma crise na Agronomia, que postulava fossem autônomos os diretores das faculdades na aplicação de verbas, em 4 de abril de 1.977, pelo decreto 367, o Prefeito nomeou novos conselheiros diretores: Clêuton Pereira Gonçalves, Emerenciana Araújo Dias, Hílton Luís Moreira Dias, Jorge Eduardo Vieira de Oliveira (escolhido presidente da Fundação) e Silas Pereira de Souza.

O decreto 414, de 3/4/1.978, nomeou novos membros do Conselho de Curadores. Pelo decreto 478, de 16/8/1.979, foram designados para o órgão Délio de Carli, Fausto Paulo Werner e Márcia Signoretti Godoy.

Em maio de 1.979 foi iniciada a construção de mais seis salas de aula. Em 1.980 realizou-se pela primeira vez vestibular integrado das três faculdades.

Foi renovado o Conselho Diretor pelos decretos 532 e 533, de 15 e 29 de abril de 1.981. Conforme este, que revogou aquele, o órgão passou a ser composto por Carlos Alberto Pereira Dias, Clêuton Pereira Gonçalves, João Sabino Neto, José Vítor da Silva e Rêmulo Paulino da Costa. No dia 8 de maio seguinte empossaram-se como presidente e vice da Fundação José Vítor da Silva e João Sabino Neto. Nessa gestão foram publicados o *Boletim Informativo da FEM* e a *Revista de Informação e Cultura*. Instaurou-se sindicância para apurar desfalque de funcionário, que foi processado e condenado. Em outubro de 1.981 teve início a construção do Centro Esportivo, referida quando se tratou do Colégio Universitário.

A lei 493, de 21/1/1.983, autorizou doação à F.E.M. de terreno situado nas proximidades do trevo que dá acesso à Cidade, com 43.850 m2., adquirido de José Herculano do Lago. Em setembro de 1.984, mediante garantia hipotecária, ela contraiu débito com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do MEC, para construir o "*campus*" universitário. Além de irregu-

lar, por falta de lei que o autorizasse, o contrato foi feito sem previsão correta de pagamento. Contava-se, para reembolso, com o aumento do número de vagas nos cursos, que não foi autorizado pelo Conselho Estadual de Educação. As altas taxas inflacionárias impossibilitaram o pagamento, levando a entidade à insolvência.

Para edificar o "*campus*", a Fundação permutou uma fazendinha de 22 hectares no Bairro do Papagaio (que recebera anos antes em ressarcimento de desfalque cometido por um de seus fundadores) por uma gleba nas imediações da Fazenda Experimental, de 7,72 ha, pertencente a João Emygdio Gonçalves. Voltou a este quantia dada pelo Município, com permissão da lei 567, de 27 de novembro de 1.984.

A pedra fundamental do "*campus*" foi lançada em 6 de dezembro de 1.984. Era prevista inicialmente a construção de onze prédios, mas só se ergueram três. Em março seguinte passaram a ser ministrados lá os ensinamentos práticos da Agronomia, e a aula inaugural foi proferida em 6 de maio.

6 - **De 1.985 a 1.993**.

Em 1.985 o Prefeito delegou às congregações a escolha do novo Conselho Diretor, nomeado pelo decreto 711, de 10 de junho: José Carlos Vilela, José Maria do Amaral Resende, Lia Mara Ferreira Martins, Ottimar Mário Dullius e Warney Garvão de Carvalho. Sua posse ocorreu no dia seguinte, tendo sido escolhidos presidente e vice da Fundação José Maria do Amaral Resende e Lia Mara Ferreira Martins. O Conselho de Curadores foi renovado pelo decreto 754, de 29/8/86: Carlos Weber Hoffert de Castro, José Roberto Mendes e Márcia Signoretti Godoy.

A situação econômica era então desoladora: atraso no pagamento de funcionários, no resgate de dívida com o BEMGE, no pagamento de fornecedores. O débito com o FNDE já ultrapassava dois milhões de cruzados, e não havia como pagá-lo. A Fundação foi executada, e mediante embargos e negociações políticas se obteve acordo para redução e parcelamento do saldo devedor. Depois ainda foi preciso que o Município lhe doasse outra quantia, autorizado por lei, para auxiliar o pagamento de seu advogado.

Em 1.988 o Município cedeu à FEM em comodato área de 17 ha, aproximadamente, no Campo de Aviação. O decreto 851, de 9 de junho do mesmo ano, nomeou novos membros do Conselho de Curadores: Carlos Weber Hoffert de Castro, Márcia Signoretti Godoy e Nadir Corsini.

O decreto 938, de 19 de junho de 1.989, nomeou membros do Conselho Diretor: Carlos Alberto Pereira Dias, Lia Mara Ferreira Martins, Luiz Fernando Barbosa, Maurício Dias Vieira Júnior e Zélia Batista Araújo Dias. No dia seguinte tomou posse o novo presidente da Fundação, Luiz Fernando Bar-

bosa, vindo de Belo Horizonte. Sem vínculo com a Cidade e sem qualificação para o cargo, foi nomeado pelo Prefeito para atender a acertos políticos. Como não fosse funcionário da entidade, e como o estatuto desta não previsse a remuneração dos membros do Conselho Diretor, teve salários pagos pela Prefeitura. Sua gestão foi desastrosa: embora professores e funcionários não recebessem salários, fizessem greves e pedissem contenção de despesas, em pouco tempo contratou 24 novos servidores. Teve mau relacionamento com os corpos docente e discente e, incapaz de resolver a crise financeira, sugeriu vender parte do patrimônio da Fundação para obter recursos. Fortes pressões levaram-no a pedir demissão em 10 de novembro do mesmo ano. Nessa época o Município asfaltou cerca de 80% do "*campus*".

Nomeado interinamente, Clêuton Pereira Gonçalves foi alçado à presidência, em definitivo, no dia 20 de dezembro seguinte, tendo como vice João Roberto Camargo Pinto. Superado o auge da dificuldade financeira, a Fundação procurou implantar empresas paralelas, a fim de criar rendas alternativas. Montou pequena fábrica de blocos, manilhas, postes e artefatos de cimento. Criou o Colégio Universitário junto à FAFIMA.

A lei municipal 740, de 15 de maio de 1.990, autorizou o Executivo a conceder subvenção extraordinária à FEM., para pagamento de fundo de garantia em atraso, visando à estadualização da Faculdade de Agronomia, que não se concretizou.

O decreto 1.024, de 26/4/91, nomeou novos membros do Conselho de Curadores: Carlos Weber Hoffert de Castro, José Miguel de Oliveira e Paulo Roberto Conti Neves.

Em março de 1.991 a Câmara iniciou fiscalização na F.E.M.. Os vereadores questionaram o fato de o parque infantil, embora construído com dinheiro do Município, não poder ser usado pelas crianças da Creche Vovó Iracema, ao lado. Estranharam também que o presidente estivesse recebendo verba de representação (o cargo antes não era remunerado), embora já ganhasse como vice-prefeito.

Após muita polêmica, aprovou-se a lei 886, de 30/12/92, que autorizava doação de terreno à Fundação, no Jardim Chamonix, para construção de uma praça de esportes. O presidente dizia que a doação se destinava a quitar débito da Prefeitura referente a bolsas de estudo. Todavia, em face da elevada dívida da Fundação para com o INSS, não era permitida a concessão de bolsas a alunos carentes. Os vereadores condenavam a construção da praça, pois a maioria dos alunos era de fora, e não a utilizaria; além do mais, os que quisessem poderiam freqüentar o MEC. A malfadada lei acabou revogada pela 893, de 27 de janeiro de 1.993. Substituiu-a a lei 902, de 23 de março seguinte, por sua vez revogada pela 1.039, de 20 de novembro de 1.995.

Na época ainda se verberava a administração da FEM

pela precariedade do ensino, pela diferença de salário entre os professores, pela falta de laboratórios e pelos cursos não reconhecidos. Em abril de 1.993 Clêuton deu início a uma obra muito criticada: a construção do 4° pavimento, que, por deficiência da estrutura, feita fora das especificações técnicas, não suportava peso e não pôde ter uso.

Interessado em concorrer à direção da Agrotécnica, Clêuton demitiu-se três meses antes do final da tumultuada gestão. Ednan Augusto de Souza Júnior assumiu interinamente a presidência, em 12 de agosto de 1.993. Na época a FEM tinha mais de 90% da receita comprometida com pagamentos, o que inviabilizava qualquer investimento. Devia ao INSS, ao FGTS e respondia a várias ações trabalhistas.

O decreto 1.135, de 10/9/93, nomeou Paulo Joaquim de Carvalho Dias para integrar o Conselho Diretor.

7 - **De 1.993 a 2.001**.

Em 21 de dezembro de 1.993 tomou posse o novo Conselho Diretor: Édson Rúbens da Silva Leite (escolhido presidente), João Roberto de Camargo Pinto, Norma dos Anjos Weber, Rita de Cássia Castro Caixeta e Warney Garvão de Carvalho. O decreto 1.164, de 2/2/94, nomeou membros do Conselho de Curadores João Batista de Souza Moreira Neto, Nílton Salles e Pedro Carvalho de Souza Diniz.

Grave crise estourou em agosto de 1.995, com denúncia de superfaturamento em compras. Conforme se afirmou, uma empresa vendia à FEM sem licitação, por preços superiores aos de mercado, e funcionários ajudavam a encobrir o "*caixa dois*". O denunciante foi afastado, e por solicitação do Prefeito o Conselho Diretor se demitiu. Instauraram-se processo administrativo e inquérito policial, dos quais não houve mais notícia.

O decreto 1.257, de 30/8/95, nomeou os novos membros do Conselho Diretor: Lia Mara Ferreira Martins (escolhida presidenta), Adalto Simoni Pereira, Jair Macedo Filho, Lúcio Dias Vieira Júnior e Paulo Newton da Silva.

No início de 1.996 foi geral a reclamação dos alunos contra o aumento excessivo de mensalidades, que em alguns casos chegou a 150%.

Em outubro de 1.997 apresentou-se à Câmara projeto de lei que autorizava o Município a assumir a responsabilidade pelo pagamento, em prestações, de dívida da Fundação para com o INSS. Aquela comprometia-se a repassar ao Município o valor de cada parcela paga. Houve muita reclamação dos vereadores. No início de 1.998 o débito com o INSS foi parcelado.

Em dezembro de 1.998 a Fundação apresentou carta-

consulta ao C.E.E., com pedido de abertura de novos cursos: análise de sistemas, biomedicina, direito, matemática e zootecnia. Isso só foi possível porque regularizada a situação fiscal e parafiscal. Até então ela estava impedida de solicitar novos cursos, por causa da dívida com o INSS, que chegou a R$4.200.000,00.

Ainda no final de 1.998 a FEM passou a ser provedora da Internet. Para isso montou laboratório de informática, comprou equipamentos e programas especiais.

Em janeiro de 1.999 começaram sete novos cursos de pós-graduação "*lato sensu*", oferecidos em parceria com a Universidade de Uberlândia.

Em junho de 1.999 saiu parecer favorável do C.E.E. à criação do curso de graduação em matemática. Pouco depois ocorreu o mesmo em relação ao curso de biomedicina. Ambos vinculam-se à FAFIMA, e deveriam ter em 2.000 o vestibular, que foi adiado.

A primeira gestão de Lia M. F. Martins chegou ao fim em agosto de 1.999, com saldo favorável: além das realizações já mencionadas, reforma dos prédios da sede e do "*campus*"; melhoria na iluminação do "*campus*" e construção nele de vinte salas de aula, laboratórios e galpão para almoxarifado; assinatura de convênio com o MEC para execução do *Projeto Alfabetização Solidária*.

O decreto 1.494, de 1° de setembro de 1.999, nomeou os novos membros do Conselho Diretor: Lia Mara Ferreira Martins (reconduzida à presidência), Franklin Vieira de Almeida Vilhena, José Carlos Vilela, Luiz Gonzaga Xavier e Renato Ferreira de Oliveira.

Em assembléia no mês de outubro de 2.000, professores clamaram contra o autoritarismo e a falta de diálogo da presidência. Em ofício ao Prefeito, denunciaram arbitrariedades e pressões. Pediram transparência e participação dos funcionários nas deliberações, além da escolha do Conselho Diretor pelo voto direto.

O decreto 1.704, de 19 de dezembro de 2.000, renovou o Conselho de Curadores, cujos membros efetivos passaram a ser José Vítor da Silva, Pedro Carvalho de Souza Diniz e Sebastião Garcia de Souza.

No final do milênio iniciou-se grave crise entre a presidenta da Fundação e o Conselho Diretor, por causa da demissão, reputada injusta, do diretor e de três professores do Colégio Universitário. Seus desdobramentos ocorreram em data posterior à fixada como limite deste trabalho, e por isso não os menciono.

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 12, 18, 19, 22 e 23;
2 - Arquivo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Professor J. A. Vieira - livro de atas da assembléia geral da Fundação Universitária Sul Mineira;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos ns. 14, 15, 16, 17, 18 e 19;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de decretos e portarias sem número (1.964/1.967);
5 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de leis e resoluções nº 12;
6 - Arquivo Público Machadense - pasta "Fundação Educacional de Machado";
7 - Boletim Informativo da Fundação Educacional de Machado - números diversos;
8 - Coleção das Leis de 1.968 do Estado de Minas Gerais - vol. I - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.979, páginas 19 a 21;
9 - "Folha Machadense" ns. 47 - 23/2/1.975 - pág. 1;
91 - 25/1/1.976 - págs. 2 e 5;
121 - 22/8/1.976 - pág. 1;
154 - 10/4/1.977 - pág. 1;
260 - 27/5/1.979 - pág. 1;
350 - 2/5/1.981 - pág. 1;
352 - 16/5/1.981 - pág. 1;
356 - 13/6/1.981 - pág. 1;
359 - 3/7/1.981 - pág. 8;
368 - 6/9/1.981 - pág. 26;
520 - 29/9/1.984 - pág. 1;
525 - 3/11/1.984 - pág. 1;
530 - 8/12/1.984 - pág. 1;
532 - 25/12/1.984 - pág. 1;
549 - 4/5/1.985 - págs. 1 e 2;
551 - 18/5/1.985 - pág. 1;
554 - 8/6/1.985 - págs. 1 e 7;
585 - 25/1/1.986 - pág. 12;
637 - 14/2/1.987 - pág. 15;
658 - 5/7/1.987 - págs. 8 e 9;
679 - 28/11/1.987 - pág. 15;
689 - 20/2/1.988 - pág. 11;
698 - 23/4/1.988 - pág. 15;
757 - 24/6/1.989 - pág. 1;
773 - 14/10/1.989 - pág. 5;
774 - 21/10/1.989 - pág. 14;
775 - 28/10/1.989 - pág. 9;
778 - 18/11/1.989 - pág. 5;
783 - 23/12/1.989 - pág. 6;
795 - 21/3/1.990 - pág. 5;
802 - 19/5/1.990 - pág. 6;
845 - 30/3/1.991 - pág. 9;

846 - 6/4/1.991 - pág. 6;
945 - 20/3/1.993 - supl.;
947 - 3/4/1.993 - pág. 1;
955 - 29/5/1.993 - supl.;
964 - 14/8/1.993 - págs. 1 e 3;
967 - 11/9/1.993 - pág. 12;
974 - 30/10/1.993 - supl.;
983 - 1/1/1.994 - pág. 6;
1067 - 26/8/1.995 - pág. 12;
1068 - 2/9/1.995 - pág. 3;
1069 - 9/9/1.995 - pág. 3;
1086 - 13/1/1.996 - págs. 1 e 3;
1176 - 11/10/1.997 - pág. 7;
1233 - 5/12/1.998 - pág. 1;
1234 - 12/12/1.998 - págs. 5 e 6;
1263 - 3/7/1.999 - pág. 1;
1267 - 31/7/1.999 - pág. 19;
1269 - 14/8/1.999 - págs. 9 e 16;
1272 - 4/9/1.999 - págs. 2 e 5;
1331 - 28/10/2.000 - pág. 2;
1332 - 4/11/2.000 - pág. 4;
1339 - 24/12/2.000 - pág. 15;

10 - "Jornal da Cidade" nº 5 - dez. de 1.984 - pág. 8;

11 - "Minas Gerais" de 12/11/1.965 - pág. 3;
24/12/1.965 - págs. 1 e 2;
1/12/1.966 - pág. 1;
12/6/1.968 - pág. 6;

12 - "0 Machadense" ns. 939 - 2/5/1.965 - pág. 4;
940 - 9/5/1.965 - págs. 1 e 4;
1009 - 10/9/1.966 - págs. 2 e 5;
1031 - 3/3/1.968 - pág. 1;

13 - Revista de Informação e Cultura - diversos números;

14 - Revista Imagem e Conteúdo - nº 10 - maio/junho de 1998 - pág. 15;

15 - "Siga em Frente" ns. 26 - 21 a 24/7/1.993 - pág. 12;
46 - 29 a 31/12/1.993 - págs. 1 e 3;

16 - "Tribuna Machadense" ns. 2 - 2/2/1.980 - pág. 1O;
83 - 13/9/1.983 - pág. 14;
109 - 13/9/1.986 - pág. 8;
110 - 5/2/1.987 - pág. 3.

****

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
PROFESSOR JOSÉ AUGUSTO VIEIRA

1) - Criação e primeiros tempos.
2) - Autorização e reconhecimento.
3) - Gestões subseqüentes.
4) - Informações diversas.

****

1 - **Criação e primeiros tempos**.

A idéia de aqui fundar uma faculdade de Filosofia surgiu no início de 1.965, em grupo de professores do Curso Científico, liderados por Lúcio Dias Vieira. Dele faziam parte. entre outros, Aécio Pinto Gonçalves, José de Rezende Lara, Lindolpho de Souza Dias Neto, Manoel Juntolli Ferreira e Maurício Dias Vieira. Em abril obteve-se a adesão da cúpula do Setor Local da C.N.E.G., que formou comissão de nove membros para levar adiante o projeto. Integraram-na o prefeito Lucas Tavares de Lacerda, o presidente da Câmara Hílton Luís Moreira Dias, e o presidente do Setor Francisco Vieira Guerra (*membros natos*); o presidente do *Rotary* Osimo Castro Filho; o presidente do *Lions* Rômulo Swerts Costa; o Cônego Wálter Maria Pulcinelli, Lúcio Dias Vieira, Manoel Juntolli Ferreira e Wolney de Araújo Dias.

Após visitar as faculdades de Guaxupé e Passos, uma grupo foi ao Conselho Estadual de Educação para inteirar-se das providências a tomar. Orientaram-no a que imediatamente desse início às atividades da Escola e ao processo de autorização, porque normas mais exigentes seriam em pouco baixadas. Assim, a Edilidade aprovou com urgência a lei 502, de 26 de abril, que criou a mantenedora, Fundação Universitária Sul Mineira. Em 2 de maio, a cúpula desta escolheu os primeiros dirigentes da Faculdade: *diretor* - Cônego Wálter

Maria Pulcinelli; *vice-diretor* - Manoel Juntolli Ferreira; *secretária* - Magaly Nogueira.

Em junho realizou-se o primeiro vestibular, com aprovação de 91 alunos. Por sugestão do vereador Manoel Mendes foi dado à Faculdade o nome do professor José Augusto Vieira, cujo filho, José Flávio Dias Vieira, proferiu a aula inaugural em 3 de julho.

A Escola funcionou de início nas dependências do Colégio Comercial, com os cursos de letras, ciências sociais, ciências biológicas e pedagogia. O corpo docente pioneiro era assim composto: Aécio Pinto Gonçalves, Aloísio Antoni, Aloysio Pereira Caixeta, Casemiro Afonso Vieito, Cônego Wálter Maria Pulcinelli, Fausto Paulo Werner, Felipe Nazário, Gabriel Barbosa, Laurentino Flach, Leonides Ruiz, Lúcio Dias Vieira, Padre Homero Hélio de Oliveira, Padre Romeu José Miranda e Wolney de Araújo Dias. Também lecionaram nos primeiros tempos: Casemiro Olavo Silveira Freire, Emerenciana Araújo Dias, Jorge Eduardo Vieira de Oliveira, Madre Cacilda Maestro Duñas, Madre Maria Pilar de Vasconcellos e Sylas Pereira de Souza.

Entrementes foi montado o processo de autorização, que o C.E.E. baixou para reestruturar-se a entidade mantenedora, como visto em capítulo anterior.

A lei estadual 3.544, de 11 de novembro de 1.965, dispôs sobre a criação em Machado de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Autorizou o Executivo a organizar fundação para dirigi-la. Foi alterada pela lei 4.713, de 9 de abril de 1.968, que criou também a Faculdade de Agronomia, estabelecendo a gratuidade de ambos os cursos para alunos carentes, mas facultando a substituição de tal regime pela concessão de bolsas de estudo, com posterior reembolso. Esclareceu que a fundação poderia encampar as faculdades de Filosofia ou de Agronomia existentes na região, desde que já autorizadas pelo C.E.E.. Todas essas leis parecem ter sido uma tentativa de estadualização de nossas escolas superiores, que não se concretizou.

2 - **Autorização e reconhecimento**.

Em agosto de 1.966 a Faculdade se transferiu para algumas salas alugadas do Ginásio São José. Preocupado com a demora na autorização do funcionamento, o diretor Pulcinelli demitiu-se em 22 do mesmo mês. No dia 31 seguinte o presidente da Fundação nomeou Lúcio Dias Vieira para substituí-lo, continuando em seus cargos o vice-diretor e a secretária.

Em 1.967 a Faculdade foi paralisada, até que se regularizasse sua situação. Autorizado afinal o funcionamento por parecer do C.E.E. de 20 de fevereiro de 1.968, ela voltou a funcionar, realizando novo vestibular no mês seguinte. Em meados daquele ano foram adquiridos um laboratório e uma biblioteca.

Em dezembro de 1.971 formou-se a primeira turma, com 122 bacharéis. Em 1.972 a Faculdade mudou-se para o prédio novo da Fundação, na Praça Olegário Maciel, 25. No mesmo ano criou-se, anexa a ela, a Escola de Aplicação, como visto noutro capítulo.

O decreto federal 70.761, de 23 de junho de 1.972, concedeu reconhecimento à FAFIMA, com os cursos de letras (português-inglês e português-francês), pedagogia, ciências biológicas e ciências sociais. O parecer do C.F.E. que o embasara havia sido comemorado com ponto facultativo pelo decreto municipal 136, de 7 de abril anterior.

O decreto federal 71.439, de 27 de novembro de 1.972, autorizou o funcionamento na Faculdade dos cursos de licenciatura de 1° grau em ciências, e de licenciatura de 1° e 2° graus em estudos sociais.

3 - **Gestões subseqüentes**.

Em agosto de 1.974 renunciou o diretor Lúcio Vieira, assumindo seu lugar o vice Aécio Pinto Gonçalves. No início do mês seguinte foi eleito diretor José Carlos Vilela.

O decreto federal 79.867, de 27 de junho de 1.977, concedeu reconhecimento ao curso de estudos sociais, licenciaturas de 1º grau e plena, com habilitação em educação moral e cívica.

Em meados de 1.978 a Escola lançou a revista "*Página*". Em setembro o diretor foi reeleito para mandato de quatro anos, tendo por vice Clêuton Pereira Gonçalves.

De 1.982 a 1.995 a Faculdade promoveu anualmente uma "*semana cultural*". Em 22 de dezembro daquele ano ascendeu à diretoria Clêuton P. Gonçalves, relegada para data posterior a escolha de seu vice.

A portaria 876 do Ministério da Educação, de 19 de dezembro de 1.986, autorizou a conversão do curso de estudos sociais, habilitação em educação moral e cívica, licenciatura plena, nas habilitações em história e geografia, licenciaturas plenas.

O diretor Gonçalves foi reeleito em 13 de janeiro de 1.987. Em 1.989 a Faculdade pôs em funcionamento o Colégio Universitário, de que se trata noutro capítulo, e adquiriu o Curso de Inglês Fisk. De acordo com o parecer 700, de 3 de outubro do mesmo ano, o Conselho Estadual de Educação desvinculou da ESACMA o curso de Ciências - licenciatura de 1° grau, com habilitação plena em Biologia, incorporando-o novamente à FAFIMA.

Em janeiro de 1.991 escolheu-se diretora Gilca Maria Almeida Costa. Em junho do mesmo ano aconteceu a "*1ª semana de estudos sociais*". Os cursos de história e geografia foram reconhecidos pelo C.F.E. em novembro de 1.993.

No pleito realizado em dezembro de 1.994 a diretora Gilca teve mais votos que Warney Garvão de Carvalho. Este, porém. foi escolhido pelo Conselho Diretor da F.E.M. para suceder-lhe, empossando-se em 1° de fevereiro seguinte. A partir de 1.996, mediante convênio com a Universidade de Uberlândia, a Faculdade passou a oferecer cursos de pós-graduação "*lato sensu*", em quatro módulos, nas áreas de geografia, história e ciências biológicas. Em 1.999 começou a ser editado o boletim "*Fafima*". No ano seguinte lançaram-se o jornal da Pedagogia, "*Cogitare*", e o do Departamento de Letras, "So Letrando".

4 - **Informações diversas**.

A Faculdade, no final do milênio, possuía os seguintes departamentos: *Biologia* (curso único); *Pedagogia* (com os cursos de Administração, Orientação e Supervisão); *Letras* (com os cursos de Inglês e Português); *História e Geografia* (antes denominado Estudos Sociais, com os cursos de História e de Geografia).

Tinha, ao todo, cerca de 60 professores e 1.057 alunos.

O Departamento de Letras submeteu-se ao chamado "*provão*" nos anos de 1.998, 1.999 e 2.000, tendo recebido em todos o conceito "C". O Departamento de Biologia o fez no ano de 2.000. recebendo o conceito "D".

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Prof. J. A. Vieira - livro de atas da assembléia geral da Fundação Universitária Sul Mineira;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro 14 de leis e decretos;
3 - Coleção das Leis de 1.968 do Estado de Minas Gerais - vol. I - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.979, páginas 19 a 21;
4 - Diário Oficial da União, seção I, parte I:
- 26/6/1.972 - pág. 5.516;

- 28/11/1.972 - pág. 10.603;
- 28/6/1.977 - pág. 8.075;
- 22/12/1.986 - pág. 19.484;

5 - “Estado de Minas” de 20/12/2.000 - pág. 25;

6 - “Folha Machadense” ns. 19 - 4/8/1.974 - pág. 1;
25 - 15/9/1.974 - pág. 2;
156 - 24/4/1.977 - pág. 1;
198 - 19/2/1.978 - pág. 3;
217 - 2/7/1.978 - pág. 1;
228 - 1/10/1.978 - pág. 9;
432 - 25/12/1.982 - pág. 1;
634 - 17/1/1.987 - pág. 1;
726 - 5/11/1.988 - pág. 7;
841 - 2/3/1.991 - pág. 1;
976 - 13/11/1.993 - pág. 10;
1030 - 3/12/1.994 - pág. 1;
1031 - 10/12/1.994 - pág. 1;
1036 - 21/1/1.995 - pág. 3;
1102 - 4/5/1.996 - pág. 3;

7 - informações pessoais de Antônio Carlos Fernandes e Warney Garvão de Carvalho;

8 - “Minas Gerais” de 12/11/1.965 - pág. 3;

9 - “O Diário” - B. Horizonte - 6/7/1.965 e 24/3/1.968;

10 - “0 Machadense” ns. 939 - 2/5/1.965 - págs. 1, 3, 4 e 5;
940 - 9/5/1.965 - págs. 9 e 1O;
943 - 30/5/1.965 - pág. 3;
949 - 11/7/1.965 - pág. 1;
972 - 19/12/1.965 - pág. 2;
975 - 16/1/1.966 - pág. 4;
996 - 12/6/1.966 - pág. 3;
1004 - 14/8/1.966 - pág. 5;
1009 - 2/9/1.966 - pág. 2;
1024 - 14/1/1.968 - pág. 8;
1029 - 18/2/1.968 - págs. 1 e 3;
1043 - 9/6 /1.968 - pág. 1;
1057 - 30/8/1.968 - pág. 1;
58 - 16/4/1.971 - pág. 1;
90 - 26/11/1.972 - pág. 1.

B - **secundárias**

1 - João Rodrigues de Carvalho - “História de Machado” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 129/130;

2 - “site” na Internet: http://web.inep.com.br.

****

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E CIÊNCIAS

1) - Criação de curso estadual.
2) - Faculdade Integrada de Ciências Biológicas.
3) - Mudanças de nome e de sede.
4) - Tentativas de estadualização e de municipalização.
5) - Últimos anos do século.
6) - Atividades e informações diversas.

****

1 - **Criação de curso estadual**.

A lei estadual 4.713, de 9 de abril de 1.968, alterando a 3.544/65, dispôs sobre a criação em Machado de uma Faculdade de Agronomia, além da de Filosofia. Estabeleceu que os respectivos cursos seriam gratuitos para os alunos carentes, mas que tal regime poderia ser substituído pela concessão de bolsas de estudo, com posterior reembolso. Tratou ainda da organização, pelo Executivo, de uma fundação educacional para mantê-las, esclarecendo que poderia encampar as existentes na região, desde que já autorizadas pelo C.E.E.. Como esclarecido no capítulo anterior, tudo isso, que foi uma tentativa de estadualização do nosso ensino superior, não saiu do papel...

2 - **Faculdade Integrada de Ciências Biológicas**.

Ratificando o parecer 50/74 do C.E.E., o decreto federal 74.315, de 23 de julho de 1.974, autorizou o funcionamento da Faculdade Integrada de Ciências Biológicas, com o curso de Agronomia, e a transferência, para ela, dos cursos de Ciências Biológicas e de Ciências (licenciatura de 1° grau), desmembrados da Faculdade de Filosofia.

Dentre os professores que por primeiro nela lecionaram, lembrem-se: Aécio Pinto Gonçalves, Afonso Azevedo de Paiva Reis, Cassimiro Olavo Silveira Freire, Dalmo de Carvalho, Fausto Paulo Werner, João Realino da Silva, João Virgílio Maranesi Caixeta, Joaquim Carvalho dos Santos, Jorge Eduardo Vieira de Oliveira, Jorge Vítor Trindade de Oliveira, José Maria do Amaral Resende, José Oscar Vieira, Lázaro Moscardini da Assunção, Lindolfo de Souza Dias Neto, Lúcio Dias Vieira, Lusa Soares, Manoel Juntolli Ferreira, Marcelo Diógenes Maia, Maurício Dias Vieira, Norma dos Anjos Weber, Paulo de Tarso da Costa Leite, Rêmulo Paulino da Costa, Silas Pereira de Souza e Tarciso de Abreu.

O primeiro diretor, em caráter interino e para efeito de instalação da Faculdade, foi Lúcio Dias Vieira. Em setembro de 1.974 elegeu-se diretor Aécio Pinto Gonçalves. O primeiro vestibular realizou-se no segundo semestre de 1.975.

Em 1.976 a Escola adquiriu um laboratório de análise de solos. A partir dessa época passou a promover anualmente *semanas de ciências agrárias*, depois chamadas de *semanas agronômicas*.

Grave crise eclodiu em 1.977, quando se avolumaram queixas de alunos e professores acerca da falta de equipamentos e de local para experimentos, da deficiência dos laboratórios e da biblioteca, da inexistência de autonomia administrativa, da carência de recursos, e de salários atrasados. Os problemas e as manifestações levaram à nomeação de novo Conselho de Curadores para a Fundação, como visto no capítulo correspondente.

Em agosto de 1.978 foi escolhido diretor Rêmulo Paulino da Costa. Ele renunciou um ano depois, para dirigir a Escola Agrotécnica Federal. Seu mandato foi completado pelo vice Zaqueu Campos Caixeta, que firmou convênio com a EPAMIG para cooperação técnico-científica e para uso da Fazenda Experimental. Em novembro de 1.978 a Faculdade passou a dispor também de um laboratório de análise de sementes, credenciado em 1.984, que atende a agricultores da região.

O decreto federal 83.508, de 28 de maio de 1.979, concedeu reconhecimento ao curso de Agronomia. O curso de Ciências Biológicas foi convertido em curso de Ciências, com habilitações em Ciências (licenciatura de 1º grau) e em Biologia (licenciatura plena), pela portaria ministerial 868, de 31 de agosto do mesmo ano.

No dia 30 de junho de 1.982 foram nomeados diretor e vice os professores Paulo Joaquim de Carvalho Dias e José Maria do Amaral Resende.

3 - **Mudanças de nome e de sede**.

A portaria 483 do Ministério da Educação, de 20 de

dezembro de 1.982, aprovou a mudança do nome da Faculdade Integrada de Ciências Biológicas para Escola Superior de Agricultura e Ciências de Machado - ESACMA. Já em 1.979 a comunidade acadêmica decidira alterá-lo, pelo voto. Os estudantes opunham-se à inclusão nele do termo "*Ciências*", por recear que o curso de Ciências Biológicas, ou outro qualquer, prejudicasse o de Agronomia. Preferiam que a Faculdade se chamasse apenas "*Escola Superior de Agronomia de Machado*".

A partir de outubro de 1.983 um grupo de alunos realizou o *PROIAC - Programa de Integração Aluno-Comunidade*, com o objetivo de levantar os problemas relativos a higiene e saúde nas escolas rurais do Município.

Em março de 1.986 começou a mudança de parte do curso de Agronomia para o "*campus*" universitário, na Avenida Dr. Athayde Pereira de Souza.

No dia 1° de julho de 1.986 tomou posse o novo diretor, Wladimir Sebastião Braga Dominguetti. Em 11 de fevereiro do ano seguinte, ele foi demitido por incompatibilidade com a presidência da Fundação, e substituído pelo vice Byron Dias Costa.

Em agosto de 1.988, como forma de pressão, todos os alunos da Agronomia se mudaram para o "*campus*", queixando-se de suas precárias instalações e da má qualidade do ensino. A crise perdurou no ano seguinte, acarretando a transferência de muitos estudantes para a Faculdade de Alfenas.

Em 3 de julho de 1.989 foi escolhida diretora Maísa Ribeiro Pereira Lima Brigagão. No segundo semestre daquele ano o Município entregou sua horta comunitária à Escola. Esta editou livro sobre atualização em fertilidade do solo, e promoveu a 1ª exposição agrária. Em outubro houve greve de alunos contra as más condições do "*campus*" e as promessas não cumpridas de melhorá-lo. Eles decidiram ocupar o prédio da Fundação até a feitura das obras, mas logo voltaram àquele.

De acordo com o parecer 700, de 3 de outubro do mesmo ano, o Conselho Estadual de Educação desvinculou da Escola o curso de Ciências - licenciatura de 1° grau, com habilitação plena em Biologia, incorporando-o novamente à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "*Professor José Augusto Vieira*".

Nos primeiros anos da década de noventa continuou a crise, decorrente de problemas financeiros. O número de alunos diminuiu, e a renda mal dava para saldar a folha de pagamentos. O asfaltamento do "*campus*" ocorreu em 1.991, mas não se fizeram outros investimentos prometidos, como a melhoria dos laboratórios e a contratação de novos professores.

Em 19 de setembro de 1.991 assumiu a direção Zaqueu

Campos Caixeta, que a ocupou até janeiro de 1.994.

4 - **Tentativas de estadualização e de municipalização**.

Em junho de 1.990 o Deputado Aloísio Garcia, candidato à reeleição, apresentou à Assembléia o projeto de lei 2.453/90, dispondo que os municípios de Barbacena, Lavras e Machado seriam sedes de faculdade ou instituição autônoma de ensino, integrantes da Universidade Estadual, criada pela nova Constituição mineira. A iniciativa, vista como solução para os problemas econômicos da nossa Escola, foi recebida com entusiasmo, rendeu alguns votos ao autor, mas resultou em nada após o pleito.

Em visita a Machado durante a *X Semana Agronômica*, em maio de 1.992, o reitor da U.E.M.G., Aluísio Pimenta, propôs de novo a inclusão nela da ESACMA - só palavras...

Oriunda de projeto do Executivo, a lei local 868, de 23 de outubro de 1.992, municipalizou a Faculdade, como passo para a pretendida estadualização. Criou a autarquia *Instituto Superior de Ensino e Pesquisa de Machado*, com patrimônio constituído pelos bens da ESACMA, e a finalidade de "*instalar e manter sem finalidades lucrativas estabelecimento de ensino de todos os ramos e graus*...". Enumerou as fontes de sua receita, entre as quais a "*destinação obrigatória e mensal de 6% da efetiva arrecadação do Município no mês anterior ao repasse*". Tratou de sua diretoria e da dos estabelecimentos a ela pertencentes. Criou diversos cargos nela, fixando sua remuneração. Autorizou-lhe a transferência de Cr$180.000.000,00, apenas para pagamento das despesas referentes ao último trimestre do exercício em curso.

O decreto 1.091, de 24 de novembro seguinte, aprovou o estatuto do I.S.E.P., e a portaria 910, de 29 de janeiro de 1.993, nomeou Zaqueu Campos Caixeta presidente dele.

Pouco durou a irrefletida mudança: a lei 943, de 10 de novembro de 1.993, revogou a lei 868. Conforme se explicou na Câmara, a revogação foi necessária porque o Executivo não conseguia repassar os 6% à Autarquia; porque, devendo ser o ensino gratuito, a Escola não teria condições de subsistência; e porque, se feita a estadualização, os professores teriam que ser dispensados e indenizados, o que acarretaria gastos impossíveis de suportar.

A estadualização continuava a ser objetivo da Escola. Em 1.995, ela firmou convênio de intenções com a U.E.M.G., para viabilizar trabalhos de pesquisa e orientação pedagógica. No mesmo ano o Deputado Jorge Eduardo Oliveira apresentou à Assembléia o projeto de lei 345, que determinava à Universidade do Estado receber a ESACMA como entidade associada, com o fim de dar-lhe assistência administrativa, científica e pedagógica, "*até que se*

processe a sua absorção".

5 - **Últimos anos do século**.

Giselle do Prado Brigante exerceu a direção por dois mandatos, iniciados em 14/1/94 e em 14/2/98. A Escola, que já vendia adubo orgânico a granel, em 1.997 lançou-o no mercado em embalagem plástica. No ano seguinte, para aproveitar o "*campus*" no período noturno, cedeu salas para cursos de artesanato, capoeira e ioga, abertos à comunidade.

O projeto de lei 536/99 do Deputado Jorge Oliveira autorizava a U.E.M.G. a receber a Escola como unidade associada, para assistência pedagógica, administrativa e científica, até absorvê-la. Foi completamente alterado na Comissão de Constituição e Justiça, por substitutivo que se converteu na lei 13.719, de 25 de setembro de 2.000. Eliminando a referência à ESACMA, ela permite, de modo geral, que a Universidade se associe a outras instituições de ensino superior, para cooperação didático-científica.

Em 2.000 foi lançado o curso pós-técnico em agroecologia, matéria que também passou a ser ministrada, optativamente, no curso de graduação. No mesmo ano a Escola submeteu-se pela primeira vez ao exame nacional de cursos, tendo obtido o conceito "C".

6 - **Atividades e informações diversas**.

A Faculdade, no último ano do milênio, contava com 34 professores e 252 alunos. Tinha os seguintes departamentos: Fitotecnia; Química e Solos; Biologia e Zootecnia; Educação; Ciências Exatas, Engenharia e Economia Rural. Possuía vários laboratórios, destinados a aulas práticas, pesquisas e extensão rural: o de análise de sementes, o de análise de solos, o de biologia e zootecnia, o fitossanitário, o de informática, o de mineralogia e o de química.

Prestava serviços a empresas e lavradores, e investia no setor agro-industrial, com assistência técnica ao plantio de capim-limão e ervas medicinais, com a produção de húmus de minhoca, e com o cultivo de mudas de café, plantas ornamentais, frutíferas e nativas.

Mantinha um centro de inseminação artificial, e desenvolvia trabalhos e projetos de pesquisa em parceria com órgãos públicos e entidades privadas, como os de normatização e certificação de produtores orgânicos, de avaliação de insumos, e de técnicas de plantio. Participava ainda dos projetos "*Escola no Campo*", com a Universidade de Viçosa, que atendia a alunos da zona rural; e "*Pró-Infância*", dirigido a crianças de 7 a 14 anos de idade.

Tem editado diversos boletins, como "*Esacma em Notícias*", "*Esacma*" e "*Informativo Agronômico*", dos quais se trata no capítulo relativo à imprensa.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro nº 15 de atas, pág. 103;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro nº 18 de decretos;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro nº 17 de portarias;
4 - "Arueira" - out./nov. de 1.979 - pág. 19;
5 - Coleção das Leis de 1.968 do Estado de Minas Gerais - vol. I - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.979, págs. 19 a 21;
6 - Diário Oficial da União, seção I, parte I:
- 23/7/1.974 - pág. 8.313;
- 29/5/1.979 - pág. 7.576;
7 - "Estado de Minas" de 20/12/2.000 - pág. 24;
8 - "Folha Machadense" ns. 1 - 24/3/1.974 - pág. 7;
2 - 31/3/1.974 - pág. 3;
19 - 4/8/1.974 - pág. 1;
25 - 15/9/1.974 - pág. 2;
102 - 11/4/1.976 - pág. 3;
130 - 23/10/1.976 - pág. 1;
155 - 17/4/1.977 - pág. 8;
223 - 20/8/1.978 - pág. 10;
253 - 8/4/1.979 - pág. 1;
254 - 15/4/1.979 - pág. 1;
271 - 11/8/1.979 - pág. 1;
317 - 30/8/1.980 - págs. 1 e 1O;
408 - 3/7/1.982 - pág. 1;
434 - 23/1/1.983 - pág. 4;
590 - 1/3/1.986 - pág. 1;
608 - 5/7/1.986 - pág. 15;
637 - 14/2/1.987 - pág. 16;
638 - 21/2/1.987 - pág. 5;
751 - 13/5/1.989 - pág. 1;
760 - 15/7/1.989 - pág. 8;
761 - 22/7/1.989 - págs. 8 e 9;
764 - 12/8/1.989 - pág. 8;
767 - 2/9/1.989 - pág. 1;
772 - 7/10/1.989 - pág. 1;

804 - 2/6/1.990 - pág. 7;
808 - 30/6/1.990 - pág. 1;
811 - 21/7/1.990 - pág. 7;
848 - 20/4/1.991 - págs. 2 e 1O;
851 - 11/5/1.991 - pág. 1;
904 - 23/5/1.992 - pág. 1;
920 - 19/9/1.992 - págs. 1 e 7;
923 - 3/10/1.992 - pág. 1;
929 - 14/11/1.992 - pág. 5;
976 - 13/11/1.993 - pág. 3;
1056 - 10/6/1.995 - pág. 7;
1070 - 16/9/1.995 - pág. 1;
1204 - 9/5/1.998 - pág. 16;
1330 - 14/10/2.000 - pág. 23;
1337 - 9/12/2.000 - pág. 4;

9 - informações pessoais de Antônio Carlos Fernandes e Giselle do Prado Brigante;
10 - "Jornal da Cidade" nº 1 - junho de 1.984 - pág. 4;
11 - "O Machadense" nº 1033 - 17/3/1.968 - pág. 1;
12 - prospectos da ESACMA;
13 - Revista "Imagem e Conteúdo":
- nº 5 - abril/maio de 1.997 - pág. 13;
- nº 14 - abril/maio de 1.999 - págs. 8 e 9;

14 - "site" na Internet: http://web.inep.gov.br;
15 - "Tribuna Machadense" nº 83 - 13/9/1.983 - pág. 14.

****

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1) - Ressalva.
2) - Histórico.

****

1 - **Ressalva**.

Não tive acesso aos livros e documentos da Faculdade, nem resposta às perguntas que fiz por escrito. O capítulo ficou incompleto.

2 - **Histórico**.

Seu funcionamento, com o curso de Ciências Contábeis, foi autorizado pelo decreto federal 71.440, de 27 de novembro de 1.972. Iniciou as atividades em 1° de dezembro seguinte, abrindo inscrições para o vestibular. O curso começou em março de 1.973, com 56 alunos.

Funcionou de início no prédio do Colégio Municipal, com autorização do decreto local 146, de 19 de maio de 1.972. Mudou-se em 1.975 para o da Fundação Educacional, que ainda ocupa.

Teve como primeiro diretor Maurício Dias Vieira, que se demitiu em 30 de dezembro de 1.974. No dia 22 do mês seguinte ascendeu à diretoria o vice José de Rezende Lara.

Em 4 de dezembro de 1.978 empossaram-se como diretor e vice os professores Sílvio Aparecido Crepaldi e José Roberto Rodrigues Albuquerque.

O decreto federal 83.277, de 12 de março de 1.979, concedeu reconhecimento ao curso de Ciências Contábeis. Em 31 de março do ano seguinte o Conselho Federal de Educação autorizou o funcionamento do curso de Administração Rural, que, todavia, não foi implantado.

Foram escolhidos diretor e vice, em 22 de dezembro de 1.982, os professores Paulo de Tarso da Costa Leite e José de Rezende Lara. O primeiro, em 13 de janeiro de 1.987, recebeu novo mandato de quatro anos.

Elegeu-se diretora em janeiro de 1.991 Elza Benedita de Souza Prado. Seu sucessor, desde 1° de março de 1.999, é Hamílton de Paiva Magalhães.

A Escola tem promovido palestras e simpósios sobre Contabilidade.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro 14 de leis e decretos;
2 - "Diário Oficial da União", seção I, parte I:
- 28/11/1.972, pág. 10.603;
- 13/3/1.979, pág. 3.590;
3 - "Folha Machadense" ns. 39 - 25/12/1.974 - pág. 3;
43 - 26/1/1.975 - pág. 1;
63 - 22/6/1.975 - pág. 3;
238 - 10/12/1.978 - pág. 6;
243 - 28/1/1.979 - pág. 1;
297 - 12/4/1.980 - pág. 8;
432 - 25/12/1.982 - pág. 1;
634 - 17/1/1.987 - pág. 1;
841 - 2/3/1.991 - pág. 1;
952 - 8/5/1.993 - supl.;
1246 - 13/3/1.999 - pág. 2;
4 - "0 Machadense" nº 92 - 10/12/1.972 - pág. 1;
5 - "Tribuna Machadense" nº 83 - 13/9/1.983 - pág. 14.

****

F - ASSOCIAÇÕES ESTUDANTIS

ASSOCIAÇÕES ESTUDANTIS - I
(nível fundamental e médio)

1) - Grêmio Estudantil do Ginásio São José.
2) - Grêmio Cenegista.
3) - Grêmio Estudantil Madre Cármen Salles.
4) - União Machadense dos Estudantes Secundários - UMAES.
5) - Grêmio Estudantil Dr. Lúcio Dias Vieira.
6) - Grêmio Estudantil Imaculada Conceição.
7) - Grêmio Estudantil La Salle.
8) - Centro Cívico Juscelino Kubitschek de Oliveira.
9) - Grêmio Estudantil José Roberto Mendes.
10) - Centro Cívico Dr. Joaquim Albino de Almeida.
11) - Centro Cívico Dr. Aprígio Nogueira.
12) - Grêmio Estudantil Irmão Germano Lúcio.
13) - Centro Cívico da E.E. Gabriel Odorico.
14) - Grêmio Estudantil Clêuton Pereira Gonçalves.
15) - Centro Cívico Prof. Manoel Rodrigues de Oliveira.
16) - Grêmio Estudantil Mirim do Colégio Universitário.

****

1 - **Grêmio Estudantil do Ginásio São José**.

Foi fundado em 4 de abril de 1.949, pelo diretor do Estabelecimento. No dia 26 do mesmo mês elegeu a primeira diretoria: *presidente honorário* - Dr. Aprígio Nogueira; *presidente efetivo* - Renato Horta Prado; *secretário* - Geraldo Abdala; *tesoureiro* - Léo de Araújo; *diretor assistente* - Irmão Edmundo Ernesto.

Tinha departamento literário (*Centro Cívico-Cultural "Carlos de Laet"*) e departamento de esportes (*Grêmio Esportivo São José*),

ambos com direção própria.

As leis municipais 41 e 49, de 31 de outubro de 1.949, concederam-lhe subvenções. Em 1.950 montou no Ginásio um serviço de alto-falante, no qual tocava discos doados por diversas pessoas.

2 - **Grêmio Cenegista**.

Era órgão representativo dos alunos da Escola Técnica de Comércio, onde tinha sede. Ignoro quando foi fundado e quando se extinguiu. Em 1° de maio de 1.961 ocorreu a posse de sua diretoria, composta, entre outros, por Ednan de Oliveira (*presidente*), José Vítor da Silva (*vice*), Nancy Soares (*secretária*) e Ronaldo Rúbens Ferreira da Silva (*tesoureiro*). Tinha ainda diretores artístico, social e esportivo, conselheiros fiscais e estudantis.

3 - **Grêmio Estudantil Madre Cármen Salles**.

Fundou-se em 1.965 no Colégio Imaculada Conceição, tendo sido Celso Eduardo Couto seu primeiro presidente. Nada mais sei a respeito dele.

4 - **União Machadense dos Estudantes Secundários - UMAES**.

Criada em 13 de setembro de 1.966, congregava o corpo discente do Colégio Cenegista (curso científico). Propunha-se a representar os alunos perante a direção da Escola; a melhorar seu desenvolvimento cultural, artístico, social e esportivo; a promover pesquisas e publicações de caráter científico e cultural; a colaborar com os órgãos de ensino locais.

Foi esta sua primeira diretoria: *presidente* - Lúcio Dias Vieira Júnior; *vice-presidente* - José Frederico Abrão; *secretária* - Marina Penha; *tesoureiro* - José Francisco Vieira Dias.

Filiada à União Colegial de Minas Gerais, publicou o jornal "*A Voz da UMAES*", de que trato no capítulo relativo à imprensa. Lançou manifesto, no mês de abril de 1.968, em protesto contra a morte do estudante Édson Souto, no Rio de Janeiro. Não sei quando terminou.

5 - **Grêmio Estudantil Dr. Lúcio Dias Vieira**.

Representava os estudantes do Colégio Comercial. Ignoro as datas de sua criação e extinção. Em 1.964 tinha como diretor cultural

Lúcio Rodrigues de Oliveira, que lançou o jornal "*0 Linguarudo*". No final de 1.965 Osvaldo Signoretti deixou a presidência, substituído por José Vítor da Silva. A lei local 525, de 22 de abril de 1.966, concedeu-lhe auxílio para construção de uma quadra de voleibol nos fundos do Estabelecimento.

Em 3 de abril de 1.967 elegeu a seguinte diretoria: *presidente* - Marcelo Pereira; *vice-presidente* - Reinaldo Almeida; *secretária* - Leonor Camargo; *1° tesoureiro* - José Antônio Macedo; *2° tesoureiro* - Joaquim Eduardo Caixeta Oliveira.

Em setembro de 1.968 era presidido por Alceu Cavalcanti de Souza Moreira. No início de 1.970 faziam parte de sua diretoria provisória, entre outros: *presidente* - Alceu C. de Souza Moreira; *vice-presidente* - Paulo Carvalho; *secretária* - Leonor Camargo. Em 5 de março daquele ano empossou-se nova equipe, encabeçada por Marcelo Souza Dias e secretariada por Leonor Camargo.

No pleito de 2 de abril de 1.976 venceu esta chapa: *presidente* - Raimundo Patú da Silva; *vice-presidente* - André Milani; *secretária* - Marta Tenório; *tesoureira* - Olivanda de Paiva Grilo. No mesmo mês criou-se o regulamento do periódico do Grêmio, que passou a chamar-se "*Jornal POP*".

Em 29 de abril de 1.977 tomou posse a seguinte diretoria: *presidente* - Itamar José Costa; *vice-presidente* - Luís Américo Costa; *secretária* - Marta Tenório; *tesoureiro* - Jorge Luís Souza.

6 - **Grêmio Estudantil Imaculada Conceição**.

Outra associação dos alunos concepcionistas, que em março de 1.975 elegeu presidente Nivaldo Sales Alvim. Não consegui mais informações a seu respeito.

7 - **Grêmio Estudantil La Salle**.

Como o nome indica , nasceu no "*São José*". Em abril de 1.976 elegeu nova diretoria, com dois presidentes: Luiz Antônio de Almeida (*período diurno*) e Carlos Moura Santos (*período noturno*).

8 - **Centro Cívico Juscelino Kubitschek de Oliveira**.

Foi fundado em 14 de abril de 1.982 na então Escola Estadual Comendador Lindolfo de Souza Dias, pela supervisora Ruth Fadel Annoni. Na primeira eleição, realizada seis dias depois, tornou-se presidenta Jociane Ne-

ves Negrão. Sucederam-lhe, entre outros, Carlos Alberto dos Santos (1.984), César Roberto C. Júnior (1.986), Márcio Junqueira Silva (1.987), Lélio Gonçalves Brigagão (1.989), Sandra Fernandes Serafini (1.990) e Flaviano Lopes Martins (1.991).

Promovia campanhas de conservação da Escola; encarregava-se da limpeza diária das salas de aula; avisava os alunos do reinício das atividades escolares ao fim das greves de professores; colaborava na organização de festas juninas e semanas do meio-ambiente. Montou álbum de receitas culinárias e plantou uma horta. Foi desativado no início da década de noventa.

9 - **Grêmio Estudantil José Roberto Mendes**.

Era órgão dos alunos do Colégio Municipal. Em maio de 1.982 a imprensa noticiou que organizara um baile dos namorados, no Clube dos Trinta. Nada mais sei sobre ele.

10 - **Centro Cívico Dr. Joaquim Albino de Almeida**.

Congregava alunos da Escola Estadual Iracema Rodrigues. Foi organizado pela professora Maria José Gonçalves. No dia 8 de outubro de 1.982 empossou a primeira diretoria, encabeçada por Nélson José Ferreira.

11 - **Centro Cívico Dr. Aprígio Nogueira**.

Foi criado em 25 de maio de 1.983, na Escola Estadual Dom Pedro I. José de Souza Júnior era então seu vice-diretor. Lançou um número do jornal mimeografado "*Mensageiro do Dom Pedro*". Foi desativado em data que não pude precisar.

12 - **Grêmio Estudantil Irmão Germano Lúcio**.

Foi fundado em 15 de agosto de 1.983 no Centro Educacional São José, sob a presidência de Marco Antônio de Oliveira. Naquele ano comemorou o dia do soldado, organizou festival interno da canção e abriu a olimpíada estudantil.

Esteve em recesso por longo período. Ressurgiu em meados de 1.993, já na Escola Estadual Iracema Rodrigues, com esta diretoria: *presidente* - Rogers Botazini Ribeiro; *vice-presidente* - Arnaldo de Souza Camargo Júnior; *secretária* - Lívia Marini Santos; t*esoureiro* - Aldo Brigagão. No semestre seguinte manteve coluna no jornal "*Siga em Frente*".

13 - **Centro Cívico da E.E. Gabriel Odorico**.

Só sei dele que era presidido por Dalton L. Lima em 1.985, quando publicou o jornal mimeografado "*UAI Informações*". Foi desativado em época que ignoro.

14 - **Grêmio Estudantil Clêuton Pereira Gonçalves**.

Órgão dos alunos do Colégio Universitário, elegeu em 1° de setembro de 1.989 a primeira diretoria, encabeçada por Fabiano Signoretti Leite e tendo Fábio Flávio Vasconcelos como vice.

Entre outros, participaram da segunda gestão, escolhida em 27 de abril de 1.991: *presidenta* - Juliana C. Santos; *vice-presidente* - Túlio César Gonçalves; *tesoureira* - Janaína C. Santos.

Na diretoria eleita um ano depois, Fábio Flávio Vasconcelos e Fabiano Signoretti Leite trocaram os cargos ocupados de início. Ela ajudou a organizar uma "*semana das profissões*", e promoveu debate entre os candidatos a prefeito.

Em abril de 1.993 a direção passou aos seguintes alunos, entre outros: *presidenta* - Pauline Ramos Pereira; *vice-presidente* - Cláudio dos Anjos Weber; *tesoureira* - Giuliana Santos Caixeta de Carvalho.

Presidiram-no a seguir: 1.994 - Virgílio Roberto Palmeira Caixeta; 1.995 - Arnaldo Nannetti Dias Júnior; 1.996 - Cristian Maciel Luz. Esteve paralisado em 1.997 e 1.998. A presidência coube em 1.999 e 2.000, respectivamente, a Marcelo Ferri de Carvalho Dias e Júlio César Vieira Frare.

15 - **Centro Cívico Prof. Manoel Rodrigues de Oliveira**.

Reúne os alunos da Escola Agrotécnica Federal. A gestão 90/91 teve, além de diretores esportivos e sócio-culturais, estes membros: *presidente* - Nílton César Sbeghen; *vice-presidente* - Clésio Wellington de Paula; *secretário* - Vítor Lúcio Aguiar.

16 - **Grêmio Estudantil Mirim do Colégio Universitário**.

Foi fundado no primeiro semestre de 1.994, com a supervisão da professora Rosinha Gonçalves Guerra. Em 30 de maio daquele ano tomou posse esta diretoria: *presidente* - José Joel Corsini Júnior; *vice-presidente* - Humberto Pereira Martins; *1° secretário* - Chrystian Dozza Cunha; *2ª secretá-*

ria - Joyce Souza Rodrigues; *1° tesoureiro* - Danilo Almeida Costa; *2° tesoureiro* - Júlio César Vieira Frare. Ela organizou jornal mural e concurso de incentivos à seleção brasileira de futebol.

Em 28 de abril de 1.995 escolheram-se para a direção os seguintes alunos: *presidenta* - Lívia Pereira Carvalho; *vice-presidenta* - Mariana S. S. Pimenta de Almeida; *1ª secretária* - Maria Paula Vasconcelos Dias; *2ª secretária* - Anna Lobo B. Carvalho; *1ª tesoureira* - Joyce Souza Rodrigues; *2ª tesoureira* - Tamara Giacchetta.

O Grêmio editou nos dois primeiros anos o jornal mimeografado "*Cuca Jr.*".

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 6 e 11;
2 - Arquivo da E.E. Iracema Rodrigues - armário "Colégio Municipal" - pasta "Grêmio Estudantil Dr. Lúcio Dias Vieira";
3 - Arquivo da E.E. Iracema Rodrigues - armário "Colégio Municipal" - livro de atas do Grêmio Estudantil Dr. Lúcio Dias Vieira;
4 - Arquivo da E.M. Comendador Lindolfo de Souza Dias - livros "Atas do Centro Cívico" e "Ocorrências";
5 - Arquivo Público Machadense - Acervo Lassalista: "Histórico do Ginásio São José" (diário dos Irmãos);
6 - "A Voz da UMAES" nº 1 - 30/4/1.967 - págs. 1 e 3;
7 - "Cuca Jr." ns. 1 - 5/6/1.994 - pág. 3;
2 - julho de 1.995 - págs. 1 e 4;
8 - "Folha Machadense" ns. 227 - 24/9/1.978 - pág. 10;
401 - 15/5/1.992 - pág. 10;
423 - 23/10/1.982 - pág. 8;
767 - 2/9/1.989 - pág. 1;
773 - 14/10/1.989 - pág. 1;
819 - 13/9/1.990 - pág. 4;
849 - 27/4/1.991 - pág. 7;
898 - 11/4/1.992 - pág. 3;
912 - 18/7/1.992 - pág. 1;
947 - 3/4/1.993 - pág. 5;
1007 - 25/6/1.994 - pág. 9;
1052 - 13/5/1.995 - págs. 1 e 3;
9 - informações pessoais de Marcos Reis Pereira, Marilena Ferreira Gonçalves e

Ruth dos Anjos Lima Romanello;
10 - “O Ginasiano” ns. 2 - abril de 1.949 - pág. 1;
2 - maio de 1.950 - pág. 4;
11 - “0 Machadense” ns. 828 - 7/5/1.961 - pág. 4;
945 - 13/6/1.965 - págs. 1 e 2;
949 - 11/7/1.965 - pág. 4;
1036 - 7/4/1.968 - pág. 4;
12 - “0 Manda-8rasa” nº 14 - 15/9/1.966 - pág. 4;
13 - “Siga em Frente” nº 23 - 1 a 4/7/1.993 - pág. 5;
14 - “Tribuna Machadense” nº 77 - 11/6/1.983 - pág. 1.

****

ASSOCIAÇÕES ESTUDANTIS - II
(nível superior)

1) - Diretório Acadêmico Cônego Wálter Maria Pulcinelli.
2) - Diretório Acadêmico Dr. Lúcio Dias Vieira.
3) - Diretório Acadêmico Presidente Medici.

****

1 - **Diretório Acadêmico Cônego Wálter Maria Pulcinelli**.

Era o órgão representativo dos alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em 16 de agosto de 1.965 elegeu a primeira diretoria, encabeçada por Antônio Alkmin da Costa. No ano seguinte, a partir de setembro, a presidência coube a João Oscar Pereira.

Em 1.971, 1.972 e 1.975, respectivamente, esteve sob a chefia de Geraldo Mugayar, Fuad Maluli e José Pereira Lima Filho.

Em 1.979 era esta sua diretoria: *presidenta* - Nídia Caproni Gonçalves; *vice-presidenta* - Suely Botazini Pinto; *1ª secretária* - Lúcia Helena de Lima Barros; *2ª secretária* - Lucimara Martins de Paiva; *1ª tesoureira* - Irene Trindade da Costa; *2ª tesoureira* - Maria Aparecida Fernandes de Carvalho.

Participou da vida cultural da Cidade, promovendo cursos (como o de dinâmica de grupo, em 1.971), lançamento de livros ("*Estórias Agora*", "*A Festa de São Benedito em Machado - M. G.*"), peças teatrais e outros eventos (festivais universitários da canção, semanas culturais).

Teve o livro de atas e documentos extraviados, segundo me foi dito, o que impede a reconstituição completa de sua história. Está inativo

desde data que não pude precisar.

2 - **Diretório Acadêmico Dr. Lúcio Dias Vieira**.

Representa o corpo discente da Escola Superior de Agricultura e Ciências. Após a fundação foi chefiado interinamente por Paulo Joaquim de Carvalho Dias. Em 24 de abril de 1.975 tomou posse a primeira diretoria, assim composta: *presidente* - Fausto de Souza; *vice-presidente* - Renato Swerts Carneiro Dias; *1° secretário* - Antônio Walton Zaiden Silva; *2° secretário* - Sidney Alvim Pereira; *tesoureiro* - Lúcio Maranesi Annoni.

Em junho de 1.976 o comando passou a equipe encabeçada por Vicente de Paula Machado. Alcançaram a presidência em agosto de 1.977 e de 1.978, respectivamente, Rogério Paganelli Junqueira e Joaquim Moreira Filho. Em setembro de 1.979 ela coube a Elir de Oliveira.

Nos anos oitenta, a chefia tocou aos seguintes acadêmicos: Solano de Barros (*posse em 15/6/80*); Sílvio José de Moura (*posse em 16/6/81*); Ênio Santos Silva (*posse em 27/8/82*); João Adolfo Barbosa do Amaral (*posse em 20/6/83*); Mário Lúcio da Silva (*posse em 15/6/84*); Mílton Verdade Costa (*posse em 3/6/85*); Gilberto Bandarra Alves (*posse em 10/6/86*); Luiz Henrique Araújo Dias Pimenta (*posse em 10/6/87*). Este renunciou quatro meses depois, assumindo o vice Léo Bortolozzi Ferreira. Em seguida foram presidentes Iole Sabino Santos (*posse em 8/6/88*) e André Roberto de Carvalho (*posse em 14/6/89*).

A presidência, nos anos noventa, foi exercida por estes alunos: Wálter Antônio Adão (*posse em 12/6/90*); Wellington Jorge Jacintho (*posse em 12/6/91*); Luzinaldo Corrêa da Costa (*posse em 9/11/92*); José Humberto Gonçalves (*posse em 5/11/93*); Orlando Bergamaschi Filho (*posse em 3/12/94*); Fábio Henrique Barbosa Sandoval (*posse em 5/12/95*); Caio César Pereira e Silva (*posse em 3/3/97*); André Junqueira Franco Fabbri (*posse em 13/11/97*); e Maria Cristina Dias Matos (*posse em 9/6/99*).

A última diretoria do milênio, empossada em 25 de outubro de 2.000, teve esta formação: *presidente* - Jayme Cotta Gonçalves Pereira; *vice-presidente* - Luciano Francisco Massoca; *1° tesoureiro* - Plínio Campos da Fonseca; *2° tesoureiro* - Vágner Gonçalves Ferreira; *1° secretário* - Cristiano Gonçalves Ferraciolli; *2° secretário* - Ricardo Antônio Garcia da Silva.

O Diretório foi declarado de utilidade pública pela lei municipal 405, de 28 de abril de 1.98O. Lançou jornais de curta duração, como "*Agro-Reação 90*", "*Arueira*", "*NPK*" e "*Título Provisório*". Inaugurou em 1.981 sede na Rua Sete de Setembro, cedida em 1.983 para o carnaval da Liga Operária. Após a mudança da Escola para o "*campus*", passou a ocupar prédio nele .

Tem realizado manifestações, protestos e contatos políticos pela melhora da qualidade do ensino e das condições do "*campus*", e contra aumentos de mensalidades. Em agosto de 1.980, violenta repressão policial, com bombas explosivas, a uma passeata causou ferimento grave num estudante e leves em outros quatro. O incidente teve repercussão nacional. No mesmo mês seus membros fundaram o Cineclube "*Professor João Sabino*", de que se trata noutro capítulo.

O D. A. realizou debate entre candidatos ao governo municipal em 1.982, e passeatas em prol de eleições diretas para presidente da República (1.984) e da municipalização da Escola (1.992). Promoveu campanhas filantrópicas, concurso de beleza, palestras, peças teatrais e outros eventos, como as semanas de ciências agrárias.

3 - **Diretório Acadêmico Presidente Medici**.

Congregava os estudantes da Faculdade de Administração e Finanças. Em 1.975, 1.976 e 1.978 foi presidido por João Laércio Tavares, Gilberto Alves Aquino e Wágner Perez de Carvalho.

Está desativado atualmente. Não consegui obter outras informações a respeito dele. Ignoro o que foi feito de seus livros e documentos.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - "Agro-Reação 90" nº 1 - setembro de 1.990;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de leis nº 12;
3 - Arquivo do D. A. "Dr. Lúcio Dias Vieira" - livro de atas de posse;
4 - "Folha Machadense" ns. 38 - 15/12/1.974 - pág. 6;
57 - 11/5/1.975 - pág. 1;
58 - 18/5/1.975 - pág. 1;
105 - 2/5/1.976 - pág. 10;
155 - 17/4/1.977 - pág. 8;
182 - 23/10/1.977 - pág. 1;
226 - 13/9/1.978 - pág. 7;
369 - 19/9/1.981 - pág. 1;
437 - 12/2/1.983 - pág. 1;
498 - 28/4/1.984 - pág. 1;

503 - 2/6/1.984 - pág. 1;
608 - 5/7/1.986 - pág. 11;
756 - 17/6/1.989 - pág. 14;
827 - 10/11/1.990 - pág. 12;
923 - 3/10/1.992 - pág. 8;
933 - 12/12/1.992 - pág. 3;
976 - 13/11/1.993 - pág. 8;
5 - "NPK" ns. 6 - maio de 1.978 - pág. 7;
7 - junho de 1.978 - pág. 7;
6 - "O Machadense" ns. 955 - 22/8/1.965 - pág. 5;
964 - 24/10/1.965 - pág. 5;
1009 - 10/9/1.966 - pág. 6;
13 - 16/5/1.971 - pág. 3;
51 - 27/2/1.972 - pág. 4;
7 - "Siga em Frente" nº 3 - novembro de 1.992 - pág. 3;
8 - "Tribuna Machadense" nº 54 - 19/6/1.988 - pág. 4.

B - **secundária**
1 - Ceila Capronl Gonçalves e Marilda Signoretti Reis - "A Festa de São Benedito em Machado - M. G.".

****

G - O ENSINO ALÉM DAS FRONTEIRAS LOCAIS

ALGUNS PROFESSORES MACHADENSES NOUTRAS CIDADES

1) - Na primeira metade do século XX.
2) - Na segunda metade do século XX.

****

1 - **Na primeira metade do século XX**.

José Cândido de Souza - Aqui nascido em 1.866, faleceu em 1.937. Mudou-se para a França em 1.888, tendo feito o curso de Ciências Físicas e Naturais na Universidade de Montpellier. Foi titular, por concurso, da cadeira de História Natural do Ginásio do Estado, em São Paulo, onde lecionou durante muitos anos. Profundo conhecedor de Geologia e Mineralogia, interessou-se pela exploração de petróleo, junto com Monteiro Lobato, seu ex-aluno e amigo. Participou de diversos empreendimentos industriais relacionados com carvão, ferro e energia elétrica. Levam o seu nome rua do Jardim Novo Mundo, em São Paulo, SP, e escola estadual sita na Rua Diana, 1.070, Perdizes, na mesma cidade, criada em 12/1/1.957.

Dom Francisco de Paula e Silva - Sua biografia está no volume relativo à história religiosa. Lecionou no Colégio de Petrópolis, em 1.895. De 1.896 a 1.900 foi professor no Seminário Arquiepiscopal da Bahia. Em seguida, dirigiu o Noviciado da Congregação dos Lazaristas, em Petrópolis, até 1.903. Daí a 1.907 foi reitor do Colégio do Caraça (o primeiro brasileiro a ocupar tal cargo), e nele reabriu a Escola Apostólica.

João Leão de Faria - Natural de Douradinho, mudou-se ainda jovem para Alfenas. Bacharelou-se em Farmácia no Ouro Preto, e em Direito no Rio de Janeiro. Fundou em Alfenas o Ginásio São José, em 1.913, e o dirigiu por alguns anos. Criou em 1.920 a Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas, que dirigiu até 1.933. Nela foi catedrático de Botânica Aplicada à Farmácia, Química Analítica e Quí-

mica Industrial, além de lecionar diversas outras matérias. Fundou em 1.921 e dirigiu a Academia de Comércio de Alfenas, depois denominada *Colégio Técnico-Comercial "Leão de Faria"*. Fundou em 1.933 a Faculdade de Direito de Alfenas, que funcionou até 1.937, e nela ensinou Economia Política e Ciência das Finanças. Participou da criação da Escola Normal de Alfenas (Colégio Sagrado Coração de Jesus), tendo conseguido o seu reconhecimento. Lecionou Economia, Estatística e Inglês no Ginásio Municipal de Alfenas. Foi, por fim, professor auxiliar de Direito Comercial na Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, em 1.940 e 1.942. Noutros capítulos se dá notícia de suas atividades como político e banqueiro.

José Augusto Vieira da Silva - Foi professor no Ginásio Mineiro, em Belo Horizonte, de 1.932 até as vésperas da morte, em 1.950. Lecionou Português, Francês e História.

Nello de Moura Rangel - Era filho de José Godofredo de Moura Rangel, que aqui foi juiz municipal e professor. Conforme necrológio publicado por Fausto Werner na "*Folha Machadense*" 196, formou-se em Medicina na USP em 1.934, dedicando-se logo após ao magistério. Fez doutorado em Medicina na UFMG, onde foi titular da cadeira de Ciências Biológicas e recebeu em 1.976 o título de professor emérito. Foi livre-docente de Embriologia e Histologia na Escola Nacional de Veterinária do Rio de Janeiro, e professor da Escola de Agricultura e Veterinária de Viçosa. Publicou diversas obras sobre Embriologia.

Otávio Martins de Souza - Foi professor de português, francês e inglês em escolas de Patrocínio Paulista, Pedregulho e Franca, SP. Na última, onde residiu até a morte, em 1.970, ensinou em diversos estabelecimentos: Ateneu, CEDE, Educandário Pestalozzi e IEETC. Em 23 de julho de 1.971 o 5º Ginásio Estadual dela recebeu seu nome.

2 - **<u>Na segunda metade do século XX</u>**.

Saulo Diniz Swerts formou-se em Matemática e Engenharia no Rio de Janeiro. Em 1.952 tornou-se lá, por concurso, professor de Matemática do Colégio Pedro II, onde ensinou por muitos anos. Recebeu em 1.962 o titulo de doutor em Ciências pela Universidade do Estado da Guanabara, tendo sido nela professor titular de Geometria.

É nas áreas de Agronomia e Veterinária que mais se destacam alhures os nossos conterrâneos. Escuso-me por apresentar relação com dados incompletos. Especialista em Piscicultura, **Dálcio Ricardo Andrade** é professor titular da Universidade Federal de Viçosa, onde foi orientador do curso de pós-graduação no setor de Zootecnia. Tem lecionado também na Universidade Estadual Norte-Fluminense. **Mílton Moreira Carvalho** ensinou na Faculdade de Agronomia de Lavras. **Godofredo Álvaro de Carvalho Dias** é professor da Fundação Comunitária Tricordiana, de Três Corações, e também da Universidade

de Alfenas. Concluiu em dezembro de 1.996 o mestrado na área de Morfologia, na UFMG. **Francisco de Carvalho Dias Filho** em 1.997 defendeu tese na área de Patologia na Escola de Veterinária da Universidade Federal de Goiânia. **José Marques Júnior** em 1.996 lecionava na Universidade Estadual de São Paulo - UNESP, "*campus*" de Jaboticabal.

José Alberto Del Porto é professor de Psiquiatria na Escola Paulista de Medicina, em São Paulo. **Márcio Moterani Swerts** ensina Psicologia na Universidade de Alfenas.

Luiz Cláudio Vieira de Oliveira leciona no curso de pós-graduação do Departamento de Semiótica e Teoria da Literatura da Faculdade de Letras da UFMG, em Belo Horizonte.

Aurélio Agostinho Verdade Vieito, mestre em Direito Constitucional pela UFMG, leciona Teoria Geral do Estado e Direito das Coisas na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. É professor de Introdução ao Estudo do Direito na FCH/FUMEC e na Faculdade de Direito da Fundação Universitária de Itaúna. Lecionou a mesma matéria no curso de formação de oficiais da Policia Militar de Minas Gerais.

O **Padre Wellington Santos Silva** ensinou por muitos anos no Colégio Loyola, em Belo Horizonte. **Gentil Scalco** foi professor de matemática em Pérola, no Paraná.

Sara Maria Caixeta Oliveira Gomes foi diretora de escola e orientadora educacional em Monte Sião. Em janeiro de 1.999 foi nomeada titular da 35ª Superintendência Regional de Ensino de São Sebastião do Paraíso.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo Público Machadense - pastas de biograf1as;
2 - "Folha da Manhã", São Paulo, 19/9/1.937, pág. 7;
3 - "Folha Machadense" ns. 54 - 20/4/1.975 - pág. 1;
108 - 23/5/1.976 - pág. 6;
196 - 5/2/1.978 - pág. 2;
950 - 24/4/1.993 - pág. 2;
1139 - 25/1/1.997 - pág. 13;
1238 - 16/1/1.999 - pág. 10;

4 - “Minas Gerais” de 30/10/1.965;
5 - “0 Machadense” nº 104 - 2/6/1.934 - pág. 20.

B - **secundárias**
1 - Dom Felipe Conduru Pacheco - “Dom Francisco de Paula e Silva - XXIII Bispo do Maranhão” - Ed. Vozes Ltda., Petrópolis, 1.955;
2 - José Matzner - “Guia do Sul de Minas” - Oficinas Gráficas da S/A Folha de Minas, Belo Horizonte, 1.951, pág. 91;
3 - Paulo Krüger Corrêa Mourão - “0 Ensino em Minas Gerais no Tempo da República” - edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1.962, págs. 580/581;
4 - Sílvia Costa Rosa - “1001 Ruas de São Paulo” - Editora Panda, São Paulo, 2.003, pág. 93;
5 - Víctor Silveira (organizador e editor) - “Minas Geraes em 1925” - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, pág. 882;
6 - “Quem é Quem no Brasil - Biografias Contemporâneas” - 2ª edição - Editora Sociedade Brasileira de Expansão Comercial Ltda. - São Paulo/Rio de Janeiro, 1.951, pág. 175.
7 - “*site*” na Internet: http://www.cespuc.pucminas.br;
8 - “*site*” na Internet: http://educar.sc.usp.br.

****

RICARDO MOREIRA REBELLO

MACHADO

VOLUME VIII

HISTÓRIA CULTURAL
TEMAS DIVERSOS

ÍNDICE

A – ARTE 1

Cap. I - Música – I.....pág. 2
Cap. II - Música – II.....pág. 9
Cap. III - Música – III.....pág 17
Cap. IV - Música – IV.....pág.23
Cap. V - Música – V.....pág. 27
Cap. VI - Música – VI.....pág. 31
Cap. VII - Música – VII.....pág.35
Cap. VIII - Literatura – I.....pág. 39
Cap. IX - Literatura – II.....pág. 42
Cap. X - Literatura – III.....pág. 45
Cap. XI - Literatura – IV.....pág. 47
Cap.XII - Teatro.....pág .50
Cap. XIII - Cinema e Vídeo.....pág. 60
Cap. XIV - Fotografia.....pág .63
Cap. XV - Desenho e Pintura.....pág. 65
Cap. XVI - Escultura.....pág. 69

B- MEMÓRIA.....pág. 70

Cap. XVII Bibliotecas.....pág. 71
Cap. XVII Museus.....pág .78
Cap. XIX Outras Repartições e Sociedades Culturais.....pág. 81
Cap. XX História Local .....pág. 85

C – LAZER

Cap. XXI Os Clubes de Diversão – I.....pág. 90
Cap. XXII Os Clubes de Diversão – II.....pág.95
Cap. XXIII Os Clubes de Diversão – III.....pág 102
Cap. XXIV O Congado e a Festa de São Benedito.....pág.105
Cap. XXV Outras Festas Religiosas.....pág.121
Cap. XXVI Carnaval.....pág.125

Cap. XXVII Outras Festas e Diversões Leigas.....pág. 131

D – ASSITÊNCIA SOCIAL.....pág. 137

Cap. XXVII Sociedade e Obras Assitenciais – I.....pág. 138
Cap. XXIX Sociedade e Obras Assitenciais – II.....pág. 146
Cap. XXX Sociedade e Obras Assitenciais – III.....pág. 150
Cap. XXXI Sociedade e Obras Assitenciais – IV.....pág. 153
Cap. XXXII A Maçonaria.....pág.161
Cap. XXXIII Os Clubes de Serviço.....pág.166
Cap. XXXIV As Sociedades de Bairros.....pág. 172
Cap. XXXV Òrgãos Municipais da Àrea de Assitência Social.....pág. 179

.....pág 183

Cap. XXXVI Futebol – I.....pág.184
Cap. XXXVII Futebol – II.....pág . 189
Cap. XXXVIII Futebol – III .....pág .195
Cap. XXXIX Futebol – IV.....pág. 202
Cap. XL Futebol – V.....pág. 208
Cap. XLI Futebol – VI.....pág. 212
Cap. XLII Futebol – VII.....pág. 216
Cap. XLIII Futebol de Salão.....pág. 219
Cap. XLIV Outras Modalidades de Futebol .....pág. 225
Cap. XLV Voleibol.....pág. 228
Cap. XLVI Atletismo.....pág. 233
Cap. XLVII Artes Maciais.....pág. 237
Cap. XLVIII Esportes sobre Rodas.....pág. 243
Cap. XLIX Outros Esportes – I.....pág. 251
Cap. L Outros Esportes – II.....pág. 257
Cap. LI Clubes Multi-esportivos I.....pág. 264
Cap.LII Clubes Multi-esportivos II.....pág. 268
Cap. LIII Clubes Multi-esportivos III.....pág. 279
Cap. LIV Ginásios, Quadras e Academias.....pág. 284
Cap. LV Competições Regionais de Esportes Especializados.....pág. 288
Cap.LVI Competições Locais de Esportes Especializados.....pág. 293
Cap.LVII Òrgãos Dirigentes e Auxiliares do Esporte.....pág. 296

A - ARTE

MÚSICA – I
(bandas e fanfarras)

1) - Sociedade Musical.
2) – Banda de Música de Douradinho.
3) - Banda Negra.
4) - Banda de Música Santa Cecília (primeira do nome).
5) – Banda Musical Treze de Maio.
6) – Banda de Música Santa Cecília (segunda do nome).
7) – Lira Popular.
8) – Lira Major Feliciano.
9) – Lira do Sul.
10) – Corporação Musical União.
11) – Banda de Música Santa Cecília (terceira do nome).
12) – Banda Paroquial Santa Cecília.
13) – Banda Musical Passo Marcial.
14) – Bandas de Música do Ginásio São José.
15) – Banda Marcial da Escola Agrotécnica.
16) - Outras bandas escolares.

****

1 **– <u>Sociedade Musical</u>.**

A primeira banda machadense foi fundada por Feliciano Constantino de Moraes pouco após sua mudança para esta Cidade, por volta de 1.872. O *"Almanach Sul-Mineiro para 1874"* mencionou seus componentes: *diretor* – Feliciano Constantino de Moraes; *membros*: Adolpho da Silva Guerra, Antônio Barbosa Lima, Belizário Borges de Almeida, Cândido Marinho da Cruz, João da Silva Lopes, Joaquim Martins de Souza, Joaquim Theophilo da Trindade, José Eufrosino Soares, José Francisco de Lima, José Geraldo Athanásio,

Miguel José de Souza e Valerianno Pio Martins.

Posteriormente dela também participaram os irmãos clarinetistas Durval da Silva Guerra e Lafaiete da Silva Guerra, o pistonista Napoleão da Silva Guerra, Francisco Raphael de Carvalho, Joaquim Thomé Leite e Salvador Lima, entre outros.

Ignoro até quando durou, parecendo certo que não sobreviveu ao óbito de seu criador, em 1.912.

2 – **Banda de Música de Douradinho.**

Em 1.884, o "*Almanak Sul-Mineiro"* informou que a povoação de Douradinho possuía uma banda de música. Nenhum outro informe tenho a seu respeito.

3 – **Banda Negra.**

Foi fundada por Joaquim Thomé Leite ao deixar a "*Sociedade Musical*", pelas alturas de 1.903. Durou cerca de três anos, mas, conforme Homero Costa, aqui fez época, até pela singularidade de ser formada só por pretos, como os irmãos do Maestro, Zezé e Dão. Causou seu fim a mudança do fundador para Ribeirão Preto.

4 – **Banda de Música Santa Cecília (primeira do nome).**

O "*Monitor Sul-Mineiro*" 661 noticiou que em 9 de fevereiro de 1.911 ela abrilhantou a festa de instalação de uma escola na Cidade. Ignoro quando e por quem foi fundada. Suponho ter tido curta duração, porque o almanaque *"O Sul de Minas"* de 1.913/1.914 informou não haver aqui nenhuma corporação musical. E acrescentou:

> *"antes porém, havia duas, que se desfizeram. Para um povo de bom gosto, como o machadense, semelhante falta requer prompto remedio. De esforços seus depende a organisação de novo grupo musical, o que mais elevará o Machado, elevando ainda mais o seu progresso.".*

5 – **Banda Musical Treze de Maio**.

Segundo o jornal "*A Voz do Trabalhador*", do Rio de Janeiro, em 2 de março de 1.915 ela participou de passeata que comemorava o

aniversário da Liga Operária Machadense. Nada mais sei a seu respeito.

6 – **Banda de Música Santa Cecília (segunda do nome).**

Conforme Benedito de Paula Ferreira ("*Folha Machadense*" 663/8), foi fundada na década de vinte pelo Padre Achilles Tritsmans, que permaneceu entre nós até 1.924. Em 1.927, segundo '*O Popular*", era regida por Napoleão Guerra. Ressalte-se que em 1.921 não havia bandas no Machado, de acordo com o "*Annuario Estatistico de Minas Geraes*" daquele ano.

7 – **Lira Popular.**

João Rodrigues de Carvalho informa que existia em época anterior a 1.930, sob a responsabilidade de Ezequiel Ferreira de Lima.

8 – **Lira Major Feliciano.**

Mencionada pela imprensa local e pelo livro de atas da Câmara nos anos de 1.928 e 1.929. Foram regente, orador e fiscal dela Ezequiel Labre, José Augusto Vieira da Silva e Belmiro de Rezende. Entre seus músicos estava João Diniz Filho. Em apresentação no fim de 1.928 executou os dobrados "*Dr. Edvar*" e "*Dr. Olegário*", compostos por José Januário Generoso, regente da banda tricordiana e autor também da música "*Bar Rio Branco*".

9 – **Lira do Sul**.

Contemporânea da anterior, tinha entre seus membros Emygdio Leite, irmão do Maestro Joaquim Thomé Leite.

10 – **Corporação Musical União.**

Preparando seu nascimento, a lei municipal 110, de 20 de janeiro de 1.928, concedeu subvenção anual à banda de música que se organizasse na Cidade, sob as seguintes condições:

- realizar retreta em praças públicas todos os domingos, durante duas horas;
- tocar nas festas promovidas pelo Município.

A "União" foi fundada em 1º de janeiro de 1.929, por um grupo de que faziam parte, entre outros, Salvador Lima, Carlos Legnani, Leopoldo Zanon e Otaviano de Paiva Reis. Sua apresentação inicial ocorreu em 15 de novembro do mesmo ano. A primeira diretoria, que se manteve até 1.934,

ficou assim composta: *presidente* – Leopoldo Zanon; *vice-presidente* – Carlos Legnani; *tesoureiro* – Otaviano de Paiva Reis; *secretário* – Arnaud dos Santos Silva; *orador* – Feliciano Floriano dos Santos Silva; *arquivista* – Guilherme dos Santos Silva. Os primeiros regente e vice-regente foram Joaquim Thomé Leite e Napoleão da Silva Guerra. Também integraram a Banda, nos tempos iniciais, Antônio Teodoro da Silva, Aristides Pereira, Carlos Cândido de Souza, Fernando de Oliveira, João Cândido da Cruz, Juarez da Silva Guerra, Lázaro Leite e Luiz Sabóia. Conforme Legnani, ela atuou decisivamente para que se construísse o coreto da Praça Antônio Carlos, na primeira gestão do Prefeito João de Souza Moreira.

Rodrigues de Carvalho destaca, dentre os componentes da Corporação após 1.945, os seguintes: Ângelo Signoretti, Antônio J. de Barros, Euclides Batista, João de Paula Ferreira, João Figueiredo, João Samuel, José Vítor da Silva, Luiz Mariano e Vionan Cândido de Oliveira. São ainda lembrados Elizeu Luiz Teixeira , José de Souza e Samuel Ramos.

A lei municipal 129, de 28 de novembro de 1.952, autorizou a aquisição de instrumentos para uso da Banda.

Em 1.957 era regente Domingos Zappia, que ficou no posto até 1.959, quando transferiu residência para São José dos Campos. Após alguns meses de crise, a Corporação se recompôs, sob a presidência de Otaviano de Paiva Reis, a vice-presidência de Manir Elias Donato e a batuta de Wálter Luiz de Carvalho. Este permanecia no cargo em maio de 1.965. Foi substituído em data que ignoro por Ângelo Signoretti. A lei local 557, de 15 de agosto de 1.967, abriu crédito para compra e reforma de instrumentos para a Banda. No início de 1.968 a regência passou a José Vítor da Silva. Conforme a "*Folha Machadense*" 1.230, em épocas anteriores ela coube também a Antônio (Tonico) Mendes e José de Souza Ferreira.

Em março de 1.972, a imprensa noticiou que a Banda ganhara sede no prédio do Mercado Municipal, onde iniciaria escola para formação de músicos. Contudo, nos meses seguintes ela passou por nova crise e paralisou as atividades. Em meados de 1.975 foi reorganizada, com apoio do Município, por comissão composta de Cornélio Camargo, Dúlcio de Souza Magalhães, José de Souza, José Vítor da Silva e Tarciso Costa. Assumiu a presidência Francisco Vieira Guerra, depois substituído por Dúlcio de Souza Magalhães. A tesouraria coube a Tarciso Costa. Na regência ficou o Tenente Alberto Luiz Ferreira de Brito, que ministrava aulas teóricas e práticas gratuitas, na sede da Liga Operária, aos interessados em ingressar na Corporação. Ela voltou a apresentar-se publicamente em setembro de 1.976, com 27 membros, estreando uniforme doado pela Prefeitura. Entretanto, subsistiam as dificuldades econômicas, ante a insuficiência da subvenção municipal, e no fim do ano voltou a parar, dando férias ao regente remunerado. A lei local 286, de 28 de dezembro do mesmo ano, declarou-a de utilidade pública.

Em maio de 1.977 o Tenente Brito transferiu-se para

Três Pontas, sendo substituído por Alfeu Luiz de Carvalho. Um ano depois. o maestro já era Odilon de Oliveira Tavares. Nessa época a Banda apresentou-se em diversas cidades vizinhas.

Em 22 de dezembro de 1.979 tomou posse nova diretoria, sendo presidente Antônio do Espírito Santo Scalco e tesoureiro Sebastião Sepini. No início de 1.980 a Corporação voltou a parar, por falta de recursos e de local para ensaios. Em agosto do mesmo ano ressurgiu, sob a regência de Antônio de Paula Ferreira.

A lei municipal 498, de 21 de janeiro de 1.983, autorizou o Executivo a ceder à Banda, por tempo indeterminado e a título gratuito, o uso de cômodo nos fundos da Prefeitura. O local já lhe havia sido entregue em novembro do ano anterior, às vésperas da eleição municipal...

No dia 29 de janeiro de 1.984 Amir Pereira da Silva assumiu a presidência, tendo como secretário e tesoureiro Cláudio Lopes e José Carlos da Silva. Sua gestão foi das mais proveitosas: dinamizou a Banda, trouxe de volta músicos afastados, exigiu a freqüência de todos, promoveu reuniões e excursões, reformou em sua oficina instrumentos estragados, reabriu a escola de música, conseguiu da Prefeitura e de particulares novos uniformes e instrumentos. Findo o mandato de um ano, não quis continuar à frente da Corporação, que ficou acéfala e em crise até 3 de junho de 1.985, quando a diretoria concordou em ser reeleita, permanecendo também o regente Antônio de Paula Ferreira.

Em 10 de abril de 1.988, mantidos o secretário e o regente, elegeram-se presidente e tesoureiro José Moreira Soares e Fábio Tadeu Rezende. Amir Pereira da Silva ficou como vice-presidente, mas nota da imprensa de junho do ano seguinte já o indicava outra vez na presidência.

Após novo período de recesso, renovou-se a diretoria em 27 de setembro de 1.994. Foram eleitos: *presidente* - José Carlos Diniz; *vice-presidente* - Wilmar Conti Moreira; *secretário* - Luiz Brancher; *tesoureiro* - Reynaldo de Almeida. Com ajuda do Município, a Corporação procurou retomar as atividades. A lei 984, de 9 do mesmo mês, concedeu-lhe subvenção extraordinária, a ser paga em parcelas. Foi contratado como regente Hugo José Fernandes Biavatti, que reabriu a escola de música. Decorridos alguns meses de preparo, a "*União*" voltou a apresentar-se ao público em 3 de setembro de 1.995, com estes músicos: Alfeu Luiz de Carvalho, André Luiz de Carvalho, Aparecido Venâncio Martins, Benedito de Paula Ferreira, Benedito Reis Pereira, Cláudio Lopes, Cristian Régis de Souza, Eduardo de Souza Soares, Elias Natal dos Santos, Euclides Batista de Paula, Gilmar de Carvalho, Giovani Eduardo S. Brito, Gustavo Pereira de Assis, Hudson Nogueira, Isaías Borges, Joel Carvalho, José Antônio Pereira, José Gilberto Frare, José Mauro Júnior, José Vítor da Silva, Luiz Vítor Pereira, Marcel Carvalho Arantes, Marcos Antônio de Souza, Maurílio da Silva Francisco, Nagib Mezavila Abdelmur Sobrinho, Paulo Acácio de Souza, Paulo Franklin Pereira da

Silva, Peterson Barbosa de Oliveira, Rainer Saint'Clair Bernardes da Silva, Rodolfo Costa Garcia, Sílvio Viana, Tobias de Carvalho e Wílson Pereira Devaston.

Ressalte-se que a lei local 737, de 7 de maio de 1.990, criara no quadro de servidores o cargo de maestro. Suas atribuições foram estabelecidas pelo decreto 1.259, de 30 de agosto de 1.995. Biavatti ingressou no funcionalismo municipal, sendo nomeado regente de banda pela portaria 1.344, de 1 de fevereiro de 1.996.

Criaram-se no seio da Corporação em 1.996 e 1.997, por iniciativa, principalmente, de José Vítor da Silva, dois novos grupos musicais: a Banda Musical Passo Marcial e a Orquestra de Câmara. Deles se tratará adiante.

Em outubro de 1.998 alterou-se o estatuto da Corporação, que datava de 1.961. No dia 27 do mesmo mês, a diretoria foi reeleita.

No segundo semestre de 1.999, a "*União*" tinha cerca de 60 membros, e escola gratuita com mais de 30 alunos. Afastou-se o maestro Biavatti, que deixara de cumprir as tarefas satisfatoriamente. Rocival Alves foi contratado para o seu lugar, em caráter provisório.

Cláudio Lopes assumiu interinamente a presidência, em julho de 2.000, porque o presidente e o vice haviam se afastado para concorrer à vereança. Em 21 de novembro seguinte aconteceu a última eleição do milênio: *presidente* - José Carlos Diniz; *vice-presidente* - Luiz Brancher; *secretária* - Keila Cristina da Silva; *tesoureiro* - Reynaldo de Almeida.

11 – **Banda de Música Santa Cecília (terceira do nome)**.

O "*Álbum dos Municípios do Estado de Minas Gerais"*, editado por Pedro E. Vallim em 1.941, noticiou sua existência na Cidade, subvencionada pela Prefeitura. Parece-me ser equivocada a informação.

12 – **Banda Paroquial Santa Cecília.**

Foi fundada pelo Cônego Wálter Maria Pulcinelli, com sede provisória na Igreja de Santa Rita. Iniciou as atividades no final de 1.987, sob a regência de Odilon de Oliveira Tavares, com instrumentos cedidos pela Paróquia. Teve o apoio da Prefeitura, que lhe emprestou sala para ensaios, três vezes por semana. Fez a primeira apresentação em fevereiro de 1.988, na Praça Antônio Carlos, composta de 22 menores, com idades de 10 a 18 anos. Era, de início, conhecida por Banda Mirim do Bairro Santa Luísa.

Teve alguns períodos de paralisação. Em maio de 1.993

apresentou-se, após recesso, sob a batuta de Arielce Codignole. Pouco depois voltou à inatividade. Recomeçou em 1.996, de novo regida por Odilon Tavares, com ajuda externa: o Município cedeu-lhe sede no C.A.I.C. e reformou seus instrumentos; o Pastifício Santa Amália contribuiu para o pagamento do salário do Maestro; e a E. E. Iracema Rodrigues doou-lhe os uniformes de antiga banda marcial. Voltou a exibir-se, após meses de preparo, em novembro de 1.997.

Só passou a ter diretoria formada em 2.001, sob a presidência de Celina Signoretti Brigagão. Possuía então 22 membros.

13 – **Banda Musical Passo Marcial.**

Como visto atrás, é um grupo que se formou em 10 de setembro de 1.996 dentro da Corporação Musical União, sem autonomia e personalidade jurídica. Foi organizada por José Vítor da Silva, após deixar, por motivo de aposentadoria, a direção da banda da Agrotécnica. Ela se apresentava sempre em marcha, e estreou no dia 8 de dezembro do mesmo ano, com 36 músicos e comissão de frente. No ano seguinte exibiu-se três vezes – em Poço Fundo, aqui e em Serrania.

14 – **Bandas de Música do Ginásio São José.**

Em 15 de julho de 1.940, com tambores doados pelo Prefeito João Vieira da Silva, formou-se o "batalhão ginasial", precursor da banda de música. Esta foi fundada no ano seguinte pelo Irmão Raymundo Jorge. Presidida por João Batista do Lago, fez a primeira apresentação pública em 1.943, na cidade de Cabo Verde, para homenagear Dom Hugo Bressane de Araújo.

Esteve por algum tempo sob o comando do Maestro José dos Santos (Santinho). Depois seu regente foi Domingos Zappia. Permaneceu inativa por vários períodos.

Em 1.968 foi criada a Banda Marcial "La Salle", que participou três vezes do concurso de bandas promovido pela Televisão Record de São Paulo. Por essa época foi seu instrutor o Tenente Clodomiro Rocha. Na década de setenta, quando chegou a ter 55 músicos, 7 porta-bandeiras, 2 balizas e 3 mascotes, foi dirigida pelo Irmão Oto Reichert e pelo Tenente Alberto Luiz Ferreira de Brito. Após a mudança deste da Cidade, em 1.977, ficou paralisada. Em 1.980 o Professor Simon Dupont a reorganizou, e a manteve até 1.983.

15 – **Banda Marcial da Escola Agrotécnica.**

Foi criada como fanfarra em 1.956 pelo Professor Afonso Azevedo de Paiva Reis, que a regeu até parte da década de setenta. Em

1.968 apresentou-se no 'Mineirão", em Belo Horizonte, nas comemorações do Dia do Trabalho.

Na segunda metade dos anos setenta passou ao comando de José Vítor da Silva, transformando-se em banda marcial. Em 1.979 participou do Campeonato Nacional de Fanfarras e Bandas da Rádio Record de São Paulo, e da IV Olimpíada Global Operária de Belo Horizonte. Em 1.981, nos festejos do centenário da Cidade, promoveu o I Concurso Nacional de Bandas Marciais, vencido pela "*Homero Rúbens de Sá"*, de Guarulhos. No mesmo ano desfilou em Brasília. Em 1.983 estreou novo uniforme, em estilo cadete, doado pela COAGRI. Nos anos seguintes exibiu-se e obteve prêmios em muitas cidades deste e de outros estados.

Em abril de 1.994, José Vítor da Silva deixou de ser o maestro, por aposentadoria. Ela se apresentou sem ele em setembro seguinte, mas a seguir foi paralisada. Ficou a cargo de um instrutor de Serrania por algum tempo, e depois recebeu orientação poucas vezes do Maestro Odilon de Oliveira Tavares. Estava quase sem atividade no final do milênio.

16 – **<u>Outras bandas escolares</u>.**

A banda do **Colégio Imaculada Conceição** surgiu em 1.972, e no mesmo ano se apresentou na abertura dos Jogos Olímpicos Estudantis, em Belo Horizonte. Voltou à capital mineira no ano seguinte. Entre 1.975 e 1.977 teve por instrutor o Tenente Alberto Luiz Ferreira de Brito. Em 1.980 o Colégio exibiu três fanfarras: mirim, infantil e juvenil. A banda participou da "*Noite Festiva das Bandas e Fanfarras*", promovida pelo Serviço de Educação e Cultura local, em 1.985. Esteve paralisada por alguns períodos e, voltando à ativa, em 1.997 e 1.998 desfilou no aniversário da Cidade.

O **Colégio Comercial** teve sua banda de música, ao menos nos anos de 1.971 e 1.972.

A **Escola Estadual Gabriel Odorico** tinha uma fanfarra em 1.980, que se manteve ativa ao menos até 1.985. No mesmo período, a **Escola Estadual Dom Pedro I** apresentou sua fanfarra. A banda da **Escola Estadual Iracema Rodrigues** estava em atividade no ano de 1.985; desfeita posteriormente, seus uniformes foram doados à Banda Paroquial Santa Cecília, como visto atrás.

****

Fontes de consulta.

A – **primárias**

1 – "Annuario Estatistico de Minas Geraes" – ano I, 1.921, vol. IV, tomo I, pág. 456;
2 – Arquivo da Câmara Municipal do Machado – livros de atas ns. 1, 14 e 16;
3 – Arquivo da Câmara Municipal do Machado – livros de leis ns. 7, 12,18, 19 e 22;
4 – Arquivo da Prefeitura Municipal do Machado – livro de decretos n. 19;
5 – Arquivo da Prefeitura Municipal do Machado – livro de portarias n. 17;
6 – Arquivo Público Machadense – livro 65: "Leis da Câmara Municipal – 1912 a 1932";
7 – Arquivo Público Machadense – pastas de biografias;
8 – "A Voz do Trabalhador" n. 69 – Rio de Janeiro, RJ, 7/4/1.915 – pág. 3;
9 – "Folha Machadense" ns. 52 – 30/3/1.975 – pág. 2;
64 – 3/7/1.975 – pág. 12;
80 – 26/1/1.975 – pág. 1;
93 – 8/2/1.976 – pág. 5;
125 – 19/9/1.976 – pág. 1;
138 – 19/12/1.976 – pág. 8;
158 – 1/5/1.977 – pág. 1;
209 – 7/5/1.978 – pág. 1;
234 – 12/11/1.978 – pág. 1;
277 – 18/11/1.979 – pág. 1;
279 – 2/12/1.979 – pág. 1;
288 – 10/2/1.980 – pág. 8;
290 – 27/2/1.980 – pág. 2;
313 – 2/8/1.980 – pág. 1;
320 – 27/9/1.980 – pág. 6;
415 – 21/8/1.982 – pág. 1;
435 – 30/1/1.983 – pág. 6;
479 – 3/12/1.983 – pág. 1;
487 – 11/2/1.984 – pág. 3;
497 – 21/4/1.984 – pág. 9;
547 – 20/4/1.985 – pág. 14;
554 – 8/6/1.985 – pág. 13;
556 – 22/6/1.985 – pág. 1;
557 – 29/6/1.985 – pág. 13;
597 – 19/4/1.986 – págs. 1 e 13;
693 – 19/3/1.988 – pág. 1;
697 – 16/4/1.988 – pág. 1;
754 – 3/6/1.989 – pág. 8;
799 – 28/4/1.990 – pág. 6;
913 – 25/7/1.992 – pág. 2;
978 – 27/11/1.993 – págs. 1 e 3;
1003 – 28/5/1.994 – pág. 5;
1017 – 3/9/1.994 – pág. 13;
1018 – 10/9/1.994 – pág. 20;

1024 – 22/10/1.994 – págs. 1 e 9;
1025 – 29/10/1.994 – pág. 6;
1034 – 31/12/1.994 – pág. 14;
1068 – 2/9/1.995 – pág. 1;
1069 – 9/9/1.995 - pág. 7;
1070 – 16/9/1.995 – pág. 1;
1079 – 18/11/1.995 – pág. 7;
1133 – 7/12/1.996 – pág. 1;
1149 – 5/4/1.997 – pág. 1;
1180 – 8/11/1.997 – págs. 1 e 24;
1182 – 22/11/1.997 – pág. 4;
1230 – 14/11/1.998 – pág. 23;
1234 – 12/12/1.998 – pág. 3;
1259 – 5/6/1.999 – pág. 10;

10 - informações pessoais de Odilon de Oliveira Tavares;
11 – "Informativo Machadense" n. 2 – set. de 1.995 – págs. 1 e 2;
12 – "Jornal da Cidade" n. 7 – nov. de 1.985 – pág. 2;
13 - livro de atas da Corporação Musical União, aberto em 1.994;
14 – "Machado-Jornal" ns. 53 – 30/12/1.928 – pág. 3;
62 – 3/3/1.929 – pág. 3;
68 – 14/4/1.929 – pág. 2;
15 – "Monitor Sul-Mineiro", Campanha – n. 661 – 26/2/1.911 – pág. 1;
16 – "O Machadense" ns. 779 – 21/4/1.960 – pág. 8;
786 – 12/6/1.960 – pág. 1;
943 – 30/5/1.965 – pág. 2;
1028 – 4/2/1.968 – pág. 2;
1038 – 9/5/1.968 – pág. 1;
32 – 3/10/1.971 – pág. 1;
53 – 12/3/1.972 – pág. 4;
80 – 17/9/1.972 – págs. 1 e 4;
84 – 15/10/1.972 – pág. 5;
85 – 22/10/1.972 – pág. 6;
17 – "O Popular" n. 22 – 24/7/1.927 – pág. 2;
18 – Revista do Primeiro Centenário de Machado – n. 4, pág. 5;
19 – Revista "Imagem e Conteúdo" n. 3 – dez. 96/jan. 97 – pág. 22;
20 – "Tribuna Machadense" ns. 5 – 15/3/1.980 – pág. 5;
18 – 13/9/1.980 – pág. 4;
84 – 1/10/1.983 – pág. 5;
38 – 28/2/1.988 – pág. 2;
21 – "Vozes Lassalistas", RJ – ns. 31 – maio/junho de 1.965 – pág. 1;
93 – agosto de 1.981 – págs. 7 e 8.

B – **secundárias**

1 – Bernardo Saturnino da Veiga – "Almanach Sul-Mineiro para 1874" – Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.874, pág. 147;
2 – Bernardo Saturnino da Veiga – "Almanak Sul-Mineiro para 1884" –

Typographia do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.884, pág. 243;
3 – Homero Costa – “Contribuição à História de Machado” – Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem menção de data e local, págs. 45/46;
4 – Ivo Carlos Compagnoni – “História dos Irmãos Lassalistas no Brasil” – Ed. La Salle, Canoas, RS, 1.980, pág. 276;
5 – João Rodrigues de Carvalho – ‘História de Machado” – Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 90 e 147;
6 – Manoel Francisco Pinto Pereira (organizador) – “O Sul de Minas - Almanach moderno, de Propaganda e Estatistica dos Municipios Sul-Mineiros” - Centro Sul Mineiro de Propaganda e Estatistica, Villa S. Ferraz - fasc. segundo - Estabelecimento Graphico Casa Mayença, Cruzeiro, SP, 1.913, pág. 21;
7 – Olímpio Abrão – “Crônicas” – sem menção de editora, 1.992 e 1.997;
8 – Pedro E. Vallim – “Álbum dos Municípios do Estado de Minas Gerais” – 1° volume – “A Orientadora”, São Paulo, 1.941, pág. 136;
9 – Simon Dupont – “Os Cinqüenta Anos do Ginásio São José”, caps. V, X e XXXV – na “Folha Machadense” de 1.990, ns. 797/8, 804/3 e 833/9.

****

MÚSICA – II
(orquestras e conjuntos)

1) – Orquestra de Douradinho (primeira).
2) – Orquestra de Joaquim Leite.
3) – Orquestra de Ezequiel Labre.
4) - Orquestra de Douradinho (segunda).
5) - Orquestra de Antônio Ezequiel.
6) - Conjunto da Família Pereira.
7) - Conjunto do "Tiziu".
8) - Conjunto Machadense.
9) – "Jazz América".
10) - Mendes e sua Orquestra.
11) – Os Marabás do Ritmo.
12) – Wálter e sua Orquestra de Danças.
13) – Conjunto Guanabara.
14) - "Black Anthony".
15) - Os Gatos.
16) – "The Rhytm's Boys".
17) - Os Brasas.
18) - Os Bárbaros.
19) – "The Lions".
20) – Os Tremendões.
21) – "The King's Tone".
22) – Os Intocáveis.
23) – Os Enamorados de Minas.
24) – Grupo Musical Recordação.
25) – Os Chorões.
26) - "Black and White".
27) – Musical SWAT.
28) - Sinal de Alerta.
29) – Conjunto "Dois de Minas".
30) – Os Paralelos do Ritmo.
31) – Som Feito em Casa.
32) - Som Maneiro.

33) – Banda do Zeca.
34) – Nenê e sua Banda.
35) – Grupo Beatlesmania.
36) – Banda Ônix.
37) – Orquestra de Câmara.
38) – Cássia Banda Show.

****

1 **– <u>Orquestra de Douradinho (primeira)</u>.**

Em nota publicada no "*Monitor Sul-Mineiro"* de 13 de maio de 1.877, os procuradores da festa do Divino Espírito Santo, da Freguesia do Douradinho, comunicaram seu adiamento por motivo de força maior. Informaram os nomes dos vigários que nela pregariam, e acrescentaram:

> "*A orquestra é da mesma freguezia, e é dirigida pelo habil professor Manoel Luiz Ribeiro Machado.".*

2 – **<u>Orquestra de Joaquim Leite</u>**.

Por volta de 1.928, o Maestro Joaquim Thomé Leite retornou de Ribeirão Preto, onde morara vários anos. Organizou então uma orquestra, que participou dos festejos da inauguração da estrada de ferro, e tocou em banquete no salão nobre da Câmara, em homenagem ao Presidente Antônio Carlos. Depois de algum tempo, conforme Homero Costa, seu diretor se mudou para o norte do Estado, indo mais tarde para São Paulo, onde faleceu.

3 **– <u>Orquestra de Ezequiel Labre</u>.**

Era também conhecida como "*Jazz Labre*". Conforme Rodrigues de Carvalho, por vários anos, nas décadas de vinte e trinta, movimentou a vida noturna da Cidade, tocando em quase todos os seus locais de recreação. Em 1.933 animou o Carnaval do Centro Machadense. Sob a batuta de Ezequiel Labre, era formada, entre outros, por Olímpia (Iba) Abrahão Rebelo (piano); José dos Santos (Maestro Santinho) e José Signoretti (violão); Wálter Luís de Carvalho (violino); João da Rola e Antônio Ezeqiel (saxofone).

4 - **<u>Orquestra de Douradinho (segunda)</u>.**

Foi formada na Vila aproximadamente em 1.934, por

João de Deus Oliveira, pai do maestro Odilon de Oliveira Tavares. Durou cerca de dez anos. Tocaram nela, entre outros, Augusto Fuzileiro, Dominguinhos do Artur, Flávio, Heitor Ferreira, Lídio, Sebinha e Borini (que nos últimos tempos foi o maestro).

5 - **Orquestra de Antônio Ezequiel**.

Funcionou por pouco tempo, na década de quarenta. Não tenho outras informações a seu respeito.

6 - **Conjunto da Família Pereira**.

Sem nome específico, era formado por membros da família Pereira, originária da Fazenda do Tucum, em Douradinho. Apresentava-se na Vila, nos anos quarenta, com bandolim, sanfona, violão, violino e outros instrumentos. Além dos parentes, integraram-no José Acácio e Tatiche. Nada mais sei sobre ele.

7 - **Conjunto do "Tiziu"**.

Atuou também, provavelmente, na década de quarenta. Tinha sax, piano, violão e bateria - esta, a cargo de Sabóia. Nada mais sei sobre ele.

8 – **Conjunto Machadense.**

Fundado e dirigido por José Signoretti (Juquinha), que o integrava como violonista, atuou nas décadas de quarenta e cinqüenta. Dele participaram, entre outros, José Gonçalves (violão e canto); Jair Conti (trompete); João da Amélia e Dema (saxofone); José dos Santos (trombone); Odair Negretti (acordeon); Hercílio (cavaquinho); Geraldo Cocaia (bateria); Tito Soares e Silvestre (pandeiro, maracas); Lázaro Siqueira, Euclides Batista, Jurandir Castilho, Elza Maria, Marlene Negretti, Neide Signoretti, Vera Magalhães e Benedita de Souza Carvalho (cantores); e Antônio Américo de Carvalho.

Segundo João R. Carvalho, após a instalação da Rádio Difusora passou a ser exclusivo dela, mudando a denominação para "**Regional do Juquinha**".

9 – **"Jazz América".**

Foi fundado em 1.947 por Tonico Mendes, que o regia.

Participaram dele, entre outros, Alfeu Luís de Carvalho, João do Gregório, José Sabóia, Maestro Santinho, Wálter Luís de Carvalho, "Curió", "Güê" e "Trongue". Durou até 1.949 ou 1.950.

10 - **Mendes e sua Orquestra**.

Surgiu no final da década de quarenta ou início da de cinqüenta, após a extinção do "Jazz América". Foi também criada por Tonico Mendes, com a participação, entre outros, de Alfeu Luís de Carvalho, Domingos Zappia, Heitor (de Poço Fundo), Jairo Gonçalves, José Gonçalves, José Signoretti, Juquinha Signoretti, Jurandir Castilho, Mauro do Deocleciano, Odilon de Oliveira Tavares e Wálter Luís de Carvalho. Durou até 1.952.

11 – **Os Marabás do Ritmo.**

Foi a maior e mais importante orquestra machadense, tendo animado inúmeros bailes na Cidade e nas vizinhanças, nas décadas de cinqüenta e sessenta. Surgiu em fevereiro de 1.952, ao que consta por iniciativa de Alfeu Luís de Carvalho, Odilon de Oliveira Tavares, Onofre Swerts de Carvalho e Wálter Luís de Carvalho. Este a conduziu de início.

Dirigiu-a depois José Signoretti (Juquinha), substituído por Onofre Swerts de Carvalho. Esteve paralisada em seguida por três meses, reaparecendo sob o comando de Alfeu Luís de Carvalho. Onofre regeu-a novamente até fevereiro de 1.966, quando se extinguiu. Seu funcionamento não foi contínuo, tendo interrompido as atividades em alguns períodos. Às vezes se apresentava como simples conjunto, utilizando número menor de músicos.

Também fizeram parte dela: Odilon de Oliveira Tavares e Oscarzinho (piston); Domingos Zappia, Jacy Ribeiro e Mauro (trombone); José do Güê, José Reis, José Simões Domingues, Marquinhos Carvalho, Paulinho Gonçalves e Warner (percussão); Nilo Santos Silva (piano); Jurandir Castilho (contrabaixo); Josino Magalhães (acordeon); Paulo Toledo; Benedito da Silva (Perneta), Elza Maria, Euclides de Paula, J. Moraes e Zé do Ângelo (cantores).

12 – **Wálter e sua Orquestra de Danças.**

Organizada e dirigida pelo Maestro Wálter Luís de Carvalho, atuou na década de cinqüenta nos clubes locais. Funcionava com intermitência, nos períodos em que "Os Marabás" estavam inativos.

13 – **Conjunto Guanabara.**

Dirigido por Antônio Américo de Carvalho (Antônio Pretinho), esteve em atividade de 1.958 a 1.962 ou 1.963, aproximadamente. Participaram dele, entre outros, os filhos do diretor, Luizinho, Marquinhos e Ziza; João da Amélia, Oscar Siqueira, Santinho e Saulo.

14 - **"Black Anthony"**.

Conjunto de "*jazz*" formado por Antônio Pretinho e seus filhos, após a extinção do anteriormente referido. Dele também fez parte Paulo Roberto de Carvalho (Babão).

15 - **"Os Gatos"**.

Conjunto organizado e empresariado por Maurinho Gonçalves, que nele tocava pandeiro. Tinha cinco membros, entre os quais João Severino. Existiu entre 1.962 e 1.963.

16 – **"The Rhytm's Boys".**

Este grupo, formado por Lúcio Rodrigues de Oliveira no Colégio Comercial, animou o Carnaval de 1.966 em Serrania. Através da lei estadual 4.256, de 15 de setembro daquele ano, recebeu subvenção de Cr$400.000,00, por indicação do deputado Cícero Dumont. Teve curta duração.

Nele atuaram Aldair Pereira (Pereirinha), Durval Martins Rodrigues, o "Nenê" (guitarra), José Antônio de Paula Carvalho Filho, o "Zé Coletor" (saxofone), José Antônio Macedo (saxofone), José Vítor da Silva (trombone), Paulo Toledo, Reynaldo de Almeida e Tito Soares Ferreira.

17 – **Os Brasas.**

Conjunto de jovens formado em 1.966, tinha entre seus membros José Alberto Lorenzotti (guitarra); Cida Nannetti; Paulo Carvalho (sax tenor); e Hércules Prescildo Nannetti Júnior (bateria). Já não existia em maio de 1.968.

18 – **Os Bárbaros.**

Não sei em que data se fundou este conjunto, que em 1.967 já animava bailes no Machado e em cidades vizinhas, empresariado por

Sílvio de Souza. Dele fizeram parte, entre outros, Alfeu Luís de Carvalho, a cantora Aureluce Soares, Jair (piston), Jorginho, José Alberto Lorenzotti, Luís Alberto Souza, Manuel Reis Silva, Marcos Magalhães Sobrinho, Moacir Emídio dos Santos, Nenê, Oliveira Ribeiro, Saulo Ribeiro, Sérgio Paulo, Vaninho e Wolney Toledo.

Paralisado durante algum tempo, ressurgiu em meados de 1.971, com moderno sistema de jogo de luz. A imprensa noticiou sua apresentação em maio de 1.973 e depois, por longo período, silenciou a seu respeito, o que faz supor tenha entrado noutro recesso. No final de 1.981 foi reativado por Mauro Antônio de Moura Gonçalves (Maurinho), como empresário, e Moacir Emídio dos Santos. Atuou, pelo menos, até o fim de 1.983.

Dos membros de "Os Bárbaros" se formava às vezes o **Luocos Trio**, para tocar em ambientes menores ou por cachê reduzido. Seus integrantes eram variáveis.

19 – **"The Lions"**.

Deve ter surgido em 1.966 ou 1.967. Dirigiu-o em certa fase Alfeu Luiz de Carvalho. Em 1.968 animava bailes nas cidades vizinhas, tendo como atração um cantor carioca de prenome Rui. Naquele ano adquiriu novos equipamentos. Compunham-no ainda: Jonas e Nenê (guitarras); José de Souza (contrabaixo); Mauro Moreno (bateria); Josino Magalhães (acordeon e órgão eletrônico); Reynaldo de Almeida; e Tito Soares Ferreira (ritmista). Extinguiu-se em 1.982 ou 1.983.

20 – **Os Tremendões.**

Conjunto formado no primeiro semestre de 1.968 por alunos da Escola Estadual Gabriel Odorico. Teve curta duração.

21 – **"The King's Tone.**

Em junho de 1.968 a imprensa noticiou que este conjunto promoveria no auditório da Rádio Difusora um "*show psicodélico*" denominado "*moto música*". Integravam-no Cármen Lúcia, José Otávio e Marco Fontana, entre outros. Nada mais sei a seu respeito.

22 – **Os Intocáveis.**

O jornal *"O Machadense"* noticiou seu surgimento em setembro de 1.968. Durou um ano e pouco. Era liderado por João Foice, e integrado por Benedito Rocha e Jairo Fernandes Souza, entre outros.

23 – **Os Enamorados de Minas.**

Grupo vocal formado nos anos setenta ou oitenta por José de Souza, o "*Massa Fina*".

24 – **Grupo Musical Recordação.**

Conjunto orquestral formado por Odilon de Oliveira Tavares. Apresentou-se pela primeira vez, uniformizado, em 19 de abril de 1.980, num baile em Campos Gerais. Atuou durante quatro ou seis anos. Participaram dele Alfeu Luís de Carvalho, Celsinho da Lota, Euclides de Paula e Moacir Emídio dos Santos.

25 – **Os Chorões.**

Conjunto regional lançado em 19 de outubro de 1.980, no qual tocou Ezio Botazini. Nada mais sei a seu respeito.

26 - **"Black and White"**.

Sucedeu a "*Os Bárbaros*", e contou com alguns membros daquele conjunto. Também o integraram José Carlos Silva e Manezinho.

27 **– Musical SWAT**.

Conjunto surgido em 1.983, que também tocava em bailes nas cidades vizinhas. Durou quatro ou cinco anos. Participaram dele Durval Martins Rodrigues (Nenê), José Carlos Silva, Moacir Emídio dos Santos, Lucinho, Manezinho, Netinho, Paulão e Pelé.

28 - **Sinal de Alerta**.

Conjunto organizado por Maurinho Gonçalves, que tocava apenas no Carnaval e em "*boîtes*". Participaram dele Celso Falcone, Oliveira Ribeiro e Saulo Ribeiro. Atuou em 1.984 e 1.985.

29 **– Conjunto "Dois de Minas".**

Formado por José Alberto Lorenzotti e Saulo Ribeiro, atuou pelo menos entre 1.984 e 1.987. Executava músicas românticas em festas, restaurantes, "*boîtes*" e estabelecimentos congêneres.

30 – **Os Paralelos do Ritmo.**

Grupo informal amador, sem composição fixa e constante. Apresentava-se apenas em reuniões particulares, entre os anos de 1.985 e 1.990. Participaram dele, entre outros, Carlos Alberto Pereira Dias, Carlos Roberto de Almeida, Feliciano Dias Vieira, José Marcos Vieira Dias, Luís Alberto Garcia, Luís Carlos Garcia, Marco Antônio Queiroz, Nélson Garcia Júnior, Wágner Campos Palmeira e Warnei Penha.

31 – **Som Feito em Casa.**

Trio composto por Regina Domingues Lima e seus filhos Luís Eduardo Domingues Lima e Paulo Henrique Domingues Lima. Formou-se entre 1.985 e 1.987, e se apresentava em festas particulares e públicas na Cidade. Em 1.995 tocou em Pouso Alegre. Extinguiu-se pouco antes do falecimento da primeira componente, em 1.996.

32 - **Som Maneiro**.

Conjunto liderado por Durval Martins Rodrigues, no qual cantava sua filha Cássia Maria Rodrigues. Formado ao término do *Musical SWAT*, durou dois anos, mais ou menos. Também fizeram parte dele Lucinho, Paulão e Reynaldo de Almeida.

33 – **Banda do Zeca.**

Formada por José Carlos Silva apenas para tocar em Carnavais, durou três ou quatro anos. Animou o Carnaval de 1.989 no Clube dos Trinta. Não tinha integrantes fixos. Atuaram nela, entre outros, Antônio de Paula Ferreira, Benedito de Paula Ferreira, Dionísio e Euclides de Paula.

34 – **Nenê e sua Banda.**

Chefiada por Durval Martins Rodrigues, só funcionava no Carnaval. Surgiu em 1.989, quando animou os bailes do Clube Recreativo. Atuou esporadicamente até o final do período estudado, com quatro elementos. Sua formação variava a cada ano. Passaram por ela Divino, Euclides de Paula, Oliveira Ribeiro, Reynaldo de Almeida e Tiãozinho.

35 – **Grupo Beatlesmania.**

Liderado por José Alberto Lorenzotti, apresentava-se

em bailes no ano de 1.990. Era um trio com dois músicos variáveis, que só tocava canções dos *Beatles*.

36 – **Banda Ônix.**

Surgiu em 1.994, com o nome de **Trio Goldfingers**, formada por Reynaldo de Almeida e seus filhos Antônio de Almeida Neto e Cristiano Barbosa Almeida. Este se afastou ultimamente. Durante certo tempo teve uma cantora chamada Marlene. Continuava em atividade no final do milênio, contando também com Adriano Pimentel.

37 – **Orquestra de Câmara.**

Como visto em capítulo anterior, organizou-se em 6 de setembro de 1.997, no seio da Corporação Musical União, sem autonomia e personalidade jurídica, por iniciativa, principalmente, de José Vítor da Silva. Sob a regência de Alfeu Luís de Carvalho, fez a primeira apresentação em 13 de setembro de 1.997. No ano seguinte exibiu-se na Casa da Cultura.

38 – **Cássia Banda Show.**

Surgiu em 1.997, com a cantora Cássia Maria Rodrigues e seu pai Durval Martins Rodrigues. Contava, às vezes, com a participação de Neto e Paulão. Estava ativa no início do milênio.

****

Fontes de consulta.

A – primárias

1 – Arquivo da Câmara Municipal do Machado – livro de atas n. 2;
2 – Arquivo Público Machadense – pastas de biografias;
3 – "Folha Machadense" ns. 208 – 30/4/1.978 – pág. 9;
300 – 3/5/1.980 – pág. 5;
379 – 28/11/1.981 – pág. 7;
473 – 22/10/1.983 – pág. 6;
569 – 21/9/1.985 – pág. 7;
580 – 7/12/1.985 – pág. 4;
598 – 26/4/1.986 – pág. 3;
674 – 24/10/1.987 – pág. 11;
676 – 7/11/1.987 – pág. 6;

685 – 23/1/1.988 – pág. 15;
686 – 30/1/1.988 – pág. 1;
692 – 12/3/1.988 – pág. 3;
739 – 18/2/1.989 – pág. 8;
804 – 2/6/1.990 – pág. 1;
1058 – 24/6/1.995 – pág. 15;
1170 – 30/8/1.997 – pág. 1;
1172 – 20/9/1.997 – pág. 24;
1254 – 8/5/1.999 – pág. 1;
1350 - 10/3/2.001 - pág. 15;
4 - informações pessoais de Alfeu Luís de Carvalho, Cássia Maria Rodrigues, Darcília Mendes Carvalho, Durval Martins Rodrigues, José Alberto Lorenzotti, Mauro Antônio de Moura Gonçalves, Moacir Ferreira da Silva, Nézio Pereira, Odilon de Oliveira Tavares, Oracy de Souza e Reynaldo de Almeida;
5 - livro de atas da Corporação Musical União, aberto em 1.994;
6 – "Machado News" n. 1 – julho de 2.000 – pág. 4;
7 – "Minas Gerais" – 16/9/1.966 – págs. 5 a 14;
8 – "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, n. 277 – 13/5/1.877 – pág. 3;
9 – "O Machadense" ns. 881 – 31/5/1.962 – pág. 1;
980 – 20/2/1.966 – págs. 5 e 6;
989 – 24/4/1.966 – pág. 2;
993 – 29/5/1.966 – pág. 1;
1000 – 10/7/1.966 – pág. 6;
1029 – 11/2/1.968 – pág. 3;
1035 – 31/3/1.968 – pág. 3;
1039 – 12/5/1.968 – pág. 3;
1046 – 30/6/1.968 – pág. 2;
1057 – 30/9/1.968 – pág. 3;
22 – 25/7/1.971 – pág. 1;
114 – 13/5/1.973 – pág. 4;
10 – "O Imparcial" ns. 72 – 27/1/1.952 – pág. 4;
74 – 24/2/1.952 – pág. 4;
11 – "Tribuna Machadense" ns. 19 – 27/9/1.980 – pág. 3;
83 – 13/9/1.983 – pág. 14.

B – **secundárias**

1 - Arlette Magalhães Bernardo - "Em Busca do Passado" - Rio de Janeiro, 2.000, sem menção de editora;
2 – Homero Costa – "Contribuição à História de Machado" – Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem menção de data e local, págs. 45/46;
3 – João Rodrigues de Carvalho – "História de Machado" – Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 90, 148 e 157 a 159;
4 – João Rodrigues de Carvalho – "Machado Pitoresco e Crônicas" – Tipolitografia da Escola Profissional, Pouso Alegre, 1.979, pág. 83;
5 - Maria Amélia Gambi - "Feliz Idade" - artigo na "Folha Machadense" nº 1.345 - 3/2/2.001 - pág. 9;
6 - Primeiro Censo Cultural de Minas Gerais - Guia da Região Sul - Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais - 1.994 - pág. 252.

MÚSICA – III
(grupos diversos)

1) – Corais.
2) – Bandas de "*rock*".
3) – Grupos de samba e pagode.
4) – Grupos de "*funk*"
5) – Bandas e grupos religiosos.
6) – Grupos de seresta.

****

1 – **Corais**.

José Norberto Pereira fundou, na primeira metade do século passado, um coral presbiteriano na Congregação da Fazenda São Tomé. Dele participaram, entre outros, seus filhos Jaime Pereira, José Norberto Pereira Júnior, Maria Ricardina Pereira e Marta Pereira. Ao mudar-se para a Cidade, em 1.948, deu início ao coral da Igreja Presbiteriana, com os membros oriundos da Congregação rural e outros. Foram seus regentes Erasto Pereira, Gérson Pereira, Ieda Novais Fernandes e Joel Pereira.

Em 1.957, o Irmão Geraldo fundou e dirigiu no Ginásio dos lassalistas o **Coral São José**. Ele se apresentava apenas em cerimônias católicas, e teve pequena duração. Ressurgiu no início da década de setenta, sob o comando do Irmão Gabriel Norberto, e algum tempo depois acabou de vez.

O antigo **Coral da Matriz** foi fundado em 1.957, após a aquisição de um órgão eletrônico pela Paróquia. Não tinha nome oficial. No primeiro semestre de 1.965, a regente Cármen Fadel cedeu o posto ao Padre Romeu José Miranda, que permaneceu aqui até março de 1.967. Com sua saída o grupo

se desfez. Foi reorganizado em outubro do ano seguinte, sob a regência de Maria Aparecida dos Santos (Cidinha). Em novembro de 1.971, já com o nome de **Coral Sagrada Família** , apresentou-se em Campanha. Tinha então trinta vozes, de ambos os sexos. A regente era de novo Cármen Fadel. Interrompeu outra vez as atividades no início de 1.973, quando ela se foi para Brasília. Em 1.971, o jornal *"O Machadense"* fez referência ao **Coral da Fraternidade**, também dirigido por Cármen Fádel - não tenho mais notícias a seu respeito. Ainda na primeira metade da década de setenta, o grupo musical católico foi reativado. Durou até setembro de 1.977, quando a dirigente Maria Aparecida dos Santos se mudou da Cidade. Voltou à ativa em dezembro de 1.979, usando ora o nome de **Coral Cônego Wálter**, ora, simplesmente, o de **Coral Paroquial .** Esteve sob o comando, sucessivamente, de Maria do Carmo de Oliveira (Carminha), e de Maria Bernardete Pereira Ribeiro. Também ligado à Igreja Católica, criou-se em janeiro de 1.987 o **Coral Cidade Presépio**, com 46 componentes, sob a regência de Cármen Fadel.

O **Coral "El Shadday",** cujo nome significa "*Senhor Todo-Poderoso*" em hebraico, pertence à Primeira Igreja Presbiteriana Independente. Foi fundado em 1.961, e desde então até o final do período em estudo foi regido por Dora Pedroso Caixeta. Com 40 membros, já se apresentou em diversas cidades vizinhas. A Igreja teve também um grupo musical de crianças, o **Coralito**, criado em dezembro de 1.986, sob a regência de Ester Silva Pereira Franco.

Existem corais ainda em outras Igrejas Presbiterianas machadenses: o Pastor Marcelo Pereira e sua esposa Neide Pereira fundaram o da 3ª; Joel Pereira criou e dirigiu o de crianças da 4ª.

O coral **"Pequenos Cantores do Dom Pedro I"** foi organizado no primeiro semestre de 1.968, com alunos da terceira e quarta séries da Escola Estadual Dom Pedro I, por Cármen Fadel. Ela esteve na regência até 1.975, quando a passou a Martha Domingues dos Santos. Chegou a ter cerca de sessenta componentes, que usavam instrumentos de percussão, como chocalhos e triângulos. Esteve ativo ao menos até 1.996;.posteriormente foi extinto.

O **Coral Infantil Menino Jesus de Praga** foi fundado em 21 de setembro de 1.971, por Maria Aparecida dos Santos (regente) e Maria de Lourdes Dias Costa. Apresentou-se pela primeira vez em novembro seguinte. Em 1.977 assumiu a regência Maria do Carmo de Oliveira, substituída em março de 1.985 por Maria Bernardete Pereira Ribeiro. Passaram pelo cargo, depois, Stela, Elaine e Claire (esta em 1.998). Chegou a ter mais ou menos cem vozes, e pertence à Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio.

O **Coral Imaculada Conceição** nasceu em 1.975, sob a direção de Madre Nícea Vieira Machado. Em julho de 1.981 gravou um disco compacto simples no Estúdio Dó-Ré-Mi, em São Paulo, com as músicas "*Machado Centenária*" e "*Saudades do Machado*". Integravam-no então Adel Rebelo Dias, Eva dos Santos, José Lourenço Domingues, Madre Nícea Vieira Machado,

Maria Annoni Garcia e Rafael Natal de Souza. Os arranjos foram do Maestro Mário Bruno e a promoção, da Prefeitura Municipal. No início de 1.990 tinha 25 membros, e sua solista era Silvana Carvalho Fernandes.

Na Escola Municipal Comendador Lindolfo houve o **Coral Infantil "Anjos do Céu Azul"**, criado em 1.996, sob a regência da professora Silvana Carvalho Fernandes.

Em novembro de 1.998 foi formado o **Coral Reviver,** que se apresentou pela primeira vez no dia 17 do mês seguinte, na Casa da Cultura. Era coordenado por Maria José Domingues Arantes, e seus membros faziam parte do grupo "Reviver na Terceira Idade".

2 – **Bandas de *"rock"*.**

A **"Patrulha Noturna**" participou do "*Rock Concert*" na Pizzaria Divera no primeiro semestre de 1.986, e do "*Machado Rock Concert*" em abril de 1.988. Fizeram parte dela, entre outros, Agnaldo, Leco e Renato. Durou de cinco a sete anos.

A **"Invasão a Domicílio**" existiu ao menos em 1.987 e 1.988. Eram seus membros Flávio (vocalista), Carlos Henrique (guitarra), Lucivaldo (contrabaixo) e José Mauro (bateria).

O grupo "**Savage Snake**" formou-se por volta de 1.986, numa equipe de "*bicicross*" criada por Solimário Lopes de Oliveira. Sob a liderança de Jamar Soares Muniz, era integrado por Edvar José Garcia e Marcelo Alves Brigagão. Em janeiro de 1.988 apresentou-se na Praça Antônio Carlos, para comemorar o centenário da Abolição. No mesmo ano transformou-se na banda "**Húltima Hora**", cujo nome se originou do fato de ter sido convidada "de última hora" para fazer um "*show*" em Poço Fundo. Participou de festivais da canção em Extrema e Boa Esperança, e do "*Rock nas Colinas II*", aqui, em 1.993. Dissolveu-se após, retornando em 1.997 com mudança radical na forma e no estilo de tocar. Era composta por Jamar Soares Muniz (vocalista e principal compositor); Gilberto Campos Pereira (guitarrista, violonista e *"backing");* Marcelo Alves Brigagão (tecladista e "*backing*"); Edvqr José Garcia (contrabaixo); e Edílson Garcia (baterista e percussionista). Na primavera de 1.997 gravou o CD "*Não Importa Como Foi*", produção independente com 12 músicas, em miscelânea "*pop*". Lançou-o aqui em "*show*" realizado no final do ano seguinte. Estava inativa no final do milênio.

O "**Núcleo Base**" participou em abril de 1.988 do "*Machado Rock Concert*". A imprensa, na ocasião, disse que se formara havia mais de três anos, porém com outro nome.

A banda "**Corpse Grinder**", seguidora do "*death me-*

tal", produzia o que chama de som "*underground*", não comercial. Teve origem na banda "**Asmodeus**", criada por volta de 1.987. Surgiu em 1.989, composta por José Marcos Vieira Dias Júnior (vocalista e guitarrista); Rômulo Ferreira Carvalho Júnior (baterista); e Flávio Luiz Nery (baixista). Entre 1.990 e 1.994, gravou quatro fitas de demonstração: "*Necropsy*" (1.990); "*Peace*" (1.991); "*Sick Entrails of Humanity*" (1.992); e "*Corpse Grinder*" (1.994). Nessa época, seus integrantes formaram uma banda paralela de *hardcore*, a "**O.R.G.I.A. - Organização Reprodutiva Garantindo Imortalidade de Amor**". Em junho de 1.996, participou com cinco faixas do CD "*Death or Glory*", lançado por uma gravadora de Americana, SP. Em 1.998, foi admitido o guitarrista alfenense Humberto José Silva, e a banda gravou a fita de demonstração "*Necrorealism*". No ano seguinte, gravou a fita de demonstração "*Live Tape 99*"; a seguir, o CD "*Persistence*". Apresentou-se em diversas cidades vizinhas, como Lavras, Passos, Três Corações e Varginha. Já tocou também em Belo Horizonte, Brasília, Limeira, Ribeirão Preto e Rio de Janeiro.

Criou-se em 1.991 a banda "**Auto-Exílio**", com quatro integrantes. Ela se apresentou no Ginásio Esportivo em agosto de 1.993, no "*Rock in Cross*". A "**Forceps**" foi formada em 1.992, por Arthur Scalco, Emerson Scalco, Adriano, Vlander e Flávio. Não mais estava em atividade no fim do milênio.

"**Crypta**" era o nome da banda que deu origem à "**Mr. Clown"**. Esta era formada por Anderson Moraes (vocalista); Robson Souza Carvalho (vocalista e guitarrista); Rodrigo de Oliveira Lima (vocalista e baixista); Fabrício Souza Carvalho (baterista); e Hedder Vilhena Braga (guitarrista). Em maio de 1.999, gravou o CD "*Clown Land*" , produção independente, com músicas compostas, na maior parte, por Rodrigo Lima. No final do milênio, foi acrescida de três membros: Matheus Eduardo Silva, Rayner Saint'Clair e Thobias Carvalho Silva.

Em maio de 1.993, durante o "*Rock nas Colinas II*", apresentaram-se no Ginásio Poliesportivo as bandas **"Nova Edição", "Legião Urbana Cover"** e **"Nirvana Cover"**, entre outras. A última deu origem à "**Never Land"**, formada por Elias (baterista), Leco (que também tocou na *Seventh Steel*), Leonaldo (guitarrista e vocalista) e Paraná (baixista). Em agosto seguinte lá estiveram, no "*Rock in Cross*", as bandas Auto-Exílio, já mencionada, e **Doce Mistério,** de que não tenho mais informes. No mesmo ano estava em ação a banda "**Agroboys**" , da Escola Agrotécnica.

Conforme o "*Censo Cultural*", no fim referido, criou-se em 1.993 o "**Conjunto Limeira**", com três integrantes, na fazenda do mesmo nome, cujo repertório principal eram músicas de *rock*. Não tenho outras informações a seu respeito.

A "**Mercyless Empire**" era a única banda "*black metal*"

da Cidade. Surgiu em 1.994, tendo no início usado os nomes de "**Soul Lost**", "**Mephisto**" e "**Lilith**". Seus membros eram Roberto (teclado), Fernando (bateria), Edinho (vocais/guitarra) e Julinho (baixo). Participou de *show* de *rock* em Alfenas, em 1.998.

A "**Seventh Steel**" formou-se em 1.998, com esta composição: Chrystian Dozza Cunha (guitarra), Geovane Corsini da Silva (percussão), Luciano Henrique Lucas (baixo), Marcos Devidi Kaizen (vocais) e Wesley Martins Soares (guitarra). Seu som, conforme o "*site*" que adiante se refere, "*segue os moldes do metal melódico e da música celta e clássica*". Entre julho e novembro de 1.999, gravou a primeira fita de demonstração, intitulada "*The Book of The Lost Tales*". No ano seguinte foram postas no mercado 150 cópias dela, que se esgotaram em duas semanas.

A banda "**Securitäte**" (grind/hardcore) foi montada por Rômulo Ferreira Carvalho Júnior em 1.998. Ele se afastou da *Corpse Grinder* do início daquele ano até maio de 1.999; a seguir, tocou em ambas por pouco tempo, e depois ficou apenas nesta. No início do milênio, integravam a *Securitäte*: Etola (baixista), Ewerthon Gambá (guitarrista e vocalista), Ricardo Japonês (guitarrista) e Tiago (baterista). Já passaram por ela o fundador e o baixista e vocalista Cristian, de Poço Fundo. Gravou fita ao vivo num festival em Passos, e a *demo* "*Visão Caótica do Mundo*".

Ainda na década de noventa, formaram-se na Cidade as bandas "**Doctor Hangman**" e "**Krust**", de estudantes.

Em julho de 2.000, a banda "**Black Cross**" fez o primeiro ensaio, com esta formação: Mateus Vovô (vocal), Matheus Diaz (guitarra), Kadu Brockermann (baixo) e Dudu (bateria). No mês seguinte, já sem baterista, ensaiou com ajuda de amigos. Em setembro, a vaga foi preenchida por Edvaldo. Depois, ocupou-a Rômulo Ferreira Carvalho Júnior. Em novembro de 2.001 ela lançou fita de demonstração com o próprio nome.

3 – **<u>Grupos de samba e pagode</u>**.

O "**Unidos por Acaso**" formou-se por volta de 1.987. Seus membros, auto-denominados "*os neguinhos da massa*", reuniam-se no Bar do Timoa (Moacir Ferreira da Silva), e executavam repertório próprio e alheio. A imprensa os mencionou apenas pelos apelidos: Carlinhos Borba Gato, Celinho Apaixonado, Kinho dos Acadêmicos, Nata Telelel, Tibiriçá Zorro e Waltinho Pantera. Animou o concurso de poesia falada da VI Semana Cultural.

O grupo "**Sem Carinho e Sem Amor**" começou a funcionar em dezembro de 1.991, e tinha sede na Rua Durval Martins Ramos, 76. O responsável por ele era Márcio Eleotério Lima. Integravam-no também Carreta,

Celinho e Marquinho. Classificou-se em setembro de 1.993 no concurso de pagode promovido pela Liga Operária. Acabou pouco tempo depois.

Teve início em 13 de setembro de 1.993 o "**Cheio de Manias**", com endereço na Rua Jerônimo Figueiredo, 222. Seu primeiro presidente foi Luiz Cláudio da Silva. Estreou com treze componentes, entre os quais Balu, Cláudia, Cristina, Edinho, Isabel e Robson S. Ferreira. Também se classificou no concurso acima referido. Durou até 1.997.

Vencedor do concurso já mencionado foi o **"Raça Pura"**, da Rua Coronel Azarias, que se formou naquele mesmo ano de 1.993. Teve, de início, sete membros, sob a responsabilidade de Carlos Renato dos Santos. Já passaram por ele, entre outros, Adenil, Beto, Dinho, Elias, José de Souza, Lúcia, Luiz Carlos, Renato e Vera. Depois mudou o nome para "**Renascer do Samba**".

O quinteto "**Motiva Samba**" surgiu em 1.995. Compunham-no Adriano (cavaquinho), Elysson (violão de seis cordas), Marcelo (pandeiro), Paulinho (tam-tam) e Roseniu (rebolo). Teve, porém, outras formações, abrigando ainda Cleber, Jorge, José Vítor, Marcos, Mauricinho, Max, Ozenil e Wálter Nogueira. Compôs várias músicas, sendo "*Aquela Canção*" a mais conhecida.

Teve início em 1.997 o "**Carícia do Samba**", que também se apresentava no Bar do Timoa. Eram seus membros Anderson de Souza Ferreira (tam-tam), Balu (pandeiro), Carlão (afoxé), Edinho, Ismael (repique), Nanão (teclado), Noel da Silva (cavaco) e Robson de Souza Ferreira (rebolo). Acabou em 1.999.

O grupo "**UKA de Melhor**" nasceu num grupo de alunos da Escola Agrotécnica, em julho de 1.999. Depois mudou o nome para "**Toke e Sedução**" e foi para o Rio de Janeiro, onde tentou profissionalizar-se. Era esta sua formação no início do milênio: Alexandre Ferreira (rebolo e voz), Fredson Coimbra (violão e voz), Paulo Henrique (cavaco e voz), Robson Welber Torres (percussão e voz) e Sidney dos Reis (pandeiro e voz). Apenas o último é machadense. Lançou o primeiro CD, numa produção independente da Rádio FM "*O Dia*", da capital fluminense. Tinha músicas próprias no repertório, como "*Pura Emoção*", "*Tudo que a Gente Sonhou*" e "*Chuva de Verão*".

Na virada do milênio, nove garotos de até 15 anos de idade formaram o conjunto "**Doçura do Samba**", que se apresentou em várias festividades locais. Integravam-no Boneco (pandeiro), Bruno (cavaco), Dê (tímbale), Francisney (banjo), Lucas (vocalista), Mateus (rebolo), Natália (vocalista), Erik e Robson.

Na mesma época começou a atuar o grupo "**Intimidade**", de que não tive mais notícias.

4 – **Grupos de *"funk"***.

Começou a funcionar em 31 de agosto de 1.992 o "**Geração Rap**", com sede na Rua Beija-Flor, 78, sob a responsabilidade de Marciano Pereira Santos Neto. Em setembro do ano seguinte, liderado por César do Carmo, ele obteve o quinto lugar em concurso musical na cidade de Elói Mendes.

Em maio de 1.993 apresentaram-se na Praça Antônio Carlos os grupos de "*funk*" "**Black or White**", "**Estrela Negra"**, **"Coats Dance"**, **"Guetto Company"** e "**Kaskata Funk".** O último, liderado por Robson Ferreira, conseguiu o 1º lugar no concurso acima referido.

Em 1.999 a imprensa noticiou a existência do grupo "**Transa Negra"**, comandado por Vítor L. de Lima, que ensinava sua arte a crianças.

5 **– Bandas e grupos religiosos**.

Em novembro de 1.993, realizou-se no Ginásio Poliesportivo o chamado *"Evangelizashow"*, com apresentação da banda "**Canção Nova".**

A banda católica **"Calvário"** formou-se em 1.996. Eram seus componentes: Hércules Presciliano (bateria), João Alberto Marcolino (vocal), Noel Antônio da Silva (guitarra), Robson de Oliveira (guitarra, teclado e "*back*") e Rodrigo Martins (baixo). No final de 1.999 anunciou que pretendia gravar o primeiro CD, já intitulado "*Um Novo Tempo*".

Realizou-se na sede da ADHONEP, em abril e maio de 1.997, o "*Projeto Rock'n Life*". Nele tocou a banda presbiteriana **"Cruz de Sangue**", liderada por Virgílio Roberto Palmeira Caixeta. Em novembro seguinte, ocorreu no Ginásio Poliesortivo o *"1º Som e Vida de Machado"*, evento que reuniu quatro bandas católicas.

A banda **J.U.C.** (do movimento católico homônimo - "*Jovens Unidos a Cristo*") foi formada no final do milênio por moças e rapazes egressos da Pastoral da Juventude: Adeline Maria Mendes Pereira, Gláucia Maria Cordeiro e Renato Santos Botazzini (vocalistas); Félix Araújo de Nascimento e Larissa Ferreira (violonistas); João Messias Gonçalves Júnior (baixista); Jossiney Adriano Gonçalves (baterista); e Wander Jaiar Gonçalves (guitarrista).

Ressalte-se, por fim, que em todas as Igrejas Presbiterianas locais existem os "*gupos jovens de louvor*", nos quais a música é executada. Na Primeira, fundou-se em 1.989 o *Grupo de Louvor "Rhema"*.

6 – **Grupos de seresta.**

Na década de quarenta, tocava um conjunto formado por Elizeu Teixeira, José dos Santos (Maestro Santinho) e Tonico Mendes. Já no terceiro quartel do século passado, as serenatas eram executadas por Ary Motta, Ezio Botazini e Herquilino Soares, entre outros.

O "**Bando da Lua**" foi organizado por Odilon de Oliveira Tavares nos anos oitenta, e contava com Ezio Botazini, Ladislau Cesarino, Pedrinho da Bandola e Toninho Sete Cordas.

O grupo católico **"Seresteiros da Lua"** formou-se no segundo semestre de 1.996, com o propósito de arrecadar fundos para reforma da Vila Betânia. Tinha cerca de cinqüenta componentes, a maioria dos quais fazia parte do Coral "*Cidade Presépio*". As coordenadoras eram Ana Maria B. Branquinho Silva e Romilda do Lago Dias. Tinha como solistas José Júlio, Marcos Reis Pereira e Cármen Fadel – esta também a maestrina.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 – Arquivo da Paróquia Sacra Família e Santo Antônio – terceiro Livro de Tombo – (1.968/1.993);
2 - Arquivo Público Machadense - pastas do Censo Cultural - 1.993;
3 – "DP Notícias" nº 1 – maio de 1.996 – pág. 5;
4 – "Folha Machadense" ns. 362 – 25/7/1.981 – pág. 1;
368 – 6/9/1.981 – pág. 35;
670 – 26/9/1.987 – pág. 15;
671 – 3/10/1.987 – pág.15;
672 – 10/10/1.987 – suplemento;
ed. especial – 10/1/1.990 – pág. 9;
836 – 26/1/1.991 – pág. 3;
853 – 25/5/1.991 – pág. 5;
916 – 15/8/1.992 – pág. 3;
953 – 15/5/1.993 – págs. 1 e3;
954 – 22/5/1.993 – pág. 11;
963 – 7/8/1.993 – pág. 11;
969 – 25/9/1.993 – pág. 11;
970 – 2/10/1.993 – pág. 11;
971 – 9/10/1.993 – pág. 11;

975 – 6/11/1.993 – pág. 1;
1134 – 14/12/1.996 – pág. 11;
1150 – 12/4/1.997 – pág. 6;
1178 – 25/10/1.997 – pág. 1;
1216 – 8/8/1.998 – pág. 14;
1235 – 24/12/1.998 – págs. 7 e 18;
1259 – 5/6/1.999 – pág. 17;
1267 – 31/7/1.999 – pág. 14;
1279 – 23/1/1.999 – pág. 10;
1288 – 24/12/1.999 – pág. 1;
1297 – 4/3/2.000 – pág. 8;
1366 - 30/6/2.001 - pág. 9;
1372 - 11/8/2.001 - pág. 4;
1389 - 8/12/2.001 - pág. 21;
1391 - 22/12/2.001 - pág. 20;

5 – "Gazeta das Geraes" nº 1 – 21/4/1.999 – pág. 2;

6 - informações pessoais de Darcília Mendes Carvalho, Dora Pedroso Caixeta, Maria Alice Pereira Alves, Maria Cesária Pereira Bellini, Moacir Ferreira da Silva, Odilon de Oliveira Tavares, Rômulo Ferreira Carvalho Júnior e Wanderlei do Carmo Fernandes;

7 – "Jornal Rumo Certo" nº 15 – 10/1/1.998 – pág. 7;

8 – "Luminar Machadense" nº 79 – 4/8/1.957 – pág. 2;

9 – "O Machadense" ns. 938 – 25/4/1.965 – pág. 1;
1041 – 26/5/1.968 – pág. 1;
1057 – 23/9/1.968 – pág. 1;
15 – 30/5/1.971 – pág. 1;
17 – 13/6/1.971 – pág. 4;
38 – 14/11/1.971 – pág. 1;

10 – Revista "Imagem e Conteúdo" ns. 2 – out./nov. de 1.996 – págs. 24/25;
5 – abr./maio de 1.997 – pág. 6;
6 – jun./jul. de 1.997 – pág. 15;
11 – jul./ago. de 1.998 – pág. 7;

11 – "Siga em Frente" ns. 2 – nov. de 1.992 – pág. 1;
19 – 29/5/1.993 – pág. 3;
41 – 24 a 27/11/1.993 – pág. 8.

B - **secundárias**

1 - Carlos Roberto de Souza - artigo "Persistência" - na "Folha Machadense" nº 1.343, de 20/1/2.001, pág. 9;

2 - Carlos Roberto de Souza - artigo "Black Metal na veia" - na "Folha Machadense" nº 1.349, de 3/3/2.001, pág. 14;

3 - 1º Censo Cultural de Minas Gerais - Guia da Região Sul - Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais - 1.994 - pág. 252;

4 - "site" na Internet: http://blackcross.vila.bol.com.br;

5 - "site" na Internet: http://meusite.osite.com.br//7thsteel/banda;

6 - "site" na Internet: http://www.juc.com.br/banda%20juc/musica_hist.htm.

MÚSICA – IV
(cantores – *alguns também compositores*)

1) – Morais Neto.
2) – Rosa Maria.
3) – Ted Marcel.
4) – Padre Zezinho.
5) – Outros.

****

1 – **Morais Neto.**

Feliciano Constantino de Morais Neto, o "*Chaninho*", nasceu em família de cultores da arte de Euterpe. Atuou na Rádio Inconfidência, de Belo Horizonte, de 1.936 a 1.939, e na Ceará Rádio Clube, de Fortaleza, de 1.939 a 1.940. No ano seguinte transferiu-se para a Rádio Tupi, do Rio de Janeiro, onde teve o apoio de Ari Barroso e permaneceu até 1.949. Gravou oito discos, todos na Odeon, entre fevereiro de 1.942 e junho de 1.945. Cantou depois, sucessivamente, na Rádio Nacional do Rio de Janeiro, de novo na Tupi, e na Rádio Jornal do Brasil.

Residiu em Buenos Aires de 1.975 a 1.982, cantando em diversas rádios e casas noturnas. De volta ao Brasil, foi morar em Curitiba. Lá teve lançado em 1.990 o LP "*Quando a Saudade Vier*", com músicas de Francisco Alves, pela *Revivendo Músicas Comércio de Discos Ltda*.".

2 – **Rosa Maria.**

Batista de Souza é o seu sobrenome. O pai, Jorge Batis-

ta de Souza, era cantor e violonista. A mãe, Armanda Costa de Souza, chegou a cantar na noite carioca. Eles se separaram, e a filha foi de Machado para São Paulo com o pai, aos oito anos de idade. Mudou-se para um pensionato quatro anos depois. Começou a cantar no coral da Igreja N. S. de Fátima, no Sumaré. Com dezoito anos foi para a companhia da mãe, no Rio de Janeiro.

Iniciou a carreira artística em fins de 1.962, participando do programa "*Hoje é Dia de Brotos*", de Rossini Pinto, na Rádio Tupi. No ano seguinte foi contratada pelo programa "J*air de Taumaturgo*", da Rádio Mayrink Veiga. Atuou também nas televisões Rio e Excelsior. Voltou a São Paulo em 1.967, e trabalhou na TV Record até o fim de 1.969. Morou e se apresentou no México durante o ano de 1.971. Já cantou em inglês, francês, espanhol, italiano, alemão, grego, ídiche e hebraico. Fez inúmeros "*shows*" nas maiores capitais brasileiras e noutros países, como Colômbia, Estados Unidos, França, Itália e México. Trabalhou também como atriz de teatro e da Rede Globo, conforme será noticiado noutro capítulo.

Começou a gravar na Odeon, em 1.964, lançando o compacto duplo "*Hello, Dolly*". No ano seguinte participou do disco "*S'Imbora*", de Wílson Simonal, com quem fizera "*show*" do mesmo nome. De 1.966 é o seu primeiro LP, "*Uma Rosa com Bossa*". Em 1.967 saiu o compacto simples "*Pãozinho do Leblon*". Um ano depois participou do LP do III Festival Internacional da Canção, na faixa "*É proibido proibir*", e lançou compacto duplo com as músicas "*Implorar*", "*Sorria prá Mim*", "*Meu Canto de Esperança*" e "*Boa Memória*". Em 1.969 e 1.970, respectivamente, gravou os compactos simples "*Prá Todo Sempre*" e "*Partido Baixo*". Deixando a Odeon pela "*Tape-Car*", lançou em 1.972 compacto simples com as músicas "*Deixa não Deixa*" e "*Avenida Atlântica*". Em 1.973, sob o pseudônimo de Samantha, gravou compacto simples com "*See you in September*" e "*Georgia on my mind*". No mesmo ano, outro compacto simples veio à luz, com as músicas "*Samba Maneiro*" e "*Alegria de Preta*". Seu compacto simples de 1.974 continha "*Samba Novo*" e "*Samba, Cavaquinho e Viola*". No ano seguinte participou de duas faixas do LP do conjunto "*Brazilian Jazz Stompers*". Transferiu-se depois para a C. B. S., na qual gravou em 1.976 compacto duplo com as músicas "*Esqueça*", "*Ao menos uma vez*", "*Rio de Felicidade*" e "*Bad Luck*". Em 1.978 participou do LP "*Mudança de Tempo*" do conjunto "*O Terço*". No mesmo ano, já pela Eldorado, atuou no LP "*Raízes do Jazz*", do "*Traditional Jazz Band*". Em 1.980, pela mesma gravadora, saiu seu segundo LP, "*Vagando*". No ano seguinte apareceu o terceiro LP, "*Céu Azul*", da Gravan. De 1.983 e 1.984 são os LP "*Garra*" e "*Cristal*", ambos gravados pela "*Pointer*". Em 1.985 surgiu o LP "*Rosa Maria... Sings the Blues*", com Guilherme Vergueiro, também pela "*Pointer*". Data de 1.989 o disco "*mix*" "*Rosa Maria*", com o sucesso "*California Dreamin' "*, pela Polygram. Esta produziu ainda os LP "*Rosa in Blues*" (1.990) e "*Fever*" (1.992). Nesse ano teve participação em "*Ra-Tim-Bum*", produção musical de Edu Lobo. De 1.994 é a coletânea "*Personalidade*". Em 1.995 atuou em "*Every Night of the Week*", de Clara Ghimel. No ano seguinte participou dos "*songbooks*" de Tom Jobim e Noel Rosa. Em

1.997, baseada em estudos de numerologia, mudou o nome artístico para Rosa Marya Colin. Com ele, no mesmo ano, gravou o CD "*Cores*", pela "*Movie Play*". Em 1.998 e 1.999 lançou as coletâneas "*Minha História*" e "*Millennium*". Também de 1.999 é o CD "*Harlem*", gravado com o Coral Ecumênico LBV pela Som Puro. Em 2.001, na coleção "*Sem Limite*", da Universal Music Ltda., foram postos a venda dois CDs., com trinta de seus sucessos.

3 – **Ted Marcel**.

Chama-se Arcélio Rabelo, e é filho de Bento Rabelo e Maria Gasparina Rabelo. Iniciou a carreira artística no Bairro dos Caixetas, com o pai. Estabeleceu-se em São Paulo nos meados da década de cinqüenta, atuando em clubes e "*boîtes*" como cantor, organista, acordeonista e violonista. Fez parte da orquestra "*Suspiros de Espanha*", com a qual excursionou pelo Brasil, Bolívia e Uruguai.

Residiu por três anos em Buenos Aires, apresentando-se em casas noturnas. Lá participou do "*Quarteto do Sul"*, e com ele gravou dois discos compactos, sendo um com músicas de sua autoria. Em 1.979 fez "*shows*" no Japão durante seis meses. Ainda em São Paulo, trabalhou no "*Dancing Avenida*" e nas orquestras de Osmar Milani, Sílvio Mazzuca e Francisco Petrônio.

Em meados da década de noventa foi morar em Alfenas, onde participou da "*Camerata*". Esporadicamente se apresentava em eventos diversos, lá e nas cidades vizinhas.

4 –**Padre Zezinho.**

O Padre José Fernandes de Oliveira é também proficiente escritor, como visto no capítulo primeiro deste volume. Põe sua arte musical a serviço da fé em inúmeros "*shows*", e em programas de rádio e televisão.

Compôs e interpretou as músicas dos seguintes compactos, gravados pelas "*Edições Paulinas Discos*", entre 1.971 e 1.977: "Cantando a Palavra do Senhor"; "Eu Sei que Não Vou Só" (*com Sílvio Brito e o conjunto "Os Apaches", em 1.971*); "Pai Nosso"; "Prece Universal"; "Canções para Caminhar no Amor"; "Criança Ano 2.000"; "O Convite do Senhor"; "Quero Voltar a Construir"; "Cantigas do Novo Reino" (*com os "Titulares do Ritmo" e o conjunto "Os Apaches", em 1.973*); "Eu Conheço uma Criança"; "Jovem Total"; "Tempo e Contratempo"; "Quando Jesus Passar"; "Ao Coração de Cristo"; "Balada por um Reino"; "Maria, Maria, Maria"; "Ágape"; "Alegria de Viver"; "Aleluia, Povo Meu"; "Canção da Amizade"; e "Feliz Natal, Jesus".

Foi compositor e cantor das músicas destes discos LP,

gravados pelas *"Edições Paulinas Discos*" ou pela "*Comep"*, entre 1.971 e 1.989: "O Cristo dos Enfermos"; "O Cristo Inconstante"; "O Cristo que Perdoa"; "O Sonho de Joãozinho"; "Estou Pensando em Deus"; "Um Homem para a Eternidade"; "Canção para Meu Deus"; "Convívio"; "Maria de Jesus Cristo"; "Histórias que eu Conto e Canto"; "Um Certo Galileu 1"; "Ágape"; "Meu Cristo Íntimo"; "Meu Cristo Jovem"; "Verdades"; "O Cristo do Meu Batismo"; "Meu Cristo Família"; "Meu Cristo Quase Adulto"; "Verdades que eu Rezo e Canto"; "Cantigas de Dor e de Esperança"; "Não Deixes que eu me Canse"; "Reviravolta"; "Cantigas de Pão e Vinho"; "Quietude"; "Um Certo Galileu 2"; "Lá na Terra do Contrário"; "Qualquer Coisa de Novo"; "Oferenda"; "Coragem de Sonhar"; "Graça e Paz"; "Deus é Bonito"; "Irmã Clara e Pai Francisco"; "Prá Ver a Paz Acontecer"; "Uma Canção Talvez"; e "Sem Ódio e Sem Medo".

Também compôs e cantou as músicas dos seguintes CDs, gravados pelas "*Edições Paulinas Discos*" ou pela "*Comep*": "Oração da Manhã – A Canção e a Mensagem 15"; "Minha Vida Tem Sentido – A Canção e a Mensagem 1"; "Quietude e Paz – A Canção e a Mensagem 4"; "Outra Canção para Jesus – A Canção e a Mensagem 12"; "Cantigas de Ternura e Paz – A Canção e a Mensagem 6"; "Origens – A Canção e a Mensagem 14"; "Cantigas de Sabedoria – A Canção e a Mensagem 9"; "Canção para Meu Deus"; "Deus me Ama, Deus me Chama – A Canção e a Mensagem 2"; "Não Deixes que eu me Canse – A Canção e a Mensagem 10"; "Nas Asas da Contemplação – A Canção e a Mensagem 11"; "Juventude e Vocação – A Canção e a Mensagem 5"; "14 Cantigas Marianas – A Canção e a Mensagem 3"; "Um Certo Galileu 1"; "Justiça e Paz – A Canção e a Mensagem 7"; "Cantigas ao Som da Bíblia – A Canção e a Mensagem 8"; "Oração pela Família – A Canção e a Mensagem 13"; "Lá na Terra do Contrário"; "Os Melhores Momentos"; "Sol Nascente, Sol Poente"; "Os Grandes Sucessos"; "Sereno e Forte"; "Canções para Quem não Reza"; "Canções que o Amor Escreveu"; "18 Melodias"; "Ir ao Povo"; "16 Melodias"; "Canções que a Fé Escreveu"; "Oración por la Familia"; "Quando a Gente Encontra Deus"; "Riesgos de Profetizar"; "Historias que Cuento y Canto"; "Missa Fazedores da Paz"; "Canções que a Vida Escreveu"; "Internacional"; "Em Verso e em Canção"; "Fortes na Fé"; e "Alpendres, Varandas e Lareiras 1 e 2".

5 – <u>Outros</u>.

Dentre os cantores mais antigos são lembrados **Iolanda Annoni** e **Lázaro Siqueira** (o "Lázaro Gago"). Este, seresteiro romântico, chegou a gravar um disco de 78 rotações, acompanhado por conjunto local, com músicas de Juquinha Signoretti e Tito Soares Ferreira. Morreu em São Gonçalo do Sapucaí.

Em 1.937 a imprensa local exaltou **Balthasar dos Santos**, dizendo ser trovador repentista extraordinário, que improvisava sambas e emboladas com fertilidade assombrosa, capaz de sustentar desafio ao violão por uma noite inteira.

Rúbens Leite, considerado excelente cantor, era filho do Maestro Joaquim Leite. **A**tuou profissionalmente em São Paulo, por volta da década de sessenta. Apresentou-se várias vezes em programas de Aírton Rodrigues, na extinta TV Tupi.

Aureluce Soares de Castro, que desde menina cantava nas festas locais, fez parte dos conjuntos "*Os Bárbaros*" e "*Os Apaches*". Mudou-se para São Paulo, e em 1.973 apresentava música popular brasileira, ao violão, no Restaurante Acarajé, do Hotel São Paulo. Abandonou a carreira posteriormente. Seu irmão **Luís Alberto de Castro**, o "**Lua**", também foi cantor.

A cantora **Vera Lúcia Pereira** (Verinha) fez "*shows*" em ambientes noturnos de Campinas, Jundiaí, Piracicaba, Poços de Caldas, São Paulo e outras cidades, nas décadas de oitenta e noventa. Foi, durante certo tempo, contratada pelo "*Grupo Musical Skala Som"*, de Moji Guaçu, com o qual viajava pelo interior. Em 1.994 voltou a residir em Machado; algum tempo depois mudou-se para Piracicaba.

No mesmo período também **Wanilce Maria Pereira Ramos** atuou como cantora em hotéis de São Paulo. Deixou a vida artística, assim como a anterior.

A revista "*Visão*", em fevereiro de 1.987, noticiou que o machadense **Gérson dos Santos,** garçon na "*boîte*" Shinyanagui, ou Yanagui, na Rua Vergueiro, em São Paulo, ali cantava em japonês. Além disso, lutava judô e caratê, e jogava beisebol. Não tive mais informações sobre ele.

Em 14 de dezembro de 1.991, conforme o jornal "*Estado de Minas*", a cantora machadense **Clara dos Santos Caixeta** fez "*show*" em Belo Horizonte. Pelo que soube, não voltou a apresentar-se em público.

Neuza Neves Gonçalves lançou em novembro de 1.993, pela gravadora Continental, o LP "*Aquietai-vos*", com 12 hinos religiosos (presbiterianos), dez dos quais de sua autoria.

Cássia Maria Rodrigues, filha do também músico Durval Martins Rodrigues (Nenê), cantava desde menina com ele no conjunto "*Som Maneiro*" e, depois, na "*Cássia Banda Show"*. Já se apresentou na televisão, em programas de Celso Portiolli e Raul Gil.

Além dos referidos, têm cantado algumas vezes, apenas como amadores, em eventos diversos na Cidade, **Arnaldo Garcia, Euclides Batista de Paula, Heron Lima, João Paulo Domingos Zambaldi, Marcos Reis Pereira, Olga dos Santos Caixeta Vilela, Silvana Carvalho Fernandes**, e outros.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo Público Machadense - LP "*Quando a Saudade Vier*", de Morais Neto.
2 – Arquivo Público Machadense – pastas de biografias;
3 – CD Rom "Pe. Zezinho SCJ – Cantando a Fé" – Paulinas Multimídia;
4 – "Diário Popular", São Paulo – 17/3/1.984;
5 – "Estado de Minas", Belo Horizonte – 12/1/1.990;
14/1/1.990;
14/12/1.991;
24/9/1.992;
2/4/1.993;
5/8/1.998;
6 – "Folha da Tarde", São Paulo – 27/10/1.980;
7 – "Folha de São Paulo", São Paulo – 17/7/1.973;
20/5/1.983;
9/1/1.997;
6/4/1.997;
8 – "Folha Machadense" ns. 34 – 17/11/1.974 – pág. 8;
87 – 14/12/1.975 – pág.4;
285 – 20/1/1.980 – pág. 1;
351 – 9/5/1.981 – pág. 1;
692 –12//1.988 – pág. 15;
978 – 27/11/1.993 – pág. 1;
1018 – 10/9/1.994 – pág. 9;
1179 – 1/11/1.997 – pág. 15;
9 - informações pessoais de Alfeu Luís de Carvalho, Arcélio Rabelo, José Alberto Lorenzotti, Onofre Swerts de Carvalho e Reynaldo de Almeida;
10 – "Hoje em Dia", Belo Horizonte – 13/1/1.990;
11 – "Jornal da Tarde", São Paulo – 14/3/1.980;
8/4/1.980;
7/6/1.983;
7/8/1.984;
12 - "Jornal do Machado" nº 13 - 25/7/1.937 - pág. 2;
13 – "Notícias Populares", São Paulo – suplemento "Sociedade & Turismo" nº 11 – agosto de 1.977 – pág. 3;
14 – "O Estado de São Paulo", São Paulo – 15/8/1.973;
7/2/1.982;
27/11/1.988 (caderno 2);
9/1/1.991 (caderno 2);
24/2/1.992 (caderno 2);
25/9/1.992 (caderno2);
1/5/1.993 (caderno 2);
15 – Revista "Cláudia" – outubro de 1.980 – págs. 302/306;
16 – Revista "Domingo" do "Jornal do Brasil", Rio de Janeiro – 5/3/1.989 – págs. 28/29;

17 – Revista “Visão” – 11/2/1.987 – pág. 4;
18 – “Siga em Frente” nº 41 – 24 a 27/11/1.993 – pág. 4;
19 - “*site*” na Internet: http://www.rosamarya.com.br;
20 – “Tribuna Machadense” nº 39 – 25/7/1.981 – pág. 1;
21 – “Última Hora”, São Paulo – 3/9/1.977;
1/8/1.978;
8/12/1.978.

****

MÚSICA – V
(compositores, instrumentistas e professores)

1) – Compositores.
2) – Instrumentistas.
3) – Professores.

****

1 – **Compositores**.

Segundo Carlos Legnani e José Matzner, em 1.886 **Feliciano Constantino de Morais** executou na Corte, a convite do Imperador, sua composição *"Missa de Santa Cruz"*. Em agosto de 1.895, aqui se realizaram missa fúnebre e sessão magna da Câmara, em homenagem à morte de Floriano Peixoto. Tocou-se nelas a marcha "*Marechal*", composta para a ocasião por Morais. Ele era também professor de música, e legou o talento artístico a vários descendentes, entre os quais suas filhas pianistas Maria Auta de Morais Carvalho e Augusta de Morais Annoni, e o neto cantor que lhe herdou o nome. Ao que consta, suas obras se perderam.

José Signoretti (Juquinha) era exímio violonista. De suas obras foram gravadas: "*Marcha do Centenário*" e "*Choro*" (solo de violão), ambas dedicadas ao centenário da Freguesia; "*Samba-Canção*", em homenagem ao cantor Francisco Alves. Compôs ainda as valsas "*Cleusa*" e "*Minha Mãe*", em solos de violão.

José Alberto Lorenzotti (Praia) iniciou a carreira musical em 1.961, tendo participado de diversos conjuntos e duplas. Em 1.974 firmou contrato com a Som Livre e a Rede Globo. Por aquela, no mesmo ano, a dupla que liderava, "*2.001 e Beto*", lançou o disco "*Anos Perdidos*". Já se apre-

sentou em vários "*shows*", festivais, bailes e programas de rádio e televisão. Usou em certa época o nome artístico de Alberto (Beto) Machado. Foi o autor da trilha sonora do filme "*Bandidos da Serra Baixa*". Gravou nas Edições Paulinas Discos, com Sílvio Brito e "*Os Apaches*". Compôs também músicas sertanejas, entre as quais "*Traição*" e "*Zé Bettio o Cancioneiro*", gravadas pela dupla "*Flor do México e Castelhano*" em 1.979. Fez parcerias com Celso Falconi, J. Nogueira e José Maria Rezende, entre outros. Em 1.980 classificou três músicas no 1º Festival do Samba, na Rádio Nacional do Rio de Janeiro: "*Inflação*", "*Por que ser mau*?" e "*Abertura Social*". São também de sua autoria "*Só Nós Dois*" e "*Viver para Amar*". Até o início da década de noventa, havia composto mais de 150 músicas, em estilos e ritmos diferentes. Desde então, dedicou-se apenas à música evangélica, de estilo "*gospel*", que apresentava com dois acompanhantes em eventos religiosos. No final do milênio, tinha prontas cerca de 60 composições desse gênero.

Rossine Sales Fernandes e a esposa **Yedda Novais Fernandes,** aqui residentes por apenas quatro anos, compuseram em 1.951 a valsa "*Saudades do Machado*", tornada nosso hino oficial. A "*Bandeirante Editora Musical Ltda.*", de São Paulo, publicou sua partitura para piano. Foi gravada em dois discos, conforme mencionado no capítulo relativo aos símbolos municipais.

Iracema Rodrigues (Iaiá) participou da orquestra e do coro da Matriz de Poço Fundo. Lecionou piano, violino e bandolim no Colégio Imaculada Conceição. Compôs, além de outras músicas, o tango "*Não Sei*", publicado pela Casa Vitale, do Rio de Janeiro, e a marcha "*Meu Brasil*", cujo original foi confiado à Escola Estadual Dom Pedro I.

Tonico Mendes mudou-se para Poços de Caldas por volta de 1.953, e lá formou banda na Casa do Menor. Reunidas num álbum, deixou cerca de setenta composições, entre as quais a valsa "*Lágrimas de Saudade*", dedicada à esposa. **Alfeu Luiz de Carvalho,** genro do anterior e bom saxofonista, compôs algumas valsas e chorinhos. Entre aquelas de destacam "*Catarina*" e "*Darcília*", dedicadas à mãe e à esposa. Integrou o "*Jazz Sudan*", de Paraguaçu, e a orquestra de Mílton Singi, de Alfenas.

Oscar de Paiva Westin compôs o dobrado "*Centro Machadense*". **Benedito Neves** compôs, entre outras músicas, o dobrado "*Centenário de Machado*" e a valsa "*Primavera***". Ernesto Mariano Leite** foi letrista de várias canções. **Laércio de Andrade Pedroso** fez a valsa "*Saudades de Minha Terra*", em homenagem aos fundadores do Centro Machadense, e o hino do Clube das Casadas. **Tito Soares Ferreira** foi autor de diversas composições.

O **Irmão Israel José Nery** é autor do LP "*Meu Cristo Amigo*", com vinte canções bíblicas para crianças, gravado pela Sono-Viso em 1.973. Também com composições suas, as Edições Paulinas Discos lançaram os compactos "*Ao Encontro de Jesus*", volumes I e II (1.975); "*A Ceia do Senhor*" (1.975); e "*Para Crescer no Amor*" (1.993).

Madre Nícea Vieira Machado, professora de música no Colégio Imaculada Conceição, venceu oito concorrentes na escolha do hino do centenário da Cidade, com a composição "*Machado Centenária*". Ela foi gravada em julho de 1.981, conforme se noticiou no capítulo referente aos símbolos municipais.

Odilon de Oliveira Tavares foi autor de mais ou menos 80 músicas, entre as quais os dobrados "*Número Um*", "*Capricórnio*", "*Carlos Magno*" e "*XV de Novembro*"; o choro "*Brincando com Sax*"; e as valsas "*Amarga Desilusão*", "*Beijo nos Olhos*" e "*Santa Edwiges*". **Cármen Fadel** compôs várias das músicas cantadas pelo Coral "Cidade Presépio". **Neuza Neves Gonçalves** é autora de muitos hinos religiosos, dez dos quais gravou em LP, como afirmado noutro capítulo.

Em maio de 1.984, dois machadenses disputaram o 2º Festival da Canção de Poço Fundo: **Julinho de Carvalho** com "*Tempero Verde*", e **Jorge Diniz** com "*Busca*".

Na parte relativa à música sertaneja se cuidará dos compositores dedicados principalmente àquele gênero, como Abel Faleiro, Jesualdo Maciel (Zuzu), José Caixeta, José P. Moraes e outros.

2 – **<u>Instrumentistas</u>**.

Recenseamento feito na Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado, em 1º de agosto de 1.873, apurou que, numa população de 3.961 pessoas, havia 13 músicos.

O "*Almanack Sul-Mineiro*", em 1.884, informou existir na Cidade uma boa banda de música e seis pianos.

Na estréia da orquestra sinfônica de Poços de Caldas, receberam homenagem os músicos que mais se destacaram naquela cidade. Entre eles, o machadense **Fausto Caetano Alves** foi lembrado como excelente instrumentista e professor. Tocou na banda da Casa do Menor, regida por Tonico Mendes.

João Rodrigues de Carvalho cita, entre os músicos que aqui atuaram no período de 1.930 a 1.945 (além de outros já mencionados alhures), os seguintes: **Eliseu Teixeira** (violino, violão e flauta); **Tiziu** (saxofone); **Herquilino Soares** (violão); **João Rodrigues da Silva, Joaquim Soares** e **Sebastião Besouro** (violino). São também lembrados **Ezio Bottazzini** (violino), **Hercílio Rafael** (cavaquinho) e **Urbino Passos** (gaita).

A "*Folha Machadense*", em setembro de 1.988, noticiou que nosso conterrâneo **Lázaro Pereira,** residente havia quinze anos em

Piracicaba, lá fazia sucesso com a orquestra "*Musical Opus*".

O machadense **Wolney Correia de Toledo**, filho do também músico Paulo Toledo, é violonista e faz parte do conjunto "*Modula Som*", de Jacareí, SP, onde reside. Com oito integrantes, este lançou na segunda metade da década de noventa CD de música popular, que leva o seu nome.

Nas últimas décadas, a Casa da Cultura foi palco dos mais importantes eventos musicais da Cidade. Nela já se apresentaram, entre outros, os **pianistas Adel Rebelo Dias, Alexandre Andrade Silva, Aurélio Agostinho Verdade Vieito, Cármen Fádel, Dora Pedroso Caixeta, Esther Pereira Franco, Madre Nícea Vieira Machado, Maria Tereza Andrade Costa, Marisa Caruso Critelli de Albuquerque, Nilo Peçanha dos Santos Silva, Regina Stela Domingues Lima, Renata Marinelli Pedini** e **Simone Picollotti;** o saxofonista **Alfeu Luiz de Carvalho**; o flautista **Ricardo Pereira de Souza;** os violonistas **Durval Martins Rodrigues e Pedro Cunha.**

3 – **<u>Professores</u>.**

No tempo em que possuir e tocar piano distinguia socialmente as pessoas, era comum que professores se hospedassem nas fazendas, para dar aula às filhas dos proprietários. Seus nomes se perderam no correr dos anos. Nas associações musicais o uso de instrumentos se aprendia na prática, graças à boa vontade dos executores.

Dentre as mestras particulares de piano, já em meados do século passado, podem ser lembradas Donatília Passos Swerts, Eluze da Silva Pinto e Maria Nazareth da Silva Legnani (Miquita).

Das professoras de música do Colégio Imaculada Conceição citem-se Madre Adoração Gaston e Iracema Rodrigues, entre as mais antigas. Em setembro de 1.968 noticiou-se a fundação, naquele estabelecimento, de um conservatório, filial do de Varginha e do Conservatório Brasileiro de Música do Rio de Janeiro. Seriam, de início, ministradas aulas de piano, violão e acordeon. A iniciativa não teve êxito. Na década de oitenta, Madre Nícea Vieira Machado passou a ministrar lá cursos de piano, em diversos níveis.

Desde o início da década de setenta, ao menos, Odilon de Oliveira Tavares ensinou música em sua residência, na Rua Sete de Setembro, 80.

Em 1.974, com apoio do Prefeito Jorge Oliveira e do Cônego Wálter Pulcinelli, foi criada a Sociedade Renovadora Musical. Ela pretendia ensinar música à juventude e despertar-lhe o interesse por essa arte. Parece ter malogrado em sua proposta.

Em julho de 1.975 a Liga Operária criou curso de iniciação musical para a mocidade. Um dos professores era Cláudio Lopes, que lecionava teoria e prática dos instrumentos de sopro; Sérgio Paulo ensinava violão.

No segundo semestre de 1.987, Benedito de Paula Ferreira (Bandeira) iniciou, anexo à Corporação Musical União, curso de música para jovens de dez a quinze anos. Foi interrompido com a paralisação da banda. Quando ela se reativou, na década seguinte, as aulas voltaram a ser ministradas, a cargo de Hugo José Fernandes Biavatti.

Em 1.988, Marcos F. Sarques fundou a Escola Livre de Música "Vila Lobos", que dava aulas de violão na Casa da Cultura, e durou pouco tempo. No mesmo local, em maio de 1.996, criou-se a Escola Livre de Música "Donatília Passos Swerts", com aulas de canto, piano, teclado, violão e flauta doce. Nela lecionaram Adriana Tardiolli Farah, Débora Mendes, Marisa Caruso Critelli de Albuquerque, Renata Marinelli Pedini e Simone Picollotti.

Pouco depois de se mudarem para cá, em 1.999, Maria Thereza Garcia e a filha, Renata Marinelli Pedini, abriram cursos de teclado e piano, aliando recursos de informática ao método convencional de ensino.

Em meados de 2.000, Marcos F. Sarques iniciou em sua casa a *Escola Machadense de Música*. Único professor de vários instrumentos, limitava-se ao ensino da música erudita. Com cerca de 90 alunos, em agosto de 2.001 deu o primeiro recital na Casa da Cultura.

****

<u>Fontes de consulta</u>.

A **– primárias**
1 - "*curriculum vitae*" de Israel José Nery;
2 – "Folha Machadense" ns. 20 – 11/8/1.974 – pág. 1;
23 – 1/9/1.974 – pág. 3;
253 – 8/4/1.979 – pág. 1;
275 – 13/9/1.979 – pág. 20;
312 – 26/7/1.980 – pág. 7;
316 – 23/8/1.980 – pág. 8;
353 – 23/5/1.981 – pág. 1;
362 – 25/7/1.981 – pág. 1;
403 – 29/5/1.982 – pág. 9;
484 – 21/1/1.984 – pág. 5;

502 – 26/5/1.984 – pág. 1;
663 – 8/8/1.987 - pág. 8;
717 – 3/9/1.988 – pág. 3;
743 – 18/3/1.989 – pág. 12;
879 – 16/11/1.991 – pág. 4;
933 – 12/12/1.992 – pág. 5;
1102 – 4/5/1.996 – pág. 7;
1264 – 10/7/1.999 – pág. 8;
3 - informações pessoais de Alfeu Luiz de Carvalho, Darcília Mendes Carvalho, José Alberto Lorenzotti, José Simões Domingues e Odilon de Oliveira Tavares;
4 – "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, n. 92 – 28/9/1.873 – pág. 3;
5 – "O Machadense" ns. 1056 – 15/9/1.968 – pág. 1;
101 – 11/2/1.973 – pág. 1;
6 – "Sexto Districto" n. 18 – 22/8/1.895 – págs. 2 e 3;
7 – "Siga em Frente" n. 8 – 27/11/1.996 – págs. 1 e 8;
8 – "Tribuna Machadense" ns. 4 – 1/3/1.980 – pág. 6;
24 – 8/11/1.987 – pág. 4;
38 – 28/2/1.988 – pág. 2.

B **– secundárias**

1 – Bernardo Saturnino da Veiga – "Almanack Sul-Mineiro para 1884" – Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.884, pág. 232;
2 – Carlos Legnani – "Histórias da Nossa História", cap. IV – na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 4, págs. 2 a 4;
3 – Eluze Margarida do Lago e Cristiane Scalco Begale – biografia de Iracema Rodrigues, na "Coletânea de Monografias sobre Vultos Machadenses" – Serviço de Educação e Cultura do Município, mimeografado, 1.986, págs. 63 e 64;
4 – Homero Costa – "Contribuição à História de Machado" – Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem menção de data e local, pág. 45;
5 – João Rodrigues de Carvalho – "História de Machado" – Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 143, 147/148 e 158/159;
6 – José Matzner – "Guia do Sul de Minas" – Oficinas Gráficas da S/A Folha de Minas, 1.951, pág. 163.

****

MÚSICA – VI
(eventos principais)

1) – Apresentações.
2) – Festivais.

****

1 – **Apresentações.**

Nosso antigo Código de Posturas, aprovado pela resolução estadual 3.401, de 22 de julho de 1.886, assim dispunha no artigo 115:

> "*É permittido qualquer espectaculo publico nas ruas, como dansas, mascaradas e outros, comtanto que não offendam a moral e bons costumes e que preceda a respectiva licença (...). Não se consideram espectaculos que precisam de licença, as serenatas, passeios com musica, festas religiosas ou profanas por motivo de algum regosijo publico.*".

Homero Costa recorda-se de algumas apresentações eruditas ocorridas na Cidade no primeiro quartel do século:

- por volta de 1.902 deu concertos no salão do Fórum a violinista Giulietta Dionezzi;
- em torno de 1.916 aqui fez uma série de espetáculos o casal de artistas Colares, especializado em cançonetas;
- em 1.920 a companhia lírica "*Città di Roma*", composta apenas de adolescentes, apresentou no Centro Machadense quatro récitas de óperas.

No final da década de trinta, o Centro Cultural do Centro Machadense promovia várias sessões lítero-musicais (só em 1.938 foram

dezenove), com apresentação de música orquestral, de violino, de piano, e canto.

Em março de 1.966, a pianista Heloísa Tavares, filha de conterrânea, ofereceu recital de música clássica no Centro Machadense. Em outubro de 1.968, Cleube Freitas de Bracho deu concerto no Clube Recreativo.

*No mês de agosto de 1.975, Aírton e Lolita Rodrigues promoveram, em benefício da Vila Vicentina, o maior "*show*" de música popular até então visto na Cidade. Iniciado no Cine Vogue, continuou no anfiteatro da Fundação Educacional e se encerrou com baile no mesmo prédio, animado pelo conjunto local "*Os Bárbaros*". Participaram do evento a machadense Rosa Maria, Perla, Milena, Sérgio Reis e seu conjunto, "*Blackout*", Trio "*Medida Certa*", "*Os Garotos de Ouro*" e o declamador Hílton Viana.*

Nos meados da década de setenta, o machadense Joel Pereira começou a montar órgãos eletrônicos, em oficina situada na Rua Marechal Deodoro. Já criara antes amplificadores, caixas acústicas e rádios. O primeiro órgão, conforme descrição da imprensa local, emitia sons de palheta, cordas, flauta e diapasão. Possuía dezesseis registros, três teclados, dispositivos para duas afinações e potência de 45 watts. Para apresentá-lo ao público, em junho de 1.976 foi realizado concerto no anfiteatro da Fundação Educacional, a cargo de Leny Camargo Andrade, de Poços de Caldas.

*Para comemorar o centenário da Cidade, em 1.981, a Prefeitura promoveu diversos "*shows*" de música popular, no período de 5 a 13 de setembro. Em palanque armado na Praça Antônio Carlos, e com apresentações de Aírton Rodrigues e de radialistas locais, exibiram-se Rosa Maria, Agnaldo Rayol, Cármen Silva, Gretchen, Jair Rodrigues, Sérgio Reis, Grupo Gengis Khan, Jessé, Dudu França, Martinha, Wílson Simonal, Maria Alcina, José Luís, Duo Siriema, Os Originais do Samba, Jerry Adriani e Sílvio Brito.*

*Em setembro de 1.985, o Serviço de Educação e Cultura promoveu no anfiteatro da Fundação Educacional a "*I Noite de Música Instrumental e Vocal*". Apresentaram peças clássicas e populares diversos músicos da Cidade, com destaque para Olímpia Abrão (Iba) Rebelo, ao piano.*

*Dois anos depois, também pelo aniversário da Cidade, realizou-se no mesmo local o "*Musiarte*", que reuniu cantores, instrumentistas e dançarinos. Participaram vários corais e conjuntos da Cidade; as cantoras Silvana Fernandes, Neuza Neves Gonçalves e Nídia Rezende; os pianistas Layza Swerts de Oliveira, Alexandre Andrade Silva, Eliane Tozzato e Ana Cláudia Domingues; e os alunos da Academia de Dança de Dagmar Swerts e Marisa Barros Dias. Em 11 do mesmo mês de setembro apresentaram-se no Ginásio Poliesportivo os cantores Sá e Guarabira.*

No primeiro semestre de 1.988, o erário municipal cus-

*teou vários "*shows*" no Poliesportivo: Chitãozinho e Xororó (janeiro), Kid Abelha e os Abóboras Selvagens (abril), Gilberto e Gilmar (maio).*

*Em 30 de abril de 1.988 aconteceu no mesmo local o "*Machado Rock Concert*". Participaram oito conjuntos, entre os quais Núcleo Base e Patrulha Noturna.*

*No dia 24 de setembro do mesmo ano, a Casa da Cultura ofereceu concerto para reapresentar o antigo piano do Centro Machadense, restaurado pelo Município. Exibiram-se artistas locais e alunos da recém criada "*Escola Livre de Música Villa Lobos*".*

*O final de 1.988 foi pródigo em eventos na área da música. Como parte da Semana Cultural da FAFI, em outubro realizou-se a "*Noite dos Artistas Machadenses*". Em dezembro houve "noite musical" na Casa da Cultura, e uma audição de piano no Colégio Imaculada Conceição.*

*Em dezembro de 1.989, ocorreram apresentações de alunos de Madre Nícea Machado. Na Casa da Cultura houve recital do pianista Eduardo Souza de Oliveira, da cidade de Santos. Merece registro, na mesma época, o lançamento do belo disco "*O Canto das Lavadeiras*", do cantor e compositor Martinho da Vila. Dele consta a faixa "*Congada de Minas Gerais*", que é adaptação de música de ternos desta Cidade.*

*Em setembro do ano seguinte, o jovem pianista Flávio Augusto, de Varginha, ofereceu na Casa da Cultura concerto de música erudita. Lá, em setembro de 1.991, se reverenciou o Maestro Joaquim Leite, com apresentação de corais, pianistas e cantores. Templo da boa música, ela sempre brinda o público com recitais, que seria demasiado enumerar. Não obstante, registrem-se a exibição de músicos do Conservatório de Poços de Caldas, em abril de 1.995, e a do pianista Cézar Ferrari, em julho de 1.999. Dois eventos eram certos no seu calendário para audição dos artistas machadenses: a homenagem aos trabalhadores, em maio, e o "*Réveillon Cultural*".*

*Merecem lembrança, em junho e setembro de 1.993, os "*shows*" de Belchior e Paulinho Pedra Azul, no Cine Vogue. Em dezembro do mesmo ano, a Orquestra Sinfônica e o Coral "*Camargo Guarnieri*", de Poços de Caldas, deram belo concerto natalino na Igreja Matriz. A Banda "*Mel*" tocou em agosto de 1.995, no Poliesportivo.*

*No Parque "*João Domingues Sobrinho*", durante as exposições agro-pecuárias ou festas de peão, têm se apresentado vários cantores e conjuntos populares, principalmente do gênero sertanejo, com destaque para a dupla João Paulo e Daniel, em maio de 1.997.*

Por curto período – de julho a novembro de 1.999,

*esteve em atividade a casa de espetáculos "*Café Cervejaria Dance*", do empresário Ricardo Azevedo e outros, na esquina da Avenida Arthur Bernardes com Joaquim Murtinho. Nela se exibiram diversos cantores, conjuntos de "*rock*", pagode e similares, valendo ressaltar a Banda "*Toque de Midas*" e o Grupo "*Ira!*".*

*2 – **Festivais.***

*O **Primeiro Festival Universitário da Canção** realizou-se por iniciativa de José Carlos Vilela, José Vítor da Silva e José Alberto Lorenzotti. Promovido pelo Diretório Acadêmico "*Cônego Wálter*" e pela Prefeitura, teve a coordenação de Laércio Andrade Pedroso. Aconteceu nos dias 3, 4 e 5 de agosto de 1.973, no galpão do Posto Texaco, na Avenida Santa Cruz. Dele participaram o cantor Gilbert, o conjunto "*The Jordans*", Magno Salerno, o maestro Federowski e outros integrantes da TV Tupi de São Paulo, trazidos por Aírton Rodrigues. Inscreveram-se 63 músicas, e a vencedora foi "*Pingos D'Água*", de Álvaro Faria e Teresa Maria, residentes em Poços de Caldas. Nosso conterrâneo Lorenzotti conseguiu o segundo lugar, com "*Viver para Amar*".*

*O **Segundo Festival Universitário da Canção** teve os mesmos promotores. Ocorreu nos dias 13 e 14 de setembro de 1.975, no Cine Vogue, sob a coordenação de José Carlos Vilela. Foram inscritas 73 músicas, e chegaram a classificar-se os compositores machadenses Neuza Neves Gonçalves (com "*Libertação*"), José Alberto Lorenzotti (com "*Voz Astral*") e Dinah Pereira Ramos (com "*Paz Universal*" e "*Eu Quero é Samba*"). Os vencedores do primeiro certame, porém, alcançaram o primeiro e o segundo lugares, com "*Passagem*" e "*Enchente*".*

*O **Terceiro Festival Universitário da Canção** ocorreu no anfiteatro da Fundação Educacional, sob patrocínio da Faculdade de Filosofia, durante a Semana Cultural, nos dias 28, 29 e 30 de outubro de 1.988. Teve como coordenadora Dora Pedroso Caixeta, e foi animado pelo cantor Zé Ramalho e pelo conjunto "*Novo Tempo Show*". Marcado para as vésperas do pleito municipal, ficou prejudicado pela disputa política. O Município concedeu-lhe subvenção considerada insignificante, porque pagara muito mais por "*shows*" de artistas de fora, havia pouco tempo. Concorreram 65 músicas, sagrando-se vencedora "*Bailarina*", de Eudes Fraga e Dudu Falcão (Quixadá, CE).*

*Em outubro de 1.982 ocorreu o **Festival da Canção do Grêmio Estudantil La Salle.** No dia 19 de dezembro de 1.986 realizou-se no salão paroquial o **Primeiro Festival da Canção do Senhor Jesus,** organizado por Paulo Newton da Silva entre os grupos de oração locais. Participaram dele 13 músicas e 5 poesias. O **Primeiro FESMUP - Festival de Música Popular de Machado** aconteceu de 7 a 9 de junho de 1.991, no Cine Vogue. Em 8 de novembro de 1.997 ocorreu no Poliesportivo o **Primeiro "Som e Vida" de Machado**, festival que reuniu quatro bandas católicas.*

*Foi realizado o **Primeiro Festival da Música Popular do CESU** (Centro de Estudos Supletivos) em 11 de dezembro de 1.999, na Praça Antônio Carlos. Dele participaram apenas canções de alunos das escolas locais. Sua segunda edição, no mesmo local, ocorreu em agosto de 2.000.*

****

Fontes de consulta.

A – **primárias**

1 – "Folha Machadense" ns. 70 – 17/8/1.975 – pág. 3;
71 – 24/8/1.975 – págs. 1 e 9;
73 – 7/9/1.975 – pág. 1;
75 – 21/9/1.975 – págs. 2 e 3;
106 – 9/5/1.976 – pág. 3;
110 – 6/6/1.976 – pág. 10;
143 – 30/1/1.977 – pág. 1;
146 – 19/2/1.977 – pág. 10;
382 – 23/12/1.981 – suplemento;
386 – 30/1/1.982 – pág. 1;
392 – 13/3/1.982 – pág. 8;
518 – 13/9/1.984 – pág. 1;
569 – 21/9/1.985 – pág. 14;
635 – 31/1/1.987 – pág. 1;
664 – 15/8/1.987 – pág. 7;
667 – 5/9/1.987 - pág. 1;
668 – 13/9/1.987 – suplemento;
699 – 30/4/1.988 – pág. 15;
701 – 14/5/1.988 – pág. 11;
721 – 1/10/1.988 – pág. 13;
725 – 29/10/1.988 – pág. 1;
773 – 14/10/1.989 – pág. 1;
779 – 25/11/1.989 – pág. 12;
819 – 13/9/1.990 – pág. 4;
958 – 19/6/1.993 – págs. 1 e 11;
968 – 18/9/1.993 – pág. 11;
982 – 25/12/1.993 – pág. 1;
1153 – 3/5/1.987 – pág. 1;
1178 – 25/10/1.997 – pág. 1;
1264 – 10/7/1.999 – pág. 6;
1269 – 14/8/1.999 – pág. 1;
1281 – 6/11/1.999 – pág. 1;

1283 – 20/11/1.999 – pág. 18;
1284 – 27/11/1.999 – pág. 5;
2- "Jornal da Cidade" nº 7 – novembro de 1.985 – pág. 7;
3 – Livro da Lei Mineira – 1.886 – tomo LIII – parte 1ª - págs. 158/159;
4 – "O Machadense" ns. 1059 – 13/10/1.968 – pág. 1;
127 – 12/8/1.973 – pág. 1;
128 – 19/8/1.973 – pág. 4;
5 – "Tribuna Machadense" ns. 35 – 31/1/1.988 – pág. 1;
46 – 24/4/1.988 – pág. 3.

B - **secundárias**
1 – Homero Costa – "Contribuição à História de Machado" – Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente – sem menção de data e local – págs. 43/44;
2 – João Rodrigues de Carvalho – "História de Machado' – Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 148/149.

****

MÚSICA – VII
(sertaneja)

1) – A Família Souza.
2) – Dauro e Daurinho.
3) – Jota Moraes.
4) - Adoniro José Ribeiro.
5) – Os Passarinhos do Brasil.
6) – Outros cantores e compositores.
7) – Festivais e outros eventos.

****

1 – **A Família Souza.**

Proveniente de Santa Cruz do Rio Pardo, residiu por muitos anos em Machado. Seu chefe **é Joaquim de Souza,** conhecido por "*Pinheiro*", folclorista, animador de festas juninas e mestre de folias de reis. Incentivador dos filhos, iniciou-os na carreira musical e participou com eles de diversas apresentações. A princípio, formou-se na irmandade a dupla **Dondi e Messias,** que cantava na Rádio local. Quando o primeiro se retirou, Maurício entrou no seu lugar, surgindo assim a dupla **Messias e Maurício,** de muito sucesso. Ela se exibiu diversas vezes nos programas dominicais da Difusora, nos "*shows*" do "*Projeto Chico Mulato*", na Rádio Cultura de Poços de Caldas e também nos programas "*Canta Viola*" e "*Canto da Terra*" das televisões Record e Bandeirantes. Com o pai, formava o trio **Messias, Maurício e Pinheiro**. Em junho de 1.982 lançou o LP "*No Jogo da Vida*", pela gravadora "*Canta Viola"*, com músicas de Maurício Fernandes, Virgilino Gomes da Silva, Joaquim de Souza, J. Garcia e Wanderyl, entre outros.

Algum tempo depois, dois outros filhos de "*Pinheiro*",

com o acordeonista Daurinho, formaram o trio **Beto, Batista e Daurinho**, que fez várias apresentações beneficentes. Em fevereiro de 1.984 obteve o segundo lugar no 1º Festival da Música Sertaneja de Campestre.

Posteriormente toda a família se mudou para São Paulo, onde continuou a dedicar-se à música. Em fevereiro de 1.988, noticiou-se que a dupla Messias e Maurício, com os irmãos e o pai, havia formado conjunto com acompanhamento em órgão, contrabaixo e bateria.

Em 1.991, por exigência da Ordem dos Músicos do Brasil, Messias e Maurício trocaram de nome artístico, a fim de não serem confundidos com outra dupla (Messias e Mauri). Adotaram o nome de **Luciano e Sidiney,** e passaram a trabalhar na caravana de Sebastião Ferreira da Silva, fazendo "*shows*" pelo interior de São Paulo. No mesmo ano gravaram LP pela "*Sertanejo*", com dez músicas, duas das quais do próprio Sidiney, em parceria. Em 1.993 lançaram CD pela M.M. Gravações e Edições Musicais Ltda., de São Paulo, com a música "*Choveu na Minha Roça*", entre outras.

2 – **Dauro e Daurinho.**

Esta dupla, formada pelos irmãos Dauro Cagliari Pereira e Mílton Cagliari Pereira, participou em 1.979, com duas outras, do LP "*5 Vozes em Sucesso*", gravado pela Phono Disc, através do escritório RDE. Nele cantou quatro músicas, duas das quais com letras de Abel Faleiro.

Ambos não se profissionalizaram, tendo trabalhado na lavoura e no comércio. A dupla se desfez, e em 1.984, como dito acima, Daurinho integrava um trio com os irmãos Beto e Batista.

3 – **Jota Moraes.**

Cantor e compositor, iniciou a carreira artística com sete anos de idade, em 1.944. Seu nome completo é José Pereira Moraes. Atuou em programas de calouro na Rádio Difusora local, e cantou nas orquestras "*Jazz Sudam*", "*Os Marabás do Ritmo*" e "*J. Massini*". Há vários anos reside em Poços de Caldas, tendo apresentado diversos programas na Rádio Cultura daquela cidade. Faz "*shows*" por todo o Sul de Minas.

Em março de 1.990 lançou o primeiro LP, "*Menino Jesus*" , pelas "*Gravações Paloma*". Há nele seis músicas de sua autoria e duas dos machadenses Jesualdo Maciel e Toni Vila, entre outras. É também autor da música "*Berço Amado*", não incluída no disco, além de várias outras.

4 - **Adoniro José Ribeiro**.

Iniciou a carreira artística em 1.978, em São Paulo. Naquele ano gravou compacto duplo pela R.D.G., com quatro músicas, três das quais de sua autoria: "*Canção do Marinheiro*", "*Menina Triste*", "*O Mar e a Primavera*" e "*Pensamento Agitado*". Dedicou-se de início à música romântica, tendo feito "*shows*" em diversas cidades e rádios. Posteriormente adotou o gênero sertanejo, gravando em 1.992 o LP "*Adoniro José*" pela Companhia Industrial de Discos (C.I.D.), do Rio de Janeiro. Contém onze canções, várias dele mesmo. Ao todo, possui cerca de cinqüenta composições. Após vinte anos, mudou-se da capital paulista para Pouso Alegre, e continuava a apresentar-se esporadicamente no final do período estudado.

5 – **Os Passarinhos do Brasil.**

Os irmãos Lemes da Silva, naturais de Douradinho, cantam juntos desde 1.978. De início formaram a dupla **Pintassilgo e Sabiá** (Atanásio e José), que começou a destacar-se em 1.980, apoiada por José Caixeta. Juntou-se então a ela o mano **Beija-flor** (Sebastião), que tocava sanfona e teclado. Sob o nome de "**Os Passarinhos do Brasil**", os três lançaram em fevereiro de 1.983 o primeiro disco LP, "*Linda Paraguaya*", pela Tocantins, com músicas de Jesualdo Maciel, Virgilino Gomes da Silva, José Caixeta e José Pereira Moraes. Em meados de 1.987, pela mesma gravadora, saiu seu segundo LP, "*Chuva e Lágrimas*" , com músicas de José Caixeta, José P. Moraes, Pintassilgo, Tony Vila e outros. Na segunda metade da década de noventa veio a público o CD "*Avança Brasil*", de Japurá Gravações.

Em determinadas ocasiões integraram o grupo outros irmãos**, Bem-te-vi** (Flávio) e **Pardal** (Jair). Estes também se apresentavam separadamente, como a dupla **Flávio e Jair.** Em 1.992 Pintassilgo e Sabiá voltaram a formar um duo, com repertório mais moderno e romântico, e mudaram o nome artístico para **André e Adriano**. No ano seguinte lançaram LP da Companhia Industrial de Discos (CID), tendo por destaque a música "*Fica Comigo*". Formou-se ainda na família a dupla **Flávio e Flavinho**.

Os "Passarinhos" participaram de festivais de música sertaneja na TV Record, cantaram na TV Bandeirantes e mantiveram contrato com a Rádio Aparecida. No início da década de oitenta venceram concurso de música sertaneja em Andradas, e obtiveram o terceiro lugar na disputa do troféu "*Ted Vieira*". Exibiram-se inúmeras vezes na Rádio Difusora local, e em "*shows"* aqui e nas cidades vizinhas. Já se apresentaram também em Belo Horizonte, Brasília, Juiz de Fora, Londrina, São Paulo e outros centros.

6 **– Outros cantores e compositores**.

Na década de cinqüenta fazia sucesso na Cidade o can-

tor "**Zé Pedro da Ponte",** assim conhecido porque morava e tinha bar naquele bairro. Ele se apresentava semanalmente na Rádio Difusora local.

Teve destaque em época também remota o duo **Irmãos Milani**, formado de início por Luiz Milani e sua irmã Adélia Milani Savini. Esta, que também fez parte da dupla **Rosa e Rosinha**, foi substituída naquele pelo primo Hermano Milani. Posteriormente, Luiz e Hermano adotaram o nome artístico de **Fontoura e Melhoral.** O primeiro tocava sanfona, acordeon e outros instrumentos, e foi autor de algumas composições sertanejas.

Nascido em Poço Fundo, aqui residiu por vários anos o cantor Nivaldo Silvestre Ramos, que usava o nome artístico de **Miltinho**. Faleceu prematuramente, em 1.990. Apresentava-se nesta e nas cidades vizinhas, e deixou algumas fitas gravadas.

Em maio de 1.981, a "*Tribuna Machadense*" fez referência à dupla local **Wando e Wanderley,** da qual não tenho outras informações.

A dupla **Flor do México e Castelhano** chegou a gravar um LP, chamado "*Homem Triste*", e se apresentou por bastante tempo, embora sem continuidade. Desfez-se ultimamente, e depois disso o primeiro passou a cantar com a esposa, que adotou o nome de **Castelhana**.

Os machadenses Mauro Signoretti Brigagão e sua irmã Neiva Augusta Brigagão Dias são autores de composições sertanejas. Em julho de 1.984, noticiou-se que algumas delas seriam gravadas pelo "*Trio Paraíso*", da cidade de Três Corações. Ignoro se foram ou não.

Merecem ainda registro as duplas locais **Dainha e Vair**; **Sertão e Sertãozinho**; **João Lacrino e Mussulino**; **Goiano e Goianinho**; **Kid e Jonas**.

No fim da década de noventa, a imprensa local fez referência à dupla infantil **Osley e Oséias,** composta pelos irmãos Alves Domingues, e às adultas **Vando e Vandinho**, e **Wando e Walmir** (esta, da Fazenda Limeira).

O machadense Reginaldo Félix da Silva, que durante algum tempo se apresentou com "Flor do México", adotou por volta de 1.996 o nome artístico de Hobby, formando com o paranaense Mílton de Almeida a dupla **Hobby e Halley**. Em 1.999 ela gravou CD produzido pela empresa "*San Francisco*".

Também em 1.999 se formou a dupla infantil **Alex e Júnior** (Alex Rodrigues Santos e Sandro Rodrigues Júnior), residente na Fazenda dos Açudes. No início do milênio ela buscava patrocínio para lançar CD independente, com músicas compostas por seu pai.

7 – **Festivais e outros eventos**.

Em 1.977, 1.982 e 1.984, a Rádio Difusora promoveu festivais de música sertaneja. No primeiro, a música vencedora foi defendida por "*Flor do México e Castelhano*". No segundo, ganhou composição de Jesualdo Maciel, com "*Os Passarinhos do Brasil*". O terceiro, de menor sucesso, foi também vencido pela dupla acima mencionada. Aliás, cumpre ressaltar a importância daquela emissora, e em especial dos radialistas Alencar Tavares, José Caixeta e Roosevelt de Carvalho Dias, na preservação, incentivo e divulgação dos músicos e compositores machadenses de estilo sertanejo.

Realizou-se em junho de 1.980 o 1º concurso de música sertaneja de Douradinho, do qual não tenho mais notícias.

Em dezembro de 1.983, no Clube Recreativo, o Lions Clube, com apoio da Rádio Difusora, promoveu o "*1º Vio-Lions*", de que participaram várias duplas e trios sertanejos, com finalidade beneficente.

Na década de noventa voltaram a realizar-se festivais de música sertaneja, organizados por José Caixeta com apoio da Prefeitura: em 1.993, na EXPAM; em 1.994 e 1.995, na sede da Associação dos Caminhoneiros; em 1.998 e 1.999, na Praça Antônio Carlos. Não houve neles exigência da apresentação de trabalhos inéditos.

****

Fontes de consulta.

A – **primárias**
1 – Arquivo da Câmara Municipal de Machado – livro nº 7 de atas;
2 – "Folha Machadense" ns. 247 – 25/2/1.979 – pág. 1;
370 – 26/9/1.981 – pág. 10;
392 – 13/5/1.982 – pág. 1;
404 – 5/6/1.982 – pág. 1;
411 – 24/7/1.982 – pág. 1;
439 – 26/2/1.983 – pág. 1;
480 – 10/12/1.983 – pág. 1;
487 – 11/2/1.984 – pág. 12;
493 – 24/3/1.984 – pág. 6;
503 – 2/6/1.984 – pág. 1;
508 – 7/7/1.984 – pág. 12;
542 – 16/3/1.985 – pág. 3;

622 – 11/10/1.986 – pág. 1;
658 – 5/7/1.987 – pág. 13;
674 – 24/10/1.987 – pág. 1;
687 – 6/2/1.988 – pág. 3;
756 – 17/6/1.989 – pág. 7;
792 – 10/3/1.990 – pág. 3;
794 – 24/3/1.990 pág. 3;
932 – 5/12/1.992- pág. 1;
933 – 12/12/1.992 – pág. 3;
964 – 14/8/1.993 – pág. 12;
1062 – 22/7/1.995 – págs. 1 e 6;
1191 – 7/2/1.998 – pág. 6;
1196 – 14/3/1.998 – pág. 4;
1201 – 25/4/1.998 – pág. 2;
1222 – 19/9/1.998 – pág. 8;
1223 – 26/9/1.998 – pág. 24;
1274 – 18/9/1.999 – pág. 18;
1361 - 26/5/2.001 - pág. 17;
1391 - 22/12/2.001 - pág. 9;

3 - informações pessoais de Adoniro José Ribeiro e Alencar Tavares;

4 – Revista "Imagem e Conteúdo" ns. 8 – dez. 97/jan. 98 – pág. 4;
14 – abril/maio de 1.999 – pág. 20;

5 – Revista "Machado 87" – pág. 19;

6 – "Siga em Frente" ns. 3 – 2ª quinzena de nov. de 1.992 – pág. 3;
23 – 1 a 4/7/1.993 – pág. 7;
24 – 7 a 10/7/1.993 – pág. 1;
29 – 14/8/1.993 – pág. 5;
35 – 29/9 a 2/10/1.993 – pág. 6;

7 – "Tribuna Machadense" ns. 34 – 9/5/1.981 – pág. 1;
96 – agosto de 1.984 – pág. 5.

****

LITERATURA – I
(temas religiosos)

1) – Nota.
2) - Dom Francisco de Paula e Silva.
3) – Dom Hugo Bressane de Araújo.
4) – Padre José Fernandes de Oliveira.
5) – Irmão Israel José Nery.
6) – Padre Orlando Gambi.
7) – Maria da Penha Nery.

****

1 – **Nota.**

Machado tem tido escritores com abundante produção sobre temas religiosos. A enumeração de suas obras, feita a seguir, não é completa. Desconsiderei aqui as publicações em periódicos.

2 – **Dom Francisco de Paula e Silva.**

Em outros capítulos referirei o que produziu como ficcionista, historiador e jornalista. Foi, conforme Frei Pedro Sinzig, "*uma das mais firmes colunas do catolicismo intelectual do Brasil*". Infelizmente não tive acesso à maior parte das suas obras, de que só dou notícia pelas fontes adiante arroladas.

Publicou: "*A Semana Santa – Síntese Litúrgica*"; "*Ave Maria*"; "*Catecismo de Meditação*"; "*Doutrina Cristã*"; "*Estudos sobre São José*"; "*Manualzinho das Filhas de Maria*"; "*Manualzinho dos Santos Anjos*"; "*Meditações para o Clero*"; "*Na Vida Militar*"; "*O Sacramento da Ordem*";

"*Os Quinze Sábados de Nossa Senhora*"; "*Páginas de Combate*", em quatro séries: "*Protestantismo*", "*Maçonismo*", "*Espiritismo*" e "*Indiferentismo*"; e "*Primeira Comunhão das Crianças*".

De suas pastorais, lembrem-se: "*Saudação aos Diocesanos*"; "*Centenário do Mês Mariano*"; "*25 Anos de Sacerdócio e 10 de Episcopado*"; e "*O Seminário Diocesano e a Obra das Vocações Sacerdotais*".

Traduziu: "*A Perfeição Sacerdotal*"; "*Bíblia das Escolas*"; "*Conselhos às Mães*"; "*Meditações para os Soldados*"; "*Mês do Coração de Jesus, do Seminarista*"; "*Missal dos Fiéis*"; "*Vida de Dom José Frassinetti*"; e "*Vida do Padre João Gabriel Perboyre*". Foi ainda autor de muitas circulares, portarias e folhetins.

3 – **Dom Hugo Bressane de Araújo.**

Também terá referidos noutros capítulos os trabalhos históricos e de crítica literária. Ainda monsenhor, editou em 1.931 e 1.933 dois fascículos de "*Perguntas e Respostas*", em que procurou esclarecer alguns pontos da fé católica. Publicou em 1.943 "*O Sagrado Coração de Jesus*".

Foi autor de diversas pastorais: "*Saudação aos Diocesanos de Bonfim*"; "*A Voz Paternal de Pio XI*"; "*Saudação aos Diocesanos de Guaxupé*"; "*Centenário do Apostolado da Oração, Devoção à S.S. Virgem e Centenário de Dom Frei Vital*"; e "*O Primado de São Pedro e do Romano Pontífice*", entre outras.

São de sua lavra, ainda, o "*Primeiro Anuário da Diocese de Bonfim*"; a "*Carta de Despedida aos Diocesanos de Bonfim*"; os "*Relatórios da Construção da Catedral de Guaxupé*"; o "*Primeiro Sínodo Diocesano de Guaxupé*"; e os "*Estatutos do Cabido Diocesano de Guaxupé*", além de diversas circulares.

4 – **Padre José Fernandes de Oliveira.**

Conhecido nacionalmente como Padre Zezinho, escreve de preferência sobre a catequese dos jovens e da família. Noutro capítulo tratei de sua grande produção no campo musical.

Vários de seus trabalhos foram vertidos para o espanhol, o francês, o inglês, e publicados, entre outros países, na Argentina, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, França, Portugal e Venezuela.

Eis alguns dos livros que deu a lume: "*A Comunidade*

de Jovens"; "*A Difícil Arte de Ser Bom*"; "*A Dor que Dói na Juventude*"; "*A Família em Um Minuto*"; "*A Geração Insatisfeita*"; "*A Igreja do Certo e do Errado*"; "*A Juventude é uma Parábola*"; "*A Paróquia Reza pelas Vocações*"; "*A Revolta e a Paz de Maria Helena*"; "*A Vocação de Cada Um*"; "*Ao Deus da Minha Juventude*"; "*Ao Meu Cristo Adolescente*"; "*Alicerce para um Mundo Novo*"; "*Amizade Talvez Seja Isso...*"; "*Cantiga de Libertação*"; "*Católicos pela Graça de Deus*"; "*Católicos Serenos e Felizes – I*"; "*Católicos Serenos e Felizes – II*"; "*Claro como a Luz do Dia*"; "*Desculpa, Deus, Ainda Não Sei Rezar*"; "*Dez Poemas de Paz Inquieta*"; "*Diga ao Mundo que Sou Jovem*"; "*E Deus te Quis Mulher*"; "*Eduque Seu Filho para Deus*"; "*Em Nome dos Pais e dos Filhos*"; "*Em Paz com Deus e com a Vida*"; "*Ensina-me a Ser Pobre de Verdade*"; "*Escola Dominical para Adolescentes*"; "*Essa Dor que Dói no Mundo*"; "*Esta Igreja Magnífica e Seus Leigos Maravilhosos*"; "*Esta Juventude Magnífica e Seus Namoros Nem Sempre Maravilhosos...*"; "*Esta Menina está Ficando Igreja*"; "*Estamos Procurando Jesus Cristo*"; "*Este Rebelde Quer Ser Padre*"; "*Estou Pensando em Deus*"; "*Gente como Nós*"; "*Há quem Diga... que o Amor é um Riacho...*"; "*História de Simone*"; "*Histórias que Jesus Contava*"; "*Jesus Cristo Me Deixou Inquieto...*"; "*Jesus Cristo Meu Amigo*"; "*Jesus Cristo que Também Foi Jovem...*"; "*Jesus Falou e Disse*"; "*Juventude Agora – Novas Práticas de Pastoral da Juventude*"; "*Meu Cristo Jovem Foi Ficando Adulto*"; "*Meu Mundo Adolescente*"; "*Meu Povo, Minha Igreja*"; "*Motivando a Pastoral Vocacional*"; "*Não Deixes que Eu me Canse*"; "*Não Digas Não a Deus*"; "*Nós, os Católicos Romanos*"; "*O Agitado Coração Adolescente*"; "*O Direito de Ser Jovem*"; "*O Incômodo e Magnífico Jesus de Nazaré*"; "*O Sexo que Deus lhe Deu*"; "*Oi, Deus! Meu Nome é Zé*"; "*Orar e Pensar como Família*"; "*Os Jovens em Um Minuto*"; "*Os Jovens Estão Rezando*"; "*Outra Vez a Pastoral Vocacional*"; "*Pastoral da Juventude*"; "*Paz Inquieta*"; "*Pequeno Manual de Recrutamento Vocacional*"; "*Por Causa de um Certo Reino*"; "*Porque Deus me Chamou...*"; "*Rebeldes e Inquietos em Jesus Cristo*"; "*Senhor, que Queres que Eu Faça?*"; "*Teatro Jovem na Igreja*"; "*Tranqüilamente Católico*"; "*Três Minutos de Juventude*"; "*Um Certo Jesus da Silva*"; "*Um Coração que Seja Puro*"; "*Um Cristo para os Seus Amigos*"; "*Um Jovem Custa Muito Pouco*"; "*Uma Jovem Chamada Maria*"; e "*Viver como Jesus Viveu*" (este, em parceria).

Em 1.999, as Paulinas editaram livro sobre sua vida e sua obra : "*Pe. Zezinho SCJ – 35 Anos a Serviço da Fé*".

5 – **Irmão Israel José Nery.**

Conferencista renomado, é autor de inúmeros artigos, e de discos e vídeos, sobre assuntos religiosos. Publicou, entre outros, os seguintes trabalhos: "*A Páscoa e Seus Símbolos*"; "*O Homem e o Mundo*"; "*Meu Cristo Amigo*", vols. 1 e 2; "*Lassalista, por que não?*"; "*Ao Encontro de Jesus*"; "*Catequese na Escola Católica, uma Experiência*"; "*Igreja: Comunidade, Caminho, Libertação*"; "*Descobrimos Jesus Cristo em Nossa Infância*" (em parce-

ria); "*Vivemos Jesus Cristo Libertador*" (em parceria); "*Seguimos Jesus Cristo em Sua Comunidade*" (em parceria); "*Fazemos Aliança em Jesus Cristo Eucaristia*" (em parceria); "*Caminhamos nos "Sinais" de Jesus Cristo*" (em parceria); "*Assumimos Nossa História de Salvação em Jesus Cristo*" (em parceria); "*Construímos o Mundo Novo com Jesus Cristo*" (em parceria); "*Jesus Cristo Conta Conosco*" (em parceria); "*Repartindo o Pão*"; "*O Problema é Igreja*"; "*O Mundo tem Fome de Deus*"; "*Oração e Vida*"; "*S.0.S. Vida em Perigo – Catequese Ecológica*"; "*La Salle, Patrono dos Educadores*"; "*Nos Caminhos de Jesus Cristo Libertador*" (em parceria); "*Construindo Comunidade que Liberta*" (em parceria); "*Em Comunhão e Participação – Homem Novo, Mundo Novo*" (em parceria); "*O Natal e Seus Símbolos*"; "*O Compromisso de Evangelizar*"; "*Fala, Senhor, Teu Servo Escuta*"; "*Fé e Vida em Comunidade: Renovação da Igreja, Transformação da Sociedade*" (em parceria); "*Manual do Participante da Primeira Semana Brasileira de Catequese*" (em parceria); "*Conclusões e Desafios da Primeira Semana Brasileira de Catequese*" (em parceria); "*Revelação e Catequese*" (em parceria); "*Comunidade e Catequese à Luz do Documento Catequese Renovada*" (em parceria); "*Catequistas e Catequese Renovada*" (em parceria); "*Catequese de Adultos e Catequese Renovada*" (em parceria); "*Pastoral de Juventude e Catequese Renovada*" (em parceria); "*Primeira Semana de Catequese*" (em parceria); "*Santo Domingo: Ensaios Teológico-Pastorais*" (em parceria); "*Como Vi e Vivi Santo Domingo*"; "*Vida, Clamor e Esperança*" (em parceria); "*O Novo Catecismo e a História dos Catecismos*"; "*O Novo Catecismo: Eu Creio, Nós Cremos*"; "*O Novo Catecismo: a Oração do Creio – o Credo em Nossa Vida*"; "*Novo Catecismo – Panorama e Questionamentos*"; "*Terceiro Milênio e Fé Cristã*"; e "*A Vida Consagrada*".

Traduziu: "*O Senhor de La Salle*"; "*O Apostolado Bíblico*"; "*Federação Bíblica Católica Mundial – Diretório Geral*"; e "*O Livro da Sabedoria*". Elaborou a tese de licenciatura "*Trois paroles de Jésus Christ sur le Saint Esprit dans les Evangiles Sunoptiques*".

6 **– <u>Padre Orlando Gambi</u>.**

É autor dos seguintes livros: "*Conversando Sem Segredos*"; "*De Coração Aberto*"; "*Oração na Simplicidade*"; "*Paz & Bem*"; "*Meu Natal Para Quem Amo*"; "*O Natal que te Quero*"; "*Vida do Padre Gaspar Stanggaissinger*"; "*Gosto que me Falem de Amor...*"; "*Ver a Vida com Amor*"; "*Quero Dizer a Deus que...*"; "*Como eu Dizia, Senhor...*"; e "*Fique de Bem com a Vida*".

7 – **<u>Maria da Penha Nery</u>.**

Mana de Israel José Nery, publicou aos quinze anos, em 1.979, o primeiro livro: "*Encucações de Menina-Moça*". Posteriormente, lançou "*Inquietações de um Jovem Viver*".

Fontes de consulta.

1 – Dom Felipe Condurú Pacheco – "Dom Francisco de Paula e Silva – XXIII Bispo do Maranhão" – Ed. Vozes Ltda., Petrópolis, 1.955;
2 – Frei Pedro Sinzig, O. F. M. – artigo "A Transferência... para o Céu" – na revista "Vozes", de Petrópolis, janeiro a junho de 1.918, págs. 708 a 715;
3 – Furtado de Menezes – "O Clero Mineiro" – Tipografia Americana, Rio de Janeiro, 1.933;
4 – Padre Heliodoro Pires – "Temas de História Eclesiástica do Brasil" – São Paulo Editora S/A, São Paulo, 1.946;
5 - CD-Rom "Padre Zezinho SCJ - Cantando a Fé" - Paulinas Multimídia, 1.999;
6 – "*curriculum vitae*" de Israel José Nery;
7 – vários dos livros e pastorais referidos no texto.

****

LITERATURA – II
(poesia)

1) – No século XIX.
2) – Nas primeiras décadas do século XX.
3) – Em meados do século XX.
4) – Nas últimas décadas do século XX.

****

1 – **No século XIX.**

Joaquim Teófilo da Trindade, o poeta de Douradinho, faleceu em 1.879, com 33 anos. Toda a obra dele que se conhece foi publicada no "*Monitor Sul-Mineiro"*, da Campanha: algumas poesias esparsas, o poema "*A Santa Virgem*" e as "*Tardes de Primavera"*. Diversos órgãos da imprensa, como o "*Jornal do Commercio"*, do Rio de Janeiro, a transcreveram em parte. Tive a honra de recolhê-la no Arquivo Nacional e organizá-la num livro, que o Município editou em 1.988, sob o título "*Tardes de Primavera e Outras Poesias*".

2 **– Nas primeiras décadas do século XX.**

José Augusto Vieira da Silva, de quem já se tratou no volume sobre educação, foi cultor da poesia. Segundo pesquisa de alunos da FAFIMA ("*Folha Machadense 947*), escreveu livro com mais de cem sonetos, editado graças às Irmãs Concepcionistas. Não o conheço.

Plínio Motta, natural de Silvestre Ferraz, viveu entre nós de 1.929 a 1.945, dedicado ao magistério. Pertenceu à Academia Mineira de Letras, e publicou os livros de poesia "*Flores Mineiras"*, "*Esmeralda"*, "*Frauta Ruda"* e "*Paros*".

O promotor de justiça **Olegário Dias Coelho,** que trabalhou aqui na segunda metade da década de vinte, teve várias poesias estampadas no "*Machado-Jornal"*. Nos anos trinta, o *"Jornal do Machado"* publicou versos de **José Trindade de Oliveira** e **Ary Motta**. Outros vates dessa época foram **Arnaud dos Santos Silva** e **Otávio Martins de Souza**.

3 – **Em meados do século XX.**

Abel Faleiro deu ao prelo o primeiro livro poético, *"Sonhos da Mocidade"*, em 1.949. Tem mostrado a arte em quase todos os órgãos da imprensa escrita local. Sua inspiração avança além do período que se estuda: em 1.998 publicou "*Últimos Cânticos*".

José Manoel Bressane, o "Juca", teve muitos poemas estampados no "*Luminar Machadense*" e em "*O Machadense*", entre 1.954 e 1.960.

Américo Rebelo publicou várias poesias na "*Revista do Primeiro Centenário de Machado*", em 1.957. Ela contém ainda versos de **Antônio Mendes, Elias Alves, João Lavras** e **Nélson Camargo,** entre outros.

Poetas bissextos, **Benedito Neves, Ernesto Mariano Leite** e **Urbino Silva Passos** pouco divulgaram as suas criações.

Miguel Avelino dos Anjos Filho deu a lume em 1.968 o livro "*Sonhos do Passado*". Nas décadas de cinqüenta a oitenta, muitas de suas poesias foram impressas em jornais da Cidade. Em 1.993 veio a público o livro póstumo "*Amostras*".

Cronista e poeta**, José Aprígio Nogueira** colaborou assiduamente, por vários anos, em jornais e revistas de Machado, Belo Horizonte, Pouso Alegre e outras cidades. Trovador de renome, venceu concursos e festivais. Era membro da Academia Pouso-alegrense de Letras. Participou em 1.977 do livro *"Mosaicos"*, editado pela União Brasileira de Trovadores, assim como o conterrâneo **Laércio Andrade Pedroso**. Material contendo um resumo de sua obra literária foi digitado e reunido por Juliano Augusto Pereira sob o título de "*Caminhos de Só eu Só*". Ele se divide em quatro partes: poemas e trovas; contos; crônicas e artigos; entrevista e referências.

Nos anos setenta desponta o estro de **Margareth Marat Dias Sameshima**, que pouco mostrou de sua produção. Pela mesma época publicaram versos na imprensa local, entre outros, **Agostinho F. Caproni, Emília Castilho Prado, Gilberto Dias Barbosa, Hugo Signoretti, J. S. Lima, Jacy Prado, Jesualdo Maciel, João de Sá** e **Mauro Conti Neves**.

4 – **Nas últimas décadas do século XX.**

Em setembro de 1.979, com apoio do Serviço de Educação e Cultura do Município, José de Souza e diretores da *"Tribuna Machadense"* organizaram o *"Primeiro Festival da Poesia Declamada"*. Um ano depois ele se repetiu. Premiando os melhores autores e intérpretes, despertou o interesse pela arte e tornou conhecida nossa nova geração de poetas. Em 1.981 foi interrompido mas, nos festejos do Centenário, seus patrocinadores lançaram a antologia *"Sonho de Poeta"*, com partícipes dos festivais anteriores: **Afrânio Eleutério Bernardes de Azevedo, Ana Maria Brigagão de Carvalho, Ângela Bernardes de Azevedo, Carlos Roberto Rodrigues, Cirene Pereira dos Santos, Cleide Muniz, Delmário Lopes de Oliveira, José Gilberto Baccoli, Lúcia Elena Lima Barros, Marcolina Alves Pereira, Marcos Antônio Coelho, Maria da Penha Nery, Maria Stela Ferreira, Maurício Fernandes** e **Nelma Abrahão de Oliveira.** Em 1.985 a *"Tribuna"* voltou a realizar um concurso de poesias, tendo por tema o café.

Ainda nas comemorações do Centenário, a Prefeitura publicou em 1.981 o livro **"***Trovas"*, de **Laércio Andrade Pedroso**, que também mostrava sua inspiração nos jornais. No mesmo ano ela patrocinou a edição de *"Christus"*, de **Joaquim Thomaz**.

Em 1.982 a FAFIMA realizou pela primeira vez a *"Semana Cultural"*, de início denominada *"Semana de Valorização da Cultura Popular"*. Com grande sucesso, ela se repetiu anualmente até 1.994. Entre suas atrações havia o concurso de poesia falada, que revelou e valorizou muitos artistas locais. Mesmo após a extinção daquela, este perdurou, sob a coordenação de Jussara Neves Rezende. Na sua esteira, várias escolas do Município passaram a realizar todos os anos promoções semelhantes.

Regina de Almeida Medeiros lançou em 1.983, em São Paulo, o livro de poesias "*Apenas uma Trégua"* em parceria com Sônia Forjaz.

Nos anos oitenta, diversos machadenses participaram de antologias e concursos poéticos. **Leny Órfão Morais**, **Flávio Augusto Nannetti Caixeta** e **Gilberto Tibiriçá de Carvalho** tiveram trabalhos incluídos em livros da Shogum Editora e Arte. **Lílian Vieira de Oliveira** venceu em 1.988 festival de poesias em Poço Fundo.

Arnaldo Mateus Domingues, pela mesma época, lançou CD de poemas intitulado "*Viagem*". **Aprígio Caixeta Barbosa,** morador em Campinas, lá publicou o livro *"Trovas & Cia."*.

Lygia Braga Westin Romaneli e seu irmão **Luiz Romanelli,** residentes em Poços de Caldas, participaram em 1.990 do livro *"Mil Poetas Brasileiros"*. Ela tem publicado com assiduidade poemas na imprensa local e na da vizinha cidade, a cuja Academia de Letras pertence.

Em 1.991 foi aqui lançado o primeiro livro de poesias de **Jamar S. Muniz,** "*Assim por Inteiro*". Dois anos depois**, Luiz Cláudio Vieira de Oliveira** publicou em Belo Horizonte a obra poética "*Exercício de Leitura*".

Realizou-se na Casa da Cultura, em novembro de 1.995, o *"I Encontro com a Poesia – Poeta, Mostra a Tua Cara"*.

Tendo aqui residido poucos anos, **José Alves Luiz Júnior** lançou em junho de 1.998, no mesmo local, o livro de poesias *"O Caminho do Amanhã"*, pela Gráfica e Editora Folha Machadense. **Regina Sales Carvalho,** que há anos mostra trabalhos na imprensa, deu a público, no fim de 1.999, *"Na Rota dos Pássaros"*, sua obra poética inicial. **Ramílton Bernardes Pereira,** nosso poeta em Brasília, aqui publicou alguns trabalhos na "*Folha*", e tem livro preparado para lançamento. **Pitágoras Fernandes**, professor residente na Cidade, que verseja pela imprensa local, publicou em setembro de 2.000 "*Poesia Postal*", também pela "*Folha Machadense*". Um mês depois, **Joaquim Evaristo Nery** deu a lume, através da Gráfica Poços de Caldas, o opúsculo "*A Voz da Consciência*".

Além dos já referidos, no período em estudo publicaram trabalhos nos jornais da Cidade, ou foram por eles destacados, entre outros, os poetas: **Alexandre Vieira Ribeiro, América Maria Soares Costa, Ana Luísa dos Santos, Ana Paula Amaral Alves, Antônio Admílson Negrão, Cândida Regina Braga Mendes, Elina Mara Ávila de Oliveira, Elza Silveira Andrade, Fábio Fernando Garcia Ferreira, Florise Moraes, Gílson L. Bernardes, Henrique Fadel Annoni, José P. Moraes, Jussara Neves Rezende, Leida Maria Corrêa Papini, Marilda Miranda Signoretti, Matheus Garcia Caixeta, Neiva Brigagão Dias, Neuza Neves Gonçalves, Olga Santos Caixeta Vilela, Osmar Fernandes Neto, Rosa Maria Ferreira, Selma Vieira de Oliveira e Varlene Virgínia Verdade Signoretti.**

****

Fontes de consulta.

1 – "Folha Machadense" ns. 171 – 7/8/1.977 – pág. 2;
321 – 4/10/1.980 – pág. 1;
463 – 13/8/1.983 – pág. 8;
485 – 28/1/1.984 – pág. 13;
568 – 13/9/1.985 – pág. 18;
644 – 28/3/1.987 – pág. 8;
674 – 24/10/1.987 – pág. 5;
771 – 30/9/1.989 – pág. 8;
802 – 19/5/1.990 – pág. 3;
831 – 8/12/1.990 – pág. 9;
870 – 13/9/1.991 – pág. 7;
875 – 19/10/1.991 – pág. 3;
876 – 26/10/1.991 – pág. 4;
947 – 3/4/1.993 – pág. 5;
1006 – 18/6/1.994 – pág. 13;
1079 – 18/11/1.995 – pág. 17;
1106 – 1/6/1.996 – pág. 8;
1172 – 20/9/1.997 – pág. 4;
1205 – 23/5/1.998 – pág. 17;
1270 – 21/8/1.999 - pág. 2;
2 – "Siga em Frente" nº 48 – 19 a 22/1/1.994 – págs. 1 e 6;
3 – "Tribuna Machadense" ns. 32 – 4/4/1.981 – pág. 1;
40 - 8/8/1.981 – pág. 1;
48 – 12/12/1.981 – pág. 1;
105 – out. de 1.995 – pág. 1;
23 – 1/11/1.987 – pág. 4;
26 – 22/11/1.987 – pág. 6;
55 –26/6/1.988 – pág. 7;
4 - várias das obras referidas no texto.

****

LITERATURA – III
(romances, contos, crônicas)

1) – Nas primeiras décadas do século XX.
2) – Em meados do século XX.
3) – Nas últimas décadas do século XX.

****

1 – **Nas primeiras décadas do século XX.**

Dom Francisco de Paula e Silva foi também notável literato. Em 1.907, sob o pseudônimo de *"Fra Nigra"*, publicou na Revista do Archivo Publico Mineiro os "*Contos Caracenses"*. Na Revista *"Vozes"*, de Petrópolis (volumes 1 e 2 de 1.914), deu a lume os *"Quadros do Maranhão"*, sete relatos de uma viagem. A mesma revista, entre julho e dezembro de 1.916, divulgou a novela *"Undaya"*, escrita com o pseudônimo de *"Sanzio"*. Por fim, ainda a *"Vozes"*, de julho de 1.917 a junho de 1.918, estampou o romance *"Clementina Coração de Ouro"*, no qual o autor se identificava apenas como *"o padrinho de sua muito querida afilhada"*.

Carlos Legnani referiu-se à *"pronunciada vocação literária"* de **Virgílio Venceslau Messias.** Ignoro o que escreveu.

2 **– Em meados do século XX**.

Anésia de Souza Ramos escreveu sete romances. Sua estréia foi em 1.938, com "*Retalhos D'Alma"*. Seguiram-se: "*Num Coração de Mulher; "Aos Acordes do Violino"* (1.956); *"Brinquedos de Acaso"; "O Filho do Cacique"* (publicado em capítulos na Revista "*Luz"*, do Rio de Janeiro, em 1.959);

"Flor do Asfalto" (1.969); e "*A Última Mentira"* (1.985). Publicou o conto *"O Primeiro de Abril"* na Revista do Primeiro Centenário de Machado, em 1.957. Esta também estampou conto de **Otaviano de Paiva Reis:** *"Criança Escrava*".

Nélson Moreira Cavalcanti editou em 1.952 o opúsculo "*Minha Peregrinação a Aparecida do Norte"*.

Cirineu Alvarenga, ex-irmão marista, foi autor de diversos contos, nos quais desfilam tipos populares da Cidade. Dois deles constam do livro *"Português – Quarta série ginasial"*, de Gílio Giacomozzi e outro, publicado em 1.966 pela Editora F. T. D..

Marco Aurélio Xavier Lopes é membro da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais. Seus primeiros livros de crônicas e contos surgiram em 1.972 e 1.973: "*Funeral do Sol*" e "*Descontração do Querubim"* **.** Em 1.976 lançou "*A Outra Dimensão"* (crônicas, reflexões e um conto); em 1.979, "*A Borboleta Amarela"* (conto); em 1.980, "*Erik, o Pato Selvagem de Glasgow*" (contos). O trabalho "*As Minas do Ouro"* foi entregue ao público em 1.985. Escreveu ainda "*Encontro com as Antigas Civilizações*" e *"Roteiros Turísticos do Brasil e do Exterior*".

Em 1.975, o Lions Clube promoveu na Cidade concurso de contos, para estudantes de primeiro e segundo graus. Foram apresentados 60 trabalhos, tendo sido vencedor o de Henrique Caixeta Carvalho.

Clêuton Pereira Gonçalves lançou em outubro de 1.975 o livro de contos "*Estórias Agora*", escrito em parceria com Marco Antônio Soares de Oliveira. Na XVI Bienal do Livro de São Paulo, em 2.000, deu a público "*O Pequeno Herói*", romance infantil. Tem ainda, inédito, conforme se noticia, o trabalho "*O Centenário de Machado"* .

A Prefeitura realizou em 1.976, para estudantes, concurso de redações, contos, trovas e poesias sobre Machado.

João Rodrigues de Carvalho teve editado em 1.979 "*Machado Pitoresco e Crônicas"*.

3 – **<u>Nas últimas décadas do século XX</u>.**

Comemorando o centenário da Cidade, em 1.981, o Serviço de Educação e Cultura realizou concurso de contos. Os três primeiros prêmios foram conferidos a **Margareth Marat Dias Sameshima, Selma Vieira de Oliveira** e **César Augusto Westin**.

Michele Maria da Silva Pereira, ainda estudante,

lançou em 1.984, mimeografado, o pequeno livro *"Mundo Encantado"*.

No mesmo ano, **Selma Vieira de Oliveira** venceu mais um concurso de contos, em Paraguaçu. Colaboradora assídua da imprensa local, em 1.999 publicou o romance *"Sob o Céu de Odacham"*.

Os escritos de **Olímpio Abrão** em jornais da Cidade foram reunidos em dois livros, publicados em 1.992 e 1.997, ambos com o título de "*Crônicas*".

Marcos Vinícius Ribeiro Dias pertenceu à Academia de Letras de Paraguaçu, cidade na qual morava. Em 1.996 publicou o livro "*Humor na Marolândia"*.

Dirce Alves da Silva tem pronto, à espera de edição, o livro "*Bolhas de Sabão*", que retrata a vida de um negro.

****

<u>Fontes de consulta</u>.

A - **primárias**

1 – "Folha Machadense" ns. 57 – 11/5/1.975 – pág. 1;
63 – 22/6/1.975 – pág. 1;
78 – 12/10/1.975 – pág. 1;
119 – 8/8/1.976 – pág. 5;
248 – 4/3/1.979 – pág. 1;
322 – 11/10/1.980 – pág. 7;
358 – 27/6/1.981 – pág. 9;
367 – 29/8/1.981 – pág. 8;
500 – 12/5/1.984 – pág. 10;
527 – 17/11/1.984 – pág. 10;
1133 – 8/12/1.996 – pá. 4;
1179 – 1/11/1.997 – pág. 7;
1257 – 22/5/1.999 – págs. 17 e 18;
1274 – 18/9/1.999 – pág. 9;

2 - várias das obras referidas no texto.

B - **secundárias**

1 – Carlos Legnani – "Histórias da Nossa História", cap. IV – na Revista do Primeiro Centenário de Machado, nº 4, págs. 1 e 2;

2 – João Rodrigues de Carvalho – "História de Machado" – Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 151/156.

LITERATURA – IV
(diversos)

1) – Ensaios literários.
2) – Outras publicações de machadenses.
3) – Academia Machadense de Letras.
4) – Escritores famosos que estiveram na Cidade.

****

1 – **Ensaios literários.**

O sempre lembrado **Dom Francisco de Paula e Silva** publicou "*Maria na Poesia Portuguesa"* e *"Pontos de Literatura"*.

Dom Hugo Bressane de Araújo escreveu "*O Aspecto Religioso da Obra de Machado de Assis"*. Impresso pela primeira vez em 1.939, teve reedição em 1.978.

Luiz Cláudio Vieira de Oliveira, autor de teses de mestrado e doutorado sobre Guimarães Rosa, tem escrito sobre ele na imprensa e em obras especializadas. Organizou o livro *"A Astúcia das Palavras – Ensaios sobre Guimarães Rosa"*, publicado pela Editora da UFMG em 1.997.

2 **– Outras publicações de machadenses**.

Athayde Pereira de Souza publicou "*Cobertura Morta em Cafezais como Método de Cultura*".

Em 1.974, o Ginásio São José lançou o "*Dicionário*

de Informação Profissional”, cuja feitura foi coordenada por Elisa Belkiss Rocha de Souza e Maria José Gonçalves.

Ceila Caproni Gonçalves elaborou em 1.987 um livro de receitas culinárias, denominado “*Lembranças e Esperanças”*.

O **Padre José Maria Domingues** escreveu opúsculo sobre seus genitores, intitulado “*In Memoriam”*.

A Escola Superior de Agricultura e Ciências editou em 1.989 o “*Curso de Atualização em Fertilidade do Solo*”.

Em 1.998 **Sinval Miranda Signoretti** publicou “*Flexibilidade – o Caminho da Transformação”*, livro sobre comunicação.

Em julho de 2.000 publicou-se o primeiro número da “*Revista de Ciência do Ambiente e Direito Ambiental*”, fundada por **Wílson Luiz Bonalume**, aqui residente, por sua Editora Ambiência, com sede na Cidade.

No mesmo ano, pela Del Rey Editora, saiu “*Da Hermenêutica Constitucional*”, dissertação de mestrado de **Aurélio Agostinho Verdade Vieito**.

3 – **Academia Machadense de Letras**.

José de Souza, o idealista “*Massa Fina*”, foi o primeiro a lançar em público o projeto de sua fundação. Em 7 de março de 1.981, seu jornal afirmava o seguinte:

> *“A “Tribuna Machadense”, criadora do Concurso de Poesias nesta cidade, está se preparando para que possivelmente ainda neste ano seja criada uma sociedade que irá congregar poetas de todos os gêneros, contistas, repentistas, trovadores. O objetivo desta Academia é congregar os experimentados escritores machadenses e incentivar os novos, editando seus livros, divulgando seus trabalhos através da imprensa local e de fora.”*.

O projeto não vingou na época, mas a semente foi lançada.

No início de 1.999, membros da Academia Paraguaçuense de Letras sugeriram a José Vítor da Silva, sócio honorário dela, que fundasse aqui sodalício congênere. Ele conseguiu modelo de estatuto, organizou lista de pessoas a serem convidadas para o empreendimento e manteve contato com a direção da Casa da Cultura, para sediá-lo,

Na época, José Alves Luiz Júnior estagiava na *"Folha Machadense"*. Tendo sido dispensado poucos meses depois, passou à frente de Silva e tentou liderar a criação da sociedade à revelia dele. Promoveu na Câmara Municipal reunião de escritores, em que se formou comissão para redigir as normas acadêmicas. Outras pessoas, todavia, reprovaram sua maneira de agir, boicotando a iniciativa, que não foi adiante. Por sua vez, o mentor inicial resolveu também abdicar dela, afirmando ser necessário que a Academia surgisse "*sob a égide da seriedade, da ética e do respeito"*. No ano seguinte, porém, ele retomou o projeto, colheu adesões, e a Academia foi fundada em 31 de julho. Aprovou-se o seu estatuto em 2 de setembro, e no dia 11 do mesmo mês ocorreu a instalação. O primeiro presidente, com mandato de um ano, foi José Vítor da Silva; o patrono escolhido, Plínio Motta. Ela possui 21 cadeiras efetivas, das quais apenas 17 se preencheram no início. Eis o rol dos primeiros ocupantes, com os respectivos patronos:

1 - Zélia Batista de Araújo Dias (*Machado de Assis*);
2 - Edélson Borges da Silva (*Barbosa Lima Sobrinho*);
3 - Adalto Simoni Pereira (*Vinícius de Morais*);
4 - Varlene Virgínia Verdade Signoretti (*Mário Quintana*);
5 - Clêuton Pereira Gonçalves (*Monteiro Lobato*);
6 - Regina Sales Carvalho (*Gióia Júnior*);
7 - Lenysa Nogueira da Silva Alves (*Carlos Drummond de Andrade*);
8 - Selma Vieira de Oliveira (*Graciliano Ramos*);
9 - Jussara Neves Rezende (*Cecília Meireles*);
10 - Abel Faleiro (*Joaquim Teófilo da Trindade*);
11 - Dirce Alves da Silva (*Cora Coralina*);
12 - Olga dos Santos Caixeta Vilela (*Clarice Lispector*);
13 - José Vítor da Silva (*Guimarães Rosa*);
14 - Maria José Domingues Arantes (*Olavo Bilac*);
15 - Ruth Fadel Annoni (*Manoel Bandeira*);
16 - Pitágoras Fernandes (*Maria Clara Machado*);
17 - Rosa Maria Ferreira (*Castro Alves*).

Também foram empossados na cerimônia inaugural 5 sócios correspondentes, 8 honorários e 5 beneméritos. A Academia teve sede na Casa da Cultura, com permissão do decreto 1.695, de 4 de dezembro de 2.000.

4 – **<u>Escritores famosos que estiveram na Cidade</u>**.

Emiliano Pernetta, autor paranaense, residiu aqui de fevereiro de 1.894 a agosto de 1.896**. Godofredo Rangel** esteve entre nós de dezembro de 1.908 a maio de 1.913. Tratei de ambos, que ocuparam o cargo de juiz substituto ou municipal, no capítulo 32 do volume quarto. Rangel escreveu dois romances tendo Machado por cenário: "*Vida Ociosa*" e "*Falange Gloriosa*". Através de suas cartas, **Monteiro Lobato** ficou conhecendo nosso Município, a que se referiu na *"Barca de Gleyre"* em diversas missivas. Aliás, ele aqui esteve rapidamente uma vez, na década de quarenta, em visita à Fazenda São Luís.

Capistrano de Abreu veio poucas vezes a Machado, em visita à filha Mathilde de Abreu Nogueira. Mencionou a Cidade em sua *"Correspondência"*, entre os anos de 1.917 e 1.927.

Plínio Motta morou cá de 1.929 a 1.945, dedicado ao magistério. Referi-me a ele nos capítulos sobre escolas particulares e poesia. Visitaram-no em Machado os escritores **Alberto de Oliveira** e **Catulo da Paixão Cearense**.

João Rodrigues de Carvalho, na obra adiante citada, fala de um "*show*" humorístico de **Cornélio Pires** no cinema local. Não indica a época em que ocorreu.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 – "Folha Machadense" ns. 16 – 14/7/1.974 – pág. 6;
663 – 8/8/1.987 – pág. 1
694 – 26/3/1.988 – pág. 13;
764 – 12/8/1.989 – pág. 8;
1239 – 23/1/1.999 – pág. 11;
1242 – 13/2/1.999 – pág. 8;
1244 – 27/2/1.999 – pág. 16;
1251 - 17/4/1.999 - pág. 24;
1299 - 18/3/2.000 - pág. 2;
1323 - 2/9/2.000 - pág. 12;
1324 - 9/9/2.000 - pág. 6;
1327 - 30/9/2.000 - págs. 14 e 15;
1337 - 9/12/2.000 - pág. 15;

2 – "Gazeta das Geraes" ns. 0 – 27/3/1.999 – págs. 8 e 9;
3 – 24/5/1.999 – pág. 8;

3 – informação pessoal de Edalvo Augusto Dias;

4 – "Tribuna Machadense" nº 30 – 7/3/1.981 – pág. 1.

B - **secundárias**

1 – Capistrano de Abreu – "Correspondência" – vols. 1, 2 e 3 – segunda edição – Ed. Civilização Brasileira S/A, Rio de Janeiro, 1.977;

2 – João Rodrigues de Carvalho – "Machado Pitoresco e Crônicas" – Tipolitografia Escola Profissional, Pouso Alegre, 1.979, págs. 22, 38 e 40;

3 – Monteiro Lobato – "Barca de Gleyre" – 14ª edição - Ed. Brasiliense, São Paulo, 1.972.

4 - "*site*" na Internet: http://www.cespuc.pucminas.br.

TEATRO

1) – No século XIX.
2) – No primeiro quartel do século XX.
3) – No segundo quartel do século XX.
4) – No terceiro quartel do século XX.
5) – No último quartel do século XX.
6) – Atores machadenses profissionais.

****

1 – **No século XIX.**

Segundo Saturnino da Veiga, em 1.874 havia no Machado uma **Sociedade Dramática,** regida por estas pessoas: diretor – Joaquim Martins de Souza; vice-diretor – Generoso José Messias; tesoureiro – Francisco Xavier de Salles; secretário – Aurelianno Miguel Pereira da Costa; procurador – Emygdio Fernandes de Oliveira. Eram seus membros: Antônio Moreira de Souza Guerra Júnior, Antônio Rodrigues de Paiva, Belisário Borges de Almeida, Domingos Francisco Ferreira Júnior, Emygdio Policarpo Ferreira, Joaquim Lucas de Salles e José de Araújo Brito. Não há notícia dela no "Almanak" para 1.884, o que faz supor já se tivesse então dissolvido.

Em 1.875, na inauguração da Matriz do Machadinho, alguns moços do Machado lá apresentaram duas peças teatrais, conforme o "Monitor Sul-Mineiro" de 25 de setembro. O mesmo jornal, uma semana depois, noticiou que em novembro daquele ano, pela festa do Divino Espírito Santo, duas companhias dramáticas dariam aqui espetáculos.

No dia 27 de novembro de 1.878 (a informação é ainda do "Monitor"), instalou-se a sociedade dramática particular "**Recreio**

Machadense", com esta diretoria: presidente – Dr. José Augusto Pereira Lisbôa; vice-presidente - Joaquim Marianno Campos do Amaral Sobrinho: secretário – José Luiz Campos do Amaral Júnior; tesoureiro – Gustavo Fulgêncio Carneiro; procurador – Antônio Alexandre de Miranda; diretor interno – Antônio Rodrigues de Paiva; diretor adjunto – João Pio Westin. Ela tencionava construir um teatro, e disso encarregou comissão composta por Antônio Rodrigues de Paiva, Capitão José de Araújo Brito, Adolpho da Silva Guerra, Joaquim Martins de Souza e Generoso José Messias.

A fim de arrecadar fundos para construção da igreja, um grupo de amadores aqui deu espetáculo, em setembro de 1.894. Constou de algumas cenas cômicas, declamações, e da comédia "Cautella com as Mulheres...". No ano seguinte se apresentou na Cidade em sete noites consecutivas, e com grande concorrência, a companhia "Estrella S. João", dirigida por Lázaro Telles de Freitas.

Em 1.897, segundo Oscar Fernandes, aqui se fundaram duas sociedades teatrais. A "**Democrática Machadense**" iniciou as atividades em 28 e 29 de agosto, com o drama "Os Filhos do Carvalho" e a comédia "A Casa Assombrada". A "**Mocidade e Luz**" foi fundada por Anastácio Vieira Machado, Antônio Augusto Paiva, Francisco Vieira Júnior, Gabriel Augusto Martins, Oscar de Souza Fernandes, Virgílio Messias, e outros. Estreou em 3 de outubro seguinte, com o drama histórico "Os Dois Proscritos". Encenou ainda os dramas "O Órfão e o Mendigo" e "Lisbela" (fevereiro e junho de 1.898); e "Gaspar, o Serralheiro" (janeiro de 1.900).

2 – **No primeiro quartel do século XX.**

Conforme Homero Costa, nos últimos anos do século passado deixou fama o elenco encenador do drama português "O Poder do Ouro". Dele participaram, entre outros, João Bernardes Pereira e João Ferreira Leite. Este em 1.916 mudou-se para Pium-i. Aquele organizou o "**Grupo Dramático Bernardes Pereira**", que exibiu diversas peças com êxito. O jornal "A Vanguarda" noticiou ter ele apresentado em abril e maio de 1.915, no salão do Radium Cinema, o drama "Pena de Morte" e a comédia "Os Dois Surdos", destacando o desempenho da atriz Anna Pereira.

Urbano Rebello, em memórias inéditas, narra que pelos festejos de seu casamento, no primeiro lustro do século XX, o empresário teatral Pedro Lima lhe ofereceu uma récita. O teatro ficou cheio, tendo o homenageado feito reserva de quarenta cadeiras.

O jornal "O Machadense" anunciou a encenação pelo **Club Quinze de Novembro,** em 30 de abril de 1.905, do drama "A Honra na Miséria" e da comédia "O Tio Procópio". Os atores eram Anastácio Vieira Ma-

chado, Antônio B. Pereira Lima, Augusta de Morais Annoni, Oscar de Paiva, Silvério Moreira, V. Pimenta e Zoroastro de Carvalho. A associação tinha como secretário, ensaiador e bilheteiro, respectivamente, Vidal de Azevedo, Anastácio Machado e Luís Pereira Monteiro.

A lei estadual 419, de 27 de setembro de 1.905, autorizou o Governo do Estado a ceder gratuitamente à nossa Edilidade o prédio da antiga cadeia, para fundação de um teatro. Ele não chegou a ser usado para tal fim. A resolução municipal 114, de 4 de dezembro seguinte, autorizou o presidente da Câmara a auxiliar a construção de um teatro na Cidade. A resolução 155, de 10 de outubro de 1.908, permitiu-lhe contratar a edificação de prédio para a finalidade em exame.

Sem precisar a época, Carlos Legnani informa que Leone Bellini instalou excelente ferraria e uma fábrica de freios na Rua Major Feliciano, no prédio da antiga **"Casa do Teatro**". Nada sei a respeito desta.

Em 1.906, ainda segundo Homero Costa, passou por Machado o grupo teatral de Salvador Lázaro. Dele faziam parte, entre outros, suas filhas Grizelda, Brasília e Virgínia – a primeira, artista dramática; as outras, cançonetistas. A platéia (é o mesmo autor quem o diz) portou-se com compreensão de público de grande centro.

Fundado em 1.914, o Centro Machadense logo organizou sua seção dramática, dirigida inicialmente por José A. Vieira da Silva. Alugou-se para as representações salão de Antônio Cândido Pereira Dias. Montaram-se diversos espetáculos, cuja renda contribuiu para a construção do prédio. Já no primeiro ano, o livro de atas faz referência aos dramas "Arthur, o Jogador" e "Valéria, a Cega", e à comédia "Meia Hora de Cinismo", com participação de Ernestina Dias, João Ferreira Leite, João Westin Júnior e Zoroastro Carvalho, entre outros. Recorda Homero Costa os dramas "Deus e a Natureza" (em que tiveram papéis principais José Vieira da Silva, João Bernardes Pereira e sua filha Anna Pereira) e "A Morte Civil" (com João Leite, Maria Luíza Soares e Dora Annoni, entre outros). Do dinamismo dos jovens sócios falou expressivamente "O Popular" nº 4:

> "Era de ver o enthusiasmo das primeiras sessões da novel sociedade: idéas surgiam, ventilavam-se projectos, architectavam-se planos – era um borborinho de colmeia em trabalho. Organisaram-se representações theatraes. Os amadores ensaiavam-se uns aos outros, pintavam scenarios que elles mesmos já haviam feito, vibrando formidaveis martelladas; para as representações, elles mesmos compravam o que lhes faltava quanto ao vestuario, e a única recompensa que tinham, duas entradas gratuitas, raros dellas se aproveitavam.
>
> Faltava tudo então: não havia tablado; não havia

scenario; não conheciam peças apropriadas; para os papeis femininos havia falta absoluta de damas – e tudo se levava por diante, nada constituia obstaculo deante dessa mocidade disposta a vencer.".

O jornal "A Liberdade", em setembro de 1.915, informou ter o empresário José Galante trazido a Machado a "Companhia Dramática Manoel Gomes". Ela deu quatro espetáculos no salão do Centro Machadense, com a participação de dois amadores deste. Encenou-se o drama "O Negro", de Arthur Rocha.

Em 15 de setembro de 1.918, a diretoria do Centro Machadense nomeou comissão para elaborar o histórico de sua seção dramática. Integraram-na Oscar Fernandes, José Augusto Vieira da Silva, João Westin Júnior, Oscar de Paiva Westin e Octaviano de Paiva Reis. Infelizmente não se conservou o resultado desse trabalho.

Para comemorar o centenário da Independência, os amadores do Centro encenaram "A Caipirinha", de Cesário Motta. A decoração, os ensaios, a cenografia e a direção ficaram a cargo do português Gil de Sousa e Sá que, vindo de Varginha, aqui residiu por um ou dois anos. Ele também desempenhou um dos papéis principais, ao lado de Angelina da Conceição, Yolanda Annoni, Oscar de Paiva Westin e José Augusto Vieira da Silva. Alguns dias depois o espetáculo foi repetido em Paraguaçu.

O drama "Duque de Norfolk" foi encenado em dezembro de 1.922 por membros da União Católica local: Dante Annoni, João Diniz, Octaviano de Paiva Reis e Ricardo Annoni Filho.

Em meados de 1.924, um grupo de amadores (Dante Annoni, João Diniz, João Westin Júnior, Maria Antonieta Prado, Octaviano de Paiva Reis e Zulema Bellini) levou à cena, no Centro Machadense, o drama "Orphã de Goyaz" e a comédia "Pinto, Leitão & Cia.".

3 – **<u>No segundo quartel do século XX</u>.**

H. Costa lembra a passagem por Machado (no final de 1.928) da famosa atriz dramática Maria Castro. Ela interpretou diversas peças, culminando com "A Dama das Camélias" , de Dumas Filho.

No ano de 1.929 existia aqui o "**Grêmio Dramático da Mocidade**", que entre outras peças encenou "Gaspar, o Serralheiro". Nada sei de seus membros e de sua duração.

O "Minas Geraes", em março de 1.932, noticiou que

rapazes desta Cidade haviam fundado o "**Machado Club**", associação recreativa, dançante e dramática. Não tenho outras informações sobre ela.

No início de 1.934, o grupo de amadores do Centro Machadense levou à cena a comédia "Abençoados Pontapés", ensaiada por Octaviano de Paiva Reis, com auxílio da "troupe" Marilita Pozzoli. Sua comissão teatral era então composta por Arnaud dos Santos Silva, Henrique Silva e Octaviano Reis.

O "Jornal do Machado", de 17 de outubro de 1.937, anunciou que naquela data seria encenada no Cine-Teatro Glória a comédia "Compra-se um Marido", de José Wanderley. Seu elenco era formado por amadores locais: Antônio Rigotti, Geovani Silva, Heitor Carvalho, Julieta Mezavilla, Leopoldina Soares, Maria de Lourdes Carvalho, Marcos Maciel Dias, Oswaldo Silva e Sérgio Macedo.

Voltando ao Centro Machadense, registre-se que só em 1.938 sua seção teatral encenou "A Ditadora" (fevereiro): "Gaspar, Cacete!...", de Eduardo Garrido (maio e junho); "Terra Bendita" (setembro); e "O Simpático Jeremias", de Gastão Tojeiro (dezembro). A segunda peça foi também apresentada em Campestre, e dela participaram Abrão M. da Silva, Heitor Carvalho, João B. Pimentel, Oscarina Pereira Lima, Sérgio Macedo, Walta Soares, Wálter M. Duarte e Zilda Pereira Lima. Entre seus atos, Urbino da Silva Passos contava anedotas. No mesmo ano, em diversas solenidades do Clube, apresentaram-se "sketches" a cargo de Arnaud dos Santos Silva, Eva dos Santos Silva, Heitor Carvalho, Ione Vieira, Joanito Bressane, Sérgio Macedo, Urbino da Silva Passos e Wálter M. Duarte.

Por essa época, o grupo de atores do Centro usava o nome de **Grêmio Dramático "Centro Machadense".** Em 1.940 ele apresentou a peça " Os Transviados", reencenada em Paraguaçu no ano seguinte, com Amparo Alvarenga, Antônio Alem, Benedito Neves, Ernesto Mariano Leite, Joanito Pimentel, José S. Nora, Mânlio Moreira Pinto, Oscarina Pereira Lima, Otoni Fernandes e Zilda Pereira Lima. Em data que não sei precisar, levou à cena a comédia de Gastão Tojeiro "Quem Beijou Minha Mulher?" , com Heitor Carvalho, Joanito Bressane, Oscarina Pereira Lima, Othoniel Prado, Walta Soares e Zilda Pereira Lima. Montou também "O Marido de Minha Mulher", com Aparecida P. Alvarenga, Ernesto Mariano Leite, Hermantina de Souza, Joanito Bressane Pimentel, José S. Nora, Oscarina Pereira Lima, Pereira da Silva, Rômulo V. Machado, Wílson Cruz e Zilda Pereira Lima.

Em outubro de 1.941, o **Grêmio Dramático "Clube Recreativo**" encenou no palco do Cine Glória a comédia "O Direito da Mulher", de Virgínio de Oliveira. Os atores foram Anésia Ramos, Antônio Mendes, Belina Ribeiro, Elzira Soares, Emília Soares, Jair Mendes, Joanito Bressane, José Signoretti e Maria Aparecida Diniz. Os ensaios ficaram a cargo de Octaviano de

Paiva Reis: a contra-regra, de Abrão M. da Silva; o ponto, de Herculano Pereira.

Ainda nos anos quarenta, apresentou-se no Cine Machadense a peça "O Castagnaro da Festa", com os atores locais Adriano Villela, Américo Rebelo, Antônio Castro, Ary Motta, Belmiro Rezende, Celso Gambi, Edmée Rebelo, Geraldo Pereira, João Bressane Pimentel, Josephina Silva, José Trindade de Oliveira, Leopoldina Costa Soares, Maria de Lourdes Carvalho, Maria Esther, Maria Pereira Angelini, Mário Angelini, Osimo Castro, Simão Weltman, Urbino Passos, Vitório Nannetti e Zilda Pereira Lima. Octávio Martins de Souza cuidou do ponto; José Trindade de Oliveira, da contra-regra.

Entre os atores machadenses até esse período, além dos já citados, merecem lembrança Angelina de Paiva, Dario Machado, Jorge Andrade, José Westin, Manoel Leite, Maria Inês de Paiva, Maria Miranda, Oscar Fernandes, Virgílio Venceslau Messias, e outros.

4 – **No terceiro quartel do século XX.**

No livro sobre a vida de "Maria do Cemitério", adiante referido, se conta que ela fez parte de grupo teatral organizado por Elídio Scalco (Piola), que estreou em 1.952, no Bairro da Conceição. O texto não informa o nome da peça então encenada, a que se seguiram "Boneca Cobiçada" e "Ferro em Brasa".

No início de 1.952 anunciou-se a encenação da comédia "O Coração Não Envelhece". de Paulo Magalhães, por um grupo de amadores locais: Célia Santos, Francisco Martins de Souza, Geraldo Pereira, Lulu Fernandes, Marcos de Souza Dias, Oscarina Pereira Lima, Rúbens Vasconcellos e Zorma Vasconcellos. Em meados do mesmo ano cá se apresentou por três vezes a "Companhia Lídia Reis". Alguns de seus atores, segundo a imprensa, deixaram muito a desejar. Em outubro seguinte, Machado recebeu o grande Procópio Ferreira, que, "com retumbante êxito artístico e financeiro", no dizer de "O Imparcial", se exibiu nas peças "Essa Mulher é Minha" e "Lição de Felicidade".

O Código de Obras (lei 181/55) tratou da construção de teatros na Cidade (art. 246). Posteriormente, os Códigos de Posturas – leis 224/75 (arts. 404 e seguintes) e 608/85 (art. 76 – dispuseram sobre o funcionamento dessas casas de diversão.

Em 1.956 ou 1.957, Hélio D'Andréa estreou no teatro com a peça "Advogado em Apuros", sob a direção do Padre José Aquilino Machado. Nela também atuaram, entre outros, Anselmo Marzola, Iracema Vilela e José Lauro Nery. Noutro capítulo tratarei das atividades circenses do primeiro.

Organizou-se na Cidade em novembro de 1.958 o

Grêmio Mineiro de Teatro, do qual tive notícia, pelo menos, até junho de 1.959. Composto de início por trinta atores, encenou, entre outras, as peças "Noivo em Apuros", "Herança Cobiçada", "Carteira Fatal", "O Duelo", "José Simplício" e "O Último Adeus". Excursionou a cidades vizinhas, como Cana do Reino e Serrania. Sua primeira diretoria era assim formada: supervisor – Padre José Aquilino Machado; presidente – Hélio D'Andréa; tesoureiro – Anselmo Marzola; secretário – Edgar Rabelo. Em fevereiro de 1.959 dirigia-o o jovem Ivan Dias.

No mês de novembro de 1.961 ocorreram duas apresentações, no auditório da Rádio Difusora, do monólogo "As Mãos de Eurídice", de Pedro Bloch. O ator foi Jackson Marin (pseudônimo de Oswaldo Gonçalves Dias). Ele voltou a exibi-lo aqui em março de 1.973, no Clube Recreativo.

O **Corpo Cênico "La Salle**", fundado em 1.962, tinha a seguinte diretoria: presidente – Irmão Martiniano Simão; vice-presidente – Eduardo dos Santos; secretário – Laerte Cândido Dias; diretor artístico – Sílvio Barbosa Martins. Eram também seus membros Djanira Cândido Dias, Dulce Pimenta, Elisabeth Rosa, Hélio D'Andréa, Ivan Dieb, José Lauro da Silva, Lucy Pimenta, Nilza Dias, a garota Aureluce Soares de Castro, e outros. Ao primeiro "show", ocorrido em maio daquele ano, seguiram-se outros, pelo menos até agosto, em Machado e cidades próximas. Neles, além de números musicais, se apresentaram "sketches" e a comédia "O Doutor das Arábias".

No Ginásio São José e no Colégio Imaculada Conceição, em setembro de 1.963, foram exibidas quatro "sketches" e a comédia "O Castelo Assombrado". Nelas atuaram professores do primeiro estabelecimento, com a colaboração de Hélio D'Andréa.

Noticiou-se em agosto de 1.965 a criação do **"Teatro Carlos Gomes**", grupo local de amadores que durou cerca de um ano. Era composto, entre outros, por Sílvio Martins (diretor), Hélio D'Andréa, Marcos Dias, Nilza Cândida Dias, Osmair Vieira, Osley Amaral e Jorge Vítor Trindade de Oliveira. O último foi autor de uma peça então apresentada, "Píncaros da Vida". Em fevereiro seguinte, a "troupe" encenou "Carteira Fatal".

O grupo de teatro amador "Alvorada", de Poços de Caldas, exibiu-se ao menos duas vezes no Machado: em dezembro de 1.966, no Ginásio São José, com a comédia "Almas do Outro Mundo", de F. Napoleão de Vitória; e em outubro de 1.968, no Centro Machadense, com "A Hora Marcada", de Isaac Gondim Filho.

Mais um punhado de amadores machadenses se reuniu em 1.968, para fundar o "**Teatro Excelsior**". Ele apresentou-se pela primeira vez em 7 de abril, no auditório da Rádio Difusora, com a peça sacra "A Força do Perdão" , de Castro Viana. Era esta a equipe: direção – Ary Motta; sonoplastia – Waldomiro Camargo; cenário – Benedito de Oliveira; guarda-roupa – Raquel

Motta; elenco – Ary Motta, Durval Martins Ramos, Elisa Soares Castro, Eurico de Oliveira Dias, Fausto Vasconcelos, Hélio D'Andréa, Luiz Macedo Sarkis, Magda Rangel Motta, Osley Amaral, Uriel Macedo Sarkis e Vera Santos. O "Excelsior" se manteve ativo durante todo aquele ano, tendo em novembro encenado "A Ditadora".

João Soares Júnior, machadense residente em Poço Fundo e falecido em 1.969, escreveu pelo menos duas peças teatrais: "A Filha do Coveiro" e "Aos Pés do Altar".

O semanário "O Machadense", em julho de 1.972, anunciou que seria montada brevemente a peça "Mágoa de Cigano", com "script" de Hélio D'Andréa, contra-regra de Nereu Andrade e cenografia de Osley Amaral. Os atores eram Hélio D'Andréa, Lúcia Dias de Aguiar, Nivaldo Ramos, Osley Amaral, Vera Lúcia dos Santos, e outros. Nada mais foi noticiado a respeito do projeto.

O "**Grupo de Amadores Teatrais Machadenses**" estreou em 20 de novembro de 1.973, no Colégio São José, a sátira "Bandidos da Serra Baixa", depois transformada em filme. Hélio D'Andréa foi seu autor e diretor. A sonoplastia, o cenário e a contra-regra estiveram a cargo, respectivamente, de Waldomiro Camargo, Ozéias Cornélio da Silva e Nereu Andrade. No elenco destacaram-se Adair Bianchini de Souza, Gilberto Araújo, Helena Siqueira, Hélio D'Andréa, João Negretti, Joel Corsini, Maria Goretti de Souza, Paulo Carvalho e Roosevelt de Carvalho Dias.

Noticiou-se em novembro de 1.974 o lançamento da comédia "Pandareco, Mãe por Meia Hora", de Júlio Moreno e Perez Filho. À frente dela estavam Hélio D'Andréa, Ozéias Cornélio da Silva e Ary Motta. O primeiro, dois anos mais tarde, anunciou ter firmado convênio com o MOBRAL para apresentação de dez peças teatrais, a começar pela supra referida. Ignoro se o projeto chegou a bom termo.

A Faculdade de Filosofia promoveu em abril de 1.975 a apresentação do monólogo "Homem... Explosão Colorida", por Sebastião Furlan, co-autor do texto.

5 – **No último quartel do século XX.**

No Colégio Imaculada Conceição, em março de 1.976, foi ministrado curso de teatro por Gustavo José Lemos, de Passos. Dele constaram noções históricas, exercícios de criação mental, dicção, respiração, impostação de voz, relaxamento muscular, expressão corporal e foniatria. No encerramento, alunos encenaram a peça "Um Homem Chamado Jesus". Em junho e julho de 1.979 ele deu novos cursos, lá e no São José, tendo sido apresentada "Eh! Eh!

Minas Gerais" e reapresentada a anterior. Em setembro e outubro de 1.987 outro curso foi dado pelo mesmo professor, no anfiteatro da Fundação Educacional.

A "Folha Machadense" divulgou a apresentação por Hélio D'Andréa, em maio de 1.977, da peça de sua autoria "O Morto que não Morreu". Um mês depois foi anunciada a encenação, pelo mesmo grupo ("**Pandareco e seus Comediantes"**), da comédia de Ary Motta, "O Deputado de Araque".

O grupo "Teatro Guarany", de Alfenas, apresentou na Faculdade de Filosofia, em novembro de 1.977, a peça de Waldir de Luna Carneiro "E Habitou entre Nós".

O movimento católico de jovens de Machado organizou em outubro de 1.978 um concurso teatral. Foram vencedoras as comunidades SHATA e JPO, com a peça "Cristo, uma esperança que vive no coração do homem". Escrita pelos próprios atores, teve Heron Reis no papel principal.

Ainda em 1.978, registre-se o lançamento, pela Paulus Editora, do livro "Teatro Jovem na Igreja", de nosso conterrâneo Padre José Fernandes de Oliveira.

Em novembro de 1.980, numa promoção da Faculdade de Filosofia, foi encenado o "Auto da Compadecida", de Ariano Suassuna, pelo grupo teatral "Benigno Gaiga", de Poços de Caldas. Ele voltou a Machado na "Semana Cultural" do mesmo estabelecimento, nos anos de 1.985, 1.986 e 1.988, apresentando, respectivamente, "Velório à Brasileira", "A Guerra Mais ou Menos Santa" e "A Moratória".

O "Grupo Vivará", da Cooperativa Paulista de Teatro, fez duas apresentações da peça "O Palácio dos Urubus", de Ricardo Meireles, no auditório da Rádio Difusora, em maio de 1.981.

No início de 1.981, criou-se no Colégio Imaculada Conceição um grupo teatral de quinze amadores, o **Grupo "Vivas Cores"**, dirigido por Nilce Juntolli. Em maio ele encenou o "Auto da Compadecida", repetido nas comemorações do Centenário junto com "Édipo-Rei". No mês de novembro, em Belo Horizonte, exibiu a peça "God Spell", a seguir reapresentada no anfiteatro da Faculdade de Filosofia. Em maio seguinte, na 1ª Semana de Valorização da Cultura Popular, da FAFIMA, apresentou "Os Últimos Dias de Paupéria", de Torquato Neto. No elenco se achavam, entre outros, Adriana Braga, Agostinho Vieito, Adelzinha Dias e Wanessa Garcia. A iluminação esteve a cargo de Márcio Tolosa; o cenário, de Osimo Costa Castro e Márcio Moterani Swerts. Ele durou cerca de quatro anos.

Ainda como parte dos festejos do Centenário de 1.981,

foi encenado em setembro "O Julgamento", por um conjunto teatral de Passos. Em novembro, o "Grupo Balé Popular do Recife" apresentou a peça infantil "Emília e o Visconde nas Presepadas do Dr. Munganga", e depois "Prosopopéia...um Auto de Guerreiro".

No anfiteatro da Fundação Educacional, em junho de 1.984, Francisco Santos apresentou o monólogo "As Facetas do Homem". O grupo teatral machadense "**Barangos e Bugigangas"** encenou no mesmo local, em julho seguinte, a peça "Romeu e Julieta", de autoria de Osimo Costa Castro e Rodrigo Vieira Vívian. No elenco, além dos autores, estavam Adriane Cavalcante, Adriane Santos, Afonso Celso Reis, Glayce Souza, Kátia Vilela, Sérgio Araújo, e outros. Houve participação da dança de Angélica Castro, narração de Darlene Carvalho e sonoplastia de Edna Soares.

Na "Semana Cultural" de 1.984, o **Grupo "As Corujinhas**", formado por alunos da Faculdade de Filosofia, apresentou a peça "Todo Mundo e Ninguém", de Gil Vicente.

O **Grupo Teatral "Arte da Terra**", da Escola Agrotécnica Federal, foi fundado em 1.987. Apresentou-se pela primeira vez em outubro daquele ano, com a peça "Agricultura Inteligente".

O Colégio Universitário preocupou-se desde a fundação com a arte de Melpômene e Talia, inserta no currículo como disciplina opcional. Já no fim de 1.989 tinha um grupo de teatro, que encenou "Romeu e Julieta" na 8ª Semana Cultural. Também nela o "Teatro Alfenense de Comédia" apresentou "O Primo de Brasília", de Waldir de Luna Carneiro.

Em 1.990 o Universitário exibiu na "Semana Cultural", sob a direção de Márcio Moterani Swerts, a peça "Oh! Minas Gerais", reapresentada no ano seguinte.

Em junho de 1.991, o ator Marcelo Nascimento mostrou o monólogo "Rainha Bárbara" no anfiteatro da F.E.M.. Durante a "Semana Cultural" lá foram vistas: "Escuta, Zé Ninguém", de Wilhelm Reich, com o grupo do Unicol; e "Quando as Máquinas Param", de Plínio Marcos, com Sebastião Furlan e Carminha Pascoal. Em novembro seguinte, o grupo "Além da Imaginação", de Varginha, encenou no mesmo local a peça infantil "O Casamento de Dona Baratinha", de Walmir Ayala.

Em maio de 1.992, dirigidos por Jussara Neves, os alunos do Unicol encenaram "Pluft, o Fantasminha", de Maria Clara Machado. Na "Semana Cultural" eles apresentaram, sob a direção de Márcio Swerts, "A Falência do Amor e do Prazer" e "Brasil, Planta Exótica na América do Sul". Durante o mesmo evento, dois alunos da PUC-BH exibiram-se em "Galileu Galilei".

Na Escola Estadual Iracema Rodrigues, esteve em

atividade no ano de 1.993 o **Grupo de Teatro "Luar Mineiro**", sob a direção do professor Wálter Henrique. Não consegui outras informações sobre ele.

Selma Vieira de Oliveira escreveu "A história de Machado numa visão poética e teatral", que alunos do Universitário levaram à cena em setembro de 1.993, sob a direção de Márcio M. Swerts. No mês seguinte, o anfiteatro da F.E.M. se abriu para a peça infantil "A Formiga Fofoqueira", de Carlos Nobre, encenada por atores de Varginha. O Cine Vogue, na mesma época, mostrou "Qualidade Total", com o grupo "Plêiades", de Belo Horizonte.

A "Semana Cultural" de 1.994 foi oportunidade para que os alunos do Universitário apresentassem "Pelas Janelas de Drummond", sob a direção de Pitágoras Fernandes. Este, no ano seguinte, criou no Colégio o **Grupo "Café com Teatro**", que estreou em setembro com "Pluft, o Fantasminha", vencendo festival estudantil em Varginha e revelando os jovens atores Arnaldo Nannetti Dias Júnior e Thaís Dias Aguiar. Montou posteriormente "A Pobreza Envergonhada", de Walmir Ayala (1.995); "Édipo-Rei", de Sófocles, e "Espanta Gato", de Luís Maranhão Filho (1.996); e "O Rapto das Cebolinhas", de Maria Clara Machado (1.997). Depois, ficou impossibilitado de ensaiar ou encenar, por causa da interdição do anfiteatro da F.E.M..

No final de 1.994 cá esteve o comediante Costinha. Com problemas de saúde, teve de ser internado em nosso hospital, o que provocou o cancelamento do "show" que programara no Cine Vogue.

O ano de 1.995 marcou o retorno ao palco de Hélio D'Andréa, e também sua despedida: em outubro apresentou na E.E. Gabriel Odorico a peça "Revivendo os Velhos Tempos", com Adair Bianchini de Souza e Maribel Bianchini.

Em abril de 1.996, Pedro Bismarck (o "Nerso da Capitinga") exibiu-se para grande platéia na E.E. Iracema Rodrigues, com "Trem de Doido". Poucas semanas depois, Giselli Carvalho e Pitágoras Fernandes interpretaram "A Raiz", de Alcione Araújo, no anfiteatro da F.E.M.. No fim do mesmo ano estrearam na Cidade duas agremiações cênicas. O **Grupo Teatral "Verde Vida",** da E.E. Gabriel Odorico, venceu concurso de teatro ecológico promovido por Furnas Centrais Elétricas, com a peça "Mundo Verde e Vida". O **Grupo "Pele",** formado por Dirce Alves da Silva com 35 alunos da mesma e de outras escolas, encenou em novembro, na Liga Operária, a peça "A Pele do Homem", escrita e dirigida por aquela. Em maio do ano seguinte ele voltou a apresentar-se no mesmo local, com "As Mães do Mundo" .

Encenou-se em novembro de 1.998, na E.E. Iracema Rodrigues, a comédia "Um Espírito Baixou em Mim", com Víctor Branco.

Em setembro de 1.999, os jovens radialistas machadenses

Erivélton Ângelo e Juliano Paes apresentaram por três vezes, na E.E. Iracema Rodrigues, o "show" humorístico "De bobo e de louco todo mundo tem um pouco", com dublagens, imitações e a "narração" de um sepultamento. Levaram-no ainda a cidades vizinhas.

Na mesma época, a Prefeitura e a FADEPE deram início ao Projeto Invent'Arte, com crianças do CAIC, no Bairro Santa Luísa. Elas receberam aulas de teatro, música e canto, sob a coordenação das professoras Renata Marinelli Pedini e Edelweiss Lemos. Esta, em novembro, apresentou no "Café e Cervejaria Dance" o monólogo "A Flor Cômica", de sua autoria. Também escreveu e dirigiu a peça "Machado das ladeiras, dos causos e dos amores", que no final do ano as crianças encenaram duas vezes, no Poliesportivo e na Praça Antônio Carlos.

Registre-se, por derradeiro, que no projeto de anexo da Casa da Cultura, elaborado no final do milênio pela engenheira Denise E. Giacchetta, está prevista a construção de um teatro.

6 – **Atores machadenses profissionais.**

A – Chico Martins – Francisco Martins de Souza, filho de Aristides Martins de Souza e Maria Augusta Carvalho Martins de Souza, nasceu em Machado no dia 27 de maio de 1.924. Antes de mudar-se para São Paulo, em 1.953, foi locutor da Rádio Difusora e redator de "O Imparcial". Cursou a Escola de Arte Dramática entre 1.954 e 1.958, profissionalizando-se como ator no ano seguinte. Foi casado com a atriz Etty Frazer.

Participou do I Festival de Teatro do Estudante no Recife com "Ubu-Rei", de Jarry. No I Festival de Teatro Latino-Americano em 1.965, no Uruguai, atuou em "Andorra", de Max Frisch, e em "Pequenos Burgueses", de Máximo Gorki. Esteve na Europa com o elenco do Teatro Oficina em 1.968, apresentando "O Rei da Vela". Trabalhou nesse período em muitas outras peças, como "Um Panorama Visto da Ponte" e "As Feiticeiras de Salém", de Arthur Miller; "Os Inimigos", de Gorki; "Capital Federal", de Arthur Azevedo; "A Compadecida"; "A Vida Impressa em Dólar"; "O Cinto Acusador"; "Plantão 21"; "Só Porque Você Quer"; e "Um, Dois, Três de Oliveira Quatro".

Também se exibiu em "O Peru e a Pomba", de Dewagner (1.973); "Ricardo III" e "Hamlet", de Shakespeare (1.975 e 1.985); "No Sex... Please!", comédia de Anthony Marriot e Foot (1.978); "Édipo-Rei", de Sófocles (1.983); e "Negócios de Estado", de Luís Verneuil (1.986). Teve participação especial em duas montagens de "Bent", de Martin Sherman (1.981 e 1.987). Em 1.989 trabalhou na comédia "O Olho Azul da Falecida", de Joe Orton, e em "Cais Oeste", de Koltès. Esteve no Grupo Tapa, e suas últimas atuações no milênio foram em "A Megera Domada" (1.994), "Ivanov" (1.998) e "O Telescópio" (1.999).

Na televisão, além de participações em vários programas, atuou nas novelas “Nino, o Italianinho”, “Meu Rico Português”, “Os Apóstolos de Judas”, “O Machão” e “Olhai os Lírios do Campo”, de Geraldo Vietri; “Super Plá”, de Bráulio Pedroso; “Toninho on the Rocks”, de Teixeira Filho; “A Selvagem”, “Venha Ver o Sol na Estrada” e “Fascinação”. Trato no capítulo respectivo de suas atividades cinematográficas.

B – **Rosa Maria –** Embora seja sobretudo cantora, trabalhou por várias vezes no teatro, excursionando pelas maiores cidades do País. De sua principal atuação se cuidou no capítulo correspondente.

Entre 1.968 e 1.970, integrou o elenco da primeira montagem nacional de “Hair”, dirigida por Altair Lima. Participou, após, da peça “Circo Antropofágico”. No primeiro semestre de 1.980, apresentou em São Paulo o texto “Paixão de Drácula”, cantando e representando. No mesmo ano participou do musical “O Ladrão de Bagdá”.

Em 1.981, sob a direção de Celso Nunes, atuou no musical “Presença de Vinícius”. Em 1.985 participou de “Se eu me chamasse Raimundo”. Em 1.986 trabalhou em “A Garota do Gangster”, de Zeca Capelline e Della Verde. Em 1.988 participou de “Noviças Rebeldes”, sob a direção de Wolf Maya. Em 1.996 e 1.997 mostrou sua arte nos musicais “Viva Elvis” e “Cabaret Brasil”.

Na televisão (Rede Globo), em julho de 1.993 teve participação especial no episódio “Era uma vez... Maria José”, da série “Retrato de Mulher”, protagonizada por Regina Duarte. Na TV Manchete participou da novela “Escrava Anastácia”, e interpretou a abertura da novela “Brida”.

****

<u>Fontes de consulta</u>.

A – primárias
1 – “A Liberdade” nº 14 – 5/9/1.915 – pág. 3;
2 – “A Mocidade” n° 18 – 24/2/1.929 – pág. 1;
3 – “A Vanguarda” nº 1 – 2/5/1.915 – pág. 2;
4 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado – livros de leis ns. 8, 16 e 20;
5 – Arquivo Público Machadense – livro 64: “Resoluções da Câmara Municipal – 1898 a 1919”;
6 - Arquivo Público Machadense - livro sem número: “Atas do Centro Machadense - 1.914 a 1.916”;

7 – Arquivo Público Machadense – pastas “Centro Machadense”, “Cinema”, “documentos de Ernesto M. Leite” e “documentos de Oscar Fernandes”;
8 – “Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes” – 1.905 – Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, Bello Horizonte, 1.905, págs. 43/44;
9 – “Diário da Tarde”, Belo Horizonte – exemplar de 18/9/1.986;
10 – “Em Foco” – boletim informativo da Escola Agrotécnica Federal de Machado – ano I, nº 6, 1.998;
11 – “Folha da Tarde”, São Paulo – exemplar de 2/10/1.974;
12– “Folha de São Paulo”, São Paulo – exemplares de 8/12/1.980, 27/1/1.981, 15/7/1.986, 3/12/1.986 e 13/7/1.993;
13 – “Folha Machadense” ns. 34 – 1711/1.974 – pág. 8;
51 – 23/3/1.975 – pág. 8;
101 – 4/4/1.976 – pág. 1;
129 – 17/10/1.976 - pág. 1;
161 – 21/5/1.977 - pág. 1;
166 – 25/6/1.977 – pág. 10;
185 – 13/11/1.977 – pág. 10;
229 – 8/10/1.978 – pág. 3;
270 – 5/8/1.979 – pág. 1;
275 – 13/9/1.979 – pág. 16;
326 – 8/11/1.980 – pág. 1;
352 – 16/5/1.981 – pág. 3;
353 – 23/5/1.981 – pág. 3;
368 – 6/9/1.981 – pág. 38;
376 – 7/11/1.981 – pág. 1;
379 – 28/11/1.981 – pág. 1;
401 – 15/5/1.982 – pág. 1;
402 – 22/5/1.982 – pág. 1;
403 – 29/5/1.982 – pág. 5;
452 – 28/5/1.983 – pág. 11;
503 – 2/6/1.984 – pág. 1;
508 – 7/7/1.984 – pág. 4;
525 – 3/11/1.984 – pág. 4;
574 – 26/10/1.985 – pág. 4;
669 – 19/9/1.987 – pág. 1;
776 – 4/11/1.989 – pág. 7;
778 – 18/11/1.989 – pág. 5;
815 – 18/8/1.990 – pág. 1;
824 – 20/10/1.990 – pág. 1;
859 – 29/6/1.991 – pág. 1;
873 – 5/10/1.991 – pág. 3;
875 – 19/10/1.991 – pág. 1;
876 – 26/10/1.991 – pág. 1;
880 – 23/11/1.991 – pág. 3;
904 – 23/5/1.992 – pág. 3;
928 – 7/11/1.992 – pág. 3;
972 – 16/10/1.993 – pág. 10;
1026 – 5/11/1.994 – pág. 3;
1032 – 17/12/1.994 – pág. 17;

1066 – 19/8/1.995 – pág. 7;
1072 – 30/9/1.995 – pág. 10;
1076 – 28/10/1.995 – pág. 13;
1078 – 11/11/1.995 – pág. 10;
1098 – 6/4/1.996 - pág. 17;
1106 – 1/6/1.996 – págs. 1 e 8;
1121 – 13/9/1.996 – pág. 1;
1127 – 26/10/1.996 – págs. 1 e 17;
1128 – 2/11/1.996 – pág. 9;
1132 – 30/11/1.996 – págs. 1 e 8;
1133 – 7/12/1.996 – págs. 1 e 4;
1154 – 10/5/1.997 – pág. 1;
1232 – 28/11/1.998 – págs. 1 e 26;
1275 – 25/9/1.999 – pág. 8;
1276 – 2/10/1.999 – pág. 18;
1280 – 30/10/1.999 – pág. 11;
1281 – 6/11/1.999 – pág. 7;
1287 – 18/12/1.999 – págs. 1 e 25;
1288 – 24/12/1.999 – pág. 6;

14 – fragmentos de livro de atas do Centro Machadense – balancetes, convites e panfletos do Centro Machadense e do Centro Cultural – em meu poder;

15 – "Gazeta das Geraes" nº 10 – 6/11/1.999 – pág. 11;

16 - informações pessoais de Jorge Vítor Trindade de Oliveira e Nilce Clara Juntolli;

17 – "Jornal da Tarde", São Paulo – exemplares de 14/3/1.980, 6/2/1.987 e 9/3/1.989;

18 – "Jornal do Machado" ns. 14 – 6/7/1.924 – pág. 2;
23 – 28/1/1.934 – pág. 2;
24 – 4/2/1.934 – pág. 3;
24 – 17/10/1.937 – pág. 3;

19 – "Machado-Jornal" ns. 53 – 30/12/1.928 – pág. 3;
68 – 14/4/1.929 – pág. 3;

20 – "Minas Geraes" de 9/3/1.932 – pág. 8;

21 – "Monitor Sul-Mineiro", Campanha - ns. 194 – 25/9/1.875 – pág. 3;
195 – 3/10/1.875 – pág. 3;
366 – 8/12/1.878 – pág. 4;

22 – "O Estado de São Paulo", São Paulo – exemplares de 29/2/1.968, 12/12/1.973, 28/9/1.978, 6/1/1.981, 14/2/1.981, 1/6/1.983, 10/6/1.983, 15/4/1.986, 27/6/1.993, 11/7/1.993 e 24/4/2.003;

23 – "O Imparcial" ns. 72 – 27/1/1.952 – pág. 4;
80 – 15/6/1.952 – pág. 4;
88 – 5/10/1.952 – pág. 4;

24 – "O Machadense" ns. 28 – 30/4/1.905 – págs. 1, 2 e 3;
104 – 2/6/1.934 – pág. 9;
710 – 30/11/1.958 – pág. 1;
730 – 26/4/1.959 – pág. 1;
739 – 29/6/1.959 – pág. 4;
855 – 5/11/1.961 – pág. 1;
880 – 27/5/1.962 – pág. 1;
881 – 31/5/1.962 – pág. 1;
887 – 22/7/1.962 – pág. 1;

890 – 12/8/1.962 – pág. 1;
919 – 29/9/1.963 – pág. 6;
953 – 8/8/1.965 – pág. 3;
955 – 22/8/1.965 – pág. 3;
968 – 21/12/1.965 – pág. 5;
978 – 6/2/1.966 – pág. 5;
1019 – 4/12/1.966 – pág. 4;
1031 – 3/3/1.968 – pág. 4;
1035 – 31/3/1.968 – pág. 3;
1057 – 30/9/1.968 – pág. 2;
1066 – 18/11/1.968 – pág. 4;
70 – 9/7/1.972 – pág. 1;
104 – 4/3/1.973 – pág. 1;
135 – 7/10/1.973 – pág. 1;
141 – 18/11/1.973 – pág. 1;
142 – 25/11/1.973 – págs. 1 e 2;
25 - "O Município" nº 2 - 15/12/1.922 - pág. 2;
26 – "O Popular" nº 4 – 20/3/1.927 – pág. 1;
27 – Revista "Amiga" nº 928 – 2/3/1.988;
28 – Revista "Ilusão" nº 225 – out./nov. de 1.975;
29 – Revista "Imagem e Conteúdo" ns. 2 – out./nov. de 1.996 – págs. 22/23;
3 – dez. 1.996/ jan. 1.997 – págs. 12/13;
7 – ago./set. de 1.997 – págs. 18/19;
30 – "Sexto Districto" ns. 5 – 5/9/1.894 – pág. 3;
18 – 22/8/1.895 – pág. 3;
31 – "Siga em Frente" ns. 12 – 10/4/1.993 – suplemento;
34 – 22 a 26/9/1.993 – págs. 1 e 6;
36 – 6 a 12/10/1.993 – pág. 1;
37 - 13 a 16/10/1.993 - pág. 6;
38 – 3 a 6/11/1.993 – pág. 4.

B - secundárias

1 – Bernardo Saturnino da Veiga – "Almanach Sul-Mineiro para 1874" – Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.874 – págs. 147/148;
2 – Carlos Legnani – "Histórias da Nossa História", capítulos VII e IX – na Revista do 1º Centenário de Machado, vol. VII, pág. 2, e vol. IX, pág. 1;
3 - Clariselma Carneiro - "Maria é Assim..." - Gráfica Editora "Folha Machadense", 2.000, págs. 21/22;
4 – Homero Costa – "Contribuição à História de Machado" – Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente – sem menção de data e local – págs. 39, 42/45, 50 e 52/53;
5 – Jorge Vítor Trindade de Oliveira – biografia de José Trindade de Oliveira, datilografada;
6 - "site" na Internet: http://www.rosamarya.com.br;
7 – Urbano Rebello – memórias inéditas.

****

CINEMA E VÍDEO

1) - Esclarecimento.
2) - Machadenses que trabalharam no cinema alhures.
3) - Filme feito em Machado.
4) - Projetos de filmagem frustrados.
5) - Cineclube
6) - Vídeos e "slides".

****

1 - **Esclarecimento.**

Cuida-se aqui do cinema no aspecto cultural, apenas. Das casas de espetáculo se tratará no livro relativo às comunicações.

2 - **Machadenses que trabalharam no cinema alhures**.

Morais Neto participou, em 1.942, do filme "*Tudo é Verdade*" ("*It's all True*"), de Orson Welles, inacabado e inédito, cantando três músicas.

Chico Martins atuou nos seguintes filmes: "*Society em Baby-Doll*", "*Panca de Valente*", "*Os Sete Pecados*", "*Capitalistas*", "*Os Discos Voadores Estão Entre Nós*", "*O Jogo da Vida e da Morte*" e "*Senhora*".

Hélio D'Andréa teve pequena participação em "*Deu a Louca no Cangaço*", filme de Nélson Teixeira Mendes, rodado em Carapicuíba no ano de 1.969.

Rosa Maria trabalhou em "*Compasso de Espera*", de Antunes Filho.

Sérgio dos Santos Silva de Lima, que no mundo do cinema encurtou o nome para **Sérgio Santos**, atuava atrás das câmeras, como produtor. Casado com uma neta do precursor Humberto Mauro, foi seu aprendiz no grupo de Cataguases. Sócio da Corisco Filmes, no Rio de Janeiro, pesquisou e recuperou a obra dispersa do mestre. Em 1.999, com Roberto Moura, produziu o documentário "*Sabor da Terra - o Cinema de Humberto Mauro*", que o canal de televisão GNT exibiu em três partes, em abril do ano seguinte.

3 - **Filme feito em Machado**.

"*Bandidos da Serra Baixa"* foi um longa-metragem em cores, produzido pela empresa local *Pelmach*, de que eram sócios Hélio D'Andréa e Ozéias Cornélio da Silva. Ambos também dirigiram o filme, rodado inteiramente no Município, em 1.974. Seu lançamento ocorreu em setembro do mesmo ano.

Compôs-se o elenco de amadores locais: Roosevelt de Carvalho Dias, Olivanda de Paiva Grilo, Hélio D'Andréa, Ozéias Cornélio da Silva, Ary Motta, Osley Amaral, Adair Bianchini de Souza, Dimas Ribeiro, Helena Siqueira, Neuza Barra-Mansa, Rita Siqueira, Mário Mezzavilla Abdelmur, João Alvécio da Silva, Fausto Vasconcelos, Alberto Donizetti Abelim, João Martinho Órfão, Josmar Gonçalves, Waldir Bianchini de Souza, Wilmar Conti Moreira, Vair de Souza, Mauro Antunes de Souza e mais quinze extras.

A trilha sonora foi de José Alberto Lorenzotti (Praia). Também colaboraram Ary Motta (direção artística), Raquel Motta (maquiagem) e Marcelo Carvalho Vieira (assistência de direção).

O filme pretendeu ser um faroeste humorístico mas, conforme críticas da imprensa, apresentou muitos erros técnicos e enredo pobre. Teve na sonoplastia o ponto mais fraco. O colorido estava um tanto fosco. Houve pouca movimentação em cena dos artistas, que nunca eram filmados em "*close*". Foi falha a coordenação de movimentos quando a câmara se aproximava ou se distanciava de algum ponto. Também a montagem deixou a desejar. Houve cenas de algum interesse com Olivanda de Paiva Grilo e Osley Amaral.

4 - **Projetos de filmagem frustrados**.

Afirmou-se em 1.975 que Hélio D'Andréa filmaria a comédia "*Deputado de Araque*" , mas o projeto não foi adiante.

No final de 1.993 e início de 1.994 ele tentou produzir outro filme - "*Mágoa de Cigano"*. Associado a Adair Bianchini de Souza, Arielce Vítor Campos, Fausto Vasconcelos e Ozéias Cornélio da Silva, anunciou que o longa-metragem, em cores, seria rodado em Douradinho, com trilha sonora de

Virgilino Gomes da Silva. Prometeu corrigir nele as falhas do primeiro trabalho, e chegou a recrutar atores não-profissionais. Embora garantisse ter o patrocínio de prefeituras e empresas, nem chegou a iniciá-lo, por dificuldades econômicas.

5 - **Cineclube.**

Em 19 de agosto de 1.980, foi fundado o *Cineclube "Professor João Sabino"* por estudantes da Faculdade de Agronomia. Efetuava projeções semanais no saguão do prédio da F.E.M., seguidas de debates. Também publicava na imprensa local comentários sobre os filmes exibidos.

Chegou a possuir quase uma centena de associados, que pagavam pequena contribuição mensal. Teve curta duração, e no início de 1.983 já estava desativado. Em maio daquele ano, a Fundação Educacional firmou convênio com a "*Filmoteca Global*", de São Paulo, para empréstimo e projeção de filmes de 16 mm. utilizados no programa "*Globo Repórter*". Cuidou-se então de reabrir o Cineclube, mas a tentativa não vingou.

6 - **Vídeos e "slides".**

O **Padre José Fernandes de Oliveira** é autor dos seguintes vídeos, todos produzidos pela "*Paulinas Vídeo*": "*Pais e Filhos 6 a 4*" (1.994); "*Oração pela Família*" (1.994); "*Imagens*" (1.995); "*Ternura e Paz*" (1.996); "*A Canção e a Mensagem*" (1.997); "*Natal em São Paulo*" (1.997); "*Orando na Chuva*" (1.999); e "*Quando o Natal Chegar - Natal Luz em Gramado*" (1.999). Lançou também "*A Experiência de Comunicar*", pela "*Comep Vídeo*". Conforme "*O Estado de São Paulo*" de 22 de janeiro de 1.993, escreveu ainda o roteiro do filme "*Religião, Para Quê?"* (12,5 minutos), produzido pelo "*Sistema Salesiano de Vídeo"* no final dos anos oitenta.

Do **Irmão Israel José Nery** são os "*slides*" "*Meu Cristo Amigo - A Infância de Jesus para as Crianças"*, feitos pela Ed. "*Sono Viso*", do Rio de Janeiro, em 1.972. Ele é autor do vídeo pastoral "*Ver para Crer*", produzido pela Ed. "*Vozes*", de Petrópolis, em 1.995.

O Centro de Produções Técnicas (CPT) de Viçosa, MG, elaborou nos anos noventa diversos vídeos sobre agronomia, veterinária e assuntos correlatos. Alguns deles tiveram a coordenação técnica de professores machadenses: "*Café - Cultivo Superadensado*" e "*Produção de Café Orgânico*" (Ivan Franco Caixeta); "*Criação de Peixes*" e "*Produção de Alevinos*" (Dálcio Ricardo de Andrade).

A Casa da Cultura possui alguns filmes-documentários e uma videoteca. Por curto período, em meados da década de noventa, exibiu vídeos do Museu da Imagem e do Som, de São Paulo.

Fontes de consulta.

A - primárias

1 - Arquivo Público Machadense - biografia de Morais Neto no LP "Quando a Saudade Vier";
2 - "Arueira" - abril de 1.983 - pág. 11;
3 - boletim "Tecnologia e Treinamento Agropecuário" - órgão informativo do C.P.T. - ano III, nº 11, maio/junho de 1.999;
4 - "curriculum vitae" de Israel José Nery;
5 - "Folha de São Paulo" - exemplar de 5/10/1.979;
6 - "Folha Machadense" ns. 12 - 9/6/1.974 - pág. 1;
23 - 1/9/1.974 - pág. 1;
29 - 13/10/1.974 - pág. 6;
30 - 20/10/1.974 - pág. 8;
62 - 15/6/1.975 - pág. 1;
293 - 15/3/1.980 - pág. 5;
317 - 30/8/1.980 - pág. 1;
321 - 4/10/1.980 - pág. 7;
323 - 18/10/1.980 - pág. 8;
324 - 25/10/1.980 - pág. 8;
325 - 1/11/1.980 - pág. 7;
451 - 21/5/1.983 - pág. 4;
452 - 26/5/1.983 - pág. 11;
985 - 22/1/1.994 - pág. 1;
986 - 29/1/1.994 - pág. 6;
1029 - 26/11/1.994 - pág. 1;
1035 - 14/1/1.995 - cad. B, pág. 1;
7 - "Jornal de Minas", Belo Horizonte - 24/9/1.974 - pág. 17;
8 - "O Estado de São Paulo" - exemplares de 22/1/1.993, 12/7/1.999 e 17/4/2.000;
9 - "O Machadense" nº 1044 - 16/6/1.968 - págs. 1 e 3;
10 - Revista "Ilusão" nº 225 - out./nov. de 1.975;
11 - "Siga em Frente" ns. 39 - 10 a 13/11/1.993 - pág. 4;
49 - 26 a 29/1/1.994 - págs. 1 e 7;
12 - "Última Hora", São Paulo - exemplar de 3/9/1.977.

B - secundárias

1 - CD-ROM "Pe. Zezinho, SCJ - Cantando a Fé" - Paulinas Multimídia, 1.999;
2 - Márcio da Rocha Galdino - "Minas Gerais - Ensaio de Filmografia" - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Belo Horizonte, 1.983, pág. 315.

****

FOTOGRAFIA

1) - Esclarecimento.
2) - Concursos e exposições.

****

1 - **Esclarecimento**.

Dá-se aqui atenção à fotografia como manifestação artística. Na parte relativa aos profissionais liberais se cuidará dos fotógrafos e de seus laboratórios.

2 - **Concursos e exposições**.

Em janeiro de 1.959, sob a orientação de Sylvio Nogueira de Souza, realizou-se no salão da Câmara exposição de fotos internacionais.

Houve na Biblioteca Municipal, em agosto e setembro de 1.976, mostra de fotografias sobre a Cidade. Também durante as comemorações do Centenário de 1.981 lá se fez uma exposição de arte fotográfica.

No final de 1.983, o Laboratório Ultracolor, de Acácio de Oliveira Luz, promoveu concurso de fotografias. Os três primeiros prêmios couberam a Maria de Lourdes de Oliveira Dias; os demais, sucessivamente, a Rodrigo de Rodrigues Beck, Cristina Paiva e Marcelo Libânio Coutinho.

O fotógrafo Paulo Sérgio Morais da Silva, que desde 1.982 vinha registrando cenas do nosso folclore, e que já ministrara diversos cursos gratuitos de fotografia, entre agosto e setembro de 1.987 efetuou na Casa da

Cultura exposição de fotos, cujo tema foi a Festa de São Benedito. Em setembro do ano seguinte também expôs na Casa da Cultura de Santos, SP. Em outubro de 1.993 voltou a exibir trabalhos, com temas diversos, na Casa da Cultura local. A ela retornou em setembro de 1.999, com a mostra "*Retrospectiva de Machado Ontem e Hoje*".

No primeiro quadrimestre de 1.988, a Casa da Cultura realizou o concurso "*Artefoto 88*", tendo por tema o Município de Machado.

Maria da Paz Melo, de Belo Horizonte, expôs quadros e fotografias na Casa da Cultura, em março de 1.996. No mesmo local, em julho do ano seguinte, o jornalista Edélson Borges da Silva apresentou várias fotos, na maioria já publicadas na "*Folha Machadense*" e na Revista *"Imagem e Conteúdo"*.

****

Fontes de consulta.

1 - "Folha Machadense" ns. 122 - 29/8/1.976 - pág. 2;
481 - 17/12/1.983 - pág. 1;
482 - 24/12/1.983 - pág. 19;
664 - 15/8/1.987 - pág. 13;
722 - 8/10/1.988 - pág. 3;
1094 - 9/3/1.996 - págs. 1 e 16;
1165 - 26/7/1.997 - pág. 4;
1273 - 11/9/1.999 - págs. 3 e 17;
2 - "O Machadense" nº 719 - 1/2/1.959 - pág. 4;
3 - "Siga em Frente" nº 38 - 3 a 6/11/1.993 - pág. 4;
4 - "Tribuna Machadense" ns. 4 - 21/6/1.987 - pág. 3;
12 - 16/8/1.987 - pág. 6;
38 - 28/2/1.988 - pág. 3.

****

DESENHO E PINTURA

"*Nunca é demais que se avivem as imagens de outrora. Saudade não é vontade de regresso. Não. É verniz novo na imagem de ontem, único processo eficaz para que não desmaiem as cores de nossos quadros.*"

Josué Montello.

1) – Artistas e eventos.
2) – Professoras atuais.

****

1 – **Artistas e eventos**.

São raras as referências, em época mais remota, de interesse local por artes plásticas. O "*Monitor Sul-Mineiro*" de 3 de maio de 1.885 noticiou que **Virgílio Wenceslau Messias** oferecera à Câmara do Machado retrato do Imperador, tirado a *crayon*. Acrescentou tratar-se de um dos melhores trabalhos daquele jovem, que revelava inegável intuição e decidido gosto para as belas-artes.

Nas primeiras décadas do século passado destacou-se entre nós o talento de **Dario Machado**, falecido nos anos trinta, pai das também artistas **Madre Nícea Vieira Machado** e **Cármen Machado Lopes**. Cursou a Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro entre 1.912 e 1.913. Dedicou-se do desenho a carvão à pintura a óleo. Foi retratista notável, como atesta seu quadro do Coronel Joaquim Paulino da Costa, no acervo da Casa da Cultura.

Em outubro de 1.928, o pintor **Júlio Lima** efetuou exposição de quadros no Centro Machadense.

Três nomes, em período mais recente, exigem realce: **Oscarina Pereira Lima**, pintora e professora de artes; **Ninita Castilho**, excelente desenhista; e **Neil Bacha Gaspar**.

No Centenário da Freguesia, em 1.957, realizou-se de 26 de novembro a 3 de dezembro a "*Exposição de Artes e Folhagens*". Nela apresentaram quadros, entre outras, **Juracy Garcia de Almeida, Maria Julieta Magalhães Borges, Maria Vitória Gomes, Marlene Camargo, Ninita Castilho** e **Vânia Angelini Palmeira**.

Em setembro de 1.976 o Serviço de Educação e Cultura promoveu na Biblioteca o "*I Encontro de Pintores Machadenses*". Expuseram trabalhos: **Ângela Penatti, Antônio Alberto de Carvalho, Benildo Ribeiro da Silva, Cármen Machado Lopes, Celme Resende Braga Souza, Cleide Barbosa Paterno, Clovita Franco da Silva, Cornélio Camargo, Dalva Moreira Guerra, Doninha Araújo Dias, Edgard da Veiga Lion Neto, Heloísa Helena Branquinho Braga, Heloísa Oliveira Souza Dias, Herton Halley Soares, Iracema Vieira de Oliveira, João Roberto Camargo, José Trindade Filho, Judith Lima Vieira, Lili Lima, Madre Nícea Vieira Machado, Maria Dirce Cruz, Maria Dulce Cruz, Maria José Costa Dias, Maria José Vieira Lima, Marijalma Gaspar de Almeida, Marilda de Fátima Vieira Campos, Marisa Teixeira Dias, Nadya Caixeta Lima Paiva, Norma dos Anjos Weber, Oscarina Pereira Lima, Osimo Castro Filho, Rachel Werner, Regina Neder, Regina Sales de Carvalho, Romilda de Lima, Sebastião José de Oliveira, Thaís Maria Carvalho Bastos, Vânia Angelini Palmeira, Wanda Carvalho** e **Zininha Neves.**

Ainda em 1.976, nossa conterrânea **Cármen Machado Lopes**, residente em Poços de Caldas, lá mostrou pela primeira vez seus quadros, na Exposição de Artes das Termas.

Na Biblioteca Municipal, no início de 1.979, realizou-se mostra de pinturas sobre veludo, de **Welfare Pierini**. Em setembro de 1.981, como parte das comemorações do Centenário da Cidade, houve no mesmo local exposição de telas de 53 pintores machadenses.

Em agosto de 1.985, o Serviço de Educação e Cultura promoveu curso de pintura em cerâmica.

Com a inauguração da Casa da Cultura, em 13 de setembro de 1.986, pintores e outros artistas passaram a ter importante lugar para ensinar e mostrar a sua arte.

Durante a VI Semana Cultural da FAFI, em 1.986,

houve mostra de artistas plásticos da região: **Antônio Monteiro, Cida Garcia, Dora Pedroso, Ina Braga, Kênia Lima, Leila Caixeta, Luciane Penha, Magaly Godoy, Márcia Signoretti, Maria Antonietta, Marilena Queiroz, Marta Cunha, Mary Rodrigues, Nélson Signoretti, Olga Guerra, Patrícia Parin, Thaís M. C. Bastos, Waldyr Félix** e **Wílson Aires**.

Em março de 1.987, a Casa da Cultura apresentou pinturas da poços-caldense **Josane Duarte Lobo de Carvalho**. Em julho e novembro do mesmo ano, expuseram em Poços as machadenses **Cármen Machado Lopes, Cida Garcia, Magaly Godoy** e **Thaís Bastos**.

O jornal "*Tribuna Machadense*", em setembro de 1.987, destacou os trabalhos artísticos de **Elisa Garcia Lima**, consistentes em colagens, pinturas em tecido e em porcelana, e pirogravura.

A Casa da Cultura, em 1.988, promoveu curso de desenho e pintura, com duração de oito meses, a cargo de **Nelma Silvério Soares**. Em maio do mesmo ano, **Magaly Godoy** expôs seus trabalhos em Itajubá. No mês de outubro seguinte, o Serviço de Educação e Cultura realizou concurso de desenho e pinturas a óleo, denominado "*Paisagens Urbanas de Machado*".

Em março de 1.989, na sede da APAE, realizou-se exposição de desenhos, pinturas e ilustrações de **Dora Annoni de Souza**. No mesmo semestre, a Casa da Cultura patrocinou cursos de pintura em cerâmica e em tecidos.

Dois eventos ligados à pintura ocorreram na Casa da Cultura em dezembro de 1.990: exposição da "*Monalisa Galeria de Artes*", de São Lourenço, a cargo do machadense **Dálvio Andrade**; e homenagem à professora **Oscarina Pereira Lima**, cujo nome foi dado à sala de exposições.

No começo dos anos noventa, veio morar em Machado o desenhista maranhense **Gumercindo Costa Farias**, o "Guma". Exímio autor de caricaturas, "*cartoons*", "*charges*", "*lay-outs*" e logotipos, trabalhou em agências de publicidade e publicou trabalhos em jornais da capital mineira. Lá participou de exposição sobre história em quadrinhos e comunicação de massa. Colaborou na imprensa local.

Em 1.992 e 1.994, respectivamente, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal abriram, em agências na Cidade, espaços culturais que deram oportunidade a vários conterrâneos de mostrar sua pintura. Neles e, principalmente, na Casa da Cultura, tiveram os machadenses oportunidade de admirar quadros de **Alexandre Vieira Ribeiro, José Marin, Luciana Frazão, Emmanuel Engel Ayer, Márcio Moterani Swerts, Nara Neves,** e outros.

Em maio de 1.997, ocorreu na Casa da Cultura exposição dos trabalhos de Cármen Lúcia de Oliveira **– jateados em vidro e**

"*art nouveau*". No mesmo local, em abril de 1.998, Wanda Garcia Braga **mostrou pinturas em gesso e em tecidos. Ainda lá, no mês seguinte,** Marta Maria Cunha Gonçalves **expôs pinturas em porcelana, latão e óleo sobre tela, além de embalagens artesanais, arraiolos e crochês. Na mesma época e no mesmo local,** Sandra Boneli Cruz**, de Belo Horizonte, ministrou curso de pinturas especiais (pátina, "*stucco*", douração e metalização).**

O conterrâneo **Flávio Nannetti Caixeta** efetuou a primeira individual de pinturas, em junho de 1.998, na sala "*Corpo de Exposições*", em Belo Horizonte.

Na Casa da Cultura, em julho do mesmo ano, **Jonas Lemes**, de Cambuquira, mostrou óleos sobre tela.

2 – **<u>Professoras atuais</u>**.

Aparecida Helena Annoni Garcia começou a pintar no início da década de setenta. Expôs pela primeira vez na Semana Cultural da FAFI, em 1.983, e depois participou de mostras em São Lourenço, Poços de Caldas e Amsterdam. Suas obras, aqui, foram exibidas diversas vezes na Casa da Cultura, no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal. O público teve também oportunidade de vê-las na Câmara dos Deputados, na Casa da Cultura de Alfenas e, ultimamente, em Londres. Lecionou no Instituto Moreira Sales, em Poços de Caldas. Manteve oficina de artes em Machado nos primeiros anos da década de noventa. Fechada por algum tempo, reabriu-a em Alfenas em 1.997.

Thaís Maria de Carvalho Bastos, outra artista machadense residente em Poços de Caldas, aqui ministrou, em meados de 1.984, curso de pintura sob promoção do Clube das Casadas. Em junho do ano seguinte houve a primeira mostra de trabalhos de suas alunas, patrocinada pelo Serviço de Educação e Cultura, em prédio da Praça Antônio Carlos. A mesma professora, em dezembro de 1.990, voltou a promover, agora em Poços, exposição de desenhos e pinturas de suas alunas. Em março de 1.995 e em maio de 2.000 fez exposições individuais na Casa da Cultura local.

Regina Sales de Carvalho promoveu na Casa da Cultura, quase que anualmente, exposições de pintura a óleo de seus alunos, a partir de 1.989. Ela própria, em agosto de 1.990, participou de coletiva na Casa de España, no Rio de Janeiro, e realizou várias exposições individuais na Casa da Cultura local.

Casada com um machadense, **Cláudia Diniz** mudou-se para cá em 1.991, abrindo pouco depois o "*Atelier C*". É formada pela Escola de Belas Artes da UFMG. Em 1.993 mostrou seus trabalhos na Assembléia Legislativa, em Belo Horizonte. Fez aqui diversas exposições na Casa da Cultura, onde seus alunos apresentam quadros anualmente, desde 1.994.

Também em 1.991 **Luciana Frazão** começou a dar na Casa da Cultura aulas de pintura e de iniciação ao desenho. Em abril de 1.999 lá ocorreu exposição de quadros dos seus alunos.

A machadense Kênia Gonçalves Lima Ferri Vasconcelos**, professora de pintura em Rio Verde, Goiás, na década de noventa venceu seguidas vezes o concurso dessa arte, na exposição anual que lá se realizava.**

****

<u>Fontes de consulta</u>.

1 - Arquivo Público Machadense - pasta "documentos de Oscar Fernandes";
2 – "Folha Machadense" - ns.117 – 25/7/1.976 – pág. 1;
118 – 1/8/1.976 – pág. 5;
124 – 12/9/1.976 – pág. 9;
242 – 21/1/1.979 – pág. 7;
357 – 20/6/1.981 – pág. 1;
557 – 29/6/1.985 – pág. 7;
561 – 27/7/1.985 – pág. 1;
637 – 14/2/1.987 – pág. 3;
639 - 28/2/1.987 – pág. 6;
649 – 2/5/1.987 – pág. 3;
659 – 11/7/1.987 – pág. 12;
718 – 10/9/1.988 – pág. 8;
742 – 11/3/1.989 – pág. 7;
751 – 13/5/1.989 – pág. 8;
752 – 20/5/1.989 – pág. 14;
779 – 25/11/1.989 – pág. 3;
813 – 4/8/1.990 – pág. 1;
828 – 17/11/1.990 – pág. 10;
830 –1/12/1.990 – pág. 3;
831 – 6/12/1.990 – pág. 3;
887 – 25/1/1.992 - pág. 3;
925 – 17/10/1.992 – pág. 3;
930 – 21/11/1.992 – pág. 1;
961 – 24/7/1.993 – pág. 11;
972 – 16/10/1.993 – pág. 11;
979 – 4/12/1.993 – pág. 11;
985 – 22/1/1.994 – pág. 11;
987 – 5/2/1.994 – pág. 11;

995 – 2/4/1.994 – pág. 11;
1004 – 4/6/1.994 – pág. 11;
1028 – 19/11/1.994 – pág. 13;
1093 – 2/3/1.996 – pág. 11;
1109 – 20/6/1.996 – pág. 11;
1130 – 14/11/1.996 – pág. 9;
1136 – 4/1/1.997 – pág. 11;
1199 – 10/4/1.998 – pág. 20;
1204 – 9/5/1.998 – pág. 20;
1209 – 20/6/1.998 – pág. 13;
1212 – 18/7/1.998 – pág. 8;
1224 – 3/10/1.998 – pág. 17;
3 – "Jornal da Cidade" n. 2 – julho de 1.984 – pág. 4;
4 – Josué Montello – artigo em "Manchete" n. 2.042 – 1/6/1.991;
5 – "Monitor Sul-Mineiro" n. 746 – 3/5/1.885 – pág. 3;
6 – Revista do Primeiro Centenário de Machado – n. 9 – págs. 8 e 9;
7 – Revista "Imagem e Conteúdo" ns. 4 – fev./março de 1.997 – págs. 22/23;
6 – jun./jul. de 1.997 – pág. 22;
8 – dez. 1.997/jan. 1.998 – pág. 11;
8 – Revista "Machado de Ontem e de Hoje" – II-4;
9 – "Siga em Frente" n. 40 – 17 a 20/11/1.993 – págs. 1 e 4;
10 – "Tribuna Machadense" ns. 7 – 12/7/1.987 – pág. 7;
8 – 19/7/1.987 – pág. 1;
18 – 27/9/1.987 – pág. 8;
22 – 25/10/1.987 – pág. 4;
25 – 15/11/1.987 – pág. 7;
26 – 22/11/1.987 – pág. 3;
40 – 19/1/1.988 – pág. 1;
51 – 29/5/1.988 – pág. 8;
63 – 4/9/1.988 – pág. 1.

****

ESCULTURA

****

Na "*Exposição de Artes e Folhagens*", realizada no final de 1.957, foram apresentadas esculturas de **Neil Bacha** e de diversos alunos da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro.

Em junho de 1.986, a imprensa local destacou as esculturas em madeira do machadense **Cláudio da Silva**, que já se dedicara à ourivesaria, tendo por mestre Amir Pereira da Silva.

A carioca **Janaína Silva de Gouveia** mostrou suas esculturas em julho de 1.996, na Casa da Cultura. Acompanharam-na **André Bazzanella** e **Djalma Paiva**, com desenhos e gravuras.

Dois machadenses destacaram-se, na década de noventa, com esculturas em madeira:

José Leite Generoso, trabalhando principalmente com raízes. Participou da Feira da Paz em Belo Horizonte, e do Salão Poçoscaldense de Belas Artes de 1.991/1.992. Nos anos seguintes, suas peças estiveram em mostra aqui, na Casa da Cultura e nas agências da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil; e também em Poços, Pouso Alegre, Varginha e no Parque da Água Branca, em São Paulo.

Alexandre de Almeida Leite, esculpindo peças naturais (galhos, raízes, troncos) e fazendo entalhes em pranchas de madeira. Mostrou-as em Alfenas, Caldas, Poços de Caldas, Ribeirão Preto e Varginha, entre outras cidades. Aqui as expôs na Casa da Cultura e nas agências bancárias acima referidas, além de vendê-las nas feiras da Uniartma.

****

Fontes de consulta

1 – "Folha Machadense" ns. 604 – 7/6/1.986 – pág. 4;
940 – 13/2/1.993 – pág. 2;
954 – 22/5/1.993 – pág. 11;
994 – 24/3/1.994 – pág. 7;
1001 – 14/5/1.994 – pág. 11;
1071 – 23/9/1.995 – pág. 15;
1286 – 11/12/1.999 – pág. 8
2 – Revista do Primeiro Centenário de Machado, nº 9, págs. 8 e 9;
3 – Revista "Imagem e Conteúdo" nº 5 – abr./mai. 97 – pág. 19;
4 – "Siga em Frente" ns. 0 – 17/7/1.996 – pág. 7;
1 – 29/7/1.996 – págs. 1 e 8.

****

B- MEMÓRIA

BIBLIOTECAS

1) - Sociedade “Amantes da Leitura”.
2) - Club Litterario “Bernardo Guimarães”.
3) - Biblioteca da Liga Operária Machadense.
4) - Biblioteca do Apostolado da Oração.
5) - Biblioteca Municipal.
6) - Biblioteca do Centro Machadense.
7) - Bibliotecas da E. E. Dom Pedro I.
8) - Bibliotecas da Paróquia Sacra Família e Santo Antônio.
9) - Bibliotecas do Ginásio São José.
10) - Biblioteca do Colégio Imaculada Conceição.
11) - Biblioteca Municipal “Gentil Vieira da Silva”.
12) - Biblioteca da Escola Agrotécnica Federal.
13) - Bibliotecas da Fundação Educacional.
14) - Biblioteca de Dora Pedroso Caixeta.
15) - Biblioteca Comunitária “Pedro Ribeiro da Silva”.
16) - Outras bibliotecas.

****

1 - **Sociedade “Amantes da Leitura”.**

Não se sabe quando foi fundada, mas já existia em 1.874, conforme os Almanaques de Assis Martins e Saturnino da Veiga para aquele ano. O último informa que a dirigiam Annanias de Souza Dias, Dr. Antônio Cândido Teixeira e Generoso José Messias. Tinha por agente zelador Joaquim Martins de Souza. Eram ainda seus sócios Alexandre Peixoto de Magalhães, Antônio Cândido de Souza Dias, Antônio Rodrigues de Paiva, Francisco Xavier de Salles, João Eustáquio da Costa (*Carmo da Escaramuça*), José Augusto Pereira (*Machadinho*), José Bento de Andrade Rosa, Maria Carolina do Carmo (*Machadinho*) e Paulino de Souza Pereira.

Dez anos mais tarde, o mesmo Saturnino da Veiga afirmava que a Sociedade continuava existindo, que possuía mais de mil volumes, e que tinha muito sócios. Ainda eram seus diretores o Dr. Antônio Cândido Teixeira e Annanias de Souza Dias. Generoso José Messias passara à condição de zelador.

Supõe-se que tenha desaparecido naquele mesmo ano de 1.884, ou logo depois. É que a "*Falla*" dirigida à Assembléia Legislativa por Alves de Brito, em agosto de 1.885, contém relação de todas as bibliotecas públicas e particulares de Minas Gerais, sem referência a Machado e Douradinho.

2 - **Club Litterario "Bernardo Guimarães".**

Instalou-se na noite de 1º de fevereiro de 1.885, em casa de José Joaquim dos Santos Silva. Tinha por finalidade instruir os seus membros, ensinar a classe pobre em aulas noturnas e fundar um teatro. Os sócios quotizavam-se para adquirir livros, que eram retirados por empréstimo.

A primeira diretoria, conforme o "*Monitor Sul-Mineiro*" 735, ficou assim organizada: *presidente* - José Joaquim dos Santos Silva; *vice-presidente* - Antônio Rodrigues de Paiva; *1º secretário* - Francisco R. de Carvalho; *2º secretário* - Oscar José Branco; *orador* - José Pereira Arantes; *tesoureiro* - Capitão Joaquim José Branco; *procurador* - José Francisco Mendes; *bibliotecário* - M. A. dos Santos Silva.

Homero Costa afirma que também Anastácio Vieira Machado e Otávio Westin foram fundadores do Club. Ele durou pouco tempo, e seus integrantes repartiram entre si o acervo da biblioteca.

Num artigo publicado em "*O Sexto Districto*" de 22 de agosto de 1.895, Santos Silva rebateu insinuações, feitas em editorial do número anterior daquele semanário, de que teria havido procedimento incorreto na liqüidação do Club. Disse que ela se efetuou conforme o estatuto, que a facultava quando somente existissem dez sócios, e por deliberação destes. Acrescentou que foram convocados para a assembléia por muitas vezes pelo "*Correio do Machado*", e que os livros foram divididos entre eles.

3 - **Biblioteca da Liga Operária Machadense.**

O jornal "*A Voz do Trabalhador*", órgão da Confederação Operária Brasileira, noticiou em 15 de março de 1.913 a instalação de nossa Liga Operária. No final da nota disse:

> *"Dezejando organizar uma boa biblioteca que instrua os seus socios sobre os direitos do operario, concorrendo para a sua boa orientação, a Liga Operaria Machadense apela*

para seus camaradas do Brazil e Portugal para que a auxiliem com donativos de livros, folhetos, jornais e revistas.".

Suponho que o objetivo não se tenha concretizado, porque, segundo o "*Annuario Estatistico*" da Secretaria da Agricultura, de 1.921, havia em Machado apenas três bibliotecas: a Municipal, a do Centro Machadense e a do Apostolado da Oração. Ignoro quando, efetivamente, foi fundada a biblioteca da Liga.

4 - **Biblioteca do Apostolado da Oração**.

Conforme o "*Annuario Estatistico*" acima referido, foi fundada em 1.917. Quatro anos depois possuía 20 obras, em igual número de volumes. Não sei até quando durou, nem o que foi feito de seu acervo.

5 - **Biblioteca Municipal.**

Só encontrei referência a ela no já citado "*Annuario Estatistico*". Informa que foi inaugurada em 1.918, e que em 1.921 possuía 75 obras, em 80 volumes. Nada mais sei a seu respeito.

6 - **Biblioteca do Centro Machadense.**

Segundo o mesmo "*Annuario*", foi também inaugurada em 1.918, e três anos após tinha 700 obras, em 800 volumes. Para formá-la os sócios do Clube fizeram doações e também contribuições mensais, como a destinada à compra do "*Diccionario Internacional*". Chegou-se mesmo, através de resolução de 16/2/1.921, a vedar a entrega do talão de mensalidades daquele ao associado que estivesse em débito com a biblioteca.

Em 16 de julho de 1.924, achando-se vago o cargo de bibliotecário, foi nomeado para ele Argemiro Pereira Dias, com os vencimentos de vinte e cinco mil réis mensais. Dez anos depois, conforme "*O Machadense*" 104, ocupava-o Maurílio Pimentel Leite. Por muito tempo, ao que me parece entre as décadas de cinqüenta e sessenta, foi bibliotecário Eduardo Moreira Guerra.

Assim como o próprio Centro Machadense, melancólico fim teve sua biblioteca. Instalada em sala ampla e confortável, com estantes de madeira envidraçadas, poltronas e quadros, nos últimos anos se transformou em antro do carteado, servindo ao vício e não mais à cultura. Seu acervo foi aos poucos surrupiado: de 2.460 volumes que possuía em 1.940 (de acordo com "*O Machadense*" 1.010), sobraram 1.088, doados à Prefeitura na dissolução do Clube, para formar a nova Biblioteca Municipal. Triste lembrança tenho de seu estado quando desmoronou parte do prédio do Centro: livros rasgados, folhas avulsas,

fotografias, restos de arquivo espalhados pelo chão entre ratos e insetos - lixo do qual consegui resgatar alguns papéis que guardo com carinho.

7 - **Bibliotecas da E. E. Dom Pedro I**.

Em 1.928, conforme o "*Machado-Jornal*", sua biblioteca infantil estava bem iniciada, "*carecendo entretanto de um auxílio por parte do Governo*".

Rodrigues de Carvalho, na "*História de Machado"*, informou que a Escola possuía biblioteca para professores e biblioteca infantil (foram unificadas posteriormente). Além disso, tinha na década de oitenta dois clubes de leitura, dos alunos de terceiro e quarto anos.

8 - **Bibliotecas da Paróquia Sacra Família e Santo Antônio**.

Fundou-se em outubro de 1.935, com 60 volumes. Foi então nomeada bibliotecária Ophélia Paiva. Em 1.999 possuía cerca de mil exemplares, entre livros, folhetos e revistas. Tem também registros dos atos religiosos paroquiais, como batizados, casamentos e óbitos.

Em junho de 1.973 realizou-se festa junina, destinada à compra de livros para iniciar a biblioteca da Vila Betânia, no Ouvidor.

9 - **Bibliotecas do Ginásio São José**.

A lei local 49, de 31 de outubro de 1.949, concedeu subvenção à biblioteca do Ginásio, antes mesmo que fosse instalada. Sua inauguração ocorreu em 14 de janeiro seguinte. Adaptou-se para abrigá-la salão em frente da capela, com três armários confeccionados pelo Irmão Eduardo. Talvez não tenha sido mantida, pois outras se criaram depois.

Simon Dupont informa que em 30 de julho de 1.960 foi inaugurada a biblioteca escolar "Carlos de Laet", com mais de mil volumes, quase todos novos, que contou com a contribuição de alunos. Localizava-se na portaria, em sala contígua à do diretor. Estranha-se por isso a nota, estampada em "*O Machadense*" de 23/10/66, segundo a qual em poucos dias seria aberta no Estabelecimento biblioteca de uso exclusivo dos alunos, tendo anexa outra da Associação de Pais e Mestres.

10 - **Biblioteca do Colégio Imaculada Conceição**.

Foi citada por José Matzner, em seu "*Guia*", como uma

das três da Cidade em 1.950, ao lado das do Centro e do Ginásio. Ignoro a época de sua criação.

11 - **Biblioteca Municipal "Gentil Vieira da Silva**".

Foi criada pela lei 460, de 12 de maio de 1.964. Ela instituiu também a Comissão Municipal da Biblioteca, com encargo de sugerir providências administrativas, denunciar falhas do serviço, propor aquisição de obras, receber doações e organizar, quando oportuno, uma discoteca e um museu.

Instalou-se de início no porão do antigo Colégio Municipal, na Praça Olegário Maciel, entrando em funcionamento no dia 15 de janeiro de 1.969. O decreto 72, de 29 de junho de 1.970, deu-lhe o nome de "*Gentil Vieira da Silva*". A inauguração oficial ocorreu em 3 de julho seguinte. Em fevereiro de 1.974 passou a ter seção de empréstimos (acervo circulante).

Autorizado pela lei 212, de 20 de março de 1.975, o Município celebrou convênio com a Mitra Diocesana de Guaxupé para utilização do pavimento térreo da Igreja Matriz pela Biblioteca. Estabeleceu-se que o Poder Público concluiria o salão, fechando-o e dando-lhe acabamento. Em troca, o usaria por vinte anos, mediante aluguel de um salário-referência. Mesmo antes da permissão da Câmara, o Executivo iniciou em janeiro daquele ano as obras, que se estenderam por vários meses. No dia 24 de julho de 1.976 foram inauguradas as novas instalações, com exposição de fotografias da Cidade. Criou-se em 1.977 a "*hora do conto*" para crianças, com leitura e comentário de histórias, projeções, jogos, recreação e surpresas. O decreto 421, de 1º de junho de 1.978 (alterado pelo decreto 503/80), aprovou o regulamento da Biblioteca. No ano seguinte, com permissão da lei 381, de 8 de outubro, Município e Mitra alteraram o contrato anterior, reduzindo a dez anos o prazo da locação.

Em maio de 1.980 fundou-se a Sociedade dos Amigos da Biblioteca, com estes objetivos: criar o banco do livro; realizar campanhas para aumento do acervo; promover reuniões e exposições literárias, artísticas e culturais; patrocinar círculos de estudos e debates; proporcionar à Biblioteca meios para transformar-se em centro comunitário cultural, com discoteca, mapoteca, arquivo histórico e geográfico, e setores de filatelia e numismática. Pouco tempo depois ela se paralisou, tendo sido reativada em 1.983. Sobreviveu, contudo, por pouco tempo.

Em agosto de 1.981 a Biblioteca promoveu o 1º Concurso de Contos de Machado. Dois outros regulamentos dela foram aprovados, sucessivamente, pelo decreto 613, de 11/8/83, e pela portaria 579, de 29/3/88. No final de 1.989 devolveu-se à Igreja o salão alugado, para que nele se instalasse a Rádio FM. Por causa disso a Biblioteca ficou fechada alguns meses, e a portaria 723, de 19 de junho de 1.990, chegou a transferir seu acervo para a Fundação Educacional. Ela foi, porém, revogada pela portaria 724, dez dias depois. Ainda

no mesmo ano a Biblioteca voltou a funcionar, no prédio do extinto Clube Recreativo, na Rua Coronel Jacinto, comprado pelo Município. Embora com problemas estruturais e sujeito a infiltrações de chuva, ele a abrigou de modo precário por algum tempo.

Outro despejo sofreu a repartição em estudo: o uso do imóvel que ocupava foi concedido à Câmara Municipal pelo decreto 1.222, de 28 de novembro de 1.994. Assim, em 1.995 ela foi instalada nos fundos da Prefeitura, em cômodo ainda pior que o anterior, sem espaço e segurança para acomodar os livros, e sem conforto para os usuários.

Por três vezes nos anos seguintes, infrutiferamente, o Vereador José Pereira Lima Filho solicitou ao Executivo que construísse segundo pavimento no local, a fim de melhorar a situação da Biblioteca. A UNIARTMA, em 1.996, pretendeu construir centro cultural na Praça Rui Babosa, cujo primeiro pavimento seria destinado àquela. O projeto não foi avante. Aguardava-se, no final do milênio, a construção de anexo da Casa da Cultura, conforme projeto da engenheira Denise E. Giacchetta, com espaço para abrigá-la.

Mesmo antes de instalada a Biblioteca, diversas leis locais autorizaram a compra de livros para ela (385/62, 436/63, 513/65, 536/66). A lei 14, de 22 de maio de 1.968, permitiu a assinatura de convênio com o Instituto Nacional do Livro, para sua manutenção e aprimoramento. Nos primórdios, recebeu por doação o que sobrara da biblioteca do Centro Machadense (1.088 livros). Em 1.972 possuía já 1.656 volumes; dez anos depois o número se elevou para 3.822, chegando a 10.789 em 1.987. No início do milênio, com 17.630 volumes (10.240 títulos), não tinha espaço para acomodá-los, não fazia compras e recusava algumas doações. Na mesma época, contava com 4.092 sócios e 3 funcionários.

O cargo de bibliotecária foi criado pela lei 15, de 22 de maio de 1.968. Nos dois anos seguintes foram sucessivamente designadas para ocupá-lo Gílvia Maria de Almeida e Lucy Vieira da Silva. Em agosto de 1978, a chefia da repartição coube a Cirene Pereira dos Santos. Ignoro até quando a manteve. Retornou a ela em março de 1.983, com a destituição de Laurene Maria Conti. _Em dias de outubro de 1.987 Wellington Vieira de Camargo respondeu interinamente pelo órgão. Marilena Moreira Costa esteve no comando em 1.988. Celina Signoretti Brigagão foi nomeada chefe em agosto de 1.995, tendo sido exonerada em julho de 1.996. De tal época em diante a Biblioteca ficou sob as ordens de Rosilene de Souza D'Eleutério, já afastada no final do milênio.

12 - **Biblioteca da Escola Agrotécnica Federal**.

No segundo semestre de 1.993, a Escola firmou convênio com o Município para que sua nova biblioteca, construída com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atendesse a toda a comunidade machadense.

Em 1.999 ela continha aproximadamente 5.000 livros, além de folhetos técnicos.

13 - **Bibliotecas da Fundação Educacional**.

A localizada no prédio central possuía em 1.999 17.384 volumes de livros, com aproximadamente 11.000 títulos. Tinha ainda 4.362 folhetos; 657 títulos de periódicos (20.000 exemplares); mapoteca com 75 unidades; e videoteca com 30 filmes. Aberta ao público, oferecia empréstimo domiciliar apenas a professores, alunos e funcionários.

Em março de 1.992 a biblioteca da Agronomia foi transferida para o "*campus*". Dispostos em duas salas, tinha cerca de 6.000 livros, 3.000 folhetos e 7.000 periódicos. A bibliotecária era então Cármen Lúcia D'Andréa.

14 - **Biblitoeca de Dora Pedroso Caixeta.**

Conforme artigo adiante referido, da revista "*Página*", continha em 1.999 700 volumes, não catalogados, na maior parte de obras literárias. Foi iniciada por seus progenitores, sendo de uso apenas dos familiares.

15 - **Biblioteca Comunitária "Pedro Ribeiro da Silva"**.

Pertencente à Associação dos Congadeiros, esteve instalada em sua sede, no Bairro Santo Amaro. Foi idealizada por José Vítor da Silva, e inaugurada em 30 de agosto de 1.988. Seu acervo inicial formou-se com verba do Ministério do Planejamento e com doações conseguidas por Ceila Caproni Gonçalves. Foi desativada depois que Maércio Caetano da Silva transferiu para o local seu "forró", em maio de 1.998.

16 - **Outras bibliotecas**.

A Loja Maçônica Guilherme Dias possui biblioteca, que em 19 de agosto de 1.955 recebeu o nome de "Francisco Rafael de Carvalho".

A biblioteca da Escola Técnica de Comércio, conforme consta do processo de verificação prévia desta, tinha três estantes-armário; obras especializadas, como coleções de Contabilidade de Francisco D'Auria e Carlos de Carvalho; volumes avulsos de outros tratadistas da matéria, de Direito Comercial e Economia Política, além de centenas de volumes de obras de cultura geral.

A biblioteca da Escola Municipal Comendador Lindolfo foi criada em 1.980, com o nome de "Monteiro Lobato". Tinha mais ou menos 2.000 livros no final do período estudado.

A da E.E. Iracema Rodrigues possuía em 1.999, entre livros, folhetos e periódicos, cerca de 5.000 exemplares. Tinha ainda videoteca e coleção de "*slides*".

Foi organizada na época da fundação da Escola Paulina Rigotti de Castro (1.985) a sua biblioteca. Ela tinha 400 e poucos títulos, mas estava desativada no final do milênio.

A Escola Estadual Hilda Nogueira da Gama também dispõe de biblioteca, que no final do ano 2.000 tinha cerca de 50 volumes.

O acervo da biblioteca do C.A.I.C. contava, na mesma época, com 2.149 livros de literatura.

O CESU, também no término do milênio, dispunha de biblioteca com televisão, video, fitas, antena parabólica e outros recursos didáticos, além de professor que ensinava a usá-la

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - "A Voz do Trabalhador", Rio de Janeiro - nº 27 - 15/3/1.913 - pág. 3;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 6, 10, 11, 12, 15 e 18;
3 - Arquivo da Escola Estadual Iracema Rodrigues - pasta "processo de verificação prévia da Escola Técnica de Comércio";
4 - Arquivo da Paróquia Sacra Família e Santo Antônio - Segundo Livro de Tombo (1.916 a 1.967) - pág. 51;
5 - Arquivo da Paróquia Sacra Família e Santo Antônio - Terceiro Livro de Tombo (1.968 em diante) - pág. 26v.;
6 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos ns. 14, 15 e 16;
7 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de portarias ns. 16 e 17;
8 - Arquivo Público Machadense - pasta "Biblioteca Municipal";
9 - "Falla que o Exm. Sr. Desembargador José Antonio Alves de Britto dirigio á

Assemblea Legislativa Provincial de Minas Geraes na 2ª sessão da 25ª Legislatura em o 1º de Agosto de 1885" - Typ. do "Liberal Mineiro", Ouro Preto, 1.885, anexo D;
10 - "Folha Machadense" ns. 3 - 7/4/1.974 - pág. 6;
41 - 12/1/1.975 - pág. 8;
55 - 27/4/1.975 - pág. 8;
59 - 25/5/1.975 - pág. 6;
114 - 4/7/1.976 - pág. 1;
117 - 25/7/1.976 - pág. 1;
161 - 21/5/1.977 - pág. 1;
173 - 21/8/1.977 - pág. 8;
303 - 24/5/1.980 - pág. 10;
446 - 16/4/1.983 - pág. 8;
592 - 15/3/1.986 - pág. 10;
716 - 27/8/1.988 - pág. 9;
717 - 3/9/1.988 - pág. 1;
784 - 13/1/1.990 - pág. 7;
795 - 31/3/1.990 - pág. 1;
897 - 4/4/1.992 - pág. 8;
970 - 210/1.993 - págs. 1 e 3;
1003 - 28/5/1.994 - supl.;
1035 - 14/1/1.995 - pág. 7;
1146 - 22/3/1.997 - pág. 11;
1247 - 20/3/1.999 - pág. 17;
11 - fragmento de livro de atas do Centro Machadense, em meu poder - págs. 51v. e 65v.;
12 - informações pessoais de Jomar Caproni, Marlene Caproni Nogueira, Marly Neves e Rosana Vieira Rosa Magalhães;
13 - "Machado-Jornal" nº 16 - 14/4/1.928 - pág. 11;
14 - "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, ns. 735 - 15/2/1.885 - pág. 3;
746 - 3/5/1.885 - pág. 3;
15 - "O Ginasiano" ns. 9 e 10 - dez. 1.949 - pág. 4;
nº extraordinário - jan. 1.950 - pág. 3;
16 - "O Machadense" ns. 104 - 2/6/1.934 - pág. 9;
1010 - 18/9/1.966 - pág. 4;
1015 - 23/10/1.966 - pág. 3;
1044 - 16/6/1.968 - pág. 1;
1070 - 19/1/1.969 - pág. 1;
17 - "O Sexto Districto" nº 18 - 22/8/1.895 - pág. 1;
18 - "Tribuna Machadense" ns. 75 - 7/5/1.981 - pág. 1;
83 - 13/9/1.981 - págs. 12 e 14;
110 - 5/2/1.987 - pág. 5;
28 - 6/12/1.987 - pág. 5;
72 - 26/3/1.983 - pág. 3;
73 - 9/4/1.983 - pág. 1;

B - **secundárias**

1 - “Acervos e fontes de pesquisa de Machado - MG” - artigo não assinado na revista “Página”, da FAFIMA, vol. 4, fev. de 1.999, págs. 32/35;

2 - “Annuario Estatistico” - Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Geraes - anno I, 1.921 - vol. IV, tomo I - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, pág. 311;

3 - Antonio de Assis Martins - “Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas Geraes do anno de 1874 para servir no de 1875” - Typographia de J. F. de Paula Castro, Ouro Preto, 1.874, pág. 517;

4 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanach Sul-Mineiro para 1874” - Typographia do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.874, págs. 37 e 147;

5 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanak Sul-Mineiro para 1884” - Typographia do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.884, págs. 59 e 230;

6 - Carlos Legnani - “Histórias da Nossa História”, caps. 5 e 9 - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 5, pág. 1, e nº 9, pág. 1;

7 - “Diagnóstico Municipal” - SEBRAE-MG - relatório final - out. de 1.995 - pág. 29;

8 - Homero Costa - “Contribuição à História de Machado” - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem menção de data e local, pág. 40;

9 - João Rodrigues de Carvalho - “História de Machado” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 101 e 119;

10 - José Joaquim da Silva - “Tratado de Geographia Descriptiva Especial da Provincia de Minas-Geraes” - G. C. Dupin Typ. do Pharol, Juiz de Fora, 1.87, pág. 48;

11 - José Matzner - “Guia do Sul de Minas” - Oficinas Gráficas da S/A Folha de Minas, Belo Horizonte, 1.951, págs. 163 e 169;

12 - Simon Dupont - “Os 50 Anos do Ginásio São José” - XIX - na “Folha Machadense” nº 814 - 11/8/1.990 - pág. 9.

****

MUSEUS

1) - Museu do Ginásio São José.
2) - Tentativas frustradas de organização.
3) - Museu Histórico Municipal.
4) - Museu da Congada.

****

1 - **Museu do Ginásio São José**.

Suponho tenha sido o primeiro museu de Machado. Ignoro em que data se organizou, mas é certo que já existia na década de cinqüenta. Instalado em apenas uma sala térrea do Estabelecimento, possuía acervo pequeno, predominantemente da área de História Natural.

2 - **Tentativas frustradas de organização**.

Em outubro de 1.967, realizou-se no salão nobre da Prefeitura exposição "*para mostrar às crianças os valores do passado*". Ante o grande interesse que despertou, algumas professoras se movimentaram para criar aqui um museu histórico. Entre elas estavam Dora Vieira Juntolli, Dóris Nannetti, Regina Stela Vieira Garcia e Tereza Vieira dos Anjos. Com a promessa de cessão de sala pelo Prefeito, lançou-se na Cidade panfleto, assinado pela Inspetoria Municipal, solicitando doações de retratos, jornais, documentos, etc.. A iniciativa não teve êxito.

Em 1.971, por sugestão de Lúcio Dias Vieira, cogitou-se de fundar o Museu do Café. A idéia obteve adesões na Faculdade de Filosofia, e José de Rezende Lara foi indicado para sua concretização. Falou-se em sediá-lo na antiga residência do Comendador Lindolpho, ou mesmo em prédio a construir,

ao lado do atual quartel da Polícia Militar. Compraram-se, principalmente na zona rural, peças antigos e objetos ligados à cultura cafeeira. A lei local 107, de 14 de junho de 1.972, dispôs que o prédio velho da Santa Casa, recebido pelo Município da C.N.E.C., deveria ser doado à Fundação Educacional Sul Mineira, para instalação do Museu. Ele foi criado pela lei 153, de 4 de dezembro do ano seguinte, mas lastimavelmente não se tornou realidade.

3 - **Museu Histórico Municipal**.

Deve-se a José Vítor da Silva, que o dirigiu por primeiro, o impulso inicial para sua criação. Foi inaugurado oficiosamente em 10 de setembro de 1.981, no porão do Colégio Municipal (antiga Santa Casa), tendo como encarregado Cornélio Camargo. Em 14 de maio do ano seguinte foi ampliado, com abertura da segunda sala.

A lei 492, de 21 de janeiro de 1.983, oficializou sua fundação, dispondo que seria administrado pela Fundação Educacional. Através da portaria 262, de 18 do mês seguinte, o prefeito transferiu ao Museu a responsabilidade pela guarda e manutenção da locomotiva a vapor Baldwin 205, estacionada à margem do lago artificial. Por gestões de Lúcio Rodrigues de Oliveira e José Vítor da Silva, ela fora cedida em comodato ao Município, em setembro de 1.981. Como a Fundação, administradora do Museu, não pudesse assumir o encargo de mantê-la, acabou sendo devolvida em março de 1.985.

A resolução da Câmara nº 11, de 31 de outubro de 1.983, declarou o Museu de utilidade pública.

Em 15 de novembro de 1.984, foram dados às salas do Museu os nomes de "*João Rodrigues de Carvalho*" e "*Lúcio Rodrigues de Oliveira*". Na mesma época foi noticiada a criação de uma seção de Mineralogia, que não se concretizou.

A lei 635, de 3 de julho de 1.986, criou a Casa da Cultura, determinando que o Museu Municipal a integrasse. Seu artigo 2º, § 2º, estabeleceu que cabe a ele

> "*recolher, guardar, organizar, preservar e divulgar objetos e outras peças de valor histórico para Machado e outras regiões*".

A Casa da Cultura foi inaugurada em 13 de setembro daquele mesmo ano. A partir de então, o Museu se transferiu para o andar superior do prédio.

Em setembro de 1.987, José de Souza assumiu a chefia do órgão, substituindo José Vítor da Silva. Depois que a deixou, ele não teve mais

um encarregado específico, ficando apenas sob responsabilidade da direção da Casa da Cultura.

Em 8 de setembro de 1.992 inaugurou-se a seção denominada "*Memorial Dom Hugo Bressane de Araújo*". Seu acervo, doado por familiares do Prelado que lhe empresta o nome, compõe-se de objetos pessoais, documentos, fotografias, livros e portarias daquele, e de livros e documentos relativos ao Concílio Vaticano II. Foi catalogado pela empresa Documentar, de Belo Horizonte. Desde setembro de 1.999 o "*Memorial*" abriga também pertences do Padre José de Souza Ribeiro, doados por sua família.

Após a comemoração do cinqüentenário do Ginásio São José, em 1.990, Simon Dupont começou a formar o "*Acervo Lassalista*". Possui cerca de 500 fotos legendadas, quadros, livros, revistas, álbuns de formatura, retratos de diretores, troféus e outras peças relativas ao Estabelecimento. Foi, de início, montado na Escola Estadual Iracema Rodrigues. Como lá faltasse espaço, em julho de 1.996 transferiu-se para uma das salas do Museu.

Em 11 de setembro de 1.999 inaugurou-se na repartição em estudo a "*Galeria dos Notáveis do Esporte de Machado*", organizada por Afonso Azevedo de Paiva Reis.

4 -**Museu da Congada**.

Pertencente à Associação dos Congadeiros, se localizava em sua sede, no Bairro Santo Amaro. Nasceu também da iniciativa de José Vítor da Silva, e foi inaugurado em 30 de agosto de 1.988. Desativou-se depois que Maércio Caetano da Silva transferiu para o local seu "*forró*", em maio de 1.998, e ainda não tinha sido reaberto no final do período estudado.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 14 e 19;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - pasta de resoluções;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de portarias nº 15;
4 - "Folha Machadense" ns.336 - 24/1/1.981 - pág. 1;
361 - 18/7/1.981 - pág. 1;
365 - 15/8/1.981 - pág. 1;
370 - 26/9/1.981 - pág. 1;

372 - 10/10/1.981 - pág. 2;
435 - 30/1/1.983 - págs. 1 e 6;
442 - 19/3/1.983 - págs. 1 e 5;
475 - 5/11/1.983 - pág. 10;
526 - 10/11/1.984 - pág. 1;
540 - 2/3/1.985 - pág. 1;
701 - 14/5/1.988 - pág. 13;
716 - 27/8/1.988 - pág. 9;
717 - 3/9/1.988 - pág. 1;
919 - 13/9/1.992 - págs. 4 e 5;
1121 - 13/9/1.996 - pág. 1;
1154 - 10/5/1.997 - pág. 10;

5 - “O Machadense” ns. 1028 - 4/2/1.968 - pág. 1;
34 - 17/10/1.971 - pág. 1;
43 - 22/12/1.971 - pág. 1;
52 - 5/3/1.972 - pág. 1;
57 - 9/4/1.972 - pág. 1;
124 - 22/7/1.973 - pág. 4;

6 - “Tribuna Machadense” ns. 73 - 9/4/1.983 - pág. 1;
87 - 24/12/1.983 - pág. 1;
110 - 5/2/1.987 - pág. 1;
26 - 22/11/1.987 - pág. 9.

****

OUTRAS REPARTIÇÕES E SOCIEDADES CULTURAIS

1) - Casa da Cultura.
2) - Arquivo Público Machadense.
3) - Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico.
4) - Outras.

****

1 - **Casa da Cultura**.

Foi criada pela lei local 635, de 3 de julho de 1.986, e inaugurada em 13 de setembro seguinte. Localiza-se no prédio da antiga Santa Casa, na Praça Olegário Maciel, 12, tombado pelo decreto municipal 757, de 25 de setembro do mesmo ano. Integram-na o Arquivo Público Machadense e o Museu Histórico Municipal. Sua finalidade, segundo a arrevesada linguagem do texto legal de início referido,

> "*é de ser um espaço para o homem se expressar como elemento de cultura através de atividades criadoras e recriadoras e de apoio às áreas culturais, redimensionando sua atuação*".

O responsável por sua instalação foi Wellington Vieira de Camargo, assessor da Prefeitura, que a dirigiu informalmente até o final de 1.988. Depois esteve sob a responsabilidade dos presidentes do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico., Magaly Nogueira e José Vítor da Silva. Tal situação se oficializou com a aprovação de seu regimento interno pelo decreto 1.272, de 27 de novembro de 1.995. Conforme o artigo 4º, a administração da Casa cabe a diretoria composta por presidente, secretário e tesoureiro. O primeiro cargo é exercido pelo presidente do Conselho Consultivo, que designa para os

demais qualquer membro do mesmo órgão. Assim, em portarias de 1/3/97, a presidenta Magaly Nogueira nomeou para os demais postos Paulo Sérgio Morais da Silva (*tesoureiro*) e Myrian Magda Carvalho Ferreira (*secretária*). Os três continuavam em exercício no final do milênio.

Além dos cômodos destinados ao Museu e ao Arquivo, a Casa possuía no fim do milênio auditório com 80 cadeiras estofadas, sala de exposições, salas de música e de pintura. Tinha quadra de esportes no fundo. A engenheira Denise E. Giacchetta elaborou na referida época projeto para construção de prédio anexo a ela, com biblioteca e teatro.

Em 1.993, transferiu-se para seu pátio o busto de Arthur Xavier Pedroso, retirado da Praça Antônio Carlos por sucessivos atos de vandalismo. No final do ano seguinte exibiu, por pouco tempo, videos do Museu da Imagem e do Som, de São Paulo. Em 1.996, ganhou um camarim e criou a Escola de Música "*Donatília Passos Swerts*". Possui dois pianos, um dos quais pertenceu ao Centro Machadense. Nela funcionaram durante certo tempo uma loja de artesanato e um clube de xadrez. Desde setembro de 2.000 sediou as reuniões da Academia Machadense de Letras.

A Casa tem promovido concertos, recitais, homenagens a artistas e trabalhadores machadenses, "*réveillons*" culturais, encontros de poesia, e exposições de artesanato, desenho, escultura, fotografia e pintura, entre outras. Patrocina periodicamente lançamentos de livros e diversos cursos (além dos de música), como os de arranjos ornamentais, artesanato, auxiliar de escritório, bordado, corte e costura, crochê e tricô, datilografia, decoração, desenho, desidratação de plantas, fabricação de chocolate caseiro, pintura, etc..

2 - **Arquivo Público Machadense**.

Foi criado pela lei 635, de 3 de julho de 1.986, e inaugurado em 13 de setembro seguinte. O decreto 777, de 14 de julho de 1.987, que regulamentou a preservação da memória administrativa machadense, tratou também de suas atribuições. Cabe-lhe recolher, guardar, organizar e preservar documentos de interesse para a história local.

Ocupa sala da Casa da Cultura, e seu acervo é composto por livros manuscritos e impressos, documentos avulsos, filmes, fotografias, discos, jornais, revistas, boletins, etc..

No final de 1.988 publicou a revista "*Machado de Ontem e de Hoje*", de que se dará notícia no capítulo referente à imprensa.

3 - **Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico**.

A lei municipal 626, de 31 de março de 1.986, dispôs que ficam sob a proteção especial do Poder Público os bens móveis e imóveis, de propriedade pública ou particular, existentes no Município e dotados de excepcional valor histórico, arqueológico, paisagístico, bibliográfico ou artístico. Também autorizou o Executivo a criar o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico. Isso foi feito pelo decreto 748, de 7 de julho do mesmo ano, que fixou em cinco o número de seus membros. Eles foram elevados a nove pelo decreto 793, de 17 de agosto de 1.987. Escolhidos pelo prefeito, elegem entre si um presidente e um secretário. Exercem o cargo sem remuneração e por prazo indeterminado. Suas atribuições atuais são as estabelecidas pelo decreto 827, de 14 de março de 1.988, alterado pelo decreto 1.105, de 24 de fevereiro de 1.993.

Os conselheiros iniciais foram nomeados pela portaria 464, de 20 de agosto de 1.986: Magaly Nogueira, Ednan Augusto de Souza Júnior, Cornélio Camargo, Romeu Pereira Santos e Warney Garvão de Carvalho. Os dois primeiros elegeram-se, respectivamente, presidenta e secretário. Conseguiram o tombamento do prédio da Casa da Cultura.

Ampliado o Conselho, a portaria 545, de 9 de setembro de 1.987, nomeou para também integrá-lo Clêuton Pereira Gonçalves, José Maria do Amaral Resende, Ricardo Moreira Rebello e Wellington Vieira de Camargo. Daquela data até o final de 1.988, o Conselho vistoriou o Arquivo, o Museu e a Biblioteca, elaborou seu regimento interno e participou das comemorações do Centenário da Abolição, entre outras atividades.

Com a mudança da administração municipal, houve demissão coletiva dos conselheiros, e o órgão ficou inativo por mais de ano. Através da portaria 714, de 10 de abril de 1.990, foram nomeados para compô-lo José Vítor da Silva, Maria de Lourdes de Oliveira Dias, Amir Pereira da Silva, Arislene Dias Tardiolli, Cármen Fadel Freua, Dora Pedroso Caixeta, Maria Zilda Graciano Cassimiro, Regina Sales Carvalho e Ricardo Moreira Rebello. Os dois primeiros foram escolhidos para presidente e secretária. Recusei a indicação, e meu lugar foi ocupado por Aparecida Helena Garcia Caixeta. Em novembro seguinte, pediu demissão Maria de Lourdes de Oliveira Dias. Dentre as atividades desse grupo, que permaneceu até o final da gestão do Prefeito Pereira Dias, destacam-se a montagem do Memorial Dom Hugo Bressane de Araújo, o acompanhamento da reforma da Casa da Cultura, a instalação de um palco nela, a obtenção de cadeiras para o auditório e a denominação de salas do prédio.

Em janeiro de 1.993 assumiram novos conselheiros, cuja nomeação só foi oficializada pela portaria 940, de 6 de abril seguinte: Magaly Nogueira, Berenice Maciel Tavares Ferreira, Alexandre Vieira Ribeiro, Dora Pedroso Caixeta, Elizandro Kennedy Alkmin, Geralda Rezende Braga, Márcio Moterani Swerts, Regina Sales Carvalho e Ricardo Moreira Rebello. As duas

primeiras ocuparam a presidência e a secretaria. Afastei-me em outubro do mesmo ano. Em junho seguinte, Geralda Braga se aposentou no funcionalismo municipal e deixou também o Conselho, sendo substituída por Davidson Sepini Gonçalves. Alexandre Ribeiro exonerou-se em janeiro de 1.995; no mês posterior foram empossados Adel Rebelo Dias, Emmanuel Engel Ayer e Myrian Magda Carvalho Ferreira. Os membros dessa gestão fizeram novas vistorias no Arquivo, na Biblioteca, no Museu e na E. E. Iracema Rodrigues; propuseram a realização de debate sobre a Festa de São Benedito; obtiveram o tombamento do Cemitério da Fazenda do Centro e a restauração do castelinho da Praça Antônio Carlos; exibiram ao público vídeos do Museu da Imagem e do Som, de São Paulo; elaboraram minuta de regimento interno da Casa da Cultura.

Em maio de 1.997 tomaram posse novos membros do Conselho: Magaly Nogueira (mantida na presidência), Adel Rebelo Dias, Davidson Sepini Gonçalves, Dora Pedroso Caixeta, Emmanuel Engel Ayer, Márcio Moterani Swerts, Maria das Graças Neder Alvarenga, Myrian Magda Carvalho Ferreira, Paulo Sérgio Morais da Silva e Simone B. Regiane Picollotti. Posteriormente se admitiram também Maria Tereza Andrade Costa e Ruth dos Anjos Lima Romanello. Na época alterou-se o regimento interno, reduzindo as reuniões ordinárias a duas por semestre. Oficiou-se aos poderes Executivo e Legislativo, pedindo que evitassem alterações nos topônimos locais. Fez-se vistoria no Cemitério do Centro, e se providenciou projeto para construção de prédio anexo à Casa da Cultura.

4 - **Outras**.

Em 1.924, o Padre Achilles Tritsmans fundou a **Sociedade de Conferências.** Ele e José Augusto Vieira da Silva foram eleitos por aclamação, em caráter provisório, para presidi-la e secretariá-la. Sua finalidade era o desenvolvimento intelectual dos sócios, através da promoção de conferências sobre qualquer assunto. Ignoro quanto tempo durou.

O Centro Machadense e o Clube Recreativo tiveram os seus **Centros Culturais,** ativos pelas décadas de trinta e quarenta. Encenavam peças de teatro e realizavam sessões lítero-musicais.

O **Centro de Estudos Religiosos Santo Tomás de Aquino** foi fundado em março de 1.957, por cerca de doze rapazes que desejavam aprofundar-se no estudo de problemas religiosos, filosóficos e sociais. Dele participaram, entre outros, Anselmo Camões Vieito, Israel Campos Gonçalves, Jorge Farah, Lúcio Rodrigues de Oliveira, Manoel Rodrigues de Oliveira e Nadir do Lago Abrão. Esteve durante algum tempo sob a orientação do Padre José Aquilino Machado. Suas reuniões ocorriam aos domingos, no salão paroquial ou no escritório da antiga Escola de Comércio. Ainda permanecia ativo em 1.963.

Na década de noventa não vingaram três projetos de cri-

ação de centros culturais na Cidade. O decreto 983, de 28 de março de 1.990, chegou a declarar de utilidade pública, para fim de desapropriação, o prédio do Cine Vogue, destinado à instalação de um **Centro Cultural**. O que deveria ser o **Centro Cultural do Bairro Santo Amaro**, feito pela Prefeitura em 1.992, foi irregularmente transformado na Igreja dos Santos Reis. A UNIARTMA, em 1.996, pretendeu construir um **Centro Cultural** na Praça Rui Barbosa, com espaços para sua sede, para a biblioteca municipal, para exposições, "*shows*" e outros eventos. Sua diretoria chegou a promover sorteios e a entrevistar-se com autoridades estaduais para obter recursos, mas o projeto não foi avante.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de leis nº 20;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de decretos nº 17;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de portarias nº 16;
4 - "Folha Machadense" ns. 609 - 12/7/1.986 - pág. 1;
611 - 26/7/1.986 - pág. 6;
615 - 23/8/1.986 - págs. 1 e 7;
618 - 13/9/1.986 - pág. 5;
621 - 4/10/1.986 - pág. 9;
622 - 11/10/1.986 - págs. 1 e 15;
626 - 8/11/1.986 - pág. 13;
629 - 29/11/1.986 - pág. 5;
643 - 21/3/1.987 - pág. 12;
803 - 26/5/1.990 - pág. 1;
808 - 30/6/1.990 - pág. 1;
861 - 13/7/1.991 - págs. 1 e 7;
870 - 13/9/1.991 - pág. 5;
884 - 21/12/1.991 - pág. 7;
906 - 6/6/1.992 - pág. 5;
922 - 26/9/1.992 - pág. 8;
923 - 3/10/1.992 - pág. 6;
929 - 14/11.1992 - pág. 5;
934 - 19/12/1.992 - pág. 1;
940 - 13/2/1.993 - pág. 1;
955 - 29/5/1.993 - págs. 1 e 12;
1024 - 22/10/1.994 - pág. 1;
1085 - 30/12/1.995 - pág. 6;
1096 - 23/3/1.996 - pág. 1;
1099 - 13/4/1.996 - pág. 8;

1137 - 11/1/1.997 - pág. 11;
1145 - 8/3/1.997 - pág. 4;
5 - “Jornal do Machado” nº 13 - 1/6/1.924 - pág. 2;
6 - livro de atas do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico;
7 - “O Machadense” ns. 678 - 23/3/1.958 - pág. 3;
922 - 20/10/1.963 - pág. 4;
8 - “Tribuna Machadense” ns. 110 - 5/2/1.987 - pág. 5;
40 - 13/3/1.988 - pág. 1;
43 - 3/4/1.988 - págs. 1 e 3.

****

HISTÓRIA LOCAL

1) - Historiadores machadenses.
2) - Fontes de estudo da história local.
3) - Concursos de história local.

****

1 - **<u>Historiadores machadenses</u>**.

A - Dom Francisco de Paula e Silva.

Outras facetas da personalidade do ilustre prelado de Douradinho foram examinadas em capítulos anteriores. Como historiador, sua produção é vasta.

Enquanto reitor do Caraça produziu obras alentadas:
a - "*Biographia do Irmão Lourenço de Nossa Senhora*", publicada sem menção do nome do autor na "*Revista do Archivo Publico Mineiro"*, ano IX, 1.904, páginas 737 a 767;
b - "*Monographia do Caraça - 1ª Parte*", publicada na mesma revista, ano X, 1.905, fascículos III e IV, páginas 753 a 897;
c - "*Caraça - Apontamentos Historicos e Notas Biographicas - Parte 2ª*", publicada também na "*Revista do Archivo Publico Mineiro*", ano XII, 1.907, páginas 5 a 133;
d - "*Monographia da Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens*", publicada na mesma revista, ano XII, 1.907, págs. 136 a 206.

Sobre o histórico do Caraça, assim se manifestou Oiliam José na "*Historiografia Mineira*":

"*Dificilmente alguém poderá ultrapassar essa obra quando escrever sôbre o estabelecimento famoso. O autor reuniu quantos documentos pôde e comentou-os com serenidade e inteligência, demonstrando quão poderosamente benéfica foi a influência do Caraça no desenvolvimento da cultura e do caráter mineiros. Se se nota certa prolixidade de estilo nessa obra, é também verdade que seu valor intrínseco supera de muito os ligeiros senões da forma." (pág. 105).*

Nosso autor escreveu ainda outras biografias:
a - "*Vida de S. Francisco de Paula - fundador e primeiro superior geral dos mínimos*" - Tipografia das "*Vozes*", de Petrópolis, 1.925, 216 páginas;
b - "*Vida de São Benedito o Preto*" - cito pela 5ª edição, da Editora "*Mensageiro da Fé*", de Salvador, BA, 1.955, 78 páginas;
c - "*Vida de Santa Philomena*";
d - "*Vida de Santa Rita de Cássia"* ;
e - "*Estudos sobre São José*" - Ed. Lidador;
f - "*Um Sacerdote Modelo (Padre Clavelin)*".

Dedicou-se à Heráldica no "*Armorial da Egreja Maranhense*", tratado das carreiras e dos brasões de armas dos seus antecessores na Arquidiocese de São Luís. Ele foi estampado na Revista "*Vozes*", de Petrópolis, de julho a dezembro de 1.917, nas páginas 1.094 a 1.098; 1.197 a 1.201; 1.247 a 1.253; 1.295 a 1.301; e 1.377 a 1.379. Publicou-se também na mesma época, em folheto separado, pela Tipografia "*Vozes*".

Deu a lume ainda "*As Primeiras Dorothéas no Brasil*", em Salvador. Seu trabalho maior foram os "*Apontamentos para a História Eclesiástica do Maranhão*", editados postumamente, em 1.922, pela "*Typographia de S. Francisco*", em Salvador, com 486 páginas.

B - Dom Hugo Bressane de Araújo.

Quando ainda era cônego na Campanha, publicou "*Notícias Históricas*", cinco opúsculos em que trata de assuntos diversos:
I - ignoro o seu conteúdo.
II - (Typ. de "*A Campanha*", 1.925, 20 páginas) - Contém: "O primeiro Núncio Apostólico no Brasil" - "Notícia de um autógrafo do inconfidente Alvarenga Peixoto, existente na Catedral da Campanha" - "Notas sobre Antônio Bressane Leite".
III - (Typ. Colombo, Campanha, 1.925, 25 páginas) - Contém: "O Início das Lavras".
IV - (Typ. Colombo, Campanha, 1.926, 10 páginas) - Contém: "A Ordem Terceira do Carmo - Fundação e Expansão" - "Certidão de casamento de José Martins Alfenas" - "Discurso proferido pelo Vigário José de Souza Lima".
V - (Typ. Colombo, Campanha, 1.927, 13 páginas). Contém: "Informações sobre as igrejas e capelas da Campanha" - "Fundação da capela de Três Corações" - "Uma visitação diocesana do Padre José de Souza Lima".

Já titular da Diocese de Bonfim, tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia.

C - Carlos Legnani.

Escreveu "*Histórias da Nossa História*", sobre fatos e personagens locais, publicada em nove capítulos na "*Revista do 1º Centenário de Machado*", que circulou entre fevereiro e outubro de 1.957. Baseou-se especialmente em Saturnino da Veiga e em conhecimentos próprios.

D - Homero Costa.

Sua "*Contribuição à História de Machado*" se originou de pedido do então prefeito Jorge Eduardo Oliveira para que revisse e completasse o trabalho de João Rodrigues de Carvalho, adiante citado. Ela se afastou do projeto inicial e surgiu como obra autônoma, importante depoimento do Autor, já avançado em anos mas com invejável memória, que participou ativamente na mocidade dos principais acontecimentos de Machado nas áreas política, educacional, jurídica e social. Foi editada pelo Serviço de Educação e Cultura do Município e impressa , em 64 páginas, na Editora São Vicente, de Pouso Alegre. Seu lançamento ocorreu no dia 11 de setembro de 1.976.

E - João Rodrigues de Carvalho.

Não deixou o trabalho pronto, embora o viesse elaborando por muitos anos. A "*História de Machado*", editada na Imprensa Oficial de Minas Gerais, veio a público postumamente, com 166 páginas, em 1.985. Afirmou-se no frontispício que, em homenagem ao Autor, a Prefeitura publicava o livro "*mantendo-o na íntegra como foi escrito*". Foi um grave erro: ficou mal sistematizado, repetitivo, com vários trechos copiados sem menção da fonte e outras imperfeições que, de certo, Carvalho trataria de sanar antes de dá-lo a lume.

F - Outros.

José Augusto Carneiro Dias, sob os pseudônimos de "*Mister Degas*" e "*Jocadi*", escreveu artigos sobre a história do futebol local na "*Revista do 1º Centenário de Machado*" e na "*Folha Machadense"*.

Ceila Caproni Gonçalves e *Marilda Signoretti Reis* estudaram nosso maior evento folclórico no livro "*A Festa de São Benedito em Machado - MG*", lançado em 1.979.

Marco Aurélio Xavier Lopes entregou ao público em 1.985 "*As Minas do Ouro*". A primeira parte contém um resumo da história mineira até a Inconfidência, tratando dos índios que aqui habitaram, do povoamento, das expedições iniciais, dos bandeirantes, dos emboabas, das vilas mais antigas.

A parte segunda cuida da arte barroca e das localidades históricas.

Simon Dupont elaborou o histórico da Escola Profissional La Salle, e publicou na "*Folha Machadense*", em 1.990 e 1.991, série de cinqüenta artigos sobre o Ginásio São José.

O *Padre Orlando Gambi* publicou pela Editora Santuário, em 1.991, o livro "*Vida do Padre Gaspar Stanggassinger*". Em 1.997, pela mesma editora, lançou "*Vida de Santa Teesinha*"; em 2.000, "*Vida de Monsenhor Filippo*".

Alunos da *Escola Estadual Dom Pedro I*, sob a coordenação das professoras Adriana Lemos Caixeta Vieira, Mônica da Cássia Soares, Neiva Maria Martins Ribeiro e Olga Maria Almeida Costa, tiveram em 1.999 editado pela Gráfica Folha Machadense o livro "*Memórias*", em que trataram dos primórdios e da situação atual da Cidade.

Alunos da Escola Municipal do Bairro da Conceição, orientados pelas professoras Lídia dos Santos e Wanda Pereira Cardoso, publicaram em novembro de 2.000 o livro "*Ricordanze*", editado pela Gráfica Folha Machadense, no qual estudaram a imigração italiana, a história de sua comunidade e de sua escola.

2 - **Fontes de estudo da história local.**

A - primárias.

Para o estudo da história antiga de Douradinho, sua capela, primeiros habitantes, autoridades administrativas e religiosas, são recomendáveis pesquisas no Arquivo Nacional, no Arquivo Público Mineiro (Seções Colonial e Provincial), nos livros de atas da Câmara da Campanha e no Arquivo da Cúria Diocesana de Pouso Alegre. A maioria dos livros de sua paróquia se perdeu; os que sobraram foram transferidos, recentemente, do arquivo da Paróquia de Carvalhópolis ao da Sacra Família e Santo Antônio.

As origens da Cidade de Machado, os patrimônios da Capela da Sacra Família e do Padre Martins, os primeiros habitantes e os padres que aqui serviram devem ser estudados no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Riquíssimo material sobre sesmarias, moradores antigos, autoridades administrativas e religiosas pode ser garimpado no Arquivo Público Mineiro (Seções Colonial e Provincial, Registros Paroquiais, Secretaria de Governo, principalmente).

O período posterior à criação do Município requer estudo no Arquivo Público Mineiro (Secretaria de Governo, Presidência da Província, Assembléia Legislativa, Delegacia Fiscal, Instrução Pública, Secretaria do Interi-

or, Secretaria da Agricultura). Os livros de atas da nossa Câmara, o Arquivo Público Machadense, o arquivo morto da Prefeitura e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer, e os arquivos da Paróquia e do Fórum hão de ser também examinados.

Cumpre fazer referência aos jornais da Campanha (em especial o "*Monitor Sul-Mineiro*"), de Pouso Alegre e Alfenas; ao "*Minas Gerais*"; e, é claro, aos periódicos machadenses. Também se impõe consulta à legislação federal, estadual e municipal, e às "falas" e relatórios dos governantes da Província e do Estado.

Os genealogistas encontrarão aqui material de estudo nos arquivos da Paróquia, do Fórum e dos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais da Cidade e da Vila. Alhures, a fonte mais importante é o monumental acervo da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (mórmons), em São Paulo. Encontram-se livros de assentos da nossa primeira paróquia também nos arquivos da de Alfenas e da Cúria Diocesana de Guaxupé. No Museu Regional de São João Del Rei há muito a pesquisar.

B - secundárias.

O "*Almanaque Sul-Mineiro*" de Saturnino da Veiga (anos de 1.874 e 1.884) é o trabalho mais importante sobre a história local no século passado. As "*Ephemérides Mineiras*" do mesmo autor também devem ser consultadas. Mencione-se ainda o "*Almanaque Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas Geraes*", de Antônio de Assis Martins, em várias edições.

Dos primeiros decênios deste século lembrem-se:

- os "*Annuarios de Minas Geraes*", de Nélson de Senna;
- o fascículo segundo, dedicado ao nosso Município, do almanaque "*O Sul de Minas*", editado em Silvestre Ferraz por Manoel F. Pinto Pereira;
- a obra "*Minas Geraes em 1925*", organizada por Víctor Silveira e editada pela Imprensa Oficial do Estado;
- o álbum "*O Município de Machado*", elaborado pela Comissão Social da Semana Ruralista, em 1.937.

Importante para a história de Douradinho é a obra comemorativa do cinqüentenário da Diocese de Pouso Alegre, em 1.950. Do ano seguinte é o "*Guia do Sul de Minas"*, de José Matzner. Em 1.957 saiu a "*Revista do 1º Centenário de Machado*", a que já se fez referência. O I.B.G.E. publicou em 1.959 a "*Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*", que trata de Machado no volume XXVI. Em 1.961 Guerino Casassanta teve estampado em "*O Machadense*", ns. 850 a 853, o importante artigo "*A Cidade do Machado*", no qual enumerou as sesmarias aqui concedidas.

Wanderley dos Santos, em data que não sei precisar,

elaborou trabalho ainda inédito, denominado "*Aspétos Históricos do Município de Machado M. G.*", com base em documentos da Cúria Metropolitana de São Paulo.

Em 1.976 saiu o livreto "*Informações Básicas para Investidores*", do INDI-MG, com dados estatísticos do Município. A revista "*Roteiro de Minas*" lançou no mesmo ano edição especial sobre Machado. O jornalista conterrâneo Aprygio Nogueira editou em 1.987 a revista "*Machado-87*", com algumas matérias de interesse histórico.

Registre-se a revista "*Machado de Ontem e de Hoje*", editada em 1.988 pelo Arquivo Público Machadense. Feita às pressas, no fim de uma gestão municipal, apresenta falhas de conteúdo e má impressão. É, todavia, fartamente ilustrada e bastante informativa.

A Fundação Dezoito de Março - Fundamar - tem produzido, a partir da década de oitenta, relevantes trabalhos sobre a nossa história: "*A Fábrica de Tecidos de Machado*"; "*Fazenda São Diogo (Guaipava-MG) - 1.888 - Um Estudo de Caso sobre a Alforria de Escravos no Sul de Minas*"; "*A Transição da Mão de Obra Escrava para a Livre no Sul de Minas*"; "*A História do Café em Machado*"; e "*A Cafeicultura Machadense: 1899 - 1912 - Uma Análise da Ação Econômica e Política dos Principais Fazendeiros e dos Agentes de Café*".

Por fim, podem ser lembrados os "*Diagnósticos*" do Município, que o SEBRAE-MG elaborou em anos diversos, a partir de 1.995.

3 - **Concursos de história local.**

Entre abril e junho de 1.985, o Serviço de Educação e Cultura do Município promoveu concurso sobre biografias de personalidades locais, de que participaram treze trabalhos. Eles foram publicados no ano seguinte, pelo mesmo órgão, em apostila mimeografada, com 78 páginas, sob o título "*Coletânea de Monografias sobre Vultos Machadenses*".

Em 1.987 a Prefeitura lançou o "*Prêmio Homero Costa*", que deveria realizar-se anualmente, para escritos sobre história local. Coroado de sucesso, disputaram-no doze trabalhos, que foram também reunidos em apostila mimeografada, com 103 páginas, lançada pelo Serviço de Educação e Cultura. A monografia vencedora foi elaborada por equipe da Fundação Dezoito de Março - Fundamar. Ela a ampliou e editou posteriormente, sob o título "*A Fábrica de Tecidos de Machado*" (Mazza Edições, Belo Horizonte, 1.989, 82 páginas).

O "*II Prêmio Homero Costa*", de 1.988, não foi lançado e divulgado com antecedência suficiente, e teve pouco sucesso. Dele participaram apenas três trabalhos, de nível inferior aos do ano precedente.

As gestões municipais posteriores não se interessaram pela continuidade do concurso, que foi abandonado.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - "Tribuna Machadense" nº 81 - 6/8/1.983 - pág. 1.

B - **secundárias**
1 - as obras citadas no texto;
2 - Dom Felipe Conduru Pacheco - "Dom Francisco de Paula e Silva - XXIII Bispo do Maranhão" - Editora Vozes Ltda., Petrópolis, 1.955;
3 - Oiliam José - "Historiografia Mineira" - Ed. Itatiaia Ltda., Belo Horizonte, 1.959, pág. 105.

****

C - LAZER

OS CLUBES DE DIVERSÃO - I
(Liga Operária Machadense)

1) - Esclarecimento.
2) - Anos dez e vinte.
3) - Anos trinta a sessenta.
4) - Anos setenta a noventa.

****

1 - **Esclarecimento**.

Não tive acesso ao livro de atas e a outros documentos da Liga. O capítulo ficou incompleto.

2 - **Anos dez e vinte**.

Foi fundada em 2 de março de 1.913, por iniciativa do juiz municipal José Godofredo de Moura Rangel. Seu objetivo principal, de início, não era a recreação, mas a defesa dos interesses do proletariado e a instrução. Nos capítulos correspondentes dou notícia de como agiu nesses setores.

Saudando seu surgimento, o jornal "*A Voz do Trabalhador*", de 15 do mesmo mês e ano, informou ter sido eleita a seguinte administração provisória: *presidente* - Olympio Meirelles Grillo*; vice-presidente* - José A. da Silva; *1º secretário* - João B. Lavras; *2º secretário* - Izaltino S. de Camargo; *1º tesoureiro* - Bartolomeu S. de Camargo; *2º tesoureiro* - João Batista Soares; *zelador* - Antônio de Paula Ferreira*; encarregado da instrução* - Manuel Luiz Ferreira; *administrador geral da mútua* - José da Silva Guerra; *conselheiros* - Francisco

Targino de Oliveira, José Soares de Camargo e Luiz F. de Paula - "*todos operários*".

O fascículo segundo do almanaque "*O Sul de Minas*", provavelmente de 1.913, afirmou que a Liga, recém criada, ia em pleno progresso, com perto de 200 membros. Acrescentou que funcionava regularmente, em sessões mensais ordinárias e extraordinárias, a juízo desta diretoria: *presidente* - Arthur Bressane de Andrade Rosa; *vice-presidente* - Olympio Meirelles Grillo; *1º secretário* - João Baptista Lavras; *2º secretário* - Polyceno de Souza; *1º tesoureiro* - Bartholomeu Soares de Camargo; *2º tesoureiro* - João Baptista Soares.

Em 13 de novembro de 1.913, foi comprado de Francisco Vieira da Silva e sua mulher, por 180$000, terreno na Rua Quinze de Novembro, com 60 palmos de frente por 100 de fundo, para construção da sede. O Clube foi representado no ato pelo presidente José Marianno Rangel. "*A Voz do Trabalhador*" de 15 de janeiro do ano seguinte afirmou que a obra já se achava quase concluída, e seria em breve inaugurada. Todavia, em carta que publicou na "*Folha Machadense*" 101, José de Souza disse ter sido o edifício levantado em 1.920, por Waldemar Camargo e outros.

O mesmo exemplar de "*A Voz do Trabalhador*", acima referido, deu conta de que em 21 de dezembro de 1.913 fora eleita a seguinte diretoria: *presidente* - José Marianno Rangel; *vice-presidente* - Pedro Alves Negrão; *1º secretário* - Polyceno de Souza; *2º secretário* - João B. Soares*; 1º tesoureiro* - João Batista Soares ("*sic*"); 2º tesoureiro - Bartolomeu Camargo; *orador* - Manuel Teixeira; *adjunto-orador* - João T. Leite; *encarregado da instrução* - Luiz P. Monteiro; *administrador da mútua* - Júlio Sanches Diniz*; zelador* - Antônio de Paula Ferreira; *conselheiros* - Olympio Meirelles Grillo, Antônio Padilha e Manuel F. Leite.

Os estatutos da Sociedade, conforme José de Souza ("*Tribuna Machadense*" 55) foram elaborados por José Marianno Rangel, Gilberto Carneiro Padilha e Oscar Pereira da Silva.

Nos meses que se seguiram, grave crise afetou a Liga. Dela cuida nota de 17 de fevereiro de 1.915, que João Baptista Lavras publicou em "*A Voz do Trabalhador*" nº 68, pág. 3:

> *"Fundada sobre solidas bazes, procurando fazer do operariado machadense um só corpo que trabalhasse pelos seus muitos interesses, esta agremiação progridia de tal fórma que rara era a sessão em que não se rejistrassem dezenas de operarios que a ela se filiavam.*
> *Tão ardorozo entuziasmo não podia passar despercebido aos traficantes especuladores do trabalho.*
> *Num rapido exame do futuro, estes previram que tal solidariedade, tal conjunto de idéias acabaria por trazer luz aos*

cerebros dos trabalhadores, fazendo-lhes conhecer a sua dignidade de homens livres.
Não perderam, portanto, um só momento, lançando mão das armas dos cobardes, procurando por meio de intrigas e sofismas introduzir a discordia no seio da sociedade.
Os terriveis efeitos disso não se fizeram esperar.
Não tardou que a Liga se desmembrasse; os sócios foram pouco e pouco retirando-se; e de quéda em quéda tudo se esfacelou, e teriamos fatalmente que rejistrar uma dissolução, si não fossem os heroicos esforços dum grupo de abnegados combatentes, que se ergueram dispostos a vencer, a custo embora dos maiores sacrificios
E hoje, depois de titanica e encarniçada luta, veem enfim os seus esforços coroados de êxito.
Como que tocados pelo irrezistivel poder uma vara maica, ("sic") todos aqueles que se haviam retirado, conhecedores do erro em que cairam, veem de novo a alistar-se nas nossas fileiras, prestando compromisso de solidariedade."

Carta de 8 de março do mesmo ano, subscrita apenas por "*um operário*", e publicada no número seguinte do jornal dos trabalhadores, mostrava que os problemas, aparentemente, haviam sido superados:

"A Liga Operaria Machadense vai prosseguindo, plantando cada dia mais um marco na senda do progresso. Operando ainda que com grande dificuldade, por falta de amplos conhecimentos na moderna organização, o que aliaz merece desconto, tendo em vista o curto espaço de tempo que data de sua fundação, mais ainda acrece a circunstancia do momento que nos acarreta até falta de trabalho a muitos camaradas que cooperam ao nosso lado.
A 2 do corrente comemoramos o segundo aniversario da fundação da nossa sociedade, não havendo festa digna de nota, organizamos uma passeiata acompanhada pela Banda Muzical Treze de Maio, realizando-se depois uma sessão em que tomou parte grande numero de camaradas, alguns uzando da palavra e fazendo sentir em termos claros os fins a que se destina a Liga Operaria, sendo as suas palavras acolhidas com verdadeiro entuziasmo por parte dos prezentes.
Em seguida a essa oportuna sessão de util propaganda, foi ela encerrada em boa ordem, retirando-se os assistentes debaixo da mais viva impressão.
Assim vamos cumprindo o nosso dever para com os principios de solidariedade impostos como principal baluarte á cauza do operariado, afagando com respeito e ver-

dadeiro culto os ensinamentos que encaminharão os vindouros ao termo da longa jornada.".

Posteriormente outras dificuldades apareceram, e o Clube teve intermitências no funcionamento. Sob a direção de Mário Leite da Silveira ganhou, porém, novo impulso, como registra o "*Machado-Jornal*" de 14 de abril de 1.928:

> *"Soffreu a Liga Operaria um grande collapso do qual veio tiral-a o dr. Mario Leite da Silveira, que continuando a obra benemerita do dr. Godofredo Rangel, como seu presidente, fez a reorganisação da sociedade, tornou-a prospera e com a vida e capacidade juridica, registrando os seus estatutos e lutando com serios obstaculos, pois encontrando a sociedade na mais precaria das crises financeiras com largo deficit, conseguiu o equilibrio desejado, incitando com os seus conselhos e com o estimulo de sua palavra a confiança na victoria dos ideaes trabalhistas, e congregando todos os esforços da numerosa classe, viu coroada de exito a sua dedicação aos operarios, reerguendo o seu credito e tornando o edificio de sua sede, humilde até então, no bello templo do trabalho, que hoje se ergue nesta cidade.".*

Quando foram escritas essas linhas, presidia a Sociedade José Pereira da Silva, que, segundo o articulista, efetuou modificações em seu prédio.

3 - **<u>Anos trinta a sessenta</u>**.

Em meados de 1.935, a presidência e a 1ª secretaria eram ocupadas, respectivamente, por Carlos Legnani e Ezequiel Ferreira Lima. Ambos mantiveram os cargos na equipe escolhida em maio do ano seguinte, que teve também os seguintes membros: *vice-presidente* - Abrahão M. Silva; *2º secretário* - José P. da Silva; *tesoureiro* - José R. do Prado.

Em 18 de abril de 1.937 foi eleita esta diretoria, que se empossou no dia 9 de maio seguinte: *presidente* - Carlos Legnani; *vice-presidente* - José P. Prado; *1º secretário* - Abrahão M. Silva; *2º secretário* - Stellino Augusto de Lima; *tesoureiro* - Ezequiel Ferreira Lima; *orador* - Othon Dias; *conselheiros fiscais* - Hermantino Negrão, José Emygdio e Severo A Souza.

Por ofícios encontrados no arquivo do Centro Machadense, sei que em abril e maio de 1.939 a 1ª secretária da Liga era Léa Jupyra Pereira.

Em 1.957, Carlos Legnani voltou à presidência do Clube, auxiliado pelos seguintes companheiros: *vice-presidente* - Nereu Andrade*; 1º*

secretário - José Isolino da Silva; *2º secretário* - Agrício dos Santos; *tesoureiro* - José Cândido de Oliveira; *conselheiros* - Abel Faleiro e José Maria Pereira.

Foi eleito para a presidência em 1.958 José Isolino da Silva. Em 1.961, o cargo coube a José Maria Pereira.

Em setembro de 1.968, era este o corpo dirigente da Sociedade: *presidente* - Antônio Gomes (?); *vice-presidente* - Moacyr Ferreira de Souza; *tesoureiro* - José da Cruz Silva; *1º secretário* - José Aírton Gomes (?); *2º secretário* - Joaquim Gomes (?); *conselheiros fiscais* - José Benedito da Silva, Moacyr Manoel e Zildo Roberto da Silva. Em novembro daquele ano foi eleita nova diretoria, cujos componentes ignoro.

4 - **Anos setenta a noventa**.

A direção da Liga em 1.972 já estava cindida em duas partes, uma beneficente e outra recreativa. No mês de abril empossaram-se os seguintes escolhidos: parte beneficente - *presidente* - Fernando Roberto Dias; *vice-presidente* - Pedro Soares; *1º tesoureiro* - João Gerônimo Filho; *2º tesoureiro* - José de Souza Ribeiro; *1º secretário* - José Vítor da Silva; *2º secretário* - José Armando Cavalcanti; *conselheiros fiscais* - Euclides Batista de Paula, José Isolino da Silva, José Maria Pereira, José Wálter e Stellino Augusto de Lima; parte recreativa - *presidente* - Warner de Paula Lima; *vice-presidente* - José Armando Cavalcanti; *1º tesoureiro* - Antônio Ferreira de Paula; *2ª tesoureira* - Angelina Pereira da Silva; *1º secretário* - José Benedito Pereira Lima; *2º secretário* - José Antônio da Silva; *diretores internos* - Cláudio Lopes e Euclides de Paula; *diretor artístico* - Antônio Gambi; *orador* - José Vítor da Silva; *diretório feminino* - Aparecida Silveira Cavalcanti, Enilda Souza Dias, Helena Francisca de Paula, Maria de Lourdes, Vanda Maria Pereira e Zélia Francisca de Paula; *conselheiros fiscais* - Idalézio de Lima e João Francisco de Paula. Nesse período houve reforma geral do prédio e reorganização do quadro de associados.

Em 13 de abril de 1.974 tomou posse esta diretoria recreativa: *presidente* - José de Souza; *vice-presidente* - Mário Tadeu da Silva; *secretária* - Rosa de Fátima Silva; *tesoureiro* - Joaquim Pedro da Silva. Na ocasião se afirmou que a diretoria beneficente estava sendo organizada.

A "*Folha Machadense*" de 15/6/75 publicou balancete assinado pelo tesoureiro Marcos Antônio Moreira. Em dezembro do mesmo ano, se avisou pela imprensa que estavam suspensos, por tempo indeterminado, os bailes no salão da Liga Operária. Ela não festejou o Carnaval do ano seguinte, por causa do precário estado de seu prédio. Nessa gestão foi criado um curso de música, dirigido pelo Tenente Luiz Alberto Brito. Em março de 1.976, José de Souza deixou o cargo, alegando que não foi compreendido pela maioria dos freqüentadores do Clube. Este ficou provisoriamente sob a responsabilidade de Moacir Ferreira da Silva.

Ainda em 1.976, foi eleito presidente João Gabriel, que nomeou uma comissão para tratar da reforma do prédio e outra para fundar uma escola de samba. Graças à ajuda de Wálter Palmeira, conseguiu reparar o telhado e o assoalho, e pintar o imóvel. O mesmo benfeitor doou numerário para compra de instrumentos de percussão, com os quais a diretoria seguinte organizou a escola de samba *Mocidade Independente*.

Em 30 de abril de 1.977, assumiram a gestão do Clube estes associados: *presidente* - José Henrique dos Santos; *vice-presidente* - Acácio da Silva; *secretário* - José Carlos da Silva; *tesoureiro* - Francisco Roberto da Silva*; diretor interno* - Moacir Ferreira da Silva. Em julho daquele ano foi realizado concurso para escolha da "*Miss Café*".

Com o afastamento, em maio de 1.978, de José Henrique dos Santos, assumiu interinamente a presidência Moacir Ferreira da Silva. Ele fez nova reforma no prédio, trocando as janelas da frente por vitrôs.

Para evitar o fechamento da Liga, o Conselho Fiscal, composto por Cônego Wálter Maria Pulcinelli, Cornélio Camargo e José Vítor da Silva, em julho de 1.980 indicou nova diretoria recreativa, com esta composição: *presidente* - José da Cruz Silva; *vice-presidente* - José Geraldo de Oliveira; *1ª secretária* - Lúcia Helena Diniz; *2º secretário* - Benedito Pedrasini Pereira*; tesoureiro* - Jorge Luiz Diniz; *diretores sociais* - Benedito da Silva e Oscarino Gomes. Nessa gestão foram adquiridos alguns móveis para o Clube.

Em 4 de outubro de 1.982, a equipe acima referida devolveu a direção da Liga ao Conselho Fiscal. Este decidiu não indicar outra até que se reorganizasse o quadro social e se deliberasse quanto à situação do prédio. A Sociedade ficou acéfala por vários meses, e uma comissão realizou os bailes carnavalescos de 1.983 na sede do Diretório Acadêmico da Agronomia.

O mesmo Conselho Fiscal escolheu esta diretoria, que tomou posse em 30 de abril de 1.983*: presidente* - Francisco Eleutério; *vice-presidente* - Maurílio da Silva Francisco; *1ª secretária* - Nelma A. Pereira; *2º secretário* - Euclides Batista de Paula; *tesoureiro* - Sílvio Viana; *diretor interno* - Joaquim Pedro da Silva. Ela foi mantida ao menos por três anos. Em 1.985 o prédio foi interditado, e a Liga não realizou seu Carnaval. No início de 1.986, o Município propôs a permuta dele pelo do Clube Recreativo. O negócio foi aprovado em assembléia de julho do mesmo ano, mas não se confirmou por desistência do proponente.

As atividades sociais voltaram a paralisar-se, até que em fevereiro de 1.988 se organizou um movimento para reconstrução da sede. Ela foi demolida nos meses de junho e julho, sendo a seguir iniciada outra no mesmo local, sob projeto do engenheiro Marcelo Carvalho Bottazzini.

As obras pararam algum tempo depois, e foram retoma-

das em fevereiro de 1.990 por voluntários, em mutirões nos finais de semana, sob a orientação de José Benedito Pereira (José Príncipe). O Município doou bens, cedeu pedreiros e, autorizado pela lei 745, de 15 de junho daquele ano, destinou um milhão e meio de cruzeiros para a construção. No ano seguinte, o decreto 1.019, de 12 de março, abriu crédito especial para término dela; as leis 789 e 817, de 26/9 e 30/10, permitiram o fornecimento de material e serviçais para a mesma finalidade. Durante todo o período de obras esteve na presidência Francisco Eleutério.

O novo prédio foi inaugurado festivamente em 12 de setembro de 1.991. Na ocasião, a Liga recebeu o nome de "*Pedro Ribeiro da Silva*", e deu posse a esta diretoria: *presidente* - Francisco Eleutério; *vice-presidente* - Antônio Carlos da Silva; *1ª secretária* - Maria de Fátima Pereira; *2º secretário* - Euclides de Paula; *1ª tesoureira* - Marcolina Alves Pereira; *2º tesoureiro* - José Vítor Devaston; *diretores internos* - Antônio Pedro da Silva, Joaquim Pedro da Silva, Lourdes de Paula, Luiz Carlos Souza, Vicente de Paula e Wálter Nogueira.

A lei municipal 975, de 30 de junho de 1.994, declarou o Clube de utilidade pública.

Em maio de 1.996, ascendeu à presidência Marcolina Alves Pereira da Silva. Ela se manteve no cargo durante o resto do milênio. Nos últimos anos deste, a Liga realizou alguns poucos bailes e eventos esporádicos, como comemorações do dia da consciência negra, encenação teatral, palestras, etc..

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - "A Voz do Trabalhador" - coleção fac-similar do jornal da Confederação Operária Brasileira, de 1.908 a 1.915 - Imprensa Oficial, São Paulo, 1.985 - nº 27, pág. 3; nº 47, pág. 3; nº 68, pág. 3; nº 69, pág. 3;

2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de decretos nº 18;

3 - Arquivo Público Machadense - pasta "Liga Operária";

4 - "Folha Machadense" nºs. 6 - 28/4/1.974 - pág. 8;
62 - 15/6/1.975 - pág. 4;
86 - 7/12/1.975 - pág. 8;
95 - 22/2/1.976 - pág. 1;
101 - 4/4/1.976 - pág. 7;
131 - 31/10/1.976 - pág. 10;
162 - 28/5/1.977 - pág. 10;
288 - 10/2/1.980 - pág. 1;

312 - 26/7/1.980 - pág. 8;
425 - 6/11/1.982 - pág. 1;
436 - 30/1/1.983 - pág. 8;
437 - 12/2/1.983 - pág. 1;
444 - 2/4/1.983 - pág. 8;
448 - 30/4/1.983 - pág. 1;
451 - 21/5/1.983 - pág. 10;
540 - 2/3/1.985 - pág. 4;
667 - 5/9/1.987 - pág. 5;
692 - 12/3/1.988 - pág. 1;
706 - 18/6/1.988 - pág. 1;
712 - 30/7/1.988 - pág. 13;
791 - 3/3/1.990 - pág. 6;
806 - 16/6/1.990 - pág. 7;
838 - 9/2/1.991 - pág. 1;
842 - 9/3/1.991 - pág. 8;
870 - 13/9/1.991 - pág. 3;
871 - 21/9/1.991 - pág. 1;
877 - 2/11/1.991 - pág. 8;
1014 - 13/8/1.994 - pág. 6;
1130 - 16/11/1.996 - pág. 10;

5 - "Jornal do Machado" nº 1 - 2/5/1.937 - pág. 3;

6 - "Machado-Jornal" nºs. 16 - 14/4/1.928 - pág. 12;
45 - 4/11/1.928 - pág. 2;

7 - ofícios avulsos do arquivo do Centro Machadense, em meu poder;

8 - "O Machadense" nºs. 198 - 7/5/1.936 - pág. 3;
681 - 4/5/1.958 - pág. 1;
854 - 1/11/1.961 - pág. 2;
1054 - 1/9/1.968 - pág. 1;
61 - 7/5/1.972 - pág. 4;

9 - "O Popular" nº 7 - 10/4/1.927 - pág. 3;

10 - "Tribuna Machadense" nºs. 54 - 30/3/1.982 - pág. 2;
55 - 17/4/1.982 - pág. 2;
70 - 11/2/1.983 - pág. 1;
108 - 17/8/1.986 - pág. 1.

B - **secundárias**

1 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", cap. IX - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 9, págs. 1 e 2;

2 - Manoel Francisco Pinto Pereira (organizador) - "O Sul de Minas - Almanach moderno, de Propaganda e Estatistica dos Municípios Sul-Mineiros" - Centro Sul Mineiro de Propaganda e Estatistica, Villa S. Ferraz -fascículo 2º - Estabelecimento Graphico Casa Mayença, Cruzeiro, SP, 1.913, pág. 21.

****

OS CLUBES DE DIVERSÃO - II
(Centro Machadense)

1) - Primeiros tempos.
2) - Anos vinte.
3) - Anos trinta.
4) - Anos quarenta e cinqüenta.
5) - Anos sessenta.
6) - Anos setenta e oitenta.
7) - Outras atividades.

1 - <u>Primeiros tempos</u>.

Segundo Homero Costa, a ele e a Oscavo Westin, no final de 1.913, foi proposta por Othon Dias a criação de um clube que acabasse com o marasmo social de nossa terra. Levada a idéia a outros rapazes, obteve caloroso apoio. Surgiu então o *Centro Machadense* no primeiro dia do ano seguinte, em reunião na casa de Lázaro Cândido Magalhães.

Consideram-se fundadores, além dos já referidos, os que figuram em histórica fotografia tirada na data da deliberação: Ademar Fernandes, Afonso Bressane Araújo, Augusto de Souza Nogueira, César Paulino da Costa, Dante Annoni, Dario Vieira Machado, Edgard Dias Swerts, Euclydes Vieira, Eurico Dias Swerts, Feliciano Vieira da Silva, João Antônio da Costa, João Moreira de Carvalho, menino João Pedro da Silva Pinto, João Westin Júnior, José Augusto Vieira da Silva, José Carlos Celeghin, Pedro Bellini, Sebastião de Souza Figueiredo e Sylvio Bellini.

Othon Dias foi presidente provisório até a posse da primeira diretoria, em 6 de janeiro. Eleita na reunião inaugural, ela assim se constituiu: *presidente* - Dr. Manoel Francisco Pinto Pereira; *vice-presidente* - Feliciano Vieira da Silva; *1º secretário* - José Carlos Celeghin; *2º secretário* - Oscavo Westin; *1º orador* - José Augusto Vieira da Silva; *2º orador* - Homero Costa;

tesoureiro - Oscar de Paiva Westin; *procurador* - Sebastião de Souza Figueiredo; *conselheiros fiscais* - João Moreira de Carvalho, João Vieira da Silva e Lázaro Cândido Magalhães.

As reuniões seguintes foram feitas na Casa da Instrução. Obtido da Municipalidade o terreno da antiga Cadeia (Rua Silviano Brandão, esquina com Coronel Flávio), teve início a construção da sede, a cargo de Luís Zanon. Lançou-se a pedra fundamental em 31 de julho. Os recursos foram arrecadados por comissão que se compunha de Aureliano Nogueira, Georgeta Dias, Isaura da Silva Pinto, Jacintho Pereira Dias, Laura Helena de Morais e Lázaro Cândido Magalhães. Ela obteve doações de vários fazendeiros, e organizou uma quermesse em junho de 1.915. As obras duraram quase dois anos, sendo o prédio inaugurado no começo de 1.916. A lei local 71, de 25 de outubro do ano seguinte, cedeu ao Clube os direitos de propriedade sobre o imóvel.

Aprovou-se o projeto de estatuto elaborado por Feliciano Vieira da Silva, Homero Costa e José Augusto Vieira da Silva. Ele estabelecia serem fins da sociedade: a) - o desenvolvimento físico, moral e intelectual dos associados; b) - acolher quaisquer iniciativas que tivessem em mira o progresso do Machado; c) - prestar adesão a todos os movimentos patrióticos levantados no País. Dispunha ter o Centro em vista a união, a paz e a prosperidade dos habitantes do Município, e condenava as questões políticas e religiosas.

Na segunda diretoria, escolhida em 1 de janeiro de 1.915, permaneceram o presidente, o tesoureiro e o 1º orador. Os demais cargos assim se distribuíram: *vice-presidente* - Francisco Raphael de Carvalho; *1º secretário* - Augusto de Souza Nogueira; *2º secretário* - Justiniano Fereira Leite; *2º orador* - Othon Dias*; procurador* - Octaviano de Paiva Reis; *diretor interno* - Adorniro da Costa Moreira.

O pleito do ano seguinte manteve o presidente, o tesoureiro, o 2º secretário, o 1º orador e o procurador. Os outros postos foram preenchidos desta forma: *vice-presidente* - Feliciano Vieira da Silva; *1º secretário* - Oscar Fernandes; *2º orador* - Feliciano F. dos Santos Silva.

No ano de 1.917, entre outros, participaram da administração do Clube Waldemar Paulino da Costa (*presidente*), João Westin Júnior (*1º secretário*), José Augusto Vieira da Silva (*1º orador*) e Oscar de Paiva Westin (*tesoureiro*).

Em eleição realizada no dia 20 de dezembro de 1.917, foi eleita esta diretoria para o ano seguinte: *presidente* - Feliciano Vieira da Silva; *vice-presidente* - Joaquim Pio de Souza Moreira; *1º secretário* - Homero Costa; *2º secretário* - Américo Rebelo; *1º orador* - Campos Lima; *2º orador* - Aprígio Nogueira; *tesoureiro* - Oscar de Paiva Westin; *diretor interno* - João Vieira da Silva; *procurador* - Antônio Moreira de Souza Guerra Júnior. Durante a gripe

espanhola, ela estabeleceu um posto de socorro no Centro, com distribuição de alimento e remédio aos pobres.

Para gerir o Clube em 1.919 escolheram-se estes sócios: *presidente* - Homero Costa; *vice-presidente* - Eurico Dias Swerts; *1º secretário* - Manoel Brandão; *2º secretário* - José Augusto de Lima; *tesoureiro* - Oscar de Paiva Westin; *1º orador* - Mário Leite da Silveira; *2º orador* - José Augusto Vieira da Silva; *diretor interno* - João Vieira da Silva; *procurador* - Edgard Dias Swerts.

2 - **Anos vinte.**

Em 1.920, quando se aprovaram novo estatuto e regimento interno, tinha o Centro a diretoria seguinte*: presidente* - Oscar Fernandes; *vice-presidente* - Octávio Westin; *1º secretário* - João Westin Júnior; *2º secretário* - Gustavo Carneiro Dias; *1º orador* - José Augusto Vieira da Silva*; 2º orador* - Edgard da Veiga Lion*; tesoureiro* - Oscar de Paiva Westin; *diretor interno* - João Vieira da Silva; procurador - Juarez Paulino da Costa.

São poucas as informações que possuo sobre a gestão de 1.921. Ela parece ter sido fragmentada por mudanças nos postos de comando. Em fevereiro, eram presidente e 2º secretário Octávio Westin e Argemiro de Paiva. Já em julho, por razão que ignoro, se empossaram na presidência e no cargo de orador Homero Costa e José Augusto V. da Silva. Em março, era procurador Aníbal Pereira Dias, que se licenciou durante três meses, sendo substituído por Américo Nannetti. A partir de julho, a procuradoria coube a Urbino da Silva Passos. Até pelo emprego de porteiro passaram quatro pessoas: José Pereira da Silva, Altamiro Rodrigues de Paiva, Augusto Cândido de Oliveira e José Joaquim Rodrigues. Naquele ano foi aprovado o aumento da sala de bilhar e disciplinado seu uso. Também se firmou contrato com Aureliano Zanon para manutenção de bar nas dependências do Clube.

Conheço apenas parte da diretoria de 1.922: *presidente* - João Vieira da Silva; *vice-presidente* - Oscar Fernandes*; 1º secretário* - João Westin Júnior; *2° secretário* - Argemiro de Paiva. Em junho o bar foi arrendado pela empresa Moreira & Xavier, e nomeou-se Alberto Cândido de Barros gerente dos jogos de bilhar e bagatela. A lei municipal 82, de 19 de setembro, aprovou a doação ao Centro de faixa de terreno, com ele confinante, do prédio da antiga "Linha de Tiro".

Em 1.923, exerceu a presidência Oscar de Paiva Westin, que teve como vice Augusto Pio de Souza Moreira. Primeiro e segundo secretários foram Antônio Moreira Guerra Júnior e Augusto Tavares Paes. José Augusto Vieira da Silva ocupou, mais uma vez, o cargo de orador. Astolpho Pio da Silva Pinto foi o tesoureiro.

No ano seguinte, foi presidente Astolpho Pio da Silva Pinto. Edgard da Veiga Lion, José Augusto V. da Silva e Américo Nannetti ocuparam a vice-presidência, a 1ª e a 2ª secretarias. Contrataram-se como bibliotecário e porteiro, respectivamente, Argemiro Pereira Dias e Wenceslau Sabóia.

Em 1.925, o presidente Edgard da Veiga Lion teve como 1° e 2º secretários João Westin Júnior e Homero Oliveira Gonçalves.

Integraram a diretoria em 1.926: *presidente* - João Westin Júnior; *tesoureiro* - Alfredo Santos; *1º secretário* - Antônio Moreira de Carvalho; *2º secretário* - José Pereira Campos.

Astolpho Pio da Silva Pinto retornou à presidência em 1.927. Foram seus colaboradores José Augusto Vieira da Silva (*1º secretário*), Hércules Prescildo Nannetti (*2º secretário*), Alfredo Santos (*tesoureiro*) e Oscar de Paiva Westin (*diretor interno*).

Em 1.928, conforme o "*Machado-Jornal*", possuía o Centro prédio confortável, com vasto salão de bailes, biblioteca com cerca de mil volumes, palco e salão de bilhar. Sua diretoria era a seguinte: *presidente* - José Augusto Vieira da Silva; *vice-presidente* - João Augusto de Souza Westin; *1º secretário* - Hércules Prescildo Nannetti; *2º secretário* - José de Oliveira Carneiro; *tesoureiro* - Josino de Araújo Dias; *orador* - Olegário Dias Coelho; *diretor interno* - Oscar de Paiva Westin.

....

Faziam parte da diretoria em 1.929: *presidente* - Lázaro Cândido Magalhães; *vice-presidente* - João Antônio da Costa; *2º secretário* - João Westin Júnior; *diretor interno* - Oscar de Paiva Westin.

3 - **<u>Anos trinta</u>.**

Em 1.930, a presidência coube a Octávio Westin, que teve como vice Hércules Prescildo Nannetti. Foram 2º secretário e orador Alberto Lima e José Augusto Vieira da Silva.

João Vieira da Silva foi o presidente em 1.931. André Vieira Guerra e Oscavo Fernandes ocuparam a 1ª e a 2ª secretarias. Tesoureiro, diretor interno e orador foram, respectivamente, Demerval Costa, Oscar de Paiva Westin e José Augusto V. da Silva.

Nenhuma informação tenho sobre o Clube em 1.932. Por um balancete, sei que em dezembro de 1.933 era tesoureiro José Bento de Andrade.

Em 1.934, segundo "*O Machadense*" 104, estava assim composta a administração: *presidente* - Moacyr Moreira Dias; *vice-presi-*

dente - Ary Dias; *1º secretário* - José Westin; *2º secretário* - Laércio Andrade Pedroso; *tesoureiro* - Antônio dos Santos Silva; *diretor interno* - Oscar de Paiva Westin. Exerciam as funções de bibliotecário e contínuo Maurílio Pimentel Leite e José Augusto da Silva.

Nada sei sobre o Centro em 1.935. Edgard da Veiga Lion foi de novo o presidente em 1.936.

No dia 18 de abril de 1.937 João Westin Júnior reempossou-se na presidência. No final daquele ano o Clube tinha 141 sócios, sendo 99 efetivos, 32 remidos e 10 licenciados.

Em 1.938 foi eleita esta diretoria: *presidente* - Américo Nannetti; *vice-presidente* - Djalma Costa; *1º secretário* - Múcio da Silva Pinto; *2º secretário* - Marcolino Westin; *tesoureiro* - Synésio Costa; *orador* - Homero Costa; *diretor interno* - Oscar de Paiva Westin. Fizeram-se reformas no porão do prédio para abrigar o Tiro de Guerra.

Múcio da Silva Pinto foi o presidente em 1.939, tendo por companheiros: *vice-presidente* - Feliciano Morais Costa; *secretário* - Maurílio Carneiro Dias; *tesoureiro* - Mozart da Silva Pinto.

4 - **<u>Anos quarenta e cinqüenta</u>.**

Praticamente nada sei das atividades do Clube nos anos quarenta. João Marcelino de Carvalho era o vice-presidente "*em exercício*" em 1.945, quando Benedito Valladares doou Cr$30.000,00 à sua praça de esportes.

Nélson Moreira Cavalcanti, presidente em 1.951, continuou no cargo no ano seguinte, com esta equipe: *vice-presidente* - Maurício Teixeira; *1º secretário* - Décio Paulino da Costa; *2º secretário* - Hélio Dias Moreira; *tesoureiro* - Darcilo Passos Swerts; *orador* - Marcelo Carvalho Vieira; *diretor interno* - Edgard Dias Swerts; *diretor artístico* - Ernesto Mariano Leite. Formaram-se diversos grupos para tratar da construção da nova sede.

José Lourenço Domingues chefiou o Centro em 1.953. Marcos Maciel Dias o fez em 1.954, tendo como vice Nélson Moreira Cavalcanti. Este retornou à presidência no ano seguinte. Em setembro, todavia, renunciou a ela, ocupada então por Gylvio Dias Rebello.

Assembléia realizada em 1.956 autorizou o levantamento de empréstimo, mediante emissão de ações nominativas até o total de cinco milhões de cruzeiros, para construção do prédio da Praça Antônio Carlos. Estabeleceu que seriam resgatáveis através de sorteios mensais. A administração daquele ano, presidida por Rúbens Pinto Garcia, deu início às obras.

1.957 foi excepcionalmente festivo e movimentado, em virtude das comemorações do centenário da Freguesia. A direção do Clube naquele ano esteve assim formada: *presidente* - Laércio Andrade Pedroso; *vice-presidente* - Décio Paulino da Costa; *1º secretário* - Lucas Tavares de Lacerda; *2º secretário* - João Marcelino de Carvalho; *tesoureiro* - Erecy Ribeiro de Paiva; *orador* - Wolney de Araújo Dias; *diretor interno* - Francisco Vieira Guerra*; diretor artístico* - Ernesto Mariano Leite.

Waldemar Swerts de Carvalho e José Teixeira da Silva foram presidente e 1º secretário na gestão de 1.958.

Para o ano de 1.959 elegeu-se a seguinte diretoria, em 13 de janeiro: *presidente* - Hélio Pereira Dias; *vice-presidente* - Roy Vívian Júnior; *tesoureiro* - Oscar Vieira Guerra; *1º secretário* - José Augusto Dias; *2º secretário* - Dirceu Swerts Costa; *diretor interno* - Bruno Bollins*; diretor artístico* - Itamar Branquinho; *orador* - Aloysio Pereira Caixeta. A comissão para construir a nova sede se compunha de Hércio Swerts Dias, Wolney de Araújo Dias, Josino de Araújo Dias e Waldemar Soares de Camargo. Em anos posteriores integraram-na também Décio Paulino da Costa e José Teixeira da Silva. Era desvinculada da direção do Clube e tinha caráter permanente. Naquele ano, a crise que destruiria o Centro já dava sinais: em discurso publicado por "*O Machadense*" 719, o orador denunciou a falta de interesse dos sócios, e explicou que a diretoria não tomara posse no dia 1º de janeiro porque quase todos os seus membros haviam renunciado aos mandatos.

5 - **<u>Anos sessenta</u>.**

Nada sei quanto a 1.960. Em 1.961 o presidente do Clube foi Bruno Bollins.

Esta, a diretoria eleita para o ano de 1.962*: presidente* - Oscar Vieira Guerra; *vice-presidente* - Darcilo Passos Swerts; *1º secretário* - Robério Westin Costa; *2º secretário* - Jamil Rebelo; *tesoureiro* - Carlos E. Montalvão; *diretor artístico* - Luís Carlos Garcia; diretor interno - Roy Vívian Júnior; *orador* - Carlos Roberto de Almeida. A lei local 398, de 27 de dezembro daquele ano, autorizou a doação de pedra britada para as obras da nova sede.

Em 1.963 o Centro foi presidido por Manoel Juntolli Ferreira, que tinha como secretário Luís Romanelli. Não tenho informações sobre o ano de 1.964.

Em 1.965 o comando tocou à seguinte equipe*: presidente* - Ismael Mariano Leite; *vice-presidente* - José Aprígio Garcia*; 1º secretário* - José Augusto Carneiro Dias; *2º secretário* - João Antônio da Costa Neto; *tesoureiro* - José Carlos Vieira Guerra; *diretor interno* - Fernando Geraldo de

Souza Dias; *diretor artístico* - José William Garcia Annoni; *orador* - Wolney de Araújo Dias. A eleição, conforme asseverou "*Mister Degas*" em "*O Machadense*" 925,

> "*foi um Deus nos acuda, tal o desinteresse encontrado, com ninguém querendo aceitar o denominado "abacaxi", sendo preciso quatro convocações para solucionar o assunto.*".

Reorganizou-se o Diretório Feminino, sob a chefia de Donatília Passos Swerts. Foram feitos reparos no telhado, no sanitário de senhoras, na instalação elétrica e no mobiliário. Pagaram-se as dívidas vindas da gestão anterior, e chegou-se ao final do ano com saldo em caixa. Paralelamente, a comissão construtora se empenhava para que os cotistas regularizassem os pagamentos, e informava que iria dividir e rifar o imóvel da Rua Silviano Brandão. Foram postas a venda novas cotas.

Para o exercício seguinte reelegeram-se o presidente e o orador. Os demais cargos da diretoria foram assim preenchidos: *vice-presidente* - Décio Paulino da Costa; *1º secretário* - Roy Vívian Júnior: *2º secretário* - Francisco Vieira Guerra; *tesoureiro* - João Batista Dias Swerts; *diretor interno* - Hércio Swerts Dias; *diretor artístico* - Antônio Romanelli.

Nos dois anos posteriores ocupou a presidência Roy Vívian Júnior. Promoveram-se ainda alguns bailes e brincadeiras, mas a crise continuava. A biblioteca, em completo abandono, servia apenas para jogos de baralho. A construção da sede nova foi interrompida. Em fevereiro de 1.967, um registro inusitado no livro de tombo da Paróquia: o presidente do Centro procurou o Vigário para fazer relatório dos festejos carnavalescos e entregar-lhe certa quantia, resultado de "*superavit*" deles...

Não tenho notícias sobre o ano de 1.969.

6 - **<u>Anos setenta e oitenta</u>.**

Em 1.970 ocuparam a 1ª secretaria e a direção artística Maurílio Carneiro Dias e Alberto Mílton Branquinho. A eleição marcada para dezembro deixou de realizar-se por falta de comparecimento de sócios.

No dia 12 de janeiro de 1.971, em terceira convocação, foram eleitos presidente e 1º secretário Jorge Eduardo Vieira de Oliveira e Maurílio Carneiro Dias, "*ficando os demais membros a serem escolhidos pelo presidente*". No final do ano a eleição também deixou de ocorrer por ausência de sócios.

Em fevereiro de 1.972 conseguiu-se eleger a seguinte diretoria: *presidente* - Luís de Mello Campos; *vice-presidente* - Maurílio Carneiro Dias; *1º secretário* - Wágner Luís Vieira; *2º secretário* - José Aprígio Alvim;

tesoureiro - Franklin Vieira de Almeida Vilhena; *diretor interno* - Alberto Mílton Branquinho; *diretor artístico* - Prescildo Nannetti; *orador* - Paulo de Tarso da Costa Leite. Fizeram-se os bailes de Carnaval no prédio em construção. Entre 1.971 e 1.973 houve negociações, sem êxito, com o Banco do Estado de Minas Gerais, para que este financiasse as obras da sede nova, mediante cessão de parte do andar térreo para instalação de sua agência.

Em 1.973, o pleito marcado para fevereiro deixou de realizar-se também por falta dos sócios. Ignoro se foi possível eleger nova diretoria naquele ano. Fizeram-se tratativas com a Paróquia, que terminaria o 1º e o 3º andares em troca do 2º, em que montaria a Rádio Difusora. Não tiveram sucesso.

Em 1.974 ocorreu o derradeiro alento do Clube. No mês de março foi eleita esta diretoria*: presidente* - Rúbens Pinto Garcia*; vice-presidente* - Décio Paulino da Costa; *1º secretário* - Manoel Juntolli Ferreira; *2º secretário* - Antônio Pereira Gatto; *1º tesoureiro* - Jaime Bertelli; *2º tesoureiro* - Cyro de Souza Dias Netto; *diretor interno* - Francisco Vieira Guerra; *orador* - Marcelo Carvalho Vieira. Ela iniciou as atividades com disposição, reorganizando o Diretório Feminino sob a chefia de Elisa B. Rocha de Souza. Promoveu limpeza e reforma de emergência na sede velha, em que realizou alguns bailes. Manteve contatos infrutíferos com a Caixa Econômica Federal para financiamento das obras do prédio novo, que continuaram paralisadas. Havia, então, 210 membros do quadro social recreativo, 434 cotistas em dia e 184 cotistas em atraso.

Em janeiro de 1.975, após tentativa frustrada de eleição de outra diretoria, o presidente entregou o Clube ao Conselho Fiscal. Alguns dias depois ocorreu início de incêndio nas obras inacabadas, talvez um protesto contra o impasse. Os conselheiros Gabriel Barbosa, José Carlos Ferri e José Joaquim de Carvalho convocaram assembléia para 20 de setembro, a fim de escolher nova diretoria e deliberar sobre o destino a ser dado ao prédio novo. Acenaram com a dissolução da sociedade, caso não fosse encontrada solução para o problema. Naquela data foi eleita esta equipe, com mandato de quinze meses: *presidente* - Luís de Mello Campos*; vice-presidente* - Osimo Castro Filho; *secretário* - Antônio Pereira Gatto*; tesoureiro* - Leandro Dias Nannetti; *diretor interno* - José Pedro Garcia. Suprimiram-se os cargos de 2º secretário, 2º tesoureiro, diretor social e orador. Estabeleceu-se que as atividades do Centro continuariam paralisadas, limitando-se os diretores a procurar uma saída para a questão da sede nova.

Em janeiro de 1.976 toda a diretoria renunciou, devolvendo a responsabilidade pelo Clube ao Conselho Fiscal. Este, embora o mandato de seus membros devesse terminar em março, continuou como guardião do patrimônio até o final do ano. Em maio foi convocada assembléia que nada deliberou, porque a ela só compareceram cinco sócios. No mês de agosto, noticiou-se que os proprietários do *Alaska* estavam interessados na aquisição do prédio, mas nenhuma proposta concreta houve para isso. Finalmente, em 20 de dezembro se conseguiu eleger esta diretoria: *presidente* - Aloysio Pereira Caixeta; *vice-pre-*

sidente - José Cândido de Souza Dias Filho; *secretário* - Rociope Cirino Ferreira; *tesoureiro* - Ricardo Ferreira Braga; *diretor interno* - Bias Maciel Dias; *conselheiros fiscais* - Jorge Vieira de Oliveira, Leandro Dias Nannetti e Nélson Garcia Júnior.

Em março de 1.977 ocorreu a terceira renúncia seguida da diretoria. A partir daí a sociedade permaneceu acéfala, de novo sob a tutela do Conselho Fiscal. Este, em meados de 1.978, fez adaptações superficiais no edifício inacabado e alugou cômodos para o comércio. Assembléia realizada em janeiro de 1.979 deu início às negociações para encampação do Centro pelo Clube dos Trinta. Em 25 de junho de 1.980 este recebeu por escritura os dois imóveis daquele, incorporando seus sócios. No início de 1.981 desabou a cumeeira do prédio velho, que foi demolido em abril.

7 - **Outras atividades**.

A - *Seção Esportiva* - Fundada em maio de 1.914, sob o comando de Lázaro Cândido Magalhães, promovia jogos de futebol três ou quatro vezes por semana. Utilizou de início campo de Joaquim Paulino da Costa. Em setembro do ano seguinte a atividade foi paralisada, porque "*só trazia despesas*". Três meses depois, contudo, a imprensa noticiou estar pronto o novo campo do Clube, em terreno cedido por Ernesto Neves da Silva, no fim da Rua Quinze de Novembro.

B - *Estabelecimento de ensino* - Funcionou nos anos de 1.918 e 1.919, sob a direção de José Augusto Vieira da Silva, como visto noutro capítulo.

C - *Biblioteca* - Foi montada nos primeiros anos do Clube. Parte de seu acervo foi doada à Prefeitura e incorporada à Biblioteca Municipal; outra parte foi simplesmente destruída. Veja-se o capítulo dedicado às bibliotecas.

D - *Teatro* - Também nos primórdios o Centro abriu uma seção dramática. No capítulo sobre teatro se dá notícia dos sócios a ela ligados, e de algumas peças que encenaram.

E - *Centro Cultural* - Foi criado, como outros tantos, na década de trinta, sob influência da Ação Integralista, segundo ensina Hélio Silva em "*O Poder Militar*". Embora pertencente ao Clube, tinha diretoria e atividades paralelas. Promovia peças de teatro, reuniões "*lítero-cívico-musicais*", com discursos, danças, cantos, poesias, palestras, anedotas, etc.. Tinha também departamento de cultura física, com campo de esportes e quadra de voleibol. Em 1.938 chegou a ter uma orquestra. Para o ano de 1.938 foi eleita esta diretoria*: presidente* - Wálter Wolf Saur; *vice-presidente* - Arnaud dos Santos Silva*; 1ª secretária* - Ione Vieira*; 2ª secretária* - Walta Soares; *tesoureiro* - André Vieira Guerra; *orador* - Demerval Frossard. Em maio do mesmo ano, por motivo que desconheço, o orador passou à presidência. Em 1.939 foram presidente e secretária Gabriel Barbosa e Walta Soares.

F - *Tiro de Guerra* - Às vésperas da Segunda Guerra Mundial criou-se, anexo ao Centro Machadense, um tiro de guerra, do qual se tratou noutro capítulo.

G - *Rádio Difusora* - Cuidarei dela na parte referente às comunicações.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de leis nº 10;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de atas nºs. 1 e 2;
3 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado - "Segundo Livro de Tombo - 1.916 a 1.967" - pág. 89;
4 - Arquivo Público Machadense - livro nº 65: "Leis da Câmara Municipal - 1.912 a 1.932";
5 - Arquivo Público Machadense - livro nº 235: "Conselho Deliberativo - Tiro de Guerra 272";
6 - Arquivo Público Machadense - livro nº 295: "Atas do Clube Recreativo - 1.964/1.983";
7 - Arquivo Público Machadense - livro sem número: "Atas da Comissão Permanente Pró-Construção do Centro Machadense - 1.962";
8 - Arquivo Público Machadense - livro sem número: "Atas do Centro Machadense - 1.914/1.916";
9 - Arquivo Público Machadense livro sem número: "Caixa da Tesouraria do Centro Machadense";
10 - Arquivo Público Machadense - pastas "Centro Machadense" e "documentos de Oscar Fernandes";
11 - "Folha Machadense" nºs. 2 - 31/3/1.974 - pág. 2;
9 - 19/5/1.974 - pág. 3;
42 - 19/1/1.975 - pág. 6;
76 - 2/9/1.975 - pág. 6;
95 - 22/2/1.976 - págs. 1 e 2;
104 - 25/4/1.976 - pág. 9;
108 - 23/5/1.976 - pág. 1;
139 - 25/12/1.976 - pág. 3;
148 - 6/3/1.977 - pág. 10;
244 - 4/2/1.979 - pág. 1;
310 - 12/7/1.980 - pág. 1;
12 - fragmentos de livros de atas; ofícios, cartazes, convites para festas e bailes, etc., em meu poder;

13 - “Jornal do Machado” nºs. 6 - 5/12/1.915 - pág. 2;
13 - 1/6/1.924 - pág. 2;
1 - 2/5/1.937 - pág. 2;
14 - “Luminar Machadense” nºs. 15 - 10/1/1.954 - pág. 4;
19 - 14/3/1.954 - pág. 2;
50 - 24/9/1.955 - pág. 4;
67 - 3/1/1.957 - pág. 3;
15 - “Machado-Jornal” nº 16 - 14/4/1.928 - pág. 12;
16 - “Minas Gerais” de 17/1/1.931 - pág. 9;
17 - “O Machadense” nºs. 104 - 2/6/1.934 - pág. 9;
717 - 18/1/1.959 - pág. 4;
719 - 1/2/1.959 pág. 1;
854 - 1/11/1.961 - pág. 2;
863 - 25/12/1.961 - pág. 2;
864 - 31/12/1.961 - pág. 6;
925 - 24/1/1.965 - págs. 2, 5 e 6;
929 - 21/2/1.965 - pág. 1;
973 - 25/12/1.965 - pág. 6;
49 - 6/2/1.972 - pág. 1;
18 - “O Imparcial” nºs. 70 - 30/12/1.951 - pág. 4;
71 - 13/1/1.952 - pág. 4;
19 - “O Município” nºs. 3 - 31/12/1.922 - pág. 1;
22 - 8/11/1.923 - pág. 4;
20 - “O Popular” nº 27 - 28/8/1.927 - pág. 2.

B - **secundárias**

1 - Carlos Legnani - “Histórias da Nossa História”, cap. IX - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 9, pág. 2;
2 - Hélio Silva - “O Poder Militar” - L&PM Editores Ltda., Porto Alegre, 1.984, pág. 96;
3 - Homero Costa - “Contribuição à História de Machado - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem data e local, págs. 20 e 40/41;
4 - Revista “Machado de Ontem e de Hoje” - VIII-1.

****

OS CLUBES DE DIVERSÃO - III
(Clube Recreativo Machadense)

1) - Anos trinta a cinqüenta.
2) - Anos sessenta.
3) - Anos setenta e oitenta.

****

1 - **Anos trinta a cinqüenta**.

Foi fundado em 1.933 por Ednan Soares, Francisco Jesuíno de Carvalho e Herculano Pereira. A primeira diretoria empossou-se em 30 de outubro daquele ano*: presidente* - Francisco Jesuíno de Carvalho; *vice-presidente* - Antônio Caetano Ferreira; *secretário* - Herculano Pereira; *tesoureiro* - Ednan Soares; *diretor interno* - Luiz Arlindo de Oliveira; *conselheiros fiscais* - Agnello Villela, Aniceto Juntolli e Stellino Augusto de Lima. Era, conforme o estatuto, associação dançante, dramática e recreativa.

Carlos Legnani informa que funcionou por muitos anos na Rua Santos Silva, em prédio, já demolido, pertencente a Antônio Cândido Pereira Dias.

Em 15 de outubro de 1.937 elegeu-se esta diretoria: *presidente* - Ednan Soares; *vice-presidente* - Francisco Jesuíno de Carvalho; *secretário* - Abrahão Manoel da Silva; *tesoureiro* - Josué Bressane Pimentel; *diretor interno* - José Gonçalves.

Nada sei de sua atividade nos lustros seguintes. Em 1.950 foi de novo presidido por Francisco Jesuíno de Carvalho. Em 30 de dezembro de 1.956 inaugurou o salão do imóvel próprio, na Rua Coronel Jacinto, 184, compra-

do de sucessores de Manuel Palmeira. No ano seguinte a presidência coube a Ben-Hur Figueiredo.

2 - **Anos sessenta**.

No dia 10 de abril de 1.960 tomou posse esta diretoria: *presidente* - Afonso Azevedo de Paiva Reis*; vice-presidente* - Laerte Cândido de Oliveira; *1º secretário* - Carlos Everardo Mont'Alvão; 2º secretário - Jacy Cezarino Ribeiro; *1º tesoureiro* - José Torres Albuquerque; *2º tesoureiro* - Jairo Gonçalves; *orador* - João Rodrigues de Carvalho; *diretor interno* - José Ribeiro de Souza.

As duas gestões posteriores foram encabeçadas, respectivamente, por José Maria Pereira e José Gonçalves dos Reis Júnior.

No dia 8 de janeiro de 1.964 escolheu-se presidente Wágner Luís Vieira. Para formar chapa de conciliação, três pessoas ocuparam a vice-presidência: Afonso Reis, Paulo Gonçalves e Rociope Cirino Ferreira. Os demais cargos foram assim distribuídos: *1º secretário* - Carlos Everardo Mont'Alvão*; 2º secretário* - Cláudio Ferreira Braga*; 1º tesoureiro* - José Roberto Mendes; *2º tesoureiro* - Ronaldo Sebastião Moreira; *diretor interno* - José de Souza Ribeiro*; orador* - Marcelo Carvalho Vieira.

Em junho de 1.965, "*O Machadense*" noticiou que o Clube era chefiado por Jorge Luiz Carvalho, José Roberto Paiva e Sebastião Rodrigues. Ignoro que cargo cabia a cada qual.

A seguinte diretoria foi eleita pelo Conselho Fiscal em 19 de janeiro de 1.966: *presidente* - José Nunes de Lima*; vice-presidente* - Laerte Cândido Dias; *1º tesoureiro* - José Botazini; *2º tesoureiro* - José Roberto Mendes; *1º secretário* - José Simões Domingues; *2º secretário* - Wágner Luís Vieira; *diretor interno* - Josmar Pereira Gonçalves*; diretor artístico* - João Ernesto Pereira; *orador* - Marcelo Carvalho Vieira. Reorganizou-se o Diretório Feminino, sob a chefia de Hebe Soares Dias. Em julho, uma quermesse na Praça Antônio Carlos angariou fundos para remodelação da sede. O presidente demitiu-se em meados do mandato, e seu lugar foi ocupado pelo substituto legal.

No dia 6 de janeiro de 1.968 empossou-se mais uma diretoria*: presidente* - Lércio Bellini; *1º vice-presidente* - Fernando Roberto da Silva Dias; *2º vice-presidente* - Eloir Pereira de Oliveira; *1º secretário* - José Augusto Dias*; 2º secretário* - Hamílton Augustinho Neves*; tesoureiro* - Marco Antônio Martins dos Santos; *diretor interno* - Sebastião Sepini; *orador* - Marcelo Carvalho Vieira. Naquele ano realizaram-se vários bailes, concurso de beleza e outras promoções.

Na gestão seguinte, iniciada em 5 de abril de 1.969, só houve alterações na 2ª secretaria e na 2ª tesouraria, confiadas, respectivamente, a

Luís Macedo Sarkis e Arnaldo de Souza Camargo.

3 - **Anos setenta e oitenta**.

O livro de atas, após, deixou de ser escrito durante um decênio. Fernando Roberto da Silva Dias chefiou o Recreativo, ao que parece, de 1.972 a abril de 1.976. Nesse período reformou o bar, mudou a fachada do prédio e comprou ventiladores.

Depois disso, a Sociedade ficou acéfala por certo período. Em 1.977 e 1.978, Arnaldo de Souza Camargo e Sebastião Sepini promoveram por conta própria os festejos carnavalescos. No último ano, dois golpes atingiram o prédio: em abril foi danificado por forte chuva, e em novembro desabou parte do teto.

Em 14 de março de 1.979, por convocação do derradeiro Conselho Fiscal (escolhido dez anos antes), fez-se reunião em que foi eleita esta diretoria*: presidente* - José Geraldo da Costa; *vice-presidente* - Ílson Passos; *1º tesoureiro* - Arnaldo de Souza Camargo; *2º tesoureiro* - Nivaldo Signoretti; *3º tesoureiro* - Jorge Eduardo Vieira de Oliveira; *1º secretário* - José Israel da Silva; *2º secretário* - Clêuton Pereira Gonçalves; *3º secretário* - Sebastião Sepini; *diretor interno* - Afrânio dos Santos Oliveira; *orador* - José Cândido de Souza Dias Filho. Decidiu-se reconstruir a sede, que estava abandonada e semi-destruída. A Prefeitura promoveu a remoção dos escombros e a limpeza do terreno; fizeram-se rifa e quermesse para conseguir recursos. As obras prolongaram-se por todo o ano de 1.981 e parte de 1.982. Colocou-se cobertura metálica no teto.

Finalmente, em 4 de setembro de 1.982 se reiniciaram as atividades sociais, com baile em que tomou posse esta diretoria, também indicada pelos conselheiros*: presidente* - Deusdedit Lima Coelho*; vice-presidente* - Lucilo Manoel Fadini; *1º secretário* - José Miguel de Oliveira*; 2º secretário* - Eliseu José Teixeira Filho; *1º tesoureiro* - Alcivar Coelho; *2º tesoureiro* - Fausto Vasconcelos de Andrade; *diretor social* - Fernando Roberto da Silva Dias; *diretor interno* - Hélio D'Andréa. Ela foi o canto de cisne do Recreativo, que não reuniu forças para sobreviver. O Carnaval de 1.983 deu grande prejuízo, e depois dele os diretores não se mostraram dispostos a levar adiante o trabalho. A dívida do Clube ascendeu a Cr$1.600.000,00, e impossibilitados de saldá-la pediram ao Município que a assumisse, em troca de seu patrimônio. Aceita a proposta, a lei local 514, de 24 de maio seguinte, autorizou a aquisição do imóvel. O decreto 609, um mês e dois dias depois, chegou a declará-lo de utilidade pública e interesse social, para desapropriação. O negócio, porém, concretizou-se amigavelmente. Os credores foram pagos, a Sociedade se dissolveu, e a Prefeitura ficou com o salão, cedendo-o a terceiros para festas, bailes, reuniões, etc.. A portaria 372, de 2 de abril de 1.985, atribuiu a administração dele ao Serviço de Turismo, Esporte e Ação Social. Depois, sucessivamente, foi utilizado como sede da Biblioteca e da Câmara.

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de leis nº 20;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de decretos nº 16;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de portarias nº 15;
4 - Arquivo Público Machadense - livro nº 290: "Atas do Clube Recreativo - 1.982";
5 - Arquivo Público Machadense - livro nº 295 - "Atas do Clube Recreativo - 1.964/1.983";
6 - Arquivo Público Machadense livro nº 309: "Documentos Históricos (1.893/1.964)";
7 - "Folha Machadense" ns. 95 - 22/2/1.976 - pág. 1;
101 - 11/4/1.976 - pág. 7;
145 - 12/2/1.977 - pág. 1;
194 - 22/1/1.978 - pág. 1;
197 - 12/2/1.978 - pág. 6;
207 - 23/4/1.978 - pág. 8;
235 - 19/11/1.978 - pág. 8;
236 - 26/11/1.978 - pág. 5;
249 - 11/3/1.979 - pág. 8;
294 - 22/3/1.980 - pág. 1;
305 - 7/6/1.980 - pág. 1;
417 - 13/9/1.982 - pág. 2;
436 - 6/2/1.983 - pág. 8;
439 - 26/2/1.983 - pág. 1;
447 - 23/4/1.983 - pág. 1;
451 - 21/5/1.983 - pág. 1;
463 - 13/8/1.983 - pág. 1;
8 - "Jornal do Machado ns. 11 - 5/11/1.933 - pág. 2;
24 - 24/10/1.937 - pág. 3;
9 - "Luminar Machadense" nº 67 - 3/1/1.957- pág. 3;
10 - "O Machadense" ns. 779 - 21/4/1.960 - pág. 10;
945 - 13/6/1.965 - págs. 1 e 4;
979 - 13/2/1.966 - pág. 3;
992 - 15/5/1.966 - pág. 2;
1002 - 24/7/1.966 - pág. 2;
1058 - 6/10/1.968 - pág. 1;
1059 - 13/10/1.968 - pág. 1;
49 - 6/2/1.972 - pág. 1;
129 - 26/8/1.973 - pág. 1;
11 - "Tribuna Machadense" ns. 1 - 19/1/1.980 - pág. 5;
6 - 29/3/1.980 - pág. 4;
48 - 12/12/1.981 - pág. 1;
63 - 12/9/1.982 - pág. 1;
76 - 21/5/1.983 - pág. 1.

B - **secundárias**

1 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", cap. IX - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 9, págs. 2 e 3.

O CONGADO E A FESTA DE SÃO BENEDITO

1) - Os primórdios do Congado no Município.
2) - Os diversos ternos de Congado.
3) - O Reinado.
4) - As cerimônias folclóricas.
5) - As festas até o litígio judicial.
6) - As festas após o litígio judicial.
7) - A Associação dos Congadeiros.

****

1 - **Os primórdios do Congado no Município**.

Como ensinam Ceila Caproni Gonçalves e Marilda Signoretti Reis (*op. cit., pág. 9*), as danças de congo em Machado surgiram nas fazendas. Nas datas em que se festejavam os santos do culto católico era permitido aos escravos dançar e cantar. Eles então reviviam os folguedos de seus antepassados, que transmitiram aos dias atuais.

As mesmas autoras transcrevem depoimento sobre o assunto de Tia Anselma, preta velha machadense que se mudou para Taubaté. Segundo ela, os primeiros ternos de congado apareceram nas festas de São João da zona rural. Posteriormente passaram a dançar também noutros dias de santos: os de Santa Cruz, Nossa Senhora do Rosário, Santa Ifigênia e São Benedito. Com o correr dos anos, esses folguedos atingiram a Cidade, onde se perpetuaram.

Em 1.923, a festa do congado, já na Cidade, se realizou em setembro. Conforme o segundo livro de tombo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio, em 1.930 ela ocorreu em novembro; em 1.938 e 1.939, no mês de julho; em 1.940, de novo em setembro. Depois, em face das dificuldades decor-

rentes do término da colheita de café, foi transferida para agosto.

Murilo Carvalho, em comovente artigo, transcreve fábula ouvida do Rei Perpétuo Joaquim Santana sobre a origem do congado entre nós:

> *"O congo teve um princípio muito bonito aqui no Machado. No tempo do cativeiro tinha uns que gostavam de caçar de bodoque. Aconteceu que, caçando, acharam um nhambu que aparecia e sumia, aparecia e sumia. Eles foram indo atrás, aí deu num rochedo de pedra e o nhambu sumiu derradeiro e eles viram ali uma Santa preta, uma estátua, em cima da pedra, no lugar onde o nhambu sumiu. Aí, eles eram três companheiros, levaram a mão na Santa, mas ela não saiu do lugar, não puderam tirar. Foram embora pra casa, chamaram outros cativos e voltaram, uma porção de homens, rezando, rezando, em redor dela. Ainda não puderam tirar a Santa, ela não saiu do lugar. Voltaram pra casa e inventaram outro modo, que nem na África: um arranjou uma violinha, outro uma caixa, um pandeirinho, e todos vestiram uma saia colorida, que nem na África, e voltaram. Aí chegaram e tocaram e dançaram em redor da Santa Nossa Senhora do Rosário e cantaram: Vamo vamo, Nossa Senhora. Vamo vamo Nossa Senhora. E quando viu, a Santa deitou e eles puderam trazer. Puseram em riba de uma mesa e foram rezando, dançando, admirando ela, adorando de vela acesa. Eram todos gente africana, cantavam enrolado numa língua velha que era a deles. Daí nós continuamos todo o sempre com o nosso canto e a nossa dança, para homenagear a Santa e ao São Benedito que ajudou Nossa Senhora criar o Menino Jesus Argemiro e foi cozinheiro preto."*.

A verdade é que não se sabe, ao certo, quando começaram os congados por aqui. Homero Costa afirma que, já no começo do século passado, eles eram bastante animados por ocasião da Festa do Rosário, e rivalizavam, na preferência popular, com os circos de cavalinhos.

Por volta das décadas de dez e vinte, os grupos de congo, sem regularidade, costumavam dançar na Grama (atual Praça Rui Barbosa), em torno de um cruzeiro. A Irmandade do Rosário, a que pertenciam os ternos mais antigos, chegou a construir ali uma capelinha, junto da qual celebrava sua festa. Pouco depois esta foi transferida para o adro da Igreja de Santa Cruz, que ficava na pracinha da velha caixa d'água (hoje "*João de Almeida*"), junto da Avenida Santa Cruz, na esquina do extinto Bar Santo Antônio. De lá, em 1.923, mudou-se para o ponto atual, trocando o nome de Festa do Rosário para Festa de São Benedito. No capítulo referente aos templos católicos se dá notícia da construção da Igreja de São Benedito e do litígio judicial por sua posse.

Políticos locais, antigamente, não se preocuparam em apoiar as manifestações folclóricas - quiseram, antes, tirar proveito delas. No exercício da vereança, Waldemar P. da Costa ofereceu emenda ao orçamento de 1.927, a fim de taxar licença para a dança do congado (50$000 para cada grupo). Ela acabou rejeitada.

2 - **Os diversos ternos de congado**.

José de Souza, o popular "*Massa Fina*", prematuramente falecido, tencionava escrever livro sobre a origem da congada local, e publicou trechos dele na "*Tribuna Machadense*". Conta que o Padre Alexandre Carvalho de Macedo doara ao escravo Tibúrcio um sítio nas proximidades da Jacutinga, depois herdado por seu filho João Carvalho de Macedo. Nele foi morar Procópio de Tal, vindo de Caldas, que fundou o primeiro terno do Município, com negros que lá se reuniam. Do grupo participavam o dono do imóvel, mais conhecido por João Carvalho, e Chico Moreira. Cada um destes liderava um cordão. Após a morte de Procópio os dois se desentenderam, dividiram o terno e formaram outros, sob a proteção de confrarias distintas. O de João Carvalho ligou-se à Irmandade de São Benedito, e o de Chico Moreira, à do Rosário.

Homero Costa também faz referência aos ternos rivais de João Carvalho e Chico Moreira. Do último, ex-escravo de Tonico Moreira, diz que era boníssimo, bem educado, de maneiras corteses, e que, quando mocinho e carreiro, ajudara a transportar para cá as máquinas da fábrica de tecidos.

A "*Folha Machadense*", em 1.987, efetuou algumas entrevistas com velhos congadeiros, de grande importância histórica. Delas me valho agora para lembrar ternos mais antigos, como o de **Olívio Guilherme**, o primeiro do Rosário, que parou de dançar em 1.945. Foi famoso o **Terno dos Felícios**, a que pertenceu Joaquim Baiano. São também dignos de menção os grupos do **Frutuoso**, do **Carvalhinho**, do **Tobias** e do **Paulininho**.

O **Terno do Rosário** foi fundado em 1.930, na Grama, por José Faustino de Assis, que o chefiou durante sete anos. Teve como ajudantes de guia (*aqueles que "tiram a moda" no lugar do capitão*) nos primeiros tempos Otaviano, Antônio Carapina e Baltazar dos Santos. Estes depois formaram outro grupo, de curta duração. Em 1.937 assumiu o posto de capitão Antônio Augusto Nogueira, mais conhecido por Antônio Porfírio ou Antônio Serrador. Ele iniciou a tradição, por bastante tempo mantida, de oferecer uma sopa aos congadeiros na quarta-feira seguinte ao término da Festa. Sucedeu-lhe João Mileu Baltazar, que ingressara no terno em 1.933 ou 1.934. A chefia passou, em 1.977, para Wálter Nogueira, filho de Antônio Serrador, que ainda a detinha no final do período estudado.

Tio Chico (Francisco Manoel dos Santos) criou o **1º Terno de São Benedito,** em data anterior à construção da igreja de seu padroeiro.

Chefiou-o durante vários anos, e às vezes o exibia precedido de um "*boi*" de madeira, com cabeça e chifres de verdade. O "*bumba-meu-boi*" reapareceu em 1.991. Ocupou seu lugar Onofre Manoel, substituído por morte, em 1.985, pelo irmão Sebastião Manoel, que exerceu o comando durante dez anos. De 1.996 a 1.998 ele coube a Wálter Benedito Ferreira; depois, a Jairo Fernando de Souza, que era, ao menos até o fim do milênio, o primeiro capitão de São Benedito. Em razão do sobrenome de seus capitães, ficou também conhecido por "*Terno dos Manuéis*". Assim se refere a ele C. R. Brandão em "*Sacerdotes de Viola*" (pág. 133):

> *"Na véspera do dia do santo, o Terno dos Manuéis vai para a rua acompanhado do seu festivo "boi". No adro da igreja o terno se junta a mais outros dois, enquanto o boi diverte crianças e persegue cachorros."*.

Grupo dos mais antigos foi o criado por João Benedito dos Santos na Fazenda Muricy, depois tido como o **2º Terno de São Benedito**. De início só se apresentava na zona rural, tendo vindo para a Cidade em torno de 1.942, por influência de Baltazar dos Santos. Sua chefia passou posteriormente ao Capitão Benedito Lourenço, que foi sucedido por José Luiz Ferreira, mais conhecido por José Caixeta. Este permaneceu no comando até falecer, em dezembro de 1.991. Sucedeu-lhe o filho, João Batista Ferreira, ainda no posto em 2.000. Foi o primeiro a utilizar fardas, bandeira, caixa-surda e sanfona. Em 1.980 este terno participou, em Ouro Preto, de filme sobre a vida de Chico-Rei, produzido pela equipe CENAFOR, para exibição na Alemanha. Usou então vestes típicas e instrumentos originários da África, cedidos pelo grupo teatral Vissungo. Em 1.989 inspirou uma faixa do disco de Martinho da Vila, "*O Canto das Lavadeiras*".

O **Terno do Joaquim Baiano** (Joaquim Rodrigues da Silva) foi em 1.979 designado pela imprensa local como "**Santa Ifigênia**". Na verdade, não era conhecido por esse nome, e sim pelo de seu capitão. Este, antes de fundá-lo, foi rei-congo em Serrania, e passou pelos ternos dos Felícios e do Deca. Comandou-o até morrer, em maio de 1.988. Ficou em seu lugar Luiz Carlos de Morais.

O **Terno do Deca** (José Francisco de Souza), como o anterior, recebeu da imprensa em 1.979 nome ignorado do público: "**São Benedito e Santa Ifigênia**". Em agosto de 1.980 apresentou-se no 16º Festival do Folclore, em Olímpia, SP. Com a morte do fundador, em setembro de 1.997, a chefia passou a José Aparecido Costa, cujo pai, Luiz Costa, também participara dele.

Em época bem recuada houve grupos locais de **Caiapós**, conforme se vê em entrevista de Maria Rossetti de Almeida à "*Folha Machadense*" em 1.976. Depois eles se desfizeram, e as festas de São Benedito, sem regularidade, passaram a ser visitadas por caiapós da vizinha Campestre. Nos anos de 1.990 e 1.991 apresentou-se um terno caiapó machadense, comandado por Marta Maria Moreira. Depois, ele não mais apareceu.

O **Terno da Sá Lolota** era em 1.981, ao lado do Terno do Rosário, um dos maiores e de melhor ritmo em Machado, segundo Carlos Rodrigues Brandão ("*Sacerdotes de Viola*", *pág. 176*), que também o chama de "*Terno da Madrinha*". Sua "dona", Piedade Maria de Jesus, dirigente de um centro espírita, o comandou por muitos anos, em cumprimento de promessa. Teve como capitães, sucessivamente, seu marido Messias Natal de Jesus, seu filho Sebastião de Freitas e seu neto Cláudio Rosa de Freitas. Os dois últimos revezaram-se no comando por alguns anos, após a morte da matriarca, e deixaram de sair noutros. Foi depois reorganizado e dirigido por Mário Matias de Lima, que faleceu em 1.993. Sua viúva, Maria Aparecida de Lima, passou a comandá-lo nos derradeiros anos do milênio. Registre-se que nos anais da Câmara Municipal há o requerimento, feito em 1.951 por Messias Natal de Jesus, representante de um terno de congadas, de auxílio para a festa do ano seguinte.

O **Terno do Joaquim Santana** foi fundado pelo 1º Rei Perpétuo, e posteriormente teve como capitães seus descendentes Vítor Ricardo da Silva e Joaquim Ricardo da Silva. Aquele ocupava o posto desde 1.975, pelo menos, e o deixou em agosto de 1.989, quando também foi coroado Rei Perpétuo.

Domingos de Souza Dias, que durante oito anos tivera um terno com os filhos Elpídio e Manoel, voltou a montá-lo em 1.996, já centenário.

De 1.970 para cá têm se apresentado em cada Festa de 10 a 17 ternos locais, e 2 ou 3 visitantes, principalmente de Campestre, Poço Fundo e Serrania. Além dos referidos, foram ou ainda são capitães de ternos: Alencar Roberto de Oliveira, Altamir Adriano da Silva, Benedito Anselmo, Carlos Alberto de Souza, Carlos Roberto Azevedo, Darci da Silva, Domingos Emiliano Bernardo, Francisco Vieira, Ilídio Felício, João dos Reis de Souza, Joaquim Silvano da Silva, Jorge Rafael Marcelino, José Carlos Vieira, José Miguel, José Otávio Filho, José Pedro, José Tomé de Assis, Luiz Antônio Belmiro, Paulo Oscar de Souza, Pedro Siqueira, Sebastião Anselmo, Sebastião Paulino de Morais, Sebastião Tobias e Vicente Breves Luciano.

Em 1.997 a Escola "*Paulina Rigotti de Castro*" organizou um terno de congado mirim, que se apresentou pela primeira vez no ano seguinte, com 28 membros, cuidadosamente treinados e uniformizados. Procurou preservar a tradição e formar novos congadeiros, conhecedores de dança e música já esquecidos pela maioria. As escolas "*Comendador Lindolfo*" e "*Carlos Legnani*" (CAIC) seguiram o exemplo, e assim em 1.999 e 2.000 participaram da Festa três grupos infantis, com agrado geral.

Em Douradinho existe há muitos anos um terno, capitaneado de início por Heitor Ferreira, e posteriormente por Nézio Pereira. Tem cerca de 40 membros, e lá se apresenta nas comemorações do treze de maio. Nunca esteve na Festa de São Benedito até o final do século.

Conforme assevera Rodrigues Brandão no livro "*Sacer-*

dotes de Viola", pág. 196,

> *"Mesmo quando os ternos de congadeiros de Machado parecem invadir e tomar conta da cidade, andando por onde querem e enchendo as ruas de samba furioso, eles estão submissos aos códigos das cerimônias dos festejos aos padroeiros, como todos os outros grupos ou sujeitos rituais. Submissos também aos verdadeiros donos da festa, as autoridades brancas e dominantes e os seus representantes nos festejos. Do ponto de vista dos brancos - os verdadeiros "donos" de uma festa de São Benedito - os ternos de negros são necessários e até mesmo se diz em Itapira e em Machado que "a Festa é deles", desde que obedeçam às regras traçadas para a sua submissão, dentro e fora do tempo da festa.".*

3 - **<u>O Reinado</u>**.

> *"Rei de meu povo exilado e de sua esperança, Rei eu sou, e este Reino em meu sangue se inscreve."* (Carlos Drummond de Andrade)

Segundo Carlos Rodrigues Brandão (*"A Cultura na Rua", pág. 173*), quase todas as festas de "*santo de preto*" no Brasil são uma imensa nostalgia da realeza: seus símbolos, seu tempo mítico, seus sujeitos. Waldemar de Almeida Barbosa, por sua vez, ensina:

> *"Essa história de reis e rainhas, juízes e juízas é realmente antiga. Antonil, que deve ter escrito sua obra entre 1709 e 1710, já nos informa do costume dos negros de criarem seus reis, juízes, etc., passando horas a cantar e bailar, depois de terem feito pela manhã suas festas de Nossa Senhora do Rosário, de S. Benedito..."* (op. cit., págs. 157/158).

Júlio Chiavenato, sempre polêmico, afirma que a entronização de reis do congo foi expediente usado pelos senhores de escravos para policiá-los e contê-los. Acrescenta que aqueles, em troca de uma caricata monarquia, prestaram bom serviço à polícia, onde atuaram. (*op. cit., pág. 136*).

Supõe-se que o Reinado por aqui tenha surgido nos primeiros anos da década de trinta, embora não haja informe seguro a tal respeito. A Corte é composta por diversos personagens: o Rei Perpétuo, a Rainha Perpétua, o Vice-Rei (também chamado de Rei Congo), as Rainhas do Congo, a Rainha Conga, a Rainha do Rosário, a Rainha do Ramalhete, a Rainha da Vara, a Rainha de São

Benedito, a Rainha da Embaixada, as Princesas, a Juíza do Ramalhete, as Juízas, o Ordenança do Rei, o General Supervisor dos Ternos, o Capitão-General, o Capitão do Mastro e o Capitão da Bandeira. Ceila e Marilda (*op. cit., pág. 19*) fazem também referência a um "*Rei Festeiro*", que não mais existe. Dou a seguir ligeira notícia de cada um deles.

A - O Rei Perpétuo

É a figura de maior prestígio. O primeiro foi **Joaquim Ricardo da Silva**, também conhecido por Joaquim Santana ou Ricardo Santana. Morreu em 2 de abril de 1.984, com a idade aproximada de 98 anos, após reinar durante 51 anos, conforme a "*Folha Machadense*" nº 495. Fundou um terno de congo, depois comandado por seus netos. Concedeu a Murilo Carvalho belo depoimento, já mencionado, de que extraio ainda os seguintes trechos:

> *"Eu sou o Rei do meu povo preto. Aqui no Machado eu nasci, nas bandas dos Caixetas. A primeira vez que eu dancei era menino ainda e foi no largo do Rosário, eu lembro que nem se fosse hoje.".*
> .....
> *"É com o nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo que eu, Rei Congo dessa cidade de Machado, conto que tenho seguido meu caminho até essa idade em que estou, muito satisfeito e contente, sempre desejando o bem do meu povo, andando com a verdade do lado direito, arrenegando o injusto e a mentira. Nesses anos tudo eu só tive satisfação, até mesmo nas minhas tristezas do meu povo, que sempre precisa muito da proteção de São Benedito e de Nossa Senhora do Rosário, que é um povo sofredor, mas que um dia vai encontrar de novo seu verdadeiro e certo destino. Ave Maria.".*
> *O mastro está plantado. O vento agita as fitas coloridas e desprega algumas flores. O velho Rei Congo Ricardo Santana está com os olhos cheios d'água. A festa vai começar.".*

Com a morte de Joquim sucedeu-lhe o filho, **Paulino Ricardo da Silva**, ou Paulo Santana, até então Vice-Rei. Manteve a coroa poucos meses, já que faleceu em 17 de novembro do mesmo ano.

Segundo a "*Folha Machadense*" nº 766, após a morte de Paulino ninguém de sua família desejou assumir o cargo. Por isso, em 15 de junho de 1.985 a diretoria da Associação dos Congadeiros, com o apoio do Vigário, promoveu eleição entre os capitães dos ternos para escolha do sucessor. Foi eleito **Geraldo Pereira Domingues**, conhecido por José Dico, que tomou posse na festa seguinte. Ele renunciou em 1.989 por motivo de saúde.

No dia 5 de julho de 1.989 a Associação realizou novo pleito para escolha do Rei Perpétuo. Elegeu-se **Vítor Ricardo da Silva**, ou Vítor Santana, neto do ex-monarca Joaquim. Recebeu 31 votos, contra 6 dados a Ildefonso Camilo Fernandes, 4 a Sebastião Manoel e 3 nulos. Sua coroação ocorreu em 28 de agosto seguinte.

B - O Vice-Rei

Também chamado de Rei Congo, este personagem só apareceu na nossa Festa em 1.977, salvo engano.

O primeiro Vice-Rei foi Paulino Ricardo da Silva, que ocupou o cargo de 1.977 a 1.984, quando passou a Rei Perpétuo.

Em 15 de junho de 1.985 foi eleito Vice-Rei o capitão de terno José Francisco de Souza (Deca). Continuou no posto até a morte, em setembro de 1.997. No programa da Festa de 2.000 aparece como Rei Congo José Luiz Costa.

C - A Rainha Perpétua

Não é, como caberia supor, a esposa do Rei. A partir de certa época, por motivo que ignoro, tem havido mais de uma simultaneamente.

Conforme os programas da Festa, em 1.975 ocupou o posto Adelina Fernandes de Souza; em 1.977, Maria Gabriela Ferreira da Silva. Nos anos de 1.981 a 1.983 os programas não a mencionam. Em 1.984 passou a reinar Amélia Lapa da Silva; a partir do ano seguinte e até 2.000, pelo menos, ela dividia o trono com Marlene Tereza, ou Marilene Tereza V. Braz.

D - As Rainhas do Congo

Parece não haver distinção nítida entre elas e a chamada "Rainha Conga". Em alguns anos creio ter havido, mesmo, alguma confusão entre as figurantes na ocupação dos respectivos postos.

De 1.975 a 1.977, ao menos, reinaram Oscarina Manoel de Souza, Paula Pereira Lima, Lúcia Aparecida, Poncília e Ângela dos Santos. Em 1.979, conforme o programa, a primeira passou a Rainha Conga, permanecendo as demais em seu posto. Em 1.981 saiu Ângela dos Santos; em 1.985 saiu Paula Pereira Lima. De 1.986 a 1.990 reinou apenas Poncília. Nos anos de 1.991 a 2.000 a Rainha do Congo foi Maria Sebastiana Camilo.

E - A Rainha Conga

De 1.979 a 1.981 reinou Oscarina Manoel de Souza.

No ano seguinte o posto coube a Maria Aparecida de Jesus. Em 1.983 retornou Oscarina. De 1.984 a 1.999 foi rainha Maria Isabel da Silva. Em 2.000 figurou no programa como ocupante do cargo Maria Aparecida da Silva.

F - A Rainha do Rosário

Rosa Gonçalves estava no posto desde 1.975, ao menos, e nele continuava em 1.999. No ano seguinte ele passou a Josi Camilo de Oliveira.

G - A Rainha do Ramalhete

Desde 1.975, ao menos, reinou Maria de Lourdes, ainda no posto em 2.000.

H - A Rainha da Vara

Rosária dos Santos ocupou o posto desde 1.979, ao menos, até 1.998. Sucedeu-lhe no ano seguinte Cecília Lopes. O título parece incomodar: em 1.995 não foi usado, sendo Rosária indicada como uma das rainhas de São Benedito. Voltou no ano seguinte, mas em 2.000 foi alterado para "Rainha das Juízas". Rosária em 1.999 o trocou pelo de Rainha de São Benedito.

I - A Rainha de São Benedito

Este posto só apareceu na Festa de 1.988. Desde então foi ocupado por Maria Gabriela Ramos. Em 1.995, 1.999 e 2.000 foi dividido com Rosária dos Santos.

J - A Rainha da Embaixada

Outro cargo sem tradição local, criado em 1.989. Preencheu-o desde o início Jucimara Aparecida Baldini. Em 2.000 ela passou a dividi-lo com Maria Marcelina Gomes e Rosemary Baldini Xavier.

L - As Princesas

De 1.975, ao menos, até 1.985 eram quatro: Maria Fausta, Benedita Maria dos Santos, Cleusa Marques de Souza e Telma Mara Marques. A penúltima retirou-se em 1.986, permanecendo as demais até 1.996. No ano seguinte Benedita cedeu o lugar a Kamilla Ferreira dos Santos, que continuava com as outras até 2.000.

M - A Juíza do Ramalhete

De 1.979, ao menos, até 1.985 o posto coube a Minervina dos Santos. A partir do ano seguinte os programas da Festa não mais falaram dele.

N - A Dama da Irmandade do Rosário

O cargo surgiu no programa de 2.000, ocupado por Aparecida de Souza.

O - Os Guardas de Honra

Em anos diversos têm ocupado o posto, entre outros, Alcino Vilasboas, Ângelo Lapa, Antônio Alfredo da Silva, Antônio dos Reis, Aparecido Domingues, Aristeu Fernandes de Souza, Armando Tomé, Eurico dos Santos, Francisco de Souza Breves, Francisco Olímpio, Francisco Sabino de Souza, Gildo da Silva, Ildefonso Camilo Fernandes, João Basílio de Paiva, João Batista Rodrigues, João Briso, João Pedro Filho, João de Souza Breves, Jorge Ovídio Leal, José Ademar Passos, José Francisco de Souza, José Luiz de Paiva, José Pedro de Souza, José Vítor de Paula, Lázaro Baltazar, Ludgério Eleutério de Oliveira, Manoel Roque Paulo, Onivaldo Santos, Sebastião Baldini, Sebastião Cabrito, Sebastião Gomes, Sebastião Paulino de Morais, Sílvio da Silva, Tomé Souza e Vítor Lino.

Em 2.000 apareceram pela primeira vez mulheres como guardas: Jane Baldini, Margarida Cândido Silva e Maria Aparecida Lima.

P - Os Guardas da Coroa

Desempenharam tal função em 1.975 Ângelo Lapa, José Francisco de Souza, José Sabino, Onofre Bandeira e Paulo Luiz. Parece que posteriormente ela foi extinta.

Q - O Ordenança do Rei

Pelo menos entre 1.975 e 1.977 o posto coube a Graciano Ferreira de Carvalho; entre 1.981 e 1.986, a Ildefonso Camilo Fernandes; de 1.987 em diante, a Benedito Adriano da Silva.

R - O General Supervisor dos Ternos e Capitão-General

Jorge Batista de Oliveira acumulou os dois cargos desde 1.977, pelo menos. Até 1.984 ele dividiu o primeiro com José Flausino.

S - O Capitão do Mastro

O posto pertenceu a Lázaro Hilário desde 1.975, pelo menos, até 1.997. Antes, por dez anos, ocupou-o João Miguel da Silva. Desde 1.998 coube a Marcos Vinícius de Bem.

Entre 1.975 e 1.977 a honraria coube a Sebastião Quirino. De 1.981 até 2.000, a Lázaro dos Santos.

4 - **As cerimônias folclóricas**.

Homero Costa (*op. cit., pág. 48*) descreve com vivacidade as festas de congo locais nas primeiras décadas do século:

> *"Das cerimônias "congadeiras" da época, executadas pelos dois "Ternos", como números de destaque, bem nos lembramos das cenas de "embaixadas", salamaleques e idas e vindas que êles executavam em frente das casas das autoridades e famílias mais gradas, bem como das "juízas" pretas marchando no meio do "Terno" de congadeiros, de sombrinhas abertas ao sol, compenetradas, cheias de elegância e donaire. Nalgum ano de mais apurado capricho nas solenidades, segundo tivemos notícia, representavam algumas cenas da guerra entre cristãos, encarnados nos 12 pares de Carlos Magno, contra os turcos do Almirante Balão.".*

José de Souza em mais de um artigo fez referência às embaixadas, que há muitos anos desapareceram de cá, até o final do período estudado. Disse que sua apresentação durava quase todo o dia, e que nelas se destacaram, entre outros, João Gaspar, João Miguel da Silva (pai e filho), José Benedito, Luiz da Silva e Luiz de Paula.

Maria Rossetti de Almeida, em entrevista à "*Folha Machadense*" nº 133, falou dos festejos de antigamente:

> *"Havia festas do S. C. de Jesus, N. Sra. do Rosário e São Benedito, não faltando as congadas e os caiapós. Os congadeiros usavam saias de várias cores, até ao joelho, e de seus capacetes pendiam fitas coloridas, até aos pés. Os caiapós usavam saiotes de capim, penas na cabeça com espelhos presos à testa com fitas multicores.".*

Os ternos de congo começam a ensaiar no início do mês de agosto, em geral à noite ou nos fins-de-semana. Por falta de recursos, só nos três últimos dias da Festa exibem seus fardamentos. Eles são simples e consistem, basicamente, em camisa de cores vivas, calça com raro enfeite nas laterais, gorro ou boné ornado com fitas, e às vezes pequena capa ou uma faixa. Os caiapós usam saiotes de capim, cocares, pulseiras e tornozeleiras de penas, e espadas de pau. Pintam os corpos e os rostos de preto ou azul. Um deles, chamado de "bugrinha",

veste-se de mulher e amarra um pano à cabeça.

Cada grupo tem em média cinqüenta membros, que se distribuem em três ou quatro filas ou "cordões", por ordem decrescente de tamanho e importância. Na frente vão as moças e meninas, com os estandartes de santos, de que pendem fitas coloridas.

A cada ano, infelizmente, as congadas mais se descaracterizam e perdem a autenticidade. Seus integrantes esqueceram os gestos rituais, não sabem "tirar as modas" antigas, pouco cantam e sofrem deletéria influência das escolas de samba. Quase não se distinguem os toques de umas e outras. Confira-se a desalentadora constatação de Carlos Rodrigues Brandão ("*A Cultura na Rua", págs. 184/185*):

> *"De alguma maneira como na talvez distância entre os ritos do Candomblé e os da Umbanda, existem festas onde as equipes guardam ainda um conhecimento suficiente de seus cantos e passos da marcha e dança. Mas os gestos finos da reciprocidade, da deferência e da devoção foram apagados. Essa poderia ser a diferença entre o que se vê ainda em Oliveira e o que se encontra em Machado, também em Minas Gerais, mais ao sul em direção a São Paulo.*
> *Pensa-se que se esquecem músicas e toques, mas são formas do olhar e gestos sutis da mão o que primeiro se perde da cultura. Sobram seus intervalos: sua falta, primeiro reconhecida depois sequer lembrada. Em Machado, no dia único do Reinado, uma segunda-feira, os ternos descem em direção à igreja, de onde saem depois num longo e barulhento cortejo de iguais reis e rainhas, nobres e guerreiros dançantes. Embora o contexto e os instrumentos e objetos cerimoniais sejam os mesmos, os gestos sutis que provocam em Oliveira os intervalos das cerimônias de devoção, de reconhecimento e deferência, não existem mais. Cada terno apenas chega ao local do encontro. Alguns silenciam os instrumentos, enquanto outros - a maioria - seguem tocando ruidosamente, de tal sorte que o local se converte em uma pequena praça de batalha sonora. Esquecidos os gestos sutis de sujeição ou reciprocidade entre pessoas ou entre grupos rituais, resta uma algazarra regida pelo senso da concorrência: ganha de todos aquele que conseguir impor seu som alto, seu ritmo de tambores, sem perder o compasso que inevitavelmente se mistura com o de muitos outros. Submetida a delicadeza dos gestos pela violência dos toques que transformam as marchas e os cantos devotos ou guerreiros em verdadeiras batucadas, há não um acréscimo de símbolos e situações cerimoniais mas uma perda vi-*

sível. É porque existem cada vez menos instantes, seqüências e gestos celebrativos que as pessoas repetem ao exagero e quase desordenadamente apenas o que restou: "malham os instrumentos", dizem, concorrem entre eles e sequer cantam, porque isso seria perder ali a força do som em luta contra outros. Algo como passar da solenidade à mascarada sem reconhecer ainda o que está acontecendo.
Mas os mais velhos reconhecem. E é exatamente essa queixa o que eles fazem. Toda a Festa de São Benedito em Machado e, particularmente, seus instantes mais ritualmente esperados, por serem os mais importantes, por serem os mais bonitos e queridos, perderam ou estão se esvaziando desses elos de sentido, realizados como a expressão sutil dos gestos agora esquecidos. Perdida a sutileza cerimonial, restou o ruído de sua face grosseira. Esquecidos os gestos tão solenes e afetivos com que as pessoas que se encontravam ou que se visitavam traduziam entre elas a própria afeição, o reconhecimento da igualdade ou o desejo de estabelecer a norma da solidariedade sobre a regra da diferença, resta um vazio de gestos, pois outros não os substituíram preenchidos com imitações grosseiras de atos ruidosos que todos sabem fazer e que dissolvem nesse representar de massa alguma coisa que teria sido antes dramatizada, matizada pela seqüência de situações simbolicamente diferentes; de uma polissemia de saberes e gestos que traduziam em seu todo a realidade reconhecida ou a ilusão desejada do que agora os próprios mestres antigos descobrem haver sido perdido: a harmonia.".

Os congadeiros usam instrumentos musicais de todo tipo, e não apenas os ligados à origem da dança, como caixas de corda, violas e cuícas. Vêem-se tambores de alumínio, taróis e instrumentos de sopro como saxofone e clarineta. Alfredo João Rabaçal (*obra adiante citada*) chegou até a registrar aqui, em 1.961, a utilização de bandolim e violino!

As cerimônias folclóricas concentram-se nos três últimos dias, sempre domingo, segunda e terça-feira. Nestas, a partir de 1.967, o governo municipal tem decretado ponto facultativo e feriado.

O domingo inicia-se com alvorada festiva, a cargo de banda de música. Na parte da tarde acontece o levantamento do mastro, sob a direção do Rei Perpétuo e responsabilidade dos Capitães da Bandeira e do Mastro. O ato é acompanhado por todos os ternos, que conduzem os símbolos da Festa das casas dos Capitães até a Praça.

A segunda-feira é reservada para o ato mais solene: a

subida do Reinado, ou o Juizado. Logo depois do almoço, saídos de diversos pontos da Cidade, os ternos dirigem-se à casa do Rei Perpétuo. No caminho vão apanhando as "juízas", que se incorporam ao cortejo. Esta parte do ritual, lamentavelmente, a cada ano perde expressão e fica quase esquecida. Juízas eram no geral pretas de destaque, que os congadeiros tratavam com deferência, e que os acompanhavam elegantemente vestidas, sempre com sombrinhas abertas. Nos primórdios, os juízes e juízas de Nossa Senhora do Rosário tinham a tarefa de angariar donativos ou promessas da população, que eram oferecidos ao Santo no final da Festa.

Nos anos '70 e '80 se tentou reavivar o Juizado, porém só com a finalidade de arrecadar mais dinheiro para a Festa. Enviaram-se cartas com bandeirinhas coloridas a pessoas do sexo feminino, indiscriminadamente, convidando-as a ser juízas em troca de certa contribuição. Quem aceitasse a proposta deveria colocar a bandeirinha na porta de sua casa, para que os ternos, ao passar, as levassem em sua companhia.

Voltemos ao Reinado. Congregada a Corte, seus integrantes, em roupas de gala, com capas e coroas, saem da casa do Rei num cortejo solene, em direção à Igreja. Escoltam-nos os Guardas de Honra, os Guardas da Coroa e o Ordenança, com espadas desembainhadas e cruzadas em sua frente. Acompanham-nos todos os ternos, as juízas, às vezes a banda de música e uma multidão de pessoas. Nas últimas décadas também os festeiros são coroados e se integram ao séquito. Da Matriz, este se dirige em procissão à Praça de São Benedito, com a imagem do Santo em andor. Lá se reza missa campal e são proclamados os festeiros do ano seguinte.

Na terça-feira, o dia da despedida, tem lugar a descida do mastro. Nesse ato os congadeiros entoavam a canção de saudade dos colegas falecidos, e rogavam a proteção do Santo para estarem presentes às comemorações do ano seguinte. Lamentavelmente, esta parte do rito já foi também olvidada.

Fora dos festejos de São Benedito, as congadas se apresentam apenas uma vez: é no treze de maio, em homenagem à libertação dos escravos. Nesse dia costuma haver também alvorada festiva e queima de fogos. Tradicionalmente, nas décadas de '70 e '80, tal comemoração ficava a cargo de Benedito da Silva, o estimado "Perneta", já falecido. No Douradinho, por muitos anos, ela foi liderada por Ana Vitoriana. Em 2.000 ensaiou-se o ressurgimento da Festa do Rosário, na Igreja de Santos Reis, com ternos de congo, sob o patrocínio da Associação dos Congadeiros e da Paróquia São José.

5 - **<u>As festas até o litígio judicial</u>**.

No primeiro livro de tombo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio encontra-se o registro da celebração de uma festa em louvor de São Benedito, no dia 13 de maio de 1.914, "*devido principalmente aos esfor-*

ços da população de cor".

Para construir a Capela da Santa Cruz e de São Benedito (após a demolição da Igreja de Santa Cruz, na antiga Rua Pontalete, junto à qual se dançava o congo), foi realizada de 21 a 30 de setembro de 1.923 outra festa de São Benedito. Seu programa publicou-se no jornal "*O Município*". A comissão organizadora foi composta por Antônio de Paula Ferreira, Antônio Machado Bellini, José Nery Sobrinho, Oscar de Paiva Westin, Padre Achilles E. Tritsmans e Porcina Leopoldina de Moraes. O primeiro e o último dia iniciaram-se com alvorada; todas as noites, depois da novena, houve leilão de prendas. Os festejos terminaram com missa, prédica e procissão até o local da futura Capela. Ao cabo, os juízes de N. S. do Rosário entregaram suas esmolas.

Merece registro a festa de novembro de 1.930, com a inauguração da parte interna da Capela, na qual passaram a celebrar-se os ofícios religiosos. Em 1.932 ela não se realizou por causa da Revolução Constitucionalista. O livro de tombo da Paróquia refere-se à festa de 1.938, animadíssima, com o povo todo prestando "*uma obediência exemplar às ordens do Vigário*"; à de 1.939, "*com as maiores pompas*"; e à de 1.940, "*muito animada*".

Apesar da adjetivação, os primitivos festejos eram muito simples e realizavam-se apenas entre pobres, na maioria pretos. Enfrentavam o preconceito, ou mesmo a hostilidade da classe dominante e dos padres, que resistiam à mescla do congado com a liturgia católica.

Antônio de Paula Ferreira, pivô do litígio noticiado noutro capítulo, foi membro das diversas comissões construtoras e depois zelador da Capela de São Benedito. Edificou a própria casa ao lado desta. Tomava sempre a dianteira na organização da festa, e na década de quarenta se desentendeu com o Vigário por causa do comando e, principalmente, do recebimento das rendas.

Em 1.941 foram festeiros Severo Augusto da Silva e Maria Alves da Silva. No ano seguinte, conforme o registro paroquial, as congadas funcionaram independentemente da festa, que mesmo assim teve "*deficit*" de mais de um conto de réis. Os festeiros, então, eram Fernando José de Oliveira e Maria Estela Nery de Oliveira. Em 1.943 anotou-se no livro de tombo o evento "*sem os ruidosos festivais dos outros anos, mas com muito mais fruto espiritual*".

A festa de 1.946 realizou-se sem o apoio do clero, embora conste no livro de tombo que foi festeiro o Apostolado da Oração. Já se acirrara o conflito entre o Vigário e a comissão encabeçada por Antônio de Paula Ferreira e Urias Francisco Nery. Em 1.947 ela foi feita sem padres, só com o esforço dos congadeiros, que até procissão organizaram.

A comissão indicara para festeiros em 1.948 Alfredo Gonçalves, Antônio Américo de Carvalho, Euclydes de Paula e Joaquim Caeta-

no. Eles lançaram programa e em 18 de agosto requereram ao Delegado

> *"licença para a realização das dansas de congados nas ruas e praças da cidade compostas de 10 ternos, e bem assim como barracas, nesses festejos a realizarem-se nos dias 21 a 31 do corrente, sendo que os congados dançarão no dia 22 por ocasião do levantamento do mastro e nos 3 dias finais da festa."*.

Dias antes, porém, Dom Hugo de Araújo havia interditado a Capela, vedando lá qualquer ofício religioso. O Vigário pediu à Polícia que proibisse a festa, e assim foi feito. A interrupção durou até 1.952, quando findaram os processos judiciais.

6 - **<u>As festas após o litígio judicial</u>**.

Com a vitória do clero, em 1.952 a Festa voltou a realizar-se. Conforme o "*Histórico do Ginásio São José*",

> "*a afluência do povo foi extraordinária, e os costumes regionais lhe deram um cunho todo especial*".

Dom Hugo esteve presente, e levou em procissão relíquia de São Benedito, ofertada pelo Papa. Durante uma semana houve conferências do orador sacro Cônego Trajano Lemos Barroca.

Em 1.956, apesar do bem sucedido concurso de bonecas vivas, as despesas ultrapassaram a renda, conforme anotações paroquiais. O mesmo ocorreu no ano seguinte.

O Vigário Cássio Marques Ferreira, em 1.959, deixou registrada no segundo livro de tombo sua má-vontade em relação à "*parte profana*":

> *"Este ano demos apenas Cr$25.000,00 da festa para o congado. E publicamente, por mais de uma vez, e até mesmo solenemente, a 13 de maio, em uma missa que celebramos na capela de S. Benedito - presentes vários capitães e autoridades do congado - afirmamos que, para os anos seguintes, o congado não receberá absolutamente nada da festa." (pág. 156).*

Em 1.963, as comemorações beneditinas ainda eram depreciativamente denominadas "*uma espécie de quermesse dos pretos*", no "*Histórico do Ginásio São José*". Com o tempo, a animosidade cessou, porque os brancos dominaram a Festa, e a Paróquia resolveu explorá-la como fonte de renda. Ela se desenvolveu e assumiu as características atuais a partir de 1.965, quan-

do aqui chegou o Cônego Wálter Pulcinelli. Ele acabou com duas celebrações religiosas (São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida) para concentrar esforços na de São Benedito, obtendo o retorno financeiro esperado.

Atualmente, a Festa de São Benedito realiza-se na segunda metade de agosto, e dura cerca de quinze dias. A parte religiosa consiste na celebração de missa diária, com prédica e novena. No derradeiro dia há procissão e missa campal.

Em todo o período funciona ativo comércio de roupas, utensílios domésticos e quinquilharias de baixa qualidade, em barracas de ambulantes que se espalham pela Rua Aírton Rodrigues, Avenida Santa Cruz e adjacências. Na Praça São Benedito ficam a maioria das barracas de comidas e bebidas, o coreto onde se realiza o leilão de prendas e os pontos em que se exploram jogos de azar (bingo) ou de habilidade (argolas, tiro-ao-alvo, etc.). Em época mais distante, algum parque-de-diversões instalava roda-gigante e balanços no local. Também costumavam aparecer mágicos.

É sempre grande o número de visitantes, e a Festa constitui tradicional ponto de encontro dos machadenses que residem fora. Em 1.978 foi incluída no calendário turístico da Embratur.

Em anos passados realizavam-se leilões de prendas diários. Hoje há leilão de gado, rifa de um automóvel e, às vezes, de outros bens. Esporadicamente são feitas promoções diversas, como concursos de bonecas. Grande arrecadação propiciou o irregular aluguel de terrenos públicos para instalação de barracas, feito através de Lucilo Manoel Fadini desde a década de sessenta até sua morte, em 1.999.

Duas festas se destacaram nos últimos tempos: a de 1.977, encabeçada por Rúbens Pinto Garcia, e a de 1.981, coincidente com o Centenário da Cidade, liderada por Pedro Ribeiro da Silva. Naquela montaram-se na Praça 23 barracas padronizadas, de dois andares, para aluguel. Os festeiros quiseram transferir para a Santa Cruz todo o comércio de camelôs, mas foram impedidos por portaria do Prefeito, em face de protesto de moradores da Avenida, o que gerou polêmica. Instalou-se um "*dancing*" com conjunto musical e promoveram-se diversos "*shows*" com artistas da Televisão Tupi, sob o comando de Aírton e Lolita Rodrigues. Na segunda exibiram-se grupos folclóricos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Foi lançado, sem sucesso, concurso de música para congados. Em ambas os ternos receberam mais ajuda.

Os festeiros, porque têm a função precípua de arrecadar dinheiro para a Paróquia, não são escolhidos entre os congadeiros, mas entre pessoas de mais influência e melhor situação econômica. Eis o seu rol, embora incompleto:

1.952 - Israel Augusto da Costa, Oscar Caetano de Figueiredo e Sras.;

1.953 - Laércio Bernardes Pereira, Nélson Moreira Cavalcante e Sras.;
1.954 - José Maciel, Marcos Maciel Dias e Sras.;
1.955 - José Geraldo da Costa, Oscar Generoso da Luz e Sras.;
1.956 - Celso Moura, João Nannetti e Sras.;
1.957 - Agenor Ferri, Arthur Signoretti e Sras.;
1.959 - Alfredo Bíscaro, Celso Sidney Gambi e Sras.;
1.961 - Darcilo Passos Swerts, José Maria Pereira e Sras.;
1.963 - Alfredo Bíscaro, Celso Sidney Gambi, Joaquim Caetano e Sras.;
1.965 - Abílio Alves Campos, José Geraldo da Costa e Sras.;
1.966 - Romeu Sobral, Vicente Emídio da Costa e Sras.;
1.967 - João Maciel Dias, João Seabra Campos e Sras., e Francisco Vieira Guerra;
1.968 - Antônio Barcelos Costa, Cícero Carvalho, Sebastião Vasconcelos e Sras.;
1.969 - José Carlos Ferri, José Donato da Cunha, Maurício dos Santos e Sras.;
1.970 - Celso Moura, Maurílio Carvalho, Vítor Ananias Vital e Sras.;
1.971 - Francisco Viana, Juvenil Benedito Anunciação, Olímpio Padilha e Sras.;
1.972 - Bias Maciel Dias, Luiz Edmundo Dias, Oswaldo Gambi e Sras.;
1.973 - Abelim Araújo, Carlos Alberto Pereira Dias, Horácio Gonçalves de Lima e Sras.;
1.974 - Epitácio Bernardes, Euclides Rodrigues dos Santos, Paulo Rodrigues e Sras.;
1.975 - José Alves Campos, José Geraldo da Costa, José Thales Magalhães e Sras.;
1.976 - Décio Paulino da Costa, Irineu Pereira de Carvalho, José Cássio Nannetti Dias e Sras.;
1.977 - José Washington M. de Carvalho, Juarez Honório Pinto, Rúbens Pinto Garcia e Sras.;
1.978 - Ivone José Gonçalves, Oriental Meloto, Paulo Afonso Campos e Sras.;
1.979 - Aurélio Almeida Nogueira, José Caixeta, Lázaro Vilela Freire e Sras.;
1.980 - Arthur Signoretti, Cyro de Souza Dias Netto e Sras. (o terceiro casal, Sebastião Soares e Sra., não assumiu por motivos particulares);
1.981 - Janice Maciel Dias, Josmar Pereira Gonçalves, Pedro Ribeiro da Silva e Sras.;
1.982 - Ademar Morais Caixeta, Jorge Eduardo Vieira de Oliveira, Oscar Generoso da Luz e Sras.;
1.983 - Arnaldo Nannetti Dias, Carlos Roberto Pereira, Luiz Carlos Garcia e Sras.;
1.984 - Afonso Alves Campos, João Morais Caixeta, Sebastião Tardiolli e Sras.;
1.985 - José Francisco da Costa, Luiz Olímpio de Carvalho, Sebastião Martins Pereira e Sras.;
1.986 - Hildeu Pereira Neves, Isaltino Pereira da Luz, Laís Ferri e Sras.;
1.987 - Antônio Carlos Costa, Luiz Fernando Nannetti Carvalho, Olímpio Pereira de Carvalho e Sras.;
1.988 - João Ribeiro, Oswaldo Pereira da Luz, Paulo Rodrigues e Sras.;
1.989 - Israel de Souza Diniz, José Lázaro Freire, Sinval Rodrigues Scalco e Sras.;
1.990 - Francisco Campos Gonçalves, Natanael Vasconcelos Pereira, Nélson Carvalho e Sras.;
1.991 - João Nannetti Júnior, Laércio Leite da Silva, Mauro Moreira Guerra Júnior e Sras.;
1.992 - José Cândido S. Dias Filho, Pedro Neder Sobrinho, Wágner A. Domingues e Sras.;
1.993 - Gérson Carvalho Vilela, José Caixeta, José Carlos Diniz e Sras.;

1.994 - Rotary Club e Casa da Amizade, representados por Jacob de Souza Fernandes, Anginaldo Cunha, Paulo Roberto Conti Neves, Sérgio Amaral Resende e Sras.;
1.995 - Aílton Batista Nery, Luiz Alberto de Souza, Wilmar Conti Moreira e Sras.;
1.996 - Édson Figueiredo Vieira, Hamílton Picolotti, José Rowilson de Souza Camargo e Sras.;
1.997 - Celso Signoretti Gambi, João Carlos Ferri, João Rebelo Dias e Sras.;
1.998 - Luiz Renato Cavalcante, Vicente José da Silva, Warner de Paula Lima e Sras.;
1.999 - Daniel Bernardes (faleceu antes da Festa), Jarbas Gonçalves de Lima, Laércio Serafini Melotto e Sras.;
2.000 - João Morais Caixeta, José Lindolfo Vieira Dias, Lázaro Ferreira da Silva e Sras..

A Festa de São Benedito cresceu em demasia e desordenadamente, o que tem causado problemas. Nela se instalam cerca de 1.500 barracas de ambulantes, que em alguns anos chegaram até às ruas Joaquim Teófilo e Barão do Rio Branco. Elas dificultam a passagem de pedestres e veículos, bem como o acesso às residências. Os barraqueiros comem e dormem junto de suas mercadorias, sem higiene e em promiscuidade. Não há na Praça e nas ruas próximas sanitários públicos suficientes, nem local para banhos. A sujeira é enorme. Os moradores das imediações perdem o sossego e a privacidade. Alguns tiram proveito econômico da situação, vendendo comida e energia elétrica aos barraqueiros, alugando-lhes garagens e banheiros. Não há suficiente cuidado no preparo dos alimentos servidos à população, sujeita a contrair graves doenças.

O comércio local fica muito prejudicado pela concorrência dos ambulantes, o que tem gerado protestos de sua Associação. O Município nada arrecada deles. Além de lesado pela indevida cobrança de aluguel de vias públicas, todo ano subvenciona os congadeiros, que da Festa só recebiam até 2.000 alimentação nos três últimos dias e, às vezes, insignificante ajuda pecuniária.

Em 1.999 a Associação dos Congadeiros passou a reivindicar alguma participação no controle da Festa, tendo encontrado receptividade da Paróquia. Em 15 de junho de 2.000 ambas firmaram acordo, pelo qual caberia àquela

> *"a receita proveniente dos valores pagos pelos barraqueiros, bem como a organização, instalação e responsabilidade das barracas na época da festa".*

Em contrapartida, ela se comprometeu a construir a barraca do jogo do bingo e a destinada à Polícia Militar; a não fazer nos quatro meses que antecedem a Festa nenhuma promoção que implicasse distribuição de prêmios, listas de doações ou pedidos de qualquer espécie. Além disso, os festeiros e a Paróquia deixaram de fazer gastos com segurança e congadeiros. A avença, que segundo os próprios termos se fez "*para estimular a cultura, o folclore e as tradições das congadas*", parece ter sido muito conveniente para a Paróquia. Ela se exonerou da responsabilidade pelas barracas, cuja instalação foi sempre polêmica pelos transtornos que

acarreta ao comércio, ao trânsito e à população, e pelos riscos de incêndio, doenças, etc.. Transferiu aos congadeiros a arrecadação de uma receita que pertence ao Município, e que é difícil e trabalhosa, além de exigir a colocação de inúmeros pontos distributivos de energia elétrica. Onerou-os com a construção de duas barracas e com a segurança da Festa, e lhes vedou acesso a qualquer renda alternativa nos quatro meses que a antecedem. Conforme balancete publicado na "*Folha Machadense*" 1.290, em 1.999 o aluguel de barracas correspondeu a apenas R$3.462,00, numa receita total de R$85.633,95; por outro lado, as despesas com alimentação dos congadeiros, de que a Paróquia se livrou, somaram R$5.717,81.

O Poder Público, até o final do período estudado, tinha se omitido na disciplina da Festa, por tibieza em contrariar o interesse dos que a exploram. Em 1.993, o Executivo desconsiderou proposta do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico, para realizar debate sobre seus problemas. Em 1.994, a Associação Comercial e Industrial patrocinou projeto de lei de iniciativa popular, subscrito por 1.559 eleitores, dispondo sobre a organização da Festa, a instalação das barracas, o trânsito e o estacionamento de veículos, a higiene e a segurança da população. Em vez de enfrentar o tema e de dar ao evento a regulamentação indispensável, ainda que através de substitutivo, os vereadores se acovardaram, rejeitando o projeto. Pareceres bisonhos sugeriram a elaboração de texto melhor, após consultas à "*elite pensante da Cidade*", como se eles próprios não tivessem competência legislativa... Mais grave era a inoperância do setor de Vigilância Sanitária na fiscalização das barracas. Embora reconhecendo os problemas, não os combatia, pretendendo transferir o encargo ao consumidor. Seu chefe, em constrangedoras declarações à imprensa em 1.996, admitiu ser quase total o descontrole sobre a Festa, em que a maioria dos barraqueiros preparava e vendia alimentos sem qualidade e higiene, pondo em risco a saúde da população. Asseverou que, sendo a questão "*de carência educacional*", seria tolice agredir ou punir esta ou aquela pessoa, pois

> *"se devemos punir o comerciante por não saber vender produtos saudáveis, por que não deveríamos punir também o consumidor por não saber comprar produtos saudáveis?"*.

A Prefeitura deixava ainda que uma comissão decidisse a cada ano sobre a localização das barracas e o trânsito de veículos, sem se envolver na questão. Em 1.998 e 2.000 os ambulantes continuaram em atividade vários dias após o final da Festa, só desocupando as ruas, no último ano, por ordem judicial.

Sugeriu-se até com insistência, nos anos oitenta, a mudança da Festa para o Parque de Exposições, o que não resolve os problemas. Num veemente artigo publicado na imprensa local em setembro de 1.989, Antônio Machado Dias condenou a exploração comercial da Festa, a sujeira provocada pelos camelôs e o abandono dos congadeiros, culpando o Vigário por tal situação. Em face da reação às suas palavras retratou-se parcialmente, sem convencer. Em 1.992 o estudante de arquitetura da Unifenas Eduardo Camargo Melo apresentou

projeto de um "*congódromo*", para substituir a Praça São Benedito. Tratava-se, porém, de obra cara, que implicava a desapropriação da Vila Vicentina, e, por isso mesmo, inviável.

7 - **A Associação dos Congadeiros**.

O responsável pela organização foi José Vítor da Silva. Sua sede denomina-se "*Casa do Congadeiro Tio Chico*", em homenagem a Francisco Manoel dos Santos, antigo capitão de terno que ajudou a construir a Igreja de São Benedito. Localiza-se no Bairro Santo Amaro, em terreno cedido pela COHAB. A construção, a cargo de José Maria Pereira, foi custeada em parte pelo Município, e teve início em 2/9/1.980. A cobertura metálica do teto foi feita pela Agrobrás. Inaugurou-se em 30 de agosto de 1.981, mesmo sem estar concluída. Totalmente pronta, só foi entregue em 13 de maio seguinte.

O estatuto, aprovado em abril de 1.982, define-a como sociedade civil "*de cunho religioso*", que tem, entre outros objetivos, os de defender e amparar os congadeiros; promover seu aperfeiçoamento moral, cultural e material; preservar as tradições da congada e da Festa de São Benedito; angariar fundos para a sobrevivência e o desenvolvimento delas. Contém ainda capítulos sobre a organização das congadas; o Rei e seu séquito; a filiação e os deveres dos ternos; a guarda de honra e as irmandades.

No dia 13 de maio de 1.982 tomou posse a primeira diretoria, assim constituída: *presidente* - Pedro Ribeiro da Silva; *vice-presidente* - Ceila Caproni Gonçalves; *1º secretário* - Afrânio Tomé da Silva; *2º secretário* - Marco Aurélio; *1º tesoureiro* - Vítor Ricardo da Silva; *2º tesoureiro* - Cláudio de Freitas; *diretor social* - Warner de Paula Lima; *ajudante de cerimônias* - Benedito da Silva; *assessor* - José Vítor da Silva (exerceu na verdade a função de diretor executivo); *diretora de pesquisas e divulgação* - Emerita de Souza Costa; *conselheiros fiscais* - Carlos Alberto Pereira Dias, Cônego Wálter Pulcinelli e Cornélio Camargo.

Pedro Ribeiro da Silva, o "*Pedro do Severo*", foi seu grande benfeitor, tendo ajudado muito na construção da Casa e no seu equipamento. Em 24 de outubro de 1.983 ela foi declarada de utilidade pública municipal pela resolução nº 11 da Câmara (no mesmo sentido dispôs a lei 971, de 17 de maio de 1.994). Em março de 1.986 inaugurou-se seu gabinete dentário, que só entrou em funcionamento um ano depois. Nessa época remodelaram-se o palco de festas, a cantina, a copa e a cozinha; construíram-se novas instalações sanitárias, pavimentou-se o piso, fez-se um jardim e concluiu-se novo sistema de iluminação. Em 1.987 a Associação iniciou a premiação dos ternos de congo, depois abandonada e retomada em 1.991.

Em março de 1.988 faleceu o presidente. No dia 27 do mesmo mês foi eleita outra diretoria, assim composta: *presidente* - José Vítor da

Silva; *vice-presidente* - Ceila Caproni Gonçalves; *secretária* - Rosiane Nogueira; *tesoureiro* - Marcos de Paula Ferreira; *diretor social* - Jorge Bueno da Silva; *diretora de cultura* - Emerita de Souza Costa; *animador* - Benedito da Silva. Em 30 de agosto seguinte inauguraram-se museu e biblioteca. Em junho de 1.989 a Associação recepcionou o cantor Martinho da Vila, que no ano posterior lançou o disco "*O Canto das Lavadeiras*", cedendo-lhe direitos autorais de uma faixa, inspirada em música da congada local.

Maércio Caetano da Silva elegeu-se presidente em 27 de fevereiro de 1.994, derrotando Jorge Bueno da Silva. Formaram sua equipe, que abrigou membros da chapa vencida: *vice-presidente* - Luís Antônio Leal; *1º secretário* - Gabriel de Tal (que logo se demitiu e foi substituído por Aílton Santos Moreira); *2º secretário* - José Henrique dos Santos; *1º tesoureiro* - Carlos Alberto Azevedo; *2º tesoureiro* - Mário Antônio da Silva; *diretor cultural* - José dos Passos; *diretor social* - Jorge Bueno da Silva. Naquele ano realizaram-se bailes carnavalescos na Casa. Em agosto alterou-se o estatuto, ampliando de dois para quatro anos a duração do mandato da diretoria. Com ajuda do Município, alguns meses depois efetuou-se terraplenagem no terreno ao lado da sede, para construir alojamento, e foi reformado seu sistema elétrico.

O presidente foi reeleito no dia 26 de abril de 1.998, em chapa única, com estes companheiros: *vice-presidente* - Jorge Ovídio Leal; *1º secretário* - José Hélio Pereira; *2ª secretária* - Silvana Cristina Pereira de Almeida; *1º tesoureiro* - Agostinho Valdvar Pereira; *2º tesoureiro* - Josmar Antônio de Paula; *diretor social* - Afonso Gonçalves da Silva. Um mês depois ele transferiu para a Casa o seu "*forró*", pagando-lhe aluguel de R$150,00 mensais. Ainda com auxílio da Prefeitura, iniciou a construção de sanitários, novas salas, muro, e asfaltou a entrada da sede. Desativou o gabinete dentário, o museu e a biblioteca.

No início de 1.999 foi feito abaixo-assinado com pedido de afastamento do presidente, por pessoas incomodadas com o barulho e as brigas causados por seus bailes. Apesar da oposição de corrente liderada por Jorge Batista de Oliveira e Sebastião Paulino de Morais, ele se manteve no cargo. Em maio de 2.000, a Associação promoveu na Igreja de Santos Reis, junto com a Paróquia São José, a 1ª Festa do Rosário. Em assembléia realizada no dia 15 de junho, aprovou-se por aclamação ofício em que Maércio se exonerava da presidência, para concorrer ao cargo de vereador. Seu posto foi assumido interinamente pela 2ª secretária, Silvana Cristina Pereira de Almeida. No mesmo mês, celebrou-se com a Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio o acordo já referido.

Passado o pleito municipal, estranha reunião, em 5 de novembro, tratou do retorno de Maércio Caetano da Silva ao comando da Sociedade. A presidenta interina disse que tinha ocorrido erro na ata anterior, e que não houvera pedido de exoneração, e sim de licença... A explicação foi aceita, e na mesma data ele reassumiu o cargo.

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal do Machado - livros de atas ns. 1 (págs. 123v./124); 2 (pág. 61); 8 (pág. 153); 14 (págs. 129v./130); e 15 (págs. 83v./84);
2 - Arquivo da Cúria Diocesana de Guaxupé - Primeiro Livro de Tombo da Paróquia do Machado - 1.857/1.916, pág. 65;
3 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado - Segundo Livro de Tombo - 1.916/1.967;
4 - Arquivo da Secretaria do Fórum da Comarca do Machado - autos, do Cartório do Primeiro Ofício, do mandado de segurança impetrado por Urias Francisco Nery contra o Delegado de Polícia do Machado;
5 - Arquivo da Secretaria do Fórum da Comarca do Machado - autos, do Cartório do Terceiro Ofício (caixa 90), da ação de imissão na posse movida por Urias Francisco Nery e sua mulher contra o Padre Antônio Maria Vermin e outro;
6 - Arquivo da Secretaria do Fórum da Comarca do Machado - autos, do Cartório do Terceiro Ofício (caixa 85), da ação ordinária movida pela Prefeitura Municipal do Machado contra Urias Francisco Nery e outros;
7 - estatuto da Associação dos Congadeiros;
8 - "Folha Machadense" ns. 19 - 4/8/1.974 - pág. 3;
66 - 20/7/1.975 - pág. 9;
73 - 7/9/1.975 - pág. 1;
117 - 25/7/1.976 - pág. 3;
133 - 14/11/1.976 - pág. 5;
169 - 17/7/1.977 - pág. 1;
170 - 24/7/1.977 - pág. 1;
175 - 4/9/1.977 - pág. 1;
225 - 3/9/1.978 - pág. 1;
260 - 27/5/1.979 - pág. 1;
262 - 10/6/1.979 - pág. 1;
298 - 19/4/1.980 - pág. 1;
315 - 16/8/1.980 - pág. 1;
316 - 23/8/1.980 - págs. 1 e 10;
318 - 13/9/1.980 - pág. 17;
335 - 17/1/1.981 - pág. 8;
336 - 24/1/1.981 - pág. 1;
367 - 29/8/1.981 - pág. 1;
368 - 6/9/1.981 - págs. 6, 7, 12 e 48;
380 - 5/12/1.981 - pág. 8;
396 - 10/4/1.982 - pág. 1;
397 - 17/4/1.982 - pág. 1;
401 - 15/5/1.982 - págs. 1 e 5;
417 - 13/9/1.982 - pág. 20;
475 - 5/11/1.983 - págs. 1 e 10;
495 - 7/4/1.984 - págs. 1 e 14;
528 - 24/11/1;984 - pág. 9;

558 - 6/7/1.985 - pág. 6;
565 - 24/8/1.985 - pág. 1;
568 - 13/9/1.985 - pág. 5;
600 - 10/5/1.986 - págs. 1 e 2;
616 - 30/8/1.986 - pág. 4;
644 - 28/3/1.987 - pág. 4;
648 - 25/4/1.987 - pág. 9;
650 - 9/5/1.987 - pág. 1;
665 - 22/8/1.987 - pág. 3;
666 - 29/8/1.987 - suplemento;
667 - 5/9/1.987 - pág. 1;
671 - 3/10/1.987 - pág. 13;
672 - 10/10/1.987 - pág. 5;
673 - 17/10/1.987 - pág. 12;
699 - 30/4/1.988 - pág. 7;
700 - 7/5/1.988 - pág. 16;
704 - 4/6/1.988 - pág. 1;
712 - 30/7/1.988 - pág. 13;
716 - 27/8/1.988 - págs. 8 e 9;
757 - 24/6/1.989 - pág. 8;
762 - 29/7/1.989 - pág. 12;
766 - 26/8/1.989 - pág. 12;
767 - 2/9/1.989 - pág. 14;
769 - 16/9/1.989 - pág. 12;
814 - 11/8/1.990 - pág. 10;
815 - 18/8/1.990 - pág. 1;
863 - 27/7/1.991 - pág. 1;
871 - 21/9/1.991 - pág. 10;
885 - 11/1/1.992 - pág. 8;
895 - 21/3/1.992 - pág. 2;
918 - 5/9/1.992 - págs. 1 e 2;
964 - 21/8/1.993 - pág. 1;
965 - 28/8/1.993 - págs. 1 e 3;
966 - 4/9/1.993 - pág. 12;
992 - 12/3/1.994 - pág. 7;
993 - 19/3/1.994 - págs. 1 e 7;
1000 - 7/5/1.994 - págs. 1 e 6;
1003 - 28/5/1.994 - pág. 1;
1007 - 25/6/1.994 - pág. 3;
1011 - 23/7/1.994 - pág. 11;
1014 - 13/8/1.994 - págs. 1 e 2;
1016 - 27/8/1.994 - pág. 14;
1017 - 3/9/1.994 - págs. 1 e 14;
1065 - 12/8/1.995 - pág. 1;
1203 - 1/5/1.998 - pág. 21;
1210 - 27/6/1.998 - pág. 2;

1212 - 11/7/1.998 - pág. 20;
1219 - 29/8/1.998 - págs. 1, 2 e 6;
1220 - 5/9/1.998 - pág. 2;
1244 - 27/2/1.999 - pág. 22;
1245 - 6/3/1.999 - pág. 26;
1265 - 17/7/1.999 - págs. 10 e 11;
1269 - 14/8/1.999 - págs. 8, 10 e 15;
1270 - 21/8/1.999 - págs. 1, 2 e 9;
1290 - 15/1/2.000 - pág. 19;
1307 - 13/5/2.000 - pág. 2;
1308 - 20/5/2.000 - pág. 26;
1310 - 27//5/2.000 - pág. 26;
1316 - 15/7/2.000 - pág. 21;
1321 - 19/8/2.000 - págs. 8 e 9;
1322 - 26/8/2.000 - pág. 8 e suplemento;
1323 - 2/9/2.000 - págs. 1 e 6;
1361 - 26/5/2.001 - pág. 26;

9 - "Gazeta do Sul", de Poços de Caldas - suplemento especial, setembro de 1.981, págs. 6 e 7;
10 - informações pessoais de Nézio Pereira;
11 - "Jornal da Paróquia nº 19 - 9/7/2.000 - pág. 2;
12 - livro de atas da Associação dos Congadeiros, aberto em 1.994;
13 - "Luminar Machadense" ns. 5 - agosto de 1.953 - pág. 4;
29 - 15/8/1.954 - pág. 6;
30 - 29/8/1.954 - pág. 4;
58 - 29/7/1.956 - pág. 1;
60 - 30/8/1.956 - pág. 3;
78 - 9/7/1.957 - suplemento;
14 - Museu Histórico Municipal - Acervo Lassalista - "Histórico do Ginásio São José";
15 - "O Imparcial" ns. 84 - 10/8/1.952 - pág. 4;
87 - 21/9/1.952 - pág. 2;
16 - "O Machadense" ns. 405 - 16/5/1.940 - pág. 2;
748 - 30/8/1.959 - pág. 4;
851 - 15/10/1.961 - pág. 7;
913 - 18/8/1.963 - pág. 1;
957 - 5/9/1.965 - pág. 4;
1008 - 4/9/1.966 - pág. 3;
1051 - 11/8/1.968 - pág. 4;
27 - 29/8/1.971 - pág. 1;
77 - 27/8/1.972 - pág. 1;
78 - 3/9/1.972 - pág. 1;
131 - 9/9/1.973 - pág. 1;
17 - "O Município" nº 16 - 4/9/1.923 - pág. 3;
18 - "Nossa Paróquia" nº 22 - setembro de 1.970 - pág. 4;
19 - programas da Festa de São Benedito;

20 - Revista "Imagem e Conteúdo" nº 1 - agosto/setembro de 1.996 - págs. 20/21 e 26/27;
21 - Revista "Machado 87" - Ed. Revista do Ano, Pouso Alegre, nº 1, março de 1.987, págs. 16/17;
22 - Revista "Roteiro de Minas" - Belo Horizonte, edição especial sobre Machado, 1.976;
23 - "Siga em Frente" ns. 3 - 27/8/1.996 - pág. 8;
6 - 15/10/1.996 - pág. 8;
24 - "Tribuna Machadense" ns. 36 - 6/6/1.981 - pág. 2;
62 - 21/8/1.988 - pág. 4.

B - **secundárias**

1 - Alfredo João Rabaçal - "As Congadas no Brasil" - Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia de São Paulo, 1.976, pág. 164;
2 - Carlos Drummond de Andrade - "Fala de Chico-Rei" - em "Nova Reunião" - 3ª edição, José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1.987, vol. 2, pág. 948;
3 - Carlos Rodrigues Brandão - "A Cultura na Rua" - Papirus Editora, Campinas, SP, 1.989, págs. 173 e 184/185;
4 - Carlos Rodrigues Brandão - "Deus te Salve, Casa Santa" - trabalho mimeografado;
5 - Carlos Rodrigues Brandão - "Sacerdotes de Viola" - Editora Vozes, Petrópolis, 1.981;
6 - Ceila Caproni Gonçalves e Marilda Signoretti Reis - "A Festa de São Benedito em Machado - MG" - Machado, 1.979;
7 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem menção de data e local, págs. 47/48;
8 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 161/162;
9 - José de Souza - artigo "A Verdadeira Origem da Congada" - na "Tribuna Machadense" nº 16 - 23/8/1.980 - pág. 1;
10 - José de Souza - artigo "Koisas" - na "Tribuna Machadense" nº 37 - 20/6/1.981 - pág. 1;
11 - José de Souza - artigo "Machado Cem Anos - 13 de Setembro de 1981" - na "Tribuna Machadense" nº 40 - 8/8/1.981 - pág. 1;
12 - José de Souza - artigo "Fim de Festa" - na "Tribuna Machadense" nº 63 - 12/9/1.982 - pág. 7;
13 - José de Souza - artigo "Congadas de Machado" - na "Tribuna Machadense" nº 82 - 20/8/1.983 - pág. 5;
14 - Júlio J. Chiavenato - "O Negro no Brasil" - Editora Brasiliense, São Paulo, 1.986, pág. 136;
15 - Marco Antônio Soares de Oliveira - artigo "O folclore e a festa de São Benedito" - na "Folha Machadense" nº 416 - 28/8/1.982 - pág. 8;
16 - Marilda Signoretti Reis - artigo "Massacre da Cultura Brasileira (III) - um parêntese" - no "Jornal da Cidade" nº 3, agosto de 1.984, pág. 3;
17 - Mauro de Paiva Freire - artigo "Perigo dos Alimentos Vendidos na Festa de São Benedito" - em "O Raio X" nº 13 - agosto de 1.996, pág. 4;
18 - Murilo Carvalho - artigo "A Congada" - no jornal "Movimento" nº 10, de 8/9/1.975, pág. 3; e no livro "Artistas e Festas Populares", de vários autores, Editora Brasiliense, São Paulo, 1.977, págs. 35/39;
19 - Waldemar de Almeida Barbosa - "A Decadência das Minas e a Fuga da Mineração" - Imprensa da UFMG, Belo Horizonte, 1.971, págs. 157/158.

OUTRAS FESTAS RELIGIOSAS

1) - Folias de Reis.
2) - Pastorinhas.
3) - Festas Juninas.
4) - Festas diversas.

****

1 - **Folias de Reis**.

As Folias ou Companhias de Reis são grupos populares que se apresentam entre o Natal e a Epifania, rememorando a viagem dos Magos a Belém para adorar o Menino Jesus. Nem todas, por limitações de trabalho ou dificuldades financeiras, conseguem cobrir o período tradicional de treze dias: algumas iniciam peregrinação após o Ano Novo. Outras há que só saem à noite. De modo geral, percorrem primeiro a Cidade ou a Vila de Douradinho, dirigindo-se depois à zona rural.

Seus membros, cujo número varia de seis a vinte, são comandados pelo capitão ou mestre. Há entre eles o contra-mestre, o porta-bandeira, os músicos (caixeiros, sanfoneiros, pandeiristas, cantores) e os bastiões ou palhaços. Estes usam máscaras, fazem piruetas, brincadeiras, e costumam ser a maior atração da Folia. Nem sempre o capitão é o seu líder ou "dono". Ela, às vezes, é organizada por pessoa que não participa da andança, mas cuida da parte econômica, dos preparativos, da alimentação e dos festejos da chegada. Embora as Companhias só abriguem homens, algumas são lideradas por mulheres. A "*Folha Machadense*" 885, de 1.992, faz referência a dois chefes meninos.

Certos grupos usam fardamento; a maioria, mais pobre, não. Os bastiões vestem-se extravagantemente. São pouco variadas as melodias

que cantam, mas sóem fazer improvisos nos lugares visitados.

Em cada casa que os recebe os foliões visitam o presépio, entoam cânticos, levam sua bandeira aos diversos aposentos e pedem um donativo. Este se destina a custear gastos com alimentação e com a festa de chegada. A sobra, no geral, é repartida entre associações beneficentes. Não é raro que no período natalino indivíduos escoteiros saiam pela Cidade com a bandeira de Reis, esmolando.

Na noite de Reis os grupos voltam ao ponto de partida, e são recebidos com festa na casa de seu líder. A sede da Associação dos Congadeiros tem também servido para a "chegada". Queimam-se fogos, bebe-se, dança-se, é servido um jantar aos foliões. Ruth Fadel Annoni, no trabalho adiante citado, descreve ritual que presenciou numa dessas reuniões;

> "*havia três arcos de bambus enfeitados, adiante dos quais eles cantavam antes de seguir em frente. No primeiro, um "anjo" (uma criança) cortou a fita simbólica para que pudessem entrar. Tudo dentro do maior respeito e seriedade. Antes de passar sob o último, deram-se as mãos e entoaram um canto de despedida. Ouvi quando cantaram: "Ai, você desculpe alguma coisa...".*
> *A seguir, chegaram ao presépio, colocaram a bandeira (que sempre entrava na frente) e tornaram a cantar as suas louvações, tão bonitas!".*

Os festejos, apesar do caráter religioso, não se integram às cerimônias litúrgicas. Acontecem sem o controle da Igreja Católica, que não participa de suas arrecadações modestas.

Apresentam-se em cada ano cerca de cinco a doze Companhias. Entre seus líderes e capitães, antigos e atuais, podem citar-se: Aílton Corsini, Antônio Baiano, Benedito Lourenço, Dalmir Vieira, Elídio Scalco (Piola), Elpídio de Souza, Iranil Lemos, Jamil Adriano da Silva, João Serafini, Joaquim Domingues Garcia, Joaquim Rodrigues da Silva (Joaquim Baiano), Jorge Bueno da Silva, José Caixeta, José Scalco - o "Zezão" (Douradinho), Maércio Caetano da Silva, Manuel Nunes da Silva, Nair Pedrazzini Pereira, Nézio Pereira (Douradinho), Paulo Oscar de Souza (Paulica da Serra), Sebastião Eleotério e Vicente Breves Luciano. Como notou Ruth Annoni, a maioria dos foliões participa também das congadas.

O Poder Público, antigamente, não se preocupava em apoiar as manifestações folclóricas - antes, queria tirar proveito delas. A Câmara Municipal, em sessão de 23 de outubro de 1.926, aprovou emenda de Waldemar Paulino da Costa ao orçamento de 1.927, nos seguintes termos:

"*Onde convier. Licença para tirar esmolas para folia de*

Reis, por cada grupo - 100$000.”.

Na segunda administração de Pereira Dias, o Município deu à Paróquia imóvel que se tornou a Igreja de Santos Reis, no Bairro Santo Amaro. Junto dela, desde 1.994, se realiza a Festa de Santos Reis, cujo principal organizador tem sido Maércio Caetano da Silva. Ocorre, em geral, no fim-de-semana seguinte às “chegadas”, com missa, barracas, bingo e leilões.

2 - **Pastorinhas**.

As “Pastorinhas” eram meninas-moças que no período de Natal saíam pela Cidade com vestido de chita, pano amarrado na cabeça e cajado, que batiam no chão compassadamente. Ruth Annoni informa que na sua frente seguiam três meninos, simbolizando os Reis Magos. Iam de casa em casa, cantavam, e parece que pediam donativos para fim assistencial.

Conforme o segundo livro de tombo da Paróquia, em dezembro de 1.937 pela primeira vez andou nas ruas de Machado “*uma turma de pastorinhos, com São José, Maria Santíssima e os Reis Magos na frente*”. Deixaram de apresentar-se, ao que me lembro, entre 1.950 e 1.960. No livro de tombo seguinte há registro de que voltaram às ruas no Natal de 1.969.

3 - **Festas Juninas**.

É antiqüíssima a tradição das festas juninas, trazida ao Brasil pelo colonizador português. Sem receio de erro, pode-se afirmar que a região machadense cultuou desde o povoamento os santos Antônio, João e Pedro. As comemorações - no geral com novena, levantamento de mastro, queima de fogos, fogueira, casamento à caipira, quadrilha, baile, bebidas e comidas típicas - predominavam de início na zona rural. De lá vieram para as sedes dos Distritos - postas, convém lembrar, sob o orago de dois dos homenageados. Em Douradinho sempre foi concorrida a festa de São João Batista; em Machado, por muitos anos, guardou-se o dia 13 de junho, consagrado a Santo Antônio.

Há bastante tempo as festas juninas vêm sendo promovidas para angariar recursos, o que lhes retira muito de espontaneidade e graça. Igrejas, escolas, clubes, entidades assistenciais aproveitam o filão, introduzindo nelas atrativos dissociados de sua origem, como restaurante, concurso de bonecas ou sinhazinhas, eleição de rei e rainha caipiras, leilão de gado, rodeio e até “*karaokê*”. O culto aos santos é posto de lado, e seguem além do período que a eles se dedicou, sob o estranho nome de “*festas julhinas*”.

Na década de setenta observou-se na Cidade tentativa de retorno aos valores do passado, em festejos juninos de rua. Vizinhos e parentes

reuniam-se para confraternização, sem finalidade lucrativa, com partilha de tarefas e despesas. Iniciado, ao que parece, na Jacuí, o saudável movimento se alastrou pela Major Onofre, Joaquim Teófilo, Vital Brasil, Aírton Rodrigues, Coronel Azarias, Santa Cruz, Getúlio Vargas, Olímpio Pereira, Três de Julho e outras vias. Infelizmente, o interesse econômico acabou por prevalecer, mantendo o esquema estabelecido e sufocando aquela manifestação comunitária.

4 - **Festas diversas**.

Ainda freguesia, Machado louvava o Divino Espírito Santo. O "*Monitor Sul-Mineiro*" noticiou a celebração de sua festa em 1º de novembro de 1.875, com setenário, véspera, missa cantada, procissão, sermão e "*Te Deum*". Acrescentou que na ocasião duas companhias dramáticas dariam espetáculos, e que haveria circo de touros e esplêndido baile. Também Douradinho realizava festa do Divino, na mesma época.

Conforme o segundo livro de tombo da Paróquia, já no ano de 1.916 houve aqui festa em louvor de Nossa Senhora Aparecida. Ela se repetiu, pelo menos, em 1.927 e 1.931. Nas décadas de quarenta, cinqüenta e metade da de sessenta ocorria anualmente, na praça em que fica a sua igreja.

O livro acima referido noticia ainda, na primeira metade do século XX, as festas de Cristo Rei (1.927) e de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (1.937). Acrescenta que em junho de 1.940, pela primeira vez, se promoveu festa em louvor do padroeiro de Machado, Santo Antônio.

Entre 1.940 e 1.950, conforme Vallim e Matzner, as festas tradicionais machadenses eram as do Rosário, de São Benedito, da Água Espraiada, de São Sebastião e da Semana Santa. Sobre a primeira já se falou no capítulo anterior, como precursora da de São Benedito. A da Água Espraiada realizava-se na fazenda do Dr. Edvar Dias, junto da igrejinha do mesmo nome, a cada 24 de agosto. A de São Sebastião, um dos esteios econômicos da Paróquia, ocorria todo ano, sem data certa. Já em 1.927 era mencionada no livro de tombo. Durou até 1.966, quando, com a de Nossa Senhora Aparecida, foi extinta para concentração de esforços na de São Benedito, como dito no capítulo relativo a esta.

Na última década do milênio foram promovidas novas comemorações religiosas. Desde 1.993 realizou-se a festa do Asilo, na Praça São Benedito, nos meses de abril ou maio, com missa, barracas e sorteio de carro. A Pastoral da Saúde promovia em novembro a festa do Menino Jesus de Praga. Na igreja do Bairro Santa Luísa ocorreu a festa de Santa Rita; na Serra da Conceição, a de Nossa Senhora Aparecida.

Sem regularidade, pessoas no geral ligadas aos credos espírita e umbandista fazem festas de São Cosme e São Damião, em que se distri-

buem balas e doces às crianças. Destacou-se a de 1.966, no Clube Recreativo, sob a responsabilidade de Aloísio Ribeiro, Antônio Soares e Glacy Vieira.

Merecem ainda lembrança as festas de "*Corpus Christi*", as Missões, as visitas diocesanas, e as visitas de imagens peregrinas de Nossa Senhora de Fátima e de Nossa Senhora Aparecida.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de atas nº 1, págs. 123v./ 124;

2 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio - Segundo Livro de Tombo - 1.916/1.967;

3 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio - Terceiro Livro de Tombo - 1.968 em diante - pág. 11;

4 - "Folha Machadense" ns. 59 - 25/5/1.975 - pág. 5;
104 - 25/4/1.976 - pág. 4;
166 - 25/6/1.977 - pág. 1;
167 - 3/7/1.977 - pág. 2;
216 - 25/6/1.978 - pág. 1;
483 - 14/1/1.984 - pág. 1;
484 - 21/1/1.984 - pág. 5;
506 - 23/6/1.984 - pág. 3;
584 - 18/1/1.986 - pág. 9;
633 - 10/1/1.987 - pág. 14;
683 - 9/1/1.988 - pág. 1;
685 - 23/1/1.988 - pág. 7;
708 - 2/7/1.988 - pág. 12;
783 - 23/12/1.989 - suplemento;
786 - 27/1/1.990 - pág. 6;
885 - 11/1/1.992 - pág. 3;
936 - 16/1/1.993 - pág. 9;
951 - 1/5/1.993 - pág. 1
983 - 1/1/1.994 - pág. 7;
998 - 23/4/1.994 - pág. 1;
1034 - 31/12/1.994 - págs. 1 e 7;
1050 - 29/4/1.995 - págs. 1 e 16;
1086 - 13/1/1.996 - págs. 1 e 13;
1087 - 20/1/1.996 - pág. 14;
1093 - 2/3/1.996 - pág. 10;

1132 - 30/11/1.996 - págs. 1 e 12;
1137 - 11/1/1.997 - págs. 1 e 11;
1183 - 29/11/1.997 - págs. 4 e 12;
1187 - 10/1/1.998 - pág. 5;
1199 - 10/4/1.998 - pág. 2;
1230 - 14/11/1.998 - pág. 19;
1235 - 24/12/1.998 - pág. 11;
1237 - 9/1/1.999 - pág. 2;
1238 - 16/1/1.999 - pág. 7;

5 - "Jornal da Cidade" ns. 1 - junho de 1.984 - pág. 6;
maio de 1.985 - pág. 5;

6 - "Luminar Machadense" ns. 17 - 14/2/1.954 - pág. 4;
25 - 20/6/1.954 - pág. 4;
32 - 10/10/1.954 - pág. 4;
90 - 11/4/1.964 - pág. 1;

7 - "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, nº 195 - 3/10/1.875 - pág. 3;

8 - "O Machadense" ns. 687 - 15/6/1.958 - pág. 1;
729 - 19/4/1.959 - pág. 1;
732 - 10/5/1.959 - pág. 4;
737 - 14/6/1.959 - pág. 1;
781 - 8/5/1.960 - pág. 3;
872 - 4/3/1.962 - pág. 1;
942 - 23/5/1.965 - pág. 6;
946 - 20/6/1.965 - pág. 6;
954 - 15/8/1.965 - pág. 2;
987 - 10/4/1.966 - pág. 4;
990 - 1/5/1.966 - pág. 2;
1009 - 10/9/1.966 - pág. 2;
1012 - 2/10/1.966 - pág. 2;
1015 - 23/10/1.966 - pág. 3;
1048 - 21/7/1.968 - pág. 5.

B - **secundárias**

1 - Guilherme Porto - "As Folias de Reis no Sul de Minas" - Edições Funarte/INF, Rio de Janeiro, 1.982;
2 - José Matzner - "Guia do Sul de Minas" - S/A Folha de Minas, Belo Horizonte, 1.951, pág. 165;
3 - Lenysa Nogueira - artigo "Junho: as comemorações de ontem e de hoje" - na "Folha Machadense" 1.210, de 27/6/1.998, pág. 15;
4 - Pedro E. Vallim - "Album dos Municípios do Estado de Minas Gerais" - 1º volume - "A Orientadora", São Paulo, 1.941, pág. 135;
5 - Ruth Fadel Annoni - "Folias de Reis - Machado tem..." - trabalho mimeografado.

****

CARNAVAL

1) - Bailes e outros divertimentos.
2) - Escola de Samba “A Voz do Morro”.
3) - Escola de Samba “Indústria e Comércio” ou “Bafo da Onça”.
4) - Escola de Samba “Acadêmicos do Samba”.
5) - Grêmio Recreativo Escola de Samba “Mocidade Independente”.
6) - Escola de Samba “Unidos de Santo Amaro”.
7) - Escola de Samba “Unidos da Vila do Céu”.
8) - Escola de Samba “Império de Santa Luísa”.
9) - Outras escolas.
10) - A atuação das escolas nos diversos carnavais.

****

1 - **Bailes e outros divertimentos**.

Em janeiro de 1.875 publicou-se este anúncio no “*Monitor Sul-Mineiro*”:

> “*Carnaval - Machado*
> *A Sociedade Carnavalesca da freguezia supra, faz saber ao respeitavel publico que nos dias 7, 8 e 9 de Fevereiro proximo futuro tem de offerecer-lhe esta agradavel distracção. Não poupando sacrificios para bem satisfaxer á espectativa que a espera, desde já conta com o concurso dos lugares circunvizinhos, e antecipadamente agradece áquelles cuja contribuição for insentivo para o melhoramento do referido divertimento.”.*

O artigo 129 do antigo Código de Posturas da nossa

Câmara (resolução estadual 3.401, de 22/7/1.886, anexo D) proibia o brinquedo do entrudo. Dispunham seus parágrafos:

> *"1º - Se for praticado com limões artificiaes, tintas de facil desapparecimento, agua pura ou perfumada: multa de 2$ a 5$.*
> *2º - Se for praticado com limões naturaes ou qualquer cousa que possa causar dor, aguas fetidas, tintas, ou substancias corrosivas e immundas: multa de 20$ a 30$."*.

Segundo Homero Costa, antes de 1.906 aqui praticamente não existiam os festejos de Carnaval,

> "*salvo os praticados por gente do povo, meninos e crianças pobres vestindo fantasias maltrapilhas, e de máscaras horrendas no rosto*.".

Naquele e no ano seguinte, porém, houve durante o tríduo momesco comemorações inusitadas, com provocações políticas, que acarretaram atos de violência. O mesmo autor as descreve nas folhas 48 a 50 de seu livro, acrescentando que os incidentes tornaram o Carnaval machadense ainda mais desanimado nos anos posteriores. Os principais envolvidos, além dos rapazes que desfilavam, foram o comerciante Jerônymo da Silva Passos, o delegado Maneca Romão e os políticos Dr. Flávio de Salles Dias e Santos Silva.

Em 1.922, para comemorar o centenário da Independência, realizou-se outra grande festa carnavalesca, superior à de 1.906. Responsável maior pelo sucesso foi o cenógrafo Gil de Souza e Sá, trazido de Varginha, preparador de dois carros alegóricos iluminados, que desfilaram "*com brilho extraordinário*". Veja-se, a tal respeito, o relato de Homero Costa nas folhas 50 e 51.

Animados carnavais houve nas décadas seguintes, nos três clubes da Cidade, e até em alguns cinemas. Teve destaque o de 1.957, incluído na comemoração do centenário da Freguesia, com desfile de carros alegóricos, gincana, concursos de fantasias, de "*misses*" e de rainha-mirim.

Dentre os foliões da época, três, ao menos, merecem lembrança: Ednan Soares, que tanto se divertia no Recreativo como nas ruas; José Garcia, que animava os bailes do Centro com toda a família; e Vivaldi Brandão, que por várias vezes foi Rei Momo. Recordo-me de terem também ocupado este posto Laurindo Pereira de Carvalho, Durval Martins Ramos (Vavá), Lucilo Manoel Fadini e Pedro Hilário (Chapota).

Os anos sessenta assinalam o início da decadência do Carnaval, acentuada pelos problemas que causaram o fechamento dos clubes que o promoviam. Manteve-se o desfile das escolas de samba, que o povo presenciava sem vibração. Mesmo nas vezes em que aqui se exibiu trio elétrico, contratado

pela Prefeitura, a animação não tomou conta das ruas, como ocorre noutros lugares.

Um bloco, fundado em 1.976, por mais de dez anos procurou contagiar os foliões com seu entusiasmo: "*As Despeitadas*". Participaram dele, entre outros, José Hernani Conti Neves, Luiz Cláudio Souza Reis, Marco Antônio Soares e Rômulo Sólia Rosa Júnior. É de justiça, ainda, registrar o trabalho de dois carnavalescos: Ethel Werner Rodrigues, prestativa e incansável na confecção de fantasias, na organização de bailes, desfiles e concursos; e José Marin, que nos primeiros anos da década de oitenta revolucionou os desfiles de rua com fantasias e alegorias compradas de escolas cariocas. Em 1.984, principalmente, causou sensação com belos carros em que, pela primeira vez, se apresentaram moças com os seios desnudos.

Na última década do milênio persistiu o desânimo nos salões. O Clube dos Trinta sequer teve bailes em 1.997. O Município custeou os que se fizeram na Liga Operária, na Casa do Congadeiro ou no Ginásio Poliesportivo. Modestos desfiles, carros de som e bandas, também pagos com verba pública, e alguns blocos não empolgaram as ruas. Foi grande a debandada para o litoral e cidades próximas de Furnas, como Fama. Atuaram como Rei Momo José Cláudio Dias de Carvalho, Pedro Hilário e Wellington Moura Santos. Maria Aparecida dos Santos, a "*Maria do Cemitério*", foi coroada rainha três ou quatro vezes. Em 2.000 os festejos ao ar livre tomaram novo alento, com a mudança para as margens do lago artificial. Montaram-se barracas, fizeram-se desfiles, concursos de fantasias, baile com trio elétrico, e a satisfação foi geral, mesmo com falhas na infra-estrutura.

2 - **Escola de Samba "A Voz do Morro".**

A mais antiga da Cidade, nasceu na Liga Operária, por volta de 1.953. Seu fundador, Lázaro Tibiriçá, dirigiu-a por vários anos. Em 1.959 ainda estava à frente dela.

De seguida, José da Cruz Silva ocupou a presidência, até 1.988. Compunham sua equipe, no início da década de setenta, Acácio Antônio da Silva, Moacir Ferreira da Silva, José Henrique dos Santos e José Marinho. Em 1.976 os três primeiros afastaram-se, fundando após a "*Mocidade Independente*". Passaram pela diretoria, ainda, Geraldo de Oliveira, Jorge Luiz Diniz, Maria José da Silva e Márcio Moterani Swerts.

A partir de 1.988 a Escola deixou de apresentar-se.

3 - **Escola de Samba "Indústria e Comércio" ou "Bafo da Onça"**.

Criada e dirigida por Aloísio Alves Ribeiro na década

de sessenta, teve curta duração. Ficou em terceiro lugar no Carnaval de 1.966, apresentando como curiosidade um canhão de confetes, que falhou na hora do tiro... Logo depois fundiu-se com a "Acadêmicos do Samba".

4 - **Escola de Samba "Acadêmicos do Samba**".

Formou-se na extinta Fábrica de Condensadores Luanma, em 1.965, com o incentivo do diretor Antônio Romanelli, que lhe doou vários instrumentos. Foram seus fundadores, entre outros, Adílson Ribeiro de Paiva, José de Souza ("*Massa Fina*") e Josué de Souza. Consta ter sido Édson Faria do Prado quem lhe pôs o nome. Desvinculou-se da Fábrica no final de 1.966, e logo em seguida incorporou a "*Bafo da Onça*", ganhando mais projeção e instrumentos.

Foi, de início, presidida e ensaiada por Josué de Souza. Do final da década de sessenta até 1.982 esteve sob o comando de Aloísio Alves Ribeiro, com auxílio dos dirigentes Adílson Ribeiro de Paiva, Antônio Pereira da Silva ("*Antônio Gominho*"), Elias de Paula, Gabriel da Silva Santos, João Francisco de Paula, Joaquim Pereira da Silva ("*Joaquim Gominho*"), José Nogueira ("*Esculateira*"), Mário Tadeu da Silva e Wálter Nogueira, entre outros.

Em janeiro de 1.979 fez publicar no "*Minas Gerais*" o seu estatuto, indicando como sede a casa do presidente (Rua Major Onofre, 515) e como data de fundação, erradamente, 1º de novembro de 1.978. Foi declarada de utilidade pública pela lei municipal 395, de 4 de março de 1.980, e pela lei estadual 8.156, de 6 de abril de 1.982.

No início de 1.982, Aloísio Alves Ribeiro foi destituído da presidência e expulso da Escola, porque comprometia seu nome, não prestava contas e semeava discórdia, segundo noticiou a imprensa. Reassumiu então a chefia Josué de Souza, que teve de adquirir novos instrumentos para que ela pudesse desfilar naquele ano, embora repetindo enredo e fantasias do anterior.

Em março de 1.984, os principais cargos da diretoria estavam assim distribuídos: *presidente* - Josué de Souza; *vice-presidente* - Joaquim Pereira da Silva; *1º secretário* - Francisco Eleutério; *2ª secretária* - Aparecida Fidélis; *1º tesoureiro* - Mário Tadeu da Silva; *2º tesoureiro* - Antônio Pedro da Silva. A Escola sagrou-se então bicampeã com rico desfile, repleto de alegorias, organizado por Ethel Werner Rodrigues e José Marin. Naquele mesmo ano, porém, o presidente Josué bandeou-se para a *"Mocidade Independente"*.

Em 1.986, Joaquim Pereira da Silva e José Marin eram presidente e vice-presidente da "*Acadêmicos*". Aquele manteve-se no cargo ao menos até 1.994.

O decreto municipal 1.090, de 20 de novembro de 1.992,

autorizou a Escola a usar em caráter precário, e para fins comunitários, a quadra esportiva localizada nos fundos da Casa da Cultura. Ela não o fez, todavia.

5 - **Grêmio Recreativo Escola de Samba "Mocidade Independente**".

Surgiu também na Liga Operária, graças à doação de instrumentos musicais feita ao Clube, em 1.976, por Wálter Palmeira. Sua fundação, em 20 de outubro de 1.977, deve-se aos irmãos Acácio Antônio da Silva e Moacir Ferreira da Silva, e a José Henrique dos Santos, dissidentes de "*A Voz do Morro*". Apresentou-se pela primeira vez em 1.978.

Em 1.981 estava em crise: alguns instrumentos haviam sido vendidos, não tinha decorador, estrutura administrativa nem diretoria organizada. O responsável por ela, José Carlos da Silva, não teve meios para fazê-la desfilar. Reergueu-se nos anos seguintes, sob o comando dos manos fundadores e de José Carlos da Silva. Desde então, a presidência foi exercida por Moacir Ferreira da Silva.

A lei municipal 991, de 26 de setembro de 1.994, declarou a Escola de utilidade pública.

Em 19 de setembro de 1.996 foi eleita a seguinte diretoria: *presidente* - Moacir Ferreira da Silva; *vice-presidente* - Geraldo Belisário da Silva; *1º secretário* - Luiz Cláudio da Silva; *2º secretário* - José Carlos da Silva; *1º tesoureiro* - Vítor Faria Prado; *2º tesoureiro* - Alípio Beraldo de Souza. Na mesma ocasião se alterou o estatuto, elevando a duração do mandato dos diretores de um para quatro anos.

6 - **Escola de Samba "Unidos de Santo Amaro**".

Foi fundada no seio da ACEUSA - Associação Cultural e Esportiva Unidos de Santo Amaro - no início de 1.985, por equipe de que faziam parte, entre outros, Amir Ferreira da Silva, Evanir Meloto, Fábio Joaquim dos Santos, Ivone Ferreira, Juvenil Fernandes, Rafael Ferreira, Wálter Cândido e Yoshiyuki Amano. Com pequena bateria e pouco tempo de ensaio, exibiu-se pela primeira vez naquele ano, sob a direção de José Henrique dos Santos, saído da "Mocidade".

Em 1.987 adquiriu instrumentos com verba recebida da Prefeitura, e foi às ruas com mais de 150 participantes.

Até 1.989, pelo menos, a chefia coube informalmente a Amano. Em julho daquele ano formou-se diretoria, encabeçada por Jorge Bueno da Silva, que tinha como vice Amir Pereira da Silva. Ela esteve no comando, no mínimo, até 1.991. Em 1.993 o presidente era Astolfo Batista Campos Júnior; em 1.994, de novo Amano.

Em 1.998, a Escola já estava extinta.

7 - **Escola de Samba "Unidos da Vila do Céu"**.

Organizada na Vila do Céu em setembro de 1.988, teve em Wálter Benedito Ferreira ("*Tomate*") seu primeiro presidente. No ano seguinte desfilou só com bateria. O vice-presidente era Jairo Fernando Souza, que em 1.994 estava na presidência. Participou também da direção, no início, Clélia Nery Dias. Está extinta.

8 - **Escola de Samba "Império de Santa Luísa"**.

Foi fundada em fevereiro de 1.991, mês em que já desfilou com duzentos foliões. Ficou, de início, sob o comando da ABASAL - Associação do Bairro Santa Luísa. Em janeiro de 1.993 desligou-se dela, e escolheu para presidente Dalésio Ferreira Lima - o único a ocupar o cargo.

Tinha sede na Rua Viçosa, 12, e foi declarada de utilidade pública pela lei local 1.090, de 28 de janeiro de 1.997.

Apresentou-se pela última vez em 1.999, com menos de trinta membros.

9 - **Outras escolas**.

No final da década de cinqüenta havia uma escola de samba no Clube Recreativo, de que não tenho mais informações. O Centro Machadense, sem continuidade, formou grupos que se apresentaram no Carnaval: por volta de 1.965 desfilou um composto quase que só de garotos.

O Clube dos Trinta, no início de 1.977, promoveu rifa para montagem de uma escola, que não chegou a apresentar-se. Em 1.985 formou outra, sob o comando de Adílson Ribeiro de Paiva, que só saiu naquele ano.

Em janeiro de 1.986 anunciou-se o nascimento da "*Independente Caprichosos de Machado*", que ensaiava no final da Rua Major Feliciano. Ela prometia organizar-se para estrear no ano seguinte, mas não vingou.

10 - **A atuação das escolas nos diversos Carnavais**.

Na década de cinqüenta era soberana "*A Voz do Morro*"; no final teve a companhia da escola do Recreativo, que não ameaçou sua liderança.

Em 1.966 concorreram "*A Voz do Morro*" e "*Acadêmicos*", sendo campeã a primeira. As duas apresentaram-se em 1.968, mas ignoro quem venceu a disputa. Em 1.973 ganhou "*A Voz do Morro*"; em 1.974, a "*Acadêmicos*"; em 1.975, "*A Voz do Morro*"; em 1.976 não houve concurso.

Em 1.978 entrou em cena terceira concorrente, a "*Mocidade*", e ignoro quem venceu. Em 1.979 ganhou "*A Voz do Morro*"; em 1.980, a "*Acadêmicos*"; em 1.981, "*A Voz do Morro*". No ano seguinte, as desfilantes receberam apenas troféus de participação. Em 1.983 voltou a "*Mocidade*", após dois anos de ausência, e campeã foi a "*Acadêmicos*". Ela repetiu a façanha em 1.984, num desfile rico em alegorias.

O ano de 1.985 marcou a estréia da "*Unidos de Santo Amaro*" e da escola do Clube dos Trinta. Por considerarem insuficiente a verba oferecida pela Prefeitura, não desfilaram "*Acadêmicos*" e "*Mocidade*", e "*A Voz do Morro*" apresentou apenas sua bateria. Em maio, pertinente artigo de Marilda Signoretti provocou debate e espicaçou o brio dos sambistas, mostrando que seus problemas eram menos monetários que de liderança. Embora destacando a ajuda do Município nos últimos dez anos, ressaltou que não lhe competia financiar o Carnaval, e que as escolas deviam, no correr do ano, fazer promoções para arrecadar fundos, ao invés de limitar-se a exigir verba pública. Ainda em 1.985, a "*Tribuna Machadense*" organizou pela primeira vez o "*Sambola*", torneio de futebol reunindo escolas de samba e times do Guarany E. Clube.

Em 1.986 a "*Mocidade*" venceu três concorrentes. Em 1.987 "*A Voz do Morro*" sagrou-se campeã, em sua última apresentação. Em 1.988 as escolas não saíram à rua, por desentendimento com o Prefeito por causa da verba oficial e da falta de prestação de contas do ano anterior. Não houve concurso em 1.989, mas quatro escolas desfilaram. Em 1.990 as mesmas participantes e mais uma de Poço Fundo ganharam apenas troféus, sem disputa.

A "*Mocidade*" voltou a ganhar em 1.991, enfrentando três rivais. No ano seguinte venceu a "*Acadêmicos*". As cinco escolas que se apresentaram em 1.993 receberam somente prêmios de participação. Em 1.994 só desfilou a "*Santa Luísa*" - as demais não o fizeram por falta de recursos. No ano seguinte ganhou a "*Acadêmicos*". Em 1.996 não houve desfile, porque todas as escolas julgaram insuficiente a verba oficial. Em 1.997 voltaram "*Acadêmicos*", "*Mocidade*" e "*Santa Luísa*", sem disputa. Em 1.998 apenas a "*Mocidade*" desfilou. Não houve concurso em 1.999, mas, conforme a imprensa, a "*Mocidade*" foi muito superior às outras participantes, "*Acadêmicos*" e "*Santa Luísa*". Esta, de maneira vexatória, saiu com menos de trinta membros, apropriando-se da verba recebida. Em 2.000 só a "Mocidade" se apresentou.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de leis nº 19;
2 - Arquivo Público Machadense - pastas do Censo Cultural - 1.993;
3 - "Folha Machadense" ns. 46 - 16/2/1.975 - pág. 3;
97 - 7/3/1.976 - pág. 3;
146 - 20/2/1.977 - pág. 1;
147 - 27/2/1.977 - pág. 3;
193 - 15/1/1.978 - pág. 1;
244 - 4/2/1.979 - pág. 8;
248 - 4/3/1.979 - pág. 1;
289 - 17/2/1.980 - pág. 6;
290 - 23/2/1;980 - pág. 1;
293 - 15/3/1.980 - pág. 4;
338 - 7/2/1.981 - pág. 4;
342 - 7/3/1.981 - pág. 1;
374 - 14/10/1.981- pág. 2;
389 - 20/2/1.982 - pág. 1;
390 - 27/2/1.982 - pág. 1;
438 - 19/2/1.983 - pág. 1;
490 - 3/3/1.984 - pág. 1;
491 - 10/3/1.984 - págs. 1 e 11;
537 - 9/2/1.985 - pág. 1;
539 - 23/2/1.985 - pág. 1;
584 - 18/1/1.986 - pág. 1;
587 - 8/2/1.986 - pág. 7;
588 - 15/2/1.986 - pág. 1;
641 - 7/3/1.987 - págs. 1 e 5;
734 - 14/1/1.989 - pág. 1;
738 - 11/2/1.989 - pág. 1 e suplemento;
789 - 17/2/1.990 - pág. 5;
791 - 3/3/1.990 - págs. 1, 3 e 7;
838 - 9/2/1.991 - págs. 1 e 5;
839 - 16/2/1.991 - págs. 1, 3 e 5;
891 - 22/2/1.992 - pág. 1;
893 - 7/3/1.992 - pág. 1;
931 - 28/11/1.992 - pág. 9;
942 - 27/2/1.993 - pág. 1;
986 - 29/1/1.994 - pág. 3;
987 - 5/2/1.994 - pág. 3;
988 - 12/2/1.994 - pág. 1;
989 - 19/2/1.994 - págs. 1 e 3;
1039 - 11/2/1.995 - pág. 6;
1042 - 4/3/1.995 - págs. 1 e 16;
1192 - 14/2/1.998 - pág. 5;

1195 - 7/3/1.998 - pág. 19;
1243 - 20/2/1.999 - págs. 2 e 7;
1292 - 29/1/2.000 - pág. 8;
1298 - 11/3/2.000 - págs. 11 e 12;
4 - informações pessoais de Moacir Ferreira da Silva;
5 - livros de atas da ABASAL, da ACEUSA e do G.R.E.S. "Mocidade Independente";
6 - "Jornal do Machado" nº 25 - 18/2/1.934 - pág. 3;
7 - Livro da Lei Mineira - 1.886 - tomo LIII, parte 1ª, folha 8;
8 - "Minas Gerais" de 7/4/1.982 - pág. 3;
9 - "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, ns. 159 - 24/1/1.875 - pág. 4;
160 - 31/1/1.875 - pág. 4;
10 - "O Machadense" ns. 112 - 17/2/1.907 - págs. 1 e 2;
113 - 24/2/1.907 - pág. 1;
115 - 10/3/1.907 - pág. 1;
123 - 5/5/1.907 - pág. 1;
124 - 19/5/1.907 - pág. 1;
720 - 8/2/1.959 - pág. 3;
721 - 15/2/1.959 - pág. 3;
982 - 6/3/1.966 - pág. 4;
1028 - 4/2/1.968 - pág. 1;
1031 - 3/3/1.968 - pág. 3;
1032 - 10/3/1.968 - págs. 3 e 4;
106 - 18/3/1.973 - pág. 2;
108 - 1/4/1.973 - pág. 4;
11 - Revista do 1º Centenário de Machado, nº 2, págs. 5 a 9;
12 - "Tribuna Machadense" ns. 2 - 2/2/1.980 - pág. 1;
3 - 16/2/1.980 - pág. 7;
28 - 7/2/1.981 - pág. 4;
31 - 21/3/1.981 - pág. 4;
53 - 13/3/1.982 - pág. 3;
58 - 5/6/1.982 - pág. 5;
71 - 12/3/1.983 - págs. 1 e 3;
83 - 13/9/1.983 - pág. 14;
110 - 5/2/1.987 - pág. 6.

B - **secundárias**

1 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem menção de data e local, págs. 48 a 51;
2 - Marilda Signoretti - "Massacre da Cultura Popular (IV) - O Carnaval" - artigo no "Jornal da Cidade" nº 6 - maio de 1.985, pág. 3.

****

OUTRAS FESTAS E DIVERSÕES LEIGAS

1) - Diversões de antigamente.
2) - Festas importantes.
3) - Festas diversas.
4) - Circos e parques de diversão.
5) - Meretrício.

****

1 - **Diversões de antigamente**.

O antigo Código de Posturas da Câmara Municipal, de 1.886, proibia (art. 94) a dança de batuque ou cateretê nas casas das povoações, de dia ou de noite, salvo precedendo licença, sob pena de multa. De outra parte (art. 115), permitia qualquer espetáculo público nas ruas, como danças, mascaradas e outros, desde que não ofensivos à moral e aos bons costumes, e antecedidos de licença. Esta era dispensada nos casos de serenatas, passeios com música, festas religiosas ou profanas por motivo de regozijo público.

Quando ainda não havia clubes na Cidade, as diversões usuais, conforme Homero Costa, eram os bailes, os folguedos juninos e as demais festas religiosas. Nas fazendas, ao pé da fogueira, improvisavam-se danças a que chamavam "assustados". Na zona urbana, os bailes mais solenes realizavam-se no salão do Fórum; os demais, em casas particulares, sobretudo na de Oscar de Paiva Westin, por sua bondade e complacência. As pessoas mais humildes, acrescenta o mesmo autor, preferiam as congadas.

O Clube "Bernardo Guimarães", por pouco tempo, congregou a juventude machadense. Após sua extinção, ainda no dizer de Homero Costa,

"*a vida social local sofreu uma fase negativa que, em anos posteriores, com a interferência nefasta de competições políticas acirradas, separando as famílias, e suprimindo praticamente a convivência social, mais se agravou, comprometendo o progresso local.*".

2 - **Festas importantes**.

Não tenho notícia das comemorações aqui havidas em época mais remota. Por certo, não terão passado em branco acontecimentos marcantes, como a criação da Freguesia, do Município e da Comarca, a elevação da Vila a cidade, e a chegada do século XX.

Em 7 de outubro de 1.913 inaugurou-se a iluminação elétrica da Cidade. A festa teve início no romper do dia, com salva de morteiros e banda de música. Quase todas as ruas foram embandeiradas. À noite, após sessão solene da Câmara, dançou-se em seu prédio e ofereceram-se bebidas ao povo.

No centenário da Independência, além da folia carnavalesca especial, referida alhures, houve passeata cívica, sessão solene no Centro Machadense, plantio de árvore e encenação de peça teatral. O Padre Achilles Tritsmans foi o grande incentivador da comemoração.

A inauguração da estrada de ferro, em abril de 1.928, com a presença do presidente do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, foi um dos fatos de maior relevo ocorridos aqui. João Rodrigues de Carvalho relatou-a com pormenores em "*Machado Pitoresco e Crônicas*", nas páginas 77 a 93.

Outra festa de destaque, em agosto de 1.937, foi a Semana Ruralista e Exposição Regional do Sul de Minas. Dela se tratará no capítulo dedicado às exposições. Cumpre não confundi-la com o Congresso Regional Ruralista, ocorrido em março de 1.943, e com outra Semana Ruralista, realizada em novembro de 1.955 (ambos no Ginásio São José).

Em 3 de julho de 1.957, por sugestão do Vigário Ildefonso Sigrist, o Prefeito Lúcio Dias Vieira comemorou o centenário da Freguesia de Machado. A lei local 201, de 21 de fevereiro daquele ano, autorizou o patrocínio do evento, e abriu crédito especial para isso. Festividades ocorreram durante quase todo o ano: Segunda Exposição Agro-Pecuária e Industrial; Congresso de Cafeicultores do Sul de Minas; exposição de artes; inauguração de escolas rurais, do Posto de Higiene, do Posto de Puericultura, do Parque Infantil e do Estádio Municipal; instalação do Distrito Florestal. Houve missas solenes, desfiles, festas juninas, bailes, queima de fogos e coroação da "*Miss Centenário*", Gleda Garcia Annoni. Comemorou-se o 60º aniversário do casamento de Lindolpho de Souza Dias, e realizou-se convenção de ex-alunos lassalistas. Foi editada a "*Revista do*

1º Centenário de Machado". Visitaram o Município, entre outras autoridades, o Ministro da Fazenda José Maria Alkmin e o Governador Bias Fortes. A lei federal 3.548, de 11 de fevereiro de 1.959, concedeu a Machado o auxílio de Cr$2.000.000,00, para construção de obra de utilidade pública que perpetuasse a passagem do centenário.

Em setembro de 1.981 festejou-se um século da elevação de Machado a cidade - e não de sua emancipação político-administrativa, como erroneamente afirmado. Diversas inaugurações, até o mês de novembro, assinalaram o evento: novas dependências do Colégio Municipal, Casa do Congadeiro, Museu Histórico, novo jardim da Praça Antônio Carlos, Mercado Municipal, lago artificial, asfaltamento de ruas e avenidas. Houve exposições de selos, de fotografias e de telas de pintores machadenses. O Correio lançou carimbo comemorativo da data. Ocorreram queima de fogos, exibição de pára-quedistas, encenações de peças teatrais, "*show*s" artísticos, partidas de futebol, concursos de bandas marciais e de "*misses*", bailes e desfiles. Entregaram-se títulos de cidadania, e de "honra ao mérito" a artistas locais. Realizou-se mais um encontro de ex-alunos lassalistas. O Governador Francelino Pereira esteve na Cidade.

3 - **Festas diversas**.

Sem regularidade, aconteceram aqui algumas festas para escolha da "rainha do café". Em parceria com a Associação Rural, o Centro Machadense patrocinou ao menos duas delas, em 1.948 e 1.952. A lei municipal 424, de 25 de novembro de 1.963, autorizou auxílio à realização do Congresso de Cafeicultores e da Festa da Rainha do Café do Sul de Minas.

Desde 1.987 realizou-se anualmente a "Noite D'Itália", promovida pelo Rotary Club; desde 1.989, a Festa do Queijo e do Vinho, organizada pela Loja Maçônica "Aurora da Mantiqueira". Eram jantares dançantes, com renda destinada à assistência social.

Em julho de 1.991 e 1.992 houve no Santa Luísa a Festa Uai, promovida pela Associação do Bairro e E. E. Carlos Legnani, com apoio da Prefeitura. Destinada a angariar recursos para o mutirão local, teve, entre outras atrações, mini-festival de música sertaneja; missa campal; desfiles de cavaleiros, comitivas, crianças em trajes típicos, carroças, charretes e carros de bois; concurso de poesia sertaneja; "*show*s" e barracas. Ocorreu pela terceira vez em outubro de 1.993, com renda para uma escola de samba.

Em julho de 1.992 realizou-se também a 1ª Festa do Caminhoneiro, promovida pela Associação dos Transportadores Autônomos, em benefício de entidades de assistência social. Mais de 150 caminhões desfilaram de Poço Fundo até o Posto Brasão, onde houve missa campal, "*show*", leilão de prendas e concurso para escolha da rainha dos caminhoneiros. Ela se repetiu no

mesmo mês dos três anos seguintes.

No capítulo relativo às exposições agro-pecuárias tratarei das que se fazem no Parque "João Domingues Sobrinho", e dos festejos que as acompanham. Na primeira metade da década de noventa realizou-se anualmente, no citado parque, a Festa do Cavaleiro. Tinha desfile de caravanas e carros de bois, rodeio, procissão de cavaleiros, bailes, "*shows*" e brincadeiras. Em 1.997 e 1.998, no mesmo local, houve a Festa do Peão, também com rodeios e cantores.

4 - **Circos e parques de diversão**.

Em decadência, esvaziados pela televisão e outros divertimentos, os pequenos circos e parques do interior sobrevivem por teimosia, reduzindo cada vez mais suas atrações. Já foram, porém, responsáveis pela alegria de muitas gerações, e sua chegada aqui, como em outras cidades, era sempre uma festa.

O "*Monitor Sul-Mineiro*" noticiou que em novembro de 1.875 seria celebrada no Machado a festa do Divino Espírito Santo. Nela duas companhias dramáticas dariam espetáculos, e haveria circo de touros.

Oscar Fernandes registrou em seu diário a presença na Cidade, em abril e em junho de 1.897, das companhias de cavalinhos do Sr. Barros e do Sr. Cruz, respectivamente.

Homero Costa assim evocou o tema de que se trata:

> "*Outra diversão típica, na época, do gosto do povo, era a de circos de cavalinhos visitantes, em regra medíocres ou ainda piores, sempre com a repetição das mesmas cenas de saltos mortais, pelóticas e malabarismos.*
> *Circo notável, mesmo, em novidades, só nos lembramos de ter passado um pela cidade, em nossa infância, por volta de 1.902. Era de um empresário japonês - Takessava - no qual havia um casal de elefantes amestrado que realizava manobras prodigiosas sobre uma mesa redonda, não muito grande.".*

Em janeiro do ano mencionado por nosso historiador, apresentou-se no Largo da Matriz a Companhia Zoológica Francesa, de Pierini & Irmão. Conforme anúncio publicado em "*A Reforma*", trazia

> "*as melhores celebridades no genero gymnastico, acrobatico, mimico e equestre, assim como linda collecção zoologica com 2 elephantes, macacos, cabritos e 16 cachorros amestrados*.".

João Rodrigues de Carvalho informa que, antigamente, o lugar usual para instalação de circos era o Largo da Caixa D'Água, ao lado do cemitério velho.

Na primeira metade do século XX vieram a Machado, entre outros, o Circo Berlando (1.924); o Circo Hermosa (l.927); o Circo de Cavalinhos Baciochi (1.928); o Pamplona Circo, de touradas (1.937); o Circo Palermo (1.937); e o Bijou Circo Theatro (1.937). Este pertencia à empresa de José Bastos e se instalou na Grama, tendo apresentado várias peças dramáticas, cômicos, homem-rã, menores trapezistas e saltadores.

Em outubro de 1.950 cá esteve o Circo Coliseu; em dezembro de 1.951, o "African Circus", com feras; em março de 1.955, o Circo Teatro Piratininga. No livro sobre a vida de "*Maria do Cemitério*", adiante referido, se dá notícia da passagem pela Cidade, no início da década de cinqüenta, do Circo-Teatro do Turquinho, ao qual ela se incorporou por pouco tempo.

Olímpio Abrão, na crônica "*O Poder de Atração da Cidade-Presépio*", de 1.957, afirmou:

> *"Muitas companhias circenses, quando aqui aparecem, se vêem quase sempre desmembradas de alguns elementos de seu "cast", como é o caso de dois artistas do Super Circus, que deixando a vida de saltimbancos, preferiram trabalhar nas obras de nosso hospital, ora em fase final.*
> *Ainda recentemente aqui encerrou suas atividades o Circo de Touradas Santo Antônio, pois seus artistas fixaram residência nesta cidade.".*

De todos, o Circo Teatro Índio-Brasil, popularmente conhecido como "Circo do Pelado", foi o que mais estabeleceu vínculos afetivos com o povo machadense. Esteve entre nós por muitas vezes, e os menos jovens ainda se lembrarão, com saudade, da dupla de comediantes Bigola e Vavá, que tanto sucesso fazia. Nele trabalhou por algum tempo nosso conterrâneo Hélio D'Andréa, criador do palhaço "Pandareco", que também fez alguns espetáculos no Circo Capri. Encontrei na imprensa registro da passagem do Índio-Brasil por Machado em outubro de 1.960 e em março de 1.964 (na última apresentou-se 87 vezes!).

Exibiu-se em setembro de 1.963 na Praça Antônio Carlos, em frente do Hotel Limeira, a família Alan, do Circo Sarrazone, com equilibristas e cômicos. Em junho de 1.964 aqui atuaram o Circo Meridiano (montado na antiga saída para Alfenas) e o Parque de Diversões Aliança. Em setembro seguinte, com 30 artistas e 14 feras, chegou o Circo Norte-Africano, pertencente a Ester Washaulouvich. Esteve na Cidade em janeiro de 1.966 o "New American Circus". Em março de 1.968 armou-se na Estação o Grande Circo Luxemburgo,

com animais. Dois meses depois veio o modesto Circo Bom-Bril, com espetáculos de luta-livre, em que uma mulher desafiava os homens da platéia. Em julho do mesmo ano reclamou-se, pelo jornal, contra a instalação de um circo na esquina das ruas Joaquim Teófilo e Irmão Arnaldo, causando incômodo com alto-falante e estacionamento de caminhões e ônibus.

Em meados de 1.971 aqui se apresentou o Circo Berlim, com o "globo da morte". Segundo a imprensa, o motociclista que nele atuava era o nosso conterrâneo Wílson Vilela. Retornou em 1.982, ficando perto do Mercado.

Veio à Cidade em novembro de 1.973 o Circo Siderama, cujo proprietário era o machadense Antônio Castro. Todas as noites ele homenageava os velhos atores de nossa terra.

Em maio de 1.980 ocorreu tiroteio no Grande Circo Zoológico Nacional, armado perto do Estádio. Seu proprietário fez promoções beneficentes para o Lions Clube e o Rotary Club.

Posteriormente aqui se exibiram: em janeiro de 1.987, o Big Circo Roma (ao lado do M.E.C.); em abril do mesmo ano, o Circo Internazionale d'Italia (no Parque de Exposições); em fevereiro de 1.988, o Circo de Espanha (no mesmo local); em julho e setembro de 1.989, o Circo Real de Mônaco e o Circo Orfei (ambos perto do M.E.C.); em maio de 1.993, o Circo Koslov (no Parque de Exposições).

Voltou a Machado após dezoito anos, em fevereiro de 1.994, o Parque de Diversões Rio Center. Em setembro de 1.995 retornou o Circo Real de Mônaco.

Aqui esteve em outubro de 1.997, sob a direção da machadense Maria Cristina Xavier Lopes, o Circo Internazionale d'Italia. Armado no Parque de Exposições, tinha animais amestrados e "globo da morte" com quatro motocicletas.

Em fevereiro de 1.998 voltou o Circo Koslov. Em julho de 1.998, agosto de 1.999 e maio de 2.000 a Cidade recebeu o Circo Bismark. Também regressaram o Circo de Espanha (novembro de 1.998) e o Circo Coliseu de Roma (abril de 2.000).

5 - **<u>Meretrício</u>.**

Aqui sempre se tratou deste assunto veladamente, pelo que são raras as referências escritas a ele. Já nas décadas de vinte e trinta havia prostitutas na Avenida Santa Cruz, então chamada de Rua Pontalete. Olímpio Abrão cita em crônica a forasteira "*Inácia*", daquela época, que ficou em Macha-

do para sempre. Diz que tinha beleza escultural, era perigosa, encrenqueira, e trazia em constante alvoroço a vida noturna da Cidade. Lá também, anos depois, se instalou a "*Fazendeira*".

Suponho ter sido a década de cinqüenta a época áurea do meretrício machadense. Na Avenida Santa Cruz, perto da Praça São Benedito, ficava a maioria das casas de tolerância. A melhor delas era de uma cafetina conhecida por "*Maria Macaca*", que foi para Alfenas quando o movimento aqui caiu. Situavam-se próximos os lupanares da "*Tuta*" e da "*Cota*". Na Rua 14 de Julho, atual Aírton Rodrigues, o mais conhecido era o da "*Dirce*". Na Praça São Benedito, junto à Rua Dom Hugo, localizava-se o da "*Aspásia*", com funcionamento intermitente. A freqüência aumentava nas festas de congado, quando apareciam novas prostitutas.

Vários dos bordéis, nos lustros seguintes, foram afastados para a periferia, mas os poucos que lá permaneceram causavam sérios aborrecimentos à vizinhança. Com efeito, em época mais distante, alguns imóveis da chamada "*zona*" ostentavam na fachada placas com a expressão "*residência de família"*, ou semelhante, para evitar a invasão de estranhos. "*O Imparcial*", em dezembro de 1.951, publicou reclamação de um morador da Santa Cruz contra meretrizes que, em pleno dia, se mostravam "*à la Luz del Fuego"*, escandalizando as pessoas "*com seu exótico existencialismo, acompanhado de palavras obscenas"*.

Nélson Cavalcante, em palestra publicada no boletim do Rotary Club, em 1.955, afirmou, com evidente exagero, ser uma das notas dissonantes da Cidade "*o "trotoar" acintoso pelas suas principais vias"*.

A liberação dos costumes e o surgimento dos motéis praticamente decretaram o fim dos prostíbulos no perímetro urbano. No fim da década de setenta soube de apenas um, muito humilde, na Avenida Dr. Athayde Pereira de Souza, perto do Cemitério. Fora da Cidade, sobreviveu o localizado às margens da rodovia Machado-Alfenas, na sede dos antigos restaurantes Beira-Rio e Chapéu de Palha.

Em 1.998, a imprensa denunciou que a Estação Rodoviária e as proximidades da torre telefônica, de uma discoteca e de um bar na região de São Benedito eram pontos de encontro para prostituição infantil. No ano seguinte, foi presa Aparecida Lourdes Teixeira, que, segundo policiais, forçava o comércio sexual de oito menores.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - "A Reforma" - anno IV - nº 4 - 26/1/1.902 - pág. 3;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 8 e 10;
3 - Arquivo Público Machadense - pasta "documentos de Oscar Fernandes";
4 - "Boletim Mensal do Rotary Club de Machado" - nº 6 - junho a julho de 1.955, pág. 4;
5 - "Diário Oficial da União" - 12/2/1.959 - seção I - págs. 2.626/2.627;
6 - "Folha Machadense" ns. 56 - 4/5/1.975 - pág. 8;
84 - 23/11/1.975 - pág. 3;
302 - 17/5/1.980 - pág. 8;
308 - 28/6/1.980 - pág. 3;
413 - 7/8/1.982 - pág. 1;
452 - 28/5/1.983 - pág. 11;
635 - 24/1/1.987 - pág. 1;
646 - 11//4/1.987 - pág. 1;
688 - 13/2/1.988 - pág. 1;
760 - 15/7/1.989 - pág. 1;
771 - 30/9/1.989 - pág. 1;
861 - 13/7/1.991 - págs. 1 e 3;
862 - 20/7/1.991 - págs. 1, 3 e 8;
863 - 27/7/1.991 - págs. 1 e 3;
864 - 3/8/1.991 - pág. 3;
903 - 16/5/1.992 - pág. 1;
911 - 11/7/1.992 - pág. 1;
913 - 25/7/1.992 - pág. 8;
914 - 1/8/1.992 - págs. 1 e 10;
944 - 18/3/1.993 - pág. 3;
953 - 15/5/1.993 - pág. 10;
963 - 7/8/1.993 - págs. 1 e 12;
973 - 23/10/1.993 - págs. 1 e 12;
980 - 11/12/1.993 - pág. 4;
990 - 26/2/1.994 - págs. 1 e 11;
1012 - 30/7/1.994 - pág. 1;
1045 - 25/3/1.995 - suplemento;
1062 - 22/7/1.995 - pág. 6;
1071 - 23/9/1.995 - pág. 1;
1073 - 7/10/1.995 - pág. 1;
1175 - 4/10/1.997 - págs. 1 e 4;
1176 - 11/10/1.987 - pág. 5;
1191 - 7/2/1.998 - págs. 1 e 8;
1192 - 14/2/1.998 - pág. 1;
1212 - 25/7/1.998 - pág. 2;
1242 - 13/2/1.999 - pág. 22;
1270 - 21/8/1.999 - pág. 1;

7 - “Jornal do Machado” ns. 14 - 6/7/1.924 - pág. 2;
5 - 30/5/1.937 - pág. 3;
6 - 7/6/1.937 - pág. 3;
7 - 13/6/1.937 - pág. 3;
10 - 4/7/1.937 - pág. 3;
15 - 8/8/1.937 - pág. 4;
8 - “Livro da Lei Mineira” - 1.886 - tomo LIII, parte primeira, folha 8;
9 - “Luminar Machadense” ns. 40 - 26/3/1.955 - pág. 4;
89 - 25/3/1.964 - pág. 3;
98 - 20/6/1.964 - pág. 1;
104 - 3/10/1.964 - pág. 1;
10 - “Machado-Jornal” nº 15 - 8/4/1.928 - pág. 3;
11 - “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, nº 195 - 3/10/1.875 - pág. 3;
12 - “ O Imparcial” ns. 49 - 1/10/1.950 - pág. 3;
69 - 19/12/1.951 - pág. 4;
70 - 30/12/1.951 - pág. 4;
87 - 21/9/1.952 - pág. 4;
13 - “O Machadense” ns. 803 - 23/10/1.960 - pág. 6;
918 - 22/9/1.963 - pág. 1;
977 - 30/1/1.966 - pág. 5;
1034 - 24/3/1.968 - pág. 4;
1040 - 19/5/1.968 - pág. 1;
1049 - 28/7/1.968 - pág. 1;
17 - 13/6/1.971 - pág. 4;
14 - “O Popular” nº 19 - 3/7/1.927 - pág. 3;
15 - panfletos e programas de festas em meu poder;
16 - Revista do 1º Centenário de Machado ns. 1 - pág. 20;
7 - págs. 4 e 21;
17 - “Vozes Concepcionistas em Machado” nº 2 - 30/9/1.964 - pág. 4.

B - **secundárias**

1 - Clariselma Carneiro - “Maria é Assim...” - Gráfica Editora “Folha Machadense”, 2.000, pág. 21;
2 - Homero Costa - “Contribuição à História de Machado” - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem menção de data e local - págs. 24, 40, 46/48 e 51/53;
3 - João Rodrigues de Carvalho - “História de Machado” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 142/143;
4 - João Rodrigues de Carvalho - “Machado Pitoresco e Crônicas” - Tipolitografia Escola Profissional, Pouso Alegre, 1.979, págs. 46, 71 e 77/93;
5 - Olímpio Abrão - “Crônicas” - sem menção de editora, 1.997, págs. 19/20;
6 - Olímpio Abrão - “O Poder de Atração da Cidade-Presépio” - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 3, pág. 4.

****

D - ASSISTÊNCIA SOCIAL

SOCIEDADES E OBRAS ASSISTENCIAIS - I
(ligadas aos católicos)

1) - Sociedade São Vicente de Paulo.
2) - Abrigo Jesus, Maria, José.
3) - Outras.

****

1 - **Sociedade São Vicente de Paulo**.

Não consegui examinar os livros de atas mais antigos, motivo por que pode haver equívocos nos dados aqui reunidos.

Afirma Waldemar de Almeida Barbosa:

> "*Não sei se, por toda a parte, se terão difundido tanto como nas vilas e nos povoados de Minas, as conferências de S. Vicente de Paulo. E por quê? Justamente porque aquela obrigação de visitar o pobre, em seu tugúrio, de levar-lhe o confôrto moral, mais que o auxílio material, está justamente tão de acôrdo com a mentalidade do mineiro.*".

Entre nós, a Sociedade São Vicente de Paulo foi fundada em 28 de abril de 1.935, por cerca de 22 confrades. Conforme estatuto publicado no "*Minas Gerais*" em junho seguinte, eram estes os seus objetivos:

- solicitar esmolas em dinheiro, gêneros alimentícios e vestimentas, bem como donativos de qualquer espécie;
- adquirir terreno e promover a construção de uma casa para dispensário e pequenas casas para abrigo dos necessitados;
- promover a distribuição de gêneros alimentícios e vestimentas aos pobres que

deles necessitarem.

No segundo livro de tombo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio, encontra-se depoimento sobre o fato:

> *"Foram precisas, da parte do fundador P. Marino Pover, vigario da Parochia, não poucos esforços para manter o cunho catholico da associação. Muitas pessoas eram de opinião que, sendo a obra destinada para todos e sendo as contribuições de todos, havia conveniência em que entrassem "oves et boves". Desta forma estava fadada a obra a morrer definitivamente. Se todos os confrades não são catholicos praticantes, uma bôa parte o é e o resto com o tempo não deixará de entrar nos eixos. Antes da fundação o Vigario, acompanhando o presidente da Congregação Mariana, visitou pessoalmente todos os pobres da cidade, fichando-os e estabelecendo uma estatistica, embora incompleta, dos pobres que necessitavam socorros. Depois de fundada a associação, foram nomeadas sete commissões, incumbidas de angariar contribuições mensaes. A população que já muitissimas vezes se havia queixado do incomodo que lhe causava nos sabbados o petitorio dos pobres, acolheu generosamente a obra. O total dos donativos mensaes elevou-se a um conto e seiscentos mil reis."*.

A primeira diretoria ficou assim constituída*: presidente* - Edgard da Veiga Lion; *vice-presidente* - Euclydes de Souza Dias; *1º secretário* - Arnaud dos Santos Silva; *2º secretário* - João Lopes Rocha; *tesoureiro* - José Carneiro de Oliveira. As reuniões, de início, fizeram-se no salão do júri; a distribuição semanal, no Mercado.

Oscar de Paiva Westin e esposa doaram terreno, de quase dois alqueires, para formação da Vila Vicentina. Nele se edificaram, mediante contribuição popular, dez casas para indigentes. Lindolpho de Souza Dias doou o Dispensário, inaugurado em 1.938.

A Sociedade esteve desativada durante período que não pude precisar. Reorganizou-se em 1.941, sob a presidência de Alcírio de Almeida Gonçalves.

Anexa à Vila, o Prefeito João Vieira da Silva criou uma horta-escola, cuja inauguração se deu em 19 de abril de 1.941. O decreto municipal 22, de 1º do mesmo mês, nomeou Júlio Sanches Diniz Júnior professor dela. Destinava-se a crianças pobres que, alimentadas e uniformizadas, recebiam instrução física, noções de higiene, disciplina, e produziam verduras e legumes, consumidos no Asilo ou vendidos. Também criavam bichos-da-seda, cujos casulos eram beneficiados em Barbacena. Seu instrutor, de prenome Pedro, certa vez

aplicou corretivo violento numa delas, o que gerou protestos. Foi demitido, e pouco depois o empreendimento teve fim.

Em 1.957 a Conferência Vicentina era presidida por José Pedro Filho. Em 16 de março de 1.958 empossaram-se como presidente e vice, respectivamente, Antônio Pereira da Luz e João Nannetti, com a incumbência de nomear os demais membros da diretoria.

Em março do ano seguinte a chefia da Sociedade foi passada a esta equipe: *presidente* - Geraldo Batista; *vice-presidente* -Mauro Moreira Guerra; *tesoureiro* - Ismael Mariano Leite; *1º secretário* - Alcírio de Almeida Gonçalves; *2º secretário* - Maulon Godoy. Em maio de 1.959 foi inaugurado novo Dispensário.

No dia 30 de março de 1.960, em face do aumento do número de assistidos, decidiu-se dividir a Sociedade em duas Conferências e criar um Conselho. Estavam então abrigadas no Asilo 58 pessoas, e eram atendidas de 40 a 50 famílias por semana no Dispensário. Instituíram-se a Conferência de São Benedito, com a incumbência de manter os pobres "da Rua Dom Hugo para cima até a altura da Estação", e a Conferência da Sagrada Família, para assistir os indigentes das demais zonas da Cidade. Ao Conselho couberam a direção e a mantença do Asilo, com ajuda das Conferências. Cada órgão passou a ter sua diretoria, assim constituída: Conselho - *diretor* - João Nannetti; *presidente* - Geraldo Batista; *vice-presidente* - Mauro Moreira Guerra; *secretário* - Maulon Godoy; *tesoureiro* - José Mendes Vilela. Conferência de São Benedito - *presidente* - Antônio Augusto de Carvalho; *vice-presidente* - Alcírio de Almeida Gonçalves; *secretário* - Tarciso Flávio Pereira; *tesoureiro* - José Borges de Carvalho. Conferência da Sagrada Família - *presidente* - Geraldo Batista; *vice-presidente* - Antônio Moreira Guerra; *1º secretário* - Maulon Godoy; *2º secretário* - Nadir do Lago Abrão; *tesoureiro* - José Moreira Guerra. Instalou-se um Dispensário da Conferência de São Benedito na Rua 21 de Abril. Suponho que a inovação não teve êxito, porque a imprensa nada mais tratou a respeito dela.

Em 18 de junho de 1.962 elegeu-se um Conselho Particular Vicentino, para reger a Sociedade nos doze meses seguintes: *presidente* - Geraldo Batista; *1º vice-presidente* - João Nannetti; *2º vice-presidente* - Euclydes de Souza Dias; *secretário-geral* - Vicente da Silva Resende; *1º secretário* - Antônio Moreira Guerra; *tesoureiro-geral* - J. Ferreira; *presidente da Vila* - Mauro Moreira Guerra; - *presidente do Dispensário* - Pedro Milani.

Em 1.966 foram construídas na Vila mais sete casas para famílias pobres. O presidente era ainda o dedicado Geraldo Batista, que desde sua mudança para a Cidade, como funcionário do Banco do Brasil, não mediu esforços para amenizar o sofrimento do próximo.

Em meados de 1.968 ocupavam a presidência e a tesou-

raria da Sociedade, respectivamente, Nadir do Lago Abrão e João Realino Silva. Em outubro do ano seguinte aqui se reuniram cerca de 130 vicentinos, representantes das diversas Conferências da Diocese de Guaxupé.

Em 1.971 a administração da Vila foi confiada às Irmãs de Sion, que procuraram novas fontes de renda para mantê-la. Dedicaram-se ao plantio de hortaliças, à venda de mudas de café, promoveram bazares, rifas, exposições de trabalhos manuais, etc.. Alugaram algumas casas para a Construtora Cunha Guedes e fundaram a Fábrica de Doces "Meu Bom José", de que se dará notícia mais completa na parte relativa à indústria. O terreno foi cercado, construiu-se nova portaria, e se adquiriram televisão e geladeira. Em 1.972 promoveu-se a reforma do prédio do Dispensário.

Em 1.974, a Sociedade São Vicente de Paulo foi declarada de utilidade pública pela lei municipal 190, de 30 de outubro, e pela lei estadual 6.549, de 18 de dezembro.

Nadir do Lago Abrão era o presidente do Conselho Vicentino, em 1.975.

Em 1.980 os Vicentinos iniciaram negociação com a Construtora Barbosa de Freitas, para loteamento do seu terreno. O denominado "Jardim São Vicente" teria no início 30 lotes, com 4 tipos de casas, financiados em até 25 anos. Com o produto da venda pretendiam adquirir uma chácara para nova sede da Sociedade, cujas instalações foram consideradas obsoletas e sem conforto. A iniciativa não prosperou - felizmente, em face da inidoneidade da parceira, depois conhecida.

Compunham a diretoria, em 1.981, as seguintes pessoas: *presidente* - Wálter Garcia; *vice-presidente* - Warner de Paula Lima; *secretário* - José de Rezende Lara; *tesoureira* - Márcia Signoretti Godoy. Lançou-se na época a "campanha do quilo", que ainda perdura, recolhendo mensalmente, de casa em casa, mantimentos para os pobres. A ampliação da fábrica de doces onerou muito a Sociedade, não teve o esperado retorno e seu lucro era mínimo. Foi fechada no ano seguinte, e as Irmãs de Sion deixaram a administração da Vila e a Cidade. O decreto federal 86.072, de 4 de junho de 1.981, também declarou a Associação de utilidade pública.

A Prefeitura calçou com bloquetes a entrada da Vila, em 1.984. A diretoria era então assim formada: *presidente* - Warner de Paula Lima; *vice-presidente* - João Arnaldo Vieira; *secretária* - Nadir Cândida dos Santos; *tesoureira* - Márcia Signoretti Godoy.

Empossou-se em dezembro de 1.986 esta equipe: *presidente* - Wander Prado de Oliveira; *vice-presidente* - Wálter Garcia; *1ª tesoureira* - Márcia Signoretti Godoy; *2º tesoureiro* - Warner de Paula Lima; *1º secretário*

- André José Alves; *2ª secretária* - Nadir Cândida dos Santos (substituída em meados do ano seguinte por João Roberto Camargo Pinto).

A lei local 665, de 27 de outubro de 1.987, autorizou os Vicentinos a explorar a cantina do Ginásio Poliesportivo. Naquele ano, pela primeira vez, eles montaram barraca na Festa de São Benedito. Casas antigas foram demolidas na Vila, que recebeu ambulância em comodato do Rotary Club.

Renovou-se a diretoria em dezembro de 1.989: *presidente* - João Vítor Domingues; *vice-presidente* - Paulo Pegoraro Corsini; *1º tesoureiro* - Otávio Augusto Martins; *2ª tesoureira* - Ana Lúcia A. Martins; *1º secretário* - Paulo Gonçalves; *2º secretário* - André José Alves. Em maio seguinte repetiu-se indesculpável acidente acontecido no ano anterior e em 1.985: incêndio na cama matou um dos idosos do Asilo.

Compunham a equipe dirigente, em 1.993, as seguintes pessoas: *presidente* - Paulo Pegoraro Corsini; *vice-presidenta* - Vera Lúcia Nery Corsini; *1º tesoureiro* - Otávio Augusto Martins; *2ª tesoureira* - Ana Lúcia A. Martins; *1º secretário* - Jorge Luiz Pereira Lima; *2º secretário* - Alair Alves Lima. O encarregado era Odair Pedro de Souza. Entre abril e maio aconteceu a 1ª Festa do Asilo, na Praça São Benedito, repetida nos anos seguintes.

A lei municipal 944, de 19 de novembro de 1.993, autorizou o Executivo a adquirir da Sociedade terreno com 7.000 m2., para doá-lo a quem construísse nele o Centro de Atividades do Trabalhador. Autorizou-o também, como pagamento, a sanear e urbanizar a área remanescente da Vila Vicentina, executando serviços de drenagem e pavimentação, construindo redes d´água e elétrica, galeria pluvial, sarjetas e meio-fio.

Em 1.995 construiu-se jardim na Vila, com bancos e nova iluminação; a pintura foi refeita. Os Vicentinos adquiriram 20 carneiras no Cemitério da Saudade. Da tribuna da Câmara, o Vereador Lúcio Dias Vieira Júnior informou que recentemente a Secretaria de Saúde investigara e classificara os asilos e vilas de pobres do Sul de Minas, cabendo a Machado o pior lugar.

De dezembro de 1.995 a dezembro de 1.998, a Sociedade teve esta diretoria: *presidente* - João Lúcio Garroni; *vice-presidente* - Wander Prado de Oliveira; 1º *tesoureiro* - João Vítor Domingues; *2º tesoureiro* - Ewerthon Schmidt Prado; *1º secretário* - Marcos Astolfo Carvalho Dias; *2ª secretária* - Meyre Araújo Carvalho Dias; *3ª secretária* - Sílvia Fernandes Serafini.

Sucedeu-lhe esta equipe, com mandato até o final do milênio, depois prorrogado: *presidente* - Wander Prado de Oliveira; *vice-presidente* - Jorge Luiz Pereira; *1º tesoureiro* - Domingos Labecca; *2º tesoureiro* - João Lúcio Garroni; *1º secretário* - Alair Alves Pereira Lima; *2ª secretária* - Sulamita Labecca.

2 - **Abrigo Jesus, Maria, José**.

Foi fundado por comissão de que fizeram parte Lindolpho de Souza Dias, Braulina de Souza Dias, Onofrina Swerts Costa e Ophélia de Paiva Vieira. O primeiro doou terreno e vultosa importância para construção do prédio, iniciada em 1.944. No ano seguinte foi feita quermesse em prol da obra. A inauguração ocorreu em 19 de março de 1.948.

Situa-se ao lado do Colégio das Irmãs Concepcionistas, às quais foi confiada sua regência. Nos primeiros tempos ela coube a Madre Maria do Patrocínio Siestro, que a manteve até o final de 1.957. Trabalharam em sua companhia Madre Esperança Silva (de janeiro de 1.955 a julho de 1.956) e Madre Amparo Arranz (de julho de 1.956 a 1.958). Aquela retornou ao Abrigo em 1.958, para dirigi-lo até o fim de 1.968. Madre Maria Cruz Antón Gonzales, que aqui já estivera de 1.958 a 1.962, voltou em 1.968 como diretora. Ficou no cargo até dezembro de 1.986, quando se mudou para São Paulo. Em fevereiro de 1.987 ocupou a regência Irmã Maria Luz Costa Nunes, substituída no início da década de noventa por Madre Flora Malchite Martinez. Esta cedeu o posto em junho de 1.995 a Madre Maria Imaculada de Pádua Lemos. Também passaram por cá, entre 1.987 e 1.995, as irmãs Angeles Lopes, Ana Ribeiro, Aparecida Milani, Goretti Lemos, Regina Lemos e Lucy Hugen. De 1.996 ao final do milênio foram responsáveis pelo Estabelecimento Madre Maria Luz Costa Nunes e Madre Eloína Pozuelos Caçado.

Além da administração interna, privativa das freiras, o Abrigo tem uma direção externa, com atribuição de prover recursos para sua subsistência. A primeira delas, que tomou posse logo após a fundação, estava assim composta: *presidenta* - Braulina de Souza Dias; *vice-presidenta* - Nelly Costa Dias; *1ª secretária* - Ophélia de Paiva Vieira; *2ª secretária* - Paulina Rigotti de Castro; *tesoureira* - Onofrina Swerts Costa. Em janeiro de 1.951 escolheu-se esta equipe, empossada dois meses depois: *presidenta* - Braulina de Souza Dias; *vice-presidenta* - Eunice de Souza Dias; *1ª secretária* - Christina Westin; *2ª secretária* - Maria Nilce Costa Dias; *tesoureira* - Ophélia de Paiva Vieira. Novo pleito, em janeiro de 1.958, entregou o comando às seguintes senhoras: *presidenta* - Braulina de Souza Dias; *vice-presidenta* - Eunice Dias Andrade; *1ª secretária* - Maria Nilce Costa Dias; *2ª secretária* - Violeta Araújo Nannetti; *tesoureira* - Orminda Dias Costa; *auxiliar de tesoureira* - Lucy Costa Leite. Mantidas a presidenta e a vice-presidenta, em abril de 1.961 a diretoria ganhou novos membros: *1ª secretária* - Maria de Lourdes Pereira Nannetti; *2ª secretária* - Regina Stela Vieira Garcia; *tesoureira* - Gabriela Passos Swerts; *auxiliar de tesoureira* - Maria José Dias Salles. Um mês depois, a 1ª secretária e a tesoureira foram substituídas por Adel Rebelo Dias e Íris Westin Pinto Garcia.

Em 30 de março de 1.964 Braulina de Souza Dias tornou-se presidenta de honra, cedendo o comando a Ana Rodrigues Dias. Os demais cargos da diretoria foram assim preenchidos: *vice-presidenta* - Angelita Moreira

Dias; *1ª secretária* - Regina Domingues Lima; *auxiliar de secretária* - Neuza Neves Gonçalves; *tesoureira* - Marlene Verdade Costa; *auxiliar de tesoureira* - Cilda Swerts Costa. O prédio foi então aumentado e remodelado, por comissão que se formou especialmente para isso, sob a chefia de José Teixeira da Silva. A lei local 458, de 12 de maio do mesmo ano, cancelou débito fiscal relativo a ele. A lei 578, de 4 de outubro de 1.967, isentou-o do pagamento de impostos.

Em março de 1.968 renovou-se a diretoria, cabendo a presidência a Hércio Swerts Dias. Seus companheiros foram: *vice-presidente* - Cônego Wálter Maria Pulcinelli; *1ª secretária* - Maria Nilce Costa Dias; *2ª secretária* - Ruth dos Anjos; *1ª tesoureira* - Eunice de Oliveira Caixeta; *2ª tesoureira* - Dilma Pereira Swerts. Ante a renúncia do presidente e das secretárias, foram escolhidos para substituí-los, em julho de 1.970, respectivamente, Dirceu Swerts Costa, Maria Tereza Andrade Costa e Marietta Baldan Soares. No ano seguinte cederam-se algumas salas do Abrigo para instalação da APAE, e em março foram eleitos: *presidenta* - Maria Tereza Andrade Costa; *vice-presidente* - Luciano Vilhena; *1ª secretária* - Neuza Silvéria Soares; *2ª secretária* - Marietta Baldan Soares; *1º tesoureiro* - Armando Dias Swerts; *2ª tesoureira* - Dilma Pereira Swerts. O comando passou em março de 1.974 a um grupo do Clube das Casadas: *presidenta* - Adel Rebelo Dias; *vice-presidenta* - Wanderly Palmeira Garcia; *1ª secretária* - Magaly Vieira Guerra Godoy; *2ª secretária* - Márcia Signoretti Godoy; *1ª tesoureira* - Maria Regina Almeida Leite; *2ª tesoureira* - Wanda Garcia Braga. Em maio de 1.977 a presidenta, a vice e a 2ª tesoureira foram reeleitas, e os demais cargos assim se distribuíram: *1ª secretária* - Marta Maria Cunha Gonçalves; *2º secretário* - Alaor Gonçalves Pinto; *1º tesoureiro* - Carlos Roberto Pereira.

Em 1.980 o Abrigo foi pintado e construiu piscina, com ajuda de colégios e associações de pais e mestres concepcionistas de outras cidades. No mesmo ano assumiu esta diretoria: *presidente* - Paulo Gonçalves; *vice-presidente* - Alcy Marcos da Silva; *1ª secretária* - Heloísa Junqueira Silva; *2ª secretária* - Maria Lúcia Pereira Devaston; *1ª tesoureira* - Iracy Negretti Pereira; *2º tesoureiro* - Perácio Bernardes Pereira. Em 1.983 reformaram-se os banheiros e o telhado. Evâneo Pereira, escolhido presidente em abril, governou por um ano e meio, passando depois o posto ao vice Cornélio Camargo. Os demais diretores foram: *1º secretário* - Franklin Vieira de Almeida Vilhena; *2º secretário* - Manuel Alfredo Camarão Albuquerque; *1º tesoureiro* - Maurício Botazini; *2º tesoureiro* - Afonso Azevedo de Paiva Reis. O último renunciou em novembro de 1.984, assumindo seu lugar João Batista de Souza Moreira Neto. O Grupo de Casais São João formou a diretoria sufragada em março de 1.986: *presidente* - Warner de Paula Lima; *vice-presidente* - Orleans Campos; *1ª secretária* - Celi Pacheco da Fonseca; *2ª secretária* - Nadir Cândida dos Santos; *1º tesoureiro* - Perácio Bernardes Pereira; *2º tesoureiro* - João Batista Gonçalves. Em abril de 1.989 tomaram a chefia membros do Grupo de Casais Santo Agostinho: *presidente* - Leonel Camargo; *vice-presidente* - José Nílton Gonçalves; *1º secretário* - Paulo Newton da Silva; *2º secretário* - Luiz Fernando Siqueira; *1º tesoureiro* - Laís Ferri; *2º tesoureiro* - João Vasconcelos de Andrade.

Em abril de 1.991 a direção do Abrigo coube ao Grupo Nova Vida, com estes membros: *presidente* - João Carlos Fernandes; *vice-presidente* - Wanderlei Fajardo Pereira; *1º secretário* - Paulo César de Carvalho; *2º secretário* - Antônio Carlos Martinez; *1º tesoureiro* - Carlos Augusto Vieira de Vilhena; *2º tesoureiro* - Aloísio Tavares. Dois anos depois o comando passou ao Grupo Pentecostes: *presidente* - Luzimar Ferri Vasconcelos; *vice-presidente* - Alberto Luiz Cavalcante; *1º secretário* - Darcilo Castro Swerts; *2º secretário* - Jacob Fernandes; *1º tesoureiro* - Leandro Custódio Caixeta; *2º tesoureiro* - José Antero de Souza. A lei municipal 937, de 16 de setembro de 1.993, declarou de utilidade pública a Sociedade. Um ano depois as freiras quiseram abolir o internato, mas tiveram oposição da diretoria. Novo pleito, em maio de 1.996, levou à presidência Antônio Carlos Fernandes, do Grupo São Lucas, com estes companheiros: *vice-presidente* - Alaor Gonçalves Pinto; *1ª secretária* - Maria Lúcia Souza Reis Fernandes; *2ª secretária* - Marta Maria Souza Fernandes; *1º tesoureiro* - José Wágner Garbini Guerra; *2ª tesoureira* - Márcia Signoretti Godoy. Em 1.997 o Abrigo recebeu os bens do Instituto Amigos de Madre Rosa, que fora extinto. Em contrapartida, deveria ser o mantenedor da "Casa do Menor", a instalar-se nos Caixetas, o que acabou não ocorrendo. Na mesma época o prédio sofreu nova reforma, tendo sido feitos um apartamento para as freiras e obras de urgência na despensa. Em maio de 1.999 a Casa passou a outra equipe do Grupo Pentecostes: *presidente* - José Sólon de Lima Júnior; *vice-presidente* - Luzimar Ferri Vasconcelos; *1º secretário* - José Antero de Souza; *2º secretário* - Sílvio Antônio Miranda Dias; *1º tesoureiro* - Robson Dieb Farah; *2º tesoureiro* - Leandro Custódio Caixeta.

O Abrigo destina-se a crianças pobres, do sexo feminino, de 2 a 18 anos de idade. As três primeiras admitidas foram Hilda Pereira Aleixo, Maria Aparecida Dias Lopes e Maria de Lourdes Dias Lopes. Seu número tem variado no correr dos anos, chegando a 102 em 1.998. Elas são mantidas em regime de internato ou semi-internato. Em determinada época recebiam instrução primária na própria Casa, como se viu na parte relativa às escolas. Depois, a maioria passou a ser encaminhada a outras instituições de ensino, limitando-se o Abrigo a ministrar cursos extra-curriculares, como o de computação. As meninas aprendem serviços domésticos - culinária, costura, bordado, tricô e crochê. Elas mesmas cuidam da limpeza, da cozinha, de suas roupas e da horta. Atingido o limite etário, são, na medida do possível, empregadas na Cidade.

O Abrigo tem quadro de sócios, que pagam contribuição mensal. Dispõe de uma orientadora e duas serventes, contratadas pela Prefeitura. Tem recebido subvenção dos poderes públicos estadual e municipal.

3 - **Outras**.

Em outubro de 1.919 aqui existia a **Associação das Damas de Caridade,** presidida pelo Padre Achilles E. Tritsmans. Ignoro quando foi criada e quando findou. Ressurgiu por volta de 1.968. Suas integrantes, então,

confeccionavam e distribuíam roupas, promoviam coquetéis beneficentes, doavam alimentos e remédios para os pobres. No final de 1.971 eram cerca de dezoito, com esta diretoria: *presidenta* - Julieta Mezzavilla Ferraz; *secretária* - Eumair Sobral; *tesoureira* - Maria Zilda Cunha. Cinco anos depois a imprensa publicou agradecimento da Sociedade, firmado por Dalva Moreira Guerra e Filomena Rigotti Cruz. Em setembro de 1.983 ela voltou a público com nota das sócias Filomena Rigotti Cruz, Francisca Gonçalves Vieira, Maria Neuza de Paula, Maria Zilda Dias, Rosa Magalhães Pereira e Venina Signoretti.

A imprensa noticiou em setembro de 1.968 o trabalho da **Associação Nossa Senhora de Fátima**, de que faziam parte Cáritas Liberal e Nair de Almeida Vieira. Ajudava famílias, crianças e moças pobres. A estas ensinava arte culinária e corte e costura, além de fornecer o material necessário ao desempenho do ofício.

Cerca de quinze jovens ligados à Igreja Católica criaram, no final da década de setenta, **a Campanha de Alimentação para os Pobres - CALIPO.** Entre eles estavam João Marcos Araújo, José Gilberto Baccoli, Kátia Vilela e Roberto Camilo Órfão Morais. Arrecadavam alimentos e vestuário para distribuição aos necessitados, e mantinham atividades comunitárias, em cooperação com o MOBRAL. A Campanha foi declarada de utilidade pública pela resolução da Câmara nº 4, de21 de outubro de 1.980. Lançou jornalzinho mimeografado, o "*Calipo Informativo*", cujo primeiro número data de 1º de setembro do mesmo ano.

A **Sopa da Providência** foi criada por um grupo de cursilhistas, sob a liderança do Cônego Wálter Pulcinelli, em meados da década de setenta. De sua comissão organizadora faziam parte, entre outros, Antônio Barcelos Costa, Carlos Roberto Pereira, Eumair Sobral, Jônia Nogueira, Maria José Costa, Ofélia Camargo e Tânia Maria Paiva Pereira. Construiu-se barracão em terreno da Paróquia, na Rua Joaquim Teófilo, em que eram servidos diariamente cerca de 150 pratos de sopa aos necessitados. O alimento era levado em casa aos doentes e inválidos. A obra teve fim em 1.979, quando se demoliu o barracão para edificar o prédio do Supermercado Alaska.

O **Instituto Amigos de Madre Rosa** surgiu por volta de 1.988, e pretendia amparar meninos carentes de 2 a 16 anos. Tinha por meta a construção de uma Casa do Menor, e procurou obter verbas para isso através de diversas promoções. Foi declarado de utilidade pública pela lei local 700, de 28 de fevereiro de 1.989. No ano seguinte sua diretoria estava assim constituída: *presidenta* - Haydée Caproni Neves; *secretária* - Maria Nery; *tesoureira* - Diva Cavalcanti Magalhães. Dele também participaram, entre outros, Ceila Caproni Gonçalves, Irmã Silvéria, Maércio Botazini e Margareth Carvalho Domingues. Recebeu subvenções municipais de 1.991 a 1.993. Não alcançado o objetivo principal, seus membros decidiram extingui-lo no início de 1.997, e doaram ao Abrigo Jesus, Maria, José todos os seus bens: um terreno na Rua Cel. Azarias, uma conta

de poupança e uma pulseira de ouro.

A **Associação Promotora de Assistência Social - ASPAS** - foi fundada em 15 de janeiro de 1.995, e tem sede na Casa Paroquial. São seus fins, conforme estatuto: ajudar doentes e pobres; criar e manter movimentos educativos para crianças e jovens; proporcionar ambiente recreativo à juventude; amparar estudantes sem recursos; dar assistência moral e religiosa à população rural. A lei local 1.035, de 2/10/95, autorizou se fizesse com ela uma permuta de terrenos. Foi declarada de utilidade pública municipal pela lei 1.082, de 20 de dezembro de 1.996, e recebeu subvenção no ano seguinte. Seu primeiro presidente foi Paulo Newton da Silva. Ele foi reeleito para o período de janeiro de 1.998 a janeiro de 2.001, com estes companheiros: *vice-presidente* - Antônio Carlos Fernandes; *secretários* - Maria Lúcia Souza Reis Fernandes e José Nery de Oliveira; *tesoureiras* - Ana Maria Pinto e Alvina Ferreira. Em 1.999 apresentou projeto à Secretaria Estadual de Planejamento e Coordenação para montagem de oficina de facção em Douradinho, dirigida às empresas que terceirizam mão-de-obra em Machado. Cuidou também da reforma da casa de orações da Vila Betânia.

No inverno de 2.000, membros da J.U.C. alugaram casa na Rua Nélson Garcia, para banho, jantar e pernoite de mendigos e andarilhos. Funcionava das 18 às 8 horas. Eles a dirigiram durante quatro meses, revezando-se nas tarefas domésticas e na vigilância noturna. Depois, conseguiram que a obra fosse assumida pela **Fraternidade Toca de Assis**, também conhecida como "Casa da Aliança". Esta pertence à sociedade apostólica não-clerical denominada "Filhos e Filhas da Pobreza do Santíssimo Sacramento", fundada em Campinas, no ano de 1.994, pelo Padre Roberto José Lettieri. Sua finalidade é o acolhimento de moradores de rua e pobres, doentes, deficientes físicos abandonados ou em trânsito. O estabelecimento local só recebia homens, e no início do milênio tinha cerca de doze internos, sob a responsabilidade de três irmãos. Após rápida passagem por outro imóvel, em 5 de março de 2.001 ele se instalou na Rua Astolpho Pio, esquina com Coronel Jacinto.

Devem ser lembradas ainda as **Pastorais,** especialmente a da Criança e a da Saúde, de que já se tratou no capítulo décimo do volume quarto.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de atas nºs 1 e 16;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 11, 12, 15 e 21;

3 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio - Segundo Livro de Tombo - 1.916/1.967;
4 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio - Terceiro Livro de Tombo - 1.968 em diante;
5 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de leis e decretos nº 4;
6 - Arquivo da Secretaria de Ação Social - pastas "ASPAS" e "Sociedade São Vicente de Paulo";
7 - Arquivo Público Machadense - pasta "Abrigo Jesus, Maria, José";
8 - "Calipo Informativo" ns. 1 - 1/9/1.980;
2 - outubro de 1.980;
9 - "Folha de Minas", Belo Horizonte - 2/12/1.937 - pág. 7;
10 - "Folha Machadense" ns. 20 - 11/8/1.974 - pág. 3;
29 - 13/10/1.974 - pág. 1;
58 - 18/5/1.975 - pág. 3;
77 - 5/10/1.975 - pág. 8;
161 - 21/5/1.977 - pág. 3;
202 - 19/3/1.978 - pág. 3;
284 - 13/1/1.980 - pág. 5;
296 - 4/4/1.980 - pág. 3;
364 - 8/8/1.981 - pág. 1;
368 - 6/9/1.981 - pág. 25;
431 - 18/12/1.982 - pág. 1;
442 - 19/3/1.983 - pág. 6;
509 - 14/6/1.984 - pág. 1;
521 - 6/10/1.984 - pág. 9;
595 - 5/4/1.986 - pág. 1;
632 - 25/12/1.986 - pág. 29;
690 - 27/2/1.988 - pág. 9;
746 - 8/4/1.989 - pág. 14;
762 - 29/7/1.989 - pág. 14;
793 - 17/3/1.990 - pág. 3;
803 - 26/5/1.990 - pág. 12;
826 - 3/11/1.990 - pág. 7;
836 - 26/1/1.991 - pág. 3;
847 - 13/4/1.991 - pág. 1;
849 - 27/4/1.991 - pág. 4;
949 - 17/4/1.993 - págs. 4 e 10;
957 - 12/6/1.993 - suplemento;
970 - 2/10/1.993 - pág. 3;
978 - 27/11/1.993 - pág. 3;
983 - 1/1/1.994 - pág. 3;
1011 - 23/7/1.994 - pág. 10;
1064 - 5/8/1.995 - pág. 12;
1079 - 18/11/1.995 - pág. 12;
1151 - 19/4/1.997 - cad. B, pág. 3;
1221 - 12/9/1.998 - pág. 8;

1252 - 24/4/1.999 - pág. 19;
1260 - 12/6/1.999 - pág. 18;
1349 - 3/3/2.001 - pág. 21;
1390 - 15/12/2.001 - pág. 15;
1391 - 22/12/2.001 - pág. 6;
11 - informações pessoais de Rodrigo Campos;
12 - "Jornal da Paróquia" nº 33 - 9/9/2.001 - pág. 3;
13 - "Jornal do Machado" nº 76 - 1/9/1.935 - pág. 2;
14 - livro de atas do Abrigo Jesus, Maria, José;
15 - livro de atas da Sociedade São Vicente de Paulo, de novembro de 1.986 a janeiro de 1.990;
16 - "Luminar Machadense" nº 90 - 11/4/1.964 - pág. 2;
17 - "O Ginasiano" nº 1 - abril de 1.948 - pág. 4;
18 - "O Machadense" ns. 678 - 23/3/1.958 - pág. 3;
724 - /3/1.959 - pág. 3;
733 - 17/5/1.959 - pág. 4;
778 - 10/4/1.960 - págs. 1 e 4;
788 -26/6/1.960 - pág. 5;
815 - 5/2/1.961 - pág. 2;
884 - 24/6/1.962 - pág. 1;
961 - 3/10/1.965 - pág. 3;
969 - 28/11/1.965 - pág. 2;
1006 - 14/8/1.966 - pág. 2;
1041 - 26/5/1.968 - pág. 4;
3 - 8/3/1.971 - pág. 1;
5 - 21/3/1.971 - pág. 2;
12 - 9/5/1.971 - pág. 4;
24 - 8/8/1.971 - pág. 4;
89 - 19/11/1.972 - pág. 1;
117 - 3/6/1.973 - pág. 1;
19 - Revista "Imagem e Conteúdo" nº 3 - dez. 96/jan. 97 - pág. 6;
20 - "Siga em Frente" ns. 62 - 9/7/1.994 - pág. 8;
20 - 30/4/1.997 - pág. 5;
21 - "Tribuna Machadense" ns. 19 - 4/10/1.987 - pág. 3;
20 - 11/10/1.987 - pág. 8;
23 - 1/11/1.987 - pág. 1.

B - **secundárias**

1 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", cap. IX - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 9, outubro de 1.957, pág. 3;
2 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 120 e 137;
3 - Madre Maria Del Valle - "Ginásio e Escola Normal "Imaculada Conceição" do Machado" - artigo na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 5, junho de 1.957, pág. 24;
4 - Oscar Pereira Lima Filho - "Meninos de rua, futuros..." - artigo na "Folha

Machadense” 954, de 22/5/1.993, pág. 2;
5 - Waldemar de Almeida Barbosa - “A Decadência das Minas e a Fuga da Mineração” - edição do Centro de Estudos Mineiros, Imprensa da UFMG, Belo Horizonte, 1.971, págs. 147/148;
6 - “Histórico do Abrigo Jesus, Maria, José” - trabalho datilografado, sem menção de autor e data;
7 - “O Município de Machado” (trabalho da Commissão Social da Semana Ruralista e Exposição Regional do Sul de Minas) - Typ. Carlos Meier & Cia. Ltda., Rio de Janeiro, 1.937;
8 - Revista “Machado de Ontem e de Hoje” - VI-1.

****

SOCIEDADES E OBRAS ASSISTENCIAIS - II
(ligadas aos espíritas)

1) - Asilo dos Pobres - Casa da Misericórdia.
2) - Associação Espírita de Assistência à Criança "Pedro Alves Negrão".
3) - Lar Fabiano de Cristo - Casa de Hercílio.
4) - Núcleo Assistencial Francisco de Assis.
5) - Núcleo Assistencial Vida e Esperança.
6) - Outras.

****

1 - **Asilo dos Pobres - Casa da Misericórdia**.

Conforme a revista "*Machado de Ontem e de Hoje*", o Asilo dos Pobres, também conhecido por Casa da Misericórdia (ou ainda por Casa da Caridade), foi fundado em 1.905 por um grupo de espíritas, sob a liderança de Pedro Alves Negrão. Sua sede ficava na Rua Pontalete, atual Avenida Santa Cruz. Continuava ativo em junho de 1.935, e ignoro até quando durou. Em 1.952, "*O Imparcial*" noticiou que algumas pessoas pretendiam vender o terreno dele, a fim de construir noutro local um abrigo para velhos.

Os jornais "*O Popular*", em 1.927, e "*O Machadense*", em 1.934, exaltaram a figura de Pedrinho Negrão como patriarca da caridade, protótipo da bondade e da beneficência. Além de manter e dirigir por vários anos o Asilo, distribuía gratuitamente remédios homeopáticos, e na data natalícia, 29 de junho, costumava oferecer aos indigentes lauta refeição em sua residência.

2 - **Associação Espírita de Assistência à Criança "Pedro Alves Negrão"**.

Participavam dela mulheres espíritas, e tinha por meta

amparar a criança em abandono. Foi fundada em 26 de janeiro de 1.958, sob os auspícios do Centro Espírita "Paz, União e Caridade", em cuja sede funcionou provisoriamente. Na mesma data teve aprovado o estatuto e eleita a primeira diretoria: *presidenta* - Gasparina Paiva Braga; *vice-presidenta* - Maria Luísa Lima; *secretária* - Maria Amélia Lima Dias; *tesoureira* - Marieta Baldan Soares.

Quatro meses após, se anotou no livro de atas que fora adquirido na Vila Centenário um terreno de 6.000 m2., por Cr$170.000,00, para construção de prédio próprio. O vendedor, Ismael Mariano Leite, doara à Associação cinco lotes, que seriam rifados para obtenção de recursos. Escolheu-se na ocasião o Conselho Fiscal, composto por Leonina Machado Zanon, Rosarina Prado e Sidnéia Alves de Carvalho, e se organizaram comissões para arrecadar as mensalidades.

Reeleita em 2 de janeiro de 1.959, a diretoria tomou posse na data de aniversário da Sociedade. O livro de atas ficou em branco a partir daí. Recebeu subvenção das leis municipais 292/59, 354/61 e 387/62. Suponho tenha cessado a atuação pouco depois da última, já que nada mais encontrei a seu respeito.

3 - **Lar Fabiano de Cristo - Casa de Hercílio**.

Obra assistencial vinculada à CAPEMI - Caixa de Pecúlio dos Militares Beneficente, o Lar Fabiano de Cristo nasceu no Rio de Janeiro em 1.958, para assistir pessoas carentes. Logo se expandiu por quase todo o País. A Machado chegou por iniciativa do conterrâneo Wágner Nannetti Dias, advogado e assessor de diretoria da CAPEMI. Em reconhecimento a ele, a Casa que aqui se inaugurou em 20 de março de 1.976 leva o nome de seu pai, Hercílio da Silva Dias. Ela foi criada pela ordem de serviço 29/76, de 19 do mês anterior.

Em maio de 1.975 o Prefeito Jorge Oliveira comprometera-se a doar imóvel para a Entidade; em novembro seguinte cá esteve comissão carioca, para entrevista e exame de locais em que ela pudesse funcionar. Foi aceita como sede provisória a do antigo Posto de Puericultura, na Praça Olegário Maciel, e assim o trabalho teve início, com matrícula de 41 crianças e apoio a 25 famílias pobres. Designou-se equipe para a instalação: Maria de Fátima Belmino Chaves, Raquel de Souza Rocha, Ivonete da Silva, Maria Helena Soares, Sônia da Silva e Glória Maria de Oliveira Moreira. Esta foi a primeira supervisora, tendo permanecido no cargo até 1.986 Nos três anos seguintes, ele foi ocupado por Marilena Araújo; desde 1.989, o é por Maria Selma Dias Penatti.

Em 25 de maio de 1.976, a lei local 261 autorizou a doação ao Lar de terreno na Avenida Dr. Athayde Pereira de Souza, para sede própria. Inviabilizada a edificação no local, porque ficava fora da projetada área de atendimento, ele o devolveu depois, tendo sido a lei revogada.

O decreto municipal 419, de 16 de maio de 1.978, de-

clarou de utilidade pública o Lar Fabiano de Cristo. Suas disposições foram repetidas pela lei local 1.013, de 6 de março de 1.995.

As leis locais 406, de 7/5/80, e 438, de 28/4/81, autorizaram a doação de outros terrenos à Instituição, mas foram derrogadas pela lei 549, de 12/6/84.

Em junho de 1.984 iniciou-se a construção do Centro Social Urbano, na Alameda Donatília Passos Swerts, junto do lago artificial, inaugurado em 13 de setembro seguinte. Nele passou a funcionar a Casa de Hercílio, mediante comodato autorizado pela lei municipal 562, de 4 de novembro do mesmo ano. Para cumprimento do que fora acertado com o Executivo, a lei 651, de 13 de março de 1.987, permitiu se doasse à Entidade o prédio do Centro, com o respectivo terreno de 5.686,08 m2.. A escritura foi lavrada em 6 de maio seguinte.

Em 22 de junho de 1.988, a lei 683 autorizou o Município a celebrar convênio com o Lar Fabiano, para criação de uma escola profissional. No segundo semestre de 1.992 foi montado nele um gabinete médico-odontológico. A lei 1.038, de 7 de novembro de 1.995, concedeu-lhe subvenção extraordinária, para construção de sala de professores. A lei 1.075, de 16 de outubro do ano seguinte, autorizou lhe fosse doado terreno com 3.768,40 m2., para ampliação das instalações. Nele se fizeram várias salas, para abrigar os escritórios da supervisão e da administração, e para consultórios médicos e odontológicos. Reservou-se uma parte para formação de horta e pomar. As leis 1.210, de 26 de janeiro de 1.999, e 1.287, de 2 de março de 2.000, permitiram a assinatura de novos convênios com o Lar, destinado ao aumento de seu trabalho assistencial, e abriram crédito para isso.

O Estabelecimento amparava, no final do milênio, 803 pessoas. Destas, 181 eram crianças de 0 a 6 anos; 166 eram crianças de 7 a 12 anos; 83 eram adolescentes de 13 a 17 anos; 288 erm adultos; e 85 eram idosos.

Assistentes sociais elaboravam para cada família ajudada um *plano de ação promocional*, com objetivos a serem atingidos no prazo médio de cinco anos, findo o qual ela se desligava do Lar. Todas recebiam noções de higiene, atendimento médico-odontológico e cestas básicas. Formavam-se entre elas diversos grupos sociais (de casais, de pais, de educação espírita, de apoio psicológico, etc.). Adultos e adolescentes freqüentavam cursos de artesanato, ministrados por voluntários. Os idosos tinham assistência específica, cestas básicas e medicamentos.

As crianças menores permaneciam na Casa das 8 às 16 horas, e recebiam três refeições diárias, atendimento médico-odontológico, remédios, roupas e material escolar. O ensino lhes era ministrado em classes de recreação ou de pré-alfabetização. Naquelas, as de 2 e 3 anos desenvolviam a coordenação motora, a percepção auditiva e visual, e trabalhavam com formas e cores. Nestas, as de 4 e 5 anos tinham já tratamento pedagógico, tomando contacto com

números e letras. As crianças maiores ficavam lá meio período, para desenvolvimento criativo e apoio escolar.

4 - **Núcleo Assistencial Francisco de Assis.**

Nasceu no seio do Grupo Espírita Beneficente "Os Samaritanos", no dia 6 de março de 1.992, com a finalidade de assistir as pessoas carentes; ministrar noções de higiene e urbanidade; angariar e distribuir alimentos, medicamentes, roupas, calçados infantis e brinquedos.

A primeira diretoria foi formada por estas pessoas: *presidenta* - Eva Nadir Andrade Silva; *vice-presidenta* - Zilaida Prado Swerts; *1ª secretária* - Sylvia Maria Pascini Dias; *2ª secretária* - Elisa Regina Soares Braga; *tesoureira* - Rachel Pimentel Pereira; *conselheiras fiscais e suplentes* - Iolanda Pereira Lopes, Regina Lima de Oliveira e Tereza Cristina de Barros; Matilde Nogueira Nannetti, Neuza Helena M. Martins e Roberto Moreira Rebello. Além delas, consideram-se fundadores Carlos Roberto Campos, Evânea Andrade Velano, José Cândido de Oliveira, Márcio Lopes Campos e Rossimari Corsini de Oliveira.

De início, teve sede em casa de José Cândido de Oliveira, na Rua Joaquim Teófilo, 133. A partir de agosto de 1.993, suas reuniões passaram a ocorrer na residência da presidenta, na Rua Major Feliciano, 1.038.

Em 18 de fevereiro de 1.994 reelegeram-se a presidenta, a 2ª secretária e a tesoureira. A vice-presidência e a 1ª secretaria couberam, respectivamente, a Evânea Andrade Velano e Elisandro Kennedy Alckmin. A lei municipal 967, de 29 de abril de 1.994, declarou o NAFA de utilidade pública. A lei 1.087, de 26 de dezembro de 1.996, autorizou lhe fosse doado, para construção de sede própria, terreno com 978 m2., correspondente a três lotes do Jardim Ouro Verde.

Em junho de 1.996, ele decidiu trabalhar em conjunto com o Lar Fabiano de Cristo. No dia 19 de agosto seguinte, obtiveram mais um mandato a presidenta e a tesoureira. Os demais cargos assim se distribuíram: *vice-presidente* - Roberto Moreira Rebello; *1ª secretária* - Nádia Soares de Souza; *2º secretário* - Elisandro Kennedy Alckmin. No último pleito do milênio, em 21 de dezembro de 1.998, manteve-se a equipe, com exceção do 2º secretário, substituído por Allan Corsini de Oliveira.

5 - **Núcleo Assistencial Vida e Esperança**.

É ligado ao Centro Espírita "Paz, União e Caridade", e funciona na sede deste, na Rua Silviano Brandão, 419. Foi fundado em 17 de outubro de 1.998, para dar ajuda, amparo e orientação às pessoas carentes. A

primeira diretoria ficou assim constituída: *presidenta* - Maria Lima de Paiva; *vice-presidenta* - Sheila Fássio Lima de Paiva; *tesoureira* - Sílvia Zanon Braga; *secretária* - Tânia Maria Dias Cruz; *conselheiras fiscais* - Maria Aparecida Leite Dias, Marta Helena Martins dos Santos e Rosa Francisca Leite.

A lei municipal 1.215, de 31 de março de 1.999, declarou-o de utilidade pública.

Em novo pleito, no dia 20 de outubro de 2.000, a presidenta e a tesoureira foram reeleitas. Os demais cargos couberam às seguintes pessoas: *vice-presidenta* - Aparecida de Fátima Bellini Pimenta; *secretária* - Rosa Francisca Leite; *conselheiras fiscais* - Ângela Regina de Souza Ramos Cavalcanti, Olga Bellini Rezende Silva e Tânia Maria Dias Cruz.

6 - **Outras**.

Merecem lembrança, ainda, as atividades filantrópicas e as comemorações natalinas lideradas por Joaquim Francisco Soares, máxime nas décadas de cinqüenta a setenta.

Nos últimos lustros do milênio, destacou-se o zelo assistencial de Joel Mendes. Em 1.997, a Prefeitura cedeu-lhe a sede desocupada da CAMIG, na Praça Danton Magalhães, para montagem do *sopão comunitário*. Embora este tenha durado pouco tempo, seu trabalho pelos pobres continuou de outras maneiras.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 17, 19, 20 e 21;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de decretos nº 15;
3 - Arquivo Público Machadense - pasta "Lar Fabiano";
4 - "Folha Machadense" ns. 83 - 16/11/1.975 - pág. 1;
90 - 11/1/1.976 - pág. 1;
98 - 14/3/1.976 - pág. 1;
100 - 28/3/1.976 - pág. 3;
109 - 30/5/1.976 - pág. 10;
118 - 1/8/1.976 - pág. 3;
285 - 20/1/1.980 - pág. 5;
344 - 21/3/1.981 - pág. 8;

505 - 16/6/1.984 - pág. 2;
519 - 22/9/1.984 - págs. 1 e 2;
707 - 25/6/1.988 - pág. 2;
919 - 12/9/1.992 - pág. 8;
1044 - 18/3/1.995 - pág. 6;
1128 - 2/11/1.996 - 2º caderno, pág. 5;
1138 - 18/1/1.997 - 2º caderno, pág. 4;
1156 - 24/5/1.997 - pág. 5;
1187 - 1/1/1.998 - pág. 21;
1201 - 25/4/1.998 - pág. 22;
1240 - 30/1/1.999 - pág. 14;
1250 - 10/4/1.999 - pág. 15;
1262 - 26/6/1.999 - pág. 5;
1300 - 25/3/2.000 - pág. 12;
5 - informações pessoais de Maria Selma Dias Penatti;
6 - "Jornal da Cidade" ns. 1 - junho de 1.984 - pág. 2;
4 - novembro de 1.984 - págs. 3 e 8;
7 - livros de atas da Associação Espírita de Assistência à Criança "Pedro Alves Negrão", do Grupo Espírita Beneficente "Os Samaritanos", do NAFA e do NAVE;
8 - "O Imparcial" nº 72 - 27/1/1.952 - pág. 1;
9 - "O Machadense" nº 104 - 2/6/1.934 - pág. 4;
10 - "O Popular" nº 27 - 28/8/1.927 - pág. 1;
11 - "Tribuna Machadense" nº 3 - 14/6/1.987 - pág. 3.

B - **secundárias**
1 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje" - VI-2.

****

SOCIEDADES E OBRAS ASSISTENCIAIS - III
(ligadas aos presbiterianos)

1) - Casa do Estudante Rural.
2) - Missão Vida Nova.
3) - Outras.

****

1 - **Casa do Estudante Rural**.

Foi fundada por membros da 1ª Igreja Presbiteriana, no dia 10 de outubro de 1.969, e sua diretoria inicial ficou assim composta: *presidente* - Otávio Dantas; *secretário* - José Eduardo Bornelli; *tesoureiro* - Marcelo Pereira; *diretor comercial* - Waldemar Caixeta Sobrinho; *diretor administrativo* - Severo Fernandes Franco; *diretor de produção* - Tomás de Carvalho Dias.

No mesmo mês, adquiriu-se para sediá-la chácara no Bairro Bom Jesus, com verba das "*United Churches of Canada*", conseguida através da Confederação Evangélica do Brasil, com apoio do machadense Carlos Fernandes Franco. O primeiro gerente contratado foi Israel Barbosa.

Tinha por objetivo proporcionar aos órfãos e filhos masculinos de empregados rurais hospedagem e recursos para pagamento dos estudos após o antigo curso primário. Cabia-lhes dedicar parte do tempo ao trabalho agrícola na chácara, em que não se ministravam aulas.

Em julho de 1.970, com a demissão do presidente, assumiu seu lugar o secretário. Este deixou o cargo no mês seguinte, sendo substituído pelo diretor comercial. Houve ainda outras mudanças no comando, até que em 5 de setembro seguinte se elegeu nova diretoria: *presidente* - Amâncio Pereira

Caixeta; *secretário* - Marcelo Pereira; *tesoureiro* - Ismael Nogueira Rezende; *diretor de produção* - Severo Fernandes Franco; *diretor comercial* - Waldemar Caixeta Sobrinho.

A Casa entrou em funcionamento no início do ano letivo de 1.972, com dez vagas. No dia 29 de abril do ano posterior, escolheram-se outros dirigentes: *presidente* - Wálter Palmeira; *secretário* - Isaías Garcia Vieira; *tesoureiro* - Zaqueu Campos Caixeta; *diretor de produção* - João Virgílio Maranesi Caixeta; *diretor administrativo* - Assuero Pereira Caixeta; *diretor comercial* - Alair Alves Campos. O gerente passou a ser Sebastião Rosa Andrade.

A lei municipal 192, de 7 de novembro de 1.974, declarou a CERAL de utilidade pública. Em 11 de maio do ano seguinte, ela ficou a cargo da seguinte equipe: *presidente* - Isaías Garcia Vieira; *secretária* - Jane Caixeta Vieira; *tesoureira* - Dora Pedroso Caixeta.

A granja foi reformada para alojamento dos meninos, ficando pronta no início de 1.977. Em 26 de junho seguinte reelegeram-se o presidente e a secretária, passando a ocupar o cargo de tesoureira Noemi de Almeida Franco Lopes. Em novo pleito, no dia 2 de janeiro de 1.980, os dois primeiros se mantiveram nos cargos, e a tesouraria ficou sob a responsabilidade de Édson Hermeto Martinez. No ano posterior havia na Casa 40 meninos e rapazes de 6 a 18 anos, em regime de internato, aos cuidados de assistentes sociais e sete outros funcionários. Todo o grupo dirigente foi reeleito no dia 17 de fevereiro de 1.982.

Em 26 de fevereiro de 1.984, escolheu-se esta diretoria*: presidente* - Wolney Alvim Pereira; *secretário* - Ivan Franco Caixeta*; tesoureiro* - Saulo Alves Brigagão. A lei estadual 8.550, de 10 de maio do mesmo ano, também declarou a Casa de utilidade pública.

Na eleição acontecida em 18 de junho de 1.986, o presidente e o secretário permaneceram nos cargos, e o tesoureiro foi trocado por Jaime Bertelli. Todos se reelegeram em 10 de abril de 1.988. No pleito de 1º de outubro de 1.990 foram reconduzidos o presidente e o tesoureiro, passando a secretário Guilherme Caixeta Rezende.

Em março de 1.991, decidiu-se suspender as atividades da CERAL por tempo indeterminado. Nos últimos anos houvera desvio de seus objetivos, os funcionários estavam ineficientes, a estrutura física inadequada carecia de reformas, e o alto custo da lavoura cafeeira a pusera em difícil situação econômica. Além disso, a criação de escolas nucleadas e a melhoria do transporte escolar haviam tornado desnecessário o internato de estudantes rurais na Cidade.

Apesar da paralisação, em 12 de abril de 1.993 ocorreu outro pleito, em que se reelegeram o presidente e o tesoureiro, e se escolheu secretário Francisco Elias Delfino. Foram feitas tratativas com o Município para insta-

lação do *Programa Curumim* na chácara, mas elas não chegaram a bom termo.

Em 11 de julho de 1.994, escolheu-se mais uma equipe administradora: *presidenta* - Jane Caixeta Vieira; *secretária* - Synara Caixeta Bertelli; *tesoureiro* - Jaime Bertelli. Três meses depois, com alteração do estatuto, a Casa ampliou a meta assistencial e ganhou novos diretores: *vice-presidente* - Rossine Maranesi Caixeta; *2ª secretária* - Maria Aparecida Soares; *2º tesoureiro* - Carlos Roberto Pereira da Silva.

2 - **Missão Vida Nova**.

Após passar por reformas, a chácara foi reaberta em 6 de março de 1.995, com novo projeto - a Missão Vida Nova. Ela visava, no final do período estudado, a abrigar e reintegrar na sociedade alcoólatras, mendigos e toxicômanos, com mais de 21 anos de idade. Eles ficavam sob internato no prazo previsto para a recuperação, que era de nove meses. Recebiam alimentação, atendimento médico-odontológico e vestuário. Trabalhavam na limpeza da chácara, na horta e na criação de peixes. Já tiveram pequena fábrica de cestas. Eram, depois, encaminhados para trabalho externo. Recolheram-se de início onze pessoas.

Continuou existindo a pessoa jurídica (CERAL) mantenedora da obra, sob o comando da mesma diretoria por último referida. Ela foi assim renovada, em 14 de janeiro de 1.997: *presidente* - Célio Ribeiro Camargo Filho; *vice-presidente* - Jarbas Franco Caixeta; *1º tesoureiro* - Jaime Bertelli; *2º tesoureiro* - Romeu Brigagão; *1ª secretária* - Dulcilene Gonçalves de Freitas Oliveira; *2ª secretária* - Jane Caixeta Vieira.

Em 29 de janeiro de 1.999, escolheu-se esta equipe: *presidente* - Rodrigo de Lima Ferreira; *vice-presidente* - Célio Ribeiro Camargo Filho; *1ª secretária* - Dulcilene Gonçalves de Freitas Oliveira; *2ª secretária* - Jane Caixeta Vieira; *1º tesoureiro* - Saulo Alves Brigagão; *2º tesoureiro* - Walson de Oliveira. No curso do mandato afastou-se o primeiro, passando a chefia ao substituto legal.

A coordenação administrativa da Missão esteve a cargo, sucessivamente, de Izacar de Andrade, Aprígio Caixeta Barbosa e Geraldo Luciano dos Santos.

3 - Outras.

Diversas associações de senhoras, de caráter beneficente, se formaram na Igreja Presbiteriana; a primeira delas, na década de trinta, foi liderada por Cornélia Franco.

Vila Samaritana foi o nome dado a um pequeno asilo

de velhas criado pela 1ª Igreja Presbiteriana, por volta de 1.972, na Rua Esmeralda, 48, Vila Nova. Compunha-se de cinco casinhas, em que viviam igual número de mulheres no final do milênio. Não tinha diretoria, cabendo sua administração à Mesa Diaconal. Foi posta aos cuidados de Francisca Gonçalves.

Também a 2ª Igreja Presbiteriana teve a sua **Vila Samaritana**, na Rua da Cerâmica, igualmente composta por poucas e pequenas casas, para abrigo de idosas. Até 1.990 sequer dispunha de energia elétrica, instalada pela Prefeitura mediante acordo com a CEMIG. Naquela época, os responsáveis por ela eram Vera Lúcia Costa e Paulo Alvim. Foi fechada nos últimos anos do milênio, em data que não pude precisar.

Da **Creche Sinai** se tratou no volume dedicado à educação.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de leis nº 15;
2 - Arquivo da Secretaria de Ação Social - pasta "Casa do Estudante Rural";
3 - Coleção das Leis de 1.984 - Governo do Estado de Minas Gerais - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.986, págs. 75/76;
4 - "Folha Machadense" ns. 120 - 15/8/1.976 - pág. 3;
165 - 18/6/1.977 - pág. 1;
169 - 17/7/1.977 - pág. 7;
285 - 20/1/1.980 - pág. 7;
368 - 6/9/1.981 - pág. 27;
490 - 3/3/1.984 - pág. 14;
800 - 5/5/1,990 - pág. 12;
804 - 2/6/1.990 - pág. 1;
830 - 1/12/1.990 - pág. 12;
1046 - 1/4/1.995 - pág. 5;
1060 - 8/7/1.995 - pág. 8;
1094 - 9/3/1.996 - pág. 10;
1246 - 13/3/1.999 - pág. 16;
5 - informações pessoais de Keila Caixeta Vieira Ribeiro;
6 - livro de atas da Casa do Estudante Rural;
7 - "O Machadense" nº 1 - 7/1/1.971 - pág. 4.

****

SOCIEDADES E OBRAS ASSISTENCIAIS - IV
(sem ligação religiosa)

1) - Lactários e Posto de Puericultura.
2) - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.
3) - Guarda Mirim.
4) - Outras.

****

1 - **Lactários e Posto de Puericultura**.

No início dos anos cinqüenta era aspiração dos machadenses ter um lactário, para alimentar crianças carentes. "*O Imparcial*", em janeiro de 1.952, noticiou que o jornalista Nílton Rossi, de Belo Horizonte, estava pleiteando de Sara Kubitschek a doação de um para a Cidade. Em artigo de despedida no mesmo jornal, no mês seguinte, o Reverendo Rossine Sales Fernandes lamentou não ter podido criar aqui tal obra, que fazia parte dos planos de seu pastorado. Coube à **Associação de Proteção à Maternidade e à Infância** torná-la realidade. Presidida por João Nannetti, em 12 de maio de 1.955 ela inaugurou o seu lactário, que distribuía diariamente leite pasteurizado a cerca de cem crianças pobres. Foi fundada por Lúcio Dias Vieira e outros, e recebeu subvenções por leis estaduais de 1.958 a 1.961, e por leis municipais de 1.959 a 1.967. Ignoro em que data se extinguiu.

O objetivo seguinte foi o **Posto de Puericultura.** Seu prédio se edificou em terreno ganho pelo Estado da Irmandade da Santa Casa. Ata de reunião da Mesa Administrativa desta, em 18 de setembro de 1.955, fez referência à comissão encarregada da obra, composta por Ernesto Mariano Leite, João Nannetti e Lúcio Dias Vieira. Nele funcionou também um lactário, que em 1.957 recebeu o nome de "Ana de Souza Pinto", em homenagem à esposa de Gilberto

Pio da Silva Pinto, que lhe doara a expressiva quantia de Cr$250.000.00. Depois, o próprio Posto passou a ter o nome da benfeitora. Suponho que o lactário do Posto era o mesmo administrado pela Associação acima referida, mas não consegui confirmação disso. Em setembro de 1.962 inaugurou-se, anexa ao Posto (então presidido por João Nannetti), a **Cantina Pré-Escolar Dr. Euzébio Dias Bicalho**. Este era na época o chefe da Campanha Nacional da Merenda Escolar em Minas Gerais.

O **Lactário Hilda Nogueira da Gama** foi fundado em 1.957 por membros do P.T.B. local, sob a liderança de Plínio da Silva Dias e Abel Faleiro. Seu nome constituiu homenagem à esposa do Senador Camilo Nogueira da Gama, patrono e principal financiador da obra. A primeira diretoria, empossada em 7 de abril daquele ano, era assim composta: *presidente* - Plínio da Silva Dias; *vice-presidente* - Abel Faleiro; *1º secretário* - José Quinto dos Santos; *2º secretário* - Ernani de Lima; *1º tesoureiro* - Anselmo Camões Vieito; *2º tesoureiro* - Ozorino Domingues da Silva. O terreno em que se construiu a sede, na esquina das ruas Santos Silva e Quinze de Novembro, foi adquirido de Aristides Pio de Araújo Dias e esposa, em escritura de 30/12/58, com importância doada por Plínio da Silva Dias e esposa. Ela ainda estava inacabada no início de 1.966.

Em março de 1.964 noticiou-se que os dirigentes do Lactário se empenhavam por transformá-lo em posto do SAMDU, o que não ocorreu. Eles firmaram convênio com o Rotary Club, em janeiro de 1.966, para instalar em suas dependências a recém-fundada Associação Machadense de Assistência à Infância - AMAI. Nos anos seguintes elas foram cedidas a outras organizações, como Damas de Caridade, Movimento de Alfabetização de Adultos, Funrural e, por fim, APAE.

Plínio da Silva Dias faleceu no exercício da presidência, em dezembro de 1.972. No segundo semestre de 1.974, já sem atividade assistencial, o Lactário era presidido por Laís Ferri. Depois ficou acéfalo por algum tempo, até que em meados de 1.976 se formou nova diretoria, com a finalidade específica de regularizar a doação de seu prédio à APAE. Elegeram-se então presidente e tesoureiro Mauro Moreira Guerra e José Fernandes Gatto. Em assembléia geral de 31 de dezembro de 1.978 deu-se por dissolvida a Entidade. Seu imóvel foi doado à APAE através de escritura de 22 de fevereiro do ano seguinte, na qual ainda o representou o presidente Mauro Moreira Guerra.

2 - **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE**.

Os primeiros passos para sua criação foram dados no início de 1.971 por um grupo de jovens - o "*Grupo de Liderança Cristã*" - com apoio de Arnaldo Nannetti Dias, Jorge Eduardo Vieira de Oliveira e Marcelo Carvalho Vieira. A orientação foi obtida junto à associação congênere de São Lourenço, que enviou Elisabeth Freire para a aula inaugural, em 11 de fevereiro.

Considera-se data da fundação 6 de maio, quando foi oficialmente constituída e teve aprovado o estatuto. Na mesma data formou-se o Conselho Diretivo, que em seguida elegeu a primeira diretoria, assim composta: *presidenta* - Terezinha Lúcio da Silveira; *vice-presidente* - José Rezende Lara; *secretário* - Dalmo Andrade; *secretária adjunta* - Georgina Alves Penha; *tesoureiro* - Wágner Rossetti Annoni; *tesoureiro adjunto* - Joaquim Francisco Soares; *diretora assistente social* - Vânia Moterani Swerts.

Formado um grupo de contribuintes, adquirido material para ginástica e recreação, começou o trabalho com cinco crianças matriculadas, em salas cedidas pelo Abrigo no mesmo mês. A lei municipal 110, de 8 de setembro de 1.972, declarou a APAE de utilidade pública. Naquele ano já funcionava no prédio do Lactário Hilda Nogueira da Gama, cedido em comodato. Tinha então 29 alunos, uma professora, uma cozinheira e várias terapeutas.

A presidenta deixou o cargo em maio de 1.973, por mudança da Cidade. Em 12 do mês seguinte escolheu-se a segunda equipe diretora: *presidenta* - Diva Vieira Barbosa; *vice-presidenta* - Maria Nilza Castro Swerts; *1ª secretária* - Layza Swerts de Oliveira; *2ª secretária* - Enir C. Pulcinelli; *1ª tesoureira* - Jônia Carvalho Nogueira; *2ª tesoureira* - Terezinha Maria Serafim Vidal; *diretora assistente social* - Sara Carvalho Fernandes. Em 1.974 havia já 28 alunos, 2 professoras pagas pela Prefeitura, 11 funcionários e 120 sócios mensalistas.

Os diretores reelegeram-se em junho de 1.975 (com exceção da 2ª secretária, substituída por Lia Mara Ferreira Martins). Na mesma época teve início o segundo período de atendimento, em caráter experimental. No mês de outubro houve algumas alterações na diretoria. Em maio de 1.976 a APAE celebrou convênio com o Estado, para funcionamento de escola destinada a alunos com dificuldade de aprendizagem. Instalou logo depois centro de fisioterapia para adultos. Em outubro seguinte foi conseguida autorização para o funcionamento da escola, de que se tratou noutro capítulo. Um ano depois prorrogou-se por alguns meses o mandato da diretoria, que comprou uma perua kombi e contornou crise administrativa.

Em 11 de agosto de 1.978 transmitiu-se o comando a estas pessoas: *presidente* - Itamar Silva; *vice-presidenta* - Virgínia Maria Christófaro Silva; *1ª tesoureira* - Gilca Maria de Almeida Costa; *2ª tesoureira* - Lourdes Loreto Magalhães; *1ª secretária* - Marietta Baldan Soares; *2ª secretária* - Isa Lima Rodrigues; *diretora assistente social* - Sara Carvalho Fernandes. O Lactário, que estava acéfalo, formou nova diretoria com a finalidade de regularizar a doação de seu prédio à APAE. Isso se fez por escritura lavrada em 22 de fevereiro de 1.979. A diretoria foi reeleita em novembro de 1.980, com Maria Regina Carneiro de Almeida no lugar da 1ª secretária.

Dois anos depois foram escolhidos presidente e vice José

Rezende Lara e Dirceu Swerts Costa; os demais diretores mantiveram-se nos cargos. Foi extinto o de diretora assistente social, passando sua ocupante a ser remunerada. Toda a diretoria reelegeu-se em novembro de 1.984, e teve o mandato prorrogado duas vezes, até março de 1.987. Empossou-se então esta equipe, de membros do Rotary Club*: presidente* - Antônio Carlos Fernandes; *vice-presidente* - Sebastião Tardiolli; *1º secretário* - Jorge Vítor Trindade de Oliveira*; 2º secretário* - Marcos Reis Pereira; *1º tesoureiro* - Paulo Roberto Conti Neves; *2º tesoureiro* - Carlos Kennedy da Costa Leite. Nessa gestão se obteve mudança de nível da APAE junto à LBA, e se montou o processo de estadualização da escola.

Em 22 de abril de 1.989 tomou posse esta diretoria: *presidenta* - Rosaura Magalhães Dias; *vice-presidente* - João Antônio da Costa Neto; *1ª tesoureira* - Gilca Maria de Almeida Costa; *2º tesoureiro* - José Eduardo Mansur de Freitas; *1º secretário* - Jorge Vítor Trindade de Oliveira; *2º secretário* - Adalto Simoni Pereira. Foi criada em junho do mesmo ano a Escola Estadual de Educação Especial Hilda Nogueira da Gama. A lei municipal 741, de 29 de maio de 1.990, autorizou o Executivo a fornecer à APAE material e mão-de-obra para construção de consultórios e sanitários em sua sede. Em março seguinte concluiu-se uma quadra esportiva. No dia 7 de junho de 1.991 inauguraram-se na sede da Associação ambulatório e oficina pedagógica. Na mesma data a direção foi transferida às seguintes pessoas: *presidenta* - Aldinorah Garcia de Queiroz; *vice-presidenta* - Rosaura Magalhães Dias*; 1ª tesoureira* - Gilca Maria de Almeida Costa; *2º tesoureiro* - José Marcos Vieira Dias; *1º secretário* - Jorge Vítor Trindade de Oliveira; *2º secretário* - Renato Swerts Carneiro Dias. Nesse governo entrou em funcionamento um gabinete dentário com ajuda da Prefeitura, e se ganharam móveis do Banco do Brasil e uma perua kombi da Pró-Vida. A APAE movimentou as crianças da Cidade com projeto de reciclagem de lixo. Foi feita reforma no telhado, nos banheiros e na rede hidráulica; cercou-se com telas a quadra esportiva. O 1º secretário e sua esposa, que trabalhava na direção interna, renunciaram, alegando que não estavam ocorrendo reuniões da diretoria.

Empossou-se em 7 de junho de 1.993 mais uma diretoria: *presidenta* - Magaly Vieira Guerra Godoy*; vice-presidenta* - Maria Zilah Nannetti Caixeta; *1ª secretária* - Maria Virgínia Andrade Costa*; 2ª secretária* - Ana Juracy Almeida Penha*; 1ª tesoureira* - Maria Cristina Andrade Figueiredo; *2ª tesoureira* - Márcia Signoretti Godoy. Em setembro e outubro seguintes foram eleitos os conselhos diretivo, fiscal e deliberativo, e se fizeram mudanças no estatuto. O ano de 1.994 iniciou-se com graves dificuldades financeiras: por não renovação do convênio com a LBA deixaram de ser recebidas as suas verbas, e foi cancelado o registro no Conselho Nacional de Serviço Social por falta de prestação de contas de exercício anterior. O Município, mais uma vez, socorreu a Entidade - a lei 969, de 2 de maio, autorizou-o a conceder-lhe subvenção extraordinária, em parcelas mensais. Ressalvou que, se firmado novo convênio entre ela e a LBA, lhe seria repassado apenas o necessário ao complemento da despesa não coberta por aquele. Fizeram-se também rifas e campanhas para arrecadar dinheiro. Nos meses seguintes regularizou-se a situação com os órgãos acima referidos,

e ainda foi possível fazer alguns reparos no prédio e comprar aparelho de ultrasom para a fisioterapia. A contabilidade foi reorganizada, e houve participação na Olimpíada de APAEs, em Muzambinho.

Em 5 de janeiro de 1.995 assumiu esta diretoria, formada por membros do Lions Clube*: presidente* - Ronaldo Dias Aguiar; *vice-presidente* - Admelchi Corsi; *tesoureiro* - Silvano do Lago Padilha; *tesoureiro adjunto* - Robson de Lima; *secretária* - Vera Lúcia Campos Souza; *secretária adjunta* - Mariângela D. M. Corsi. Em junho do ano seguinte foi implantada oficina pedagógica de marcenaria. Essa gestão construiu salas para a videoteca e a brinquedoteca, impermeabilizou a laje do prédio, trocou as instalações elétricas e fez revisão na parte hidráulica.

Nova equipe tomou o comando em 28 de janeiro de 1.997*: presidente* - Márcio Moterani Swerts*; vice-presidenta* - Rosana Aparecida de Moura; *1º tesoureiro* - João Batista de Oliveira*; 2º tesoureiro* - Paulo Newton da Silva; *1ª secretária* - Jane Soares; *2ª secretária* - Marilda Domingues Lima Bonalume. Em abril de 1.998 aprovou-se novo estatuto. Delegação local competiu na Olimpíada de APAEs, em São Sebastião do Paraíso. A diretoria foi reeleita para mandato iniciado em 23 de fevereiro de 1.999. Efetuou reformas no prédio, e começou a construir barracão para oficina de acabamentos e artes. A Sociedade foi declarada de utilidade pública pela lei estadual 13.473, de 8 de março de 2.000, oriunda de projeto do Deputado Jorge Eduardo.

3 - **Guarda Mirim**.

O Rotary Club a criou aqui pela primeira vez em maio de 1.965, para cuidar do trânsito. Seus membros tiveram aulas dessa matéria e de educação moral e cívica, ministradas pelo Delegado Rúbens Reis e por Manoel Mendes. Ajudaram a organizar o desfile comemorativo da Independência, mas só entraram de fato em atividade no mês de dezembro. Não tiveram êxito: maltratados pelos infratores, faltou-lhes apoio das autoridades. Esmoreceram e abandonaram os postos, mostrando assiduidade apenas na época de receber o pequeno salário que o Município lhes pagava. Em agosto seguinte Ricardo Braga foi designado para reorganizar a Guarda, mas ela se extinguiu no final do ano.

No início da década de oitenta, a Folha Machadense e o Lions Clube tentaram sem sucesso recriar a Guarda Mirim. Mantiveram contato com a Polícia Militar, que forneceu modelo de estatuto, e com o Município, que prometeu emprestar o imóvel do antigo *"Chapeuzinho Vermelho"* para sede. Falou-se em cobrar estacionamento na Praça Antônio Carlos para mantê-la, mas os encargos sociais e trabalhistas inibiram a concretização do projeto.

Em julho de 1.989 o tema voltou a ser tratado no Conselho Municipal de Desenvolvimento, por iniciativa de José Pereira Lima Filho. Os

vereadores Osvaldo Pereira da Luz e Francisco Campos Gonçalves apresentaram à Câmara projetos que criavam a Guarda Mirim e a "área azul" na Praça Antônio Carlos, convertidos, respectivamente, nas leis 716 e 717, de 4 de outubro daquele ano. A Guarda foi organizada pelo Serviço de Assistência Social, que recrutou e uniformizou 17 meninos e 5 meninas, de 12 a 17 anos. Eles foram instruídos pela Polícia Militar, e iniciaram o trabalho em setembro de 1.990. Sua administração foi confiada à Loja Maçônica Aurora da Mantiqueira, através de Francisco Queiroz. A implantação da "área azul", que deveria gerar renda para a manutenção da Guarda, enfrentou resistência de moradores e comerciantes da Praça. Vários motoristas desrespeitaram os menores, estacionando os carros sem pagar. No início do ano os maçons devolveram o controle do serviço. A Prefeitura cedeu à pressão dos que não queriam a regulamentação do estacionamento, e tanto esta como a Guarda Mirim foram extintas em junho de 1.991.

Originária de projeto do Vereador José Pereira Lima Filho, a lei 1.105, de 1º de julho de 1.997, restabeleceu a "área azul" na Cidade, e autorizou o Executivo a ceder sua exploração a uma sociedade privada. Firmou-se para isso convênio com a Associação Comercial, Industrial e Agrícola, e o serviço teve início em 21 do mesmo mês. Dezoito adolescentes foram treinados pela Polícia e passaram a cuidar dele, sob o comando de Antônio Carlos Martinez. Seu número, um ano depois, elevou-se a 23. Foram registrados, recebendo meio salário-mínimo por quatro horas diárias de trabalho. Tiveram acesso à área de lazer do CAT, a cursos de "*office-boy*", datilografia e computação. Ganharam uniformes, assistência dentária e plano de saúde da UNIMED (que foi cortado no final de 1.999). Dessa vez, ao contrário das anteriores, a iniciativa vingou, tendo havido progressiva ampliação da zona de estacionamento controlado.

4 - **Outras**.

Anexa ao Grupo Escolar Dom Pedro I, e destinada a amparar alunos pobres, existiu na primeira metade deste século a **Associação "Liga da Bondade**". Cada estabelecimento de ensino oficial possui também a sua **Caixa Escolar**, com a mesma finalidade. Delas se tratou nos capítulos dedicados às respectivas escolas.

A lei estadual 1.234, de 10 de fevereiro de 1.955, concedeu subvenção de Cr$10.000,00 para reconstrução das **Obras Sociais do Bairro Ouvidor**. Não encontrei outra notícia a seu respeito.

Em 13 de abril de 1.958 foi fundada a **Sociedade das Pioneiras Machadenses**, com a finalidade de distribuir alimentos, remédios e roupas aos necessitados. Já no primeiro mês tinha mais de duzentas sócias, que contribuíam com mensalidades e donativos, promoviam jantares e bazares beneficentes. Reunia-se mensalmente no Centro Machadense. Integraram a primeira diretoria: *presidenta* - Nair de Almeida Vieira; *secretária* - Geny Pires de Camargo

Nazário; *tesoureira* - Alice Moreira Costa. Em 19 de maio de 1.959 foi escolhida esta equipe para dirigi-la: *presidenta* - Geny Pires de Camargo Nazário; *vice-presidenta* - Lourdes Garcia Annoni; *1ª secretária* - Eunice Costa; *2ª secretária* - Elza Werner; *tesoureira* - Alice Moreira Costa. Em agosto de 1.966 a imprensa local ainda fez referência à Sociedade, que ignoro quando acabou.

A **Associação Machadense de Assistência à Infância - AMAI** nasceu do entusiasmo de rotarianos locais por uma obra de amparo a menores, mantida em Alfenas pelo advogado João Carvalho. Após ouvi-lo, em reunião de 25 de maio de 1.965, decidiram criar aqui o "*Lar da Criança*", formando comissão composta por Manoel Mendes (presidente), Ítalo Provinciali Filho, Osimo Castro Filho e Ricardo Ferreira Braga. Em outubro seguinte foi fundada oficialmente a Associação, que fez convênio com o Lactário Hilda Nogueira da Gama para adaptar e utilizar sua sede inacabada. A primeira diretoria, eleita para um biênio, tinha, entre outros, estes membros: *presidente* - Manoel Mendes; *vice-presidente* - Hércules Prescildo Nannetti; *1º secretário* - Luiz Edmundo Pereira; *2º secretário* - Fernando Geraldo de Souza Dias; *1º tesoureiro* - João Arnaldo Vieira; *2º tesoureiro* - Antônio Augusto de Carvalho. Apoiavam-na uma diretoria "*nata*", conselho fiscal, departamento jurídico, comissões de sindicância e pedagógica. Planejava ministrar aulas profissionalizantes, físicas e de civilidade, além de prestar assistência material, médica e odontológica a crianças carentes. O início das atividades dependia da conclusão da reforma do prédio, iniciada em 1.966. Depois, ao que parece, a iniciativa malogrou...

A **Juventude Aliada Machadense**, fundada em 15 de novembro de 1.965, tinha, entre outros objetivos, fazer campanhas assistenciais para pobres, inválidos e desabrigados. Também promovia festas, exposições de arte e disputas esportivas. Ainda existia no final de 1.970, quando seus 33 sócios estavam empenhados na organização de uma biblioteca.

A Sociedade Machadense de Amparo e Assistência aos Pobres recebeu subvenção da lei local 575, de 15 de setembro de 1.967. Nada mais sei sobre ela.

A **Associação Machadense de Assistência aos Pobres - AMAP** estava em atividade no ano de 1.968, tendo Nair de Almeida Vieira como uma das diretoras. A lei estadual 5.656, de 7 de janeiro de 1.971, determinou o pagamento de subvenção a ela. A lei municipal 679, de 11 de abril de 1.988, autorizou lhe fosse cedido em comodato terreno na Avenida Renato Azeredo. Foi, todavia, revogada pela lei 941/93, que transferiu o uso do bem à Escola Estadual Paulina Rigotti de Castro. Foi dirigida pelo Clube das Casadas, em época que não pude precisar.

Atendendo a convocação do Prefeito Wálter Palmeira, diversas pessoas reuniram-se, em outubro de 1.971, para tratar da fundação do **Serviço de Obras Sociais,** destinado a articular o trabalho assistencial na Cida-

de. Formou-se comissão para obter informes sobre a sociedade congênere de Poços de Caldas, que no mesmo mês cá enviou dois membros para uma palestra. Um grupo de moças, coordenado por Eumair Sobral, levantou dados sobre as famílias carentes locais. Em 6 de março de 1.972 escolheu-se a primeira diretoria: *presidente* - Wálter Palmeira; *vice-presidentes* - João Nannetti e José Argemiro Silveira; *1º secretário* - José Luiz Sasseron; *2º secretário* - Luciano Vilhena; *1º tesoureiro* - José Maria Andrade: *2º tesoureiro* - Vicente da Silva Rezende. Aprovou-se o estatuto, foram passadas listas de contribuição, e o Prefeito doou quantia para o trabalho inicial, que seria a construção de um albergue. Só em 18 de setembro de 1.975 é que a lei municipal 233 criou o Serviço oficialmente, com a finalidade de evitar a mendicância nas ruas, socorrer os pobres e proteger as crianças carentes, órfãs ou abandonadas. A lei 245, de 19 de novembro seguinte, declarou-o de utilidade pública. Estava ainda ativo em 1.976, e ignoro quando se extinguiu.

Conforme a *"Folha Machadense"*, funcionava em junho de 1.975 a **Associação dos Alcoólatras**, com reuniões noturnas aos sábados, no almoxarifado da Prefeitura. Nada mais sei sobre ela.

O **Clube das Casadas**, embora não se dedicasse exclusivamente à assistência social, teve importante atuação nessa área. Sua origem foi um time de voleibol que se formou por volta de 1.963, no Colégio Imaculada Conceição. Organizou-se como sociedade em agosto de 1.965, tendo por primeira presidenta Márcia Signoretti Godoy. Ela continuava no cargo em 1.975, 1.976 e 1.980. Em meados de 1.989 era esta a diretoria: *presidenta* - Márcia Signoretti Godoy; *vice-presidentas* - Wanda Garcia Braga e Nilce Neves Legnani; *secretárias* - Magaly Vieira Guerra Godoy e Adel Rebelo Dias; *tesoureiras* - Waldete Dias e Wanderly Palmeira Garcia; *diretora social* - Maria Regina Almeida Leite. O Clube começou a atividade assistencial reativando a coleta de donativos mensais para a Vila Vicentina. Depois continuou a colaborar com ela e com outras entidades. Promoveu campanhas filantrópicas e assumiu, em anos diversos, a direção da AMAP, do Abrigo e da APAE.

A **Ação Comunitária de Assistência Social de Douradinho - ACASDO** teve origem na Comissão de Saúde organizada em outubro de 1.975 pela supervisora da ACAR Cecília Marques, para instalar e dirigir a Unidade Auxiliar de Saúde (mini-posto) da Vila. Seus membros eram estes: *presidente* - Amadeu Maciel; *vice-presidenta* - Celina Corrêa Toledo; *secretários* - Romilda Neves Maciel e Benedito Maciel; *tesoureiro* - João Teodoro de Lima; *relações públicas* - Maria Auxiliadora Maciel. Só um ano depois, com a aprovação do estatuto, recebeu o nome acima citado. Definiram-se então seus objetivos principais: promover o bem-estar individual e das famílias; trabalhar pelo desenvolvimento da agricultura e pela melhoria do nível de vida da população; servir de elo entre os habitantes do Distrito e os da sede do Munijcípio; criar clubes de mães e hortas domésticas. Teve sede, de início, na própria U.A.S..

Em 23 de abril de 1.980 empossou-se nova diretoria:

presidente - João Maciel Pereira; *vice-presidente* - Didier Gonçalves de Souza; *secretários* - Paulo Antônio Maciel e João Teodoro de Lima; *tesoureiro* - Justo Antero Maciel; *relações públicas* - Maurício Maciel. Ela foi reeleita, sucessivamente, em abril de 1.981 e de 1.982. Confiou-se à Sociedade a administração da Creche Vovó Guiomar, inaugurada em janeiro de 1.981. Também esteve a seu cargo nos anos oitenta o Clube Recreativo Douradinhense. O comando passou às seguintes pessoas, em 23 de abril de 1.983: *presidente* - Amadeu Maciel; *vice-presidenta* - Celina Corrêa Toledo; *secretários* - Paulo Antônio Maciel e Maria de Fátima Jerônimo Mariano; *tesoureira* - Romilda Neves Maciel; *relações públicas* - João Maciel Pereira. Em 18 de maio de 1.984 a 1ª secretaria coube a Justo Antero Maciel, mantidos nos cargos os demais diretores. Todos se reelegeram um ano depois, apenas com troca de posição dos secretários.

A presidenta, em 1.988, era Eulália Tavares de Lima. Dirigiam a Entidade em 1.991: *presidente* - João Teodoro de Lima; *tesoureira* - Eulália Tavares de Lima; *coordenadora* - Luci Helena Paulino Maciel. Um ano depois a equipe havia mudado: *presidenta* - Eulália Tavares de Lima; *vice-presidente* - Wágner Andrade; *tesoureiro* - João Teodoro de Lima; *secretária* - Maria de Fátima Jerônimo Mariano. A ACASDO se desativou após a municipalização da Creche, em 1.994.

O **Serviço Voluntário de Assistência Social - SERVAS,** ou **Voluntariado de Assistência Social**, foi criado pela lei local 605, de 14 de janeiro de 1.985, para manter, apoiar e coordenar as atividades assistenciais do Município. Em julho do mesmo ano tomou posse a primeira diretoria*: presidenta* - Layza Swerts de Oliveira; *vice-presidenta* - Corália Vieira Lion; *1ª secretária* - Maria Selma Almeida Garcia; *2ª secretária* - Maria Julieta Magalhães; *1ª tesoureira* - Maria Auxiliadora dos Santos; *2ª tesoureira* - Maria Nilza Castro Swerts. Coube-lhe organizar e supervisionar as creches Vovó Iracema, Vovó Luísa e Vovó Donana, além de promover campanhas para ajudá-las. Também trabalhou na Vila Vicentina, realizando a "*Semana do Ancião*". Após a mudança de prefeito, passou a ser presidido pela primeira-dama Maria Aparecida Teixeira Dias e secretariado por Giovanna Caixeta Costa. Essa equipe fez festas no asilo e nas creches. Recebeu subvenções de leis municipais em 1.986 e de 1.989 a 1.993.

No final de 1.997, membros do Voluntariado se mobilizaram para criar na antiga sede da E.E. Carlos Legnani, no Bairro Santa Luísa, a *Casa do Menor*, destinada à formação profissionalizante de crianças e adolescentes do sexo masculino. A tentativa malograda ressurgiu meses depois, com a proposta de fundação do *Lar dos Meninos* no Bairro dos Caixetas, em regime de internato, anexo ao Abrigo Jesus, Maria, José. O Município chegou a obter da S.R.E. de Varginha promessa de cessão do prédio da escola desativada, mas o projeto não foi avante.

O **grupo de voluntárias *"Amor Fraterno"*** formou-se no final dos anos oitenta. Trabalhava na Rua Ana Paiva Reis, 14. No término do

milênio tinha cerca de quinze membros, coordenados por Wilma de Oliveira Prado. Costurava para os pobres, e fazia doação de roupas novas e usadas, enxovais de recém-nascidos e colchas de retalhos. No início de 2.001 instalou-se na sede da Secretaria de Ação Social o **grupo de voluntárias "*União Solidária*",** de que não tenho outras informações**.**

O **Grupo Renascer, dos Alcoólicos Anônimos**, foi aqui fundado em 4 de novembro de 1.989. Promovia no final do milênio várias reuniões semanais, para alcoólatras e familiares, na Avenida Comendador Lindolfo de Souza Dias, 972. Filiava-se ao 45º distrito da Associação, com sede em Guaxupé.

No segundo semestre de 1.994, Syldes Swerts Dias e sua esposa, Maria José Miranda Dias, criaram a sociedade beneficente **Pró Bem Viver - Lar Sylvia Swerts Dias**. Confeccionou por alguns meses roupas para distribuição aos necessitados, em imóvel do fundador, sito na Rua Barão do Rio Branco, 118. Ele faleceu pouco depois, e a obra não teve continuidade.

A **Associação de Assistência aos Carentes de Douradinho**, com sede na Praça Belo Horizonte, 12, foi declarada de utilidade pública pela lei municipal 1.037, de 20 de outubro de 1.995. Não obtive outras informações a seu respeito.

****

<u>Fontes de consulta</u>.

A - primárias
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis nºs. 12, 14, 17, 20 e 21;
2 - Arquivo Público Machadense - livro 513: "Plano Municipal de Implantação da Reforma do Ensino em Machado";
3 - Arquivo Público Machadense - pastas "APAE" e "Clube das Casadas";
4 - Coleção das Leis de 1.955 - Estado de Minas Gerais - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.965, págs. 109/166;
5 - "Folha Machadense" nºs. 6 - 28/4/1.974 - pág. 3;
62 - 15/6/1.975 - pág. 3;
63 - 22/6/1.975 - pág. 8;
76 - 28/9/1.975 - pág. 7;
87 - 14/12/1.975 - pág. 7;
116 - 11/7/1.976 - págs. 3 e 5;
128 - 10/10/1.976 - pág. 5;
129 - 17/10/1.976 - pág. 1;

161 - 21/5/1.977 - pág. 3;
223 - 20/8/1.978 - pág. 9;
284 - 13/1/1.980 - pág. 5;
290 - 23/2/1.980 - pág. 3;
295 - 29/3/1.980 - pág. 3;
298 - 19/4/1.980 - pág. 8;
312 - 26/7/1.980 - pág. 1;
324 - 10/1/1.981 - pág. 6;
343 - 14/3/1.981 - pág. 1;
382 - 23/12/1.981 - pág. 3;
399 - 1/5/1.982 - pág. 2;
468 - 17/9/1.983 - pág. 10;
503 - 2/9/1.984 - pág. 6;
618 - 13/9/1.986 - pág. 3;
647 - 18/4/1.987 - pág. 3;
651 - 16/5/1.987 - pág. 13;
714 - 13/8/1.988 - pág. 3;
740 - 25/2/1.989 - pág. 7;
741 - 4/3/1.989 - pág. 6;
751 - 13/5/1.989 - pág. 12;
766 - 26/8/1.989 - pág. 1;
772 - 7/10/1.989 - pág. 4;
776 - 4/11/1.989 - pág. 14;
783 - 23/12/1.989 - pág. 6;
797 - 14/4/1.990 - pág. 3;
804 - 2/6/1.990 - pág. 7;
807 - 23/6/1.990 - pág. 12;
810 - 14/7/1.990 - pág. 10;
818 - 8/9/1.990 - pág. 12;
820 - 22/9/1.990 - pág. 12;
825 - 27/10/1.990 - pág. 10;
847 - 13/4/1.991 - pág. 2;
855 - 8/6/1.991 - pág. 1;
856 - 15/6/1.991 - pág. 7;
890 - 15/2/1.992 - pág. 5;
894 - 14/3/1.992 - pág. 5;
901 - 2/5/1.992 - pág. 3;
945 - 20/3/1.993 - pág. 3;
950 - 24/4/1.993 - pág. 5;
956 - 5/6/1.993 - pág. 3;
970 - 2/10/1.993 - pág. 6;
996 - 9/4/1.994 - pág. 7;
1009 - 9/7/1.994 - pág. 3;
1015 - 20/8/1.994 - pág. 5;
1029 - 26/11/1.994 - pág. 15;
1035 - 14/1/1.995 - pág. 1;

1037 - 28/1/1.995 - pág. 6;
1109 - 22/6/1.996 - pág. 15;
1141 - 8/2/1.997 - pág. 11;
1151 - 19/4/1.997 - pág. 1;
1162 - 5/7/1.997 - pág. 23;
1179 - 1/11/1.997 - pág. 11;
1191 - 7/2/1.998 - pág. 7;
1199 - 10/4/1.998 - pág. 16;
1209 - 20/6/1.998 - págs. 1 e 24;
1217 - 15/8/1.998 - pág. 6;
1243 - 20/2/1.999 - pág. 15;
1256 - 15/5/1.999 - pág. 6;
1288 - 24/12/1.999 - pág. 2;
1391 - 22/12/2.001 - pág. 8 e suplemento;

6 - "Jornal da Cidade" nº 7 - novembro de 1.985 - pág. 6;

7 - livros de atas da ACASDO e da APAE;

8 - livro de registro de atas da assembléia geral e da mesa administrativa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Machado - reunião de 18/9/1.955;

9 - "Luminar Machadense" nº 46 - 9/7/1.955 - pág. 4;
75 - 2/5/1.957 - pág. 2;
76 - 23/5/1.957 - pág. 3;
89 - 25/3/1.964 - pág. 4;

10 - "Minas Gerais" de 29/8/1.958 - págs. 1/14;
7/2/1.959 - págs. 9/20 (retificado em 17/2);
20/11/1.960 - págs. 1/15;
19/12/1.961 - págs. 1/12;
6/1/1.971 - págs. 5/12;
12/8/1.975 - págs. 7/25;
3/9/1.976 - págs. 5/31;

11 - "O Alfenense" de 25/12/1.970;

12 - "O Imparcial" nºs. 72 - 27/1/1.952 - pág. 1;
73 - 10/2/1.952 - pág. 1;

13 - "O Machadense" nºs. 692 - 20/7/1.958 - pág. 4;
696 - 17/8/1.958 - pág. 3;
701 - 21/9/1.958 - págs. 1 e 4;
736 - 7/6/1.959 - pág. 4;
896 - 23/9/1.962 - pág. 3;
916 - 8/9/1.963 - pág. 1;
941 - 16/5/1.965 - pág. 3;
946 - 20/6/1.965 - págs. 1 e 6;
958 - 12/9/1.965 - pág. 2;
964 - 24/10/1.965 - pág. 1;
971 - 12/12/1.965 - pág. 2;
975 - 16/1/1.966 - págs. 1, 5 e 6;
987 - 10/4/1.966 - pág. 4;
991 - 8/5/1.966 - pág. 8;

1006 - 14/8/1.966 - pág. 2;
1045 - 23/6/1.968 - pág. 3;
1066 - 18/11/1.968 - pág. 4;
2 - 28/2/1.971 - págs. 1 e 4;
9 - 18/4/1.971 - pág. 1;
12 - 9/5/1.971 - pág. 4;
15 - 30/5/1.971 - pág. 4;
33 - 10/10/1.971 - pág. 3;
42 - 12/12/1.971 - pág. 4;
44 - 26/12/1.971 - pág. 1;
54 - 19/3/1.972 - pág. 1;
59 - 23/4/1.972 - pág. 3 e 4;
69 - 2/7/1.972 - pág. 4;
82 - 1/10/1.972 - pág. 4;
91 - 3/12/1.972 - pág. 4;
129 - 26/8/1.973 - pág. 3;
14 - "Tribuna Machadense" ns. 12 - 21/6/1.980 - pág. 5;
21 - 25/10/1.980 - pág. 1.

B - secundárias

1 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, pág. 101;
2 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje" - VI-2 e 2ª parte.

****

A MAÇONARIA

1) - Loja Maçônica Guilherme Dias.
2) - O patrono da Loja anterior.
3) - Loja Maçônica Duque de Caxias.
4) - Loja Maçônica Aurora da Mantiqueira.

****

1 - **Loja Maçônica Guilherme Dias**.

Foi fundada em 15 de junho de 1.875, por iniciativa do Coronel Jacintho José Pereira e do Tenente-Coronel Flávio Secundo de Salles. Recebeu carta constitutiva, subordinando-se ao Grande Oriente Unido do Brasil. Em 19 de agosto do mesmo ano foi regularizada (oficializada no seio da Maçonaria) por comissão de que faziam parte Ignácio José de Alvarenga, J. G. da Rocha Azevedo e Manoel Oliveira Andrade. Após a cerimônia foram recebidas no templo muitas famílias, e ofereceu-se ao pároco da Cidade, para distribuição aos pobres, a soma de óbolos conseguida no "*trono de beneficência*". Eram estes, então, os seus obreiros: Alexandre Peixoto de Magalhães, Ananias de Souza Dias, Ananias de Souza Dias Filho, Antônio Leopoldino dos Passos, Antônio Nicolau Moreira da Silva, Belizário Borges de Almeida Fleming, Domingos Francisco Ferreira Júnior, Emílio Polycarpo Ferreira, Ernesto Borges de Almeida, Feliciano Constantino de Moraes, Tenente-Coronel Flávio Secundo de Salles, Francisco de Salles Pereira, Francisco Xavier de Salles, Generoso José Messias, Coronel Jacintho José Pereira, João Pinto de Mesquita, Joaquim Lucas de Salles, Joaquim Martins de Souza, José Benício de Salles, José Bento de Andrade Roza, Capitão José Bráulio de Almeida, Capitão José de Araújo Brito, José Ignácio da Silva, José Luiz Campos do Amaral Júnior, José Severiano Vieira, José Simplício Ferreira, Manoel Francisco Soares, Manoel Monteiro Pereira Martins, Marcos de Souza Moreira, Mathias Ferreira Lopes, Rodolpho Gaston

do Amaral Gurgel, Salathiel Pedro Becker e Severo Augusto Pereira.

Teve de início condutores provisórios. A primeira diretoria definitiva, escolhida para o período de 1.876 a 1.877, ficou assim composta: *venerável* - Coronel Jacintho José Pereira*; 1º vigilante* - Tenente-Coronel Flávio Secundo de Salles*; 2º vigilante* - Severo Augusto Pereira; *secretário* - Joaquim Martins de Souza; *adjunto de secretário* - Rodolpho Gaston do Amaral Gurgel; *tesoureiro* - Feliciano Constantino de Moraes; *orador* - Antônio Leopoldino dos Passos; *adjunto de orador* - Joaquim Lucas de Salles; *chanceler* - Generoso José Messias; *1º experto* - José Simplício Ferreira; *2º experto* - Emílio Polycarpo Ferreira; *3º experto* - Ernesto Borges de Almeida; *hospitaleiro* - Capitão José de Araújo Brito; *mestre de cerimônias* - Ananias de Souza Dias Sobrinho; *1º diácono* - José Benício de Salles; *2º diácono* - João Pinto de Mesquita; *arquiteto* - Manoel Francisco Soares*; cobrador* - José Severiano Vieira; *porta-estandarte* - Marcos de Souza Moreira; *porta-espada* - Domingos Francisco Ferreira Júnior*; mestre de banquete* - Antônio Nicolau Moreira da Silva.

Em 1.878, conforme publicações no "*Monitor Sul-Mineiro*", a Loja ostentava já o nome de "*Guilherme Dias*". Ignoro, porém, se o teve desde o início.

Depois ela "*adormeceu*" por alguns anos. Reergueu-se no final de 1.895, acolhendo diversos novos irmãos. Em 1º de fevereiro de 1.896 recebeu do Grande Oriente Unido do Brasil o cadastro nº 326. No final do século esteve novamente paralisada, mas reativou-se em 1.900.

Maçons locais, em especial Urbano Rebello e Francisco Pedro Vieira, prestaram importante colaboração no nascimento da Loja "*Alfenas Livre*", da cidade vizinha, em outubro de 1.901. Aquele, que recebeu os títulos de Venerável de Honra e 1º Benemérito da Loja, contribuiu também para reerguerlhe as colunas em 1.926, após paralisação de quase vinte anos.

Em janeiro de 1.902, artigo de Theodoro Soares de Oliveira no jornal "*A Reforma*" traçou o seguinte quadro da Casa em estudo:

> *"A Loj.: Guilherme Dias, respeitada e acatada pelas suas IIr.:, era, ha um anno, um templo, posto que de bases solidas, sem elegancia, sem trato, parecendo decadente, com quanto, internamente, no coração de seus filhos, fervesse o amor e dedicação pela Subl.: Inst.: iniciando-se, continuadamente, pprof.:. avidos de Luz.*
> *Hoje a Loj.: Guilherme Dias não é aquella de hontem; o seu desenvolvimento material, moral e espiritual são admiraveis, o seu progresso, a sua fama são tantos que pprof.: de reputa-*

ção têm, de longe, nella vindo se iniciar e filiar.
É verdadeira justiça consignar-se aqui o nome de seu incansavel Ven.:, Francisco Raphael de Carvalho, que não temendo a crise terrivel, pecuniariamente fallando, que assola o povo, não poupando esforços nem sacrificios, lançou-se, de corpo e alma, á frente dos serviços de retoque do predio, que já se acha, relativamente, um brinco de belleza; está todo circundado de muros, dos quaes, o da frente, construcção moderna, solida, cara e com elegante cimalha, tendo no centro um portão, caprichosamente feito a grades e, sobrepostos, os emblemas da Maçon.:
Tanto interna, como externamente, está o edificio, que é situado ao Or.: da cidade, como que escutando a voz do Gr.: Arch.: do Un.:, asseadamente retocado, apresentando o templo, onde se vê a Luz, um aspecto agradabilissimo e delicado.
É preciso, é de necessidade, é indispensavel, que todos os seus OObr.:, muito principalmente os de OOr.; diverso, que viram aqui a Luz, concorram com metaes e donativos, para assim, terminarem-se de uma vez as obras; é preciso de mais a mais mostrarem que são cumpridores de seus deveres e que são maçons.
Com mais um pouco de sacrificio, por parte de cada um, veremos coroados os justos esforços, os nobres desejos de nosso Car.: Ir.: Ven.: Francisco Raphael de Carvalho que tem sido um dos poderosissimos elementos para o progresso e desenvolvimento d'esta Offi.:, tendo feito iniciar n'ella, no correr de seu mandato, 5901 a 5902, que ainda não está terminado, doze profanos de condições exigidas pela Constit.: filiados dois tambem, de caracteres incorruptos; coisas essas que em nenhuma epocha e em tão curto prazo athingiu, alem de muitos outros que estão prestes a ser iniciados.".

Naquela época, as sessões do Capítulo se realizavam na primeira quinta-feira de cada mês. Em 1.903 havia sessões todos os sábados, e duas por mês para instrução, em quintas-feiras alternadas; o Capítulo reunia-se nos dias 15 e 30 de cada mês.

Em 22 de maio de 1.905 escolheu-se nova diretoria, tendo sido reeleito como venerável o Coronel José Joaquim dos Santos Silva. Houve uma filiação em 1.908, indicativa de que a Loja se mantinha em funcionamento. Por volta de 1.912 foi seu zeloso venerável Urbano Rebello, conforme o almanaque "*O Sul de Minas*". No ano seguinte ela angariou recursos para ajudar a viúva de Guilherme Dias. Parece que em seguida voltou por algum tempo à inatividade, embora o "*Annuario Estatistico*" da Secretaria da Agricultura, em

1.921, mencionasse que tinha trinta sócios.

Em 1.927 a Loja afastou-se do Grande Oriente Unido do Brasil, tornando-se fundadora da Grande Loja de Minas Gerais, na dissidência de Mário Behring. Não oficializou, porém, o desligamento. Em 20 de setembro de 1.941 foi aprovado seu reingresso no Grande Oriente, a que permanece filiada até hoje (graus 1 a 3). Saliento, contudo, que nas anotações de Oscar Fernandes consta ter ocorrido o retorno em 21 de abril de 1.936. Ela é administrada também pelo Supremo Conselho do Brasil para o Rito Escocês Antigo e Aceito (graus 4 a 33).

O regimento interno da Loja foi aprovado em sessão de 5 de junho de 1.930, e publicado no "*Minas Geraes*" dois meses depois. Seu artigo 1º esclareceu que ela usava a denominação de "*Loja Simbólica Guilherme Dias*", substitutiva da anterior, "*Loja Capítulo (ou Capitular) Guilherme Dias*". O venerável, por essa época, era Alfredo de Oliveira Santos.

A Loja funcionou de início em vários locais, que não sei precisar, até instalar-se em prédio próprio, na Rua Major Feliciano, 351, já acima referido. De lá se mudou para o templo da Rua Silviano Brandão, 407, inaugurado em 22 de novembro de 1.936. Em tal época o venerável era Aureliano Zanon.

Em 24 de junho de 1.955 empossou-se a diretoria encabeçada pelo venerável Fausto Paulo Werner. A biblioteca da Loja recebeu, em 19 de agosto daquele ano, o nome de "*Francisco Raphael de Carvalho*". Nesse e nos dois dias seguintes realizou-se uma festa de congraçamento, para comemorar os 80 anos da Loja.

Em 1.957 a Instituição continuava sob a presidência de Fausto Paulo Werner. Em 1.971, conforme "*O Machadense*" nº 27, tinha 59 membros ativos. Em 1.975, nas comemorações de seu centenário, recebeu do Grande Oriente Unido do Brasil o título de "*Benfeitora da Ordem*". A lei municipal 245, de 19 de novembro do mesmo ano, declarou-a de utilidade pública. Tinha então por venerável José Moreira Soares, que, segundo a imprensa, continuava no cargo em 1.979 e 1.981. Por evidente equívoco, voltou a ser declarada de utilidade pública pela lei municipal 1.074, de 16 de setembro de 1.996.

Em agosto de 1.990 inaugurou o salão social "*Irmão José Luiz Júnior*", ao lado do prédio principal, mas independente da parte destinada aos afazeres maçônicos.

Segundo informes não confirmados, nos últimos lustros do período em estudo chefiaram a Sociedade, entre outros, Celso Macedo Soares, João Batista de Souza Moreira Neto, Luís Alberto Garcia e Odílson Geraldo

Marcondes. Apesar de vários pedidos, não consegui obter o rol completo, nem outros dados das gestões.

De 1.991 a 1.994 foi venerável mestre Marcelo Carvalho Bottazzini, que voltou ao cargo no início do milênio, para ocupá-lo até 2.003.

No dia 18 de outubro de 1.998, a Loja sediou encontro de lideranças maçônicas sul-mineiras. Mais de 80 participantes, de 32 cidades, aprovaram então o regimento interno do *Pacto Maçônico*, estreitando laços entre as sociedades filiadas. O venerável, na época, era Luiz Afonso Hoffert Cruz.

No final do milênio tinha cerca de vinte membros, e sua diretoria era esta: *venerável mestre* - Jorge Marques; *1º vigilante* - Luiz Afonso Hoffert Cruz; *2º vigilante* - Rociope Cirino Ferreira Filho; *orador* - Nílton Lima Magalhães; *secretário* - Gérson Carvalho Vilela; *tesoureiro* - João Roberto Vieira; *chanceler* - José Sirley Miranda.

Com a *Loja Simbólica "Guilherme Dias*" (graus 1 a 3) coexistem, atualmente, várias instituições: a *Augusta Loja de Perfeição "Joaquim Francisco Soares"*, criada em 5/11/91 (graus 4 a 14); o "*Sublime Capítulo Rosacruz "Guilherme Dias*" (graus 15 a 18); o "*Ilustre Conselho Filosófico de Kadoch*" (graus 19 a 30); o "Consistório" (graus 31 e 32) e o "*Supremo Conselho*", já atrás referido (grau 33).

Dentre as atividades assistenciais conhecidas da Sociedade, citem-se a *Associação Feminina de Assistência à Mãe Pobre "Clemência de Jesus*", fundada em maio de 1.952, composta na maior parte por esposas de maçons, e ainda ativa em 1.975; a *Sopa dos Pobres;* o *Lanche dos Presos*; e o *Albergue*, que era instalado em três pequenas casas no seu quintal. Todas já haviam deixado de funcionar no final do milênio.

2 - **O patrono da Loja anterior**.

Guilherme Dias Ferreira da Cunha nasceu no Porto, Portugal, em 1.818. Ordenou-se sacerdote da Igreja Católica, com a qual rompeu em 1.872 por professar o ideal maçônico. Era então vigário na cidade de Pelotas, RS. Ignoro quando veio ao Brasil pela primeira vez. Retornando à pátria, converteu-se ao protestantismo e foi presbítero da Igreja Evangélica Lusitana e ministro da Capela do Redentor, a São Lázaro, do Porto. Casou-se com Johanna Brígida Nuñez Dias e teve sete filhos, todos nascidos no Porto: Guilherme, Tibério, Alberto, Raul, Corina Amália, Antônio e José.

Polêmico e combativo, publicou os livros "*Ecos de Roma*", "*Vozes da História*", "*No Lar e na Tribuna*"; e os opúsculos "*O que é*

Missa" e "*Resposta à Instrução Pastoral do Bispo do Porto"*. Traduziu "*A Confissão*", de De Sanctis, e as "*Inovações do Romanismo*". Editou no Porto por vários anos o jornal "*A Reforma*".

Depois abandonou o ministério protestante e retornou ao Brasil, dedicando-se à Maçonaria, ao jornalismo e à educação. Morou, sucessivamente, em Rio Novo, Machado, São Paulo, Rio de Janeiro e outros lugares. Faleceu em Guarapuava, PR, no dia 13 de janeiro de 1.907. Efetuou-se a trasladação simbólica de seus restos mortais para cá, havendo por isso um túmulo com seu nome no Cemitério da Saudade.

Ingressou como membro efetivo na Loja de nossa Cidade em 30 de maio de 1.901. Aqui fundou e dirigiu o colégio que levava seu nome, de que se deu notícia na parte relativa à instrução. Editou jornal maçônico também chamado "*A Reforma*", de que cuido no capítulo sobre a imprensa. Posteriormente lançou dois outros periódicos, com o mesmo nome e de curta duração, em São Paulo (1.904) e no Rio de Janeiro. Oscar Fernandes informa que lançou aqui também, em 1.901, o jornal político "*A Opinião*", do qual nada mais sei.

Além da machadense, receberam seu nome lojas maçônicas em São Paulo (1.897 - carta constitutiva nº 578), Campina Grande do Sul, PR, e Santana da Boa Vista, RS.

3 - **Loja Maçônica Duque de Caxias**.

A "*Folha Machadense*" de 30 de outubro de 1.977 noticiou que um grupo de maçons, desta cidade e da circunvizinhança, acabara de aqui fundar a unidade maçônica "*Duque de Caxias*". Fora já eleita a primeira diretoria*: presidente* - Fausto Paulo Werner; *secretário* - José Marcos Vieira Dias; *tesoureiro* - João Alberto da Costa Leite. Acrescentou o semanário que se aguardava, para instalação oficial da Loja, a vinda de altas autoridades maçônicas. Infelizmente a iniciativa não prosperou.

4 - **Loja Maçônica Aurora da Mantiqueira**.

Foi criada em 29 de outubro de 1.983, por iniciativa de João Dutra de Paula, então funcionário local da Caixa Econômica do Estado, que também escolheu seu nome. Eis a relação dos membros fundadores: Édson Spini Logato, Ernesto Tavares Machado, Expedito Henrique de Matos, João Dutra de Paula, Joaquim Custódio Alves, José Antônio Gonçalves, José Carlos dos Santos, José Cláudio Araújo Dias, José Maria do Amaral Resende, Josino Paiva Grilo, Luiz Gonzaga Xavier, Maurílio Otávio Baldin, Nélson Garcia Júnior, Paulo

Joaquim de Carvalho Dias e Pedro Paulo Pereira.

É filiada à *Grande Loja Maçônica de Minas Gerais*, tendo recebido o distintivo nº 163. Funcionou de início na Rua Coronel Francisco Vieira, 196. Depois, suas reuniões se fizeram, sucessivamente, na L. M. "*Guilherme Dias*", na L. M. "*Ciência da Virtude*" (Poço Fundo) e em sala do "*campus*" da Fundação Educacional. Em 1º de novembro de 1.986 foi sagrado seu templo, na Rua Nélson Garcia, 57, Vila Olímpica.

O primeiro venerável foi José Maria do Amaral Resende. Seguiram-se-lhe, até o início do milênio: João Dutra de Paula, Pedro Paulo Pereira, Francisco José de Queirós (duas vezes), Francisco José Brigagão de Carvalho (duas vezes), Daniel Alves Brigagão, Darcilo Castro Swerts e Geraldo Botazini.

Anualmente promoveu festas de queijo e vinho (desde 1.989), e montou a "*barraca da fraternidade*" no Parque de Exposições, com renda para fins filantrópicos.

Foi declarada de utilidade pública pela lei municipal 1.171, de 26 de agosto de 1.998. Em março de 2.000 homenageou algumas pessoas com a comenda "*Francisco José de Queirós*". Contava com 34 membros no início do milênio.

A Loja Simbólica "*Aurora da Mantiqueira*" patrocina a Loja de Perfeição "*Aurora da Ciência*", o Capítulo D'Demolay "*Francisco José de Queirós*" e o Betel Filhas de Jó "*Filhas da Virtude*".

****

<u>Fontes de consulta</u>.

A - **primárias**
1 - "A Reforma" (de Machado) - anno IV, nº 2 - 12/1/1.902;
anno IV, nº 4 - 26/1/1.902;
anno V, nº 7 - 15/2/1.903;
2 - "Annuario Estatistico" - Estado de Minas Geraes - Secretaria da Agricultura - anno I, 1.921, vol. IV, tomo I - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.926, pág. 489;
3 - Arquivo Público Machadense - pasta "documentos de Oscar Fernandes";
4 - Arquivo Público Machadense - pasta "Loja Maçônica Guilherme Dias";
5 - Coleção das Leis de 1956 - Estado de Minas Gerais - Imprensa Oficial, Belo

Horizonte, 1.974, págs. 75/163;
6 - "Folha Machadense" nºs. 63 - 22/6/1.975 - pág. 2;
77 - 5/10/1.975 - pág. 1;
87 - 14/12/1.975 - págs. 1 e 7;
183 - 30/10/1.977 - pág. 1;
368 - 6/9/1.981 - pág. 47;
625 - 1/11/1.986 - pág. 13;
816 - 25/8/1.990 - pág. 3;
1123 - 28/9/1.996 - 2º cad. - pág. 2;
1219 - 29/8/1.998 - pág. 13;
1226 - 17/10/1.998 - pág. 21;
1227 - 24/10/1.998 - pág. 9;
1300 - 25/3/2.000 - pág. 2;
1301 - 1/4/2.000 - pág. 17;
7 - informações pessoais de Marcelo Carvalho Bottazzini e Paulo César de Carvalho;
8 - "Minas Gerais" de 4 e 5/8/1.930 - págs. 44/46;
21/5/1.957 - págs. 1/11;
29/8/1.958 - págs. 1/4;
7/2/1.959 - págs. 9/20;
20/11/1.960 - págs. 1/15;
9 - "Monitor Sul-Mineiro", Campanha - nºs. 331 - 8/5/1.878 - pág. 3;
364 - 26/11/1.878 - pág. 4;
365 - 2/12/1.878 - pág. 4;
10 - "O Imparcial" nº 73 - 10/5/1.952 - pág. 4;
11 - "O Machadense" nºs. 29 - 21/5/1.905 - pág. 3;
30 - 28/5/1.905 - pág. 1;
27 - 29/8/1.971 - pág. 1;
12 - regimento interno da Aug.: e Resp.: Loj.: Symb.: "Guilherme Dias" - Pap. e Typ. L. Mello, Varginha, sem data;
13 - "Siga em Frente" nº 53 - 23/4/1.994 - pág. 4.

B - **secundárias**

1 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", caps. V e IX - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 5, pág. 1, e nº 9, pág. 1;
2 - Daniel da Costa Soares - "Guilherme Dias" - biografia impressa em computador, 2.001;
3 - Fausto Paulo Werner - "Loja Maçônica Guilherme Dias" - trabalho datilografado, sem data;
4 - Fausto Paulo Werner - "Professora Corina Amália da Silva Dias" - trabalho datilografado, 1.988;
5 - Fuad Haddad - "Loja Maçônica Alfenas Livre - 92 Anos de Lutas e Glórias" - trabalho datilografado, 1.993;
6 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente - sem menção de data e local, pág. 19;
7 - Kurt Prober - carta de 10/1/1.985, a mim dirigida;

8 - Manoel Francisco Pinto Pereira - “O Sul de Minas - Almanach moderno, de Propaganda e Estatística dos Municipios Sul-Mineiros” - Centro Sul Mineiro de Propaganda e Estatistica, Villa S. Ferraz - fascículo II - Estabelecimento Graphico Casa Mayença, Cruzeiro, SP, 1.913, pág. 21;
9 - Revista Machado de Ontem e de Hoje - V-5;
10 - Theodoro Soares de Oliveira - “A Cesar o que...” - artigo publicado em “A Reforma”, de Machado, anno IV, nº 2, 12/1/1.902, pág. 2;
11- Vicente Themudo Lessa - “Annaes da 1ª Egreja Presbyteriana de São Paulo (1863-1903) - Subsidios para a Historia do Presbyterianismo Brasileiro” - edição da 1ª Egreja Presbyteriana Independente de São Paulo - São Paulo, 1.938, págs. 325, 326 e 544.

****

OS CLUBES DE SERVIÇO

1) - Ressalva.
2) - Rotary Club.
3) - Lions Clube.

****

1 - **Ressalva**.

Não examinei os livros de atas dos clubes. O capítulo, por isso, ficou incompleto.

1 - **Rotary Club**.

É uma associação civil internacional de prestação de serviços, sem finalidade lucrativa. Estimula o companheirismo, o reconhecimento do mérito de toda ocupação lícita, a melhoria das comunidades pela conduta exemplar de seus membros, a cooperação e a paz entre as nações. Foi fundada em 1.905 por Paul P. Harris, na cidade de Chicago, Estados Unidos. Seu nome deriva do fato de, no início, se reunirem os sócios nos lugares do serviço de cada qual, rotativamente.

Segundo Fausto Paulo Werner, a criação do nosso Rotary Club se deve a Geraldo Elias Machado, então gerente do Banco Mineiro da Produção. Ela ocorreu nos fins de 1.948, em reunião na sala de sessões da Câmara, na qual se expuseram os objetivos da Sociedade. Considera-se data da fundação o dia 19 de novembro daquele ano, em que ela foi admitida na agremiação internacional. Foram sócios fundadores: Bruno Bollins, Fausto Paulo Werner, Gabriel Barbosa, Geraldo Elias Machado, Gylvio Dias Rebello, José Joaquim de Carva-

lho, Lázaro Cândido Magalhães, Marcelo Carvalho Vieira, Múcio da Silva Pinto, Paulo Teixeira e Simão João Bacha. A relação parece falha, pois exclui dirigentes pioneiros, adiante referidos. Infelizmente, os livros de atas mais antigos se perderam, o que impede o esclarecimento da questão.

A primeira diretoria ficou assim constituída: *presidente* - Lázaro Cândido Magalhães; *vice-presidente* - Paulo Teixeira; *1º secretário* - Marcelo Carvalho Vieira; *2º secretário* - Ary Dias; *tesoureiro* - Nélson Moreira Cavalcanti; *diretor de protocolo* - Honório Vieira do Lago; *diretores sem pasta* - Lúcio Dias Vieira, Gustavo Carneiro Dias e Maurício Teixeira. Conforme Werner, o presidente não completou o mandato, sendo substituído pelo vice. Todavia, Legnani, e outras fontes indicam Paulo Teixeira como o 1º presidente.

Seguiram-se na chefia:
1.949/1.950 - Lúcio Dias Vieira;
1.950/1.951 - Feliciano Vieira da Silva;
1.951/1.952 - Gabriel Barbosa;
1.952/1.953 - Maurício Teixeira;
1.953/1.954 - Gylvio Dias Rebello;
1.954/1.955 - Afrânio de Almeida Nogueira;
1.955/1.956 - Paulo Teixeira;
1.956/1.957 - Mozart Xavier Lopes;
1.957/1.958 - Lucas Tavares de Lacerda;
1.958/1.959 - Gustavo Carneiro Dias;
1.959/1.960 - Afrânio de Almeida Nogueira;
1.960/1.961 - José Lourenço Domingues;
1.961/1.962 - Fausto Paulo Werner;
1.962/1.963 - Lucas Tavares de Lacerda;
1.963/1.964 - Arnaldo Nannetti Dias;
1.964/1.965 - Osimo Castro Filho;
1.965/1.966 - Ítalo Provinciali Filho;
1.966/1.967 - Hílton Luís Moreira Dias;
1.967/1.968 - Ricardo Ferreira Braga;
1.968/1.969 - Itamar Branquinho;
1.969/1.970 - Marcelo Diógenes Maia;
1.970/1.971 - Farah Dieb Farah;
1.971/1.972 - Luís Carlos Garcia;
1.972/1.973 - Acary Lapolli;
1.973/1.974 - Arnaldo Nannetti Dias;
1.974/1.975 - Ricardo Ferreira Braga;
1.975/1.976 - Miguel Avelino Corrêa Perez;
1.976/1.977 - Carlos Roberto Pereira;
1.977/1.978 - Jorge Eduardo Vieira de Oliveira;
1.978/1.979 - Wálter Garcia;
1.979/1.980 - Miguel Avelino Corrêa Perez;
1.980/1.981 - Joaquim Miguel Nogueira Bastos;

1.981/1.982 - José Caixeta;
1.982/1.983 - Marcos Antônio Martins dos Santos, que não completou o mandato. Foi substituído por José Caixeta e Acary Lapolli, sucessivamente.
1.983/1.984 - José Caixeta;
1.984/1.985 - Jarbas Gonçalves de Lima;
1.985/1.986 - Édson Spini Logato;
1.986/1.987 - Antônio Carlos Fernandes;
1.987/1.988 - Sérgio Antônio do Amaral Resende;
1.988/1.989 - José Alfredo de Azevedo;
1.989/1.990 - Sebastião de Paula Rodrigues;
1.990/1.991 - José Eduardo Mansur de Freitas;
1.991/1.992 - Darcilo Castro Swerts;
1.992/1.993 - Sebastião Tardiolli;
1.993/1.994 - Paulo Roberto Conti Neves;
1.994/1.995 - Jacob de Souza Fernandes;
1.995/1.996 - José Wanderley de Almeida;
1.996/1.997 - Leandro Custódio Caixeta, que renunciou, sendo sucedido por Luzimar F. Vasconcelos;
1.997/1.998 - Sebastião Tardiolli;
1.998/1.999 - José Eustáquio de Oliveira;
1.999/2.000; - José Hernani Conti Neves;
2.000/2.001 - Joaquim Paulino da Costa Neto.

O Clube integrou, a princípio, o distrito nº 118, e depois os de nºs. 140 e 459. Atualmente pertence ao de nº 4.560. Sua carta constitutiva, de nº 7.105, foi expedida em 19 de novembro de 1.948.

Os rotarianos machadenses reuniam-se, de início, no Hotel Limeira. Em outubro de 1.964 seus encontros se transferiram para a parte superior do Bar Limeira. Voltaram depois ao local primitivo. Em 1.975, com autorização da lei 217, de 20 de junho, o Clube recebeu da Prefeitura terreno na Avenida Arthur Bernardes, em que construiu sua sede. Ela foi inaugurada em 9 de julho de 1.978. A lei local 1.077, de 12 de novembro de 1.996, permitiu lhe fosse doado outro imóvel, desta feita na Rua Mozart da Silva Pinto. O ato gerou muitas críticas, porque ele já era proprietário, e às custas do erário público. Apesar disso, a benemerência se consumou, e lá foi feita nova sede, ainda não inaugurada.

Nosso Rotary foi declarado de utilidade pública pela lei municipal 546, de 2 de dezembro de 1.966. Tem editado boletins em períodos intermitentes, como o "*Boletim Mensal*", o "*Rotary Informa*" e o "*Família Rotária em Destaque*". Deles se trata no capítulo relativo à imprensa.

Há três sociedades ligadas à que se estuda. A "*Casa da Amizade - Associação de Esposas de Rotarianos de Machado"* foi fundada em 24 de outubro de 1.979, e declarada de utilidade pública pela lei local 990, de 26 de setembro de 1.994. É sempre dirigida pela esposa do presidente do Rotary. O

"*Rotaract Club*", associação destinada a jovens de 18 a 29 anos, surgiu aqui em 26 de agosto de 1.990, e teve como primeiro presidente Adriano de Moura Pimentel. Dentre seus feitos citem-se o "clube da criança" (já extinto), a organização do "encontro da amizade", o lançamento de boletim oficial, a campanha de prevenção contra a AIDS, a gincana cultural e esportiva. O "*Interact Club*" foi fundado na Cidade em 10 de março de 1.991, e abriga adolescentes de 14 a 18 anos. Seu primeiro presidente foi Rodrigo Pimentel. Organizou bancos de óculos, de livros e de brinquedos, para distribuição a carentes; editou também boletim informativo. Todas as agremiações participam em conjunto de campanhas educativas e assistenciais.

O Clube ajudou a construir o aeroporto local, e doou mobília para sua sede. Participou da instalação do tráfego mútuo no serviço telefônico. Edificou a *Escola Rotary Gylvio Dias Rebello*, de que se cuidou no volume relativo à instrução. Já cedeu em comodato uma ambulância e um carro fúnebre à Santa Casa e à Prefeitura. Doou a esta cestos de lixo e bancos de concreto; àquela, uma incubadeira. Auxiliou a ESACMA a comprar equipamentos. Aos pobres tem distribuído alimento, cobertores e aparelhos ortopédicos. Comemora datas cívicas e homenageia diversos profissionais. Incentivou a criação da AMAI, da APAE e da Guarda-Mirim; ajudou a reerguer a Associação Comercial. Colocou marcos nas entradas da Cidade; placas de trânsito e indicadoras de fazendas. Fez plantio de árvores e promoveu a "*semana das forrageiras*". Organizou campanhas contra doenças diversas, curso para garçons e campeonatos de truco. Patrocinou recitais de música, concurso literário e apresentação teatral; participou de programas de intercâmbio internacional de jovens. Desde 1.987 realizou anualmente a "*Noite D'Italia*"; desde 1.996, a "*Campanha do Agasalho*". Seus membros integraram a diretoria da APAE em 1.989, e foram festeiros de São Benedito em 1.994

A resolução da Câmara nº 2, de 7 de maio de 1.984, estabeleceu o nome *de Rotary Club* para ser dado a uma praça da Cidade. Foi inaugurada em 13 de setembro seguinte, no Bairro Bom Recanto. Nela o Clube instalou um parque infantil, adquirido por três milhões de cruzeiros. Como se a homenagem não bastasse, a lei 1.279, de 14 de janeiro de 2.000, indicou o mesmo nome para aqui designar um logradouro público...

2 - **Lions Clube**.

É também uma associação civil internacional de prestação de serviços, com origem nos Estados Unidos. Nasceu em 1.917, por iniciativa de Melvin Jones, visando a fomentar o espírito de compreensão entre os povos.

Criou-se aqui em 21 de setembro de 1.964, apadrinhada pelos leões de Alfenas, tendo recebido carta constitutiva em 12 de dezembro seguinte. Os sócios fundadores foram Afrânio Almeida Nogueira, Alberto Arlindo

Flach (*Irmão Albano Constâncio*), Dalmo de Carvalho, Décio Pereira Dias, Dolbi de Souza Magalhães, Hércio Swerts Dias, Ismael Mariano Leite, João Batista de Mesquita, José Aprígio Garcia, José Cândido de Souza Dias Filho, José Chukralla Farah, José de Carvalho Lopes, Marcelo Carvalho Vieira, Otávio Dantas, Paulo Afonso Campos, Rômulo Swerts Costa, Ronald Passos Swerts, Roy Vivian Júnior e Sylas Pereira de Souza.

Na organização leonística integrava, de início, o distrito nº 11 (L-11); no final do milênio fazia parte do de nº 20 (L-20). Cada distrito é formado por várias divisões; a de Machado recebeu o nº 2 (D-2), abrangendo também os clubes de Botelhos, Cabo Verde e Muzambinho.

A primeira diretoria ficou assim constituída: *presidente* - Rômulo Swerts Costa; *vice-presidentes* - Afrânio de Almeida Nogueira, Irmão Albano Constâncio e Marcelo Carvalho Vieira; *secretários* - João Batista de Mesquita e José Aprígio Garcia; *tesoureiros* - Otávio Dantas e Ronald Passos Swerts; *diretor social* - José Cândido de Souza Dias Filho; *diretor animador* - Ismael Mariano Leite; *vogais* - Dalmo de Carvalho e Décio Pereira Dias.

Seguiram-se na presidência:
1.965/1.966 - Dolbi de Souza Magalhães;
1.966/1.967 - Hércio Swerts Dias;
1.967/1.968 - Sylas Pereira de Souza;
1.968/1.969 - José Aprígio Garcia;
1.969/1.970 - ?
1.970/1.971 - Feliciano Dias Vieira;
1.971/1.972 - Carlos Everardo Mont'Alvão;
1.972/1.973 - Sebastião Ribeiro de Resende;
1.973/1.974 - Dolbi de Souza Magalhães;
1.974/1.975 - José Carlos Vilela;
1.975/1.976 - Irmão Amadeo Menegat.
Nessa época o Clube ficou inativo por quase um ano. Voltou em novembro de 1.977, quando conseguiu eleger outra diretoria. Os presidentes, daí em diante, foram estes:
1.978/1.979 - Sylas Pereira de Souza;
1.979/1.980 - Josmar Gonçalves;
1.980/1.981 - Antônio do Espírito Santo Scalco;
1.981/1.982 - Adair Bianchini de Souza;
1.982/1.983 - Arielce Vítor Campos;
1.983/1.984 - Maércio Carvalho Botazini;
1.984/1.985 - Adair Bianchini de Souza;
1.985/1.986 - José Roberto Siqueira;
1.986/1.987 - Nélson Barbudo Soares;
1.987/1.988 - Adair Bianchini de Souza;
1.988/1.989 - Adair Bianchini de Souza (reeleito);
1.989/1.990 - José Jair Coelho;

1.990/1.991 - Agostinho Ferreira Caproni;
1.991/1.992 - Gabriel Ferreira Domingues;
1.992/1.993 - João Niraldo Gonçalves;
1.993/1.994 - Nélson Carvalho;
1.994/1.995 - Sebastião Soares Souza;
1.995/1.996 - Nédson Gonçalves;
1.996/1.997 - Agostinho Ferreira Caproni;
1.997/1.998 - Nildézio Gonçalves Pereira;
1.998/1.999 - Vera Lúcia Campos Souza. A lª mulher escolhida para a presidência não completou o mandato, sendo substituída por José Antero de Souza;
2.000/2.001 - Ceila Caproni Gonçalves.

Os leões machadenses reuniam-se, de início, no prédio da Associação Comercial. A partir de 1.982 passaram a fazê-lo no imóvel da antiga Escola "*Chapeuzinho Vermelho*", na Praça Rui Barbosa, cedido pela Municipalidade. Esta, com base na lei 623, de 30 de janeiro de 1.986, doou ao Clube terreno na Rua Arthur Pereira Caixeta, junto da Escola Estadual "*Paulina Rigotti de Castro*", para construir sua sede. A inauguração se deu em 25 de julho de 1.990.

O Clube foi declarado de utilidade pública pela lei municipal 546, de 2 de dezembro de 1.966. Editou o boletim " *O Leão da Montanha*", de que se dá notícia mais pormenorizada no capítulo relativo à imprensa.

Em dezembro de 1.976 criou-se o *Léo Clube de Machado*, um grupo de jovens agregado ao Lions, composto por 25 elementos.

Em abril de 1.982, o machadense Édson de Lima Nery, residente em Pouso Alegre e ex-presidente do Clube daquela cidade, foi eleito governador do distrito L-20.

O Clube edificou a *Escola Rural Irmão Albano Constâncio*, no Ouvidor, de que se dá notícia no volume dedicado à instrução. Tem efetuado várias campanhas, festividades e obras filantrópicas. Promoveu bailes de debutantes, dois dos quais, na década de sessenta, com a presença do ator Sérgio Cardoso. Realizou o *1º Vio-Lions de Machado*, em 1.983. Instalou em 1.986 um relógio solar nas proximidades da Estação Rodoviária, onde anteriormente colocara um elétrico. Patrocinou tratamento de doentes, mesmo no exterior. Pagou consultas oftalmológicas, distribuiu pares de óculos e cadeiras de rodas; estimulou a doação de córneas. Auxiliou diversas associações beneficentes, e seus membros compuseram a diretoria da APAE em 1.995. Fez campanhas contra as drogas e para detecção de diabetes. Realizou torneios de truco e cursos de gerência. Em setembro de 1.987 conseguiu a exibição na Cidade da *Esquadrilha da Fumaça*; no mesmo ano promoveu a venda de discos de trio sertanejo local, os *Passarinhos do Brasil*.

A lei municipal 1.248, de 30 de setembro de 1.999, es-

tabeleceu o nome de "*Lions Clube*" para ser dado a um logradouro público da Cidade.

****

<u>Fontes de consulta</u>.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 11, 15 e 20;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - pasta de resoluções;
3 - Arquivo do Lions Clube de Machado - pasta de documentos históricos;
4 - "Boletim Mensal" do Rotary Club de Machado - números diversos;
5 - "Folha Machadense" ns. 34 - 17/11/1.974 - pág. 2;
64 - 3/7/1.975 - pág. 5;
114 - 4/7/1.976 - pág. 1;
136 - 5/12/1.976 - pág. 10;
185 - 13/11/1.977 - pág. 1;
219 - 16/7/1.978 - pág. 7;
265 - 1/7/1.979 - pág. 1;
296 - 4/4/1.980 - pág. 6;
300 - 3/5/1.980 - pág. 1;
311 - 19/7/1.980 - pág. 6;
316 - 23/8/1.980 - pág. 10;
344 - 21/3/1.981 - pág. 1;
370 - 26/9/1.981 - pág. 1;
399 - 1/5/1.982 - pág. 1;
411 - 24/7/1.982 - pág. 1;
442 - 19/3/1.983 - pág. 1;
455 - 18/6/1.983 - pág. 7;
457 - 2/7/1.983 - pág. 1;
509 - 14/7/1.984 - pág. 7;
522 - 13/10/1.984 - pág. 15;
554 - 8/6/1.985 - pág. 2;
557 - 29/6/1.985 - págs. 1 e 8;
609 - 12/7/1.986 - pág. 14;
611 - 26/7/1.986 - págs. 1 e 4;
658 - 5/7/1.987 - pág. 3;
662 - 1/8/1.987 - pág. 15;
675 - 31/10/1.987 - pág. 5;
676 - 7/11/1.987 - pág. 10;
678 - 21/11/1.987 - pág. 16;
710 - 16/7/1.988 - pág. 1;

807 - 23/6/1.990 - pág. 3;
809 - 7/7/1.990 - pág. 2;
812 - 28/7/1.990 - pág. 1;
828 - 17/11/1.990 - pág. 6;
859 - 29/6/1.991 - pág. 3;
860 - 6/7/1.991 - pág. 3;
906 - 6/6/1.992 - pág. 1;
907 - 13/6/1.992 - pág. 3;
911 - 11/7/1.992 - pág. 3;
958 - 3/7/1.993 - pág. 11;
959 - 10/7/1.993 - pág. 11;
1009 - 9/7/1.994 - pág. 13;
1013 - 16/7/1.994 - pág. 13;
1016 - 27/8/1.994 - pág. 14;
1026 - 5/11/1.994 - pág. 6;
1060 - 8/7/1.995 - pág. 5;
1107 - 8/6/1.996 - pág. 13;
1110 - 29/6/1.996 - pág. 17;
1127 - 26/10/1.996 - pág. 6;
1130 - 16/11/1.996 - cad. 2, pág. 4;
1162 - 5/7/1.997 - pág. 16;
1164 - 19/7/1.997 - pág. 16;
1211 - 4/7/1.998 pág. 17;
1218 - 22/8/1.998 - pág. 14;
1231 - 21/11/1.998 - pág. 25;
1232 - 28/11/1.998 - pág. 18;
1277 - 9/10/1.999 - pág. 14;
1291 - 22/1/2.000 - pág. 10;
1313 - 24/6/2.000 - pág. 23;
1323 - 2/9/2.000 - pág. 7;

6 - “Luminar Machadense” nº 104 - 3/10/1.964 - pág. 1;

7 - “O Leão da Montanha” - números diversos;

8 - “O Machadense” ns. 709 - 23/11/1.958 - págs. 1 e 4;
851 - 15/10/1.961 - pág. 1;
886 - 15/7/1.962 - pág. 1;
927 - 7/2/1.965 - pág. 4;
941 - 16/5/1.965 - pág. 2;
944 - 6/6/1.965 - pág. 2;
988 - 17/4/1.966 - pág. 2;
996 - 12/6/1.966 - pág. 1;
1001 - 17/7/1.966 - pág. 1;
1047 - 8/7/1.968 - pág. 1;
1057 - 30/9/1.968 - págs. 1 e 2;
21 - 18/7/1.971 - pág. 1;
24 - 8/8/1.971 - pág. 1;
70 - 9/7/1.972 - pág. 4;

73 - 30/7/1.972 - pág. 2;
122 - 8/7/1.973 - pág. 1;
8 - “Rotary Informa” - números diversos;
10 - “Tribuna Machadense” - ns. 12 - 21/6/1.980 - pág. 8;
89 - 28/1/1.984 - pág. 1;
47 - 1/5/1.988 - pág. 3;
56 - 3/7/1.988 - pág. 3.

B - **secundárias**

1 - Carlos Legnani - Histórias da Nossa História”, cap. IX - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 9, pág. 4;
2 - Fausto Paulo Werner - “Dados históricos sobre o Rotary Club de Machado” - na “Folha Machadense” nº 679, de 28/11/1.987, pág. 14.

****

ÓRGÃOS MUNICIPAIS DA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1) - Serviço e Divisão de Assistência Social.
2) - Secretaria de Ação Social.
3) - Conselho Municipal de Assistência Social.
4) - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
5) - Conselho Tutelar.
6) - Instrumentos de ação.

****

1 - **Serviço e Divisão de Assistência Social**.

No capítulo XXXVI do volume terceiro se tratou do antigo Serviço de Saúde e Assistência Social. A portaria 638, de 17 de fevereiro de 1.989, contratou Sheila Rocha de Souza para o cargo de chefe do Serviço de Assistência Social.

A Lei Orgânica, de março de 1.990, cuidou da saúde e assistência social nos artigos 160 a 168, e criou as secretarias municipais. A lei 755, de 25 de julho do mesmo ano, complementou-a, dispondo sobre a organização administrativa da Prefeitura. Dela passou a fazer parte a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, com uma divisão para cada setor. Sua competência foi estabelecida no artigo 9º.

A portaria 903, de 14 de janeiro de 1.993, nomeou Gláucia Sobral chefe da Divisão de Assistência Social. Ela foi exonerada pela portaria 1.031, de 25 de abril do ano seguinte.

2 - **Secretaria de Ação Social**.

Foi criada pela lei 1.018, de 3 de maio de 1.995, que reorganizou a administração direta da Prefeitura. Conforme seus artigos 31 e 32, coordena a execução de programas, projetos e atividades que visam a promover o desenvolvimento social da população e a assistir o menor carente, o idoso e o deficiente físico. Tinha no princípio uma única divisão, de Ação Social, que se compunha das seções "*de promoção social*" e "*administrativa e financeira*".

O decreto 1.259, de 30 de agosto de 1.995, discriminou as atribuições do Secretário de Ação Social e de seus auxiliares diretos.

Instalada no início do governo de José Miguel de Oliveira, em 1.997, a Secretaria teve sede, até o final do milênio, na Rua Aírton Rodrigues Leite, 287. O primeiro titular, Abel Faleiro, foi nomeado pela portaria 1.599, de 2 de janeiro daquele ano, e exonerado, no término da gestão, pela portaria 2.247, de 29 de dezembro de 2.000.

A lei 1.282, de 1º de fevereiro de 2.000, reestruturou a administração municipal, e cuidou das finalidades e competências do órgão em exame nos artigos 34 e 35. Estabeleceu que ele se compõe da Diretoria de Ação Social e da Gerência de Promoção Social. O decreto 1.684, de 13 de novembro seguinte, revogou o decreto 1.259/95, dando novas atribuições ao Secretário e a seus assessores imediatos.

A Secretaria realizou duas Conferências Municipais de Assistência Social, em setembro de 1.997 e outubro de 1.999, a fim de avaliar a atuação do serviço assistencial e propor diretrizes para o seu aperfeiçoamento. Auxilia diversas entidades; distribui agasalhos, cestas básicas, leite de soja, material de construção e medicamento aos carentes; e encaminha pessoas para atendimento especializado em área médica não coberta pelo SUS.

3 - **Conselho Municipal de Assistência Social**.

Foi criado pela lei local 986, de 19 de setembro de 1.994, que determinou se compusesse por 14 representantes de diversos órgãos públicos e sociedades privadas, com igual número de suplentes. Tem estatuto aprovado pelo decreto 1.267, de 27 de outubro de 1.995, que estabeleceu suas atribuições:

- assessorar o Secretário no esclarecimento de políticas e estratégias locais de assistência social e na aplicação de recursos destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social;
- acompanhar, avaliar e fiscalizar a implantação e a execução da política municipal de assistência social;
- assessorar a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;
- articular os órgãos prestadores de serviços assistenciais no Município;

- elaborar projetos ligados à assistência social, ou emitir parecer sobre eles.

A primeira composição do Conselho foi estabelecida pelo decreto 1.221, de 21/11/94. Alteraram-na os decretos 1.292, de 20/6/96; 1.319, de 31/3/97; 1.367, de 22/1/98; 1.378, de 4/5/98; e 1.490, de 18/8/99.

A diretoria tem mandato de dois anos. A primeira presidenta, Maria Amélia Pereira de Oliveira, foi substituída em julho de 1.997 por Ana Maria Rodrigues Caixeta.

4 - **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**.

A lei local 853, de 10 de julho de 1.992, criou o Conselho em exame. Foi substituída pela lei 993, de 27 de setembro de 1.994, que deu àquele, entre outras, as atribuições de formular e controlar a política municipal de atendimento à criança e ao adolescente; opinar sobre a conveniência e a oportunidade de programas e serviços relativos à criança e ao adolescente; gerir o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; tomar medidas para instalação do Conselho Tutelar e escolha de seus membros.

O Conselho possui dez membros, com os respectivos suplentes, que têm mandato de dois anos. Metade deles representa órgãos municipais; outra metade é escolhida em assembléia por entidades privadas. Sua composição foi estabelecida e alterada, sucessivamente, pela portaria 923, de 24/2/93; pelo decreto 1.262, de 13/10/95; pelo decreto 1.291, de 20/6/96; pelo decreto 1.320, de 31/3/97; e pelo decreto 1.457, de 13/5/99.

O primeiro presidente foi Abel Faleiro; em maio de 1.999 elegeu-se outra diretoria, encabeçada por Carlos Kennedy da Costa Leite.

5 - **Conselho Tutelar.**

Criado pela lei 853/92, não chegou a ser instalado na época. Aquela foi substituída pela lei 993/94, que fixou em cinco o número de seus membros, escolhidos em pleito direto pelos cidadãos do Município, para mandato de três anos. Suas atribuições são as estabelecidas na lei federal 8.069/90. Têm remuneração, e trabalham semanalmente 25 horas, acrescidas de plantão.

A implantação do Conselho, com sede, até o final do período em estudo, na Rua Marechal Deodoro, foi preparada pela 1ª Conferência Micro-regional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que aqui ocorreu em maio de 1.997, sob responsabilidade da Secretaria de Ação Social.

Na primeira eleição, realizada em 30 de novembro se-

guinte, foram escolhidas conselheiras Maria Neusa Rosa de Oliveira (*presidenta em 1.998*), Celina Signoretti Brigagão (*presidenta em 1.999*), Júlia Maria Juntolli Costa (*presidenta em 2.000*), Cacilda Prado de Oliveira e Mara Elíber Cardoso.

6 - **Instrumentos de ação**.

A municipalização dos serviços de assistência social, nos últimos anos do milênio, exigiu que se criassem, além dos órgãos atrás referidos, instrumentos possibilitadores de sua atuação.

O **Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente** aqui surgiu com a lei 853/92, revogada pela lei 993/94. Esta o referiu como captador, administrador e liberador de verbas destinadas ao atendimento a menores, a serem utilizadas conforme as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual é vinculado.

A criação do **Fundo Municipal de Assistência Social** se deu através da lei 1.045, de 14 de dezembro de 1.995. Ele tem por objetivo proporcionar meios para o financiamento de ações na área de assistência social. É gerido pela Secretaria de Ação Social, sob orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social.

O primeiro **Plano Municipal de Assistência Social** foi baixado pelo decreto 1.296, de 30 de agosto de 1.996. Estabeleceu, entre outras metas, o auxílio a diversas associações e projetos; o desenvolvimento de programas de distribuição de agasalhos, cestas básicas e medicamentos, de doação de terrenos e material para construção e reforma de casas; a construção de albergue e de abrigo para meninos carentes. (*Registre-se, de passagem, que no final de 1.995 povo e autoridades haviam repelido proposta do Governo Estadual de instalar aqui um Centro de Reabilitação do Menor Infrator)*. Novos planos se elaboraram nos anos posteriores, aprovados pelos decretos 1.345, de 16/10/97, 1.404, de 27/10/98, e 1.560, de 21/1/2.000.

Existe ainda o **Plano de Ação Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**. O relativo ao exercício de 2.000, baixado pela resolução 2/99 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, definiu as seguintes metas e prioridades:

- apoio e incentivo à profissionalização de adolescentes;
- aquisição de equipamentos e materiais destinados à profissionalização de adolescentes;
- formação de grupos que se dediquem a ações de apoio à criança e ao adolescente;
- informação às entidades ligadas à criança e ao adolescente de aspectos legais e mecanismos de defesa dos direitos daqueles;
- incentivo à prática de esportes, e combate às drogas e bebidas alcoólicas;

- aquisição de equipamentos para crianças e adolescentes portadores de deficiência física;
- incentivo ao acolhimento de crianças e adolescentes órfãos ou abandonados.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de leis nº 22;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de decretos nº 19;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de portarias ns. 16 e 17;
4 - "Folha Machadense" ns. 912 - 18/7/1.992 - pág. 3;
1022 - 8/10/1.994 - pág. 6;
1029 - 26/11/1.994 - págs. 8 e 9;
1053 - 20/5/1.995 - suplemento;
1076 - 28/10/1.995 - pág. 9;
1083 - 16/12/1.995 - págs. 1 e 2;
1085 - 30/12/1.995 - págs. 1, 2 e 3;
1101 - 26/4/1.996 - pág. 11;
1114 - 27/7/1.996 - pág. 4;
1149 - 5/4/1.997 - 2º caderno, pág. 8;
1158 - 14/6/1.997 - 2º caderno, pág. 7;
1178 - 25/10/1.997 - pág. 13;
1187 - 10/1/1.998 - págs. 1 e 17;
1188 - 17/1/1.998 - pág. 15;
1190 - 31/1/1.998 - pág. 15;
1204 - 9/5/1.998 - pág. 13;
1229 - 7/11/1.998 - pág. 14;
1235 - 24/12/1.998 - pág. 24;
1256 - 15/5/1.999 - pág. 15;
1258 - 29/5/1.999 - pág. 15;
1271 - 28/8/1.999 - pág. 14;
1275 - 25/9/1.999 - pág. 14;
1280 - 30/10/1.999 - pág. 13;
1287 - 18/12/1.999 - pág. 2;
1293 - 5/2/2.000 - suplemento;
1334 - 18/11/2.000 - suplemento;
5 - "Siga em Frente" ns. 26 - 24/7/1.997 - pág. 9;
30 - 18/9/1.997 - pág. 6;
31 - 1/10/1.997 - págs. 1, 2 e 4.

****

E - ESPORTE

FUTEBOL - I
(primeiras décadas)

1) - O Centro Machadense Futebol Clube e outros times.
2) - O Aranha e o União.
3) - O Athletico, o Ypiranga e outros times.
4) - O M.E.C. e o Operário.
5) - Outros times, e os campeonatos de 1.948/1.949.
6) - A Assoociação Atlética La Salle.
7) - Times de Douradinho.

****

1 - **O Centro Machadense Futebol Clube e outros times**.

Embora só se tenha aqui desenvolvido na década de vinte, o futebol já era antes praticado pelos rapazes do Centro Machadense. Sua seção esportiva foi fundada em 3 de maio de 1.914, e posta sob o comando de Lázaro Cândido Magalhães. As partidas eram realizadas às terças, quartas, domingos, dias santos e feriados, no campo de Joaquim Paulino da Costa, que ignoro onde ficava. Todavia, em sessão de 26 de setembro de 1.915, foi suprimido o esporte em questão no Clube, "*visto que só trazia despesas*", e se dispensou o local em que era praticado. A decisão não prevaleceu: em dezembro seguinte ficou pronto o novo campo do Centro, no fim da Rua XV de Novembro, em terreno cedido por Ernesto Neves da Silva.

O primeiro presidente, Manoel Pinto, proferiu palestra no Clube em 1.918, recordando-lhe os primórdios. No sumário, que conservo, o tópico reservado ao futebol está assim redigido:

"*Jogadores "insignes": Zito, Oscar Fernandes, Astolphinho,*

Adorniro, Pe. Theodoro e... eu!!!
"Captain": Lázaro
Real valor: Euclydes Moreira = Alfenas
Episódio memorável: um ponta-pé na culatra do Pe. Theodoro".

Carlos Legnani, em artigo no número de estréia de "*O Imparcial*", chamou o time de **Centro Machadense Futebol Clube** - ignoro se era o seu nome oficial. Referiu-se também a outro, contemporâneo, o **London**, de que nada sei.

Em outubro de 1.919, a Câmara Municipal aprovou a concessão de auxílio ao **Clube Athletico Machadense**. Não tenho mais informações sobre ele.

2 - **O Aranha e o União**.

O primeiro historiador do futebol machadense foi José Augusto Carneiro Dias. Seus diversos artigos, publicados na imprensa local sob os pseudônimos "*Mister Degas*", "*Mister Jota*" e "*Jocadi*", são imprescindíveis ao conhecimento do assunto, e deles me valho para bosquejar este e os itens seguintes.

As duas equipes que agora nos ocupam surgiram por volta de 1.921. O **Aranha**, às vezes também citado como "**Aranha Branca**", tinha por presidente Elpídio de Souza Lima. O técnico era Belmiro Rezende. Entre os jogadores, destacavam-se Alencar Verne, Caixinha, Edmée de Souza Moreira, Eduardo do Maneca, Hercílio Dias, Homero Vieira, Jaime Batista, João Gregório, José Candeia, José Garcia, Mário Marcovig, Moacir Moreira Dias, Raul, Tiziu, Vitório Nannetti e Walfrido Pimentel. Seu campo, segundo João Rodrigues de Carvalho, ficava próximo do local em que se construiu depois a Praça de Esportes.

O **União Futebol Clube** foi fundado pelo Padre Achiles Tritsmans, que o dirigia. De seus atletas lembram-se Aristides, Chico Baiano, Fernando da Ambrosina, Francesinho (o fotógrafo Douat), Guilherme Santos Silva, Hermenegildo Legnani, João Diniz, João Turco, José da Palmira, José Pereira Campos, Juarez da Germana, Lino, Nico Matula, Paulo Santos Silva (famoso goleiro), Ricardo Annoni Filho e Tristão. Seu campo situava-se na vargem do Neca.

Conforme Rodrigues de Carvalho, os jogos eram realizados com toda cerimônia, discursos e banda de música. Isso não impedia porém que, dada a grande rivalidade entre atletas e torcedores, ocorressem memoráveis brigas. E elas levaram ao fim as agremiações, já em 1.924.

3 - **O Athletico, o Ypiranga e outros times**.

Havia ainda nos primeiros anos da década de vinte outros times de menor expressão, como o "**G. Dias**"; o do Bairro do Buraco, formado por filhos de italianos; e o da Avenida Santa Cruz, cujos integrantes eram apelidados de "*saíudos*", por usarem calções grandes.

No ano de 1.926, segundo o "*Annuario Estatistico*" da Secretaria da Agricultura, só existia em nosso Município o **Tabajara Sport Club**, com sede no Machadinho. A lei local 90, de 22 de janeiro de 1.924, lá lhe doara terreno.

Em 1.927, "*O Popular*" noticiou que Paulo Santos Silva cuidava de organizar outro time, sem a paixão insensata e a rivalidade mesquinha que haviam causado a morte do futebol local. Ele manifestou intenção de convidar para a diretoria homens de responsabilidade, como o Dr. Edgard da Veiga Lion, entendendo inconveniente que nela houvesse rapazes, "*devido a anarchia que logo surge*".

Suponho tenha sido tal time o **Athletico Machadense Foot-Ball Club**, que, conforme o mesmo jornal, nos três meses seguintes jogara com equipes de Alfenas e Botelhos. Defenderam-no, entre outros, os atletas Paulo, Garcia, Mário, Jayme, Nannetti, Soares, Pereira, Jacy, Diniz, Gildo, Dias, Tiziu e Tibúrcio.

Em 1.934 surgiu o **Ypiranga Sport Club,** com sede na Rua da Máquina. Entre seus jogadores citam-se André, Arlindo, Caixinha II, Deca, Evâneo, Folia, Geraldo Pereira, Homero Diniz, João Calais, João Swerts, José Maria Pereira, Lilio, Mané Turco, Manir, Mânlio Moreira Pinto, Nenê, Olavo, Paulo Castro, Roberto Cruz, Ulisses Paiva, Velho Martins e Xisto. Estava ainda ativo em setembro de 1.935. Teve menos destaque e duração que os dois adiante tratados.

4 - **O M.E.C. e o Operário**.

O **Machado Esporte Clube (M.E.C.)** foi fundado em 1.929. Introduziu o profissionalismo no esporte local, contratando alguns jogadores de fora: Chico Preto, Gibi, Humberto, Scaffi, Tranquilim e Velho. A seu lado atuavam craques da Cidade, como Caixinha I, Chico Tavares, Hercílio Dias, João Diniz, José Garcia, Mauro Moreira Dias, Moacir Moreira Dias, Tavico Macedo e Tiziu. Seu campo localizava-se nas vizinhanças da Estação, em chácara de Moacir Vieira. Conforme o entusiasmado cronista Jocadi, era "*a sensação da redondeza, imbatível*". Conseguiu importantes vitórias, mas, por falta de infra-estrutura e de recursos para manter os jogadores pagos, não conservou o padrão inicial. Mesmo assim, sobreviveu até os primeiros anos da década de quarenta, quando obteve novo ânimo e travou célebres disputas com o Operário. Uma de suas formações, então, era esta: Marcílio, Gambi e Glenan; Sodito, Calais e Mânlio;

Orlando, Wálter, Telinho, Maércio e André.

Em 1.940, um grupo de jogadores da Cidade, apelidados de "*granfinos*", desafiou os proletários para amistoso no campo de Moacyr Vieira. Um dos melhores daquele, Wálter Mattos Reis, bandeou-se para estes, que venceram por goleada. O entusiasmo foi tamanho que logo realizaram reunião na Liga Operária e fundaram o **Operário Futebol Clube.** Sua primeira diretoria ficou assim composta*: presidente* - José Maria Pereira; *vice-presidente* - Carlos Legnani; *secretário* - Walfrido Pimentel. Este revelou-se a alma da nascente agremiação, que depois presidiu apaixonadamente, tendo por secretário José Augusto Carneiro Dias. Ela muito deveu também a Carlos Legnani. Feito e registrado o estatuto, construiu seu campo na vargem do Cacá (Rua da Máquina), com auxílio da Prefeitura e do comércio. Estreou-o com vitória sobre o time de São Gonçalo do Sapucaí.

Em artigo no semanário "*O Imparcial*", em 1.948, cronista que se ocultou sob o pseudônimo de "*Senairos*" deu notícia diversa sobre o surgimento do Operário. Disse que ele era posterior à Associação Atlética Machadense, e que teve origem no **Recreativo**, time de René Andrade. Acrescentou que este apareceu fazendo preliminar com os segundos quadros da Associação e do Ginásio. Depois, uma cisão de esportistas lhe deu maior impulso, e passou a chamar-se **Clube Atlético Machadense**. Por fim, a pedido de sócios e diretores, mudou o nome para Operário Esporte Clube. Não consegui apurar qual é a versão exata.

Houve na época grandes jogos, como os disputados por misto do M.E.C. e do Operário contra a Rede Mineira de Viação e o Atlético Mineiro, ambos de Belo Horizonte. Depois, como conta Mister Degas, surgiu grande e prejudicial rivalidade entre os times locais, a ponto "*de programarem jogos com quadros de fora para o mesmo dia e hora, sofrendo ambos com a concorrência*". Para tirar a teima e pôr fim às brigas, decidiram realizar dois ou três campeonatos entre si, nos anos de 1.940 a 1.943. Todos foram vencidos pela garra do Operário, a despeito da melhor técnica do M.E.C.. Neste atuaram craques como Alberto Boechat, Aparício Godoy, Barra Mansa, Geraldo do Lago, Geraldo Garcia, João Calais, José Gambi, Léo Santos Silva, Paulo Castro, Telinho, Toninho Castro e Wílson Westin. Naquele destacaram-se André, Arlindo, Folia, Glenan, Humberto, João Baldan, Mânlio Moreira Pinto, Marcelo, Onofre, Orlando, Oscar, Solito, Paulo Lima, Piola, Wálter Mattos Reis e Zé do Nata. Pouco depois, entretanto, as duas equipes se extinguiram.

O Operário ressurgiu em 1.950, sob o comando de Nereu Andrade Dias. Com vários períodos de paralisação, sobreviveu até 1.958. Em 1.957 disputou o campeonato de Poço Fundo, tendo como técnico Geraldo Fernandes.

5 - **<u>Outros times, e os campeonatos de 1.948/1.949</u>**.

A **Associação Atlética Machadense** foi fundada em

1.945, ou poucos anos antes, e também proporcionou bons jogos ao público local. Entre seus jogadores destacava-se o goleiro Oduvaldo, de Poço Fundo. Acabou em 1.948.

O **Grêmio Esportivo São José,** composto na maioria por alunos do Ginásio, foi fundado em 15 de maio de 1.947 pelo Irmão Egídio José, que o dirigia. Depois de criado o Grêmio Estudantil São José, em 1.949, passou a ser considerado o departamento de esportes deste. Em 26 de abril daquele ano elegeu esta diretoria*: presidente* - Paulo Afonso Gonçalves; *vice-presidente* - Irmão Albano Constâncio; *conselheiro* - Irmão Carlos Paulo*; capitão do campo* - Antônio Siqueira; *secretário* - José de Souza; *tesoureiros* - Lelis M. Miranda e Wladimir Dominghetti. Entre seus jogadores lembram-se Aécio Domingues, Antônio Siqueira, Astolfo, Azélio, Ciro, Darcilo Swerts, Ernani Swerts (Gasolina), Jaime, o goleiro Jorge Eduardo Vieira de Oliveira, Léo, Osimo Castro Filho, Paulo, Renato, Tião e Waldir.

Pelo jornal "*O Ginasiano*", de novembro de 1.948, se sabe da existência de outro time do Ginásio São José, o **La Salle Futebol Clube**, que não deve ser confundido com a Associação do mesmo nome, adiante referida. No mês anterior, ele fizera excursão à cidade de Campestre, disputando partidas de vôlei e futebol. Na última, teve esta formação: Rogério, Aloísio, João, José Baé, Astolfo, Jesus, Barix, Paulo A., Lorvan, Geraldo e Mauro.

Em 1.948 foi criada a *Liga Esportiva Machadense*, que no mesmo ano organizou excelente campeonato municipal, precedido de torneio-início. Disputaram-no sete times: o **Grêmio** e o **Palmeiras**, ambos do Ginásio São José; o do **Bairro do Buraco**; o **Botafogo**, integrado, entre outros, por Aílton Baé, Antônio Marcos, Esculateira, Geraldino, Geraldo Lima, Geraldo Mandioca, Hélio Baé, Rubita e Zilemar; o **Flamengo**, em que brilhavam Hélio Diniz, Rociope Cirino Ferreira, Telinho e Wágner Rossetti Annoni (Tisca); o **Fluminense**, que tinha Cyro Brigagão, Darcilo Passos Swerts, Edgard, João Swerts de Carvalho, Maércio Moreira Dias, Osimo Castro Filho, Rúbens Pinto Garcia, Vicente, Wálter Mattos Reis e o goleiro Wílton; o **Vasco da Gama**, formado por Afonso, Aloísio, Amâncio, Andrezinho, Azélio, Helvécio, José Augusto Carneiro Dias, Piola, Quincas, Reinaldo Xavier, Roberto, Romeu e Totonho. Os jogos foram realizados no campo do Cacá (Rua da Máquina). Sagraram-se campeão e vice-campeão o Grêmio e o Fluminense.

No ano seguinte realizou-se novo certame, com os mesmos times mais o **São Paulo** de Onofre Swerts de Carvalho, Severinho e Tiré. O Botafogo dissolveu-se antes do final, e alguns de seus atletas reforçaram o Vasco da Gama, que foi o campeão. Depois, conforme Mister Degas, a política entrou no esporte, causando confusão e aborrecimentos, e acarretou a extinção da Liga.

6 - **<u>A Associação Atllética La Salle</u>.**

Fundada em 14 de maio de 1.950, teve por orientadores

os Irmãos Ângelo, Egídio José e - principalmente - Estanislau Gabriel. Seus atletas, na maioria, eram ex-alunos do Ginásio São José, em cujo campo atuava. Dominou o cenário esportivo machadense por sete anos, com craques do porte de Afonso Reis, Azélio, Batatinha, Carola, Chico Viana, Dando, Darcilo Swerts, Ernani Swerts (Gasolina), Evandro, Geraldo Fonseca, Haroldo Costa, Ismail, Leandro Nannetti, Oduvaldo, Onofre, Osimo Castro Filho, Paulinho, Pedro Ribeiro da Silva (Pedro do Severo), Pirulito, Quincas, Romeu, Ronald Swerts, Severinho, e outros.

No próprio ano do nascimento venceu o campeonato municipal, muito inferior aos dois anteriores. Entre seus presidentes lembrem-se Nélson Andrade, Bruno Bollins, José Annoni, Wálter Mattos Reis, Darcilo Passos Swerts e William de Macedo Ferreira. Em 1.956 filiou-se à Federação Mineira de Futebol.

Assim como o rival Operário, cessou as atividades, já decadente, quando foi criada a Sociedade Esportiva Machadense. Seu mentor, Irmão Estanislau Gabriel, prometeu então a Rúbens Pinto Garcia não reativá-la enquanto ele estivesse à frente do futebol de Machado. Depois que este se afastou, aquele publicou nota, em maio de 1.960, dizendo-se livre do compromisso e no aguardo de oportunidade para reerguer a La Salle. Com efeito, ela ressurgiu dois ou três meses depois, fazendo uma série de jogos aqui e nas cidades vizinhas. Sua equipe era modesta, não entusiasmou o público como antes e teve curta duração. Compunham-na, entre outros, Adamir, Carola, Esculateira, Fanico, Fuzil, Gasolina, Jacy, Marajá, Marquinho, Reynaldo, Rogério, Sansão, Sílvio, Vicente e Ziza.

7 - **Times de Douradinho**.

Diversos times se organizaram na Vila a partir da década de vinte, sendo o principal deles o **Esporte Clube Douradinho**.

Dentre os jogadores mais antigos, são lembrados Dominguinhos, Giocundo Moterani, João Mata, Rodolfo Mazola, Sebastião Fuzileiro, Terico Maciel, Tiziu, e o goleiro Zé Ananias.

Em meados do século passado, destacaram-se Ambrósio, Bite, Cafunga, Caminhãozinho, Flávio Augusto Maciel, José Júlio Xavier, Melo (o mais famoso), Marusquinho, Sílvio da Doda e Tilé.

Nos anos sessenta, aproximadamente, atuaram Atanair, Atanásio, Cabrito, Caçapa, Jorge Zumilino, Juquinha, Nézio Pereira, Oracy de Souza, Tibira, Todá e Zé Dico.

Em 1.962 ou 1.963, Jesualdo Maciel formou o **Não Te Abandono**, assim chamado porque abrigava jogadores mais fracos, sem lugar no

esquadrão principal. Ele chegou a ter campo próprio, de que se dá notícia noutro capítulo, mas durou poucos anos.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Annuario Estatistico do Estado de Minas Geraes - Secretaria da Agricultura - anno I - 1921 - vol. IV, tomo I - Bello Horizonte, Imprensa Official, 1.926, pág. 436;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de atas nº 1, pág. 42;
3 - Arquivo Público Machadense - livro n. 65: "Leis da Câmara Municipal - 1912 a 1932";
4 - Arquivo Público Machadense - livro sem número: "Atas do Centro Machadense - 1914/1916";
5 - "Folha Machadense" ns. 616 - 30/8/1.986 - pág. 1;
618 - 13/9/1.986 - pág. 6;
6 - informações pessoais de Nézio Pereira e Oracy de Souza;
7 - "Jornal do Machado" n. 76 - 1/9/1.935 - pág. 3;
8 - "Luminar Machadense" ns. 29 - 15/8/1.954 - pág. 5;
57 - 7/7/1.956 - pág. 3;
59 - 14/8/1.956 - págs. 1 e 3;
9 - "O Ginasiano" ns. 7 - novembro de 1.948 - suplemento;
2 - abril de 1.949 - pág. 1;
3 - junho de 1.949 pág. 4;
10 - "O Machadense" ns. 41 - 11/7/1.940 - pág. 1;
678 - 23/3/1.958 - pág. 3;
691 - 13/7/1.958 - pág. 2;
692 - 20/7/1.958 - pág. 3;
780 - 1/5/1.960 - pág. 4;
792 - 24/7/1.960 - pág. 2;
802 - 9/10/1.960 - pág. 2;
930 - 28/2/1.965 - pág. 8;
11 - "O Popular" ns. 17 - 19/6/1.927 - pág. 2;
22 - 24/7/1.927 - pág. 2;
24 - 7/8/1.927 - pág. 3;
28 - 4/9/1.927 - pág. 2;
12 - "Vozes Lassalistas", Rio de Janeiro - maio/junho de 1.965, pág. 1.

B - **secundárias**

1 - Carlos Legnani - "Não Percamos a Chance" - artigo em "O Imparcial" - número experimental - 7/9/1.948 - pág. 5;

2 - Ivo Carlos Compagnoni - “História dos Irmãos Lassalistas no Brasil” - Ed. La Salle - Canoas, RS, 1.980, pág. 217;
3 - João Rodrigues de Carvalho - “História de Machado” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 88/89;
4 - Jocadi - “Os Convocáveis” - artigo na “Folha Machadense” n. 665, de 22/8/1.987, pág. 14;
5 - Jocadi - “Quem tem medo do futebol?” - artigo na “Folha Machadense” n. 167 - 3/7/1.977 - pág. 7;
6 - Jocadi - “Vozes do Coração” - artigo na “Folha Machadense” n. 660 - 18/7/1.987 - pág. 12;
7 - Mister Degas - “Futebol Centenário” - artigo na Revista do 1º Centenário de Machado, n. 3 - abril de 1.957 - págs. 19 e 21 a 24;
8 - Mister Degas - “Grandes Vultos do Futebol Machadense” - três artigos em “O Machadense” ns. 11/2, de 2/5/1.971; 12/2, de 9/5/1.971; e 14/2, de 23/5/1.971;
9 - Mister Jota - “Veteranos” - artigo em “O Machadense” n. 749, de 7/9/1.959 - pág. 6;
10 - Senairos - “A Marcha dos Esportes” - artigo em “O Imparcial” - número experimental - 7/9/1.948 - pág. 2.

****

FUTEBOL - II
(Sociedade Esportiva Machadense)

1) - Década de cinqüenta.
2) - Década de sessenta.
3) - Década de setenta.
4) - Década de oitenta.
5) - Década de noventa.

****

1 - **Década de cinqüenta**.

Foi fundada em 3 de julho de 1.957, por iniciativa de Rúbens Pinto Garcia, que a dirigiu provisoriamente nos primeiros meses. Conhecida nos primórdios por Clube Atlético Esportivo Centenário, ou Esportiva Centenário, só adotou o nome definitivo em 24 de julho de 1.959, quando aprovado seu estatuto.

Iniciou as atividades em 1.958, com a contratação do veterano Esquerdinha (Hélio Terroso) para formar e dirigir o plantel. Vindo do Cruz Preta, de Alfenas, já atuara no América, Fluminense, Canto do Rio e Olaria, do Rio de Janeiro, e no Jabaquara, de Santos. Foi a alma do time nos primeiros anos, como técnico e jogador. Natural de Angra dos Reis, tornou-se machadense de coração e aqui permaneceu até a morte.

Nas primeiras partidas obtiveram-se bons resultados contra equipes de cidades vizinhas: Paraguaçu (4 a 2), Campestre (1 a 0) e Alfenas (1 a 1). Em maio registrou-se derrota para o São Cristóvão, do Rio de Janeiro (3 a 1). Em julho foi estreado o uniforme oficial, auri-rubro.

Entre seus atletas na fase inicial - a mais destacada -

lembrem-se:
goleiros - Wílson Rocha (Nen), José Nogueira (Esculateira) e José Cláudio de Araújo Dias (Zé Cutia);
zagueiros - Afonso Azevedo de Paiva Reis, José Mílton Vieira, Agrício dos Santos, Célio Messias Domingues (Celinho), Velho, Fanico, Zé Carlos e Alemão;
meio-campistas - Giles Diniz Almeida, Stefânio, Evanildo Carvalho Damasceno (Preguinho), Edgard Barense, Dorival dos Santos, Márcio de Souza Carvalho (Ziza), Lindóia e Zé Pisca;
atacantes - Mauro Rafael (Diango), Maurílio Aguiar (Lila), Manoel de Britos (Paraguaio), Marcos de Souza Carvalho (Marquinho), Ernani Swerts (Gasolina), Osimo Castro Filho, Vítor Pedro e Bugrinho.

Em 8 de outubro de 1.958 foi eleita a primeira diretoria definitiva: *presidente de honra* - Lúcio Dias Vieira; *presidente* - Rúbens Pinto Garcia; *vice-presidente* - José Melo de Almeida; *1º secretário* - José Bueno de Almeida; *2º secretário* - Osimo Castro Filho; *1º tesoureiro* - João Dias Swerts; *2º tesoureiro* - Euclides Garcia; *3º tesoureiro* - Luciano Vilhena; *diretor esportivo* - Wálter Mattos Reis; *diretor de propaganda* - José Pedro Filho; *diretor de protocolo* - Manuel Juntolli Ferreira; *1º auxiliar técnico* - Irmão Estanislau Gabriel; *2º auxiliar técnico* - Dalmo Andrade; *médico* - Manir Elias Donato; *zelador* - Nereu Andrade Dias; *conselheiros fiscais* - Bruno Bollins, Cyro Brigagão e Nélson Garcia Júnior.

No final de 1.958 venceu a Internacional, de Limeira; no semestre seguinte enfrentou duas vezes o Bonsucesso, do Rio de Janeiro (uma vitória e uma derrota), e foi vencida pela Ponte Preta, de Campinas (duas vezes) e pelo Canto do Rio, do Rio de Janeiro.

Em meados de 1.959 passou por crise, em face de dificuldades financeiras, deficiência técnica do plantel e falta de apoio dos associados. Ela foi superada em reuniões no mês de junho, nas quais se decidiu pela continuidade, com algumas mudanças na diretoria: *1º presidente* - Rúbens Pinto Garcia; *2º presidente* - J. Ferreira; *1º vice-presidente* - José Cássio Nannetti Dias; *2º vice-presidente* - João Nannetti. Fizeram-se campanhas para arrecadar dinheiro, aumentar o número de sócios, saldar dívidas e melhorar o time.

Nova diretoria foi eleita em 24 de julho de 1.959, com mandato até 31 de dezembro de 1.960: *presidente de honra perpétuo* - Lúcio Dias Vieira; *presidente de honra* - Francisco Vieira Guerra; *presidente* - Rúbens Pinto Garcia; *1º vice-presidente* - J. Ferreira; *2º vice-presidente* - José Cássio Nannetti Dias; *3º vice-presidente* - João Nannetti; *secretário-geral* - Osimo Castro Filho; *1º secretário* - José Bueno de Almeida; *2º secretário* - Luiz de Mello Campos; *tesoureiro-geral* - João Dias Swerts; *1º tesoureiro* - José Mendes Vilela; *2º tesoureiro* - Euclides Garcia; *diretor-geral de esportes* - Wálter Mattos Reis. Criaram-se vários outros cargos, além de conselhos deliberativo e de sindicância. Os membros do conselho fiscal foram mantidos.

Ocorriam então reuniões semanais dos diretores na Prefeitura. Em 6 de setembro seguinte foi inaugurada a sede social, na Rua Professor Francisco Rafael, 44 (baixos do Hotel Limeira). A lei local 287, de 23 de novembro, concedeu subvenção à Sociedade, favorecida também pelo Município nos anos seguintes.

Os problemas, todavia, continuavam, com reflexo na conduta e na disciplina dos jogadores, que faltavam aos treinos e não mostravam dedicação de amadores. O time decaiu, alguns atletas se afastaram e houve pedidos de demissão na diretoria. No final do ano, por causa da interdição do Estádio, as atividades foram completamente paralisadas.

2 - **Década de sessenta**.

Em abril de 1.960 houve um esforço para reerguimento da Sociedade. Elegeu-se nova diretoria, com mandato até o final do ano*: presidente* - J. Ferreira; *1º vice-presidente* - João Nannetti; *2º vice-presidente* - Luiz de Mello Campos; *3º vice-presidente* - João Batista de Souza Moreira Neto. Os conselhos deliberativo e fiscal foram reestruturados. O time iniciou a temporada naquele mês, empatando com a Portuguesa carioca. Recebeu o reforço de três jogadores de Poço Fundo (Dando, Evandro e Tião) e, principalmente, de estudantes em Alfenas: Beto, Herbert, Pedroso e Puskas.

Para amenizar as dificuldades econômicas e ajudar no pagamento aos atletas, criou-se em maio um quadro de associados extras, que contribuíam com mensalidade maior. Denominado "*Clube dos Lenhadores*", estipulou-se que atuaria até o final do ano, cabendo depois à futura diretoria decidir sobre sua continuidade.

Em junho a S.E.M. foi derrotada (4 a 2) pelo Atlético Mineiro, que tinha como técnico o truculento Yustrich. A má atuação do juiz provocou revolta dos jogadores e da torcida, e houve briga generalizada, dentro e fora do campo. Os visitantes saíram do Estádio sob proteção policial, e o hotel em que se hospedavam foi cercado até a noite.

Além do quadro principal, havia na época o de aspirantes (dirigido por Afonso Reis e, depois, por Cyro Brigagão), e o de juvenis (orientado por Nereu Andrade Dias).

No segundo semestre de 1.960, Diango voltou ao time, e Raminho tornou-se o goleiro titular. Dois jogadores paraguaios (Alarcon e Manoel de Britos) desentenderam-se com a diretoria e tiveram os contratos rescindidos. Esquerdinha praticou atos privativos de diretores, foi admoestado e substituído no comando técnico por Afonso Reis. Retornou dois meses depois. Houve no período uma vitória sobre o Bragantino, de B. Paulista, e um empate com o Paulista, de

Jundiaí. Em Poços de Caldas, a Esportiva voltou a perder para o Atlético Mineiro, que lá estava treinando (4 a 1). Série de três jogos com a Caldense foi interrompida por brigas, e o último não se realizou. Em novembro, a mais importante partida realizada na Cidade, em benefício do Hospital: nossa equipe perdeu (6 a 1) para o Botafogo, do Rio de Janeiro, que aqui esteve com os craques Chicão, Didi, Garrincha, Manga, Nílton Santos, Pampolini, Quarentinha, Zagalo, e o preparador físico Paulo Amaral, entre outros.

A lei estadual 2.236, de 19 de novembro de 1.960, concedeu à S.E.M. subvenção de Cr$50.000,00. No exercício seguinte ela recebeu nova ajuda, de Cr$60.000,00, através da lei estadual 2.505, de 18 de dezembro.

Logo após o jogo com o Botafogo, estranhamente, houve mais uma das "*mortes*" da Esportiva. O Estádio foi outra vez interditado para reformas, dispensou-se o plantel, terminou o mandato da diretoria e não foi possível fazer eleição porque ninguém quis assumir os cargos.

Em fevereiro de 1.961, o conselho deliberativo e administrativo, dirigido por Lucas Tavares de Lacerda, decidiu escolher as seguintes pessoas para compor nova diretoria: *presidente* - Lauro Ferreira Braga; *1º vice-presidente* - Rúbens Pinto Garcia; *2º vice-presidente* - Júlio Sanches Diniz Neto; *3º vice-presidente* - José Herculano do Lago. Deu-lhes posse imediata, em assembléia extraordinária. Infelizmente, a medida não conseguiu reerguer o time. O novo presidente, que em época distante dirigira com sucesso e entusiasmo outros clubes na Cidade, estava a ela voltando após longa ausência. Interesses particulares prendiam-no ainda a Paraguaçu Paulista, onde residira, e lá se demorava por meses, deixando acéfala a Sociedade. A precisão de contratar atletas exigia capital de vulto, que não foi conseguido, e o desânimo se generalizou.

A lei municipal 333, de 17 de março de 1.961, declarou de utilidade pública a S.E.M.. Ocorreram poucos jogos no período. Em dezembro de 1.962, na despedida de Puskas, ela perdeu para o Bandeirantes, com este time: Jairo, Celinho, Edemar, Ceci e Miltinho; Paulinho e Ademar; Puskas (Kleber), Coringa, Beto (Nélio) e Rubita.

Em setembro de 1.963, a Esportiva reiniciou as atividades, sob o comando de Rúbens Garcia, que venceu corrente encabeçada por Luiz de Mello Campos O novo presidente, auxiliado por Osimo Castro Filho (*diretor de futebol*) e Eduardo dos Santos (*diretor de propaganda*), dispôs-se a custear do próprio bolso a maior parte do salário dos atletas. Formou-se novo time, sob as ordens de Esquerdinha, que contava, entre outros, com Raminho, Espigão, Romeu, Lauro, Gadinho, Oswaldinho, Zé Milton, Lila e Coringa. Mais uma vez o trabalho não teve continuidade.

Em abril de 1.964, noticiou-se que a Sociedade, sob orientação de Zé Milton, empatara em Paraguaçu com estes jogadores: Nei, Waldir,

Zé Milton, Ditinho e Lolô; Sílvio e Joel; Zé Vítor, Kleber (Adílson), Piolinha e Maurício. No mês seguinte, porém, já estava de novo paralisada.

3 - **Década de setenta**.

Em 1.970 a Esportiva montou um bom time profissional. Todavia, as despesas eram muito grandes, e ele se desfez.

No início de 1.972, a Sociedade ressurgiu pelo esforço de Irineu Pereira de Carvalho (Nete) e familiares, e de José Geraldo Costa. Montou-se novo time, orientado ora por Esquerdinha, ora por Barbosinha, ora por Ney. Entre seus atletas lembrem-se: Baiano, Bié, Cadeado, Carlinhos, China, Diogo, Hélcio, Jair, João Carlos, José Luiz, Ney, Péia, Pelezinho, Salomão, Ulisses, Wálter Garcia e Wílson. Ele obteve expressivas vitórias no primeiro semestre. Há notícia de que usava então camisas rubro-negras. Em setembro, contudo, surgiu nova crise: despesas excessivas, desorganização, falta de apoio de membros da diretoria e dos torcedores. A imprensa dizia que o quadro era fraco, e pregava o retorno ao amadorismo, apenas com elementos da Cidade.

Em 1.974 abriu-se auspiciosa fase à Esportiva, sob esta diretoria: *presidente* - João Custódio da Silva; *vice-presidente* - Francisco Campos Gonçalves; *diretor de esportes* - José Barix; *diretores* - José Lincoln, Maurílio Pereira Carvalho, Mauro Aguiar, Osmar Pereira Carvalho, Reynaldo Pimentel de Carvalho e Wanderley Alves Campos. Com a colaboração da Prefeitura, foram contratados quatro elementos de fora e montou-se bom time, que estreou em abril e pela primeira vez disputou e venceu o campeonato sul-mineiro. Ganhando o 1º turno, decidiu o certame em três partidas com o Juventus, de Elói Mendes, ganhador do 2º. A final ocorreu em Varginha, no mês de outubro, e dela participram Biá, Juvenil, Luiz Fernando, Ditão, Caju, Adílson, Hélcio, Jair, Salomão, Dutra, Luizinho, Bill, Marcos e Pelezinho. Na campanha houve ainda o concurso de outros jogadores: Ademar, Alcione, Batista, Bianchini, Hércules, J. Oscar, Jânio, João Carlos, Kimura, Loirinho, Marinho, Miltinho, Murilo, Péia, Penatti, Wálter, Wando e Ziza. Atuaram como técnicos Juscelino Cesário (Rato) e o atleta Ditão.

O Clube voltou a participar do campeonato regional em 1.975, e ganhou o segundo turno. O plantel foi modificado em relação ao ano anterior, com a dispensa de cinco elementos e a contratação de outros. Os técnicos da temporada foram Afonso Reis e Orsinho; Roosevelt C. Dias trabalhou como preparador físico. No final do ano, conforme a imprensa, era inegável a queda de rendimento da equipe.

No início de 1.976 a Esportiva era dirigida, além de outros, por Wanderley Alves Campos (*presidente*); Ângelo Umbelino (*vice-presidente*); José Lincoln (*diretor-geral*); e Reynaldo Pimentel de Carvalho (*diretor esportivo*). Seu plantel, sob o comando de Rato, foi alterado por novas contratações.

Destacavam-se os jogadores de fora Carlão, Nélson e Otavinho, e os locais Careca, Hélcio, Hércules, Loirinho e Pelezinho. De janeiro a maio, participou do Torneio dos Campeões, com times de dez cidades. Houve confusão na final, e resolveu-se que seria decidido em quadrangular; neste a S.E.M. perdeu o título nos pênaltis. Em fevereiro inaugurou novo alojamento, no andar superior do prédio da antiga Escola Profissional La Salle. Até então, seus atletas se concentravam em acanhado cômodo, no fim da Avenida Santa Cruz.

Em 3 de junho houve alterações na diretoria: *presidente de honra* - Jorge Eduardo Vieira de Oliveira; *presidente* - Wanderley Alves Campos; *1º vice-presidente* - Israel da Silva; *2º vice-presidente* - Ângelo Domingues; *secretário-geral* - Aloysio Pereira Caixeta; *1º secretário* - Vanderlei Moterani Swerts; *2º secretário* - Antônio Rodolfo Montel; *1º tesoureiro* - Josino Magalhães; *2º tesoureiro* - Francisco Rafael Swerts de Carvalho; *diretor de futebol* - Reynaldo Pimentel de Carvalho. No segundo semestre, a Sociedade disputou sem êxito o campeonato sul-mineiro, sob o comando do técnico Cherri, que lançou os futuros craques Alarcon Vilela e Elzo Coelho. No aniversário da Cidade jogou amistoso com time misto do Botafogo, do Rio de Janeiro.

No ano de 1.977 a Esportiva voltou a paralisar as atividades, por falta de infra-estrutura.

No final de 1.979 o time foi mais uma vez organizado, sob a presidência de José Barix e a orientação técnica de José Mílton Vieira. A portaria 186 do Prefeito, de 3 de dezembro daquele ano, transferiu à S.E.M. a administração do Estádio Municipal.

4 - **<u>Década de oitenta</u>**.

Tendo outra vez como presidente Wanderley Alves Campos, em maio de 1.980 a S.E.M. estreou no campeonato sul-mineiro. Entre os seus jogadores na temporada, citem-se Bob, Bubu, Careca, Édson, Fausto, Fiico, Hélcio, Jorge, Júnior, Marcos, Marreco, Padre, Paulinho, Pelezinho, Raé, Roldão, Tadeu e Totonho. Na chefia técnica continuou José Mílton Vieira. Em agosto nova crise eclodiu: jogadores recusaram-se a jogar sem receber determinada quantia, dirigentes faltaram a viagem, torcedor teve que ser improvisado no banco de reservas, e atleta foi expulso de campo pelos próprios companheiros. A desorganização era grande, e mais uma vez o time foi desfeito.

A Esportiva ressurgiu em abril de 1.982, presidida por Paulo de Tarso da Costa Leite, com o auxílio de Vassil Botazini Garroni e Sebastião Carlos Ferraz. Teve como técnico o ex-jogador Hélcio Rdorigues da Luz (Casquinha), e fez alguns amistosos.

No final de 1.983 e início de 1.984, participou do cam-

peonato sul-mineiro, só com jogadores locais, sob o nome de M.E.C.. Seu time-base, então, era este: Roldão, Nenê, J. Henrique, Jessé e Careca; Biro-Biro, Sabará e Pelé; Celso, Japonês e Ney. Inaugurou novo uniforme, com o patrocínio da Sanclar, nas cores branco, azul, amarelo e vermelho. Ficou fora das finais do certame.

Após mais um recesso, no primeiro semestre de 1.989 renasceu a Sociedade. Organizou-se nova diretoria, que tomou posse em maio, sob a presidência de Wanderley Alves Campos. José Barix era um de seus auxiliares.

5 - **Década de noventa**.

No início de 1.994, a S.E.M. foi mais uma vez reorganizada, por grupo de que faziam parte, entre outros, Elzo Aloísio Coelho e Ademar Souza Barros. Sob o comando do técnico Ilzo Nery e do preparador físico Vigorito, 25 atletas começaram a treinar nos campos do Guarany, da Caiana e de Ernesto Neves. Na primeira partida, em 26 de fevereiro, empatou com o Esportivo, de Passos; em 12 do mês seguinte perdeu para a equipe de juniores do São Paulo, da capital paulista. Em junho, já sob a direção técnica do próprio Elzo, o time juvenil obteve vitória sobre o de igual categoria da Ponte Preta, de Campinas. Depois, voltou à inatividade.

Em maio de 1.998, Elzo Coelho de novo tentou reerguer a Esportiva, com equipe juvenil. Ela estreou com vitória sobre Elói Mendes, e depois enfrentou a Caldense, de Poços de Caldas. Desfez-se, a seguir.

Equipe local, com o nome de Clube dos Trinta, disputou em 1.999 a primeira fase do campeonato sul-mineiro de futebol. Na etapa seguinte, alterou a denominação para Sociedade Esportiva Machadense, porque esta já tinha registro na Federação Mineira. Sob a direção de Carlos Roberto Rodrigues, estreou em 3 de outubro com vitória sobre Perdões. Na seqüência, venceu Varginha; perdeu e ganhou de Campos Gerais; foi derrotada por Perdões; e empatou com Varginha. O técnico Jairo Alves teve, entre outros, os jogadores Aldo, Baiano, Bolinha, Euzébio, Fabrício, Luiz Pé-de-Ferro, Marcinho, Marquinho, Mineirinho, Sabóia, Salomão, Sandro e Toyota. Nas quartas-de-final, mesmo com o reforço de seis atletas do Alfenense, perdeu duas partidas para Pains, sendo desclassificada da competição.

No início de 2.000 formou-se nova diretoria, com Luiz Corsini Lucas, Marcos Antônio Martins, Indayá Cavalcanti, Vítor Prado e José Amaro, sob a presidência de Carlos Roberto Rodrigues. No mês de março, com o técnico Mauro Gil, vindo de Guaxupé, o time estreou vitorioso na 3ª Copa Alterosa de Futebol Amador. Após boa campanha (venceu 8 jogos, empatou 3 e só perdeu 1), em 11 de junho conseguiu o título, empatando em Monte Sião. Seu elenco foi composto pelos seguintes atletas, vários dos quais de Alfenas e Guaxupé: Alan, Aldo, Aroldo, Baiano, Câmbola, Euzébio, Francis, Getúlio, Gibi, Juliano, Márcio,

Maurinho, Mauro, Ninho, Petroninho, Renato Zóio, Sabóia, Salomão, Vaninho e Waldir.

No segundo semestre de 2.000, a Esportiva participou da Copa Record de Futebol com equipes de juniores e juvenis, mas ambas foram eliminadas.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 9, 10, 11 e 15;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de portarias nº 15;
3 - Arquivo Público Machadense - livro nº 281: "Atas da Esportiva - 1.958/ 1.959";
4 - estatuto impresso nas oficinas gráficas da Escola Profissional La Salle, em Machado;
5 - "Folha Machadense" ns. 6 - 28/4/1.974 - pág. 1;
7 - 5/5/1.974 - pág. 8;
9 - 19/5/1.974 - pág. 4;
17 - 21/7/1.974 - págs. 1 e 8;
31 - 27/10/1.974 - pág. 3;
54 - 20/4/1.975 - pág. 5;
59 - 25/5/1.975 - pág. 8;
70 - 17/8/1.975 - pág. 8;
82 - 9/11/1.975 - pág. 8;
85 - 30/11/1.975 - pág. 8;
91 - 25/1/1.976 - pág. 1;
92 - 1/2/1.976 - pág. 1;
109 - 30/5/1.976 - pág. 10;
110 - 6/6/1.976 - pág. 1;
114 - 4/7/1.976 - pág. 1;
115 - 11/7/1.976 - pág. 1;
125 - 19/9/1.976 - pág. 2;
190 - 24/12/1.977 - pág. 22;
276 - 11/11/1.979 - pág. 10;
300 - 3/5/1.980 - pág. 1;
398 - 24/4/1.982 - pág. 1;
400 - 8/5/1.982 - pág. 8;
475 - 5/11/1.983 - pág. 14;
480 - 10/12/1.983 - pág. 1;
487 - 11/2/1.984 - pág. 1;
489 - 25/2/1.984 - pág. 12;

743 - 18/3/1.989 - pág. 8;
985 - 22/1/1.994 - pág. 1;
990 - 26/2/1.994 - pág. 1;
1204 - 16/5/1.998 - pág. 18;
1275 - 25/9/1.999 - pág. 20;
1283 - 20/11/1.999 - pág. 19;
1299 - 18/3/2.000 - pág. 20;
1312 - 17/6/2.000 - pág. 18;
1313 - 24/6/2.000 - pág. 18;
1324 - 9/9/2.000 - pág. 18;

6 - "Luminar Machadense" ns. 90 - 11/4/1.964 - pág. 4;
91 - 25/4/1.964 - pág. 4;
95 - 30/5/1.964 - pág. 4;

7 - "O Machadense" ns. 679 - 20/4/1.958 - pág. 1;
680 - 27/4/1.958 - pág. 4;
684 - 25/5/1.958 - pág. 3;
703 - 12/10/1.958 - pág. 2;
736 - 7/6/1.959 - pág. 4;
737 - 14/6/1.959 - pág. 3;
744 - 2/8/1.959 - pág. 1;
748 - 30/8/1.959 - pág. 2;
749 - 7/9/1.959 - págs. 4, 5 e 6;
775 - 20/3/1.960 - pág. 4;
777 - 3/4/1.960 - pág. 3;
779 - 21/4/1.960 - pág. 1;
781 - 8/5/1.960 - pág. 2;
782 - 15/5/1.960 - pág. 2;
789 - 3/7/1.960 - págs. 2 e 3;
798 - 11/9/1.960 - pág. 6;
802 - 9/10/1.960 - pág. 4;
806 - 13/11/1.960 - pág. 2;
811 - 18/12/1.960 - pág. 2;
813 - 22/1/1.961 - pág. 2;
816 - 12/2/1.961 - pág. 2;
853 - 29/10/1.961 - pág. 3;
856 - 12/11/1.961 - pág. 3;
858 - 26/11/1.961 - pág. 5;
897 - 30/9/1.962 - pág. 3;
1038 - 9/5/1.968 - pág. 3;
49 - 6/2/1.972 - pág. 1;
56 - 2/4/1.972 - pág. 2;
57 - 9/4/1.972 - pág. 3;
58 - 16/4/1.972 - pág. 2;
60 - 30/4/1.972 - pág. 1;
62 - 14/5/1.972 - pág. 2;
70 - 9/7/1.972 - pág. 2;

72 - 23/7/1.972 - pág. 2;
79 - 109/1.972 - pág. 3;
98 - 21/1/1.973 - pág. 3;
8 - Revista “Roteiro de Minas” - págs. 27/29;
9 - “Tribuna Machadense” ns. 12 - 21/6/1.980 - pág. 7;
15 - 2/8/1.980 - pág. 1.

****

FUTEBOL - III
(alguns outros times)

1) - Grêmio Esportivo São José (nova fase).
2) - Expressinho La Salle.
3) - Muricy Esporte Clube.
4) - Tupã Esporte Clube (T.E.C.).
5) - Associação Atlética Real Machadense (Bagaço).
6) - Caçulinha Clube de Machado.
7) - Beira Rancho Futebol Clube.
8) - Associação Atlética Aliança.
9) - Associação Atlética Juventude.
10) - Lago Azul Esporte Clube.
11) - Grêmio Esporte Clube.
12) - Juventude Esporte Clube.
13) - Olaria Futebol Clube.
14) - União Esporte Clube.
15) - Açudes Futebol Clube.
16) - Sociedade Esportiva Centenária.
17) - Clube Atlético Juventus.
18) - Seleções locais na década de noventa.
19) - Times diversos.

****

1 - **Grêmio Esportivo São José (nova fase).**

Ressurgiu em 1.959, por iniciativa do Irmão Estanislau Gabriel. Entre seus jogadores naquela época, citam-se Adamir, Fausto, Gasolina, Toninho Piola e Zezinho. Teve curta duração.

Reestreou em março de 1.962, com este time:

Esculateira, Tião, Zé Mílton, Rony e Ênio; Nélio, José Celso e Acácio; Padre Pedro, Araken e Sílvio. Disputou algumas partidas, mas em julho seguinte decidiu-se que só seria integrado por alunos do Ginásio, restringindo suas atividades.

Em 1.964, sob a direção do Irmão Atanásio, jogou diversas vezes com esta formação básica: Raminho, Ademar, Zito, Hélcio e Luiz; Jair e Costa Neto; Tatá, Sílvio, Acácio e Bezerra. Defenderam-no ainda outros atletas, como Esculateira, Ivan, Kléber Palmeira, Lino, Piolinha, Tião, Wálter Garcia e Ziza. Desfez-se no segundo semestre de 1.965, após a transferência do Irmão que o orientava.

2 - **Expressinho La Salle**.

Time ligado ao Ginásio São José, iniciou as atividades em 1.959, sob orientação do Irmão Germano. Entre seus jogadores, lembram-se Azélio, Dominguinho, Estefânio, Fanico, Fuzil, Jacy, José Maria, Martelo, Rapadura, Rogério, Tião Marajá, Sérgio e Zé Rita. Fez algumas partidas naquele ano, aqui e em cidades vizinhas, e depois a imprensa não mais se ocupou dele. Ignoro até quando durou.

3 - **Muricy Esporte Clube**.

Com sede na fazenda do mesmo nome, foi fundado em 10 de maio de 1.961. Na ocasião, escolheram-se presidente e secretário, respectivamente, José da Silva e Hélio da Silva. Declarou-se que os demais cargos seriam preenchidos depois. Ignoro se o foram, pois o livro de atas, a seguir, ficou em branco por muitos anos.

No dia 10 de janeiro de 1.997 foi eleita nova diretoria, com mandato de três anos: *presidente* - José da Silva; *vice-presidente* - José Bernardes Pereira; *secretários* - Hélio da Silva e Josiane Maria da Silva.

O Clube possui campo, vestiário e pequeno bar. A lei municipal 1.197, de 19 de novembro de 1.998, declarou-o de utilidade pública.

Venceu o campeonato rural, na categoria dos titulares, em 1.989, 1.998 e 1.999; foi vice-campeão em 1.995 e 1.997. Na categoria dos aspirantes, foi campeão em 1.989 e 1.997. Ganhou o 1º e o 3º torneios "*José Carlos Vilela*"; foi vice do 2º.

4 - **Tupã Esporte Clube (T.E.C.).**

Surgiu em outubro de 1.965. Orientado por André Oli-

veira, atuava de início com esta formação básica: Reynaldo Pimentel, Ivan, Zito, Fubá e Luiz; Cláudio, Bezerra e Reynaldo II; Sílvio, Wálter Garcia e Betinho.

Nos primeiros meses não teve diretoria, sendo comandado por Carlos Roberto Signoretti. Em fevereiro de 1.966 escolheu estes dirigentes: *presidente* - Lázaro Magalhães Júnior (Magazinho); *vice-presidente* - André Neri; *diretor esportivo* - Carlos Roberto Signoretti; *secretário* - Reinaldo Almeida; *tesoureiros* - Indaiá Cavalcante e José Maria Filho. Alguns meses depois interrompeu as atividades, reaparecendo em meados de 1.968.

5 - **Associação Atlética Real Machadense (Bagaço)**.

Time fundado em 1.977, tinha por técnico José Mílton Vieira. Em abril de 1.979 elegeu diretoria, composta, entre outras, pelas seguintes pessoas: *presidente* - Natanael Pereira Vasconcelos; *vice-presidente* - Dirceu de Freitas; *1º secretário* - Gilvande Lopes Farias; *2º secretário* - Benedito Honorato Filho; *1º tesoureiro* - José Aluécio; *2º tesoureiro* - Antônio Pereira. Na mesma época anunciou ter adquirido terreno ao lado da Rodovia BR-267, próximo da Churrascaria Brasão, para construir seu clube de campo, que em julho, conforme a imprensa, estava em ritmo acelerado. Pôs a venda então títulos patrimoniais. Fez vários amistosos nas cidades vizinhas.

6 - **Caçulinha Clube de Machado**.

Foi fundado em 25 de janeiro de 1.978, encampando o plantel do *Estrela do Sul Futebol Clube*, que tinha sede na Avenida Santa Cruz, perto da atual padaria Super-Pão. Sua primeira diretoria foi a seguinte: *presidente* - Antônio Pereira Marzola; *vice-presidente* - Agnaldo Carvalho Vilela; *secretário* - Mílton Rangel; *tesoureiro* - Renato Magalhães Carvalho; *diretor esportivo* - José Hélio Pereira.

Disputou a princípio vários torneios infantis. Formou depois time adulto, e em 1.985 foi campeão municipal com os jogadores Aílton, Hercy, João Bosco, Juninho, Lenir, Leto, Miltinho, Nayro, Robinson, Rovílson, Vando, Vaninho e Zé Reis. Voltou a vencer os campeonatos de 1.987 e 1.988.

Em 25 de janeiro de 1.987 elegeu-se esta diretoria: *presidente* - Paulo Luiz Nery; *vice-presidente* - Wálter Cândido de Souza; *secretários* - Robinson Leite e Aílton Moreira dos Santos; *tesoureiros* - Eliton César Mendes e Mílton Rangel; *diretor esportivo* - José Hélio Pereira.

Novo pleito, três anos depois, reelegeu o presidente e o vice. Os demais cargos assim se distribuíram: *secretários* - José Hélio Pereira e Adílson Garroni da Silva; *tesoureiros* - Mílton Rangel e Rildo Pimentel de Car-

valho; *diretor esportivo* - José Mílton Vieira. Disputou o *Campeonato Sul-Mineiro de Futebol de Campo*, iniciado em outubro de 1.991, representando Machado.

Em 25 de janeiro de 1.993, foi este o grupo que ascendeu ao comando: *presidente* - reeleito; *vice-presidente* - Agnaldo Carvalho Vilela; *secretários* - José Mílton Vieira e Mílton Rangel; *tesoureiros* - Rildo Pimentel de Carvalho e Renato Magalhães Carvalho; *diretores esportivos* - José Hélio Pereira e Wálter Cândido de Souza.

Dois anos depois, o presidente foi mantido no cargo, com estes colegas: *vice-presidente* - José Mílton Vieira; *secretários* - Reinaldo Gomes da Silva e Lúcio Donizete de Souza; *tesoureiros* -Roberto Rios e Renato Mizael Chagas; *diretores esportivos* - José Hélio Pereira e Benedito H. Silva Filho; *diretor social* - Marcos Luciano Neves.

Em 31 de dezembro de 1.996, mais uma vez, o presidente se reelegeu. Os outros postos couberam às seguintes pessoas: *vice-presidente* - Renato Magalhães Carvalho; *secretários* - Antônio M. Pereira e Francisco B. de Souza; *tesoureiros* - Wálter Cândido de Souza e Hamílton de Paiva Grilo; *diretores esportivos* - José Hélio Pereira e Mílton Rangel; *diretor social* - José Mílton Vieira.

A última votação do século, em 31 de dezembro de 1.998, teve este resultado: *presidente* - reeleito; *vice-presidente* - Aílton dos Santos Moreira; *secretários* - Antônio Sinval e Fábio Santos Domingues; *tesoureiros* - José Hélio Pereira e Lúcio Donizete de Souza; *diretores esportivos* - Roberto Carlos Rios e José Carlos Marciano.

No primeiro semestre de 1.999, o Clube participou da *Copa dos Lagos*, em Alfenas. A lei local 1.249, de 30 de setembro do mesmo ano, declarou-o de utilidade pública. Tinha sede, então, na Avenida Dr. Feliciano Vieira, 113.

7 - **Beira Rancho Futebol Clube**.

Já existia em 1.979, quando disputou o campeonato rural e foi eliminado. Por motivo que ignoro, naquele ano houve interdição de seu campo, que se localiza na Fazenda Boa Vista, próximo da rodovia Machado a Alfenas.

Participou em 1.992 do campeonato municipal da 2ª divisão. Em 1.995, quando jogou de novo no campeonato rural, tinha como presidente e diretor esportivo Arcélio Cândido Ribeiro e Célio Cândido Alves. Disputou a Copa "José Miguel de Oliveira" em 1.998; a Copa União em 1.999; e o campeonato rural em 2.000.

8 - **Associação Atlética Aliança**.

Foi fundada por Sebastião Carlos Ferraz, que era também seu técnico. Disputou os campeonatos municipais de 1.980, 1.981, 1.982 e 1.987. Apresentava-se nos primeiros anos com este time: Roldão, Totonho, Careca, Marreco e Pintinho; Júnior, Ronaldinho e Padre; Ornélio, Ebica e Zé Carlos.

9 - **Associação Atlética Juventude**.

Disputou os campeonatos locais de 1.980 a 1.984. Em maio de 1.983, conforme a imprensa, era "*a coqueluche do momento*", com futebol rápido e coeso. O técnico Peri dirigia este time: Roberto, Zé Maria, Cirinho e Formiga; Coxinha, Geraldo, Betinho e João Carlos; Wancar, Silvano e Lucinho.

Esteve inativa por vários meses, e em 1.986 voltou a organizar-se, com nova diretoria e o técnico José Henrique.

10 - **Lago Azul Esporte Clube**.

Existiu informalmente desde 1.984, mais ou menos. Começou com o nome de "*time do SAAE*", porque alguns de seus jogadores eram funcionários daquela autarquia. Treinava num campo de terra próximo do lago artificial - daí a origem do nome "*Lago Azul*".

A fundação oficial ocorreu apenas em 15 de junho de 1.989, quando se elegeu a primeira diretoria: *presidente* - Jorge Bueno da Silva; *vice-presidente* - Vítor Bibiano; *secretários* - Hélio da Silva e Aílton dos Santos Moreira; *tesoureiros* - Mário Antônio da Silva e Benedito Lourenço; *diretor esportivo* - Antônio Sinval da Silva; *diretor social* - David Matheus dos Santos. Ela foi reeleita em 15 de junho de 1.992.

Disputou-se novo pleito em 1º de junho de 1.996, com este resultado: *presidente e vice* - reeleitos; *secretários* - Rose Mary Perpétua da Silva Domingos e Aílton dos Santos Moreira; *tesoureiros* - Isaías dos Reis e Mário Antônio da Silva; *diretor esportivo* - Valdiney Domingues; *diretor social* - Efraim Martins Vitorino. A lei municipal 1.076, de 18 de outubro daquele ano, declarou o Clube de utilidade pública.

A última eleição do milênio aconteceu no dia 3 de janeiro de 2.000: *presidente e diretor esportivo* - reeleitos; *vice-presidente* - Jorge Luís Morais; *secretárias* - Livian Aparecida da Silva e Rose Mary P. S. Domingos; *tesoureiros* - Isaías dos Reis e Rita de Cássia da Silva; *diretor social* - Luís A. Leal.

O Clube teve times feminino e infantil de futebol, já extin-

tos. Em 1.995, o time de aspirantes venceu o 2º "*Torneio José Carlos Vilela*"; o titular foi campeão municipal. Este foi também campeão da Copa União, em 1.998 e 1.999. Sua base, no início do milênio, era a seguinte: José Américo, José Carlos, Vadão, Luciney, Saulo, Fabinho, Samuel, Pretão, Juninho, Eberton e Rodrigo.

11 - **Grêmio Esporte Clube**.

Sediado no Bairro da Conceição, em 1.985 inaugurou com festa melhoramentos que fez no campo de futebol da escola de sua comunidade. Foi campeão rural em 1.993 e 1.994. A lei local 1.047, de 14 de dezembro do ano seguinte, declarou-o de utilidade pública.

Nos últimos anos da década de noventa, ficou sem comando durante algum tempo, em face da renúncia do presidente José Begalli. Em 9 de janeiro de 2.000 elegeu outra diretoria: *presidente* - Magno Corsini Lucas; *vice-presidente* - Elizeu Corsini Lucas; *secretários* - Francisco Lucas Corsini e Marcos Sobral Costa; *tesoureiros* - Mônica Corsini Lucas e Márcio Rodrigues Lucas; *diretores esportivos* - Mateus Rodrigues Lucas e Marcelo Begalli Lucas. Afirmou-se na ocasião que sua nova sede ficava na Rua Joaquim Paulino da Costa, 95, Vila Assunta.

12 - **Juventude Esporte Clube**.

Também do Bairro da Conceição, foi fundado em 20 de janeiro de 1.986, por iniciativa de Deusdedit Rodrigues de Sá, Juvenil Fidélis Ferreira e Vítor Fidélis Ferreira. Não tinha documentos nem registro, motivo por que em 2 de janeiro de 2.000 se resolveu oficializar o ato de sua criação. Elegeu-se então a primeira diretoria: *presidente* - Deusdedit Rodrigues de Sá; *vice-presidente* - Joel Fidélis Ferreira; *secretários* - Ivanil Fidélis Ferreira e Gilberto Fidélis Ferreira; *tesoureiros* - Juvenil Fidélis Ferreira e Mário Antônio Adão; *diretores esportivos* - Admílson Vilas Boas Mezavila e Darcy Milan Mezavila. Sua posse e a aprovação do estatuto ocorreram oito dias depois. Afirmou-se que a sede social ficava na Rua São Bernardo, 111, Vila Conceição.

A lei municipal 1.333, de 13 de novembro de 2.000, declarou o Clube de utilidade pública.

13 - **Olaria Futebol Clube**.

Foi criado em 1.986 por Ernesto Pereira Neves, que sempre o presidiu. Naquele mesmo ano venceu o campeonato municipal, com este time: Aloir, Elzo, Manoel, Maurício, Valdecir, Sérgio, Valdo, Cláudio, Reinaldo, Ronaldo e Valdemir. Disputou também os campeonatos municipais de 1.987 e

1.993, pelo menos. Tinha sede no campo de seu fundador, ao lado da Avenida Renato Azeredo.

14 - **União Esporte Clube**.

Foi, pelo que soube, o segundo time a formar-se no Bairro Santa Luísa. Precedeu-o outro, sem nome e de curta duração, orientado pelo técnico *Querosene*. Posteriormente surgiu lá o "*União Kawasaki*", composto na maior parte por garotos, que disputou a Copa União em 1.999 - também já extinto.

O *União Esporte Clube* foi fundado em 13 de fevereiro de 1.995 por Sirlene Augusta de Freitas Viana, Sinval Aparecido Viana e outras pessoas. Realizou apenas uma eleição, em que a primeira foi escolhida presidenta, e o segundo, diretor de esportes. No ano seguinte, a lei municipal 1.057, de 21 de março, declarou-o de utilidade pública.

Disputou o campeonato rural de futebol de 1.995, além de outros torneios no Município. Teve também times de futebol feminino, de futebol de salão e de futebol de areia. Encerrou as atividades em 1.998.

15 - **Açudes Futebol Clube**.

Foi fundado em 13 de setembro de 1.996, data em que se elegeu a primeira diretoria: *presidente* - Juracy Garcia; *vice-presidente* - José Francisco Cardoso; *secretários* - Gílson Borges de Siqueira e Joel de Almeida Santos; *tesoureiros* - Paulo César A. Francisco e João Onofre Francisco; *diretores esportivos* - Sebastião Donizete de Faria e Luiz Benedito Cardoso. Ela foi reeleita em 31 de dezembro de 1.998, e continuava ativa no início de 2.001.

As cores oficiais do Clube eram azul, vermelho e branco. Foi declarado de utilidade pública pela lei municipal 1.185, de 15 de outubro de 1.998. Em contrário do que caberia supor, sua sede não ficava na fazenda que lhe empresta o nome, mas na Rua Montes Claros, 163, Bairro Santa Luísa.

16 - **Sociedade Esportiva Centenária**.

O time de que se originou teve início informal em 1.974, sob a liderança de Paulo Donizeti da Silva. O Clube, porém, só foi fundado em 23 de outubro de 1.986, por estas pessoas: Antônio Dias Ferreira, Carlos Roberto Pereira, Ivair Euclides de Paula, Ivone Luiz dos Santos, Jorge Bueno da Silva, José Carlos de Paula, José de Souza, José Roberto da Silva Caetano, Leandro Aparecido dos Santos, Lúcio Donizeti de Souza, Maércio Caetano da Silva, Márcio Damel dos Santos, Mário Antônio da Silva, Paulo Donizeti da Silva, Rafael Ferreira

da Silva e Valdineus Alves de Souza.

Seis dias depois, se escolheu presidente Maércio Caetano da Silva. Este, em seguida, indicou os companheiros de diretoria: *vice-presidente* - Rafael Ferreira da Silva; *secretários* - Ivone Luiz dos Santos e Jorge Bueno da Silva; *tesoureiros* - Mário Antônio da Silva e Cláudio Batista; *diretores esportivos* - Paulo Donizeti da Silva e José Henrique dos Santos; *diretores sociais* - José de Souza e Paulo Soares.

O time-base, em 1.986, era o seguinte: Jair, Dandô, Luiz Carlos, Paixão, Hélio, Toninho, Enzo, Zé Carlos, Cláudio Barroso, Ziquinha e Rodrigo.

Nova eleição ocorreu em 11 de abril de 1.989, com este resultado: *presidente* - Francisco Reis da Silva; *vice-presidente* - Paulo Donizeti da Silva; *secretários* - José Hélio Pereira e Ismair da Silva; *tesoureiros* - Mário Antônio da Silva e Jorge Bueno da Silva.

Três anos depois, o comando mudou de mãos: *presidente* - Maércio Caetano da Silva; *vice-presidente* - Mário Antônio da Silva; *secretários* - Rafael Ferreira da Silva e José Hélio Pereira; *tesoureiros* - Antônio Sérgio de Souza e Sebastião Romualdo Ferreira; *diretor esportivo* - Francisco Reis da Silva.

Em 27 de dezembro de 1.995, foram reeleitos o presidente, o vice, os tesoureiros, o diretor esportivo e o secretário José Hélio Pereira. O outro cargo de secretário foi ocupado por Antônio Sinval da Silva. Admitiu-se mais um diretor esportivo: Ismair da Silva.

No último pleito do milênio, em 1º de janeiro de 1.999, Maércio Caetano da Silva continuou à frente do Clube. Os demais postos assim se distribuíram: *vice-presidente* - Gilciano Silva; *tesoureiros* - Alcimar Nuno da Silva e Luciney Pereira de Oliveira; *secretários* - Agostinho Waldvar Pereira e Leandro Batista Ferreira; *diretores esportivos* - Cláudio Emanuel Mendes e Paulo Maciel da Costa; *supervisor geral* - Celso dos Santos.

O Clube não dispunha, no fim do milênio, de local para treinos. Possuía times de futebol com atletas de 13, 15 e 17 anos, e adultos. Disputava futebol de salão e futebol de areia, e já havia tido equipe de futebol feminino. O time-base adulto em 2.001 era o seguinte: Dioni, Juliano, Nei, Adriano, Rodrigo, Sérgio, Dálcio, Rodrigo Âmbar, Fábio, Frank e Leandro.

17 - **Clube Atlético Juventus**.

Foi fundado em 15 de dezembro de 1.987, quando se

elegeu a primeira diretoria: *presidente* - Dario Gonçalves Mendes; *vice-presidente* - Claudionor Porto Dinis; *tesoureiros* - Clóvis Caproni e Cairbar Caproni; *secretários* - Aurélio Ananias Gonçalves e Enilton Garroni; *diretor esportivo* - José Aprígio.

Três anos depois, outro grupo assumiu o poder: *presidente* - Ismail Donini de Oliveira; *vice-presidente* - Maurílio Rizzo Ferreira; *secretários* - Claudionor Porto Dinis e Enilton Garroni; *tesoureiros* - Aniceto Juntolli e Clóvis Caproni; *diretor esportivo* - Aurélio A. Gonçalves.

A partir de 15 de janeiro de 1.994, a administração passou a esta equipe: *presidente* - Lázaro Ferreira da Silva; *vice-presidente* - Elzo Aloísio Coelho; *secretários* - Hugo Bernardes Filho e Elza Maria Coelho; *tesoureiros* - Francisco Carlos Vigorito e Ismail Donini de Oliveira; *diretores esportivos* - José Hélio Pereira e Nélson de Carvalho; *diretor técnico* - Ilzo Nery. Registrou-se que ela foi formada para a venda de jogadores.

Pelo pleito ocorrido em 5 de janeiro de 1.997, chegaram ao comando as seguintes pessoas: *presidente* - Cláudio de Oliveira Rodrigues; *vice-presidente* - Dércio Afonso Vieira; *secretários* - Silvano S. Rodrigues e Luiz Carlos da Silva; *tesoureiros* - José Hélio Pereira e Antônio Evanil Reis; *diretores esportivos* - Júlio B. Ferreira e Antônio Sinval.

A eleição de 31 de dezembro de 1.999 teve como vencedores: *presidente* - Aílton dos Santos Moreira; *vice-presidente* - Antônio Sinval; *secretários* - Wendell Gabriel da Silva e Adnílson Araújo; *tesoureiros* - José Hélio Pereira e Evaldo Garroni da Silva; *diretores esportivos* - Cláudio de Oliveira Rodrigues e Dércio Afonso Vieira.

A lei municipal 1.250, de 30 de setembro de 1.999, declarou o Clube de utilidade pública. Ele, no final do período estudado, tinha sede na Avenida Comendador Lindolfo de Souza Dias, 452, e utilizava para treinos o campo de Ernesto Pereira Neves, na Avenida Renato Azeredo.

18 - **Seleções locais na década de noventa**.

Em maio de 1.995 começou o torneio das seleções dos 21 municípios integrantes da AMBASP, organizada pela Liga Esportiva de Varginha. A portaria do prefeito 1.153, de 30 de março anterior, designou Édson Saraiva ("*Japonês*") para convocar e treinar os atletas locais que participaram dele. Machado teve mau desempenho, por desorganização e insuficiência de treinos. Perdeu vários jogos e logo ficou fora da competição.

Em 13 de setembro de 1.997, a seleção machadense empatou com a seleção mineira de "*masters*", formada, entre outros, por Éder

Aleixo, Ewerthon, Joãozinho, Jorge Valença e Luizinho.

No início de 1.998, nossa seleção, convocada e treinada por Rafael Pinto Filho, participou da *Copa Alterosa de Futebol de Campo*. Foi desclassificada antes de chegar à terceira fase.

19 - **Times diversos**.

Além dos que foram referidos acima e no capítulo sobre os campeonatos municipais, lembro aqui outros, menos conhecidos.

A **Sociedade Esportiva Santa Cruz** nasceu em 1.967, fez cinco ou seis jogos, e extinguiu-se.

Nos anos setenta havia a equipe do **Treze de Maio**, comandada por *Benga* e *Esculateira*, que tinha como goleiro Luiz Antônio de Paula, o *Pontaria*. Surgiu no início de 1.973 o modesto **Brasil Futebol Clube**, que treinava no Estádio Municipal.

O **Operário Municipal** disputou os campeonatos de 1.980 e 1.981, dirigido por Vassil Botazini Garroni e Hernani Pereira Neves. Em 1.981 e 1.982, respectivamente, foram criados o **Lembrança Esporte Clube** e o **Roma Futebol Clube**.

Em 1.981, havia na Cidade, entre outros, estes times: **Fluminense** (do Bairro Santa Helena); **Chora Bananeira** (do Bairro Bom Jesus); **Juventude** (de São Benedito); **Operário** e **Madureira** (da Vila Centenário); **Botafogo** (da Vila Nova); **Flamengo** (do Bairro Novo Horizonte); **América** e **Americano** (da Vila do Céu); **Guará** e **Guaranésia** (da Vila Assunta); **Juventude** (do Bairro da Ponte); **Alaska**; **Juventus**; **SAAE**; e **Transteli**.

Apareceu em 1.990 o **Fox Esporte Clube**, dirigido por Élcio Silva, que não se destacou.

Em 1.995, o **América Futebol Clube,** presidido por Natal A. Domingues, alugou campo no Bairro dos Caixetas. Ele disputou pelo menos três campeonatos rurais, na década de noventa.

A lei local 1.331, de 18 de outubro de 2.000, declarou de utilidade pública o **União da Juventude Futebol Clube**, com sede na Rua Pingüim, 56, Vila Centenário. Na época, seu diretor Celso dos Santos, o "*Vagalume*", levou menores para treinar em Belo Horizonte, onde foram enganados com falsas promessas.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro n. 17 de portarias;
2 - "Folha Machadense" ns. 162 - 28/5/1.977 - pág. 1;
255 - 22/4/1.979 - pág. 8;
256 - 29/4/1.979 - pág. 7;
268 - 22/7/1.979 - pág. 8;
451 - 21/5/1.983 - pág. 11;
539 - 23/2/1.985 - pág. 1;
581 - 14/12/1.985 - pág. 14;
592 - 15/3/1.986 - pág. 10;
695 - 2/4/1.988 - pág. 4;
872 - 28/9/1.991 - pág. 1;
1046 - 1/4/1.995 - pág. 14;
1057 - 17/6/1.995 - pág. 14;
1086 - 13/1/1.996 - suplemento;
1189 - 24/1/1.998 - pág. 1;
1218 - 22/8/1.998 - pág. 18;
1227 - 24/10/1.998 - pág. 14;
1232 - 28/11/1.998 - pág. 15;
1277 - 9/10/1.999 - pág. 14;
1330 - 21/10/2.000 - pág. 16;
3 - informações pessoais de Ernesto Pereira Neves, Jorge Bueno da Silva, Maércio Caetano da Silva, Sinval Aparecido Viana e Sirlene Augusta de Freitas Viana;
4 - "Jornal de Machado" nº 5 - 16/3/2.001 - pág. 11;
5 - livros de atas do Açudes Futebol Clube, Clube Atlético Juventus, Grêmio Esporte Clube, Juventude Esporte Clube, Lago Azul Esporte Clube, Muricy Esporte Clube e Sociedade Esportiva Centenária;
6 - "Luminar Machadense" ns. 90 - 11/4/1.964 - pág. 4;
99 - 26/6/1.964 - pág. 5;
7 - "O Machadense" ns. 730 - 26/4/1.959 - pág. 4;
753 - 11/10/1.959 - pág. 2;
755 - 25/10/1.959 - pág. 1;
875 - 1/4/1.962 - pág. 3;
877 - 18/4/1.962 - págs. 4 e 5;
888 - 29/7/1.962 - pág. 3;
939 - 2/5/1.965 - pág. 4;
959 - 19/9/1.965 - pág. 4;
970 - 5/12/1.965 - pág. 6;
978 - 6/2/1.966 - pág. 6;
979 - 13/2/1.966 - pág. 6;
1028 - 4/2/1.968 - pág. 2;
110 - 13/4/1.973 - pág. 4;
8 - "Siga em Frente" ns. 7 - jan./fev. de 1.993 - pág. 8;
9 - "Tribuna Machadense" ns. 33 - 25/4/1.981 - pág. 1.

FUTEBOL - IV
(campeonatos municipais a partir da década de sessenta)

1) - Ressalva.
2)- Urbanos ou mistos.
3)- Rurais.

****

1 - **Ressalva**.

Infelizmente, não consegui obter dados completos sobre o tema em exame. Ignoro os participantes e o resultado de disputas em alguns anos, e sequer soube se elas se realizaram noutros. O capítulo ficou incompleto.

1 - **Urbanos ou mistos**.

No final de 1.959, a Esportiva estava paralisada por causa da interdição do Estádio. Seu dirigente, J. Ferreira, organizou então campeonato municipal, de dezembro a fevereiro. Os atletas foram divididos em seis times: *Botafogo* (bancários e funcionários públicos), *Flamengo* (alfaiates e sapateiros), *Fluminense* (comerciários e industriários) , *Olaria* (moradores do Bairro da Ponte), *Vasco da Gama* (mecânicos e motoristas) e *Vila Nova* (pedreiros, pescadores e pintores). Os jogos realizaram-se no campo do Ginásio São José, sem cobrança de ingressos. No meio do certame decidiu-se que só teria um turno, em vez dos dois programados. Venceu o Vasco.

Entre junho e novembro de 1.966 houve campeonato organizado pela Liga Esportiva Machadense, precedido de torneio-início. Nove

times participaram: *Carvalhos, Clube dos Trinta, Colégio Comercial, Cruzeiro, Flamengo do Bairro da Conceição, Grama, Guarany, Juventus* e *T.E.C.*. Os finalistas Clube dos Trinta e Colégio Comercial empataram dois jogos. Resolveu-se então que ambos seriam considerados campeões.

Em meados de 1.968 começou no campo do Ginásio mais um campeonato municipal, sob o comando de Afonso Reis, Elísio Sérgio, João Gerônimo, Marcos Dias, Osley Amaral e outros. Disputaram-no, em dois turnos, estas equipes: *América* (Fazenda São Luís), *Colégio Comercial, Flamengo do Bairro da Conceição, Grêmio Esportivo São José, La Salle, Olaria, Sanclar, Tupã* e *Tupy*.

A Liga Machadense de Futebol patrocinou o campeonato municipal de 1.971. Oito foram os times participantes: *América, Cruzeiro, Guarany, Juventus, Prefeitura, Tupã, Tupy* e *Volkswagen.*

Em setembro de 1.972 iniciou-se mais um campeonato, que reuniu, entre outros times, *Flamengo, Guarany, Tupã, Tupy* e *Vasco.* Não tenho mais notícias a seu respeito.

No primeiro semestre de 1.980, com início em 2 de março, houve o campeonato municipal do setor de bairros, organizado pelo Departamento de Esportes, em dois turnos. Os jogos realizaram-se no "campo do areião", pertencente ao Prefeito Pereira Dias, próximo do atual Parque de Exposições. Participaram dezoito times (titulares e aspirantes): *Alaska, Atlas* (da Vila do Céu), *Brejão, Caçulinha, Fabril* (de São Benedito), *Flamengo* (da Vila Hortênsia), *Flamenguinho* (da Santa Cruz), *Grama, Jupam, Juventude, Juventus* (da Comendador Lindolfo), *Quinze de Novembro, Rio Branco* (da Casa Bueno), *Sabinada* (da Vila Nova), *Santa Amália, União* (da fábrica de bebidas); *Vasco* (da Vila Santa Helena), e *Vila Centenário*. Campeão dos titulares foi o *Juventus*; dos aspirantes, o *Caçulinha*.

De julho de 1.980 a março de 1.981 desenvolveu-se o primeiro campeonato da Liga Machadense de Futebol Amador, presidida por Benedito Carvalho Vilela (Granito). Os jogos foram realizados no Estádio Municipal e no campo do Guarany. Participaram as equipes *Aliança, aspirantes da S.E.M., Cruzeiro, Fabril, Guarany, Hortelã, Juventude, Operário, Real Machado* e *Vila Nova.* A final foi disputada entre as vencedoras do 1º (Aliança) e do 2º turnos. O Guarany sagrou-se campeão.

No mesmo mês em que terminou o anterior, teve início o segundo campeonato da L.M.F.A., com estes times: *Aliança, Centenária, Cipal Esportiva, Hortelã, Juventus, Operário Municipal* e *União.* Ele foi paralisado no 2º turno, em setembro, por falta de colaboração dos torcedores e de compreensão das equipes, conforme se alegou. Em vista disso, decidiu-se declarar campeão o Operário Municipal, por ter sido o vencedor do 1º turno.

Com a interrupção do certame da Liga, começaram simultaneamente dois outros, em outubro. O Guarany organizou campeonato interno, com quatro times - *Azul, Branco, Vermelho* e *Verde*, tendo sido vencedor o último. No campo do Juventus promoveu-se o "*Campeonato da Amizade*", com seis equipes*: Aguita, Chicleta, Juventude, Juventus, Lembrança* e *Tupy.* Ele terminou no início do ano seguinte, com vitória da Juventude.

Em setembro de 1.982 começou campeonato municipal denominado "*Prefeito Carlos Alberto Pereira Dias"*. Organizado pela COFAM - Comissão Organizadora do Futebol Amador Machadense, teve a supervisão da Prefeitura. Inscreveram-se nele os seguintes times: *Agronomia A, Agronomia B, Agrotécnica, Aguita, Aliança, Cruzeiro, E.M. Brigagão, Guarany, Hortelã, Juventude, Juventus, Lembrança, Nacional, Rodoviária, Santa Amália* e *Zona Norte.* A final ocorreu no dia 26 de dezembro, em disputa entre Guarany e Santa Amália.

Em abril e julho de 1.983 iniciaram-se campeonatos internos no Cruzeiro e no Guarany, com seis equipes em cada qual. No mês de setembro começou o 2º campeonato da COFAM, marcando a reabertura do Estádio Municipal. Dele participaram 16 times, entre os quais *A.A. Juventude, Amarelinho, Caçulinha, Centenária, Coopama, Esquadrão, Hortelã, Ipiranga do Papagaio, Juventude E. Clube, Muricy, Rodoviária, Santa Amália* e *Vila Nova*. Terminou em março de 1.984, com a vitória do Santa Amália.

Entre março e maio de 1.985, a Prefeitura, através do vice Roosevelt de Carvalho Dias, coordenou o torneio "*Ano Internacional da Juventude*", no Estádio Municipal, para atletas de até 21 anos. Dele participaram os times *Ajax, Brejão* (da "Folha Machadense"), *Caçulinha, Clube dos Trinta, Fúria, Guarany, Tupã* e *União*. Foi campeão o segundo.

No derradeiro semestre de 1.985 desenvolveu-se campeonato municipal, de titulares e aspirantes, organizado pela Liga Esportiva Machadense. Disputaram-no estes times, além de outros: *Barreirinho, Buenos, Caçulinha, Cruzeiro, Guarany, Grêmio, Ipiranga, Juventus, Machado Esporte Clube, Muricy, SAAE* e *Vila do Céu*. Sagrou-se vencedor o Caçulinha, nas duas categorias. Na mesma época, o Guarany promoveu campeonato interno.

O campeonato de 1.986 foi também efetuado pela Liga Esportiva Machadense. Em final com a Centenária, sagrou-se vencedor o Olaria.

Começou em julho o certame de 1.987, sob a égide da L.E.M., findo em janeiro seguinte. Dez times o disputaram: *Aliança, Caçulinha, Caiana, Centenária, Clube dos Trinta, Guarany, Juventus, Olaria, Santa Amália* e *SOAB*. Pela segunda vez ganhou o Caçulinha.

Em 1.988 a Liga abriu o campeonato a duas cidades vizinhas, e contou com vinte equipes: *América* (Vila do Céu), *Caçulinha, Caiana,*

Carvalhópolis, Centenária, Cruzeiro, Douradinho, Grama, Guarany, Independente, Juventus, Muricy, Ouro Verde (Bairro do Papagaio), *Paiolinho, Ponte Preta, Rua da Máquina, Santa Amália, Santa Helena* (Poço Fundo), *Tupy e Zona Norte*. O Cruzeiro venceu a primeira fase, mas quem se sagrou novamente campeão foi o Caçulinha.

A disputa de 1.989 reuniu 15 equipes: *Acesal, Caçulinha, Caiana, Centenária, Cruzeiro, Fabril, Grama, Guarany, Ipiranga, Juventus, Ouro Verde, Ponte Preta, Sindicato, Sobradinho* e *Vila do Céu*. Venceu o Fabril, tendo por vice o Ipiranga.

O campeonato de 1.990, iniciado em abril, tinha duas divisões, com doze times em cada. Em novembro a imprensa noticiou que ele "*virou bagunça, chegou a um descrédito que não tem jeito*". Foram campeões: da 1ª, o Guarany, tendo por vice Lago Ducca; da 2ª, a Agrotécnica, tendo por vice o Guarany-veteranos.

Novo certame iniciou-se em abril de 1.991, também com duas divisões. A primeira tinha dez equipes; a segunda, dezoito. Sagraram-se campeãs daquela e desta, respectivamente, a Agrotécnica (vice: Centenária) e o Guarany-veteranos (vice: Lago Azul). A realização do campeonato naquele ano esteve ameaçada por brigas políticas. O Vereador Ernesto P. Neves, no último trimestre, realizou, por autorização do Prefeito, o campeonato da terceira divisão, em disputa da "*I Copa Machado de Futebol de Campo*", ganha pelo Ipiranga (vice: Fabril).

O campeonato de 1.992 teve também duas divisões. Na primeira estavam *Centenária, Douradinho, Fabril, Gurany, Ipiranga, Lago Azul, Santa Luísa* e *Sobradinho*. Este foi eliminado porque compareceu incompleto a um jogo, e o Guarany sagrou-se campeão, tendo por vice o Ipiranga. Na segunda concorreram *Agrotécnica, Alto Ouvidor, Baixo Ouvidor, Beira Rancho, Caçulinha, Comercial Souza, Dínamo, Guarany-juvenil, MUP* (de Poço Fundo), *Muricy, SAAE, Santa Amália, São Cristóvão* e *Vila do Céu*. Foi vitoriosa a equipe poçofundense, tendo como vice o Guarany-juvenil. No mesmo ano houve a "*II Copa Machado de Futebol de Campo*", vencida pelo Guarany-juvenil (vice: Santa Amália).

No início de 1.993 realizou-se campeonato interno no Cruzeiro, com oito times. Nos dias 1 e 2 de maio a Prefeitura promoveu o *1º Torneio do Trabalhador*, com 18 equipes, vencido pelo Fabril. O campeonato municipal começou em julho. Disputaram a 1ª divisão os seguintes times: *Caçulinha, Caiana, Centenária, Cruzeiro, Guarany, Juventus, Machado Esporte Clube, Olaria, Santa Amália e Santa Luísa*. Sagrou-se campeão o Guarany. Concorreram na 2ª divisão estas equipes: *Açougue Santa Rita, Açudes, Agrotécnica, Alto Ouvidor, América, Cardibox, Centenária B, Douradinho, Fabril, Guarany B, Independente, Lago Azul A, Lago Azul B, Papagaio A, Papagaio B, Santa Amália B* e *Vila do Céu*.

Em maio de 1.994 houve o *2º Torneio do Trabalhador*. A desorganização da Liga Esportiva e o afastamento de seu presidente não permitiram a realização do campeonato municipal naquele ano. Em seu lugar, a Divisão de Esportes promoveu, a partir de outubro, o *1º Torneio "José Carlos Vilela"*, com 15 equipes urbanas e rurais, nas categorias titular e aspirante. Campeão daquela foi o Muricy; desta, a Coopama; vice em ambas, o Passa-Dois.

O campeonato municipal de 1.995, patrocinado pela Liga Esportiva, começou em março, com 8 times, e também foi tumultuado. Os dois primeiros lugares couberam ao Lago Azul e à Centenária. Em maio daquele ano ocorreu o *3º Torneio do Trabalhador*. No derradeiro semestre, o *2º Torneio "José Carlos Vilela"* começou com os times da cidade e da zona rural em conjunto. Depois, cada grupo se separou. Na categoria titulares, CRAPS e Bom Jesus foram campeão e vice da zona urbana; Passa-Dois e Muricy, da zona rural. Na categoria aspirantes, Lago Azul foi campeão da zona urbana.

O campeonato municipal de 1.996 foi, mais uma vez, desordenado. Das 8 equipes que o iniciaram, em março, 3 foram excluídas por falta de documentação. Acabou em julho, com vitória da Centenária nas duas categorias. O Lago Azul foi vice dos titulares; a Fundamar, dos aspirantes. O *4º Torneio do Trabalhador*, com 21 equipes, em maio, teve o Bom Jesus como bicampeão, e a Vila do Céu como vice. Em julho começou o *3º Torneio "José Carlos Vilela"*, mais uma vez repartido em grupos urbano e rural. O CRAPS foi bicampeão daquele, seguido pela Brahma. Ignoro quais foram os vencedores deste.

Em maio de 1.997 houve o *5º Torneio do Trabalhador*. No mesmo mês, em total descrédito, começou o certame da Liga Esportiva. Teve fim em setembro: CRAPS e Centenária foram campeão e vice na categoria titulares; Centenária e Lago Azul, na categoria aspirantes. Outubro marcou o início da *1ª Copa "José Miguel de Oliveira"*, substituta do torneio que levava o nome do prefeito anterior. Também dividida em grupos da zona urbana (12 integrantes) e da zona rural (17 integrantes), teve várias equipes excluídas por irregularidades ou ausência a jogos. Centenária e Cruzeiro obtiveram os primeiros lugares entre os titulares urbanos. No grupo rural, Muricy foi o campeão dos titulares, e Ipiranga, o campeão dos aspirantes.

Por desacordo entre os clubes e a Liga, esta não promoveu o campeonato de 1.998. Em seu lugar, aqueles realizaram a *Copa União* (*taça "Benedito Carvalho Vilela"*), depois auxiliada pela Divisão de Esportes. Oito equipes participaram dela: *Centenária, CRAPS* (que se retirou no seu curso*), Cruzeiro, Guarany, Juventus, Lago Azul, M.E.C.* e *Vila do Céu*. Na categoria titulares, foi campeão o Lago Azul; na categoria aspirantes, o Cruzeiro; em ambas, foi vice a Centenária. Na época usual houve o *6º Torneio do Trabalhador*, com 21 times; a vitória coube à Vila Olímpica. A *2ª Copa "José Miguel de Oliveira"* iniciou-se em agosto, com 4 grupos, nos quais se misturaram equipes rurais e urbanas: *Açudes, Beira-Rancho, Bom Jesus, Caçulinha, Caiana, Caixetas,*

Centenária, Coringão, Córrego do Rosário, Grêmio, Guarany, Ipiranga, Juventude, Lago Azul, Muricy, Ouvidor A, Ouvidor B, Papagaio, Passa-Dois, Piedade, Pinhalzinho, Riviera, Santa Luísa e *Serra Negra*. Entre os titulares, foram campeão e vice o Passa-Dois e o Coringão; entre os aspirantes, a Piedade e a Centenária.

Em 1.999, mais uma vez, a Liga Esportiva não realizou o seu campeonato. Começou em março a *2ª Copa União*, com 8 equipes urbanas: *Beira-Rancho, Centenária, Cruzeiro, Guarany, Independente, Lago Azul, M.E.C.* e *União Kawasaki*. Na categoria titulares, os dois primeiros postos couberam ao Lago Azul (bicampeão) e ao Cruzeiro; na categoria aspirantes, ao Cruzeiro e à Centenária. O *7º Torneio do Trabalhador*, com 12 equipes, teve como campeã e vice a Vila do Céu e a Vila Olímpica. A *3ª Copa "José Miguel de Oliveira"*, no segundo semestre, voltou a separar em grupos distintos os clubes da zona urbana e os da zona rural. Estes, na categoria titulares, tiveram como campeão e vice o São Pedro e o Grêmio; na categoria aspirantes, o Passa-Dois e o Muricy. Os clubes urbanos não completaram sua disputa.

Clube dos Trinta, Cruzeiro, Guarany e *M.E.C.* abriram a temporada futebolística de 2.000 com o *Torneio Integração Interclubes*, ganho pelo primeiro. Dedicada à construção de sua sede, a Liga Esportiva deixou novamente de promover o campeonato municipal. O *8º Torneio do Trabalhador* reuniu 26 equipes, e teve como campeã e vice a Vila do Céu e a Centenária. De maio a junho arrastou-se o *Torneio do Lago*, iniciado com seis times e abandonado por dois. Foram campeão e vice dos titulares o Guarany e o Lago Azul; campeã e vice dos aspirantes, a Centenária e o Guarany. A *Copa "José Miguel de Oliveira"* mudou o nome para *"Copa Machado de Futebol"*, por entender-se que em ano eleitoral, e mantida por verba pública, não podia homenagear o Prefeito, candidato à reeleição. Teve início em agosto, misturando 24 times urbanos e rurais. Foram campeão e vice, na categoria titulares, o Grêmio E. Clube e a Piedade; na categoria aspirantes, o Papagaio e o Cruzeiro.

2 - **Rurais.**

Em 1.979, a Prefeitura passou a promover campeonatos de futebol nos bairros urbanos e rurais. Era seu supervisor Synval Pereira Dias, que fez levantamento dos times existentes, encontrando 20 nos bairros e 30 na zona rural. Para garantir a permanência deles na disputa até o fim, os presidentes precisaram dar em caução notas promissórias, no valor de Cr$1.000,00. Embora tenha havido desistências, nenhuma foi cobrada.

O primeiro campeonato começou em 15 de abril de 1.979, com participação de 20 times, em 4 chaves (aspirantes e titulares). Foram eles: chave A - *Rosental, Açudes, Botafogo do Centro, Caixetão, Vasco da Caiana e Santa Rita*; chave B - *Sabinada, Flamengo da Canaã, Hortelã, Engenho de Serra, Cachoeirinha e Flamengo da Serra Negra*; chave C - *Beira Rancho, Palmei-*

ras do Extremo, Ipiranga do Papagaio e América da Aleluia; chave D - *Grêmio da Conceição, Flamengo do Barreirinho, Perereca e Corinthians do Bias*. Foram campeão e vice: dos titulares, o *Flamengo do Barreirinho e o Santa Rita*; dos aspirantes, o *Flamengo da Serra Negra e o Ipiranga*. Após o certame formou-se uma seleção de jogadores, que fez algumas partidas aqui e em Poços de Caldas.

Em 1.980 não houve o campeonato rural, ante a dificuldade da Prefeitura de fornecer condução aos jogadores nos domingos.

Realizou-se em 1.981 o *Campeonato Centenário de Machado,* com vinte times da zona rural, ganho pelo *Ipiranga do Papagaio*. Ficou em segundo lugar o *Flamengo do Barreirinho*.

Não houve campeonato rural em 1.982 e nos anos seguintes. Pelo que pude apurar, ele só voltou a acontecer em 1.989, terminando em março do ano seguinte, com a vitória do Muricy nas categorias titulares e aspirantes.

Entre abril e setembro de 1.993 transcorreu outro campeonato rural, com 14 clubes. Foram vencedores: na categoria titulares, o Grêmio do Bairro da Conceição; na aspirantes, o Passa-Dois.

Começou em março o campeonato de 1.994, nas categorias titular e aspirante, com 16 equipes: *Açudes, Aleluia, Alto Ouvidor, América, Baixo Ouvidor, Barreirinho, Cachoeirinha, Coopama, Grêmio, Juventude, Muricy, Papagaio, Passa-Dois, Pinheirinho, Riviera* e *Sabinos*. O Grêmio foi bicampeão dos titulares, tendo por vice a Coopama. Nos aspirantes ganhou o Açudes, seguido pelo Grêmio.

O certame de 1.995 recebeu o nome do esportista Nereu Andrade Dias, e teve dez times: *Beira-Rancho, Cachoeirinha, Coopama, Gonçalves, Muricy, Papagaio, Passa-Dois, Pinhalzinho, Riviera* e *União Santa Luísa*. Na categoria titulares foram campeão e vice Passa-Dois e Muricy; na aspirantes, Riviera e Pinhalzinho.

Em 1.996 foram 18 as equipes disputantes: *Açudes, América, Barreirinho, Cachoeirinha, Caiana, Grêmio, Ipiranga, Juventude, Mateiros, Ouvidor 1, Ouvidor 2, Papagaio, Passa-Dois, Piedade, Pinhalzinho, Riviera, Sabinos* e *São Luís*. Entre os titulares, Barreirinho e Ipiranga alcançaram os dois primeiros postos; Passa-Dois foi o vencedor dos aspirantes.

De maio a setembro transcorreu a disputa de 1.997, com 21 times. No grupo dos titulares, Serra Negra e Muricy foram campeão e vice; no dos aspirantes, Muricy e Açudes.

A confusão foi grande em 1.998, com brigas, abandono de campo, ausências, e eliminação de clubes. Após 324 jogos, Muricy e Coringão

conseguiram as primeiras colocações entre os titulares; Piedade e Guarany, entre os aspirantes.

O campeonato de 1.999 foi precedido de torneio-início, na cerimônia de inauguração do Estádio São Pedro, com vitória do Lago Azul. A disputa principal, com 24 times, ocorreu de março a agosto: o Muricy foi bicampeão dos titulares, tendo por vice o São Pedro; Piedade e Ouvidor sagraram-se campeão e vice dos aspirantes.

No último ano do milênio, de março a julho, 24 clubes porfiaram, em quatro chaves: *Açudes, América, Barreirinho, Beira-Rancho, Caiana, Coringão, Douradinho, Flamengo, Grêmio do Bairro da Conceição, Grêmio Esporte Clube, Ipiranga, Juventude, Limeira, Muricy, Ouvidor, Papagaio, Passa-Dois, Piedade, Pinhalzinho, Ritas, Riviera, São Luís, São Pedro* e *Serra Negra.* Na categoria de titulares, o certame teve como campeão e vice Passa-Dois e Pinhalzinho; na de aspirantes, Grêmio E. Clube e Muricy.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de portarias n. 16;
2 - "Folha Machadense" ns. 269 - 29/7/1.979 - pág. 1;
270 - 5/8/1.979 - pág. 4;
310 - 2/7/1.980 - pág. 8;
328 - 22/11/1.980 - pág. 5;
343 - 14/3/1.981 - pág. 1;
344 - 21/3/1.981 - pág. 1;
350 - 2/4/1.981 - pág. 1;
371 - 3/10/1.981 - pág. 3;
372 - 10/10/1.981 - pág. 8;
374 - 24/10/1.981 - pág. 7;
387 - 6/2/1.982 - pág. 8;
415 - 21/8/1.982 - pág. 1;
432 - 25/12/1.982 - pág. 1;
445 - 9/4/1.983 - pág. 1;
464 - 20/8/1.983 - pág. 11;
467 - 13/9/1.983 - pág. 1;
468 - 17/9/1.983 - pág. 1;
474 - 29/10/1.983 - pág. 11;
492 - 17/3/1.984 - pág. 6;

544 - 30/3/1.985 - pág. 1;
552 - 25/5/1.985 - pág. 14;
556 - 22/6/1.985 - pág. 9;
581 - 14/12/1.985 - pág. 14;
627 - 15/11/1.986 - pág. 1;
661 - 25/7/1.987 - pág. 15;
686 - 30/1/1.988 - pág. 12;
697 - 16/4/1.988 - pág. 1;
726 - 5/11/1.988 - pág. 16;
749 - 29/4/1.989 - pág. 10;
797 - 14/4/1.990 - págs. 6 e 7;
828 - 17/11/1.990 - pág. 6;
842 - 9/3/1.991 - pág. 6;
848 - 20/4/1.991 - pág. 9;
870 - 13/9/1.991 - pág. 6;
876 - 19/10/1.991 - pág. 6;
881 - 30/11/1.991 - pág. 5;
902 - 9/5/1.992 - pág. 1;
917 - 29/8/1.992 - pág. 3;
924 - 10/10/1.992 - pág. 3;
937 - 23/1/1.993 - pág. 3;
959 - 10/7/1.993 - pág. 1;
966 - 4/9/1.993 - pág. 4;
967 - 11/9/1.993 - pág. 8;
980 - 11/12/1.993 - pág. 1 e supl.;
991 - 5/3/1.994 - pág. 7;
1019 - 17/9/1.994 - págs. 1 e 6;
1045 - 25/3/1.995 - supl.;
1061 - 15/6/1.995 - pág. 18;
1082 - 9/12/1.995 - págs. 1 e 12;
1094 - 9/3/1.996 - pág. 7;
1111 - 6/7/1.996 - pág. 3;
1112 - 13/7/1.996 - págs. 1 e 3;
1115 - 3/8/1.996 - pág. 1;
1128 - 2/11/1.996 - pág. 1;
1171 - 13/9/1.997 - 2º cad., pág. 13;
1175 - 4/10/1.997 - pág. 22;
1186 - 24/12/1.997 - pág. 20;
1194 - 28/2/1.998 - pág. 19;
1200 - 18/4/1.998 - pág. 18;
1208 - 13/6/1.998 - pág. 20;
1212 - 11/7/1.998 - pág. 17;
1235 - 24/12/1.998 - pág. 21;
1247 - 20/3/1.999 - pág. 22;
1268 - 8/8/1.999 - pág. 26;
1287 - 18/12/1.999 - pág. 24;

1295 - 19/2/2.000 - pág. 21;
1317 - 22/7/2.000 - pág. 19;
1320 - 12/8/2.000 - pág. 19;
1321 - 19/8/2.000 - pág. 19;
1339 - 24/12/2.000 - pág. 10;
3 - “Jornal da Cidade” n. 6 - maio de 1.985 - pág. 8;
4 - “O Machadense” ns. 760 - 29/11/1.959 - pág. 4;
761- 6/12/1.959 - pág. 3;
769 - 7/2/1.960 - pág. 2;
770 - 14/2/1.960 - pág. 4;
995 - 5/6/1.966 - pág. 3;
998 - 26/6/1.966 - pág. 6;
1015 - 30/10/1.966 - pág. 6;
1045 - 23/6/1.968 - pág. 4;
1049 - 28/7/1.968 - pág. 4;
4 - 14/3/1.971 - pág. 3;
5 - 21/3/1.971 - pág. 2;
28 - 5/9/1.971 - pág. 1;
81 - 24/9/1.972 - pág. 2;
5 - “Siga em Frente” ns. 15 - 1/5/1.993 - pág. 6;
23 - 1/7/1.993 - pág. 10;
33 - 13 a 18/9/1.993 - pág. 8;
43 - 8 a 11/12/1.993 - pág. 8;
6 - “Tribuna Machadense” ns. 31 - 21/3/1.981 - pág. 4;
34 - 9/5/1.981 - pág. 4;
8 - 19/7/1.987 - pág. 8;
34 - 24/1/1.988 - pág. 8;
45 - 17/4/1.988 - pág. 8;
63 - 28/8/1.988 - pág. 8.

B - **secundárias**

1 - Synval Pereira Dias - relatórios quinzenais de trabalho como supervisor do setor rural e de bairros do Departamento de Esportes da Prefeitura - 1.979 a 1.982 - datilografados.

****

FUTEBOL - V
(campos)

1) - Os velhos campos.
2) - O Estádio Municipal.
3) - Outros campos da Cidade.
4) - Campos da Vila.
5) - Principais campos da zona rural.

****

1 - **Os velhos campos**.

Mister Degas, no artigo "*Futebol Centenário*", descreveu expressivamente a dificuldade dos atletas de antanho em conseguir local para a prática do esporte favorito:

> *"Nós, machadenses, sempre tivemos o futebol no sangue, sempre tivemos quadros exponenciais, mas, por uma aberração inexplicável, não havia o campo de futebol. Isso não quer dizer que não tínhamos onde cultivar o chute na bola. Tínhamos os tais terrenos baldios, fantasiados de campos, mas alugados, sempre na dependência irritante do arbítrio dos seus respectivos donos, terrenos que nos intervalos serviam de pasto para bois, vacas, cavalos, e outros bichos quadrúpedes. Só quem já jogou nesses campos pode imaginar o que era uma partida, depois que os animais eram evacuados...".*

De maio a setembro de 1.914, os rapazes do Centro Machadense jogaram futebol no campo de Joaquim Paulino da Costa, que ignoro

onde se localizava. Em fins de 1.915 ficou pronto seu novo campo, no fim da Rua Quinze de Novembro, em terreno cedido por Ernesto Neves da Silva.

Na década de vinte, conforme João Rodrigues de Carvalho, existiam aqui dois campos de futebol: o do União, na vargem do Neca, e o do Aranha, próximo do local em que se construiu depois a Praça de Esportes. Mais tarde houve outro, na saída para Jimirim. Muito requisitado foi o da chácara de Moacyr Vieira, que serviu de sede ao Machado Esporte Clube. Ficava ao lado da atual Avenida Arthur Bernardes, nas proximidades da Estação.

Em 1.940 o Operário construiu o seu, na vargem do Cacá (Rua da Máquina), com ajuda da Prefeitura e dos comerciantes.

A cancha do Ginásio São José foi feita na segunda metade da década de quarenta, sob as ordens do Irmão Egídio. Custou muito esforço, pela precisão de derrubar um barranco e remover pedras enormes. Em seu terreno arenoso a grama quase não pegava. Apesar disso, foi palco de grandes exibições do La Salle.

Em meados do século utilizava-se o campo de Deroce Zanon, nos fundos de uma serraria, ao lado da Rua Olímpio Pereira. Tão grande era o entusiasmo dos jogadores, que nem se incomodavam com sua acentuada inclinação...

2 - **O Estádio Municipal**.

A lei local 63, de 21 de agosto de 1.950, permitira doação ao Governo do Estado de terreno, adquirido de Minervina Moreira Pinto, para a praça de esportes e o campo de futebol. Todavia, ele não o aceitou com o encargo de construir também o último. Por isso, a lei foi alterada pela 136, de 28 de novembro de 1.952, que lhe doou apenas o imóvel da primeira. A lei 135, da mesma data, autorizou então o próprio Município a edificar o estádio. Suas disposições foram corroboradas pelas leis 147/53, 156/54 e 190/55.

As obras começaram, com dificuldade, na administração de Gustavo Carneiro Dias, e terminaram na de Lúcio Dias Vieira. O alambrado se fez com donativos populares, arrecadados por Waldemar Swerts de Carvalho e outros. A lei local 204, de 21 de fevereiro de 1.957, declarou de utilidade pública, para desapropriação, terreno pertencente a Aristides Pio de Araújo Dias, destinado à construção de acesso e aterro do campo. A inauguração ocorreu em 3 de julho do mesmo ano, com jogo em que o Bangu, do Rio de Janeiro, venceu combinado local.

A lei 223, de 29 de outubro seguinte, autorizou a contratação de extranumerário mensalista, para guarda do Estádio. Ele tinha, de início, três ou quatro lances de arquibancadas descobertas, no lado esquerdo e nos fundos. No lado direito, o barranco foi escavado em forma de degraus, e no seu topo se construíram algumas barracas particulares. Na frente, ao lado dos portões,

ficam os vestiários.

Em 1.959 assentaram-se cadeiras numeradas de cimento na parte superior das arquibancadas. O decreto 24, de 12 de dezembro de 1.966, nomeou Hélio Terroso administrador e preparador físico do Estádio. A lei 23, de 20 de setembro de 1.968, abriu crédito especial para construção de novo trecho de arquibancada e de cobertura parcial nele. A lei 50, de 14 de outubro do ano seguinte, propiciou recursos para sua conservação e melhoria. Nos anos setenta, por iniciativa de alguns esportistas, foi construído um lance de degraus nas gerais (barranco). No final de 1.976, o Prefeito Jorge Eduardo fez a cobertura das arquibancadas.

Chamado até então informalmente de "*Centenário*", o Estádio passou a denominar-se "*Wálter Mattos Reis*" por força da lei 383, de 17 de outubro de 1.979. A portaria 186, de 3 de dezembro do mesmo ano, transferiu sua administração à Sociedade Esportiva Machadense; a portaria 372, de 2 de abril de 1.985, atribuiu-a ao Serviço de Turismo, Esporte e Ação Social.

A polêmica lei 747, de 19 de junho de 1.990, autorizou o Executivo a efetuar reformas no Estádio. Abriu para isso crédito especial de dez milhões de cruzeiros, considerado então muito alto. Em agosto do mesmo ano noticiou-se o início das novas arquibancadas, que iriam substituir o barranco.

A portaria 755, de 27 de janeiro de 1.991, determinou que a Divisão de Esportes, Lazer e Turismo administrasse o Estádio, e autorizou o Vereador Ernesto Pereira Neves a promover campeonatos e outros eventos futebolísticos. Em 12 de março seguinte, o próprio Neves passou a tomar conta do Estádio, com base na portaria 772. Um ano e pouco depois, a gestão dele retornou à Divisão de Esportes, por força da portaria 835.

A iluminação do Estádio foi inaugurada pelo Prefeito Pereira Dias em 11 de junho de 1.991. Estava pronta desde o final do ano anterior, mas problemas com a CEMIG e a empreiteira retardaram a ligação. Reputada insuficiente desde o início, vários defeitos impediram seu funcionamento por meses e meses.

A despeito de muitas reformas, que o mantiveram fechado por longos períodos, a conservação do Estádio tem deixado a desejar. Na década de sessenta parte do barranco desmoronou sobre o gramado, danificando-o. A ferrugem corroeu o alambrado, e com freqüência a imprensa se queixa de seu estado de abandono, das péssimas condições do gramado, da sujeira e do vandalismo a que é submetido. Em 1.993, por alguns meses, serviu de residência a famílias de mendigos, desalojadas da beira do rio e do Parque de Exposições, que o depredaram. No primeiro semestre de 1.995 passou por nova reforma, que lhe revisou totalmente o sistema de iluminação. Em novembro de 1.997 iniciou-se a construção de sanitário feminino nele. Em maio do ano seguinte recebeu um "orelhão" telefônico.

A lei local 1.312, de 27 de junho de 2.000, autorizou a

concessão de uso de imóvel, no Estádio, à Liga Esportiva Machadense.

3 - **Outros campos da Cidade**.

Nos capítulos relativos ao M.E.C., ao Clube dos Trinta e ao Guarany Esporte Clube se tratou de seus campos de futebol; é escusado voltar ao tema.

Na várzea do Rio Machado, a família Neves construiu campos em épocas diversas. O último foi feito em 1.986, por Ernesto Pereira Neves, para jogos do Olaria Futebol Clube.

No primeiro semestre de 1.980, o campeonato de bairros foi disputado no "campo do areião", pertencente ao Prefeito Pereira Dias, perto da Avenida Comendador Lindolfo. Nele se colocaram placas de grama e novas traves. Ao seu lado foram feitos vestiário e bar. Continuou em uso no ano seguinte, sendo depois desmanchado para construção de casas. Também por lá, esteve em atividade o "campo do Dário", sede do C.A. Juventus, onde se realizou o "*Campeonato da Amizade*" em 1.981. Lembre-se ainda o campo da CIPAL, da mesma época.

O campo do Bairro Santa Luísa construiu-se nos primórdios deste. Fica em terreno do Município, e era administrado pela ABASAL no fim do milênio. Possui vestiário, e foi aumentado no governo de José Carlos Vilela.

Em meados de 1.990 começou a ser utilizado o campo da COOPAMA, no Bairro Santo Antônio.

Inaugurou-se em 8 de maio de 1.999 o campo de futebol "*society*" da AFUP.

Ao lado do Ginásio Poliesportivo, foi inaugurada em 6 de maio de 2.000 a cancha conhecida como "*Campo do Lago*". Tem as medidas mínimas de 86m. por 64 m., e é cercada por alambrado.

4 - **Campos da Vila**.

O campo municipal "*Flávio Augusto Maciel*" existe, segundo se afirma, desde a década de vinte. No correr dos anos passou por algumas reformas, foi ampliado e ganhou vestiários. Ignoro quando recebeu o nome, que não é oficial. Estava sob a administração do Douradinho Esporte Clube no final do milênio.

Não distante dele, foi utilizado durante algum tempo o campo de José Romualdo.

Em 1.962 ou 1.963, Jesualdo Maciel construiu no local do antigo campo de pouso uma cancha de futebol. Nela jogava seu time, o "*Não Te Abandono*", referido noutro capítulo. Durou poucos anos.

5 - **Principais campos da zona rural.**

No início de 1.979, como supervisor do futebol rural no Departamento de Esportes, Synval Pereira Dias vistoriou os campos fora das áreas urbanas. Aprovou oito: Beira Rancho, Caiana, Centro, Jambo, Limeira, Muricy, Olaria da Limeira e Perereca. Todavia, realizaram-se jogos do campeonato, naquele ano, também nos campos da Cachoeirinha, Grêmio e Santa Rita.

Nos capítulos referentes ao Cruzeiro Esporte Clube e ao Caiana Esporte Clube se tratou de seus campos de futebol. Existe outra cancha no Bairro da Conceição, usada pelo Grêmio.

O campo do Bairro Passa-Dois, subordinado a Haílton Milan Corsini, começou a funcionar em 12 de janeiro de 1.989. No mesmo ano foi inaugurado o campo da Fazenda Riviera.

Na década de noventa, o Padre José de Souza Ribeiro construiu no Bairro Pinhalzinho, em terreno que adquiriu para isso, um campo de futebol com vestiário, duchas, cantina e dormitório.

Em 1.995, o campo do Beira Rancho, na Fazenda Boa Vista, próximo da rodovia Machado a Alfenas, era considerado o melhor da zona rural, embora não tivesse vestiário e bar. Também se elogiava o da Fazenda Muricy.

Em 25 de janeiro de 1.998, João Inácio Lucas (Zico Inácio) inaugurou no Bairro dos Caixetas um bom campo de futebol, com vestiários e bar.

Daniel Bernardes construiu às margens da Rodovia BR-267 o "*Estádio São Pedro*", no bairro rural do mesmo nome. Em área de 6 hectares, possui campos de futebol "*association*" e "*society*", arquibancada, parque de diversões, vestiários masculino e feminino, bar e cabine para imprensa. Sua inauguração ocorreu em 21 de fevereiro de 1.999. Um ano depois passou a chamar-se "*Estádio Daniel Bernardes*". Em 16 de dezembro do ano seguinte foram inauguradas nele quadras de voleibol e futebol de areia.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 7, 8, 9 e 12;

2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro sem número de decretos e portarias (1.965/1.967);

3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de portarias ns. 15 e 16;

4 - Arquivo Público Machadense - livro sem número: "Atas do Centro Machadense - 1.914/1.916";

5 - Arquivo Público Machadense - pastas do Censo Cultural - 1.993;

6 - "Folha Machadense" ns. 131 - 31/10/1.976 - pág. 1;
166 - 25/6/1.977 - pág. 10;
461 - 30/7/1.983 - pág. 1;
787 - 3/2/1.990 - pág. 5;
807 - 23/6/1.990 - págs. 1 e 7;
815 - 18/8/1.990 - pág. 1;
855 - 8/6/1.991 - pág. 1;
860 - 29/6/1.991 - FR - pág. 5;
963 - 7/8/1.993 - págs. 1 e 5;
1046 - 1/4/1.995 - pág. 14;
1181 - 15/11/1.997 - pág. 20;
1189 - 24/1/1.998 - pág. 15;
1238 - 16/1/1.999 - pág. 18;
1255 - 12/5/1.999 - pág. 5;
1306 - 6/5/2.000 - pág. 19;
1338 - 16/12/2.000 - pág. 20;

7 - informações pessoais de Ernesto Pereira Neves, Leandro Dias Nannetti, Moacyr Vieira da Silva, Nézio Pereira, Oracy de Souza e Sirlene Augusta de Freitas Viana;

8 - "Jornal do Machado" nº 6 - 5/12/1.915 - pág. 2;

9 - "Luminar Machadense" nº 20 - 11/4/1.964 - pág. 1;

10 - "O Machadense" ns. 742 - 19/7/1.959 - pág. 2;
749 - 7/9/1.959 - pág. 7;
789 - 3/7/1.960 - pág. 3;
981 - 27/2/1.966 - pág. 4.

B - **secundárias**

1 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 88/89;

2 - "Jocadi" - artigo "Vozes do Coração" - na "Folha Machadense" nº 660 - 18/7/1.987 - pág. 12;

3 - "Mister Degas" - artigo "Futebol Centenário" - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 3, abril de 1.957 - págs. 19 e 21 a 24;

4 - "Mister Degas" - artigo "Futebol no Centenário" - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 6, julho de 1.957 - págs. 18/20 e 23;

5 - Synval Pereira Dias - relatórios quinzenais de trabalho como supervisor do setor rural e de bairros do Departamento de Esportes da Prefeitura - 1.979 a 1.982 - datilografados.

FUTEBOL - VI
(infantil)

1) - Eventos principais.
2) - A Escola de Futebol do M.E.C. e o Asas Futebol Clube.
3) - A Escola de Futebol do Guarany Esporte Clube.
4) - A Escola de Futebol Elzo.
5) - A Escola de Futebol Milan Geração 2.000.
6) - Outras escolas de futebol.

****

1 - **Eventos principais**.

Desde que se tornou o esporte favorito dos brasileiros, o futebol tem sido praticado por nossos meninos, em "*peladas*" nos campos de várzea, terrenos baldios, quintais e até nas vias públicas. As escolas, já nas primeiras décadas do século passado, o incluíram nas aulas de educação física. O Ginásio São José teve bons times de maiores, médios e menores.

Todavia, só em meados dos anos sessenta o futebol infantil começou a ter estrutura organizada no âmbito municipal, com o surgimento da "*escolinha*" da Praça de Esportes e a realização de campeonatos. O maior responsável por isso foi José Trindade de Oliveira Filho, o "*Pelin*".

Em 1.971, realizou-se na Praça de Esportes campeonato *dente-de-leite*, com quatro equipes: *Asas, Celeste, Ciclone* e *Estrela*. A segunda foi a campeã. Houve novo certame no ano seguinte, vencido pelo *Asas*, de que também participaram *Aliados, Celeste, Ciclone* e *Zona Norte*.

Aconteceram no Estádio Centenário, em 1.974, mini-

copas de futebol infantil e juvenil, vencidas, respectivamente, pelo *Asas* e pelo *La Salle*. Participaram ainda times do Colégio Municipal, da Limeira, de Poço Fundo, da Vila Nova e da Zona Norte.

Para supervisionar os diversos campeonatos, organizou-se nos primeiros anos da década de setenta a *Liga Infanto-Juvenil de Futebol*. Eles foram disputados, de início, no M.E.C., e, depois, no Estádio Centenário.

Em 1.974, a Liga promoveu campeonato infantil com oito times: *Asas, Brasinha, Estudantes, Grêmio, Internacional, Orion, União* e *Vila Nova*. Em 1.975 houve campeonatos infantil e juvenil simultâneos, com mais de 12 equipes. O primeiro foi vencido pelo *Fúria*; o segundo, pelo *Asas*. Entre os concorrentes estavam *Asinhas, Brasinha, Centenário, Estudantes, Ginásio Agrícola, Grama 1º, Grama 2º, Grêmio, Orion* e *Vila Nova*. Nos anos de 1.976 a 1.978 houve diversos campeonatos internos do *Asas Futebol Clube*.

No primeiro semestre de 1.979, a *Liga Infanto-Juvenil* promoveu campeonatos em três divisões. Na primeira foi vencedor o *Asas Futebol Clube*; na segunda, o *Asas Brancas*; na terceira houve empate entre *Fraldas Azuis* e *Fraldas Brancas*. No segundo semestre ocorreram novos campeonatos, com participação aproximada de 300 garotos. A primeira divisão, para jogadores de 13 a 16 anos, tinha os seguintes times: *Asas F. Clube, Caçulinha de Carvalhópolis, Caçulinha de Machado, Falcão, Fluminense, Fúria, Grama, Juventude* e *Tamoyo*. A segunda divisão, para jogadores de 10 a 13 anos, era composta pelos 3º e 5º times do *Asas*, 2º do *Caçulinha de Carvalhópolis*, 2º do *Grama, Guarany* e 2º do *Juventude*. A terceira divisão, para jogadores de 6 a 9 anos, era formada pelos quadros dos *Fraldas* do *Asas*. No ano de 1.980 realizaram-se disputas semelhantes.

Em 1.981, homenageando o "*Mundialito*" do Uruguai, a *Liga Infanto-Juvenil* promoveu o *Torneio "Municipalito"*, com seis times: *Ajax, Asas, Fúria, "Gabriel Odorico", Juventude* e *Vasco.* Venceu o penúltimo. Com o início das malfadadas obras do ginásio coberto, os meninos ficaram privados do campinho do M.E.C., e passaram a treinar no Estádio Municipal.

No final de 1.985, o *Asas* venceu torneio em Carvalhópolis, promovido pela *Liga* de Machado. Em 1.986 e 1.987 realizaram-se, como de costume, campeonatos internos do *Asas*.

No início de 1.993, o Guarany organizou campeonato juvenil de futebol, ganho pelo *Caçulinha*. No final do mesmo ano, realizou-se no M.E.C. mais um campeonato interno do *Asas*, na divisão média, para meninos de 11 a 14 anos. Seis equipes disputaram-no: *Ajax, Arsenal, Ciclone, Dínamo, Fúria e Orion*. A primeira sagrou-se campeã.

Promovido pela Divisão de Esportes, começou em ou-

tubro de 1.994 o *1º Campeonato Municipal de Futebol de Campo "Moleque Bom de Bola"*, para meninos de até 13 anos. Dez equipes participaram: *Asas, Clube dos Trinta, Cruzeiro, "Gabriel Odorico", "Iracema Rodrigues", "Paulina Rigotti", Guarany, Lago Azul, M.E.C.* e *N.E.E.C.*. A terceira e a primeira foram campeã e vice.

A competição repetiu-se no ano seguinte, com doze equipes, e o *Cruzeiro* conseguiu o bicampeonato. A terceira versão, em 1.996, teve apenas seis concorrentes - *Milan* e *Guarany* obtiveram os dois primeiros lugares. Em 1.997, com cinco equipes, o *Milan* foi bicampeão, tendo por vice o *Barcelona*. Nove equipes participaram da disputa em 1.998, o os melhores postos couberam à "*Iracema Rodrigues*" e ao *Milan*. Em 1.999 foram campeão e vice o *Guarany* e a "*Iracema Rodrigues"*. No ano 2.000, os próprios clubes organizaram um campeonato, sem interferência da Prefeitura.

2 - **A Escola de Futebol do M.E.C. e o Asas Futebol Clube**.

Na antiga Praça de Esportes, em meados da década de sessenta, José Trindade de Oliveira Filho, o "*Pelin*", começou a dar aulas de futebol a garotos. Para tanto, fundou uma equipe, o *Asas Futebol Clube*, cujo nome foi tomado de um time de Lagoa Santa, que aqui jogara com o *La Salle*.

Em face do grande interesse despertado, o *Asas* cresceu e transformou-se numa agremiação composta por 14 equipes, dispostas em 4 divisões conforme a idade dos atletas, de 5 a 16 anos. Cada equipe tinha em média 15 elementos, com dois líderes encarregados da escalação, das instruções e da guarda do material. Cada divisão formava a sua seleção, que representava o *Asas* em jogos com outros times de Machado ou das cidades vizinhas. Entre as equipes faziam-se periodicamente campeonatos internos. Elas tinham nomes interessantes, como *Asas Brancas, Asas Vermelhas, Asas Verdes, Asas Amarelas, Fraldas Brancas, Fraldas Azuis, Arsenal, Ciclone, Fúria, Orion*, etc..

Alguns alunos do *Asas* se tornaram atletas profissionais: Alarcon, Elzo e Loirinho. Em seu comando sempre esteve o fundador. Nunca houve, porém, diretoria regularmente constituída.

No final do milênio, a Escola possuía cerca de 70 alunos, de 6 a 15 anos, divididos em três categorias. Seus treinos eram realizados aos sábados de manhã, no Estádio Municipal.

3 - **A Escola de Futebol do Guarany Esporte Clube**.

Criada pouco após a instalação do Clube em sede própria, foi sempre dirigida por Roosevelt dos Reis de Carvalho Dias. Recebia no fim

do milênio garotos de 6 a 13 anos, independentemente de seus pais serem ou não sócios do Guarany. Os treinos realizavam-se às terças-feiras e sábados de manhã, e às quartas-feiras à tarde. Não havia cobrança de mensalidade.

4 - **A Escola de Futebol Elzo**.

Em 20 de novembro de 1.993, o ex-jogador Elzo Aloísio Coelho inaugurou escola de futebol, à semelhança da que já tinha em Alfenas. Destinada a crianças de 5 a 15 anos, contava 176 matriculadas no início das atividades. Estas realizavam-se no Estádio Municipal, duas vezes por semana.

No início de 1.994 fez excursão ao Paraguai, para disputa de torneio sul-americano. Em 1.995 usou as dependências do C.A.T., e abriu filial em Varginha. Nela trabalharam, entre outros, o médico Hugo Bernardes Filho, o preparador físico Vigorito, o técnico Alex Silveira e os monitores Alarcon e Sabóia.

O número de alunos aqui diminuiu, e Elzo optou por instalar novas escolas em Espírito Santo do Pinhal e Poços de Caldas. A local foi fechada em 1.999.

5 - **A Escola de Futebol Milan Geração 2.000**.

Criada por Solimário Lopes de Oliveira, fez o primeiro treino em 6 de fevereiro de 1.996. Atende a crianças de 6 a 16 anos, no Estádio Municipal, duas vezes por semana.

No mesmo ano da fundação, sua equipe obteve o 3º lugar na *I Copa de Futebol Mirim*, em Poços de Caldas; o 2º no *Festival da Independência de Borda da Mata*; e o 8º na *Super Copa Internacional de Futebol Infantil*, em Abaeté, MG. No ano seguinte, voltou a participar da última competição, em São Gonçalo do Pará, MG, mas foi desclassificada.

A Escola foi declarada de utilidade pública pela lei local 1.223, de 27 de abril de 1.999. Naquele ano, seu fundador pretendeu que o Município patrocinasse a *Super Copa*, o que não foi possível. Ele então decidiu bancar o evento, em parceria com a Prefeitura de Carvalhópolis, aqui e lá. Em julho chegou a delegação da Argentina, que não encontrou lugar para alojar-se. As autoridades locais, a Polícia Militar e escolas tiveram que intervir para acomodá-la.

6 - **Outras escolas de futebol**.

Fundado em 1.978, o Caçulinha Clube sempre teve times infantis, orientados por José Hélio Pereira.

Em 1.980, o Departamento de Esportes da Prefeitura, por intermédio de Synval Pereira Dias, promoveu treinos para cerca de cem garotos, do Bairro da Ponte e adjacências. Eles se realizavam três vezes por semana, no "campo do areião", perto da Avenida Comendador Lindolfo de Souza Dias.

Na segunda metade dos anos oitenta, Gélson Farias manteve uma escolinha no campo do Olaria, pertencente a Ernesto Pereira Neves. No começo deste milênio, ele abriu a *Escolinha do Futuro*, no Campo do Lago, com mais de 70 garotos, de 4 a 15 anos, sem cobrar mensalidade. Os treinos realizavam-se nas manhãs de sábado.

Em abril de 1.996, a Prefeitura alugou o campo de Ernesto Pereira Neves, e nele instalou escolinha para menores de até 15 anos. Seu treinador era Sebastião Carlos Ferraz. Teve curta duração.

Começou a funcionar em maio de 1.998, no campo do Bairro Santa Luísa, escolinha de futebol gratuita. Seus treinadores eram Adílson Silva e Alerisson D'Andréa. Durou pouco, mas em 2.000 foi reiniciada, sob a orientação de Ildo Bernardes Caldeira, o "Largato".

Também nos últimos anos do século, o técnico Celso dos Santos, o "*Vagalume*", teve uma escolinha de futebol, sem local fixo para treinos: ora na Coopama, ora no Poliesportivo, e, por fim, no Estádio Municipal.

Os garotos do Clube dos Trinta recebiam, nos últimos tempos do período estudado, orientação esportiva do técnico Luís Flávio Pedracini.

****

Fontes de consulta.

1 - "Folha Machadense" ns. 2 - 31/3/1.974 - pág. 6;
36 - 1/12/1.974 - pág. 8;
50 - 16/3/1.975 - pág. 6;
55 - 27/4/1.975 - pág. 2;
69 - 10/8/1.975 - pág. 6;
96 - 29/2/1.976 - pág. 5;
203 - 26/3/1.978 - pág. 3;
267 - 15/7/1.979 - pág. 5;
298 - 19/4/1.980 - pág. 7;
333 - 3/1/1.981 - pág. 2;
377 - 14/11/1.981 - pág. 8;

578 - 23/11/1.985 - pág. 15;
642 - 14/3/1.987 - pág. 3;
663 - 8/8/1.987 - pág. 16;
671 - 3/10/1.987 - pág. 4;
972 - 17/10/1.993 - pág. 10;
976 - 13/11/1.993 - pág. 1;
978 - 27/11/1.993 - pág. 1;
986 - 29/1/1.994 - págs. 1 e 10;
987 - 5/2/1.994 - págs. 1 e 7;
1016 - 27/8/1.994 - pág. 10;
1021 - 1/10/1.994 - supl.;
1026 - 5/11/1.994 - supl.;
1075 - 21/10/1.995 - págs. 1 e 13;
1082 - 9/12/1.995 - pág. 12;
1097 - 30/3/1.996 - pág. 9;
1098 - 6/4/1.996 - pág. 9;
1108 - 15/6/1.996 - pág. 13;
1130 - 16/11/1.996 - pág. 1;
1186 - 24/12/1.997 - pág. 20;
1204 - 16/5/1.998 - pág. 18;
1226 - 17/10/1.998 - pág. 20;
1233 - 5/12/1.998 - pág. 20;
1253 - 1/5/1.999 - pág. 14;
1287 - 18/12/1.999 - pág. 24;
1328 - 7/10/2.000 - pág. 19;
1356 - 21/4/2.001 - pág. 13;

2 - informações pessoais de José Trindade de Oliveira Filho, Sirlene Augusta de Freitas Viana, Synval Pereira Dias e Wanderlei do Carmo Fernandes;

3 - “O Machadense” ns. 2 - 28/2/1.971 - pág. 4;
7 - 4/4/1.971 - pág. 4;
23 - 1/8/1.971 - pág. 3;
46 - 15/1/1.972 - pág. 3;
55 - 26/3/1.972 - pág. 3;

4 - panfletos em meu poder;

5 - Revista “Imagem e Conteúdo” nº 5 - abril/maio de 1.997 - pág. 14;

6 - “Siga em Frente” ns. 13 - 17/4/1.993 - pág. 4;
37 - 18 a 22/10/1.993 - pág. 8;
41 - 24 a 27/11/1.993 - pág. 10;
42 - 1 a 4/12/1.993 - pág. 10;

7 - “Tribuna Machadense” ns. 6 - 29/3/1.980 - pág. 7;
8 - 26/4/1.980 - pág. 8;
12 - 21/6/1.980 - pág. 5;
26 - 10/1/1.981 - pág. 4;
28 - 7/2/1.981 - pág. 1;
7 - 12/7/1.987 - pág. 8;
13 - 23/8/1.987 - pág. 8.

FUTEBOL - VII
(machadenses em times de fora)

1) - Na primeira metade do século XX.
2) - No terceiro quartel do século XX.
3) - No último quartel do século XX.

****

1 - **Na primeira metade do século XX**.

Vários conterrâneos, com ou sem sucesso, já mostraram seu futebol fora de nossas fronteiras. Relaciono a seguir os de que tive notícia, escusando-me por erros e omissões.

Euclydes Moreira, no primeiro quartel do século, atuou como goleiro no Tupy, de Juiz de Fora. **Igrenan José de Souza** defendeu o Rio Pardo Futebol Clube, de São José do Rio Pardo, na década de quarenta, conquistando o título de campeão paulista do interior em 1.947. **Léo Santos Silva** jogou em times de Casa Branca e Itatiba, e no Radium, de Mococa. **José Máximo Assis Filho**, o "*Caçapa*", treinou no São Paulo Futebol Clube, da capital paulista, e defendeu o Ipiranga, de Jundiaí.

No final desse período, ou no começo do posterior, **Rubita** jogou na Passense, de Passos, e na Caldense.

2 - **No terceiro quartel do século XX**.

Haroldo Swerts Costa fez testes no S. C. Corinthians Paulista e no Vasco da Gama, do Rio de Janeiro, no primeiro semestre de 1.954.

Transferiu-se em seguida para o Internacional, de Porto Alegre. Esteve também no América carioca.

Leandro Dias Nannetti passou pelo Internacional, de Porto Alegre, e jogou no time de Pouso Alegre. **Severo Ribeiro da Silva**, o "*Severinho*", jogou em 1.957 pelo Olímpica e pelo Fabril, de Lavras. Esteve ainda no Clube Atlético Mineiro e no Guará, do Distrito Federal. **Joaquim Natal Dias**, o goleiro "*Quincas*", atuou no Tamoyo, de Serrania. **Osimo Castro Filho** jogou em Soledade. **Afonso Azevedo de Paiva Reis** o fez no Atlético, de Três Corações, e no Tamoyo, de Serrania. **Wílson Rocha** ("*Nen*"), prematuramente falecido, fez testes no Clube Atlético Mineiro (1.959) e no Guarany, de Campinas (1.960). Disputou o campeonato sul-mineiro por São Gonçalo do Sapucaí em 1.959, e jogou também em Santa Bárbara do Oeste. Seus irmãos **Zezinho Rocha** e **Bugrinho** atuaram em 1.960 e 1.961 no Ferroviário, de Campinas.

Mauro Rafael, o "*Diango*", foi o nosso futebolista que mais êxitos conseguiu no período em exame. Jogou no Comercial, de Ribeirão Preto, em 1.960 e 1.961: e no Taubaté, entre 1.964 e 1.965, ao menos. Defendeu também o Estrela, de Piquete, e o Guaratinguetá.

Márcio de Souza Carvalho, o "*Ziza*", fez testes no Comercial, de Ribeirão Preto, jogou nos juvenis do Guarany, de Campinas, e na Internacional, de Limeira. Em 1.968 defendeu o time de Paraguaçu. **José Mílton Vieira** passou pelo América mineiro, pelo Democrata, de Sete Lagoas, pelo Guarany, de Campinas, e pelo Palmeiras, de São João da Boa Vista. Jogou ainda no Esporte Clube Aparecida, e no time de Muzambinho. **José Cândido dos Santos**, o "*Zé Pisca*", atuou no Tamoyo, de Serrania.

Defendeu o time de Perdões o machadense **Hélcio Rodrigues da Luz** ("*Casquinha*"), que jogou ainda no Esporte Clube São Lourenço.

3 - **No último quartel do século XX**.

Elzo Aloísio Coelho, nascido na vizinha Serrania, mudou-se para cá ainda criança. Iniciou a carreira futebolística em 1.978, no Ginásio Pinhalense, de Espírito Santo do Pinhal. No ano seguinte integrou a seleção paulista juvenil, disputando o campeonato brasileiro da categoria. Em 1.981 teve o passe adquirido pela Internacional, de Limeira. No final de 1.983 chegou a ser comprado pelo Palmeiras, de São Paulo, mas foi devolvido sob alegação de que tinha problemas físicos. No início de 1.984 transferiu-se, por empréstimo, ao Atlético Mineiro, que posteriormente o contratou em definitivo. Em maio do mesmo ano, convocado para a seleção olímpica brasileira, participou de jogos contra equipes do interior paulista, para treinamento. No mês seguinte, porém, foi dispensado, com sete outros atletas, não chegando a disputar a Olimpíada de Los Angeles. Em setembro excursionou com o Atlético à Europa, vencendo torneio em Amsterdã.

Pelo mesmo time foi bicampeão mineiro em 1.985 e 1.986. Em fevereiro de 1.986 foi chamado para a seleção brasileira principal. Na fase de treinos para a Copa do Mundo, estreou no jogo com a Hungria e enfrentou Alemanha Oriental, Finlândia, Iugoslávia e Chile. Mantido no elenco, foi ao México e disputou jogos de treinamento com equipes locais: Deportivo Toluca, Atlante, America e Universidad de Guadalajara. No campeonato mundial firmou-se como titular, na posição de volante, e participou de todas as partidas do Brasil até a desclassificação, enfrentando Espanha, Argélia, Irlanda do Norte, Polônia e França. Em julho do mesmo ano, acompanhou o Atlético em nova excursão à Europa. Em abril de 1.987 foi vendido ao Benfica, de Portugal. Este, no mês seguinte, sagrou-se campeão nacional e vencedor da *Taça Portugal*. Nosso craque, embora ainda não tivesse jogado oficialmente, participou dos galardões, porque já inscrito para a temporada. Foi vice-campeão europeu em maio de 1.988. No início do ano seguinte, por desavenças com o técnico, foi afastado do time e até proibido de treinar. A despeito disso, conquistou o título de campeão português de 1.989. Em setembro, o Palmeiras, de São Paulo, adquiriu seu passe. Atuou pouco no ano de 1.990, sem o costumeiro sucesso, e seu contrato não foi renovado ao findar, em abril seguinte. Afastou-se por dois anos do futebol. Em fevereiro de 1.993 foi cedido por empréstimo à Caldense, de Poços de Caldas. Nela permaneceu poucos meses, e então deixou de jogar profissionalmente.

Hamílton de Paiva Grilo, o "*Loirinho*", passou nas décadas de setenta e oitenta pelo Araçatuba, pelo Ginásio Pinhalense, pelo Palmeiras, de São João da Boa Vista, e pelo Avaí, de Santa Catarina.

Alarcon Carvalho Vilela jogou nos times de juniores do São Paulo, da capital paulista, e da Ponte Preta, de Campinas, em 1.977 e 1.978. Nesse ano transferiu-se, a título de experiência, para o Pinheiros Esporte Clube, de Curitiba, que o contratou em janeiro de 1.979. Nele ficou por um ano, sendo após emprestado, sucessivamente, ao Guarapuava, ao Pato Branco e ao Coritiba, todos do Paraná. Pelo último disputou o campeonato nacional de 1.982. Em 1.983, comprou seu passe do Pinheiros e voltou a Machado. Em 1.984 defendeu a Caldense, de Poços de Caldas. No mês de setembro daquele ano, foi convocado para a seleção mineira do interior, formada por jogadores do Alfenense, da Caldense e do Uberaba, que disputou torneio na Malásia, venceu a seleção da Tailândia e jogou também na China. De 1.985 a 1.987, pelo menos, atuou pelo Radium, de Mococa. Em 1.988 e 1.989 jogou na Catanduvense; em meados de 1.989 alugou o passe à Votuporanguense, ambas do interior paulista. Em 1.990 estava no Paulista, de Jundiaí. Atuou também na Matonense, de Matão, SP, no Londrina e no Matsubara, do Paraná.

Eber de Souza Nogueira ("*Sabará*"), ponta-direita, começou nos juniores do Atlético Mineiro, em 1.982. No final de 1.985 estreou no time principal. Em 1.986 atuou durante três meses, por empréstimo, no XV de Novembro, de Uberlândia, voltando após ao Atlético. Alugou o passe à Caldense, de Poços de Caldas, por seis meses, em 1.987. No primeiro semestre de 1.988

jogou pela Acadêmica F. Club, de Coimbra, em Portugal. Ficou alguns meses sem contrato, e entre 1.989 e 1.991 atuou no Radium, de Mococa. Em 1.992 esteve no Paulista, de Jundiaí.

Charles da Silva Montel iniciou carreira como goleiro em 1.986, no juvenil do Paulista, de Jundiaí. Ficou lá até 1.989, pelo menos, e voltou a Machado. Atuou depois no Alfenense, e em meados de 1.993 foi contratado pelo Desportivo, de Guaxupé. Jogou também no time de Turvolândia, em 1.998, pelo campeonato sul-mineiro.

Wando Mendes esteve nos juniores do Cruzeiro, de Belo Horizonte, em 1.987. No início de 1.989 transferiu-se para o Rio Branco, de Andradas; no final de 1.991 atuava no Paraná. **João B. dos Santos Júnior** ("*Joãozinho*") passou pelos juniores da Internacional, de Limeira, e da Portuguesa, de São Paulo. Em 1.989 firmou compromisso com a Caldense, de Poços de Caldas, na mesma categoria.

Jair Roberto da Silva destacou-se nos juniores do Flamengo, de Varginha, no início de 1.989. Transferiu-se depois para a Internacional, de Limeira, na mesma categoria, e chegou ao time principal. Em 1.991 foi emprestado por seis meses à Iracemapolense, também do interior paulista, voltando em seguida à Internacional. Em 1.993 seu passe foi comprado por um empresário, que o levou para o Matsubara, do Paraná.

Paulo Sérgio Sabóia fez testes nos juniores do Guarany, de Campinas, no Atlético Mineiro e na Internacional, de Limeira. Em maio de 1.990 foi para o Paulista, de Jundiaí, profissionalizando-se no começo de 1.992. Em 1.994 foi emprestado ao Araxá, para disputa do campeonato mineiro. No ano seguinte, alugou o passe à J.A.C. Esporte Clube, de Jacareí, que integrava a divisão intermediária do campeonato paulista.

Em anos que não sei precisar, **Antônio Marcos Celestino** jogou no Varginha Esporte Clube; **José Benedito Pereira Júnior** ("*Pelezinho*") o fez no Guarany, de Campinas; e **Heleno Oscar de Paiva,** no juvenil do Palmeiras, de São João da Boa Vista.

No início de 1.993, três machadenses foram levados para o time juvenil do Rio Branco, de Andradas: **Carlos Henrique Batista** ("*Muminha*"), **Fladiney de Paula Costa Prata** e **Kleber Alexandre de Carvalho** ("*Mineirinho*"). Fizeram testes, mas não foram aproveitados. No mesmo ano, **Marcinho** jogou no ABC, de Foz do Iguaçu.

Marco Aurélio Pereira Alves, ainda criança, jogou no Botafogo, de Borda da Mata. **N**o início de 1.996 participou do *Mundialito de Clubes*, no Chile, defendendo o ABC do Craque, de Divinópolis. No ano seguinte, integrou-se à equipe infantil do São Paulo, da capital paulista. Mediante emprés-

timo, em 1.998 disputou na Europa vários torneios pelo clube Pequeninos do Jockey. Já fazia parte, então, dos juvenis do São Paulo, tendo após ascendido à categoria de juniores. Em junho de 2.000 foi vendido ao PSV Eindhoven, da Holanda.

Em janeiro de 1.997, o garoto **Leandro Batista Ferreira** defendeu o ABC do Craque no *III Mundialito de Clubes*, na Argentina. No segundo semestre daquele ano, ele e o goleiro **Édson Silva** jogaram pelo mesmo time, dessa feita no *IV Mundialito de Clubes*, nas Ilhas Canárias, Espanha. O primeiro esteve posteriormente na escolinha do ex-jogador Oscar, em Monte Sião.

A "*Folha Machadense*" 1.209 noticiou a realização, em junho de 1.998, em Paris, da *1ª Danone World Cup*, de futebol "*society*", com equipes de cinco países. Acrescentou ter sido campeã a do Brasil, em que se destacou o goleiro **Eliton César Mendes**, o "*Leto*", machadense domiciliado em Poços de Caldas. Não tenho outros informes sobre ele.

Em 1.998, dois garotos machadenses ingressaram nas categorias de base do Cruzeiro, de Belo Horizonte: **Lucas de Oliveira Barra** e **Renato Botazini**. Este, depois, passou pelo São Paulo, da capital paulista, e pelo Mundial, de Campinas. No início do novo milênio foi levado para testes ao Benfica, de Portugal.

O jovem **Claudemir Matias Lima** fez testes no Cruzeiro, de Belo Horizonte, e na Portuguesa, de São Paulo, antes de ser contratado, no segundo semestre de 1.999, pela equipe juvenil da Etti/Jundiaí. Em agosto do mesmo ano, **Fernando Oliveira Moreira** passou a integrar a equipe de juniores do Cruzeiro, de Belo Horizonte. Nove meses depois, foi emprestado aos juniores do Ipatinga Futebol Clube, para disputar o campeonato mineiro da categoria. Retornou em seguida à "*Toca da Raposa*", onde se encontrava no final do milênio.

****

Fontes de consulta.

1 - exemplares diversos dos jornais "*A Bola*" (Lisboa), "*A Gazeta Esportiva*" (São Paulo), "*Diário da Tarde*" (Belo Horizonte), "*Diário Popular*" (São Paulo), "*Estado de Minas*" (Belo Horizonte), "*Folha da Tarde*" (São Paulo), "*Folha de São Paulo*" (São Paulo), "*Jornal da Tarde*" (São Paulo), "*Jornal do Brasil*" (Rio de Janeiro), "*O Estado de São Paulo*" (São Paulo) e "*Popular da Tarde*" (São Paulo);
2 - exemplares diversos dos jornais locais "*Folha Machadense*", "*Luminar*

Machadense", "O Machadense", "Siga em Frente" e "Tribuna Machadense";
3 - exemplares diversos das revistas "*Fatos", "Manchete", "Placar" e "Veja*";
4 - informações pessoais de Hélcio Rodrigues da Luz, Leandro Dias Nannetti, Maria Alice Pereira Alves e Wanderlei do Carmo Fernandes.

****

FUTEBOL DE SALÃO

1) - Décadas de cinqüenta e sessenta.
2) - Década de setenta.
3) - Década de oitenta.
4) - Década de noventa.

****

1 - **Décadas de cinqüenta e sessenta**.

A prática desse esporte entre nós iniciou-se no final da década de cinqüenta, na Praça de Esportes, após a vinda de seu primeiro técnico. Em novembro de 1.959, houve partida entre machadenses e alfenenses, na qual se destacaram José Oscar Vieira e Wágner Vieira.

Em fevereiro de 1.965, a Praça de Esportes promoveu torneio de férias com cinco times, denominados *América, Cruzeiro, Olímpico, Palmeiras* e *Santos*. Foi interrompido por causa das chuvas.

Equipe local participou dos *Jogos Abertos do Interior,* em Varginha, em julho de 1.968. No final do mesmo ano, o Lions Clube e a Rádio Difusora organizaram campeonato com cinco times*: Caveirinha, Ginásio, JAM, Unibanco* e *Zonorte*. Venceu o primeiro.

2 - **Década de setenta**.

Em setembro de 1.971, realizou-se no Machado Esporte Clube a disputa da fase regional, setor sul, do *Campeonato Mineiro de Futebol de Salão*. Nossa Cidade, representada por aquela agremiação, sagrou-se campeã,

disputando com equipes de Cambuquira, Campanha, Itajubá, Três Corações e Três Pontas. Em novembro seguinte ela foi a Belo Horizonte, a fim de lutar pela classificação para a final. Ignoro qual foi o resultado. No ano seguinte, o M.E.C. voltou a participar do referido campeonato, em chave com clubes de Alfenas e Passos. Também não sei como foi o seu desempenho.

A partir de 1.970 e, ao menos, até 1.974, o M.E.C. realizou campeonatos internos anuais do esporte em exame. O primeiro deles foi vencido pelo *Estudiantes*; os demais, pelo *Mocotó*. Este, que foi o melhor time da Cidade na época, alcançou o tetracampeonato com os jogadores Carlos Roberto M. Guerra e Vanderlei M. Swerts (goleiros); Beto, Carlos, Hélcio R. da Luz, Roosevelt C. Dias, Wolney A. Dias Júnior e Zaqueu C. Caixeta. Participaram das disputas também, entre outras equipes, o *Biafra* e o *Mequinho*.

Em 1.974, seleção local disputou em Poços de Caldas uma das chaves do campeonato mineiro, ficando em último lugar. Em meados do ano seguinte, o M.E.C. classificou-se em Boa Esperança, no mesmo campeonato, com este time: Berinjela (Paulo Conti), Loirinho (Adauto), Hélcio, Zuza e Nelsinho (Luiz Fernando).

No início de 1.977, o *Folhas Douradas* ganhou o sétimo campeonato interno do M.E.C., vencendo o *Mequinho*. Em abril do mesmo ano, a equipe do M.E.C. foi campeã do quadrangular "*Troféu Independência*", em Varginha. Em setembro do ano seguinte, a mesma equipe voltou a participar de disputas classificatórias para o campeonato mineiro, vencendo o primeiro jogo contra a A.E. Alfenas. Em fevereiro, ela classificou-se em Passos para as semifinais, com estes jogadores: Penatti, Alberto (Totonho), Careca, Pelezinho e Wander (Nagib). Ignoro qual foi o resultado derradeiro. A fim de que o time se preparasse para a disputa estadual, foram suspensas as finais do campeonato interno do Clube.

3 - **<u>Década de oitenta</u>**.

Terminou no início de 1.980 o décimo campeonato interno do M.E.C., com 12 equipes, vencido pelo *Folhas Douradas*. Nessa época começou a despontar no Clube o *Esquadrão da Morte*, com a seguinte formação: Gilmar, Pelin, Joãozinho, Bié e João Marcos. Outros times da Cidade eram, então, o da Polícia Militar e o *Zona Norte*.

Em julho de 1.980, o time do M.E.C. foi campeão dos *IV Jogos Abertos do Interior*, em Varginha. O técnico Berinjela dirigia estes jogadores: Éder, Totonho, Penatti, Pelezinho, Elzo, Nagib, Wander, Saulo e Marreco. No mês seguinte realizou-se mini-campeonato no M.E.C. com cinco times: *Aguita, Aliado, Cemig, Esquadrão da Morte* e *Godoy*. Venceu o terceiro.

Em dezembro de 1.980 e janeiro de 1.981 ocorreu no

C.E. São José o 1º campeonato de futebol de salão promovido pela "Folha Machadense", com onze times. Venceu o da própria organizadora, denominado *Brejão*. Em fevereiro seguinte, terminou o undécimo campeonato interno do M.E.C., com dez participantes, sendo vencedor o *Brucutu*. Em outubro do mesmo ano, o M.E.C. disputou o campeonato mineiro na cidade de Curvelo, com sete outros times: Atlético Mineiro, Coromandel, Cruzeiro, Huracan, Juiz de Fora, Sete Lagoas e Uberlândia. Ignoro o seu desfecho.

Em julho e agosto de 1.982 aconteceu o 2º campeonato da "Folha Machadense", no mesmo local do anterior. Foi disputado por doze equipes, saindo vencedora a *Imperial*.

A Fazenda Limeira organizou em meados de 1.983 animado campeonato, com 14 equipes. Ganhou a da Escola Agrotécnica. Na mesma época, a Aguita promoveu o *Torneio da Amizade*, na quadra do São José, com oito times.

Nos *I JIMIs*., em 1.985, nosso futebol de salão conseguiu chegar à segunda fase, mas não passou à terceira.

O Cruzeiro Esporte Clube iniciou em julho de 1.986 seu 2º campeonato do esporte em estudo, com doze equipes. No mesmo ano houve campeonato interno no Clube dos Trinta.

No começo de 1.987, aconteceu no M.E.C. campeonato interno de futebol de salão, na categoria infanto-juvenil, com quatro equipes. O torneio da "Folha Machadense", realizado em março, na quadra da Praça Corina Dias, teve como vencedor o *Grama*. No mês seguinte começou o *Campeonato da Amizade*, com oito times, na quadra da E.E. "Iracema Rodrigues", organizado pelo *Brejão* e por ele ganho. Em julho e agosto do mesmo ano, realizou-se no Poliesportivo o "*I Torneio de Inverno de Futebol de Salão*", com 28 times, vencido pelo *Aliança*. Ainda em agosto, disputou-se no mesmo local a chave "C" do *Campeonato Mineiro de Futebol de Salão Infantil*. Ela foi vencida pelo *Clube dos Trinta*, que jogou com a Caldense e o Trespontano. Dois meses depois, o time local participou da fase semi-final, em Governador Valadares, e acabou em 5º lugar na classificação geral. Em dezembro seguinte houve no Poliesportivo torneio intermunicipal, com participação de equipes de Machado, Alfenas, Campestre, Carvalhópolis, Elói Mendes, Paraguaçu (vencedor) e Poço Fundo.

Logo no início de 1.988 começou no Poliesportivo o *1º Torneio de Firmas e Entidades*, ganho pelo *Cunhado's Bar*. Naquele ano ocorreram diversas outras disputas:

- o campeonato do M.E.C., em março e abril, com 20 equipes, ganho pelo *Poli II*;
- o campeonato infanto-juvenil do M.E.C., em abril;
- o 1º torneio de seniores do Poliesportivo, no mesmo mês;
- o 1º torneio infantil intermunicipal do Poliesportivo, também em abril;

- o 2º torneio de inverno do Poliesportivo, em julho, vencido pelo *Zona Norte*;
- o torneio de primavera do Clube dos Trinta;
- o 2º torneio intermunicipal do Poliesportivo, em dezembro, no qual a equipe de Machado sobrepujou as de Alfenas, Campestre, Carvalhópolis e Paraguaçu.

No ano de 1.988, Machado teve seu melhor desempenho em futebol de salão nos *Jogos do Interior de Minas Gerais*. Campeão da 2ª fase, passou à seguinte e terminou em 4º lugar. Nossas cores foram defendidas por Rovílson P. Vasconcelos (Grilo), José Hércio da Luz (Careca), Marcos Vinícius Codignoli (Marreco), Luiz Fernando Meloto, Serafim Augusto V. Gonçalves, José Onofre dos Reis (Reizinho), Arildo Alves Campos, Luiz Fernando de Carvalho (Nando), Wanderley Nalmor Schroder, Carlos Nobre (Ceará) e Leite.

Em 1.989 há a destacar, no esporte em exame:
- o *2º Torneio de Firmas e Entidades*, ganho por *Marinho & Werneck*;
- o 3º campeonato do Clube dos Trinta, de março a maio, vencido pela *Agrimisa*;
- os campeonatos mirim e infantil do Poliesportivo;
- o *II Torneio Interbancos*, vencido pelo Unibanco;
- a desclassificação da equipe local na 1ª fase dos *JIMIs*.;
- a participação do nosso selecionado na *1ª Taça EPTV Sul de Minas*, com 32 cidades;
- o curso feito em Poços, no mês de agosto, pelos juízes locais de futebol de salão Alex Silveira, Fábio J. dos Santos e Marcelo Leite;
- o *1º Campeonato da Primavera do Poliesportivo*, ganho pela equipe da G.A..

4 - **<u>Década de noventa</u>**.

De 1.990 registrem-se:
- o *3º Torneio de Firmas e Entidades*, em maio e junho, ganho pelo Açougue Contorno;
- nossa desclassificação na fase inicial dos *JIMIs*.;
- a disputa da *2ª Taça EPTV Sul de Minas*, em Itajubá, no mês de agosto, com 30 participantes;
- o *1º Campeonato da Amizade do Poliesportivo*, com 11 equipes, em setembro;
- o 2º campeonato interno fraldinha, pré-mirim e mirim do Poliesportivo;
- o 5º lugar obtido por Machado nos *I Jogos da Juventude do Sudoeste de Minas Gerais*, em Itjubá.

Em 1.991, Machado se desclassificou novamente nos *JIMIs*. e nos *Jogos da Juventude*. Em setembro, sediou uma das fases da *3ª Taça EPTV Sul de Minas*. No Poliesportivo, houve o 3º campeonato interno fraldinha, pré-mirim e mirim; o campeonato interno e o 2º campeonato de primavera adultos. Também o Clube dos Trinta e a Agronomia promoveram campeonatos abertos.

No ano de 1.992, foram estes os principais eventos no futebol de salão:

- o *2º Campeonato da Amizade do Poliesportivo*, em fevereiro;
- o *1º Torneio Minas-São Paulo*, no mesmo local, com quatro equipes, em abril;
- o 1º lugar obtido por Machado nos *Pré-Jogos da Juventude*, em disputa com cinco cidades;
- o 2º campeonato interno do Poliesportivo, em junho, e seu 4º campeonato fraldinha, pré-mirim e mirim;
- a participação de Machado na *4ª Taça EPTV Sul de Minas*, em julho;
- o campeonato aberto do Clube dos Trinta, com 11 times, em novembro;
- o campeonato de primavera do M.E.C., com 10 equipes, em dezembro, vencido pelo clube patrocinador.

Em 1.993 vale lembrar:

- o *2º Campeonato Uni-Raça*, no Poliesportivo, de fevereiro a abril. Participaram seis equipes: *Brejão, Controle, Kaskata, São Benedito, Senzala e Vila do Céu*, vencendo a quarta;
- o *Torneio de Firmas e Entidades*, com 13 equipes, em março e abril, vencido pela G. A.;
- nossa participação, com 52 cidades, na 5ª *Taça EPTV Sul de Minas*, em Varginha, no mês de agosto. Não conseguimos passar à 2ª fase, perdendo duas partidas e ganhando uma;
- a realização do *Campeonato Municipal*, no Poliesportivo, em outubro e novembro,. Participaram dez times: *Açougue Snta Rita, Agrotécnica A, Agrotécnica B, Lago Azul A, Lago Azul B, Lago Azul C, Cardibox, CRAPS, G.A.* (o campeão) e *M.E.C.;*
- ainda em outubro, no mesmo local, o torneio mirim e pré-mirim, com 12 equipes de diversas cidades - a escolinha do Poli venceu-o nas duas categorias;
- o torneio intermunicipal (*Taça SERPLAN*), no Poliesportivo, em novembro, vencido pelo M.E.C..

Realizou-se no primeiro semestre de 1.994 campeonato aberto no M.E.C., com 11 equipes adultas e 4 infantis. No Poliesportivo, esteve em atividade escolinha a cargo de Solimário Lopes de Oliveira, com as categorias f*raldinha* e *pré-mirim*. Em outubro, lá se realizou o "*Torneio Criança de Futsal*", com 8 equipes; no mês seguinte, torneios dos bancos e da Prefeitura. A Divisão de Esportes retirou nosso time da 1ª fase dos *Jogos da Juventude*, em Campestre, por indisciplina.

O fato de maior destaque no esporte em exame, naquele ano, foi a disputa da *6ª Taça EPTV Sul de Minas*. Concorrendo com equipes de 25 cidades, a nossa chegou à final, em bela campanha. Perdeu então de 3 a 2 para Baependi, em jogo realizado em Poços de Caldas, no dia 11 de dezembro, transmitido pela televisão. Sob a orientação de Alex Silveira, foram vice-campeões Márcio, Mineirinho, Juninho, Marcelinho, Leitinho e Leite.

No início de 1.995 houve o *3º Torneio de Firmas e Entidades*, com 10 equipes: *Santa Amália* alcançou o 1º lugar. Nos *JIMIs*., nosso time passou da 1ª fase, em Cambuí, para a seguinte, em Varginha. Em julho, com uma equipe adulta e outra juvenil, Machado participou de campeonato regional em Monsenhor Paulo - ambas foram desclassificadas nos jogos iniciais. No mês seguinte realizou-se o torneio da Prefeitura, vencido pela Polícia Militar. Na *7ª Taça EPTV Sul de Minas*, não conseguimos o mesmo sucesso do ano anterior, sendo desclassificados na 2ª etapa, ao perder para Lavras e Varginha. Alguns atletas sequer compareceram ao último jogo, alegando falta de treinamento. Em dezembro, no Poliesportivo, nossa seleção adulta venceu a da Austrália, por 8 a 3. Na categoria juvenil, os australianos foram vitoriosos. No mesmo mês lá se realizou torneio intermunicipal, com oito equipes machadenses e igual número de cidades vizinhas.

O *4º Torneio de Firmas e Entidades*, em 1.996, ocorreu no mês de junho, vencido pela *Coopama*. Em agosto houve o campeonato da Prefeitura, de que foi ganhador o *Correio/Fotoamador*. Na *8ª Taça EPTV Sul de Minas* ultrapassamos a fase inicial, mas fomos eliminados na seguinte, com derrotas para Alfenas, Baependi e Boa Esperança. Em setembro, o Colégio Universitário patrocinou copa entre suas equipes e as do Colégio "Imaculada Conceição, E.E. "Iracema Rodrigues" e E.E. "Dom Pedro I". As desta obtiveram o 1º e o 2º lugares. Nos *Jojuninhos*, como já visto noutro capítulo, o desempenho machadense foi vexatório: sem treino, os pequenos atletas tiveram péssimos resultados, e no futebol de salão perderam dois dos três jogos disputados.

De 1.997 cumpre destacar:

- o *Campeonato Municipal*, de janeiro a março, no Poliesportivo, nas categorias mirim, infantil e adulta. O campeão e o vice desta foram o *Cruzeiro* e a *Brahma/Laguna*;
- os *Jogos da Juventude*, em abril, nos quis nossa equipe não passou da 1ª fase;
- o torneio interno da ESACMA, em junho, no CAT, com seis equipes;
- o *Torneio de Firmas e Entidades*, no mesmo mês, com vitória da *Papelaria Kaluga*;
- o campeonato do Bairro da Conceição, no mês seguinte, no ginásio do Cruzeiro, com 16 times;
- os *JIMIS*., em que nossa equipe, formada por jogadores de até 17 anos, não passou da fase classificatória, em Poços de Caldas, na qual perdeu dois jogos;
- a *Copa Alterosa de Futsal*, que substituiu a *Taça EPTV*, com equipes de 32 cidades. A nossa foi desclassificada na 3ª fase, ao perder para Varginha.
- O *Torneio Integração*, no CAIC, em novembro, só com jogadores do Bairro Santa Luísa.

No início de 1.998 houve, mais uma vez, o *Campeonato Municipal*: sagraram-se campeões *Pastelaria do Jairo/Comercial Leite* (categoria adulta) e *Poliesportivo* (categoria infantil). Aquela representou a Cidade na *Copa Alterosa de Futsal*, iniciada em abril, mas não chegou à fase final. Em

maio, Machado sediou a fase classificatória do futebol de salão dos *Jogos da Juventude*, com equipes de sete cidades. A nossa venceu as de Alpinópolis e Carmo de Minas, e passou à fase seguinte, em S. Tomás de Aquino. Obtendo lá o 3º lugar, chegou à fase final, em Itajubá. Nela, todavia, foi eliminada após derrotas para a anfitriã, S. Sebastião do Paraíso e São Lourenço. O esporte em exame esteve presente nos *Primeiros Jogos Intercolegiais de Machado e Região (JIMAR*), na Escola Agrotécnica, e também nos *Segundos*, em outubro do ano seguinte. Em agosto aconteceram o *Torneio de Firmas e Entidades* (com 10 equipes, no Poliesportivo), e o *2º Torneio Integração* (com 9, no CAIC) - foi bicampeã daquele a *Papelaria Kaluga*; campeão deste, o *Independente*. No aniversário da Cidade, nossa seleção perdeu de 15 a 0 para a seleção paulista. Na *Taça EPTV Sul de Minas*, Machado se desclassificou na 2ª fase. Em dezembro, o Poliesportivo sediou a final da *Copa Alterosa de Futsal Mirim*, sem equipes locais.

Começou 1.999 com o *Campeonato Municipal*: o 1º lugar coube *ao Clube dos Trinta*. No meio do ano ocorreram o *Torneio das Repartições Públicas*, com seis equipes (ganho pela *Agrotécnica*), e o *3º Torneio Integração*, com doze (vencido pelo *Império*). A equipe do Poliesportivo representou Machado nos *Jojuninhos*: passou invicta pela 1ª fase, em Santana do Jacaré, e foi derrotada na seguinte, em Passos. A seleção local não teve êxito na *Taça EPTV Sul de Minas*, em outubro: após derrota para Três Pontas, foi eliminada por Paraguaçu. Na mesma época ocorreu o *Torneio de Firmas e Entidades*, de que foi campeã a *Papelaria Kaluga/Fotoamador*.

Em fevereiro de 2.000 teve início o *Campeonato Municipal*, no Poliesportivo, ganho pelo *São Tomé*, na categoria adulta, e pelo *Clube dos Trinta*, na juvenil. Machado participou da *Copa Record de Futsal Mirim*, promovida pela Liga de Varginha em abril e maio, sendo desclassificada em derrota para Três Pontas. O *Torneio das Repartições Públicas*, em maio, com cinco equipes, foi vencido pela *Agrotécnica*. Nos *Jogos da Juventude* nossa seleção teve bom desempenho, e conseguiu o vice-campeonato. Em setembro, houve mais uma vez o *Torneio Integração*, com sete equipes infantis e nove adultas. O *Torneio de Firmas e Entidades* findou em outubro, apontando *Centenária* e *Poliesportivo* como campeões nas categorias adulta e juvenil Em dezembro, ocorreu aqui o *I Campeonato Regional de Futsal das APAEs*, com equipes de Machado, Alfenas, Coqueiral, Elói Mendes, Três Pontas e Varginha.

****

Fontes de consulta.

1 - "DP Notícias" nº 3 - outubro de 1.996 - pág. 1;

2 - “Folha Machadense” ns. 30 - 20/10/1.974 - pág. 8;
39 - 25/12/1.974 - pág. 6;
43 - 26/1/1.975 - pág. 8;
66 - 20/7/1.975 - pág. 1;
143 - 30/1/1.977 - pág. 9;
156 - 24/4/1.977 - pág. 1;
225 - 3/9/1.978 - pág. 7;
243 - 28/1/1.979 - pág. 7;
246 - 18/2/1.979 - pág. 1;
291 - 2/3/1.980 - pág. 8;
315 - 16//1.980 - pág. 8;
331 - 21/12/1.980 - suplemento;
338 - 7/2/1.981 - pág. 1;
373 - 18/10/1.981 - pág. 1;
409 - 10/7/1.982 - pág. 1;
414 - 14//1.982 - pág. 1;
455 - 18/6/1.983 - pág. 1;
457 - 3/7/1.983 - pág. 3;
610 - 19/7/1.986 - pág. 12;
643 - 21/8/1.987 - pág. 1;
661 - 25/7/1.987 - pág. 1;
684 - 16/1/1.988 - pág. 1;
692 - 12/3/1.988 - pág. 16;
710 - 16/7/1.988 - pág. 11;
764 - 12/8/1.989 - pág. 1;
799 - 28/4/1.990 - pág. 1;
814 - 11/8/1.990 - pág. 7;
872 - 23/9/1.991 - pág. 10;
912 - 18/7/1.992 - pág. 5;
943 - 6/3/1.993 - pág. 3;
950 - 24/4/1.993 - pág. 7;
968 - 18/9/1.993 - pág. 8;
974 - 30/10/1.993 - pág. 8;
976 - 13/11/1.993 - pág. 7;
1003 - 28/5/1.994 - pág. 4;
1032 - 17/12/1.994 - págs. 1 e 14;
1037 - 28/1/1.995 - pág. 5;
1040 - 18/2/1.995 - págs. 1 e 8;
1072 - 30/9/1.995 - págs. 1 e 12;
1078 - 11/11/1.995 - pág. 16;
1161 - 28/6/1.997 - pág. 13;
1175 - 4/10/1.997 - pág. 22;
1189 - 24/1/1.998 - pág. 15;
1201 - 25/4/1.998 - pág. 1;
1216 - 8/8/1.998 - pág. 18;
1219 - 29/8/1.998 - pág. 18;

1227 - 24/10/1.998 - pág. 20;
1243 - 20/2/1.999 - pág. 20;
1279 - 23/10/1.999 - pág. 19;
1303 - 15/4/2.000 - pág. 21;
1314 - 1/7/2.000 - pág. 18;
1323 - 2/9/2.000 - pág. 19;
1332 - 4/11/2.000 - pág. 18;
1337 - 9/12/2.000 - pág. 21;

3 - “O Machadense” ns. 758 - 15/11/1.959 - pág. 2;
929 - 21/2/1.965 - pág. 6;
31 - 26/9/1.971 - pág. 1;
32 - 3/10/1.971 - pág. 3;
39 - 21/11/1.971 - pág. 1;
79 - 10/9/1.972 - pág. 1;
102 - 18/2/1.973 - pág. 4;

4 - “Siga em Frente” ns. 3 - novembro de 1.992 - pág. 4;
4 - 1ª quinzena de dez. de 1.992 - pág. 3;
14 - 24/4/1.993 - pág. 3;
44 - 15 a 18/12/1.993 pág. 8;

5 - “Tribuna Machadense” ns. 12 - 21/6/1.980 - pág. 5;
9 - 26/71.987 - pág. 1;
11 - 9/8/1.987 - pág. 8;
14 - 30/8/1.987 - pág. 8;
20 - 11/10/1.987 - pág. 10;
30 - 20/12/1.987 - pág. 8;
32 - 10/1/1.988 - pág. 1;
58 - 24/7/1.988 - pág. 8;
63 - 28/8/1.988 - pág. 8.

****

OUTRAS MODALIDADES DE FUTEBOL

1) - Futebol americano.
2) - Futebol de botões.
3) - Futebol "*society*".
4) - Futebol de areia.
5) - Futebol feminino.

****

1 - **Futebol americano**.

Em novembro de 1.963 noticiou-se por panfletos a realização, pela primeira vez em Machado, de partida desse esporte, também conhecido como "*rugby*", por duas "*equipes categorizadas*" locais, com os nomes de "*Paulistas*" e "*Mineiros*". O evento, no Estádio Centenário, em 24 daquele mês, destinava-se a arrecadar fundos para o Abrigo "Jesus, Maria, José". Não obtive mais notícias a seu respeito.

2 - **Futebol de botões**.

Em fevereiro e março de 1.988, foram disputados no Ginásio Poliesportivo os *Primeiros Jogos Internos Infantis.* Realizou-se no mesmo local, em setembro seguinte, o *I Campeonato de Futebol de Botões de Machado*, com 25 participantes. As primeiras colocações couberam, respectivamente, a Alex Silveira, Erickson Prado Swerts e Wlander Verdade. Três meses depois, também lá, ocorreu o *II Campeonato*, reduzido a 12 concorrentes. Os vencedores foram os mesmos.

Em agosto de 1.989, realizou-se campeonato em casa

de Alex Silveira, com 10 partícipes. Sagraram-se campeão e vice Hernani Garcia da Silva Júnior e Fábio Dias Ribeiro.

Entre 1.988 e 1.991, Fotoamador patrocinou pelo menos quatro campeonatos da modalidade em exame. O primeiro foi vencido por Alex Silveira, tendo como vice Erickson Prado Swerts. O segundo, em dezembro de 1.989, no Poliesportivo, com 12 participantes, apontou em 1º e 2º lugares Fábio Dias Ribeiro e Erickson Prado Swerts. Do terceiro não tenho notícia. O quarto, em julho de 1.991, foi ganho por Erickson Prado Swerts.

Em março e abril de 1.990, a *Liga Machadense de Futebol de Botões e de Mesa* promoveu torneio com os campeões e vice-campeões de 1.988/1.989 nas disputas acima referidas. Participou também Hugo Silva Júnior, campeão do Clube dos Trinta. O vencedor, mais uma vez, foi Erickson Prado Swerts.

Os principais eventos de 1.991 foram, além do *Campeonato Fotoamador*, acima referido: o *1º Torneio Chapesca de Futebol de Mesa*; o *1º Torneio Tuca's de Futebol de Mesa*; e o *2º Torneio Tuca's de Futebol de Botões*.

Em janeiro de 1.992 realizou-se o *1º Torneio Master de Futebol de Botões dos Botonistas do Ranking Machadense*.

3 - **Futebol "*society*"**.

Esporte praticado em quadra de areia ou grama, no geral por atletas mais velhos, introduziu-se aqui no final da década de oitenta ou início da posterior.

Entre março e junho de 1.993, realizou-se na A.A.B.B. o 1º campeonato da Divisão de Esportes da Prefeitura, denominado "*Coroa Bom de Bola*", para atletas com mais de 35 anos. Participaram os times *A.A.B.B.*, *Caiana*, *Fundação Educacional*, *Guarany*, *J.R. Imóveis*, *M.E.C.*, *Prefeitura* e *Veteranos do Barix*. Foi vencedor o último.

O CRAPS, no segundo semestre de 1.993, promoveu dois torneios na quadra de areia do "*campus*" universitário. A equipe denominada *Controle* foi campeã de ambos, concorrendo com cerca de dez outras.

De março a junho de 1.994, também na A.A.B.B., ocorreu a segunda disputa do "*Coroa Bom de Bola*", com 11 equipes. Os três primeiros lugares couberam, respectivamente, a *Veteranos do Barix*, *M.E.C.* e *Guarany*.

Em 1.995, no mesmo período e no mesmo local, a Divisão de Esportes organizou pela terceira vez o certame, com 12 concorrentes. O time *Veteranos do Barix* sagrou-se tricampeão, seguido por *Nanão Vídeo*.

Ambos mantiveram as colocações em 1.996. Naquele ano, criou-se a categoria "*Vovô Bom de Bola*", para maiores de 45 anos: o *Clube dos Trinta* e o *Passa-Dois* foram campeão e vice dela.

Irresistível, a equipe *Veteranos do Barix* obteve o pentacampeonato em 1.997, seguida pelo *Cruzeiro*. Na categoria "*Vovô*", os dois primeiros lugares couberam, respectivamente, à *A.A. Meio Século* (de Poços de Caldas) e ao *M.E.C.*. Em setembro do mesmo ano, aconteceu no M.E.C. o *1º Torneio de Futebol "Society"*, com 32 equipes, divididas em quatro categorias, por idade.

Pela sexta vez consecutiva, em 1.998 os *Veteranos do Barix* venceram o "*Coroa Bom de Bola*", tendo por vice o *Carretão/Panela*. No grupo "*Vovô*", obtiveram os primeiros postos o *Guarany* e o *Passa-Dois*.

Em 1.999, *Veteranos do Barix* e *Guarany* foram campeão e vice do "*Coroa*"; o *Panela* (ramificação do *Cruzeiro*, do Bairro da Conceição) ganhou o "*Vovô*". De outubro a dezembro daquele ano, ocorreu o *2º Torneio de Futebol "Society" do M.E.C.*, em três categorias, com 18 equipes participantes. Os vencedores foram: *Passa-Dois* (acima de 50 anos), *Poço Fundo Tênis Clube* (30 a 50 anos) e *W.K. Turismo* (15 a 30 anos).

No derradeiro ano do milênio, o *Panela* quebrou a hegemonia dos *Veteranos do Barix* na categoria "*Coroa*", tendo como vice a *Madeireira Paraense*. Na categoria "*Vovô*", *Guarany* e *M.E.C.* alcançaram os dois primeiros lugares. Em junho inaugurou-se o campo de "s*ociety*" da A.F.U.P., com torneio vencido pela equipe do *Bom Jesus*. Na mesma época, veteranos da cidade de Curicó, no Chile, participaram aqui de diversos jogos amistosos. Em outubro seguinte, os *Veteranos do Barix* retribuíram sua visita.

4 - **<u>Futebol de areia</u>**.

Passou a ser praticado aqui após a criação do *Fest-Areia*, às margens do lago artificial. Em 1.996 foi a modalidade mais disputada dele, com 11 equipes inscritas. Os três primeiros lugares couberam, respectivamente, à *Panificadora Eldorado*, ao *Passa-Dois* e à *Agronomia*. No ano seguinte, o interesse aumentou: 35 equipes se inscreveram para jogá-lo. Mais uma vez, as locais estiveram à frente: *Brahma/Laguna* (1ª), *Florialves* (2ª) e *Polícia Militar* (3ª). Em 1.998, a *Centenária* e a *Polícia Militar* foram campeã e vice.

Em 1.999, o futebol de areia foi disputado em duas categorias. Na sub-17, os dois primeiros lugares couberam ao *Aconchegos's Bar* e ao *Unicol*; na adulta, à *Centenária B* e à *Edmil*. Em 2.000, inscreveram-se 27 equipes na categoria adulta e 20 na sub-17. Naquela, foram campeã e vice *Bar do Ronaldo* e *USAC*; nesta, *Centenária* e *Vila Nova*.

5 - **Futebol feminino**.

Embora se saiba que já era praticado no Colégio "Imaculada Conceição" em anos bem distantes, e que em 1.983 houve uma partida nas comemorações de aniversário do Cruzeiro Esporte Clube, foi só na segunda metade da década de noventa que ele se desenvolveu por aqui.

Conforme a revista "*Imagem e Conteúdo*", em 1.997 Machado vivia verdadeira febre do esporte em exame - equipes surgiam em quase todos os bairros, e suas partidas atraíam bom público. Em abril daquele ano, dois jogos dele no Estádio "Wálter Mattos Reis" foram a atração do torneio-início do campeonato municipal: *Santa Luísa x Lago Azul* e *Douradinho x Hortelã*. Em junho seguinte, a equipe machadense *Rio Branco* ganhou o *1º Campeonato Regional de Futebol Feminino de Poço Fundo*. No mês de agosto começou o campeonato patrocinado pela Divisão de Esportes, com oito times: *Centenária, Fabril, Laec, Lago Azul, M.E.C., Rio Branco I, Rio Branco II* e *União*. Faltou-lhes porém responsabilidade, e a disputa perdeu brilho: *Centenária* e *Fabril* foram eliminados por ausência a jogos; *União* também o foi por atraso injustificado e ofensa aos organizadores do evento. Este findou em outubro, tendo como campeão e vice o *Rio Branco I* e o *Lago Azul*.

Em novembro do mesmo ano, a E.E. "Iracema Rodrigues" realizou o *I Quadrangular de Futebol Feminino*, ganho pela seleção de Carvalhópolis.

No Poliesportivo, em fevereiro de 1.998, houve treinos da modalidade em questão, sob o comando de Alerisson D'Andréa. Depois, contudo, o entusiasmo por ela diminuiu na Cidade.

****

Fontes de consulta.

1 - "Folha Machadense" ns. 720 - 24/9/1.988 - pág. 14;
732 - 17/12/1.988 - pág. 4;
792 - 10/3/1.990 - pág. 6;
944 - 13/3/1.993 - pág. 7;
959 - 26/6/1.993 - pág. 5;
962 - 31/7/1.993 - pág. 8;
973 - 23/10/1.993 - pág. 6;
991 - 5/3/1.994 - pág. 7;
1004 - 4/6/1.994 - págs. 1 e 3;

1059 - 1/6/1.995 - págs. 1 e 5;
1101 - 27/4/1.996 - pág. 7;
1146 - 15//3/1.997 - pág. 4;
1163 - 12/7/1.997 - pág. 13;
1168 - 16/8/1.997 - pág. 13;
1169 - 23/8/1.997 - pág. 13;
1170 - 30/8/1.997 - pág. 13;
1176 - 4/10/1.997 - pág. 19;
1199 - 4/4/1.998 - pág. 22;
1207 - 23/5/1.998 - pág. 18;
1247 - 20/3/1.999 - pág. 1;
1249 - 2/4/1.999 - pág. 12;
1263 - 3/6/1.999 - pág. 22;
1288 - 24/12/1.999 - pág. 19;
1298 - 11/3/2.000 - pág. 21;
1302 - 8/4/2.000 - pág. 23;
1313 - 24/6/2.000 - pág. 19;
1314 - 1/7/2.000 - pág. 18;

2 - livro nº 1 de atas do Cruzeiro Esporte;
3 - panfleto em meu poder;
4 - Revista “Imagem e Conteúdo nº 6 - junho/julho de 1.997 - pág. 9;
5 - “Siga em Frente” nº 35 - 26/11/1.997 - pág. 5;
6 - “Transparência” nº 3 - janeiro a março de 1.999 - pág. 3.

****

VOLEIBOL

1) - No segundo quartel do século XX.
2) - No terceiro quartel do século XX.
3) - No último quartel do século XX.
4) - Machadenses em times de outros municípios.
5) - Voleibol de areia.

****

1 - **No segundo quartel do século XX**.

Na segunda metade da década de trinta, dois times femininos disputavam a preferência do público, em sadia rivalidade. O *do Centro Machadense*, orientado por Wolney de Araújo Dias, contava, entre outras jogadoras, com Cristina Vieira, Dirce Dias Moreira, Diva Vieira, Haydée Vieira e Maria Eunice Dias. O *do Doutor Machado* tinha por base as filhas de seu organizador, juiz de direito local.

O Centro Cultural do Centro Machadense inaugurou em 1.938 campo de voleibol, nos fundos do Clube, com partida entre seus sócios e membros da Escola "Imaculada Conceição". Para construí-lo, promovera naquele ano cinco sessões pagas. Muitos jogos lá se realizaram, em alegres disputas internas ou externas, masculinas, femininas e não raro mistas. Bem mais tarde a quadra foi cimentada. Naquela época, e um pouco além, jogava-se ainda no campo do Miroca (situado na Rua Santos Silva) e no terreno em que depois se construiu o Hotel Limeira. Também no Colégio das Irmãs e, mais tarde, no "São José" havia locais para a prática do esporte em questão, que sempre atraiu os alunos.

Em 1.948 estava em atividade no Ginásio o *La Salle Futebol Clube* (que não deve ser confundido com a Associação do mesmo nome),

que também possuía um time de voleibol.

2 - **No terceiro quartel do século XX**.

A criação da Praça de Esportes deu aos jovens oportunidade e estímulo para dedicar-se ao voleibol, assim como à natação, ao basquetebol e ao futebol de salão. Sob a orientação do técnico Geraldo Mendonça formaram-se times masculino e feminino, que em 1.959 fizeram vários amistosos com equipes de Alfenas, Muzambinho e Varginha. Em março de 1.960, realizou-se lá a *Semana do Voleibol*, com aulas práticas, torneio-início, campeonato de duplas e disputa entre os times da P.E.M., da Escola Agrícola e do Ginásio São José, vencida pelo segundo.

Por volta de 1.963, um grupo de jovens senhoras formou time de voleibol para jogar no Colégio Imaculada Conceição: Adel Rebelo Dias, Eva S. Dias, Léa M. Dias, Márcia Signoretti Godoy, Marilda Vieira Campos, Matilde Nogueira Nannetti, Nilce Neves Legnani, Nilva Abrão, Waldete Dias, Wanda Garcia Braga, e outras. Posteriormente ele restaurou a quadra do Centro Machadense, colocou tela no muro que a cercava, e lá passou a treinar. Foi a origem do Clube das Casadas, que se organizou em 1.965, dedicado ao esporte e à filantropia.

Em julho de 1.968, a equipe feminina de Machado participou, sem sucesso, dos *Jogos Abertos do Interior*, na Varginha. Em setembro, porém, orientada pelo delegado Rúbens Reis, venceu o *Campeonato Sul-Mineiro*, na Campanha.

Realizaram-se aqui, em novembro de 1.971, partidas entre equipes do Machado Esporte Clube e do CRAC, de Caxambu. Nossas conterrâneas ganharam, mas os rapazes foram derrotados.

Em junho de 1.972, o time estudantil feminino de Machado disputou torneio em Lavras, com atletas de lá, de Itajubá, Passos, Poços de Caldas, Varginha e São Lourenço. Conseguiu o segundo lugar.

Em 1.974, Machado participou dos *III Jogos Estudantis de Minas Gerais*, em Varginha, sendo vice-campeão no voleibol feminino.

3 - **No último quartel do século XX**.

Realizaram-se em 1.987 no Ginásio Poliesportivo: em setembro, o 1º torneio interno de voleibol feminino; de outubro a dezembro, a *Copa Primavera de Vôlei e Basquete*, com 23 equipes. Ainda em dezembro, no mesmo local, o *Campeonato Evangélico de Futebol de Salão e Vôlei* reuniu 150 jovens.

Em abril de 1.988, a equipe masculina do Poliesportivo participou de disputa da Liga Esportiva de Pouso Alegre (*Copa Brahma*), ficando

em segundo lugar.

Nosso voleibol masculino obteve o terceiro posto na fase inicial dos *IV JIMIs*., em 1.988. Foi, porém, desclassificado na fase seguinte. Atuou com estes jogadores: Adílson, Adriano Garcia, Fábio, Gilberto, Juarez, Júnior, Londrina, Marcão, Márcio Dechichi, Márcio Moterani Swerts, Sandro e Xandó. Nos *Jogos* de 1.989 só participou o voleibol masculino, que não se classificou para a 2ª etapa.

De 1.989 merecem ainda registro:

- nova disputa da *Copa Brahma*, em Pouso Alegre, pela equipe masculina do Poliesportivo, outra vez vice-campeã;
- o campeonato interno de voleibol feminino do Clube dos Trinta, em novembro.

Nos *VI JIMIs*., em 1.990, nossa equipe masculina ficou em 4º lugar na fase inicial, não se classificando. A feminina ficou em 3º, passou à etapa seguinte, mas nela perdeu todas as partidas e foi eliminada. Nos *Jogos da Juventude*, em Itajubá, o voleibol feminino obteve o 5º lugar; o masculino, o 6º.

Em agosto de 1.990, esteve cá hospedada por seis dias a seleção brasileira de voleibol masculino juvenil, preparando-se para o campeonato sul-americano da categoria. Fez treinos diários no Poliesportivo, disputou e venceu partida contra combinado do Sul de Minas, composto por quatro atletas machadenses: Alexandre Fraga, Gilbert A. Costa, Márcio Moterani Swerts e Ricardo Dias Ribeiro. Em setembro aqui estiveram de novo a seleção masculina juvenil e também a feminina, para amistosos com as seleções juvenis da Argentina, masculina e feminina. Os dois jogos realizaram-se no Ginásio Poliesportivo, lotado, e foram vencidos pelos brasileiros.

Em outubro seguinte, houve no Poliesportivo o *2º Torneio Interno de Voleibol Mirim Feminino*, com quatro equipes de sua escolinha. Em novembro, teve lá início a *IV Copa Primavera de Vôlei, Handebol e Basquete*, com os times da Agrotécnica, da Pensão Brasil e do Poli (A e B).

Aconteceu no Clube dos Trinta, em outubro de 1.991, o *2º Campeonato Interno de Voleibol Feminino Adulto*, com seis equipes.

Machado foi campeão em voleibol masculino dos *Pré-Jogos da Juventude do Sudoeste de Minas Gerais*, em 1.992, disputados com cinco cidades. Em novembro daquele ano realizaram-se no Poliesportivo campeonatos internos de voleibol masculino e feminino, com três equipes cada. A categoria masculina foi ganha pela *Soft Game;* a feminina, pela *Tuca's*. Na época, o Clube dos Trinta patrocinou o *1º Campeonato Regional de Voleibol Feminino das Casadas.*

Houve no Poliesportivo, em março de 1.993, campeonato interno de voleibol feminino infantil, com quatro equipes. Em abril, na AABB,

realizou-se o *Torneio "Vanderlei Moterani Swerts" de Voleibol Feminino*, vencido pelo Clube dos Trinta. Em junho seguinte, Machado participou da *I Copa Mineira de Voleibol*, na chave C, com as cidades de Lavras, São Lourenço e Varginha, tendo sediado a 2ª fase. Nossa equipe teve atuação sofrível, perdendo todos os nove jogos disputados.

Nos *JIMIs*. de 1.993, a equipe masculina foi desclassificada já na 1ª fase. A feminina passou à 2ª, mas nela foi eliminada. Em agosto do mesmo ano, Machado hospedou as seleções infanto-juvenis do Brasil e da Coréia do Sul, que aqui vieram após exibições em Pouso Alegre, Varginha e Alfenas. Os coreanos venceram jogo-treino no Ginásio Poliesportivo.

Sob patrocínio da *Liga Sul-Mineira de Voleibol*, houve em novembro e dezembro de 1.993 campeonato regional de vôlei masculino, nas categorias mirim e juvenil. A fase inicial foi disputada na Cidade, e nossas equipes conseguiram a 2ª colocação.

Realizou-se aqui, em fevereiro de 1.994, torneio com equipes de Machado, Lavras, Carmo do Rio Claro e São Lourenço. A nossa ficou em 3º lugar. No mês seguinte, o Poliesportivo e o Clube dos Trinta sediaram a etapa inicial do *Campeonato Sul-Mineiro de Vôlei Juvenil*. Em maio, o voleibol foi uma das modalidades disputadas em torneio interno do Poliesportivo, denominado *Copa Casas Pernambucanas* Ainda em 1.994, nossa equipe de voleibol masculino foi retirada dos *Jogos da Juventude* pela Divisão de Esportes, por indisciplina.

Em setembro de 1.995, jogaram no Poliesportivo contra seleções machadenses as equipes infantil e juvenil do Corinthians Paulista. Pela primeira atuou o conterrâneo Fernando Xavier Annoni. Apesar disso, e de o evento ser beneficente, o público foi apenas regular. Nos *JIMIs.*, em julho, nossa equipe de voleibol caiu na fase classificatória, em Cambuí. No mês seguinte começou a *1ª Copa Alterosa de Voleibol*, da Liga Sul-Mineira, com equipes masculinas adultas de vinte cidades. A nossa, treinada por Alex Silveira, não teve êxito: ganhou apenas uma das três partidas disputadas.

A participação machadense nos *Jojuninhos* de 1.996, em Poços de Caldas, foi desastrosa. A equipe de voleibol feminino perdeu de 3 a 0 todas as partidas disputadas, contra Varginha, Lavras e Campo Belo. A equipe masculina perdeu de 3 a 1 para Betim e Varginha, e de 3 a 0 para Poços de Caldas.

Abriu-se em meados de 1.997 uma escolinha de voleibol infantil no CAT, coordenada por Ceila Botazini. Na mesma época houve torneio de casais no Clube dos Trinta. Logo em seguida, aconteceu o *I Campeonato de Vôlei Feminino do Poliesportivo*, com participação também de equipes do M.E.C. e de escolas locais.

Em agosto de 1.999, teve início a *Copa Telemig de Vôlei Masculino*. Machado se fez presente através da equipe infanto-juvenil do

Poliesportivo, na chave de Varginha. A mesma equipe, em novembro daquele ano, foi campeã do *Fest-Férias*, em Alfenas. A equipe feminina infanto-juvenil ficou em 2º lugar no mesmo torneio. Dois meses antes, a equipe infantil feminina do Poli obtivera igual colocação em torneio de Santa Rita de Caldas.

Machado conseguiu o 2º lugar na etapa intermediária dos *Jogos da Juventude*, em junho de 2.000, em Três Pontas, no voleibol masculino. Sob o comando de Luiz Flávio Pedrazini, a equipe se classificou para a fase final, em Três Corações.

4 - **Machadenses em times de outros municipios.**

Na década de sessenta, José Oscar Vieira atuou em time da cidade de Santos.

No final de 1.973, Lúcia Helena Nannetti Carvalho foi convocada para integrar o selecionado mineiro que participou, em janeiro seguinte, em Belo Horizonte, do *Campeonato Brasileiro Infanto-Juvenil*, com equipes da Guanabara, Estado do Rio e Pernambuco.

No fim de 1.993 e começo de 1.994, Fernando Xavier Annoni esteve fazendo testes no time de voleibol do Banespa, na capital paulista. Embora tivesse obtido boa colocação nas seletivas, não foi aproveitado por insuficiência de altura. Todavia, um "*olheiro*" do S. C. Corinthians Paulista apreciou o seu jogo e o indicou ao Clube. Foi então contratado em fevereiro de 1.994, integrando-se à equipe mirim no mês seguinte, aos 14 anos. Lá permaneceu durante quase três anos, ascendendo às categorias infantil e infanto-juvenil. Em 1.995 foi campeão paulista infantil. Jogou no Lavras Tênis Clube em 1.997. Nesse e no ano seguinte, treinou na seleção mineira infanto-juvenil. Mais tarde, já universitário, jogou como amador no time da cidade de Franca.

Em fevereiro de 1.997, Rayner Saint-Clair Bernardes da Silva, de 16 anos, foi convidado a participar dos *Jogos da Juventude* por São Lourenço. Em seguida, teve convite para disputar o campeonato sul-mineiro infanto-juvenil, e foi convocado para a seleção mineira infanto-juvenil. Em 1.998 obteve proposta para assinar contrato com o Minas Tênis Clube, na mesma categoria.

5 - **Voleibol de areia**.

Em abril de 1.989 ocorreu o *1º Campeonato de Vôlei de Areia*, próximo do lago artificial, com mais de 15 duplas. A campeã e a vice foram da Escola Agrotécnica. Ele se repetiu em junho do ano seguinte, com 10 duplas.

Também às margens do lago, em 19 e 20 de fevereiro de 1.994, aconteceu a etapa inicial da *I Copa Nanão Vídeo/Corpóreo Academia*,

precursora do *Fest-Areia*. Competiram 32 duplas, nas categorias masculina adulta, feminina adulta e masculina "*master*". Metade delas se classificou para a final, uma semana depois. O evento agradou aos assistentes, estimados em mais de mil. Montaram-se barracas e chuveiros no local, houve exibição de grupos de pagode e de ginástica aeróbica. Um ano depois a *Copa* se repetiu, com 36 duplas na fase classificatória e associada a torneio de pesca.

Em 1.996, os patrocinadores iniciais se afastaram. A Divisão de Esportes, apoiada pela Unimed, Rotaract e Interact, assumiu o evento, no início de março, com o nome de *3º Torneio de Vôlei de Areia*. Dez duplas masculinas e quatro femininas passaram à final. O evento também foi associado a demonstração de dança e a torneio de pesca.

Aproveitando o interesse do público, a Divisão de Esportes realizou um mês depois novo torneio, já com a denominação de *1º Fest-Areia*, em que se disputaram não apenas jogos de voleibol de areia, mas também de peteca, bola ao mastro, futebol de areia e handebol de areia.

A modalidade esportiva em estudo voltou a ser a mais procurada no *2º Fest-Areia*, em 1.997, com 45 duplas participantes, nas categorias masculinas adulta e "*master*". Também nos três anos seguintes o voleibol de areia foi a principal atração do evento.

Em fevereiro de 1.999 realizou-se a *I Copa de Vôlei de Areia da Escola Agrotécnica Federal*, com 7 duplas, masculinas e femininas. Um ano depois o evento repetiu-se, com 9 duplas masculinas e 4 femininas.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo Público Machadense - pasta "Clube das Casadas";
2 - "Folha Machadense" ns. 10 - 26/5/1.974 - suplemento;
676 - 7/11/1.987 - pág. 1;
745 - 1/4/1.989 - pág. 9;
746 - 8/4/1.989 - pág. 9;
747 - 15/4/1.989 - pág. 6;
805 - 9/6/1.990 pág. 6;
814 - 11/8/1.990 - pág. 1;
817 - 1/9/1.990 - pág. 6;
819 - 13/9/1.990 - pág. 7;
827 - 10/11/1.990 - pág. 5;

956 - 5/6/1.993 - pág. 9;
958 - 3/7/1.993 - pág. 5;
961 - 24/7/1.993 - pág. 1;
965 - 28/8/1.993 - pág. 1;
978 - 27/11/1.993 - pág. 4;
981 - 18/12/1.993 - pág. 5;
989 - 19/2/1.994 - pág. 11;
990 - 26/2/1.994 págs. 1, 2 e 12;
994 - 24/3/1.994 - pág. 16;
1044 - 18/3/1.995 - págs. 1 e 7;
1045 - 25/3/1.995 - pág. 6;
1054 - 27/5/1.995 - pág. 1;
1055 - 3/6/1.995 - pág. 5;
1063 - 29/7/1.995 - pág. 11;
1065 - 12/8/1.995 - pág. 13;
1069 - 9/9/1.995 - pág. 17;
1093 - 2/3/1.996 - pág. 8;
1095 - 16/3/1.996 - pág. 7;
1133 - 7/12/1.996 - pág. 3;
1162 - 5/7/1.997 - pág. 13;
1178 - 25/10/1.997 - pág. 20;
1242 - 13/2/1.999 - pág. 20;
1270 - 21/8/1.999 - pág. 21;
1296 - 26/2/2.000 - pág. 14;
1297 - 4/3/2.000 - pág. 21;
1298 - 11/3/2.000 - pág. 21;
1314 - 1/7/2.000 - pág. 18;

3 - informações pessoais de Dirce Moreira Rebello e Fernando Xavier Annoni;

4 - "O Ginasiano" nº 7 - novembro de 1.948 - suplemento;

5 - "O Machadense" ns. 775 - 20/3/1.960 - págs. 3 e 4;
777 - 3/4/1.960 - págs. 1 e 4;
1055 - 10/9/1.968 - pág. 1;
68 - 25/6/1.972 - pág. 4;
138 - 28/10/1.973 - pág. 1;
148 - 8/1/1.974 - pág. 1;

6 - programas avulsos do Centro Cultural do Centro Machadense, em meu poder;

7 - "Siga em Frente" ns. 3 - nov. de 1.992 - pág. 4;
11 - 3/4/1.993 - pág. 5;
21 - 12/6/1.993 - pág. 9;
22 - 19/6/1.993 - págs. 1 e 7;
23 - 1/7/1.993 - pág. 10;
31 - 21 a 28/8/1.993 - pág. 8;
47 - 12 a 15/1.1.994 - pág. 8;
52 - 23 a 26/2/1.994 - págs. 1, 7 e 10;
23 - 11/6/1.997 - págs. 7;

8 - "Tribuna Machadense" nº 43 - 3/4/1.988 - pág. 8.

ATLETISMO

1) - Corridas.
2) - Outras modalidades.
3) - Associação Machadense de Atletismo.

****

1 - **Corridas**.

Em 14 de julho de 1.957 realizou-se na Praça Antônio Carlos uma corrida, que se denominou "*de São Silvestre*". Conforme a Revista do 1º Centenário de Machado, havia oito concorrentes, "*e, por incrível que pareça, todos foram premiados*".

A lei local 235, de 27 de fevereiro de 1.958, autorizou a construção de pista de atletismo na Praça de Esportes.

A "*Folha Machadense*" noticiou que haveria, em novembro de 1.974, competição de atletismo entre alunos do "Gabriel Odorico" e do "Imaculada Conceição". Acrescentou que seu patrono era o esportista Leandro Nannetti, "*recordista dos 100 metros rasos*".

O destaque das *Olimpíadas Estudantis* de 1.975 foi Homero Ferreira, do "São José", com resultados obtidos nas provas de atletismo. Ignoro qual foi a modalidade que disputou.

O machadense André Pereira Lima disputou a famosa *Corrida de São Silvestre*, em São Paulo, ao menos nos anos de 1.975, 1.976 e 1.977. Neste, ficou em 199º lugar entre os 356 classificados (eram, ao todo, mais de 3.000 concorrentes).

Em 1.985 ou 1.986 foi formada a *Equipe Agromil de Atletismo*, sob a presidência de Maércio C. Botazini. Tinha, de início, doze atletas, que já nos primeiros tempos participaram de corridas rústicas em diversas cidades do Sul de Minas: Aílton Sebastião de Oliveira, Aldrin Luiz Caproni, Alessandro Diniz Campos, Amauri Aparecido Ribeiro, Carlos Rombini dos Santos, Marcos Serafini, Nivaldo Luiz Caproni, e outros.

Em 21 de junho de 1.987, a *Agromil* promoveu a *I Corrida Rústica de Machado*, integrada às festividades de inauguração do Poliesportivo. 98 atletas, divididos em cinco categorias, percorreram 8.500 metros na área do lago artificial. Na classificação geral venceu Itamar da Silva, de Campestre. Os melhores resultados de machadenses, por categorias, foram: infantil - Aguinaldo Pelegrino (2º), Hernani Garcia da Silva Júnior (3º), Hugo de Paula Silva Júnior (4º) e Guilherme Almeida Garcia (5º); juvenil - Célio Alves Borges (2º), Dlener Marçal Peres (3º), Elias dos Santos (5º) e Hudson Scalco (6º); adulto - Sebastião Sérgio Filho (9º) e Wálter Nogueira (10º).

A Rádio Difusora promoveu em 8 de abril de 1.990 a *I Corrida da Fraternidade*, com 54 atletas de várias cidades. Foi vencida por Luiz Paulo Tercon, de Poços de Caldas, ficando em 3º lugar o machadense João Batista Américo, mais conhecido por João Paulo. Na categoria mirim sagrou-se campeão Fernando Vieira de Oliveira, nosso conterrâneo.

Na segunda fase dos *JIMIs*. de 1.990, em Varginha, nosso corredor Fábio Dias Ribeiro não se classificou na prova dos 3.000 metros. Na categoria feminina, em idêntica modalidade, Renata Helena ficou em 3º lugar. João Batista Américo, da *Equipe Agromil*, venceu a corrida rústica de Pouso Alegre, em dezembro do mesmo ano.

Em 15 de janeiro de 1.990 foi formada a *Equipe da Pensão Brasil*, sob a direção de Clélia Nery Dias. Um ano depois, ela participou da *IV Volta ao Cristo*, em Poços de Caldas, com vários atletas. João Américo obteve o melhor resultado: 12º lugar. Em 24 de março seguinte, aconteceu a *II Corrida da Fraternidade*, também organizada pela Difusora. Disputaram-na 50 atletas, em três categorias, num percurso de 15 quilômetros, do centro de Carvalhópolis até a Avenida Arthur Bernardes. O vencedor foi José Afonso Silva, de Boa Esperança. Dos machadenses, conseguiram as melhores colocações João Batista Américo (7ª), Nivaldo Luiz Caproni (8ª) e José Carlos da Fonseca (9ª). Algumas semanas depois, houve a *Corrida da Fraternidade Mirim*, em três categorias, num trajeto apenas urbano. Em 7 de abril, machadenses disputaram a corrida rústica de Poços de Caldas, para atletas de 12 a 15 anos. O mais bem sucedido foi Fábio Roberto de Carvalho (8º lugar). No dia 12 de maio, a Associação dos Moradores do Bairro Santa Luísa realizou sua 1ª corrida rústica, num percurso de 10.400 metros, em três categorias. Na classificação geral, ficou em 1º lugar João Batista Américo. No mês seguinte, as rádios locais promoveram a 1ª corrida rústica rupestre mirim, em quatro categorias, com 70 atletas.

A equipe local de atletismo disputou os *Jogos da Juventude* de 1.991, em Passos. Fábio Roberto de Carvalho obteve o 4º lugar na prova dos 3.000 metros; os atletas Adriano, Júlio César, Wágner e Warney conseguiram o 5º no revezamento 4 x 100 metros.

A *III Corrida da Fraternidade* ocorreu em 17 de maio de 1.992, no mesmo percurso da anterior. Participaram 27 corredores, e os machadenses João Batista Américo e Paulo Messias ficaram no 4º e 5º lugares, respectivamente. A *Equipe da Pensão Brasil*, naquele ano, participou de corridas em Poços de Caldas, Jacutinga, Varginha, Itajubá, Pouso Alegre e Monsenhor Paulo. Compunham-na então os seguintes atletas: Adriano Viana, Alexandre Aguinelo de Oliveira, Carlos Roberto Garcia, Claudiney Misael, Denílson de Souza Campos, Evaldo Siqueira Nery, Evanger Dias Andrade dos Santos, Fábio Enízio da Silva, Fernando Bernardes Duarte, Gean Francisco Bispo Mendes, João Batista Américo, José Carlos Fonseca, Leonarda Pereira da Silva, Luiz Flávio Moura Castro, Marcelo Bernardes, Mateus Cavalcante dos Santos, Nílson Bernardes de Carvalho, Paulo Messias de Paula, Roisfrai Domingues Gonçalves, Ronaldo Gonçalves Domingues, Rosiane Aparecida Nogueira, Wágner Fernandes, Wágner Ferreira Prado, Waldivino Souza Dias e Warney Garvão de Carvalho Júnior.

Em 1.993 merecem realce, na área em estudo, estes eventos:

- em 31 de janeiro, a *Equipe da Pensão Brasil* participou da *Volta ao Cristo*, em Poços, com 21 atletas. João Américo e Ronaldo Gonçalves Domingues ficaram em 11º e 13º lugares na classificação geral;
- em fevereiro, a mesma equipe participou de novo da corrida rústica de Jacutinga, com 23 atletas. João Américo conseguiu o 2º lugar na categoria veteranos, e Ricardo Nogueira, o 6º na categoria infantil;
- em 4 de abril realizou-se a *IV Corrida da Fraternidade*, com 62 participantes de 9 cidades. Ganhou-a José Afonso, de Belo Horizonte. Na categoria veteranos, os machadenses João Américo e Fernando Bernardes ficaram em 1º e 3º lugares. Na categoria feminina, vencida por Berenice Dias de Meira (BH), nossa conterrânea Rosiane Aparecida Nogueira obteve o 3º lugar;
- no mesmo mês, a *Equipe da Pensão Brasil* participou, com 28 atletas, da corrida rústica de Boa Esperança;
- em agosto, machadenses obtiveram bons resultados na corrida de Estiva: Maria de Lourdes Oliveira foi a 1ª na categoria adulta feminina; Rosiane Aparecida Nogueira, a 2ª na juvenil feminina; e Ricardo Nogueira, o 4º na juvenil masculina;
- em 12 de setembro, realizou-se corrida rústica de 10.000 metros, com saída da Praça Antônio Carlos, em oito categorias. Duas delas foram vencidas por conterrâneas: infantil feminina (Rosiane Aparecida Nogueira) e adulta feminina (Maria de Lourdes Oliveira);
- em outubro, João Batista Américo venceu a 1ª maratona de Campanha, com percurso de 48 quilômetros. Outro machadense, Fábio Elísio da Silva, ficou em 11º lugar;
- em dezembro, João Américo foi o 3º colocado na maratona de Capitólio.

No início de 1.994, João Batista Américo continuou a acumular sucessos: em fevereiro, obteve o 2º lugar na corrida de Nepomuceno, e o 3º na de São João da Mata; em 25 de março, chegou em 4º lugar na *V Corrida da Fraternidade* local, vencida por atleta de Águas da Prata. Em maio seguinte, nossa equipe de atletismo participou dos *Jogos da Juventude*, em Lavras. Em setembro, obteve o 3º lugar na corrida de Campestre; em novembro, com José Mílton, o 1º nos 5.000 metros rasos do *2º Torneio Sul-Mineiro de Atletismo*, em Poços.

No ano seguinte, a Associação Machadense de Atletismo participou, com os corredores Marcos Luciano Dias Neves, Paulo Maciel da Costa e Regiane de Souza, entre outros, da *Volta ao Cristo*, em Poços (janeiro) e da 1ª corrida rústica de Varginha (março). A *VI Corrida da Fraternidade*, em abril de 1.995, foi vencida por João B. Américo. No mesmo mês ele ganhou a corrida rústica de Boa Esperança. No segundo semestre, Fernando Bernardes Duarte, atleta do Cruzeiro Esporte Clube, obteve o 11º lugar no campeonato estadual de atletismo, em Itajubá, na corrida dos 10.000 metros rasos.

A sétima e a oitava *Corridas da Fraternidade*, em 1.996 e 1.997, não despertaram maior interesse nos machadenses, sendo vencidas por atleta de Águas da Prata. Em abril de 1.997, nosso atletismo disputou a fase final dos *Jogos da Juventude*, em Poços de Caldas. No mês de dezembro, Rivaldi Soares venceu a corrida nos *III Jeares*, em Colatina, ES, representando a Escola Agrotécnica local. A equipe desta foi campeã geral de atletismo.

Em janeiro de 1.998, na *Volta ao Cristo*, em Poços, o grupo machadense ficou em 2º lugar na classificação geral. A equipe feminina obteve igual colocação na mesma prova, um ano depois.

No início de 1.999, nossa equipe ganhou as corridas de Ibitiura de Minas e Monte Sião. Nos *Jogos da Juventude*, obteve o 3º lugar nas categorias masculina e feminina. Em 15 de junho daquele ano, inaugurou-se no M.E.C. pista de atletismo, com cem metros de comprimento.

A Associação obteve o terceiro lugar na *VII Corrida Pedestre de São José*, em Itajubá, em março de 2.000. Representou Machado nos *Jojuninhos*, em Poços de Caldas, em outubro seguinte, ficando em 6º lugar nas categorias masculina e feminina - Claudir Aparecido Gomes de Souza conseguiu o 2º lugar na corrida de 100 metros. No mês de novembro, ela participou do *1º Torneio Regional Sul-Mineiro*, de Pouso Alegre, em três categorias, ganhando o 4º lugar na classificação geral.

Nos *Jogos da Juventude* de 2.000, nosso atletismo feminino ficou em quarto lugar.

2 - **Outras modalidades**.

A machadense Josiany Marcovig Gambi, residente em Varginha, destacou-se, ao menos de 1.979 a 1.981, no lançamento de disco. Conforme a imprensa, aos 15 anos de idade, sua marca de 39 metros na categoria juvenil estava próxima do recorde sul-americano. Em abril de 1.979, disputou na cidade de São Paulo as eliminatórias para a *Copa das Nações de Atletismo*. Poucas semanas depois, brilhou no *Campeonato Brasileiro de Atletismo para Menores*, em Brasília. Ganhou a medalha de ouro lançando disco a 38,90 metros, recorde de mineiro e brasileiro na categoria juvenil. No mesmo certame, foi a 5ª colocada em arremesso de peso, com a marca de 9,45 metros. Em agosto do mesmo ano, sagrou-se campeã do *VI Torneio Sul-Americano de Menores*, na Bolívia. Em outubro de 1.980, integrou a delegação brasileira no *Campeonato Sul-Americano Juvenil*, no Chile, e obteve o 2º lugar no lançamento de disco. Em dezembro seguinte, participou do *Campeonato Brasileiro de Menores*, em São Paulo, e conseguiu a marca de 42,10 metros na mesma modalidade. Com ela bateu novamente o recorde sul-americano, tornando-se bicampeã brasileira de menores.

Na segunda fase dos *JIMIs*. de 1.988, em Pouso Alegre, o machadense Roberto Carlos Scalco, embora sem treino específico, conseguiu bom resultado no lançamento de disco. Ficou em 3º lugar, com a marca de 33,25 metros.

Mônica de Souza Dias obteve a 3ª classificação em arremesso de peso na segunda fase dos *JIMIs*. de 1.990, em Varginha.

Na fase final dos *III Jeares da Região Sudeste*, em Colatina, ES, no final de 1.997, o atleta Carlos Alberto Teodoro, da Escola Agrotécnica local, obteve medalha de ouro em três modalidades de salto.

Claudir Aparecido Gomes de Souza, da Associação Machadense de Atletismo, ganhou medalha de ouro no lançamento de dardo, nos *Jojuninhos*, em outubro de 2.000, em Poços de Caldas.

3 - **<u>Associação Machadense de Atletismo</u>**.

Em 6 de junho de 1.993, a *Equipe da Pensão Brasil* se transformou na *Associação Machadense de Atletismo*. Sua primeira diretoria ficou assim constituída: *presidente* - Luiz Carlos de Mello; *vice-presidente* - Antônio Maciel Costa; *1ª secretária* - Marlene Nogueira; *2ª secretária* - Sebastiana Francisca de Souza; *tesoureira* - Clélia Nery Dias; *diretora social* - Maria das Dores Pereira; *diretor geral* - Valdir Magno Ribeiro.

Em setembro seguinte o presidente renunciou, sendo substituído cinco meses depois, informalmente, por José Carlos de Souza. Não houve outra eleição até o final do milênio.

A sede provisória da Associação ficava, no fim do milênio, na Rua João Luís Garcia, 12, apartamento 1 (residência da tesoureira). Ela mantinha escola para ensinar crianças, a partir dos seis anos, a correr. No início de 2.001 congregava 42 atletas, e ainda não tinha estatuto aprovado.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de leis nº 9;
2 - Arquivo da Diretoria de Esportes - Ginásio Poliesportivo - pastas diversas;
3 - "Folha Machadense" ns. 30 - 20/10/1.974 - pág. 8;
77 - 5/10/1.975 - pág. 3;
141 - 9/1/1.977 - pág. 1;
256 - 29/4/1.979 - pág. 1;
262 - 17/6/1.979 - pág. 1;
275 - 13/9/1.979 - pág. 7;
328 - 22/11/1.980 - pág. 1;
336 - 24/1/1.981 - pág. 5;
614 - 16/8/1.986 - pág. 5;
657 - 27/6/1.987 - pág. 12;
797 - 14/4/1.990 - pág. 6;
837 - 2/2/1.991 - pág. 6;
844 - 23/3/1.991 - pág. 1;
847 - 13/4/1.991 - pág. 9;
850 - 4/5/1.991 - pág. 7;
858 - 22/6/1.991 - pág. 3;
903 - 16/5/1.992 - pág. 1;
939 - 6/2/1.993 - pág. 7;
941 - 20/2/1.993 - pág. 9;
948 - 10/4/1.993 - págs. 1, 9 e 12;
958 - 3/7/1.993 - pág. 1;
983 - 1/1/1.994 - pág. 3;
990 - 26/2/1.994 - supl.;
995 - 2/4/1.994 - págs. 1 e 4;
1000 - 7/5/1.994 - pág. 5;
1004 - 4/6/1.994 - pág. 12;
1017 - 3/9/1.994 - pág. 6;
1036 - 21/1/1.995 - págs. 1 e 12;
1078 - 11/11/1.995 - pág. 16;
1149 - 5/4/1.997 - pág. 1;
1190 - 31/1/1.998 - pág. 12;

1245 - 6/3/1.999 - pág. 21;
1262 - 26/6/1.999 - pág. 22;
1288 - 24/12/1.999 - pág. 19;
1332 - 4/11/2.000 - pág. 19;

4 - informações pessoais de Clélia Nery Dias;

5 - Revista do 1º Centenário de Machado - nº 6, pág. 3;

6 - “Siga em Frente” ns. 8 - 14/3/1.993 - pág. 4;
12 - 10/4/1.993 - pág. 5;
18 - 23/5/1.993 - pág. 4;
28 - 4 a 7/8/1.993 - pág. 10;
31 - 21 a 28/8/1.993 - pág. 8;
33 - 13 a 18/9/1.993 - pág. 8;
39 - 10 a 13/11/1.993 - pág. 10;
47 - 12 a 15/1/1.994 - pág. 8;

7 - “Tribuna Machadense” ns. 3 - 14/6/1.987 - pág. 8;
5 - 28/6/1.987 - pág. 8;
58 - 24/7/1.988 - pág. 8.

****

ARTES MARCIAIS

1) - Judô.
2) - Boxe.
3) - Caratê.
4) - Tae-kwon-do.
5) - Capoeira.
6) - Jiu-jitsu.
7) - Luta-livre.

****

1 - **Judô**.

O primeiro praticante e divulgador do judô entre nós foi Roy Vívian Júnior. Em 1.957 ele cá trouxe um grupo de judocas de Belo Horizonte, chefiado por Antônio Alves da Silva, para exibição do esporte. O próprio anfitrião lutou com um deles. Também o conterrâneo José Vasconcelos ("*Mosquito*") o fez, apenas por aventura, e sem sucesso. Conforme o jornalista Geraldo Luiz Costa, o acontecimento, inédito em nosso meio, empolgou o povo machadense, e tal foi a insistência que Roy se viu obrigado a fundar uma academia para crianças e adultos.

Depois, só em 1.965 a imprensa local voltou a dar notícia do assunto que nos ocupa. Em janeiro daquele ano, a *Academia de Judô e Ginástica Acrobática* , cujo instrutor era Roy Vívian Júnior, se mudou para a Rua Coronel Jacinto, e no mês de março promoveu noite esportiva, com lutas e demonstrações de ginástica. Em julho, no Clube Recreativo, ela realizou competição entre seus alunos. No mês seguinte, se transferiu para o prédio em que funcionara a Oficina de Consertos Supercar.

Em 1.971 criou-se o *Centro de Judô e Cultura Física*

de Machado, sob a direção de João Emygdio Gonçalves. Funcionando de início no Machado Esporte Clube, mantinha curso para crianças e adultos, a cargo do técnico Wálter J. Silva. Em outubro tinha já 58 alunos, e turmas de cidades vizinhas. No mês seguinte, participou de torneio em Caxambu, no qual tiveram bons resultados os atletas infantis Carlos Henrique Moreira Guerra, Jeovani Costa Ferri e Ricardo Rocha de Souza, e o adulto Miguel Abdelmur. No final do ano sua sede foi transferida para a Rua Irmão Arnaldo Isidoro, perto da Praça Rui Barbosa. Em meados de 1.972, estava na Rua Major Feliciano, 500.

O Clube dos Trinta criou curso de judô na gestão de João Emygdio Gonçalves (1.974-1.975).

O paranaense Eder Vargas Nunes, aqui residente desde 1.980, fundou em janeiro de 1.983 a *Academia Kodokan Judô Clube*, de que era diretor e técnico. Em novembro do mesmo ano ela participou, com 30 atletas, de campeonato regional, em Varginha. Destacaram-se nele os judocas Alex de Souza Santos, Fabiano Dias Ribeiro, Luciano Pereira Devaston e Rodolfo Souza Dias e Silva.

Em 1.983 o judô foi incluído nas Olimpíadas Estudantis, promovidas pelo Machado Esporte Clube.

Atletas machadenses disputaram o *Campeonato Mineiro de Judô Infanto-Juvenil*, em maio de 1.984. Hernani Garcia da Silva Júnior foi campeão na categoria galo; Alex de Souza Santos, vice-campeão na categoria meio-pesados; Luciano Pereira Devaston obteve o 4º lugar na categoria infantil.

Em setembro de 1.984, a *Academia Kodokan* promoveu no Clube dos Trinta o *I Campeonato Regional de Judô*, com equipes de várias cidades, em diversas faixas etárias. Quase 2.000 pessoas viram os machadenses alcançar a vitória.

Nossos judocas retornaram a Belo Horizonte para participar do *Campeonato Mineiro de Judô*, em abril de 1.985. Ricardo de Paula Carvalho sagrou-se campeão na categoria senior; Hernani Garcia da Silva Júnior e Fabiano Gonçalves Guerra tornaram-se respectivamente, bicampeão na categoria infanto-juvenil e campeão na juvenil. Ainda nesta categoria, Marco Antônio Macedo e Cláudio Paes Rodrigues alcançaram o 3º e o 4º lugares.

Em 1.986, o Professor Matsuo, de Poços de Caldas, começou a ensinar judô no Clube dos Trinta. Sucedeu-lhe em agosto do ano seguinte Ricardo de Paula Carvalho. Arrefecendo o entusiasmo inicial dos associados, em outubro de 1.988 este abriu sua própria academia, denominada "*Roy Vívian Júnior*", na Rua Cel. Francisco Vieira, 615. Um ano depois já tinha 50 alunos, metade dos quais prestou exame de faixas em Poços de Caldas e disputou torneio em Alfenas.

Nos *II Jogos da Juventude do Sudoeste de Minas Ge-*

rais, realizados em Poços de Caldas, em 1.991, Machado obteve o 4º lugar na classificação geral em judô. Nossa equipe ganhou uma medalha de ouro (Cássio Marini Santos), duas de prata (Charles Avelar Vieira Carvalho e Ricardo Vieira Carvalho) e uma de bronze (Rodrigo M. Pimentel).

Em outubro do mesmo ano houve no Ginásio Poliesportivo torneio entre equipes de Alfenas e Machado, vencido por esta. No mês de dezembro seguinte, a *Academia "Roy Vívian Júnior"* disputou em Itanhandu o *IV Torneio Interestadual de Judô*, com representantes de nove cidades, ficando em quinto lugar.

A mesma Academia manteve filial em Poço Fundo durante oito meses, em 1.992. Sus alunos atuaram intensamente naquele ano:

- em março e abril apresentaram-se em Poço Fundo e Inconfidentes;
- em maio disputaram o *Campeonato Mineiro da União de Judô Tradicional*, em Contagem, e três meninas foram campeãs: Melissa Luz Oliveira, Potyra Nascimento Dias e Renata Gonçalves de Lima Carvalho;
- em junho participaram de torneios em Pouso Alegre e Poços de Caldas;
- em agosto disputaram *o Campeonato Mineiro de Judô Infantil*, em Belo Horizonte, destacando-se Dayane Vieira Carvalho, Franciny da Costa, João Alexandre M. Oliveira, Júlio César Lopes e Thiago Legnani Pereira;
- em outubro obtiveram o 6º lugar em torneio interclubes de Cruzeiro, SP.

O ano de 1.993 também foi fértil para os judocas mirins liderados por Ricardo Carvalho, cuja equipe se ressentia da falta de atletas com mais de 14 anos:

- em abril realizou-se no Poliesportivo torneio inter-regional, com atletas de sete cidades, divididos em cinco categorias, e os machadenses conseguiram o maior número de medalhas;
- no mesmo mês, delegação da *Academia "Roy Vívian Júnior"* disputou torneio internacional de clubes, em Formosa, na Argentina:
- em maio, os atletas locais participaram de campeonato em Alfenas, com diversas cidades, ficando em quarto lugar;
- em junho, disputaram torneio em Pouso Alegre, com nove clubes mineiros e paulistas;
- em julho, fizeram curso de aperfeiçoamento na cidade de Bastos, SP;
- em agosto, Dayane Vieira Carvalho venceu pela segunda vez o *Campeonato Mineiro de Judô Infantil*, em Belo Horizonte;
- no mesmo mês, a Academia local participou do *VI Encontro de Judô*, em Lambari;
- em outubro, obteve o 3º lugar em campeonato realizado na cidade de Piquete, SP.

A lei municipal 970, de 28 de setembro de 1.993, declarou de utilidade pública a *Academia de Judô "Roy Vívian Júnior"*. Na E. E. "Gabriel Odorico", no mesmo mês, houve a *I Copa Interescolar de Judô*, com 150 alunos, muitos dos quais nunca haviam tido contato com o esporte em ques-

tão, antes de serem treinados por Ricardo Carvalho. Em outubro seguinte, nossos atletas disputaram as finais de judô dos *Jogos Estudantis Mineiros*, em Poços de Caldas: foram campeões na categoria feminina, e vice-campeões na masculina.

Dez judocas machadenses lutaram em março de 1.994, no campeonato interestadual de judô realizado em Cruzeiro, SP: Melissa Luz Oliveira ganhou medalha de ouro. Em 21 e 22 de maio seguinte, Machado sediou uma das fases do *Campeonato Mineiro de Judô*, promovido pela União Mineira desse esporte, nas categorias juvenil B (13 a 14 anos) e júnior (17 a 20 anos). Para tanto, o Município reformou o Ginásio Poliesportivo, custeou a estada do pessoal organizador e ofereceu os troféus e medalhas disputados. Participaram atletas de 11 academias, de várias cidades. Apenas dois judocas representaram Machado: Cássio Marini Santos conseguiu o 1º lugar na categoria júnior meio-pesado; Orleans Campos Filho, o 3º na categoria juvenil B meio-médio. Uma semana depois, houve em Andradas o 1º campeonato da Liga Sul-Mineira de Judô. Nossos atletas juvenis obtiveram o 1º lugar, credenciando-se para a disputa do campeonato mineiro da categoria, em Belo Horizonte, no dia 11 de junho. Nele, a equipe feminina conseguiu o vice-campeonato; a masculina, junto com Poços de Caldas, teve duas medalhas de prata. Em setembro do mesmo ano, aconteceu aqui a *II Copa Interescolar de Judô*, vencida pela E. E. "Iracema Rodrigues".

Ricardo de Paula Carvalho foi eleito presidente da *Liga Sul-Mineira de Judô*, em fevereiro de 1.995. Manteve-se no cargo por três gestões consecutivas.

Em abril de 1.995 houve em Andradas mais um campeonato regional de judô infanto-juvenil e juvenil B, com o objetivo de organizar seleção para disputa de campeonatos estaduais e nacionais. Machado teve cinco atletas indicados para compô-la. Em outubro, a Academia "*Roy Vívian Júnior*" participou do campeonato sul-mineiro, em Poços de Caldas, competindo com 94 atletas de 11 cidades. Três dos nossos conseguiram medalha de ouro: Charles Avelar Vieira Carvalho, Elis Regina Alves Lucas e Renata Gonçalves de Lima Carvalho. No mês seguinte disputaram outra etapa do certame, em Guaxupé, ganhando mais medalhas.

Em abril de 1.996, Osvaldo Pereira da Luz Nery, de 8 anos, conseguiu medalha de ouro no campeonato infantil da Liga Sul-Mineira, em Poços de Caldas. No mês seguinte aconteceu aqui a *III Copa Interescolar de Judô*, com 85 alunos de 5 escolas: foi campeã a "Gabriel Odorico". Em junho, Elis Regina Alves Lucas conquistou o tricampeonato mineiro, em Lavras; Wágner Peres de Carvalho Júnior teve medalha de prata.

Em agosto de 1.997, organizou-se aqui campeonato sul-mineiro, nas categorias mirim, infantil e juvenil, com atletas de 15 cidades. Machado ficou em 3º lugar na classificação geral.

Competindo com 16 cidades, a seleção machadense ficou em 6º lugar no *Campeonato Interestadual de Pouso Alegre*, em maio de 1.998. No mês de agosto seguinte aconteceu aqui mais uma edição do campeonato sul-mineiro, nas categorias pré-juvenil, juvenil, júnior e senior. Participaram 125 atletas de várias cidades. Machado ficou em 2º lugar na classificação geral, com destaque para Orleans Campos Filho, Rita de Cássia Corsini Lucas e Wágner Peres de Carvalho Júnior. Naquele ano começaram a ser dadas aulas de judô no CAIC, por professores da CD Academia. Elas continuavam no final do milênio.

Em abril de 1.999, a equipe da CD Academia participou de mais uma etapa do campeonato sul-mineiro, em Muzambinho, ficando em 6º lugar. Dois meses depois, uma equipe mista, com atletas da CD e do CAIC, conquistou em Poços o 2º lugar no campeonato sul-mineiro para crianças de 7 a 11 anos. Em setembro seguinte, houve no Poliesportivo mais uma etapa do campeonato sul-mineiro, nas categorias mirim, infantil e infanto-juvenil. Machado, uma vez mais, foi representado por equipe mista da CD e do CAIC, e alcançou o 1º lugar. Em novembro daquele ano, Ebenezer Luiz Martins conseguiu a 2ª colocação no *Campeonato Brasileiro de Judô*, em Belo Horizonte.

Em março e abril de 2.000, a CD Academia participou de campeonatos de judô em Pouso Alegre e Ouro Fino.

2 - **Boxe.**

Segundo Marcelo Vieira, em nota publicada na imprensa (*FM 819*), Machado já teve um pugilista campeão sul-brasileiro dos meio-pesados, de apelido Joe Bidu, ou Joel Budu. Não consegui identificar tal pessoa, e suponho que a informação seja inexata.

Em 1.996, o esporte em questão foi ensinado na Academia Nocaute. Ao que sei, em nenhuma outra ocasião ele aqui se praticou.

3 - **Caratê**.

Pela imprensa anunciou-se a realização, em setembro de 1.983, do *I Campeonato Aberto de Artes Marciais de Machado*, no Centro Educacional São José. A promoção era de uma *Academia Kenka Karatê Kay*, localizada na Rua Major Feliciano, 548, que dizia ter como diretor Shiro Mituira, e como professor, Mitiru Amano. Foi noticiado que possuía matriz em São Paulo, e mais nove filiais. Posteriormente nada se divulgou sobre o evento, o que faz supor não se tenha realizado.

No segundo semestre de 1.993, passou a funcionar no Centro Desportivo "*Roy Vívian Júnior*", a cargo do professor Oswaldo Natal

Corrêa e do auxiliar Sidney Quintino Vieira, a *Associação Bushi Dokan de Karatê-Do*, com matriz em Alfenas. Em 21 de novembro do mesmo ano, ela promoveu o *I Torneio de Caratê de Machado*, no M.E.C., em duas categorias, com atletas locais, de Alfenas, Campos Gerais e Fama. Os alfenenses foram campeões, e Machado alcançou o segundo lugar. Em outubro de 1.994, seis atletas locais dela participaram de campeonato regional de caratê em Paraguaçu, e três conseguiram medalhas: Cláudio Leite, Gilberto Emygdio dos Santos e Luiz Carlos Siqueira. Dois meses após, a mesma associação e a *Academia Alternativa de Esportes de Machado* promoveram torneio regional de caratê no Ginásio Poliesportivo, reunindo 11 academias e 130 atletas.

Cinco atletas da *CD Academia*, em agosto de 1.996, participaram de torneio de caratê em Serrania: Gilberto Emygdio dos Santos, Guilherme Swerts, Hílton Lino, Marcos Lino e Olavo Swerts.

Em outubro de 1.997, Gilberto Emygdio dos Santos e Marcos Lino disputaram o campeonato mineiro de caratê, em Belo Horizonte, obtendo o 3º lugar em categorias diferentes. Dois meses após, aquele venceu em Foz do Iguaçu o campeonato brasileiro na categoria até 70 quilos, sobrepujando cinco adversários.

Em setembro de 1.998, a associação alfenense dirigida por Sidney Quintino Vieira, com filiais em Machado e Poço Fundo, promoveu campeonato regional no Poliesportivo, com participação de 170 atletas, de 16 cidades. No mês seguinte, com atletas locais, ela disputou outro certame, em Passos.

O machadense Gilberto Emygdio dos Santos, em junho de 1.999, disputou a *2ª Copa Mercosul de Karatê*, em Foz do Iguaçu, conseguindo o 3º lugar na classificação geral. Em julho, o Poliesportivo sediou mais um torneio regional, também organizado pela associação de Sidney Vieira, com 126 atletas, de 26 academias. O evento repetiu-se um ano depois, no mesmo local, com 120 atletas, de várias cidades.

4 - **Tae-kwon-do**.

A *Academia Alternativa de Esportes de Machado*, referida no item anterior, foi fundada por Cícero Paulo de Lima em meados de 1.993, e tinha sede no Edifício Bias Maciel (anexa à *Corpóreo*). Em 12 de dezembro do mesmo ano, disputou torneio de *tae-kwon-do* em Pouso Alegre, com atletas de quatro outras cidades. Sua equipe de oito alunos obteve o 2º lugar.

Em fevereiro de 1.994, com atletas que treinavam havia apenas sete meses, com o instrutor "*Carioca*", o Centro Desportivo *"Roy Vívian Júnior"* participou em Alfenas de campeonato interestadual de *tae-kwon-do*, conseguindo o 4º lugar.

No segundo semestre de 2.000 havia no C.A.T. aulas noturnas do esporte em

questão, às terças e sextas-feiras.

5 - **Capoeira**.

Anunciou-se que, em abril de 1.994, membros do *Grupo Capoeira Sol Nascente*, de Caçapava, SP, iriam inaugurar academia na sede da Associação dos Congadeiros, e apresentar-se em festival na E.E. "*Iracema Rodrigues"*. Ignoro se o fizeram.

Na Corpóreo Academia, de 1.996 ao início de 2.000, houve aulas do esporte em questão, a cargo de Roberto Francisco Ferreira ("*Baboo*"). Depois elas foram transferidas para o C.A.I.C..

Por volta de 1.998, José Roberto Rocha de Freitas criou aqui o *Grupo de Capoeira Raiz Mineira.* Ministrando aulas noturnas no C.A.T., duas vezes por semana, tinha no final do milênio cerca de 35 alunos.

Em agosto de 2.000, a ESACMA deu início ao projeto "*Pró-Infância*", coordenado por Marcos Ramos de Oliveira, e destinado a crianças carentes. Elas freqüentavam o "*campus"* diariamente, em meio período, recebendo aulas de horticultura e capoeira. O instrutor dessa modalidade esportiva era o "*Baboo*", acima referido. Nos primeiros meses, cerca de 27 garotos participaram das atividades.

6 - **Jiu-jitsu**.

Em 1.996, a *CD Academia* passou a ministrar também aulas de jiu-jitsu, com professor de Varginha. Interromperam-se algum tempo depois, e foram reiniciadas em 1.999, quando lá se instalou a *Academia Charles de Jiu-Jitsu*, de Charles Avelar Vieira Carvalho, filho do proprietário daquela.

Em abril de 2.000, a *Academia Charles* participou do 3º campeonato desse esporte, em Poços de Caldas, sendo campeã na contagem geral. Dentre seus atletas, destacaram-se Diogo Barbarot Souza, Ebenezer Luís Martins, Francisco P. Caixeta Neto, Gledson Barbarot Souza, Lucas Assunção, Paulo Eduardo S. Alves e Tobias Sales Luz. No início do milênio ela se mudou para a Avenida Renato Azeredo, 507.

7 - **Luta-livre**.

Em época já distante, era comum que, nos circos aqui montados, homens e até mulheres desafiassem pessoas da platéia para combate no picadeiro. Em julho de 1.965, no Clube Receativo, realizou-se luta-livre entre

Roy Vívian Júnior e o forasteiro "*Caruso*". Pelas provocações que este fez ao público, suponho tenha ocorrido somente um "*show*".

Clóvis Mileu, Marcelo Ribas e Marin Cabeleireiros organizaram em 27 de setembro de 1.997, no Poliesportivo, campeonato de vale-tudo. Ele reuniu lutadores de Alfenas, Rio de Janeiro, São Paulo e Varginha.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**.

1 - "Estado de Minas" - exemplar de 14/12/1.993;
2 - "Folha Machadense" ns. 460 - 23/7/1.983 - pág. 7;
466 - 3/9/1.983 - pág. 1;
468 - 25/9/1.983 - pág. 1;
476 - 12/11/1.983 - pág. 1;
502 - 26/5/1.984 - pág. 1;
517 - 8/9/1.984 - pág. 1;
518 - 13/9/1.984 - pág. 1;
548 - 27/4/1.985 - pág. 6;
550 - 11/5/1.985 - pág. 3;
709 - 9/7/1.988 - pág. 16;
731 - 10/12/1.988 - pág. 10;
734 - 14/1/1.989 - pág. 1;
773 - 14/10/1.989 - pág. 14;
774 - 21/10/1.989 - pág. 8;
819 - 13/9/1.990 - supl.;
875 - 19/10/1.991 - pág. 1;
883 - 14/12/1.991 - pág. 3;
905 - 30/5/1.992 - pág. 8;
940 - 13/2/1.993 - pág. 7;
946 - 27/3/1.993 - págs. 1 e 7;
949 - 17/4/1.993 - págs. 1 e 12;
959 - 26/6/1.993 - pág. 5;
974 - 30/10/1.993 - pág. 8;
977 - 20/11/1.993 - pág. 11;
981 - 18/12/1.993 - págs. 1 e 5;
992 - 12/3/1.994 - pág. 11;
997 - 16/4/1.994 - pág. 11;
1002 - 21/5/1.994 - pág. 1;
1003 - 28/5/1.994 - pág. 4;
1007 - 25/6/1.994 - pág. 11;
1036 - 21/1/1.995 - pág. 12;

1043 - 11/3/1.995 - pág. 5;
1049 - 22/4/1.995 - pág. 13;
1075 - 21/10/1.995 - pág. 13;
1098 - 6/4/1.996 - págs. 10 e 17;
1110 - 29/6/1.996 - pág. 11;
1141 - 8/2/1.997 - pág. 5;
1167 - 9/8/1.997 - pág. 13;
1174 - 27/9/1.997 - pág. 22;
1216 - 8/8/1.998 - pág. 18;
1224 - 3/10/1.998 - pág. 22;
1261 - 19/6/1.999 - pág. 21;
1264 - 10/7/1.999 - pág. 22;
1274 - 18/9/1.999 - pág. 21;
1283 - 20/11/1.999 - pág. 20;
1314 - 1/7/2.000 - pág. 19;
1330 - 14/10/2.000 - pág. 23;
3 - informações pessoais de Ricardo de Paula Carvalho;
4 - "Jornal da Cidade" ns. 4 - nov. de 1.984 - pág. 8;
6 - maio de 1.985 - pág. 8;
5 - "Jornal de Machado" nº 4 - 9/3/2.001 - pág. 11;
6 - "O Machadense" ns. 926 - 31/1/1.965 - pág. 2;
933 - 21/3/1.965 - pág. 6;
949 - 11/7/1.965 - págs. 3 e 4;
953 - 8/8/1.965 - pág. 3;
33 - 10/10/1.971 - pág. 4;
35 - 24/10/1.971 - pág. 1;
37 - 7/11/1.971 - pág. 1;
42 - 12/12/1.971 - pág. 4;
77 - 27/8/1.972 - pág. 4;
7 - panfletos em meu poder;
8 - "Siga em Frente" ns. 2 - nov. de 1.992 - pág. 7;
11 - 3/4/1.993 - pág. 5;
12 - 10/4/1.993 - pág. 5;
20 - 5/6/1.993 - pág. 5;
23 - 1/7/1.993 - pág. 10;
32 - 1 a 4/9/1.993 - pág. 8;
35 - 29/9 a 3/10/1.993 - pág. 8;
56 - 14/5/1.994 - pág. 1;
58 - 5/6/1.994 - pág. 6;
60 - 25/6/1.994 - pág. 1;
31 - 1/10/1.997 - pág. 5;
35 - 26/11/1.997 - págs. 1 e 5.

B - **secundárias.**

1 - Geraldo Luiz Costa - "O jiu-jitsu e judô em Machado" - artigo na Revista do 1º Centenário de Machado - nº 7 - agosto de 1.957 - pág. 6.

ESPORTES SOBRE RODAS

1) - As competições de *motocross* e os clubes locais.
2) - Machadenses no *motocross* fora do Município.
3) - As competições de *enduro* com motos.
4) - O ciclismo.
5) - O automobilismo.

****

1 - **<u>As competições de *motocross* e os clubes locais</u>**.

O *motocross* começou a fazer parte do cenário esportivo mineiro por volta de 1.972. Em Machado ele apareceu no ano de 1.984. As primeiras corridas improvisadas ocorriam aos domingos, num aterro do Pastifício Santa Amália, perto do trevo da Rodovia BR-267. Em junho, seus adeptos já falavam em construir pista para praticá-lo. No dia 30 do mês seguinte fundou-se o *Hobby Moto Clube*, cuja diretoria ficou assim constituída: *presidente* - Ozéias Cornélio da Silva; *vice-presidente* - Francisco A. P. Lopes*; tesoureiro* - Saulo Alves Brigagão; *vice-tesoureiro* - Benedito Honorato Filho; *secretário* - Marcos José Carvalho; *vice-secretário* - Mário Marcovig Dias.

Na mesma época formou-se a *Equipe Machado Cross Competições*, e os dois grupos organizaram a primeira prova de *motocross* na Cidade, em 10 de março de 1.985. A Prefeitura encarregou-se da construção da pista, em terreno pertencente a João Gonçalves do Lago, ao lado da Rodovia BR-267. Mais de 5.000 pessoas assistiram à disputa, para a qual se inscreveram 58 pilotos. Os vencedores foram os seguintes:
categoria especial - Marco Aurélio Matias de Carvalho (Poços de Caldas);
categoria 250 - Sandro Azzi Araújo (Pouso Alegre);
categoria 180 - Robert Marent Júnior (Belo Horizonte);

categoria estreantes - Joélis Sanches Cotta (São Lourenço).
Três machadenses participaram da prova: Roberto Dias Braga e Marcos Aurélio Lopes obtiveram, respectivamente, o 3º e o 6º lugares na categoria especial; Sandro Palmeira Paiva ficou em 4º na categoria estreantes. A promoção teve surpreendente sucesso, movimentando açougues, bares, restaurantes e hotéis. Inúmeros carros e motos de fora interromperam o trânsito na Rua Barão do Rio Branco, e houve lucro líqüido de doze a treze milhões de cruzeiros.

A segunda prova, em 4 de agosto do mesmo ano, teve uma bateria de *bicicross*, e repetiu o êxito da anterior. Sagraram-se vencedores:
categoria especial - Norton Trícia (São Paulo);
categoria 250 - Sílvio Claudiano Filho (Poços de Caldas);
categoria 180 - Marcos Aurélio Lopes (Machado);
categoria estreantes - Paulo Sérgio Rabello de Almeida (Poços de Caldas).
Outros machadenses estiveram na disputa: Roberto Dias Braga conquistou o 4º lugar na categoria especial; Sandro Palmeira Paiva, o 4º na categoria 180; e Marco Antônio Moreira Dias, o 6º na estreantes.

Em 14 de setembro de 1.986 realizou-se a terceira corrida local, válida como nona etapa do *III Campeonato Sul-Mineiro de Motocross*. Presenciada por 10.000 pessoas, teve 76 pilotos inscritos. Eis os vitoriosos:
categoria especial - os machadenses Roberto Dias Braga e Marcos Aurélio Lopes alcançaram, respectivamente, o 1º e o 2º lugares;
categoria nacional - Murato;
categoria estreantes - Nélson Gandini Vilela.
Dela participaram ainda os machadenses Darcy Siqueira da Silva, Gilberto Begalli e Marco Antônio Moreira Dias, além de Júlio Flávio Nasser Vieira, aqui residente.

Nos anos de 1.987 e 1.988, o motociclismo local enfrentou sérias dificuldades, e não promoveu corridas. O proprietário do terreno em que se construíra a pista, aborrecido com queimadas e estragos nele feitos, decidiu arrendá-lo para finalidade agrícola.

Em janeiro de 1.987 renovou-se a diretoria do *Hobby Moto Clube*, cabendo a presidência a Luiz Paulo Brigagão e a vice-presidência, a Marcos Aurélio Lopes. Aquele, em 18 de março seguinte, foi eleito um dos três diretores regionais da Federação de Motociclismo de Minas Gerais.

Em junho do mesmo ano deliberou-se a dissolução do *Hobby Moto Clube*. Conforme declarações de seu presidente à imprensa, dos 51 sócios apenas 10 trabalhavam; o Clube não tinha opções de lazer a oferecer-lhes, e a taxa mensal se considerava alta. O principal problema, todavia, era a falta de lugar para as corridas. Fez-se o rateio do capital social, reservado para a compra de um terreno, e a minoria planejou recomeçar tudo algum tempo depois.

Em 1.989 ressurgiu o *Hobby Moto Clube*, reduzido a

oito sócios: Ozéias Cornélio da Silva, Marcos Aurélio Lopes, Otávio Dozza, Luiz Carlos Nery, Francisco Bianchini de Souza, Benedito Honorato Filho, Francisco de Freitas e Léo Diniz Campos. Ele promoveu em 30 de abril o *IV Motocross*, na mesma pista de antes, perante grande público. Participaram da disputa 93 motociclistas. A primeira categoria foi aberta apenas a pilotos machadenses não-graduados, que assim se classificaram: 1º lugar - Carlos Roberto Carvalho; 2º lugar - Fernando Souza Ferreira; 3º lugar - Édson do Lago; 4º lugar - Darcy Siqueira da Silva; 5º lugar - Carlos Roberto Martins. Na categoria B especial, os machadenses Marcos Aurélio Lopes e Roberto Dias Braga alcançaram, respectivamente, o 1º e o 2º lugares. Nas demais, os vencedores foram estes:
categoria A especial - Yuri Moreira Santos;
categoria C - Joélis Sanches Cotta (São Lourenço).

A quinta corrida na Cidade, também realizada pelo *Hobby Moto Clube*, aconteceu em 6 de maio de 1.990, com a presença do campeão nacional Jorge Negretti. Infelizmente, na ocasião houve muitas brigas, bebedeiras e alto consumo de drogas, generalizando-se a desordem na pista e na Praça Antônio Carlos. Os ganhadores foram estes:
categoria nacional - Márcio Gonçalves (Jacareí);
categoria especial - Dário Júnior (Formiga);
categoria 250 especial -Luiz Faustino (São Paulo).
Os machadenses assim se saíram: Fernando Souza Ferreira ficou em 5º lugar na categoria nacional; Allan Dias Tardiolli e Marcos Aurélio Lopes obtiveram o 4º e o 5º lugares na categoria especial.

O *VI Motocross*, em 5 de maio de 1.991, na mesma pista, reuniu 10.000 assistentes e 139 pilotos. Realizaram-se sete baterias de classificação e quatro provas. Marcos Aurélio Lopes foi o único machadense participante. Os vencedores foram os seguintes:
categoria especial 250 - Jorge Negretti;
categoria especial 125 - Álvaro Cândido Filho (Sorocaba);
categoria prata 125 - Cláudio Chandelli (Atibaia);
categoria nacional - Ricardo Sebi (São José dos Campos).

Em 10 de maio de 1.992 realizou-se a sétima prova em Machado, no mesmo local, presenciada por 7.000 pessoas. Válida para o Campeonato Sul-Mineiro, contou com apenas um piloto machadense, Aginaldo, o *Teco*. Os vencedores foram:
categoria especial 250 - Marcos Assunção (São Paulo);
categoria especial 125 - o mesmo;
categoria nacional - Juliano Tavela (Bragança Paulista).

O *VIII Motocross*, em 15 de agosto de 1.993, teve público menor que os anteriores. Nele se apresentou novamente Marcos Aurélio Lopes, que estivera afastado por dois anos. Mostrou como novidade as categorias mini-fapinha e fapinha especial, para crianças de 8 a 14 anos. Correram 87 pilo-

tos, e os ganhadores foram:
categoria nacional - Danilo Guimarães (Conchal);
categoria especial 125 - Massoud Nassar Neto (Itajubá);
categoria força-livre - Alberto Tognozzi (São Paulo).

Ocorreu em 12 de novembro de 1.995 o *IX Motocross*, organizado por empresário de Varginha. O *Hobby Moto Clube*, presidido por Ozéias Cornélio da Silva, naquele ano só cuidou da venda de ingressos na portaria. Não soube o seu resultado, que não foi noticiado pela imprensa.

Após vários anos, Machado voltou ao circuito do *motocross* em 2 de julho de 2.000. Nossa décima prova foi organizada por empresário de fora (Maurício Collares), no loteamento *Residencial Novo Milênio*, com participação de 114 pilotos. Válida pelo campeonato sul-mineiro, teve os seguintes ganhadores:
categoria 80 - Antônio Binota Júnior (Três Pontas);
categoria nacional - Delso Bruno Júnior (Vargem Grande do Sul);
categoria bronze - Giovani Arcanjo (São José do Rio Pardo);
categoria prata - José Gazete Neto (Nova Odessa);
categoria 125 - Nielsen P. Bueno (Cotia);
categoria 250 - Massoud Nassar Neto (Itajubá).
Nenhum machadense alcançou os primeiros lugares.

A última etapa do campeonato sul-mineiro de 2.000 ocorreu também aqui, em 10 de dezembro seguinte, no mesmo local e com o mesmo empresário. Vinte pilotos participaram, e os vencedores foram:
categorias 80, prata e 125 - Rafael Zenni (São Paulo);
categoria nacional - Everton Bastianishi (Franca);
categoria bronze - Luiz Cláudio Alves (Machado);
categoria 250 - Massoud Nassar Neto (Itajubá).
Nosso conterrâneo Luiz Cláudio Alves, o "*Chiclete*", ganhador da categoria bronze, ficou em 5º lugar na categoria prata. Seu irmão, Joseph Alves, obteve o 4º lugar na categoria nacional.

2 - **Machadenses no *motocross* fora do Município**.

A - Marcos Aurélio Lopes - Começou a disputar em 1.984. No mês de agosto daquele ano já teve bom resultado no festival "*Caminho das Águas*", em São Lourenço. Em setembro de 1.985 venceu as corridas de Campestre e Maria da Fé. No ano seguinte disputou o campeonato sul-mineiro. obtendo o 6º lugar (categoria estreantes) na 1ª etapa, em Guaxupé, no mês de maio. Em julho venceu a prova de Ouro Fino, na categoria 250. Em outubro ficou em 5º lugar, categoria graduados, na prova de Lavras, válida pelo *Campeonato Mineiro de Motocross Força Livre*. Participou, ainda em 1.986, das quatro últimas etapas do *Campeonato Paulista de Motocross*, obtendo o 9º lugar na classificação geral. Em 1.987 dis-

putou várias etapas do torneio *Hollywood Motocross* nas cidades de Mariana (6º lugar), Petrópolis (17º), Maria da Fé e Campos do Jordão (16º). No mesmo ano correu ainda em Três Corações (8º lugar), Poço Fundo (2º), Maria da Fé (1º), Divinópolis (3º), São Lourenço (5º), Borda da Mata (3º) e Ouro Fino (3º). No segundo semestre de 1.988, pela categoria especial, venceu as provas de Campestre e Itajubá, ficando em 2º lugar na de Paraguaçu. Em 1.989 sagrou-se campeão sul-mineiro regional na categoria 125 especial. Disputou provas em Boa Esperança (2º e 5º lugares), Guaxupé (3º e 5º), Poços de Caldas (1º), Campestre (2º e 3º), Itamonte (1º) e Varginha (4º). Em 1.990 obteve o 2º lugar no *motocross* de Caconde. Ausente das pistas durante dois anos por falta de moto, retornou em 1.993, disputando o campeonato sul-mineiro. Obteve o 3º (cat. força-livre) e 5º (cat. esp. 125) lugares na etapa de Alterosa, e o 5º (cat. esp. 125) na de Varginha.

B - Sandro Palmeira Paiva - Residindo em Pouso Alegre, estreou aqui em 1.985. Começou a competir oficialmente em abril de 1.986, no *III Campeonato Sul-Mineiro*. No fim, embora ausente de várias provas, ficou em 5º lugar na categoria nacional. Em maio do mesmo ano ingressou no campeonato mineiro, categoria estreantes, e obteve o 1º lugar em Guaxupé, Uberlândia e Governador Valadares. Só não venceu em Divinópolis, por quebra da moto. Encerrou a temporada como campeão, considerado a revelação do ano pelo "*Estado de Minas*". O mesmo jornal destacou sua liderança e espírito profissional, lembrando que em Lavras, dada a largada sem a presença de cinco pilotos, ele invadiu a pista e nela deitou sua moto, interrompendo a corrida. Ainda em 1.986 esteve no *Torneio Força-Livre*, disputando e vencendo três das cinco etapas, na categoria estreantes. Participou do *IV Hollywood Motocross*, alcançando o 2º lugar em Mariana, o 4º em Curitiba, o 9º em Petrópolis. Não marcou pontos em Gramado, e encerrou o certame em 3º lugar, na categoria B-estreantes. No início de 1.987, fez curso de motociclismo durante 40 dias em *Los Angeles*, Estados Unidos. No mesmo ano disputou corridas do *Campeonato Regional Sul*, e ficou no 2º lugar em Guaxupé, na categoria especial. Participou também do *V Hollywood Motocross*, sendo o vice-campeão da categoria B. Em 1.988 correu no *VI Hollllywood Motocross*. Abandonou o motociclismo posteriormente.

C - Roberto Dias Braga - Disputou em 1 de setembro de 1.985, na categoria especial, o *II Motocross* de Campestre, ficando em 4º lugar. No ano seguinte participou do *III Campeonato Sul-Mineiro*, acabando em 5º lugar na categoria especial. Ainda em 1.986, correu pelo *Campeonato Mineiro de Motocross Força-Livre*, obtendo o 2º lugar, categoria graduados, na prova de Lavras. Em 1.989 disputou o campeonato sul-mineiro.

D - Gilberto Begalli - Ficou em 5º lugar, categoria estreantes, no *I Motocross de Poço Fundo*, em maio de 1.987. No *II Motocross de Paraguaçu*, em novembro do ano seguinte, obteve o 3º lugar da categoria nacional.

E - Allan Dias Tardiolli - No ano de 1.989 disputou provas em Boa Esperança (6º e 2º lugares, cat. estreante), Alfenas (2º), Poços de Caldas (7º, cat. nacional),

Campestre (1º e 4º) e Varginha (4º). Em 1.990 obteve o 3º lugar na prova de Caconde, e o 5º na de Bandeira do Sul.

3 - **<u>As competições de *enduro* com motos</u>**.

Na disputa da *Copa Sul-Mineira de Enduro de Regularidade*, em 1.996, o machadense Aldo Gonçalves Carvalho obteve o 9º lugar em Elói Mendes, o 13º em Itajubá, e o 11º em Brasópolis. Naquele ano, conforme a revista "*Imagem e Conteúdo*", aqui também se dedicavam a essa modalidade esportiva Denílson Magalhães, João de Freitas e Nairo Teixeira.

Dois anos depois, pela mesma Copa, no *Enduro das Águas*, em Lambari, Aldo Gonçalves Carvalho e José Gilberto Baccoli conseguiram, respectivamente, o 6º e o 7º lugares na categoria C; Fausto Paulo Werner Neto obteve a 17ª colocação na categoria D.

Em 1.998, Machado sediou pela primeira vez uma etapa da *Copa Sul-Mineira de Enduro de Regularidade*. Nossa prova (depois batizada como *Enduro da Ladeira*) ocorreu em 29 de novembro, por 120 km. de trilhas, deste e dos municípios de Campestre e Poço Fundo. Os organizadores Aldo Gonçalves Carvalho e José Gilberto Baccoli ficaram fora da disputa. Participaram 126 pilotos, e os vencedores foram:
categoria A - Evandro Eugênio (Três Pontas);
categoria B - Claudinei Dias (Paraguaçu);
categoria C - Eder José Giachero (São Sebastião do Paraíso);
categoria D - Tarlis Andrade Carvalho (Poços de Caldas).
Os machadenses mais bem classificados foram os seguintes: na categoria B - Denílson Magalhães (9º lugar); na categoria D - Bias Maciel Dias (14º), Virgílio Palmeira (27º), Daniel Caixeta (30º), Luís Alberto Bertelli (33º), Marcelo Caixeta (35º), Gustavo Guerra (37º), Nivaldo Souza (38º), Hermans Júnior (39º) e Lucas Palmeira (40º).

O *II Enduro da Ladeira*, válido pela *8ª Copa Sul-Mineira de Regularidade*, aconteceu aqui em 14 de novembro de 1.999. Os organizadores foram os mesmos. 165 pilotos percorreram 130 km. de trilhas, entre Machado e Poço Fundo. Os vencedores foram:
categoria A - Evandro Eugênio (Três Pontas);
categoria B - Caio Vilela (Três Corações);
categoria C - José Roberto Freitas (Elói Mendes);
categoria D - Bias Maciel Dias (Machado).
Findo o certame, este ficou em 2º lugar na sua categoria; os também machadenses José Gilberto Baccoli e Aldo Gonçalves Carvalho obtiveram, respectivamente, o 3º e o 5º lugares da categoria B.

O *III Enduro da Ladeira* (etapa final da *Copa Sul-Mi-*

neira) realizou-se em 9 de dezembro de 2.000, num fim-de-semana especial para o esporte em estudo: no dia seguinte houve aqui a prova de *motocross*, como já visto. Entre Machado e Poço Fundo, 90 km. de trilhas foram percorridas por 120 pilotos. Conseguiram a vitória:
categoria A - Welson Antônio Magalhães (Franca);
categoria B - Sebastião Belini Dias (Paraguaçu);
categoria C - José Gabriel Vilela (Botelhos).
Nenhum machadense alcançou os primeiros postos da prova. No rol geral do campeonato, porém, figuraram Aldo Gonçalves Carvalho, Bias Maciel Dias, José Gilberto Baccoli, Marcelo Gonçalves Souza e Nivaldo Souza Ferreira.

4 - **O ciclismo**.

O relevo acidentado da Cidade não favorece a prática do ciclismo, e só nas últimas décadas ele foi objeto de esporádicas competições.

Em maio de 1.977, no lançamento da campanha *Esporte para Todos*, ocorreu o *1º Passeio de Bicicletas de Machado*, sob a organização de Roosevelt de Carvalho Dias. Quase 200 participantes, na maioria crianças, fizeram percurso aproximado de 8,5 quilômetros.

O *Hobby Moto Clube* promoveu, juntamente com a segunda disputa local de *motocross*, o *1º Bicicross*, em 4 de agosto de 1.985. Foram estes os vencedores:
categoria mirim - Pedro Palmeira Neto;
categoria infantil - Gilberto Batista Costa;
categoria A (10 a 14 anos) - Márcio Graça Basílio;
categoria B (14 a 18 anos) - João de Paula Pereira Júnior.

Em 1º de setembro do mesmo ano, diversos machadenses participaram do *bicicross* de Campestre e obtiveram boas colocações:
categoria 4 anos - Pedro Palmeira Neto (1º lugar);
categoria 7 a 9 anos - Fábio Lopes de Souza (2º) e Hélio Diniz Honorato (3º);
categoria 10 a 12 anos - Gustavo Palmeira (2º);
categoria 17 a 18 anos - João de Paula Pereira Júnior (2º).

O menino Hélio Diniz Honorato, em março de 1.986, disputou o *Campeonato Mineiro de Bicicross*, em Belo Horizonte, e alcançou o 5º lugar na categoria infantil.

Promovida pela Liga Esportiva Machadense e organizada por Gabriel Domingues, ocorreu em 19 de outubro de 1.986 a *I Corrida Ciclística*, às margens do lago artificial. Os ganhadores foram:
categoria mirim - Gilberto Alves;
categoria infantil - Fábio Eduardo Leite;

categoria infanto-juvenil - Marcelo Dias Tardiolli;
categoria juvenil - Sandro Paiva;
categoria adulto - Wálter Garcia Júnior;
categoria feminina livre - Wanessa Garcia;
categoria livre - Nílton Guerra Andrade.

O machadense Sandro Paiva participou do *1º Enduro de Bicicletas de Pouso Alegre*, em julho de 1.987. Entre 198 corredores conseguiu o segundo lugar.

Em setembro de 1.988 houve *bicicross* em Campestre, e os machadenses Fábio Lopes e José Lucas Gonçalves obtiveram, respectivamente, o 1º e o 2º lugares na categoria A. Fábio Santos alcançou a 3ª colocação na categoria C.

O ano de 1.988 registra dois fatos importantes para o ciclismo local: a construção da pista de *bicicross* no Parque de Exposições, e a criação da *Equipe Aerocross*, dirigida por Solimário Lopes de Oliveira. Lá, em 18 de setembro do mesmo ano, a Equipe citada realizou o *2º Bicicross de Machado*. Disputaram-no 48 atletas infanto-juvenis, divididos em sete categorias.

Em 6 de novembro seguinte, a *Equipe Aerocross* participou da última etapa do *Campeonato Regional de Bicicross*, em Poços de Caldas. Obteve boas colocações nas várias categorias, com destaque para Fábio Lopes e Sandro Paiva.

No Parque de Exposições, em 2 de julho de 1.989, aconteceu o *3º Bicicross* local, organizado pela *Equipe Aerocross*. Concorreram 92 atletas de Alfenas, Machado e Poços de Caldas, separados em sete categorias. Em 9 do mesmo mês a *Aerocross* participou do *II Enduro Bike Cross*, em Pouso Alegre, conseguindo boas pontuações com os ciclistas Clayton Lima Ferreira, Gilbert Alves, Gilberto Campos Pereira e Tobias Braga Dias. Em 18 de setembro do mesmo ano, realizou-se no Parque de Exposições o *I Bicicross da Primavera*, sob a direção de Solimário Lopes de Oliveira, com 60 participantes de várias cidades.

A *Equipe Aerocross* disputou também o *Campeonato Sul-Mineiro de Bicicross* de 1.989. Tobias Braga Dias obteve 19 pontos na temporada, ficando em 3º lugar no "*ranking*" regional de sua categoria. Em 1.990 a Equipe participou do *3º Campeonato de Bicicross*, em Poços de Caldas, e ainda do *Campeonato Sul-Mineiro*. Neste, seus melhores atletas foram Breno Almeida Silva, Clayton Lima Ferreira e Tobias Braga Dias.

Ainda no final da década de oitenta e início da seguinte, houve aqui uma equipe de *bicicross* com o nome de "*Savage Snake*", formada por jovens que também se dedicavam ao "*rock*", na banda "*Hultima Hora*": Edílson Garcia, Edwar Garcia, Gilberto Campos Pereira, Jamar Soares Muniz e Marcelo Brigagão

Realizou-se em setembro de 1.994 o passeio ciclístico "*Pedala, Machado*", com patrocínio das Casas Pernambucanas.

Nosso primeiro "*mountain bike*" ocorreu em 30 de abril do ano seguinte, pela antiga estrada da torre de televisão. Organizou-o a *Equipe Carvalho Bikes*, sob o comando de Aldo Gonçalves Carvalho, que se dedicava a esse esporte desde 1.993. Participaram dele 43 corredores da categoria juvenil (até 17 anos), e 47 da categoria especial (acima de 17 anos). O machadense mais bem colocado nesta (13º lugar) foi Luiz Flávio Brigagão. A Equipe referida, em agosto do mesmo ano, disputou prova similar em Pouso Alegre, obtendo o 5º lugar nas categorias infantil e especial, e o 4º na categoria júnior.

No segundo semestre de 1.995, Charles Montel conseguiu o 6º lugar no *Campeonato Estadual de Atletismo*, na modalidade ciclismo, em Ipatinga.

Outro passeio ciclístico aconteceu em 1º de maio de 1.996, organizado pelo *Grupo de Apoio às Pastorais*, com ajuda da Prefeitura e das Casas Pernambucanas. Cerca de 300 pessoas pedalaram pelas principais ruas da Cidade, sem competição.

Naquele ano, segundo a revista "*Imagem e Conteúdo*", pelo menos 12 pessoas aqui praticavam o "*mountain bike*", com o patrocínio da *Equipe Carvalho Bikes*. Nossos melhores atletas de "*cross country*" eram Diego Azevedo Diniz, da categoria infanto-juvenil, com 2º lugar em São Sebastião da Bela Vista, 3º em Guaxupé e 5º em Vargem Grande do Sul; Claudiney Ferreira Diniz, da categoria júnior, com 5º lugar em Boa Esperança e 6º em Pouso Alegre; e Geraldo Gonçalves, da categoria *master,* com 5º lugar em Varginha e Pouso Alegre.

O machadense Luiz Flávio de Castro venceu por antecipação a *Copa Cidade de Campinas de "Mountain Bike"*, em 1.997. Participaram dela atletas de 15 cidades, entre os quais os conterrâneos Cássio Rodrigues, Juliano Lima Mezetti e Renato Nery Gonçalves.

Em 15 de junho de 1.999 foi inaugurada a pista de *bicicross* do MEC. Quase mil atletas disputaram, no segundo semestre daquele ano, a maior competição de "*mountain bike*" da América Latina: a "*Iron Biker*", na Zona Metalúrgica de Minas Gerais. Entre eles, os machadenses Cássio Rodrigues, Fernando Júnior, Luiz Flávio de Castro, Marcelo Vítor e Renato Nery Gonçalves. Pela mesma época, ocorreu aqui o "*Passeio Ciclístico da Primavera*", com mais de 50 atletas, patrocinado pelas Casas Pernambucanas. Em 15 de abril de 2.000, foi a vez de a *CD Academia* organizar um passeio ciclístico pelas ruas da Cidade. Em novembro seguinte ela realizou outro, no lago artificial, em parceria com *Eletro Neves*.

5 - **O automobilismo**.

O nome a lembrar nesta modalidade esportiva é Diego Peres. Estreou no *kart* em fins de 1.997, com 12 anos de idade, vencendo a "*Taça Meteoro*", em Alfenas. No ano seguinte, foi campeão sul-mineiro de *kart* pela categoria "graduados A", ganhando metade das dez provas disputadas.

A imprensa noticiou que seria realizado no perímetro urbano local, em novembro de 1.999, o *I Rali de Regularidade*, com aproximadamente cem carros de passeio. Acrescentou que o evento era organizado pelo Departamento de Educação da ESACMA, sob a coordenação do estudante Richardson Santos. Ele não aconteceu, por motivo que ignoro.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**.
1 - "Diário da Tarde", de Belo Horizonte - exemplares de: 11/8/1.986 - 18/8/1.986 - 13/10/1.986 - 27/10/1.986 - 12/10/1.987;
2 - "Estado de Minas", de Belo Horizonte - exemplares de: 29/5/1.986 - 18/12/1.986 - 15/1/1.987 - 4/6/1.987 - 8/7/1.987 - 20/5/1.988 - 31/8/1.993;
3 - "Folha Machadense" ns. 159 - 7/5/1.977 - pág. 1;
507 - 30/6/1.984 - pág. 1;
513 - 11//1.984 - pág. 5;
514 - 18/8/1.984 - pág. 1;
533 - 12/1/1.985 - pág. 1;
563 - 10/8/1.985 - págs. 1 e 4;
567 - 7/9/1.985 - pág. 11;
570 - 28/9/1.985 - pág. 4;
593 - 22/3/1.986 - pág. 3;
611 - 26/7/1.986 - pág. 1;
619 - 20/9/1.986 - pág. 3;
624 - 25/10/1.986 - pág. 3;
634 - 17/1/1.987 - pág. 14;
635 - 31/1/1.987 - pág. 8;
644 - 28/3/1.987 - pág. 1;
654 - 6/6/1.987 - supl.;
657 - 27/6/1.987 - pág. 12;
694 - 26/3/1.988 - pág. 9;
720 - 24/9/1.988 - pág. 14;
727 - 12/11/1.988 - pág. 3;

728 - 19/11/1.988 - pág. 6;
730 - 3/12/1.988 - pág. 12;
744 - 25/3/1.989 - pág. 12;
745 - 1/4/1.989 - pág. 9;
750 - 7/5/1.989 - pág. 1 e supl.;
758 - 1/7/1.989 - pág. 14;
759 - 8/7/1.989 - pág. 10;
760 - 15/7/1.989 - pág. 10;
762 - 29/7/1.989 - págs. 10 e 13;
765 - 19/8/1.989 - pág. 10;
769 - 16/9/1.989 - pág. 10;
770 - 23/9/1.989 - pág. 12;
777 - 11/11/1.989 - pág. 7;
790 - 24/2/1.990 - pág. 1;
799 - 28/4/1.990 - pág. 1;
801 - 12/5/1.990 - pág. 1;
818 - 8/9/1.990 - pág. 6;
849 - 27/4/1.991 - pág. 1;
851 - 11/5/1.991 - pág. 10;
903 - 16/5/1.992 - pág. 1;
904 - 23/5/1.992 - pág. 3;
956 - 5/6/1.993 - pág. 9;
958 - 19/6/1.993 - pág. 12;
964 - 21/8/1.993 - págs. 1 e 7;
1020 - 24/9/1.994 - pág. 1;
1050 - 29/4/1.995 - pág. 15;
1051 - 6/5/1.995 - pág. 8;
1067 - 26/8/1.995 - pág. 13;
1078 - 11/11/1.995 - págs. 1 e 16;
1102 - 4/5/1.996 - pág. 16;
1212 - 25/7/1.998 - págs. 1 e 17;
1231 - 21/11/1.998 - pág. 20;
1233 - 5/12/1.998 - pág. 21;
1234 - 12/12/1.998 - pág. 21;
1262 - 26/6/1.999 - pág. 22;
1274 - 18/9/1.999 - pág. 21;
1279 - 23/10/1.999 - pág. 19;
1280 - 30/10/1.999 - pág. 16;
1283 - 20/11/1.999 - pág. 14;
1303 - 15/4/2.000 - pág. 21;
1311 - 10/6/2.000 - pág. 19;
1313 - 24/6/2.000 - pág. 17;
1315 - 8/7/2.000 - pág. 18;
1337 - 9/12/2.000 - págs. 1 e 20;
1338 - 16/12/2.000 - págs. 20 e 21;

4 - informações pessoais de Marcos Aurélio Lopes;

5 - “Jornal da Cidade” nº 6 - maio de 1.985 - pág. 8;
6 - “Jornal dos Lagos”, de Alfenas - exemplar de 16/3/1.985;
7 - Revista “Imagem e Conteúdo” ns. 1 - ago./set. de 1.996 - págs. 10 e 11;
2 - out./nov. de 1.996 - págs. 10 e 11;
10 - mai./jun. de 1.998 - págs. 20 e 21;
11 - jul./ago. de 1.998 - pág. 7;
8- “Siga em Frente” ns. 30 - 18 a 21/8/1.993 - pág. 8;
32 - 15/10/1.997 - págs. 1 e 4;
9 - “Tribuna Machadense” ns. 7 - 12/7/1.987 - pág. 8;
63 - 28/8/1.988 - pág. 6;
64 - 11/9/1.988 - pág. 8.

B - **secundárias**.
1 - Graziela Cruz - “Motocross - Os altos e baixos dessa história” - artigo no “Estado de Minas” de 18/1/1.990 - pág. 11.

****

OUTROS ESPORTES - I

1) - Natação.
2) - Basquetebol.
3) - Handebol.
4) - Peteca.

****

1 - **Natação**.

Tem tido pouco desenvolvimento na Cidade, talvez por falta, em muitos períodos, de técnico especializado, de condições e de estímulo para sua prática.

O "*Album dos Municípios do Estado de Minas Gerais*" , de 1.941, noticia a existência em Machado de apenas uma piscina. A primeira que aqui se construiu, inaugurada em 7 de abril do ano anterior, foi a de Homero Vieira, em chácara no atual Bairro Bom Jesus. Depois foi feita a do Ginásio São José. Particulares, não estavam abertas à maioria da população.

Só após inaugurada a Praça de Esportes, em 1.957, tiveram os machadenses local público adequado à natação. Sua primeira instrutora desse esporte, Cármen Mendonça, chegou à Cidade no final de 1.958 ou começo de 1.959, e aqui permaneceu até dezembro de 1.960. Recebeu ajuda de custo do Município, com base na lei local 267, de 20 de março de 1.959. Em 4 de abril do mesmo ano, após somente duas semanas de aulas, ocorreu a primeira exibição dos filhos da técnica e dos melhores alunos, na categoria infanto-juvenil: Anuar Rebelo, Édson Farias do Prado, Eliane Vieira, João A. da Costa Neto, José Oscar Vieira, Kléber Palmeira, Maria Conceição Nazário, Thelma V. Barbosa, Thalmo V. Barbosa, Wágner Luiz Vieira e Wanderly Palmeira.

No final daquele ano realizaram-se na Praça de Esportes, assim como em todo o Estado, provas eliminatórias para o *Campeonato Mineiro de Natação Infanto-Juvenil*. Concorreram 14 nadadores, e 10 alcançaram índice técnico para participação, destacando-se Antônio Alves de Mendonça e Édson Farias do Prado. Machado acabou sendo a única cidade sul-mineira no certame, ante a desistência de Lavras e Varginha. Ignoro o resultado dele, ocorrido em janeiro seguinte.

De 1.969 ao começo de 1.974, foi técnico do Machado Esporte Clube o Sargento Itamar de Castro, que dava aulas de natação. Ele montou equipe de atletas, filiada à Federação Aquática Mineira, e conseguiu que muitos deles se colocassem entre os quinze melhores, em diversos nados, no "r*anking*" da temporada de 1.969/1.970.

No início de 1.971, os nadadores Francisco José Brigagão de Carvalho, Hamílton Castro Swerts, Luiz Paulo Brigagão e Roque de Souza Dias disputaram o campeonato mineiro. Conforme a imprensa, obtiveram o 1º lugar do interior em revezamento, e o 3º na modalidade 4x100. Em fevereiro do mesmo ano, ocorreu o 2º campeonato sul-mineiro de natação para petizes e mirins, em Três Pontas. Participaram clubes locais, de Machado e Varginha. Nossa equipe, com 14 atletas, sagrou-se bicampeã. Três deles (Ângelo Swerts de Oliveira, Elza Maria Coelho e Sandro Nogueira Nannetti) alcançaram índice para disputar o campeonato infanto-juvenil estadual. Este aconteceu no mês seguinte, em Belo Horizonte, com representantes de 16 cidades, e foi vencido pelos machadenses.

Em março de 1.972, no campeonato mineiro de natação do interior (petizes), a conterrânea Nídia Caproni Gonçalves obteve o 1º lugar na modalidade "*costas*". A turma do M.E.C., composta por ela, Luciara Souza Barros, Maria Cristina Botazini e Maria do Carmo Carvalho Dias, conseguiu ainda o 4º lugar no revezamento, nado livre.

Nadadores do M.E.C. disputaram os *I Jogos Estudantis Mineiros* na cidade de Varginha, em maio de 1.972, com representantes de dez cidades, sagrando-se vice-campeões na classificação geral. Foram eles: Elza Maria Coelho, Layza Gonçalves Costa, Lúcia Helena Nannetti Carvalho, Luciara de Souza Barros, Maria Ângela Pereira Dias, Maria Helena G. Teixeira, Nídia Caproni Gonçalves, Rosânia Loreto Magalhães, Tânia Mara Carvalho Dias, Daniel Alves Brigagão, Francisco José Brigagão de Carvalho, José Marques Júnior, Luiz Paulo Brigagão, Mário Marcovig Dias, Saulo Alves Brigagão e Wander Moterani Swerts.

Em janeiro de 1.973, nadadores do M.E.C. e de Alfenas disputaram naquela cidade o torneio de aspirantes da Federação Aquática Mineira. Voltaram a enfrentar-se em março seguinte, no mesmo local, em eliminatórias do campeonato do interior da F.A.M., e os machadenses ganharam 16 das 27 provas disputadas.

Em maio de 1.974, a equipe do M.E.C. venceu torneio em Poço Fundo, competindo com nadadores locais e de Alfenas. No mesmo mês, nos *III Jogos Estudantis Mineiros*, em Varginha, Leonardo Swerts de Oliveira venceu a prova de 200 metros, nado livre. Foi destaque Layza Gonçalves Costa, que conseguiu o 1º lugar nas três provas que disputou. Na classificação geral, Machado ficou com o 2º lugar no revezamento masculino 4x100, e com o 3º na natação masculina e feminina individuais.

Após a mudança do Sargento Itamar de Castro, a Cidade ficou sem técnico, e sua natação decaiu muito. Em 1.979 alegava-se que ela estava parada porque, em falta de competições regionais, os atletas ficavam sem incentivo para treinos.

Em abril de 1.986, equipe do Clube dos Trinta, dirigida por Alex Silveira, participou de torneio de natação em Poços de Caldas. No M.E.C., em outubro do mesmo ano, realizou-se o *I Campeonato Infantil de Natação de Machado*. Sua coordenação ficou a cargo de Layza Gonçalves Costa, e 42 crianças se inscreveram para disputá-lo.

Em setembro de 1.987, atletas do Clube dos Trinta participaram em Passos da terceira etapa do *Troféu Carlito de Natação*. Classificaram-se para a fase final Alex S. Santos, Caio Nannetti, Flávio Eduardo, Luiz Alberto Caixeta e Rodolfo Nannetti.

Por essa época, Layza Gonçalves Costa abriu escola de natação em sua casa, na Rua Irmão Arnaldo Isidoro. Seus alunos exibiram-se na inauguração da piscina pública de Carvalhópolis, em janeiro de 1.988.

Houve torneio de natação no M.E.C. em maio de 1.991, organizado por José Trindade de Oliveira Filho, com representantes de seis bairros e sociedades. No mesmo local, em abril de 1.993, ocorreu disputa entre nadadores do Clube e do Colégio Universitário, vencida pelo anfitrião. Naquele ano, Josmar Caproni Gonçalves passou a dar aulas de natação no M.E.C.; pouco depois seus alunos fizeram uma apresentação, aberta pela nadadora Elza Maria Coelho.

Em meados da década de noventa, a CD Academia passou também a oferecer aulas de natação, em duas piscinas aquecidas. Os instrutores são o proprietário, Ricardo de Paula Carvalho, e seu filho, Ricardo Vieira Carvalho.

O M.E.C., em abril de 1.998, realizou competição de nado infantil, para atletas de até 14 anos.

2 - **Basquetebol**.

Tem sido discreto o interesse dos machadenses por esse

esporte, e não há muito o que contar a seu respeito.

Nos primeiros tempos da Praça de Esportes, o técnico Geraldo Mendonça montou time em que atuavam, entre outros, José Oscar Vieira, Luís Carlos Garcia, Luizinho Gambi e Wágner Vieira. Ele fez, de 1.958 a 1.960, diversos amistosos com as cidades vizinhas de Alfenas, Muzambinho e Varginha. Em junho de 1.960, realizou-se no Ginásio São José e na Praça de Esportes a *Semana do Basquete*, com lições e treinamentos ministrados por Geraldo Mendonça. No término houve partida entre os dois estabelecimentos.

A modalidade esportiva em exame só passou a fazer parte das Olimpíadas Estudantis do M.E.C. em 1.976, quando já estavam em declínio.

Em maio de 1.981, os acadêmicos da Faculdade Integrada de Ciências Biológicas tornaram-se campeões em basquetebol na *1ª Semana de Engenharia Mecânica de Varginha*.

Com a inauguração do Ginásio "*Presidente Tancredo Neves*", os esportes especializados, de modo geral, tiveram um alento. Nele, de outubro a dezembro de 1.987, ocorreu a *Copa Primavera de Vôlei e Basquete*, com 23 equipes. Em junho seguinte, lá se realizou torneio infantil de basquetebol.

Nos *Jogos do Interior de Minas Gerais* de 1.988, nosso basquetebol feminino ficou em 4º lugar na 1ª fase, e foi eliminado na 2ª. O time apenas engatinhava, buscando ganhar experiência. No ano seguinte, com algumas alterações e sob a direção de Marcelo Leite, chegou de novo à etapa intermediária, mas não conseguiu classificar-se.

Ainda em 1.989, houve em junho, no Poliesportivo, o *I Torneio Mirim de Basquete*, com os times Poli-A, Poli-B, Universitário-A e Universitário-B. Ganhou o primeiro.

Nos JIMI de 1.990, o basquetebol masculino classificou-se em 3º lugar na fase inicial. O feminino, embora perdendo as partidas disputadas, também continuou no páreo, porque só havia dois participantes. Na etapa seguinte, ambas as equipes perderam dois jogos, e ficaram fora. No mesmo ano aconteceram:

- em maio, no Poliesportivo, o *II Torneio Mirim de Basquete Masculino*, com três equipes, sendo campeã a Eletrônica;
- em julho, o *I Torneio Interno de Basquete do Colégio Universitário*;
- em novembro, no Poliesportivo, o II "*play-off*" de basquete infantil e o *II Torneio Interno de Basquete Feminino*.

Nos *Jogos da Juventude do Sudoeste de Minas Gerais*, em 1.990, nosso basquetebol feminino ficou em 3º lugar, e o masculino, em 5º. No ano seguinte, este obteve a 3ª colocação. Em 1.992, o feminino foi vice-campeão, em Itajubá.

A equipe feminina infanto-juvenil do Poliesportivo disputou, em junho de 1.992, o *I Festival de Basquete de Paraguaçu*, ficando em 3º lugar.

Nos JIMI de 1.992, nossa equipe feminina conseguiu a 5ª colocação. No ano seguinte, foi campeã da fase inicial, passou pela 2ª, em São Sebastião do Paraíso, mas caiu na 3ª, em Uberlândia. A masculina não se classificou.

Machado participou dos *Jogos da Juventude* de 1.994 com equipe inexperiente, que sequer disputara antes um amistoso. Foi desclassificada na fase inicial, em Campo Belo, perdendo para Capitólio e Pouso Alegre. Nos JIMI do ano seguinte, nosso time também não conseguiu ultrapassar a fase classificatória, em Cambuí: foi derrotado por Jacutinga e Poços de Caldas.

Em 1.996, nos *Jojuninhos*, em Poços de Caldas, o desempenho machadense, no geral, foi vexatório. A equipe de basquetebol masculino disputou apenas dois jogos, com Guaxupé e Varginha, e os perdeu.

A Prefeitura não conseguiu manter no Ginásio Poliesportivo técnicos suficientes para o funcionamento das "*escolinhas*" e treino das categorias de base do esporte especializado. Em 1.999 tal atividade foi terceirizada mediante convênio com a Academia Corpóreo, que a reorganizou, dando esperança de melhores dias.

No início de 2.000, a equipe masculina adulta do Poliesportivo venceu a etapa dos *Jogos do SESI* aqui disputadas, classificando-se para a seguinte. No segundo semestre, a Escola Agrotécnica sediou a *I Copa Fadepe de Basquete e Handebol*, com três equipes: Agrotécnica, Fadepe e Poli/Corpóreo - a segunda venceu na modalidade em estudo.

3 - **Handebol**.

Foi nos primeiros anos da década de setenta que este esporte passou a ser aqui praticado. Atletas locais o disputaram nos *III Jogos Estudantis*, na Varginha, em maio de 1.974, mas foram desclassificados. Naquele ano ocorreu sua inclusão, com sucesso, nas *Olimpíadas Estudantis*, organizadas pelo M.E.C..

No início de 1.975, equipes masculina e feminina de Machado jogaram-no em Poço Fundo. No mês de outubro, o time feminino do "*Imaculada Conceição*" venceu partida em Campo do Meio.

Nossa cidade, representada pelo M.E.C., participou dos *IV Jogos Abertos do Interior*, na Varginha, em julho de 1.980. Obteve o 2º lugar em handebol masculino, com estes atletas: Elzo Coelho, Francisco, Gilbert Costa,

Hélton Braga, José Roberto, Josmar, Júnior, Márcio, Maurício, Paulo Castro, Paulo Figueiredo, Paulo Vazzoler, Rodolfo e Wander. A equipe local, no mesmo ano, disputou em Varginha as preliminares do *1º Campeonato Mineiro de Praças de Esporte*, e foi injustamente desclassificada. O presidente do M.E.C. recorreu então à Diretoria de Esportes do Estado, e ela foi convidada a disputar as finais "*por honra ao mérito*", com treze outros times, no mês de novembro. Ficou em 3º lugar, vencendo Patos de Minas e Sete Lagoas. Nosso técnico era Vanderlei Moterani Swerts. O jogador Gilberto, considerado grande revelação, foi em seguida convocado para integrar a seleção mineira infanto-juvenil.

Em 1.985, Machado disputou handebol masculino e feminino nos *Jogos do Interior de Minas Gerais*, não se classificando para a 2ª fase. Nos IV JIMI, em 1.988, nossa equipe masculina também caiu na etapa inicial. Ela era formada por José Hernani, Grillo, Bacana, Juninho, Kó, Serafini, Gilberto, Marcio Moterani, Paulão, Leite, Tigrinho e Gílson. No ano seguinte foi mais uma vez desclassificada na 1ª fase, em Alfenas, com duas derrotas.

Ainda de 1.989 podem ser lembrados os seguintes fatos:
- em abril, terminou no Poliesportivo o "*play-off*" de handebol masculino infantil, sendo campeã a equipe Eletrônica;
- em maio, o time de handebol masculino adulto do Poliesportivo disputou torneio em Três Corações, ficando em 2º lugar;
- em outubro, ocorreram os jogos internos de handebol feminino infanto-juvenil do Poliesportivo.

Em abril de 1.990, realizou-se no Ginásio Poliesportivo campeonato interno de handebol infantil masculino e feminino, com sete equipes; em outubro, o 2º torneio municipal de handebol masculino, com quatro.

Nos JIMI de 1.990, nosso handebol voltou a desclassificar-se na etapa inicial: o masculino ficou em 4º lugar e o feminino, em 5º. Nos *Jogos da Juventude* do mesmo ano as posições se inverteram: o feminino alcançou a 4ª e o masculino, a 5ª. Em 1.991 conseguimos o vice-campeonato da mesma competição, com esta equipe: Nelsinho, Caio, Fabinho, Anderson, Melchior, José Maria, Nílson, Renato, Wolney, Japão e Cristiano. Em novembro do mesmo ano ocorreu no Poliesportivo o *I Torneio Intermunicipal Escolar de Handebol Masculino e Feminino*, vencido pela E.E. "*Gabriel Odorico*".

1.992 foi um bom ano para o esporte em exame. Machado disputou os *Pré-Jogos da Juventude*, com cinco cidades, e foi o campeão da categoria masculina. Voltou a sê-lo nos *III Jogos da Juventude*, em Itajubá, com esta equipe, dirigida por Alex Silveira: Nicanor, Melchior, José Maria, Marciano, Fladiney, Renato, Fábio, Nélson, Wolney, Alerisson, Elson, Carlos Roberto e Hugo. Após os Jogos, três atletas machadenses foram convocados a integrar as seleções mineiras infanto-juvenis, em preparativo para os *21º Jogos Estudantis Brasileiros*, em Blumenau, no mês de julho. Lucimara Fadini Diniz e Renata Aparecida

de Carvalho participaram de fases de treinamento em Passos e Varginha, mas foram depois desclassificadas. Melchior Campos Dullius manteve-se entre os 14 da equipe masculina, treinou durante um mês em Belo Horizonte e foi a Santa Catarina, onde os mineiros obtiveram o 6º lugar.

Em novembro de 1.992 houve no Poliesportivo campeonato interno de handebol masculino juvenil-adulto, com três equipes, vencido pela Poli-1. Em maio do ano seguinte, no mesmo local, realizou-se outro torneio interno masculino, com os times Tuca's, Bebezada e Bryttu's.

Em julho de 1.993, machadenses participaram de quadrangular em Pouso Alegre, preparando-se para os JIMIs. Nestes, a equipe feminina foi desclassificada na 1ª fase; a masculina passou à posterior, mas foi nela eliminada.

Em abril de 1.994, realizou-se no Ginásio Poliesportivo campeonato interno denominado *Copa Casas Pernambucanas*. O handebol foi uma das modalidades nele disputadas, nas categorias masculina infantil, masculina adulta, feminina infantil e feminina adulta. Nosso handebol masculino conquistou o 2º lugar nos *Jogos da Juventude* daquele ano. Na fase classificatória venceu Varginha e empatou com São Lourenço e Lavras. Na semi-final venceu Campestre. Na final, em Lavras, perdeu o título para Passos, na prorrogação, com placar de 24 a 23.

Em julho de 1.995, o handebol foi desclassificado na fase inicial dos JIMI, em Cambuí.

Nosso esporte teve desempenho vexatório nos *Jojuninhos*, em Poços de Caldas, no final de 1.996. O handebol feminino perdeu os três jogos disputados com Botelhos, São Lourenço e Pouso Alegre.

Em 1.999, a equipe de handebol do Poliesportivo representou Machado nos *Jogos do SESI*. Venceu a etapa aqui disputada, e classificou-se para a seguinte, cujo resultado ignoro.

No *Fest-Areia* de 2.000, o handebol só foi disputado na categoria feminina, com seis equipes. Terminou em setembro do mesmo ano a *I Copa Fadepe de Handebol e Basquete*, na Escola Agrotécnica. A equipe desta foi campeã, seguida pela do Poli/Corpóreo.

4 - **Peteca**.

Esporte tipicamente mineiro, desenvolveu-se de início na Capital, chegando à nossa região na segunda metade da década de oitenta.

Em abril de 1.988, a Associação dos Professores da Fundação Educacional promoveu campeonato, individual e de duplas, no Rancho do Joca. Naquele ano, a peteca foi incluída nos JIMIs, e Machado disputou a 1ª fase apenas na categoria masculina, com os jogadores Kó, Luiz Cláudio, Márcio e Nílson. Não conseguiu passar à fase seguinte. Em 1.989 não disputou a modalidade em estudo. Fê-lo em 1.990, em ambas as categorias, mas não passou da fase inicial.

Em dezembro de 1.989, realizou-se no Clube dos Trinta campeonato da categoria masculina, com vinte duplas. Em junho do ano seguinte, o Poliesportivo sediou campeonato de duplas, masculinas e femininas. Em junho de 1.991 houve campeonato de duplas no Clube dos Trinta.

O Clube dos Trinta representou Machado no *I Campeonato Sul-Mineiro de Peteca*, na cidade de Campos Gerais, em julho de 1.991. Entre os atletas locais, que jogaram em duplas, estavam Adriano Dias, Alexandre Garcia, Fábio Scalco, Marcelo Leite, Melchior Campos Dullius, Rodolfo Vilhena e Warney Garvão de Carvalho Júnior. Eles ficaram com os 5º, 6º e 7º lugares. O mesmo Clube, em setembro seguinte, organizou campeonato interno de peteca, com 12 duplas masculinas e 6 femininas.

Realizou-se em abril de 1.992, nas quadras externas do lago artificial, o *4º Torneio Sul-Mineiro de Peteca*, promovido por jornal de Varginha. A coordenação local do evento coube a Eurico de Oliveira Dias. Participaram 14 duplas, sendo a vencedora de Varginha. Nossa cidade foi representada pelos atletas Cristiano, Melchior Campos Dullius, Rodolfo Vilhena e Warney G. de Carvalho Júnior.

Nos JIMI de 1.992, nossa peteca masculina ficou em 7º lugar. Nos de 1.993, na fase inicial, a masculina obteve o 1º lugar e a feminina, o 2º. Esta foi desclassificada na etapa seguinte, mas aquela passou à derradeira, acabando na 4ª colocação.

Em outubro de 1.993 houve o *1º Festival de Peteca*, promovido pelo CRAPS, na quadra da Lanchonete "*Geração 2.000*". Participaram 14 duplas, e 12 jogadores em disputas individuais. O 2º festival ocorreu em abril do ano seguinte, na E.E. "*Iracema Rodrigues*". Sete duplas concorreram, sendo campeã a da Agrotécnica.

Nos JIMI de 1.994 nossa equipe de peteca teve bom desempenho, sob o comando de Eurico de Oliveira Dias. Foi a única do Sul de Minas a classificar-se para a 3ª fase, em Itabira. Nela perdeu para Uberaba, campeã brasileira.

Ocorreu em abril de 1.995, às margens do lago artificial, a *I Copa Machado de Peteca de Areia*, coordenada por Eurico de Oliveira

Dias, com apoio da Divisão de Esportes. Para disputa de 102 jogos, inscreveram-se 32 duplas masculinas adultas, 9 femininas adultas e 11 masculinas "*master*".

A equipe local ultrapassou a fase classificatória dos JIMI de 1.995, em Cambuí, vencendo a anfitriã, Serrania e Campestre; perdeu apenas para Poços de Caldas. Chegou à etapa seguinte, em Varginha.

A peteca foi um dos esportes disputados no *1º Fest-Areia*, em 1.996.

Só judô e peteca masculina representaram Machado nos JIMI de 1.997. Os atletas da modalidade em exame foram Fábio Oliveira Dias, Gustavo Vilela, Rodolfo Vilhena e Warney Garvão de Carvalho Júnior.

No *Fest-Areia* de 1.997, a peteca foi disputada nas categorias masculina e "*master*" masculina. No de 2.000 concorreram só 4 duplas masculinas.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**.

1 - Boletim Informativo da Fundação Educacional - nº 1 - maio de 1.981 - pág. 3;
2 - "Diário da Tarde", de Belo Horizonte - exemplar de 3/6/1.985;
3 - "Folha Machadense" ns. 9 - 19/5/1.974 - pág. 8;
10 - 26/5/1.974 - suplemento;
44 - 2/2/1.975 - pág. 8;
79 - 19/10/1.975 - pág. 8;
314 - 9/8/1.980 - pág. 1;
329 - 29/11/1.980 - pág. 1;
599 - 3/5/1.986 - pág. 11;
622 - 11/10/1.986 - pág. 11;
676 - 7/11/1.987 - pág. 1;
685 - 23/1/1.988 - pág. 3;
698 - 23/4/1.988 - pág. 14;
754 - 3/6/1.989 - pág. 12;
755 - 10/6/1.989 - pág. 10;
783 - 23/12/1.989 - pág. 10;
796 - 7/4/1.990 - pág. 9;
808 - 30/6/1.990 - pág. 10;
821 - 29/9/1.990 - pág. 10;

853 - 24/5/1.991 - pág. 7;
865 - 19/8/1.991 - pág. 3;
899 - 18/4/1.992 - pág. 3;
901 - 2/5/1.992 - pág. 7;
905 - 30/5/1.992 - pág. 1;
910 - 4/7/1.992 - pág. 3;
912 - 18/7/1.992 - págs. 5 e 6;
955 - 29/5/1.993 - págs. 1 e 5;
958 - 3/7/1.993 - pág. 5;
971 - 9/10/1.993 - pág. 8;
994 - 24/3/1.994 - pág. 16;
996 - 9/4/1.994 - pág. 8;
997 - 16/4/1.994 - pág. 5;
1002 - 21/5/1.994 - pág. 9;
1030 - 3/12/1.994 - suplemento;
1046 - 1/4/1.995 - pág. 14;
1048 - 14/4/1.995 - pág. 13;
1063 - 29/7/1.995 - pág. 11;
1133 - 7/12/1.996 - pág. 3;
1200 - 18/4/1.998 - pág. 18;
1296 - 26/2/2.000 - pág. 14;
1298 - 11/3/2.000 - pág. 21;
1330 - 21/10/2.000 - pág. 19;

4 - “O Machadense” ns. 400 - 11/4/1.940 - pág. 2;
686 - 8/6/1.958 - pág. 3;
728 - 12//4/1.959 - pág. 3;
765 - 10/1/1.960 - pág. 2;
786 - 12/6/1.960 - pág. 4;
1 - 7/1/1.971 - pág. 3;
3 - 8/3/1.971 - pág. 2;
4 - 14/3/1.971 - págs. 1 e 3;
7 - 4/4/1.971 - pág. 1;
54 - 19/3/1.972 - pág. 4;
55 - 26/3/1.972 - pág. 1;
66 - 11/6/1.972 - pág. 3;
99 - 28/1/1.973 - pág. 3;
108 - 1/4/1.973 - pág. 3;

5 - “Siga em Frente” ns. 3 - nov. de 1.992 - pág. 4;
14 - 24/4/1.993 - pág. 3;
57 - 28/5/1.994 - pág. 3;

6 - “Tribuna Machadense” ns. 24 - 6/12/1.980 - pág. 1;
20 - 11/10/1.987 - pág. 10.

B - **secundárias**.

1 - Pedro E. Vallim - “Album dos Municípios do Estado de Minas Gerais” - 1º vol. - “A Orientadora”, São Paulo, 1.941, pág. 136.

OUTROS ESPORTES - II

1) - Bilhar.
2) - Boccia.
3) - Canoagem e pedalinhos.
4) - Fut-vôlei.
5) - Hipismo.
6) - Montanhismo e outros esportes "radicais".
7) - Skate.
8) - Tênis.
9) - Tênis de mesa.
10) - Xadrez.

****

1 - **Bilhar**.

No Centro Machadense, no início da década de vinte, já havia jogos de bilhar e bagatela, com sala própria e fichas numeradas. Alberto Cândido de Barros foi nomeado gerente deles, com a obrigação de conservar os materiais, arrecadar os emolumentos e fazer a respectiva escrituração. Funcionavam das 18 às 21 horas nos dias úteis, e das 12 às 21 nos domingos, dias santos e feriados. Segundo Olímpio Abrão, entre os jogadores do Centro destacaram-se Argemiro Paiva - "*campeão local e das redondezas*" - e José Joaquim dos Santos Silva ("*Beleleco*"). Merece também lembrança Léo Santos Silva.

O jogo em questão tem sido praticado principalmente nos bares. Na primeira metade do século XX, tinha maior movimento o salão do "*Rio Branco*", de Otaviano de Paiva Reis; na segunda, a primazia passou ao do "*Paratodos*", de Vasco Cagliari Donini. Neste se sobressaíram Alfeu Domingues, José Augusto Carneiro Dias e José Farah.

Em meados de 1.979 realizou-se o *1º Campeonato de Sinuca do Bar "Paratodos"*, em três turnos. Disputaram-no, entre outros, Hélio Bellini, José Augusto Carneiro Dias, José Bairx, Sebastião de Oliveira, Vasco Cagliari Donini e Vítor Faria. O vencedor foi José Amador dos Santos. Em março do ano seguinte houve o *2º Campeonato*, com os mesmos partícipes, mais João Aprígio Nogueira, João Gabriel, José Vieira, e outros.

Terminou em outubro de 1.985 o *1º Campeonato de Bilhar do Bairro Ponte Preta*. Os dois primeiros lugares couberam, respectivamente, a Luiz Codignolli e Ismail Donini. Estes, mais Gabriel Vítor Ferreira, Jair Ângelo e outros, movimentaram-se, em meados do ano seguinte, para organizar a *Associação dos Amantes do Bilhar em Machado*, que não se concretizou.

Em 1.986, foram disputados dois campeonatos de sinuca no Bar "*Paratodos*". No primeiro, com doze participantes, sagraram-se campeão e vice, respectivamente, Vítor Faria e José Amador dos Santos. Em 1.988, realizou-se no mesmo local mais um torneio do esporte em exame, organizado por Édson Saraiva e Sebastião de Souza, em disputa da taça "*Paulo de Tarso da Costa Leite*". Dele participaram, entre outros, Celso Soares, Paulo Cavalcante e Vítor Faria. Os dois primeiros colocados foram Hélio Bellini e Marco Antônio Donini.

Em meados de 1.993 houve o *3º Campeonato de Sinuca do Bar "Choupana"*, organizado pelos irmãos Ademir e Nivaldo Gonçalves.

No final de 1.996, José Amador dos Santos, vencedor de mais de cinco torneios no Sul de Minas, participou do campeonato das A.A.B.B.s., em Governador Valadares.

Fora do Município, merece destaque a atuação do machadense Cláudio José de Paiva, filho do exímio jogador Argemiro Paiva, atrás referido. Residindo em São Paulo, onde exerceu a profissão de dentista, ele foi campeão da A.A.B.B. daquela cidade, campeão paulista inter-salões, vice-campeão da Federação Paulista de Bilhar, e 3º colocado no *Campeonato Brasileiro de Sinuca* de 1 987.

2 - **Boccia**.

Jogo popular entre os italianos, era bastante praticado na zona rural, principalmente pelos mais velhos. O Centro Machadense teve uma pista coberta, ao que me parece na década de cinqüenta, localizada na parte superior de seu pátio. Alguns lustros mais tarde, mantiveram-se, durante pouco tempo, pistas de aluguel em terreno na Rua Barão do Rio Branco, perto da Praça Antônio Carlos.

Também o Centro Educacional São José teve sua pista. Nela, em agosto de 1.977, realizou-se campeonato parceirado misto, a cargo do

Irmão Germano Lúcio, que a construíra naquele ano.

O Clube dos Trinta, igualmente, construiu duas pistas em 1.977. A Praça de Esportes da Caiana, inaugurada em 1.988, possui desde então o seu campo de *boccia*

Em 6 de dezembro de 1.992 foi inaugurada a quadra de *boccia* do Machado Esporte Clube, que recebeu o nome de "*Mânlio Moreira Pinto*". Realizou-se, na ocasião, torneio entre equipes de Carvalhópolis e do Clube dos Trinta, vencido por este. No mesmo local, em outubro do ano seguinte, houve disputa entre o time de Carvalhópolis e o da casa, ganho por aquele.

Em 1.995, equipe local participou do campeonato sul-mineiro, competindo com Carvalhópolis, Elói Mendes e Varginha.

De abril a junho de 1.996 realizou-se campeonato municipal no Clube dos Trinta, com participação de 40 jogadores. Os três primeiros lugares couberam, respectivamente, a Alfredo Fadel, Moisés Venino dos Santos e Sebastião Rodrigues. O certame repetiu-se em meados de 1.997, no mesmo local e com igual número de partícipes. José Luiz da Luz sagrou-se campeão, seguido de Sebastião Rodrigues e Alfredo Fadel.

3 - **Canoagem e pedalinhos**.

Em 10 de abril de 1.988 realizou-se em Varginha o *3º Festival de Canoagem*, com participação de mais de 13 cidades, entre as quais Machado.

Aqui, a primeira prova dessa modalidade, incluída no projeto "*Fórmula Esporte*", realizou-se no lago artificial, em setembro de 1.989, sob a organização de André R. Carvalho. Disputaram-na vinte pessoas, de ambos os sexos, representando diversos bairros. Os primeiros lugares na categoria masculina couberam, respectivamente, a Afonso (*Santo Amaro*), Luciano Olinto (*Santa Luísa*) e Ivan Ricardo (*Chamonix*). Na categoria feminina, a campeã e a vice foram Vera Lúcia (*Chamonix*) e Cleide (*Santa Helena*).

Em 15 de julho de 1.990 aconteceu no lago artificial a *1ª Corrida de Pedalinhos* ("*ciclodjet*"), em quatro categorias. Na feminina adulta, entre 3 participantes, venceu Mônica de Souza Dias; na feminina infantil, entre 4, venceu Janaína P. Silva; na masculina adulta, entre 22, venceu Fábio Dias Ribeiro; na masculina infantil, entre 34, venceu Daniel Azevedo.

4 - **Fut-vôlei**.

Esta modalidade esportiva começou a ter adeptos entre

nós depois de criado o *Fest-Areia*. Em 1.996, sagrou-se campeã a dupla Fabiano e Marcos. Em 1.997, os dois primeiros lugares couberam a duplas de Moji-Guaçu e São José dos Campos; o terceiro, à dupla machadense Adriano e Cássio. Em 1.998, foram campeã e vice as duplas Carlos/Fabiano e Osni/Flávio.

A disputa foi cancelada no *Fest-Areia* de 1.999, por não haver número suficiente de duplas inscritas. Em 2.000, ganhou a dupla Carlos Alberto e Marcos Vinícius, ficando em 2º lugar a dupla Eder e Carlos Henrique.

5 - **Hipismo**.

O velho Código de Posturas da Câmara Municipal, de 1.886, dispunha no artigo 106:

> *"É prohibido correr à galope a cavallo nas povoações: sendo de dia, multa de 5$ a 20$, e de noite, multa de 10$ a 30$, e na reincidencia o dobro das multas e oito dias de prisão. Exceptuam-se os casos de urgente necessidade, menos de noite em horas de transito publico."*.

Em 13 de junho de 1.957, como parte das comemorações do Centenário, realizou-se na Avenida Arthur Bernardes uma corrida de cavalos, organizada por Demerval Swerts Costa e Roy Vívian Júnior, entre outros. Fizeram-se diversos ensaios no local, em dias antecedentes, com numerosa platéia. Mais de vinte animais correram em dupla, num trajeto de 600 metros. O entusiasmo despertado pelo evento deu origem à idéia de fundação de um hipódromo na Cidade.

Em maio de 1.958, "*O Machadense*" noticiava que se pretendia criar aqui o *Jockey Club do Sul de Minas*, com participação das cidades de Cambuquira e Elói Mendes. Voltava-se a falar na construção de um hipódromo. Nos dias 3 e 6 de julho daquele ano, houve novamente corridas de cavalo na Avenida Arthur Bernardes, em homenagem aos agricultores e em benefício da fundação do *Jockey Club*. As apostas ultrapassaram Cr$200.000,00.

Ricardo Nannetti, que já disputara alguns torneios eqüestres, abriu em março de 1.987 sua escola de equitação, a "*Horse's House*", no Parque de Exposições. Os alunos, na maioria crianças, fizeram exibição pública após o curso de dois meses.

Em setembro do mesmo ano, durante a *II Exposição Agropecuária*, aconteceu o *I Torneio de Hipismo Rural de Machado*, válido como 6ª etapa do *Campeonato Sul-Mineiro*. Foi disputado por 27 cavaleiros e amazonas de diversas cidades. Sagraram-se vencedores: na categoria estreante, Michele Nannetti; na mirim, Caio Sérgio; na adulta, Renata Gazzola, de Varginha. Nesta,

Ricardo Nannetti obteve o 4º lugar.

A escola de equitação ocupava irregularmente o Parque, servindo-se de dois banheiros e uma sala como depósito ou dormitório. Por isso, em outubro do mesmo ano o Prefeito a impediu de ali continuar. Ela interrompeu suas atividades e as reiniciou em 18 de dezembro, num terreno pertencente ao ex-prefeito Pereira Dias, ao lado da sede anterior. Em março de 1.988 promoveu campeonato, em três domingos consecutivos, com provas de salto e corrida. Participaram 6 grupos, com 3 conjuntos em cada. Extinguiu-se pouco tempo depois.

Em agosto de 1.990, a imprensa noticiou que *Sílvio Campos Promoções Rurais* e a *Equipe de Hipismo Rural Appaloosa* promoveriam torneio no Parque de Exposições, com a finalidade de fundar em Machado um clube hípico. A idéia não foi concretizada.

Maricy Teresa Dias criou o *Haras Caiamã*, na Fazenda Limeira. Lá promoveu, em 4 de agosto de 1.991, o *1º Campeonato de Hipismo Rural Haras Caiamã*, com 18 cavaleiros, nas categorias mirim e adulto, vencido por esportistas de São Lourenço. O *2º Campeonato* aconteceu em 18 de outubro do ano seguinte, com partícipes de 6 cidades. Em 20 de junho de 1.993, o *Haras Caiamã* sediou etapa do *Campeonato Sul-Mineiro de Hipismo Rural*, com representantes de sete cidades. Disputaram-se provas de "*cross*" e de picadeiro, nas categorias estreante, júnior e "*performnce*".

Os irmãos Lucas e Tiago Rezende Bernardes, alunos da Escola Agrotécnica Federal, participaram do *VII Campeonato Brasileiro de Enduro Eqüestre*, em seis etapas, no ano de 1.997. Na classificação geral, aquele ficou em 6º lugar na categoria "*aberta*"; este, em 3º na "*aberta jovem*".

O adestrador de animais Sálvio Luiz Campos, residente em Machado desde os últimos anos oitenta, organizou na segunda metade da década de noventa a *Coudelaria Nossa Senhora de Guadalupe*, com sede no Parque de Exposições. Em 1.997, ela participou de dois encontros de cavaleiros e amazonas, em Varginha, tendo conquistado as primeiras colocações na prova de tambores. Participou também da 1ª cavalgada daquela cidade. No ano seguinte, Campos dedicou-se à montagem do centro de treinamento para eqüinos da Fazenda Santa Clara, de Waldir Miguel.

6 - **Montanhismo e outros esportes "radicais"**.

No final do milênio, um grupo de jovens, composto, entre outros, por Luiz Gustavo Camargo, Luiz Gustavo Nery e Rodolfo Almeida Silva formou a *Equipe Kalangos de Aventuras*, dedicada à prática de "*rappel*" (descida por cordas) em esportes como montanhismo, "*canyoning*", "*cascading*" e outros. Conforme notícia de seu "*site*" na Internet, atuava mais nos municípios

vizinhos de Alfenas e Guapé. Ultimamente se movimentava para construir um muro de escalada junto do lago artificial.

7 - **Skate**.

Ganhou aqui adeptos, entre adolescentes, em meados da década de noventa. Citem-se entre eles Alessandro Nicoledi, Bruno Moura Camargo, Caio Ribeiro Moreira Dias, Flávio Paulo Brigagão, Francisco Pereira Caixeta Neto, Marcelo Pereira Carvalho e Wellington Rangel. Por falta de local adequado, usavam a Praça Antônio Carlos como ponto de manobras, chegando a colocar nela obstáculos de madeira para tornar os saltos mais emocionantes. Depois, em terreno emprestado pelo pai de um deles, improvisaram uma pista, ou "*half-pipe*", em forma de "U", com tábuas sobre uma bancada.

No início do novo milênio, a Prefeitura construiu uma pista de concreto "*half-pipe*", junto do lago artificial.

8 - **Tênis**.

Suponho que meu pai, Gylvio Dias Rebello, tenha sido dos primeiros machadenses a dedicar-se ao tênis. Jogador do Palestra Itália, atual Palmeiras, de São Paulo, participou de diversos torneios no final da década de trinta e início da de quarenta. Em abril de 1.939, conforme a revista "*Tennis Ilustrado*", sua equipe venceu em Casa Branca a taça "*Ângelo Mastrandrea*".

Também Joaquim Paulino Dias e Léo Santos Silva praticaram o esporte em estudo, no Estado de São Paulo, na primeira metade do século passado.

Quando se inaugurou a Praça de Esportes, em 1.957, havia propósito de construir quadra de tênis no terreno em frente da piscina para adultos. O alto custo do empreendimento, todavia, impediu sua concretização.

O conterrâneo Tadeu Edgard Swerts Leite venceu torneio no Clube Campestre de Varginha, em 1.980. O fato, segundo a imprensa, mereceu destaque por não ser o tênis aqui praticado.

Na primeira metade da década de noventa construiu-se quadra de tênis no Clube dos Trinta. Em abril de 1.996 realizou-se lá campeonato interno, com oito duplas participantes. Também na Escola Agrotécnica se fizeram duas quadras para a prática do esporte em exame, no final do milênio.

9 - **Tênis de mesa**.

O esporte em questão foi muito praticado no Centro Machadense, máxime nas décadas de cinqüenta e sessenta, com destaque para a atuação de Márcio Lima Vieira. Pela mesma época, Sônia Dias Romanelli promoveu diversos torneios em sua residência, na Rua Coronel Flávio.

Ele foi incluído nos *JIMIs*. em 1.988. Na fase inicial, Machado obteve o 1º lugar na categoria feminina, e o 2º na masculina. Foi desclassificado em ambas na etapa seguinte. Nossas equipes eram compostas por Paulo do BEMGE, Renato Swerts C. Dias, Sérgio e Y. Amano; Evelise de Paiva Dias, Lílian, Silvana e Tânia. Surpreendidas com a participação, elas não tiveram o necessário preparo, conforme a imprensa.

Em dezembro de 1.988, no Poliesportivo, aconteceu o 1º campeonato de duplas, em que saíram vencedores Paulo Roberto ("*Escovinha*") e Renato S. Carneiro Dias. No mesmo local e no mesmo mês houve o 1º campeonato aberto individual, com 16 participantes.

Nos *JIMIs*. de 1.990 nosso tênis de mesa masculino ficou em 5º lugar na fase inicial, e não se classificou para a seguinte.

Em agosto e setembro de 1.990, sob a coordenação de Elias Leite Generoso, e em sua casa, na Rua Aírton Rodrigues, 353, houve o *1º Campeonato GEL de Tênis de Mesa*, com 20 participantes. Foram campeões: na categoria masculina, Carlos Generoso; na feminina, Marlene Alves. Em maio de 1.992, no Poliesportivo, realizou-se o *2º Campeonato GEL*, com o mesmo coordenador, e 23 concorrentes. Obtiveram a vitória: na categoria masculina, Amano; na feminina, Lucymara.

Nos *JIMIs*. de 1.993, nosso tênis de mesa masculino conseguiu chegar à 2ª fase pela soma geral dos pontos, mas nela se desclassificou. O feminino passou por todas as etapas e se sagrou vice-campeão, no melhor resultado até então obtido por equipes machadenses em certames estaduais. O técnico Amano contou com as jogadoras Lucymara, Najara e Vera.

Em 1.995, porém, nossa equipe nos *JIMIs*. não passou pela fase classificatória, em Cambuí.

Realizou-se em outubro de 1.997 o lº campeonato de tênis de mesa do Colégio Universitário, com 16 participantes.

10 - **Xadrez**.

Sempre teve adeptos entre nós, embora antigamente só

fosse praticado no âmbito doméstico, ou nos clubes, e não em competições públicas. Meus pais o apreciavam, e em casa, na década de cinqüenta, promoveram alguns torneios dele. Por lembrança pessoal, sei que aqui, em época já distante, se dedicaram ao enxadrismo Argemiro Dias, Benedito Neves, Dirce Moreira Rebello, Edvar Dias, Emília Castilho do Prado, Erasto Pereira, Farah Dieb Farah, Gylvio Dias Rebello, Hílton Luís Moreira Dias, Maurílio Carneiro Dias e Wolney de Araújo Dias, entre outros.

Em meados de 1.973, grupo liderado por Maurílio Carneiro Dias criou na Cidade um clube de xadrez. Como vários que lhe sucederam, teve duração efêmera.

Em maio de 1.974, Machado participou dos *III Jogos Estudantis*, em Varginha, e foi campeão no xadrez feminino. No final do mesmo ano, o grupo católico "*Shata*" promoveu campeonato na casa paroquial da Rua Barão do Rio Branco.

Em meados de 1.979, Noel Neves realizou torneio no seu "*Cantinho das Vitaminas*", na Rua Professor Francisco Rafael. Além dele, que o venceu, participaram Alberto Machado, Alexandre, Arnaldo, Helton e Marco Antônio.

Houve no Clube Recreativo, em abril e maio de 1.985, o *I Campeonato Municipal de Xadrez e Damas*, organizado pela Prefeitura. Venceram naquele: Daniel Alves Brigagão (1º), Ronaldo de Oliveira Dias (2º) e Rodrigo Tardiolli Moreira (3º). Nestas, os vitoriosos foram: Sérgio Gabriel dos Santos (1º), Waldemar de Castro Ribeiro (2º) e Gilmenes Fernandes Camargo (3º). Cuidou-se, na ocasião, de criar outro clube de xadrez, e a Prefeitura cedeu para isso sala da Biblioteca Municipal.

Na Casa da Cultura, em meados de 1.988, realizou-se torneio para disputa da taça "*Benedito Neves*", preparando a formação de mais um clube de xadrez. Dele participaram, entre outros, David Caixeta Bornelli, Dirce Moreira Rebello, Newton Rodrigues, Noel Neves, Rodrigo Tardiolli Moreira e Ronaldo de Oliveira Dias. Paralelamente, houve outro torneio, na categoria iniciante, com partidas semanais.

Em setembro de 1.988, a equipe local, em prélio pelo campeonato sul-mineiro, derrotou por 3 a 0 a de Lambari, naquela cidade.

O xadrez foi incluído nos *JIMIs*. em 1.988, quando Machado obteve o 2º lugar na fase inicial, com David C. Bornelli, Rodrigo T. Moreira e Ronaldo O. Dias. Desclassificou-se, porém, na seguinte. Em 1.989, nossa equipe, formada por David Bornelli, Noel Neves, Rodrigo Moreira e Sérgio Pereira, e orientada por Ronaldo de Oliveira Dias, venceu as duas fases iniciais. Na derradeira, ficou em 3º lugar, conseguindo a medalha de bronze. Naquele ano,

o xadrez passou a ser ensinado no Colégio Universitário; retirado do currículo posteriormente, voltou em 1.998.

Sob patrocínio da Prefeitura e organização de Rodrigo Tardiolli Moreira, realizou-se no prédio da Fundação Educacional, de 12 a 15 de abril de 1.990, o *Campeonato Brasileiro de Xadrez para Crianças*. Teve 62 participantes, de 10 a 16 anos de idade, vindos de 11 estados do País. Defenderam Machado Diogo Marini da Luz e Warney Garvão de Carvalho Júnior.

No primeiro quadrimestre de 1.990, Rodrigo T. Moreira foi eleito vice-presidente da Federação Mineira de Xadrez. Na mesma época cogitou-se de fundar aqui uma academia enxadrística. Em maio daquele ano, Rodrigo Moreira venceu o *Campeonato Aberto de Xadrez Ativo*, em Itajubá, com 33 participantes. Em julho seguinte, realizou-se aqui o *zonal sul-mineiro*, com mais de 25 jogadores, válido como eliminatória para o campeonato mineiro.

Nos *JIMIs*. de 1.990, nossos enxadristas Bornelli, Moreira e Sérgio ficaram em 3º lugar na fase inicial, e venceram a seguinte, Na derradeira, desfalcada de Bornelli, a equipe local obteve o 4º lugar.

No ano de 1.992, Machado conseguiu o 3º lugar nos *JIMIs*. e também nos *Jogos da Juventude*. Nos *JIMIs*. de 1.993 obtivemos o 2º lugar na fase inicial, mas fomos desclassificados na seguinte.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**.
1 - "A Gazeta Esportiva", São Paulo - 8/12/1.986 - pág. 54;
2 - Arquivo da Diretoria de Esportes - Ginásio Poliesportivo - pastas diversas;
3 - "Estado de Minas" - exemplares de 10/4/1.988 - 4/4/1.990 - 6/7/1.993;
4 - "Folha Machadense" ns. 10 - 26/5/1.974 - suplemento;
30 - 20/10/1.974 - pág. 3;
167 - 3/7/1.977 - pág. 1
265 - 1/7/1.979 - pág. 1;
271 - 12/8/1.979 - pág. 4;
292 - 8/3/1.980 - pág. 3;
317 - 30/8/1.980 - pág. 3;
545 - 6/4/1.985 - pág. 1;
551 - 18/5/1.985 - pág. 9;
574 - 26/10/1.985 - pág. 4;

604 - 7/6/1.986 - pág. 3;
619 - 20/9/1.986 - pág. 3;
638 - 21/2/1.987 - pág. 3;
649 - 2/5/1.987 - pág. 4;
674 - 24/10/1.987 - pág. 1;
682 - 23/12/1.987 - pág. 1;
689 - 20/2/1.988 - pág. 13;
692 - 12/3/1.988 - pág. 12;
697 - 16/4/1.988 - págs. 3 e 15;
707 - 25/6/1.988 - pág. 14;
721 - 1/10/1.988 - pág. 16;
732 - 17/12/1.988 - pág. 4;
751 - 13/5/1.989 - pág. 5;
770 - 23/9/1.989 - pág. 14;
771 - 30/9/1.989 - pág. 10;
775 - 28/10/1.989 - pág. 12;
796 - 7/4/1.990 - págs. 1 e 6;
798 - 21/4/1.990 - págs. 1 e 5;
804 - 2/6/1.990 - pág. 2;
810 - 14/7/1.990 - pág. 1;
811 - 21//1.990 - pág. 10;
814 - 11//1.990 - pág. 1;
816 - 25/8/1.990 - pág. 3;
827 - 10/11/1.990 - pág. 5;
867 - 24/8/1.991 - pág. 3;
903 - 16/5/1.992 - pág. 5;
928 - 7/11/1.992 - pág. 3;
958 - 19/6/1.993 - pág. 11;
1048 - 14/4/1.995 - pág. 9;
1063 - 29/7/1.995 - pág. 11;
1099 - 13/4/1.996 - pág. 7;
1107 - 8/6/1.996 - pág. 8;
1130 - 16/11/1.996 - 2º cad., pág. 3;
1165 - 26/7/1.997 - pág. 13;
1234 - 12/11/1.998 - pág. 27;
1333 - 11/11/2.000 - pág. 6;

5 - “Jornal da Cidade” nº 6 - maio de 1.985 - pág. 8;
6 - “Jornal de Machado” nº 53 - 22/2/2.002 - pág. 15;
7 - Livro da Lei Mineira - 1.886 - tomo LIII, parte 1ª, folha 8;
8 - livro de atas do Centro Machadense - fragmento em meu poder;
9 - “O Acadêmico” nº 8 - maio de 1.998 - pág. 7;
10 - “O Machadense” ns. 679 - 20/4/1.958 - pág. 1;
681 - 4/5/1.958 - pág. 3;
686 - 8/6/1.958 - pág. 2;
688 - 22/6/1.958 - pág. 3;
690 - 6/7/1.958 - pág. 1;

691 - 13/7/1.958 - pág. 2;
128 - 19/8/1.973 - pág. 1;
11 - Revista do 1º Centenário de Machado, 1.957 - ns. 4 - págs. 21/22;
5 - págs. 14/15;
12 - Revista "Imagem e Conteúdo" nº 14 - abril/maio de 1.999 - pág. 21;
13 - Revista "Tennis Ilustrado", São Paulo - nº 14 - abril de 1.939;
14 - "Siga em Frente" ns. 4 - dez. de 1.992 - pág. 3;
10 - 27/3/1.993 - pág. 6;
25 - 14 a 17/7/1.993 - pág. 8;
38 - 3 a 6/11/1.993 - pág. 10;
2 - 12/4/1.996 - pág. 7;
3 - 26/4/1.996 - pág. 7;
6 - 10/6/1.996 - pág. 5;
30 - 18/9/1.997 - pág. 5;
33 - 30/10/1.997 - pág. 4;
36 - 18/12/1.997 - pág. 3;
15 - "*site*" na Internet: http://lgnery.vilabol.com.br.

B - **secundárias**.
1 - Olímpio Abrão - crônica "A Grande Tacada" - na F.M. 958, de 19/6/1.993, pág. 2; e no livro "Crônicas", sem menção de editora, 1.997, págs. 41/42.

****

CLUBES MULTI-ESPORTIVOS - I
(a Praça de Esportes e o Machado Esporte Clube)

1) - A Praça de Esportes.
2) - O Machado Esporte Clube.

****

1 - **A Praça de Esportes**.

Em 1.950 deram-se os primeiros passos para construir aqui uma praça de esportes. No mês de março, chegou à Câmara projeto de desapropriação de terreno de Euclydes Batista Dias, junto às ruas Santos Silva e Coronel Azarias, para tal finalidade. Houve resistência do proprietário, e se deliberou nomear comissão para escolha de outro local. Foram consultadas diversas pessoas, que também não concordaram em vender seus imóveis. Conforme o livro de atas da Edilidade, prevalecia sempre o interesse particular, o objetivo de lucro exagerado, até que Minervina Moreira Pinto se dispôs a alienar ao Município o terreno necessário à obra. Isso lhe valeu elogio dos vereadores, e a aquisição foi autorizada pela lei local 62, de 21 de agosto daquele ano. Na mesma data, as leis 63 e 64 permitiram a doação do imóvel ao Governo do Estado, e o contrato da construção com ele .

Na época, o "*Guia do Sul de Minas*" noticiou o seguinte, a propósito do assunto em exame:

> "*Seleta plêiade da mocidade machadense, com a liderança da Liga Esportiva Machadense, sob a esclarecida direção do Sr. Walter Reis, d. funcionário da Prefeitura Municipal e entusiástico esportista, está organizando a construção de uma moderna Praça de Esportes, tendo já em cofre impor-*

tância superior a Cr$100.000,00.
Esta praça desportiva, cujo projeto está sendo elaborado na Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais, comportará 2.000 pessoas nas arquibancadas e terá campos de futebol, piscina, quadras de tênis, voleibol, basquetebol, pista para atletismo, etc.".

Na verdade, a Praça de Esportes não resultou da iniciativa privada, tendo sido feita pelo Governo Estadual. Este recebera do Município também o terreno do campo de futebol. Todavia, não aceitou a doação com o encargo de construí-lo. Por isso, a lei 63/50 foi alterada pela 136, de 28 de novembro de 1.952, que lhe doou apenas o terreno da Praça.

As obras tiveram início na administração de Gustavo Carneiro Dias, e foram entregues em 1.957, quando era prefeito Lúcio Dias Vieira. A Praça de Esportes compunha-se, então, de uma piscina para adultos e outra para crianças, de uma quadra cimentada e de prédio com dois vestiários, almoxarifado e secretaria. A lei municipal 235, de 27 de fevereiro de 1.958, autorizou a construção de pista de atletismo e quadra de futebol de salão nela, e abriu crédito especial para isso. A orientação esportiva, naquele ano, esteve a cargo de Nancy Rebelo e Synval Pereira Dias.

Subordinadas à Diretoria de Esportes do Estado, as praças tinham presidentes não remunerados, que o governador nomeava por indicação dos prefeitos. Sendo insuficiente a verba pública para mantê-las, seus regulamentos previam a formação de quadro social e a cobrança de mensalidades. Davam, porém, acolhida gratuita a certo número de crianças pobres.

Maurício Dias Vieira foi o primeiro presidente da Praça de Esportes, com a colaboração de José Augusto Carneiro Dias. Exonerou-se em fevereiro de 1.959. Nos últimos meses de sua gestão iniciou atividades o casal de técnicos Geraldo Magela de Mendonça e Cármen Mendonça, que deu grande impulso ao esporte especializado. Aquele ensinava voleibol e basquetebol, enquanto esta se dedicava à natação.

As leis municipais 266, 267 e 268, de 20 de março de 1.959, autorizaram a contratação de extranumerários mensalistas, a aquisição de material de consumo para a Praça e a concessão de ajuda de custo à técnica de natação. No mesmo mês assumiu interinamente a presidência Roy Vívian Júnior. Foi confirmado no cargo em agosto seguinte, quando se constituiu a primeira diretoria. Seus demais membros eram: *vice-presidente* - Marcelo Carvalho Vieira; *tesoureiro* - José Bueno de Almeida; *diretor de esportes* - João Batista Dias Swerts; *orador* - J. Ferreira.

No dia 17 de fevereiro de 1.960 tomou posse nova diretoria, também encabeçada por Roy Vívian Júnior. Integravam-na: *vice-presi-*

dente - J. Ferreira; *1º secretário* - Laís Ferri; *2º secretário* - João Faria de Almeida; *1º tesoureiro* - José Passos Maia; *2º tesoureiro* - José Bueno de Almeida. Apenas em dezembro daquele ano ocorreu a inauguração oficial, pelo Governador Bias Fortes. No mesmo mês, os técnicos Geraldo e Cármen Mendonça foram transferidos para Alfenas. Para substituí-los nomeou-se Afonso Azevedo de Paiva Reis, que assumiu em 1º de janeiro seguinte e permaneceu no cargo até 1.967.

Em fevereiro de 1.963, Nélson Garcia Júnior foi escolhido para comandar a Praça de Esportes. Ele aumentou as mensalidades e cobrou o débito em atraso. Reformou os vestiários, adquiriu filtro para a piscina e construiu caramanchão ao lado dela.

Coube a Darcilo Passos Swerts presidir a Praça no período imediatamente posterior. Em meados de 1.965, segundo a imprensa, ela estava sem atração e não oferecia o mínimo programa aos associados. A lei municipal 583, de 23 de novembro de 1.967, dispôs sobre a iluminação dela. Por motivo que não pude precisar, esteve fechada em 1.968. Tinha então cerca de 300 sócios, a maioria dos quais em débito.

2 - **O Machado Esporte Clube**.

Em 3 de fevereiro de 1.969, por sugestão da Diretoria de Esportes, algumas pessoas se reuniram para criar um clube, o M.E.C., ao qual foi entregue a gestão da Praça, até então subordinada diretamente ao Estado. Eram elas: Aécio Pereira Caixeta, Afonso Azevedo de Paiva Reis, Carlos Everardo Montalvão, Dalmo Andrade, Francisco Vieira Guerra, Geraldo dos Anjos Lima, João Antônio da Costa Neto, José Antônio de Paula Carvalho, Luiz de Mello Campos, Luiz Edmundo Dias, Osimo Castro Filho, Paulo de Tarso da Costa Leite, Ronaldo Rúbens Ferreira da Silva, Sargento Aílson Antônio dos Santos, Wágner Luiz Vieira e Wálter Garcia. Elegeu-se na ocasião a primeira diretoria: *presidente* - Afonso Reis; *vice-presidente* - Luiz de Mello Campos; *1º tesoureiro* - Dalmo Andrade; *2º tesoureiro* - Luiz Edmundo Dias; *secretário* - Sargento Aílson dos Santos; *diretor social* - Ronaldo Rúbens da Silva; *diretor interno* - José de Paula Carvalho; *diretor geral de esportes* - Carlos Montalvão. Escolheu-se, ainda, um diretor para cada tipo de esporte lá praticado. Tal equipe aumentou a freqüência, reorganizou o quadro social, construiu mais uma quadra esportiva, campo de futebol "*dente-de-leite*", portaria, bar, viveiro de pássaros e alambrado. Reformou os vestiários, trocou azulejos das piscinas, retificou o sistema de drenagem e iniciou a iluminação externa. Criou o departamento de judô, sob a direção de João Emygdio Gonçalves. Conseguiu que o Município, mediante convênio, assumisse o pagamento dos funcionários. O Sargento Aílson chegara à Cidade no início de 1.969, designado técnico em substituição a Afonso Reis, que voltara pouco antes ao posto. Nele permaneceu só alguns meses. Em seu lugar, no segundo semestre, assumiu o Sargento Itamar de Castro, vindo de Juiz de Fora.

Afonso Reis foi reeleito, com o vice, em 1.971 e em

1.973. (Os demais cargos passaram a ser preenchidos sem eleição). Nos mandatos seguintes, colocou bloquetes em volta da piscina, construiu o parque infantil e uma churrasqueira. Concluiu o serviço de iluminação, fez calçada de concreto entre a portaria e o prédio dos vestiários, pintou e ajardinou o Clube. Em 1.971 este passou a promover as Olimpíadas Estudantis, que se repetiram por vários anos. No início de 1.974 o Sargento Itamar de Castro foi substituído por Vanderlei Moterani Swerts, ficando o M.E.C. sem técnico de natação. O Estado deixou de ceder instrutores, cuja contratação teve de ser feita pelo Município.

Em 8 de março de 1.975 tomou posse nova diretoria, chefiada por João Antônio da Costa Neto. Tinha como vice-presidente Pulo de Tarso da Costa Leite, e como tesoureiro Dalmo Andrade. Os times de handebol feminino e futebol de salão conseguiram o segundo lugar nas Olimpíadas de Paraguaçu, em 1.975 e 1.976.

O Clube foi declarado de utilidade pública pela lei municipal 289, de 27 de janeiro de 1.977. Afonso Reis retornou à presidência em 11 de fevereiro seguinte.. Continuaram nos cargos o vice-presidente, o tesoureiro e o técnico (já chamado de superintendente).

Em agosto de 1.979, a direção foi transmitida a Benedito Honorato Filho, reeleito dois anos depois. No início da década de oitenta, conforme a imprensa, o Clube estava em lastimável estado: parque infantil e campo de futebol abandonados e estragados, sujeira permanente na piscina. Em 1.981 o superintendente passou a ser Wander Moterani Swerts, substituindo o irmão Vanderlei, que se mudara da Cidade. Em 5 de abril do ano seguinte, ele cedeu o posto a José Trindade de Oliveira Filho.

Romeu Pereira Santos foi eleito presidente em janeiro de 1.983, tendo como vice Sinval Lima Dias, e como tesoureira Sônia Santos Nery. Derrotou os candidatos Nagib Mezzavilla Abdelmur e Maurício Gonçalves Dias. Realizou as últimas Olimpíadas, Jogos Abertos e festa junina. Fez convênio com a Faculdade de Agronomia para uso, por seus alunos, das dependências do M.E.C.. Com ajuda da Prefeitura, que ainda aumentou a subvenção, drenou o terreno do parque infantil e o reformou; recuperou as redes hidráulica e elétrica, trocou os conjuntos sanitários dos vestiários, e os pintou; substituiu o piso da sala da diretoria; instalou dois bebedouros. Nesse período, o Clube esteve sem técnico. A imprensa, no início de 1.985, dizia que os sócios continuavam reclamando de sua má conservação, e em especial da água da piscina. Acrescentava que as últimas diretorias não haviam conseguido manter o padrão de qualidade, prejudicando o nome da Associação. Sendo baixo o preço das mensalidades, ela ficava sem renda suficiente, dependendo do auxílio do Município.

Em 13 de março de 1.985 foi eleita nova diretoria, assim formada: *presidente* - Nagib Mezzavilla Abdelmur; *vice-presidente* - Elzo Aloísio Coelho; *tesoureiro* - Carlos Roberto Nogueira; *1º secretário* - Wálter

Moreira Soares; *2º secretário* - José Trindade de Oliveira Filho. Concorreram duas chapas, sendo vencida a encabeçada por Sebastião Carlos Ferraz. Logo se contratou para técnico Hélton Luiz Ferreira Braga, e foi decuplicado o valor das mensalidades.

No final de 1.986 a diretoria foi reeleita sem disputa, a despeito dos protestos do candidato de oposição, Delmário Lopes de Oliveira, que não conseguiu registrar sua chapa. Em outubro seguinte morreu o presidente Nagib, e, como o vice estivesse morando no exterior, assumiu a chefia, sem eleição, o diretor interno Antônio Donizete Pereira (Fiico), para cumprir o restante do mandato. Ele inaugurou a sauna, pintou a sede social, reformou a rede elétrica, criou novo sistema para tratamento das piscinas, adquiriu equipamentos para banhistas e móveis para o bar. Contratou os técnicos Alex Silveira e Marcelo Leite; criou o concurso de beleza "*Garota Verão*"; promoveu torneio infantil de futebol de salão.

Numa concorrida eleição, em dezembro de 1.988, Nélson Barbudo Soares foi escolhido presidente. Completavam sua chapa (que venceu as de Sinval Lima Dias e Wander Moterani Swerts) o vice-presidente Vassil Botazini Garroni, o tesoureiro Gleyson Brigagão e a secretária Rosely Marcondes. Nesse período houve reformas nos vestiários, no parque infantil e no sistema de iluminação das quadras; construíram-se pia para a churrasqueira e pequena cobertura junto à piscina infantil. Plantaram-se diversas árvores e foram comprados "*freezer*", fogão e bomba para limpeza da piscina.

Em janeiro de 1.991 tomou posse esta diretoria: *presidente* - Edilberto Campos de Oliveira; *vice-presidente* - Vassil Botazini Garroni; *tesoureira* - Rossimari Corsini de Oliveira; *secretário* - José Trindade de Oliveira Filho. Ela derrotou a chapa de Fábio Joaquim dos Santos. Dois anos depois, vencendo Gilberto Begalli, o presidente reelegeu-se, tendo como vice Celso Leite Soares. Ambos foram reconduzidos em dezembro de 1.994, sem disputa. Edilberto construiu galpão para "*boccia*", campinho de futebol "*society*" com arquibancada, quadra de vôlei, vestiários, bar, sanitários e caixa d'água. Iluminou a piscina, reformou o salão social, fez terraplenagem na entrada do Clube, asfaltou vias internas. Comprou televisor, antena parabólica, aparelho de som, filtro para a piscina, mesas e cadeiras. Recebeu verba do Estado e conseguiu que o Município se responsabilizasse pelo pagamento das contas de energia elétrica. Promoveu campeonato de peteca e aulas de natação.

Em março de 1.997, a situação manteve o poder, trocando os ocupantes dos cargos principais: Celso passou a presidente; Edilberto, a vice.

Em novembro de 1.998 alcançou o poder chapa única, encabeçada por Edilberto Campos de Oliveira, tendo como vice Valária Diniz Rodrigues Gabriel. No ano seguinte se construíram uma pista de "*bicicross*" e outra de atletismo, ao redor do campo de futebol "*society*".

No pleito realizado em 3 de dezembro de 2.000 tornaram-se presidente Luiz Henrique de Carvalho (Pingo) e vice Edilberto Campos de Oliveira. Venceram chapa liderada por Luiz Carlos Machado.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**.
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de atas nº 2, págs. 46, 49v., 83 e 83v.;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 6, 7, 9, 12 e 18;
3 - "Folha Machadense" ns. 5 - 21/4/1.974 - pág. 3;
43 - 26/1/1.975 - pág. 1;
50 - 16/3/1.975 - pág. 6;
145 - 12/2/1.977 - pág. 1;
279 - 2/12/1.979 - pág. 8;
345 - 28/8/1.981 - pág. 8;
375 - 31/1/1.981 - pág. 1;
397 - 17/4/1.982 - pág. 1;
433 - 16/1/1.983 - pág. 1;
482 - 24/12/1.983 - pág. 24;
538 - 16/2/1.985 - págs. 1 e 7;
544 - 30/3/1.985 - pág. 6;
632 - 25/12/1.986 - pág. 20;
678 - 21/12/1.987 - pág. 6;
683 - 9/1/1.988 - pág. 1;
686 - 30/1/1.988 - pág. 3;
733 - 24/12/1.988 - pág. 5;
833 - 22/12/1.990 - pág. 3 e supl.;
834 - 12/1/1.991 - pág. 1;
836 - 26/1/1.991 - pág. 6;
878 - 9/11/1.991 - pág. 9;
932 - 5/12/1.992 - pág. 1;
933 - 12/2/1.992 - pág. 10;
934 - 19/12/1.992 - pág. 1;
1031 - 10/12/1.994 - supl.;
1143 - 22/2/1.997 - pág. 1;
1231 - 21/11/1.998 - pág. 20;
1261 - 19/6/1.999 - pág. 2;
1337 - 9/12/2.000 - pág. 20;
4 - livros 1 e 2 de atas do Machado Esporte Clube;

5 - “O Machadense” ns. 715 - 4/1/1.959 - pág. 2;
723 - 1/3/1.959 - pág. 3;
726 - 22/3/1.959 - pág. 6;
730 - 26/4/1.959 - pág. 1;
748 - 30/8/1.959 - pág. 1;
770 - 14/2/1.960 - pág. 1;
771 - 21/2/1.960 - pág. 2;
810 - 11/12/1.960 - pág. 1;
909 - 24/2/1.963 - pág. 8;
943 - 30/5/1.965 - pág. 6;
2 - 28/2/1.971 - pág. 2;
17 - 13/6/1.971 - pág. 1;
6 - “Siga em Frente” ns. 4 - 1ª quinzena de dezembro de 1.992 - pág. 3;
5 - 2ª quinzena de dezembro de 1.992 - pág. 1;
7 - “Tribuna Machadense” ns. 108 - 17/8/1.996 - pág. 4;
32 - 10/1/1..988 - pág. 8.

B - **secundária**.
1 - José Matzner - “Guia do Sul de Minas” - Oficinas Gráficas da Folha de Minas - Belo Horizonte, 1.950, págs. 170/171.

****

CLUBES MULTI-ESPORTIVOS - II

1) - O Clube dos Trinta.
2) - O Guarany Esporte Clube.
3) - O Cruzeiro Esporte Clube.

****

1 - **O Clube dos Trinta**.

Nasceu de um grupo de veteranos que, em dezembro de 1.963, decidiu jogar futebol nas manhãs domingueiras. Coube a José Augusto Carneiro Dias a iniciativa de reuni-los, passando lista para compra de duas bolas, de que ficou guardião. Seus signatários consideram-se os fundadores do Clube. Nos registros deste, são tidos como tais Ademar dos Santos, Ademar Souza de. Barros, Afonso Azevedo de Paiva Reis, Aldo Rocha, Arnaldo Nannetti Dias, Benedito Neves, Carlos Egberto da Silva Legnani, Carlos Everardo Montalvão, Dalmo Moreira Costa, Daniel Lima Barrios, Darcilo Passos Swerts, Décio Pereira Dias, Édson Luiz de Carvalho, Genésio de Paiva Grilo, Geraldo dos Anjos Lima, João Batista Swerts de Carvalho, Joaquim Ismail Vilas Boas, José Augusto Carneiro Dias, José Barix, José Carlos Ferri, José Celso Gambi, José Cláudio de Araújo Dias, Leandro Dias Nannetti, Luiz Carlos Garcia, Luiz Edmundo Dias, Maércio Godoy, Maurício Gambi, Mauro Dias Aguiar, Mauro Godoy, Osimo Castro Filho, Osvaldo Gambi, Paulo Signoretti, Tarciso Costa, Vítor Bueno da Fonseca, Wágner Rossetti Annoni e Wálter Garcia. Sua idade média foi adotada para denominar a agremiação.

(Em notas históricas e em artigos publicados na imprensa têm sido, também, mencionados como fundadores Antônio Eugênio de Paiva, Benedito Carvalho Vilela, Décio Paulino da Costa, Francisco Rafael Swerts de Carvalho, Helvécio Brigagão, Hércio Swerts Dias, João Batista Mesquita, João

Félix, José Antônio de Paula Carvalho Filho, José Carlos Vieira Guerra, José Pereira da Luz, Maulon Godoy, Maurício Godoy, Paulo Azevedo Reis, Paulo Brigagão, Rociope Cirino Ferreira e Wálter Mattos Reis).

Bem sucedida a iniciativa, elegeu-se em 14 de abril de 1.964 a primeira diretoria*: presidente* - Wálter Mattos Reis; *vice-presidente* - Décio Paulino da Costa; *1º secretário* - José Augusto Carneiro Dias; *2º secretário* - José Antônio de Paula Carvalho Filho; *1º tesoureiro* - Luiz Edmundo Dias; *2º tesoureiro* - Mauro Dias Aguiar. Não teve atuação porque o Clube existia informalmente, só dedicado ao futebol. Alguns membros dela sequer permaneceram no grupo. O mais antigo livro de atas, aberto em 1.966, nada menciona a seu respeito.

Afonso Reis e Maulon Godoy organizavam os treinos, realizados no Estádio Municipal e, com a interdição deste, no Ginásio São José e em Poço Fundo. O time estreou com derrota para Pouso Alegre, logo revidada no campo do adversário. Venceu depois em Poço Fundo, São Gonçalo do Sapucaí e Cana do Reino. Suas cores - amarelo e preto - foram escolhidas por José Cláudio de Araújo Dias.

No dia 4 de julho de 1.966, a chefia da Sociedade foi confiada às seguintes pessoas: *presidente* - Osimo Castro Filho; *vice-presidente* - José Carlos Ferri; *secretários* - José Augusto Carneiro Dias e Carlos Egberto da Silva Legnani; *tesoureiros* - Mauro Dias Aguiar e Wágner Rossetti Annoni; *diretores esportivos* - Leandro Dias Nannetti e Maércio Godoy..

Sucedeu-lhes, no início de 1.968, esta equipe: *presidente* - Darcilo Passos Swerts*; vice-presidente* - José Carlos Ferri*; secretário* - José Augusto Carneiro Dias; *tesoureiro* - Mauro Dias Aguiar; *diretor esportivo* - Afonso Azevedo Reis.

Foram sufragados em 26 de dezembro de 1.968: *presidente* - Maulon Godoy; *vice-presidente* - José Carlos Ferri; *secretário* - J. A. Carneiro Dias; *tesoureiro* - Carlos Montalvão; *diretores esportivos* - José Barix e Luiz Dias; *diretor de relações públicas* - José Cláudio de Araújo Dias. Em fevereiro do ano seguinte, esta diretoria adquiriu da Associação Brasileira dos Educadores Lassalistas parte do terreno do Ginásio São José, em que foi construída a sede do Clube.

A gestão subseqüente foi comandada por Jorge Eduardo Vieira de Oliveira, com estes companheiros: *vice-presidente* - Leandro Nannetti; *secretário* - Geraldo dos Anjos Lima; *tesoureiro* - Mauro Dias Aguiar; *diretores esportivos* - Luiz Edmundo Dias e Afonso Reis; *diretor social* - José Barix. Nela tiveram início as obras. Fizeram-se serviços de terraplenagem, foram abertos 1,5 km. de ruas, preparados canteiros, plantadas árvores e iniciada a construção de duas piscinas. A lei municipal 62, de 19 de maio de 1.970, concedeu isenção de impostos ao Clube.

A diretoria foi reeleita em 31 de dezembro de 1.971. Para disputar a prefeitura o presidente deixou o cargo, ocupado pelo vice. Este fez duas quadras esportivas, vestiário para a piscina, bar e calçamento ao redor das piscinas. Iniciou a construção do campo de futebol.

João Emygdio Gonçalves ocupou a presidência por dois mandatos, em 1.974 e 1.975, tendo José Carlos Ferri como vice, Guálter Ferreira Braga como secretário, Mauro Dias Aguiar como tesoureiro e Antônio Pereira Gatto como diretor social. Terminou o campo de futebol, fez a sede social provisória, novo acesso, parque de diversões, vestiários para o campo de futebol, e uma casa para o zelador. Promoveu os primeiros bailes carnavalescos no Clube e uma preliminar de futebol no Mineirão, em Belo Horizonte. Criou curso de judô e iluminou a quadra de esportes. Em dezembro de 1.975 foi aprovado novo estatuto.

Em 1.976 regeu o Clube esta diretoria*: presidente* - Bias Francisco Maciel Dias; *vice-presidente* - Osvaldo Gambi; *tesoureiros* - Mauro Dias Aguiar e Wagner Rossetti Annoni; *secretários* - Paulo Sérgio Campos Caixeta e José Augusto Carneiro Dias; *diretores esportivos* - João Antônio da Costa Neto e Wálter Garcia; *diretores sociais* - José Cláudio de Araújo Dias e José Cândido de Souza Dias Filho. Asfaltaram-se as ruas internas e o estacionamento, mas o serviço, por imprestável, teve que ser refeito. Cercou-se toda a área e foi construída uma guarita. Colocaram-se mesas e bancos ao redor da piscina. Em abril e agosto houve confraternização com desportistas de Santo Antônio da Platina, aqui e lá.

Para a direção em 1.977 foram eleitos os seguintes sócios: *presidente* - José Cândido de Souza Dias Filho; *vice-presidente* - Bias Francisco Maciel Dias; *secretários* - Marcos Antônio Martins dos Santos e Márcio de Souza Camargo; *tesoureiros* - Mauro Dias Aguiar e Wágner Rossetti Annoni; *diretores sociais* - José Celso Gambi e Clêuton Pereira Gonçalves; *diretores esportivos* - Hernani Veiga Reis e Paulo Sérgio Campos Caixeta. As principais realizações do período foram: construção de sarjetas e meios-fios, de "*boxes*" e cobertura no estacionamento, e do campo de "*boccia*"; reforma dos vestiários; sinalização; aquisição de aparelhagem de som e de mesas de ping-pong; contratação de professor de educação física e natação; promoção do primeiro campeonato interno de futebol.

Destacou-se no mandato de José Cláudio de Araújo Dias, em 1.978, a iluminação do campo de futebol. Seus companheiros de diretoria foram: *vice-presidente* - Luiz Carlos Garcia; *secretários* - Carlos Weber Hoffert de Castro e Warney Penha; *tesoureiros* - Mauro Dias Aguiar e Wágner Rossetti Annoni; *diretores esportivos* - Franklin Vieira de Almeida Vilhena e Paulo Sérgio Campos Caixeta; *diretores sociais* - Josmar Gonçalves e Itamar Branquinho.

Sob a presidência de Paulo de Tarso da Costa Leite, em 1.979, teve início o processo de encampação do Centro Machadense. Ele teve estes colaboradores: *vice -presidente* - José Barix; *secretários* - Márcio de Souza

Camargo e Pedro Carvalho S. Diniz; *tesoureiros* - Mauro Dias Aguiar e Wágner R. Annoni; *diretores esportivos* - J. A. Costa Neto e Cláudio Martins Rodrigues; *diretores sociais* - Wolney A. Dias Júnior e Wálter B. Dias Júnior.

Osvaldo Gambi concluiu no ano seguinte a encampação acima referida. Em 25 de junho o Clube recebeu, por escritura, o patrimônio imobiliário do Centro. Nesse período foram construídas escadas para passagem de pedestres. Os demais membros da diretoria foram: *vice-presidente* - Luiz Carlos Garcia; *secretários e tesoureiros* - reeleitos; *diretores esportivos* - Franklin Vilhena e Hélcio R. da Luz; *diretores sociais* - José Cândido S. D. Filho e João Batista de Souza Moreira Neto.

Carlos Roberto Pereira, presidente em 1.981, foi reeleito nos dois períodos consecutivos, com companheiros diferentes, para que pudesse concluir a obra maior do Clube: o ginásio coberto, também usado como sede social. Iniciado no segundo semestre de 1.981, sua inauguração ocorreu em 5 de fevereiro de 1.983. Tem 1.250 m2. de área construída, capacidade para 3.000 pessoas e 2 mezaninos. Também nessa administração foram construídos portão de entrada, mais uma casa para zelador, cômodo de almoxarifado e muro do campo de futebol. Iluminou-se a piscina e adquiriram-se mesas e bancos de cimento. Verificando a impossibilidade de concluir o prédio da Praça Antônio Carlos, ante o alto custo do empreendimento, o Clube o vendeu a Bias Francisco Maciel Dias. Dividiu o terreno da antiga sede do Centro Machadense e vendeu também sua parte inferior. A alienação da outra foi impedida pela Municipalidade, que a declarou de utilidade pública.

Após disputada eleição, enfrentando chapa de Paulo Sérgio C. Caixeta, voltou ao comando em 1.984 José Cláudio de Araújo Dias. Integraram sua equipe: Luiz Carlos Garcia (vice-presidente), José Wágner Garbini Guerra e Reinaldo Xavier (secretários), Warney Penha e Mauro Dias Aguiar (tesoureiros); José Cândido S. D. Filho e Aírton R. Leite (diretores sociais); J. A. Costa Neto e Joaquim S. Lima (diretores esportivos).

Chapa única levou à direção, em 1.985, as seguintes pessoas: *presidente* - Rúbens Paulino da Costa; *vice-presidente* - Wolney de Araújo Dias Júnior: *secretários* - José Wanderley de Almeida e Paulo Roberto Conti Neves; *tesoureiros* - Paulo Sérgio Campos Caixeta e Mauro Dias Aguiar; *diretores sociais* - Luiz Fernando Nannetti Carvalho e Wágner A. Domingues; *diretores esportivos* - Franklin V. A. Vilhena e Hamílton Irineu de Carvalho. No período em questão ocorreram reforma e aumento da piscina de adultos, reforma da quadra de esportes do ginásio coberto, construção da sauna e compra de aparelhagem para ginástica. O estatuto foi novamente alterado, passando as eleições a ocorrer no meio do ano. Com isso, prorrogou-se por seis meses o mandato da diretoria.

Em 29 de junho de 1.986 foi escolhida esta equipe: *presidente* - João Antônio da Costa Neto; *vice-presidente* - José Carlos Ferri; *secre-*

tários - José Oscar da Luz e Carlos Weber H. Castro; *tesoureiros* - Paulo Sérgio C. Caixeta e Rúbens P. Costa; *diretores esportivos* - Luiz Gonzaga Xavier e José Mauro Chiaradia; *diretores sociais* - Sebastião Tardiolli e Sebastião P. Rodrigues. No período realizaram-se os I Jogos Infantis Internos.

Iniciou-se em 1º de julho de 1.987 o mandato da diretoria seguinte: *presidente* - Sebstião Tardiolli; *vice-presidente* - Darcilo Castro Swerts; *secretários* - Benedito Honorato Filho e João Antônio da Costa Neto; *tesoureiros* - Paulo Sérgio Campos Caixeta e Sebastião de Paula Rodrigues; *diretores sociais* - Mário Aparecido Mendes e José W. Almeida; *diretores esportivos* - Wálter Bartolomeu Júnior e Celso Antônio da Silva. Ela construiu o lago; reformou o vestiário feminino, o barracão da antiga sede e a rede de esgotos; abriu duas ruas; adquiriu tatames para judô e cem mesas de aço com cadeiras.

Em junho de 1.988, vencendo chapa encabeçada por Hélcio Rodrigues da Luz, esta conquistou a chefia do Clube: *presidente* - José Carlos Ferri; *vice-presidente* - Maércio Godoy; *secretários* - Paulo Sérgio C. Caixeta e Afonso A. Reis; *tesoureiros* - Mauro Dias Aguiar e José Wágner G. Guerra; *diretores sociais* - Leandro Nannetti e Francisco Xavier; *diretores esportivos* - J. A. Costa Neto e Sérgio Moreira Dias. Entre suas realizações, citem-se a cobertura metálica dos vestiários do campo de futebol; a aplicação de asfalto em duas áreas de estacionamento; a construção de mais uma casa para zelador, de bar no campo de futebol e de 70 m. de rede de esgotos; a aquisição de bebedouros e de aparelho PABX.

Sucedeu-lhe, no meio do ano seguinte, diretoria composta por: *presidente* - Darcilo Castro Swerts; *vice-presidente* - Wálter Bartolomeu Dias Júnior; *secretários* - João Alberto da Costa Leite e Renato Swerts Carneiro Dias; *tesoureiros* - Mauro Dias Aguiar e Benedito Honorato Filho; *diretores sociais* - Sebastião P. Rodrigues e José Jair Coelho; *diretores esportivos* - Celso A. da Silva e Paulo Sérgio C. Caixeta.

Sebastião de Paula Rodrigues governou o Clube em três períodos seguidos, de julho de 1.990 a junho de 1.993. Demoliu e refez o campo de "*boccia*", com duas pistas; construiu o "*Conjunto Darcilo Passos Swerts*", composto por duas quadras de peteca, duas de vôlei, quadra de tênis e campo de futebol "*society*"; construiu campo de malha, churrasqueira e prédio para almoxarifado; reformou o parque infantil, a sauna, a casa do zelador, os vestiários e o bar da piscina; instalou conjunto de irrigação para o campo de futebol e melhorou sua iluminação; adquiriu impressora para endereçamento, dois bebedouros, aparelhos telefônicos, aparelho de som, cadeiras e jogos de uniforme.

Em junho de 1.993 foi escolhida a diretoria seguinte: *presidente* - Maércio Godoy; *vice-presidente* - João Emygdio Gonçalves: *secretários* - Marcos Antônio Martins dos Santos e Rúbens Sérgio C. Ribeiro; *tesoureiros* - Carlos Augusto Vieira de Vilhena e Benedito Honorato Filho; *diretores*

sociais - Wilmar C. Moreira e Marco Aurélio Gambi; *diretores esportivos* - Celso Antônio da Silva e Franklin V. A. Vilhena. O vice esteve no comando de fevereiro a junho de 1.994, quando o titular se afastou por motivo de saúde. Nessa gestão houve recuperação das vias internas; reforma dos sistemas telefônico e de iluminação do campo de futebol; aquisição de equipamentos de informática e de novos aparelhos para a sauna.

Em 3 de julho de 1.994 nova equipe assumiu a administração*: presidente* - Sebastião de Paula Rodrigues; *vice-presidente* - Evâneo Pereira; *secretários* - Saulo Alves Brigagão e Ornélio M. Marcondes*; tesoureiros* - Paulo Sérgio Campos Caixeta e Fernando Tadeu Penatti; *diretores sociais* - José Wanderley de Almeida e Ethel Werner Rodrigues; *diretores esportivos* - Carlos Roberto S. Rodrigues e Odílson Geraldo Marcondes. Aprovou-se outro estatuto em dezembro.

No ano seguinte, o presidente não conseguiu reeleger-se, derrotado pela chapa seguinte, que tomou posse em julho*: presidente* - Wilmar Conti Moreira*; vice-presidente* - Franklin Vilhena*; secretários* - Marcos A. M. dos Santos e Marco Aurélio Gambi; *tesoureiros* - Carlos A. V. Vilhena e Benedito Honorato Filho; *diretores sociais* - Ethel Werner Rodrigues e Carlos Roberto S. Rodrigues; *diretores esportivos* - Celso Antônio da Silva e Marcos N. Ferreira.

Escolheu-se esta diretoria em junho de 1.996: *presidente* - Franklin Vieira de Almeida Vilhena; *vice-presidente* - Celso Antônio da Silva; *secretários* - Marcos Antônio M. dos Santos e Marco Aurélio Gambi; *tesoureiros* - Carlos Augusto Vieira de Vilhena e Benedito Honorato Filho; *diretores sociais* - Wilmar C. Moreira e Marcos Reis Pereira; *diretores esportivos* - Odílson Geraldo Marcondes e Daniel Botazini Pinto. No período fez-se o muro do campo de futebol, e foi iniciado cômodo junto da piscina.

A partir de 4 de julho de 1.997, o Clube foi governado pelas seguintes pessoas: *presidente* - Odílson Geraldo Marcondes; *vice-presidente* - Paulo de Tarso da Costa Leite; *secretários* - David C. Bornelli e Jorge Luiz Pinto; *tesoureiros* - Benedito Honorato Filho e José dos Anjos Lima; *diretores sociais* - Hamílton Picolotti e Joaquim Damião de Carvalho; *diretores esportivos* - Marcos Negretti Ferreira e Roosevelt de Carvalho Dias.

Em julho de 1.998, o comando passou a este grupo*: presidente* - Marcos Antônio Martins dos Santos; *vice-presidente* - Odílson Geraldo Marcondes; *secretários* - Luiz Renato do Lago Cavalcanti e Jorge Luiz Pinto; *tesoureiros* - José dos Anjos Lima e Benedito Honorato Filho; *diretores sociais* - Wilmar Conti Moreira e Hamílton Picolotti; *diretores esportivos* - Carlos Roberto S. Rodrigues e Fernando Tadeu Penatti.

No exercício seguinte, compuseram a equipe de governo: *presidente* - Marcelo Carvalho Bottazzini; *vice-presidente* - Francisco Xavier;

secretários - Luiz Renato do Lago Cavalcante e Jorge Luiz Pinto; *tesoureiros* - José dos Anjos Lima e Benedito Honorato Filho; *diretores sociais* - Wilmar Conti Moreira e Erivaldo Rodrigues Gouveia; *diretores esportivos* - Carlos Roberto dos Santos Rodrigues e Nivaldo Carvalho. O Clube em 1.999 foi campeão do torneio de futebol de salão promovido pela Diretoria de Esportes da Prefeitura, participou da Copa Alterosa de Futebol e da Copa Sul-Mineira de Futebol Amador. Entrou em vigor o regimento interno, em janeiro de 2.000.

A última diretoria do milênio foi esta: *presidente* - Celso Antônio da Silva; *vice-presidente* - Franklin de Almeida Vilhena; *secretários* - Rildo Ernane Pereira e Wilmar Conti Moreira; *tesoureiros* - Carlos Augusto V. de Vilhena e Benedito Honorato Filho; *diretores sociais* - Marcus Vinícius Nery e Erivaldo R. Gouveia; *diretores esportivos* - José Hércio da Luz e Carlos Renato Caproni Gouveia. Em 2.000 o Clube venceu o Torneio Integração Interclubes, de futebol de campo, e foi campeão municipal de futebol de salão, na categoria juvenil.

2 - **O Guarany Esporte Clube**.

A perda em enchente, no final de 1.999, de livros e outros documentos do Clube, impedem a narração completa de sua história.

É originário de um time de futebol dos empregados da Nestlé, criado em 1.962, sob a liderança de Flausino Umbelino da Silva, o *Tifrosa*. Considerado o sócio número um, era este quem, de início, arrumava as bolas, lavava calções e camisetas, e cuidava da limpeza. A equipe, que jogava em campo deficiente e alugado, passou a chamar-se Guarany Esporte Clube em 1.966 ou 1.968. A criação oficial do Clube, porém, se deu em assembléia de 1º de agosto de 1.976, que aprovou seu estatuto.

Os fundadores da Sociedade são: Acácio dos Santos, Afrânio dos Santos Oliveira, Alaor Pinto Gonçalves, Alceu dos Santos Oliveira, Arley Franco Anunciação, Eurico da Silva Dias Júnior, Flausino Umbelino da Silva, Francisco Campos Gonçalves, Francisco Eleotério, Gesner Pereira, Hélio Nery, Jair da Silva, Jarbas Campos Lima, João Gonçalves do Lago, João Teodoro de Lima, João Vítor Domingues, José Júlio Teodoro, Kléber Palmeira, Maurício Grilo, Miguel de Oliveira Dias, Orestes José dos Santos, Paulo Joaquim de Carvalho Dias, Roosevelt dos Reis de Carvalho Dias, Sebastião Gonçalves de Lima, Sebastião Ribeiro, Silas Pereira Caixeta, Vasco Donini, Waldir Bianchini de Souza, Wálter Palmeira e Wílson Passos. Noutra relação encontrei também os nomes de Alair Alves Campos, Geraldo Pereira, Jairo Bellini, João Batista Pereira, José Barix e Juvenil Fernandes.

O Clube adquiriu de Geraldo Pereira Domingues (*Zé Dico*) um terreno de 10.000 m2., entre a Avenida Ricardo Annoni Filho e a Rodovia BR-267, para construção da sede. As obras começaram em meados de 1.976,

administradas por diretoria provisória, assim composta: *presidente* - Afrânio dos Santos Oliveira; *secretário* - Sebastião Gonçalves de Lima; *tesoureiro* - Paulo Joaquim de Carvalho Dias.

Em 1º de abril de 1.979 inauguraram-se o campo de futebol e um vestiário improvisado, com o nome de "*Estádio Edmundo Pereira*". Guarany e Clube dos Trinta fizeram o jogo de estréia. Eram estes, então, os dirigentes da Sociedade, empossados um mês antes*: presidente* - Afrânio dos Santos Oliveira; *vice-presidente* - João Gonçalves do Lago*; secretários* - Roosevelt dos Reis de Carvalho Dias e Silas Pereira de Souza; *tesoureiros* - Sebastião Gonçalves de Lima e João Vítor Domingues; *diretores esportivos* - Orestes José dos Santos e Flausino Umbelino da Silva; *diretores sociais* - Wílson Passos e Arly Francisco da Anunciação. Ela foi campeã municipal de futebol em 1.980.

Em 16 de abril de 1.981 tomou posse a seguinte diretoria: *presidente* - João Gonçalves do Lago; *vice-presidente* - Afrânio dos Santos Oliveira; *secretários* - Roberto Rodrigues Signoretti e Édson Saraiva*; tesoureiros* - José Miguel de Oliveira e Orestes José dos Santos; *diretores sociais* - Jarbas Campos Lima e Flausino U. da Silva; diretor esportivo - José Barix. Naquele ano realizou-se o primeiro campeonato interno de futebol do Clube, com quatro times. A resolução da Câmara nº 8, de 10 de dezembro de 1.981, declarou-o de utilidade pública. No mesmo sentido dispôs a lei municipal 1.046, de 14 de dezembro de 1.995.

Em abril de 1.982, o destino do Guarany foi confiado aos seguintes sócios: *presidente* - Hélcio Rodrigues da Luz; *vice-presidente* - Hélio Diniz; *secretários* - José Benedito Pereira Júnior e Silas Pereira Caixeta; *tesoureiros* - João Laércio Tavares Paes e Marcelo A. Barroso.

Nenhuma chapa se apresentou para a eleição que deveria ocorrer em 17 de abril de 1.983. Por isso, o conselho deliberativo nomeou esta diretoria: *presidente* - João Gonçalves do Lago; *vice-presidente* - Afrânio dos Santos Oliveira; *secretários* - João Laércio Tavares Paes e José Benedito Pereira Júnior; *tesoureiros* - Roberto Rodrigues Signoretti e Sebastião Gonçalves de Lima; *diretores sociais* - Roosevelt C. Dias e Nivaldo Carvalho; *diretores esportivos* - Flausino U. da Silva e Roberto R. Signoretti. Novo estatuto foi aprovado em julho seguinte.

Os anos de 1.984 e 1.985 foram marcados por profundas desavenças e acusações entre os sócios, em prejuízo do Clube. Suposta descoberta de irregularidades administrativas levou ao afastamento da diretoria de João Gonçalves do Lago e Roberto Rodrigues Signoretti, em maio de 1.984. Este foi suspenso de todas as atividades sociais. Assumiu então o vice-presidente. Em setembro seguinte, a equipe foi reformulada: *presidente* - Afrânio dos Santos Oliveira; *vice-presidente* - Hélio Diniz; *secretários* - João Laércio Tavares Paes e Luiz Gonzaga de Oliveira*; tesoureiros* - Sebastião Gonçalves de Lima e Jarbas Gonçalves de Lima; *diretores sociais* - os mesmos; *diretores esportivos* - Flausino U. da Silva e Antônio de Fátima Carvalho.

Como o presidente não convocasse os sócios para nova eleição, quatro deles o fizeram por edital, com base no estatuto, lançando à disputa chapa encabeçada por Roberto R. Signoretti. A diretoria contestou a iniciativa, sustentando que membros daquela e signatários do edital estavam em débito com o Clube, e marcou data para o pleito. Os dissidentes, porém, levaram adiante seu propósito, e em 26 de junho de 1.985 sufragaram todo o grupo opositor: *presidente* - Roberto Rodrigues Signoretti; *vice-presidente* - João Vítor Domingues; *secretários* - Roque Eliseu Mendes Gonçalves e José Benedito P. Júnior; *tesoureiros* - Hélio Diniz e Adílson Ribeiro Paiva; *diretores sociais* - Francisco Eleotério e Marcos A. Pimenta; *diretores esportivos* - José Francisco Domingues e Francisco B. Souza. De imediato, os escolhidos tomaram posse da sede, e determinaram que os associados não mais pagassem mensalidades em contas controladas pela diretoria anterior. Esta não realizou a eleição que anunciara. Nos meses seguintes, o Guarany ainda esteve agitado por causa de ação judicial contra o sócio Geraldo Pereira Domingues, a propósito de divisas, e pela retenção de livros e documentos sociais pelo ex-presidente Afrânio Oliveira.

Em 4 de janeiro de 1.987, elegeu-se chapa única, encabeçada por Jairo Bellini Rezende, que tinha Flávio José dos Santos como vice. O presidente, contudo, não compareceu ao ato da posse, em 30 do mesmo mês, alegando que não mais poderia ocupar o cargo. Definiu-se então o nome de João Osório dos Santos Oliveira para a chefia, cabendo-lhe nomear os demais membros da diretoria. Em março seguinte, por motivo que desconheço, o vice Flávio teve que assumir a presidência, e recebeu o Clube arrasado, conforme a imprensa.

Em 30 de dezembro de 1.987 elegeu-se esta equipe, reconduzida um ano depois: *presidente* - João Osório dos Santos Oliveira; *vice-presidente* - Flávio José dos Santos; *secretários* - Gilvande Lopes Farias e Jairo Bellini Rezende; *tesoureiros* - Vilmar Botazini Garroni e Luiz Gonzaga de Oliveira; *diretores sociais* - Roosevelt C. Dias e Florêncio Alves de Souza; *diretores esportivos* - Ivone Martins e Flausino U. da Silva. No pleito de 22 de dezembro de 1.989, inverteram-se os ocupantes dos cargos de presidente e vice; os demais membros da diretoria permaneceram em seus postos. Pagaram-se então as dívidas do Clube. Em meados de 1.988 foram iniciadas obras de vulto, com ajuda da Prefeitura: drenagem e aterro, reforma do campo de futebol, dos vestiários e da sede social; mudança da entrada e construção de nova portaria, de quadra poliesportiva e pista de atletismo; fechamento da área com cerca e muro; instalação de padrão de energia elétrica e montagem de quatro torres metálicas para iluminação do estádio. Sua inauguração ocorreu em fevereiro de 1.991.

Em 7 de julho de 1.991 elegeu-se nova diretoria*: presidente* - Oriental Pereira de Souza Filho; *vice-presidente* - Francisco Bianchini de Souza; *tesoureiros* - Sandro Moura Santos e Luiz Renato Cavalcante*; secretários* - João Benedito Santos Júnior e Renato Soares de Oliveira; *diretores sociais* - Florêncio Alves de Souza e Marcelo Gonçalves de Souza; *diretores esportivos* - Antônio Rodolfo Montel e Luiz Brancher.

Esta equipe foi sufragada no dia 14 de junho de 1.992: *presidente* - Vassil Botazini Garroni*; vice-presidente* - Francisco Bianchini de Souza; *tesoureiros* - Celso Soares Leite e Florêncio Alves de Souza; *secretários* - Gilvande Lopes Farias e Antônio João Paviani; *diretores sociais* - Marcelo Gonçalves de Souza e Roosevelt de Carvalho Dias; *diretores esportivos* - Ivone Martins e Antônio de Fátima Carvalho. Ela construiu sauna, dois vestiários, guarita e quadra de areia. O time juvenil do Guarany, naquele ano, venceu a II Copa Machado de futebol de campo.

Em 9 de outubro de 1.993 empossou-se a seguinte chapa, escolhida sem concorrência: *presidente* - Izinésio Campos Moreira; *vice-presidente* - Afrânio dos Santos Oliveira; *secretários* - Liliane Padilha Ramos e Waldomiro Aguiar; *tesoureiros* - Pedro Nery e Clóvis Caproni de Oliveira; *diretores sociais* - Francisco Eleotério e Erivaldo Luiz Pereira; *diretores esportivos* - Ivone Martins, João Batista Ferreira e Roosevelt dos Reis de Carvalho Dias. Naquele ano iniciou-se a construção da piscina, cuidou-se de laje para o bar e de iluminação do campo. O Clube sagrou-se tricampeão municipal de futebol com estes jogadores, orientados por Ivone Martins: Roldão, Herci, Toco, Joãozinho, Luiz Renato, Japonês, Elzo, Meloto, Melão, Luiz Antônio, Mauricinho, Gilvande Farias, Heleno e Register. Em maio de 1.994, foi vice no campeonato regional de Poço Fundo; no segundo semestre, representou Machado no campeonato sul-mineiro.

Nova diretoria começou a trabalhar em 21 de abril de 1.995: *presidente* - Nélson Carvalho*; vice-presidente* - Oriental Pereira de Souza Filho*; tesoureiros* - Vilmar Botazini Garroni e Florêncio Alves de Souza; *secretários* - Roosevelt dos Reis de Carvalho Dias e Nílson Silvério Soares*; diretores esportivos* - Ivone Martins e José Maria Baccoli; *diretores sociais* - Claudinete Garroni e Maurício de Paiva Grilo. O estatuto foi mais uma vez reformado, em novembro.

No dia 26 de maio de 1.996 foi eleita chapa única: *presidente* - Francisco Bianchini de Souza; *vice-presidente* - Claudinete Garroni; *tesoureiros* - Marcelo Gonçalves de Souza e Oriental Pereira de Souza Filho; *secretários* - Adílson Garroni da Silva e Hamílton de Paiva Grilo; *diretores esportivos* - Ivone Martins e Silas Euzébio da Silva; *diretores sociais* - Wanderlei dos Santos e Erivaldo Luiz Pereira. Em agosto, o Guarany realizou seu bingo.

Elegeu-se em 29 de dezembro de 1.996 equipe da qual faziam parte, entre outros: *presidente* - Vassil Botazini Garroni; *vice-presidente* - João Batista Gonçalves; *tesoureiros* - José Carlos de Oliveira e Marcelo Gonçalves de Souza; *secretários* - Kleber Alexandre de Carvalho e Antônio Donizete Ferreira; *diretores esportivos* - Ivone Martins e Flausino Umbelino da Silva; *diretores sociais* - Francisco Eleotério e Claudinete Garroni. No final dessa gestão, inauguraram-se duas piscinas, cuja construção fora iniciada quatro anos antes, e foram comprados equipamentos para elas. Construiu-se o vestiário feminino e reformou-se o masculino. A instalação elétrica foi renovada.

Alterado o estatuto, em 28 de dezembro de 1.997 o presidente, o vice e os tesoureiros foram reeleitos, para mandato de dois anos. Completaram sua chapa: *secretários* - Rosiley Eleotério Donini e Antônio Donizete Ferreira; *diretores sociais* - Wálter Cândido de Souza e Josmar Maciel; *diretores esportivos* - Ivone Martins e Jurandir Garcia. Fizeram-se muro ao redor das piscinas e alambrado no campo de futebol; comprou-se uma caixa d'água. No final de 1.999, forte enchente causou prejuízos de vulto ao Clube.

A última diretoria do milênio foi eleita em 10 de janeiro de 2.000: *presidente* - Marcelo Gonçalves de Souza; *vice-presidente* - Elpídio Garroni Alves; *secretários* - Nivaldo L. Caproni Júnior e Roosevelt de Carvalho Dias; *tesoureiros* - Regiley Ernesto Siqueira e Alarico G. Pereira; *diretores sociais* - Chaignon Caproni e Florêncio Alves de Souza; *diretores esportivos* - Ivone Martins e Ademir Maciel da Silva. No seu mandato, o Clube foi campeão do Torneio do Lago, na categoria titular, e vice na categoria aspirante.

O Guarany tem promovido torneios internos de futebol, truco, e participado dos campeonatos municipais. Possuía no fim do período em estudo escola de futebol, a cargo de Roosevelt dos Reis de Carvalho Dias, da qual se trata na parte relativa a esse esporte. Suas dependências eram cedidas para alunos das escolas estaduais "*Gabriel Odorico*" e "*Iracema Rodrigues*", bem como para a Polícia Militar e funcionários do Pastifício Santa Amália. Um de seus galpões era utilizado para catequese infantil. No início do ano 2.000, tinha cerca de 140 sócios, e sua seleção futebolística jogou com uma de veteranos do Clube Atlético Mineiro, integrada por ex-craques como Éder Aleixo, Elzo, Luizinho e Paulo Isidoro.

3 - **O Cruzeiro Esporte Clube**.

Localiza-se no bairro rural da Conceição. O grupo que o constituiu mantinha informalmente um time de futebol desde 1.965, mais ou menos, utilizando o campo da escola estadual da comunidade. O mau estado deste e o aumento dos usuários levaram seus líderes a criar a Sociedade.

A fundação oficial ocorreu em reunião de 19 de janeiro de 1.979, a que compareceram Elias Reis Lucas Corsini, João Batista Lucas, João Inácio Lucas, Josué da Silva Lucas, Luís Corsini Lucas e Luís Tarciso da Silva. Elegeu-se dez dias depois a primeira diretoria: *presidente* - João Inácio Lucas; *vice-presidente* - Elias Reis Lucas Corsini; *secretários* - Josué da Silva Lucas e João Corsini Lucas; *tesoureiros* - Lúcio Antônio Campos da Silva e Luís Tarciso da Silva; *diretor esportivo* - Luís Corsini Lucas. O estatuto social, feito e registrado com o auxílio de Roosevelt de Carvalho Dias, foi publicado no D.O.E. de 12 de fevereiro do mesmo ano.

Criaram-se, de início, trinta quotas sociais, no valor de Cr$5.000,00 cada. Foi comprado de Sebastião Pereira Martins um terreno de 10.600

m2., ao lado da igreja, para construção da sede. Poucos meses depois se adquiriu área contígua. Efetuou-se a terraplenagem do local destinado ao campo de futebol, cujo gramado se concluiu no início de 1.980. Nessa época o presidente pediu demissão, e houve mudanças em outros postos de comando. O campo e os vestiários foram inaugurados em 15 de agosto seguinte, data na qual tomou posse nova diretoria: *presidente* - José Caixeta; *vice-presidente* - Luiz Ribeiro Fernandes; *secretários* - Cleube Antônio Paes Garroni e Dimas Donizetti Lucas; *tesoureiros* - Luiz Gonzaga de Lima e Paulo Roberto Conti Neves; *diretores sociais* - Adair Bianchini de Souza e Horácio Gonçalves de Lima; *diretores esportivos* - Luiz Corsini Lucas e Josué da Silva Lucas.

A lei estadual 7.847, de 5 de novembro de 1.980, declarou o Clube de utilidade pública. Fizeram o mesmo as leis municipais 982, de 25/8/1.994, e 1.195, de 11/11/1.998.

Iniciou-se em 8 de janeiro de 1.982 a terceira gestão: *presidente* - João Inácio Lucas; *vice-presidente* - Luiz Corsini Lucas; *secretários* - Zênio Dias Fonseca e Josué da Silva Lucas; *tesoureiros* - Sebastião Ribeiro Gonçalves e Luiz Carlos Ferreira; *diretores esportivos* - José Ferreira Mezetti e João Corsini Lucas; *diretores sociais* - Jorge Eduardo Vieira de Oliveira e Warney Garvão de Carvalho. Nela edificaram-se barracão para festas, cozinha e bar; cercou-se o campo com alambrado e iniciou-se a construção da quadra poliesportiva.

No dia 11 de fevereiro de 1.983 foi escolhida esta equipe dirigente: *presidente* - Elias Reis Lucas Corsini; *vice-presidente* - Josué da Silva Lucas; *secretários* - Hugo de Paula e Silva e Zênio Dias Fonseca; *tesoureiros* - Sebastião Ribeiro, Luiz Carlos Ferreira e João Campos; *diretores esportivos* - Luiz Corsini Lucas, Daniel Begalli e Ivan Oliveira; *diretores sociais* - Jorge Eduardo Vieira de Oliveira e Warney Garvão de Carvalho. Naquele ano se inaugurou a quadra, destinada a futebol de salão e vôlei; se comprou um "*freezer*"; e se formou um time de futebol feminino.

De seguida, após vencer chapa encabeçada por Wilmar Conti Moreira, voltou ao comando João Inácio Lucas. Seu grupo, que se empossou em 9 de janeiro de 1.984, era formado por: Hugo de Paula e Silva (*vice-presidente, falecido em maio e substituído pela viúva Juracy Conti Silva*); Ivan Pereira Oliveira e Cleube A. Paes Garroni (*secretários*), Luiz Carlos Ferreira e Ivone Luiz dos Santos (*tesoureiros*); João Corsini Lucas e Daniel Milani Corsini (*diretores esportivos*); Adair Bianchini de Souza e Luiz Gonzaga de Oliveira (*diretores sociais*). Nesse período foram eletrificadas a sede e a quadra poliesportiva. Alterou-se o estatuto, e o Clube participou dos I Jogos Abertos da Primavera.

A administração subseqüente, iniciada em janeiro de 1.985, teve estes membros: *presidente* - Gildo Borges de Siqueira; *vice-presidente* - Elias dos Reis Lucas Corsini; *secretários* - Adilvo José de Lima e Joaquim

dos Reis Morais; *tesoureiros* - Sebastião Ribeiro Gonçalves e José Cláudio Siqueira Magalhães; *diretores esportivos* - Luiz Tarciso da Silva e Gilberto Prado de Oliveira; *diretores sociais* - Silas Pereira Ferreira e João Otávio Ferreira. Nela se fez o projeto e se começou a compra de materiais para construção da piscina. Trocou-se uma bomba a óleo por outra elétrica.

Para 1.986 escolheu-se presidente José Ferreira Mezetti, com os seguintes companheiros: *vice-presidente* - Luiz Carlos da Silva (substituído por Daniel Siqueira da Silva); *secretários* - Haroldo de Lima e Silas Pereira Ferreira; *tesoureiros* - Sebastião Ribeiro Gonçalves e Cleube Antônio Paes Garroni; *diretor social* - Ivone Luiz dos Santos; *diretores esportivos* - Sebastião Carlos Ferraz, João Corsini Lucas e Geraldo Roberto de Lima; *diretor interno* - Vanderlei Carvalho dos Santos.

No ano seguinte, foram reeleitos o presidente, um dos secretários, um dos tesoureiros e o diretor social. Os demais cargos tiveram estes ocupantes: *vice-presidente* - Elias dos Reis Lucas Corsini; *1º secretário* - Josué da Silva Lucas; *2º tesoureiro* - Daniel Siqueira da Silva; *2º diretor social* - Vanderlei Carvalho dos Santos; *diretores esportivos* - Daniel Bernardes e Nadimir Domingues Paes. Nesta e na gestão anterior construíram-se duas piscinas, inauguradas em março de 1.988.

Na festa de inauguração empossou-se esta diretoria: *presidente* - Laércio Nery Domingues; *vice-presidente* - Daniel Milani Corsini; *secretários* - Josué da Silva Lucas e Edmílson Campos D'Andréa; *tesoureiros* - José Cláudio Siqueira Magalhães e Marco Antônio da Silva; *diretoras sociais* - Márcia Signoretti Godoy e Vânia Moterani Swerts; *diretores esportivos* - Reinaldo Pimentel de Carvalho e Ivan Pereira Oliveira. Naquele ano, a política atrapalhou a vida do Clube: o 1º diretor esportivo convidou um candidato a prefeito para iniciar partida de futebol, sem o conhecimentos dos demais membros da diretoria. Estes não concordaram com isso, e pediram demissão coletiva. O Conselho Administrativo, então, assumiu o governo pelo restante do mandato.

Em 1.989, o Cruzeiro foi comandado por esta equipe: *presidente* - Daniel Bernardes; *vice-presidente* - Daniel Siqueira da Silva; *secretários* - João Batista de Oliveira e Luiz Gonzaga de Oliveira; *tesoureiros* - William Conti e Nadimir Domingues Paes; *diretores sociais* - Juracy Conti Silva e Pedro Begalli; *diretores esportivos* - Luiz Tarciso da Silva e Dante Botazini Filho.

Elias Reis Lucas Corsini voltou à presidência em 1.990, com estes companheiros: *vice-presidente* - Luiz Carlos Ferreira; *secretários* - Luiz Fratus da Silva e Benedito Rodrigues da Silva; *tesoureiros* - Sebastião Ribeiro Gonçalves e Laurene Mara Conti Silva; *diretores esportivos* - Ivan Pereira de Oliveira e Francisco Eleotério; *diretores sociais* - Antônio Rodolfo Montel e Juracy Conti Silva. Nesse período foram inaugurados novo vestiário, arquibancadas, guarita e sauna.

A diretoria que conduziu o Clube em 1.991 foi esta: *presidente* - João Inácio Lucas; *vice-presidente* - Luiz Carlos da Silva; *secretários* - Celso Falcone Aguiar e Gilberto Oliveira Prado; *tesoureiros* - Rafael B. Ferreira e Marçal Ferreira; *diretores sociais* - Hideraldo Bellini e Ivone Luiz dos Santos; *diretores esportivos* - Helder Garcia da Silva e Sebastião Carlos Ferraz.

No ano seguinte, a direção passou a este grupo: *presidente* - Benedito Rodrigues da Silva; *vice-presidente* - Elias Reis Lucas Corsini; *secretários* - Fábio Signoretti Tavares e Luiz Fratus da Silva; *tesoureiros* - Helder Garcia da Silva e Carlos Roberto da Silva; *diretores esportivos* - Sebastião Carlos Ferraz e Ivan Pereira de Oliveira; *diretores sociais* - José Ferreira Mezetti e Moisés Vicente Pereira.

Para 1.993 foram reeleitos o presidente, o secretário Fábio, os tesoureiros, o diretor social Mezetti e o diretor esportivo Ivan. Os demais cargos assim se distribuíram: *vice-presidente* - Luiz Fratus da Silva; *2º secretário* - Luiz Carlos da Silva; *diretor social* - Antônio Rodolfo Montel; *diretores esportivos* - Hideraldo Bellini, João Corsini Lucas e Marcos Negretti Ferreira. Iniciou-se a construção do ginásio poliesportivo; o Clube foi repintado; fez-se revisão nos motores elétricos; colocaram-se tablados na sauna e nos vestiários, e piso emborrachado no bar da piscina.

O comando foi transferido aos seguintes sócios, em 1.994: *presidente* - Helder Garcia da Silva; *vice-presidente* - Carlos Roberto da Silva; *secretários* - Fábio Signoretti Tavares e Luiz Renato do Lago Cavalcante; *tesoureiro* - Sebastião Ribeiro Gonçalves; *diretores sociais* - Aguinaldo Ferreira de Oliveira e Adilvo José de Lima; *diretores esportivos* - Hideraldo Bellini e José Vilmar Lucas. Em maio, o Clube realizou animado bingo no Parque de Exposições.

Em 1.995, a diretoria esteve assim composta: *presidente* - Elias Reis Lucas Corsini; *vice-presidente* - Daniel Siqueira; *secretários* - José Carlos Carvalho e Renato Amaral Dutra; *tesoureiros* - Sebastião Ribeiro Gonçalves e Helder Garcia da Silva; *diretores sociais* - Zênio Dias Fonseca e Washington Olímpio Paiva; *diretores esportivos* - Sidney Massaro e José Vilmar Lucas. Naquele ano, o Cruzeiro foi bicampeão do Torneio "*Moleque Bom de Bola*". Criou-se diretoria feminina para fiscalizar o vestiário feminino e a piscina.

Benedito Rodrigues da Silva voltou à presidência em 1.996, com o vice Luiz Fratus da Silva e o secretário Luiz Renato do Lago Cavalcante. Como tesoureiros, atuaram William Conti e José Amaro de Souza; como diretores esportivos, Luiz Corsini Lucas e Helder Garcia da Silva; como diretor social, José Ferreira Mezetti. Reformaram-se os vestiários e o sistema de canalização de esgotos; construíram-se muro de arrimo e bancos de alvenaria; adquiriram-se televisão e antena parabólica. O estatuto foi alterado.

Estes diretores tomaram posse em 1.997: *presidente* -

Luiz Carlos da Silva; *vice-presidente* - Benedito Rodrigues da Silva; *secretários* - Nélson de Carvalho e Sidney Massaro; *tesoureiros* - William Conti e Isaías Batista da Silva; *diretores sociais* - Antônio Donizete Ferreira e Darcy Siqueira da Silva; *diretores esportivos* - Hideraldo Bellini e Luiz Tarciso da Silva. Naquele ano, o Cruzeiro foi campeão municipal de futebol de salão.

Eis a equipe dirigente em 1.998: *presidente* - Luiz Corsini Lucas; *vice-presidente* - Daniel Bernardes; *secretários* - Mário Lúcio da Silva e Ângelo José de Oliveira; *tesoureiros* - Keliton da Silva e Aílton Tadeu da Silva; *diretores sociais* - Jorge Luiz Pereira Lima e Luiz Gonzaga de Oliveira; *diretores esportivos* - João Corsini Lucas e Wálter Lúcio da Silva. Embora em situação financeira difícil, o Clube iniciou a construção de arquibancadas e a troca de alambrado. No final do ano, recepcionou as equipes de juniores e juvenis de seu homônimo de Belo Horizonte, com as quais fez amistosos.

Luiz Corsini Lucas reelegeu-se presidente em 17 de janeiro de 1.999, derrotando chapa encabeçada por Maurílio Rizzo Ferreira. Também foram reeleitos o 1º secretário, o 1º tesoureiro e os diretores esportivos. Os demais cargos foram ocupados por estas pessoas: *vice-presidente* - Itamar José Costa; *2º secretário* - Josué da Silva Lucas; *2º tesoureiro* - Sebastião Ribeiro Gonçalves; *diretores sociais* - Luiz Tarciso da Silva e Gilberto Prado de Oliveira. Em março, o presidente afastou-se por 60 dias, cedendo lugar ao vice. Foi aprovado novo estatuto em agosto. O Clube sagrou-se bicampeão da Copa União de futebol, na categoria aspirantes.

A última eleição do milênio ocorreu em janeiro de 2.000, com este resultado: *presidente* - Mário Lúcio da Silva; *vice-presidente* - Itamar José Costa; *tesoureiros* - Marco Aurélio Baccoli e Isaías Batista Silva; *secretários* - Keliton da Silva e Sebastião Ribeiro Gonçalves; *diretores esportivos* - Lafaiete Gonçalves Alves e José Vilmar Lucas; *diretores sociais* - Carlos Donizete Rodrigues e Gilberto Prado de Oliveira.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**.
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de leis nº 13;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - pasta de resoluções;
3 - Arquivo da Secretaria Municipal de Ação Social - pasta "Guarany Esporte Clube;
4 - Coleção das Leis de 1.980 do Estado de Minas Gerais - Imprensa Oficial, Belo

Horizonte, 1.981, pág. 172;
5 - “Folha Machadense” ns. 4 - 14/4/1.974 - pág. 1;
89 - 1/1/1.976 - pág. 1;
95 - 22/2/1.976 - pág. 1;
110 - 6/6/1.976 - pág. 10;
140 - 31/12/1.976 - pág. 1;
155 - 17/4/1.977 - pág. 3;
190 - 24/12/1.977 - pág. 22;
192 - 8/1/1.978 - pág. 1;
211 - 21/5/1.978 - pág. 1;
244 - 4/2/1.979 - pág. 1;
252 - 1/4/1.979 - pág. 8;
288 - 10/2/1.980 - pág. 1;
310 - 12/7/1.980 - pág. 1;
315 - 16/8/1.980 - pág. 1;
334 - 10/1/1.981 - pág. 1;
351 - 9/5/1.981 - pág. 1;
365 - 15/8/1.981 - pág. 1;
370 - 26/9/1.981 - pág. 1;
383 - 10/1/1.982 - pág. 1;
397 - 17/4/1.982 - pág. 1;
433 - 16/1/1.983 - pág. 1;
434 - 25/1/1.983 - págs. 1 e 6;
450 - 14/5/1.983 - pág. 1;
460 - 23/7/1.983 - pág. 1;
462 - 6/8/1.983 - pág. 1;
477 - 20/11/1.983 - págs. 1 e 11;
513 - 11/8/1.984 - págs. 1 e 3;
529 - 1/12/1.984 - págs. 1 e 12;
555 - 15/6/1.985 - pág. 1;
557 - 22/6/1.985 - pág. 14;
558 - 6/7/1.985 - pág. 1;
572 - 12/10/1.985 - pág. 6;
574 - 26/10/1.985 - pág. 1;
581 - 14/12/1.985 - pág. 1;
657 - 27/6/1.987 - pág. 13;
690 - 27/2/1.988 - pág. 11;
691 - 5/3/1.988 - pág. 13;
707 - 25/6/1.988 - pág. 2;
709 - 9/7/1.988 - pág. 4;
746 - 8/4/1.989 - pág. 8;
758 - 1/7/1.989 - pág. 1;
760 - 15/7/1.989 - pág. 12;
807 - 23/6/1.990 - pág. 1;
833 - 22/12/1.990 - supl.;
836 - 26/1/1.991 - pág. 7;

845 - 30/3/1.991 - pág. 5;
859 - 29/6/1.991 - pág. 3;
861 - 13/7/1.991 - pág. 1;
908 - 20/6/1.992 - pág. 8;
943 - 6/3/1.993 - pág. 3;
944 - 13/3/1.993 - pág. 7;
959 - 19/6/1.993 - pág. 10;
963 - 7/8/1.993 - pág. 12;
973 - 23/10/1.993 - pág. 6;
980 - 11/12/1.993 - pág. 1;
996 - 9/4/1.994 - pág. 11;
1012 - 30/7/1.994 - pág. 13;
1022 - 8/10/1.994 - pág. 6;
1057 - 17/6/1.995 - pág. 8;
1060 - 8/7/1.995 - pág. 5;
1086 - 13/1/1.996 - supl.;
1112 - 13/7/1.996 - pág. 12;
1160 - 21/6/1.997 - pág. 13;
1189 - 24/1/1.998 - pág. 20;
1231 - 21/11/1.998 - pág. 15;
1238 - 16/1/1.999 - pág. 19;
1240 - 30/1/1.999 - pág. 18;
1246 - 13/3/1.999 - pág. 21;
1248 - 27/3/1.999 - pág. 22;
1269 - 14/8/1.999 - págs. 1 e 21;
1290 - 15/1/2.000 - pág. 20;

6 - informações pessoais de Franklin Vieira de Almeida Vilhena e Leandro Dias Nannetti;

7 - "Jornal da Cidade" nº 5 - dezembro de 1.984 - pág. 5;

8 - livro de atas das reuniões da diretoria do Clube dos Trinta, aberto em 21/12/73;

9 - livros ns. 1 e 2 de atas das assembléias gerais do Clube dos Trinta;

10 - livros ns. 1 e 2 de atas das reuniões da diretoria do Cruzeiro Esporte Clube;

11 - livro de atas das assembléias gerais do Cruzeiro Esporte Clube;

12 - livro de atas das reuniões da diretoria do Guarany Esporte Clube, de 28/2/1.979 a 30/5/1.984;

13 - livro de presenças em assembléias gerais, do Guarany Esporte Clube, aberto em 1/7/1.983;

14 - livro de atas das assembléias gerais do Guarany Esporte Clube, aberto em 1.7/1.983;

15 - "O Machadense" ns. 1000 - 10/7/1.966 - pág. 4;
1026 - 21/1/1.968 - pág. 2;
1041 - 26/5/1.968 - pág. 4;
2 - 28/2/1.971 - pág. 3;
8 - 11/4/1.971 - pág. 3;
43 - 12/12/1.971 - pág. 3;
80 - 17/9/1.972 - pág. 1;

106 - 18/3/1.973 - pág. 1;
16 - Revista "Roteiro de Minas" - nº especial dedicado a Machado, sem data, págs. 24 e 26;
17 - "Siga em Frente" ns. 9 - 20/3/1.993 - pág. 8;
35 - 29/9/1.993 - pág. 8;
57 - 28/5/1.994 - pág. 1;
18 - "Tribuna Machadense" ns. 5 - 15/3/1.980 - pág. 8;
24 - 6/12/1.980 - pág. 1;
42 - 13/9/1.981 - pág. 9;
44 - 10/10/1.981 - pág. 2;
52- 20/2/1.982 - pág. 1;
70 - 11/2/1.983 - pág. 6;
104 - 20/7/1.985 - pág. 1;
39 - 6/3/1.988 - pág. 1;
40 - 13/3/1.988 - pág. 3;
59 - 31/7/1.988 - pág. 6.

B - **secundárias**.
1 - *Mister Degas* - artigo "*Clube dos Trinta*" - em "O Machadense" nº 934 - 28/3/1.965 - pág. 3.

****

CLUBES MULTI-ESPORTIVOS - III

1) - Associação Atlética Banco do Brasil.
2) - Associação Cultural e Esportiva Unidos de Santo Amaro - ACEUSA.
3) - Douradinho Esporte Clube (Recreativo e Praça de Esportes).
4) - Caiana Esporte Clube.
5) - Clube Recreativo Amigos para Sempre (CRAPS).
6) - Outros.

****

1 - **Associação Atlética Banco do Brasil**.

Foi fundada em 26 de julho de 1.972, quando se aprovou o estatuto, e se elegeram os conselhos deliberativo e fiscal, o presidente Mário Felipe e o vice-presidente Joel Pereira Mendes. A seguir, aquele indicou os demais membros da diretoria: *secretário* - Paulo Afonso de Carvalho; *tesoureiro* - Alfredo Fadel; *diretor de patrimônio* - Jarbas Tiso; *diretora social* - Maria Elisabeth Rodrigues de Albuquerque; *diretor esportivo* - José Marcos Nogueira Bueno; *diretor cultural* - Diógenes Gomes de Oliveira. A posse ocorreu em 30 de agosto seguinte. Funcionou, de início, em prédio alugado, na Rua Major Feliciano, s/n, onde se organizou uma biblioteca.

A administração foi renovada em 12 de julho de 1.973: *presidente* - Paulo Afonso de Carvalho; *vice-presidente, diretores de patrimônio e social* - reeleitos; *secretário* - Mário Felipe; *tesoureira* - Solange Maria Fernandes; *diretor cultural* - Marcos Leandro de Paiva; *diretor esportivo* - Adalto Simoni Pereira. Naquele ano organizaram-se campeonatos de canastra, ping-pong e xadrez.

Derrotando chapa encabeçada por Joel Mendes, esta obteve o governo, em 17 de julho de 1.974: *presidente* - Adalto Simoni Pereira;

vice-presidente - Paulo Afonso de Carvalho; *secretária* - Hélia Maria Filgueira Resende; *tesoureira* - Nilcéia Aparecida Gonçalves; *diretor de patrimônio* - Jarbas Tiso; *diretor social* - José Marcos Nogueira Bueno; *diretor esportivo* - Nílton Abreu; *diretor cultural* - José Agenor Siqueira Ferreira.

Em 23 de julho de 1.975, Orlando Dozza venceu dois concorrentes e alcançou a presidência, com os seguintes companheiros: *vice-presidente* - Álvaro José Silva Martins de Carvalho; *secretária* - Maria Elisabeth Rodrigues de Albuquerque; *tesoureira* - Nilcéia Aparecida Gonçalves; *diretor de patrimônio* - Paulo Afonso de Carvalho; *diretor cultural* - Jarbas Tiso; *diretor esportivo* - Adalto Simoni Pereira. Nessa gestão se comprou terreno de Devanil José Nery, no Bairro dos Ritas, para sede campestre.

O presidente e o vice foram reeleitos em julho de 1.976. No mês de março seguinte fechou-se a sede social, que quase não era usada.

Em 10 de agosto de 1.977, Paulo Afonso de Carvalho foi mais uma vez escolhido presidente, mantendo o cargo até a metade de 1.979. Construiu piscina, casa de zelador e quadra de futebol de salão, e as dotou de iluminação elétrica.

Diógenes Gomes de Oliveira foi indicado presidente em 30 de junho de 1.979, pelo conselho deliberativo. Ele fez terraplenagem no imóvel e o arborizou; construiu vestiário, portaria e alambrado; construiu e gramou campo de futebol; formou um pomar.

Renato Swerts Carneiro Dias chegou ao comando em julho de 1.981, com mandato de dois anos. Findo este, se reelegeu por um triênio. Nesse período ampliou-se o quadro social, e foi construído um salão no Clube. Dele passaram a participar funcionários da agência do Banco do Brasil de Poço Fundo.

Em agosto de 1.986, Randolfo Chaves Rodrigues foi escolhido presidente, pelo prazo de três anos. Como obteve transferência da Cidade em 1.988, no restante da gestão seu lugar foi ocupado por Silvano do Lago Padilha. A Associação tinha, na época, 40 sócios de Machado e 12 de Poço Fundo.

De agosto de 1.989 a igual mês de 1.992, a presidência coube a José Roberto Ferreira Braga; daí até julho de 1.995, a José Marcos Nogueira Bueno.

Para o triênio de agosto de 1.995 a agosto de 1.998 foi escolhido este grupo dirigente: *presidente* - Adalto Simoni Pereira; *vice-presidentes* - Silvano do Lago Padilha, Luciana Morais Passos, Maria Cristina Reis Pereira Carvalho, Hermínia Morais e José Roberto Ferreira Braga; *secretária* - Cristina Nery; *diretor de obras* - José Marcos Nogueira Bueno; *diretor de meio-ambiente* - Diógenes Gomes de Oliveira. Cumprindo acordo, em janeiro de 1.997

o presidente transferiu o comando a Silvano do Lago Padilha. Este, em agosto do ano seguinte, foi reeleito por mais três anos. Alterou-se o estatuto em junho de 1.999.

2 - **Associação Cultural e Esportiva Unidos de Santo Amaro - ACEUSA**.

Sua inclusão neste capítulo talvez seja imprópria, porque atuou mais nos setores de assistência social, de defesa dos interesses comunitários, e de lazer. De qualquer modo, importa menos o rótulo que o relato, e o critério adotado ajuda a entender o liame com o CRAPS.

Na data em que foi fundada - 25 de maio de 1.985 - se elegeu a primeira diretoria: *presidente* - Yoshiyuki Amano; *vice-presidente* - José Henrique dos Santos; *secretários* - Cármen Lúcia D'Andréa e João Batista Campos; *tesoureiros* - Pedro da Silva e Edmílson Campos D'Andréa. Sem sede de início, tratou logo de pôr em atividade o departamento de assistência social. No fim do ano seguinte, a equipe de comando sofreu algumas modificações: o 2º secretário passou a ser Fábio Tadeu Pereira de Rezende; o 1º tesoureiro, Joel Tomaz Moreira. Montou escola de samba, que foi às ruas no Carnaval de 1.987. Sua equipe de futebol de salão participou do *Campeonato da Amizade*. Contratou Mary Ângela Silva Dias para treinar os times de voleibol e handebol feminino. Promoveu disputas de tênis de mesa.

Em 26 de maio de 1.987, prorrogou-se o mandato dos dirigentes, que organizaram festa junina e campanha de Natal. A resolução da Câmara 53, de 5 de maio de 1.988, declarou a Associação de utilidade pública. No dia 22 do mesmo mês foram escolhidos novos administradores: *presidente* - José Henrique dos Santos; *vice-presidente* - Joel Tomaz Moreira; *secretários* - Marcelo Leite e Ednan Augusto de Souza Júnior; tesoureiros - Yoshiyuki Amano e Wálter Cândido de Souza.

Grave crise eclodiu em meados do ano seguinte: três diretores convocaram reunião à revelia do presidente, considerado omisso. O estatuto foi alterado, e o vice assumiu o exercício da presidência. Formou-se comissão para reger a escola de samba, tratou-se da limpeza pública no bairro, e do atendimento em seu posto de saúde.

Realizou-se outro pleito em 10 de junho de 1.990, com este resultado: *presidente* - Yoshiyuki Amano; *vice-presidente* - Francisco Ofeni Silva; *secretários* - João B. Oliveira e Cleusa Maria Ferreira de Sousa; *tesoureiros* - Agostinho Waldvar Pereira e João Batista Domingues. No semestre seguinte, foi conseguida a inauguração de feira livre comunitária no Bairro.

Novos diretores assumiram em 17 de janeiro de 1.993: *presidente* - Juvenil Fernandes; *vice-presidente* - Astolfo Batista Campos Júnior; *secretários* - Claret Nery Campos e Sueny Swerts Campos; *tesoureiros* - Y. Amano

e Isonel Prudêncio Gonçalves. O primeiro afastou-se quatro meses depois, por motivo de saúde, sendo substituído pelo vice. Nessa época, a Sociedade já estava construindo barracão para sede, em terreno adquirido da COHAB, na Rua Waldemar Paulino da Costa, 674, e tratou de comprar telhas para cobri-lo. No final do ano seguinte cogitou-se de alugá-lo ao CRAPS, mas as negociações não tiveram sucesso.

Em 2 de abril de 1.995, o CRAPS e a ACEUSA decidiram unir seus patrimônios e quadros sociais, sob a diretoria do primeiro e o nome da segunda. O acordo foi comunicado pela imprensa dois meses depois. Ele se concretizou de fato mas não de direito, por causa do financiamento do terreno. Assim, ambas as sociedades continuaram a escolher suas diretorias "*pro forma*".

Mais uma eleição aconteceu em 19 de janeiro de 1.997: *presidente* - José Henrique dos Santos; *vice-presidente* - Wanderley do Carmo Fernandes; *tesoureiros* - Lúcio Santos de Paula e Haílton Donizete de Souza; *secretários* - José Carlos da Silva e Nilcéia Aparecida de Paula.

A última disputa do século, em 20 de janeiro de 1.999, alçou à chefia este grupo: *presidente* - Haílton Donizete de Souza; *vice-presidente* - Jair de Fátima; *secretários* - Fábio de Souza Ferreira e Luiz Antônio Borges; *tesoureiros* - José Henrique dos Santos e Gilberto Carlos Gomes.

3 - **Douradinho Esporte Clube (Recreativo e Praça de Esportes)**.

O Clube Recreativo Douradinhense foi fundado na década de vinte, mais ou menos, por Edmundo Pereira e familiares. Sua sede ficava na Rua Princesa Isabel, e demoliu-se nos anos setenta. Com ajuda do Município e de Osmar Maciel, fez-se outra, na Praça Belo Horizonte, inaugurada em 4 de setembro de 1.976. Na década de oitenta esteve sob administração da ACASDO. Ficou quase sem uso no final do milênio.

A lei municipal 625, de 25 de março de 1.986, autorizou assinatura de convênio com a Diretoria de Esportes de Minas Gerais, para construção de uma praça de esportes em Douradinho. O decreto 737, da mesma data, declarou de utilidade pública, para desapropriação, imóvel pertencente a José Rodrigues da Silva, destinado à obra. Feita pelo prefeito Jorge Eduardo Vieira de Oliveira, inaugurou-se em outubro de 1.987. A portaria municipal 636, de 13 de fevereiro de 1.989, nomeou Ilma Rodrigues Moraes e José Afonso Moraes presidenta e vice-presidente dela.

Em novembro de 1.989, a Praça fechou-se. Segundo a imprensa, já estava desativada, em estado de abandono, sem conservação. Um de seus principais problemas era a falta d'água, que impedia o uso da piscina. A quadra poliesportiva estava afundando. A Prefeitura não fornecia funcionário para

cuidar dela, e a diretoria não prestava contas. Iníciou-se em 1.990 a sua reforma. Só em 1.993 se reabriu a piscina. A Praça era usada, em geral, nos finais de semana. Tinha também uma cobertura, para festas e churrascos. No início do milênio estava necessitada de novas reformas.

Criou-se em 5 de abril de 1.996 o Douradinho Esporte Clube, que na mesma data elegeu esta diretoria: *presidente* - *Osmar Maciel*; *vice-presidente* - João Batista M. Neto; *1º secretário* - José Benedito da Silva; *2º secretário* - Sebastião da Silva; *1º tesoureiro* - Atanázio da Silva; *2ª tesoureira* - Madalena Maciel; *diretores esportivos* - José Vítor da Silva e Nézio Pereira. Em outubro seguinte foram demitidos o vice-presidente, o 2º secretário e o tesoureiro, "*por não terem os documentos necessários para o exercício dos cargos*". Em substituição escolheram-se, respectivamente, João Teodoro de Almeida, Wágner Gonçalves de Andrade e Mauro Ramos da Silva.

Com a morte do presidente a diretoria desativou-se, e por isso novo pleito ocorreu em 18 de abril de 1.998, com este resultado: *presidente* - Carlos Roberto Signoretti; *vice-presidente* - Enéas Mendes Pereira; *1ª secretária* - Marlene Monteiro de Oliveira Pereira; *2º secretário* - Oracy Ambrósio de Souza; *1º tesoureiro* - Renato Vilela Gonçalves; *2º tesoureiro* - Sebastião Amarildo Vilela; *diretores esportivos* - José Vítor da Silva e Nézio Pereira.

O decreto local 1.402, de 16 de outubro de 1.998, concedeu permissão de uso da Praça de Esportes e do Clube Recreativo ao Douradinho Esporte Clube. A lei municipal 1.203, de 16 de dezembro seguinte, declarou-o de utilidade pública.

Em janeiro de 1.999 afastaram-se o presidente e o 1º tesoureiro. Aquele foi substituído pelo vice, cujo lugar coube a Atanázio da Silva. O 2º tesoureiro ocupou o lugar do 1º, abrindo vaga para Altair Martins da Silva.

Na última eleição do milênio, em 30 de novembro de 2.000, ascendeu ao comando esta equipe: *presidenta* - Valéria Tereza Mariano; *vice-presidente* - João Luiz Maciel; *1ª tesoureira* - Ivonice Flausino de Paiva; *2º tesoureiro* - Ederval Martins de Moura; *1ª secretária* - Maria Tereza Eugênio; *2º secretário* - Rozinei Gonçalves Pereira.

O Douradinho Esporte Clube utilizava também o campo municipal "*Flávio Augusto Maciel*", para partidas de futebol. O time-base deste esporte, no início do milênio, era o seguinte: Ocimar e Roberto (goleiros); Amarildo, Edeval, Baza, Claudinho, Elzo, William, Enéas, Grilo, Lucas e Alencar.

4 - **Caiana Esporte Clube**.

A Praça de Esportes da Caiana edificou-se em terreno

de aproximadamente 10.000 m2., cedido em comodato por Amadeu Vieira Guerra ao Município. Este aproveitou campo de futebol já existente, reformou antiga construção para servir de sede social, e construiu quadra poliesportiva, vestiários, bar e campo de *boccia*.

Ela recebeu o nome do ex-prefeito Francisco Vieira Guerra, e sua inauguração ocorreu em 13 de março de 1.988. O comando foi confiado a uma diretoria assim composta, de início: *presidente* - Dolivar da Silva Félix; *vice-presidente* - Vítor Aureliano; *tesoureiros* - Antônio Celso e José Pedro; *secretários* - Célio Cândido Alves e Sérgio Silva.

Criou-se para administrá-la, em 24 de setembro de 1.989, a sociedade Caiana Esporte Clube. A resolução da Câmara 106, de 28 de maio de 1.990, declarou-a de utilidade pública. O mesmo fez a lei municipal 1.068, de 15 de agosto de 1.996.

As leis municipais 749, de 19/6/90, e 791, de 20/3/91, autorizaram o Executivo a conceder à Praça subvenções extraordinárias. A lei 871, de 11/11/92, permitiu a doação a ela de dois imóveis.

O Clube esteve sem diretoria por período que não pude precisar. Foi reorganizado em 25 de abril de 1.997, com a eleição desta equipe: *presidente* - Clóves Cândido Alves; *vice-presidente* - Vítor Aureliano; *secretários* - José Hélio Pereira e Júlio César Almeida; *tesoureiros* - Célio Cândido Alves e Antônio Lindomar S. Pereira; *diretores esportivos* - João Carlos dos Reis e Nélson Almeida Júnior; *diretores sociais* - Aécio Almeida Oliveira e José Pereira Lima Filho. Seu mandato findou em 31/12/99.

Para governar no biênio de 2.000 a 2.002, escolheram-se as seguintes pessoas: *presidente* - Dolivar da Silva Félix; *vice-presidente* - Vítor Aureliano; *secretários* - Andréia Barbosa Félix e José Celso Manoel; *tesoureiros* - Antônio C. Aureliano e Carlos R. Aureliano; *diretores esportivos* - Benedito Ribeiro e Baltazar da Silva Marques.

5 - **Clube Recreativo Amigos para Sempre (CRAPS)**.

Teve origem na associação criada em 3 de fevereiro de 1.993, com o nome de *Uni-Raça*, para "*promover a participação da classe humilde nos eventos de lazer e cultura*".

Três meses depois, porém, decidiu-se em assembléia a constituição do CRAPS, com os seguintes objetivos:

- estimular o espírito de camaradagem e solidariedade entre os sócios;
- promover e estimular o desenvolvimento intelectual e artístico dos sócios e suas famílias, e a prática de exercícios desportivos e recreativos;

- promover assistência médica, dentária, hospitalar, funerária e econômica aos sócios;
- defender os interesses dos sócios junto às autoridades civis e órgãos de classe.

Foram estes os fundadores: Alípio Beraldo de Souza, Carlos Alberto Nogueira, Jair de Fátima de Souza, Jeremias Sabóia, José Carlos de Souza, José Cláudio Fernandes, José Eloy de Souza, José Henrique dos Santos, José Maurílio de Paula, Lúcio Lopes da Silva, Lúcio Santos de Paula, Luiz Antônio de Paula, Luiz Sérgio dos Santos, Marcos José da Silva, Paulo Sérgio de Siqueira, Sérgio de Paula Ferreira, Vicente de Paula Ferreira, Wanderley do Carmo Fernandes, Warner Fernandes da Silva e Warney Garvão de Carvalho.

A diretoria provisória foi eleita na mesma ocasião: *presidente* - Carlos Roberto Nogueira; *vice-presidente* - Paulo Sérgio de Siqueira; *tesoureiros* - Wanderley do Carmo Fernandes, José Henrique dos Santos e Lúcio Santos de Paula; *secretários* - Sérgio de Paula Ferreira e Vicente de Paula Ferreira. Naquele ano, o Clube promoveu dois torneios de futebol "*society*", o *1º Torneio Uni-Raça* e um festival de peteca. Em julho foi aprovado o estatuto. As primeiras reuniões ocorreram na sede da Fundação Educacional.

Em 13 de março de 1.994 escolheu-se outra equipe diretora: *presidente* - José Henrique dos Santos; *vice-presidente* - Vicente de Paula Ferreira; *tesoureiros* - José Maurílio de Paula e Wanderley do Carmo Fernandes; *secretárias* - Nilcéia Aparecida de Paula e Maria José Silva. A lei municipal 970, de 13 de maio seguinte, declarou o Clube de utilidade pública. Ele tinha então sede na Rua da Fé, 144, Bairro Santo Amaro. Em abril realizou-se o "*Fest-Peteca*"; em agosto foi montada barraca na Festa de São Benedito.

Como visto acima, em 2 de abril de 1.995, o CRAPS e a ACEUSA decidiram unir seus patrimônios e quadros sociais, mas o acordo só se concretizou "de fato". No final daquele mês, o presidente e o vice foram reeleitos; os demais cargos assim se distribuíram: *tesoureiros* - Nilcéia Aparecida de Paula, Wanderley do Carmo Fernandes e Nílson Nogueira de Souza; *secretários* - Paulo Sérgio de Siqueira e Maria José da Silva.

Nova eleição, depois, só ocorreu em 13 de fevereiro de 1.999: *presidente* - Vicente de Paula Ferreira; *vice-presidente* - José Carlos da Silva; *secretários* - Lúcio Santos de Paula e Luiz Antônio Borges; *tesoureiros* - Wanderley do Carmo Fernandes e José Henrique dos Santos.

O último pleito do milênio aconteceu em 14 de fevereiro de 2.000, com este resultado: *presidente, vice e tesoureiros* - reeleitos; *secretários* - Jaci de Fátima e Luiz Antônio Borges.

O CRAPS escolheu em vários anos a sua "garota", em bailes que fez realizar no Clube dos Trinta. Foi tricampeão municipal de futebol

de 1.995 a 1.997. Em 1.998 representou Machado no campeonato sul-mineiro de futebol de campo, sem alcançar a derradeira fase. Realizava seus jogos no Estádio Municipal.

6 - **Outros**.

O **Centro de Apoio ao Trabalhador "José Aprígio Passos" - CAT** - foi inaugurado em 10 de setembro de 1.995. Vincula-se ao SESI-MG, e é administrado pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Machado. Em sua sede, na Rua Zito Paiva, 280, há quadras poliesportivas, duas piscinas, vestiários, parque de diversões infantil e quiosques. Já abrigou a Escola de Futebol Elzo, e ministrou cursos de natação. Tem promovido campeonatos de voleibol e peteca, além de festas juninas e bailes carnavalescos.

A **Associação dos Funcionários da Prefeitura - AFUPE** - foi criada em 17 de maio de 1.989. Tem sede social no Bairro Santo Antônio, inaugurada em 19 de dezembro de 1.992, com campo de futebol "*society*". Na parte referente às associações de classe tratarei com mais vagar dela.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 20 e 22;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de resoluções n. 4;
3 - Arquivo da Diretoria de Esportes - Ginásio Poliesportivo - pastas diversas;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de decretos n. 17;
5 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de portarias n. 16;
6 - "Folha Machadense" ns. 673 - 17/10/1.987 - pág. 1;
692 - 12/3/1.988 - pág. 1;
693 - 19/3/1.988 - pág. 9;
779 - 25/11/1.989 - págs. 1, 8 e 9;
807 - 23/6/1.990 - pág. 7;
930 - 21/11/1.992 - pág. 5;
959 - 10/7/1.993 - pág. 12;
962 - 31/7/1.993 - pág. 8;
973 - 23/10/1.993 - pág. 6;
1003 - 28/5/1.994 - suplemento;
1057 - 17/6/1.995 - pág. 3;
1065 - 12/8/1.995 - pág. 11;
1069 - 9/10/1.995 - pág. 1;

1082 - 9/12/1.995 - págs. 1 e 12;
1092 - 24/2/1.996 - pág. 17;
1128 - 2/11/1.996 - pág. 1;
1223 - 26/9/1.998 - pág. 21;
1235 - 24/12/1.998 - pág. 12;
7 - informações pessoais de José Henrique dos Santos, Nézio Pereira, Oracy Ambrósio de Souza e Wanderley do Carmo Fernandes;
8 - "Jornal da Cidade" nº 4 - novembro de 1.984 - págs. 3 e 8;
9 - livros de atas da AABB, da ACEUSA, do Caiana Esporte Clube, do CRAPS e do Douradinho Esporte Clube;
10 - "O Machadense" ns. 77 - 27/8/1.972 - pág. 2;
108 - 1/4/1.973 - pág. 1;
11 - "Siga em Frente" ns. 0 - 17/7/1.996 - pág. 5;
5 - 30/9/1.996 - pág. 5;
11 - 18/12/1.996 - pág. 5;
12 - "Tribuna Machadense" ns. 38 - 28/2/1.988 - pág. 6;
40 - 13/3/1.988 - pág. 8.

****

GINÁSIOS, QUADRAS E ACADEMIAS

1) - O malogrado ginásio do M.E.C..
2) - O Ginásio Poliesportivo “Dr. Tancredo de Almeida Neves”.
3) - Outros ginásios.
4) - Quadras esportivas avulsas.
5) - Academias de ginástica.

****

1 - **O malogrado ginásio do M.E.C.**.

Lastimável exemplo de malversação do dinheiro público, a obra foi iniciada em 1.982, com ajuda do Governo Estadual. No lugar escolhido (a parte baixa do Machado Esporte Clube) o terreno é de péssima qualidade, conforme verificaram posteriormente técnicos da Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo. Suas sondagens mostraram a impraticabilidade da construção, pois a segurança da estrutura física exigiria estaqueamento a mais de 20 metros de profundidade, encarecendo-a excessivamente. Coube à empresa local Agrobrás fabricar e instalar sua estrutura metálica, sem cobertura e sem obras de alvenaria, que chegou a cair uma vez antes de ser abandonada, no final daquele ano. Empossado novo prefeito, a obra continuou paralisada, pois o projeto estava inconcluso, sem cálculos de estrutura, sem a documentação necessária e sem garantia de segurança.

Em setembro de 1.983 um vendaval derrubou o esqueleto da construção. Segundo a imprensa (*F.M. 468*),

> *“a ferragem, toda retorcida, formou um amontoado de peças que não terá mais condição de ser aproveitada para o fim que se pretendia”*.

Nomeou-se através da portaria 298, de 20 daquele mês, comissão para apurar as causas do ocorrido, composta pela vereadora Marilda Miranda Signoretti e pelos engenheiros Ednan Augusto de Souza Júnior, Paulo Luiz Nery e Pedro Paulo Pereira. Ela concluiu que a estrutura metálica não tinha resistência suficiente; que o projeto fora mal dimensionado, não prevendo apoio para as arquibancadas; que a Agrobrás recebera em pagamento importância superior à fixada no edital, por serviço que não concluíra; que o contrato foi descumprido e houve irregularidades na documentação, na contabilidade e nos cálculos; enfim, que a obra era totalmente inviável sob o aspecto da segurança. Os responsáveis não foram punidos...

2 - **O Ginásio Poliesportivo "Dr. Tancredo de Almeida Neves"**.

As leis locais 419, de 25/11/1.980, e 448, de 30/7/1.981, autorizaram o Município a firmar convênios com a Diretoria de Esportes de Minas Gerais, para sua construção. A lei 481, de 16/9/1.982, permitiu se contratasse empresa para aterro do local.

Recebeu o nome de "*Dr. Tancredo de Almeida Neves*" com base na lei local 587, de 7/5/1.985. O decreto 710, de 23 do mesmo mês, declarou de utilidade pública, para desapropriação, terreno pertencente a João Gonçalves do Lago, perto do lago artificial, destinado à edificação dele. A lei 590, de 17 de junho seguinte, autorizou sua doação ao Estado.

A obra, feita com recursos municipais e estaduais, teve início em julho de 1.985. Foi inaugurada com diversas solenidades e competições, entre os dias 18 e 21 de junho de 1.987. Para iluminá-la o Município doou bens móveis à CEMIG, com base na lei 658, de 29 do mesmo mês.

O Poliesportivo possui área coberta de 1.800 m2., e capacidade para 2.000 pessoas sentadas. Seu regulamento foi aprovado pela portaria 553, de 23/10/1.987. A lei 665, de 27 do mesmo mês, autorizou a cessão gratuita do uso de sua cantina à Sociedade São Vicente de Paulo. O decreto 825, de 3/3/1.988, criou o cargo de encarregado dele. O primeiro a ocupá-lo foi Almir Tavares Paes, nomeado pela portaria 580, de 29 do mesmo mês. Quando se aposentou, em abril de 1.994, foi substituído por Roberto de Paiva Fadini. Como técnicos esportivos, trabalharam lá, entre outros, Roosevelt dos Reis de Carvalho Dias, Alex Silveira, Marcelo Leite, Fábio Joaquim dos Santos, Alerisson Campos D'Andréa e Solimário Lopes de Oliveira.

Embora tenha estado quase inativo em alguns períodos, o Ginásio atende a seus fins. Deu grande impulso ao esporte especializado na Cidade e, de modo geral, oferece variadas opções de exercício e entretenimento aos freqüentadores. Havia nele no final do período estudado escolinhas para crianças e adolescentes; treinos e jogos para todas as idades; campeonatos internos, torneios, cursos, etc.. Ademais, serve esporadicamente para festas, apresentações

musicais, teatrais ou circenses, e cerimônias religiosas.

No primeiro semestre de 1.994 o prédio esteve em obras, para recuperação da rede hidráulica, pintura, etc..

Por não dispor de treinadores, em maio de 1.999 o Município terceirizou as atividades do Ginásio Poliesportivo. Mediante licitação, transferiu à *Corpóreo Academia*, de Maria Dagmar de Souza Dias Swerts, o encargo de montar e treinar equipes de diversas modalidades esportivas (de início, basquetebol, handebol, futebol de salão e voleibol). Isso foi feito pelos professores Carlos Alexandre Gonçalves Martins e Luiz Flávio Pedracini. A contratada recebia por hora de trabalho, ficando por conta do poder público o fornecimento do material esportivo. Nada se cobrava dos atletas. A parceria deu bons resultados, sendo renovada no ano seguinte.

3 - **Outros ginásios**.

O ginásio do Clube dos Trinta, também usado como sede social, edificou-se na gestão de Carlos Roberto Pereira. Teve início no segundo semestre de 1.981, e sua inauguração ocorreu em 5 de fevereiro de 1.983. Tem 1.250 m2. de área construída, capacidade para 3.000 pessoas e 2 mezaninos.

O ginásio do Colégio Imaculada Conceição, denominado "*Madre Cármen Salles*", foi inaugurado em 14 de abril de 1.984. Tem 4 vestiários e capacidade para abrigar 750 pessoas sentadas.

O ginásio do C.A.I.C. foi inaugurado em 13 de setembro de 1.996. Utilizam-no principalmente os alunos da Escola Municipal "Carlos Legnani".

As obras do ginásio da Escola Agrotécnica Federal começaram em 1.994, com recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. Paralisadas por dois anos, foram retomadas em 1.997 e inauguradas em dezembro. Fez-se sua entrega oficial à comunidade estudantil em 13 de fevereiro seguinte. Ele recebeu o nome de "*José Antônio Macedo*", tem área coberta de 1.400 m2., e comporta 1.000 pessoas. Possui vestiários para atletas, banheiros públicos, uma quadra de tábua corrida sintecada e fechada com gradil móvel, palco com dois camarins e segundo pavimento acima das arquibancadas. O primeiro professor de educação física a trabalhar nele foi Cristiano Belém.

4 - **Quadras esportivas avulsas**.

Nos fundos da Casa da Cultura existia uma quadra esportiva. Sua construção teve início em 1.976, quando o prédio era ocupado pelo Colégio Municipal. Foi concluída e iluminada no ano seguinte. O Colégio Uni-

versitário utilizou-a durante pouco tempo, no início da década de noventa. O decreto 1.090, de 20 de novembro de 1.992, autorizou a Escola de Samba "Acadêmicos do Samba" a usá-la, o que não foi feito com assiduidade. Depois, só serviu esporadicamente a garotos da vizinhança, estando em abandono no final do milênio.

Em 1.984, a Prefeitura restaurou a Praça Corina Dias, e nela construiu uma quadra esportiva, inaugurada no dia 13 de setembro. Seu alambrado foi destruído pouco tempo depois. Passou por completa reforma no primeiro semestre de 1.996, recebendo nova tela de proteção. É muito utilizada por garotos para futebol de salão.

Também em 13 de setembro de 1.984 foram inauguradas, ainda sem conclusão ao término do período em estudo, três quadras esportivas à beira do lago artificial. Elas receberam reforma na segunda gestão de Pereira Dias. O complexo esportivo do lago foi ampliado aos poucos, mediante desapropriação de diversos imóveis. No início da década de noventa ganhou quadras de areia, depois aumentadas, em que se disputava o *Fest-Areia*. Ao lado delas construíram-se arquibancadas.

Há várias quadras esportivas no pátio das escolas e clubes sitos no Município. É desnecessário enumerar cada uma.

5 - **Academias de ginástica**.

No início de 1.982 anunciou-se a inauguração da *Academia Celeste de Ginástica, Dança e Estética*, na Avenida Arthur Bernardes, 647. Eram responsáveis por ela os professores Celeste de Miranda S. Fernandes e Luiz Fernandes. Nada mais soube a seu respeito, e suponho que teve curta duração.

A *Corpóreo Academia e Estética*, de Maria Dagmar de Souza Dias Swerts, foi criada em 17 de fevereiro de 1.982. Funcionou por cerca de dez anos na Rua Silviano Brandão, 250. Mudou-se depois para o sub-solo do Edifício Bias Maciel, na Praça Antônio Carlos. Possuía lá duas salas de ginástica, sala de musculação, sala de estética e sauna. No início do milênio, com quatro professores, ministrava aulas de ginástica, musculação, *jazz* e dança. Já teve aulas de capoeira e caratê. Em 3 de maio de 1.999 assumiu a responsabilidade pelo treinamento de todas as modalidades esportivas praticadas no Ginásio Poliesportivo.

O *Centro Desportivo Roy Vivian* iniciou as atividades em outubro de 1.988, apenas com aulas de judô. Em 19 de fevereiro de 1.994 passou também a dedicar-se à ginástica, com o nome de *CD Academia*. Situada na Rua Coronel Francisco Vieira, 615, pertence a Ricardo de Paula Carvalho. De início, oferecia ginástica corretiva e localizada, musculação, reabilitação e condicionamento físico. No ano seguinte ampliou as instalações, e, com duas piscinas cobertas e aquecidas, passou a ministrar também aulas de natação e hidroginástica,

ginástica olímpica e para pessoas de terceira idade. Em 1.999 inaugurou sauna a vapor, aulas de *jiu-jitsu* e serviço de transporte de alunos. Um ano depois, as aulas de *jiu-jitsu* foram transferidas para a *Academia Charles*, na Avenida Renato Azeredo.

Em 1.996 passou a funcionar na Avenida Santa Cruz, 330, a *Academia Nocaute - Enter Form*, sob a responsabilidade de Adaílton Ferreira Ribeiro. Oferecia aulas de boxe livre, capoeira, defesa pessoal, vale-tudo, musculação, etc.. Todavia, em 1º de janeiro do ano seguinte foi encontrado morto nela o professor de artes marciais Anderson Oliveira Matos. Houve suspeita de que era usada como ponto de consumo de drogas, e em seguida encerrou as atividades.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 19, 20 e 21;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de decretos nº 17;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de portarias ns. 15 e 16;
4 - "Folha Machadense" ns. 386 - 30/1/1.982 - pág. 8;
396 - 10/4/1.982 - pág. 1;
408 - 3/7/1.982 - pág. 1;
413 - 7/8/1.982 - pág. 1;
458 - 9/7/1.983 - pág. 1;
462 - 6/8/1.983 - suplemento;
468 - 25/9/1.983 - pág. 1;
578 - 23/11/1.985 - págs. 1 e 15;
655 - 13/6/1.987 - págs. 1 e 2;
756 - 17/6/1.989 - pág. 12;
833 - 22/12/1.990 - pág. 6;
837 - 2/2/1.991 - pág. 10;
990 - 26/2/1.994 - pág. 11;
999 - 30/4/1.994 - págs. 1 e 3;
1078 - 11/11/1.995 - pág. 12;
1105 - 25/5/1.996 - pág. 12;
1117 - 17/8/1.996 - pág. 5;
1136 - 4/1/1.997 - 2º caderno, pág. 7;
1143 - 22/2/1.997 - pág. 4;
1172 - 2/91.997 - pág. 22;
1186 - 24/12/1.997 - pág. 24;
1192 - 14/2/1.998 - pág. 7;
1245 - 6/3/1.999 - pág. 8;

1254 - 8/5/1.999 - pág. 20;
1259 - 5/6/1.999 - pág. 22;
1270 - 21/8/1.999 - pág. 22;
1296 - 26/2/2.000 - pág. 14;

5 - informações pessoais de Maria Dagmar de Souza Dias Swerts e Ricardo de Paula Carvalho;

6 - "Jornal da Cidade" ns. 6 - maio de 1.985 - pág. 2;
7 - novembro de 1.985 - pág. 5;

7 - "Siga em Frente" ns. 52 - 23 a 26/2/1.994 - pág. 8;
1 - 29/3/1.996 - pág. 8;
13 - 15/1/1.997 - págs. 1 e 7;

8 - "Tribuna Machadense" ns. 72 - 26/3/1.983 - pág. 1;
73 - 9/4/1.983 - pág. 4;
84 - 1/10/1.983 - pág. 6;
86 - 3/12/1.983 - pág. 1;
87 - 24/12/1.983 - pág. 6;
109 - 13/9/1.986 - pág. 4;
3 - 14/6/1.987 - pág. 8;
23 - 1/11/1.987 - pág. 1;
27 - 29/11/1.987 - pág. 3.

****

COMPETIÇÕES REGIONAIS DE ESPORTES ESPECIALIZADOS

1) - Jogos do Interior de Minas Gerais.
2) - Jogos da Juventude do Sudoeste de Minas Gerais.
3) - Jojuninhos.
4) - Outras.

****

1 - **Jogos do Interior de Minas Gerais**.

Com o patrocínio da Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo do Estado, são disputados anualmente, em três fases. Tiveram início em 1.985, e nossa Cidade participou com delegação de 76 membros, organizada pelo Machado Esporte Clube. Na primeira fase, em São Sebastião do Paraíso, disputou seis modalidades: basquetebol masculino, futebol de salão, handebol masculino e feminino, voleibol masculino e feminino. Para a segunda, em Varginha (na qual entraram também atletismo e natação), classificou-se em basquetebol masculino, voleibol feminino e futebol de salão. Não conseguiu chegar à terceira fase, em Poços de Caldas.

Foi decepcionante o desempenho de Machado nos II JIMIs., em 1.986. Disputou seis modalidades na primeira fase, em São Sebastião do Paraíso, e desclassificou-se, perdendo todas as partidas.

Nos III JIMIs., em 1.987, não passamos da primeira fase, eliminados em sete modalidades: basquetebol, handebol e voleibol masculinos e femininos; e futebol de salão.

Machado sediou a fase inicial (região sudoeste B) dos IV JIMIs., de 26 a 30 de maio de 1.988. Para isso firmou convênio com a Secreta-

ria Estadual de Esportes, Lazer e Turismo, aprovado pela resolução da Câmara 55, de 23 daquele mês. Dezenove delegações e mais de mil pessoas participaram do maior evento esportivo aqui visto. Treze comissões se formaram para sua organização, e a Cidade foi defendida por 150 atletas, na maioria orientados pelos técnicos Alex Silveira e Marcelo Leite. Disputaram-se doze modalidades de esporte: basquetebol masculino e feminino, futebol de salão, handebol masculino e feminino, peteca masculina e feminina, tênis de mesa masculino e feminino, voleibol masculino e feminino, e xadrez. A peteca, o tênis de mesa e o xadrez foram incluídos nos Jogos naquele ano. Machado só não competiu na peteca feminina, e seus melhores resultados foram obtidos em tênis de mesa feminino (1º lugar), tênis de mesa masculino (2º), xadrez (2º), voleibol masculino (3º) e basquetebol feminino (4º). Na segunda fase, em Pouso Alegre, nossos conterrâneos pugnaram em sete modalidades: atletismo, basquetebol feminino, futebol de salão, tênis de mês masculino e feminino, voleibol masculino e xadrez. Passaram à terceira etapa, em Uberlândia, o atletismo e o futebol de salão: este ficou em 4º e aquele, em 3º lugar.

Em 1.989, Machado esteve presente na primeira fase dos V JIMIs., em Alfenas, com cinco modalidades esportivas: basquetebol feminino, futebol de salão, handebol masculino, voleibol masculino e xadrez. Foi à etapa seguinte, em São Lourenço, com basquetebol feminino e xadrez. Neste, sagrou-se campeão em ambas, e ficou em 3º lugar na derradeira fase.

Um bom desempenho de nossos atletas nos JIMIs. ocorreu em 1.990, na primeira fase (Campestre). Competiram em basquetebol feminino (2º lugar) e masculino (3º), futebol de salão (5º), handebol masculino (4º) e feminino (5º), peteca masculina e feminina, tênis de mesa masculino (5º) e feminino, voleibol masculino (4º) e feminino (3º), e xadrez (3º). Foram à segunda etapa, em Varginha, com atletismo masculino e feminino (3º lugar), basquetebol masculino e feminino, voleibol feminino, e xadrez (1º). Este pôs a Cidade na última fase pela segunda vez consecutiva, e nela obteve o 4º lugar.

Nos JIMIs. de 1.991, Machado levou à primeira fase, em Campo Belo, as equipes de basquetebol masculino e feminino, futebol de salão, handebol masculino e feminino, peteca masculina, voleibol masculino e feminino. Na etapa seguinte, competiu no atletismo e no judô. Nenhuma modalidade chegou à fase derradeira.

Nos JIMIs. de 1.992 conseguimos o 5º lugar em basquetebol feminino, o 7º em peteca masculina e o 3º em xadrez. Na classificação geral, ficamos em 22º lugar, entre 33 concorrentes.

Campestre voltou a sediar a primeira fase dos JIMIs. nesta região, em 1.993. Nossa Cidade era candidata a fazê-lo, mas foi preterida em represália à falsificação de carteiras de atletas, feita por técnico local nos Jogos da Juventude do ano anterior. Em seu melhor resultado no certame, a delegação machadense classificou-se em sete das doze modalidades disputadas: ficou no

1º lugar em basquetebol feminino e peteca masculina; no 2º em peteca feminina, tênis de mesa feminino e xadrez; no 3º em handebol masculino e voleibol feminino. Além disso, o tênis de mesa masculino, que obteve o 4º lugar, na soma geral dos pontos também conseguiu passar à fase seguinte. Nesta, em São Sebastião do Paraíso, classificaram-se os nossos atletas do basquetebol feminino e da peteca masculina. Aquelas foram eliminadas na fase classificatória da terceira etapa (Uberlândia), e estes ficaram em 4º lugar. Também se disputou lá o tênis de mesa feminino, conseguindo nossas representantes o vice-campeonato.

Em 1.994, Machado foi mais uma vez palco da primeira fase dos Jogos, de 20 a 24 de julho. Onze comissões se formaram para receber e alojar mais de 800 pessoas, de 14 cidades. O cerimonial e a organização mereceram elogios. Nossos 115 atletas participaram de doze modalidades esportivas, classificando oito: basquetebol feminino (no sorteio), handebol masculino, peteca masculina e feminina, tênis de mesa masculino, tênis de mesa feminino (no sorteio), voleibol feminino e xadrez. Na fase seguinte, em São Sebastião do Paraíso, as equipes locais tiveram mau desempenho. Só a peteca masculina chegou à etapa derradeira, em Itabira, ficando entre as sete melhores do Estado.

No ano seguinte, levamos à primeira fase dos JIMIs., em Cambuí, apenas equipes masculinas, com 60 atletas, nestas modalidades: basquetebol, futebol de salão, handebol, peteca, tênis de mesa e voleibol. Apenas o futebol de salão e a peteca passaram à fase seguinte, em Varginha.

Em 1.996, por falta de treinamento, só duas modalidades foram inscritas para representar Machado nos Jogos: a peteca masculina e o judô. Este, porém, não participou, sob o pretexto de contenção de despesas, o que acarretou punição à Cidade.

De 1.997 a 2.000, Machado não participou dos JIMIs..

2 - **Jogos da Juventude do Sudoeste de Minas Gerais**.

Promoção do Governo do Estado, realizaram-se pela primeira vez em Itajubá, no ano de 1.990. Nossos atletas obtiveram o 8º posto na classificação geral, entre 10 concorrentes, disputando as seguintes modalidades esportivas: basquetebol masculino (5º lugar) e feminino (3º); futebol de salão (5º); handebol masculino (5º) e feminino (4º); voleibol masculino (6º) e feminino (5º). Machado só não participou de atletismo e natação.

Os II Jogos da Juventude aconteceram na cidade de Passos, em maio de 1.991. Machado ficou em 2º lugar no handebol masculino e em 3º no basquetebol masculino. Nossa equipe de judô obteve o 4º posto na classificação geral, com 1 medalha de ouro, 2 de prata e 1 de bronze. No atletismo, Machado ficou em 6º lugar na classificação geral, com o 4º na disputa dos 3.000 metros

e o 5º no revezamento 4 x 100. Nosso futebol de salão foi desclassificado.

Em 1.992, a competição foi antecedida de torneios preparatórios (pré-jogos). Machado disputou um deles com cinco cidades, obtendo o 1º lugar no futebol de salão, no handebol masculino e no voleibol masculino, além do 3º lugar no handebol feminino. Nos III Jogos, realizados novamente em Itajubá, nossos melhores resultados foram conseguidos em handebol masculino (1º lugar), basquetebol feminino (2º), xadrez (3º) e judô (4º). Nesse ano ocorreu o desmoralizante episódio, atribuído ao técnico Alex Silveira, da falsificação de carteiras (fichas de inscrição) de atletas. Como punição, Machado foi suspenso dos Jogos por um ano, e não conseguiu sediar a primeira fase dos JIMIs. em 1.993.

Voltamos a competir em 1.994. Nos pré-jogos de Campo Belo, em março, a inexperiente equipe de basquetebol masculino perdeu para Capitólio e Pouso Alegre, não obtendo classificação. No mês seguinte, as de futebol de salão e voleibol masculino foram retiradas dos pré-jogos de Campestre pelo Departamento de Esportes, por indisciplina. Nos Jogos, em Lavras, os jovens do atletismo e do tênis de mesa masculino não conseguiram resultados expressivos. O handebol masculino, porém, obteve honroso 2º lugar.

Não tenho dados sobre os Jogos de 1.995, em Três Pontas.

Machado sediou a fase final dos Jogos de 1.996, entre 5 e 9 de junho. Várias comissões foram formadas para organizá-la e receber 852 atletas, de 18 cidades. Utilizaram-se escolas para alojamento, e as partidas foram disputadas no CAIC, CAT, CIC, Clube dos Trinta e Poliesportivo. Como anfitriãs, nossas equipes foram dispensadas de jogos classificatórios. Apesar disso, não competimos em basquetebol e handebol femininos. Nas demais modalidades (basquetebol masculino, futebol de salão, handebol masculino, voleibol masculino e feminino) os conterrâneos estavam destreinados e tiveram desastrosa participação. De quinze jogos só ganharam um, de handebol masculino, contra Cássia. Nenhuma medalha foi obtida, no que a imprensa considerou o pior desempenho de Machado em eventos esportivos, em todos os tempos. Para completar o fiasco, na solenidade de abertura só desfilaram 5 ou 6 atletas locais, mal uniformizados; as comissões não funcionaram a contento; e uma delegação visitante foi vítima de furto na escola em que se hospedou.

Em 1.997, em Poços de Caldas, nossa equipe de futebol de salão, formada por jogadores de até 17 anos, não passou da fase classificatória, em que perdeu dois jogos. Na mesma cidade, o atletismo disputou a fase final, mas ignoro os seus resultados. Não participamos de outras modalidades.

No ano seguinte, de 29 a 31 de maio, Machado sediou a fase classificatória do futebol de salão, com equipes de sete cidades. Os jogos realizaram-se no ginásio da EAF. Vencendo Alpinópolis e Carmo de Minas, nossos atletas passaram à etapa seguinte, em S. Tomás de Aquino. Com o 3º lugar lá

obtido, chegaram à fase final, em Itajubá. Nela, todavia, perderam as três partidas disputadas.

Nos Jogos de 1.999, em Poços de Caldas, o atletismo feminino e o masculino obtiveram o terceiro lugar.

Nos últimos Jogos do milênio, chegamos à segunda fase, em Três Pontas, com futebol de salão, voleibol masculino e voleibol feminino. Este não se classificou; os dois outros garantiram participação na etapa final, de 18 a 22 de julho, em Três Corações. O futebol de salão conseguiu o terceiro lugar; o atletismo feminino ficou em quarto.

3 - **Jojuninhos**.

Eram torneios anuais, para atletas com até quinze anos de idade, que serviam de preparação para os Jogos da Juventude. Reuniam representantes de diversos municípios do Sudoeste de Minas Gerais.

Em 1.996 deveriam realizar-se aqui, mas foram transferidos para Poços de Caldas, por falta de alojamento para os atletas. Machado enviou para lá equipes sem preparo, que tiveram participação vexatória e foram humilhadas, a ponto de os atletas do basquetebol se recusarem a entrar em quadra após dois péssimos resultados. O voleibol masculino e o feminino, assim como o handebol feminino, perderam as três partidas jogadas; o futebol de salão perdeu duas e ganhou outra.

No ano seguinte, para não repetir o fiasco, o Município se inscreveu apenas num dos seis esportes que competiam. Ignoro qual foi o resultado.

Ficamos fora dos Jojuninhos de 1.998 por incúria da Divisão de Esportes. De novo só as atletas do voleibol feminino haviam sido inscritas. Todavia, no congresso técnico deixaram de ser entregues suas fichas, não confeccionadas por falta de cédulas de identidade. Embora tivessem tido tempo para providenciá-las, os "responsáveis" não o fizeram.

Em 1.999, a equipe de futebol de salão do Poliesportivo representou Machado no certame. Passou invicta pela primeira fase, em Santana do Jacaré, e foi derrotada na seguinte, em Passos. Apesar disso, teve saldo positivo: venceu 5 jogos e perdeu 2; fez 42 gols e sofreu 14.

A Associação Machadense de Atletismo representou Machado nos Jojuninhos de 28 e 29 de outubro de 2.000, em Poços de Caldas. Ficou em 6º lugar nas categorias masculina e feminina. Claudir Aparecido Gomes de Souza ganhou medalha de ouro no lançamento de dardo, e ficou em 2º lugar na corrida dos 100 metros.

4 - **Outras**.

Os **Jogos Estudantis Mineiros** tiveram início em 1.972. Machado foi representado neles por alunos do "Imaculada Conceição" e do "São José". Naquele ano e em 1.974, na cidade de Varginha, competimos ao menos em natação - ignoro o resultado. Nos Jogos de 1.977, em Alfenas, nossa equipe de voleibol feminino foi campeã. No ano seguinte, em Alfenas e Varginha, o handebol feminino machadense obteve o 2º lugar.

De agosto a outubro de 1.993 foram disputados os **Jogos Regionais Estudantis**, para atletas de até 15 anos. Machado participou das três fases com mais de 80 elementos, e não conseguiu bons resultados. Classificou-se apenas em futebol de salão e judô para a segunda etapa. Nossas judocas sagraram-se campeãs; a equipe masculina do mesmo esporte obteve o 2º lugar.

Os **Jogos Estudantis das Escolas Agrotécnicas da Região Sudoeste - JEARES** foram criados em 1.995. Machado participou deles desde o início. Em 1.997, na cidade de Colatina, ES, classificou-se em 8 das 13 modalidades disputadas, e foi campeão em atletismo.

Os **Jogos do SESI** surgiram no fim dos anos noventa, em três fases: regional, estadual e nacional. Nos segundos regionais, em 1.998, Machado venceu a etapa inicial da peteca masculina, em Três Pontas, e obteve medalha de bronze no voleibol masculino. No ano seguinte, sediou a primeira fase regional, de 3 a 6 de junho, recebendo mais de 1.200 atletas, de 12 cidades. As disputas ocorreram no CAT, Clube dos Trinta e Ginásio Poliesportivo, nas seguintes modalidades, masculinas e femininas: basquetebol, buraco, corrida rústica, damas, futebol de campo, futebol de salão, futebol "*society*", handebol, natação, peteca, tênis de mesa, truco e voleibol. Nossa equipe foi vice-campeã pela soma geral dos pontos, embora participando apenas dos jogos de basquetebol masculino, handebol, natação e xadrez.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro 4 de resoluções;
2 - Arquivo da Diretoria de Esportes - Ginásio Poliesportivo - pastas diversas;
3 - "Folha Machadense" ns. 174 - 28/2/1.977 - pág. 10;
229 - 8/10/1.978 - pág. 10;
555 - 15/6/1.985 - pág. 1;
561 - 27/7/1.985 - pág. 10;

571 - 5/10/1.985 - pág. 10;
697 - 16/4/1.988 - pág. 13;
700 - 7/5/1.988 - pág. 11;
704 - 4/6/1.988 - pág. 8;
710 - 16/7/1.988 - pág. 1;
721 - 1/10/1.988 - pág. 1;
723 - 15/10/1.988 - pág. 16;
751 - 13/5/1.989 - pág. 12;
761 - 22/7/1.989 - pág. 12;
765 - 19/8/1.989 - pág. 10;
769 - 16/9/1.989 - pág. 10;
779 - 25/11/1.989 - pág. 10;
796 - 7/4/1.990 - págs. 1 e 6;
799 - 28/4/1.990 - págs. 1 e 10;
801 - 12/5/1.990 - pág. 6;
807 - 23/6/1.990 - pág. 10;
813 - 4/8/1.990 - pág. 10;
819 - 13/9/1.990 - pág. 7;
854 - 1/6/1.991 - pág. 10;
865 - 10/8/1.991 - pág. 5;
888 - 1/2/1.992 - pág. 8;
892 - 29/2/1.992 - pág. 6;
899 - 18/4/1.992 - pág. 5;
902 - 9/5/1.992 - pág. 1;
935 - 24/12/1.992 - pág. 14;
961 - 24/7/1.993 - págs. 1 e 5;
964 - 21/8/1.993 - pág. 3;
972 - 17/10/1.993 - págs. 1, 4 e 9;
977 - 20/11/1.993 - págs. 1 e 10;
979 - 4/12/1.993 - pág. 5;
993 - 19/3/1.994 - pág. 6;
996 - 19/3/1.994 - pág. 9;
998 - 23/4/1.994 - págs. 1 e 11;
1000 - 7/5/1.994 - pág. 5;
1002 - 21/5/1.994 - pág. 9;
1012 - 30/7/1.994 - págs. 1, 5 e 7;
1025 - 29/10/1.994 - pág. 10;
1027 - 12/11/1.994 - pág. 6;
1030 - 3/12/1.994 - suplemento;
1061 - 8/7/1.995 - pág. 6;
1063 - 29/7/1.995 - pág. 11;
1096 - 23/3/1.996 - pág. 11;
1103 - 10/5/1.96 - pág. 7;
1105 - 25/5/1.996 - págs. 1 e 12;
1107 - 8/6/1.996 - págs. 1, 8 e 13;
1108 - 15/6/1.996 - págs. 1, 11, 13 e 20;

1132 - 30/11/1.996 - pág. 5;
1149 - 5/4/1.997 - págs. 1 e 6;
1179 - 1/11/1.997 - pág. 20;
1207 - 6/6/1.998 - págs. 15 e 18;
1212 - 25/7/1.998 - págs. 1 e 16;
1215 - 1/8/1.998 - pág. 19;
1222 - 19/9/1.998 - pág. 18;
1246 - 13/3/1.999 - pág. 21;
1260 - 12/6/1.999 - pág. 20;
1274 - 18/9/1.999 - pág. 21;
1275 - 25/9/1.999 - pág. 21;
1311 - 10/6/2.000 - pág. 19;
1314 - 1/7/2.000 - pág. 18;
1332 - 4/11/2.000 - pág. 19;

4 - informações pessoais de Fábio Joaquim dos Santos;

5 - "Jornal da Cidade" nº 6 - maio de 1.985 - pág. 8;

6 - "Siga em Frente" ns. 25 - 14/7/1.993 - págs. 1 e 8;
30 - 18 a 21/8/1.993 - pág. 2;
31 - 21 a 28/8/1.993 - pág. 8;
36 - 18 a 22/10/1.993 - pág. 8;
38 - 3 a 6/11/1.993 - pág. 10;
41 - 24 a 27/11/1.993 - pág. 10;
55 - 7/5/1.994 - pág. 6;
57 - 28/5/1.994 - págs. 1 e 3;
65 - 1/8/1.994 - pág. 1;
6 - 10/6/1.996 - pág. 5;
26 - 24/7/1.997 - pág. 1;
31 - 1/10/1.997 - pág. 5;

7 - "Tribuna Machadense" ns. 7 - 12/7/1.987 - pág. 1;
46 - 24/4/1.988 - pág. 1;
47 - 1/5/1.988 - págs. 1, 2 e 7;
48 - 8/5/1.988 - pág. 1;
52 - 5/6/1.988 - pág. 5;
55 - 26/6/1.988 - pág. 1;
58 - 24/7/1.988 - págs. 7 e 8.

****

COMPETIÇÕES LOCAIS DE ESPORTES ESPECIALIZADOS

1) - Olimpíadas Estudantis.
2) - Jogos da Primavera.
3) - Jogos Estudantis.
4) - Fest-Areia.
5) - Outras.

****

1 - **Olimpíadas Estudantis**.

Foram criadas por um grupo de alunos do antigo Curso Científico, com apoio dos professores José de Rezende Lara e Maurício Dias Vieira, e do Sargento Itamar de Castro. Congregavam escolas locais e de algumas cidades vizinhas, para disputa de modalidades esportivas como atletismo, ciclismo, futebol de salão, natação, tênis de mesa, voleibol e xadrez. Introduziram-se posteriormente o handebol e o basquetebol; nas últimas foram incluídos ainda damas, futebol de campo e judô.

A competição realizou-se pela primeira vez em 1.970. Da segunda em diante, passou a ser organizada pelo Machado Esporte Clube, com apoio da Prefeitura e da Secretaria de Esportes do Estado. Repetiu-se anualmente até 1.977, quando começou a perder forças e interesse. Naquele ano foram reativados os Jogos Estudantis Mineiros, que de certo modo a esvaziaram. Além disso, o baixo nível dos atletas, a diminuição do público e o abandono das provas por dois colégios de Elói Mendes espalharam desânimo entre os partícipes. Interrompida a seqüência, voltou em 1.981 e foi realizada pela última vez em 1.983.

O Curso Científico sagrou-se campeão nas duas primeiras; o Colégio Municipal, na terceira. O "São José" venceu as cinco

seguintes, e o “Imaculada Conceição”, as duas últimas.

2 - **Jogos da Primavera**.

Os *Jogos Abertos da Primavera*, promovidos pela Prefeitura e pelo Machado Esporte Clube, realizaram-se pela primeira vez em setembro de 1.984. Eram franqueados a todos os grupos sociais, e naquele ano participaram os estudantes de 1º e 2º graus, os universitários, os bancários, os clubes de prestação de serviços, o M.E.C., o Clube dos Trinta, o Cruzeiro e o Guarany. Ganharam os primeiros, tendo sido estas as modalidades disputadas: basquetebol, ciclismo, damas, futebol de salão, handebol, natação, peteca, tênis de mesa, voleibol e xadrez.

Os *II Jogos Abertos da Primavera* ocorreram em setembro de 1.985, tendo como partícipes os bancários, os professores, o Bairro Santo Amaro, a Coopama, o Cruzeiro, o Clube dos Trinta, a Escola Agrotécnica, a Escola “Iracema Rodrigues”, a Fazenda Limeira, a Faculdade de Agronomia, o Guarany e o M.E.C.. Venceu o último. Excluíram-se da disputa ciclismo, damas e xadrez, substituídos pelo atletismo.

Há notícia da realização, em novembro de 1.988, da *2ª Copa Primavera*, ou dos *Jogos da Primavera*, promovidos pela Prefeitura, com disputa de basquetebol, futebol de salão, handebol e voleibol, apenas. Os três primeiros lugares couberam , respectivamente, a Eletrônica Rodoviária, Pensão Brasil e Faculdade de Agronomia. Em 1.989 e 1.990 ocorreram a terceira e a quarta copas. Nada sei daquela; esta, nas diversas modalidades, foi vencida por equipes do Poliesportivo ou da Agrotécnica.

3 - **Jogos Estudantis**.

Os *I Jogos Estudantis de Machado* aconteceram em setembro e outubro de 1.988, com participação do C.I.C., E.A.F., E.E.G.O. e E.E.I.R.. Nas quadras do M.E.C. e do Poliesportivo foram disputadas as seguintes modalidades, nas categorias masculina e feminina, aberta e infantil: basquetebol, corrida rústica, futebol de salão, handebol, natação, peteca, tênis de mesa, voleibol e xadrez. Sagrou-se campeã a E.E. “Iracema Rodrigues”.

Em novembro de 1.992 realizaram-se no Poliesportivo os *II Jogos Estudantis de Machado*, com participação de sete escolas, entre as quais uma de São João da Mata e outra de Paraguaçu. As modalidades foram reduzidas para atletismo, futebol de salão, handebol, peteca e voleibol. A E.E. “Iracema Rodrigues” voltou a ganhar.

4 - **Fest-Areia**.

Era um conjunto de competições esportivas que o Município promovia anualmente, às margens do lago artificial. Costumava realizar-se em dois finais de semana sucessivos, entre fevereiro e abril. Sua precursora foi a *Copa Nanão Vídeo e Corporeo Academia*, em 1.994 e 1.995, com jogos de vôlei de areia.

Em 13 de abril de 1.996 começou o *1º Fest-Areia*, já com esse nome e novas modalidades: bola ao mastro, futebol de areia, fut-vôlei e handebol de areia, além de torneio de pesca. O poder público assumiu o evento, deu-lhe dimensões regionais, conseguiu outros parceiros e passou a premiar os atletas vencedores. O número de participantes e assistentes aumentou; montaram-se no local barracas de vendedores ambulantes; costumava ser contratado um carro de som para animar o ambiente.

Em 1.998 as quadras foram ampliadas, construíram-se arquibancadas de concreto e muros de arrimo no local.

5 - **Outras**.

O *Esporte para Todos* foi um certame promovido em dois domingos - em janeiro e em julho de 1.985 - por comissão de moradores dos bairros Novo Horizonte, Santo Amaro e Vila Centenário, com apoio do Serviço de Esportes, Lazer e Turismo. Consistiu na disputa de diversos esportes e jogos, nas quadras próximas do lago artificial: bambolê, boliche, cabra-cega, corda, corrida-de-saco, corrida livre, damas, futebol de salão, malha, peteca, pique, queimada, salto em pneus, tiro-ao-alvo, truco, voleibol, etc..

Em 1.990 ocorreram as *Olimpíadas Inter-Bairros - Fórmula Esporte*, com atletas dos bairros Bom Jesus, Centro, Jardim Chamonix, Santa Helena, Santa Luísa, Santo Amaro, Vila Centenário e Vila do Céu. As modalidades disputadas foram atletismo, braço-de-ferro, canoagem, ciclismo, damas, futebol de salão, peteca, tênis de mesa, truco, voleibol e xadrez.

Os *Jogos da Criança* realizaram-se de 1.990 a 1.992, sob responsabilidade da Prefeitura. Dos terceiros participaram cerca de 300 atletas, inscritos por suas escolas. As modalidades disputadas foram atletismo feminino e masculino (arremesso de peso, corrida, lançamento de pelota), futebol de botões, futebol de salão, handebol feminino, voleibol feminino e xadrez.

Merecem ainda registro: os *Jogos Internos Infantis do Poliesportivo*; as *Olimpíadas Internas do Poliesportivo*; as *Olimpíadas Internas do UNICOL*; a *Gincana Cristã*, da Pastoral da Juventude; a *Copa Amizade*, no Poliesportivo.

Realizou-se em outubro de 1.997 o *Torneio Inter-Bairros*, organizado pela Divisão de Esportes. Cada bairro pôde participar de, no mínimo, três modalidades, entre atletismo, futebol de salão, futebol feminino, números artísticos (capoeira, dança em grupo, pagode), truco e voleibol misto. O evento durou três semanas.

De 25 de maio a 5 de junho de 1.998 ocorreram na Escola Agrotécnica Federal os *I JIMAR - Jogos Intercolegiais de Machado e Região*. Mais de 250 atletas disputaram atletismo, basquetebol, futebol de salão, handebol e voleibol. Sua segunda edição aconteceu de 19 a 29 de outubro do ano seguinte.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**.

1 - Arquivo da Diretoria de Esportes - Ginásio Poliesportivo - pastas diversas;
2 - Arquivo Público Machadense - pasta "II Jogos Abertos";
3 - "Folha Machadense" ns. 5 - 21/4/1.974 - pág. 3;
25 - 15/9/1.974 - págs. 1 e 3;
27 - 28/9/1.974 - pág. 8;
28 - 6/10/1.974 - pág. 8;
76 - 28/9/1.975 - pág. 1;
77 - 5/10/1.975 - pág. 3;
107 - 16/5/1.976 - pág. 8;
123 - 5/9/1.976 - pág. 1;
125 - 19/9/1.976 - pág. 1;
172 - 14/8/1.977 - pág. 10;
176 - 11/9/1.977 - pág. 10;
178 - 25/9/1.977 - pág. 10;
372 - 10/10/1.981 - pág. 1;
375 - 31/10/1.981 - págs. 1 e 7;
465 - 27/8/1.983 - pág. 12;
467 - 17/9/1.983 - pág. 1;
469 - 1/10/1.983 - pág. 6;
515 - 25/8/1.984 - pág. 1;
522 - 13/10/1.984 - pág. 4;
533 - 12/1/1.985 - pág. 1;
534 - 19/1/1.985 - pág. 1;
562 - 3/8/1.985 - págs. 1 e 14;
567 - 7/9/1.985 - pág. 1;
572 - 7/9/1.985 - pág. 1;

720 - 24/91.988 - pág. 1;
724 - 22/10/1.988 - pág. 16;
731 - 10/12/1.988 - pág. 10;
830 - 1/12/1.990 - pág. 5;
902 - 5/12/1.992 - pág. 10;
1098 - 6/4/1.996 - págs. 1 e 9;
1141 - 8/2/1.997 - pág. 14;
1146 - 15/3/1.997 - págs. 1 e 4;
1176 - 4/10/1.997 - pág. 19;
1196 - 14/3/1.998 - pág. 6;
1245 - 6/3/1.999 - pág. 21;
1249 - 2/4/1.999 - pág. 22;
1274 - 18/9/1.999 - pág. 21;
1298 - 11/3/2.000 - pág. 21;
1301 - 1/4/2.000 - pág. 2;
4 - "Jornal da Cidade" ns. 3 - agosto de 1.984 - págs. 4 e 7;
7 - novembro de 1.985 - pág. 8;
5 - "O Machadense" ns. 10 - 25/4/1.971 - pág. 1;
58 - 16/4/1.972 - pág. 3;
113 - 6/5/1.973 - pág. 1;
114 - 13/5/1.973 - suplemento;
6 - "Siga em Frente" ns. 3 - novembro de 1.992 - pág. 4;
4 - 1ª quinzena de dez. de 1.992 - pág. 3;
1 - 29/3/1.996 - págs. 1, 7 e 8;
7 - "Tribuna Machadense" nº 83 - 13/9/1.983 - pág. 9.

B - **secundária**.
1 - Simon Dupont - "Os 50 Anos do Ginásio São José" XXXII e XXXIII - na "Folha Machadense" ns. 829/9, de 24/11/1.990; e 830/5, de 1/12/1.990.

****

ÓRGÃOS DIRIGENTES E AUXILIARES DO ESPORTE

1) - Serviço de Educação e Cultura.
2) - Serviço de Esportes, Turismo e Ação Social.
3) - Divisão de Esportes e Lazer.
4) - Diretoria de Esportes e Lazer.
5) - Conselho Municipal de Esportes.
6) - As diversas ligas de futebol.
7) - Liga Infanto-Juvenil de Futebol.
8) - Liga Machadense de Futebol de Salão.
9) - Árbitros e suas associações.

****

1 - **Serviço de Educação e Cultura**.

Já tratei dele no volume dedicado à educação. Mencione-se aqui, apenas, que a lei 136/73, que o criou, dispôs no artigo 11º ser o órgão responsável pelas atividades relativas à elaboração e execução de programas recreativos e desportivos. Até então, não havia no serviço público local repartição especificamente incumbida de promover o esporte.

O decreto 295, de 21 de janeiro de 1.976, aprovou o regimento interno dos serviços da Prefeitura, e repetiu os termos da lei 136 sobre o assunto em exame. Afirmou, ainda, que competia ao chefe do Serviço de Educação e Cultura a realização de programas desportivos, bem como a execução de atividades recreativas e desportivas destinadas aos alunos matriculados nas escolas primárias, fazendo para tanto utilizar as instalações escolares fora das horas de aula e nos períodos de férias.

A lei 310, de 3 de outubro de 1.977, criou o Setor de

Educação Física e Desportos, Parques Recreativos e Desportivos, junto ao Serviço de Educação e Cultura, "*destinado a desenvolver o esporte e a cultura física em geral, além da parte recreativa*". O decreto 433, de 25 de agosto do ano seguinte, contratou Roosevelt dos Reis de Carvalho Dias como encarregado dele.

Já a lei 339, de 1 de junho de 1.978, que reestruturou o Serviço em estudo, nada disse sobre esportes.

2 - **Serviço de Esportes, Turismo e Ação Social**.

Foi criado pela lei 522, de 9 de setembro de 1.983. O decreto 635, de 7 de dezembro seguinte, dispôs caber-lhe:

- planejar, regulamentar, promover e realizar os eventos desportivos de caráter intermunicipal;
- selecionar e preparar equipes representativas do esporte para competições intermunicipais;
- difundir e incentivar, em todos os níveis, a prática do esporte;
- supervisionar a realização das competições desportivas municipais, e baixar normas para sua execução;
- manter cadastro das organizações, dos profissionais e dos atletas do desporto municipal.

Em 1.985, a chefia do órgão coube a Nílson Nogueira de Souza. Em fevereiro de 1.989, foi escolhido para ela Afonso Azevedo de Paiva Reis. A portaria 722, de 12 de junho do ano seguinte, nomeou para o cargo Joaquim de Souza Lima. No início de 1.991, a Prefeitura desativou o Departamento de Esportes, a pretexto de contenção de despesas, e deu aviso-prévio aos dois professores do Poliesportivo. Luiz Brancher assumiu o comando do Serviço em 4 de janeiro de 1.993, no início do governo Vilela.

3 - **Divisão de Esportes e Lazer**.

A lei 1.018, de 3 de maio de 1.995, revogou a lei 755/90 e deu nova estrutura à Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer, de que fez parte a Divisão em exame. O decreto 1.259, de 30 de agosto seguinte, enumerou as atribuições do chefe desta.

A portaria 1.205, de 25 do mesmo mês, nomeou Luiz Brancher para chefiar a Divisão. Exonerou-se em 3 de julho do ano seguinte, para disputar eleição, assumindo seu lugar Fábio Joaquim dos Santos. Findo o processo eleitoral, este foi afastado e aquele voltou ao posto (portarias 1.608 e 1.609, de 13/1/97).

4 - **Diretoria de Esportes e Lazer**.

A lei 1.282, de 1º de fevereiro de 2.000, reorganizou

administrativamente a Prefeitura, estabelecendo que é composta, entre outros órgãos, pela Diretoria de Esportes e Lazer. A portaria 2.114, da mesma data, nomeou Luiz Brancher para chefiá-la. Foi exonerado pela portaria 2.255, de 29 de dezembro seguinte, ao findar o primeiro governo de José Miguel de Oliveira.

As atribuições da Diretoria foram discriminadas no decreto 1.684, de 13 de novembro do mesmo ano.

5 - **Conselho Municipal de Esportes**.

No início de 1.979, anunciou-se que seria criado o *Conselho Municipal de Desportos*, por sugestão da Diretoria de Esportes de Minas Gerais e da Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social. Conforme a imprensa, haviam sido indicados e aprovados para integrá-lo as seguintes pessoas: José Barix (representante do futebol), Vanderlei Moterani Swerts (representante dos esportes especializados), José Trindade de Oliveira Filho (representante da Liga Infanto-Juvenil), Lucíula de Paiva Santos (representante da área feminina) e Sebastião Carlos Ferraz (representante das equipes de várzea). Noticiou-se também que fora aprovado o nome de Synval Pereira Dias para supervisionar o futebol da zona rural. Não houve, contudo, ato legal de criação do órgão, e ignoro se ele chegou a funcionar informalmente.

A lei 1.053, de 4 de janeiro de 1.996, criou o *Conselho Municipal de Esportes*, órgão de assessoramento do prefeito, para apoiar e incrementar as práticas esportivas no Município, e fiscalizar a aplicação dos recursos a elas destinados. Determinou que sua organização e atribuições fossem disciplinadas por regimento interno. Estabeleceu que a primeira diretoria, com oito membros e respectivos suplentes, e mandato de um ano, seria nomeada; e que as seguintes seriam eleitas.

Pouco depois, foram designados para compô-lo, sem ato oficial de nomeação, Franklin Vieira de Almeida Vilhena (que assumiu a presidência), João Antônio da Costa Neto, Joaquim de Souza Lima, Layza Gonçalves Costa, Luiz Brancher, Paulo de Tarso da Costa Leite, Ricardo de Paula Carvalho e Roosevelt dos Reis de Carvalho Dias. Sem apoio político, o Conselho fez poucas reuniões e nada produziu, deixando de funcionar no ano seguinte.

6 - **<u>As diversas ligas de futebol</u>**.

Em 1.948 foi criada a **Liga Esportiva Machadense**, que organizou os campeonatos municipais daquele e do ano seguinte. Depois de ambos, conforme *Mister Degas*, a política entrou no esporte, causando confusão e aborrecimentos, e levou à extinção da Liga. Antes, porém, ela auxiliou na compra de imóvel para construção da Praça de Esportes, autorizada pela lei 62, de 21 de agosto de 1.950. Ignoro quais foram seus líderes ou diretores.

Outra **Liga Esportiva Machadense** se formou em data que não pude precisar. De novembro de 1.965 a março de 1.970, sua direção esteve assim composta: *presidente* - Afonso Azevedo de Paiva Reis; *1º vice-presidente* - Maércio Godoy; *2º vice-presidente* - Leandro Dias Nannetti; *3º vice-presidente* - José Cláudio de Araújo Dias; *1º secretário* - José Bueno de Almeida; *2º secretário* - Roosevelt dos Reis de Carvalho Dias; *1º tesoureiro* - João Jerônimo Filho; *2º tesoureiro* - Wágner Rossetti Annoni; *1º diretor esportivo* - Osley Amaral de Souza; *2º diretor esportivo* - Godofredo Álvaro de Carvalho Dias. Ela organizou o campeonato municipal de 1.966, e recebeu subvenções das leis locais 541/66 e 575/67.

Os livros de atas anteriores da Liga se extraviaram, motivo por que não consegui obter informes confiáveis de seus primeiros tempos. Consta do último, bem como de algumas notas na imprensa, que ela foi fundada em 28 de agosto de 1.968. Na verdade, o que ocorreu em tal data foi o registro de seu estatuto no Cartório de Títulos e Documentos. Embora irregular, ela já existia antes, como visto acima.

Em 1.971 atuou a **Liga Machadense de Futebol**, sob a direção de Reynaldo Pimentel de Carvalho. Ela patrocinou o campeonato municipal e formou seleção que aqui fez um jogo.

Houve também, em época que desconheço, a **Federação Machadense de Futebol**. Ela mandou imprimir fichas de inscrição de atletas, mas, ao que parece, não vingou. Nada mais consegui apurar a seu respeito.

Em 1.980 criou-se a **Liga Machadense de Futebol Amador**, que organizou dois certames municipais. Seu primeiro presidente foi Benedito Carvalho Vilela (*Granito*). Em março de 1.981 ela elegeu esta diretoria: *presidente* - Benedito Carvalho Vilela; *vice-presidente* - José Henrique dos Santos; *secretário* - Reynaldo Pimentel de Carvalho; *1º tesoureiro* - Paulo Conti Neves; *2º tesoureiro* - Acácio da Luz.

Surgiu em 1.982 a **COFAM - Comissão Organizadora do Futebol Amador Machadense**, que organizou o campeonato municipal daquele ano e do seguinte. Seus dirigentes eram Acácio da Luz, Indaiá Cavalcante, José Henrique dos Santos, Maurício Gonçalves Dias, Reynaldo Pimentel de Carvalho e Vassil Botazini Garroni.

Ressurgiu depois a **Liga Esportiva Machadense**, que, ao menos entre 1.985 e 1.987, teve por presidente e secretário, respectivamente, José Hélio Pereira e José Francisco Domingues. Em janeiro de 1.989 treze clubes filiados elegeram, em chapa única, esta diretoria da Liga: *presidente* - Ronaldo Dias Aguiar; *vice-presidente* - Jairo Resende Bellini; *1º secretário* - José Henrique dos Santos; *2º secretário* - Odilon Geraldo Marcondes; *1º tesoureiro* - Paulo Marcelo Nicodemos; *2º tesoureiro* - Carlos Roberto Dias Aguiar.

Os primeiros anos da década de noventa foram excessivamente tumultuados na área em estudo. Em 1.991, a confusão foi provocada pelo Prefeito Pereira Dias, que simplesmente resolveu entregar ao Vereador Ernesto Pereira Neves o comando do futebol local, passando por cima dos dirigentes empossados. Em março, este deu entrevista à imprensa, comunicando que assumiria a presidência da Liga "*por autorização da Câmara e do Prefeito*", sem sequer falar de eleição. Disse que escolhera como vice Ismail Donini de Oliveira, e expôs seus planos. O presidente da Liga, Ronaldo Dias Aguiar, contestou as afirmativas e convocou eleição para o dia 24 de março. Nela, Reynaldo Pimentel de Carvalho, tendo como vice Luiz Brancher, venceu o denominado "*Grupo União*", que tinha à frente Ernesto Pereira Neves. Com o resultado, houve impasse para a realização do campeonato municipal, porque o Prefeito passara a direção do Estádio ao candidato vencido. O certame da Liga deveria iniciar-se nos próximos dias, mas o derrotado resolveu fazer um campeonato paralelo. Ambos promoveram reuniões com os políticos para pedir apoio, surgindo propostas inviáveis para que cada qual organizasse um turno, ou para que decidissem a divergência no sorteio... Afinal, a Liga realizou o campeonato até o mês de outubro, quando então o Prefeito entregou as chaves do Estádio a Ernesto, que realizou o campeonato da 3ª divisão, sob os protestos de Pimentel.

Em 6 de dezembro de 1.992 ocorreu nova eleição para a diretoria, em que Reynaldo Pimentel de Carvalho derrotou os concorrentes Ismail Donini de Oliveira e Nélson Carvalho. Nos meses seguintes, houve polêmica na imprensa entre o vencedor e o ex-presidente José Hélio Pereira, com recíproca imputação de irregularidades na eleição e no exercício do cargo.

A Federação Mineira de Futebol não reconheceu válido o pleito, e através da portaria 008, de 25/2/93, decretou intervenção na Liga, que funcionava irregularmente desde 1.985. Nomeou interventor o delegado de polícia local, Astrogildo Antônio Soares Valério, incumbindo-o de providenciar o acerto das atividades administrativas e a licença para funcionamento da Liga e das associações filiadas, na temporada de 1.993. Determinou-lhe também que convocasse nova eleição dentro de sessenta dias. O Interventor foi empossado pelo Prefeito (!) em 11 de março, e regularizou a filiação das diversas equipes. Em junho, elas reelegeram para a presidência Reynaldo Pimentel de Carvalho, que ganhou de Nélson Carvalho. Foram também escolhidos: *1º vice-presidente* - Dolivar da Silva Félix; *2º vice-presidente* - Indaiá Cavalcante; *1º secretário* - José Henrique dos Santos; *2º secretário* - José dos Passos; *1º tesoureiro* - Jusceles Teixeira; *2º tesoureiro* - Kelson Pimentel.

Em agosto de 1.994, o presidente e o vice se afastaram temporariamente.

Na eleição realizada em 31 de janeiro do ano seguinte, Izaltino Cândido Ribeiro alcançou a presidência, derrotando Edilberto Campos de Oliveira. A chapa vencedora teve também estes membros: *vice-presidente* -

Luiz Donizete da Costa; *1º secretário* - Ismail Donini de Oliveira; *2º secretário* - Aílton dos Santos Moreira; *1º tesoureiro* - Cassius Clay Meloto; *2º tesoureiro* - Juliano C. Campos; *1º diretor esportivo* - Maércio C. da Silva; *2º diretor esportivo* - Antônio Sinval da Silva. Em 29 de maio do mesmo ano, porém, o presidente foi destituído pelos dirigentes dos clubes, acusado de abandono do cargo e de não-cumprimento dos deveres. Assumiu seu posto o vice. No lugar deste, ficou Clélia Nery Dias; no dos tesoureiros, Reinaldo Pimentel de Carvalho e Luiz Brancher.

A lei local 1.033, de 15 de agosto de 1.995, declarou de utilidade pública a Liga Esportiva Machadense. Tinha então sede na Avenida Arthur Bernardes, 778. Em julho de 1.996 houve mudanças na diretoria, porque alguns de seus membros abandonaram os cargos.

Novo pleito ocorreu em 12 de fevereiro de 1.997, sem disputa. Foram eleitos: *presidente* - Fábio Joaquim dos Santos; *vice-presidente* - Elzo Aloísio Coelho; *secretários* - Bruno de Paiva Olímpio e Alexandre Santos; *tesoureiros* - Fábio de Paiva Olímpio (logo substituído por Fernando Signoretti de Carvalho) e Aécio de Almeida Oliveira; *diretores esportivos* - Luiz Brancher, Alex Silveira e Marcelo Leite.

No início de 1.999, a Liga estava inoperante, com a documentação irregular e em débito havia dois anos com a Federação Mineira de Futebol. Às vésperas de novo pleito, em fevereiro daquele ano, o presidente transmitiu o cargo a Solimário Lopes de Oliveira. Num clima tenso e tumultuado, três candidatos disputaram o comando. Venceu José Hélio Pereira, com 10 votos, derrotando a esposa do chefe da Divisão de Esportes, Marilene Brancher, com 9 votos, e Sebastião Carlos Ferraz, com 0. Os demais membros da chapa vencedora foram: *vice-presidente* - Sirlene Augusta de Freitas Vianna; *1º secretário* - Solimário Lopes de Oliveira; *2º secretário* - José Trindade de Oliveira Filho; *1º tesoureiro* - Gabriel Ferreira Domingues; *2º tesoureiro* - Paulo Luiz Nery; *1º diretor esportivo* - José André dos Santos Júnior; *2º diretor esportivo* - Fábio Joaquim dos Santos. Tendo o objetivo principal de construir a sede própria, o novo presidente não promoveu nenhuma disputa futebolística. Para realização da obra, a lei local 1.312, de 27 de junho de 2.000, autorizou a concessão à Liga do uso de imóvel no Estádio Municipal, com área construída de 74 m2., a ser anexada a terreno de 113,84 m2., pelo prazo de dez anos. A Liga tinha então sede na Av. Dr. Feliciano Vieira, 590.

Mesmo após vencido o seu mandato, o presidente convocou nova assembléia que, em 29 de novembro de 2.000, alterou o estatuto e decidiu refiliar a Liga à F.M.F..

A Liga foi sempre dependente das subvenções que recebeu do Município, sem falta, de 1.990 a 2.000.

Saliente-se por derradeiro que, conforme os artigos 19 a

22 do estatuto, ela possui uma Junta Disciplinar Desportiva, composta por quatro membros efetivos e dois suplentes, nomeados pelo presidente, com mandato que equivale ao dele. Também o órgão de esportes do Município designava pessoas, informalmente, para formar Juntas que deliberassem sobre incidentes ocorridos nos campeonatos que patrocinava.

7 - **Liga Infanto-Juvenil de Futebol**.

Para supervisionar os diversos campeonatos de futebol infantil, José Trindade de Oliveira Filho organizou a Liga em exame, já existente em 1.974. Ela durou, pelo menos, até 1.981, quando promoveu o torneio "*Municipalito*". Não era oficial, nem tinha diretoria regularmente constituída. Integravam-na o fundador e alguns técnicos.

8 - **Liga Machadense de Futebol de Salão**.

Noticiou-se em abril de 1.989 a fundação dessa Liga, com sede no Ginásio Poliesportivo. Não prosperou, todavia.

9 - **Árbitros e suas associações**.

Na primeira metade do século passado, aqui atuaram como árbitros, entre outros, João Batista Dias Swerts e Mânlio Moreira Pinto. No final da década de cinqüenta e início da seguinte, nosso árbitro mais atuante e conhecido era Hermenegildo Morais. Também exerceram a função naquela época Geraldo Mendonça (técnico da Praça de Esportes), Lércio Bellini e Yoshida Uema (estudante em Alfenas).

Mais tarde atuaram Aldo Rocha, José dos Santos (*Carola*), Maurílio Bianchini, Osley Amaral de Souza, Paulo Reis, Reynaldo Pimentel de Carvalho, Roosevelt dos Reis de Carvalho Dias e Vanderlei Moterani Swerts. Nos anos setenta, a imprensa noticiou ainda o trabalho de José Lincoln, Léo Bellini, Márcio M. Carvalho e Valdir Bianchini, entre outros.

Os jogos do campeonato rural de 1.979 foram apitados por Ary Clemente, Mário Carvalho, Sebastião Rodolfo, e outros.

A partir da década de oitenta, o maior destaque coube a Fábio Joaquim dos Santos, formado pela escola de árbitros de Poços de Caldas e membro do quadro da Liga de Futebol daquela cidade, que em 1.993 o convocou para apitar no campeonato de juniores. Lembrem-se ainda Adílson Benedito, Alex Silveira e Marcelo Leite.

No dia 24 de outubro de 1.991, em reunião na casa de Wander M. Swerts, foi criada a **AMA - Associação Machadense de Arbitragem**, com vinte elementos. Elegeu-se na mesma data a diretoria interina: *presidente* - Alex Silveira; *vice-presidente* - Fábio Joaquim dos Santos; *1º secretário* - Fernando Brigagão de Carvalho; *2º secretário* - Euclides dos Santos Júnior; *1º tesoureiro* - Luiz Brancher; *2º tesoureiro* - Wander Moterani Swerts. Seus membros manifestaram o propósito de atuar tanto no futebol de campo como nos esportes especializados, e de filiá-la às diversas federações.

Em 26 de fevereiro de 1.993, houve nova eleição: *presidente* - Fábio Joaquim dos Santos; *vice-presidente* - Gilvande Lopes Faria, que acumulou o cargo de *1º tesoureiro*; *1º secretário* - Alex Silveira; *2ª secretária* - Marisa de Tal; *2º tesoureiro* - Luiz Brancher. Em abril seguinte, submeteram-se a exames de futebol de campo, aplicados pelo presidente, os árbitros locais Alex Silveira, Carlos Roberto dos Santos, Édson R. de Souza (*Baiano*), Fernando Brigagão de Carvalho e Reynaldo Pimentel de Carvalho.

Outro pleito ocorreu em 6 de janeiro de 1.995, com este resultado: *presidente* - reeleito; *vice-presidente* - Fernando Signoretti de Carvalho; *1º secretário* - Bruno de Paiva Olímpio; *2º secretário* - Alerisson D'Andréa; *1º tesoureiro* - Luiz Brancher; *2º tesoureiro* - João Alberto dos Santos Baldini. Elegeram-se também diretores de futebol de campo e de futebol de salão.

Toda a equipe foi reconduzida um ano depois. Em 5 de dezembro de 1.996, Fábio e Bruno foram escolhidos presidente e vice. Afirmou-se que o restante da diretoria seria formado na próxima reunião, mas isso não ocorreu. De 18 de setembro ao final daquele ano, o presidente esteve afastado para ocupar a chefia da Divisão de Esportes.

Em 23 de setembro de 1.997, findo o campeonato municipal, Fábio Joaquim dos Santos demitiu-se, e foi eleita esta diretoria interina: *presidente* - Lucilo Vasconcelos Fadini; *vice-presidente* - Bruno de Paiva Olímpio; *1º secretário* - Rodrigo Andrade; *2º secretário* - Alexandre dos Santos; *1º tesoureiro* - Fábio de Paiva Olímpio; *2º tesoureiro* - Luiz Carlos Alves. Um mês depois, resolveu-se que os árbitros seriam divididos em três classes, conforme avaliação técnica, mas isso não foi feito. Aprovou-se em 1.999 o ingresso na Associação de árbitros de Carvalhópolis e Poço Fundo, mas isso também não ocorreu.

Houve mais uma eleição, em 21 de março de 2.000: *presidente* - Fábio Joaquim dos Santos; *vice-presidente* - João Alberto dos Santos Baldini; *secretário* - Carlos Henrique Paulino; *tesoureiro* - Luiz Carlos Alves. Só em 31 de julho seguinte a Associação foi regularizada, com a aprovação de seu estatuto. Formou-se então nova diretoria, "reativando a fundação" ("*sic*"): *presidente* - Fábio Joaquim dos Santos; *vice-presidente* - Luiz Carlos Alves; *1º secretário* - Carlos Henrique Paulino; *2º secretário* - Paulo Sérgio Moreira; *1º tesoureiro* - João Alberto dos Santos Baldini; *2º tesoureiro* - Antônio Carlos da Rocha.

A lei local 1.329, de 14 de outubro do mesmo ano, declarou a AMA de utilidade pública. A imprensa criticou a medida, porque os árbitros eram pagos para apitar as partidas, com verba proveniente de subvenção municipal.

A Sociedade teve sede provisória, sucessivamente, na Rua Arthur Scalco, 351; na Rua Tiradentes, 498; na Divisão de Esportes da Prefeitura; no M.E.C.; e de novo no primeiro endereço. No início do milênio congregava 31 árbitros.

Em 13 de março de 1.999 foi criado novo órgão de arbitragem, ao qual a Divisão de Esportes transferiu a organização técnica do *Fest-Areia*: a **Associação de Arbitragem e Organização Desportiva**. Ela teve como embrião o Geracoop (projeto de geração de cooperativas), coordenado pela Escola Agrotécnica, sendo por isso também conhecida como *Grupo de Arbitragem Geracoop*. Esteve, de início, sob a presidência de Bruno de Paiva Olímpio e a secretaria de Marcelo Leite. Faziam então parte dela 25 árbitros, estudantes e professores de educação física. Não teve continuidade, segundo soube.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 6, 11, 12, 14 e 18;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos ns. 15, 16 e 19;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de portarias ns. 16, 17 e 18;
4 - Arquivo do Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Machado - estatuto da Liga Esportiva Machadense;
5 - "Folha Machadense" ns. 246 - 18/2/1.979 - pág. 1;
315 - 16/8/1.980 - pág. 1;
350 - 2/4/1.981 - pág. 1;
415 - 21/8/1.982 - pág. 1;
464 - 20/8/1.983 - pág. 11;
627 - 15/11/1.986 - pág. 1;
661 - 25/7/1.987 - pág. 15;
734 - 14//1/1.989 - pág. 1;
735 - 21/1/1.989 - pág. 14;
746 - 8/4/1.989 - pág. 9;
837 - 2/2/1.991 - pág. 10;
843 - 16/3/1.991 - pág. 1;

845 - 30/3/1.991 - pág. 1;
847 - 13/4/1.991 - pág. 9;
876 - 26/10/1.991 - pág. 8;
941 - 20/2/1.993 - pág. 9;
944 - 13/3/1.993 - pág. 7;
955 - 29/5/1.993 - pág. 3;
1038 - 4/2/1.995 - pág. 6;
1066 - 19/8/1.995 - pág. 14;
1068 - 2/9/1.995 - pág. 10;
1092 - 24/2/1.996 - pág. 6;
1112 - 13/7/1.996 - pág. 3;
1142 - 15/2/1.997 - 2º caderno, pág. 6;
1185 - 13/12/ 1.997 - pág. 19;
1186 - 24/12/1.997 - pág. 20;
1195 - 7/3/1.998 - pág. 21;
1178 - 25/1/1.997 - pág. 20;
1239 - 23/1/1.999 - págs. 20 e 21;
1242 - 13/2/1.999 - pág. 20;
1245 - 6/3/1.999 - pág. 20;
1247 - 20/3/1.999 - pág. 21;
1314 - 1/7/2.000 - pág. 15;
1317 - 22/7/2.000 - pág. 19;
1330 - 14/10/2.000 - págs. 2 e 16;
1334 - 18/11/2.000 - pág. 22;
1336 - 2/12/2.000 - págs. 2 e 21;

6 - informações pessoais de Carlos Henrique Paulino, Franklin Vieira de Almeida Vilhena, João Antônio da Costa Neto e Wanderley do Carmo Fernandes;
7 - livro de atas da Associação Machadense de Arbitragem;
8 - livro de atas da Liga Esportiva Machadense, a partir de 1.995;
9 - "Siga em Frente" ns. 6 - 1ª quinzena de jan. de 1.993 - pág. 4;
8 - 14/3/1.993 - pág. 5;
22 - 19/6/1.993 - pág. 7;
10 - "Tribuna Machadense" n. 34 - 9/5/1.981 - pág. 4.

B - **secundárias**
1 - *Mister Degas* - "Futebol Centenário" - artigo na Revista do 1º Centenário de Machado - nº 3 - abril de 1.957 - págs. 19 e 21 a 24;
2 - Synval Pereira Dias - relatórios quinzenais de trabalho como supervisor do setor rural e de bairros do Departamento de Esportes da Prefeitura - 1.979 a 1.982 - datilografados.

****

RICARDO MOREIRA REBELLO

MACHADO

VOLUME IX

HISTÓRIA DAS COMUNICAÇÕES

ÍNDICE

Cap. I - O Transporte Rodoviário – I.....pág. 1
Cap. II - O Transporte Rodoviário – II.....pág. 12
Cap. III - O Transporte Rodoviário – III.....pág. 17
Cap. IV - O Transporte Rodoviário – IV.....pág. 24
Cap. V - O Transporte Rodoviário – V.....pág . 33
Cap. VI - O Transporte Fluvial..... pág. 38
Cap. VII - O Transporte Ferroviário.....pág. 40
Cap. VIII - O Transporte Aéreo..... pág. 52
Cap. IX - Correios e Telégrafos..... pág. 57
Cap. X - A Imprensa – I.....pág. 65
Cap. XI - A Imprensa – II.....pág. 71
Cap. XII - A Imprensa – III.....pág. 76
Cap. XIII - A Imprensa – IV.....pág. 81
Cap. XIV - A Imprensa - V.....pág. 89
Cap.XV - A Imprensa – VI.....pág. 95
Cap.XVI - O Serviço Telefônico.....pág. 99
Cap. XVII - As Salas de Cinema.....pág. 107
Cap. XVIII - A Radiofusão.....pág. 112
Cap. XIX - A Televisão.....pág. 120
Cap. XX - A Internet.....pág. 125

O TRANSPORTE RODOVIÁRIO - I
(estradas de terra)

1) - Na segunda metade do século XVIII.
2) - No século XIX.
3) - Na primeira metade do século XX.
4) - Na segunda metade do século XX.

****

1 - **Na segunda metade do século XVIII**.

Reynaldo de Oliveira Pimenta, na obra adiante citada, estudou de maneira percuciente caminhos abertos na região, no período em exame. Lembrem-se três deles, que atravessaram o vale do Rio Machado, embora sem cortar terras hoje pertencentes ao nosso Município.

A - Estrada de Ouro Fino a Cabo Verde - Com cerca de dezoito léguas, foi feita aproximadamente em 1.760, por Veríssimo João de Carvalho. Seu trajeto é assim referido pelo ilustre autor, na página 74:

> *"De Ouro Fino o caminho investia, depois de légua e meia aproximadamente, sobre a "Serra do Feijoal" alcançando o Planalto. Rumo nordeste, então, num trecho de quatro léguas mais ou menos, passando próximo à "paragem chamada São Bento e Rio Pardo", cujas nascentes contornavam as terras de Veríssimo João, entre os rios Capivari e Machado, sempre procurando "campos" e afastando-se da mata espessa do rio Pardo, no divisor das águas.*
> *Seguia agora num estirão de cinco léguas, rumo norte, sempre no "campo", cruzando a estrada de Santana ao Registro*

das Caldas. Chegava, deixando o Tripuí à esquerda, à "Fazenda do Pouso Alegre", de Lucas Borges. Mudando de rumo procurava Cabo Verde. Aproximava-se então da Estrada Mogi-São Mateus: separa-as "hua lingoa de campo aberto que tem tres legoas de distancia".
Daí se dirigia, por uma dezena de quilômetros, rumo noroeste, buscando a fazenda de Mateus Martins e o Campestre. Descia então por mais umas duas léguas o rio do Peixe e chegava ao Taquaral e, depois por outras quatro léguas, passando o Palmital, terminava no Cabo Verde.".

Rodrigues de Carvalho afirma que, com seus ranchos e pousadas de tropeiros, ela foi o grande fator de progresso e desenvolvimento desta zona.

B - Estrada de Santana do Sapucaí a Cabo Verde - Iniciou-se no final de 1.764, e tinha dezessete léguas de extensão. Pimenta descreve-a na página 76:

"Saindo de Santana seguia rumo noroeste. Deixava à esquerda a estrada que se dirigia ao Registro das Caldas e alcançava a Fazenda do Padre João Caetano. Investia a serra íngreme (a preocupação era a linha reta). Subindo ao Planalto, atingia os campos atravessando o rio Machado. Cortava a "paragem da Boa Vista" onde futuramente ficaria a fazenda de Bernardo José Simões, o velho, seguia rumo norte gizando as terras vizinhas de que, depois, se apossaria Antônio Salgado de Lima. Prosseguindo passava pela área onde futuramente se instalaria a Fazenda do "Pouso Alegre" de Lucas Borges de Carvalho, na curva do rio Machado. Aí se entroncava com a de Ouro Fino, que vinha pelo divisor das águas do Capivari e Machado.
Alcançava em seguida a sesmaria de Mateus Alvares Martins, passava pela do "Palmital" e buscava o Arraial do Cabo Verde.".

C - Estrada de Santana do Sapucaí ao Registro das Caldas - Feita depois de 1.785, tinha dezoito léguas de comprimento. É descrita na página 75 da maneira seguinte:

"Saindo de Santana, o caminho atravessava o rio Dourado e investia o Planalto escarpado. Escalava-o na trilha do bugre. Subia "a serra dos campos das Caldas", contornava as nascentes do Machadinho, cortava o rio Machado "no porto", atravessava rumo a oeste os campos do Capivari e gizava a Sesmaria de Bernardo José Simões, o velho, a futura "Fazenda dos Orphãos". Cruzando antes a estrada Ouro Fino - Cabo Verde, alcançava o Capivari, descia por ele até a foz do rio Verde, vadeava o rio Pardo depois da foz

do Capivari e desemboque no rio Verde e procurava a grota das Laranjeiras (antes impedida pela Tranqueira de Veríssimo João) para alcançar o "maciço de Poços" na altura do "córrego do Meio".
Outra versão seria a de ter aproveitado a velha picada que vinha das Antas e seguia para Cabo Verde. Alcançando este caminho, que se tornara substitutivo da estrada Mogi - São Mateus, subia a serra do Selado, chegando às "Caldas". Continuava rumo sudoeste e depois oeste para alcançar a "Guarda das Caldas", perto da Serra do Quartel.".

2 - **No século XIX**.

Em junho de 1.825, o Governo da Província solicitou informações, através de quesitos, sobre as vilas mineiras. A da Campanha, após obter dados das autoridades, enviou resposta em março do ano seguinte. Ela integra as "*Memórias*" da sua Câmara, publicadas na Revista do Arquivo Público Mineiro em 1.896. À indagação sobre o estado das estradas, declarou:

"Ao prezente são pessimas as estradas do Termo desta Villa, a excepção de algumas de poucos districtos".

O quesito "*Se tem lugar a abertura de novas e os meios*" obteve a seguinte resposta:

"Alem de algumas tortuosid.es que se podem tirar nas Estradas geraes, q.e estão em uso hé de muita utilid.e abrir-se huma estrada q'. siga desta Villa pª o Arr.al de Caldas pela Freguezia do Douradinho. Esta estrada em que se abreviarão 4, pª 5 legoas desta Villa para aquelle Arraial, já o Dr. Juiz de Fora Prezid.e desta Cam.ra informou o anno passado ao Ex.mo Conselho, que a mandou abrir, e se está esperando o tempo de seca para se hir allinhar pela direcção mais comoda, que for possivel; apesar de q'. hum Fazendeiro Cap.m Joaquim Pio da Sª ter representado contra esta nova estrada p.r lhe passar pelos fundos de sua Fazenda; mas quando se de attenção a estes prejuizos dos Fazendeiros ver se hião os viajantes daqui a pouco nas circumstancias de viajar pelo ar.".

Em requerimento de 1.851, feito ao Vigário Capitular de São Paulo para ereção de nova Matriz, moradores de São João Baptista do Douradinho se queixavam da falta de estradas:

"sendo criada esta Freguezia a mais de quarenta annos, não foi nunca possivel hir em progresso, pela razão da gran-

de falta d'agua, e mesmo de estradas que pudessem passar o tranzito de tropas, e mais Comercio p.r dentro do Arraial, a ponto de que a maior parte das Cazas se axão dezertas, e muitas já descobertas e largadas ao todo"

Oscar Ferreira Prado, em "*O Sertão dos Mandibóias*", afirma ter sido Agostinho Barata quem abriu o caminho do Carmo da Escaramuça para Santo Antônio do Machado.

A lei orçamentária 1.009, de 2 de julho de 1.859, autorizou o presidente da Província a despender a quantia necessária à abertura de estrada que, partindo da Freguesia de Santo Antônio do Machado e atravessando a de São João Batista do Douradinho, fosse ao Porto das Paredes, no Rio Sapucaí.

A lei 1.268, de 2 de janeiro de 1.866, autorizou o presidente da Província a dar começo, no ano financeiro em curso, a estrada da Conceição do Rio Verde, pela Campanha, ao Machado e a Alfenas.

No relatório apresentado à Assembléia Legislativa em 1.868, o Presidente José da Costa Machado de Souza asseverou:

"A estrada de Cabo Verde é geralmente reclamada por muitos municipios. Por ella devem ser exportadas as boiadas e porcadas de Caconde, Cabo Verde, Jacuhy, Alfenas, Santo Antonio do Machado e Campanha. Muitos pedaços da actual podem ser aproveitados. Esses lugares mui poucos beneficios tem percebido dos cofres publicos, entretanto que muito concorrem para o rendimento da recebedoria do Picú. É de justiça que a província vá em seu auxílio.".

Em 1.870, o Governo do Estado encarregou o Engenheiro Vieira Ferreira de examinar os consertos de que necessitava a estrada que, da Campanha, se dirigia a Santo Antônio do Machado e à Freguesia do Lambari. Devia ele procurar a direção mais curta entre aqueles pontos, e observar se a ponte construída sobre o Rio Palmela se prestava ao novo alinhamento, assim como o caminho denominado Miranda. A execução das obras ficou a cargo da Câmara Municipal da Campanha, que as iniciou em janeiro do ano seguinte.

Em relatório de 1.873, o 2º vice-presidente da Província noticiou ter mandado pagar ao Engenheiro João Ramos de Queiroz a quantia de 169$380, gasta com exames e estudos da estrada do Lambari a Santo Antônio do Machado.

Pela lei orçamentária 2.314, de 11 de julho de 1.876, o presidente da Província ficou autorizado a gastar 1:000$ no conserto da estrada da Freguesia do Machado às Águas Virtuosas, passando por São Gonçalo do Sapucaí.

Conforme o "*Almanak Sul-Mineiro para 1884*", página 53,

> *"As estradas existentes no sul nada têm que as recommende, pois si são boas em muitos pontos, devem-n'o á acção do sol e á natureza do terreno. Quando soffrem alguns reparos nos pontos que ficão intransitaveis na estação chuvosa, são estes concertos em regra feitos de tal modo que têm duração ephemera, tornando-se não raras vezes em peiores condições do que estavão".*

Especificamente sobre Machado, observou na página 232:

> *"As estradas da freguezia são más, e nenhum melhoramento devem ao governo provincial. Como as de muitos outros lugares, ellas ainda não são intransitaveis completamente, graças ao sol...".*

Em abril de 1.884, nas vésperas da inauguração da estrada "*Minas and Rio*", com ponto terminal em Três Corações, a Câmara local oficiou ao presidente da Província, solicitando ordenasse ao engenheiro do distrito fazer o traçado de estrada entre esta Cidade e a estação do Rio Verde, "*com picadas e pontos principaes*". Salientou que os caminhos que daqui se dirigiam àquela estação eram péssimos, cheios de voltas, e que um traçado de regular direção diminuiria muito sua extensão. O pedido foi reiterado no ano seguinte, com esta observação:

> *"O Engenheiro quando fizer o traçado, deve fazer logo um picadão que dê passagem e constitua o público na posse da estrada, digo, dessa estrada, fazendo ao mesmo tempo as pontes principais; o resto o público fará.".*

Em março de 1.893, o "*Monitor Sul-Mineiro*" noticiou que a Câmara local fora encarregada, pelo Governo do Estado, de mandar orçar uma estrada entre esta Cidade e a estação mais próxima da estrada de ferro.

A lei local 7, de 7 de fevereiro de 1.895, aprovou o trajeto da estrada da Cidade para o Porto do Coroado. A lei 1, de 20 de fevereiro de 1.896, concedeu a Cândido Silvestre Bueno de Alvarenga e Manoel Ferreira do Prado, ou a companhia que organizassem, privilégio por dez anos para uso e gozo de uma estrada de rodagem, a ser construída entre o Carmo da Escaramuça e a Estação do Pontalete, no ponto mais conveniente da Estrada de Ferro Muzambinho. Os concessionários deveriam transportar todas as cargas pelo preço de 200 réis por arroba, e conduzir gratuitamente os imigrantes que se dirigissem a este Município.

A profusão legislativa de nossa Câmara, no final do século, sobre o tema em estudo bem mostra a importância que ele tinha para o jovem Município:

- lei sem número, de 22/6/1.897, criou obrigação a todo indivíduo que não pagasse direitos sobre estradas municipais;

- a resolução 3, de 21/7/1.898, dispôs sobre abertura de estrada de rodagem do Machado ao Carmo da Escaramuça;
- a resolução 5, da mesma data, autorizou o agente executivo a mandar consertar a passagem do Córrego do Rosário, na estrada da Cidade para Alfenas, e a ponte sobre o Rio Machado, na estrada da Cidade para Machadinho e Douradinho;
- a resolução 6, de 20/8/1.898, autorizou o agente executivo a pôr em hasta pública o conserto da ponte acima referida;
- a resolução 8, da mesma data, autorizou a feitura de pontilhão e consertos no Córrego do Rosário, na estrada para Alfenas;
- a resolução 11, de 10/9/1.898, revogou a resolução 6, e mandou pôr em hasta pública a construção de nova ponte sobre o Rio Machado, na estrada da Cidade para Machadinho e Douradinho;
- a resolução 23, de 2/11/1.898, tratou do mesmo assunto;
- a resolução 25, da mesma data, mandou fazer estudos para a mudança do leito da estrada que ia da Cidade à Estação do Pontalete;
- a resolução 26, de 6/1/1.899, autorizou a mudança do leito da estrada para Alfenas;
- a resolução 27, da mesma data, autorizou o fechamento de parte da antiga estrada para o Carmo da Escaramuça;
- a resolução 31, da mesma data, autorizou Antônio Moreira de Souza Guerra a fechar a estrada que passava em frente de sua fazenda;
- a lei 5, de 26/1/1.899 (Estatuto Municipal) tratou nos artigos 269 e seguintes da abertura, requisitos, classificação e mudanças de estradas;
- a resolução 34, da mesma data, autorizou pagamento pela colocação de porteiras na estrada da Cidade para o Carmo da Escaramuça;
- a resolução 38, de 15/4/1.899, autorizou a mudança de trecho da estrada do Douradinho a Pouca Massa;
- a resolução 52, de 5/5/1.900, autorizou o conserto de diversas estradas que conduziam às estações de Fama e Pontalete.

Destaque-se a lei 3, de 24 de janeiro de 1.899, que classificou as estradas públicas do Município. Discriminatória, dispôs que seriam consertadas anualmente, nos meses de março a maio, pelos moradores dos bairros que delas se servissem e estivessem nas condições seguintes:
- ter mais de trinta dias de residência no bairro;
- ter de dezoito a sessenta anos de idade;
- ser do sexo masculino e apto para o trabalho braçal;
- não ser contribuinte do cofre municipal.

Acrescentou que eles seriam obrigados a dar, por ano, dois dias de trabalho de foice e enxada para o conserto, alimentando-se à custa própria. Os pontilhões, aterros e obras de arte far-se-iam por conta da Câmara ou dos Conselhos Distritais.

3 - **Na primeira metade do século XX**.

No início do século XX, nossos legisladores continu-

aram fecundos ao tratar do assunto que nos ocupa:

- a resolução 54, de 9/1/1.901, autorizou a construção de ponte sobre o Rio São Thomé, na Fazenda Engenho de Serra, e o conserto da estrada que dali se dirigia a Água Limpa;
- a resolução 61, de 8/4/1.901, autorizou o agente executivo a fazer consertos nas principais estradas, independentemente de hasta pública;
- a resolução 72, de 11/1/1.902, autorizou o agente executivo a reparar as estradas municipais;
- a lei 15, de 14/4/1.902, proibiu o desvio dos carros dos leitos das estradas públicas, e fixou multa aos infratores;
- a resolução 76, da mesma data, autorizou mudança na estrada que dava acesso aos bairros Mato Dentro e Conceição;
- a resolução 106, de 12/4/1.905, autorizou o conserto de estradas;
- a resolução 111, da mesma data, autorizou o presidente da Câmara a auxiliar o conserto da estrada do Machadinho a Pontalete;
- a resolução 118, de 4/12/1.905, autorizou o dispêndio de quantia com o conserto de estradas;
- a resolução 120, da mesma data, autorizou o fechamento de estrada no Machadinho;
- a resolução 125, de 9/4/1.906, autorizou o conserto de estradas e pontes;
- a resolução 132, de 1/11/1.906, autorizou a abertura de estrada no Machadinho.

A administração do Dr. Flávio de Salles Dias teve grande cuidado na conservação de estradas. Nela se mudou parte da de Alfenas, na altura do Córrego Fundo. A de acesso ao Pontalete sofreu grandes modificações: deixou de passar dentro da povoação do Carmo, teve alterados outros trechos, recebeu porteiras, pontilhão e aterro. Na estrada para o Machadinho se construíram duas pontes.

No final da primeira, e na segunda década do século XX, foram ainda freqüentes os atos legislativos a respeito de estradas:

- a resolução 161, de 25/2/1.909, autorizou a mudança da estrada da Água Limpa, na Fazenda da Figueira;
- a resolução 171, de 8/7/1.910, autorizou Manoel Ramos Nogueira a mudar trecho da estrada do Machadinho para Santana do Sapucaí;
- a resolução 183, de 15/10/1.910, autorizou o dispêndio de quantia para melhoramento da estrada da Cidade ao Douradinho;
- a lei 58, de 15/10/1.913, autorizou o presidente da Câmara a conceder privilégios para construção de estradas de automóveis, bonds, etc.;
- a resolução 247, de 20/11/1.915, proibiu o emprego de arame farpado e taramelas em porteiras das estradas pública, a mudança de caminhos, etc.;
- a resolução 274, de 2/4/1.918, autorizou o conserto de estradas e pontes;
- a resolução 284, de 18/7/1.918, autorizou o presidente da Câmara a contratar com José Antônio de Paula a conservação de diversas estradas.

A lei estadual 660, de 14 de setembro de 1.915, autori-

zou o Governo de Minas a contratar com Izidoro Honório Doin, ou empresa que organizasse, a construção de estradas para automóveis nos municípios de Santo Antônio do Machado, Paraguaçu, Campestre e outros. Permitiu a outorga de privilégio por trinta anos, a subvenção de dois contos de réis por quilômetro de estrada construída e outros benefícios. Por sua vez, o decreto 4.531, de 23 de fevereiro do ano seguinte, concedeu-lhe privilégio de tráfego por trinta anos, com subvenção quilométrica, para construção, uso e gozo de estradas de automóveis com os seguintes traçados:

- de Poços de Caldas a Pontalete, passando por Botelhos, Campestre, Santo Antônio do Machado e Paraguaçu;
- de Botelhos a Monte Christo, no município de Muzambinho, passando por Cabo Verde;
- de Machado a Machadinho;
- de Machado a Três Corações, passando por São Gonçalo do Sapucaí, com ramal para Volta Grande.

A concessão compreendeu cerca de 300 quilômetros de estradas, e o contrato foi assinado em 29 de fevereiro de 1.916. Conforme Cristiano Prado, a rodovia foi traçada pelo Dr. Estrela, e passava pelos espigões divisores de águas nos municípios de Machado e Paraguaçu. Construiu-se apenas o trecho entre Pontalete e Machado (58.860 metros), sendo em 1º de janeiro de 1.918 inaugurados os 25 quilômetros iniciais. A parte desta Cidade a Poços de Caldas, mais acidentada, exigia grandes cortes e aterros, e não foi executada. Por termo de novação, em 30 de junho de 1.920, a concessão ficou limitada ao trecho já construído, com um ramal para o Machadinho. O decreto estadual 5.785, de 7 de outubro de 1.921, considerando que o tráfego na estrada estava suspenso por mais de três meses, e que era completa a falta de conservação e de uso regular dela, declarou caduca a concessão. No capítulo relativo a veículos, dou notícia da exploração do transporte pelo concessionário.

Em 11 de junho de 1.920, a Câmara aprovou resolução que autorizava seu presidente a entrar em acordo com a Edilidade de Alfenas, a fim de construir estrada de rodagem, para veículos de eixo fixo, ligando a nossa àquela cidade. No dia 9 de julho seguinte, outra resolução permitiu que aquele se entendesse com Pedro Pereira Dias e Aristides Pio de Araújo Dias, para estabelecer o leito da referida estrada em terras de sua propriedade. Três dias depois, foi autorizada a construção de ponte sobre o Rio Machado, e a mudança do leito da estrada de Paraguaçu, para passar sobre ela.

No relatório referente ao exercício de 1.920, o presidente da Câmara assim se manifestou sobre o assunto em exame:

> *"Continuam em mau estado quasi todas as estradas municipaes (...) enquanto consentirmos o transito por estas estradas dos carros de rodas finas e principalmente dos ferrados a pião e cordão, nunca teremos estradas; elles se incumbem da ingrata tarefa de estragar todo o conserto (...) É necessário que elevemos gradualmente o imposto de tran-*

sito para estes carros, até que seus possuidores se convençam de que é necessaria uma substituição completta delles".

Conforme o "*Annuario Estatistico*" da Secretaria da Agricultura, em 1.921 Machado tinha 257 quilômetros de estradas de rodagem, sendo 110 só transitáveis por carros-de-bois, 107 transitáveis por carros e carroças, e 40 adaptados ao trânsito de automóveis.

Sob a administração de Edvar Dias, construíram-se estradas ligando Machado a Poço Fundo (inaugurada em 15/6/22, conforme Oscar Fernandes), a Cana do Reino e Douradinho, e a Serrania, com ligação para Alfenas.

Em 1.927 e 1.928, o Engenheiro José Luiz de Araújo Dias construiu estrada para automóveis entre Poços de Caldas e Machado, passando por Campestre. Seu pai, o Coronel José Custódio Dias de Araújo (Zeca da Pedra), financiou-a em parte. O contrato de subvenção quilométrica firmado com o Governo Estadual para a construção foi reformado, com base na lei 1.138, de 30 de agosto de 1.930. Ela estabeleceu que a estrada seria entregue ao Poder Público logo após o término, desistindo o concessionário de qualquer direito ou vantagem. Em troca, receberia a indenização de 4:000$000 por quilômetro, além de 200:000$000 pelas obras de arte. O pagamento foi efetuado em apólices. Homero Costa afirma que, embora de trânsito difícil, principalmente nas chuvas, por causa da topografia e da defeituosa construção, a estrada prestou inegável serviço à região.

A estrada de Machado a Alfenas foi também construída mediante subvenção estadual. A lei 1.187, de 14 de outubro de 1.930, autorizou o Governo mineiro a conceder à Câmara de Alfenas, pela sua feitura, até quatro contos de réis por quilômetro, podendo abrir crédito até 108:000$000. Autorizou também subvenção à Câmara local, até o mesmo limite, pela construção de rodovia que ligasse Machado à fronteira do município de Alfenas, podendo abrir crédito até 124:000$000. Permitiu, por fim, subvenção, até o máximo de quatro contos por quilômetro, para auxiliar a construção de uma estrada de rodagem ligando a estrada de Alfenas a Machado ao ponto em que a rodovia de Campestre a Poços de Caldas tocava o município de Alfenas, podendo para isso abrir crédito até 80:000$000. Quando da promulgação da lei a estrada estava concluída, pois a mensagem do Governo ao Legislativo, em 1.926, afirma que já tinha 45 quilômetros em tráfego. Ademais, conforme o "*Machado-Jornal*", em fins de 1.928 Marcos José Dias tratava de consertá-la por iniciativa própria, com auxílio dos motoristas locais.

Também Raul Pereira Caixeta, na década de trinta, se adiantava ao Poder Público na tarefa de conservar e reparar estradas vicinais. Organizou para isso diversos mutirões no Bairro do Ouvidor, arcando às vezes com o custo do serviço.

A resolução da Câmara 6, de 10 de abril de 1.937, autorizou se concedesse subvenção a João Baptista do Lago e outros, para cons-

trução de estrada de automóveis ligando o Bairro da Serra Negra à Cidade. Na mensagem que enviou no mesmo ano à Assembléia Legislativa, o Governo Estadual informou ter autorizado a construção da estrada de São Gonçalo do Sapucaí a Machado, com cerca de 60 quilômetros, passando pela ponte então em execução na localidade de Paredes.

O decreto federal 15.093, de 20 de março de 1.944, aprovou o Plano Rodoviário Nacional, buscando estruturar nossa malha viária. Estabeleceu que a ligação de Rezende a Araraquara, com extensão aproximada de 625 quilômetros, tinha como pontos principais de passagem Caxambu, Machado e Poços de Caldas. Achava-se então construído um trecho de 89 km., entre Engenheiro Passos e Caxambu, e estava em estudos o trecho de Caxambu a Machado. Esclareceram os autores do Plano:

> *"Se considerarmos a ligação ao Rio, então podemos admitir o trecho de Caxambu - Machado como um ramal da futura Rio - São Paulo, em construção."*.

O Código de Posturas de 1.948 (lei local 23, de 7de novembro) tratou das estradas e caminhos públicos nos artigos 139 a 147.

4 - **<u>Na segunda metade do século XX</u>.**

A lei local 88, de 19 de outubro de 1.951, declarou de utilidade pública, para desapropriação, terras da Fazenda Recreio, necessárias à construção de variante na estrada de Machado a Serrania. A lei 93, de 6 de novembro seguinte, autorizou a obra. Pouco depois se alargou a estrada da Cidade a Alfenas, para o que foi cortado parte do cafezal de José Pereira Dias (Juca da Serra). A lei 133, de 28 de novembro de 1.952, permitiu se lhe indenizasse por isso.

A lei 226, de 29 de outubro de 1.957, aprovou o Plano Rodoviário Municipal.

Conforme a "*Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*", do I.B.G.E., no fim da década de cinqüenta Machado era servido por 237 km. de estradas de rodagem, dos quais 38 sob a administração estadual, e 199 sob a municipal.

A lei estadual 2.361, de 12 de janeiro de 1.961, autorizou o Governo do Estado a encampar, sem ônus, a estrada de rodagem que ligava os municípios de Alfenas, Machado, Poço Fundo, Silvianópolis e Pouso Alegre.

A lei 381, de 28 de novembro de 1.962, autorizou o prefeito a tomar medidas judiciais ou extrajudiciais para impedir a retirada do ramal da Rede Mineira de Viação que servia a Cidade, sem que antes fosse reconstruída a estrada de Machado a Alfenas. A obra só se fez entre 1.964 e 1.965. Fora prometido que as Centrais Elétricas de Furnas a asfaltariam, como

compensação pelo alagamento de terras dos municípios, mas isso não ocorreu. Pouco depois de pronta, já se lastimava sua péssima conservação.

A lei 514, de 1º de dezembro de 1.965, dispôs sobre obras do Plano Rodoviário Municipal.

A lei 524, de 22 de abril de 1.966, autorizou a construção de estrada entre os bairros Bandeirinha e Fernandes. Em 1.973 foi alargada, cascalhada e recebeu bueiros a ligação entre Machado e Serrania, pela Caiana.

A lei 185, de 5 de setembro de 1.974, aprovou novo Plano Rodoviário Municipal.

A lei 231, de 18 de agosto de 1.975, dispôs sobre estradas e caminhos municipais. Estabeleceu normas sobre sua construção, conservação e mudança, e sobre o livre acesso a eles. Cominou multas a quem os danificasse, e impedisse ou dificultasse o seu uso.

Novos planos rodoviários municipais foram aprovados pelas leis 331, de 29/3/1.978; 414, de 8/10/1.980; 678, de 17/3/1.988; e 1.201, de 27/11/1.998. Na época do último, a rede rodoviária municipal tinha 581,7 quilômetros, 20 dos quais asfaltados.

Em 1.994 reformou-se a estrada municipal que dá acesso aos bairros Caixetas, Passa-Dois e outros, na extensão de nove quilômetros. Seu leito foi recolocado no nível normal, depois que sucessivos reparos por máquinas da Prefeitura o afundaram diversos metros. No mesmo ano, a lei 983, de 5 de setembro, autorizou assinatura de convênio com a Associação dos Municípios da Micro-Região do Baixo Sapucaí, para utilização de equipamento destinado à melhoria das estradas rurais.

Em 1.998 construíram-se 150 metros de rede pluvial em diversas estradas, e cascalharam-se as dos bairros Caixetas, Conceição e Limeira. No mesmo ano, conforme o *Diagnóstico* do SEBRAE, as estradas vicinais do Município, cascalhadas ou não, recebiam manutenção periódica e estavam bem conservadas.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - "Annuario Estatistico" da Secretaria da Agricultura de Minas Geraes - anno I - 1.921 - vol. III - Imprensa Oficial, Bello Horizonte, 1.926, pág. 573;

2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de atas ns. 1 e 2;
3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 5, 7, 10, 11, 15, 17, 18, 19 e 21;
4 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - livro VI de "Autos de Ereções e Patrimônio de Capelas" - pág. 192 - localização: 6-2-27;
5 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de leis e decretos nº 4;
6 - Arquivo Público Machadense - livro 62: "Leis, Decretos e Resoluções da Câmara Municipal - 1895 a 1896";
7 - Arquivo Público Machadense - livro 63: "Leis da Câmara Municipal - 1898 a 1912";
8 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919";
9 - Arquivo Público Machadense - livro 65: "Leis da Câmara Municipal - 1912 a 1932";
10 - Arquivo Público Machadense - livro 309: "Documentos Históricos - 1893 a 1964";
11 - Arquivo Público Machadense pasta "documentos de Oscar Fernandes";
12 - Arquivo Público Mineiro - Fundo: Obras Públicas (OP) - série OP-3, subsérie OP 3/6, caixa 6, pasta 10;
13 - Arquivo Público Mineiro - Fundo: Presidência da Província - PP 1/33, caixa 117, documento 1;
14 - Boletim Informativo da Prefeitura Municipal de Machado - nº 1, julho de 1.973, pág. 1;
15 - Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes - 1.915 - Bello Horizonte, Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1.915, págs. 28/29;
16 - Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes - 1.916 - Bello Horizonte, Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1.916, pág. 253;
17 - Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes - 1.921 - Bello Horizonte, Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1.921, págs. 156/157;
18 - Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes - 1.930 - Bello Horizonte, Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1.930, págs. 10/11 e 62/63;
19 - Diário Oficial da União - exemplar de 25/3/1.944 - seção I, pág. 5.211;
20 - "Folha Machadense" ns. 1.233 - 5/12/1.998 - pág. 15;
1.236 - 31/12/1.998 - suplemento, pág. 8;
21 - Livro da Lei Mineira - 1.859 - tomo XXV - parte 1ª - folha 19;
1.866 - tomo XXXI - parte 1ª - folha 6;
1.876 - tomo XXXXIII - parte 1ª - folha 14;
22 - "Luminar Machadense" nº 99 - 26/6/1.964 - pág. 1;
23 - "Machado-Jornal" nº 47 - 18/11/1.928 - pág. 2;
24 - "Memorias da Camara da Campanha" - na "Revista do Archivo Publico Mineiro" - anno I, 1.896, pág. 631;
25 - Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, ao Congresso Mineiro em sua 3ª sessão ordinária da 7ª legislatura, no anno de 1.917 - Bello Horizonte, Imprensa Official de Minas Geraes, 1.917, págs. 84/85;
26 - Mensagem apresentada por Fernando de Mello Vianna, Presidente do Estado de Minas Geraes, ao Congresso Mineiro, na 4ª sessão ordinária da 9ª legislatura - Bello Horizonte, Imprensa Official, 1.926, págs. 262/263;
27 - Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Minas Geraes, em sua sessão ordinária de 1.937, pelo Governador do Estado Benedito Valladares Ribei-

ro - Bello Horizonte, Imprensa Official de Minas Geraes, 1.938, págs. 290 e 297;
28 - "Minas Gerais" - exemplar de 13/1/1.961 - pág. 3;
29 - "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, ns. 199 - 30/10/1.875 - pág. 3;
1152 - 5/3/1.893 - pág. 2;
1274 - 15/3/1.896 - pág. 2;
30 - "O Machadense" ns. 929 - 21/2/1.965 - pág. 1;
961 - 3/10/1.965 - pág. 1;
113 - 6/5/1.973 - pág. 1;
31 - Relatorio que á Assemblea Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na Sessão ordinaria de 1868 o Presidente da Provincia José da Costa Machado de Souza - Typ. de J. F. de Paula Castro, Ouro Preto, pág. 15;
32 - Relatorio apresentado á Assemblea Legislativa da Provincia de Minas Geraes na sessão extraordinaria de 2 de março de 1871 pelo Presidente o Ilm. e Exm. Sr. Doutor Antonio Luiz Affonso de Carvalho - Typ. de J. F. de Paula Castro, Ouro Preto, 1.871, pág. 65;
33 - Relatorio apresentado ao Exm. Sr. Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa, Presidente da Provincia de Minas Geraes, pelo 2º Vice-Presidente Dr. Francisco Leite da Costa Belem no acto de passar-lhe a administração em o dia 1º de março de 1873 - Typographia de J. F. de Paula Castro, Ouro Preto, 1.873, pág. 11;
34 - "Siga em Frente" nº 56 - 14/5/1.994 - pág. 3.

B - **secundárias**
1 - Alfredo Valladão - "Campanha da Princeza" - vol. II - Leuzinger S/A, Rio de Janeiro, 1.940, págs. 218/220;
2 - Almir de Andrade - "História Administrativa do Brasil" - vol. II - 1ª ed., Livraria José Olímpio Editora, 1.950, págs. 298/306;
3 - Arthur da Costa Guimarães - "Primeiras estradas de rodagem construidas em Minas Geraes" - no "Minas-Geraes" de 30 e 31/10/1.916 - págs. 2/4;
4 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanak Sul-Mineiro para 1884" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.884, págs. 53 e 232;
5 - Cristiano Prado - "Crônicas" - Edições Cuatiara, Belo Horizonte, 1.993, págs. 39, 40 e 112;
6 - Demerval José Pimenta "Evolução do Sistema Viário da Capitania e Província de Minas Gerais" - na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais", vol. XIV, 1.970 - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.974, págs. 29/91;
7 - Homero Benedicto Ottoni - "Poços de Caldas" - Editora Anhambi, São Paulo, 1.960, pág. 252;
8 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem menção de data e local, págs. 16, 21, 22 e 23;
9 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros", vol. XXVI - Rio de Janeiro, 1.959, pág. 14;
10 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 19, 20 e 42;
11 - Nélson de Senna - "A Terra Mineira" - Pimenta de Mello & Comp. - Rio de Janeiro, 1.923, págs. 318 e 323/324;
12 - Oscar Ferreira Prado - "O Sertão dos Mandibóias" - Imprensa Oficial, Belo

Horizonte, 1.981, págs. 182 e 194;
13 - Revista “Machado de Ontem e de Hoje” - I-5;
14 - Reynaldo de Oliveira Pimenta - “O Povoamento do Planalto da Pedra Branca - Caldas e região” - São Paulo, 1.998, págs. 65 a 77;
15 - SEBRAE-MG e PRODER - “Machado - Diagnóstico Municipal” - março de 2.000 - pág. 38.

****

O TRANSPORTE RODOVIÁRIO - II
(estradas asfaltadas)

1) - A ligação com a rodovia Fernão Dias.
2) - As rodovias BR-267 e MG-453.
3) - A rodovia MG-179.
4) - O acesso de Serrania à BR-267.
5) - A rodovia Machado a Carvalhópolis.

****

1 - **A ligação com a rodovia Fernão Dias**.

A ligação de Machado à Fernão Dias, para facilitar e encurtar o acesso às capitais mineira e paulista, foi, a partir da década de cinqüenta, aspiração maior da população local, bandeira de luta e engodo de políticos ingênuos ou aproveitadores.

Por volta de 1.958, prometia-se a construção da BR-32 (estrada que ligaria a Mata e o Sul de Minas a São Paulo e Mato Grosso), no trecho entre Caxambu, Campanha, Machado e Poços de Caldas, denominado "*rodovia das Águas*". Apresentou-se projeto ao Congresso, incluindo verba no orçamento federal para sua abertura e pavimentação; anunciou-se a obtenção de recursos externos; choveram telegramas e cartas de eleitores e políticos pedindo e garantindo a obra. Tudo resultou em nada, a BR-32 "*era um mito, um sonho*", como, em desalento, acabou por descobrir a imprensa local.

Os esforços concentraram-se, então, em rodovia que unisse Machado a Careaçu, passando por Cana do Reino e São Gonçalo do Sapucaí. Sua abertura, no trecho de Cana do Reino a Careaçu, deu-se em outubro de 1.961, por iniciativa dos prefeitos dos municípios interessados, sob a liderança do

machadense Francisco Vieira Guerra. Eles conseguiram alguns financiamentos, empréstimo de máquinas do D.E.R., utilizaram recursos de suas comunas, e contrataram engenheiros para o estaqueamento e o levantamento topográfico. O amadorismo da iniciativa evidenciou-se no ato de início das obras, presidido pelo próprio Guerra, mesmo sem o engenheiro "*responsável*", que não compareceu ao local... No final do mandato dos prefeitos, em 1.962, o serviço foi suspenso por falta de verbas, e não chegou a ser concluído. Apesar disso, a lei local 397, de 27 de dezembro daquele ano, o autorizou. Ele era, na verdade, por demais oneroso aos municípios de Machado e Cana do Reino - os principais parceiros. Não estava incluído no plano rodoviário do Estado, e malograram as tentativas para sua encampação pelo Governo mineiro e conclusão pelo D.E.R.. Em 1.965 ainda se bradava, inutilmente, por sua retomada, com base em promessas do Governador Magalhães Pinto...

Na segunda metade da década de sessenta, persistiram as notícias na imprensa sobre a feitura da ligação entre a Cidade e a Fernão Dias (então BR-55), e as bajulações a políticos que irresponsavelmente a garantiam. Anunciou-se que o traçado da rodovia seria revisto, passando por Poço Fundo, Silvianópolis e Pouso Alegre; que a concorrência estava autorizada; que as máquinas haviam chegado, que o asfaltamento era induvidoso... No início de 1.971, o maior arauto das promessas não realizadas, Marcelo Vieira, caiu na real e desabafou em "O Machadense" nº 2:

> *"Pecamos por confiar no Governo do Estado. Fomos tapeados, enganados e iludidos."*.

2 - **<u>As rodovias BR-267 e MG-453</u>**.

Em 1.970, os governos federal e mineiro e o Banco Mundial firmaram convênio para construção e pavimentação de três rodovias, e para a feitura de projetos de engenharia de quatro trechos de outras, entre os quais o de Poços de Caldas a Machado e Paraguaçu, na extensão de 101 quilômetros, pertencente à BR-267 (assim denominada pela lei federal 5.917/73).

Na verdade, o traçado original da BR-267 prevê a ligação de Machado a Campanha. Na ocasião, para aproveitar trechos já pavimentados entre Varginha, Elói Mendes e Paraguaçu, economizando várias obras de arte, resolveu-se construir parte da então denominada MG-157, entre Paraguaçu e Machado, acoplando-o à BR-267, que aqui ficara interrompida. Assim, em 1.971, com financiamento do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), cuidou-se da construção dos trechos Paraguaçu a Machado e Machado a Poços de Caldas. O decreto federal 68.971, de 22 de julho daquele ano, abriu crédito suplementar para a obra. A concorrência, em 1.972, foi vencida pela construtora Cunha Guedes, nos trechos da Cidade a Paraguaçu, e da Cidade à Fazenda da Pedra. O decreto estadual 15.342, de 16 de março de 1.973, declarou de utili-

dade pública diversos imóveis, necessários à abertura da MG-157. No mesmo ano tiveram início os trabalhos, após atraso por causa dos processos de desapropriação. Em 17 de fevereiro de 1.975, o Governador do Estado e o Ministro dos Transportes inauguraram oficialmente, no trevo de Botelhos, as rodovias, integradas ao chamado "*Grupo de Vias do Sul*", num total de 290 quilômetros.

Em 1.989 teve andamento no D.E.R. projeto para continuação da BR-267, no trecho Machado - Monsenhor Paulo - Fernão Dias - Campanha. Publicou-se em meados de 1.993 edital para a concorrência daqui a Monsenhor Paulo (50 km.). A obra, todavia, não foi executada.

Nos últimos anos do milênio esteve bastante ruim o estado de conservação das rodovias em estudo, assim como da MG-179. O *Grupo de Radiocomunicação de Machado* promoveu sua paralisação, em sinal de protesto, no dia 21 de abril de 1.997. O ato pacífico teve apoio de políticos e associações locais e de Poço Fundo, servindo também para pedir a continuação das obras da BR-267.

Teve início em junho de 1.998 a construção do trevo do Cemitério. D.E.R. e Prefeitura firmaram convênio para tanto: aquele forneceu máquinas com operadores; esta, material e demais funcionários. A via de acesso a ele foi duplicada, recebeu canteiro central, iluminação e asfaltamento. A inauguração ocorreu em 13 de setembro de 1.999.

3 - **A rodovia MG-179**.

A antigamente chamada MG-27 é uma das rodovias longitudinais do plano rodoviário do Estado, ligando o Sul de Minas a Brasília. De Paraisópolis, passa por Pouso Alegre (onde cruza a Fernão Dias), Poço Fundo, Machado (onde cruza a BR-267) e segue em direção de Alfenas.

O trecho de Alfenas a Machado, Poço Fundo e São João da Mata foi construído pela ENBASA. O serviço teve início em novembro de 1.973. Não seguiu pelo leito da antiga estrada para o Córrego Fundo, o que obrigou à construção de mais uma ponte sobre o Rio Machado. Tentou-se junto ao D.E.R. a obtenção de acesso à Cidade por ali, mas ele só foi obtido pelo Bairro da Ponte, onde as duas rodovias se encontram. O decreto estadual 16.178, de 28 de março de 1.974, declarou de utilidade pública diversos imóveis, neste e nos municípios de Alfenas e Pouso Alegre, necessários à construção.

Em contrário das obras da BR-267, realizadas na mesma época, as da MG-179 foram morosas e sofreram várias paralisações. Além da ponte já referida, duas outras obras de arte foram feitas próximas da Cidade: o viaduto no entroncamento com a MG-453 e a passagem de nível no Bairro da Ponte. O trecho de Machado a Alfenas foi inaugurado em 15 de outubro de 1.975.

Prosseguiram os trabalhos, de Machado a São João da Mata, e a construtora ENBASA foi sucedida pela Serveng-Civilsan, que financiou parte da obra, por falta de dotação orçamentária. Só no final de 1.977 se inaugurou esse trecho. O de São João da Mata a Pouso Alegre foi também executado pela Serveng-Civilsan, entre 1.978 e 1.980. A rodovia foi, na época, considerada das mais caras para o Estado, em face das sucessivas interrupções.

4 - **O acesso de Serrania à BR-267**.

No final de 1.976 foi posta em concorrência a ligação asfáltica de Serrania à BR-267, na altura do km. 16, vencida pela Construtora Minas-Sul. As obras tiveram início em meados de 1.977.

Ela é chamada de *Rodovia Waldemar Miguel*, embora o decreto estadual 27.825, de 21 de janeiro de 1.988, tenha dado tal nome apenas ao trecho que une Serrania à rodovia BR-491.

5 - **A rodovia Machado a Carvalhópolis.**

Em abril de 1.976 foi publicado edital de concorrência para construí-la. A demarcação do seu leito ocorreu entre o final daquele ano e o início do seguinte. Em 1.985 foi autorizado o asfaltamento, abrindo-se nova concorrência para tanto. Por falta de recursos, os trabalhos só tiveram início em 1.988. Ficaram paralisados por algum tempo, mas finalmente em 1.989 o asfalto chegou a Carvalhópolis.

O decreto estadual 27.824, de 21 de janeiro de 1.988, deu à rodovia (LMG-885) o nome de *João Honorato de Carvalho*.

****

Fontes de consulta.

1 - “Folha Machadense” ns. 1 - 24/3/1.974 - pág. 3;
3 - 7/4/1.974 - pág. 3;
4 - 14/4/1.974 - pág. 3;
7 - 5/5/1.974 - pág. 3;
14 - 25/5/1.974 - pág. 1;
17 - 21/7/1.974 - pág. 1;
18 - 28/7/1.974 - págs. 1 e 8;

24 - 7/9/1.974 - pág. 3;
33 - 10/11/1.974 - pág. 1;
42 - 19/1/1.975 - págs. 1 e 8;
49 - 9/3/1.975 - pág. 1;
50 - 16/3/1.975 - pág. 1;
59 - 25/5/1.975 - pág. 1;
78 - 12/10/1.975 - pág. 1;
90 - 11/1/1.976 - pág. 2;
96 - 29/2/1.976 - pág. 3;
105 - 2/5/1.976 - pág. 1;
119 - /8/1.976 - pág. 1;
137 - 12/12/1.976 - pág. 10;
139 - 25/12/1.976 - pág. 1;
144 - 4/2/1.977 - pág. 1;
146 - 20/2/1.977 - pág. 1;
149 - 13/3/1.977 - pág. 1;
160 - 14/5/1.977 - pág. 1;
164 - 11/6/1.977 - pág. 6;
187 - 27/11/1.977 - pág. 1;
195 - 29/1/1.978 - pág. 1;
368 - 6/9/1.981 - pág. 12;
683 - 9/1/1.988 - pág. 1;
749 - 29/4/1.989 - pág. 1;
956 - 5/6/1.993 - pág. 1;
983 - 25/12/1.993 - F.R. - pág. 1;
999 - 30/4/1.994 - pág. 5;

1137 - 11/1/1.997 - págs. 1 e 12;
1151 - 19/4/1.997 - págs. 1 e 5;
1152 - 26/4/1.997 - págs. 1 e 12;
1204 - 9/5/1.998 - pág. 1;
1208 - 6/6/1.998 - pág. 15;
1274 - 18/9/1.999 - pág. 13;
1290 - 15/1/2.000 - pág. 23;
1319 - 5/8/2.000 - pág. 1;
1331 - 28/10/2.000 - pág. 26;
2 - informações pessoais de José Américo Cária e José Torres Simonini;
3 - "Jornal da Cidade" nº 7 - novembro de 1.985 - pág. 3;
4 - "Minas Gerais" de 17/3/1.973 - pág. 12;
29/3/1.974 - pág. 5;
22/1/1.988 - pág. 5;
5 - " O Estado de São Paulo" - exemplares de 11/4/1.970 e 21/3/1.971;
6 - " O Machadense" ns. 683 - 18/5/1.958 - pág. 1;
694 - 3/8/1.958 - pág. 1;
771 - 21/2/1.960 - pág. 1;
804 - 23/10/1.960 - pág. 4;
822 - 26/3/1.961 - pág. 3;
842 - 13/8/1.961 - pág. 1;
844 - 27/8/1.961 - pág. 1;
854 - 1/11/1.961 - pág. 1;
856 - 12/11/1.961 - págs. 1 e 6;
868 - 4/2/1.962 - pág. 1;
889 - 5/8/1.962 - pág. 1;
902 - 9/12/1.962 - pág. 1;
903 - 16/12/1.962 - pág. 1;
925 - 24/1/1.965 - pág. 3;
933 - 21/3/1.965 - pág. 1;
934 - 28/3/1.965 - págs. 1, 2 e 3;
947 - 27/6/1.965 - pág. 5;
2 - 28/2/1.971 - pág. 1;
7 - 4/4/1.971 - pág. 1;
74 - 6/8/1.972 - pág. 1;
7 - Revista "Imagem e Conteúdo" nº 5 - abril/maio de 1.997 - págs. 26/29.

****

O TRANSPORTE RODOVIÁRIO - III
(veículos - estatística, linhas de carga e de automóveis)

1) - Estatística e outras informações.
2) - Linhas de carga.
3) - Linhas de automóveis - Táxis.

****

1 - **Estatística e outras informações**.

A lei local 15, de 14 de abril de 1.902, proibiu o desvio dos carros-de-bois dos leitos das estradas públicas, e fixou multa aos infratores.

Oscar Fernandes anotou ter aqui chegado pela primeira vez, em 4 de agosto de 1.918, um automóvel vindo de Paraguaçu; e, em 7 de novembro de 1.920, outro vindo da Fazenda da Pedra. Leonardo Romanello lembrou que o primeiro automóvel de machadenses, um "*fordinho*", foi comprado em sociedade por Edvar Dias e Lázaro Magalhães, em 1.920.

Conforme o "*Annuario Estatistico*" da Secretaria da Agricultura relativo ao ano de 1.921, o meio de transporte aqui preferido era o carro-de-bois. Havia então em Machado 290 deles, 69 carroças, 22 carros de passageiros, 4 automóveis de carga, 7 automóveis de passageiros, 8 bicicletas, 3 motocicletas e 40 embarcações fluviais.

A lei 87, de 20 de julho de 1. 923, regulou o trânsito de carros-de-bois na Cidade. Carlos Legnani assevera que, naquele ano, seu número no Município chegava a 400, o que parece excessivo. Para a mesma época, o "*Annuario Estatistico*" apresenta os seguintes dados: 22 automóveis de passageiros, 5 automóveis de carga, 5 bicicletas, 18 carroças e 200 carros-de-bois. Em

1.925, ainda segundo o "*Annuario*", havia aqui 48 automóveis comuns, 4 motociclos e 14 veículos de auto-propulsão para transporte de carga.

Naquele tempo, os municípios tinham competência para legislar sobre trânsito. Assim, a lei local 91, de 20 de abril de 1.924, regulou o serviço de veículos. Ela foi alterada pela lei 102, de 26 de setembro de 1.927. Dois outros Códigos de Trânsito foram baixados pelo decreto 26, de 24/1/1.933, e pelo decreto-lei 2, de 24/12/1.937.

Em 1.929, o *Serviço de Estatística Geral* encontrou no Município 175 automóveis comuns para passageiros, 36 deles para cargas, e 5 veículos de outros tipos.

O decreto 8, de 9 de julho de 1.931, criou o cargo de inspetor de veículos na Cidade. José Pereira da Silva foi nomeado para ele pela portaria 3, de 27 do mesmo mês.

O livro 309 do Arquivo Público Machadense contém relações, sem data, de proprietários de carros-de-bois e carroças (particulares e de aluguel), de carrocinhas de leite e de charretes.

O álbum "*O Município de Machado*", da Comissão Social da Semana Ruralista, em 1.937, informou que aqui havia 52 automóveis particulares de passageiros e 8 de aluguel; 2 auto-ônibus; 24 caminhões particulares e 12 de aluguel; 2 ambulâncias ou outros carros fechados; 3 motocicletas.

Pedro E. Vallim noticiou, em 1.941, a existência no Município de 150 automóveis, 25 caminhões, 300 veículos a tração animal e 31 a tração pessoal. Dez anos depois, conforme "*O Imparcial*", mais de 300 veículos motorizados cruzavam nossas ruas.

Aqui chegou em 1.952 o primeiro veículo Volkswagen, uma kombi panorâmica, trazida por Clóvis de Araújo Dias.

Em 1.955, de acordo com a "*Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*", foram cá registrados 75 automóveis, 54 camionetas, 118 caminhões e 6 ônibus. Carlos Legnani apresenta os seguintes dados para 1.957: 86 automóveis, 77 caminhões, 46 camionetas, 8 ônibus e 5 motocicletas.

A portaria 28, de 29 de março de 1.973, proibiu o trânsito no perímetro urbano de veículos puxados por animais, com aro de ferro nas rodas. Ela foi alterada pela portaria 31, de 4 de maio seguinte, que limitou a vedação às ruas calçadas com bloquetes e à Praça Antônio Carlos.

Em 1.994 apresentaram-se estes dados sobre o transporte no Município: 3.545 automóveis, 813 motos, 497 caminhões e 32 ônibus; 2

linhas de ônibus urbanas, 16 intermunicipais e 9 interestaduais.

Anote-se que em junho de 1.996 aqui se realizou o 1º campeonato de som automotivo, no Parque de Exposições, para as categorias amador e profissional.

Conforme o *Diagnóstico Municipal* do SEBRAE, em 1.998 Machado tinha média de 4 residentes por veículo, sendo a média estadual pior (5,5 hab./veículo). Especificamente em relação a automóveis, havia aqui um para cada sete pessoas, e no Estado, um para cada 8,4. O mesmo trabalho transcreve o seguinte quadro de veículos cá licenciados, de outubro daquele ano, constante do relatório estatístico da frota mineira, do Departamento de Trânsito do Estado:

tipo	particular	aluguel	oficial	experiência	total
automóvel	4.569	64	18		4.651
caminhonete	927	34	25		986
caminhão	399	202	13		614
ônibus	4	41	4		49
moto	1.255				1.255
outros	123	31		2	156
total	7.277	372	60	2	7.711

2 - **Linhas de carga**.

Quando ainda não havia veículos automotores e estradas razoáveis, o transporte de cargas era feito em bestas, carros-de-bois e carroças. Era o tempo dos tropeiros, que enfrentavam com seus animais as trilhas poeirentas ou enlameadas, levando víveres e outros produtos da terra aos grandes centros e trazendo manufaturados. A revista "*Machado de Ontem e de Hoje*" lembra, entre os mais antigos, João Antônio Xavier, e, dos últimos, Severo Augusto da Silva. Cita ainda Antônio Gabriel de Carvalho, Bueno de Souza Dias, Gustavo da Silva, Horácio Plácido Carvalho, José do Lago, Manuel do Lago, Pedro Cândido e Waldemar Augusto da Silva.

O velho Código de Posturas da Câmara Municipal (anexo D da resolução estadual 3.401, de 22/7/1.886) dispunha, no artigo 114, ser proibido conduzir carros puxados por bois dentro da povoação, sem os preceder candeeiro ou guia, sob pena de multa.

Urbano Rebello, em suas "*Memórias*", faz referência a Zequinha Rita, homem de alta consideração, que na primeira década deste século fazia transporte em carro-de-bois entre Fama, Alfenas e Machado. Conforme Carlos Legnani, tal veículo, de Alfenas para cá, levava cinco dias no tempo seco, e oito no chuvoso. Na década de trinta, José Possidônio de Souza alugava sua carroça.

Com o advento dos caminhões, criaram-se as primeiras empresas de transporte para as capitais. João Rodrigues de Carvalho menciona duas delas, no período de 1.930 a 1.945:

- "*Transporte Carvalho*", de Irmãos Carvalho, fazia viagens para o Rio de Janeiro. Tinha sede aqui, e depósitos em Varginha e na Capital Federal;
- "*Transporte Honoratinho*", de José Honorato Pinto e Francisco Eusébio de Carvalho (Chiquito), fazia viagens para São Paulo.

O livro 262 do Arquivo Público Machadense registra os seguintes proprietários de caminhões de aluguel, entre outros, na década de trinta: Antônio Estevam Pereira, Bernardino Augusto de Lima, Damião Brunori, Dario Vieira Machado, Demerval Costa & Cia., Eurico Souza Dias, Francisco Alves de Figueiredo Primo, Francisco Eusébio de Carvalho, Humberto Corsini, João Lopes Filho, João Otávio Dias, Joaquim Lopes Sobrinho, José Coelho Ferreira, José Honorato Pinto, José Mendes, José Papini, Manoel Palmeira, Nazareno Brunori, Oliveiro Alberto de Oliveira, Oswaldo Brunori e Swerts Costa & Cia..

Dos anos quarenta, constam no mesmo livro Abílio Alves Campos, Alair Palmeira, Alencar Domingues Pinto, Altamiro Campos Gonçalves, Antônio Flávio Morais Sobrinho, Antônio Odorico de Souza, Aristides Pereira Carvalho, Aristides Pio de Araújo Dias, Dias Maciel & Cia. Ltda., Ernesto dos Santos, Esmeraldo Ozório de Oliveira, Euclydes de Souza Dias, Eusébio de Souza Dias, Flávio Bento de Morais, Francisco Assis Lopes, Francisco e Roberto Ferreira Braga, Herquilino Washington Soares, Honório Morais Caixeta, Irmãos Signoretti, Izaltino Virgílio Franco, João Custódio Sobral, João de Paula Caproni, João dos Santos, João Lourenço Domingues, João Pereira Caixeta, José Geraldo Costa, José Gonçalves de Lima, José Maciel Dias, José Marinho Carvalho, José Pereira Caixeta Sobrinho, José Washington Carvalho, Lázaro Carlos de Lima, Luiz Correia, Maciel Swerts & Cia., Manuel Alves Campos Sobrinho, Morais Costa & Cia., Orlando André, Oscar Cândido Oliveira, Pedro Bento Melo, Primo André, Rúbens Pinto Garcia, Vicente Emílio da Costa e Waldomiro dos Santos.

No final da década de quarenta, João Maciel Dias e Ronald Passos Swerts criaram a empresa "*Transportes Sul de Minas*", de que também participou José Maciel Dias. Os dois últimos deixaram a sociedade, que o primeiro continuou com os filhos. Ainda está em atividade, após mudanças no quadro societário, com o nome de *Rápido Sul de Minas* e sede na Rua Othon Dias. Lembrem-se ainda a *Transteli - Transportadora e Terraplenagem Limeira*, de José Eusébio Ferreira Dias, com sede na Av. Arthur Bernardes, e a *Transportadora JFW*, sob o comando de João Teodoro de Lima, sediada na Av. Ricardo Annoni Filho, ambas atuantes no final do milênio.

Em 1.976, conforme o trabalho "*Machado - Informações Básicas para Investidores*", da Prefeitura Municipal e do INDI, tinham escritório na Cidade as seguintes empresas de transporte rodoviário de cargas:
Expresso Sul de Minas - Machado a São Paulo;

Transportadora Mojiana - Machado a São Paulo;
Trans-Santos - Machado a São Paulo, Rio e Belo Horizonte;
Transportadora Machadense - Machado a Ribeirão Preto.
Entre os transportadores não-especializados, a mesma fonte mencionou:
Rômulo Ferreira Braga - Machado ao Rio de Janeiro;
José Caixeta - Machado ao Paraná;
Cícero Pereira de Carvalho - Machado a Belo Horizonte;
Adir D'Eleutério - Machado ao Rio de Janeiro e São Paulo;
Luiz Ferreira - Machado a Belo Horizonte;
Francisco Xavier - Machado ao Rio de Janeiro e São Paulo.

A lei local 1.199, de 24 de novembro de 1.998, dispôs sobre autorização para emplacamento de veículos de aluguel para transporte de cargas.

2 - **Linhas de automóveis - Táxis**.

Com permissão da lei 41, de 30 de janeiro de 1.911, o presidente da Câmara firmou contrato com Hentz Coachman e Nicolino Naccarati, a fim de instalar aqui de uma linha de automóveis, para transporte de passageiros e encomendas. Ambos já haviam obtido iguais concessões em vários municípios sul-mineiros. Não tenho notícia do desempenho de sua atividade.

Em capítulo anterior, dei notícia da concessão feita pelo Governo Estadual a Izidoro Honório Doin, para que construísse diversos trechos de estradas .Em 1.914, a resolução da Câmara 234, de 13 de abril, aprovou contrato firmado entre seu presidente e ele, para construção de linha de automóveis do Pontalete à Cidade. O concessionário criou a empresa Auto-Viação Doin & Cia., para explorar a estrada. O transporte era feito em cinco automóveis, de marcas Pope, Spa e Benz, dirigidos por motoristas do Rio de Janeiro, segundo Cristiano Prado. Havia estações de embarque e venda de passagens. Homero Costa afirma que Doin, se mal iniciou o tráfego, logo o abandonou Seu auxiliar, Alceu Silva, manteve-o ainda, por pouco tempo. Como visto atrás, a concessão da estrada foi declarada caduca pelo Governo do Estado, em 1.921. Registro, todavia, que em 1.924, chamando o concessionário de benemérito, o "*Jornal do Machado*" recordou os comentários desfavoráveis feitos ao serviço na época da implantação, salientando que não passavam de pessimismo estúpido.

A estrada voltou a ser utilizada por volta de 1.922, quando o estafeta Máximo Alves da Silva, que fazia o serviço postal de Pontalete a Paraguaçu e Machado, adquiriu um pequeno automóvel Ford e passou a transportar, junto com os malotes, passageiros, filmes e cargas. O ponto de partida e chegada do veículo era a agência postal, situada na casa de João Westin.

Em 1.928, aqui trabalhava como chofer de praça Gabriel Gaspar. Nos anos trinta, de acordo com o livro 262 do Arquivo Público Machadense, tinham automóveis de aluguel Altamiro Rodrigues de Paiva, Américo Nannetti (chofer - Adriano Vilela), Dario Alves Campos, Joaquim Aleixo Brandão, José Bernardes de Azevedo, Júlio Nogueira Penido e Nélson Gonçalves Oliveira.

O mesmo livro também menciona, da década seguinte, Abílio Alves Campos, Augusto Pereira Chagas, Germano Paulo D'Eleutério, Homero Batista, João Honório Pereira, José Augusto de Carvalho, José Azarias ("Calado"), José Leonardo de Melo, Nicolau Mariano da Silva, Orlando Fernandes, Osvaldo Augusto Sousa, Romeu Leopoldino Pereira, Trajano José Alves e Vital Ferreira. Conforme anúncio publicado em "*O Machadense*" de 1.942, Ottobello Singi, com "*magnifícos carros fechados*", fazia viagens nas linhas de Machado, Alfenas e Gaspar Lopes. Joaquim Francisco Soares, que depois se destacou como dentista, também foi motorista de táxi.

Em 1.952, Clóvis de Araújo Dias montou a empresa *Auto Rápido Planeta Ltda.*. Com uma kombi panorâmica, o primeiro veículo Volkswagen aqui chegado, transportava passageiros entre Machado e Poços de Caldas. Não sei quanto tempo a linha permaneceu ativa. Ainda da década de cinqüenta, lembro-me dos taxistas Emídio Carlos de Carvalho ("Cardoso") e Orozimbo de Paiva Grilo.

Os taxistas há mais tempo em atividade, no final do milênio, são Sebastião Pereira Lima (Piriá), Pedro Bento e Lércio Bellini. Podem ainda ser lembrados: Acélio Pereira de Carvalho, Carlos R. Souza, Daniel C. Rocha, Elídio Scalco, Euclides Serafini, Floriano Francisco de Paiva, Francisco Virgolino de Mello Filho, Glenan Pereira, Homero Dozza, Izinésio Campos Moreira (Nenê), Jair da Silva, Jair Generoso, Jair Martins Dionísio, João Generoso, José Armando Campos, José Castro Rocha, José F. Mezetti, José Percílio, José Rangel Macedo, Lúcio B. da Luz, Luiz C. Ferreira, Marcos D. Pereira, Maurício Bottazzini, Orestes José dos Santos, Paulo de Souza Carvalho e Pedro Nery.

Os táxis, antigamente, faziam ponto apenas na Praça Antônio Carlos. Com a inauguração do Terminal Rodoviário, em 1.976, abriu-se ponto lá. Outro funciona na Praça Dr. Roque, criado pela portaria 337, de 13 de agosto de 1.984.

A lei 144, de 30 de julho de 1.973 (alterada pela 632/86), estabeleceu normas para execução do serviço de transporte individual de passageiros em veículos de aluguel. A portaria 60, de 17 de junho de 1.974, regulamentou-o, exigindo prévia autorização da Prefeitura para o seu exercício, e vedando a renovação da licença dos taxistas que não permanecessem no ponto e só trabalhassem nos finais de semana. Os decretos 340/76 e 354/77 fixaram o número de táxis na Cidade. O decreto 386, de 26 de setembro de 1.977 (alterado pelos decretos 445/78, 458/79 e 527/81), tratou deles e do ponto da Rodoviária. A por-

taria 277/83 proibiu a transferência de placas ou veículos de aluguel. O decreto 631, de 23 de novembro do mesmo ano, conteve novas disposições relativas ao assunto em exame, também tratado pelo regimento interno da Rodoviária (decreto 667/84). O decreto 936, de 1/6/89, voltou a dispor sobre os pontos. O decreto 1.200, de 11 de agosto de 1.994, reorganizou o serviço, reservando o ponto da Praça Antônio Carlos aos quatro motoristas mais antigos. Estabeleceu que, em caso de abuso na cobrança das corridas, o Executivo poderia baixar tabela de preços. Criou polêmica ao impor a obrigatoriedade de fila no ponto da Rodoviária, impedindo que os passageiros escolhessem o motorista de sua preferência. O decreto 1.413, de 22 de dezembro de 1.998, dispôs sobre o requerimento de placas de veículos de aluguel.

As queixas mais freqüentes em relação ao serviço têm sido a concorrência desleal de motoristas particulares, o grande número de licenciamento de táxis e a falta de plantão noturno obrigatório.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - "Annuario Estatistico da Secretaria da Agricultura de Minas Geraes" - anno I (1.921), vol. III - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, págs. 662 e 667;
2 - "Annuario Estatistico da Secretaria da Agricultura de Minas Geraes" - anno II (1.922-1.925) - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.929, págs. 718 e 725;
3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 14 e 20;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de leis e decretos ns. 3 e 4;
5 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos ns. 15, 16 e 18;
6 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de portarias n. 15;
7 - Arquivo Público Machadense - livro 63: "Leis da Câmara Municipal - 1898 a 1912";
8 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919";
9 - Arquivo Público Machadense - livro 65: "Leis da Câmara Municipal - 1912 a 1932";
10 - Arquivo Público Machadense - livro 262: "Registro de Veículos;
11 - Arquivo Público Machadense - livro 309: "Documentos Históricos - 1893 a 1964";
12 - Arquivo Público Machadense - pasta "documentos de Oscar Fernandes";
13 - "Folha Machadense" ns. 26 - 22/9/1.974 - pág. 5;
219 - 16/7/1.978 - pág. 1;
1015 - 20/8/1.994 - pág. 7;

1022 - 8/10/1.994 - págs. 2, 7 e 14;
1024 - 22/10/1.994 - pág. 11;
1111 - 6/7/1.996 - pág. 20;
1164 - 19/7/1.997 - pág. 4;
1233 - 5/12/1.998 - pág. 15;
1236 - 31/12/1.998 - pág. 11;
14 - "Jornal do Machado" ns. 17 - 19/10/1.924 - pág. 1;
21 - 14/1/1.934 - pág. 3;
4 - 23/5/1.937 - pág. 3;
15 - Livro da Lei Mineira - 1.886 - tomo LIII, parte 1ª, folha nº 8;
16 - "Machado-Jornal" nº 53 - 30/12/1.928 - pág. 1;
17 - "Minas Geraes" de 4/5/1.911 - pág. 3;
25/8/1.929 - suplemento - págs. 1 a 6;
18 - "O Imparcial" nº 70 - 30/12/1.951 - pág. 1;
19 - "O Machadense" ns. 63 - 23/4/1.942 - pág. 3;
89 - 19/11/1.972 - pág. 1;
20 - "Siga em Frente" nº 2 - 12/4/1.996 - pág. 5.

B - **secundárias**

1 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", cap. VI - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 6, págs. 5 e 7;
2 - Commissão Social da Semana Ruralista e Exposição Regional do Sul de Minas - "O Município de Machdo" - Typ. Carlos Meier & Cia. Ltda., Rio de Janeiro, 1.937;
3 - Cristiano Prado - "Crônicas" - Edições Cuatiara, Belo Horizonte, 1.993, págs. 39, 40 e 112;
4 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem menção de data e local, págs. 16 e 21 a 23;
5 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros" - vol. XXVI - Rio de Janeiro, 1.959, pág. 14;
6 - Instituto de Desenvolvimento de Minas Gerais (INDI) e Prefeitura Municipal de Machado - "Machado - Informações Básicas para Investidores" - págs. 15 e 25/26;
7 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 72/73 e 106/107;
8 - Olímpio Abrão - crônica "Tudo por Dinheiro" - na F.M. 1.118/5, de 24/8/1.996, e no livro "Crônicas", de 1.997, pág. 28;
9 - Pedro E. Vallim - "Album dos Municipios do Estado de Minas Gerais" - 1º volume - "A Orientadora", São Paulo, 1.941, págs. 136/137;
10 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje" - I-5;
11 - SEBRAE-MG e PRODER - "Machado - Diagnóstico Municipal" - março de 2.000, págs. 38 e 86;
12 - Urbano Rebello - "Memórias" - inéditas.

****

O TRANSPORTE RODOVIÁRIO - IV
(veículos - ônibus)

"Viajei nas velhas e valentes jardineiras do interior roceiro, suas estradas de terra, lameiros e atoleiros, seus heróicos e anônimos condutores e cobradores, práticos, sabidos daqueles motores desgastados, molas e lataria rangentes. Santos milagrosos eram eles. Onde estarão?
Viajei de par com os humildes que tanto me ensinaram. Viajantes das velhas jardineiras, meus vizinhos das estradas viajeiras...".

(Cora Coralina)

1) - Várias linhas de ônibus intermunicipais.
2) - Linhas de ônibus de Lázaro Generoso.
3) - Linhas de ônibus para São Paulo.
4) - Linhas de ônibus para Belo Horizonte.
5) - Linhas de ônibus urbanas.

****

1 - **<u>Várias linhas de ônibus intermunicipais</u>**.

A lei local 48, de 20 de outubro de 1.912, autorizou o presidente da Câmara a assinar contrato com Gastão Duclou e Cia., como cessionários de linha de "*bonds*" no Município.

A lei 113, de 21 de julho de 1.928, permitiu concessão a João Pinto Pimentel, ou a quem mais vantagem oferecesse, de privilégio para

exploração do serviço de auto-ônibus entre a Cidade e Alfenas.

A *Empresa Auto-Viação de Machado, Campestre e Poços de Caldas* inaugurou sua linha de ônibus em 1.931. Pertencia à sociedade Sólia & Rosa, formada por Eudóxio Pinto Rosa Júnior (*Dório*) e o cunhado Lourenço Sólia. Com a morte daquele, em 1.939, assumiu o lugar a viúva, Maria Sólia. Seu único veículo, no começo, saía daqui, às segundas, quartas e sextas-feiras, às 8 horas; parava em Campestre para almoço às 11 horas, e chegava em Poços às 14 horas. De lá voltava às terças, quintas e sábados. Seus horários, porém, não eram rígidos e, conforme Laércio Pedroso, as viagens começavam "*quando o dobro dos passageiros disputava os lugares disponíveis*"... Tinha aqui como ponto o Bar Rio Branco e, em 1.934, cobrava 25$000 de Machado a Poços, e 15$000 de Machado a Campestre.

Por volta de 1.933, os Sólia já possuíam outra linha, diária, para Varginha, com ida e volta, passando por Paraguaçu e Elói Mendes. Era explorada pela *Empresa São Pedro*, sob a direção de Amabilia Sólia. Passou depois, sucessivamente, ao comando de Francisco Ferreira de Paiva e de Aparecida Sólia. Pertencentes à mesma família, as linhas de Poços e Varginha quase se confundiam - chegaram ambas a usar o nome de *São Pedro*. Na década de cinqüenta foram vendidas para a família Leandro, de Carvalhópolis.

Em 1.941, conforme Pedro E. Vallim, aumentara aqui o número de viagens: havia três ônibus diários para Poços de Caldas, dois para Varginha e um para Pouso Alegre; um auto-transporte diário para Alfenas; e um ônibus com duas viagens diárias para Jimirim.

"*O Machadense*", em abril de 1.942, anunciou que recomeçaria a operar, com ótimo veículo reformado, a linha de ônibus para Alfenas, passando por Serrania. Seu proprietário era Miguel Moreira.

Em saborosa crônica intitulada "*A Jardineira*", Olímpio Abrão conta que Euclydes de Paula e Joaquim Caetano fundaram uma sociedade para explorar o transporte coletivo entre Machado e Alfenas, via Caiana. Compraram um caminhão usado, e sobre o chassis adaptaram armação em formato de ônibus. Nela colocaram bancos, que tinham por encosto apenas uma tábua larga. Apesar da grosseira improvisação, dos constantes enguiços e da poeira, o número de usuários aumentava. Joaquim, após um ano, deixou a sociedade, ficando Euclydes como motorista e cobrador. Conforme o cronista, acima do volante do veículo havia uma placa com a norma da viagem: "*Esta jardineira tem horário de partida, mas só chega quando pode*"... O mesmo Olímpio Abrão, noutro escrito, afirma que *o turco Nicolau* também teve uma empresa de ônibus atuando entre Machado e Alfenas.

O Código de Posturas de 1.948 (lei local 23, de 7 de novembro) cuidou do serviço de transporte coletivo nos artigos 440 a 456. Dispôs

sobre sua concessão, condições dos veículos, deveres dos condutores, infrações e penalidades.

Ainda na década de quarenta, Euclides Rodrigues da Cunha, de Alfenas, fez transporte coletivo entre sua cidade e a nossa.

Garibaldi Aquino, o empresário de cinema, teve também linha de ônibus, entre Machado e Poço Fundo. Em março de 1.954 começou a circular naquele trajeto ônibus pertencente a seu filho, Fausto Aquino.

No dia 1º de julho do mesmo ano, um micro-ônibus do *Expresso Nossa Senhora de Fátima* passou a fazer viagens entre Machado e Poços de Caldas, saindo daqui às 7 horas e regressando no mesmo dia.

No final da década de cinqüenta, a linha de Machado a Alfenas era feita pela *Empresa Nossa Senhora Aparecida*, de Laurindo Pereira de Carvalho. Em 1.960 comprou-a Waldemar Swerts de Carvalho, que a manteve até 1.969. Passava de início por Serrania, e depois também pela Caiana. Foi vendida aos irmãos Domingues, que a incorporaram à *Viação Nossa Senhora de Fátima*. Também Hugo Passos Swerts explorou o serviço de ônibus entre Machado e Alfenas, no começo dos anos sessenta.

Em 1.961, a *Empresa Santa Terezinha* fazia o percurso de Machado a Poços de Caldas. Estava interessada em transferir sua concessão à *Viação Nossa Senhora de Fátima*, que aceitava o negócio mas não queria comprar os seus ônibus velhos. O serviço prestado por aquela era de péssima qualidade, e por isso o prefeito, o presidente da Câmara e os presidentes da maioria das associações da Cidade oficiaram ao D.E.R., pedindo providências contra ela.

Na segunda metade da década de setenta, serviam a Cidade estas linhas: *Auto Viação Domingues* (Machado-Alfenas e Machado-Poços); *Auto Viação São José* (Alfenas-Machado-Pouso Alegre); *Empresa Nossa Senhora Aparecida - ENSA* (Poços-Machado-Belo Horizonte); *Empresa São Pedro* (Machado-Varginha); *Expresso Nossa Senhora Aparecida* (Machado-São Gonçalo-Pouso Alegre); *Viação Nossa Senhora de Fátima* (Alfenas-Machado-São Paulo, via Fernão Dias); *Viação Santa Cruz* (Alfenas-Machado-Poços-São Paulo); e *Viação Serrania* (Machado-Serrania).

Por diversas vezes, nas décadas de setenta e oitenta, se pleiteou sem resultado a passagem pela Cidade de linha direta de ônibus para o Rio de Janeiro.

A partir de agosto de 1.993, duas vezes por semana, Machado começou a ser servido pela *Viação São Geraldo*, que fazia a ligação entre Ilhéus (BA) e Piracicaba (SP), passando também por São João da Boa Vista.

2 - **Linhas de ônibus de Lázaro Generoso**.

Lázaro Generoso é o nome mais importante do transporte coletivo machadense. No início da década de cinqüenta tinha dois ônibus, que faziam a linha de Machado a São Gonçalo do Sapucaí, dirigidos por ele e pelo mano João Generoso.

Em 1.958, fundou o *Expresso Nossa Senhora Aparecida*, com a linha inaugural de Machado a Varginha. Posteriormente passou a fazer trajetos também para Poço Fundo, Pouso Alegre, Alfenas, Poços de Caldas e outras localidades.

Criou em 1.976 a *Empresa Machadense de Turismo - EMATUR*, de que eram também sócios Dorival Domingues Generoso, Wálter Domingues Generoso, Adair Bianchini de Souza e Moisés Pereira. Os dois últimos, algum tempo após, venderam suas cotas aos outros.

De 1.976 a 1.985, sua *Empresa Nossa Senhora Aparecida* explorou aqui o transporte coletivo urbano, como se vê adiante. Fez o mesmo em São Gonçalo do Sapucaí.

Lázaro foi também proprietário da *L. G. Transportes Coletivos* e da *CIMATUR* .

Em 1.993, a *EMATUR* vendeu suas linhas intermunicipais (Machado-Carvalhópolis-Cordislândia-Pouso Alegre) ao *Expresso Gardênia*, passando a investir apenas no turismo. Tinha então 15 ônibus, 25 empregados e sede própria na Avenida Ricardo Annoni Filho, 160. No mesmo ano ela adquiriu a *Ouro Minas Turismo - OUROTUR*, de Pouso Alegre.

3 - **Linhas de ônibus para São Paulo**.

Em meados de 1.956, Manir Elias Donato e irmãos criaram o *Expresso Donato*, que num microônibus fazia transporte de passageiros entre Alfenas, Machado e São Paulo, com três viagens semanais de ida e volta.

Ainda na segunda metade da década de cinqüenta, viagens de ônibus para São Paulo começaram a ser feitas pela *Viação Nossa Senhora de Fátima*, de José Domingues Filho e João Lourenço Domingues, com sede em Alfenas. De início ocorriam baldeações em Poços de Caldas; posteriormente as viagens passaram a ser feitas pela Fernão Dias, com baldeações em Paraguaçu ou Alfenas. Na década de setenta elas se tornaram diretas.

Com a proximidade do asfaltamento de nossas rodovias, outras empresas trataram de registrar provisoriamente linhas para São Paulo,

a fim de garantir o direito à concessão em condições favoráveis. Em 1.968 o *Expresso São José*, de Pouso Alegre, fez por algum tempo o trajeto Passos-Alfenas-Machado-Poço Fundo-Pouso Alegre-São Paulo. Em 1.971 passou a circular ônibus da *Viação Pinhal* no itinerário Machado a São Paulo, via Poços de Caldas. Ambas não mantiveram as linhas.

Em 1.973, entrou na disputa a *Viação Santa Cruz*, com sede em Moji Mirim. Obteve concessões para o transporte via Poços de Caldas, enquanto a *Fátima* fazia viagens pela Fernão Dias, com baldeação em Paraguaçu. Em 1.975 a *Santa Cruz* venceu a resistência da concorrente, inaugurando linha direta para São Paulo. Fez desfile de ônibus na Cidade, comemorando. No final do ano, a *Fátima* também conseguiu linha direta via Poços, mas sem parada em Campinas, por causa de recurso daquela.

Em 1.977 a *Santa Cruz* comprou a *Fátima* e ampliou sua frota. No ano seguinte adquiriu também as linhas do *Expresso São José*, de Alfenas a Machado e Pouso Alegre. As viagens a São Paulo continuaram por Poços, e a qualidade do serviço piorou depois de eliminada a concorrência, avolumando-se as queixas da população. Em 1.983, finalmente, a Empresa abriu linha direta a São Paulo pela Fernão Dias, encurtando a viagem. Em 1.993, a linha para Campinas foi estendida a Limeira, Americana e Araras.

4 - **Linhas de ônibus para Belo Horizonte**.

A ligação em exame custou a concretizar-se. As viagens à capital mineira, até a década de setenta, eram feitas com baldeações em Alfenas ou Varginha. Em 1.958, Mozart da Silva Pinto desenvolveu gestões junto à Inspetoria de Trânsito, em Belo Horizonte, tentando conseguir que passasse por cá linha da empresa que fazia o percurso de Alfenas a Belo Horizonte. Circularam listas de adesão e abaixo-assinados pela Cidade, o prefeito e o presidente da Câmara interferiram - tudo sem sucesso.

Só com a chegada do asfalto, em 1.975, se obteve a mudança do itinerário da *Empresa Nossa Senhora Aparecida - ENSA*, que fazia o percurso de Poços à Capital, por Pouso Alegre. Ela passou então a trajetar por Varginha e Machado, em três horários diários.

Por volta de 1.995 a ENSA foi adquirida pelo *Expresso Gardênia Ltda.*, que possui também linha entre Machado e Pouso Alegre, via Carvalhópolis.

5 - **Linhas de ônibus urbanas**.

No início de junho de 1.952, aqui surgiu o primeiro ônibus circular, pertencente a Joaquim Caetano e por ele mesmo dirigido. Confor-

me a imprensa, prestou ótimos serviços à população, em trajeto da Ponte "*Governador Valadares*" ao Cemitério. Além disso, aos domingos, conduzia os amantes do futebol ao campo do Ginásio São José, e à noite, após a sessão cinematográfica, levava os que residiam distante do centro. Ignoro quanto tempo durou o serviço.

Só vinte anos depois houve outra tentativa de implantação na Cidade de um serviço de transporte coletivo. Empresas de Jundiaí e Campinas mantiveram contato com o presidente da Câmara, Amâncio Pereira Caixeta, manifestando interesse em explorá-lo. Propuseram-se a iniciar o trabalho com duas peruas kombi, e enviaram técnicos para esboçar o itinerário da linha. As negociações não tiveram êxito.

Em 1.974, um grupo de pessoas da Cidade propôs ao prefeito a criação de linha circular de ônibus. Noticiou-se que a Câmara votaria projeto do Executivo, regulamentando a exploração do serviço, e que em seguida seria aberta concorrência para a concessão. Não foi avante a iniciativa, alegando-se que os interessados estavam em dificuldade para obtenção de empréstimo a fim de começar o negócio.

Em junho de 1.976, em caráter precário e experimental, começou a circular um ônibus da *Empresa Nossa Senhora Aparecida*, de Lázaro Generoso. Sem horário estabelecido, fazia percurso entre a Estação Rodoviária e o Cemitério, cobrando um cruzeiro pela passagem. A situação era evidentemente irregular, pois só no final de agosto, com base na portaria 101, foi publicado edital para concorrência. Ele exigiu da concessionária que tivesse garagem fixa e dois ou mais ônibus. Estranhamente, não fixou o preço da passagem nem o itinerário, limitando-se a determinar que os coletivos passassem pela Rodoviária e servissem os pontos de maior interesse no perímetro urbano. Estabeleceu o prazo mínimo de dois anos para o contrato. É desnecessário dizer que a licitação foi ganha pela única candidata, que já estava em atividade...

Nos anos que se seguiram, o serviço foi prestado de maneira insatisfatória. Eram freqüentes no jornal os pedidos de melhor atendimento, ampliação do horário e do percurso. No início de 1.978 foi criada uma segunda linha, da Agrotécnica ao São José, que parou poucos meses depois - conforme alegado, por falta de passageiros.

Em meados de 1.980, noticiou-se que a concessionária, cujos sócios eram Lázaro Generoso e o filho Wálter Domingues Generoso, alteraria a denominação para *Companhia Machadense de Transporte Urbano - CIMATUR*.

Em maio de 1.985 a concessionária paralisou o serviço, alegando prejuízos e falta de movimento. Pretendia ajuda do Município, que não foi concedida, e passou a usar os ônibus na linha circular de São Gonçalo do Sapucaí e no transporte de bóias-frias.

A lei 598, de 21 de agosto seguinte, autorizou nova concorrência para exploração do serviço de transporte coletivo urbano. O regulamento deste foi baixado pela portaria 394, de 17 de outubro. No mesmo mês publicou-se o edital de licitação: exigia que a empresa tivesse garagem em Machado e utilizasse ônibus com não mais de seis anos. Fixou o prazo mínimo de cinco anos para o contrato, e mais uma vez não estabeleceu o trajeto nem o preço das passagens. Foi vencedora a *Empresa Irmãos Vieira*, de Belo Horizonte, proprietária da *Alfenas Transporte e Turismo Ltda - ALFETUR*, na vizinha cidade. Ela começou o transporte em 30 de novembro, servindo também os bairros Santo Amaro e Santa Luísa, com média diária de 150 passageiros. Durou pouco mais de um mês sua atividade: paralisou-a sob alegação de falta de movimento, tentando também que o Município a subsidiasse.

No segundo semestre de 1.986, o serviço foi reencetado por Elpídio Generoso da Luz e seu filho Joaquim Generoso, com ajuda da Prefeitura de oito mil cruzados mensais. O preço da passagem foi mantido em Cz$1,00. Pouco tempo depois, houve desentendimento com o proprietário de um veículo que transportava crianças na parte baixa da Cidade, a título de diversão (o chamado "*trenzinho das onze*"), Celemar Euzébio da Silva, que pretendia fazer transporte permanente, com livre circulação, concorrendo com o ônibus. Em junho de 1.987 aconteceu nova interrupção do serviço. Os proprietários do ônibus afirmaram que o preço das passagens e a subvenção eram insuficientes para cobrir os gastos.

Em face das mal-sucedidas experiências com particulares, o Poder Executivo decidiu prestar diretamente o serviço. Em junho de 1.988 enviou à Câmara projeto de criação do Serviço Municipal de Transporte Coletivo, convertido na lei 684, de 5 do mês seguinte. Sessenta dias depois passou a circular o primeiro veículo oficial, de início sem cobrar passagem. A iniciativa foi criticada como demagógica, porque se estava em véspera de eleição, e ele tinha pintado na traseira um grande pé, lembrando o apelido do prefeito... Com o fim do mandato deste, o serviço foi desativado.

Em março de 1.989, o novo prefeito trouxe à Cidade técnicos da Federação das Empresas de Transporte Rodoviário do Estado, para estudar a viabilidade de novo sistema de prestação do serviço. A iniciativa deu em nada. Em julho do mesmo ano, passou a operar a linha, sem concorrência, a *Viação Trans-Lux*, de Belo Horizonte. Ela fez com a Prefeitura contrato de noventa dias, a título de experiência, para decidir depois "*se aceitava ou não a concessão*" (!). Satisfeita, continuou a atividade e se organizou aqui com o nome de *Viação São Benedito*, tendo como sócio minoritário o conterrâneo Luís Alberto Garcia.

Inaugurou-se em janeiro de 1.990 nova linha, servindo o Bairro da Ponte. Três meses depois, as passagens tiveram aumento de 43%, indo para Cr$5,00. No mesmo ano colocaram-se placas nos pontos de parada dos ônibus. Em janeiro de 1.991, a Câmara aprovou a doação à empresa de terreno no distrito industrial, e estrutura metálica para galpão. A portaria 762, de 5 de feve-

reiro, autorizou-a a ampliar os horários de atendimento ao público no Bairro Santa Luísa. No mesmo mês, ela aumentou a frota - tinha 5 ônibus e 21 empregados. A Prefeitura resolveu, então, legalizar o serviço, abrindo concorrência para sua exploração. Foi enviado à Câmara projeto nesse sentido, que se converteu na lei 788, de 21 de fevereiro. A única proposta apresentada foi a da empresa que já operava a linha. Firmou-se contrato com prazo de dez anos, em que o Município se obrigava a fornecer àquela a totalidade do combustível usado, para que as passagens fossem subsidiadas em 30%. Não obstante, em outubro o prefeito decidiu reduzir o valor do subsídio, em face de dificuldades financeira. A construção no terreno doado estava paralisada. A empresa fazia diariamente 33 viagens ao Bairro Santa Luísa, e 16 ao Bairro da Ponte. Um dos sócios foi à Câmara reclamar da redução da cota de combustível, da distribuição de passe livre aos aposentados e funcionários das creches e do recolhimento do ônibus do Município que a empresa "incorporara" à frota em seu proveito!

Em meados de 1.992, os sócios da *Viação São Benedito* venderam suas cotas para outro grupo de Belo Horizonte, liderado por Ronaldo de Paiva Cordeiro, que já atuava no ramo em outras cidades, como Ponte Nova e Viçosa. A Prefeitura continuou subsidiando parte do combustível. Nas duas linhas operavam 6 veículos, das 5 às 24 horas. A empresa tinha 17 empregados, e utilizava pátio cedido pelo Município. As obras no terreno recebido em doação haviam sido apenas iniciadas.

A lei 915, de 20 de maio de 1.993, pretendeu facilitar o acesso de pessoas obesas, grávidas e deficientes físicos aos veículos de transporte coletivo do Município. Permitiu-lhes a entrada pela porta em que não havia roleta, sem desobrigá-los do pagamento da passagem.

No final de 1.994, a concessionária já havia construído escritório e garagem no terreno doado, e iniciara a construção de lavadouro. Tinha frota de 10 ônibus, 22 funcionários, e transportava em média 800 passageiros por dia. O preço da passagem era de R$0,25. Sem controle a inflação, ele sofrera aumentos quase que mensais durante a primeira metade da década de noventa. A empresa fechou outro contrato com a Prefeitura, para transporte de alunos rurais.

A lei 1.020, de 16 de maio de 1.995, isentou do pagamento de tarifa das linhas urbanas de ônibus as pessoas portadoras de deficiência física ou mental.

Em abril de 1.997, a empresa abriu nova linha, para servir o Jardim das Oliveiras, com três horários. Adquiriu para isso mais dois ônibus.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de atas nº 1, pág. 143v.;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 20, 21 e 22;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de portarias ns. 15 e 16;
4 - Arquivo Público Machadense - livro 65: "Leis da Câmara Municipal - 1912 a 1932";
5 - Arquivo Público Machadense - livro 262: "Registro de Veículos";
6 - "Folha Machadense" ns. 19 - 4/8/1.974 - pág. 8;
39 - 25/12/1.974 - pág. 1;
55 - 27/4/1.975 - pág. 1;
62 - 15/6/1.975 - pág. 1;
64 - 3/7/1.975 - pág. 8;
72 - 31/8/1.975 - pág. 1;
84 - 23/11/1.975 - pág. 1;
112 - 20/6/1.976 - pág. 1;
120 - 15/8/1.976 - pág. 10;
122 - 29/8/1.976 - pág. 5;
141 - 9/1/1.977 - pág. 3;
155 - 17/4/1.977 - pág. 10;
167 - 3/7/1.977 - pág. 10;
172 - 14/8/1.977 - pág. 10;
182 - 23/10/1.977 - pág. 10;
193 - 16/1/1.978 - pág. 10;
205 - 9/4/1.978 - pág. 1;
437 - 12/2/1.983 - pág. 1;
550 - 11/5/1.985 - pág. 14;
561 - 27/7/1.985 - pág. 1;
572 - 12/10/1.985 - pág. 1;
576 - 9/11/1.985 - pág. 1;
580 - 7/12/1.985 - pág. 12;
584 - 18/1/1.986 - pág. 1;
629 - 29/11/1.986 - págs. 1 e 14;
659 - 11/7/1.987 - pág. 1;
708 - 2/7/1.988 - págs. 1 e 2;
711 - 23/7/1.988 - pág. 5;
724 - 23/10/1.988 - pág. 14;
739 - 18/2/1.989 - pág. 7;
741 - 4/3/1.989 - pág. 7;
762 - 29/7/1.989 - págs. 1 e 14;
766 - 26/8/1.989 - pág. 5;
786 - 27/1/1.990 - pág. 1;
825 - 27/10/1.990 - pág. 10;
835 - 19/1/1.991 - pág. 7;
840 - 23/2/1.991 - págs. 1 e 5;
853 - 25/5/1.991 - pág. 1;

876 - 26/10/1.991 - pág. 8;
912 - 18/7/1.992 - págs. 1 e 9;
955 - 29/5/1.993 - pág. 3;
958 - 3/7/1.993 - pág. 1;
1024 - 22/10/1.994 - pág. 16;
1045 - 25/3/1.995 - pág. 10;
1055 - 3/6/1.995 - pág. 6;
1161 - 28/6/1.997 - pág. 23;
1231 - 21/11/1.998 - pág. 8;
1236 - 31/12/1.998 - pág. 6;

7 - informações pessoais de José Torres Simonini, Rômulo Sólia Rosa e Waldemar Swerts de Carvalho;

8 - "Jornal do Machado" ns. 23 - 28/1/1.934 - pág. 2;
6 - 7/6/1.937 - pág. 3;

9 - "Luminar Machadense" ns. 27 - 18/7/1.954 - pág. 4;
57 - 7/6/1.956 - pág. 4;
62 - 3/10/1.956 - pág. 1;
86 - 23/3/1.958 - pág. 2;

10 - "Minas Gerais" de 27 e 28/7/1.931 - pág. 8;

11 - "O Imparcial" ns. 80 - 15/6/1.952 - pág. 4;
117 - 4/4/1.954 - pág. 3;

12 - "O Machadense" ns. 63 - 23/4/1.942 - pág. 3;
678 - 23/3/1.958 - pág. 1;
699 - 7/9/1.958 - pág. 4;
731 - 3/5/1.959 - pág. 4;
750 - 20/9/1.959 - pág. 4;
767 - 24/1/1.960 - pág. 1;
852 - 22/10/1.961 - pág. 1;
854 - 1/11/1.961 - pág. 2;
1053 - 25/8/1.968 - pág. 1;
14 - 23/5/1.971 - pág. 4;
52 - 5/3/1.972 - pág. 1;
103 - 25/2/1.973 - pág. 1;
118 - 10/6/1.973 - págs. 1 e 3;

13 - Revista do 1º Centenário de Machado, 1.957, nº 2, pág. 15;

14 - "Siga em Frente" nº 27 - 28 a 30/7/1.993 - pág. 9;

15 - "Tribuna Machadense" nº 56 - 3/7/1.988 - págs. 1 e 2.

B - **secundárias**

1 - Cora Coralina - "Vintém de Cobre", 4ª edição - Editora da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1.987, págs. 111/112;

2 - Laércio Andrade Pedroso crônica "Tempos de ontem" - na "Folha Machadense" nº 87, de 14/12/1.975 - pág. 4;

3 - Olímpio Abrão - crônica "A Arca de Noé" - na "Folha Machadense" nº 881 - 30/11/1.991 - pág. 2;

4 - Olímpio Abrão - crônica "A Jardineira" - no livro "Crônicas", 1.997, pág. 63;

5 - Olímpio Abrão - crônica “O homem que veio das Arábias” - na “Folha Machadense” nº 851 - 11/5/1.991 - pág. 2;
6 - Pedro E. Vallim - “Album dos Municipios do Estado de Minas Gerais” - 1º volume - “A Orientadora”, São Paulo, 1.941, págs. 136/137.

****

A CIDADE - III
(bairros e vias públicas)

1) - Bairros já desaparecidos.
2) - Bairro da Ponte.
3) - Bairro Ponte de Pedra.
4) - Vila do Céu.
5) - Vila Nova.
6) - Vila Centenário.
7) - Vila Olímpica.
8) - Vila Conceição.
9) - Vila Assunta.
10) - Vila Novo Horizonte.

****

1 - **Bairros já desaparecidos**.

Em sessão de 10 de outubro de 1.891, a Câmara aprovou proposta do Vereador Damaso José de Souza, para que se continuasse a Travessa de Santa Cruz na direção do *Bairro da Mococa*. Não encontrei outra referência a ele.

O *Bairro Santa Cruz* já existia em 1.893: as leis 20 e 21, de 25 de outubro daquele ano, autorizaram o agente executivo a desapropriar João Baptista Mileo e o Padre Francisco Felippo de terrenos anexos a ele. O referido sacerdote deu nome ao *Bairro Padre Felippo*, que por certo ficava próximo do outro. A resolução da Câmara 33, de 26 de janeiro de 1.899, aprovou as plantas de ambos, que, infelizmente, se perderam.

2 - **Bairro da Ponte**.

Não é possível saber quando começou este bairro, formado por casas simples e vendas que ficavam ao lado das antigas saídas da Cidade para Paraguaçu e Poço Fundo. Seu nome provém da ponte que lá atravessa o Rio Machado. Como nele existe a Igreja de Santo Antônio, por volta dos anos setenta passou a ser conhecido também como *Bairro Santo Antônio*. Este nome é, às vezes, usado apenas para a parte que fica além dela.

Perdeu importância após a construção das rodovias asfaltadas, tornando-se via de acesso secundária. Sob uma daquelas foi feita passagem de nível, em 1.974.

Em 1.994 o Município fez lá o loteamento *Jardim Santo Antônio*, em área desapropriada de José Wanderley Begalli e sua mulher. Com 8.320 m2., tem duas quadras e 23 lotes. A lei 1.072, de 30/8/96 (alterada pelas leis 1.104/97 e 1.336/00) autorizou a doação deles a diversas pessoas.

Diversas ruas do Bairro foram asfaltadas no primeiro governo de José Miguel de Oliveira. Seus logradouros são os seguintes:

Rua Francisco de Carvalho Dias - Foi denominada com base na resolução da Câmara 19, de 12/12/83, em tributo a ex-funcionário da Escola Agrotécnica Federal.

Rua Olímpio Domingues Pinto - Chamava-se antes *Rua Girassol*. Seu nome atual, que homenageia ex-vereador machadense, foi dado pela lei 1.079, de 20/11/96. Recebeu asfaltamento em 1.995.

Rua João Lopes Filho - Era antes denominada *Rua Poços de Caldas*. O nome presente lhe foi dado pela lei 1.095, de 30/4/97, em homenagem a curandeiro e ex-vereador local.

Rua Ângelo Scalco - Recebeu nome com base na resolução da Câmara 13, de 5/12/83.

Rua Elvira Soares - Foi asfaltada em 2.000.

Rua Francisco Neves da Silva - Sua denominação foi estabelecida pela resolução da Câmara 15, de 5/12/83. Ganhou pavimentação asfáltica em 2.000.

Há ainda, sem denominação, pequena praça e uma rua (esta, designada apenas como "*particular*").

3 - **Bairro Ponte de Pedra**.

O nome é antigo: em 1.884 a Câmara mandou construir

uma ponte na entrada da Cidade, no lugar denominado *Ponte de Pedra*. Ela ficava, segundo informação que não pude confirmar, sobre o córrego atualmente conhecido como *do Curtume*. Com o correr do tempo o nome passou a designar um bairro urbano, de limites indefinidos, ao longo da atual Avenida Comendador Lindolfo de Souza Dias.

Vários loteamentos lá surgiram na segunda metade do século passado. Em 1.967 Ismael Mariano Leite construiu a *Vila Ponte de Pedra*, entre a Avenida e a Rua do Curtume, com 2 quadras e 22 lotes. Por volta de 1.975, também Sílvio Martins Domingues e João Vítor Domingues fizeram pequeno loteamento próximo daquela. Em 1.978 Hugo Passos Swerts deu início ao *Jardim Chamonix*, em parceria com Carlos Alberto Pereira Dias, numa área de 89.720 m2., com 21 quadras e 200 lotes, ao lado do atual Parque de Exposições. Várias de suas ruas foram calçadas no governo de José Carlos Vilela; outras receberam asfalto no primeiro de José Miguel de Oliveira. Na segunda metade da década de oitenta, Ernesto Pereira Neves e José Eusébio Dias fizeram o loteamento *Neves e Dias*, mais conhecido por *Vila Neves*, vizinho do anterior, com 4 quadras e 21 lotes.

Além de parte da *Avenida Renato Azeredo*, referida alhures, os principais logradouros do Bairro são os seguintes:

Avenida Comendador Lindolfo de Souza Dias - Antiga saída para Paraguaçu e Poço Fundo, começou a ser construída no primeiro governo de Francisco Guerra. Recebeu nome da lei 306, de 5/8/60. A lei 481, de 3/12/64, abriu crédito especial para desapropriação de diversos imóveis necessários a sua abertura (ver decretos 16/64 e 18/66). A rede de esgotos foi feita na gestão de Wálter Palmeira. Em 1.978 Carlos Dias asfaltou-lhe as duas pistas, fez canteiro central e arborizou-a.

Rua do Curtume - É o trecho remanescente da antiga *Estrada do Curtume*, que ia até o alto do *morro do Cemitério* (onde fica hoje o hospital). Seu nome deriva dos dois curtumes que existiam no local, mencionados quando tratei do córrego do mesmo nome. Foi alargada na primeira metade da década de setenta. A lei 182, de 5.9/74, autorizou a construção de casa popular para substituir outra, demolida na obra. Ganhou asfalto no governo de José Carlos Vilela.

Rua Professora Maria José Domingues Campos - Foi denominada de acordo com a resolução da Câmara 9, de10/10/83.

Rua São Francisco de Assis - Recebeu nome com base na resolução da Câmara 11, de 31/10/83.

Rua João Rodrigues de Carvalho - Seu nome, que homenageia um professor e historiador, foi posto em obediência à resolução da Câmara 7, de 1/8/83. Foi asfaltada em 1.999. Possui viela transversal sem saída.

Rua João Alexandre de Moura - Ganhou nome por força da resolução da Câmara

13, de 5/12/83. Seu patrono, mais conhecido pelo apelido de "Bitiúra" (de Ibitiúra, sua terra natal), foi proprietário de bar na Avenida Santa Cruz. Foi pavimentada em 1.990.

Rua da Cerâmica - Foi calçada em 1.995.

Rua Idalina Cândida Westin - Seu nome, colocado com base na resolução da Câmara 14, de 5/12/83, reverencia antiga funcionária dos Correios, matriarca da família Westin. Foi calçada em 1.995.

Rua Mozart da Silva Pinto - Foi denominada conforme a resolução da Câmara 15, de 5/12/83, em homenagem a um coletor estadual.

Rua São João del Rey - Pequena, fica quase em frente da Escola "Paulina Rigotti de Castro".

Rua Vicentina Pereira Neves - Recebeu nome de acordo com a resolução da Câmara 15, de 5/12/83, homenageando a mãe do construtor da "*Vila Neves*", antiga proprietária de terrenos no local.

Rua Artur Pereira Caixeta - Foi denominada por força da resolução da Câmara 11, de 31/10/83. A lei 694, de 7/12/88, autorizou a permuta de terrenos para seu prolongamento. Foi calçada em 1.995.

4 - **Vila do Céu**.

Teve origem em loteamento feito pelo barbeiro Alencar Verne Pereira, junto do antigamente denominado "*morro do Cemitério*" (por causa da necrópole que ficava onde é hoje o hospital). Em 1.949, onde agora se localiza a Rua Joaquim Pio de Souza Moreira, Waldomiro Prado abriu a *Vila Maria Lúcia*, com 26 lotes, e deu-lhe nome em homenagem a uma filha adotiva. No início da década de sessenta, em terrenos comprados no Bairro, Arthur Signoretti construiu a *Vila Signoretti* (com 3 quadras e 20 lotes) e a *Vila Hortênsia* (com 14 lotes), cujos nomes, conforme J. R. de Carvalho, homenageiam seu avô e sua esposa. As ruas da última são as denominadas pela lei 479/64. O projeto dela continha duas vias que não chegaram a ser abertas, mas também receberam nome: *Rua Dr. Albino de Almeida* e *Avenida João Paulino da Costa*. A lei 323, de 29/11/60, homenageando agricultor machadense, deu o nome de *Rua João Pereira Caixeta* a um logradouro do Bairro que, na verdade, não existe.

Através do *Projeto CURA* lá se construíram rede de esgotos e escadões, e várias ruas receberam calçamento poliédrico. Seus principais logradouros são os seguintes:

Rua Arthur Xavier Pedroso - Recebeu da lei 36, de 31/10/49, o nome de Rua Professor Arthur Pedroso, mas não ficou assim conhecida. Tratei de seu patrono

na parte relativa à instrução. Foi arborizada pela primeira vez em 1.976.

Rua Irmãs Concepcionistas - Deu-lhe nome a lei 479, de 29/6/64. Foi asfaltada em junho de 1.980.

Rua Dr. Aprígio Nogueira - Foi denominada pela lei 479/64. Tratei de seu patrono no capítulo relativo aos médicos.

Rua Madre Sebastiana Del Blanco - Recebeu nome com base na resolução da Câmara 14, de 5/12/83. Sua patrona é mencionada no capítulo referente ao Colégio Imaculada Conceição. Foi asfaltada em 1.994.

Rua Iracema Rodrigues - É a primeira travessa à direita da Rua Arthur Xavier Pedroso, paralela à Rua Alegria. Foi denominada pela lei 479/64, em homenagem à diretora da E.E. Dom Pedro I. Sem placas, estranhamente figura nos mapas e listas apenas como *Rua Projetada*. Tem um quarteirão e, a seguir, dois lances de escadão, com 90 e 76 degraus.

Rua Alegria - Recebeu nome também da lei 479, de 29/9/64. Possui escadão com mais de 90 degraus.

Rua Plínio Motta - Foi denominada pela lei 291, de 24/11/59, em homenagem ao professor e escritor referido em capítulos sobre a instrução e a cultura. Possui pequena travessa sem nome ao lado do Santuário do Menino Jesus de Praga.

Rua Joaquim Pio de Souza Moreira - Teve o nome dado pela resolução da Câmara 14, de 5/12//83. No capítulo referente às farmácias falei de seu patrono.

Rua Durval Martins Ramos - Recebeu nome da resolução da Câmara 13, de 5/12/83, em tributo a expedicionário e ex-servidor dos Correios e Telégrafos.

Rua Américo Signoretti - Seu nome, dado com base na resolução da Câmara 16, de 28/11/83, reverencia um contador, político e professor machadense.

Rua Antônio Pereira da Luz - Tem escadão com mais de cem degraus, entre as ruas A. Nogueira e Irmãs Concepcionistas.

Rua Euclydes de Souza Dias - Foi denominada com esteio na resolução da Câmara 18, de 12/12/83. Seu patrono dedicou-se à agricultura e ao comércio. Foi reformada e calçada em 1.994. Possui escadão com 114 degraus.

5 - **Vila Nova**.

Em 1.949 Waldemar Soares Camargo comprou terreno em que o Centro Espírita tencionara construir um sanatório, e o repartiu em 54

lotes. Conforme seu filho Cornélio Camargo, vendeu-os em seguida a baixo preço, sem prazo certo de pagamento, para pessoas de baixa renda.

Suas vias tiveram rede de esgotos através do *Projeto CURA*. São elas:

Rua Waldemar Paulino da Costa - Recebeu nome da lei 302, de 18/3/60, em homenagem a político e farmacêutico machadense.

Rua Bartolomeu Soares de Camargo - Também foi denominada pela lei 302/60, lembrando o pai do criador do Bairro. Seu calçamento teve início em meados de 1.975. Asfaltou-se no primeiro governo de Carlos Dias.

6 - **Vila Centenário**.

Começou a ser construída por Ismael Mariano Leite no primeiro semestre de 1.957, e seu nome homenageia o centenário da Freguesia do Machado, comemorado naquele ano. A maior parte do terreno em que se localiza pertencia a Eurico da Silva Dias; outra era de Ivone José Sobral. A rede d'água foi feita no governo de Wálter Palmeira. Teve várias ruas cascalhadas no primeiro mandato de Carlos Dias. Com recursos do *Projeto CURA* outras receberam calçamento poliédrico, meios-fios e rede de esgotos.

Fazem parte dela:

Praça João Luís Garcia - Recebeu nome da lei 544, de 2/12/66, em lembrança de comerciante e político local. Foi asfaltada no primeiro mandato de Carlos Dias.

Rua João Luís Garcia - É contígua à praça antes referida.

Todos os demais logradouros têm nomes de aves: *Rua das Andorinhas*, *Rua Beija-flor*, *Rua dos Cisnes*, *Rua dos Curiós*, *Rua Flamingo*, *Rua Gaivota*, *Rua Garça*, *Rua Jaçanã*, *Rua Jandaia*, *Rua Pelicano*, *Rua Perdizes*, *Rua Pingüim*, *Rua Pintassilgo*, *Rua Rouxinol*, *Rua Sabiá*, *Rua Seriema* e *Rua Tucano*.

7 - **Vila Olímpica**.

Foi loteada por Aristides Pio de Araújo Dias a partir de 1.957, em terreno herdado de seus pais, próximo do qual então se construíam o Estádio e a Praça de Esportes. Deu-lhe nome um dos filhos do loteador, Clóvis Araújo Dias.

Recebeu rede de esgotos em maio de 1.991. Seus

logradouros são os seguintes:

Avenida Othon Dias - Ladeia o Córrego Jacutinga, com duas pistas, da Rua Coronel Jacinto ao Estádio Municipal. Recebeu nome da lei 334, de 17/3/61, em homenagem a um jornalista, irmão do loteador. No primeiro semestre de 1.990 construiu-se passarela em seu início. O trecho que vai deste à Rua XV de Novembro foi asfaltado em agosto de 2.000.

Rua Pio de Souza Dias - Denominou-a a lei 332, de 17/3/61. Seu patrono, pai do loteador, foi o antigo proprietário do terreno, fazendeiro e vereador. Recebeu asfalto na primeira gestão de Carlos Dias.

Rua Nélson Garcia - Seu nome foi posto com base na resolução da Câmara 6, de 27/6/83, em homenagem a um comerciante.

Rua Arthur Scalco - Via de acesso ao Machado Esporte Clube, foi denominada de acordo com a resolução da Câmara 13, de 5/12/83. O decreto 1.673, de 23/10/00, declarou de utilidade pública imóvel de Elza de Araújo Dias, destinado a seu prolongamento.

Rua Nove de Julho - É um pequeno trecho que fica entre as ruas Nélson Garcia e XV de Novembro.

Ao lado da Vila Olímpica, além da Rua Arthur Scalco, ficam dois pequenos loteamentos, separados por um corregozinho sem nome, que deságua no do Soturno. O *Bosque dos Ipês* foi feito por Daniel Azarias Pereira. O *Jardim da Gruta*, com 2 quadras e 24 lotes, foi construído por Messias Ferreira Martins em área de 10.000 m2. que adquiriu da Paróquia da Sacra Família, e tirou o nome da gruta de N. S. de Lourdes, lá existente. Ele a ornou com pequeno jardim, cercado de muros e grade.

Ambos surgiram nos últimos anos do milênio e fazem frente para a *Rua Dr. Carlos Roberto de Almeida*. Esta é a antiga Estrada da Pedreira, que teve o nome trocado pela lei 1.078, de 20/11/96, em homenagem a médico local. Foi asfaltada em 1.997, com ajuda da Secretaria de Estado de Assuntos Municipais. Ao Bosque dos Ipês pertencem as seguintes vias: *Rua Carlos Luiz Serenini* e *Rua José Gonçalves Magalhães*. Do Jardim da Gruta são a *Rua Antônio José Ferreira* e a *Rua Projetada*.

8 - **Vila Conceição**.

Foi formada por Antônio Benedito Lucas e João Inácio Lucas na segunda metade da década de sessenta, com 142 lotes. Recebeu asfalto em 1.985, com recursos do *Projeto CURA*. A rede elétrica, concluída no início de 1.990, teve o custo repartido entre a Prefeitura e os moradores.

Situa-se entre o Jardim Floresta, o "*campus*" da ESACMA e as duas avenidas a seguir referidas:

Avenida Dr. Athayde Pereira de Souza - A lei 299, de 18/3/60, denominou-a para reverenciar gerente do antigo Campo Experimental. O trecho inicial, da Avenida Santa Cruz ao Cemitério, foi alargado no primeiro governo de Francisco Guerra e asfaltado no primeiro de Carlos Dias. A parte derradeira, até a fazenda da Epamig, recebeu asfalto em 1.996, com verba obtida pelo Deputado Jorge Eduardo.

Avenida Oscar de Paiva Westin - É parte da antigamente denominada Avenida do Contorno. O trecho da Av. Dr. Athayde P. de Souza ao Bairro Santa Helena foi aberto no início dos anos setenta. A lei 488, de 30/12/82, autorizou a desapropriação de terreno para seu prosseguimento. Acaba na Rua Coronel Azarias. Recebeu asfalto em três etapas: em 1.985 na parte que limita com a Vila Conceição e o Jardim Floresta; na segunda metade da década de noventa na divisa com o Residencial Morada da Serra; em 2.000 no quarteirão entre as ruas Jerônimo E. de Figueiredo e São José. Pequeno trecho chegou ao fim do milênio sem nenhum calçamento. Seu patrono foi um filantropo de múltiplas atividades: dentista, banqueiro, sacristão, etc.. Foi denominada com base na lei 75, de 2/10/70, e na resolução da Câmara 6, de 27/6/83.

Suas vias homenageiam santos: *Rua Santa Bárbara*, *Rua São Bernardo*, *Rua Santa Inês*, *Rua São Paulo* e *Rua Santa Teresa*.

9 - **Vila Assunta**.

Originou-se do loteamento de um terreno íngreme de quatro alqueires, feito por Celso Sidney Gambi, em parceria técnica e comercial com Ismael Mariano Leite. Seu nome homenageia a mãe daquele, Assunta Bartolomei Gambi. A planta foi feita em setembro de 1.968; ignoro quando a obra teve início.

No primeiro governo de Jorge Eduardo lá se construíram meios-fios e sarjetas; no primeiro de Carlos Dias, rede de esgotos e dois escadões. Citem-se estes entre seus logradouros:

Avenida Celso Sidney Gambi - Foi aberta no início da década de setenta. Recebeu nome da lei 91, de 29/9/71. Seu asfaltamento ocorreu em março de 1.975. No governo de José Carlos Vilela ganhou muro de arrimo, calçadas e arborização.

Rua Joaquim Paulino da Costa - Recebeu nome com base na lei 75, de 2/10/70. Seu patrono, agricultor e capitalista, foi um dos responsáveis pela construção da estrada de ferro. O decreto 705, de 18/4/85, declarou de utilidade pública, para desapropriação, terreno de José Gonçalves Filho, destinado a seu prolongamento.

Rua Júlio Giovanetti - Seu nome, dado pela resolução da Câmara 5, de 17/8/78, homenageia político de Santo Antônio da Platina, PR, aqui recebido várias vezes, pelos anos setenta, em grupo de esportistas que se relacionava com o Clube dos Trinta. Foi asfaltada no primeiro governo de Carlos Dias.

Rua Wolney de Araújo Dias - Seu nome, baseado na resolução da Câmara 9, de 10/10/83, reverencia advogado e ex-vereador local. Em fevereiro de 1.995 teve uma casa atingida por deslizamento de terra. No mesmo ano lá se fez um escadão.

Rua Rodolfo Scalco - Recebeu nome com base na resolução da Câmara 13, de 5/12/83.

E ainda: *Rua da Amoreira* (com escadão de 25 degraus), *Rua Cajarana*, *Travessa do Ipê*, *Travessa do Jacarandá*, *Travessa da Peroba* e *Travessa Sucupira*. Existe uma travessa sem nome, composta apenas de escadão com 60 e poucos degraus, entre as ruas W. A. Dias e J. Giovanetti.

10 - **Vila Novo Horizonte**.

Surgiu em 1.972, por iniciativa de Ângelo Manoel de Souza e João de Freitas Pires, em terreno adquirido do Espólio de Venuto Serafini. Foi projetada por Maurício Dias Vieira, com 8 quadras e 104 lotes. Recebeu calçamento poliédrico em 1.980, com recursos do *Projeto CURA*. Teve algumas ruas asfaltadas no primeiro mandato de José Miguel de Oliveira.

São seus logradouros:

Rua Otaviano de Paiva Reis - Foi denominada pela resolução da Câmara 9, de 21/12/76, em homenagem a um ator teatral amador e comerciante.

Rua Ouro - Possui escadão de 103 degraus, feito entre janeiro e agosto de 1.994.

E ainda: *Rua Cobre*, *Rua Esmeralda*, *Rua Pérola*, *Rua Prata*, *Rua Safira* e *Rua Turmalina*.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 6, 9, 11 e 13;

2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - pasta de resoluções;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de decretos nº 17;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - pastas diversas da seção "Cadastro Imobiliário";
5 - Arquivo Público Machadense - livro 61: ""Leis e Resoluções da Câmara Municipal - 1892";
6 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919";
7 - Arquivo Público Machadense - livro 168: "Atas das Sessões da Câmara Municipal - 1883 a 1892";
8 - Arquivo Público Machadense - pasta de biografias nº 5;
9 - "Folha Machadense" ns. 29 - 13/10/1.974 - pág. 1;
95 - 22/2/1.976 - pág. 8;
368 - 6/9/1.981 - pág. 6;
683 - 9/1/1.988 - pág. 16;
789 - 17/2/1.990 - pág. 1;
1076 - 28/10/1.995 - pág. 1;
1169 - 23/8/1.997 - pág. 3;
10 - informações pessoais de Afrânio dos Santos Oliveira, Ângelo Manoel de Souza e Emerenciana de Araújo Dias;
11 - "Informativo Machadense" nº 1 - agosto de 1.994 - págs. 4/5;
12 - "Luminar Machadense" nº 75 - 2/5/1.957 - pág. 3.

B - **secundárias**
1 - Cornélio Camargo - "Waldemar Soares Camargo" - biografia na "Coletânea de Monografias sobre Vultos Machadenses" - mimeografada - Serviço de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Machado, 1.986, pág. 53;
2 - João Rodrigues de Carvalho - artigo "Conheça sua cidade" - na "Tribuna Machadense nº 45, de 24/10/1.981, pág. 4.

****

O TRANSPORTE FLUVIAL

1) - No século XIX.
2) - No século XX.

****

1 - **No século XIX**.

O desenvolvimento do transporte rodoviário e ferroviário tornou obsoleta a navegação comercial em rios de médio e pequeno porte. No fim do século XIX e início do seguinte, porém, ela teve alguma importância em nossa região.

O "*Almanach Sul Mineiro para 1884"*, no capítulo relativo a Douradinho, afirmou fazerem considerável comércio de sal as barcas que transitavam no Sapucaí, vindas de Itajubá, gastando de doze a vinte dias na viagem.

Em novembro de 1.893, o "*Monitor*" campanhense mencionou o itinerário do barco *Santa Rosa*, pertencente à "*Navegação Sul Mineira*", pelo Sapucaí. Partia de Fluvial em 4, 9, 14, 19, 24 e 29 de cada mês, passava nos mesmos dias pelas barras do Pontal e do Machado, e nos seguintes por Cabo Verde, Barranco Alto, Correnteza, Santa Rosa, Reserva, Ponte, Tromba e Carrito. Deste regressava em 1, 6, 11, 16, 21 e 26, tocando os mesmos portos.

A sociedade *Pinto & Irmãos* firmou contrato com a Câmara Municipal de Alfenas, em 18 de setembro de 1.893, para explorar a navegação no Rio Machado. Começou o serviço em 20 de julho de 1.894, e logo após pediu àquela que aprovasse o tráfego provisório e suas tarifas. No mês de setembro seguinte, desmentiu pelo "*Sexto Districto*" que o trânsito de suas barcas esti-

vesse suspenso. Atribuiu a pessoas mal intencionadas o "*malévolo boato*", e declarou que elas chegavam e partiam regularmente de cinco em cinco dias.

Em 1º de dezembro do mesmo ano, requereu que a Edilidade considerasse o tráfego definitivo. Acrescentou ter transporte suficiente para todo produto que lhe fosse entregue, sem demora ou prejuízo. Esclareceu ser de 156 quilômetros a distância do porto do Coroado (inicial da viagem) à estação Fluvial. Estavam sendo usados até então os portos intermediários de Nabor e Trahytuba, mas se dispôs a atracar os barcos em qualquer outro, mediante prévio aviso, "*reservando para estações de paradas obrigatórias as mais convenientes quando estiver funcionando o transporte a vapor*". Pediu aprovação uniforme e por quinze quilos da tarifa, para facilitar a fiscalização. Deixou de propor tarifas para passageiros por ser-lhes a viagem inconveniente, pela morosidade; garantiu porém transportar gratuitamente os que se apresentassem. Postulou permissão para fazer as viagens sem rigorosa observância do roteiro apresentado, por não haver mercadorias suficientes, comprometendo-se a aumentar aquelas de acordo com a necessidade. No ano de 1.894, em 23 viagens, transportou 216.841 quilos de mercadorias, sendo 119.010 de importação e o restante de exportação.

Em março de 1.895, a Empresa comunicou à Câmara que, por causa de grandes chuvas, fora obrigada a interromper o trânsito dos barcos, que não podiam passar sob duas pontes. Pediu licença para adaptar no centro de uma delas vão movediço, que se abrisse temporariamente, na estação das águas. Requereu também lhe fosse autorizada a construção de armazéns, para depósito de mercadorias, em terrenos marginais do Município, ou em outros, mediante desapropriação.

2 - **No século XX**.

Conforme Nélson de Senna, em 1.904 a empresa "*Estrada de Ferro Minas e Rio*" tornou-se arrendatária da navegação a vapor no Rio Sapucaí, entre os portos da Fama e Carrito. Sucedeu-lhe a "*Rede Férrea Sul-Mineira*", que na década de vinte explorava o transporte em dois percursos. O primeiro, entre Fama e Porto Belo (168 km) atendia, entre outros, aos municípios de Alfenas, Campos Gerais, Carmo do Rio Claro, Dores da Boa Esperança, Passos e Três Pontas. O segundo, entre os portos Sapucaí e Paredes, servia diretamente os municípios de Silvianópolis, São Gonçalo do Sapucaí e Santo Antônio do Machado, e, de modo indireto, os de Paraguaçu, Pouso Alegre e Santa Rita do Sapucaí.

Nossa Câmara, através da resolução 115, de 4 de dezembro de 1.905, autorizou fosse subvencionada a construção de um barco no Carmo da Escaramuça.

A lei local 81, de 20 de julho de 1.922, concedeu a Francisco de Paula Vasconcellos privilégio para exploração de linha de barcos

entre o Município e São Gonçalo do Sapucaí. Ignoro se desfrutou dele.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Alfenas - documentos avulsos do pacote 51: "Expediente da Câmara Municipal de Alfenas de 1.863 a 1.899";
2 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919";
3 - Arquivo Público Machadense - livro 65: "Leis da Câmara Municipal - 1912 a 1932";
4 - "Monitor Sul-Mineiro", Campanha - nº 1.189 - 29/11/1.893 - pág. 2;
5 - "Sexto Districto" nº 5 - 5/9/1.894 - pág. 3.

B - **secundárias**
1 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanach Sul-Mineiro para 1884" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.884, pág. 243;
2 - Nélson de Senna - "A Terra Mineira" - Pimenta de Mello & Comp., Rio, 1.923, págs. 328/329.

****

O TRANSPORTE FERROVIÁRIO

1) - Introdução.
2) - Projetos malogrados.
3) - A Companhia Estrada de Ferro Muzambinho.
4) - A Estrada de Ferro Elétrica Poços de Caldas a Machado.
5) - A Estrada de Ferro Machadense.
6) - A "*Machadense*" sob o domínio do Estado.
7) - A Rede Mineira de Viação.

****

1 - **Introdução**.

Nas últimas décadas do século passado e primeiras deste, a malha rodoviária do País era diminuta e de péssima qualidade. Os veículos automotores ainda não se haviam desenvolvido, e as estradas de ferro eram consideradas a solução do futuro para os problemas do transporte.

Em relatório apresentado ao Secretário do Interior, em 1.897, o juiz de direito Loreto Ribeiro de Abreu reconheceu ser aqui imperfeita a distribuição da justiça, "*principalmente por falta de prontidão em sua distribuição*". Entre as causas mais salientes disso, indicou:

> *"a falta de um ramal ferreo que, partindo das estradas que já se avisinham deste municipio, o atravessasse, avivando os muitos ellementos de sua poderosa vitalidade e, facilitando o movimento geral das causas, veria ao mesmo tempo activar a administração da justiça".*

Outra mostra da valorização do transporte ferroviário

é o seguinte trecho da carta que, em 1.908, Monteiro Lobato enviou a Godofredo Rangel, juiz municipal nesta Cidade:

> *"Quanto a essa tua comarca do Machado, sei por informação que é um seiozinho de Abraão, mas com um grave defeito: não se ouve aí apito de trem. Eu divido o mundo em duas partes: a onde se ouve apito de trem e a onde não se ouve apito de trem. Uma é o inferno, outra é o céu. Porque quando o trem apita temos uma sensação de ave com asas; e se não há apito de trem, a nossa sensação é de prego fincado na parede."*.

2 - **Projetos malogrados**.

Houve diversas tentativas, na maioria inviáveis, para trazer os trilhos à região:

A - Conforme o "*Almanak Sul-Mineiro para 1884*", coube a Evaristo Ferreira da Veiga o primeiro privilégio para uma estrada de ferro no Sul de Minas, interessando particularmente aos municípios de Itajubá, Cristina, Campanha, Pouso Alegre, Jaguari, Caldas, Alfenas, Cabo Verde, Jacuí e Passos. Concedido pelo decreto 4.693, de 14 de fevereiro de 1.871, ele foi prejudicado por outra concessão.

B - A lei estadual 2.798, de 3 de outubro de 1.881, concedeu ao engenheiro Luiz Teixeira Bittencourt Sobrinho, ou à companhia que organizasse, privilégio por 50 anos para construção, custeio e gozo de uma estrada de ferro de bitola estreita que, partindo de Pouso Alegre, terminasse nas raias da província de São Paulo, no ponto mais conveniente do município de São Bento do Sapucaí-Mirim. Assegurou-lhe o direito de prolongar a linha até a cidade de Alfenas. Seu traçado, conforme o concessionário, deveria ser o seguinte: partindo do litoral de São Paulo, entre São Sebastião e Ubatuba, atravessaria a Serra de Caraguatatuba, passando por Paraibuna, Jambeiro, Caçapava e São Bento do Sapucaí. Atravessando a Mantiqueira, seguiria em nosso Estado pelos vales do Sapucaí-Mirim e Sapucaí até Pouso Alegre, terminando em Alfenas.

C - Em 1.882, o Comendador Francisco Eugênio de Azevedo e o engenheiro João Henrique Costard requereram à Câmara dos Deputados privilégio para construção de via férrea, no vale do Sapucaí. Começando na margem direita do Ribeirão do Carmo, em ponto de entroncamento com a Estrada Minas e Rio, passaria pela margem esquerda do Rio Lambari, chegaria à cidade de Cristina, continuando pela margem direita do Ribeirão São João até o Lourenço Velho. Ao longo deste, iria a Itajubá; depois a Vargem Grande, Paraíso, distrito dos Ouros e Pouso Alegre. Daí seguiria até Douradinho, onde terminaria, com um ramal para Caldas. O curso total, de 681 quilômetros, foi orçado em 10.400:000$.

D - Conforme o "*Monitor Sul-Mineiro*" de 16 de outubro de 1.892, o Deputado Leonel Filho propôs na Câmara se autorizasse o Governo a contratar a construção de uma estrada de ferro que, partindo da Campanha, passando por São Gonçalo e servindo quanto possível aos municípios de Machado e Alfenas, fosse a Poços de Caldas. Seu projeto, que já passara em segunda discussão, dava a garantia de 6% sobre a quantia de 30:000$000 para cada quilômetro, e mais favores concedidos a empresas da mesma natureza.

E - O mesmo "*Monitor*", em 5 de março de 1.893, noticiou que a Câmara Municipal de Santo Antônio do Machado fora encarregada pelo Governo do Estado de mandar orçar a estrada entre esta Cidade e a estação mais próxima de estrada de ferro.

F - A lei 139, de 20 de julho de 1.895, autorizou o presidente do Estado a contratar, com quem mais vantagens oferecesse, a construção, uso e gozo de um ramal que, partindo de Lavras e passando por São João Nepomuceno e Três Pontas, fosse ao ponto mais conveniente da Estrada de Ferro Muzambinho, entre a estação Fluvial e a partida do ramal do Machado. O concessionário receberia os seguintes favores: privilégio por 50 anos, de uma zona de 30 km. para cada lado do eixo das linhas; garantia de juros por 30 anos, não excedente a 6% ao ano, sobre o capital necessário, podendo atingir o custo quilométrico a 50:000$000.

G - O decreto federal 6.201, de 30 de outubro de 1.906, aprovou as bases para constituição e arrendamento da rede de viação férrea sul-oeste de Minas, nos termos de cláusulas que com ele baixaram. A primeira afirmava ter o contrato por objeto a constituição e o arrendamento de rede de viação férrea e fluvial nos estados de Minas e Rio de Janeiro. Acrescentava que seria formada pela construção e prolongamento de vários ramais, sendo um "*do ponto mais conveniente de Muzambinho, a juízo do Governo, a Poços de Caldas, passando pelo município do Machado*".

H - A lei local 32, de 13 de junho de 1.908 (alterada pela lei 33, do dia 23 seguinte), concedeu ao Tenente-Coronel Bento José de Carvalho, ou a quem melhores condições oferecesse, privilégio por até 25 anos para construção, uso e gozo de ramal férreo que, partindo de outro município, penetrasse neste ou o atravessasse. Impôs ao concessionário a obrigação de construir uma estação na Cidade e outra na vila do Carmo da Escaramuça (a lei 33 suprimiu a exigência quanto à última). Garantiu-lhe isenção dos impostos municipais, e zona privilegiada em toda a extensão do Município para cada lado do leito da linha. Determinou que no instrumento contratual se fixassem os prazos para início e término da obra.

I - Em outubro de 1.908, o Governo da União publicou edital de concorrência para o arrendamento da Rede de Viação Férrea do Sul de Minas. Dele constou que seria formada pela construção e prolongamento de diversos ramais, como o "*da Campanha, passando por S. Gonçalo do Sapucahy à cidade do Machado*". A proposta aceita foi a da Companhia Viação Férrea Sapucaí, que submeteu porém ao Governo "*estudos de uma linha que, partindo da estação de Alfenas, vá ter à*

cidade do Machado, destinada a substituir o trecho de S. Gonçalo do Sapucahy à cidade do Machado, como está determinado na cláusula I do edital, para que julgue se ella é por ventura preferivel" ("*apud*" V. C. Lima, adiante citado, pág. 73). O Governo Federal anuiu à alteração e, pelo decreto 7.704, de 2 de dezembro de 1.909, autorizou o contrato com a referida Companhia, para arrendamento da Rede e construção de vários trechos, entre os quais "*o prolongamento do ramal de Alfenas até a cidade do Machado*". Ele foi firmado em janeiro de 1.910, mas não teve execução na parte que nos interessa, sendo rescindido em 1.921.

J - O decreto estadual 3.192, de 10 de junho de 1.911, concedeu à Companhia de Estradas de Ferro Federais Brasileiras, Rede Sul Mineira, privilégio para construção, uso e gozo de estrada de ferro, com bitola de um metro entre trilhos, que, partindo das divisas de Minas com São Paulo, e passando entre os municípios de Ouro Fino e Pouso Alegre, servindo aos de Caldas, Machado, Alfenas, Carmo do Rio Claro e Piumhy, se entroncasse no ponto mais conveniente da E. F. Goiás. Celebrado o contrato em outubro do mesmo ano, a concessionária não iniciou os trabalhos no prazo previsto, sendo então multada pelo decreto 4.421, de 28 de julho de 1.915. Foi-lhe assinado novo prazo de 60 dias, para pagamento e começo das obras; permanecendo inerte, o decreto 4.486, de 11 de dezembro seguinte, declarou caduca a concessão.

L - Em setembro de 1.923, "*O Município*" noticiou que a Companhia Paulista pedira ao Governo de Minas privilégio por 60 anos para construir estrada de ferro que, partindo de São Paulo, fosse a Belo Horizonte. Disse que os trabalhos teriam início no ano seguinte, e que a oficina seria instalada em Pouso Alegre. Acrescentou que a linha passaria por Bragança Paulista, Jaguari, Cambuí, Estiva, Pouso Alegre, Machadinho, Machado, Alfenas e outras localidades, até chegar à capital mineira.

M - A lei estadual 1.055, de 28 de setembro de 1.928, autorizou o Poder Executivo a construir, entre outros ramais férreos, o de Pouso Alegre, da Rede de Viação Sul-Mineira, à Estrada de Ferro Machadense, em Machado, passando por Silvianópolis e Jimirim.

3 - **A Companhia Estrada de Ferro Muzambinho**.

Foi a primeira ferrovia a cortar o nosso Município, em terras que hoje pertencem a Paraguaçu. Para maiores informações a seu respeito, consulte-se o trabalho de Maria Lúcia Prado Costa, adiante referido. Formada em 1.889 ou pouco antes, a empresa construiu dois trechos: a linha-tronco, de Três Corações a Areado, e o ramal da Campanha. Este foi concluído em 1.895; naquela, entre 1.892 e 1.897, se inauguraram as estações de Varginha, Fluvial, Espera, Pontalete, Fama, Gaspar Lopes, Harmonia e Areado. A concessão de ambos coubera, primeiramente, à "*Minas e Rio*", que a deixou caducar.

À "*Muzambinho*", ainda em 1.889, foi outorgado pri-

vilégio para a construção de outros ramais, que não levou a cabo. Entre eles, como consta de contrato celebrado em 27/8/1.890 com o Governo do Estado, estava (cláusula 1ª, parágrafo 4º, II):

> *"Uma linha que, partindo de Poços de Caldas e passando por Santo Antonio do Machado, vá à Campanha entroncar-se com o ramal que atravessa as aguas de Lambary e Cambuquira".*

Em 15/12/1.891, após transferência de privilégio da "*Minas e Rio*" à "*Muzambinho*", o Estado firmou com esta novo contrato, reduzindo a um todos os seus anteriores de concessão de estradas de ferro. Nele (cláusula 1ª, parágrafo 2º, I) renovou-se a outorga para construção da linha acima mencionada. Por fim, em 25/4/1.894 as partes celebraram novo acordo, para o empréstimo autorizado pela lei 64/93, modificativo de cláusulas do contrato anterior. O Governo manteve os privilégios concedidos à Companhia, por 50 anos, para construção, uso e gozo dos seguintes ramais, entre outros (cláusula 1ª, IV e V):

> *"Ramal que de Lavras, passando por S. João Nepomuceno, si a isso se prestarem as condições dos terrenos e por Tres Pontas, vae ligar-se a linha tronco no ponto mais conveniente entre a estação fluvial e o ponto de partida do ramal do Machado a Caldas;*
> *Ramal que partindo da linha do n. I (linha tronco da estação fluvial às divisas de S. Paulo) nas immediações da foz do rio Machado vá terminar em Poços de Caldas, passando por Santo Antonio do Machado.".*

Em 1.907, conforme noticia Maria Lúcia Prado Costa, machadenses manifestaram, através do "*Monitor Sul-Mineiro*", interesse em que a Companhia Mojiana de Estradas de Ferro adquirisse a "*Muzambinho*", com o que teriam mais facilidade para escoar seus produtos pelo porto de Santos. No "*Annuario*" de 1.909, Nélson de Senna afirmava que

> *"A cidade do Machado será ponto forçado de passagem da estrada de ferro, que terá de ligar a via-ferrea Musambinho á Mogyana, na estancia balnearia de Poços de Caldas".*

Ainda em 1.907, o Governo do Estado encampou a Companhia Muzambinho, transferindo-a no ano seguinte à União. Esta, em 1.910, a arrrendou, juntamente com a "*Minas e Rio*", à Companhia Viação Férrea Sapucaí, depois denominada Companhia Estradas de Ferro Federais Brasileiras.

4 - **A Estrada de Ferro Elétrica Poços de Caldas a Machado**.

O decreto estadual 6.421, de 12 de dezembro de 1.923,

concedeu a Polyceno de Sousa Gonçalves, ou à empresa que organizasse, privilégio para construção, uso e gozo de estrada de ferro, com bitola de um metro entre trilhos, que, partindo de Poços de Caldas, viesse a Machado, com ramal para Santa Rita das Palmeiras.

Criou-se a Companhia Tracção, Força e Luz de São José dos Botelhos, à qual foi transferida a concessão. Estabeleceu-se que a estrada seria eletrificada em toda a extensão, e passaria por Botelhos e Campestre. Denominada "*Estrada de Ferro Elétrica Poços de Caldas a Machado*", era conhecida como "*Estrada de Ferro Botelhense*". O decreto estadual 6.722, de 8 de novembro de 1.924, aprovou os estudos, plantas e projetos de obras de arte para a construção dos sete quilômetros iniciais, declarando de utilidade pública, para desapropriação, os terrenos necessários a sua passagem. Fixou-se o prazo de cinco anos, da data do contrato, para a ligação com nossa Cidade.

Conforme Homero Benedicto Ottoni, a empresa conseguiu construir apenas os quinze primeiros quilômetros. À míngua de recursos, não levou avante o projeto, causando prejuízo a diversos fazendeiros, que seriam servidos pela estrada e subscreveram parte do capital.

A lei estadual 1.073, de 28 de setembro de 1.929, autorizou o Executivo a realizar a ligação ferroviária entre Poços de Caldas e Machado, adquirindo a estrada de ferro da Companhia Ferroviária de Botelhos. Permitiu que, para isso, fizesse operações e abrisse os necessários créditos, até a quantia de dez mil contos de réis. O decreto 9.489, de 28 de fevereiro de 1.930, autorizou se assinasse a escritura de compra pelo preço da avaliação (2.538:922$600), de que se deduziram os valores da subvenção (200:000$000) e da caução (10:000$000) depositada nos cofres estaduais. Pelos decretos 9.500 e 9.555, de 18 de março e 6 de maio do mesmo ano, foi designado o Secretário das Finanças para assinar o contrato, e se abriu crédito especial para o pagamento. Ignoro qual foi o desfecho do caso e o destino dos bens.

5 - **A Estrada de Ferro Machadense**.

Coube ao Dr. Flávio de Salles Dias e ao Dr. Edvar Dias desencadear o grande esforço coletivo que trouxe a Machado os trilhos. Estimulados por promessa de subvenção quilométrica, feita na lei estadual 760/20, obtiveram do Governo mineiro, pelo decreto 5.897, de 13 de fevereiro de 1.922, privilégio para construção, uso e gozo de uma estrada de ferro que, partindo de Alfenas, viesse a esta Cidade. O mesmo ato declarou de utilidade pública, para desapropriação, os terrenos necessários à passagem da ferrovia.

Em reunião no prédio da Câmara, no dia 15 de março seguinte, fundou-se a Empresa Estrada de Ferro Machadense, à qual foi transferida a concessão. Seu capital inicial, de mil contos de réis, foi subscrito por 161

acionistas, daqui e do Machadinho. A diretoria ficou assim constituída: *presidente* - Dr. Flávio de Salles Dias; *superintendente* - Dr. Edvar Dias; *tesoureiro* - Joaquim Paulino da Costa. O contrato com o Estado para construção e subvenção quilométrica firmou-se em 10 de abril.

O decreto 6.228, de 2 de dezembro de 1.922, aprovou os estudos, plantas e projetos de obras de arte para a construção da estrada, com extensão de 41.382,17 metros e bitola de 1 metro.

As obras tiveram início em 17 de janeiro de 1.923, a partir da estação de Alfenas. Conforme Homero Costa, para sua execução firmou-se contrato de empreita com Pedro Roche, de Belo Horizonte. Após algum tempo, a Empresa convenceu-se de que ele não as concluiria no prazo, e o afastou. Decidida a tocá-las diretamente, tomou como técnico o Dr. Arlindo Silveira e lhes deu continuidade. O Dr. Edvar Dias licenciou-se da Câmara Municipal, deixou a administração de suas fazendas e, com força de vontade e espírito de sacrifício, assumiu a direção do empreendimento. Ao Dr. Flávio coube o encargo de atuar politicamente, tendo por mais de uma vez conseguido do Governo Estadual o adiantamento das subvenções. Joaquim Paulino da Costa encarregou-se de administrar as finanças da Companhia, e Antônio Cândido Pereira Dias chefiou os operários. O serviço era fiscalizado por engenheiros do Estado, que incluiu no orçamento suas gratificações (leis 845, de 11/9/23, e 875, de 25/9/24).

A lei estadual 849, de 13 de setembro de 1.923, autorizou o Governo a abrir os créditos necessários ao pagamento da subvenção quilométrica devida pela construção da estrada. Para isso, o decreto 6.630, de 4 de julho do ano seguinte, liberou a importância de 621:000$000. Sob a responsabilidade pessoal dos diretores da Empresa, o Estado mandou pagar-lhe 375:000$000, correspondentes ao adiantamento da subvenção relativa a 25 quilômetros.

Em 15 de agosto de 1.925 foi inaugurado o primeiro trecho, de 26,980 km., de Alfenas à Caiana, passando pela parada da Capoeirinha, naquele município. A Empresa celebrou convênio com a Rede Sul-Mineira para tráfego regular nele, inaugurado em 1º de dezembro do mesmo ano. Também o Município colaborou na construção da estrada: a lei 94, de 7 de outubro de 1.925, autorizou o presidente da Câmara a despender com ela a quantia de 40:000$000.

O trabalho prosseguiu no trecho mais acidentado (16.400 m.), da Caiana ao Córrego Fundo, e daí a Machado, exigindo a feitura de cortes e aterros. O decreto estadual 7.644, de 16 de maio de 1.927, abriu crédito especial de 120 contos de réis, para atender ao pagamento de subvenções devidas à Empresa. A lei local 106, de 26 de setembro seguinte, autorizou o presidente da Câmara a fazer empréstimo a ela.

Armazém pertencente a João Antônio da Costa serviu como estação provisória, nesta Cidade. Em 23 de outubro de 1.927 lançou-se a

pedra fundamental da estação definitiva. Sua construção foi feita mediante contribuição popular, no total de 65 contos de réis, arrecadada sob a liderança de Josino de Araújo Dias. Lindolpho de Souza Dias emprestou à Empresa 120 contos de réis para solver compromissos.

Em 11 de fevereiro de 1.928, colocados os últimos trilhos, a locomotiva chegou pela primeira vez à Cidade. A Empresa estava financeiramente exaurida, e sem a mínima condição de operar o ramal. Por isso, mesmo antes do término das obras entrara em negociações com a União para aliená-lo. O decreto federal 5.145, de 7 de janeiro de 1.927, autorizou o Governo da República a entrar em acordo com ela, a fim de encampá-lo e incorporá-lo à Rede de Viação Férrea Sul-Mineira. Permitiu-lhe, para tal fim, abrir créditos ou fazer operações até o limite de três mil contos de réis. As tratativas foram infrutíferas, provavelmente em razão do valor oferecido.

Os diretores da "*Machadense*" cuidaram então de negociar com o Estado. No dia 14 de abril de 1.928 ocorreu a inauguração oficial da estrada, pelo Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Sua presença propiciou uma das maiores festas aqui realizadas, descrita com pormenores por João Rodrigues de Carvalho em "*Machado Pitoresco e Crônicas*", e também por Homero Costa. Sensível aos apelos, ele anuiu à encampação. O decreto 8.556, de 6 de junho de 1.928, autorizou o Secretário da Agricultura a receber a escritura da E. F. Machadense pelo preço de 2.700:000$000, incorporando-a ao patrimônio do Estado. Na verdade, ela lhe custou 3.330:000$000, computada a subvenção paga à concessionária. A escritura foi lavrada no dia 11 de junho. A lei 1.051, de 28 de setembro de 1.928, aprovou o decreto 8.556 e autorizou o Governo a abrir crédito para a encampação. Ele foi aberto pelo decreto 8.845, de 23 de outubro seguinte.

Segundo Amélio Garcia de Miranda, somente duas cidades, no Sul de Minas, deram o exemplo de fazer, a sua custa, uma estrada de ferro: Três Pontas e Machado. A Estrada de Ferro Trespontana foi construída e encampada na mesma época que a "*Machadense*".

6 - **A "*Machadense*" sob o domínio do Estado**.

Após comprar a Estrada de Ferro Machadense, o Estado de Minas Gerais, em 13 de fevereiro de 1.930, celebrou contrato com a União, para que fosse utilizada e administrada pela Rede de Viação Sul-Mineira. Esta era constituída por várias estradas de ferro, entre as quais a "*Minas e Rio*" e a "*Sapucaí*".

Conforme acentuou Vasco de Castro Lima em 1.934, a "*Machadense*" não passava de pequeno ramal acessório, sem capacidade de tráfego para deixar saldos de custeio, sem material rodante e de tração. E acrescentou (*obra adiante citada, págs. 209/210*):

"As estradas Machadense e Trespontana nunca deram e jamais poderão dar lucros, e foi por isso que as companhias que as construíram trataram de vendê-las logo para o Estado.
O Dr. Alcides Lins muito se bateu para que esses ramais sejam definitivamente incorporados à Estrada de Ferro Sul de Minas. E, de fato, qual será a vantagem de se conservarem as coisas como estão?
Os ramais pertencem ao Estado, e o seu trafego já é feito pela Sul, mediante acôrdos. Os contratos são feitos em caráter provisorio e a titulo precario. Ha separação das rendas e despêsas e o pessoal que neles serve é considerado extranumerario.
Se o Governo Federal resolver cassar as autorizações de trafego, ou, mesmo que isso não se dê, quando fôr vencido o contrato de arrendamento da Sul, o Estado ficará com três ramais pequenos e deficitários e, além disso, longe uns dos outros, o que acarretará uma administração onerosa e difícil.
Assim, sem futuro e sem probabilidades para vencer, terão de ser fatalmente incorporadas á Sul. De outra forma não será compreendida essa necessidade, pois que desta Estrada são tributarios naturais e forçados.".

O mesmo autor mostra como a estrada era deficitária, já nos primeiros anos:

ANO	RECEITA	DESPESA
1.931	221:922$943	206:200$143
1.932	116:818$685	214:241$688
1.933	161:849$650	205:011$319.

Não consegui apurar quando e como ocorreu a incorporação.

7 - **A Rede Mineira de Viação**.

A Rede Mineira de Viação foi criada pelo decreto estadual 9.882, de 11 de março de 1.931. Formaram-na a Estrada de Ferro Oeste de Minas e a Estrada de Ferro Sul de Minas (antes Rede de Viação Sul-Mineira). Bem mais tarde se transformou na Viação Férrea Centro-Oeste, após incorporar as estradas de ferro Goiás e Bahia-Minas, integrando a Rede Ferroviária Federal.

O decreto estadual 597, de 14 de maio de 1.936, criou na R.M.V. duas divisões, com sede em Cruzeiro e Belo Horizonte. A primeira abrangia as linhas de Cruzeiro a Tuiuti e de Passa Três a Sapucai, com os ramais de Machado, Três Pontas, São Gonçalo, Lavras, Paraisópolis e Delfim Moreira.

O decreto federal 2.402, de 19 de fevereiro de 1.938, mencionando estar a R.M.V. arrendada ao Estado de Minas Gerais, aprovou projeto e orçamento para reforma da casa do agente de Alfenas - ramal de Machado.

O decreto-lei estadual 132, de 23 de setembro de 1.938, organizou a R.M.V., dispondo ser ela constituída pelas linhas e ramais da Estrada de Ferro Oeste de Minas e Estrada de Ferro Sul de Minas e pelos ramais de Machado, Três Pontas e São Gonçalo do Sapucaí, e outras estradas, ramais ou linhas de navegação fluvial, que a ela fossem anexados pelo Governo. Estabeleceu nela três divisões, subordinando o ramal de Machado à terceira, com sede em Três Corações. O decreto federal 5.852, de 22 de junho de 1.940, aprovou projeto e orçamento para construção de caixa d'água de concreto no pátio da estação de Machado.

Não obtive nenhum informe sobre o funcionamento e as condições da estrada na década seguinte.

No final de 1.953, o trem passou a operar apenas três vezes por semana em nosso ramal: partia daqui às segundas, quartas e sextas-feiras, às 5 horas da manhã. Em maio seguinte, atendendo a pedido do prefeito, foi determinado o restabelecimento da circulação diária.

Em 1.958 a R.M.V. já pertencia à Rede Ferroviária Federal. Estabelecido que várias regiões por ela servidas seriam inundadas por Furnas, a imprensa local pedia que, quando das mudanças no trajeto da ferrovia, se trouxesse a linha de Varginha até Machado, passando por Elói Mendes, Paraguaçu, e seguindo depois para Alfenas e Juréia. Alternativamente, sugeria a mudança a partir da estação de Pontalete, seguindo para Paraguaçu, Machado e Alfenas. Naquele ano, o chefe da estação da R.M.V. em Machado era Joaquim Pereira Braga.

Em março de 1.959, conforme "*O Machadense*", o ramal que servia a Cidade era ineficiente e esquecido, porque deficitário. Não obedecia a horários, sendo normal que os trens se atrasassem por mais de duas horas.

Em maio de 1.960, noticiou-se que onze ramais ferroviários deficitários, no total de 494 km., seriam suprimidos em Minas, para dar lugar a estradas pavimentadas, conforme a lei 2.698, de 27/12/55. Em território mineiro, dos dez deficitários da R.M.V., sete seriam extintos, inclusive o de Machado.

A lei local 381, de 28 de novembro de 1.962, autorizou o prefeito a tomar as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias para impedir a retirada do ramal ferroviário que servia à Cidade, sem que antes fosse construída a rodovia de Machado a Alfenas. Nada se fez, porém. Ele deixou de operar em 28 de fevereiro de 1.963.

A lei municipal 57, de 18 de março de 1.970, permitiu a aquisição de imóveis pertencentes à Rede Ferroviária Federal, aqui situados. A

lei 58, de 4 de maio seguinte, autorizou a venda de um armazém comprado dela.

Nas comemorações do centenário da Cidade, em 1.981, aqui esteve em exibição uma das locomotivas da Rede Ferroviária Federal que rodaram no trecho Machado-Alfenas. Do assunto se trata no capítulo relativo aos museus.

****

"O trem partiu. Definitivamente, partiu...
(...)
Não há mais estação...
Não há mais trem...
Os trilhos foram enrolados
Feito novelos de lã
Sumidos com o tempo passageiro
Do saudoso trem que partiu.

Quem dera, meu Deus,
Acordar ao som daquele apito,
Do ensurdecedor tilintar metálico
E voltar a ser feliz vendo o trem
Chegar na velha estação."
(Pitágoras Fernandes)

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - "Annuario Estatistico da Secretaria da Agricultura de Minas Geraes" - anno II (1.922-1.925) - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.929 - pág. 627;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de atas 1 e 2;
3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis 10 e 12;
4 - Arquivo Público Machadense - livro 63: "Leis da Câmara Municipal - 1898 a 1912";
5 - Arquivo Público Machadense - livro 65: "Leis da Câmara Municipal - 1912 a 1932";
6 - Arquivo Público Machadense - livro sem número: "Registo de Proprios Estadoaes, da Secretaria das Finanças" - pág. 4;
7 - Arquivo Público Machadense - pasta "documentos de Oscar Fernandes";

8 - “Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1906” - vol. II - Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1.907, págs. 906/924;
9 - “Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1909” - vol. II - Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1.913, págs. 1.026 a 1.046;
10 - “Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1927 - Actos do Poder Legislativo” - vol. I - Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1.928, pág. 12;
11 - “Livro da Lei Mineira” - 1.881 - tomo 48, parte 1a;
12 - “Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes em 1893” - Imprensa Official de Minas Geraes, Ouro Preto, 1.894, págs. 27/29;
13 - “Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes - 1895” - Imprensa Official de Minas Geraes, Ouro Preto, 1.895, págs. 26/28;
14 - “Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes - 1911” - Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, Bello Horizonte, 1.911, pág. 297;
15 - “Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes - 1915” - Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, Bello Horizonte, 1.915, pág. 342:
16 - “Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes - 1922” - Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, Bello Horizonte, 1.922, pág. 52;
17 - “Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes - 1923” - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.924, págs. 255, 309 e 324/316;
18 - “Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes - 1924” - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.925, págs. 52/210 e 392;
19 - “Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes - 1927” - vol. I - Imprensa Official do Estado, Bello Horizonte, 1.928, pág. 435;
20 - “Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes - 1928” - Imprensa Official de Minas, Bello Horizonte, 1.929 - págs. 77/80, 90/91, 519 e 672;
21 - “Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes - 1929” - Imprensa Official de Minas Geraes, Bello Horizonte, 1.930, págs. 17/19;
22 - Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes - 1930" - Imprensa Official do Estado, Bello Horizonte, 1.930, págs. 302, 333/334 e 370/371;
23 - “Coleção das Leis e Decretos de 1936 - Estado de Minas Gerais” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.938, págs. 938/939;
24 - Coleção dos Decretos-Leis e Decretos de 1938" - vol. I - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.940, págs. 559/610;
25 - “Compilação de Leis, Decretos, Regulamentos e Contractos relativos ás Estradas de Ferro do Estado de Minas Geraes (1835/1901)” - Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, Bello Horizonte, 1.902, págs. 687 a 707;
26 - “Relatorio que ao Illmo. e Exmo. Sr. Dr. Theophilo Ottoni apresentou ao passar-lhe a administração no dia 31 de Março de 1882 o Exmo. Sr. Conselheiro Conego Joaquim José de Sant’Anna, 2º Vice-Presidente da Provincia” - Typ. de Carlos Andrade, Ouro Preto, págs. 44/45;
27 - “Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Dr. Arthur da Silva Bernardes, ao Congresso Mineiro, em sua 4ª sessão ordinária da 8ª legislatura no anno de 1922” - pág. 83;
28 - Raul Soares de Moura - “Mensagem ao Congresso Mineiro, lida na abertura de sua 2ª sessão ordinária da 9ª legislatura - 1924” - págs. 154/155;

29 - “Congresso Mineiro - 3ª sessão ordinária da 9ª legislatura - Mensagem apresentada por Fernando de Mello Vianna, Presidente do Estado de Minas Geraes” - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.925, págs. 286/287 e 317/318;
30 - “Congresso Mineiro - 4ª sessão ordinária da 9ª legislatura - Mensagem apresentada por Fernando de Mello Vianna, Presidente do Estado de Minas Geraes” - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, pág. 267;
31 - Antônio Carlos Ribeiro de Andrada - “Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado de Minas Geraes ao Congresso Mineiro e lida na abertura da 2ª sessão ordinária da 10ª legislatura” - Imprensa Official de Minas, Bello Horizonte, 1.928, pág. 153;
32 - Antônio Carlos Ribeiro de Andrada - “Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado de Minas Geraes ao Congresso Mineiro e lida na abertura da 3ª sessão ordinária da 10ª legislatura” - Imprensa Official de Minas, Bello Horizonte, 1.929, pág. 176;
33 - Antônio Carlos Ribeiro de Andrada - “Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado de Minas Geraes ao Congresso Mineiro e lida na abertura da 4ª sessão ordinária da 10ª legislatura” - Imprensa Official de Minas, Bello Horizonte, 1.930, págs. 236/237;
34 - “Diário Oficial da União” - 22/3/1.938 - secção I - pág. 5.351;
35 - “Diário Oficial da União” - 31/8/1.940 - secção I - pág. 16.766;
36 - “Folha Machadense” ns. 366 - 22/8/1.981 - pág. 1;
368 - 6/9/1.981 - págs. 1 e 40;
37 - “Luminar Machadense” ns. 15 - 10/1/1.954 - pág. 2;
44 - 29/5/1.955 - pág. 4;
38 - “Machado-Jornal” ns. 16 - 14/4/1.928;
45 - 4/11/1.928 - pág. 2;
39 - “Minas-Geraes” de 31/1/1.896 - pág. 5;
30/4 e 1/5/1.923 - págs. 6 e 7;
40 - “Monitor Sul-Mineiro” ns. 1134 - 16/10/1.892 - pág. 1;
1152 - 5/3/1.893 - pág. 2;
41 - “O Machadense” ns. 684 - 25/5/1.958 - pág. 1;
706 - 2/11/1.958 - pág. 4;
725 - 15/3/1.959 - pág. 4;
42 - “O Município” nº 16 - 4/9/1.923 - pág. 1.

B - **secundárias**

1 - Amélio Garcia de Miranda - “A História de Três Pontas” - Editora JC, Belo Horizonte, 1.980, pág. 41;
2 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanak Sul-Mineiro para 1884” - Typographia do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.884, págs. 54/55;
3 - Carlos Legnani - “Histórias da Nossa História”, cap. VI - na “Revista do 1º Centenário de Machado” nº 6, págs. 6/7;
4 - Daniel de Carvalho - “Estudos e Depoimentos” - Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1.953, pág. 114;
5 - Demerval José Pimenta - “Evolução do Sistema Viário da Capitania e Província de Minas Gerais” - na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas

Gerais", vol. XIV, 1.970 - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.974, págs. 29/91;
6 - Homero Benedicto Ottoni - "Poços de Caldas" - Ed. Anhambi S/A, São Paulo, 1.960, págs. 260/262;
7 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, págs. 23/24;
8 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 73/74;
9 - João Rodrigues de Carvalho - "Machado Pitoresco e Crônicas" - Tipolitografia Escola Profissional, Pouso Alegre, 1.979, págs. 77/84 e 91;
10 - Joaquim Floriano de Godoy - "A Província do Rio-Sapucahy" - Typ. Universal de Laemmert & C., Rio de Janeiro, 1.888, págs. 67/68;
11 - José Bento Monteiro Lobato - "Barca de Gleyre" - Editora Brasiliense, 14ª edição, São Paulo, 1.972, pág. 123;
12 - José Matzner - "Guia do Sul de Minas" - Oficinas Gráficas da S/A Folha de Minas, Belo Horizonte, págs. 164, 165 e 170;
13 - Loreto Ribeiro de Abreu - "Relatorio sobre o estado da administração da Justiça - Comarca de Santo Antonio do Machado" - publicado no "Minas-Geraes" de 24/3/1.897, págs. 2/3;
14 - Luiz Teixeira Bittencourt Sobrinho - "Memoria Justificativa do Projecto de Estrada de Ferro do Sul de Minas á S. Paulo" - Typ. do "Diário do Brasil", Rio de Janeiro, 1.883, págs. 3, 4, 9 e 14;
15 - Maria Lúcia Prado Costa - "A Companhia Estrada de Ferro Muzambinho (1887-1910) no contexto do desenvolvimento ferroviário do Sul de Minas (1870-1910)" - datilografado, U.F.M.G., 1.985;
16 - Nélson de Senna - "A Terra Mineira" - Pimenta de Mello & Comp., Rio de Janeiro, 1.923, pág. 312;
17 - Nélson de Senna - "Annuario de Minas Geraes" - 1.906 - pág. 180;
18 - Nélson de Senna - "Annuario de Minas Geraes" - 1.907 - págs. 218 e 475;
19 - Nélson de Senna - "Annuario Historico-Chorographico de Minas Geraes" - 1.909 - pág. 626;
20 - Nélson de Senna - "Annuario de Minas Geraes" - 1.911 - págs. 160/171;
21 - Nélson de Senna - "Annuario de Minas Geraes"- 1.913 - pág. 521;
22 - Nélson de Senna - "Annuario de Minas Geraes" - 1.918 - tomo II - pág. 911;
23 - Pitágoras Fernandes - "O trem partiu. Definitivamente, partiu." - poesia publicada na "Folha Machadense" nº 1.228 - 31/10/1.998 - pág. 7;
24 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje" - III e VII-2;
25 - Rodolpho Jacob - "Minas Geraes no XXº Seculo" - vol. I - Impressores: Gomes, Irmão & C. - Rio de Janeiro, 1.911, págs. 519/520 e 581/583;
26 - "site" na Internet: http://www.estacoesferroviarias.com.br;
27 - Vasco de Castro Lima - "A Estrada de Ferro Sul de Minas - 1884-1934" - Copag, São Paulo, 1.934;
28 - Victor Silveira (organizador e editor) - "Minas Geraes em 1925" - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, págs. 295/298 e 304.

****

O TRANSPORTE AÉREO

1) - Antecedentes.
2) - A construção e os primeiros anos do Aeroporto.
3) - As linhas aéreas regulares.
4) - O abandono e a utilização esporádica do Aeroporto.

****

1 - **Antecedentes**.

Em 1.937, o "*Jornal do Machado*" cogitou de ser construído aqui um campo de aviação. Disse que o ponto ideal para isso era o alto do pasto em que se localizava a residência de Euclydes de Souza Dias, mas apontou como alternativa terreno à margem da estrada da Caiana, perto da chácara de Joaquim Paulino da Costa. Asseverou que o Governo estava interessado no assunto, e que em breve cá viriam técnicos para escolha do local.

Ao que consta, Clóvis de Araújo Dias foi o primeiro machadense a dirigir uma aeronave, tendo obtido o "*brevet*" em 1.942, na cidade de Campinas. De lá, no mesmo ano, trouxe um monomotor até Pouso Alegre e Paraguaçu, regressando dois dias depois, após sobrevoar nossa Cidade. Ressalte-se ainda que, de acordo com a "*Tribuna Machadense*" 110, a primeira mulher a pilotar aqui um avião era de Douradinho, membro da família Prado, de origens em Paraguaçu. Não tive confirmação disso.

Conforme nota estampada na "*Folha Machadense*" 903, entre maio e junho de 1.949 inaugurou-se campo de pouso na Fazenda Espírito Santo. Do ato participaram dois aviões do tipo "*teco-teco*", fretados por empresários de São Gonçalo do Sapucaí, voando com populares sobre a Cidade. Na última decolagem, um deles, sem controle, avançou sobre os visitantes, matando

um homem e um adolescente. Em conseqüência disso, a pista foi fechada no mesmo mês.

O "*Guia do Sul de Minas*", editado na época da construção do Aeroporto local, afirmou que aqui já existiam dois pequenos campos de pouso, com pista de terra de 300 por 600 metros, nos distritos de Cana do Reino e Douradinho. No deste, utilizado pouquíssimas vezes por "*teco-tecos*", Jesualdo Maciel fez depois um campo de futebol.

2 - **A construção e os primeiros anos do Aeroporto**.

Nosso Aeroporto foi construído na gestão do Prefeito João Antônio da Costa. Para isso, o Aero-Clube de Machado, presidido por Aprígio Nogueira, adquiriu terreno de 337.500 m2., da Fazenda Muricy, e o doou ao Município. A oferta foi aceita com licença da resolução 6, de 19 de janeiro de 1.950. A obra teve decisivo apoio de Lázaro Cândido Magalhães e do Rotary Club. Afirma-se que a permissão para a abertura foi conseguida por influência do machadense Olympio Domingues Pinto Júnior, na época dentista particular do Presidente Getúlio Vargas. A lei municipal 56, de 1º de junho do mesmo ano, autorizou a assinatura de termo de ajuste com o Ministério da Aeronáutica, para melhoramento e manutenção do Aeroporto. Sua inauguração, pelo vice-prefeito em exercício, José Cândido de Souza Dias, ocorreu no dia 2 de julho seguinte, com a descida da primeira aeronave.

O campo localiza-se à margem da rodovia que liga Machado a Paraguaçu, distante da Cidade treze quilômetros. A pista, com superfície de cascalho, mede 1.200 por 50 metros, tem altitude de 905 metros e, de início, possibilitava o pouso de aviões C-47 ou DC-8, com peso máximo de 11.855 quilos.

O primeiro encarregado do Aeroporto, por período que não posso precisar, foi Américo Rebelo. Decreto sem número, de 2 de janeiro de 1.956, nomeou Bernardino Venerando da Silva para o cargo, que ocupou durante sete meses. Em seguida ele coube a Augustinho Soares, que não teve sucessores.

Depois de grande paralisação, no início de 1.957 se reativou o Aero-Clube, sob a presidência de Clóvis de Araújo Dias. Suas atividades não tiveram seguimento, porém.

3 - **As linhas aéreas regulares**.

Juntamente com o Aeroporto, foi inaugurada em 2 de julho de 1.950 a linha de transporte aéreo, entre Rio de Janeiro e Machado, da *Transcontinental Brasileira S/A*, com vôos bi-semanais, às segundas e quintas-feiras. A empresa tinha aqui como agente Maurício Garcia. Era a seguinte a tabe-

la de horários e preços:
segunda-feira:
13h05 - partida do Rio de Janeiro;
14h40 - chegada a Machado;
14h55 - partida de Machado;
16h30 - chegada ao Rio de Janeiro.
quinta-feira:
7h35 - partida do Rio de Janeiro;
9h10 - chegada a Machado;
9h25 - partida de Machado;
11h00 - chegada ao Rio de Janeiro.
preços:
passagem de ida - Cr$278,40;
passagem de ida e volta - Cr$504,80;
meia passagem de ida - Cr$148,40;
meia passagem de ida e volta - Cr$296,80;
passagem de ida no colo - Cr$44,40;
passagem de ida e volta no colo - Cr$88,80;
encomenda - Cr$1,50 por meio quilo;
carga - Cr$0,90 por meio quilo.

Ainda em 1.950, aqui operou por pouco tempo a empresa *Aerovias Brasil*, agenciada por Maurílio Carneiro Dias, com linhas para Belo Horizonte e São Paulo. Em dezembro daquele ano, o Rotary Clube diligenciava junto a ela para reativá-las. Haviam sido canceladas por serem más as condições do Aeroporto.

Em março de 1.951, o Rotary Club ofereceu ao Município mobília para a sala de espera do Aeroporto. Seu "*Boletim*" dos dois meses seguintes noticiou que a Cidade estava sem linhas aéreas regulares, e que iria auxiliar o Prefeito em gestões junto à *Aerovias* e à *Transcontinental*, para obter sua volta.

Em março de 1.952, o Vereador Euclydes de Souza Dias propôs que a Prefeitura subvencionasse dois vôos semanais da *Real S/A Transportes Aéreos*...

Operava aqui em 1.954 a *Nacional Transportes Aéreos*, tendo como agente Paulo Carneiro Dias. Mantinha viagens, com transporte de cargas e passageiros, para São Paulo (às terças e quintas-feiras) e Belo Horizonte (às quartas e sextas-feiras). A lei local 157, de 17 de novembro daquele ano, autorizou lhe fosse doado terreno para construir estação de passageiros. Não se conseguiu que abrisse linha para o Rio. Em 1.957 o serviço ainda se mantinha.

No segundo semestre de 1.959, estando já de novo paralisado o Aeroporto, a *Real Transportes Aéreos* aqui instalou uma agência,

dependente da de Alfenas. Localizava-se na Praça Antônio Carlos, 228, e estava a cargo de Olímpio Abrão. Vendia passagens e despachava encomendas para qualquer parte do País. A empresa afirmou, então, que poderia fazer escala regular de seus aviões no campo local se o movimento fosse compensador, o que nunca ocorreu. A própria sub-agência teve curta duração.

4 - **O abandono e a utilização esporádica do Aeroporto**.

A partir do final da década de cinqüenta, o Aeroporto, sem uso regular, ficou abandonado. Só raramente nele descem pequenas aeronaves.

Em 1.961, grupo composto por Antônio Romanelli, Clóvis de Araújo Dias, Luís Romanelli, Marcelo Carvalho Vieira e Maurício Garcia quis recriar o Aero-Clube e construir um hangar em nosso campo. A iniciativa limitou-se a uma ou duas reuniões e à promessa de promover revoada de aviões "*de vários estados da Federação*" e saltos de pára-quedistas, para despertar o entusiasmo do povo...

Na década de sessenta, o Aeroporto quase só foi lembrado por razões policiais, ao servir a contrabandistas. No início da seguinte foi mais utilizado, em face da construção de rodovias e da renovação cafeeira. A Prefeitura, por isso, tratou de conservar sua pista, embora sem regularidade. A casa de espera, sem uso, chegou a servir de pocilga! Em 1.975 houve nele curso de aviação agrícola, patrocinado pelo Ministério da Agricultura, e curso de pilotagem de pequenos aviões, a cargo do Aero-Clube de Varginha. O último foi suspenso pelo abuso de aprendizes, que fizeram vôos rasantes sobre a Cidade. No mesmo ano, a resolução da Câmara nº 3, de 18 de novembro, deu ao Aeroporto o nome de "*Dr. Aprígio Theódulo Nogueira*". Na época, J. C. de Araújo Dias passou lista de contribuições para reforma dele e encaminhou o dinheiro à Prefeitura, que não fez o serviço.

Em 1.976, a imprensa noticiava estar o local novamente em abandono, tendo sido retirados da casa de recepção o telhado e o assoalho. Reiniciaram-se, mas não tiveram continuidade, as aulas do Aero-Clube de Varginha. Delas participavam, entre outros, Ademar Caixeta, Carlos Alberto Pereira Dias, Hamílton Moreira Guerra, João Antônio da Costa Neto, José Aprígio Garcia, José Cláudio de Araújo Dias, José Marcos Vieira Dias, Paulo Afonso Campos, Petrônio da Silva Bollins e Warney Penha. Esse grupo tentou, sem sucesso, recriar o Aero-Clube da Cidade, filiado ao de Varginha.

Em 1.977, mais uma vez, a "*Folha Machadense*" dava conta do lastimável estado do campo: da casa de recepção, semi-destruída, fora retirado o telefone; 1/3 da pista havia sido tomado pelo capim; o balizamento e a *biruta* tinham desaparecido.

No início de 1.979, a família de José Maciel Dias adquiriu um avião *Corisco*, de quatro lugares. Em julho seguinte estabeleceu-se aqui a empresa de táxi aéreo "*Facta - Fabiano de Cristo Táxi Aéreo*", pertencente ao Comandante Reginaldo Reis, ex-piloto da CAPEMI. Dispunha de um bimotor *Piper-Asteca*, e montou escritório na antiga residência de Mauro Guerra, na Praça Antônio Carlos. Nos meses seguintes propôs-se a fazer linhas regulares para Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Capelinha, mas não teve êxito e encerrou logo as atividades.

Entre os anos de 1.979 e 1.980, com interrupções, o Prefeito Pereira Dias fez reformas no Aeroporto, melhorando a pista, reformando a casa de recepção, adquirindo novo telefone, construindo hangar e casa para zelador. Foi autorizado a isso pela lei 374, de 4/7/79. Em 1.982 alugou-o aos Irmãos Ribeiro, bataticultores de Andradas, pela insignificante quantia de Cr$25.000,00 mensais. Procurou justificar-se, afirmando que com isso daria emprego a dez saqueiros. Depois o contrato foi rescindido, com permissão da lei 550, de 12/6/84. Na mesma data, a lei 551 autorizou a cessão em comodato de área no campo de aviação à Cooperativa Agrária de Machado, para instalação de minidestilaria de álcool.

Em 1.990, a Escola de Aeronáutica de São José dos Campos utilizou nosso campo para treinamento de pára-quedistas. O mesmo fez em 1.995 o Aero-Clube de Guaxupé. Nos últimos anos do milênio, instalou-se no local a empresa Geostash Produtos, Insumos e Serviços Ltda., favorecida pelas leis 1.134/97 e 1.179/98, e pelo decreto 1.387/98. Assinale-se, por derradeiro, que em 1.999 a C.P.I. do Narcotráfico, da Câmara Federal, apontou nosso Aeroporto como um dos três mineiros vulneráveis ao tráfico de drogas, com os de Guaxupé e Varginha.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de atas ns. 2 e 7;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 6, 7, 18 e 20;
3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - pasta de resoluções;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de leis e resoluções nº 8;
5 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de decretos e portarias nº 6-A;
6 - Arquivo Público Machadense - pasta "folhetos distribuídos por autoridades";
7 - Boletim Mensal do Rotary Club de Machado ns. 12 - set. de 1.950 - pág. 4;
15 - dez. de 1.950 - pág. 2;

18 - mar. de 1. 951 - pág. 2;
19/20 - abril/maio de 1.951;
8 - "Folha Machadense" ns. 31 - 27/10/1.974 - pág. 1;
69 - 10/8/1.975 - págs. 6 e 8;
83 - 16/11/1.975 - pág. 8;
84 - 23/11/1.975 - pág. 8;
98 - 14/3/1.976 - pág. 8;
120 - 15/8/1.976 - pág. 1;
166 - 25/6/1.977 - pág. 10;
182 - 23/10/1.977 - pág. 7;
246 - 18/2/1.979 - pág. 1;
260 - 27/5/1.979 - pág. 1;
266 - 8/7/1.979 - pág. 1;
274 - 2/9/1.979 - pág. 1;
275 - 13/9/1.979 - pág. 11;
302 - 17/5/1.980 - pág. 8;
331 - 21/12/1.980 - pág. 1;
639 - 28/2/1.987 - pág. 13;
649 - 2/5/1.987 - pág. 10;
819 - 13/9/1.990 - suplemento;
903 - 16/5/1.992 - pág. 2;
1060 - 8/6/1.995 - págs. 1 e 3;
1187 - 10/1/1.998 - pág. 15;
1216 - 8/8/1.998 - pág. 10;
1223 - 26/9/1.998 - pág. 13;
9 - informações pessoais de Bernardino Venerando da Silva, Maurílio Carneiro Dias e Nézio Pereira;
10 - "Jornal do Machado" nº 11 - 11/7/1.937 - pág. 1;
11 - "Luminar Machadense" ns. 34 - 14/11/1.954 - pág. 4;
44 - 29/5/1.955 - pág. 4;
71 - 28/2/1.957 - pág. 2;
12 - "O Estado de São Paulo" - exemplares de 18/1/1.969 e 22/9/1.999;
13 - "O Imparcial" ns. 49 - 1/10/1.950 - pág. 2;
117 - 4/4/1.954 - pág. 4;
126 - 24/10/1.954 - pág. 4;
14 - "O Machadense" ns. 752 - 4/10/1.959 - pág. 4;
828 - 7/5/1.961 - pág. 1;
51 - 27/2/1.972 - pág. 1;
56 - 2/4/1.972 - pág. 1;
15 - "site" na Internet: http://www.der.mg.gov.br;
16 - "Tribuna Machadense" ns. 63 - 12/9/1.982 - pág. 1;
110 - 5/2/1.987 - pág. 6.

B - **secundárias**

1 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", cap. VI - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 6, págs. 7 e 24;

2 - INDI e Prefeitura Municipal - “Machado - Informações Básicas para Investidores” - março de 1.976 - pág. 17;
3 - João Rodrigues de Carvalho - “História de Machado” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, pág. 141;
4 - José Matzner - “Guia do Sul de Minas” - Oficinas Gráficas da S/A Folha de Minas - Belo Horizonte, 1.950, pág. 169;
5 - José Renato Ferreira Roux (editor) - “Geo EconoVias” - 1ª ed. - São Paulo, 1.959, pág. 748;
6 - Revista “Machado de Ontem e de Hoje” - II-4.

****

CORREIOS E TELÉGRAFOS

1) - A agência de Machado no século XIX.
2) - A agência de Machado na primeira metade do século XX.
3) - A agência de Machado na segunda metade do século XX.
4) - Agentes e outros funcionários postais de Machado.
5) - A agência e agentes postais de Douradinho.
6) - Machadense na Administração Regional da Campanha.

****

1 - **A agência de Machado no século XIX**.

Conforme Xavier da Veiga, o serviço do Correio em Minas Gerais teve início em 20 de janeiro de 1.798, por alvará do Governador Bernardo José de Lorena. Ele criou agências em cada uma das cabeças de comarca: Sabará, São João del Rei, Serro e Vila Rica. Criou também um cargo de estafeta, com a obrigação de conduzir as malas até o Paraibuna, em bestas próprias, e de receber lá as que vinham do Rio de Janeiro.

No "*Relatório*" de Saldanha Marinho, de junho de 1.867, está a mais antiga referência que encontrei ao serviço postal em nossa terra. Tratando das linhas do Correio na Província de Minas Gerais, indica entre as de quarta classe a de Vila Formosa a Santo Antônio do Machado e Caldas. Tinha a extensão de 83 quilômetros, percorridos em dois dias e uma hora. Faziam-se nela 60 viagens anuais.

Assis Martins, no "*Almanack*" de 1.869 para servir em 1.870, noticiou que as malas do Correio em Santo Antônio do Machado chegavam às 8 horas da noite nos dias 3, 6, 9, 12, 15, 18, 21, 24, 27 e 30, e partiam às 6 horas da manhã nos dias 2, 5, 8, 11, 14, 17, 20, 23, 26 e 29, isso nos meses de

abril a janeiro. Chegavam e saíam nos dias anteriores no mês de fevereiro, e nos posteriores no mês de março.

Saturnino da Veiga, em 1.874, assinalou que o correio vindo da Campanha, condutor de toda a correspondência para a povoação de Santo Antônio do Machado, aqui chegava nos dias 3, 9, 15, 21 e 27 de todos os meses, com exceção de fevereiro (em que chegava um dia antes) e de março (em que chegava um dia depois). Vindo de Alfenas, partia daqui para a Campanha nos dias 5, 11, 17, 23 e 29, havendo igualmente nos meses de fevereiro e março a modificação de um dia antes ou depois. Informou ainda que a agência local rendia anualmente a quantia de 160$000, e em média, por cada correio, recebia vinte cartas e expedia quinze. Havia aqui então 120 assinantes de 20 jornais diversos.

Em outubro de 1.875, o Correio Geral de Ouro Preto expediu edital para contratar o serviço de condução de malas em três linhas. A segunda compreendia a estação da Boa Vista, Capivari, Pouso Alto, Carmo, Cristina, Lambari, Águas Virtuosas, Campanha, Santo Antônio do Machado, Douradinho, Alfenas, Águas do Caxambu e Baependi. Estabeleceu-se que nela se fariam dez viagens mensais, e que o peso máximo das malas, tanto na ida como na volta, ficaria limitado a 120 quilos. Estipulou-se, ainda, que os empresários vencedores da licitação mandariam conduzir as malas de todas as linhas em cargueiros tangidos por estafetas a pé...

Em julho de 1.880, foi publicado edital para contratação do serviço de condução de malas na linha de Campanha, Machado, Alfenas e Cabo Verde, entre outras. Dois anos depois, anunciou-se que o transporte de malas da Campanha para Douradinho, Machado, Alfenas, Cabo Verde, Varginha e Três Pontas seria feito de quatro em quatro dias.

O "*Almanak Sul-Mineiro para 1884*" informou que o correio da Campanha a Alfenas passava em Santo Antônio do Machado de quatro em quatro dias, levando a correspondência da Corte. Acrescentou haver outra linha, de seis em seis dias, daqui para São Gonçalo do Sapucaí, passando pelo Machadinho.

No início de 1.886, a linha de Campanha a Machado tinha três empregados, que faziam viagens de dois em dois dias, com sustento por sua conta, utilizando seis animais. O custo mensal da linha montava em 268$000.

Pediu-se pela imprensa, em novembro de 1.889, a criação de uma linha de correio entre Machado e Carmo da Escaramuça. Apontou-se a anomalia de que a correspondência remetida daquele para este fosse antes à Campanha, a Três Corações, a Varginha e à Mutuca, para só então chegar ao destino.

No segundo semestre de 1.891 ocorreram diversas alterações nas linhas sul-mineiras, e passou a haver correio de dois em dois dias

entre Três Corações, Mutuca, Carmo da Escaramuça e Machado; de três em três entre Machado, Conceição da Boa Vista e São José dos Botelhos; de três em três dias entre Machado e Douradinho.

2 - **A agência de Machado na primeira metade do século XX**.

Depois de 1.906, a agência local esteve instalada em casa de João Augusto de Souza Westin, na Rua XV de Novembro. Ignoro até quando lá ficou.

A linha postal do Machado a Pontalete foi criada em 1.913. A resolução da Câmara 222, de 15 de outubro daquele ano, concedeu auxílio ao arrematante dela. Seu valor foi elevado pelas resoluções 254/16 e 261/17.

Conforme "*O Popular*", em 1.927 a agência local era de terceira classe (classificação que já possuía em 1.913). Tinha movimento médio mensal de 600 malas - recebidas, expedidas ou em trânsito. Distribuía na Cidade cerca de 900 jornais e 3.500 cartas por mês, e repassava correspondência para Douradinho e Jimirim.

Teve início em 8 de novembro de 1.928, segundo anotações de Oscar Fernandes, a vinda do correio pela Estrada de Ferro Machadense.

De acordo com o "*Annuario Estatistico*" da Secretaria da Agricultura, em 1.925 já existia a estação telegráfica da Caiana, pertencente à rede da E. F. Machadense - o que parece equivocado. O decreto federal 20.859, de 28 de dezembro de 1.931, fundiu os serviços postais com os telegráficos, extinguindo as repartições do Telégrafo Nacional e criando o Departamento dos Correios e Telégrafos.

Homero Costa afirma que o telégrafo, com linha vinda de Paraguaçu, se instalou aqui por volta de 1.934. Isso, todavia, só ocorreu alguns anos depois. Em outubro de 1.937, o "*Jornal do Machado*" noticiou que certo deputado incluíra no orçamento dotação para construir a linha telegráfica local. Comentou que Machado há muito se ressentia da falta desse serviço, e que sua vinda seria "*um acontecimento*"...

Em 1.937, conforme o álbum da *Semana Ruralista*, a agência local expedia malas diariamente para o Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Poços de Caldas e Jimirim; a cada dois dias para Douradinho; e a cada três dias para Cana do Reino.

Inaugurado o Hotel Limeira em 1.941, na sua parte inferior - Rua Professor Francisco Raphael, 12 - instalou-se a agência dos Correios e Telégrafos. Até então ela ficava na mesma rua, do lado oposto, em casa per-

tencente a Nélson Garcia.

3 - **A agência de Machado na segunda metade do século XX.**

No início de 1.954, os trens da R.M.V. passaram a vir apenas três vezes por semana à Cidade. Sugeriu-se na Câmara, por isso, que os malotes do Correio fossem transportados pela empresa de ônibus, que fazia viagens diárias a Poços de Caldas e a Varginha. Ignoro se ocorreu então a mudança.

Longa foi a espera até que se construísse sede própria para a repartição do serviço em estudo. A lei local 162, de 18 de novembro de 1.954, autorizou a aquisição de terreno para a obra. A lei 172, de 23 de junho do ano seguinte, declarou de utilidade pública, para desapropriação, imóvel sito na esquina das ruas 21 de Abril e Joaquim Teófilo, pertencente a Ezequiel Ferreira Lima e Délio de Carli, destinado a ela. A lei 200, de 21 de fevereiro de 1.957, autorizou o Município a doar o referido terreno à União, que o aceitou com base no decreto federal 47.266, de 19 de novembro de 1.959.

Naquele ano, segundo "*Geo Econovias*", a agência postal e telegráfica da Cidade se classificava em terceira classe; a agência postal da Vila, em quarta.

No final da década de cinqüenta e início da de sessenta, avolumaram-se as queixas ao serviço postal na Cidade. A correspondência, vinda pelo trem, chegava sempre atrasada. A agência só tinha dois carteiros, insuficientes para a entrega das cartas e telegramas. Os funcionários queixavam-se da sede acanhada, úmida, sem ventilação e sem instalações sanitárias.

Registre-se, entre parênteses, que o decreto federal 509, de 20/3/69, transformou o D.C.T. na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, vinculada ao Ministério das Comunicações.

A construção do prédio atual só teve início em fins de 1.973; ele foi inaugurado no dia 3 de julho do ano seguinte.

No centenário da Cidade, em 1.981, os Correios lançaram carimbo comemorativo. Na mesma época, a Administração Regional da Campanha e a Prefeitura promoveram exposição filatélica, no prédio da Fundação Educacional. Em setembro de 1.989, os Correios organizaram outra exposição filatélica, na Biblioteca Municipal.

Foi inaugurada em 1º de dezembro de 1.992, na Avenida Arthur Bernardes, a *Agência Postal Sanclar*, sob o sistema de franquia, pertencente a Rúbens Westin Pinto Garcia. Ela presta todos os serviços das agências oficiais, exceto entrega e transporte de correspondência.

4 - **Agentes e outros funcionários postais de Machado**.

Segundo os almanaques de Assis Martins, ao menos entre 1.869 e 1.875 foi agente do Correio em Machado **Joaquim Martins de Souza**, permanecendo vago o cargo de ajudante.

João Pio Westin foi nomeado agente por ato de 5 de outubro de 1.880, e ignoro até quando esteve em exercício. Em abril de 1.882, o "*Monitor Sul-Mineiro*" noticiou ter sido exonerado o agente local **Antônio Odorico Gonçalves de Moura**, e nomeado para substituí-lo **José Joaquim Ferreira**. Em 17 de abril de 1.883 ocorreu a nomeação de **José Pereira Arantes**. Foi exonerado em 8 de março de 1.886, data em que se designou para o posto **João Moreira de Carvalho**. Em 22 de março de 1.887 ocorreram a exoneração deste por incompatibilidade, e a nomeação para o cargo de **Rita de Cássia Moreira Guerra**.

Data de 20 de agosto de 1.889 o ato de nomeação, para coletor e agente do Correio em Machado, do **Capitão Francisco Herculano Villas Boas da Gama**. Pouco permaneceu no segundo posto, pois já em dezembro do mesmo ano o "*Monitor*" noticiava a nomeação, para ele, de **Francisco Bernardes Pereira**.

Em 29 de março de 1.894 foi nomeado agente local do Correio **José Joaquim dos Santos Silva Júnior**. Exonerou-se em julho de 1.896, por ser coletor geral, sendo nomeado em seu lugar **Alberto do Rego Cavalcanti**. Um mês depois este obteve também exoneração, sendo substituído por **Maria América de Oliveira**. Em outubro seguinte foi tornada sem efeito a nomeação dela, sendo designada para o posto **Alice Pimentel Cavalcanti**.

No mês de maio de 1.905 **Theodolinda Guerra** reintegrou-se no cargo em estudo, conforme "*O Machadense*". Ignora-se porque havia sido antes exonerada.

Em 9 de maio de 1.906 ingressou no Correio **Idalina Cândida Westin**, trabalhando ao lado do marido **João Augusto de Souza Westin**. Ela permaneceu por vários anos à frente da agência local, e aposentou-se em 20 de janeiro de 1.943.

Registre-se, ainda, que em 1.918 **Joaquim de Assis Rodrigues** trabalhava como estafeta na linha da Cidade ao Machadinho - a resolução da Câmara 288, de 18 de julho daquele ano, concedeu-lhe auxílio para o exercício do cargo. Em 1.921, seu posto era ocupado por **Octávio Olympio Ferreira**. Residente em Paraguaçu, **Máximo Alves da Silva** (ao qual já se fez referência em capítulo relativo ao transporte rodoviário) foi o responsável pela linha postal de Machado à estação do Pontalete, na década de vinte.

No início da década de quarenta, vindo de fora, assu-

miu o cargo de agente **Antenor de Holanda Cavalcanti**. Sucedeu-lhe seu filho, **Jurucey Cavalcanti**.

No primeiro quadrimestre de 1.975, sob a alegação de necessidade de renovação dos quadros e dinamização do serviço, seis funcionários da agência local foram postos em disponibilidade remunerada: Ary Pereira Caixeta, Durval Martins Ramos, Francisco Rafael Swerts de Carvalho, Indaiá Cavalcanti, José da Cruz Silva e Jurucey Cavalcanti. Assumiu então a chefia **Aderbal da Silva**, vindo de fora. Um ano depois, o comando estava a cargo de **Luiz Américo Costa**. No primeiro semestre de 1.980, o posto passou a **Francisco José Bibiano Filho**. Desde 1.989 até o final do período estudado esteve à testa da agência local **Mary Auxiliadora Gonçalves Vieira**.

5 - **A agência e agentes postais de Douradinho**.

O "*Monitor Sul-Mineiro*", em janeiro e fevereiro de 1.883, noticiou que Douradinho continuava privado de correio regular. Acrescentou que havia muito tempo, por sua conta e vontade, não passava lá o estafeta de Alfenas. Desprezando a linha demarcada, ele seguia para Pouca-Massa, onde deixava à mercê de portadores obsequiosos a correspondência para aquela freguesia.

No mesmo sentido, manifestou-se na página 244 o "*Almanak Sul-Mineiro para 1884*":

> *"A freguezia não tem correio regular, pois o estafeta que da Campanha segue para o Machado e Alfenas de quatro em quatro dias, nem sempre passa pelo Douradinho. Os habitantes do lugar têm debalde reclamado providencias com as quaes alcancem melhoramento tão facil como este, que somente depende de uma ordem para que o estafeta passe sempre por ali. Entretanto até em causa tão simples não se attende á população de um lugar como este que bem merece tão insignificante favor."*.

Quando se editou a obra por último referida, era encarregado do Correio no Douradinho **Ricardo Rodrigues de Figueiredo**. A agência da Povoação foi criada por portaria de 18 de dezembro de 1.884. Em 28 de abril do ano seguinte, foi nomeado seu agente **Innocêncio José Teixeira**.

Em julho de 1.890, o "*Monitor*" noticiou a nomeação de **Tertuliano José Teixeira** para agente do Douradinho. Todavia, ao menos entre janeiro e julho do ano seguinte, o local esteve privado de correio. No segundo semestre foi restabelecida a linha para Machado, que passou a funcionar de três em três dias. Em 24 de outubro de 1.892, Tertuliano voltou a ser nomeado para o posto. Em 19 de junho de 1.893, ocorreu a nomeação para ele de **Sabino José**

Pereira. Este foi exonerado, e em setembro do mesmo ano substituído por **Justo Antônio Maciel**.

O "*Monitor*" noticiou em julho de 1.896 ter sido suprimida a linha de correio entre Machado e Douradinho, e criada outra, entre Escaramuça e Douradinho, passando por Pouca-Massa.

Em 22 de março de 1.912, o "*Minas-Geraes*" publicou a nomeação, para agente do Correio de Douradinho, de **Isaura Luíza Laponi**, para substituir **Anna Eulália Pereira**, exonerada a pedido.

Conforme "*Geo Econovias*", em 1.959 a agência postal de Douradinho classificava-se em quarta classe. Em meados de 1.989 ela foi fechada por causa do pouco movimento, dando lugar a simples posto.

O decreto local 1.557, de 30 de dezembro de 1.999, permitiu à E.B.C.T. o uso precário de cômodo comercial do Município, na Praça Belo Horizonte, 35, em Douradinho.

6 - **Machadense na Administração Regional da Campanha**.

As agências postais de Machado subordinam-se à Administração Regional da Campanha, criada em 1.893. O cidadão honorário machadense **Abel Faleiro** foi diretor dela, entre 2/4/62 e 2/4/64. Na sua gestão inaugurou-se o correio rodoviário entre Três Corações e Alfenas; criaram-se 16 postos de correio; mudaram-se as linhas da região a ser inundada por Furnas; abriram-se serviços de relações públicas, de manutenção e de planejamento. Na agência local foi inaugurado teletipo. Houve promessas não concretizadas de construção da sede própria e de inauguração de postos de correio na Vila do Céu ou no Bairro da Ponte. O jornal da Cidade chegou a promover abaixo-assinado para isso. Também se anunciaram postos na Barra e na Caiana, que não foram instalados.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - "Annuario Estatistico" da Secretaria da Agricultura de Minas Gerais - anno II (1.922-1.925) - Imprensa Official - Bello Horizonte - 1.929, pág. 582;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de atas ns. 1, 2 e 3;

3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 7 e 8;
4 - Arquivo Público Machadense - livro 64: “Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919”;
5 - Arquivo Público Machadense - pasta “documentos de Oscar Fernandes”;
6 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 48: “Registros de títulos dos agentes do Correio - 1878 a 1886” - págs. 27v., 53, 76v. e 94:
7 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 50: “Livro nº 2 de Matrícula de agentes do Correio - 1879 a 1889” - pág. 148v.;
8 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 54: “Registro de títulos de agentes do Correio - 1886 a 1990” - págs. 9 e 61;
9 - Diário Oficial da União - 24/11/1.959 - seção I - pág. 24.651;
10 - “Falla que o Exm. Sr. Dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo dirigio á Assembléa Provincial de Minas Geraes na 2ª sessão da 26ª Legislatura em 5 de julho de 1887” - Typ. de J. F. de Paula Castro, Ouro Preto, 1.887, pág. 64;
11 - Folha Machadense” ns. 4 - 14/4/1.974 - pág. 8;
15 - 3/7/1.974 - pág. 10;
16 - 14/7/1.974 - pág. 8;
55 - 27/4/1.975 - pág. 8;
103 - 16/4/1.976 - pág. 1;
303 - 24/5/1.980 - pág. 1;
367 - 29/8/1.981 - pág. 1;
734 - 14/1/1.989 - pág. 1;
761 - 22/7/1.989 pág. 1;
767 - 2/9/1.989 - pág. 1;
931 - 28/11/1.992 - pág. 1;
932 - 5/12/1.992 - pág. 1;
935 - 24/12/1.992 - pág. 7;
1292 - 29/1/2.000 - pág. 10;
12 - “Jornal do Machado” nº 25 - 31/10/1.937 - pág. 1;
13 - “Minas Geraes” - 24/10/1.892 - pág. 3;
19/6/1.893 - pág. 2;
29/3/1.894 - pág. 2;
22/3/1.912 - pág. 7;
14 - “Monitor Sul-Mineiro” (Campanha) ns. 196 - 10/10/1.875 - pág. 4;
197 - 16/10/1.875 - pág. 3;
198 - 23/10/1.875 - pág. 3;
199 - 30/10/1.875 - pág. 3;
470 - 2/7/1.880 - pág. 3;
567 - 20/4/1.882 - pág. 3;
574 - 2/6/1.882 - pág. 3;
612 - 20/1/1.883 - pág. 3;
618 - 26/2/1.883 - pág. 3;
748 - 17/5/1.884 - pág. 4;
792 - 21/3/1.886 - pág. 3;
847 - 10/4/1.887 - pág. 3;
973 - 8/9/1.889 - pág. 2;

984 - 24/11/1.889 - pág. 3;
989 - 29/12/1.889 - pág. 3;
1016 - 6/7/1.890 - pág. 3;
1084 - 25/10/1.891 - pág. 3;
1136 - 30/10/1.892 - pág. 3;
1167 - 28/6/1.893 - pág. 2;
1179 - 17/9/1.893 - pág. 3;
1204 - 11/4/1.894 - pág. 2;
1288 - 12/7/1.896 - pág. 2;
1290 - 31/7/1.896 - pág. 2;
1292 - 18/8/1.896 - pág. 2;
1293 - 25/8/1.896 - pág. 2;
1297 - 13/10/1.896 - pág. 2;

15 - "O Machadense" ns. 29 - 21/5/1.905 - pág. 2;
709 - 23/11/1.958 - pág. 1;
720 - 8/2/1.959 - pág. 3;
762 - 13/12/1.959 - pág. 1;
847 - 17/9/1.961 - págs. 1 e 3;
910 - 3/3/1.963 - págs. 3 e 5;
915 - 1/9/1.963 - pág. 1;
916 - 8/9/1.963 - pág. 1;
917 - 15/9/1.963 - pág. 1;

16 - "O Popular" nº 24 - 7/8/1.927 - pág. 2;

17 - "Relatorio apresentado ao Vice-Presidente da Provincia de Minas Geraes pelo seu Presidente Joaquim Saldanha Marinho em 30 de junho de 1867" - Typ. Perseverança, Rio de Janeiro, 1.867 - anexo;

18 - "Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Manoel do Nascimento Machado Portella, ex-presidente da Provincia, passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Antonio Teixeira de Souza Magalhães, 1º Vice-Presidente da mesma Provincia no dia 13 de Abril de 1886" - Typ. do "Vinte de Agosto", Ouro Preto, 1.886, pág. 90.

B - secundárias

1 - Antonio de Assis Martins - "Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas-Geraes do anno de 1869 para servir no de 1870" - Typographia do "Diario do Rio de Janeiro" - Rio de Janeiro, 1.870, págs. 47 e 61;

2 - Antonio de Assis Martins - "Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas-Geraes do anno de 1872 para servir no de 1873" - Typographia do "Echo de Minas" - Ouro Preto, 1.873, pág. 75;

3 - Antonio de Assis Martins - "Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas-Geraes do anno de 1874 para servir no de 1875" - Typographia de J. F. de Paula Castro - Ouro Preto, 1.874, pág. 69;

4 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanach Sul-Mineiro para 1874" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.874, págs. 146 e 147;

5 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanak Sul-Mineiro para 1884" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.884, págs. 59, 233, 234 e 244;

6 - Carmegildo Filgueiras e Thomaz de Aquino Araújo - "Os Correios na História

da Campanha" - Oficinas Gráficas das Organizações Santa Edwiges Ltda. - Belo Horizonte, 1.973, págs. 119/135;
7 - Commissão Social da Semana Ruralista e Exposição Regional do Sul de Minas - "O Município de Machado" - Typ. Carlos Meier & Cia. Ltda., Rio de Janeiro, 1.937;
8 - Homero Benedicto Ottoni - "Poços de Caldas" - Ed. Anhambi S/A, São Paulo, 1.960, pág. 101;
9 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente - sem menção de data e local - págs. 25 e 30;
10 - José Pedro Xavier da Veiga - "Ephemerides Mineiras" - vol. I - Imprensa Official do Estado de Minas, Ouro Preto, 1.897, pág. 66;
11 - José Renato Ferreira Roux (editor) - "Geo Econovias" - São Paulo, págs. 448 e 748;
12 - Manoel Francisco Pinto Pereira (organizador) - "O Sul de Minas - Almanach moderno, de propaganda e estatistica" - Centro Sul Mineiro de Propaganda e Estatistica - Villa S. Ferraz - fascículo II - Estabelecimento Graphico Casa Mayença, Cruzeiro, SP, 1.913, págs. 18/19;
13 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje" - II-2.

****

A IMPRENSA - I
(jornais de circulação municipal no século XIX)

1) - Introdução.
2) - Primeiros passos.
3) - Correio do Machado.
4) - O Binóculo.
5) - O Discípulo.
6) - O Patriota.
7) - O Novo Estado.
8) - Sexto Districto.
9) - O Futuro.
10) - O Operário.

****

1 - **Introdução**.

No dia 13 de outubro de 1.823 surgiu em Ouro Preto o primeiro jornal da província de Minas Gerais: o "*Compilador Mineiro*". Seguiram-se-lhe, na mesma cidade, a "*Abelha do Itaculumy*" (janeiro de 1.824) e "*O Universal*" (julho de 1.825). Equivocaram-se J. P. Xavier da Veiga e Mário de Lima ao afirmar que coube ao segundo a primazia de lançamento. Corrigiram-nos, dentre outros, Hélio Vianna, Miguel Costa Filho e Sandoval Campos.

Machado foi a 39ª localidade mineira a editar um periódico. Precederam-na: Ouro Preto (1.823); São João Del Rei (1.827); Diamantina (1.828); Mariana (1.830); Serro (1.830); Pouso Alegre (1.830); Itambé do Serro (1.831); Campanha (1.832); Sabará (1.832); Caeté (1.832); Barbacena (1.836); Tiradentes (1.840); Três Pontas (1.862); Juiz de Fora (1.870); Santa Bárbara (1.872); Itajubá (1.872); São José do Paraíso (1.873); Uberaba (1.874); Caldas

(1.875); Passos (1.875); Baependi (1.876); Além Paraíba (1.877); Leopoldina (1.879); Bagagem (1.881); Pouso Alto (1.881); Alfenas (1.881); Mar de Espanha (1.882); Santa Rita de Cássia (1.882); Pitangui (1.882); Pomba (1.882); Paracatu (1.883); Carangola (1.883); Cataguases (1.884); Araxá (1.884); Tamanduá (1.884); Sacramento (1.884); Montes Claros (1.884); e Rio Novo (1.884).

É preciso ressaltar a penetração que aqui teve o "*Monitor Sul-Mineiro*", da Campanha. Surgiu em janeiro de 1.872, sob a direção de Bernardo Saturnino da Veiga, e durou até novembro de 1.897, na fase inicial. Reapareceu em 1.898, comandado por José Pedro da Costa, que o manteve até 1.918. Suas coleções são fonte imprescindível para o conhecimento da história local. Segundo Alfredo Valladão,

> *"Pelo seu espírito, pela sua feitura, pela sua moderação, tinha no Sul de Minas um prestígio igual ao de que gosava, e de que gosa, no Brasil, o "Jornal do Commercio"; e prestígio esse que repercutia em toda Minas Geraes, algo repercutindo ainda fóra das fronteiras da mesma, na consideração em que era tido, pode-se dizer, por toda a imprensa do paiz".*

Em contrário, e talvez com injustiça, Eduardo Frieiro sustenta que Minas não teve em todo o século XIX uma imprensa periódica de importância. Acrescenta:

> *"Os grandes jornais só são possíveis nos grandes centros, e Minas, estado rural e pastoril, não contava senão algumas pequenas cidades perdidas numa vastíssima área de população rarefeita. A indigência de elementos materiais, o acanhamento do meio, as enormes distâncias que separavam uns dos outros os centros mais povoados, eram fatôres negativos, que reduziam de muito a projeção dos jornais mineiros. Que se há-de dizer então em seu louvor? Diga-se que, pequena e tudo, a imprensa mineira bem mereceu a gratidão pública, pelo desinterêsse dos serviços prestados, elevação dos seus intuitos e bravura moral de suas atitudes.".*

2 - **Primeiros passos**.

Em 9 de dezembro de 1.877, o "*Monitor*" noticiou que cidadãos influentes tratavam de fundar aqui um periódico. A iniciativa não teve êxito, por motivo que ignoro.

3 - **Correio do Machado**.

Foi o nosso primeiro jornal, lançado em 5 de julho de 1.885. A. Cecílio ("*Imprensa de Minas*"), Xavier da Veiga ("*A Imprensa em Mi-*

nas-Geraes") e a "*Revista do Arquivo Público Mineiro*" (ano 3, 1.898) enganaram-se quanto à data do número inicial. Todavia, o mesmo Xavier da Veiga, agora nas "*Ephemerides Mineiras*", corrigiu o erro, sendo acompanhado por O. Torres e Almeida Barbosa.

Foi fundado e dirigido pelo Coronel José Joaquim dos Santos Silva, que também o redigia, com colaboradores diversos. Conforme o "*Monitor*" 756, substituiu o "*Correio de Alfenas*", que na época tivera a publicação suspensa. Ao completar um ano, seu formato aumentou-se.

A hemeroteca do Arquivo Público Mineiro possui duas páginas do nº 42, de 20/5/1.888. Nelas é referido como órgão republicano, dedicado aos interesses sociais, literário, industrial e noticioso. Pertencente à sociedade Silva Filho & Comp., tinha então tipografia e escritório na Rua da Prata.

Despediu-se dos leitores após cinco anos de lutas, sustentadas com inteligência e dedicação, conforme o "*Monitor*" de 7/9/1.890. Isso ocorreu pela falta de pagamento das assinaturas, que forçara o redator e seus filhos, nos últimos meses, a executar pessoalmente o trabalho de composição e impressão.

4 - **O Binóculo**.

Foi o segundo jornal a aparecer em Machado, no ano de 1.886. Nesse sentido: A. Cecílio e Xavier da Veiga, obras adiante citadas; relação na Revista do A.P.M. de 1.898, pág. 224. Nada mais sei a seu respeito.

5 - **O Discípulo**.

Era um periódico manuscrito, de circulação quinzenal, redigido por Anastácio V. Machado e José Ignácio Fernandes. O "*Monitor Sul-Mineiro*" de 18 de agosto de 1.889 noticiou seu surgimento, acrescentando que o prelo já havia sido encomendado. Ignoro se chegou a ser impresso, e quanto tempo durou.

6 - **O Patriota**.

Semanário, surgiu em 15 de novembro de 1.890, redigido por Carlos Alberto Fernandes, Martinho Álvares e Virgílio Wencesláo. O último, pouco depois, foi substituído por José Pereira Arantes. O correspondente no Machadinho era Sebastião Sérvulo Pereira.

Tinha quatro páginas de 28 por 38 cm., com quatro colunas. Usava o lema "Cumpre o teu dever, aconteça o que acontecer". A assina-

tura anual custava 4$000 para a Cidade, e 5$000 para fora.

A hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo possui o nº 6, de 11 de janeiro de 1.891.

7 - **O Novo Estado**.

Órgão republicano federalista, foi também fundado pelo Coronel José Joaquim dos Santos Silva, que era o seu redator. O primeiro número apareceu em 2 de fevereiro de 1.893.

Ainda circulava no ano seguinte, quando saiu "*A Imprensa em Minas-Geraes*", de Xavier da Veiga, que o menciona. Não mais existia em 1.898, ao publicar-se a segunda edição dela.

O A.P.M. tem o nº 1 (relação na Revista, vol. XII, 1.907).

8 - **Sexto Districto**.

Surgiu em meados de 1.894, tendo como redator Adolpho Guimarães Corrêa. Proclamava-se republicano, literário e noticioso. Saía semanalmente, com quatro páginas, de quatro colunas. Era impresso em tipografia própria. A assinatura anual custava 12$000; o número avulso, $200.

Seu nome originou-se do decreto federal 153, de 3 de agosto de 1.893, que dividiu Minas em doze distritos eleitorais. O sexto tinha sede em Campanha, e era composto por treze municípios, entre os quais o nosso.

Celebrou contrato com o agente executivo municipal Eduardo Pio Westin, no término de seu mandato, para publicação dos trabalhos de expediente, leis e resoluções da Câmara. Ele foi considerado nulo pelos vereadores da gestão seguinte, o que gerou polêmica, cujo desfecho ignoro.

Já não existia em 1.898, quando saiu a segunda edição de "*A Imprensa em Minas-Geraes*", de Xavier da Veiga.

A hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo possui seus números 5 (5/9/94), 12 (5/5/95) e 18 (22/8/95 - em duplicata). A do Arquivo Público Mineiro contém o número 8, conforme relação da Revista, vol. 12, de 1.907.

9 - **O Futuro**.

Tenho seu primeiro número, de 1 de outubro de 1.895.

O proprietário Gustavo Fulgêncio Carneiro contava com a colaboração de Antônio Xandó, Coronel Santos Silva, Emiliano Pernetta e Flávio de Salles Dias.

Publicava-se aos domingos, intitulando-se órgão imparcial, comercial, industrial, noticioso e literário. Tinha quatro páginas, de 42 por 30 centímetros. A assinatura anual custava 8$000 na Cidade, e 10$000 fora. Circulou por pouco tempo.

10 - **O Operário**.

Em 5 de janeiro de 1.896, o "*Monitor*" acusou o recebimento desse novo periódico do Machado. Nada mais consegui saber sobre ele.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1893 - partes I e II - Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1.894, págs. 27/33;

2 - "Monitor Sul-Mineiro", Campanha - ns. 307 - 9/12/1.877 - pág. 3;
756 - 12/7/1.885 - pág. 3;
757 - 19/7/1.885 - pág. 2;
809 - 18/7/1.886 - pág. 3;
862 - 24/7/1.887 - pág. 3;
970 - 18/8/1.889 - pág. 2;
1025 - 7/9/1.890 - pág. 3;
1037 - 30/11/1.890 - pág. 3;
1149 - 12/2/1.893 - págs 2 e 3;
1259 - 25/10/1.895 - pág. 2;
1267 - 5/1/1.896 - pág. 2;

3 - exemplares dos jornais mencionados no texto, existentes na minha hemeroteca e nas da Casa da Cultura, do A.P.M. e do I.H.G.S.P..

B - **secundárias**

1 - A. Cecílio - "Imprensa de Minas" - exemplar manuscrito, sem data, de 62 páginas, existente no Arquivo Público Mineiro;

2 - Alfredo de Carvalho - "Genese e Progressos da Imprensa Periodica no Brazil" - na Revista do Instituto Histórico e Geographico Brazileiro, 1.908, tomo I - Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1.908, págs. 1 a 71;

3 - Alfredo Valladão - "Campanha da Princeza" - vol. III, Empreza Graphica da

Revista dos Tribunaes Ltda., São Paulo, 1.942, págs. 210 e 221 a 225;
4 - Eduardo Frieiro - "Notas sobre a imprensa em Minas" - na Revista da Universidade de Minas Gerais, nº 12 - Imprensa da Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, janeiro de 1.962, págs. 64 a 83;
5 - Hélio Vianna - "Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)" - Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1.945, pág. 33;
6 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem menção de data e local, pág. 46;
7 - João Camilo de Oliveira Torres - "História de Minas Gerais" - vol. III, 3ª ed., Editora Lemi S/A, Belo Horizonte, 1.980, pág. 1.193;
8 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 67/68, 112/113, 131/132 e 151/152;
9 - José Pedro Xavier da Veiga - "A Imprensa em Minas-Geraes (1807-1894)" - Imprensa Official de Minas Geraes, Ouro Preto, 1.894 e 1.898;
10 - José Pedro Xavier da Veiga - "Ephemerides Mineiras" - vol. III - Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, Ouro Preto, 1.897, pág. 53;
11 - Mário de Lima - "Esboço da História Literária de Minas" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.920;
12 - Maurílio Carneiro Dias - artigo "Os Nossos Jornais" - na "Folha Machadense" nº 368, de 6/9/1.981, pág. 21;
13 - Miguel Costa Filho - "A Imprensa Mineira no Primeiro Reinado" - mimeografada, Rio de Janeiro, 1.955 (tese apresentada ao VI Congresso Nacional de Jornalistas);
14 - Nélson de Senna - "Annuario de Minas Geraes" - anno I, 1.906 - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, págs. 190 e seguintes;
15 - Nélson Werneck Sodré - "História da Imprensa no Brasil" - Ed. Civilização Brasileira S/A, Rio de Janeiro, 1.966;
16 - Revista do Archivo Publico Mineiro, ano 3, 1.898 (relação dos jornais dos municípios de Minas);
17 - Revista do Archivo Publico Mineiro, vol. XII, 1.907 (relação dos jornais pertencentes à coleção do Archivo);
18 - Sandoval Campos e Amynthas Lobo - "Imprensa mineira - memoria historica" - Typographia Oliveira, Costa & Comp., Bello Horizonte, 1.922;
19 - Sandoval Campos - "Imprensa Mineira" - em "Minas Geraes em 1925", obra organizada por Victor Silveira - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, págs. 43 a 48;
20 - Waldemar de Almeida Barbosa - "História de Minas", vol. 2 - Editora Comunicação, Belo Horizonte, 1.979, págs. 504 a 518.

****

A IMPRENSA - II
(jornais de circulação municipal na 1ª metade do século XX)

1) - A Opinião.
2) - A Verdade.
3) - Correio do Martelo.
4) - O Nacional.
5) - O Machadense (primeiro do nome).
6) - A Liberdade.
7) - Cidade do Machado.
8) - A Vanguarda.
9) - Jornal do Machado.
10) - O Município.
11) - O Almofadinha.
12) - O Popular.
13) - Machado-Jornal.
14) - A Mocidade.
15) - O Machadense (segundo do nome).
16) - O Imparcial.

****

1 - **A Opinião**.

Conforme anotações de Oscar Fernandes, era jornal político, fundado pelo Padre Guilherme Dias em 1.901, logo após chegar a Machado com uma tipografia. Nada mais soube a seu respeito. Saliente-se que aquele também editou "*A Reforma*", da qual tratarei noutro capítulo.

2 - **A Verdade**,

É ainda Oscar Fernandes quem informa ter saído seu

primeiro número em 28 de setembro de 1.902. Não disponho de outras informações sobre ele.

3 - **Correio do Martelo**.

Foi lançado em 16 de novembro de 1.902, sob a direção do Padre Agostinho Martell. Durou até o ano seguinte.

4 - **O Nacional**.

Foi o único local na lista dos jornais mineiros no qüinqüênio de 1.902 a 1.906, constante do "*Annuario de Minas Geraes*" de 1.906, de Nélson de Senna. Suponho, por isso, tenha sido anterior a "*O Machadense*", e de curta duração. Nada mais sei sobre ele.

5 - **O Machadense** (primeiro do nome).

Sua publicação começou em 1.904, logo após o desaparecimento de "*A Reforma*". Semanário "*imparcial e republicano*", tinha por diretor-gerente Antônio Alberto dos Santos Silva, o "*Mercês*". A oficina ficava na Rua Major Feliciano; a redação, na Rua Santos Silva. Segundo Homero Costa,

> *"era extremamente polêmico, de acordo com a agitada fase de política facciosa, da ocasião, tendo durado três ou quatro anos."*.

Em nossa Casa da Cultura há pelo menos quinze exemplares dele, de abril de 1.905 a maio de 1.907. O Arquivo Público Mineiro possui o número 64, de 1.906.

6 - **A Liberdade**.

Foi fundado por Urbano Rebello, que o dirigia com "*cunho extremamente polêmico*", no dizer de Homero Costa. O primeiro número saiu em 15 de novembro de 1.912. Semanário dominical, tinha quatro páginas, e a assinatura ânua custava 10$000. Era impresso em oficina própria, confiada aos tipógrafos Jusselino Rodrigues e José Marianno Rangel. Este assumiu-lhe a direção por volta de 1.915, tornando-o bastante moderado. Durou até 1.919. Há um exemplar dele no Arquivo Público Mineiro, e dois outros no Arquivo Público Machadense.

7 - **Cidade do Machado**.

Apareceu em 1.913, sob a gerência de Vidal de Aze-

vedo. José Augusto Vieira da Silva participou de sua direção. Circulava aos domingos (depois às quintas-feiras), com 12 páginas, de 33 por 48 cm.. Ignoro quanto tempo durou.

8 - **A Vanguarda**.

Possuo seu primeiro número, saído em 2 de maio de 1.915. Publicava-se aos domingos, com direção de Osimo Castro e redação de Elizeu L. Camargo. Tinha quatro páginas, de 27,5 por 38,5 cm.. A assinatura anual custava 8$000; o exemplar avulso, 200 réis.

9 - **Jornal do Machado**.

Teve três fases distintas. A primeira começou em 1.915, sob o comando de Othon Dias, também o redator, com Elizeu L. Camargo. Dela - que não sei quanto durou - resta apenas um exemplar (o sexto, de 5 de dezembro daquele ano), no Arquivo Público Machadense. Tinha quatro páginas, e a assinatura anual custava 10$000. A redação e o escritório ficavam na Rua Major Onofre.

A segunda fase abriu-se em 1.924. O diretor era o mesmo, e contava com a assídua colaboração de Carlos Legnani. A redação e a tipografia ficavam na Rua Silviano Brandão. O Arquivo Público local possui cinco exemplares daquele ano, sendo o último (nº 19) de 23 de novembro.

A derradeira etapa teve início em 20 de agosto de 1.933. Othon Dias continuava na direção, tendo Otávio Martins de Souza como redator-chefe, e Benevenuto Pimentel como redator-gerente. A redação e a oficina funcionaram, sucessivamente, nas ruas Astolpho Pio, Major Onofre e XV de Novembro.. A tiragem variou de 500 a 600 exemplares. Em alguns meses de 1.935 e em 1.936 o jornal esteve paralisado. Voltou em maio de 1.937, passando Arnaud dos Santos Silva ao cargo de diretor-responsável, que ocupou até agosto. Ele foi auxiliado pelos redatores Gentil Vieira, Moacyr Moreira Dias e Otávio Martins de Souza, e pelo técnico Luiz André Dias. Nosso Arquivo possui 7 exemplares de 1.933, 6 de 1.934, 4 de 1.935 e 10 de 1.937, pelo menos.

10 - **O Município**.

Surgiu em 1.922. como "*orgam de propaganda do Município do Machado*". Pertencente à sociedade Azevedo & Cia., era dirigido por Vidal de Azevedo. Publicava-se quinzenalmente, com quatro páginas de tamanho variável, e tiragem média de 500 exemplares. A assinatura anual custava 10$000; o número avulso, $200. Ao menos durante algum tempo foi impresso na Tipografia Progresso, de Paraguaçu. Ainda circulava no final de 1.926, e ignoro quando parou.

11 - **O Almofadinha**.

Este "*orgam humoristico, litterario, critico e noticioso*" era publicado quinzenalmente, com quatro páginas, no tamanho aproximado de 21,5 por 16 cm.. Tinha como redator-chefe Carlos H. Nunes. Cada exemplar se vendia avulsamente, por 500 réis. O primeiro número data de 28 de setembro de 1.924. O último que conheço é o sexto, de 7 de dezembro seguinte. Ignoro quando foi paralisado.

12 - **O Popular**.

Teve início em 27 de fevereiro de 1.927, sob a direção de José Marianno Rangel e a gerência de Theophilo Pereira Dias. A redação e a tipografia ficavam na Rua XV de Novembro. Circulava aos domingos, com quatro páginas de 27 por 38 cm.. A assinatura anual custava 10$000. Parou no mesmo ano, após a morte do diretor. No Arquivo Público Machadense existem pelo menos nove exemplares dele.

13 - **Machado-Jornal**.

Oscar Fernandes afirma que começou a ser publicado em 1º de janeiro de 1.928. Dirigido por Olegário Dias Coelho, tinha como redator-chefe José Augusto Vieira da Silva, e como gerente Osimo Castro. Saía aos domingos, com quatro páginas, no tamanho aproximado de 28 por 38 cm.. Era impresso em tipografia própria, e a redação ficava na Praça Municipal. A assinatura ânua custava 10$000. Durante a visita do Presidente Antônio Carlos lançou edição especial, com vinte páginas ilustradas. O último número que conheço é o 68º, de abril de 1.929. Não sei quando encerrou as atividades. O Arquivo Público Machadense tem pelo menos dez exemplares dele.

14 - **A Mocidade**.

Surgiu também em 1.928. Seus diretores e redatores eram Altamiro Meireles Grillo e Carlos Legnani. Circulava quinzenalmente, com quatro páginas de 24 por 33 cm.. A assinatura anual custava 10$000. Durou quase dois anos.

15 - **O Machadense** (segundo do nome).

Começou a ser publicado em 1.932. O fundador e diretor-proprietário era Antônio Barbosa Sansão, de Alfenas. Imprimia-se na Tipografia Nossa Senhora Aparecida, daquela cidade. Tinha como redator-chefe

Jeronymo Emiliano de Figueiredo. A assinatura anual custava 15$000; o número avulso, $300. Oferecia em geral quatro páginas, de tamanho variável no correr do tempo. Em junho de 1.934 lançou edição especial ilustrada, com 42 páginas.

Nova fase teve início em janeiro de 1.941, quando Sansão foi substituído por Wágner de Luna Carneiro, que acumulou sua direção com a de "*O Alfenense*". Ainda circulava em dezembro de 1.943, e ignoro quando parou. No Arquivo Público Machadense há pelo menos oito exemplares dele.

16 - **O Imparcial**.

Quinzenário "*lítero-social e informativo*", lançou número experimental em 7 de setembro de 1.948, organizado por Hélio Alves Ferreira e José Campolina de Medeiros. Carlos Legnani foi articulista desde o início, e depois se tornou diretor-responsável e redator. Entre seus colaboradores destacou-se Rúbens Vasconcelos. Sofreu sucessivas interrupções nos primeiros anos. Tinha quatro páginas, cujo tamanho não se manteve constante. A assinatura anual custava Cr$40,00. Em junho de 1.952, a composição e a impressão passaram a ser feitas na gráfica de Irmãos Macedo & Cia., de Alfenas. No ano seguinte elas se transferiram para a tipografia da Escola Profissional La Salle. Em nossa Casa da Cultura há, no mínimo, vinte exemplares dele. O último que conheço (nº 120) data de junho de 1.954. Foi aquinhoado com subvenções estaduais pelas leis 1.086, de 1/5/54; 1.234, de 10/2/55; e 1.446, de 14/3/56. Não sei quando se extinguiu.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo Público Machadense - pasta "documentos de Oscar Fernandes";
2 - Arquivo Público Machadense - pastas diversas de biografias;
3 - Coleções das Leis do Estado de Minas Gerais de 1.954, 1.955 e 1.956 - Imprensa Oficial, Belo Horizonte;
4 - exemplares dos jornais mencionados no texto, existentes na minha hemeroteca e na do Arquivo Público Machadense;
5 - "O Machadense" ns. 692 - 20/7/1.958 - pág. 1;
874 - 23/3/1.962 - pág. 9.

B - **secundárias**
1 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem menção de data e local, pág. 46;

2 - José Rezende Lara - artigo “Dr. Wagner de Luna Carneiro” - em “O Machadense” nº 51, de 27/2/1.972, pág. 3;
3 - Maurílio Carneiro Dias - artigo “Os Nossos Jornais” - na “Folha Machadense” nº 368, de 6/9/1.981, pág. 21;
4 - Manoel Francisco Pinto Pereira (organizador) - “O Sul de Minas - Almanach moderno, de Propaganda e Estatistica dos Municipios Sul-Mineiros” - fascículo 2º: Município de Machado - Estabelecimento Graphico Casa Mayença - Cruzeiro, São Paulo, págs. 21/22;
5 - Nélson de Senna - “Annuario de Minas Geraes” - anno I, 1.906 - Imprensa Official, Bello Horizonte, pág. 193;
6 - Nélson de Senna - “Annuario de Minas Geraes” - anno II, 1.907 - Imprensa Official, Bello Horizonte, págs. 495 e 499;
7 - Revista do Archivo Publico Mineiro, vol. XII, 1.907 (relação dos jornais pertencentes à coleção do Archivo);
8 - Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Geraes - “Annuario Estatistico” - anno I, vol. IV, tomo I - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, pág. 301.

****

A IMPRENSA - III
(jornais de circulação municipal na 2ª metade do século XX)

1) - O Machadense (terceiro do nome).
2) - Folha da Mantiqueira.
3) - O Machadense (quarto do nome).
4) - O Machadense (quinto do nome).
5) - Folha Machadense.
6) - Tribuna Machadense.
7) - Siga em Frente.
8) - Jornal Rumo Certo.
9) - Jornal Visão Social.
10) - Gazeta das Geraes.

****

1 - **O Machadense** (terceiro do nome).

Ressurgiu em 23 de março de 1.958, no nº 678, com o dístico "*um arauto de Machado para seu povo*". Era composto e impresso nas oficinas gráficas da Escola Profissional La Salle. Semanário, editava-se aos domingos, com tiragem média de 3.000 exemplares. Tinha quatro páginas, de 33 por 44 cm.. De 1.959 até o final, suas dimensões foram aumentadas para 33 por 48 cm.. Alguns números, de 1.960 em diante, tinham seis e até oito páginas.

De início, Abel Faleiro era o diretor-responsável; José Pedro Filho, o redator-chefe; e Geraldo Luiz Costa, o redator-comercial. O segundo retirou-se em 8 de maio de 1.959, cedendo seus direitos para Raimundo Alves dos Santos. No final do mesmo mês, o jornal foi adquirido pela Escola Profissional La Salle, passando a ser diretor-responsável o Irmão Martiniano Simão, que escrevia sob o pseudônimo de Samuel Dantas. A lei local 293, de 24 de novembro

seguinte, concedeu-lhe auxílio. Na época, José Pedro Filho retornou apenas como colunista. Desentendendo-se com o governo do Município, foi considerado "*persona non grata*" e proibido de entrar na Prefeitura, conforme portaria de 26 de dezembro. De setembro de 1.960 a março de 1.961 Adamir Silva figurou como diretor social. Em meados de 1.961 integraram a equipe J. Ferreira como redator-chefe, e Eduardo dos Santos como diretor de propaganda. Em fevereiro de 1.963, após interrupção de algumas semanas, teve José André dos Santos como redator-chefe. Ele permaneceu no cargo pouco tempo, não circulando o jornal de março a agosto daquele ano. Surgiram divergências entre os colaboradores, e no dia 20 de outubro, no nº 922, o Irmão Martiniano Simão, alegando necessidade de viagem, retirou-se da direção, deixada a cargo de Eduardo dos Santos. Depois disso, porém, só saiu mais um número.

2 - **Folha da Mantiqueira**.

Foi fundado em 1.961 por João Rodrigues de Carvalho, que era o redator-chefe. Tinha quatro páginas, de 23,5 por 32 cm.. Tinha a finalidade declarada de divulgar o projeto de criação do Estado da Mantiqueira. Circulou também em alguns municípios vizinhos, e teve curta duração.

3 - **O Machadense** (quarto do nome).

Passou a circular semanalmente, com o número 924, no dia 17 de janeiro de 1.965. Seus diretores eram Marcelo Carvalho Vieira e Varnei Penha. Tinha seis (mais tarde quatro) páginas, de 27,5 por 37,5 cm.. Era composto e impresso nas oficinas gráficas da "*Folha de Poços*". Parou em 1º de janeiro de 1.967, retornando no Natal/Ano Novo de 1.967/1.968. A lei municipal 20, de 24 de maio seguinte, concedeu-lhe subvenção. Em 19 de janeiro de 1.969 cessou de vez, quando estava no número 1.070.

4 - **O Machadense** (quinto do nome).

Com nova numeração, apareceu em 7 de janeiro de 1.971. Tinha como diretores Marcelo Carvalho Vieira, Maurílio Carneiro Dias e João Oscar Pereira. O último e o segundo deixaram os cargos em 28 de março e em 13 de junho do mesmo ano. Eram seus redatores Clêuton Pereira Gonçalves, José Vítor da Silva e, posteriormente, João Rodrigues de Carvalho. Após janeiro de 1.973 só o segundo continuou. Sua impressão, a princípio, ocorria na gráfica da "*Tribuna Varginhense*", passando em agosto de 1.973 a ser feita na Gráfica Alvorada, com sede aqui, na Rua Irmão Arnaldo Isidoro, 500. Semanário, tinha quatro ou seis páginas, de 32 por 45,5 cm.. A assinatura anual custava, de início, Cr$20,00 em Machado e Cr$25,00 em outras cidades. Foi paralisado em 8 de janeiro de 1.974, no número 148.

5 - **Folha Machadense**.

Foi lançada em 24 de março de 1.974, pela seguinte equipe: José Vítor da Silva, diretor geral; Maurílio Carneiro Dias, diretor comercial; José Agenor Ferreira, diretor técnico; José Carlos Vilela e Clêuton Pereira Gonçalves, diretores de redação. Afastaram-se posteriormente o terceiro, a partir de 23/1/75; o quarto, a partir de 2/3/75; e o segundo, em 20/10/82. Começou a ser impressa em instalações e equipamentos arrendados da Escola Profissional La Salle, os quais adquiriu ainda na primeira metade da década de setenta. Órgão semanal, surgiu com oito páginas, de 27,5 por 36,5 cm.. A lei municipal 191, de 7 de novembro de 1.974, declarou-a de utilidade pública. O autor do projeto foi seu co-proprietário, o então vereador Silva. De 12/11/78 em diante passou a circular em tamanho maior: 32,5 por 47 cm..

A empresa foi crescendo com prudência, tendo adquirido uma impressora alemã e uma linotipo. Construiu prédio de apartamentos no imóvel comprado dos lassalistas, e montou pequena fábrica de carimbos. Em períodos curtos, distribuiu os encartes "*Jornal da Mônica*" e "*Aqui Prá Nós*". Em 1.989 a oficina passou a funcionar como gráfica comercial.

A lei 752, de 29 de junho de 1.990, aprovou contrato entre a "*Folha*" e o Município, no valor de Cr$900.000,00, para publicação, durante trinta meses, de atos oficiais e matérias de interesse do Executivo e do Legislativo. Ela foi novamente favorecida pelo poder público através da lei 878, de 10 de dezembro de 1.992, com a doação de terreno na Avenida Ricardo Annoni Filho, para construir sede mais ampla.

Em abril de 1.991 passou a circular mensalmente o caderno "*Folha da Região*", com quatro páginas e notícias de municípios vizinhos. Em fevereiro de 1.993 lançou-se o encarte "*Folha Veículos - 1.000 Milhas Sport Car*", de circulação quinzenal, criado por Júlio César Juntolli Rebelo. Ambos tiveram curta duração. Portaria do Juízo de Direito, de 28/4/92, adotou na Comarca o sistema de intimação dos atos judiciais pela imprensa, que passou a vigorar em agosto seguinte, depois de homologado contrato com o jornal. Ainda nos primeiros anos da década de noventa, parte dele começou a ser impressa em "*off-set*", fora de Machado. Durante algum tempo teve por isso dois cadernos.

Em 1.993 a "*Folha*" venceu licitação para publicar os atos do Executivo local, e começou a informatizar-se. Mudou suas instalações em 24 de junho de 1.996 para o prédio de dois pavimentos e 350m2., construído no terreno que recebera. No ano seguinte o jornal teve alterado o projeto gráfico e ganhou maior número de páginas. Toda a impressão passou a ser feita em "*off-set*", com equipamento próprio, acabando a divisão em dois cadernos. A primeira página ganhou cores em caráter experimental. Recém-formado, o jornalista Edélson Borges da Silva assumiu cargo na direção. Nos últimos meses de 1.998 o formato do jornal teve redução, e se implantou definitivamente a impressão em cores. Em

março de 2.000 foi inaugurado "*site*" na Internet.

6 - **Tribuna Machadense**.

Editada por José de Souza e Otávio Augusto Martins, apareceu em 19 de janeiro de 1.980, com oito páginas, de 28 por 37 cm.. Seis meses depois seu tamanho aumentou, mas teve as páginas reduzidas pela metade. Em dezembro de 1.981 voltou às dimensões anteriores. Saía quinzenalmente, embora com alguma irregularidade. Na época do lançamento a tiragem era de 500 exemplares. O número avulso custava Cr$7,00 e a assinatura anual, Cr$180,00. A impressão se fazia na oficina da "*Gazeta do Sul de Minas*", em Poços de Caldas. Em março de 1.983 passou a ser impressa na Gráfica Gilcav, com tamanho maior.

No início de 1.984 Otávio Martins afastou-se. Três meses depois, de novo diminuída, era impressa na Editora Suzuki, em São José do Rio Preto, saindo mensalmente. Em maio de 1.985 voltou ao tamanho maior. Sofreu interrupção em outubro, retornando em fevereiro de 1.986. Nos sete meses seguintes foi composta em oficinas de Varginha, e em seguida parou mais uma vez.

Nova fase teve início em maio de 1.987, com oito páginas e circulação semanal. O diretor e redator-chefe era então Eduardo Correia de Castro; a diretora comercial, Mariângela Moura Santos; a revisora e secretária, Elyette Cunha. A redação ficava na Rua Astolpho Pio, 321, e a impressão se fazia na "*Tribuna Varginhense*".

Em agosto seguinte, tornou-se editor-responsável William Lázaro Rodrigues de Oliveira, auxiliado por Pedro Bertozzi. José de Souza voltou a ser referido como diretor-fundador e a escrever artigos semanais. Houve aumento de páginas, e a impressão se transferiu para a Editora Cidade Livre, de Poços de Caldas. Em junho de 1.988 Souza retornou ao cargo de diretor-responsável, e a redação foi para a Rua Coronel Jacinto, 196. Dois meses depois o editor afastou-se, e o jornal passou a ter também como diretora Maria Aparecida de Souza. Nova paralisação ocorreu após 30 de setembro. Aí só apareceu mais um número, em 31 de maio de 1.989, impresso no "*Correio do Sul*", em Varginha, e o jornal acabou de vez.

7 - **Siga em Frente**.

Surgiu em novembro de 1.992, com oito páginas de 32,5 por 23,5 cm.. Seus fundadores foram Júlio Olivar, poçofundense que residiu aqui pouco tempo, e Acácio Félix. Aquele era o diretor; este, o encarregado do departamento comercial. Em julho de 1.993, Wágner Cinchetto passou a fazer parte da diretoria. Teve como jornalistas responsáveis, sucessivamente, L. Coelho, Abel Faleiro e Evaldo Sérgio Gomes Domingues. A impressão se fazia na

Empresa Jornalística Nossa Senhora Aparecida, em Poços de Caldas. Circulou de início a cada quinze dias - aqui, em Poço Fundo e noutras cidades vizinhas. A redação ficava na Avenida Arthur Bernardes, 848. Lançou cadernos especiais sobre algumas localidades, além do suplemento agrícola "*Colhendo*". Em 1.994 foi publicado apenas nos meses de janeiro e fevereiro, e do final de abril ao começo de agosto.

Abriu nova fase em 31 de julho de 1.995, com edição experimental de seis páginas. Pertencia então à empresa Nirvana Empreendimentos Ltda.. Júlio Olivar e Acácio Félix continuavam na diretoria. Naquele ano só lançou mais um número, no aniversário da Cidade.

Voltou a circular no dia 29 de março de 1.996, com oito páginas e nova numeração. A jornalista responsável passou a ser Lucienne da Cunha. A redação ficava na Rua Major Feliciano, 312, sala 3. Manteve-se até o número seis, de 10 de junho, e parou outra vez. Ressurgiu em 17 de julho seguinte, sob a responsabilidade da Associação Comercial e Industrial de Machado. Permaneceram nos cargos Olivar e Cunha. Com numeração reiniciada, passou a chamar-se "*Siga em Frente Comunidade*". A redação foi transferida para a Rua Coronal Jacinto, 383. Era quinzenal, com oito ou dez páginas, distribuído gratuitamente, e assim permaneceu até 18 de fevereiro (nº 15). Depois tirou "*Comunidade*" do nome, aumentou de tamanho e voltou a ser vendido. Em junho, a primeira e última página ganharam impressão em cores. Acabou de vez no nº 36, em 18 de dezembro de 1.997. Foi, principalmente no início, um jornal polêmico, dirigido ao público jovem e bastante ilustrado.

8 - **Jornal Rumo Certo**.

Apareceu em 18 de junho de 1.997, sob a direção de Josiley Nery de Carvalho e a responsabilidade da jornalista Edna Gomes Valentim. Tinha em geral oito páginas, no tamanho aproximado de 45 por 33 cm.. A redação ficava na Rua João Alexandre de Moura, 60. Circulava quinzenalmente, e era pouco noticioso. Terminou no número 16, em 24 de janeiro de 1.998.

9 - **Jornal Visão Social**.

O primeiro número, com oito páginas de 27,5 por 35,5 cm., veio a público em 16 de junho de 1.998. Após, só foram dados a lume outros dois, em abril e maio de 1.999. O diretor responsável foi Pedro Lima Barrozo; a diretora de redação, Maria Regina C. Barrozo. Teve escritório na Travessa da Peroba, 95. Distribuiu-se gratuitamente, exceto na derradeira edição, em que o exemplar custou R$0,50. Era diminuto seu noticiário local.

10 - **Gazeta das Geraes**.

Foi lançada em 27 de março de 1.999, com doze páginas, no tamanho aproximado de 56 por 36 cm.. A primeira e a última eram impressas em cores. Pertencia à empresa Arte Comunicação Ltda., com sede na Praça Antônio Carlos, 194-A.. Na mesma época ela teve jornais também em Paraguaçu e Poço Fundo. O diretor responsável era Wágner Cinchetto; a editora, Lucienne da Cunha. A tiragem era de 2.000 exemplares. Foram publicados apenas dez números (cuja dimensão variou cinco vezes), sendo o último de 6 de novembro de 1.999.

****

Fontes de consulta.

A -**primárias**
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de atas nº 5, pág. 115;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 9, 12, 15 e 23;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de decretos e portarias nº 6-A;
4 - exemplares dos jornais referidos no texto;
5 - Revista Imagem e Conteúdo nº 6 - junho/julho de 1.997 - págs. 28/29.

B - **secundária**
1 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 131/132.

****

A IMPRENSA - IV
(jornais e boletins de circulação restrita - estudantis)

1) - da Escola Estadual Dom Pedro I.
2) - do Colégio Imaculada Conceição.
3) - do Ginásio São José.
4) - da Escola Estadual Gabriel Odorico.
5) - do Colégio Comercial.
6) - da Fundação Educacional.
7) - da Escola Superior de Agricultura e Ciências.
8) - da Escola Agrotécnica Federal.
9) - da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.
10) - do Colégio Universitário.
11) - da Escola Estadual Hilda Nogueira da Gama e APAE.
12) - de outras escolas municipais.
13) - de outras escolas estaduais.
14) - de outras entidades.

****

1 - **<u>da Escola Estadual Dom Pedro I</u>**.

Em 1.937 editava-se a **Gazeta Escolar**, referida no álbum da Semana Ruralista. Não consegui outras informações sobre ela.

Nasceu na primeira metade da década de quarenta **O Patriota**, que foi publicado mensal, bimestral ou trimestralmente, com várias intermitências. Tinha quatro ou cinco páginas, de dimensões variáveis. Nos anos cinqüenta sua tiragem era de 200 exemplares, cada qual vendido de Cr$0,50 a Cr$1,00. Em 1.952 foi editado por esta equipe de alunos: *diretora* - Marilene Moreira Costa; *secretário* - Rúbens Domingues; *revisora* - Sônia Vieira Vilhena.

Possuo seis números, de 1.948 a 1.956. Na pasta do Arquivo Público local relativa à Escola encontram-se outros tantos, da mesma época. O jornal "*O Machadense*", em junho de 1.960, acusou o recebimento de mais um exemplar dele. Ignoro quando terminou de vez.

O primeiro número do **Mensageiro do D. Pedro**, sem data e numeração, apareceu em maio de 1.983. Apresentou-se em três páginas mimeografadas, de 31,5 por 21,5 cm.. Esta era a equipe responsável por ele: *vice-diretor* - José de Souza Júnior; *1º secretário* - Paulo Sérgio Ribeiro; *2ª secretária* - Joelma Teixeira Leite; *1º tesoureiro* - Ricardo Lopes; *2ª tesoureira* - Lúcia Aparecida Cavalcante; *redatora* - Giselly Perez de Carvalho. Não sei se outros foram publicados.

O **DP Notícias** surgiu em maio de 1.996, com oito (depois seis ou quatro) páginas, de 23,5 por 33 cm.. Era feito pelas professoras e alunos das quartas séries, e impresso na Gráfica Editora Folha Machadense. A publicação, mensal ou bimestral, interrompeu-se em dezembro daquele ano, sendo retomada em maio de 1.999. O último número do milênio saiu em junho de 2.000.

2 - **do Colégio Imaculada Conceição**.

Ignoro quando surgiu **A Esmeralda**. Em dezembro de 1.938, "*O Machadense*" acusou o recebimento de seu oitavo número.

O "*Luminar Machadense*" noticiou em julho de 1.953 ter recebido o primeiro número do jornalzinho **Voz da Aluna Concepcionista**, impresso na Tipografia Comendador Lindolfo.

No dia 1º de novembro de 1.962 foi lançado o primeiro e único número de **O Jubileu de Ouro**, órgão comemorativo do 50º aniversário de fundação da Escola Concepcionista em Machado. Tinha seis páginas, de 23,5 por 32,5 cm..

Mensal, **Vozes Concepcionistas em Machado** apareceu em 30 de agosto de 1.964. Editou depois mais dois números, em setembro e novembro seguintes. Tinha quatro páginas, de 24 por 33 cm.. Era composto e impresso nas oficinas gráficas da Escola Profissional La Salle.

Na pasta do Arquivo Público Machadense sobre o C.I.C. encontra-se o número 2 do jornal **Juventude Vibrante**, de 30 de novembro de 1.968. Era mensal, com quatro páginas, de 16,5 por 24 cm.. Dirigia-o Vânia Moterani Swerts. Não sei qual foi sua duração.

O Caçula era mimeografado e publicava-se mensalmente. O número inicial data de dezembro de 1.972. Seguiram-se-lhe pelo menos

dois outros, de março e junho de 1.973, com duas e três páginas, respectivamente. Cada exemplar, de 22 por 32 cm., custava Cr$0,20. As redatoras-chefes eram Ângela Maria Souza Carvalho e Regina Stella Cunha.

Com oito, dez ou doze páginas de 28,5 por 33 cm., o **CIC Ligado...** publicou-se trimestralmente, a partir de fevereiro de 1.999. Conheço os três primeiros números, mas não sei de sua duração.

3 - **do Ginásio São José**.

O Arquivo Público Machadense possui quatro coleções encadernadas de **O Ginasiano**, órgão mensal. Seu primeiro número é de abril de 1.948. Naquele e no ano seguinte teve quatro páginas, e um suplemento mimeografado, de 21 por 32 cm.. Em 1.950 sua feitura cabia ao Grêmio Estudantil, era composto na Tipografia Silva e a assinatura anual custava Cr$10,00. Em 1.951 lançou apenas três números, impressos na Tipografia Comendador Lindolfo, sendo o último no mês de junho.

O **Luminar Machadense** apareceu em maio de 1.953, dirigido pelo Irmão Gabriel Norberto. Eram seus redatores, de início, o Irmão Emílio Athanásio e o Irmão Crisóstomo. Imprimia-se nas oficinas gráficas da Escola Profissional La Salle. Lançou mensalmente os seis primeiros números, e quinzenalmente os demais. Tinha no geral quatro páginas, de 24 por 33 cm.. Em 1.955 foi diretor de publicidade Nélson Moreira Cavalcante. Nessa época era mais que um jornal escolar, cobrindo os acontecimentos municipais em geral. Sua primeira fase encerrou-se no número 88, em 25 de junho de 1.958. O Arquivo Público Machadense tem a coleção quase completa dela, em volumes encadernados. Ressurgiu com a mesma numeração em 25 de março de 1.964, de novo como órgão interno do Ginásio. Ainda quinzenal e impresso na tipografia dos lassalistas, era distribuído grátis aos alunos e ex-alunos. Com tiragem de 600 exemplares, manteve a quantidade e o tamanho das páginas. No começo foi redator-chefe o Irmão Adolfo Benjamin, substituído em agosto do mesmo ano pelo Irmão Belarmino. Auxiliaram a ambos Jorge E. do Lago, Luiz Sepini, Roosevelt de Carvalho Dias, Sílvio de Souza e Wilmar Braidotti. Parou em 25/12/64, voltando a circular em 7/4/65, quando teve como diretor-geral Luís Carlos Pinheiro e como redator-chefe o Irmão Demétrio Sebastião. No dia 9 de maio de 1.965, estando no número 109, chegou ao fim. Terceira fase, de curtíssima duração, em 1.967, teve apenas dois números: um de 15/4, com quatro páginas, e outro de 12/5, com oito. A edição coube aos alunos da quarta série A, dirigidos pelo Padre Homero de Oliveira.

4 - **da Escola Estadual Gabriel Odorico**.

A Verdade surgiu em 1.955 e durou, pelo menos, quatro anos. Conheço apenas seu número 18, de abril e maio de 1.958, com quatro

páginas de 16,5 por 23,5 cm.. Eram, então, redator-chefe, Reinaldo Pimentel de Carvalho; gerente, Dirce Figueiredo Begale; redatores, Benedito Vieira de Oliveira e Hercília Maria de Almeida.

Órgão comemorativo dos vinte e cinco anos da Escola, a **Folha de Prata** lançou três números, pelo menos. O primeiro e o segundo, de março e maio de 1.980, tinham quatro páginas, de 24 por 33 cm., e foram compostos e impressos na Gráfica Correio do Sul., em Varginha. O terceiro, de abril de 1.981, imprimiu-se nas oficinas da Folha Machadense, com o patrocínio da Caixa Econômica Federal e do Pastifício Santa Amália, e o mesmo número de páginas, em formato maior: 27,5 por 35 cm.. As professoras responsáveis foram Ana Maria Gomes Tiso, Glória Resende Luz, Regina Maura M. Carvalho, Ruth Fadel Annoni, Vanda Carvalho e Varlene Virgínia Verdade Signoretti.

Na abertura da *Folha de Prata* se fez referência a três jornais que a antecederam no Estabelecimento: **Escolar**, **Mensageiro** e **Jornal Centro Cívico Escolar**. Nada sei sobre eles.

Em 10 de maio de 1.985, o Centro Cívico lançou o primeiro número de **UAI Informações**, com sete páginas mimeografadas. Mais dois números saíram no mesmo ano. Ignoro quanto tempo durou.

5 - **do Colégio Comercial**.

A Tribuna Machadense só conseguiu lançar dois números, em 17 e 24 de novembro de 1.963. Impressa em Poço Fundo, era dirigida por Lúcio Rodrigues de Oliveira, tinha como redator-chefe Oswaldo Signoretti e como redatores José André dos Santos e Ricardo Moreira Rebello. Possuía seis páginas, de 23 por 31,5 cm..

Órgão do Grêmio Estudantil, com tiragem de 200 exemplares, **O Linguarudo** tinha quatro páginas mimeografadas. O primeiro número saiu em junho de 1.964; o segundo, em setembro seguinte. Era esta sua equipe: *diretor* - Lúcio Rodrigues de Oliveira; *secretário* - Nadir Corsini; *desenhista* - Osmar Pereira de Carvalho. Distribuía-se gratuitamente.

O Manda-Brasa, editado pelo Curso Científico, nasceu em 1.966. De início era mimeografado em duas folhas, de 22 por 33 cm., e saía semanalmente. Depois tornou-se quinzenal, sendo impresso em quatro páginas, de 16,5 por 24 cm.. Vendia-se o exemplar a Cr$50,00 e mais tarde a Cr$80,00. Dirigido por José Frederico Abrão, teve como redatores Alceu Cavalcante de Souza Moreira, Édson Bernardes, Evâneo Caixeta e José Francisco Vieira. Publicou pelo menos quinze números.

De **O Bigodinho** conheço apenas um exemplar

mimeografado, de 1.968, sem número e data, numa página de 23,5 por 32,5 cm..

6 - **da Fundação Educacional**.

Boletim, órgão mimeografado, com uma página de 21,5 por 31,5 cm., teve ao menos dois números, em junho e julho de 1.977.

Saiu em novembro de 1.979 o primeiro número do **Boletim Informativo da Fundação Educacional**, mimeografado, com quatro páginas de 16,5 por 21,5 cm.. Desconheço se teve seguimento.

Outro **Boletim Informativo da Fundação Educacional**, impresso nas oficinas da *Folha Machadense*, apareceu em maio de 1.981. Os números 2 e 3 foram lançados em outubro e maio seguintes. Tinha quatro páginas, de 24 por 33 cm.. O redator Luís Cláudio Vieira de Oliveira tinha a colaboração de Adílson Campos Ezequiel, Divino Nélson Catta Preta Netto, Paulo de Tarso da Costa Leite, Paulo Joaquim de Carvalho Dias e Zaqueu Campos Caixeta..

7 - **da Escola Superior de Agricultura e Ciências**.

Órgão mensal do Diretório Acadêmico, **NPK** apareceu em outubro de 1.977, sob a supervisão de Zaqueu Campos Caixeta. No começo, sua equipe era assim constituída: *redatores* - Elmano Engel Ayer, Joaquim Moreira Filho e Mauro Ernesto Mendes; *desenhista* - Paulo Eduardo Gomes Alves; *revisor* - Luiz Azevedo Arruda Camargo; *colaboradores* - Dóris Camargo Martins, Fábio Luiz de Melo Bernardes, Maria Idalice Dorta e Paulo Henrique Piva. A tiragem inicial de 300 exemplares foi um ano depois elevada para 1.000. Era impresso em "*off-set*" na gráfica "A Cidade de São João Ltda.", de São João da Boa Vista. Findou no 12º número, de janeiro/fevereiro de 1.979. Teve quatro, seis e depois oito páginas, de 27,5 por 36 cm..

Com a finalidade de divulgar propostas da chapa eleita para a presidência do Diretório Acadêmico, foi lançado em setembro de 1.979 o **Título Provisório**, com seis páginas, de 24 por 33 cm.. Seu único número imprimiu-se na Gráfica Correio do Sul, de Varginha.

O primeiro número, mimeografado, de **Arueira** surgiu em outubro/novembro de 1.979, com tiragem de 1.000 exemplares e 20 páginas, de 21,5 por 31,5 cm.. Também porta-voz do Diretório Acadêmico, era distribuído gratuitamente. Compunham o conselho editorial os alunos Antônio Almeida, Antônio Rodrigues S. Filho, Dirceu Sasso, Elir de Oliveira, Ênio Santos Silva, Luiz Fernando R. Neiva e Márcio Toloza. Vieram depois cinco edições, até outubro de 1.981, uma das quais impressa na Organização Talarico, de Capão Bonito,

SP. Paralisado por vários meses, lançou edição extra, mimeografada, com debate entre candidatos à eleição de 1.982. Extinguiu-se em seguida.

Agro-Reação 90 foi também editado pelo Diretório Acadêmico, e publicou dois números, entre setembro e novembro de 1.990. Tinham quatro e oito páginas, no tamanho aproximado de 24 por 30 cm..

ESACMA em Notícias teve, ao que sei, apenas um número, correspondente aos meses de setembro a novembro de 1.992. Foi impresso em computador, com cinco páginas, de 21,5 por 28 cm..

No segundo semestre de 1.995 vieram a público dois números do boletim **ESACMA**,, de apenas uma página, em xerocópia. Foram elaborados por Joel Lima da Fonseca.

O **Informativo Agronômico**, do Diretório Acadêmico, apareceu em março de 1.998, com duas páginas, de 21,5 por 28 cm., impressas em computador. O editor responsável foi Cléber Adriano Pereira. Parece-me que só teve um número.

Em setembro de 1.998 imprimiu-se em computador o **Boletim Informativo**, de apenas uma página. Não teve continuidade.

8 - **da Escola Agrotécnica Federal**.

Agrovisão estreou em maio de 1.980. Composto e impresso nas oficinas da Folha Machadense, tinha de seis a oito páginas, de 24 por 33,5 cm.. Os diretores responsáveis eram Clêuton Pereira Gonçalves, Luiz Afonso Cruz e José Vítor da Silva; os diretores gerais, Antônio Donizeti e Mário Luiz Nonato; os redatores, Ernandes F. de Campos e Marcos Aurélio Lopes. Foram publicados quatro números, até o final daquele ano; ignoro se teve seqüência depois.

No segundo semestre de 1.987, alunos do curso de técnico em agropecuária lançaram **Retrospectiva**, sob a direção de Joel Lima da Fonseca. Não tenho mais informes sobre ele.

Em 1.998 surgiu o boletim informativo **E. A. F. M. Em Foco**, com quatro páginas de 22 por 33 cm., impresso na Gráfica Gilcav. Continuava ativo no final do milênio, sob a responsabilidade da professora Ivânia Maria Silvestre.

9 - **da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras**.

Na "*História de Machado*", publicada em 1.985, João

Rodrigues de Carvalho mencionou o jornal **A Mensagem**, do qual nada sei.

O boletim **FAFIMA** lançou três números mensais, de junho a agosto de 1.999. Tinha quatro páginas, de 22 por 33 cm., e era impresso na Gráfica Gilcav. A coordenação editorial cabia a Beatriz Vilela L. da Silva, Cármen Lúcia D'Andréa Carvalho, Richarlem Silva Ribeiro e Rita de Cássia Castro Caixeta.

O primeiro número de **Cogitare**, órgão do Departamento de Fundamentos e Técnicas Educacionais - Curso de Pedagogia, apareceu em maio de 2.000. Impresso na Gráfica Gilcav, tinha dezesseis páginas, de 24 por 33 cm., sendo a primeira e a última em cores. Encarregaram-se da coordenação editorial Maria Salomé Dias Moreira, Nídia Caproni Gonçalves Resende, Renata Hoffert de Castro e Rita de Cássia Castro Caixeta. Voltou a circular em maio e em novembro de 2.001.

So Letrando é o informativo do Departamento de Línguas e Literatura - Curso de Letras, surgido em agosto de 2.000. O número inicial tinha doze páginas, de 23 por 33 cm. (a primeira e a última em cores), sendo também impresso na Gráfica Gilcav. A edição foi coordenada por Jussara Neves Resende. Circulou novamente em maio e em novembro de 2.001.

10 - **do Colégio Universitário**.

Os alunos do curso colegial, liderados por Edélson Borges da Silva, publicaram em 15 de maio de 1.989 o primeiro número de **CUCA** (Colégio Universitário Construindo o Amanhã). Era mimeografado, com doze páginas, de 16,5 por 22 cm.. A tiragem foi de cem exemplares. O segundo número, com 24 páginas, apareceu um mês depois.

CUCA Jr. surgiu em 5 de junho de 1.994, com 20 páginas mimeografadas, de 16,5 por 22 cm.. Depois, ao que sei, só lançou mais um número, em julho de 1.995, impresso, com seis páginas, de 23,5 por 32,5 cm..

Sob a coordenação de Pitágoras Fernandes, **O Acadêmico** nasceu em 26 de abril de 1.996, com oito páginas, de 30,5 por 39 cm.. Era impresso na Arte Gráfica RAS Ltda., e o exemplar avulso custava R$1,50. Mais seis números saíram naquele e no ano seguinte, bimestralmente. Em maio e dezembro de 1.998 vieram a público os últimos, impressos na Gráfica Editora Folha Machadense, em formato menor.

O Corujito surgiu em 1.998, com quatro páginas, de 21 por 29,5 cm.. Tinha como presidente e secretário Alex Silveira e Tobias Luz. Durou, pelo menos, até o ano seguinte.

11 - **da Escola Estadual Hilda Nogueira da Gama e APAE**.

Flor do Aprender teve início em 18 de abril de 1.997, com quatro páginas, de 18,5 por 26,5 cm.. Publicou mais três números naquele ano, e depois só voltou em agosto/setembro de 2.000. Sob a edição de Jane G. Caixeta Rodrigues, foi impresso a princípio na Gráfica Sudoeste, e por fim na oficina da Folha Machadense.

No segundo semestre de 2.000 surgiu **Voz da APAE**, com seis páginas, de 24 por 33 cm.. Imprimiu-se na Gráfica Editora Folha Machadense, com revisão de Marli Soares Oliveira Neves e Rosana Aparecida de Moura. Em maio de 2.001 apresentou edição especial, de duas páginas.

12 - **de outras escolas municipais**.

Na Escola Comendador Lindolfo de Souza Dias lançou-se em 1.995 o primeiro número do **Jornalzinho do Aluno**, a que se seguiram vários outros. Foram feitos por alunos da quarta série, sob a coordenação da professora Silvana Carvalho Fernandes.

O primeiro periódico da zona rural surgiu em 8 de outubro de 1.997, na Escola Clóvis de Araújo Dias: **Jornal São Luiz é Notícia**. Com quatro páginas, de 30 por 36 cm., foi editado pela professora Maria da Glória A. Souza, e impresso na oficina da Folha Machadense. O segundo número foi publicado em 27 de novembro seguinte; o terceiro, em 3 de junho de 1.998.

Em junho de 1.999 fez-se na Escola Carlos Legnani o **Jornal do Bairro** (Santa Luíza e CAIC "*alertos*" para Notícias). Impresso em computador, com dez páginas, teve como responsáveis as professoras Flúvia Duarte e Patrícia Geraldi. Seu nome foi escolhido em concurso.

Na Escola do Bairro da Conceição elaborou-se em xerox, com 19 páginas, o primeiro e único número do **Jornal Comunitário**, datado de 9 de agosto de 1.999. Foi obra dos alunos da terceira e quarta séries, sob a responsabilidade da professora Lídia dos Santos.

O primeiro número do **Jornal Legal**, da Escola Adoniro de Souza Ribeiro, foi lançado em 31 de julho de 2.000. Com quatro páginas, de 22 por 32,5 cm., imprimiu-se na Gráfica Gilcav, sob a responsabilidade da professora Ivanilda D'Eleutério Silva.

13 - **de outras escolas estaduais**.

Na Escola Rúbens Garcia apareceu em 7 de outubro

de 1.998 o único número do jornal **Crianças em Ação**. Com quatro páginas, foi editado pela professora Valta Carreiro de Souza Santos e impresso na Gráfica Folha Machadense.

Em 1.999, a Escola de Douradinho publicou dois números da **Folha Estudantil**.

No mesmo ano, saiu na Escola Paulina Rigotti de Castro o único número da **Folha Infanto-Juvenil**.

14 - **de outras entidades**.

A Voz da UMAES era mensário da União Machadense de Estudantes Secundários. Surgiu em 30 de abril de 1.967 e durou até o sexto número, saído em 29 de novembro do mesmo ano. No começo tinha como diretor José Frederico Abrão, e como redatores Evanildo Ribeiro e Lúcio Dias Vieira Júnior. A partir do terceiro número a diretoria foi exercida por W. G. de Carvalho, cabendo a redação a Lúcio Dias Vieira Júnior e Marcelo Pereira. Apresentava-se com quatro páginas, de 23 por 31,5 cm..

Nos últimos anos do milênio, a unidade local do Kumon Instituto de Educação, a cargo de Mariza Lara de Carli, editou o **Informativo Kumon**. Continha textos de orientação educacional, informações para pais e alunos, dicas, relação de aniversariantes do mês, etc.. Em agosto de 1.998 ele venceu concurso de jornais do Instituto, com 23 participantes.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo Público Machadense - pastas “Colégio Imaculada Conceição”, “Escola Agrotécnica Federal” e “Escola Estadual Dom Pedro I”;
2 - exemplares diversos dos boletins e jornais citados no texto;
3 - “Folha Machadense” ns. 303 - 24/5/1.980 - pág. 4;
558 - 6/7/1.985 - pág. 6;
752 - 20/5/1.989 - pág. 1;
1221 - 12/9/1.998 - pág. 11;
4 - informações pessoais de Marcos Reis Pereira, Ocimara Martins de Moura Vilela e Rosana Vieira Rosa Magalhães;
5 - “Luminar Machadense” nº 4 - julho de 1.953 - pág. 2;

6 - “O Machadense” ns. 333 - 8/12/1.938 - pág. 2;
788 - 26/6/1.960 - pág. 8;
92 - 10/12/1.972 - pág. 1;
7 - “Tribuna Machadense” nº 24 - 8/11/1.987 - pág. 9.

B - **secundárias**
1 - Commissão Social da Semana Ruralista e Exposição Regional do Sul de Minas - “O Município de Machado” - Typ. Carlos Meier & Cia. Ltda., Rio de Janeiro, 1.937;
2 - João Rodrigues de Carvalho - “História de Machado” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 101 e 149.

****

A IMPRENSA - V
(jornais e boletins de circulação restrita - diversos)

1) - da Maçonaria.
2) - da Igreja Católica.
3) - dos Clubes de Serviço.
4) - da Prefeitura Municipal.
5) - da Associação Comercial.
6) - de outras sociedades.
7) - de quermesses.
8) - de partidos e grupos políticos.

****

1 - **da Maçonaria**.

"*Órgão independente da Maçonaria Universal*", **A Reforma** durou cerca de quatro anos e, conforme Homero Costa, teve fim logo antes de surgir "*O Machadense*", em 1.904. Semanário, possuía quatro páginas, de 38 por 56 cm.. A assinatura anual custava 12$; o número avulso, 300 réis. A redação e a administração ficavam na Rua Santos Silva, e a tipografia, na Rua XV de Novembro. Encontram-se três exemplares na hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo: dois de janeiro de 1.902, e um de fevereiro de 1.903. Guilherme Dias foi seu proprietário e editor. Ele mantivera anteriormente jornal no Porto, com o mesmo nome, por bastante tempo. Após deixar Machado, fundou mais dois, também homônimos, em São Paulo e no Rio de Janeiro, de curta existência.

2 - **da Igreja Católica**.

Em livro de registro de atas da Santa Casa há referên-

cia, em julho de 1.921, à publicação de relatório da Irmandade no **Boletim Parochial**. Nada mais encontrei sobre este.

Nossa Paróquia, boletim mensal da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio, apareceu em maio de 1.968. A tiragem inicial era de 2.500 exemplares, depois reduzida para 2.000. Seu último número - o 42º - data de maio de 1.972. Era apresentado em quatro páginas, de 16 por 22,5 cm.. A impressão foi financiada na maior parte pela agência local da Volkswagen.

Mimeografado, com quatro páginas de 22 por 32,5 cm., **Coisa Nossa** surgiu de um grupo de jovens da Paróquia, em 12 de junho de 1.973. Os números dois e três foram lançados em julho e setembro seguintes - não sei quantos mais se publicaram. Era esta a equipe responsável por ele: *diretor* - Renato Swerts Carneiro Dias; *redatora* - Margareth Marat Dias; *montador* - José Agenor Ferreira; *datilógrafo* - Gilberto Alves; *encarregados dos departamentos* - José Carlos Vilela, Olga S. Caixeta, Paulo Joaquim de Carvalho Dias e outros. A redação ficava na Rua Barão do Rio Branco, 62.

Porta-voz da Campanha de Alimentação para os Pobres, **Calipo Informativo** apresentou o primeiro número em setembro de 1.980. O segundo veio a público no mês seguinte. Ignoro quanto tempo durou. Mimeografado, tinha seis ou oito páginas, de 21,5 por 31,5 cm.. Cada exemplar custava Cr$20,00. O responsável era João Marcos Araújo; o diretor de redação, José Gilberto Baccoli.

O **Jornal do Dizimista**, distribuído gratuitamente a cada mês, teve início em 14 de fevereiro de 1.999. Era editado pela Pastoral do Dízimo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio, com quatro (depois seis) páginas, de 26 por 33 cm.. A partir do número 15, de 12 de março de 2.000, passou a chamar-se **Jornal da Paróquia**, porque destinado a todos os membros desta, e não apenas aos pagadores do dízimo. Ampliou o número de páginas para oito, e prosseguiu sem interrupção até o final do milênio.

Paróquia São José - Informativo Paroquial estreou em 16 de outubro de 1.999, sob responsabilidade da Pastoral de Comunicação da Paróquia São José. Foi impresso mensalmente na oficina da Folha Machadense, com quatro (depois seis) páginas, de 26 por 33 cm.. Chegou ao final do milênio no número 12.

3 - **dos Clubes de Serviço**.

Criou-se em outubro de 1.949, por iniciativa de Gylvio Dias Rebello, o **Boletim Mensal do Rotary Club de Machado**. Era impresso na Tipografia Silva, e tinha quatro páginas, de 22,5 por 30 cm.. Manteve-se ativo até dezembro de 1.953 (nº 46), pelo menos. Em agosto de 1.954 iniciou nova numeração, que seguiu, no mínimo, até o final de 1.955, com o número 8.

O Leão da Montanha era o órgão oficial do Lions Clube, editado pela Comissão de Publicidade e Boletim. Surgiu em 1.966, com quatro páginas, de 24 por 33 cm.. Saiu regularmente nos três primeiros anos, ao menos até o número 19. Não sei informar como foi sua publicação posteriormente.

Em agosto de 1.971, "*O Machadense*" acusou o recebimento do boletim mensal **O Companheiro**, do Rotary Club local. Acrescentou que ele voltava a circular após período de paralisação. Nada mais soube a seu respeito.

A "*Tribuna Machadense*" noticiou em janeiro de 1.984 a criação do **Boletim Informativo** de nosso Rotary Club. Não tenho outras informações sobre ele.

Surgiu em julho de 1.990 o boletim mensal **Rotary Informa**, com quatro páginas, de 23 por 32,5 cm.. Era impresso na oficina da Folha Machadense. Teve seqüência até o número 10, de abril de 1.991.

Em 1.995 ou 1.996 foi lançado o **Boletim Informativo do Interact Club**. Possuo o nº 2 do ano II, correspondente a novembro de 1.996, com quatro páginas, de 32,5 por 46,5 cm.. Outro **Boletim Informativo** da mesma entidade surgiu em outubro/novembro de 1.997, com quatro páginas impressas em computador, patrocinado pela Centertel.

Família Rotária em Destaque, órgão informativo do Rotary, Rotaract e Interact Clubs, teve o primeiro número lançado em abril de 1.999. Era impresso na Gráfica Editora Folha Machadense, com quatro páginas, de 22 por 33 cm.. Compunham o conselho editorial Adriano L. O. Souza, Jonas E. Nicodemo, José E. de Oliveira, Paulo Conti Neves, Rosemar B. Siqueira e Wendel M. Paes. Ignoro se teve continuidade.

4 - **<u>da Prefeitura Municipal</u>**.

Em julho de 1.973 saiu o primeiro número do **Boletim Informativo da Prefeitura Municipal de Machado.** Depois, só apareceu mais um, relativo ao segundo semestre daquele ano. Era impresso em quatro páginas, de 23,5 por 32,5 cm..

O **Jornal da Cidade** foi editado pelo Serviço de Educação e Cultura, de junho de 1.984 a novembro de 1.985. Lançou sete números, impressos na gráfica da S/A Estado de Minas, em Belo Horizonte. Tinha oito páginas, de 28 por 35 cm..

A Folha Machadense noticiou em junho de 1.991 que funcionários da Prefeitura, por iniciativa do setor de Contabilidade, haviam criado jornalzinho "*para cuidar das fofocas",* o **Semanário Predileto**. Nada mais soube a respeito dele.

Circularam em agosto de 1.994 e setembro de 1.995 os dois únicos números do **Informativo Machadense**, órgão do Município editado por Ieso Magalhães Paes. Foram impressos na oficina da Folha Machadense, com oito páginas de 29 por 35 cm..

A Secretaria de Agricultura lançou em junho de 1.995 o número 0 do boletim **Colhendo**, com quatro páginas, de 28,5 por 35,5 cm.. Foi editado por Nirvana Empreendimentos Ltda., com redação de Júlio Olivar, e impresso na Arte Gráfica Atenas Ltda.. Não sei se teve prosseguimento.

O Raio X era boletim mensal da Secretaria da Saúde, impresso na oficina da Folha Machadense, com quatro páginas, de 23,5 por 32,5 cm.. Teve início em agosto de 1.995, e durou até o número 13, do mesmo mês de 1.996.

Sem data, o primeiro número de **Transparência** apareceu no fim de 1.997 ou começo de 1.998. Tinha oito páginas (a primeira e a última em cores) de 28 por 36 cm.. O número dois, em formato maior e com doze páginas, circulou em setembro de 1.998. O terceiro e último do período estudado, correspondente ao primeiro trimestre de 1.999, teve também doze páginas, de 31 por 44 cm.. Órgão informativo da Prefeitura, foi impresso pela Folha Machadense, sob a responsabilidade da jornalista Lenisa Nogueira.

5 - **da Associação Comercial**.

O **Informativo-Jornal** foi lançado em 1.976. Era impresso em quatro páginas, de 23,5 por 31,5 cm.. Possuo o número 9, de julho do ano seguinte. Ignoro até quando durou.

O Empresário em Destaque começou a circular em abril de 1.993, com patrocínio do Pastifício Santa Amália. Foram seus editores Carlos Kennedy da Costa Leite, Ethel Werner e Rachel Viana Werner. Imprimiu-se na gráfica da Folha Machadense, com seis páginas, de 24 por 32,5 cm.. Teve periodicidade irregular - mensal, bimestral ou semestral. O último número que conheço é o décimo-terceiro, de dezembro de 1.995.

Como visto em capítulo anterior, a partir de julho de 1.996 o jornal *Siga em Frente* circulou sob a responsabilidade da Associação.

O **Boletim da ACIM**, em uma página xerocopiada, surgiu como diário, no início da gestão de Nílton Salles, em 3 de fevereiro de 1.997. Manteve-se pelo menos até a oitava edição, de 19 do mesmo mês.

O **Informativo ACIM/CDL**, órgão da Associação e da Câmara de Dirigentes Lojistas, nasceu em maio de 1.998, com quatro páginas, de 21 por 33 cm.. Em setembro seguinte passou a chamar-se *Informativo ACIAM/*

CDL. Impresso na Gráfica Gilcav, circulou a cada mês, e chegou ao novo milênio com mais de trinta números. No início, teve como diretor responsável Antônio Carlos Martinez, e integraram seu conselho editorial Jonas Eduardo Nicodemo, Márcia Aparecida Coelho e Wesley Martins Soares.

6 - **de outras sociedades**.

O **Boletim da 1ª Igreja Presbiteriana Independente** foi editado semanalmente desde 6 de agosto de 1.978. O **Boletim da 2ª Igreja Presbiteriana Independente** começou a ser publicado no início de 1.998. Ambos continuavam ativos no final do milênio.

Com patrocínio da Prefeitura, a EMATER publicou em julho e agosto de 1.991 dois números do **Informativo Rural**. Tinha duas páginas impressas, de 22,5 por 32,5 cm..

Em janeiro e fevereiro de 1.999 apareceram os dois primeiros números de **O Progresso**, órgão publicitário regional, com oito páginas de 28 por 35 cm., distribuído gratuitamente. Não sei se teve outras edições. Quase que só continha anúncios. Sua administração coube a Krull Consultoria e Publicidade, com escritórios em Alfenas e Pouso Alegre. Foi editado por Márcio Monteiro e impresso na Arte Gráfica Atenas Ltda..

Surgiu em novembro de 1.999 o número inicial do **Informativo CREDIMA**, com oito páginas, de 24 por 33 cm., sendo a primeira e a última em cores. Teve tiragem de 3.000 exemplares. A redação e a editoração gráfica couberam a Design Assessoria de Comunicação e Eventos Ltda., de Poços de Caldas, e o jornalista responsável foi Fábio Ribeiro. Em junho seguinte veio a público o **Jornal da CREDIMA**, impresso na Gráfica Editora Folha Machadense, sob a responsabilidade do jornalista Edélson Borges da Silva. Tinha seis páginas, de 31 por 43,5 cm.. Ambos não tiveram continuidade.

7 - **de quermesses**.

O Alarme, denominado o "*Diário Oficial da Barraca do Dancing*", anunciava ter 1.500 colaboradores... Lançou quatorze números, entre 15 e 29 de setembro de 1.940. Tinha quatro páginas, de 18,5 por 27 cm..

O Alicate publicou-se na quermesse realizada em 1.951, na Praça Antônio Carlos. Ela teve barracas que formavam o "*pavilhão de ritmos*", homenageando gêneros musicais, denominadas "*do baião*", "*do dancing*", "*do frevo*", "*da marcha*", "*da valsa*" e "*do samba*". Coube à última a edição do jornal, impresso na Tipografia Silva, com quatro páginas, de 18,5 por 27,5 cm.. De cunho humorístico, intitulou-se "*órgão destinado aos problemas da vida*

alheia". O primeiro número foi lançado em 8 de agosto. Chegou ao fim no número 16, de 26 do mesmo mês. No Arquivo Público local há coleção encadernada dele.

Na quermesse realizada em junho de 1.954, para beneficiar a Escola Profissional La Salle, publicou-se o jornal diário **A Tesourinha**. Conheço apenas o número 3, do dia 16, com quatro páginas de 16,5 por 23,5 cm., existente na Casa da Cultura.

O Kanivete circulou também numa quermesse da década de cinqüenta - ignoro qual. Nunca vi um exemplar dele.

O Bolinha, órgão oficial da Barraca das Bolas, era mimeografado. Teve 25 números, saídos entre 5 de abril e 5 de maio de 1.969. A tiragem era de 240 exemplares, ao preço de NCr$0,50 cada. Apresentava-se com quatro páginas, de 16 por 22 cm..

O Estilingue, editado pela Barraca do Xadrez, era impresso na Tipografia Silva, e mimeografado nas páginas internas. Circulou entre 18 de abril e 5 de maio de 1.969, com 17 números. Tinha quatro páginas, de 16 por 22,5 cm..

8 - **de partidos e grupos políticos**.

Boca no Trombone PT foi o nome do informativo que o Partido dos Trabalhadores lançou em abril de 1.989, com quatro páginas, de 22 por 31,5 cm.. Não teve outras edições.

Veículo de propaganda das candidaturas de Carlos A. Pereira Dias e Antônio Carlos Fernandes à Prefeitura, **Machado News** teve dois números, em julho e setembro de 2.000. Apresentou-se com seis e oito páginas, de 32 por 58 cm.. Era esta a equipe responsável por ele: *diretor administrativo* - Elizeu Teixeira Filho; *diretor comercial* - Marcelo Vieira; *editor* - Mário Aparecido de Souza. Foi elaborado pela Editora Multimídia de Marketing e Propaganda Ltda., de Itapecerica da Serra. A redação ficava na Praça Antônio Carlos, 219-A.

Também em setembro de 2.000, os postulantes à Prefeitura José Miguel de Oliveira e Evâneo Caixeta divulgaram sua plataforma política em jornal de um só número, **Compromisso com o Futuro**. Teve seis páginas, de 31 por 44 cm., e foi impresso na Gráfica Editora Folha Machadense.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio - terceiro livro de tombo (1.968/1.992) - pág. 3v.;
2 - "Boletim Mensal do Rotary Club de Machado" - nº 1, outubro de 1.949, pág. 2;
3 - exemplares diversos dos boletins e jornais citados no texto;
4 - "Folha Machadense" ns. 859 - 29/6/1.991 - pág. 3;
951 - 1/5/1.993 - pág. 6;
5 - informações pessoais de Ernestina Swerts Carneiro Dias e dos pastores Galdino Acássio Gomes da Silva e Isaías Garcia Vieira;
6 - livro de atas da Assembléia Geral e da Mesa Administrativa da Irmandade da Santa Casa e Misericórdia de Santo Antônio do Machado, aberto em 18/7/1.920 - pág. 10v.;
7 - "O Machadense" nº 24 - 8/8/1.971 - pág. 1;
8 - programa da quermesse realizada de 5 a 20 de junho de 1.954, em benefício da Escola Profissional La Salle;
9 - "Tribuna Machadense" nº 89 - 28/1/1.984 - pág. 1.

B - **secundária**

1 - Olímpio Abrão - crônica "Pequena homenagem a uma grande data" - na "Folha Machadense" nº 994 - 24/3/1.994 - pág. 2.

****

A IMPRENSA - VI
(álbuns, almanaques e revistas - jornalistas machadenses noutras cidades)

1) - O Sul de Minas.
2) - O Municipio de Machado.
3) - Revista do 1º Centenário de Machado.
4) - Revista Roteiro de Minas.
5) - Revista Página.
6) - Revista de Informação e Cultura.
7) - Revista Machado - 87.
8) - Revista Machado de Ontem e de Hoje.
9) - Revista Trens & Modelismo.
10) - Revista Imagem e Conteúdo.
11) - Jornalistas machadenses noutras cidades.

****

1 - **O Sul de Minas**.

Manoel Francisco Pinto Pereira, que residiu aqui durante alguns anos, fundou e dirigiu esse almanaque, editado pelo Centro Sul Mineiro de Propaganda e Estatística, com sede na vila de Silvestre Ferraz. Seu fascículo segundo, de 1.913, foi inteiramente dedicado ao nosso município, com informes históricos, geográficos, políticos, administrativos, econômicos e culturais. Imprimiu-se em 24 páginas no Estabelecimento Graphico Casa Mayença, de Cruzeiro, SP.

2 - **O Municipio de Machado**.

Foi um trabalho da Commissão Social da Semana

Ruralista e Exposição Regional do Sul de Minas, realizada de 8 a 15 de agosto de 1.937. Ilustrado com fotografias, teve 24 páginas, de 19,5 por 27,5 cm.. Sua impressão ocorreu na Typographia Carlos Meyer & Cia. Ltda., do Rio de Janeiro. Tratou de história, religião, ensino, judiciário, saúde, assistência social, lazer, comunicações e atividades rurais. Segundo o "*Jornal do Machado*", teve como principal colaborador o Dr. Aprígio Nogueira.

3 - **Revista do 1º Centenário de Machado**.

Órgão da Comissão de Propaganda dos festejos do 1º Centenário, teve lançados nove números mensais, entre fevereiro e outubro de 1.957. Apresentou-se com 20 ou 24 páginas, de 16 por 23,5 cm.. A impressão ocorreu na Tipografia Silva. José Pedro Filho foi o redator-auxiliar; as reportagens estiveram a cargo de Geraldo Luiz Costa; diversos colaboradores assinaram seus artigos. Publicou em capítulos "*Histórias da Nossa História*", de Carlos Legnani.

4 - **Revista Roteiro de Minas**.

Embora sediada em Belo Horizonte, menciono-a por ter feito edição especial sobre Machado, com 32 páginas, em 1.976. Ela foi paga pela Prefeitura e por empresas locais. O diretor responsável e redator era Gastão Batinga.

5 - **Revista Página**.

Órgão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, seu primeiro número saiu em maio de 1.978. Tinha 80 páginas, de 16 por 21,5 cm.. Foi impresso na Tipolitografia Escola Profissional, de Pouso Alegre, sob a responsabilidade de José Carlos Vilela. A coordenação esteve a cargo dele, de Marilda Signoretti Reis e Zélia Batista de Araújo Dias. O segundo número, com o mesmo tamanho e 76 páginas, publicou-se em junho de 1.993. Gilca Maria Almeida Costa foi a responsável por ele; Selma Vieira de Oliveira, a coordenadora. A impressão ocorreu na Gráfica e Editora Irmão Gino, também de Pouso Alegre. Em novembro de 1.996 editou-se o terceiro número, em igual formato dos anteriores, sob a coordenação de Warney Garvão de Carvalho. Foi impresso na Gráfica Amaral, daquela mesma cidade. O derradeiro número do milênio apareceu em fevereiro de 1.999, com 46 páginas, de 21,5 por 28 cm.. Sua elaboração, na gráfica por último referida, foi coordenada por Cármen Lúcia D'Andréa Carvalho e José Sérgio Araújo. Compuseram o conselho editorial Adalto Simoni Pereira, Maria Salomé Dias Moreira e Norma dos Anjos Weber.

6 - **Revista de Informação e Cultura**.

Foi editada pela Fundação Educacional, na gestão de

José Vítor da Silva e sob sua responsabilidade. Lançou quatro números, no período de maio de 1.984 a abril de 1.985. Suas páginas eram mimeografadas (em número variável de 14 a 21 e no tamanho aproximado de 21,5 por 31,5 cm.) e cobertas por capa impressa. Continha noticiário do Estabelecimento, artigos e poesias. A distribuição era gratuita.

7 - **Revista Machado - 87**.

Seu proprietário, diretor, editor e redator foi o conterrâneo Aprygio Nogueira, então residente em Pouso Alegre. Limitou-se ao primeiro número, saído em março de 1.987, com 40 páginas, de 23,5 por 31 cm.. A impressão ocorreu na Editora Jundiaí Ltda., da cidade do mesmo nome.

8 - **Revista Machado de Ontem e de Hoje**.

Feita às pressas, no término da segunda gestão do prefeito Jorge Oliveira, apresentou falhas de conteúdo e má impressão. Foi, porém, fartamente ilustrada e bastante informativa. Dividiu-se em duas partes: a primeira tratou da história político-administrativa, da instrução, da vida religiosa, da assistência social, da cultura, de algumas empresas, etc.; a segunda abordou aspectos físicos e geográficos, e prestou as contas do governo municipal. Foi uma produção do Arquivo Público local, executada por Wellington Vieira de Camargo, com a colaboração de Ângelo José de Oliveira, Layza Swerts de Oliveira e Magaly Nogueira. A revisão esteve a cargo de Luís Cláudio Vieira de Oliveira. Foi impressa em "*off-set*" e em cores pela Laborgraf Artes Gráficas S/A, de São Paulo, ao preço de Cz$13.358,00. Teve a tiragem de mil exemplares, distribuídos gratuitamente.

9 - **Revista Trens & Modelismo**.

Era uma publicação amadora destinada aos modelistas ferroviários, com instruções e dicas de modelismo, histórico de vias férreas e locomotivas. Redigida e editada por José Agenor S. Ferreira, foi impressa por primeiro na Gráfica Editora Folha Machadense e, depois, na Gráfica Gilcav. Ilustrada com fotografias e desenhos, surgiu em 1.993, tendo lançado ao menos 34 números, com periodicidade irregular. A tiragem era de 300 exemplares (400 no fim do milênio), cada qual com 16 páginas, no tamanho aproximado de 17,5 por 22,5 cm.. A distribuição se fazia por via postal aos assinantes.

10 - **Revista Imagem e Conteúdo**.

Foi produzida e impressa pela Gráfica Editora Folha Machadense, sob a responsabilidade do jornalista Edélson Borges da Silva. O

conselho editorial, no início, compunha-se dele, de Antônio Carlos Quinto, João Carlos Firpe Penna, José Vítor da Silva (também o revisor) e Warley Celso Ornelas. Era bimestral, parcialmente colorida, com tiragem de 2.000 exemplares, no tamanho aproximado de 21 por 30 cm., com 22 ou 30 páginas de miolo. No começo, a assinatura anual custou R$20,00, e o número avulso se vendeu por R$3,50. Lançou 17 edições, de 31 de agosto de 1.996 a fevereiro/março de 2.000. Estreou com reportagens sobre assuntos gerais e relativos à cultura e aos costumes da região. No fim de 1.998 decidiu especializar-se em temas agropecuários. Nessa fase integraram o conselho editorial, além de Edélson e José Vítor, Giselle P. Brigante, Lenysa Nogueira, Luiz Gonzaga Xavier, Marcos Ramos de Oliveira e Roberto C. Órfão Morais.

11 - **Jornalistas machadenses noutras cidades**.

É, por certo, incompleta a relação adiante, dos conterrâneos que se dedicaram noutras plagas à atividade em estudo. Mencionando os de que tive conhecimento, escuso-me por involuntárias omissões.

Logo após assumir a Diocese do Maranhão, **Dom Francisco de Paula e Silva** fundou em São Luís o "*Mensageiro Diocesano*", escrito quase que exclusivamente por ele. A seguir, criou com o Padre Felício Magaldi a revista eclesiástica mensal "*A Palestra*", publicada no Rio de Janeiro. Também na antiga capital federal organizou com Frei Pedro Sinzig o "*Centro da Boa Imprensa*", que logo se irradiou por todo o País. Até o final da vida colaborou em revistas e jornais católicos de diversas localidades, usando com freqüência o pseudônimo "*Fra Nigra*".

Conforme "*O Popular*", no segundo quartel do século passado **Moacyr Moreira Dias** foi redator de uma revista infantil no Rio de Janeiro.

Em data que não pude precisar, **João Rodrigues de Carvalho** fundou o jornal "*A Voz de Cordisburgo*", na cidade do mesmo nome.

José Flávio Dias Vieira foi redator-secretário de "*O Diário*", de Belo Horizonte, na década de sessenta. Nele teve uma coluna esportiva diária, sob o título "*Cronometrando*".

Na mesma época, **José William Garcia Annoni** mudou-se para Brasília, onde escreveu em diversos jornais, entre eles o "*Correio Brasiliense*".

Olímpio Abrão colaborou na "*Folha de São Paulo*", em especial nas seções "*O Cabresto*" e "*Panorama*", ao menos entre 1.965 e 1.970.

Nossos escritores religiosos **Padre José Fernandes de Oliveira**, **Padre Orlando Gambi** e **Irmão Israel José Nery** foram, no perí-

odo estudado, assíduos articulistas de jornais e periódicos católicos.

Aprygio Nogueira editou a revista "*Pouso Alegre 88*". Escreveu em jornais daquela cidade e no "*Diário da Tarde*", de Belo Horizonte.

Glacy Vieira e **Rachel Werner**, entre as décadas de setenta e noventa, enviaram notas sociais machadenses para jornais de Alfenas, Belo Horizonte e Poços de Caldas.

Em São Paulo, **José André dos Santos**, utilizando o pseudônimo "*Brás Pereira"*, participou, desde os anos setenta, da diagramação, produção e edição de vários jornais e revistas, como "*O Hebreu*", "*Bares & Lugares*", "*Guia Hotéis e Turismo*", "*Jornal Fim de Noite*", "*São Paulo em Notícias*" e "*Zona Norte de Fato*".

Eliseu José Teixeira Filho, nos últimos lustros do século passado, dedicou-se ao jornalismo nas cidades paulistas de Embu e Itapecerica da Serra.

****

<u>Fontes de consulta</u>.

A - **primárias**
1 - álbuns, almanaques, jornais e revistas citados no texto;
2 - "Folha Machadense" ns. 734 - 14/1/1.989 - pág. 8;
736 - 28/1/1.989 - pág. 9;
1113 - 20/7/1.996 - págs. 1 e 2;
3 - "Jornal do Machado" nº 14 - 1/8/1.937 - pág. 4.

B - **secundárias**
1 - Cônego João Aristides de Oliveira - "Diocese de Pouso Alegre - 1950 - Ano Jubilar" - sem menção de autor, data e editora - pág. 117;
2 - Dom Felipe Condurú Pacheco - "Dom Francisco de Paula e Silva - XXIII Bispo do Maranhão" - Editora Vozes, Petrópolis, 1.955, pág. 46;
3 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, pág. 8;
4 - Sérgio Miceli - "A Elite Eclesiástica Brasileira" - Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1.988, pág. 147.

****

O SERVIÇO TELEFÔNICO

1) - Primeiros tempos.
2) - Empresa Telefônica Machadense Ltda..
3) - Telecomunicações de Minas Gerais S/A - TELEMIG.
4) - TELEMAR.

****

1 - **Primeiros tempos**.

Sylvio Monteiro dos Santos construiu nossa primeira linha telefônica. Ligando a Estação do Pontalete à Fazenda da Pedra Grande, ela passava pelo Carmo da Escaramuça e pela Cidade. A resolução da Câmara 119, de 4 de dezembro de 1.905, autorizou lhe fosse concedido auxílio de cinco contos de réis para a obra. A resolução 135, de 11 de janeiro de 1.907, aprovou o contrato celebrado com ele, e a 143, de 23 de maio seguinte, aprovou as tabelas e o regulamento da linha, denominada "*Machadense*". Contudo, em 30 de janeiro de 1.911 a resolução 190 permitiu a rescisão do ajuste, por estar aquela em abandono havia mais de dois anos.

Através da resolução 134, de 1º de novembro de 1.906, o mesmo empresário recebera do governo local privilégio para construir e explorar por 25 anos a ligação telefônica entre a Cidade e o Machadinho.

Nélson de Senna, no "*Annuario*" de 1.909, informou que os municípios de Machado e Alfenas haviam acabado de ligar suas sedes a diversos lugares, por meio de linhas telefônicas. Acrescentou que a linha de Alfenas a Machado fora construída por empresa particular do médico Marcial Júnior.

Em 1.911, Rodolpho Jacob asseverou que a rede

telefônica sul-mineira era composta por quatro empresas, das cidades de Pouso Alegre, Ouro Fino, Itajubá e Caldas. A última servia às localidades de Caldas, Campestre, Poços de Caldas, Santa Quitéria e Santa Rita de Caldas, e estava em comunicação com as antecedentes, "*dando ligação á linha do Machado*".

A lei local 46, de 22 de fevereiro de 1.912, concedeu privilégio a Sebastião Mendes de Brito, representante da Companhia Rede Telefônica Bragantina, para construção, uso e gozo de linhas telefônicas no Município. Ele nada fez, e a lei 49, de 20 de outubro seguinte, outorgou o mesmo privilégio a Urbano Rebello, ou à empresa que fundasse. Também este não deu início ao serviço e, extinto o prazo para conclusão, a Câmara se negou a dilatá-lo - a resolução 230, de 7 de fevereiro de 1.914, declarou caduca a concessão.

As leis 63, de 20/11/1.915, e 73, de 25/10/1.917, concederam privilégio a José Lisboa de Paiva para construção de rede telefônica no Município. Conforme o "*Annuario Estatistico*" da Secretaria da Agricultura, ele passou a operar aqui em 1.916, através da "*Empresa Telephonica Varginhense*". A resolução 281, de 18 de julho de 1.918, autorizou a feitura de acordos com as câmaras de Alfenas e Paraguaçu, para ligação à mencionada rede. As resoluções 283 (da mesma data) e 334 (de 22/4/1.923) permitiram auxílios ao concessionário para que fizesse linhas unindo a Cidade, respectivamente, ao Machadinho e ao Douradinho.

Em 1.921, ainda segundo o "*Annuario*", a "*Varginhense*" tinha linhas na extensão de 120 quilômetros, 50 aparelhos e 2 empregados. Na mesma época havia também, aqui e no Machadinho, redes telefônicas particulares:

- a linha da Companhia Industrial e Mercantil Casa Vivaldi, ligando a Cidade à usina e ao Machadinho, na extensão de 77 quilômetros, com 3 aparelhos;
- linhas rurais de diversos fazendeiros, na extensão de 26 quilômetros, com 8 aparelhos.

Homero Costa esclarece que o serviço telefônico rural, feito através de consórcio, teve início antes da década de vinte, e abrangia as fazendas Bom Retiro, Figueira, Jambo, São José e Serrinha.

Em 1.925, conforme a obra editada por Víctor Silveira, existia na Cidade um centro telefônico com 90 aparelhos ligados, e linhas para quase todas as fazendas, para Paraguaçu, Jimirim e Alfenas. Existiam também duas instalações de aparelhos radiotelefônicos (uma inaugurada no ano anterior, no Centro Machadense). Em 1.928, o encarregado do serviço telefônico era José Pereira da Silva.

Na década de trinta, o Município foi servido pela Empresa Telefônica de Alfenas, comandada por Romeu Vieira. Em 1.935 "*O Machadense*" lhe fez esta dura crítica:

"Não obstante a dedicação, boa vontade e delicadeza com que as telephonistas desta cidade exercem o cargo, o serviço de telephone em Machado não tem mais qualificativo na sua imprestabilidade e desserviço ao povo. (...)
As communicações com Alfenas, outras localidades visinhas e com as fazendas estão, há muito tempo, interrompidas, sem que haja uma providencia.".

O decreto local 67, de 6 de abril de 1.936, isentou de tributos a Companhia Telefônica Brasileira, para que instalasse na Cidade postos telefônicos públicos.

Em 1.937, conforme o álbum da Semana Ruralista, havia na região urbana 38 aparelhos particulares e 6 destinados ao serviço público. Havia também 41 aparelhos na zona rural. O centro telefônico urbano estava ligado, por linha simples e direta, a Alfenas, Jimirim e Serrania. Na mesma ocasião já aqui existia um posto interurbano da Companhia Telefônica Brasileira, permitindo ligações para o Distrito Federal, São Paulo e diversas cidades mineiras e fluminenses. Para sua instalação trabalhou a primeira diretoria da Associação Comercial. No mesmo ano foi inaugurado o serviço telefônico noturno, por iniciativa de João Westin Júnior.

Em 1.941, o Município continuava servido pela empresa de Romeu Vieira e pela Cia. Telefônica Brasileira. Esta, dez anos depois, ainda editou lista local, o que parece indicar que cá operava mesmo após a criação da E.T.M..

2 - **Empresa Telefônica Machadense Ltda**..

Foi fundada no dia 22 de fevereiro de 1.948, em assembléia que aprovou o estatuto e elegeu a primeira diretoria: *presidente* - Wolney de Araújo Dias; *secretário* - João Edmundo Ferreira; *tesoureiro* - Euclydes de Souza Moreira. Teve, de início, trinta sócios: Abílio Alves Campos, Antônio Pedro Maciel, Astrogildo da Silva Dias, Carlos Pereira Dias, Dias & Cia., Dias, Irmão & Cia., Elpídio de Souza Lima, Euclydes de Souza Dias, Euclydes de Souza Moreira, Feliciano Vieira da Silva, Gustavo Carneiro Dias, Hélio Pereira Dias, João Batista do Lago, João Domingues Sobrinho, João Edmundo Ferreira, João Felipe de Carvalho, João Paulino da Costa, Joaquim Lopes Sobrinho, Joaquim Moreira de Souza Guerra, José Garcia, José Lauro de Souza, Lázaro Cândido Magalhães, Lindolpho de Souza Dias, Marcelo Carvalho Vieira, Maurício Teixeira, Morais, Costa & Cia., Nannetti & Guerra, Paulo Teixeira, Plínio da Silva Dias e Wolney de Araújo Dias. Cada um deles adquiriu cota no valor de Cr$6.000,00. O sócio Feliciano Vieira da Silva integralizou o capital com terreno sito na Rua XV de Novembro. Nele se construiu a sede social, inaugurada em 2 de setembro de 1.951. Depois ela se transferiu, sucessivamente, para a Praça Antônio Carlos e

para a Rua Sete de Setembro. Funcionou também na Rio Branco, em período que não pude precisar.

O primeiro gerente contratado foi Jacy Pereira Dias. Esteve no cargo, pelo menos, até maio de 1.949. Entre as mais antigas telefonistas, lembram-se Francisca Cristina Dias, Olga Bellini e Sebastiana Campos. Usaram-se, no começo, aparelhos de magneto, trocados três ou quatro anos depois por semi-automáticos.

A lei local 22, de 5 de novembro de 1.948 (substituída pela lei 87, de 22/9/51), concedeu à Empresa privilégio para exploração do serviço telefônico no Município. O Código de Posturas (lei 23, de 7/11/48) tratou dele nos artigos 422 a 439, disciplinando as concessões e as instalações. As leis 101, de 12/11/51; 128, de 28/11/52; e 144, de 1/12/53, dispuseram sobre a construção de linhas para Cana do Reino e Douradinho. A lei 163, de 18/2/55, cuidou de sua feitura neste e no Ouvidor.

A diretoria foi reeleita no final de 1.951, quando se decidiu construir redes mestras na zona rural e instalar pequenos centros em bairros populosos. Em 10 de fevereiro de 1.952, graças à ajuda do Rotary Club, teve início o tráfego mútuo com a Companhia Telefônica Brasileira, permitindo comunicação mais rápida com as principais cidades do País. Jurandir Castilho assumiu a gerência da Empresa em 1.953.

Mais uma reeleição da diretoria ocorreu em dezembro de 1.954. Segundo Carlos Legnani, em 1.957 estavam instalados 263 aparelhos semi-automáticos na Cidade, e 46 na zona rural. No dia 2 de março do ano seguinte alterou-se o comando: *presidente* - Maurício Dias Vieira; *secretário* - Wolney de Araújo Dias; *tesoureiro* - Euclydes de Souza Moreira. Na ocasião, foi aprovada proposta de encampação da Sociedade pela Companhia Telefônica Brasileira, que não se concretizou.

Com ajuda da ACAR, foi inaugurado em 27 de novembro de 1.960 o serviço telefônico no Bairro da Conceição. Em dezembro de 1.961 reelegeu-se a diretoria, substituído o tesoureiro por José Cássio Nannetti Dias. A lei 362, de 25/1/62, alterou a lei 87/51, atrás referida, que concedera privilégio à Empresa para exploração do serviço telefônico no Município.

Ante a renúncia do presidente, em julho de 1.963 Demerval Swerts Costa foi escolhido para terminar o seu mandato. Em outubro seguinte inaugurou-se o centro telefônico da Barra, com mesa para vinte aparelhos. A diretoria foi reeleita, sucessivamente, em 1.965 e em 1.968. A Empresa dispunha, na época, de 460 telefones, com duas mesas para o sistema urbano e uma para o interurbano. Empregava 11 telefonistas, sob o comando de Olga Bellini. Eram freqüentes os problemas no atendimento, havendo necessidade de colocar aparelhos automáticos ou aumentar a capacidade das mesas.

Demissionários os diretores, em fevereiro de 1.971 a chefia foi confiada a esta equipe: *presidente* - Feliciano Dias Vieira; *secretário* - Marcelo Carvalho Vieira; *tesoureiro* - José Cássio Nannetti Dias. Naquele ano, com capital de Cr$120.000,00 e 22 funcionários, a Empresa possuía 582 telefones semi-automáticos, 3 mesas pequenas do tipo PBX e 4 circuitos diretos para Alfenas, Carvalhópolis, Paraguaçu e Poço Fundo. Pela primeira vez fez distribuição de dividendos aos acionistas.

Ainda em 1.971, por causa da implantação do Plano Nacional de Telecomunicações, a Companhia Telefônica de Minas Gerais passou a assumir o controle das pequenas sociedades telefônicas que operavam no Estado. Os entendimentos para encampação da E.T.M. começaram, e se fez para isso o levantamento da rede local. No segundo semestre de 1.974, aquela desapropriou área de 2.000 m2., na divisa dos municípios de Machado e Serrania, para montagem de torre do sistema de micro-ondas. No primeiro trimestre de 1.975, ela fez levantamento contábil da E.T.M. e adquiriu do Colégio São José terreno, na Rua Irmão Arnaldo Isidoro, para construção de sua central telefônica, iniciada em julho. O decreto estadual 17.507, de 10 de novembro do mesmo ano, declarou o bem de utilidade pública, para instalação de uma torre auto-suportada, e autorizou a TELEMIG a promover a sua desapropriação.

O decreto estadual 17.599, de 12 de dezembro seguinte, declarou de utilidade pública terreno situado no Retiro, neste município, pertencente a Antônio Rodrigues de Carvalho e José Maria de Souza Dias, destinado à instalação de um refletor passivo e respectiva via de acesso. Autorizou também a TELEMIG a promover sua desapropriação.

No início de 1.976, a Empresa Telefônica Machadense chegara ao extremo da capacidade de atendimento. Avolumavam-se as críticas à má qualidade do serviço. O interurbano passou ao controle da TELEMIG, que aqui mantinha um funcionário para operá-lo, de modo precário, com grande atraso.

As negociações para a encampação prosseguiam com dificuldade, em face da resistência da concessionária estadual a receber os noventa e poucos telefones rurais. Ela se propôs a comprar a rede urbana, mediante pagamento em ações, e a operar apenas 30 telefones rurais, em mesa separada. A empresa local ofereceu-lhe em doação a rede urbana, mas exigiu a ligação de todos os telefones rurais ao sistema automático. Houve também problemas com a absorção de empregados estáveis da E.T.M., que depois concordaram em ser indenizados.

Tudo isso atrasou a implantação do sistema DDD no Município. No primeiro semestre de 1.978 foi iniciada a construção de dutos e caixas subterrâneas, para posterior instalação dos cabos da rede urbana daquele. O BEMGE liberou financiamento para os telefones rurais, com prazo de quatro anos, em nome da Cooperativa Agrária. Em 19 de abril seguinte, assembléia da E.T.M. aprovou convênio com a TELEMIG para sua desativação.

3 - **Telecomunicações de Minas Gerais S/A - TELEMIG**.

No dia 8 de junho de 1.978, finalmente, ocorreu a ligação da rede local ao sistema DDD, inaugurada em 28 do mês seguinte. O Município, com o código 035, recebeu o prefixo 931. Antes da encampação, tinha pouco mais de 700 telefones; com ela, o número foi aumentado para 1.030. Ainda em julho instalaram-se dois aparelhos públicos, na Estação Rodoviária e no Bar Tangará.

A lei 373, de 4 de julho de 1.979, autorizou assinatura de contrato com a TELEMIG para execução de serviço de telefonia na Estação Rodoviária. No ano seguinte, a E.T.M. pôs à venda, por concorrência, o prédio da Rua Sete de Setembro, 146.

Em 1.982 foram instalados mais de 400 telefones, adquiridos através de plano de expansão aberto três anos antes. A lei local 511, de 16 de maio de 1.983, dispôs sobre a obrigatoriedade da feitura de rede telefônica em construções de três ou mais pavimentos.

Ainda em 1.983, foi assinado contrato entre o Município e a TELEMIG, no valor de Cr$7.600.000,00, para construção de canal telefônico em Douradinho, pelo sistema de rádio, e instalação de aparelho público monocanal. A lei local 530, de 23 de novembro daquele ano (regulamentada pelo decreto 645, de 25 de janeiro seguinte), autorizou doação de terreno na Vila à concessionária, para montagem de torre, bem como construção de via de acesso à estação a ser instalada por ela. Concedeu-lhe também isenção de tributos. A inauguração do telefone ocorreu no final do ano, e com ele o Distrito se interligou ao sistema da TELEMIG.

Em 1.984, para descentralizar a prestação de serviços, a concessionária subdividiu seu distrito de Varginha. Machado passou, então, a ser atendido por Alfenas.

No final de 1.987 inaugurou-se posto telefônico público construído entre a Prefeitura e o Fórum. Dotado de 3 cabines individuais, funcionava das 7 às 22 horas, com 2 funcionários em revezamento.

Em 1.989, com grande desordem e tumulto, a TELEMIG atendeu a apenas 373 das quase 1.000 pessoas inscritas no plano de expansão que abrira em 1.986. E só no final de 1.992 instalou apenas cem dos novos telefones vendidos.

A lei municipal 714, de 17 de julho de 1.989, autorizou assinatura de convênio para criação de posto telefônico interurbano no Bairro da Cachoeirinha, e também a construção de abrigo para os equipamentos e sua cessão em comodato à concessionária. A inauguração ocorreu um ano depois. A resolução da Câmara 110, de 10 de setembro de 1.990, aprovou convênio para

implantação de postos de serviço interurbano no Ouvidor e na Caiana. Em 1.993 inaugurou-se mais um telefone público na Rodoviária. No início de 1.994 instalaram-se na Cidade 14 aparelhos públicos com funcionamento por cartão.

Em face da implantação da telefonia móvel celular no País, a partir de 1.994 foram substituídos todos os prefixos telefônicos iniciados com o algarismo 9. Aqui, após 16 de julho daquele ano, o prefixo 931 foi mudado para 295. Durante um mês ambos funcionaram conjuntamente.

No segundo semestre de 1.994 construíram-se postos telefônicos nos bairros da Caiana, Limeira e Serra Negra. A lei 1.027, de 28 de junho de 1.995, autorizou obras de infra-estrutura para telefone comunitário no Ouvidor. Ele foi inaugurado em outubro do ano seguinte, e sua torre de transmissão se fez em terreno doado por Maria José Corsini Nannetti.

Começou a funcionar aqui em junho de 1.997 o sistema de telefonia celular, com aproximadamente 1.200 linhas cadastradas, de prefixo 962. Para isso, a concessionária construiu em seu posto, na Rua Irmão Arnaldo Isidoro, torre com 90 metros de altura.

4 - **TELEMAR**.

Com a privatização das telecomunicações do País, em 1.999 a TELEMAR adquiriu o controle das operadoras de 16 Estados, entre os quais o nosso.

Em abril de 2.000 instalou-se na Cachoeirinha - a exemplo do que já ocorrera nas escolas nucleadas - sistema que permite a recepção e transmissão de sinais de telefonia móvel ou fixa, em locais não atingidos convencionalmente. Ele viabilizou a colocação lá de dois telefones comunitários. No Bairro da Conceição, a Prefeitura comprou e instalou os equipamentos de recepção, encarregando-se a comunidade de instalar as linhas telefônicas.

A partir de 14 de outubro de 2.000, nosso prefixo, como o das demais cidades mineiras, teve no início o acréscimo do algarismo 3.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - "Annuario Estatistico" - Secretaria da Agricultura de Minas Geraes - vol. III - anno I - 1.921 - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, págs. 382, 403 e 414;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado livros de atas ns. 1 e 2;
3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 5, 7, 10, 18, 20 e 21;
4 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de resoluções nº 4;
5 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio - segundo livro de tombo - 1.916/1.967 - pág. 165v.;
6 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de leis e decretos nº 3;
7 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de decretos nº 16;
8 - Arquivo Público Machadense - livro 63: "Leis da Câmara Municipal - 1898 a 1912";
9 - Arquivo Público Machadense livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919";
10 - Arquivo Público Machadense - livro 65: "Leis da Câmara Municipal - 1912 a 1932";
11 - Arquivo Público Machadense - pasta "Empresa Telefônica Machadense";
12 - Boletim Mensal do Rotary Club de Machado - ns. 28 - janeiro de 1.952 - pág. 3;
29 - fevereiro de 1.952 - págs. 1 e 3;
13 - "Cidade do Machado" - exemplar fragmentado, de 1.914 - número e data ignorados - pág. 10;
14 - "Folha de São Paulo" - exemplares de 14/12/1.982 e 22/9/1.984;
15 - "Folha Machadense" ns. 8 - 12/5/1.974 - pág. 1;
16 - 14/7/1.974 - pág. 1;
21 - 18/8/1.974 - pág. 1;
27 - 28/9/1.974 - pág. 1;
36 - 1/12/1.974 - pág. 1;
45 - 9/2/1.975 - pág. 1;
72 - 31/8/1.975 - pág. 1;
86 - 7/12/1.975 - pág. 1;
89 - 1/1/1.976 - pág. 3;
91 - 25/1/1.976 - págs. 1 e 3;
127 - 1/10/1.976 - pág. 2;
129 - 17/10/1.976 - pág. 1;
137 - 12/12/1.976 - pág. 1;
141 - 9/1/1.977 - pág. 1;
168 - 10/7/1.977 - pág. 1;
178 - 25/9/1.977 - pág. 1;
183 - 30/10/1.977 - pág. 10;
194 - 22/1/1.978 - pág. 1;
195 - 29/1/1.978 - pág. 1;
197 - 12/2/1.978 - pág. 1;
199 - 26/2/1.978 - pág. 1;
207 - 23/4/1.978 - pág. 1;

210 - 14/5/1.978 - pág. 1;
211 - 21/5/1.978 - pág. 5;
214 - 11/6/1.978 - pág. 1;
217 - 2/7/1.978 - pág. 2;
244 - 4/2/1.979 - pág. 1;
266 - 8/7/1.979 - pág. 8;
272 - 19/8/1.979 - pág. 1;
295 - 29/3/1.980 - pág. 6;
364 - 6/8/1.981 - pág. 10;
442 - 19/3/1.983 - págs. 1 e 8;
457 - 2/7/1.983 - pág. 1;
475 - 5/11/1.983 - pág. 10;
480 - 10/12/1.983 - pág. 1;
496 - 14/4/1.984 - pág. 6;
516 - 1/9/1.984 - pág. 14;
674 - 24/10/1.987 - pág. 14;
679 - 28/11/1.987 - pág. 3;
748 - 22/4/1.989 - pág. 12;
813 - 4/8/1.990 - pág. 1;
985 - 22/1/1.994 - pág. 1;
999 - 30/4/1.994 - pág. 3;
1009 - 9/7/1.994 - pág. 1;
1010 - 16/7/1.994 - págs. 1 e 3;
1062 - 22/7/1.995 - pág. 10;
1126 - 19/10/1.996 - pág. 1;
1127 - 26/10/1.996 - pág. 7;
1154 - 17/5/1.997 - pág. 12;
1160 - 21/6/1.997 - pág. 17;
1308 - 20/5/2.000 - pág. 14;
1328 - 7/10/2.000 - pág. 2;
16 - informações pessoais de Magda Dias;
17 - “Jornal da Cidade” nº 6 - maio de 1.985 - págs. 1 e 5;
18 - “Jornal do Machado” ns. 16 - 5/10/1.924 - pág. 1;
6 - 7/6/1.937 - pág. 1;
19 - “Machado-Jornal” nº 47 - 18/11/1.928 - pág. 3;
20 - “Minas Gerais” de 11/11/1.975 - pág. 8;
13/12/1.975 - pág. 7;
21 - “O Imparcial” nº 73 - 10/2/1.952 - pág. 4;
22 - “O Machadense” ns. 139 - 14/3/1.935 - pág. 2;
681 - 4//5/1.958 - pág. 1;
806 - 13/11/1.960 - pág. 1;
861 - 8/12/1.961 - pág. 3;
921 - 13/10/1.963 - pág. 6;
987 - 10/4/1.966 - pág. 1;
3 - 8/3/1.971 - pág. 1;
4 - 14/3/1.971 - pág. 4;

18 - 27/6/1.971 - pág. 1;
20 - 11/7/1.971 - pág. 1;
25 - 15/8/1.971 - pág. 1;
27 - 29/8/1.971 - pág. 3;
28 - 5/9/1.971 - pág. 3;
23 - "O Município" nº 16 - 4/9/1.923 - pág. 2;
24 - "Siga em Frente" ns. 26 - 21 a 24/7/1.993 - pág. 3;
24 - 26/6/1.997 - pág. 1;
25 - "Tribuna Machadense" ns. 76 - 21/5/1.983 - pág. 4;
77 - 11/6/1.983 - pág. 1;
26 - 22/11/1.987 - pág. 4;
39 - 6/3/1.988 - pág. 1.

B - **secundárias**

1 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", cap. VII - na "Revista do 1º Centenário de Machado", nº 7, pág. 22;
2 - Commissão Social da Semana Ruralista e Exposição Regional do Sul de Minas - "O Município de Machado - Typ. Carlos Meier & Cia. Ltda. - Rio de Janeiro, 1.937;
3 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente - sem menção de data e local - pág. 25;
4 - I.B.G.E. - "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros", vol. XXVI - Oficinas do Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1.959, pág. 15;
5 - I.N.D.I. e Prefeitura Municipal - "Machado - Informações Básicas para Investidores" - março de 1.976;
6 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, pág. 82;
7 - Manoel Francisco Pinto Pereira (organizador) - "O Sul de Minas - Almanach moderno, de propaganda e estatistica" - Centro Sul Mineiro de Propaganda e Estatistica - Villa S. Ferraz - fascículo segundo - Estabelecimento Graphico Casa Mayença, Cruzeiro, SP, 1.913, pág. 17;
8 - Nélson de Senna - "Annuario Historico-Chorographico de Minas Geraes" - anno III, 1.909 - Bello Horizonte, 1.909, pág. 182;
9 - Nélson de Senna - "Annuario de Minas Geraes" - 1.913 - Bello Horizonte - pág. 521;
10 - Pedro E. Vallim - "Album dos Municípios do Estado de Minas Gerais" - 1º volume - "A Orientadora", São Paulo, 1.941, pág. 136;
11 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje" - VII-5;
12 - Rodolpho Jacob - "Minas Geraes no XXº Seculo" - vol. I - Impressores: Gomes, Irmão & C. - Rio de Janeiro, 1.911, pág. 569;
13 - Víctor Silveira (editor) - "Minas Geraes em 1925" - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, pág. 951.

****

AS SALAS DE CINEMA

1) - Os primeiros tempos.
2) - O período de maior sucesso.
3) - A decadência e o fim.
4) - As locadoras de fitas.

****

1 - **Os primeiros tempos**.

No início da segunda década do século passado, a Cidade chegou a ter, simultaneamente, dois cinemas. O primeiro foi montado por Alberto Cândido de Barros em 11 de novembro de 1.911, "*com força de motor elétrico*", conforme anotações de Oscar Fernandes. Não consegui saber onde se instalou; em outubro do ano seguinte foi transferido para a Praça Municipal. Com o nome de **Ideal Cinema**, pertenceu àquele e aos sócios João Luiz Garcia e Manoel Joaquim Cavalcanti de Albuquerque.

Em 7 de janeiro de 1.913 foi aqui fundada a sociedade anônima *Companhia Cinematographica Sul Mineira*, para explorar cinematógrafos e outros gêneros de diversão. Tinha o capital de 20:000$000, dividido em 200 ações, subscritas por A. de Barros (50), C. de Albuquerque (50), J. L. Garcia (50), Claudionor Pereira Lima (10), Oscar de Paiva Westin (6), Antônio Cândido Teixeira (5), Gabriel Teixeira (5), Manoel José Ferreira (5), Paulo de Faro Fleury (5), Roque Pio de Souza Dias (5), Vieira, Guerra & Cia. (5), Ananias José Rodrigues (2) e José Gonçalves Pereira (2). Para integralizar sua parte, os três primeiros cederam à sociedade o "*Ideal*", avaliado por quinze contos de réis. Elegeu-se na ocasião a diretoria: *presidente* - Cavalcanti de Albuquerque; *secretário* - Alberto de Barros; *tesoureiro* - João Luiz Garcia. Embora seu mandato devesse durar quatro anos, já em 1.914, por motivo que ignoro, a presidência e a

tesouraria foram ocupadas pelo Coronel Luiz Antônio da Costa Ferreira e pelo Coronel Fernando Jacintho de Carvalho. O estabelecimento tinha sessões às segundas, terças e quintas-feiras, sábados e domingos. Exibia, conforme anúncio no jornal "*Cidade do Machado*", filmes das principais fábricas: *Nordisk, Vitagraph, Pathé*, e outras.

O almanaque "*O Sul de Minas*", editado em 1.913 ou 1.914, citou como casas de diversão da Cidade o Ideal Cinema e o **Cinema Monteiro**. Nada consegui saber do último.

O jornal "*A Vanguarda*", em maio de 1.915, noticiou a encenação de peça teatral no **Radium Cinema**. Também não disponho de outras informações sobre ele.

Em 12 de fevereiro de 1.916, Lázaro Cândido Magalhães transferiu a Oscavo Westin sua parte na sociedade que mantinha o **Bijou Cinema**. Na ocasião, este exibia o drama "*A Condessa Espiã*". Não tenho outros dados a seu respeito.

A resolução da Câmara 276, de 2 de abril de 1.918, reduziu o imposto sobre cinematógrafo no Machadinho. Ela beneficiou o **Cinema Garibaldi**, de 250 lugares, que Garibaldi Achino lá explorava, com uma sessão semanal. Posteriormente ele o transferiu para Machado, onde permaneceu por vários anos, até voltar à Vila. Laércio Pedroso evocou-o em bonita crônica, lembrando que suas sessões se iniciavam sem pontualidade, quando estivesse lotado, ou quase...

Conforme o "*Annuario Estatistico*" da Secretaria da Agricultura, em 1.921 Machado possuía o Cinema Ideal e o **Cinema Brasil**, ambos pertencentes à empresa Dias & Moreira, com ingressos a 1$000. Aquele oferecia 4 sessões por semana, tinha 350 lugares e promovia também animados bailes; este comportava 500 pessoas e apresentava 2 sessões semanais.

Em 1.926, segundo "*O Município*", Garibaldi Achino possuía aqui o **Cine Machadense** (ainda ativo três anos depois), em magnífico prédio, que também servia para bailes, adrede construído por Valentim Romanelli. Na mesma época estava adiantada a construção, por José Antônio de Oliveira, do novo prédio do Ideal Cinema, já pertencente à firma Vasconcellos & Companhia.

Inaugurou-se na Rua Coronel Jacinto, em 1º de setembro de 1.928, o **Cine-Theatro Íris**, com o filme "*O Jogador de Xadrez*". Seu gerente era Vidal Azevedo. No início do ano seguinte passou a pertencer à firma Pimentel, Leite & Cia.. Realizava bailes carnavalescos.

Ao menos entre 1.933 e 1.934, a empresa Romanelli & Cia. manteve o **Cine Glória**, no local em que está hoje a Câmara Municipal. Vendia por 15$000 cadernetas com 15 ingressos. Também Garibaldi Achino foi

seu proprietário - não sei se antes ou depois daquela.

Serviu ainda a cinemas o prédio sito na Praça Antônio Carlos, 53 (atual residência de Luzimar Vasconcelos). Não sei precisar quais nele operaram. João Rodrigues de Carvalho menciona entre os antigos empresários locais do ramo em estudo, além de Achino, Fernando de Carvalho, Gustavo Carneiro Dias, Herculano Pereira, João Diniz, Valentim Romanelli e Zezinho da Olívia.

2 - **O período de maior sucesso**.

Em 28 de julho de 1.940, empresa de Júlio Marcellini lançou, na Praça Antônio Carlos, a pedra fundamental dos prédios que por muitos anos serviram como hotel e cinema. Ali, em 21 de setembro do ano seguinte, foi inaugurado o **Cine União**, de Alberto Madeira. Deixando a Cidade no final de 1.942, este o vendeu à sociedade Souza Dias & Cia., de Lindolpho de Souza Dias e Euclydes de Souza Dias. Com o nome alterado para **Cine-Teatro Vitória**, foi gerido por João Dias Swerts, e em 1.945 tinha os empregados Ildefonso Camilo Fernandes, Osimo Castro e José Trindade de Oliveira. O último merece referência especial, pois trabalhou como operador de vários cinemas em Machado durante quase quarenta anos, até a morte, em 1.963. Era também o pintor das placas de propaganda, amarradas nos postes pelo popular Schmidt.

Em 1.947 Simão Bacha comprou os dois prédios acima referidos, e mudou o nome do estabelecimento para **Cine-Teatro Limeira**. Exibia filmes da Distribuidora de Filmes Cruzeiro Ltda., de Taubaté, que depois o adquiriu. Em 1.949 divulgava sua programação semanal em cartões impressos, que continham curiosidades e aspectos históricos do Município. Geriram-no, entre outros, Wálter Mattos Reis, Leônidas José Gambi e Itamar Branquinho.

A diretoria do Ginásio São José adquiriu em setembro de 1.949 um projetor sonoro de 16 mm., com o qual, dois meses depois, passou a exibir filmes semanalmente aos alunos, mediante pagamento de Cr$90,00 por ano, ou Cr$3,00 por sessão. Para isso remodelou um salão, adquiriu cadeiras e construiu cabine de projeção. Deu ao empreendimento o nome de **Cine São José**. Após vários anos de paralisação, na década de sessenta voltou a exibir, uma vez por semana, filmes de longa metragem para os alunos internos.

Em 1.951 já se questionava a segurança do "*Limeira*": decreto de 5 de dezembro nomeou comissão para vistoriar o seu travamento. A lei 149, de 1/12/53, ratificou acordo celebrado entre a Prefeitura, o IBGE, a Cia. de Cinemas do Vale do Paraíba e a Distribuidora de Filmes Cruzeiro Ltda.. A lei 173, de 23/6/55, concedeu isenção de imposto sobre diversões públicas à Cia. de Cinemas Sul Mineira, pelas sessões de cinemascope em tela panorâmica no Cine Limeira, a ser instalada no prazo de seis meses. O Código de Obras do Município (lei 181, de 23/8/55) dispôs no artigo 247 sobre a construção de cinematógrafos.

Aproveitando paralisação do "*Limeira*", em 1.953 Clóvis de Araújo Dias manteve cinema no Clube Recreativo, com filmes vindos do Rio de Janeiro.

No segundo semestre de 1.955, Marcelo Carvalho Vieira montou o **Cine Jóia** na parte inferior da Casa Paroquial, na Rua Professora Maria Justina. Manteve-o por pouco tempo.

3 - **A decadência e o fim**.

Mesmo antes da chegada da televisão - que, como em outras pequenas e médias cidades, esvaziou as salas de projeção - estava o público descontente com o Cine Limeira. Em 1.958 avolumaram-se as críticas ao seu péssimo estado de conservação, houve ameaça de boicote às sessões, e os órgãos de classe locais dirigiram carta à proprietária, protestando contra as cadeiras quebradas, o som horrível e a má qualidade dos filmes exibidos. Pediram melhorias, lembrando que o estabelecimento tinha, no início, relógio, alto-falante externo, cortinas nas janelas e na tela, tapetes, gongo, jogo de luzes e outros acessórios, que foram aos poucos retirados. Em 1.959 cancelou-se o aumento de ingressos após reclamações generalizadas. Na década de sessenta as queixas continuaram, até com relação ao asseio, sem que ocorressem providências.

No início dos anos setenta, o Cinema foi gerido por Hélcio Rodrigues da Luz e, depois, por Jurucey Cavalcante. Em 1.974 adquiriu-o a Cinematográfica São Lourenço Ltda., cujo principal sócio, Fernando de Oliveira Costa, passou a administrá-lo. Feitas algumas reformas, como troca de cadeiras, colocação de poltronas estofadas na parte superior e de tela panorâmica, recebeu o nome de **Cine Vogue**.

A boa época, porém, já havia inexoravelmente passado: a freqüência continuou baixa, a proprietária descuidou-se da manutenção, os problemas se acentuaram. Em agosto de 1.979 o Cinema fechou as portas, reabrindo pouco depois em face de acordo com a Prefeitura. Houve em meados de 1.983 nova paralisação, e o gerente chegou a culpar os comissários de menores pelo esvaziamento da sala... A reabertura ocorreu em junho de 1.984, para exibição de dois filmes por semana, deixando a Prefeitura de receber as taxas de funcionamento. A lei local 591, de 17 de junho de 1.985, autorizou o cancelamento de débito da proprietária, e concedeu-lhe isenção do pagamento de tributos. No mês seguinte a sala foi reformada, com substituição das poltronas de madeira por outras, estofadas, e redução do seu número: passaram a 422.

A exemplo do anterior (lei 224/75), o Código de Posturas de 1.985 (lei 608) estabeleceu vários requisitos para funcionamento dos cinemas.

Novo fechamento do "*Limeira*" ocorreu em agosto de

1.987, durando dois meses. Após pequeno período de atividade, houve outra paralisação. Em abril de 1.988 ele foi alugado a Geraldo Pereira de Mendonça, de Paraisópolis, que o manteve aberto por cinco meses. A proprietária voltou a abrilo em junho de 1.989, fechando-o às vésperas da Festa de São Benedito. Nova e curta abertura, e mais uma paralisação, em 1.990.

O decreto 983, de 28 de março de 1.990, declarou de utilidade pública, para desapropriação, o imóvel do Cine Vogue, destinado à instalação de centro cultural. A lei 807, de 1º de julho do ano seguinte, concedeu-lhe isenção fiscal. Poucos dias depois reabriu, mas logo voltou a fechar.

Em abril de 1.993 houve nova tentativa, infrutífera, de funcionamento, a cargo de Baltazar Borges, de São Gonçalo do Sapucaí. Finalmente, no final de 1.994 o prédio foi vendido aos Irmãos Souza, desta Cidade, encerrando o nosso ciclo cinematográfico no século XX. Permaneceu fechado até o desabamento do teto, em 25 de fevereiro de 1.996, após o que foi demolido.

No local construiu-se no fim do milênio o "*Machado Shopping*", com a promessa do empresário Sílvio Gutierrez Britis de instalar nele novo cinema, de 120 lugares.

4 - **<u>As locadoras de fitas</u>**.

A perda de qualidade das salas de cinema, a popularização dos televisores e, por fim, o surgimento dos aparelhos de "*videocassette*" abriram mercado às locadoras de fitas, que oferecem aos usuários o conforto de assistir em casa, no horário mais propício, a filmes de livre escolha, por baixo preço.

Aqui foi pioneira a "*Nanão Vídeo*", de Luiz Fernando Nannetti de Carvalho. Aberta em abril de 1.979, na Avenida Arthur Bernardes, mudou-se em 1.991 para a Rua Coronel José Paulino, e teve filiais em Areado e Paraguaçu. Alfredo Bíscaro Rodrigues e outros montaram em meados de 1.986 o "*Vídeo-Clube Mavel*", também na Avenida Arthur Bernardes, de pouca duração. Da década de noventa, cito a "*Locadora Nippon*", de Rosângela de Fátima Rodrigues; a "*Markito Locadora*", de Marcos Reis Pereira, na Praça Antônio Carlos, após denominada "*Planeta Vídeo*"; a "*Papel Arte Vídeo*", de Marcelo Nicodemo; a "*Play Vídeo Locadora*", de Marco Antônio Oliveira, na Rua Major Feliciano; e a "*Rainha da Paz Livraria e Locadora*", na Rua Artur Xavier Pedroso.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - "A Liberdade" ns. 14 - 5/9/1.915 - pág. 3;
36 - 13/2/1.916 - pág. 3;
2 - "Annuario Estatistico" - Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Geraes - anno I - 1.921 - vol. IV, tomo I - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, págs. 326 e 336;
3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 7, 8, 16 e 20;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de decretos e portarias nº 6-A;
5 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919";
6 - Arquivo Público Machadense - pasta "documentos de Oscar Fernandes";
7 - "A Vanguarda" nº 1 - 2/5/1.915 - págs. 2 e 3;
8 - "Cidade do Machado" - fragmento sem número e data, de 1.914 - págs. 4 e 6;
9 - "Folha Machadense" ns. 3 - 7/4/1.974 - pág. 8;
275 - 13/9/1.979 - pág. 1;
433 - 16/1/1.983 - págs. 1 e 2;
464 - 20/8/1.983 - pág. 1;
474 - 29/10/1.983 - pág. 12;
503 - 2//6/1.984 - pág. 1;
555 - 15/6/1.985 - pág. 4;
560 - 20/7/1.985 - pág. 7;
610 - 19/7/1.986 - págs. 7 e 13;
670 - 26/9/1.987 - pág. 1;
695 - 2/4/1.988 - pág. 13;
696 - 9/4/1.988 - pág. 1;
713 - 7/8/1.988 - pág. 1;
756 - 17/6/1.989 - pág. 1;
793 - 17/3/1.990 - pág. 12;
800 - 5/5/1.990 - pág. 5;
833 - 22/12/1.990 - suplemento;
860 - 6/7/1.991 - págs. 1, 7 e 9;
950 - 24/4/1.993 - pág. 3;
1028 - 19/11/1.994 - págs. 1 e 7;
1093 - 2/3/1.996 - págs. 1 e 11;
10 - informações pessoais de Afonso Azevedo de Paiva Reis e Ernestina Swerts Carneiro Dias;
11 - "Jornal da Cidade" nº 1 - junho de 1.984 - pág. 2;
12 - "Jornal de Machado" nº 8 - 6/4/2.001 - pág. 9;
13 - "Jornal do Machado" ns. 3 - 4/9/1.933 - pág. 3;
24 - 17/10/1.937 - pág. 3;
14 - "Luminar Machadense" ns. 48 - 13/8/1.955 - pág. 4;
51 - 8/10/1.955 - pág. 4;
15 - "Machado-Jornal" ns. 53 - 30/12/1.928 - pág. 3;
55 - 13/1/1.929 - pág. 1;

60 - 17/2/1.929 - pág. 2;
16 - “Minas Geraes” de 3, 4, 5 e 6/2/1.913;
17 - “O Ginasiano” ns. 6 - set. de 1.949 - pág. 4;
9 e 10 - dez. de 1.949 - pág. 4;
2 - maio de 1.950 - págs. 3 e 4;
4 e 5 - julho e agosto de 1.950 - pág. 4;
18 - “O Machadense” ns. 108 - 26/7/1.934 - pág. 3;
63 - 23/4/1.942 - pág. 1;
704 - 19/10/1.958 - pág. 1;
713 - 21/12/1.958 - pág. 4;
718 - 25/1/1.959 - pág. 1;
916 - 8/9/1.963 - pág. 4;
15 - 30/5/1.971 - pág. 4;
116 - 27/5/1.973 - pág. 1;
135 - 7/10/1.973 - pág. 6;
19 - “O Município” ns. 6 - 14/4/1.923 - pág. 4;
24 - 28/11/1.926 - pág. 3;
20 - “O Popular” nº 1 - 27/2/1.927 - pág. 3;
21 - “Siga em Frente” ns. 14 - 24/4/1.993 - pág. 6;
6 - 10/6/1.996 - págs. 1 e 6.

B - **secundárias**

1 - João Rodrigues de Carvalho - “História de Machado” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 53, 68, 69 e 143;
2 - Jorge Vítor Trindade de Oliveira - biografia de José Trindade de Oliveira - datilografada, sem data;
3 - Laércio Andrade Pedroso - crônica “Tempos de Ontem” - na “Folha Machadense” nº 87 - 14/12/75 - pág. 4;
4 - Manoel F. Pinto Pereira (organizador) - “O Sul de Minas - Almanach moderno, de propaganda e estatistica” - Centro Sul Mineiro de Propaganda e Estatistica - Villa S. Ferraz - fascículo segundo - Estabelecimento Graphico Casa Mayença, Cruzeiro, SP, 1.913, pág. 22;
5 - Pedro E. Vallim - “Album dos Municipios do Estado de Minas Gerais” - 1º volume - “A Orientadora”, São Paulo, 1.941, pág. 16;
6 - Revista “Machado de Ontem e de Hoje” - III.

****

A RADIODIFUSÃO

1) - Os primeiros aparelhos de rádio na Cidade.
2) - As rádios Expedicionária e Provisória.
3) - A Rádio Difusora.
4) - A Rádio Montanhesa Menino Jesus de Praga.
5) - As rádios comunitárias.
6) - Os serviços de alto-falante.
7) - Os radioamadores.

****

1 - **Os primeiros aparelhos de rádio na Cidade**.

Afirma-se que o primeiro rádio trazido a Machado pertencia ao Dr. Feliciano Vieira da Silva. Ignoro se isso é exato, e em que data ele aqui chegou.

Coube a Estevam Pereira dos Santos, em sua "*Mechanica Santo Antonio*", a montagem do primeiro aparelho radiofônico na Cidade. Ele foi apresentado ao público na Exposição Regional, em 1.937.

Conforme Pedro E. Vallim, foram registrados 130 aparelhos de rádio no Município, em 1.939.

2 - **As rádios Expedicionária e Provisória**.

Em 1.945, um grupo de conterrâneos movimentou-se para fundar a *Rádio Expedicionária*. Sua comissão central, composta por João de Lima, João Vieira da Silva e Wolney de Araújo Dias, adquiriu coleção de discos, depois vendida à Difusora. Ela não chegou a funcionar.

No mesmo ano, ou no seguinte, surgiu no prédio do cinema, na Praça Antônio Carlos, a *Rádio Provisória*. Era, na verdade, apenas um programa de auditório, com calouros e cantores. José Westin foi seu animador e locutor. Ignoro quanto tempo durou.

3 - **A Rádio Difusora**.

Foi fundada pelo Tenente José Francisco Ferreira de Brito, então proprietário da Rádio Cultura, de Alfenas, com o apoio de Wolney de Araújo Dias, que desde 1.945 se batia denodadamente para tanto. Seu prefixo - ZYV 27 - foi adquirido pelo Tenente Brito, por João Antônio da Costa e por Wálter Mattos Reis, os primeiros diretores dela. Obteve autorização de funcionamento pela portaria 837, de 1/9/50, do Ministério da Viação e Obras Públicas. Começou a transmitir no dia 18 de maio de 1.951, em 1.320 quilociclos. A inauguração ocorreu em 27 do mesmo mês, com "*show*" de artistas, coquetel e baile.

O estúdio e o escritório foram instalados no prédio do Centro Machadense. Levantou-se a torre em lugar próximo do atual Estádio. Tinha, de início, dois jornais falados, um programa esportivo, um programa de calouros e uma seção religiosa. A gerência, até os primeiros meses de 1.952, foi exercida por Ewaldo Rebello. Sucedeu-lhe Francisco Martins de Souza, que em setembro do mesmo ano se transferiu para a Rádio América, de São Paulo. Ambos atuaram também como locutores, assim como Camilo Neto e Manoel Simões Domingues.

No início de 1.954 a Rádio foi vendida aos herdeiros de Lázaro Cândido Magalhães, passando à gerência de Ronald Passos Swerts. Eles a mantiveram por pouco tempo, transferindo-a ao Centro Machadense em data que não pude precisar. Sua gerência esteve então nas mãos de Itamar Branquinho até 27 de abril de 1.957, quando foi passada a Maurílio Carneiro Dias. Este pediu demissão três meses após. Entre os funcionários da época, citem-se Cláudio Ferreira Braga, Neide Garcia, Nilo dos Santos Silva e Nilza Terezinha Dias. Ainda naquele ano, a Rádio foi adquirida para a Paróquia pelo Vigário Ildefonso Sigrist, por Cr$700.000,00, "*para não passar a direção perigosa*", conforme consta do livro de tombo desta. A quantia lhe foi emprestada por Luiz Milani e familiares.

No início de 1.959, o Padre Cássio Marques Ferreira fez campanha, com pouca receptividade, para conseguir doação de discos. Pouco tempo depois, o Padre Aurélio Uyara Tomagnini promoveu pequena reforma no Estabelecimento.

Em 1.961 Itamar Branquinho havia voltado à gerência. Sob a direção do Padre Santo Marini, que a transferira para o pavimento inferior da Casa Paroquial, a Difusora passou por mudanças radicais: redivisão das dependências, colocação de vigas de concreto no auditório, revisão da parte

técnica, troca de material, reparos na instalação elétrica e substituição de toca-discos. Alterou-se a programação, que obteve índices de audiência jamais alcançados. O programa do Vigário, "*Guerra e Paz*", ouvia-se todas as manhãs, pela Cidade inteira; a "*Hora do Ângelus*" era muito apreciada; campanhas de arrecadação na época do Natal tinham inacreditável acolhida. Foi trazido um radialista de São Paulo, Moura Brasil, que transmitia ao vivo das casas de ouvintes, com enorme sucesso. Em meados de 1.963, o dinâmico e polêmico Vigário já estava empenhado em novas reformas.

Na década de sessenta começaram a trabalhar na Rádio, entre outros, Celso Macedo Soares, Hélio D'Andréa, Ivan Dieb Farah, Nelma Abrahão de Oliveira, Osley Amaral, Roosevelt de Carvalho Dias e Wanda Signoretti.

No início de 1.965 assumiu a direção o Cônego Wálter Maria Pulcinelli. A lei municipal 497, de 2 de abril seguinte, concedeu isenção de impostos e taxas à Emissora. Em 1.966 as instalações foram remodeladas, atualizou-se a discoteca e reformou-se a torre. O transmissor foi readaptado e posto em novo prédio, que se construiu em terreno cedido por Ângela Carvalho. Instalou-se rede subterrânea de radiais, com 4.000 metros de fios de cobre. Em 1.968 foi lançado o "*clube dos sócios*", para arrecadação de dinheiro dos ouvintes.

Na década de setenta Nelma Abrahão de Oliveira era a gerente geral da Rádio, que teve, entre outros funcionários, os locutores Alencar Tavares de Oliveira, Heron Reis, Jarbas Braga Rocha, João Afonso Carvalho, José Marques Júnior, Marilda Domingues Lima, Paulo Joaquim de Carvalho Dias, Romeu Pereira Santos, Sérgio do Amaral Resende e Wellington Negretti Dias, e os técnicos Juracy da Silva Dias, Maria José Generoso, Onofre Reis e Waldomiro Camargo.

A lei municipal 239, de 6 de novembro de 1.975, autorizou a isenção de impostos sobre o terreno da Paróquia em que estava instalada a torre da Emissora. Ela foi declarada de utilidade pública pela lei local 245, de 19 do mesmo mês. Em 3 de junho do mesmo ano, o DENTEL aprovou a ampliação de sua potência, que era de 100 watts, para 1.000 durante o dia e 250 à noite. A medida obrigou a reformas, com instalação de nova torre (de 56 metros de altura), de novos radiais, e compra de outro transmissor. A portaria 947, de 1.976, também do DENTEL, renovou a licença de funcionamento da Rádio. No mesmo ano sua freqüência foi alterada de 1.320 para 1.370 khz.. Em julho de 1.977 o prefixo ZYV - 27 foi mudado para ZYL - 257.

A Difusora lançou em 1.981 o "*Projeto Chico Mulato*", dedicado à música sertaneja. A exemplo do que fizera em 1.977, promoveu festivais dela em 1.982 e 1.984. O decreto federal 89.553, de 12 de abril de 1.984, renovou-lhe concessão para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média. Em 1.987 melhorou-se a aparelhagem e foi montado novo estúdio.

Com a criação da rádio de freqüência modulada da

Paróquia, como se verá adiante, as duas estações passaram a ter comando único. Em 1.990, a Biblioteca Municipal desocupou o salão na parte inferior da Igreja Matriz, para onde se transferiram o estúdio e o escritório delas.

Decreto federal de 10 de maio de 1.991 manteve o prazo residual da outorga da concessão da Difusora. No final de 1.992 alterou-se a freqüência dela, que passou a operar em 760 khz.. Sua torre, na Vila Olímpica, caiu no início do ano seguinte, e foi substituída por outra, de 88 metros de altura.

No início de 1.994 ambas as rádios foram arrendadas a um grupo político, como se verá no item seguinte. José Caixeta assumiu a direção, tendo como gerente Otávio Augusto Martins.

Nas duas últimas décadas do milênio trabalharam nas rádios, além de pessoas já mencionadas, Adriano Mendes, Afonso Celso Reis, Alberto Luiz Cavalcante, Daniel Corrêa Vasconcelos, Eduardo Tardiolli, Eliane Carvalho Palmieri, Elizete Gonçalves do Lago, Gílson Moraes, Erivélton Ângelo, Helton Carvalho, J. Moraes, Janaína Cagliari, Júlio Olivar Benedito, Laene Tavares, Luciara Oliveira, Sílvio Silva e Sinicley de Paula.

Em 8 de agosto de 1.997 foi inaugurada nova torre, junto da estátua do Cristo Redentor, em área doada à Paróquia por Vicente de Ávila. Com ela, a Difusora passou a ser sintonizada até a uma distância de cem quilômetros. Decreto federal de 23 de junho de 1.998 renovou sua concessão, pelo prazo de dez anos, para operar em onda média.

Findo o prazo do arrendamento, as rádios voltaram à administração da Paróquia em 15 de fevereiro de 1.999, sob a gerência de Sérgio do Amaral Resende. A resolução 177 da ANATEL, de 13 de outubro do mesmo ano, autorizou novo aumento de potência da Difusora, para 2.500 watts. Isso exigiu modificações técnicas e a compra de novos equipamentos.

A boa audiência da Rádio nos últimos anos do período estudado se comprova pela popularidade de seus locutores, que se valeram dela para atuar na política local. Lembrem-se Celso Macedo Soares, Daniel Corrêa Vasconcelos, José Caixeta, Romeu Pereira Santos e Roosevelt de Carvalho Dias.

4 - **A Rádio Montanhesa Menino Jesus de Praga**.

Em 1.987 o DENTEL iniciou estudos sobre a viabilidade de instalação de uma rádio de freqüência modulada em Machado, e no ano seguinte publicou edital para tanto. Postularam-na Édson Velano, de Alfenas; a Vice-Governadora Júnia Marise; o Deputado Mílton Reis, de Pouso Alegre; e a Paróquia local. Esta foi a vencedora, com ajuda do Deputado Ronaldo de Carvalho. A concessão foi publicada em 24 de junho de 1.988, e a autorização para

funcionamento ocorreu em 30 de setembro seguinte.

O nome foi escolhido pelos funcionários da Difusora. Decidiu-se que as duas estações funcionariam com a mesma administração e o mesmo pessoal. A montagem, orientada pela empresa Transvox, de Belo Horizonte, foi orçada em 48.200 BTNs., em dezembro de 1.989.

A lei municipal 743, de 5 de junho de 1.990, autorizou o Executivo a conceder ajuda financeira à Paróquia, no valor de um milhão de cruzeiros, para instalação da Emissora. Estabeleceu-se, como contraprestação simbólica, que o Município teria espaço diário de trinta minutos na programação, até o final de 1.992, para divulgar matérias de seu interesse. O Deputado José Adamo Belato doou a torre, que foi levantada próxima à da televisão.

A Rádio entrou no ar, a título experimental, em março de 1.991. Funciona em definitivo desde 18 de maio do mesmo ano, sob a direção do Cônego Wálter Pulcinelli. Seu prefixo é ZYC - 822, canal 299; a freqüência, 107,7 mhz..

Em agosto de 1.993, cinco funcionários das emissoras foram demitidos por protestar contra o baixo salário. A partir de fevereiro seguinte, ambas foram arrendadas para grupo político composto pelos deputados Aloísio Vasconcelos e Jorge Eduardo Vieira de Oliveira, e por José Caixeta. O negócio foi celebrado por quinze salários-mínimos mensais, e se deveu a dificuldades financeiras das rádios. O Cônego continuou sendo seu diretor de direito, mas, de fato, elas passaram ao comando de José Caixeta e à gerência de Otávio Augusto Martins. Houve mudanças na programação e contrataram-se novos locutores.

Em maio de 1.999 iniciou-se processo para aumento de potência da Montanhesa. Ele teve desfecho favorável com ato da ANATEL, de 12 de maio do ano seguinte, que a elevou da classe C para a B-2, permitindo que atingisse mais de 40 municípios. Para isso se contou com a ajuda do Deputado Osmânio Pereira. Sua freqüência, depois, foi mudada para 97.9 mhz..

5 - **As rádios comunitárias**.

A primeira rádio comunitária na Cidade, pertencente à Associação Comunitária Bhetel, foi posta em funcionamento pelo Pastor José Domingues Jacomette, nos últimos meses de 1.995. Transmitia mensagens bíblicas e música, na freqüência modulada de 99.9, de estúdio improvisado no Hotel Globo, perto da Rodoviária. Entrou no ar em caráter experimental, sem autorização, e foi fechada poucos dias depois.

Em 1.996 começou a funcionar precariamente a Rádio Nova FM, de Daniel Corrêa Vasconcelos, que em março do ano seguinte estreou programa jornalístico. Sua inauguração oficial ocorreu em 13 de junho de

1.997, na freqüência de 104.5, com 25 watts de potência. No mês de outubro, porém, foi lacrada pelo DENTEL. Voltou poucas semanas após, na sintonia 97.5. Em dezembro já era uma das líderes de audiência. Mantida pela *Associação Comunitária de Radiodifusão para o Apoio Cultural e Artístico de Machado*, sua diretoria era composta por Daniel Corrêa Vasconcelos (presidente), Pedro Niraldo Alves e Ednaldo Rodrigues de Souza. Este, algum tempo depois, vendeu sua parte aos demais. Em agosto de 1.999 retirou-se o presidente, e Pedro assumiu o comando. Transmitia, no início, da Rua Coronel Jacinto, 585 (casa do presidente); depois, o estúdio foi transferido para o Edifício Antônio Pereira da Luz, na Avenida Santa Cruz. Tinha como locutores Ana Paula Faleiro, Erivélton Ângelo, Gélson de Farias, Gílson de Moraes, Júlio César Vasconcelos, Rony Santos e Tadeu Soares. Também integraram o grupo Mírian Mitrioni e Reinaldo Pimentel de Carvalho.

Nos primeiros meses de 1.998 havia já em funcionamento outras rádios comunitárias: a Ipanema I (106.1), de Ismail Donini de Oliveira, com estúdio em sua casa, na Av. Dr. Athayde P. de Souza; a Evangélica FM (102.1), fundada pelo Pastor Germano Gomes de Souza; e a Atividade FM (104.3), criada por Ednaldo Rodrigues de Souza e Pedro Niraldo Alves, com estúdio no Jardim Nova Machado. Esta, em setembro ou outubro daquele ano, passou ao comando de Luiz Paulo Brigagão e Rony Santos, e teve mais tarde o nome alterado para Rádio Laser.

Todas as emissoras locais, em novembro de 1.998, tiveram os transmissores lacrados pelo DENTEL, por falta da documentação necessária. Voltaram ao ar na semana seguinte, desobedecendo à ordem legal, e por isso vários de seus equipamentos foram apreendidos. Persistindo na transmissão irregular, em julho de 1.999 a Nova, a Ipanema I e a Evangélica foram mais uma vez interrompidas pela fiscalização. As duas primeiras retornaram já na semana posterior.

Em 2.000, no lugar da Ipanema I, entrou no ar a Rádio Sertaneja FM, também de Ismail Donini de Oliveira. Em agosto daquele ano, outra vez, ela e a Nova foram suspensas pela ANATEL.

6 - **<u>Os serviços de alto-falante</u>**.

Em 1.950, o Grêmio Estudantil do Ginásio São José montou nas dependências deste um serviço de alto-falante, que tocava discos ofertados por diversas pessoas.

Em 1.957, a Comissão de Propaganda do 1º Centenário instalou na Praça Antônio Carlos o serviço de alto-falante "*A Voz do Centenário*". Ele transmitia diariamente, a partir das 19h30, músicas e notícias relativas ao evento.

Em 1.961 funcionou no mesmo local, durante a paralisação da Difusora para reforma, o *Serviço de Alto-Falante "O Machadense"*

(SAFOM). Apoiado pela Prefeitura, tinha estúdio sob o coreto. Sua equipe era formada por Célio Domingues, Eduardo dos Santos, Hélio D'Andréa, Indaiá Cavalcante, Ivan Dieb Farah e José Scalco. A redação do noticiário, transmitido por meia hora em cada noite, ficava a cargo de Elisabeth Rosa. No início de 1.963 noticiou-se que ele voltara a atuar, "*após longos meses de ausência*", graças ao empréstimo da aparelhagem de som do Município.

No terceiro livro de atas da Câmara se lê que, em abril de 1.964, o prefeito pôs em funcionamento serviço de alto-falante, sem autorização dela. Em meados de 1.968, serviço similar funcionou na Praça Antônio Carlos, sob a responsabilidade da Prefeitura. Por diversas vezes foi, depois, desativado e reativado.

Nas festas de São Benedito é usual também a transmissão por alto-falante. Desde 1.986 ela esteve a cargo de Mauro Antônio Gonçalves Júnior (Maurinho Som).

Na segunda metade da década de noventa, teve início na Cidade a propaganda sonora através de carros com alto-falantes. Seu pioneiro foi Mauro A. Gonçalves Júnior. A ele se seguiram vários, como Ismail Donini de Oliveira (Estúdio Som), Élton Carvalho (Vox Sonorização), Alexandre e Otávio (Chumbão e Otávio Som), além de outros não autorizados. Seu elevado volume incomodou a população, e foram alvo de muitos protestos. Para coibir os abusos foi sancionada a lei local 1.237, de 1º de julho de 1.999, que dispôs sobre ruídos urbanos e proteção ao bem-estar e sossego públicos.

7 - **Os radioamadores**.

Ignoro quando teve início o radioamadorismo em Machado. Soube que, pelas décadas de cinqüenta e sessenta, se dedicaram a ele José Westin, Euclydes Garcia, os irmãos Antônio e Luís Romanelli. Posteriormente o abraçaram, entre outros, José Moreira Soares e José Aprígio Garcia.

Em 1.976, conforme opúsculo informativo da Prefeitura e do INDI, havia cá duas estações de radioamadores.

Nos meados da década de noventa cresceu na Cidade o interesse pela atividade em exame, e criou-se o *GRAMA - Grupo de Radiocomunicação de Machado*, que esteve ativo por mais ou menos dois anos, sem diretoria regularmente constituída. Em 1.996, segundo a imprensa, cerca de 80 pessoas tinham aqui aparelhos de rádio instalados em suas residências ou carros. Entre seus líderes, foram lembrados José Graciano de Carvalho Leite, Luiz Carlos Pinto, Maurício Carvalho Bottazzini Júnior e Wanius Roberto Souza Barbosa.

No final de 1.997 estava em fase de implantação o *PX-Clube de Machado*, tendo como um dos organizadores Wágner de Paiva. Em

dezembro ele promoveu festa na AFUP, com a entidade congênere de Paraguaçu, a que compareceram cerca de 300 radioamadores de diversas cidades. Durou pouco o entusiasmo de seus membros, e foi paralisado antes do final do milênio.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de atas nº 3;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 11 e 17;
3 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio - segundo livro de tombo - 1.916/1.967;
4 - convite, ofícios e panfleto relativos à Rádio Difusora, de meu arquivo;
5 - "Diário Oficial da União" - 24 de junho de 1.998 - seção 1 - pág. 12;
6 - "Folha Machadense" ns. 59 - 25/5/1.975 - pág. 3;
60 - 1/6/1.975 - pág. 6;
64 - 3/7/1.975 - pág. 10;
87 - 14/12/1.975 - pág. 7;
130 - 24/10/1.976 - pág. 10;
167 - 3/7/1.977 - pág. 10;
195 - 29/1/1.978 - pág. 10;
253 - 8/4/1.979 - pág. 4;
368 - 6/9/1.981 - pág. 21;
694 - 26/3/1.988 - pág. 10;
721 - 1/10/1.988 - pág. 1;
ed. esp. - 10/1/1.990 - págs. 4 e 5;
784 - 13/1/1.990 - pág. 7;
805 - 9/6/1.990 - págs. 1 e 10;
821 - 29/9/1.990 - págs. 2 e 8;
833 - 22/12/1.990 - pág. 1;
834 - 12/1/1.991 - pág. 2;
843 - 16/3/1.991 - pág. 1;
933 - 12/12/1.992 - pág. 1;
940 - 13/2/1.993 - pág. 3;
964 - 14/8/1.993 - pág. 10;
984 - 15/1/1.994 - pág. 1;
986 - 29/1/1.994 - pág. 5;
995 - 2/4/1.994 - pág. 1;
1054 - 27/5/1.995 - pág. 8;
1077 - 4/11/1.995 - págs. 1 e 3;
1091 - 17/2/1.996 - pág. 12;

1145 - 8/3/1.997 - pág. 2;
1163 - 12/7/1.997 - pág. 16;
1177 - 18/10/1.997 - pág. 2;
1179 - 1/11/1.997 - pág. 2;
1184 - 6/12/1.997 - pág. 4;
1185 - 13/12/1.997 - pág. 4;
1224 - 3/10/1.998 - pág. 2;
1231 - 21/11/1.998 - pág. 9;
1233 - 5/12/1.998 - pág. 2;
1242 - 13/2/1.999 - pág. 2;
1265 - 17/7/1.999 - págs. 2 e 12;
1270 - 21/8/1.999 - pág. 24;
1278 - 16/10/1.999 - pág. 2;
1284 - 27/11/1.999 - pág. 24;
1307 - 13/5/2.000 - pág. 2;
1308 - 20/5/2.000 - pág. 6;
1318 - 29/7/2.000 - pág. 2;
1319 - 5/8/2.000 - pág. 28;
1321 - 19/8/2.000 - pág. 11;
1389 - 8/12/2.001 - pág. 2;

7 - "Gazeta das Geraes" nº 1 - 21/4/1.999 - págs. 1 e 10;

8 - "Gazeta do Sul", de Poços de Caldas - suplemento especial, setembro de 1.981, pág. 12;

9 - informações pessoais de Daniel Corrêa Vasconcelos, Francisco Raphael de Carvalho, José Aprígio Garcia, Maurício Carvalho Bottazzini Júnior e Maurílio Carneiro Dias;

10 - "Jornal da Paróquia" nº 23 - 12/11/2.000 - pág. 3;

11 - "Jornal do Dizimista" nº 11 - 14/11/1.999 - pág. 4;

12 - "Jornal do Machado" nº 9 - 27/6/1.937 - pág. 4;

13 - "Luminar Machadense" nº 19 - 14/3/1.954 - pág. 4;

14 - "O Ginasiano" nº 2 - maio de 1.950 - pág. 4;

15 - "O Imparcial" ns. 49 - 1/10/1.950 - pág. 3;
66 - 4/11/1.951 - pág. 4;
67 - 18/11/1.951 - pág. 4;
68 - 2/12/1.951 - pág. 1;
71 - 13/1/1.952 - pág. 3;
79 - 1/6/1.952 - pág. 2;
88 - 5/10/1.952 - pág. 2;

16 - "O Machadense" ns. 821 - 19/3/1.961 - pág. 1;
842 - 13/8/1.961 - pág. 1;
850 - 8/10/1.961 - pág. 1;
856 - 12/11/1.961 - pág. 6;
859 - 30/11/1.961 - pág. 4;
909 - 24/2/1.963 - pág. 1;
914 - 25/8/1.963 - pág. 1;
986 - 3/4/1.966 - pág. 3;

993 - 29/5/1.966 - pág. 6;
19 - 3/7/1.971 - pág. 1;
17 - Revista do 1º Centenário de Machado - nº 5 - pág. 15;
18 - Revista “Imagem e Conteúdo” nº 3 - dez./jan. 96/97 - págs. 19/20;
19 - “Siga em Frente” ns. 31 - 21 a 28/8/1.993 - pág. 6;
47 - 12 a 15/1/1.994 - pág. 1;
49 - 26 a 29/1/1.994 - pág. 7;
57 - 28/5/1.994 - pág. 2;
28 - 20/8/1.997 - pág. 9;
19 - “Tribuna Machadense” nº 32 - 10/1/1.988 - pág. 1.

B - **secundárias**

1 - Escola Municipal “Paulina Rigotti de Castro” - panfleto “História dos Meios de Comunicação em Machado” - 2.000;
2 - Instituto de Desenvolvimento de Minas Gerais (INDI) e Prefeitura Municipal de Machado - “Machado - Informações Básicas para Investidores” - 1.976 - pág. 32;
3 - João Rodrigues de Carvalho - “História de Machado” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, pág. 158;
4 - Pedro E. Vallim - “Album dos Municípios do Estado de Minas Gerais” - “A Orientadora”, São Paulo, 1.941, pág. 136.

****

A TELEVISÃO

1) - No terceiro quartel do século XX.
2) - No último quartel do século XX.

****

1 - **No terceiro quartel do século XX**.

Foi por iniciativa de Clóvis de Araújo Dias que a televisão chegou a Machado. No primeiro semestre de 1.959, com técnicos da empresa Sumitel, ele fez experiências de captação de imagens na zona rural, obtendo resultado satisfatório. Propôs-se a construir uma torre receptora, para receber o sinal da estação de Brasópolis, desde que vendesse aparelhos em quantidade suficiente a proporcionar-lhe lucro. Correu então lista pela Cidade, cujos subscritores se comprometiam a comprá-los dele, quando tivesse início a transmissão. No dia 5 de agosto do mesmo ano, após montar torre portátil, fez aqui a primeira exibição pública da televisão, com imagens de São Paulo, em frente do Posto Gulf, de sua propriedade, que ficava onde hoje se localiza a Igreja Matriz. O televisor então utilizado encontra-se no Museu Municipal. É da marca Zenith Royalty Line, e foi importado dos Estados Unidos.

Em 1.960 começaram efetivamente as transmissões, embora de má qualidade. Clóvis Dias organizou a sociedade TV Minas Ltda., e construiu a torre de transmissão no morro conhecido por "*Polo Norte*", ao lado da antiga estrada para Alfenas, com recursos advindos da venda de aparelhos. Estes eram codificados, de modo que apenas recebiam imagens os vendidos por ele, que prometia assistência técnica permanente. Na mesma época, com Francisco Raphael de Carvalho e as funcionárias Elza Caixeta Policarpo, Marisa Dias e Marlene Negretti, abriu pequena fábrica para montagem de televisores, retransmissores e antenas.

Em 1.963 ainda eram precárias as imagens recebidas, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Dotado de temperamento irrequieto, Clóvis decidiu mudar-se para os Estados Unidos. Pretendeu que o Município adquirisse sua empresa, mas o preço cobrado, além dos gastos com a manutenção e a melhoria do serviço, estavam acima das possibilidades deste. Ele se dispôs então a recomprar os televisores pelo mesmo preço por que os vendera três anos antes, o que era inaceitável, além de acarretar a perda da transmissão. Apesar da crise instalada ele partiu, cedendo temporariamente ao técnico Francisco Raphael de Carvalho seus equipamentos, a torre e os direitos de exploração exclusiva das transmissões. Mesmo com o esforço deste e de Benedito Neves, sócio da recém-criada Televideo Ltda., não melhoraram, por falta de recursos, a imagem e o som da televisão. Vedada a exploração do negócio por terceiros, estabeleceu-se um impasse, com prejuízo para o público. A imprensa local criticou a atitude de Araújo Dias, julgada indigna de quem tivera alto lucro na venda dos televisores. Chegou mesmo a falar em fuga, acentuando que ele abandonara os serviços de transmissão e de assistência técnica, pelos quais se responsabilizara perante os adquirentes de aparelhos.

Após vários contactos e reuniões de líderes, soube-se da possibilidade de o Município obter do Governo Federal a concessão para retransmitir os sinais, transferindo-os a uma sociedade. Criou-se então, no mês de outubro, o TV Clube de Machado, cuja diretoria foi formada, entre outros, por Waldemar Swerts Costa (presidente), Antônio Romanelli (vice-presidente), Jurucey Cavalcante (1º tesoureiro), Darcilo Passos Swerts (2º tesoureiro) e Aloysio Pereira Caixeta (secretário). Cada sócio devia contribuir para a execução das obras necessárias ao serviço de transmissão. Conseguiram-se, de início, 64 subscrições, a Cr$30.000,00 cada.

Ademais, decidiu-se que o Município cobraria uma importância anual de manutenção e outra de instalação dos aparelhos, que seriam mais elevadas para os não-sócios. A lei local 438, de 4/12/63, autorizou o prefeito a pleitear permissão para montar estação retransmissora na Cidade. A lei 446, da mesma data, criou taxa para mantença do serviço, autorizou sua concessão a uma sociedade, e criou o registro de aparelhos de televisão.

O Clube assumiu o encargo de retransmitir o sinal, pagando quantia mensal de manutenção aos responsáveis pela torre de Brasópolis. Passou a utilizar-se dos equipamentos e da torre que haviam sido confiados a Francisco de Carvalho. As dificuldades persistiram, todavia, porque vários sócios não pagavam suas quotas, e a Prefeitura não arrecadava com regularidade as taxas relativas ao serviço, para repassá-las ao Clube. Em 1.965 havia cerca de 350 aparelhos na Cidade, e os gastos de manutenção eram maiores que a receita. A lei 508, de 7 de julho, vinculou a taxa de televisão à de água. No final daquele ano, novo problema agravou a situação: Clóvis de Araújo Dias voltou do exterior e exigiu a devolução de seus equipamentos, que o TV Clube usava. Alternativamente, ofereceu-os a venda ou a aluguel, e se dispôs ainda a reassumir o serviço de retransmissão, mediante pagamento de mensalidades por cada proprietário de

televisor. Suas condições foram reputadas excessivas, e recusadas. Ele recebeu de volta seus pertences, e a televisão ficou fora do ar por alguns dias. O TV Clube tratou de adquirir outros equipamentos, reativando o sinal.

Nos anos seguintes, houve repetidas queixas quanto à qualidade do som e da imagem, e quanto à taxa cobrada para mantença do serviço. A lei local 68, de 16 de setembro de 1.970, autorizou a compra, com outros municípios, de bens imóveis e equipamentos de repetição de sinais de televisão existentes no local denominado "*Pedra de São Domingos*". As leis 70 e 71, da mesma data, criaram o cargo de encarregado do serviço de repetidores e a taxa de manutenção deste. O decreto 87, em seguida, nomeou Waldomiro Camargo para ocupá-lo.

No dia 4 de julho de 1.972 houve a primeira transmissão experimental em cores, na frente da Galeria Mineira de Calçados. Trabalharam para isso a Eletro Gouvêa e os técnicos Francisco R. de Carvalho e Waldomiro Camargo, com apoio da Prefeitura. Vários meses se passaram, porém, até que o serviço estivesse, realmente, disponível para o público.

A lei local 138, de 20 de julho de 1.973, extinguiu a taxa de manutenção dos repetidores de televisão. O decreto 205, de 15 de outubro seguinte, exonerou Waldomiro Camargo das funções de encarregado do respectivo serviço. Para o seu lugar, em julho de 1.974, foi contratado Francisco Raphael de Carvalho (decreto 238). A lei 193, de 9 de novembro do mesmo ano, voltou a dispor sobre serviços de repetição dos sinais televisivos.

2 - **No último quartel do século XX**.

O decreto 295, de 21 de janeiro de 1.976, aprovou o regimento interno dos serviços da Prefeitura, e estabeleceu no artigo 43 as atribuições do encarregado da televisão.

Em meados da década de setenta a imagem estava péssima, e os municípios do Sul de Minas tiveram problemas com o COETEL, que exigia importância vultosa para continuar o envio de sinais à região, em face da desapropriação do sítio da torre de Brasópolis. Em 1.976 o órgão estadual de telecomunicações decidiu instalar torre repetidora nas divisas do Município com Serrania, que passou a operar em 1.977, transmitindo imagens de Belo Horizonte. Nessa época o TV Clube local promoveu campanha para compra de novos repetidores, liderada por José Israel da Silva, com apoio de José Annoni e José Cândido de Oliveira. Havia interferência na torre local da Radio "*Libertas*", de Poços de Caldas, e dificilmente se recebia sinal em cores.

No final de 1.978, o Prefeito Pereira Dias comprou três novos repetidores e diversos equipamentos para mudar o sistema local de televisão, captar novos canais e melhorar a transmissão, com opções para UHF e

VHF. Houve atraso na sua instalação e operação, que não produziu os resultados anunciados. A imagem seguiu ruim, e apenas dois canais continuaram a ser sintonizados aqui. O excessivo gasto, os efeitos insatisfatórios e demorados do novo sistema geraram muitas críticas.

Tito Luciano Arsilo assumiu a direção do TV Clube em maio de 1.979, a convite do Prefeito. Muito trabalhou para completar a implantação do sistema UHF, melhorar a imagem e obter a sintonia de quatro canais. Ficou no cargo até o início de 1.981, quando se mudou da Cidade. O COETEL, na época, adquiriu aparelhagem e prometeu breve instalação do sistema de microondas. A lei municipal 383, de 17 de outubro de 1.979, deu o nome de "*Clóvis de Araújo Dias*" à torre de televisão.

Em março de 1.982, com permissão da lei 465, a Prefeitura gastou sete milhões de cruzeiros na compra de três novos repetidores, para tentar a melhora do sinal durante a copa do mundo de futebol. Teve para isso que vender ações da Petrobrás, autorizada pela lei 467. No fim do ano dois daqueles ainda não funcionavam. Captavam-se então os sinais da Record, da Globo (Juiz de Fora) e da Bandeirantes.

No segundo semestre de 1.986, o Município adquiriu nova aparelhagem, para sintonia da TV Manchete. No começo de 1.987, a Cidade captava cinco canais: Bandeirantes, Globo, Manchete, Record e TVS. A retransmissão da última, precária e não autorizada pelo DENTEL, foi desligada em julho, porque interferia em canal de Alfenas. Voltou no fim do ano, mas acarretando a instabilidade do sistema, freqüentemente fora do ar.

Em agosto de 1.988, as imagens da Globo passaram a ser transmitidas pela TV Sul de Minas, de Varginha, então inaugurada.

No início dos anos noventa começaram a ser instaladas na Cidade as antenas parabólicas. As duas primeiras o foram nas casas de Ary Magalhães Dias e Severo Fernandes Franco. Sua venda era feita pelas três lojas do ramo aqui existentes: Centertel, Eletrônica Gouvêa e Eletrônica Rodoviária. Já no final de 1.983 se calculava que havia ao menos 1.800 delas no perímetro urbano.

A Prefeitura instalou no distrito industrial (próximo da Agromavi e da Brasfreios), em agosto de 1.991, torre de repetição que adquirira havia mais de ano. Ela permitiu que a retransmissão da Globo se fizesse também por UHF. Para tornar a Cidade independente dos repetidores de fora, em 1.993 o Prefeito mandou instalar na Serra dos Codignolli uma parabólica e cinco receptores profissionais, que custaram Cr$90.000.000,00. No ano seguinte, novo repetidor foi instalado no distrito industrial, para transmitir o sinal da Globo no campeonato mundial de futebol.

A lei local 114, de 16 de setembro de 1.997, autorizou

o Executivo a celebrar convênio com Racimec Informática Brasileira S/A, para uso da torre transmissora do sinal de televisão.

Dois novos canais começaram a ser aqui captados em maio de 1.998: voltou a Record, em fase experimental; e a Alterosa, com programação gerada pelo SBT, passou a transmitir de Varginha.

O Ministério das Comunicações, através da portaria 209, de 8 de abril de 1.999, autorizou a Prefeitura a retransmitir os sinais gerados pela TV Educativa, de Belo Horizonte. Caducou, porém, o prazo de seis meses para que se pusesse em operação o serviço.

Era péssimo, na época, o sinal recebido pelos televisores que não dispunham de antena parabólica. A "*Gazeta das Geraes*" asseverou que ele estaria sendo propositalmente violado, para aumentar a venda do acessório.

Começou a ser aqui captada em agosto de 2.000 a TV Assembléia, também da capital mineira.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 10, 11, 13, 14, 18 e 19;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos ns. 14 e 15;
3 - Boletim Informativo da Prefeitura Municipal de Machado - julho de 1.973 - pág. 2;
4 - "Folha Machadense" ns. 27 - 28/9/1.974 - pág. 3;
32 - 3/11/1.974 - pág. 8;
50 - 16/3/1.975 - pág. 1;
106 - 9/5/1.976 - pág. 2;
118 - 1/8/1.976 - pág. 1;
140 - 31/12/1.976 - pág. 6;
166 - 25/6/1.977 - pág. 1;
170 - 24/7/1.977 - pág. 1;
232 - 29/10/1.978 - pág. 9;
237 - 3/12/1.978 - pág. 1;
253 - 8/4/1.979 - pág. 1;
258 - 13/5/1.979 - pág. 4;
259 - 20/5/1.979 - pág. 1;
286 - 27/1/1.980 - pág. 7;
325 - 1/11/1.980 - pág. 1;
394 - 27/3/1.982 - págs. 1 e 8;

405 - 12/6/1.982 - pág. 1;
567 - 7/9/1.985 - pág. 2;
626 - 8/11/1.986 - pág. 11;
658 - 5/7/1.987 - pág. 1;
677 - 14/11/1.987 - pág. 16;
710 - 16/7/1.988 - págs. 1 e 7;
864 - 3/8/1.991 - pág. 1;
949 - 17/4/1.993 - págs. 1 e 3;
1006 - 18/6/1.994 - págs. 1 e 3;
1020 - 21/9/1.994 - pág. 7;
1206 - 30/5/1.998 - pág. 12;
1249 - 2/4/1.999 - pág. 5;
1253 - 1/5/1.999 - suplemento;
1322 - 26/8/2.000 - pág. 2;

5 - “Gazeta das Geraes” nº 2 - 9/5/1.999 - pág. 3;

6 - “Gazeta do Sul”, de Poços de Caldas - supl. especial - set. de 1.981 - pág. 12;

7 - “O Machadense” ns. 734 - 24/5/1.959 - pág. 1;
735 - 31/5/1.999 - pág. 1;
739 - 29/6/1.959 - pág. 1;
745 - 9/8/1.959 - pág. 4;
746 - 16/8/1.959 - pág. 1;
779 - 21/4/1.960 - pág. 8;
823 - 2/4/1.961 - pág. 4;
877 - 18/4/1.962 - pág. 4;
911 - 10/3/1.963 - pág. 1;
919 - 29/9/1.963 - pág. 1;
920 - 6/10/1.963 - pág. 1;
921 - 13/10/1.963 - págs. 4 e 6;
922 - 20/10/1.963 - pág. 1;
935 - 4/4/1.965 - págs. 1 e 6;
955 - 22/8/1.965 - pág. 3;
967 - 14/11/1.965 - pág. 1;
969 - 28/11/1.965 - págs. 1 e 2;
970 - 5/12/1.965 - págs. 1 e 2;
4 - 14/3/1.971 - pág. 4;
63 - 21/5/1.972 - pág. 1;
64 - 28/5/1.972 - pág. 6;
71 - 16/7/1.972 - pág. 1;
76 - 20/8/1.972 - pág. 1;

8 - “Siga em Frente” ns. 1 - 1.992 - pág. 2;
40 - 17 a 20/11/1.993 - págs. 1 e 3.

****

A INTERNET

1) - Provedor Axnet.
2) - Provedor Mgol, depois Axtelecom.

****

1 - **Provedor Axnet**.

Até outubro de 1.998, os usuários locais da Internet dependiam de provedores das cidades vizinhas, em especial Alfenas e Varginha, para conectar-se à rede mundial de computadores. Naquele mês, a Fundação Educacional pôs a funcionar, em caráter de experiência, o primeiro provedor machadense, chamado de *Axnet*. Para isso fez investimentos de R$85.000,00, adquirindo computadores, programas especiais, "*modens*" e "*links*". Organizou também laboratório de informática, com 21 terminais, ligado a uma rede interna, para uso de seus alunos. A implantação ficou a cargo das empresas Cobra Brasil e Multitec.

O sistema, com capacidade inicial para atender a até 300 assinantes, passou a funcionar em definitivo no dia 7 de dezembro seguinte. Começou-se então a comercializar os acessos por telefone, com ligações locais. O preço inicial da inscrição foi de R$40,00. Ofereceram-se quatro planos, variáveis conforme o número de horas de uso, com custo mensal de R$20,00 a R$49,90. Cada hora adicional custava R$1,50.

2 - **Provedor Mgol, depois Axtelecom**.

Em julho de 2.000, a CP Minas Machado Ltda., empresa de Élio Lopes do Nascimento e João Flávio Brito Pereira, instalou aqui o provedor Mgol. Ofereceu desde o início acesso sem limite de horas, e isenção da taxa de inscrição.

Em maio de 2.001, a Axtelecom Informática e Telecomunicações Ltda. (antiga Multitec), sob o comando de João Aprígio Nogueira Júnior, começou a montar seu provedor Axtelecom, pelo sistema digital, via rádio, e construiu torre para isso. Quatro meses depois, comprou o provedor Mgol, operando a partir de então através de rádio e de telefone.

.....

No primeiro ano do milênio, os provedores locais atendiam a Machado e Poço Fundo com aproximadamente 600 contas, 52 antenas e 90 linhas digitais de acesso, mais 10 analógicas.

****

Fontes de consulta.

1 - “Folha Machadense” nº 1.234 - 12/12/1.998 - pág. 6;
2 - informações pessoais de João Aprígio Nogueira Júnior;
3 - panfleto da E.E. “Paulina Rigotti de Castro” - “História dos Meios de Comunicação em Machado”.

****

RICARDO MOREIRA REBELLO

MACHADO

VOLUME X

HISTÓRIA ECONÔMICA

ÍNDICE

A – AGRICULTURA E PECUÁRIA.....pág 1
Cap.I - Pecuária e Agricultura em Geral no século XIX.....pág 2
Cap. II - Criação de Animais no Século XIX.....pág 8
Cap.III - Café.....pág 16
Cap. IV - Frutas.....pág 21
Cap.V - Produtos Agrícolas Diversos – I.....pág 27
Cap. VI - Produtos Agrícolas Diversos – II.....pág 33
Cap. VII - Propriedades Rurais.....pág 38
Cap.VIII - Principais Eventos Agropecuários.....pág 43
Cap. IX - Òrgãos Públicos Dedicados á Agropecuária.....pág 46
Cap. X - Política Agropecuária Municipal.....pág 53

B – COMÉRCIO, INDÚSTRIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....pág 56
Cap. XI - Comércio no Século XIX.....pág 57
Cap. XII - Comércio no Século XX – I.....pág 61
Cap. XIII - Comércio no Século XX – II.....pág 66
Cap. XIV - Comércio no Século XX – III.....pág 69
Cap. XV - Comércio no Século XX – IV.....pág 77
Cap. XVI - Bancos.....pág 81
Cap. XVII - Mercado e Feiras-Livres.....pág 92
Cap. XVIII - Indústria no Século XIX.....pág 95
Cap. XIX - Indústria no Século XX –I.....pág 99
Cap. XX - Indústria no Século XX –II.....pág 105
Cap. XXI - Prestação de Serviços Autônomos no Século XIX.....pág 110
Cap. XXII - Prestação de Serviços Autônomos no Século XX.....pág 113
Cap. XXIII - Prestação de Serviços Assalariados.....pág 123

C – ASSOCIAÇÕES DE CLASSE E ÓRGÃOS DE ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA.....pág 126
Cap. XXIV - Associações de Classe – I (Diversas).....pág 127
Cap. XXV - Associações de Classe – II (Diversas).....pág 132
Cap. XXVI - Associações de Classe – III (Cooperativas).....pág 141
Cap. XXVII - Associações de Classe – IV (Sindicatos).....pág 151
Cap. XXVII Òrgaõs de Arrecadação Tributária.....pág 155

AGRICULTURA E PECUÁRIA

E AGRICULTURA EM GERAL NO SÉCULO XIX

1) - Pecuária.
2) - Agricultura.

****

1 - **Pecuária**.

Na região das minas, a maioria esmagadora da população dedicava-se com exclusividade à extração de ouro e pedras preciosas, sem tempo e disposição para outras atividades. Ademais, o relevo e o solo dela eram, de modo geral, desfavoráveis à agricultura e à pecuária. Por isso, para seu abastecimento desenvolveram-se centros produtores mais ou menos afastados, como o nosso. Segundo Caio Prado Júnior (*obra adiante citada, pág. 198*),

> *"reúne-se neste sul de Minas um conjunto de circunstâncias muito favoráveis à criação de gado; e logo que a região começa a ser devassada pelos exploradores de ouro, inicia-se paralelamente uma atividade rural em que se destacará a pecuária. Esta chamará a si, aos poucos, o mercado próximo que os centros mineradores em formação lhe vão proporcionando. Abastecendo-se a princípio no sertão do Norte e nos Campos-Gerais do Sul, os mineiros passarão logo para ela, mais acessível que é, e sobretudo melhor aparelhada que seus concorrentes. O sul de Minas suprirá em seguida, e substituirá, afinal, os fornecedores do Rio de Janeiro: os Campos dos Goitacases e os mesmos Campos-Gerais citados; êstes ficam mais longe, aqueles transformam seus pastos em canaviais. É em 1765 que descem para o Rio de Janeiro os primeiros gados da nova proveniência.*

Até São Paulo, vizinho embora dos Campos meridionais, se abastecerá em Minas.".

Alcir Lenharo sustenta que, entre 1.808 e 1.842, pelo menos, o Sul de Minas foi o principal abastecedor do mercado carioca, para o qual produzia e exportava gado em pé, em grande quantidade, além de porcos, galinhas, carneiros, toucinhos, queijos e cereais.

Em 1.822, tratando da vila de São Carlos de Jacuí, a que então pertencia o jovem povoado da Sacra Família, afirmou Pizarro e Araújo:

"Seus habitantes se empregam com espicialidade na cultura do gado vacum, em que fazem consistir o fundo da sua riqueza, e não omittem a lavoura dos generos precisos á subsistencia humana.".

Quatro anos depois, em resposta a questionário do governo da Província, a Câmara da Campanha da Princesa informou o seguinte sobre a pecuária local:

"A creação mais uzual deste Termo são os porcos, e gado vacum, de que há muita abundancia, não só pª o consumo do Termo como pª serem exportados para a Corte do Rio de Janeiro e para o interior da Provincia, e pª a de S. Paulo. (...) Tambem há creação de Egoas, de que rezultão potros, e bestas pª o costeio das Fas.das, e ainda para negocio em pequena quantidade. (...) Crião-se alguns Carneiros, q.e se dão muito bem no Pais (...).
Outro motivo, que atrasa tambem a creação de todos os animaes he a carestia do sal, que o menos por que chega aqui posto he de 2$240 rs. (...).

A respeito de pastagens esclareceu:

"Em algumas Fasendas, que carecem de Campos, seos donos rossando os matos repetidas veses fasem reduzir o terreno a capim; e outros plantão logo a Grama pª pastagens de seos gados. O Capim de Angolla se vai cultivando com vantagem; mas a experiencia tem mostrado, que dando se abundancia delle aos animaes estando verde os prejudica na saude, e lhes fas inchar as pernas.".

Na certidão de 25 de janeiro de 1.841, a que já me referi, o juiz de paz do Douradinho, João Ferreira de Tolledo, afirmou o seguinte sobre a pecuária na Freguesia:

"e da mesma sorte se crião gado vacum, e Cavalares, e

porcos q. se esportão pª a Corte do Rio de Janeiro, indo os porcos já tocados e já mortos conduzidos em bestas".

Na segunda metade do século XIX distinguiu-se aqui na pecuária, entre outras atividades, o Coronel Azarias de Souza Dias. Organizou a *Sociedade Machadense*, em nome coletivo, que tinha por finalidade o corte de boiadas e a venda de carne verde no Rio de Janeiro. Foi constituída em escritura de 16/8/1.858 (livro 82 do A.P.M.), com diversos sócios daqui, de Caconde, Casa Branca, Jacuí, Passos, etc.. Seu capital era de oitenta contos de réis, divididos em 200 quinhões de quatrocentos mil réis cada, sendo ele o majoritário, com dez. Estipulou-se que operaria sob a firma *Jorge Silva & Cia*., utilizada com exclusividade pelo sócio-gerente José Jorge da Silva Ferreira, morador na Corte. As boiadas eram levadas a esta por conta particular de cada remetente, procedendo-se após balanço ânuo à divisão proporcional dos lucros e perdas. Foi estabelecido que a sociedade duraria pelo prazo de dois anos, podendo continuar após, mediante decisão da maioria absoluta. Ela conseguiu isenção parcial de impostos, como se vê no artigo 24 da lei orçamentária provincial 1.104, de 16 de outubro de 1.861:

"O Governo isentará por cinco a oito annos de metade do imposto estabelecido no § 3º do art. 2º desta lei as boiadas que deverem ser cortadas no Rio por uma sociedade mineira que actualmente se organisa em Santo Antonio do Machado com o fim de estabelecer córte e açougue por conta dos boiadeiros, approvando previamente os respectivos estatutos, e dando o necessario regulamento para tornar-se effectiva esta isenção.".

Teve fim em seis anos, sucumbindo à força dos intermediários, conforme se depreende de artigo no *Monitor Sul-Mineiro* de 20/10/1.872, adiante referido:

"Na venda do gado na côrte havia um verdadeiro mysterio, que os boiadeiros nunca puderão decifrar: - marchantes e commissarios parece que tinhão os mesmos interesses, e em opposição aos do criador, invernista ou boiadeiro, á cuja vista effectuava-se a venda das boiadas, sem que elles soubessem quaes os compradores e qual o preço que se havia alcançado.
Com vistas de emancipar-se dos marchantes e commissarios o Sr. Azarias fundou a associação Machadense que durou por espaço de 6 annos, apezar da opposição que soffreu de interesses contrariados e durante esse longo periodo, sob sua direcção, entrava de 3 em 3 dias no matadouro do Rio de Janeiro de 60 a 90 rezes; e se essa associação não teve maior existencia, e não auferio extraordinarios lucros, é porque a inveja de uns, a ambição de outros, e os esforços de muitos que se julgavão prejudicados, tendo a concor-

rência dessa associação, contra ella se erguerão pondo termo a sua existência ...".

Carlos Legnani afirma que o Coronel Azarias mandava toucinho para o Rio em jacás, no lombo de burros, e que seu gado bovino era tangido por estradas impróprias até o açougue de Machambomba, depois Santa Cruz. Foi, conforme Xavier da Veiga, o primeiro que se dedicou a essa indústria na Freguesia do Machado, onde também introduziu os pastos artificiais. No fim de 1.874 e início de 1.875 enviou à Corte, para exposição, dois gigantescos bois, que mereceram destaque no *Monitor* e no *Jornal do Commercio*. Um deles, segundo foi noticiado, tinha 2m92 de comprimento, 1m80 de altura e 2m78 de grossura, "*tomada pelo meio do corpo*". Visto pela parte posterior, apresentava a forma de um triângulo isósceles, cuja base, voltada para cima, media 76 centímetros. Seu peso era de 17 quintais (antiga medida equivalente a 4 arrobas).

Em 7 de julho de 1.864, a Câmara da Vila Formosa, hoje Alfenas, respondendo a circular da presidência da Província, teceu considerações sobre a pecuária local:

"... considerando que este Municipio e com especialidade esta Freguezia, e a de Santo Antonio do Machado, devem ser consideradas como o emporio de gado vacum e suino, que vai abastecer huma grande parte da população da Capital do Imperio; considerando q. alguns habitantes d'esta, e da Freguezia do Maxado instituirão hua associação com o titulo de "Sociedade Machadense" e hua repartição no matadouro publico na Corte, com o fim de milhorar (?) e promptamente dispôr das milhares de rezes que exportão annualmente; considerando que o beneficio material de que se trata tende a acoroçoar o espirito de associação, outr'ora tão desenvolvido neste Municipio, hoje tão modificado em razão do baixo preço, por que exporta (?) seos suinos, e pelas grandes despezas e difficuldades na exportação, ...".

Assis Martins, em seu almanaque do ano de 1.869, citou entre os criadores do Município da Vila Formosa Jacintho José Pereira e Roque de Souza Dias, aqui estabelecidos. Em 1.874, Saturnino da Veiga informou o seguinte sobre o assunto que nos ocupa, em Machado:

"Desta freguezia exporta-se annualmente, termo medio, o numero de 4.000 rezes gordas que, ao preço rasoavel de 50$000, somma a quantia de duzentos contos de reis. Exporta-se tambem, pelo menos, 22.000 arrobas de toucinho que, ao preço de 5$000 cada uma , produzem a quantia de cento e dez contos de réis.".

Sobre Douradinho asseverou:

> *"Ha tambem muitos e optimos campos para a criação de gados, que é feita em não pequena escala."*.

Dez anos depois, o mesmo autor voltou ao tema, em seu segundo almanaque. De Machado disse:

> *"Mata-se na cidade uma a duas rezes por semana, sendo de 4$500 o preço da arroba de carne com osso. Um carneiro custa 3$ a 5$, frangos 200 a 300 réis, ovos a 160 a duzia, leite a 80 réis a garrafa (...). A criação do gado no Machado tem sido objecto de especial cuidado dos fazendeiros."*.

Quanto a Douradinho, acrescentou:

> *"cuidando-se tambem na criação do gado, animaes cavallares e porcos, que são destinados á exportação. (...) Um carneiro custa 2$, um frango 200 réis, ovos a 120 a duzia, leite a 60 réis a garrafa"*.

No ofício remetido em julho de 1.886 ao governo provincial, o presidente da Câmara, Major Onofre de Souza Dias, apresentou quadro minucioso e sem retoques da criação de gado no Município:

> *"Esta Camara satisfasendo a exigencia da circular de V. Ex.ª, datada de 8 de Maio do corrente anno, na qual pede informações sobre as raças de gado, responde pela maneira seguinte, deixando de fazer por quesitos por que aqui ninguem tem capricho na criação e é quasi desconhecidos os processos adiantados para o desenvolvimento da criação:*
>
> *- Raça Cavallar -*
> *Não prospera por que ninguem se dedica a esta industria.*
>
> *- Raça Bovina -*
> *Esta industria que ha tempos se desenvolveu n'este Municipio, ao ponto de offerecer ao mercado da Côrte as rezes mais pezadas que tem aparecido, declinou e acha-se hoje estacionaria em rasão de certo dos maus preços que tem encontrado no mercado; no entretanto este Municipio tem proporções para com vantagem desenvolver em alta escala esta lucrativa industria, por que tem vastas pastagens de angolla e gordura e m.mo alguma de campo natural. A media do pezo regula 210 K. (210). Quanto ao leite não deixa por em quanto resultado algum pela distancia*

que tem de percorrer até chegar ao mercado, quer em leite quer em queijo que se faz quasi esclusivamente para o consumo local.

- Raça lanigera -

Não tem desenvolvimento, com quanto as condições do clima e pastos sejão favoraveis a este desenvolvimento, apenas uma ou outra pessôa cria para seu consumo, quer de carne quer de lãn, sendo, que um ou outro tem procurado melhorar, importando melhor raça, principalm.te de lan.

- Raça suina -

É geralmente criada por que forma uma das principais bases da alimentação e a sobra é exportada para os mercados da Côrte e S. Paulo, não há porem muito capricho na escolha das raças, por isso a media não excederá a 90 k, se la chegar.".

2 - **Agricultura**.

Em março de 1.826, respondendo a questionário do Governo Provincial, a Câmara da Vila da Campanha prestou informações sobre a agricultura em seu território, de que fazia parte o atual Distrito de Douradinho. Sobre a espécie de cultura em uso esclareceu:

"A cultura mais uzada neste Paiz hé milho, feijão, arroz, cana, fumo, mandioca, e carás, e alguns plantão inhames, p.ª ajudar a creação dos porcos; tambem se planta algodão na Freguezia desta Villa nas terras proximas ao Rio Verde, que produs sufficientem.e.

Ja houve grande abundancia de trigos por quazi todos os lugares deste Termo, de que se exportava immensas arrobas p.ª o interior da Provincia, e ainda p.ª a de S. Paulo; porem a annos a esta parte, entrou a praguejar de tal sorte, q.e tem se desanimado os Agricultores a ponto de não haver algum prezentem.e, sendo p.r isso necessario importar-se farinhas de trigo de fora da Provincia, que chegão postas aqui a tres e a quatro mil reis a arroba; quando em outro tempo d'aqui sahião a 1$800 r.s, e a menos (...)

A cevada que produs admiravelm.e hé plantada p.r incuria com tanta escasses, que se vende cada alqueire p.r 3$600, e nas Boticas a 320 r.s a libra. A cultura da mandioca, que he assas, e productiva ainda nos terrenos mais sêcos, cujo polvilho muito tem suprido a falta do trigo; hé tambem escassa esta plantação, pelo maior uso que se fas da farinha de milho, e tendo esta Cam.ra ordenado em suas Posturas que

todos os Lavradores plantassem annualm.e certo n.º de covas de mandioca, poucos Fazendeiros tem de moto proprio cumprido esta plantação.”.

Da importação e exportação de mantimentos disse o seguinte:

“Entrão para este Termo a vender-se em carros do Termo de Jacuhy, e da Freguezia de Lavras do Tr.º de S. João de ElRei, feijão, farinha, toicinho, algodão, e agoard.e de cana; assim como entra assucar, e café do interior desta Provincia, e das mais Provincias visinhas. E deste Termo se exporta, p.ª o Termo de Baependi milho, feijão, farinha, arroz, assucar, e agoard.e de cana; e bem assim os moradores d’aquelle Termo vem a este comprar m.to fumo p.ª exportarem p.ª a Corte do Rio de Janeiro; e da m.ma sorte se exportão toicinhos, p.ª a Provincia de S. Paulo. Igualmente se importão p.ª este Termo vindo da Corte do Rio de Janeiro, e da Provincia de S. Paulo, e Praça de S.tos, farinhas de trigo, vinhos, e mais generos da Europa.”.

Quanto à naturalização de plantas exóticas afirmou:

“Tem se naturalisado o café, cuja plantação se tem augmentado a poucos annos no Termo desta Villa com algum progresso; mas ainda não tanto que chegue p.ª o consumo do Termo, porque os moradores deste Paiz entendião que elle era incapas de progredir aqui pelas muitas geadas; mas a experiencia tem mostrado q.e elle escapa nos altos, especialm.e da p.te do Poente.
As uvas produsem sufficientem.e neste Paiz, mas não se tem augmentado a sua cultura, p.r virem no rigor do Inverno; porem se acontece falhar a xuva são otimas. (...)
Há muita laranja, e pessego, com q.e se ajuda o sustento dos porcos, assim como limas e limoens.”.

O juiz de paz do Douradinho, João Ferreira de Tolledo, em certidão de 25 de janeiro de 1.841, atestou ser o local da Freguesia

“abundoso de mattos de culturas, e campos de criar, produs fumos com abundancia, Milho, e todas as qualid.es de mantimentos q. aly se plantão se colhe muito, e se vão vender a Cid.e da Camp.ª...”.

Saturnino da Veiga, no almanaque de 1.874, informou em relação a Machado:

> *"A cultura á que em geral se dedicão os moradores desta parochia é a do milho, arroz e feijão, sendo acessorios a mandioca, que por alguns fazendeiros é plantada em não pequena quantidade, a mamôna, a canna, o tabaco, o algodoeiro, a parreira, etc.*
> *Já existem plantados nesta freguezia, com segurança, 220 mil pés de cafeeiro, dos quaes uma grande parte já está dando fructo, igual em qualidade ao das provincias do Rio de Janeiro e de S. Paulo, como o tem provado o seu uso.".*

De Douradinho disse o seguinte:

> *"Cultiva-se na freguezía a canna de assucar, o café e o fumo. Alguma quantidade deste, os porcos, carneiros e bois constituem a exportação do lugar.".*

No almanaque de 1.884, o mesmo autor assim se referiu ao tema em exame na freguesia da Cidade:

> *"A cultura mais usada é a do café, de que já ha plantação superior a 500.000 pés, tendendo a augmentar, pelo que parece terá de predominar na freguezia, outr'ora exclusivamente entregue á criação de gado e porcos, do que todavia ainda se cuida em escala notável. Cultiva-se tambem cereaes, canna, algodão e fumo, exportando-se de tudo um pouco.".*

Em Douradinho, observou que, além de cereais, se plantavam café, algodão e cana de açúcar.

****

<u>Fontes de consulta</u>.

A - **primárias**
1 - Arquivo Público Machadense - livro 82: "Escrituras de Vendas de Terras" - págs. 54//57v.;
2 - Arquivo Público Mineiro - Fundo: Presidência da Província - PP 1/18, caixa 101, documento 14;
3 - Arquivo Público Mineiro - Fundo: Presidência da Província - PP 1/33, caixa 9, documento 7;
4 - Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Governo - códice 30: "Correspondên-

cia recebida pela Presidência da Província sobre indústria - 1886-1888" - páginas sem numeração;
5 - Livro da Lei Mineira - 1.861 - tomo XXVII - parte 1ª - folha nº 3;
6 - "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, de 20/10/1.872, págs. 3 e 4 - artigo não assinado: "O poder da vontade - Azarias de Souza Dias - II".

B - **secundárias**
1 - Alcir Lenharo - "As Tropas da Moderação" - Edições Símbolo, São Paulo, 1.979;
2 - Antônio de Assis Martins - "Almanach Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas-Geraes do anno de 1869 para servir no de 1870" - Typ. do Diario do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, 1.870, pág. 330;
3 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanach Sul-Mineiro para 1874" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.874, págs. 145 e 163;
4 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanak Sul-Mineiro para 1884" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.884, págs. 232, 233 e 243;
5 - Caio Prado Júnior - "Formação do Brasil Contemporâneo" - 12ª edição - Ed. Brasiliense, São Paulo, 1.972, págs. 57, 133 e 197 a 202;
6 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", cap. III - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 3, abril de 1.957, págs. 1 e 2;
7 - Fundação 18 de Março - "A Fábrica de Tecidos de Machado" - Mazza Edições, Belo Horizonte, 1.989, págs. 30/31;
8 - José Pedro Xavier da Veiga - "Ephemerides Mineiras", vol. 3 - Imprensa Official do Estado de Minas, Ouro Preto, 1.897, pág. 320;
9 - Jozé de Souza Azevedo Pizarro e Araújo - "Memorias Historicas do Rio de Janeiro e das Provincias Annexas á Jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil" - Typographia da Silva Porto e C., Rio de Janeiro, 1.822, pág. 232;
10 - "Memorias da Camara da Campanha" - na Revista do Archivo Publico Mineiro, anno I, 1.896, págs. 457 a 647.

****

CRIAÇÃO DE ANIMAIS NO SÉCULO XX

1) - Bovinos.
2) - Eqüinos.
3) - Asininos e muares.
4) - Suínos.
5) - Ovinos e caprinos.
6) - Aves.
7) - Peixes.
8) - Abelhas.
9) - Bicho-da-seda.
10) - Outros.

****

1 - **Bovinos**.

No começo do século, alguns poucos fazendeiros engordavam para corte gado que era vendido principalmente nas feiras de Três Corações e Taubaté. Dentre eles, destacaram-se Joaquim Paulino da Costa (Fazenda Santa Rita), que chegava a adquirir reses magras no Triângulo e no sul de Goiás; João Baptista de Souza Moreira (Fazenda Serrinha) e João Domingues Sobrinho (Fazenda da Ponte).

Conforme o recenseamento de 1.920, nosso rebanho bovino possuía 35.326 cabeças. Venderam-se naquele ano 1.398.652 litros de leite, 3.520 litros de nata, 7.420 quilos de manteiga e 37.552 quilos de queijo.

No segundo quartel do período em estudo, tinham gado de boa qualidade Antônio Pedro Maciel, Feliciano Vieira da Silva (*red polled*) e Romeu Xavier (holandês), entre outros. Nosso plantel melhorou consideravel-

mente após a exposição de 1.937 e a instalação aqui, no ano seguinte, de subinspetoria da Divisão de Fomento da Produção Animal, do Ministério da Agricultura. Esta, além de ceder reprodutores puros, orientava a construção de silos, estábulos e banheiros, controlando a produção leiteira.

Em 1.940 foram recenseados no Município 18.031 bovinos, com produção de 17.991 hectolitros de leite, 128.668 quilos de creme, 7.040 quilos de manteiga e 4.385 quilos de queijo. Dez anos depois, o censo cá encontrou 20.674 bovinos, com produção de 33.262 hectolitros de leite, 284.447 quilos de creme, 2.500 quilos de manteiga e 2.760 quilos de queijo e requeijão.

Em meados do século, os principais criadores locais eram Euclydes de Souza Moreira, Gustavo Carneiro Dias, João Domingues Sobrinho, José de Souza Moreyra e Plínio da Silva Dias (raças gir e holandesa preta e branca); Feliciano Vieira da Silva e Gilberto Pio da Silva Pinto (*jersey* e *red polled*); João Antônio da Costa, Lázaro Cândido Magalhães e Paulo Teixeira (*schwyz*); Antônio Cândido de Souza Dias e Nélson Garcia (caracu e holandesa vermelha e branca); Edgard da Veiga Lion, Joaquim Moreira de Souza Guerra e Lucas Tavares de Lacerda (*guernsey*).

Na década de sessenta, a ACAR patrocinou campanhas para aumento da produção e do consumo de leite. No início da seguinte, lançou com sucesso o torneio leiteiro, que se repetiu anualmente, com algumas interrupções, até 1.990, pelo menos.

O censo agropecuário de 1.970 registrou em Machado 28.020 bovinos, sendo 24.955 de leite, 2.361 de corte, 608 de leite e corte, e 96 de trabalho ou de finalidade ignorada. Apurou naquele ano a produção de 7.844.000 litros de leite.

Em 1.975 iniciou-se cá a produção de leite do tipo B, aparelhando-se para isso seis fazendas. Em 1.980 nossos bovinos somavam 23.314, e a produção de leite alcançou 10.190.000 litros. No ano seguinte tínhamos já 22 conjuntos de ordenhadeiras mecânicas.

Conforme o recenseamento agropecuário de 1.985, havia aqui 28.610 bovinos. Na ocasião, 7.828 vacas ordenhadas deram 12.991.000 litros de leite.

Registre-se a fundação, em julho de 1.987, da Associação dos Criadores de Gado Holandês do Município de Machado, que teve como primeiro presidente Carlos Eduardo Vieira Dibbo.

Na segunda metade do século, o maior produtor de leite do Município, e um dos maiores do Sul de Minas, foi Arnaldo Nannetti Dias, que ocupou a vice-presidência da Associação Brasileira de Produtores de Leite B.

Após sua morte, em 1.987, a viúva Maria José Corsini Nannetti reduziu gradativamente a produção. Alair Alves Campos, criador de gado holandês, construiu na década de oitenta grande estábulo com cobertura metálica e capacidade para 200 vacas, tendo sido um dos pioneiros na adoção da técnica de transferência de embriões. Sobressaíram-se também no período os pecuaristas Afrânio José Ferreira Paiva, Eurico da Silva Dias, Euzébio de Souza Dias, Feliciano Dias Vieira, Gilberto D. Araújo, Hélio Teixeira Dias, João Morais Caixeta, João Nannetti, Jorge Eduardo Vieira de Oliveira, José Caixeta, José Euzébio Dias, José Thales Magalhães, Luiz Carlos Garcia, Marcos Roque de Souza Dias, Paulo Teixeira, Roberto Maranesi Caixeta, Rômulo Ferreira Braga, Silas Alves Campos, Wágner Campos Palmeira e Wálter Palmeira. A Escola Agrotécnica Federal, na década de noventa, desenvolveu um dos melhores rebanhos de leite B da região. No vizinho município de Paraguaçu, merece lembrança o machadense Paulo Affonso de Campos, grande criador de gado gir.

Em 1.996 os bovinos locais eram 31.633, e a produção de leite chegou a 19.359.000 litros. Três anos depois os números caíram: os bovinos totalizavam 24.705, e a produção leiteira foi de 14.000.000 litros. Chegamos a 2.000 com 23.000 cabeças.

No final do milênio, o SEBRAE ressaltou aqui a estabilidade do número de bovinos. Disse ser pouco expressiva nossa pecuária de corte, existente em torno de 20% das propriedades, e decorrente da leiteira. Acrescentou que a produtividade do rebanho em geral havia aumentado, principalmente entre os criadores de nível intermediário. O leite, em grande parte, passou a ser resfriado nas fazendas e coletado em tanques, sendo substituídos aos poucos os antigos galões.

2 - **Eqüinos**.

Na primeira década do século XX, conforme o jornal "*Cidade do Machado*", os maiores criadores de cavalo locais eram Alberto Pio de Souza Dias, Felippe Santiago Borges, Marcos de Souza Moreira e Roque de Souza Dias.

O censo de 1.920 registrou aqui 5.139 eqüinos, e 532 estabelecimentos criadores.

Na exposição de 1.937 destacaram-se os animais de Edmée de Souza Moreira, que também obtiveram prêmios em certames de Belo Horizonte, Cruzeiro e São Paulo.

O decreto-lei 13, de 4 de julho de 1.938, decretou feriado local no dia seguinte, em razão de concurso de animais marchadores. Ignoro qual foi seu resultado. O Posto de Monta do Ministério da Agricultura, pouco antes aberto, recebeu na época reprodutores de raça, que foram emprestados a criadores para melhoria dos plantéis.

De acordo com o recenseamento de 1.940, diminuiu para 1.781 o número de eqüinos no Município. Dez anos depois, eles caíram para 1.732. Nessa época preponderavam cá as raças campolina e mangalarga, e os proprietários de melhores exemplares eram João Domingues Sobrinho, Feliciano Vieira da Silva (co-fundadores da Associação Brasileira dos Criadores de Cavalo Mangalarga) e João Antônio da Costa.

Nas comemorações do centenário da Freguesia e um ano após realizaram-se páreos na Avenida Arthur Bernardes, sob a liderança de Roy Vívian Júnior, e chegou-se até a tratar da fundação de Jockey Club local...

O recenseamento de 1.970 anotou em Machado apenas 974 eqüinos. Em 1.979 teve início a criação de cavalos árabes e mangalargas de Feliciano Dias Vieira e Rúbens Pinto Garcia, com cerca de 75 matrizes, premiada em exposições de Avaré, Bambuí e Guaxupé. Em 1.980 nossos eqüinos somavam 1.281 cabeças.

Em 1.985, o censo do I.B.G.E. encontrou no Município 1.302 eqüinos. No ano seguinte, inaugurado o Parque "*João Domingues Sobrinho*", nele foram expostos animais de Ademar Caixeta, Arnaldo Nannetti Dias, Aurélio de Almeida Nogueira, João Virgílio Maranesi Caixeta, José Israel Vargas, Luiz Carlos Garcia, Mílton Luiz Cavalcanti de Souza Moreira, Oriental Pereira de Souza Filho, Ricardo Nannetti e Roberto Maranesi Caixeta.

No final da década de oitenta, Maricy Teresa Dias fundou na Fazenda Limeira o "*Haras Caiamã*", premiado em 1.992 com animal mangalarga em São Sebastião do Paraíso. Há que destacar também, a partir de tal época, a criação de cavalos de Waldyr Miguel, na Fazenda Santa Clara.

Na segunda administração de Carlos Dias fundou-se o deplorável "*Fomento Agropecuário Municipal*", tratado mais detidamente noutros capítulos. Com base nele, o Município adquiriu cinco cavalos percherom e um andaluz - este, de alto valor - que serviram a reduzido grupo e foram leiloados em 1.992.

Em 1.996 registraram-se cá 1.433 eqüinos; em 2.000, 1.510.

O Parque de Exposições, nos últimos lustros do milênio, sediou a escola de equitação de Ricardo Nannetti e a "*Coudelaria Nossa Senhora de Guadalupe*", de Sálvio Luiz Campos, mencionados no capítulo que cuidou do hipismo. Registre-se, por fim, que em janeiro de 1.999 foi criado o "*Clube do Cavalo*", sob a presidência de Ricardo de Paula Carvalho, com o fim de promover estudos, esportes, lazer e serviços ligados à equitação.

3 - **Asininos e muares**.

A importância desses animais na economia local decres-

ceu à medida que melhoraram as estradas e aumentaram os veículos automotores. O progresso, que fez desaparecer os antigos tropeiros, tornou também obsoletas as carroças, que até o meio do século passado eram utilizadas na Cidade para coleta de lixo e transporte de mercadorias. Só mesmo na zona rural eles têm ainda reduzida serventia para monta.

Em 1.920 foram aqui recenseados 884 asininos e muares, e 132 estabelecimentos criadores. Conforme o censo de 1.940, havia no Município 392 burros e mulas, e 16 jumentos. Dez anos depois, registraram-se 378 animais das espécies em estudo. Em 1.970, de acordo com o I.B.G.E., possuíamos 26 asininos e 238 muares. Pelo censo de 1.985, eram 24 os asininos e 261 os muares.

Anote-se que, entre 1.989 e 1.992, como parte do "*Fomento Agropecuário Municipal*", atrás referido, a Prefeitura possuiu um jumento pega reprodutor. Em 1.996 os asininos e muares somavam 332 cabeças. Em 2.000 tínhamos 60 asininos e 280 muares.

4 - **Suínos**.

Na primeira década do século XX, nossos maiores suinocultores eram Gabriel Teixeira, Lindolpho de Souza Dias e Pedro de Almeida Nogueira.

O recenseamento de 1.920 encontrou aqui 30.795 porcos, e 527 estabelecimentos criadores. O censo de 1.940 mostrou acentuada queda da atividade em exame: o Município possuía então apenas 8.746 porcos. Dez anos depois, o número caiu para 8.498, havendo produção de 225 toneladas de toucinho e 4 de banha. Destacava-se, na época, a pocilga de Euclydes de Souza Dias, na Fazenda Mato Dentro.

Conforme o recenseamento de 1.970, tínhamos 5.131 suínos, sendo 2.655 para banha, 660 para carne e 1.816 para mais de uma finalidade.

No final da década de sessenta, Rúbens Pinto Garcia passou a explorar a suinocultura na Fazenda Santa Clara, com animais de alta linhagem, técnica apurada, instalações espaçosas, silos e fábrica de ração. Na sua esteira, também se dedicaram a ela outras pessoas, como Feliciano Dias Vieira, Israel A. Costa Filho, José Thales Magalhães, Mauro Moreira Guerra, Saulo de Oliveira Dias e Wálter Garcia. A produção, na maior parte, destinava-se a frigorífico de Poços de Caldas.

De acordo com o recenseamento agropecuário de 1.985, existiam em Machado 7.833 suínos. Em 1.996 eles eram 7.296; três anos depois, 5.210; em 2.000, 7.230.

Na Cidade sempre houve pequenos chiqueiros, pondo em risco a saúde da população. Embora proibidos por vetustas resoluções da Câmara, eles se mantiveram no correr dos anos, gerando constantes reclamações da imprensa pelo menos até o final da década de oitenta.

5 - **Ovinos e caprinos**.

Em 1.920 foram recenseados no Município 2.335 ovinos, e 123 estabelecimentos criadores; 431 caprinos, e 53 estabelecimentos criadores. Anotou-se a produção de 246 quilos de lã.

No censo de 1.940, Machado tinha 659 ovinos e 69 caprinos. Em 1.950 havia cá 933 ovinos e 47 caprinos; a tosquia de 587 animais rendeu 820 quilos de lã.

Conforme o recenseamento de 1.970, eram 202 os ovinos e 13 os caprinos. Pelo censo de 1.985 possuíamos 125 ovinos e 114 caprinos; a ordenha de 11 cabras produziu naquele ano 4.000 litros de leite. Em 2.000 os ovinos chegavam a 315; os caprinos, a 78.

6 - **Aves**.

O censo de 1.920, em 520 estabelecimentos criadores, encontrou aqui 54.736 aves, sendo 52.825 galináceos, 1.255 patos e 656 perus.

Na década de trinta, conforme o álbum "*O Municipio de Machado*", a exportação local de aves e ovos se fazia quase que exclusivamente para São Paulo, por caminhões. As principais firmas vendedoras eram Costa & Magalhães, Lima & Cia., e Swerts Costa & Cia. A média anual de exportação de ovos chegava a 5.000 dúzias.

Conforme o recenseamento de 1.940, havia em Machado 26.848 galináceos, 694 patos e gansos, e 204 perus. Registrou-se naquele ano a produção de 36.576 dúzias de ovos. Dez anos depois, ainda segundo o I.B.G.E., existiam cá 27.266 galináceos, 749 patos e marrecos, 101 gansos e 99 perus. A produção de ovos de galinhas era de 72.800 dúzias; de ovos de outras aves, de 800 dúzias.

Na exposição de 1.957 foram mostrados galos de briga das raças *Ashura* e *Shamo*, pertencentes a Almir Tavares e Rociope Cirino Ferreira. Entre outros, também se dedicava a tal criação Wálter Mattos Reis, que possuía uma rinha em seu quintal.

Na década de sessenta a avicultura teve grande impulso no Município, que chegou a ser dos maiores produtores mineiros. Entre quase 20

granjas, destacavam-se as de Alarico Gonçalves, Euclydes de Souza Moreira, João Marcelino de Carvalho, Manoel Rodrigues e Syldes Swerts Dias. Conforme a imprensa, Ercílio P. Lima tinha excelente plantel de codornas.

Em 1.970 foram aqui recenseados 223.762 galináceos, 5.300 codornas, 364 patos, gansos e marrecos, e 169 perus. A produção de ovos de galinhas foi de 1.715.000 dúzias; de outras aves, de 87.000 dúzias. Nos anos seguintes Machado chegou a ser o maior criador de aves do Estado, com mais de 300.000 em postura. As dificuldades do comércio fizeram depois tal cifra cair significativamente, e perdemos a primazia. Em 1.975, 37 granjas abrigavam 5.000 frangos de corte e 180.000 poedeiras, com produção anual de 3.100.000 dúzias de ovos. Os mais importantes avicultores eram Célio dos Santos e Rômulo Ferreira Braga, Eloir Vilela Magalhães, João Marcelino de Carvalho, Joaquim Miguel Nogueira Bastos (que em 1.982 assumiu a presidência da Comissão de Avicultura da FAEMG), Luiz Carlos Garcia, Luiz Olímpio de Carvalho, Mílton Luiz Cavalcanti de Souza Moreira, Orleans Campos e Syldes Swerts Dias.

O censo agropecuário de 1.985 registrou cá efetivo de 326.939 galináceos, e 1.716 patos, gansos, marrecos, perus e codornas. Assinalou naquele ano a produção de 2.974.000 dúzias de ovos de galinhas, e 1.000 dúzias de outras aves.

Em 1.996 o Município tinha 267.000 aves de criação, e a produção de ovos de galinha foi de 4.274.000 dúzias. Três anos depois aquelas eram 210.000, mas os ovos de galinha subiram para 4.300.000 dúzias. Em 2.000 o efetivo de galináceos chegou a 282.000.

7 - **Peixes**.

Em meados do último século instalou-se na Escola de Iniciação Agrícola um posto de piscicultura, composto por oito tanques de alvenaria. Em 1.966 o responsável por ele era Célio Araújo Dias. Esteve desativado por muito tempo, reabrindo nos anos oitenta sob os cuidados de Silas Pereira Caixeta.

A Prefeitura e a EMATER iniciaram em 1.985 projeto de piscicultura familiar em Douradinho e nos bairros Cachoeirinha, Caixetas, Conceição, Ouvidor, Ritas e Serra Negra. A primeira escavava tanques e a segunda ensinava os sitiantes a criar peixes.

As leis locais 994, de 20/10/94, e 1.109, de 21/8/97, autorizaram o Executivo a firmar convênios com a Associação dos Municípios do Lago de Furnas, para desenvolvimento da piscicultura e criação de centros produtores de alevinos.

No último lustro do milênio surgiram aqui vários pes-

queiros, referidos em capítulo sobre o comércio. Na Cachoeirinha, José Donato Cunha Júnior desenvolveu bem cuidada criação de tilápias.

8 - **Abelhas**.

Entre 1.913 e 1.924, pelo menos, o Padre Theodoro Fernandes manteve avantajada criação, em sítio à beira do Rio Machado. Ensinava o manejo, vendia os produtos e fabricava velas.

O recenseamento de 1.920 registrou aqui 14 apicultores e 116 colméias. No ano anterior elas haviam produzido 300 litros de mel e 73 quilos de cera.

Em 1.950, conforme o I.B.G.E., o Município possuía 14 colméias, e a produção anotada foi de apenas 15 quilos de mel. O principal apiário, então, era o "*Machadense*", de Athayde Pereira Dias, em quintal na Rua Santos Silva.

A Escola Profissional La Salle, em maio de 1.967, iniciou uma criação, que não teve continuidade.

O censo de 1.970 encontrou em Machado 10 colméias, que produziram naquele ano 30 quilos de mel. Estranhamente, segundo informações do INDI e da Prefeitura, nossa produção, apenas cinco anos depois, foi de 2.200 quilos do produto.

No final de 1.983, a Escola Agrotécnica providenciou equipamentos para explorar a apicultura, mas ignoro se o fez. Dois anos após, o I.B.G.E. afirmou haver cá 161 colméias, que rendiam uma tonelada de mel.

Nos últimos anos da década de noventa, Abel Faleiro envasilhou e vendeu no varejo mel produzido em propriedade na Barra.

9 - **Bicho-da-seda**.

No governo de João Vieira da Silva teve início a criação na Vila Vicentina, com o fim de dar ocupação e renda a jovens carentes. O decreto 12, de 12/11/37, criou o Posto Sérico de Machado. Plantaram-se amoreiras para sua alimentação, os casulos foram beneficiados em Barbacena, e a Prefeitura adquiriu um tear. A atividade cessou, porém, com o fechamento da horta-escola, ainda na primeira metade da década de quarenta.

Em 1.972 voltou-se a cogitar da sericicultura no Município, como opção de aproveitamento de áreas inadequadas a cafezais e como geração de emprego a "bóias-frias" no intervalo entre colheitas. Havia financia-

mento bancário disponível, e interesse das autoridades, do Sindicato Rural e da Coopama. Foram feitos experimentos com sucesso no Horto Florestal, e técnico da Fazenda de Criação do Bicho-da-Seda de Barbacena veio fazer palestra a agricultores. O projeto não foi adiante, por motivo que ignoro.

9 - **Outros**.

O recenseamento de 1.940 registrou a existência de 15 **coelhos** no Município. Em 1.965 a *Cunicultura Figueira*, na fazenda do mesmo nome, de Mílton L. C. Moreira, possuía coelhos das espécies azul de Viena, branco da Nova Zelândia, gigante de Flandres negro e chinchilas. Vendia animais vivos, carnes e peles curtidas, além de golas e punhos já confeccionados. No recenseamento de 1.985 o números desses animais chegava aqui a 201.

O censo agropecuário de 1.985 encontrou cá 23 **búfalos**, que no final do século estavam reduzidos a meia dúzia.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro 4 de leis e decretos;
2 - "Cidade do Machado" - exemplar incompleto, sem data e número, de 1.913 - pág. 6;
3 - "Estado de Minas" de 28/11/1.987 - pág. 16;
4 - "Folha Machadense" ns. 15 - 3/7/1.974 - pág. 5;
16 - 14/7/1.974 - pág. 1;
22 - 25/8/1.974 - pág. 3;
64 - 3/7/1.975 - págs. 1 e 10;
65 - 13/7/1.975 - pág. 6;
78 - 12/10/1.975 - pág. 3;
227 - 24/9/1.978 - pág. 1;
268 - 22/7/1.979 - pág. 1;
269 - 29/7/1.979 - págs. 2 e 8;
308 - 28/6/1.980 - pág. 1;
368 - 6/9/1.981 - pág. 33;
393 - 20/3/1.982 - pág. 1;
469 - 1/10/1.983 - pág. 1;
523 - 20/10/1.984 - pág. 1;
538 - 16/2/1.985 - pág. 10;
543 - 13/3/1.985 - pág. 5;

569 - 21/9/1.985 - pág. 4;
620 - 27/9/1.986 - pág. 9;
662 - 1/8/1.987 - págs. 1 e 10;
670 - 26/9/1.987 - págs. 6 e 12;
763 - 5/8/1.989 - pág. 8;
770 - 23/9/1.989 - pág. 8;
819 - 13/9/1.990 - pág. 3;
840 - 23/2/1.991 - pág. 10;
875 - 19/10/1.991 - pág. 9;
887 - 25/1/1.992 - pág. 8;
915 - 3/8/1.992 - pág. 3;
1142 - 15/2/1.997 - pág. 3;
1286 - 11/12/1.999 - pág. 5;
1353 - 31/3/2.001 - pág. 6;

5 - I.B.G.E. - Recenseamento Geral do Brasil - 1.940 - parte XIII, Minas Gerais, tomo 3, Censos Econômicos - Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1.950;
6 - I.B.G.E. - Censo Agrícola - Estado de Minas Gerais - 1.950 - Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1.955;
7 - I.B.G.E. - Censo Agropecuário - Minas Gerais - 1.970 - vol. III, tomo XIV, 1ª parte - Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro, sem data;
8 - I.B.G.E. - Censo Agropecuário de 1.985 - nº 18, 2ª parte - Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro, sem data;
9 - "Jornal de Machado" nº 8 - 6/4/2.001 - pág. 4;
10 - "Jornal do Machado" ns. 6 - 24/2/1.924 - pág. 3;
19 - 5/9/1.937 - pág. 2;
11 - "Luminar Machadense" nº 35 - 28/11/1.954 - pág. 4;
12 - "Minas Geraes" de 21 e 22/5/1.928 - pág. 8;
13 - Ministério da Agricultura, Industria e Comércio - Recenseamento de 1.920 - vol. III, 2ª parte - Typ. da Estatistica, Rio de Janeiro, 1.923;
14 - "O Leão da Montanha" nº 10 - out. de 1.967 - pág. 1;
15 - "O Machadense" ns.333 - 8/12/1.938 - pág. 1;
405 - 16/5/1.940 - pág. 2;
690 - 6/7/1.958 - pág. 1;
928 - 14/2/1.965 - pág. 3;
943 - 30/5/1.965 - pág. 4;
6 - 28/3/1.971 - pág. 1;
10 - 25/4/1.971 - pág. 1;
82 - 1/10/1.972 - pág. 4;
98 - 21/1/1.973 - pág. 1;
124 - 22/7/1.973 - pág. 1;
126 - 5/8/1.973 - págs. 1 e 4;
16 - Revista do 1º Centenário de Machado - nº 7 - agosto de 1.957 - pág. 7;
17 - Secretaria da Agricultura de Minas Geraes - "Annuario Estatistico" - anno I - 1.921 - vol. III - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926;
18 - "Siga em Frente" nº 25 - 10/7/1.997 - pág. 6;
19 - "Tribuna Machadense" ns. 57 - 22/5/1.982 - pág. 2;

B - **secundárias**
1 - Argemiro Mezzavilla - "A Pecuária em Machado" - artigos na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 1, fev. de 1.957, págs. 12/13, e nº 2, março de 1.957, pág. 17;
2 - Commissão Social da Semana Ruralista e Exposição Regional do Sul de Minas - "O Municipio de Machado" - Typ. Carlos Meier & Cia. Ltda., Rio de Janeiro, 1.937;
3 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem menção de data e local, pág. 14;
4 - INDI - Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais e Prefeitura Municipal de Machado - "Machado - Informações Básicas para Investidores" - págs. 9, 36 a 38 e 40 - 1.976;
5 - Manoel Francisco Pinto Pereira (editor) - "O Sul de Minas - Almanach moderno, de Propaganda e Estatistica, dos Municipios Sul-Mineiros" - fascículo 2º - Estabelecimento Graphico Casa Mayença - Cruzeiro, São Paulo - 1.913 - pág. 22;
6 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje" - V-1;
7 - SEBRAE-MG - "Machado - Diagnóstico Municipal - 2.000" - Belo Horizonte, 2.000, págs. 23/24 e 74;
8 - "*site*" na Internet: http://www.almg.gov.br.

****

CAFÉ

1) - Ressalvas.
2) - No século XIX.
3) - Na primeira metade do século XX.
4) - Na segunda metade do século XX.

****

1 - **Ressalvas**.

Nosso principal produto agrícola já foi estudado, com mais competência, em dois trabalhos da Fundamar: "*A História do Café em Machado*" (1.994) e "*A Cafeicultura Machadense: 1899 - 1912. Uma Análise da Ação Econômica e Política dos Principais Fazendeiros e dos Agentes de Café*" (1.997). Neste capítulo limito-me a reunir dados sobre ele. De seu comércio tenciono fazer o mesmo noutra parte.

2 - **No século XIX**.

Em 1.825, o Governo Provincial solicitou à Câmara da Campanha diversas informações sobre seu termo, a que então pertencia a Povoação de Douradinho. Na resposta, dada em março do ano seguinte, ela disse o seguinte sobre a existência de plantas exóticas:

> *"Tem se naturalisado o café, cuja plantação se tem augmentado a poucos annos no Termo desta Villa com algum progresso; mas ainda não tanto que chegue pª o consumo do Termo, porque os moradores deste Paiz entendião que elle era incapas de progredir aqui pelas muitas gea-*

das; mas a experiencia tem mostrado q.e elle escapa nos altos, especialm.e da p.te do Poente.".

É inexata, assim, a afirmativa de Daniel de Carvalho (com esteio neste trecho), repetida por Oliveira Torres, de que até aquela data não havia a cultura em Douradinho e outras localidades próximas.

Saturnino da Veiga, em 1.874, informou que o café dava excelentemente em muitos municípios sul-mineiros, e com vigor admirável nos de Pouso Alegre e Alfenas, de que então fazia parte a Freguesia de Santo Antônio do Machado. Acrescentou que nesta já havia plantados, com segurança, 220.000 pés, cujo fruto era igual em qualidade ao das províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. Disse que ele era cultivado também na Freguesia de São João Batista do Douradinho.

Conforme Carlos Legnani, o plantio dos primeiros cafeeiros aqui se deveu à iniciativa de Azarias de Souza Dias. Os trabalhos da Fundamar, de início referidos, transcrevem a seguinte notícia do "*Monitor Sul-Mineiro*" 348, de 20/8/1.878:

"Cultura do Café - O Cel. Azarias comunica ter feito a primeira remessa do café colhido em suas terras, d'onde este ano tirou mais de 2000 arrobas.
O distincto fazendeiro diz-nos mais que na importante freguesia do Machado (...) a colheita há de exceder à seis mil arrobas no decorrente ano, e que em breve tempo esse numero subirá a elevada somma.".

No segundo de seus almanaques, de 1.884, Saturnino da Veiga afirmou ser já o café o mais importante produto da lavoura do Sul de Minas, com quase vinte milhões de pés. Em Machado, relatou, era a cultura de maior uso, com plantação superior a 500.000 pés, tendendo a aumentar. Voltou a dizer que também existia em Douradinho, sem mencionar sua quantidade.

A lei local nº 7, de 24 de agosto de 1.892, criou impostos sobre café, fábricas de queijo, criação e invernada de gado vacum, muar e cavalar. Por seu lançamento sabemos que os maiores cafeicultores do Município, quatro anos depois, eram Marcos Pereira Dias (Fazenda São José), com 3.000 arrobas; Joaquim Paulino da Costa (Fazenda da Chácara), Dr. Antônio Cândido Teixeira (Fazenda do Espírito Santo), Pio de Souza Dias (Fazenda da Cachoeira) e Antônio Cândido Pereira Dias (Fazenda da Laje), com 2.000 arrobas cada; Dias & Pinto (Fazenda dos Açudes), com 1.500 arrobas; Joaquim Umbelino de Souza Dias (Fazenda da Cachaoeira) e Jacintho Pereira Dias (Fazenda São José), com 1.000 arrobas cada.

Em 1.898 grave crise atinge a cafeicultura nacional; com a queda dos preços no mercado externo nossa produção caiu sensivelmente.

3 - **<u>Na primeira metade do século XX</u>**.

Nélson de Senna, nos "*Annuarios*" de 1.906 e 1.907, informou que o Município tinha 6.500.000 cafeeiros, em 3.250 alqueires, com produção anual de 487.500 arrobas, vendida toda para o mercado do Rio de Janeiro. Em 1.913, asseverou que tínhamos cerca de 3.000 alqueires ocupados na lavoura do café, com produção anual superior a 500.000 arrobas, exportada para o Rio e São Paulo. No mesmo ano, o almanaque de Pinto Pereira afirmou que nossos cafeeiros ocupavam além de 3.300 alqueires, produzindo quantidade superior a 550.000 arrobas anuais. A alta dos preços, na época, trouxe desenvolvimento para a Cidade.

Na época do recenseamento de 1.920 Machado produziu 4.142,8 toneladas de café, em 183 estabelecimentos. Sua plantação ocupava 10.127 hectares, do total cultivado de 14.569. Havia aqui 21 estabelecimentos que o beneficiavam. Em 1.923 nossa produção caiu para 3.840 toneladas. A grave crise internacional de 1.929, como não podia deixar de ser, afetou sensivelmente a lavoura machadense.

O "*Minas Geraes*" informou ter sido a safra de café de 1.931 superior a 400.000 arrobas.

Na exposição de 1.937 destacaram-se pela qualidade os produtores Antônio Pedro Maciel, Gabriel Teixeira, Isaltino Franco e João Pereira Caixeta. Outro cafeicultor importante então foi João Custódio Gonçalves (*Fazenda Cachoeirinha*), o primeiro machadense, conforme se afirma, a exportar seu produto diretamente para a França. Tínhamos na época 6.000.000 de pés e 45 máquinas beneficiadoras. A média de produção era de 40 arrobas por 1.000 pés.

A safra de 1.938 foi recordista na época, com 130.000 sacas.

O censo de 1.940 registrou aqui 4.642.225 cafeeiros em produção, e 83.280 novos. 265 estabelecimentos produziram 2.303 toneladas.

Em 1.949, de acordo com o recenseamento do ano seguinte, 5.816.550 pés, em 10.530 hectares, produziram 2.739 toneladas de café.

Terra tradicional de cafés finos em face das peculiaridades de seu clima, Machado venceu diversos concursos no período em estudo, conforme o boletim do *Lions Clube* no final referido: Certame Internacional de Cafés da Colômbia (1.928), 3ª Exposição Agropecuária de Belo Horizonte (1.944), 1ª Exposição Agropecuária de São Gonçalo do Sapucaí (1.945) e 1ª Exposição Agropecuária de Pouso Alegre (1.950). Ignoro, porém, quais foram os produtores premiados.

4 - **Na segunda metade do século XX**.

No final da década de cinqüenta e início da seguinte nossa lavoura cafeeira caiu vertiginosamente. Metade das plantações era antiga, com rendimento inferior a 16 arrobas por mil pés. Em 1.960 produzimos 27.000 sacas; em 1.964, apenas 8.000. O Comitê Municipal de Extensão Rural, em 1.963, iniciou modesta campanha de replantio, com assistência de técnicos do I.B.C., ao qual pleiteou financiamento para feitura de mudas. A meta era chegar a 100.000 sacas anuais, o que não foi conseguido. Nos anos seguintes ocorreu grande erradicação de cafeeiros.

Em 1.968 voltou-se a cogitar do aumento das plantações, com o Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais. O B.D.M.G. passou a financiar o plantio, devendo os agricultores seguir as orientações técnicas do Governo, combater a ferrugem e substituir as lavouras improdutivas. Também as leis locais 22, de 20 de setembro, e 56, de 4 de dezembro do ano seguinte, abriram créditos especiais para seu fomento no Município. A ACAR, o Campo Experimental, o I.B.C., a Prefeitura e as entidades classistas deram suporte ao movimento de replantio das lavouras e de aproveitamento do cerrado, que teve a liderança entusiasmada de Wálter Palmeira. Nos primeiros anos da década de setenta foram plantados mais de dez milhões de pés, e se chegou à excelente média produtiva de 50 a 60 sacas por 1.000 pés. Na classificação por quantidade de novos cafeeiros, Machado ficou em sétimo lugar no Brasil, em quarto em Minas Gerais, e em segundo no Sul do Estado. Conforme a imprensa, os maiores produtores eram então Alarico Gonçalves, Amâncio Pereira Caixeta, Cacilda Franco, Helena La Rocque Nogueira, Honório Morais Caixeta, João de Freitas Pires, João Domingues Sobrinho, José Pedro Garcia, Laércio Andrade Pedroso, Paulo Teixeira e Pedro Palmeira. Os maiores proprietários de lavouras em início de produção eram Ary Magalhães Dias, Assuero Pereira Caixeta, Daniel Alves Ferreira, Hélio Pereira Dias, Hélio Teixeira Dias, Isaltino Luz, Ismail Alves Campos, João Alves Netto, João Nannetti, José Andrade Leite, José Emygdio Gonçalves, José Maciel Dias, José Thales Magalhães, José Washington Moreira Carvalho, Maria Bonasegna Araújo Dias, Mauro Moreira Guerra, Messias Gonçalves, Osiel Alves Campos, Ricardo Ferreira Braga, Severo Franco, Wágner Campos Palmeira, Waldemar Caixeta Sobrinho e Wálter Palmeira. Aproveitando os incentivos legais, pessoas de outras localidades aqui compraram terras, e, por outro lado, vários machadenses plantaram também em municípios vizinhos.

O recenseamento de 1.970 do I.B.G.E. registrou aqui a colheita de 4.324 toneladas do produto, em 2.138 hectares. Anotou no final daquele ano 2.178.506 pés em idade produtiva, e 1.937.035 novos.

Em outubro de 1.974 forte chuva de granizo estragou cá dois milhões de cafeeiros. No inverno seguinte, nossa plantação foi duramente atingida pela geada, o que se repetiu em 1.979 e em 1.981. Tais problemas, aliados a dificuldades com a mão-de-obra, reduziram o ritmo de crescimento da la-

voura machadense, a quinta do Estado no cômputo geral, atrás apenas de Três Pontas, Boa Esperança, Varginha e São Sebastião do Paraíso. Em 1.981 havia ainda aqui 16.800.000 covas de "mundo novo" e catuaí", que ocupavam 11.207 hectares. Dos 588 agricultores que exploravam a atividade em estudo, 63% tinham propriedades inferiores a 50 hectares. Os líderes no número de covas eram Alair Alves Campos, Carlos Alberto Pereira Dias, João de Freitas Pires, João Nannetti, José Cássio Nannetti Dias, José Thales Magalhães, Mauro Moreira Guerra, Paulo Teixeira, Rúbens Pinto Garcia e Wálter Palmeira.

Conforme o censo agropecuário de 1.985, em 31 de dezembro daquele ano o Município tinha 18.692.399 pés, em 11.483 hectares, e a produção foi de 34.175 toneladas.

Nova alta dos preços, em 1.986, trouxe muito lucro para o setor. No ano seguinte, porém, teve início novo período difícil, com queda decorrente, entre outros fatores, do excesso de produção e do descuido com a qualidade do produto. No início dos anos noventa ganhou muitos adeptos o plantio adensado.

Em 1.996 a produção local foi de 25.097 toneladas. No ano 2.000, em 15.000 hectares, se colheram 19.800 toneladas, com rendimento médio (kg/ha.) de 1.320,00.

Nos últimos lustros do milênio desenvolveu-se no Município a produção de cafés orgânicos, exportados para o Japão, Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, principalmente. Destacaram-se nesse setor o pioneiro Carlos Fernandes Franco (*Fazenda Jacarandá*), Ivan Franco Caixeta (*Fazenda Gerezim*) e Alex Nogueira Nannetti (*Sítio Du Tileco*), entre outros. Como corolário do prestígio obtido nele, Machado sedia a Associação de Cafeicultores Orgânicos do Brasil, fundada em março de 1.998, sob a presidência do segundo. Pelo mesmo motivo aqui se realizou, dois anos depois, a *I Conferência Internacional sobre Mercado Justo e Café Orgânico*.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de leis nº 12;
2 - Arquivo Público Machadense - livro 61: "Leis e Resoluções da Câmara Municipal - 1892";
3 - Arquivo Público Machadense - livro 62: "Leis, Decretos e Resoluções da Câmara Municipal - 1895 e 1896";

4 - “Diário de São Paulo” - 14/2/1.964, caderno 2, pág. 2;
5 - “Folha Machadense” ns. 31 - 27/10/1.974 - pág. 1;
65 - 13/7/1.975 - pág. 3;
94 - 15/2/1.976 - pág. 8;
95 - 22/2/1.976 - pág. 4;
159 - 7/5/1.977 - pág. 3;
261 - 3/6/1.979 - pág. 1;
368 - 6/9/1.981 - pág. 33;
1301 - 1/4/2.000 - pág. 1;
1316 - 15/7/2.000 - pág. 20;
1328 - 7/10/2.000 - pág. 6;
6 - “Globo Rural” ns. 149 - março de 1.998 - págs. 26/30;
158 - dezembro de 1.998 - págs. 70/77;
7 - I.B.G.E. - Recenseamento Geral do Brasil - 1.940, parte XIII, Minas Gerais, tomo 3, Censos Econômicos - Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1.950;
8 - I.B.G.E. - Censo Agrícola - Estado de Minas Gerais - 1.950 - Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1.955;
9 - I.B.G.E. - Censo Agropecuário - Minas Gerais - 1.970 - vol. III, tomo XIV, 1ª parte - Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro, sem data;
10 - I.B.G.E. - Censos Econômicos de 1.985 - Censo Agropecuário - nº 18, 2ª parte, Minas Gerais - Departamento de Produção Gráfica do I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1.991;
11 - “Jornal do Machado” nº 18 - 29/8/1.937 - pág. 2;
12 - “Luminar Machadense” nº 101 - 22/8/1.964 - pág. 1;
13 - “Minas Geraes” de 27 e 28/7/1.931 - pág. 8;
14 - Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio - Recenseamento de 1.920 - vol. III, 2ª parte - Typ. da Estatistica, Rio de Janeiro, 1.923;
15 - “O Leão da Montanha” - agosto de 1.967 - págs. 1 e 4;
16 - “O Machadense” ns. 847 - 17/9/1.961 - pág. 5;
919 - 29/9/1.963 - pág. 1;
921 - 13/10/1.963 - pág. 1;
922 - 20/10/1.963 - pág. 1;
1055 - 10/9/1.968 - págs. 1 e 4;
10 - 25/4/1.971 - pág. 1;
40 - 28/11/1.971 - pág. 1;
48 - 30/1/1.972 - págs. 1 e 4;
62 - 14/5/1.972 - pág. 4;
102 - 18/2/1.973 - pág. 2;
17 - Revista “Imagem e Conteúdo” ns. 12 - nov./dez. 1.998 - págs. 11/113;
15 - ago./set. 1.999 - pág. 4;
16 - nov./dez. 1.999 - pág. 6;
17 - fev./março 2.000 - págs. 12/18;
18 - Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Geraes - “Annuario Estatistico” - anno I, 1.921, vol. III - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926;
19 - Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Geraes - “Annuario Estatistico” - anno II (1922/1925) - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.929;

20 - “Sul de Minas em Revista”, Paraguaçu - nº 6 - abril/maio 1.995 - pág. 9.

B - **secundárias**

1 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanach Sul-Mineiro para 1874” - Typographia do Monitor Sul-Mineiro, Campanha, 1.874, págs. 31, 145 e 163;
2 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanak Sul-Mineiro para 1884” - Typographia do Monitor Sul-Mineiro, Campanha, 1.884, págs. 45, 46, 232 e 243;
3 - Carlos Legnani - “Histórias da Nossa História”, cap. III - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 3, abril de 1.957, págs. 1 e 2;
4 - Commissão Social e Exposição Regional do Sul de Minas - “O Municipio de Machado” - Typ. Carlos Meier & Cia. Ltda., Rio de Janeiro, 1.937;
5 - Daniel de Carvalho - “Estudos e Depoimentos” - Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1.953, pág. 153;
6 - Fundação Dezoito de Março (Fundamar) - “A História do Café em Machado” - dig., 1.994;
7 - Fundação Dezoito de Março (Fundamar) - “A Cafeicultura Machadense: 1899 -1912. Uma Análise da Ação Econômica e Política dos Principais Fazendeiros e dos Agentes de Café” - dig., 1.997;
8 - João Camilo de Oliveira Torres - “História de Minas Gerais”, vol. 3, 3ª edição - Ed. Lemi S/A, Belo Horizonte, 1.980, pág. 1.339;
9 - Manoel Francisco Pinto Pereira (editor) - “O Sul de Minas - Almanach moderno, de Propaganda e Estatistica dos Municipios Sul-Mineiros” - fascículo 2º - Municipio do Machado - Estabelecimento Graphico Casa Mayença, Cruzeiro, São Paulo, 1.913, pág. 7;
10 - Maria Efigênia Lage de Resende - “Formação da Estrutura de Dominação em Minas Gerais: o novo PRM - 1899 - 1906” - UFMG/PROED, Belo Horizonte, 1.982;
11 - “Memorias da Camara da Campanha” - na Revista do Archivo Publico Mineiro, anno I, 1.896, pág. 626;
12 - Nélson de Senna - “Annuario de Minas Geraes” - anno I, 1.906 - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.906, pág. 117;
13 - Nélson de Senna - “Annuario de Minas Geraes” - anno II, 1.907 - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.907, págs. 218 e 219;
14 - Nélson de Senna - “Annuario de Minas Geraes” - anno V, 1.913 - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.913, pág. 521;
15 - SEBRAE-MG - “Machado - Diagnóstico Municipal - 2.000” - Belo Horizonte, 2.000, pág. 72;
16 - “*site*” na Internet: http://www.almg.gov.br.

****

FRUTAS

1) - Generalidades.
2) - Abacate.
3) - Abacaxi.
4) - Ameixa.
5) - Banana.
6) - Caqui.
7) - Figo.
8) - Goiaba.
9) - Jabuticaba.
10) - Laranja.
11) - Lima.
12) - Limão.
13) - Mamão.
14) - Manga.
15) - Maracujá.
16) - Marmelo.
17) - Melancia.
18) - Noz pecam.
19) - Pera.
20) - Pêssego.
21) - Tangerina.
22) - Uva.

****

1 - **Generalidades**.

De setembro a dezembro de 1.966, a ACAR e o Comitê Municipal de Extensão Rural aqui promoveram campanha da fruticultura, com

palestras, exposições e ensino de técnicas de plantio.

No final de 1.999 voltou a cogitar-se da produção de frutas no Município em larga escala. Para tratar do assunto, estiveram na Epamig, em Caldas, o prefeito e uma comissão de agricultores. Ficou decidida a montagem na Escola Agrotécnica de uma unidade observadora de várias espécies, para selecionar as que aqui melhor se adaptassem. A iniciativa não foi levada adiante.

2 - **Abacate**.

Conforme o censo de 1.970, aqui se colheram 129 milheiros da fruta. Entre 1.974 e 1.978, de acordo com a "*Produção Agrícola Municipal*", do I.B.G.E., em área variável de 8 a 10 hectares, foram produzidos, em média anual, 456.000 frutos, num rendimento médio de 53.160 por hectare. Na década de oitenta, em área de 5 a 8 hectares, se produziram 259.330 frutos em média anual, num rendimento médio de 43.000 por hectare. Todavia, segundo o censo agropecuário de 1.985, a colheita foi só de 56 milheiros, em 2 hectares.

3 - **Abacaxi**.

O recenseamento de 1.950 do I.B.G.E. registrou aqui a produção de 5 centos de abacaxi; o de 1.970, nada. O de 1.985 apurou que cá se produziram 3.000 unidades, em 1 hectare.

4 - **Ameixa**.

Conforme o I.B.G.E., em 1.985 havia aqui 97 pés, inclusive novos, que produziram 14.000 frutos.

5 - **Banana**.

De acordo com o censo de 1.940, no ano anterior existiam cá 116 estabelecimentos bananicultores, que produziram 169.465 cachos. Havia 63.684 bananeiras em produção, e 9.351 novas.

Dez nos depois, 29.017 touceiras de banana, em 147 hectares, aqui produziram 62.509 cachos.

Em 1.970, conforme o I.B.G.E., o Município colheu 29.235 cachos de banana, em 57 hectares. Esses dados conflitam com os do INDI e da Prefeitura, que registraram, naquele ano, a produção de 200.000 cachos em 125 hectares, e, no ano seguinte, 203.200 cachos em 127 hectares.

Em 1.981, segundo a imprensa, a cultura da banana estava em expansão no Município, aproveitando as áreas mais inclinadas e de difícil mecanização. Utilizando 300 hectares, 25 agricultores haviam produzido 3.840 toneladas. Dentre eles destacavam-se Alfredo Camarão de Albuquerque, Alfredo Domingues Albuquerque, Carlos Fernandes Franco, Feliciano Dias Vieira, Lúcio Dias Vieira, José de Souza Moreira Júnior, Marcos Roque de Souza Dias e Severo Fernandes Franco.

O censo agropecuário de 1.985 registrou a produção de 235.000 cachos, em 163 hectares.

6 - **Caqui**.

De acordo com o censo de 1.970 do I.B.G.E., o Município produziu 41.000 frutos.

7 - **Figo**.

O recenseamento de 1.950 do I.B.G.E. anotou no Município somente um cento da fruta; os de 1.970 e de 1.985, um milheiro. Conforme dados do INDI e da Prefeitura, todavia, em 1.970/71, em área de 3 hectares, a produção local foi de 6.250 a 6.400 centos.

8 - **Goiaba**.

Em 1.949, de acordo com o I.B.G.E., aqui se colheram 32.000 unidades de goiaba; em 1.970, 51.000. Conforme o censo de 1.985, a produção foi de 245.000 frutos, em 1 hectare.

9 - **Jabuticaba**.

De acordo com o recenseamento de 1.950, foi de 13 toneladas a produção local de jabuticabas; conforme o de 1.970, o número subiu para 63.

10 - **Laranja**.

Conforme o recenseamento de 1.940, no ano anterior havia em Machado 147 estabelecimentos citricultores, que produziram 14.332 centos da fruta. Existiam 4.362 laranjeiras em produção e 2.019 novas.

Dez anos depois, 3.619 laranjeiras, em 10 hectares, aqui

produziram 15.455 centos.

No início de 1.966 a imprensa local noticiou que Feliciano Dias Vieira plantara 6 alqueires de laranjais, de diversos tipos.

Em 1.970, conforme o I.B.G.E., o Município colheu 33.960 centos de laranja, em 35 hectares. Havia cá no final daquele ano 12.890 pés em idade produtiva e 12.942 novos. Esses dados conflitam com os do INDI e da Prefeitura, que registraram, no ano de 1.970, 15.000 centos em 18 hectares, e, no ano seguinte, 11.200 centos em 14 hectares.

Também em 1.970, o Condomínio Agrícola Aliança começou a formar, em 6.000 hectares de cerrados de baixa fertilidade, na divisa de Machado e Alfenas, uma grande lavoura de citros e de café. As variedades escolhidas foram limão taiti e cravo, *hamlin*, *ponkan*, murcote, lima verde, laranjas natal, valência e pera-do-rio. Havia perspectiva de instalação de uma fábrica de suco concentrado num dos dois municípios, que não se concretizou.

No final da década de oitenta, a "*Folha Machadense*" destacou o produtor Ademar Morais Caixeta, e o plantio de 60.000 pés pelos irmãos Paulo e Pedro Neder, que haviam produzido as próprias mudas.

O censo agropecuário de 1.985 registrou a produção de 68.919 milheiros, em 460 hectares. No final daquele ano havia cá 145.697 laranjeiras, incluindo as novas. Conforme o censo de 1.996, o Município produziu apenas 9.405 milheiros.

11 - **Lima**.

De acordo com o I.B.G.E., em 1.985 existiam cá 55 pés, que produziram 5.000 frutos.

12 - **Limão**.

Conforme a "*Produção Agrícola Municipal*", entre 1.974 e 1.978, em área variável de 5 a 7 hectares, foram colhidos, em média anual, 715.600 frutos, num rendimento médio de 128.228,4 por hectare. Na década de oitenta, em área de 3 a 6 hectares, se colheram, em média anual, 428.330 unidades, num rendimento médio de 100.333,33 por hectare.

O censo agropecuário do I.B.G.E., em 1.985, registrou a existência de 368 limoeiros, inclusive novos, sendo a produção de 85.000 unidades.

13 - **Mamão**.

Conforme o censo de 1.950, Machado produziu 1.400 unidades da fruta; de acordo com o de 1.970, 13.000; segundo o de 1.985, 10.000.

14 - **Manga**.

A produção local, segundo o censo de 1.970 do I.B.G.E., foi de 211.000 frutos. Conforme o de 1.985, foi de 111.000, em 2 hectares. Entre 1.986 e 1.988, de acordo com a "*Produção Agrícola Municipal*", em área de 4 hectares se colheram 240.000 unidades por ano, num rendimento médio de 60.000 por hectare.

15 - **Maracujá**.

Segundo o I.B.G.E., em 1.985 23 pés, inclusive novos, aqui renderam 1.000 frutos.

16 - **Marmelo**.

O recenseamento de 1.970 do I.B.G.E. registrou aqui a produção de 2.000 frutos; o de 1.985, nada, apesar da existência de 22 pés.

17 - **Melancia**.

Conforme o censo de 1.970 do I.B.G.E., a produção local foi de 2.000 unidades.

18 - **Noz pecam**.

Pelo menos desde 1.940 alguns fazendeiros se dedicaram aqui ao cultivo dessa fruta. Em 1.976, "*O Estado de São Paulo*" destacou os produtores Paulo Teixeira (com 250 pés), Syldes Swerts Dias e Hércio Swerts Dias (com 100 pés). Acrescentou que o entusiasmo cafeeiro nos anos anteriores reduzira o interesse por ela, mas que então, graças a financiamento do Banco do Brasil, outros começavam a plantá-la, aproveitando o solo e o clima favoráveis.

19 - **Pera**.

De acordo com o censo agropecuário do I.B.G.E., no final de 1.985 havia cá 24 pereiras, inclusive novas, e a produção foi de 1.000 frutos.

20 - **Pêssego**.

O recenseamento de 1.950 anotou no Município 41.300 unidades da fruta; o de 1.970, 38.000; o de 1.985, apenas 23.000.

21 - **Tangerina**.

Conforme o recenseamento de 1.950 do I.B.G.E., Machado produziu 621.000 unidades de tangerina. No de 1.970 foram registradas apenas 18.000 dela. De acordo com o censo de 1.985, a produção local, com 2.553 pés, inclusive novos, foi de 580.000 frutos, em 6 hectares.

22 - **Uva**.

Nunca houve no Município plantio de uva em quantidade considerável. No século XIX parece ter sido isolada a iniciativa de Azarias de Souza Dias nesse sentido, para produção de vinho "*que tem merecido elogio dos entendedores*", conforme artigo no "*Monitor Sul-Mineiro*" em 1.872.

Há notícia de que na primeira década do século XX o Padre Theodoro Fernandes teve um parreiral em sítio às margens do Rio Machado. Pela mesma época, Misael de Souza Magalhães possuiu outro, adiante da Ponte Preta, também fabricando vinho. Um pouco mais tarde, Paschoa Saviolli se dedicou ao mesmo cultivo, na várzea que leva seu nome.

O censo agrícola de 1.970 registrou aqui apenas 6 pés de uva em idade produtiva; o de 1.985, 46 pés, inclusive novos.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - "Folha Machadense" ns. 368 - 6/9/1.981 - pág. 33;
741 - 4/3/1.989 - pág. 10;
1276 - 2/10/1.999 - pág. 2;
2 - I.B.G.E. - Recenseamento Geral do Brasil de 1.940 - parte XIII - Minas Gerais - tomo I - Oficinas do Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1.950;
3 - I.B.G.E. - Censo Agrícola - Estado de Minas Gerais - 1.950 - Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1.955;

4 - I.B.G.E. - Censo Agropecuário - Minas Gerais - 1.970 - vol. III, tomo XIV, 1ª parte - Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro, sem data;
5 - I.B.G.E. - Censo Agropecuário de 1.985 - nº 18, 2ª parte, Minas Gerais - Departamento de Produção Gráfica do I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1.991;
6 - I.B.G.E. - "Produção Agrícola Municipal" - publicações de anos diversos das décadas de setenta e oitenta - Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro;
7 - informações pessoais de Oneida Meloto;
8 - "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, de 20/10/1.872, págs. 3 e 4 - artigo não assinado: "O poder da vontade - Azarias de Souza Dias - II";
9 - "O Estado de São Paulo - suplemento agrícola - 26/11/1.972 - págs. 1, 8, 9, 10 e 12;
- 5/9/1.976 - pág. 15;

10 - "O Machadense" ns. 984 - 20/3/1.966 - pág. 3;
1010 - 18/9/1.966 - pág. 6.

B - **secundárias**
1 - Prefeitura Municipal de Machado e INDI - "Machado - Informações Básicas para Investidores" - 1.976;
2 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje" - V-1;
3 - SEBRAE-MG - "Machado - Diagnóstico Municipal - 2.000" - Belo Horizonte, 2.000, pág. 72.

****

PRODUTOS AGRÍCOLAS DIVERSOS - I

1) - Algodão.
2) - Alho.
3) - Amendoim.
4) - Arroz.
5) - Árvores ornamentais e flores.
6) - Batata.
7) - Cana.
8) - Cebola.

****

1 - **Algodão**.

Saturnino da Veiga disse haver cultura algodoeira em Machado (1.874 e 1.884) e em Douradinho (1.884), sem todavia informar o seu volume.

Em setembro de 1.892, circular da Secretaria Estadual da Agricultura pôs à disposição do Município a quantidade de sementes de algodão que fosse julgada necessária "*para o primeiro ensaio*" da cultura aqui. A Câmara respondeu estar ela inteiramente abandonada nesta zona. Entretanto, "*para dissipar a apatia da classe produtora*", pediu o envio de trinta quilos, a título de experiência. Ignoro qual foi o resultado.

De acordo com o recenseamento de 1.920, havia em Machado no ano anterior 19 estabelecimentos algodoeiros, que produziram 37,3 toneladas de algodão em caroço. Em 1.923, conforme o "*Annuario Estatistico*" da Secretaria da Agricultura, a produção local foi de 30 toneladas.

Ocorreu aqui em meados da década de trinta grande

entusiasmo - embora não duradouro - pela cultura do algodão. Pretendia-se torná-la uma das principais bases da economia municipal, mas o projeto não vingou. Em 1.935, a nascente Associação Comercial distribuiu sementes doadas pela Secretaria da Agricultura, e divulgou o plantio em encontro de agricultores na Fazenda do Extremo. Plantaram-se 310 alqueires do produto, e foi criada a Companhia (ou Sociedade) Algodoeira Machadense, para sua compra, beneficiamento e venda. Para sede, ela adquiriu terreno e construiu prédio de três pavimentos na Avenida Arthur Bernardes, perto da estação ferroviária, equipado com diversas máquinas, num gasto total de 267:000$000. Na empolgação da Semana Ruralista, alardeava-se que o algodão estava vencendo o café... Os três primeiros prêmios daquela para algodão em caroço foram conferidos, respectivamente, a Feliciano Vieira da Silva, a Euclydes S. Dias e César Paulino da Costa, e a Hércules Prescildo Nannetti.

Explorou-se nos algodoais o trabalho infantil: o "*Jornal do Machado*", em 1.937, publicou anúncio de Jorge Demétrio dos Santos "*e sua turma de 50 meninos*", oferecendo os préstimos para a colheita.

Em 1.939, conforme o recenseamento do ano seguinte, 15 estabelecimentos aqui produziram 331 toneladas de algodão em caroço. No primeiro semestre de 1.940 instalou-se na Praça Dr. Antônio Cândido o *Posto de Classificação de Algodão*, para controlar a produção no Município. Seu chefe era Antônio Guedes Cavalcanti, que tinha como auxiliares Wílson S. de Paiva e Waldemar da Silva Machado.

Nos censos decenais seguintes não constou nenhuma produção em Machado. No de 1.985 se registraram 4 toneladas de algodão em caroço (herbáceo), em 4 hectares. Naquele ano, ao noticiar que fora proibido o seu plantio em todo o Sul de Minas para prevenir a infestação do bicudo, a "*Folha Machadense*" informou que os algodoais criados havia dois anos aqui e em Paraguaçu não poderiam ser replantados.

2 - **Alho**.

De acordo com o censo de 1.950, no ano anterior aqui se produziram 3 toneladas de alho. O recenseamento de 1.970 apurou aumento significativo da produção: 45 toneladas. O I.N.D.I. e a Prefeitura, todavia, informaram que em 1.970 a produção foi de 16,5 toneladas em 10 hectares, e no ano seguinte, de 12 toneladas em 8 hectares.

Segundo a "*Produção Agrícola Municipal*", do I.B.G.E., na década de setenta nossa área cultivada variou de 4 a 8 hectares, produzindo em média anual 25,8 toneladas, com rendimento médio de 4.067,8 kg./ha.. Na seguinte, anotou-se cultivo variável de 11a 25 hectares, que produziram em média 80 toneladas por ano, com rendimento médio de 4.455,83 kg./ha..

Conforme o censo agropecuário de 1.985, Machado pro-

duziu 5 toneladas de alho porro. Em 1.999, de acordo com a EMATER, a área plantada de alho foi de 2 hectares, e a produtividade estimada, de 5.000 kg./ha..

3 - **Amendoim**.

Conforme o recenseamento de 1.950, no ano anterior aqui se produziram 10 toneladas de amendoim.

Vinte anos depois, o I.B.G.E. registrou a colheita de 9 toneladas de amendoim em casca, em 11 hectares. Tal número diverge dos do I.N.D.I. e da Prefeitura, que apontaram a produção, naquele ano, de 4,2 toneladas em 4 hectares, e de 4,8 no ano seguinte, na mesma área.

De acordo com a "*Produção Agrícola Municipal*", do I.B.G;E., na década de setenta a área aqui cultivada oscilou entre 7 e 8 hectares, com média anual de 10,4 toneladas do produto em casca, e rendimento médio de 1.399,6 kg./ha.. Na posterior, em área cultivada de 3 a 9 hectares, registrou-se a produção média por ano de 6,17 toneladas (com casca), e rendimento médio de 1.169,67 kg./ha..

O censo agropecuário de 1.985 anotou cá apenas 2 toneladas, em 5 hectares.

4 - **Arroz**.

Não existem dados estatísticos sobre sua produção local no século XIX, embora fosse plantado desde os primeiros tempos para consumo.

Conforme o recenseamento de 1.920, havia em Machado no ano anterior 419 produtores dele, que usavam para plantio o total de 480 hectares. A produção era de 719,9 toneladas, e nove estabelecimentos se destinavam a beneficiá-la.

Em 1.923, segundo o "*Annuario Estatistico*", aqui se produziram 820 toneladas de arroz em casca.

Quando foi feito o censo de 1.940, havia no Município 473 estabelecimentos cultivadores de arroz, que produziam 706 toneladas. Dez anos depois, aqui se colheram 873 toneladas do cereal em exame.

De acordo com o recenseamento de 1.970, Machado produziu, em 572 hectares, 514 toneladas de arroz em casca. Ainda segundo a publicação do I.B.G.E. referida nos itens anteriores, na década de setenta, em área cultivada de 580 a 820 hectares, nossa produção em casca média anual foi de

909,8 toneladas, com rendimento médio de 1.291,4 kg./ha.. Na de oitenta, em área cultivada de 530 a 1.880 hectares, se produziram em média anual 2,323,3 toneladas com casca, num rendimento médio de 1.928,5 kg./ha..

Conforme o censo de 1.985, a produção local foi de 1.200 toneladas em casca, em 1.024 hectares. Em 1.996 nossa produção caiu para apenas 273 toneladas. Em 1.999, segundo a EMATER, a área aqui plantada foi de 200 hectares, e a produção estimada, de 400 toneladas.

5 - **Árvores ornamentais e flores**.

A maior plantação no Município, no fim do milênio, era a de palmas, na EAF, a cargo do Professor Celso Leal. Devem ser lembrados os viveiros do Horto Florestal e de floriculturas, como a "*Green House*" e a "*Verde e Rosa*". Já mereceram destaque da imprensa as coleções de Celso Machado Teixeira, na Fazenda Muricy, e de Flávio Oliveira Gouveia, este dedicado ao cultivo de "*bonsais*".

6 - **Batata**.

Segundo o censo de 1.920, no ano anterior existiam em Machado dois estabelecimentos cultivadores de batata inglesa, que produziam 1,2 tonelada em 0,17 hectare.

Em 1.949, conforme o recenseamento do ano seguinte, o Município produziu 40 toneladas de batata doce e 29 de batata inglesa.

O recenseamento de 1.970 apurou aqui a produção anual de 55 toneladas de batata inglesa em 18 hectares, e de 52 de batata doce em área não especificada.

De acordo com a "*Produção Agrícola Municipal*" do I.B.G.E., na década de setenta, por média anual, em área de 8 a 11 hectares, foram produzidas 113,6 toneladas de batata doce, com rendimento médio de 11.300 kg./ha., e em área de 10 a 52 hectares, 236,6 toneladas de batata inglesa, com rendimento médio de 6.395,2 kg./ha.. Na de oitenta, em área de 7 a 10 hectares, se produziram em média anual 117,67 toneladas de batata doce, com rendimento médio de 13.666,67 kg/ha.. Nos três primeiros anos da mesma década, em área cultivada de 100 a 134 hectares, tivemos a produção média de 2.169,33 toneladas de batata inglesa, com rendimento médio de 18.216 kg./ha..

Em 1.981, conforme outra fonte, Machado produziu cerca de 2.900 toneladas de batata, numa área total de 165 hectares. O maior produtor era Luiz Diniz Ferreira. No dia 7 de agosto de 1.984 entrou em funcionamento

na Cidade a Lavadora e Classificadora de Batatas Central Sul Ltda., dos sócios Jorge Lopes Simões, Mílton Silvério Brandão e Vicente Benedito Martins. Inicialmente tinha capacidade para processar 240 sacos por hora, e sua administração interna ficou a cargo de Adair Bianchini de Souza.

Conforme o censo agropecuário de 1.985, aqui se produziram 118 toneladas de batata doce, em 33 hectares; 1.639 toneladas de batata inglesa (1ª safra), em 146 hectares; e 2 toneladas do mesmo tipo (2ª safra), em 3 hectares. Segundo o censo agropecuário de 1.996, a produção local de batata inglesa foi de 1.274 toneladas. Em 1.999, de acordo com a EMATER, a área plantada de batata doce foi de 6 hectares, e a produtividade estimada, de 10.000 kg./ha..

7 - **Cana**.

Custódio José Dias em 1.831 já aqui plantava cana, com a qual produzia açúcar e aguardente.

Em 1.864, o almanaque de Assis Martins enumerou os seguintes fazendeiros que cultivavam o produto: *no Douradinho* - João Carvalho da Silva, Joaquim Ferreira Guimarães Toledo, Manoel Jacintho Pereira e Manoel Rodrigues da Silva: *no Machado* - Antônio Alves Campos, Antônio de Paiva, Cândido José de Souza, Custódio José de Souza Moreira, Francisca Theodora de Jesus, Francisco de Paula Silva, Francisco Ferreira de Assis, Jacintho José Pereira, Joaquim Dias Pereira, Joaquim Gonçalves de Carvalho, José Antônio Pereira, José Bonifácio dos Santos, José Dias de Gouvêa, Luiz Alves Ferreira, Manoel Ferreira de Mello e Manoel José Gonçalves.

Nélson de Senna, em 1.907 e 1.909, afirmou que 200 alqueires de nosso Município eram ocupados por canaviais.

Conforme o recenseamento de 1.920, havia em Machado no ano anterior 14 estabelecimentos canavieiros, que usavam para plantio 58 hectares. A produção de cana era de 1.282 toneladas; de açúcar, 45,9 toneladas; de aguardente, 2.342 hectolitros. Três anos depois, aqui se produziam 1.850 toneladas de cana, 203.000 litros de aguardente e 820 toneladas de açúcar e rapadura.

O censo de 1.940 mostrou haver no Município, no ano anterior, 50 estabelecimentos canavieiros, que produziam 1.961 toneladas. Parte delas foi transformada em 202 toneladas de rapadura e 255 hectolitros de aguardente.

Dez anos depois, aqui se produziram 4.927 toneladas de cana. A transformação de parte delas rendeu 100 toneladas de rapadura e 130 hectolitros de aguardente.

Homero Costa lembrou a produção de cana, em meados

do século XX, na Fazenda Limeira (de Lindolpho de Souza Dias) e na Fazenda Santa Lúcia (de Décio Paulino da Costa), para fabricação de aguardente.

Segundo a "*Produção Agrícola Municipal*", na década de setenta, em área de 63 a 117 hectares, nossa produção média anual de cana-de-açúcar foi de 3.490,6 toneladas, com rendimento médio de 39.193 kg./ha.. No mesmo período, em área de 6 a 12 hectares, a produção média de cana para forragem foi de 375,2 toneladas, com rendimento médio de 37.800 kg./ha.. Nos anos oitenta, em área de 60 a 171 hectares, a quantidade média produzida de cana-de-açúcar foi de 6.601 toneladas, com rendimento médio de 51.000 kg./ha.. No mesmo período, em área de 15 a 40 hectares, a quantidade média produzida de cana para forragem foi de 1.045 toneladas, com rendimento médio de 38.000 kg./ha..

Conforme o recenseamento de 1.970, em 136 hectares o Município produziu 5.839 toneladas de cana. Segundo o de 1.985, a produção local de cana-de-açúcar foi de 1.494 toneladas, em 117 hectares; a de cana forrageira, de 1.175 toneladas, em 40 hectares. Conforme o de 1.996, a produção local de cana-de-açúcar foi de 3.725 toneladas.

8 - **Cebola**.

Conforme o censo de 1.950, no ano anterior o Município produziu 2 toneladas de cebola. Vinte anos depois, ainda de acordo com o I.B.G.E., tal quantia se reduzira à metade. O recenseamento de 1.985 registrou 3 toneladas, em 2 hectares.

A "*Produção Agrícola Municipal*" verificou aqui, na década de setenta, em área de 3 a 4 hectares, a colheita média anual de 11,6 toneladas, com rendimento médio de 3.200 kg./ha.. Nos três primeiros anos da década seguinte, em área de 2 a 5 hectares, anotou a colheita média de 12,33 toneladas, com rendimento médio de 3.755,67 kg./ha..

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo Público Machadense - livro 63: "Leis da Câmara Municipal - 1898 a 1912";
2 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919";
3 - Arquivo Público Machadense - livro 168: "Atas das Sessões da Câmara

Municipal - 1883 a 1892" -pág. 179;
4 - Arquivo Público Mineiro - Fundo: Presidência da Província - série PP/1, subsérie PP 1/10 - Divisão administrativa, judiciária e eclesiástica - caixa 14, documento nº 1;
5 - Arquivo Público Mineiro - Fundo: Presidência da Província - PP 1/18, caixa 101, documento 14;
6 - "Folha Machadense" ns. 368 - 6/9/1.981 - pág. 33;
514 - 18/8/1.984 - pág. 10;
551 - 18/5/1.985 - pág. 3;
7 - I-B.G.E. - Recenseamento Geral do Brasil - 1.940 - parte XIII, Minas Gerais, tomo 3, Censos Econômicos - Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1.950;
8 - I.B.G.E. - Censo Agrícola - Estado de Minas Gerais - 1.950 - Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1.955;
9 - I.B.G.E. - Censo Agropecuário - Minas Gerais - 1.970 - vol. III, tomo XIV, 1ª parte - Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro, sem data;
10 - I.B.G.E. - Censo Agropecuário de 1.985 - nº 18, 2ª parte, Minas Gerais - Departamento de Produção Gráfica do I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1.991;
11 - I.B.G.E. - "Produção Agrícola Municipal" - publicações de anos diversos das décadas de setenta e oitenta - Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro;
12 - "Jornal do Machado" ns. 8 - 20/6/1.937 - págs. 2 e 3;
18 - 29/8/1.937 - pág. 2;
13 - Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio - Recenseamento de 1.920 - vol. III, 2ª parte - Typ. da Estatistica, Rio de Janeiro, 1.923;
14 - "O Machadense" nº 405 - 16/5/1.940 - pág. 4;
15 - Secretaria da Agricultura de Minas Geraes - "Annuario Estatistico" - anno I, 1.921, vol. III - Imprensa Official, Bello Horizoante, 1.926;
16 - Secretaria da Agricultura de Minas Geraes - "Annuario Estatistico" - anno II (1922-1925) - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.929;
17 - "Siga em Frente" nº 11 - 18/12/1.996 - pág. 8.

B - **secundárias**

1 - Antônio de Assis Martins e J. Marques de Oliveira - "Almanak Administrativo Civil e Industrial da Provincia de Minas Geraes para o anno de 1864" - Typographia da Actualidade, Rio de Janeiro, 1.864, págs. 257 e 388;
2 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanach Sul-Mineiro para 1874" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.874, págs. 145 e 163;
3 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanak Sul-Mineiro para 1884" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.884, págs. 232 e 243;
4 - Commissão Social da Semana Ruralista e Exposição Regional do Sul de Minas - "O Municipio de Machado" - Typ. Carlos Meier & Cia. Ltda., Rio de Janeiro, 1.937;
5 - Fábio Couto Brigagão - "Associação Comercial e Industrial de Machado" - trabalho publicado na coletânea "Concurso de Monografias "Homero Costa" sobre a História de Machado" - Serviço de Educação e Cultura do Município, mimeografado, 1.987;
6 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da

Ed. São Vicente - sem menção de data e local, pág. 13;
7 - João Rodrigues de Carvalho - “História de Machado” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, pág. 109;
8 - Nélson de Senna - “Annuario de Minas Geraes” - anno II, 1.907 - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.907, págs. 218/219;
9 - Nélson de Senna - “Annuario Historico-Chorographico de Minas Geraes” - anno III, 1.909 - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.909, págs. 625/626;
10 - SEBRAE-MG - “Machado - Diagnóstico Municipal - 2.000” - Belo Horizonte, 2.000, págs. 72/73.

****

PRODUTOS AGRÍCOLAS DIVERSOS - II

1) - Feijão.
2) - Fumo.
3) - Hortaliças.
4) - Madeiras.
5) - Mamona.
6) - Mandioca.
7) - Milho
8) - Soja.

****

1 - **Feijão**.

Em 1.919, de acordo com o recenseamento do ano seguinte, havia em Machado 488 produtores de feijão, em área total de 866 hectares. Sua produção fora de 865,7 toneladas.

Conforme o censo de 1.940, existiam aqui no ano anterior 454 estabelecimentos cultivadores da leguminosa, que produziram 656 toneladas. Dez anos depois, colheram-se 50 toneladas a menos. Na época do recenseamento de 1.970, o Município produziu, em 1.240 hectares, 434 toneladas de feijão em grão. De 1.974 a 1.978, em área cultivada variável de 420 a 660 hectares, foram produzidas, em média anual, 406,4 toneladas, num rendimento médio de 766,6 kg/ha..

Em 1.981 os produtores locais aderiram ao programa "Profeijão" do Governo Federal, recebendo incentivo para plantio irrigado. Semearam-se então 1.100 hectares de feijão das águas e 2.200 hectares de feijão da seca, com produção de 40.000 sacas. Havia cá 560 plantadores, com produtivida-

de média de 720 quilos por hectare. Os dez maiores eram os seguintes: Ademar Morais Caixeta, Alceu Azarias da Costa, Antônio Cândido de Souza Dias, Carlos Alberto Pereira Dias, Laércio Azarias da Costa, Luiz Diniz Ferreira, José Cássio Nannetti Dias, Milton Luiz Cavalcanti de Souza Moreira, Rúbens Pinto Garcia e Wanderley Alves Campos.

O censo agropecuário de 1.985 registrou, na primeira safra, 504 toneladas em 1.137 hectares; na segunda, 111 toneladas em 379 hectares. Conforme o censo agropecuário de 1.996, a produção local em ambas as safras foi de 865 toneladas. Em 1.999, segundo a EMATER, se plantaram aqui 800 hectares de feijão da seca, com produtividade estimada de 1.000 kg./ha., e 600 hectares de feijão das águas, com produtividade estimada de 800 kg./ha..

2 - **Fumo**.

Em certidão de 25 de janeiro de 1.841 do juiz de paz do Douradinho, João Fereira de Tolledo, se diz que a Freguesia "*produs fumos com abundancia*".

O Almanaque Sul-Mineiro referiu-se à cultura do tabaco em Machado (1.874 e 1.884) e em Douradinho (1.884), sem esclarecer quais eram as quantidades produzidas.

A lei orçamentária local nº 40, de 15/10/16, criou o imposto de 2$000 sobre cada mil pés de fumo plantados no Município. Mandou que se fizesse a cobrança do proprietário do terreno, ainda que a plantação pertencesse a outrem. As resoluções da Câmara 267 e 270, de 25 de outubro do ano seguinte, autorizaram os coletores do Machadinho e da Cidade a cancelar lançamentos de tal imposto.

Conforme o recenseamento de 1.920, no ano anterior 139 estabelecimentos aqui produziram 214,6 toneladas de fumo, usando para isso 467 hectares.

Em 1.939, o censo apurou que no Município 78 estabelecimentos produziam 75 toneladas de fumo em corda, e 3 outros produziam 1 tonelada de fumo em folha.

Dez anos depois, o I.B.G.E. registrou a produção de 52 toneladas de fumo em Machado.

O recenseamento de 1.970 encontrou cá a produção de 166 toneladas de fumo em folha. Conforme a "*Produção Agrícola Municipal*", do I.B.G.E., entre 1.974 e 1.978, em área de 132 a 250 hectares, foram produzidas, em média anual, 159,8 toneladas de folhas secas, com rendimento médio de 776,4 kg./ha.. Na década de oitenta, em área variável de 10 a 200 hectares, se produzi-

ram 55,8 toneladas em média anual, com rendimento médio de 649,8 kg./ha.. Todavia, o censo agropecuário de 1.985 registrou apenas 6 toneladas, em 7 hectares.

3 - **Hortaliças**.

Pequenos sitiantes dedicam-se a seu cultivo para abastecimento familiar e complementação de renda, vendendo nos mercados e feiras-livres daqui, de Alfenas e de Pouso Alegre, principalmente. Destaca-se nele o Bairro da Conceição, que no final do milênio tinha cerca de 160 produtores. A EMATER, a Prefeitura, a ESACMA e a EAF têm auxiliado a formação de hortas domésticas e comunitárias, servindo as últimas também a creches e outras entidades assistenciais.

Em 1.970, o recenseamento agropecuário do I.B.G.E. registrou alguns produtos da horticultura local: 40.000 abóboras, 21 toneladas de alface, 1 de cenoura, 27 de chuchu, 9 de couve, 8 de repolho e 41 de tomate. Entre 1.974 e 1.978, de acordo com a "*Publicação Agrícola Municipal*", em área variável de 6 a 15 hectares, se colheram, em média anual, 86 toneladas de tomate, num rendimento médio de 8.480 kg./ha.. Na década de oitenta, em área de 3 a 12 hectares, foram produzidas, em média anual, 219,8 toneladas do mesmo produto, com rendimento médio de 41.333,3 kg./ha..

O censo agropecuário de 1.985 anotou aqui 15.000 abóboras, 27 toneladas de abobrinha verde, 39 de alface, 11 de beterraba, 15 de cenoura, 44 de chuchu, 16 de couve, 5 de couve-flor, 5 de jiló, 8 de pimentão, 13 de quiabo, 53 de repolho, 17 de tomate e 7 de vagem.

Conforme o censo agropecuário de 1.996, a produção local de tomates foi de 16 toneladas. Em 1.999, de acordo com a EMATER, a área plantada de tomates foi de 5 hectares, e a produtividade estimada, de 40.000 kg./ha..

4 - **Madeiras**.

O recenseamento de 1.970 do I.B.G.E. registrou aqui a existência de 1.019.000 pés de eucalipto, 4.000 pinheiros (araucária) e 93.000 pínus. A produção de lenha naquele ano foi de 28.000 metros cúbicos.

Conforme o censo agropecuário de 1.985, tínhamos 1.799.000 pés de eucalipto, 4.000 pinheiros brasileiros e 1.000 pínus americanos. A produção de lenha foi de 3.000 metros cúbicos (2.000 extrativos e 1.000 oriundos da silvicultura); a de madeira em toras foi de 15.000 metros cúbicos (7.000 extrativos e 8.000 provenientes da silvicultura).

5 - **Mamona**.

Em 1.919, com apenas um agricultor, o Município colheu 2,7 toneladas de mamona. Não encontrei registro posterior desse produto aqui, pelo que suponho tenha sido inexpressivo.

6 - **Mandioca**.

Em 1.919 havia cá 16 estabelecimentos plantadores de mandioca, que produziam 113,6 toneladas dela, 28 de polvilho e 0,4 de farinha. Era de 8 hectares o espaço total ocupado pela cultura.

Conforme o recenseamento de 1.940, no ano anterior 96 estabelecimentos produziram no Município 683 toneladas de mandioca e aipim (desconheço a diferença de significado dos termos); 16 daqueles fizeram 2 toneladas de farinha.

Dez anos depois, aqui se produziram 377 toneladas de aipim e 72 de mandioca. Elas renderam 20 toneladas de polvilho e 7 de farinha.

O censo de 1.970 registrou a produção em Machado de 388 toneladas de mandioca, em 40 hectares. Entre 1.974 e 1.978, segundo a "*Produção Agrícola Municipal*", em área variável de 37 a 100 hectares, aqui se produziram, em média anual, 657,6 toneladas, num rendimento médio de 10.040,8 kg./ha.. Na década de oitenta, em área de 15 a 45 hectares, nossa produção, em média anual, foi de 341,6 toneladas, num rendimento médio de 10.000 kg./ha.. O censo agropecuário de 1.985 apurou a produção de 170 toneladas, em 53 hectares.

A revista "*Imagem e Conteúdo*" noticiou em 1.999 que Wilmar Conti Moreira fizera aqui a primeira experiência de plantio (10.000 pés) de mandioca híbrida, desenvolvida pela Embrapa de Viçosa. Com crescimento mais rápido, ela propiciava colheita em nove meses. No mesmo ano, de acordo com a EMATER, a área plantada de mandioca foi de 7 hectares, e a produtividade estimada, de 15.000 kg./ha.; a de mandioca salsa foi de 10 hectares, e a produtividade estimada, de 20.000 kg./ha..

7 - **Milho**.

Também não há dados sobre o volume de suas colheitas no século XIX. Em 1.919 existiam aqui 519 estabelecimentos que o produziam, usando para isso 3.392 hectares. A produção naquele ano foi de 5.529,7 toneladas.

O censo de 1.940 mostrou haver no Município, no ano anterior, os mesmos 519 estabelecimentos cultivadores do cereal, que produziam 4.851 toneladas.

Em face da crise decorrente da II Guerra Mundial, a portaria municipal 7, de 25/1/43, proibiu a exportação de milho debulhado por estrada de ferro ou por caminhões, sem autorização prévia do prefeito. Outra portaria deste (18, de 12/6/44) proibiu a saída do Município de milho e outros produtos alimentícios, sem sua permissão expressa.

Conforme o recenseamento de 1.950, um ano antes aqui se haviam produzido 2.966 toneladas de milho.

De acordo com o censo de 1.970, Machado produziu, em 3.159 hectares, 5.398 toneladas de milho em grão.

A produtividade média do milho em Machado aumentou de 1.500 quilos por hectare em 1.975 para 2.400 em 1.980. Nesse ano a produção foi de 208.000 sacas, em área total de 5.200 hectares. Isso se deveu ao uso generalizado de sementes certificadas, de adubação química, de tratos culturais e fitossanitários. Destacavam-se então aqui em área plantada os produtores Alair Alves Campos, Arnaldo Nannetti Dias, João Nannetti, José Cássio Nannetti Dias, Luiz Diniz Ferreira, Mauro Moreira Guerra, Paulo Teixeira, Rúbens Pinto Garcia, Wálter Palmeira e Wanderley Alves Campos. Em produtividade sobressaiu-se Joaquim Miguel Nogueira Bastos, campeão por três vezes seguidas (1.979, 1.980 e 1.981) do Concurso de Produtividade Física do Milho do Sul de Minas.

O recenseamento agropecuário de 1.985 registrou a produção de 10.036 toneladas de milho em grão, em 4.696 hectares, e de 3.715 toneladas de milho forrageiro, em 162 hectares.

Conforme o censo agropecuário de 1.996, a produção local de milho em grãos foi de 8.711 toneladas. Em 1.999, de acordo com a EMATER, se plantaram aqui 4.000 hectares, com produtividade estimada de 4.000 kg./ha..

8 - **Soja**.

Em 1.937 a Associação Comercial fez campanha para expansão da cultura de soja no Município, distribuindo aos interessados 500 quilos de sementes.

O recenseamento de 1.970 registrou que cá se produziram 3 toneladas de soja em grão, em 4 hectares. Na década de oitenta, conforme a sempre lembrada "*Produção Agrícola Municipal*", em área variável de 10 a 90 hectares, aqui se produziram, em média anual, 82,8 toneladas, num rendimento médio de 1.920 kg./ha.. Entretanto, o censo agropecuário de 1.985 anotou somente 5 toneladas, em 7 hectares.

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro 5 de leis e decretos;
2 - Arquivo Público Machadense - pasta "Associação Comercial";
3 - "Folha Agrosul", Botelhos - março de 2.000 - págs. 4ª. e 5ª;
4 - "Folha Machadense" ns.262 - 17/6/1.979 - pág. 1;
274 - 2/9/1.979 - pág. 1;
316 - 23/8/1.980 - pág. 8;
368 - 6/9/1.981 - pág. 33;
657 - 28/6/1.986 - pág. 8;
744 - 25/3/1.989 - pág. 7;
761 - 22/7/1.989 - pág. 8;
5 - "Gazeta do Sul", Poços de Caldas - suplemento especial - set. de 1.981 - pág. 10;
6 - I.B.G.E. - Recenseamento Geral do Brasil - 1.940 - parte XIII, Minas Gerais, tomo 3, Censos Econômicos - Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1.950;
7 - I.B.G.E. - Censo Agrícola - Estado de Minas Gerais - 1.950 - Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1.955;
8 - I.B.G.E. - Censo Agropecuário - Minas Gerais - 1.970 - vol. III, tomo XIV, 1ª parte - Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro, sem data;
9 - I.B.G.E. - Censo Agropecuário de 1.985 - nº 18, 2ª parte, Minas Gerais - Departamento de Produção Gráfica do I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1.991;
10 - I.B.G.E. - "Produção Agrícola Municipal" - publicações de anos diversos das décadas de setenta e oitenta - Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro;
11 - Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio - Recenseamento de 1.920 - vol. III, 2ª parte - Typ. da Estatistica, Rio de Janeiro, 1.923;
12 - Revista "Imagem e Conteúdo" nº 15 - ago./set. de 1.999 - pág. 21;
13 - Secretaria da Agricultura de Minas Geraes - "Annuario Estatistico" - anno I, 1.921, vol. III - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926;
14 - Secretaria da Agricultura de Minas Geraes - "Annuario Estatistico" - anno II (1922-1925) - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.929;
15 - "Tribuna Machadense" nº 43 - 26/9/1.981 - pág. 4.

B - **secundárias**

1 - Antônio de Assis Martins e J. Marques de Oliveira - "Almanak Administrativo Civil e Industrial da Provincia de Minas Geraes para o anno de 1864" - Typographia da Actualidade, Rio de Janeiro, 1.864, págs. 257 e 388;
2 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanach Sul-Mineiro para 1874" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.874, págs. 145 e 163;
3 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanak Sul-Mineiro para 1884" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.884,págs. 232 e 243;
4 - Nélson de Senna - "Annuario de Minas Geraes" - anno II, 1.907 - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.907, págs. 218/219;
5 - Nélson de Senna - "Annuario Historico-Chorographico de Minas Geraes" - anno III, 1.909 - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.909, págs. 625/626;
6 - SEBRAE-MG "Machado - Diagnóstico Municipal - 2.000" - Belo Horizonte, 2.000, págs. 72 e 73;
7 - Victor Silveira (organizador e editor) - "Minas Geraes em 1925" - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926.

PROPRIEDADES RURAIS

1) - Área e destinação.
2) - Fazendeiros e fazendas principais de Machado.
3) - Fazendeiros e fazendas principais de Douradinho.

****

1 - **<u>Área e destinação</u>**.

Conforme o primeiro censo agrícola, de 1.920, o Município tinha superfície de 82.700 hectares, dos quais 79.220 cabiam a 602 estabelecimentos rurais. Nestes, 17.566 hectares eram ocupados por matas e 14.569, cultivados. Pela dimensão eles foram assim divididos: até 40 hectares - 250; de 41 a 100 - 166; de 101 a 200 - 100; de 201 a 400 - 43; de 401 a 1.000 - 33; de 1.001 a 2.000 - 7; de 2.001 a 5.000 - 2; de 5.001 a 6.000 - 1.

No álbum "*O Município de Machado*", de 1.937, nossas propriedades rurais foram classificadas em cinco grupos:
491 de até 10 hectares, no total de 1.538 hectares e 21 ares;
331 de 10 a 50 hectares, no total de 7.608 hectares e 15 ares;
83 de 50 a 100 hectares, no total de 5.766 hectares e 85 ares;
93 de 100 a 500 hectares, no total de 19.118 hectares e 81 ares;
12 de mais de 500 hectares, no total de 114.081 hectares e 50 ares.

Em 1.940 aqui se recensearam 640 estabelecimentos rurais, com área total de 59.155 hectares, assim distribuídos: em lavouras permanentes - 6.783; em lavouras temporárias - 6.581; em matas - 7.361; em pastagens - 31.826; em terras não exploradas - 4.690; em terras improdutivas - 1.914.

No censo agrícola de 1.960 foram assinalados 614 esta-

belecimentos, com área total de 43.802 hectares, divididos desta maneira: em lavouras permanentes - 4.023; em lavouras temporárias - 4.341; em pastagens naturais - 28.196; em pastagens artificiais - 2.514; em matas naturais - 2.957; em reflorestamento - 336; em terras incultas - 661; em terras irrigadas - 2. Deduz-se que o restante correspondia a áreas não aproveitáveis

O censo agropecuário de 1.985 registrou 1.020 estabelecimentos, com superfície total de 57.118 hectares. Destes, 14.664 eram dedicados a lavouras permanentes; 7.516 a lavouras temporárias; 851 a lavouras temporárias em descanso; 21.186 a pastagens naturais; 6.585 a pastagens plantadas; 2.822 a matas naturais; e 946 a matas plantadas. As terras produtivas não utilizadas ocupavam 704 hectares; as inaproveitáveis, 1.844.

No censo agropecuário de 1.995/1.996 se arrolaram 1.030 estabelecimentos, com superfície total de 51.953 hectares. Destes, 14.054 eram utilizados em lavouras permanentes; 6.047, em lavouras temporárias; 590, em lavouras temporárias em descanso; 15.780, em pastagens naturais; 9.052, em pastagens plantadas; 2.916, em matas e florestas naturais; 818, em matas e florestas plantadas. As áreas produtivas não utilizadas somavam 514 hectares; as inaproveitáveis, 2.182. Conforme o grupo da atividade econômica, os estabelecimentos assim se classificavam: lavoura permanente - 536; lavoura temporária - 97; pecuária - 226; produção mista - 149; horticultura - 17; silvicultura e exploração florestal - 3; pesca e aquicultura - 2. Segundo a condição do produtor, eles se dividiam em: de proprietários, 959 (50.856 ha.); de ocupantes, 31 (259 ha.); de parceiros, 24 (229 ha.); e de arrendatários, 16 (608 ha.).

2 - **Fazendeiros e fazendas principais de Machado**.

Nas cartas de sesmaria, nas escrituras de constituição dos patrimônios da Capela da Sacra Família e do Padre Martins, e nos registros paroquiais estão as mais antigas referências a fazendeiros do Machado. Remeto a eles o leitor, cuidando aqui apenas de algumas propriedades mais importantes.

Ligada aos primórdios de nossa história está a *Fazenda da Jacutinga*, a que me referi várias vezes nos capítulos sobre o surgimento do Arraial do Machado e sobre os primeiros moradores da região. Como acentuei então, seu proprietário mais antigo talvez tenha sido José Ferreira de Carvalho, casado com Miquelina Alexandrina de Jesus. Nela lançou posses Joaquim Rodrigues de Souza, cuja viúva, Maria Antônia do Espírito Santo, vendeu terras posteriormente a Ana Margarida Josefa de Macedo. Também foram fazendeiros lá os filhos desta, Antônio Ferreira de Carvalho, Alferes Bernardino Ferreira de Carvalho e Mathias Ferreira de Carvalho. No livro de registro de terras da Paróquia de São José e Dores dos Alfenas, escrito entre 1.855 e 1.857, encontra-se ainda menção a sucessivos donos dela, já dividida: Ignácia Maria de Macedo (*nº 116*), Vicente Ferreira Caixeta (*nº 118*), Albino José Cabral (*nº 119*), Anastácio

Quirino da Cunha Bastos (*nº 120*), Antônio Alves Ferreira (*nº 207*), Maria Antônia de Jesus (*nº 208*), Manoel Francisco Pereira (*nº 239*), Damazo José Fernandes (*nº 240*), Antônio Vital de Siqueira (*nº 270*) e Damazo José de Souza (*nº 271*).

A grande *Fazenda da Cachoeira*, pertencente ao Capitão-Mor Custódio José Dias, ficava na direção norte do Arraial, estendendo-se além das atuais divisas do Município. Após sua morte, segundo Homero Costa, apenas quatro dos filhos receberam em herança terras machadenses: Jacinto José Pereira ficou com a sede, de 800 alqueires mais ou menos (*registro paroquial nº 62*), de que se desmembraram mais tarde a *Fazenda Boa Vista* e a *Fazenda da Serra*; Margarida de Almeida e Silva houve a *Fazenda Santa Rita* (*registro paroquial nº 129*), que pertenceu sucessivamente a Marcos Aurélio de Souza, José Paulino da Costa, Joaquim Paulino da Costa e João Antônio da Costa; a Pio de Souza Dias tocou a *Fazenda do Coroado* (*registro paroquial nº 127*); e Roque de Souza Dias recebeu a *Fazenda do Centro* (*registro paroquial nº 361*), da qual se separaram, no correr dos anos, a *Fazenda do Extremo*, a *Fazenda São Joaquim* e a *Fazenda Santa Helena*, entre outras. Alcir Lenharo, em "*As Tropas da Moderação*", afirmou que a do Centro era administrada por Custódio e por seu irmão, o Padre José Custódio Dias, para criação de animais vendidos na Corte. Acrescentou que, além da produção interna, ela era conhecida como grande *centro* de invernadas, permitindo a seus proprietários manipular expressivo comércio regional. Disse mesmo que daí se origina o seu nome. Diversamente do que supôs nosso ilustre historiador, pelo menos mais um filho do Capitão-Mor foi herdeiro de terras neste Município: João Custódio Dias houve a *Fazenda Tijuco Preto* (*registro paroquial nº 126*).

Ainda conforme H. Costa, a *Fazenda Engenho de Serra* era a sede das terras de Joaquim de Souza Moreira, que ficavam a noroeste do Município, chegando até Serrania. Não encontrei seu registro paroquial. Delas se originaram a *Fazenda Água Santa*, a *Fazenda da Figueira*, a *Fazenda do Jambo*, a *Fazenda dos Óleos*, a *Fazenda Primavera* e a *Fazenda da Serrinha*.

No livro de registro de terras a grande *Fazenda São Tomé* aparece dividida entre os irmãos Cândido de Souza Dias, com 700 alqueires (*nº 251*) e Antônio Moreira de Souza, com 800 (*nº 253*). Dela, segundo se depreende da afirmativa de H. Costa, havia feito parte a *Fazenda da Conceição*, que no mesmo assento se encontra já retalhada: 140 alqueires ao primeiro (*nº 255*), 30 a Domingos José Rodrigues (*nº 210*) e 50 a Maria Alves do Carmo (*nº 373*).

A *Fazenda São Luís* em meados do século XIX tinha 400 alqueires sob registro de Mizael de Souza Magalhães (*nº 256*). Dela se haviam já separado glebas menores (*ns. 274 e 278*) e também, conforme o mesmo historiador, a *Fazenda do Campinho*, registrada com 250 alqueires por Custódio José de Souza Moreira (*nº 35*). Mais tarde dela se desmembrou ainda a *Fazenda do Recanto*.

Azarias de Souza Dias era, conforme os registros paro-

quiais (*nº 250*), dono da *Fazenda dos Açudes*, de 400 alqueires. Em sua área, ensina Costa, se formaram depois a *Fazenda São José*, a *Fazenda do Serrote* e a *Fazenda Bela Vista*, além dos bairros *Passa-Dois* e *Cala-Boca*.

A *Fazenda Mato Dentro* compunha-se de 400 alqueires sob registro de Joaquim Antônio Pereira (*nº 43*), de 600 sob registro de Cândido José de Souza (*nº 257*) e de glebas menores (*ns. 314 e 331*).

Outra vasta propriedade, registrada no livro da Paróquia de Douradinho, foi a *Fazenda do Espírito Santo*. Homero Costa afirma que compreendia ao menos 400 alqueires, tendo pertencido a Marcos Aurélio de Souza e, depois, ao Dr. Antônio Cândido Teixeira.

No último quartel do século XIX, conforme os almanaques de Assis Martins e Saturnino da Veiga, os fazendeiros locais mais importantes eram, além de alguns dos acima referidos, Anna Custhodia de Souza Moreira, Annanias de Souza Dias, Antônio Cândido de Souza Dias, Antônio Custhodio de Souza Moreira, Antônio de Souza Gonçalves, Antônio Domingues de Souza, Antônio Moreira de Souza Guerra Júnior, Antônio Vital de Siqueira, Astolpho de Souza Dias, Cândida Josephina Xavier, Carlos Jerolami, Custhodio Antônio Pereira, Custhodio José Dias, Daniel Antônio Xavier, Emirena de Souza Dias, Francisca Theodora de Jesus, Francisco Eugênio Teixeira, Francisco Nery Ramos, Francisco Pereira Dias Pinto, Gabriel Domingues de Souza, Gabriel Romão Gonçalves, Hermógenes Ribeiro da Silva, Horácio Pio de Souza Dias, João Antônio Pereira, João Antônio Xavier, João de Oliveira Conde, João Fernandes de Mello, João Gonçalves de Magalhães, João José dos Santos, Joaquim Carlos Alves, Joaquim Fernandes de Mello, Joaquim Gonçalves Lopes, Joaquim Pereira Dias, Joaquim Pio de Souza Moreira, Joaquim Umbellino de Souza Dias, José Custhodio Dias, José Ferreira de Almeida Coelho, José Gomes de Oliveira, José Pedro do Lago, José Simplício Ferreira, Justino Antônio de Carvalho, Manoel Alves Campos, Manoel Antônio Pereira Lima, Manoel Fernandes de Mello, Manoel José Gonçalves Júnior & Cia., Manoel Pereira do Lago, Marcos de Souza Magalhães, Marcos de Souza Moreira, Maria Custhodia da Silva, Maria Umbellina de Souza Dias, Martinianno de Souza Magalhães, Mizael Gonçalves Lopes, Olympio de Souza Dias, Olympio de Souza Magalhães, Onofre de Souza Dias, Roque de Souza Dias Sobrinho, Silvestre Moreira de Souza, Theophilo de Souza Dias, Victorino José de Freitas e Vigilato de Souza Moreira.

As principais fazendas machadenses em 1.913, segundo o almanaque "*O Sul de Minas*", eram: *Açudes* (de João Batista Dias Swerts), *Barra* (de José Pedro Ferreira), *Boa Vista* (de Pedro Pereira Dias), *Cachoeirinha* (de Felippe Santiago Borges), *Cachoeirinha* (de João Custódio Gonçalves), *Campo Alegre* (de João Nepomuceno Teixeira), *Centro* (de Roque Pio de Souza Dias), *Chácara* (de Joaquim Paulino da Costa), *Conceição* (de Mizael Cândido de Souza Dias), *Contendas* (de João Moreira de Carvalho), *Espírito Santo* (de Pedro de Almeida Nogueira), *Extremo* (de Marianna Gabriella Teixeira), *Laje* (de Onofre

de Souza Lima), *Mateiro* (de João Custódio Gonçalves), *Mato-Dentro* (de Oscar Pereira Lima), *Muricy* (de Gabriel Teixeira), *Palestina* (de Joaquim Antônio Pereira Lima), *Pedreira* (de Aristides Pio de Araújo Dias), *Pinhal* (de Joaquim Paulino da Costa), *Santa Helena* (de Alfredo Pio Westin), *Santa Rita* (de Joaquim Paulino da Costa), *São José* (de Jacintho Pereira Dias), *São Luís* (de Olympio de Souza Magalhães), *Serra* (de Valente Corsini), *Serrinha* (de João Batista de Souza Moreira), *Vira-Cambota* (de Azarias Pio de Souza Dias) e *Vista Alegre* (de José Pereira Lima). No então distrito do Machadinho ele registrou: *Boa Vista* (de José Dias G. Carneiro), *Campinho* (de José Dias de Gouveia), *Central* (de Francisco de Salles Pereira), *Dourado* (de Francisco Carvalho da Silva), *Grão-Mogol* (de João Nannetti), *Lavrinha* (de Francisco Cândido Pereira), *Limeira* (de Lindolpho Souza Dias), *Machadinho* (de João Paulino da Costa), *Poço Fundo* (de José Domingues de Souza) e *Vargem Grande* (de José Alvim Pereira).

Alguns lustros mais tarde, tornaram-se também importantes proprietários rurais Aristides Martins de Souza, Edvar Dias (*Fazenda Monte Alto*, *Fazenda Rosental*, *Fazenda São Luís*), Gabriel Odorico de Souza, Isaltino Franco (*Fazenda Serra Negra*), João Antônio da Costa (*Fazenda do Pinhal*, *Fazenda Santa Rita*), João Baptista do Lago (*Fazenda Boa Fé*), João Domingues Sobrinho (*Fazenda da Ponte*), João Felipe de Carvalho (*Fazenda Campo Alegre*, *Fazenda da Chácara*, *Fazenda Palestina*), João Pereira Caixeta, Lázaro Cândido Magalhães (*Fazenda do Recanto*, *Fazenda São José*), Manoel Palmeira, Paulo Teixeira (*Fazenda Muricy*) e Romeu Xavier (*Fazenda da Vargem*).

3 - **Fazendeiros e fazendas principais de Douradinho**.

Deve ser referida com precedência a *Fazenda Lambari*, para a qual, em 1.851, os moradores da Freguesia pretenderam transferir a Matriz, como já visto. Seu principal proprietário ao serem feitos os registros de terras, entre 1.855 e 1.856, era Joaquim Antônio Pereira Bueno, com 600 alqueires (*assento nº 197*). Também tinham então partes nela Luzia Joaquina (*nº 48*), Thomé Carvalho da Silva (*nº 87*) e Antônio José Rodrigues (*nº 90*).

Depreende-se do livro paroquial do Douradinho que na época em que foi escrito, ao contrário do que sucedia no Machado, poucos eram os seus latifúndios. Quase todos os assentos nele feitos são de partes ideais, mostrando as propriedades já repartidas entre muitos donos. Não se menciona o tamanho de cada unidade, mas apenas o valor do quinhão de cada declarante (a exceção é a do parágrafo anterior). As que figuram com mais condôminos são a *Fazenda São João*, a *Fazenda do Desterro*, a *Fazenda Santo Antônio do Pinhal*, a *Fazenda do Douradinho*, a *Fazenda dos Carvalhos*, a *Fazenda Catanduvas*, a *Fazenda Limeiras*, a *Fazenda do Retiro*, a *Fazenda Mato Dentro*, a *Fazenda Dourado*, a *Fazenda Sapucaí*, a *Fazenda do Esmeril*, a *Fazenda Córrego do Tagio*, a *Fazenda Pouca Massa*, a *Fazenda do Turvo*, a *Fazenda da Onça*, a *Fazenda da Bocaina*, a *Fazenda Cachoeirinha* e a *Fazenda Cafundó do Machado*. É interes-

sante anotar uma *Fazenda do Quilombo*, indicando que escravos lá se acoitaram. Já existia naquela época a *Fazenda Ribeirão de José Dias*.

No último quartel do século XIX, de acordo com os almanaques de Assis Martins e Saturnino da Veiga, os fazendeiros locais mais importantes eram Antônio de Paula Lima, Antônio Izidoro Pereira, Antônio Pereira Carvalho, Balbino José de Carvalho, Elias Carvalho da Silva, Estevão Pereira dos Santos, Flávio de Morais Machado, Francisco Cassimiro Machado, Francisco Geraldo de Macedo, Ignácia Gonçalves de Jesus, João Baptista de Carvalho, João Cassimiro Machado, João Gonçalves Correia, João Mathias de Faria, João Pereira de Macedo, João Pinto Ferreira, João Tavares da Silva, João Venâncio de Figueiredo, Joaquim Antônio Pereira, Joaquim Cândido Lopes de Vasconcellos, Joaquim Carvalho da Silva, Joaquim Custódio da Silva, Joaquim de Morais Machado, Joaquim Eloy Mendes, Joaquim Martins de Araújo, Joaquim Pereira de Carvalho, Joaquim Rodrigues da Silva, José de Arimathéa Morais, José de Morais Machado, José Felippe de Carvalho, José Jacintho Pereira, José Joaquim Pereira, José Marinho, José Onofre de Lima, José Pereira Caixeta, José Pereira Caixeta Júnior, José Pinho do Couto, José Pinto Ferreira, Luciano Antônio Pereira Sobrinho, Luiz Pereira de Carvalho, Manoel Alves Pereira, Manoel Pereira Fagundes, Manoel Tavares dos Anjos, Maria Victória da Porciúncula, Paulino Pereira da Silva, Porcina Maria de Jesus, Saturnino Morais Machado, Vicente de Azevedo Chaves e Vicente José Ferreira.

Nos primeiros lustros do século XX destacavam-se no Distrito as seguintes propriedades: *Fazenda da Angola* (de Álvaro Pereira), *Fazenda do Dourado* (de Flávio de Morais Machado), *Fazenda do Ouvidor* (de Honório Caixeta e outros), *Fazenda da Serra* (de Justo Antônio Maciel) e *Fazenda do Tucum* (de José Lopes de Vasconcellos e outros).

Mencionem-se ainda a *Fazenda Lagoa dos Patos*, de que se desmembraram a *Fazenda Poço Feio* e a *Fazenda Santa Marta*, pertencentes a Antônio Cândido, João Garcia, Wálter Junqueira e sucessores; a *Fazenda Humaitá*, de Antônio Acácio e outros; a *Fazenda Pitangueiras*, da família Maciel; e, por fim, a *Fazenda Campo Redondo*, dos descendentes de Ademar Morais Caixeta.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Paróquia de Carvalhópolis - Livro de Registro de Terras da Fre-

guesia de São João Batista do Douradinho;
2 - Arquivo Público Mineiro - Registros Paroquiais - códice nº 4 - São José e Dores dos Alfenas - 1855-1857;
3 - Arquivo Público Mineiro - Registros Paroquiais - códice nº 38 - N. S. do Carmo do Campestre - 1855-1856;
4 - I.B.G.E. - Recenseamento Geral do Brasil de 1.940 - parte XIII - Minas Gerais - tomos I e III - Oficinas do Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1.950;
5 - I.B.G.E. - Censo Agrícola - Estado de Minas Gerais - 1.950 - Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1.955;
6 - I.B.G.E. - Censo Agrícola de 1.960 - Oficinas do Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro;
7 - I.B.G.E. - Censo Agropecuário - Minas Gerais - 1.970 - vol. III, tomo XIV, 1ª parte - Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro, sem data;
8 - I.B.G.E. - Censos Econômicos de 1.985 - Censo Agropecuário - nº 18, 1ª parte, Minas Gerais - págs. 594/595 - Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro;
9 - I.B.G.E. - Censo Agropecuário 1.995/1.996 - nº 16 - Minas Gerais - Centro de Documentação e Disseminação de Informações do I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1.998;
10 - informações pessoais de Nézio Pereira e Oracy de Souza;
11 - "Machado-Jornal" nº 16 - 14/4/1.928 - pág. 16;
12 - Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Geraes - "Annuario Estatistico" - anno I, 1.921, vol. III - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926;

B - **secundárias**
1 - Alcir Lenharo - "As Tropas da Moderação" - Edições Símbolo, São Paulo, 1.979, págs. 99/100;
2 - Antônio de Assis Martins - "Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas-Geraes do anno de 1869 para servir no de 1870" - Typ. do Diario do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1.870, pág. 329;
3 - Antônio de Assis Martins - "Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas Geraes do anno de 1874 para servir no de 1875" - Typographia de J. F. de Paula Castro, Ouro Preto, 1.874, págs. 518/519 e 521;
4 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanach Sul-Mineiro para 1874" - Typographia do Monitor Sul-Mineiro, Campanha, 1.874, págs. 148/149 e 165;
5 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanak Sul-Mineiro para 1884" - Typographia do Monitor Sul-Mineiro, Campanha, 1.884, págs. 234/235 e 244/245;
6 - Commissão Social da Semana Ruralista e Exposição Regional do Sul de Minas - "O Município de Machado"
7 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da Editora São Vicente, sem menção de data e local, págs. 6/9 e 13;
8 - Manoel Francisco Pinto Pereira (editor) - "O Sul de Minas - Almanach moderno, de Propaganda e Estatistica dos Municipios Sul-Mineiros" - fascículo 2º - Município do Machado - Estabelecimento Graphico Casa Mayença, Cruzeiro, São Paulo, 1.913, págs. 8/11 e 14;
9 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje" - I-IV;
10 - Víctor Silveira (organizador) - "Minas Geraes em 1925" - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, pág. 951.

PRINCIPAIS EVENTOS AGROPECUÁRIOS

1) - Década de trinta.
2) - Década de quarenta.
3) - Década de cinqüenta.
4) - O Parque de Exposições.
5) - Diversos.

****

1 - **Década de trinta**.

De 8 a 15 de agosto de 1.937 ocorreram a *Semana Ruralista* e a *Exposição Regional do Sul de Minas*, sob patrocínio do Serviço Técnico do Café e da Sociedade Amigos de Alberto Torres, núcleo de Juiz de Fora. Sua direção técnica coube ao Dr. Wálter Wolf Saur, com apoio da Associação Comercial e da Prefeitura. Toda a comunidade foi mobilizada, formando-se várias comissões para sua organização. Em clima de grande entusiasmo o comércio e as escolas permaneceram fechados, por força dos decretos 10 e 11, de 31 de julho. As exposições realizaram-se no prédio remodelado da antiga fábrica de tecidos, na Rua Coronel Azarias. Editou-se na ocasião o livro "*O Município de Machado*", já referido alhures.

Em 5 de julho do ano seguinte (feriado por força do decreto-lei 13, de 4/7) realizou-se o *Concurso de Animais Marchadores*, do qual não tenho outras informações.

2 - **Década de quarenta**.

No final de março de 1.943 aconteceu no Ginásio São

José o *Congresso Regional Ruralista*, sob o patrocínio da Associação Regional Ruralista e a coordenação do Irmão Teodoro Luís (Ramon de Peñafort Malagarriga y Heras). Foi organizado para estudo do anteprojeto de Código Rural, e oferecimento de sugestões. Dezenove municípios enviaram representantes a ele.

3 - **Década de cinqüenta**.

Também no Ginásio São José houve em novembro de 1.955 outra *Semana Ruralista*, de que nada mais sei.

Inserida nas comemorações do centenário da Freguesia, em 3 de julho de 1.957 inaugurou-se a *2ª Exposição Agropecuária*, sob a presidência de Fausto Paulo Werner, em galpões que se armaram num terreno próximo da Avenida Arthur Bernardes. Conforme Geraldo Luiz Costa, "*embora não tendo alcançado os aplausos da de 1.937, foi interessante, nada devendo às das cidades vizinhas*". Mostrou, além de produtos industriais, artesanais e artísticos, cerca de duzentos bovinos, 19 eqüinos, e também suínos, muares e galináceos. Teve grande interesse seu concurso leiteiro.

De 18 a 21 de setembro do mesmo ano aconteceu a *Grande Concentração de Cafeicultores do Sul de Minas*, com aproximadamente 300 congressistas, de 54 municípios. No seu encerramento cá estiveram o Ministro da Fazenda José Maria Alkmin, o Senador Assis Cateaubriand e vários deputados federais e estaduais.

A lei 238, de 2 de junho de 1.958, autorizou a Prefeitura a patrocinar a *2ª Semana do Agricultor*, no fim do mesmo mês, na Escola de Iniciação Agrícola. Nela (que não correspondeu à expectativa, conforme a imprensa) se ministraram cursos de combate à verminose, conservação do solo, economia doméstica, fruticultura, higiene rural, horticultura, laticínios, produção de mudas, reflorestamento e trato de lavoura de café. Atendendo ao que se propôs no seu encerramento, a lei 242, de 22/7/58, criou o "Dia do Agricultor Machadense", logo esquecido.

4 - **O Parque de Exposições**.

No começo da década de oitenta começou-se a cogitar de sua feitura, e o primeiro terreno escolhido foi o do Aeroporto, logo descartado. Depois chegou a preparar-se para ele área próxima do lago artificial e da BR-267. Por fim, comissão designada pelo Prefeito Jorge Eduardo optou pelo local definitivo, e em 1.985 tiveram início as desapropriações para a obra.

O Parque foi criado pela lei 628, de 8 de abril de 1.986, que lhe deu o nome de "*João Domingues Sobrinho*". Sua abertura oficial

ocorreu em 18 de setembro seguinte. Em 1.987 algumas de suas vias receberam asfalto. Posteriormente novos imóveis se adquiriram para ampliá-lo. Em 1.989 foram construídos mais sanitários, outro galpão e rede de esgotos. A portaria 701, de 2/3/90, nomeou José Marcos Vieira Dias diretor dele. No ano seguinte foi aberta concorrência para exploração de restaurante em suas dependências (conforme a lei 785, de 7/2). Em 1.996 pecuaristas fizeram sede em trecho lá cedido pela Prefeitura, separando-se dos demais freqüentadores. Com base na lei 1.094, de 2 de abril do ano seguinte, foi entregue ao Sindicato dos Produtores Rurais pelo prazo de cinco anos, renovável. A cobrança de ingressos e a truculência da segurança particular geraram protestos, e oito meses depois o comodatário devolveu o bem, com dívidas para o Município. Em 1.998 e 1.999, causaram polêmica doações de terrenos no local para instalação de indústrias.

Da inauguração ao fim do milênio o Parque sediou exposições agropecuárias anuais, com atrações paralelas (leilão de gado, rodeio, "*show*" musical, torneio de hipismo, torneio leiteiro, etc..). Realizadas de início em setembro, elas se transferiram por fim para o mês de maio. Na década de noventa os leilões perderam interesse, deixando de ocorrer em alguns anos. Também as mostras de implementos agrícolas e pequenos animais ficaram às vezes prejudicadas. Em 1.998 o evento local foi substituído pela *VI Exposição Estadual dos Criadores de Gado Holandês*.

Fora dos períodos de exposição, o local tem servido para outras atividades, como circos e parques de diversão, escola de equitação, festas de cavaleiros, de peões, etc.. Já abrigou também o Programa Curumim e curso pré-escolar.

5 - **Diversos**.

A ESACMA e a EAF promoveram nos últimos lustros do milênio vários cursos, palestras, seminários, etc., sobre agropecuária. Sendo demasia enumerá-los, destaco da primeira as *Semanas Agronômicas*, acontecidas anualmente desde 1.983, e a *Feira Agropecuária e Industrial*, em 1.990. Da segunda ressalto a *I Conferência Internacional sobre Mercado Justo e Café Orgânico*, em março/abril de 2.000.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 4, 9, 20 e 22;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de leis e decretos nº 4;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de portarias nº 16;
4 - "Folha Machadense" ns. 479 - 3/12/1.983 - pág. 1;
551 - 18/5/1.985 - pág. 1;
619 - 20/9/1.986 - pág. 1;
620 - 27/9/1.986 - pág. 9;
669 - 19/9/1.987 - pág. 4;
792 - 10/3/1.990 - pág. 1;
793 - 17/3/1.990 - pág. 8;
964 - 14/8/1.993 - pág. 2;
1006 - 18/6/1.994 - págs. 2 e 8;
1102 - 4/5/1.996 pág. 1;
1103 - 10/5/1.996 - pág. 20;
1150 - 12/4/1.997 - pág. 1;
1187 - 10/1/1.998 - págs. 1 e 17;
5 - "Jornal do Machado" ns. 1 - 2/5/1.937 - págs. 1 e 4;
11 - 11/7/1.937 - pág. 1;
17 - 22/8/1.937 - pág. 1;
6 - "O Machadense" ns. 685 - 1/6/1.958 - pág. 4;
689 - 29/6/1.958 - pág. 4;
690 - 6/7/1.958 - pág. 1;
7 - Revista do 1º Centenário de Machado, ns. 1 - fevereiro de 1.957, pág. 7;
7 - agosto de 1.957, pág. 7;
8 - setembro de 1.957, págs. 10, 11 e 14;
8 - Revista "O Cruzeiro" de 16-11-1.957 - págs. 54/57;
9 - "Transparência" nº 2 - setembro de 1.998 - pág. 3.

B - **secundárias**

1 - Geraldo Luiz Costa - "Coisas da Machado Centenária" - reportagem na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 6, julho de 1.957, pág. 1;
2 -Ivo Carlos Compagnoni - "História dos Irmãos Lassalistas no Brasil" - Editora La Salle, Canoas, RS, 1.980, pág. 202;
3 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 111/112 e 139/140.

****

ÓRGÃOS PÚBLICOS DEDICADOS À AGROPECUÁRIA

1) - Epamig.
2) - Emater.
3) - Instituto Brasileiro do Café.
4) - Horto Florestal.
5) - Instituto Estadual de Florestas.
6) - Instituto Mineiro de Agropecuária.
7) - Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio-Ambiente.
8) - Outros.

****

1 - **EPAMIG**.

Em 1.935, por iniciativa do Serviço Técnico do Café, órgão do Ministério da Agricultura, foi criado o *Campo Experimental do Café*, em área de 36 hectares, adquirida, mediante subscrição popular, de Alfredo Pereira Lima, João Felipe de Carvalho e esposas. Sua instalação coube ao engenheiro-agrônomo Wálter Wolf Saur. A sede e o escritório foram construídos pelo arquiteto C. Marchetti. A inauguração oficial ocorreu em agosto de 1.937, durante a Semana Ruralista. Teve como primeiro diretor o engenheiro-agrônomo Demerval Frossard, substituído, em época e a que título ignoro, por Lacerda Werneck.

Junto do Campo Experimental funcionou o *Posto de Monta*, que mantinha à disposição dos pecuaristas um plantel de reprodutores de raça, destinado à melhoria do seu rebanho. Através do decreto 1.172, de 21 de maio de 1.938, o Governo do Estado autorizou o Município a doar à União, para instalá-lo, área aproximada de dez hectares, havida por doação de criadores da zona, confrontando com terrenos de Santa D'Eleutério e José Satiro Pereira, com o Campo Experimental, com a estrada de rodagem para Poços de Caldas e com o patrimônio da Cidade.

Em 1.939 assumiu a chefia do Campo, posteriormente denominado *Subestação Experimental*, o machadense Athayde Pereira de Souza, que se manteve nela até a morte, em 25 de dezembro de 1.959. Sob seu comando desenvolveram-se diversas pesquisas agronômicas, ligadas principalmente ao cultivo cafeeiro. Uma delas deu origem ao livro "*Cobertura Morta em Cafezais como Método de Cultura*". Construiu galpão, terreiro para secagem de café, estábulo, casa de colono e outras benfeitorias, além de calçar com paralelepípedos a entrada da repartição.

Sucedeu-lhe em janeiro de 1.960 o irmão, também engenheiro-agrônomo, Silas Pereira de Souza, que experimentou e divulgou o plantio de espécies cafeeiras, como a "*mundo novo*", mais produtivas que as então usuais no Município. Realizou diversos ensaios sobre espaçamento, adubação, poda e decote de cafeeiros. Produziu mudas cítricas selecionadas para distribuir aos agricultores e dedicou-se à pesquisa de culturas anuais, como as de arroz, feijão, milho, sorgo, soja, trigo, etc.. Montou-se no local em 1.961 a *Estação Climatológica*.

Em 1.974 o Ministério da Agricultura transferiu a Estação Experimental à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa. Por causa disso, diversos funcionários, entre os quais o chefe, foram remanejados para a representação regional de Varginha. Aquela ficou então, por quase dois anos, sob o comando interino de Luiz Gonzaga de Lima.

Em 1.976 a Embrapa cedeu seis estações experimentais, inclusive a nossa, á Empresa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig, que havia sido criada pela lei 6.310, de 8/5/74. Com o novo nome de *Fazenda Experimental*, e sob a administração regional de Lavras, ela passou no início de 1.977 ao engenheiro-agrônomo José Osmar Paulino da Costa, removido de Alfenas. Após quatro meses este se demitiu, e foi substituído pelo engenheiro-agrônomo José Messias Miranda.

No período de transição entre os órgãos governamentais citados, a repartição teve as atividades reduzidas, por falta de diretrizes administrativas seguras. Voltou paulatinamente ao ritmo, mas dedicada apenas à pesquisa de café, e à seleção, preparo e venda de sementes.

Assumiu a gerência em agosto de 1.982 o engenheiro-agrônomo Edmílson Pereira Valias. Ele promoveu concorrido "*dia de campo*" em setembro de 1.984, reunindo mais de 700 pessoas para tratar da cultura do café. No mesmo mês, a resolução da Câmara nº 6 concedeu inusitado diploma de honra ao mérito à Epamig. Nos anos oitenta esta fez experimentos em terreno municipal junto do Aeroporto, cedido em comodato.

Em 4 de outubro de 1.985 a gerência passou ao conterrâneo Romeu Pereira Santos, que fundou a associação dos funcionários do

órgão local. No seu período o Município firmou convênio com a Epamig para pesquisa de novas tecnologias de cafeicultura, aprovado pela resolução da Câmara 33, de 13/10/86. Ele foi exonerado por motivos políticos em 27/4/87, após interferência de membros do diretório local do PMDB.

O posto foi ocupado em 11 de maio seguinte pelo engenheiro-agrônomo Antônio Nazareno Guimarães Mendes, que o deixou três meses depois. Veio então para cá o engenheiro-agrônomo Édson Marques da Silva. No final da década de oitenta a Fazenda Experimental passou por crise, com poucos funcionários e reduzida atuação. Conforme a imprensa, o governo estadual tencionava desfazer-se dela, considerando-a inútil e dispendiosa. A própria Epamig esteve, ao que se disse, ameaçada de extinção. Receando sua cessão a terceiros, o Município, autorizado pela lei 708, de 17/5/89, firmou convênios para que fosse utilizada por ele e pela Fundação Educacional.

No fim de 1.998, carta anônima acusou o gerente de irregularidades. Instaurou-se auditoria, e em fevereiro foi afastado temporariamente. No mês de abril comunicou-se não ter havido comprovação da prática de ilícito, mas ele não retornou ao cargo. Em 17 do mês seguinte assumiu o substituto, Régis Pereira Venturin.

2 - **EMATER**.

A *Associação de Crédito e Assistência Rural* (ACAR) nasceu de convênio firmado em 6 de dezembro de 1.948 entre o Governo de Minas Gerais e a *American International Association for Economic and Social Development* (AIA), sociedade estadunidense criada por iniciativa de Nélson Rockefeller. Começou a atuar no ano seguinte, nos municípios de Santa Luzia, Pedro Leopoldo, Curvelo e Ubá. Chegou a Machado em maio de 1.952, a rogo da Associação Rural, então presidida por Paulo Teixeira. Os primeiros supervisores aqui foram Aldo Ribeiro Borges e Joana D'Arc Brumano. A lei local 117, de 27 de novembro do mesmo ano, autorizou a aquisição de móveis e utensílios para seu escritório.

Em meados de 1.954 o supervisor local passou a ser José Alfredo Amaral de Paula, substituído cerca de um ano depois por José Teixeira da Silva. Este ainda estava no cargo no início de 1.962, em companhia de Hilda Costa Bilharinho.

O escritório local atendia a Machado e Carvalhópolis. Além dele, a Cidade sediou um escritório regional, com jurisdição sobre os daqui, de Alfenas, Campestre, Paraguaçu, Poço Fundo, Pouso Alegre e Santa Rita do Sapucaí. Foi inaugurado em 26 de outubro de 1.958, em imóvel na esquina das ruas Coronel Jacinto e Major Onofre. As leis 246 e 248, de 8 do mês anterior, autorizaram seu aluguel e a aquisição de móveis para equipá-lo. Os primeiros

supervisores regionais foram Renato Simplício Lopes e Maria José Alves. Ainda estava ativo em 1.968.

Em meados de 1.965 inaugurou-se na Rua Barão do Rio Branco mais um escritório local, chamado de "B", com jurisdição sobre Carvalhópolis e Serrania. A lei 505, de 7 de julho, permitiu a compra de móveis e utensílios para ele. Seu primeiro supervisor foi Dalmo Carvalho, com quem trabalharam Ana Rodrigues, Vanda S. Almeida e Maria Olívia Franchi. Pela mesma época, os supervisores do outro escritório local, chamado de "A", eram Daniel Lima de Alvarenga Barrios e Terezinha Morais Pereira. Em 1.968, os supervisores deste eram Carlos Alberto Pimenta de Carvalho e Maria Elizabeth Nascimento. Na década de setenta foram aqui supervisores Cirinéia do Carmo Silva (1.971), Miguel Avelino Correia Perez (1.973/4) e Cecília Marques (1.975). No segundo semestre de 1.973 um dos escritórios estava localizado na Rua Irmão Arnaldo Isidoro, 189.

O serviço de extensão rural da ACAR difundia técnicas para melhoria da produtividade agrícola e pecuária, formação de indústrias caseiras, etc.. Ministrava noções de economia doméstica, higiene e saneamento, e facilitava aos agricultores acesso a crédito supervisionado, para que atingissem seus objetivos. Trabalhava também com jovens, formando associações denominadas *Clubes 4-S* (saber, servir, sentir e saúde), que desenvolviam projetos sociais e econômicos. Em julho de 1.960 a Escola Agrícola sediou a primeira convenção desses clubes de nossa região, com palestras, exposições, demonstrações de trabalhos práticos, etc.. Houve aqui pelo menos 8 clubes, até o início da década de setenta. A ACAR auxiliou a instalação de telefonia rural no Bairro da Conceição, e de fossas sanitárias diversas. Sob sua orientação fundou-se na primeira metade da década de sessenta o *Comitê Municipal de Extensão Rural*, que promoveu campanhas de aumento de produção de café e de consumo de leite, de melhoria das estradas municipais e das escolas rurais, de combate à verminose e à raiva, etc.. Organizou também *clubes de mães* e *comitês de desenvolvimento rural*. Nos anos setenta liderou as *operações-saúde*.

A ACAR foi absorvida pela *Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER-MG*, criada pela lei estadual 6.704, de 28/11/75, que deu continuidade a seu trabalho.

A lei local 295, de 25/4/77, autorizou assinatura de convênio com a Emater, para manutenção de seu escritório na Cidade. No fim de 1.979, segundo a imprensa, ela ocupava cômodo precário, sem higiene e conforto. No ano seguinte, porém, mudou-se para melhor, na Rua Astolfo Pio. O Município, em 1.985, construiu-lhe sede própria, na Rua Tenente Antônio Moreira, em imóvel desapropriado de Alencar Domingues Pinto. Foi então inaugurado escritório-pólo de irrigação e drenagem, para recuperar várzeas e aproveitar quedas d'água na irrigação. O supervisor, na época, era Édson Spini Logato, substituído em 15 de março de 1.989 por Luiz Gonzaga Xavier, que continuava no cargo no final do período em estudo.

Com base na lei 904, de 29/3/93, Município e Emater firmaram convênio para implantar programa de mecanização agrícola. Nos últimos anos do milênio ambos também atuaram juntos em programa de captação, proteção e tratamento de água domiciliar nos bairros Ouvidor e Pinhalzinho.

3 - **Instituto Brasileiro do Café**.

Não sei quando para cá vieram os primeiros técnicos do I.B.C., encarregados da assistência aos cafeicultores deste e de municípios vizinhos. Para o trabalho interno utilizavam salas cedidas pela Cooperativa Agrária.

Em julho de 1.960 Dimas Costa Bernardes foi designado provador e classificador local. A lei 371, de 27/8/62, autorizou se adquirisse e doasse ao órgão terreno para construção da "Casa do Agrônomo", o que não ocorreu. Em julho de 1.966, segundo a imprensa, Antônio José de Vasconcelos Gomes e Eduardo Gianesi deixaram a direção do escritório machadense. Na primeira metade da década seguinte aqui atuaram, entre outros, os agrônomos Antônio Moreira de Carvalho e José Leite de Andrade, e o técnico agrícola Antônio Fraga Dias (este permaneceu até os últimos tempos). Em julho de 1.974 o I.B.C. instalou na Rua Professor José Cândido, 93, a sua equipe, composta por um agrônomo, dois técnicos agrícolas e uma escriturária.

Com base na lei 322, de 21/11/77, alterada pela lei 324, de 6 do mês seguinte, o Município doou terreno ao I.B.C., no prolongamento da Rua Dom Hugo, para sua sede. Ela foi construída em 1.979 e inaugurada em 27 de agosto do ano seguinte. O chefe local do órgão era então José Lourenço Pinheiro.

No fim dos anos oitenta o I.B.C. estava desacreditado no âmbito nacional, e seu funcionamento era precário. Aqui ficaram apenas dois funcionários, quase sem atuação (Antônio Fraga Dias e Sérgio Gabriel dos Santos). Em novembro de 1.989 a Câmara passou a ocupar temporariamente sua sede, por empréstimo. Três anos depois ela foi cedida ao Sindicato Rural.

Cabe registrar que nos anos 50 e 60 o machadense Joaquim Carvalho dos Santos foi membro em dois mandatos da Junta Administrativa do I.B.C. em Minas Gerais. Em 1.982 Wálter Palmeira participou da Junta Consultiva dele.

4 - **Horto Florestal**.

A lei local 202, de 21 de fevereiro de 1.957, autorizou se doasse imóvel à União, ou junto do Cemitério da Saudade, ou em torno da caixa de decantação do manancial São Pedro, para nele instalar o Posto de Reflorestamento e o 12º Distrito Florestal.

A lei 257, de 30 de outubro do ano seguinte, criou o Horto Municipal, dispondo que para sua formação o Executivo poderia firmar acordo com órgão do Ministério da Agricultura ou outro que mantivesse intercâmbio com o Estado.

Estabelecida parceria com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), ele começou a funcionar em maio de 1.959, sob a chefia de Cassimiro Olavo da Silveira Freire. Instalou-se ao lado da Necrópole, vendendo mudas de essências florestais, eucalipto e café.

Em maio de 1.977 o Governo fechou-o, transferindo para Juiz de Fora o responsável por ele, João Borato. Isso ocorreu porque era deficitário, pela pequena quantidade de produtos vendidos. No mês seguinte foi devolvida ao Município sua área, de mais de 4 hectares, com viveiro de mudas e tanque de piscicultura.

Algum tempo depois foi reaberto, entregue pela Prefeitura aos cuidados da Fundação Educacional. Em 1.984 estava sob a responsabilidade técnica de Lourenço Leal de Almeida. No primeiro semestre de 1.988 passou a ser dirigido pela ESACMA.

5 - **Instituto Estadual de Florestas**.

Em junho de 1.981 transferiu-se para cá a sede regional do I.E.F., até então em Alfenas, com jurisdição sobre vinte cidades do Sul de Minas. Para isso o Município celebrou convênio com ele, autorizado pela lei 444, de 9 do mesmo mês. Seu engenheiro-chefe desde o início foi Antônio de Paula Isidoro. O escritório localizou-se a princípio na Rua Coronel Flávio, 183; a portaria municipal 293, de 7/7/83, designou Eunice de Oliveira Caixeta para lá prestar serviços. Mudou-se posteriormente para os fundos da Prefeitura Municipal. O viveiro, logo além do Horto Florestal, ficou sob a supervisão de Aparecido Francisco Isidoro, vendendo mudas diversas para arborização de ruas e parques, fruticultura, ornamentação, reflorestamento, etc..

O I.E.F., em convênio com a Prefeitura local, por vários anos coletou sementes de espécies nativas da região, principalmente as com risco de extinção, para reproduzi-las. Depois, mediante programa de reflorestamento financiado pelo Banco Mundial, as mudas foram plantadas nas propriedades rurais do Município, para proteção de nascentes e córregos, e para enriquecimento das matas. Além das espécies nativas, foram também plantadas mudas de eucalipto, para diminuir a pressão sobre as matas nativas, para abastecer as fazendas de lenha, mourões e madeira para construções, e para geração de renda pela venda do excedente.

6 - **Instituto Mineiro de Agropecuária**.

O antigamente denominado *Instituto Estadual de Saúde Animal (IESA)* foi criado na segunda metade da década de setenta, encampando grupo executivo de erradicação da febre aftosa, para planejar, executar e fiscalizar programas de defesa sanitária e saúde animal em Minas Gerais.

A lei local 560, de 4 de novembro de 1.984, autorizou a assinatura de convênio com ele, para que aqui tivesse sede seu 9º escritório seccional, com jurisdição sobre Machado, Carvalhópolis, Paraguaçu e Poço Fundo. Ele instalou-se no primeiro semestre do ano seguinte, no prédio "*Bias Maciel*", sob a chefia de Hamílton Castro Swerts.

Passou posteriormente a chamar-se Instituto Mineiro de Agropecuária. A lei 897, de 11 de fevereiro de 1.993, permitiu ao Executivo firmar convênio com ele, para controle da raiva dos herbívoros no Município.

7 - **Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio-Ambiente**.

O CODEMA foi criado pela lei local 703, de 14 de março de 1.989. Em maio seguinte elegeu sua primeira diretoria, assim composta: *presidente* - Joaquim de Souza Lima; *vice-presidente* - Luiz Afonso Cruz; *tesoureiro* - José Moreira Soares.

A lei 854, de 10 de julho de 1.992, reformulou-o, revogando a lei acima referida. A portaria 946, de 11 de junho de 1.993, nomeou novos membros dele.

O decreto 1.285, de 28 de maio de 1.996, criou comissão de apoio ao CODEMA, com as seguintes atribuições, entre outras: elaborar e propor normas e ações para manutenção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental; fornecer subsídios técnicos para defesa do meio-ambiente; impor penalidades decorrentes de infrações ambientais no Município; promover programas e eventos de educação ambiental; incentivar a criação de entidades de preservação ambiental. Seus membros, com mandato renovável de dois anos, foram nomeados pela portaria 1.477, de 31 do mesmo mês.

A portaria 1.660, de 22 de abril de 1.997, renovou os membros do CODEMA: Lourenço Leal de Almeida (*presidente*); José Humberto Gonçalves (*vice-presidente*); Rômulo Sólia Rosa (*secretário*); Alexandre Jorge Pimenta (*pelo MP*); Antônio de Paula Isidoro (*pelo IEF*); Eliandro Nery Siqueira (*pela ACIM*); José dos Passos e Luiz Gonzaga de Lima (*pela Câmara*); José Maria do Amaral Resende (*pela ESACMA*); Leandro Domingues Lima (*pela EAF*); Luiz Gonzaga Xavier (*pela Prefeitura*); Mara Maffrei (*pelas associações de bairros*); e Reginaldo Francisco (*pela PM*).

Nova diretoria do órgão foi escolhida em agosto de 1.999: *presidente* - Paulo Joaquim de Carvalho Dias: *vice-presidente* - José Maria do Amaral Resende; *secretário* - Wanderley de Almeida Silva.

8 - **Outros**.

Instalados no segundo quartel do século passado, merecem lembrança dois órgãos do Ministério da Agricultura, a *Divisão de Fomento da Produção Animal* e o *Departamento de Defesa contra a Erosão do Solo*, a cargo por muitos anos dos agrônomos Fausto Paulo Werner e Gerardo Silva Araújo, respectivamente.

A *Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (CASEMG)* inaugurou agência no dia 14 de agosto de 1.959, em imóvel alugado da Rede Mineira de Viação, na Avenida Arthur Bernardes. Seu primeiro gerente foi Antônio Carvalho. Em época que não sei precisar foi transferida para a Avenida Santa Cruz, onde fechou definitivamente alguns anos depois. A lei 318, de 29/11/60, isentou-a do pagamento de tributos municipais.

A *CAMIG (Companhia de Agricultura de Minas Gerais)* teve aqui um posto, que por duas vezes na década de setenta foi o mais bem classificado em vendas no Sul do Estado. No dia 27 de agosto de 1.980 inaugurou armazém na Praça Danton Magalhães, em imóvel cedido pelo Município.

Começou a atuar em 16 de outubro de 1.975, nas dependências da Coopama, o *Serviço de Inspeção de Produtos Animais - SIPA*, órgão do Ministério da Agricultura. Desde o segundo semestre do ano seguinte ele ficou a cargo do Veterinário Roberto Moreira Rebello, ainda em atividade no final do milênio.

O *INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)* funcionou nas dependências da Prefeitura, com funcionários dela, como José André Dias

Além dos referidos, outros órgãos públicos desenvolvem importantes ações em prol da agropecuária no Município. Trato deles em capítulos diversos: EAF, ESACMA e Secretaria Municipal da Agricultura.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 7, 8, 9, 10, 11, 18, 19, 20 e 21;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - pasta de resoluções;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de decretos nº 17;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de portarias ns. 15, 17 e 18;
5 - Coleção dos Decretos-Leis e Decretos de 1.938 de Minas Gerais - vol. II - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.940, pág. 762;
6 - "Estado de Minas" - suplemento agropecuário - 18/2/1.998 - pág. 2;
7 - "Folha Machadense" ns. 4 - 14/4/1.974 - pág. 6;
17 - 21/7/1.974 - pág. 7
21 - 18/8/1.974 - pág. 3;
97 - 7/3/1.976 - pág. 1;
144 - 5/2/1.977 - pág. 10;
149 - 13/3/1.977 - pág. 4;
160 - 14/5/1.977 - pág. 3;
162 - 28/5/1.977 - pág. 1;
165 - 18/6/1.977 - pág. 1;
169 - 17/7/1.977 - pág. 3;
190 - 24/12/1.977 - pág. 1;
318 - 13/9/1.980 - pág. 15;
335 - 17/1/1.981 - pág. 1;
356 - 13/6/1.981 - pág. 1;
401 - 15/5/1.982 - pág. 12;
556 - 22/6/1.985 - pág. 9;
572 - 12/10/1.985 - pág. 1;
651 - 16/5/1.987 - pág. 11;
658 - 5/7/1.987 - pág. 1;
660 - 18/7/1.987 - pág. 1;
665 - 22/8/1.987 - pág. 1;
716 - 27/8/1.988 - págs. 1 e 4;
753 - 27/5/1.989 - pág. 2;
760 - 15/7/1.989 - pág. 8;
775 - 28/10/1.989 - pág. 1;
783 - 27/5/1.989 - pág. 6;
914 - 1/8/1.992 - pág. 9;
1107 - 8/6/1.996 - suplemento;
1154 - 17/5/1.997 - pág. 11;
1244 - 27/2/1.999 - pág. 11;
1257 - 22/5/1.999 - pág. 18;
1268 - 7/8/1.999 - pág. 7;
1322 - 26/8/2.000 - pág. 23;
8 - informações pessoais de Roberto Moreira Rebello;

9 - “Jornal da Cidade” ns. 3 - agosto de 1.984 - pág. 2;
6 - maio de 1.985 - pág. 2;
10 - “Jornal do Machado” nº 6 - 7/6/1.937 - pág. 4;
11 - “Luminar Machadense” ns. 28 - 1/8/1.954 - pág. 4;
44 - 11/6/1.955 - pág. 4;
12 - “O Imparcial” nº 79 - 1/6/1.952 - pág. 2
13 - “O Machadense” ns. 262 - 8/8/1.937 - págs. 8 e 15;
700 - 14/9/1.958 - pág. 1;
704 - 19/10/1.958 - pág. 2;
706 - 2/11/1.958 - pág. 4;
746 - 16/8/1.959 - pág. 1;
790 - 10/7/1.960 - pág. 1;
792 - 24/7/1.960 - pág. 1;
868 - 4/2/1.962 - pág. 1;
907 - 10/2/1.963 - pág. 1;
913 - 18/8/1.963 - pág. 1;
947 - 27/6/1.965 - pág. 5;
969 - 28/11/1.965 - pág. 2;
978 - 6/2/1.966 - pág. 1;
999 - 3/7/1.966 - pág. 10;
1001 - 17/7/1.966 - pág. 3;
1029 - 11/2/1.968 - págs. 2 e 3;
1068 - 24/12/1.968 - pág. 4;
21 - 18/7/1.971 - pág. 3;
83 - 8/10/1.972 - pág. 1;
122 - 8/7/1.973 - pág. 2;
133 - 23/9/1.973 - pág. 1;
14 - “Tribuna Machadense” ns. 77 - 11/6/1.983 - pág. 3;
13 - 23/8/1.987 - pág. 6;
26 - 22/11/1.987 - pág. 9.

B - **secundárias**

1 - “Campo Experimental de Machado (Epamig)” - trabalho datilografado, de Carlos Roberto Campos e Wálter Adão, que concorreu ao II Prêmio H. Costa;
2 - José Paulo Ribeiro - “A saga da extensão rural em Minas Gerais” - Annablume Editora, São Paulo, 2.000;
3 - SEBRAE-MG - “Machado - Diagnóstico Municipal - 1.995” Belo Horizonte, 1.995, - pág. 8.

****

POLÍTICA AGROPECUÁRIA MUNICIPAL

1) - Até a metade do século XX.
2) - Na segunda metade do século XX.

****

1 - **Até a metade do século XX**.

Nossos primeiros governos não tiveram projetos de estímulo à agropecuária, limitando-se a ajudá-la em medidas escoteiras, ou por via indireta, com a construção e o conserto de estradas e pontes.

Em 1.885 a Câmara lançou a idéia, aceita por vários municípios, da criação de matadouro público em Três Corações, para todas as reses da zona sul-mineira destinadas à Corte.

A lei orçamentária 2, de 1.898, autorizou o agente executivo a encomendar sementes, mudas, reprodutores de raça e instrumentos aratórios para ceder aos fazendeiros, pagando estes a conta.

O Estatuto Municipal (lei 5, de 1.899) dispôs apenas, nos artigos 257 a 268, sobre polícia rurícola, tratando de queimadas, invasão de plantações, corte de madeiras e maus-tratos a animais.

A lei 22, de 12/10/04, permitiu ao presidente da Câmara despender quantia com a aquisição de reprodutores que o Governo Estadual importara, para serem emprestados aos pecuaristas.

A lei 27, de 1/11/06, incluiu no orçamento a verba de um conto de réis, para ser distribuída em prêmios de animação à agricultura local.

No ano seguinte, a lei 28 autorizou o dirigente da Edilidade a pôr à disposição do Governo do Estado a importância de três contos de réis e cinco ou mais alqueires de terras aráveis e irrigáveis, no ponto mais conveniente do Município, para instalação e mantença de um campo prático de agricultura, o que não ocorreu. A lei 29 permitiu que se mandasse fazer nossa estatística agrícola.

Depois disso, no assunto que nos ocupa, só merece atenção a compra de imóvel para instalação do Campo Experimental do Café, em 1.935.

O governo de João Vieira da Silva auxiliou a realização da Semana Ruralista (1.937), do concurso de animais marchadores (1.938), do Congresso Regional Ruralista (1.943), e divulgou nosso café na Feira de Amostras de Belo Horizonte.

2 - **Na segunda metade do século XX**.

A administração de Gustavo Dias ajudou a ACAR a instalar-se aqui, e adquiriu móveis e utensílios para seu escritório. As leis 119, de 27/11/52, e 142, de 1/12/53, autorizaram a compra de máquinas e instrumentos agrícolas para o campo de produção de mudas e sementes.

Lúcio Vieira patrocinou a 2ª exposição agropecuária, as "Semanas do Agricultor", e criou o Horto Municipal. Favoreceu a vinda para a Cidade do 13º Distrito Florestal (depois transferido) e do escritório regional da ACAR. A lei 211, de 24/4/57, dispôs sobre o serviço de fomento da produção vegetal; a 259, de 30/10/58, autorizou aquisição de material para ele. A lei 242, de 22/7/58, instituiu o "Dia do Agricultor Machadense", logo esquecido.

No primeiro governo de Francisco Guerra, a lei 383, de 30/11/62, permitiu a compra de máquinas agrícolas, equipamentos de análise de terras e adubos para o serviço de fomento acima referido.

Lucas Lacerda produziu mudas de café para serem doadas aos agricultores, e conseguiu do Governo Estadual a criação de grupo motomecanizado para assistência ao setor agropecuário. A lei 425, de 25/11/63, mais uma vez autorizou a compra de máquinas agrícolas, equipamento para análise de terras e adubos.

No segundo mandato de Francisco Guerra, as leis 22, de 20/9/68, e 56, de 4/12/69, abriram créditos especiais para fomento do plantio de café e para aquisição de material a ele destinado.

Wálter Palmeira foi o líder do extraordinário movimento de renovação cafeeira e de aproveitamento do cerrado.

Da administração seguinte, de Jorge Oliveira, lembre-se a lei 145, de 5/9/73, que abriu crédito para implantação da campanha de desenvolvimento da pecuária leiteira. Assinou-se convênio com o grupo executivo de erradicação da febre aftosa, com base na lei 219, de 20/6/75.

Carlos Dias, no primeiro mandato, instalou a feira-livre, ajudou a construir as sedes da CAMIG e do IBC, e obteve a vinda de escritório do IEF. A lei 337, de 24/4/78, permitiu assinatura de convênio com a Secretaria Estadual da Saúde, para combate à raiva bovina.

O posterior governo de Jorge Oliveira construiu o parque de exposições, a sede da EMATER, e conseguiu a instalação de escritório do IESA. A lei 581, de 12/3/85, criou o Plano Municipal de Apoio a Pequenos Produtores Rurais; a 596, de 13 de agosto do mesmo ano, abriu crédito especial para compra de um cavalo reprodutor.

Reeleito, Carlos Dias montou o "Fomento Agropecuário Municipal", já referido alhures. Dele fizeram parte 5 cavalos percherom, 1 jumento pega e 1 cavalo andaluz, leiloados no fim do governo. A Lei Orgânica, de 30/3/90, cuidou da política agrícola nos artigos 149 a 152. Determinou sua feitura e execução com interveniência dos produtores e empregados rurais, e de representantes das áreas de extensão rural, comercialização, armazenamento e transportes. Impôs ao Município apoio e estímulo aos agricultores, com implantação de programa para atendimento aos de pequeno poder aquisitivo. A lei 786, de 7/2/91, criou o Fórum Municipal da Agricultura de Machado. Foi revogada pela 808, de 30 de julho seguinte, que substituiu o órgão pelo Conselho Municipal Agropecuário.

No governo de José Carlos Vilela criou-se a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através da lei 891, de 21/1/93. A portaria 908, da mesma data, nomeou Luiz Gonzaga Xavier para ocupá-la. A lei 899, de 1/3/93, autorizou o Executivo a celebrar contratos com fornecedores e instituições financeiras para compra de máquinas destinadas ao Programa Municipal de Mecanização Agrícola. Visando à implantação deste, a lei 904, de 29 do mesmo mês, permitiu se celebrassem convênios com a Secretaria Estadual da Agricultura e a EMATER. Produziram-se mudas de café, banana e frutas cítricas, vendidas a preço de custo; os viveiristas de café foram cadastrados e assessorados; fizeram-se análises de solo, cujo preparo foi subsidiado; distribuíram-se calcário, fertilizantes e sementes; produziram-se sementes de milho, e foi plantada soja para fabrico de leite; ampliou-se a horta comunitária, em parceria com a ESACMA; desenvolveram-se projetos de eletrificação rural e de piscicultura familiar. As atribuições do Secretário foram enumeradas no decreto 1.259, de 30/8/95. Exonerando-se no final do período para concorrer à vereança, ele foi substituído interinamente por Pedro Carvalho de Souza Diniz, conforme a portaria 1.490, de 20/6/96.

No governo seguinte, de José Miguel de Oliveira, embora eleito vereador, Xavier foi reconduzido ao cargo de secretário pela portaria

1.597, de 2/1/97. Então se promoveram cursos, e se distribuíram sementes, mudas, adubos e alevinos. Receberam auxílio a análise e o preparo de solos, a feitura de tanques e silos, a construção e o reparo de terreiros de café. A Prefeitura intermediou junto ao PRONAF a obtenção de financiamento para agricultores. O serviço de patrulha agrícola colocou tratores e retroescavadeiras à disposição deles. Foram apoiados o programa de eletrificação rural e a formação de lavoura comunitária em Douradinho. Em parceria com a EMATER houve monitoramento da sub-bacia hidrográfica do Córrego Ouvidor e tratou-se a água utilizada pelos sitiantes. Por força da lei 1.282, de 1º de fevereiro de 2.000, que alterou a estrutura da administração direta municipal, a Secretaria acresceu ao nome a expressão "Meio-Ambiente". O titular foi exonerado, a pedido, pela portaria 2.156, de 29 de março seguinte, retornando à Câmara. Seu lugar permaneceu oficialmente vago até o final do ano, quando a portaria 2.291, de 29 de dezembro, nomeou para ocupá-lo Evâneo Franco Caixeta, já para o mandato seguinte.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 7, 9, 10, 12, 14, 15, 18, 20 e 22;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de decretos nº 19;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de portarias ns. 17 e 18;
4 - Arquivo Público Machadense - livro 63: "Leis da CâmaraMunicipal - 1898 a 1912";
5 - "Folha Machadense" ns. 772 - 7/10/1.989 - pág. 7;
810 - 14/7/1.990 - págs. 7 e 12;
896 - 28/3/1.992 - pág. 1;
904 - 22/5/1.992 - pág. 7;
907 - 13/6/1.992 - pág. 7;
933 - 12/12/1.992 - pág. 1;
1098 - 6/4/1.996 - pág. 2;
1211 - 4/7/1.998 - pág. 12;
1244 - 27/2/1.999 - pág. 13;
1293 - 5/2/2.000 - suplemento;
6 - "Informativo Machadense" nº 1 - agosto de 1.994 - pág. 8;
7 - Lei Orgânica Municipal - sem menção de editora, 1.990, págs. 48/49;
8 - "Transparência" ns. 2 - set. de 1.998 - pág. 3;
3 - jan. a março de 1.999 - págs. 3 e 4.

****

B - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

COMÉRCIO NO SÉCULO XIX

1) - Generalidades.
2) - Principais lojas de Douradinho.
3) - Principais lojas de Machado.
4) - Açougues e padarias de Machado.

****

1 - **Generalidades**.

Respondendo em 1.826 a questionário do Governo Provincial, a Câmara da Campanha da Princesa assim discorreu sobre a importação e a exportação de mantimentos em seu território, a que então pertencia Douradinho:

> *"Entrão para este Termo a vender-se em carros do Termo de Jacuhy, e da Freguezia de Lavras do Trº de S. João de ElRei, feijão, farinha, toicinho, algodão, e agoard.e de cana; assim como entra assucar, e café do interior desta Provincia, e das mais Provincias visinhas. E deste Termo se exporta pª o Termo de Baependi milho, feijão, farinha, arroz, assucar, e agoard.e de cana; e bem assim os moradores d'aquelle Termo vem a este comprar m.to fumo pª exportarem pª a Corte do Rio de Janeiro; e da m.ma sorte se exportão toicinhos pª a Provincia de S. Paulo. Igualmente se importão pª este Termo vindo da Corte do Rio de Janeiro, e da Provincia de S. Paulo, e Praça de S.tos, farinhas de trigo, vinhos, e mais generos da Europa."*.

Sobre os obstáculos ao comércio, disse o seguinte:

"(...) temos a lembrar que: Sendo as bestas necessarias para as conduçoens, os escravos pª o trabalho, o ferro e asso para a lavoura, as roupas (...) não nos podem entrar estes para a Provincia sem pesado e enorme onus dos Quintos que se paga na Alfandega. (...) A moeda metalica, que sahe desta Provincia a troco daquellas bestas, escravos, ferro e fazendas já mais nos voltão. Os Negociantes deste Termo que exportão effeitos, e gados para fora da Provincia só recebem em troco Notas do Banco, que não giram com liberdade nesta Provincia, porque os criadores, e Fazendeiros as não querem receber em cambio.".

Alcir Lenharo, no trabalho ao final referido, estudou em profundidade o comércio dos tropeiros do Sul de Minas com a Corte durante o Primeiro Império, realçando a importância do Senador Padre José Custódio Dias e da Fazenda do Centro no negócio de reses (págs. 99/100 e 188/121). Nossa região foi, na época, a principal abastecedora do mercado carioca de bois, porcos, carneiros, galinhas, queijos e cereais. Pelo valor dos produtos vendidos, os cargueiros traziam para cá, além de escravos, sal, bebidas, utensílios de ferro, mercadorias importadas, etc..

Na segunda metade do século destacou-se o Coronel Azarias de Souza Dias na venda de carne verde para o Rio de Janeiro. Já tratei dela em capítulo sobre a pecuária, pelo que me dispenso aqui de repetições.

Saturnino da Veiga, em 1.874, prestou as seguintes informações genéricas sobre o comércio machadense:

"Desta freguezia exporta-se annualmente, termo medio, o numero de 4.000 rezes gordas que, ao preço rasoavel de 50$000, somma a quantia de duzentos contos de réis. Exporta-se também, pelo menos, 22.000 arrobas de toucinho que, ao preço de 5$000 cada uma, produzem a quantia de cento e dez contos de réis. Deixão de ser mencionados os mais generos de exportação por serem de somma mui inferior em relação aos referidos.
A importação só em fazendas seccas, molhados, louças, ferragens e armarinho, é calculada na somma de cento e vinte cinco contos de réis annualmente, não se mencionando o valor da importação de gado, porcos, e outros generos de commercio que de ordinario para esta freguezia entrão.".

Disse ainda que alguma quantidade de fumo, porcos, carneiros e bois constituíam a exportação de Douradinho. Dez anos depois, o mesmo autor só forneceu números sobre nossa importação anual: a de Machado calculou-se em 150:000$000; a de Douradinho, em 20:000$000.

2 - **Principais lojas de Douradinho**.

No almanaque de Assis Martins para 1.864 são mencionados:
negociantes de fazendas secas - Innocêncio José Teixeira, Joaquim Ferreira Guimarães Toledo e Manoel Tavares dos Anjos;
negociantes de molhados - João Ferreira de Oliveira, Joaquim Alves Paredes, José de Freitas Pires Guimarães e Manoel Antônio da Costa.

Saturnino da Veiga, no almanaque para 1.874, refere:
negociantes de fazendas, ferragens, armarinhos, etc. - Fernando Antônio de Faria, Innocêncio José Teixeira, Joaquim Custhódio da Silva, Manoel Alves Pereira & Comp., Manoel Tavares dos Anjos e Ricardo Rodrigues de Figueiredo;
negociantes de molhados e gêneros da terra - João Baptista Pereira de Carvalho e José Joaquim Pereira;
negociantes de gêneros da terra - Emygdio Mendes Pereira, Ignácio Gomes Militão, João Fernandes de Oliveira, José de Freitas Pires Guimarães e Maria de Souza Barros.

Em 1.884, o mesmo Saturnino da Veiga cita:
negociantes de fazendas - Francisco Italiano, Innocêncio José Teixeira, Joaquim Cândido Lopes de Vasconcellos e Ricardo Rodrigues de Figueiredo;
negociantes de molhados, etc. - Maria de Souza Barros, Maria Joaquina de Jesus e Primitivo José de Moraes.

3 - **Principais lojas de Machado**.

No almanaque de Assis Martins para 1.864 são mencionados:
negociantes de fazendas secas - Antônio Gonçalves Leite, Antônio Joaquim Augusto, Domingos José Rodrigues, Francisco da Silva Lopes de Carvalho, Francisco Gonçalves Lopes, João Gonçalves de Magalhães, Joaquim Francisco de Lima, José Bernardo Pereira e Manoel Ferreira de Oliveira;
negociantes de molhados, etc. - Antônio Bernardes Pereira, Antônio José de Aguiar, Antônio Justiniano Rodrigues, Constança Placidéria da Silva, Francisco Ignácio de Souza, João Damasceno Penha, Joaquim Severiano Vieira, Manoel Ferreira de Jesus e Silvério Alves Moreira;
negociantes de gêneros do País - Antônio do Carmo Fernandes, Antônio Maria da Conceição, Domingos Felisbino de Almeida, Generoso José Messias, Joaquim José da Silva Bandeira, José Teixeira de Carvalho, Manoel Domingues de Gouvêa, Maria Victória Villas-Boas, Porfírio José Baptista, Prudêncio Francisco Pereira e Silvério Tavares da Silva.

Saturnino da Veiga, no almanaque para 1.874, refere:
negociantes de fazendas, ferragens, armarinho, etc. - Antônio Bernardes Pereira, Antônio de Pádua Villas-Boas, Antônio Moreira de Souza Guerra Júnior, Antônio Rodrigues de Paiva, Domingos Conde, Emygdio Fernandes de Oliveira, Fran-

cisco Xavier de Salles & Irmãos, João Baptista Milleo, José Bento de Andrade Rosa, Magalhães & Peixoto e Theodoro de Souza Freire;
negociantes de molhados, etc. - Antônio de Pàdua Villas-Boas, Antônio Ferreira da Silva, Antônio Nicoláo Moreira da Silva, Emygdio Fernandes de Oliveira, Ernesto Borges de Almeida, Estevão da Silva Monteiro, Felicianno Constantino de Moraes, Francisco Pereira do Amador, Francisco Severiano Vieira, Joaquim Alves de Souza, Joaquim José Ferreira Sampayo, Joaquim Olympio da Costa, José Bento de Andrade Rosa, José Francisco de Araújo, José Joaquim Rodrigues, José Pedro do Lago, José Severianno Vieira e Peixoto & Lima;
negociantes de molhados, gêneros da terra, etc. - Antônio José de Aguiar, Antônio Matheos Ribeiro, Cândida Maria de Jesus, Domingas Felisbina de Jesus, Félix Ferreira da Silva, Francisco Ignácio de Souza, Francisco Pereira das Chagas, Fructuoso Ferreira da Silva, Gabriel Flávio da Silva, João Baptista Campos, João Soares Moreira, Joaquim Antônio Vianna, Joaquim José de Souza Bandurra, Joaquim Pedro Fernandes, José Francisco de Araújo, José Pereira da Silva, Lino Pereira dos Santos, Maria Irência de Jesus, Marianna da Conceição e Messias Theodoro Fernandes.

Dez anos depois, o mesmo autor cita:
negociantes de fazendas, etc. - Antônio Rodrigues de Paiva, Francisco Vieira da Silva, Gustavo Fulgêncio Carneiro, João Baptista Milleo e João Pinto Pimentel Sobrinho;
negociantes de molhados, etc. - Adolpho de Souza Dias, Antônio Alexandre de Miranda, Antônio Thomaz dos Reis, Francisco Bernardes Pereira, Francisco Vieira da Silva, Galdino Soares, João Soares Moreira, João de Souza Ribeiro, Joaquim Carneiro Xavier, Joaquim Olympio de Souza e José Bernardes Pereira.

Por anúncios na imprensa, sabe-se ainda destes, nos últimos anos do período em estudo: *Alberto & Cia*. (armarinho, ferragens, gêneros, molhados, querosene); *Antônio Vieira da Silva* (açúcar, molhados, sal, toucinho, na Rua Joaquim Teófilo); *Christóvão Augusto de Lima* (gêneros e molhados); *João Moreira de Carvalho* ("*Ao Emporio do Commercio*" e "*Progresso da Barateza*" - armarinho, ferragens, no Largo da Matriz); *José Joaquim dos Santos Silva Filho* (Rua Santos Silva); *Macedo e Cavalcante* (gêneros, molhados); *Manoel Vieira da Silva* (açúcar, arroz, molhados); *Olympio Gonçalves de Magalhães* ("*A Economia Doméstica*" - fazendas e modas); *Pio Rodrigues de Paiva* (armarinho, calçados, fazendas, ferragens, gêneros, na Rua Saldanha Marinho); *Ricardo e Cia.* (secos e molhados); *Westin, Machado & Comp*. (armarinho, ferragens). Curiosamente, a propaganda do último prevenia: "*o systema da casa é o mesmo, já se sabe, l'argent sur le comptoir*...".

4 - **Açougues e padarias de Machado**.

O "*Almanak Sul-Mineiro*", em 1.884, registrou a existência do açougue de Joaquim José Ferreira Sampaio. Em entrevista à "*Folha*

Machadense", Maria Rossetti de Almeida contou que no fim do século XIX havia aqui o açougueiro Tonico Soares, que abatia uma vaca por semana. Também Osório Soares de Oliveira exercia tal profissão, na época.

Afirma-se que o hábito de consumir pães de trigo foi cá introduzido pelos imigrantes italianos. Conforme Carlos Legnani, a primeira padaria machadense teria sido montada em 1.897, por Ernesto Juntolli, na esquina das ruas Major Onofre e Quinze de Novembro. A informação, todavia, é inexata: dois anos antes "*O Futuro*" já havia publicado anúncio da Padaria Ítalo-Portuguesa, de Aladino.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - "Folha Machadense" nº 133 - 14/11/1.976 - pág. 5;
2 - "Memorias da Câmara de Campanha" - na Revista do Archivo Publico Mineiro - anno I, 1.896, págs. 457 a 647;
3 - "O Futuro" nº 1 - 1/10/1.895 - pág. 4;
4 - "Sexto Districto" ns. 5 - 5/9/1.894 - pág. 4;
18 - 22/8/1.895 - pág. 4.

B - **secundárias**
1 - Alcir Lenharo - "As Tropas da Moderação" - Edições Símbolo, São Paulo, 1.979;
2 - Antônio de Assis Martins e J. Marques de Oliveira - "Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas Geraes para o anno de 1864" - Typographia da Actualidade, Rio de Janeiro, 1.864, págs. 257 e 387;
3 - Antônio de Assis Martins - "Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas Geraes do anno de 1874 para servir no de 1875" - Typographia de J. F. de Paula Castro, Ouro Preto, 1.874, págs. 517/518 e 521;
4 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanach Sul-Mineiro para 1874" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.874, págs. 145,149 e 165;
5 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanak Sul-Mineiro para 1884" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.884, págs. 52/53, 232, 234/235 e 243/245;
6 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", cap. VII - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 7, agosto de 1.957, pág. 2.

****

COMÉRCIO NO SÉCULO XX - I

1) - Generalidades.
2) - Legislação local.
3) - Principais lojas na primeira metade.

****

1 - **Generalidades**.

Abstraídas as causas decorrentes da situação econômica e política nacional e mundial, cuja análise não cabem aqui, pode-se dizer que os períodos de desenvolvimento e de crise do nosso comércio estiveram atrelados, basicamente, a dois fatores: estradas e café.

Rodolpho Jacob, em 1.911, informou haver aqui 155 comerciantes. Conforme o "*Annuario Estatistico*" da Secretaria Estadual de Agricultura, dez anos depois tínhamos 142 casas comerciais e depósitos, e 48 ambulantes. Em 1.925, segundo Victor Silveira, eram 77 as casas comerciais machadenses.

Homero Costa vislumbrou o primeiro impulso de nosso comércio urbano em 1.912 e 1.913, quando subiu o preço da rubiácea e foi inaugurada a iluminação elétrica. Um lustro depois, aberta a primeira estrada de automóveis, teve o progresso acelerado, e surgiram sociedades de maior capital para explorá-lo. Concluída a ferrovia em 1.928, intensificou-se o movimento econômico, logo abalado pela quebra cafeeira.

Na década de vinte foram freqüentes as queixas do comércio estabelecido contra a concorrência desleal de ambulantes, de fazendeiros que mantinham armazéns com produtos de fora, e de particulares que vendiam em

suas casas todo tipo de mantimentos, sem pagar um tostão de imposto.

Nossos comerciantes se uniram na associação fundada em 1.923 antes para proteger-se que para tentar a conquista de outros mercados. O bairrismo como freio à concorrência externa sempre foi opção mais cômoda que a ousadia de superar as limitações locais vendendo aos vizinhos.

Pedro E. Vallim, em 1.941, registrou no Município 125 estabelecimentos de comércio. Dez anos depois, segundo José Matzner, eles eram apenas 49.

Na segunda metade do século, a criação das faculdades foi esperança de melhores dias, mas o potencial de consumo estudantil se mostrou diminuto. A vinda do asfalto, na década de setenta, trouxe o temor de que os conterrâneos procurassem preços menores noutras cidades. O crescimento da Festa de São Benedito ensejou protestos contra os barraqueiros, sem resultados práticos.

O opúsculo "*Machado - Informações Básicas para Investidores*" afirmou haver aqui em 1.975 30 atacadistas, 203 varejistas e vários estabelecimentos mistos, sendo os ramos de comércio mais explorados os de secos e molhados, tecidos, confecções, armarinhos e eletrodomésticos. Acrescentou que o setor naquele ano ocupou cerca de 980 empregados, e propiciou arrecadação de I.C.M. da ordem de Cr$7.448.750,00.

No final de 1.999, conforme o SEBRAE, foram aqui cadastrados 478 estabelecimentos de comércio, que ocupavam 1.974 pessoas. Entre os principais, citem-se: varejistas de produtos alimentícios e bebidas - 130; varejistas de tecidos, artigos de armarinho, vestuário, calçados e artigos de couro - 74; atacadistas e intermediários de produtos alimentícios, bebidas e fumo - 32; de veículos automotores e peças - 25; varejistas de produtos farmacêuticos - 22; varejistas de máquinas e aparelhos de uso doméstico, móveis e artigos de iluminação - 21; varejistas de material de construção - 19; varejistas de livros, jornais e papelaria - 17; varejistas de carnes - 15. Basicamente de caráter familiar, sua gerência ocorria pelo modo tradicional, com escassas inovações. Realçou-se, dos problemas por eles enfrentados, a evasão de consumidores para cidades próximas, por fatores desfavoráveis da praça local, como preço, qualidade no atendimento e "*marketing*".

A despeito dos percalços, nosso comércio cresceu e se diversificou, mas foram poucas as empresas que tiveram continuidade. Creio não estar equivocado na afirmativa de que apenas dez ou vinte duraram mais de cinqüenta anos. A maioria abriu e fechou as portas em pouco tempo, e não posso, evidentemente, citar todos os seus nomes.

2 - **Legislação local**.

A lei 34, de 10 de outubro de 1.908, estabeleceu a obrigatoriedade da obtenção de licença para o exercício da profissão de comerci-

ante. A portaria 58, de 31/5/74, obrigou os mercadores a colocar em lugar bem visível o preço de seus produtos. A lei 347, de 28/9/78, dispôs sobre a taxa de licença para localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais. Os Códigos de Posturas de 1.975 e 1.985, e o de Vigilância Sanitária, de 1.992, também cuidaram do assunto em exame.

Vários outros textos, no período em estudo, dispuseram sobre o horário de funcionamento das casas comerciais - pela falta de importância é escusado enumerá-los.

2 - **Principais lojas na primeira metade**.

É impossível arrolar os estabelecimentos comerciais por itens nos primeiros lustros, porque eles não eram especializados, vendendo de tudo um pouco. O fim dos almanaques, de tanta utilidade, me impede a citação dos existentes no Douradinho.

Da primeira década, Homero Costa lembra, na Rua Quinze de Novembro, a casa do Coronel Francisco Vieira da Silva, continuada pela *Casa Americana* de Vieira Guerra & C. e pelo *Armazém Vieira & Filhos*, com grande e variado estoque de armarinho, cal, chapéus, cimento, fazendas, ferragens, gêneros, louças e sal; na Rua da Máquina, a de Jerônimo da Silva Passos - a *Casa Leão* - muito sortida, com artigos finos e careiros, segundo se dizia; na Rua Santos Silva, a de Gustavo Fulgêncio Carneiro, logo extinta por mudança do proprietário para São Paulo. No imóvel por ela ocupado, José Osório de Souza Pinto, o Juca Pinto, abriu no início de 1.907 o *Bazar da Elegância*, com armarinhos, chapéus, fazendas, louças, secos e molhados. Na Rua Lopes Trovão, atual Silviano Brandão, o mesmo autor recorda as lojas de fazendas e outros produtos de Otávio Westin (esquina com Major Feliciano) e de Gabriel Westin (esquina com Coronel Jacinto, em ponto depois ocupado por Gauquério Pinto Verdade). Nela também ficava a *Casa Guerreira* ou *Casa Mesquita*, de João Pinto de Mesquita, com armarinho, calçados, chapéus, fantasias, ferragens, louças, etc.. Na Rua Major Feliciano, quase esquina com Coronel José Paulino, localizava-se o sortido estabelecimento de Anastácio Vieira Machado. Na atual Rua Professor Francisco Rafael (onde depois morou José Garcia) estava situado o *Bazar Veneziano* ou *Casa Veneziana*, de Victor Celeghin, com armarinho, calçados, chapéus, fazendas e ferragens, tendo anexa uma alfaiataria. No Largo da Matriz - a menção é ainda de Homero Costa - situavam-se as casas comerciais de Teodoro Soares de Oliveira (em lugar depois ocupado por José Bernardes Pereira, o Zeca Bernardes), de Fernando Jacinto de Carvalho, de Lourenço Gonçalves Marinho e de Luiz Pereira Monteiro (esta depois mudada para a Rua Silviano Brandão, esquina com Coronel Jacinto. Vale destacar lá, atrás da Igreja, a de João Otávio Dias, a *Casa João Baé*, com armarinho, calçados, chapéus, fazendas, ferragens, louças e modas.

Da segunda década recordem-se os armazéns de secos e

molhados de Américo Rebelo (em frente da Igreja Aparecida), de Gabriel Archanjo da Silveira e de Renato Andrade; *A Brazileira*, de Castro & Cia., com armarinho, mantimentos e molhados finos; e a *Casa União*, ao lado da Matriz, de Abraão Jorge - que foi, ao que se diz, nosso primeiro mascate - com calçados, fazendas, miudezas e anexo de secos e molhados.

Curiosa foi a trajetória da *Casa Mineira*, de Francisco Vieira da Silva Júnior e João Vieira da Silva. Teve início na capital paulista, onde, em janeiro de 1.907 (conforme "*O Machadense*" nº 106) se mudou da Rua General Jardim para prédio próprio na Rua Amaral Gurgel, 64. Em data que ignoro, instalou filial no Largo de Guaianases, que, por trabalhar com produtos franceses, recebeu o nome de "*Au Bon Marché*". Em torno de 1.919 os estabelecimentos foram fechados e, voltando a Machado, os irmãos continuaram o negócio na Rua Quinze de Novembro, sob outra razão social. Em 1.921, desfeita a sociedade, Francisco abriu a *Loja Nova* na Rua Coronel Jacinto, esquina com a praça hoje denominada Getúlio Vargas, e no ano seguinte João instalou a *Casa Mineira* na praça principal, 219. Depois ambos se associaram de novo nesta. Com a morte daquele, João comprou sua parte, e no fim dos anos cinqüenta transferiu para o filho Marcelo Carvalho Vieira o setor de calçados, que adotou o nome de *Galeria Mineira de Calçados*.

Em 1.921 Antônio Bernardes de Lima inaugurou ao lado da Matriz a *Casa Íris*, com armarinho, calçados, chapéus e fazendas. No mesmo ano, conforme anotações de Oscar Fernandes, estabeleceram-se com varejo de gêneros, molhados, etc. Octaviano Neves da Silva (na Ponte de Pedra); Francisco de Salles Dias (na Rua Quinze de Novembro) e Roberto Maranesi & Filho (no Bairro do Campinho). Em 1.924 Djalma Paulino da Costa tinha o *Empório Santo Antônio*, em local que ignoro; Mário Angelini, o *Empório Santa Maria*, na esquina das ruas Joaquim Teófilo e Treze de Maio. Da mesma época é o *Armazém Vieira*, na Rua Quinze de Novembro.

No segundo semestre de 1.924 constituiu-se a sociedade em comandita *Vieira, Lima & Cia*., formada por Antônio Bernardes de Lima e João Vieira da Silva (solidários) e Lindolpho de Souza Dias (comanditário), com capital de 500:000$000, para exploração do comércio atacadista e varejista de ferragens, materiais para construção, secos e molhados, compra e venda de café, fumo e mais gêneros. Teve matriz na Avenida Arthur Bernardes e dois armazéns, ou filiais. Depois, só permaneceu o situado na Praça Antônio Carlos, esquina com Rua Sete de Setembro, que se transformou na empresa *Souza Dias & Cia*., sob a direção, sucessivamente, de Euclydes de Souza Dias e de seu filho Hércio Swerts Dias. Fechou nos anos setenta ou oitenta.

Em 1.927, Rebello, Cioffi & Cia. tinham *Ao Pequeno Armazem Machadense*, com molhados, mantimentos, gêneros do País, ferragens, tintas, materiais para construção, etc.. Em l.929 havia a *Casa do Carvalhinho*, com calçados, tecidos e máquina de beneficiar café. Naquele ano se instalou na

Cidade filial da empresa varginhense *Navarra & Irmão*, a princípio na hoje Praça Getúlio Vargas, e depois nos fundos da Praça Antônio Carlos. Explorava o comércio de materiais para construção e lavoura, máquinas em geral, e tinha anexa uma oficina mecânica. Por volta de 1.942 foi vendida para a firma *Dias & Cia*., de Edvar Dias, Gylvio Dias Rebello e Josino de Araújo Dias, que se extinguiu no ano de 1.971. Em setembro de 1.990 a velha *Casa Navarra* aqui abriu novamente filial, ao lado da rodovia BR-267, que, sob o comando de Robertson Rodrigues Pereira, teve curta duração.

Ignoro em que data começou a operar a *Casa Lima*, de Lima & Cia., na Praça Dr. Antônio Cândido Teixeira, esquina com Avenida Arthur Bernardes, que vendia ferragens, materiais para construção e outros gêneros. No começo dos anos quarenta já existia a sociedade *Dias, Irmão & Cia*., encabeçada por Argemiro Dias e Ary Dias, e depois continuada pelos filhos daquele. Dedicava-se ao ramo de eletrodomésticos, materiais para agricultura, construção, etc., e teve estabelecimentos na Praça Antônio Carlos, na Rua XV de Novembro e nas avenidas Santa Cruz e Arthur Bernardes.

Da primeira metade da década de trinta era a *Casa Garcia*, na Rua Astolpho Pio, perto da Praça Antônio Carlos, com tecidos, calçados, artigos para presentes, etc., que, fundada por João Luís Garcia, depois passou a Nélson Garcia e José Garcia. Da mesma época, também no centro, com tecidos, chapéus e calçados, *A Confiança*, ou *Casa Fadel*, de Elias Fadel, continuada por sua viúva Júlia Abrão Fadel. Lembrem-se ainda, em nosso logradouro principal, vendendo principalmente roupas e tecidos, a *Casa Alegria*, de Farah Dieb, como a anterior levada ao final do milênio por seus descendentes; a *Casa Chic*, de Simão Weltman & Cia.; a *Casa Mariza*, de Álvaro Ivo da Silva, perto da Rua 21 de Abril; a *Casa Paraíso*, de Moacyr Vieira da Silva e Olímpio Vieira; a *Casa Santa Helena*, de Julio Diniz Júnior, na esquina da Rua Coronel José Paulino; a *Casa Vitória*, de Vitório Nannetti, na esquina da Rua Profª Maria Justina.

Do ramo de secos e molhados, surgidas nos anos trinta ou quarenta, registrem-se: na Praça Antônio Carlos, a *Casa Olímpio Abrão* e a *Casa Carvalho*, de Ernesto Carvalho; na Rua Silviano Brandão, a *Casa Papini*, de José Papini; na Coronel Jacintho, a *Casa Verdade*, de Gauquério Pinto Verdade, que depois pertenceu a Dante Annoni; na Major Onofre, a *Casa Brigagão*, de João Batista Brigagão; na Jacutinga, a *Casa Lealdade*, de Primo Signoretti, também com ferragens, fazendas e calçados; na Ponte, a *Casa Scaff*, e a *Casa Iaca*, de José dos Santos, mais tarde *Casa Santos*, grande atacadista de gêneros alimentícios sob a direção de Euclides Rodrigues dos Santos.

Em Douradinho, no início da década de quarenta, tinham casas comerciais Giocundo Monterane e Pedro Alves Fernandes, mas ignoro o que vendiam. Ainda na primeira metade do século, lá possuíram lojas de artigos diversos Antônio de Deus, Antônio Flávio, Ivo Caixeta Cândido, João Augusto Maciel, João Português, Joel Pereira e José Júlio, entre outros.

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - "A Liberdade" ns. 14 - 5/9/1.915 - págs. 2 e 4;
157 - 12/1/1.919 - págs. 3 e 4;
2 - "A Reforma" - anno IV - nº 2 - 12/1/1.902 - pág. 3;
3 - "A Vanguarda" nº 1 - 2/5/1.915 - pág. 4;
4 - Arquivo Público Machadense - livro 63: "Leis da Câmara Municipal - 1898 a 1912";
5 - Arquivo Público Machadense - pasta "documentos de Oscar Fernandes";
6 - "Folha Machadense" ns. 821 - 29/9/1.990 - pág. 1;
824 - 20/10/1.990 - pág. 7;
1496 - 24/1/2.004 - cad. B, pág. 4;
7 - informações pessoais de Moacyr Vieira da Silva, Nézio Pereira e Oracy de Souza;
8 - "Jornal do Machado" ns. 6 - 5/12/1.915 - pág. 4;
6 - 21/2/1.924 - pág. 4;
18 - 2/11/1.924 - pág. 2;
19 - 10/11/1.924 - págs. 2 e 3;
9 - "O Machadense" ns. 29 - 21/5/1.905 - pág. 3;
106 - 8/1/1.907 - pág. 3;
115 - 10/3/1.907 - pág. 4;
123 - 5/5/1.907 - pág. 4;
262 - 8/8/1.937 - págs. 7 e 8;
63 - 23/4/1.942 - pág. 1;
4 - 14/3/1.971 - pág. 2;
10 - "O Município" ns. 2 - 15/12/1.922 - pág. 3;
6 - 14/4/1.923 - pág. 2;
7 - 29/4/1.923 - pág. 3;
11 - Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Geraes - "Annuario Estatistico" - anno I, 1921, vol. III - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, págs. 707, 760 e 810.

B - **secundárias**

1 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", cap. VII - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 7, agosto de 1.957, pág. 1;
2 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem menção de data e local, págs. 15/16;
3 - José Matzner - "Guia do Sul de Minas" - Oficinas Gráficas da Folha de Minas, Belo Horizonte, pág. 167;
4 - Olímpio Abrão - "Crônicas" - sem menção de editora e local, 1.997;
5 - Pedro E. Vallim - "Album dos Municípios do Estado de Minas Gerais" - 1º volume - "A Orientadora", São Paulo, 1.941, págs. 135/136;
6 - Prefeitura Municipal e I.N.D.I. - "Machado- Informações Básicas para Investidores" - 1.976, págs. 44/45;
7 - Rodolpho Jacob - "Minas Geraes no XXº Seculo" - vol. I - Gomes, Irmão & C., Rio de Janeiro, 1.911, págs. 428/429;

8 - SEBRAE-MG - “Machado - Diagnóstico Municipal - 2.000” - Belo Horizonte, 2.000, págs. 19, 27/30, 33/34 e 75/76;
9 - Victor Silveira (organizador e editor) - “Minas Geraes em 1925” - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, pág. 951.

****

COMÉRCIO NO SÉCULO XX - III

1) - Açougues.
2) - Bares, *Boîtes*, Lanchonetes e Restaurantes.
3) - Comércio Atacadista de Bebidas.
4) - Comércio Atacadista de Café.
5) - Padarias.
6) - Postos de Gasolina.

****

1 - **Açougues**.

A resolução da Câmara 56, de 9/1/1.901, estabeleceu o fornecimento de carne verde aos habitantes da Cidade e dos Distritos, por meio de arrematação em hasta pública. Foi revogada pela resolução 73, de 11/1/1.902.

O jornal "*A Liberdade*", em 1.919, publicou anúncio do *Açougue Brasileiro*, de Aníbal Pereira Dias.

Em 1.933 instalou-se na Rua XV de Novembro o açougue de José Angellini. No mesmo ano, o decreto 46, de 30 de agosto, dispôs sobre a venda de carne verde. O decreto-lei 5, de 3/1/1.938, estabeleceu exigências para a instalação de açougues e estábulos, e para a venda de carne e outros gêneros alimentícios.

Em 1.951 Otávio Carvalho tinha açougue no Mercado Municipal. Conforme o "*Luminar Machadense*", em dezembro de 1.955 estavam em vias de conclusão as obras do *Frigorífico Pescarne*, na Rua Cel. Francisco Vieira, do qual nada mais soube. No final da década de cinqüenta já existia o *Açougue Santa Cruz*, de Irineu Pereira de Carvalho, na avenida do mesmo nome.

Inaugurou-se em agosto de 1.966 o *Frigorífico e Abatedouro de Aves Santa Amália*, de Luiz Romanelli, Nélson Garcia Júnior e Warney Penha. A lei 38, de 30/5/1.969, abriu crédito especial para pagamento de uma carroceria fechada, a fim de distribuir carne aos estabelecimentos. Por essa época, havia aqui também os açougues *Machadense*, na Rua Quatorze de Julho; *Modelo*, na Rua Astolpho Pio; *Rio Branco*, na Rua Barão do Rio Branco; *Santa Clara*, na Rua Marechal Floriano Peixoto; e *São João*, na Rua Coronel José Paulino. José Ferreira Paiva trabalhava na Rua Coronel Francisco Vieira; Juarez Honório Pinto, na Rua Professor José Vieira; Reinaldo P. Carvalho, na Praça Antônio Carlos.

Na segunda metade dos anos setenta já estavam estabelecidos com açougue Ângelo Manoel de Souza e Rafael Botazini Pinto. Em 1.978, no prédio inacabado do Centro Machadense, foi aberta a *Casa de Carne Dois Irmãos*, de Edilon e Ednan Araújo Dias.

Em 1.983 Ricardo Lemos montou no Mercado a *Peixaria N. S. Aparecida*, de curta duração. Lá, entre vários outros, trabalharam Antônio Mauro da Silva, Hamílton Pereira de Carvalho, José Carlos Diniz e Marcos de Carvalho Dias. Pela mesma época teve açougue Nivaldo Caproni. Surgiu em 1.985 a *Casa de Carnes Silva*, de José Marine Silva, na Praça Tchecoslováquia, 40. A resolução da Câmara 79, de 24/4/1.989, aprovou contrato firmado entre o Executivo e Waldir Miguel, para construção do *Frigorífico Polenghi*. Foi-lhe dada substancial ajuda para a instalação, e só entrou em funcionamento em 1.992.

Em 1.990 foi inaugurada a *Casa de Carnes São Carlos*, de Carlos Renato Gouveia, na Rua Irmão Arnaldo. No final do ano seguinte, Amaury Gonçalves Brancaglione e Paulo Aranha montaram na Avenida Santa Cruz a casa de carnes *Assim Assado*, depois vendida a Wálter Garcia. Instalou-se em 1.992 na Rua Coronel Azarias a *Frango Minas*, de Reinaldo Félix Costa, que vendia carnes em geral, embaladas e até temperadas. A lei 940, de 22/10/1.993, estabeleceu normas para matança de bovinos e venda de sua carne no Município. Foi inaugurada em dezembro de 1.994, na Rua Professor José Cândido, a *Boutique de Carne "Baby Beef"*, de Vitório Botazini, que pouco durou. Em 1.995 Renato Alves Campos tinha açougue na Rua Irmão Arnaldo. Mencionem-se ainda a *Comercial Fonsil*, na Rua Coronel Jacinto e na Professor José Vieira; a *Casa de Carne Contorno*, na Avenida Comendador Lindolfo de Souza Dias.

2 - **Bares, *Boîtes*, Lanchonetes e Restaurantes**.

Não é possível enumerar todos os estabelecimentos do gênero, nem importa fazê-lo. Limito-me à lembrança de alguns, registrados em antigos livros e em propagandas na imprensa, e de outros, mais recentes, que se destacaram como pontos de lazer e de convívio.

No primeiro livro de atas da Câmara encontra-se pedido de perdão de dívida feito por João Soares Moreira, taverneiro na Cidade de 1.861 a 1.919, data em que cessou a atividade por falta de recursos.

"*A Liberdade*", em 1.919, publicou anúncio de *Ao Ponto Final*, de João Deambrozzi (*Fanfulla*), no Largo da Matriz, com bilhar e comidas finas a qualquer hora.

O Centro Machadense tinha um bar, e em 1.921 firmou contrato com Aureliano Zanon para mantê-lo. No ano seguinte, arrendou-o à sociedade Moreira & Xavier. Em tempos posteriores ele foi explorado pela família Gambi. No "*Jornal do Machado*", em 1.924, há anúncio do *Bar Recreio*, de Edward Ferreira Soares, na Rua Coronel Jacintho. Em 1.925 já havia o *Bar Ramalhete*, de Domingos Veríssimo Ramos, na esquina das ruas Joaquim Teófilo e 14 de Julho.

Nas décadas de vinte a quarenta os dois bares mais importantes da Cidade foram o *Rio Branco* e o *Brasil*, que ainda se mantiveram bastante ativos na segunda metade do século. Aquele, na Rua Barão do Rio Branco, esquina com a Praça Antônio Carlos, pertenceu a João de Paiva Reis e a Otaviano de Paiva Reis, e tinha amplo salão de bilhar no piso superior. O outro, aberto por Celso Gambi e depois dirigido por seus descendentes, ficava na mesma praça, ao lado da Igreja Matriz, possuía afamado restaurante e era o "ponto chique" da Cidade, no dizer de João Carvalho. Em 1.966 foi vendido para Eurico Savini, e fechou em 1.983.

Pela metade do século, o lado par da Praça Antônio Carlos esteve repleto de bares. Na parte superior, além dos dois atrás referidos, o *do Ricardinho*, de Ricardo Annoni Filho, e o *Centenário*, de Natal Salles. No centro, o *Predileto*, de Benedito Neves; o *Paratodos*, depois *Tangará*, de Antônio Teixeira, de José Nunes, de Maurício Gambi, de Ioannis Paparidis e Jorge Apostolatto, e de João Lopes da Silva e José Campos, além de outros; e a *Toca do Gambá*, fundada em 1.956 por Armando Gambi, e depois de Lucilo M. Fadini, com o nome de *Pizzaria Machadense*. Na parte inferior, o *Limeira*, sucessivamente de Waldomiro dos Santos, Herquilino Washington Soares, Celso Sidney Gambi e Lucilo M. Fadini; e o *46*, fundado por Benício Carvalho e Maurílio Caneiro Dias. Este, após mais de vinte anos sob o comando de Onofre Swerts de Carvalho, fechou em meados de 1.977.

Lembrem-se ainda o *Bar do Lilinho* e no mesmo ponto, o *Bar Alaska*, com leiteira e sorveteria, de Eurico da Silva Dias, na Rua Barão do Rio Branco; o *Bar e Sorveteria Santo Antônio*, de João de Almeida, o *Bar Avenida*, de Antônio de Almeida, o *Bar São Benedito*, de Augusto Conti, e o *Bar do Bitiúra*, de João Alexandre Moura, todos na Avenida Santa Cruz; o *Bar N. S. Aparecida*, de Francisco Pereira (Chiquito), na Rua Quatorze de Julho; o *Bar La Salle*, de João Gerônimo Filho, e o novo *Bar e Restaurante Paratodos*, primeiro

de Zildo José da Silva e depois de Vasco Donini Cagliari, na Rua 21 de Abril.

Merece realce a inauguração, em outubro de 1.965, da *Churrascaria Cara Suja*, de Dolbi Magalhães, Reinaldo Moreira Guerra (*Nadinho*) e Sebastião Antunes Saúde (*Nanuque)*, no outro lado da Praça Antônio Carlos, porque - por estranho que pareça hoje afirmá-lo - iniciou um período de freqüência de moças a bares, permitindo contato com rapazes, que até então só se dava nos clubes ou no "*footing*". Infelizmente teve curta duração, pois seu prédio foi demolido para construir-se a Igreja Matriz. Nos mesmos moldes, um grupo de dez sócios criou em 1.968 a *Churrascaria Crioulo Doido*, na Rua Astolpho Pio. No final de 1.971 ela passou à direção de Osley Amaral, e em setembro seguinte se transformou na *Boîte Chalé*, sob a chefia de Paulo Brigagão e Sílvio de Souza. Anos mais tarde lá funcionaram, sucessivamente, a *Cantina do Toninho Peito de Aço* e o restaurante *Recanto Mineiro*.

No primeiro trimestre de 1.972, nos fundos da Praça Antônio Carlos, Jaime Ritter Benitz e Olímpio Alves Ferreira criaram a *Churrascaria Carretão*. Também da primeira metade da década de setenta é a *Pizzaria Divera*, de Onofre Souza Lima, Dirce Ribeiro Lima, Ronan Alencar de Oliveira e Vera Dias Oliveira, que funcionou de início na Rua Professor José Maria, indo no final de 1.983 para a Avenida Celso Sidney Gambi. A portaria 70, de 27/11/74, disciplinou a expedição de alvarás para funcionamento de bares e botequins. Em 1.975 abriram as lanchonetes *Psiu Vem K* (no local do antigo Bar Rio Branco) e *Cantinho das Vitaminas* (na Rua Professor Francisco Rafael). No início de 1.977 inaugurou-se junto do posto de gasolina da rodovia BR-267 a *Churrascaria Brasão*, de Arielce Campos e João Goveia, depois vendida a Evâneo Pereira e Sebastião Tardiolli. O *Bar São Jorge* ou *do Timoa* (Moacir Ferreira da Silva) começou na Aírton Rodrigues, foi para a Santa Cruz, e no fim do milênio estava no Novo Horizonte. O bar *Recanto Pingüim*, na Rua Aírton Rodrigues Leite, depois se chamou *Tulipa Drinks* e teve outros nomes.

Da década de oitenta, podem ser lembrados: a *boîte Recanto Carinhoso*, de curta duração, no local do *Rancho do Serraia*, ao lado da antiga estrada Machado-Alfenas; o bar e churrascaria *Chapisco*, na Avenida Santa Cruz, e depois o *Lanches Chapisquinho*, de Marcus Vinicius Nery, lá e na Praça Antônio Carlos; o restaurante *Sociedade Anônima*, na mesma avenida, de Maria Moreira de Oliveira, que logo cerrou as portas; o restaurante *Estravaganza*, de Antônio Gambi, na Rua Joaquim Teófilo; o restaurante *Appaloosa*, no Parque de Exposições, explorado por sucessivas pessoas; o bar e restaurante *Lua Nova*, de Ricardo Ferraz, na Barão do Rio Branco; a choperia *Vereda*, no prédio do Mercado; a lanchonete *Tip-Top*, de Ogildo Codignolli Júnior, no edifício Bias Maciel; o bar e lanchonete *Shanadu*, de Maria das Dores Nery de Almeida, na Rua Professor Plínio Motta. Merece destaque o *Xuxu Drinks*, de José Celso Gambi e Osvaldo Gambi, na Praça Ana Margarida.

A lei 540, de 16/1/84, autorizou isenção fiscal a restau-

rantes. A 620, de 27/12/85, permitiu fosse cedida em comodato área próxima do lago artificial, para construção de lanchonete. Com base nela, Clêuton Pereira Gonçalves e Sebastião Tardiolli edificaram a *Tenda Lua*, inaugurada em 1.992, e depois passada a José Celso Gambi e explorada por Antônio e Luiz Gambi. Dos anos noventa, registrem-se ainda: o restaurante *La Petisqueira*, de Américo Nannetti Júnior e outros, na Praça Antônio Carlos, de pouca duração; a *Pizzaria Terraço*, de Nílson da Silva Dias, na mesma praça, ao lado do Cine Vogue; o *Barracão Drinks*, de Orlando Gambi, na Rua Tiradentes; o bar *Barranco Louco*, de Moacir Guerra, na rodovia Machado-Alfenas; o bar *C.T.I.*, mais conhecido como *Bar do Vaca*, de Henrique Garcia Lima, na Joaquim Teófilo, que logo acabou; o bar *do Jorjão* (Jorge Pereira) na Rua Coronel Jacinto; as *boîtes Excalibur* e *Hipopotamus* (na Rua Caldas) e *Over Night* (no prédio da antiga Casa Santos).

Por fim, assinale-se que no último lustro do século se instalaram diversos pesqueiros com restaurantes no Município: o *Peixe Vivo Pesca e Lazer*, na rodovia Waldemar Miguel; o *Primavera* e o *Três Irmãos*, no Córrego Fundo; o *Anzol de Prata*, ao lado da estrada para Alfenas; e o *Santo Antônio*, nas imediações do Santa Amália II.

3 - **Comércio Atacadista de Bebidas**.

Em meados do século, *Irmãos Signoretti & Cia.*, estabelecidos na Avenida Santa Cruz, engarrafavam e vendiam vinhos das marcas "*Centenário*" e "*Gilda*" e aguardentes das marcas "*Cabô, cabô, cabô*", "*Gilda*" e "*Madrugada*", entre outras. A *Casa Souza Dias* era distribuidora da Brahma e de bebidas diversas. Alencar Domingues Pinto revendia produtos da Antarctica. Fazia o mesmo a *Casa Silva*, de Sebastião Rodrigues da Silva, engarrafadora da pinga "*Duquesinha*". Também comercializavam aguardente Célio Teixeira e Joaquim Carvalho dos Santos - este com a marca "*Bacana*" e depósito na Praça Ana Margarida.

Em setembro de 1.952 Cândido de Souza, vindo de Pouso Alegre, inaugurou depósito de bebidas na Rua Artur Xavier Pedroso. Vendeu-o a Celso Sidney Gambi, que em 1.954 o transferiu a José Benedito de Souza e Olinto da Luz. Com o nome de *Destilaria Machadense*, ou *Depósito Machadense*, distribuía produtos da Brahma, engarrafava e vendia aguardentes das marcas "*Delícia*" e "*Poço Velho*", guaraná e vinho da marca "*Kalu*". Transformou-se depois na *Comercial Souza*, também atacadista de gêneros alimentícios, materiais para escritório, produtos de limpeza, etc.. Em 1.978 assumiram sua direção Luiz Alberto de Souza e Sílvio de Souza, que seis anos depois mudaram o estabelecimento para a Avenida Dr. Athayde Pereira de Souza.

Em 1.962 Celso Sidney Gambi criou o *Depósito de Bebidas em Geral*, na Rua Tiradentes, quatro anos depois passado a José Celso Gambi. Em 1.975 tornou-se a *Dismabe - Distribuidora Machadense de Bebidas*, em sociedade com Oswaldo Gambi, revendedora da Antártica, com sede na Praça

Ana Margarida e posteriormente na Avenida Renato Azeredo. O segundo, por algum tempo, engarrafou a pinga da marca "*Aí*".

Em abril de 1.991 os irmãos Wanderley e Carlos Coelho fundaram a *Wancar*, distribuidora de bebidas da Brahma, com sede na Rua Tenente Antônio Moreira, esquina com Coronel Francisco Vieira. Dirigida por Elzo Aloísio Coelho, durou poucos anos.

4 - **Comércio Atacadista de Café**.

Na primeira década do século foi aqui agente (comprador) de café *Urbano Rebello*, representante das casas comissárias do Rio de Janeiro Silva Gonçalves & Cia., e Garcia, Pereira & Cia., além de gerente do engenho da Fazenda Cachoeira, e fazendeiro, entre outras muitas atividades. *José Ignácio Fernandes* foi representante de Miranda, Jordão & Cia., também da capital federal; *Antônio Bernardes Pereira Lima* o foi de J. Montes & Cia.; *Ernesto Santiago*, de Hard Rand & Cia.; *João Octávio Dias*, de Theodor Wille & Cia.; *Joaquim José Raymundo*, de A. Santos, Moreira & Comp.; *José Francisco Soares*, de Marinho Pinto & Cia.; *Oscar Fernandes*, de Moreira & Cia.. *Aristides Martins de Souza* igualmente comprava, mas ignoro em nome de quem. Tinham então máquinas de beneficiamento da rubiácea, entre outros, *Francisco Vieira da Silva*, *João Carvalho*, *Silvéria Leopoldina Xavier* e a sociedade *Silva & Costa*.

Entre os anos vinte e trinta, compraram café *Edgard Swerts*, *Gustavo Carneiro Dias*, *João Luís Garcia* e *João Nascimento dos Santos*, além de outros. *Aníbal Pereira Dias*, por pouco tempo, representou a Comissária de Mococa. Dedicaram-se ao comércio em exame as firmas *Lima & Cia*. e *Souza Dias & Cia.*. *Antônio Pedro Maciel* possuía máquina de beneficiar café em Douradinho.

João Antônio da Costa, que já fora representante de Bartholomei, Serra & Cia., de Santos, em 1.929 formou com *José d'Oliveira Magalhães* a sociedade exportadora *Costa & Magalhães*, que teve armazéns aqui, em Alfenas, Campestre, Poços de Caldas, Santos e Angra dos Reis. Mesmo após desfeita a parceria, alguns anos após, aquele permaneceu no ramo até pelo menos meados do século, como representante da "*American Coffee Corporation*".

Dos anos cinqüenta, citem-se os agentes *Agenor Isaltino Ferri*; *Bíscaro & Garcia*; *Euclydes de Souza Dias* (representante da Leon Israel Exportadora S/A); *Moraes, Costa & Cia.*; e *Moreira, Diniz & Cia.*.

Na década de sessenta houve aqui a *Mercantil Café Santa Clara S/A*, de que foi superintendente Rúbens Pinto Garcia.

Em 1.974 instalou-se no Município a *Proex Produtores*

e Exportadores S/A, que montou ao lado da rodovia BR-267, com auxílio da Prefeitura, a primeira usina de preparo e despolpamento de café por via úmida e seca no Brasil. Iniciou as operações no ano seguinte, em parceria com a Coopama, e teve cá como gerentes Arnaldo Nannetti Dias, Paulo Affonso Campos e Sérgio Caixeta Gonçalves. Descobriu-se em 1.981 que estava envolvida em fraude contra o I.B.C., conforme destacou a imprensa nacional, causando grande lesão aos cofres públicos. Em 1.983 a unidade local foi vendida à *Interbrás*, uma subsidiária da Petrobrás, através de negócio escuso, com super-avaliação - outro escândalo fartamente noticiado. Após paralisação, reabriu em 1.987, fechou de novo no ano seguinte, foi desativada definitivamente em 1.991, e em 1.995 o Pastifício Santa Amália adquiriu suas instalações.

Começou a atuar em 1.977 a *Ebenezer Comércio, Rebenefício e Representações de Café*, de Evâneo Franco Caixeta, de início na Rua Aírton Rodrigues Leite e, dez anos após, na Avenida Arthur Bernardes.

Instalaram-se na Cidade em 1.983 a *Unicafé Comissária e Exportadora S/A*; a *Companhia Central de Armazéns Gerais*; e a *Dantas Reiner S/A Importadora e Exportadora*, que adquiriu os armazéns da CIPAL. No mesmo ano veio para cá *Marinho & Werneck Mercantil Ltda*., cujos sócios quatro anos depois criaram a *Magel - Machadense de Armazéns Gerais Ltda*., que construiu depósito na Avenida Renato Azeredo. No final da década ambas sofreram execuções judiciais, seus representantes desapareceram e as instalações locais foram leiloadas. Em 1.986 Machado recebeu a *Dínamo Armazéns Gerais*, de Santos, e, no ano seguinte, a *Exportadora de Café Itapuã Ltda*., de Alfenas.

Na década de noventa dedicaram-se à compra de café, entre outras, a *Cafima - Cafeeira Master Ltda*., e a *JRX Comércio e Representação de Café Ltda*..

5 - **<u>Padarias</u>**.

Cornélio Camargo conta que no início do século fabricava pães o Luís Cervejeiro (Luís Cagliari), estabelecido na Rua Major Onofre, esquina com Coronel Jacintho. Homero Costa lembra a padaria de Manoel Vieira da Silva, na mesma rua. No almanaque "*O Sul de Minas*", de 1.913, encontra-se reclame de confeitaria e padaria anexas ao Hotel dos Viajantes, de Ricardo Annoni, na Rua Astolpho Pio. Em 1.929 havia na Barão do Rio Branco a *Padaria Universal*, de Manoel Ferreira da Silva. Lá, conforme Olímpio Abrão, existiu também pequena padaria caseira de Fábio de Paiva. Em época que não sei precisar, Vidal de Azevedo teve estabelecimento do gênero na Rua Joaquim Teófilo; João Toureiro, em Douradinho.

Pela metade do século foram abertas: a *Padaria Central*, sucessivamente de Matos, Celso S. Gambi, Edgard Swerts e Darcilo Passos

Swerts, com forno na Rua Major Feliciano e loja (onde trabalhava o conhecido "*Gigante*") na esquina da Astolpho Pio e, depois, na da Silviano Brandão; e a *Padaria São João*, de João Evangelista Salles, na Praça Getúlio Vargas. Esta, em 1.968, foi adquirida por Rúbens Paulino da Costa e Ricardo Ferreira Braga (que logo deixou a sociedade). Amplamente reformada, tomou o nome de *Panificadora e Confeitaria Biba*.

Em agosto de 1.972, Ronan Alencar de Oliveira, Ricardo Ferreira Braga e Rúbens Paulino da Costa inauguraram na Praça Antônio Carlos, perto da Rua Irmão Arnaldo Isidoro, a *ABC Panificação Ltda*., com lanchonete. Em 1.979 ela passou ao comando de Paulo Roberto Dias, fechando algum tempo depois. O Supermercado Cristal, da mesma década, na Rua Irmão Arnaldo Isidoro, possui também uma panificadora.

Abriu-se em julho de 1.989 na Praça da Rodoviária a *Padaria Alvorada*, que no início de 1.991 foi para a Avenida Ricardo Annoni Filho. Em novembro desse ano os irmãos Álvaro e Hércules Carvalho criaram na Rua Major Feliciano a *Padaria Midiã*, que por pouco tempo teve filiais nas ruas Aírton Rodrigues Leite e Irmão Arnaldo Isidoro. De abril de 1.992 é a *Padaria e Confeitaria Eldorado*, de Maria de Lourdes dos Santos, na Praça da Rodoviária. No final de 1.994 foi inaugurada a *Padaria Pão Kent*, na Rua Joaquim Francisco Soares. Ainda nos anos noventa criaram-se as padarias *Estrela*, na esquina das ruas Tiradentes e Tenente Antônio Moreira; *Super-Pão*, na Avenida Santa Cruz; *Natura*, na Praça Antônio Carlos; *do Wágner*, na Praça São Benedito; *do Lau*, na Rua Jerônimo Figueiredo, além de outras, menores, na periferia.

6 - **Postos de Gasolina**.

Em 1.937, a Casa Lima, de Lima & Cia., era aqui agente da gasolina "Atlantic" e do querosene "Sol".

Dez anos depois, após vistoria de engenheiro do Departamento das Municipalidades, o prefeito deferiu três requerimentos para instalação de bombas de gasolina na Praça Antônio Carlos. Houve desistência de um deles. A primeira foi posta no pátio de estacionamento de veículos em frente do Hotel Limeira, sem prejuízo da parte ajardinada do logradouro público. A outra, conforme se disse, seria localizada em passeio fronteiriço a uma casa comercial, nas proximidades da Igreja Matriz. Posteriormente, houve duas no mesmo logradouro: diante do Bar Brasil e do estabelecimento de Dias, Irmão & Cia..

Em março de 1.950, Nélson Garcia e outros pediram à Câmara a retirada de bomba da firma Dias & Cia., instalada nos fundos da Praça Antônio Carlos. Um ano mais tarde, segundo José Matzner, havia na Cidade quatro postos de gasolina.

"*O Imparcial*", em abril de 1.954, estampou anúncio do

Posto Atlantic, na Rua Coronel Francisco Vieira, pertencente a Plínio da Silva Dias. Em março do ano seguinte, o *Posto Esso Limeira* (na esquina da Rua XV de Novembro com Astolpho Pio) comunicou a mudança de sua razão social de Dias Maciel & Cia. Ltda. para Dias Costa Ltda., em face da saída dos sócios Marcos Maciel Dias e Dalmo Andrade, e da entrada de Demerval Swerts Costa e Waldemar Swerts Costa. Sua bomba foi desativada em julho de 1.974.

Clóvis Araújo Dias, entre 1.956 e 1.957, montou o *Posto Gulf*, depois *Ipiranga*, onde hoje se localiza a Igreja Matriz.

Conforme Carlos Legnani, em agosto de 1.957 havia na Cidade cinco postos: *Atlantic* (então pertencente a Ronald Passos Swerts), *Esso Limeira*, *Gulf*, Shell (pertencente a João Baldan, na esquina das ruas Silviano Brandão e Coronel Jacintho), e *Texaco* (de Manoel Francisco Rodrigues, na Avenida Santa Cruz). O primeiro, em 1.959, passou à direção de Nélson Garcia Júnior; o último, em 1.962, foi arrendado à Cooperativa dos Produtores de Leite.

No início da década de setenta foi montado o *Posto Hudson* por Osimo Castro Filho e Hamílton Antônio Costa, na Rua Coronel Flávio. Ele fechou em 1.977, e em seguida ambos inauguraram o *Auto Posto Costa Castro (Esso)*, na Avenida Arthur Bernardes. Após a morte do primeiro sócio, seu nome passou a ser *Auto Posto Costa Costa*. Ficou pronto em 1.976 o *Posto Brasão (Petrobrás)*, de João Goveia, ao lado da rodovia BR-267. Em abril de 1.982 ele foi vendido para Evâneo Pereira e Sebastião Tardiolli.

Em 1.980 o *Posto Atlantic*, já denominado *Minas Gerais*, pertencia a Luiz Maurício Reis. Em época que ignoro teve o nome mudado para *Ipanema II*. A Cooperativa Agrária, que tinha o *Posto Ipiranga* na esquina da Rua Cel. Francisco Vieira com a Ladeira Santa Amália, em 1.987 foi autorizada a mudá-lo para os fundos de seu armazém, na Avenida Arthur Bernardes.

Hamílton Guerra montou em 1.991 o *Posto Mediterranée (Shell)*, na esquina das avenidas Arthur Bernardes e Celso Sidney Gambi. Em dezembro de 1.993 inaugurou-se o *Posto Albatroz*, de Celso Luiz Carvalho, na Avenida Arthur Bernardes, esquina com Rua Hércules P. Nannetti, servido pela Cia. São Paulo de Derivados de Petróleo.

Foi inaugurado em 1.997, em Douradinho, o *Posto LR (Lucas e Rodrigo)*, com atendimento da Shell, pertencente a João Batista de Moura Neto.

No fim do milênio, os postos existentes no Município eram: Albatroz (São Paulo), Auto Posto Costa Costa (Esso), Auto Posto Ipanema II (Hudson), Brasão (Petrobrás), Coopama (Ipiranga), LR (Shell), Mediterranée (Shell), e Texaco.

A lei local 104, de 26/9/1.927, estabeleceu distância

mínima para instalação de bombas de venda de gasolina. Foi revogada pelo decreto 29/33. Os Códigos de Posturas de 1.948, 1.975 e 1.985 trataram do assunto em exame, assim como o Código de Obras de 1.955. A lei 949, de 29/11/93, dispôs sobre a obrigatoriedade de retenção e sedimentação de areias, sólidos e líqüidos por postos de gasolina e outros estabelecimentos produtores de resíduos.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - "A Liberdade" nº 157 - 12/1/1.919 - págs. 3 e 4;
2 - "A Reforma" - anno IV - nº 2 - 12/1/1.902 - pág. 3;
anno V - nº 7 - 15/2/1.903 - pág. 3;
3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de atas ns. 1 e 2;
4 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 5, 8, 12, 16 e 20;
5 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de resoluções nº 4;
6 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de leis e decretos ns. 3 e 4;
7 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de portarias nº 15;
8 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919";
9 - Arquivo Público Machadense - livro 65: "Leis da Câmara Municipal - 1912 a 1932";
10 - Arquivo Público Machadense - pasta "documentos de Oscar Fernandes";
11 - Arquivo Público Machadense - pasta "panfletos distribuídos por autoridades";
12 - "Folha da Tarde", São Paulo - exemplar de 3/3/1.983;
13 - "Folha de São Paulo", São Paulo - exemplar de 7/3/1.974;
14 - "Folha Machadense" ns. 1 - 24/3/1.974 - pág. 1;
12 - 9/6/1.974 - pág. 1;
14 - 23/6/1.974 - pág. 1;
113 - 27/6/1.976 - pág. 3;
143 - 30/1/1.977 - pág. 9;
169 - 17/7/1.977 - pág. 10;
209 - 7/5/1.978 - pág. 1;
379 - 28/11/1.981 - pág. 1;
440 - 6/3/1.983 - págs. 1 e 8;
453 - 4/6/1.983 - pág. 1;
530 - 8/12/1.984 - págs. 1, 8 e 9;
658 - 5/7/1.987 - pág. 1;
671 - 3/10/1.987 - pág. 1;
719 - 17/9/1.988 - pág. 10;
917 - 23/8/1.992 - pág. 7;
983 - 1/1/1.994 - págs. 1 e 11;

1034 - 31/12/1.994 - pág. 6;
1060 - 8/7/1.995 - pág. 11;
1073 - 7/10/1.995 - págs. 1 e 7;
1228 - 31/10/1.998 - pág. 2;
15 - fragmento de livro de atas do Centro Machadense, em meu poder;
16 - informações pessoais de Aílton Cândido Dias, José Celso Gambi e Maurílio Carneiro Dias;
17 - "Jornal da Cidade" nº 1 - junho de 1.984 - pág. 6;
18 - "Jornal do Machado" ns. 18 - 2/11/1.924 - pág. 4;
3 - 4/9/1.933 - págs. 3 e 4;
19 - "Luminar Machadense" ns. 40 - 26/3/1.955 - pág. 3;
54 - 3/12/1.955 - pág. 4;
20 - "Machado-Jornal" ns. 44 - 28/10/1.928 - pág. 3;
68 - 14/4/1.929 - pág. 4;
21 - "O Estado de São Paulo", São Paulo - exemplares de 8/3/1.974, 14/9/1.975, 19/12/1.981, 2/3/1.983, 3/3/1.983 e 4/3/1.983;
22 - "O Imparcial" ns. 66 - 4/11/1.951 - pág. 3;
69 - 19/12/1.951 - pág. 1;
88 - 5/10/1.952 - pág. 4;
117 - 4/4/1.954 - pág. 2;
23 - "O Machadense" ns. 43 - 21/9/1.905 - pág. 4;
106 - 8/1/1.907 - pág. 3;
123 - 5/5/1.907 - pág. 3;
104 - 2/6/1.934 - págs. 14, 25 e 39;
262 - 8/8/1.937 - págs. 2, 7, 8 e14;
717 - 18/1/1.959 - pág. 1;
750 - 20/9/1.959 - pág. 1;
962 - 10/10/1.965 - pág. 1;
978 - 6/2/1.966 - pág. 5;
1007 - 28/8/1.966 - pág. 5;
1023 - 1/1/1.967 - pág. 1;
1033 - 17/3/1.968 - pág. 1;
21 - 18/7/1.971 - pág. 1;
33 - 10/10/1.971 - pág. 4;
50 - 13/2/1.972 - pág. 1;
60 - 30/4/1.972 - pág. 4;
74 - 6/8/1.972 - pág. 1;
81 - 24/9/1.972 - pág. 1;
24 - "O Município" nº 24 - 28/11/1.926 - pág. 4;
25 - "O Popular" ns. 4 - 20/3/1.927 - pág. 4;
27 - 28/8/1.927 - pág. 4;
26 - "Siga em Frente" ns. 37 - 13 a 16/10/1.993 - pág. 7;
10 - 11/12/1.996 - págs. 1 e 9;
14 - 24/1/1.997 - pág. 1;
24 - 26/6/1.997 - pág. 10;
27 - "Tribuna Machadense" nº 30 - 20/12/1.987 - pág. 2.

B - **secundárias**

1 - Arlette Magalhães Bernardo - “Em Busca do Passado” - Rio de Janeiro, 2.000, sem menção de editora;
2 - Carlos Legnani - “Histórias da Nossa História”, cap. VII - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 7, agosto de 1.957, pág. 1;
3 - Cornélio Camargo - biografia de Waldemar Soares Camargo - na “Coletânea de Monografias sobre Vultos Machadenses” - Serviço de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Machado, mimeografado, 1.986;
4 - Fundação Dezoito de Março - “A Cafeicultura Machadense: 1899 - 1912 - Uma Análise da Ação Econômica e Política dos Principais Fazendeiros e dos Agentes de Café” - digitado, Paraguaçu, 1.997;
5 - Homero Costa - “Contribuição à História de Machado” - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem menção de data e local;
6 - João Rodrigues de Carvalho - “Machado Pitoresco e Crônicas” - Tipolitografia Escola Profissional, Pouso Alegre, 1.979, pág. 71;
7 - José Matzner - “Guia do Sul de Minas” - págs. 167/169;
8 - Manoel Francisco Pinto Pereira (organizador) - “O Sul de Minas - Almanach moderno, de Propaganda e Estatistica dos Municípios Sul-Mineiros” - fasc. 2º - mun. de Machado - Oficinas Gráficas Casa Mayença, Cruzeiro, São Paulo, sem data - capa;
9 - Olímpio Abrão - “Crônicas” - sem menção de editora, 1.997, pág. 28;
10 - Paulo de Faro Fleury - “Refutação ás Invectivas Calumniosas atiradas contra o Juiz de Direito” - Typ. Commercio, G. Corrêa de Toledo - Alfenas - 1.909 - págs. 12, 31 e 33;
11 - Urbano Rebello - memórias inéditas.

****

COMÉRCIO NO SÉCULO XX - IV

1) - Agências de veículos e assemelhados.
2) - Casas de móveis e eletrodomésticos.
3) - Casas de produtos agropecuários e floriculturas.
4) - Feiras e lojas de artesanato.
5) - Joalherias, livrarias, papelarias, perfumarias e assemelhados.

****

1 - **Agências de veículos e assemelhados**.

Em 1.924 havia aqui a *Agência e Oficina Mecânica Ford*, de Vieira & Nannetti. Depois ela passou à sociedade Machado & Driancourt, de Dario Vieira Machado e Alexandre Driancourt. Esta foi desfeita em junho de 1.927, ficando concessionário apenas o primeiro, que também trabalhava com transporte de carga. Em 1.965 a *Codisa - Comercial Dias Costa Ltda*. era a revendedora Ford local.

Na segunda metade da década de vinte o agente autorizado Chevrolet na Cidade era João Luís Garcia. Dez anos depois, Arlindo Dias de Lima. Em 1.957 a agência Chevrolet era de *Dias, Irmão & Cia*., também revendedora dos tratores Vemag.

Ainda em 1.957, *Dias Costa Ltda*. era a agente Braz-Motor em Machado.

Na mesma época, *Faleiro & Lago Ltda*. era aqui agente da Willys Overland do Brasil. Em 1.964 tal função era da *SAMAC - S/A Machado Auto Comercial*, com sede na Rua XV de Novembro, que tinha como diretores Arnaldo Nannetti Dias, Carlos Roberto de Almeida e Gabriel Barbosa.

A primeira agência Volkswagen de Machado foi instalada por Clóvis Araújo Dias, na Praça Antônio Carlos, em 1.956 ou 1.957. Em julho de 1.962 constituiu-se a *Auto Comercial Santa Clara S/A*, que ficou no seu lugar. Com sede na Avenida Arthur Bernardes, e dirigida por João Westin Júnior, Rúbens Pinto Garcia, Décio Pereira Dias e Manoel Mendes, manteve até 1.978, pelo menos, a concessão. Esta, em 1.986, passou à *Auto Neder Comercial Ltda.*, de Pedro Neder Sobrinho e Paulo César Neder. Localizada de início no mesmo endereço, em maio de 1.995 mudou-se para sede própria, à margem da rodovia BR-267.

Dentre outras empresas comerciantes de veículos e peças, a partir dos anos sessenta, lembro: a *Autopema - Auto-Peças Machadense Ltda*., de José Wanderley de Almeida e Onílson J. Meloto; a *Casa de Baterias Dupercílio*; a *Comave - Comércio de Máquinas e Veículos de Machado Ltda*. e a *Dimpaupe - Distribuidora Machadense de Auto-Peças Ltda*., ambas na Rua XV de Novembro; a *Mavema - Máquinas e Veículos de Machado Ltda*. e a *Vedima - Veículos Machado Ltda*., do grupo *Dias, Irmão & Cia*., na Avenida Arthur Bernardes; a *Nanão Acessórios e Peças para Autos*, de Luiz Fernando Nannetti de Carvalho, na mesma via; a *Pneushop*, na Rua Silviano Brandão; a *Pneusul*, na Avenida Ricardo Annoni Filho; a *Santa Rosália Tratores e Implementos*, de João Goveia, ao lado da estrada Machado a Alfenas; a *Toyomax Veículos*, na Av. Renato Azeredo; e a *Tratormaq*, na Avenida Arthur Bernardes.

Quanto a bicicletas e motocicletas, em 1.926 já eram aqui consertadas e vendidas na oficina de Jorge Kock. Em 1.943 Vivaldi Brandão abriu bicicletaria (aluguel, conserto e venda) na Rua Barão do Rio Branco. Dois anos depois surgiu a de Argemiro de Carvalho (Bilé), na Avenida Santa Cruz, posteriormente transferida a Augusto Soares. Ambas fecharam por volta de 1.958. Das décadas de oitenta e noventa, especializadas em motos, foram a *Carvalho Motos e Bikes*, na Praça Antônio Carlos; a *Marquinho Motos Ltda*., de Marco Aurélio Lopes, na Avenida Plínio da Silva Dias; a *Moto-Sul*, na Rua Coronel Francisco Vieira; a *Rick Motos*. Apenas bicicletarias, lembrem-se a *Gabri-Cicle*, de Gabriel Ferreira Domingues, por último na Rua Tiradentes; e a *Itajó Bikes*, de Itamar José Costa, na Rua Coronel Francisco Vieira.

2 - **<u>Casas de móveis e eletrodomésticos</u>**.

Na década de cinqüenta havia aqui a *Casa Líder*, de João Soares de Camargo, na Rua Coronel Jacintho, esquina com Astolpho Pio; a *Casa Marcovig*, de Mário Marcovig, na Rua Coronel Francisco Vieira; a *Casa São Luiz*, de Aparecido Luiz Marques, na Praça Antônio Carlos; e a *Mobiliadora Odilon*, de Odilon de Oliveira Tavares, na Coronel Francisco Vieira, que também esteve por algum tempo na Rua Sete de Setembro.

Das últimas décadas do século, lembrem-se: o *Bazar Imperial*, na Rua Irmão Arnaldo Isidoro; a *Casa de Móveis São Paulo*, na Rua

Barão do Rio Branco; a *Colchões Edmil*, na Avenida Arthur Bernardes, na Santa Cruz e por fim na Barão do Rio Branco; a *Comercial Maq-Móveis*, de Délio de Carli, na Rua Dom Hugo e depois na Rua Joaquim Teófilo e na Arthur Bernardes; a *Eletro-Goveia*, de João Goveia, na Irmão Arnaldo Isidoro; a *Eletro-Neves*, na Arthur Bernardes e na Praça da Rodoviária; a *Mobiliadora Santos*; a *Móveis Belas Artes*, na Irmão Arnaldo Isidoro; a *Móveis Florialves*, na Arthur Bernardes; a *Popular Móveis*, de Clóvis Dias Swerts, na Rua Sete de Setembro; o *Solar dos Lagos*, de Robertson Pereira; e a *Tapeçaria e Toldos Três Irmãos*, de Jair Pinto e filhos, na Arthur Bernardes e na Rua Mozart da Silva Pinto.

3 - **Casas de produtos agropecuários e floriculturas**.

Da segunda metade do século, lembrem-se: a *Agrobrás Produtos Pecuários Ltda*., de Paul Elie Cousy, na Avenida Santa Cruz; a *Agromavi*, de Maciel & Vieira Ltda., na Rua Santos Silva e ao lado da BR-267; a *Aguita - Aguiar Tavares Comércio de Máquinas Ltda*., de João Laércio Tavares e Ronaldo Dias Aguiar, que funcionou em diversos locais; as *Casas da Lavoura*, de Faleiro & Lago, na Rua Major Onofre, e de José Cássio Nannetti Dias, na Silviano Brandão; a *Casa do Agricultor*, na Avenida Arthur Bernardes; a *Cipal - Comércio e Indústria de Produtos Agropecuários Ltda*., com dez sócios, no trevo da BR-267; a *Comercial e Agropecuária Boa Vista Ltda*., de Sidney Alvim Pereira, na Rua Silviano Brandão e na Avenida Arthur Bernardes; a *Comercial Machadense Ltda*., na Rua Coronel Jacinto; a *Comércio e Representações Triângulo Ltda.*, de Joaquim Miguel Nogueira Bastos, na Rua Coronel Francisco Vieira; a *Granja Santa Rosa Ltda*., na Rua Major Feliciano e na Arthur Bernardes; a *Socil Pró-Pecuária S/A*; e a *Tecnoterra Produtos Agropecuários*.

A primeira floricultura foi a *Sayonara*, de Marcelo Diógenes Maia, aberta na década de sessenta, em sítio próximo do Ginásio Agrícola. A *Dalila Flores*, de Dalila Vieira de Carvalho, iniciou em 1.978, e em 1.987 foi para sede própria, na Rua Coronel Francisco Vieira. Dos anos noventa são *Alexandre Floricultura*, de Alexandre Vieira Ribeiro, que esteve nas ruas Major Feliciano e XV de Novembro e na Av. Ricardo A. Filho, e durou poucos anos; a de Euclides Vilhena, nas ruas Coronel Flávio e Major Feliciano, também de curta duração; a *Green House*, ao lado da rodovia BR-267; a *Rosa Paisagismo*; a *Verde e Rosa*, de Antônio Carlos Costa, na Rua Silviano Brandão.

4 - **Feiras e lojas de artesanato**.

As primeiras feiras de artesanato surgiram por volta de 1.976, coordenadas pelo MOBRAL e pelo Serviço de Educação e Cultura do Município. Em 1.983 foi montada uma na Praça Antônio Carlos, sob orientação da Emater. Em 1.986 inaugurou-se loja nos fundos da Prefeitura. Também na Casa da Cultura funcionou outra por algum tempo, no final da década de oitenta e início da seguinte.

Surgiu em 1.993 a *Uniartma - União de Artesãos Machadenses*, com apoio da Emater, Prefeitura e Sebrae, que montou "*stand*" no Parque de Exposições. À sua frente de início esteve Tereza Rezende Signoretti. Em 1.995 passou a ser presidida por Dulcilene Gonçalves de Freitas, expondo mensalmente na Praça Antônio Carlos, com barracas padronizadas.

5 - **Joalherias, livrarias, papelarias, perfumarias e assemelhados**.

Na década de vinte, Jorge Kock, já referido, e Theodoro S. Oliveira vendiam e consertavam jóias e relógios; Álvaro Smânio era proprietário da *Relojoaria Vitória*, na Santa Cruz. Nos anos trinta F. Jesuíno de Carvalho tinha agência de jornais e revistas, e Antônio Moreira de Carvalho, a papelaria *Ao Americano*. Da mesma época era a *Relojoaria Toledo*, na Praça Antônio Carlos, ao lado do Bar Brasil. Em meados do século, a *Casa Juntolli*, de João Juntolli, na Rua Astolpho Pio, vendia artigos de papelaria, livros, jóias, relógios, etc.. Contemporâneas foram a *Comércio Eletropel*, de Maurílio C. Dias, nos fundos da Praça Antônio Carlos; a *Revistaria Morais*, de Benedito e Hermenegildo Morais, na Rua Barão do Rio Branco; a relojoaria de Waldomiro Prado, na Rua Prof. Francisco Rafael; e a oficina de Elizeu Teixeira, na Rua Coronel Jacinto.

Nas décadas de sessenta e setenta existiram a *Oficina Aliança*, na Rua Barão do Rio Branco; o *Bazar e Papelaria Silva*, de Petrônio da Silva Bollins, na Praça Antônio Carlos; e a *Revistaria Popular Modas*, na Rua Sete de Setembro e em outros endereços. Pela mesma época, Onofre Swerts de Carvalho vendeu livros e revistas no *Bar 46*, na Antônio Carlos. Em 1.975 abriu-se a *Re-Al Perfumaria*, de João Alberto da Costa Leite e esposa, na Rua Coronel José Paulino.

Nos anos setenta Amélia Reis Pereira começou a *Livraria do Estudante*, primeiro na galeria do Centro Machadense e após na Rua Dom Hugo, continuada por Paulo Sérgio Siqueira. Ildeu Pereira Neves montou a papelaria *Euphórica*, na Rua Professor José Cândido. A distribuidora de revistas *Tokio*, de Alfenas, inaugurou banca na Barão do Rio Branco, depois mudada para a Praça Antônio Carlos. Em 1.986 Antônio Rodolfo Montel iniciou banca de revistas no Terminal Rodoviário, mais tarde passada a outros.

Da década seguinte, salientem-se a *Adelaide Novidades*, de Ângelo Scalco, na Rua Dom Hugo; a *Galeria dos Presentes*, de Milene R. Macedo, no edifício "Bias Maciel"; a livraria *Cristo-Rei*, na Rua Astolpho Pio; as papelarias *Marajá* (Rua Major Feliciano), *Moterani* (Praça Antônio Carlos) e *Tudo*. Da mesma época, a joalheria *Metal Artes*, de Amir Pereira da Silva, na Rua Prof. Francisco Rafael, extinta em pouco tempo; e a *Flory Modas e Relojoaria*, de José Jair Coelho, primeiro na Rua Coronel Flávio e depois na Barão do Rio Branco.

Nos anos noventa abriram a *Livraria e Papelaria*

Aquarius, na Rua Professor José Vieira; *O Boticário*, na Rua Prof. Francisco Raphael; e a *Perfumaria Cheiro Verde*.

Em 1.977 instalaram-se a *Ótica Machado* e a *Oticenter*, com auxílio da Associação Comercial. Da década de noventa foi a *Ótica Íris*, nas ruas Major Feliciano e Coronel José Paulino. No final do período em estudo existiram ao menos as óticas *Elizângela*, na Rua Major Feliciano; a *Nova Visão*, na Rua Coronel Francisco Vieira; a *Precisão*, na Avenida Santa Cruz; a *Styllus*, na Rua Barão do Rio Branco; e a *Visótica*, na Praça Antônio Carlos.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - "Folha Machadense" ns. 1217 - 15/8/1.998 - pág. 17;
2 - "Jornal do Machado" ns. 13 - 1/6/1.924 - pág. 4;
66 - 9/12/1.934 - pág. 2;
8 - 20/6/1.937 - pág. 4;
3 - "Machado-Jornal" nº 53 - 30/12/1.928 - pág. 3;
4 - "O Empresário em Destaque" nº 11 - maio de 1.995 - pág. 10;
5 - "O Machadense" ns. 104 - 2/6/1.934 - pág. 4;
889 - 5/8/1.962 - pág. 3;
906 - 3/2/1.963 - pág. 7;
916 - 8/9/1.963 - pág. 5;
6 - "O Município" nº 24 - 28/11/1.926 - pág. 4;
7 - "O Popular" ns. 4 - 20/3/1.927 - pág. 4;
18 - 26/6/1.927 - pág. 3;
27 - 28/8/1.927 - pág. 4;
8 - Revista "Imagem e Conteúdo" nº 2 - out./nov. de 1.996 - pág. 29.

B - **secundárias**
1 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", cap. VII - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 7, agosto de 1.957, págs. 1 e 2;
2 - Marcos Soares - artigo "A geração das bikes e das bicicletarias" - na "Folha Machadense" 972, de 17/9/1.993, suplemento.

****

BANCOS

1) - Generalidades.
2) - Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais.
3) - Banco Machadense S/A.
4) - Banco de Paraguaçu S/A.
5) - Banco Comercial de Alfenas S/A.
6) - Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais S/A.
7) - Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S/A.
8) - Banco Mineiro da Produção S/A.
9) - Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A.
10) - Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A.
11) - Caixa Econômica Federal.
12) - Banco Financial da Produção S/A.
13) - Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A.
14) - Banco do Brasil S/A.
15) - Banco do Estado de Minas Gerais S/A.
16) - Banco Bradesco S/A.
17) - Banco Itaú S/A.

****

1 - **Generalidades**.

Sendo mais simples o serviço dos bancos na primeira metade do século passado, comerciantes atuavam como seus correspondentes, praticando atos hoje privativos deles. Em depoimento ao "*Jornal Unibanco*", Walther Moreira Salles explicou como agiam:

> *"A origem dessa atividade é muito ilustrativa do processo de formação da economia de muitas regiões do Brasil, es-*

pecialmente no centro-sul. Naquela época o comércio no interior se baseava em lojas comerciais como a fundada por meu pai e na atividade de viajantes que vendiam àquelas lojas mercadorias provenientes de firmas das capitais. Para evitar o transporte de numerário, os viajantes recebiam cheques para serem descontados contra as contas correntes que essas lojas mantinham junto aos bancos das capitais. Tal circunstância, própria do comércio da época, fez com que as lojas do interior passassem a manter conta num número crescente de bancos. Com o passar do tempo, muitas delas acabaram por se transformar em correspondentes desses bancos para as regiões onde atuavam." (pág. 3).

A firma Souza Dias & Cia., por exemplo, na década de trinta foi cá intermediária do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais.

Nos itens seguintes estão os dados mais importantes que consegui recolher sobre as agências de bancos estabelecidas em Machado, e sobre alguns conterrâneos que ocuparam cargos de chefia.

No capítulo sobre as cooperativas tratei da Credima, que, ligada ao Banco Cooperativo S/A, exerceu atividades do ramo em estudo por poucos anos.

Ampliando benefício até então concedido apenas ao Banco do Brasil, a lei local 9, de 22 de maio de 1.968 (alterada pela lei 78, de 20/11/70), concedeu isenção de tributos aos estabelecimentos de crédito com agência na Cidade. A lei 240, de 6 de novembro de 1.975, também exonerou as instituições financeiras do pagamento de impostos municipais.

Noutros textos, de validade questionada, legisladores machadenses procuraram regular o funcionamento do sistema bancário. O decreto 887, de 21/11/88, modificou o horário de atendimento ao público nos bancos sediados no Município. A portaria 1.056, de 10/6/94, fez o mesmo em virtude do campeonato mundial de futebol. A lei 1.226, de 13/5/99, determinou a instalação de porta de segurança eletrônica nas agências bancárias locais. A lei 1.227, da mesma data, obrigou-as a atender os usuários em tempo razoável (até vinte minutos em dias normais, e até trinta noutras ocasiões).

2 - **Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais**.

As agências da Caixa Econômica Mineira, já em 1.911, funcionavam anexas a todas as Coletorias Estaduais, a cargo dos respectivos coletores.

Ignoro quando foi aberta a local, que em 1.913, confor-

me o almanaque "*O Sul de Minas*", teve movimento sofrível: os depósitos feitos no primeiro semestre somaram a modesta quantia de 4:934$000. O "*Annuario Estatistico*" da Secretaria da Agricultura registrou que no final de 1.921 mantinha 147 cadernetas e depósitos de 91:125$912. Dois anos depois, segundo a mesma fonte, estes haviam subido para 142:564$714; aquelas, para 209. Em 1.941, de acordo com Pedro E. Vallim, os depósitos somaram 169:950$900, e as cadernetas, 220.

Não sei precisar quando a Caixa se desvinculou das Coletorias, e quando a agência de Machado deixou de existir.

Em abril de 1.963 ela se reativou, instalada na Rua Astolpho Pio, sob a gerência de Hélio Pereira Dias. O decreto estadual 7.713, de 9/7/64, classificou em seis tipos as agências da Caixa: anexas, autônomas, metropolitanas, imobiliárias, regionais e central imobiliária. A nossa era então uma das autônomas, sob o nº 94.

No início de 1.965 estava funcionando na Rua Coronel Flávio, 160. Em julho do mesmo ano passou a ocupar as antigas dependências do Banco da Lavoura, na Praça Antônio Carlos. Em 1.968 transferiu-se para prédio próprio, na mesma praça, nº 237, ao lado da Casa Mineira, com espaço reduzido para o trabalho de mais de dez funcionários.

No primeiro semestre de 1.976, o gerente, que já era Hernane Reis Veiga, alugou imóvel na Rua Barão do Rio Branco, esquina com Dom Hugo, para o qual ela se mudou em dezembro seguinte. No final de 1.979 voltou para a Praça Antônio Carlos, em prédio locado de Farah Dieb Filho.

O gerente, em março de 1.983, passou a ser Expedito Henriques de Matos. Ele deixou o cargo no fim de 1.990, sendo substituído por José Roberto Sasseron.

A Minas Caixa foi liqüidada pelo Banco Central em 15 de março de 1.991, com um rombo de doze bilhões de cruzeiros. Ao fechar-se, a agência local tinha 27 funcionários.

3 - **Banco Machadense S/A**.

Foi fundado em 14 de novembro de 1.921 por João Baptista de Souza Moreira (100 ações), João Paulino da Costa (60), Lindolpho de Souza Dias (50), Cândida Osória de Magalhães (40), Valente Corsini (40), Flausino Vital de Siqueira (20), José Dias de Gouveia (20), Rita de Cássia Moreira de Carvalho (20), Edvar Dias (10), Joaquim Paulino da Costa (10), Lázaro Cândido Magalhães (10), Antônio Pio de Souza Moreira (4), Feliciano Vieira da Silva (2), Francisco Alves Palmeira (2), Francisco Vieira da Silva Júnior (2), João Vieira da Silva (2), Joaquim de Souza Dias (2), Oscar de Paiva Westin (2), Oscar Fernandes

(2), Américo Nannetti (1) e José Augusto Vieira da Silva (1), num total de 400 ações, com capital de 200:000$000.

Iniciou as atividades no mesmo dia, conforme certidão de arquivamento do ato constitutivo na Junta Comercial de Minas Gerais, em 15 de dezembro, sob nº 6.050. (Oscar Fernandes, porém, registra como data do começo de fato das operações 6 de março do ano seguinte). A sede ficava na Praça Antônio Carlos, nº 120.

A primeira diretoria assim se compôs: *diretor-presidente* - Joaquim Paulino da Costa; *diretor vice-presidente* - Lindolpho de Souza Dias; *diretor-gerente* - Oscar de Paiva Westin; *diretor-secretário* - José Augusto Vieira da Silva. O primeiro Conselho Fiscal foi formado por Antônio Pio de Souza Moreira, Edvar Dias e Francisco Alves Palmeira.

Em 1.923 afastou-se o presidente, substituído pelo filho Homero Costa. Com a renúncia deste, assembléia de 27/3/32 elegeu para seu lugar o vice Lindolpho de Souza Dias. De 1.933 até 1.940 ocupou o comando Oscar de Paiva Westin.

Na vice-presidência estiveram Lindolpho de Souza Dias (1.921/1.932 e 1.935/1.938) e João Luís Garcia (1.939). Como diretores-gerentes atuaram Oscar de Paiva Westin (1.921/1.932 e Alfredo de Oliveira Santos (1.933/1.939); como diretores-secretários, José Augusto Vieira da Silva (1.921/1.932), João Vieira da Silva (a partir de 27/3/32) e, por fim, Euclydes de Souza Dias.

Foram conselheiros fiscais em anos diversos, além dos acima referidos, Aristides Martins de Souza, Augusto Pio de Souza Moreira, Euclydes de Souza Moreira, João de Souza Moreira, João Luís Garcia, João Paulino da Costa, João Vieira da Silva, Joaquim Moreira de Souza Guerra, José de Oliveira Magalhães, Manuel Palmeira e Valente Corsini.

O cargo de contador coube, sucessivamente, a O. Chaves, Alfredo de Oliveira Santos e José Bento de Andrade. Como sub-contadora trabalhou Ophélia Paiva. Entre outros, foram funcionários André Vieira Guerra, Antônio de Carvalho Prado, Demerval Swerts Costa, Hercílio da Sílva Dias e José Augusto de Lima.

O capital social foi elevado para 500:000$000 em 1.924, e para 1.000:000$000 em 1.926. Cláudio Bastos registrou em quadro, ano a ano, as alterações do fundo de reserva, dos depósitos e dos empréstimos do Banco. Deixo de transcrevê-lo porque vários de seus itens não coincidem com os dos relatórios que consultei.

Em 8 de dezembro de 1.924 abriu-se a primeira agência, em Jimirim, gerida até junho de 1.928 por Macário Gomes de Carvalho. Seu

substituto foi José Augusto de Lima, ainda em exercício em 1.932. Sucedeu-lhe em data que ignoro Hercílio da Silva Dias. O Banco teve também agências em Cabo Verde e em Campestre, inauguradas depois de 1.932.

O decreto municipal 54, de 1º de outubro de 1.934, autorizou a contratação de empréstimo junto ao Governo do Estado para resgate de dívida com o Banco Machadense.

Conforme narrado no livro "*História do Unibanco*", em 1.940, Walther Moreira Salles, filho do fundador da Casa Bancária Moreira Salles & Cia., de Poços de Caldas, "*andava possuído pela idéia de juntar para crescer*". Propôs então aliança a Pedro di Perna, da Casa Bancária de Botelhos, que, aceitando-a, tratou de incluir nela mais um parceiro - o Banco Machadense. Este, de acordo com a mesma fonte (pág. 68),

> *"era de propriedade de grandes fazendeiros que o haviam criado para ajudar em suas atividades, mas que tinham por ele um interesse secundário. Agora, estavam cansados. Procuravam alguém que desejasse assumir o negócio."*.

Di Perna manteve os primeiros contatos com os banqueiros locais, que culminaram com a união dos três estabelecimentos. Em assembléia geral extraordinária do "*Machadense*", aqui realizada no dia 4/5/40, o negócio se concretizou. Como consta da ata, o presidente Oscar de Paiva Westin asseverou:

> *"Verificamos que o crescimento dos negócios e atividades do Banco, a necessidade de ampliar suas operações e o dever de adaptar os estatutos a legislação em geral, bem como o aumento do seu capital exigem a imediata transformação da nossa organização. Duas acatadas instituições de crédito que operam tambem neste Estado, Casa Bancária Moreira Salles & Cia. e Casa Bancária de Botelhos, respectivamente instaladas nas cidades de Poços de Caldas e Botelhos, estão resolvidas a serem incorporadas por este Banco, com a elevação do nosso capital a seis mil contos de réis"*.

E assim foi feito. As Casas Bancárias transferiram ao "*Machadense*", a título de integralização de suas partes acionárias, todo o seu patrimônio, estimado em 1.200:000$000 e 500:000$000. Para completar o aumento de capital, foi subscrita em dinheiro por pessoas físicas a quantia de 3.300:000$000. O estatuto do "*Machadense*" foi reformado, e sua denominação passou a ser "*Banco Moreira Salles*". Conforme o Conselho Fiscal, "*o novo nome, sobejamente conhecido fora também do nosso Estado, facilitará o desenvolvimento da instituição nas praças em que vae o Banco se estabelecer*". A sede e o foro foram transferidos para Poços de Caldas. A operação se concluiu em nova assembléia, no dia 21 do

mesmo mês, depois da apresentação de laudos de avaliação dos bens das Casas Bancárias encampadas e da elaboração da lista de subscrições dos acionistas. Os diretores e conselheiros fiscais do "*Machadense*" renunciaram a seus postos, ocupados pelos sócios majoritários.

4 - **Banco de Paraguaçu S/A**.

Foi fundado na vizinha cidade em 24 de novembro de 1.919. Nélson de Senna, em 1.926, informou que tinha filial em Machado, mas nada sei sobre ela.

Em 1.940, segundo Cláudio Bastos, teria ocorrido sua encampação pelo Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S/A..

5 - **Banco Comercial de Alfenas S/A**.

Foi fundado em 1.918 ou 1.920 pelo machadense João Leão de Faria, que sempre o presidiu. Este foi também superintendente do Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A no Rio de Janeiro; presidente da Associação Bancária do Rio de Janeiro; fundador e presidente do Conselho de Administração do Banco da Prefeitura do Distrito Federal; e diretor do Banco Metropolitano de Crédito Mercantil S/A..

A agência de Machado, aberta no início de 1.928, esteve de início sob a gerência de José Raymundo Maciel. Conforme Oscar Fernandes, em 12 de fevereiro do ano seguinte ela se instalou na Praça Municipal. Seu comando, em 1.931, passou a João Lopes Rocha, que o manteve até a encampação do Banco pelo da Lavoura de Minas Gerais S/A, em 1.938.

6 - **Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais S/A**.

Conforme Oscar Fernandes, instalou-se aqui em 16 de janeiro de 1.928, na Rua Silviano Brandão. O primeiro gerente foi Hyldeu Renauld dos Santos Figueiredo. Em setembro de 1.933 sua agência estava na Praça Antônio Carlos; dois anos depois, já na Rua Major Feliciano, esquina com Astolpho Pio.

"*O Imparcial*" noticiou a mudança para Alfenas, em janeiro de 1.952, do gerente Títo Lívio, que aqui ficara dois anos.

José Fernandes Gatto, contador até 1.955, sucedeu então como gerente a Walfredo Borges, e nessa condição se aposentou no final de 1.964.

No segundo semestre de 1.963 foi para a Praça Antônio

Carlos, esquina com Rua Coronel José Paulino, de onde saíra o Crédito Real.

Em setembro de 1.966 o machadense João Vieira da Silva tomou posse como membro do seu Conselho Fiscal, por deferência de Israel Pinheiro da Silva.

Em agosto de 1.967 fundiu-se com o Mineiro da Produção, dando origem ao Banco do Estado de Minas Gerais S/A..

7 - **Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S/A**.

Segundo Oscar Fernandes, em 15 de novembro de 1.932 fundou em Machado uma agência, que dois anos depois estava instalada na Praça Antônio Carlos. Ela já não existia em agosto de 1.937. Nada mais sei a seu respeito. Suponho, na verdade, que tenha aqui funcionado somente através da correspondente Souza Dias & Cia., como atrás referido.

8 - **Banco Mineiro da Produção S/A**.

Em dezembro de 1.933 foi criado o Banco Mineiro do Café S/A., que no dia 2 de fevereiro de 1.936 inaugurou dependências nesta Cidade, na esquina das ruas Major Feliciano e Silviano Brandão.

Seu nome, em 1.937, passou a ser Banco Mineiro da Produção S/A.. O gerente local, Paulo Soares de Figueiredo, tinha então como auxiliares Moacyr Moreira Dias e Sabino de Freitas, e como praticante Marcolino Westin. Nossa agência possuía correspondentes em Alfenas, Areado, Campestre, Jimirim, Paraguaçu e Serrania.

Noticiou-se em abril de 1.942 que brevemente iria para o prédio do Dr. Edvar Dias, na Praça Antônio Carlos. O gerente, nessa época, continuava o mesmo.

Em 1.948 ou 1.949 assumiu a direção José Lourenço Domingues, que teve como antecessor Geraldo Elias Machado. No início de 1.959 o Banco estava já instalado na Rua Professor Francisco Raphael, 14. Em 1.963 Domingues foi substituído por Jésus Consóli. Sucedeu-lhe no primeiro trimestre de 1.966 Olney Lobo, que permaneceu poucos meses entre nós.

Em agosto de 1.967 fundiu-se com o Hipotecário e Agrícola, dando origem ao Banco do Estado de Minas Gerais S/A..

9 - **Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A**.

Iniciou as atividades em Machado no dia 30 de novem-

bro de 1.938, ao encampar o Banco Comercial de Alfenas S/A. A agência local, na Praça Antônio Carlos, continuou sob o comando de João Lopes Rocha, que o manteve até exonerar-se, no final de 1.953. Sucedeu-lhe Orlando Lauria, transferido nos primeiros meses de 1.963. Para o seu lugar veio Washington Corrêa Salles. Pouco tempo depois a agência foi fechada, em face do pequeno movimento.

O machadense Olivete Fernandes foi gerente da agência de São Gonçalo do Sapucaí em 1.945. Outro conterrâneo, Leônidas José Gambi, que começou a trabalhar aqui ainda no tempo do Comercial de Alfenas, ficou muitos anos entre nós como contador, servindo depois como gerente em Uberlândia, Divinópolis e São João del Rei.

10 - **Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A**.

No item sobre o Banco Machadense foi explicado como nasceu o Banco Moreira Salles, em 4 de maio de 1.940, da união daquele com a Casa Bancária Moreira Salles, de Poços de Caldas, e a Casa Bancária de Botelhos. Em 15 de julho seguinte o novo banco recebeu carta-patente, e em 28 do mesmo mês passou a operar, concomitantemente, na matriz, em Poços, e nas agências de Machado, Botelhos, Cabo Verde, Campestre, Jimirim (Poço Fundo) e Parreiras (Caldas). A daqui sempre esteve na antiga sede do Machadense, na Praça Antônio Carlos, 120.

Começou com um capital de 6.000 contos de réis, entrando a Casa Bancária Moreira Salles com 1.200 contos, o Banco Machadense com 1.000 contos e a Casa Bancária de Botelhos com 500 contos. Os 3.300 restantes foram integralizados por pessoas físicas, à razão de 500.000 réis a ação. No ato, subscreveram ações individuais os machadenses João Paulino da Costa (100), Isaltino Virgílio Franco (80), João Baptista do Lago (20), José Maria de Souza Dias (20) e Lázaro Cândido Magalhães (20). Oscar de Paiva Westin e Lindolpho de Souza Dias fizeram parte do primeiro Conselho Consultivo do novo banco.

Em 1.961 o gerente local era José Carvalho Beraldo, que em maio de 1.966 foi substituído por nosso conterrâneo Ulisses Gonçalves de Paiva, vindo de Campestre.

O Banco Moreira Salles fundiu-se com o Banco Agrícola e Mercantil, de Porto Alegre, no dia 27 de maio de 1.967, dando origem ao Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A.

Na metade da década de setenta ocupava nossa gerência João Honorato de Carvalho Filho; ao aposentar-se a deixou para Sebastião Soares, que assumiu em maio de 1.977. Efetivou-se nela em 1.981 José Roberto Mendes, removido para Campinas no segundo semestre de 1.987. Foi ocupada posteriormente por Eliseu dos Santos, até o retorno de Mendes, em março de 1.991.

Em 1.999 a gerente local era Margarete Fernandes Andrade Teixeira.

Registre-se, por fim, que o machadense José Bento de Andrade foi diretor adjunto do Banco Moreira Salles, em São Paulo.

11 - **Caixa Econômica Federal**.

Conforme anotações de Oscar Fernandes, sua primeira agência local foi inaugurada em 28 de julho de 1.940. Ficava na Praça Antônio Carlos, onde depois se construiu a residência de João Nannetti. No ano seguinte, informa Pedro Vallim, tinha 381 cadernetas e 426:286$990 em depósito. Não tenho outras informações a seu respeito, e ignoro em que data foi fechada.

Em 1.963 Luís de Mello Campos encabeçou, sem êxito, movimento para reabri-la, angariando futuros depósitos. Oito anos depois, Afonso Reis e Ary Caixeta mantiveram contatos com a mesma finalidade, também infrutíferos. Em meados da década de setenta, a Associação Comercial, liderada por Marcelo Vieira, mais uma vez tentou trazê-la de volta, chegando a procurar imóvel para sua instalação.

Por fim, ocorreu em 1.978 a recriação da agência, que se instalou no dia 13 de setembro em cômodo alugado, na Rua Professor Francisco Raphael, 14. O gerente era então Osney Souza Bicalho. No início de 1.980 ela se mudou para a Rua Barão do Rio Branco, 105. Em abril de 1.981 o comando passou a Luiz Hélio da Silva, substituído nos primeiros meses de 1.985 por Mário Aparecido Mendes. Sucedeu-lhe no início de 1.988 Clóvis Silva. Este inaugurou novas instalações na Praça Antônio Carlos, 228, no dia 28 de junho de 1.993, e foi transferido em fevereiro seguinte. Veio para o seu lugar Benevides Luiz de Freitas Neto, que cá ficou até julho de 1.995.

O sucessor, Rafael Pinto Filho, técnico da seleção machadense de futebol, deixou o posto em abril de 1.998, ocupado por Fábio Silveira Silva. Este, no início do ano seguinte, foi substituído por Antônio Eduardo de Arruda e Silva.

De setembro de 1.999 a abril de 2.000 a C.E.F. funcionou provisoriamente na Praça Antônio Carlos, 2. Nesses meses suas instalações foram reformadas, propiciando maior conforto aos usuários, que aguardavam o atendimento sentados, com senha, painel eletrônico e televisão. Infelizmente logo se retornou ao sistema antigo, de grandes filas em pé. O gerente, em fevereiro de 2.000, passou a ser Paulo de Tarso Clementoni da Costa, no final do ano trocado por Sérgio Marcus Ribeiro Gomes.

12 - **Banco Financial da Produção S/A**.

Este banco iniciou as atividades em 12/1/44, e teve a liqüidação extrajudicial determinada em 20/4/55.

Suponho que a agência local (uma das várias não autorizadas pela SUMOC) tenha sido aberta após 1.951, pois não foi referida no "*Guia do Sul de Minas*" de José Matzner, daquele ano, entre os estabelecimentos de crédito aqui existentes. Localizava-se na Praça Antônio Carlos, 220, e esteve sob a gerência, sucessivamente, de Rúbens Pinto Garcia e Múcio da Silva Pinto.

13 - **Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A**.

Segundo C. A. Bastos, aqui abriu escritório em 20 de janeiro de 1.955, e agência no ano seguinte, instalada na Praça Antônio Carlos, 155, esquina com Rua Coronel José Paulino. No final daquele ano o gerente William de Macedo Ferreira foi substituído por Jofre Ribeiro Soares. Em março de 1.959 o gerente José Melo de Almeida foi transferido. Seu substituto, J. Ferreira, destacou-se entre nós como dirigente esportivo e jornalista. No primeiro semestre de 1.963 sucedeu-lhe Ítalo Provinciali Filho, e em 15 de junho as instalações se mudaram para o antigo Posto Ypiranga (nº 171 da mesma praça). Pouco tempo depois o Município comprou o prédio, logo demolido para construção da nova Igreja Matriz. Por isso, no início de 1.968 elas foram para a Rua XV de Novembro, ao lado da Comercial Dias Costa Ltda.. Nessa época, contudo, já se cogitava de seu fechamento, para que cá ficasse apenas o banco mais antigo sob controle do Estado - no caso, o Hipotecário e Agrícola. A Câmara pediu sua permanência à diretoria, e João Nannetti diligenciou para aumentar-lhe o volume de depósitos e com isso evitar a saída, mas sem êxito. O término das atividades, conforme o mesmo autor acima citado, ocorreu em 30 de junho de 1.969.

14 - **Banco do Brasil S/A**.

A agência local instalou-se no dia 11 de outubro de 1.958, em imóvel alugado de Manoel Egreja Dias, na esquina da Praça Antônio Carlos com a Rua 21 de Abril (atual Irmão Arnaldo Isidoro). Dizia-se na época ser devida sua criação ao ex-ministro da Fazenda José Maria Alkmin, que algumas semanas antes cá esteve para o ato, todavia ainda não autorizado pela presidência do órgão.

O primeiro gerente, Antônio Carlos Vieira da Cunha, trabalhou com os funcionários Ângelo de Oliveira Passos, Conrado Vargas, Geraldo Batista, Geraldo Duarte, Hugo Nogueira Starling, Jerônimo Barbosa Machado, João Faria de Almeida, Jorge Lopes, Leivas dos Santos Silveira, Luís Carlos de Magalhães, Pedro Mahé e Wálter de Souza Beltrão.

Em março de 1.960 assumiu a gerência o contador Hugo Nogueira Starling, que a ocupou até setembro de 1.962. Seu sucessor foi João Liberal Filho.

A lei 456, de 12 de maio de 1.964, isentou o Banco do pagamento de tributos municipais. Sob a gerência de Otávio Dantas, que ignoro quando veio para cá, teve início em julho de 1.971 a construção do prédio próprio, no nº 3 da mesma praça, inaugurado em 20 de março seguinte.

Dantas deixou o cargo em agosto de 1.972, sendo substituído por Geraldo Pulcinelli. O lugar deste foi ocupado em fevereiro de 1.975 por Santino Rafael Dias, que ficou aqui por três anos. Sucedeu-lhe Itamar Silva, na gerência até março de 1.983. Para o seu lugar veio Cézar Braga Alves.

Em julho de 1.989 assumiu a direção Marco Antônio Vilela de Queiroz, que instalou o sistema "*on line*" e se aposentou em maio de 1.992. Seu sucessor foi Édson José Dias Leite. Este se afastou em abril de 1.995, e três meses depois foi substituído por Sidney Antônio Chaves. Em março de 1.998 tornou-se gerente José Luiz do Divino, que promoveu reformas internas no prédio da agência, ainda sob seu comando no final do milênio. Em outubro de 1.998 foi instalado posto de atendimento eletrônico no interior do Pastifício Santa Amália.

Anote-se que o machadense Renato Swerts Carneiro Dias aqui trabalhou por vários anos, tendo ocupado a direção interinamente em 1.995. Três anos depois foi promovido a gerente da agência de Extrema, de onde se transferiu para São Lourenço.

15 - **Banco do Estado de Minas Gerais S/A**.

Foi criado em agosto de 1.967, com a fusão dos bancos Hipotecário e Agrícola e Mineiro da Produção. Aqui sua agência passou a funcionar onde estava a do primeiro, na Praça Antônio Carlos, esquina com Rua Coronel José Paulino.

No início de 1.972 o gerente era Jaime Bertelli. Este adquiriu no final de 1.977 o prédio da antiga Casa Papini, na esquina ao lado, para construção da sede própria. Em fevereiro de 1.978 assumiu a gerência Tito Luciano Arsilo, que aqui participou de outras atividades, como a fundação da sauna e a diretoria do serviço de televisão. Em agosto daquele ano foram iniciadas as obras do prédio, inaugurado em 15 de maio seguinte. No começo de 1.981 Arsilo foi substituído por José Nascimento de Paula, que se aposentou em setembro do mesmo ano. Sucedeu-lhe José Guidorizzi Netto, que aqui ficou até fevereiro de 1.983. Seu substituto foi Eduardo Amado Cardoso.

Em outubro de 1.984 a direção da agência local passou a Geraldo Guimarães, que em agosto de 1.987 a transferiu para Maurício Gomes

de Amorim. Depois deste o cargo coube a Francisco Otávio de Assis Barbosa. Em julho de 1.992 o gerente passou a ser Antônio Silvestre Rodrigues, transferido no início de 1.994. No final de 1.997 já estava no comando Antônio César Ribeiro.

A lei local 1.190, de 27 de outubro de 1.998, autorizou o Município a celebrar convênios com o BEMGE, para recebimento de tributos. No ano seguinte ele foi privatizado e adquirido pelo Banco Itaú S/A.

16 - **Banco Bradesco S/A**.

Já em 1.975 avaliava a viabilidade de instalar agência em Machado, mas só dez anos depois isso ocorreu. Ela foi inaugurada no dia 19 de dezembro, na Rua Barão do Rio Branco, 133, em imóvel alugado de Sebastião Vasconcelos Andrade, com 32 funcionários.

O primeiro gerente, Roberto Costa, ficou no cargo até maio de 1.988, quando foi substituído por Pedro Silva. Sucedeu-lhe, em data que ignoro, Luiz Paulo Rodrigues, trocado em abril de 1.991 por Aírton Tadeu Godoy Belato. Em junho do ano seguinte a gerência passou a Ademir de Oliveira. No segundo semestre de 1.995 assumiu o comando Gilmar José da Silva. Não soube quais foram os demais gerentes até o final do período estudado.

17 - **Banco Itaú S/A**.

Como dito acima, em 1.999 adquiriu o BEMGE, e passou a operar na Cidade em seu lugar. No dia 19 de julho reinaugurou as instalações, totalmente remodeladas, ainda sob a gerência de Antônio César Ribeiro, do quadro de funcionários do banco privatizado. Ele continuava na chefia no final do milênio.

A lei 1.245, de 9 de setembro seguinte, autorizou o Município a celebrar convênios com ele, para recebimento de tributos.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**:

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de atas nº 4;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 11, 12, 13 e 17;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de decretos nº 17;

4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de leis e decretos nº 3;
5 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de portarias nº 17;
6 - Arquivo Público Machadense - pastas “bancos” e “documentos de Oscar Fernandes”;
7 - cópias das atas da AGO de 31/3/40 e das AGE de 4/5/40 e 21/5/40, extraídas do respectivo livro do Banco Machadense;
8 - cópia de certidão de arquivamento do ato constitutivo do Banco Machadense na Junta Comercial de Minas Gerais;
9 - “Folha Machadense” ns. 47 - 23/2/1.975 - pág. 6;
139 - 25/12/1.976 - pág. 1;
161 - 21/5/1.977 - pág. 1;
167 - 3/7/1.977 - pág. 8;
190 - 24/12/1.977 - pág. 1;
198 - 19/2/1.978 - pág. 10;
199 - 26/2/1.978 - pág. 1;
202 - 19/3/1.978 - pág. 3;
224 - 27/8/1.978 - pág. 1;
226 - 13/9/1.978 - pág. 1;
258 - 13/5/1.979 - pág. 1;
277 - 18/11/1.979 - pág. 1;
336 - 24/1/1.981 - pág. 5;
342 - 7/3/1.981 - pág. 1;
349 - 25/4/1.981 - pág. 1;
359 - 3/7/1.981 - pág. 1;
368 - 6/9/1.981 - pág. 22;
369 - 19/9/1.981 - pág. 1;
411 - 12/3/1.983 - pág. 1;
442 - 19/3/1.983 - pág. 1;
444 - 2/4/1.983 - pág. 1;
450 - 14/5/1.983 - pág. 1;
529 - 1/12/1.984 - pág. 1;
540 - 2/3/1.985 - pág. 1;
577 - 16/11/1.985 - pág. 1;
579 - 30/11/1.985 - pág. 1;
581 - 14/12/1.985 - pág. 1;
663 - 8/8/1.987 - pág. 1;
671 - 3/10/1.987 - pág. 12;
707 - 25/6/1.988 - pág. 3;
752 - 20/5/1.989 - pág. 8;
760 - 15/7/1.989 - pág. 3;
834 - 12/1/1.991 - pág. 3;
844 - 23/3/1.991 - pág. 1;
850 - 4/5/1.991 - pág. 1;
903 - 16/5/1.992 - pág. 2;
912 - 18/7/1.992 - pág. 1;
959 - 26/6/1.993 - pág. 7;

991 - 5/3/1.994 - pág. 11;
1064 - 5/8/1.995 - pág. 12;
1067 - 26/8/1.995 - pág. 3;
1200 - 18/4/1.998 - pág. 2;
1203 - 1/5/1.998 - pág. 2;
1229 - 7/11/1.998 - pág. 13;
1240 - 30/1/1.999 - pág. 16;
1245 - 6/3/1.999 - pág. 19;
1263 - 3/7/1.999 - pág. 2;
1266 - 24/7/1.999 - pág. 6;
1274 - 18/9/1.999 - pág. 13;
1276 - 2/10/1.999 - pág. 2;
1297 - 4/3/2.000 - pág. 14;
1336 - 2/12/2.000 - pág. 28;
1339 - 24/12/2.000 - pág. 9;

10 - informações pessoais de Benedito Mendes Ribeiro, Janete Braga Rocha Mendes e José Annoni;

11 - "Jornal do Machado" ns. 9 - 6/4/1.924 - pág. 2;
19 - 23/11/1.924 - pág. 2;
3 - 4/9/1.933 - pág. 4;
23 - 28/1/1.934 - pág. 4;
77 - 15/9/1.935 - pág. 4;
1 - 2/5/1.937 - pág. 2;
3 - 16/5/1.937 - pág. 3;
7 - 13/6/1.937 - pág. 3;
8 - 20/6/1.937 - pág. 1;

12 - "Jornal Unibanco", São Paulo, nº 140 - setembro de 1.984;

13 - "Luminar Machadense" nº 67 - 3/1/1.957 - pág. 3;

14 - "Machado-Jornal" ns. 16 - 14/4/1.928 - pág. 13;
57 - 27/1/1.929 - pág. 3;

15 - "Minas Gerais" de 17/4/1.924 - pág. 9;
14/4/1.927 - pág. 10;
7/3/1.930 - pág. 10;
5/3/1.932 - pág. 11;
21/4/1.932 - pág. 23;
10/7/1.964 - págs. 1 e 2;

16 - "O Imparcial" nº 73 - 10/2/1.952 - pág. 4;

17 - "O Machadense" ns. 16 - 22/9/1.932 - pág. 4;
104 - 2/6/1.934 - pág. 13;
262 - 8/8/1.937 - págs. 2 e 8;
63 - 23/4/1.942 - pág. 3;
685 - 1/6/1.958 - pág. 1;
702 - 28/9/1.958 - pág. 1;
703 - 12/10/1.958 - pág. 4;
704 - 19/10/1.958 - pág. 1;
710 - 30/11/1.958 - pág. 1;

. 725 - 15/3/1.959 - pág. 1;
747 - 23/8/1.959 - pág. 4;
753 - 11/10/1.959 - pág. 1;
776 - 27/3/1.960 - pág. 1;
894 - 9/9/1.962 - pág. 2;
896 - 23/9/1.962 - pág. 3;
910 - 3/3/1.963 - págs. 3 e 6;
913 - 18/8/1.963 - pág. 1;
914 - 25/8/1.963 - pág. 1;
918 - 22/9/1.963 - pág. 1;
925 - 24/1/1.965 - pág. 2;
986 - 3/4/1.966 - pág. 4;
992 - 13/5/1.966 - pág. 2;
998 - 26/6/1.966 - pág. 2;
1024 - dez. 1.967 - pág. 1;
1026 - 21/1/1.968 - pág. 2;
1029 - 11/2/1.968 - pág. 3;
5 - 21/3/1.971 - pág. 1;
22 - 25/7/1.971 - pág. 1;
30 - 19/9/1.971 - pág. 4;
45 - 9/1/1.972 - pág. 1;
54 - 19/3/1.972 - pág. 1;
74 - 6/8/1.972 - pág. 1;
18 - "O Popular nº 18 - 26/6/1.927 - pág. 2;
19 - relatórios do Banco Machadense sobre os exercícios de 1.928, 1.930, 1.931 e 1.932;
20 - Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Geraes - "Annuario Estatistico" - anno I, 1921, vol. III - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, pág. 845;
21 - Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Geraes - "Annuario Estatistico" - anno II (1922-1925) - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.929, pág. 970.
22 - "Siga em Frente" nº 52 - 23 a 26/2/1.994 - pág. 8.

B - **secundárias**
1 - Cláudio de Albuquerque Bastos - "Instituições Financeiras de Minas 1819-1995" - Editoração Eletrônica, Tech Press Artes Gráficas, Belo Horizonte, 1.997;
2 - "História do Unibanco - 1.924-1.984" - coordenação editorial do Instituto Moreira Salles - Editora M. A. S., 1.994;
3 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente - sem menção de data e local, pág. 17;
4 - José Matzner - "Guia do Sul de Minas" - Oficinas Gráficas da S/A "Folha de Minas", Belo Horizonte, 1.951, pág. 167;
5 - Manoel Francisco Pinto Pereira (organizador) - "O Sul de Minas - Almanach moderno, de Propaganda e Estatistica dos Municípios Sul-Mineiros" - fascículo 2º - Município de Machado - Estabelecimento Graphico Casa Mayença, Cruzeiro, SP, pág. 21;
6 - Nélson de Senna - "A Terra Mineira (Chorographia do Estado de Minas Geraes)" - Pimenta de Mello & Comp., Rio de Janeiro, 1.926, pág. 306;

7 - Olímpio Abrão - “Crônicas - 1.997, sem menção de editora - “Não Foi Caçoada” (pág. 13) e “A Dor de Dente” (pág. 40);
8 - Pedro E. Vallim - “Album dos Municípios do Estado de Minas Gerais” - 1º volume - “A Orientadora”, São Paulo, 1.941, pág. 136;
9 - “Quem é Quem no Brasil - Biografias Contemporâneas” - Editores Sociedade Brasileira de Expansão Comercial Ltda. - São Paulo/Rio de Janeiro, 1.951, pág. 175;
10 - Revista “Machado de Ontem e de Hoje” - II-IV e VII-4.

****

MERCADO E FEIRAS-LIVRES

1) - Mercado.
2) - Feiras-livres.

****

1 - **Mercado**.

Nosso primeiro Código de Posturas (anexo D da resolução estadual 3.401, de 22/7/1.886) determinou aos vereadores a criação, logo que pudessem, da praça do mercado na Cidade e nas povoações, para regularizar a feira dos gêneros alimentícios, expedindo os respectivos regulamentos.

Só no governo de Flávio de Salles Dias, porém, é que se construiu mercado provisório, nos fundos da Casa da Câmara, com base na resolução 64, de 9/4/01. Seu regulamento foi estabelecido pela lei 23, de 12/10/04, alterada pela lei 25, de 12 de janeiro do ano seguinte. O mesmo mandatário aumentou-o, autorizado pela resolução 110, de 12/4/05.

No Arquivo Público Machadense encontra-se o livro 107 - "*Feiras do Mercado*" - que relaciona minuciosamente, no período de 1.905 a 1.910, quem nele vendia, as mercadorias expostas e seus preços.

A lei 69, de 19/10/16, criou o cargo de administrador do Mercado, com percentagem de 30% da renda dele.

Em janeiro de 1.921 Augusto Bellini pretendeu arrendar o Mercado, oferecendo para tanto um conto de réis anualmente, pago em trimestres. A Câmara aceitou a proposta, mas não encontrei registro de que ela se tivesse concretizado.

A lei 88, de 25/9/23, determinou que a Câmara deixasse de cobrar a taxa do Mercado nos três primeiros meses do ano seguinte, ficando o administrador com a importância arrecadada nos nove restantes. A lei 92, de 22/9/24, estabeleceu que o referido funcionário passaria a ter direito a metade da renda daquele.

O "*Machado-Jornal*", em 1.929, pediu remodelação imediata do estabelecimento em estudo, dizendo ser verdadeiro rancho, sem higiene, expondo a saúde pública "*ao perigo das epidemias e da contaminação de todos os males que assolam a humanidade*"... Ele foi reconstruído, no mesmo lugar, no governo de Roberto de Souza Dias (1.933/1.934).

O decreto-lei 53, de 12 de junho de 1.942, que organizou os serviços da administração municipal, cuidou do Mercado nos artigos 56 a 58. O horário de seu funcionamento foi regulado pela lei 5, de 20/2/48. O Código de Posturas do mesmo ano (lei 23, de 7/11) tratou dele nos artigos 514 a 546. A lei 47, de 31/10/49, baixou tabela de taxas sobre seu serviço, revogando outra do Código Tributário (lei 8/36). Portaria de 18/9/54 suspendeu a cobrança de taxas sobre a venda de verduras e legumes nele.

Lúcio Vieira e Francisco Guerra fizeram algumas reformas no local. A lei 284, de 23/11/59, permitiu a contratação de extranumerário mensalista para zelador dele. Em 1.960 determinou-se que funcionasse também às quintas-feiras, além de aos sábados e domingos.

Na administração de Lucas Lacerda construiu-se nova ala, com dois pavimentos, em terreno na Rua Coronel José Paulino, após demolição de prédio antigo, desapropriado dos herdeiros de Francisco E. Ferreira Braga. As leis 472 e 474, de julho de 1.964, autorizaram a contratação de empréstimo para as obras e a venda de cômodos.

O decreto 143, de 17/5/72, elevou o valor do aluguel das bancas. A portaria 48, de 14/12/73, disciplinou o horário de funcionamento delas. O Código de Posturas de 1.975 tratou do Mercado nos artigos 537 a 542. O decreto 295, de 21/1/76, que contém o regimento interno dos serviços da Prefeitura, enumerou no artigo 40 as atribuições do encarregado dele.

Coube ao Prefeito Carlos Alberto construir na Avenida Arthur Bernardes, no lugar da velha estação ferroviária, o novo Mercado, que tem o nome de seu bisavô, Antônio Cândido Pereira Dias. A primeira parte da obra (fundação e estruturas) foi executada pela empresa CPM - Concreto Pré-Moldado S/A, de São Paulo, no final da década de setenta. A lei 380, de 21/9/79, autorizou a venda de "*boxes*" dele - são 72, com área coberta de 1.050 m2.. Para a conclusão do serviço se obteve financiamento da C.E.E., com permissão da lei 412, de 1/10/80. A inauguração oficial ocorreu em 13 de setembro de 1.981, nas comemora-

ções do centenário da Cidade, mas ele só começou a funcionar em julho do ano seguinte, após substituição da cobertura, que rachou toda. Houve, de início, relutância dos mercadores em mudar-se para lá, mas aos poucos as bancas foram se abrindo. O decreto 570, de 20/8/82 (alterado pelo decreto 598, de 23/3/83) regulou o funcionamento dele. A portaria 699, de 19/2/90, fixou o horário de suas atividades.

Entre outros, exerceram as funções de fiscal, administrador ou gerente do Mercado: Christino Symphrônio dos Reis (década de dez), Alcides Bressane de Andrade (década de vinte), Danton de Souza Magalhães e João Baptista Lavras (década de trinta), Ivan Vieira de Mattos (década de setenta), Petrônio da Silva Bollins, Fausto Vasconcelos de Andrade, Darcy Domingues de Araújo e Maurílio Dias Aguiar (década de oitenta), Horácio Gonçalves de Lima e Marcos Roberto Ferreira Diniz (década de noventa).

2 - **Feiras-livres**.

Embora os Códigos de Posturas de 1.948 e 1.975 tenham tratado das feiras-livres, e a ACAR tenha lançado a idéia de sua criação em 1.966, elas só se tornaram realidade na década de oitenta.

A lei 407, de 23/5/80, oriunda de projeto do Vereador Itamar José Costa, criou uma na Cidade. O decreto 528, de 11/2/81, baixou seu regulamento, elaborado pela Emater. A lei 441, de 26 de maio do ano seguinte, concedeu isenção de taxas aos feirantes. A inauguração da primeira, na Praça Joaquim José e Rua Professor José Cândido, ocorreu em 1º de agosto do mesmo ano. Tinha, de início, cerca de 30 produtores.

Em agosto de 1.990, por iniciativa da ACEUSA, surgiu a do Bairro Santo Amaro, na Rua Clemência, com 8 barracas. Em fevereiro de 1.981 a Associação do Bairro Santa Luísa inaugurou a sua, na Rua Montes Claros; em dezembro seguinte a da Vila Santa Helena fez o mesmo, na Praça Corina Dias. Foram, porém, logo sobrepujadas por vendedores avulsos e pelos chamados "sacolões", que nos anos seguintes proliferaram na Cidade.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de atas ns. 1 e 14;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 5, 6, 8, 9, 10,

11, 16, 18 e 19;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos ns. 4, 14, 15 e 16;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de decretos e portarias nº 6-A;
5 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de portarias ns. 15 e 16;
6 - Arquivo Público Machadense - livro 63: "Leis da Câmara Municipal - 1898 a 1912";
7 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919";
8 - Arquivo Público Machadense - livro 65: "Leis da Câmara Municipal - 1912 a 1932";
9 - Arquivo Público Machadense - livro 107: "Feiras do Mercado - 1905 a 1910";
10 - "Folha Machadense" ns. 225 - 24/9/1.978 - pág. 9;
360 - 11/7/1.981 - pág. 4;
368 - 6/9/1.981 - pág. 6;
384 - 16/1/1.982 - pág. 1;
408 - 3/7/1.982 - pág. 1;
811 - 21/7/1.990 - pág. 1;
814 - 11/8/1.990 - págs. 1 e 2;
837 - 2/2/1.991 - pág. 6;
882 - 7/12/1.991 - pág. 1;
940 - 13/2/1.993 - pág. 1;
11 - informações pessoais de Petrônio da Silva Bollins;
12 - Livro da Lei Mineira - 1886 - tomo LIII, parte 1ª, folha nº 8;
13 - "Luminar Machadense" nº 99 - 26/6/1.964 - pág. 1;
14 - "Machado-Jornal" de 20/5/1.928 - pág. 3;
3/3/1.929 - pág. 1;
15 - "O Machadense" ns. 728 - 12/4/1.959 - pág. 3;
771 - 21/2/1.960 - pág. 1;
933 - 21/3/1.965 - pág. 2;
16 - "Tribuna Machadense" ns. 9 - 10/5/1.980 - pág. 3;
29 - 21/2/1.981 - pág. 2.

B - **secundária**
1 - Manoel Francisco Pinto Pereira (organizador) - "O Sul de Minas - Almanach moderno, de Propaganda e Estatistica dos Municípios Sul Mineiros" - fascículo 2º - Município de Machado - Estabelecimento Graphico Casa Mayença, Cruzeiro, SP, págs. 15 e 16.

****

INDÚSTRIA NO SÉCULO XIX

1) - Primeiros estabelecimentos.
2) - As fábricas de chapéus.
3) - A fábrica de tecidos.
4) - Outros estabelecimentos.

****

1 - **Primeiros estabelecimentos**.

Em março de 1.826, respondendo a questionário do Governo Provincial, a Câmara da Campanha prestou as seguintes informações genéricas sobre engenhos e fábricas em seu termo, de que então fazia parte Douradinho:

> *"Há muitos Engenhos de Cana, especialm.e nesta Freguezia, e muito poucos vão em progresso, não só pelas geadas que matão as canas em muitos lugares, como por que seos donos, possuindo poucos escravos (...) Há poucos engenhos de socar milho, para farinha, pelo uso quazi universal do vagaroso Munjollo. Tambem há fabricas de mandioca ralada em rodas tocadas a mão, ou com agoa de que rezulta o polvilho (...)".*

No mapa da população do Distrito de São José e Dores de Alfenas, de 1.831, existente no Arquivo Público Mineiro, encontrei a primeira relação de pequenas fábricas aqui estabelecidas, todas pertencentes a Custódio José Dias:
1 engenho de cana, para açúcar e aguardente, com 2 empregados livres e 34 cativos;
1 engenho de serrar madeira, com 2 cativos;
1 engenho de pilões, de fazer farinha, com 2 cativos;
1 moinho de mamona, para azeite, com 2 cativos;

1 olaria, para telhas e tijolos, com 4 cativos.

2 - **As fábricas de chapéus**.

Carlos Legnani informa que em 1.868 José Ignácio Ferreira (ou *José Ignácio da Silva*, conforme o primeiro almanaque de Saturnino da Veiga e o "*Monitor Sul-Mineiro*" 389) instalou na Rua Santos Silva uma fábrica de chapéus de pêlo. Entre abril de 1.879 e outubro de 1.882 ela foi transferida a Gustavo Fulgêncio Carneiro, que a manteve por muitos anos.

Em fevereiro de 1.873 estava à venda no Machado a fábrica de Francisco Evaristo dos Reis, que ignoro quando começou. Ainda existia no ano seguinte, de acordo com o almanaque acima referido. O Sul de Minas tinha então três indústrias do gênero, sendo duas aqui e uma (a mais antiga) em São Gonçalo.

O mesmo Saturnino da Veiga, em 1.884, disse que nossa região já possuía oito fábricas de chapéus. A única machadense, de Gustavo Fulgêncio Carneiro, empregava vinte operários. No mesmo ano, contudo (a informação é também de Carlos Legnani), Emídio Cândido de Oliveira ("*Emídio Fava*") montou cá outra, num sobrado da Rua Joaquim Teófilo, que mais tarde, por motivo de doença, levou para Aiuruoca, sua terra natal.

3 - **A fábrica de tecidos**.

Seu idealizador e primeiro diretor, o Coronel Azarias de Souza Dias, um dos mais empreendedores cidadãos machadenses, condecorado com a Ordem da Rosa, havia já aqui organizado uma fábrica de vinho e uma sociedade para venda de carne verde na Corte, conforme exposto na parte relativa à agricultura e à pecuária.

A indústria em questão foi exaustivamente estudada em livro da Fundação 18 de Março ("*A Fábrica de Tecidos de Machado*" - Mazza Edições, Belo Horizonte, 1.989, 84 págs.). Limito-me, por isso, a referir os principais dados a seu respeito, remetendo o leitor ao competente trabalho da historiadora Maria Lúcia Prado Costa.

Foi a primeira fábrica de tecidos de Minas Gerais movida a vapor e explorada por uma sociedade anônima, a Indústria Machadense, organizada em 1.871, com capital de 150:000$000 e 24 sócios. O decreto imperial 4.943, de 30 de abril de 1.872, concedeu-lhe autorização para funcionar e aprovou seu estatuto.

As máquinas, importadas da Inglaterra ou dos Estados

Unidos, vieram por via férrea até a estação terminal de Belém, no sopé da Serra do Mar, sem que para tanto se conseguisse isenção de tarifas. De lá foram trazidas em carros-de-bois, o que exigiu reparo ou construção de estradas, reforço ou feitura de pontes. Para pô-las em funcionamento, na atual Rua Coronel Azarias, montaram-se uma serralheria e uma olaria; fizeram-se um galpão e pequenas casas de operários. Onerada por dívidas pelo penoso transporte, a empresa pediu em 1.874 ao Governo Provincial, sem sucesso, empréstimo de cinqüenta contos de réis, ou qualquer medida que lhe desse meio de solvê-las.

A fábrica foi inaugurada em março de 1.875, produzindo diariamente 1.000 a 1.400 metros de pano de algodão. A sociedade, porém, estava exaurida financeiramente, e já no início do ano seguinte decidiu dissolver-se. Comissão composta por Antônio Rodrigues de Paiva, Charles Fourneau e Onofre de Souza Dias vendeu todos os seus equipamentos ao próprio Coronel Azarias, que assumiu o passivo de sessenta contos de réis. Proprietário único, tendo como gerente José Luiz Campos do Amaral Júnior, ele tentou empréstimo junto ao Banco do Brasil para continuar o empreendimento. Rejeitado o pedido, em julho de 1.878 convocou os credores para se pagarem nos bens existentes. Com sua morte, em outubro de 1.879, o estabelecimento foi fechado.

Em julho de 1.882, conforme o "*Monitor Sul-Mineiro*", sob a firma de Charles Fourneau, Teixeira, Moreira & Cia., ele fabricava e vendia panos para roupa de escravos e sacos de café, de 1ª, 2ª e 3ª qualidades. No início de 1.885 Fourneau retirou-se da sociedade, que prosseguiu como Teixeira, Moreira & Cia., tendo na gerência Antônio Rodrigues de Paiva.

O estudo da Fundamar diz que processo movido por Marianna Gabriella Teixeira parece ter precipitado o fim da última associação filatória, em novembro de 1.892. Mediante escritura de dação em pagamento, seus bens foram passados àquela e ao Major Onofre de Souza Dias. Este continuou o negócio como único proprietário. Em 1.896, segundo o "*Monitor*", efetuou importante reforma nos maquinismos, geridos por Eduardo Westin.

Em maio de 1.901 o Major Onofre formou com Manoel Corrêa Vieira Júnior a firma Dias & Vieira, que, sob a administração do segundo, tocou a fábrica até 1º de dezembro do ano seguinte, quando foi desfeita. Mais uma vez aquele ficou único dono das máquinas, inativas, até a morte, em 1.911. No seu inventário elas foram arrematadas por Francisco Elísio Ferreira Braga, João Octávio Dias e Octávio de Souza Westin, que em 1.917 ou 1.918 as venderam a pessoas de Cordeiro, RJ. O prédio que as abrigava foi demolido após a Semana Ruralista de 1.937.

4 - **Outros estabelecimentos**.

Saturnino da Veiga, em 1.874, destacou as cerâmicas da Campanha e de Santo Antônio do Machado, ambas recentemente fundadas, com

motor hidráulico, montadas com aperfeiçoadas máquinas vindas da Europa e dos Estados Unidos. Citou a sociedade de serralheria, de que eram membros o Dr. Antônio Cândido Teixeira, Carlos Fourneau e o Major Onofre de Souza Dias. Enumerou ainda proprietários dos seguintes estabelecimentos, aqui existentes:
engenhos de cana movidos por água - Anna Custhodia de Souza Moreira, Custhodio José Dias, Francisco Nery Ramos, Joaquim de Souza Moreira e Manoel José Gonçalves Júnior & Cia.;
engenhos de cana movidos por animais - Manoel Antônio Pereira Lima e Manoel Fernandes de Mello;
engenhos de serrar - Anna Custhodia de Souza Moreira, Dr. Antônio Cândido Teixeira, Azarias de Souza Dias, Cândido de Souza Dias, Gabriel Romão Gonçalves, Joaquim de Souza Moreira, Joaquim Umbellino de Souza Dias, José Pedro do Lago, Pio de Souza Dias e Dr. Roque de Souza Dias;
fábricas de velas de cera - Antônio Moreira de Souza Guerra Júnior, Bernardo José de Souza, Generoso José Messias, João Soares Moreira, Joaquim Pio de Souza Moreira e Pio de Souza Dias;
olarias - Américo Felizardo da Costa, Antônio Bernardes Vieira, José Baptista da Silva, Manoel Jacintho dos Santos, Maria Umbellina de Souza e Zeferino da Silva Campos.

Da Freguesia do Douradinho, no mesmo ano, o autor acima referido lembrou:
engenho de cana movido por água - Tenente José de Arimathéa Moraes;
engenhos de cana movidos por animais - Tenente Joaquim Ferreira de Guimarães Tolledo, João Martins de Araújo e Joaquim Martins de Araújo;
fábricas de cigarros - Anna Carolina de Araújo, Anna Emília Lopes de Vasconcellos, Maria Balbina Pereira de Carvalho, Maria do Carmo Lopes de Vasconcellos, Messias Cândida Lopes de Vasconcellos e Messias Cândida Pereira de Carvalho;
olaria - Ignácio Euzébio Militão.

Dez anos depois, foi ainda Saturnino da Veiga quem enumerou no Machado:
engenhos movidos por água - Major Custódio José Dias e Martiniano de Souza Magalhães;
engenhos movidos por animais - João Fernandes de Mello, Joaquim Fernandes de Mello, Manoel Antônio Pereira Lima e Manoel Fernandes de Mello;
engenhos de serrar - Dr. Antônio Cândido Teixeira, Antônio Domingues de Souza, Carlos Jerolami, Emirene de Souza Dias, Gabriel Domingues de Souza, Gabriel Romão Gonçalves, Joaquim de Souza Moreira, Tenente-Coronel Joaquim Umbellino de Souza Dias, José Pedro do Lago, Major Onofre de Souza Dias e Dr. Roque de Souza Dias;
fábricas de vinho - Ananias de Souza Dias, Cândido de Souza Dias e José Gomes de Oliveira;
fábricas de velas de cera - Emirene de Souza Dias e Generoso José Messias;
olarias - João Carvalho de Macedo, Joaquim Carlos Alves e José Pedro do Lago.

O mesmo autor, também em 1.884, citou no Douradinho:

engenhos movidos por água - Major Joaquim Eloy Mendes, Tenente José de Arimathéa Moraes, Manoel Alves Pereira e Porcina Maria de Jesus;
olaria - Francisco Affonso de Souza.
Disse existirem lá, sem referir os nomes dos proprietários, "*algumas fabricas de tecidos de algodão, que são facilmente vendidos fóra da localidade*".

Misael de Souza Magalhães tinha uma fábrica de vinho em 1.898: a resolução da Câmara 17, de 10 de outubro daquele ano, isentou-a do pagamento de impostos. Anote-se, por fim, que, segundo Carlos Legnani, em 1.899 Luiz Cagliari montou uma fábrica de cerveja na esquina das ruas Major Onofre e Coronel Jacintho.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - "A Reforma" - anno V - nº 7 - 15/2/1.903 - pág. 3;
2 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919";
3 - Arquivo Público Mineiro - Fundo: Presidência da Província - série PP/1, subsérie PP 1/10 - Divisão administrativa, judiciária e eclesiástica - caixa 14, documento 1;
4 - Arquivo Público Mineiro - Fundo: Secretaria de Governo - códice 26: "Registro de correspondência relativa à Indústria - 1872/1875" - págs.76 e 76v.;
5 - "Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1872" - tomo XXXV, parte II - Typographia Nacional, Rio de Janeiro, 1.872, págs. 234/238;
6 - "Memorias da Camara da Campanha" - na Revista do Archivo Publico Mineiro, anno I, 1896 - pág. 630;
7 - "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, ns. 42 - 13/10/1.872 - págs. 3 e 4;
43 - 20/10/1.872 - págs. 3 e 4;
44 - 27/10/1.872 - págs. 3 e 4;
49 - 1/12/1.872 - pág. 4;
53 - 29/12/1.872 - págs. 3 e 4;
61 - 23/2/1.873 - pág. 4;
165 - 7/3/1.875 - pág. 4;
208 - 1/1/1.876 - pág. 4;
223 - 16/4/1.876 - pág. 3;
229 - 28/5/1.876 - pág. 3;
235 - 8/7/1.876 - pág. 3;
236 - 16/7/1.876 - pág. 2;
255 - 3/12/1.876 - pág. 4;

340 - 2/7/1.878 - págs. 3 e 4;
341 - 8/7/1.878 - pág. 4;
389 - 26/4/1.879 - pág. 4;
582 - 20/7/1.882 - pág. 4;
595 - 8/10/1.882 - pág. 4;
735 - 15/2/1.885 - pág. 4;
792 - 21/3/1.886 - pág. 3;
1269 - 1/2/1.896 - pág. 1.

B - **secundárias**

1 - Antônio de Assis Martins - "Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas Geraes do anno de 1874 para servir no de 1875" - Typographia de J. F. de Paula Castro, Ouro Preto, 1.874, págs. 518 e 521;
2 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanach Sul-Mineiro para 1874" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.874, págs. 33, 148/150 e 165;
3 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanak Sul-Mineiro para 1884" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.884, págs. 50/51, 231/232, 234, 243 e 245;
4 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", cap. VII - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 7, agosto de 1.957, pág. 2;
5 - Fundação 18 de Março - "A Fábrica de Tecidos de Machado" - Mazza Edições, Belo Horizonte, 1.989;
6 - José Pedro Xavier da Veiga - "Ephemerides Mineiras (1664-1897)" - 1º vol. - Imprensa Official do Estado de Minas, Ouro Preto, 1.897, págs. 332/333;
7 - Manoel Francisco Pinto Pereira (organizador) - "O Sul de Minas - Almanach moderno, de Propaganda e Estatística dos Municípios Sul-Mineiros" - fasc. 2º - Município de Machado - Estabelecimento Graphico Casa Mayença, Cruzeiro, SP - págs. 13 e 23;
8 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje" - VII-1.

****

INDÚSTRIA NO SÉCULO XX - I

1) - Laticínios.
2) - Pastifícios.
3) - Outros produtos alimentícios.
4) - Fábricas de móveis e de sapatos.
5) - Confecções de roupas.
6) - Máquinas e equipamentos.

****

1 - **Laticínios**.

Em 1.908 o Dr. Flávio de Salles Dias já tinha aqui uma fábrica de manteiga, com capital de 6:000$, que operava com a força manual de seis operários.

Cinco anos depois, como visto noutro capítulo, montou-se a usina de manteiga da Cooperativa Agrícola e Lacticínios Machadense, cujo prédio foi inaugurado no início de 1.914. Na mesma época, segundo o almanaque "*O Sul de Minas*", cá estava a entrar em funcionamento a fábrica de laticínios do Dr. Júlio Meirelles, de São Gonçalo, movida a vapor.

Estatística da Secretaria da Agricultura revelou a existência no Município, em 1.917, de nove pequenas fábricas de manteiga. Quatro anos depois, elas eram dez.

Víctor Silveira, em 1.925, disse possuir o Machado oito indústrias de manteiga, queijo e requeijão.

Na década de trinta existiu no Douradinho fábrica de

manteiga da firma Salgado & Cia., com produção diária de 80 quilos, sob o comando do Coronel João Baptista de Moura.

Nos anos quarenta, Décio Paulino da Costa, Demerval Swerts Costa e Feliciano Morais Costa tiveram a firma *Laticínios Morais Costa & Cia*., produtora das manteigas *Rainha de Minas* e *Princesa de Minas* e do queijo *Duque de Minas*, além de lactose. Na primeira metade da década seguinte ela foi vendida para os *Laticínios Radiante*, com matriz em Elói Mendes, que até o final da década de oitenta continuaram o empreendimento, na Rua Cel. Francisco Vieira, esquina com Praça Dr. Antônio Cândido Teixeira, sob a gerência, sucessivamente, de Benedito Víctor dos Santos, Cassimiro Vieito e Anselmo Camões Vieito.

Em 1.959 a indústria *Nestlé* adquiriu terreno no final da Avenida Comendador Lindolfo de Souza Dias, onde foi construído entreposto de recepção e resfriamento de leite, para abastecer sua fábrica em Três Corações. Arrendado no início da década de setenta para os *Laticínios Caldas*, ele fechou-se tempos depois.

No Bairro dos Ritas, no início de 1.994, foi montada a empresa *Laticínios Paineiras*, de Rômulo Ferreira Braga e familiares, produtora de queijos diversos.

2 - **Pastifícios**.

O primeiro pastifício machadense foi montado por Nicolau Abrahão, que comprou os maquinismos no final de 1.924. Não tenho outras informações a seu respeito.

O *Pastifício Santa Amália* teve por criador Nélson Garcia, associado nos primeiros anos a Maurício Lacerda Garcia, Célio Teixeira e Alfredo Bíscaro. Suas máquinas, adquiridas em 1.954 e instaladas de início perto da antiga estação ferroviária, começaram a operar no ano seguinte, com produção diária em torno de 1.500 quilos. Ainda na década de cinqüenta construiu sede na Rua Tenente Antônio Moreira, 107, e lançou mais um produto, o sabão *Santa Amália*, que não teve continuidade. Em 1.965 tornou-se sociedade anônima, presidida sucessivamente por Rômulo Swerts Costa e Rúbens Pinto Garcia. Cresceu com rapidez, tornando-se a maior empresa local. Luís Carlos Garcia ascendeu à presidência em 1.978, assistido pelo diretor financeiro Warney Penha e pelo diretor comercial Fernando Antônio Garcia. No início dos anos oitenta, em terreno doado pelo Município, construiu unidade próxima do trevo da rodovia BR-267 e passou também a distribuir produtos de outras indústrias. Em 1.993 ampliou o capital associando-se a grupo italiano, que levou à diretoria Giovanni Bragagnolo, e começou a fabricar salgados. Adquiriu em 1.995 as instalações da Interbrás, e em 1.999 inaugurou mais uma unidade, no Estado do Rio de Janeiro.

Vindo de São Paulo, o *Pastifício Palma*, fabricante do macarrão *Thivoly*, chegou à Cidade em 1.985, utilizando no começo as dependências da velha Casa Santos. Seus proprietários, Dario Perez, Dênis Perez e Dario Perez Júnior, segundo a imprensa sócios do então prefeito Pereira Dias, ocuparam no ano seguinte o prédio desativado da *Nestlé*, na Avenida Comendador Lindolfo de Souza Dias, a eles cedido pelo Município.

3 - **Outros produtos alimentícios**.

Nélson de Senna, em 1.918, informou haver no Município 6 fábricas de polvilho de mandioca e 7 de farinha de milho e mandioca. De meados do século, cite-se a *Fecularia Brasil*, de Euclydes de Souza Dias, premiada em exposições de Belo Horizonte e São Gonçalo do Sapucaí. Também Clóvis de Araújo Dias, nos anos sessenta, teve por pouco tempo pequena fábrica para produção de farinha de mandioca.

Oscar Fernandes registrou, em 1º de março de 1.931, a inauguração da fábrica de pirulitos de Camargo & Lorenzotti, na Rua Quinze de Novembro. Não obtive outras informações a seu respeito.

Das empresas que se dedicaram à torrefação e embalagem da rubiácea, lembro a produtora do *Café Diadema*, na Avenida Arthur Bernardes, iniciada por Ernesto Mariano Leite em 1.952 e passada em 1.957 a Dirceu Swerts Costa. Em 1.984 este vendeu-a à sociedade de Cyro de Souza Dias Neto e Carlos Henrique Moreira Guerra, que lançou embalagem a vácuo e nova marca, o *Café Machado*. Chegou ao mercado em 1.987 o *Café Florada*, de Evâneo Franco Caixeta e outros, com estabelecimento próximo do Parque de Exposições. No início dos anos noventa começou a ser vendido o *Café Moriá*, de Flávio Luiz R. Caixeta e João Amâncio Caixeta Ferreira. Por volta de 1.994, a sociedade Xavier & Miguel Ltda., estabelecida ao lado da rodovia BR-267, passou a industrializar o *Café Engenho de Serra* e o *Café Raça Negra*. Também da última década do século foram o *Café Recanto do Engenho*, o *Café Santa Amália*, distribuído pelo Pastifício Santa Amália, o *Café Reserva de Minas*, de Marcos Eduardo Sales Dias, e outros.

A lei 1.297, de 26 de abril de 2.000, autorizou concessão de auxílio e doação de terreno a *Herborista Chás e Produtos Naturais Ltda*. no distrito industrial, para implantação de indústria.

No ramo de doces, lembro a *Fábrica de Doces Meu Bom José*, das Irmãs de Sion, iniciada em 1/8/71 para manter a Sociedade São Vicente de Paulo. Situada na Avenida Dr. Athayde Pereira de Souza, durou poucos anos. Em 1.991 prometeu instalar-se aqui a *Palmisur Indústria de Conservas Alimentícias Ltda*., oriunda de Iguape, SP, para fabricação de conservas de goiaba e similares. As leis 783 e 793, daquele ano, autorizaram lhe fosse doado terre-

no no distrito industrial (em que o Município abriu poço artesiano) e estrutura metálica; como não veio, foram revogadas pela lei 917/93. Também nos anos noventa, Marcos Eduardo Sales Dias e familiares montaram na Fazenda São Gabriel a bem sucedida fábrica *Reserva de Minas*, produtora de doces de nata, leite, goiaba, etc..

Na primeira metade da década de oitenta, a *Indústria Maciel & Vieira* beneficiou e empacotou arroz, com as marcas *Garças* e *Koluene*. Na mesma época, a *ABR Produtos Alimentícios Ltda*., de Alfredo Bíscaro Rodrigues, lançou no mercado o tempero *Bom Apetite*. A Escola Agrotécnica Federal fabrica diversos produtos agropecuários, comercializados na loja de sua cooperativa, a COETAGRI, antes sob a marca *Gabiru* e depois sob a *D'Agrotécnica*. Lembro ainda a confecção de embutidos de James Figueiredo Vieira, em sítio ao lado da rodovia BR-267.

No setor de bebidas, cito em primeiro lugar a *Fábrica Limeira*, produtora da aguardente do mesmo nome, fundada por Lindolfo de Souza Dias na sua fazenda, em janeiro de 1.910. Também produziu durante algum tempo a marolina *Limeira* e as aguardentes *Flor da Lima* e *Providência*. Foi herdada, sucessivamente, por seu filho Eusébio de Souza Dias e pelos filhos deste, Reinaldo Ferreira Dias e Maricy Teresa Dias. Chegou ao final do período em estudo com produção aproximada de 15.000 litros mensais, empregando cerca de 20 pessoas e utilizando cana plantada no próprio local. De meados do século, lembrem-se as pingas *Pai João*, *Piorra* e *Taboão*, produzidas durante alguns anos por Ernesto Mariano Leite, Décio Paulino da Costa e Lindolfo de Souza Dias Neto nas fazendas Santa Rita, Santa Lúcia e Taboão, respectivamente. O último também fabricava marolina. Nos dados biográficos de Clóvis Araújo Dias consta que, na década de sessenta, reativou a destilaria da Fazenda Cafezal da Pedreira, registrando no I.A.A. a marca *Maria Bonita* (não sei se a utilizou), e que produziu em caráter experimental rum com fermento importado de Cuba.

4 - **Fábricas de móveis e de sapatos**.

Por, via de regra, serem pequenas, atenderem a encomendas individuais e também fazerem consertos, mencionei-as nos itens "carpinteiros e marceneiros" e "sapateiros" do capítulo sobre prestação de serviços.

5 - **Confecções de roupas**.

De meados do século, lembro a indústria de camisas de seda de Paulo Costa Dias, e a fábrica de camisas *Dálcia*, de Dalva Dias Andrade, situada na Rua Jacuí.

No início da década de sessenta, Syldes Swerts Dias criou a *Malharia Mariza*, que não conseguiu firmar-se e logo teve fim. Em julho

de 1.963, na Rua Barão do Rio Branco, Ricardo Ferreira Braga e outros abriram as *Confecções Perijo*, de malhas infantis. Três ou quatro anos depois foram para prédio próprio, na Rua XV de Novembro. A lei 476, de 10/8/82, autorizou a compra de terreno no Bairro Santo Amaro, que lhes foi doado para construir galpão maior. Mudaram-se para ele no ano seguinte, com cerca de 75 empregados e produção diária de 1.500 peças. Sua duração, a partir daí, não chegou a dez anos.

Em 1.976 Machado recebeu a *Malharia Serrana* e a *Tecelagem Guaranésia*, de José Gonçalves Filho e outros, que, vindas de São Paulo, ocuparam de início as instalações da extinta Luanma. Obtiveram auxílios diversos da Prefeitura, como isenção de impostos e taxas e doação de terreno (leis 254 e 281 de 1.976, decreto 292/76), mas se foram em pouco mais de doze anos. Parte de seus equipamentos foi adquirida para montagem da *Tecelagem Issa*, de Luís Carlos Isssa, na Avenida Santa Cruz, logo levada para a cidade de Pedro Leopoldo. Em 1.979, as *Confecções Travelly*, de José Israel da Silva e outros, começaram a fabricar calças, na Rua Sete de Setembro e logo depois na Rua Santos Silva. No mesmo ano, a lei 384, de 8 de novembro, autorizou doação de terreno à *Incotema - Ind. e Com. Têxtil Mococa*, de um grupo de chineses, que todavia cá não se instalou.

Nas duas últimas décadas do século várias confecções montaram-se na Cidade, ou para ela vieram, recebendo do poder público toda sorte de incentivos - doação de terrenos e galpões, pagamento de aluguel, isenção de impostos e taxas, etc.. A grande maioria pouco durou, não gerando os prometidos empregos. Entre outras, cito:

- *Art's Baby Comércio de Confecções*, que ganhou terreno no Jardim Chamonix;
- *Cabide de Mel Confecção Infantil*, de Gasparina Braga Campos e Ismair Alves Campos, que funcionou na Avenida Renato Azeredo em galpão doado pelo Município;
- *Chantô Modas*, de José Maria Pinheiro Lima, vinda em 1.988 e instalada sucessivamente na Rua Coronel José Paulino e na Av. Com. Lindolfo de Souza Dias;
- *Confecções Belu*, de Benedita Oliveira e Maria de Lourdes Tardiolli Kuenne, com estabelecimento na Rua Júlio Giovanetti;
- *Confecções Ebenezer*, de Ilza Fernandes Ferreira, estabelecida na Avenida Ricardo Annoni Filho;
- *Confecções K-10*, de Mário Hira e outro, paulista, fabricante de *jeans*, instalada na mesma avenida;
- *Confecções Suluka*, de Francisco Xavier dos Santos e outros, com matriz em Campinas e oficina local de início na Avenida Santa Cruz;
- *De'Low Confecções*;
- *F. C. Confecções*, de Fábio Caixeta, na Rua Alagoas, fabricante de peças infantis para a rede *Tip-Top*;
- *Kajamar Confecções*, de Sônia Lopes Campos, que funcionou de 1.991 a 1.997;
- *Lydiju Baby Ind. e Com. de Confecções*, que também recebeu terreno no

Jardim Chamonix;

- *Jocri Modas*, de José Oscar Luz, iniciada em 1.989;
- *Jovele Ind. e Comércio*, de Athanase Nicolas Gatos e outro, vinda de São Paulo, fabricante de *lingerie* para a marca *Artemis*, que utilizou o antigo galpão da Perijo a partir de 1.995;
- *Meu Xodó Confecções Infantis*, que ganhou terreno na Rua Arthur Pereira Caixeta;
- *N. L. Confecções*, de Lindinalva Maria da Silva, vinda de São Paulo em 1.998 e estabelecida na Avenida Com. Lindolfo de Souza Dias, fornecedora das redes *C & A* e *Marisa*;
- *Tuvira Confecções*, de Wilma da Silva Dias, já fechada em 1.993.

A Credima - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Comerciantes de Confecções de Machado Ltda. desviou-se da finalidade de amparar o ramo em estudo e foi liqüidada pelo Banco Central, como visto noutro capítulo. Fundou-se o Núcleo de Confecções Infantis de Machado, presidido por Gasparina Braga Campos, para congregar as empresas do setor. A Associação dos Congadeiros movimentou-se para também formar uma cooperativa de confecções, sem resultado.

6 - **Máquinas e equipamentos**.

Os irmãos Luís, Antônio e Marino Romanello fundaram em 1.955 a *Indústria de Condensadores Luanma Ltda*., que começou a funcionar no ano seguinte, na Rua Coronel Flávio, 160, fabricando condensadores de mica e cerâmica para rádios, televisões, transmissores, etc.. Em março de 1.962 transformou-se na *Eletrônica Luanma S/A Indústria e Comércio*, com capital aumentado para Cr$17.000.000,00, e transferiu o estabelecimento para prédio doado pelo Município, na Rua Caldas, 350. Tinha então a seguinte diretoria: *presidente* - Paulo Teixeira; *diretor administrativo e superintendente* - Pedro Palmeira; *diretor comercial* (depois presidente) - Marino Romanello; *diretor técnico* - Antônio Romanelli; *diretores assistentes* - Clóvis Araújo Dias e José Cássio N. Dias; *chefe de departamento de pessoal* - Vânia Angelini Palmeira. Chegou a exportar 30% de sua produção para Argentina, Chile e Uruguai, e a empregar cerca de 150 moças. No término da década de sessenta ou início da seguinte foi transferida para Pouso Alegre. Com dívidas, teve vários equipamentos penhorados. No fim de 1.974 cogitou-se de trazê-la de volta a Machado, sem sucesso, e foi pouco após extinta.

Em 1.960, Clóvis Araújo Dias e Francisco Rafael de Carvalho criaram pequeno estabelecimento para montagem de televisões, antenas e retransmissores, de curta duração. No mesmo ano nasceu a *Fábrica de Radiadores Campos*, para veículos, de Isbel Diniz de Souza e Lázaro Souza Diniz. Paralisada cinco anos depois, voltou à atividade em 1.971.

O francês Paul Elie Cousy veio para cá em 1.972,

comercializando defensivos agrícolas e produtos químicos, fazendo serviços de aração, gradeação e plantio. Estabelecido de início na Avenida Santa Cruz, em 1.980 transferiu-se para a margem da rodovia BR-267. No ano seguinte lá montou a *Agrobrás Indústria de Implementos Agrícolas Ltda*., que fabrica carretas basculantes hidráulicas, em vários modelos.

A *Brasfreios Industrial de Minas Ltda*. começou a funcionar em março de 1.988, em galpão acima do trevo principal da BR-267, doado pelo Município. Tendo como sócio-gerente Luiz Fratus da Silva, fabrica lonas e pastilhas de freios e revestimentos de discos de embreagem de veículos. Nos últimos anos do século, em crise financeira, demitiu mais de um terço de seus 95 empregados.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 18, 19, 20 e 22;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de decretos nº 15;
3 - Arquivo Público Machadense - pasta "documentos de Oscar Fernandes";
4 - Arquivo Público Machadense - pastas de biografias;
5 - "Folha Machadense" ns. 36 - 1/12/1.974 - pág. 3;
37 - 8/12/1.974 - pág. 3;
88 - 21/12/1.975 - pág. 3;
93 - 8/2/1.976 - pág. 1;
109 - 30/5/1.976 - pág. 3;
135 - 28/11/1.976 - pág. 5;
249 - 11/3/1.979 - pág. 1;
276 - 11/11/1.979 - pág. 1;
289 - 17/2/1.980 - pág. 1;
329 - 29/11/1.980 - pág. 1;
382 - 23/12/1.981 - suplemento;
406 - 19/6/1.982 - pág. 8;
431 - 18/12/1.982 - pág. 1;
443 - 26/3/1.983 - pág. 1;
461 - 30/7/1.983 - pág. 1;
506 - 23/6/1.984 - pág. 1;
554 - 8/6/1.985 - pág. 1;
564 - 17/8/1.985 - pág. 1;
574 - 26/10/1.985 - pág. 1;
609 - 12/7/1.986 - págs. 1 e 13;

639 - 28/2/1.987 - pág. 11;
664 - 15/8/1.987 - pág. 5;
674 - 24/10/1.987 - pág. 3;
683 - 9/1/1.988 - pág. 13;
697 - 16/4/1.988 - pág. 7;
790 - 24/2/1.990 - pág. 12;
812 - 28/7/1.990 - pág. 1;
822 - 6/10/1.990 - pág. 6;
913 - 25/7/1.992 - pág. 5;
937 - 23/1/1.993 - págs. 1, 7 e 8;
1018 - 10/9/1.994 - pág. 8;
1060 - 8/7/1.995 - pág. 11;
1073 - 7/10/1.995 - pág. 1;
1198 - 28/3/1.998 - pág. 1;
1237 - 9/1/1.999 - pág. 14;
1362 - 2/6/2.001 - págs. 12 e 13;

6 - "Jornal da Cidade" nº 6 - maio de 1.985 - pág. 2;

7 - "Jornal de Machado" nº 70 - 21/6/2.002 - pág. 15;

8 - "Jornal do Machado" ns. 19 - 23/11/1.924 - pág. 2;
7 - 8/10/1.933 - pág. 2;

9 - "Luminar Machadense" ns. 17 - 14/2/1.954 - págs. 1 e 2;
34 - 14/11/1.954 - pág. 4;
51 - 8/10/1.955 - pág. 4;
63 - 17/10/1.956 - pág. 3;

10 - "Minas Geraes" de 14/6/1.912 - pág. 7;

11 - "O Imparcial" nº 72 - 27/1/1.952 - pág. 2;

12 - "O Machadense" ns. 104 - 2/6/1.934 - pág. 23;
682 - 11/5/1.958 - pág. 4;
733 - 17/5/1.959 - págs. 1 e 4;
746 - 16/8/1.959 - pág. 1;
828 - 7/5/1.961 - pág. 1;
858 - 26/11/1.961 - pág. 1;
865 - 14/1/1.962 - págs. 1 e 4;
872 - 4/3/1.962 - pág. 1;
874 - 23/3/1.962 - pág. 6;
907 - 10/2/1.963 - págs. 1, 4 e 5;
924 - 17/1/1.965 - pág. 3;
930 - 28/2/1.965 - pág. 5;
997 - 19/6/1.966 - pág. 1;
5 - 21/3/1.971 - pág. 2;
11 - 2/5/1.971 - pág. 1;
12 - 9/5/1.971 - pág. 4;
13 - 16/5/1.971 - pág. 1;
17 - 13/6/1.971 - pág. 1;

13 - O Patriota" nº 12 - fev./abril de 1.948 - pág. 3;

14 - Revista "Imagem e Conteúdo" ns. 6 - jun.jul. de 1.997 - págs. 24/25;

13 - fev./março de 1.998 - págs. 10/11;
15 - “Transparência” nº 2 - set. de 1.998 - pág. 8.

B - **secundárias**
1 - Centro Industrial do Brasil - “O Brasil - Suas riquezas naturaes - Suas industrias” - vol. II - impressores: M. Orosco & C. - Rio de Janeiro, 1.908, pág. 51;
2 - José Matzner - “Guia do Sul de Minas” - Oficinas Gráficas Folha de Minas, Belo Horizonte, 1.951, págs. 167/168;
3 - Manoel Francisco Pinto Pereira (organizador) - “O Sul de Minas - Almanach moderno, de Propaganda e Estatística dos Municípios Sul-Mineiros” - fascículo 2º - município do Machado - Estabelecimento Graphico Casa Mayença, Cruzeiro, SP, 1.913 - pág. 11;
4 - Nélson de Senna - “Annuario de Minas Geraes” - 1.913 - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.913, pág. 521;
5 - Nélson de Senna - “Annuario de Minas Geraes” - 1.918 - tomo 2º - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.918, pág. 913;
6 - Rodolpho Jacob - “Minas Geraes no XXº Seculo” - vol. I - Gomes, Irmão & C., Rio de Janeiro, 1.911, pág. 318;
7 - Víctor Silveira (organizador e editor) - “Minas Geraes em 1925” - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, págs. 951 e 1.348.

****

INDÚSTRIA NO SÉCULO XX - II

1) - Cerâmicas e similares.
2) - Serralherias e similares.
3) - Fábricas diversas.
4) - Incentivos à industrialização.

****

1 - **Cerâmicas e similares**.

Em 1.903, José Paulino da Costa tinha uma olaria na Rua Santos Silva.

Lembre-se a fábrica de artefatos de cimento e granito artificial de Tirteo Ferdinando Zanon, montada em 1.932, que funcionava nos fundos de sua residência, na antiga Rua 21 de Abril. Nela se produziam altares, bancos de jardim, castelinhos, fontes luminosas, ladrilhos, túmulos, etc.. Em 1.965 foi vendida para Bias Souza Dias e, algum tempo depois, extinta. O irmão daquele, Aureliano Zanon, teve uma olaria.

Na Rua do Curtume ficava a cerâmica do Joaninho, de que não tenho outras informações. Em 1.955, Rúbens Pinto Garcia montou na atual Avenida Comendador Lindolfo de Souza Dias a *Cerâmica Santa Clara*, depois denominada *Cerâmica São Sebastião*, de Sílvio Embelino.

Clóvis Araújo Dias, na segunda metade da década de sessenta, desenvolveu com Benedito Carvalho Vilela pequena fábrica de tijolos prensados, que se encaixavam uns nos outros dispensando argamassa, e continham orifícios para passagem de ferros e fios.

Provavelmente nos anos sessenta foi criada a fábrica de

bloquetes e manilhas da Prefeitura. A lei 603, de 29/10/85, autorizou pagamento a Alencar Domingues Pinto pelo uso do imóvel em que ela funcionava. A lei 962, de 14/4/94, permitiu abertura de concorrência pública para sua exploração.

Em 1.973, Benedito Carvalho Vilela criou a fábrica *Artefatos de Cimento Vilela*, instalada provisoriamente na Rua Dom Hugo. A lei 180, de 7 de agosto do ano seguinte, facultou doação a ela de terreno na Avenida Santa Cruz.

A lei 1.234, de 1/7/99, autorizou fosse doado terreno no Jardim Chamonix a *Center Pedras Decorativas Ltda.*, para implantação de indústria.

A título de curiosidade, menciono duas leis locais que buscaram interferir na atividade em estudo: a 103, de 26/9/27, obrigou os transportadores de tijolos e telhas a empilhá-los de modo conveniente; a 183, de 5/9/74, estabeleceu dimensões para feitura de tijolos, sujeitando os infratores a multa e suspensão da licença para trabalhar.

2 - **Serralherias e similares**.

Das ferrarias existentes na Cidade no início do século, lembrem-se a anexa à fábrica de tecidos, na Rua Coronel Azarias, de funcionamento intermitente como ela; a de Gustavo Fulgêncio Carneiro, na Rua Santos Silva, logo fechada com sua mudança para São Paulo; a de Leone Bellini, na antiga Rua da Indústria e depois na Rua Joaquim Teófilo. Seguiram a profissão do último o neto Arthur Bellini, na Rua do Ramo, e Antônio (*Totonho*) Bellini, também bombeiro, na Avenida Santa Cruz. Homero Costa cita ainda a oficina de Mestre Luciano, preto forro, de início na Rua Santos Silva e depois na Rua do Ramo; a de Pedro Alves Ribeiro, na atual Rua Silviano Brandão, sucedido pelo filho Alberto Alves Ribeiro e pelo neto Aloísio Alves Ribeiro, que a mantinha até o final do período em estudo. Em 1.913 estava em atividade na Rua do Ramo a ferraria de Samuel & Marcos. Foi ferreiro Vitório Rossetti, que ignoro onde trabalhava.

Da segunda metade do século passado, entre vários estabelecimentos do gênero, menciono: *Estruturas Metálicas Brigagão*, de Ciro Brigagão e outros, na Avenida Arthur Bernardes; *Lurifer Corsil Ltda. Serralheria Artística e Industrial*, na Rua XV de Novembro; *Mecânica Cruzeiro*, de José Fernandes da Fonseca, na Rua Alagoas; *Oficina e Serralheria Limeira*, de Eusébio Souza Dias e Reginaldo Ferreira Dias, na Rua Coronel Francisco Vieira; *Oficina Paulifer*, na Rua Mozart da Silva Pinto; *Plani Estruturas Metálicas* e *Serralheria Metalfort*, na Rua Dom Hugo; *Serralheria Mantiqueira*, de Carlos Moura, e *Serralheria Artística Tom e Joca*, na Rua Sete de Setembro; *Serralheria Senzala* e *Serralheria Ramos*, na Avenida Ricardo Annoni Filho; *Serralheria Vieira-Fer Ltda.*, na Rua Professor José Maria; *Serralheria Nawai*, de Oswaldo Nawai, em local que ignoro.

3 - **Fábricas diversas**.

Houve cá ao menos duas fábricas de caixas de papelão: a de Wálter Bartolomeu Dias, mais antiga, e a *São José*, de Olímpio Abrão, aberta em 1.956.

Em 1.955, sob a direção do químico Daniel Gomes, montou-se na Rua Cel. Francisco Vieira fábrica de sabões e sabonetes, anexa a um frigorífico. No mesmo ano, foi inaugurada na Rua Santos Silva a *Fábrica de Papelão MIC*, de Maciel, Irmão & Cia., sociedade de Eurico Souza Dias e filhos. Dez anos depois, com a saída de João Maciel Dias, ela passou a chamar-se *Fábrica de Papelão São Gabriel*. Esteve inativa por mais de um período na década de setenta. Voltou a funcionar em 1.978, sob o nome de *Scanpel - Ind. e Com. de Papel e Papelão Ltda*., ao ser adquirida por argentinos, que menos de dois anos após transferiram daqui seus equipamentos.

Marcelo Vieira, Maurício Vieira e Paulo Pereira adquiriram em Campinas, no ano de 1.957, fábrica de espanadores e vassouras. Na década seguinte, João Roberto de Carvalho teve aqui uma indústria similar. Entre 1.986 e 1.987, Marcos A. F. Sarques produziu cabides, rodos, vassouras, tábuas de carne, etc., em oficina na Rua Silviano Brandão. Dois ou três anos depois, com Sebastião Soares de Souza, ele iniciou uma indústria de espuma, a *Marsesp*, na Avenida Othon Dias.

Clóvis Araújo Dias, em mais uma de suas experiências, abriu em 1.966 na Fazenda Angolinha uma destilaria de essências aromáticas, para extrair óleo de sassafrás e de certas raízes, destinado ao fabrico de detergentes, perfumes e remédios. Em 1.968, José Flávio de Moraes iniciou no Douradinho pequena fábrica de colchas e cobertores, que não foi adiante.

Em 1.984 o Município cedeu terreno no aeroporto à Coopama e à F.E.M. para instalação de usina de álcool hidratado, sob assistência do Ministério da Indústria e Comércio, mas o projeto não foi bem sucedido. Em dezembro de 1.988 inaugurou-se a fábrica de rações da Coopama, já referida noutro capítulo.

Começou a funcionar em meados de 1.991 a indústria *SAO Minas*, de André Costa Dias Júnior e outros, produtora das velas *Santa Fé*. Instalada nas antigas dependências do Pastifício Santa Amália, na Rua Cel. Francisco Vieira, tinha quase 40 empregados e usava parafina da Bahia. Durou poucos anos.

Vinda de São Roque de Minas em 1.994, uma seção da indústria de materiais esportivos *Cambuci*, que já tinha fábricas em Camanducaia e Três Pontas, ocupou provisoriamente o prédio da extinta *Perijo*, gerando de início 100 empregos, depois aumentados e reduzidos. Em 13 de setembro do ano seguinte inaugurou galpões no distrito industrial, doados pelo Município, nos quais, até o final do período em estudo, produziu chuteiras e tênis das marcas *Asics* e *Penalty*.

A lei 1.134, de 29/12/97, autorizou o Executivo a doar à empresa *Geostash - Produtos, Insumos e Serviços Ltda*. terreno no aeroporto, destinado à implantação de indústria de beneficiamento de resíduos industriais. O decreto 1.387, de 8 de julho do ano seguinte, permitiu-lhe usar galpão no mesmo local. Parece-me que não chegou à atividade.

A *BJ Farmacêutica Ltda*., sociedade formada por José Jair Coelho, irmãos, André Costa Dias Júnior e um grupo de portugueses, para fabricação de gelo medicinal, ganhou terreno na Rua Mozart da Silva Pinto, conforme a lei 1.239, de 3/8/99, para construção de sua sede, inaugurada em maio do ano seguinte. Ainda não havia começado a operar no fim do século.

4 - **Incentivos à industrialização**.

Ao que suponho, a lei 109, de 21 de março de 1.952, foi o primeiro instrumento do poder público local para atrair indústrias, isentando de impostos as que cá se instalassem.

A lei estadual 3.616, de 30 de novembro de 1.965, criou a *Cidade Industrial do Município de Machado*. Determinou que, para tanto, o Governo adquirisse terreno e nomeasse comissão incumbida das providências indispensáveis à instalação, competindo-lhe:
I - escolher a área a ser desapropriada ou recebida em doação;
II - elaborar o plano diretor da Cidade Industrial;
III - fixar o preço dos lotes a serem vendidos ou aforados.
Acrescentou que deveriam ser promovidos entendimentos para assegurar-lhe energia elétrica, assistência técnica e recursos financeiros. Estabeleceu que as despesas decorrentes seriam atendidas com o produto da venda ou do aforamento dos lotes, e com a verba do imposto do minério devido ao Município. Ficou só no papel...

A lei 118, de 29 de dezembro de 1.972, revogou a 109, acima referida, concedeu estímulos fiscais e estipulou suas condições. A 142, de 30 de julho de 1.973, criou o Conselho Municipal de Desenvolvimento, que tinha, entre outros objetivos, o de formular propostas para a industrialização do Município.

Na década de setenta, em euforia econômica, a Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI-MG) implantou 24 deles no Estado. A lei local 211, de 20 de março de 1.975, autorizou assinatura de convênio com ela, para que também aqui se formasse um. Anunciou-se a escolha de terreno de 400.000 m2., perto do aeroporto, que o Município compraria e lhe repassaria, a fim de integralizar ações a serem subscritas de seu capital social. Inscrita no I.N.D.I. - Instituto Nacional de Desenvolvimento Industrial, a Prefeitura publicou no ano seguinte, em parceria com ele, o livreto "*Machado - Informações Básicas para Investidores*", buscando possíveis interessados na formação de nosso parque industrial. Infelizmente os esforços não deram resultado, e a

recessão dos anos seguintes restringiu ao âmbito doméstico as tentativas de aqui abrir fábricas e gerar empregos.

Ainda na década de setenta, depois de pronto o trecho da rodovia BR-267 junto da Cidade, reservou-se área acima do trevo, não delimitada "*a priori*", para instalação de indústrias. Vários terrenos ali se doaram, sem o retorno econômico esperado. Em mistura criticável, nela também se construíram bairros residenciais. Textos legais diversos autorizaram a compra ou declararam de utilidade pública terrenos de Décio Gonçalves do Lago, João Gonçalves do Lago e José Herculano do Lago, na antiga Fazenda Boa Fé, para implantação do distrito industrial ou feitura de casas populares (v. g., lei 418/80, lei 601/85, dec. 722/85).

A lei 654, de 8 de abril de 1.987, criou formalmente o distrito industrial de Machado, em áreas já pertencentes ao Município, no Bairro Boa Fé, às margens da BR-267, com 48.400 e 12.350 m2.. Deu-lhe o nome de "*José Leite da Silva*" e autorizou o Executivo, ouvido o Conselho Municipal de Desenvolvimento, a doar lotes dele. Posteriormente, decretos declararam de utilidade pública outros terrenos, a fim de ampliá-lo (981/90, 982/90, 989/90, 1.048/91, 1.328/97, 1.458/99). Também no Jardim Chamonix, no Bairro Ouro Verde e na Rua do Curtume o Executivo preparou a desapropriação de imóveis para instalação de fábricas (decretos 818/88, 850/88, 1.006/90).

Em 1.996, a ACIAM e empresários quiseram criar aqui um núcleo de confecções infantis, reunindo num só local os cerca de 45 estabelecimentos do setor. Postularam do Município a feitura de galpões, com creche e centro de treinamento de mão-de-obra. O decreto 1.327, de 30 de junho do ano seguinte, chegou a declarar de utilidade pública terreno na Avenida Renato Azeredo para essa finalidade, que todavia não se concretizou. Nos últimos anos do século, causou polêmica a doação de vários terrenos no fundo do Parque de Exposições a pequenas indústrias.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - "A Reforma" - anno IV - nº 2 - 12/1/1.902 - págs. 3 e 4;
anno V - nº 7 - 15/2/1.903 - pág. 4;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 7, 14, 15, 19, 20 e 21;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos ns. 17 e 18;
4 - Arquivo Público Machadense - livro 65: "Leis da Câmara Municipal - 1.912 a 1.932";

5 - “Boletim Informativo da Prefeitura Municipal de Machado nº 1 - julho de 1.973 - pág. 4;
6 - “Estado de Minas” - exemplar de 29/1/1.995 - pág. 6;
7 - “Folha Machadense” ns. 28 - 6/10/1.974 - pág. 2;
51 - 23/3/1.975 - pág. 3;
68 - 3/8/1.975 - pág. 1;
85 - 30/11/1.975 - pág. 8;
240 - 7/1/1.979 - pág. 1;
247 - 25/2/1.979 - pág. 1;
307 - 21/6/1.980 - pág. 1;
315 - 16/8/1.980 - pág. 10;
500 - 12/5/1.984 - pág. 1;
505 - 16/6/1.984 - pág. 9;
575 - 2/11/1.985 - pág. 1;
656 - 20/6/1.987 - pág. 5;
668 - 13/9/1.987 - pág. 3;
969 - 25/9/1.993 - pág. 12;
997 - 16/4/1.994 - pág. 3;
1023 - 15/10/1.994 - pág. 14;
1042 - 4/3/1.996 - pág. 1;
1162 - 5/7/1.997 - pág. 7;
8 - “Jornal da Cidade”nº 1 - junho de 1.984 - pág. 8;
9 - “Jornal do Machado” nº 24 - 17/10/1.937 - pág. 2;
10 - “Luminar Machadense” ns. 38 - 23/1/1.955 - pág. 4;
44 - 29/5/1.955 - pág. 4;
51 - 8/10/1.955 - pág. 4;
52 - 29/10/1.955 - pág. 4;
63 - 17/10/1.956 - pág. 3;
77 - 19/6/1.957 - pág. 1;
11 - “Minas Gerais” - exemplar de 1/12/1.965 - pág. 2;
12 - “O Empresário em Destaque” nº 3 - junho de 1.993 - pág. 5;
13 - “O Imparcial” nº 49 - 1/10/1.950 - pág. 2;
14 - “O Machadense” ns. 104 - 2/6/1.934 - pág. 15;
928 - 14/2/1.965 - pág. 3;
960 - 29/6/1.965 - pág. 5;
998 - 26/6/1.966 - pág. 2;
121 - 1/7/1.973 - pág. 1;
15 - “O Popular” nº 27 - 28/8/1.927 - pág. 4;
16 - “Tribuna Machadense” ns. 80 - 23/7/1.983 - pág. 1;
83 - 13/9/1.983 - pág. 9.

B - **secundárias**

1 - Homero Costa - “Contribuição à História de Machado” - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem menção de data e local, pág. 19;
2 - I.N.D.I. e Prefeitura Municipal de Machado - “Machado - Informações Básicas para Investidores” - 1.976 - sem menção de editora;

3 - José Matzner - “Guia do Sul de Minas” - Oficinas Gráficas Folha de Minas, Belo Horizonte, 1.951, pág. 169;
4 - Manoel Francisco Pinto Pereira (organizador) - “O Sul de Minas - Almanach moderno, de Propaganda e Estatística dos Municípios Sul-Mineiros” - fasc. 2º - mun. de Machado - Oficina Graphica Casa Mayença, Cruzeiro, SP, 1.913, pág. 24;
5 - Olímpio Abrão - “Crônicas” - 1.997 - sem menção de editora, pág. 55.

****

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AUTÔNOMOS NO SÉCULO XIX

1) - Ressalva.
2) - Prestadores de Serviços no Machado.
3) - Prestadores de Serviços no Douradinho.

****

1 - **Ressalva**.

Este é um capítulo residual: noutros já foram mencionados prestadores de serviços, no período de que se cuida, nas áreas do funcionalismo público, da saúde, da religião, da justiça, do ensino, etc.. Para não ser repetititivo, a eles remeto o leitor.

2 - **Prestadores de Serviços no Machado**.

Recenseamento feito em 1º de agosto de 1.873 encontrou na Paróquia do Machado 976 lavradores, 425 costureiras, 355 fiandeiras, 111 cozinheiras, 90 carpinteiros, 53 tropeiros, 46 negociantes, 37 carreiros, 35 alfaiates, 33 tecelões e tecelãs, 31 lavadeiras, 31 pedreiros, 23 sapateiros e seleiros, 14 ferreiros, 13 músicos, 11 jornaleiros, 9 feitores, 8 chapeleiros, 7 caixeiros, 6 ourives, 5 caldeireiros, 5 marceneiros, 5 trançadores, 4 empregados públicos, 4 engomadeiras, 4 fogueteiros, 4 pintores, 4 professores, 3 campeiros, 3 paneleiras, 3 parteiras, 3 serralheiros, 3 telheiros, 2 arreadores, 2 boticários, 2 dentistas, 2 floristas, 2 padres, 1 administrador, 1 engenheiro, 1 mineralogista, 1 retratista, 1 taipeiro, 3 mendigos e 1.575 pessoas sem profissão.

O "*Almanach Sul-Mineiro para 1874*" arrolou aqui:
alfaiates - Antônio Barbosa de Lima, Antônio Marianno da Silva, Benedicto de

Souza Queiroz, Domingos Conde, Francisco Honório Pereira, Generoso José Messias, Joaquim Antônio Pereira, José Eufrosino Soares, José Geraldo Athanásio, Josias Soares de Camargo, Targino Camillo de Oliveira e Valerianno Pinto Martins;
caldeireiros - Braz Italiano e João Baptista Milleo;
carpinteiros - Antônio Luiz Ferreira, Antônio Rodrigues da Cunha Bastos, Antônio Silvério de Faria, Benedicto Xavier de Mesquita, Francisco Antônio Saraiva, Francisco João, Francisco de Paula Cesário, Francisco Soares de Assis, João Lemes de Souza, João Soares Moreira, Joaquim Carneiro Xavier, Joaquim Francisco de Camargo, Joaquim Francisco Sabino, Joaquim José Teixeira, José Antônio Pereira, José Antônio Pereira Neto, José Gomes de Oliveira, José Joaquim Cesário, Marcianno José dos Santos, Maximianno Cândido Ferreira, Mizael de Souza Dias, Porfírio Soares de Camargo e Zeferino José de Almeida;
ferradores - Ernesto Borges de Almeida e João Damasceno Penha;
ferreiros - Cândido Marinho da Cruz, Domicianno Rodrigues de Souza, João Ferreira Damasceno, José Joaquim Machado, José Pedro da Silva, Prudencianno Francisco Pereira e Zeferino de Souza Soares;
fogueteiros - José Francisco de Lima, José Januário Villas Boas, Mizael Domingues de Carvalho e Venerando Gomes de Oliveira;
hoteleiro - Manoel Eloy da Silva Passos;
marceneiros - Bernardo José de Souza, Mizael de Souza Dias e Vicente Cândido Ferreira;
oleiros - Américo Felisardo da Costa, Antônio Bernardes Vieira, José Baptista da Silva, Manoel Jacintho dos Santos, Maria Umbellina de Souza e Zeferino da Silva Campos; (destes, destacou os estabelecimentos cerâmicos, daqui e da Campanha, com motores hidráulicos, montados com aperfeiçoadas máquinas vindas da Europa e Estados Unidos, ambos recentemente fundados);
ourives - Antônio Ferreira de Oliveira, Francisco Ferreira Bressane, José Antônio Pereira, José de Araújo Brito, José Manoel Bressane, Justinianno Orestes Bressane e Prudencianno Francisco Pereira;
pedreiros - Antônio Ferreira da Silva, Francisco José da Cunha, João Francisco Tavares, Joaquim Gonçalves da Costa, José Antônio Ferreira, José Ferreira da Silva, José de Souza Lima, Marcellianno de Paiva Penha e Simão José da Cunha;
pintor - Miguel José de Souza;
retratistas - Adolpho da Silva Guerra e José Manoel Bressane;
sapateiros - Fortunato Gomes de Oliveira, Francisco Diogo Tavares, João Baptista dos Santos, João da Silva Lopes Casaca, João Simplício de Santa Anna, Joaquim José de Souza Bandurra, Jorge Gomes de Souza e Targino Camillo de Oliveira;
seleiros - Antônio Bernardes Pereira, Belisário Borges de Almeida, Galdino Raphael de Macedo, Guilherme Antônio de Lemos, João Baptista da Cruz, João Bernardes da Silva, José Bernardes de Oliveira e Manoel Vieira Cortez.

Dez anos depois, o mesmo almanaque de Saturnino da Veiga registrou, além de outros, já mencionados acima:
alfaiate - Jonas José Soares;
barbeiros e cabeleireiros - Emílio Polycarpo Ferreira e Zeferino de Souza Soares;
ferradores - Antônio Serralho, Emílio Polycarpo Ferreira, Francisco Pereira da Rocha e Joaquim Lavra;

ferreiro - José Calisto;
hoteleiros - Antônio Alexandre de Miranda e Emílio Polycarpo Ferreira;
oleiros - João Carvalho de Macedo, Joaquim Carlos Alves e José Pedro do Lago;
seleiro - Adolpho da Silva Guerra.

O "*Sexto Districto*", em 1.894, tinha anúncio do alfaiate João Zeferino Soares, estabelecido no Largo da Matriz. Oscar Fernandes anotou que, a partir de dezembro de 1.898, o hotel local esteve sob a responsabilidade da firma de Carvalho Fernandes.

3 - **Prestadores de Serviços no Douradinho**.

O "*Almanach Sul-Mineiro para 1874*" citou na Freguesia do Douradinho:
carreiros - Jerônimo José Monteiro, João Cândido da Silva, João Fernandes Paredes, Joaquim Hilário Tavares, José Alves Lima e Manoel José Ferreira;
costureiras - Anna Carolina do Espírito Santo, Delfina Tavares dos Anjos, Francisca Theodora de Jesus, Maria Cassiana Pereira, Maria Clara Pereira, Maria do Carmo Lopes de Vasconcellos, Maria Euzébia de Moraes e Messias Cândida Lopes de Vasconcellos;
ferreiros - Manoel Paulino do Nascimento e Vicente Rodrigues Vaz;
oleiro - Ignácio Euzébio Militão;
rancheiros - Antônio Domingues Pinto, Emygdio Mendes Pereira, Francisco Ferreira de Tolledo, Ignácio Euzébio Militão, João Gonçalves Correia, José Custhódio Casimiro e Theodoro Martins de Araújo;
sapateiros - Balbino de Paula Barbosa e Patrício de Moraes Salgado;
seleiros - Antônio Borges de Carvalho e Joaquim Antônio Xavier.

Em 1.884, o mesmo almanaque de Saturnino da Veiga mencionou:
fogueteiro - Tristão Antônio da Costa;
oleiro - Francisco Affonso de Souza;
sapateiro - Sabino Pereira Silva.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, nº 92 - 28/9/1.873 - pág. 3;
2 - "Sexto Districto" nº 5 - 5/9/1.894 - pág. 4.

B - **secundárias**
1 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanach Sul-Mineiro para 1874” - Typographia do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.874, págs. 33, 149/151 e 165/166;
2 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanak Sul-Mineiro para 1884” - Typographia do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.884, págs. 234/236 e 245.

****

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AUTÔNOMOS NO SÉCULO XX

1) - Ressalva e dados genéricos.
2) - Administradores de imóveis e despachantes.
3) - Alfaiates e costureiras.
4) - Barbeiros, cabeleireiras e manicures.
5) - Carpinteiros e marceneiros.
6) - Construtores, engenheiros civis e arquitetos.
7) - Contabilistas.
8) - Fotógrafos.
9) - Hoteleiros.
10) - Mecânicos e eletricistas diversos.
11) - Sapateiros.
12) - Seleiros.
13) - Tipógrafos.

****

1 - **Ressalva e dados genéricos**.

Este é outro capítulo residual: noutros já foram referidos prestadores de serviços, no século passado, nas áreas do ensino, do funcionalismo público, da justiça, da religião, da saúde, etc.. A eles remeto o leitor.

É preciso ter em conta que a separação das atividades por capítulos tem mera finalidade descritiva, pois muitas delas envolvem também indústria e comércio.

De acordo com o jornal "*Cidade do Machado*", em 1.911 existiam aqui 4 alfaiatarias, 5 barbearias, 5 ferrarias, 4 funilarias, 4 olarias, 2 máquinas de beneficiar arroz, 2 marcenarias, 3 ourivesarias, 3 padarias, 3 sapata-

rias, 4 selarias e 2 tipografias.

O "*Annuario Estatistico*" da Secretaria da Agricultura informou que em 1.921 era cá de 7$000 o salário médio dos alfaiates, carpinteiros, ferreiros e sapateiros; de 8$000, o dos marceneiros e pedreiros.

Conforme o SEBRAE, nos últimos meses de 1.999 foram cadastradas no Município 277 empresas de serviços, que davam ocupação a 1.636 pessoas. Assim se dividiam: hotéis, restaurantes, lanchonetes, bares e similares - 89; de atendimento contábil, engenheiro, jurídico, publicitário, etc. - 54; de atenção à saúde - 42; de tratamento de beleza e manutenção físico-corporal - 42; de manutenção e reparo de veículos automotores - 38; de manutenção e reparo de objetos pessoais e domésticos - 31; recreativas, culturais e desportivas - 14; educacionais - 8. As somas dos itens supera o número por primeiro indicado, de certo por terem várias delas mais de uma atividade.

2 - **Administradores de imóveis e despachantes**.

Só nas últimas décadas do século passado a Cidade teve imobiliárias, sendo a maioria de curta duração. Em 1.976 foi aberta a *Alugmóveis*, de Carlos Roberto Xavier de Carvalho e Ednan Augusto de Souza Júnior; em 1.978, a *Morada do Sol*, de José Paulo dos Santos; em 1.981, a *Machadense*, de Dimas Signoretti e Josino Magalhães; em 1.983, a *Primavera*, cujos donos ignoro; em 1.987, a *Alvorada*, de Magalhães e Oliveira Ltda.; e, por fim, a *Coadi*, de Reinaldo de Almeida, e a *Santa Clara*, de Mírian Westin Garcia, além da de Arnaldo da Silva.

Dentre os escritórios de despachantes, da mesma época, posso mencionar: *Marcondes*, *Minaslex*, *Real*, *Rota* e *Tiradentes*.

3 - **Alfaiates e costureiras**.

Da primeira década, lembrem-se Víctor Celeghin, que tinha alfaiataria anexa ao *Bazar Veneziano*, na atual Rua Prof. Francisco Raphael; Augusto Soares (mais modesto, segundo H. Costa), na Barão do Rio Branco; Cândido Costa, que participou do 1º Congresso Operário, em 1.906, como representante da Liga dos Artistas Alfaiates.

Ernestino Vieira Juntolli, cuja oficina ficava na Rua Astolpho Pio, foi para São Paulo em época que ignoro. Em 1.923, no Largo da Matriz, estava a *Alfaiataria Art Nouveau*, de Corrêa & Vasconcellos, sob a direção de Zoroastro Vasconcellos, que depois se chamou *Alfaiataria Vasconcellos*. No mesmo local, a *Alfaiataria Paiva Reis*, de Octaviano de Paiva Reis, que, adquirida no final de 1.924 por Garibaldi de Aquino, passou a chamar-se *Alfaiataria*

Garibaldi. Ainda nos anos vinte, a *Alfaiataria Brandão*, de Leopoldo Brandão, esteve nas ruas XV de Novembro e Joaquim Teófilo; a *Alfaiataria Rezende*, de Belmiro Rezende, na Rio Branco e na Astolpho Pio.

Da década de trinta, recordem-se a *Alfaiataria União*, de Benedito Neves, a de Benício (*Nício*) Carvalho e a de Urias Francisco Nery. No Douradinho, trabalhou também como alfaiate o professor Luiz Corrêa de Toledo Júnior. Em meados do século, exerciam o ofício, entre outros, Eloir Vilela Magalhães, Haroldo Rodrigues, Jairo Gonçalves, José Cândido de Lima, José Gonçalves e José Ribeiro ("*Zé Paletó*"). Das últimas décadas, menciono Edemar de Souza e José Funchal.

Dentre as costureiras mais antigas, Homero Costa destaca Ambrosina (*Deca*) e suas filhas Emerencianinha, Lídia e Zulmira; Mariquinhas Bernardes e suas filhas Alvina Reis e Cotinha Monteiro; Alice Pimentel, Marieta Nobre e Ritinha Verdade; as irmãs Emerita Dias, Ermelinda Dias e Ernestina Dias, bem como a prima destas, Nenem Vita, especializada em bordados. Da década de trinta, lembrem-se Elza Hagemann, Maria Hagemann e Eunice Nogueira, estabelecidas na Rua Barão do Rio Branco, Adalgisa Zanon e Maria Augusta Oliveira Machado (*Oliveira*). Ainda na primeira metade do século começaram a trabalhar Andréa Vieira Reis, Gilda Dias, Glicéria Araújo Dias, Maria Cesária Bellini e Zizinha Vilela Magalhães, entre outras. Em Douradinho, cite-se Dorvalina Loreto. Do final do século, lembro: Aparecida Paiva Grilo, Conceição Coelho, Eluz Augusta de Souza Gonçalves e Sebastiana Vieira.

4 - **Barbeiros, cabeleireiras e manicures.**

Nos primeiros anos do século passado, anexo ao ateliê fotográfico de Benério Passeri, havia um salão de barbeiro. Por volta de 1.913, no Largo da Matriz, ficava o estabelecimento de Ignácio Antônio Pereira, *A Navalha Elétrica*.

João Carvalho cita os seguintes profissionais já em atividade antes de 1.930: Alencar Verne, Antônio (*Tonico*) Mendes, Boanerges de Carvalho, Edmundo Deambrozzi, Ednan Soares, Epitácio Carvalho, Francisco Lázaro Pereira, Giuseppe (*Beppe*) de Carli, João Mendes (*Português*), José Bernardes Júnior, José Mesquita e Luís de Paiva. Ainda na primeira metade do período em estudo começaram a trabalhar Florestan Cândido de Oliveira, Francisco Geraldo do Lago (*Xixi*), Helvécio Lúcio Brigagão, Marcelo Caramuru de Carvalho e Vivaldi Brandão, entre outros. De Douradinho, cite-se Sebastião Tavares.

Da segunda metade, lembro Alexandre de Paiva Grillo, Genyr Paulino, José Antônio Marin, José Carlos Magalhães (*Quininha*), Josias Araújo Dias, Pedro da Silva e Waldomiro Generoso Policarpo.

Quanto aos salões para mulheres, o mais antigo de que

tive notícia foi o *Santo Antônio*, de Judith Nogueira, situado na década de trinta em frente do Centro Machadense. Já na primeira metade do século, iniciou o atendimento Zina Neves. Da segunda, posso citar, além de outras cabeleireiras e manicures, Ângela A. Rodrigues, Aparecida Helena Soares, Arlete Gouveia, Elenice C. Siqueira Caixeta, Maria Aparecida Azevedo, Neide Luz, Nilce Rodrigues, Orlinda Iracema, Regina Botazini Ribeiro, Simone Queiroz, Vani Soares e Vera Nogueira da Silva.

As leis 85, de 22/4/1.923, e 3, de 19/2/1.948, regularam o horário de funcionamento dos salões de barbeiros e cabeleireiras da Cidade.

5 - **Carpinteiros e marceneiros**.

Dos que começaram a trabalhar na primeira metade do século, podem ser lembrados: os irmãos Alfeu e Wálter Carvalho; Antônio Paulino Rodrigues (*Periquito*) e filhos; Arthur e José (*Juca*) Bressane; os irmãos Aureliano e Leopoldo Zanon; Bartolomeu Soares de Camargo e os filhos Antenor, Ataliba, Isaltino e João; Clemente Marcovig e os filhos Hugo e Mário; Graciano Ferreira de Carvalho; Herculano Pereira; Hermenegildo e João Legnani; Izaltino Câncio de Souza; João Cândido de Oliveira; João Theodoro Ferreira; Jerônimo Todescato; José Scalenghi; Pedro Alves Ribeiro (*Pedroso*); e Walfrido Pimentel. Na Rua Olímpio Pereira funcionou a fábrica de móveis *União*, de Carvalho & Filho. De Douradinho, registro Joãozinho da Linota, João de Deus Tavares e seu filho Odilon de Oliveira Tavares.

Dos mais recentes, citem-se: Arquimedes A. Pereira; Francisco Geraldo Alves; Gilcéio Pegoraro Paes; José Waldecy Paes; Lucilo Manoel Fadini; Miroel Wander da Silva; Romildo Ferreira Carvalho e Rômulo Ferreira Carvalho.

A lei 730, de 2/3/1.990, autorizou a doação de galpão no distrito industrial a *Solar dos Lagos Empreendimentos Mobiliários Ltda*., de Robertson Rodrigues Pereira, para fabricação de móveis, que, iniciada em março de 1.993, não teve continuidade.

6 - **Construtores, engenheiros civis e arquitetos**.

Dentre os construtores, são lembrados Luiz Zanon e seus filhos Tirteo Ferdinando Zanon (mais dedicado a uma fábrica de artefatos de cimento), Aureliano Zanon (também proprietário de cerâmica) e Leopoldo Lorenzo Zanon (igualmente carpinteiro e marceneiro). Citem-se Valentim Romanelli, Mário Romanelli e Anacleto Romanelli; Messias Soares, Ataliba Camargo e João Soares de Camargo (que em 1.924 abriu com o advogado Edgard Lion a *Companhia Territorial e Construtora*, mas depois optou pelo ramo da marcenaria). João

Rodrigues de Carvalho menciona ainda, do período anterior a 1.930, Afonso Tavares Paes, Augusto C. de Oliveira, João Peru, João Sinfrônio, José Sinfrônio e Sinfrônio Leite. O mais produtivo deles foi Waldemar Soares de Camargo, que atuou de 1.919 até a década de sessenta, aproximadamente. José Maria Pereira começou em 1.936 e fez muitas casas. Também exerceram a atividade, entre outros, Ezio Bottazzini e Onofre Gonçalves de Oliveira. No Douradinho muito trabalharam os construtores Ambrósio e Lídio, cujos sobrenomes desconheço.

Embora machadenses já se houvessem formado em engenharia, como Ednan Dias, Édson Dias e Gabriel Teixeira, o primeiro a dedicar-se efetivamente à profissão foi Maurício Vieira. Seguiram-no aqui, na segunda metade do século, além de outros, Astrogildo da Silva Dias Neto, Denise Engel Madureira Giacchetta, Ednan Augusto de Souza Júnior, Édson Siqueira de Souza, Eli Cardoso, João Roberto Camargo Pinto, Joaquim Paulino da Costa Neto, Marcelo Carvalho Bottazzini, Nelma Soares Ribeiro, Paulo Luiz Nery, Pedro Paulo Pereira, Sérgio Luiz de Carli e Zamir Prado de Oliveira. Dos arquitetos, posso referir Eduardo Camargo Mello, Flávio Camargo e Júlio César Moreira Pinto.

7 - **Contabilistas**.

Dentre os antigamente chamados guarda-livros, lembrem-se Alcírio de Almeida Gonçalves, Américo Signoretti, Dalmo Andrade, Délio de Carli, Erecy Ribeiro de Paiva, Felipe Nazário, João Batista Swerts, José Bento de Andrade, José Bernardes, Luciano Vilhena, Manoel Mendes, Ophélia de Paiva Vieira, Rafael Paulo Ramos, Wálter Mattos Reis e Zilma de Souza Dias. Na Vila trabalhou João Augusto Maciel.

Na segunda metade do século, entre outros, atuaram aqui no ramo da contabilidade Esther Savini Diniz, Fernando Tadeu Penati, Hércules Prado de Paiva, João Batista de Souza Moreira Neto, Lia Mara Ferreira Martins, Lourenço Pereira de Aguiar, Márcia Signoretti Godoy, Marcos Antônio Martins dos Santos, Messias Teodoro de Lima, Miguel de Araújo, Miguel de Oliveira Dias, Nadir Corsini, Nancy Moreira Soares, Nicanor Soares, Nílton Salles, Paulo Signoretti, Pedro Carvalho de Souza Diniz, Perácio B. Pereira, Rossimari Corsini de Oliveira, Sandro de Moura Santos, Saulo Alves Brigagão, Sebastião da Silva e Sebastião Gonçalves de Lima.

8 - **Fotógrafos**.

Nos primeiros lustros trabalharam aqui Benério Passeri, também barbeiro, que depois se mudou para a Argentina; João Ferreira Leite; Antônio de Capdevila, espanhol que tinha residência em Pouso Alegre; João Douat e João Douat Filho, que em 1.924 transferiram o ateliê para Alfenas; Theodoro Soares de Oliveira, que exercia várias profissões.

Da década de trinta ao final da de sessenta dominou o mercado local Bruno Bollins. Quando morreu, Arielce Vítor Campos adquiriu seus equipamentos, abrindo a *Foto Campos* em parceria com Acácio de Oliveira Luz. Este permaneceu no ramo até o final do milênio, com a *Foto Ultracolor*, ao contrário daquele.

Por volta de 1.960, Durval Martins Ramos e Francisco Leão tinham a *Foto Estrela do Sul* na Rua Barão do Rio Branco, e Erasto Pereira possuía estúdio na Rua Quatorze de Julho.

Nos anos setenta José Antônio Souza Motta manteve na Cidade por pouco tempo o *Laboratório Tony*, fechado quando foi para Portugal. Na Rua Major Feliciano funcionou a *Foto Zappia*. No restante do período em estudo aqui também atuaram, além de outros, Leny Órfão Morais (*Foto Contato*), Paulo Sérgio Morais da Silva (*Fotoamador*), e os fotógrafos autônomos Raimundo G. Oliveira e Osmar A. Batista.

9 - **Hoteleiros**.

No Largo da Matriz (onde depois se construiu a casa de Gustavo Carneiro Dias - atual nº 53) havia em 1.905 o *Hotel Fernando*, de Fernando de Carvalho. Três anos depois ele foi vendido a João Westin. Homero Costa informa que pertenceu a sucessivas pessoas, entre as quais Manoel Igreja Alves.

Em janeiro de 1.907 "*O Machadense*" noticiou que o *Hotel Macedo*, cuja localização ignoro, fora vendido para o Capitão Aprígio Juvêncio de Souza, de Campos Gerais, passando a chamar-se *Hotel Aprígio*.

Provavelmente na mesma década, mas por poucos anos - ainda segundo H. Costa - existiu o *Hotel Pendão*, de João Pendão de Macedo, na Rua Professor José Cândido.

Em 1.913, conforme o almanaque "*O Sul de Minas*", o único estabelecimento do gênero aqui existente era o *Hotel dos Viajantes*, de Ricardo Annoni, na Rua Astolpho Pio. No ano seguinte ele foi vendido para Gabriel Archanjo da Silveira, adotando o nome de *Hotel Silveira*. Ainda funcionava em 1.919.

"*A Vanguarda*", em 1.915, fez referência ao *Hotel do Fermininho*, de que nada mais sei. No mesmo ano o "*Jornal do Machado*" publicou anúncio do *Hotel Andrade*, de Jorge Andrade, sem mencionar sua localização.

Em 1.918 havia na Rua Astolpho Pio, esquina com Coronel Jacinto, a *Pensão do Schmidt*, dirigida por um alemão.

O "*Annuario Estatistico*" da Secretaria da Agricultura

registrou haver aqui em 1.921 um hotel (com diária média de 8$000), uma casa de cômodos e nenhuma pensão.

A lei orçamentária 92, de 1.924, isentou do pagamento de impostos, por dez anos, o prédio que se construísse na Cidade adequado a hotel confortável, com planta e demais requisitos aprovados pela Câmara.

Na primeira metade da década de vinte instalou-se o *Hotel Cavalcanti*, cujo dono, José Francisco do Rego Cavalcanti, morreu em novembro de 1.924. Da mesma época foi o *Hotel Central*, ou *Hotel Britto*, aos cuidados de D. Edmée de Britto e Zeca Britto, na Praça Antônio Carlos (sucessivamente, conforme Homero Costa, nos prédios que, depois demolidos, deram lugar ao *Hotel Limeira* e à casa de Gustavo C. Dias), ainda ativo em 1.941.

Também no começo dos anos vinte surgiu o *Hotel Machadense*, na Rua Silviano Brandão, esquina com XV de Novembro, sob a direção, por muito tempo, de Maria Felisbina Gonçalves (*D. Mariquinhas Mamede*). Na década de quarenta, adquirido por Tito Palmieri, passou a chamar-se *Hotel Palmieri*.

Depois de inaugurada a ferrovia, em 1.928, Lindolpho de Souza Dias construiu na Avenida Arthur Bernardes um bom prédio para hospedagem, arrendando-o à viúva Elvira Marcellini, que o administrou por alguns anos com a ajuda de duas filhas, sob o nome de *Hotel Marcellini*. Em 1.937 já pertencia a João Perry. Alcírio Gonçalves também o explorou, por período que não sei precisar. Chamava-se *Hotel Minas Gerais* em 1.951.

Nos anos trinta existiram ainda a *Pensão do Commercio*, de Francisco Gonçalves, na Rua Astolpho Pio; a *Pensão Signoretti*, de Ângelo Signoretti, na Rua XV de Novembro; e a *Pensão Americana*, na Rua Joaquim Teófilo, cujo proprietário ignoro.

Foi também Lindolpho de Souza Dias quem edificou o prédio do *Hotel Limeira*, na Praça Antônio Carlos, esquina com Rua Professor Francisco Raphael, inaugurado em 24 de agosto de 1.941. Em 1.948 já era explorado por Simão João Bacha. No início de 1.968 o era pelo Tenente José Britto.

Na segunda metade da década de cinqüenta funcionava na Rua Barão do Rio Branco, 105, a *Pensão Brasil*, sob a responsabilidade de Alcírio Gonçalves. Seu prédio foi mais tarde demolido e ela fechou. Anos depois, na mesma rua, esquina com a Praça Olegário Maciel, houve outra pensão com o mesmo nome, dirigida por Cléria Nery Dias.

Em novembro de 1.963 os donos de pensões e hotéis pediram ao Executivo o fim do imposto de turismo e hospedagem. Dez anos depois, a lei 141, de 30 de julho, concedeu isenção de tributos a hotéis e motéis que

se instalassem no Município.

Nos primeiros meses de 1.971 o *Hotel Limeira* foi vendido para Juvenil Franco da Anunciação, que um ano e pouco depois comprou também o *Hotel Palmieri*. Este, adquirido por José Cássio Nannetti Dias, reinaugurou-se em janeiro de 1.981 com o nome de *Hotel Alterosa*, sob a gerência de Hélio D'Andréa. Em 1.983 seus proprietários passaram a ser Ivone Signoretti e Antônio Ramos de Carvalho.

Na primeira metade da década de setenta funcionava na Rua Cel. Francisco Vieira o *Hotel Brasil*, de que não tenho mais informações. Na mesma época, o *Hotel Limeira* foi comprado por Carlos Roberto de Almeida, e passou a ser gerido por João Garcia Sobrinho. Seu restaurante, aberto para a praça, tomou o nome de *Floresta*. Em 1.989 passou a chamar-se *Colinas Hotel*. Em 1.995 inaugurou novo restaurante, o *Gourmet Self Service*.

Após adquirir e remodelar o prédio do antigo *Marcellini*, Alair Campos e Wálter Palmeira nele abriram em 1.974 o *Minas Hotel*, arrendado para Hélio D'Andréa. Fechado em época que ignoro, reabriu em 1.988, com o mesmo gerente, tendo como sócio administrativo Aluísio Tavares.

Em 1.976 a Cidade possuía sete estabelecimentos de hospedagem. Cinco anos depois, estavam em atividade o *Alterosa*, o *Brasil*, o *Limeira* e o *Minas*, já referidos, e o *Mini-Hotel* - este na Rua XV de Novembro.

A lei 636, de 3/7/86, autorizou o Executivo a comprar e doar terreno para construção de hotel. Complementou-a o decreto 750, de 16 do mesmo mês, que declarou de utilidade pública, para esse fim, imóvel de Alair Campos e Wálter Palmeira, no Jardim Alvorada. Ele foi doado a Hélio D'Adndréa, que não edificou. Por essa época, na rodovia Machado-Alfenas, havia o *Texas Motel*.

Em fevereiro de 1.997 inaugurou-se na Rua Coronel Jacinto, 547, o *Hotel Recanto do Bebê*, de Romilda Carvalho, na verdade uma creche para crianças de 0 a 4 anos.

No último lustro do milênio funcionavam ainda na Cidade o *Mini-Hotel Brasileirão*, de Sidney Alvim, na Rua Major Feliciano, 200, e a *Pensão da Tia Íris*, na Avenida Comendador Lindolpho de Souza Dias, 952.

No Douradinho, em época que não sei precisar, teve pensão José Vasconcelos.

10 - **Mecânicos e eletricistas diversos**.

Da década de vinte, registro a oficina de consertos de

Linato Smânio, na Rua Santos Silva, esquina com Coronel Azarias; da seguinte, a *Santo Antônio*, de Estevam P. dos Santos, na Rua Major Onofre. Talvez um pouco mais recente tenha sido a *Oficina Mecânica "Cici"*, de Iracy Alves Ribeiro, na Rua Coronel Francisco Vieira, esquina com a Praça Ana Margarida, que durou muitos anos. Lembro ainda a *Oficina Baldan*, de Flávio, João e Hugo Baldan, na Rua Silviano Brandão; a *Oficina Brasil*, de Américo Nannetti, na Rua Coronel Francisco Vieira; e a de José Washington Moreira de Carvalho, na Avenida Arthur Bernardes. No Douradinho, trabalhou como mecânico João Toureiro.

Da segunda metade do século, dedicadas apenas a veículos, menciono a *Oficina Irmãos Carvalho Ltda.*, na Praça Dr. Antônio Cândido Teixeira; a oficina de Moisés Venino dos Santos, a *Giclê*, de Clêuber Pereira Gonçalves e a *Auto-Eletro Wape*, de Wander Lima, na Avenida Arthur Bernardes; a oficina de Wander P. Oliveira, na Rua Hércules Prescildo Nannetti; a oficina *Barracarte*, na Rua Coronel Jacinto; a *Auto-Elétrica Colibri*, a *Auto-Elétrica Zapay*, a *Auto-Peças Dupaulinho*, a *Barão Peças e Acessórios*, a *Du Caw Shop-Car Centro Automotivo*, as oficinas mecânicas e funilarias *Paulimê*, *Prado*, *Taraboli* e *do Wágner*, na Avenida Renato Azeredo; a funilaria de João Lúcio Garroni, na Rua XV de Novembro; a *Auto-Elétrica Zé Prego*, na Rua Joaquim Murtinho.

Eletricistas e técnicos pelos anos cinqüenta foram Eufavil Zappia, com oficina na Rua Astolpho Pio, e Carvalho & Silva, na Rua Sete de Setembro. Recordo ainda José Trindade de Oliveira, Mílton dos Santos, Ewaldo Dias, Estelino Augusto de Lima, Jacy de Lima, Francisco Rafael de Carvalho, Durval Rodrigues, João Batista de Lima, José Carlos da Silva e Ricardo Camargo, entre muitos outros. Cabe mencionar, por fim, a *C. Reis Refrigeração*, na Avenida Dr. Feliciano Vieira; a *Refrigeração Paulista*, de José Botazini, na Avenida Plínio da Silva Dias; e a *Refrigerações Paulienne*, na Arthur Bernardes.

11 - **Sapateiros**.

No início do período em estudo havia uma confecção de calçados sob medida anexa à loja de Jerônimo da Silva Passos, na Rua da Máquina. Em 1.907, na Praça Municipal, esquina com Rua Coronel Flávio, ficava a *Sapataria Elegante Ítalo-Brasileira* de João Micheletto (*João Branco*), que também vendia secos e molhados. Na mesma praça, esquina com a atual Rua Profª Maria Justina, localizava-se a *Sapataria A Bota Mineira* de João Deambrozzi (*Fanfulla*), em 1.905 já na Rua Saldanha Marinho (atual Major Onofre). Ela foi adquirida em 1.929 por Ismael de Almeida Filho, que a instalou na Rua Astolpho Pio, nos baixos da casa de Santos Silva. Nesse último ponto, os irmãos "*Bandeira*" - Benedito e Antônio de Paula Ferreira - mantiveram por muitos anos uma sapataria, nos meados do século.

A fábrica de calçados *Aliado*, de Paulo Costa Dias, começou a funcionar em setembro de 1.944, na Praça Getúlio Vargas.

No final da década de quarenta já existia na Rua 21 de Abril, esquina com Joaquim Teófilo, a *Sapataria Progresso*, de Antônio Eugênio de Paiva (*Totonho*), que durou bastante tempo.

Na Vila, são lembrados os sapateiros Ivo Caixeta Cândido e Olímpio de Tal.

A fábrica de calçados *Godoy*, de Gumercindo Godoy e filhos, teve início em 1.952, com a confecção diária de cinco pares de sandálias, em 1.952, na Rua Professor José Vieira. Teve depois outro estabelecimento na Avenida Santa Cruz, e, em épocas diversas, lojas na Praça Antônio Carlos e na Rua Major Feliciano. No início dos anos setenta, com cerca de 40 empregados, produzia diariamente 250 pares de calçados. Fechou em dezembro de 1.983, mas chegou a ser reaberta posteriormente, sem continuidade. A lei 1.269, de 13/12/1.999, autorizou lhe fosse doado terreno no Jardim Chamonix.

Na Escola Profissional La Salle havia uma seção de sapataria, como já mencionei alhures. Foram seus instrutores, entre outros, Domingos Zappia e José Cândido de Oliveira.

Pelos anos cinqüenta e sessenta existiram, entre outras, as pequenas fábricas ou sapatarias *Brasil*, de José Cândido de Oliveira; *Bueno*, de José Bueno; *Ernadete*, de Jessé Alves Campos; *Flamengo*, de Oliveira & Neves; *Para Consertos*, de Alcides Bressane Júnior; *Rio Branco*, de Domingos Zappia; e *Santo Antônio*, de Almeida & Signoretti.

Das últimas décadas do século, lembrem-se a *Sapataria Nossa Senhora Aparecida*, de Anselmo Corsini, a *Sapataria São Marcos*, de Cláudio Pereira da Silva, e a de Ivan Pereira de Oliveira (*Castor*), que funcionaram, entre outros pontos, nas ruas Major Feliciano, Marechal Floriano Peixoto e Arthur Xavier Pedroso, respectivamente.

12 - **Seleiros**.

No começo do século cá trabalhou como seleiro Antônio Oscar de Almeida. Na mesma época, na Rua Santos Silva, ficava a selaria de Francisco Campos dos Santos Silva.

Da década de vinte são a selaria de Alcides Bressane de Andrade, na Rua Barão do Rio Branco; a *Sellaria Ideal*, de Lafayette da Silva Guerra; a *Sellaria São Geraldo*, de Antônio Seppini; a *Sellaria 15 de Novembro*, de Pereira & Soares - esta, na rua do mesmo nome.

13 -**Tipógrafos**.

Houve aqui várias pequenas tipografias no começo do

século. O Padre Guilherme Dias chegou com uma, montada na Rua XV de Novembro, sob a responsabilidade de Genebraldo Corrêa de Toledo. Em 1.905 A. A. dos Santos Silva tinha a *Tipografia Gutemberg*, na Rua Major Feliciano. A do jornal "*Cidade do Machado*", sob a gerência de Vidal de Azevedo, estava instalada no Largo da Matriz. Em 1.915 Elizeu Lopes de Camargo possuía uma oficina gráfica.

Da década de vinte, recordem-se a *Tipografia Guarany*, de Raul Vasconcellos, e a de Theophilo Pereira Dias, na Rua XV de Novembro, ambas com papelarias anexas; a do "*Machado-Jornal*", na Praça Antônio Carlos, 43, comandada por J. A. Vieira da Silva e Olegário Dias Coelho. Nos anos trinta, José Macedo foi proprietário da *Tipografia São Vítor* ou *Vítor*, na Rua Major Feliciano e na Praça Antônio Carlos.

Em meados do século surgiu a *Tipografia Silva*, de Múcio da Silva Pinto, que depois passou a Rociope Cirino Ferreira, ainda ativa no final do milênio. Inaugurou-se em agosto de 1.953 a tipografia da Escola Profissional La Salle, adquirida em Guaranésia com importância doada por Lindolpho de Souza Dias, cujo nome adotou. Parte dela foi vendida em 1.974 ao jornal "*Folha Machadense*", que abriu sua gráfica em 1.990.

Em março de 1.975 José Carlos Vilela e Gilberto Alves de Aquino instalaram a *Gráfica Gilcav*, na Rua Irmão Arnaldo, 500, também funcionando no término do período em estudo.

****

<u>Fontes de consulta</u>.

A - **primárias**
1 - "A Liberdade" nº 157 - 12/1/1.919 - pág. 3;
2 - "A Reforma" - ano IV - nº 2 - 12/1/1.902 - págs. 3 e 4;
- ano V - nº 7 - 15/2/1.903 - pág. 3;
3 - "A Vanguarda" nº 1 - 2/5/1.915 - pág. 3;
4 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de atas ns. 1, 2 e 3;
5 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 5, 14 e 20;
6 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de decretos nº 17;
7 - Arquivo Público Machadense - livro 65: "Leis da Câmara Municipal - 1912 a 1932";
8 - Arquivo Público Machadense - pasta "documentos de Oscar Fernandes";
9 - "Cidade do Machado" - exemplar incompleto, sem identificação de data e número - págs. 8 e 11;
10 - "Folha Machadense" ns. 18 - 28/7/1.974 - pág. 8;

50 - 16/3/1.975 - pág. 1;
126 - 26/9/1.976 - pág. 1;
193 - 15/1/1.978 - pág. 1;
232 - 29/10/1.977 - pág. 9;
268 - 22/7/1.978 - pág. 8;
336 - 24/1/1.981 - pág. 1;
365 - 15/8/1.981 - pág. 1;
405 - 12/6/1.982 - pág. 8;
484 - 21/1/1.984 - pág. 1;
662 - 1/8/1.987 - pág. 5;
680 - 5/12/1.987 - pág. 12;
684 - 16/1/1.988 - pág. 5;
749 - 29/4/1.989 - pág. 1;
821 - 29/9/1.990 - pág. 1;
836 - 26/1/1.991 - pág. 12;

11 - informações pessoais de Nézio Pereira e Oracy de Souza;

12 - "Jornal do Machado" ns. 6 - 5/12/1.915 - pág. 4;
6 - 24/2/1.924 - pág. 3;
9 - 6/4/1.924 - págs. 2 e 4;
17 - 19/10/1.924 - pág. 3;
18 - 2/11/1.924 - págs. 2 e 4;
19 - 10/11/1.924 - págs. 2 e 3;
1 - 20/8/1.933 - pág. 3;
3 - 4/9/1.933 - pág. 4;
21 - 14/1/1.934 - pág. 3;
25 - 18/2/1.934 - pág. 3;
66 - 9/12/1.934 - págs. 1 e 3;
2 - 9/5/1.937 - pág. 3
8 - 20/6/1.937 - pág. 2;
24 - 17/10/1.937 - pág. 4;

13 - "Luminar Machadense" nº 29 - 15/8/1.954 - pág. 1;

14 - "Machado-Jornal" ns. 53 - 30/12/1.928 - pág. 2;
57 - 27/1/1.929 - pág. 4;
62 - 3/3/1.929 - pág. 2;

15 - "O Machadense" ns. 28 - 30/4/1.905 - pág. 4;
43 - 21/9/1.905 - págs. 3 e 4;
106 - 8/1/1.907 - pág. 2;
111 - 10/2/1.907 - pág. 4;
104 - 2/6/1.934 - pág. 14;
262 - 8/8/1.937 - págs. 2, 7 e 14;
688 - 22/6/1.958 - pág. 2;
694 - 3/8/1.958 - pág. 3;
4 - 14/3/1.971 - pág. 1;
13 - 15/5/1.971 - pág. 1;
135 - 7/10/1.973 - pág. 1;

16 - "O Município" ns. 16 - 4/9/1.923 - pág. 4;

24 - 28/11/1.926 - pág. 4;
17 - "O Popular" ns. 4 - 20/3/1.927 - pág. 4;
17 - 19/6/1.927 - pág. 2;
18 - 26/6/1.927 - pág. 2;
18 - Revista "Imagem e Conteúdo" nº 7 - ago./set. de 1.997 - pág. 23;
19 - Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Geraes - "Annuario Estatistico" - anno I - 1.921 - vol. III - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, págs. 310 e 820;
20 - "Tribuna Machadense" nº 43 - 3/4/1.988 - pág. 1.

B - **secundárias**

1 - Cordélia Vieira Lion - biografia de Edgard da Veiga Lion, na "Coletânea de Monografias sobre Vultos Machadenses" - Serviço de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Machado, mimeografado, 1.986, pág. 34;
2 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem menção de data e local, págs. 17/20 e 39;
3 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 76/78;
4 - José Matzner - "Guia do Sul de Minas" - Oficinas Gráficas "Folha de Minas - Belo Horizonte, 1.951, pág. 168;
5 - Manoel Francisco Pinto Pereira (organizador) - "O Sul de Minas - Almanach moderno, de Propaganda e Estatistica dos Municipios Sul-Mineiros" - Oficina Gráfica Casa Mayença, Cruzeiro, SP, contra-capa, págs. 2 e 22;
6 - Paulo de Faro Fleury - "Refutação ás Invectivas Calumniosas atiradas contra o Juiz de Direito" - Typ. Commercio - G. Corrêa de Toledo - Alfenas - pág. 20;
7 - Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall - "A Classe Operária no Brasil - 1889 - 1930" - vol. I - Editora Alfa-Ômega, São Paulo, 1.979;
8 - Pedro E. Vallim - "Album dos Municipios do Estado de Minas Gerais" - 1º volume - "A Orientadora, São Paulo, 1.941, pág. 135;
9 - Prefeitura Municipal de Machado e INDI - "Machado - Informações Básicas para Investidores" - 1.976, pág. 31;
10 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje" - I-5 e III;
11 - Rúbia Lamar (pseudônimo de Elza S. Andrade) - artigo "O Centenário e a Centenária" - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 2, março de 1.957, pág. 15;
12 - SEBRAE-MG - "Machado - Diagnóstico Municipal - 2.000" - Belo Horizonte, 2.000, págs. 33/34 e 74/77.

****

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ASSALARIADOS

1) - Observações sumárias.
2) - Órgãos públicos ligados ao trabalho.

****

1 - **Observações sumárias**.

Não pretendo evidentemente, em simples capítulo desta obra que não passa de uma coletânea de dados, estudar o árduo problema das relações laborais no Município. Não cuido também de repetir enfadonhas estatísticas do I.B.G.E. e de outras entidades. Limito-me a algumas referências que possam talvez ajudar interessados no aprofundamento do tema.

O trabalho local na segunda metade do século XIX foi analisado pela historiadora Maria Lúcia Prado Costa, da Fundamar, no ensaio "*A Transição da Mão-de-Obra Escrava para a Livre no Sul de Minas*", depois ampliado e inserto no livro "*Fontes para a História Social do Sul de Minas: Os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850 - 1900)*". Registro que nossa Câmara, em lei sem número, de agosto de 1.892, aprovou a cobrança de multa de quem retirasse camaradas do Município para outro, quando ainda estivessem por conta de seus patrões. Na lei 15, de 26 de setembro de 1.895, ela disciplinou a locação de serviços e de empregados, cuidando de seu prazo, registro, transferência, rescisão, etc..

Na primeira metade do século XX, a geração de empregos continuou dependente da agricultura, sempre sujeita a crises e esvaziada na entressafra. Nosso comércio era modesto, e as poucas fabriquetas absorviam reduzida mão-de-obra, tornando inevitáveis a saída dos jovens e a falta de perspectiva dos que ficavam. O "*Jornal do Machado*", em 1.935, lastimou

> *"o estado de mizerias, pode-se dizer, da classe operária de Machado, motivado pela falta absoluta de trabalho, o que vem trazendo, ao lado da ruína material, a ruína moral do operário machadense!".*

Nenhuma oportunidade de serviço podia ser perdida, e nem de longe se cogitava de reprimir a exploração infantil, como se vê em anúncio no mesmo periódico, dois anos depois:

> *"Jorge Demétrio dos Santos e sua turma de 50 meninos, offerecem seus préstimos para a colheita do algodão.".*

Nos anos cinqüenta, a má situação da lavoura provocou grande migração de trabalhadores, assim comentada em "*O Imparcial*":

> *"Como as coisas andam pretas para todo mundo, principalmente para quem trabalha na terra e ganha a miséria de 20 cruzeiros por dia, o êxodo em direção ao Paraná é grande. É colossal mesmo. Esvasiam-se as roças, fecham-se as taperas e os caminhões vão passando, cheios de gente, demandando a nova "Terra da Promissão". Somente não seguem os pais de família numerosa, os que não dispõem de dinheiro para as despesas ou então os pobres coitados que já não se acham em condições de efetuar mudança alguma. Poderemos ser contra os que partem? Se o café cair a 100 cruzeiros, qual o fazendeiro que cuidará dele? O intermediário comprará milho ou capados, se a venda não oferecer lucro? Assim, é natural e justo que o homem da roça, que pouco ganha por aqui, trate de tentar lugares outros onde a sorte possa lhe sorrir.".*

Pela mesma época, a procura de melhores condições de vida, de lazer e de educação para os filhos, atraiu muitas famílias à zona urbana. Sem trabalho nela, os antigos colonos se tornaram "*bóias-frias*". O desemprego cresceu, e foi problema constante nos anos que se seguiram.

A renovação cafeeira, na década de setenta, acarretou movimento inverso ao ocorrido em meados do século, trazendo-nos gente pobre ansiosa por melhores dias. O jornalista Tim Lopes, assassinado no final do milênio quando investigava a prostituição infantil nos bailes da periferia carioca, denunciou em 1.979 a péssima situação de trabalhadores paranaenses em Machado. Num candente texto para o mensário "*Repórter*", não poupou patrões, políticos e clero. Disse que cerca de três mil pessoas, vindas por causa da geada e da mecanização da lavoura sulina, aqui labutavam desumanamente na colheita do café. Retratou a miséria de sua jornada, asseverando que, sem garantias, só ganhavam para sobreviver de junho a setembro, virando mendigos nos outros meses. E dis-

parou para todo canto: "*prefeito admite que comprou gente como gado*"; "*o padre tá na dele: planta café e fatura a festa*"; "*fazendeiro acha que todo mundo reclama no Brasil*".

Nos anos oitenta, a recessão atingiu o País em geral, e a ela não ficou imune o setor produtivo machadense. O desemprego, conseqüentemente, avolumou-se. A falta de qualificação profissional dificultou também as contratações, além de achatar os salários.

No final do milênio houve pelo menos duas denúncias de trabalho escravo na lavoura cafeeira, envolvendo grupos de alagoanos e de paranaenses. Foram resolvidos com intervenção sindical e policial, e as vítimas regressaram a seus estados.

2 - **<u>Órgãos públicos ligados ao trabalho</u>**.

A resolução da Câmara 36, de 23 de março de 1.987, aprovou termo de ajuste celebrado entre o Município e o SENAC para implantação de unidade de apoio e execução de programas de formação profissional. A lei 1.055, de 21 de março de 1.996, autorizou a cessão de funcionário à Delegacia Regional do Trabalho, sediada em Poços de Caldas, para prestar serviços no posto de atendimento local. Anoto que nos últimos anos do século findo o conterrâneo Alceu Cavalcante de Souza Moreira exerceu o cargo de delegado trabalhista naquela cidade.

A lei 1.121, de 30 de outubro de 1.997, criou o Conselho Municipal do Trabalho, responsável pela indicação de empresas candidatas aos recursos do Programa de Geração de Empregos (PROGER), através da Caixa Econômica Federal. Saliente-se que deste, naquele ano, estavam cá disponíveis mais de trinta milhões de reais, não utilizados por falta do órgão. Seus membros, titulares e suplentes, de início foram nomeados pelos decretos 1.357 e 1.362, de 18 de dezembro e 9 de janeiro seguintes: *representantes da Prefeitura* - Vera Lúcia Santos Iemini e Pedro Carvalho de Souza Diniz; *representantes da Câmara* - Itamar José Costa e João Otávio Ferreira; *representantes do Sindicato dos Empregados da Prefeitura* - Daniel de Paiva Carvalho e Naílson de Assis Magalhães; *representantes do Sindicato dos Produtores Rurais* - Sebastião Tardiolli e José Pereira Lima Filho; *representantes da Associação Comercial* - Mílton Antônio Corrêa e Walson de Oliveira; *representantes da Associação dos Servidores da Escola Agrotécnica Federal* - José Antônio Macedo e Maurílio Rodrigues de Gouveia. A presidência e a secretaria couberam em primeiro lugar a Mílton Antônio Corrêa e Maurílio Rodrigues de Gouveia. O regimento interno foi aprovado pelo decreto 1.368, de 29 de janeiro de 1.998. Pela portaria 1.812, de 3 de março seguinte, o representante titular da Prefeitura passou a ser Luiz Gonzaga Xavier; o suplente da ACIAM, Nílton Salles. No início de 1.999 José Macedo tornou-se presidente do órgão. A lei 1.224, de 27 de abril daquele ano, autorizou a celebração de convênio com a ACIAM para funcionamento dele. Luiz Gonzaga Xavier

assumiu a presidência no começo de 2.000. Na mesma época, pela portaria 2.090, os representantes do Sindicato dos Empregados da Prefeitura passaram a ser Adélia Aparecida Moura Camargo e Gumercindo Costa Farias.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de resoluções nº 3;
2 - Arquivo Público Machadense - livro 62: "Leis, Decretos e Resoluções da Câmara Municipal - 1895 e 1896";
3 - Arquivo Público Machadense - livro 168: "Registro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Santo Antônio do Machado - 1883-1892";
4 - "Folha Machadense" ns. 1108 - 15/6/1.996 - págs. 1 e 20;
1186 - 24/12/1.997 - pág. 16;
1187 - 10/1/1.998 - pág. 13;
1188 - 17/1/1.998 - pág. 15;
1189 - 24/1/1.998 - págs. 12 e 13;
1216 - 8/8/1.998 - págs. 1 e 22;
1244 - 27/2/1.999 - pág. 7;
1253 - 1/5/1.999 - pág. 14;
1292 - 26/1/2.000 - pág. 12;
1295 - 19/2/2.000 - pág. 2;
5 - "Jornal do Machado" ns. 70 - 23/6/1.935 - págs. 1 e 3;
8 - 20/6/1.937 - pág. 3;
6 - "O Imparcial" nº 73 - 10/2/1.952 - pág. 3;
7 - "Repórter", Rio de Janeiro, nº 21 - setembro de 1.979 - págs. 18/21;
8 - "Transparência" nº 3 - jan. a março de 1.999 - pág. 10.

B - **secundárias**

1 - Fundação Dezoito de Março (Fundamar) - "A Transição da Mão-de-Obra Escrava para a Livre no Sul de Minas" - digitado, Paraguaçu, 1.995;
2 - Fundação Dezoito de Março (Fundamar) - "Fontes para a História Social do Sul de Minas: Os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850 - 1900)" - Mazza Edições, Belo Horizonte, 2.002.

****

C - ASSOCIAÇÕES DE CLASSE E ÓRGÃOS DE ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

ASSOCIAÇÕES DE CLASSE - I
(DIVERSAS)

1) - Liga Operária Machadense.
2) - Círculo Operário Machadense.
3) - União Operária de Machado.
4) - Associação Protetora e Beneficente do Trabalhador Machadense.
5) - Associação dos Servidores Civis de Machado.
6) - Associação dos Professores e Funcionários da Fundação Educacional de Machado.

****

1 - **Liga Operária Machadense**.

Como já assinalei noutro capítulo, foi criada com a finalidade precípua de defender os interesses do proletariado. Como a maior parte das associações de trabalhadores surgidas em Minas Gerais no início do século passado, tinha caráter beneficente, de socorro mútuo. Não se tratava de uma entidade reivindicatória, de resistência, e acolhia obreiros de qualquer ofício, sem distinção de sexo, raça, nacionalidade ou religião. Segundo Eliana de Freitas Dutra, teve na organização, como outras de nosso Estado, a influência de princípios do anarco-sindicalismo.

Logo após a fundação ela se filiou à Confederação Operária Brasileira, cujo jornal, "*A Voz do Trabalhador*", em 15 de março de 1.913 publicou a seguinte nota:

> *"Machado - Instalou-se no dia 2 de março corrente, nessa cidade mineira, a Liga Operaria Machadense. Aos poucos o operariado brazileiro vai compreendendo as vantagens*

da união para a defeza dos seus interesses; e o despertar do operario do Machado é talvez o prenuncio da nova éra do levantamento dos nossos trabalhadores.
Abolindo completamente a politica e a relijião no seio da sua Liga, os operarios machadenses apenas reconheceram como meio eficaz para a luta a ação diréta.".

Foi escolhido como delegado perante a C.O.B. Salvador Albano. Cumpre ressaltar que, conforme Pinheiro e Hall (*op. cit., pág. 220*), a ela se achavam então filiadas em Minas Gerais , além da nossa, apenas estas sociedades: Associação Beneficente Irmãos Artistas (Juiz de Fora), Centro Operário Sindicalista, Sindicato dos Pedreiros e Serventes, e Sindicato dos Carpinteiros (Belo Horizonte).

Atendendo a circular da C.O.B., em 20 de abril de 1.913 a Liga Operária promoveu em Machado um comício contra a carestia da vida e a lei de expulsão de trabalhadores. A ele, segundo "*A Voz do Trabalhador*", assistiram muitas pessoas, que depois percorreram as ruas erguendo vivas ao operariado e à Confederação. Também o *1º de Maio* foi comemorado, em reunião na qual discursou o sócio Luiz Teixeira. Em setembro do mesmo ano a Liga participou, no Rio de Janeiro, do Segundo Congresso Operário, representada por Cândido Costa.

Em 1º de fevereiro de1.914 a Liga aqui realizou um protesto contra a tirania argentina. Na mesma data, "*A Voz do Trabalhador*" estampou a seguinte nota, assinada por "*um operário*":

"Abaixo a Tirania! Na cidade do Machado, sul de Minas, ajita-se o rancor á Liga Operaria Machadense, simplesmente por serem os seus associados homens livres, honestos e cumpridores de seus deveres. A guerra movida contra esta util sociedade já está sendo feita pelo proprio juiz de direito da comarca que, alem de propalar que a Liga Operaria Machadense é um centro político, ainda tem o arrojo de dizer que vai processar um por um de seus membros!... Que mizeria!...
Camaradas! Sejamos unidos e solidarios, para quebrarmos esses grilhões que nos prende a tal cativeiro!...
A aurora do 13 de maio de 1888 raiou para os infelizes que a burguezia infrene mercadejava como se fossem animais irracionais, e para nós raiou a aurora de 15 de novembro de 1889!...
Não nos deixemos ser dominados por esses vampiros, pois a nossa familia perecerá á fome que bate-nos a porta.".

Em maio de 1.914 o presidente da Liga oficiou à Confederação, levantando enérgico protesto contra os atos de burgueses em Belém, no Pará, contra companheiros em greve. Na mesma ocasião noticiou o franco de-

senvolvimento da Sociedade. No mês de março de 1.915 esta voltou a externar solidariedade internacionalista, em matéria também publicada no jornal "*A Voz do Trabalhador*":

> *"Finalmente tomamos parte na dor que enluta os corações dos camaradas de além-mar, que estão sendo ceifados por uma carnificina brutal. Para eles imploramos o manto claro da paz e para todos os camaradas esperança, bem-estar e liberdade.".*

Ofício de 18 de junho de 1.935 do presidente Carlos Legnani à Associação Comercial, referindo-se a um plano de trabalho entre esta e a Liga para mitigar a situação do operariado por falta de trabalho na Cidade, propôs o levantamento de capital de no mínimo 200 contos, a fim de fundar-se uma companhia construtora de prédios pequenos, para venda e aluguel. Acrescentou que outras propostas, como as da rede de esgotos, água e jardim, dariam ganho somente a uma pequena parte do operariado, e que, quanto aos que trabalhavam em serviços rurais, nada havia a temer, por causa da colheita do café. Noutro ofício, do mesmo ano, sócios da Liga pediram que o Ministério do Trabalho lhes fornecesse passes a fim de migrarem para São Paulo, ou que propusesse plano de trabalho para retê-los na Cidade. No ano seguinte a Liga voltou a dirigir-se à Associação Comercial, reclamando do preço do toucinho.

"*O Imparcial*", em fevereiro de 1.952, disse que a Liga vinha "*desenvolvendo esforços ingentes para organizar os nossos trabalhadores*", sem outros esclarecimentos.

2 - **Círculo Operário Machadense**.

Foi fundado em 29 de junho de 1.946 por Alcírio de Almeida Gonçalves, Antônio Pereira da Luz, Arlindo Ferreira, Domingos Cândido Pimenta, Edmundo d'Ambrozzi, Eduardo Araújo Dias, Edwar Agripino de Oliveira, Francisco Tomaz da Silva, Gabriel Ferreira, Graciano Ferreira de Carvalho, Isaltino Câncio, João Batista Brigagão, João Rosário Batista, Joaquim Tavares, José Andrade Leite, José Felipe dos Santos, José Gustavo de Oliveira, José Joventino Pereira, José Ricarte Valeriano, Luiz Ferri, Otaviano Paulino Pereira, Pedro Nogueira de Carvalho, Severo Augusto da Silva, Teodomiro Augusto da Silva, Trajano José Alves, Venézio Luiz Aparecido e Wenceslau Sabóia.

Filiou-se à Federação dos Círculos Operários de Minas Gerais e à Confederação Nacional de Operários Católicos. Propunha-se, entre outros objetivos, a dar aos associados cultura física, intelectual, moral e social, pela fundação de escolas, realização de conferências, etc.; a colaborar com o Ministério do Trabalho para execução do programa de respeito à legislação social; a fundar armazéns ou cooperativas; a favorecer a sindicalização das classes; a for-

mar núcleos nas fábricas e oficinas; a restaurar a paz no mundo do trabalho pelo respeito aos direitos recíprocos e pelo restabelecimento de relações amistosas entre operários e patrões.

Em julho de 1.952 pediu à Câmara Municipal terreno na Avenida Arthur Bernardes, para construção de sede própria. Projeto favorável foi vetado pelo prefeito Gustavo Carneiro Dias, agravando atrito entre os poderes públicos. Os vereadores nomearam comissão especial para apreciar o veto, de que foi relator Otaviano de Paiva Reis, embora sócio do beneficiário. A decisão do Executivo foi rejeitada, e a própria Edilidade promulgou a lei 2, de 17 de novembro seguinte, autorizando a doação.

Em 1.954 o Círculo era presidido por Graciano Ferreira de Carvalho; em 1.957, por José Pedro Filho. Recebeu subvenções por força das leis estaduais 1.603, de 20/5/57; 2.236, de 19/11/60; e 2.505, de 18/12/61.

3 - **União Operária de Machado**.

A lei estadual 2.505, de 18/12/61, concedeu-lhe subvenção de Cr$20.000,00. Nada mais encontrei sobre ela. Suponho, por isso, fosse entidade criada apenas para receber ajuda do Governo.

4 - **Associação Protetora e Beneficente do Trabalhador Machadense**.

Fundou-se em assembléia realizada na sede da Liga Operária, no dia 1º de maio de 1.958. Sua diretoria inicial, com mandato de dois anos, ficou assim constituída: *presidente* - Abel Faleiro; *vice-presidente* - Renato Rangel; *1º secretário* - Geraldo Luiz Costa; *2º secretário* - Paulo Afonso Campos; *1º tesoureiro* - Alcírio de Almeida Gonçalves; *2º tesoureiro* - José Cândido de Oliveira. Não tenho outros informes a seu respeito.

5 - **Associação dos Servidores Civis de Machado**.

Reunia os funcionários públicos federais, estaduais e municipais. Em novembro de 1.961 era dirigida por Vicente da Silva Resende. Em outubro do ano seguinte tinha como presidente e vice-presidente Erasto Pereira e Jurucey Cavalcante. Preocupava-se então em organizar uma cooperativa de consumo e em conseguir o credenciamento do hospital da Cidade pelo IPASE e pelo IPSEMG. Não teve seqüência.

6 - **Associação dos Professores e Funcionários da Fundação Educacional de Machado**.

Antes dela existiu a *Associação dos Docentes da Funda-*

ção Educacional de Machado, que empossou em 22 de maio de 1.980 a primeira diretoria, encabeçada por Ivan Franco Caixeta, mas também não teve continuidade.

A APROFEM foi criada em 2 de abril de 1.986 por Adílson Campos Ezequiel, Ana Helena M. Camargo, Anápio de Paiva Grilo, Antônio Cândido de Souza Dias Filho, Antônio Carlos Fernandes, Antônio Pereira dos Santos, Byron Dias Costa, Dalmo Andrade, Darcy Alves Caixeta, Denise Dias Alves de Carvalho, Dora Andrade do Lago, Elza Maria de Abreu, Ivânia Maria Silvestre, João Carlos Sobral, João Roberto Camargo Pinto, Jorge Luiz de Morais, José Haroldo Rodrigues, José Maria do Amaral Resende, José Ricardo Peixoto, José Wanderley de Almeida, Lúcia dos Reis Siqueira, Lúcia Helena Mendes, Maísa Pereira Lima Brigagão, Maria Laene Moreira de Carvalho, Mery S. Campos Ezequiel, Nelma Aparecida Pereira, Norberto Vilas Boas da Silva, Rosilene de Fátima Luz Silva, Tarcísio de Abreu, Valéria M. A. Alves, Vicente Mariano, Walkíria P. Belini, Warney Garvão de Carvalho e Wladimir S. B. Domingheti.

Com sede na Praça Olegário Maciel, 25, elegeu na mesma data a seguinte diretoria: *presidente* - Warney Garvão de Carvalho; *vice-presidente* - Dalmo Andrade; *1ª tesoureira* - Mery S. Campos Ezequiel; *2ª tesoureira* - Rosilene de Fátima Luz Silva; *1º secretário* - José Wanderley de Almeida; *2ª secretária* - Maria Laene Moreira de Carvalho. Organizou-se como uma cooperativa de consumo, mantendo armazém para fornecimento de mercadorias e firmando convênios assistenciais.

Em 22 de maio seguinte foi aprovado o estatuto e se escolheram os primeiros conselheiros deliberativos e fiscais. Um ano depois, ante o afastamento das tesoureiras, seus lugares foram ocupados por Wagner Rossetti Annoni e Elza Maria de Carvalho Rodrigues. Nova eleição, em 23 de março de 1.988, trocou apenas o vice-presidente, a 2ª tesoureira e a 2ª secretária, que passaram a ser, respectivamente, Paulo de Tarso da Costa Leite, Elza Benedita de Souza e Rosane Brigagão de Carvalho.

No dia 12 de agosto de 1.989 escolheu esta equipe para o comando: *presidente* - Paulo de Tarso da Costa Leite; *vice-presidente* - Darcy Alves Caixeta; *1º tesoureiro* - Édson Rúbens da Silva Leite; *2ª tesoureira* - Elza Benedita de Souza; *1ª secretária* - Stael Signoretti de Oliveira; *2ª secretária* - Cármen Lúcia D'Andréa.

Em 21 de junho de 1.991 houve pela primeira vez disputa para a diretoria. A chapa que venceu a encabeçada por Hebe Perez Carvalho assim se compôs: *presidente* - João Marcos de Araújo; *vice-presidente* - Édson Rúbens da Silva Leite; *1ª tesoureira* - Juracy Manso dos Santos; *2º tesoureiro* - Fernando César Gonçalves; *1ª secretária* - Roseley D'Eleutério; *2ª secretária* - Regina Lemos Pereira. O presidente renunciou em fevereiro seguinte, dando lugar ao vice. Um ano depois, saiu a 1ª tesoureira, substituída por Warney Garvão de Carvalho.

Empossaram-se em 19 de julho de 1.993 estas pessoas, escolhidas em chapa única: *presidente* - José Henrique dos Santos; *vice-presidente* - Cleube Antônio Paes Garrone; *1º tesoureiro* - Vicente Costa de Figueiredo; *2º tesoureiro* - Fausto Magno Codignole; *1ª secretária* - Rosângela Ferreira Brito; *2ª secretária* - Mírian Vinagre Gavião.

Outro pleito ocorreu em 18 de agosto de 1.995, e o grupo sob liderança de Fausto Magno Codignole foi derrotado por este: *presidente* - Sérgio Antônio do Amaral Resende; *vice-presidente* - Darcy Alves Caixeta; *1ª tesoureira* - Rosane Brigagão Siqueira; *2ª tesoureira* - Elza Maria de Carvalho Rodrigues Baccolli; *1ª secretária* - Silvânia Helena Scalco Conti Neves; *2ª secretária* - Renata Hoffert de Castro. O presidente afastou-se em novembro de 1.996, e o vice tomou seu posto. No último trimestre de 1.997 comprou-se para sede casa na Rua Francisco Carvalho Dias, 322, no Bairro da Ponte, com pomar, pesqueiro e churrasqueira, inaugurada em dezembro.

Foi eleita em 14 de março de 1.998 outra diretoria: *presidente* - Clêuton Pereira Gonçalves; *vice-presidente* - Darcy Alves Caixeta; *1ª tesoureira* - Mírian Vinagre Gavião; *2ª tesoureira* - Rosemary Brigagão Siqueira; *1º secretário* - Antônio Carlos Fernandes; *2ª secretária* - Myrna Maria Macedo Guimarães. Vencido seu mandato, dois anos depois, ninguém se inscreveu para substituí-la; o presidente e a 2ª tesoureira concordaram então em ficar por mais um ano, com novo secretário, que passou a ser Keliton da Silva.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - "A Voz do Trabalhador" - coleção fac-similar do jornal da Confederação Operária Brasileira, de 1.908 a 1.915 - Imprensa Oficial, São Paulo, 1.985 - nº 27, págs. 3 e 4; nº 30, pág. 5; nº 31, pág. 2; ns. 39/40, pág. 2; nº 48, pág. 2; ns. 51/52, pág. 3; nº 55, pág. 1; nº 69, pág. 3;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de atas nº 2;
3 - Arquivo Público Machadense - pasta "Liga Operária Machadense";
4 - "Folha Machadense" nº 305 - 7/6/1.980 - pág. 1;
5 -informações pessoais de Vicente da Silva Resende;
6 - livro de atas da APROFEM;
7 - "Luminar Machadense" nº 28 - 1/8/1.954 - pág. 2;
8 - "Minas Gerais" de 21/5/1.957 - págs. 1/11;
20/11/1.960 - págs. 1/15;
19/12/1.961 - págs. 1/12;

9 - “O Imparcial” nº 73 - 10/2/1.952 - pág. 3;
10 - “O Machadense” ns. 682 - 11/5/1.958 - pág. 2;
854 - 1/11/1.961 - pág. 2;
901 - 28/10/1.962 - pág. 1.

B - **secundárias**
1 - Eliana de Freitas Dutra - “Caminhos Operários nas Minas Gerais” - Hucitec/ Editora da UFMG - São Paulo, 1.988, págs. 73, 77, 78 e 214;
2 - Everardo Dias - “História das Lutas Sociais no Brasil” - Editora Alfa-Ômega, 2ª ed., São Paulo, 1.977, pág. 273;
3 - Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall - “A Classe Operária no Brasil - 1889-1930” - vol. I - “O Movimento Operário” - Editora Alfa-Ômega, São Paulo, 1.979, págs. 184, 220 e 222.

****

ASSOCIAÇÕES DE CLASSE - II
(DIVERSAS)

1) - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária.
2) - Associação Rural de Machado.
3) - Associação dos Contabilistas de Machado.
4) - Inspetoria do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.
5) - Associação dos Transportadores Autônomos de Bens de Machado.
6) - Associação dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Machado.
7) - Associação dos Engenheiros e Arquitetos da Região de Machado.
8) - Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável.

****

1 - **Associação Comercial, Industrial e Agropecuária**.

Não tive acesso a seus livros de atas, motivo por que são incompletas as informações a seguir prestadas.

Em abril de 1.923, negociantes reunidos no Centro Machadense fundaram a Associação Comercial para defender-se de ato considerado extorsivo do fiscal das rendas mineiras, Coronel Luiz Cândido Rangel, que exigira de todos os contribuintes do imposto sobre bebidas a modificação em dez dias de suas declarações, pagando mais que o triplo do imposto cobrado no ano anterior. Além de representar contra ele, apoiaram a insurgência das associações do Rio e de São Paulo a diversos dispositivos da Lei de Receita, principalmente quanto ao selo e escrita das vendas dos objetos de ourivesaria. Elegeram por aclamação a diretoria, assim composta: *presidente* - Homero Costa; *secretário* - Macário Gomes de Carvalho; *tesoureiro* - José Vieira da Silva. A Entidade, ao que parece, malogrou então, pois nada mais se soube dela.

Foi recriada em março de 1.935, por comissão à frente da qual estavam Alberto Lima, Homero Costa e João Nascimento dos Santos. Conforme o estatuto, eram suas finalidades, entre outras:

- representar, defender, coordenar e promover os interesses e as relações comerciais, industriais e agrícolas, a bem de seus associados e em prol dos assuntos de natureza econômica, com influência na administração pública;
- interessar-se pelo desenvolvimento e pelo progresso dos associados, do Município, e deste em relação aos vizinhos;
- intervir, quando solicitada, nas questões comerciais dos associados;
- organizar os serviços que fossem considerados úteis ou necessários à boa orientação profissional dos associados;
- organizar conferências e palestras sobre temas econômicos e financeiros, que mais de perto se relacionassem com os interesses locais e regionais.

Como presidente e secretário provisório escolheram-se Edgard da Veiga Lion e Alberto Lima. No mês seguinte elegeu a primeira diretoria, reconduzida um ano depois: *presidente* - João Luiz Garcia; *vice-presidente* - João Nascimento dos Santos (substituído já em setembro por Edgard da Veiga Lion); *secretário geral* - Alfredo de Oliveira Santos; *1º secretário* - João Lopes Rocha (depois substituído pelo 2º); *2º secretário* - Júlio Marcellini (depois substituído por José Bento de Andrade); *tesoureiro* - José de Oliveira Magalhães. Entre as realizações desse primeiro grupo destacam-se a filiação do órgão à Associação Comercial de Minas, o incentivo ao plantio do algodão no Município, o fechamento do comércio aos domingos, a mudança do horário dos trens da Rede Mineira de Viação, o trabalho para instalação de linhas telefônicas na Cidade, a exposição de produtos agrícolas e industriais durante quermesse no Centro Machadense em agosto de 1.935, a ajuda para construção de jardim na Praça Antônio Carlos, a doação de filtro e bebedouro para colocação naquela praça, a campanha da saca de café para edificação de sua sede e a inscrição de cerca de 120 sócios.

A segunda gestão, presidida por Alberto Lima e secretariada por Alfredo Arruda, teve início em 1.937. Conseguiu desconto sobre o pagamento do imposto de indústrias e profissões; propagou o plantio da soja no Município e conseguiu do Ministério da Agricultura 600 quilos de sementes, que foram distribuídas aos lavradores; obteve da direção da Rede Mineira de Viação vagões para descongestionamento dos armazéns de café; elevou o número de sócios; concedeu subvenção ao agente do Correio; ampliou a sala de leitura, com assinatura de jornais e revistas.

Em 25 de dezembro de 1.938 tomou posse a terceira diretoria, de que nada sei.

A Associação paralisou as atividades por longos anos, "*por má-vontade, picuinhas e espírito de dissensão entre os elementos da classe*", segundo Alberto Lima. Só reviveu em 1.952, quando foi escolhida nova direção, sob a presidência de Demerval Swerts Costa, que tinha por secretário Décio Paulino

da Costa. Naquele ano, com empréstimo dos sócios, adquiriu de Zoroastro Vasconcelos terreno na esquina das ruas Coronel Jacinto e Coronel José Paulino, em que o construtor Waldemar Camargo levantou a sua sede.

Em 1.954 teve início o mandato do presidente Olímpio Abrão e do tesoureiro Américo Signoretti. Nele foi encampada a Escola Técnica de Comércio e se pediram ao Departamento de Águas e Energia Elétrica 200 HP para movimentar duas indústrias do Município.

Conforme Carlos Legnani, em 1.957 o presidente era Américo Signoretti. Ele se mantinha no cargo em novembro de 1.961, segundo "*O Machadense*" nº 854. Certo é que no final da década de cinqüenta e início da seguinte a Associação atravessou outra fase de adormecimento.

Reorganizou-se em 21 de fevereiro de 1.964, elegendo e empossando como presidente Rúbens Pinto Garcia. Coube-lhe escolher os assessores para completar o quadro diretor. Foram estas as principais realizações do período: reforma do estatuto social, estabelecimento de três categorias de mensalidades, organização de serviço de assistência jurídica, contábil e fiscal, e promoção de reuniões com autoridades fazendárias estaduais. Em abril de 1.966, no I Encontro Regional das Associações Comerciais de Minas, em São Lourenço, o secretário-geral da Associação, Manoel Mendes, apresentou trabalho sobre a liberação do porto de Angra dos Reis para nosso Estado.

Em 1.968 estava novamente paralisada. O secretário-geral Manoel Mendes, em carta à imprensa, afirmou que os sócios, desinteressados, não atendiam às convocações da diretoria, e que a esta faltava liderança. Informou que três períodos de mandato haviam transcorrido sem que se escolhesse nova equipe administradora, e que o presidente deixara de regularizar a situação conforme as normas estatutárias. A despeito disso, a lei municipal 8, de 22 de maio, concedeu-lhe isenção de tributos. Em 1.971 continuava fechada. Em 1.972 e 1.973 um grupo de sócios e o Rotary Club mantiveram reuniões com o presidente (ainda Rúbens Garcia) e empenharam-se, sem sucesso, para que ela voltasse a funcionar normalmente.

No dia 6 de fevereiro de 1.975 foi eleita esta diretoria: *presidente* - Marcelo Carvalho Vieira; *vice-presidente* - Cap. José B. Mendes (depois substituído por Genésio Bueno da Fonseca); *1º secretário* - Nílton Salles; *2º secretário* - Acary Lapolli; *1º tesoureiro* - Paulo Silvério Moreira (depois substituído por Alcivar Coelho); *2º tesoureiro* - Sílvio Rodrigues de Faria. Ela criou o Serviço de Proteção ao Crédito, lançou o "*Informativo-Jornal*", promoveu diversos cursos do SENAC, obteve a filiação dos bancos locais, efetuou encontros com autoridades previdenciárias e fiscais, e trabalhou em prol da eletrificação rural, da instalação de uma ótica e de agência da Caixa Econômica Federal.

Procedeu-se em 21 de abril de 1.978 a nova eleição,

sendo escolhidos: *presidente* - Marcelo Carvalho Vieira (reeleito); *vice-presidente* - Varney Penha; *1º secretário* - Nílton Salles; *2º secretário* - Osni Cornélio da Silva; *1º tesoureiro* - Alcivar Coelho; *2º tesoureiro* - Sílvio Rodrigues de Faria. Em janeiro de 1.979, porém, o último estava na presidência, por motivo que desconheço. Essa equipe pôs em funcionamento o Serviço de Proteção ao Crédito, ampliou a eletrificação rural, organizou um encontro de cafeicultores, promoveu diversos cursos e doou carro à Polícia com dinheiro arrecadado do povo e de clubes de serviço. A lei local 350, de 28 de setembro de 1.978, declarou de utilidade pública a Associação.

Novo grupo tomou posse em 30 de junho de 1.980: *presidente* - Evâneo Pereira; *vice-presidente* - Jacy Prado; *1º secretário* - Edward José Nery; *2º secretário* - Carlos Pereira Caixeta; *1º tesoureiro* - Oséias Cornélio da Silva; *2º tesoureiro* - Messias Teodoro de Lima. A ele se devem a promoção de vários cursos, a realização da 1ª Semana do Freguês, a reativação do SPC e a tentativa malograda de fechar o comércio aos sábados.

Em 9 de julho de 1.982 empossou-se esta diretoria: *presidente* - Adair Bianchini de Souza; *vice-presidente* - José Carlos dos Santos; *1º secretário* - Anginaldo Teodoro de Lima; *2º secretário* - Geraldo Botazini; *1º tesoureiro* - Odair Cornélio da Silva; *2º tesoureiro* - Wilmar Teodoro de Lima. Ela permaneceu até 1.985 e foi considerada pouco atuante.

Outra equipe assumiu o comando em julho de 1.985: *presidente* - Paulo da Luz Brigagão; *vice-presidente* - Edward José Nery; *1º secretário* - Luiz Eduardo Deotti; *2º secretário* - Adélio Mendes Pereira; *1º tesoureiro* - Marcos Antônio Moreira Guerra; *2º tesoureiro* - Geraldo Guimarães. Logo no início ela protestou contra o aumento do número de feirantes da Festa de São Benedito. Seu maior feito foi o contrato celebrado com a Jomar Construtora, no qual cedeu o terreno de sua sede para construção de um prédio de apartamentos de sete andares, recebendo em troca o primeiro, com um salão de festas, um de reuniões e cinco escritórios. Durante a construção, sem sede e com pouco mais de sessenta sócios, a Entidade ficou quase desativada.

Após eleição em que pela primeira vez houve disputa, tomou posse em 1º de julho de 1.992 esta chapa: *presidente* - José Jair Coelho; *vice-presidente* - Sebastião de Paula Rodrigues: *1º secretário* - João Batista de Souza Moreira Neto; *2º secretário* - Rúbens Dieb Farah; *1º tesoureiro* - Ronaldo Dias Aguiar; *2º tesoureiro* - Anfrísio dos Anjos Lima. Seu mandato foi desempenhado com dinamismo e grande divulgação das obras. Em menos de um ano o número de sócios foi elevado para 311. Promoveram-se vários cursos, palestras e reuniões; criou-se o serviço "*protecheque*", lançou-se o "*cupom da sorte*" e fez-se a promoção de vendas "*A-gosto*". Foi montado um gabinete odontológico do SESI, lançado o boletim "*O Empresário em Destaque*", adquirido um computador e realizado um "festival da cerveja". Celebraram-se convênios com o Banco do Brasil, a Unimed e o IMESA. Elaborou-se e enviou-se à Câmara, sem sucesso,

anteprojeto de lei para disciplinar a Festa de São Benedito. Alterou-se o estatuto social. A diretoria doou uniformes para crianças do "*Projeto Curumim*", pagou funcionária para a Delegacia de Polícia e conseguiu viatura para a Polícia Militar. Adquiriu móveis e divisórias para a sede. Trabalhou para a criação de unidade móvel do SENAC, do CAT e da CREDIMA. Obteve assistência técnica do SEBRAE para empresários.

Em 17 de janeiro de 1.995 o presidente, os secretários e o 1º tesoureiro reelegeram-se. Compuseram sua chapa, além de vários outros diretores, os seguintes: *1º vice-presidente* - Gabriel Ferreira Domingues; *2º vice-presidente* - José Vítor da Silva; *2º tesoureiro* - Darcilo Castro Swerts. Essa gestão assumiu a gerência do CAT, apresentou projeto para criação do núcleo das indústrias locais de confecções infantis e obteve de vários associados contribuição mensal para a APAE. O decreto legislativo 14, de 1/3/95, aprovou convênio celebrado entre o Município, a ACIM e o SEBRAE para realização do projeto "sistema de informações mercadológicas de Machado". A lei 1.026, de 28 de junho seguinte, autorizou assinatura de termo aditivo a ele. Em março de 1.996, 17 diretores se demitiram por incompatibilidade com o Presidente, acusado pela imprensa de autoritarismo, sistemática falta de prestação de contas, compra de título para auto-promoção, nepotismo, contratação de empresa prestadora de serviços e aquisição de equipamento em desacordo com pareceres da diretoria, afastamento irregular de membros do Conselho Fiscal, etc.. Em julho, a Associação assumiu o jornal "*Siga em Frente Comunidade*".

Duas chapas concorreram ao pleito de 29 de janeiro de 1.997. Por dois votos de diferença, e sob denúncia de fraude, venceu a da situação, assim composta: *presidente* - Nílton Salles: *1º vice-presidente* - Luzimar Vasconcelos; *2º vice-presidente* - Mílton Corrêa; *1º secretário* - Acácio de Oliveira Luz; *2º secretário* - Domingos Sávio Labecca; *1º tesoureiro* - Wálter Vicente Póvoa; *2º tesoureiro* - José Codignolli Botazini. A chapa vencida era encabeçada por Gabriel Ferreira Domingues. Nesse período a Entidade passou a administrar a "*área azul*" e, após nova reforma estatutária, acrescentou a palavra "Agropecuária" ao seu nome.

Nílton Salles foi reeleito em 5 de janeiro de 1.999, sem competidores. A lei 1.224, de 27 de abril, autorizou o Executivo a fazer parceria com a ACIAM para realização de tarefas do Conselho Municipal do Trabalho. Em novembro ela patrocinou o "I Encontro de Empresários Machadenses". No último ano do século, após litígio com a Unimed por elevada dívida, celebrou convênio com o Serpram.

2 - **<u>Associação Rural de Machado</u>**.

O desaparecimento do livro de atas impede que dê informações mais precisas a seu respeito.

Tinha por fins amparar os lavradores, proporcionando-

lhes meios de assistência mútua e maior contato com o Governo do Estado, e procurar solução para os problemas regionais ou locais afetos à classe. Foi fundada em 1º de agosto de 1.937, sob os auspícios da Secretaria de Agricultura do Estado e da Associação Comercial. Cinco dias depois tomou posse esta diretoria: *presidente* - João Batista do Lago; *vice-presidente* - Plínio da Silva Dias; *1º secretário* - Feliciano Vieira da Silva; *2º secretário* - Moacir Moreira Dias; *tesoureiro* - João Antônio da Costa.

Por razão que desconheço, em estatuto aprovado no dia 24 de janeiro de 1.943, recebeu o nome de **Associação Regional Agrícola de Machado**. Seus dirigentes, então, eram estes: *presidente* - João Batista do Lago; *vice-presidente* - Ângelo Paiva de Oliveira; *secretário* - André Costa Dias; *tesoureiro* - João Domingues Sobrinho. Patrocinou a realização do Congresso Regional Ruralista, de 27 a 29 de março seguinte, coordenado pelo Irmão Teodoro Luiz.

No ano imediatamente posterior, sob o comando de Nélson Garcia, tinha sede na Rua Professor Francisco Raphael.

No primeira metade da década de cinqüenta foram presidente e 1º secretário dela, respectivamente, Paulo Teixeira e José Joaquim de Carvalho.

Em 24 de julho de 1.955 elegeu-se a seguinte diretoria: *presidente* - Afrânio de Almeida Nogueira; *vice-presidente* - Joaquim Carvalho dos Santos; *1º secretário* - Gabriel Barbosa; *2º secretário* - Abel Faleiro; *1º tesoureiro* - Waldemar Caixeta; *2º tesoureiro* - Clóvis Araújo Dias.

Em 1.957 o presidente era Joaquim Carvalho dos Santos.

A Associação recebeu diversas subvenções por leis estaduais, como as de ns. 1.086, de 1/5/54, e 3.356, de 12/3/65. A lei estadual 1.659, de 8/10/57, concedeu-lhe isenção do imposto de transmissão "*inter-vivos*" devido pela aquisição (a ser feita de Mário Paulino da Costa) da casa nº 410 da Rua Major Feliciano, destinada a sua sede.

No início de 1.959, conforme "*O Machadense*", ela estava em completa inatividade. Em maio, no mesmo jornal, o colunista Geraldo Luiz Costa fez críticas às associações de classe locais, ressaltando o entusiasmo, as promessas com que eram criadas, e o posterior desânimo dos dirigentes. Identificou na desunião e no despreparo deles a causa do insucesso. Como resposta, o presidente João de Lima e os diretores João de Souza Moreira e Lucas Tavares de Lacerda passaram a publicar no semanário telegramas enviados a autoridades em defesa do preço do café...

Em janeiro de 1.962 a Entidade divulgou relatório de suas realizações, destacando-se: ajuda à Cooperativa dos Cafeicultores e apoio à criação da Cooperativa dos Produtores de Leite; promoção da Jornada Agronômica;

pedidos ao Governo Federal e ao I.B.C. para liberação de verbas e de empréstimos aos cafeicultores; inscrição de cafeicultores no I.B.C.; obtenção de posto para distribuição de óleo de amendoim, de serviço de moto-mecanização, de sala para prova e de máquinas para beneficiamento de café; designação do presidente Joaquim Carvalho dos Santos para representar o Brasil na Missão do Acordo Internacional do Café na África.

Em 1.966 publicou-se edital convocando assembléia para eleger a diretoria em 11 de maio. Assinou-o João de Lima, como vice-presidente em exercício. Noticiou-se também que comissão, composta por Arnaldo Nannetti Dias, Lucas Tavares de Lacerda e Rúbens Pinto Garcia, promoveria naquele mês concentração de fazendeiros e sitiantes para reorganizar o órgão de classe, em estado de abandono.

Em assembléia geral extraordinária, de data que ignoro, transformou-se em Sindicato Rural, com base no artigo 14 da lei 4.214, de 2/3/63, e na portaria ministerial 71, de 2/2/65. A sede localizava-se então na Coopama, na Rua Coronel Francisco Vieira, 457. O último presidente, ao que soube, foi Amâncio Pereira Caixeta.

3 - **Associação dos Contabilistas de Machado**.

Em 7 de maio de 1.974 foi eleita sua primeira diretoria: *presidente* - Nílton Salles; *secretário* - Miguel de Oliveira Dias; *tesoureiro* - Miguel de Araújo. Na mesma ocasião, Sebastião Gonçalves de Lima foi escolhido delegado seccional do C.R.C. em Machado. A Delegacia, com jurisdição sobre Carvalhópolis e Poço Fundo, instalou-se no dia 22 do mesmo mês.

Estranhamente, a imprensa noticiou que em 19 de agosto de 1.991 fora criada a mesma associação, com a sigla ACOMAC. Elegeu-se, então, esta diretoria: *presidenta* - Márcia Signoretti Godoy; *vice-presidente* - Nílton Salles; *1º secretário* - Hércules Prado de Paiva; *2º secretário* - João Batista de Souza Moreira Neto; *1º tesoureiro* - Lourenço Pereira de Aguiar; *2ª tesoureira* - Rossimari Corsini de Oliveira.

Não obtive outros dados sobre ela.

4 - **Inspetoria do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura**.

A lei municipal 559, de 4 de novembro de 1.984, autorizou o Executivo a assinar convênio com o CREA, para instalação de escritório na Cidade. Ele foi inaugurado cinco dias depois, na Praça Antônio Carlos, 100, sala 22 (edifício Bias Maciel Dias), sob o comando de Paulo Joaquim de Carvalho Dias.

Em 1.990 o escritório transformou-se em inspetoria. Foi nomeado inspetor em 9 de agosto de 1.991 Luiz Gonzaga Xavier. Sucedeu-lhe, em junho de 1.994, Manuel César Máximo Rodrigues. Com a renúncia deste, em 19 de julho seguinte ocupou o cargo Joaquim Paulino da Costa Neto. Em 28 de agosto de 1.996 foi designado para substituí-lo João Roberto de Camargo Pinto. Por ato de 10 de agosto de 2.000 tornou-se inspetor Eduardo Camargo Mello.

Em datas que não pude precisar, a sede transferiu-se, sucessivamente, para a Rua Irmão Arnaldo Isidoro e para os fundos da Prefeitura. Mudou-se em julho de 2.001 para a Rua Professor Arthur Xavier Pedroso, 428 (edifício José Benedito de Souza).

5 - **Associação dos Transportadores Autônomos de Bens de Machado**.

Reunindo 33 caminhoneiros, foi fundada em 22 de janeiro de 1.989, sob assessoria de Tadeu José de Mendonça, advogado das congêneres de Campestre, Três Pontas e Varginha. Conduziu-a, de início, comissão provisória composta por José Marcos Paes, Luiz Carlos de Carvalho e Mílton Carvalho dos Santos.

A primeira diretoria ficou assim formada: *presidente* - Maurício de Paiva Grilo; *vice-presidente* - José Armando Cavalcante; *secretário* - José Marcos Paes; *vice-secretário* - Ismael Oliveira de Souza; *tesoureiro* - Luiz Carlos de Carvalho; *vice-tesoureiro* - José Benjamim Rabelo.

A lei local 764, de 19 de setembro de 1.990, autorizou a doação de terreno a ela, para construção de sede. A lei 862, de 10 de setembro de 1.992, permitiu lhe fosse doada quantia para término de suas obras, na Avenida Dr. Feliciano Vieira da Silva, nº 15. Quatro anos depois, todavia, já estava localizada no km. 3 da rodovia BR-267. Desativou-se em data que não pude precisar.

6 - **Associação dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Machado**.

Conhecida pela sigla AFUPE, sua fundação ocorreu no dia 17 de maio de 1.989, em ato de que participaram 6l funcionários. Nele elegeu-se a primeira diretoria: *presidente* - Afonso Azevedo de Paiva Reis; *vice-presidente* - Édson Luiz de Carvalho; *1º secretário* - José Miguel de Oliveira; *2º secretário* - Marcelo Magalhães Gomes; *1º tesoureiro* - Rúbens Sérgio Cezarino Ribeiro; *2ª tesoureira* - Ana Maria de Souza Pinto. Em 6 de julho o estatuto foi aprovado e se escolheram os conselheiros deliberativos e fiscais. Após firmar alguns convênios, o presidente deixou o cargo no mês seguinte, sendo substituído pelo vice.

Já em 23 de janeiro de 1.991 adquiriu área de dois hectares, desmembrada da Fazenda da Ponte, de Aécio Pinto Gonçalves e esposa,

com 70% do preço pagos pelo Município. Em 14 de maio do mesmo ano renovou os dirigentes: *presidente* - José Miguel de Oliveira; *vice-presidente* - Astrogildo da Silva Dias Neto; *1ª secretária* - Rosana Aparecida de Moura; *2º secretário* - Rúbens Sérgio Cezarino Ribeiro; *1ª tesoureira* - Rosely Marcondes Emergente; *2º tesoureiro* - Édson Luiz de Carvalho. No ano posterior teve início a construção do edifício da sede.

Novo pleito, com três chapas, ocorreu em 13 de abril de 1.993. Derrotando as encabeçadas por Elizabeth Tardioli Magalhães e Silas Gonçalves de Lima, venceu esta: *presidente* - Benedito Gonçalves da Luz; *vice-presidente* - Orlando Pereira Sodré; *!ª secretária* - Diva Maria de Lima; *2ª secretária* - Silvana de Fátima Pereira dos Santos; *1º tesoureiro* - Petrônio da Silva Bollins; *2º tesoureiro* - Rodrigo Almeida Garcia. Foi declarada de utilidade pública pela lei municipal 913, de 28 do mesmo mês.

Empossou-se no comando em 3 de maio de 1.995 esta equipe: *presidente* - Maurício Godoy Júnior; *vice-presidenta* - Cristina Maria Bambine de Miranda Gonçalves; *1ª secretária* - Rosângela de Carvalho Silva; *2ª secretária* - Ana Maria de Souza Pinto; *1ª tesoureira* - Silvana Alves Ferreira; *2ª tesoureira* - Maria Odete Maciel. Um cômodo nos fundos da Prefeitura foi cedido à Sociedade para instalação de escritório. Em 15 de setembro de 1.996 a vice-presidenta substituiu-se por Naílson de Assis Magalhães, excluído no final do mesmo ano.

Duas chapas concorreram à eleição de 1 de abril de 1.997, com outra derrota de Silas Gonçalves de Lima. A vencedora foi: *presidente* - Maurício Godoy Júnior; *vice-presidente* - Luiz Brancher; *1º secretário* - Daniel de Paiva Carvalho; *2ª secretária* - Eny Pereira Moreira; *1ª tesoureira* - Silvana Alves Ferreira; *2ª tesoureira* - Sandra Costa Milan. Por doença, no início de 1.999, o presidente deixou o posto ao vice. Construiu-se na sede social campo de futebol "*society*", inaugurado em 8 de maio.

Tomou posse em 17 de maio de 1.999 a seguinte diretoria: *presidente* - Naílson de Assis Magalhães; *vice-presidente* - José Benedito de Paula; *1º tesoureiro* - Noel Alves Ferreira; *2º tesoureiro* - Celso dos Santos; *1º secretário* - Gabriel Silva dos Santos; *2ª secretária* - Stela Mara Gonçalves. Ela venceu chapas encabeçadas por Valéria Lima Gonçalves e Orlando Pereira Sodré. O presidente morreu no exercício do mandato, em 19 de novembro do mesmo ano, e o vice o substituiu.

De 1.990 ao final do período em estudo o Município concedeu subvenções anuais à Sociedade, por força das leis 773/90, 824/91, 883/92, 957/93, 1.009/94, 1.051/95, 1.084/96, 1.131/97, 1.207/98, 1.275/99 e 1.349/00.

7 - **Associação dos Engenheiros e Arquitetos da Região de Machado**.

A ASSEAM foi criada em 25 de janeiro de 1.999, por

57 pessoas, que elegeram esta diretoria provisória: *presidente* - Marcelo Carvalho Bottazzini; *vice-presidente* - Francisco Donizeti Conti Neves; *1º secretário* - Ednan Augusto de Souza Júnior; *2º secretário* - Antônio Alberto Carvalho; *1º tesoureiro* - Joaquim Paulino da Costa Neto; *2º tesoureiro* - Humberto Rodrigues. Seu estatuto é de 11 do mês seguinte.

8 - **Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável**.

Com a sigla AMAR, foi fundada por moradores do Bairro Santa Luísa, sob liderança de Anésia Andrade Ferreira, Eliane Andrade Ferreira Salles e Maria das Graças Pinho, e apoio da ACIAM e da Prefeitura. Assembléia no CAIC, em 5 de abril de 2.000, aprovou seu estatuto e escolheu a comissão organizadora. A primeira presidenta foi Eliane Andrade Ferreira Salles.

Começou a funcionar em julho seguinte, com cerca de 15 trabalhadores, usando para depósito de materiais imóvel na Avenida Oscar de Paiva Westin, em frente do dispensário da Vila Vicentina.

A lei local 1.238, de 10 de outubro de 2.000, autorizou a celebração de contrato com ela, para pagamento de aluguel. Foi declarada de utilidade pública municipal pela lei 1.341, de 7 de dezembro do mesmo ano.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 12, 18, 20 e 23;
2 - Arquivo da Inspetoria do C.R.E.A. - ofícios diversos;
3 - Arquivo do Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Machado - estatuto e ata de fundação da ASSEAM;
4 - Arquivo Público Machadense - pastas “Associação Comercial”, “Cooperativas” e “Sindicato Rural”;
5 - “Coleção das Leis de 1.954 do Estado de Minas Gerais” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.959, págs. 11/79;
6 - “Folha de São Paulo” - exemplar de 27/6/1.974;
7 - “Folha Machadense” ns. 8 - 12/5/1.974 - pág. 6;
10 - 26/5/1;974 - pág. 8
46 - 16/2/1.975 - pág. 1;
74 - 14/9/1.975 - pág. 8;
94 - 15/2/1.976 - pág. 8;

112 - 20/6/1.976 - pág. 1;
173 - 21/8/1.977 - pág. 7;
188 - 4/12/1.977 - pág. 7;
205 - 9/4/1.978 - pág. 6;
209 - 7/5/1.978 - pág. 2;
214 - 11/6/1.978 - pág. 9;
309 - 5/7/1.980 - pág. 1;
405 - 12/6/1.982 - pág. 10;
410 - 17/7/1.982 - pág. 1;
411 - 24/7/1.982 - pág. 6;
522 - 13/10/1.984 - pág. 1;
526 - 10/11/1.984 - pág. 1;
558 - 6/7/1.985 - pág. 4;
688 - 13/2/1.988 - pág. 10;
735 - 21/1/1.989 - pág. 1;
736 - 28/1/1.989 - págs. 1 e 4;
754 - 3/6/1.989 - págs. 1 e 5;
868 - 31/8/1.991 - pág. 1;
872 - 28/9/1.991 - pág. 3;
899 - 18/4/1.992 - pág. 1;
907 - 13/6/1.992 - pág. 5;
1001 - 14/5/1.994 - pág. 5;
1029 - 26/11/1.994 - pág. 1;
1034 - 31/12/1.994 - pág. 6;
1035 - 14/1/1.995 - pág. 3;
1036 - 21/1/1.995 - págs. 1 e 9;
1043 - 11/3/1.995 - pág. 7;
1093 - 2/3/1.996 - pág. 13;
1097 - 30/3/1.996 - pág. 3;
1100 - 20/4/1.996 - pág. 3;
1138 - 18/1/1.997 - pág. 12;
1140 - 1/2/1.997 - págs. 1, 2 e 14;
1237 - 9/1/1.999 - pág. 2;
1251 - 17/4/1.999 - pág. 9;
1299 - 18/3/2.000 - pág. 7;
1301 - 1/4/2.000 - págs. 6 e 7;
1302 - 8/4/2.000 - pág. 24;
1316 - 15/7/2.000 - pág. 6;
1337 - 9/12/2.000 - pág. 15;

8 - “Informativo-Jornal da Associação Comercial de Machado” - ano II - nº 9 - 30/7/1.977 - pág. 2;

9 - “Jornal da Cidade” nº 4 - novembro de 1.984 - pág. 3;

10 - “Jornal do Machado” ns. 70 - 23/6/1.935 - págs. 2 e 3;
76 - 1/9/1.935 - pág. 1;
78 - 22/9/1.935 - pág. 3;
13 - 25/7/1.937 - pág. 1;
15 - 8/8/1.937 - pág. 1;

11 - livro de atas da AFUPE;
12 - “Luminar Machadense” ns. 44 - 11/6/1.955 - pág. 2;
46 - 9/7/1.955 - pág. 2;
52 - 29/10/1.955 - pág. 4;
13 - “Minas Gerais” de 10/10/1.957 - pág. 12;
13/3/1.965 - págs. 1/33;
14 - “O Empresário em Destaque” ns. 1 - abril de 1.977;
6 - out./nov. de 1.993;
15 - “O Imparcial” nº 88 - 5/10/1.952 - pág. 4;
16 - “O Machadense” ns. 262 - 8/8/1.937 - pág. 15;
86 - 1/10/1.942 - pág. 1;
712 - 14/12/1.958 - pág. 4;
719 - 1/2/1.959 - pág. 1;
731 - 3/5/1.959 - pág. 1;
732 - 10/5/1.959 - pág. 1;
733 - 17/5/1.959 - pág. 4;
788 - 26/6/1.960 - pág. 6;
808 - 27/11/1.960 - pág. 1;
854 - 1/11/1.961 - pág. 2;
866 - 21/1/1.962 - pág. 1;
936 - 11/4/1.965 - pág. 1;
988 - 17/4/1.966 - págs. 2 e 3;
990 - 1/5/1.966 - pág. 2;
1035 - 31/3/1.968 - pág. 1;
1037 - 30/4/1.968 - pág. 1;
14 - 23/5/1.971 - pág. 2;
20 - 11/7/1.971 - pág. 1;
57 - 9/4/1.972 - pág. 1;
126 - 5/8/1.973 - pág. 1;
133 - 23/9/1.973 - pág. 1;
17 - “O Município” nº 6 - 14/4/1.923 - págs. 1 e 2;
18 - “Siga em Frente Comunidade” nº 00 - 17/7/1.996 - pág. 2;
19 - “Tribuna Machadense” ns. 14 - 19/7/1.980 - pág. 3;
19 - 27/9/1.980 - pág. 1;
55 - 17/4/1.982 - pág. 1;
59 - 19/6/1.982 - págs. 3 e 6;
100 - 30/12/1.984 - pág. 4;
108 - 17/8/1.986 - pág. 1.

B - **secundárias**

1 - Carlos Legnani - “Histórias da Nossa História”, cap. IX - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 9 - págs. 3 e 4;

2 - Fábio Couto Brigagão - “Associação Comercial e Industrial de Machado” - trabalho publicado no “Concurso de Monografias “Homero Costa” sobre a História de Machado” - Serviço de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Machado, mimeografado, 1.987, págs. 32 a 42.

ASSOCIAÇÕES DE CLASSE - III
(COOPERATIVAS)

1) - Cooperativa Agrícola e Lacticínios Machadense.
2) - Cooperativa Agrícola de Café do Machado.
3) - Cooperativa Mista Agropecuária de Machado Ltda..
4) - Cooperativa dos Produtores de Leite de Machado Ltda. - COPROMA.
5) - Cooperativa Agrária de Machado Ltda. - COOPAMA.
6) - Cooperativa Agrícola Sul-Brasil de Machado Ltda..
7) - Federação Meridional de Cooperativas Agropecuárias Ltda. - FEMECAP.
8) - Cooperativa Escolar e de Trabalho dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal - COETAGRI.
9) - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Comerciantes de Confecções de Machado Ltda. - CREDIMA.
10) - Outras.

****

1 - **Cooperativa Agrícola e Lacticínios Machadense**.

Foi fundada em 30 de maio de 1.912, sendo a primeira diretoria assim composta: *presidente* - Dr. M. J. Cavalcanti de Albuquerque; *tesoureiro* - Cel. Fernando Jacintho de Carvalho; *secretário* - Vidal de Azevedo. A gerência ficou a cargo do Cel. Luiz Antônio da Costa Ferreira. Seu estatuto, de 12 de junho, foi aprovado pelo decreto estadual 3.756, de 23 de novembro do mesmo ano.

Encomendou da Europa os maquinismos (pasteurizadores, refrigeradores, etc.), montados pelo Dr. Waldemar Engert. A inauguração do prédio da usina ocorreu no início de 1.914.

Seu segundo relatório ânuo publicou-se no jornal "*Ci-*

dade do Machado", e noticia o esforço dos dirigentes para colocá-la em atividade. Eis alguns trechos dele:

> *"O anno de 1913 foi cheio de difficuldades para a nossa sociedade, mas felismente todas ellas foram superadas, graças a bôa vontade e solicitude da maioria dos associados que souberam corresponder aos nossos appellos, e devido sobretudo ao auxilio do benemerito governo do nosso Estado. (...)*
> *Por estes dias será inaugurada a grande Usina da Cooperativa, cujo predio e installação ficaram promptos em menos de um anno, pois foi iniciado no dia 5 de fevereiro de 1913.*
> *Do exame do balanço e dos documentos que o instruem verse-á que com a construcção do grande e magestoso predio, com accomodações amplas e sufficientes, cuja descripção será desnecessaria, dispendemos a quantia de 17:426$050. Com a aquisição de machinismos, os mais modernos, aperfeiçoados e completos gastamos 29:032$390; a installação dos mesmos 7:505$990. (...)*
> *Ao contrario do que geralmente se esperava, com a montagem da usina de manteiga, fabricação de gelo, fabricação de latas e outros artefactos de folha, officina mechanica, comprehendendo o edificio, as importancias dispendidas alcançaram a somma total de 56:398$840 incluindo o vasilhame para conducção de leite e aquisição de animaes empregados neste mister.*
> *A nossa fabrica de Machadinho, em cuja aquisição e outras despezas quasi orça em 15:000$000 tem funccionado com toda regularidade, e esperamos que agora a sua producção rebeneficiada alcance muito melhor preço.*
> *O fornecimento de leite tem augmentado dia a dia, e é com praser que podemos asseverar que no nosso primeiro anno de existencia, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1913, aos fornecedores effectuamos em todos os meses os respectivos pagamentos, em Machadinho e aqui na cidade, cuja pequenina fabrica até agora existente apenas nos servia para ir acostumando a freguesia e impondo o nosso credito.*
> *Enviamos neste exercicio para a Agencia Geral das Cooperativas no Rio de Janeiro 21.556 kilos de manteiga que obtiveram o preço medio de 2$600 por kilo.*
> *Para ella tambem remettemos 17.963 arrobas de café de nossos associados. Nenhuma commissão ou porcentagem lhes cobramos por isso. (...)*
> *Terminada agora a Usina de manteiga, immediatamente prosseguiremos a nossa lucta na montagem da de café.".*

Conforme anúncio no mesmo jornal atrás referido, a Cooperativa comprava qualquer quantidade de leite a 80 réis o litro, pagando a condução e colocando desnatadeiras em todas as fazendas que produzissem mais de cem litros diários. Comprava, beneficiava e vendia manteiga. Vendia gelo, latas de todos os tamanhos e artefatos de flandres. Aceitava café dos associados para remessa às praças do Rio ou da Europa, adiantando 80% do respectivo valor. Executava obras e consertos em sua oficina mecânica.

No exercício de 1.913, o Governo do Estado conferiu à Cooperativa o prêmio de quinze contos de réis, para aquisição de máquinas de laticínios. A resolução da Câmara 217, de 14 de abril do mesmo ano, concedeu-lhe pena d'água gratuita; a 231, de 7 de fevereiro de 1.914, isentou-a do pagamento de impostos.

Em maio de 1.917, a direção da Sociedade cabia a Olympio Theodoro de Araújo, João Luís Garcia e Vidal de Azevedo, que convocaram assembléia para discutir proposta, cujo teor ignoro, a ser feita ao Governo.

2 - **Cooperativa Agrícola de Café do Machado**.

Foi criada em 1.913, por iniciativa de Pedro de Almeida Nogueira. Seu estatuto, de 8 de junho do mesmo ano, teve aprovação do decreto estadual 4.051, de 29 de novembro seguinte. Nada mais sei a respeito dela.

Em mensagem dirigida ao Congresso Mineiro no ano de 1.918, o presidente do Estado afirmou que a cooperativa de Machado cometera ainda mais graves faltas que as outras, tendo o Governo de proceder contra ela com rigor. No ano seguinte, acrescentou que entrara em liqüidação, sendo levada a isso por irregularidades no funcionamento. Ignoro, porém, a qual das duas se referia, e o que foi que aconteceu.

3 - **Cooperativa Mista Agropecuária de Machado Ltda**..

Sua fundação ocorreu em 31 de janeiro de 1.944. O estatuto, da mesma data, foi registrado em 3 de julho seguinte. Consideram-se sócios fundadores os que subscreveram a ata inicial: André Costa Dias, Clotilde Pereira de Souza, Edmée de Souza Moreira, Edvar Dias, Euclydes de Souza Moreira, Feliciano Vieira da Silva, Floriano Paulino da Costa, Gilberto Pio da Silva Pinto, Isaltino Virgílio Franco, João Baptista do Lago, João Domingues Sobrinho, João Paulino da Costa, Lázaro Cândido Magalhães, Leônidas da Costa Moreira, Lindolpho de Souza Dias, Maurício Teixeira e Paulo Teixeira.

O primeiro conselho de administração foi composto por

André Costa Dias, Edvar Dias, Euclydes de Souza Moreira, Feliciano Vieira da Silva, João Domingues Sobrinho e Lindolpho de Souza Dias; o primeiro conselho fiscal, por Gilberto Pio da Silva Pinto, Lázaro Cândido Magalhães e Paulo Teixeira. Integraram a primeira diretoria executiva: *presidente* - Edvar Dias; *diretor comercial* - Euclydes de Souza Moreira; *diretor secretário* - André Costa Dias. Declarou-se como seu objetivo proteger e incrementar as atividades agropecuárias deste e do município de Jimirim.

Em 29 de março de 1.946, ante a demissão do presidente e do diretor comercial, elegeram-se para os seus postos, respectivamente, Paulo Teixeira e Antônio Westin. A sede ficava na Avenida Arthur Bernardes, 488. Em 2 de fevereiro de 1.947 foram escolhidos presidente e secretário Euclydes de Souza Moreira e Wolney de Araújo Dias. Ocorreu em 10 de fevereiro de 1.949 a eleição dos novos presidente e diretor comercial, João Baptista do Lago e Darcy Dias. No mês seguinte, o secretário foi substituído por João Edmundo Ferreira. Em fevereiro de 1.950 o diretor comercial passou a ser José Joaquim de Carvalho.

Assembléia de 8 de fevereiro de 1.951 elegeu a seguinte diretoria: *presidente* - João Domingues Sobrinho; *secretário* - Paulo Teixeira; *diretor comercial* - José Joaquim de Carvalho. No segundo semestre do ano seguinte, em face da notícia de irregularidades na venda de café, os dirigentes puseram os cargos à disposição dos associados, mas, recebendo voto de confiança, continuaram neles.

Em 11 de março de 1.954 foram escolhidos: *presidente* - Mário Paulino da Costa; *secretário* - José Thales Magalhães; *diretor comercial* - José Joaquim de Carvalho. Os dois primeiros pediram demissão em maio seguinte, sendo substituídos por João Domingues Sobrinho e Paulo Teixeira. A lei local 160, de 18 de novembro do mesmo ano, autorizou o cancelamento de dívida da Cooperativa.

Nova diretoria foi eleita em 19 de março de 1.957: *presidente* - Mário Paulino da Costa; *secretário* - Francisco Vieira Guerra; *diretor comercial* - José Joaquim de Carvalho. No dia 28 de abril de 1.958, por causa do afastamento do presidente, que tratava da fundação de uma cooperativa em Poço Fundo, elegeu-se para o seu lugar João de Souza Moreira.

Em 20 de fevereiro de 1.960 a Sociedade aprovou mudança do nome para **Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Machado Ltda**., por ter passado a fazer parte de organização encabeçada pela Cooperativa Central dos Cafeicultores da Alta Mogiana Ltda.. Em 12 de maio seguinte o presidente e o diretor comercial foram reeleitos, sendo o secretário substituído por Paulo Teixeira. Toda a diretoria executiva foi reconduzida em assembléia de 11 de abril de 1.963. Reforma estatutária de 6 de dezembro do mesmo ano, além de criar uma seção avícola e outra de laticínios, alterou mais uma vez a denominação: para **Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Machado Ltda**. - **Coagrama**, atendendo a sugestão do IBC. (Ela foi cancelada em março de 1.965, oficiando-se

para tanto ao Cartório de Títulos e Documentos). A lei local 451, de 20 de janeiro de 1.964, isentou do pagamento de impostos a Cooperativa. No início de 1.965 sua sede passou a ser na Rua Coronel Francisco Vieira, 457. Em 24 de março de 1.966 a diretoria foi outra vez reeleita.

4 - **Cooperativa dos Produtores de Leite de Machado Ltda. - COPROMA**.

Foi fundada em 28 de maio de 1.961 por Aldo Ribeiro Borges, Arnaldo Nannetti Dias, Eurico de Souza Dias, Euclydes de Souza Moreira, Francisco Vieira Guerra, Gustavo Carneiro Dias, Hílton Luís Moreira Dias, João Baptista do Lago, João de Souza Moreira, João Domingues Sobrinho, José Joaquim de Carvalho, José Maciel Dias, Josino Araújo Dias, Lúcio Dias Vieira, Lucas Tavares de Lacerda, Mílton Luís Cavalcanti de Souza Moreira, Nélson Garcia Júnior, Paulo Teixeira, Plínio da Silva Dias e Waldemar Caixeta Sobrinho. Conforme o estatuto, da mesma data, visava a defender os interesses econômicos dos associados, estabelecendo relação direta entre a produção e o consumo. Para isso, pretendia manter uma seção de compras e outra de vendas em comum, além de uma seção de indústria para transformação de seus produtos.

A primeira diretoria ficou assim constituída: *presidente* - Aldo Ribeiro Borges; *secretário* - Mílton Luís Cavalcanti de Souza Moreira; *diretor comercial* - José Maciel Dias; *conselheiros administrativos* - Arnaldo Nannetti Dias, José Joaquim de Carvalho e Paulo Teixeira; *conselheiros fiscais* - Hílton Luís Moreira Dias, João Domingues Sobrinho e Lucas Tavares de Lacerda. Teve como área de ação os municípios de Machado, Alfenas, Campestre, Fama, Paraguaçu, Paredes do Sapucaí, Poço Fundo, São Gonçalo do Sapucaí, Serrania e Silvianópolis.

Em outubro de 1.961 contratou como gerente João Dias Swerts. Logo após foi alugado para escritório cômodo de Josina Josefina Dias, na Rua Barão do Rio Branco. No início do ano seguinte arrendou o Posto Texaco, na Avenida Santa Cruz, para onde transferiu sua sede. Em março de 1.963 o presidente pediu demissão, sendo substituído por Paulo Teixeira. Tratou-se então da montagem de usina para resfriamento de leite.

No final do exercício começou a ser discutida a união com a Cooperativa dos Cafeicultores, e o mandato da diretoria foi prorrogado até que ela se consumasse.

5 - **Cooperativa Agrária de Machado Ltda. - COOPAMA**.

Reforma estatutária de 31 de maio de 1.966 adotou a denominação em epígrafe. O processo de encampação da Cooperativa dos Produtores de Leite se consumou em 26 de agosto seguinte, quando foi escolhida esta

diretoria executiva: *presidente* - Paulo Teixeira; *vice-presidente* - João de Souza Moreira; *secretário* - José Maciel Dias; *diretor comercial* - José Joaquim de Carvalho.

Nova eleição, três anos depois, apenas substituiu o secretário por Laércio Andrade Pedroso, que em março de 1.970 cedeu o posto a José Washington Moreira Carvalho. A Cooperativa, na época, tinha péssima situação econômica, e os sócios, desinteressados, não estavam em dia com suas obrigações. Em maio seguinte a diretoria renunciou, por discordar de críticas pela demissão de um agrônomo. Foram então escolhidos: *presidente* - Wálter Palmeira; *vice-presidente* - Daniel Alves Ferreira; *secretário* - Jorge Eduardo Vieira de Oliveira. O último, em setembro, foi trocado por Waldemar Caixeta Sobrinho.

O decreto municipal 114, de 17 de maio de 1.971, autorizou a realização de operações de crédito com a Coopama, para aquisição de prédios da Rede Ferroviária Federal. Pleito de agosto do ano posterior reconduziu o presidente e o vice, levando à secretaria João Domingues Sobrinho. Em julho e dezembro de 1.973 o secretário e o vice-presidente foram substituídos por Arnaldo Nannetti Dias e Feliciano Dias Vieira.

Reabriu-se em 1º de julho de 1.975 o posto de resfriamento de leite, fechado havia anos, após filiação da Sociedade à Cooperativa Central dos Produtores de Leite do Estado de São Paulo, à qual o produto passou a ser entregue. Ela, por essa época, já era proprietária do Posto Ipiranga. No mês seguinte foram escolhidos: *presidente* - Wálter Palmeira; *tesoureiro* - Rúbens Pinto Garcia; *secretário* - Carlos Alberto Pereira Dias (este, quinze dias depois, substituído por José Washington M. Carvalho.

Em outubro de 1.978 ocorreu outra eleição: *presidente* - Wálter Palmeira; *tesoureiro* - José Washington M. Carvalho; *secretário* - Evâneo Franco Caixeta. No ano seguinte a Cooperativa entrou na pior crise de sua existência. Afastada a diretoria, por motivo e em condições que desconheço, em novembro a assembléia geral designou para seus cargos os conselheiros fiscais: *presidente* - José Thales Magalhães; *tesoureiro* - Lindolpho de Souza Dias Neto; *secretário* - João Virgílio Maranesi Caixeta. Estes entenderam que a única saída era a dissolução, após o encerramento das atividades, e publicaram editais para venda do patrimônio (os armazéns da Av. Arthur Bernardes, a sede da Cel. Francisco Vieira e o posto de gasolina).

Depois, todavia, um grupo decidiu reagir para sanear as finanças, e se noticiou que empréstimo de dez milhões de cruzeiros do IBC e nova chamada de capital junto aos acionistas evitaria o fechamento. Em setembro de 1.980, diante dos novos rumos propostos, criou-se uma comissão permanente de reestruturação, a diretoria renunciou e se elegeu outra: W. Palmeira retornou ao comando, tendo como tesoureiro Lindolpho de Souza Dias Neto e como secretário Feliciano Dias Vieira. Mais de 250 sócios foram excluídos por não terem integralizado o aumento de capital ou por não terem concordado com ele - no

início de 1.981 seu número estava reduzido a 110. Aos poucos ela se reergueu e aumentou de novo o quadro social. Em outro pleito, no mês de novembro, o secretário passou a ser Ademar Morais Caixeta.

A lei local 475, de 10/8/82, autorizou o Município a permutar terrenos com a Cooperativa na Avenida Arthur Bernardes. Nesta, em janeiro de 1.983, ela transformou antigo armazém em loja de venda de produtos agropecuários, com salas para agrônomo e veterinário. Em março seguinte adquiriu carreta para transporte do leite até São Paulo. No mesmo ano começou a comercializar arroz. A lei 516, de 8/7/83, autorizou a venda de imóvel a ela na Av. Arthur Bernardes.

A lei 551, de 12/6/84, autorizou o Município a ceder à Cooperativa, em comodato, área no campo de aviação, para instalar mini-destilaria de álcool, em convênio com a F.E.M.. Reforma estatutária, em dezembro, criou um conselho de administração de sete membros. No início do ano seguinte concluíram-se as obras de reforma e ampliação da sede.

Com a nova fase de prosperidade, duas chapas concorreram à eleição de 26/4/85, sendo derrotada a que tinha por líder Lindolpho de Souza Dias Neto. A nova diretoria executiva passou a ser esta: *presidente* - Feliciano Dias Vieira; *secretário* - Arnaldo Nannetti Dias; *tesoureiro* - Ademar Morais Caixeta. Em abril de 1.986 adquiriu-se caminhão térmico para coleta de leite nas fazendas. Dois meses depois inauguraram-se a unidade de armazenamento anexa à usina de leite e a unidade comercial da Avenida Arthur Bernardes, 455. Em abril de 1.987 o presidente foi eleito membro do conselho diretor da OCEMG - Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais. Ele adquiriu equipamentos para a fábrica de ração, e deu início às obras de seu prédio e de dois silos graneleiros. Construiu posto de gasolina nos fundos da loja, inaugurado em fevereiro de 1.988. Instalou terminal de telex, celebrou convênios com diversos hotéis, comprou novos veículos e reestruturou o plano de cargos e salários do funcionalismo. Construiu também prédio administrativo no Bairro da Ponte. O secretário, falecido em novembro de 1.987, foi substituído dois meses depois por João Virgílio Maranesi Caixeta.

Em novo pleito, no final de março de 1.988, concorreram duas chapas. Ficou vencida a oposição, que tinha apoio do Sindicato Rural. Wálter Palmeira chegou mais uma vez à presidência, tendo como secretário Luís Carlos Garcia e como tesoureiro Carlos Caixeta de Carvalho. Em dezembro daquele ano inauguraram-se as fábricas de ração e de sal mineral e os silos.

O presidente e o tesoureiro foram reeleitos em 13 de março de 1.991, com o secretário Luiz Gonzaga Xavier, em chapa única. Todos obtiveram novo mandato três anos depois. Com a alteração estatutária de março de 1.995, a diretoria executiva passou a ser composta de presidente, diretor financeiro e diretor administrativo. Em 12 de março de 1.997 elegeram-se: *presidente*

- Carlos Caixeta de Carvalho; *diretor administrativo* - Luiz Gonzaga Xavier; *diretor financeiro* - Carlos Weber Hoffert de Castro. No mesmo ano foi adquirida máquina para processar soja em grão.

Por fim, em 3 de março de 2.000 a diretoria passou a ser esta: *presidente* - Carlos Caixeta de Carvalho; *diretor administrativo* - Luís Gonzaga Xavier; *diretor financeiro* - Pedro Carvalho de Souza Diniz. A lei local 1.301, de 4 de maio seguinte, autorizou a doação de terreno no distrito industrial à Cooperativa, para ampliar suas instalações a ele anexas.

No final do milênio as atividades da Coopama concentravam-se mais no leite que no café. Este era apenas armazenado, e não comercializado. Ela possuía então os seguintes departamentos: leite - café - insumos - combustíveis - confecções - peças - material elétrico - assistência agronômica - assistência veterinária - fábrica de ração - fábrica de sal mineral.

6 - **Cooperativa Agrícola Sul-Brasil de Machado Ltda**..

Já estava em atividade em março de 1.972. Um ano depois, seu presidente era Décio Paulino da Costa. Ele permanecia no cargo em 4 de maio de 1.974, quando assembléia geral extraordinária deliberou dissolvê-la. Foi nomeado liqüidante João Marcelino de Carvalho. Suas atividades foram encerradas em outubro seguinte. O Conselho Fiscal era então composto por Antônio R. de Carvalho, Cícero Pereira de Carvalho e Wander Luiz Moreira.

7 - **Federação Meridional de Cooperativas Agropecuárias Ltda. - FEMECAP**.

Em 1.960 ocorreu a fundação da Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Campinas, que seis anos depois passou a chamar-se Cooperativa Central Agropecuária Campinas. Ignoro quando adotou o nome em epígrafe.

No início de 1.974 foi criado o seu núcleo local, com sede na Avenida Arthur Bernardes, 324. Dedicava-se ao comércio de café, milho, soja, algodão, máquinas agrícolas, fertilizantes, produtos veterinários, etc.. Ele esteve sob a gerência, sucessivamente, de Carlos Weber Hoffert de Castro, Almírio Campedele Borelli, José de Salles Teixeira Carvalho, Luiz Augusto Dias, Ângelo Tozato Neto, José Roberto Silva e, por fim, Luiz Fernando Contrucci. Entre outros, foram delegados junto à direção da Sociedade Abel Faleiro, Paulo Afonso de Campos e Itamar José Costa.

Em 1.987 o Município vendeu à Cooperativa em condições especiais área no distrito industrial, anexa a outra, de que já era comodatária. Cinco anos depois ela houve, por permuta, imóvel na Avenida Renato Azeredo, desapropriado em 1.997.

Na última década do milênio a Femecap foi abalada por grave crise financeira. O núcleo machadense, um dos poucos rentáveis, não suportou os prejuízos da matriz e dos congêneres. Cogitou-se em 1.998 de transferi-lo à Cooxupé, mas as negociações não tiveram êxito. Em março de 1.999 ele encerrou definitivamente as atividades, indenizando os 16 empregados com máquinas e saldo do estoque. No seu lugar, em junho seguinte, passou a funcionar a empresa Armazéns Gerais Rubi Ltda., do ex-gerente Contrucci e de Gildo Mendonça da Cunha, que era o responsável pela comercialização e classificação do café.

8 - **Cooperativa Escolar e de Trabalho dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal - COETAGRI**.

Foi criada em 10 de setembro de 1.979, por 43 pessoas, com estes objetivos:
a - educar os alunos dentro dos princípios do cooperativismo, pela prática da ajuda mútua, da solidariedade e do exercício consciente da cidadania;
b - servir de órgão catalizador de todas as práticas de ensino na execução dos projetos do Estabelecimento, de acordo com metodologia do sistema escola-fazenda;
c - promover a defesa econômica dos seus interesses comuns, com redução de preços do material didático e do mais necessário para a vida escolar;
d - comercializar produtos agropecuários da Escola, e prestar outros serviços de interesse dela e dos alunos.

Na mesma data aprovou-se o estatuto, e foi eleita a primeira diretoria: *presidente* - Walner José Mendes; *vice-presidente* - José Eduardo Rodrigues Almeida; *secretário* - Francisco Vítor de Paula; *vice-secretário* - Aílton de Souza; *tesoureiro* - Avelino José de Lima; *vice-tesoureiro* - Argino Batista Ferreira Filho; *gerente* - Oswaldir Carvalho da Silva; *vice-gerente* - Aderbal Alves Moreira. Teve, de início, as seções de divulgação e cultura, de ecologia e educação sanitária, de consumo, e de trabalho.

Nos pleitos, quase sempre, houve grande disputa, com três e até mais chapas concorrentes. Em 1.980 elegeu-se a encabeçada por E. Faustino de Carvalho; em 1.982, a que tinha por líder Wandair Ferreira de Carvalho. Em 1.983 chegou à presidência Ângelo César Naves Pereira, que deu novo estatuto à Sociedade. Em 1.984 ganhou a equipe de Márcio Gabriel; em 1.985, a de Rogério Souza Bernardes. Este deixou os estudos, e no final do ano foi trocado por Paulo Fernando de Carvalho. Alçaram-se na seqüência ao comando: em 1.986, Gílson Pereira Ribeiro; em 1.987, Antônio Geraldo Rodrigues; em 1.988, José Humberto Gonçalves; em 1.989, Sérgio Luiz Santana de Almeida; em 1.990, Geraldo Jamerson Rodrigues; em 1.991, Alcestes Ramos Filho (substituído no segundo semestre por Gilberto Pereira Lima); em 1.992, Hílton Antônio Gonçalves; em 1.993, Gilberto de Abreu Castro; em 1.994, Luiz Carlos Dias Rodrigues; em 1.995, Maciel Borges; em 1.996, Agmar Soares Albuquerque; em 1.997, Édson Cardoso Leite; em 1.998, Warley Pereira Gomes; em 1.999, Jovane Gon-

çalves Romão; em 2.000, Cláudio Ferreira dos Santos.

A Cooperativa mantém loja para venda de produtos agropecuários da Escola, antes sob a marca "*Gabiru*" e depois sob a "*D'Agrotécnica*". Em 1.999 instituiu a FADEPE, cuja denominação foi alterada para FADEMA - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento e Ensino de Machado, que desenvolve projetos em diversas áreas, como agroecologia, artes, conscientização social, cultura, educação, tecnologia agropecuária, etc..

9 - **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Comerciantes de Confecções de Machado Ltda. - CREDIMA**.

Foi fundada em 5 de setembro de 1.994, por iniciativa da Associação Comercial, sob a liderança de José Jair Coelho. Obteve autorização de funcionamento do Banco Central em 15 de dezembro seguinte. Iniciou as atividades em 20 de maio de 1.995, com este conselho administrativo: *presidente* - José Jair Coelho; *vice-presidente* - Ronaldo Dias Aguiar; *secretário* - Gabriel Ferreira Domingues; *conselheiros* - Carlos Roberto de Oliveira, Nélson de Carvalho e Reginaldo Ferreira Dias. Os primeiros conselheiros fiscais foram Edvard José Nery, João Batista de Souza Moreira Neto e Márcia Signoretti Godoy; seus suplentes, Édson Luiz de Carvalho, Geraldo Botazini e Waldemar Paulino da Costa Neto. A sede ficava no edifício Bias Maciel, na Praça Antônio Carlos. Foi anunciada como o sétimo estabelecimento do gênero no Estado, "*cujo lucro ficaria na própria Cidade, podendo ser revertido para a população*"...

No início de 1.996 tinha já 67 cooperados (que adquiriam cotas no valor de R$200,00) e 35 correntistas. Recebia tarifas públicas, mantinha contas-correntes, fornecia talões de cheques e fazia serviço de compensação bancária. Em março mudou-se para a Rua Barão do Rio Branco, 116; em 23 de agosto do ano seguinte foi para a Praça Antônio Carlos, 264.

Ligou-se em 13 de abril de 1.998 ao Banco Cooperativo do Brasil S/A - Bancoob, e, aos serviços já prestados, acrescentou os de aplicações financeiras, cadernetas de poupança, carteiras de ações e de descontos de duplicatas, etc.. Tinha na época J. J. Coelho como presidente, Geraldo Botazini como vice, Nélio Carvalho Sales como secretário e Maristela Vieira Rosa e Silva como gerente executiva.

A lei 1.148, de 30 de abril de 1.998, autorizou o Município a firmar convênios com a Credima para recebimento de tributos. A lei 1.240, de 13 de agosto do ano seguinte, permitiu às entidades públicas locais realizar operações financeiras com ela.

Abriu filiais em várias cidades vizinhas: em fevereiro de 1.998, em Campestre; em julho do mesmo ano, em Paraguaçu; em maio de

1.999, em Poço Fundo; em abril de 2.000, em Alfenas. Lançou um jornal, que teve apenas duas edições.

Em junho de 2.000 tornaram-se públicas as irregularidades que levaram à liqüidação a Cooperativa, então com cerca de 40 funcionários e 876 sócios. O presidente foi afastado e substituído por Geraldo Botazini; a compensação bancária foi suspensa. Medida cautelar tornou indisponíveis os bens dela e de seus diretores. Deixo de mencionar o desfecho do caso porque ultrapassa a data que fixei como término desta história.

10 - **Outras**.

Além das já referidas na parte sobre planos de saúde - Serpram, Unimed, Unissorriso - cabe mencionar as seguintes:

COOPEFEM - A abertura da Cooperativa da Fundação Educacional foi anunciada para 1.983, com as características de um supermercado. O estatuto foi elaborado pelo professor Sílvio Crepaldi, da FAAFI. Não teve continuidade.

FORMAR - A Cooperativa dos Educadores, Instrutores e Consultores de Machado Ltda. foi constituída no último lustro do milênio, por profissionais de diversas áreas, para prestar serviços a empresas e instituições públicas. Com sede na EAF, estava ativa em 2.000, com 34 sócios, sob a presidência de Sérgio Pedini.

UNIAGRO - A Cooperativa de Trabalho dos Profissionais Liberais de Ciências Agrárias de Machado Ltda., segunda cooperativa de agrônomos do País, foi fundada em novembro de 1.998, com sede na ESACMA. Seus idealizadores foram Adriano Barros Silva, Alysson Barbosa de Oliveira, Marco Antônio Barbosa e Ricardo Flabes de Castro Coelho. O primeiro presidente foi Adriano Barros Silva; o primeiro diretor administrativo, Ricardo Flabes de Castro Coelho. Buscava aproximar o produtor rural e o cooperado, comercializando planos de trabalho, intermediando questões burocráticas de contratos e salários, realizando treinamento, cursos e palestras. Em 2.000, já com 45 sócios, era presidida por Ricardo F. de Castro Coelho.

Ressalte-se, por fim, que a Escola Agrotécnica Federal coordenou no segundo semestre de 1.998 o Programa Geracoop (Programa de Criação e Geração de Cooperativas), com recursos do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 7, 11, 19, 20 e 21;
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de decretos nº 14;
3 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919";
4 - "Cidade do Machado" - exemplar incompleto, sem número e data, de 1.914 - págs. 3, 4, 7 e 12;
5 - Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes de 1912 - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.912, pág. 973;
6 - Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes de 1913 - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.913, pág. 341;
7 - "Diário Oficial da União" de 22/12/1.994 - seção 3 - pág. 25.783;
8 - "Folha Machadense" ns. 1 - 24/3/1.974 - pág. 2;
4 - 14/4/1.974 - pág. 8;
10 - 26/5/1.974 - pág. 3;
24 - 7/9/1.974 - pág. 4;
64 - 3/7/1.975 - pág. 1;
83 - 16/11/1.975 - pág. 3;
102 - 11/4/1.976 - pág. 10;
121 - 22/8/1.976 - pág. 3;
156 - 24/4/1.977 - pág. 1;
201 - 12/3/1.978 - pág. 1;
314 - 9/8/1.980 - pág. 8;
315 - 16/8/1.980 - pág. 10;
317 - 30/8/1.980 - págs. 1, 9 e 10;
321 - 4/10/1.980 - suplemento;
343 - 14/3/1.981 - pág. 8;
429 - 4/12/1.982 - pág. 1;
433 - 16/1/1.983 - pág. 1;
441 - 12/3/1.983 - págs. 1 e 6;
499 - 5/5/1.984 - pág. 1;
508 - 7/7/1.984 - págs. 8 e 9;
511 - 28/7/1.984 - pág. 11;
513 - 11/8/1.984 - pág. 16;
549 - 4/5/1.985 - pág. 1;
550 - 11/5/1.985 - pág. 1;
598 - 26/4/1.986 - pág. 14;
604 - 7/6/1.986 - pág. 6;
644 - 28/3/1.987 - pág. 12;
646 - 11/4/1.987 - pág. 1;
663 - 8/8/1.987 - pág. 5;
694 - 26/3/1.988 - pág. 15 e suplemento;
695 - 2/4/1.988 - págs. 1 e 4;
731 - 10/12/1.988 - pág. 12;

740 - 25/2/1.989 - pág. 1;
882 - 7/12/1.991 - pág. 9;
887 - 25/1/1.992 - pág. 8;
993 - 19/3/1.994 - pág. 11;
1034 - 31/12/1.994 - pág. 6;
1038 - 4/2/1.995 - pág. 8;
1054 - 27/5/1.995 - pág. 11;
1095 - 16/3/1.996 - pág. 8;
1162 - 5/7/1.997 - pág. 7;
1169 - 23/8/1.997 - pág. 4;
1194 - 28/2/1.998 - pág. 3;
1200 - 18/4/1.998 - págs. 1 e 6;
1204 - 9/5/1.998 - pág. 12;
1241 - 6/2/1.999 - pág. 11;
1270 - 21/8/1.999 - pág. 14;
1297 - 4/3/2.000 - pág. 24;
1302 - 8/4/2.000 - pág. 25;
1307 - 13/5/2.000 - pág. 13;
1312 - 17/6/2.000 - págs. 1 e 9;
1313 - 24/6/2.000 - págs. 1, 6 e 12;
1322 - 26/8/2.000 - pág. 9;
1351 - 17/3/2.001 - pág. 23;

9 - "Informativo Mensal Credima" - nº 1 - nov. de 1.999;

10 - livros de atas das assembléias das cooperativas dos Produtores de Leite e Agrária e da COETAGRI;

11 - "Jornal da Credima" - nº 2 - 3/6/2.000;

12 - Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Júlio Bueno Brandão ao Congresso Mineiro em sua 4ª sessão ordinária da 6ª legislatura, no anno de 1914 - Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, Bello Horizonte, 1.914, pág. 91;

13 - Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, ao Congresso Mineiro, em sua 4ª sessão ordinária da 7ª legislatura, no anno de 1918 - Imprensa Official, Bello Horizonte, pág. 110;

14 - Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Dr. Arthur da Silva Bernardes, ao Congresso Mineiro, em sua 1ª sessão ordinária da 8ª legislatura, no anno de 1919 - Imprensa Official, Bello Horizonte, pág. 101;

15 - "Minas Geraes" de 14/6/1.912 - pág. 7;
11/5/1.917 - pág. 7;

16 - "O Empresário em Destaque" ns. 11 - maio de 1.995 - pág. 4;
12 - junho de 1.995 - págs. 1 e 4;

17 - "O Machadense" ns. 679 - 20/4/1.958 - pág. 2;
681 - 4/5/1.958 - pág. 3;
756 - 1/11/1.959 - pág. 1;
792 - 24/7/1.960 - pág. 1;
906 - 3/2/1.963 - pág. 2;
933 - 21/3/1.965 - pág. 3;
1003 - 31/7/1.966 - págs. 1 e 2;

1015 - 30/10/1.966 - pág. 1;
5 - 21/3/1.971 - pág. 2;
52 - 5/3/1.972 - pág. 3;
110 - 13/4/1.973 - pág. 2;
128 - 19/8/1.973 - pág. 1;
18 - relatório da Coopama sobre o exercício de 1.983;
19 - Revista "Balde Branco", São Paulo - nº 160 - fev. de 1.978 - págs. 8 a 11;
20 - Revista "Imagem e Conteúdo" ns. 12 - nov./dez. 1.998 - págs. 6 e 21;
13 - fev./mar. 1.999 - págs. 4 e 5;
14 - abr./maio 1.999 - págs. 18 e 19;
16 - nov./dez. 1.999 e jan. 2.000 - pág. 11;
21 - Revista "Roteiro de Minas" - pág. 8;
22 - "Siga em Frente" ns. 63 - 16/7/1.994 - pág. 5;
15 - 18/2/1.997 - pág. 5;
23 - "Tribuna Machadense" ns. 1 - 19/1/1.980 - pág. 4;
102 - maio de 1.985 - pág. 4;
3 - 14/6/1.987 - pág. 5;
28 - 6/12/1.987 - pág. 3;
44 - 10/4/1.988 - págs. 2 e 3.

B - **secundárias**

1 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", cap. VII - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 7, agosto de 1.957, pág. 21;
2 - Manoel Francisco Pinto Pereira (organizador) - "O Sul de Minas - Almanach moderno, de Propaganda e Estatistica dos Municípios Sul-Mineiros" - fascículo 2º - Município de Machado - Estabelecimento Graphico Casa Mayença, Cruzeiro, SP, pág. 22.

****

ASSOCIAÇÕES DE CLASSE - IV
(SINDICATOS)

1) - Sindicato dos Produtores Rurais.
2) - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, Material Elétrico, Siderurgia, Fundição, Reparos de Veículos e Acessórios de Poços de Caldas, Andradas e Machado.
3) - Sindicato Único dos Trabalhadores do Ensino.
4) - Sindicato dos Empregados da Prefeitura de Machado - SEMPRE.
5) - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Andradas, Poços de Caldas e Machado.
6) - Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Machado - SINTRAMAMG.
7) - Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
8) - Machadense na direção sindical em São Paulo.

****

1 - **Sindicato dos Produtores Rurais**.

Desconheço a data certa em que foi fundado, sucedendo à Associação Rural (o livro de atas só começa em maio de 1.971). Sua carta sindical, outorgada pelo Ministério do Trabalho, é de 6 de julho de 1.966. A sede, de início, ficava na Coopama, na Rua Coronel Francisco Vieira, 457. No dia 2 de novembro seguinte, elegeu diretoria executiva liderada por João de Souza Moreira e composta também por Joaquim Carvalho dos Santos e Hélio Pereira Dias. O presidente foi reeleito em 1.969, tendo por secretário e tesoureiro José Joaquim de Carvalho e Nicanor Soares.

Chamava-se antes **Sindicato Rural de Machado**, embora fosse referido informalmente como "*Sindicato Rural Patronal*". Em 1.971,

sediado já na Rua Major Feliciano, 346, teve aprovado estatuto e ampliou a base territorial ao município de Carvalhópolis. No ano seguinte recebeu gabinete odontológico, doado pela FAEMG, e começou a funcionar seu ambulatório médico, a cargo de João Emygdio Gonçalves.

João de Souza Moreira, José Joaquim de Carvalho e Nicanor Soares foram sucessivamente reeleitos, em chapas únicas, em 22/10/72, 19/10/75 e 19/10/78. Em fevereiro de 1.976 aprovou-se novo estatuto social. Com a desistência da diretoria de concorrer a mais um pleito, realizado em 16/10/81, inscreveram-se duas chapas, encabeçadas por Lúcio Dias Vieira e Joaquim Miguel Nogueira Bastos. Venceu a segunda, integrada ainda por Arnaldo Nannetti Dias e Rômulo Ferreira Braga. Já havia então convênio com o Funrural para atendimento médico e odontológico.

O novo presidente firmou mais seis convênios, iniciou assistência contábil e ampliou o número de associados. Em 27 de abril de 1.984 inaugurou nova sede, na Rua Coronel José Paulino, 244, esquina com Rua Major Feliciano. Em novembro seguinte reelegeu-se em chapa única, tendo como companheiros de diretoria executiva Itamar José Costa e João Morais.

Teve início em 1.986 a informatização do escritório. No final de 1.987 aprovou-se novo estatuto, e o Sindicato entrou em atrito com a Coopama, por causa da redução do quadro de sócios dela. O presidente obteve mais um mandato em 9/4/88, tendo Eduardo Amado Cardoso como secretário e Itamar José Costa como tesoureiro, após indeferir o registro de chapa oposicionista, à frente da qual estava Zaqueu Campos Caixeta. Naquele ano o Sindicato passou por dificuldades financeiras em face da queda de arrecadação, e a prestação de serviços ficou prejudicada. Em julho de 1.990, por novo estatuto, passou a chamar-se "*Sindicato dos Produtores Rurais*".

Bastos reelegeu-se com os mesmos companheiros, em chapa única, no dia 3/5/91. No ano seguinte firmou convênio com o Ministério da Agricultura para uso das instalações do extinto I.B.C., na Praça Danton Magalhães, para as quais transferiu a sede em outubro. Parte delas vinha sedo ocupada pela Câmara, cujo uso impediu, mas foi retomado por ordem judicial. Em parceria com o SENAR implantou sistema de vídeo. No final de 1.993 aprovou-se a criação de farmácia agro-veterinária, que, todavia, não chegou a funcionar

O comando do Sindicato, em eleição de 21/2/94, passou a Sebastião Tardiolli, com os diretores Alair Alves Campos, Itamar José Costa e João Teodoro de Lima. Ele aos poucos regularizou a situação financeira do órgão, com dívida de quase seis milhões de cruzeiros, e retomou os atendimentos médicos e odontológicos, que haviam sido interrompidos. Reelegeu-se em 3/3/97, em chapa única, com José Pereira Lima Filho, Orlando Dozza e Sebastião Martins Pereira. Assumiu em comodato o Parque de Exposições, autorizado pela lei 1.094, de 12/4/97. Promoveu nele apenas dois eventos, rescindindo o contrato no início

do ano seguinte, em face de manifestações contrárias à gestão. Em junho de 1.998 aprovou-se a venda do cômodo da Rua Major Feliciano, para amortizar dívida com o INSS. Em 5/3/00, de novo em chapa única, Tardiolli obteve mais um mandato, tendo, além de outros companheiros, Luiz Fernando Contrucci como secretário e Sebastião Martins Pereira como tesoureiro.

2 - **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, Material Elétrico, Siderurgia, Fundição, Reparos de Veículos e Acessórios de Poços de Caldas, Andradas e Machado**.

Com matriz em Poços de Caldas, no dia 7 de julho de 1.990 inaugurou sub-sede na Rua Santos Silva, 305 (que se manteve por pouco tempo), a cargo de Fábio Tadeu Pereira de Rezende. Já tinha então quase cem associados aqui. Não disponho de outros informes a seu respeito.

3 - **Sindicato Único dos Trabalhadores do Ensino**.

Desconheço quando inaugurou sub-sede em Machado, que no mês de dezembro de 1.990 era chefiada por Roberto Camilo Órfão Morais. Não tive acesso a seu livro de atas, e não consegui dados mais precisos sobre ele. Na virada do milênio, estava sob o comando de Pitágoras Fernandes. Depois abriu estabelecimento na Rua Coronel Jacinto, esquina com Sete de Setembro, a que foi dado o nome de "*Roque Eliseu Mendes Gonçalves*".

4 - **Sindicato dos Empregados da Prefeitura de Machado - SEMPRE**.

Foi fundado em assembléia geral de 6 de janeiro de 1.994, por 69 pessoas, para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal dos servidores municipais, e para colaboração com os poderes públicos e entidades congêneres. Nela se aprovou o seu estatuto e se elegeu a seguinte diretoria, com mandato de quatro anos: *presidente* - Mauro Paiva Freire; *vice-presidente* - Astrogildo da Silva Dias Neto; *1ª secretária* - Eny Ferreira Moreira; *2º secretário* - Benedito Gonçalves da Luz; *1º tesoureiro* - Celso dos Santos; *2ª tesoureira* - Maria Alice Pereira Alves; *diretor adjunto* - Solimário Lopes de Oliveira; *conselheiros fiscais* - Célia Aparecida Ferreira Araújo, Evair Cândido Dias e Lídia Nogueira; *suplentes da diretoria* - Carlos Henrique de Souza Signoretti, Cláudia Regina Pereira, Daniel de Paiva Carvalho, Hamílton Agostinho Neves, Nádia Alvim Pereira, Nádia Cristina da Silva e Rainério Baccolli; *suplentes do conselho fiscal* - Ângela Fátima de Souza, Francisco Bianchini de Souza e Genes Alves do Nascimento. Teve curta duração, sendo extinto em 19 de junho de 1.998.

5 - **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Andradas, Poços de Caldas e Machado**.

Com matriz em Poços de Caldas, já existia em outubro de 1.995, sob a presidência de Célio Antônio Leite. Não tenho outras informações a seu respeito.

6 - **Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Machado - SINTRAMAMG**.

Sua criação, por 33 pessoas, ocorreu em assembléia geral de 13 de outubro de 1.998, na qual também foi aprovado o estatuto e eleita a seguinte diretoria, com mandato de seis anos: *presidente* - Francisco Elias Alves; *secretário* - Nílson de Abreu; *tesoureiro* - Eduardo Elias Alves; *suplentes da diretoria* - Antônio Avelino Silva, Marcos Miranda Ribeiro e Valmir Guimarães de Souza; *conselheiros fiscais* - Adaílton Elias Alves Sobrinho, Dimas José da Silva e Mário Paranho da Silva; *suplentes do conselho fiscal* - Daniel Cardoso, Joaquim de Jesus e Sinézio Manoel Souza. Declarou-se na ocasião ser sua sede a mesma do Sindicato dos Produtores Rurais, e ter por base territorial os municípios de Alfenas, Areado, Bandeira do Sul, Campestre, Carvalhópolis, Elói Mendes, Machado, Monsenhor Paulo e Pouso Alegre.

7 - **Sindicato dos Trabalhadores Rurais**.

Congrega empregados rurais ativos e aposentados, pequenos proprietários e arrendatários cultivadores de áreas com até 30 hectares, trabalhadores sem-terra, parceiros e meeiros. Fundou-se em assembléia realizada no dia 18 de julho de 1.989, que lhe aprovou o estatuto e elegeu a seguinte diretoria, com mandato trienal: *presidente* - Osmil dos Santos Mizael; *secretário geral* - Luiz Aparecido Paulino; *diretor de assalariados e de assuntos agrícolas* - Francisco de Assis Rodrigues; *diretor de finanças* - Venice Franco; *diretor de formação sindical* - Joaquim Silvério Paulino; *suplentes* - Divino de Souza Batista, Ernani Pereira, Jair Ângelo, José Teodoro e Maria Aparecida Franco. Escolheu também conselheiros fiscais e representantes junto à Fetaemg, efetivos e suplentes. A primeira sede ficava na Rua Professor Jerônimo Emiliano Figueiredo, 199.

Em agosto de 1.993 estendeu sua base territorial ao município de Carvalhópolis. Tentou funcionar nos primeiros anos, mas acabou fechando as portas. Foi reativado em 30 de outubro de 1.999, quando alugou prédio sito na Rua Coronel Francisco Vieira, 548, e escolheu esta junta governativa provisória: *presidente* - Ronaldo Gomes Rodrigues; *secretário* - Joni Manoel; *tesoureiro* - Alair Alves; *suplente* - Roberto Carlos da Silva; *conselheiros fiscais* - José Raimundo da Silva, Leone Vieira da Silva e Reinaldo Xavier.

Nova diretoria foi eleita em 23 de janeiro de 2.000: *presidente* - Joni Manoel; *secretária* - Climélia Benedita Lopes; *tesoureiro* - Ronaldo Gomes Rodrigues; *suplentes* - Elpídio Adriano dos Santos, Flaviano Lemes da Silva e Maria Aparecida Lourenço; *conselheiros fiscais* - Elias Mendes de Lima, Geralda de Lourdes da Silva e Tereza de Fátima dos Santos. Ainda no final do milênio, sua sede esteve, sucessivamente, na Rua Cel. Francisco Vieira, 435, e na Rua Tiradentes, 413.

8 - **Machadense na direção sindical em São Paulo**.

Conforme dados do DEOPS-SP, Rúbens Vasconcelos ingressou no meio sindical aproximadamente em 1.955. Em agosto de 1.957 elegeu-se membro da diretoria do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo. Em abril seguinte foi delegado paulista ao II Congresso Nacional dos Bancários. Participou em março de 1.960 da organização da I Convenção Municipal dos Bancários, na capital paulista. No mesmo mês foi escolhido delegado à Convenção Nacional dos Bancários, no Rio de Janeiro. Em abril de 1.961 foi um dos organizadores da II Convenção Municipal dos Bancários, também em São Paulo. Em maio do mesmo ano foi eleito delegado paulista à II Convenção Nacional dos Bancários, no Rio de Janeiro. Elegeu-se em 21 de outubro de 1.961 presidente da Federação dos Bancários do Estado de São Paulo, cargo que ainda ocupava em abril de 1.964. Nesse ano foi um dos dirigentes do Comando Estadual dos Trabalhadores de São Paulo.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo do Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Machado - cópias de atos constitutivos do SEMPRE e do SINTRAMAMG;
2 - Arquivo do Sindicato dos Produtores Rurais - carta sindical e livro de atas;
3 - Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais - livro e pasta de atas e outros documentos;
4 - Arquivo Público do Estado de São Paulo - setor DEOPS-SP;
5 - "Folha Machadense" ns. 80 - 26/10/1.975 - pág. 3;
231 - 22/10/1.978 - pág. 8;
374 - 24/10/1.981 - págs. 1, 2 e 8;
417 - 13/9/1.982 - pág. 3;
533 - 12/1/1.985 - págs. 8 e 9;
682 - 22/12/1.987 - pág. 34;
697 - 16/4/1.988 - pág. 14;

699 - 30/4/1.988 - pág. 1;
725 - 29/10/1.988 - pág. 9;
799 - 28/4/1.990 - pág. 6;
800 - 5/5/1.990 - pág. 1;
805 - 9/6/1.990 - pág. 2;
809 - 7/7/1.990 - pág. 1;
831 - 8/12/1.990 - pág. 12;
843 - 16/3/1.991 - pág. 11;
927 - 31/10/1.992 - pág. 5;
944 - 13/3/1.993 - pág. 3;
945 - 20/3/1.993 - pág. 1;
946 - 27/3/1.993 - pág. 1;
989 - 19/2/1.994 - pág. 10;
995 - 2/4/1.994 - pág. 9;
998 - 23/4/1.994 - pág. 3;
1073 - 7/10/1.995 - pág. 13;
1145 - 8/3/1.997 - pág. 9;
1186 - 24/12/1.997 - pág. 23;
1187 - 10/1/1.998 - págs. 1 e 17;
1225 - 10/10/1.998 - págs. 2 e 15;
1287 - 18/12/1.999 - pág. 10;
1294 - 12/2/2.000 - pág. 11;
1300 - 25/3/2.000 - pág. 9;
1301 - 1/4/2.000 - pág. 15;
6 - “O Machadense” nº 1023 - 1/1/1.967 - pág. 3.

****

ÓRGÃOS DE ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

1) - Fazenda Federal.
2) - Fazenda Estadual.
3) - Fazenda Municipal.

****

1 - **Fazenda Federal**.

O decreto imperial 267, de 27 de dezembro de 1.883, aprovou a criação de uma coletoria de rendas gerais em Santo Antônio do Machado, fixando a percentagem de 12% de seu rendimento para o coletor, e de 8% para o escrivão. Ignoro quando foi instalada, e quem por primeiro lhe ocupou os cargos.

Oscar Fernandes registra que José Manoel Bressane assumiu as coletorias federal e estadual em 30 de janeiro de 1.897. Não sei quando as deixou.

Homero Costa afirma que o Major Feliciano Constantino de Morais foi coletor federal até o falecimento, em 1.910, sem esclarecer a data (anterior a abril de 1.905) na qual entrou em exercício. Ele foi também coletor distrital de Machado, como se verá a seguir.

Ato de 4 de dezembro de 1.911 nomeou coletor federal Oscar Fernandes, que tomou posse no dia 22 de março seguinte. Ele manteve a coletoria em sua casa, na Rua Coronel Flávio até julho de 1.931, e a partir daí na Rua Coronel José Paulino. Teve como escrivães, sucessivamente, Gustavo Carneiro Dias, que se exonerou, e Argemiro de Paiva (já no exercício em 1.928). Aposentou-se por decreto de 3 de janeiro de 1.941.

Seu sucessor, o próprio Argemiro de Paiva, ainda estava na ativa em junho de 1.958, tendo como escrivão José Quinto dos Santos. Este, por sua vez, sucedeu àquele, aposentando-se na primeira metade da década de setenta. Depois assumiu interinamente a escrivã Jônia Carvalho Nogueira, que em meados de 1.974 passou a chefia a Roberto Leonel de Resende, vindo de São Gonçalo do Sapucaí. Ele a manteve até o fechamento da repartição (por último na Rua Professor Francisco Rafael, 19), determinado pela portaria do Ministério da Fazenda 89, de 20 de abril de 1.983. A partir de então Machado se sujeitou à D.R.F. de Varginha.

2 - **Fazenda Estadual**.

Desconheço o ato de sua criação. Em 14 de abril de 1.883 foi nomeado coletor Joaquim Pereira da Silva Ramos. Nos anos seguintes, ao menos, aqui atuaram como escrivães Aureliano Augusto de Assis Tolledo e Pedro Joaquim de Souza. No final de 1.885 e começo de 1.886 o coletor e o escrivão foram substituídos, respectivamente, por Joaquim Silvério de Souza e Silva, e Paulino Gonsalves Pereira.

No segundo semestre de 1.889 nomeou-se coletor e também agente do correio o Capitão Francisco Herculano Villas-Boas da Gama. No início do ano seguinte foi designado escrivão José Satyro de Oliveira, mas, como não prestou a necessária fiança, seu lugar coube a Flávio de Moraes.

Portaria de 3 de dezembro de 1.892 do inspetor da tesouraria da Fazenda suprimiu as coletorias das rendas gerais estabelecidas no Estado e dispensou os coletores e escrivães, que aqui ainda eram Gama e Moraes. Ao que parece, ela ficou sem efeito, pois ambos permaneceram nos cargos. O primeiro faleceu no exercício, em 11 de janeiro de 1.895; sucedeu-lhe em 25 daquele mês o escrivão já referido. No final do mesmo ano, todavia, foi nomeado coletor o Capitão José Joaquim dos Santos Silva Júnior.

Conforme anotação de Oscar Fernandes, em 30 de janeiro de 1.897 assumiu os cargos de coletor estadual e federal José Manoel Bressane.

O decreto 1.180, de 5 de setembro de 1.898, dividiu em quatro classes as coletorias do Estado. A nossa classificou-se na última, com renda média anual inferior a 10:000$000, ao lado das de Campanha, Jacuí, Pouso Alegre e São Gonçalo do Sapucaí, entre outras.

Em 28 de outubro e 24 de novembro de 1.902 foram nomeados escrivães Rodolpho Fernandes e João Luiz Garcia.

O decreto 1.586, de 14 de março de 1.903, colocou nossa coletoria em terceira classe, pela renda média anual de 15:000$000 a 35:000$000, junto às de Alfenas, Caldas, Pouso Alegre, São Gonçalo do Sapucaí, Varginha, etc.. Em 16 de julho do mesmo ano nomeou-se José Claro Brandão escrivão dela.

Os decretos 1.702, de 11/5/04, e 1.825, de 21/6/05, mantiveram a repartição na terceira classe. O decreto 1.913, de 13/6/06, elevou-a à segunda. Por essa época já era coletor Carlos Alberto Fernandes, que ignoro quando foi nomeado.

Nova divisão das coletorias se fez através do decreto 2.192, de 15/2/08. Com rendimento médio nos três últimos exercícios de 49:543$767, a machadense ficou na quinta classe.

Exonerando-se Fernandes, ato de 13 de julho de 1.908 promoveu a coletor Alfredo Richard Risolia, que já aqui atuava como escrivão. Para o posto deste, foi nomeado em 7 de outubro seguinte Astolpho Pio da Silva Pinto. Em 31 de janeiro de 1.909 o coletor Risolia fugiu da Cidade, após dar desfalque de aproximadamente um conto de réis na repartição. Preso administrativamente três meses depois, foi demitido. Atos de 23 de abril e 26 de junho do mesmo ano nomearam coletor e escrivão Astolpho Pio da Silva Pinto e Orestes Gama. O último, em novembro de 1.912, foi substituído por Luiz Pereira de Macedo.

O decreto 3.066, de 12/1/11, redividiu as coletorias em oito classes, ficando a nossa na quarta. Pelo decreto 4.119, de 5/2/14, ascendeu à terceira. Tal classificação foi mantida pelo decreto 4.704, de 25/1/17. Subiu para a segunda pelo decreto 5.277, de 15/1/20, e para a primeira pelo decreto 6.259, de 1/2/23. Voltou à segunda pelo decreto 7.134, de 22/2/26; desceu à terceira pelo decreto 8.159, de 17/1/28; nela permaneceu pelo decreto 9.924, de 5/5/31; e caiu para a quinta pelo decreto 11.343, de 21/5/34.

Após a morte de Astolpho Pio, Macedo foi promovido a coletor em 30 de abril de 1.936, sendo o cargo de escrivão ocupado por Mozart da Silva Pinto.

De 1.948 aproximadamente ao final de 1.951, foi nosso coletor Orsini Batista Leite. Sucedeu-lhe em caráter interino Mozart da Silva Pinto. Em 1.955 estava no cargo Álvaro A. Rezende; em 1.957, José Passos Maia.

Em meados da década de sessenta, a coletoria funcionava no edifício do fórum. Na seguinte, tinha como chefe Foulhabel Antônio Teixeira e como sub-chefe Laís Ferri.

O decreto 18.414, de 9/3/77, classificou as já chamadas

administrações fazendárias em três níveis, ficando a machadense no inferior (AF-1), subordinada à superintendência regional de Varginha. Tal situação foi mantida pelos decretos 22.054, de 28/4/82, e 26.583, de 6/3/87.

Em 20 de julho de 1.983, ante a remoção de Jorge Paiva Costa para São Gonçalo do Sapucaí, assumiu Laís Ferri. Sob sua chefia, a repartição, que estava nos fundos da prefeitura, se transferiu para o edifício "Bias Maciel". Ele se aposentou em 13 de agosto de 1.985, passando o cargo a Luiz Antônio Nogueira. Este o ocupou até 30 de julho de 1.987, quando foi substituído por Maurílio Geraldo Leão.

Com a dispensa do titular, em 2 de novembro de 1.988 o órgão ficou interinamente aos cuidados de Maria de Fátima Garcia. Em 12 de janeiro de 1.989 entrou no exercício do cargo de chefe, em comissão, Marcello Pizzo. Este o transmitiu a Maria Helena Reis em 22 de setembro do mesmo ano. Removida a Paraguaçu em 4 de julho de 1.996, ela o deixou a Luiz Eduardo Martins Leal. Um mês e quatro dias depois assumiu o novo titular, José Nílton Ferreira da Cunha. A lei local 1.112, de 3/9/97, autorizou o Executivo a ceder ou locar imóvel para a administração fazendária, que se mudou para a Rua Professor José Vieira, 509.

A chefia foi passada em 28 de dezembro de 1.999 a Jairo Vítor, que nela continuava no final do período em estudo. O decreto 1.706, de 21/12/00, permitiu à A.F. usar móveis e equipamentos do Município.

3 - **Fazenda Municipal**.

As leis 18 e 23, de 24 e 25 de outubro de 1.893, criaram a repartição da Fazenda Municipal e lhe deram regulamento. Foram revogadas pela lei 1, de 21 de julho de 1.898, que a reorganizou. O artigo 345 do Estatuto Municipal (lei 5, de 26/1/1.899) estabeleceu a competência dos coletores distritais. A lei 65, de 14/1/16, ampliou o disposto nele.

O decreto 23, de 31 de dezembro de 1.932, reorganizou o quadro de funcionários municipais, nele incluído o cargo de tesoureiro. O decreto-lei 53, de 12 de junho de 1.942, criou na Prefeitura repartições específicas, entre as quais o Serviço da Fazenda, compreendendo as seções da receita, da despesa e da tesouraria. A lei 136, de 15 de maio de 1.973, cuidou também da estrutura do Executivo, colocando o Serviço da Fazenda nos órgãos da administração geral. Foi regulamentada pelo decreto 295, de 21 de janeiro de 1.976.

A Lei Orgânica, de março de 1.990, criou as secretarias municipais. No título V, capítulo VI, tratou das finanças em quatro seções: "da receita e da despesa", "dos tributos", "do orçamento" e "da fiscalização contábil,

financeira e orçamentária". A lei complementar 755, de 25 de julho do mesmo ano, estabeleceu no artigo 6º a competência e as divisões da Secretaria da Fazenda. Dispuseram sobre o mesmo assunto a lei 1.018, de 3 de maio de 1.995 (artigos 22/24), e, por fim, a lei 1.282, de 1 de fevereiro de 2.000 (artigos 25/27).

De abril de 1.892 até 1.894, pelo menos, Francisco Herculano Villas-Boas da Gama, que exercia o cargo de coletor estadual, foi também coletor distrital da Cidade. A lei 8, de 7 de fevereiro de 1.895, autorizou o agente executivo a fazer em caráter provisório arrecadação da renda. O Major Feliciano Constantino de Morais, exator federal, ocupou concomitantemente a coletoria local ao menos entre 1.897 e o segundo trimestre de 1.908. Daí até outubro de 1.910 ela coube a Gabriel Augusto de Souza Westin. Sucedeu-lhe Raul de Carvalho Dias, demitido em setembro de 1.915. De então a março de 1.919 nosso coletor foi José Júlio de Paiva Diniz. Em seguida, até final de 1.920 ou início de 1.921, quando faleceu, atuou Benício Luiz de Carvalho. Sucedeu-lhe interinamente João Westin Júnior. A partir de 9 de abril de 1.921 o coletor machadense foi Augusto Tavares Paes (*Tinho*). O decreto 15, de 31 de outubro de 1.932, exonerou-o a pedido, e nomeou para seu lugar Armando Sette. Este obteve licença para tratamento de saúde em 14 de julho de 1.933, sendo substituído por Benevenuto Pimentel, exonerado no fim do mesmo mês, quando o decreto 37 voltou a designar Tavares Paes para o cargo, já chamado de tesoureiro, que ainda exercia em meados de 1.934. Em 1º de fevereiro de 1.935 Fernando Dias foi designado para responder por ele. Em 21 de março seguinte nomeou-se para o posto Djalma Paulino da Costa, que o permutou com o secretário João Batista Dias Swerts em 20 de janeiro de 1.936. A portaria 2, de 12 de janeiro de 1.939, designou Wálter Mattos Reis para ocupá-lo interinamente.

No distrito do Machadinho, entre 1.910 e 1.924, foram coletores, sucessivamente, Alcides Brito, Amadeu de Brito, João Baptista Ferreira de Brito e Altino de Oliveira Gonçalves.

Criado o Serviço da Fazenda em 1.942, Wálter Mattos Reis foi seu chefe até aposentar-se, em meados de 1.967, quando lhe sucedeu Dalmo Andrade. Este também ficou no cargo até pouco depois da aposentadoria, em fevereiro de 1.982, sendo substituído em afastamentos eventuais por Gílvia Maria Almeida, João Alberto da Costa Leite, Cleube Antônio Paes Garroni e Yoshiyuki Amano. De março seguinte, até a extinção do órgão em 1.990, passaram pela chefia Iracy Negretti Pereira, Maria das Graças Alves Siqueira, José Miguel de Oliveira, Elizandro Kennedy Alkmin e Édson Luiz de Carvalho.

Da Secretaria Municipal da Fazenda foram titulares Édson Luiz de Carvalho (no segundo mandato do Prefeito Pereira Dias) e Pedro Carvalho de Souza Diniz (de 1.993 ao final do período em estudo).

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - "A Liberdade" nº 14 - 5/9/1.915 - pág. 2;
2 - Arquivo da Administração Fazendária de Machado - livro "termo de inventário e passagem";
3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 14 e 22;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos ns. 14, 15 e 16;
5 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de leis e decretos ns. 3, 4 e 5;
6 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de portarias ns. 15, 16, 17 e 18;
7 - Arquivo Público Machadense - livro 61: "Leis e Resoluções da Câmara Municipal - 1892";
8 - Arquivo Público Machadense - livro 62: "Leis, Decretos e Resoluções da Câmara Municipal - 1895 e 1896";
9 - Arquivo Público Machadense - livro 63: "Leis da Câmara Municipal - 1898 a 1912";
10 - Arquivo Público Machadense - livro 65: "Leis da Câmara Municipal - 1912 a 1932";
11 - Arquivo Público Machadense - livro 120: "Prestação de Contas do Colector do Distrito da Cidade - 1897 a 1932";
12 - Arquivo Público Machadense - livro 121: "Prestação de Contas do Colector do Distrito do Machadinho - 1910 a 1924";
13 - Arquivo Público Machadense - livro 168: "Registro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Santo Antônio do Machado - 1883 a 1892";
14 - Arquivo Público Machadense - livro 169: "Registro de Atas das Sessões da Câmara Municipal - 1892 a 1894";
15 - Arquivo Público Machadense - pasta "documentos de Oscar Fernandes";
16 - "Collecção das Decisões do Governo do Imperio do Brazil de 1883" - Typographia Nacional, Rio de Janeiro, 1.884, pág. 169;
17 - "Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes" - Imprensa Official, Bello Horizonte - anos de 1.898, 1.903, 1.904, 1.905, 1.906, 1.908, 1.911, 1.914, 1.917, 1.920, 1.923, 1.926, 1.931 e 1.934;
18 - cópias de ofícios do Arquivo Público Mineiro, em meu poder;
19 - "Folha Machadense" ns. 19 - 4/8/1.974 - pág. 1;
450 - 14/5/1.983 - pág. 1;
1053 - 20/5/1.995 - suplemento;
1293 - 5/2/2.000 - suplemento;
20 - "Jornal do Machado" nº 1 - 2/5/1.937 - pág. 4;
21 - "Machado-Jornal" nº 16 - 14/4/1.928 - pág. 16;

22 - “Minas-Geraes” de 5/12/1.892 - págs. 2 e 3;
25/1/1.895 - pág. 4;
29/10/1.902 - pág. 1;
24 e 25/11/1.902 - pág. 1;
17/7/1.903 - pág. 1;
16/7/1.908 - pág. 2;
18/7/1.908 - pág. 1;
8/10/1.908 - pág. 3;
30/4/1.909 - pág. 1;
4/7/1.909 - pág. 1;
20/11/1.912 - pág. 2;
12 e 13/4/1.920 - pág. 5;
11/3/1.977 - págs. 5 a 7;
29/4/1.982 - págs. 5 e 6;
7/3/1.987 - págs. 1 a 3;
23 - “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, ns. 629 - 2/5/1.883 - pág. 2;
692 - 20/5/1.884 - pág. 2;
793 - 28/3/1.886 - pág. 3;
973 - 8/9/1.889 - pág. 2;
1010 - 25/5/1.890 - pág. 3;
1234 - 25/1/1.895 - pág. 2;
1235 - 30/1/1.895 - pág. 2;
1260 - 9/11/1.895 - pág. 2;
24 - “O Imparcial” ns. 70 - 30/12/1.951 - pág. 4;
110 - 29/11/1.953 - pág. 3;
25 - “O Machadense” ns. 26 - 30/4/1.905 - pág. 3;
106 - 8/1/1.907 - pág. 3;
104 - 2/6/1.934 - pág. 9;
198 - 7/5/1.936 - pág. 2;
679 - 20/4/1.958 - pág. 4;
688 - 22/6/1.958 - pág. 1;
946 - 20/6/1.965 - pág. 2;
26 - “Relatorio apresentado em 2/8/1.883 pelo Presidente Antonio Gonçalves Chaves à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes” - annexo A;
27 - “Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Manoel do Nascimento Machado Portella, ex-presidente da Provincia, passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Antonio Teixeira de Souza Magalhães 1º Vice-Presidente da mesma Provincia, no dia 13 de Abril de 1886” - annexo B - Typ. do “Vinte de Agosto”, Ouro Preto, 1.886;
28 - “Tribuna Machadense” ns. 78 - 25/6/1.983 - pág. 3;
94 - junho de 1.984 - pág. 3.

B - **secundárias**

1 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanak Sul-Mineiro para 1884” - Typographia do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.884, pág. 234;
2 - Homero Costa - “Contribuição à História de Machado” - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem menção de data e local, págs. 29/30;

3 - Pedro E. Vallim - “Album dos Municípios do Estado de Minas Gerais” - 1º vol. - “A Orientadora”, São Paulo, 1.941, pág. 135;
4 - Víctor Silveira (organizador) - “Minas Geraes em 1925” - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, pág. 951.

****

ÓRGÃOS DE ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

1) - Fazenda Federal.
2) - Fazenda Estadual.
3) - Fazenda Municipal.

****

1 - **Fazenda Federal**.

O decreto imperial 267, de 27 de dezembro de 1.883, aprovou a criação de uma coletoria de rendas gerais em Santo Antônio do Machado, fixando a percentagem de 12% de seu rendimento para o coletor, e de 8% para o escrivão. Ignoro quando foi instalada, e quem por primeiro lhe ocupou os cargos.

Oscar Fernandes registra que José Manoel Bressane assumiu as coletorias federal e estadual em 30 de janeiro de 1.897. Não sei quando as deixou.

Homero Costa afirma que o Major Feliciano Constantino de Morais foi coletor federal até o falecimento, em 1.910, sem esclarecer a data (anterior a abril de 1.905) na qual entrou em exercício. Ele foi também coletor distrital de Machado, como se verá a seguir.

Ato de 4 de dezembro de 1.911 nomeou coletor federal Oscar Fernandes, que tomou posse no dia 22 de março seguinte. Ele manteve a coletoria em sua casa, na Rua Coronel Flávio até julho de 1.931, e a partir daí na Rua Coronel José Paulino. Teve como escrivães, sucessivamente, Gustavo Carneiro Dias, que se exonerou, e Argemiro de Paiva (já no exercício em 1.928). Aposentou-se por decreto de 3 de janeiro de 1.941.

Seu sucessor, o próprio Argemiro de Paiva, ainda esta-

va na ativa em junho de 1.958, tendo como escrivão José Quinto dos Santos. Este, por sua vez, sucedeu àquele, aposentando-se na primeira metade da década de setenta. Depois assumiu interinamente a escrivã Jônia Carvalho Nogueira, que em meados de 1.974 passou a chefia a Roberto Leonel de Resende, vindo de São Gonçalo do Sapucaí. Ele a manteve até o fechamento da repartição (por último na Rua Professor Francisco Rafael, 19), determinado pela portaria do Ministério da Fazenda 89, de 20 de abril de 1.983. A partir de então Machado se sujeitou à D.R.F. de Varginha.

2 - **Fazenda Estadual**.

Desconheço o ato de sua criação. Em 14 de abril de 1.883 foi nomeado coletor Joaquim Pereira da Silva Ramos. Nos anos seguintes, ao menos, aqui atuaram como escrivães Aureliano Augusto de Assis Tolledo e Pedro Joaquim de Souza. No final de 1.885 e começo de 1.886 o coletor e o escrivão foram substituídos, respectivamente, por Joaquim Silvério de Souza e Silva, e Paulino Gonsalves Pereira.

No segundo semestre de 1.889 nomeou-se coletor e também agente do correio o Capitão Francisco Herculano Villas-Boas da Gama. No início do ano seguinte foi designado escrivão José Satyro de Oliveira, mas, como não prestou a necessária fiança, seu lugar coube a Flávio de Moraes.

Portaria de 3 de dezembro de 1.892 do inspetor da tesouraria da Fazenda suprimiu as coletorias das rendas gerais estabelecidas no Estado e dispensou os coletores e escrivães, que aqui ainda eram Gama e Moraes. Ao que parece, ela ficou sem efeito, pois ambos permaneceram nos cargos. O primeiro faleceu no exercício, em 11 de janeiro de 1.895; sucedeu-lhe em 25 daquele mês o escrivão já referido. No final do mesmo ano, todavia, foi nomeado coletor o Capitão José Joaquim dos Santos Silva Júnior.

Conforme anotação de Oscar Fernandes, em 30 de janeiro de 1.897 assumiu os cargos de coletor estadual e federal José Manoel Bressane.

O decreto 1.180, de 5 de setembro de 1.898, dividiu em quatro classes as coletorias do Estado. A nossa classificou-se na última, com renda média anual inferior a 10:000$000, ao lado das de Campanha, Jacuí, Pouso Alegre e São Gonçalo do Sapucaí, entre outras.

Em 28 de outubro e 24 de novembro de 1.902 foram nomeados escrivães Rodolpho Fernandes e João Luiz Garcia.

O decreto 1.586, de 14 de março de 1.903, colocou nossa coletoria em terceira classe, pela renda média anual de 15:000$000 a 35:000$000, junto às de Alfenas, Caldas, Pouso Alegre, São Gonçalo do Sapucaí,

Varginha, etc.. Em 16 de julho do mesmo ano nomeou-se José Claro Brandão escrivão dela.

Os decretos 1.702, de 11/5/04, e 1.825, de 21/6/05, mantiveram a repartição na terceira classe. O decreto 1.913, de 13/6/06, elevou-a à segunda. Por essa época já era coletor Carlos Alberto Fernandes, que ignoro quando foi nomeado.

Nova divisão das coletorias se fez através do decreto 2.192, de 15/2/08. Com rendimento médio nos três últimos exercícios de 49:543$767, a machadense ficou na quinta classe.

Exonerando-se Fernandes, ato de 13 de julho de 1.908 promoveu a coletor Alfredo Richard Risolia, que já aqui atuava como escrivão. Para o posto deste, foi nomeado em 7 de outubro seguinte Astolpho Pio da Silva Pinto. Em 31 de janeiro de 1.909 o coletor Risolia fugiu da Cidade, após dar desfalque de aproximadamente um conto de réis na repartição. Preso administrativamente três meses depois, foi demitido. Atos de 23 de abril e 26 de junho do mesmo ano nomearam coletor e escrivão Astolpho Pio da Silva Pinto e Orestes Gama. O último, em novembro de 1.912, foi substituído por Luiz Pereira de Macedo.

O decreto 3.066, de 12/1/11, redividiu as coletorias em oito classes, ficando a nossa na quarta. Pelo decreto 4.119, de 5/2/14, ascendeu à terceira. Tal classificação foi mantida pelo decreto 4.704, de 25/1/17. Subiu para a segunda pelo decreto 5.277, de 15/1/20, e para a primeira pelo decreto 6.259, de 1/2/23. Voltou à segunda pelo decreto 7.134, de 22/2/26; desceu à terceira pelo decreto 8.159, de 17/1/28; nela permaneceu pelo decreto 9.924, de 5/5/31; e caiu para a quinta pelo decreto 11.343, de 21/5/34.

Após a morte de Astolpho Pio, Macedo foi promovido a coletor em 30 de abril de 1.936, sendo o cargo de escrivão ocupado por Mozart da Silva Pinto.

De 1.948 aproximadamente ao final de 1.951, foi nosso coletor Orsini Batista Leite. Sucedeu-lhe em caráter interino Mozart da Silva Pinto. Em 1.955 estava no cargo Álvaro A. Rezende; em 1.957, José Passos Maia.

Em meados da década de sessenta, a coletoria funcionava no edifício do fórum. Na seguinte, tinha como chefe Foulhabel Antônio Teixeira e como sub-chefe Laís Ferri.

O decreto 18.414, de 9/3/77, classificou as já chamadas administrações fazendárias em três níveis, ficando a machadense no inferior (AF-1), subordinada à superintendência regional de Varginha. Tal situação foi mantida pelos decretos 22.054, de 28/4/82, e 26.583, de 6/3/87.

Em 20 de julho de 1.983, ante a remoção de Jorge Paiva

Costa para São Gonçalo do Sapucaí, assumiu Laís Ferri. Sob sua chefia, a repartição, que estava nos fundos da prefeitura, se transferiu para o edifício "Bias Maciel". Ele se aposentou em 13 de agosto de 1.985, passando o cargo a Luiz Antônio Nogueira. Este o ocupou até 30 de julho de 1.987, quando foi substituído por Maurílio Geraldo Leão.

Com a dispensa do titular, em 2 de novembro de 1.988 o órgão ficou interinamente aos cuidados de Maria de Fátima Garcia. Em 12 de janeiro de 1.989 entrou no exercício do cargo de chefe, em comissão, Marcello Pizzo. Este o transmitiu a Maria Helena Reis em 22 de setembro do mesmo ano. Removida a Paraguaçu em 4 de julho de 1.996, ela o deixou a Luiz Eduardo Martins Leal. Um mês e quatro dias depois assumiu o novo titular, José Nílton Ferreira da Cunha. A lei local 1.112, de 3/9/97, autorizou o Executivo a ceder ou locar imóvel para a administração fazendária, que se mudou para a Rua Professor José Vieira, 509.

A chefia foi passada em 28 de dezembro de 1.999 a Jairo Vítor, que nela continuava no final do período em estudo. O decreto 1.706, de 21/12/00, permitiu à A.F. usar móveis e equipamentos do Município.

3 - **Fazenda Municipal**.

As leis 18 e 23, de 24 e 25 de outubro de 1.893, criaram a repartição da Fazenda Municipal e lhe deram regulamento. Foram revogadas pela lei 1, de 21 de julho de 1.898, que a reorganizou. O artigo 345 do Estatuto Municipal (lei 5, de 26/1/1.899) estabeleceu a competência dos coletores distritais. A lei 65, de 14/1/16, ampliou o disposto nele.

O decreto 23, de 31 de dezembro de 1.932, reorganizou o quadro de funcionários municipais, nele incluído o cargo de tesoureiro. O decreto-lei 53, de 12 de junho de 1.942, criou na Prefeitura repartições específicas, entre as quais o Serviço da Fazenda, compreendendo as seções da receita, da despesa e da tesouraria. A lei 136, de 15 de maio de 1.973, cuidou também da estrutura do Executivo, colocando o Serviço da Fazenda nos órgãos da administração geral. Foi regulamentada pelo decreto 295, de 21 de janeiro de 1.976.

A Lei Orgânica, de março de 1.990, criou as secretarias municipais. No título V, capítulo VI, tratou das finanças em quatro seções: "da receita e da despesa", "dos tributos", "do orçamento" e "da fiscalização contábil, financeira e orçamentária". A lei complementar 755, de 25 de julho do mesmo ano, estabeleceu no artigo 6º a competência e as divisões da Secretaria da Fazenda. Dispuseram sobre o mesmo assunto a lei 1.018, de 3 de maio de 1.995 (artigos 22/24), e, por fim, a lei 1.282, de 1 de fevereiro de 2.000 (artigos 25/27).

De abril de 1.892 até 1.894, pelo menos, Francisco Her-

culano Villas-Boas da Gama, que exercia o cargo de coletor estadual, foi também coletor distrital da Cidade. A lei 8, de 7 de fevereiro de 1.895, autorizou o agente executivo a fazer em caráter provisório arrecadação da renda. O Major Feliciano Constantino de Morais, exator federal, ocupou concomitantemente a coletoria local ao menos entre 1.897 e o segundo trimestre de 1.908. Daí até outubro de 1.910 ela coube a Gabriel Augusto de Souza Westin. Sucedeu-lhe Raul de Carvalho Dias, demitido em setembro de 1.915. De então a março de 1.919 nosso coletor foi José Júlio de Paiva Diniz. Em seguida, até final de 1.920 ou início de 1.921, quando faleceu, atuou Benício Luiz de Carvalho. Sucedeu-lhe interinamente João Westin Júnior. A partir de 9 de abril de 1.921 o coletor machadense foi Augusto Tavares Paes (*Tinho*). O decreto 15, de 31 de outubro de 1.932, exonerou-o a pedido, e nomeou para seu lugar Armando Sette. Este obteve licença para tratamento de saúde em 14 de julho de 1.933, sendo substituído por Benevenuto Pimentel, exonerado no fim do mesmo mês, quando o decreto 37 voltou a designar Tavares Paes para o cargo, já chamado de tesoureiro, que ainda exercia em meados de 1.934. Em 1º de fevereiro de 1.935 Fernando Dias foi designado para responder por ele. Em 21 de março seguinte nomeou-se para o posto Djalma Paulino da Costa, que o permutou com o secretário João Batista Dias Swerts em 20 de janeiro de 1.936. A portaria 2, de 12 de janeiro de 1.939, designou Wálter Mattos Reis para ocupá-lo interinamente.

No distrito do Machadinho, entre 1.910 e 1.924, foram coletores, sucessivamente, Alcides Brito, Amadeu de Brito, João Baptista Ferreira de Brito e Altino de Oliveira Gonçalves.

Criado o Serviço da Fazenda em 1.942, Wálter Mattos Reis foi seu chefe até aposentar-se, em meados de 1.967, quando lhe sucedeu Dalmo Andrade. Este também ficou no cargo até pouco depois da aposentadoria, em fevereiro de 1.982, sendo substituído em afastamentos eventuais por Gílvia Maria Almeida, João Alberto da Costa Leite, Cleube Antônio Paes Garroni e Yoshiyuki Amano. De março seguinte, até a extinção do órgão em 1.990, passaram pela chefia Iracy Negretti Pereira, Maria das Graças Alves Siqueira, José Miguel de Oliveira, Elizandro Kennedy Alkmin e Édson Luiz de Carvalho.

Da Secretaria Municipal da Fazenda foram titulares Édson Luiz de Carvalho (no segundo mandato do Prefeito Pereira Dias) e Pedro Carvalho de Souza Diniz (de 1.993 ao final do período em estudo).

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - "A Liberdade" nº 14 - 5/9/1.915 - pág. 2;
2 - Arquivo da Administração Fazendária de Machado - livro "termo de inventário e passagem";
3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 14 e 22;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos ns. 14, 15 e 16;
5 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de leis e decretos ns. 3, 4 e 5;
6 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de portarias ns. 15, 16, 17 e 18;
7 - Arquivo Público Machadense - livro 61: "Leis e Resoluções da Câmara Municipal - 1892";
8 - Arquivo Público Machadense - livro 62: "Leis, Decretos e Resoluções da Câmara Municipal - 1895 e 1896";
9 - Arquivo Público Machadense - livro 63: "Leis da Câmara Municipal - 1898 a 1912";
10 - Arquivo Público Machadense - livro 65: "Leis da Câmara Municipal - 1912 a 1932";
11 - Arquivo Público Machadense - livro 120: "Prestação de Contas do Colector do Distrito da Cidade - 1897 a 1932";
12 - Arquivo Público Machadense - livro 121: "Prestação de Contas do Colector do Distrito do Machadinho - 1910 a 1924";
13 - Arquivo Público Machadense - livro 168: "Registro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Santo Antônio do Machado - 1883 a 1892";
14 - Arquivo Público Machadense - livro 169: "Registro de Atas das Sessões da Câmara Municipal - 1892 a 1894";
15 - Arquivo Público Machadense - pasta "documentos de Oscar Fernandes";
16 - "Collecção das Decisões do Governo do Imperio do Brazil de 1883" - Typographia Nacional, Rio de Janeiro, 1.884, pág. 169;
17 - "Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes" - Imprensa Official, Bello Horizonte - anos de 1.898, 1.903, 1.904, 1.905, 1.906, 1.908, 1.911, 1.914, 1.917, 1.920, 1.923, 1.926, 1.931 e 1.934;
18 - cópias de ofícios do Arquivo Público Mineiro, em meu poder;
19 - "Folha Machadense" ns. 19 - 4/8/1.974 - pág. 1;
450 - 14/5/1.983 - pág. 1;
1053 - 20/5/1.995 - suplemento;
1293 - 5/2/2.000 - suplemento;
20 - "Jornal do Machado" nº 1 - 2/5/1.937 - pág. 4;
21 - "Machado-Jornal" nº 16 - 14/4/1.928 - pág. 16;
22 - "Minas-Geraes" de 5/12/1.892 - págs. 2 e 3;
25/1/1.895 - pág. 4;
29/10/1.902 - pág. 1;
24 e 25/11/1.902 - pág. 1;
17/7/1.903 - pág. 1;
16/7/1.908 - pág. 2;
18/7/1.908 - pág. 1;
8/10/1.908 - pág. 3;

30/4/1.909 - pág. 1;
4/7/1.909 - pág. 1;
20/11/1.912 - pág. 2;
12 e 13/4/1.920 - pág. 5;
11/3/1.977 - págs. 5 a 7;
29/4/1.982 - págs. 5 e 6;
7/3/1.987 - págs. 1 a 3;

23 - "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, ns. 629 - 2/5/1.883 - pág. 2;
692 - 20/5/1.884 - pág. 2;
793 - 28/3/1.886 - pág. 3;
973 - 8/9/1.889 - pág. 2;
1010 - 25/5/1.890 - pág. 3;
1234 - 25/1/1.895 - pág. 2;
1235 - 30/1/1.895 - pág. 2;
1260 - 9/11/1.895 - pág. 2;

24 - "O Imparcial" ns. 70 - 30/12/1.951 - pág. 4;
110 - 29/11/1.953 - pág. 3;

25 - "O Machadense" ns. 26 - 30/4/1.905 - pág. 3;
106 - 8/1/1.907 - pág. 3;
104 - 2/6/1.934 - pág. 9;
198 - 7/5/1.936 - pág. 2;
679 - 20/4/1.958 - pág. 4;
688 - 22/6/1.958 - pág. 1;
946 - 20/6/1.965 - pág. 2;

26 - "Relatorio apresentado em 2/8/1.883 pelo Presidente Antonio Gonçalves Chaves à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes" - annexo A;

27 - "Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Manoel do Nascimento Machado Portella, ex-presidente da Provincia, passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Antonio Teixeira de Souza Magalhães 1º Vice-Presidente da mesma Provincia, no dia 13 de Abril de 1886" - annexo B - Typ. do "Vinte de Agosto", Ouro Preto, 1.886;

28 - "Tribuna Machadense" ns. 78 - 25/6/1.983 - pág. 3;
94 - junho de 1.984 - pág. 3.

B - **secundárias**

1 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanak Sul-Mineiro para 1884" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.884, pág. 234;

2 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem menção de data e local, págs. 29/30;

3 - Pedro E. Vallim - "Album dos Municípios do Estado de Minas Gerais" - 1º vol. - "A Orientadora", São Paulo, 1.941, pág. 135;

4 - Víctor Silveira (organizador) - "Minas Geraes em 1925" - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, pág. 951.

****

RICARDO MOREIRA REBELLO

MACHADO

VOLUME XI

GEOGRAFIA

–2069–

ÍNDICE

A – GEOGRAFIA FÍSICA

Cap. I – Topografias e Meteorologia.....pág.1
Cap. II – Hidrografia.....pág.5
Cap. III – Fauna e Flora Nativas.....pág. 17

B – GEOGRAFIA HUMANA

Cap. IV – População.....pág22
Cap. V – Escravidão.....pág28
Cap. VI – Migração.....pág34

C- GEOGRAFIA POLÍTICA

Cap. VII – A Cidade – I.....pág. 41
Cap. VIII – A Cidade – II.....pág. 51
Cap IX – A Cidade – III.....pág. 69
Cap. X – A Cidade – IV.....pág. 76
Cap. XI – A Cidade – V.....pág. 84
Cap. XII – A Vila.....pág. 51
Cap. XIII – Bairros Rurais.....pág. 94

A - GEOGRAFIA FÍSICA

TOPOGRAFIA E METEOROLOGIA

"*Era o lugar sagrado, cingido de montanhas*".

(Euclydes da Cunha)

1) - Localização.
2) - Relevo.
3) - Qualidade e conservação do solo.
4) - Tremores e deslizamento de terra.
5) - Minérios.
6) - Clima.
7) - Estações meteorológicas.

****

1 - **<u>Localização</u>**.

O Município de Machado situa-se na região sul de Minas Gerais, e na microrregião de Alfenas. Tem, no final do milênio, área de 595,3 km2., dos quais 12,35 ficam em zona urbana.

Limita-se ao norte com Serrania e Alfenas; ao sul, com Poço Fundo, Carvalhópolis e Turvolândia; a leste, com Cordislândia e Paraguaçu; a oeste, com Campestre.

Sua sede fica a 21º, 40' e 46'' de latitude sul, e a 45º, 59'

e 9'' de longitude oeste de Greenwich.

2 - **Relevo**.

Metade da superfície machadense é ondulada; 40% são montanhosos; 10%, planos.

As altitudes locais, segundo o I.B.G.E., não são comprovadas. O ponto mais elevado do Município é a *nascente do Córrego da Barra*, na *Serra Negra*, com 1.310 metros. Destacam-se também o *Pico do Cafundó*, com 1.276 metros, e o *Pico dos Alemães*, com 1.151, na serra de igual nome, na divisa com Serrania; o *Pico dos Codignolli*, na *Serra do Soturno*, com 1.177 metros; a *Serra da Conceição*, com 1.150 metros; a *Serra da Lagoa*, com 1.115 metros; a *Serra do Arranca-Rabo*, em Douradinho, com 1.050 metros; as serras *do Bugio*, *dos Cubas* e *do Douradinho*, todas com 1.000 metros; as serras *do Cemitério* e *dos Pinheiros*, com 950 metros; e a *Serra do Papagaio*, com 850 metros. Lembrem-se ainda as serras *do Barro Alto* (entre Douradinho e Poço Fundo), *da Bela Vista*, *da Chácara*, *da Piedade*, *do Pinhalzinho*, *do Quebra-Machado*, *do Tageó* (cortando Douradinho e Poço Fundo) e *do Tucum*, além do *Monte Alto*.

Conforme o I.B.G.E., a altitude da Cidade varia de 786 a 864 metros; a da Vila, de 886 a 898 metros.

3 - **Qualidade e conservação do solo**.

Segundo o *Diagnóstico Municipal* do SEBRAE-MG, o solo machadense é originário de rochas pré-cambrianas, e apresenta diversos tipos: o *latossolo vermelho* e o *latossolo vermelho-amarelo* nas áreas planas e no topo dos morros; o *pozólico* nas meias-encostas; e o *hidromórfico* nas várzeas.

Sua análise indica riquezas minerais primárias, com altos teores de potássio e magnésio, característicos de alta fertilidade.

Em agosto de 1.982, técnicos da Emater e do IBC iniciaram campanha de conservação do solo, para conscientizar agricultores e líderes locais da importância de evitar os danos da erosão. Formou-se com tal objetivo uma comissão municipal, de cuja atividade não tive notícia.

4 - **Tremores e deslizamento de terra**.

Contavam os antigos que num mesmo dia, em 1.900, houve aqui dois tremores de terra, na madrugada e de manhã. Oscar Fernandes

anotou em seu diário a ocorrência de outro, no dia 27 de janeiro de 1.922.

Segundo a "*Folha Machadense*", em dias do mês de janeiro de 1.981 sucederam pequenos abalos sísmicos, sem conseqüências, no sul e sudoeste de Minas, mais intensos em Passos e Boa Esperança. Aqui também eles se fizeram sentir, causando leves vibrações em janelas, móveis e objetos domésticos. O mesmo jornal noticiou que em 31 de março de 1.987 Machado foi atingido, com forte barulho, por tremor decorrente da acomodação de camadas do sub-solo, que teve epicentro na Cordilheira dos Andes. O peso das águas da represa de Furnas tem também provocado pequenos tremores de terra na região, como anuncia às vezes a imprensa.

No início de 1.961 houve em Douradinho grande corrimento de terra. A massa deslocada, superior a 500.000 m3., estendeu-se por um quilômetro, obstando o curso de um ribeirão e afastando uma ponte. O raro fenômeno foi examinado por técnico do Instituto Tecnológico Industrial, que em relatório asseverou tratar-se de um dos maiores deslizamentos já observados em Minas. Disse que lençol freático relativamente elevado provocara umedecimento de argila, fazendo correr montículo coberto por vegetação e deixando à mostra grande jazida de turfa. Sugeriu que se pesquisasse a viabilidade de sua exploração econômica. Ignoro se isso foi feito.

5 - **Minérios**.

São escassos em nossa região os minérios economicamente exploráveis, e o que se propalou sobre eles foram, ao que parece, apenas boatos.

O trabalho de Víctor Silveira, adiante referido, afirmou com erro que Machado, em 1.925, produzia ouro e ferro.

Em 1.942, "*O Machadense*" noticiou a descoberta recente de jazida de prata, platina e chumbo, "*da maior capacidade produtiva*", na fazenda de Eurico de Souza Dias, nos Trezentos. Acrescentou que ela já estava "*positivada*" e registrada no Ministério da Agricultura. O assunto logo caiu no esquecimento...

Oito anos depois, o boletim do *Rotary Club* informou ter sido encontrado urânio em Douradinho, sem outros esclarecimentos. Nada mais soube a respeito do fato. Em 1.977 uma empresa de Petrópolis comunicou ao prefeito a existência aqui de duas jazidas do minério, o que foi logo desmentido por autoridades de Belo Horizonte.

A Somibrás - Sociedade de Mineração Brasileira Ltda. obteve em 1.983 alvará para exploração de charnoquito na Caiana, em fazenda do Espólio de Francisco Vieira Guerra. A imprensa esclareceu que para avaliar a

extensão e a qualidade da jazida seriam enviadas a São Paulo amostras do minério, de uso ornamental. Suponho que o empreendimento não foi levado a cabo.

6 - **Clima**.

O clima do Município é classificado como *tropical de altitude*. Ameno e saudável, tem inverno temperado e seco, e verão brando e chuvoso.

A temperatura média anual é de 21,2º C.; a média máxima, de 26,7º C; a média mínima, de 14,2º C..

O índice pluviométrico médio anual é de 1.824 mm.. A umidade relativa do ar é, em média anual, de 72,1%. A velocidade média dos ventos é de 1,7 m. por segundo, na direção do nordeste.

Em agosto de 1.965 "*O Machadense*" noticiou a queda de neve nos bairros rurais da Barra e do Campinho, acrescentando que o fenômeno fora comprovado por técnicos da Estação Experimental do Café.

7 - **Estações meteorológicas**.

Em 1.961 montou-se na Fazenda Experimental da Epamig a *Estação Climatológica Principal de Machado*, vinculada ao Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). Ela se subordina ao 5º Distrito de Meteorologia, com sede em Belo Horizonte. Seu observador meteorológico a partir de 1.994 foi Arnaldo Pegoraro Paes. Coleta dados três vezes ao dia, sempre no mesmo horário.

Criou-se em novembro de 1.996, e foi inaugurada em 10 de janeiro seguinte, a *Estação Meteorológica da Escola Agrotécnica Federal*, integrante da rede do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. É uma plataforma de coleta de dados automática, por satélite, que fornece informações como temperatura, pressão, direção e velocidade do vento, umidade relativa do ar, radiação solar e precipitação pluviométrica, utilizadas para previsões climáticas, análise da poluição atmosférica, conhecimento do nível de rios e reservatórios aqüiferos, prevenção de inundações, etc.. Respondeu por ela até 1.998 o Professor Alfredo Albuquerque, sucedido pelo Professor Floriano Olinto Alves Filho.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo Público Machadense - pasta "documentos de Oscar Fernandes";
2 - "Boletim Mensal do Rotary Club de Machado" ns. 13 e 14 - out. e nov. de 1.950 - pág. 4;
3 - "Folha Machadense" ns. 164 - 11/6/1.977 - pág. 1;
336 - 24/1/1.981 - pág. 1;
412 - 31/7/1.982 - pág. 1;
415 - 21/8/1.982 - pág. 3;
460 - 23/7/1.983 - pág. 1;
645 - 4/4/1.987 - pág. 1;
1322 - 26/8/2.000 - pág. 23;
4 - informações pessoais de Floriano Olinto Alves Filho;
5 - "O Machadense" ns. 63 - 23/4/1.942 - pág. 2;
842 - 13/8/1.961 - pág. 2.

B - **secundárias**

1 - Euclydes da Cunha - "Os Sertões" - 12ª edição - Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1.933, pág. 183;
2 - IB.G.E. - "Cartas do Brasil" - 1ª edição, 1.970 - folhas: Campestre (SF-23-V-D-IV-12) e Machado (SF-23-I-III-1);
3 - José Matzner - "Guia do Sul de Minas" - Oficinas Gráficas da S/A Folha de Minas, Belo Horizonte, sem data, pág. 160;
4 - Manoel Francisco Pinto Pereira (organizador) - "O Sul de Minas - Almanach moderno, de Propaganda e Estatistica dos Municipios Sul-Mineiros" - fascículo 2º - Municipio de Machado - Estabelecimento Graphico Casa Mayença, Cruzeiro, SP, págs. 12/13;
5 - Pedro E. Vallim - "Album dos Municípios do Estado de Minas Gerais" - 1º volume - "A Orientadora", São Paulo, 1.941, pág. 136;
6 - Prefeitura Municipal de Machado e INDI - Instituto de Desenvolvimento de Minas Gerais - "Machado - Informações Básicas para Investidores" - 1.976, pág. 7;
7 - SEBRAE-MG - "Machado - Diagnóstico Municipal - 1.995" - Belo Horizonte, 1.995, págs. 4 e 5; 8 - Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Geraes - "Annuario Estatistico" - anno II (1922-1925) - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.929, pág. 13;
9 - "*site*" na Internet: http://www.almg.gov.br;
10 - Victor Silveira (organizador) - "Minas Geraes em 1.925" - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, pág. 950.

****

HIDROGRAFIA

"O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia,
Mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia
Porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia.".

(Fernando Pessoa/Alberto Caieiro)

1) - Generalidades.
2) - Rio Sapucaí.
3) - Rio Machado.
4) - Rio Dourado.
5) - Rio São Tomé.
6) - Rio Ouvidor de Baixo.
7) - Córrego Jacutinga.
8) - Córrego da Páscoa.
9) - Córrego do Curtume.
10) - Outros córregos.
11) - Represa de Furnas.
12) - Fontes de água mineral.

****

1 - **Generalidades**.

O município de Machado localiza-se na sub-bacia do Rio Sapucaí, que por sua vez faz parte da bacia do Rio Grande. Banham-no os rios Machado, Dourado, São Tomé, Ouvidor e Sapucaí (este, apenas na divisa

com Cordislândia). Seus principais córregos são o Jacutinga e o Coroado. A represa de Furnas cobre pequena área dele.

Em 1.825, respondendo a quesitos do Conselho do Governo, a Câmara da Vila da Campanha da Princesa disse haver na Freguesia do Douradinho os rios Dourado e Machado, que entram no Sapucaí. E acrescentou:

> *"Os quaes todos são pequenos, e só navegaveis p.r pequenas canoas, e na maior parte bordados de matos"*.

A devastação das matas ciliares mostra, hoje, situação completamente diversa. E ela é apenas um dos muitos problemas dos cursos d'água locais, maltratados pelo despejo de lixo, esgoto e agrotóxicos, pela extração irregular de areia, pela pesca predatória, etc..

Nos últimos anos do século passado, algumas normas legais cuidaram da proteção de nossos rios e córregos. Além das específicas do Rio Machado, referidas adiante, lembro quatro de origem local. A lei 949, de 29/11/93, tornou obrigatórias a retenção e a sedimentação de areias, sólidos e líqüidos por postos de gasolina, oficinas, garagens e outros estabelecimentos produtores de resíduos, evitando sua emissão direta em bueiros, esgotos e cursos d'água. A lei 1.062, de 23/4/96, dispôs sobre a exploração de cascalho, areia e argila, e sobre a preservação dos corpos d'água do Município. O decreto 1.397, de 10/9/98, criou a Comissão Municipal de Conservação e Recuperação de Nascentes e Matas Ciliares. A lei 1.288, de 21/3/00 (alterada pela lei 1.317, de 4 de agosto seguinte), autorizou assinatura de convênio com a Secretaria Estadual da Segurança Pública, para policiamento florestal e de mananciais no Município.

2 - **Rio Sapucaí**.

Conforme Alfredo Valladão, o Sapucaí já era conhecido no último decênio do século XVI: em 1.597 esteve nele a bandeira de Martim de Sá e Knivet. Visitaram-no, posteriormente, as expedições de Paes Leme (1.674), de Castel Branco (1.681), do Padre Fialho (1.693) e de Gaspar Vaz da Cunha (1.703).

Seu nome significa "*rio das sapucaias*", por causa da grande quantidade dessas árvores, da família das lecitidáceas, que tinha às margens. É também chamado de Sapucaí-Guaçu, para distinguir-se do afluente Sapucaí-Mirim.

Formam-no três riachos que nascem na Serra da Mantiqueira, em São Bento do Sapucaí. Tem por tributários, entre outros, o *Água Limpa*, o *Água Verde*, o *Bicas*, o *Cabo Verde*, o *Cervo*, o *Correnteza*, o *Itajubá*, o *Lourenço-Velho*, o *Mutuca*, o *Muzambo*, o *Piranguçu*, o *Porcos*, o *Santa Bárbara*, o *São Bernardo*, o *Sapucaí-Mirim* (já referido), o *Turvo*, o *Vargem Grande*, o

Verde e o *Vintém*. Dos que cortam o Município de Machado, cito o *Ribeirão Turvo*, o *Ribeirão Catanduva*, o *Córrego do Moquém*, o *Córrego do Camargo*, o *Córrego Livert*, o *Dourado* e o *Ouvidor de Baixo*. Sua bacia tem a área estimada de 26.653 km2.

Apesar de cachoeiras, como a do Canal, a das Cruzes, a da Escaramuça e o Salto-Grande, em alguns trechos permite navegação. Cuidei dela no capítulo sobre transporte fluvial.

Após percurso de 340 a 390 quilômetros caía no Rio Grande. Construída a represa de Furnas, perdeu parte do leito, e nela deságua.

Antes dos vários desmembramentos do território machadense, o Sapucaí atravessava-o em grande extensão. Hoje, banha-o apenas na divisa com o município de Cordislândia, da foz do Ribeirão Catanduva à foz do Rio Dourado.

Em 1.854 já havia ponte sobre o Sapucaí, em Pouca Massa, em bom estado de conservação. A resolução estadual 3.400, de 22/10/1.886, autorizou nosso Município a receber o pedágio que se pagava nela, obrigando-o, em contrapartida, a reconstruí-la e a conservá-la. Inconformada, a Câmara da Campanha pôs embaraços à cobrança. O Governo Provincial decidiu a pendenga a favor de Machado.

A lei municipal 43, de 12 de maio de 1.911, concedeu privilégio a José Camillo da Costa para construção de ponte sobre o Sapucaí, no Pontalete. Suponho que não se valeu dele, pois em 1.923 lá foi feita uma de madeira, com 153 m. de extensão, pondo fim à travessia por balsa.

O decreto-lei estadual 97, de 7 de maio de 1.938, abriu crédito especial para pagamento da feitura de ponte sobre o Rio, ligando o nosso ao município de São Gonçalo.

Nos últimos tempos, o Sapucaí sofre com problemas comuns a outros rios da região: assoreamento, dragagem irregular, pesca predatória e poluição causada por agrotóxicos, esgotos domésticos e industriais, fertilizantes, lixo, etc..

3 - **Rio Machado**.

Nasce nos antigos "*campos de Caldas*", no município de Congonhal. Depois de passar por Ipuiúna, Campestre, Poço Fundo, Machado, Paraguaçu e Alfenas, num curso sul-norte de 211,8 quilômetros aproximadamente, desaguava no Sapucaí, perto de Fama. Com a construção da represa de Furnas teve a extensão reduzida, e cai nela.

Sua bacia tem 1.016 km2., dos quais 238,07 ficam em nosso Município. Outros dez também fazem parte dela: Alfenas, Campestre, Congonhal, Espírito Santo do Dourado, Fama, Ipuiúna, Paraguaçu, Poço Fundo, Santa Rita de Caldas e São João da Mata. Tem largura média de onze metros, e profundidade superior a um metro em tempo seco.

Entre outros, a partir da nascente, pela margem esquerda e antes de chegar em nosso Município, recebe o *Córrego da Vitória*, o *Córrego da Sepultura*, o *Córrego do Cafundó*, o *Córrego do Roque*, o *Ribeirão Jacutinga* (homônimo do que nos banha), o *Ribeirão São José*, o *Ribeirão Santana* e o *Ribeirão Quati*. Já aqui nele entram o *Córrego da Conceição*, o *Córrego Mato-Dentro*, o *Córrego do Curtume*, o *Córrego Jacutinga*, o *Córrego Fundo*, o *Córrego do Rosário* e o *Córrego do Coroado*.

Também a partir do nascedouro, pela margem direita, são seus principais afluentes alhures o *Córrego da Pitangueira*, o *Córrego da Figueira*, o *Córrego da Cachoeirinha*, o *Córrego da Ponte Alta* (homônimo do que banha o Bairro dos Cadóis), o *Córrego da Divisa*, o *Córrego do Valério*, o *Ribeirão Machadinho do Campo*, o *Córrego da Manhosa*, o *Ribeirão do Jardim*, o *Córrego da Usina*, o *Córrego do Gamelão*, o *Córrego do Cardoso*, o *Córrego Areião*, o *Ribeirão Machadinho da Mata* e o *Córrego Água Barrenta*. Aqui recebe o *Ribeirão Grão-Mogol*, o *Córrego do Pântano*, o *Córrego da Aleluia*, o *Córrego Raso*, o *Córrego da Laje* e o *Ribeirão Ponte Alta*. Além de nossas divisas caem nele o *Córrego dos Santos* e o *Ribeirão do Macuco*.

No capítulo relativo aos nomes de nossos Distritos mencionei as versões sobre a origem de sua denominação. Referi que ele já consta no mapa de 1.767 da Capitania de Minas Gerais, publicado no volume XI dos "*Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*". Sem mencionar a fonte de informação, Oscar Prado narra, em "*O Sertão dos Mandibóias*", que era antes conhecido por Rio Paineiras - o que parece lenda, tanto quanto a da perda de um machado em suas águas.

No Município de Machado o Rio possui a cachoeira da Vargem, na fazenda do mesmo nome, com 12 m. de altura, 250 m. de extensão e potência de 960 HP. Em Poço Fundo ficam as cachoeiras dos Pires, do Porto e a da Serra de Poço Fundo ou Grande. Esta, com quase 100 m. de altura, serve à usina hidroelétrica da CEMIG, inaugurada em 1.948, geradora de 9 megawatts, suficientes para abastecer mais ou menos 22.000 pessoas. O decreto federal 17.796, de 9/2/45, outorgou à Cia. Sul Mineira de Eletricidade (antecessora da CEMIG) concessão para aproveitamento dela. O decreto 23.296, de 8/7/47, autorizou se construísse linha de transmissão entre a cachoeira e a cidade de Machado; o decreto 25.348, de 10/8/48, declarou de utilidade pública, para desapropriação, diversos imóveis, necessários ao estabelecimento dela. O decreto 26.282, de 28/1/49, permitiu à concessionária construir linha de transmissão entre as cidades de Machado e Paraguaçu.

Registro aqui informações esparsas sobre algumas pontes que atravessam o Rio em nosso Município. Em 1.854, conforme relatório da presidência da Província, havia no Distrito de Douradinho cinco de madeira, sendo duas sobre ele, em bom estado: uma na estrada para o Curato da Sacra Família, e outra na divisa da Freguesia de Alfenas. A lei provincial 1.601, de 30/7/1.868, autorizou se gastassem 8:000$ com obras na ponte "*ao pé do arraial de Santo Antonio*". Conforme o "*Almanak Sul Mineiro para 1884*", nossa Freguesia recebera nos últimos dez anos 200$ da Municipalidade de Alfenas, para auxiliar a construção de ponte sobre o Rio Machado. Acrescentou que o trabalho fora feito por particulares, arcando o cidadão José Pedro do Lago com a maior parte das despesas. A lei provincial 3.232, de 22/10/1.884, destinou a quantia de 500$ para auxílio à construção de ponte sobre o mesmo rio, nesta Cidade, mas a lei 3.403, de 27/2/1.886, desviou-a para obras na matriz de Bagagem. Por outro lado, a lei 3.311, de 31/8/1.885, autorizou o dispêndio de um conto de réis com o conserto de ponte sobre ele, em nosso Município. Deve ter sido a que ficava na Fazenda da Piedade, reparada no governo do Major Onofre de Souza Dias. As resoluções da Câmara 5, 6, 11 e 23, de 1.898, trataram da construção de ponte na estrada da Cidade para Machadinho e Douradinho. A resolução 65, de 13/7/01, autorizou o agente executivo a auxiliar a construção de ponte em Rochas, no Carmo da Escaramuça. A resolução 90, de 24/1/04, permitiu reconstruir a ponte da Piedade, e auxiliar a construção da de Poço Fundo. A resolução 196, de 9/8/11, aprovou o gasto de 863$000 com conserto da ponte na estrada para Machadinho e Douradinho. Diversos contribuintes fizeram obras na ponte da Piedade, e por isso a resolução 277, de 2/4/18, relevou-os do pagamento de impostos referentes a exercícios findos, em compensação. Em 18/12/21 inaugurou-se ponte nos Ritas e alterou-se o trajeto da estrada de Paraguaçu, a fim de passar por ela. No governo de Roberto S. Dias reparou-se antiga ponte sobre o Rio Machado.

As principais pontes sobre o Rio Machado, neste Município, no final do milênio, eram as seguintes:

<u>*Ponte "Governador Valadares*</u>" - Situa-se no Bairro Santo Antônio, em perímetro urbano. Seu nome não é oficial. Foi a primeira de concreto que aqui se fez, substituindo antiga ponte de madeira. O governo estadual a custeou, graças ao empenho dos prefeitos de Machado e Poços de Caldas, João Vieira da Silva e Assis Figueiredo. O engenheiro responsável por ela foi João de Sousa Lima. Sua inauguração ocorreu em 1.938. No primeiro governo de Pereira Dias teve o aterro recuperado. Em 1.984 passou por reforma e ganhou muro de arrimo. Em 1.995 colocaram-se sacos de areia e cimento junto de suas bases, para conter a erosão dos barrancos. No ano 2.000 teve arcos e muretas restaurados, ferragens recuperadas e recobertas; recebeu grade de proteção e nova pintura.

<u>*Ponte da Bandeirinha*</u> - Localiza-se no bairro rural do mesmo nome, ao lado da estrada para Poço Fundo. Não sei precisar em que data o Município lá construiu ponte de madeira, com a ajuda de sitiantes liderados pelo Dr. Edgard Lion. Em 1.975 ela arriou sob o peso de um caminhão. Foi substituída por outra do mesmo

material, que poucos anos depois se desgastou, impondo a interrupção do trânsito. Por isso, em 1.984 se reconstruiu metade dela em estrutura metálica e se recompôs a outra parte da antiga. Com piso de madeira e proteção para pedestres, tem vinte metros de comprimento e três de largura. Custou trinta e cinco milhões de cruzeiros, e foi inaugurada no início de 1.985.

Ponte Preta - Situa-se perto do Matadouro, no caminho para o Bairro Santa Luísa. Também ignoro quando lá se fez a primeira ponte, de madeira, várias vezes reformada. Reconstruída por Francisco Vieira Guerra, sua inauguração ocorreu em 20 de janeiro de 1.963. Foi reforçada no segundo semestre de 1.986. Numa de suas laterais instalou-se no final de 1.997 passarela de metal para pedestres, com 1,5m. de largura.

Ponte da BR-267 - Próxima da "*Governador Valadares*", foi construída em 1.974, juntamente com a Rodovia. Em 1.988 fizeram-se muros de proteção em suas cabeças, com sacos de cimento e argila, para conter a erosão.

Ponte do "Parque Ecológico" - Lamentavelmente, é preciso referir aqui a obra inacabada, próxima do Parque de Exposições, de que já se tratou em capítulo sobre o segundo governo de Pereira Dias. No início da década de noventa, para sua montagem, foram colocadas sobre o leito do Rio três grandes vigas metálicas, feitas pela Agrobrás. Vários defeitos inviabilizaram-na, e o arcabouço ainda lá se encontrava no final do período estudado, atestando a malversação do dinheiro público.

Buscando melhor aproveitamento da várzea e solução para as enchentes que quase todo ano afetavam a parte baixa da Cidade, em meados de 1.973 a Prefeitura iniciou contatos com o Departamento Nacional de Obras e Saneamento para retificação do leito do Rio Machado na zona suburbana (corte de curvas e aprofundamento). Falta de verbas e entraves burocráticos retardaram a celebração do convênio, só ocorrida no final de 1.978, com permissão da lei local 352, de 27 de outubro daquele ano. O Município arcou com 30% do custo da obra, estimado em Cr$3.000.000,00, e providenciou as desapropriações e indenizações necessárias. Ela teve início em novembro, com apenas uma draga, no trecho da Ponte Preta à da BR-267. Depois se estendeu ainda cerca de três quilômetros além daquela. Em ritmo lento e com várias paralisações, só foi concluída no final de 1.981. Não impediu as inundações, mas amenizou suas conseqüências.

Há muito o Rio vem sendo agredido pela ação deletéria dos que o exploram e às suas terras marginais. Só nas duas últimas décadas do milênio, porém, é que a população se conscientizou da gravidade dos danos causados a ele e da importância de evitá-los. Tímidas em princípio, aos poucos tomaram vulto as denúncias de retirada irregular de areia, com destruição da mata ciliar; de pesca predatória; de contaminação por lixo doméstico e industrial, por esgoto e agrotóxicos. Houve até suspeita, não confirmada, de que suas águas seriam cancerígenas, pelo contato com elementos radioativos na nascente. Particulares e órgãos públicos se mobilizaram para protegê-lo, em campanhas de esclarecimento e de repressão. Falta muito, mas vitórias importantes foram conseguidas.

Exigiu-se da prefeitura de Poço Fundo a interrupção do despejo de lixo no afluente Machadinho; a de Machado construiu interceptores de esgoto no Jacutinga; proprietários de dragas têm sido autuados e compelidos a reflorestar orlas devastadas e a minimizar danos ao meio-ambiente; tarrafas, covos e outros apetrechos de pesca ilegal têm sido apreendidos; bataticultores são orientados sobre o uso correto de defensivos; promove-se o repovoamento com a soltura de alevinos.

Em 1.993, conforme a imprensa, grupo liderado por Hércules Xavier Carvalho e Maércio Moreira Dias pretendeu fundar a *Associação dos Amigos do Rio Machado*. A iniciativa não foi adiante. Em 1.996, porém, machadenses e poço-fundenses criaram a *Associação de Pescadores e Amigos do Rio Machado - ASPARMA*, com sede na Avenida Santa Cruz, 76. Sua diretoria ficou assim constituída: *presidente* - Adílson Raimundo Dias; *vice-presidente* - Joaquim de Souza Lima; *1º secretário* - Paulo de Tarso da Costa Leite; *2º secretário* - Feliciano de Sousa Tavares; *1º tesoureiro* - Rômulo Sólia Rosa; *2º tesoureiro* - Maurício Marcelini. Foi declarada de utilidade pública pela lei local 1.102, de 10/6/97, e pela lei estadual 13.749, de 29/11/00. Infelizmente chegou inativa ao final do século.

Oriunda de projeto do Deputado Jorge Eduardo, a lei estadual 13.373, de 30/11/99, criou a área de proteção ambiental da bacia hidrográfica do Rio Machado. Dispôs sobre sua finalidade; sobre a proibição nela de ações e obras provocadoras de degradação ambiental e ameaça ao equilíbrio ecológico; e sobre sua gestão.

4 - **Rio Dourado**.

Era antigamente também chamado de *Douradinho*, o que por certo deu causa à denominação de nossa Vila, como já acentuei noutro capítulo. Com efeito, Cunha Matos (na "*Corografia Histórica da Província de Minas Gerais - 1837*") e Saturnino da Veiga (no "*Almanach Sul-Mineiro para 1874*") assim o mencionaram. Todavia, o último autor (no "*Almanak Sul-Mineiro para 1884*") se referiu a *Douradinho* e *Dourado* como cursos fluviais distintos. O mesmo fizeram Joaquim Floriano de Godoy (em "*A Provincia do Rio Sapucahy*"), José Franklin da Silva Massena (no "*Panorama do Sul de Minas*") e Nélson de Senna (no "*Annuario de Minas Geraes*", de 1.913). Em verdade, ao menos no Município, não existe hoje ribeirão com o nome de *Douradinho*, conforme atestam pessoas conhecedoras da zona rural e mapas do I.B.G.E.. Registro, porém, que Gabriel Junqueira Franco e Luiz Alberto Franco Junqueira citam um que deságua no Rio Machado, fora de nossos limites.

Nasce em Espírito Santo do Dourado e desemboca na margem esquerda do Sapucaí, junto da divisa de nosso Município. São seus afluentes, entre outros, pelo lado direito, os córregos *Santo André, da Paciência, Imbiruçu, dos Coqueiros, do Pinhalzinho, de São Sebastião, dos Pires, de São*

Pedro, do Tanquinho, da Lagoa e *do Mamoeiro*. Pelo lado esquerdo, recebe os córregos *São Pedro, Fundo, Coutinho, da Toca, do Paredão, das Laranjeiras, do Macaco, do Caeté, Inhaúma* e *Jirau da Onça*.

Em 1.854 já havia uma ponte sobre o Rio, na "estrada geral para S. Paulo", muito arruinada. Diversas outras foram feitas ou reparadas pelo Município, no correr dos anos. Na administração do Major Onofre consertou-se a sita na estrada do Douradinho para o Machadinho. O governo de João Nepomuceno Teixeira, com base nas leis 10 e 11, de 1.895, construiu duas, na estrada para o Retiro e no Lambary. A resolução da Câmara 121, de 4/12/05, autorizou o reparo de uma. Sob a chefia do Dr. Antônio Cândido Teixeira reconstruiu-se ponte em terras de Flávio de Morais Machado, conforme as resoluções 223, de 15/10/13, e 239, de 22/10/14. A resolução 278, de 2/4/18, permitiu se refizesse outra, na estrada da Cidade para a Vila. Os prefeitos João Antônio da Costa e Lúcio Vieira também lançaram pontes sobre o Dourado. A administração Lucas Lacerda reconstruiu em concreto a localizada na divisa com Carvalhópolis, mediante convênio com o município vizinho, de acordo com as leis 420 e 427, de 1.963. Nos governos de Wálter Palmeira, Pereira Dias e Jorge Oliveira fizeram-se outras.

No final da década de oitenta iniciou-se a dragagem do Rio, na divisa de Machado com Paraguaçu, visando a reduzir um trecho sinuoso de quinze para nove quilômetros aproximadamente, a fim de tornar produtivas as várzeas ribeirinhas. O projeto, da Emater, do Pró-Várzeas e da Ruralminas, era custeado e executado pelo DNOS. O CODEMA local insurgiu-se contra a obra, afirmando que pelo menos 250 árvores haviam sido cortadas e que se desnudara área marginal superior a 5.000 metros, destruindo flora e fauna, pondo em risco o ecossistema, os cursos d'água e as pontes próximas. Por solicitação sua a Polícia Florestal embargou-a até que fosse apresentada autorização do IEF. Nos dois meses seguintes retiraram-se as quatro dragas que operavam no local.

5 - **Rio São Tomé**.

Nasce nas encostas da Serra Negra e corta os municípios de Machado, Serrania e Alfenas, desaguando na represa de Furnas. São seus tributários, além de outros, os córregos *do Canelal, da Cachoeirinha, dos Coelhos, da Barra, da Estiva, da Água Espraiada, do São Luís, dos Trezentos, de São José, do Jambo, das Perobas, da Serrinha, da Vargem*, e, já fora de nossas divisas, *da Água Limpa, do Palmital* e *da Batalha*.

Aqui fica a *cachoeira do Engenho de Serra*, em área desmembrada da fazenda do mesmo nome, com queda de 27 metros e potência de 280 HP. Na segunda metade do século findo passou a ser conhecida, sucessivamente, por *cachoeira do Reinaldo* e *cachoeira do Reinaldinho*, em alusão aos posteriores proprietários do local - João Reinaldo Xavier e seu filho. No afluente São Luís encontra-se a cachoeira do mesmo nome, com 80 metros de altura e potência de 300 HP.

Na administração do Dr. Flávio de Salles Dias construiu-se ponte sobre o São Tomé, na fazenda acima referida, com base nas resoluções 54, de 9/1/01, e 95, de 11/4/04.

No início do milênio, os governos dos três municípios servidos pelo Rio, em convênio com a Unifenas, apresentaram à coordenação do Fundo Nacional do Meio-Ambiente projeto para desenvolvimento sustentável de sua bacia hidrográfica. Esta, com 34.100 hectares, possuía então apenas 5,7% de cobertura florestal nativa, concentrada nos altos. Ressaltaram-se como indicadores da degradação ambiental, que reduz o volume e a qualidade da água do Rio, áreas depreciadas pela erosão e pela exploração de granito, solos contaminados por agroquímicos, assoreamento dos cursos d'água, resíduos de agroquímicos nos mananciais superficiais e subterrâneos, diminuição da abundância e diversidade da fauna e da flora.

6 - **Rio Ouvidor de Baixo**.

Corta o bairro do mesmo nome, e é afluente do Rio Sapucaí à margem esquerda. Tem por tributários, entre outros, o *Rio Ouvidor de Cima* e o *Córrego da Laje*.

Nos governos de João Antônio da Costa (47/51) e Wálter Palmeira (71/73) fizeram-se pontes sobre ele. Em 1.984 a Prefeitura o limpou com draga.

Programa desenvolvido pela Secretaria Municipal da Agricultura, em parceria com a Emater e o SAAE, fez em 1.998 o monitoramento das águas captadas para uso doméstico na sub-bacia do Ouvidor, com o objetivo de melhorar-lhes a qualidade. Poços foram desinfetados, receberam manilhas e muretas protetoras.

7 - **Córrego Jacutinga**.

Já antes de iniciada a Povoação da Sacra Família havia aqui a Fazenda Jacutinga. O Córrego foi mencionado nos autos de patrimônio da Capela e do Padre Martins. Ignoro se foi aquela que deu nome a este, ou vice-versa. O *Jacutinga* surge nos Caixetas e, já no perímetro urbano, recebe o *Córrego Palestina* (conhecido no início do século passado como *Córrego de José Eleutério*), que nasce na fazenda da Epamig e atravessa a Rua Coronel Azarias. Depois corta a parte baixa da Cidade (onde recebe os córregos *da Páscoa* e *do Soturno*), e cai no Rio Machado perto do Bairro Ouro Verde. O *Soturno*, a cerca de 200 metros da foz, recebe corregozinho que separa os bairros Bosque dos Ipês e Jardim da Gruta.

A resolução da Câmara 107, de 12/4/05, autorizou a construção de ponte sobre ele, na estrada da Serra. No governo de Lúcio Vieira

fizeram-se dois pontilhões de concreto, na Rua Quinze de Novembro e nas proximidades do Estádio. Outro foi construído para abertura da Avenida Dr. Feliciano Vieira da Silva (inaugurada em 1.965), substituindo antiga passagem de madeira. Ele foi ampliado em 1.981, para dar maior vazão às águas. Na mesma época se fez ponte no prolongamento da Rua Astolpho Pio. Do segundo governo de Jorge Eduardo é a ponte sobre a Rua Silviano Brandão. Na década de noventa o Córrego ganhou duas passarelas: no fim da Rua Coronel Jacinto e no prolongamento da Rua Pio de Souza Dias.

Por muitos anos, além de receber os dejetos do Matadouro (bem para isso construído à sua margem) e o esgoto da Cidade, o Córrego padeceu com o lixo atirado por vizinhos e a falta de limpeza pela Prefeitura. A obstrução do leito causava mau cheiro e enchentes. Quando se retificou o curso do Rio Machado, como visto acima, o serviço foi estendido a pequeno trecho dele, a partir da foz. Incompleto, não impediu transbordamentos como o de 1.981, em que as águas subiram mais de dois metros acima do nível da Avenida do Contorno, desalojando cerca de 500 pessoas.

Em 1.988 o Município firmou convênio com o Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio-Ambiente para canalização de 453 metros do Jacutinga. Ele foi aprovado pela resolução da Câmara 57, de 6 de junho do mesmo ano. O serviço iniciou-se em setembro seguinte, mas logo depois foi interrompido. Em 1.993 encomendou-se outro projeto de canalização, com verba do Projeto SOMMA, que chegou a ser liberada. Foi feita licitação, e se contratou a empresa vencedora para executar a obra. Só depois se pediu o parecer da Fundação Estadual do Meio-Ambiente, que a vetou, não aceitando fossem concretados o fundo e as laterais do curso d'água. Por isso, foram construídos apenas interceptores de esgoto em suas margens, nas avenidas Gustavo C. Dias e Othon Dias. Findo o serviço, em 1.997 o local foi reurbanizado, limpou-se o leito do Jacutinga e se gramaram os seus barrancos.

8 - **Córrego da Páscoa**.

Chamava-se antigamente *Córrego da Mococa*. É o que se vê em ata de sessão da Câmara de 15 de dezembro de 1.887, na qual uma comissão sugeriu se abrissem até ele os becos do Commercio, da Cadêa e das Flores. Tomou o nome atual por causa de Paschoa Saviolli, proprietária de sua várzea, no início da Rua Coronel Azarias.

Deságua na margem direita do Jacutinga, nos fundos da Rua Santos Silva. No último lustro do milênio, conforme denúncias da imprensa, recebia ali o esterco de um estábulo. Deveria ser canalizado, juntamente com outros córregos urbanos, com verba do Projeto SOMMA, mas a obra foi embargada pela FEAM, como visto no item anterior.

9 - **Córrego do Curtume**.

O nome é derivado do curtume de João Godoy, construído por volta da década de vinte em sua margem, onde agora se localiza a Praça Rotary Club. Também próximo existia o curtume de João Bernardes, da mesma época.

Seu represamento permitiu a formação do lado artificial "*João Vieira da Silva*". Depois deste corre pelo Bairro Guarany, nos fundos da Avenida Ricardo Annoni Filho, e deságua na margem esquerda do Rio Machado.

No último lustro do milênio, a feitura de loteamentos em suas proximidades fez com que maior volume de água, não absorvida pelo solo, lhe corresse ao leito. Isso, somado ao entupimento de manilhas e ao despejo de lixo, provocou nele enchentes anuais, alagando principalmente o Bairro Bom Recanto. Depois da maior delas, em 1.999, a Prefeitura lá o canalizou, em parceria com o SAAE, autorizada pelo decreto 1.426, de 20 de fevereiro, e lei 1.217, de 6 de abril, ambos daquele ano.

10 - **Outros córregos**.

Além dos referidos nos itens anteriores, Machado possui muitos ribeirões, pequenos veios d'água e lagrimais. Pela pouca importância, não existem dados disponíveis sobre a maioria deles. Sua própria identificação é às vezes difícil, pois têm denominações não-oficiais, mudadas por sucessivos proprietários das terras que cortam ou por outras circunstâncias, e até homônimos em mais de um bairro. Agrupei-os um tanto aleatoriamente em cinco setores, e limito-me a mencioná-los, com escassas informações que consegui recolher sobre um ou outro.

Do centro para o norte lembro o *Córrego de João Francisco*, próximo da Cidade, cujo nome atual ignoro, mencionado nos autos de patrimônio do Padre Martins e, mais tarde, no registro de terras de João Antônio Xavier. Este também alude ao *Córrego do Açudinho*. Enumero ainda os córregos *do Beiçudo*, *das Boraias*, *do Cemitério* ou *da Barra*, *do Centro* ou *das Bruacas*, *da Congonha*, *do Coroado*, *de João Fernandes*, *da Lagoa*, *das Melancias*, *do Pinhal*, *da Porteira*, *do Retiro dos Carneiros*, *de Santa Rita*, *de Santo Antônio* e *do Tijuco Preto*, citados nos registros de terras dos filhos de Custódio José Dias, entre 1.855 e 1.857. O *Córrego da Caiana* foi dragado em 1.985. Lembro mais os ribeirões *dos Açudes*, *das Ariscas*, *do Brejinho*, *dos Caixetas*, *da Chácara*, *das Furnas*, *de Mateus Cego*, *do Moinho*, *dos Porcos*, *do Rosental*, *de Santa Cruz*, *de São José*, *de São Mateus* e *da Serra*. O *Córrego do Rosário* já era conhecido por tal nome em 1.898, quando as resoluções 5 e 8 da Câmara mandaram consertar passagem sobre ele, na estrada para Alfenas.

Do centro para o leste, trato em primeiro lugar do

Córrego do Papagaio, já mencionado em cartas de sesmaria concedidas entre 1.797 e 1.800 a Francisco Moreira de Piza Barreto, Ângela Maria de Jesus, Antônio Manoel Xavier de Toledo e Joaquim Xavier da Silva de Toledo. A resolução da Câmara 196, de 9/8/11, autorizou dispêndio da importância de 600$000 com a reconstrução de ponte sobre o *Ribeirão Ponte Alta*, na estrada para o Carmo da Escaramuça. Citem-se também os córregos *Andrequicé* ou *Indrequessé*, *de Azarias Leodino Ferreira*, *Campo Alegre*, *Capetuva*, *Coimbra*, *Congonhal*, *José Saturnino*, *Maria Bárbara*, *Muricy*, *da Pequetita*, *Pinhalzinho*, *da Rocinha*, *Sujo* ou *do Pio* e *Tira-Couro*. Nos Cadóis, além do curso d'água homônimo, há o antigamente denominado *Córrego Maria do Carmo*. No perímetro urbano, o *Córrego Santo Antônio* corta o bairro do mesmo nome.

Do centro para o sul, encontram-se os córregos *Barreirinho*, *Cana do Reino*, *das Lagoas*, *da Piedade*, *Quebra-Machado*, *do Recanto* e *São João*. A resolução da Câmara 107, de 12/4/05, autorizou a construção de ponte sobre o *Córrego Espírito Santo*, na estrada para o Machadinho.

Do centro para oeste, mencionem-se os córregos *da Barra*, *Boa Vista*, *do Campinho*, *Hortelã*, *da Lagoa*, *dos Pinheiros* e da *Serra Negra*. No manancial *São Pedro*, durante o primeiro governo de Francisco Vieira Guerra, construiu-se represa que por muitos anos abasteceu a Cidade.

No Douradinho, os registros paroquiais, em meados do século XIX, já referiam, entre outros, os córregos *da Barra*, *do Barro Branco*, *Cajuru*, *Congonhal*, *do Esmeril*, *Fundo*, *de José Dias*, *do Moquim* ou *do Muquém*, *dos Morcegos*, *da Onça*, *Palmeira*, *do Pântano*, *do Quilombo*, *Raso*, *do Tagio* e *da Tulha*. A resolução da Câmara 333, de 2/4/23, permitiu a reconstrução de ponte sobre o *Córrego Lambari*. Lembrem-se ainda os ribeirões *das Anhumas*, *do Bugio*, *do Burralho*, *Caeté*, *Catanduvas*, *da Lagoa*, *Lavapés*, *Livert*, *das Pedras* ou *São João*, *da Raiz*, *Rancho da Esteira*, *da Rocinha*, *do Timbó* e *do Tucum*.

Anoto, por fim, alguns cursos d'água cuja localização não pude precisar. O *Córrego do Macuco* foi referido em cartas de sesmaria concedidas entre 1.797 e 1.800 a Francisco Moreira de Piza Barreto, Ângela Bernarda de Toledo e Joaquim Bello de Macedo. Na outorga de sesmaria a Ângela Maria de Jesus, em 1.799, se fez alusão aos córregos *de Cracuatá*, *do Minhoqueiro* e *Furado*. Nos registros de terras são citados, entre outros, os córregos *dos Inhames*, *do Jaboticabal*, *de Manoel Joaquim*, *das Panelas*, *Passatempo*, *de Santana* e *do Taquaral*.

11 - **Represa de Furnas**.

A Usina Hidrelétrica de Furnas começou a ser construída em julho de 1.958, e a primeira unidade geradora entrou em operação comercial em 1.963. Situa-se no curso médio do Rio Grande, e tem potência nominal de 1.216 MW. Seu reservatório, que possui 1.440 km2 e 3.500 km de perímetro, se

estende por 240 km. no Rio Grande e por 179 km. no Rio Sapucaí. Banha 34 municípios, entre os quais o nosso, que teve área alagada de 2.700 m2, superior apenas às de Serrania, Ilicínea e Monte Belo.

Machado filiou-se à Associação dos Municípios do Lago de Furnas - ALAGO - em 1.993, autorizado pela lei local 919, de 30 de junho daquele ano. As leis municipais 994, de 20/10/94, de 1.109, de 21/8/97, permitiram a assinatura de convênios com ela, para desenvolvimento da piscicultura e para criação de centros de produção de alevinos.

12 - **Fontes de água mineral**.

O "*Monitor Sul-Mineiro*" noticiou em julho de 1.887 a descoberta de fontes de águas medicinais em Douradinho, cuja composição química não era ainda conhecida.

Na Cidade, em começo do século passado, era famosa a *fonte do Buracão*, na Grama. Nunca se comprovou, porém, que tivesse propriedades terapêuticas. No início de 1.917, Antônio Oscar de Almeida pediu licença à Câmara para apropriar-se de faixa de terreno que dava acesso a ela. Comissão formada para examinar o assunto opinou, meses depois, pela conservação da fonte, não só por estar em condições de servir ao público, como por ter água geralmente apreciada e até tradicional. Anos mais tarde, o interesse do povo voltou-se para a *fonte da Minervina*, no atual Bairro Bom Jesus. Como a anterior, aos poucos caiu no olvido, sem que sua qualidade ficasse tecnicamente evidenciada. Continuou, todavia, usada por alguns vizinhos, assim como outras do perímetro urbano, sitas no Jardim das Oliveiras e em terrenos da Coopama e do Guarany Esporte Clube.

Em março de 1.934 funcionários do Serviço de Combate à Malária descobriram na várzea de José do Lago, perto da estação ferroviária, fonte de água férreo-sulfurosa, que fez muito sucesso por algum tempo. Conforme "*O Machadense*" 104, tinha efeito rápido e seguro nos incômodos dos aparelhos digestivo e urinário, e aumentava em poucos dias o peso e a energia dos que a tomavam. Além disso, o barro do local em que brotava produzia a cura de feridas, afecções da pele, calos, etc.. Obstruída durante muitos anos, a fonte foi reaberta em 1.954, por iniciativa de Marcelo Vieira e Olímpio Abrão, da Associação Comercial, que conseguiram cá viesse técnico do Instituto Adolfo Lutz, de São Paulo, para análise da água. Não soube o resultado de seu trabalho.

Em 1.991 o Prefeito Pereira Dias contratou a empresa Garça Poços Artesianos, de São Paulo, para pesquisar a existência de água mineral no Município. Ignoro se o serviço foi executado.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de atas ns. 1 e 17;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de leis nº 10;
3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de resoluções nº 4;
4 - Arquivo da Paróquia de Carvalhópolis - "Livro de Registro de Terras da Freguesia de São João Baptista do Douradinho";
5 - Arquivo Público Machadense - livro 62: "Leis, Decretos e Resoluções da Câmara Municipal - 1895 e 1896";
6 - Arquivo Público Machadense - livro 63: "Leis da Câmara Municipal - 1898 a 1912";
7 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919";
8 - Arquivo Público Machadense - livro 168: "Atas das Sessões da Câmara Municipal - 1883 a 1892";
9 - Arquivo Público Machadense - pasta "documentos de Oscar Fernandes";
10 - Coleção dos Decretos-Leis e Decretos de 1.938 do Estado de Minas Gerais - vol. I - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.940, págs. 527/530;
11 - Diário Oficial da União de 22/2/1.945 - seção I - pág. 2.352;
16/7/1.947 - seção I - pág. 9.571;
5/12/1.949 - seção I - pág. 1;
12 - "Estado de Minas" - 19/2/1.989 - pág. 4;
13/2/1.994 - pág. 7;
14/9/1.995 - pág. 19;
13 - "Folha Machadense" ns. 1 - 24/3/1.974 - pág. 3;
10 - 26/5/1.974 - pág. 1;
14 - 23/6/1.974 - pág. 1;
45 - 9/2/1.975 - pág. 3;
79 - 19/10/1.975 - pág. 8;
176 - 11/9/1.977 - pág. 10;
233 - 5/11/1.978 - pág. 1;
235 - 19/11/1.978 - pág. 1;
236 - 26/11/1.978 - pág. 8;
239 - 25/12/1.978 - pág. 7;
249 - 11/3/1.979 - pág. 8;
252 - 1/4/1.979 - pág. 7;
270 - 5/8/1.979 - pág. 1;
279 - 2/12/1.979 - pág. 1;
321 - 4/10/1.980 - pág. 1;
323 - 18/10/1.980 - pág. 1;
335 - 17/1/1.981 - pág. 1;
336 - 24/1/1.981 - pág. 1;
337 - 31/1/1.981 - pág. 1;
368 - 6/9/1.981 - págs. 6 e 8;
393 - 20/3/1.982 - pág. 2;

536 - 2/2/1.985 - pág. 11;
638 - 21/2/1.987 - pág. 13;
680 - 5/12/1.987 - pág. 1;
681 - 12/12/1.987 - pág. 5;
683 - 9/1/1.988 - pág. 6;
705 - 11/6/1.988 - pág. 4;
722 - 8/10/1.988 - pág. 1;
750 - 7/5/1.989 - pág. 1;
753 - 27/5/1.989 - pág. 1;
754 - 3/6/1.989 - págs. 2 e 14;
761 - 22/7/1.989 - págs. 1 e 2;
765 - 19/8/1.989 - pág. 14;
775 - 28/10/1.989 - pág. 5;
784 - 13/1/1.990 - pág. 5;
812 - 26/7/1.990 - pág. 7;
821 - 29/9/1.990 - pág. 5;
829 - 24/11/1.990 - pág. 1;
836 - 26/1/1.991 - pág. 1;
855 - 8/6/1.991 - pág. 9;
870 - 13/9/1.991 - pág. 10;
877 - 2/11/1.991 - pág. 10;
952 - 8/5/1.993 - págs. 1 e 7;
959 - 26/6/1.993 - pág. 3;
971 - 9/10/1.993 - pág. 6;
1047 - 8/4/1.995 - pág. 7;
1064 - 5/8/1.995 - págs. 1 e 6;
1080 - 25/11/1.995 - pág. 9;
1083 - 16/12/1.995 - pág. 9;
1085 - 30/12/1.995 - págs. 1 e 16;
1103 - 10/5/1.996 - pág. 9;
1106 - 1/6/1.996 - pág. 6;
1112 - 13/7/1.996 - caderno B, pág. 7;
1160 - 21/6/1.997 - pág. 7;
1179 - 1/11/1.997 - pág. 6;
1223 - 26/9/1.998 - pág. 12;
1224 - 3/10/1.998 - pág. 21;
1243 - 20/2/1.999 - pág. 13;
1251 - 17/4/1.999 - pág. 16;
1295 - 19/2/2.000 - pág. 2;
1337 - 9/12/2.000 - pág. 3;

14 - informações pessoais de Jesualdo Maciel, Laércio Bernardes, Maulon Godoy, Nézio Pereira, Oneida Meloto e Oracy de Souza;

15 - “Jornal da Cidade” ns. 5 - dezembro de 1.984 - pág. 2;
6 - maio de 1.985 - págs. 2 e 4;

16 - “Jornal de Machado” nº 16 - 1/6/2.001 - págs. 1, 5 e 12;

17 - “Jornal de Poço Fundo” nº 1 - novembro de 1.996 - pág. 6;

18 - “Jornal do Machado” ns. 3 - 16/5/1.937 - pág. 2;
24 - 17/10/1.937 - pág. 3;
19 - Livro da Lei Mineira - 1.868 - tomo XXXIV - parte 1ª, folha nº 4;
1.884 - tomo LI - parte 1ª, folha nº 13;
1.885 - tomo LII - parte 1ª, folha nº 1;
1.886 - tomo LIII - parte 1ª, folhas ns. 7 e 8;
20 - “Luminar Machadense” nº 29 - 15/8/1.954 - pág. 6;
21 - “Memorias da Camara da Campanha” - na Revista do Archivo Publico Mineiro, anno I, 1.896, págs. 457 a 647;
22 - “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, nº 286 - 15/7/1.877 - pág. 3;
23 - “O Imparcial” nº 120 - 6/6/1.954 - pág. 3;
24 - “O Machadense” ns. 104 - 2/6/1.934 - págs. 5 e 8;
764 - 3/1/1.960 - pág. 4;
892 - 16/8/1.962 - pág. 4;
893 - 2/9/1.962 - pág. 1;
906 - 3/2/1.963 - pág. 5;
918 - 22/9/1.963 - pág. 1;
119 - 17/6/1.973 - pág. 1;
25 - “Relatorio que á Assemblea Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na 2ª Sessão ordinaria da 10ª Legislatura de 1855 o Presidente da Provincia Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos” - Typographia do Bom Senso, Ouro Preto, 1.855 - anexo;
26 - Revista “Imagem e Conteúdo” ns. 3 - dez. 96/jan. 97 - págs. 24/25;
8 - dez. 97/jan. 98 - pág. 16;
27 - “Siga em Frente” ns. 30 - 18 a 21/8/1.993 - pág. 1;
32 - 1 a 4/9/1.993 - pág. 6;
44 - 15 a 18/12/1.993 - págs. 1 e 7;
11 - 18/12/1.996 - págs. 2 e 3;
26 - 24/7/1.997 - págs. 1, 5 e 9;
31 - 1/10/1.997 - págs. 1 e 7;
32 - 15/10/1.997 - pág. 7;
28 - “Tribuna Machadense” ns. 12 - 16/8/1.987 - pág. 3;
54 - 19/6/1.988 - pág. 3.

B - **secundárias**

1 - A. C. Silva e outros - “Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio São Tomé” - trabalho publicado no “*site*” da Internet http://www.unifenas.br/extensao/revista/proj12.htm.
2 - Alfredo Valladão - “Campanha da Princeza”, vol. I - Leuzinger S/A, Rio de Janeiro, 1.937, pág. 39;
3 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanach Sul-Mineiro para 1874” - Typographia do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.874, págs. 24/25 e 144;
4 - Bernardo Saturnino da Veiga - “Almanak Sul-Mineiro para 1884” - Typographia do “Monitor Sul-Mineiro”, Campanha, 1.884, págs. 39/40 e 231/233;
5 - Carlos Legnani - “Histórias da Nossa História”, cap. I - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 1, fevereiro de 1.957, pág. 3;

6 - Fernando Pessoa - “O Eu Profundo e os outros Eus” (poesia de Alberto Caieiro: o Guardador de Rebanhos - XX) - 7ª edição, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1.980, pág. 150;
7 - Gabriel Junqueira Franco e Luiz Alberto Franco Junqueira - “Família Franco - Genealogia e História” - Oficinas da Escola Profissional Dom Bosco, Poços de Caldas, 1.983, pág. 235;
8 - Henrique Gerber - “Noções Geographicas e Administrativas da Provincia de Minas Geraes” - Typographia de Georges Leuzinger, Rio de Janeiro, 1.863, pág. 10;
9 - I.B.G.E. - “Cartas do Brasil” - 1ª edição, 1.970/1.972 - mapas: Alfenas (folha SF-23-1-1-3); Campestre (folha SF-23-V-D-IV-2); Elói Mendes (folha SF-23-I-III-2); Ipuiúna (folha SF-23-Y-B-I-2); Machado (folha SF-23-I-III-1): Poço Fundo (folha SF-23-V-D-V-3); Pouso Alegre (folha SF-23-Y-B-II-1); Rio Capivari (folha SF-23-V-D-IV-4); e São Gonçalo do Sapucaí (folha SF-23-V-D-V-4);
10 - I.B.G.E. - “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros”, vol. XXIV - Rio de Janeiro, 1.959, pág. 305;
11 - Joaquim Floriano de Godoy - “A Provincia do Rio-Sapucahy” - Typ. Universal de Laemmert & C., Rio de Janeiro, 1.888, págs. 40/47;
12 - José Franklin da Silva Massena - “Panorama do Sul de Minas” - na Revista do I.H.G.B., tomo 45, 1.882, e na Revista do Archivo Publico Mineiro, vol. IX, 1.904, págs. 769 e seguintes;
13 - Monsenhor José do Patrocínio Lefort - “Cidade da Campanha” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.972, págs. 20/21;
14 - Nélson de Senna - “A Hulha Branca em Minas Geraes” - 2ª ed., Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.914, págs. 40/41;
15 - Nélson de Senna - “A Terra Mineira” - Pimenta de Mello & Comp., Rio de Janeiro, 1.923, págs. 47/48 e 84/85;
16 - Nélson de Senna - “Annuario de Minas Geraes” - anno V, 1.913 - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.913, pág. 521;
17 - Oscar Ferreira Prado - “O Sertão dos Mandibóias” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.981, pág. 134;
18 - Raimundo José da Cunha Matos - “Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1.837)” - vol. I - Itatiaia/EDUSP, Belo Horizonte, 1.981, pág. 258;
19 - Rodolpho Jacob - “Minas Geraes no XXº Seculo” - vol. I - Gomes, Irmão & C., Rio de Janeiro, 1.911, pág. 346;
20 - SEBRAE-MG - “Machado - Diagnóstico Municipal” - relatório final, outubro de 1.995, pág. 5;
21 - Secretaria da Agricultura de Minas Geraes - “Annuario Estatistico” - anno II (1.922/1.925) - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.929, pág. 19;
22 - “*site*” na Internet: http://www.alago.alfenas.net;
23 - “*site*” na Internet: http://www.almg.gov.br;
24 - “*site*” na Internet: http://www.descubraminas.com.br;
25 - “*site*” na Internet: http://www.furnas.com.br.

****

FAUNA E FLORA NATIVAS

1) - Cobertura vegetal e suas espécies.
2) - Mamíferos e répteis.
3) - Aves e peixes.
4) - Insetos.

****

1 - **<u>Cobertura vegetal e suas espécies</u>**.

Em 1.826, respondendo a questionário do governo provincial, a Câmara da Campanha previu já os riscos do uso desregrado de suas riquezas florestais:

> *"Esses immensos matos conciderados como a origem da fertilidade se vão acabando pelas continuadas queimas, de que resulta cobrirem-se as terras de çapés, e samambaia, com o q.e são tambem concideradas estereis"*.

Afirmou haver em todo o Termo extensos pinheirais, de que se tirava muita madeira.

No segundo de seus almanaques, Saturnino da Veiga informou que no Machado, em 1.884, o alqueire de matos custava 50$ e o de campos, de 30$ a 40$. No Douradinho, o preço daquele variava de 60$ a 80$; o deste era 40$. Disse haver cá muita madeira de construção, causando estranheza seu valor em comparação com o das terras. Com efeito, vendia-se no Machado a 10$ e 12$, respectivamente, a dúzia de tábuas de pinho para forro e para assoalho; a 30$, a dúzia de tábuas de cedro. No Douradinho, doze tábuas de pinho custavam 12$; de cedro, o dobro.

Conforme o "*Annuario Estatistico*" da Secretaria da Agricultura, em 1.920 a produção de madeira no Machado alcançou o valor de 23:500$000. Três anos depois, daqui se extraíam 34.000 m3. de lenha e 2.000 m3. de madeira para outras finalidades. Em 1.925, a área municipal de matas, inclusive capoeirões, foi estimada em 18.900 hectares. No mesmo ano, porém, Victor Silveira apresentou número diverso: 29.300 hectares de matas, correspondentes a 19,59% da superfície total.

Segundo dados do escritório local do I. E. F., na última década do século passado apurou-se o seguinte uso do nosso solo, por hectares: afloramento - 36,54; agricultura - 21.639,24; campo cerrado - 2.284,11; capoeira - 3.645,18; cerradão - 376,2; cerrado - 3.509,64; mata - 6.162,3; mata ciliar - 3.178,08; pastagem/campo - 16.203,6; reflorestamento - 3,51; vegetação de várzea - 718,02.

No final do milênio diminuíra acentuadamente a cobertura florestal nativa do Município, calculada entre 5,7% e 7% de sua área. Ela se concentrava nas divisas com Campestre, Poço Fundo e Serrania, onde o solo é mais fértil. Por outro lado, nas divisas com Carvalhópolis, Paraguaçu e Turvolândia predominavam as áreas de cerrado, cerradinho e cerrado sujo. As maiores reservas florestais, com tipologia de mata atlântica, eram então as da Fazenda Muricy (320 ha.), da Prefeitura e de Aécio Pinto Gonçalves (40 ha.), da Fazenda Pinheiro (30 ha.), de João Figueiredo (30 ha.), e da Fazenda Jacarandá (20 ha.).

De acordo com o levantamento do Radambrasil, de 1.983, nossas fragmentadas reservas vegetais são formadas basicamente por floresta estacional ombrófila mista, floresta estacional semidecidual, cerrados de várzeas e formações pioneiras de várzeas.

As espécies de árvores nativas aqui mais freqüentes são açoita-cavalo, angico, aroeirinha, barbatimão, bico-de-pato, cafezinho, canela-amarela, canela-batalha, canela-preta, canela-sassafrás, capixingui, casca d'anta, casca-de-arroz, ipê-amarelo, jacarandá, jacaré, jequitibá-branco, jequitibá-rosa, maçaranduba, marolo, óleo-branco, óleo-de-copaíba, óleo-vermelho, pereira e piúna. Nas regiões de campo predominam pastagens naturais, formadas por capim-carneiro.

Campos e Landgraf, em trabalho publicado no ano de 1.990, identificaram 107 espécies florestais nas bacias dos rios Cabo Verde e Machado: açoita-cavalo, alanceta, alanceta-amarela, amescla, amoreira, angico-branco, aroeira, articum, baba-de-boi, bandejão, bico-de-pato, bosta-de-porco, brasa-viva, café-bravo, cafezinho, caixeta, camboatá, canafístula, canela, canela-amarela, canela-batalha, canela-branca, canela-cebosa, canela-de-corvo, canela-de-porco, canela-fedida, canela-sassafrás, canelão, caneleira, canelinha, cangerana, cangica, capixaba, capixingui, capororoca, caqui, casca-de-arroz, cateretê, catiguá, cedro, costela-de-cavalo, embaúba, erva-de lagarto, espeto, fedegoso, figueira, folha-doce, folha-larga, fruta-de-jacu, fruta-de-macaco, gabiroba, guatambu-amarelo, goiabeira, guaiaruva, imbira-de-sapo, imbiruçu, ingá, jacaré, jacarandá-ama-

relo, jacarandá-branco, jacarandá-roxo, jacarandazinho, jambo, jatobá, jequitibá-branco, jequitibá-vermelho, leiteira, maçaranduba, mamica-de-porca, mamoninho, maria-preta, marmelinho, molinésia, óleo-copaíba, óleo-pardo, orelha-de-burro, orvalha, paineira, palmeira, passa-com-cheiro, pau-ovelha, pau-pelado, pau-quina, peito-de-pomba, pereira, peroba-de-goma, peroba-rosa, pindaíba, pindaíba-amarela, pindaíba-vermelha, piúna, quantã, quaresmeira, rebenta-casca, sangra-d'água, são-bento, sapulva, serralhão, sobrasil, tarumã, tiriveiro, unha-de-vaca, urtiga, vassorão, veia-roxa, vermelhão e vinhático. Salientaram que as mais freqüentes eram a amoreira e a casca-de-arroz, e que as menos freqüentes eram as de grande valor econômico, evidenciando a exploração seletiva.

2 - **Mamíferos e répteis**.

A fauna do nosso, como de outros municípios da região, empobreceu com o passar dos anos, por causa de alterações ambientais causadas principalmente pelo homem. A devastação das matas, a poluição, o uso de agrotóxicos destruíram o *habitat* e o alimento de muitos animais, que migraram ou se extinguiram. A caça predatória provocou o extermínio sobretudo dos de maior porte, como onça-pintada, lobo-guará, tamanduá, jacaré, porco-do-mato.

A consciência ecológica, o cuidado com a preservação das espécies nativas e a ação fiscalizadora das autoridades são relativamente recentes. Nosso primeiro código de posturas (resolução estadual 3.401, de 22/7/1.886) proibia no artigo 96 fojos, armadilhas ou laços ocultos para apanhar animais silvestres, mas apenas se disso pudesse resultar dano aos incautos. Era usual matar por estúpido prazer.

Apesar de tudo, muitos animais resistiram e se adaptaram às condições adversas. Mesmo sob risco, no final do milênio ainda se encontravam no Município cachorros-do-mato, capivaras, cutias, gambás, gatos-do-mato, lontras, macacos, morcegos, pacas, preás e veados, entre outros. Dentre as cobras venenosas, eram mais raras a coral, a jararaca e a jaracuçu; mais comuns, a cascavel e a urutu.

3 - **Aves e peixes**.

Entre outras aves de médio porte que se encontram no Município, são lembradas: caracará, coruja, frango d'água, garça, gavião, irerê, pato, paturi, saracura, seriema, urubu. Algumas até emprestaram o nome a bairros e a um córrego: anhuma ou inhaúma, jacutinga, papagaio.

Das de pequeno porte são mais comuns: anu, beija-flor, bem-te-vi, cabeça-de-fogo, coleirinha, fogo-apagou, joão-de-barro, maria-branca, martim-pescador, pássaro-preto, periquito, pica-pau, pintassilgo, rola, sabiá, sanhaço, tico-tico, tiziu.

Na Cidade já foi mais freqüente a andorinha, ave migratória. O pardal, pássaro exótico considerado praga, diminuiu nas últimas décadas. Em 1.953 o Vereador José Maria Pereira apresentou à Câmara projeto de lei com medidas para extingui-lo, que foi rejeitado por impraticável. No fim do milênio, talvez por falta de alimento nos campos, a maritaca mudou-se em bandos para a zona urbana.

Os peixes, ameaçados pela pesca predatória, pelo assoreamento e pela poluição dos cursos d'água, existem em muito menor quantidade que antigamente. Dentre as espécies nativas citam-se: bagre, curimbatá, dourado, lambari, mandi, piaba, surubim, traíra. Na década de noventa, sobretudo, por diversas vezes foram jogados alevinos em nossos rios e córregos, para repovoá-los.

O Código de Posturas de 1.886 dispunha no artigo 121 ser proibido construir paris para caçar peixes, ou matá-los com dinamite ou qualquer outro meio destruidor, sob pena de multa. O Estatuto Municipal de 1.899 vedava, nos artigos 254 a 256, a pesca com redes de malha miúda, com bombas de dinamite ou outra matéria explosiva, e com timbó.

4 - **Insetos**.

Incapaz de enumerar os aqui viventes, menciono apenas alguns que preocuparam pela nocividade.

Formigas foram sempre o pesadelo da lavoura. Nas "*Memorias da Camara da Campanha*" consta o seguinte sobre elas:

> *"Há muitas formigas em toda a extensão do Termo, excepto na Freguezia de Caldas. (...) O meio de que os habitantes tem lançado mão pª extinguir as formigas, hé cateando os formigueiros com agoa, ou a sêco; mas a experiencia mostrou que em pouco tempo eram renovados pelas formigas que escapavão nos canaes visinhos.*
> *A pouco porem se tem adoptado o meio de as extinguir com o fumo expesso de lenhas fortes, como o nó de pinho, tocado a Folles, com o que mais bem se extinguem".*

Vários textos legais, no correr dos anos, determinaram providências para sua extinção (códigos de posturas de 1.886, 1.948 e 1.975; lei distrital 8/1.895 e resolução distrital 1/01 do Carmo da Escaramuça; leis orçamentárias 8/00 e 108/27; resolução da Câmara 240/14). A Associação Comercial e o "*Jornal do Machado*" promoveram em 1.937, com apoio do Prefeito João Vieira, a "campanha da tanajura", pagando às crianças $200 por cento delas que capturassem.

Em 1.907 houve aqui praga de gafanhotos que causou

enorme prejuízo à lavoura, segundo "*O Machadense*". Este sugeriu simplórios métodos "*para a matança dos saltões"*, como abrir valas e tocá-los para dentro, e derramar querosene sobre eles... No final de 1.965 nuvens deles invadiram nossos cafezais, provocando grande estrago nas plantas mais novas.

Muitas pessoas aqui sofreram picadas de escorpiões em 1.958. Por isso, com licença da lei 244, de 22 de julho, o Município firmou convênio com o Departamento Nacional de Endemias Rurais para atacá-los. Todas as casas foram obrigatoriamente expurgadas. Contudo, em anos posteriores (1.965, 1.987, 1.991) eles reapareceram na Cidade, por causa da sujeira em esgotos, quintais e terrenos baldios.

Pernilongos têm incomodado sobretudo nos meses de verão, após enchentes. Em 1.975 a Prefeitura fez ampla dedetização urbana para exterminá-los. Ondas deles cá foram também notícia em 1.966, 1.972, 1.974, 1.976 e 1.980.

Até os últimos lustros do século passado as autoridades toleraram a mantença de aviários, estábulos e pocilgas na Cidade, favorecendo a proliferação de moscas.

A imprensa nacional registrou, no fim da década de setenta, a ocorrência de focos de barbeiros, transmissores do mal de Chagas, em Serrania, Machado e Poço Fundo. Fausto Paulo Werner empenhou-se no combate a eles.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de atas nº 2;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 5, 9 e 16;
3 - Arquivo Público Machadense - livro 63: "Leis da Câmara Municipal - 1898 a 1912";
4 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919";
5 - Arquivo Público Machadense - livro 65: "Leis da Câmara Municipal - 1912 a 1932";
6 - Arquivo Público Machadense - livro 67: "Leis do Conselho Distrital do Carmo da Escaramuça - 1899 a 1902";
7 - Arquivo Público Machadense - livro 68: "Leis do Distrito do Carmo da Escaramuça - 1892";
8 - "Folha Machadense" ns. 36 - 1/12/1.974 - pág. 8;
41 - 12/1/1.975 - pág. 8;
44 - 2/2/1.975 - pág. 8;

164 - 25/4/1.976 - pág. 10;
324 - 25/10/1.980 - pág. 4;
559 - 13/7/1.985 - pág. 1;
648 - 25/4/1.987 - pág. 1;
651 - 16/5/1.987 - pág. 14;
881 - 30/11/1.991 - pág. 1;
9 - informações pessoais de Antônio de Paula Isidoro;
10 - "Jornal do Machado" nº 23 - 10/10/1.937 - págs. 1 e 4;
11 - Livro da Lei Mineira - 1886 - tomo LIII - parte 1ª - folha nº 8;
12 - "Monitor Sul-Mineiro" nº 744 - 19/4/1.885 - pág. 3;
13 - "O Machadense" ns. 106 - 8/1/1.907 - pág. 2;
690 - 6/7/1.958 - pág. 1;
930 - 28/2/1.965 - pág. 5;
966 - 7/11/1.965 - págs. 1 e 3;
1020 - 11/12/1.966 - pág. 1;
90 - 26/11/1.972 - pág. 1;
14 - "O Estado de São Paulo" - 23/6/1.979;
15 - "Siga em Frente" nº 96 - 5/3/1.997 - págs. 1 e 8.

B - **secundárias**

1 - A. C. Silva e outros - "Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio São Tomé" - trabalho publicado em "*site*" na Internet: http://www.unifenas.br/extensao/revista/proj12.htm;
2 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanak Sul-Mineiro para 1884" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro, Campanha, 1.884, págs. 232 e 243;
3 - José Carlos de Campos e Paulo Roberto Corrêa Landgraf - "Análise da Cobertura Florestal das Bacias Hidrográficas dos Rios Cabo Verde e Machado no Sul de Minas" - trabalho publicado no volume 3 dos anais do 6º Congresso Florestal Brasileiro, Campos de Jordão, 1.990, págs. 111 a 117;
4 - "Memorias da Camara da Campanha" - na Revista do Archivo Publico Mineiro, anno I, 1.896, págs. 457 a 647;
5 - SEBRAE-MG - "Machado - Diagnóstico Municipal - 1.995" - Belo Horizonte, 1.995, pág. 5;
6 - Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Geraes - "Annuario Estatistico" - anno I, 1.921, vol. III - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, pág. 240; anno II, 1.922-1.925 - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.929, págs. 296 e 368;
7 - Víctor Silveira (organizador) - "Minas Geraes em 1925" - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, pág. 486.

****

B - GEOGRAFIA HUMANA

POPULAÇÃO

1) - Habitantes de Douradinho até a criação do Município.
2) - Habitantes de Machado até a criação do Município.
3) - Habitantes do Município até a metade do século XX.
4) - Habitantes do Município na segunda metade do século XX.
5) - Atividade estatística no Município.

****

1 - **Habitantes de Douradinho até a criação do Município**.

É de 1.823 o mais antigo informe conhecido sobre a população da Freguesia de Douradinho. Constante de plano apresentado pelo Secretário de Governo Luiz Maria da Silva Pinto para nova administração civil da Província, foi transcrito por Cunha Matos e Feu de Carvalho. Asseverou que nela havia 483 fogos e 3.023 almas, assim distribuídos em seus distritos de ordenança:
Douradinho - 107 fogos e 1.077 almas;
São João Batista - 173 fogos e 474 almas;
Rio Machado e Dourado - 66 fogos e 437 almas;
Espírito Santo - 137 fogos e 1.035 almas.

No ano seguinte, mapa do Bispado de São Paulo (*códice 535 do Arquivo Nacional*) estimou que a Freguesia, extensa por dez léguas, possuísse 2.285 habitantes. Ressalvou ser o tamanho conhecido pelo comum juízo dos viajantes, e o número de moradores, pelo relato dos párocos, que só sabiam das pessoas de confissão chegadas à desobriga.

Em março de 1.826, respondendo a questionário da administração provincial, a Câmara da Campanha apresentou o seguinte mapa populacional de suas freguesias:

Freguesias	*Homens livres*	*Mulheres livres*	*Homens escravos*	*Mulheres escravas*	*Total*
Villa da Campanha da Princeza	*3.019*	*3.156*	*1.280*	*1.132*	*8.587*
São Gonçalo da Campanha	*1.327*	*1.182*	*741*	*452*	*3.702*
Santa Catharina	*1.644*	*1.571*	*868*	*527*	*4.610*
Douradinho	*1.197*	*1.193*	*324*	*199*	*2.913*
Sant'Anna do Sapucahy	*1.791*	*1.832*	*645*	*369*	*4.637*
Patrocinio das Caldas	*1.081*	*1.321*	*660*	*240*	*3.302*
Ouro Fino	*1.031*	*1.623*	*527*	*336*	*3.517*
Camandocaia	*1.920*	*1.843*	*354*	*200*	*4.317*
Pouzo Alegre	*2.733*	*2.472*	*854*	*431*	*6.490*
Itajubá	*1.344*	*1.297*	*763*	*435*	*3.839*
somas parciais	*17.087*	*17.490*	*7.016*	*4.321*	*45.914.*

Ele informou também ter Douradinho (só maior que São Gonçalo) quatro léguas do nascente ao poente, e dez do norte ao sul.

Outros documentos, porém, indicaram número inferior de habitantes na Freguesia em anos posteriores: 2.271 em 1.835 e 1.838; 2.734 em 1.841 (*relação em "Anais do V Seminário sobre a Economia Mineira", relatório do presidente da Província em 1.855 e A.P.M. PP/1, 8, 9*).

Efetuou-se recenseamento na Província em 1º de agosto de 1.873. Eis os números relativos a paróquias do Município de Alfenas:

Paróquias	*Homens livres*	*Mulheres livres*	*Homens escravos*	*Mulheres escravas*	*Total*
S José e Dores de Alfenas	*1.895*	*1.881*	*408*	*416*	*4.600*
S. Família e S. A. do Machado	*1.330*	*1.347*	*720*	*553*	*3.950*
N. S. do Carmo da Escaramuça	*1.192*	*1.155*	*257*	*196*	*2.800*
S. Sebastião do Areado	*1.894*	*1.795*	*202*	*166*	*4.057*
S. J. Baptista do Douradinho	*1.278*	*1.436*	*182*	*193*	*3.089*
S. Joaquim da Serra Negra	*2.987*	*2.945*	*482*	*395*	*6.809.*

2 - **<u>Habitantes de Machado até a criação do Município</u>**.

Em 1.823, conforme o trabalho de Silva Pinto, referido no item anterior, o distrito de ordenanças da Sacra Família possuía 98 fogos e 986 almas. Doze anos depois, nele viviam 664 pessoas livres e 544 escravas.

No Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo encontra-se representação de suplicantes para se anexarem à Aplicação da Capela da Sacra Família, em 1.852. Nela há listas de moradores no Arraial (388 pessoas)

e na Aplicação - exceto os daquele - (1.122 pessoas).

A resolução estadual 314, de 8 de abril de 1.846, determinou que nenhum território fosse elevado à categoria de paróquia sem que sua população chegasse a oito mil almas. Ela foi, porém, descumprida em 1.857, quando se criou nossa freguesia com número inferior de habitantes.

Mencionei atrás a população de Machado no recenseamento de 1.873, informada pelo "*Annuario Estatistico*" e pelo relatório vice-presidencial do ano seguinte. São divergentes os números publicados no "*Monitor Sul-Mineiro*" de 28/9/73, graças ao Vigário José Antônio Martins, talvez ainda não oficiais. Transcrevo-os aqui, em parte, até porque contêm dados omitidos naqueles: *fogos* - 492; *população* - 3.961; *homens* - 2.079; *mulheres* - 1.882; *livres* - 2.705; *escravos* - 1.256; *brancos* - 1.740; *pardos* - 904; *pretos* - 1.300; *caboclos* - 17; *solteiros* - 2.616; *casados* - 1.153; *viúvos* - 192.

Conforme o "*Almanach Sul-Mineiro*", em 1.874 apenas a povoação da Sacra Família contava 1.173 pessoas.

3 - **Habitantes do Município até a metade do século XX**.

Conforme o recenseamento de 1.890, o Município tinha 17.822 habitantes (8.960 homens e 8.862 mulheres), assim distribuídos pelos distritos:
Machado - 5.243 (2.619 homens e 2.624 mulheres);
Carmo da Escaramuça - 3.437 (1.726 homens e 1.711 mulheres);
Douradinho - 4.479 (2.117 homens e 2.362 mulheres);
Machadinho - 4.663 (2.498 homens e 2.165 mulheres).

O censo de 1.900 registrou 16.316 moradores em nosso Município, sendo 8.371 homens e 7.945 mulheres.

Conforme o recenseamento de 1.920, o Município tinha 29.357 habitantes, sendo 14.890 no Machado, 11.074 no Machadinho e 3.393 no Douradinho. Havia nele 15.059 homens e 14.298 mulheres; 19.150 solteiros, 9.139 casados, 1.061 viúvos e 7 de estado civil ignorado; 28.697 brasileiros natos, 45 naturalizados, 613 estrangeiros e 2 de nacionalidade desconhecida. A título comparativo, veja-se a população de alguns municípios vizinhos, ma mesma época: Alfenas - 29.434; Campestre - 15.254; Paraguaçu - 10.546; Poços de Caldas - 14.587; Pouso Alegre - 67.401; Varginha - 22.457.

Em 1.925, já criado o município de Jimirim, a Secretaria da Agricultura estimou a população machadense em 20.902 habitantes, sendo 17.023 no distrito da sede.

Conforme o censo de 1.940, a população de fato (habitantes presentes, moradores ou não) do Município era de 22.892 pessoas (11.511 homens e 11.381 mulheres). Os brancos somavam 15.382; os pretos, 4.083; os pardos, 3.420; os de cor não declarada, 7. Dos indivíduos com cinco anos ou mais, 7.337 sabiam ler e escrever; 11.980 não sabiam, e 11 não informaram sua instrução. Viviam cá 105 brasileiros naturalizados e 120 estrangeiros. Na mesma época, Alfenas tinha 17.835 habitantes de fato; Campestre, 17.483; Jimirim, 14.875; Paraguaçu, 13.602; Serrania, 6.006.

O recenseamento de 1.950 encontrou aqui a seguinte população:

	homens	mulheres	total
Cidade	2.792	3.250	6.042
Vila de C. do Reino	209	234	443
Vila de Douradinho	98	119	217
Zona rural	8.245	7.761	16.006
Total	11.344	11.364	22.708.

O distrito da sede tinha então 19.348 habitantes. Com 680 km2., o Município apresentava densidade populacional de 33,39 pessoas por cada um deles.

4 - **Habitantes do Município na segunda metade do século XX**.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, no final de 1.955 havia em Machado 21.571 moradores. O decréscimo decorreu do desmembramento de Cana do Reino, dois anos antes.

O censo de 1.960 registrou aqui 21.170 pessoas (10.766 homens e 10.404 mulheres). Nascidos fora, residiam entre nós 1.379 homens e 1.317 mulheres. Dos 17.752 indivíduos com 5 anos ou mais, 9.725 sabiam ler e escrever, e 2.906 eram estudantes. Havia no Município 4.020 domicílios particulares, dos quais 1.140 servidos de água pela rede geral, e 1.811 por poço ou nascente. Apenas 1.721 tinham iluminação elétrica.

Quase não crescemos na década seguinte. Foram cá recenseadas em 1.970 21.556 pessoas (10.701 homens e 10.855 mulheres). Viviam 20.342 no distrito da Cidade (11.071 na zona urbana e 9.271 na rural), e 1.214 no distrito da Vila (332 na zona urbana e 882 na rural). Os brasileiros naturalizados eram 8; os estrangeiros, 24.

De acordo com o IX recenseamento geral, de 1.980, o Município tinha 26.729 habitantes (13.566 homens e 13.163 mulheres). Na zona urbana viviam 16.545 pessoas; na zona rural, 10.184. Dos 23.240 moradores com cinco anos ou mais, 16.789 eram alfabetizados. Existiam aqui 5.569 domicílios particulares permanentes, sendo 2.825 próprios, 927 alugados, 1.811 cedidos e 6 sob

outra condição de ocupação. O Distrito de Machado possuía 25.333 habitantes (12.818 homens e 12.515 mulheres), vivendo 16.131 na zona urbana e 9.202, na rural. O Distrito de Douradinho tinha 1.396 habitantes (748 homens e 648 mulheres), residindo 414 na zona urbana e 982, na rural. A título comparativo, menciono a população dos principais municípios limítrofes: Alfenas - 38.270; Campestre - 17.288; Carvalhópolis - 2.319; Paraguaçu - 14.482; Poço Fundo - 12.418; Serrania - 5.728.

Pelo censo de 1.991, possuía o Município 30.709 habitantes (15.521 homens e 15.188 mulheres). Moravam na zona urbana 20.082 pessoas; na rural, 10.627. Dos 27.290 residentes com cinco anos ou mais, 21.796 eram alfabetizados. Existiam aqui 7.307 domicílios, com média de 4,17 ocupantes em cada qual. O Distrito de Machado tinha 29.175 habitantes (14.733 homens e 14.442 mulheres), vivendo 19.374 na zona urbana e 9.801, na rural. O Distrito de Douradinho contava 1.534 habitantes (788 homens e 746 mulheres), residindo 708 na zona urbana e 826, na rural. Para comparação, eis o número de habitantes dos principais municípios limítrofes: Alfenas - 52.700; Campestre - 17.440; Carvalhópolis - 2.575; Paraguaçu - 16.498; Poço Fundo - 13.817; Serrania - 6.975.

No recenseamento de 2.000 nosso Município chegou a 34.877 habitantes (17.557 homens e 17.320 mulheres). Na zona urbana viviam então 26.941 pessoas; na rural, 7.936. Existiam cá 9.172 domicílios particulares permanentes, com média de 3,78 moradores em cada qual. O Distrito de Machado tinha 33.265 moradores (16.724 homens e 16.541 mulheres), localizados 26.023 na zona urbana e 7.242, na rural. O Distrito de Douradinho possuía 1.612 habitantes (833 homens e 779 mulheres), vivendo 918 na zona urbana e 694, na rural. Os principais municípios limítrofes tinham a seguinte população: Alfenas - 66.957; Campestre - 20.553; Carvalhópolis - 3.089; Paraguaçu - 18.942; Poço Fundo - 15.148; Serrania - 7.504.

Não pretendo analisar os dados supra transcritos. Quem fez isso (*fontes secundárias 17, 26 e 27*) ressaltou que, a partir da década de setenta, nossa concentração demográfica se deslocou da zona rural para a urbana. Acentuou também que, embora no último lustro do milênio as taxas de crescimento locais tenham sido superiores às do Estado, este se urbanizava mais rapidamente, "*talvez em virtude da importância da produção cafeeira na economia machadense*". O SEBRAE verificou ainda que, no período, Machado tinha densidade demográfica (54,7 h./km2.) bem mais elevada que a da média estadual (28,3 h./km2.), e percentual de mulheres menor que o desta. Seu IDH-M, superior às médias microrregional e estadual, colocava-o entre os municípios de médio desenvolvimento humano. O índice de condições de vida, em situação próxima a ambas, estava um pouco abaixo no referente à infância. Quanto aos itens renda e habitação, apresentavam-se mais satisfatórios que os de Minas.

5 - **Atividade estatística no Município**.

No ano de 1.890, em todas as freguesias e distritos do

Estado, agentes ou comissões foram incumbidos de efetuar o levantamento comercial, industrial e agrícola. Em Machado, a tarefa ficou a cargo do Conselho de Intendência; no Douradinho, contratou-se para ela Christóvão Augusto de Lima.

Conforme Nélson de Senna, em 1.904 José Ignácio Fernandes, fiscal do imposto de consumo, organizou interessante folheto sobre estatística agrícola e pastoril do Machado.

A lei local 29, de 23 de maio de 1.907, autorizou o presidente da Câmara a mandar fazer o recenseamento da população e a estatística agrícola do Município. A lei 44, de 16 de novembro de 1.911, permitiu que se efetuasse estatística para fiel lançamento dos impostos.

A resolução da Edilidade 221, de 15 de outubro de 1.913, concedeu auxílio a Manoel Francisco Pinto Pereira para cobrir despesa com propaganda e estatística do Município, feitas em seu almanaque "*O Sul de Minas*".

Consta que a instalação da agência local de estatística ocorreu em 1.936, mas não encontrei registro dela. O decreto-lei 36, de 28 de outubro de 1.940, criou o cargo de agente municipal de estatística e fixou seus vencimentos. Todavia, em 2 do anterior mês de julho, o decreto 14 já havia nomeado **João Rodrigues de Carvalho** para exercê-lo... E ele mesmo afirma ter sido seu segundo ocupante - ignoro quem o precedeu.

O decreto-lei 53, de 12 de junho de 1.942, incluiu entre as repartições municipais o Serviço de Estatística. O decreto 25, de 19 de agosto seguinte, dispôs sobre a realização do Convênio Nacional de Estatística Municipal, que o decreto-lei 59, de 28 de dezembro do mesmo ano, ratificou e mandou executar.

Geraldo Pereira foi nomeado agente municipal de estatística por portaria de 24 de julho de 1.944. Teve os direitos garantidos desde 2 de março de 1.941, quando entrou em exercício. O prefeito colocou-o à disposição do I.B.G.E. em janeiro de 1.945.

Ignoro quando o cargo em estudo foi assumido por **Hélio Pinheiro Chagas**, que o ocupou durante vários anos. Em janeiro de 1.954 ele foi transferido para Itapecerica, de onde veio para substituí-lo **Jacy Pereira da Silva**. Sucedeu-lhe **José Pedro Filho**, que também foi redator-chefe de "*O Machadense*".

Em janeiro de 1.960 assumiu o posto **Vicente da Silva Resende**. Com sua transferência, no segundo semestre de 1.978 tomou a chefia **Paulo César Nogueira Vilela**. Por fim, em 1º de julho de 1.982 o comando passou a **Sérgio do Amaral Resende**, que o manteve até 5 de maio de 1.997, quando a agência local foi desativada para redução de custos. Ela atendia também os

municípios de Carvalhópolis, Cordislândia, Poço Fundo, São João da Mata, Silvianópolis e Turvolândia.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - livro VI de Autos de Ereções e Patrimônio de Capelas (6-2-27);
2 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro 6 de decretos e portarias;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros 4 e 5 de leis e decretos;
4 - Arquivo Nacional - códice 535: "Mapa do Bispado de São Paulo, com Relação de Clérigos Existentes - ano de 1.824" - págs. 20v. e 21;
5 - Arquivo Público Machadense - livro 63: "Leis da Câmara Municipal - 1898 a 1912";
6 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919";
7 - Arquivo Público Mineiro - fundo: Presidência da Província - série PP/1, subsérie PP 1/10 - divisão administrativa, judiciária e eclesiástica - caixa 8, documento 9;
8 - Arquivo Público Mineiro - fundo: Secretaria de Governo - códice 151: "Registro dos nomes, nas freguesias e distritos dos municípios do Estado, das comissões encarregadas do levantamento comercial, industrial e agrícola - 1890/1891" - págs. 6v. e 7;
9 - "Folha Machadense" ns. 222 - 13/8/1.978 - pág. 10;
410 - 17/7/1.982 - pág. 1;
1158 - 7/6/1.997 - pág. 10;
1160 - 21/6/1.997 - pág. 9;
10 - informações pessoais de Vicente da Silva Resende;
11 - Livro da Lei Mineira - 1846 - tomo XII, parte 1ª, folha nº 15, págs. 157/158;
12 - "Luminar Machadense" ns. 16 - 24/1/1.954 - pág. 4;
17 - 14/2/1.954 - pág. 6;
13 - "Minas Geraes" de 6/8/1.922 - pág. 3;
14 - "Monitor Sul-Mineiro" nº 92 - 28/9/1.873 - pág. 3;
15 - Revista do Archivo Publico Mineiro - anno 3, 1.898, pág. 491.

B - **secundárias**

1 - Anais do V Seminário Sobre a Economia Mineira - UFMG/CEDEPLAR, Belo Horizonte, 1.990, pág. 26;
2 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanach Sul-Mineiro para 1874" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.874, pág. 145;
3 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanak Sul-Mineiro para 1884" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.884, pág. 47;

4 - Feu de Carvalho - “Comarcas e Termos” - Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, Bello Horizonte, 1.922, págs. 87 e 88;
5 - Homero Benedicto Ottoni - “Poços de Caldas” - Ed. Anhambi, São Paulo, 1.960, pág. 86;
6 - I.B.G.E. - “Anuário Estatístico do Brasil” - Centro de Serviços Gráficos do I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1.953, págs. 58 e 72;
7 - I.B.G.E. - “Censo Demográfico”, 1.960 - série regional - Minas Gerais, vol. I, tomo IX - Oficinas do Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro, sem data;
8 - I.B.G.E. - “Censo Demográfico”, 1.970 - série regional, Minas Gerais, tomo XIV, 2ª e 3ª partes - Oficinas do Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro, sem data;
9 - I.B.G.E. - “Censo Demográfico”, 1.980 - vol. 1, tomo 3, nº 14: Minas Gerais - Centro de Serviços Gráficos do I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1.982;
10 - I.B.G.E. - “Censo Demográfico”, 1.991 - nº 18: Minas Gerais - Centro de Serviços Gráficos do I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1.994;
11 - I.B.G.E. - “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros”, vol. XXVI - Centro de Serviços Gráficos do I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1.959, págs. 12/13;
12 - I.B.G.E. - “Recenseamento Geral do Brasil”, 1.940 - parte XII, Minas Gerais, tomo I, Censo Demográfico - Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1.950;
13 - João Rodrigues de Carvalho - “Machado Pitoresco e Crônicas” - Tipolitografia Escola Profissional, Pouso Alegre, 1.979, pág. 36;
14 - José Renato Ferreira Roux (editor) - “GeoEconoVias” - 1ª ed., São Paulo, 1.959, pág. 448.
15 - “Memorias da Camara da Campanha” - na Revista do Archivo Publico Mineiro, anno I, 1.896, pág. 637;
16 - Monsenhor José do Patrocínio Lefort - “Cidade da Campanha” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.972, pág. 103;
17 - Nádia Cristina Silva e Beatriz Ribeiro Soares - “Crescimento populacional de pequenas cidades: o exemplo de Machado/MG” - trabalho publicado no “*site*” da Internet http://www.ufop.br;
18 - Nélson de Senna - “Annuario de Minas Geraes” - anno II, 1.907 - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.907, pág. 218;
19 - Nélson de Senna - “Annuario Historico-Chorographico de Mians Geraes” - anno III, 1.909 - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.909, págs. 624 a 627;
20 - Nélson de Senna - “Chorographia de Minas Geraes” - na obra “Geographia do Brasil”, vol. X, editada pela Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro - Typ. Pimenta de Mello & C., Rio de Janeiro, 1.922, págs. 253 a 256;
21 - Nélson de Senna - “A Terra Mineira” - Typ. Pimenta de Mello & C., Rio de Janeiro, 1.923, pág. 256;
22 - Pedro E. Vallim - “Album dos Municípios do Estado de Minas Gerais” - 1º volume - “A Orientadora”, São Paulo, 1.941, pág. 136;
23 - Raimundo José da Cunha Matos - “Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)” - vol. I - Itatiaia/EDUSP, Belo Horizonte, 1.981, págs. 145, 147, 156 e 157;
24 - “Relatorio que á Assemblea Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na 2ª Sessão ordinaria da 10ª Legislatura de 1855 o Presidente da Provincia Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos” - Typographia do Bom Senso, Ouro

Preto, 1.855, anexo;
25 - “Relatorio que á Assemblea Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da Sessão Ordinaria de 1874 o Vice-Presidente Francisco Leite da Costa Belem” - Typ. de J. F. de Paula Castro, Ouro Preto, 1.874, pág. 72;
26 - SEBRAE-MG - “Machado - Diagnóstico Municipal - 1.995” - Belo Horizonte, 1.995, págs. 16/19;
27 - SEBRAE-MG - “Machado - Diagnóstico Municipal - 2.000” - Belo Horizonte, 2.000, págs. 15/16;
28 - Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Geraes - “Annuario Estatistico” - anno I, 1.921 - vol. II - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.925;
29 - Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Geraes - “Annuario Estatistico” - anno II (1.922-1.925) - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.929, pág. 102.

****

MIGRAÇÃO

I - Emigração.
1 - Causas remotas.
2 - Machadenses na fundação de outras cidades.
3 - Partidas no século XX.
4 - O pioneirismo recente: Capelinha e Água Boa.

II - Imigração.
1 - Generalidades.
2 - Os italianos.
3 - Outras nacionalidades.
4 - Trabalhadores rurais no século XX.

****

I - **EMIGRAÇÃO**.

1 - **Causas remotas**.

Foram, sabidamente, os bandeirantes paulistas que por primeiro exploraram e povoaram a região das Gerais. A descoberta do ouro concentrou grande população no centro da Capitania, dedicada apenas a sua procura. Contudo, em alguns decênios foi se esgotando a capacidade produtiva das minas, e por isso os moradores excedentes e desocupados começaram a partir para zonas mais recuadas, propícias a outras atividades. Tangiam-nos a escassez de alimentos, os rigores mais acentuados do aparelho da justiça e do fisco português, e, por fim, a procura de terras mais férteis. Houve assim, pela região meridional, um refluxo de mineiros na direção de São Paulo. Iniciado no final do século XVIII, ele teve ápice por volta de 1.850. Instalaram-se os geralistas junto ao Moji-Guaçu e ao Pardo; depois dirigiram-se à Noroeste e também ocuparam as bacias dos rios

Feio, Aguapeí e baixo Tietê. Alguns, mais ousados, transpuseram o Paranapanema e fundaram núcleos colonizadores no norte do Paraná.

2 - **Machadenses na fundação de outras cidades**.

Os primeiros moradores de nosso Município, oriundos principalmente de São João del Rei e das Lavras do Funil, aqui chegaram em busca de novas e melhores terras. Alguns lustros depois, animados do mesmo espírito aventureiro e da mesma sede de conquista, muitos machadenses também partiram, para tentar a sorte no torrão paulista. A história de várias cidades do Estado vizinho os registra entre seus fundadores ou mais antigos habitantes:

A - **Descalvado** - Consideram-se fundadores do Povoado os machadenses Tomé Manuel Ferreira e José Ferreira da Silva, que lá chegaram em 1.810 ou 1.820. O segundo e sua mulher, Florência Maria de Jesus, em 1.832 mandaram construir uma capela no lugar da atual Matriz, sob a invocação de Nossa Senhora do Belém, e doaram para seu patrimônio meia légua de terra em quadra.

B - **Ibitinga** - Em 1.842 Miguel Pereira Landim e Pedro Alves de Oliveira - *"o velho Amaro"* - chegaram à região de Boa Vista, além dos campos de Araraquara, vindos de Santo Antônio do Machado. Consta que haviam passado antes por São Simão e Ribeirão Preto. Juntos trabalharam para José Antônio de Castilho até 1.856, quando o segundo comprou 11.000 alqueires de terras de um herdeiro do patrão. Após tal negócio houve discórdia entre os machadenses, que se separaram. Landim, a esposa Ana Custódio de Jesus e familiares instalaram-se nas imediações da corredeira de Vamicanga, no Rio Tietê. Posteriormente, hostilizados por indígenas e pela febre palustre, mudaram-se para as margens do Rio São Joaquim. Aí, por volta de 1.866, Landim fundou a povoação do Senhor Bom Jesus de Ibitinga. Wanderley Racy descreve-o no livro "*O Santo de Itapura*":

> *"era pequeno e de estatura baixa, mas o rosto expressivo revelava linhas duras. Os olhos eram vivos e brilhantes, e a barba cerrada ocultava sua pele clara. Os cabelos compridos, e as pernas um tanto arqueadas, revelavam a figura do destemido sertanista, cuja fibra e coragem não tinham limites." ("apud" Paulo Rossi Severino, adiante citado).*

C - **Itápolis** - Depois do desentendimento atrás referido, Pedro Alves de Oliveira mudou-se com a família para além do Rio São Lourenço. Em 1.862 fundou Itápolis, doando 112 alqueires e 3/4 de terras para patrimônio da capela do Espírito Santo do Córrego das Pedras, primitivo nome da localidade. Ele era filho do Sargento Amaro José do Vale e de Maria Rosa de São José. Foi casado em primeiras núpcias com Maria Jerônima Soares e, em segundas, com Ana Luísa de Jesus. Morreu em 18 de novembro de 1.865.

D - **Mococa** - É a cidade paulista que tem maior entrelaçamento familiar com a nossa, iniciado ainda antes de sua fundação e prosseguido por muitos anos, com idas e vindas de habitantes dos dois lugares. O povoamento da região, a partir de 1.830, foi feito principalmente por mineiros, saídos não só do Machado, como de Aiuruóca, Lavras do Funil, São João Nepomuceno e Baependi. Atribui-se ao Capitão-Mor Custódio José Dias, fazendeiro em nosso Município, a denominação da localidade. Em 1.844 foi ele caçar por lá, em companhia dos genros Vigilato, Domiciano e Joaquim. Vendo algumas pequenas casas, chamou-as de "*mucoquinhas*", termo do qual se originou Mococa.

E - **Siqueira Campos** - Em 1.863 instalaram-se no sertão do Paraná os irmãos machadenses José Caetano de Carvalho, Caetano José de Carvalho e Inocêncio José de Carvalho, com os cunhados João de Oliveira Rocha e Pedro José Rocha. Levaram em sua companhia quinze famílias, no total aproximado de 150 pessoas, daqui e de Alfenas. Consta que se mudaram por receio do recrutamento de seus filhos para a Guerra do Paraguai. Após comprar a posse de terras, levantaram ranchos à margem de um ribeirão. Em cumprimento de promessa pela proteção na viagem, construíram capela dedicada ao Divino Espírito Santo, com patrimônio de 32 alqueires. Deram, assim, origem ao povoado *Colônia Mineira*, que por volta de 1.909 passou a chamar-se *Penápolis*. Em 1.920 ele se tornou município, com o antigo nome de *Colônia Mineira*, alterado dez anos depois para *Siqueira Campos*.

3 - **Partidas no século XX**.

Nas décadas de quarenta e cinqüenta, por causa do declínio da agricultura local e da conseqüente falta de emprego, várias famílias deixaram o Município, em busca de trabalho no norte do Paraná. Não é possível precisar o número dos que então emigraram. No segundo livro de tombo da Paróquia da Sacra Família consta o seguinte registro, do ano de 1.945:

> *"Continuou o êxodo de muitas famílias machadenses para terras longínquas, perdendo a paróquia deste modo não poucos elementos exemplares."*.

Na segunda metade do século ocorreram emigrações, principalmente de jovens, para capitais e cidades-pólo da região, pela insuficiência do mercado de trabalho e da oferta de ensino superior em Machado. Por fim, espírito aventureiro e ilusão de enriquecimento rápido têm levado alguns a trabalho no exterior (Estados Unidos, Japão, etc.), muitas vezes de forma clandestina.

4 - **O pioneirismo recente: Capelinha e Água Boa**.

Em meados da década de setenta, agricultores

machadenses, sob a liderança de Wálter Palmeira, secundado por Alair Alves Campos, decidiram plantar café em terras de cerrado do Vale do Jequitinhonha, mais baratas que as desta região. Instalaram-se no Município de Capelinha, onde fundaram o "*Núcleo Novo Machado*", e também no de Água Boa. Atuaram, ao chegar, de maneira integrada, fazendo compras em conjunto e repartindo a utilização de implementos agrícolas. Adquiriram, de início, cerca de 5.000 hectares. Dois anos depois, apenas Palmeira havia plantado mais de dois milhões de cafeeiros. Na chegada do grupo, Capelinha possuía 200.000 covas de café; em agosto de 1.980 elas já chegavam a 32 milhões. Em tal época viviam lá em torno de cem empresários rurais machadenses, que, na maior parte, tinham aqui baixo nível econômico. Os mais prósperos, porém, não ficaram por lá.

II - **IMIGRAÇÃO**.

1 - **Generalidades**.

Como em todo o Estado, foram os portugueses, os escravos e seus descendentes os principais responsáveis por nosso povoamento. Não se sabe quando aqui chegaram os primeiros indivíduos de outras nacionalidades. Em maio de 1.872, o "*Monitor Sul-Mineiro*" noticiou o assassinato do francês Henrique Juliard pelo italiano Leandro Partichelli, na Freguesia de Santo Antônio do Machado. Nela, em 1º de agosto do ano seguinte, promoveu-se minucioso recenseamento, publicado no mesmo jornal, de que se extraem estes dados: *população* - 3.961; *brasileiros* - 3.805; *estrangeiros* - 156. Os últimos assim se dividiam: *africanos* - 128; *portugueses* - 15; *italianos* - 8; *americanos do norte* - 2; *franceses* - 2; *espanhóis* -1.

Foi irrelevante, todavia, a presença de alienígenas em nosso meio, na época imperial. Minas, ao contrário de outras províncias, não tinha então grave problema de mão-de-obra. Possuindo a maior população escrava do País, desviou-a com facilidade da mineração decadente para a agricultura, como ressalta Norma de Góes Monteiro (*obra adiante citada, pág. 16*). Por isso, pela rotina da economia e pela falta de recursos financeiros, sua política imigratória foi modesta. A lei mineira 2.819, de 24 de outubro de 1.881, tentou encaminhar estrangeiros às fazendas de café, concedendo aos proprietários subvenção correspondente à metade das despesas de transporte.

Segundo a mesma autora, "*o período compreendido entre o início da República e a Revolução de 1.930 é o de maior significado para a imigração e colonização em Minas Gerais*" (págs. 10/11). Ela o divide em duas fases: na primeira, até 1.907, deu-se ênfase ao suprimento da cultura cafeeira; na segunda teve prioridade o povoamento, com a criação de núcleos coloniais e a concessão de terras devolutas.

O decreto estadual 626, de 31 de maio de 1.893, apro-

vou a divisão provisória de Minas em distritos para fiscalização do recebimento e colocação de imigrantes. Machado foi inserido no 4º, que tinha sede em Varginha.

No Arquivo Público Machadense encontra-se o livro 114 - "*Registro de Estrangeiros*", escriturado no ano de 1.942 em obediência a decreto federal de 1.938, que cuidava da entrada de alienígenas no território nacional. Arrola os maiores que então cá residiam, mencionando sua procedência, idade, família, profissão, endereço, data e local de chegada ao Brasil, etc..

2 - **Os italianos**.

Constituíram, principalmente os do Norte, a maior parte dos imigrantes em nosso Estado. Eram os preferidos, pela facilidade de adaptação e por serem bons trabalhadores, máxime nos sistemas de meação e parceria. Machado não fugiu à regra.

Na última década do século atrasado veio para cá a maior parte deles, no geral agricultores e sem instrução. Oriundos de diversas regiões, falavam dialetos diferentes, segundo J. R. Carvalho. Quase todos se estabeleceram na zona rural; uns poucos ficaram na Cidade, dedicando-se ao comércio e aos serviços manuais. Conforme Carlos Legnani,

> *"Muitas das famílias que para aqui vieram, não se conformando com o mau tratamento que lhes queriam impingir alguns fazendeiros escravagistas e retrógrados, voltaram à pátria, ou procuraram outras paragens. Porém, a maioria ficou e conseguiu o seu pé de meia, tornando-se sitiantes e alguns, abastados fazendeiros."*.

A Fundação Dezoito de Março (Fundamar), sob orientação da historiadora Maria Lúcia Prado Costa, estudou detidamente a imigração italiana em Machado. Em 1.995 elaborou trabalho preliminar sobre ela, inserido no tema "*A Transição da Mão-de-Obra Escrava para a Livre no Sul de Minas*". Depois reformulou-o com base em códices do Arquivo Público Mineiro até então cá desconhecidos, que lhe forneceram novos e importantes subsídios. Com outros, ele foi publicado em 2.002 sob o título "*Fontes para a História Social do Sul de Minas: os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850-1900)*".

Os códices, identificados como S A 884, 902, 910, 920 e 925, contêm registros de imigrantes da Hospedaria Horta Barbosa, de Juiz de Fora, nos anos de 1.895 a 1.898. Não pretendo repetir a proficiente análise deles. Limito-me à afirmativa de que ela se refere a 579 imigrantes, saídos do porto de Gênova, em vapores diversos, contratados pelos fazendeiros locais Alberto Pio de Souza Dias, Antônio Cândido Teixeira, Elias Pio da Silva Pinto, João Nepomuceno Teixeira, Pio de Souza Dias e Virgílio Pio de Souza Dias, e por dois imigrantes,

Giovanini Cremonini e Guglielmo Dozza. Anoto a suposição de serem as fontes incompletas e ainda precariamente catalogadas pelo A.P.M., e de não abrangerem a totalidade dos italianos vindos para cá.

O jornal "*O Futuro*" descreveu as comemorações da colônia italiana local em 20 de setembro de 1.895, pela unificação de sua pátria, com saudações a Vítor Emanuel e Garibaldi. Seus membros desfilaram com banda e bandeiras, entoando canções. Receberam o apoio dos machadenses e lhes ofereceram chá e banquete. Neste o presidente da comissão de festejos, Frederico Parteroni, discursou no idioma dos conterrâneos.

A resolução da Câmara 63, de 9 de abril de 1.901, tratou da "aquisição" de imigrantes, autorizando o agente executivo a solicitar do Governo do Estado as famílias deles de que os fazendeiros locais precisassem para suas lavouras.

Nélson de Senna, no "*Annuario de Minas Geraes*" de 1.913, estimou que a lavoura do Município do Machado (abrangendo Machadinho e Paraguaçu - este já desmembrado) contasse mais de 2.000 italianos.

Dentre as principais famílias italianas recebidas no Município, destaquem-se os Alberti; os Annoni; os Arrizzo; os Baccolli; os Baldan; os Baldini; os Bataginni (estabelecidos, segundo H. Costa, na *Serra do Soturno*); os Begalli; os Bellini; os Bianchini; os Bonfiglioli; os Bottazzini; os Brugnolo; os Cagliari os Cioffi; os Codignolli; os Conti; os Corsini ou Curcini (liderados por Valente e moradores no *Buraco*); os Cremonini; os Crepaldi; os D'Ambrozzi; os D'Eleuterio; os Dolci; os Dozza; os Fadini; os Ferraciolli; os Ferri; os Gambi; os Garroni; os Juntolli; os Legnani; os Leoni; os Lucca; os Malagolli; os Mantovani; os Manzialarda; os Marzolla; os Matteo; os Meloto; os Mezzavilla; os Mezzetti; os Milani (grande família do *Buraco*); os Minguetti; os Montevecchi; os Nannetti; os Nardini; os Negretti; os Nicolini; os Pagliarini; os Papini; os Pegorari; os Pratezzi; os Romanelli; os Rospin; os Rossetti; os Savini; os Saviolli; os Scalco (cujo tronco foi o velho Ângelo, do *Córrego Fundo*); os Scalenghi; os Selleghini; os Serafini (localizados no *Passa-Dois*); os Signoretti; os Tardiolli; os Tellini; os Todescatti; os Tognola; os Verasini; os Veronesi; os Zambelli; os Zanon. Vários desses sobrenomes foram aportuguesados ou tiveram a grafia alterada no correr dos anos.

3 - **Outras nacionalidades**.

No correr do tempo muitos indivíduos, das mais diversas nacionalidades, adotaram Machado por pátria, integrando-se à comunidade e contribuindo para o seu engrandecimento. Aqui chegaram, porém, isoladamente - não em grupos ou em conseqüência de política migratória, como sucedeu com os italianos.

Em abril de 1.892, reconhecendo as vantagens da imigração chinesa, a Câmara Municipal pediu ao Congresso Mineiro que a promovesse. Dois anos depois, o Conselho Distrital do Carmo da Escaramuça requereu intercessão daquela ao Governo do Estado para que lá introduzisse duzentos chins, o que não aconteceu.

Desde o século XIX ligaram-se às mais antigas famílias do Município os Swerts e os Nery, de origem francesa; os Westin, de procedência sueca; os Gomes, os Gonçalves, os Mendes, os Pais, os Teixeira, os Vieira, de raiz portuguesa.

Sírios e libaneses, dedicados sobretudo ao comércio, também escolheram nossa terra para viver e criar os filhos. Na esteira de Abrão Jorge, patriarca dos Abrão, aqui se fixaram os Bacha, os Fadel e os Farah, entre outros.

De nacionalidade espanhola eram os Castro, os Rodrigues, e as primeiras Irmãs Concepcionistas, que chegaram em 1.912 e fundaram a Escola "*Imaculada Conceição*". Lembrem-se, ainda, sobrenomes de origem estrangeira, comuns a vários conterrâneos, que já nos soam familiares: Bollins (da Letônia), Godoy, Marcovig (da Áustria), e outros.

Na época do recenseamento de 1.920, viviam no Município 29.357 pessoas, das quais 660 eram estrangeiras. Estas tinham a seguinte origem: 4 da Alemanha, 2 da Áustria, 1 da Bélgica, 25 da Espanha, 475 da Itália, 86 de Portugal, 4 de outros países da Europa, 6 da Argentina, 50 da Turquia-Asiática, 5 de outros países da Ásia, África e Oceania, e 2 de países não declarados.

Conforme o censo de 1.940, havia cá 120 estrangeiros: 69 italianos, 19 portugueses, 15 espanhóis e 3 alemães, não sendo declarada a nacionalidade dos demais.

Na eleição de 1.972, o Diretório Municipal da Arena apresentou sus metas e plataforma de governo aos machadenses. Dentre elas, constavam "*diligências no sentido de se fixar no distrito de Douradinho núcleos agrícolas japoneses, conforme entendimentos já mantidos*". Passado o pleito, não se falou mais no assunto...

4 - **Trabalhadores rurais no século XX**.

No final dos anos setenta, graças à política de renovação cafeeira aqui encetada, à crise e às fortes geadas que acarretaram a erradicação de cafezais do Paraná, ocorreu movimento inverso do das décadas de quarenta e cinqüenta, atrás referido. Centenas de bóias-frias daquele Estado para cá vieram, sem ajuste prévio, sem recursos, sem referências e mesmo sem documentos. Não havia estrutura preparada para recebê-los, e muitos sofreram privações até empregar-se. Houve grave problema social, com lamentáveis desdobramentos: miséria, alcoolismo, agressões e até homicídios.

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio - 2º livro de tombo - 1.916/1.967 - pág. 97;
2 - Arquivo Público Machadense - livro 114: "Registro de Estrangeiros";
3 - Arquivo Público Machadense - livro 168: "Atas das Sessões da Câmara Municipal - 1883 a 1892" - pág. 162 verso;
4 - Arquivo Público Machadense - livro 170: "Atas dos trabalhos do Conselho Distrital do Carmo da Escaramuça - 1898 a 1902" - pág. 7;
5 - "Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes em 1893" - Imprensa Official, Ouro Preto, 1.894, págs. 354/355;
6 - "Folha Machadense" ns. 86 - 7/12/1.975 - pág. 3;
200 - 5/3/1.978 - pág. 1;
316 - 23/8/1.980 - pág. 5;
7 - "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, ns. 19 - 5/5/1.872 - pág. 4;
92 - 28/9/1.873 - pág. 3;
8 - panfleto contendo as metas e plataforma de governo do Diretório Municipal da Arena para a eleição de 1.972;
9 - "O Futuro" nº 1 - 1/10/1.895 - pág. 3;
10 - "Repórter", Rio de Janeiro - ano II, nº 21, setembro de 1.979, págs. 18/21;
11 - Revista "Machado de Ontem e de Hoje" - I-6.

B - **secundárias**

1 - Caio Prado Júnior - "Formação do Brasil Contemporâneo" - 12ª ed., Brasiliense, São Paulo, 1.972, págs. 75 a 80;
2 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", cap. VII - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 7, págs. 2/3;
3 - Edgard Freitas - "Mococa - 100 Anos de História" - Gráfica Costal, Mococa, sem data;
4 - Eugênio Egas (organizador) - "Os Municípios Paulistas" - 1º volume - secção d'obras d'O Estado de São Paulo, São Paulo, 1.925, págs. 608, 609 e 886;
5 - Fundação Dezoito de Março - "A Transição da Mão-de-Obra Escrava para a Livre no Sul de Minas" - trabalho digitado, 1.995;
6 - Fundação Dezoito de Março - "Fontes para a História Social do Sul de Minas: Os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850-1900)" - Mazza Edições, Belo Horizonte, 2.002;
7 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem menção de data e local, pág. 10;
8 - Humberto de Queiroz - "A Mocóca - de sua fundação até 1900" - Typographia do Diario Official, São Paulo, 1.913, págs. 29 e 41 - também na Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo, vol. XV, 1.910, São Paulo, Typ. do Diario Official, 1.913, pág. 130;
9 - I.B.G.E. - "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, volumes XXIV, XXVIII e XXIX - Rio de Janeiro, 1.959;
10 - I.B.G.E. - "Recenseamento Geral do Brasil", 1.940 - parte XIII, Minas Ge-

rais, tomo I, Censo Demográfico - Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1.950;
11 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 83/84;
12 - João Rodrigues de Carvalho - "Machado Pitoresco e Crônicas" - Tipolitografia Escola Profissional, Pouso Alegre, págs. 23/24;
13 - José Vítor da Silva - "As Caravanas do Paraná" - artigo na "Folha Machadense" nº 260, de 27/5/79, pág. 3;
14 - José Vítor da Silva - "Os paranaenses na região" - artigo na "Folha Machadense" nº 273, de 26/8/79, pág. 7;
15 - Livraria Martins Editora (organizadora) - "Livro dos Municípios do Estado de São Paulo" - São Paulo, sem data, págs. 314, 421 e 475;
16 - Mário Leite - "Paulistas e Mineiros Plantadores de Cidades" - Edart, São Paulo, 1.961;
17 - Nélson de Senna - "Annuario de Minas Geraes" - anno V, 1.913 - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.913, pág. 521;
18 - Norma de Góes Monteiro - "Imigração e Colonização em Minas" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.974;
19 - Olímpio Abrão - "Crônicas" - sem menção de editora e data - crônicas "A Grande União" e "O homem que veio das Arábias";
20 - Paes Leme Júnior (pseudônimo de Júlio da Silveira Sudário) - "Breves Notícias Históricas sobre Itápolis" - Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, São Paulo, 1.938;
21 - Paulo Rossi Severino - "Relembrando Batalha Naval no Paraguai" - reportagem na "Folha Espírita" nº 114, de setembro de 1.983;
22 - Pierre Monbeig - "Pioneiros e fazendeiros de São Paulo" - Hucitec-Polis, São Paulo, 1.984, págs. 133 a 137;
23 - Secretaria da Agricultura de Minas Geraes - "Annuario Estatistico" - anno I, 1921, vol. II - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.925, págs. 91, 377 e 631/632;
24 - "*site*" na Internet: http://www.siqueiracampos.pr.gov.br.

****

C - GEOGRAFIA POLÍTICA

A CIDADE - I
(desenvolvimento)

"Predileta cidade! etérea jóia!
Deus dirigiu-te do celeste império
Ternos olhares d'infinito amor!".

(Joaquim Teófilo)

1) - Surgimento e localização.
2) - Crescimento até a metade do século XX.
3) - Crescimento após a metade do século XX.
4) - Disciplina de construções e loteamentos.
5) - Adornos, monumentos e sanitários públicos.

****

1 - **Surgimento e localização**.

Como a maior parte das cidades, Machado surgiu sem planejamento. É o que também afirma nosso historiador Carlos Legnani:

> *"Absolutamente não se concebe que uma criatura por mais ignorante que fosse, escolhesse, deliberadamente, tal local para fundação de um povoado. Como aconteceu com a maioria das cidades do "hinterland" brasileiro, Machado nasceu por obra do acaso.*
> *Atraídos pela exuberância do solo, sertanistas impávidos e audazes, vindos das mais diversas e longínquas paragens,*

aqui construíram suas primeiras habitações sem se preocuparem com a simetria das ruas, que aos poucos foram surgindo, íngremes e sinuosas.".

Amadeu de Queiroz, no romance "*Catas*", observa que

"Os fundadores das povoações nunca faziam planos a respeito da disposição geral delas, nem ao menos o arruamento era projetado. Formavam-se ao acaso, conforme as conveniências e a vontade de cada um. Mas respeitava-se instintivamente o costume geral de localizar o centro do lugar em um pequeno largo, alinhado aos lados de uma capela com o seu cruzeiro de madeira. Lá se construíam desde os casebres sertanejos até as casas de telhado e paredes altas, separadas uma das outras por espaços abertos de chão agreste.".

Passaram os anos, e o arraial da Sacra Família foi se esparramando devagar e desordenadamente pela colina, até merecer o apelido de "*Cidade-Presépio*", não se sabe cunhado por quem. João Rodrigues de Carvalho assim narrou sua formação:

"No início do arraial, havia uma estrada que, demandando os centros comerciais de importância, constituía a via principal, o tronco, por assim dizer, de onde nasciam para todas as direções, os caminhos, os meios de comunicação, próprios da época.
Trilhas de boiadeiros e tropeiros, a princípio, depois, verdadeiras rotas, com destino certo, definido no espírito do progresso e desenvolvimento social.
Estrada boiadeira, rumo aos sertões de Goiás e Mato Grosso, estrada de tropeiros, rumo à Corte, estrada de viajantes, rumo a todos os pontos comerciais da Província.
Machado, como tantas outras cidades do Sul de Minas, é produto dessa estrada. Por ela vieram os primeiros habitantes formadores do povoado, antes mesmo da Independência do Brasil.
Era, mais ou menos, o seguinte, o traçado dessa estrada antiga: Rua do Ramo (hoje, Tiradentes), prolongando-se pelas Ruas Prof. José Augusto Vieira e 15 de Novembro, em linha reta, até encontrar a rua que vai dar na Rua da Máquina e por esta até o fim, tomando a direção, mais ou menos, do ponto onde se encontra, hoje, a Fazenda de João Marcelino de Carvalho (Joãozinho Felipe); daí, encosta acima, até o espigão, no ponto antigamente denominado "Serra do Bananal", aliás, lugar discutido como "mal-assombrado", por antigos tropeiros, constituindo a saída para

Caldas, Campestre, Cabo Verde, etc.
No ponto, onde se encontrava o Centro Telefônico, cruzando a Rua do Ramo, descia um caminho que, passando próximo a casa e terreno de "João Dinis", constituía a saída para Alfenas, Paraguaçu, etc. Aí existia um rancho, pousada de tropeiros, boiadeiros e viajantes.
Posteriormente, com o crescimento do povoado, sempre em direção ao alto da Colina, surgiu um caminho que, saindo da Rua da Máquina, no ponto mais tarde denominado "Várzea da Páscoa", a Rua da Mococa, que subia reto, até encontrar a Rua da Santa Cruz.
Este caminho, seguindo à esquerda continuava pela direita, até o antigo "Morro do Cemitério", e descendo por este, ia encontrar no córrego denominado "Córrego do Neca", a estrada, na entrada da cidade, pela Rua do Ramo.
Assim, observando esse roteiro, verificamos encontrar-se na estrada, a estrada real, a origem das primeiras ruas da cidade: Rua do Ramo, Rua da Máquina, Rua da Mococa.
A Rua da Santa Cruz e a Rua do Meio devem ter surgido depois.".

A localização da Cidade e suas ruas íngremes têm impressionado mal historiadores e visitantes. Saturnino da Veiga, no "*Almanach Sul-Mineiro para 1874*", asseverou:

> *"Omittimos mesmo a descripção topographica, por que não tendo sido muito feliz a escolha do local em que se acha a povoação, nada de agradavel poderíamos dizer.".*

Capistrano de Abreu, em carta a Afonso Taunay, teceu o seguinte comentário sobre Machado:

> *"O município é rico, mas a cidade não podia ficar pior localizada: morros, morros, morros separados por vales estreitíssimos.".*

Algumas publicações, talvez pelo intuito comercial, preferiram omitir o aspecto desfavorável, ou mesmo disfarçá-lo. "*O Sul de Minas*", almanaque dirigido por Manoel Francisco Pinto Pereira, descreveu assim a Cidade, no início da segunda década do século passado:

> *"Edificada em extensa collina, apresenta agradavel aspecto. As casas, de estylo antigo, solidamente construidas, são bôas; enfileiradas em linha recta, formam ruas direitas, quasi todas calçadas e com esmerados passeios lateraes. Possue bom largo central, recentemente arborisado por magnolias, no qual se encontra a egreja matriz.".*

O "*Album dos Municipios do Estado de Minas Gerais*", organizado por Pedro E. Vallim, chegou ao exagero:

> *"Cidade montanhosa, ruas levemente íngremes, não oferecendo dificuldades ao trânsito."*.

2 - **Crescimento até a metade do século XX**.

Homero Costa destacou o interesse do Coronel Jacinto José Pereira pelo desenvolvimento do Arraial. Disse que, com espírito empreendedor e humanitário, foi grande incentivador do progresso urbano e construiu muitos prédios, graças à prática em trabalhos de arquitetura.

Conforme o "*Monitor*" nº 92, recenseamento feito em 1º de agosto de 1.873 indicou haver na paróquia da Sacra Família e Santo Antônio do Machado 492 *fogos*. A expressão, vale lembrar, designava a casa, ou parte dela, em que habitava independentemente uma pessoa ou família.

Saturnino da Veiga, em 1.874, assim descreveu Machado:

> *"Conta a povoação 271 casas (tôda a freguezia tem 492), das quaes 3 de sobrado. São habitadas 250 por 1.173 pessoas, e deshabitadas 21. Tem 14 ruas, 5 bêcos e tres chafarizes de agua potavel."*.

Dez anos depois, segundo o mesmo autor, a situação pouco tinha mudado:

> *"Tem mais de 300 casas a povoação, tendo-se construido nos ultimos dez annos mais de 50, alem de reparações realizadas em muitas, que assim ficárão melhoradas."*.

Nos anos seguintes, o patrimônio da Cidade foi consideravelmente aumentado. Em 1.886, Joaquim Pio de Souza Moreira doou terreno ao Município, no alto da Santa Cruz; a Câmara o retalhou e distribuiu lotes a particulares, marcando prazo para edificação. No governo de 1.887 a 1.890, adquiriram-se outros imóveis para proteção de mananciais existentes nos arredores, por causa da falta d'água. Também para aumento do patrimônio, entre 1.890 e 1.892 o Conselho de Intendência comprou terreno em chácara do Espólio de Bernardes José de Souza. Com base nas leis 20 e 21, de 25 de outubro de 1.893, foram desapropriados pastos de João Batista Milleo e do Padre Francisco Felippe, na Santa Cruz. Neles se fizeram os primeiros bairros da Cidade, denominados "*Santa Cruz*" e "*Padre Felippe*", cujas plantas (infelizmente perdidas) foram aprovadas pela resolução da Câmara 33, de 26 de janeiro de 1.899. Pela mesma época, providenciou-se o escoamento de brejos nos subúrbios.

O Estatuto Municipal (lei 5, de 26 de janeiro de 1.899) conteve várias disposições sobre urbanismo: tratou das datas e posses dos terrenos públicos; do arruamento, elegância e ordem externa dos edifícios e praças; do asseio e embelezamento da cidade e povoações. No mesmo ano a Câmara abriu livro para registro de concessões de datas: ele foi utilizado até 1.963, e se acha arquivado em nosso Arquivo Público sob o nº 263.

A lei local 14, de 14 de abril de 1.902, demarcou pela primeira vez o perímetro da Cidade:

> *"Começa no corrego de José Eleuterio, onde atravessa a estrada, desce por elle até o ribeirão da Jacutinga, por este abaixo até o vallo que fica no fundo da horta de José Pedro do Lago, subindo por elle até a rua 15 de Novembro, por esta abaixo e a esquerda até o vallo da divisa do pasto de José Pedro do Lago, por elle, seguindo até a um vallo velho que fica alem da casa de Thomaz A. de Souza, e por este acima, em divisas com os pastos de João Moreira de Carvalho até a estrada do alto; voltando por esta, a direita, em divisas com pastos de Justino Antonio de Carvalho, Olympio Antonio Pereira Lima e Dr. Flavio de Salles Dias, até encontrar as divisas do pasto de João Bernardes Pereira; d'ahi seguindo pelo vallo em divisas com o m.mo, e depois com Ildefonso Aurelio de Souza, Antonio Bernardes Pereira e João Baptista Milleo, até a cabeceira do correguinho da Gramma, e por este abaixo até encontrar o do "Buracão"; desce por este até encontrar o que vem do pasto do Ildefonso, e por elle abaixo, até a rua Cel. Azarias; d'ahi segue em divisas com terrenos de Ildefonso Aurelio de Souza, até encontrar o vallo velho que atravessa os pastos de João Baptista Dias Swerts e Major Onofre de Souza Dias; depois desce por este vallo velho até o corrego de "José Eleuterio", seguindo por este abaixo até o lugar onde teve principio e finda esta demarcação.".*

No governo de Francisco Vieira da Silva (1.908/1.912) surgiram os primeiros passeios cimentados. Diversas ruas receberam calçamento, que naquela época se fazia com pedras maiores, de formato irregular.

Pelicano Frade e Nélson de Senna, em 1.917 e 1.918, informaram haver 750 casas na sede do Município. Todavia, conforme recenseamento divulgado pelo "*Annuario Estatistico*" da Secretaria da Agricultura, em 1.920 a Cidade tinha apenas 630 prédios. Tinha também 23 ruas, 4 travessas e becos, e 5 largos e praças - desses logradouros, 12 eram calçados, e 3, arborizados. Em 1.925, de acordo com Víctor Silveira, existiam nela 763 casas construídas e muitas em construção.

Sob a administração do Dr. Edgard Lion, no fim da década de vinte, muitas vias públicas passaram por grandes e arrojadas mudanças. Mesmo sob protestos, ele nivelou as ruas do Ramo e 14 de Julho, quase intransitáveis, que, conforme Rodrigues de Carvalho, "*eram mais morros que ruas propriamente ditas*". Afirma este ter sido usado o trabalho de presos nas escavações, que chegaram a mais de metro e meio de profundidade em certos lugares. Nivelou também a Rua Cel. Francisco Vieira, e desaterrou a 21 de Abril. Inaugurou a Avenida Arthur Bernardes. Construiu o jardim da atual Praça Getúlio Vargas, e estendeu a rede d'água à Santa Cruz e às ruas 14 de Julho e 13 de Maio.

A lei local 115, de 30 de outubro de 1.928, dividiu a sede do Distrito de Machado em três zonas (central, urbana e suburbana), descrevendo seus contornos. Do mesmo assunto cuidaram o decreto-lei 11, de 16/5/38, e a lei 19, de 5/11/48.

Em 1.934, conforme "*O Machadense*", a Cidade dispunha de 1.200 prédios ("*muitos em estylo moderno*"), dispostos em duas ou três dezenas de ruas e travessas, 6 praças, 1 avenida e subúrbios. Pedro E. Vallim, em 1.941, noticiou ter ela 1.300 prédios, 2.880 m2. de calçamento e 6 ótimas praças.

No governo de João Vieira da Silva (1.936 a 1.946) iniciou-se o calçamento com paralelepípedos, beneficiando as ruas Astolpho Pio, 15 de Novembro e Silviano Brandão, e a Praça Antônio Carlos. Esta ganhou mais um jardim, na parte inferior. Também foram ajardinadas as praças Ana Margarida, Dr. Antônio Cândido, Dr. Roque e Joaquim José. A Rua Marechal Deodoro foi prolongada.

Por volta de 1.944, Danton de Souza Magalhães construiu uma série de casinhas entre o Córrego Jacutinga e o depósito de lixo, na antiga saída para Alfenas. O local ficou conhecido como "*colônia do Danton*". Em 1.949 Waldemar Camargo loteou a "*Vila Nova*".

3 - **Crescimento após a metade do século XX**.

Conforme "*O Imparcial*", no segundo semestre de 1.950 foi aqui alentador o aumento de construções: além de 18 vivendas que estavam sendo construídas por Mozart da Silva Pinto em ruas diversas, havia mais de 50 em andamento. Acrescentou que velhos pardieiros tinham sido demolidos, dando lugar a prédios modernos e elegantes, e que

> *"enquanto em 1950 foram construídas apenas 44 habitações, em 1951 foram edificadas 89, sendo 30 tipo operário, isentas de impostos para construção, e 59 prédios residenciais e comerciais. Além disso entraram na Prefeitura requerimentos solicitando licença para reforma de pré-*

dios, 66 pedidos para ligação de pena d'água e 30 para ligação de esgoto".

A "*Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*" do I.B.G.E., utilizando dados de 1.954 dos Serviços de Estatística, da Viação e da Produção em Minas Gerais, asseverou haver na sede do Município 1.582 prédios e 65 logradouros públicos. Destes, 12 estavam inteiramente calçados, e 10, parcialmente. Os demais não tinham calçamento.

A lei 161, de 18 de novembro de 1.954, dividiu a sede do Município em zonas urbana e suburbana, tendo sido alterada pela lei 489/64. Também tratou do assunto o Código de Obras (lei 181, de 23/8/55).

Até o início dos anos setenta, a Cidade não teve aumento significativo. A *Revista do 1º Centenário de Machado* nº 2 estampou planta que, embora denominada parcial, a mostrava em quase inteireza, no contorno formado pelas ruas da Palha, XV de Novembro, do Ramo, "Quebra-Canela", Santa Cruz, 21 de Abril, Joaquim Teófilo, da Máquina e Santos Silva. Dizia-se, em tom conformista, que a topografia acidentada impedia sua expansão, exceto para o lado da Rua da Máquina - justo onde menos se desenvolveu...

Com o entusiasmo suscitado pelas comemorações do Centenário, iniciou-se o loteamento da vila do mesmo nome. Propostas legislativas sobre urbanismo, na época, mostram como o tema era tratado de maneira simplista. Em novembro de 1.956, o Vereador Carlos Legnani apresentou projeto que autorizava o loteamento para pessoas carentes da parte inferior das praças Olegário Maciel e Rui Barbosa, fixando mesmo o preço da venda e das prestações... A lei 210, de 24 de abril de 1.957, autorizou a permuta de imóvel municipal junto do Cemitério da Saudade por outro, da Sociedade São Vicente de Paulo, a ser doado à Fundação da Casa Popular, sem que houvesse plano concreto de construção no local. A lei 271, de 2 de setembro de 1.959, determinou o loteamento de parte da Praça Olegário Maciel, e a doação do produto da venda dos lotes à Santa Casa; foi, porém, derrogada nesse ponto pela lei 339/61.

Na primeira metade dos anos setenta surgiram os bairros Bom Jesus e Santa Helena. Foi aberta a Avenida Celso Sidney Gambi, que ligou a Vila do Céu à parte baixa da Cidade. Começou-se a então chamada Avenida do Contorno, em trechos distintos. Programada para circundar o núcleo urbano central, ela se dividiu em várias (Gustavo Carneiro Dias, Renato Azeredo, Ricardo Annoni Filho e Oscar de Paiva Westin), só não tendo sido completado o trecho que deveria passar nos fundos da Rua Santos Silva.

A construção de rodovias, na década de setenta, alterou profundamente o visual e o aproveitamento da parte baixa da Cidade. Foram interligadas, e a elas se tem acesso por trevos feitos no Bairro Ponte de Pedra e nos fundos do Cemitério. As velhas estradas não se cruzavam: ia-se a Campestre pela

que começava no Campo Experimental; a Alfenas, pela continuação da Rua XV de Novembro; a Poço Fundo e a Paraguaçu, por caminhos que tinham início em pontos distintos do Bairro da Ponte.

A primeira administração de Jorge Eduardo destacou-se no setor da urbanização, melhorando bastante o aspecto da Cidade. Pela primeira vez se asfaltaram vias públicas - o serviço começou em 1.974, pelas ruas próximas a São Benedito que ainda não eram calçadas. Foi feito no início por empreiteiras das rodovias, porque a usina comprada pela Prefeitura demorou cerca de dois anos para funcionar. O Município, com apoio de particulares, aterrou parte da várzea para abrir a Renato Azeredo, embora o Código de Obras proibisse construções em áreas sujeitas a enchentes. A feitura do Terminal Rodoviário e da Avenida Plínio da Silva Dias contribuíram para melhor aproveitamento do espaço próximo ao trevo. Com o crescimento da Cidade, criou-se linha circular de ônibus.

No governo seguinte, de Carlos Dias, começou a construção, pela COHAB, das casas populares do Bairro Santo Amaro, aberto na gestão anterior. Teve início também o núcleo habitacional do Bairro Santa Luísa. Com a dragagem de parte do leito do Rio Machado, sua várzea teve maior aproveitamento, e nela se começou o Parque de Exposições. A abertura do lago artificial, concluído noutro governo, deu, com o Ginásio "*Tancredo de Almeida Neves*" e seu complexo esportivo, melhor visual à parte da cidade fronteiriça à rodovia, além de criar boa área de lazer. Utilizou-se espaço até então inaproveitado do "*Buracão*", com a abertura da Rua das Rosas. A lei 361, de 19 de janeiro de 1.979, ampliou o perímetro urbano. Em 1.980 instalaram-se pela primeira vez semáforos na Cidade, em cinco esquinas.

Começou em janeiro de 1.979, lento e problemático, o crescimento vertical da Cidade. O primeiro prédio, "*Dr. Feliciano Vieira da Silva*", com 14 andares, levantou-se na Rua Professor José Cândido, sob incorporação da Construtora Barbosa de Freitas, de Ribeirão Preto. Embora todos os apartamentos tivessem sido vendidos, sob financiamento, o serviço era constantemente paralisado, ora por falta de material, ora por falta de pagamento aos empregados e fornecedores. A empresa desviou os recursos recebidos e se tornou insolvente. Os condôminos não tiveram meios de continuar a construção, deixaram de pagar parcelas do empréstimo e foram executados pelo BEMGE, que adjudicou a maioria das unidades. Ele não se interessou pela conclusão do edifício, e só com ajuda da Prefeitura o mal-sucedido negócio teve fim, após dezessete anos. Em outubro de 1.983 inaugurou-se na Praça Antônio Carlos a galeria de lojas "*Bias Maciel*", encerrando a quase trintenária novela da construção da sede do Centro Machadense, narrada no capítulo relativo a este. Sem recorrer a financiamento externo, a construtora e incorporadora local Jomar S/C Ltda., dos sócios José Pereira da Luz e Marcelo Carvalho Bottazzini, iniciou os prédios "*Associação Comercial*", na Rua Coronel Jacinto (1.986); "*José Benedito de Souza*", na Rua Arthur Xavier Pedroso (1.988); "*Amâncio Pereira Caixeta*", na Praça Antônio Carlos (1.989); e "*Antônio Pereira da Luz*", na Avenida Santa Cruz (1.991).

Também em ritmo lento, estabelecido pelo volume de aplicações dos investidores, sua construção demorou vários anos. No derradeiro lustro do milênio surgiram ainda, a cargo da Jomar, o edifício "*Christina Westin*", na Rua Vital Brasil, e o "*Machado Shopping*", na Praça Antônio Carlos.

A lei local 452, de 11 de agosto de 1.981, autorizou o Município a contratar com o B.N.H. e seus agentes financiamento destinado à execução do *Projeto de Complementação Urbana (CURA)*. Ela foi alterada, após muita polêmica, pela lei 470, de 25 de maio do ano seguinte, que permitiu a elevação da taxa de juros do empréstimo. Considerado a maior obra de infra-estrutura urbana até então feita em Machado, o Projeto possibilitou serviços de saneamento básico, terraplenagem, calçamento, asfaltamento, iluminação, construção de meios-fios, sarjetas, muros de arrimo, etc., em diversos bairros da periferia. Mesmo antes que o Senado Federal, pelas resoluções 56 e 310, de 1.983, aprovasse a operação de crédito, no valor de Cr$160.494.131,56, se firmou o ajuste e se abriu a concorrência, ganha pela Construtora Sul Minas Ltda.. Esta foi acusada pelo novo governo de manipular o edital, de intervir na campanha política e de obter procuração do ex-prefeito para recebimento de créditos de I.C.M.. A lei 512, de 25 de maio de 1.983, chegou a autorizar a rescisão do contrato e a abertura de nova licitação. Foi mantido, porém, e a empresa realizou as obras, que concluiu no segundo semestre de 1.985. Dentre elas, citem-se o asfaltamento do Bairro Santo Amaro, da Vila Conceição, da orla do lago artificial, de parte da Avenida do Contorno e de vias diversas; o calçamento poliédrico (com pedras irregulares) de ruas das vilas do Céu, Centenário e Novo Horizonte, e do Jardim Patrícia; a feitura de escadões nas vilas Assunta, do Céu e Centenário; redes de esgoto nas vilas Assunta, do Céu, Centenário, Nova e Novo Horizonte. Após o término do CURA, a Sul Minas ainda executou outros serviços para a Prefeitura, como o asfaltamento de rua no Bairro da Ponte e de uma pista da Avenida Dr. Feliciano Vieira.

Nos últimos anos da década de oitenta surgiram outros bairros, como o Santa Luísa II, o Jardim do Lago, o Jardim Bela Vista. A Cidade estendeu-se além da rodovia BR-267, com o Jardim das Oliveiras e o Jardim Mato Dentro. Neste se doou terreno à COHAB para construção de casas populares. Por outro lado, nasceu pequena favela perto da Renato Azeredo, às margens do Rio Machado.

Na década de noventa, o crescimento da Cidade continuou principalmente além da BR-267, nos loteamentos Jardim das Oliveiras, Nova Machado, Funcionários e Residencial Vale do Sol. Outros se fizeram em pontos diversos, como o Residencial Morada da Serra, o Condomínio Residencial Gumercindo Godoy, o Residencial da Gruta, os jardins Primavera I e II, etc..

A administração Vilela, autorizada pela lei 998, de 7 de novembro de 1.994, contratou operações de crédito com o BDMG para execução de obras do Projeto SOMMA (Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios de Minas Gerais). Elas aqui consistiram na canalização de

córregos em área urbana (Jacutinga, Páscoa e Soturno) e na feitura de interceptores de esgotos sanitários. Nesse período ocorreu nova reforma da Praça Antônio Carlos, com edificação de palco coberto, sanitários públicos e dependências para lanchonetes. Do primeiro governo de José Miguel de Oliveira ressaltem-se a construção do trevo do Cemitério e da avenida que dá acesso a ele, e a canalização de parte do Córrego do Curtume, que sanou o problema das enchentes no Bom Recanto.

As leis 918, de 3 de junho de 1.993, e 1.186, de 15 de outubro de 1.998, voltaram a ampliar o perímetro urbano.

Conforme o "*Diagnóstico Municipal*" do SEBRAE-MG, em outubro de 1.995 Machado possuía 32 bairros urbanos, com 17 praças, 243 ruas, 13 avenidas, 7 estradas urbanas, 6 alamedas, 10 travessas, 1 beco e 1 viela. Em todo o Município havia 9.066 domicílios, sendo 5.740 na zona urbana e 3.326 na rural.

4 - **Disciplina de construções e loteamentos**.

Além dos códigos de posturas e de obras, diversos textos legais têm cuidado do assunto em exame. A lei 86, de 22/4/23, dispôs sobre reforma, construção e reconstrução de prédios na Cidade. A lei 29, de 10/12/48, tratou da feitura de passeios. A lei 415, de 6/6/63, isentou do pagamento de tributos municipais as construções em terrenos vagos no perímetro urbano. A lei 160, de 4/11/73, isentou de impostos e taxas a feitura de casas recuadas da rua. A lei 162, de 20/3/74, concedeu o mesmo benefício para construção de prédios com mais de três pavimentos. A lei 195, de 20/11/74, isentou do pagamento de taxa sobre construção os proprietários de obras residenciais com até 60 m2.. A resolução da Câmara 1, de 23/1/78, determinou que todo prédio a ser edificado na Praça Antônio Carlos tenha, no mínimo, três pavimentos. A lei 511, de 16/5/83, dispôs sobre a obrigatoriedade de rede telefônica nos prédios em construção. A lei 610, de 28/11/85, isentou do pagamento de impostos os proprietários de imóveis residenciais com área construída igual ou inferior a 40 m2.. A lei 258, de 30/3/76, regeu os loteamentos urbanos. A lei 430, de 17/3/81, dispôs sobre arruamento e loteamento de conjuntos habitacionais, e sobre edificações de interesse social. A Lei Orgânica, promulgada em 30/3/90, tratou da política urbana nos artigos 153 e 154. A lei 965, de 14//4/94, impôs o rebaixamento de guias, calçadas e canteiros em travessias sinalizadas.

Apesar de todos os textos acima citados, e do rigor da lei federal, o poder público tem sido omisso e tíbio na fiscalização de construções e loteamentos. Freqüentemente se vêem obras desprotegidas, ou com tapumes e materiais sobre as calçadas. As ruas, sem a menor cerimônia, são usadas para depositar entulho, coar terra ou amassar barro e cimento. No que tange aos loteadores, então, a tolerância é quase cumplicidade com suas costumeiras infrações. Conjuntos residenciais têm sido postos a venda sem infra-estrutura, sem áreas verdes e de lazer, e sem documentação regular. Compradores são lesa-

dos por criminosos, que recebem prestações e fogem, deixando ao Município o encargo de solucionar problemas que criaram. A feitura de loteamentos na área reservada ao distrito industrial foi também mostra clara da desordem e da ausência de planejamento imperantes no setor em estudo.

A falta de plano diretor tem contribuído para o vale-tudo na área urbanística. Já inservível, a lei 37, de 31 de outubro de 1.949, dispôs sobre o tema. Posteriormente, com autorização da lei 149, de 6/11/73, o Município contratou a empresa Proconsult para elaborar plano diretor de desenvolvimento integrado. Embora recebesse vultosa quantia como adiantamento, ela não entregou o trabalho. A questão ficou esquecida por longo tempo, e só em setembro de 1.998 o governo local voltou a ocupar-se dela. Proposta preliminar de plano diretor, elaborada por técnicos da Fundação João Pinheiro com auxílio da AMBASP e de funcionários da Prefeitura, foi discutida na Câmara com a população, em outubro do ano seguinte. Com as sugestões apresentadas, novos estudos e reuniões ocorreram, e se chegou ao final do milênio sem a conclusão do trabalho.

Quando se construía o Bairro Santa Luísa, a lei 410, de 1/7/80, autorizou a criação da Empresa Municipal de Urbanização. O decreto 541, de 15/9/81, concretizou-a e aprovou seu estatuto. O decreto 590, de 4/2/83, nomeou-lhe esta diretoria: *presidente* - Carlos Roberto Pereira; *diretor técnico-administrativo* - Francisco Campos Gonçalves; *diretora financeira* - Maria das Graças Alves Siqueira. Concluída a obra, ela não teve mais atividade. Ressalte-se por fim que, com o intuito de solucionar o problema de moradias em Machado, o decreto 1.107, de 15/3/93, criou o Conselho Comunitário da Habitação. A portaria 1.188, de 10/8/95, nomeou membros dele (já denominado Conselho Municipal de Habitação Popular) dentre representantes da Prefeitura, da Câmara, do CREA e da OAB. Não há notícia do desempenho de suas atribuições.

5 - **Adornos, monumentos e sanitários públicos**.

Poucos adornos merecem registro. Dos antigos chafarizes sobraram dois: um na Praça Dr. Antônio Cândido, transformado em jardineira, e outro na entrada do Cemitério da Saudade, também sem uso. O castelinho feito por Tirteo Zanon instalou-se na Praça A. Carlos em 1.948. Danificado com o correr do tempo, foi retirado, recebeu restauração e retornou em setembro de 1.982. Em 1.996 passou por nova reforma e ganhou gradil protetor. Provavelmente na década de cinqüenta levantou-se um cruzeiro na Praça São Benedito; em 28/7/96 ele foi substituído por outro, de jatobá, com 5m80 de altura por 1m60 de braços, confeccionado por Lucilo Manoel Fadini. Na Praça Ana Margarida existe outro, colocado em 4/6/78, para comemorar o encerramento de missões redentoristas. Numa de suas gestões, Francisco Vieira Guerra colocou entre a parte inferior da Praça Antônio Carlos e o final da Rua Coronel Flávio artefato de cimento, com iluminação, em forma de taça dupla, jocosamente apelidado de "*bebedouro da Rachel*", que permaneceu no local pouco tempo. O Lions Clube, em 1.986, insta-

lou relógio solar nas proximidades da Rodoviária, onde antes colocara um elétrico.

Fontes luminosas tivemos várias. As duas primeiras ficavam na Praça Antônio Carlos (diante da antiga Matriz) e na Praça Dr. Roque. Devem ter sido instaladas entre 1.936 e 1.950. Gustavo Dias construiu mais uma, também na praça principal, bem em frente de sua residência... Na gestão de Lúcio Vieira foi reformada a da Dr. Roque, que desconheço até quando durou. A ela se deu o nome de "*Dr. Luiz de Souza Lima*". Em fins da década de sessenta, na remodelação da parte superior da "*Antônio Carlos*" por causa da mudança da igreja, a velha fonte foi retirada. A outra recebeu consertos em 1.973, e teve fim na nova reforma da praça, feita por Carlos Dias em 1.981/1.982. Na ilha do lago artificial colocou-se uma fonte luminosa, ligada pela primeira vez em 12 de setembro de 1.990. Em setembro de 1.996 foi inaugurada outra na parte superior da Praça Antônio Carlos. Nos últimos anos do milênio, a Praça Belo Horizonte, em Douradinho, foi reformada e ganhou também a sua.

A Cidade é pobre em monumentos. Terminada a Segunda Guerra Mundial, para reverenciar os "*pracinhas*" que voltavam da Itália foi posto um obelisco no centro da Praça Antônio Carlos. Em 1.991 ele recebeu nova placa, incluindo tardiamente na homenagem os soldados que aqui haviam trabalhado como guardas costeiros. Inaugurou-se em 4 de dezembro de 1.955, na mesma praça, busto do Professor Arthur Xavier Pedroso, mandado confeccionar por ex-alunos. Pichado diversas vezes e arrancado do pedestal por vândalos, ficou bastante tempo em depósito da Prefeitura, até que em maio de 1.993 o colocaram na frente da Casa da Cultura. Na parte inferior da Praça Rui Barbosa existe pequeno marco de pedra, sem identificação; ignoro quando e por que foi assentado. No final de sua primeira administração, em 1.982, Carlos Dias adquiriu por Cr$831.000,00, em Campinas, estátua do Cristo Redentor, com doze metros de altura. Para recebê-la abriu estrada e construiu pedestal no alto da colina "*São Domingos*", em terreno cedido por Vicente Ferreira. Parte dela deixou de ser entregue na época, e por isso a inauguração só ocorreu no governo seguinte, que também concluiu o preparo do local.

Já na primeira metade do século passado a Cidade se ressentia da falta de sanitários públicos, como se vê no "*Machado-Jornal*" de 17/2/29. Também "*O Imparcial*" de 10/2/52 tratou do assunto. O Código de Posturas de 1.975 tratou do assunto, sem resultado prático. Na Praça São Benedito existem dois, feitos em época que não pude precisar, só utilizáveis na época da Festa. Em 1.976 inaugurou-se o Terminal Rodoviário, com sanitários; a lei 1.000, de 7/11/94, autorizou abertura de concorrência para exploração deles. No governo Vilela, após muita polêmica, e com permissão da lei 906, de 1/4/93, construíram-se sanitários públicos na parte inferior da Praça Antônio Carlos. A lei 1.093, de 31/1/97, autorizou abertura de licitação para explorá-los. Na Alameda Donatília Passos Swerts, junto do lago artificial, foi também autorizada, pela lei 1.100, de 26/5/97, a feitura deles, que não aconteceu até o final do milênio.

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de atas ns. 2 e 6;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 5, 6, 7, 9, 10, 11, 15, 17, 18, 19 e 20;
3 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio - 3º livro de tombo - pág. 43v.;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de leis e decretos nº 4;
5 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos ns. 16 e 18;
6 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de portarias nº 17;
7 - Arquivo Público Machadense - livro nº 63: "Leis da Câmara Municipal - 1898 a 1912"
8 - Arquivo Público Machadense - livro nº 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919"
9 - Arquivo Público Machadense - livro nº 65: "Leis da Câmara Municipal - 1912 a 1932";
10 - Arquivo Público Machadense - livro nº 168: "Atas das Sessões da Câmara - 1883 a 1892";
11 - Arquivo Público Machadense - livro nº 263: "Registro de concessões de datas (1899-1963)";
12 - Arquivo Público Machadense - pastas de biografias;
13 - "Diário Oficial da União de 8/4/1.983, seção I, pág. 5.627;
4/7/1.983, seção I, pág. 11.690;
14 - "Folha Machadense ns. 11 - 2/6/1.974 - pág. 1;
13 - 16/6/1.974 - pág. 8;
20 - 11/8/1.974 - pág. 1;
28 - 6/10/1.974 - pág. 3;
92 - 1/2/1.976 - pág. 2;
121 - 22/6/1.976 - pág. 10;
236 - 26/11/1.978 - pág. 1;
243 - 28/1/1.979 - pág. 8;
307 - 21/6/1.980 - pág. 1;
310 - 12/7/1.980 - pág. 1;
346 - 4/4/1.981 - pág. 1;
407 - 26/6/1.982 - pág. 2;
415 - 21/8/1.982 - pág. 1;
417 - 13/9/1.982 - pág. 1;
418 - 18/9/1.982 - pág. 6;
451 - 21/5/1.983 - pág. 1;
570 - 28/9/1.985 - pág. 1;
614 - 16/8/1.986 - págs. 1 e 2;
660 - 18/7/1.987 - pág. 1;
684 - 16/1/1.988 - pág. 1;
754 - 3/6/1.989 - pág. 1;
807 - 23/6/1.990 - pág. 1;
817 - 1/9/1.990 - pág. 1;

871 - 21/9/1.991 - pág. 7;
1031 - 10/12/1.994 - pág. 8;
1054 - 27/5/1.995 - pág. 2;
1065 - 12/8/1.995 - pág. 7;
1115 - 3/8/1.996 - págs. 1 e 10;
1227 - 24/10/1.998 - pág. 14;
1261 - 19/6/1.999 - pág. 1;
1263 - 3/7/1.999 - suplemento;
1279 - 23/10/1.999 - pág. 15;
1294 - 12/2/2.000 - pág. 13;
15 - "Luminar Machadense" nº 55 - 15/12/1.955 - pág. 1;
16 - "Machado-Jornal" nº 60 - 17/2/1.929 - pág. 3;
17 - "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, nº 92 - 28/9/1.873 - pág. 3;
18 - "O Imparcial" ns. 66 - 4/11/1.951 - pág. 4;
70 - 30/12/1.951 - pág. 1;
73 - 10/2/1.952 - pág. 3;
19 - "O Machadense" nº 104 - 2/6/1.934 - pág. 5;
20 - "Transparência" nº 3 - jan./fev./março de 1.999 - pág. 11;
21 - "Tribuna Machadense" nº 73 - 9/4/1.983 - pág. 3.

B - **secundárias**

1 - Amadeu de Queiroz - "Catas" - Imprensa Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1.956, págs. 129/130;
2 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanach Sul-Mineiro para 1874" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.874, págs. 145/146;
3 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanak Sul-Mineiro para 1884" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.884, pág. 230;
4 - Carlos Legnani - "Histórias da Nossa História", cap. 1 - na Revista do 1º Centenário de Machado, nº 1, fevereiro de 1.957, pág. 4;
5 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem menção de data e local, págs. 3 e 5;
6 - I.B.G.E. - "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros" - vol. XXVI - Rio de Janeiro, 1.959, pág. 14;
7 - João Capistrano de Abreu - "Correspondência", vol. I - Ed. Civilização Brasileira/MEC, Rio de Janeiro, 1.977, pág. 337;
8 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 42/43, 52/53, 55, 82 e 87/88;
9 - Joaquim Teófilo da Trindade - "Tardes de Primavera e Outras Poesias" - Artes Gráficas Irmãos Gino Ltda., Pouso Alegre, 1.988, pág. 61;
10 - Manoel Francisco Pinto Pereira (organizador) - "O Sul de Minas - Almanach Moderno, de Propaganda e Estatistica dos Municipios Sul Mineiros" - fascículo 2º - pág. 5;
11 - Nélson de Senna - "Annuario de Minas Geraes" - 1918 - tomo 2º - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.918, pág. 913;
12 - Pedro E. Vallim - "Album dos Municipios do Estado de Minas Gerais" - 1º vol. - "A Orientadora", São Paulo, 1.941, págs. 135/136;

13 - Pelicano Frade - “Diccionario Chorographico e Estatistica Chorographica de Distancias do Estado de Minas Geraes” - 2ª ed., Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, Bello Horizonte, 1.917, pág. 236;
14 - Revista do 1º Centenário de Machado nº 2 - março de 1.957 - pág. 14;
15 - SEBRAE-MG - “Machado - Diagnóstico Municipal” - 1.995, pág. 20;
16 - Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Geraes - “Annuario Estatistico” - anno I, 1.921 - vol. II, págs. 874 e 908; vol. IV, tomo I, pág. 51 - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.925 e 1.926;
17 - Víctor Silveira (organizador e editor) - “Minas Geraes em 1925” - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, pág. 951;
18 - Wálter Costa Porto - “O Voto no Brasil” - Gráfica do Senado Federal, Brasília, 1.989, pág. 38.

****

A CIDADE - II
(toponímia e área central)

1) - Toponímia.
2) - Área central.

****

1 - **Toponímia**.

Não obstante a importância histórica dos topônimos, como registro de vultos, fatos e momentos de uma localidade, sua adoção e, principalmente, sua conservação muitas vezes desmereceram o respeito dos legisladores, mais interessados em alimentar vaidades que em preservar e cultuar tradições.

Em época mais distante, no batismo de logradouros públicos aqui tanto se lembravam políticos nacionais como figuras respeitáveis da Cidade - estas, no geral, designadas apenas pelo prenome. Depois se firmou o costume, com exceções, de restringir aos machadenses a honraria, o que acabou por vulgarizá-la - receberam-na pessoas sem outro crédito para isso que o decorrente de parentesco ou amizade com prefeitos e vereadores. Tal procedimento foi censurado pela "*Folha Machadense*" em dezembro de 1.983:

> *"Embora não exista uma forma exata para definir os parâmetros que determinem a concessão deste título de honra, acreditamos que é preciso um pouco mais de critério e consenso na escolha dos nomes. Ter sido uma pessoa boa, generosa, trabalhadora não basta para habilitá-la a tal honraria. (...) Entendemos que a escolha deva por isso ser mais rigorosa, mais criteriosa e menos voltada para interesses*

pessoais que não estejam de acordo com o pensamento e o sentimento coletivos.".

Buscou-se conter o abuso com a lei 545, de 21 de fevereiro de 1.984, que permitiu ao Executivo dar nomes de pássaros, pedras preciosas, árvores, flores, cidades e santos a logradouros públicos. Com o pipocar dos loteamentos, na década seguinte, ele voltou, e até com mais despudor. É que o Município, abdicando de sua soberania, deixou de denominar-lhes as ruas e avenidas, que agora rendem tributo a meros desconhecidos, parentes de loteadores.

Já no século XIX aqui se desdenhou, com reiteradas mudanças, o valor simbólico dos nomes de logradouros públicos. Em 1.874, a Câmara Municipal de Alfenas designou comissão, formada por Antônio Moreira de Souza Guerra Júnior e Feliciano Constantino de Morais, para dar nomes às ruas e praças de nossa povoação - que já os tinham... Sem nenhuma justificativa, propuseram a troca das denominações de uma praça e doze ruas, quiçá todas então existentes. Em julho de 1.886, nossa Edilidade nomeou outra comissão, composta por Antônio Rodrigues de Paiva, Francisco Pereira Dias Pinto e Mizael de Souza Dias, para dar denominação a todas as ruas da Urbe. Ignoro o resultado de seu "trabalho". Em sessão de 25 de novembro de 1.889, nossos vereadores voltaram a substituir os nomes de mais de uma dezena de ruas, imotivadamente. Lei sem número, de 28 de junho de 1.897, determinou estranhas mudanças: que a Rua Feliciano de Morais se chamasse Padre Martins; a Rua Santos Silva, Coronel Jacintho; a Rua Marechal Deodoro, Coronel Azarias; a Rua Quintino Bocaiúva, Dr. Silviano Brandão; a Rua Lopes Trovão, Dr. Roque; a Rua Alexandre Stockler, Cezário Alvim; a Rua da Palha, João do Lago; a Rua Saldanha Marinho, Marechal Deodoro. Não encontrei outra que a tivesse revogado, mas, como não foi cumprida, concluo que teve a vigência obstada por alguma razão.

No século XX o ímpeto mudancista arrefeceu, mas mesmo assim diversos textos legais substituíram topônimos: resolução 68/01, resolução 332/23, decreto 66/36, decreto-lei 15/38, decreto-lei 16/38, decreto 23/41, lei 501/65, decreto 1.003/90, lei 1.078/96, lei 1.079/96, lei 1.089/96. Só uma iniciativa de alteração malogrou por pressão popular: em 1.983 a vereadora Marilda Signoretti retirou, ante protestos, projeto de lei que trocava os nomes da Praça Antônio Carlos e da Rua Barão do Rio Branco para *Francisco Vieira Guerra* e *João Vieira da Silva*. Em 1.997, por sugestão minha, o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico enviou ao prefeito e aos vereadores o seguinte ofício, que redigi, a respeito do assunto:

"O Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico de Machado tem, entre outras atribuições, a de assessorar o Governo Municipal na preservação e valorização dos bens culturais (artigo 3º, IX, do decreto 748/86, com a redação dada pelo decreto 827/88). Nestes, sem dúvida, incluem-se os topônimos, oficiais ou não, repositório das lem-

branças, das tradições e dos valores de um povo. Como acentua o historiador Waldemar de Almeida Barbosa,

> *"o nome de uma localidade, por mais feio que possa parecer a estranhos, está intimamente ligado à alma do povo que o adotou, à sua história, às suas lendas: não deixa de ser uma forma de crueldade inventar um nome sonoro para substituir o primeiro, sem qualquer consulta aos moradores.".*

E acrescenta:

> *"Em Minas Gerais é simplesmente alarmante a preocupação iconoclasta dos legisladores de acabar com aquelas denominações locais tão características e tão tradicionais, sem a menor atenção à vontade popular.".*

Joaquim Ribeiro Costa, que tratou da matéria detidamente, se insurge contra as mudanças, nem sempre justificadas:

> *"melhor seria a conservação dos topônimos antigos, integrados desde tempos imemoriais na preferência e nos hábitos das populações, por influências de ordem fonológica, afetiva, religiosa e social. Topônimos, às vezes, que pelo seu significado literal poderiam ser encarados com estranheza, todos aceitam e preferem aos novos, tal a força com que estão arraigados no uso do povo. Ninguém se lembra do que significam literalmente. Só sentem a ressonância do vocábulo pelo que tem de tradicional e afetivo para os que ali nasceram, viveram e criaram raízes no espírito bairrista e comunitário.".*

O grande Carlos Drummond de Andrade, em artigo publicado no extinto "Correio da Manhã", já pedia:

> *"Não troquem os nomes. Troquem as estradas ruins, os trilhos de burro por estradas boas, dêem luz às casas, escola aos meninos, bancos de jardim aos namorados, e a posteridade abençoará o autor dessas obras; mas não troquem os nomes. Não adianta nada à glória dos sujeitos, e gera na alma de cada munícipe um profundo, irreparável desgosto."*
>
> *(...)*
>
> *"Mais uma vez, caros deputados e governantes, deixem em paz os nomes simples do velho Brasil, que mal nenhum fazem aos políticos, e serão mesmo daqui a pouco, tirante*

uma centena de obras de arte - casas, igrejas, chafarizes, pontes e fortins - os últimos testemunhos comovedores do nosso passado.".

Registre-se, por fim, a exclamação do insuperável Guimarães Rosa:

> *"Como é que podem remover uns nomes assim? O senhor concorda? Nome de lugar onde alguém já nasceu, devia de estar sagrado. Lá como quem diz: então alguém havia de renegar o nome de Belém - de Nosso-Senhor-Jesus-Cristo no presépio, com Nossa Senhora e São José? Precisava de se ter mais travação.".*

Machado, ultimamente, parecia ter se livrado da sanha mudancista, que apagou do mapa e relegou ao esquecimento denominações singelas e poéticas (quem sabe, por exemplo, onde ficavam as ruas Direita, Sinuosa, das Flores, Fresca, Formosa, a Praça da Harmonia, o Beco do Rosário?). Mas, no ocaso da administração anterior, três leis restabeleceram o mau hábito, alterando os nomes da Rua Girassol, da Estrada da Pedreira e da Rua das Rosas. Contra isso se posiciona o Conselho, em defesa da nossa história, sem intuito de depreciar a homenagem prestada aos dignos cidadãos cujos nomes foram dados àquelas vias. O que abomina é a troca, o desrespeito ao que devia ser conservado. Repetindo o Poeta de Itabira, mesmo que se mudasse para "Padre Eterno" o velho nome local, ainda assim a cara geral seria feia...

A Cidade está crescendo, novos loteamentos são construídos, há muitos logradouros à espera de denominação. Preste-se neles o reconhecimento da Comunidade aos que o merecerem, sem precisão de sacrificar o que já existe. A reverência não será menor porque feita na periferia: cumpre entender que no centro não há mais lugar para ela.

Mesmo desconsiderado o aspecto cultural e sentimental, é mister ressaltar a inconveniência das trocas sob outro prisma. Elas exigem retificação dos títulos de propriedade dos imóveis lindeiros, com dispendiosa averbação no cartório de registros. Impõem mudança no cadastro de órgãos como os Correios, a Telemig, a Cemig, o SAAE, gerando freqüentes falhas na expedição e entrega de correspondências e contas. Obrigam os moradores e, principalmente, os comerciantes das ruas atingidas a atualizar endereço junto a amigos, clientes e fornecedores; a refazer cartões de visita, notas fiscais, propagandas, etc..

Pelo exposto, o Conselho Consultivo espera contar

com o apoio de Vossa Excelência para que se evitem, doravante, alterações nos topônimos locais, preservando a nossa história e as nossas recordações.".

O rogo de nada valeu, pois na mesma legislatura mais três logradouros tiveram os nomes trocados: Rua Poços de Caldas (lei 1.095/77), Praça José Cândido de Souza Dias (lei 1.243/99) e Bairro Mato Dentro (lei 1.244/99).

Ressalte-se, por fim, que o estudo dos topônimos locais é dificultado pela diversidade de sua origem. Eles têm sido criados e alterados, indistintamente, por leis, decretos-leis, decretos, decretos legislativos, resoluções da Câmara, ou por meros atos administrativos de funcionários subalternos. Dos últimos, muitas vezes nem o registro se encontra. As próprias autoridades, com freqüência, ignoram as denominações e seu significado. A desordem cadastral e o descaso têm feito com que vários logradouros aqui permaneçam não identificados. São responsáveis também por absurdas repetições de nomes, não obstante a pequenez da Cidade - sirvam como exemplos a Praça João Luís Garcia e a Rua João Luís Garcia (contíguas); a Avenida Oscar de Paiva Westin e a Rua Zito Paiva (contíguas); as ruas João de Souza Moreira (no Bairro Santo Amaro e no Jardim das Oliveiras); as ruas São Lucas (no Bairro Santa Helena e no Jardim das Oliveiras); as ruas São Mateus (nos mesmos); as ruas São Paulo (no Jardim das Oliveiras e na Vila Conceição); e as ruas São Pedro (no Bairro Santa Helena e no Jardim das Oliveiras).

2 - **<u>Área central</u>**.

Limitar-me-ei, aqui, a dar algumas informações históricas sobre os principais logradouros públicos da área central. Esta não tem mais delimitação legal, e a que ora faço é um tanto aleatória, baseada em critérios de antigüidade e de exclusão.

<u>Praça Antônio Carlos</u>

A praça principal era, de início, conhecida apenas como *Largo da Matriz*. Em 1.874, comissão designada pela Câmara Municipal de Alfenas para designar logradouros de nossa povoação decidiu que o Largo passaria a chamar-se *Praça da Harmonia*. Não sei se houve alguma lei ou resolução alfenense dispondo em tal sentido. Todavia, nunca encontrei outra referência a esse nome, pelo que suponho não tenha sido oficializado. Nos primeiros livros de atas da Câmara machadense (em 1.889, em 1.894), e em exemplares de "*O Machadense*" (em 1.905) ela foi mencionada como *Praça Sete de Setembro*. Na legislação local não encontrei texto que ordenasse a mudança. Em atos oficiais usavam-se, indistintamente, os nomes *Largo da Matriz*, *Largo da Cidade* e *Praça Municipal*. Por fim, a lei 114, de 21 de julho de 1.928, estabeleceu: "fica denominada "*Praça Presidente Antônio Carlos" a Praça Municipal desta cidade*.". Isso ocorreu pouco depois de o homenageado vir aqui para a inauguração da estrada de ferro. Seu

título, porém, nunca foi, de fato, incorporado ao nome da praça. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, na ocasião presidente de Minas, foi depois presidente da Câmara dos Deputados. Em 1.983, a vereadora Marilda Signoretti Reis apresentou projeto de lei a fim de mudar-lhe o nome para *Francisco Vieira Guerra*, mas desistiu dele ante a reação desfavorável dos munícipes.

No Largo da Matriz ficava, de início, o cemitério eclesiástico. Em 1.895 ele foi nivelado e calçado, conforme as leis 6 e 21. Na administração do Dr. Flávio de Salles Dias ganhou um jardim cercado, cujo coreto foi entregue ao povo em 15/11/03. Em maio de 1.911 seus passeios foram cimentados. A lei 53, de 20/10/12, permitiu a construção de novo trecho de passeio nos fundos dele. Por motivo que desconheço, a resolução da Câmara 213, da mesma data, autorizou a demolição do jardim e a transferência de seus dois portões para os cemitérios. Isso foi feito em 12 do mês seguinte. No governo de Gabriel Teixeira efetuou-se alinhamento do local, à custa de faixa de terreno de Christino Synfrônio dos Reis, na esquina das ruas Rio Branco e 21 de Abril. Ele foi indenizado por isso, de acordo com a resolução 265, de 25/10/17. João de Souza Moreira construiu novo coreto, com ajuda de subscrição popular, inaugurado em 15/11/31. João Vieira da Silva mandou edificar o jardim da parte inferior, atendendo a pedido da Associação Comercial, que nomeou comissão para acompanhar a obra e lhe doou filtro e bebedouro. A resolução da Câmara 2, de 26/12/36, autorizou o dispêndio de importância para tanto. Ainda naquela gestão a Praça foi calçada com paralelepípedos, mediante permissão do decreto-lei 57, de 5/12/42. No primeiro governo de Francisco V. Guerra (59/63) a Praça recebeu iluminação fluorescente. A lei 548, de 5/12/66, autorizou se doasse área dela à Paróquia, para aumento da Matriz. Depois, foi decidido que outra seria construída em terreno lateral, e após sua demolição a parte superior foi reurbanizada no final da década de sessenta. A resolução da Câmara 1, de 23/1/78, determinou que todo prédio a edificar-se lá tivesse, no mínimo, três pavimentos. Em 1.981 e 1.982 Carlos Dias asfaltou a Praça, eliminou a ruela central, unificou e remodelou o jardim, substituindo bancos e calçamento, e fez mudanças no coreto. Na última reforma do milênio, efetuada por José Carlos Vilela (93/96), os canteiros foram levantados e construiu-se na parte inferior palco coberto (que recebeu o afetado nome de "epidauro"), com sanitários e dependências para lanchonetes. O estacionamento de veículos passou a ser feito na diagonal. Tratei em capítulo anterior dos adornos e monumentos que a Praça já ostentou: obelisco aos expedicionários, busto do Professor Pedroso, castelinho e fontes luminosas.

João Rodrigues de Carvalho, na página 53 da "*História de Machado*", menciona um a um os antigos moradores da Praça. Em maio de 1.982 causou tristeza a muitos a demolição da casa do Comendador Lindolfo de Souza Dias, considerada patrimônio histórico. Noutros capítulos dei notícia das várias igrejas e cinemas que lá existiram. Também desaparecidos, merecem lembrança as velhas Casa da Câmara e Casa da Instrução; o Colégio Lustosa e o Colégio Pedroso (segunda fase); os bancos Machadense, Lavoura e Crédito Real; as lojas Casa Navarra, Dias & Cia., Dias, Irmão & Cia., Casa Abrão, Casa Paraíso, Casa Santa Helena, Casa Souza Dias, Casa Papini, Casa Vasconcelos e Casa Garcia; os bares Predileto, Paratodos (depois Tangará), Brasil, Centenário, 46,

Toca do Gambá, Cara Suja e Limeira. Palco de festas cívicas e religiosas, de desfiles e corsos, de apresentações musicais e teatrais, foi, mais do que hoje, ponto de encontro das famílias e dos enamorados. Até a década de sessenta, pelo menos, lá se praticava o "*footing*", máxime nos finais de semana. Espanta recordar como se aceitava naturalmente sua divisão preconceituosa: no lado esquerdo do jardim (perto da Prefeitura e do Fórum) ficavam os pares já formados; no lado direito interno subiam e desciam os mais ricos e remediados; no lado direito externo paravam ou caminhavam os negros e pobres.

Praça Getúlio Vargas

O antigo *Largo da Aparecida* foi denominado *Praça Marechal Floriano Peixoto* pela resolução da Câmara 68, de 14 de outubro de 1.901. Por iniciativa do vereador Jacintho Pereira Dias, a resolução 332, de 22 de abril de 1.923, mudou-lhe o nome para *Praça Ruy Barbosa*. Em 9 de novembro de 1.938, a fim de comemorar o primeiro aniversário do Estado Novo, o decreto-lei 16 a rebatizou de *Praça Getúlio Vargas*, transferindo para outra o nome do jurista baiano.

Seu jardim, construído por Edgard Lion, inaugurou-se em 15 de novembro de 1.928. Remodelada no governo de Lúcio Vieira (55/59), perdeu uma faixa para alargamento da Rua Astolfo Pio na primeira gestão de Jorge Eduardo (73/77). Em abril de 1.984 ganhou nova iluminação. Nos últimos anos do milênio passou por outra reforma, em parceria da Prefeitura com a E.E. Dom Pedro I e vizinhos. Ela consistiu na substituição do piso, corte de árvores, replantio de canteiros e feitura de colunas. Por pouco tempo, nessa época, duas jardineiras interromperam o trânsito em frente da Escola para segurança dos alunos, que utilizam a Praça no recreio. Cedendo a pressões, o Prefeito as substituiu por correntes, em uso apenas no horário das aulas. Tratei noutros capítulos da construção, no local, das igrejas de N.S. Aparecida e do G.E. Dom Pedro I. Em 1.959 cogitou-se de fazer lá terminal rodoviário com supermercado, mudando o templo para outra praça. No final da década de sessenta e começo da seguinte, barracão levantado nela serviu de matriz provisória.

Praça Ana Margarida

A resolução da Câmara 10, de 20 de agosto de 1.898, criou "*pequena praça entre as ruas Quinze de Novembro e Fresca*". Suponho fosse a de que se cuida, embora tenha dúvidas sobre a localização da Rua Fresca. Ignoro qual foi o ato que deu nome à Praça - ele foi oficializado pelo decreto-lei 10, de 16/5/38. Ana Margarida Josefa de Macedo considera-se co-fundadora da Cidade, por ter doado o patrimônio da Capela da Sacra Família.

Em 1.901 construiu-se a cadeia pública na Praça. Diversos serviços se fizeram nela com ordem da resolução da Câmara 66, de 13/7/01. Foi ajardinada no governo de João Vieira da Silva, e calçada em 1.952, no de Gustavo Carneiro Dias. O presídio foi demolido na gestão de Lucas Lacerda, que fez em seu lugar pequeno jardim. Este foi remodelado no primeiro mandato de Jorge Oliveira. Em 4/6/78 cravou-se nela um cruzeiro, comemorativo do encerramento de missão redentorista. Passou por nova reforma em 1.999 e 2.000, com plantio de grama e flores.

Praça Olegário Maciel

Com o início da construção do velho nosocômio, em 1.914, a área livre em sua frente passou a ser conhecida como *Praça da Santa Casa*. Por força do decreto 14, de 15 de setembro de 1.932, ela recebeu a denominação de *Praça Olegário Maciel*, em homenagem ao então presidente de Minas. Várias pessoas haviam pedido ao prefeito que tal nome fosse dado à avenida próxima da estação férrea. Todavia, considerando-a via "*simplesmente comercial*", ele optou por aquela, onde existia "*estabelecimento da maior importância para a cidade*".

Por longos anos o o local permaneceu sem urbanização, tendo apenas alguns pés de eucalipto. Em 1.956 o vereador Carlos Legnani apresentou projeto, que não foi convertido em lei, autorizando o loteamento da sua parte inferior e fixando o preço da venda e das prestações. A lei 271, de 2 de setembro de 1.959, permitiu a doação do prédio já desocupado pela Santa Casa à Escola Técnica de Comércio, e determinou se loteasse a parte restante da Praça. A última disposição, porém, foi derrogada pela lei 339, de 18 de agosto de 1.961. Em 1.970 começou lá a construção do prédio da Fundação Educacional, em terreno permutado com a Santa Casa, que foi inaugurado em 1.972.

Praça Dr. Roque

Já era conhecida como *Praça da Caixa D'Água* em 1.918, quando a resolução da Câmara 275, de 2 de abril, autorizou sua iluminação. Depois, por período que não pude precisar, teve o nome de *Praça Benedito Valadares*, em homenagem ao governador, deputado e senador mineiro. Por fim, recebeu a denominação atual (também oficializada pelo decreto-lei 10/38), rendendo preito ao Dr. Roque de Souza Dias, de cuja atuação política tratei na parte segunda.

Foi ajardinada no governo de João Vieira da Silva, e reformada no de Lúcio Vieira. Em agosto de 1.984 criou-se nela ponto de táxi. No derradeiro lustro do milênio perdeu pequena faixa, para alargamento da rotatória entre a Rio Branco e a Santa Cruz, e foi remodelada com corte de árvores, construção de jardineiras, substituição de bancos e plantio de flores. Durante alguns anos teve uma fonte luminosa, como visto em capítulo anterior.

Praça Rui Barbosa

O local, antigamente conhecido por *Largo da Grama*, ou apenas *Grama*, passou a chamar-se *Praça da Liberdade* em data que ignoro. Tal denominação foi oficializada pelo decreto-lei 10, de 16/5/38. Para festejar o primeiro aniversário do Estado Novo, o decreto-lei 16, de 9 de novembro seguinte, substituiu o nome da Praça Rui Barbosa por "*Getúlio Vargas*", e o da Praça da Liberdade por "*Rui Barbosa*". Isso ocorreu porque, ao contrário desta, aquela já estava calçada e ajardinada - em condição, portanto, de homenagear o ditador...

No início da década de vinte teve uma capelinha. Sem urbanização por longo período, passagem para a fonte do "Buracão", era só um pasto, com campinho de futebol improvisado. Em novembro de 1.956 o Vereador Carlos Legnani propôs o loteamento de sua parte inferior para pessoas carentes,

fixando até o preço da venda e das prestações dos terrenos. Ganhou parque infantil em 19 de março de 1.958. No ano seguinte, anteprojeto do Executivo, não convertido em lei, previu a construção no local de estação rodoviária com supermercado. Em épocas sucessivas, como visto noutros capítulos, abrigou as escolas infantis "*Chapeuzinho Vermelho*" e "*Hermínia Pulcinelli*", além do Lions Clube. No meio da década de sessenta recebeu meios-fios e sarjetas, sendo depois calçada. Nos anos noventa cogitou-se de edificar lá a Câmara de Vereadores e o centro cultural da Uniartma. Em outubro de 2.000 teve início a construção do prédio da Secretaria da Saúde e policlínica.

Praça Maria Rossetti de Almeida

É um pequeno espaço junto da Avenida Santa Cruz, que só na década de noventa ganhou saída para o lado do Jardim Bela Vista. No início dos anos vinte havia nela a Igreja de Santa Cruz, ao redor da qual se dançava o congo. Em 1º de abril de 1.928 inaugurou-se lá uma caixa d'água de cimento armado. Esteve sem cuidados por muito tempo, e foi urbanizada no governo de Wálter Palmeira. Em dezembro de 2.000 teve bancos e canteiros restaurados, recebeu plantas e pintura.

A lei 278, de 26 de outubro de 1.976, denominou-a *Praça José Cândido de Souza Dias*, homenageando o político e vice-prefeito no período de 1.947 a 1.951. Com base na lei 1.243, de 2 de setembro de 1.999, teve o nome mudado para *Praça Maria Rossetti de Almeida*, lembrando a matriarca da família Almeida.

Praça São Benedito

O *Largo do Rosário* era apenas um descampado em 1.923, quando se começou a tratar da construção da Capela de Santa Cruz e São Benedito. Por causa desta, com o tempo, passou a chamar-se *Praça São Benedito*, sem que tenha havido ato oficial de designação. A falta de urbanização do lugar gerou dúvidas sobre a localização do terreno doado à obra, contribuindo para a crise já narrada.

Efetuou-se a terraplenagem da Praça no primeiro governo de Francisco V. Guerra (59/63). Ela passou por reformas em 1.968, e ganhou nova iluminação em julho de 1.983. Foi reparada no primeiro semestre de 1.999. Mencionei noutro capítulo os cruzeiros lá colocados.

Praça Dr. Antônio Cândido

Atendendo a abaixo-assinado de iniciativa de Oscar Fernandes, a lei 114, de 21 de julho de 1.928, deu o nome de *Praça Dr. Antônio Cândido* à área em frente da estação ferroviária. Seu patrono, o Dr. Antônio Cândido Teixeira, foi importante fazendeiro e capitalista, vereador, presidente da Câmara, chefe político e senador estadual.

Pouco durou o jardim lá construído na administração de João Vieira da Silva, e por muitos anos foi apenas um terreno baldio. Passou por ampla reforma no primeiro governo de Francisco Guerra, com ajardinamento, calçamento e iluminação, sendo reinaugurada em 19 de novembro de 1.961. Foi re-

modelada no segundo semestre de 1.976 pelo prefeito Jorge Eduardo. Possui antigo chafariz de pedra, transformado em jardineira. Para evitar que continuasse sendo ponto de encontro de desocupados, em 1.994 a Construtora Jomar pretendeu, sem êxito, construir nela um "*mini-shopping*".

Praça Joaquim José

Localiza-se no encontro das ruas Joaquim Teófilo, Profª Maria Justina, Sarah Caixeta de Oliveira e Prof. José Cândido. Seu patrono, Joaquim José dos Santos, considerado um dos fundadores da Cidade, era agricultor, natural de São João del Rei. Ignoro quando foi construída e nomeada. Os decretos-leis 10/38 e 15/38 substituíram-lhe o nome para *Praça Professor José Cândido de Souza*. Este, porém, não foi adotado, por motivo que desconheço. Ganhou jardim no governo de João Vieira da Silva. Passou por diversas pequenas reformas; na última, em 1.999 e 2.000, ocorreu substituição do piso, mudança de canteiros e plantio de flores.

Praça Corina Dias

Situa-se na convergência das ruas Prof. José Cândido, Major Onofre, Jacuí, Coronel Azarias e Santos Silva. Recebeu nome pela lei 177, de 22 de agosto de 1.955. Corina Amália da Silva Dias, filha do ex-padre, professor e maçon Guilherme Dias, foi das mais antigas professoras do "*Dom Pedro I*". No fim da década de sessenta cogitou-se de construir no local um grupo escolar (leis 33/68, 40/69 e 139/73), mas o propósito não vingou. No primeiro mandato de Jorge Eduardo a Praça foi calçada; no segundo, ganhou quadra de futebol de salão, inaugurada em 13 de setembro de 1.984. Passou por nova reforma em abril de 1.996.

Praça Danton de Souza Magalhães

Situa-se nos fundos do Mercado Municipal, e foi feita na época da construção deste, no final da década de setenta. Seu patrono trabalhou muitos anos como fiscal da Prefeitura. A resolução da Câmara 6, de 27/6/83, já lhe aprovara o nome para ser dado a uma rua da Cidade. Todavia, foi o decreto legislativo 32, de 29/4/96, que o pôs na Praça.

Praça Rodoviária

O local em que começou a ser feito o Santuário do Menino Jesus de Praga, "*no encontro da Rua Tiradentes e Avenida Arthur Bernardes*", foi denominado *Praça Tchecoslováquia* pela resolução da Câmara 2, de 21/11/73. Depois, alterados os projetos, nele se construiu a Estação Rodoviária, inaugurada em setembro de 1.976. A Praça Tchecoslováquia foi iniciada logo adiante, e ficou pronta em 1.981. Por isso, o logradouro em estudo não tem denominação oficial, sendo conhecido apenas como *Praça Rodoviária*.

Rua Astolpho Pio

Em sessão de 25 de novembro de 1.889, a Câmara aprovou a mudança do nome da *Rua do Commercio* para *Rua Astolpho Pio*. No volu-

me segundo tratei da atuação do Dr. Astolpho Pio da Silva Pinto como vereador e presidente de nossa Edilidade, e como deputado federal constituinte. De início, ela compreendia também o trecho do outro lado da Praça, que atualmente se denomina "*Professor Francisco Raphael*". Com efeito, em 25/7/1.890 os vereadores aprovaram proposta de calçamento da Rua Joaquim Teófilo "*desde a Rua Dr. Astolpho Pio até a Santos Silva*". Não descobri quando houve o desmembramento.

A resolução da Câmara 10, de 20/8/1.898, mandou abrir a rua em estudo até o Jacutinga; a 16, de 10 de outubro seguinte, permitiu a desapropriação de imóvel para isso. A resolução 182, de 15/10/10, autorizou o calçamento de trecho dela. No ano seguinte se fizeram de um só lado passeio e sarjeta, desde o chafariz da XV de Novembro até a esquina da Major Feliciano. Foi calçada com paralelepípedos no governo de João Vieira da Silva; recebeu rede parcial de esgotos no de Wálter Palmeira. Com a criação do Bairro Bom Jesus, no início da década de setenta, ganhou nele mais alguns quarteirões. Na primeira administração de Jorge Eduardo foi alargada em frente da Praça Getúlio Vargas, e asfaltada. Carlos Dias, no primeiro mandato, construiu ponte de cimento sobre o Jacutinga, para unir os dois trechos dela. Ainda nos anos setenta teve restabelecida, após cerca de dois decênios, mão dupla de direção. A medida gerou muitos protestos, e foi revogada. Cabe lembrar que no fim dela, perto do Córrego, funcionou o Matadouro Municipal por muito tempo, a partir de 1.901.

Rua Professor Francisco Raphael

Vai da Praça Antônio Carlos à Rua Olímpio Pereira. Como salientei no item anterior, fazia parte da Rua Astolpho Pio, e ignoro quando ocorreu a separação. O decreto-lei 10, de 16/5/38, oficializou-lhe o nome de *Rua Tiradentes*; o decreto-lei 15, de setembro seguinte, substituiu este pelo atual. Francisco Raphael de Carvalho foi professor e escrivão judicial; tratei dele em capítulos correspondentes a essas atividades. Em dois pontos dela funcionou a agência dos Correios e Telégrafos; também o Colégio Pedroso lá se abrigou durante certo tempo.

Rua Silviano Brandão

Era antes denominada *Rua da Cadeia*, por sediar a prisão, no ponto em que depois se construiu o Centro Machadense. Em sessão de 25 de novembro de 1.889 a Câmara mudou seu nome para *Rua Lopes Trovão*. (José da Silva Lopes Trovão, médico e jornalista fluminense, foi propagandista da República, deputado e senador.) Por fim, a resolução 208, de 17 de abril de 1.912, determinou que se chamasse *Rua Dr. Silviano Brandão*. Francisco Silviano de Almeida Brandão, nascido na atual Silvianópolis, foi médico, deputado provincial, deputado geral, senador estadual, secretário do Interior, presidente de Minas e vice-presidente da República.

A resolução 70, de 14/10/01, autorizou se fizessem consertos nela. Foi calçada com paralelelpípedos por João Vieira da Silva, e asfaltada no primeiro governo de Carlos A. Pereira Dias.

Rua Major Onofre

Comissão designada pela Câmara Municipal de Alfenas,

em 1.874, para denominar ruas e praças de nossa povoação, propôs que a *Rua do Peixeiro* tivesse o nome mudado para *Rua das Flores*. Ignoro se houve lei ou resolução para tanto, mas a sugestão foi acolhida. Em sessão de 25 de novembro de 1.889, nossa Edilidade aprovou outra alteração, e ela passou a chamar-se *Rua Saldanha Marinho*. (O Conselheiro Joaquim Saldanha Marinho foi deputado, senador e presidente das províncias de Minas Gerais e São Paulo). Por último, a resolução 208, de 17/4/12, rebatizou-a de *Rua Major Onofre*, homenageando Onofre de Souza Dias, que foi o primeiro presidente da Câmara local. Vale mencionar que, popularmente, ela era conhecida como *Rua do Meio*, por ser a segunda das três paralelas abaixo da Praça Antônio Carlos, na direção norte. Maria Rossetti de Almeida, em entrevista à "*Folha Machadense*" 133, disse que "*o centro da Cidade era a Rua do Meio (Major Onofre) onde havia um Largo e a casa paroquial*".

A resolução da Câmara 191, de 30/1/11, autorizou a feitura de passeio nela. No primeiro governo de Francisco Vieira Guerra foi prolongada além da Praça Corina Dias. Seu asfaltamento ocorreu em 1.988. Possui uma travessa sem nome.

Rua Santos Silva

A Câmara Municipal, em 25 de novembro de 1.889, determinou que a *Rua da Prata* tivesse o nome mudado para *Rua Santos Silva*. José Joaquim dos Santos Silva foi escrivão judicial, político e jornalista, proprietário de nosso primeiro jornal, o "*Correio do Machado*". Recorde-se que ela era popularmente chamada de *Rua de Baixo*, por ser a última das três paralelas além da Praça Antônio Carlos, no rumo setentrional.

Foi calçada por Lucas Lacerda, e asfaltada no primeiro governo de Pereira Dias. Após a abertura da Avenida do Contorno prolongou-se até a Jacutinga. Em janeiro de 1.978 ganhou mais um quarteirão no lado oposto, ligando-se à Rua Olímpio Pereira. Nela funcionaram o gasômetro e diversos colégios particulares, como o do Padre Guilherme, o Dias, o Pedroso e o Ateneu Machadense. Também sediou, mais tarde, a fábrica de papelão.

Rua Coronel Flávio

Comissão designada pela Câmara Municipal de Alfenas para denominar ruas e praças de nossa povoação, em 1.874, propôs que a antiga *Rua dos Inconfidentes* se chamasse *Rua Direita*. Propôs também o nome de "Rua da Cadêa" para a que descia da Praça da Harmonia. Este não prevaleceu, tendo sido adotado para uma transversal dela, a hoje Silviano Brandão (o presídio ficava na esquina de ambas). "Rua Direita" ficou sendo mesmo a atual *Rua Coronel Flávio*. A lei 30, de 4 de agosto de 1.894, autorizou o agente executivo a mandar calçá-la até a Rua Santos Silva - o que não foi feito na ocasião.

O jornal "*O Machadense*", em maio de 1.905, referiu-se à esquina da Rua Direita com a Praça Sete de Setembro; e a resolução da Câmara 268, de 25/10/17, cedeu para quartel do Tiro de Guerra prédio na Rua Direita, esquina com Rua Major Onofre. Esses dois elementos indicam também que a "Direita" era a "Coronel Flávio" de hoje, valendo lembrar que o quartel

referido estava situado logo abaixo do Centro Machadense.

Segundo Sílvia Costa Rosa, no livro ao final referido, a antiga denominação lembrava que a rua ia "*diretamente*" a determinado ponto, derivando da Estrada de Damasco, onde ocorreu a conversão do Apóstolo Paulo, que saía "*direita*" à porta do templo. Acrescenta ser essa a razão por que rua com tal nome existe em quase todas as cidades do Brasil, sendo na maior parte das vezes a que se dirige à igreja.

A *Rua Coronel Flávio* reverencia Flávio Secundo de Salles, que foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Alfenas, juiz de paz e um dos fundadores da Loja Maçônica G. Dias. Ele era avô do Dr. Flávio de Salles Dias, e o fato de o logradouro ter apenas seu prenome por certo gerou confusão e contribuiu para que o neto não haja recebido homenagem semelhante.

Na administração do Major Onofre (1.883/1.887) fez-se cordão de pedra na Rua Direita; na de Pimentel Sobrinho (1.887/1.890) foi autorizado o seu calçamento. A Rua Coronel Flávio, que foi asfaltada em 1.988, sediou vários estabelecimentos de ensino: Colégio Concepcionista, Ginásio Machadense, Instituto São José e Externato Progresso.

Rua Major Feliciano

Já mencionei noutro item a comissão designada pela Câmara Municipal de Alfenas, em 1.874, para denominar ruas e praças de nossa povoação. Mediante proposta sua, a *Rua do Feliciano* passou a chamar-se *Rua Boa Vista*. Em 25 de novembro de 1.889, a Edilidade local decidiu rebatizá-la como *Rua Feliciano Constantino*. Foi, porém, com o nome abreviado de *Rua Major Feliciano* que ela se tornou conhecida. De Feliciano Constantino de Morais, escrivão judicial e músico, tratei nos capítulos relativos a esses temas. Suponho que por algum tempo tenha sido chamada extraoficialmente de *Rua da Indústria*, quiçá para contrapor-se à transversal *Rua do Commercio*. É que nela ficava a oficina de ferreiro de Leone Bellini, e em 12/1/02 o jornal "*A Reforma*" publicou anúncio desta, afirmando-a situada na *Rua da Indústria*.

Vai da Rua Silviano Brandão à Rua Caldas. A resolução da Câmara 131, de 11/7/06, autorizou seu prolongamento por dois quarteirões, na parte inicial, até a Rua Santos Silva. Do mesmo assunto cuidou a lei 378, de 12/9/62. A obra, todavia, não foi realizada. A lei 52, de 20/10/12, permitiu a construção de seus passeios. Foi asfaltada por partes, em 1.980 e 1.988. Nela se localizaram antigamente templos da Loja Maçônica e da Igreja Presbiteriana, e o Mercado Municipal, nos fundos da Prefeitura.

Rua Coronel Jacinto

Desconheço o ato que lhe deu nome. Jacinto José Pereira, fazendeiro e um dos fundadores da Loja Maçônica G. Dias, teve participação destacada no desenvolvimento da Cidade, como referido em capítulo anterior. Foi prolongada em 1.923, conforme a lei 335, de 22 de abril. Recebeu rede de esgotos e calçamento de paralelepípedos no governo de Gustavo Dias, com permissão da lei 132, de 28/11/52. O decreto 19, de 30/5/66, declarou de utilidade pública, para desapropriação, terreno de Benedito Lopes Pinheiro, necessário ao alargamento

dela. Termina na Rua Tenente Antônio Moreira; na seqüência, a partir dali, fica a Rua Caldas. Na outra extremidade, considera-se sua continuação um trecho estreito, fora de alinhamento, que vai da Rua Santos Silva à Avenida Othon Dias. Também conhecido como *Travessa da Santos Silva*, foi recuperado em maio de 1.983.

Rua Caldas

É a continuação da Rua Coronel Jacinto, indo da Rua Tenente Antônio Moreira até a Avenida Celso Sidney Gambi. No seu entroncamento com a Rua Major Feliciano existe pequena praça sem nome.

Foi alargada no governo de Wálter Palmeira. Parte dela recebeu asfalto nos meses de outubro e novembro de 1.977. Em meados de 1.979 ganhou um paredão e melhoramentos diversos; um ano depois teve outro trecho asfaltado. O decreto 705, de 18/4/85, declarou de utilidade pública imóvel de José Gonçalves Filho, para seu prolongamento. Sua pavimentação completou-se no governo de José Carlos Vilela.

Rua Quinze de Novembro

Como sugerido em 1.874 pela comissão que a Câmara Municipal de Alfenas designou para aqui denominar ruas e praças, a antiga *Rua do Soares* passou a chamar-se *Rua Formosa*. Em 25 de novembro de 1.889 nossa Edilidade decidiu mudar-lhe o nome para *Rua Quinze de Novembro*, comemorando a proclamação da República. Ela de início ia além da Praça Getúlio Vargas, compreendendo também a atual Rua Professor José Vieira. Assim é que a resolução 9, de 20/8/1.898, mandou abri-la e prolongá-la até a Rua do Ramo. A resolução 44, de 8 de outubro do ano seguinte, tratou de indenização a proprietários de terrenos, pela obra.

A resolução 191, de 30/1/11, autorizou a construção de passeios nela, que em tal época possuía um chafariz. Em 1.918 seus passeios foram prolongados, de acordo com a resolução 293, de 21 de outubro. Aprovou-se o seu prolongamento em julho de 1.922. Foi calçada com paralelepípedos no governo de João Vieira da Silva. Na administração de Gustavo Dias fez-se um pontilhão em seu leito, sobre o Jacutinga. Nela se localizaram agência dos Correios e Telégrafos e importantes casas comerciais, como Dias, Irmão & Cia. e Comercial Dias Costa - CODISA.

Rua Professor José Vieira

Como salientei acima, era antes parte da Rua Quinze de Novembro. Recebeu nome com base na lei 61, de 28 de julho de 1.950, em homenagem a José Augusto Vieira da Silva, que mencionei em vários capítulos da parte relativa à instrução. Vai da Praça Getúlio Vargas à Rua Tiradentes.

Rua Tiradentes

Uma das mais antigas da Cidade, era conhecida por *Rua do Ramo*. Alguns atos oficiais também a referiram como *Rua Ramos* ou *Rua dos Ramos*. O decreto-lei 15, de 15/9/38, alterou-lhe a denominação para *Rua Tiradentes*. A resolução da Câmara 192, de 30/1/11, autorizou a abertura de um

beco nela. Foi nivelada na administração do Dr. Edgard Lion, no fim da década de vinte; até então, conforme Rodrigues de Carvalho, "*era mais morro que rua propriamente dita*". Seu calçamento teve início em fevereiro de 1.968.

Rua Três de Julho

Só tem um quarteirão, e se localiza entre a Rua Alfenas e a Ladeira Santa Amália. Recebeu nome da lei 236, de 27 de fevereiro de 1.958, em homenagem à data de criação da Freguesia local, cujo centenário ocorrera no ano anterior.

Rua Coronel Francisco Vieira

A lei 114, de 21 de julho de 1.928, denominou *Rua Coronel Francisco Vieira* a situada entre a Avenida Arthur Bernardes e a Rua Quinze de Novembro. De seus termos, suponho que ela não tivesse outro nome até então. Homenageia Francisco Vieira da Silva, que foi chefe político, vereador e presidente da Câmara Municipal.

Foi nivelada pelo Dr. Edgard Lion, no fim da década de vinte. Recebeu calçamento de paralelepípedos em 1.952, com permissão da lei 96, de 12 de novembro do ano anterior. Asfaltou-se por partes, em agosto de 1.980 e em novembro de 1.988.

Rua Professor José Maria

Já era conhecida por *Rua da Palha* em 1.897, quando lei sem número, de 28 de junho, mudou seu nome para *Rua João do Lago*. Por motivo que ignoro, tal disposição não vigorou, persistindo a denominação antiga. É de Monteiro Lobato, em "*A Onda Verde*", a seguinte afirmativa:

> *"Cada cidadota do interior possue uma "Rua da Palha". Vem isso de que nelas existem ou existiram ranchos de tropa, galpões de carros de boi e porteira dando pr'algum "rapador" de aluguel. "Rapador"!... A humilde ironia do povo da roça chama assim aos pastos de aluguel da beira de povoado, onde pousam por uma noite tropas e carros em trânsito. A grama desses pastos é uma hipótese só admitida pelo dono deles. O alugador não consegue enxergá-la e os animais ali metidos passam a noite "rapando" o solo em busca do "cheiro da raiz da grama"..."*.

João Rodrigues de Carvalho, em artigo na "*Tribuna Machadense*", narrou que ao lado da Rua ficavam algumas casas simples, à margem do Jacutinga, onde era comum a plantação de milho. Salientando ser natural o aproveitamento, depois da colheita, do resto da palha para alimentar o gado, afirmou que esta foi a origem do nome dela. Mais adiante, contudo, ressalvou:

> *"Outro fato que também pode ter influído para o nome é que havia ali nos terrenos de D. Teodorinha uma máquina de café cuja palha era jogada em toda aquela região..."*.

Marcelo Vieira, por sua vez, disse que ela era chamada assim "*porque ali havia várias máquinas de arroz que infestavam a rua de palha*".

Na planta topográfica e cadastral elaborada por Agostinho Catela, ganhou o nome de *Rua Coelho Netto*, oficializado pelo decreto-lei 10, de 16/5/38. O decreto-lei 15, de 15/9/38, mudou-o para *Rua Professor José Maria*. Seu patrono, o Professor José Maria Lopes de Figueiredo, aqui lecionou em classe isolada do sexo masculino no começo do século XX. Foi pai do Professor Jerônimo Emiliano de Figueiredo, que também empresta o nome a uma rua da Cidade. Foi calçada na primeira administração de Jorge Oliveira (73/77), e asfaltada na primeira de Carlos Dias (77/83).

Rua Maria Clemência

Com apenas um quarteirão, fica entre as ruas Astolpho Pio e Silviano Brandão. Seu nome reverencia a parteira Maria Clemência de Jesus, a que me referi em capítulo sobre agentes auxiliares de saúde. Era antes conhecida por *Travessa do Deocleciano*. Este foi marido da homenageada. No segundo semestre de 1.998 ganhou rede de esgotos e asfalto.

Rua João Antônio da Costa

Recebeu o nome do ex-prefeito com base na resolução da Câmara 9, de 10/10/83. É uma travessa da Rua Astolpho Pio.

Rua Joaquim Teófilo

Considerada uma das mais antigas da Cidade, a *Rua da Mococa* assim se chamava por ser saída para a estrada que dava acesso à cidade paulista do mesmo nome, com a qual os machadenses tinham muita ligação. Em época que não posso precisar, teve o nome mudado para *Rua Sinuosa*, certamente pelo traçado irregular. Comissão designada pela Câmara Municipal de Alfenas para aqui batizar ruas e praças, em 1.874, propôs que se chamasse *Rua Dois de Dezembro* (por alvará de tal data, no ano de 1.720, fora criada a capitania independente de Minas Gerais, com o desmembramento da de São Paulo e Minas). A nova denominação se manteve até 25 de novembro de 1.889, quando a Edilidade a alterou para *Rua Joaquim Teófilo*, em homenagem a Joaquim Teófilo da Trindade, poeta e músico de Douradinho.

Bem mais extensa do que hoje, chegava até a Rua Santos Silva, passando pelas atuais Praça Joaquim José, Rua Professor José Cândido e Praça Corina Dias. Começou a ser calçada no governo do Major Onofre de Souza Dias (1.883/1.887). Em 1.890, o empreiteiro Emygdio Cândido de Oliveira fez seu calçamento da Rua Astolpho Pio (trecho que é a atual "*Prof. Francisco Raphael*") até a Rua Santos Silva. A lei 30, de 4/8/1.894, autorizou que se fizesse o mesmo serviço noutra parte dela. Foi alinhada na administração do Dr. Gabriel Teixeira (1.916/1.918). Ignoro quando recebeu paralelepípedos. O asfaltamento ocorreu em 1.996.

Já teve um chafariz, perto da atual esquina com a Rua Irmão Arnaldo. Em 15 de janeiro de 1.917, Antônio Oscar de Almeida pediu à Câmara para apropriar-se de faixa de 19 palmos nela, ao lado de sua propriedade, que servira de caminho à fonte do Buracão. Possui uma travessa sem nome, entre a Rua Irmão Arnaldo e a Praça Joaquim José.

Rua Professor José Cândido

Como salientei no item acima, era antigamente parte da Rua Joaquim Teófilo. Ignoro a data do desmembramento, ocorrido no segundo quartel do século XX. Desconheço também o ato que lhe deu nome. Tratei do Professor José Cândido de Souza no capítulo referente aos mestres machadenses que trabalharam noutras cidades.

Foi prolongada no governo de João Antônio da Costa, com base na lei 6, de 12/4/48, que para isso autorizou a aquisição de imóvel de Onofre Gonçalves de Oliveira e Irto Veríssimo Ramos. Seu calçamento ocorreu por partes, nas administrações de Gustavo Dias, Francisco V. Guerra (2ª) e Jorge Oliveira (1ª). Um trecho dela foi asfaltado no primeiro governo de Pereira Dias.

Rua Coronel Azarias

Continuação da antiga Rua da Mococa e saída para o Bairro dos Caixetas, ficou conhecida como *Rua da Máquina* depois que nela se inaugurou a fábrica de tecidos, em 1.875. A Câmara Municipal, em sessão de 25 de novembro de 1.889, deu-lhe o nome de *Rua Marechal Deodoro*, certamente comemorando a proclamação da República. Lei sem número, de 28 de junho de 1.897, determinou que se chamasse *Rua Coronel Azarias*. Seu patrono, o Coronel Azarias Pio de Souza Dias, importante fazendeiro, capitalista e industrial, foi o fundador da fábrica acima referida. Cabe assinalar aqui a força da tradição, que faz com que até hoje seja mais utilizado o primitivo nome.

Não sei explicar a finalidade da resolução da Câmara 55, de 9/1/01, que reconheceu a Rua "*como pertencente ao patrimônio da Cidade*". A resolução 58, de 13 de fevereiro seguinte, autorizou o agente executivo a mandar proceder ao escoamento das águas pluviais dela. É que, descendo o morro, formavam um "*açude*" em sua baixada, como consta do livro 1 de atas da Edilidade. A administração de Wálter Palmeira lá instalou bueiros. Um trecho dela foi calçado no primeiro governo de Jorge Eduardo. Carlos Dias, em 1.978, construiu pontilhão sobre o Córrego da Páscoa e canteiro central na frente da Escola Comendador Lindolfo, asfaltando-a em seguida. Em 2.000 fez-se a recuperação de sua rede pluvial.

Foi movimentada no final do século XIX e início do seguinte, chegando a ter bons estabelecimentos comerciais, como a Casa Leão, de Jerônimo Passos. Decaiu depois, ficando muitos anos sem progresso. A complementação da Avenida Oscar de Paiva Westin, no começo dos anos oitenta, ligou-a à parte alta da Avenida Santa Cruz. Possui quatro pequenas travessas, no lado direito (sentido centro-bairro). Uma delas foi denominada *Rua José Francisco de Souza* pela lei 1.252, de 7 de outubro de 1.999. Seu patrono, apelidado de "*Deca*", foi capitão de congado. Outra chama-se *Rua Waldevino Generoso*, e pertence ao "*Jardim Letícia*". As demais, pelo que sei, não têm nome.

Rua Jacuí

Com apenas dois quarteirões, começa na Praça Corina Dias e termina na Rua Professor Francisco Raphael. Ignoro qual foi o ato que lhe deu nome, oficializado pelo decreto-lei 10/38. O decreto 211, de 30/11/73, decla-

rou de utilidade pública, para desapropriação, diversos imóveis, destinados a seu prolongamento até a Rua Irmão Arnaldo. Foi, porém, revogado pelo decreto 232/74, tendo o Município desistido de realizar a obra.

Rua Olímpio Pereira

Vai da Praça Rui Barbosa à Rua Coronel Azarias. Seu patrono, Olímpio Pereira Dias, era proprietário de considerável área cortada por ela, nas proximidades do "*Buracão*". Ignoro qual foi o ato que lhe deu nome, também oficializado pelo decreto-lei 10/3. A lei 53, de 24/12/49, autorizou a aquisição de terreno para seu prolongamento. Foi asfaltada no final de 1.977.

Rua Coronel José Paulino

Seu nome, que ignoro quando foi dado, homenageia José Paulino da Costa, fazendeiro e patriarca da família Costa. A resolução 218, de 14/4/13, autorizou o presidente da Câmara a mandar abri-la desde a Rua Quinze de Novembro até a vargem de José Pedro do Lago. Em 1.926 se requereu na Câmara que fosse reconstruída no trecho da Praça Municipal à Rua Joaquim Teófilo - vê-se daí que compreendia a atual Rua Professora Maria Justina. Teve um trecho asfaltado em 1.988. O decreto 1.338, de 18/9/97, criou "área azul" nela.

Rua Professora Maria Justina

Era conhecida antigamente como *Beco do Fanfulla*, porque em sua esquina com a Praça Municipal ficava a casa de João Deambrozzi Fanfulla. Em 1.926 fazia parte da Rua Coronel José Paulino, pois na Câmara se requereu a reconstrução desta no trecho da praça acima mencionada à Rua Joaquim Teófilo. Na segunda metade da década de trinta, o engenheiro Agostinho Catela elaborou planta topográfica e cadastral da Cidade, batizando ou rebatizando várias de suas vias. A de que se trata recebeu nela o nome de *Rua Cabo Verde*, oficializado pelo decreto-lei 10, de 16 de maio de 1.938. Este foi revogado pelo decreto-lei 15, de 15 de setembro seguinte, que lhe alterou a denominação para *Rua Professora Maria Justina*. Sua patrona, Maria Justina de Lima, foi afamada mestra, tendo aqui mantido um colégio, de que tratei na parte relativa à educação.

Possui apenas um quarteirão, e liga as praças Antônio Carlos e Joaquim José. Nela já funcionaram o Cine Jóia e a Rádio Difusora, na parte inferior da Casa Paroquial. Foi transformada em calçadão na segunda metade do século XX.

Rua Sarah Caixeta de Oliveira

Foi aberta sobre o "*Buracão*" em fevereiro de 1.982, e liga as praças Joaquim José e Rui Barbosa. Seu calçamento ocorreu em 1.990. Denominada de início *Rua das Rosas*,
recebeu o nome atual da lei 1.089, de 26 de dezembro de 1.996. Em sua extremidade próxima da Rua Marechal Deodoro ficava o antigo "*Beco das Lavadeiras*".

Rua Irmão Arnaldo Isidoro

A resolução da Câmara 117, de 4/12/05, autorizou seu

presidente a abrir a *Rua Vinte e Um de Abril*. A resolução 200, de 16/11/11, permitiu seu prosseguimento até a estrada feita por Manoel do Lago. A resolução 256, de 19/10/16, autorizou se reconstruísse pontilhão sobre ela. De início se estendia além da Praça Municipal, compreendendo a hoje Rua Sete de Setembro: o livro 1 de atas da Câmara registra em 1.925 pedido de iluminação da Rua Major Feliciano, "*na parte que vai da Rua 21 de Abril à Santa Casa*". Foi parcialmente aterrada no final da década de vinte, o que deixou algumas casas abaixo de seu nível. A lei 53, de 24/12/49, autorizou a aquisição de terreno para alargá-la num trecho. Recebeu rede de esgotos no governo de Gustavo Dias, que também a calçou, com permissão das leis 132, de 28/11/52, e 146, de 1/12/53. Foi alinhada no mesmo período.

A lei 501, de 26/3/65, mudou-lhe o nome para *Rua Irmão Arnaldo Isidoro*, homenageando o diretor lassalista de que tratei no capítulo relativo ao Ginásio São José. Um pedaço dela foi asfaltado na primeira administração de Carlos Dias. De 1.978 a 1.981 efetuou-se o seu prolongamento por partes, até o "*Jardim La Salle*". No final de 1.988 outro trecho recebeu asfaltamento. O decreto 1.374, de 8/4/1.998, criou "área azul" nela.

Rua Sete de Setembro

Comissão designada pela Câmara Municipal de Alfenas para denominar ruas e praças de nossa povoação, em 1.874, propôs que a antiga *Rua do Cazaca* se chamasse *Rua Sete de Setembro*. Suponho, entretanto, não fosse a mesma que hoje leva tal nome, porque, como referi no item acima, consta nas atas da Câmara que, em 1.925, esta fazia parte da Rua Vinte e Um de Abril. O decreto-lei 10, de 16 de maio de 1.938, oficializou a nomenclatura de logradouros públicos da Cidade - entre os quais a *Rua Sete de Setembro* - estabelecida em planta topográfica e cadastral feita pelo engenheiro Agostinho Catela. Não sei dizer, porém, se a via em exame já tinha aquele nome antes, ou se ele lhe foi dado pelo autor da planta.

Rua Joaquim Murtinho

Recebeu nome da lei 36, de 31 de outubro de 1.949. Joaquim Duarte Murtinho, médico e político mato-grossense, foi notável ministro da Fazenda no governo de Campos Sales. Foi alargada na primeira metade da década de setenta, para acompanhar a Avenida Dr. Feliciano Vieira da Silva, passando a ter duas pistas. Para isso, o decreto 183, de 19/4/73, declarou de utilidade pública prédios situados em sua esquina com a Avenida Arthur Bernardes. Foram então demolidas duas casas, pertencentes a Sylvia Swerts Dias e filhos, e a lei 168, de 10/5/74, autorizou a construção de outras, em substituição.

Tem um quarteirão, a partir da "Arthur Bernardes", mas é ignorada, como se fosse o começo da "Dr. Feliciano". No final do milênio ainda existia lá sua placa, mostrando que não perdeu a identidade.

Rua Ana de Paiva Reis

Esta é uma via que encurtou. Antigamente ia da Santa Casa à Rua Tenente Antônio Moreira, dividindo ao meio a Praça Olegário Maciel.

Com a feitura nesta do prédio da Fundação Educacional, ficou reduzida a um quarteirão. Seu prolongamento até a Rua Sete de Setembro é a Rua Vital Brasil.

Planta topográfica e cadastral da Cidade, elaborada por Agostinho Catela, deu-lhe o nome de *Rua Tupi*, que foi oficializado pelo decreto-lei 10, de 16 de maio de 1.938. Ele foi alterado pelo decreto-lei 15, de 15 de setembro do mesmo ano, para *Rua Professora Ana Cândida de Paiva Reis*. Prevaleceu, porém, sua forma abreviada. Da mestra que homenageia cuidei nos capítulos referentes às classes isoladas e à E.E. Dom Pedro I.

Rua Vital Brasil

Foi aberta no primeiro governo de Francisco V. Guerra (59/63), como continuação da Rua Ana de Paiva Reis. Tem dois quarteirões, da Rua Tenente Antônio Moreira à Rua Sete de Setembro. A lei 61, de 28 de julho de 1.950, já havia autorizado que se desse a rua ou praça da Cidade o nome de Vital Brasil. Este famoso cientista campanhense dedicou-se ao estudo de animais peçonhentos, e descobriu o soro anti-ofídico.

Rua Dom Hugo

Chamava-se de início *Rua Treze de Maio*; desconheço o ato que lhe deu tal nome. Atendendo a pedido da Associação Comercial, o decreto 66, de 2/4/36, alterou-o para *Rua Dom Hugo*, homenageando o bispo machadense Dom Hugo Bressane de Araújo.

A resolução 266, de 25/10/17, autorizou se indenizasse proprietária de terreno necessário ao alinhamento dela, na esquina com a Rua Joaquim Teófilo. No final da década de vinte ligou-se à rede d'água. Teve um trecho calçado de paralelepípedos no governo de Gustavo Dias, com permissão da lei 132, de 28/11/52; outro o foi na segunda administração de Vieira Guerra (67/71). Wálter Palmeira lá fez construir paredão de arrimo. Em junho de 1.974 começou seu asfaltamento, o primeiro da Cidade. No segundo semestre de 1.978 abriu-se a continuação até a Avenida Oscar de Paiva Westin; em agosto de 1.979 ela foi também asfaltada.

Rua Aírton Rodrigues

Era antigamente conhecida como *Rua do Binho*. Em planta cadastral e topográfica da Cidade, elaborada na segunda metade da década de trinta por Agostinho Catela, figurou com o nome de *Rua Vinte e Quatro de Outubro*. O decreto-lei 10, de 16/5/38, mudou-o para *Rua Quatorze de Julho*, comemorando a data nacional da França, em que ocorreu a tomada da Bastilha. Recebeu por fim o nome de *Rua Aírton Rodrigues*, com base na resolução da Câmara 1, de 7/1/74. O homenageado, apresentador de televisão Aírton Rodrigues Leite, que muito divulgava Machado em seus programas, inaugurou-lhe a placa em 3 de julho seguinte.

A resolução da Câmara 264, de 25/10/17, permitiu o aumento de sua iluminação. No final da década de vinte estendeu-se até ela a rede d'água, e foi nivelada sob protestos. Um trecho em abandono, no que seria a sua continuação do outro lado da Barão do Rio Branco, entre as ruas Coronel Jacinto

e Professor José Vieira, foi vendido com permissão da lei 547, de 5/12/66.

Rua Alfenas

Teve o nome oficializado pelo decreto-lei 10, de 16 de maio de 1.938. Ignoro quando o recebera. Com dois quarteirões, fica entre as ruas Coronel Jacinto e Coronel Francisco Vieira. Foi calçada no primeiro governo de Carlos Dias (77/83). Em maio de 2.000 construiu-se nela galeria pluvial.

Rua Joaquim Francisco Soares

Situa-se entre as avenidas Arthur Bernardes e Renato Azeredo, ao lado do Mercado Municipal. Recebeu nome com base na resolução da Câmara 6, de 27/6/83. Tratei de seu patrono nos capítulos dedicados ao Espiritismo e aos dentistas.

Rua Tenente Antônio Moreira

Era chamada de "*Quebra-Canela*", por causa de seu grande declive. O decreto-lei 10, de 16 de maio de 1.938, oficializou-lhe o nome de *Rua Tenente Antônio Moreira*; ignoro se já o tinha antes. Seu patrono, o Tenente Antônio Moreira de Souza Ribeiro, é considerado um dos fundadores da Cidade.

O decreto-lei 93, de 13/12/46, autorizou a aquisição de imóvel pertencente a Antônio Luiz Ferreira, para seu prolongamento. Em março de 1.966 construiu-se nela um escadão de 86 degraus, entre as ruas Major Feliciano e Coronel Jacinto. No mesmo ano, a lei 545, de 2 de dezembro, reduziu-lhe o tamanho, dando ao trecho acima referido o nome de *Ladeira Santa Amália*. Foi depois prolongada até a Rua Pedro Alves Negrão. Asfaltou-se parcialmente em 1.999.

Ladeira Santa Amália

Fazia parte da Rua Tenente Antônio Moreira, até ser desmembrada pela lei 545, de 2/12/66. É um escadão, como atrás mencionado. Seu nome homenageia o Pastifício Santa Amália, que então tinha sede logo abaixo.

Rua Hércules Prescildo Nannetti

Possui dois quarteirões, entre a Rua Coronel Francisco Vieira e a Avenida Renato Azeredo. Recebeu nome com base na resolução da Câmara 2, de 10/10/72. Mencionei seu patrono em capítulos sobre médicos e farmácias. Foi asfaltada em abril de 1.987.

Rua João Batista do Lago - Travessa de apenas um quarteirão, sem saída, da Rua Hércules P. Nannetti, entre as avenidas Arthur Bernardes e Renato Azeredo. Seu nome, que homenageia um fazendeiro, foi posto com esteio nas resoluções da Câmara 2, de 10/10/72, e 3, de 8/6/82.

Rua João Miguel da Silva

Muito íngreme, é fechada para trânsito de veículos automotores. Localiza-se entre as ruas Major Feliciano e Tiradentes. Possui escadão com mais de 150 degraus, construído em março de 1.996 para substituir calça-

mento de pedras irregulares. Seu nome, dado de acordo com a resolução da Câmara 3, de 8/6/82, homenageia um congadeiro.

Travessa Ramiro Bernardes Pereira

Tem apenas um quarteirão, entre as avenidas Arthur Bernardes e Renato Azeredo. Foi denominada com base na resolução da Câmara 9, de 10/10/83. Seu patrono trabalhou muitos anos como fiscal da Prefeitura. Asfaltou-se em 1.999. Foi pavimentada no governo de José Carlos Vilela.

Rua Augusto Conti

É uma rua estreita entre a Praça Rodoviária e a Avenida Renato Azeredo. Recebeu nome do decreto 1.030, de 3/6/91, homenageando um comerciante e curador. A resolução da Câmara 38, de 11/5/87, já havia, porém, estabelecido que se desse tal denominação a um logradouro da Cidade. Foi calçada em 1.995.

Rua Barão do Rio Branco

Em sessão de 25/11/1.889, a Câmara Municipal mudou o nome da *Rua do Rosário* para *Rua Quintino Bocayuva*. (Quintino Antônio Ferreira de Sousa, que adotou o sobrenome Bocayuva por nacionalismo então em voga, foi jornalista e político fluminense, defensor do movimento republicano. Exerceu os cargos de ministro das Relações Exteriores, senador e presidente do Estado do Rio de Janeiro). A resolução 208, de 17/4/12, substituiu a denominação por *Rua Barão do Rio Branco*. (José Maria da Silva Paranhos, o barão, foi político, diplomata e historiador, tendo também ocupado o Ministério das Relações Exteriores). Em 1.983, a vereadora Marilda Signoretti Reis tentou alterar o nome da Rua para "João Vieira da Silva", mas ante protestos da população desistiu da iniciativa.

A resolução da Câmara 97, de 11/4/04, autorizou o agente executivo a fazer o abaixamento da Rua. A resolução 207, de 17/4/12, permitiu a construção de passeios nela. Seu calçamento foi concluído em 1.947. Ganhou iluminação fluorescente no primeiro governo de Francisco Guerra (59/63), e foi asfaltada no primeiro de Carlos Dias (77/83). Em meados de 1.995 construiu-se rotatória na esquina com a Avenida Santa Cruz.

Rua Marechal Floriano Peixoto

O decreto-lei 10, de 16/5/38, oficializou os nomes de ruas, avenidas e praças da Cidade, estabelecidos na planta topográfica e cadastral feita por Agostinho Catela. Entre eles estava o da *Rua Marechal Floriano Peixoto*, que reverencia o segundo presidente do País. O decreto 1, de 14 de novembro do ano seguinte, conteve um disparate: "inaugurou" placa da rua em estudo, comemorando o cinqüentenário da República...

Rua Almirante Saldanha

Vai da Praça Rui Barbosa à Avenida Santa Cruz. Teve também o nome oficializado pelo decreto-lei 10/38, acima referido. Ele homena-

geia Luís Felipe Saldanha da Gama, contra-almirante que participou da revolta da Armada, em 1.893.

Rua Marechal Deodoro

Seu nome, igualmente oficializado pelo decreto-lei 10/38, reverencia Deodoro da Fonseca, proclamador e primeiro presidente da República. Teve a placa também "inaugurada" pelo decreto 1, de 14/11/39, acima mencionado. O decreto-lei 52, de 23/5/42, autorizou permuta de imóveis para seu prolongamento e acesso ao reservatório d'água. Possui dois escadões, um acima da Rua Irmão Arnaldo Isidoro (com 98 degraus), e outro abaixo dela (com 25).

Rua Barão de Caxias

Estende-se da Avenida Santa Cruz à Rua Irmão Arnaldo Isidoro. É mais uma que teve o nome oficializado pelo decreto-lei 10/38 - ignoro desde quando o tinha. Luís Alves de Lima e Silva, patrono do Exército, foi comandante das tropas brasileiras na campanha do Paraguai, e ministro da Guerra. Estranho que tenha batizado a Rua com título menor, de Barão de Caxias, obtido em 1.841, se chegou ao ápice da nobiliarquia como Duque, em 1.870.

Rua São João Batista de La Salle

O decreto-lei 10/38, tantas vezes mencionado, tornou oficial o nome da *Rua Tamoio*, que já constava da planta elaborada por Agostinho Catela. Indo da Praça São Benedito à Rua Irmão Arnaldo Isidoro, ela dava, antigamente, acesso ao Instituto São José. Por ocasião do lançamento da pedra fundamental deste, o decreto 23, de 19 de abril de 1.941, mudou-lhe o nome para *Rua São João Batista de La Salle*, reverenciando o patrono dos Irmãos Lassalistas.

Rua Jaceguai

Possui um quarteirão de cada lado da Avenida Santa Cruz. Foi das primeiras a receber asfalto, em meados de 1.974. Seu nome, também oficializado pelo decreto-lei 10/38, homenageia Artur Silveira da Mota, o Barão de Jaceguai. Ele participou da Guerra do Paraguai, foi almirante, historiador, memorialista e membro da Academia Brasileira de Letras.

Rua Aimoré

Como a anterior, teve o nome oficializado pelo decreto-lei 10/38, e foi das primeiras a receber asfalto, em meados de 1.974.

Rua Carlos Legnani

Vai da Avenida Santa Cruz à Praça João Luís Garcia. Recebeu nome da lei 275, de 5 de outubro de 1.959, em homenagem ao jornalista e historiador machadense. Foi asfaltada no segundo semestre de 1.974.

Avenida Santa Cruz

No final do século XIX havia aqui o Bairro de Santa Cruz e a Travessa de Santa Cruz. Ignoro, porém, quando e de que maneira a via

em estudo recebeu o nome atual. No início da década de vinte, ao menos perto do Largo do Rosário (Praça São Benedito), ela se chamava *Rua Pontalete*. Em dezembro de 1.936, quando já conhecida por *Avenida Santa Cruz*, alguns moradores pediram à Câmara, sem êxito, que a rebatizasse de "João Vieira da Silva".

Edgard Lion, no fim dos anos vinte, estendeu a ela a rede d'água. Foi prolongada no governo de João Antônio da Costa. A lei 45, de 31/10/49, autorizou a aquisição de diversos terrenos para seu alargamento, feito na administração seguinte, de Gustavo Dias. As leis 132, de 28/11/52, e 146, de 1/12/53, autorizaram-lhe o calçamento. Tal serviço só foi concluído na administração de Lucas Lacerda, de acordo com a lei 443, de 4/12/63. Arborizaram-na em 1.976 e em 1.979. Seu asfaltamento foi feito por Carlos Dias, em 1.981. No governo de José Carlos Vilela ganhou rotatória, na esquina com a Rua Barão do Rio Branco. Nela funcionaram outrora o Asilo dos Pobres e várias casas de tolerância.

Avenida Arthur Bernardes

A antiga *Avenida da Estação* recebeu o nome atual da lei 114, de 21/7/28. Seu patrono, Arthur da Silva Bernardes, foi prefeito de Viçosa, deputado estadual, deputado federal, secretário das Finanças e presidente de Minas, e presidente da República.

Foi calçada no governo de Lucas Lacerda, e ganhou bueiros no de Wálter Palmeira. Seu asfaltamento ocorreu em 1.974. Possui duas pistas, com canteiros centrais, que foram elevados em 2.000. Sediou a estação ferroviária e depósitos das maiores casas comerciais da Cidade. Tem pequena travessa curva, sem nome, que sai de seu começo e vai até a Avenida Gustavo Carneiro Dias.

Logradouros já desaparecidos ou não identificados

Comissão designada ela Câmara Municipal de Alfenas para denominar ruas e praças de nossa povoação, em 1.874, propôs que uma travessa da Praça da Harmonia se chamasse *Rua da Independência*. Propôs também para a antiga *Rua do Porcino* o nome de *Rua da Uruguayana*, e para a antiga *Rua da Lúcia* o nome de *Rua do Timbó*. Não sei onde estas ficavam.

A mesma comissão sugeriu que a antiga *Rua da Várzea* recebesse o nome de *Rua Fresca*. A resolução da Câmara 10, de 20/8/1.898, criou entre ela e a Rua Quinze de Novembro uma pequena praça. Não há supor, contudo, que a Fresca fosse a Rua da Palha, porque esta já fora mencionada com tal nome por lei de 28/6/1.897. Talvez ela ficasse mais adiante, perto de onde se fez depois a A. Bernardes.

A comissão propôs também que a antiga *Rua do Pidica* se chamasse *Rua Nova*. A resolução da Câmara 194, de 11 de abril de 1.911, autorizou seu presidente a construir um ou dois chafarizes nela. Depois disso não encontrei outras referências a seu respeito, e desconheço qual era a sua localização.

Ainda no século XIX existiu junto da antiga Rua do Rosário (Barão do Rio Branco) o *Beco do Rosário*, que foi consertado na administração do Major Onofre (1.883/1.887).

Nossos vereadores, em 25 de novembro de 1.889, puseram o nome de *Rua Benjamin Constant* numa não mencionada no livro de atas,

que ignoro qual era. Na mesma ocasião denominaram *Rua Dr. Alexandre Stockler* uma travessa da Rua Astolpho Pio, que ainda existia em 1.916.

Em sessão de 10 de outubro de 1.891, a Edilidade aprovou proposta para que se continuasse a *Travessa de Santa Cruz* em direção do Bairro da Mococa.

O *Beco do Damaso*, a que o livro de atas da Câmara faz menção em 1.894, confrontava com a Rua Joaquim Teófilo.

O jornal "*A Reforma*", em 15/2/03, estampou propaganda de comissário de café com estabelecimento na *Rua Municipal*, cuja localização ignoro.

Entre a Praça Municipal e a Rua Major Feliciano havia o *Beco da Instrução*. A resolução da Câmara 196, de 9/8/11, autorizou o agente executivo a despender quantia com a construção, nele, de calçamento abaulado e de passeio e sarjeta só de um lado.

A resolução da Câmara 264, de 25/10/17, autorizou o aumento da iluminação da *Rua Harmonia*, que desconheço onde se localizava.

Não descobri qual era a *Rua Humberto de Campos*, que teve o nome oficializado pelos decretos-leis 10 e 15, de 1.938.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - "A Reforma" ns. 2 - 12/1/1.902 - pág. 4;
7 - 15/2/1.903 pág. 3;

2 - Arquivo da Câmara Municipal de Alfenas - pacote nº 51 - "Expediente da Câmara Municipal de Alfenas de 1863 a 1899" - documentos avulsos;

3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de atas ns. 1, 2, 3 e 4;

4 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 17 e 20;

5 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - pasta de resoluções;

6 - Arquivo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio - 3º livro de tombo - pág. 43v.;

7 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos ns. 14, 17 e 18;

8 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de leis e decretos ns. 3 e 4;

9 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de leis e resoluções nº 6;

10 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de portarias nº 15;

11 - Arquivo Público Machadense - livro 62: "Leis, Decretos e Resoluções da Câmara Municipal - 1895 e 1896";

12 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919";

13 - Arquivo Público Machadense - livro 65: "Leis da Câmara Municipal -

1912 a 1932";
14 - Arquivo Público Machadense - livro 168: "Atas das Sessões da Câmara Municipal - 1883 a 1892";
15 - Arquivo Público Machadense - livro 169: "Atas das Sessões da Câmara Municipal - 1892 a 1894";
16 - Arquivo Público Machadense - pasta "documentos de Oscar Fernandes";
17 - "Folha Machadense" ns. 13 - 16/6/1.974 - pág. 1;
25 - 15/9/1.974 - pág. 1;
133 - 14/11/1.976 - pág. 5;
357 - 20/6/1.981 - pág. 2;
368 - 6/9/1.981 - pág. 6;
387 - 6/2/1.982 - pág. 2;
402 - 22/5/1.982 - pág. 1;
440 - 6/5/1.983 - pág. 1;
480 - 10/12/1.983 - pág. 2;
1141 - 8/2/1.997 - cad. B, pág. 5;
1282 - 13/11/1.999 - pág. 15;
1292 - 29/1/2.000 - pág. 13;
18 - informações pessoais de Afrânio dos Santos Oliveira;
19 - "Informativo Machadense" ns. 1 - agosto de 1.994 - págs. 4/5;
2 - setembro de 1.995 - pág. 6;
20 - "Luminar Machadense" ns. 86 - 23/3/1.958 - pág. 3;
97 - 13/6/1.964 - pág. 1;
21 - "O Machadense" ns. 30 - 28/5/1.905 - págs. 2 e 3;
16 - 22/9/1.932 - pág. 2;
857 - 19/11/1.961 - pág. 1;
858 - 26/11/1.961 - pág. 1;
985 - 27/3/1.966 - pág. 1;
1031 - 3/3/1.968 - pág. 3.

B - **secundárias**

1 - Fábio Couto Brigagão - "Associação Comercial e Industrial de Machado" - trabalho publicado na apostila "Concurso de Monografias "Homero Costa" sobre a História de Machado" - Prefeitura Municipal, datilografado, 1.987;
2 - Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da Ed. São Vicente, sem menção de data e local, pág. 19;
3 - João Rodrigues de Carvalho - artigo "Rua da Palha" - na "Tribuna Machadense" 50, de 16/1/1.982, pág. 5;
4 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985, págs. 52/53;
5 - José Pedro Xavier da Veiga - "Ephemerides Mineiras" - vol. IV - Imprensa Official do Estado de Minas, Bello Horizonte, 1.897, págs. 288/289;
6 - Lúcio O. N. de Senna - "Médicos Mineiros - No Brasil Colônia - No Império e na República" - Livraria Agir Editora, Rio de Janeiro, 1.947, págs. 27 e 69;
7 - Marcelo Carvalho Vieira - artigo "Por uma simples razão" - na "Folha Machadense" 825, de 27/10/1.990, pág. 10;

8 - Monteiro Lobato - “Veteranos do Paraguai” - em “A Onda Verde”, 13ª edição - Ed. Brasiliense, São Paulo, 1.979, pág. 35;
9 - Sílvia Costa Rosa - “1001 Ruas de São Paulo” - Editora Panda, São Paulo, 2.003, pág. 83;
10 - “site” na Internet: http://www.memorialonline.com.br;
11 - “site” na Internet: http://www.biblio.com.br;
12 - Víctor Silveira (organizador e editor) - “Minas Geraes em 1925” - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.926, págs. 405, 406 e 423.

****

A CIDADE - III
(bairros e vias públicas)

1) - Bairros já desaparecidos.
2) - Bairro da Ponte.
3) - Bairro Ponte de Pedra.
4) - Vila do Céu.
5) - Vila Nova.
6) - Vila Centenário.
7) - Vila Olímpica.
8) - Vila Conceição.
9) - Vila Assunta.
10) - Vila Novo Horizonte.

****

1 - **Bairros já desaparecidos**.

Em sessão de 10 de outubro de 1.891, a Câmara aprovou proposta do Vereador Damaso José de Souza, para que se continuasse a Travessa de Santa Cruz na direção do *Bairro da Mococa*. Não encontrei outra referência a ele.

O *Bairro Santa Cruz* já existia em 1.893: as leis 20 e 21, de 25 de outubro daquele ano, autorizaram o agente executivo a desapropriar João Baptista Mileo e o Padre Francisco Felippo de terrenos anexos a ele. O referido sacerdote deu nome ao *Bairro Padre Felippo*, que por certo ficava próximo do outro. A resolução da Câmara 33, de 26 de janeiro de 1.899, aprovou as plantas de ambos, que, infelizmente, se perderam.

2 - **Bairro da Ponte**.

Não é possível saber quando começou este bairro, for-

mado por casas simples e vendas que ficavam ao lado das antigas saídas da Cidade para Paraguaçu e Poço Fundo. Seu nome provém da ponte que lá atravessa o Rio Machado. Como nele existe a Igreja de Santo Antônio, por volta dos anos setenta passou a ser conhecido também como *Bairro Santo Antônio*. Este nome é, às vezes, usado apenas para a parte que fica além dela.

Perdeu importância após a construção das rodovias asfaltadas, tornando-se via de acesso secundária. Sob uma daquelas foi feita passagem de nível, em 1.974.

Em 1.994 o Município fez lá o loteamento *Jardim Santo Antônio*, em área desapropriada de José Wanderley Begalli e sua mulher. Com 8.320 m2., tem duas quadras e 23 lotes. A lei 1.072, de 30/8/96 (alterada pelas leis 1.104/97 e 1.336/00) autorizou a doação deles a diversas pessoas.

Diversas ruas do Bairro foram asfaltadas no primeiro governo de José Miguel de Oliveira. Seus logradouros são os seguintes:

Rua Francisco de Carvalho Dias - Foi denominada com base na resolução da Câmara 19, de 12/12/83, em tributo a ex-funcionário da Escola Agrotécnica Federal.

Rua Olímpio Domingues Pinto - Chamava-se antes *Rua Girassol*. Seu nome atual, que homenageia ex-vereador machadense, foi dado pela lei 1.079, de 20/11/96. Recebeu asfaltamento em 1.995.

Rua João Lopes Filho - Era antes denominada *Rua Poços de Caldas*. O nome presente lhe foi dado pela lei 1.095, de 30/4/97, em homenagem a curandeiro e ex-vereador local.

Rua Ângelo Scalco - Recebeu nome com base na resolução da Câmara 13, de 5/12/83.

Rua Elvira Soares - Foi asfaltada em 2.000.

Rua Francisco Neves da Silva - Sua denominação foi estabelecida pela resolução da Câmara 15, de 5/12/83. Ganhou pavimentação asfáltica em 2.000.

Há ainda, sem denominação, pequena praça e uma rua (esta, designada apenas como "*particular*").

3 - **Bairro Ponte de Pedra**.

O nome é antigo: em 1.884 a Câmara mandou construir uma ponte na entrada da Cidade, no lugar denominado *Ponte de Pedra*. Ela ficava, segundo informação que não pude confirmar, sobre o córrego atualmente conhecido como *do Curtume*. Com o correr do tempo o nome passou a designar um

bairro urbano, de limites indefinidos, ao longo da atual Avenida Comendador Lindolfo de Souza Dias.

Vários loteamentos lá surgiram na segunda metade do século passado. Em 1.967 Ismael Mariano Leite construiu a *Vila Ponte de Pedra*, entre a Avenida e a Rua do Curtume, com 2 quadras e 22 lotes. Por volta de 1.975, também Sílvio Martins Domingues e João Vítor Domingues fizeram pequeno loteamento próximo daquela. Em 1.978 Hugo Passos Swerts deu início ao *Jardim Chamonix*, em parceria com Carlos Alberto Pereira Dias, numa área de 89.720 m2., com 21 quadras e 200 lotes, ao lado do atual Parque de Exposições. Várias de suas ruas foram calçadas no governo de José Carlos Vilela; outras receberam asfalto no primeiro de José Miguel de Oliveira. Na segunda metade da década de oitenta, Ernesto Pereira Neves e José Eusébio Dias fizeram o loteamento *Neves e Dias*, mais conhecido por *Vila Neves*, vizinho do anterior, com 4 quadras e 21 lotes.

Além de parte da *Avenida Renato Azeredo*, referida alhures, os principais logradouros do Bairro são os seguintes:

Avenida Comendador Lindolfo de Souza Dias - Antiga saída para Paraguaçu e Poço Fundo, começou a ser construída no primeiro governo de Francisco Guerra. Recebeu nome da lei 306, de 5/8/60. A lei 481, de 3/12/64, abriu crédito especial para desapropriação de diversos imóveis necessários a sua abertura (ver decretos 16/64 e 18/66). A rede de esgotos foi feita na gestão de Wálter Palmeira. Em 1.978 Carlos Dias asfaltou-lhe as duas pistas, fez canteiro central e arborizou-a.

Rua do Curtume - É o trecho remanescente da antiga *Estrada do Curtume*, que ia até o alto do *morro do Cemitério* (onde fica hoje o hospital). Seu nome deriva dos dois curtumes que existiam no local, mencionados quando tratei do córrego do mesmo nome. Foi alargada na primeira metade da década de setenta. A lei 182, de 5.9/74, autorizou a construção de casa popular para substituir outra, demolida na obra. Ganhou asfalto no governo de José Carlos Vilela.

Rua Professora Maria José Domingues Campos - Foi denominada de acordo com a resolução da Câmara 9, de10/10/83.

Rua São Francisco de Assis - Recebeu nome com base na resolução da Câmara 11, de 31/10/83.

Rua João Rodrigues de Carvalho - Seu nome, que homenageia um professor e historiador, foi posto em obediência à resolução da Câmara 7, de 1/8/83. Foi asfaltada em 1.999. Possui viela transversal sem saída.

Rua João Alexandre de Moura - Ganhou nome por força da resolução da Câmara 13, de 5/12/83. Seu patrono, mais conhecido pelo apelido de "Bitiúra" (de Ibitiúra, sua terra natal), foi proprietário de bar na Avenida Santa Cruz. Foi pavimentada em 1.990.

Rua da Cerâmica - Foi calçada em 1.995.

Rua Idalina Cândida Westin - Seu nome, colocado com base na resolução da Câmara 14, de 5/12/83, reverencia antiga funcionária dos Correios, matriarca da família Westin. Foi calçada em 1.995.

Rua Mozart da Silva Pinto - Foi denominada conforme a resolução da Câmara 15, de 5/12/83, em homenagem a um coletor estadual.

Rua São João del Rey - Pequena, fica quase em frente da Escola "Paulina Rigotti de Castro".

Rua Vicentina Pereira Neves - Recebeu nome de acordo com a resolução da Câmara 15, de 5/12/83, homenageando a mãe do construtor da "*Vila Neves*", antiga proprietária de terrenos no local.

Rua Artur Pereira Caixeta - Foi denominada por força da resolução da Câmara 11, de 31/10/83. A lei 694, de 7/12/88, autorizou a permuta de terrenos para seu prolongamento. Foi calçada em 1.995.

4 - **Vila do Céu**.

Teve origem em loteamento feito pelo barbeiro Alencar Verne Pereira, junto do antigamente denominado "*morro do Cemitério*" (por causa da necrópole que ficava onde é hoje o hospital). Em 1.949, onde agora se localiza a Rua Joaquim Pio de Souza Moreira, Waldomiro Prado abriu a *Vila Maria Lúcia*, com 26 lotes, e deu-lhe nome em homenagem a uma filha adotiva. No início da década de sessenta, em terrenos comprados no Bairro, Arthur Signoretti construiu a *Vila Signoretti* (com 3 quadras e 20 lotes) e a *Vila Hortênsia* (com 14 lotes), cujos nomes, conforme J. R. de Carvalho, homenageiam seu avô e sua esposa. As ruas da última são as denominadas pela lei 479/64. O projeto dela continha duas vias que não chegaram a ser abertas, mas também receberam nome: *Rua Dr. Albino de Almeida* e *Avenida João Paulino da Costa*. A lei 323, de 29/11/60, homenageando agricultor machadense, deu o nome de *Rua João Pereira Caixeta* a um logradouro do Bairro que, na verdade, não existe.

Através do *Projeto CURA* lá se construíram rede de esgotos e escadões, e várias ruas receberam calçamento poliédrico. Seus principais logradouros são os seguintes:

Rua Arthur Xavier Pedroso - Recebeu da lei 36, de 31/10/49, o nome de Rua Professor Arthur Pedroso, mas não ficou assim conhecida. Tratei de seu patrono na parte relativa à instrução. Foi arborizada pela primeira vez em 1.976.

Rua Irmãs Concepcionistas - Deu-lhe nome a lei 479, de 29/6/64. Foi

asfaltada em junho de 1.980.

Rua Dr. Aprígio Nogueira - Foi denominada pela lei 479/64. Tratei de seu patrono no capítulo relativo aos médicos.

Rua Madre Sebastiana Del Blanco - Recebeu nome com base na resolução da Câmara 14, de 5/12/83. Sua patrona é mencionada no capítulo referente ao Colégio Imaculada Conceição. Foi asfaltada em 1.994.

Rua Iracema Rodrigues - É a primeira travessa à direita da Rua Arthur Xavier Pedroso, paralela à Rua Alegria. Foi denominada pela lei 479/64, em homenagem à diretora da E.E. Dom Pedro I. Sem placas, estranhamente figura nos mapas e listas apenas como *Rua Projetada*. Tem um quarteirão e, a seguir, dois lances de escadão, com 90 e 76 degraus.

Rua Alegria - Recebeu nome também da lei 479, de 29/9/64. Possui escadão com mais de 90 degraus.

Rua Plínio Motta - Foi denominada pela lei 291, de 24/11/59, em homenagem ao professor e escritor referido em capítulos sobre a instrução e a cultura. Possui pequena travessa sem nome ao lado do Santuário do Menino Jesus de Praga.

Rua Joaquim Pio de Souza Moreira - Teve o nome dado pela resolução da Câmara 14, de 5/12//83. No capítulo referente às farmácias falei de seu patrono.

Rua Durval Martins Ramos - Recebeu nome da resolução da Câmara 13, de 5/12/83, em tributo a expedicionário e ex-servidor dos Correios e Telégrafos.

Rua Américo Signoretti - Seu nome, dado com base na resolução da Câmara 16, de 28/11/83, reverencia um contador, político e professor machadense.

Rua Antônio Pereira da Luz - Tem escadão com mais de cem degraus, entre as ruas A. Nogueira e Irmãs Concepcionistas.

Rua Euclydes de Souza Dias - Foi denominada com esteio na resolução da Câmara 18, de 12/12/83. Seu patrono dedicou-se à agricultura e ao comércio. Foi reformada e calçada em 1.994. Possui escadão com 114 degraus.

5 - **Vila Nova**.

Em 1.949 Waldemar Soares Camargo comprou terreno em que o Centro Espírita tencionara construir um sanatório, e o repartiu em 54 lotes. Conforme seu filho Cornélio Camargo, vendeu-os em seguida a baixo preço, sem prazo certo de pagamento, para pessoas de baixa renda.

Suas vias tiveram rede de esgotos através do *Projeto CURA*. São elas:

Rua Waldemar Paulino da Costa - Recebeu nome da lei 302, de 18/3/60, em homenagem a político e farmacêutico machadense.

Rua Bartolomeu Soares de Camargo - Também foi denominada pela lei 302/60, lembrando o pai do criador do Bairro. Seu calçamento teve início em meados de 1.975. Asfaltou-se no primeiro governo de Carlos Dias.

6 - **Vila Centenário**.

Começou a ser construída por Ismael Mariano Leite no primeiro semestre de 1.957, e seu nome homenageia o centenário da Freguesia do Machado, comemorado naquele ano. A maior parte do terreno em que se localiza pertencia a Eurico da Silva Dias; outra era de Ivone José Sobral. A rede d'água foi feita no governo de Wálter Palmeira. Teve várias ruas cascalhadas no primeiro mandato de Carlos Dias. Com recursos do *Projeto CURA* outras receberam calçamento poliédrico, meios-fios e rede de esgotos.

Fazem parte dela:

Praça João Luís Garcia - Recebeu nome da lei 544, de 2/12/66, em lembrança de comerciante e político local. Foi asfaltada no primeiro mandato de Carlos Dias.

Rua João Luís Garcia - É contígua à praça antes referida.

Todos os demais logradouros têm nomes de aves: *Rua das Andorinhas*, *Rua Beija-flor*, *Rua dos Cisnes*, *Rua dos Curiós*, *Rua Flamingo*, *Rua Gaivota*, *Rua Garça*, *Rua Jaçanã*, *Rua Jandaia*, *Rua Pelicano*, *Rua Perdizes*, *Rua Pingüim*, *Rua Pintassilgo*, *Rua Rouxinol*, *Rua Sabiá*, *Rua Seriema* e *Rua Tucano*.

7 - **Vila Olímpica**.

Foi loteada por Aristides Pio de Araújo Dias a partir de 1.957, em terreno herdado de seus pais, próximo do qual então se construíam o Estádio e a Praça de Esportes. Deu-lhe nome um dos filhos do loteador, Clóvis Araújo Dias.

Recebeu rede de esgotos em maio de 1.991. Seus logradouros são os seguintes:

Avenida Othon Dias - Ladeia o Córrego Jacutinga, com duas pistas, da Rua Coro-

nel Jacinto ao Estádio Municipal. Recebeu nome da lei 334, de 17/3/61, em homenagem a um jornalista, irmão do loteador. No primeiro semestre de 1.990 construiu-se passarela em seu início. O trecho que vai deste à Rua XV de Novembro foi asfaltado em agosto de 2.000.

Rua Pio de Souza Dias - Denominou-a a lei 332, de 17/3/61. Seu patrono, pai do loteador, foi o antigo proprietário do terreno, fazendeiro e vereador. Recebeu asfalto na primeira gestão de Carlos Dias.

Rua Nélson Garcia - Seu nome foi posto com base na resolução da Câmara 6, de 27/6/83, em homenagem a um comerciante.

Rua Arthur Scalco - Via de acesso ao Machado Esporte Clube, foi denominada de acordo com a resolução da Câmara 13, de 5/12/83. O decreto 1.673, de 23/10/00, declarou de utilidade pública imóvel de Elza de Araújo Dias, destinado a seu prolongamento.

Rua Nove de Julho - É um pequeno trecho que fica entre as ruas Nélson Garcia e XV de Novembro.

Ao lado da Vila Olímpica, além da Rua Arthur Scalco, ficam dois pequenos loteamentos, separados por um corregozinho sem nome, que deságua no do Soturno. O *Bosque dos Ipês* foi feito por Daniel Azarias Pereira. O *Jardim da Gruta*, com 2 quadras e 24 lotes, foi construído por Messias Ferreira Martins em área de 10.000 m2. que adquiriu da Paróquia da Sacra Família, e tirou o nome da gruta de N. S. de Lourdes, lá existente. Ele a ornou com pequeno jardim, cercado de muros e grade.

Ambos surgiram nos últimos anos do milênio e fazem frente para a *Rua Dr. Carlos Roberto de Almeida*. Esta é a antiga Estrada da Pedreira, que teve o nome trocado pela lei 1.078, de 20/11/96, em homenagem a médico local. Foi asfaltada em 1.997, com ajuda da Secretaria de Estado de Assuntos Municipais. Ao Bosque dos Ipês pertencem as seguintes vias: *Rua Carlos Luiz Serenini* e *Rua José Gonçalves Magalhães*. Do Jardim da Gruta são a *Rua Antônio José Ferreira* e a *Rua Projetada*.

8 - **Vila Conceição**.

Foi formada por Antônio Benedito Lucas e João Inácio Lucas na segunda metade da década de sessenta, com 142 lotes. Recebeu asfalto em 1.985, com recursos do *Projeto CURA*. A rede elétrica, concluída no início de 1.990, teve o custo repartido entre a Prefeitura e os moradores.

Situa-se entre o Jardim Floresta, o "*campus*" da

ESACMA e as duas avenidas a seguir referidas:

Avenida Dr. Athayde Pereira de Souza - A lei 299, de 18/3/60, denominou-a para reverenciar gerente do antigo Campo Experimental. O trecho inicial, da Avenida Santa Cruz ao Cemitério, foi alargado no primeiro governo de Francisco Guerra e asfaltado no primeiro de Carlos Dias. A parte derradeira, até a fazenda da Epamig, recebeu asfalto em 1.996, com verba obtida pelo Deputado Jorge Eduardo.

Avenida Oscar de Paiva Westin - É parte da antigamente denominada Avenida do Contorno. O trecho da Av. Dr. Athayde P. de Souza ao Bairro Santa Helena foi aberto no início dos anos setenta. A lei 488, de 30/12/82, autorizou a desapropriação de terreno para seu prosseguimento. Acaba na Rua Coronel Azarias. Recebeu asfalto em três etapas: em 1.985 na parte que limita com a Vila Conceição e o Jardim Floresta; na segunda metade da década de noventa na divisa com o Residencial Morada da Serra; em 2.000 no quarteirão entre as ruas Jerônimo E. de Figueiredo e São José. Pequeno trecho chegou ao fim do milênio sem nenhum calçamento. Seu patrono foi um filantropo de múltiplas atividades: dentista, banqueiro, sacristão, etc.. Foi denominada com base na lei 75, de 2/10/70, e na resolução da Câmara 6, de 27/6/83.

Suas vias homenageiam santos: *Rua Santa Bárbara*, *Rua São Bernardo*, *Rua Santa Inês*, *Rua São Paulo* e *Rua Santa Teresa*.

9 - **Vila Assunta**.

Originou-se do loteamento de um terreno íngreme de quatro alqueires, feito por Celso Sidney Gambi, em parceria técnica e comercial com Ismael Mariano Leite. Seu nome homenageia a mãe daquele, Assunta Bartolomei Gambi. A planta foi feita em setembro de 1.968; ignoro quando a obra teve início.

No primeiro governo de Jorge Eduardo lá se construíram meios-fios e sarjetas; no primeiro de Carlos Dias, rede de esgotos e dois escadões. Citem-se estes entre seus logradouros:

Avenida Celso Sidney Gambi - Foi aberta no início da década de setenta. Recebeu nome da lei 91, de 29/9/71. Seu asfaltamento ocorreu em março de 1.975. No governo de José Carlos Vilela ganhou muro de arrimo, calçadas e arborização.

Rua Joaquim Paulino da Costa - Recebeu nome com base na lei 75, de 2/10/70. Seu patrono, agricultor e capitalista, foi um dos responsáveis pela construção da estrada de ferro. O decreto 705, de 18/4/85, declarou de utilidade pública, para desapropriação, terreno de José Gonçalves Filho, destinado a seu prolongamento.

Rua Júlio Giovanetti - Seu nome, dado pela resolução da Câmara 5, de 17/8/78, homenageia político de Santo Antônio da Platina, PR, aqui recebido várias vezes,

pelos anos setenta, em grupo de esportistas que se relacionava com o Clube dos Trinta. Foi asfaltada no primeiro governo de Carlos Dias.

Rua Wolney de Araújo Dias - Seu nome, baseado na resolução da Câmara 9, de 10/10/83, reverencia advogado e ex-vereador local. Em fevereiro de 1.995 teve uma casa atingida por deslizamento de terra. No mesmo ano lá se fez um escadão.

Rua Rodolfo Scalco - Recebeu nome com base na resolução da Câmara 13, de 5/12/83.

E ainda: *Rua da Amoreira* (com escadão de 25 degraus), *Rua Cajarana*, *Travessa do Ipê*, *Travessa do Jacarandá*, *Travessa da Peroba* e *Travessa Sucupira*. Existe uma travessa sem nome, composta apenas de escadão com 60 e poucos degraus, entre as ruas W. A. Dias e J. Giovanetti.

10 - **Vila Novo Horizonte**.

Surgiu em 1.972, por iniciativa de Ângelo Manoel de Souza e João de Freitas Pires, em terreno adquirido do Espólio de Venuto Serafini. Foi projetada por Maurício Dias Vieira, com 8 quadras e 104 lotes. Recebeu calçamento poliédrico em 1.980, com recursos do *Projeto CURA*. Teve algumas ruas asfaltadas no primeiro mandato de José Miguel de Oliveira.

São seus logradouros:

Rua Otaviano de Paiva Reis - Foi denominada pela resolução da Câmara 9, de 21/12/76, em homenagem a um ator teatral amador e comerciante.

Rua Ouro - Possui escadão de 103 degraus, feito entre janeiro e agosto de 1.994.

E ainda: *Rua Cobre*, *Rua Esmeralda*, *Rua Pérola*, *Rua Prata*, *Rua Safira* e *Rua Turmalina*.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 6, 9, 11 e 13;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - pasta de resoluções;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de decretos nº 17;
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - pastas diversas da seção

"Cadastro Imobiliário";
5 - Arquivo Público Machadense - livro 61: ""Leis e Resoluções da Câmara Municipal - 1892";
6 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919";
7 - Arquivo Público Machadense - livro 168: "Atas das Sessões da Câmara Municipal - 1883 a 1892";
8 - Arquivo Público Machadense - pasta de biografias nº 5;
9 - "Folha Machadense" ns. 29 - 13/10/1.974 - pág. 1;
95 - 22/2/1.976 - pág. 8;
368 - 6/9/1.981 - pág. 6;
683 - 9/1/1.988 - pág. 16;
789 - 17/2/1.990 - pág. 1;
1076 - 28/10/1.995 - pág. 1;
1169 - 23/8/1.997 - pág. 3;
10 - informações pessoais de Afrânio dos Santos Oliveira, Ângelo Manoel de Souza e Emerenciana de Araújo Dias;
11 - "Informativo Machadense" nº 1 - agosto de 1.994 - págs. 4/5;
12 - "Luminar Machadense" nº 75 - 2/5/1.957 - pág. 3.

B - **secundárias**
1 - Cornélio Camargo - "Waldemar Soares Camargo" - biografia na "Coletânea de Monografias sobre Vultos Machadenses" - mimeografada - Serviço de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Machado, 1.986, pág. 53;
2 - João Rodrigues de Carvalho - artigo "Conheça sua cidade" - na "Tribuna Machadense nº 45, de 24/10/1.981, pág. 4.

****

A CIDADE - IV
(bairros e vias públicas)

1) - Bairro Bom Jesus.
2) - Bairro Santa Helena.
3) - Bairro Santo Amaro.
4) - Bairro Guarany.
5) - Jardim Patrícia.
6) - Bairro Ouro Verde.
7) - Jardim La Salle.
8) - Bairro Santa Luísa.
9) - Bairro Boa Fé.
10) - Jardim Floresta.
11) - Bairro Santa Luísa II.

****

1 - **Bairro Bom Jesus**.

A Chácara Bom Jesus, que deu origem ao bairro do mesmo nome, foi loteada por José Washington Moreira Carvalho, em duas etapas, na primeira metade da década de setenta. De início venderam-se alguns terrenos na parte baixa. Em 1.974 foram abertas ruas no morro (apenas trilhos, conforme a imprensa...), e alienados mais de cem lotes. O serviço de infra-estrutura, precário, não compreendeu as redes de água e luz. Diversas ruas foram calçadas nos anos oitenta. Construiu-se reservatório do SAAE em 1.996.

Trecho da parte baixa do Bairro, ao longo da Rua Joaquim Moreira de Souza Guerra, é conhecida por *Vila Ester*. Entre ele e o Estádio Municipal localiza-se o pequeno loteamento da *Chácara Santa Rita* (aberto em 1.988, com 8 terrenos), que pertenceu a Josino de Araújo Dias. Seus logradouros são os seguintes:

Avenida Gustavo Carneiro Dias - É o trecho da antes denominada *Avenida do Contorno* que vai da Avenida Dr. Feliciano Vieira da Silva ao Estádio Municipal, margeando nos dois lados o Córrego Jacutinga. Foi feita a partir de 1.974, por etapas. Concluiu-se primeiro a pista da banda direita do curso d'água. Leis diversas (371/79, 409/80, 496/83) autorizaram a desapropriação de terrenos na Vila Ester, para continuação da outra. Aquela asfaltou-se em 1.990; esta, em 1.997. Seu nome, que homenageia um ex-prefeito, foi dado com base na resolução da Câmara 1, de 29/3/83.

Rua Maestro Joaquim Leite - Foi denominada pela resolução da Câmara 10, de 21/12/76. Teve placa inaugurada em agosto do ano seguinte. Falei de seu patrono num dos capítulos dedicados à música. O decreto 746, de 20/6/86, declarou de utilidade pública terreno pertencente à Casa do Estudante Rural, para seu alargamento.

Rua Joaquim Moreira de Souza Guerra - Recebeu nome com base na lei 75, de 2/10/70, em tributo a um vereador.

Rua Dr. Joaquim Albino de Almeida - Seu nome, que homenageia médico local, foi dado com base na resolução da Câmara 1, de 29/3/83. Ressalto que o mesmo nome fora posto pela lei 479/64 numa rua da Vila Hortênsia, que, todavia, não chegou a ser aberta.

Rua Waldemar Soares de Camargo - Foi denominada em tributo a um construtor machadense, com esteio na resolução da Câmara 1, de 29/3/83.

Rua Professora Maria Antonieta Vieira Guerra - Seu nome, que reverencia mestra da antiga Escola Técnica de Comércio, foi posto de acordo com a resolução da Câmara 2, de 10/10/72. Tanto nas placas como em mapas e listas telefônicas é escrito erradamente como "*Profª Maria Antonieta Vieira Costa*".

Rua Antonieta Andrade Pedroso - Foi também denominada com base na resolução da Câmara 2, de 10/10/72, em reconhecimento a uma professora e diretora do Colégio Pedroso.

Rua Bruno Bollins - Recebeu nome com base na resolução da Câmara 1, de 21/3/77, em homenagem a fotógrafo local.

Rua Tirteo Zanon - Pequena via sem saída, no alto do morro. Seu nome, posto de acordo com a resolução da Câmara 2, de 10/10/72, reverencia um fabricante de artefatos de cimento e político.

Praça Jairo Bellini Resende - A lei 230, de 18/8/75, autorizou a desapropriação de terreno de José Washington M. Carvalho para sua feitura, que só ocorreu em 1.988. Recebeu nome do decreto legislativo 23, de 4/9/95, como tributo a um provador e comerciante de café. Foi arborizada e pavimentada no governo de José Carlos Vilela.

Na Chácara Santa Rita fica apenas a *Rua Jorge Abrão*. Deu-lhe nome o decreto 1.195, de 18/7/94, em homenagem a um antigo comerciante, patriarca da família Abrão. Foi asfaltada em 2.000.

2 - **Bairro Santa Helena**.

Origina-se de loteamento da Chácara Santa Helena, feito por Euzínio de Souza Dias em 1.972. O Município o aprovou dois anos depois, mesmo sem rede de esgotos. A primeira área tinha 21.020 m2., com 9 quadras e 74 lotes. Outra se loteou posteriormente, com 19.795 m2., 5 quadras e 46 lotes - a viúva do antigo proprietário requereu seu registro em 1.992.

Em 1.989 se iniciou a construção de uma pequena praça no Bairro, que não foi urbanizada nem denominada até o fim do milênio. A *Rua Jerônimo Emiliano de Figueiredo* é a principal. Recebeu nome com base na lei 75, de 2/10/70. Seu patrono foi professor e jornalista: falei dele nos capítulos dedicados às classes isoladas e à imprensa. Asfaltou-se em outubro de 1.980. As demais foram calçadas em meados da década de noventa: *Rua São José*, *Rua São Vicente*, *Rua São Pedro*, *Rua São João*, *Rua São Mateus*, *Rua São Lucas* e *Rua Santo Antônio*.

3 - **Bairro Santo Amaro**.

Em 1.971 e 1.972, o jornal "*O Machadense*" e Ary Pereira Caixeta alardearam as primeiras promessas de financiamento público para construção de casas populares. Mesmo antes de escolhido o local abriu-se inscrição aos interessados, na Prefeitura.

A lei 227, de 13 de agosto de 1.975, autorizou assinatura de convênio entre o Município e a COHAB, para a obra. No mesmo ano definiu-se que seria realizada em imóvel de Amaro Pereira de Carvalho (que deu nome ao Bairro), Aristides Pereira de Carvalho e filhos, entre a Vila Centenário e a Avenida do Contorno. Ele foi adquirido pelo Município em 1.976, após acordo num processo de desapropriação.

Só em 1.977 o BNH aprovou projeto para edificação de 103 casas, ao qual liberou seis milhões de cruzeiros. No mês de outubro teve início o serviço de terraplenagem, custeado pelo Município. Aberta a concorrência, em fevereiro de 1.978 começou efetivamente a construção, concluída no prazo aproximado de um ano. Conforme deliberado pela COHAB, 45 unidades foram distribuídas pelo diretório local da ARENA, mediante indicação de Rúbens Garcia; outro tanto, pela Prefeitura; o restante ficou para policiais civis e militares.

Em fevereiro de 1.980 o Município começou a constru-

ção de meios-fios e sarjetas no local; quase todo o serviço, porém, foi destruído pela chuva no ano seguinte. A pavimentação das ruas, com recursos do Projeto CURA, concluiu-se em março de 1.984.

Destaco entre seus logradouros:

Rua João de Souza Moreira - A resolução da Câmara 89, de 21/8/89, estabelecera o nome de "João de Souza Moreira" para ser dado a um logradouro público da Cidade. Em novembro do mesmo ano, moradores da *Rua da Misericórdia* pediram aos vereadores a mudança de seu nome, alegando que era motivo de chacota... Por isso, o decreto 1.003, de 28/9/90, substituiu-o pelo atual, homenageando ex-prefeito de Machado. Curiosamente, este não "pegou", e o antigo continua a figurar nas placas, mapas e listas telefônicas.

Alameda Donatília Passos Swerts - Recebeu nome com base na resolução da Câmara 14, de 5/12/83, em homenagem a uma professora de música. Circunda o lago artificial, que tomou o nome do ex-prefeito João Vieira da Silva, de acordo com a resolução da Câmara 2, de 27/3/78. Ambos começaram a ser construídos no final da primeira administração de Carlos Dias, e foram terminados na seguinte. Local de caminhadas, desfiles carnavalescos e outros eventos, é sombreada por quaresmeiras e árvores diversas. A lei 1.100, de 26/5/97, autorizou a construção de sanitários públicos nela, não iniciada até o fim do milênio. Em 1.999 lá se fizeram canteiros elevados, para demarcar trecho reservado a pedestres.

Mencionem-se ainda: *Rua da Clemência*, *Rua da Consolação*, *Rua da Esperança*, *Rua da Fé*, *Rua da Graça*, *Rua da Paixão*, *Rua da Piedade* e *Rua da Saudade*. Não tem nome a praça situada em frente da *Educação Infantil "Vovó Donana"*. Outra via sem denominação é conhecida apenas como *Rua A*.

4 - **Bairro Guarany**.

Teve, excepcionalmente, os limites estabelecidos pela resolução da Câmara 3, de 3 de dezembro de 1.979:

> *"do início da Av. Plínio da Silva Dias, ligando a BR-267, seguindo por esta até a altura do Bairro Santo Amaro, daí em linha reta até a Av. Contorno, seguindo a margem direita, abrangendo inclusive o loteamento Alvorada, até ligar novamente na Av. Plínio da Silva Dias".*

Este perímetro compreende também os loteamentos "*Bom Recanto*", "*São Geraldo*" e "*Jardim Primavera I*".

Em abril de 1.982 publicou-se o edital de registro do loteamento "*Alvorada*", requerido por Alair Alves Campos e Wálter Palmeira.

Fica ao lado da Avenida Ricardo Annoni Filho, confrontando com o Córrego do Curtume. Possui duas quadras, de 19 e 24 lotes.

O "*São Geraldo*" foi loteado em 1.979 por Afrânio dos Santos Oliveira, em área adquirida de Geraldo Pereira Domingues, o "*Zé Dico*", de quem tomou o nome. Este possuía 14 alqueires de terra em Douradinho, havidos por acerto trabalhista com o ex-patrão Edmundo Pereira. Trocou-os depois por 2 1/2 na periferia da Cidade, que acabou vendendo. Neles se fizeram, além do loteamento em exame, o estádio do Guarany, parte do "*Bom Recanto*" e da Av. Ricardo A. Filho, e algumas chácaras. O "*São Geraldo*" compõe-se de 33 lotes, com fundos para o Córrego do Curtume. Tem apenas duas vias. A *Rua José Cândido de Oliveira* (antiga *Rua A*) foi assim denominada pela lei 1.088, de 26/12/96, em reconhecimento a um líder espírita, político e comissário de menores. Liga a Av. Ricardo Annoni Filho à BR-267. A *Rua B*, sem saída, dá acesso ao Guarany Esporte Clube. Ambas são calçadas com paralelepípedos.

Laércio Leite da Silva foi o responsável pelo loteamento "*Bom Recanto*", com 3 quadras e 71 lotes. Seu terreno foi adquirido em sociedade com Ângelo Manoel de Souza, que depois lhe vendeu a sua parte. Ficam nele a *Rua Alagoas* e a *Rua Bahia*, cujo calçamento foi iniciado em 1.983. Sofreu inundações do Córrego do Curtume em 1.996, 1.998 e principalmente em 1.999. Depois da última, em convênio com o SAAE, o Município canalizou trecho do curso d'água e fez obras de reurbanização no local.

O "*Jardim Primavera I*" foi loteado na última década do milênio por Arnaldo Azevedo Reis, sob a responsabilidade de Ednan Augusto da Silva Júnior. Fica entre o estádio e o lago artificial. Em 1.999 colocaram-se meios-fios em parte dele. Veículos automotores só chegam lá pela BR-267. Liga-se à Av. Ricardo Annoni Filho por um escadão de trinta degraus e um pontilhão sobre o Córrego do Curtume. Os nomes de suas vias homenageiam parentes do loteador: *Rua Amélia Afonsina Reis Pereira*, *Rua Erasto Pereira* e *Rua Maria Azevedo Reis*.

Os logradouros principais do *Guarany* são os seguintes:

Avenida Plínio da Silva Dias - Liga a Praça Tchecoslováquia ao trevo de acesso à BR-267. Recebeu nome da lei 279, de 28/12/76, em homenagem a um fazendeiro e político. Em 1.995 ganhou passeios e arborização. No segundo semestre de 2.000 teve ampliada a rede pluvial.

Praça Tchecoslováquia - No início da década de setenta o Município ganhou da então Tchecoslováquia imagem do Menino Jesus de Praga, ficando assentado que, em retribuição, daria a uma praça da Cidade o nome daquele País. Assim, a resolução da Câmara 2, de 21/11/73, batizou como tal "*o logradouro no encontro da Rua Tiradentes e Avenida Arthur Bernardes*". A construção do Santuário teve início no local e foi interrompida, porque ele se destinou ao terminal de ônibus,

ante a proximidade do trevo de acesso à BR-267, que estava sendo feito. Concluídas as obras, era preciso escolher outro ponto para cumprimento da promessa. Ainda não restabelecido o regime democrático, os vereadores resolveram antes consultar o IMAM sobre a legalidade da homenagem a um Estado socialista. Com o parecer favorável em junho de 1.978, deliberou-se que ela seria prestada na praça em construção logo após a Rodoviária. A lei 413, de 8/10/80, deu-lhe enfim o nome combinado, e ficou pronta no ano seguinte. Em outubro de 1.987 o Lions Clube instalou nela relógio de sol. No primeiro semestre de 2.000, após a canalização do Córrego do Curtume, teve piso concretado e canteiros refeitos; ganhou novos bancos e flores.

Praça Rotary Club - A resolução da Câmara 2, de 7/5/84, estabeleceu o nome de *Rotary Club* para ser dado a uma praça. O Município a construiu no mesmo ano, em imóvel pertencente a Onofrina Santos Gambi e outros, e o patrono comprou um parque infantil para ser instalado nela. A inauguração ocorreu em setembro do mesmo ano. O decreto 858, de 21/7/88, declarou de utilidade pública, para desapropriação, o terreno em que se fez a obra, a fim de legalizar o seu domínio. Logo destruído por vândalos, o parque se reinaugurou, com alambrado, em outubro de 1.995. Menos de dois anos depois estava de novo todo danificado. Estranhamente, a lei 1.279, de 14/1/00, estabeleceu outra vez o nome do Clube para denominar um logradouro da Cidade.

Avenida Ricardo Annoni Filho - É o trecho da antes chamada *Avenida do Contorno* que se estende da Praça Tchecoslováquia à atual Avenida João Marcelino de Carvalho. Começou a ser aberta em meados da década de setenta. A resolução da Câmara 7, de 17/6/76, deu-lhe nome em homenagem a um ex-vereador e político trabalhista. A inauguração da placa ocorreu em 12 de setembro do mesmo ano. Seu asfaltamento teve início em 1.980, a partir da praça acima referida; em 1.983 completou-se o serviço, da fábrica Perijo até o final. Uma via sem denominação (conhecida como *Rua Projetada*) liga-a à BR-267 junto da Auto Neder. Outra, também sem nome, sai dela em direção à Rodovia, mas se interrompe antes do Córrego.

5 - **Jardim Patrícia**.

Foi construído em 1.977, com 7 quadras e 102 lotes, por Alceu Carvalho Mendes, sob projeto da empresa Corplam, de Varginha. Localiza-se entre a Avenida Dr. Athayde Pereira de Souza e a Avenida Ricardo Annoni Filho.

Suas vias receberam calçamento poliédrico em meados dos anos oitenta, através do Projeto CURA. São elas: *Rua Cobalto*, *Rua Platina*, *Rua Rub*i, *Rua Topázio* e *Rua Urânio*.

Ao lado dele, na direção do Cemitério, existe área superior a 28.000 m2., que no final da década de setenta Afrânio dos Santos Oliveira e Carlos Alberto Pereira Dias pretendiam lotear sob o nome de *Jardim Nova Espe-*

rança. O empreendimento começou mas não foi concluído, em face da criação do NEEC. Venderam-se apenas alguns terrenos na parte inferior, junto da Avenida do Contorno. O local fica próximo da via de acesso à BR-267, que, urbanizada no primeiro governo de José Miguel de Oliveira, recebeu o nome de *Avenida João Marcelino de Carvalho*, com base na lei 1.255, de 25/10/99.

6 - **Bairro Ouro Verde**.

Foi feito por Afrânio dos Santos Oliveira e Alceu dos Santos Oliveira, em sociedade com Alair Alves Campos e Wálter Palmeira, por volta de 1.978, na várzea aterrada do Rio Machado. Com área total de 51.536,74 m2., tem 8 quadras e 87 lotes. Cortam-no os prolongamentos das ruas Dom Hugo, Joaquim Francisco Soares e Tenente Antônio Moreira. É servido também por estes logradouros:

Avenida Dr. Feliciano Vieira da Silva - Separa-o do Bairro Bom Jesus. Continuação da Rua Joaquim Murtinho, vai até a Ponte Preta. Foi construída no governo de Lucas Lacerda, e recebeu nome da lei 498, de 2/4/65, em respeito a político e médico local. Sua inauguração ocorreu em 3 de julho daquele ano. A rede d'água foi feita por Wálter Palmeira. Alargou-se no primeiro mandato de Jorge Eduardo, e asfaltou-se em 1.982. Ganhou meio-fio e canteiro central na segunda gestão de Carlos Dias. Possui pontilhão sobre o Córrego Jacutinga.

Avenida Renato Azeredo - Trecho da antes chamada Avenida do Contorno, começou a ser aberta em 1.976. O aterro da várzea, feito com sucessivas interrupções, elevou em três metros o seu leito. As leis 423, de 24/2/81, e 499, de 21/1/83, autorizaram a aquisição de terrenos para seu prolongamento. Com duas pistas e canteiro central, inicia na Av. Dr. Feliciano Vieira e finda no Parque de Exposições. Recebeu nome com base na resolução da Câmara 8, de 8/8/83, em homenagem a político mineiro, pai do ex-governador Eduardo Azeredo. Seu asfaltamento, ocorrido em 1.988, foi reparado dois anos depois. O serviço perdeu-se pela péssima qualidade (atribuída às características do terreno...) e teve de ser inteiramente refeito em 1.995 e 1.996.

Rua Pedro Alves Negrão - Seu nome, que homenageia um espírita filantropo, foi posto em obediência à resolução da Câmara 6, de 27/6/83. Recebeu asfalto em 1.999.

Rua Elpídio de Souza Lima - Também denominada com base na resolução da Câmara 6, acima referida, em preito a fazendeiro e vereador local.

7 - **Jardim La Salle**.

Em setembro de 1.976, os proprietários da "*Folha*

Machadense", Clêuton Pereira Gonçalves, José Carlos Vilela, José Vítor da Silva e Maurílio Carneiro Dias, adquiriram da Associação Brasileira de Educadores Lassalistas o prédio da Escola Profissional e área anexa, com 8.650,80 m2.. Nesta, nos anos seguintes, fizeram o bairro, registrado e comercializado em nome da vendedora, com 4 quadras e 17 lotes. O empreendimento foi mal sucedido financeiramente, e a sociedade se desfez sem realizar no local obras de infra-estrutura prometidas, como o asfaltamento.

A lei 762, de 14/8/90, denominou o loteamento e fixou-lhe os limites:

> *"inicia-se na esquina da Rua Irmão Arnaldo Isidoro com a Rua São João Batista de La Salle, segue-se por esta última até encontrar com a Rua Dom Hugo; daí vira-se à direita seguindo por esta até encontrar a Rua Pedro Carvalho; daí vira-se à direita seguindo por esta até encontrar a Rua Irmão Arnaldo Isidoro; daí vira-se à esquerda seguindo por esta até encontrar o loteamento Santa Helena; daí vira-se à direita seguindo as divisas dos lotes do loteamento Santa Helena até encontrar a Rua São Vicente; daí vira-se à direita seguindo por esta até encontrar a divisa do Clube dos Trinta com o Espólio de Gumercindo Godoy, seguindo por esta divisa até encontrar a Rua Irmão Arnaldo Isidoro; daí vira-se à direita seguindo por esta até encontrar a esquina com a Rua São João Batista de La Salle onde teve início e finda esta demarcação."*.

A Rua Irmão Arnaldo Isidoro tem nele três transversais sem saída: *Rua Samambaia*, *Rua Violeta* e *Rua Homero Costa*. Esta recebeu nome da lei 1.081, de 20/11/96, em homenagem a advogado e historiador machadense.

8 - **Bairro Santa Luísa**.

No primeiro semestre de 1.980 o Município firmou contrato com a Caixa Econômica Estadual, para construção de casas populares. Criou em seguida a Empresa Municipal de Urbanização, de que se tratou em capítulo anterior, encarregada de supervisionar a obra. Autorizado pela lei 427, de 24 de fevereiro de 1.981, adquiriu terreno de Nairo Teixeira Dias, no local denominado "Barreiro". Em pagamento, obrigou-se a realizar serviços de infra-estrutura em área contígua, a ele pertencente. Assim, o Bairro formou-se em dois imóveis vizinhos: o primeiro, do poder público, com 89.871,50 m2., dividido em 12 quadras e 218 lotes; o segundo, do vendedor, com 112.600 m2., dividido em 15 quadras e 220 lotes. Seu nome constituiu homenagem à mãe de criação deste, Luísa da Silva Dias.

O Município incumbiu-se da abertura de ruas, construção de meios-fios e sarjetas, redes de água, esgoto e luz. A construção das casas populares, começada em outubro de 1.982, paralisou-se em setembro seguinte, por causa da insolvência da empreiteira, e recomeçou um ano depois. A lei local 575, de 18/12/84, autorizou a venda de unidades do conjunto habitacional. A lei 579, de 5/3/85, e o decreto 699, do dia seguinte, abriram crédito especial para término dele. Sua entrega à população ocorreu no segundo trimestre de 1.985.

As ruas do Bairro homenageiam cidades mineiras. No acesso a ele, logo após a Ponte Preta, encontra-se a *Rua Oliveira*. Sua primeira travessa à direita, sem saída, é a *Rua José Bernardes*, antiga estrada do mesmo nome, que lembra um proprietário ribeirinho do Rio Machado. As demais são: *Rua Alterosa*, *Rua Capelinha*, *Rua Congonhas* (com travessa de igual nome), *Rua Contagem* (que faz a divisa com o Santa Luísa II), *Rua Diamantina*, *Rua Divinópolis*, *Rua Elói Mendes*, *Rua Governador Valadares*, *Rua Ituiutaba*, *Rua Juiz de Fora*, *Rua Lavras*, *Rua Montes Claros*, *Rua Ouro Preto*, *Rua Poço Fundo*, *Rua Ponte Nova*, *Rua Uberaba*, *Rua Varginha* e *Rua Viçosa*. Deslocadas pela denominação, lá estão também a *Rua Pinhal* e a *Rua Teresópolis*. Constante dos mapas, a *Rua Mariana* ficou no projeto.

No primeiro semestre de 2.000 construiu-se uma praça em terreno acima da Igreja de Santa Rita, que não tem nome.

9 - **Bairro Boa Fé**.

Localiza-se à margem da Rodovia BR-267, e começou a ser povoado por volta de 1.980. É mais uma área desmembrada da Fazenda Boa Fé, de sucessores de João Batista do Lago, de que tirou o nome. O terreno foi loteado por Joel Azarias, sem ruas calçadas e sem rede de esgotos. Pequeno, no final do milênio possuía pouco mais de vinte casas.

10 - **Jardim Floresta**.

Foi feito por Antônio Benedito Lucas em meados da década de oitenta. Com 37.405,90 m2., possui 9 quadras e 83 lotes. Sua iluminação concluiu-se em 1.993; foi asfaltado no ano seguinte. Tem seis vias, com nomes de árvores: *Rua das Cerejeiras*, *Rua dos Ipês*, *Rua dos Jacarandás*, *Rua das Paineiras*, *Rua das Palmeiras* e *Rua dos Pinheiros*.

11 - **Bairro Santa Luísa II**.

O decreto 791, de 21 de julho de 1.987 (alterado pelo decreto 804/87) declarou de utilidade pública, para desapropriação, área de

54.512,50 m2., pertencente a Orleans Campos e sua mulher, na continuação do Bairro Santa Luísa, destinada a conjunto residencial. Em outubro o Município comprou-a por Cr$2.000.000,00. Desmembrou-a em 6 quadras e começou em janeiro seguinte a construção de 178 casas, com verbas próprias e de outros órgãos públicos. Em fevereiro de 1.990 teve início a feitura de mais 125 casas. A lei 760, de 7 de agosto seguinte, autorizou a venda delas.

Em meados de 1.991 o Bairro já tinha luz e água encanada. Na mesma época, 42 casas foram nele construídas pela ABASAL, em regime de mutirão, nos finais de semana.

A lei 866, de 19 de outubro de 1.992, autorizou a remissão do débito dos mutuários do Plano Municipal da Habitação, e a doação a eles de imóveis sitos no Bairro. Em 1.995 suas ruas foram asfaltadas.

É formado pelo prolongamento das ruas *Governador Valadares*, *Montes Claros*, *Ponte Nova* e *Uberaba*, e pelas transversais *Araxá* e *Uberlândia*.

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de atas ns. 6, 7 e 15;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 11, 13, 17, 18, 19 e 20;
3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de resoluções nº 4;
4 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - pasta de decretos legislativos;
5 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - pasta de resoluções;
6 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos ns. 17 e 18;
7 - "Folha Machadense" ns. 17 - 21/7/1.974 - pág. 8;
28 - 6/10/1.974 - pág. 3;
29 - 13/10/1.974 - pág. 3;
102 - 11/4/1.976 - pág. 1;
165 - 18/6/1.977 - pág. 1;
243 - 28/1/1.979 - pág. 1;
284 - 13/1/1.980 - pág. 1;
296 - 5/4/1.980 - pág. 3;
316 - 23/8/1.980 - pág. 10;
346 - 4/4/1.981 - pág. 8;
398 - 24/4/1.982 - pág. 10;
457 - 3/7/1.983 - pág. 4;
648 - 25/4/1.987 - pág. 13;

661 - 25/7/1.987 - pág. 16;
730 - 3/12/1.988 - pág. 12;
762 - 29/7/1.989 - pág. 1;
787 - 3/2/1.990 - pág. 1;
815 - 18/8/1.990 - pág. 7;
865 - 10/8/1.991 - pág. 1;
889 - 8/2/1.992 - pág. 2;
1044 - 18/3/1.995 - pág. 7;
1074 - 14/10/1.995 - pág. 10;
1158 - 14/6/1.997 - pág. 12;
1189 - 24/1/1.998 - pág. 20;
1247 - 20/3/1.999 - cad. especial, pág. 11;
1261 - 19/6/1.999 - pág. 1;
1286 - 11/12/1.999 - pág. 14;

8 - informações pessoais de Afrânio dos Santos Oliveira e Ângelo Manoel de Souza;
9 - "O Machadense" nº 949 - 11/7/1.965 - pág. 4;
10 - "Siga em Frente" nº 4-B - 10/5/1.996 - págs. 1 e 6;
11 - "Tribuna Machadense" ns. 73 - 9/4/1.983 - pág. 3;
88 - 14/1/1.984 - pág. 1;
20 - 11/10/1.987 - pág. 1.

****

A CIDADE -V
(bairros e vias públicas)

1) - Jardim do Lago.
2) - Jardim Bela Vista.
3) - Jardim Nova Machado.
4) - Residencial Morada da Serra.
5) - Jardim São Vicente.
6) - Jardim das Oliveiras.
7) - Jardim Primavera II.
8) - Residencial Vale do Sol.
9) - Condomínio Residencial Gumercindo Godoy.
10) - Jardim Letícia.
11) - Jardim Funcionários.

****

1 - **Jardim do Lago**.

Este loteamento, com infra-estrutura completa, foi feito em 1.987 pela Skina Empreendimentos Imobiliários Ltda., sob o comando de Luiz Antônio Castilho de Oliveira. Com 29.347,13 m2. em 7 quadras e 61 lotes, divide com a Avenida Ricardo Annoni Filho, a Alameda Donatília Passos Swerts e outros. Compõe-se de quatro vias, batizadas com sobrenomes da família do loteador e de sua esposa - *Alameda Pereira*, *Alameda Araújo*, *Alameda Castilho* e *Alameda Oliveira* - e mais uma, chamada *Alameda Primavera*.

O decreto 1.502, de 15 de setembro de 1.999, declarou de utilidade pública terreno pertencente a Luiza de Fátima Costa Sabo, na Avenida Ricardo A. Filho, para feitura da rede pluvial do Bairro.

2 - **Jardim Bela Vista**.

Em terreno de Alarico José Gonçalves, a Objetiva Empreendimentos Imobiliários, de Alfenas, construiu o bairro em exame, composto de 9 quadras e 185 lotes, cuja comercialização começou em julho de 1.989. O serviço, de péssima qualidade e desobediente às especificações técnicas, não foi de início aprovado pelo Município. Depois, este cedeu à pressão dos compradores, que queriam aproveitar financiamento da CEF, e o liberou, para que se outorgassem as escrituras. Entretanto, incidia penhora sobre o imóvel, e as vendas foram embargadas judicialmente. O trabalho, incompleto, paralisou-se no final daquele ano; a erosão tomou conta do local, destruindo o que fora feito e provocando desmoronamentos.

Liqüidada a dívida, em 1.993 foram reiniciados os negócios e as obras de infra-estrutura. A chuva e a erosão continuavam, porém, a abrir enormes valetas no local, danificando edificações e tonando as ruas intransitáveis. Em meados de 1.997 parte dos problemas foi sanada, após acordo entre a Prefeitura e a loteadora. Só para tapar buraco no entroncamento das ruas dos Cisnes e do Pelicano se utilizaram cerca de trezentos caminhões de terra, o que mostra a extensão dos estragos.

As vias do Bairro lembram parentes do proprietário da área loteada: *Rua Cláudio Ferreira*, *Rua Dona Conceição*, *Rua Dona Lourdes* (com escadão de cerca de 70 degraus), *Rua Dona Olívia*, *Rua Douglas Gonçalves de Lima*, *Rua Emídio José Gonçalves*, *Rua Flauzínio Faria Dias*, *Rua Joaquim Campos Gonçalves* e *Rua Lourenço Gonçalves de Lima*.

3 - **Jardim Nova Machado**.

O decreto 963, de 8 de novembro de 1.989, declarou de utilidade pública, para desapropriação, terreno de Décio Gonçalves do Lago, no Bairro Mato Dentro, com cerca de cinco alqueires. Após comprá-lo, o Município o doou à COHAB, com base na lei 744, de 15 de junho de 1.990, para construção de conjunto habitacional, e abriu ruas nele. O projeto de loteamento foi aprovado pelo decreto 1.042, de 26/9/91.

Depois, o Município adquiriu do mesmo vendedor área próxima, de 175.191 m2., também para feitura de casas populares. Revogando o decreto 1.014, de 13/12/90, que tratava do mesmo tema, o decreto 1.106, de 15/3/93, declarou-a de utilidade pública. Quatro dias após lavrou-se a escritura de desapropriação amigável.

Assim, o *Jardim Mato Dentro* formou-se com glebas distintas - uma pertencente à COHAB, outra, ao Município. Sua inauguração oficial ocorreu em setembro de 1.996.

Embora preparado o seu terreno, que se desmembrou em 425 lotes, a COHAB não fez as construções nem tomou outra providência para resolver a situação dos interessados nos imóveis, causando insatisfação geral. Entrementes, a lei 1.072, de 30 de agosto de 1.996 (alterada pelas leis 1.104/97 e 1.336/00) autorizou o Município a doar terrenos a diversas pessoas na outra gleba, o que foi feito.

Em 1.998, por insistência do governo municipal, a COHAB pôs 250 lotes a venda, tendo os compradores iniciado a construção. Mais 150 se reservaram a feitura de casas populares. Mutuários selecionados pela CEF assinaram com ela contratos de financiamento para isso. Contrato no valor de R$1.290.000,00, assinado em abril de 1.999 entre o Prefeito e a CEF, permitiu a construção, iniciada no mês seguinte, de 150 casas no terreno doado à COHAB. No mesmo local, esta negociou outros terrenos diretamente com mutuários.

A lei 1.244, de 2 de setembro de 1.999, mudou o nome do Jardim Mato Dentro para *Jardim Nova Machado*. Da parte pertencente ao Município, a gleba designada como "*Nova Machado I*" tem 94.400 m2., com 8 quadras e 123 lotes, confrontando com a Av. Francisco V. Guerra, a Rua Irmão Germano, a Rua das Tulipas, o loteamento "Vale do Sol" e o distrito industrial. A "*Nova Machado II*" possui 27.100 m2., com 9 quadras e 114 lotes, dividindo com LJO Empreendimentos Imobiliários Ltda., Rua Eurico da Silva Dias, terreno da COHAB e com Griselda Conti Campos.

Próximas do Bairro, destaquem-se duas vias:

Avenida Filhas de Santana - Paralela à BR-267, recebeu nome da lei 1.080, de 20/11/96, em homenagem às freiras que administravam nosso hospital.

Avenida Francisco Vieira Guerra - Foi aberta na administração de José Carlos Vilela. Com duas pistas e canteiro central, divide os jardins "*Nova Machado*" e "*das Oliveiras*". A resolução da Câmara 24, de 2/12/85, já havia estabelecido o nome do ex-prefeito para ser dado a um logradouro público. Todavia, ela foi denominada pelo decreto 1.264, de 20/10/95.

Do "*Nova Machado*" propriamente dito são estas ruas:

Rua Amâncio Pereira Caixeta - Recebeu nome com base na resolução da Câmara 56, de 6/6/88, em reconhecimento a ex-vereador.

Rua Antenor de Holanda Cavalcanti - Seu nome reverencia falecido chefe da agência local dos Correios e Telégrafos.

Rua Argemiro Dias - Foi batizada conforme a resolução da Câmara 16, de 28/11/83, para homenagear antigo comerciante, sócio da empresa Dias, Irmão & Cia..

Rua Augusto Cândido de Oliveira - Sua denominação se esteia na resolução da

Câmara 17, de 5/12/83, e lembra um funcionário municipal.

Rua Eurico da Silva Dias - Lembra um comerciante, proprietário do Bar "Alaska".

Rua Geraldo Avelino -

Rua Irmão Germano - Foi designada de acordo com a resolução da Câmara 19, de 12/12/83, para homenagear um religioso lassalista.

Rua João de Souza Moreira - Rende tributo a ex-prefeito e vereador. Tem homônima no Bairro Santo Amaro, a ex-Rua da Misericórdia.

Rua José Alcione Leite -

Rua José Andrade Leite -

Rua José Maria Pereira - Adotou o nome de ex-vereador e vice-prefeito, conforme a resolução da Câmara 64, de 26/9/88.

Rua Lídio Leite -

Rua Lions Clube - Denominada de acordo com a lei 1.248, de 30/9/99.

Rua Rotary Club - Denominada conforme a lei 1.279, de 14/1/00.

Rua Sargento Mário Mattos da Silva - Recebeu nome de acordo com a resolução da Câmara 78, de 24/4/79.

Rua Walfrido Pimentel - Foi batizada com base na resolução da Câmara 20, de 19/12/83.

Outras vias no local lembram capitais brasileiras: *Rua Aracaju*, *Rua Belém*, *Rua Belo Horizonte*, *Rua Brasília*, *Rua Campo Grande*, *Rua Cuiabá*, *Rua Curitiba*, *Rua Florianóplis*, *Rua Fortaleza*, *Rua Goiânia*, *Rua João Pessoa*, *Rua Macapá*, *Rua Maceió*, *Rua Manaus*, *Rua Natal*, *Rua Palmas*, *Rua Porto Alegre*, *Rua Rio de Janeiro*, *Rua Salvador*, *Rua Vitória*.

4 - **Residencial Morada da Serra**.

Este loteamento, que confronta com a Avenida Oscar de Paiva Westin e a Rua Coronel Azarias, tem 36.800 m2., 8 quadras e 83 lotes. Com infra-estrutura completa, foi iniciado por José Donato da Cunha Júnior em 1.994, e ficou pronto em setembro de 1.996. Suas vias lembram a fauna aquática: *Rua dos Curimbatás*, *Rua dos Dourados*, *Rua dos Lambaris*, *Rua dos Peixes*, *Rua dos Pintados* e *Rua das Tilápias*.

5 - **Jardim São Vicente**.

Como já afirmado na parte relativa à assistência social, em 1.980 a Sociedade São Vicente de Paulo manteve negociação com a Construtora Barbosa de Freitas, para feitura do Jardim São Vicente. Ele teria de início 30 lotes, com quatro tipos de casas, financiadas em até 25 anos. A iniciativa não prosperou - felizmente, em face da inidoneidade da parceira, depois conhecida.

Em 1.994, finalmente, com ajuda da Prefeitura, os Vicentinos concretizaram seu projeto, em área de 53.182 m2., com 7 quadras e 42 lotes. Ela confronta com a Rua Dom Hugo, a Avenida Oscar de Paiva Westin e o prolongamento da Rua Irmão Arnaldo. Cortam-na estas vias: *Rua Antônio de Paula*, *Rua Antônio Frederico Ozanan*, *Rua Pedro Carvalho*, *Rua Sion* e *Rua Zito Paiva*.

6 - **Jardim das Oliveiras**.

A lei local 1.028, de 28 de junho de 1.995 (alterada pela lei 1.125, de 28/11/97), autorizou a doação a Laércio Leite da Silva (depois substituído pela empresa L. J. O. Empreendimentos Imobiliários Ltda.) de terreno com 45.717 m2., no Bairro Boa Fé, para construção de conjunto habitacional. Ficou a donatária com o encargo de realizar obras de infra-estrutura em imóvel limítrofe do Município. Nessa área, acrescida a outra da donatária, construiu-se o *Jardim das Oliveiras I*, com 235.364,72 m2., 32 quadras e 694 lotes. Teve início ainda em 1.995. No final do ano seguinte os primeiros moradores sofriam com a falta d'água, porque o proprietário não apresentara o respectivo projeto ao SAAE. Só então foi iniciada a rede de esgotos. Em janeiro de 1.997, cheio de dívidas, Laércio Leite da Silva fugiu da Cidade sem concluir as obras do loteamento, causando vultoso prejuízo principalmente a cafeicultores. Sua esposa Maria de Fátima Tavares Buzzatti, assumiu o empreendimento, registrado apenas em outubro de 1.998 no cartório imobiliário. Ao Jardim das Oliveiras I, além da *Rua José Leite da Silva*, pertencem as que homenageiam santos: *Rua Cristo Rei*, *Rua São Felipe*, *Rua São Jorge*, *Rua São Lucas*, *Rua São Marcos*, *Rua São Mateus*, *Rua São Paulo*, *Rua São Pedro*, *Rua São Sebastião* e *Rua São Tiago*.

Em área vizinha de 172.913,25 m2., o *Jardim das Oliveiras II* foi construído em 1.999, com 21 quadras e 527 lotes. Seus logradouros são os seguintes: *Rua Álvaro Tavares Paes*, *Rua Benedito da Silva*, *Rua do Lazer*, *Rua Engenheiro Antônio Fraga Dias*, *Rua Engenheiro Zamir Prado Oliveira*, *Rua Epitácio Carvalho*, *Rua Geraldo Tobias Martins*, *Rua Hélio Garroni*, *Rua Maria Amélia Tavares Buzzatti*, *Rua Mateus Silva Oliveira*, *Rua Olair Milan Corsini*, *Rua Paulo Silvério Moreira* e *Rua Radialista Hélio D'Andréa*.

Ao *Jardim das Oliveiras III* e *IV*, também do final do milênio, pertencem, entre outras, as vias *Augusto Buzzatti Filho*, *Carlos Egberto da Silva Legnani*, *Daniel Bernardes*, *Flávio Souza Signoretti*, *João Reinaldo Xavier*, *José Signoretti*,

Lucilo Manoel Fadini, *Luiz Carlos Conti Neves* e *Nélson Barbudo Soares*.

7 - **Jardim Primavera II**.

Com 6 quadras e 106 lotes, foi feito na segunda metade da década de noventa por Daniel Azarias Pereira, em terreno montanhoso ao lado esquerdo da antiga Estrada da Pedreira, com 27.776,83 m2.. Ele o adquiriu de Wálter Anatório de Carvalho e, mesmo sem escritura definitiva, comercializou mais de 60 lotes, de maneira totalmente irregular: ruas sem asfalto, meios-fios e sarjetas; instalações elétricas inadequadas; ausência de redes de água e esgoto, e de reservatório. Não tendo feito as obras complementares, foi processado pelos moradores, fugiu para os Estados Unidos e teve a prisão decretada.

8 - **Residencial Vale do Sol**.

Localiza-se perto do distrito industrial, em área de 43.084,83 m2., antigamente ocupada por pista de *motocross*. Foi iniciado em 1.997 por João Gonçalves do Lago, através do procurador Luiz Antônio do Lago. Divide-se em 3 quadras e 95 lotes. Seus logradouros têm nomes de flores: *Rua dos Cravos*, *Rua dos Lírios*, *Rua das Orquídeas*, *Rua das Rosas* e *Rua das Tulipas*.

9 - **Condomínio Residencial Gumercindo Godoy**.

Situa-se no início da Rua Silviano Brandão, entre Santa Helena e o Clube dos Trinta. Sua área de quase 30.000 m2. foi dividida em 4 quadras e 50 lotes, na metade da década de noventa, por Maulon Godoy e familiares. Com apenas um acesso, pretendia ser um condomínio fechado, e tem na entrada duas guaritas, sem uso. São quatro as suas vias: *Alameda das Acácias*, *Alameda das Azaléias*, *Alameda dos Eucaliptos* e *Alameda dos Ipês*.

10 - **Jardim Letícia**.

Gílson Generoso Gonçalves formou-o em 1.995, em terreno de 4.388,70 m2., no fim da Rua Coronel Azarias, adquirido de João Evangelista Salles e esposa. Tem 3 quadras, 18 lotes e 2 ruas. Estas - *Rua Waldevino Generoso* e *Rua Maria Teodora de Lima* - homenageiam o pai e a avó do loteador. O nome do loteamento constitui tributo a sua sobrinha, Letícia Generoso dos Santos.

11 - **Jardim Funcionários**.

O loteamento foi criado pela Prefeitura em área de 52.635

m2., com 11 quadras e 123 lotes. Confronta com o Pastifício Santa Amália, a Brasfreios e sucessores de João Domingues Sobrinho e Pedro Milani.

Em 1.998 o Município começou a construir nele 38 casas populares. Para isso obteve financiamento da CEF, conforme o Programa de Atendimento Habitacional - Pró-Moradia, autorizado pela lei local 1.107, de 7 de agosto do ano anterior. Elas foram entregues em 28 de novembro de 1.999, com algumas ruas asfaltadas, meios-fios, sarjetas, rede pluvial e caixa d'água.

Seus logradouros são:

Rua Braulina de Souza Dias - Foi denominada em obediência à lei 1.178, de 15/9/98, para homenagear a esposa do Comendador Lindolfo de Souza Dias.

Rua Gumercindo Godoy -

Rua Hílton Luís Moreira Dias - Recebeu denominação com base na lei 1.256, de 25/10/99. Seu patrono foi médico e vereador local.

Rua João Felipe de Carvalho - Batizou-se de acordo com a resolução da Câmara 12, de 28/11/83.

Rua Madre Cruz Antón Gonzales - Sua denominação, posta conforme a lei 1.178, de 15/9/98, lembra religiosa concepcionista que trabalhou no Abrigo "Jesus, Maria, José".

Rua Maria Jovelina de Oliveira - Denominada em homenagem à mãe do Prefeito José Miguel de Oliveira.

Rua Mathilde de Abreu Nogueira - Tem o nome da esposa do Dr. Aprígio Nogueira, colocado de acordo com a resolução da Câmara 6, de 27/6/83.

Rua Oscar Pereira Lima -

Rua Renato Andrade -

****

Fontes de consulta.

1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de atas ns. 6 e 7;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 13, 17, 18, 19 e 20;
3 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de resoluções nº 4;
4 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - pasta de decretos legislativos;
5 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livros de decretos ns. 17 e 18;
6 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - pastas diversas da seção "Cadastro Imobiliário";
7 - "Folha Machadense" ns. 657 - 27/6/1.987 - pág. 13;
667 - 5/9/1.987 - pág. 6;
762 - 29/7/1.989 - pág. 1;
778 - 18/11/1.989 - pág. 5;
806 - 16/6/1.990 - pág. 7;
832 - 15/12/1.990 - pág. 1;
835 - 19/1/1.991 - págs. 1 e 7;
947 - 3/4/1.993 - pág. 1;
1035 - 14/1/1.995 - pág. 1;
1037 - 28/1/1.995 - pág. 14;
1062 - 22/7/1.995 - pág. 16;
1130 - 16/11/1.996 - pág. 1;
1136 - 4/1/1.997 - pág. 1;
1146 - 22/3/1.997 - pág. 1;
1158 - 14/6/1.997 - pág. 12;
1200 - 18/4/1.998 - pág. 15;
1209 - 20/6/1.998 - pág. 15;
1224 - 3/10/1.998 - pág. 15;
1246 - 13/3/1.999 - pág. 26;
1253 - 1/5/1.999 - suplemento;
1284 - 27/11/1.999 - pág. 15;
1310 - 3/6/2.000 - suplemento;
1330 - 14/10/2.000 - pág. 5;
1343 - 20/1/2.001 - pág. 19;
8 - informações pessoais de Gílson Generoso Gonçalves e Luís Antônio Castilho de Oliveira;
9 - "Informativo Machadense" nº 1 - agosto de 1.994 - págs. 4/5;
10 - "Jornal de Machado" nº 115 - 10/5/2.003 - pág. 6;
11 - Revista "Imagem e Conteúdo" nº 11 - jul./ago. 1.998 - pág. 8;
12 - "Transparência" nº 2 - set. 1.998 - págs. 9 e 12.

****

A VILA

1) - Localização.
2) - Crescimento vagaroso.
3) - Logradouros públicos.

****

1 - **Localização**.

Como visto na primeira parte deste trabalho, em 1.852 os moradores do Douradinho obtiveram do Vigário Capitular de São Paulo autorização para reedificar a Matriz no local denominado Fazenda do Alambary. Ao requerê-la, no ano anterior, traçaram sombrio quadro do seu Arraial:

> *"a maior parte das Cazas se axão dezertas, e muitas já descobertas e largadas ao todo; e em toda a Povoação pouco mais de vinte Cazas habitadas tem; e quazi todos des animados de rezidirem no lugar, que não obistante a localidade ser aprazivel, contudo a experiencia tem mostrado, que a grande falta d'agua e as mais razoens ponderadas tem posto em total decadencia o Arraial."*.

No capítulo referente ao Curato de Douradinho foi afirmado por que a mudança não se concretizou.

A topografia da Vila é mais suave que a da Cidade, tendo merecido elogios de Saturnino da Veiga. No primeiro de seus almanaques ele assim a retratou:

> *"Collocada no centro de uma ridente collina, cercada de*

outras não menos aprasiveis porém menores ondulações de terra, - esta povoação, situada assim em um bello local e embalsamada sempre pelas virações das verdejantes e floridas campinas que a circumdão, desperta todavia no espirito de quem a vê melacholicas scismas e desalentadoras cogitações.
O silencio que a envolve como si fora uma gelida mortalha, a quietação quasi tumular em que jazem immersas suas habitações, cujo aspecto sombrio não se casa com a natureza ridente do sitio, tudo leva ao animo de quem a contempla a convicção de que semelhante estado annuncia ausencia de vida e progresso, vida e progresso que a erguerão certamente um dia á altura da civilização e de seus destinos.".

No segundo almanaque ele fez a seguinte observação:

> *"É sem duvida formosa a situação desta freguezia, onde vive um povo laborioso e bom: - entretanto bem moroso tem sido seu desenvolvimento.".*

2 - **Crescimento vagaroso**.

A *Revista do Archivo Publico Mineiro* de 1.897 publicou relação das cidades, vilas e povoações da Província de Minas Gerais, com declaração do número de fogos de cada uma, em 1.830. Por ela se vê que o arraial do Douradinho tinha, então, 39 fogos. A título comparativo, cita-se o número de fogos, na mesma época, de povoações vizinhas: Campanha - 398; Lambari - 12; São Gonçalo - 149; Santana do Sapucaí - 76; Caldas - 93.

Em 1.851, conforme o requerimento dos moradores ao Vigário Capitular de São Paulo, acima parcialmente transcrito, toda a povoação de Douradinho tinha pouco mais de vinte casas habitadas.

Em 1.874, Saturnino da Veiga noticiou que ela possuía 46 casas particulares. Dez anos depois, o mesmo autor informou que contava

> *"cerca de 40 casas, sendo mais de 10 construidas nestes ultimos annos, e o aluguel dellas regula 5$ e 6$ mensaes.".*

Pelicano Frade, em 1.917, e Nélson de Senna, um ano depois, asseveraram haver 100 casas no distrito de Douradinho. Suas informações conflitam com o recenseamento efetuado em 1.920 pela Secretaria da Agricultura, que lá registrou 497 prédios.

O decreto-lei 11, de 16 de maio de 1.938, dividiu a Vila

em duas zonas: urbana e suburbana. No mesmo sentido dispôs a lei 164, de 18 de novembro de 1.954, alterada pela lei 489, de 3 de dezembro de 1.964.

Conforme o "*Diagnóstico Municipal*" do SEBRAE-MG, em outubro de 1.995 havia lá 20 ruas, 1 praça, 1 avenida e 1 estrada.

A lei municipal 1.214, de 18 de março de 1.999, estabeleceu o perímetro urbano de Douradinho, assim descrito:

> *"Inicia-se na cerca divisória das propriedades de João Caproni e José Caproni de Oliveira com Erich Boenisch, na saída para Machado (via Papagaio), segue por esta cerca numa extensão de 40 (quarenta) metros, transpondo uma estrada para a propriedade de Jorge Teodoro de Almeida, e, novamente, numa distância de 160 (cento e sessenta) metros até um mata-burro; daí volve à esquerda, perpendicularmente, numa distância de 120 (cento e vinte) metros, confrontando com Jorge Teodoro de Almeida; deste ponto, volve à esquerda, numa distância de 360 (trezentos e sessenta) metros, confrontando com a propriedade de Jorge Teodoro de Almeida, transpondo a estrada para o Bairro Lava-pés e com a propriedade de Jesualdo Maciel; daí volve à esquerda, numa extensão de 160 (cento e sessenta) metros, volve à direita. numa extensão de 130 (cento e trinta) metros, confrontando com Jesualdo Maciel, até a Rua João Antônio Martins; daí, volve à direita por uma cerca de arame numa extensão de 180 (cento e oitenta) metros, com João Batista Campos; daí volve à esquerda, numa extensão de 20 (vinte) metros até a estrada para Machado; daí, volve à esquerda, numa distância de 280 (duzentos e oitenta) metros, confrontando com Osmar Maciel Filho, até a estrada para Cordislândia; deste ponto, volve à esquerda, na distância de 460 (quatrocentos e sessenta) metros, até um canto da cerca próximo à Rua Machado, e, perpendicularmente, à direita, na extensão de 90 (noventa) metros, confrontando com a propriedade de Jesualdo Maciel; daí, volve à esquerda, numa extensão de 330 (trezentos e trinta) metros, confrontando com as propriedades de Jaime Luiz da Silva, João Martins da Silva, João Batista Moura Neto, Flausino Filho e José Pinto; deste ponto, volve à esquerda, na extensão de 210 (duzentos e dez) metros, até a cerca divisória, confrontando com as propriedades de José Pinto e José Xavier Paiva; daí, volve à esquerda, numa extensão de 160 (cento e sessenta) metros, até a estrada para Machado (via Papagaio), confrontando com João Caproni e José Caproni de Oliveira, ponto em que deu início e finda a presente demarcação.".*

Nos derradeiros anos do milênio, o governo de José Miguel de Oliveira fez importantes obras urbanísticas na sede do Distrito. Asfaltaram-se quase vinte ruas e uma avenida, e nelas se fizeram meios-fios e sarjetas; foram construídos cem metros de rede de esgoto, e mais de duzentos de rede pluvial; instalou-se outro reservatório d'água; a Praça Belo Horizonte foi reformada e ganhou fonte luminosa.

O recenseamento de 2.000 apurou a existência de 252 domicílios particulares permanentes na Vila (havia na mesma época 181 na zona rural).

3 - **Logradouros públicos**.

Quase nenhum dos logradouros públicos da Vila recebeu nome por lei ou decreto, mas por simples atos administrativos, de que não se encontra registro. Isso dificulta muito informações históricas a seu respeito. Menciono a seguir as poucas que consegui recolher sobre cada um deles.

Praça Belo Horizonte - Era, de início, conhecida apenas como *Largo da Matriz* ou *Praça da Matriz*. Ignoro quando recebeu o nome atual. A lei 198, de 2 de outubro de 1.956, autorizou a construção de um jardim nela. A lei 599, de 10 de outubro de 1.985, permitiu a doação de bens móveis à CEMIG, para sua iluminação. Foi calçada em 1.994. Passou por reformas a partir de agosto de 1.999, sendo reinaugurada em 18 de junho de 2.000, com novos bancos e canteiros, caramanchão e fonte luminosa.

Praça do Cemitério - O pequeno espaço em frente à necrópole não tem nome específico.

Avenida Padre Francisco Silva - Homenageia o depois bispo D. Francisco de Paula e Silva, cuja biografia se encontra na parte relativa à história religiosa.

Rua Angelina Martins Maciel - Reverencia a esposa de Osmar Maciel, falecida em março de 1.995, grande benfeitora dos pobres e zeladora por muitos anos da igreja e do cemitério da Vila.

Rua Antônio Pedro Maciel - Recebeu nome com base na lei 1.103, de 16/6/97. Reverencia importante fazendeiro e chefe político do local.

Rua Benedito Borini - Nome dado após 2.001, em homenagem a farmacêutico da Vila.

Rua Cinco de Julho - Em tal data, no ano de 1.885, surgiu nosso primeiro jornal, o "*Correio do Machado*". Não creio, porém, que o nome lembre esse fato.

Rua Dom Pedro I

Rua do Rosário

Rua João Antônio Martins

Rua João Augusto Maciel

Rua João de Paula Martins

Rua Lavapés - A denominação, segundo Sílvia Costa Rosa no livro ao final citado, lembra o hábito antigo de as pessoas lavarem os pés num córrego antes de entrar na zona urbana.

Rua Machado - Era antigamente conhecida como "*Rua da Cadeinha*".

Rua Minas Gerais

Rua Padre Afonso Ligório Rosa - Homenageia antigo vigário de Poço Fundo, que durante bastante tempo deu assistência espiritual aos católicos do Distrito.

Rua Padre Joaquim Inácio - Seu homenageado, de sobrenome Xavier, serviu no Douradinho de 1.860 até lá falecer, quinze anos depois.

Rua Princesa Isabel

Rua Quinze de Novembro - Seu nome primitivo era "*Rua das Piteiras*", por causa de árvores assim conhecidas que nela existiam.

Rua Sete de Setembro

Rua Treze de Maio - Chamava-se antes a "*Rua do Heitor*", um de seus moradores que desconheço quem foi.

Rua Vinte e Quatro de Outubro - Em tal data se comemora a vitória da Revolução de 1.930, com a deposição, prisão e exílio de Washington Luiz, último presidente da República Velha. Ignoro se a via foi assim denominada por causa disso.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - "Annuario Estatistico" - Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Geraes - anno I, 1.921, vol. II - Imprensa Official, Bello Horizoante, 1.925, págs. 874 e 908;
2 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livros de leis ns. 7, 8, 11 e 20;
3 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo - Autos de Ereções e Patrimônio de Capelas - VI (localização: 6-2-27);
4 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - livro de leis e decretos nº 4;
5 - "Folha Machadense" ns. 1.204 - 9/5/1.998 - pág. 14;
1.250 - 10/4/1.999 - pág. 14;
6 - informações pessoais de Nézio Pereira e Oracy de Souza;
7 - "Revista do Archivo Publico Mineiro" - anno 2, 1.897, pág. 25.

B - **secundárias**

1 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanach Sul-Mineiro para 1874" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.874, págs. 163/164;
2 - Bernardo Saturnino da Veiga - "Almanak Sul-Mineiro para 1884" - Typographia do "Monitor Sul-Mineiro", Campanha, 1.884, págs. 242/243;
3 - Nélson de Senna - "Annuario de Minas Geraes" - 1.918 - tomo 2º - Imprensa Official, Bello Horizonte, 1.918, pág. 914;
4 - Pelicano Frade - "Diccionario Chorographico e Estatistica Chorographica de Distancias do Estado de Minas Geraes" - 2ª ed. - Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, Bello Horizonte, 1.917, pág. 236;
5 - SEBRAE-MG - "Machado - Diagnóstico Municipal - Relatório Final" outubro de 1.995 - pág. 20;
6 - Sílvia Costa Rosa - "1001 Ruas de São Paulo" - Editora Panda, São Paulo, 2.003, pág. 135.

****

BAIRROS RURAIS

1) - Prólogo.
2) - Ouvidor e vizinhos.
3) - Papagaio e vizinhos.
4) - Ritas e vizinhos.
5) - Caixetas e vizinhos.
6) - Conceição e vizinhos.
7) - Cachoeirinha e vizinhos.
8) - Campinho e vizinhos.
9) - Serra Negra e vizinhos.
10) - Córrego do Rosário e vizinhos.
11) - Caiana e vizinhos.
12) - Bairros do Distrito de Douradinho.

****

1 - **Prólogo**.

Tratei noutros capítulos de igrejas, escolas, postos de saúde, associações comunitárias, clubes esportivos e sociais. Dispenso-me, por isso, de voltar agora a tais assuntos.

É curioso observar como na nomenclatura rural se conservam termos já em desuso, cujo significado a maioria das pessoas desconhece. Nela, em contrário do que ocorre na urbana, predomina a tradição. Seu estudo é muito instrutivo e interessante, evocando antigos habitantes e acidentes geográficos, flora e fauna já raras, fatos pitorescos, etc.. Vejam-se estes exemplos: Andrequicé, Anhumas, Cadóis, Grão Mogol, Inhaúmas, Jirau da Onça, Ouvidor, Passa Dois, Tucum...

2 - **Ouvidor e vizinhos**.

A mais antiga carta de sesmaria da nossa região, de 16 de abril de 1.765, concedeu terras a Francisco de Salles Xavier de Toledo e José Ferraz de Araújo

> "*no rio Sapucahy abaixo na passagem de sertão chamada o Ouvidor*".

Perdeu-se no tempo a identidade da pessoa cujo cargo denominou o local. O ouvidor era um funcionário da administração colonial que tinha, entre outras atribuições (variadas no correr dos anos), as de conhecer de apelações e agravos a até dez léguas de onde estivesse; presidir eleições de juízes ordinários e fiscais da justiça; comunicar ao rei impedimentos e ausências do capitão-mor; participar de decisões sobre o governo e a segurança da capitania; julgar causas de pequeno valor; efetuar inventários de órfãos; tomar as contas dos testamenteiros; tirar devassas e receber denúncias.

No Arquivo Público Mineiro encontra-se relação, de 1.841, dos habitantes de *Dourado, Enhumas* e *Ouvidor*, bairros do Douradinho, no total de 498. Era seu inspetor de quarteirão Manoel Joaquim de Sant'Anna. No livro de registro de terras da Freguesia de São João Batista do Douradinho, escriturado entre fevereiro de 1.855 e junho de 1.856, acha-se o assento nº 139, de João Moreira Neves, referente a um sítio "*na fazenda denominada Ouvidor*".

A região, cortada pelos rios *Ouvidor de Cima* e *Ouvidor de Baixo*, dividiu-se em dois bairros, denominados **Alto Ouvidor** e **Baixo Ouvidor**, conforme maior aproximação com um ou outro. No último quartel do século passado, algumas pessoas supuseram haver nos nomes distinção preconceituosa, e trataram de alterá-los para **Pinhalzinho** e **Ouvidor**. Após muita insistência, estes se firmaram.

O **Ouvidor**, que tem uma parte em Douradinho, faz divisa com os bairros **Borralho**, **Campo Alegre**, **Coimbra**, **Congonhal**, **Dourado**, **Papagaio** e **Pinhalzinho**.

Em artigo póstumo, o Padre José de Souza Ribeiro disse que **Pinhalzinho** tomou o nome do córrego que o banha, o qual, por sua vez, é assim conhecido em face da grande quantidade de pinheiros que havia às suas margens. Acrescentou que ele tinha na época (1.999) treze açudes, seis telefones residenciais, plantação grande de café, três máquinas de beneficiá-lo, vários tratores e motos. Descreveu assim seu perímetro:

> *"começa com a nascente do córrego, na beira da estrada Machado-Douradinho, limitando-se com o bairro Inhaúmas, seguindo à esquerda a estrada Machado-Douradinho, até a encruzilhada. Segue à esquerda outra estrada dividindo, agora o bairro Pinhalzinho com o bairro Jirau da Onça em*

toda sua extensão, até o espigão que divide o bairro Pinhalzinho com o bairro Andrequicé. Continua à esquerda, pelo espigão até a altura de um abismo (buracão). Descendo à esquerda limita-se agora, o bairro Pinhalzinho com o bairro Ouvidor, passando na beira do buracão, rumo ao ribeirão Ouvidor, seguindo por ele acima até a ponte, na estrada Machado-Douradinho. Agora, o bairro Pinhalzinho tem como limite o bairro Campo Alegre, estrada Machado-Douradinho. Segue sempre à esquerda a estrada até a nascente do córrego Pinhalzinho e início do mesmo bairro onde começou a demarcação.".

O **Campo Alegre** formou-se ao redor da fazenda do mesmo nome, cuja primeira casa foi construída em 1.895 por João Nepomuceno Teixeira, esposo de Gabriela Dias Teixeira. Conforme sua historiadora, Maristela de Souza Ribeiro, lá também residiu nos primórdios o casal Avelino de Souza Dias e Judite Milan. Possui cerca de 130 alqueires, e limita-se com **Inhaúmas**, **Muricy**, **Ouvidor**, **Pinhalzinho** e **Tira-Couro**.

Em 2.001, a extensionista da Emater Nicíula Rosa Gonçalves traçou o perfil da comunidade do Ouvidor, de que extraio os seguintes trechos:

"Tanto o Ouvidor como o Pinhalzinho, é constituído de pequenos produtores rurais, que vivem exclusivamente das explorações agropecuárias. Em todas as explorações, a mão de obra é essencialmente familiar. Tanto o setor Pinhalzinho como Ouvidor é constituído, na maioria, por famílias com fortes laços parentais, o que nos leva a considerar que a Comunidade representa uma grande família. A medida que os filhos vão se casando, vão construindo próximo aos pais, recebendo parte de terra onde tiram o próprio sustento.
O café constitui a principal fonte de renda das famílias. As variedades cultivadas são o mundo novo e catuaí. (...) Cultivam o milho e o feijão para suprir as necessidades básicas. (...) O feijão, devido a melhoria do preço, tem sido outra fonte de renda para alguns produtores, que comercializam o produto dentro do município. Os demais cultivam para a subsistência familiar. O gado de leite é mestiço e girolanda, em pequeno número de cabeças, cuja produção é destinada ao consumo familiar e a fabricação artesanal de queijo. Alguns produzem a manteiga e vendem no comércio local. O fubá é produzido de forma artesanal pelo senhor Antonio Caixeta (Tonico) que comercializa a produção no comércio da cidade. Possuem criações de aves e suínos para o consumo familiar e alguns vendem o excedente da produção na cidade.

A Comunidade possui grupos informais que se reúnem para orar, realizar festas religiosas, festas comunitárias tradicionais e jogos de futebol. Também realizam a troca de serviços entre seus membros durante a colheita do café. São bastantes hospitaleiros e solidários uns para com os outros. São bastantes receptivos aos trabalhos de extensão rural e participam das atividades do bairro.".

3 - **Papagaio e vizinhos**.

Em cartas de sesmaria de 1.797, 1.799 e 1.800, concedidas a Francisco Moreira de Piza Barreto, Ângela Maria de Jesus e Joaquim Xavier da Silva Toledo, já se faz referência ao *Córrego do Papagaio*, que por certo deu nome ao Bairro.

4 - **Ritas e vizinhos**.

De acordo com José Nery de Oliveira, citado pela "*Folha Machadense*" 1.309, o Bairro dos Ritas formou-se após a união do francês Jacques Nery com a escrava Rita. Esta teria vivido nele durante a primeira metade do século XIX, e seu filho, Francisco Nery Ramos, foi o patriarca da grande família que o povoou.

"*Geo Econo Vias*" assevera que em 1.959 lá havia aproximadamente 603 pessoas, que ocupavam 133 casas. Divide-se em dois setores distintos: **Alto Ritas** e **Baixo Ritas.**

Adiante dele localiza-se o **Bairro dos Cadóis**, antigamente chamado de **Córrego Maria do Carmo**. Há notícia de que também foi conhecido como **Ponte Nova**, por causa de uma passagem lá feita sobre o Rio Machado. Não consegui descobrir o motivo da denominação atual: nenhuma das várias pessoas que consultei soube lá ter morado alguém com o sobrenome "*Cadois*", que é de origem francesa.

5 - **Caixetas e vizinhos**.

Caixeta é o nome popular de pelo menos nove espécies de árvore. Não consta, porém, que delas cá houvesse em quantidade bastante a justificar a denominação do Bairro. Ademais, ele sempre foi referido como *dos* e não como *das* Caixetas. Deduz-se então que, a exemplo de outros, adotou o nome de família que o habitava nos primórdios. Já era assim conhecido entre 1.855 e 1.857, como se vê pelo assento nº 241 do livro de registro de terras de São José e Dores dos Alfenas. Em 1.874 também se referiu a ele um aviso sobre prisão de

escravo, publicado no "*Monitor Sul-Mineiro*" nº 145.

O trabalho "*Geo Econo Vias*", adiante referido, estima que em 1.959 lá residiam 321 habitantes, em 71 casas.

6 - **Conceição e vizinhos**.

O Bairro ora estudado formou-se em área da vasta e antiga *Fazenda da Conceição*, de que reduzida parte ainda conserva o primitivo nome. No capítulo sobre registros de terras citei vários assentos feitos no livro respectivo da Paróquia de São José e Dores dos Alfenas, entre 1.855 e 1.857. Deles aqui destaco os de números 210, 255 e 373, relativos a desmembramentos da referida propriedade, pertencentes a Domingos José Rodrigues, Cândido de Souza Dias e Maria Alves do Carmo. No registro 262 se menciona o *Ribeirão da Conceição*, existente no local.

Não há mais como saber a origem da denominação da fazenda e do curso d'água, que se estendeu ao povoado. Conforme uma versão, seria proveniente do nome de remota dona daquela; segundo outra, constituiria homenagem a Nossa Senhora da Conceição. O local é conhecido também como **Buraco**, por situar-se entre morros.

Desenvolveu-se graças ao assentamento de imigrantes italianos, nos últimos lustros do século XIX. Seus descendentes são ainda hoje a maioria da população, dedicada à agricultura familiar em pequenos sítios. Mantêm muito dos costumes e da religiosidade dos pioneiros, bem retratados no livro "*Ricordanze*", que sua escola editou em 2.000.

Em 1.959 a publicação "*Geo Econo Vias*" calculou em 429 os seus habitantes, que ocupavam 107 casas. No final do milênio, de certo que pela melhoria do acesso à Cidade, eles estavam reduzidos a 400, de acordo com o livro acima referido.

7 - **Cachoeirinha e vizinhos**.

Em 1.857 já existia o Bairro da Cachoeirinha: no livro de registro de terras da Paróquia de Alfenas consta o assento 268, em nome de João Roberto Fernandes, de

> *"hua parte de terras denominadas Caxoeirinha q. houve por compra, contendo cincoenta alqueires em socied.e de hua e outra parte do Rio Maxd.º cujas divisas de hua parte do Rio com Joaq.m Glz.' Lopes e com Joaq.m Ant.º Per.ª, e da outra p.e do Rio com a Socied.e".*

Atribui-se a Mizael José Gonçalves, João Custódio Gonçalves e outros o desenvolvimento do Povoado, que dista 22 quilômetros da Cidade, em divisa com Poço Fundo. Nas décadas de sessenta e setenta a ACAR exerceu nele intensa atividade assistencial, através de clube 4-S, ministrando à população rudimentos de higiene, saúde, economia doméstica, associativismo, etc., e contribuindo para instalação de serviços públicos, construção de prédios comunitários e eletrificação.

No final de 1.996 José Donato da Cunha Júnior iniciou lá a construção de uma agrovila, visando a fixar no campo, com conforto, famílias que deixavam as colônias de fazendas pela Cidade. Para isso adquiriu área de um hectare, que após terraplenagem foi dotada de poço artesiano, rede d'água, rede de esgotos, energia elétrica, e dividida em 42 ou 43 lotes. Estes foram comercializados por preço correspondente ao custo do empreendimento, que chegou ao final do milênio com mais de vinte casas construídas e habitadas.

São bairros limítrofes da Cachoeirinha os da **Barra**, **Gonçalves**, **Lavrinha**, **Mata** e **Mateiro**.

8 - **Campinho e vizinhos**.

Em meados do século XIX já existia a *Fazenda do Campinho*, pertencente ao Tenente-Coronel Custódio José de Souza Moreira, registrada sob nº 35 no livro de assentos de terras da Paróquia de Alfenas. Com mais ou menos 250 alqueires, dividia com terras de Antônio Alves Araújo, Manoel Antônio Pereira Lima, Antônio Moreira, Cândido de Souza Dias, e com a Freguesia do Campestre. No Bairro localizou-se um dos primeiros núcleos do protestantismo machadense, como visto noutro capítulo.

O histórico do **Bairro dos Trezentos**, adiante referido, contém versão obscura sobre a origem de sua primitiva denominação - **Carioca**: diz que decorre do fato de um homem passar por lá tangendo porcos, que atolaram no barro. O nome atual foi adotado depois que Silvestre Figueiredo comprou suas terras pela quantia de trezentos mil-réis. O trabalho "*Geo Econo Vias*" informa que em 1.959 ele tinha população estimada de 267 pessoas, e 46 residências.

Conforme "*Geo Econo Vias*", o **Bairro Hortelã**, em 1.959, tinha cerca de 253 habitantes, e 58 casas.

9 - **Serra Negra e vizinhos**.

Sito em região montanhosa, na divisa com Campestre, é um dos bairros mais afastados da Cidade. Formou-se em volta da fazenda do mesmo nome, que se manteve indivisa até a morte do proprietário Izaltino Virgílio

Franco. Depois foi repartida entre seus sucessores, dando origem a novos núcleos: **Jacarandá** e **Mateiro**.

A extensionista da Emater Nicíula Rosa Gonçalves, que no início do milênio elaborou substancioso perfil da Comunidade, informa haver duas versões para a denominação dela. A primeira liga-a à cor escura da serra, quando vista de longe; a segunda, a uma escrava fugitiva que desapareceu em sua mata.

Predomina na região a lavoura cafeeira, convencional ou orgânica - a produção desta é exportada para Estados Unidos e Japão. A cultura da banana acha-se em declínio, pela baixa rentabilidade. A pecuária leiteira visa, na maior parte, à subsistência das famílias.

Dois outros bairros se ligam à Serra Negra. O dos **Sabinos**, ou **Sabinada**, ainda conforme o estudo da Emater, é constituído de pequenos e médios proprietários vinculados por parentesco, que cultivam com mão-de-obra familiar principalmente café, além de milho e feijão. O **Grotão**, ou **Fundo do Grotão**, é composto por propriedades originadas da divisão da antiga fazenda de Zeferino Domingues da Silva, nas quais se plantam, no mais das vezes em parceria, as mesmas lavouras atrás mencionadas.

Nicíula Gonçalves ressaltou que os diversos bairros têm atividades independentes, com reduzido interesse comunitário e associativo, acentuado pela distância entre eles e pelas mudanças freqüentes das famílias. Afirmou serem precárias as condições de saneamento, e baixo o padrão nutricional dos moradores. Disse que estes mantêm pouca convivência entre si, e que as religiões também os separam.

10 - **Córrego do Rosário e vizinhos**.

O local chamava-se antigamente **Tanque dos Patos**. Por volta de 1.880 lá chegou o português José Paes, que algum tempo depois comprou cerca de oitenta alqueires de terras de Marcos Moreira. Seus familiares denominaram *Córrego do Rosário* o curso d'água que as corta, porque em suas margens havia abundância de uma planta cujos pequenos frutos são utilizados para fazer contas de rosário. Tal nome, em seguida, se estendeu ao Bairro, substituindo o anterior. Já em 1.898 as resoluções 5 e 8 da Câmara se referiram ao Córrego do Rosário. Aproximadamente em 1.930 a fazenda de Paes foi dividida entre quinze filhos, que logo venderam seus quinhões. Fixaram-se então nela as famílias Codignolli, Garroni e Rizzo.

O pequeno Bairro **Córrego Fundo** situa-se a pouco mais de três quilômetros da Cidade. Atravessa-o córrego do mesmo nome, assim chamado por sua profundidade. Godofredo Rangel adotou-o como cenário do romance "*Vida Ociosa*". Entre os patriarcas de suas famílias mais antigas citam-se Ân-

gelo Scalco, Olinto Codignolli e Pedro Cândido. São limítrofes dele os bairros **Córrego Raso**, **Palmital** e **Retiro**.

11 - **Caiana e vizinhos**.

Formou-se em redor da Fazenda da Caiana, cujo nome designa uma espécie de cana-de-açúcar. Seu desenvolvimento esteve ligado à estação ferroviária, ativa de 1.925 a 1.963, da qual tratei na parte referente aos transportes. Fica ao lado da rodovia Machado-Alfenas, em região fértil, o que também lhe favorece a prosperidade.

Conforme "*Geo Econo Vias*", em 1.959 tinha cerca de 586 habitantes e 132 casas.

Em janeiro de 1.983 expediu-se alvará de licença para feitura do loteamento de Gil Bueno da Fonseca, com 13 unidades e área total de 3.991,10 m2..

No início da década de noventa construiu-se o loteamento "*Francisco Vieira Guerra*". A lei 881, de 10/12/92, autorizou a doação de terrenos dele a diversas pessoas.

Data do final do milênio a feitura da "*Vila Martins*", pertencente a João de Paula Martins e outros, com 7 quadras e 150 lotes, em área total de 56.340 m2.. Ficam nela a *Rua Antônio de Paula Martins* e a *Rua Dulcinéia de Paula Martins*.

Foi o primeiro de nossos bairros rurais a receber pavimentação, concluída em outubro de 2.000. No mesmo ano sua praça passou por reformas, ganhando um cruzeiro. A lei 1.339, de 30/11/00, fixou-lhe o perímetro urbano, que contorna área de 53,39 hectares, confrontando ao norte com João de Paula Martins e outros; ao sul, com Varnei Penha; a leste, com a rodovia estadual MG-179; e a oeste, com Varnei Penha, João de Paula Martins e outros.

Próximo da Caiana fica o antiqüíssimo **Bairro do Coroado**, com o córrego do mesmo nome. Em 1.815 Manoel Joaquim do Espírito Santo e Manoel Joaquim de Farias receberam patentes de capitão e alferes de ordenança dele (*APM-SC, cód. 361*). Lá se localizava a grande *Fazenda do Coroado*, pertencente a Pio de Souza Dias, registrada entre 1.855 e 1.857 no livro de assentos de terras da Paróquia de São José e Dores dos Alfenas. Com o tempo ela foi retalhada entre os herdeiros. Ferreira de Rezende, que morou em propriedade homônima no município de Santana do Sapucaí, explicou em "*Minhas Recordações*" o motivo da sua denominação:

> *"era um altíssimo monte que lhe dava o nome, por ser todo coberto de mato e ter no cimo um pequeno campo que lhe*

servia como que de coroa".

12 - **Bairros do Distrito de Douradinho**.

Em 1.841 já existiam os bairros **Anhumas**, **Dourado**, **Lambari**, **Ouvidor** e **Pântano**, conforme relações de habitantes do Arquivo Público Mineiro (*PP/8,9*). Dez anos depois, os moradores da Freguesia obtiveram autorização de mudança da Matriz para a *Fazenda Lambari*, o que acabou não acontecendo, como visto na parte primeira.

O nome *Anhuma* designa uma ave de grande porte, assim descrita pelo Padre José de Anchieta (*"apud" A. Dick, obra adiante citada, págs. 46/47*):

> *"... quando grita parece o zurrar de um asno. Tem em cada asa como que tres cornos, um também na cabeça, iguais aos esporões dos galinaceos, porém muito mais rijos; quando acossada pelos cães, não foge, ainda que a grandeza do corpo não a embarace de voar; antes os afugenta, ferindo-os gravemente com as asas assim armadas.".*

Lembrem-se, ainda, os bairros **Camargos**, **Campo Redondo**, **Catanduvas**, **Córrego da Espera**, **Córrego da Raiz**, **Córrego do Timbó**, **Lagoa dos Patos**, **Pinhal**, **Pitangueiras** e **Tucum**.

****

Fontes de consulta.

A - **primárias**
1 - Arquivo da Câmara Municipal de Machado - livro de leis nº 23;
2 - Arquivo da Paróquia de Carvalhópolis - Livro de Registro de Terras da Freguesia de São João Batista do Douradinho;
3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Machado - pastas diversas da seção "Cadastro Imobiliário";
4 - Arquivo Público Machadense - livro 64: "Resoluções da Câmara Municipal - 1898 a 1919";
5 - Arquivo Público Machadense - livro sem numeração: "Registo de Proprios Estadoaes", pág. 22;
6 - Arquivo Público Mineiro - Seção Colonial, códice 140, páginas 110v. a 111v.;
7 - Arquivo Público Mineiro - Seção Colonial, códice 275, páginas 46 a 48;

8 - Arquivo Público Mineiro - Seção Colonial, códice 286, páginas 250v. a 252;
9 - Arquivo Público Mineiro - Seção Colonial, códice 289, páginas 102 e 103;
10 - Arquivo Público Mineiro - Seção Colonial, códice 361, págs. 197v./198 e 307v.;
11 - Arquivo Público Mineiro - Fundo: Presidência da Província - série PP/1, subsérie PP 1/10, caixa nº 8, documento nº 9;
12 - Arquivo Público Mineiro - Registros Paroquiais - códice nº 4: São José e Dores dos Alfenas - 1.855-1.857;
13 - "Folha Machadense" ns. 1309 - 27/5/2.000 - pág. 16;
1362 - 2/6/2.001 - suplemento, pág. 1;
14 - informações pessoais de Nézio Pereira, Nicanor Soares, Oracy de Souza e Waldemar Francisco Nery;
15 - "Monitor Sul-Mineiro" nº 145 - 10/10/1.874 - pág. 4;
16 - "Siga em Frente" nº 31 - 26/11/1.997 - suplemento.

B - **secundárias**

1 - alunos da Escola Municipal do Bairro da Conceição - "Ricordanze" - Gráfica Editora Folha Machadense, Machado, 2.000;
2 - Ana Maria Vasconcelos Pereira - "Histórico do Bairro Córrego Fundo" - trabalho datilografado, sem data;
3 - Francisco de Paula Ferreira de Rezende - "Minhas Recordações" - Itatiaia/EDUSP, Belo Horizonte, 1.988, pág. 116;
4 - Graça Salgado (coordenadora) e outros - "Fiscais e Meirinhos" - Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1.985;
5 - José Renato Ferreira Roux (editor) - "Geo Econo Vias" - 1ª ed., São Paulo, 1.959;
6 - Josí Camilo de Oliveira - "Histórico do Bairro dos Trezentos" - trabalho datilografado, sem data;
7 - Maria Auxiliadora de Carvalho - "Histórico do Bairro Córrego do Rosário" - trabalho datilografado, sem data;
8 - Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick - "A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo - 1554-1897" - Annablume Editora, São Paulo, 1.997;
9 - Maristela de Souza Ribeiro - "Histórico do Bairro Campo Alegre" - trabalho datilografado, sem data;
10 - Nicíula Rosa Gonçalves - "Perfil da Comunidade Ouvidor" - trabalho digitado, 2.001;
11 - Nicíula Rosa Gonçalves - "Perfil da Comunidade Serra Negra" - trabalho digitado, sem data;
12 - Padre José de Souza Ribeiro - "Bairro Pinhalzinho" - artigo em edição especial da "Folha Machadense" de 12/5/1.999, pág. 5;
13 - Rúbens Alberto Longhi - "Livro das Árvores - Árvores e Arvoretas do Brasil" - 2ª ed., L&PM Editores S/A, Porto Alegre, 1.995, pág. 33;
14 - Sônia Regina Alvim Negretti - "Histórico do Bairro da Cachoeirinha" - trabalho datilografado, sem data.

****

RICARDO MOREIRA REBELLO

MACHADO

VOLUME XII

APÊNDICES

ÍNDICE

I – O maior tronco familiar machadense; a descendência de Custódio José Dias.....pág. 148
II – Honrarias da Câmara Municipal.....(está com o vol.II)

O MAIOR TRONCO FAMILIAR MACHADENSE: A DESCENDÊNCIA DE CUSTÓDIO JOSÉ DIAS.

"Uma geração passa, outra vem;
mas a terra sempre permanece."
(Eclesiastes, 1, 4)

Este é um capítulo confessadamente falho. Não estudei genealogia nem fiz pesquisa sistemática nas fontes primárias para elaborá-lo. Baseei-me principalmente nos autores adiante citados, em notícias de jornais, em lápides tumulares e em relatos de parentes. Os informes que recolhi são, com freqüência, imprecisos, inseguros e lacunosos. Conheço muitas pessoas que deveriam ser nele incluídas, mas não o foram porque ignoro como sua ascendência se liga a esta grande família. Embora reconhecendo erros e omissões, entendi útil levá-lo adiante, pois poderá servir de roteiro aos interessados no assunto. Detive-me, aproximadamente, numa geração acima da minha, ante a enorme dificuldade de atualizar os dados.

O **Capitão Custódio José Dias** nasceu em 7-5-1.731, em Casal Bom, Freguesia de São Pedro da Boa Vista, Comarca de Penafiel, Distrito de Braga, em Portugal. Foi filho de Antônio Dias e Maria Luís; neto paterno de Domingos Dias e Maria Antônia; neto materno de Gonçalo Antônio e Benta Luís.

Casou-se com Ana Lopes da Silveira (ou Ana Lopes da Silva), natural de São João del Rei, batizada em 3-11-1.749 e falecida em 27-8-1.773. Foi filha de Domingos Lopes Baeta e Quitéria Pereira da Silva; neta paterna de Domingos Lopes Baeta e Ana Pires da Costa; neta materna de Jacinto Pereira da Silva e Margarida de Oliveira.

O casal teve quatro filhos: José Custódio Dias, Quitéria Josefa da Silva, Custódio José Dias e Ana Josefa da Silva.

PARTE PRIMEIRA

1 - O **Senador Padre José Custódio Dias** nasceu em 1.767, no Povoado de Nazaré, da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar, da Vila de São João del Rei. Morreu em Alfenas, em 7-1-1.838.

PARTE SEGUNDA

2 - **Quitéria Josefa da Silva** nasceu, aproximadamente, em 1.769. Foi casada com o Tenente Antônio Moreira de Souza Ribeiro, também conhecido por Antônio Moreira Baeta, natural da Vila Moreira, Freguesia do Concelho de Maia, em Portugal, e falecido em 7-5-1.823. O apelido "baeta", na Minas antiga, era comum aos geralistas, que andavam encapotados. Filhos:

Seção I

2-1 - **Antônio Moreira de Souza**, nascido por volta de 1.800 e falecido em 7-8-1.883. Casado com Ondicimília Josefa (ou Ondicimília Eufrásia), nascida por volta de 1.813. Filhos:
2-1-1 - **Antônio**, nascido por volta de 1.827.
2-1-2 - **Emerenciana**, nascida por volta de 1.829 - (falecida na infância?).
2-1-3 - **Francisca**, nascida por volta de 1.833.
2-1-4 - **Ondicimília Umbelina da Silva**, nascida por volta de 1.836. Casada com Domingos Vicente da Silva.
2-1-5 - **Silvestre**, batizado em 1.844.

Seção II

2-2 - **Joaquim de Souza Moreira**, falecido em 1.888, com 85 anos. Casado com Emerenciana Cândida da Silva, filha de Ana Josefa da Silva e do Alferes Marcos de Souza Magalhães. Filhos:

sub-seção primeira

2-2-1 - **Joaquim Pio de Souza Moreira**, nascido em 1.828 e falecido em 12-6-1.889. Casado com a sobrinha Silvéria Leopoldina Xavier (Velica), filha de João Antônio Xavier e Cândida Josefina Xavier. Filhos:

2-2-1-1 - **Joaquim Leopoldino de Souza Moreira** (Joaquinzinho), nascido em 16-7-1.865 e falecido em 5-7-1.940. Casado em primeiras núpcias com Eurídice do Prado Moreira, de Alfenas, falecida em 8-2-1.920. Casado em segundas núpcias com Dolores T. Moreira, falecida em 2-1-1.979, com quem só teve Edir. Filhos:
2-2-1-1-1 - **Eurídice Moreira Westin** (Lulu), nascida em 2-8-1.898 e falecida em 14-4-1.980. Casada com Roque Dias Westin, filho de Alfredo Pio Westin e Orminda Dias Westin. Filhos:
2-2-1-1-1-1 - **Dilma Westin Oliveira**, casada com Jair Antônio de Oliveira, filho de Antônio Pedro de Oliveira.

2-2-1-1-1-2 - **Orminda Moreira Westin**.
2-2-1-1-1-3 - **Weglia Westin do Prado**, casada com Lázaro Vieira do Prado, filho de Manuel Ribeiro do Prado e Isaura Vieira.
2-2-1-1-1-4 - **Roque Westin**.
2-2-1-1-1-5 - **Eni Moreira Westin**.
2-2-1-1-2 - **Emerita Moreira Carneiro**, casada com César de Luna Carneiro.
2-2-1-1-3 - **Edmundo do Prado Moreira**, nascido em 1.901. Casado em primeiras núpcias com Maria Andrade Moreira, de Santa Rita do Sapucaí. Casado em segundas núpcias.
2-2-1-1-4 - **Édson do Prado Moreira**, nascido em 2-7-1.902. Casado com Francisca Dias Moreira, filha de Ossian de Souza Dias e Francisca de Toledo Dias. Filhos:
2-2-1-1-4-1 - **Eurídice**
2-2-1-1-4-2 - **Nora Lúcia**
2-2-1-1-4-3 - **Ossian José**
2-2-1-1-4-4 - **Norca Lígia**
2-2-1-1-5 - **Elyzio do Prado Moreira**, nascido em 1.904 e falecido em 1.983. Casado com Zilda D. Moreira.
2-2-1-1-6 - **Paulo do Prado Moreira**, desaparecido em 8-8-1.920.
2-2-1-1-7 - **Evangelina do Prado Carneiro** (Lili), falecida em outubro de 1.991. Casada com Wagner de Luna Carneiro. Filhos:
2-2-1-1-7-1 - **Kelsen**, casado com Consuelo.
2-2-1-1-7-2 - **Kairus**, casado com Ângela.
2-2-1-1-7-3 - **Kilda**, casada com Luís Antônio.
2-2-1-1-7-4 - **Klair**, casada com Francisco.
2-2-1-1-7-5 - **Kleusa**, casada com Rinaldo.
2-2-1-1-7-6 - **Kléber**, casado com Neide.
2-2-1-1-8 - **Edir Moreira Dias**, casada com Hélio Teixeira Dias, filho de Horácio Pio de Souza Dias e Clotilde Teixeira Dias.

2-2-1-2 - **João Baptista de Souza Moreira**, nascido em 24-6-1.867 e falecido em 5-3-1.938. Casado com Cândida Paulina de Souza (Candota), filha de José Paulino da Costa e Emerenciana Cândida Xavier (Xaxana). Filhos:
2-2-1-2-1 - **Maria de Souza Moreira**, nascida em 15-9-1.889 e falecida em 16-9-1.889.
2-2-1-2-2 - **Joaquim Pio de Souza Moreira**, nascido em 16-10-1.890 e falecido em 29-9-1.966. Casado com Georgeta Dias Moreira, filha de Jacintho Pereira Dias e Julieta Cândida Dias. Filhos:
2-2-1-2-2-1 - **Dirce Moreira Rebello**, nascida em 22-2-1.916. Casada com Gylvio Dias Rebello, filho de Urbano Rebello e Balbina Josefina Rebello.
2-2-1-2-2-2 - **Hélio Dias Moreira**, nascido em 12-5-1.917 e falecido em 26-5-1.972. Casado com Ana Luísa Dias Moreira, filha de Olinto André Dias e Maria Conceição da Silva Dias.
2-2-1-2-2-3 - **Paulo Dias Moreira**, nascido em Serrania, em 10-12-1.922. Casado com Wilma Augusta Moreira, de Alfenas.
2-2-1-2-2-4 - **Maria Salomé Dias Moreira**, solteira, nascida em Serrania, em 6-

5-1.926.
2-2-1-2-3 - **Manoel de Souza Moreira**, nascido em 3-12-1.891 e falecido em 4-12-1.891.
2-2-1-2-4 - **Zamira de Souza Moreira**, solteira, falecida em 1.922.
2-2-1-2-5 - **Euclides de Souza Moreira**, nascido em 31-7-1.896 e falecido em 15-9-1.977. Casado em primeiras núpcias com Graziela Machado Moreira, filha de Anastácio Vieira Machado e Ana Machado (Donana), da qual não teve filhos. Casado em segundas núpcias com a viúva Nair Cavalcante Moreira, filha de Diogo Cavalcante de Albuquerque e Zélia Moreira Cavalcante. Filhos:
2-2-1-2-5-1 - **Mílton Luiz Cavalcante de Souza Moreira**, casado com Angelina Marlene Tibúrcio Moreira, de Alfenas.
2-2-1-2-5-2 - **Milva Cavalcante Moreira Freire**, casada com Casemiro Olavo Silveira Freire.
2-2-1-2-5-3 - **Nair Cavalcante Moreira Vieira**, nascida em 12-3-1.946 e falecida em 27-10-1.970. Casada com Feliciano Dias Vieira, filho de Feliciano Vieira da Silva e Maria Conceição Dias Vieira.
2-2-1-2-6 - **Dagmar de Souza Ferreira**, nascida em 8-10-1.897 e falecida em 26-6-1.992. Casada com Alexandre Ferreira Netto, de Campestre. Filhos:
2-2-1-2-6-1 - **Célio de Souza Ferreira**, nascido em 23 de outubro. Casado com Hilbe Mendes Ferreira.
2-2-1-2-6-2 - **Celimar de Souza Ferreira**, solteira, nascida em 22-4-1.933.
2-2-1-2-6-3 - **Maria Célia de Souza Ferreira**, solteira, nascida em 9 de abril.
2-2-1-2-7 - **Diaulas de Souza Moreira**, nascido em 16-1-1.900 e falecido em 29-4-1.975. Casado com Arminda Nobre Moreira. Filhos:
2-2-1-2-7-1 - **Daura Nobre Moreira**, solteira.
2-2-1-2-7-2 - **Dalmo Nobre Moreira**, solteiro, nascido em 19-9-1.925 e falecido em 3-9-1.991.
2-2-1-2-7-3 - **Décio Nobre Moreira**, falecido em 20-10-1.999. Casado com Marly Moreira.
2-2-1-2-7-4 - **Denira Nobre Moreira**, solteira, nascida em 19-11-1.930 e falecida em 15-11-1.989.
2-2-1-2-7-5 - **Dirceu Nobre Moreira** (Pedro).
2-2-1-2-7-6 - **Demárcio Nobre Moreira** (Nego), casado com Maria Helena Moreira.
2-2-1-2-7-7 - **Daíse Moreira Brasil**, casada com Ricardo Brasil, de Alfenas.
2-2-1-2-7-8 - **Deila Moreira ...**, nora de Elza Nobre.
2-2-1-2-7-9 - **Dijandir Nobre Moreira** (Xande), solteiro, nascido em 31-12-1.940 e falecido em 11-4-1.985.
2-2-1-2-7-10 - **Dívia Moreira Swerts**, casada com Nílton Swerts, filho de Óton Swerts.
2-2-1-2-8 - **Maria Moreira Dias** (Marita), nascida em 31-1-1.900 e falecida em 18-10-1.977. Casada com Gustavo Carneiro Dias, filho de João Otávio Dias e Zulema Carneiro Dias. Filho:
2-2-1-2-8-1 - **Hílton Luís Moreira Dias**, nascido em 17-6-1.926 e falecido em 2-7-1.992. Casado com Milva Benedita Dias, filha de José Jacinto Pereira Dias e Juraci Costa Dias.

2-2-1-2-9 - **João de Souza Moreira**, nascido em 6-5-1.901 e falecido em 23-5-1.988. Casado com Nancy Cavalcante de Souza Moreira, filha de Diogo Cavalcante de Albuquerque e Zélia Moreira Cavalcante. Filhos:
2-2-1-2-9-1 - **Gilberto Cavalcante de Souza Moreira**, nascido no Rio de Janeiro em 1-3-1.933. Casado com Odette da Silva Moreira, de Pouso Alegre.
2-2-1-2-9-2 - **Amaury Cavalcante de Souza Moreira**, nascido em 19-5-1.934. Casado com Maria José Westin Dias Moreira, filha de Marcos José de Souza Dias e Maria Gabriela Westin Dias.
2-2-1-2-9-3 - **Alceu Cavalcante de Souza Moreira**, nascido em 4-12-1.947. Casado com Olivanda Grilo Moreira, filha de Orozimbo de Paiva Grilo e Maria Rita de Paiva.
2-2-1-2-10 - **José Paulino de Souza Moreira**, nascido em 22-5-1.902 e falecido em 30-12-1.902.
2-2-1-2-11 - **Edmée de Souza Moreira**, nascido em 2-5-1.903 e falecido em 22-2-1.951. Casado com Fany Dias Moreira, filha de João Otávio Dias e Zulema Carneiro Dias. Filhos:
2-2-1-2-11-1 - **Vânia Moreira Dias**, nascida em 23-1-1.933. Casada com Hélio Pereira Dias, filho de José Cândido de Souza Dias e Ordália Pereira Dias.
2-2-1-2-11-2 - **João Baptista de Souza Moreira Neto**, casado com Solange Tardiolli Moreira, filha de Angelino Tardiolli.
2-2-1-2-11-3 - **Sandra Moreira Dias**, casada com José Cândido de Souza Dias Filho (Nen Baé), filho de José Cândido de Souza Dias e Ordália Pereira Dias.
2-2-1-2-11-4 - **José Cláudio Dias Moreira**, nascido em 19-10-1.944. Casado com Eny Ferreira Moreira, nascida em 15-1-1.951, filha de Olímpio Alves Ferreira e Maria Negretti Ferreira.
2-2-1-2-11-5 - **Edmée Dias Moreira** (Dimas), nascido em 4-12-1.946. Separado de Patrícia Swerts Leite, filha de Ismael Mariano Leite e Diva Swerts Leite.
2-2-1-2-12 - **José de Souza Moreyra**, nascido em 22-1-1.907 e falecido em 14-2-1.990. Casado com Ophelina Barbosa Moreira, filha de Antônio Barbosa e Emirena Barbosa. Filhos:
2-2-1-2-12-1 - **Zamira Moreira César**, falecida em 2.000. Casada com Rui de Almeida César, de Mococa.
2-2-1-2-12-2 - **Zeusis Barbosa Moreira**, solteiro, nascido em 5-6-1.934 e falecido em 31-10-1.965.
2-2-1-2-12-3 - **Zênio Barbosa Moreira**, falecido em 17-10-1.994. Casado com Neusa Moreira, filha de José Vilela de Carvalho e Hilda Benfica Vilela.
2-2-1-2-12-4 - **Zelina Moreira Caixeta**, casada com José Pereira Caixeta, filho de João Pereira Caixeta e Maria Jacintha Caixeta.
2-2-1-2-12-5 - **José de Souza Moreira Júnior**, nascido em 14-9-1.944. Casado com Maria Rita Siqueira Moreira, filha de João Siqueira e Judit de Araújo Siqueira.

2-2-1-3 - **Olívia Moreira Ribeiro**, nascida em 18-5-1.871. Casada com Francisco Ribeiro Bernardes (Chiquinho), nascido em São Paulo, SP, e falecido em 16-6-1.929, com 70 anos. Sem filhos.

2-2-1-4 - **Marcos Pio de Souza Moreira**, nascido em 16-8-1.872 e falecido em

1-9-1.930. Casado com Jovina Borges Moreira, filha de Felipe Borges. Filhos:
2-2-1-4-1 - **Gessy Moreira Coutinho**, casada com Plínio Coutinho, de Alfenas. Filhos:
2-2-1-4-1-1 - **Eugênia**
2-2-1-4-1-2 - **Gláucia**
2-2-1-4-2 - **Geny**
2-2-1-4-3 - **Gentil**
2-2-1-4-4 - **Marcos Borges Moreira**, nascido em 6-10-1.923. Casado com Cláudia Moreira.

2-2-1-5 - **Cândido de Souza Moreira** (Candoti), nascido em 16-5-1.874 e falecido no Rio de Janeiro. Casado com Olyntha Moreira (Nenê), filha de Joaquim Umbelino de Souza Dias e Ana Jacinta da Silva. Filhos:
2-2-1-5-1 - **Alonso**
2-2-1-5-2 - **Arlete**

2-2-1-6 - **Silvéria de Souza Moreira** (Silverinha), nascida em 7-7-1.876. Casada com Augusto Marimbondo (?), de Serrania. Filhos:
2-2-1-6-1 - **Álvaro Moreira**, casado com Uri Maranesi Moreira, filha de Virgílio Maranesi e Julieta Maranesi. Filhos:
2-2-1-6-1-1 - **Paulo Silvério Maranesi Moreira**, falecido em 20-6-1.986. Casado com Amélia Aparecida da Silva Moreira, filha de Mozart da Silva Pinto e Anita da Silva Pinto.
2-2-1-6-1-2 - **Regina Carvalho**, falecida, casada com Antônio Carvalho.
2-2-1-6-2 - **Oscarina Moreira Rodrigues**, nascida em 3-2-1.905 e falecida em 7-10-1.950. Casada com João de Paula Rodrigues, de Serrania, nascido em 27-3-1.899 e falecido em 26-7-1.964. Filhos:
2-2-1-6-2-1 - **Elza Rodrigues Magalhães**, nascida em 12 de setembro. Casada com Gílson Pio Magalhães, filho de Lázaro Cândido Magalhães e Josina Josefina Dias.
2-2-1-6-2-2 - **Joãozito**
2-2-1-6-2-3 - **Hélio**
2-2-1-6-2-4 - **Henrique**
2-2-1-6-3 - **Oscar Marimbondo** (?), casado com Silvéria Moreira, filha de Antônio Pio de Souza Moreira e Ana Tereza Moreira (Anita).
2-2-1-6-4 - **Olga Moreira Costa**, casada com Mário Paulino da Costa, filho de João Paulino da Costa e Maria Amélia da Costa. Filhos:
2-2-1-6-4-1 - **José Paulino**
2-2-1-6-4-2 - **Mário Murilo da Costa**
2-2-1-6-4-3 - **Gilberto**
2-2-1-6-4-4 - **Solange**
2-2-1-6-4-5 - **Regina**

2-2-1-7 - **Antônio Pio de Souza Moreira** (Tonico Pio), nascido em 20-9-1.878 e falecido em 2-3-1.935. Casado com Ana Tereza de Souza Moreira (Anita), filha de Marcos Moreira e Helena Paulino. Filhos:
2-2-1-7-1 - **Anita Moreira** (Anitinha), nascida em 1.902. Freira.
2-2-1-7-2 - **Abigail Moreira**, nascida em 25-9-1.910 e falecida em 6-8-1.988. Solteira.

2-2-1-7-3 - **Amair Moreira de Carvalho**, nascida em 23-8-1.914 e falecida em 5-12-1.987. Casada com José Joaquim de Carvalho.
2-2-1-7-4 - **Aracy Moreira**, falecida solteira.
2-2-1-7-5 - **Acely Moreira**
2-2-1-7-6 - **Alba Moreira**, freira.
2-2-1-7-7 - **Ademar de Souza Moreira**, casado com Maria José Monteiro da Silva, filha de Higino Pio Monteiro da Silva e Josefina Olímpia Gomes Teixeira.
2-2-1-7-8 - **Américo Brasil Mineiro do Machado**, nascido em 6-8-1.916 e falecido em 27-4-1.980. Casado com Yolanda Cruz.
2-2-1-7-9 - **Silvéria Moreira**, casada com Oscar Marimbondo (?), filho de Silverinha Moreira e Augusto Marimbondo (?).
2-2-1-7-10 - **Antônio Pio de Souza Moreira**, nascido em 22-2-1.922. Casado em primeiras núpcias com Regina Maria de Souza Moreira, falecida em 11-8-1.988, com 62 anos. Casado em segundas núpcias com Orlinda Mendes Xavier da Silva, falecida em 2-2-1.995.

2-2-1-8 - **Augusto Pio de Souza Moreira**, nascido em 6-3-1.882 e falecido em 30-6-1.953. Casado com Maria Xavier Moreira, filha de João Antônio Xavier e Cândida Josefina Xavier. Filhos:
2-2-1-8-1 - **Noêmia Moreira Costa**, nascida em 3-11-1.910 e falecida em 11-3-1.966. Casada com Luís Brandão Costa, de Diamantina.
2-2-1-8-2 - **Ivone Moreira Marcellini**, nascida em 19-12-1.912. Casada com João Marcellini, de Paraguaçu.
2-2-1-8-3 - **Aluísio Xavier Moreira**, nascido em 7-3-1.914 e falecido em 18-12-1.965. Casado com Eunice Seixas de Alencar.
2-2-1-8-4 - **Dalva Moreira Guerra**, nascida em 13-6-1.918. Casada com Mauro Moreira Guerra, filho de Affonso Moreira Guerra e Etelvina da Silva Guerra.
2-2-1-8-5 - **Maria Augusta Moreira Soares** (Guta), nascida em 3-9-1.921. Casada com Luís Soares, de Pouso Alegre.
2-2-1-8-6 - **Déa Xavier Moreira**, nascida em 2-4-1.923.
2-2-1-8-7 - **Wilma Moreira Azevedo**, nascida em 10-11-1.927. Casada com José Maria Machado de Azevedo, filho de Joaquim Machado de Azevedo e Iracema Escobar Machado.

sub-seção segunda

2-2-2 - **Cândida Josefina Xavier**, nascida em 1.830 e falecida em 3-3-1.894. Casada com João Antônio Xavier, falecido aproximadamente em 1.861. Ele seria filho ilegítimo de uma princesa com um mordomo do Paço Imperial, e foi trazido para cá e criado pelo Tenente-Coronel Vicente Xavier de Toledo. Filhos:

2-2-2-1 - **Augusto de Souza Xavier**, casado com Olívia de Souza Gonçalves. Filho:
2-2-2-1-1 - **Edgard de Souza Xavier**, nascido em 1-4-1.888, em Botelhos, e falecido em 9-7-1.914. Casado com Anália de Magalhães.

2-2-2-2 - **Vicente Xavier**, falecido na infância.

2-2-2-3 - **Silvéria Leopoldina Xavier** (Velica), nascida em 25-11-1.848. Casada

com o tio Joaquim Pio de Souza Moreira, filho de Joaquim de Souza Moreira e Emerenciana Cândida da Silva. Ver descendência em 2-2-1.

2-2-2-4 - **Emerenciana Cândida Xavier** (Xaxana), nascida em 11-2-1.851 e falecida em 13-8-1.938. Segunda esposa de José Paulino da Costa, nascido aproximadamente em 1.818 e falecido em 20-5-1.902, filho de João Gonçalves da Costa. Filhos:
2-2-2-4-1 - **Cândida Paulina de Souza** (Candota), nascida em 13-6-1.869 e falecida em 11-8-1.943. Casada com João Baptista de Souza Moreira, filho de Joaquim Pio de Souza Moreira e Silvéria Leopoldina Xavier. Ver descendência em 2-2-1-2.
2-2-2-4-2 - **João Paulino da Costa**, nascido em 28-3-1.875. Casado com Maria Amélia da Costa (Maricota), nascida em 20-12-1.876 e falecida em 30-8-1.957. Filhos:
2-2-2-4-2-1 - **Floriano Paulino da Costa**, falecido em 20-3-1.971. Casado com Guilhermina (ou Guilherma?) Carvalho Costa, de Poço Fundo, nascida em 1.903 e falecida em 18-7-1.989. Filhos:
2-2-2-4-2-1-1 - **João Paulino da Costa Neto**, falecido em 25-3-1.979. Casado com Arlete Costa.
2-2-2-4-2-1-2 - **Leda Costa Maciel**, casada com José Justo Maciel.
2-2-2-4-2-1-3 - **Rêmulo Paulino da Costa**, casado com Cibele Costa.
2-2-2-4-2-1-4 - **Francisco Paulino da Costa**, casado com Deise Costa.
2-2-2-4-2-1-5 - **Maria José Monteiro**, casada com Waldevez Monteiro.
2-2-2-4-2-1-6 - **Neide**, casada com Erasmo.
2-2-2-4-2-1-7 - **Meire**, casada com Paulo.
2-2-2-4-2-1-8 - **Aparecida Gonçalves**, casada com Naro Gonçalves.
2-2-2-4-2-1-9 - **Mírian**, casada com Raimundo.
2-2-2-4-2-1-10 - **Wanda Paulino da Costa**, solteira.
2-2-2-4-2-1-11 - **Wolney Paulino da Costa**, solteiro.
2-2-2-4-2-1-12 - **Roberto Paulino da Costa**, falecido solteiro, com 58 anos, em 29-7-1.987.
2-2-2-4-2-2 - **Juracy Costa Dias**, nascida em 8-12-1.902 e falecida em 10-1-1.985. Casada com José Jacinto Pereira Dias, filho de Jacintho Pereira Dias e Julieta Cândida Dias. Filhos:
2-2-2-4-2-2-1 - **Darcy Dias**, nascido em 8-9-1.926. Separado de Maria Norma Westin Costa Dias, filha de Hermantino Costa e Ana Augusta Westin Costa (Titita).
2-2-2-4-2-2-2 - **Maria de Lourdes Dias Costa** (Lurdinha), nascida em 9-3-1.928. Separada de Robério Westin Costa, filho de Hermantino Costa e Ana Augusta Westin Costa (Titita).
2-2-2-4-2-2-3 - **Milva Benedita Dias**, nascida em 1-12-1.932. Casada com Hílton Luís Moreira Dias, filho de Gustavo Carneiro Dias e Marita Moreira Dias.
2-2-2-4-2-3 - **Mário Paulino da Costa**, nascido em agosto de 1.904 e falecido em 23-5-1.982. Casado em primeiras núpcias com Olga Moreira Costa, filha de Augusto Marimbondo (?) e Silverinha Moreira. Ver descendência destas em 2-2-1-6-4.
2-2-2-4-2-4 - **Jair Paulino da Costa**, nascido em 2-11-1.909 e falecido em 18-11-1.992. Casado em primeiras núpcias com Maria Inês de Lima Costa, falecida em 2-4-1.935, da qual teve Rúbens. Casado em segundas núpcias com Edith Costa, filha de Affonso Moreira Guerra e Etelvina Neves da Silva Guerra. Filhos:

2-2-2-4-2-4-1 - **Rúbens Paulino da Costa**, casado com Eva Dias Costa, filha de Manoel Egreja Dias.
2-2-2-4-2-4-2 - **Edir Costa Castro**, casada com Osimo Castro Filho, filho de Osimo Castro e Paulina Rigotti de Castro.
2-2-2-4-2-4-3 - **Jairo Costa**, casado.
2-2-2-4-2-4-4 - **Hamílton Antônio Costa**, casado.
2-2-2-4-2-5 - **Valdir Paulino da Costa**, falecido em janeiro de 1.995.
2-2-2-4-2-6 - **Mary Costa Soares**, nascida em 1.911 e falecida em 22-9-1.993. Casada com Herquilino Washington Soares, filho de Joaquim Soares e Elvira Soares, falecido em 14-5-1.989, com 78 anos. Filhos:
2-2-2-4-2-6-1 - **Daniel da Costa Soares**, casado com Vani Antônia Morais Soares.
2-2-2-4-2-6-2 - **Dirceu da Costa Soares**, nascido em Poço Fundo, em 16-5-1.938. Casado com Meire Wandke Soares.
2-2-2-4-2-6-3 - **Ivon da Costa Soares**, casado com Ana Célia Soares.
2-2-2-4-2-6-4 - **Décio da Costa Soares**.
2-2-2-4-2-7 - **Anésia Costa Brito**, casada com Amadeu Brito.
2-2-2-4-2-8 - **Marina Costa Brito**, casada também com Amadeu Brito.
2-2-2-4-2-9 - **Gentil Paulino da Costa**, nascido aproximadamente em 1.914. Casado com Lacy Costa, de Poço Fundo.
2-2-2-4-2-10 - **Adair Costa Brito**, casada com Olímpio Ferreira de Brito (Britinho).

2-2-2-5 - **Olympia Xavier**, nascida em 4-2-1.854.

2-2-2-6 - **Francisca Leopoldina Xavier**, nascida em 1.856 e falecida em 1-11-1.909. Casada com Eugênio de Souza Gonçalves, nascido em 1.851. Filhos:
2-2-2-6-1 - **Elvira de Souza Gonçalves**, casada com Lourival Gonçalves Romão. Filhos:
2-2-2-6-1-1 - **Lourival Gonçalves Romão Filho**.
2-2-2-6-1-2 - **Vera Gonçalves Romão**.
2-2-2-6-1-3 - **João Gonçalves Romão**.
2-2-2-6-1-4 - **Odette Gonçalves Romão**.
2-2-2-6-1-5 - **Licurgo Gonçalves Romão**.
2-2-2-6-1-6 - **Adhemar Gonçalves Romão**.
2-2-2-6-1-7 - **Dulce Gonçalves Romão**.
2-2-2-6-1-8 - **José Gonçalves Romão**.
2-2-2-6-1-9 - **Adhemar Gonçalves Romão**. (segundo)
2-2-2-6-1-10 - **Eluze Gonçalves Romão**.
2-2-2-6-2 - **Elisa de Souza Gonçalves**, nascida em 27-4-1.874 e falecida em 7-11-1.947. Casada com Policeno de Souza Gonçalves. Filhos:
2-2-2-6-2-1 - **Djalma de Souza Gonçalves**.
2-2-2-6-2-2 - **Odilon de Souza Gonçalves**.
2-2-2-6-2-3 - **Maria da Conceição de Souza Gonçalves**.
2-2-2-6-2-4 - **Álvaro de Souza Gonçalves**.
2-2-2-6-2-5 - **Judith de Souza Gonçalves**.

2-2-2-6-2-6 - **Homero de Souza Gonçalves**.
2-2-2-6-2-7 - **Ricardo de Souza Gonçalves**.
2-2-2-6-2-8 - **Esther de Souza Gonçalves**.
2-2-2-6-2-9 - **Lady de Souza Gonçalves**.
2-2-2-6-2-10 - **Samuel de Souza Gonçalves**.
2-2-2-6-2-11 - **Clynton de Souza Gonçalves**.
2-2-2-6-2-12 - **Gélio de Souza Gonçalves**.
2-2-2-6-2-13 - **Renato Eugênio de Souza Gonçalves**.
2-2-2-6-3 - **Maria Eugênia de Souza Gonçalves** (Cocota), nascida em 5-9-1.875 e falecida em 1.975. Casada com Cândido Mariano de Moraes. Filhos:
2-2-2-6-3-1 - **Maria Gonçalves de Moraes**.
2-2-2-6-3-2 - **Paulo Gonçalves de Moraes**.
2-2-2-6-3-3 - **Taylor Gonçalves de Moraes**.
2-2-2-6-3-4 - **Lucy Gonçalves de Moraes**.
2-2-2-6-3-5 - **Antônio Gonçalves de Moraes**.
2-2-2-6-3-6 - **Elza Gonçalves de Moraes**.
2-2-2-6-3-7 - **Sebastião Gonçalves de Moraes**.
2-2-2-6-3-8 - **Luiz Gonçalves de Moraes**.
2-2-2-6-3-9 - **Fábio Gonçalves de Moraes**.
2-2-2-6-4 - **Eugênio de Souza Gonçalves Júnior** (Genico), nascido em 8-9-1.877.
2-2-2-6-5 - **João de Souza Gonçalves**, nascido em 14-7-1.879 e falecido em 27-12-1.949. Casado com Theodora Maria Siqueira. Filhos:
2-2-2-6-5-1 - **Jair Gonçalves**.
2-2-2-6-5-2 - **Nair Gonçalves Siqueira**.
2-2-2-6-5-3 - **Noêmia Gonçalves Siqueira**.
2-2-2-6-5-4 - **João Eugênio Gonçalves**.
2-2-2-6-5-5 - **Francisca Gonçalves Siqueira**.
2-2-2-6-5-6 - **Maria Souza Gonçalves**.
2-2-2-6-5-7 - **Inês Gonçalves**.
2-2-2-6-5-8 - **Elza Gonçalves**.
2-2-2-6-5-9 - **Dirce Gonçalves**.
2-2-2-6-5-10 - **Josmar Gonçalves**.
2-2-2-6-6 - **Adorniro de Souza Gonçalves**, nascido em 1-8-1.881 e falecido em 18-10-1.942. Casado com Maria Leopoldina Siqueira. Filhos:
2-2-2-6-6-1 - **Dinah de Souza Gonçalves**.
2-2-2-6-6-2 - **Dinorah de Souza Gonçalves**.
2-2-2-6-6-3 - **Délcio Antônio de Souza Gonçalves**.
2-2-2-6-6-4 - **Dulcídio de Souza Gonçalves**.
2-2-2-6-7 - **Palmira de Souza Gonçalves**, nascida em 21-2-1.886 e falecida em 17-7-1.939. Casada com Gabriel Augusto Romão. Filhos:
2-2-2-6-7-1 - **Alice Gonçalves Romão**.
2-2-2-6-7-2 - **Sebastião Gonçalves Romão**.
2-2-2-6-7-3 - **José Gonçalves Romão**.
2-2-2-6-7-4 - **Hercília Gonçalves Romão**.
2-2-2-6-7-5 - **Alfredo Gonçalves Romão**.
2-2-2-6-7-6 - **Maria Gonçalves Romão**.

2-2-2-6-7-7 - **Jair Gonçalves Romão**.
2-2-2-6-7-8 - **Jair Gonçalves Romão** (segundo).
2-2-2-6-8 - **Eurico de Souza Gonçalves**, nascido em 1-11-1.887.
2-2-2-6-9 - **Otília de Souza Gonçalves**, nascida em agosto de 1.890 e falecida em 20-4-1.891.
2-2-2-6-10 - **Alice Gonçalves Fernandes**, nascida em 26-9-1.891 e falecida em 28-8-1.965. Casada com Antônio Alberto Fernandes. Filhos:
2-2-2-6-10-1 - **Neuza Fernandes**.
2-2-2-6-10-2 - **Cibele Fernandes**.
2-2-2-6-10-3 - **Dalva Fernandes**.
2-2-2-6-10-4 - **Délio Fernandes**.
2-2-2-6-10-5 - **Nilde Fernandes**.
2-2-2-6-10-6 - **Césio Eugênio Fernandes**.
2-2-2-6-10-7 - **Heloísa Fernandes**.
2-2-2-6-10-8 - **Helena Fernandes**.
2-2-2-6-11 - **Cândida Josefina Xavier** (Candota), nascida em 17-4-1.896 e falecida em 8-10-1.968. Casada com Romeu Xavier, filho de João Antônio Xavier e Etelvina Cândida Xavier. Filhos:
2-2-2-6-11-1 - **Iari Xavier Rodrigues**, nascida em 11-5-1.915 e falecida em 24-2-1.943. Casada com João Rodrigues de Carvalho, filho de Joaquim Rodrigues Filho e Maria Pereira de Carvalho. Filho:
2-2-2-6-11-1-1 - **João Roberto Xavier Rodrigues**, falecido em 25-5-1.974. Casado com Maria Luísa Lima Rodrigues (Isa), filha de Elpídio Souza Lima e Maria Luíza Lima.
2-2-2-6-11-2 - **Maria Luísa Xavier de Carvalho**, nascida em 26-7-1.917 e falecida em 30-8-1.999. Casada com Thomás de Carvalho Dias, nascido em 1-1-1.914 e falecido em 17-1-1.997, filho de Álvaro Carvalho Dias e Maria Luísa Dias.
2-2-2-6-11-3 - **Iracema Xavier**, nascida em 11-6-1.918, solteira.
2-2-2-6-11-4 - **Sebastião Xavier**, nascido em 8-2-1.920 e falecido em 16-7-1.948. Casado com Hélia Paiva.
2-2-2-6-11-5 - **Cylene Xavier Caixeta**, nascida em 15-2-1.925. Casada com Ary Pereira Caixeta, filho de Joaquim Pereira Caixeta e Maria Augusta Caixeta.

2-2-2-7 - **João Antônio Xavier**, nascido em 1.856 e falecido em 29-8-1.927. Casado em primeiras núpcias com Etelvina Cândida Xavier (Vidinha), nascida em 1.866 e falecida em 13-8-1.903. Casado em segundas núpcias com Elvira Xavier (Vilica), com quem teve Elvira, Jairo e Geny. Filhos:
2-2-2-7-1 - **Romeu Xavier**, nascido em 11-8-1.885 (ou 1-10-1.884?) e falecido em 20-2-1.948. Casado com Cândida Josefina Xavier (Candota), filha de Eugênio de Souza Gonçalves e Francisca Leopoldina Xavier. Ver descendência em 2-2-2-6-11.
2-2-2-7-2 - **Julieta Xavier Pereira**, nascida em 22-5-1.887 e falecida em 25-11-1.915. Casada com Waldomiro Augusto Pereira, de Poço Fundo. Filhos:
2-2-2-7-2-1 - **Sílvio Xavier Pereira**.
2-2-2-7-2-2 - **Lauro Xavier Pereira**.
2-2-2-7-2-3 - **Wolney Xavier Pereira**.
2-2-2-7-2-4 - **José Xavier Pereira**.

2-2-2-7-2-5 - **Edith Xavier Pereira**.
2-2-2-7-2-6 - **Maria Luísa Xavier Pereira**.
2-2-2-7-2-7 - **Julieta Xavier Pereira**.
2-2-2-7-3 - **Cândida Xavier**, nascida em 31-3-1.888, em Botelhos. Falecida na adolescência.
2-2-2-7-4 - **Guiomar Xavier Barbosa**, nascida em 10-12-1.889 e falecida em 8-7-1.974. Casada com José Barbosa de Figueiredo (Juca). Filhos:
2-2-2-7-4-1 - **Thalmo Xavier Barbosa**, nascido em 19-4-1.915. Casado com Diva Freire Barbosa, filha de Francisco Freire e Nair Cavalcante.
2-2-2-7-4-2 - **Gabriel Barbosa**, nascido em 15-6-1.916. Casado com Diva Vieira Barbosa, filha de Francisco Vieira da Silva e Anunciata Carneiro Vieira.
2-2-2-7-4-3 - **Maria Helouse Barbosa de Almeida**, nascida em 17-3-1.926. Casada com Gílson Ferreira de Almeida, de Campestre.
2-2-2-7-4-4 - **José Geraldo Barbosa de Figueiredo** (Gê), nascido em 16-1-1.929 e falecido em 14-6-1.985. Casado com Marlene Masson, de Niterói.
2-2-2-7-4-5 - **Maria José Barbosa Junqueira** (Juja), nascida em 1-3-1.931. Casada com Flávio Junqueira, de Elói Mendes.
2-2-2-7-5 - **Maria Xavier Moreira**, nascida em 14-7-1.891 e falecida em 13-1-1.937. Casada com Augusto Pio de Souza Moreira, filho de Joaquim Pio de Souza Moreira e Silvéria Leopoldina Xavier. Ver descendência em 2-2-1-8.
2-2-2-7-6 - **João Antônio Xavier Filho** (Dondon), nascido em 22-3-1.893 e falecido em 21-4-1.945. Casado com Maria da Conceição de Souza Gonçalves, filha de Policeno de Souza Gonçalves e Elisa de Souza Gonçalves. Filhos:
2-2-2-7-6-1 - **Ady Gonçalves Xavier**.
2-2-2-7-6-2 - **Ruth Gonçalves Xavier**.
2-2-2-7-6-3 - **José Gonçalves Xavier**.
2-2-2-7-6-4 - **Maria Elzira Xavier**.
2-2-2-7-6-5 - **João Batista Gonçalves Xavier**.
2-2-2-7-6-6 - **Maria Thereza Xavier**.
2-2-2-7-6-7 - **Antônio César Xavier**.
2-2-2-7-6-8 - **Maria Helena Xavier**.
2-2-2-7-7 - **Sara Xavier Lopes**, nascida em 15-12-1.894 e falecida em 16-7-1.966. Casada com João Pedro da Silva Lopes, de Botelhos. Filhos:
2-2-2-7-7-1 - **Newton Xavier Lopes**, nascido em 23-1-1.916. Casado com Solange Magalhães Lopes, filha de José de Oliveira Magalhães e Ismar Xavier Magalhães.
2-2-2-7-7-2 - **Ivan Xavier Lopes**, nascido em 23-1-1.917 e falecido em 15-4-1.943.
2-2-2-7-7-3 - **Mozart Xavier Lopes**, nascido em 17-1-1.918 e falecido em 30-3-1.996. Casado com Wanda Xavier Lopes, filha de Josino Xavier e Ruth Dias Xavier.
2-2-2-7-7-4 - **Telma Xavier Lopes** (Irmãzinha), nascida em 19-3-1.919 e falecida em 21-9-1.938.
2-2-2-7-7-5 - **Pedro Xavier Lopes**, nascido em 14-6-1.920 e falecido em 6-6-1.978. Casado com Cármen Machado Lopes, filha de Dario Vieira Machado e Maria Augusta Diniz Machado.
2-2-2-7-7-6 - **Maria da Penha Lopes Ferreira**, nascida em 9-9-1.922. Casada com José de Almeida Ferreira.

2-2-2-7-7-7 - **Inalda Xavier Lopes**, nascida em 20-9-1.925 e falecida em 8-6-1.971.
2-2-2-7-7-8 - **José Clóvis Xavier Lopes**, nascido em 1-4-1.927 e falecido em 28-8-1.964. Casado com Ivone Leão Lopes, de Cachoeira de Minas.
2-2-2-7-7-9 - **Maria Tereza Lopes Haerdy**, nascida em 12-1-1.929. Casada com Eduardo Haerdy, do Rio de Janeiro.
2-2-2-7-7-10 - **Antônio Xavier Lopes**, nascido em 15-2-1.931. Casado com Maria Aparecida Passos Lopes, de Botelhos.
2-2-2-7-7-11 - **João Pedro da Silva Lopes Júnior**, nascido em 8-5-1.935. Casado com Wilma Barbosa, de Serrania.
2-2-2-7-7-12 - **Paulo Xavier Lopes**, nascido em 29-6-1.940 e falecido em 9-4-1.950.
2-2-2-7-8 - **Josina Xavier**, nascida em 20-7-1.896 e falecida em 13-11-1.896.
2-2-2-7-9 - **Josino Xavier**, nascido em 20-9-1.898 (ou 20-11-1.897?) e falecido em 29-1-1.943. Casado com Ruth Dias Xavier, filha de João Otávio Dias e Zulema Carneiro Dias. Filhos:
2-2-2-7-9-1 - **Wanda Xavier Lopes**, nascida em 24-4-1.926. Casada com Mozart Xavier Lopes, filho de João Pedro da Silva Lopes e Sara Xavier Lopes.
2-2-2-7-9-2 - **João Reinaldo Xavier**, nascido em 12-7-1.928 e falecido em 14-7-1.984. Casado com Heloísa Xavier, filha de João Moreira de Carvalho e Maria Venusta Nannetti de Carvalho (Nina).
2-2-2-7-9-3 - **Zulema Xavier Pimentel**, nascida em 30-1-1.945. Casada com José Pimentel, de Aguaí.
2-2-2-7-10 - **Ismar Xavier Magalhães**, nascida em 4-6-1.901 e falecida em 15-3-1.974. Casada com José de Oliveira Magalhães, de Portugal. Filhos:
2-2-2-7-10-1 - **Solange Magalhães Lopes**, nascida em 24-11-1.920. Casada com Newton Xavier Lopes, filho de João Pedro da Silva Lopes e Sara Xavier Lopes.
2-2-2-7-10-2 - **José Carlos Magalhães**, nascido em 28-6-1.923. Casado com Breide Freitas.
2-2-2-7-10-3 - **Arlette Magalhães Bernardo**, nascida em 24-7-1.925. Casada com Enéas Bernardo.
2-2-2-7-10-4 - **Mauro Magalhães**, nascido em 28-5-1.927 e falecido em 13-3-1.994. Casado com Maria Tereza Maran, de Poços de Caldas.
2-2-2-7-10-5 - **Dirceu Magalhães**, nascido em 30-9-1.929. Casado com Edna Faria Macedo.
2-2-2-7-11 - **Jaime Xavier**, nascido em 2-8-1.903 e falecido em 30-9-1.985. Casado com Maria Carolina Sousa Xavier, de Paraguaçu. Filhas:
2-2-2-7-11-1 - **Leila Maria Xavier**, nascida em 17-2-1.942, em Botelhos.
2-2-2-7-11-2 - **Mírian Xavier**, nascida em 8-1-1.948, em Poços de Caldas.
2-2-2-7-12 - **Pedro Xavier**, falecido na adolescência.
2-2-2-7-13 - **Elvira Pereira Xavier**, nascida em 2-1-1.905 e falecida em 23-2-1.970. Casada com Manoel Henriques Pinto Machado, de Portugal.
2-2-2-7-14 - **Geny Pereira Xavier**, nascida em 15-4-1.907.
2-2-2-7-15 - **Jairo Antônio Xavier**, nascido em 16-7-1.910 e falecido em 16-11-1.967. Casado com Edina Seixas de Alencar.

2-2-2-8 - **Leonor Cândida Xavier**, nascida em 17-12-1.860 e falecida em 27-11-1.939. Segunda esposa de Joaquim Paulino da Costa, nascido em 24-3-1.858 e

falecido em 22-2-1.949, filho de José Paulino da Costa e Ana Tereza de Souza. Filhos.
2-2-2-8-1 - **Bento Paulino da Costa**, falecido na infância.
2-2-2-8-2 - **Waldemar Paulino da Costa**, nascido em 9-1-1.886 e falecido em 20-8.1.927. Casado com Onofrina Swerts Costa, filha de João Baptista Dias Swerts e Maria Ernestina Dias Swerts. Filhos:
2-2-2-8-2-1 - **Demerval Swerts Costa**, nascido em 16-7-1.912 e falecido em 28-2-1.993. Casado com Maria Adalgiza Moreira Costa, filha de Antônio Moreira Guerra Filho e Ana Guilhermina de Souza.
2-2-2-8-2-2 - **Nelly Swerts Costa Dias**, nascida em 30-9-1.913. Casada com Paulo Costa Dias, filho de Argemiro de Souza Dias e Dinorah da Costa Dias.
2-2-2-8-2-3 - **Rômulo Swerts Costa** (Rominho), nascido em 31-12-1.914 e falecido em 24-8-1.971. Casado com Maria do Carmo Machado Costa, filha de Anastácio Vieira Machado e Etelvina Muniz.
2-2-2-8-2-4 - **Edir Costa Westin** (Didir), nascida em 28-3-1.916. Casada com Marcolino Westin (Didi), filho de João Augusto de Souza Westin e Idalina Cândida Westin.
2-2-2-8-2-5 - **Ruth Swerts Costa**, nascida em 18-12-1.918, religiosa.
2-2-2-8-2-6 - **Vera Swerts Costa**, nascida em 24-10-1.920, religiosa.
2-2-2-8-2-7 - **Lygia Swerts Costa**, nascida em 28-6-1.922, solteira.
2-2-2-8-2-8 - **Onofrina Swerts Costa** (Irmãzinha), solteira, nascida em 17-1-1.925 e falecida em 4-8-1.970.
2-2-2-8-2-9 - **Waldemar Swerts Costa** (Irmão), nascido em 9-10-1.926. Casado com Maria Tereza Andrade Costa, filha de Elvino de Paula Andrade e Hilma Guimarães Andrade.
2-2-2-8-3 - **Dinorah da Costa Dias**, nascida em 15-5-1.887 e falecida em 4-9-1.964. Casada com Argemiro de Souza Dias, filho do Major Onofre de Souza Dias e Anna Augusta de Souza Dias. Filhos:
2-2-2-8-3-1 - **Onofre da Costa Dias**, nascido em 3-11-1.906 e falecido em 13-11-1.989. Casado em primeiras núpcias com Maria da Conceição Dias, portuguesa. Em segundas casou-se com ...., da qual teve Ana Augusta. Filhos:
2-2-2-8-3-1-1 - **Magali**
2-2-2-8-3-1-2 - **José Carlos**
2-2-2-8-3-1-3 - **Maria Helena**
2-2-2-8-3-1-4 - **Maria Stela**
2-2-2-8-3-1-5 - **Ana Augusta**
2-2-2-8-3-2 - **Jandira Dias Nannetti**, nascida em 23-12-1.907 e falecida em 29-10-1.988. Casada com Vitório Nannetti, nascido em 26-8-1.905, filho de João Nannetti e Júlia Cantucci Nannetti.
2-2-2-8-3-3 - **Joaquim Paulino Dias**, nascido em 16-6-1.909. Casado com Maria José de Castro Dias, filha de Mílton de Siqueira e Castro e Noêmia Dias Westin.
2-2-2-8-3-4 - **Jaime da Costa Dias**, nascido em 19-10-1.910.
2-2-2-8-3-5 - **André Costa Dias**, nascido em 12-12-1.911 e falecido em 5-2-1.984. Casado com Wanda Machado Dias, filha de Joaquim Machado de Azevedo e Iracema Escobar Machado.
2-2-2-8-3-6 - **Paulo Costa Dias**, nascido em 30-8-1.913 e falecido em 28-4-1.992. Casado com Nelly
Swerts Costa Dias, filha de Waldemar Paulino da Costa e Onofrina Swerts Costa.

2-2-2-8-3-7 - **Maria José Dias Salles**, nascida em 15-3-1.916 e falecida em 2-12-1.998. Casada com João Evangelista Salles, de Guaxupé.
2-2-2-8-3-8 - **Sólon da Costa Dias**, nascido em 14-1-1.918 e falecido em 13-3-1.989. Casado com Terezinha de Jesus Salvato, filha de Júlio Salvato e Edwiges Nieri Salvato.
2-2-2-8-3-9 - **Orminda Dias Costa**, nascida em 20-6-1.920. Casada com Décio Paulino da Costa, filho de João Antônio da Costa e Laura Helena Morais Costa.
2-2-2-8-3-10 - **Darcy Costa Dias**, nascido em 29-4-1.925. Casado com Concheta Safioti, filha de Savério Safioti e Amélia Safioti.
2-2-2-8-3-11 -**Wanda da Costa Dias**, solteira, nascida em 13-4-1.927 e falecida em junho de 1.972.
2-2-2-8-4 - **Ana Paulina da Costa Dias** (Anita), nascida em 16-11-1.888 e falecida em 7-5-1.976. Casada com Joaquim Cândido de Souza Dias, nascido em 3-5-1.881 e falecido em 26-4-1.949, filho de Joaquim Cândido de Souza Dias e Francisca Paulina da Costa (Chiquinha). Filhos:
2-2-2-8-4-1 - **Clarice Costa Pereira Dias**, nascida em 21-4-1.908 e falecida em 10-6-1.999. Casada com Jacy Pereira Dias, filho de Jacintho Pereira Dias e Julieta Cândida Dias. Filhos:
2-2-2-8-4-1-1 - **Jacinto Pereira Dias**, nascido em 24-2-1.932, viúvo de Maria Alice Magalhães Drummond, de Belo Horizonte.
2-2-2-8-4-1-2 - **Magda Dias**, solteira, nascida em 9-10-1.933.
2-2-2-8-4-1-3 - **Ulisses Costa Dias**, nascido em 13-5-1.936. Casado com Cléa Ferreira Dias, de Bela Vista, PR.
2-2-2-8-4-1-4 - **Maria Célia Dias**, solteira, nascida em 9-12-1.937.
2-2-2-8-4-1-5 - **Aguinaldo Araújo Dias**, nascido em 20-5-1.943, viúvo de Suely Therezinha P. Macedo Dias, de Barbacena, MG.
2-2-2-8-4-2 - **Leonor Cândida Costa Dias**, nascida em 14-6-1.909 e falecida em 22-6-1.979. Casada com Ary Dias (Nonô), filho de Antônio Cândido Pereira Dias e Maria José de Lima. Filha:
2-2-2-8-4-2-1 - **Ana Maria**, casada.
2-2-2-8-4-3 - **Ulisses Costa Dias**, nascido em 20-10-1.910 e falecido em 13-11-1.920.
2-2-2-8-4-4 - **Glenira Costa Dias**, solteira, nascida em 14-3-1.912 e falecida em 26-8-2.000.
2-2-2-8-4-5 - **Romilda Costa Dias Bertollacini**, nascida em 25-2-1.914 e falecida em 16-12-1.991. Casada com Humberto Bertollacini, de Borda da Mata, MG.
2-2-2-8-4-6 - **Joaquim de Souza Costa** (Quincas), nascido em 6-5-1.915 e falecido em 27-11-1.994. Casado com Rosa Parente Couto, de Pouso Alegre.
2-2-2-8-4-7 - **Sinésio Costa Dias**, nascido em 12-6-1.917. Casado em primeiras núpcias com Ursulina Guimarães, de Paraisópolis, e em segundas com Ana Carolina Toledo.
2-2-2-8-4-8 - **Eunice Costa Dias**, nascida em 15-8-1.918. Segunda esposa de Ary Dias (Nonô), filho de Antônio Cândido Pereira Dias e Maria José de Lima. Sem filhos.
2-2-2-8-4-9 - **Omar Costa Dias**, nascido em 22-1-1.920. Casado com Ruth Carvalho Dias, de Pouso Alegre.
2-2-2-8-4-10 - **Lineu Costa Dias**, nascido em 11-9-1.921 e falecido em 10-10-1.995. Casado com Néia Casemiro Dias, de Pouso Alegre.
2-2-2-8-5 - **João Antônio da Costa** (Joãozito), nascido em 11-5-1.891 e falecido

em 25-6-1.982. Casado com Laura Helena Morais Costa, filha de Hermano Constantino de Morais e Helena Augusta de Souza. Filhos:
2-2-2-8-5-1 - **Feliciano Morais Costa**, nascido em 18-2-1.919 e falecido em 15-4-1.950. Casado com Maria Eunice Dias Morais, filha de Jacintho Pereira Dias e Julieta Cândida Dias. Ver descendência em 3-6-2-3-10.
2-2-2-8-5-2 - **Décio Paulino da Costa**, nascido em 6-5-1.920 e falecido em 22-5-1.992. Casado com Orminda Dias Costa, filha de Argemiro de Souza Dias e Dinorah da Costa Dias.
2-2-2-8-5-3 - **Lucy da Costa Leite**, nascida em 19-4-1.924. Casada com Ernesto Mariano Leite, de Alfenas, falecido em 19-2-1.996.
2-2-2-8-5-4 - **Maria Nilce Costa Dias**, nascida em 16-3-1.926. Casada com Wolney de Araújo Dias, filho de Jacintho Pereira Dias e Julieta Cândida Dias. Ver descendência em 3-6-2-3-9.
2-2-2-8-6 - **Maria Elvira Paulino da Costa**, nascida em 22-10-1.892 e falecida em 23-10-1.892.
2-2-2-8-7 - **Homero Costa**, nascido em 10-10-1.893 e falecido em 11-2-1.986. Casado com Olavina Vieira da Costa, filha de Francisco Vieira da Silva e Maria Teodora Tavares Vieira. Filhos:
2-2-2-8-7-1 - **Aristeu Vieira da Costa**, falecido em 13-7-2.000. Casado em primeiras núpcias com Dalva Zanon Costa, falecida em 21-4-1.974, e em segundas com Luth de Carvalho Costa.
2-2-2-8-7-2 - **Cláudio Vieira da Costa**, casado com Maria Beatriz de Lima Costa.
2-2-2-8-7-3 - **Túlio Vieira da Costa**, nascido em 7-3-1.924. Casado com Terezinha Prado Costa, de Paraguaçu.
2-2-2-8-7-4 - **Helena Vieira da Costa e Castro**, nascida em 21-9-1.933. Casada com Antônio Carlos Pereira de Castro, de Belo Horizonte.
2-2-2-8-8 - **Maria Antonieta Costa** (Tieta), nascida em 20-3-1.895 e falecida em 23-2-1.973. Casada com Antônio Teodoro da Costa, de Poço Fundo, falecido em 10-7-1.965, com 80 anos. Filhos:
2-2-2-8-8-1 - **José Laís Costa**, nascido em 18-10-1.923. Casado com Maria José Peres Costa.
2-2-2-8-8-2 - **Acélio Luiz Costa**, casado com Eulice Soares Costa.
2-2-2-8-8-3 - **Maria Neide Costa Vilhena**, casada com Luciano Vilhena.
2-2-2-8-8-4 - **Luiz Costa**.
2-2-2-8-8-5 - **Sandra Costa**, solteira.
2-2-2-8-9 - **César Paulino da Costa**, nascido em 5-7-1.896 e falecido em 9-5-1.988. Casado com Edith Swerts Costa, filha de João Baptista Dias Swerts e Maria Ernestina Dias Swerts. Filhos:
2-2-2-8-9-1 - **Dirceu Swerts Costa**, nascido em 6-12-1.925. Casado com Marlene Verdade Costa, filha de Gauquério Pinto Verdade, este falecido em 2-11-1.979.
2-2-2-8-9-2 - **Marília Swerts Costa**, solteira, nascida em 14-1-1.928.
2-2-2-8-9-3 - **Cilda Swerts Costa**, solteira, nascida em 28-9-1.929.
2-2-2-8-9-4 - **Enilda Swerts Magalhães**, nascida em 30-4-1.931. Casada com José Thales Magalhães, filho de Lázaro Cândido Magalhães e Josina Josefina Dias.
2-2-2-8-9-5 - **Nerval Swerts Costa**, nascido em 16-12-1.933. Casado em primeiras núpcias com Isabel Juntolli Costa, filha de Aniceto Vieira Juntolli, e em

segundas com Terezinha de Jesus Alves, de Serrania, MG.
2-2-2-8-9-6 - **Reginaldo Swerts Costa**, nascido em 7-11-1.935. Casado em primeiras núpcias com Rachel Vieira Costa, falecida em 30-3-1.984, filha de Gentil Vieira da Silva e Januária dos Santos Silva, e em segundas com Ana Maria Costa.
2-2-2-8-9-7 - **Dione Swerts Costa**, solteira, nascida em 6-2-1.938.
2-2-2-8-9-8 - **Dauro Swerts Costa**, nascido em 25-10-1.940, casado com Wanda Costa.
2-2-2-8-9-9 - **Vânio João Swerts Costa**, nascido em 25-11-1.942 e falecido em 17-1-1.984. Casado com Maria Julieta Magalhães, filha de Lázaro Cândido Magalhães e Josina Josefina Dias.
2-2-2-8-10 - **Hermantino Costa**, nascido em 2-4-1.898 e falecido em 19-10-1.972. Casado com Ana Augusta Westin Costa (Titita), filha de João Augusto de Souza Westin e Idalina Cândida Westin. Filhos:
2-2-2-8-10-1 - **Cleusa Westin Costa**, solteira, nascida em 16-7-1.925 e falecida em 18-1-1.987.
2-2-2-8-10-2 - **Robério Westin Costa**, nascido em 30-1-1.929 e falecido em 23-1-1.977. Casado com Maria de Lourdes Dias Costa, filha de José Jacinto Pereira Dias e Juracy Costa Dias.
2-2-2-8-10-3 - **Maria Norma Westin Costa Dias**, casada com Darcy Dias, filho de José Jacinto Pereira Dias e Juracy Costa Dias.
2-2-2-8-11 - **Djalma Paulino da Costa**, nascido em 9-10-1.899 e falecido em 11-12-1.982. Casado em primeiras núpcias com Maria Gabriela Dias da Costa, filha de Azarias Pio de Souza Dias (Zé Licote) e Maria Augusta de Souza Dias. Casado em segundas núpcias com Maria Conceição de Souza Costa, filha de Argino de Souza, da qual não teve descendência. Filhos:
2-2-2-8-11-1 - **Glério Nerval Costa**, casado com Venina.
2-2-2-8-11-2 - **Hílton José Costa**, casado com Edina.
2-2-2-8-11-3 - **Dulce Margarida Costa**, falecida com um ano de idade.
2-2-2-8-12 - **Juarez Paulino da Costa**, nascido em 12-12-1.900 e falecido em 22-11-1.942. Casado com Clovita Swerts Costa, filha de João Baptista Dias Swerts e Maria Ernestina Dias Swerts. Filhos:
2-2-2-8-12-1 - **Célio Swerts Costa**, nascido em 21-10-1.929.
2-2-2-8-12-2 - **Marice Swerts Costa**, solteira, nascida em 5-12-1.930.
2-2-2-8-12-3 - **Nelma Swerts Costa**, nascida em 21-12-1.931.
2-2-2-8-12-4 - **Sônia Swerts Costa**, nascida em 21-2-1.933.
2-2-2-8-12-5 - **Maria Leonor Swerts Costa**, nascida em 15-8-1.934.
2-2-2-8-12-6 - **Haroldo Swerts Costa**, nascido em 30-12-1.936. Separado de Leila Westin, filha de João Westin Júnior e Íris Westin.
2-2-2-8-12-7 - **Onélia Costa da Silva**, nascida em 10-12-1.938. Casada com José Teixeira da Silva, este falecido em 12-10-1.992.
2-2-2-8-13 - **José Joaquim da Costa**, nascido em 26-4-1.906 e falecido em 23-5-1.984. Casado com Maria do Rosário Tavares Costa. Filhos:
2-2-2-8-13-1 - **Selmo Paulino da Costa**.
2-2-2-8-13-2 - **Luiz Paulino da Costa**.
2-2-2-8-13-3 - **Joaquim Paulino da Costa Neto**.
2-2-2-8-13-4 - **Maria Leonor da Costa**.
2-2-2-8-13-5 - **Henrique Paulino da Costa**.

sub-seção terceira

2-2-3 - **Francisca** (Mamãe Chica), nascida por volta de 1.833. Casada com Lourenço Vieira. Residente na Fazenda Limeira.

sub-seção quarta

2-2-4 - **Emerenciana**, nascida por volta de 1.834.

sub-seção quinta

2-2-5 - **Mariana**, nascida por volta de 1.836. Casada em primeiras núpcias com Cândido Félix, e em segundas com José de Souza Moreira. Residente na Fazenda do Mato Dentro.

sub-seção sexta

2-2-6 - **Domiciano Moreira** (Tio Dô), nascido por volta de 1.837. Casado com Maria Custódia Moreira, irmã de Maria Vicência de Souza Dias, filha de Antônio Alves de Araújo e Maria Luíza do Espírito Santo. Filhos:
2-2-6-1 - **Leonor** (Tia Noa), casada com Dadico, filho de Escolástica. Filhos:
2-2-6-1-1 - **Nazaré**, solteira.
2-2-6-1-2 - **Maria Olímpia** (ou Maria Olívia?)
2-2-6-1-3 - **Escolástica** (Milucha), gêmea, nascida em 1.899.
2-2-6-1-4 - **João Carlos**, gêmeo, nascido em 1.899.
2-2-6-1-5 - **Irtes**.
2-2-6-1-6 - **Ercília**.
2-2-6-1-7 - **José**.
2-2-6-1-8 - **Joaquim**.

sub-seção sétima

2-2-7 - **Vigilato de Souza Moreira**, casado com Ana Umbelina de Souza Dias. Residente na Fazenda Serrote. Filho:
2-2-7-1 - **Augusto de Souza Dias**, nascido em 25-3-1.880 e falecido em 26-12-1.934. Casado com Dídia Igreja do Carmo, nascida em 23-7-1.882 e falecida em 16-7-1.943, filha de Manoel Igreja Alves e Francisca do Carmo. Filhos:
2-2-7-1-1 - **José Igreja Dias**, falecido solteiro.
2-2-7-1-2 - **Manoel Igreja Dias**, casado com Izolina (?) Dias (Zó).
2-2-7-1-3 - **Maria Dagmar Igreja Dias**, falecida solteira em 26-7-1.995, com 81 anos.
2-2-7-1-4 - **Matilde Dias Brandão**, casada com Vivalde Brandão.
2-2-7-1-5 - **Luiz Igreja Dias**.
2-2-7-1-6 - **Elza Dias Gambi**, casada com Leônidas José Gambi.
2-2-7-1-7 - **Aristeu Igreja Dias**.

sub-seção oitava

2-2-8 - **Maria Inês de Souza Dias Moreira Guerra** (ou da Silva Guerra) (Inesita), falecida em 23-6-1.919. Casada com Antônio Moreira de Souza Guerra, falecido em 10-9-1.904. Residente na Fazenda Serrote. Filhos:

2-2-8-1 - **Antônio Moreira de Souza Guerra Filho** (Ninico), falecido em 12-9-1.936. Casado com Ana Guilhermina de Souza Guerra, de São Gonçalo do Sapucaí. Filhos:
2-2-8-1-1 - **Maria José Moreira Guerra** (Maria Nicotinha), casada com Euclides Vieira da Silva, filho de Francisco Vieira da Silva e Maria Teodora Tavares Vieira. Filhos:
2-2-8-1-1-1 - **Andréa Vieira Reis**, casada com Wálter Mattos Reis.
2-2-8-1-1-2 - **Ione Vieira de Vilhena**, nascida em 17-2-1.922 e falecida em maio de 1.997. Casada com Prudêncio Vilhena.
2-2-8-1-2 - **Antônio Moreira Guerra** (Toniquinho), nascido em 30-10-1.895 e falecido em 23-10-1.984. Casado com Maria Antonieta Vieira Guerra, nascida em 30-3-1.902 e falecida em 29-7-1.972. Filhos:
2-2-8-1-2-1 - **Magaly Vieira Guerra Godoy**, casada com Maulon Godoy.
2-2-8-1-2-2 - **José Carlos Vieira Guerra**, casado com Hilda Bilharinho Guerra.
2-2-8-1-3 - **Eduardo Moreira Guerra**, casado com Izolina Alvarenga Moreira, falecida em 18-12-1.981.
2-2-8-1-4 - **Altamiro Moreira Souza Guerra**, sepultado em 16-3-1.933, com 34 anos.
2-2-8-1-5 - **José Moreira Guerra**, nascido em 3-6-1.905 e falecido em 22-7-1.990. Casado com Joana Garbini Guerra, falecida em 5-4-1.980.
2-2-8-1-6 - **Maria Adalgiza Moreira Costa**, nascida em 29-9-1.911 e falecida em 13-5-1.992. Casada com Demerval Swerts Costa, filho de Waldemar Paulino da Costa e Onofrina Swerts Costa.

2-2-8-2 - **Joaquim Moreira de Souza Guerra** (Quincas), nascido em 21-3-1.871 e falecido em 21-8-1.969. Casado com Agripina Vieira Guerra, falecida em 9-2-1.977. Filhos:
2-2-8-2-1 - **André Vieira Guerra**, falecido em 26-6-1.977. Casado com Maria Nannetti Guerra (Mariinha), filha de João Nannetti e Júlia Cantucci Nannetti.
2-2-8-2-2 - **Maria da Glória Vieira Guerra**, solteira.
2-2-8-2-3 - **Maria Theodora Vieira Guerra** (Lili), solteira, falecida em 23-10-2.000.
2-2-8-2-4 - **Amadeu Vieira Guerra**, casado com Olga Raymundo Vieira Guerra.
2-2-8-2-5 - **Antônio Vieira Guerra**.
2-2-8-2-6 - **Francisco Vieira Guerra**, solteiro, nascido em 29-12-1.917 e falecido em 29-12-1.982.
2-2-8-2-7 - **Euclides Vieira Guerra**, casado com Ana Maria dos Santos Silva Guerra.
2-2-8-2-8 - **Oscar Vieira Guerra**, casado com Eneida Vieira Guerra, filha de Moacir Vieira da Silva e Judith Lima Vieira.

2-2-8-3 - **Affonso Moreira Guerra**, nascido em 26-11-1.876 e falecido em 23-1-1.956. Casado com Etelvina Neves da Silva Guerra, nascida em 16-10-1.888 e falecida em 27-3-1.934, filha de Ernesto Neves da Silva (Chicuta) e Maria Sabina de Oliveira. Filhos:
2-2-8-3-1 - **Lupércia Guerra Swerts**, nascida em 20-2-1.907. Casada com Armando Dias Swerts, filho de João Baptista Dias Swerts e Maria Ernestina Dias Swerts. Sem filhos.
2-2-8-3-2 - **Ruth Guerra**, nascida em 29-1-1.908.
2-2-8-3-3 - **Edith Costa**, nascida em 7-1-1.909. Segunda esposa de Jair Paulino

da Costa, filho de João Paulino da Costa e Maria Amélia da Costa. Ver descendência em 2-2-2-4-2-4.
2-2-8-3-4 - **José Fausto Moreira Guerra**.
2-2-8-3-5 - **Mauro Moreira Guerra**, nascido em 11-8-1.912 e falecido em 12-6-1.996. Casado com Dalva Moreira Guerra, filha de Augusto Pio de Souza Moreira e Maria Xavier Moreira.
2-2-8-3-6 - **Benedito Moreira Guerra**.
2-2-8-3-7 - **Ofélia Moreira Westin**, falecida em 7-8-1.937. Casada com José Westin, filho de João Augusto de Souza Westin e Idalina Cândida Westin. Sem filhos.
2-2-8-3-8 - **Maria Inês Moreira Del Porto** (Lili), casada com Pedro Del Porto.
2-2-8-3-9 - **Affonso Moreira Guerra Júnior**, nascido em 20-2-1.922. Casado em primeiras núpcias com Ieda Dias Guerra, filha de Altamiro Nicomedes Dias e Maria Josefina Pereira.
2-2-8-3-10 - **Lúcio Moreira Guerra**.
2-2-8-3-11 - **Maria José Vieito**, segunda esposa de Casemiro Vieito, de Portugal. Sem filhos.
2-2-8-3-12 - **Vera Guerra**.

2-2-8-4 - **Antonieta Moreira Ferreira Braga**, nascida em 3-12-1.881 e falecida em 6-12-1.957. Casada com Francisco Elysio Ferreira Braga, de Valença, RJ, nascido em 10-7-1.870 e falecido em 26-7-1.946, filho do português Francisco Ferreira Braga e de Brandina Ferreira Braga. Filhos:
2-2-8-4-1- **Maria Inês Braga Silveira**, falecida em 4-5-1.984, com 84 anos. Casada com Mário Leite da Silveira. Filhos:
2-2-8-4-1-1- **Elza**, casada com Aníbal.
2-2-8-4-1-2 - **Zaíra**, casada com Salvador.
2-2-8-4-1-3 - **Arnaldo Braga da Silveira**, falecido em 22-7-1.987. Casado com Elisa Silveira. Filhos:
2-2-8-4-1-3-1 - **Maria Inês**.
2-2-8-4-1-3-2 - **Arnaldo**.
2-2-8-4-1-4 - **José Elísio Braga da Silveira**, falecido em 17-3-1.995, com 64 anos. Casado com Encarnação Silveira. Filhos:
2-2-8-4-1-4-1 - **Sidney**.
2-2-8-4-1-4-2 - **Elísio**.
2-2-8-4-1-4-3 - **Marinez**.
2-2-8-4-2 - **Roberto Ferreira Braga**, nascido em 23-10-1.904. Filhos:
2-2-8-4-2-1 - **Ricardo Ferreira Braga**, casado com Wilma Dias Braga, filha de Manoel Egreja Dias.
2-2-8-4-2-2 - **Rômulo Ferreira Braga**.
2-2-8-4-2-3 - **Reinaldo Ferreira Braga**, falecido em 28-8-1.989, com 54 anos. Casado com Elisa Regina Soares Braga, filha de Ednan Soares e Maria Aparecida Moreira Soares.
2-2-8-4-2-4 - **Guálter Ferreira Braga**, casado com Heloísa Helena Branquinho Braga, filha de Itamar Branquinho.
2-2-8-4-3 - **Francisco Ferreira Braga**, nascido em 19-10-1.906 e falecido em 19-5-1.982. Casado com Cláudia Annoni Braga, nascida em 8-3-1.910 e falecida

em 1-10-1.992. Filhos:
2-2-8-4-3-1 - **Nerval Ferreira Braga**, falecido, casado com Wanda Garcia Braga, filha de José Pedro Garcia e Eunice Nogueira Garcia.
2-2-8-4-3-2 - **Cláudio Braga**, casado com Marly Pereira Braga, filha de José Maria Pereira e Maria Dagmar Pereira.
2-2-8-4-3-3 - **Marilene**, casada com Orlando.
2-2-8-4-3-4 - **Eliane**, casada com Mauro.
2-2-8-4-4 - **Maria Luísa Braga Westin**, casada com Olavo Westin, filho de Otávio Augusto de Souza Westin e Maria Amélia Westin. Filhos:
2-2-8-4-4-1 - **Luiz Braga Westin**, falecido em 26-9-1.996, com 75 anos. Casado com Neusa. Filhos:
2-2-8-4-4-1-1 - **Luiz Gustavo Braga Westin**, falecido em 21-8-1.990, com 31 anos.
2-2-8-4-4-1-2 - **Maria Luísa**.
2-2-8-4-4-1-3 - **Lia Cristina**.
2-2-8-4-4-1-4 - **Flávio**.
2-2-8-4-4-2 - **Lígia Braga Westin Romanelli,** casada em primeiras núpcias com Nílton Romanelli, e em segundas com Joaquim José. Filhos daquelas:
2-2-8-4-4-2-1 - **Niulia**.
2-2-8-4-4-2-2 - **Neila**.
2-2-8-4-4-2-3 - **Nílton**.
2-2-8-4-5 - **Fernando Ferreira Braga**, falecido em 11-11-1.965.
2-2-8-4-6 - **Lauro Ferreira Braga**, nascido em 27-1-1.910 e falecido em 15-12-1.986. Casado com Clélia Gambi Braga.
2-2-8-4-7 - **Brandina Braga Rocha**, casada com João Lopes Rocha, de Alfenas, falecido em 16-1-1.996, com 88 anos. Filhos:
2-2-8-4-7-1 - **Janete Braga Rocha Mendes**, casada com Moacir G. Mendes.
2-2-8-4-7-2 - **Jarbas Braga Rocha**.

2-2-8-5 - **Rita de Cássia Moreira de Carvalho** (Ritinha), casada com João Moreira de Carvalho, este nascido em 12-7-1.861 e falecido em 12-8-1.918. Filhos:
2-2-8-5-1 - **Elisa Carvalho Vieira**, nascida em 16-11-1.893 e falecida em 21-1-1.937. Primeira esposa de João Vieira da Silva, nascido em 10-5-1.886 e falecido em 25-3-1.978. Filhos:
2-2-8-5-1-1 - **Murilo Carvalho Vieira**.
2-2-8-5-1-2 - **Marcelo Carvalho Vieira**, solteiro.
2-2-8-5-1-3 - **Rita Vieira Machado de Azevedo**, casada com Amynthas Machado de Azevedo (falecido em 24-6-1.982), filho de Joaquim Machado de Azevedo e Iracema Escobar Machado.
2-2-8-5-1-4 - **Regina Stela Carvalho Vieira Garcia**, nascida em 7-2-1.929 e falecida em 5-12-1.986. Casada com Maurício Lacerda Garcia, filho de Nélson Garcia e Judith Lima Garcia.
2-2-8-5-2 - **Zélia Moreira Cavalcante**, casada com Diogo Cavalcante de Albuquerque, este nascido em 12-11-1.886. Filhos:
2-2-8-5-2-1 - **Nair Cavalcante Moreira**, nascida em 6-4-1.907 e falecida em 28-9-2.000. Casada em primeiras núpcias com Francisco Freire, e em segundas com Euclides de Souza Moreira, filho de João Baptista de Souza Moreira e Cân-

dida Paulina de Souza. Ver descendência destas em 2-2-1-2-5. Filha daquelas:
2-2-8-5-2-1-1 - **Diva Freire Barbosa**, casada com Thalmo Xavier Barbosa, filho de José Barbosa de Figueiredo e Guiomar Xavier Barbosa.
2-2-8-5-2-2 - **Nélson Moreira Cavalcante**, nascido em 24-7-1.910 e falecido em 11-2-1.965. Casado com Romilda L. Cavalcante.
2-2-8-5-2-3 - **Nancy Cavalcante Moreira**, falecida em 21-10-1.983, com 68 anos. Casada com João de Souza Moreira, filho de João Baptista de Souza Moreira e Cândida Paulina de Souza. Ver descendência em 2-2-1-2-9.
2-2-8-5-2-4 - **Noêmia Cavalcante**, falecida em 25-8-1.969.
2-2-8-5-2-5 - **Licurgo Moreira Cavalcante**.
2-2-8-5-2-6 - **Nídia Cavalcante Cúrio**, falecida em 18-5-1.988, com 72 anos. Casada com Adolfo Cúrio.
2-2-8-5-2-7 - **Nílton Moreira Cavalcante**.
2-2-8-5-2-8 - **Zelinha Cavalcante**.
2-2-8-5-2-9 - **Nilza Moreira Cavalcante**, solteira.
2-2-8-5-3 - **Alayde**, casada com Romeu.
2-2-8-5-4 - **Mimi** (?), casada com Orozimbo Corrêa Netto.
2-2-8-5-5 - **João Moreira de Carvalho**, nascido em 18-2-1.899 e falecido em 23-6-1.983. Casado com Maria Venusta Nannetti Carvalho (Nina), nascida em 9-4-1.902 e falecida em 19-7-1.954 (ou 1.952?), filha de João Nannetti e Júlia Cantucci Nannetti. Filhos:
2-2-8-5-5-1 - **José Washington de Carvalho**, nascido em 24-9-1.925 e falecido em 22-1-1.996. Casado com Gentil Borges de Carvalho.
2-2-8-5-5-2 - **Heloísa Xavier**, casada com João Reinaldo Xavier, filho de Josino Xavier e Ruth Dias Xavier.
2-2-8-5-5-3 - **Celina Nannetti Carvalho**, casada com Waldemar Swerts de Carvalho, filho de Napoleão Augusto de Carvalho e Odette Swerts de Carvalho.
2-2-8-5-6 - **Laura**, casada com Toneca (?). Filhas:
2-2-8-5-6-1 - **Léa**.
2-2-8-5-6-2 - **Luth de Carvalho Costa**, segunda esposa de Aristeu Vieira da Costa, filho de Homero Costa e Olavina Vieira da Costa.
2-2-8-5-7 - **Antônio Moreira de Carvalho Sobrinho** (Carvalhinho), falecido em junho ou julho de 1.993, com 89 anos. Casado com Eunice Maciel Carvalho. Filhas:
2-2-8-5-7-1 - **Glícia Maria de Carvalho Beerman**, viúva, falecida em 1.992, com 61 anos.
2-2-8-5-7-2 - **Regina Carvalho Rabelo**, nascida em 1.940.
2-2-8-5-7-3 - **Elisa**.
2-2-8-5-7-4 - **Glenira**.

2-2-8-6 - **Alfredo Moreira de Souza Guerra**, falecido em 1-12-1.938, com 59 anos. Casado com Maria Moreira.

2-2-8-7 - **Honestália Moreira Fernandes**, falecida em 13-6-1.949, com 67 anos. Casada com Oscar Fernandes, filho de Damaso José de Souza e Cândida Theodora Fernandes. Filhos:
2-2-8-7-1 - **Oscarina Fernandes**, solteira. Nascida em 17-8-1.906 e falecida em 1-8-2.000.

2-2-8-7-2 - **Orlando Fernandes**, nascido em 4-7-1.908 e falecido em 20-5-1.910.
2-2-8-7-3 - **Odettina Fernandes**, nascida em 19-9-1.909.
2-2-8-7-4 - **Omar Fernandes**, nascido em 14-11-1.912 e falecido em 6-3-1.913.
2-2-8-7-5 - **Olivete Fernandes**, nascido em 22-12-1.913.
2-2-8-7-6 - **Ottone Fernandes**, nascido em 6-10-1.915.
2-2-8-7-7 - **Oluci Fernandes** (Lulu), solteira. Nascida em 18-5-1.918.
2-2-8-7-8 - **Ogilda Fernandes**, nascida em 23-1-1.920. Casada com Wílson Westin, filho de João Augusto de Souza Westin e Idalina Cândida Westin.
2-2-8-7-9 - **Ozaide Fernandes**, nascida em 23-12-1.921.
2-2-8-7-10 - **Og Fernandes**, nascido em 23-1-1.924 e falecido em 20-11-1.926.
2-2-8-7-11 - **Odilar Fernandes**, nascido em 9-1-1.925.

2-2-8-8 - **Marieta Moreira de Barros**, nascida em 14-11-1.884 e falecida em 8-3-1.976, em Varginha. Casada com Alberto Cândido de Barros, nascido em 23-1-1.876 e falecido em 8-8-1.958. Filhos:
2-2-8-8-1 - **Maria José** (Zuzu), nascida em 29-8-1.913.
2-2-8-8-2 - **Antônio Moreira de Barros** (Moreira), nascido em 14-2-1.917 e falecido em 11-4-1.982. Casado com Vera Bressane Barros, nascida em 6-4-1.920 e falecida em 10-8-1.975.
2-2-8-8-3 - **Maria Aparecida** (Cidinha). Filhos:
2-2-8-8-3-1 - **Vítor**.
2-2-8-8-3-2 - **Vani Antônia Morais Soares**, falecida em 21-9-1.994, com 51 anos. Casada com Daniel da Costa Soares, filho de Herquilino Washington Soares e Mary da Costa Soares.
2-2-8-8-3-3 - **Valdeni**.
2-2-8-8-3-4 - **Vânia**.
2-2-8-8-3-5 - **Válter**, gêmeo.
2-2-8-8-3-6 - **Valdir**, gêmeo.
2-2-8-8-3-7 - **Vanda**.

2-2-8-9 - **Cocota** (?), casada com Augusto Bellini. Sem filhos.

2-2-8-10 - **José Moreira de Souza Guerra**, casado com Alda Bressane de Andrade Rosa. Filhos:
2-2-8-10-1 - **Maria Aparecida Moreira Soares**, falecida em 31-12-1.985, com 77 anos. Casada com Ednan Soares, filho de Joaquim Soares e Elvira Soares. Filhos:
2-2-8-10-1-1 - **José Moreira Soares**, falecido em 24-12-1.993, com 65 anos. Casado com Iolanda Martins Soares.
2-2-8-10-1-2 - **Elisa Regina Soares Braga**, casada com Reinaldo Ferreira Braga, filho de Roberto Ferreira Braga.
2-2-8-10-1-3 - **Joaquim Moreira Soares**, casado com Olavina Bottazzini Soares.
2-2-8-10-1-4 - **Ednir Moreira Soares**, nascido em 30-4-1.935 e falecido em 16-1-1.988.
2-2-8-10-1-5 - **Joel Moreira Soares**, casado com Gioconda Rocha Soares.
2-2-8-10-1-6 - **Ulisses Moreira Soares**, nascido em 13-11-1.941 e falecido em 13-10-1.979. Casado com Nilza Castilho Soares.

2-2-8-10-1-7 - **Elvira Soares Fonseca**, casada com Oswaldo Fonseca.
2-2-8-10-1-8 - **Alda Soares Swerts**, casada com João Batista Swerts.
2-2-8-10-1-9 - **Nancy Moreira Soares**, solteira.
2-2-8-10-1-10 - **Evelyn Soares Dias**, falecida, primeira esposa de José Marcos Vieira Dias.
2-2-8-10-1-11 - **Wálter Moreira Soares**, viúvo de Ana Maria Carvalho Soares.
2-2-8-10-1-12 - **Maria das Graças Moreira Soares**. (?)
2-2-8-10-2 - **Maria Odette Moreira Guerra**, solteira, nascida em 25-11-1.898 e falecida em 22-12-1.984.
2-2-8-10-3 - **Ulisses Moreira Guerra**.

---

sub-seção nona

2-2-9 - **Marcos de Souza Moreira**, casado com Helena Paulino, filha de José Paulino da Costa e Ana Tereza de Souza. Sepultado em 27-11-1.933, com 87 anos. Filhos:

2-2-9-1 - **Leonidas da Costa Moreira**, nascido em 13-3-1.877 e falecido com 92 anos. Casado com Albertina Moreira, nascida em 2-11-1.882 e falecida em 22-11-1.945, filha de Antônio Gonçalves de Oliveira e Maria Amélia de Oliveira. Filhos:
2-2-9-1-1 - **Edmundo Moreira**, falecido solteiro, com 87 anos, em 19-12-1.993.
2-2-9-1-2 - **Edith**, nascida em 15-12-1.907 e falecida em 20-4-1.992. Casada. Filho:
2-2-9-1-2-1 - **Fábio**.
2-2-9-1-3 - **Íris Moreira**, solteira, falecida em 28-1-1.980.
2-2-9-1-4 - **Ondina**.
2-2-9-1-5 - **Eriolando Moreira** (Landinho), solteiro, falecido em 5-10-1.991.
2-2-9-1-6 - **Ézio Moreira**, falecido solteiro.
2-2-9-1-7 - **Angelita Moreira Dias**, nascida em 4-7-1.913 e falecida em 9-2-2.000. Segunda esposa de Josino de Araújo Dias, filho de Jacintho Pereira Dias e Julieta Cândida Dias. Sem filhos.
2-2-9-1-8 - **Nílson Moreira**.
2-2-9-1-9 - **Édson Moreira.**
2-2-9-1-10 - **Éverton Moreira**.
2-2-9-1-11 - **Ewerson Moreira** (Nenê), casado com Maria da Silva, filha de José Joaquim da Silva e Júlia Carolina de Oliveira.
2-2-9-1-12 - **Helvécio Moreira**.

2-2-9-2 - **Ana Tereza de Souza Moreira** (Anita), nascida em 1.886. Casada com Antônio Pio de Souza Moreira, filho de Joaquim Pio de Souza Moreira e Silvéria Leopoldina Xavier. Ver descendência em 2-2-1-7.

2-2-9-3 - **Minervina Moreira Pinto**, falecida em 30-7-1.982, com 90 anos. Casada com José Osório de Souza Pinto, filho de Pio de Souza Dias e Emerenciana Cândida Osória. Filhos:
2-2-9-3-1 - **Alceu Moreira Pinto**, casado com Myrthes Alcântara Moreira.
2-2-9-3-2 - **Mânlio Moreira Pinto**, falecido em 8-7-1.997, com 83 anos. Casado com Clementina Marcovig Moreira, filha de Mário Marcovig e Julieta Silva Marcovig.

2-2-9-4 - **Maria Antonieta Moreira Dias**, nascida em 7 de março. Casada com Azarias de Souza Dias Sobrinho, filho de José de Souza Dias e Maria Fofina da Silva. Filhos:
2-2-9-4-1 - **Helena** (Lenita), casada com José da Silveira Teixeira, de Alfenas.
2-2-9-4-2 - **Moacir Moreira Dias**, falecido em março de 2.000, com 91 anos. Casado com Suse Pedroso Dias, falecida em 3-4-1.982, filha de Arthur Xavier Pedroso e Antonieta Andrade Pedroso.
2-2-9-4-3 - **Mauro Moreira Dias**, nascido em 22-3-1.911 e falecido em 22-7-1.992. Casado com Gilda Araújo Dias, filha de Jacintho Pereira Dias e Julieta Cândida Dias. Filhos:
2-2-9-4-3-1 - **Paulo Antônio Dias**, nascido em 7-6-1.947. Divorciado de Valéria Annoni de Souza, filha de Joaquim Martins de Souza. Divorciado de Aparecida Dias, de Caratinga, MG. Casado com Vera Dias.
2-2-9-4-3-2 - **Maura Denise Dias**, solteira, nascida em 30-5-1.955.
2-2-9-4-4 - **Márcia Moreira Dias**, nascida em 8-3-1.913. Casada com Abélcio Bittencourt Dias, de Itararé, SP. Sem filhos.
2-2-9-4-5 - **Mirá Moreira Dias**, solteira.
2-2-9-4-6 - **Marcílio Moreira Dias**, falecido solteiro.
2-2-9-4-7 - **Marcos Moreira Dias**, nascido em 21-8-1.921, falecido solteiro.
2-2-9-4-8 - **Maércio Moreira Dias**, nascido em 1.923. Casado com Maria Amélia Lima Dias, filha de Elpídio Souza Lima e Maria Luísa Carvalho de Lima (Lili).
2-2-9-4-9 - **Milva Moreira Dias**, solteira, nascida em 25-7-1.926.
2-2-9-4-10 - **Myron Moreira Dias** (Mafuca), falecido em 4-5-1.992. Casado com Geni Dias.

2-2-9-5 - **Adorniro Moreira**, falecido solteiro.

Seção III

2-3 - **Ana Lopes da Silva**, nascida por volta de 1.804.

Seção IV

2-4 - **Francisca de Paula e Silva** (ou de Paula Dias), nascida em 16-7-1.806. Casada com João Custódio Dias, filho do Capitão-Mor Custódio José Dias e Mariana de Almeida e Silva. Ver descendência em 3-4.

Seção V

2-5 - **Silvestre Moreira de Souza**, nascido por volta de 1.808.

Seção VI

2-6 - **Quitéria Josefa da Silva**, nascida por volta de 1.810. Casada com Misael de Souza Magalhães, nascido por volta de 1.809, filho do Alferes Marcos de Souza Magalhães e Ana Josefa da Silva. Filhos:

sub-seção primeira

2-6-1 - **Martiniano de Souza Magalhães**, nascido por volta de 1.833.

sub-seção segunda

2-6-2 - **Marcolina**, nascida por volta de 1.835.

sub-seção terceira

2-6-3 - **Teodoro de Souza Magalhães**, batizado em 20-9-1.851, com 9 dias.

sub-seção quarta

2-6-4 - **Olímpio de Souza Magalhães**, nascido em 1.855 e falecido em 4-9-1.920. Casado com Cândida Osória de Magalhães, filha de Cândido de Souza Moreira e Escolástica de Souza Moreira. Filhos:

2-6-4-1 - **Alípio Cândido Magalhães**, falecido solteiro.

2-6-4-2 - **Alice Magalhães Dias**, nascida em 7-6-1.884 e falecida em 1-7-1.947. Casada com Edvar Dias, filho de Horácio Pio de Souza Dias e Maria Odorica de Souza. Filhos:
2-6-4-2-1 - **Edice Dias de Souza**, nascida em 28-8-1.909. Casada com Oscavo Augusto de Souza, filho de Gabriel Odorico de Souza e Maria Augusta de Souza. Filhos:
2-6-4-2-1-1 - **Edalvo Augusto de Souza**, casado em primeiras núpcias com Conceição Nazário de Souza, filha de Felipe Nazário e Geni Nazário.
2-6-4-2-1-2 - **Acélio de Souza**, casado com Lourdes.
2-6-4-2-1-3 - **Sérgio de Souza**, casado com Dalva.
2-6-4-2-1-4 - **Onéia de Souza**, solteira.
2-6-4-2-1-5 - **Maria Alice**, casada com Osmar.
2-6-4-2-2 - **Ari Magalhães Dias**, nascido em 26-7-1.906 e falecido em 9-6-1.990. Casado com Jovina Freire Dias. Filho:
2-6-4-2-2-1 - **Ricardo Freire Dias**, casado com Elaine Dias, filha de Darcy Dias e Maria Norma Westin Costa Dias.
2-6-4-2-3 - **Ecila Dias**, nascida em 1.915 e falecida em 14-6-1.997. Casada com João Paulo Dias, filho de Ednan Dias e Iracema Lacerda Corrêa Dias.
2-6-4-2-4 - **Aécio Magalhães Dias**, casado com Nívea Dias, filha de Ednan Dias e Iracema Lacerda Corrêa Dias.
2-6-4-2-5 - **Hercília Dias** (?).

2-6-4-3 - **Lázaro Cândido Magalhães**, nascido em 22-1-1.894 e falecido em 10-10-1.952. Casado com Josina Josefina Dias, filha de Jacintho Pereira Dias e Julieta Cândida Dias. Filhos:
2-6-4-3-1 - **José Thales Magalhães**, nascido em 1-12-1.919 e falecido em 15-11-1.995. Casado com Enilda Swerts Magalhães, filha de César Paulino da Costa e Edith Swerts Costa.
2-6-4-3-2 - **Gílson Pio Magalhães**, nascido em 13-7-1.922 e falecido em 8-5-1.998. Casado com Elza Rodrigues Magalhães, filha de João de Paula Rodrigues e Oscarina Moreira Rodrigues.
2-6-4-3-3 - **Maria Julieta Magalhães** (Julietinha), nascida em 13-11-1.927 e falecida em 2-12-1.992. Divorciada de Aldo Ribeiro Borges, natural de Barretos.

Separada de Vânio João Swerts Costa, filho de César Paulino da Costa e Edith Swerts Costa. Sem filhos.
2-6-4-3-4 - **Maria de Lourdes Magalhães Swerts** (Lulu), nascida em 15-10-1.930. Casada com Ronald Passos Swerts, filho de Edgard Swerts e Donatília Passos Swerts.
2-6-4-3-5 - **Maria Lygia**, sepultada em 13-1-1.933, com 1 ano de idade.
2-6-4-3-6 - **Maria Lygia**, sepultada em 14-3-1.936, com 2 anos de idade.
2-6-4-3-7 - **Tharcélio Olímpio** (Paixão), sepultado em 16-3-1.936, com 1 ano de idade.
2-6-4-3-8 - **Lázaro Magalhães Júnior** (Magazinho), nascido em 31-12-1.943 e falecido em 10-2-1.992. Casado com Suely Reis Magalhães, filha de Wálter Mattos Reis e Andréa Vieira Reis.

Seção VII

2-7 - **Cândido José de Souza** (ou de Souza Dias, ou de Souza Moreira), nascido por volta de 1.811. Casado com Escolástica Cândida da Silva (ou Escolástica Josefina, ou de Souza Moreira), nascida por volta de 1.821. Filhos:

---

sub-seção primeira

2-7-1 - **Maria Cândida de Souza** (ou da Silva), nascida por volta de 1.835 e falecida em 18-11-1.896. Casada com Antônio Domingos de Souza, filho de Domingos Moreira de Souza e Ana Tereza de Souza. Filhos:

2-7-1-1 - **Ana**, primeira esposa de Joaquim Paulino da Costa, filho de José Paulino da Costa e Ana Tereza de Souza. Filho:
2-7-1-1-1 - **Alberto Paulino da Costa**, solteiro, nascido em 2-3-1.884 e falecido em 26-6-1.958.

2-7-1-2 - **Cândida** (Tatanda), solteira, nascida em 15-8-1.869.

2-7-1-3 - **Amélia Gabriela da Silva Pinto** (ou de Souza), nascida em 29-11-1.876 e falecida em 31-12-1.915 (ou 30-12?). Primeira esposa de Astolpho Pio da Silva Pinto (Astolphinho), falecido em 21-4-1.936, filho do Dr. Astolpho Pio da Silva Pinto e Maria da Conceição da Silva Monteiro. Filhos:
2-7-1-3-1 - **Isaura da Silva Pinto** (Vavaia), solteira, nascida em 22-4-1.895 e falecida em 2-3-1.976.
2-7-1-3-2 - **Hermengarda da Silva Pinto**, solteira, falecida em 18-12-1.936.
2-7-1-3-3 - **Maria de Lourdes da Silva Pinto**, nascida em 28-8-1.898, falecida solteira.
2-7-1-3-4 - **Maria Conceição da Silva Dias**, nascida em 11-10-1.899 e falecida em 7-6-1.987. Casada com Olinto André Dias, filho de Marcos Pereira Dias e Ana Clara de Lima. Filhos:
2-7-1-3-4-1 - **Ana Luísa Dias Moreira**, nascida em 26-2-1.927. Casada com Hélio Dias Moreira, filho de Joaquim Pio de Souza Moreira e Georgeta Dias Moreira.
2-7-1-3-4-2 - **José André Dias**, nascido em 6-11-1.928 e falecido em 17-2-2.000. Casado com Maria Edatil Carvalho Dias, filha de Otávio Carvalho.
2-7-1-3-4-3 - **Maria Rosália Dias Cotrim**, nascida em 29-4-1.932. Casada com

Ivan Cotrim, de Pitangueiras, SP.
2-7-1-3-5 - **Maria Inês da Silva Pinto**, solteira, nascida em 11-2-1.901 e falecida em 15-11-1.974.
2-7-1-3-6 - **João Pedro da Silva Pinto**, nascido em 24-8-1.903. Casado com Cleodolice da Silva Pinto, filha de Antônio Custódio de Souza Moreira Júnior e Maria Inês da Silva. Filhos:
2-7-1-3-6-1 - **Maria Lúcia Campos**, nascida em 1-2-1.940. Casada com Benedito Moreira Campos.
2-7-1-3-6-2 - **Haydée Regina da Silva Pinto Macedo**, nascida em 12-12-1.943. Casada com Ivair Bruno de Macedo.
2-7-1-3-6-3 - **Antônio Claret da Silva Pinto**, casado com Edna Maria de Carvalho.
2-7-1-3-7 - **Iracema Carneiro**, nascida em 1-8-1.905. Casada com José de Oliveira Carneiro, filho de João da Silva Macedo e Zoraide Carneiro da Silva. Filhos:
2-7-1-3-7-1 - **Ivan José Carneiro**, nascido em 26-11-1.930.
2-7-1-3-7-2 - **Marly Aparecida Carneiro Arantes**, nascida em 23-3-1.932. Casada com Licínio Hilmar de Oliveira Arantes, de Ibitinga, SP.
2-7-1-3-8 - **Hortênsia da Silva Bollins**, nascida em 11-1-1.910 e falecida em 5-6-1.996. Casada com Bruno Slaus Bollins, nascido em Libau, Letônia. Filho:
2-7-1-3-8-1 - **Petrônio da Silva Bollins**, nascido em 6-12-1.941.
2-7-1-3-9 - **Mozart da Silva Pinto**, nascido em 11-8-1.912 e falecido em 4-1-1.978. Casado com Anita da Silva Pinto, filha de Manoel Abrão (Manoel Turco) e Mariana da Silva. Filhos:
2-7-1-3-9-1 - **Amélia Aparecida da Silva Moreira**, nascida em 17-6-1.938. Viúva de Paulo Silvério Maranesi Moreira, filho de Álvaro Moreira e Uri Maranesi Moreira.
2-7-1-3-9-2 - **Helena Xavier**, nascida em 26-4-1.940. Casada com Francisco Xavier.
2-7-1-3-9-3 - **Rafael Pio da Silva Pinto**, nascido em 25-12-1.942.
2-7-1-3-9-4 - **Maria Luíza Generoso**, nascida em 19-9-1.944. Casada com Zeoner Generoso.
2-7-1-3-9-5 - **Inês Higina da Silva Pinto**.
2-7-1-3-9-6 - **Alice Augusta da Silva Pinto Alves**, casada com Hélbio Alves.
2-7-1-3-9-7 - **Rachel da Silva Pinto**.
2-7-1-3-9-8 - **Luiz Henrique da Silva Pinto**.
2-7-1-3-9-9 - **Ricardo Pio da Silva Pinto**, nascido em 20-2-1.957.
2-7-1-3-9-10 - **Valéria da Silva Pinto**.
2-7-1-3-10 - **Múcio da Silva Pinto**, nascido em 6-5-1.914 e falecido em 15-9-1.965. Casado com Sílvia Carvalho, filha de Jango Carvalho. Filhos:
2-7-1-3-10-1 - **Astolfo**.
2-7-1-3-10-2 - **Cacilda**.
2-7-1-3-11 - **Eluze da Silva Pinto**, solteira, nascida em 28-10-1.915 e falecida em 22-12-1.991.

2-7-1-4 - **Antônio**.

2-7-1-5 - **Antônio Domingos**.

2-7-1-6 - **José Cândido** (Dadico).

2-7-1-7 - **Zeca**.

2-7-1-8 - **Escolástica**.

2-7-1-9 - **Helena Augusta de Souza**, primeira esposa de Hermano Constantino de Morais, falecido em 30-4-1.929, filho de Feliciano Constantino de Morais e Teodora Constância Fernandes. Filha:
2-7-1-9-1 - **Laura Helena Morais Costa**, nascida em 28-3-1.896 e falecida em 11-7-1.937. Casada com João Antônio da Costa, filho de Joaquim Paulino da Costa e Leonor Cândida Xavier. Ver descendência em 2-2-2-8-5.

2-7-1-10 - **Maria Helena**, segunda esposa de Hermano Constantino de Morais, filho de Feliciano Constantino de Morais e Teodora Constância Fernandes. Sem filhos.

2-7-1-11 - **Gabriela Cândida de Souza** (ou da Silva Pinto) (Tia Biela), nascida em 27-6-1.884 e falecida em 10-12-1.969. Segunda esposa de Astolpho Pio da Silva Pinto (Astolphinho). Sem filhos.

sub-seção segunda

2-7-2 - **Iria**, nascida por volta de 1.837.

sub-seção terceira

2-7-3 - **Ana Cândida de Souza**, casada com Joaquim Veríssimo de Souza Nogueira. Filhos:

2-7-3-1 - **Augusto de Souza Nogueira**, falecido em 13-10-1.932. Casado com Edgarda de Souza Dias Nogueira, filha do Major Onofre de Souza Dias e Anna Augusta de Souza Dias. Filhos:
2-7-3-1-1 - **Elzira Dias Nogueira**.
2-7-3-1-2 - **Maria Leonor**, casada com Olívio da Silva Bastos, filho de João da Silva Bastos.
2-7-3-1-3 - **Edir**, casada com João Feliciano da Silva.
2-7-3-1-4 - **José Dias Nogueira**, casado com Zaira da Silva.
2-7-3-1-5 - **Onofre Dias Nogueira**, casado com Antônia Martins, filha de Joaquim Cândido Martins.
2-7-3-1-6 - **Sebastião Dias Nogueira**.
2-7-3-1-7 - **Roque Dias Nogueira**.
2-7-3-1-8 - **Joaquim Dias Nogueira**, casado com Tereza Pinheiro, filha de Antônio Pinheiro.
2-7-3-1-9 - **Vítor Dias Nogueira**.
2-7-3-1-10 - **Cândido Dias Nogueira**.
2-7-3-1-11 - **Nílson Dias Nogueira**.

2-7-3-2 - **Benedita de Souza Nogueira** (Ditinha), falecida solteira.

2-7-3-3 - **Maria Carolina de Souza Nogueira**, falecida solteira.

2-7-3-4 - **Conceição Duarte**, casada com Mário Duarte.

2-7-3-5 - **Raul de Souza Nogueira**.

sub-seção quarta

2-7-4 - **Escolástica Cândida da Silva**, batizada em 3-1-1.844. Casada com Joaquim Bernardes de Souza, filho de Joaquim Gonçalves Lopes e Maria Bárbara de Jesus.

sub-seção quinta

2-7-5 - **Luiz Antônio de Souza**, casado com Helena Osória de Souza, filha do Tenente José Antônio da Silva e Souza, e de Mariana Osória de Lima (ou Mariana Cândida da Silva).

sub-seção sexta

2-7-6 - **José**, batizado em fevereiro de 1.848, em Alfenas.

sub-seção sétima

2-7-7 - **Emerenciana**, batizada em 11-3-1.852, com 12 dias.

sub-seção oitava

2-7-8 - **Antônio Cândido de Souza Dias**, falecido em 17-3-1.907. Casado com Braulina Cândida de Souza Dias. Filhos:

2-7-8-1 - **Olympio de Souza Dias**, falecido em 20-8-1.896.

2-7-8-2 - **Onofre Cândido de Souza Dias**, falecido em 24-10-1.898. Casado com Maria Vicência de Souza Dias (Cocota), filha de Antônio Alves de Araújo e Maria Luíza do Espírito Santo. Sem filhos.

2-7-8-3 - **Misael Cândido de Souza Dias**, falecido em 14-5-1.937. Casado com a cunhada Maria Vicência de Souza Dias. Filhos:
2-7-8-3-1 - **José Cândido de Souza Dias** (José Baé), nascido em 15-11-1.904 e falecido em 4-6-1.976. Casado com Ordália Pereira Dias, filha de José Antônio Pereira Lima (Zeca Pereira) e Florência Esmeraldina Pereira Lima. Filhos:
2-7-8-3-1-1 - **Hélio Pereira Dias**, casado com Vânia Moreira Dias, filha de Edmée de Souza Moreira e Fany Dias Moreira.
2-7-8-3-1-2 - **Hilda Pereira Santos**, nascida em 6-9-1.931, casada com Luiz Vítor dos Santos, de Elói Mendes, filho de Benedito Vítor dos Santos.
2-7-8-3-1-3 - **Décio Pereira Dias**, nascido em 23-8-1.936, casado com Maria Júlia Nannetti Dias, filha de Hércules Prescildo Nannetti e Violeta de Araújo Nannetti.
2-7-8-3-1-4 - **José Cândido de Souza Dias Filho** (Nen), casado com Sandra Moreira Dias, filha de Edmée de Souza Moreira e Fany Dias Moreira.
2-7-8-3-1-5 - **Maria Florência Dias**, casada com José Cássio Nannetti Dias, filho de Argemiro Dias e Adelaide Nannetti Dias.
2-7-8-3-1-6 - **Maria José Dias da Silva**, casada com Ewaldo Garcia da Silva,

filho de Sebastião Rodrigues da Silva e Esther Garcia da Silva.
2-7-8-3-2 - **Antônio Cândido de Souza Dias** (Neco Baé), nascido em 15-3-1.908 e falecido em 29-5-2.000. Casado com Maria Aparecida Dias, filha de Cyro de Souza Dias e Olga Nogueira Dias. Filhos:
2-7-8-3-2-1 - **Aílton Cândido Dias**, casado com Janira Maciel Dias, filha de Eurico de Souza Dias e Odette Maciel Dias.
2-7-8-3-2-2 - **Odilar Cândido Dias**, casado com Waldete Guerra Dias.
2-7-8-3-2-3 - **José Carlos de Souza Dias**, nascido em 13-5-1.941 e falecido em 11-7-1.984. Casado com Neide Dias.
2-7-8-3-2-4 - **Misael de Souza Dias**, casado com Aurora Dias.
2-7-8-3-2-5 - **Ivair de Souza Dias**, casado com Nazira Dias (Dudu).
2-7-8-3-2-6 - **Maurício de Souza Dias**, casado com Anair Dias.
2-7-8-3-2-7 - **Cyro de Souza Dias Neto**, casado com Rosângela Nannetti Dias, filha de João Pedro Nannetti e Lourdes Pereira Nannetti.
2-7-8-3-2-8 - **Luiz Antônio de Souza Dias**, nascido em 25-1-1.946. Casado com Zenira da Fonseca Dias, de Serrania.
2-7-8-3-2-9 - **Marcelo de Souza Dias**, casado com Maria Tereza Dias.
2-7-8-3-2-10 - **Maria Aparecida Dias**, casada com Silas.
2-7-8-3-3 - **Maria Cândida Dias**.

2-7-8-4 - **Cyro de Souza Dias**, casado com Olga Nogueira Dias, filha de Joaquim Veríssimo Nogueira. Filhos:
2-7-8-4-1 - **Maria Aparecida Dias**, nascida em 26-3-1.910 e falecida em 8-7-1.991. Casada com Antônio Cândido de Souza Dias, filho de Misael Cândido de Souza Dias e Maria Vicência de Souza Dias. Ver descendência em 2-7-6-3-2.
2-7-8-4-2 - **Pedro Nogueira Dias**, falecido em 1.988.

---

sub-seção nona

2-7-9 - **Joaquim Cândido de Souza Dias**, casado com Francisca Paulina da Costa (Chiquinha), falecida em 30-11-1.917, filha de José Paulino da Costa e Ana Tereza de Souza. Filhos:

2-7-9-1 - **Ana** (Donana), primeira mulher de Anastácio Vieira Machado. Filhos:
2-7-9-1-1 - **Graziela Machado Moreira**, primeira mulher de Euclides de Souza Moreira, filho de João Baptista de Souza Moreira e Cândida Paulina de Souza. Sem filhos.
2-7-9-1-2 - **Dario Vieira Machado**, casado com Maria Augusta Oliveira Machado (Oliveira), falecida em 18-3-1.995, com 94 anos. Filhos:
2-7-9-1-2-1 - **Edsel Vieira Machado**, falecido em 14-3-1.976.
2-7-9-1-2-2 - **Rômulo Vieira Machado**.
2-7-9-1-2-3 - **Nícea Vieira Machado**, freira, nascida em 15-7-1.923.
2-7-9-1-2-4 - **Cármen Machado Lopes**, casada com Pedro Xavier Lopes, filho de João Pedro da Silva Lopes e Sara Xavier Lopes.
2-7-9-1-3 - **(?)** - falecida na infância.

2-7-9-2 - **Antônio Cândido de Souza Dias** (Tonico Cândido), casado com Natá-

lia Dias. Filhos:
2-7-9-2-1 - **Joaquim** (Quincas).
2-7-9-2-2 - **Dalva**.

2-7-9-3 - **Juca**, falecido solteiro.

2-7-9-4 - **Joaquim Cândido de Souza Dias** (Joaquinzinho), nascido em 3-5-1.881 e falecido em 26-4-1.949. Casado com Ana Paulina da Costa Dias (Anita), filha de Joaquim Paulino da Costa e Leonor Cândida Xavier. Ver descendência em 2-2-2-8-4.

sub-seção décima

2-7-10 - **Cândida Osória de Magalhães**, nascida em 1.858 e sepultada em 2-1-1.933. Casada com Olímpio de Souza Magalhães, filho de Misael de Souza Magalhães e Quitéria Josefa da Silva. Ver descendência em 2-6-4.

sub-seção décima-primeira

2-7-11 - **Ananias de Souza Dias**, casado com Francisca (Chiquinha). Filhos:

2-7-11-1 - **Godofredo Cândido de Souza**, nascido em 2-3-1.881 e falecido em 9-6-1.976. Casado em primeiras núpcias com Ernesta Gabriela de Souza, filha de Gabriel Odorico de Souza e Maria Augusta de Souza, e em segundas com Maria Cândida de Souza. Filhos:
2-7-11-1-1 - **José de Souza Dias**, falecido em 7-9-1.978. Casado com Sebastiana Alves Dias, de Serrania. Filhos:
2-7-11-1-1-1 - **Godofredo**.
2-7-11-1-1-2 - **Paulo Roberto**.
2-7-11-1-1-3 - **Ernesta Maria**.
2-7-11-1-2 - **Emerenciana de Souza Dias**, solteira, falecida em janeiro de 1.990, com 89 anos.
2-7-11-1-3 - **Francisca Cristina Dias** (Chiquinha), solteira, falecida em 29-3-1.988, com 86 anos.
2-7-11-1-4 - **Joaquim de Souza Dias**.
2-7-11-1-5 - **Odante de Souza Dias**, solteiro, falecido em fevereiro de 1.986, com 78 anos.
2-7-11-1-6 - **Maria Carolina Dias**, falecida em 21-5-1.983. Casada com Valdomiro Cândido Dias, filho de Ernesto Cândido Pereira Dias e Maria Albertina Dias.
2-7-11-1-7 - **Juarez Souza Dias**, nascido em 23-5-1.911 e falecido em 24-10-1.999. Casado com Maria José Gonçalves Dias, filha de Arlindo Dias de Lima e Maria Gonçalves Dias.
2-7-11-1-8 - **Isolina de Souza Dias** (Nina), falecida em 1.995. Casada com Francisco de Carvalho Dias, falecido em 3-6-1.983, com 76 anos.

2-7-11-2 - **Otaviano de Souza Dias**, casado com Inah Augusta de Souza Dias,

filha de Gabriel Odorico de Souza e Maria Augusta de Souza. Sem filhos.

2-7-11-3 - **Isbela**.

2-7-11-4 - **Elisaura**.

2-7-11-5 - **Isolina**.

Seção VIII

2-8 - **Domingos Moreira de Souza**, nascido por volta de 1.813. Casado com Ana Tereza de Souza, nascida por volta de 1.820, filha de Antônia Maria da Paixão. (Ana casou-se em segundas núpcias com José Paulino da Costa). Filhos:

sub-seção primeira

2-8-1 - **Antônio Domingos de Souza**, nascido em 14-2-1.834 e falecido em 10-8-1.918. Casado com Maria Cândida de Souza (ou da Silva), filha de Cândido José de Souza e Escolástica Cândida da Silva. Ver descendência em 2-7-1.

sub-seção segunda

2-8-2 - **Silvestre de Souza**, nascido por volta de 1.837.

Seção IX

2-9 - **Máxima Josefa da Silva**, nascida por volta de 1.814.

Seção X

2-10 - **João Moreira de Souza**, nascido por volta de 1.816.

Seção XI

2-11 - **Juliana Josefa da Silva**, falecida em 31-3-1.875. Casada em primeiras núpcias com Vicente Alves de Araújo, e em segundas com o viúvo Tenente-Coronel Manuel Antônio Pereira Lima, filho do Alferes Antônio Pereira Lima e Ângela Teodora de Oliveira. Filhos do segundo casamento:

sub-seção primeira

2-11-1 - **Maria**.

sub-seção segunda

2-11-2 - **Manuel Antônio Pereira Lima Júnior**.

sub-seção terceira

2-11-3 - **Cândida Esméria de Lima**.

sub-seção quarta

2-11-4 - **Izaac Pereira Lima**, casado com Máxima Josefina Osória da Silva, filha do Tenente José Antônio da Silva e Souza, e de Mariana Osória de Lima (ou

Mariana Cândida da Silva).

sub-seção quinta

2-11-5 - **Máxima Amélia da Silva**, nascida em 15-7-1.839. Casada com o Capitão Antônio José Dias de Lima. Ver descendência em 3-5-2.

sub-seção sexta

2-11-6 - **Maria** (segunda do nome).

sub-seção sétima

2-11-7 - **Cândido**.

sub-seção oitava

2-11-8 - **Iria Josefa da Silva**, nascida em 22-4-1.842. Casada em primeiras núpcias com Francisco José Dias Sobrinho, e em segundas com o Coronel Francisco Garcia de Figueiredo. Ver descendência em 3-5-6.

sub-seção nona

2-11-9 - **Domiciano Pereira Lima**.

Seção XII

2-12 - **Tenente José Antônio da Silva e Souza**, casado com Mariana Osória de Lima (ou Mariana Cândida da Silva), filha do Alferes Antônio Pereira Lima e Maria Brígida de Jesus. Filhos:

sub-seção primeira

2-12-1 - **Máxima Josefina Osória da Silva**, casada com Izaac Pereira Lima, filho de Manuel Antônio Pereira Lima e Juliana Josefa da Silva.

sub-seção segunda

2-12-2 - **José Carlos da Silva**, casado com Cândida Osória da Silva, filha de Antônio Pereira Lima Filho e Francisca de Paula e Silva.

sub-seção terceira

2-12-3 - **Antônio Marcelino Osório de Souza**, batizado em 22-1-1.839.

sub-seção quarta

2-12-4 - **João**, batizado em 8-8-1.841

sub-seção quinta

2-12-5 - **Helena Osória da Souza**, casada com Luiz Antônio de Souza, filho de Cândido José de Souza (ou de Souza Dias) e Escolástica Cândida da Silva.

sub-seção sexta

2-12-6 - **Maria Osória Corina Franco**, batizada em 29-6-1.845. Casada com Gabriel Diniz de Carvalho Franco.

sub-seção sétima

2-12-7 - **João** (segundo do nome), batizado em 15-12-1.846.

sub-seção oitava

2-12-8 - **Emirena Osória da Silva**, casada com Martinho Ferreira da Rosa, filho de Joaquim Ferreira da Rosa e Hipólita Carolina de Gouveia.

sub-seção nona

2-12-9 - **José Osório de Souza**, casado com Hipólita Osória Corrêa, filha do Capitão José Prudente Corrêa e Maria Carolina Corrêa da Rosa.

PARTE TERCEIRA

3 - O **Capitão-Mor Custódio José Dias** nasceu, aproximadamente, em 1.771. Foi casado com Mariana de Almeida e Silva, um ano mais nova que ele, filha do Coronel Marcos de Souza Magalhães e Mariana de Almeida e Silva. Filhos:

Seção I

3-1 - **Maria Custódia da Silva**, nascida em 1.795. Casada com Félix de Souza Magalhães.

Seção II

3-2 - **Mariana de Almeida e Silva**, nascida em 1.796. Casada com Domiciano José de Souza, filho do Alferes Marcos de Souza Magalhães e Ana Josefa da Silva.

Seção III

3-3 - **Ana Custódia da Silva**, nascida em 1.798. Casada com Vigilato José de Souza, filho do Alferes Marcos de Souza Magalhães e Ana Josefa da Silva.

Seção IV

3-4 - **João Custódio Dias**, nascido em 1.799. Casado com Francisca de Paula e Silva (ou de Paula Dias), filha do Tenente Antônio Moreira de Souza Ribeiro e Quitéria Josefa da Silva. Filhos:

3-4-1 - **Cândida Ernestina Dias**, casada com Teófilo Pereira Dias, filho de Jacintho José Pereira e Cândida Carolina da Silva. Filhos:

3-4-1-1 - **Pedro Pereira Dias**, casado com Balbina Josefina da Silva, filha do Coronel Joaquim Umbelino de Souza Dias e Ana Jacinta da Silva. Sepultado em

19-10-1.933, com 56 anos. Filhos:
3-4-1-1-1 - **Astrogildo da Silva Dias**, nascido em 2-3-1.903 e falecido em 3-6-1.987. Casado com Edina Swerts Dias, filha de João Baptista Dias Swerts e Maria Ernestina Dias Swerts. Filhos:
3-4-1-1-1-1 - **Nilcéa Botazzini**, nascida em 13-7-1.927, casada com Ezio Botazzini.
3-4-1-1-1-2 - **Aléssio Swerts Dias**, nascido em 11-8-1.928, viúvo de Maria Helena Dias.
3-4-1-1-1-3 - **Dalvo Swerts Dias**, nascido em 19-11-1.929, casado com Wilda Dias.
3-4-1-1-1-4 - **Delza Swerts Dias**, nascida em 15-4-1.931, solteira.
3-4-1-1-1-5 - **Selma Dias Moreira**, nascida em 19-6-1.936 e falecida em 2-7-1.982. Casada com Wander Luiz Moreira, filho de José Moreira Guerra e Joana Garbini Guerra.
3-4-1-1-1-6 - **Edgildo Swerts Dias**, nascido em 24-1-1.940, casado com Eudines Dias.
3-4-1-1-2 - **Plínio da Silva Dias**, nascido em 17-1-1.905 e falecido em 8-12-1.972. Casado em primeiras núpcias com Luísa da Silva Dias (Luisinha), nascida em 25-9-1.905 e falecida em 27-10-1.968. Casado em segundas núpcias com a viúva Maria Zilda da Cunha, de Poço Fundo. Sem filhos.
3-4-1-1-3 - **Hercílio da Silva Dias**, nascido em 20-6-1.906 e falecido em 18-3-1.971. Casado com Virgínia Carolina Nannetti Dias, filha de João Nannetti e Júlia Cantucci Nannetti. Filhos:
3-4-1-1-3-1 - **Maria Aparecida Nannetti Dias**, falecida na infância.
3-4-1-1-3-2 - **Wágner Nannetti Dias**.
3-4-1-1-3-3 - **Wander Nannetti Dias**.
3-4-1-1-4 - **Eurico da Silva Dias**, nascido em 1.907 e falecido em 14-10-1.984. Casado com Hilva de Oliveira Dias, falecida em 14-9-1.986, filha de Plínio Motta.
3-4-1-1-5 - **Hilda Motta** (Zizinha), casada com Paulo Motta, filho de Plínio Motta.

3-4-1-2 - **Ernesto Cândido Pereira Dias**, casado com Maria Albertina Dias. Filhos:
3-4-1-2-1 - **Oswaldo Cândido Dias**, falecido em 10-5-1.978. Casado com Maria Carolina Dias, falecida em 21-5-1.983. Filhas:
3-4-1-2-1-1 - **Aparecida.**
3-4-1-2-1-2 - **Lulu**. (?)
3-4-1-2-2 - **Waldomiro Cândido Dias**, falecido em 9-6-1.961, com 48 anos. Casado com Hercília Lima Dias (Ciloca), filha de Onofre de Souza Lima e Anna Theresa de Lima.
3-4-1-2-3 -**Laerte Cândido Dias**.
3-4-1-2-4 - **Nilza Cândida Dias**, viúva, falecida em 22-8-1.989, com 70 anos.
3-4-1-2-5 - **Léa Dias Pereira,** viúva, nascida aproximadamente em 1.920. Filhos:
3-4-1-2-5-1 - **Clenilda**.
3-4-1-2-5-2 - **João Ernesto**.
3-4-1-2-5-3 - **Romilda**.
3-4-1-2-5-4 - **Margarida**.
3-4-1-2-5-5 - **Eunice**.

3-4-1-3 - **Maria Ernestina Pereira Dias**, falecida em 5-2-1.965. Casada com Olímpio Silva (ou Pereira) Dias. Filhos:
3-4-1-3-1 - **Otarino**.

3-4-1-3-2 - **Olinto**.
3-4-1-3-3 - **Ottoni**.
3-4-1-3-4 - **Ogildo**.
3-4-1-3-5 - **Oscarina Isabel Dias Andrade**, casada com Renato Pinto de Andrade, filho de João Pinto de Andrade e Anna Magalhães de Andrade. Filhos:
3-4-1-3-5-1 - **René Dias Andrade**.
3-4-1-3-5-2 - **Nereu Dias Andrade**, nascido em 1.913. Casado em primeiras núpcias com Ana Claudina Andrade, e em segundas com Nadir Siqueira Andrade.

Seção V

3-5 - **Bárbara Benedita da Silva** (ou Bárbara Delfina da Silva), nascida em 1.803 (batizada em 18-4). Casada com o viúvo José Cristóvão de Lima. Filhos:

sub-seção primeira

3-5-1 - **Domingos José Dias**, nascido em 1.828. Filhos:

3-5-1-1 - **José Custódio Dias**.

3-5-1-2 - **Domingos José Dias Filho**.

3-5-1-3 - **(?)**, casada com José Custódio Dias, filho de Francisco José Dias.

sub-seção segunda

3-5-2 - **Capitão Antônio José Dias Lima** ("Antônio Cristóvão"), nascido em 18-9-1.830 e falecido em 10-7-1.920. Casado com Máxima Amélia da Silva, filha do Tenente-Coronel Manuel Antônio Pereira Lima e Juliana Josefa da Silva. Filhos:

3-5-2-1 - **Maria Brígida de Lima**, casada com Francisco Diogo de Figueiredo.

3-5-2-2 - **Ana Carolina de Lima**, casada com o Major Cândido de Souza Dias, filho de Francisco de Assis Dias e Francisca Leopoldina da Silva (ver 2-10).

3-5-2-3 - **Maria Juliana de Lima**, casada com o cunhado Major Cândido de Souza Dias, filho de Francisco de Assis Dias e Francisca Leopoldina da Silva (ver 2-10).

3-5-2-4 - **Coronel José Pereira Lima**, nascido em Mococa em 9-4-1.866. Casado com Maria Justina de Lima.

3-5-2-5 - **Mariana de Lima Barretto**, casada com Augusto Freire de Mattos Barretto.

3-5-2-6 - **Antônio Aymoré Pereira Lima**, casado com Isaura Junqueira Lemos.

sub-seção terceira

3-5-3 - **Cândida**.

sub-seção quarta

3-5-4 - **Mariana**.

sub-seção quinta

3-5-5 - **José de Souza Dias**, nascido em 15-12-1.835 e falecido em 17-7-1.916. Casado com Maria Fofina da Silva, nascida em 15-5-1.840 e falecida em 20-4-1.917, filha de Ananias de Souza Dias e Bernarda Eufrozina Dias. Filhos:

3-5-5-1 - **Ananias de Souza Dias**, casado com Ana Braulina de Souza Dias.

3-5-5-2 - **João Batista de Souza Dias**, casado em primeiras núpcias com Bernarda Eufrosina de Lima, e em segundas com Marieta Caixeta Dias. Desta teve Diva e Laerte. Filhos:
3-5-5-2-1 - **Mário de Souza Dias**, casado com Francisca Costa Dias.
3-5-5-2-2 - **Édson de Souza Dias**, casado com Jerônima Marchese Dias.
3-5-5-2-3 - **Ranulpho de Souza Dias**.
3-5-5-2-4 - **Euclydes Baptista Dias** (Cacá), casado com Julieta Camargo Dias. Filhos:
3-5-5-2-4-1 - **Zilemar José Dias**.
3-5-5-2-4-2 - **Zilma de Souza Dias**, solteira.
3-5-5-2-5 - **Maria Cândida Dias**, casada com José de Souza Dias.
3-5-5-2-6 - **Marieta de Souza Dias**.
3-5-5-2-7 - **Odete de Souza Dias**, casada com Alfredo Porto.
3-5-5-2-8 - **Judith de Souza Dias**.
3-5-5-2-9 - **Dinorá de Souza Dias**, casada com Asprázio.
3-5-5-2-10 - **Gentil de Souza Dias**, casado com Amélia.
3-5-5-2-11 - **Diva Caixeta Dias Bastos**, casada com Crispim Bastos Sobrinho.
3-5-5-2-12 - **Laerte Baptista Dias**, casado com Genoveva.

3-5-5-3 - **Bárbara Eufrosina de Lima**, casada com o Major José Quintino Pereira, filho de Francisco José Dias Sobrinho e Iria Josefa da Silva. Filhos:
3-5-5-3-1 - **Juarez Quintino Pereira**, casado com Luth Rebello Pereira, filha de Urbano Rebello e Balbina Josefina Rebello. Sem filhos.
3-5-5-3-2 - **Juvenília Pereira Lima**.
3-5-5-3-3 - **Julieta Lima Dias**, casada com Antônio Teófilo Dias.
3-5-5-3-4 - **Juscelina Pereira Lima**.
3-5-5-3-5 - **Maria Juliana de Lima**.
3-5-5-3-6 - **Jandira de Lima Carvalho**, casada com João de Carvalho Lima.
3-5-5-3-7 - **Josina Pereira Lima**.
3-5-5-3-8 - **Francisco José Dias Lima**, casado com Ana Volpi.
3-5-5-3-9 - **Jaci Pereira Lima**, casado com Mariana Gomes de Figueiredo.

3-5-5-4 - **Maria José de Lima**, nascida em Mococa, em 7-3-1.865 e falecida em 2-6-1.939. Casada com Antônio Cândido Pereira Dias, filho de Custódio José Dias e Balbina Josefina da Silva. Filhos:
3-5-5-4-1 - **Balbina Josefina Rebello**, nascida em 22-1-1.885 e falecida em 22-

11-1.937. Casada com Urbano Rebello, nascido em 22-2-1.871 e falecido em 25-2-1.940, natural de Viana do Castelo, Trás-os-Montes, Portugal. Filhos:
3-5-5-4-1-1 - **Urbano Rebello Filho**, nascido em 19-6-1.904 e falecido em 22-4-1.988. Casado em primeiras núpcias com Ilva Ribeiro Rebello, de São Paulo, SP, e em segundas com Angelina Trollezzi Rebello.
3-5-5-4-1-2 - **Dinah Rebello Raggio**, nascida em 24-2-1.906 e falecida em 1.994. Casada com Moacyr Castanho Raggio.
3-5-5-4-1-3 - **Waldyr Rebello**, nascido em 23-6-1.907 e falecido em 21-9-1.996. Casado com Maria Aparecida Grecco Rebello.
3-5-5-4-1-4 - **Ilza Rebello Jancowski**, nascida em 13-11-1.908 e falecida em 22-9-1.987. Casada com Homero Rosa Jancowski, natural de Porto Alegre, RS.
3-5-5-4-1-5 - **Gylvio Dias Rebello**, nascido em 22-5-1.910 e falecido em 28-9-1.960. Casado com Dirce Moreira Rebello, filha de Joaquim Pio de Souza Moreira e Georgeta Dias Moreira.
3-5-5-4-1-6 - **Luth Rebello Pereira**, nascida em 2-7-1.911. Casada em primeiras núpcias com Guilherme Wadt, de Amparo, SP, e em segundas com Juarez Quintino Pereira, de Mococa, filho do Major José Quintino Pereira e de Bárbara Eufrosina de Lima..
3-5-5-4-1-7 - **Gílvia Rebello Carvalho**, nascida em 26-4-1.913. Casada com Reginaldo Xavier de Carvalho, de Guaratinguetá.
3-5-5-4-1-8 - **Ewaldo Rebello**, nascido em 6-11-1.916, em Piraçununga, SP, e falecido em 1.994. Casado com Léa Luz Rebello.
3-5-5-4-1-9 - **Maria José Rebello** (Zezé), nascida em 30 (ou 20?)-8-1.921, em Piraçununga, SP, e falecida em 28-9-1.978. Desquitada de Franz Gottschlisch, natural de Hamburgo, Alemanha.
3-5-5-4-1-10 - **Matilde Rebello Luz** (Filhinha), nascida em 17-4-1.928 e falecida em 7-3-1.987. Casada com José Heitor Luz.
3-5-5-4-2 - **Aníbal Pereira Dias**, nascido em 29-1-1.887 e falecido em 24-7-1.976. Casado com Maria da Glória Dias, natural de Pouso Alegre, nascida em 29-12-1.898 e falecida em 19-6-1.971. Sem filhos.
3-5-5-4-3 - **Arlindo Dias de Lima**, nascido em 5-6-1.889. Casado em primeiras núpcias com Maria Gonçalves Dias, espanhola, e em segundas com Ema Fernandes de Lima, natural de Vacaria, RS. Teve sete filhos, sendo cinco com a primeira mulher e dois com a segunda. Filhos:
3-5-5-4-3-1 - **Ivo Gonçalves Dias**, nascido em 18-5-1.9... Casado.
3-5-5-4-3-2 - **Maria José Gonçalves Dias** (Zezé), casada com Juarez Souza Dias, filho de Godofredo Cândido de Souza e Ernesta Gabriela de Souza.
3-5-5-4-3-3 - **Hílton Gonçalves Dias**, casado com Ondina Dias.
3-5-5-4-3-4 - **Lacy Gonçalves Dias**, nascido em Poço Fundo, em 18-2-1.926. Desquitado de Ilka Papke.
3-5-5-4-3-5 - **Lecy**.
3-5-5-4-3-6 - **Ilca**.
3-5-5-4-3-7 - **Cristóvão**.
3-5-5-4-4 - **Emerita Dias**, solteira, nascida em 24-3-1.891 e falecida em 31-5-1.980.
3-5-5-4-5 - **Ermelinda Dias** (Memenha), solteira, nascida em 18-5-1.892 e falecida em 6-12-1.982.

3-5-5-4-6 - **Altamiro Nicomedes Dias** (Tamirico), nascido em 15-9-1.893 e falecido em 30-7-1.967. Casado em primeiras núpcias com Maria Josefina Pereira (Zica), filha de José Antônio Pereira Lima (Zeca Pereira) e Florência Pereira Lima, e em segundas com Orcília da Silva Dias, nascida em 6-4-1.9... Filhos, sendo os três últimos do segundo casamento:
3-5-5-4-6-1 - **Amaury Pereira Dias**, nascido em 15-11-1.926 e falecido em 31-12-1.992. Casado com Maria Dora Calil Dias.
3-5-5-4-6-2 - **Ieda Dias Guerra**, nascida em 12-5-1.927 e falecida em 17-10-1.970, Casada com Afonso Moreira Guerra Júnior, filho de Afonso Moreira Guerra e Etelvina da Silva Guerra.
3-5-5-4-6-3 - **José Antônio Pereira Dias**, casado com Julieta Dias.
3-5-5-4-6-4 - **Cássio Pereira Dias**, casado com Cleide Dias.
3-5-5-4-6-5 - **Erasmo Nicomedes Dias**, nascido em 2-6-1.939, casado com Cleide Maracini Dias, de São Roque, SP.
3-5-5-4-6-6 - **Guilherme da Silva Dias**, solteiro, nascido em 24-2-1.942 e falecido em 9-4-1.962.
3-5-5-4-6-7 - **André da Silva Dias**, casado.
3-5-5-4-6-8 - **Almira Dias**, casada.
3-5-5-4-7 - **Ernestina Dias**, solteira, nascida em 11-1-1.895 e falecida em 28-12-1.976.
3-5-5-4-8 - **Ataliba Telêmaco Dias** (Telemaque), nascido em 30-5-1.896 e falecido em 5-8-1.963. Casado e sem filhos.
3-5-5-4-9 - **Athayde Pereira Dias** (Tindique), nascido em 9-12-1.898 e falecido em 22-8-1.974. Casado com Emerenciana Dias (Dona), filha de Jacintho Pereira Dias e Julieta Cândida Dias. Filhos:
3-5-5-4-9-1 - **Fausto Dias**, falecido com 2 anos de idade.
3-5-5-4-9-2 - **Maria Ofélia Dias**, solteira, nascida em 19-7-1.930 e falecida em 10-9-1.996.
3-5-5-4-9-3 - **Sinval Pereira Dias**, solteiro, nascido em 14-9-1.932.
3-5-5-4-9-4 - **Délio Dias**, solteiro, nascido em 30-3-1.934.
3-5-5-4-9-5 - **Reginaldo Pereira Dias**, solteiro, nascido em 17-1-1.940.
3-5-5-4-9-6 - **Dalva Dias Zanlutti**, nascida em 5-3-1.944. Casada com Carlos José Zanlutti.
3-5-5-4-10 - **Argemiro Dias** (Miroca), nascido em 26-10-1.901 e falecido em 7-5-1.972. Casado com Adelaide Nannetti Dias, falecida em 17-10-1.978, filha de João Nannetti e Júlia Cantucci Nannetti. Filhos:
3-5-5-4-10-1 - **José Cássio Nanetti Dias**, nascido em 6-7-1.934. Casado com Maria Florença Dias, filha de José Cândido de Souza Dias e Ordália Pereira Dias.
3-5-5-4-10-2 - **Arnaldo Nannetti Dias**, nascido em 14-7-1.935 e falecido em 24-11-1.987. Casado com Maria José Corsini Nannetti.
3-5-5-4-11 - **Egle Dias** (Tita), solteira, nascida em 23-1-1.903 e falecida em 14-12-1.966.
3-5-5-4-12 - **Elíber Dias** (Neneca), solteira, nascida em 13-5-1.905 e falecida em 17-10-1.990.
3-5-5-4-13 - **Ary Dias** (Nonô), nascido em 24-7-1.906 e falecido em 9-8-1.995. Casado em primeiras núpcias com Leonor Cândida Costa Dias, filha de Joaquim Cândido de Souza Dias e Ana Paulina da Costa Dias (Anita). Casado em segun-

das núpcias com a cunhada Eunice Costa Dias. Filha do primeiro consórcio:
3-5-5-4-13-1 - **Ana Maria**, casada.
3-5-5-4-14 - **Edylia Dias**, solteira, nascida em 13-9-1.907 e falecida em 19-1-1.998.

3-5-5-5 - **Antônio José Dias Lima Sobrinho**, casado com Argentina Albertina Ribeiro.

3-5-5-6 - **Onofre de Souza Lima**, nascido em 25-1-... Casado com Anna Thereza (ou Anna Clara?) de Lima. Filhos:
3-5-5-6-1 - **Oscar de Souza Lima**, falecido em 27-3-1.974.
3-5-5-6-2 - **Elpídio de Souza Lima**, nascido em 13-4-1.899 e falecido em 29-8-1.976. Casado com Maria Luíza de Carvalho Lima (Lili), filha de Benício Luiz de Carvalho e Maria Amélia de Carvalho. Filhos:
3-5-5-6-2-1 - **José de Souza Lima**, casado com Maria Aparecida Bernardes Lima.
3-5-5-6-2-2 - **Maria Amélia Lima Dias**, casada com Maércio Moreira Dias, filho de Azarias de Souza Dias Sobrinho e Maria Antonieta Moreira Dias.
3-5-5-6-2-3 - **Hebe Lima Magalhães**, casada com Dolbi de Souza Magalhães, filho de Danton de Souza Magalhães e Maria Elisa Magalhães.
3-5-5-6-2-4 - **Maria Luísa Lima Rodrigues** (Isa), casada com João Roberto Xavier Rodrigues, filho de João Rodrigues de Carvalho e Iari Xavier Rodrigues.
3-5-5-6-2-5 - **Onofre de Souza Lima Neto** (Souza), casado com Dirce Soares Lima, filha de João Ferreira Soares e Júlia Ribeiro Soares.
3-5-5-6-2-6 - **Maria Lima Paiva** (Beba), casada.
3-5-5-6-2-7 - **Diva.**
3-5-5-6-2-8 - **Joaquim de Souza Lima**, casado com Elisa Garcia Lima, filha de Maurício Lacerda Garcia e Regina Stela Carvalho Vieira Garcia.
3-5-5-6-3 - **Hercílio de Souza Lima**.
3-5-5-6-4 - **Hercília Lima Dias** (Ciloca), falecida em 29-6-1.985. Casada com Waldomiro Cândido Dias, filho de Ernesto Cândido Pereira Dias e Maria Albertina Dias.

3-5-5-7 - **Cândida Fofina Vita**, casada com João Vita.

3-5-5-8 - **Ana Lima Pereira Dias** (Donana), nascida em Mococa e falecida em 29-9-... Casada com Marcos Pereira Dias, filho de Custódio José Dias e Balbina Josefina da Silva. Filhos:
3-5-5-8-1 - **Orminda Dias**, solteira, nascida em 24-11-1.888 e falecida em 24-2-1.982.
3-5-5-8-2 - **José Pereira Dias** (Juca), solteiro, nascido em 30-4-1.890 e falecido em 30-5-1.965.
3-5-5-8-3 - **Pedro Arbroes** (?) **Dias**, solteiro, nascido em 17-9-1.892 e falecido em 23-7-1.977.
3-5-5-8-4 - **Ermelinda Salaberga** (?) **Dias**, solteira, nascida em 23-9-1.89.. e falecida em 15-9-1.978.
3-5-5-8-5 - **Olinto André Dias**, nascido em 10-11-1.895 e falecido em 14-10-1.971. Casado com Maria Conceição da Silva Dias, filha de Astolpho Pio da Silva Pinto e Amélia Gabriela da Silva Pinto. Ver descendência em 2-7-1-3-4.
3-5-5-8-6 - **Olinta Santa Cruz** (?) **Dias**, solteira, nascida em 19-12-1.896 e falecida em 12-8-1.978.

3-5-5-8-7 - **Maria Dias**, solteira, nascida em 22-9-1.897 e falecida em 16-7-1.985.
3-5-5-8-8 - **Balbina Dias** (Binoca), solteira, nascida em 3-3-1.899 e falecida em 16-9-1.987.
3-5-5-8-9 - **Cândida Dias** (Dota), solteira, nascida em 29-8-1.900 e falecida em 11-7-1.96...
3-5-5-8-10 - **Carlos Emídio Pereira Dias**, solteiro, nascido em 22-3-1.902 e falecido em 14-2-1.979.

3-5-5-9 - **Azarias de Souza Dias Sobrinho**, falecido em 17-11-1.928. Casado com Maria Antonieta Moreira Dias, filha de Marcos de Souza Moreira e Helena Paulino. Ver descendência em 2-2-9-4.

3-5-5-10 - **Olímpio de Souza Dias**.

3-5-5-11 - **Ozório de Souza Dias**, casado com Maria Cândida de Seixas.

3-5-5-12 - **Leonor Gabriela de Lima**, casada com João Pereira Lima.

sub-seção sexta

3-5-6 - **Francisco José Dias Sobrinho**, casado com Iria Josefa da Silva, filha do Tenente-Coronel Manuel Antônio Pereira Lima e Juliana Josefa da Silva. Filhos:

3-5-6-1 - **Major José Quintino Pereira**, casado com Bárbara Eufrosina de Lima, filha de José de Souza Dias e Maria Fofina da Silva. Ver descendência em 3-5-5-3.

3-5-6-2 - **Ernesto de Souza Dias**, casado com Inocência Constança de Souza Dias.

3-5-6-3 - **Maria Osória de Lima**, casada com Manuel Leite de Camargo.

Seção VI

3-6 - **Coronel Jacintho José Pereira**, nascido em Ibituruna, em 14-11-1.804, e falecido em 26-12-1.889. Casado com Cândida Carolina da Silva, nascida em 22-2-1.808, filha do Alferes Marcos de Souza Magalhães e Ana Josefa da Silva. Filhos:

sub-seção primeira

3-6-1 - **Marcos**, nascido em 25-3-1.828.

sub-seção segunda

3-6-2 - **Custódio José Dias**, nascido em 17-9-1.833 e falecido em 19-3-1.910. Casado em primeiras núpcias com Balbina Josefina da Silva, filha de Marcos Pio de Magalhães (ou Marcos de Souza Magalhães Sobrinho?) e Iria (ou Íris?) de Souza Magalhães. Casado em segundas núpcias com Cocota, nascida em Alfenas, da qual não teve descendência. Filhos:

3-6-2-1 - **Marcos Pereira Dias**, falecido em 7 de outubro. Casado com Ana Lima

Pereira Dias (Donana), filha de José de Souza Dias e Maria Fofina da Silva. Ver descendência em 3-5-5-8.

3-6-2-2 - **Antônio Cândido Pereira Dias** (Totonho), nascido em 5-8-1.863 e falecido em 6-8-1.949. Casado com Maria José de Lima, filha de José de Souza Dias e Maria Fofina da Silva. Ver descendência em 3-5-5-4.

3-6-2-3 - **Jacintho Pereira Dias**, nascido em 15-1-1.865 e falecido em 18-4-1.924. Casado com Julieta Cândida Dias, filha de Pio de Souza Dias e Emerenciana Cândida Osória. Filhos:
3-6-2-3-1 - **Georgeta Dias Moreira**, nascida em 17-3-1.894 e falecida em 22-7-1.987. Casada com Joaquim Pio de Souza Moreira, filho de João Baptista de Souza Moreira e Cândida Paulina de Souza. Ver descendência em 2-2-1-2-2.
3-6-2-3-2 - **Josina Josefina Dias** (Zininha), nascida em 20-10-1.896 e falecida em 2-2-1.982. Casada com Lázaro Cândido Magalhães, filho de Olímpio de Souza Magalhães e Cândida Osória Magalhães (Candota). Ver descendência em 2-6-4-3.
3-6-2-3-3 - **José Jacinto Pereira Dias**, nascido em 19-4-1.898 e falecido em 22-9-1.969. Casado com Juracy Costa Dias, filha de João Paulino da Costa e Maria Amélia da Costa. Ver descendência em 2-2-2-1-2-2.
3-6-2-3-4 - **Emerenciana Dias** (Dona), nascida em 11-5-1.900 e falecida em 7-3-1.988. Casada com Athayde Pereira Dias (Tindique), filho de Antônio Cândido Pereira Dias e Maria José de Lima. Ver descendência em 3-5-5-4-9.
3-6-2-3-5 - **Josino Araújo Dias** (Nenê), nascido em 18-5-1.902 e falecido em 22-5-1.997. Casado em primeiras núpcias com Anita Westin Dias, filha de Otávio Augusto de Souza Westin e Maria Amélia Westin, e em segundas com Angelita Moreira Dias, filha de Leonidas Costa Moreira e Albertina Moreira. Sem filhos.
3-6-2-3-6 - **Jacy Pereira Dias**, nascido em 21-5-1.905 e falecido em 20-4-1.985. Casado com Clarice Costa Pereira Dias, filha de Joaquim Cândido de Souza Dias e Ana Paulina da Costa Dias (Anita). Ver descendência em 2-2-2-8-4-1.
3-6-2-3-7 - **Maria Balbina Dias** (Tatá), falecida com três anos de idade.
3-6-2-3-8 - **Gilda Araújo Dias**, nascida em 24-2-1.914. Casada com Mauro Moreira Dias, filho de Azarias de Souza Dias Sobrinho e Maria Antonieta Moreira Dias. Ver descendência em 2-2-9-4-3.
3-6-2-3-9 - **Wolney de Araújo Dias**, nascido em 28-6-1.917 e falecido em 18-12-1.982. Casado com Maria Nilce Costa Dias, filha de João Antônio da Costa e Laura Helena Morais Costa. Filhos:
3-6-2-3-9-1 - **Mírian Costa Dias de Castro**, nascida em 6-2-1.948. Casada com Carlos Weber Hoffert de Castro, nascido em 6-10-1.949, filho de Paulo Castro e Beatriz Hoffert de Castro.
3-6-2-3-9-2 - **Wolney de Araújo Dias Júnior**, nascido em 28-6-1.953. Casado com Maria Magaly Branquinho Dias, filha de Alberto Mílton Branquinho e Namir Magalhães Branquinho.
3-6-2-3-10 - **Maria Eunice Dias Morais**, nascida em 17-2-1.920. Casada com Feliciano Morais Costa, filho de João Antônio da Costa e Laura Helena Morais Costa. Filha:
3-6-2-3-10-1 - **Laura Helena Costa Maciel**, nascida em 2-3-1.943. Casada com

Antônio Pedro Maciel Neto, filho de José Justo Maciel e Leda Costa Maciel.

3-6-2-4 - **Adolfo José Dias** (Dofica), solteiro, nascido em 6-1-1.869 e falecido em 2-3-1.919.

sub-seção terceira

3-6-3 - **Emília**, nascida em 25-6-1.837. Casada com o primo Coronel Joaquim Umbelino de Souza Dias, nascido em 26 (ou 25?)-6-1.836.

sub-seção quarta

3-6-4 - **Ernesta**, nascida em 15-10-1.838.

sub-seção quinta

3-6-5 - **Rodolfo** (ou Adolfo?), solteiro, nascido em 4-7-1.839.

sub-seção sexta

3-6-6 - **Teófilo Pereira Dias** (Totó), nascido em 20-12-1.842. Casado com Cândida Ernestina Dias (Candinha), filha de João Custódio Dias e Francisca de Paula Dias. Ver descendência em 3-4-1.

sub-seção sétima

3-6-7 - **Ana Jacinta da Silva** (Zinha), nascida em 26-6-1.844. Casada com o primo e cunhado Coronel Joaquim Umbelino de Souza Dias. Filhos:

3-6-7-1 - **Balbina Josefina da Silva**, casada com Pedro Pereira Dias, filho de Teófilo Pereira Dias e Cândida Ernestina Dias. Ver descendência em 3-4-1-1.

3-6-7-2 - **Olyntha Moreira** (Nenê), casada com Cândido de Souza Moreira (Candoti), filho de Joaquim Pio de Souza Moreira e Silvéria Leopoldina Xavier. Ver descendência em 2-2-1-5.

3-6-7-3 - **Adelaide**.

3-6-7-4 - **Olympio Pereira Dias**, sepultado em 26-2-1.935, com 77 anos. Filha:
3-6-7-4-1 - **Orestina Dias**, nascida em 2 de dezembro.

3-6-7-5 - **Ernesto Pereira Dias**, falecido em 13-3-1.888, com 15 anos.

sub-seção oitava

3-6-8 - **Francisco Dias** (Chiquinho), nascido em 2-3-1.847. Casado com Luluca. Filhas:

3-6-8-1 - **Maria Odorica de Souza**, primeira mulher de Horácio Pio de Souza Dias, filho do Coronel Azarias Pio de Souza Dias e Cândida Gabriela de Souza Dias. Filhos:
3-6-8-1-1 - **Edvar Dias**, nascido em 29-8-1.882 e falecido em 9-12-1.967. Casa-

do em primeiras núpcias com Alice Magalhães Dias, filha de Ollímpio de Souza Magalhães e Cândida Osória Magalhães (Candota). Casado em segundas núpcias com Julieta Faria Dias, filha de Arlindo Faria Dias (falecido em 2-7-1.978) e Olímpia Siqueira Dias (falecida em 14-3-1.975). Não teve descendência destas. Ver a daquelas em 2-6-4-2.
3-6-8-1-2 - **Edmundo Dias**, casado com Geni Dias, filha de Gabriel Antônio da Silva Dias (Bielito) e Cândida das Chagas.
3-6-8-1-3 - **Ednan Dias**, casado com Iracema Lacerda Corrêa Dias. Filhos:
3-6-8-1-3-1 - **João Paulo Dias**, casado com Ecila Dias, filha de Edvar Dias e Alice Magalhães Dias.
3-6-8-1-3-2 - **Nívea Dias**, casada com Aécio Magalhães Dias, filho de Edvar Dias e Alice Magalhães Dias.
3-6-8-1-3-3 - **Maria Rosália Dias** (Ucha), casada, sem filhos.
3-6-8-1-3-4 - **Lia Lacerda Corrêa Dias Anderson**, desquitada, falecida em 7-12-1.975.
3-6-8-1-4 - **Édson Dias**, casado com Gleide.

3-6-8-2 - **Escolástica**. Filho:
3-6-8-2-1 - **Dadico**, casado com Leonor (Tia Noa), filha de Domiciano Moreira (Tio Dô) e Maria Custódia Moreira. Ver descendência em 2-2-6-1.

sub-seção nona

3-6-9 - **Mariana de Almeida e Silva** (Malangota), segunda esposa de Pio de Souza Dias, filho do Capitão Pio de Souza Dias e Emirena Umbelina da Silva. Filho:
3-6-9-1 - **Joaquim Umbelino Dias**, falecido solteiro.

Seção VII

3-7 - **Luzia Delfina da Silva** (ou de Souza Dias), nascida em 10-8-1.806. Casada com Joaquim Custódio Dias. Filhos:

sub-seção primeira

3-7-1 - **Domiciano Custódio Dias** (Sanico), casado em primeiras núpcias com Teolinda Costa Dias, e em segundas com Maria Marques Dias.

sub-seção segunda

3-7-2 - **Teófilo Custódio Dias**, casado com a cunhada Maria Marques Dias.

Seção VIII

3-8 - **Margarida de Almeida e Silva**, nascida em 12-6-1.808. Casada com Manoel Jacintho de Souza, nascido em 1.804, filho do Alferes Marcos de Souza Magalhães e Ana Josefa da Silva. Filhos:

sub-seção primeira

3-8-1 - **Jacintho**, nascido em 1.830.

sub-seção segunda

3-8-2 - **João**, nascido em 20-10-1.846.

sub-seção terceira

3-8-3 - **Maria Cândida**, terceira esposa do Tenente João Tomás de Andrade, de São João da Boa Vista. Filhos:
3-8-3-1 - **Maria**, batizada em 1.867.
3-8-3-2 - **Margarida**, batizada em 1.869.
3-8-3-3 - **Antônia**, batizada em 1.871.
3-8-3-4 - **Máxima**, batizada em 1.873.
3-8-3-5 - **Amélia**, batizada em 1.877.

Seção IX

3-9 - **Capitão Pio de Souza Dias**, nascido em 21-7-1.810, em Ibituruna, e falecido em 20-11-1.879. Casado com Emirena Umbelina da Silva, filha do Alferes Marcos de Souza Magalhães e Ana Josefa da Silva. Filhos:

sub-seção primeira

3-9-1 - **Libânia de Souza Dias**, nascida em 1.835 (ou em 5-9-1.833?).

sub-seção segunda

3-9-2 - **Paulino de Souza Dias**, nascido em 25-1-1.836.

sub-seção terceira

3-9-3 - **Umbelina Dias**, nascida em 1.837.

sub-seção quarta

3-9-4 - **Umbelino de Souza Dias**, nascido em 1.838 e falecido em 8-2-1.924. Casado com Umbelina Carolina de Salles Dias (Tia Belina), nascida em 1.842, filha do Tenente-Coronel Flávio Secundo de Salles e Maria Luísa do Prado. Filhos:

3-9-4-1 - **Maria Umbelina Dias Swerts**, casada com Eugênio Amedée Dias Swerts, filho de Amedée Eugène Swerts e Mariana Umbelina Dias Swerts. Filhos:
3-9-4-1-1 - **Odila**.
3-9-4-1-2 - **Otília**.
3-9-4-1-3 - **Orsine Dias Swerts**.
3-9-4-1-4 - **Orestina**.
3-9-4-1-5 - **Oscavo Dias Swerts**, nascido em 28-11-1.884 e falecido em 22-7-1.952. Casado com Cristiana de Andrade Swerts, filha de Joaquim Pio de Andrade Junqueira e Tereza Amélia Junqueira. Filhos:
3-9-4-1-5-1 - **Otildes de Andrade Swerts** (Tidinha), nascida por volta de 1.915, solteira.
3-9-4-1-5-2 - **Pedro de Andrade Dias**.
3-9-4-1-5-3 - **Umbelino de Andrade Dias**, nascido em 27-2-1.931 e falecido em 1-12-1.978.

3-9-4-1-5-4 - **Marcial de Andrade Dias**, nascido em 16-6-1.923 e falecido em 9-6-1.996. Separado de Tereza Bernardes de Souza, de Pouso Alegre.
3-9-4-1-5-5 - **Elias de Andrade Dias**, residente em Paraguaçu.
3-9-4-1-5-6 - **João de Andrade Dias**, residente em Paraguaçu.
3-9-4-1-6 - **Odilon Dias Swerts**, casado com Dolores Andrade Swerts, filha de Joaquim Pio de Andrade Junqueira e Tereza Amélia Junqueira.
3-9-4-1-7 - **Olivar Dias Swerts**, casado com Sílvia Rocha Swerts, de Alfenas. Filhos:
3-9-4-1-7-1 - **Miguel Swerts**.
3-9-4-1-7-2 - **Geraldo Swerts**.
3-9-4-1-7-3 - **Mílton Swerts**.
3-9-4-1-7-4 - **Gabriel Swerts**.
3-9-4-1-7-5 - **Maria do Rosário**.
3-9-4-1-7-6 - **Maria Helena**.
3-9-4-1-7-7 - **Antônio Eugênio Swerts**, casado com Zilaida Prado Swerts.
3-9-4-1-8 - **Ozilda Swerts Dias**, casada com Gabriel de Souza Dias (Belé), filho de Roque Pio de Souza Dias e Georgina de Souza Dias. Filhos:
3-9-4-1-8-1 - **Martha de Souza Dias**, casada com João Marcos Westin Dias, filho de Marcos José de Souza Dias e Maria Gabriela Westin Dias.
3-9-4-1-8-2 - **Edgard de Souza Dias**.
3-9-4-1-8-3 - **Sebastião de Souza Dias**, casado com Célia de Deus Dias.
3-9-4-1-8-4 - **Maria Leonor Dias Barbosa**, casada com Odilon Taveira Barbosa.
3-9-4-1-8-5 - **Gabriel de Souza Dias Júnior**, casado com Ângela Oliveira Dias.
3-9-4-1-9 - **Odante Dias Swerts**, casado com Rita Manso Vieira, de Alfenas. Filhos:
3-9-4-1-9-1 - **Víctor Vieira Swerts**, casado com Nilza Leite Lopes.
3-9-4-1-9-2 - **Eugênio Vieira Swerts**, casado com Reni Dias Leite.

3-9-4-2 - **Marietta de Souza Dias**, casada com Landulpho de Souza Dias, filho do Major Onofre de Souza Dias e Anna Augusta de Souza Dias. Filhos:
3-9-4-2-1 - **José de Souza Dias**.
3-9-4-2-2 - **Maria de Salles Dias**, casada em primeiras núpcias com Abílio Sírio, e em segundas com Josafá Brandão.
3-9-4-2-3 - **Nair de Salles Dias**.
3-9-4-2-4 - **João de Souza Dias**.
3-9-4-2-5 - **Eliza de Salles Dias**, religiosa.
3-9-4-2-6 - **Antônio de Souza Dias**. Filha:
3-9-4-2-6-1 - **Dayse**.

3-9-4-3 - **Pio Salles Dias**, nascido em novembro de 1.871. Casado com Adelina. Filhos:
3-9-4-3-1 - **Jaci Barbosa**.
3-9-4-3-2 - **Adélia Brasil**, casada com José Brasil, de Alfenas.

3-9-4-4 - **Flávio de Salles Dias**, casado com Matilde Leite Dias. Filhos:
3-9-4-4-1 - **Ivan de Salles Dias**.
3-9-4-4-2 - **Glenan Leite Dias**, casado com Laurinda Mayese Dias.
3-9-4-4-3 - **Mariana Iraci Dias Vieira** (Ceci), falecida em 6-12-1.987. Casada

com José Augusto Vieira da Silva, filho de Francisco Vieira da Silva e Maria Teodora Tavares Vieira. Filhos:
3-9-4-4-3-1 - **José Flávio Dias Vieira**, falecido em 31-3-1.990.
3-9-4-4-3-2 - **Vera Lígia**.
3-9-4-4-3-3 - **Lucílio Oscar Dias Vieira**.
3-9-4-4-3-4 - **Carlos Gentil Dias Vieira**.
3-9-4-4-3-5 - **Sérgio Augusto Dias Vieira**.
3-9-4-4-4 - **Iracema**.
3-9-4-4-5 - **Geraldo Dias**, nascido em 1 de fevereiro.

3-9-4-5 - **Francisco de Salles Dias** (Chico Salles).

3-9-4-6 - **Emirena Silveira**, casada com Francisco Ozório da Silveira.

sub-seção quinta

3-9-5 - **Placedina Dias** (Tia Dina), nascida em 30-6-1.839. Filhos:

3-9-5-1 - **Antônio Carlos**. Filha:
3-9-5-1-1 - **Ana Luísa**, casada com Abdalla. Filhos:
3-9-5-1-1-1 - **Sírio**.
3-9-5-1-1-2 - **Síria**.
3-9-5-1-1-3 - **Zilda**.
3-9-5-1-1-4 - **Nazer**.
3-9-5-1-1-5 - **Brescilov**.

3-9-5-2 - **Laurindo**.

3-9-5-3 - **Emirena Barbosa**, casada com Antônio Barbosa. Filhos:
3-9-5-3-1 - **Ophelina Barbosa Moreira**, nascida em 22-1-1.911. Casada com José de Souza Moreyra, filho de João Baptista de Souza Moreira e Cândida Paulina de Souza. Ver descendência em 2-2-1-2-12
3-9-5-3-2 - **Olívio Barbosa** (Olivico), casado com Maria Helena.
3-9-5-3-3 - **(?)**, casada com Roque Tamburini, de Alfenas.
3-9-5-3-4 - **Olira Barbosa Vieira**, primeira esposa de Jorge Vieira. Filhos:
3-9-5-3-4-1 - **Mário Barbosa Vieira**.
3-9-5-3-4-2 - **Mílton Barbosa Vieira**.
3-9-5-3-5 - **Orminda Barbosa Leão**, casada com Pedro Leão, de Alfenas.
3-9-5-3-6 - **Oscar Barbosa**. Filha:
3-9-5-3-6-1 - **Lúcia Duarte**, casada com Newton de Barros Duarte.
3-9-5-3-7 - **Juvenil Barbosa**.
3-9-5-3-8 - **Jairo Barbosa**.

sub-seção sexta

3-9-6 - **Maximiana de Souza Dias**, nascida em 1.840.

3-9-7 - **Mariana Umbelina Dias Swerts**, nascida em 7-11-1.842. Casada com Amedée Eugène Swerts, nascido em Paris, França, em 8-3-1.826, e falecido em Franca, SP, em 26-3-1.862. Filhos:

3-9-7-1 - **Eugênio Amedée Dias Swerts**, casado com Maria Umbelina Dias Swerts, filha de Umbelino de Souza Dias e Umbelina Carolina de Salles Dias. Ver descendência em 3-9-4-1.

3-9-7-2 - **João Baptista Dias Swerts**, nascido em 16-3-1.862 (ou 1.861?) e falecido em 14-2-1.924. Casado com Maria Ernestina Dias Swerts, filha do Major Onofre de Souza Dias e Anna Augusta de Souza Dias. Filhos:

3-9-7-2-1 - **Onofrina Swerts Costa**, nascida em 29-4-1.889 e falecida em 28-8-1.956. Casada com Waldemar Paulino da Costa, filho de Joaquim Paulino da Costa e Leonor Cândida Xavier. Ver descendência em 2-2-2-8-2.

3-9-7-2-2 - **Odette Swerts de Carvalho**, nascida em 22-2-1.890 e falecida em 11-5-1.974. Casada com Napoleão Augusto de Carvalho, nascido em 25-2-1.900 e falecido em 16-11-1.965, filho de Francisco Raphael de Carvalho e Maria Auta de Morais. Filhos:
3-9-7-2-2-1 - **João Batista Swerts de Carvalho**, nascido em 20-3-1.922. Casado com Ofélia Tavares Paes, filha de Augusto Tavares Paes e Sebastiana Penelo.
3-9-7-2-2-2 - **Ernestina Swerts Carvalho Dias**, nascida em 9-4-1.925. Casada com Maurílio Carneiro Dias, filho de João Otávio Dias e Zulema Carneiro Dias.
3-9-7-2-2-3 - **Francisco Rafael Swerts de Carvalho** (Chico Lé), nascido em 19-6-1.926. Casado com Laura Augusta Brigagão de Carvalho.
3-9-7-2-2-4 - **Onofre Swerts de Carvalho**, nascido em 17-3-1.927, casado com Joana Carvalho.
3-9-7-2-2-5 - **Waldemar Swerts de Carvalho**, nascido em 10-8-1.928, casado com Celina Nannetti Carvalho, filha de João Moreira Carvalho e Maria Venusta Nannetti Carvalho (Nina).

3-9-7-2-3 - **Lavínia Dias Swerts**, nascida em 11-12-1.891 e falecida em 16-11-1.954. Solteira.

3-9-7-2-4 - **Irene Dias Swerts**, nascida em 24-10-1.893 e falecida em 18-10-1.984. Solteira.

3-9-7-2-5 - **Eurico Dias Swerts**, nascido em 25-8-1.895 e falecido em 1.97... Casado com Zélia Diniz Swerts, falecida em 13-10-1.987, com 83 anos. Filhos:
3-9-7-2-5-1 - **Sylio Diniz Swerts**, nascido em 24-7-1.923.
3-9-7-2-5-2 - **Saulo Diniz Swerts**, nascido em 6-4-1.926.
3-9-7-2-5-3 - **Sólon Diniz Swerts**, nascido em 19-9-1.927.
3-9-7-2-5-4 - **Sálvia**, nascida em 21-2-1.930.

3-9-7-2-5-5 - **Sônia Maria**.
3-9-7-2-5-6 - **Simon Roque Diniz Swerts**.

3-9-7-2-6 - **Edgard Dias Swerts**, nascido em 27-5-1.897 e falecido em 22-1-1.980. Casado com Donatília Passos Swerts, nascida em 31-7-1.901 e falecida em 6-10-1.978, filha de Jerônimo Passos e Gabriela Passos. Filhos:
3-9-7-2-6-1 - **Diva Swerts Leite**, nascida em 10-11-1.925 (ou 1.926?) e falecida em 9-3-1.968. Casada com Ismael Mariano Leite, de Alfenas.
3-9-7-2-6-2 - **Darcilo Passos Swerts**, nascido em 12-8-1.927 e falecido em 9-4-1.980. Casado com Maria Nilza Castro Swerts, filha de Osimo Castro e Paulina Rigotti de Castro.
3-9-7-2-6-3 - **Ronald Passos Swerts**, nascido em 30-11-1.928 e falecido em 1.990. Casado com Maria de Lourdes Magalhães Swerts, filha de Lázaro Cândido Magalhães e Josina Josefina Dias.
3-9-7-2-6-4 - **Layza Swerts de Oliveira**, nascida em 2-7-1.935. Casada com Jorge Eduardo Vieira de Oliveira, filho de Sebastião José de Oliveira e Iracema Vieira de Oliveira.
3-9-7-2-6-5 - **Hugo Passos Swerts**, nascido em 7-1-1.937, casado com Maysa Salles Swerts, filha de João Evangelista Salles e Maria José Dias Salles.

3-9-7-2-7 - **Edith Swerts Costa**, nascida em 21-5-1.899 e falecida em 12-7-1.968. Casada com César Paulino da Costa, filho de Joaquim Paulino da Costa e Leonor Cândida Xavier. Ver descendência em 2-2-2-8-9.

3-9-7-2-8 - **Armando Dias Swerts**, nascido em 29-7-1.901 e falecido em 3-9-1.975. Casado com Lupércia Guerra Swerts, filha de Affonso Moreira Guerra e Etelvina da Silva Guerra. Sem filhos.

3-9-7-2-9 - **Sylvia Swerts Dias**, nascida em 14-4-1.903 e falecida em 18-5-1.975. Casada com Euclydes de Souza Dias, filho de Lindolpho de Souza Dias e Braulina de Souza Dias. Filhos:
3-9-7-2-9-1 -**Hércio Swerts Dias**, nascido em 4-7-1.925. Casado em primeiras núpcias com Alzira Augusta Pascini Dias, de Juiz de Fora, e em segundas com Jupira Dias.
3-9-7-2-9-2 - **Myrthes Dias de Freitas**, nascida em 26-5-1.927. Casada com Olívio André de Freitas.
3-9-7-2-9-3 - **Aylson Swerts Dias**, nascido em 25-6-1.929. Casado com Jane Buzatti Dias.
3-9-7-2-9-4 - **Syldes Swerts Dias**, nascido em 6-11-1.933 e falecido em 20-9-1.994. Casado com Maria José Miranda Dias.
3-9-7-2-9-5 - **Lúcia Swerts Dias**, nascida em 1-1-1.943.

3-9-7-2-10 - **Edina Swerts Dias**, nascida em 17-4-1.905 e falecida em 28-9-1.986. Casada com Astrogildo da Silva Dias, filho de Pedro Pereira Dias e Balbina Josefina da Silva. Ver descendência em 3-4-1-1-1.

3-9-7-2-11 - **Eugênio Dias Swerts**, nascido em 25-12-1.906 e falecido em 15-5-1.986. Casado com Sebastiana Salles Swerts, de Guaxupé. Filhos:
3-9-7-2-11-1 - **Édson José Swerts**, nascido em 4-7-1.931.
3-9-7-2-11-2 - **Irany**, nascida em 26-10-1.934. Casada com Remo.
3-9-7-2-11-3 - **Vilma**, nascida em 13-9-1.938.
3-9-7-2-11-4 - **Aluísio Salles Swerts**, nascido em 12-2-1.942.

3-9-7-2-12 - **Clóvis Dias Swerts**, solteiro, nascido em 20-10-1.908 e falecido em 5-1-1.997.

3-9-7-2-13 - **Clovita Swerts Costa**, nascida em 31-7-1.910 e falecida em 14-10-1.992. Casada com Juarez Paulino da Costa, filho de Joaquim Paulino da Costa e Leonor Cândida Xavier. Ver descendência em 2-2-2-8-12.

3-9-7-2-14 - **João Batista Dias Swerts**, nascido em 21-6-1.912 e falecido em 4-3-1.998. Casado com Gabriela Pereira Swerts, filha de Luiz Gonçalves Pereira e Eurídice Gabriela Pereira. Filha:
3-9-7-2-14-1 - **Dilma Swerts Dupont**, nascida em 2-3-1.942, casada com Simon Dupont. Sem filhos.

3-9-7-2-15 - **Ernestino Dias Swerts**, nascido em 2-11-1.913 e falecido em 8-7-1.916.

sub-seção oitava

3-9-8 - **Amélia Dias**, nascida em 2-4-1.844. Morava em Serrania.

sub-seção nona

3-9-9 - **Emirena de Souza Dias**, nascida em 5-11-1.845.

sub-seção décima

3-9-10 - **Maria Umbelina Dias** (Naninha), nascida em 22-6-1.847.

sub-seção décima-primeira

3-9-11 - **Presciliana Cândida Dias**, nascida em 20-7-1.848 e falecida em 15-4-1.942. Casada com Luiz José Dias, filho de José Luiz Dias de Araújo (ou de Araújo Dias?)e Braulina Cândida da Silva (ou de Souza Dias?). Filhos:

3-9-11-1 - **Braulina de Souza Dias**, nascida em 12-8-1.882. Casada com Lindolpho de Souza Dias, filho de Marcos de Souza Dias e Leonor de Souza Dias. Filhos:

3-9-11-1-1 - **Eurídice de Souza Dias**, falecida solteira.

3-9-11-1-2 - **Eurico de Souza Dias**, falecido em 23-9-1.975. Casado com Odette Maciel Dias, de São Gonçalo do Sapucaí. Filhos:
3-9-11-1-2-1 - **José Maciel Dias**, casado com Dulce Vieira Dias, filha de Moacir Vieira da Silva e Judith Lima Vieira.

3-9-11-1-2-2 - **João Maciel Dias**, casado com Adel Rebelo Dias.
3-9-11-1-2-3 - **Janice Maciel Dias.**
3-9-11-1-2-4 - **Joel Maciel Dias**.
3-9-11-1-2-5 - **Judith Maciel Dias Prado,** nascida em 20-2-1.926, casada com Ernani Luiz do Prado, de Paraguaçu.
3-9-11-1-2-6 - **Jacira**.
3-9-11-1-2-7 - **Janira Maciel Dias**, casada com Aílton Cândido Dias, filho de Antônio Cândido de Souza Dias e Maria Aparecida Dias.
3-9-11-1-2-8 - **Jadette Maciel Dias Campos**, casada com Afonso Alves Campos.
3-9-11-1-2-9 - **Josefina**.
3-9-11-1-2-10 - **Jane**.

3-9-11-1-3 - **Euclydes de Souza Dias**, nascido em 12-12-1.902 e falecido em 3-2-1.971. Casado com Sylvia Swerts Dias, filha de João Baptista Dias Swerts e Maria Ernestina Dias Swerts. Ver descendência em 3-9-7-2-9.

3-9-11-1-4 - **Euzínio de Souza Dias** (Zininho), falecido em 7-10-1.989. Casado com Anésia Domingues Dias, filha de João Domingues Sobrinho e Maria Honorata Domingues. Filhos:
3-9-11-1-4-1 - **Maria Helena**.
3-9-11-1-4-2 - **Cármen**.
3-9-11-1-4-3 - **José Domingues Dias**.
3-9-11-1-4-4 - **Lúcia**.
3-9-11-1-4-5 - **Isabel**.

3-9-11-1-5 - **José Maria de Souza Dias**, falecido em 14-6-1.991, com 87 anos. Casado com Ana Rodrigues Dias. Sem filhos.

3-9-11-1-6 - **Eumahyl de Souza Dias**, nascido em 10-3-1.909 e falecido em 22-10-1.956. Casado com Maria Olímpia Domingues Dias (Georgeta), nascida em 27-9-1.917 e falecida em 25-4-1.995, filha de João Domingues Sobrinho e Maria Honorata Domingues. Filhos:
3-9-11-1-6-1 - **Lindolpho de Souza Dias Netto**, casado com Inelma Carvalho Dias, filha de Otávio Carvalho.
3-9-11-1-6-2 - **Maria Aparecida de Souza Dias**, freira.

3-9-11-1-7 - **Eunice Dias Andrade**, casada com José do Carmo Andrade.

3-9-11-1-8 - **Eusínia Dias Carvalho**, casada com Ângelo Garcia Carvalho. Falecida em 6-11-1.998, com 84 anos. Filhos:
3-9-11-1-8-1 - **Maria Luísa**, casada com Leonel da Mata.
3-9-11-1-8-2 - **Wander de Carvalho Dias**, nascido em 22-2-1.943.
3-9-11-1-8-3 - **Lenir**.
3-9-11-1-8-4 - **Ênio de Carvalho Dias**.
3-9-11-1-8-5 - **Valder de Carvalho Dias**.
3-9-11-1-8-6 - **Wanner de Carvalho Dias**.

3-9-11-1-9 - **Eugênia Dias Ferreira**, falecida em 22-12-1.982. Casada com Edgard Ferreira. Filhos:
3-9-11-1-9-1 - **Euler**.

3-9-11-1-10 - **Eusébio de Souza Dias**, nascido em 25-12-1.922 e falecido em 1-4-1.986. Casado com Maria Augusta Ferreira Dias (Ione), nascida em 25-4-1.925 e falecida em 29-3-1.997. Filhos:
3-9-11-1-10-1 - **Reginaldo Ferreira Dias**, casado com Magaly do Prado Dias.
3-9-11-1-10-2 - **Braulina Dias Aguiar** (Netinha), casada com Geraldo Generoso Aguiar.
3-9-11-1-10-3 - **José Eusébio Ferreira Dias**.
3-9-11-1-10-4 - **Maria Aparecida Dias Nery**, casada com Edward José Nery.
3-9-11-1-10-5 - **Reinaldo Ferreira Dias**.
3-9-11-1-10-6 - **Glória Ferreira Dias**, falecida solteira.
3-9-11-1-10-7 - **Maricy Teresa Dias**, solteira.

3-9-11-2 - **Osório Dias**, casado com Elvira.

3-9-11-3 - **Georgeta Monteiro Dias**.

3-9-11-4 - **Elvira S. Dias**.

3-9-11-5 - **Luiz Ribeiro Dias**.

3-9-11-6 - **Luísa**, casada com Galdino (Poços de Caldas).

---

sub-seção décima-segunda

3-9-12 - **Pio de Souza Dias**, nascido em 13-7-1.850 e falecido em 30-6-1.918. Casado três vezes. A primeira mulher era Emerenciana Cândida Osória (Dona), filha de José Luiz Dias de Araújo e Braulina Cândida da Silva. Teve com ela os filhos Godofredo, José Osório, Julieta e Aristides. A segunda era Mariana de Almeida e Silva (Malangota), filha do Coronel Jacintho José Pereira e Cândida Carolina da Silva. Teve com ela o filho Joaquim Umbelino Dias (registrado em 3-6-9-1). A terceira era Olímpia Gabriela Dias (Pinha), filha de Azarias Pio de Souza Dias e Cândida Gabriella de Souza Dias. Filhos do primeiro e do terceiro casamentos:

3-9-12-1 - **Godofredo de Araújo Dias**, nascido em 12 de setembro. Casado com Luzia Gabriella (ou Luzia Cândida?) Dias, filha de Azarias Pio de Souza Dias e Cândida Gabriella de Souza Dias. Filhos:
3-9-12-1-1 - **Paulo de Araújo Dias**, nascido em 10 de setembro e falecido em 27-6-1.939.
3-9-12-1-2 - **Antônio Dias**, falecido em 1-6-1.976. Casado com Teresa Gouveia Dias.
3-9-12-1-3 - **Carlos Dias**.
3-9-12-1-4 - **João Rogério Dias**, nascido em 1.904.
3-9-12-1-5 - **Araci Dias**, falecida solteira.
3-9-12-1-6 - **Conceição** (Coquita).

3-9-12-1-7 - **Catarina Dias** (Nina), solteira.
3-9-12-1-8 - **Luiz José Dias Sobrinho**.
3-9-12-1-9 - **Marta**.
3-9-12-1-10 - **Gabriela** (Nhazinha?).

3-9-12-2 - **José Osório de Souza Pinto** (Juca Pinto), casado com Minervina Moreira Pinto, filha de Marcos de Souza Moreira e Helena Paulino. Ver descendência em 2-2-9-3.

3-9-12-3 - **Julieta Cândida Dias**, nascida em 14-3-1.879 e falecida em 18-7-1.971. Casada com Jacintho Pereira Dias, filho de Custódio José Dias e Balbina Josefina da Silva. Ver descendência em 3-6-2-3.

3-9-12-4 - **Aristides Pio de Araújo Dias**, nascido em Campestre em 25-11-1.880 e falecido em 16-7-1.963. Casado com Maria Ernestina Bonassegna de Araújo Dias, falecida em 17-4-1.991. Filhos:
3-9-12-4-1 - **Elza de Araújo Dias**, nascida em 1-8-1.920, solteira.
3-9-12-4-2 - **Clóvis de Araújo Dias**, nascido em 9-6-1.922 e falecido em 20-7-1.978. Casado com Maria Aparecida Adorno de Araújo Dias.
3-9-12-4-3 - **Emerenciana de Araújo Dias** (Doninha), solteira.
3-9-12-4-4 - **Maria Hebe de Araújo Dias d'Alamo**, casada.
3-9-12-4-5 - **Edir**.
3-9-12-4-6 - **Edna de Araújo Dias Pimenta**, nascida em 8-11-1.928 e falecida em 4-1-1.997. Casada com Renato Gonçalves Pimenta.
3-9-12-4-7 - **José Cláudio de Araújo Dias**, casado com Zélia Batista de Araújo Dias, filha de Mário Batista.

3-9-12-5 - **Othon Dias**, falecido em 21-9-1.942. Casado com Lucrécia Dias, filha de Olímpio Teodoro de Araújo e Maria José Bressane de Araújo.
3-9-12-5-1 - **Pio Bressane Dias**.
3-9-12-5-2 - **Hamílton Bressane Dias**.
3-9-12-5-3 - **Maria Olímpia**, casada com Evâneo dos Santos Silva, filho de Feliciano Floriano dos Santos Silva e Maria Dagmar dos Santos Silva.
3-9-12-5-4 - **Haydée**, nascida em 4 de fevereiro.

3-9-12-6 - **Odenato Dias**, nascido em 6 de outubro. Casado com Augusta Barroso Dias (ou Xavier de Toledo?). Filhos:
3-9-12-6-1 - **Maria Aparecida**.

3-9-12-7 - **Emirena Dias de Andrade**, falecida em 12-8-1.991, com 80 anos. Casada com José Bento de Andrade, filho de Áurea Macedo de Andrade. Filhos:
3-9-12-7-1 - **Maria Therezinha**.
3-9-12-7-2 - **Rosmary**, casada com Antônio.
3-9-12-7-3 - **José Bento**.
3-9-12-7-4 - **Paulo Elysio de Andrade**.

sub-seção décima-terceira

3-9-13 - **Luíza Dias**, nascida em 5-8-1.852.

sub-seção décima-quarta

3-9-14 - **Leonor de Souza Dias** (ou Leonor Osória Dias), nascida em 26-6-1.858. Casada com Marcos de Souza Dias, filho de Francisco de Paula Dias e Helena Francisca de Andrade. Filhos:

3-9-14-1 - **Lindolpho de Souza Dias**, nascido em 3-5-1.876 e falecido em 12-9-1.962. Casado com Braulina de Souza Dias, filha de Luiz José Dias e Presciliana Cândida Dias. Ver descendência em 3-9-11-1.

3-9-14-2 - **Georgina de Souza Dias**, nascida em 9 de agosto e falecida em 22-8-1.966. Casada com Roque Pio de Souza Dias, filho de Roque de Souza Dias e Marianna Gabriela de Souza Dias. Filhos:
3-9-14-2-1 - **Marcos José de Souza Dias**, nascido em 19-3-1.897 e falecido em 3-7-1.942. Casado com Maria Gabriela Westin Dias, falecida em 27-7-1.979, filha de João Augusto de Souza Westin e Idalina Cândida Westin. Filhos:
3-9-14-2-1-1 - **Gabriela** (Gabi), casada em primeiras núpcias com Luiz Romanello, e em segundas com Mário Vieira.
3-9-14-2-1-2 - **José Galbo Westin Dias**, falecido em 15-7-1.979. Casado com Ana Guilhermina Duarte Dias.
3-9-14-2-1-3 - **João Marcos Westin Dias**, casado com Martha de Souza Dias, filha de Gabriel de Souza Dias e Ozilda Swerts Dias.
3-9-14-2-1-4 - **Édson Westin Dias**, casado em primeiras núpcias com Célia Fonseca Westin, e em segundas com Euvécia Guilhermino.
3-9-14-2-1-5 - **Maria José Westin Dias Moreira**, falecida em 28-6-1.999. Casada com Amaury Cavalcante de Souza Moreira, filho de João de Souza Moreira e Nancy Cavalcante de Souza Moreira. Sem filhos.

3-9-14-2-2 - **Roque de Souza Dias** (Roquito), nascido em 7-4-1.902 e falecido em 7-5-1.956. Casado com Cecília Coutinho de Souza Dias. Filhos:
3-9-14-2-2-1 - **Fernando Geraldo de Souza Dias**, nascido em 1.928. Casado com Eva dos Santos Silva de Souza Dias, filha de Feliciano Floriano dos Santos Silva e Maria Dagmar dos Santos Silva.
3-9-14-2-2-2 - **Marcos Roque de Souza Dias**, casado com Heloísa Oliveira de Souza Dias, filha de Sebastião José de Oliveira e Iracema Vieira de Oliveira.
3-9-14-2-2-3 - **Luiz Antônio Coutinho de Souza Dias**, casado com Zélia Oliveira Lima de Souza Dias.
3-9-14-2-2-4 - **Roberto Augusto de Souza Dias**, casado com Célia Pires Ferreira de Souza Dias.
3-9-14-2-2-5 - **Ana Maria de Souza Dias Pires Ferreira**, casada com Élcio Pires Ferreira.
3-9-14-2-2-6 - **Nicolau José Coutinho de Souza Dias**, casado com Aydil Lapastini de Souza Dias.

3-9-14-2-2-7 - **João Magno Coutinho de Souza Dias**, nascido em 6-1-1.942. Casado com Ângela Macdowell Dias.
3-9-14-2-2-8 - **Dulce Maria de Souza Dias Brandi**, casada com Humberto Brandi.
3-9-14-2-2-9 - **Mário Celso Coutinho de Souza Dias**, casado com Lìlian Dejon de Souza Dias.

3-9-14-2-3 - **Gabriel de Souza Dias** (Belé), nascido em 26-10-1.904 e falecido em 25-6-1.977. Casado com Ozilda Swerts Dias. Ver descendência em 3-9-4-1-8.

3-9-14-3 - **José Avelino Dias**, casado com Zulmira Andrade Junqueira. Filho:
3-9-14-3-1 - **Joaquim Pio**.

3-9-14-4 - **Agenor de Souza Dias**, casado com Rita Prado Maciel, filha do Major João Baptista Maciel. Filhos:
3-9-14-4-1 - **Georgina de Souza Dias**, casada com Francisco Tavares Paes, filho de Joaquim Tavares Paes e Ana Blandina de Paula Franco. Filhos:
3-9-14-4-1-1 - **Silas**.
3-9-14-4-1-2 - **Berenice**.
3-9-14-4-1-3 - **Beatriz**.
3-9-14-4-1-4 - **Sérgio**.

3-9-14-4-2 - **Marcos.**
3-9-14-4-3 - **Antônio**.
3-9-14-4-4 - **Luís**.
3-9-14-4-5 - **Maria Leonor**.
3-9-14-4-6 - **Gabriel**.
3-9-14-4-7 - **Mário**.
3-9-14-4-8 - **Joaquim**.
3-9-14-4-9 - **Alice**.
3-9-14-4-10 - **Emirena**.
3-9-14-4-11 - **Vítor**.

3-9-14-5 - **Alzira de Souza Dias**, casada com Nestor Eustachio de Andrade, filho de João Eustachio da Costa Júnior e Henriqueta Cândida de Andrade.

3-9-14-6 - **Oscarina de Souza Dias**, casada com Antônio dos Reis.

3-9-14-7 - **Emirena de Souza Dias**, casada com José Ribeiro Pereira. Filhos:
3-9-14-7-1 - **José Dias Ribeiro**, casado com Maria Leonor Maciel Dias.
3-9-14-7-2 - **Irene Dias Ribeiro**, casada com Donato Leite Andrade.
3-9-14-7-3 - **Juarez Dias Ribeiro**, casado com Odila Ribeiro Pereira.
3-9-14-7-4 - **José Marcos de Souza Ribeiro**, casado com Olavina Ribeiro.
3-9-14-7-5 - **Joacir da Páscoa Dias Ribeiro**, casado com Dinorah Martins Ribeiro.
3-9-14-7-6 - **Iramir Terezinha Ribeiro**, casada com Joaquim Benevides Pereira Filho.
3-9-14-7-7 - **Ilma Leonor Dias Ribeiro**, solteira.
3-9-14-7-8 - **Jaciel Dias Ribeiro**, casado com Alba Ribeiro.

3-9-14-8 - **Ana de Souza Dias**, casada com Antônio Silva.

3-9-14-9 - **Maria Helena de Souza Dias**, casada com Olindo Barbosa.

3-9-14-10 - **Mercedes de Souza Dias**, casada com Manoel Bueno.

3-9-14-11 - **Eudóxia de Souza Dias**, casada com Aristides Martins.

3-9-14-12 - **Leonor de Souza Dias**, casada com Jonas Alfredo de Rezende. Filhos:
3-9-14-12-1 - **Alfredo**.
3-9-14-12-2 - **Clara Leonor**.
3-9-14-12-3 - **Alvonil**.
3-9-14-12-4 - **Glicínia**.

3-9-14-13 - **Jorcelina de Souza Dias**.

Seção X

3-10 - **Francisco José Dias** (ou Francisco de Assis Dias), nascido em 15-6-1.812. Casado com Francisca Leopoldina da Silva (ou de Souza), natural de Guaranésia. Filhos:

sub-seção primeira

3-10-1 - **José**.

sub-seção segunda

3-10-2 - **Cândido de Souza Dias**, casado em primeiras núpcias com Maria Juliana de Lima, e em segundas com Ana Carolina da Silva. Filhos:
3-10-2-1 - **José**.
3-10-2-2 - **Francisco**.
3-10-2-3 - **Adília**.
3-10-2-4 - **Alcina**.
3-10-2-5 - **Carlos**.

sub-seção terceira

3-10-3 - **Joaquim de Souza Dias**, casado com Anna Bárbara de Lima. Filhos:
3-10-3-1 - **Hortênsia**.
3-10-3-2 - **Francisco**.
3-10-3-3 - **Pedro**.
3-10-3-4 - **João**.
3-10-3-5 - **Maria do Carmo**.
3-10-3-6 - **José**.

sub-seção quarta

3-10-4 - **Custódio José Dias**. Filhos:

3-10-4-1 - **Afonso**.
3-10-4-2 - **Arlindo**.
3-10-4-3 - **Orminda**.
3-10-4-4 - **Olávia**.
3-10-4-5 - **Francisca**.

sub-seção quinta

3-10-5 - **Antônio de Souza Dias**. Filhos:
3-10-5-1 - **Francisca**.
3-10-5-2 - **Maria**.
3-10-5-3 - **Cezarina**.
3-10-5-4 - **Joaquim**.
3-10-5-5 - **Jesuína**.
3-10-5-6 - **Mariana**.

sub-seção sexta

3-10-6 - **Astolfo José Dias**, casado com Gabriela A. Monteiro. Filhos:
3-10-6-1 - **Jesuína**.
3-10-6-2 - **Eliza**.
3-10-6-3 - **Hilda**.
3-10-6-4 - **Delphina**.
3-10-6-5 - **Francisco**.
3-10-6-6 - **Nélson**.
3-10-6-7 - **Ary**.
3-10-6-8 - **Octávio**.

sub-seção sétima

3-10-7 - **João**.

sub-seção oitava

3-10-8 - **Mariana**.

sub-seção nona

3-10-9 - **Emília**.

Seção XI

3-11 - **Roque de Souza Dias**, nascido em 26-1-1.815, em Cabo Verde, e falecido em 11-9-1.895. Casado com Marianna Gabriella da Silva (ou de Souza Dias), nascida em 8-11-1.828 e falecida em 14-1-1.896, filha de Gabriel Antônio da Silva Rezende e Ignez Hygina da Silva Tavares. Filhos:

sub-seção primeira

3-11-1 - **Major Onofre de Souza Dias**, nascido em 4-2-1.844 e falecido em 31-5-1.911. Casado com Anna Augusta de Souza Dias (Nicota), nascida em 28-7-1.851 e falecida em 13-12-1.921, filha de Domiciano Ferreira Monteiro da Silva

e Ignez Monteiro de Castro. Filhos.

3-11-1-1 - **Maria Ernestina Dias Swerts**, nascida em 19-2-1.872 e falecida em 20-12-1.944. Casada com João Baptista Dias Swerts, filho de Amedée Swerts e Mariana Umbelina Dias Swerts. Ver descendência em 3-9-7-2.

3-11-1-2 - **Lívia Dias Westin**, nascida em Machado em 26-3-1.875 (ou 1.874?) e falecida em Caldas em 21-12-1.940. Casada com Gabriel Pio Westin, filho de Augusto Rodolfo Westin e Maria Ignez da Silva Westin. Filhos:
3-11-1-2-1 - **Augusto Dias Westin**, casado com Irene Pereira da Silva. Filhos:
3-11-1-2-1-1 - **Faustino Pereira Westin**, casado com Maria Guimarães.
3-11-1-2-1-2 - **Geraldo Pereira Westin**, casado com Amélia Westin.
3-11-1-2-1-3 - **Isabel Westin**.
3-11-1-2-2 - **Noêmia Dias Westin**, nascida em 8-11-1.893 e falecida em 18-5-1.960. Casada com Mílton de Siqueira e Castro, de Bragança Paulista. Filhos:
3-11-1-2-2-1 - **Carlos Westin de Castro**, nascido em 30-1-1.911. Casado com Antonina Gonçalves, de Ribeirão Preto, SP.
3-11-1-2-2-2 - **Paulo Westin de Castro**, nascido em 26-7-1.914 e falecido em 23-10-1.956. Casado com Isabel Pereira Martins, de Santos, SP.
3-11-1-2-2-3 - **Maria José de Castro Dias**, nascida em 15-11-1.916. Casada com Joaquim Paulino Dias, filho de Argemiro de Souza Dias e Dinorah da Costa Dias.
3-11-1-2-2-4 - **Julieta Castro Rodovalho**, casada com Luiz Eduardo de Oliveira Rodovalho, filho de Edgard Horta Rodovalho e Maria Andréa Paturau de Oliveira Rodovalho.
3-11-1-2-2-5 - **Myrthes de Castro Freitas**.
3-11-1-2-2-6 - **Yvone de Castro Brambilla**.
3-11-1-2-3 - **Mariana Dias Westin**, primeira do nome, falecida.
3-11-1-2-4 - **Mariana Dias Westin**, segunda do nome, falecida menor.
3-11-1-2-5 - **Elza**, casada com José Rangel de Carvalho. Filha:
3-11-1-2-5-1 - **Maria José Rangel de Carvalho**.
3-11-1-2-6 - **Maria Gabriela**, nascida em 13-9-1.903. Casada com Antônio Ribeiro Dias. Filhos:
3-11-1-2-6-1 - **Antônio Dias Westin**, casado com Lucinda Pereira Westin.
3-11-1-2-6-2 - **Odete**, casada com Joaquim Batista Pires.
3-11-1-2-6-3 - **Sebastião Westin Dias**, falecido solteiro.
3-11-1-2-6-4 - **Gabriel Westin Dias**.
3-11-1-2-6-5 - **Benedito Westin Dias**.
3-11-1-2-6-6 - **Nílton Westin Dias**.
3-11-1-2-6-7 - **Jayme Westin Dias**.
3-11-1-2-6-8 - **Édison Westin Dias**.
3-11-1-2-6-9 - **Mílton Westin Dias**.
3-11-1-2-6-10 - **José Westin Dias**.
3-11-1-2-6-11 - **César Westin Dias**.
3-11-1-2-6-12 - **João Batista Westin Dias**.
3-11-1-2-7 - **Ana Augusta Pio Westin**.
3-11-1-2-8 - **Maria Augusta**, casada com Joaquim Dias Ribeiro. Filhos:
3-11-1-2-8-1 - **Maria**, casada com José Orlando de Oliveira.

3-11-1-2-8-2 - **Lívia**, casada com José Cândido de Carvalho.
3-11-1-2-8-3 - **Alzira**, casada com Moisés Gualberto dos Santos.
3-11-1-2-8-4 - **Joaquim Ramos Dias Westin**.
3-11-1-2-8-5 - **Eduardo Dias Westin**.
3-11-1-2-8-6 - **Olga Dias Westin**, falecida menor.
3-11-1-2-8-7 -**Ilda Dias Westin**, falecida menor.
3-11-1-2-8-8 - **Gabriel Dias Westin**, falecido menor.
3-11-1-2-8-9 - **Doracy Dias Westin**.
3-11-1-2-8-10 - **Maria Odete Westin**.
3-11-1-2-8-11 - **Neusa Maria Westin**.
3-11-1-2-8-12 - **Paulo Dias Westin**.
3-11-1-2-8-13 - **Carlos Benedito Westin**.
3-11-1-2-9 - **Enedina Pio Westin**, falecida solteira.
3-11-1-2-10 - **Antonieta**, casada com Abel Ribeiro de Oliveira. Filhos:
3-11-1-2-10-1 - **M. Celina Westin de Oliveira**.
3-11-1-2-10-2 - **Acácio Westin de Oliveira**.
3-11-1-2-10-3 - **Marcos Westin de Oliveira**.
3-11-1-2-10-4 - **João Batista Westin de Oliveira**.
3-11-1-2-10-5 - **Maria Helena Westin de Oliveira**.
3-11-1-2-10-6 - **Sônia Maria Westin de Oliveira**.
3-11-1-2-10-7 - **Uriel Westin de Oliveira**.
3-11-1-2-11 - **Armando Dias Westin**.
3-11-1-2-12 - **Odete**, casada com Lázaro Augusto de Carvalho. Filhos:
3-11-1-2-12-1 - **Ismênia Westin de Carvalho**.
3-11-1-2-12-2 - **Ely Westin de Carvalho**.
3-11-1-2-12-3 - **Ney Westin de Carvalho**.
3-11-1-2-13 - **Gabriel Antônio da Silva Westin**, casado com Maria Junqueira Westin.

3-11-1-3 - **Orminda Dias Westin**, nascida em 7-11-1.876 e falecida em 15-3-1.916. Casada com Alfredo Pio Westin, nascido em 18-12-1.868, filho de Augusto Rodolfo Westin e Maria Ignez da Silva Westin. Filhos:
3-11-1-3-1 - **Amando Dias Westin**, nascido em 25-5-1.892 e falecido em 10-8-1.964. Casado com Marieta Sério, filha de Horácio Sério e Hortênsia Sério.
3-11-1-3-2 - **Maria Inês Westin Musa**, nascida em 15-1-1.894. Casada com José da Silveira Musa, de Casa Branca, SP. Filhos:
3-11-1-3-2-1 - **Benedito Westin Musa**, casado com Aparecida Casali.
3-11-1-3-2-2 - **Ciro Westin Musa**, casado com Clarice Cornaghi.
3-11-1-3-2-3 - **José Dias Westin Musa**.
3-11-1-3-2-4 - **Manuel Westin Dias**, casado com Margarida da Silva Pimentel.
3-11-1-3-2-5 - **Benedita Westin Musa**, casada com Rodolfo Puech.
3-11-1-3-2-6 - **Alfredo Westin Musa**, casado com Hélia Musa.
3-11-1-3-2-7 - **Elias Westin Musa**.
3-11-1-3-2-8 - **Maria Westin Musa**.
3-11-1-3-2-9 - **Antônio Westin Musa**.
3-11-1-3-2-10 - **Orminda Dias Westin Musa**.
3-11-1-3-2-11 - **Maurício Dias Westin Musa**.

3-11-1-3-3 - **Roque Dias Westin**, nascido em 15-11-1.895 e falecido em 14-12-1.987. Casado com Eurídice Moreira Westin (Lulu), filha de Joaquim Leopoldino de Souza Moreira e Eurídice do Prado Moreira. Ver descendência em 2-2-1-1-6.
3-11-1-3-4 - **André Westin**, falecido menor.
3-11-1-3-5 - **Lourenço Pio Westin**, nascido em 20-12-1.898.
3-11-1-3-6 - **Joaquim Pio Westin**, nascido em 17-7-1.900. Casado com Geralda Feliciana Westin. Filhos:
3-11-1-3-6-1 - **Valério Westin**.
3-11-1-3-6-2 - **Graciema Westin**.
3-11-1-3-6-3 - **Haroldo Westin**.
3-11-1-3-6-4 - **Oswaldo Westin**.
3-11-1-3-6-5 - **Reinaldo Westin**.
3-11-1-3-7 - **Alfredo Westin Filho**, nascido em 23-2-1.907, em São João da Boa Vista, e falecido em 11-8-1.946. Casado com Lídia de Godói, filha de Abílio de Godói e Zenaide Lopes de Oliveira Godói. Filhos:
3-11-1-3-7-1 - **Paulo Gilberto Westin**, nascido em 2-6-1.942.
3-11-1-3-7-2 - **Maria Cecília Westin**, nascida em 27-5-1.943.
3-11-1-3-8 - **Armênio Pio Westin**, casado com Rosa de Oliveira e Silva, de Piraçununga, SP. Filhos:
3-11-1-3-8-1 - **Carlos Eduardo Westin**.
3-11-1-3-8-2 - **Maria Inês Westin**.
3-11-1-3-9 - **João Dias Westin**, nascido em 3-3-1.911. Casado com Maria Brígida de Siqueira, filha de Antônio Faustino de Siqueira. Filha:
3-11-1-3-9-1 - **Sandra**.
3-11-1-3-10 - **Orminda Pio Westin**, casada com Antônio Pricolli, de Carmo de Minas. Filha:
3-11-1-3-10-1 - **Dirce Westin Pricolli**.
3-11-1-3-11 - **Onofre Pio Westin**, casado com Waldice Nogueira Westin.
3-11-1-3-12 - **Ana Augusta** (Nicota), casada com Diaulas Nobre, de Serrania. Filhos:
3-11-1-3-12-1 - **Consuelo**.
3-11-1-3-12-2 - **Aymar**.
3-11-1-3-12-3 - **Beatriz**.
3-11-1-3-12-4 - **Eudes**.
3-11-1-3-12-5 - **Gilberto**.

3-11-1-4 - **Landulpho de Souza Dias**, falecido em 4-2-1.927, com 50 anos. Casado com Marietta de Souza Dias, filha de Umbelino de Souza Dias e Umbelina Carolina de Salles Dias. Ver descendência em 3-9-4-2.

3-11-1-5 - **Ossian de Souza Dias**, nascido em 29-3-1.880 e falecido em 13-6-1.945. Casado em primeiras núpcias com Francisca de Toledo Dias, filha de Nabor da Costa Toledo e Ana Carolina da Silva Dias, e em segundas com a cunhada Santa (ou Ana?) de Toledo Dias. Filhos (8 do primeiro casamento e 5 do segundo):
3-11-1-5-1 - **Francisca Dias Moreira**, nascida em 29-11-1.906. Casada com Édson do Prado Moreira, filho de Joaquim Leopoldino de Souza Moreira e Eurídice do Prado Moreira. Ver descendência em 2-2-1-1-3.
3-11-1-5-2 - **Homero de Toledo Dias**, nascido em 15-10-1.909.

3-11-1-5-3 - **Rafael de Toledo Dias**, nascido em 11-2-1.911.
3-11-1-5-4 - **Raquel de Toledo Dias**, falecida solteira.
3-11-1-5-5 - **Dalmo de Toledo Dias**, nascido em 18-12-1.916.
3-11-1-5-6 - **Cora de Toledo Dias**.
3-11-1-5-7 - **Dilermando de Toledo Dias**, falecido em setembro de 1.985, com 68 anos. Casado com Maria Lúcia de Araújo, filha de Álvaro Ernesto de Araújo e Regina Veiga Lion. Filho:
3-11-1-5-7-1 - **Luiz Cláudio Toledo Dias**, nascido em 11-9-1.943.
3-11-1-5-8 - **Onofrina Valadão**, casada com Augusto Vilhena Valadão, filho de Augusto Valaldão e Estela de Almeida Valadão. Filhos:
3-11-1-5-8-1 - **Augusto Celso**.
3-11-1-5-8-2 - **Arisa**.
3-11-1-5-9 - **Clélia**, nascida em 20-8-1.920. Casada com Agostinho Noca, filho de José Noca e Maria Turra Noca. Filho:
3-11-1-5-9-1 - **Carlos Antônio**.
3-11-1-5-10 - **Inês de Toledo Dias**, nascida em 3-12-1.922.
3-11-1-5-11 - **Sebastião de Toledo Dias**, nascido em 10-12-1.924.
3-11-1-5-12 - **Roque de Toledo Dias**.
3-11-1-5-13 - **José Heitor de Toledo Dias**.

3-11-1-6 - **Armando de Souza Dias**, nascido em 18-11-1.882. Falecido solteiro.

3-11-1-7 - **Argemiro de Souza Dias**, nascido em 25-6-1.884 e falecido em 26-4-1.941. Casado com Dinorah da Costa Dias, filha de Joaquim Paulino da Costa e Leonor Cândida Xavier. Ver descendência em 2-2-2-8-3.

3-11-1-8 - **Edagarda de Souza Dias Nogueira**, casada com Augusto de Souza Nogueira, falecido em 13-10-1.932, filho de Joaquim Veríssimo de Souza Nogueira e Ana Cândida de Souza. Ver descendência em 2-7-3-1.

3-11-1-9 - **Edgard de Souza Dias**, falecido solteiro.

sub-seção segunda

3-11-2 - **Ignez Gabriella de Souza Dias**, solteira, nascida em 28-11-1.848 e falecida em 1-3-1.899.

sub-seção terceira

3-11-3 - **Olympia Gabriella Teixeira**, nascida em 23-11-1.852 e falecida em 9-9-1.935. Segunda esposa de Antônio Cândido Teixeira, nascido em 27-2-1.840 (ou 27-1?) e falecido em 3-3-1.925, filho do Sargento-Mor Antônio José Teixeira e Souza e Cândida Honória Teixeira e Souza. Filhos:

3-11-3-1 - **Elvira Teixeira de Almeida Nogueira**, falecida no Rio em 14-4-1.937. Casada com Pedro de Almeida Nogueira. Filhos:
3-11-3-1-1 - **Aureliano Teixeira de Almeida Nogueira**, falecido em 7-10-1.961,

com 67 anos. Casado com Mariana Prado Nogueira, de Paraguaçu. Filha:
3-11-3-1-1-1 - **Magali Nogueira de Alvarenga**, casada com Ciro Alvarenga.
3-11-3-1-2 - **Adalberto de Almeida Nogueira**.
3-11-3-1-3 - **Nair de Almeida Nogueira Bastos Tavares**, casada com Luiz Octávio de Bastos Tavares.
3-11-3-1-4 - **Constança de Almeida Nogueira**, solteira.
3-11-3-1-5 - **Dagmar de Almeida Nogueira**, freira.
3-11-3-1-6 - **Abigail de Almeida Nogueira**, freira.
3-11-3-1-7 - **Afrânio de Almeida Nogueira** (Fanico), casado com Helena La Rocque Nogueira.
3-11-3-1-8 - **Aristarcho de Almeida Nogueira**, casado com Sylvia Teixeira de Almeida Nogueira, filha de Raul Teixeira e Luzia A. Silva Nogueira.
3-11-3-1-9 - **Anatólio de Almeida Nogueira**, falecido em 23-8-1.965. Casado com Maria Conceição Castro Nogueira (Lili), filha de Osimo Castro e Paulina Rigotti de Castro.
3-11-3-1-10 - **Abelardo de Almeida Nogueira**.
3-11-3-1-11 - **Yvonne Nogueira de Lacerda**, falecida em 1-8-1.986. Casada com Lucas Tavares de Lacerda. Sem filhos.
3-11-3-1-12 - **Alceu de Almeida Nogueira**.

3-11-3-2 - **Gabriel Teixeira**, nascido em 1.873 e falecido em 7-11-1.940. Casado com Hermantina Teixeira, filha de Francisco Eugênio Teixeira e Marianna Gabriella Teixeira. Filhos:
3-11-3-2-1 - **Zilda Teixeira da Cunha**, casada com Domingos Cunha.
3-11-3-2-2 - **Paulo Teixeira**, nascido em 24-3-1.913 e falecido em 14-2-2.000. Casado em primeiras núpcias com Inah Machado Teixeira, nascida em 24-2-1.915 e falecida em 4-11-1.944, e em segundas com Maria Inês Machado Teixeira, filhas de Joaquim Machado de Azevedo e Iracema Escobar Machado.
3-11-3-2-3 - **Elza Teixeira de Almeida Rossi**, casada com Cláudio de Almeida Rossi, de Ouro Fino.
3-11-3-2-4 - **Maurício Teixeira**, falecido em 21-11-1.988, com 76 anos. Casado com Sílvia Teixeira.

---

sub-seção quarta

3-11-4 - **Marianna Gabriella Teixeira**, nascida em 28-12-1.864 e falecida em 6-11-1.945. Casada com Francisco Eugênio Teixeira (Chico Teixeira), nascido em 29-2-1.850 e falecido em 8-10-1.921, filho do Sargento-Mor Antônio José Teixeira e Souza e Cândida Honória Teixeira e Souza. Filhos:

3-11-4-1 - **Hermantina Teixeira**, nascida em 21-12-1.886 e falecida em 1.916. Casada com Gabriel Teixeira, filho de Antônio Cândido Teixeira e Olympia Gabriella Teixeira. Ver descendência em 3-11-3-2.

3-11-4-2 - **Raul Teixeira**, casado com Luzia A. Silva Teixeira, filha de Joaquim Augusto da Silva e Affonsina Silva Pinto. Filhos:

3-11-4-2-1 - **Carlos Teixeira**, casado com Ondina de Queiroz Niglio.
3-11-4-2-2 - **Sylvia Teixeira de Almeida Nogueira**, casada com Aristarcho de Almeida Nogueira, filho de Pedro de Almeida Nogueira e Elvira Teixeira de Almeida Nogueira.

3-11-4-3 - **Francisco Teixeira**, casado com Odete Peckolt. Filha:
3-11-4-3-1 - **Myrthes**.

3-11-4-4 - **Olga Teixeira da Silva**, casada com Antônio Augusto da Silva, filho de Joaquim Augusto da Silva e Affonsina Silva Pinto. Filhos:
3-11-4-4-1 - **Luiz**.
3-11-4-4-2 - **Octávio**.
3-11-4-4-3 - **Nadir**, casada com Nélson Borges da Silva.
3-11-4-4-4 - **Fausto**.

sub-seção quinta

3-11-5 - **Astolpho Pio de Souza Dias**, nascido em 4-3-1.866 e falecido em 6-7-1.917. Casado com Maria Cândida de Andrade, filha de Lino José Ribeiro e Amélia Gabriela de Andrade. Filhos:
3-11-5-1 - **Eliana**, falecida solteira.
3-11-5-2 - **José**, falecido solteiro.
3-11-5-3 - **Marianna**.
3-11-5-4 - **Laura**.
3-11-5-5 - **Lino de Souza Dias**.

sub-seção sexta

3-11-6 - **Gabriella Dias Teixeira**, nascida em 15-8-1.871 e falecida em 28-11-1.895. Casada com João Nepomuceno Teixeira. Sem filhos.

sub-seção sétima

3-11-7 - **Roque Pio de Souza Dias**, nascido em 16-2-1.875 e falecido em 27-8-1.962. Casado com Georgina de Souza Dias, filha de Marcos de Souza Dias e Leonor de Souza Dias. Ver descendência em 3-9-14-2.

PARTE QUARTA

4 - **Ana Josefa da Silva** casou-se em 1.789 com o Alferes Marcos de Souza Magalhães, falecido em 2-12-1.824, filho do Coronel Marcos de Souza Magalhães e Mariana de Almeida e Silva. Filhos:

Seção I

4-1 - **Domiciano José de Souza**, batizado em 1.790. Casado com Mariana de Almeida e Silva, filha do Capitão-Mor Custódio José Dias e Mariana de Almeida e Silva.

Seção II

4-2 - **Coronel Marcos Aurélio de Souza**, nascido aproximadamente em 1.791 e falecido em 30-3-1.886. Casado com Emerenciana Cândida Maria de Souza, filha do Capitão Manuel Martins Ferreira e Joaquina Maria de Oliveira.

Seção III

4-3 - **Vigilato José de Souza**, batizado em 1.793. Casado com Ana Custódia da Silva, filha do Capitão-Mor Custódio José Dias e Mariana de Almeida e Silva.

Seção IV

4-4 - **Maria Inês de Souza Magalhães** (ou da Silva Magalhães), casada com o português Joaquim Pio da Silva Tavares. Residia na Fazenda Capivari, em Caldas. Filhos:

sub-seção primeira

4-4-1 - **Ignez Hygina da Silva Tavares**, casada com Gabriel Antônio da Silva Rezende, filho do Capitão Elias Antônio da Silva Rezende e de Anna de Jesus de Góes e Lara. Filhos:

4-4-1-1 - **Marianna Gabriella da Silva** (ou de Souza Dias), nascida em 8-11-1.828 e falecida em 14-1-1.896. Casada com Dr. Roque de Souza Dias, filho de Custódio José Dias e Mariana de Almeida e Silva. Ver descendência em 3-11.

4-4-1-2 - **Maria Ignez da Silva Westin**, casada com Augusto Rodolfo Westin, filho de Lourenço Diogo Felipe Westin e Maria Amélia da Silveira. Filhos:
4-4-1-2-1 - **Maria Augusta Westin**, casada com Marcolino de Souza Dias, filho do Coronel Azarias Pio de Souza Dias e Máxima de Souza Dias. Filhos:
4-4-1-2-1-1 - **Otávio Augusto de Souza Westin**, nascido em 8 de fevereiro e falecido em 16-7-1.945. Casado com Maria Amélia dos Santos Westin, nascida em 19 de setembro. Filhos:
4-4-1-2-1-1-1 - **Oscavo Westin**, casado com Gentil Moreira Westin. Filhos:
4-4-1-2-1-1-1-1 - **Simone**.
4-4-1-2-1-1-1-2 - **Irma**.
4-4-1-2-1-1-1-3 - **Neusa**, nascida em 28-3-1.924.
4-4-1-2-1-1-1-4 - **Ildeu**.
4-4-1-2-1-1-1-5 - **Sinval**.
4-4-1-2-1-1-2 - **Olavo Westin**, casado com Maria Luísa Braga Westin, filha de Francisco Elísio Ferreira Braga e Antonieta Carvalho Braga. Ver descendência em 2-2-8-4-1-4.
4-4-1-2-1-1-3 - **Anita Westin Dias**, nascida em 18-5-1.903 e falecida em 12-2-1.949. Casada com Josino de Araújo Dias, filho de Jacintho Pereira Dias e Julieta Cândida Dias. Sem filhos.
4-4-1-2-1-1-4 - **Olavina Westin da Silveira**, casada com José Soares da Silveira (Tota), de Alfenas. Filhos:
4-4-1-2-1-1-4-1 - **Vilma**, nascida em 19-12-1.928.
4-4-1-2-1-1-4-2 - **Jesuína**.

4-4-1-2-1-1-4-3 - **Dálton Westin da Silveira**.
4-4-1-2-1-1-4-4 - **Lincoln Westin da Silveira**, falecido solteiro.
4-4-1-2-1-1-4-5 - **Júnia**.
4-4-1-2-1-1-4-6 - **Jane**.
4-4-1-2-1-1-4-7 - **Mírian**.
4-4-1-2-1-2 - **Gabriel Westin**, falecido. Sem filhos.
4-4-1-2-1-3 - **João Augusto de Souza Westin**, falecido em março de 1.939. Casado com Idalina Cândida Westin (Dalica), nascida em Poço Fundo em 30-11-1.881, filha de José Gonçalves de Lima e Ana Constância Fernandes de Lima. Filhos:
4-4-1-2-1-3-1 - **João Westin Júnior** (Zizico), falecido em 19-6-1.985. Casado com Íris Lima Westin. Filhos:
4-4-1-2-1-3-1-1 - **Íris Westin Garcia**, nascida em 18-1-1.929 e falecida em 2-6-1.989. Casada com Rúbens Pinto Garcia, falecido em 14-5-1.989.
4-4-1-2-1-3-1-2 - **Wanda Westin Maciel**, casada com Acácio Maciel.
4-4-1-2-1-3-1-3 - **Leila Westin**, separada de Haroldo Swerts Costa, filho de Juarez Paulino da Costa e Clovita Swerts Costa.
4-4-1-2-1-3-2 - **Maria Gabriela Westin Dias** (Nenê), falecida em 27-7-1.979. Casada com Marcos José de Souza Dias, filho de Roque Pio de Souza Dias e Georgina de Souza Dias. Ver descendência em 3-9-14-2-1.
4-4-1-2-1-3-3 - **Ana Augusta Westin Costa** (Titita), falecida em 21-6-1.982. Casada com Hermantino Costa, filho de Joaquim Paulino da Costa e Leonor Cândida Xavier. Ver descendência em 2-2-2-8-10.
4-4-1-2-1-3-4 - **Maria Eduarda Westin**.
4-4-1-2-1-3-5 - **Maria Augusta Westin**.
4-4-1-2-1-3-6 - **José Westin**, casado com Ofélia Moreira Westin, filha de Affonso Moreira Guerra e Etelvina Neves da Silva Guerra. Sem filhos.
4-4-1-2-1-3-7 - **Antônio Westin** (Nhozinho), casado com Leonila Ferreira Westin.
4-4-1-2-1-3-8 - **Christina Westin**, solteira, nascida em 25-7-1.913.
4-4-1-2-1-3-9 - **Marcolino Westin** (Didi), nascido em 2-5-1.915. Casado com Edir Costa Westin, filha de Waldemar Paulino da Costa e Onofrina Swerts Costa.
4-4-1-2-1-3-10 - **Wílson Westin**, casado com Ogilda Fernandes Westin, filha de Oscar Fernandes e Honestália Moreira Fernandes.

4-4-1-2-2 - **Maria Hilda Westin de Paiva**, casada com Antônio Rodrigues de Paiva (Tonico Paiva ou Tonico Tranca). Filhos:
4-4-1-2-2-1 - **Maria Ignez de Paiva**, casada com o tio Eduardo Pio Westin. Filhos:
4-4-1-2-2-1-1 - **Hilda**, casada com Áureo Cerqueira Leite.
4-4-1-2-2-1-2 - **Guiomar**, casada com Ângelo José de Oliveira (Oliveira). Filhos:
4-4-1-2-2-1-2-1 - **Jorge de Oliveira**, falecido solteiro, com 15 anos.
4-4-1-2-2-1-2-2 - **Sebastião José de Oliveira**, falecido em 14-2-1.976, com 70 anos. Casado com Iracema Vieira de Oliveira, nascida em 28-2-1.908 e falecida em 12-9-1.984, filha de Francisco Vieira da Silva e Maria Teodora Tavares Vieira. Filhos:
4-4-1-2-2-1-2-2-1 - **Jorge Eduardo Vieira de Oliveira**, nascido em 1-11-1.931. Casado com Layza Swerts de Oliveira, filha de Edgard Dias Swerts e Donatília Passos Swerts.
4-4-1-2-2-1-2-2-2 - **Lúcia de Oliveira Guadalupe**, viúva.

4-4-1-2-2-1-2-2-3 - **Heloísa Oliveira de Souza Dias**, falecida em 25-1-2.000. Casada com Marcos Roque de Souza Dias, filho de Roque de Souza Dias e Cecília Coutinho de Souza Dias.
4-4-1-2-2-1-2-2-4 - **Marcílio Vieira de Oliveira**, casado com Ana Luísa de Oliveira.
4-4-1-2-2-1-2-2-5 - **Eleonora de Oliveira Crook**, casada com Paulo de Crook.
4-4-1-2-2-1-2-2-6 - **Neusa Vieira de Oliveira**, solteira.
4-4-1-2-2-1-2-2-7 - **Luiz Cláudio Vieira de Oliveira**, casado com Sônia Ribeiro de Oliveira.

4-4-1-2-2-1-3 - **Antônio Augusto**.
4-4-1-2-2-1-4 - **Gaspar**, casado com Diamantina Xandó.
4-4-1-2-2-1-5 - **Fábio**.
4-4-1-2-2-1-6 - **Oscar de Paiva Westin** (Zito), nascido em 9-3-1.875 e falecido em 12-5-1.970. Casado com Maria Luísa Vieira de Paiva, nascida em 21 de junho e falecida em 19-10-1.940, filha de Francisco Vieira da Silva. Sem filhos.
4-4-1-2-2-1-7 - **Gastão**. Filhos:
4-4-1-2-2-1-7-1 - **Ophélia de Paiva Vieira**, nascida em 28-9-1.909. Segunda esposa de João Vieira da Silva, filho de Francisco Vieira da Silva. Filhos:
4-4-1-2-2-1-7-1-1 - **João Arnaldo Vieira**, casado com Jerusa Bíscaro Vieira, filha de Alfredo Bíscaro e Maria Aparecida Branquinho Bíscaro (Totinha).
4-4-1-2-2-1-7-1-2 - **Maria José Vieira Lima**, casada com José Pereira Lima Filho (Alemão), de Carvalhópolis.
4-4-1-2-2-1-7-1-3 - **José Oscar Vieira**.
4-4-1-2-2-1-7-2 - **Hilda**.
4-4-1-2-2-1-7-3 - **Dulce**.
4-4-1-2-2-1-7-4 - **Guiomar de Paiva Pedroso**, falecida em 3-11-1.986. Casada com Laércio Andrade Pedroso, nascido em 14-3-1.915 e falecido em 16-5-1.984, filho de Arthur Xavier Pedroso e Antonieta Andrade Pedroso. Filha:
4-4-1-2-2-1-7-4-1 - **Dora Pedroso Caixeta**, viúva de João Pereira Caixeta Filho, filho de João Pereira Caixeta e Maria Jacintha Caixeta.
4-4-1-2-2-1-8 - **Djalma**.
4-4-1-2-2-1-9 - **Sebastião**.
4-4-1-2-2-1-10 - **Guttemberg**.

4-4-1-2-3 - **Alfredo Pio Westin**, nascido em 18-12-1.868. Casado com Orminda Dias Westin, filha do Major Onofre de Souza Dias e Anna Augusta de Souza Dias. Ver descendência em 3-11-1-3.
4-4-1-2-4 - **Gabriel Pio Westin**, nascido em 1.865 (ou em 27-11-1.874?) e falecido em 24-3-1.921. Casado com Lívia Dias Westin, filha do Major Onofre de Souza Dias e Anna Augusta de Souza Dias. Ver descendência em 3-11-1-2.
4-4-1-2-5 - **Oswaldo Westin**, casado com Virgínia Westin.
4-4-1-2-6 - **Eduardo Pio Westin**, casado com a sobrinha Maria Ignez de Paiva, filha de Antônio Rodrigues de Paiva e Maria Hilda Westin de Paiva. Ver descendência em 4-4-1-2-2-1.
4-4-1-2-7 - **João Pio Westin**, casado com Maria Salomé de Pádua. Filho:
4-4-1-2-7-1 - **João**.

4-4-1-3 - **Gabriella Hygina**, casada com Joaquim Augusto da Silva. Filhos:
4-4-1-3-1 - **Luzia**, casada com José Marcondes Homem de Mello.
4-4-1-3-2 - **Ernestina**, falecida solteira.
4-4-1-3-3 - **Joaquim Augusto da Silva**, casado com Affonsina Silva Pinto, filha de Gabriel Pio da Silva Pinto e Anna Augusta de Loyolla. Filhos:
4-4-1-3-3-1 - **Antônio Augusto da Silva**, casado com Olga Teixeira da Silva, filha de Francisco Eugênio Teixeira e Marianna Gabriella Teixeira. Ver descendência em 3-11-4-4.
4-4-1-3-3-2 - **Gabriel**, casado com Odette.
4-4-1-3-3-3 - **Luzia A. Silva Teixeira**, casada com Raul Teixeira, filho de Francisco Eugênio Teixeira e Marianna Gabriella Teixeira. Ver descendência em 3-11-4-2.
4-4-1-3-3-4 - **Ernestina**, casada com Hamílton Wood. Filhos:
4-4-1-3-3-4-1 - **Dayse**.
4-4-1-3-3-4-2 - **Haydée**.
4-4-1-3-3-4-3 - **Sidney**.
4-4-1-3-3-4-4 - **Norma**.
4-4-1-3-3-4-5 - **Coralina**.
4-4-1-3-3-4-6 - **Zuleika**.
4-4-1-3-3-4-7 - **Ilka**.
4-4-1-3-3-5 - **Joaquim Pio**.
4-4-1-3-3-6 - **Lina**.

4-4-1-4 - **Iria da Silva Costa Junqueira**, casada com Joaquim Bernardes da Costa Junqueira. Filhos:
4-4-1-4-1 - **Ignez Bernardina da Silva Dias**, casada com Astolpho de Souza Dias (ou Pereira Dias). Filhos:
4-4-1-4-1-1 - **Joaquim Bernardes da Silva Dias**, casado com Mariana de Melo Carvalho Dias.
4-4-1-4-1-2 - **Lindolpho Pio da Silva Dias** (ou Carvalho Dias), casado com Matilde de Melo Carvalho Dias. Filhos:
4-4-1-4-1-2-1 - **José Bento de Carvalho Dias**.
4-4-1-4-1-2-2 - **Miguel de Carvalho Dias**.
4-4-1-4-1-2-3 - **Adolfo de Carvalho Dias**.
4-4-1-4-1-2-4 - **Inês Dias da Silva Pinto**.
4-4-1-4-1-2-5 - **Luís de Carvalho Dias**.
4-4-1-4-1-2-6 - **Joaquim José de Carvalho Dias**, nascido em março de 1.918, casado com Odete Stein.
4-4-1-4-1-2-7 - **Moacir de Carvalho Dias**.
4-4-1-4-1-2-8 - **Maísa Dias de Macedo Costa**.
4-4-1-4-1-2-9 - **Ernesto de Carvalho Dias**.
4-4-1-4-1-2-10 - **Regina Dias Soares Brandão**.
4-4-1-4-1-2-11 - **Lindolfo de Carvalho Dias**.
4-4-1-4-1-2-12 - **Gabriel Adolfo de Carvalho Dias**.
4-4-1-4-1-3 - **Jorge Pio**.
4-4-1-4-1-4 - **Gabriel Antônio da Silva Dias**.
4-4-1-4-2 - **Ignácia Gabriela da Silva Carvalho**, casada em primeiras núpcias

com José Braz de Carvalho Vilela, e em segundas com Joaquim Braz de Carvalho Vilela. Filhos, sendo os três primeiros daquele:
4-4-1-4-2-1 - **José Pio de Carvalho Vilela**.
4-4-1-4-2-2 - **Joaquim Pio de Carvalho Vilela**, casado com Maria da Conceição Monteiro da Silva, filha de Dr. Astolpho Pio da Silva Pinto e Maria da Conceição Monteiro de Barros.
4-4-1-4-2-3 - **Helena**.
4-4-1-4-2-4 - **Adolpho de Carvalho Vilela**.
4-4-1-4-2-5 - **Maria Ignez**.
4-4-1-4-2-6 - **Anna Carvalho Vilela**.
4-4-1-4-2-7 - **Gabriel de Carvalho Vilela**.
4-4-1-4-2-8 - **Braz de Carvalho Vilela**.
4-4-1-4-2-9 - **Ignez de Carvalho Vilela**.
4-4-1-4-3 - **Gabriel Archanjo da Silva Costa**, casado com Cândida Gabriella de Souza Dias.

4-4-1-5 - **Gabriel Pio da Silva Pinto**, casado com Anna Augusta de Loyolla. Filhos:
4-4-1-5-1 - **Affonsina Silva Pinto**, casada com Joaquim Augusto da Silva, filho de Joaquim Augusto da Silva e Gabriella Hygina. Ver descendência em 4-4-1-3-3.
4-4-1-5-2 - **Elvira**, casada com Víctor de Andrade Dias.
4-4-1-5-3 - **Maria Ignez**.
4-4-1-5-4 - **Plínio Pio da Silva**, falecido solteiro.
4-4-1-5-5 - **Gabriel Pio da Silva**, casado em primeiras núpcias com Eliza Andrade, e em segundas com Otília Andrade.
4-4-1-5-6 - **André da Silva**, casado com Amália Barros Penteado.
4-4-1-5-7 - **Gabriela**, casada com Gabriel Loyolla.
4-4-1-5-8 - **Alexandrina**, casada com Honório Loyolla.
4-4-1-5-9 - **José da Silva Pinto**.

4-4-1-6 - **Cândida de Souza Dias**, segunda esposa do Coronel Azarias Pio de Souza Dias, filho do Alferes Marcos de Souza Magalhães e Ana Josefa da Silva. Ver descendência em 4-14.

4-4-1-7 - **Dr. Astolpho Pio da Silva Pinto**, nascido em Caldas em 23-3-1.842 e falecido no Rio em 25-3-1.892. Casado com Maria da Conceição Monteiro de Barros, filha de José Joaquim Ferreira Monteiro de Barros e Maria Leonor Monteiro de Miranda Ribeiro. Filhos:
4-4-1-7-1 - **Roque Pio Monteiro da Silva**, casado com Benvinda Cândida Leite. Filhos:
4-4-1-7-1-1 - **José Joaquim Monteiro da Silva Leite**, casado com Sabina do Prado.
4-4-1-7-1-2 - **Alfredo Leite da Silva**, casado com Maria Leonor Monteiro da Silva, filha de José Joaquim Monteiro da Silva e Leopoldina Mendes Nogueira.
4-4-1-7-1-3 - **Maria Antonieta Leite**, casada com Manuel do Prado.
4-4-1-7-1-4 - **Milza Leite do Prado**, casada com Esdras do Prado.
4-4-1-7-2 - **José Joaquim Monteiro da Silva**, casado com Leopoldina Mendes Nogueira. Filhos:

4-4-1-7-2-1 - **Romeu Monteiro da Silva**, casado com Maria José da Silva.
4-4-1-7-2-2 - **Maria Leonor Monteiro da Silva**, casada com Alfredo Leite da Silva, filho de Roque Pio Monteiro da Silva e Benvinda Cândida Leite.
4-4-1-7-3 - **Maria Inês Monteiro da Silva**, casado com Antônio Custódio de Souza Moreira Júnior, irmão de Deolinda Dias de Araújo. Filhos:
4-4-1-7-3-1 - **Waldomiro**.
4-4-1-7-3-2 - **Alceste**.
4-4-1-7-3-3 - **Firmo**.
4-4-1-7-3-4 - **Adeodato**.
4-4-1-7-3-5 - **Noêmia**.
4-4-1-7-3-6 - **José**.
4-4-1-7-3-7 - **Maria**.
4-4-1-7-3-8 - **Caio**.
4-4-1-7-3-9 - **Alaor**.
4-4-1-7-3-10 - **Cleodolice da Silva Pinto**, casada com João Pedro da Silva Pinto, filho de Astolpho Pio da Silva Pinto e Amélia Gabriela da Silva Pinto. Ver descendência em 2-7-1-3-6.
4-4-1-7-3-11 - **Olga de Souza Moreira**.
4-4-1-7-4 - **Gabriel Antônio da Silva do Ó**, casado com Ana Augusta Vilela. Filhos:
4-4-1-7-4-1 - **Maria Gabriela da Silva**, casada com Joaquim Cândido de Melo Carvalho.
4-4-1-7-4-2 - **José Gabriel do Ó**, casado com Olga Pereira Lima.
4-4-1-7-4-3 - **Claudina Maria da Silva**, casada com Francisco Sampaio.
4-4-1-7-4-4 - **Antônio Gabriel do Ó**.
4-4-1-7-4-5 - **Gabriel Pio da Silva Pinto**.
4-4-1-7-4-6 - **Adélia Monteiro da Silva**.
4-4-1-7-4-7 - **Estela Maria Monteiro da Silva**.
4-4-1-7-4-8 - **Alice Inês Monteiro da Silva**.
4-4-1-7-4-9 - **Alda Maria Monteiro da Silva**.
4-4-1-7-4-10 - **Célia Monteiro da Silva**.
4-4-1-7-5 - **Mariana Adelaide Monteiro da Silva**, casada com Alfredo de Oliveira Leite.
4-4-1-7-6 - **Astolpho Pio da Silva Pinto**, nascido em 24-5-1.874 em Pirapetinga, MG, e falecido em 21-4-1.936, em Machado. Casado em primeiras núpcias com Amélia Gabriela da Silva Pinto, e em segundas com Gabriela Cândida da Silva Pinto, filhas de Antônio Domingos de Souza e Maria Cândida de Souza. Ver descendência em 2-7-1-3.
4-4-1-7-7 - **Elias Pio Monteiro da Silva**, nascido em 2-9-1.875 e falecido em 14-10-1.945. Casado em primeiras núpcias com Maria Ferreira Lopes, e em segundas com Olinta Ferreira Lopes. Filhos:
4-4-1-7-7-1 - **Gabriel Monteiro da Silva**, casado com Olga Ferreira da Rosa.
4-4-1-7-7-2 - **Caio Pio Monteiro da Silva**, casado com Maria Cândida Cabral.
4-4-1-7-7-3 - **Elias Pio Monteiro da Silva Júnior**, casado com Adélia de Faria, filha de João Leão de Faria e Gasparina de Faria.
4-4-1-7-7-4 - **Antônio Pedro Monteiro da Silva**.
4-4-1-7-7-5 - **Maria José Monteiro da Silva**.
4-4-1-7-7-6 - **Celina Monteiro da Silva**, casada com José Carlos de Andrade Ribeiro.
4-4-1-7-7-7 - **Olinta Monteiro da Silva**, casada em primeiras núpcias com

Laurentino Dias Ferreira, e em segundas com Orlando Salomon.
4-4-1-7-7-8 - **Astolfo Pio da Silva Pinto**.
4-4-1-7-7-9 - **Brasílio Pio Monteiro da Silva**.
4-4-1-7-7-10 - **Urbana Monteiro da Silva**.
4-4-1-7-7-11 - **Iná Monteiro da Silva**.
4-4-1-7-8 - **Higino Pio Monteiro da Silva**, nascido em 11-1-1.877. Casado com Josefina Olímpia Gomes Teixeira. Filhos:
4-4-1-7-8-1 - **Elvira Monteiro da Silva**, casada com Casimiro de Carvalho.
4-4-1-7-8-2 - **Francisco de Assis Monteiro da Silva**, casado com Maria de Moura.
4-4-1-7-8-3 - **Maria José Monteiro da Silva**, casada com Ademar de Souza Moreira, filho de Antônio Pio de Souza Moreira e Anita Moreira.
4-4-1-7-8-4 - **Maria da Conceição Monteiro da Silva**.
4-4-1-7-8-5 - **Inês Higina Monteiro da Silva**.
4-4-1-7-9 - **Maria da Conceição Monteiro da Silva**, casada com Joaquim Pio de Carvalho Vilela, filho de José Braz de Carvalho Vilela e Ignácia Gabriela da Silva Carvalho.
4-4-1-7-10 - **Firmo Pio Monteiro da Silva**, falecido solteiro em 1.891.

4-4-1-8 - **Joaquim Pio da Silva Pinto**, casado com Marcolina de Souza Magalhães. Sem filhos.

4-4-1-9 - **Adelaide da Silva Pinto**, casada com Francisco Pedro Monteiro da Silva. Filhos:
4-4-1-9-1 - **Protázio Monteiro da Silva**, casado com Realina de Oliveira.
4-4-1-9-2 - **Ignez Monteiro da Silva**, falecida solteira.
4-4-1-9-3 - **Ana Monteiro da Silva**, casada com Gabriel Augusto Monteiro da Silva.
4-4-1-9-4 - **Gabriel Monteiro**, falecido solteiro.
4-4-1-9-5 - **Francisco Pedro Monteiro**, casado em primeiras núpcias com Leonor Palha Campos Monteiro da Silva, e em segundas com Carmélia Noce.

4-4-1-10 - **Anna Gabriela**, casada com Joaquim José de Oliveira. Filhos:
4-4-1-10-1 - **Gabriel Antônio da Silva Oliveira**, casado em primeiras núpcias com Olímpia de Oliveira, e em segundas com Eponina de Oliveira, filha de Cândido de Souza Dias Pinto e Marianna Frederica de Souza.
4-4-1-10-2 - **Amadeu de Oliveira**, casado com Alzira Junqueira.
4-4-1-10-3 - **Elias de Oliveira**, casado com Anna Gumerson.
4-4-1-10-4 - **Francisca**, casada com Amélio de Faria Lobato.
4-4-1-10-5 - **Maria Ignez de Oliveira**.

4-4-1-11 - **Capitão Elias Pio da Silva Pinto**, casado com a sobrinha Maria Gabriela da Silva Pinto, filha do Coronel Azarias Pio de Souza Dias e Cândida de Souza Dias. Filhos:
4-4-1-11-1 - **Gabriela da Silva Pinto**.
4-4-1-11-2 - **Gilberto Pio da Silva Pinto**, nascido em 5-1-1.887. Casado em primeiras núpcias com Ana de Souza Pinto, de Poços de Caldas, e em segundas

com Odete.

Seção V

4-5 - **Ana Josefa da Silva**, nascida em 5-12-1.795 e falecida em 17 (ou 22?)-5-1.884. Casada com o Tenente Elias Antônio da Silva Rezende (ou da Silva Dias), falecido em dezembro de 1.836, filho do Capitão Elias Antônio da Silva Rezende e Anna de Jesus de Góes e Lara. Filhos:

sub-seção primeira

4-5-1 - **Pio Antônio da Silva**, nascido em 1.817. Sem filhos.

sub-seção segunda

4-5-2 - **Maria Cândida da Silva**, nascida em 1.818. Casada com João Tomaz de Andrade.

sub-seção terceira

4-5-3 - **Francisco de Paula Dias**, nascido em 1.819 e falecido em 25-5-1.884 (?). Casado com Helena Francisca de Andrade, viúva de seu irmão Marcos, falecida em 5-12-1.900 (ou 1.906?), filha de Tomaz José de Andrade e Francisca Maximiana Junqueira de Andrade. Filhos:

4-5-3-1 - **Elias Antônio da Silva Pinto**, casado com Leonídia da Silva Pinto. Filhos:
4-5-3-1-1 - **Francisco de Paula Dias**, casado com Orminda Mendes.
4-5-3-1-2 - **Helena Claudemira Dias**, casada com João Pio de Andrade Junqueira.
4-5-3-1-3 - **Marcos Dias**, casado com Ana Rezende.
4-5-3-1-4 - **Maria Claudemira da Silva Dias**, casada com Ernesto de Andrade Dias.
4-5-3-1-5 - **Adélia Claudemira da Silva Reis**, casada com Horácio dos Reis Silva.

4-5-3-2 - **Joaquim Pio de Andrade Junqueira**, casado com Tereza Amélia Junqueira. Filhos:
4-5-3-2-1 - **Joaquim Pio Tupinambá Junqueira**, casado com Maria Inês Junqueira.
4-5-3-2-2 - **Teodorico Andrade Junqueira**, casado com Maria Schiassi.
4-5-3-2-3 - **Tadeu Pio Tupinambá Junqueira**, casado com Maria Amélia Junqueira.
4-5-3-2-4 - **Zulmira Andrade Dias**, casada com José Avelino Souza Dias.
4-5-3-2-5 - **Ramiro Andrade Junqueira**, casado com Odete Orsini Swerts.
4-5-3-2-6 - **Romiro Andrade Junqueira**, casado com Dalva Junqueira.
4-5-3-2-7 - **Dalila Andrade**, casada com Francisco Carvalho.
4-5-3-2-8 - **Romeu Andrade Junqueira**, casado com Cornélia Peixoto.
4-5-3-2-9 - **Gastão Andrade**, casado com Odila Mendes.
4-5-3-2-10 - **Dolores Andrade Swerts**, casada com Odilon Dias Swerts, filho de Eugênio Amedée Dias Swerts e Maria Umbelina Dias Swerts.
4-5-3-2-11 - **Argentina Andrade**, casada com Joaquim Benevides.
4-5-3-2-12 - **Cristiana de Andrade Swerts**, casada com Oscavo Dias Swerts, filho de Eugênio Amedée Dias Swerts e Maria Umbelina Dias Swerts. Ver descendência em 3-9-4-1-5.

4-5-3-3 - **Teófilo Otoni** (ou Antônio?) **de Andrade**, casado em primeiras núpcias com Francisca Guilhermina de Oliveira (ou de Oliveira Andrade), em segundas com Cândida Margarida de Souza Andrade, e em terceiras com Febrônia dos Reis Andrade.

4-5-3-4 - **Marcos de Souza Dias**, casado com Leonor de Souza Dias (ou Osória Dias), filha do Capitão Pio de Souza Dias e Emirena Umbelina da Silva. Ver descendência em 3-9-14.

4-5-3-5 - **Vítor Manuel de Andrade Dias**, casado em primeiras núpcias com Máxima Laurentina de Andrade, e em segundas com Elvira da Silva Dias.

4-5-3-6 - **Ana Josefa de Andrade Junqueira**, casada com Cândido Junqueira (ou de Souza Dias).

4-5-3-7 - **Amélia Gabriela de Andrade**, casada com Lino José Ribeiro. Filhos:
4-5-3-7-1 - **Maria Cândida de Andrade**, casada em primeiras núpcias com Gabriel Dias, e em segundas com Astolpho Pio de Souza Dias, filho de Roque de Souza Dias e Marianna Gabriela de Souza Dias. Ver filhos do segundo casamento em 3-11-5. Filha do primeiro casamento:
4-5-3-7-1-1 - **Henriqueta Dias**, casada com Luís Prado.
4-5-3-7-2 - **Tereza Dias Ribeiro**, casada com Manuel Dias Ribeiro.
4-5-3-7-3 - **Ana Dias Ribeiro**, casada com Joaquim Pio da Silva.
4-5-3-7-4 - **Ernesto Dias Ribeiro**.
4-5-3-7-5 - **Delmira Dias Ribeiro**.

4-5-3-8 - **Henriqueta Cândida de Andrade**, casada com João Eustachio da Costa Júnior, filho de João Eustachio da Costa e Felisbina Casimiro da Costa. Filhos:
4-5-3-8-1 - **Nestor Eustachio de Andrade**, casado com Alzira de Souza Dias, filha de Marcos de Souza Dias e Leonor de Souza Dias.
4-5-3-8-2 - **Abílio Eustachio de Andrade**.
4-5-3-8-3 - **Sílvia Eustachio de Andrade**, casada com Cândido Alvarenga.
4-5-3-8-4 - **Olívia Andrade Leite**.
4-5-3-8-5 - **Francisco Eustachio de Andrade**, casado com Francisca Oliveira Andrade.

4-5-3-9 - **Mariana Andrade**, casada com Manoel Adriano de Andrade.

4-5-3-10 - **Maria Amélia Andrade**, casada com Olímpio Liberal (ou Liberato?).

4-5-3-11 - **Francisca de Paula Dias**, falecida solteira, com 70 anos.

4-5-3-12 - **João Andrade Dias**.

4-5-3-13 - **Ernesto Andrade Dias**.

sub-seção quarta

4-5-4 - **José Avelino da Silva** (ou de Souza?) **Pinto**, nascido em 1.822, casado com Vitória da Silva Pinto

.

sub-seção quinta

4-5-5 - **Marcos de Souza Magalhães** (ou de Souza Dias), nascido em 1.823. Casado com Helena Francisca de Andrade, que depois se casou com o cunhado Francisco de Paula Dias. Filha:

4-5-5-1 - **Braulina**, batizada em 3-2-1.857, com 20 dias. Supõe-se que tenha falecido quando criança.

sub-seção sexta

4-5-6 - **Gabriel Antônio da Silva Dias**, nascido em 1.824 e falecido em 19-3-1.913. Casado com Henriqueta Gabriela de Andrade Fleming. Filhos:

4-5-6-1 - **Pio Antônio da Silva Dias**, casado com Maria da Glória Dias.

4-5-6-2 - **Gabriel José de Almeida**, casado com Maria Cândida de Andrade Dias.

4-5-6-3 - **Balbina Dias Branquinho**, casada com José (ou João?) Branquinho.

4-5-6-4 - **Astolfo Pio da Silva Dias**.

sub-seção sétima

4-5-7 - **Joaquim Pio da Silva**, nascido em 1.825. Sem filhos.

Seção VI

4-6 - **Possidônia Joaquina da Silva**, batizada em 21-3-1.797. Casada com Flávio Antônio Martins Ferreira, filho do Capitão Manuel Martins Ferreira e de Joaquina Maria de Oliveira.

Seção VII

4-7 - **José Custódio Dias**, nascido em 1.798. Casado com Antônia da Silva Pinto, filha do Capitão Elias Antônio da Silva Rezende e de Ana de Jesus de Góes e Lara. Filhos:

sub-seção primeira

4-7-1 - **Braulina Cândida da Silva** (ou de Souza Dias), casada com José Luiz Dias de Araújo (ou de Araújo Dias), filho do português Alferes José Luiz Dias e de Vicência Maria do Espírito Santo. Filhos:

4-7-1-1 - **Luiz José Dias**, nascido em 1.855 (?). Casado com Presciliana Cândida Dias, filha de Pio de Souza Dias e Emirena Umbelina da Silva. Ver descendência em 3-9-11.

4-7-1-2 - **Emerenciana Cândida Osória** (Dona), nascida em 6-1-1.856 (?) e falecida em 7-6-1.883. Primeira esposa de Pio de Souza Dias, filho de Pio de Souza Dias e Emirena Umbelina da Silva. Ver descendência em 3-9-12.

4-7-1-3 - **João Custódio Dias de Araújo**.

4-7-1-4 - **José Custódio Dias de Araújo** (Zeca da Pedra), nascido em Campestre em 17-7-1.858 e falecido no Rio em 28-6-1.943. Casado com Deolinda Dias de Araújo, irmã de Antônio Custódio de Souza Moreira Júnior. Filhos:
4-7-1-4-1 - **Lafayette Araújo Dias**, falecido em 13-3-1.977, com 88 anos. Casado com Djanira Siqueira Dias. Filhos:
4-7-1-4-1-1 - **Rúbens de Araújo Dias**, nascido em 13-6-1.920. Casado com Haydée Correa de Araújo Dias.
4-7-1-4-1-2 - **Roberto de Araújo Dias**, nascido em 16-12-1.921.
4-7-1-4-2 - **José Luiz de Araújo Dias**.
4-7-1-4-3 - **Maria Odete de Araújo Navarro**.
4-7-1-4-4 - **Affonso Dias de Araújo**.
4-7-1-4-5 - **Dionísia**.
4-7-1-4-6 - **Emerenciana**.
4-7-1-4-7 - **Judite**.

Seção VIII

4-8 - **Joaquim Custódio Dias**, nascido por volta de 1.800.

Seção IX

4-9 - **Iria de Souza Magalhães** (ou Íris de Magalhães?), nascida em 1.801 (?). Casada com Marcos de Souza Magalhães Sobrinho (ou Marcos Pio de Magalhães?). Filhos:

sub-seção primeira

4-9-1 - **Misael de Souza Dias**, casado com Leopoldina (Pudica), de Alfenas. Filhos:

4-9-1-1 - **João Otávio Dias** (João Baé), nascido em Alfenas em 4-5-1.873 e falecido em 11-9-1.950. Casado com Zulema Carneiro Dias, nascida em 16-2-1.881 e falecida em 29-9-1.961, filha de Gustavo Fulgêncio Carneiro e Laureana Fernandes de Oliveira. Filhos:
4-9-1-1-1 - **Gustavo Carneiro Dias**, nascido em 25-2-1.897 e falecido em 1-11-1.981. Casado com Marita Moreira Dias, filha de João Baptista de Souza Moreira e Cândida Paulina de Souza. Ver descendência em 2-2-1-2-8.
4-9-1-1-2 - **Maria Conceição Dias Vieira**, nascida em 1-11-1.898 e falecida em 5-4-1.987. Casada com Feliciano Vieira da Silva, nascido em 24-10-1.890 e falecido em 4-11-1.964, filho de Francisco Vieira da Silva e Maria Teodora Tavares Vieira. Filhos:
4-9-1-1-2-1 - **Lúcio Dias Vieira**, nascido em 13-12-1.920. Casado em primeiras núpcias com Nair de Almeida Vieira, e em segundas com Ana Maria Brito Vieira.

4-9-1-1-2-2 - **Maurício Dias Vieira**, nascido em 1.921, casado com Glacy Vieira.
4-9-1-1-2-3 - **Francisco Dias Vieira**, nascido em 1.923 e falecido solteiro, com 18 anos.
4-9-1-1-2-4 - **Lia Vieira Vívian**, casada com Roy Vívian Júnior.
4-9-1-1-2-5 - **Feliciano Dias Vieira**, nascido em outubro de 1.943 e falecido em 8-6-1.989. Casado em primeiras núpcias com Nair Cavalcante Moreira Vieira, filha de Euclides de Souza Moreira e Nair Cavalcante Moreira, e em segundas com Neuza Garcia Vieira, filha de Rúbens Pinto Garcia e Íris Westin Garcia.
4-9-1-1-3 - **Fernando Carneiro Dias**, falecido em 2-10-1.973. Casado com Eletra da Silva Dias, falecida em 9-4-1.973, filha de Antônio Alberto dos Santos Silva e Maria do Carmo Carneiro Xavier. Filhos:
4-9-1-1-3-1 - **Nilza Terezinha Dias Aguiar**, casada com Mauro Dias Aguiar.
4-9-1-1-3-2 - **Luiz Edmundo Dias**.
4-9-1-1-3-3 - **João Otávio Dias Netto**, nascido em 31-5-1.934 e falecido em 5-5-1.967.
4-9-1-1-3-4 - **Rafael da Silva Dias**.
4-9-1-1-3-5 - **Juracy da Silva Dias**.
4-9-1-1-3-6 - **Nélson da Silva Dias**, solteiro, falecido em 19-6-1.984.
4-9-1-1-3-7 - **Marisa da Silva Dias**, solteira, nascida em 10-10-1.945 e falecida em 28-6-1.969.
4-9-1-1-3-8 - **Zulema da Silva Dias Ferreira**, casada, sem filhos. Falecida em 27-12-1.989, com 37 anos.
4-9-1-1-3-9 - **Fernando da Silva Dias**.
4-9-1-1-4 - **Rachel Carneiro Dias**, solteira, falecida em 20-4-1.984, com 84 anos.
4-9-1-1-5 - **Zulema Carneiro Dias** (Zuleminha), falecida.
4-9-1-1-6 - **Ruth Dias Xavier**, nascida em 22-10-1.903 e falecida em 22-5-1.996. Casada com Josino Xavier, filho de João Antônio Xavier e Etelvina Cândida Xavier. Ver descendência em 2-2-2-7-9.
4-9-1-1-7 - **Ana Leopoldina Carneiro Dias** (Anita), falecida em 11-8-1.999.
4-9-1-1-8 - **Geny Dias Vieira**, nascida em 26-3-1.905. Casada com Francisco Tavares da Silva, filho de Francisco Vieira da Silva e Maria Teodora Tavares Vieira. Filha:
4-9-1-1-8-1 - **Marina**, casada com Jayme.
4-9-1-1-9 - **Juracy Carneiro Dias**, nascida em 1.906.
4-9-1-1-10 - **João Otávio Dias Filho**, falecido em 26-5-1.955.
4-9-1-1-11 - **Fany Dias Moreira**, nascida em 26-4-1.908 e falecida em 24-6-1.995. Casada com Edmée de Souza Moreira, filho de João Baptista de Souza Moreira e Cândida Paulina de Souza. Ver descendência em 2-2-1-2-11.
4-9-1-1-12 - **Maurílio Carneiro Dias**, nascido em 26-3-1.918. Casado com Ernestina Swerts de Carvalho Dias, filha de Napoleão Augusto de Carvalho e Odette Swerts de Carvalho.
4-9-1-1-13 - **Silene Carneiro Dias**, solteira. Falecida em 11-8-2.000, com 79 anos.
4-9-1-1-14 - **Paulo Carneiro Dias**, solteiro, falecido em 6-2-1.988.
4-9-1-1-15 - **José Augusto Carneiro Dias**, solteiro.
4-9-1-1-16 - **Sônia Carneiro Dias Romanelli**, nascida em 8-4-1.922. Casada com Antônio Romanelli. Sem filhos.

4-9-1-2 - **Maria Dagmar dos Santos Silva** (Nhanhá), falecida em 29-10-1.971. Casada com Feliciano Floriano dos Santos Silva (Facinho), falecido em 29-7-

1.962, com 78 anos, filho de José Joaquim dos Santos Silva e Ana Augusta Correia Pinto. Filhos:
4-9-1-2-1 - **Evâneo dos Santos Silva**, casado com Maria Olímpia dos Santos Silva, filha de Óton Dias e Lucrécia Bressane Dias.
4-9-1-2-2 - **Solange dos Santos Silva de Lima**, nascida em 23 de abril. Casada com José de Lima, filho de José Evangelista de Lima (Zequinha) e Alzira de Lima.
4-9-1-2-3 - **Léo dos Santos Silva**, nascido em 5-9-1.922 e falecido em 27-1-1.996. Casado com Neyde Carvalho dos Santos Silva.
4-9-1-2-4 - **Climene dos Santos Silva Araújo**, casada com Antônio Luís de Araújo, de Três Pontas.
4-9-1-2-5 - **Eva dos Santos Silva de Souza Dias**, casada com Fernando Geraldo de Souza Dias, filho de Roque de Souza Dias e Cecília Coutinho de Souza Dias.
4-9-1-2-6 - **Jarbas Amílcar dos Santos Silva**, casado com Maria Vilela dos Santos Silva.
4-9-1-2-7 - **Nilo Peçanha dos Santos Silva**, solteiro.

4-9-1-3 - **Vilibaldo Dias** (Baldo).

4-9-1-4 - **Raul Dias**, casado em Campestre.

sub-seção segunda

4-9-2 - **Balbina Josefina da Silva**, casada com Custódio José Dias, filho do Coronel Jacintho José Pereira e Cândida Carolina da Silva. Ver descendência em 3-6-2.

sub-seção terceira

4-9-3 - **Umbelino**. (?)

sub-seção quarta

4-9-4 - **Marcos Magalhães**. (?)

sub-seção quinta

4-9-5 - **Marcondes**. (?)

Seção X

4-10 - **Emerenciana Cândida da Silva**, nascida em 25-5-1.803 e falecida em 16-2-1.886. Casada com Joaquim de Souza Moreira, filho do Tenente Antônio Moreira de Souza Ribeiro e Quitéria Josefa da Silva. Ver descendência em 2-2.

Seção XI

4-11 - **Manoel Jacintho de Souza**, nascido em 1.804. Casado em primeiras núpcias com Margarida de Almeida e Silva, filha do Capitão-Mor Custódio José Dias e Mariana de Almeida e Silva. Ver descendência com esta em 3-8. Casado em segundas núpcias com Maria Umbelina de Souza, filha do Alferes Domingos José Pereira Leite Ferreira e Maria do Carmo Generosa. Filhos com esta:

sub-seção primeira

4-11-1 - **Ananias de Souza Dias**, batizado em fevereiro de1.850.

sub-seção segunda

4-11-2 - **Francisco de Souza Dias**, nascido por volta de 1.853.

sub-seção terceira

4-11-3 - **Amélia de Souza Dias**, casada com Emílio Policarpo Freire.

sub-seção quarta

4-11-4 - **Maria do Carmo de Souza Dias**, casada com Domingos José Dias.

sub-seção quinta

4-11-5 - **Umbelina de Souza Dias**, nascida por volta de 1.863.

Seção XII

4-12 - **Cândida Carolina da Silva**, nascida em 22-2-1.808. Casada com o Coronel Jacintho José Pereira, filho do Capitão-Mor Custódio José Dias e Mariana de Almeida e Silva. Ver descendência em 3-6.

Seção XIII

4-13 - **Misael de Souza Magalhães**, nascido em 1.809. Casado com Quitéria Josefa da Silva, filha do Tenente Antônio Moreira de Souza Ribeiro e Quitéria Josefa da Silva. Ver descendência em 2-5.

Seção XIV

4-14 -**Coronel Azarias Pio de Souza Dias**, nascido em 16-1-1.810 e falecido em 2-10-1.879. Casado em primeiras núpcias com Máxima de Souza Dias (ou Máxima Cândida da Silva, ou Máxima Josefa da Silva), nascida por volta de 1.814. Casado em segundas núpcias com Cândida Gabriela de Souza Dias (Candota da Bela Vista), filha de Gabriel Antônio da Silva Rezende e Ignez Hygina da Silva Tavares. Teve com aquela 10 filhos; com esta, 15. *Filhos do primeiro leito*:

sub-seção primeira

4-14-1 - **Emerenciana**, nascida por volta de 1.833.

sub-seção segunda

4-14-2 - **Marcolino de Souza Dias**, nascido por volta de 1.834. Casado com Maria Augusta Westin, filha de Augusto Rodolfo Westin e Maria Ignez da Silva Westin. Ver descendência em 4-4-1-2-1.

sub-seção terceira

4-14-3 - **Bráulio de Souza Dias**, nascido por volta de 1.836.

sub-seção quarta

4-14-4 - **Azarias** (Zaluca), nascido por volta de 1.837.

sub-seção quinta

4-14-5 - **Máximo de Souza Dias**.

sub-seção sexta

4-14-6 - **Theophylo**, batizado em 1.842.

sub-seção sétima

4-14-7 - **Adolfo**, batizado em 1.845.

sub-seção oitava

4-14-8 - **Gabriel Odorico de Souza**. Filhos:

4-14-8-1 - **Gabriel Odorico de Souza** (Biezinho), nascido em 7-6-1.870 e falecido em 17-3-1.928. Casado em primeiras núpcias com Maria Augusta de Souza, de quem teve quatro filhos, e em segundas com Clotilde Pereira de Souza (Titide), nascida em 6-9-1.894 e falecida em 18-6-1.946, de quem teve outros quatro. Teve ainda um filho extra-matrimonial, referido por último. Filhos:
4-14-8-1-1 - **Oscavo Augusto de Souza**, falecido em 12-9-1.983. Casado com Edice Dias de Souza, filha de Edvar Dias e Alice Magalhães Dias. Ver descendência em 2-6-4-2-1.
4-14-8-1-2 - **Ednan Augusto de Souza**, nascido em 24-4-1.908 e falecido em 8-9-1.989. Casado com Hélia Pereira de Souza. Filhos:
4-14-8-1-2-1 - **Maria Augusta Pereira de Souza**, solteira, falecida em 22-10-1.959.
4-14-8-1-2-2 - **Márcia**, casada com José Maria Signoretti.
4-14-8-1-2-3 - **Meyre**, casada com Sílvio Caixeta.
4-14-8-1-2-4 - **Ednan Augusto de Souza Júnior**, casado com Bernardete O. Souza.
4-14-8-1-3 - **Inah Augusta de Souza Dias**, falecida em 8-10-1.958. Casada com Otaviano de Souza Dias, filho de Ananias de Souza Dias e Francisca (Chiquinha). Sem filhos.
4-14-8-1-4 - **José Augusto de Souza** (Lelico), residente em Juiz de Fora.
4-14-8-1-5 - **Athayde Pereira de Souza**, nascido em 18-7-1.913 e falecido em 25-12-1.959. Casado com Ophelia Martins Pereira de Souza.
4-14-8-1-6 - **Silvestre Pereira de Souza**.
4-14-8-1-7 - **Alencar Pereira de Souza**.
4-14-8-1-8 - **Silas Pereira de Souza**, falecido em 27-6-1.980. Casado com Elisa Belkiss Rocha de Souza, de Januária, MG.
4-14-8-1-9 - **Antônio Gabriel de Souza** (Tonico Bié). Filhas:
4-14-8-1-9-1 - **Anita**.
4-14-8-1-9-2 - **Arlete Tereza de Souza Baldan**, casada com Hugo Baldan.

4-14-8-2 - **Ernesta Gabriela de Souza**, primeira esposa de Godofredo Cândido de Souza, filho de Ananias de Souza Dias e Francisca (Chiquinha). Ver descen-

dência em 2-7-9-1.

Filhos do segundo leito do Cel. Azarias:

.sub-seção nona

4-14-9 - **Horácio Pio de Souza Dias**, casado em primeiras núpcias com Maria Odorica de Souza, filha de Francisco Dias (Chiquinho) e Luluca. Ver filhos com esta em 3-6-8-1. Casado em segundas núpcias com Clotilde Teixeira Dias, de Campestre, falecida em 15-7-1.965. Teve com ela um filho:
4-14-9-1 - **Hélio Teixeira Dias**, casado com Edir Moreira Dias, filha de Joaquim Leopoldino de Souza Moreira e Dolores Teixeira Moreira.

sub-seção décima

4-14-10 - **Ovídio Pio de Souza Dias**, casado com Anna Hypolita da Silveira. Filhos:
4-14-10-1 - **Wílson**.
4-14-10-2 - **Alexandre**.
4-14-10-3 - **Júlio**.
4-14-10-4 - **Renato**.
4-14-10-5 - **Adelaide**.
4-14-10-6 - **Marianna**.
4-14-10-7 - **Emília**.
4-14-10-8 - **Julieta**.
4-14-10-9 - **Dinorah**.
4-14-10-10 - **Zaide**.

sub-seção décima-primeira

4-14-11 - **Virgílio Pio de Souza Dias**, casado com Maria Cândida. Filhos:
4-14-11-1 - **Júlia**.
4-14-11-2 - **Augusta**, casada com Olímpio.
4-14-11-3 - **Angelina**.

sub-seção décima-segunda

4-14-12 - **Alberto Pio de Souza Dias**, falecido solteiro.

sub-seção décima-terceira

4-14-13 - **Maria Gabriela da Silva Pinto** (Nhazinha), nascida em 25 de abril. Casada com o Capitão Elias Pio da Silva Pinto, filho de Gabriel Antônio da Silva Rezende e Ignez Hygina da Silva Tavares. Ver descendência em 4-4-1-11.

sub-seção décima-quarta

4-14-14 - **Ignez Gabriella Dias** (Inesita), solteira. Filho:
4-14-14-1 - **Carlos**.

sub-seção décima-quinta

4-14-15 - **Gabriel Antônio da Silva Dias** (Bielito), casado com Cândida das

Chagas. Filhos:
4-14-15-1 - **Jorge**.
4-14-15-2 - **Lamartine**.
4-14-15-3 - **José**.
4-14-15-4 - **João**.
4-14-15-5 - **Geni**, casada com Edmundo Dias, filho de Horácio Pio de Souza Dias e Maria Odorica de Souza.
4-14-15-6 - **Laura**.
4-14-15-7 - **Nelly**.
4-14-15-8 - **Lupércia**.
4-14-15-9 - **Maria Luíza**.
4-14-15-10 - **Irene** (Zinha), solteira. (?)

sub-seção décima-sexta

4-14-16 - **Olímpia Gabriella Dias** (Pinha), terceira mulher de Pio de Souza Dias, filho de Pio de Souza Dias e Emirena Umbelina da Silva. Ver descendência em 3-9-12.

sub-seção décima-sétima

4-14-17 - **Cândida Gabriella Dias** (Candotinha).

sub-seção décima-oitava

4-14-18 - **Ana Gabriella Dias** (Donana), casada com Martinho Álvares dos Santos Silva (Doutor Bento), filho de José Joaquim dos Santos Silva e Ana Augusta Correia Pinto. Filhos:

4-14-18-1 - **Nílson Mineiro dos Santos Silva**, casado com Djanira Soares dos Santos Silva. Filhos:
4-14-18-1-1 - **Nílson**.
4-14-18-1-2 - **Lia Maura**.
4-14-18-1-3 - **Nanci**.

4-14-18-2 - **Nélson Dias dos Santos Silva**, casado com Maria Neri dos Santos Silva. Filhos:
4-14-18-2-1 - **Ana Maria**.
4-14-18-2-2 - **Roberto**.

4-14-18-3 - **Graciema**, casada com Cori da Silva Teles. Filhos:
4-14-18-3-1 - **Teresinha**.
4-14-18-3-2 - **Antônio Cláudio**.

4-14-18-4 - **Agostinho dos Santos Silva**, casado com Maria Elisa Cavalcanti de Albuquerque. Filha:
4-14-18-4-1 - **Glória Maria**.

sub-seção décima-nona

4-14-19 - **Adelaide Gabriella Dias** (Lady), solteira. Filha:
4-14-19-1 - **Jacy**, casada com Urbino Passos.

sub-seção vigésima

4-14-20 - **Azarias Pio de Souza Dias** (Zé Licote), casado com Maria Augusta de Souza Dias. Filhos:
4-14-20-1 - **Roberto de Souza Dias**, nascido em novembro de 1.905 e falecido em 29-8-1.980. Casado com Isabel Davis de Souza Dias.
4-14-20-2 - **Maria Gabriela Dias da Costa**, nascida em 27-3-1.907 e falecida em 2-1-1.931. Primeira esposa de Djalma Paulino da Costa, filho de Joaquim Paulino da Costa e Leonor Cândida Xavier. Ver descendência em 2-2-2-8-11.
4-14-20-3 - **Alice**.
4-14-20-4 - **Vera**.
4-14-20-5 - **Rômulo de Souza Dias**.
4-14-20-6 - **Rúbens de Souza Dias**.
4-14-20-7 - **Rafael de Souza Dias**.
4-14-20-8 - **Ruy de Souza Dias**.

sub-seção vigésima-primeira

4-14-21 - **Joaquim Pio de Souza Dias**, casado com Corina Amália da Silva Dias, filha de Guilherme Dias Pereira da Cunha e Joanna Brígida Nuñez Dias. Filhas:
4-14-21-1 - **Maria Dayse da Silva Dias**, nascida em 1.916 e falecida com 8 meses.
4-14-21-2 - **Cândida Guilhermina da Silva Dias**, solteira, nascida em 16-5-1.918.

sub-seção vigésima-segunda

4-14-22 - **Ernestina Gabriella de Souza Dias**.

sub-seção vigésima-terceira

4-14-23 - **Luzia Gabriella Dias** (ou Luzia Cândida Dias?), nascida em 10 de setembro e falecida em 9-8-1.939. Casada com Godofredo de Araújo Dias, filho de Pio de Souza Dias e Emerenciana Cândida Osória. Ver descendência em 3-9-12-1.

sub-seção vigésima-quarta

4-14-24 - **Cândido**, batizado em 1.869. (?)

Seção XV

4-15 - **Emília**, batizada em 1.811.

Seção XVI

4-16 - **Undecimília Cândida da Silva**, batizada em 6-7-1.812. Casada com Manuel Nascimento de Souza. Filha:

sub-seção primeira

4-16-1 - **Amélia Augusta de Souza**, casada com Antônio Vieira da Cunha Júnior.

Seção XVII

4-17 - **Emirena Umbelina da Silva**, nascida em 5-7-1.816. Casada com o Capitão Pio de Souza Dias, filho do Capitão-Mor Custódio José Dias e Mariana de Almeida e Silva. Ver descendência em 3-9.

Seção XVIII

4-18 - **Ananias de Souza Dias**, batizado em 23-12-1.817 (?) e falecido em 11-8-1.905. Casado com Bernarda Eufrozina Dias, natural de São João del Rei, falecida em 12-2-1.889, com 66 anos (?), em Machado, filha de Luiz Manoel de Melo Brandão e Iria de Almeida e Silva. Filhos:

sub-seção primeira

4-18-1 - **Sérgio Pereira Dias**, nascido por volta de 1.838.

sub-seção segunda

4-18-2 - **Bernardina Constância Dias**, nascida por volta de 1.839.

sub-seção terceira

4-18-3 - **Maria Fofina da Silva**, nascida em 15-5-1.840 e falecida em 20-4-1.917. Casada com José de Souza Dias, filho de José Cristóvão de Lima e Bárbara Benedita da Silva. Ver descendência em 3-5-5.

sub-seção quarta

4-18-4 - **Honorato de Souza Dias**, nascido por volta de 1.842.

sub-seção quinta

4-18-5 - **Cândida Carolina da Silva**, nascida por volta de 1.844.

sub-seção sexta

4-18-6 - **Iria Josefina Dias**, nascida por volta de 1.847.

sub-seção sétima

4-18-7 - **Ana Josefa da Silva**, nascida por volta de 1.851.

sub-seção oitava

4-18-8 - **Ananias de Souza Dias**, nascido por volta de 1.851.

sub-seção nona

4-18-9 - **Azarias de Souza Dias**, nascido por volta de 1.855.

sub-seção décima

4-18-10 - **Mizael de Souza Magalhães**, nascido por volta de 1.861.

Fontes de consulta.

A - **primárias**

1 - Arquivo Público Machadense - livro 104: "Registro de Sepultamentos - 1.933 a 1.936";
2 - Arquivo Público Machadense - pastas de biografias;
3 - Arquivo Público Mineiro - Fundo: Presidência da Província - série PP1, subsérie PP 1-10, caixa 14, documento nº 1;
4 - Arquivo Público Mineiro - Mapas de População - caixa 5, documentos 3 e 13;
5 - informações pessoais diversas.

B - **secundárias**

1 - Adílson de Carvalho - "A Freguesia de Nossa Senhora da Assumpção do Cabo Verde e sua História" - Gráfica Jundiá Ltda., 1.998;
2 - Adriano Campanhole - "História da Fundação de Assis" - Ed. Gráfica Latina Ltda., São Paulo, 1.985;
3 - Alfredo Valladão - "Vultos Nacionais" - 2ª edição - Livraria Freitas Bastos S/A, Rio de Janeiro, 1.974;
4 - Américo Arantes Pereira - "A Família Pereira: Descendentes de Domingos Antônio Pereira" - Ed. Legis Summa Ltda., Ribeirão Preto, 1.986;
5 - Antônio César Xavier - "Descendentes de João Antônio Xavier I" - Rio de Janeiro, 1.999;
6 - Arthur Vieira de Rezende e Silva - "Genealogia Mineira", 4 volumes - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.937 a 1.939;
7 - Cid Guimarães - "Ribeiro do Valle" - artigo publicado na Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Geografia (ASBRAP), nº 4 - São Paulo, 1.997, págs. 127 a 164;
8 - Clóvis Dias Swerts - "O Nome Swerts" - trabalho datilografado, 1.989:
9 - Edgard Freitas - "Mococa - 100 Anos de História" - Gráfica Costal, Mococa, sem data;
10 - Felippe Nery de Siqueira e Silva - "Os Siqueiras de Bragança Paulista" - Gráfica e Editora Edigraf Ltda., São Paulo, 1.963;
11 - Frederico de Barros Brotero - "A Família Monteiro de Barros" - sem indicação de editora, São Paulo, 1.951;
12 - Frederico de Barros Brotero - "Memórias e Tradições da Família Junqueira" - Gráfica Canton Ltda., São Paulo, 1.959;
13 - Gabriel Junqueira Franco e Luiz Alberto Franco Junqueira - "Família Franco - Genealogia e História" - Oficinas da Escola Profissional Dom Bosco, Poços de Caldas, 1.983;
14 - "Homero Costa - "Contribuição à História de Machado" - Oficinas Gráficas da Editora São Vicente - sem indicação de local e data;
15 - João Rodrigues de Carvalho - "História de Machado" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.985;
16 - Luzia Rennó Moreira - "Traços Biográficos da Família Moreira" - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.969;
17 - Maria Celina Exner Godoy Isoldi " - "O Capitão Tomás José de Andrade e seus Descendentes" - artigo publicado na Revista da ASBRAP, acima referida;

18 - Marta Amato (coordenadora) e outros - dois volumes de correções e acréscimos à “Genealogia Paulistana”, de Luiz Gonzaga da Silva Leme - reedição em CD-Rom, São Paulo, 2.002;
19 - “O Brasil Industrial, Agrícola, Commercial e Político” - Rio de Janeiro, janeiro de 1.928;
20 - Oscar Ferreira Prado - “Família Dias” - trabalho datilografado, com anotações de Homero Costa;
21 - Oscar Ferreira Prado - “O Sertão dos Mandibóias” - Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1.981;
22 - Salvador de Moya - “Anuário Genealógico Brasileiro” - vol. VIII, 1.946, sem menção de editora;
23 - Saulo Diniz Swerts - “Os Swerts no Brasil” - trabalho datilografado, 1.993.

****

HONRARIAS DA CÂMARA MUNICIPAL

1) - Títulos de cidadania honorária.
2) - Medalhas de honra ao mérito.
3) - Títulos de cidadania sul-mineira.
4) - Título de honra ao mérito.
5) - Diploma de honra ao mérito.
6) - Alguns machadenses que receberam título de cidadania honorária noutros municípios.

****

1 - **Títulos de cidadania honorária**.

Aprígio Nogueira - lei 276, de 5/10/59
José de Magalhães Pinto - resolução 3, de 2/7/65
Gerardo da Silva Araújo - resolução 5, de 29/10/65
Edgard da Veiga Lion - resolução 6, de 17/11/65
Fausto Paulo Werner - resolução 7, de 17/11/65
Israel Pinheiro da Silva - lei 556, de 1/5/67
Aírton Rodrigues Leite - lei 18, de 24/5/68
João Liberal Filho - lei 64, de 19/6/70
Camilo Nogueira da Gama - lei 82, de 2/3/71
Wálter Maria Pulcinelli - lei 87, de 20/5/71
Madre Sebastiana del Blanco - lei 94, de 7/10/71
Mathilde de Abreu Nogueira - lei 98, de 10/12/71
José Maria Jorge Sebastião - lei 109, de 8/9/72
Yeda Novaes Fernandes - lei 134, de 30/4/73
Rossine Salles Fernandes - lei 134, de 30/4/73
Terezinha Lúcio da Silveira - lei 135, de 30/4/73
José Argemiro da Silveira - lei 135, de 30/4/73

Rondon Pacheco - lei 172, de 5/6/74
Wálter Mattos Reis - lei 173, de 5/6/74
Lucas Tavares de Lacerda - lei 174, de 5/6/74
Mário Pacini - resolução 6, de 15/6/76
Paulina Rigotti de Castro - resolução 8, de 20/7/76
Antônio Aureliano Chaves de Mendonça - resolução 4, de 4/7/77
Mozart Xavier Lopes - resolução 5, de 22/8/77
José Lélio Milani de Moura - resolução 4, de 14/8/78
José Fernandes Gatto - resolução 6, de 4/9/78
Mário Reis de Andrade Santos - resolução 7, de 27/10/78
Miguel Duarte Cialdine - resolução 1, de 21/2/79
Oscar Lamounier Godofredo Júnior - resolução 3, de 16/2/81
João Lopes Rocha - resolução 4, de 23/2/81
José Lourenço Domingues - resolução 5, de 2/4/81
Gabriel Barbosa - resolução 1, de 26/3/84
Abel Faleiro - resolução 3, de 11/6/84
Octávio Elísio Alves de Brito - resolução 18, de 24/6/85
Elzo Aloísio Coelho - resolução 26, de 10/3/86
Madre Natividade Bravo Pascual - resolução 39, de 25/5/87
Madre Lourdes Gomes Vasconcelos - resolução 39, de 25/5/87
Luiz Corrêa de Toledo Júnior - resolução 51, de 4/4/88
Ernesto Mariano Leite - resolução 54, de 16/5/88
Lydia Maria Braga Foresti - resolução 62, de 5/9/88
Manir Elias Donato - resolução 74, de 13/2/89
Miguel Avelino dos Anjos Filho - resolução 82, de 26/6/89
José de Rezende Lara - resolução 102, de 12/3/90
Maria Amélia Pinho (Irmã Silvéria) - resolução 105, de 2/4/90
Carlos Alberto Pereira Dias - resolução 111, de 12/9/90
Pedro de Lima - resolução 115, de 29/4/91
Luiz Gonzaga Xavier - resolução 130, de 3/11/92
Antônio Alkmin da Costa - resolução 135, de 30/12/92
José Barix - resolução 138, de 24/2/93
Adelir Brandelero - resolução 141, de 19/4/93
José Carlos Vilela - resolução 151, de 18/10/93
Isaías Garcia Vieira - resolução 153, de 18/10/93
Tizzira Signoretti Brigagão - decreto legislativo 10, de 5/12/94
Maria Salomé Dias Moreira - decreto legislativo 36, de 17/6/96
Dora Pedroso Caixeta - decreto legislativo 38, de 19/8/96
Maria Teresa Andrade Costa - decreto legislativo 39, de 19/8/96
José Pereira da Luz - decreto legislativo 42, de 4/9/96
Glacy Vieira - decreto legislativo 45, de 14/10/96
Geralda Rezende Braga - decreto legislativo 46, de 21/10/96
Maria da Glória Silva Saraiva (Madre Esperança) - decreto legislativo 47, de 28/10/96
Ivayr Dieb Farah - decreto legislativo 49, de 18/11/96
Carlos Carmo Andrade Melles - decreto legislativo 63, de 13/8/98

Ruth dos Anjos Lima Romanello - decreto legislativo 64, de 9/11/68
Simon Dupont - decreto legislativo 68, de 7/12/98
Regina Sales Carvalho - decreto legislativo 69, de 7/12/98
Julieta Mezzavilla Ferraz - decreto legislativo 71, de 7/12/98
Alvina Ferreira - decreto legislativo 77, de 14/12/98
Renato Antônio Mansur Pires - decreto legislativo 82, de 4/10/99
Osmânio Pereira de Oliveira - decreto legislativo 83, de 11/10/99
José Percílio - decreto legislativo 85, de 18/10/99
Ana Maria Rodrigues Caixeta - decreto legislativo 95, de 6/12/00
Sérgio Gonçalves de Oliveira - decreto legislativo 97, de 7/12/00
José Caixeta - decreto legislativo 100, de 7/12/00

2 - **Medalhas de honra ao mérito**.

Olímpio de Souza Padilha - resolução 144, de 7/6/93
Ernesto Mariano Leite - resolução 150, de 18/10/93
Maria Aparecida dos Santos - resolução 152, de 18/10/93
Osmar Maciel - decreto legislativo 5, de 4/4/94
Maurício Dias Vieira - decreto legislativo 8, de 5/12/94
Lúcio Dias Vieira - decreto legislativo 9, de 5/12/94
Zilda Pereira Lima - decreto legislativo 11, de 14/12/94
Evâneo Pereira - decreto legislativo 12, de 14/12/94
Celina Corrêa Toledo - decreto legislativo 44, de 14/10/96
Túlio Vieira da Costa - decreto legislativo 49, de 18/11/96
Ana Paula Caixeta Bovendorp - decreto legislativo 53, de 21/8/97
Domingos de Souza Dias - decreto legislativo 54, de 21/8/97
Anésia de Souza Ramos - decreto legislativo 55, de 21/8/97
Aurora Maria Mezzavilla Abdelmur - decreto legislativo 56, de 21/8/97
Abel Faleiro - decreto legislativo 57, de 21/8/97
João Nannetti - decreto legislativo 58, de 21/8/97
Marcelo Carvalho Vieira - decreto legislativo 59, de 21/8/97
José de Souza Ribeiro - decreto legislativo 66, de 7/12/98
Magaly Nogueira - decreto legislativo 67, de 7/12/98
Celso Ávila Prado - decreto legislativo 70, de 7/12/98
Antônio Alkmin da Costa - decreto legislativo 72, de 7/12/98
José Vítor da Silva - decreto legislativo 73, de 7/12/98
Olímpio Abrão - decreto legislativo 74, de 7/12/98
Ovídio Ferreira Cardoso - decreto legislativo 75, de 7/12/98
Hernani Pereira Neves - decreto legislativo 76, de 7/12/98
Dálcio Ricardo de Andrade - decreto legislativo 80, de 14/6/99
Adélia Milani Savini - decreto legislativo 81, de 6/9/99
Lucila Maria Ferreira Serafini - decreto legislativo 84, de 18/10/99
José Jair Coelho - decreto legislativo 86, de 18/10/99
José Fernandes de Oliveira - decreto legislativo 87, de 25/10/99
Isaura Scalco Begali - decreto legislativo 88, de 25/10/99

Warner de Paula Lima - decreto legislativo 89, de 3/11/99
Laércio de Souza Ribeiro - decreto legislativo 90, de 3/11/99
Nicíula Rosa Gonçalves - decreto legislativo 91, de 8/11/99
Ludovico Batista - decreto legislativo 92, de 8/11/99
Gentilina Gasparina Conti - decreto legislativo 93, de 8/11/99
Benedito Carvalho Vilela - decreto legislativo 96, de 7/12/00
Judith Aureliana Alves Pereira - decreto legislativo 98, de 7/12/00
Maria Nilza Castro Swerts - decreto legislativo 99, de 7/12/00

3 - **Títulos de cidadania sul-mineira**.

Juscelino Kubitschek de Oliveira - lei 358, de 29/11/61
Humberto de Alencar Castello Branco - lei 480, de 29/9/64

4 - **Título de honra ao mérito**.

Maria Clemência de Jesus - resolução 1, de 9/10/72

5 - **Diploma de honra ao mérito**.

EPAMIG - resolução 6, de 3/9/84

6 - **Alguns machadenses que receberam título de cidadania honorária noutros municípios**.

Ademir Viana - Serrania (ver FM 983/FR-2)
Alceu Cavalcanti de Souza Moreira - Poços de Caldas (ver FM 1036/15)
Amadeu Vieira Guerra - Mococa (ver O Mach. 957/1)
Cleide Muniz Sanches - Santo Ângelo, RS (ver FM 938/11)
Dom Hugo Bressane de Araújo - Garça, SP (dec. leg. 3, de 13/12/67); Adamantina, SP (res. 5, de 12/6/68); Marília, SP (dec. leg. 9, de 21/6/68)
Guilherme Dias dos Santos Silva - Bom Jesus dos Perdões, SP (ver O Mach. 1/1, de 7/1/71)
João de Souza Moreira - Barbacena (ver FM 146/1 e 151/10)
João Lopes Netto - Varginha
Jorge Eduardo Vieira de Oliveira - Fama, Serrania, Alterosa, Campestre, Monte Santo de Minas e Poço Fundo
José Maria Machado de Azevedo - Campinas (ver FM 83/8)
Lígia Braga Westin Romanelli - Poços de Caldas (ver SF 13/6)
Saulo Diniz Swerts - Rio de Janeiro (ver FM 54/1)
Vítor Herculano - Itatiba, SP (ver FM 1043/13)